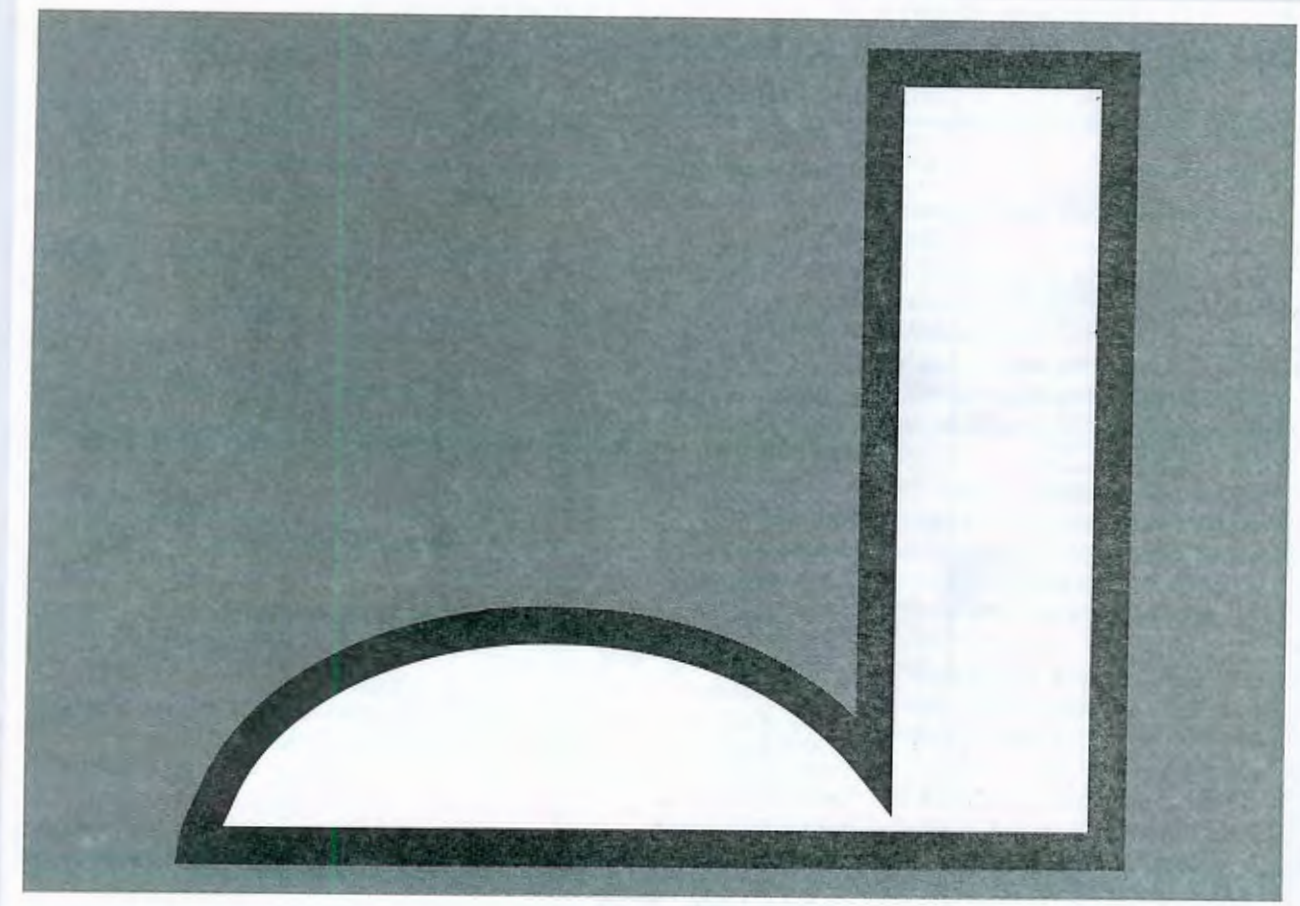
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53º LEGISLATIVA

RESENHA MENSAL
(269, II DO RISF)
(PERÍODO DE 1º DE AGOSTO DE 2007)
E
ATAS DE COMISSÕES

VOLUME I / II

ANO LXII - SUP. "A" AO Nº 136 - TERÇA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES
3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM[1]/PSDB) – 29
LÍDER	**LÍDER** **Ideli Salvatti – PT**	**LÍDER** **Demóstenes Torres**
VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	VICE-LÍDERES
..... **LÍDER DO PMDB – 19** **Valdir Raupp**	..... **LÍDER DO PT – 12** **Ideli Salvatti**	..... **LÍDER DO DEM – 16** **José Agripino**
VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns **LÍDER DO PTB – 6** **Epitácio Cafeteira** VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi **LÍDER DO PR – 3** **João Ribeiro** VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior **LÍDER DO PSB – 3** **Renato Casagrande** VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares **LÍDER DO PC do B – 1** **Inácio Arruda** **LÍDER DO PRB – 1** **Marcelo Crivella** **LÍDER DO PP – 1** **Francisco Dornelles**	VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves **LÍDER DO PSDB – 13** **Arthur Virgílio** VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 **Jefferson Péres** VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	**LÍDER DO P-SOL – 1** **José Nery**	**LÍDER DO GOVERNO** **Romero Jucá - PMDB** VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

[1] Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal	**Cláudia Lyra Nascimento** Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	**Maria Amália Figueiredo da Luz** Diretora da Secretaria de Ata
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	**Denise Ortega de Baere** Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – RESENHA MENSAL (Período de 1° a 31 de agosto de 2007)

2 – ATAS DE COMISSÕES

2.1 – Comissão de Assuntos Economicos – CAE

Ata da 16ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, conjunta, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CD; Finanças e Tributação – CD; Fiscalização Financeira e Controle – CD e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CN, realizada em 24 de maio de 2007..... 00076

Ata da 20ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 3 de julho de 2007..... 00106

Ata da 21ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de julho de 2007..... 00114

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de julho de 2007..... 00133

Ata da 34ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CD; Finanças e Tributação – CD; Fiscalização Financeira e Controle – CD; e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CN, realizada no dia 20 de dezembro de 2006.. 00143

2.1.1 – Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de julho de 2007.. 00168

2.1.2 – Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de junho de 2007..... 00189

2.2 – Comissão de Educação e Subcomissão Permanente de Cinema, Música e Comunicação Social

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e, 6ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Musica e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de junho de 2007..... 00208

Ata da 27ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de junho de 2007..... 00231

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e, 7ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Musica e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 03 de julho de 2007..... 00241

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 05 de julho de 2007..... 00264

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de julho de 2007..... 00290

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e, 9ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Musica e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de julho de 2007..... 00319

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de agosto de 2007..... 00349

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e, 7ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Musica e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 03 de julho de 2007..... 00381

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Musica e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de julho de 2007..... 00405

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e, 9ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Musica e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de julho de 2007..... 00426

2.3 – Comissão de Fiscalização e Controle – CFC

Ata 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 4 de dezembro de 2002..... 00456

Ata 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2002..... 00459

Ata da 29ª Reunião, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto, com as Comissões de Assuntos Econômicos – SF; de Economia, Indústria, Comércio e Turismo – CD; Finanças e Tributação – CD; Fiscalização Financeira e Controle – CD, e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CN, realizada no dia 29 de outubro de 2003..... 00466

2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 5ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, da Subcomissão Temporária sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, realizada em 15 de agosto de 2007..... 00500

Ats da 6ª reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, da Subcomissão Temporária, sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, realizada em 21 de agosto de 2007..... 00500

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de agosto de 2005..... 00500

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de agosto de 2005..... 00523

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de agosto de 2005..... 00531

Ata da 20ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com as Comissões de Assuntos Econômicos – CAE, Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de setembro de 2005..... 00549

Ata da 21ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de setembro de 2005..... 00585

Ata da 22ª Reunião Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de setembro de 2005..... 00617

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 21 de setembro de 2005..... 00620

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 4 de outubro de 2005..... 00632

Ata da 25ª Reunião, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos do Senado Federal; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CD; Finanças e Tributação – CD; Fiscalização Financeira e Controle – CD; e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CN, em 6 de outubro de 2005..... 00647

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de outubro de 2005..... 00677

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de outubro de 2005..... 00680

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 8 de novembro de 2005..... 00690

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de novembro de 2005..... 00718

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de novembro de 2005..... 00721

Ata da 10ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de julho de 2006..... 00730

Ata da 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 10 de outubro de 2006..... 00735

Ata da 16ª Reunião, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto, com as Comissões de Assuntos Econômicos do Senado Federal; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CD; Finanças e Tributação – CD; Fiscalização Financeira e Controle – CD e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CN, realizada em 20 de dezembro de 2006..... 00746

Ata da 19ª Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de julho de 2007..... 00771

Ata da 20ª Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de agosto de 2007..... 00812

Ata da 21ª Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de agosto de 2007..... 00818

2.4.1 – Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Ata da 4ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, realizada em 27 de junho de 2007..... 00823

Ata da 5ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, realizada em 15 de agosto de 2007..... 00838

Ata da 6ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, realizada em 21 de agosto de 2007..... 00855

Ata da 7ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, realizada em 27 de agosto de 2007..... 00857

VOLUME II

2.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 20ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de junho de 2007..... 00889

Ata da 21ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 05 de julho de 2007..... 00907

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de agosto de 2007..... 00929

Ata da 23ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de agosto de 2007..... 00956

2.6 – Comissão de Serviços de Infra-estrutura – CI

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 22 de março de 2007..... 00983

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 29 de março de 2007..... 01034

Ata da 10ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 03 de abril de 2007..... 01074

Ata da 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 10 de abril de 2007..... 01076

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 12 de abril de 2007..... 01118

Ata da 13ª Reunião, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 11ª Reunião, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da 10ª Reunião, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Extraordinárias, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto no dia 17 de abril de 2007..... 01159

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 19 de abril de 2007 01188

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 26 de abril de 2007 01191

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 02 de maio de 2007 01197

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 10 de maio de 2007 01222

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 10 de maio de 2007 01224

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 16 de maio de 2007 01245

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de maio de 2007 01251

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 31 de maio de 2007 01255

2.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de junho de 2007 01268

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de julho de 2007 01289

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 8 de agosto de 2007 01295

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 15 de agosto de 2007 01302

2.7.1 – Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis

Ata da 5ª Reunião, da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de junho de 2007 01323

Ata da 6ª Reunião, da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de julho de 2007 01352

Ata da 7ª Reunião, da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de julho de 2007 01390

2.8 –

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de abril de 2007 01390

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de abril de 2007 01422

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de abril de 2007 01441

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de abril de 2007 01452

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de maio de 2007 01478

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de maio de 2007 01493

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de maio de 2007 01509

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 30 de maio de 2007 01530

2.8.1 – Subcomissão Permanente de Serviços de Informática

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de maio de 2007 01536

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 08 de agosto de 2007 01538

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 09 de agosto de 2007 01549

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 15 de agosto de 2007 01579

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de agosto de 2007 01601

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de agosto de 2007 01616

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura -2007

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1° a 31-8-2007)

A – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS

1 – APROVADAS NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO E ENVIADAS À SANÇÃO:

Total.....4

Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 371, de 2007), que *altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal.*

Sessão: 7-8-2007

Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 366, de 2007), que *dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

Sessão: 7-8-2007

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 367, de 2007), que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica.*

Sessão: 7-8-2007

Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2007 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 369, de 2007), que *acresce e altera dispositivos das Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.457, de 16 de março de 2007, e 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para criar a Secretaria Especial de Portos, e dá outras providências.*

Sessão: 22-8-2007

2 – APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

Total.....2

Medida Provisória nº 368, de 2007, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

Sessão: 7-8-2007

Medida Provisória nº 370, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.*

Sessão: 7-8-2007

3 – APROVADA COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total.....1

Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2007 (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 372, de 2007), que *dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências.*

Sessão: 22-8-2007

4 – APROVADA NA ÍNTEGRA E DEVOLVIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total.....1

Medida Provisória nº 373, de 2007, que *dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.*

(Prejudicado o Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007, oferecido pela Câmara dos Deputados)

Sessão: 29-8-2007

II – PROJETO DE LEI APROVADO E ENVIADO À SANÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados.....1
Total.....1

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2007-Complementar (nº 79/2007-Complementar, na Casa de origem), que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (altera dispositivos referentes a tributação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Supersimples).*

Sessão: 7-8-2007

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	18
Total	**18**

Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2004, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências.*

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 3-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que tratam da substituição da pena privativa de liberdade.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 6-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2003, de autoria do Senador Hélio Costa, que altera o art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e lhe acrescenta art. 40-A, determinando a aplicação da pena, até o dobro, na hipótese de tráfico ilícito de drogas quando o crime envolver ou visar a atingir criança ou adolescente ou, ainda, for praticado nas dependências ou imediações de estabelecimento de ensino.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho rodoviário compreendido entre as localidades de Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG).

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a obrigatoriedade de uso do equipamento suplementar de retenção (air bag).

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2004, de autoria do Senador José Maranhão, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para fixar a data de vencimento das quotas de imposto de renda das pessoas físicas no oitavo dia útil de cada mês subseqüente ao de competência.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2005, de autoria do Senador Francisco Pereira, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso a textos sagrados.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2005, de autoria do Senador Paulo Octávio, que altera a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e delega poderes aos Ministros de Estado do Turismo, das Relações Exteriores e da Justiça para isentar a exigência de visto de entrada do turista, quando o interesse nacional o recomendar, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, que dispõe sobre o início do pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2006, de autoria do Senador Flávio Arns, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para alterar a autoridade julgadora do recurso relativo a Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta dispositivo ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para incluir o exame de detecção do câncer de mama, útero ou próstata, nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do serviço sem prejuízo do salário.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que insere parágrafo único no art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre atendimento médico e odontológico aos estudantes do ensino fundamental público.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2007, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que dá a denominação de Euclides da Cunha ao trecho acreano da rodovia BR-364 e altera a Lei nº 8.733, de 25 de novembro de 1993, que "dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à rodovia BR-364".

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena, que altera a redação do § 1º do art. 19-I da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluído pela Lei nº 10.424, de 2002, e dá outras providências (acrescenta ao Sistema Único de Saúde – SUS o fornecimento de medicamentos de uso continuado não sujeitos a controle especial, entre outros necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Planalto do Araxá (UFPLA), com sede na cidade de Araxá, no Estado de Minas Gerais, e campi avançados da Universidade Federal de Sergipe (UFS), nos Municípios de Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Própria, no Estado de Sergipe.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que inscreve o nome de Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon, no Livro dos Heróis da Pátria.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Gravataí no Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão extraordinária: 29-8-2007

IV – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa do Senado Federal	3
De iniciativa da Câmara dos Deputados	46
Total	**49**

Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2007 (nº 2.274/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Educativa e Cultural de Itabira – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2007 (nº 2.437/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tocantinópolis, Estado do Tocantins.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2007 (nº 2.449/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Tapejara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapejara, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2007 (nº 2.299/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Ambiental e Esportiva de Santo Antô-*

nio da Alegria para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: *2-8-2007*

Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2007 (nº 1.984/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância Dr. João Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Quitéria do Maranhão, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2007 (nº 2.333/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à JR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2007 (nº 2.389/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Mundial S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2007 (nº 2.390/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a ACVC – Associação Comunitária de Vespasiano Corrêa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vespasiano Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2007 (nº 2.410/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Jesus, Maria e José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viseu, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2007 (nº 2.411/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Educacional de Comunicação e Radiodifusão de Canto do Buriti para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canto do Buriti, Estado do Piauí.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2007 (nº 2.474/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de São Jorge D'Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2007 (nº 2.475/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Moji das Cruzes, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2007 (nº 2.500/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Esmeralda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2007 (nº 1.923/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Crucilândia para executar serviço de radiodifusão*

comunitária na cidade de Crucilândia, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2007 (nº 1.682/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2007 (nº 2.422/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Resolução nº 19, de 2007, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) (financiamento parcial do Proágua).*

Sessão: 7-8-2007

Projeto de Resolução nº 22, de 2007, que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América (financiamento parcial do Premar).*

Sessão: 7-8-2007

Projeto de Resolução nº 39, de 2007, que *autoriza o Município de Campo Grande (MS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor total de até US$ 17,061,000.00 (dezessete milhões e sessenta e um mil dólares dos Estados Unidos da América).*

Sessão: 2-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2007 (nº 2.317/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Campo Belo – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2007 (nº 2.398/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sara Nossa Terra para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2007 (nº 2.396/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alto Bandeirante – Acaban a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipaumirim, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2007 (nº 2.412/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Alternativa de Cocal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal, Estado do Piauí.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2007 (nº 2.465/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Novo Amanhecer FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Meriti, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2007 (nº 2.505/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Redentorista de Comunicações Sociais para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2007 (nº 2.519/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Cultura de Maringá Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maringá, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2007 (nº 2.520/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Virmond para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Virmond, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2007 (nº 2.522/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Brotas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brotas, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2007 (nº 2.383/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Goiânia S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2007 (nº 2.414/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário de Santa Maria para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Distrito Federal.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2007 (nº 2.416/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Incentivo à Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irati, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2007 (nº 2.418/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Catanduvense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2007 (nº 2.432/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Rádio Jornal Cultura do Ceará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Acaraú, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2007 (nº 2.438/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Popular Pontanense Asccop para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pontão, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2007 (nº 2.455/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Cultural de Torres para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2007 (nº 2.456/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Ra-*

diodifusão Comunitária de Doutor Maurício Cardoso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Maurício Cardoso, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2007 (nº 2.463/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Rádio Altinho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altinho, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2007 (nº 2.470/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sinco – Sistema Nacional de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campos Belos, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2007 (nº 2.492/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rural José Galdino de Andrade São João do Rio do Peixe – Paraíba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2007 (nº 2.499/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Brasil Ecoar para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2007 (nº 2.111/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Ecoacre Rádio, Jornal e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Plácido de Castro, Estado do Acre.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2007 (nº 2.498/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Tanque d'Arca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque d'Arca, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2007 (nº 2.509/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2007 (nº 1.710/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Alagoas Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2007 (nº 2.399/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Atual Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Cruz Cabrália, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2007 (nº 2.401/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Ascobi – Associação Comunitária e Beneficente Amigos de Itabela – BA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabela, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2007 (nº 2.431/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio São José do Patrocínio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Amaral Ferrador, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 24-8-2007

Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (Minirreforma Tributária).*

Sessões extraordinárias: 29-8-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2007 (nº 2.427/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 30-8-2007

V – ESCOLHA DE AUTORIDADES:

Total.....4

Parecer nº 656, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 119, de 2007 (nº /200, na origem), pela qual o Presidente da República sbmete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor *Pedro Paulo Texixeira Manus*, Juíz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – SP, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Sessão: 29-8-2007

Parecer nº 657, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 120, de 2007 (nº /200, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor *Fernando Eizo Ono*, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – PR, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Sessão: 29-8-2007

Parecer nº 658, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 121, de 2007 (nº /200, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor *Guilherme Augusto Caputo Bastos*, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região – MT, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Sessão: 29-8-2007

Parecer nº 718, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 132, de 2007 (nº /200, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor *Carlos Alberto Menezes Direito* para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence.

Sessão: 29-8-2007

VI – REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA:

Total.....2

Requerimento nº 802, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa do Senado Federal, composta de pelo menos dois Senadores das seguintes Comissões: Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ; Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH; Agricultura e Reforma Agrária – CRA; Assuntos Sociais – CAS; e Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo; e os Senadores do Estado do Pará, com o objetivo de visitar as instalações da empresa Pará Pastoril e Agrícola S/A – PAGRISA, localizada no município de Ulianópolis – PA, para averiguar as condições da rescisão direta do contrato de trabalho de cerca de 1180 empregados, resultante da fiscalização empreendida pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho.*

Sessão: 7-8-2007

Requerimento nº 935, de 2007, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, *solicitando a criação de Comissão Externa, com 03 (três) membros, destinada a representar o Senado Federal na Mesa redonda de parlamentares, que ocorrerá no âmbito da 8ª Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas, sobre a Luta Contra a Desertificação, nos dias 08 e 09 de setembro de 2007, em Madri – na Espanha.*

Sessão: 22-8-2007

VII – SESSÃO ESPECIAL/PERÍODO DO EXPEDIENTE:

Total.....10

Requerimento nº 834, de 2007, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senadores, *solicitando as seguintes homenagens pelo falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães: Inserção em ata de voto de profundo pesar; observação de um minuto de silência em sua memória, após usarem da palavra todos os oradores; levantamento da sessão; apresentação de condolências à família, à Assembléia Legislativa da Bahia, à Câmara dos Deputados, à Prefeitura de Salvador, ao Governo do Estado e aos Democratas; e transformação da sessão ordinária do dia 08 de agosto de 2007 em sessão de homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães em reverência à sua memória.*

Sessão: 1º-8-2007

Requerimento nº 891, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros Senadores, *solicitando que a Hora do Expediente da sessão deliberativa do dia 29 de agosto de 2007 seja destinada a homenagear a memória do ex-Presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, pelo transcurso do 53º aniversário de seu falecimento; e solicitando, também, que o Requerimento nº 565, de 2007, seja tornado sem efeito.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 885, de 2007, de autoria do Senador José Nery e outros Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial em Homenagem à memória de Ernesto Che Guevara, no próximo dia 8 de outubro, quando se completam 40 anos de sua morte.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimentos nºs 721 e 922, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana e outros Senadores, *solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 28 de agosto de 2007, seja destinado a homenagear o Dia do Corretor de Imóveis.*

Sessões: 14 e 21-8-2007

Requerimento nº 910, de 2007, de autoria do Senador Paulo Duque e outros Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 10 de outubro de 2007, destinada a homenagear a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, instituição científica sem fins lucrativos e de utilidade pública federal, fundada em 19 de setembro de 1925, congrega, representa e trabalha pelos 9.631 ortopedistas, membros de sua sociedade, que atendem cerca de 12 milhões de brasileiros por ano.*

Sessão: 14-8-2007

Requerimentos nºs 825 e 901, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana e outros Senadores, *solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 30 de agosto de 2007, seja destinado a homenagear o Dia do Comerciante.*

Sessão: 14-8-2007

Requerimento nº 945, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana e outros Senadores, *solicitando que a homenagem ao bicentenário de nascimento de Theóphilo Benedito Ottoni ocorra no período destinado à Hora do Expediente da sessão do dia 29 de novembro de 2007. (Em aditamento ao Requerimento nº 724, de 2007)*

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 967, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias Zambiasi e outros Senadores, *solicitando a realização de Sessão Solene para comemorar os 50 Anos da Revolta dos Posseiros, na hora do Expediente da Sessão do dia 10 de outubro de 2007.*

Sessão: 28-8-2007

Requerimento nº 985, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, *em aditamento ao Requerimento nº 967, de 2007, solicitando que a sessão especial em homenagem pela passagem dos 50 anos da Revolta dos Posseiros, seja transformada em homenagem do Período do Expediente, a realizar-se no dia 2 de outubro.*

Sessão: 29-8-2007

Requerimentos nºs 989 e 998, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial no Plenário do Senado Federal, às 14:00 horas do dia 11 de setembro de 2007, destinada a homenagear o Círio de Nazaré, denominado "Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira", pelo transcurso do seu 214º aniversário.*

Sessão: 30-8-2007

VIII – REQUERIMENTOS DEFERIDOS PELA MESA:

Total.....43

Requerimento nº 890, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 153, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando ao Ministro de Estado da Previdência que providencie, no estrito prazo constitucional, informações sobre investimentos, acompanhadas dos documentos comprabatórios, juntos aos Fun-*

dos de Pensão Previ (Banco do Brasil), Funcef (Caixa Econômica), Sistel (Telebrás) e CVC (Citigroup).

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 187, de 2007, de autoria do Senador César Borges, *solicitando ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre repasses de recursos federais, inclusive no âmbito da gestão plena do SUS, e respectivas prestações de contas da Prefeitura de Salvador.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 198, de 2007, de autoria do Senador Valter Pereira, *solicitando ao Ministro de Estado da Saúde esclarecimentos acerca das ações de controle do dengue no Estado do Mato Grosso do Sul, realizadas no ano de 2006.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 254, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre a construção do Terminal Hidroportuário de Boca do Acre.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 334, de 2007, de autoria do Senador José Maranhão, *solicitando ao Ministro de Estado da Saúde informações detalhadas sobre os repasses ao Estado da Paraíba nos últimos dois anos, relativos à distribuição de medicamentos de uso contínuo.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 345, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre todas as nomeações ou designações para cargos ou funções de assessoramento no âmbito da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), vinculada àquela Pasta, feitas a partir de 27 de março de 2006.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 408, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a possibilidade de elevação no limite de endividamento dos Estados.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 446, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda os Relatórios de Acompanhamento da situação financeira do Estado do Rio Grande do Sul, elaborados pela Secretaria do Tesouro Nacional, referentes aos quatro últimos exercícios financeiros.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 464, de 2007, de autoria do Senador Raimundo Colombo, *solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações informações sobre qual a arrecadação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), de que trata a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, nos exercícios de 2001 a 2006.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 473, de 2007, de autoria do Senador Tasso Jereissati, *solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre créditos extraordinários destinados àquele ministério, conforme Medida Provisória nº 338, de 29 de dezembro de 2006.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 493, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando à Ministra de Estado do Meio Ambiente informações sobre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criado a partir da divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 494, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia informações sobre os critérios para a definição dos preços do gás natural.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 495, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre propaganda de meia página veiculada no jornal Hora do Povo.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 538, de 2007, de iniciativa da Comissão de Educação, *solicitando ao Ministro de Estado do Esporte informações acerca dos entendimentos para a regulamentação da Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, que estebelece renúncia fiscal para o apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 539, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações sobre o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 540, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando à Ministra de Estado do Meio Ambiente informações sobre as deliberações do Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos (CTA).*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 545, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, *solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações informações acerca das providências para a redução das reclamações da população quanto alegada má qualidade na prestação de serviço da telefonia móvel (Celular).*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 562, de 2007, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, *solicitando ao Ministro*

de Estado da Defesa informações acerca da construção do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 563, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, *solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia e ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica informações detalhadas daquela Agência acerca da mudança no cálculo dos royalties e da Compensação Financeira de Recursos Hídricos devidos aos municípios de Anaurilândia, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, e Panorama, Paulicéia e Presidente Epitácio, em São Paulo*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 564, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores informações sobre tratados, normas e outros atos oficiais entre Brasil – Venezuela e Brasil – Guiana.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 567, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social informações sobre a veiculação de propaganda oficial em publicações de circulação nacional.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 604, de 2007, de autoria do Senador Tasso Jereissati, *solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os créditos extraordinários destinados àquele Ministério, conforme Medida Provisória nº 338, de 29 de dezembro de 2006, para as empresas Petrobrás Netherlands BV e Petrobrás International Braspetro PIB BV.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 607, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre a prorrogação da vigência do convênio entre a Funasa e a ONG Conselho Indígena de Roraima – CIR, destacando-se as circunstâncias e os motivos da prorrogação.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 620, de 2007, de autoria do Senador José Agripino, *solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre as razões que determinaram a suspensão dos repasses financeiros da Caixa Econômica Federal ao Governo do Rio Grande do Norte, destinados à execução da obra de implantação da estação de tratamento de esgoto da cidade de Natal.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 661, de 2007, de autoria do Senador Mão Santa, *solicitando à Ministra de Estado do Meio Ambiente informações sobre licenciamentos e autorizações expedidos em favor da empresa JB Carbon S/A para o Projeto Energia Verde de desmatamento para fabricação de carvão em áreas de cerrado e caatinga no Sul do Estado do Piauí.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 690, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, *solicitando ao Ministro de Estado da Saúde informações referentes ao cumprimento da Portaria Interministerial nº 482, de 16 de abril de 1999.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 757, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, *solicitando à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações acerca dos encaminhamentos para o desfecho das negociações que resultem no término da greve do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 760, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, *solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações acerca dos encaminhamentos para o desfecho das negociações que resultem no término da greve do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 775, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego informações sobre a existência de Convênio entre aquela Pasta e a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 781, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado da Saúde, através da FUNASA, informações acerca de denúncias do elevado número de mortes, no Amazonas, de crianças indígenas, por falta de assistência médica.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 831, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre matéria de página inteira veiculada no Jornal Correio Braziliense sobre o Presidente do PT, Deputado Ricardo Berzoini.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 884, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre empréstimo contraído pela cooperativa Nova Amafrutas junto ao Banco da Amazônia.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 897, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando ao Ministro de Estado do Trabalho informações sobre aquisições de terrra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodisel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 898, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando ao Ministro de Estado da Justiça informações sobre aquisições de terrra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodisel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 899, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodisel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 900, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodisel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 904, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre o vôo no qual foram deportados os pugilistas cubanos de volta a seu país, em 04 de agosto de 2007.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 906, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações sobre ações do governo brasileiro junto à Organização das Nações Unidas – ONU e à Organização dos Estados Americanos – OEA, referentes à Terra Indígena Raposa Serra do Sol.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 907, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando ao Ministro de Estado da Justiça informações sobre ações do governo brasileiro junto à Organização das Nações Unidas – ONU e à Organização dos Estados Americanos – OEA, referentes à Terra Indígena Raposa Serra do Sol.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 916, de 2007, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações a remessa do inteiro teor do processo de anuência prévia relativo à operação de reestruturação societária e transferência de controle e de outorgas de empresa do Grupo Abril e da empresa Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP/Telefônica (Processo nº. 53500.031770/2006), contemplando toda documentação encaminhada pelas empresas envolvidas na transação, a análise e os votos dos membros do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), os pareceres da Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa e da Procuradoria-Geral da referida Agência, o resultado das diligências realizadas, e o parecer sobre o ato de concentração a ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 977, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2005, com o Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2005, por versarem sobre o mesmo assunto.*

Sessão: 28-8-2007

Requerimento nº 978, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 11/2003; 8, 42/2004; 01, 12, 18 e 55/2007, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 28-8-2007

IX – MATÉRIA PREJUDICADA:

De iniciativa do Senado Federal	1
Total	**1**

Requerimento nº 565, de 2007, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira e outros Senadores, *solicitando que seja realizada Sessão Especial do Senado Federal no dia 24 de Agosto de 2007, destinada a homenagear o Presidente Getúlio Vargas pelo transcurso do qüinquagésimo terceiro aniversário de seu falecimento.*

(Prejudicado em virtude da aprovação do Requerimento nº 891, de 2007)

Sessão: 9-8-2007

X – MATÉRIAS REJEITADAS:

De iniciativa do Senado Federal	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
Total	**2**

Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2005 (nº 3.167/97, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo*

sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas.

(Rejeitado, nos termos do Art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 3-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre a incorporação do adicional de insalubridade ou periculosidade no salário do empregado.*

(Rejeitado, nos termos do Art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 9-8-2007

XI – MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES:

De iniciativa do Senado Federal.....8
Total.....8

Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para determinar que a utilização de obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas em representações e execuções públicas que não visem a lucro prescindem de autorização de seu autor ou titular.*

(Retirado pelo Requerimento nº 853, de 2007)

Sessão: 7-8-2007

Requerimento nº 791, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.*

(Retirado pelo Requerimento nº 911, de 2007)

Sessão: 14-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que *altera a Lei nº 3173, de 6 de junho de 1957, para mudar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus.*

(Retirado pelo Requerimento nº 926, de 2007)

Sessão: 21-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *altera o § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para dispensar as microempresas e empresas de pequeno porte do pagamento das contribuições devidas às entidades fiscalizadoras do exercício profissional.*

(Retirado pelo Requerimento nº 954, de 2007)

Sessão: 23-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre o emprego de rendimentos auferidos das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias da competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das transferências obrigatórias da União para os entes federados, bem assim dos Estados para os Municípios.*

(Retirado pelo Requerimento nº 956, de 2007)

Sessão: 23-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2003, de autoria do Senador Romero Jucá, que *altera o Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 10524, de 25 de julho de 2002 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003.*

(Retirado pelo Requerimento nº 964, de 2007)

Sessão: 27-8-2007

Requerimento nº 1.161, de 2006, de autoria do Senador Sibá Machado, que *solicita o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2005 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2006), em virtude de tramitação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 7.200, de 2006.*

(Retirado pelo Requerimento nº 975, de 2007)

Sessão: 28-8-2007

Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, que *altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que dispõe sobre concurso de prognósticos da Loteria Federal, para determinar a identificação do apostador no comprovante de aposta pelo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), do Ministério da Fazenda.*

(Retirado pelo Requerimento nº 986, de 2007)

Sessão: 29-8-2007

XII – OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal 54
Total 54

Requerimento nº 835, de 2007, de autoria do Senador Renan Calheirso e outros Senadores, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Júlio Redecker, representante do Estado do Rio Grande do Sul.*

Sessão: 1º-8-2007

Requerimento nº 836, de 2007, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senadores, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Nélio Dias, representante do Estado do Rio Grande do Norte.*

Sessão: 1º-8-2007

Requerimento nº 845, de 2007, de autoria do Senador Raimundo Colombo, ***solicitando homenagens de pesar pelo falecimento*** *do ex-Governador do Estado de Santa Catarina, Ivo Silveira.*

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 847, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do radialista Orlando Fer-*

reira, ocorrido no dia 21 de julho de 2007, vítima de acidente rodoviário em Nova Olinda do Norte, Amazonas.

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 848, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pela morte do Deputado Federal Júlio Redecker, ocorrida em 17 de julho de 2007, no trágico acidente com o avião da TAM no Aeroporto de Congonhas, São Paulo.*

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 850, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando homenagens de pesar à família do ex-Governador de Santa Catarina, Ivo Silveira, pelo seu falecimento no dia 02 de agosto de 2007, aos 89 anos, em Florianópolis/SC.*

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 856, de 2007, de autoria do Senador Almeida Lima, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do artista plástico José Inácio, conhecido por J. Inácio, ocorrido no dia 1º de agosto de 2007, em Aracaju/SE.*

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 858, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento das 199 pessoas, passageiros, funcionários e demais vítimas do acidente com Airbus A – 320 da TAM que fazia o vôo JJ 3054, ocorrido no aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo, no dia 17 de julho de 2007.*

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 860, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à atleta amazonense Lígia Silva Santos, por sua participação nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.*

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 861, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao atleta amazonense Alexon dos Santos Maximiano, pela conquista da Medalha de Bronze, na prova de lançamento de dardo nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.*

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 862, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pela morte trágica, no acidente aéreo da TAM, em Congonhas, de Márcio Andrade, Melissa Doná, Alanis Andrade, André Doná, Gabriel Pedrosa, Ricardo Almeida, Elenilze Ferraz, Bruno Ferraz, Larissa Ferraz, Jamille Leão e Levi Ponce de Leão, todos do Amazonas.*

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 863, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso aos atletas brasileiros que conquistaram medalhas de Ouro, prata e bronze nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.*

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 864, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao povo do Município de Coari, Amazonas, pelo transcurso de seu 75º aniversário de emancipação política.*

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 865, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao atleta amazonense Sandro Ricardo Rodrigues Viana, pela conquista da Medalha de Ouro, na prova de revezamento 4x100m, nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.*

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 866, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da artista plástica amazonense Maria Bernadete Mafra de Andrade.*

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 867, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando homenagens de pesar pela morte do Senhor Wilson Carlos Kuhn, vítima de complicações pulmonares na cidade de Cascavel, dia 28 de julho de 2007.*

Sessão: 2-8-2007

Requerimento nº 870, de 2007, de autoria do Senador Arthue Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do atleta Carlos Feitosa, que integrou a equipe de vôlei do Flamengo, na década de 60.*

Sessão: 6-8-2007

Requerimento nº 871, de 2007, de autoria do Senador Arthue Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Major Brigadeiro Gerseh Nerval Barbosa, Comandante do Serviço de Transporte Especial da Presidência da República no Governo Costa e Silva, e Chefe do Serviço Secreto da Aeronáutica no Governo Médici, falecido em 4 de agosto de 2007.*

Sessão: 6-8-2007

Requerimento nº 872, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Bispo Emérito, Dom Lino Vombommel, ocorrido dia 7 de agosto de 2007.*

Sessão: 7-8-2007

Requerimento nº 874, de 2007, de autoria do Senador João Pedro, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Professora Doutora Maria Bernadete Mafra de Andrade, da UFAM, ocorrido no dia 28 de julho de 2007.*

Sessão: 7-8-2007

Requerimento nº 875, de 2007, de autoria do Senador José Nery, *solicitando voto de congra-*

tulações pelo aniversário de 80 anos do arcebispo emérito de Belém, Dom Vicente Joaquim Zico.

Sessão: 7-8-2007

Requerimento nº 880, de 2007, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do pintor e artista plástico José Inácio, natural de Arauá – Estado de Sergipe.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 881, de 2007, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da professora e escritora Ofenísia Soares Freire, natural de Estância – Estado de Sergipe.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 892, de 2007, de autoria dos Senadores Adelmir Santana e Cristovam Buarque, *solicitandohomenagens de pesar pelo falecimento do Oficial Bombeiro do Distrito Federal Major Luis Henrique Andrade Barbosa ocorrido em trágico acidente de helicóptero no dia 9 de agosto de 2007 em Ceilândia.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 893, de 2007, de autoria dos Senadores Adelmir Santana e Cristovam Buarque, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Oficial Bombeiro do Distrito Federal Capitão José Frederico Assunção Magalhães ocorrido em trágico acidente de helicóptero no dia 9 de agosto de 2007 em Ceilândia.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 894, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, *solicitando voto de aplauso para o Senhor Rodrigo Alves Gonçalves que salvou a vida de uma criança jogada da ponte em Cariacica.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 895, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Bombeiro do Distrito Federal Sargento Lélio Antônio da Rocha ocorrido em trágico acidente de helicóptero no dia 9 de agosto de 2007 em Ceilândia.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 896, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Senhor Chico Coletor ex-prefeito de Ecoporanga.*

Sessão: 9-8-2007

Requerimento nº 908, de 2007, de autoria do Senador Renan Calheiros, *solicitando voto de aplauso aos cientistas Ricardo Gazzinelli, Patrícia Bozza e Mauro Teixeira por integrarem a lista dos mais influentes cientistas do mundo e pelos excelentes resultados que vêm obtendo em suas pesquisas.*

Sessão: 14-8-2007

Requerimento nº 915, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando voto de aplauso e congratulações à Comunidade Católica do Estado de Roraima, por intermédio do Bispo de Roraima, Dom Roque Paloschi, pelas comemorações dos 100 anos de criação da Prelazia do Rio Branco, hoje Igreja de Roraima.*

Sessão: 15-8-2007

Requerimento nº 917, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista Joel Silveira, em 15 de agosto de 2007, aos 88 anos, de causas naturais enquanto dormia em seu apartamento em Copacabana, no Rio de Janeiro.*

Sessão: 16-8-2007

Requerimento nº 923, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Vereador Edson Luiz Gasparotto, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste – RO, assassinado no dia 15 de agosto de 2007.*

Sessão: 17-8-2007

Requerimento nº 928, de 2007, de autoria do Senador Efraim Morais, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Gervásio Bonavides Mariz Maia, ocorrido no dia 18 de agosto de 2007, na cidade de João Pessoa – PB.*

Sessão: 21-8-2007

Requerimento nº 930, de 2007, de autoria do Senador José Maranhão, *solicitando voto de aplauso aos atletas paraibanos Aline Rosas, Ednalva Laureano, Jucilene Sales, Larissa Lélys, Basílio Emídio, Ednanci Silva e Kaio Márcio de Almeida, pelos brilhantes resultados obtidos no maior campeonato desportivo das Américas, nos Jogos Pan-Americanos.*

Sessão: 21-8-2007

Requerimento nº 931, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, *solicitando voto de aplauso ao Sr. Pedro Mendes Ribeiro, poeta e Presidente da Associação dos violeiros e Poetas Populares do Piauí, pela abertura, no dia 16 de agosto de 2007, do XXXIV Festival de Violeiros.*

Sessão: 21-8-2007

Requerimento nº 932, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Senhora Maria dos Santos Rodrigues, ocorrido no dia 20 de agosto de 2007, na cidade de Ibotirama, no Estado da Bahia.*

Sessão: 21-8-2007

Requerimento nº 933, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Cluadino, *solicitando voto de aplauso à Associação Piauiense de Municípios – AAPM.*

Sessão: 21-8-2007

Requerimento nº 934, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Maria dos Santos Rodrigues, Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Acauã-PI, que foi vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia 20 de agosto de 2007.*

Sessão: 21-8-2007

Requerimento nº 936, de 2007, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, *solicitando voto de louvor à Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva, por seu inestimável trabalho no Estado do Rio Grande do Norte.*

Sessão: 21-8-2007

Requerimento nº 939, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista e escritor Joel Silveira, ocorrido no dia 15 agosto de 2007, no Rio de Janeiro-RJ.*

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 940, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Edmundo Carlos Fonseca, ocorrido no dia 10 agosto de 2007, no Rio de Janeiro-RJ.*

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 946, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, *solicitando voto de aplauso para o Senhor Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro.*

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 947, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Prefeito Olandino Belizário Couto, conhecido como Tininho Belizário, prefeito de Brejetuba, ocorrido no dia 17 de agosto de 2007, em Vila Velha.*

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 948, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Jornalista Nelson Boechar Cunha, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Mangalarga Machador ABCCMM, ocorrido em 16 de junho de 2007.*

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 949, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Doutor Waltencyr Francisco Lawall, farmacêutico estabelecido em Juiz de Fora, Minas Gerais, ocorrido em 22 de junho de 2007.*

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 950, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Município de Parintins, no Amazonas, pela realização da Festa da Pesca Esportiva.*

Sessão: 22-8-2007

Requerimento nº 972, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pela aprovação, na CAPES/MEC, do Curso de Doutorado "Sociedade e Cultura na Amazônia".*

Sessão: 28-8-2007

Requerimento nº 973, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagensa de pesar pelo falecimento, ocorrido em 25 de agosto de 2007, da Sra. Clotilde Piquet de Sotto Mayor, viúva do saudoso Deputado Federal Estácio Sotto Mayor.*

Sessão: 28-8-2007

Requerimento nº 979, de 2007, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Borelho, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Grão Mestre da Grande Loja Maçônica de Roraima, Ademir Pinheiro Viana, ocorrido no dia 26 de agosto de 2007, na cidade de São Paulo.*

Sessão: 28-8-2007

Requerimento nº 980, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento, no dia 26 de agosto de 2007, do professor Newton Lins Buarque Sucupira, Professor Emérito das Universidades Federais de Pernambuco e do Rio de Janeiro e da Universidade Gama Filho; tendo ocupado cargo no Conselho Federal de Educação, na Diretoria de Assuntos Universitários e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

Sessão: 28-8-2007

Requerimento nº 981, de 2007, de autoria do Senador José Maranhão, *solicitando voto de aplauso a Sandro Alves, Andreonni Fabrizius, Damião Robson, Marcelo José, Severino Gabriel, Fábio Ribeiro, Aantônio de Pádua Alves e Jailton Lucas, pelos brilhantes resultados obtidos no maior campeonato desportivo das Américas para Para-Atletas, os Jogos Parapanamericanos, realizados na cidade do Rio de Janeiro e que os votos sejam estendidos, às respectivas Confederações e Federações Esportivas, e às Câmaras Municipais de João Pessoa e Campina Grande, no Estado da Paraíba.*

Sessão: 28-8-2007

Requerimento nº 991, de 2007, *solicitando calendário especial para a tramitação da Proposta de*

Emenda à Constituição nº 75, de 2007 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

Sessão: 29-8-2007

Requerimento nº 993, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de louvor ao Presidente da República Francesa, Sr. Nicolas Sarkozy, por sua proposta de incorporar o Brasil, além de Índia, África do Sul, China e México, ao G8, bem como pelo seu apoio à intenção do nosso país de integrar-se ao Conselho de Segurança da ONU.*

Sessão extraordinária: 29-8-2007

Requerimento nº 997, de 2007, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando voto de louvor em comemoração aos 25 anos de atividades episcopais de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracajú..*

Sessão: 30-8-2007

XIII – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total.....9

Ato nº 46, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 5 de agosto de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 372, de 22 de maio de 2007, que *dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos à vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais e suas cooperativas junto a fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006, e dá outras providências.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 25-7-2007, seção I)

Ato nº 47, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 7 de agosto de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 373, de 24 de maio de 2007, que *dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 27-7-2007, seção I)

Ato nº 48, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 13 de agosto de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 374, de 31 de maio de 2007, que *altera o art. 12 da Lei no 10.666, de 8 de maio de 2003, que dispõe sobre o prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 3-8-2007, seção I)

Ato nº 49, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 31 de agosto de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007, *que fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 15-8-2007, seção I)

Ato nº 50, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 1º de setembro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 376, de 18 de junho de 2007, *que abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 15.704.401.380,00, para os fins que especifica.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 15-8-2007, seção I)

Ato nº 51, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 1º de setembro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 377, de 18 de junho de 2007, *que acresce e altera dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores-DAS e Funções Gratificadas, e dá outras providências.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 15-8-2007, seção I)

Ato nº 52, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de setembro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 378, de 20 de junho de 2007, *que dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 22-8-2007, seção I)

Ato nº 53, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 11 de setembro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 379, de 28 de junho de 2007, que *altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 29-8-2007, seção I)

Ato nº 54, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 11 de setembro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.*

(Publicado no **Diário Oficial da União** de 29-8-2007, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 31 de agosto de 2007)	
Deliberativas Ordinárias	12
Não Deliberativas	09
Deliberativas Extraordinárias	09
Especial	03
Total	**33**

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de agosto de 2007)

MATÉRIAS APROVADAS (Itens I a VIII) **135**

I – Medidas Provisórias aprovadas ... **8**

1 – aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados e enviadas à sanção 4

2 – aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 2

3 – aprovada com alterações e devolvida à Câmara dos Deputados 1

4 – aprovada a Medida Provisória na íntegra e devolvida à Câmara dos Deputados, ficando prejudicado o PLV apresentado pela Câmara dos Deputados 1

II – Proposição aprovada e enviada à sanção **1**

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados **18**

1 – Por decisão terminativa 18

1.1 – Proposições do Senado 18

IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação **49**

1 – Concessões de telecomunicações . 45

2 – Operações de crédito 3

3 – Proposta de Emenda à Constituição 1

V – Escolha de autoridades **4**

VI – Requerimentos de criação de comissão temporária **2**

VII – Requerimentos de Sessão Especial e Período do Expediente **10**

VIII – Requerimentos deferidos pela Mesa **43**

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (Itens IX a XI) **11**

IX – Matéria prejudicada **1**

X – Matérias rejeitadas **2**

XI – Matérias retiradas pelos autores **8**

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (Itens I a XI) **146**

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional prorrogando prazo de Medida Provisória 9

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 1º DE FEVEREIRO A 31 DE AGOSTO DE 2007

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA (1º de fevereiro a 31 de agosto de 2007)	
Deliberativas Ordinárias	74
Não Deliberativas	52
Deliberativas Extraordinárias	11
Especiais	10
Total	**147**
Reuniões preparatórias	3
Reuniões	2
Sessões não realizadas	4

MATÉRIAS APROVADAS (Itens I a XIV) 675

I – Medidas Provisórias aprovadas 46

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção 17

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 21

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados 7

4 – Aprovada a Medida Provisória na íntegra e devolvida à Câmara dos Deputados, ficando prejudicado o Projeto de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados 1

II – Projetos aprovados e enviados à sanção **12**

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados **118**

1 – Por Decisão do Plenário 11

1.1 – Do Senado Federal 9

1.2 – Da Câmara Dos Deputados 2
2 – Em Decisão Terminativa 107
2.1– Proposições Do Senado 107
IV – Projetos Aprovados E Enviados À Promulgação 202
1 – Concessões De Telecomunicações 188
2 – Acordo Internacional 1
3 – Operações de Crédito 3
4 – Proposta de Emenda à Constituição 1
5 – Suspensão de Atos Normativos Declarados Inconstitucionais 4
6 – Alterações do Regimento 2
7 – Outros 3
V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática 9
VI – Escolha de Autoridade 49
VII – Requerimentos de Votos De Aplauso, Censura ou Semelhante 3
VIII – Requerimentos de Criação de Comissão Temporária 3
IX – Requerimentos de Sessão Especial e Período do Expediente 37
X – Requerimentos de Auditoria do Tribunal de Contas da União 5
XI – Requerimentos de Desarquivamento Aprovados' 46
XII – Requerimentos de Informação Aprovados pela Mesa 45
XIII – Requerimentos Deferidos pela Mesa 60
XIV – Requerimentos Diversos 40
Matérias Enviadas ao Arquivo (Itens XV a XVIII) 52
XV – Matérias Prejudicadas 6
XVI – Matérias Rejeitadas 13
XVII – Matérias Retiradas pelos Autores 32
XVIII – Medida Provisória com Tramitação Encerrada 1
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (Itens I a XVIII) 727
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA 54
REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS 2

B – SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE AGOSTO DE 2007 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 7-8-2007 – ORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2007, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, QUE REGULAMENTA O INCISO XXI DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". CONVIDADOS: SR. ROGÉRIO SANTANA DOS SANTOS, SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI (REPRESENTANDO O EXMO MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO PAULO BERNARDO SILVA); DO SR. ANDRÉ KRESCH, DIRETOR DA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SECOB (REPRESENTANDO O EXMO. SENHOR MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU); DO SR. PAULO SAFADY SIMÃO, PRESIDENTE DA CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO – CBIC; DO SR. PAULO GODOY, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA E INDÚSTRIAS DE BASE – ABDIB; DO SR. MARCOS TÚLIO DE MELO, PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CONFEA; E DO SR. LUIZ FERNANDO DOS SANTOS REIS, PRESIDENTE DO SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA – SINICON.

RESULTADO: REALIZADA.

REUNIÃO REALIZADA EM 14-8-2007 – ORDINÁRIA

ITEM 01 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO

Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990,

8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências.

Autoria: Deputado FRANCISCO RODRIGUES

Relator: Senador SIBÁ MACHADO

Parecer: Favorável ao Projeto.

OBS: – A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com Parecer favorável ao Projeto;

– Em 10-7-2007, foi concedida Vista Coletiva nos termos Regimentais.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM 02 – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 106, DE 2007 – NÃO TERMINATIVA

Propõe que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), no valor equivalente a até US 150,000.000.00 (cento e cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos constituirão o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Eqüidade – Competitividade II.

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Relator: Senador NEUTO DE CONTO

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM 03 – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 122, DE 2007 – NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 16,100,000.00 (dezesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para financiamento parcial do Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil – Interlegis II, a ser executado pelo Senado Federal.

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Relator: Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM 04 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 2003 – TERMINATIVO

Altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas).

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO

Relator: Senador RENATO CASAGRANDE

Parecer: Pelo arquivamento da Matéria.

OBS: Em 15/05/2007, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais.

Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, DE 2005 – TERMINATIVO

Exclui as pessoas jurídicas que se dediquem à corretagem de imóveis da vedação à adesão ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).

Autoria: Senador LEONEL PAVAN

Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Parecer: Pela rejeição da Matéria.

OBS: Em 10-7-2007, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais.

Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM 06 – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 126, DE 2007 – NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do "Programa BNDES de Crédito Multisetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)", inserido na Linha de Crédito Condicional concedido pelo BID ao BNDES, no valor equivalente a até US$ 3,000,000,000.00 (três bilhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Relator: Senador ROMERO JUCÁ

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

FOI APROVADO, AINDA, O SEGUINTE REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO Nº 33/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, o adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, bem como o convite à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para comparecer a esta Comissão de Assuntos Econômicos a fim de prestar esclarecimentos sobre o assunto de que trata o referido projeto (compensação financeira aos Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétrica).

Autoria: Senador ROMERO JUCÁ

REUNIÃO REALIZADA EM 21-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM INSTRUIR O OFÍCIO "S" Nº 12, DE 2003, QUE "SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL O TERMO ADITIVO DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO E DE COMPRA E VENDA DE ATIVOS CELEBRADOS EM 12 DE FEVEREIRO DE 1998, ENTRE A UNIÃO, O ESTADO DE RONDÔNIA, O BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A – BERON, E A RONDÔNIA CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A – RONDONPOUP, COM A INTERVENIÊNCIA DO BANCO DO BRASIL S/A, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1654, DE 15 DE ABRIL DE 2003, PARA AS RESSALVAS LEGAIS NECESSÁRIAS EM SUA RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA, CONFORME AS NOTAS TÉCNICAS Nº 058 E Nº 065, DE 08 E 12 DE FEVEREIRO DE 1999, RESPECTIVAMENTE E A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS S/Nº DE 03 DE ABRIL DE 2003, DA LIQUIDANTE DO BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A – BERON", EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO.

CONVIDADOS: Sr. Marcelo Bemerguy, Secretário-Geral de Controle Externo Adjunto do Tribunal de Contas da União (representando o Exmo. Sr. Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU); do Sr. Valdivino Crispim de Souza, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; do Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Procurador-Geral da Fazenda Nacional; do Sr. Leandro Giacomazzo, Coordenador-Geral de Haveres Financeiros da Secretaria do Tesouro Nacional (representando o Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; e do Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, Diretor de Liquidação e Desestatização do Banco Central – Bacen.

RESULTADO: REALIZADA

2ª PARTE

ITEM 01 – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 123, DE 2007 – NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Curitiba e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, no valor de até US$ 10,00,000.0 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Estruturação de Assentamentos Habitacionais na Cidade de Curitiba.

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Relator: Senador GILVAM BORGES

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: O Presidente da Comissão designa o Senador Romero Jucá Relator Ad Hoc. Após a leitura do Relatório, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

FOI APROVADO O SEGUINTE REQUERIMENTO:

Requerimento nº 34/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja realizada auditoria pelo Tribunal de Contas da União, nas contas das Instituições Financeiras do Estado de Rondônia que estiveram submetidas ao Regime de Administração Especial Temporária – RAET pelo Banco Central, durante o período em que vigorou tal regime, bem como no contrato de abertura de crédito e venda de ativos celebrados em 12 de fevereiro de 1998, entre a União, o Estado de Rondônia, o Banco de Estado de Rondônia S/A – BERON, e a Rondônia Crédito Imobiliário S/A – Rondonpoup, a ser apresentada a este Órgão Técnico no prazo de noventa dias. A Secretaria do Tesouro Nacional, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e o Banco Central do Brasil deverão prestar assistência ao TCU no fornecimento de informações e documentos a respeito do objeto da referida Auditoria.

Autoria: Senadores Aloizio Mercadante e Romero Jucá

REUNIÃO REALIZADA EM 28-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

REUNIDA A COMISSÃO, NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO DAS MATÉRIAS CONSTANTES NA PAUTA.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS – CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 13-8-2007

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DEBATER A QUESTÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, TENDO COMO TEMA FOCO O SETOR DE "AVIA-

ÇÃO CIVIL", EM ATENDIMENTO A DELIBERAÇÃO DA SUBCOMISSÃO. **CONVIDADOS:**

SR. MAJ. BRIG. AR RAMON BORGES CARDOSO, DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DO MINISTÉRIO DA DEFESA; DO SR. MILTON SÉRGIO ZUANAZZI, DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC; DO SR. SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI, PRESIDENTE DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO; DO SR. JOÃO QUIRINO JÚNIOR, PRESIDENTE REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS – ABAV/DF; E DO SR. MODESTO LOPES, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CONCESSIONÁRIOS AEROPORTUÁRIOS – ABRASCA.

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 20-8-2007

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DEBATER A QUESTÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, TENDO COMO TEMA O SETOR DE "SANEAMENTO BÁSICO".

CONVIDADOS: Srs. Abelardo de Oliveira Filho, Diretor-Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA; Newton de Lima Azevedo, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB (representando o Sr. Paulo Godoy, Presidente da ABDIB); e Jeconias Rosendo Júnior, Coordenador do Plano Diretor da Confederação Nacional de Municípios – CNM (representando o Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da CNM); e ainda com a participação do Sr. Walder Suriani, Diretor-Executivo da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais – AESBE.

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 27-8-2007 CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (CMA)

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DEBATER A QUESTÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS COM ENFOQUE NA ÁREA DE "MEIO AMBIENTE E RESÍDUOS SÓLIDOS", EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DAS SUBCOMISSÕES.

CONVIDADOS: DR. SABETA CALDERONI, DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASIL AMBIENTE; DO SR. ANDRÉ VILHENA, DIRETOR-EXECUTIVO DO COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM – CEMPRE; DO SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR, REPRESENTANTE DA COMISSÃO NACIONAL DO MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – MNCR; E DO SR. ALBERTO BIANCHINI, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS – ABRELPE.

RESULTADO: REALIZADA

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.

REUNIÃO REALIZADA EM 8-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 2006

"Inclui as doações aos Fundos controlados pelos Conselhos de Assistência Social na permissão para dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas".

Autor: Senador PAULO PAIM

Relator: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

Parecer: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 83, DE 2005

"Institui a Frente Parlamentar da Engenharia".

Autor: Senador MARCELO CRIVELLA

Relator: Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Parecer: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado.

ITEM 03 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2003

"Dispõe sobre o trabalho do menor aprendiz e dá outras providências".

Autor: Senador PAULO PAIM

Relatora: Senadora LÚCIA VÂNIA

Parecer: Pela prejudicialidade.

Resultado: Aprovada a prejudicialidade do Projeto.

REUNIÃO REALIZADA EM 8-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 2006

"Inclui as doações aos Fundos controlados pelos Conselhos de Assistência Social na permissão para dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas".

Autor: Senador PAULO PAIM

Relator: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

Parecer: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 83, DE 2005

"Institui a Frente Parlamentar da Engenharia".

Autor: Senador MARCELO CRIVELLA

Relator: Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Parecer: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado.

ITEM 03 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2003

"Dispõe sobre o trabalho do menor aprendiz e dá outras providências".

Autor: Senador PAULO PAIM

Relatora: Senadora LÚCIA VÂNIA

Parecer: Pela prejudicialidade.

Resultado: Aprovada a prejudicialidade do Projeto.

REUNIÃO REALIZADA EM 15-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM (SF) Nº 109, DE 2007

"Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ALFREDO LUIZ DE ALMEIDA CARDOSO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS".

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relator: Senador SÉRGIO GUERRA

Parecer: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Resultado: Aprovado o nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, com 20 votos sim.

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM (SF) Nº 110, DE 2007

"Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor HESIO DE ALBUQUERQUE CORDEIRO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS".

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO

Parecer: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor Hésio de Albuquerque Cordeiro ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Resultado: Aprovado o nome do Senhor Hésio de Albuquerque Cordeiro, com 20 votos sim.

ITEM 03 – REQUERIMENTO Nº 43, DE 2007 – CAS

"Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, AUDIÊNCIA PÚBLICA conjunta entre a Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência (CASDEF) e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para serem debatidos entre os Senhores Senadores o Turismo para Pessoas com Deficiência, propomos que sejam convidados representantes do Ministério do Turismo, Ministério dos Transportes, da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) , da Industria Brasileira de Hotéis (ABIH), do CONADE e Ministério das Cidades".

Autores: Senador EDUARDO AZEREDO, Senadora LÚCIA VÂNIA e Senador FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 22-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2005

"Dá nova redação ao caput do art. 34 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso".

Autoria: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Relator: Senador LEOMAR QUINTANILHA

Parecer: Favorável ao Projeto.

OBS: Na reunião do dia 08-8-07 foi concedida vista ao Senador Paulo Paim, que devolveu sem manifestação.

Resultado: Aprovado

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2007

"Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 (Garante às mulheres o acesso a informações sobre a doação de sangue placentário e do cordão umbilical)".

Autora: Deputada RITA CAMATA

Relatora: Senadora LÚCIA VÂNIA

Parecer: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado

ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 03, de 2007

"Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde bucal – ASB".

Autor: Deputado RUBENS OTONI

Relator: Senador AUGUSTO BOTELHO

Parecer: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado.

ITEM 04 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2003

"Altera o § 5º do artigo 164 da Consolidação das Leis do Trabalho para determinar a eleição

do presidente e do vice-presidente da CIPA pelos seus membros".

Autor: Senador PAULO PAIM

Relator: Senador FLÁVIO ARNS

OBS: Em 28/03/2007, o Projeto foi deliberado na CAS e retorna à pauta para apreciação da Emenda, de autoria do Senador Adelmir Santana, apresentada na reunião do dia 28/03/2007, com Parecer contrário.

Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CAS, com Parecer favorável do Relator.

ITEM 05 – REQUERIMENTO Nº 44, DE 2007-CAS

"Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de promover debate sobre a situação dos planos e seguros privados de saúde e a regulação do setor, com convidados ainda a serem definidos pela Comissão".

Autora: Senadora PATRÍCIA SABOYA

Resultado: Aprovado

ITEM 06 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 30, DE 2007

"Institui a Frente Parlamentar pela Valorização do Trabalho".

Autor: Senador PAULO PAIM

Relator "ad hoc": Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

Parecer: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 29-8-2007
CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ITEM ÚNICO – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 044, DE 2007 (TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PLS Nº 473, DE 2003)

"DISPÕE SOBRE O ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DE ENSINO MÉDIO; ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 428 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943; REVOGA AS LEIS Nºs 6.494, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977, E 8.859, DE 23 DE MARÇO DE 1994, E DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, E DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.164-41, DE 24 DE AGOSTO DE 2001; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR RAIMUNDO COLOMBO

PARECER: FAVORÁVEL, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO E PELA PREJUDICIALIDADE DO PLS Nº 473 DE 2003

OBS.1: O PARECER FOI APRESENTADO ORALMENTE, FRUTO DE ENTENDIMENTOS, ENTRE O RELATOR NESTA COMISSÃO, SENADOR RAIMUNDO COLOMBO, A RELATORA DA CAS, SENADORA IDELI SALVATTI E OS MEMBROS DAS DUAS COMISSÕES. OS PARECERES, POR ESCRITO, ESTARÃO DISPONÍVEL ATÉ AS 18 HORAS DE HOJE

OBS.2: MATÉRIA TRAMITANDO EM REGIME DE URGÊNCIA NOS TERMOS DO ART. 64, § 1º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 122, INCISO II, ALÍNEA B, COMBINADO COM O ART. 375, INCISO I DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL (RISF)

OBS.3: FORAM OFERECIDAS 19 (DEZENOVE) EMENDAS: 9 (NOVE) EMENDAS DOS SENHORES SENADORES MARISA SERRANO (Nºs 01, 03, 05 E 07), CRISTOVAM BUARQUE (Nºs 02, 08 E 09), EXPEDITO JÚNIOR (Nº 04) E MARCONI PERILLO (Nº 06) E 10 (DEZ) EMENDAS DE AUTORIA DO RELATOR, SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (Nºs 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 E 19)

OBS.4: PRAZO FINAL (45º DIA) 02-9-07 (SOBRESTANDO A PAUTA A PARTIR DE 03-9-2007)

OBS.5: NA REUNIÃO DO DIA 28-8-07 FOI ADIADA A VOTAÇÃO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, ATENDENDO À SOLICITAÇÃO DA SENADORA IDELI SALVATTI, RESPEITADO O DISPOSTO NO ART. 375, INCISO VI DO RISF

RESULTADO: APROVADO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2003 ((TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PLC Nº 44, DE 2007)

"DISPÕE SOBRE OS ESTÁGIOS DE ESTUDANTES DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DO ENSINO MÉDIO, INCLUSIVE NAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AUTORIA: SENADOR OSMAR DIAS

RELATORIA: SENADOR RAIMUNDO COLOMBO

PARECER: PELA PREJUDICIALIDADE E FAVORÁVEL AO PLC Nº 044 DE 2007, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO

OBS.1: O PARECER FOI APRESENTADO ORALMENTE, FRUTO DE ENTENDIMENTOS, ENTRE O RELATOR NESTA COMISSÃO, SENADOR RAIMUNDO COLOMBO, A RELATORA DA CAS, SENADORA IDELI SALVATTI E OS MEMBROS DAS DUAS COMISSÕES. OS PARECERES, POR ESCRITO, ESTARÃO DISPONÍVEL ATÉ AS 18 HORAS DE HOJE

OBS.2: MATÉRIA TRAMITANDO EM REGIME DE URGÊNCIA NOS TERMOS DO ART. 64, § 1º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 122, INCISO II, ALÍNEA **B**, COMBINADO COM O ART. 375, INCISO I DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL (RISF)

OBS.3: FORAM OFERECIDAS 19 (DEZENOVE) EMENDAS: 9 (NOVE) EMENDAS DOS SENHORES SENADORES MARISA SERRANO (Nºs 01, 03, 05 E 07), CRISTOVAM BUARQUE (Nºs 02, 08 E 09), EXPEDITO JÚNIOR (Nº 04) E MARCONI PERILLO (Nº 06) E 10 (DEZ) EMENDAS DE AUTORIA DO RELATOR, SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (Nºs 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 E 19)

OBS.4: PRAZO FINAL (45º DIA) 02-9-07 (SOBRESTANDO A PAUTA A PARTIR DE 3-9-2007)

OBS.5: NA REUNIÃO DO DIA 28-8-07 FOI ADIADA A VOTAÇÃO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, ATENDENDO À SOLICITAÇÃO DA SENADORA IDELI SALVATTI, RESPEITADO O DISPOSTO NO ART. 375, INCISO VI DO RISF

RESULTADO: PREJUDICADO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CAS

REUNIÃO REALIZADA EM 28-8-2007 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TURISMO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, COM A PARTICIPAÇÃO DA SENHORA JUREMA MONTEIRO (COORDENADORA-GERAL DE SEGMENTAÇÃO DO TURISMO – MINISTÉRIO DO TURISMO); SENHOR CARLOS MORALES (DIRETOR DE REGULAÇÃO E GESTÃO DA SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA – MINISTÉRIO DAS CIDADES); SENHOR MARCOS CORDEIRO DE SOUZA BANDEIRA (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES); SENHORA MARIA MADALENA NOBRE (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA); E, SENHORA ISABEL LOUREIRO MAIOR (COORDENADORIA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – CORDE).

RESULTADO: REALIZADA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

REUNIÃO REALIZADA EM 8-8-2007 ORDINÁRIA – 1ª REUNIÃO

ITEM ÚNICO: ELEIÇÃO DO PRESIDENTE PARA COMPLEMENTAÇÃO DO BIÊNIO 2007/2008 (Art. 88, § 4º do RISF)

RESULTADO: ELEITO O SENADOR MARCO MACIEL.

REUNIÃO REALIZADA EM 8-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 119, DE 2007 (Mensagem nº 515, de 2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO

"Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor PEDRO PAULO TEIXEIRA MANUS, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – SP, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista."

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Votação Secreta.

Resultado: APROVADA A INDICAÇÃO

ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 120, DE 2007 (Mensagem nº 516, de 2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO

"Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor FERNANDO EIZO ONO, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – PR, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista."

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador OSMAR DIAS.

Parecer: Votação Secreta.

Resultado: APROVADA A INDICAÇÃO

ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 121, DE 2007 (Mensagem nº 517, de 2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO

"Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região – MT, para compor o Tribunal Superior do Tra-

balho, no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista."

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Votação Secreta.

Resultado: APROVADA A INDICAÇÃO

REQUERIMENTOS APRECIADOS:

1) REQUERIMENTO Nº 13, DE 2007-CCJ, "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal. Requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para debater sobre sistema de Governo e Reforma política, objetivando a instrução da PEC 31 DE 2007. Deverão ser convidados os membros da Frente parlamentar Pro-parlamentarismo e os Cientistas Políticos abaixo nomeados, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da CCJ: 1) Sr. Octaciano Nogueira; 2) Sr. Antônio Octaciano Cintra."

Autoria: SENADOR FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

2) REQUERIMENTO Nº 14, DE 2007-CCJ, "Requeremos, nos termos dos incisos IX e XI do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a comparecer perante esta Comissão, o Ministro de Estado da Justiça, Senhor Tarso Genro, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)."

Autoria: Senadores ALOIZIO MERCADANTE, EDUARDO SUPLICY e Senadora IDELI SALVATTI.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 15-8-2007
ORDINÁRIA

ITEM 1 – VOTAÇÃO DO PARECER DA CCJ OFERECENDO A REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 81, DE 2003

"Acrescenta o artigo 174-A à Constituição Federal para fixar os princípios da atividade regulatória".

Autoria: Senador TASSO JEREISSATI e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ que oferece a Redação para o Segundo Turno da PEC nº 81, de 2003.

ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 267, DE 2005 (Mensagem nº 0806, de 2005, na origem) – NÃO TERMINATIVO

"Solicita, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal, autorização para aceitação de dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele país."

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador PEDRO SIMON.

Parecer: Pela aprovação da Mensagem.

Obs: A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Mensagem.

ITEM 3 – EMENDA DE PLENÁRIO Nº 2 OFERECIDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR – NÃO TERMINATIVO

"Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal".

Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Autoria da Emenda: Senadora IDELI SALVATTI.

Relatoria: Senador JARBAS VASCONCELOS.

Parecer: Pela aprovação da Emenda nº 2-PLEN, nos termos da Subemenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 2-PLEN, nos termos da Subemenda-CCJ.

ITEM 4 – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2007

"Altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias."

Autoria: Senador JARBAS VASCONCELOS e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: Pela aprovação da Proposta.

Obs: Em 11-7-2007, foi concedida vista ao Senador Inácio Arruda, nos termos regimentais, que devolveu com Voto em Separado pela rejeição da Proposta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta.

REQUERIMENTO APRECIADO

1) REQUERIMENTO Nº 15, DE 2007-CCJ, "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão com a presença dos presidentes dos seguintes partidos: PMDB, PCdoB, PT e PSDB, para debater sobre a Reforma Política, e demais partidos com assento no Senado Federal".

Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 22-8-2007
ORDINÁRIA

ITEM 1 – OFÍCIO "S" Nº 29, DE 2003 – (Ofício Nº 00144, de 26-9-2003, na origem) – TERMINATIVO

"Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão, bem como do Parecer da Procuradoria-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado, proferidos nos autos do Recurso Extraordinário nº 158834, que declarou a inconstitucionalidade da expressão '...ou a integração no ativo fixo de mercadoria produzida pelo próprio estabelecimento...', contida no inciso II do § 1º do artigo 2º do Convênio ICM nº 66/88, e da expressão '...ou a integração no ativo fixo, de mercadoria... produzida pelo próprio estabelecimento.', contida no item 2 do § 1º do artigo 2º da Lei nº 6374, de 1º de março de 1989, do Estado de São Paulo (dispõem sobre o ICMS)."

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Relatoria "ad hoc": Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Pela propositura de Projeto de Resolução.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer da CCJ.

ITEM 2 – OFÍCIO "S" Nº 26, DE 1999 – (Ofício Nº 00102 de 20-7-1999, na origem) – TERMINATIVO

"Encaminha ao Senado Federal para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, bem como da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 118585, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 751, de 16 de maio de 1984, do Município de Auriflama-SP (Isenção de impostos)."

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Pela apresentação de Projeto de Resolução.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer da CCJ.

ITEM 3 – OFÍCIO "S" Nº 99, DE 1997 – (Ofício Nº 206/P-MC de 07/11/1997, na origem) – TERMINATIVO

"Encaminha ao Senado Federal, cópia do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça e do parecer da Procuradoria-Geral da República, bem assim da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do habeas-corpus nº 74761, que declarou a inconstitucionalidade da expressão 'absoluta dos seus membros', constante do **caput** do art. 181 do referido Regimento Interno."

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador EDISON LOBÃO.

Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Obs: Em razão do Parecer pela Prejudicialidade oferecido pelo Relator, a Presidência Declara Prejudicada a matéria.

Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade.

ITEM 4 – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2007

"Altera os artigos 17 e 55 da Constituição Federal, para assegurar, aos partidos, a titularidade dos mandatos parlamentares."

Autoria: Senador MARCO MACIEL e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: Pela aprovação da Proposta, com três Emendas que apresenta.

Obs: – Em 11-7-2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais, tendo o Senador Eduardo Suplicy oferecido Voto em Separado pela aprovação da Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta;

– Em 14-8-2007, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares;

– Em 15-8-2007, foi recebido o Voto em Separado do Senador Inácio Arruda, pela aprovação da Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta;

– Em 21-8-2007, foi recebida a Emenda nº 3, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que recebeu Parecer contrário (retirada em 22-8-2007);

– Em 22-8-2007, durante a discussão da matéria, o Senador Antonio Carlos Valadares retira a Emenda nº 3 e oferece a Emenda nº 4, que recebe Parecer favorável.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), acolhendo as Emendas nºs 1, 2 e 4 do Senador Antonio Carlos Valadares, consolidadas no Substitutivo.

ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2007 – TERMINATIVO

"Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em processos de crimes de responsabilidade de funcionários públicos".

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Relatoria: Senador EDISON LOBÃO.

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta.

Obs: Em 22-8-2007, durante a discussão da matéria, a Senadora Ideli Salvatti oferece a Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. Fica prejudicada a Emenda nº 1 da Senadora Ideli Salvatti, por já estar contemplada na Emenda nº 1-CCJ.

REUNIÃO REALIZADA EM 29-8-2007
ORDINÁRIA

1ª PARTE

ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 132, DE 2007 (Mensagem nº 00633, de 28-8-2007, na origem) – NÃO TERMINATIVO

"Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence".

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Votação Secreta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Doutor CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO para compor o Supremo Tribunal Federal, com vinte e dois (22) votos favoráveis e um (1) voto em branco.

2ª PARTE

ITEM 1 – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, DE 2007 (PEC nº 58, de 2007, na Câmara dos Deputados)

"Altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (Minirreforma Tributária)".

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senador ROMERO JUCÁ.

Parecer: Pela aprovação da Proposta.

Resultado: Aprovado o Parecer Favorável à Proposta.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 7-8-2007
EXTRAORDINÁRIA

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – 6ª AUDIÊNCIA REALIZADA

DEBATE: IDÉIAS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO -PDE

AUTORIA DO REQUERIMENTO: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONVIDADOS:

HUGO BARRETO

Secretário-Geral da Fundação Roberto Marinho

MARIA AUXILIADORA SEABRA REZENDE

Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e Secretária de Educação do Estado do Tocantins

GABRIEL MÁRIO RODRIGUES

Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES

MARIO HELIO DE SOUZA RAMOS

Presidente da Fundação Bradesco

DEPUTADO FEDERAL PAULO RENATO SOUZA

Ex-Ministro da Educação

REUNIÃO REALIZADA EM 9-8-2007
EXTRAORDINÁRIA

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – 7ª AUDIÊNCIA REALIZADA

DEBATE: IDÉIAS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO -PDE

AUTORIA DO REQUERIMENTO: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONVIDADOS:

JORGE WERTHEIN

Diretor-Executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino Americana – RITLA

JOÃO BATISTA DE GERONI

Prefeito do Município de Calmon – SC

PAULO NATHANAEL PEREIRA DE SOUZA

Presidente do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE

NEUZA SARTI WERNEQUE RIBAS

Secretária de Educação do Município de Barra do Chapéu – SP

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO

Conselheiro da Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU

REUNIÃO REALIZADA EM 14-8-2007
EXTRAORDINÁRIA

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – 8ª AUDIÊNCIA REALIZADA

DEBATE: IDÉIAS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE

AUTORIA DO REQUERIMENTO: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONVIDADOS:

RONALDO LESSA

Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

RONALDO TEIXEIRA DA SILVA

Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça e Secretário Executivo do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI

REUNIÃO REALIZADA EM 15-8-2007
ORDINÁRIA

ITEM 01 – TERMINATIVO – SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007 (TURNO SUPLEMENTAR)

"ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 4º DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 PARA DEFINIR CONDIÇÕES DE QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA CRIANÇAS DE CINCO E SEIS ANOS DE IDADE".

AUTORIA DO SUBSTITUTIVO: SENADOR WILSON MATOS

AUTORIA DO PLS 277/07: SENADOR FLÁVIO ARNS

RELATORIA: SENADOR WILSON MATOS

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.1: NÃO SENDO OFERECIDAS EMENDAS AO PROJETO ATÉ O FIM DA DISCUSSÃO, A MATÉRIA SERÁ DADA COMO DEFINITIVAMENTE ADOTADA PELA COMISSÃO, SEGUNDO O QUE PRECEITUA O ART. 282, COMBINADO COM O ART. 92 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

OBS.2: O PARECER AO PLS 277/07, DE AUTORIA DO SENADOR WILSON MATOS, FAVORÁVEL AO PROJETO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO, FOI APROVADO NA REUNIÃO DO DIA 10-7-07

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 031 – CE, DE 2007

"NOS TERMOS DO INCISO II DO ART. 90 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, COMBINADO COM O INCISO II DO § 2º DO ART. 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, A FIM DE OBTER SUBSÍDIOS PARA INSTRUIR OS SENHORES SENADORES A RESPEITO DA EXIGÊNCIA DE APROVAÇÃO EM EXAME DE PROFICIÊNCIA COMO REQUISITO PARA O EXERCÍCIO DA MEDICINA E DA ODONTOLOGIA, MATÉRIA DOS PROJETOS DE LEI DO SENADO NOS 217, DE 2004, E 102, DE 2006, DE AUTORIA DO SENADOR TIÃO VIANA E DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO, RESPECTIVAMENTE. SOLICITA-SE A PARTICIPAÇÃO DAS SEGUINTES AUTORIDADES: 1) REPRESENTANTE DO CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA; 2) REPRESENTANTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA; 3) REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; 4) REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA".

AUTORIA: SENADOR PAPALÉO PAES

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 032 – CE, DE 2007

"REQUEIRO, NOS TERMOS CONSTITUCIONAIS E REGIMENTAIS, SEJA FORMULADO CONVITE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR, MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, PARA COMPARECER PERANTE ESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE), A FIM DE PRESTAR INFORMAÇÕES SOBRE OS JOGOS PAN-AMERICANOS REALIZADOS RECENTEMENTE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – RJ".

AUTORIA: SENADORES RENATO CASAGRANDE E FLEXA RIBEIRO

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 033 – CE, DE 2007

"NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, II, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, II E V, E 93, II DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO, COM A PRESENÇA DO SR. MINISTRO DOS ESPORTES, PARA QUE FAÇA UM BALANÇO DA REALIZAÇÃO DOS JOGOS PAN-AMERICANOS, RECENTEMENTE ACONTECIDOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BEM COMO PRESTAR HOMENAGEM AOS ATLETAS BRASILEIROS QUE PARTICIPARAM DESSE EVENTO".

AUTORIA: SENADORA IDELI SALVATTI E SENADOR FLEXA RIBEIRO

RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 034 – CE, DE 2007

"REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE ESTA COMISSÃO SOLICITE AO MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO E AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO A RETIRADA DE URGÊNCIA CONSTITUCIONAL DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 044, DE 2007, TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 473 DE 2003. TAL INICIATIVA SE DEVE AO FATO DESTA CASA ESTAR RECEBENDO SOLICITAÇÕES DE DIVERSOS SETORES AFETADOS PELA PROPOSIÇÃO, REQUISITANDO UM TEMPO MAIOR PARA APROFUNDAMENTO DOS DEBATES E MELHOR ANÁLISE DO PROJETO".

AUTORIA: SENADORES RAIMUNDO COLOMBO, PAULO PAIM, FLÁVIO ARNS, E CRISTOVAM BUARQUE

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 036 – CE, DE 2007

"REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE O TEMPO DESTINADO AOS ORADORES NO PERÍODO DO EXPEDIENTE EM SESSÃO A SER DEFINIDA POSTERIORMENTE, SEJA DESTINADO A HOMENAGEAR OS ATLETAS BRASILEIROS QUE PARTICIPARAM DOS JOGOS PAN-AMERICANOS 2007".

AUTORIA: SENADOR CÍCERO LUCENA E OUTROS SENHORES SENADORES

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – ADITAMENTO Nº 001 AO REQUERIMENTO Nº 033 – CE, DE 2007

"REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 033, DE 2007 – CE, APROVADO NA SESSÃO DE 15 DE AGOSTO, PARA QUE SEJA FEITA UMA HOMENAGEM AOS ATLETAS BRASILEIROS QUE PARTICIPARAM DO PAN-AMERICANO 2007, NO PLENÁRIO DA CASA".

AUTORIA: SENADOR CÍCERO LUCENA

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04 – NÃO TERMINATIVO – ADITAMENTO Nº 001 AO REQUERIMENTO Nº 032– CE, DE 2007

"ATENDENDO AO OFÍCIO Nº 2557/2007/GM/ME, DO MINISTÉRIO DO ESPORTE, REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 032, DE 2007 – CE, APROVADO NA SESSÃO DE 15 DE AGOSTO, PARA QUE SEJAM INCLUÍDOS NA AUDIÊNCIA PÚBLICA A SER REALIZADA O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE, SENHOR WADSON RIBEIRO; O SECRETÁRIO DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO, SENHOR DJAN MADRUGA; O SECRETÁRIO ESPECIAL DO PAN, SENHOR RICARDO LEYSER; E O PRESIDENTE DO COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO – COB, SENHOR CARLOS NUZMAN".

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 035 – CE, DE 2007

"REQUEIRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 90, INCISOS II E V, E ARTIGO 93, INCISO II DO REGIMENTO INTERNO, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, PARA DISCUTIR AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS BEM COMO AS AGRESSÕES, INTIMIDAÇÕES, HUMILHAÇÕES A PROFESSORES E OFENSAS ENTRE ESTUDANTES. DEVERÃO SER CONVIDADAS A DEBATER E EXPOREM SEUS PONTOS DE VISTAS AS PROFESSORAS: MYRIAM ABRAMOVAY – SECRETÁRIA EXECUTIVA DO OBSERVATÓRIO IBERO-AMERICANO DE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS, E QUEM MAIS ESTA COMISSÃO INDICAR. SANDRA MARIA COLI FERRER PEREIRA – SÓCIA PROPRIETÁRIA DO CICLOS – CENTRO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. SÔNIA MARIA FERREIRA KOEHLER – COORDENADORA DO CURSO DE PEDAGOGIA E PESQUISADORA DO OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA, NO CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO".

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06 – NÃO TERMINATIVO – ADITAMENTO Nº 001 AO REQUERIMENTO Nº 025 – CE, DE 2007

"REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS E CONSTITUCIONAIS, QUE SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO DE Nº 025, APROVADO NA CE, O NOME DO SENHOR PAULO BOCCATO, PRESIDENTE DO CONGRESSO BRASILEIRO DE CINEMA".

AUTORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 037 – CE, DE 2007

NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, INCISOS II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, INCISOS II E V E 93, INCISOS I E II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE MAIS UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA (4ª), NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, UMA VEZ QUE OS REQUERIMENTOS Nº 25 – CE DE 2007 E Nº 07 SCTMC DERAM ENSEJO ÀS TRÊS AUDIÊNCIAS ANTERIORES, COM O PROPÓSITO DE INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2007, QUE "DISPÕE SOBRE A PRODUÇÃO, PROGRAMAÇÃO E PROVIMENTO DE CONTEÚDO BRASILEIRO PARA DISTRIBUIÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". A PRESENTE PROPOSIÇÃO SE JUSTIFICA UMA VEZ QUE ESTA COMISSÃO VEM RECEBENDO DIVERSAS SOLICITAÇÕES DOS SETORES AFETADOS PELO PROJETO, ANSIANDO POR PARTICIPAR DAS DISCUSSÕES, COM O OBJETIVO DE APRIMORAR O TEXTO DA MATÉRIA."

AUTORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 21-7-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 055, DE 2007

"INSTITUI O 'DIA DE SANTO ANTÔNIO DE SANT'ANNA GALVÃO', A SER COMEMORADO NO DIA 11 DE MAIO".

AUTORIA DA EMENDA: CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTORIA DO PROJETO: SENADOR FRANCISCO DORNELLES

RELATORIA: SENADOR JONAS PINHEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.: NO DIA 27/03/2007 O PLS 055/07 FOI APROVADO NA COMISSÃO EM CARÁTER TERMINATIVO

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 023, DE 2006

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO II DO CAPUT DO ART. 7º DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. (DISPÕE SOBRE A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS, EFETUADAS PELO PODER PÚBLICO)".

AUTORIA: DEPUTADO IVAN VALENTE

RELATORIA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 10-7-07 E 15-8-07

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 2006

"INSTITUI O DIA 9 DE AGOSTO COMO O 'DIA NACIONAL DA EQUOTERAPIA'".

AUTORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

RELATORIA: SENADOR VALTER PEREIRA

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 15-8-07

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2007

"INSTITUI O ANO DE 2008 COMO 'ANO NACIONAL DOS 120 ANOS DE ABOLIÇÃO NÃO CONCLUSA'".

AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM

RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, DE 2006

"INSTITUI O 'DIA DA GUARDA MUNICIPAL', A SER COMEMORADO, ANUALMENTE, NO DIA 10 DE OUTUBRO".

AUTORIA: SENADOR ROMEU TUMA

RELATORIA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 10-7-07 E 15-8-07

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 028, DE 2007

"INSTITUI O DIA NACIONAL DO VAQUEIRO."

AUTORIA: DEPUTADO NAZARENO FONTELES

RELATORIA AD HOC: SENADOR VALTER PEREIRA

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 10-7-07 E 15-8-07

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 038 – CE, DE 2007

"REQUEIRO, NOS TERMOS DO INCISO I DO ARTIGO 93 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, QUE SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O PLS Nº 261 DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE PERIODO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES VESTIBULASRES, CONCURSOS PÚBLICOS, PROVAS DE DISCIPLINAS CURRICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, COM A PRESENÇA DOS SEGUINTES CONVIDADOS: REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR – SESU/MEC; REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES; REPRESENTANTE DE ORGANIZAÇÃO JUDAICA; REPRESENTANTE DA IGREJA ADVENTISTA; REPRESENTANTE DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS – IURD."

AUTORIA: SENADORA FÁTIMA CLEIDE E SENADOR AUGUSTO BOTELHO

OBS.1: APROVADO REQUERIMENTO, A MATÉRIA FICARÁ SOBRESTADA NA COMISSÃO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA.

OBS.2: APROVADO ADITAMENTO DE INCLUSÃO DE CONVIDADO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA (EXTRA-PAUTA – ITEM 01)

RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA – RESULTADO

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – ADITAMENTO Nº 001 AO REQUERIMENTO Nº 038 – CE, DE 2007

"REQUEIRO A INCLUSÃO DAS PONTIFÍCAS UNIVERSIDADES CATÓLICAS – PUCS, PARA PARTICIPAREM NA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PLS Nº 261/2004".

AUTORIA: SENADORA MARISA SERRANO

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 039 – CE, DE 2007

"NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, INCISOS II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 90, INCISOS II E V, E O ART. 93, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, COM O PROPÓSITO DE INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2007, QUE 'DISPÕE SOBRE O BENEFÍCIO DO PAGAMENTO DE MEIA-ENTRADA, PARA ESTUDANTES E IDOSOS, EM ESPETÁCULOS ARTÍSTICO-CULTURAIS E ESPORTIVOS', DE AUTORIA DOS SENADORES FLÁVIO ARNS E EDUARDO AZEREDO".

AUTORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS, DEMÓSTENES TORRES E EDUARDO AZEREDO

OBS.: EM 13-6-2007, O REQUERIMENTO FOI APROVADO NA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – ADITAMENTO Nº 001 AO REQUERIMENTO Nº 039 – CE, DE 2007

"REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 039, DE 2007 – CE, QUE REQUER A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2007, QUE 'DISPÕE SOBRE O BENEFÍCIO DO PAGAMENTO DE MEIA-ENTRADA, PARA ESTUDANTES E IDOSOS, EM ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS-CULTURAIS E ESPORTIVOS', COM O OBJETIVO DE REALIZARMOS UMA 2ª AUDIÊNCIA, EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE OUVIRMOS TODOS OS SETORES ENVOLVIDOS NA DISCUSSÃO DO TEMA".

AUTORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

OBS.: AGUARDANDO APROVAÇÃO NA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 23-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – 9ª AUDIÊNCIA REALIZADA

DEBATE: IDÉIAS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO -PDE

AUTORIA DO REQUERIMENTO: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONVIDADOS:

CLEUZA RODRIGUES REPULHO

Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME

LUIZ DAVIDOVICH

Diretor da Academia Brasileira de Ciências – ABC

GILBERTO GONÇALVES GARCIA

Presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC

ISAAC ROITMAN

Conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

REUNIÃO REALIZADA EM 28-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

REUNIDA A COMISSÃO, NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO DAS MATÉRIAS CONSTANTES NA PAUTA.

REUNIÃO REALIZADA EM 29-8-2007 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ITEM ÚNICO – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 044, DE 2007 (TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PLS Nº 473, DE 2003)

"DISPÕE SOBRE O ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DE ENSINO MÉDIO; ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 428 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943; REVOGA AS LEIS Nºs 6.494, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977, E 8.859, DE 23 DE MARÇO DE 1994, E DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, E DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.164-41, DE 24 DE AGOSTO DE 2001; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR RAIMUNDO COLOMBO

PARECER: FAVORÁVEL, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO E PELA PREJUDICIALIDADE DO PLS Nº 473 DE 2003

OBS.1: O PARECER FOI APRESENTADO ORALMENTE, FRUTO DE ENTENDIMENTOS, ENTRE O

RELATOR NESTA COMISSÃO, SENADOR RAIMUNDO COLOMBO, A RELATORA DA CAS, SENADORA IDELI SALVATTI E OS MEMBROS DAS DUAS COMISSÕES. OS PARECERES, POR ESCRITO, ESTARÃO DISPONÍVEL ATÉ AS 18 HORAS DE HOJE

OBS.2: MATÉRIA TRAMITANDO EM REGIME DE URGÊNCIA NOS TERMOS DO ART. 64, § 1º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 122, INCISO II, ALÍNEA B, COMBINADO COM O ART. 375, INCISO I DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL (RISF)

OBS.3: FORAM OFERECIDAS 19 (DEZENOVE) EMENDAS: 9 (NOVE) EMENDAS DOS SENHORES SENADORES MARISA SERRANO (Nºs 01, 03, 05 E 07), CRISTOVAM BUARQUE (Nºs 02, 08 E 09), EXPEDITO JÚNIOR (Nº 04) E MARCONI PERILLO (Nº 06) E 10 (DEZ) EMENDAS DE AUTORIA DO RELATOR, SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (Nºs 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 E 19)

OBS.4: PRAZO FINAL (45º DIA) 02-9-07 (SOBRESTANDO A PAUTA A PARTIR DE 03-9-2007)

OBS.5: NA REUNIÃO DO DIA 28-8-07 FOI ADIADA A VOTAÇÃO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, ATENDENDO À SOLICITAÇÃO DA SENADORA IDELI SALVATTI, RESPEITADO O DISPOSTO NO ART. 375, INCISO VI DO RISF

RESULTADO: APROVADO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2003 ((TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PLC Nº 044, DE 2007)

"DISPÕE SOBRE OS ESTÁGIOS DE ESTUDANTES DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DO ENSINO MÉDIO, INCLUSIVE NAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AUTORIA: SENADOR OSMAR DIAS

RELATORIA: SENADOR RAIMUNDO COLOMBO

PARECER: PELA PREJUDICIALIDADE E FAVORÁVEL AO PLC Nº 044 DE 2007, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO

OBS.1: O PARECER FOI APRESENTADO ORALMENTE, FRUTO DE ENTENDIMENTOS, ENTRE O RELATOR NESTA COMISSÃO, SENADOR RAIMUNDO COLOMBO, A RELATORA DA CAS, SENADORA IDELI SALVATTI E OS MEMBROS DAS DUAS COMISSÕES. OS PARECERES, POR ESCRITO, ESTARÃO DISPONÍVEL ATÉ AS 18 HORAS DE HOJE

OBS.2: MATÉRIA TRAMITANDO EM REGIME DE URGÊNCIA NOS TERMOS DO ART. 64, § 1º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 122, INCISO II, ALÍNEA B, COMBINADO COM O ART. 375, INCISO I DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL (RISF)

OBS.3: FORAM OFERECIDAS 19 (DEZENOVE) EMENDAS: 9 (NOVE) EMENDAS DOS SENHORES SENADORES MARISA SERRANO (Nºs 01, 03, 05 E 07), CRISTOVAM BUARQUE (Nºs 02, 08 E 09), EXPEDITO JÚNIOR (Nº 04) E MARCONI PERILLO (Nº 06) E 10 (DEZ) EMENDAS DE AUTORIA DO RELATOR, SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (Nºs 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 E 19)

OBS.4: PRAZO FINAL (45º DIA) 02-9-07 (SOBRESTANDO A PAUTA A PARTIR DE 03-9-2007)

OBS.5: NA REUNIÃO DO DIA 28-8-07 FOI ADIADA A VOTAÇÃO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, ATENDENDO À SOLICITAÇÃO DA SENADORA IDELI SALVATTI, RESPEITADO O DISPOSTO NO ART. 375, INCISO VI DO RISF

RESULTADO: PREJUDICADO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 29-8-2007

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 009, DE 2007 – SCTMC

"REQUEIRO, NOS TERMOS DO ART. 90, INCISOS II E V, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DESTINADAS A DISCUTIR OS DIREITOS AUTORAIS NAS ÁREAS DE CINEMA E MÚSICA, BEM COMO O PAPEL DESEMPENHADO PELO ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO (ECAD)".

AUTORIA: SENADORES RAIMUNDO COLOMBO, FLÁVIO ARNS E FLEXA RIBEIRO

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 010, DE 2007 – SCTMC

"NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, INCISOS II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, INCISOS II E V E 93, INCISOS I E II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO, EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, COM O PROPÓSITO DE INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 059, DE 2003, QUE "REGULAMENTA O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 221, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE À REGIONALIZAÇÃO DA PROGRAMA-

ÇÃO CULTURAL, ARTÍSTICA E JORNALÍSTICA E À PRODUÇÃO INDEPENDENTE NAS EMISSORAS DE RÁDIO E TV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", COM OS SEGUINTES CONVIDADOS: 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA: 1) NELSON SIROTSKY, DIRETOR – PRESIDENTE DA REDE BRASIL SUL – RBS; 2) WOLNEY OLIVEIRA, VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE CINEMA DO NORTE E NORDESTE – APCNN; 3) JORGE PEREGRINO, CONSELHEIRO COORDENADOR GERAL DO FÓRUM DO AUDIOVISUAL E DO CINEMA – FAC; 4) FERNANDO MEIRELLES, CINEASTA E PRODUTOR; 5) ASSUNÇÃO HERNANDES, DIRETORA PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS PRODUTORAS DE CINEMA – ABPC; 6) PAULO MENDONÇA, DIRETOR-GERAL DO CANAL BRASIL. 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA: 1) CÍCERO ARAGON, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CINEMA RS – FUNDACINE; 2) JANDIRA FEGHALI, EX DEPUTADA FEDERAL E AUTORA DO PROJETO; 3) ALEXANDRE RAPOSO, PRESIDENTE DA REDE RECORD – RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A; 4) ALBERTO DINES, JORNALISTA E DIRETOR DO PROGRAMA OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA/TVE; 5) PAULO MARKUM, PRESIDENTE DA TV CULTURA – FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA.

AUTORIA: SENADORES INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI E RAIMUNDO COLOMBO

OBS.: EM 10-7-2007, O REQUERIMENTO FOI APROVADO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO N.º 011, DE 2007 – SCTMC

"NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, INCISOS II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, INCISOS II E V E 93, INCISOS I E II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE MAIS UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA (4ª), NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, UMA VEZ QUE OS REQUERIMENTOS Nº 25 – CE DE 2007 E Nº 07 SCTMC DERAM ENSEJO ÀS TRÊS AUDIÊNCIAS ANTERIORES, COM O PROPÓSITO DE INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2007, QUE "DISPÕE SOBRE A PRODUÇÃO, PROGRAMAÇÃO E PROVIMENTO DE CONTEÚDO BRASILEIRO PARA DISTRIBUIÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AUTORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO

OBS.: EM 15-8-2007, O REQUERIMENTO FOI APROVADO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04 – ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 008, 2007-SCTMC

"REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 039, DE 2007 – CE, QUE REQUER A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2007, QUE "DISPÕE SOBRE O BENEFÍCIO DO PAGAMENTO DE MEIA-ENTRADA, PARA ESTUDANTES E IDOSOS, EM ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS-CULTURAIS E ESPORTIVOS", COM O OBJETIVO DE REALIZARMOS UMA 2ª AUDIÊNCIA, EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE OUVIRMOS TODOS OS SETORES ENVOLVIDOS NA DISCUSSÃO DO TEMA".

AUTORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS E FLEXA RIBEIRO

OBS.: EM 21-8-2007, O REQUERIMENTO FOI APROVADO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

RESULTADO: APROVADO

RELATÓRIO

AGOSTO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2007

AGOSTO

Reuniões Ordinárias Convocadas.....01
Reuniões Ordinárias Realizadas.....01
Reuniões Extraordinárias Convocadas.....07
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....07
Total de Reuniões Realizadas.....08
Total de Proposições Apreciadas.....18

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

REQUERIMENTO (REQ)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	09
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	09

PROJETOS LEI DO SENADO (PLS)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	01
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

PROJETOS LEI DA CÂMARA (PLC)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	03
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	03

Emenda da Câmara dos Deputados (ECD)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

PROJETOS LEI DO SENADO (PLS)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	04
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	04

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES

FEVEREIRO A AGOSTO DE 2007

Reuniões Ordinárias Convocadas.....02
Reuniões Ordinárias Realizadas.....02

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....37
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....37

Total de Reuniões Realizadas..... 39

PARECERES	PLC	PLS (T)	PLS (ÑT)	PRS	EMENDA CD	RQS	RQS - PLEN	INS (ÑT)	AVISO	EMENDA S - PLEN	MSF	PETIÇÃO	SCD
PELA APROVAÇÃO	08	30	08	-	01	39	-	-	-	01	01	-	01
PELA REJEIÇÃO	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	09	32	09	-	01	39	-	-	-	01	01	-	01
TOTAL GERAL: 93													

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS AGOSTO

Reuniões Ordinárias Convocadas.....01
Reuniões Ordinárias Realizadas.....01

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....00
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....00

Total de Reuniões Realizadas.....01

Total de Proposições Apreciadas.....03

REQUERIMENTOS (RQS)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	03
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	03

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

REUNIÃO REALIZADA EM 7-8-2007 ORDINÁRIA

ITEM 01 – AVISO Nº 11, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Encaminha, em CD, os Relatórios de Fiscalização em que estão contidos os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas Unidades da Federação sorteadas na 5ª Etapa de Sorteios de Unidades da Federação do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

Autoria: Ministério de Estado do Controle e da Transparência

Relator "ad hoc": Senador SIBÁ MACHADO

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo

Resultado: Aprovado

ITEM 02 – AVISO Nº 08, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2006.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator "ad hoc": Senador GARIBALDI ALVES

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo

Resultado: Aprovado

ITEM 03 – AVISO Nº 05, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 297 de 2007 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, para consolidar as atividades de Acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional TC 004.375/2005-7.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator "ad hoc": Senador GARIBALDI ALVES

Parecer: Pelo arquivamento da matéria

Resultado: Aprovado

ITEM 04 – OFÍCIO "S" Nº 08, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal o Relatório Anual sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

Autoria: Ministério do Meio Ambiente

Relator: Senador RENATO CASAGRANDE

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo

Resultado: Aprovado

ITEM 05 – REQUERIMENTO Nº 30, DE 2007-CMA

Requer a participação desta Comissão na realização de Seminário Internacional acerca das mudanças climáticas ocorridas nos últimos anos que colocam em risco qualquer espécie de vida na terra, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão Mista Especial de mudanças climáticas no Brasil e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados a ser realizada no segundo semestre de 2007.

Autor: Senador LEOMAR QUINTANILHA

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 14-8-2007
ORDINÁRIA

01) REQUERIMENTO Nº 31, DE 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do inciso II do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública perante esta Douta Comissão a fim de examinar a oferta pública feita pela Petrobrás para a compra da empresa Suzano Petroquímica, além dos efeitos do negócio para a economia brasileira, com a participação dos seguintes convidados: Ministro das Minas e Energia – MME; representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás e representante da Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM

Autoria: Senador CÉSAR BORGES

Resultado: Aprovado

02) REQUERIMENTO Nº 32, DE 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública perante esta Comissão para discutir a viabilidade econômica e ambiental do uso de energia nuclear no Brasil, com a participação dos seguintes convidados: Ministro Nelson Hubner – Ministério das Minas e Energia; Ministra Marina Silva – Ministério do Meio Ambiente; Dr. Odair Dias Gonçalves – Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Ministério de Ciência e Tecnologia) e Marcel Bursztyn – Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB.

Autoria: Senador SIBÁ MACHADO

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 15-8-2007
EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 15, de 2007 – CRA, de autoria do Senador César Borges, com adendo do Senador Expedito Júnior, aprovado em 11-7-07, com a finalidade de discutir a recuperação da lavoura cacaueira e os recentes programas anunciados pelo Governo Federal para o setor, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Girabis Evangelista Ramos – Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária – MAPA;

Sr. Gustavo Costa de Moura – Diretor-Geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC; Sr. João Martins da Silva Júnior – Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – FAEB.

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 21-8-2007
ORDINÁRIA

ITEM 01 – AVISO Nº 12, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Encaminha, em CD, os Relatórios de Fiscalização em que estão contidos os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas Unidades da Federação sorteadas na 22ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

Autoria: Ministério de Estado do Controle e da Transparência

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, enviando-se o CD à Biblioteca do Senado Federal, para compor seu acervo e tornar disponíveis as informações aos pesquisadores e ao público em geral.

Resultado: Aprovado

ITEM 02 – OFÍCIO "S" Nº 06, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao ano de 2006.

Autoria: Banco do Nordeste do Brasil S.A

Relator "ad hoc": Senador CÍCERO LUCENA

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo

Resultado: Aprovado

ITEM 03 – REQUERIMENTO Nº , DE 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO

Requer ao Ministro da Fazenda, através do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), relatório detalhado sobre o histórico de inadimplência e sobre a concentração do crédito, por município, por agência e por perfil de mutuário, em cada linha de crédito que utiliza ou utilizou recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) a partir do ano 2000

Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE

Resultado: Aprovado

ITEM 04 – REQUERIMENTO Nº 34, DE 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão, para tratar sobre os fatores que contribuem para a desertificação e as medidas necessárias ao seu combate e à mitigação dos seus efeitos, sendo convidado o economista Antonio Rocha Magalhães e um representante do Ministério do Meio Ambiente, com aditamento da Senadora MARISA SERRANO, convidando um representante do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA.

Autoria: Senadores GERALDO MESQUITA e INÁCIO ARRUDA

Resultado: Aprovado

ITEM 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e dá outras providências.

Autoria: Senador ÁLVARO DIAS

Relator: Senador FLÁVIO ARNS

Parecer: Pela aprovação do projeto

Obs.: O projeto será deliberado pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Direitos Humanos e Participação Legislativa, cabendo a ultima decisão terminativa

Resultado: Aprovado

EXTRA-PAUTA

REQUERIMENTO Nº 33, DE 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO

Requer, na forma do art. 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão, que sejam tomadas as providências no sentido de criar uma Comissão Externa, com 03 (três) membros, destinada a representar o Senado Federal na mesa redonda de parlamentares, que ocorrerá no âmbito da 8ª Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas sobre a Luta Contra a Desertificação, nos dias 08 e 09 de setembro de 2007, em Madri, na Espanha.

Autoria: Senadores LEOMAR QUINTANILHA e INÁCIO ARRUDA

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 28-8-2007 ORDINÁRIA

ITEM 01 – AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR SOBRE OS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A DESERTIFICAÇÃO E AS MEDIDAS NECESSÁRIAS AO SEU COMBATE E À MITIGAÇÃO DOS SEUS EFEITOS, EM CONFORMIDADE COM APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 34/2007-CMA, DE AUTORIA DOS SENADORES INÁCIO ARRUDA E GERALDO MESQUITA, COM OS SEGUINTES CONVIDADOS: ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES – ASSESSOR PRINCIPAL PARA O BRASIL DO BANCO MUNDIAL; JOSÉ ROBERTO DE LIMA – COORDENADOR DO PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE A DESERTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA SECA DA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO (SRHU) DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA E GERTJAN BEEKMAN – REPRESENTANTE DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA – IICA.

RESULTADO: REALIZADA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – CMA

REUNIÃO REALIZADA EM 15-8-2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA com a finalidade de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotados pelos entes públicos e privados, com os seguintes convidados: Rodrigo Dias, Técnico de Assuntos Ambientais da Confederação Nacional de Municípios – CNM; André Teixeira de Vilhena, Diretor Executivo do Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE e Márcia Abadia Martins, Presidente da Cooperativa Granja Julieta, de acordo com o Requerimento nº 01/2007-CMAGRS, de autoria do Senador CÍCERO LUCENA, aprovado em 8-5-2007.

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 21-8-2007

ITEM 01 – REQUERIMENTO Nº 04, DE 2007 – CMA-GRS

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, em data a ser oportunamente definida, para que sejam ouvidas as pessoas abaixo relacionadas, Secretários de Estados das diversas Regiões do País, para que possam relatar as experiências, programas e iniciativas desenvolvidas em seus respectivos Estados no que se refere ao Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Convidados:

DR. ARISTIDES MONTEIRO

Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Governo do Estado de Pernambuco;

Dr. CARLOS OTAVIANO BRENNER DE MORAIS

Secretário de Meio Ambiente do Governo do Rio Grande do Sul;

Dr. CASSIO TANIGUCHI

Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal e

Dr. FRANCISCO GRAZIANO NETO

Secretário de Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo

Autoria: Senador CÍCERO LUCENA

Resultado: Aprovado com os seguintes adendos: do Senador FLEXA RIBEIRO convidando o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Pará e do Senador GARIBALDI ALVES para que a reunião seja conjunta com a Subcomissão dos Marcos Regulatórios, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 02) REQUERIMENTO Nº 05, DE 2007 – CMA-GRS

Requer a participação da Subcomissão de Resíduos Sólidos, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle na realização do 24º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, no EXPOMINAS, em Belo Horizonte-MG, que irá ocorrer no dia 04 de setembro do corrente, sob o tema "Saneamento Ambiental: Compromisso ou Discurso?", onde serão enfocados aspectos técnicos, institucionais, políticos e comerciais e os seus reflexos sociais e se darão em forma de conferências, painéis, mesas-redondas, palestras e sessões técnicas, relativos ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, recursos hídricos, meio ambiente, organização e gestão empresarial, drenagem urbana, saúde pública e controle de vetores, recursos humanos, legislação e outros temas pertinentes.

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 27-8-2007 CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS (CAE)

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DEBATER A QUESTÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS COM ENFOQUE NA ÁREA DE "MEIO AMBIENTE E RESÍDUOS SÓLIDOS", EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DAS SUBCOMISSÕES.

CONVIDADOS: DR. SABETAI CALDERONI, DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASIL AMBIENTE; DO SR. ANDRÉ VILHENA, DIRETOR-EXECUTIVO DO COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM – CEMPRE; DO SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR, REPRESENTANTE DA COMISSÃO NACIONAL DO MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – MNCR; E DO SR. ALBERTO BIANCHINI, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS – ABRELPE.

RESULTADO: REALIZADA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

REUNIÃO REALIZADA EM 14-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Nos termos do Requerimento nº. 42 – CDH, de 2007, para tratar das questões atinentes ao tema "Trabalho e Direitos Humanos".

Autoria: Senador Paulo Paim.

CONVIDADOS QUE COMPARECERAM:

Artur Henrique da Silva Santos – Presidente da Central Única dos Trabalhadores da CUT Nacional;

Carlos Alberto Grana – Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos -CNM/CUT;

Milton Viário – Presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT – FEM/CUT – RS.

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 16-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 01 – SUGESTÃO Nº 05, DE 2007

Ementa: "Adequa temas de registro público (dispõe sobre a emissão de certidão de óbito."

Autoria: CONSELHO DE DEFESA SOCIAL DE ESTRELA DO SUL – CONDESESUL.

Relator AD HOC: SENADOR CÉSAR BORGES

Parecer: Voto pelo arquivamento da Sugestão.

Resultado: APROVADA

ITEM Nº 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Ementa: "Permite que trabalhador com mais de sessenta anos de idade saque seus recurso acumulados no Funde de Participação PIS/PASEP."

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Relatoria: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com 3 Emendas que apresenta.

Resultado: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 23-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Requerimento nº 38 de 2007, aprovado em 14/06/2007, de autoria da Senadora Patrícia Saboya para instruir Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, que "Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal".

CONVIDADOS QUE COMPARECERAM:

Elizabeth Saar – Gerente de Projeto da Secretaria Especial de Política para as mulheres, representando Nilcéa Freire -Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; e

Myllena Calazans de Matos – Membro da equipe de Assessoria Parlamentar do CFEMEA, representando Guacira César de Oliveira – Diretora do CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria).

RESULTADO: REALIZADA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO – CDH

REUNIÃO REALIZADA EM 9-8-2007

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Discussão do cumprimento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo pelas autoridades federais responsáveis, bem como as ações realizadas pelas entidades nacionais da sociedade civil que desenvolvem trabalhos nessa área, nos termos do Requerimento nº 02 de 2007 – TE, aprovado em 18/04/2007.

COMPARECERAM:

Carlos Roberto Lupi – Ministro do Trabalho e Emprego;

Luis Antônio Camargo de Melo – Subprocurador-Geral do Trabalho e Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo;

Cláudio José Montesso – Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – (ANAMATRA);

Patrícia Audi – Coordenadora Nacional do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da Organização Internacional do Trabalho – (OIT);

Leonardo Sakamoto – Coordenador da ONG Repórter Brasil;

Frei Xavier Marie Plassat – Comissão Pastoral da Terra (CPT) e

Rosa Maria Campos Jorge – Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

RESULTADO: REALIZADA

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

REUNIÃO REALIZADA EM 9-8-2007 – ORDINÁRIA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 113, DE 2007

APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA SOBRE AUXÍLIO JURÍDICO MÚTUO EM MATÉRIA PENAL, ASSINADO EM BRASÍLIA, EM 3 DE MAIO DE 2005.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

PARECER: FAVORÁVEL

OBS: A MATÉRIA CONSTOU DA PAUTA DO DIA 05-7-07

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 196, DE 2007

APROVA O TEXTO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE OS MEMBROS DO FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL, O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA, PARA ESTABELECER FORÇA-TAREFA TRILATERAL SOBRE BICOMBUSTÍVEIS, ASSINADO EM BRASÍLIA, EM 13 DE SETEMBRO DE 2006.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATOR: SENADOR MARCELO CRIVELLA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 199, DE 2007

APROVA O TEXTO DO ACORDO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS CONDENADAS ENTRE OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, CELEBRADO EM BELO HORIZONTE, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2004.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 52, DE 2007 – CRE

REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS E CONSTITUCIONAIS, QUE SEJAM CONVOCADOS, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, O MINISTRO DA

JUSTIÇA, SR. TARSO GENRO, E MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, SR. CELSO AMORIM, PARA QUE EXPLIQUEM O EPISÓDIO DA DEPORTAÇÃO DOS BOXEADORES CUBANOS.

AUTORIA: SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

RESULTADO: O REQUERIMENTO FOI DESMEMBRADO NOS RQS Nº 53, DE 2007 – CRE E RQS 54, DE 2007 – CRE.

EXTRA – PAUTA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 17-A, DE 2007 – CRE

REQUER, NOS TERMOS DO ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJAM CONVIDADOS OS SENHORES ROBERTO NOVAES, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, MARCELO CARNEIRO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, REGINALDO NUNEZ, DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS E ESTATÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS, BAUTISTA VIDAL, EX-SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, E A SENHORA LÍGIA SIGAUD, DO MUSEU NACIONAL, PARA, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA DESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, SEREM OUVIDOS E DEBATER SOBRE AS QUESTÕES RELACIONADAS À PERSPECTIVA DE O BRASIL TRANSFORMAR-SE EM UM GRANDE PRODUTOR E EXPORTADOR DE ETANOL E DE OUTRAS FORMAS DE ENERGIA.

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

OBS: EM DECORRÊNCIA DO DESMEMBRAMENTO DO RQS 17, DE 2007-CRE, APROVADO EM 22/03/07.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 17-B, DE 2007 – CRE

REQUEIRO, NOS TERMOS DO ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJAM CONVIDADOS OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES, DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO, DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO EXTERIOR, DAS MINAS E ENERGIA E DO TRABALHO PARA, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA DESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, SEREM OUVIDOS E DEBATER SOBRE OS ACORDOS E NEGOCIAÇÕES COM GOVERNOS E EMPRESAS ESTRANGEIROS RELACIONADOS À PRODUÇÃO DE BIOENERGIA E SEUS DESDOBRAMENTOS SÓCIO-ECONÔMICOS E AMBIENTAIS PARA O BRASIL.

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

OBS: EM DECORRÊNCIA DO DESMEMBRAMENTO DO RQS 17, DE 2007-CRE, APROVADO EM 22/03/07.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 17-C, DE 2007 – CRE

REQUEIRO, COM FUNDAMENTO NO ART. 50, § 2, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NO ART. 215 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJAM SOLICITADAS AO MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, INFORMAÇÕES SOBRE AQUISIÇÕES DE TERRA E DE EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS E AGROINDUSTRIAIS VINCULADOS À PRODUÇÃO DE ETANOL E DE BIODISEL POR CAPITAL ESTRANGEIRO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

OBS: EM DECORRÊNCIA DO DESMEMBRAMENTO DO RQS 17, DE 2007-CRE, APROVADO EM 22/03/07.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 17-D, DE 2007 – CRE

REQUEIRO, COM FUNDAMENTO NO ART. 50, § 2, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NO ART. 215 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJAM SOLICITADAS AO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, INFORMAÇÕES SOBRE AQUISIÇÕES DE TERRA E DE EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS E AGROINDUSTRIAIS VINCULADOS À PRODUÇÃO DE ETANOL E DE BIODISEL POR CAPITAL ESTRANGEIRO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

OBS: EM DECORRÊNCIA DO DESMEMBRAMENTO DO RQS 17, DE 2007-CRE, APROVADO EM 22/03/07.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 17-E, DE 2007 – CRE

REQUEIRO, COM FUNDAMENTO NO ART. 50, § 2, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NO ART. 215 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJAM SOLICITADAS AO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, INFORMAÇÕES SOBRE AQUISIÇÕES DE TERRA E DE EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS E AGROINDUSTRIAIS VINCULADOS À PRODUÇÃO DE ETANOL E DE BIODISEL POR CAPITAL ESTRANGEIRO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

OBS: EM DECORRÊNCIA DO DESMEMBRAMENTO DO RQS 17, DE 2007-CRE, APROVADO EM 22/03/07.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 17-F, DE 2007 – CRE

REQUEIRO, COM FUNDAMENTO NO ART. 50, § 2, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NO ART. 215 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJAM SOLICITADAS AO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, INFORMAÇÕES SOBRE AQUISIÇÕES DE TERRA E DE EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS E AGROINDUSTRIAIS VINCULADOS À PRODUÇÃO DE ETANOL E DE BIODISEL POR CAPITAL ESTRANGEIRO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

OBS: EM DECORRÊNCIA DO DESMEMBRAMENTO DO RQS 17, DE 2007-CRE, APROVADO EM 22/03/07.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 53, DE 2007 – CRE

REQUER, NOS TERMOS DO ART. 90, V, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, BEM COMO DO ART. 58, & 2º, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REQUEIRO QUE SEJA CONVIDADO O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, TARSO GENRO, PARA QUE VENHA A ESTA COMISSÃO PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE A DEPORTAÇÃO DOS ATLETAS CUBANOS QUE VIERAM AO BRASIL PARA OS JOGOS PAN-AMERICANOS DE 2007.

AUTORIA: SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

OBS: – APRESENTADO COMO DESMEMBRAMENTO DO RQS 52, DE 2007-CRE.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 08 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 55, DE 2007 – CRE

REQUER, NOS TERMOS DO & 2º DO ART. 50, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 216 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO QUE SEJAM PRESTADAS, PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO E DEFESA, INFORMAÇÕES REFERENTES AO VÔO NO QUAL FORAM DEPORTADOS OS PUGILISTAS CUBANOS DE VOLTA A SEU PAÍS, EM 04 DE AGOSTO ÚLTIMO, QUAIS SEJAM: 1– O VÔO ERA COMERCIAL OU O TRANSPORTE SE DEU EM AERONAVE DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA OU FRETADA? 2– QUEM ARCOU COM AS DESPESAS DA DEPORTAÇÃO? 3– QUAL A AERONAVE UTILIZADA? 4– QUAL O HORÁRIO DA DECOLAGEM? 5– LISTA DE PASSAGEIROS E TRIPULANTES.

AUTORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES

RESULTADO: APROVADO

ITEM 09 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 56, DE 2007 – CRE

REQUEIRO A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL NA REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO INTERNACIONAL ACERCA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS OCORRIDAS NOS ÚLTIMOS ANOS QUE COLOCAM EM RISCO QUALQUER ESPÉCIE DE VIDA NA TERRA, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, COMISSÃO MISTA ESPECIAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL E A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DEFESA NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, A SER REALIZADO NO PERÍODO DE 28 A 30 DE AGOSTO DO CORRENTE.

AUTORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 16-8-2007 ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PRESENÇA DO ALMIRANTE-DE-ESQUADRA JULIO SOARES DE MOURA NETO, COMANDANTE DA MARINHA, PARA EXPLANAR AOS MEMBROS DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL SOBRE A QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA MARINHA DO BRASIL, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 39, DE 2007 – CRE, DE AUTORIA DO SENADOR HERÁCLITO FORTES, APROVADO DIA 05-7-2007.

RESULTADO: REALIZADA

EXTRA – PAUTA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 58, DE 2007 – CRE

REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA SOLICITADO AO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DISPONIBILIZAR AOS MEMBROS DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL OS DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELO CENTRO DE INFORMAÇÕES NO EXTERIOR (CIEX) DESSE ÓRGÃO ENTRE OS ANOS DE 1965 A 1985.

AUTORIA: SENADOR EDUARDO SUPLICY

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 23-8-2007 – ORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PRESENÇA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, TARSO GENRO, PARA QUE VENHA A ESTA COMISSÃO PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE A DEPORTAÇÃO DOS ATLETAS

CUBANOS QUE VIERAM AO BRASIL PARA OS JOGOS PAN-AMERICANOS DE 2007, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 53, DE 2007 – CRE, DE AUTORIA DOS SENADORES ARTHUR VIRGÍLIO E EDUARDO AZEREDO, APROVADO DIA 09-8-2007.

RESULTADO: REALIZADA.

REUNIÃO REALIZADA EM 30-8-2007
ORDINÁRIA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM (SF) Nº 117, DE 2007

SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR **JULIO CESAR ZELNER GONÇALVES**, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À **REPÚBLICA DA ÁUSTRIA.**

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM (SF) Nº 118, DE 2007

SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR **ÁNUAR NAHES**, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO **ESTADO DO CATAR**.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

RELATORIA: SENADOR JOÃO TENÓRIO

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM (SF) Nº 128, DE 2007

SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL, A ESCOLHA DO SENHOR **VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO**, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À **REPÚBLICA DA COLÔMBIA.**

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR JARBAS VASCONCELOS

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

COMISSÃO DE SERVIÇOS
DE INFRA-ESTRUTURA – CI

REUNIÃO REALIZADA EM 7-8-2007 – ORDINÁRIA

ITEM ÚNICO DA PAUTA – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 74, DE 2007

"Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Antônio Pagot, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT".

Autor: Presidência da República

Relator: Senador Jayme Campos

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovada com 17 (dezessete) votos "sim", 06 (seis) votos "não" e nenhuma "abstenção". Total de votos = 23 (vinte e três).

ITEM 1 – EXTRAPAUTA – DECISÃO TERMINATIVA – TURNO SUPLEMENTAR DO PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 137, DE 2006

"Determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e dá outras providências".

Autor: Senador Rodolpho Tourinho

Relator: Senador Flexa Ribeiro

Parecer: Pela aprovação do Projeto com acatamento parcial da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2, ambas de autoria da Sen. Serys Slhessarenko, nos termos do Substitutivo.

Resultado: O Substitutivo foi dado como definitivamente adotado (art. 284 do RISF)

ITEM 2 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO Nº 043, DE 2007 – CI

"Requer nos termos regimentais, sejam convidados os Senhores, Ministro de Minas e Energia; Jerson Kelman – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Cláudio Sales – Presidente ad ACENDE Brasil; Maurício Tolmasquim – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; Hermes Chipp – Presidente da Operadora Nacional do Sistema; Adjarma Azevedo – Vice Presidente e Coordenador do Grupo de Meio Ambiente – ALCOA; Eduardo Carlos Spalding – Vice-Presidente e Coordenador do Grupo Energia Elétrica (VOTORANTIM CIMENTOS); Érico Teodoro Sommer – Vice-Presidente e Coordenador

do Projeto Energia Competitiva (PEC) –GERDAU e Dithelmo Kanto Filho – Coordenador do Projeto Energia Competitiva (PEC) –Gerdau, para em Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para prestarem esclarecimentos sobre licenciamento e matriz energética".

Autor: Senador Marconi Perillo

Resultado: Aprovado

ITEM 3 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO Nº 044, DE 2007 – CI

"Requer nos termos dos artigos 93 e 104 do Regimento Interno do Senado Federal, convidar o Ministro de Estado de Defesa, Nelson Jobim; Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Milton Zuanazzi e o Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, Sérgio Gaudenzi, para participarem de debate no âmbito desta Comissão, sobre a infra-estrutura aeroportuária no Brasil."

Autor: Senador Marconi Perillo

Resultado: Aprovado

ITEM 4 – EXTRAPATUTA – REQUERIMENTO Nº 045, DE 2007 – CI

"Requer, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 040, de 2007-CI, de autoria do Senador Valdir Raupp, para incluir a Usina de PAI QUERÊ, em Lages / SC, em referência ao Licenciamento Ambiental da Hidrelétrica do Rio Pelotas, como tema a ser debatido em Audiência Pública perante a Comissão de Infra-Estrutura, que terá como convidado o Presidente do Ibama, Dr. Bazileu Alves Margarido Neto".

Autor: Raimundo Colombo

Resultado: Aprovado

ITEM 5 – EXTRAPATUTA – REQUERIMENTO

"Requer a imediata suspensão do processo de indicação do Senhor Luiz Antônio Pagot, a fim de que esta Comissão possa, de forma isenta, investigar os fatos e requisitar, das autoridades competentes, todas as informações necessárias à elucidação do caso."

Autor: Senador Mário Couto

Resultado: Rejeitado

REUNIÃO REALIZADA EM 22-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – Audiência Pública com a presença dos Senhores Nelson Jobim – Ministro de Estado da Defesa; Milton Zuanazzi – Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e Sérgio Gaudenzi – Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, com a finalidade de debaterem no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, questões sobre a infra-estrutura aeroportuária no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 44, de 2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo, aprovado na reunião do dia 07 de agosto de 2007.

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 28-8-2007 ORDINÁRIA

ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 100, DE 2007

"Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Miguel de Souza, para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT".

Autor: Presidência da República

Relator: Senador Valdir Raupp

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação

Resultado: Aprovada a indicação com 20 (vinte) votos "sim", 01 (um) voto "não" e nenhuma "abstenção". Total de votos = 21 (vinte e um).

ITEM DOIS – NÃO TERMINATIVO – Requerimento, nº 50, de 2007-CI, que "Requer, convidar o Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, Sérgio Gaudenzi e o Procurador da República do Estado de Goiás, Hélio Túlio, para participarem de debate no âmbito desta Comissão, sobre o aeroporto da Cidade de Goiânia, cronograma e esclarecimentos quanto ao processo licitatório".

Autor: Senador Marconi Perillo

Resultado: Aprovado

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

REUNIÃO REALIZADA EM 9-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA, COM A PRESENÇA DA MINISTRA DE ESTADO DO TURISMO, SRA. MARTA SUPLICY, VISANDO APRESENTAR SUAS PROPOSTAS PARA O TURISMO NACIONAL DURANTE SEU PERÍODO DE GESTÃO À FRENTE DO MINISTÉRIO DO TURISMO, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 08, DE 2007 – CDR, DE AUTORIA DA SENADORA LÚCIA VÂNIA.

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 16-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 455, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO

Estabelece diretrizes para aplicação dos recursos financeiros públicos administrados pela Caixa Econômica Federal, no contexto da política nacional de desenvolvimento regional.

Autoria: Senador TASSO JEREISSATI

Relator: Senador MARCO MACIEL

Parecer: Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta.

OBS: Em reunião realizada no dia 05-7-07, foi concedida vista coletiva do Projeto, que foi devolvido sem manifestação.

Em reunião realizada no dia 12-7-07, a discussão da matéria foi adiada por solicitação do relator.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com a emenda nº 01 – CDR.

ITEM Nº 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2007 – COMPLEMENTAR.

NÃO TERMINATIVO

Institui na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação.

Autoria: Senador PAULO PAIM

Relator: Senador PEDRO SIMON

Parecer: Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta.

OBS: Em reunião realizada no dia 12-7-07, foi concedida vista do Projeto ao Senador Valdir Raupp, que devolveu sem manifestação.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com a emenda nº 01 – CDR.

ITEM Nº 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 13 da Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste.

Autoria: Senador SIBÁ MACHADO

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES

Relatora "Ad Hoc": Senadora FÁTIMA CLEIDE

Parecer: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto, nos termos do artigo 334 do Regimento Interno do Senado Federal, com seu arquivamento definitivo.

Resultado: Aprovado o parecer pela prejudicialidade da matéria, nos termos do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá.

Autoria: Senador JOSÉ SARNEY

Relator: Senador JOSÉ MARANHÃO

Relatora "Ad Hoc": Senadora MARISA SERRANO

Parecer: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Guarajá-Mirim, Estado de Rondônia.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP

Relator: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as emendas nº 01 – CDR , nº 02 – CDR e nº 03 – CDR.

ITEM Nº 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região do Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador PAULO PAIM

Relator: Senador MARCO MACIEL

Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as emendas nº 01 – CDR, nº 02 – CDR e nº 03 – CDR.

ITEM Nº 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador PAULO PAIM

Relator: Senador MARCO MACIEL

Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as emendas nº 01 – CDR , nº 02 – CDR e nº 03 – CDR.

ITEM Nº 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exploração (ZPE) no Município de Bacabeiras, Estado do Maranhão.

Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY

Relator: Senador JOSÉ MARANHÃO

Relatora "Ad Hoc": Senadora MARISA SERRANO

Parecer: Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com a emenda n º 01 – CDR.

ITEM Nº 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI

Relator: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

Parecer: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE's) nos Municípios de Rorainópolis e Caracaraí no Estado de Roraima.

Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Relator: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

Relator "Ad Hoc": Senador CÍCERO LUCENA

Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as emendas nº 01 – CDR e nº 02 – CDR.

ITEM ÚNICO DA EXTRA-PAUTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 418, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação da Zona de Processamento (ZPE) do Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba.

Autoria: Senador CÍCERO LUCENA

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO

Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as emendas nº 01 – CDR e nº 02 – CDR.

REQUERIMENTOS APROVADOS:

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2007 – CDR

Requer, nos termos regimentais, que o Presidente do Banco do Brasil S.A., Dr. Antônio Francisco de Lima Neto, seja convidado para uma audiência nesta Comissão, a fim de fazer uma avaliação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, detalhando, por unidades da federação e categorias, as demandas dos mutuários, os prazos de contratação de empréstimos e de liberação de recursos, bem como as exigências impostas para a formalização dessas operações.

Autoria: Senador Jonas Pinheiro.

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2007 – CDR

Requer a realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) com a Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência (CASDEF), com o objetivo de debater o Turismo para Pessoas com Deficiência, com a presença dos representantes do Ministério do Turismo, Ministério dos Transportes, Ministério das Cidades, da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), da Indústria Brasileira de Hotéis (ABIH) e do CONADE.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia e Senador Eduardo Azeredo.

REUNIÃO REALIZADA EM 28-8-2007 CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CAS)

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DEBATER O TURISMO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, COM A PARTICIPAÇÃO DA SENHORA JUREMA MONTEIRO (COORDENADORA-GERAL DE SEGMENTAÇÃO DO TURISMO – MINISTÉRIO DO TURISMO); SENHOR CARLOS MORALES (DIRETOR DE REGULAÇÃO E GESTÃO DA SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA – MINISTÉRIO DAS CIDADES); SENHOR MARCOS CORDEIRO DE SOUZA BANDEIRA (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES); SENHORA MARIA MADALENA NOBRE (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA); E, SENHORA ISABEL LOUREIRO MAIOR (COORDENADORIA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – CORDE).

RESULTADO: REALIZADA

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 8-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Isenta de COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP as vendas e importações de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e materiais de construção destinados ao ativo imobilizado do produtor rural.

AUTORA: Senadora Marisa Serrano

RELATOR: Senador João Durval

RELATÓRIO: Pela aprovação.

RESULTADO: Aprovado. Encaminhado à CAE, em decisão terminativa.

EXTRA-PAUTA:

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2007 – CRA

Requer a realização de Audiência Pública, tendo em vista reportagem da Revista Veja sobre a precária infra-estrutura brasileira especialmente sobre as hidrovias, bem como a legislação dos portos.

AUTORA: Senadora Kátia Abreu, com adendo do Senador Osmar Dias

RESULTADO: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 22-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2004 – TERMINATIVO

Altera o artigo 9º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências.

AUTOR: Senador Valdir Raupp

RELATOR: Senador Leomar Quintanilha

RELATÓRIO: Pela Rejeição.

OBS: Em reunião realizada em 8.8.2007, foi lido o relatório e concedido vista ao Senador Osmar Dias. Devolvido sem manifestação.

RESULTADO: Rejeitado o projeto.

ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Autoriza a criação de nova Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na Região Norte do Estado do Mato Grosso.

AUTOR: Senador Jayme Campos

RELATOR: Senador Heráclito Fortes

RELATÓRIO: Pela rejeição.

RESULTADO: Aprovado o parecer pela rejeição. À CCJ.

EXTRA-PAUTA

ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 17 – CRA, DE 2007.

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, para sanar a falta de esclarecimentos e informações da audiência pública realizada por esta Douta Comissão em 15 de agosto de 2007 (Requerimento nº 15, de 2007), solicita seja realizada nova Audiência Pública a fim de discutir a recuperação da lavoura cacaueira e os recentes programas anunciados pelo Governo Federal para o setor, com participação do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes

AUTOR: Senador César Borges

RESULTADO: Aprovado.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS – CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 29-8-2007

ITEM 01 – Audiência Pública com a finalidade de discutir o real impacto da produção de etanol no meio ambiente, em cumprimento ao Requerimento nº 11, de 2007 – CRA-BIO, de autoria do Senador João Tenório, aprovado em reunião de 11.7.2007, com a presença dos seguintes convidados:

1) Deputado Fernando Gabeira

2) Sra. Laura Tetti – Ambientalista – Consultora da ÚNICA

3) Professor Luis Cortez – Professor de Engenharia Agrícola da UNICAMP

4) Professor Manoel Régis Lima Verde Leal – Doutor do Centro Nacional de Energia Alternativa

RESULTADO: REALIZADA

EXTRA-PAUTA:

ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 14, DE 2007 – CRA-BIO

Nos termos do Requerimento nº 9 de 2007 aprovado nesta Subcomissão, em 11/7/2007, com a finalidade de realização de audiência pública para discutir a produção nacional de biodiesel, requer a participação das seguintes autoridades:

Sra. Maria da Graça Foster– Presidente da BR Distribuidora

Sr. Univaldo Vedana – Especialista em Biodiesel

AUTORES: Senador Neuto de Conto e Senador César Borges

RESULTADO: APROVADO

ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 15, DE 2007 – CRA-BIO

Requer seja realizada audiência pública na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para debater a respeito das condições da rescisão direta do contrato de trabalho de 1.180 empregados da empresa Pará Pastoril e Agrícola (Pagrisa), localizada no município de Ulianópolis, nordeste do Estado do Pará, com a presença dos seguintes convidados:

Humberto Célio – Auditor do Ministério do Trabalho;

Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Pará;

Federação da Agricultura do Estado do Pará;

Federação das Indústrias do Estado do Pará;

Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Pará;

Proprietário da Empresa Pagrisa.

Autores: Senador João Tenório e Senadora Kátia Abreu

RESULTADO: APROVADO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

REUNIÃO REALIZADA EM 8-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 182, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASCOBI – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E BENEFICENTE AMIGOS DE ITABELA – BA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITABELA, ESTADO DA BAHIA."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 180, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À ATUAL SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SANTA CRUZ CABRÁLIA, ESTADO DA BAHIA."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALTER PEREIRA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 127, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À SISTEMA DE RÁDIO JORNAL CULTURA DO CEARÁ LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ACARAÚ, ESTADO DO CEARÁ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 155, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE SALVADOR, ESTADO DA BAHIA."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 156, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À ECOACRE RÁDIO, JORNAL E TELEVISÃO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PLÁCIDO DE CASTRO, ESTADO DO ACRE."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 118, DE 2007

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO CLUBE DE GOIÂNIA S.A. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE GOIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR RENATO CASAGRANDE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 139, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À SINCO – SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CAMPOS BELOS, ESTADO DE GOIÁS."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR RENATO CASAGRANDE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 08 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 110, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE BROTAS PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BROTAS, ESTADO DE SÃO PAULO."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 09 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 121, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA CATANDUVENSE PARA EXECUTAR SERVIÇO DE

RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CATANDUVA, ESTADO DE SÃO PAULO."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 10 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 129, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA POPULAR PONTANENSE ASCOOP PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PONTÃO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 11 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 133, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TORRES, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 12 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 134, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 13 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 106, DE 2007

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À FUNDAÇÃO REDENTORISTA DE COMUNICAÇÕES SOCIAIS PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PARANAGUÁ, ESTADO DO PARANÁ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 14 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 108, DE 2007

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À TELEVISÃO CULTURA DE MARINGÁ LTDA. PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 15 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 109, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL E DE VIRMOND PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE VIRMOND, ESTADO DO PARANÁ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 16 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 120, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE INCENTIVO À CULTURA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IRATI, ESTADO DO PARANÁ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 17 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 126, DE 2007

"APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À DIFUSORA OURO VERDE LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 18 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 165, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SÃO FRANCISCO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO, ESTADO DE MINAS GERAIS."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 19 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 151, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL JOSÉ GALDINO DE ANDRADE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE – PARAÍBA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE, ESTADO DA PARAÍBA."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR CÍCERO LUCENA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 20 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 99, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ALTERNATIVA DE COCAL PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE COCAL, ESTADO DO PIAUÍ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 21 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 119, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E JORNALISMO COMUNITÁRIO DE SANTA MARIA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTA MARIA, DISTRITO FEDERAL."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CÍCERO LUCENA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 22 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 160, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TANQUE D'ARCA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TANQUE D'ARCA, ESTADO DE ALAGOAS."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 23 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 169, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, ESTADO DE ALAGOAS."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 24 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 100, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO NOVO AMANHECER FM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO JOÃO DO MERITI, ESTADO DO RIO DE JANEIRO."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCELO CRIVELLA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 25 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2007

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO BELO – MG A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAMPO BELO, ESTADO DE MINAS GERAIS."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 26 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 57, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE MATEUS LEME, ESTADO DE MINAS GERAIS."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 27 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 138, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO ALTINHO FM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ALTINHO, ESTADO DE PERNAMBUCO."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CÍCERO LUCENA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 28 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, DE 2007

"APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALTO BANDEIRANTE – ACABAN A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IPAUMIRIM, ESTADO DO CEARÁ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CÍCERO LUCENA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO

REQUEIRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 90, INCISO V, E 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO, PARA TRATAR DAS POSSÍVEIS TECNOLOGIAS APLICADAS COM A FINALIDADE DE DETER AS AERONAVES EM RISCO DE ACIDENTE NOS AEROPORTOS DE PISTA CURTA. PARA TANTO, INDICA-SE COMO CONVIDADOS AS SEGUINTES PESSOAS: TEN. BRIG DO AR JUNITI SAITO, COMANDANTE DA AERONÚTICA; DR. MILTON ZUANAZZI, DIRETOR – PRESIDENTE DA ANAC; DR. CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR, PRESIDENTE DA GOL; E DR. MARCO ANTÔNIO BOLOGNA, PRESIDENTE DA TAM; ENGENHEIROS ESPECIALIZADOS E PRESIDENTE DO CONFEA.

AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 187, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO SÃO JOSÉ DO PATROCÍNIO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE AMARAL FERRADOR, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 9-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: "PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO"

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

CONVIDADOS:

MÁRCIO ZIMMERMAN, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia

ODAIR DIAS GONÇALVES, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN

ALFREDO TRANJAN FILHO, Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil – INB

OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA, Diretor Presidente da Eletronuclear

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 15-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: "IMPLANTAÇÃO DO RÁDIO DIGITAL NO BRASIL "

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

CONVIDADOS:

JOSÉ CARLOS TORVES

Conselheiro de Rádio Digital do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC

ARA APKAR MINASSIAN

Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL

SÉRGIO SOUZA DIAS

Presidente do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada do Rio Grande do Sul – CEITEC

RESULTADO: REALIZADA

EXTRA-PAUTA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 20, DE 2007 – CCT

"REQUEIRO, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 90, INCISOS II E V E 104-C, INCISOS VII, VIII E IX DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA , NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO, PARA DISCUTIR SOBRE A OPERAÇÃO DE VENDA DA TV A CABO TVA PARA O GRUPO TELEFÔNICA E ESCLARECER SE A OPERAÇÃO FERE A LEI 8.977, DE 6 JAN 1995 (LEI DO CABO), E A RESOLUÇÃO 101, DE 4 JAN 1999, DA ANATEL, QUE DISPÕE SOBRE A PROPRIEDADE CRUZADA, COM A PARTICIPAÇÃO DOS SEGUINTES CONVIDADOS: CONSELHEIRO PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR, DA ANATEL; PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA TVA OU SEU REPRESENTANTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA TELESP OU SEU REPRESENTANTE".

AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 20, DE 2007 – CCT

"NOS TERMOS DO INCISO II DO § 2º DO ART. 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O INCISO II DO ART. 90 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO O ADITAMENTO DO REQUERIMENTO Nº 20, DE 2007-CCT, DO SENADOR MARCELO CRIVELLA, PARA QUE SEJA CONVIDADO O SR. EMBAIXADOR RONALDO MOTA SARDENBERG, PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL)".

AUTORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 22-8-2007 EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 93, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE VARGINHA LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA TROPICAL, NA CIDADE DE VARGINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 168, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO CULTURAL EDUCATIVA ÁGUA VIVA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE DIVINÓPOLIS, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 181, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À JEA COMUNICAÇÕES LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE ARARUAMA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO NOVO HORIZONTE PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITAPUÃ DO OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 178, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA BARCARENA FM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BARCARENA, ESTADO DO PARÁ".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 06 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 195, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DOS INTEGRANTES E COLABORADORES DO ARRAIÁ DAS FLORES PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GRAÇA, ESTADO DO CEARÁ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 07 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 233, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO YPUARANA ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE LAGOA SECA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE LAGOA SECA, ESTADO DA PARAÍBA."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR CÍCERO LUCENA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 08 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 248, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CORIBE PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CORIBE, ESTADO DA BAHIA."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR CÍCERO LUCENA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 09 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 246, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO BAIRRO DA MATRIZ DE JAGUARIBARA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE JAGUARIBARA, ESTADO DO CEARÁ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 10 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 149, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À FM MELODY DE RIBEIRÃO PRETO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO, ESTADO DE SÃO PAULO."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCELO CRIVELLA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 11 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 152, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA COMUNICAÇÃO TANABIENSE PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TANABI, ESTADO DE SÃO PAULO".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCELO CRIVELLA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 12 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 174, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SHEKNAH FM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, ESTADO DE SÃO PAULO."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCELO CRIVELLA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 13 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 107, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À FUNDAÇÃO CULTURAL DA SERRA PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE GARIBALDI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 14 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 142, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO GAZETA – JORNALISTA FRANCISCO JOSÉ FRANTZ PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 15 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 147, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO SÃO ROQUE LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE FAXINAL DO SOTURNO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 16 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 148, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL E INTEGRAÇÃO SOCIAL DE ROLANTE PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ROLANTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 17 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 170, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO ARAUTO CULTURAL DE BOQUEIRÃO DO LEÃO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BOQUEIRÃO DO LEÃO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 18 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 130, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE S/C LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ITAIPULÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 19 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 135, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO QUIGUAY LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO, ESTADO DO PARANÁ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 20 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 136, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO DIFUSORA DE APUCARANA LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 21 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 144, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À TELEVISÃO CIDADE LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 22 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 153, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM AVIAÇÃO E MARIA CECÍLIA PARA EXECUTAR

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, ESTADO DO PARANÁ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 23 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 161, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MARQUINHO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MARQUINHO, ESTADO DO PARANÁ".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 24 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 205, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO ITAIPÚ FM LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE REMANSO, ESTADO DA BAHIA".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 25 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO PROGRESSO DE DESCANSO LTDA.. PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA, NA CIDADE DE DESCANSO, ESTADO DE SANTA CATARINA."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 26 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 124, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO BELOS MONTES DE SEARA LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SEARA, ESTADO DE SANTA CATARINA."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 27 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 137, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO DIFUSORA SÃO FRANCISCO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 28 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 143, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE JOAÇABA, ESTADO DE SANTA CATARINA."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 29 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 157, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À TELEVISÃO RIVIERA LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE RIO VERDE, ESTADO DE GOIÁS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CÍCERO LUCENA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 30 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 150, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO ARAGUAIA LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

SONORA EM ONDA CURTA NA CIDADE DE GOIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 31 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 191, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO OLHEIRO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PUREZA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 32 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 235, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO TOMÉ-RN PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 33 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 194, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO CHICO FLORENTINO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CARUARU, ESTADO DE PERNAMBUCO."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 34 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 85, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE ÁGUAS FORMOSAS PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ÁGUAS FORMOSAS, ESTADO DE MINAS GERAIS."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 35 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 102, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO PONTAL DE ELÓI MENDES PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ELÓI MENDES, ESTADO DE MINAS GERAIS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 36 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 132, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA COMUNICATIVA FM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE JOÃO MONLEVADE, ESTADO DE MINAS GERAIS."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 37 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 122, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO NILOPOLITANA APARECIDA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE NILÓPOLIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCELO CRIVELLA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 38 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 171, DE 2007.

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO QUILOMBO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA

MODULADA NA CIDADE DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS".

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CÍCERO LUCENA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 23-8-2007
EXTRAORDINÁRIA

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

ASSUNTO: "DEBATER O TEMA "CONTEÚDO AUDIOVISUAL EM TEMPOS DE CONVERGÊNCIA TECNOLÓGICA"

AUTORIA DO REQUERIMENTO E ADITAMENTOS: SENADOR FLEXA RIBEIRO

CONVIDADOS:

GILBERTO GIL, Ministro de Estado da Cultura

EVANDRO GUIMARÃES, Conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT e Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo

ALEXANDRE ANNENBERG, Diretor Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA

EXTRA-PAUTA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – ADITAMENTO Nº 03 AO REQUERIMENTO Nº 10, DE 2007 – CCT

"REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE SEJA ACRESCIDO AO REQUERIMENTO DE Nº 10, DE 2007 – CCT, DE AUTORIA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SENADOR FLEXA RIBEIRO, QUE REQUER "... A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT), PARA DEBATER SOBRE O TEMA 'CONTEÚDO AUDIOVISUAL EM TEMPOS DE CONVERGÊNCIA TECNOLÓGICA'...", O SENHOR GERMÁN VON HARTENSTEIN, DIRETOR GERAL DA EMISSORA ESPN BRASIL (ENTERTAINMENT AND SPORTS PROGRAMMING NETWORK – REDE DE PROGRAMAÇÃO DE ESPORTES E ENTRETENIMENTO)."

RESULTADO: APROVADO.

AUTORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 29-8-2007
EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: "DEBATER O TEMA "CONTEÚDO AUDIOVISUAL EM TEMPOS DE CONVERGÊNCIA TECNOLÓGICA"

AUTORIA DO REQUERIMENTO E ADITAMENTOS: SENADOR FLEXA RIBEIRO E SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

CONVIDADOS:

RONALDO MOTA SARDENBERG

Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL

LUIS CUZA

Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas – TELCOMP

ÍCARO CATALDI MARTINS

Presidente da Associação Paulista de Cineastas – APACI

JOÃO CARLOS MÜLLER CHAVES

3º Vice-Presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual – ABPI

MANOEL SANTANA SOBRINHO

Presidente da Associação Brasileira de Prestadoras do Serviço de Comunicação Multimídia – ABRAMULTI

RESULTADO: REALIZADA

RELATÓRIO SINTÉTICO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AGOSTO/2007

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS

AGOSTO/2007

Reuniões Ordinárias Convocadas 00
Reuniões Ordinárias Realizadas.....00
Reuniões Extraordinárias Convocadas.....06
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....06
Total de Reuniões Realizadas.....06
Total de Proposições Apreciadas.....68

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA (PLC)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	-

PROJETO DE LEI DO SENADO (PLS)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	-

PETIÇÃO (PET)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	-

REQUERIMENTO (RQS)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	67
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	67

TOTAL DE REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS E TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS

FEVEREIRO/AGOSTO/2007

Reuniões Ordinárias Convocadas.....00
Reuniões Ordinárias Realizadas.....00
Reuniões Extraordinárias Convocadas.....27
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....27
Total de Reuniões Realizadas.....27

PARECERES	AVS	DIV	ECD	INS	MSF	PDS	PET	PLC	PLS(T)	PLS (NT)	OFS	RQS	RQS - PLEN
PELA APROVAÇÃO	-	-	-	-	-	211	-	02	-	02	-	19	-
PELA REJEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-		-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	01	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	212	01	02	-	02	01	19	-

TOTAL GERAL: 237

RELATÓRIO

AGOSTO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE
DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA
E COMUNICAÇÃO SOCIAL

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES

CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2007

AGOSTO

Reuniões Ordinárias Convocadas.....01

Reuniões Ordinárias Realizadas.....01

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....07

Reuniões Extraordinárias Realizadas.....07

Total de Reuniões Realizadas.....08

Total de Proposições Apreciadas.....18

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

REQUERIMENTO (REQ)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	09
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	09

PROJETOS LEI DO SENADO (PLS)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	01
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

PROJETOS LEI DA CÂMARA (PLC)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	03
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	03

Emenda da Câmara dos Deputados (ECD)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

PROJETOS LEI DO SENADO (PLS)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	04
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	04

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES

FEVEREIRO A AGOSTO DE 2007

Reuniões Ordinárias Convocadas.....02
Reuniões Ordinárias Realizadas.....02

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....37
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....37

Total de Reuniões Realizadas..... 39

PARECERES	PLC	PLS (T)	PLS (ÑT)	PRS	EMENDA CD	RQS	RQS - PLEN	INS (ÑT)	AVISO	EMENDA S - PLEN	MSF	PETIÇÃO	SCD
PELA APROVAÇÃO	08	30	08	-	01	39	-	-	-	01	01	-	01
PELA REJEIÇÃO	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	09	32	09	-	01	39	-	-	-	01	01	-	01
TOTAL GERAL: 93													

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS AGOSTO

Reuniões Ordinárias Convocadas.....01
Reuniões Ordinárias Realizadas.....01

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....00
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....00

Total de Reuniões Realizadas.....01

Total de Proposições Apreciadas.....03

REQUERIMENTOS (RQS)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	03
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	03

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, CONJUNTA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO–CD; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO–CD; FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE–CD E COM A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO–CN, DIA 24 DE MAIO, DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 2, ANEXO II DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia vinte e quatro de maio do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senador José Maranhão, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), com a presença dos Senadores Eliseu Resende, titular da CAE/SF e titular da CMA/SF, e, ainda, dos Deputados Acélio Casagrande, titular da CFT/CD, Aelton Freitas, titular da CFT/CD, Albano Franco, titular da CDEIC/CD, Alex Canziani, suplente da CMO/CN, Alfredo Kaefer, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD, Arnaldo Madeira, titular da CFT/CD, Asdrúbal Bentes, suplente da CMO/CN, Carlos Alberto Leréia, suplente da CMO/CN, Celso Maldaner, suplente CDEIC/CD, Claudio Cajado, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Daniel Almeida, titular da CMO/CN, Dr. Ubiali, titular da CDEIC/CD, Edinho Bez, titular da CMO/CN, Eduardo Cunha, titular da CFT/CD, Eduardo Sciarra, titular da CMO/CN, Eunício Oliveira, titular da CMO/CN, Fábio Ramalho, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Félix Mendonça, titular da CFT/CD, Fernando Coruja, titular da CFT/CD, Giovanni Queiroz, titular da CMO/CN, Guilherme Campos, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD, Humberto Souto, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, João Carlos Bacelar, suplente da CMO/CN, João Dado, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD, João Leão, suplente da CMO/CN, José Pimentel, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Júlio Cesar, titular da CFT/CD, Leandro Sampaio, suplente da CDEIC/CD, Luiz Carreira, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Mauro Benevides, suplente da CFFC/CD, Miguel Corrêa Jr., suplente da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, Milton Monti, suplente da CFT/CD, Nelson Meurer, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Osório Adriano, titular da CDEIC/CD, Pedro Chaves, suplente da CMO/CN, Pedro Fernandes, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Pedro Novais, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Reginaldo Lopes, titular da CDEIC/CD, Regis de Oliveira, titular da CMO/CN, Ricardo Barros, suplente da CMO/CN, Roberto Rocha, titular da CMO/CN, Rocha Loures, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD, Vanderlei Macris, titular da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, Vignatti, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Wellington Fagundes, titular da CDEIC/CD e Wellington Roberto, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD; Comparece, ainda, o Deputado Gilmar Machado, Parlamentar não integrante das Comissões que participantes. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Aloizio Mercandante, Fernando Collor, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Adelmir Santana, Edison Lobão, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de compromisso político no Estado, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati e Osmar Dias. A Reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema "avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços - 2º semestre de 2006, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal". A Reunião é iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador José Maranhão, que convida as seguintes autoridades para tomarem assento à Mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica; Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Diretor de Administração e Dr. Alexandre Antonio Tombini, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro. Em seguida, o Presidente informa que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante dispõe de vinte minutos para fazer a sua exposição, não poden-

do ser aparteado. Conforme o estipulado no § 5º do mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor podem fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente em exercício anuncia a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles faz apresentação em *datashow* sobre o tema em referência, tendo finalizado sua apresentação às onze horas e dez minutos. Prosseguindo, o Presidente esclarece que os Deputados Fernando Coruja e Alfredo Kaefer têm prioridade no uso da palavra tendo em vista o teor do Ofício nº 130, de 25 de abril, do Deputado Virgílio Guimarães, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. O referido expediente foi encaminhado à Comissão Mista de Orçamento em decorrência da aprovação do Requerimento nº 18/07, daquela Comissão, de autoria do Deputado Fernando Coruja, que solicita esclarecimentos sobre o custo das tarifas e de serviços bancários e da aprovação do Requerimento nº 38/07, que assegurou ao Deputado Alfredo Kaefer o debate sobre a questão cambial. O Palestrante responde aos questionamentos efetuados pelos autores dos Requerimentos. Aos mesmos é assegurada a réplica e tréplica. A discussão é iniciada. Interpelam o Expositor os Deputados Félix Mendonça, Giovanni Queiroz, Edinho Bez, Júlio César, Fábio Ramalho, Daniel Almeida e Osório Adriano. É assegurada réplica ao Deputado Giovanni Queiroz. O Palestrante responde os questionamentos efetuados. O Presidente agradece a presença do Dr. Henrique Meirelles e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **José Maranhão,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Roteiro da reunião nº 13, de 2007. Primeira reunião conjunta de audiência pública de 2007.

Declaro iniciada a 1ª reunião conjunta de audiência pública de 2007, com a participação das seguintes Comissões:

Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômica, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle;

Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;

Congresso Nacional: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nosso convidado é o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, que discorrerá sobre o relatório de avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço referente ao primeiro semestre de 2006, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convido o Dr. Henrique Meirelles para compor a Mesa.

Anuncio também a presença do Diretor de Política Monetária, Dr. Mário Mesquita; do Diretor de Administração, Dr. Antonio Gustavo Matos do Vale; e do Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro, Dr. Alexandre Antonio Tombini.

Convido os Srs. Presidentes das Comissões para comporem a Mesa dos trabalhos. Da Câmara dos Deputados, os Presidentes das Comissões de Finança e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, os Presidentes das Comissões de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; do Congresso Nacional, o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado.

Conforme estipulado no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Informo que, por se tratar de reunião de audiência pública, o livro de presença encontra-se sobre a mesa, à minha esquerda. Solicito aos Srs. Parlamentares que não deixem de registrar a presença.

A lista de inscrições para o debate está aberta. Os Srs. Parlamentares poderão se inscrever na secretaria.

Com a palavra o Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente. Como das outras vezes, é sempre uma honra e uma satisfação estar presente nesta Casa para uma ação que é talvez a mais importante para o Banco Central, a prestação de contas ao Congresso Nacional das suas atividades, não só em relação aos resultados específicos da atividade financeiro e a transferência dos resultados ao Tesouro Nacional como também sobre o cumprimento da missão básica do Banco Central, seja na área de inflação, seja na área cambial, seja na área de crédito. Enfim, é um resumo geral das atividades do Banco Central e dos efeitos na economia nacional.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vamos sumarizar, começando com o resultado contábil do Banco Central e depois falando sobre os objetivos da política monetária, creditícia e cambial e possíveis efeitos fiscais da política monetária e a evolução recente da atividade econômica.

Passando imediatamente ao resultado consolidado do Banco Central, vamos observar que o Banco Central teve resultado positivo, de juros, de cerca de 1 bilhão e 926 milhões de reais, resultado das operações ativas do banco.

Correção cambial, negativo: 1 bilhão e 873 milhões de reais.

Da mesma maneira, as operações com *Swaps*, resultado direto da apreciação do câmbio e do fato de que hoje as reservas internacionais do País são parte do balanço do Banco Central, e com a valorização do real isso tem um impacto negativo.

O valor justo a resultado positivo: 1 bilhão, 659 milhões de reais, como resultado da melhora do risco País, da melhora das condições macroeconômicas e da valorização dos papéis em carteira do Banco Central do Brasil.

Outras despesas, principalmente operacionais, administrativas, cerca de 569 milhões de reais.

Resultado líquido de todos esses itens, resultado negativo: 643 milhões de reais. No entanto, tem uma informação suplementar, de acordo com autorização fornecida pela empresa, de autoria do Banco Central, que mostra claramente que o Banco Central gerou resultado positivo no Tesouro Nacional, na medida em que o Tesouro Nacional tendo uma dívida externa denominada em dólares, essa dívida externa desvaloriza-se. Isso tem resultado positivo no Tesouro Nacional. O fato de que o Banco Central carrega as reservas, gera resultado positivo em geral para o País, na medida em que diminui o Risco País. E o Tesouro Nacional tem resultados positivos sobre isso de diversas maneiras. É muito difícil medir isso de forma precisa. Concluímos com a auditoria que a melhor forma de medir isso seria retirar do balanço do Banco Central, na sua apresentação de resultado, a avaliação cambial e o *Swaps*. Isso geraria resultado líquido de correção cambial de *Swaps* de cerca de 3 bilhões de reais positivos.

Se olharmos agora o comparativo dos últimos semestres, vamos ver que o resultado tem variado muito em função da questão cambial. Gostaria de observar apenas que a prestação de contas diz respeito ao segundo semestre de 2006.

Em relação ao resultado de juros, portanto, aqui um detalhamento do resultado em moedas estrangeiras, um resultado positivo de 3 bilhões e 700 milhões de reais; em moeda nacional, 1 bilhão, 785 milhões de reais, negativos — resultado líquido positivo, portanto, pouco abaixo de 2 milhões de reais.

Uma explicação sobre o resultado líquido para o Tesouro, o benefício para o Tesouro da valorização cambial. Especificamente vou sumarizar, Aqui tem um demonstrativo para os Senadores e Deputados que queiram olhar isso com maior cuidado. Mas basicamente o resultado líquido é que o Tesouro teve um benefício direto do segundo semestre de 2006, de 1,7 bilhão de reais como resultado da apreciação do real e da diminuição e valor do real em reais da dívida pública externa denominada em dólares.

O valor justo a resultado é basicamente resultado da melhora do Risco País, que faz com que o valor dos títulos carregados no balanço do Banco Central aumentem. Em função disso, o Banco Central teve um ganho de 1 bilhão, 659 milhões de reais.

Portanto, esse é o sumario dos resultado do Banco Central no semestre, resultado líquido negativo de 600 milhões de reais. Tirou-se esses resultados da variação cambial, na medida em que o carregamento das reservas gera resultados positivos para o País e o Tesouro Nacional. Procurando refletir isso, tirou-se esse resultado. Portanto, o Banco Central com isso mostra um resultado líquido de 3 bilhões de reais positivos.

Outras receitas e despesas. Despesa de pessoal, fabricação de cédulas e moedas, repasse do Tesouro Nacional, em razão das contas entre o Banco Central e o Tesouro. Temos perdas com título de moeda local, ações judiciais, resultado positivo. Portanto, resultado líquido de 569 milhões de reais.

Em resumo, esse é o quadro dos resultados do Banco Central.

Em termos dos objetivos do Banco Central, basicamente basta ler o que está na Lei de Diretrizes Orçamentárias, do conhecimento dos Srs. Deputados. Não vou voltar a ler.

Objetivos do Banco Central: política monetária, creditícia e política cambial.

Política monetária. O objetivo fundamental do Banco Central na política monetária é o cumprimento da meta de inflação. Foi estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional em 4,5%, com tolerância mais ou menos de 2%. A definição básica do Conselho Monetário Nacional é que uma inflação na meta, estável e controlada é condição fundamental para o crescimento.

Esse é o pressuposto da definição de metas de inflação não apenas no Brasil, mas na grande maioria dos países, hoje, que adotam regimes de estabilidade econômica, que é basicamente quase a totalidade.

Temos aqui a evolução da inflação no País desde 2002. Portanto, vemos uma cadente trajetória de inflação, quando fica claro que o Banco Central tem cumprido sistematicamente as metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional e sua básica missão.

Um dado da maior importância que precisa ser levado em conta é que se observamos a inflação e o seu impacto nas diversas classes de renda, há o seguinte detalhe: o INPC, índice que mede com melhor acuracidade o poder de compra das classes de renda mais baixa, em 2006, teve uma evolução ainda melhor do que o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado — IPCA. Portanto, vamos ver que o INPC teve um índice de variação no período de 2,81%, o que mostra que nas regiões metropolitanas, com renda de 1 a 8 salários mínimos, o ganho do poder de compra, como resultado da inflação baixa, foi ainda mais pronunciado.

Se observarmos melhor esse ponto, vamos ver que a alimentação, por exemplo, no IPCA tem um peso de 20,5%, no INPC de 27, o que mostra, novamente, que o INPC reflete melhor a inflação para as classes de renda mais baixa. Trata-se de um claro demonstrativo, se olharmos, por exemplo, a inflação do ano de 2006, em azul, que mostra como os analistas financeiros, econômicos previam uma inflação um pouco mais alta e que com o passar do ano de 2006 foram baixando suas estimativas, bem como para 2007/2008. Isso mostra, novamente, o sucesso da política monetária.

O outro quadro demonstrativo — aqueles que têm maior interesse podem observar detalhadamente —, basicamente mostra que pela primeira vez na história recente do País temos não apenas a inflação na meta no ano/referência, mas na meta, segundo as expectativas dos analistas para os 2 anos seguintes. E no regime de metas de inflação é muito importante a expectativa de inflação. Ou seja, todos os agentes econômicos esperam que a inflação esteja na meta. Isso permite que o custo de controlar a inflação baixa signifique em termos práticos uma queda da taxa de juros real na economia ao longo do tempo.

Portanto, isso mostra a evolução das expectativas para o IPCA nos 12 meses seguintes. Apresenta, de novo, essa trajetória cadente e o sucesso da política monetária aplicada no País.

Se olharmos aqui, em azul, veremos a inflação medida no Brasil; a faixa cinza mostra a evolução do intervalo de metas. Vemos, claramente, como a inflação convergiu para o intervalo de metas durante o ano de 2003, mantendo-se, a partir daí, com uma pequena exceção temporária, no ano de 2005, quando a inflação superou o intervalo superior. Temos a inflação voltando a convergir. E, em vermelho, as previsões do mercado para a inflação nos próximos 2 anos — de novo, rigorosamente, dentro das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Vou passar, rapidamente, por esses gráficos, apenas para demonstrar um fato da maior importância. É que, muitas vezes, se discute porque a inflação pode estar um pouco abaixo do centro da meta, ou um pouco acima do centro da meta. Eu faço uma analogia aqui, dizendo que, se compararmos, por exemplo, a inflação com a medida feita por um eletrocardiograma, veremos que o eletrocardiograma oscila. Quando o eletrocardiograma mostra uma linha reta, significa que o paciente já morreu ou, pelo menos, o coração parou naquele momento. Quer dizer, que o organismo vivo basicamente tem uma certa volatilidade. E a inflação é comparada à inflação de um organismo vivo, que é a economia do País. Assim, ela oscila. A inflação que tem um comportamento ideal dentro do regime de metas é aquela que orbita em torno do centro da meta, abaixo e acima. E é, exatamente, o que está acontecendo agora no Brasil. Não existe essa discussão: *"Ah, está um pouco acima da meta, errou. Está um pouco abaixo da meta, errou"*. Não. Ela deve estar no intervalo de tolerância, na zona cinza, como está projetado, acima e abaixo do centro da meta. Em alguns momentos, acima; e em alguns momentos, abaixo, dependendo dos choques positivos ou negativos a que tenha sido sujeita a economia.

Se olharmos diversos países — por exemplo, a Nova Zelândia, em vermelho, intervalo de metas — veremos exatamente a demonstração do que eu estou falando. Nova Zelândia, Reino Unido, e a maior parte do tempo, inclusive, o Reino Unido com a inflação abaixo do centro da meta. Em alguns momentos, acima, o Chile, de novo, oscilando abaixo e acima — inclusive, abaixo e acima do próprio intervalo de metas. E, no caso do Chile, é interessante notar que foi até abaixo de zero, em alguns momentos.

Portanto, mostra que a política monetária no Brasil está atingindo seus objetivos, de acordo com o estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.

Com relação à política de créditos, o objetivo do Banco Central é ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Não há metas formais e o fato é que o crédito está crescendo de forma importante. Aqui ele é medido em comparação ao Produto Interno Bruto. Veremos que o crédito total — linha vermelha — está crescendo de forma sustentada como percentagem do Produto Interno Bruto. E o crédito livre, não direcionado — linha azul, coluna da direita — com percentagem do produto também crescendo de forma sustentável. Portanto, um dado importante da economia brasileira.

A evolução de crédito livre direcionado, pessoas jurídicas, pessoas físicas, mostra que o crédito que mais cresce é o crédito para pessoas físicas. Os *spreads* bancários — de novo, em azul — pessoas físicas. Como os *spreads* têm tido uma trajetória cadente, no caso das pessoas jurídicas houve uma subida, no ano de 2006, fundamentalmente, em conseqüência do aumento do crédito para empresas pequenas e médias. Mas, já voltou a cair. Esse é um dado de mercado.

Crédito em consignação. Em azul, mostra claramente que está evoluindo. É uma evolução extremamente positiva. O crédito em consignação a aposentados, em termos de volume e quantidade de contratos.

Política cambial. A meta do Banco Central é o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante. O Banco Central não trabalha com meta de câmbio. Por quê? Porque o Conselho Monetário Nacional fixou meta de inflação e não de câmbio. E esse é o sistema que tem funcionado melhor no mundo inteiro. Já houve momentos, inclusive, no Brasil, em que se adotaram outras metas. No Brasil, adotamos, em alguns anos, metas de câmbio; outros países também as adotaram. Isso não tem funcionado no mundo. Hoje, a maior parte dos países adota de forma explícita, como o Brasil, ou implícita, o regime de metas de inflação. E o câmbio é flutuante.

Discute-se muito sobre o valor do dólar. O dólar é uma moeda importante, não há dúvida, mas o importante é que o Brasil hoje tem uma pauta de exportações e de comércio exterior muito diversificada. É importante, portanto, compararmos o valor do real não só com o dólar, mas com as moedas dos parceiros econômicos mais importantes do País.

Se deflacionarmos cada uma das 15 moedas mais importantes no comércio exterior pela inflação do seu respectivo país ou região e deflacionarmos também a moeda brasileira, o real, observaremos que a evolução do real frente a essa cesta, a esse quadro de moedas terá um comportamento que, às vezes, difere um pouco do que se pode ter quando comparamos apenas com uma moeda específica.

Durante a década de 90, o real ficou mais valorizado do que a média histórica. Em 2002 e início de 2003, o real depreciou-se muito em função da crise cambial de 2001/2002, e voltou de novo a esse patamar.

Portanto, os senhores puderam observar claramente a evolução da cotação da moeda nacional frente a essa cesta de moedas dos parceiros comerciais mais importantes do Brasil. Está na linha vermelha; é como se situa a média histórica.

Como disse, o Banco Central não tem meta de taxa de câmbio, porque isso não é mais usado, hoje, na maioria dos países do mundo. O Brasil já usou, mas teve de abandonar pela crise cambial de 1998.

Se observamos, agora, a cotação da moeda com o risco, veremos que existe uma correlação entre a apreciação do real e a melhora da taxa de risco do País; uma correlação entre o preço das *commodities*, o preço das exportações brasileiras sobe, e uma correlação entre a apreciação da moeda do Brasil. Isso é comum em muitos países.

O fenômeno da desvalorização da dólar é global, devido ao desequilíbrio da balança comercial norte-americana. Isso está acontecendo com grande parte das moedas dos países que têm, hoje, uma situação econômica favorável.

Com relação a saldo em conta corrente, o Brasil tem um desempenho excepcional. Compete no comércio exterior e elimina as vulnerabilidades, que tínhamos no passado, basicamente, puxado pela balança comercial. Inclusive, mantém, nesse início de 2007, um saldo comercial acima de 45, 46 bilhões de dólares.

Tudo isso é um processo impulsionado pelas exportações. Há também o crescimento importante das importações. Mas o fato concreto é que as exportações brasileiras continuam mostrando um dinamismo muito forte.

É muito interessante mencionar as quantidades exportadas, porque, muitas vezes, se tem a impressão, pelo noticiário, de que o Brasil só está aumentando a exportação de matéria-prima, *commodities* etc. Não é fato. Cinqüenta e cinco por cento do total das exportações brasileiras são hoje de manufaturados. Se observarmos a evolução das quantidades, não de preço, veremos claramente que as exportações totais em manufaturados estão aumentando, e novamente como resultado do aumento da competitividade do Brasil, devido à estabilização econômica que permite que as famílias se planejem e invistam, sendo mais competitivas.

Se olharmos agora a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais, veremos que o Brasil, durante um bom tempo, perdeu uma fatia

do mercado. Significa que as exportações brasileiras estão crescendo mais do que a média mundial.

Há muita preocupação com a questão dos fluxos. Até que ponto está havendo um fluxo muito grande de capital especulativo, até que ponto está se repetindo, ou não, aquilo que já aconteceu no passado, na história do Brasil?

Gostaria de apresentar a V.Exas. alguns dados importantes que mostram, em 2005, 2006 e, depois, no início de 2007, a comparação entre diversos números. Veremos claramente que as barras amarelas são o fluxo comercial, isto é, basicamente, o superávit comercial mais outros componentes do fluxo comercial. Veremos que o grande influxo de moedas estrangeiras no Brasil está vindo das transações comerciais. É muito importante que deixemos isso bem claro. Poderemos elaborar, de novo, atendendo a perguntas de V. Exas.

Se olharmos agora a dívida externa brasileira, principalmente a líquida, que é aquela descontadas as reservas internacionais, veremos que ela tem uma trajetória cadente, saindo de um patamar de 165 bilhões de dólares para 55 bilhões de dólares, no dado final do primeiro trimestre.

Gostaria de mencionar que, no caso da esquerda, a operação de uma companhia específica foi responsável por esse aumento da dívida externa bruta total. A dívida externa líquida de reservas foi resultado da grande operação de uma empresa brasileira que gerou um aumento da dívida nominal bruta. Evidentemente, a dívida total líquida continuou caindo pelo aumento das reservas.

O Banco Central tem aproveitado o momento favorável para fortalecer as reservas cambiais. Essa é uma política anunciada em janeiro de 2004 e, em 2006, o Banco Central adquiriu, no mercado, 34.3 bilhões de dólares, totalizando, portanto, compra de 55.8 bilhões de dólares desde o início de 2005. A finalidade principal do Banco Central é o fortalecimento das reservas do País e, consequentemente, melhora do Risco País e diminuição das taxas de custo pagas pelo Governo e pelas empresas brasileiras e conseqüente diminuição do custo de financiamento do País.

Se olharmos a aquisição da reserva do mercado de câmbio desde o ano 2000, pelo Banco Central, veremos a evolução destas aquisições. Aquisição das reservas no mercado de câmbio, fluxos acumulados desde janeiro de 2004. vemos um total acumulado de cerca de 83 bilhões de dólares. Em conseqüência, esta é a evolução das reservas internacionais do País, atingindo, em abril de 2003, a reserva líquida de 15.9 bilhões de dólares, e, no dia 2 de maio, alcançando 122.4 bilhões de dólares, numa trajetória crescente.

Esta tem sido uma das razões fundamentais da melhora do Risco País recente e, portanto, da queda no custo de financiamento do Tesouro Nacional e das empresas brasileiras em geral, para a captação externa e doméstica.

É importante mostrar que os indicadores de solvência externa têm mostrado melhora significativa. Por exemplo: dívida externa líquida sobre exportações: chegou a 3.1, o que significava que o Brasil precisava de 3 anos de exportação para pagar a dívida. Hoje, 0,4, o que representa cerca de 5 meses de exportação. A dívida externa líquida sobre o produto também chegou a quase 33% e, hoje, é 5%.

Pagamento de juros sobre exportação. Nós chegamos a usar quase 30% das exportações para pagar juros, e hoje cerca de 10% caíram. O Risco Brasil, em conseqüência, a trajetória cadente, estará atingindo, no dia 21 de maio, 143 pontos.

Diferença entre o Risco Brasil e outros países emergentes. Vamos ver, por exemplo, que, no início de 2003, o Brasil tinha um risco que era mais cerca de 900 pontos acima da média dos outros emergentes. Hoje o Brasil está com um risco menor do que a média de outros países emergentes.

Relação dívida cambial e dívida total prefixada. Um dos problemas que enfrentamos no início foi que cerca de 40% da dívida interna — não falamos nem da externa, estamos falando da interna — era indexada ao dólar. Por quê? Porque os agentes econômicos não tinham total confiança na moeda brasileira e o Tesouro tinha que emitir, mesmo internamente, indexado a uma moeda externa. Hoje, esse número é negativo. Não há mais dívida doméstica indexada ao dólar em termos líquidos.

Por outro lado, a dívida prefixada, que é a dívida usada pela quase maioria dos países do mundo, é uma dívida que está crescendo como percentual da dívida total. Hoje já está em 36% do total. E a tendência será cada vez mais termos apenas dívidas prefixadas. Em resumo, o Governo não tem mais de indexar os seus títulos ou moeda externa, ou mesmo a taxa de juros interna.

Em relação aos efeitos fiscais da política monetária, há várias maneiras de discutir esse assunto. A maneira mais intuitiva seria aquela de dizer que o Banco Central está baixando os juros desde setembro de 2005, que isso deu um impacto na dívida porque a taxa de juros está caindo e, portanto, a dívida brasileira custa menos. É uma maneira de ver. Nós gostamos de ver o consolidado, porque há vários fatores que intervêm nisso. Por exemplo, se o Tesouro aumenta os prazos da dívida e eventualmente paga um pouco mais caro para ter um prazo maior, para dar mais segurança, isso

tem um impacto. Se o tipo de indexação da dívida é fixado em valores de diversos prêmios de risco etc., há uma série de outros impactos. Portanto, o mais importante é ver o resultado líquido final, a trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto. E nós vamos ver que a dívida líquida do setor público em relação ao produto está numa trajetória cadente, em cerca de 45% do produto.

Agora, um dado da maior importância: se olharmos a composição da dívida líquida total e aquilo que leva a aumentos ou diminuição, vamos ver, por exemplo, que os juros nominais, como percentagem do produto, estão caindo. O efeito líquido é que a carga de juros do Tesouro Nacional está numa trajetória cadente. Então, esses são os diversos componentes da evolução da dívida.

Se olharmos o déficit nominal do setor público consolidado, vamos ver de novo que ele tem uma trajetória que atingiu, em alguns momentos, perto de 8% e que agora está um pouco acima de 2% do produto.

Se olharmos agora a atividade econômica, vamos notar que, se medirmos o trimestre com o trimestre do ano anterior, ou mesmo, por exemplo, com o último trimestre de 2006, vamos ver que o consumo das famílias estava crescendo a cerca de 5%, 4,9% ao ano, o que é um dado importante do ponto de vista de medida da evolução do padrão de vida da população.

Quando olhamos a questão do crescimento, temos de observar o efeito para a população do País. Se olharmos, por exemplo, a produção industrial — esse é o quadro de crescimento da produção industrial — veremos que hoje está crescendo em cerca de 4% da margem.

Já a venda no varejo tem um crescimento mais pronunciado do que inclusive a produção industrial, que cresceu ao ano, nos últimos anos, em função do mesmo mês do ano passado, cerca de 7%. Em alguns, no último mês, chegando a crescer 11,5%, em relação ao mesmo mês do ano anterior, depois de descontada a inflação.

Portanto, o varejo está crescendo fortemente, resultado do aumento de poder de compra da população.

Por exemplo, se formos ver a massa salarial em 2007 — que é o total dos salários e desencargos pagos no País sobre março de 2006 — veremos que cresceu 8,4% acima da inflação. Portanto, um crescimento real, descontada a inflação, crescimento asiático. Acho que superior, inclusive a maior parte dos países asiáticos. Alguns países asiáticos, muitas vezes, têm uma taxa de crescimento grande do PIB, mas a massa salarial cresce menos.

Pessoal ocupado, rendimento real e massa salarial. Vamos ver o crescimento de pessoal ocupado constante. Rendimento médio crescendo. Por exemplo: março de 2007 sobre março de 2006, tivemos, portanto — na linha embaixo —, o pessoal ocupado crescendo 3,2%. Isso é número de pessoas. Rendimento médio cresceu 5. Massa salarial, 8,4%. Quer dizer, cresce o emprego, cresce o rendimento médio e cresce a massa salarial. Isso aqui é de fato o que está levando e impulsionando hoje o crescimento do País, que é o crescimento da renda, principalmente, e do crédito.

Salário real e massa salarial, portanto, está evoluindo. Em azul a massa salarial e em vermelho o salário real.

Gostaria de mencionar que houve uma queda importante do salário real, em 2002 e 2003, em função do aumento súbito da inflação. Isso diminui o poder de compra do trabalhador. No momento em que a inflação começa a cair o rendimento real começa a subir imediatamente.

Taxa de desemprego. Ela tem uma trajetória sazonal: sobe no início do ano e cai mais no segundo semestre. Mas vamos ver que a taxa de 2007, que é a taxa em marrom-escuro, à esquerda, está no nível mais baixo da série medida, segundo esta metodologia nos anos recentes.

Criação de empregos formais. Mostra, em vermelho, o gráfico de evolução. Gostaria de mencionar que essa é a criação em 12 meses. Gostaria de dizer também que no mês de abril de 2007 tivemos a maior criação de empregos ao mês da história. Criamos 300 mil empregos formais, além dos informais que também estão aumentando substancialmente.

Às vezes nota-se a preocupação: *"Muito bem, mas e o investimento? Está havendo um problema na indústria etc, não está investindo com máquinas, equipamentos etc?"* A formação bruta do capital fixo, que é uma forma interessante de medir o investimento na produção, está crescendo de forma importante — linha vermelha, linha da tendência. Se olharmos a absorção doméstica de bens de capital, média móvel de 3 meses, também há uma taxa de crescimento expressivo. Então, o crescimento está crescendo a taxas maiores do que o crescimento do produto, principalmente de máquinas e equipamentos seriados. Quer dizer, não há dúvida de que está, sim, investindo maciçamente de máquinas e equipamentos no Brasil para o aumento da produção.

Insumos da construção civil — também crescente.

Basicamente é esta, Sr. Presidente, a nossa apresentação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Terminada a exposição, vamos iniciar o debate.

Tendo em vista o teor do Ofício nº 130, de 25 de abril, do Deputado Virgílio Guimarães, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, terão prioridade, no uso da palavra, os Deputados Fernando Coruja e Alfredo Kaefer.

Este expediente é em decorrência da aprovação do Requerimento nº 18/07, daquela Comissão, cujo autor é o Deputado Fernando Coruja.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pois não. Eu vou fazer o anúncio e, em seguida faculto a palavra ao nobre Parlamentar, porque, inclusive para os Deputados, autores do requerimento, é até mais interessante ouvi-los e depois interpelá-los.

Como já foi dito, o requerimento se refere a tarifas e serviços bancários e de aprovação do Requerimento nº 38/07, que assegurou ao Deputado Alfredo Kaefer o debate sobre a questão cambial.

Com a palavra o Deputado Fernando Coruja. *(Pausa.)*

Perdão, se assim preferir, darei preferência à exposição do Presidente do Banco Central, porque inclusive V.Exa. ficará mais aparelhado para suas interpelações.

Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Vamos então fazer, atendendo ao requerimento, uma apresentação breve sobre tarifas bancárias.

Basicamente, farei um sumário da questão de regulação e concorrência sobre a evolução das tarifas do Sistema Financeiro Nacional.

Os objetivos da regulamentação relacionadas às tarifas, em primeiro lugar, é promover a concorrência entre as instituições financeiras; em segundo lugar, incentivar a eficiência no processo de intermediação financeira.

Existe a questão, muitas vezes mencionada, do possível abuso. Vamos supor que determinada instituição financeira abuse numa determinada tarifa, ou tarifas, ou seja o que for. Existe uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal que determina que as instituições financeiras estão sujeitas ao Código de Defesa do Consumidor e que cabe ao sistema judiciário decidir, baseado no Código de Defesa do Consumidor, sobre denúncias ou casos específicos de suspeita de abuso na tarifação.

O enfoque da regulamentação do Banco Central, portanto, é permitir a informação ao cliente bancário não só para buscar a melhor tarifa do sistema, mas também para recorrer, segundo o Código de Defesa do Consumidor, caso ele julgue que esteja havendo algum comportamento abusivo, e facilitar a mobilidade entre instituições por parte dos clientes.

Portanto, o que há já de medidas específica nesta linha? Disponibilização das tarifas praticadas no *site* do Banco Central; transparência e clareza na contratação das operações, em que o Banco Central cada vez mais demanda isso da rede; acesso a produtos e serviços financeiros, cada vez mais sendo assegurados por intermédio dos postos de serviço bancários correspondentes, etc.; e algumas medidas importantes em andamento, uma delas é a questão da portabilidade do cadastro, do salário e do crédito. Algumas medidas estão em discussão no Congresso Nacional, como, por exemplo, a questão do cadastro positivo, e outras medidas estão sendo já implementadas. Por exemplo, em relação à questão do salário, foi criada a conta-salário nas instituições, permitindo que o cliente possa dar uma ordem ao banco para que transfira o seu salário para outras instituição sem a cobrança de tarifas, etc. Em resumo, existe toda uma série de medidas. A Central de Risco do Banco Central, já em funcionamento, permite que o cadastro do cliente seja acessado por outras instituições, visando à melhoria da qualidade competitiva.

Apenas para dar uma visão rápida da regulamentação, existe a vedação de cobrança de alguns serviços básicos: cartão magnético, substituição de cartão, documentos destinados à liberação de garantias, devolução de cheques, exceto por insuficiência de fundos, manutenção da conta de depósito poupança, exceto com saldo igual ou inferior a 20 reais e sem depósitos ou saques pelo período de 6 meses e fornecimento de extrato mensal. Não pode ser objeto de tarifa. Autoriza a cobrança pela prestação de outros serviços desde que haja obrigatoriedade de divulgação, não só na dependência da instituição, em local visível ao público, de tabelas contendo a relação do serviço oferecido e os respectivos valores, e a cobrança de nova tarifa ou aumento do valor da tarifa já existente devem ser informados ao público no mínimo de 30 dias.

Caso haja uma liquidação antecipada de operações de crédito, hoje há um arcabouço legal regulamentar permitindo a liquidação antecipada, o que era um problema anteriormente.

A Resolução nº 3.401, de 2006, estabeleceu critérios objetivos para a cobrança dessas tarifas e a liquidação antecipada das operações de crédito e de arrendamento.

A tarifa deve ser estabelecida no contrato. É fixado no valor máximo em reais, o valor deve aguardar relação direta e linear com o prazo de amortização que remanesce com a parcela não amortizada do princi-

pal. Deve conter informações necessárias e suficientes para possibilitar o cálculo — no caso, o contrato — pelo cliente do valor ao longo do prazo da operação. Em resumo, o contrato tem de prever todas essas cláusulas, a partir da data daquela legislação.

Basicamente, é esta um visão sumária da questão das tarifas. Estamos à disposição de V.Exas., inclusive o diretor responsável pela área, Alexandre Tombini, para que possamos discutir amplamente quaisquer dúvidas referentes à questão das tarifas.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, Sr. Ministro Henrique Meirelles, Srs. diretores do Banco Central, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, nós vivemos um período de alta lucratividade dos bancos, de sofisticação do sistema bancário e de grande diminuição do volume de trabalhadores no sistema bancário.

Paradoxalmente, há uma sensação de insatisfação com o sistema bancário, tendo em vista que a modernização que veio para diminuir filas não parece ter produzido esse efeito. Há enormes filas nos bancos e vemos constantemente cenas constrangedoras por causa disso — mesmo com a grande lucratividade.

A lucratividade dos bancos tem sido produzida por vários fatores. Um deles são as tarifas bancárias. Alguns bancos chegam a ter 150% da sua folha de pagamento paga com tarifas bancárias.

A legislação prevê que o Banco Central deve limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários e financeiros, e exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas.

Os bancos, que deveriam fundamentalmente fazer intermediação financeira, têm lucrado muito com as tarifas. Sr. Henrique Meirelles, parece-nos que há um exagero. V.Exa. se referiu a várias questões, tais como a portabilidade, que não teve sua eficácia atingida, e outras metas e objetivos do Banco Central, mas há claramente um exagero.

Serei objetivo em uma pergunta: não há um cartel bancário no Banco Central? Porque não é possível. É muita tarifa. É grande o percentual em relação à lucratividade dos bancos. Será que o País não poderia ter tarifas mais baixas?

Farei algumas perguntas sobre a exposição do primeiro assunto.

O Sr. Henrique Meirelles se refere à ampliação do crédito — uma das velhas discussões. Gostaria que V.Exa. me explicasse melhor o gráfico crédito total e crédito livre, pois, na coluna da esquerda, o percentual do PIB é de 22%; na da direita, cresce para 22% também.

Eu queria que V.Exa. me dissesse quais são os 3 principais problemas da economia do Brasil hoje.

Há preocupação com várias questões, inclusive em relação à evolução bastante positiva da dívida externa. Como V.Exa. entende que vai evoluir a questão da dívida interna do País?

Até quero elogiar o Presidente Meirelles, tendo em vista a política adotada desde o Governo Fernando Henrique, porque o Governo atual tem sido mais eficiente na condução dessa política. Discordamos no que se refere ao modelo de política econômica. Eu nunca vi em nenhuma apresentação do Banco Central dizerem que estavam indo mal, todos dizem que está um céu de brigadeiro.

Durante os anos que aqui estou, vejo que os gráficos estão sendo aperfeiçoados — quero até elogiar a pessoa que os faz.

Quanto à questão de desemprego, que está claramente crescendo no primeiro trimestre, colocam a evolução de muitos anos e escondido, lá embaixo, a questão de desemprego. Quando vão comparar outra coisa, colocam apenas os últimos 2 anos. Então, há uma falsa impressão, porque nunca é uma comparação de 10 anos. Uma hora é de 2 anos, outra de 1, depende.

Portanto, no que se refere ao desemprego, como o Ministro vê essa questão? O desemprego está crescendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Interrompo o orador para lhe informar que há 10 oradores inscritos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Vou encerrar, Sr. Presidente.

Como o Presidente Meirelles vê a questão do crescimento do desemprego no País?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em primeiro lugar, Deputado, com relação às tarifas, o cartel, quando existe, é considerado uma atividade ilícita, prevista em lei, e deve ser provada. As pessoas devem ser objeto de acusação específica sobre isso.

O que a autoridade monetária faz, em qualquer país, é assegurar a transparência, visando a uma apuração por parte do cliente de informações suficientes para lhe permitir buscar o melhor negócio. Isso é algo que cada vez mais está acontecendo no sistema financeiro brasileiro. O Banco Central tem adotado medidas para que a transparência e o acesso às informações sejam maiores o possível, e para que o cliente tenha a possibilidade de buscar o melhor serviço e a menor taxa. Para isso, um dos dados da maior importância é, como V.Exa. mencionou, a questão da portabilidade,

principalmente a portabilidade do salário. Isto é, no momento em que uma empresa coloca a sua folha de pagamento para ser processada em uma instituição, é importante que o empregado tenha a possibilidade de pegar esse salário e mudar de banco, aquele que lhe ofereça melhores condições. Esse é um processo que está em andamento e que terá efeitos muito importantes. Ele é gradual, e, na medida em que novos convênios sejam firmados entre empresas e bancos, isso já será objeto de uma conta-salário, na qual o depósito será feito e, a partir daí, será transferido automaticamente, caso o cliente assim o deseje. Mas é um processo que se vai estender até o final do ano que vem. E a partir daí será obrigatório, mesmo para contratos antigos, independentemente de prazo. Portanto, é um processo que está em andamento. Em resumo, existe um enorme conjunto de ações que estão sendo tomadas e que já estão em andamento, visando exatamente assegurar ao cliente a melhor possibilidade de competição. Como eu mencionei, existe recente decisão do Supremo Tribunal Federal que dá ao Poder Judiciário a atribuição de análise de casos específicos de violação do Código de Defesa do Consumidor. Então, caso exista qualquer suspeita, isso hoje está claramente endereçado pelo Supremo à Justiça, no sentido de que tem de ser apurado imediatamente, novamente baseado no Código de Defesa do Consumidor.

Em relação à questão dos gráficos, vamos endereçá-los no momento, mas eu gostaria de mencionar que a situação da economia brasileira, Sr. Deputado, está melhorando muito. Todos os dados mostram isso com muita clareza. Os gráficos, além da sua excelência técnica, mostram uma realidade positiva. Portanto, seria muito difícil a essa altura ter uma visão negativa da economia brasileira. Alguém precisaria ser muito criativo, hoje em dia, para achar que a economia brasileira está piorando. Eu acho que não se trata meramente de uma questão da excelência, que é real, dos gráficos. Mas o fato é que a economia está melhorando.

O Deputado pediu um esclarecimento sobre o crédito livre e o crédito total. Vamos mencionar o seguinte. O crédito total está em vermelho e está medido na coluna da esquerda. Na coluna da esquerda, S.Exa. verá que em janeiro de 2003 era cerca de 22% do produto. E se seguirmos a linha vermelha, que é a linha coincidente com a azul, que também cresce na mesma inclinação, vamos ver que ela atingiu, em março de 2007, cerca de 32% do produto.

O crédito total é medido na coluna da esquerda, que vai de 20 a 32. E o crédito livre, que é menor do que o total, é na coluna da direita, que varia de 12 a 22. O que é o crédito livre? É retirando-se o crédito direcionado — BNDES, crédito agrícola, etc. Tirando-se o crédito direcionado, vamos ver, aí sim, em azul, na coluna da direita, crescendo de 13 a 21%.

Outra pergunta do Deputado é sobre a questão que resulta em desemprego. Vamos mostrar aqui os gráficos para que novamente possamos olhar isso com maior precisão.

S.Exa. afirma que o desemprego está aumentando. Nós temos que entender o que significa essa afirmativa. Existe um padrão na economia brasileira, que é o padrão sazonal, em que o desemprego de fato aumenta no primeiro trimestre, todos os anos. Vamos começando em 2002, por exemplo, aqui em azul, ele aumenta cerca de 11% da força de trabalho para cerca de 13% no primeiro trimestre, vindo depois a cair. Em 2003, ele também aumenta num período prolongado, mas depois cai. Depois, 2004, em amarelo, ele aumenta e cai. Depois 2005, 2006 e 2007. O que estamos dizendo é que o crescimento sobe no primeiro trimestre, em função do comportamento das pessoas. Isto é, as pessoas tendem a buscar mais trabalho no início do ano. Muitas pessoas vão buscar trabalho, e isso aumenta o denominador da medida, aumenta o número total da população economicamente ativa. O número de empregados muitas vezes está aumentando, mas se aumenta mais o denominador, isso faz com que o desemprego aumente. Só que depois esse fenômeno se reverte e o desemprego cai. Isso é um padrão que se repete todos os anos, cai bastante no final do ano. O importante é comparar um ano com outro. E se compararmos um ano com outro, vamos ver que este ano o desemprego é o mais baixo dos anos recentes. É o mais baixo desde que essa série foi desenvolvida pelo IBGE. Há muitos anos a medida era diferente e não dá para comparar. Mas o fato concreto, portanto, é que o desemprego, comparando ano com outro ano, está caindo.

Vamos agora voltar à questão da outra pergunta do Deputado sobre a evolução da dívida interna. Vamos aqui voltar à dívida líquida do setor público.

O importante aqui, Excelência, é que analisemos a dívida pública total, e a dívida pública total como percentual do produto. O que acontece? Nós vamos ver claramente que a dívida está caindo, sistematicamente, como percentagem do produto. Isso mostra, novamente, a evolução positiva das finanças públicas, na medida em que, cada vez mais, como parcela do produto interno, a dívida pública consome menos recursos para ser financiada, esse resultado e diversos fatores. O superávit primário é um fator importante. O crescimento do País é outro fator importante. A queda de juros reais da economia é outro fator da maior importância. As quedas de juros reais pagas pelo Tesouro Nacional são reflexos da melhora das condições

econômicas. As taxas reais de juros, aquelas de prazo de 1 ano ou de 2, ou 3 anos, que prevaleciam na economia brasileira desde a década de 90, por exemplo, têm caído sistematicamente e hoje estão nos patamares mais baixos da história.

Quanto a uma pergunta mais genérica do Deputado sobre os 6 principais problemas da economia brasileira, se olharmos o modelo de crescimento, hoje, em todo o mundo, vamos ver que a economia cresce mais com alguns fatores importantes que precisam ser endereçados: é o aumento do investimento, que está acontecendo no Brasil não só o investimento privado nas empresas, como também o público, principalmente na infra-estrutura, na educação, etc. Isso é objeto do Plano de Aceleração do Crescimento. A grande meta do Governo, hoje, é o investimento público, principalmente no setor de infra-estrtutura e de educação. Em relação ao investimento privado, nós mostramos que já está crescendo.

Um outro dado da maior importância é a produtividade total dos fatores, isto é, a capacidade de a economia brasileira ser mais produtiva. Em primeiro lugar, é uma conseqüência da estabilidade econômica. Quando temos inflação alta, a produtividade da economia baixa, porque se desorganiza a economia, desorganiza os seus sistemas, o planejamento passa a ser mais difícil. Portanto, na medida em que há uma instabilidade, as empresas podem investir mais, os trabalhadores também podem se planejar, as pessoas passam a tomar crédito a prazos mais longos. Tudo isso permite maior produtividade. É um dos fatores. Investimento em educação é outro fator. Investimento em infra-estrutura é outro fator que também reflete no aumento da produtividade. Isso é um importante desafio para qualquer país, certamente para o Brasil, que o está enfrentando de forma vigorosa. E há também a chamada segurança institucional. Essas são as questões.

Existem alguns avanços importantes que estão sendo endereçados ao Brasil agora. Por exemplo, a súmula vinculante, do Supremo Tribunal Federal, que permite, à medida que seja implementada, maior previsibilidade das decisões contratuais no País — é algo dentro do chamado marco regulatório. É muito importante que se possa ter maior previsibilidade. Esses são os maiores fatores-chave para que possamos endereçar.

Os problemas históricos da economia brasileira de inflação estamos resolvendo vigorosamente, na área de balanço de pagamentos, que sempre gerava as crises periódicas e a questão fiscal. Hoje em dia se fala pouco nisso, porque são problemas em processo de resolução.

Basicamente é um sumário.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pequena análise, rapidamente.

Em relação à dívida líquida, temos uma evolução positiva do setor público. Mas não temos o gráfico da evolução em valores totais, que é o valor crescente. Talvez um dos fatores da diminuição seja essa nova correção do PIB, que o colocou para cima, em função da nova fórmula de cálculo prevista pelo IBGE.

Outra questão é que, claro que a economia do Brasil tem esse lado positivo, mas uma pergunta fica sempre: por que, se é tão positiva, na América Latina só crescemos mais do que o Haiti? Não há algo errado?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - A primeira observação, Deputado, é que a mudança da série do PIB pelo IBGE não mudou a trajetória desse gráfico. Ele baixou todos os números, mas a trajetória continua a mesma. Na série anterior, ao invés de 56%, em setembro de 2002, tínhamos 62%; ao invés de 45%, em março, tínhamos um pouco abaixo de 50%. Portanto, houve uma queda de todos os índices, na medida em que subiu o denominador. Mas a melhora é real na série anterior, bem como nesta.

Em relação aos números, é importante mencionar que, sim, o Brasil ainda não tem um superávit nominal. Não existem muitos países no mundo que o tenham, francamente. Se o país tem um déficit nominal, por definição, sobe nominalmente sua dívida. O importante é comparar com a evolução do produto, ou todos os países, para diminuir sua dívida, teriam de ter um saldo nominal, o que pouquíssimos têm. O único é o Chile, devido à receita do cobre da CODEL, que gera parcela importante da receita pública: subiu o preço do cobre, o Chile tem um superávit nominal. Mas isso é muito raro.

Na Europa, por exemplo, existe um tratado regulando essa situação: para ser membro da União Européia, o país deve ter um déficit nominal de até 3%. Então, mesmo na Europa, nos Estados Unidos, em todos os países de valores nominais, a dívida sobe, porque se deu déficit nominal. Mas esse é, hoje, o padrão aceitável de que é normal que suba um pouco a dívida, desde que idealmente suba menos do que o produto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sobre a outra pergunta, em relação à...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa., agora, está fazendo a tréplica da tréplica.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - É um esclarecimento sobre se o Brasil cresce só mais que o Haiti.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - É importante mencionar, Deputado, que, primeiro, esses números eram reflexo da série anterior do IBGE. Com a série nova, eles mudam bastante. O crescimento médio de 2004, 2005 e 2006 foi de 4,1% e não aqueles mais de 2% de que se falavam tanto. O Brasil, pela série nova, está claro, já está crescendo a taxas maiores do que se pensava.

Segundo, o crescimento previsto, por exemplo, pelo Fundo Monetário Internacional, entidade que tem previsões bastante seguras, para o Brasil é de 4,4% para este ano, que já dá um quadro muito diferente desse referenciado pelo Deputado.

Dito isso, não há dúvida de que existem diversas economias latino-americanas, principalmente as menores e muito dependentes de *commodities*, que estão tendo percentuais de crescimento muito altos, em função da evolução dos preços das *commodities.*

Digamos que o Brasil só exportasse minério de ferro, soja e álcool. Certamente o crescimento da economia nacional, se esse fosse um percentual muito grande, este ano, estaria crescendo a taxas muito mais elevadas, porque é um momento favorável para o preço das *commodities* internacionais e para os volumes.

O Brasil é uma economia muito mais complexa, que tem uma base industrial muito grande e um setor de serviços que é a maior parte da formação do produto. Em resumo, o País tem uma economia que cresce mais de acordo com os padrões das economias mais robustas do mundo. Seu padrão de crescimento, de novo, não é o que desejamos, todos queremos que cresça a taxas mais elevadas e estamos trabalhando para isso, mas é um crescimento que já está tendo um comportamento bastante diferente do que tinha no passado, já é mais que o dobro nas décadas recentes.

Também é forçoso mencionar que a taxa de crescimento, por exemplo, de 1900 até 1970, foi mais elevada, porque o Brasil passava pelo fenômeno por que passam China e Índia hoje: incorporação maciça de mão-de-obra dos setores rurais para os industrializados, com salários baixos e acumulação maciça de base de capital. Portanto, é um momento diferente da economia brasileira.

O importante, Deputado, é que a curva está na direção positiva, que o País está crescendo a taxas cada vez maiores e, mais importante, com base sólida. Não precisamos temer que vamos ter uma crise no ano que vem ou ainda neste.

Eu me lembro de que, a primeira vez que vim aqui, o que se discutia, e que foi o padrão por muito tempo, era: como é que vamos fazer para sair da crise? Como é que vamos fazer para não entrar na próxima crise? Qual é a situação em que o Brasil vai se ver? Hoje, não. Estamos discutindo como crescer mais. Isso significa uma trajetória de sucesso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, senhores diretores, considero o Banco Central uma das mais sérias e competentes instituições do País. Ainda espero ver seu Presidente sem *status* de Ministro; espero vê-lo independente, guardião da moeda, da moeda estável, tanto para cima quanto para baixo.

Considero, e muitos economistas, pessoas especializadas também, que a valorização cambial é o maior problema de curto prazo da economia brasileira. Entre outras coisas, causa desindustrialização, em especial, em áreas de maior empregabilidade, pois tem reduzido em volume as exportações e, conseqüentemente, a produção de manufaturados, gerando desemprego em vários setores.

As exportações têm se mantido superavitárias porque volumes expressivos de *commodities* e produtos manufaturados seletivos têm tido expressiva base na balança de exportação. Há procura no mercado internacional porque há um bom momento na economia externa, e ela tem comprado essas *commodities,* grãos em especial, proporcionando essa sempre superavitária situação da balança comercial

A valorização tem criado muitos empregos, mas lá fora, porque impede a exportação de vários setores e também proporciona o aumento de importação de vários produtos que acabam tirando empregos dos brasileiros aqui.

O País adotou o câmbio livre em 1999, depois de mantê-lo engessado por longo tempo. Os estragos pós-Plano Real, com o câmbio valorizado, estancou a economia vários anos seguidos, com a nefasta política na época, de forma controlada. Hoje, a mesma prática de câmbio valorizada faz, na minha opinião, os mesmos estragos, só que, na época, controlada, e, hoje, na forma de livre mercado. Mas o estrago é o mesmo, com uma supervalorização da nossa moeda.

A maioria dos países, é verdade — como diz o Presidente —, adota o câmbio livre. Mas livre em tese, porque, na verdade, em nenhum lugar do mundo se deixa flutuar total e livremente o câmbio. Há sempre mecanismos, expedientes que os bancos centrais usam para que este "livre", na verdade, não seja tão livre. Todo o mundo usa os expedientes — o Banco Central aqui sabe — das mais diversas formas possíveis, alguns chamam até de "flutuante sujo", que são os mecanismos que os bancos usam — livre, deixa

entrar, mas com mais juros ou menos compulsória, etc. —, e fazem com que, na verdade, não se tenha efetivamente um câmbio totalmente livre.

No Brasil, adotou-se, então, o dito câmbio livre, totalmente livre, deixando o ingresso de dólares fazer com que a nossa moeda, o real, sofresse a maior valorização de todas as moedas do mundo.

Pesquisei dados de alguns países e verifiquei que, em 4 anos, a nossa moeda valorizou 80%. O Chile e a Coréia tiveram 35% de valorização. Repito, nós tivemos 80% no período. É evidente que ele estava desvalorizado e, então, não é totalmente essa proporção. Mas parece-me que o Brasil tem tido a maior valorização da moeda — eu acho que até do planeta —, nos últimos 4 ou 5 anos. Isso tem trazido algumas coisas interessantes. Fiz uma conta. Um cidadão estrangeiro que aqui trouxe, há 3 anos, 1.000 dólares — poderia ser 100 mil ou 1 milhão de dólares —, no segundo semestre de 2004, num câmbio de 2,80 ou 2,70 reais, aplicou na taxa SELIC em menos de 36 meses e, com essa valorização, hoje, fazendo o câmbio de volta, em dólar a 1,94, está levando de volta 100% de rendimento em dólar. Ou seja, em menos de 36 meses, ele dobrou o seu rendimento em dólares. Eu não tenho referência de nenhum lugar do mundo que isso possa efetivamente ter acontecido. Então, estou falando do rendimento de 100% em dólar. Oportuno lembrar que o valor dos juros que o Tesouro pagou no ano passado — não tenho o número exato — , passou de 150 bilhões de reais. Não pagamos, mas emendamos na nossa conta de dívida do Tesouro. Fui informado agora, de que foram 179 bilhões de reais.

Vemos os gráficos em torno de PIB. Creio que parte da dívida pública até ajuda na compra de dólares. O Governo Itamar Franco deixou 70 bilhões de reais de dívida. O Governo Fernando Henrique Cardoso entregou com mais de 500 bilhões. E o Presidente Lula, em pouco mais de 4 anos, já saiu de 600 bilhões para 1 bilhão, 150 milhões de reais. Então, é evidente que, se isso é referencial de PIB, há um declínio, mas, nominalmente, vejam como subiu a nossa dívida. Há alguma coisa errada. Na minha visão, está muito claro que o Banco Central usa o expediente do câmbio livre com finalidade básica. E V.Sa. disse agora há pouco que o foco realmente é inflação. Com câmbio valorizado nesse nível, com o nosso produto que seria levado para fora a um preço maior transformado em real, somado a um incentivo de importações, é evidente que temos como resultado uma inflação baixa.

Tenho absoluta certeza de que, se tivéssemos tido menos ingresso de dólares, se o real estivesse mais desvalorizado, certamente o Banco Central não estaria cumprindo sua meta inflacionária. Tenho a impressão de que, assim como o Governo, em algum momento, na sua política de relações exteriores, teve por objetivo buscar um assento no Conselho de Segurança — que acabou não se concretizando —, agora, na sua política econômica, visa ao *investment grade*.

Nosso objetivo é moldar o Brasil realmente dentro dessa linha. E aí fica a pergunta: como será depois, se não tivermos mecanismos de controle de entrada dessa moeda? Por quê? A partir desse *rating* que estamos prestes a alcançar, a enxurrada de dólares deverá ser de tal tamanho, que nós deveremos ter a cotação do dólar a 1,80, 1,70, 1,50 real e por aí afora.

Alguns indicativos dizem que tudo o que nós queremos conseguir de crescimento econômico com o PAC, toda essa engenharia que está sendo feita, nós teríamos conseguido se não tivesse havido valorização excessiva da moeda. Segundo muitos economistas, nós teríamos 1,5%, 2% a mais de crescimento ao ano se não tivesse havido essa valorização excessiva da moeda. Então há expedientes, mas não sei qual é o caminho. Certamente V.Sa. vai responder depois.

Para mim, a situação de moeda tão valorizada não vai dar certo. Vimos a Argentina, que durante mais de 10 anos insistiu com a sua moeda, na época do plano de conversibilidade, na cotação de 1 por 1. A economia argentina, assim como a de outros que insistiram numa moeda artificialmente forte, sucateou o seu setor produtivo. Certamente nós vamos cair para esse caminho se não houver nenhuma decisão nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Deputado, embora constrangido, porque V.Exa. está-se mostrando um homem muito seguro nas suas interpelações, muito conhecedor da matéria, nós temos 11 oradores inscritos. V.Exa. já esgotou seu tempo várias vezes.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Vou concluir, Sr. Presidente.

Nós realmente temos de alertar os nossos exportadores. Os manufaturados crescem, mas é visível, há vários Deputados que encontram problemas sérios em suas bases em alguns setores, tais como coureiro-calçadista, moveleiro, têxtil, que estão sofrendo penosamente com a situação do dólar. Acabamos ficando confusos, não sabemos qual é a real informação.

Vemos o Governo dizer que vai tomar providências, mas sabemos que isso não vai acontecer. O Governo é lento, a Fazenda vai tapar buraco. Isso é o mesmo que pegarmos um cano com vários furos, em que se tapa num lugar e noutro, mas não dá certo. A valorização da nossa moeda, numa tendência de alcançarmos o *investment grade*, é motivo de enorme preocupação para um setor tão importante como o exportador, que

lá atrás foi várias vezes chamado pelo Governo com o *slogan "Exportar é o que importa"*.

Lembro muito bem que há muitos anos os aviões da VARIG estavam parados no exterior porque não tínhamos moeda para transacionar. O que nos salvava eram os dólares advindos da exportação.

Realmente minha posição é efetivamente sobre política cambial. Preocupa-nos, a uma grande parte da sociedade, aos Deputados e ao setor produtivo o caminho a que leva a excessiva valorização do real e a nefasta conseqüência para nossa economia e para muitos e muitos empregos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Sr. Henrique Meirelles.

Naturalmente, depois de tantos questionamentos, não posso limitar seu tempo, mas quero fazer mais um apelo. Temos 10 oradores inscritos. É evidente que, democraticamente, queremos ouvir todos. Mas o Deputado Alfredo Kaefer ultrapassou muito o limite. Se continuarmos nesse ritmo, não vamos terminar esta reunião até o final do expediente de hoje. Então direciono outra vez o apelo para que os oradores inscritos se atenham aos 3 minutos para a interpelação e 3 para a réplica.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Só para disciplinar nossos trabalhos ou, quem sabe, melhorar o debate, poderíamos ouvir 3 Deputados seguidamente, e depois a resposta. Trata-se de metodologia já utilizada anteriormente, com o objetivo de facilitar os trabalhos.

O ideal seria mesmo pergunta e resposta. Mas, em função de tantas perguntas e da demora, se 3 ou 4 Parlamentares fizerem as perguntas e, depois, o Sr. Henrique Meirelles responder a elas em conjunto, talvez possamos adiantar um pouco mais o ritmo.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - É razoável a sugestão de V.Exa. Mesmo assim, se os oradores não se restringirem ao tempo regimental, não vamos terminar esta reunião.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Concordo com V.Exa. Só quero ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - De agora em diante, vou cumprir rigorosamente o que está no Regimento Interno da Comissão.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, abro mão da réplica, porque tenho certeza de que na seqüência o Presidente vai acabar atendendo aos quesitos.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado. V.Exa. esteja certo de que consideramos extremamente respeitável e tratamos com a maior seriedade a situação de setores específicos da economia brasileira. Não há dúvida de que trabalhadores que possam perder emprego, empresas que possam enfrentar situação de maior competição e que tenham dificuldades são motivo de preocupação do setor público e de toda a Nação.

Dito isso, temos que ver a situação real do País, como ela é, não apenas do ponto de vista de um setor ou de outro. Temos que olhar o País como um todo e ver o bem público da Nação. Se olharmos, portanto, por esse ponto de vista e observarmos, por exemplo, uma questão mencionada por S.Exa. no que diz respeito à evolução da taxa de câmbio, evidentemente podemos fazer a comparação que quisermos e chegar a resultados os mais diferentes possíveis.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou mostrar, por exemplo, na projeção que observamos no momento, a evolução do real contra a cesta de moedas dos 15 países que têm relações comerciais mais importantes com o Brasil. Vamos ver que, sim, existiram períodos em que a taxa de câmbio estava muito mais valorizada do que a média histórica, que está em vermelho, e existem períodos em que a taxa de câmbio estava, de fato, muito desvalorizada.

O período que o Deputado mencionou, do câmbio controlado, foi exatamente este aqui, em que claramente a taxa de câmbio estava muito mais valorizada do que a média, quando teve uma baixa, de 1995 a 1999. Nós vemos claramente um período em que, de fato, o Banco Central controlava as taxas de câmbio. Não é o que está acontecendo no momento, temos uma taxa de câmbio flutuante.

Segundo, não há dúvida, Excelência, de que houve um momento, como V.Exa. mencionou com toda a clareza, em que o País estava enfrentando dificuldade. V.Exa. até mencionou aviões da VARIG parados no exterior por falta de dólares para pagar. Não há dúvida de que nesse momento a moeda se desvalorizou muito. Então houve esse período em ocorreu pico de desvalorização do real.

Evidentemente, se compararmos com este momento, a valorização passa a ser impressionante, mas temos que observar a economia dentro de uma evolução balanceada. Não podemos comparar apenas com aquele período que nos interessa ou com a moeda daquele período que nos interessa para demonstrar uma tese. Aqui vemos uma comparação abrangente com todas as moedas mais importantes, durante um longo período, desde 1988. V.Exas. verão que a conclusão fala por si só.

Excelência, hoje os Estados Unidos representam apenas 17% das destinações totais das exportações brasileiras. O euro, por exemplo, ou a União Européia, 22%. O que está acontecendo, conforme já mencionei, é que o dólar está se desvalorizando frente a todas as moedas. Esse é um problema do dólar. E nós não vamos conseguir resolver aqui o problema dos Estados Unidos; precisamos nos concentrar nos nossos. Os Estados Unidos têm um problema de déficits comerciais sérios e déficits de conta corrente, portanto o dólar está se desvalorizando frente a todas as moedas. Não vamos conseguir resolver isso no Brasil. Se conseguirmos resolver os nossos problemas, já está bem. Então essa é uma questão para a qual gostaria de chamar a atenção de V.Exas.

Em segundo lugar, se olharmos um pouco mais à frente, V.Exa. mencionou o final da década passada e os efeitos no País da política de câmbio sobrevalorizado. Eu gostaria de mencionar que existe uma diferença grande em termos de resultados de conta corrente entre o final de década passada e hoje. Naquele momento que o senhor mencionou, o Brasil chegou a ter um déficit de conta corrente de 33 bilhões de dólares, que era quase 6% do Produto Interno Bruto daquela época, enquanto hoje temos saldos de conta corrente. Nós temos um saldo de balança comercial crescente, ao contrário de déficits comerciais daquele período ou déficits comerciais, por exemplo, da década de 70.

Em resumo, o Brasil tem um saldo comercial importante, mostrando que as exportações estão crescendo, como vemos na linha em amarelo. V.Exa. mencionou muito bem, mas isso é resultado apenas do crescimento dos preços dos volumes das *commodities*, porque os manufaturados, não; os manufaturados estão tendo dificuldade de exportação.

Deputado, vamos olhar de novo as quantidades exportadas. Temos aqui exportações totais em vermelho escuro e exportações de manufaturados em vermelho claro. Nós vamos ver claramente que as exportações de manufaturados estão crescendo, inclusive no passado recente. De novo, em nenhum momento subestimamos as dificuldades dos setores específicos, etc., que são objeto da maior atenção, e devem sê-lo, mas temos que olhar também a situação do País como um todo.

O Deputado perguntou o que o Banco Central faz no mercado de câmbio. Eu gostaria apenas de enfatizar que, visando a adquirir reservas para fortalecer a economia brasileira, de maneira a que diminua a vulnerabilidade, inclusive para não ter o tipo de problemas que tivemos no passado, o Banco Central está comprando volumes importantes de moeda nos mercados, comparáveis à maior parte dos países do mundo. O Deputado tem razão quando diz que nós não temos meta de câmbio. De fato, isso já houve no Brasil e em muitos países, e não deu certo. Trabalhamos realmente com meta de inflação, e é o que prevalece hoje na maioria dos países. Mas, dito isso, o Banco Central tem feito compras importantes nos mercados, não somente no mercado à vista, mas no mercado futuro. É importante mencionar que isso não funciona da maneira descrita.

Finalmente, observemos a questão do emprego. Podem dizer o seguinte: "O fato concreto é que a indústria está perdendo emprego, e o País, em função disso, está elevando a taxa de desemprego e deixando de criar empregos". Novamente, eu mostro os números relativos à criação de empregos líquidos no Brasil no mercado formal. O Brasil está criando, em média, 1,272 milhão de empregos líquidos por ano. Deduzidos os empregos que fecham, liquidamente — repito — criamos 1,272 milhão de vagas. Gostaria de chamar a atenção para o fato de que apenas no mês de abril, em termos líquidos, foram criados mais de 300 mil empregos no País.

No País como um todo, as taxas de emprego estão crescendo vigorosamente, e, em conseqüência disso, como eu mencionei, o rendimento total dos trabalhadores brasileiros está aumentando a taxas superiores às da maioria absoluta dos países do mundo. Isto é o rendimento do trabalhador brasileiro, resultado do emprego e do aumento da renda.

Portanto, novamente, com o devido respeito e seriedade, digo que se deve olhar para os setores específicos, que podem estar encontrando dificuldade. É importante averiguar isso com a maior seriedade, mas não podemos perder de vista o fato de que o País cada vez mais segue com uma situação excepcionalmente positiva no que diz respeito ao seu comportamento macroeconômico. E o efeito disso recai sobre o padrão de vida da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concederei a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Félix Mendonça, que terá 3 minutos para sua interpelação.

O interpelado vai responder cumulativamente a 5 oradores. Conseqüentemente, seu tempo será maior.

Com a palavra o Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Sr. Presidente, Sr. Ministro, o Deputado Alfredo Kaefer fez uma exposição interessante e consistente. Mas nós sabemos que o Ministro Meirelles fez um trabalho muito bom para atender à meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Fez até demais. Quer dizer, está no nível 3,1, o que significa uma excelência que nós não gostaríamos de ter.

Explico. Na verdade, hoje temos o maior juro do mundo, o juro real de 9,4%. Esse juro real é um diferencial para todas as economias do mundo. Quer dizer que podemos tomar empréstimo a 0,5% no Japão e aplicar no Brasil aos nossos juros. Isso atrai uma massa de recursos exteriores, que naturalmente forçam a queda do câmbio. Eu acho que não há dúvida quanto a isso e lembro que as nossas exportações também contribuem para a queda do câmbio. O câmbio, na verdade, flutua dentro desse aspecto. Então não é um câmbio tão flutuante.

Ministro, para conter a queda, a apreciação do real — como os economistas agora inventaram de falar —, V.Exa. está comprando dólar em massa. E V.Exa., ao explicar isso, disse que era uma vantagem para o Brasil. Mas nós sabemos que V.Exa. compra dólar e aplica com os juros que temos aqui. Então, há um prejuízo. E a nossa dívida externa e interna foi para 1 bilhão e 285 milhões, sem considerar os empresários, aquelas outras dívidas. Na verdade, a externa está caindo 134.

Sr. Ministro, V.Exa. falou dos fundamentos da economia. Em relação ao Risco Brasil, por exemplo, nós não gostaríamos que ele fosse tão bom, porque vai atrair mais dólar, vai fazer cair mais o câmbio. Essa é a verdade. O Risco Brasil é excelente, mas vai atrair dólar. Estamos numa posição difícil de entender. Como é que se tem 62 bilhões aplicados em renda fixa de recursos do exterior? O que acontece, na verdade, é que o Brasil não cresceu. O IBGE mudou, e V.Exa. falou nessa mudança. Com ela, se a metodologia for aplicada, nós ficaremos patinando em 3%.

Sr. Ministro, nós temos quase 60% dos trabalhadores na informalidade. V.Exa. falou e repetiu que foram criados empregos formais mas, na informalidade, devemos ter mais de 50% dos trabalhadores, e estamos caminhando para os 60%. No momento, temos uma população rarefeita até 14 anos, temos 125 milhões de brasileiros até 65 anos e temos apenas 9% de velhos. Não há melhor instante demográfico para o crescimento.

Mas, Sr. Ministro, nós medimos os fundamentos da economia pelo que está acontecendo no País. Temos o desemprego e temos a violência, um dos vetores do desemprego; as invasões de universidades; há populações assistidas, quando, na verdade, são bandidos que invadem fazenda — invadiram até Tucuruí. Não vejo diferença entre invadir uma fazenda e assaltar uma casa. Essa é a realidade brasileira. As greves acontecem uma atrás da outra; as habitações nas periferias são da pior qualidade; as estradas no Norte e no Nordeste estão terríveis; os hospitais públicos e as Santas Casas estão falindo. Este que é o resultado que nós medimos.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Quero lembrar ao orador que seu tempo é de 3 minutos e que V.Exa. já usou 5 minutos.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Encerrarei.

O retrato do Brasil que nós vemos é este: a juventude sem emprego e sem esperança.

Até ficamos alegres com a suposição de V.Exa., porque começamos a acreditar no Brasil. Mas devo dizer a V.Exa. que a visão certa do Brasil não é a de V.Exa.; é a do Brasil real, o Brasil em que estamos, e ela depende muito de V.Exa., dos juros. Nós devemos fazer esses juros decaírem rapidamente, para ficarem iguais aos juros normais que o Brasil tem, senão ficamos nesse crescimento: a China com 11.1 e nós aqui patinando junto com o Haiti.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu nem precisaria falar. O Deputado Alfredo Kaefer, o Deputado Félix Mendonça e o Deputado Fernando Coruja já abordaram a matéria de forma extraordinária. Apenas quero falar sobre os dados da economia apresentados pelo Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles.

Quando S.Exa. fala que a economia brasileira está melhorando, ninguém o contesta diante dos números. Os dados do Banco Central são formidáveis, eu concordo. Em relação à dívida/PIB, caem os juros, cai a inflação. Tudo bem. E o Brasil como é que fica? O Deputado Félix Mendonça tem razão quando fala que o Brasil real é uma vergonha. O nosso crescimento comparado com outros países é uma vergonha, e isso V.Exa. tem que entender.

Aliás, vi uma entrevista do Presidente Lula - e aqui eu falo como advogado do Presidente Lula, sou da base do Governo – em que alguém perguntou: mas o senhor não gostaria de ligar para o Banco Central para pedir para baixar os juros? Ele respondeu: gostaria. Gostaria, mas não faz.

Ele credita aos senhores todos do Banco Central a condição de poder orientar os rumos do País. Ele gostaria que o ritmo de crescimento deste País fosse outro; que não fabricasse mais bandidos como se fabrica neste País; que não pagássemos tantos juros como pagamos hoje. Pagamos 179 bilhões ano passado, este ano estão previstos 165 bilhões e temos só 30 bilhões para investimentos. Como o Governo nunca executa o Orçamento, só executa parte dele, executa 60%, vamos investir quanto? Dezoito bilhões de reais? Com o PAC, vamos investir mais 12, 15 bilhões. Aí vai

para os 30 bilhões, mas vamos pagar de juros 165 bilhões. É o que está previsto no Orçamento.

Acho que V.Exa. está acertando muitas coisas. Nem discuto isso. Está melhor do que o Governo Fernando Henrique. Eu estava aqui e criticava, denunciava, mostrava que nós pagávamos de juros o dinheiro que daria para construir 45 mil casas. Isso é o que nós pagamos hoje por dia. Dava para construir mil quilômetros da Transamazônica com os juros de 2 dias, ou mil quilômetros da Cuiabá/Santarém, mas os senhores se prendem aos números.

Aqui, o Deputado Felix disse muito bem: pega-se a juro a meio por cento no Japão, em ienes, e aplica aqui a 12,5%, porque V.Exa. está sendo muito benevolente com o sistema financeiro.

Olha só, o Brasil paga o juro mais caro do mundo: 8,5% de juro real. Depois vem a Turquia, que paga 6%, mas cresce a 5,5%; Israel paga 5,4% e cresce a 5,1%; a China paga 3,6% de juro real e cresce a 10,7%, e assim vai. Não tem nenhum país dos 20 primeiros de maiores juros do mundo. O Brasil é o maior.

O Risco Brasil é dos menores entre esses. Então, temos credibilidade. Se temos credibilidade, o risco é baixo. Eu fiz esta pergunta ao Ministro anterior a V.Exa.: se o Brasil está tão bem, por que tem que pagar os juros mais caros do mundo?

O Brasil está bem nas contas porque no resto está uma desgraça: na educação, na saúde, na segurança pública. É uma guerra interna. Ontem mesmo, o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro disse o seguinte: se nós esmorecermos, perderemos a guerra. Quer dizer, já admitiu que tem guerra no Rio de Janeiro. Este País não cresce. Pagamos esses juros malucos. Cada 1% é 11 bilhões.

Então, nós temos, Dr. Henrique, que chamar para a brasilidade maior de V.Exa. e dos seus assessores; chamar a atenção dos senhores para o fato de que tem gente morrendo nas filas dos hospitais sem remédio, e nós sangrando o País, entregando para o sistema financeiro milhões por dia. A conta é de 453 milhões de reais por dia. Repitam isso todo dia, cada um dos senhores assessores que estão aí sentados, e vejam se arranjam uma solução, porque não é possível isso. Se isso fosse a média do mundo real, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) – O tempo do orador já está ultrapassado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, dê-me só mais 1 minuto para concluir.

O Deputado Felix falou aqui exatamente aquilo que eu repeti. Mas tem uma outra coisa que talvez mantenha esses juros tão altos: a meta oculta, que é aquela meta que, no ano passado, era de 4,5% da inflação e ficou em 2,9% ou em 3,1%. E os senhores põem os juros mais altos para baixar a inflação e, com isso, o Brasil todo paga mais. Esse mecanismo, já está provado, não dá certo, porque outros países pagam juros muito menores e não têm inflação, ou a inflação não é maior do que a do Brasil.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo aqui o papel de advogado do Presidente Lula, dizendo a V.Exa. aquilo que ele gostaria de dizer e talvez não tenha condições porque respeita o Presidente do Banco Central, ou outros Ministros que têm vontade dizer a V.Exa.: baixe esses juros. Alguém, quando insinua, diz que depende do Meirelles, aí o senhor emburra e mantém os juros altos. Pelo amor de Deus, vamos ter juízo, vamos parar de sangrar o País.

Há um livro, ao qual fiz referência anteriormente, "As Veias Abertas da América Latina", escrito há 50, 60 anos por Eduardo Galeano. É formidável. Hoje não estamos com as veias abertas, estamos com as artérias abertas. É uma pressão de 12, 13, sangrando, esguichando. No caso da veia, o sangue escorre; da artéria, esguicha. É o que está acontecendo com o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ – Sr. Presidente, Srs. Diretores do Banco Central, procurarei ser breve para não ser repetitivo.

A expectativa de inflação tem ajudado a melhorar a credibilidade do País junto aos investidores internos e externos. Não questionamos isso. O Banco Central vem cumprindo as metas de inflação. Também não questionamos isso. No entanto, os juros vêm sendo reduzidos timidamente e o cidadão comum, mesmo o esclarecido, não tem oportunidade de falar com o Presidente do Banco Central, com os seus diretores, com o Governador ou com o Presidente da República, o que é natural. Mas com o Vereador, o Prefeito e o Deputado eles falam — não nos queixamos disso. Participamos de reuniões com associações comerciais e industriais, com CDLs — no nosso caso, o de Santa Catarina e com a FIESC — e vem chumbo grosso. Os Deputados estão fazendo a sua parte. Temos que pressionar o Banco Central e o Governo para baixar a taxa de juros.

Eu havia anotado alguns pontos para fazer meus questionamentos. Como já foi comentado, quero manifestar nosso desejo de ajudar a baixar ainda mais os juros, que vêm baixando em ritmo lento; é preciso apertar mais o acelerador.

Mas vou fugir do tema e aproveitar a oportunidade para falar da figura do avalista.

Apesar da taxa de juros elevada, vem crescendo no País o número de empréstimos contratados. Reconheço que melhorou a qualidade do crédito, mas não é possível continuarmos com a figura do avalista, que paga a conta da má gestão, embora nada tenha a ver com ela.

O avalista vem perdendo crédito. O tomador não paga o financiamento e o avalista é chamado a fazê-lo. Recebe no próprio extrato bancário a comunicação de que tem 20 dias para regularizar a situação. O Banco do Brasil está craque nisso.

Alguns casos se dão com sócios de empresas; outros, com avalistas. As restrições cadastrais inviabilizam situação empresarial ou pessoal. E o avalista não tem nada a ver com a dívida. Na verdade ele tem porque assim o define a lei. Se ele assina, tem de se responsabilizar por ela. Mas se ele não avaliza, perde o amigo, o compadre, ou paga a conta. O risco deve ser do banco porque quem está ganhando dinheiro com o empréstimo é o banco e não o avalista.

A partir deste momento, vou me esforçar para acabar com a figura do avalista no País. Posso não conseguir, mas farei a minha parte.

Conheço casos terríveis de separação de casais porque o marido ou a mulher avalizou um amigo e os bens comuns foram penhorados ou ameaçados.

Trata-se de assunto seriíssimo. Sei que não vamos resolvê-lo hoje, mas estou aproveitando a oportunidade para abordá-lo.

Uma pessoa avaliza um vizinho, um amigo — determinadas situações são constrangedoras — e, de repente, tem o seu cartão de crédito bloqueado porque o tomador do empréstimo não conseguiu regularizar a situação. O avalista fica impedido de fazer novas operações. Ele tem uma empresa, precisa realizar operações urgentes, pessoais ou da empresa e, mesmo tratando-se de pessoa íntegra, não consegue fazer nova operação por ter avalizado alguém que não honrou o compromisso. Repito: as conseqüências da má gestão de determinada empresa não deve ser transferida para o avalista.

Esse assunto muito tem-me angustiado. São muitas as reclamações.

Encerro dizendo que a responsabilidade é do banco. Sabemos que ele capta recursos e os empresta. Existe intermediação financeira. É difícil explicarmos para o povão, quando dizemos que a inflação está sob controle, entre 0,5% e 0,6%, por que o banco cobra 4%, 5% ao mês de juros no cartão de crédito. Afinal, a intermediação financeira não é tão alta assim. Isso sem falar nas tarifas bancárias, assunto que prometi não repetir.

Enfim, precisamos de regras claras. Nesse sentido, proponho-me a discutir o assunto no Banco Central. Se não quiserem, vou apresentar o projeto de qualquer maneira. Estudarei uma forma legal para eliminar a figura do avalista.

O problema é sério. A situação ocorre em todo o mundo, não apenas no Brasil. Alguém tem que tomar a iniciativa para resolver o problema. Não podemos correr riscos. A intermediação financeira tem de embutir provisão para o caso de inadimplência. Mas, pelo amor de Deus, vamos ser um pouco mais humanos.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, tenho questionado muito as tarifas bancárias. Muitas instituições financeiras bancam toda a sua folha de pagamento com o valor recolhido com as tarifas. No cômputo geral, o sistema financeiro está muito próximo de atingir essa meta.

Entre todas as tarifas, chama minha atenção a TAC — Taxa de Abertura de Crédito, principalmente no caso de financiamento de carros, operação na qual os bancos cobram de 350 a 500 reais. Se o empréstimo for de 5 mil reais e a taxa, 500 reais, significa 10% do valor total do empréstimo.

V.Exa. fala muito em crescimento das exportações. Mas o que tenho observado é a queda das exportações em relação ao PIB: em 2004, 15,93%; em 2005, 14,86%; em 2006, 14,79%. Já o percentual das importações em relação ao PIB está crescendo: em 2004, 9,84%; em 2005, 9,24%, caiu um pouco; em 2006 subiu para 10,40%.

Outro aspecto que chama a atenção é a queda do número de empresas exportadoras a cada ano: em 2004, 18.600; em 2005, 17.000; em 2006, 16.000. Enquanto isso, aumenta o número de empresas importadoras: em 2004, 22.410; em 2005, 22.600; em 2006, 24.567.

Preocupo-me com o crescimento das exportações — em 2005, girava em torno de 17% — em relação às importações, 25%. Se essa tendência for permanente, um dia se anulará esse saldo, que constitui grande vitória nossa em toda a história do País, porque o percentual de crescimento das importações é bem maior que o das exportações.

O último aspecto diz respeito ao bloqueio pela Justiça do Trabalho, das contas de pessoas com pendência trabalhista. Às vezes o juiz, comodamente, em

vez de exaurir todas as alternativas, inclusive de hasta pública de bem penhorado, aciona do seu gabinete o bloqueio de contas da pessoa que está sendo questionada. Só que, em vez de bloquear apenas o valor necessário para o pagamento da dívida, bloqueia todas as contas abertas no sistema financeiro com aquele CPF. Se a pessoa tem 5 contas, as 5 são bloqueadas; se tem 20, todas são bloqueadas, e assim por diante. O bloqueio instantâneo, comandado pela vontade unilateral de um juiz que talvez não queira exaurir todas as tentativas de receber o pagamento dentro do processo contraditório, cria muitos problemas para as pessoas físicas e para as pequenas empresas brasileiras.

Pergunto: não há a possibilidade de esse bloqueio recair apenas em uma conta com saldo suficiente para quitar o débito?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, o que permitiu que os bancos aumentassem em até 26% os preços dos serviços bancários aos correntistas no último ano?

O mercado está comprando ativos de maior prazo com taxas abaixo da SELIC. Por que o Banco Central, nos últimos anos, vendeu papéis prefixados mesmo sabendo que os juros iam cair? Não é verdade que, apesar de os juros terem caído para 12%, os papéis emitidos pelo Governo pagam juros de até 20%?

Sou do Vale do Jequitinhonha, onde fui prefeito de uma cidade. Na época, os bancos ofereciam empréstimos consignados. Na qualidade de prefeito, não deixei que isso acontecesse. Hoje vejo que a maioria dos funcionários públicos estaduais e municipais ativos e aposentados daquela pequena cidade utilizam o dinheiro que ganham para pagar empréstimos consignados. O salário, que deveria ser utilizado para comprar comida, hoje está sendo utilizado para pagar juros. As pessoas trabalham durante todo o mês e os bancos pegam todo o dinheiro que recebem. Os bancos oferecem facilidades para a concessão de empréstimo. Os servidores tomam empréstimos em mais de um banco e depois, no final do mês, ninguém tem dinheiro para comprar nada.

Pergunto ao Presidente do Banco Central se não vai tomar nenhuma providência em relação a isso, porque, nas regiões pobres, as pessoas, os aposentados, os assalariados estão passando fome para pagar juros com o salário ou o provento que recebem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Aelton Freitas. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Cumprimento o Presidente José Maranhão, o Presidente do Banco Central e os Diretores dessa instituição.

É evidente que o Brasil de hoje é melhor. E devemos apostar que o País vai melhorar cada vez mais, crescer, distribuir renda. Os números apontam para essa direção, todos reconhecemos. Mas é verdade também que há a expectativa e a convicção de muitos setores de que o País pode melhorar, pode ir adiante e tirar as travas que impedem um crescimento mais acelerado.

Eu acho que deveríamos debater mais essa questão. Existem mesmo essas travas? Elas podem ser retiradas? O problema dos juros é objeto da preocupação e análise de todos nós, dos diversos setores da economia, do Governo, todos analisamos a necessidade de remover algumas dessas travas.

Sr. Presidente, vou apresentar algumas preocupações em relação aos prejuízos decorrentes da política em curso. Por exemplo, o Banco Central indica prejuízo de 10.494 em 2005 e de 13.167 em 2006 nos resultados.

Os prejuízos decorrentes do custo dessa política monetária acabam sendo assumidos pelo Tesouro. As altas taxas de juros depreciam o câmbio, forçam a aquisição de reservas e impõem as operações *swap*, que resultam também na depreciação do resultado acumulado das reservas.

Todos nós sabemos que o Governo brasileiro atrai capital mediante a remuneração de 12,5% a 13%, e essas reservas que são acumuladas têm remuneração muito mais baixa, 2% ou algo assim.

Então, elas não são reservas saudáveis. Elas decorrem não de superávit da balança comercial, mas dessas transações que provocam dificuldade de sustentação dessa política. Até que ponto essa política é sustentável? Em que horizonte devemos trabalhar com essa política?

Outros prejuízos que já foram aqui explicitados. Ainda hoje li uma matéria com o seguinte título: *"Câmbio piora mercado de trabalho para jovem sem experiência"*.

Trata-se de uma pesquisa feita pelo Prof. João Sabóia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que indica que 63,5% dos empregos na indústria para jovens sem experiência estão nas indústrias moveleira, têxtil, calçadista, exatamente os setores que são afetados pela valorização do real.

Precisamos analisar, de forma muito objetiva, políticas que possam compensar esses setores, e ainda não percebi nenhuma resposta que pudesse dar conta desse tema.

Além disso, Sr. Presidente Henrique Meirelles, quero fazer um comentário a respeito das tarifas bancárias, que me preocupam enormemente. Não sei se o tempo me permite.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. tem uma prorrogação de mais 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Obrigado, Sr. Presidente.

O problema da tarifa bancária preocupa bastante. O Presidente do Banco Central afirmou que o objetivo de algumas medidas que foram adotadas é promover a concorrência. Aí há um problema sério, porque se analisarmos uma cesta de produtos que são oferecidos pelos bancos, podemos até identificar diferenciação entre preços individualmente, mas numa cesta os preços acabam sendo uniformizados. Com a elevação dos preços, hoje, Deputado Julio César, essas tarifas já são responsáveis por 130% e alguma coisa da folha de pessoal. Com elas, os bancos cobrem todas as despesas com a folha de pessoal, e sobra ainda uma gorda fatia para outras despesas. Os números são crescentes. Essa concorrência não está sendo verificada.

A eficiência é um outro elemento. Verificamos, efetivamente, o aumento das filas. São várias as Prefeituras que estão fazendo leis para regular o tempo de permanência das pessoas nas filas dos bancos. É um absurdo um sistema com tanta tecnologia e com tantos resultados positivos ter filas. E os bancos resistem em cumprir o Código de Defesa do Consumidor.

Eu entendo que o Banco Central teria de ter atitude mais ofensiva na fiscalização daquelas relações que diretamente envolvem os consumidores. Eu sei que o Banco Central tem de ter o controle do mercado como um todo, mas precisa ter um cuidado maior com os consumidores.

A minha preocupação, Sr. Presidente, é porque nos últimos dias o Banco do Brasil anunciou reestruturação que suprime cerca de 5 mil caixas executivos, deixando, inclusive, de atender segmentos que demandam a presença direta nas agências. Entendo que isso não demonstra eficiência.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Osório Adriano.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO - Sr. Ministro, temos ouvido com muita freqüência os discursos do nosso Presidente Lula, sempre estabelecendo analogias otimistas. De acordo com ele, chegamos no topo.

V.Exa. nos trouxe estatísticas, eu diria, bastante confiáveis. Não há como dizer não em razão da sua pessoa, pelo que V.Exa representa. Mas acontece que nem sempre as estatísticas comprovam tudo aquilo que realmente acontece. Podemos pegar o lado bom, o lado mau — não creio que V.Exa. tenha feito essa opção. Isso está muito claro. Mas não é o que sentimos nesta Casa, Sr. Ministro.

Na semana passada, estiveram aqui na Câmara, em audiência pública, representantes da mais alta importância do setor moveleiro, para nos pedir ajuda, pelo amor de Deus, porque não estão conseguindo vender. E o que estão vendendo está abaixo do preço de mercado. Por quê? Para fazer caixa. Uma empresa que começa a vender abaixo do custo para fazer caixa tem vida curta, e ninguém melhor do que V.Exa. sabe disso.

Estiveram também nesta Casa representantes dos setores calçadista e têxtil. No início do mês estive em Uberaba para participar de uma famosa feira, e a queixa sobre o preço da carne é a mesma. Sabemos que a arroba da carne no mercado mundial é da ordem de 24 dólares, o que corresponde hoje a menos de 50 reais. Há 5 anos, vendia-se carne a esse preço e até hoje continua-se a vender.

V.Exa. é de Goiás, um dos maiores Estados produtores de carne do País, e conhece bem o setor. Aqui a arroba ainda custa 52 reais. Mas como produzir a esses preços se todos os insumos subiram?

Ministro, não pretendo levantar polêmica, os meus colegas foram bastante claros ao externar o que está se passando na economia. Mas parece que existem 2 países diferentes: um da estatística, do Presidente Lula; o outro daquilo que ouvimos aqui quase que diariamente.

Não tenho pergunta específica, mas peço a V.Exa. que disserte um pouquinho sobre como isso pode acontecer. Existem 2 países diferentes? Creio que não.

Eram essas as minhas observações.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, Sr. Presidente.

Vou começar pelas perguntas do Deputado Félix Mendonça, que se refere a várias questões, mas centra-se em um ponto básico: a diferença entre os números e o Brasil real. No caso, os números representam todos os dados aqui mostrados e o Brasil real está voltado para o aspecto referente — usando as palavras de S.Exa. — a greves, segurança, estradas, habitação etc. E termina por dizer que quanto ao Risco Brasil e outros aspectos econômicos, o País está atingindo uma excelência que não gostaríamos de ter. Evidente-

mente, essa opinião é respeitável. Mas, Deputado Félix Mendonça, em primeiro lugar, os números refletem o Brasil real. Ou seja, número dos salário reflete a média dos salários dos brasileiros; o número do emprego reflete o número de empregos sendo criados no Brasil; o aumento do poder de renda do trabalhador reflete a realidade do poder de compra do trabalhador.

Sem dúvida, isso não significa que todos os problemas do País estão resolvidos do dia para a noite. Também não significa que não devemos continuar trabalhando, que não existam outros problemas de responsabilidade de diversos governantes do País inteiro, seja nos âmbitos federal, estadual ou municipal, nas esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Não há dúvida de que o Brasil necessita que todos continuemos a trabalhar para que todas as situações sejam resolvidas e melhorem o padrão de vida da população.

No que diz respeito ao Banco Central, que é exatamente a minha área de atividade, segundo as avaliações aqui mostradas, estamos cumprindo a missão determinada pelo Conselho Monetário Nacional, e a conseqüência disso para a população brasileira tem sido extremamente positiva. Isso não resolve todos os problemas das pessoas, evidentemente, mas é uma questão fundamental.

Como exemplo, faço uso de uma analogia. Seria o caso de uma pessoa doente que vai ao médico, faz o tratamento e fica bem de saúde. Mas depois ela volta ao médico para reclamar que o seu problema de saúde foi resolvido, é verdade, mas que existem vários outros problemas que não foram resolvidos: problema com a mulher, problema de salário; problema no emprego, enfim, ele tem uma série de outros problemas não resolvidos.

Creio que os problemas aqui levantados devem ser endereçados a quem de direito e levados a sério. Mas o fato concreto é que a situação do brasileiro e da brasileira está melhorando, porque o salário médio, o emprego e a massa salarial estão aumentando. Além disso, a situação do País está melhor, porque hoje temos reservas, a inflação está na meta, a situação fiscal está melhorando e o Brasil está crescendo, segundo previsão de órgãos internacionais, cerca de 4,5% ao ano. E mais importante do que isso, tem condições de continuar a crescer de forma sustentada.

O Deputado Giovanni Queiroz basicamente aborda de novo os problemas enfrentados pelo Brasil real, que já mencionei. S.Exa. vai mais longe ao dizer que mecanismos não têm dado certo, porque ainda há problemas nas áreas da saúde e da educação. E, novamente, desejo usar a mesma analogia e mostrar que é importante cada um trabalhar para cumprir o seu dever com o País. Repito, não significa que todos os problemas do País estão sendo resolvidos do dia para a noite. Pelo contrário, não se resolvem problemas criados há séculos em poucos anos. Mas cada vez mais temos de tentar resolvê-los da melhor forma, e é isso o que está acontecendo.

Foi mencionada a situação do Japão, que possui juros muito baixos, e, em face disso, existe mecanismo que permite as pessoas de lá fazerem empréstimos para aplicar em outros países etc. Mas, no Japão, os juros são mais baixos inclusive do que a média dos países industrializados porque houve deflação na sua economia, o que não é bom, e também crescimento muito baixo, o que também não é bom. Logo, sua situação monetária não é necessariamente positiva.

Durante muitos anos o Japão teve crescimentos elevadíssimos. Isso foi até a década de 80. A partir da década de 90, o Japão tem enfrentado situação difícil. Agora, alguns preferem o exemplo do Japão, porque tem juros baratos, apesar de não ter crescimento. É uma opção! Para isso, talvez precisássemos chegar a outra forma um pouco perigosa para o Brasil, principalmente levando-se em conta que sua população é crescente e precisar crescer.

Em relação à taxa de juros reais como um todo, e respondo aqui a outras perguntas feitas, o juro real no Brasil está caindo consistentemente. Não há dúvida de que foi muito alto no passado, continua alto, mas está caindo muito.

Por exemplo, de 1994 até 1998, o juro real no Brasil, para operações financeiras comercializadas no mercado, foi de cerca de 22% ao ano. Nos anos seguintes baixou para 14% e 12%. Hoje, nas transações de um ano, está um pouco acima de 7,5%, valor mais baixo da história. Em prazos mais longos, está abaixo disso.

A pergunta é a seguinte: como fazer para que os juros baixem ainda mais? A resposta é simples: temos de continuar mantendo a inflação na meta. Este é o caminho para que os juros continuem a baixar. Por quê? Exatamente por causa do nosso histórico de hiperinflação. O Brasil teve a mais longa hiperinflação da história da humanidade; aplicou toda a sorte de planos heterodoxos que geravam enormes esqueletos a serem pagos pelo Governo e que até hoje estão em disputa nos Tribunais; tentou toda a sorte de experiências, sua dívida pública cresceu de forma importante em relação ao PIB durante muitos anos; teve importantes déficits de conta corrente e diversas crises em relação a balanço de pagamentos. De fato, entre outras conseqüências, tudo isso gerou elevada taxa de juros no País.

Portanto, qual o caminho para baixar os juros, a fim de acompanhar os padrões internacionais?

Continuar a baixar o Risco País, continuar a baixar os prêmios de riscos, o que já está acontecendo.

Gostei muito da expressão utilizada pelo Deputado, quando ele disse que precisamos ter juízo. Concordo em gênero, número e grau com S.Exa. Precisamos mesmo ter juízo e manter a inflação na meta, como todos os países que têm juízo fazem; manter os juros adequados para que a inflação continue caindo e, em conseqüência, os juros também, porque todas as vezes em que se tenta fazer manobras artificiais a conseqüência é contrária, no caso a elevação dos juros, como ocorreu no passado. Portanto, temos de continuar com a relação cadente de dívida/produto, com saldos comerciais importantes para que a situação do Brasil continue melhorando.

O Deputado Edinho Bez diz que a situação está melhorando, mas os juros estão caindo timidamente.

Quero lembrar que, quando assumimos a direção do Banco Central, a taxa de juros SELIC estava em 25% ao ano e os juros de mercado a quase 30% ao ano. A SELIC hoje está em 12,5% e os juros de mercado abaixo disso, dependendo do prazo, 11%, e já há prazos abaixo de 10%, os menores do passado recente do Brasil.

Portanto, é importante mencionar que os juros estão caindo. Trata-se de questão subjetiva dizer que caem tímida ou agressivamente. Algumas pessoas podem até achar que caem agressivamente. Preferimos achar que se trata de um movimento adequado para que o Brasil continue com a inflação na meta e que os prêmios de risco continuem a cair e, em conseqüência, também as taxas de juros.

O Deputado menciona ainda forte preocupação com a situação dos avalistas. Como bem mencionou S.Exa., para não prejudicarem o relacionamento com amigos ou parentes, muitas vezes os avalizam e depois enfrentam uma série de problemas. A pessoa avaliza alguém que não honra o compromisso e, a partir daí, enfrenta toda a sorte de dificuldades, corte do limite de crédito etc. O Deputado propõe que se elimine a figura do avalista ou que seja permitida a sua substituição no caso de dificuldade, isto é, se alguém avaliza o amigo e ele não paga, procura outro amigo para ocupar o lugar de avalista, a fim de enfrentar o problema.

Deputado, o aval é um instituto cambial definido no Código Civil e nas leis sobre títulos de crédito. Portanto, não é da alçada do Banco Central mudar a lei. Ele tem, sim, de seguir a lei. Uma das definições mais importantes na missão do servidor público é seguir a lei. Agora, certamente, o Deputado dispõe de toda prerrogativa para apresentar projeto de lei com a finalidade de mudar o Código Civil ou qualquer outro tipo de obrigação. Quero dizer apenas que essa é uma prerrogativa do Congresso Nacional e não do Banco Central.

O Deputado Júlio Cesar se preocupa com as tarifas bancárias, particularmente com a TAC — Taxa de Abertura de Crédito. Trata-se de uma taxa como várias outras cobrada pela prestação de serviço bancário. E o Banco Central a tem regulado de maneira a que o cliente tenha a possibilidade de escolher o banco que lhe oferece melhores condições. Para isso, foi tornada obrigatória nos contratos a especificação da Taxa de Abertura de Crédito e, depois, da taxa efetiva anual, que tem de ser informada ao cliente, o que dá a ele condições para negociar.

Inclusive, encorajo todos os Deputados a ajudarem o Banco Central nisso. Cada vez mais estamos divulgando os direitos da população. O Código de Defesa do Consumidor também tem de ser divulgado para que a população tome conhecimento dos seus direitos. Mas já existem normas visando tornar mais transparente todas as operações. Dessa maneira, o cliente terá condições de negociar.

Outra preocupação apontada pelo Deputado Júlio Cesar diz respeito ao bloqueio pelo juiz de contas bancárias, resultado de condenações trabalhistas, na medida em que S.Exa. diz que o juiz, muitas vezes, bloqueia diversas contas da mesma empresa, fato que cria dificuldades para pequenas e médias empresas.

Devemos mencionar novamente que essa é uma decisão do juiz trabalhista e não do Banco Central, que apenas operacionaliza a decisão tomada. Portanto, trata-se de prerrogativa dos Srs. Deputados apresentar projeto de lei nesse sentido.

Mas quero informar aos Srs. Deputados algo que talvez seja importante aos clientes de banco saberem. É possível a pessoa física ou jurídica cadastrar apenas uma conta bancária, de maneira que o juiz, de posse daquela informação, caso haja saldo suficiente, mande bloquear apenas aquela conta. E considero importante que o Banco Central divulgue também essa informação.

Devo informar ainda aos Srs. Deputados que nos meios de transmissão eletrônica do Banco Central existe um número muito grande de informações benéficas para que o cliente possa defender seus direitos. É muito importante que o cidadão saiba acessar os mecanismos de informação do Banco Central para que tenha condição de melhor defender seus direitos.

O Deputado também se preocupa com a evolução das exportações e das importações. S.Exa. acha que o crescimento das importações é percentualmente maior do que o das exportações, o que futuramente pode levar a uma situação de perigo para as contas externas do Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.)

Na projeção a seguir, vemos, na linha amarela, as exportações e na outra linha, as importações. Observamos que ainda existe um saldo comercial importante que não está caindo. Como as 2 linhas estão subindo e a exportação tem um valor maior, é normal que o valor menor — que no caso do Brasil é a importação — tenha um aumento percentual maior.

O importante é que o saldo comercial tem-se mantido numa faixa de 45 a 47 bilhões de dólares, nos últimos anos. Vejam que não há nada de mágico nesse número. Os saldos comerciais podem variar de forma importante, ano a ano, o que não significaria que o País estaria caminhando para a dificuldade. É natural que, em uma retomada de crescimento, como estamos vendo, neste momento em que as empresas brasileiras estão investindo em reequipamento, as importações cresçam.

Então, as exportações brasileiras estão mostrando um crescimento vigoroso. Gostaria de terminar este ponto mostrando um gráfico que já exibi. As exportações brasileiras estão crescendo acima das exportações mundiais, o que significa que esta é uma área de muito dinamismo da nossa economia.

O Deputado Fábio Ramalho perguntou como foi possível ao sistema financeiro ter tido crescimento de 26% nas receitas, nos serviços bancários, de um ano para outro. A economia brasileira está crescendo em várias áreas. Por exemplo, o tráfego aéreo cresce mais de 20% ao ano. O crescimento real do varejo também é muito grande. Não há dúvida de que o crescimento dos serviços bancários é um deles.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Sr. Presidente Meirelles, eu falei foi do aumento do serviço bancário, do custo, da taxa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Existe esse dado de crescimento, diretor? *(Pausa.)* Gostaria de saber a fonte de onde o Deputado tirou esse dado.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - As fontes de informações que temos são a imprensa, o CADE e o TCU, que está achando um superfaturamento. Essas entidades estão acompanhando desses serviços.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Poderíamos saber exatamente...

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - O Tribunal de Contas da União está achando um superfaturamento nesses 26%. O crescimento está assustador.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Nós não temos essa informação, Deputado. Certamente vamos procurar nos órgãos de imprensa alguém que a possa ter divulgado. Mas vamos verificar no banco de dados do Banco Central, que é bastante preciso; vamos averiguar essa informação e lhe dar uma resposta a esse respeito.

Em relação aos papéis prefixados, o Deputado pergunta por que o Banco Central vendeu papéis prefixados quando sabia que a taxa de juros iria cair.

Deputados, em primeiro lugar, o Banco Central não vende papéis prefixados. Aliás, não vende papel, a não ser que seja da sua carteira. Ele faz operações compromissadas de captação de recursos, que não são prefixadas, são indexadas á taxa de juros. Portanto, se a taxa de juros cai, o custo dessas operações caem.

Quem vende operações prefixadas é o Tesouro Nacional, que não tem necessariamente que fazer previsões sobre a evolução futura da taxa de juros. Tem de financiar as taxas que prevalecem nos mercados aquele dia, que, aliás, estão caindo.

O fato de as taxas de juros estarem caindo acredito que não é algo negativo, é positivo. O fato de que há 4 anos a taxa de juros de mercado era de 30% e hoje, pelo mesmo prazo, é de 11% ou de 10%, não é ruim, é extremamente positivo. Agora, naquele momento, o Tesouro Nacional tinha de se financiar e, portanto, financiar a taxa de mercado.

A grande parcela do financiamento que o Tesouro tinha, naquela época de taxa de juros elevada, não era prefixada. A parcela prefixada era muito pequena. Quando os juros estão caindo, aos poucos, está crescendo a parcela prefixada. Acredito que o movimento feito pelo Tesouro atende às preocupações do Deputado. Quando a taxa de juros era muito alta, grande parte do financiamento era feito em LFTs, indexado à taxa de juros diária, portanto, com custo cadente. À media que as taxas de juros foram caindo, o Tesouro foi vendendo papéis prefixados, num movimento conforme o desejado.

O Deputado também pede medidas contra o crédito consignado. V.Exa. mencionou que, quando era Prefeito, proibiu a oferta de crédito consignado. Pelo que pude entender, seu sucessor não teve o mesmo cuidado de prevenir a oferta de crédito consignado...

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Para o funcionalismo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Para o funcionalismo.

Em primeiro lugar, Deputado, tomar crédito é um direito do cidadão. Não podemos proibir as pessoas, porque seria negativo para elas. Tomar crédito garantido pelo salário permitiu novamente que as pessoas tomassem crédito com taxas de juros muito menores.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Salário não é comida? Se V.Exa. analisar bem, as pessoas

não estão tendo comida! Trabalham, dão seu suor e, no final do mês, não têm nenhum dinheiro. As mais pobres não sabem usar esse tipo de crédito. Então essa operação tem que ser melhor regulamentada.

Os bancos que fazem crédito consignado, avaliam, vamos dizer, 100 milhão de reais, e hoje, isso vale 1 bilhão de reais. É publicidade escandalosa em cima das pessoas. Hoje em dia, o que vemos? Se V.Exa. analisar bem, se fizer um apanhado por índice do dinheiro do aposentado, vai verificar que esse dinheiro está ficando todo nos bancos, só para pagar juros pelo empréstimo consignado.

Tem de se disciplinar essa operação, estabelecer um valor prefixado de 20% do salário da aposentadoria, e para todos os bancos. A pessoa vai a um banco, a outro e a outro e, no final do mês, não tem dinheiro nem para comer. É a isso que estamos assistindo nas regiões mais pobres do Brasil. Acho que essa é uma responsabilidade do Banco Central.

Aproveito para parabenizar V.Exa. pela gestão frente ao Banco Central, bem como sua equipe. Peço a V.Exa. que olhe essa minha preocupação com carinho. É triste o que vemos em todas as regiões do Brasil: pessoas deixam todo dinheiro do seu trabalho para os bancos, por causa dos empréstimos consignados.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, sua preocupação e recomendação já foram implementadas por este Congresso Nacional, após aprovar a medida provisória que criou o crédito consignado, e na regulamentação posterior do Conselho Monetário. Já existe um limite de 30% do salário, consolidado entre todos os bancos, como V.Exa. mencionou. O empregado, mesmo que quisesse, não poderia comprometer mais do que 30% do salário. Essa regulamentação a que V.Exa. se refere já está implementada. Não é possível, pela regulamentação, o empregado comprometer mais do que 30% do salário.

O Deputado mencionou o valor de 20%. É uma prerrogativa legal, porque tem, como tudo na vida, prós e contras. Muitos trabalhadores poderiam não gostar da idéia de não tomar um pouco mais de crédito a uma taxa melhor, consignando até 30%. Mas, de novo, é uma prerrogativa soberana do Congresso Nacional baixar esse valor para 20%, se assim o entender o Deputado em eventual projeto de lei.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Peço a V.Exa., então, uma melhor fiscalização, porque, pelas informações que temos, além de eles aderirem ao crédito consignado, outros bancos emprestam e, no final do mês, todo o dinheiro deles fica retido.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Repito, Deputado, no crédito consignado existe um limite de até 30%. Mas o cidadão brasileiro é livre para tomar outros tipos de créditos, não consignados, em outros bancos que também vão cobrar. Aí já é uma questão do cidadão, uma opção do cidadão. A lei não pode proibir o cidadão de tomar crédito. No crédito consignado, já existe uma limitação de 30% do salário.

Agora a pergunta do Deputado Daniel Almeida. S.Exa., em primeiro lugar, menciona uma preocupação muito grande com o custo da política monetária, diversos tipos de custo da política monetária. Mas, evidentemente, o custo da política monetária que preocupa a todos seria em razão do seu possível impacto no custo de financiamento do Tesouro.

Eu gostaria de mencionar que, segundo dados que mostrei, a despesa do Tesouro Nacional com o pagamento de juros tem caído, como percentagem do PIB. Gostaria também de mencionar que a política monetária tem juros cadentes desde de 2005. Em resumo, independente disso, o fato concreto é que o custo de financiamento do Tesouro e das empresas está caindo. Em resumo, a política monetária está atendendo à preocupação do Deputado, fazendo com que o custo de financiamento do Governo, das empresas nacionais tenha caído de forma importante nos últimos anos. Portanto, tenho aqui a grande satisfação de dizer ao Deputado Daniel Almeida que os resultados da política monetária estão de acordo com a sua preocupação.

S.Exa. menciona que as reservas internacionais não são resultado do saldo comercial, e sim, de investimentos especulativos etc.

Eu gostaria de mostrar, mais uma vez, o gráfico que esclarece essa preocupação do Deputado Daniel Almeida. Espero que S.Exa. fique feliz de ouvir essa informação, que a sua preocupação não procede. O grande saldo de entrada de recursos no País não vem de atividades financeiras, preferencialmente, mas na sua grande maioria, de operações comerciais. Portanto, em amarelo está o fluxo líquido de câmbio comercial, e em vermelho, o fluxo líquido de câmbio financeiro. Portanto, podemos dizer que as reservas são resultado de importantes saldos comerciais que o Brasil tem tido nos últimos anos, não só isso, mas primordialmente.

Quanto ao problema das filas, o Deputado manifesta uma grande preocupação. S.Exa. menciona que diversas Prefeituras já estão regulando o assunto. Eu acredito que compete exatamente às Prefeituras regular esse tipo de questão, e não ao Banco Central. É a Prefeitura que tem de verificar se há filas abusivas ou não aceitáveis na sua cidade. Esta deverá, certamente, regular o assunto. Eu mencionaria, mais uma vez, que a preocupação geral com a aplicação do Código de Defesa do Consumidor nas atividades do sistema bancário foi recentemente definida de forma muito cla-

ra pelo Supremo Tribunal Federal, cabendo ao Poder Judiciário endereçar casos de violação do Código de Defesa do Consumidor.

O Deputado Osório Adriano diz que parece que temos 2 países diferentes. Pelo que entendi, um é o Brasil real do povo e das empresas e o outro é o Brasil dos números, que vai muito bem.

Eu diria, Deputado Osório Adriano, que os números refletem o Brasil. Eles podem não refletir todas as pessoas e todas as empresas. V.Exa. tem razão. Muitas vezes a média engana. É aquela velha piada do cidadão que estava com a cabeça na geladeira, o pé no forno e a temperatura média estava boa. Não há dúvida de que nem sempre os números refletem toda a realidade. Mas os números no Brasil refletem, sim, a realidade da maior parte dos brasileiros, isto é, quando verificamos um número em que o salário médio está crescendo, isso reflete a grande maioria dos brasileiros, que estão tendo salários crescentes. Quando os números refletem que a massa salarial está crescendo significa que o emprego está crescendo e o salário médio está crescendo e, portanto, os brasileiros empregados estão recebendo mais rendimento. E isso, em última análise, reflete a situação de grande parcela dos brasileiros.

Na medida em que vemos o varejo crescendo 11.5% no Brasil ao ano, de abril de 2006 a abril de 2007, significa que o comércio varejista no Brasil está crescendo muito como um todo. Isso não quer dizer que todos os varejistas do País estejam crescendo. Poderá ter um varejista numa cidade, quem sabe na região do Deputado, ou outro que possa estar tendo dificuldades. Mas o comércio varejista do País como um todo está crescendo muito. Da mesma maneira que a atividade econômica está crescendo. O País está crescendo ao redor de 4.5% este ano, segundo órgãos internacionais, a produção. O investimento está crescendo.

Eu gostaria de dizer ao Deputado Osório Adriano que os números refletem, sim, a situação do País, não refletem a situação de todas as pessoas, ou de todas as empresas.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO - Presidente Henrique Meirelles, esta semana eu li na *Folha de S.Paulo* artigo do Antônio Ermírio de Moraes dizendo que o País agüenta bem o dólar a 1.70. Ora, sabemos da estrutura de Antônio Ermírio de Moraes, da potência de suas empresas. Talvez ele consiga, mesmo com o dólar a 1.70, continuar exportando. Mas esses setores que mencionei não conseguem. Eu digo isso porque nós sentimos esse problema aqui. Eles vêm à Câmara pedir socorro, esse pessoal do setor moveleiro, principalmente no Sul, do setor têxtil, do setor calçadista etc.

Veja o preço da carne, que V.Exa. conhece tão bem, pois é de Goiás, vive aí diariamente. Como é que se pode vender uma arrouba de carne a preço de 4, 5 anos atrás, quando se sabe que houve uma inflação nos últimos anos não tão grande, mas houve. É isso que surpreende. Qual é o final de tudo isso? É o desemprego? Porque essas empresas vão fechar. Não hoje, porque eu disse que eles estão vendendo abaixo do custo. Mas quantos meses, quantos anos, uma empresa consegue ficar fornecendo seus produtos abaixo do custo? No final, é a questão do câmbio. Como esses exportadores podem exportar a esse preço? Não podem. E V.Exa. sabe bem que não podem. Não vai durar muito e vai haver uma *débâcle,* o que é a minha preocupação. Eles vão quebrar. Hoje eles estão bem e amanhã? Aí diremos: *"Mas como? Ia tão bem!"* Nós deixamos que a coisa ficasse nesse nível. No fim, é o preço dos juros. Como ficou bem claro aqui, todos vêm investir no País, porque nós pagamos melhor do que os outros! Hoje somos confiáveis. A preocupação do investidor é se o País é ou não confiável. *"Ah, podem aplicar no Brasil porque é um país confiável."*

Então, são essas preocupações, Sr. Presidente, que nos levam a lhe trazer esses problemas, porque nós sentimos isso aqui. Não é? Nós estamos na ponta, e sentimos isso aqui diariamente, nas entrevistas que concedemos, e até individualmente somos procurados nos gabinetes. De toda forma, aquele que está em dificuldade acha que o Deputado pode resolver seu problema. Eu não digo que possa, mas o Deputado tem condição de no mínimo levar às autoridades esses problemas que lhe são trazidos.

Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, Deputado. Temos o maior respeito pela situação de setores específicos da economia que possam estar enfrentando dificuldades, por fatores diversos; isso acontece no mundo todo. É uma preocupação que existe no mundo todo, com essas transformações que a globalização, que a modernização traz — e a própria tecnologia, não é? O Deputado deve recordar, historicamente, ainda no século passado, há muitos anos, quando começou o processo de industrialização e de uso de máquinas, os protestos que se levantaram nos países industriais, por parte dos trabalhadores, contra a máquina, na medida que isso, em tese, poderia eliminar alguns postos de trabalho.

Eu gostaria de dizer que são problemas que acontecem no mundo todo, mas o importante no Brasil é que, primeiro, o emprego está crescendo no País; se olharmos mais uma vez os números, vamos ver que o Brasil está criando, em termos líquidos, cerca de 1.272.000 empregos por ano em média, a partir de

2004, e que em abril apenas criou, em termos líquidos, mais de 300 mil empregos; e, de novo, a massa salarial está crescendo, etc., etc.

De novo, Sr. Deputado, temos o maior respeito pela função do Deputado de receber as preocupações de segmentos específicos, de pessoas, e de trazer tudo isso aqui, e levar essas preocupações a outras Comissões, a outros ambientes; é a sua função, não é? E temos o maior respeito por ela, tanto que uma vez pleiteei o cargo de Deputado, candidatei-me e inclusive ganhei, mas fui convidado pelo Presidente Lula e não cheguei a tomar posse; renunciei, infelizmente, ao cargo de Deputado. Portanto, tenho o maior respeito pela função do Congressista, pela função do Deputado. Agora, de novo, temos de olhar a situação do País como um todo. E o País, como um todo, vai bem; o País está com a economia crescendo, o emprego está crescendo, o salário está crescendo, a renda está crescendo, a inflação está na meta, as exportações estão bem; em resumo, nós temos de tomar o cuidado — aí sim, Deputado, isso é importante — de, na tentativa de atender a setores específicos, não estragarmos a situação da maioria da população, que se tem manifestado de uma maneira muito clara a esse respeito, inclusive, como não podemos deixar de mencionar, nas últimas eleições.

Quer dizer, é importante mencionar que a população brasileira está sendo claramente beneficiada, a maioria da população, por uma política econômica de sucesso. De novo: salário crescendo, salário médio crescendo, massa salarial crescendo, poder de compra crescendo, o emprego total crescendo, o desemprego menor do que nos anos anteriores, e com tendência, de novo, decrescente, tudo isso ancorado numa inflação na meta, numa situação fiscal sólida, dívida pública sobre o produto cadente, todos os indicadores econômicos melhores, reservas internacionais fortes e sólidas, enfim, uma balança de pagamentos extremamente saudável; portanto, o País está caminhando na direção que todos gostaríamos.

Agora, dito isso, existe um trabalho enorme à frente, em diversas áreas, inclusive no Banco Central. Não há dúvida de que o Brasil demanda que todos nós olhemos todos esses problemas com a maior seriedade, trabalhemos e demos o máximo de nós para resolvê-los. Portanto, respeito muito as preocupações trazidas aqui. V.Exas. tenham a certeza de que as levamos muito a sério.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, tenho direito à réplica e quero apenas fazer algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pois não, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Dr. Henrique Meirelles, sobre as taxas bancárias, eu tenho um quadro aqui — a fonte é o Banco Central — que mostra distorções, como uma diferença de 14.900% entre as taxas cobradas por um banco e por outro. Vão a 2.500%, 5.900% as diferenças da mesma taxa cobrada no banco A e no banco B. A fonte é do Banco Central, e posso até passar o quadro a V.Exa., para facilitar o trabalho. Depois de checar os números eu passo a V.Exa. Então, é gritante, realmente. É preciso haver uma intervenção do Banco Central no sentido do disciplinamento da matéria.

A segunda questão: com relação aos juros para a rolagem da dívida — estamos falando dos juros de mercado, que caíram à taxa de 7% —, eu concordo que algumas empresas conseguem 7%, 7,5%, 8%; o BNDES tem financiado também nessa linha, ou em torno disso. O que me preocupa é que nós pagamos pelos nossos títulos brasileiros 12,5%, com juros reais de 8,5%, quando na verdade os juros dos bancos para empréstimo anual, de médio e longo prazos, de 7% são os juros nominais; em termos de juros reais, tirando a inflação, isso aí cairia para 4,5% a 5%, se a inflação ficasse em 4,5%, não é?

Uma outra questão citada por V.Exa., Sr. Ministro, é o exemplo da vida no Japão: o Japão não cresce, então seria uma desgraça viver em um país como esse. Eu gostaria que o Brasil fosse 20% só como o Japão, que é a segunda maior economia do mundo, com uma das melhores qualidades de vida do mundo. Não é verdade? Então, viver no Japão seria um negócio extraordinário, se pudéssemos. Isso mostra pelo menos a competência do Japão, que tem lá um punhado de ilhas, com 380 mil quilômetros quadrados, 125 milhões de japoneses, e nós no Brasil, com esta extensão territorial de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, uma população de 188 milhões de brasileiros, apenas um pouco mais do que o Japão, com as riquezas naturais que o Japão não tem — e não temos aqui terremoto, nem maremoto, furacão ou vulcão; o que temos é gerentes incompetentes, essa é a verdade; nós todos, políticos incompetentes, nós todos temos de fazer mea-culpa, porque eles, que não têm nada disso, são a segunda economia do mundo! E nós, que temos tudo isso e temos de conviver com a miséria humana? Miséria humana! É a pior qualidade de ensino do mundo! Do mundo, não; da América Latina. No mundo ainda há uns poucos piores do que no Brasil.

Mas aí vou para um outro item, Sr. Presidente. Vamos deixar os juros do Japão, que não cresce, mas pelo menos o povo vive bem, tem escola, tem garantia de emprego e tal. Quanto ao emprego crescente, Sr. Ministro, eu anotei aqui: V.Exa. mencionou o empre-

go 8 vezes. Tenho um quadro aqui, a informação é da Fundação Getúlio Vargas e de uma outra companhia; eu não falo em inglês, sou do interior e não conheço bem essas coisas, mas aqui se informa o seguinte: em 2005, a taxa de desemprego brasileira foi de 9,83%; em 2006 foi de 9,98%; em 2007, no primeiro trimestre, é de 10,1%. Isso é o que tenho aqui, da Fundação Getúlio Vargas, obtido pela nossa assessoria.

Comparado com outros países do mundo — do mundo não, com a Argentina, com o México, com o Chile, com a Venezuela, ou melhor, com a Venezuela não; a Venezuela não está aqui, nesses últimos anos —, temos a maior taxa de desemprego, e é crescente, não é decrescente. Se V.Exa. quer dizer que o Brasil está indo bem porque está diminuindo o desemprego, não é verdade, pelo menos pelos dados da Fundação. De repente V.Exa. tem outra fonte, que não é a nossa, e podemos ter aí diferenças conceituais, de metodologia.

Agora eu quero encerrar, Sr. Ministro, dizendo o seguinte: V.Exa. fez um comparativo, uma analogia com o médico que curou o doente, mas não curou outros problemas — o problema familiar dele, o problema de desemprego. Eu sou médico; então, deixe-me contar-lhe a minha história. Eu acho médico que o médico que V.Exa. arrumou aí foi um infectologista que curou uma infecção do dedão do pé *(risos)*, e com o antibiótico e o antiinflamatório estourou o estômago do cidadão, porque não olhou o todo. Assim é o Banco Central. É um infectologista: foca uma coisa, busca os números, o resultado — se o superávit está caindo, está melhorando —, mas se esquece de que está explodindo o estômago do cidadão. Não tem a visão do todo.

Eu acho que, no caso do Banco Central, quanto ao apelo veemente que eu fiz a V.Exa., patético até, ao dizer que estamos com as artérias abertas, porque estamos sangrando na direção do sistema financeiro, estamos irrigando o sistema financeiro com nosso sangue, com o sangue do povo brasileiro, o que V.Exa. poderia fazer seria atender ao apelo do Presidente Lula: baixe esses juros mais rapidamente, Ministro. V.Exa. já está fazendo o dever de casa, mas está esquecendo o todo às vezes. Baixando os juros mais rapidamente, vai evitar a entrada fácil de dinheiro especulativo baixando o dólar, prejudicando setores, vai diminuir os R$ 165 bilhões de juros das dívidas que temos de pagar este ano — R$ 165 bi de juros, é o que está previsto!

Eu não sei se V.Exa. pode informar, mas fica mais uma pergunta: qual é o custo de manutenção desse superávit de dólares que temos, dessa reserva cambial que temos, de US$ 126 bilhões? Quando custa isso para o Brasil? Qual o custo disso, US$ 20 bi? E mais: quanto perde o Brasil quando esse dólar cai, se se compra a R$ 2,03 e agora já está R$ 1,94? Quanto custa isso para o Brasil?

Então, por quê? Porque estamos com juros muito altos; quem vai pegar dinheiro lá fora, pega no Japão — o Japão foi citado aqui como tendo os juros mais baixos do mundo — e aplica aqui ganhando 12% acima. Aí vem o dólar. Quanto de dólar entrou de forma especulativa no Brasil? Porque se viesse para produzir, ótimo; mas o desgraçado do banqueiro, do investidor, não vem aqui para produzir; vem aqui para especular, na sua grande maioria. Tem entrado dinheiro...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Para concluir, quantos bilhões há aqui, no mercado especulativo? Porque dizer que aplicar em bolsa é aplicar no mercado produtivo é conversa. É especular mesmo. Porque não há quarentena alguma, o sujeito compra hoje e vende amanhã, não é? Aquilo lá é uma jogatina desgraçada, e quem paga é o povo brasileiro.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, na réplica, que eu gostaria de fazer, mais uma vez apelando para o Presidente do Banco: baixe mais rapidamente esses juros. Se Lula estivesse aqui estaria pedindo isso a V.Exa. Como Deputado, estaria. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - O Presidente vai responder.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, em primeiro lugar, atitudes aparentemente populares, ou aparentemente fáceis, como, por exemplo, o Banco Central manipular taxas de juros para agradar pessoas etc., têm tido resultados desastrosos, inclusive no Brasil. Tivemos a mais alta hiperinflação da história da humanidade, e isso não foi bom para o País. Foi péssimo. Nós tivemos uma década perdida. Não vamos repetir isso, Deputado. Precisamos ter responsabilidade, cumprir a nossa função, e enquanto estivermos aqui vamos cumprir a nossa função com responsabilidade, está certo? Outra pessoa pode fazer diferente.

Agora, em relação a algumas questões específicas levantadas pelo Deputado, tenho a dizer o seguinte: primeiro, em relação à diferença de taxas entre bancos, o Banco Central divulga exatamente para que o cliente possa escolher aqueles bancos que oferecem a taxa mais baixa. O Banco Central não tem função determinada por lei para tabelar ou intervir na formação de preço, ou para estatizar o sistema de formação de preço no Brasil. Não é assim, não é esse o sistema jurídico e econômico brasileiro. O que podemos fazer — e isto, sim, fazemos — é criar todas as condições para que os clientes possam, repito, escolher a menor taxa. E nisso ainda há um grande trabalho a ser feito, para divulgar cada vez mais.

O fato de o Banco Central estar divulgando essas informações a que se refere o Deputado mostra claramente que ele está cumprindo sua função de divulgar. E o banco que tiver taxa muito elevada certamente não deve ser procurado pelos clientes. Os clientes devem ter condições de procurar os bancos que oferecem as taxas menores. E o Banco Central, como já mencionei, tem tomado toda uma série de medidas para permitir que os clientes tenham condições de procurar as taxas menores.

Em relação a taxas de juros, o Deputado mencionou que a taxa de juro real está 7,5%, mas o Tesouro está pagando uma taxa real mais alta. Não é real isso, Deputado, permita-me o trocadilho. A verdade é a seguinte: o último título de emissão do Tesouro Nacional a taxas reais mais inflação, portanto a uma taxa indexada à inflação, para termos uma visão concreta da questão da taxa real, foi uma emissão de 40 anos, a 5,82% — taxa de juros reais, emissão recente do Tesouro Nacional; portanto, abaixo desse número de 7,5%, que é para prazos mais curtos. A taxa nominal de títulos em real, prefixada, colocada no mercado internacional com inflação dentro, portanto uma taxa prefixada, é um pouco abaixo, ao redor de 9% ao ano, nominal, também de longo prazo. Portanto, o Tesouro Nacional está sendo diretamente beneficiado pela queda da taxa de juros no mercado, inédita na história recente do Brasil, promovida pela aplicação, pelo Banco Central do Brasil, de uma política monetária responsável e bem sucedida, reconhecida no mundo inteiro.

Em relação ao crescimento, gostaria de mencionar o seguinte: nós não podemos ficar mudando de conceito e criticar o Brasil cada hora por um critério diferente. O que quero dizer é o seguinte: por exemplo, existem países que são mais ricos há muito tempo, como o Japão e alguns países europeus, porque cresceram muito no passado, e hoje têm taxas menores de crescimento; existem países que têm uma grande massa de mão-de-obra que está sendo incorporada ao mercado de trabalho, como a China, por exemplo, que está crescendo a taxas muito elevadas; existem países de economias menores, muito dependentes de *commodities* e de exportação, que também estão crescendo a taxas elevadas; e existem países que têm um nível de distribuição de renda muito ruim e que estão piorando essa distribuição de renda.

O que podemos dizer do Brasil? O Brasil está crescendo a taxas cada vez mais elevadas, em comparação com a nossa história recente; essa taxa é o dobro da taxa das últimas décadas; estamos crescendo a taxas cada vez melhores o Brasil está distribuindo renda de forma importante; todos os indicadores de distribuição de renda no Brasil estão melhorando; e, em conseqüência disso, o nível de riqueza da população está aumentando, e a renda *per capita* brasileira está aumentando. O que não podemos é, se há um país que cresce a taxas muito menores do que o Brasil, mas já tem um padrão de vida maior, porque cresceu no passado, criticarmos, dizendo que esse país é mais rico, e esquecermos que ele cresce pouco; se outro país tem uma renda *per capita* muito menor do que o Brasil, mas cresce a uma taxa muito elevada, esquecermos que a renda é baixa e só olhamos a taxa de crescimento; se outro tem uma péssima distribuição de renda, que está piorando, esquecermos isso para ver apenas a taxa de crescimento.

Deputados, o que temos de fazer é uma análise equilibrada. E o fato concreto é que o Brasil está de fato melhorando extraordinariamente as condições de vida da sua população: aumento de renda, aumento de emprego, aumento de consumo e aumento de crédito. E, em conseqüência disso tudo, no geral, o padrão de vida da população brasileira está crescendo.

Em relação a determinados dados sobre desemprego, eu tenho projetados aqui os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o chamado IBGE, que é o órgão responsável pelas taxas oficiais divulgadas no Brasil. Portanto, segundo fontes do IBGE, o fato concreto é que, neste momento do ciclo sazonal, no ano, o desemprego no Brasil está no menor patamar dos anos recentes, e com uma tendência decrescente. Portanto, isso embasa a nossa afirmação de que o desemprego no Brasil está tendo uma trajetória positiva, apesar de que, de fato, ainda apresenta números superiores aos de outros países.

Agora, quando falamos em outros países, devemos atentar para várias coisas: primeiro, eles usam metodologias diferentes; segundo, muitos deles já têm taxa de desemprego mais baixa há décadas. Existem vizinhos nossos, por exemplo, que desde a década de 20 já têm uma taxa de desemprego equivalente à de países como os Estados Unidos, por exemplo, e que às vezes até estiveram em muito pior situação nesse período. O importante é que o Brasil está trabalhando para melhorar, está fazendo as coisas certas e os resultados são claros e tangíveis.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, quero apenas dizer o seguinte: na verdade, quanto à questão do desemprego, quero concordar com V.Exa., porque a fonte da Fundação Getúlio Vargas é a mesma, o IBGE. É apenas a interpretação do período. Em 2006 a taxa estava menor, 9,87%, e agora, neste momento, está em 10,1%. É a mesma fonte, o IBGE. Mas concordamos: V.Exa. está falando da sazonalidade, e aí, sim, podem bater os números.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - É que em nenhum momento, Presidente, eu quis dizer que devemos ser irresponsáveis com a política econômica. Se V.Exa. interpretou dessa forma, não o faça. Na verdade, o que quis dizer é que quero que todos nós sejamos mais responsáveis, para acelerar um pouco, rever a metodologia de queda dos juros, para que possamos ter esse Brasil melhor para todos o mais rapidamente possível, senão se deteriora tudo. V.Exa. está vendo aí explodirem os escândalos nacionais, isso tudo até porque, de repente, o Poder Judiciário não está aparelhado para meter na cadeia quem está roubando. Então, de repente, a impunidade tem estimulado essa criminalidade toda que campeia pelo País.

Então, o que deixar é uma sugestão. Eu não sou economista, sou médico, conheço muito pouco disso, e médico de interior conhece menos ainda, porque está lá, mais distante ainda, apesar de a Internet facilitar um pouquinho, mas quero dizer o seguinte: comparados com os de outros países do mundo, os números que me trazem aqui é que me fazem ter esta veemência toda. É que eu estou inspirado em números do mundo inteiro. Há países com inflação maior que a nossa, mas o juro está muito menor. Nós temos países aqui, e vários deles, por exemplo o México, com inflação de 3,9% em 2007, como está previsto; juro: 2,6%; crescimento do PIB maior que o do Brasil: 4,8%.

Então, eu estou fazendo um parâmetro, eu estou comparando. Se eu posso comparar com outros países similares, como a Rússia, ou a Índia, todos eles com parâmetros melhores... E V.Exa. mesmo disse, muito bem, que o Risco Brasil está caindo cada vez mais. Então, os investidores querem investir mais no Brasil. Podemos praticar no mercado juros menores, para sobrar dinheiro para investimento, Ministro, porque o nosso investimento é muito pequeno. É preciso que sobre dinheiro. Em vez de ir para o banqueiro, que vá para investimento na infra-estrutura nacional, para desenvolvermos o País. Vamos educar nossas crianças, construir escolas, pelo amor de Deus! Não sairemos nunca da miséria se não tivermos a educação do nosso povo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Apenas para terminar esse ponto, senão corremos o risco de ficar repetitivos — vamos repetir os mesmos argumentos sem ir muito longe, não é, Deputado? —, vou apenas mencionar, de novo, que na questão do desemprego existe um padrão sazonal no Brasil: no final do ano o desemprego cai, porque o número de pessoas que procuram emprego diminui; no início do ano o desemprego, sobe porque a população economicamente ativa sobe, porque as pessoas vão procurar emprego. Portanto, não é correto comparar o desemprego de dezembro com o desemprego de março. Devem-se comparar taxas de desemprego de mesmas épocas nos diversos anos. Se analisarmos esse gráfico, vamos ver que, quanto ao desemprego no Brasil, essa comparação é a correta.

Em relação a sermos mais ou menos responsáveis, quero dizer-lhe que respeito a opinião do Deputado, na sua ansiedade, de que a taxa de juros caia o máximo possível, mas é nossa responsabilidade, com toda a experiência que tem o Banco Central, com toda a análise macroeconômica e as projeções de inflação que a instituição faz, fixar uma taxa de juros adequada para que a inflação continue na meta.

Dito isso, a taxa de juros real no Brasil, e nominal inclusive, está caindo de forma consistente, atendendo, portanto, o desejo de todos os brasileiros de ter taxas de juros caindo. Estamos obtendo um sucesso na política monetária reconhecido hoje no mundo inteiro. De novo: respeitamos essa ansiedade, mas a ansiedade não pode levar-nos a cometer erros que, em última análise, já foram pagos pela população brasileira no passado.

Obrigado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. tem 3 minutos, agora improrrogáveis.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Insisto no tema "manufaturados seletivos". Aí constam aumentos dos manufaturados, mas eles são seletivos. A prova é que 1.700 exportadores foram alijados desde 2004 do setor.

Muitos países têm grandes superávits, e não é o superávit comercial que faz com que haja a valorização da sua moeda. E dizer que o Banco Central tem os instrumentos... Volto a dizer o que disse no começo: os países usam sua moeda flutuante, mas sempre de forma administrada, e o Banco Central, pelo próprio fato de comprar moeda — e vem fazendo isso desde que o dólar vem caindo, mas não tem tido êxito para segurar isso, e não vai conseguir, porque está batendo no mercado, que é muito forte; não vai conseguir segurar o mercado, que é mais forte do que o Banco Central —, terá de usar, não de forma irresponsável, porque acho que o Banco Central é muito responsável, mas de forma mais corajosa, algumas ações que fariam com que o dólar não se apreciasse tanto.

Quando tivemos impacto forte com o dólar, no final do Governo Fernando Henrique Cardoso, a SELIC foi para 43%. Eu não posso dizer que seja aquele Presidente do Banco Central que tenha feito isso, e hoje é outro Banco Central. Teve de se tomar uma atitude corajosa e levantar a taxa SELIC a 43%, senão

o dólar iria a R$ 5,00. Hoje tem-se que tomar uma atitude mais corajosa e fazer com que o juro caia, para que tenhamos o equilíbrio dessa moeda. Os juros têm de baixar. Continuamos com o compulsório de 53%, como se estivéssemos em período de inflação e de alta demanda.

Quer dizer, há instrumentos, volto a insistir, há forma de os bancos centrais, como em quase todos os lugares do mundo, usarem o câmbio flutuante, mas de forma administrada. Gostaríamos que o Banco Central fosse mais corajoso, para que não tivéssemos uma apreciação tão forte da nossa moeda.

Finalmente, agradeço ao Presidente do Banco Central e a toda sua equipe a presença. V.Exa. veio aqui a convite. Nós até temos a prerrogativa de convocar Ministros e o Presidente do Banco Central, mas fizemos um convite. Eu fui o autor do requerimento. Então, quero agradecer-lhe e a toda a sua equipe a prestatividade de vir aqui, como convidado, e dedicar todo esse seu tempo, que eu sei que é precioso, para tirar as dúvidas que os Deputados têm. E certamente o nosso objetivo é único: contribuir para tenhamos um País mais forte e próspero, para que tudo melhore cada dia mais.

Obrigado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, Deputado. Foi de fato uma satisfação muito grande e uma honra, como sempre, estar aqui no Congresso Nacional debatendo os assuntos de interesse da população brasileira e a função do Banco Central.

Eu gostaria, em função disso, de mais uma vez repetir que eu respeito muito, todos nós do Banco Central respeitamos muito as preocupações específicas de setores e de trabalhadores de determinados segmentos que possam estar sendo prejudicados pela evolução da situação econômica, mas de fato temos de fazer uma política que seja boa para o País, para que no longo prazo todos os brasileiros estejam em situação melhor, com o País estando bem, o País como um todo. Portanto, é importante que mantenhamos essa visão, com clareza.

E o fato concreto é que felizmente o Brasil não precisa mais de atitudes heróicas, como colocar taxa de juros acima de 40% ao ano. É bom que o País já esteja vivendo uma situação de normalidade, e que não precisemos de coragem para tomar atitudes dramáticas que têm custos enormes, não é verdade?

Então, temos de ter coragem para fazer a coisa certa, temos de ter coragem para manter a economia brasileira melhorando cada vez mais, e temos de ter coragem para ter a visão como um todo e, portanto, fazer com que o País continue a crescer, de forma que a renda continue a crescer, o salário da população continue a crescer, a situação externa fique equilibrada, a situação interna fique equilibradas, e o País possa continuar crescendo não só agora como no ano que vem, daqui a 10 anos, daqui a 20 anos, daqui a 30 anos. É isso o que tem nos faltado: a continuidade do crescimento. E é preciso coragem para enfrentar os problemas que aparecem nessa trajetória, tomar a melhor medida possível e continuar de fato numa trajetória que, em última análise, é que vai levar o Brasil aonde todos queremos.

Eu gostaria, então — não sei se meu tempo está esgotado...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Aqui a única coisa que não houve foi obediência ao tempo *(risos)*.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Está certo. Mas pelo menos fizemos aqui um grande exercício de democracia, Sr. Presidente. Não é verdade?

Então, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a todos os que se interessaram em ficar aqui até o final conversando conosco, e manifestar mais uma vez o meu respeito à opinião de todos. Houve manifestações enfáticas, e evidentemente as respostas teriam de ser, inclusive por respeito a quem as formulou, também dadas de forma enfática, clara e transparente.

Quero novamente dizer o seguinte: existem problemas no Brasil. O País tem pouco mais de 5 séculos de vida, e muitos desafios à frente; agora, dito isso, é importante enfatizar que não podemos usar isso como justificativa para voltar a fazer coisas erradas. Isto é, aquilo que está dando certo tem de ser mantido, e temos de continuar trabalhando para resolver todos os problemas.

E não é possível resolver todos os problemas também do dia para a noite. É importante, sim, que a direção esteja correta, e que a população brasileira esteja confiante em que os problemas estão sendo paulatinamente resolvidos, o que é interesse de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Ao encerrar a reunião, quero agradecer o comparecimento a todos os companheiros da Câmara e do Senado, às Comissões envolvidas nesse processo, e ao Dr. Henrique Meirelles e à sua equipe econômica, pela forma objetiva, clara e democrática como se portaram neste debate/prestação de contas.

Ao mesmo tempo, quero dizer que graças à inteligência, graças ao nível de conhecimento dos membros desta Comissão, pudemos ter um debate esclarecedor e qualificado.

Obrigado a todos.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JULHO DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta minutos do dia três de julho do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Fernando Collor, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Romero Jucá, Mão Santa, Gilvam Borges, Garibaldi Alves Filho, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Marconi Perillo, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores João Vicente Claudino, tendo falta justificada em virtude de tratamento de saúde, Valdir Raupp, Pedro Simon, Neuto de Conto, Jayme Campos, Kátia Abreu, Cícero Lucena e Flexa Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Nos termos do Art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, o Presidente comunica que a Senadora Rosalba Ciarlini passa a integrar a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais em substituição ao Senador Jayme Campos, na vaga destinada ao PFL. Em seguida, a Presidência passa à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2007, não terminativo, que "altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para prorrogar os incentivos fiscais de redução e restabelecer os de isenção relativos ao imposto sobre a renda de pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado em setores econômicos considerados prioritários para o desenvolvimento regional, e dá outras providências", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2007, terminativo, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física", de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2003, terminativo, que "acrescenta alínea ao inciso II do artigo 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, de doações e programas oficiais de combate à fome", de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2004, terminativo, que "altera dispositivo da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 (Beneficia pela compensação financeira os Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétrica)", de autoria do Senador Tião Viana, tendo como relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com Parecer pela rejeição do Projeto. Em 29/05/07 foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 05/06/07 foi apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Flexa Ribeiro, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que "altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. Em 15/05/07, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2003, terminativo, que "altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre a incorporação do adicional de insalubridade ou periculosidade no salário do empregado", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2007, não terminativo, que "acrescenta artigo à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências", autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior,

tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A Matéria é retirada de Pauta a pedido da Relatora; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem", de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2005, Complementar, não terminativo, que "altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira", de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como Relator o Senador Flávio Arns, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2006, terminativo, que "dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento e sobre a cobrança de tarifas nessas operações", de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2005, não terminativo, que "altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas", de autoria do Deputado Moacir Micheletto, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2005, terminativo, que "exclui as pessoas jurídicas que se dediquem à corretagem de imóveis da vedação à adesão ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES)", de autoria do Senador Leonel Pavan, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2004, terminativo, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para fixar a data de vencimento das quotas de imposto de renda das pessoas físicas no quinto dia útil de cada mês subseqüente ao de competência", de autoria do Senador José Maranhão, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2006, não terminativo, que "revoga a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, que "dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional, e dá outras providências", de autoria do Senador Eduardo Azeredo, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2004, terminativo, que "dispõe sobre o emprego de rendimentos auferidos das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias da competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das transferências obrigatórias da União para os entes federados, bem assim dos Estados para os Municípios", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 16-Mensagens do Senado Federal nºs 77 e 78, de 2007, não terminativas, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2007", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. O Presidente da Comissão designa a Senadora Ideli Salvatti Relatora *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório pela Relatora e não havendo quem queira discutir, a Matéria é colocada em votação. A Comissão aprova o Parecer da Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 17-Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007, não terminativo, que "dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Osmar Dias,

foi apresentada a Emenda nº 01, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, sendo o Relator contrário à Emenda. Usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Ideli Salvatti, Garibaldi Alves Filho e Rosalba Ciarlini. Colocado em votação, ressalvada a Emenda, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 01. Colocado em votação o Destaque, a Comissão rejeita a Emenda; Item 18-Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2007, não terminativo, que "dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo poder público, e estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada, e dá outras providências", de autoria do Deputado Aldo Rebelo, tendo como Relator o Senador Flávio Arns, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Aloizio Mercadante,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom dia a todos e a todas, havendo número regimental, declaro aberta a 20 ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos ordinária. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada, será publicada no diário do Senado Federal.

Nos termos do artigo 89 do Regimento interno, comunico que a Senadora Rosalba Ciarlini passa a integrar a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais em substituição ao Senador Jayme Campos na vaga destinada ao DEM.

Primeiro item da pauta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, Sr. Presidente, eu sou relator dos itens 9 que trata também, que não possa haver limitação de empenho e movimentação financeira para certas regiões, e também do item 18 que trata da adição de farinha de mandioca refinada, a farinha de trigo e seus derivados. Estava falando com a líder do governo e a líder do partido também, e o governo tem todo interesse também em dar uma solução adequada particularmente, a situação da farinha de mandioca. Então eu pediria à V.Exª a gentileza de atender meu pedido de retirada de pauta desses dois itens para que esta negociação e essa discussão possam acontecer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então o item 9 e o item 18 por solicitação do relator Senador Flávio Arns estão retirados de pauta, um de autoria do Senador Flexa Ribeiro que havia solicitado que fosse colocado em pauta, mas nós colocamos a pedido do Senador e o outro do nobre Deputado Aldo Rebelo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Que merece toda a atenção dessa casa. Um projeto também meritório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, apenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Apenas para registrar que nós conversamos com o Senador Flávio Arns e vamos tentar construir um entendimento dentro do governo para que ainda na próxima semana, por acordo, nós possamos votar essa matéria para que ela possa seguir para o plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está ótimo. Senador Osmar Dias com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, V.Exª me designou relator do item 17 que estabelece diretrizes para a política do salário mínimo um projeto que teve origem no próprio executivo, importantíssimo. Fiquei muito honrado com a designação de ser o relator desse projeto por V.Exª e pediria também que a gente votasse porque é não terminativo e podemos votá-la logo no início da sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está ótimo Senador Osmar Dias, colocaremos hoje em pauta para votação. Quero dizer de outra parte que a Comissão que se sente honrada com a presença de V.Exª com a relatoria sempre competente. Vamos manter então a ordem do dia. A Senadora Ideli Salvatti, antes de mais nada quero elogiar V.Exª pela blusa elegante, está uma coisa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Produção, produção mineira que eu comprei em Santa Catarina, muita linda, artesanal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está certo, você está muito elegante.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu queria apenas solicitar que nós pudéssemos designar a relatoria de um projeto de minha autoria, o projeto 266, que trata que busca dirimir uma dúvida que inclusive tem sido objeto de muitas ações judiciais de vários municípios brasileiros, que é a cobrança de ISS sobre as operações de *leasing* que para acabarem pagando a menor alíquota, os que realizam a operação de *leasing* acabam escolhendo o recolhimento no município de menor alíquota, então, se fosse possível nós termos a designação de um relator, eu gostaria muito e eu queria até dizer por quê. Hoje, a federação catarinense dos municípios, a FECAM, que é uma das primeiras organizações municípalistas a partir das associações regionais de municípios que são muito fortes lá em Santa Catarina, comemora 27 anos e este foi um projeto que nós estamos encaminhando, atendendo exatamente o pedido de boa parte dos municípios em Santa Catarina e que eu sei que tem em vários Estados brasileiros, que tem brigado na justiça para que o ISS nas operações de leasing possa ser recolhido no município aonde a operação é realizada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Altamente meritório o projeto e nós indicaremos imediatamente o relator, o Senador Osmar Dias, está indicado o relator da matéria, mais um projeto relevante de interesse público.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Podemos iniciar então a nossa ordem do dia, vamos. Eu acho que a gente poderia então começar pelo projeto do Senador Osmar Dias relatando, ele pediu para fazer a inversão de pauta, é o item.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): 17.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): 17. Então o Senador Osmar Dias com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, mais uma vez eu quero agradecer a confiança de V.Exª, porque eu assumir a relatoria desse projeto a semana passada, quinta-feira, e vejo nesse projeto, um dos mais importantes que nós vamos votar nessa Comissão esse ano. É um projeto que diz respeito a milhares de pessoas por esses pais afora, porque trata da política de salário mínimo. E nós sabemos que o salário mínimo é, sem nenhuma dúvida, um fator de distribuição de renda e quando o governo Lula manda para a Câmara dos Deputados, um projeto com esse objetivo de fixar uma política de médio prazo para o salário mínimo, eu acredito que todos aqui devem votar, favoravelmente, não apenas votar favoravelmente, mas reconhecer o grande mérito de ter o presidente Lula colocado para o Congresso Nacional uma proposta tão relevante quanto essa para milhares de trabalhadores brasileiros. Eu vou ler o relatório porque ele é curto, então nós poderemos votá-lo em seguida.

"No âmbito do PAC, Plano de Aceleração do Crescimento, o poder executivo por meio da mensagem número 40 de 2007, encaminhou o projeto de lei ao Congresso Nacional que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para sua política de valorização de 2008 à 2023. Na Câmara dos deputados tal projeto recebeu a numeração nº 1 de 2007, após a sua aprovação na Câmara com poucas alterações, a matéria foi enviada ao Senado Federal onde foi designado como projeto de lei da Câmara número 42 de 2007."

Para resumir, Sr. Presidente, para nós tornarmos mais objetivo aqui, eu vou colocar três pontos que esse projeto dão um grande avanço, significam um grande beneficio, a grande massa de trabalhadores brasileiros que dependem do salário mínimo. Primeiro, ele estabelece a partir do dia 1º de abril o reajuste do salário mínimo em 2007, o ano que nós estamos e em seguida de 2008 à 2011, ele vai retroceder no mês, então em 2008, o reajuste será no dia 1º de março, em 2009 no dia 1º de fevereiro, em 2010 no dia 1º de janeiro e em 2011 no dia 1º de janeiro, o que significa isso? Significa que o trabalhador vai virar o ano já com a perspectiva, não, a expectativa mesmo esperando já o reajuste do dia 1º do ano. 1º de janeiro de cada ano a partir do ano 2010, ele terá um novo salário mínimo. Esse é o primeiro avanço desse projeto importantíssimo, que eu disse Sr. Presidente, é um dos mais importantes que essa Comissão vai votar esse ano. O segundo grande avanço é que ele já estabelece qual será o aumento do salário mínimo para os anos de 2008, 2009, 2010 e 2011. E o INPC acumulado, mais o crescimento do PIB de dois anos anteriores, então para dar o exemplo, o ano de 2008 nós teremos o INPC acumulado mais o crescimento do PIB de 2006, dois anos anteriores que foi de 3,2?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acho que é 3,7.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): 3,7. Significa então que nós vamos ter um aumento do salário mínimo real de 3,7. Porque nós temos um aumento pelo INPC mais o PIB acumulado, aliás, o PIB, o crescimento do PIB dois anos anteriores. É outro avanço que eu registro nesse projeto de lei. E outro avanço

também significativo é que ele obriga o executivo, o próprio executivo, a encaminhar até o dia 31 de março de 2011, quais os critérios que vão prevalecer para o reajuste do salário mínimo de 2011 até 2023, veja que nós estamos falando de um prazo, de um período de tempo que vai de 2007 a 2023 nesse projeto de lei, estabelecendo os critérios até 2011 e de 2012 a 2023, obrigando o executivo, o próprio executivo a encaminhar os critérios para o reajuste do salário mínimo.

Com isso, nós vamos tornar mais fácil, inclusive, Senador Romero Jucá, a apreciação do orçamento, porque o orçamento quase sempre espera essa definição do valor do salário mínimo e isso é importante para a previdência, é importante para fixar valores do orçamento e quando nós estamos aqui atribuindo já os critérios até 2011, nós estamos nos antecipando para tornar mais fácil a aprovação do orçamento do Congresso Nacional e acabar também com as intermináveis discussões e debates quando ocorrem a proposta de aumento do salário mínimo, eu acredito que estou relatando um dos projetos mais importante que o Senado está apreciando esse ano, e claro, o meu voto é favorável e peço aprovação desse projeto e, Presidente, se esse projeto for aprovado, inclusive eu vou pedir urgência para que a gente tenha aí um esforço para votar esse projeto ainda no primeiro semestre que seria sem dúvida nenhuma uma forma de nós mostrarmos um respeito pelos trabalhadores brasileiros do Senado Federal. Então meu voto é favorável com louvor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria parabenizar o relator pela matéria e vamos abrir agora o processo de discussão, líder do governo o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de registrar também a importância desse projeto para a economia do país e principalmente para fazer justiça. No governo do presidente Lula, nós vimos um crescimento real, ano a ano do salário mínimo, mas a cada crescimento do real, me lembrou bem o Senador Osmar Dias, na Comissão de orçamento era algo extremamente complicado, e era um dos itens que inclusive atrasava a votação do orçamento, porque sempre se fazia movimentações políticas, discursos que na certa forma não podiam ser atendidos na prática, mas que eram levados à mesa de negociação para marcar a posição política e isso atrasava efetivamente a votação do orçamento. Agora não, agora com essa proposta e eu quero dizer que eu tenho um projeto meu, tinha um projeto meu tramitando nessa casa exatamente nesse sentido, ano a ano retroagindo em um mês até chegar em janeiro o reajuste do salário mínimo, e também no meu projeto era uma vez e meia o crescimento do PIB do ano anterior. Ou seja, havia sempre a projeção de um crescimento real. Nós temos agora uma fórmula, uma fórmula que foi negociada com as centrais sindicais, já foi discutida na Câmara dos deputados, portanto, uma fórmula que já está, de certa forma, amplamente aprovada por todos os setores, então cabe a nós como disse o Senador Osmar Dias também no seu relatório aprovar essa matéria, pedir urgência para essa matéria, para que nós possamos votar antes no encerramento dos trabalhos do meio do ano, essa matéria no plenário, quero louvar o relatório do Senador Osmar Dias e registrar a coragem do presidente Lula do governo de criar uma política de médio prazo de crescimento real de salário mínimo para que se possa auxiliar a economia, os empregadores, aos órgãos públicos, as prefeituras, a própria Previdência Social para que se preparem, se programem para um crescimento real do salário mínimo que é muito importante para a população que ganham menos nesse pais. Portanto meu voto, como não poderia deixar de ser, Sr. Presidente, é favorável, e o encaminhamento é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero distribuir também para os Senadores, uma contribuição do Deputado Felipe Maia do DEM do Rio Grande do Norte, que entre outros méritos da sua trajetória política, é herdeiro político do nosso querido Senador Agripino Maia, portanto tem nessa casa um tratamento muito especial. Ele encaminhou uma sugestão que eu peço que seja distribuída uma emenda aos Senadores e que já foi inclusive parcialmente incorporada ao texto. Senadora Ideli Salvatti, com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, primeiro lugar, parabenizar o parecer e o relatório do Senador Osmar Dias e dizer que esse projeto faz parte, ele integra a série de medidas anunciadas e adotadas pelo governo do presidente Lula no início do ano para que nós tenhamos a aceleração do crescimento. Este é um dos projetos que incorpora todas as medidas do PAC e tem como objetivo central, fazer com que a distribuição de renda aonde o salário mínimo é uma das políticas, é uma das formas bastante consistente de realizarmos a distribuição de renda, continue fazendo com que o crescimento no Brasil se dê da forma mais justa possível, inclusive nós já tivemos períodos aonde o crescimento do PIB brasileiro chegou à casa dos 12, 13% ao ano, mas infelizmente este ano aonde a nação como um todo cresceu de forma significativa, não foi acompanhada com a distribuição de renda e acabou coincidindo efetivamente o crescimento da economia, o crescimento do país e mais o crescimento da injustiça social. Portanto, esta política

que estabelece para o ano de 2007, 2008, 2009, 2010, um reajuste do salário mínimo além da recuperação da inflação do período imediatamente anterior, e mais o crescimento que inclusive foi agora reajustado, está ai o Banco Central fazendo inclusive um reajuste na perspectiva do PIB desse ano passando inclusive para 4.7, a perspectiva que nós teremos no crescimento do ano de 2007, dando reais condições para que essa política distributiva de renda que é a política a do salário mínimo, que tem capilaridade, que beneficia todas as pessoas residentes que vivem de salário mínimo em todos os cantos do Brasil, em todos os municípios brasileiros, que isto possa estar assegurado servindo de um importante pilar nesta estrutura de desenvolvimento do país que é crescer distribuindo e distribuindo para crescer ainda mais, por isso que nós temos um entendimento que é muito importante aprovarmos o projeto no dia de hoje e conforme o Senador Osmar Dias já anunciou no seu parecer, no seu relatório, inclusive aprovarmos a urgência. Só para ter a medida desta importante política distributiva de renda que é o salário mínimo e de seu impacto, nos últimos, no período referente ao governo do presidente Lula, o salário mínimo já teve um reajuste superior da inflação na ordem de 34%. Portanto dar continuidade a esta política de recuperação acima inclusive da inflação, é muito importante, e o projeto acaba assegurando isso de forma inequívoca, inclusive fazendo com que os que dependem e vivem do salário mínimo se apropriem do crescimento do PIB ano a ano, que é um esforço coletivo da nação brasileira e que, portanto, nada melhor que seja apropriado por aqueles que mais necessitam melhorar a sua renda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agora passar a palavra ao Senador Garibaldi Alves que também deseja discutir a matéria.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o projeto do governo no âmbito do PAC, o plano de aceleração de crescimento que se constitui na mensagem nº 40 de 2007 que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 2007, estabelece diretrizes para uma política de valorização de 2008 à 2023. Eu quero dizer, Sr. Presidente, que é louvável que o governo finalmente queira estabelecer uma política de reajuste de longo prazo para o funcionalismo, eu também quero aplaudir que o governo tenha escolhido para remunerar o salário mínimo, um percentual que vai se somar à variação acumulada do INPC, que é justamente um percentual idêntico ao do crescimento real do PIB ocorrido dois anos atrás, ou seja, em 2008, além do INPC, o salário mínimo receberá aumento equivalente a variação do PIB em 2006. O projeto ainda prevê de acordo com o relatório do Senador Osmar Dias, que até 31 de março de 2011, o poder executivo da união encaminhara ao Congresso Nacional um projeto de lei que disporá sobre a política de valorização do salário mínimo para o período compreendido entre 2012 e 2023, inclusive. Eu queria fazer um apelo aqui ao governo já que a questão do salário mínimo para esse ano já está resolvida, foi estabelecida por medida provisória, mas depois veio o projeto de conversão que foi aprovado a semana passada. Eu queria fazer um apelo, inclusive ao nosso relator, a liderança do governo, o Senador Romero Jucá, me parece que teve que sair para que nós tivéssemos a abertura de discutir outros projetos, Senador Osmar Dias, que estão inclusive tramitando aqui no Senado, e emendas, como a emenda do Deputado Felipe Maia que eu não sei se V.Exª já deu o parecer sobre ela. Inclusive V.Exª confirma que já deu o parecer contrário, contrário a emenda do Deputado Felipe Maia, mas eu tenho também um projeto e foi fruto de uma reflexão que eu fiz quando fui relator da lei de diretrizes orçamentárias ou então o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, que justamente o Senador Aloizio Mercadante devo se lembrar, justamente em função de uma emenda que eu apresentei na Comissão do orçamento que estabelecia que o salário mínimo já em 2000, eu fui relator em 2005. O salário mínimo deveria ser aumentado pelo PIB bruto. O Senador Aloizio Mercadante deve se lembrar que houve uma reunião a qual V.Exª como líder do governo compareceu à reunião e nós fizemos um acordo relator líder do governo, Ministro Palloci, Ministro Paulo Bernardo, de que deveríamos ter a remuneração mas pelo PIB per capta e foi isso que prevaleceu. Não apenas em 2005, mas em 2006, mas agora o governo resolve dar o PIB cheio. O que é até melhor do que prevaleceu naquele acordo. Mas no meu projeto nós estabelecemos, Sr. Presidente, um salário mínimo nacional pelo piso profissional, não é pelo piso regional, porque o piso regional vai estabelecer diferenciação entre o que um profissional faz no Nordeste e a mesma coisa que um profissional faz no sul, mas no nosso projeto nós encaminhamos uma política de valorização do salário mínimo de modo que esse salário mínimo só seja referencial para os benefícios do INPS, os benefícios dados aos aposentados da previdência, um referencial para o seguro, o seguro salário seguro, e tenhamos um salário mínimo, que puxe a política do salário mínimo para acima e não para baixo.

Então, eu não pude pensar esse meu projeto ao projeto do governo, mas eu faria um apelo à V.Exª para que ele pudesse ser discutido, pudesse ser pautado por ocasião da discussão. E quanto à emenda do

deputado Felipe Maia, ele vai ter, eu acredito ainda, a oportunidade de que a sua emenda seja discutida no plenário. Era isso que eu queria dizer à V.Exª.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para esclarecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador relator Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, é que o Senador Garibaldi afirmou que eu rejeitei a emenda do Deputado Felipe Maia. Na verdade, a emenda do Deputado Felipe Maia foi apresentada na Câmara e rejeitada lá. O Senador José Agripino apresentou a mesma emenda em plenário aqui, mas considerei que o projeto de lei da forma que foi aprovado na Câmara, ele contempla os objetivos a que se propôs que é exatamente dar um aumento real com critérios definidos e optei pela aprovação do projeto como ele veio da Câmara dos Deputados exatamente porque, acredito, que nós devemos aprovar esse projeto no primeiro semestre até para demonstrar o respeito que temos pelos trabalhadores brasileiros que estão esperando uma política dessa natureza a muitos anos. Então eu mantenho o meu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria ponderar ao Senador Garibaldi, primeiro eu sou, eu queria. [soa a companhia]

Eu queria em primeiro lugar dizer, Senador Garibaldi, eu sou testemunho do esforço que V.Exª fez para valorização do salário mínimo como relator LDO, e aquela ocasião foi estabelecido um critério mínimo, patamar mínimo que era inflação mais PIB per capta. E esse patamar mínimo, e foi proposto naquela negociação que fosse o PIB cheio, e aquela discussão, eu acho que inspirou o governo e as centrais sindicais todas as centrais sindicais do Brasil a assinarem esse acordo que nós estamos homologando na realidade, todas as centrais sindicais, CUT, Força Sindical e as demais centrais sindicais, acordaram esse procedimento relatado pelo Senador Osmar Dias, ou seja, nós tivemos uma forte recuperação do salário mínimo nos últimos anos, o ano passado o reajuste foi 16% com uma inflação de 3,5%, o salário mínimo cresceu 36% em termos de poder real. A luta histórica do movimento sindical era um salário mínimo de 100 dólares, hoje estão 200 dólares, e depois desse forte crescimento, eles estão programando um PIB cheio. A média dos últimos 2 anos, esse ano nós vamos ter o PIB de 4,7%, então nós vamos ter mais de 4%, seguramente em torno de 4,2, provavelmente 4,2, talvez, 4,3% de reajuste, a média é dos 2 últimos anos mais a inflação acumulada do ano que vai dar mais de 3,5%, então é um critério que permite um crescimento progressivo sustentável do salário mínimo com um adicional que é a antecipação de um mês. Quer dizer, ele ganha no reajuste a antecipação de um mês, quer dizer, ele tem um salário a cada ano antecipando o mês até primeiro de janeiro. Então eu acho que foi em cima disso foi feito esse amplo acordo.

Eu proporia que nós aprovássemos o relatório, Senador Osmar Dias, continuássemos o debate em plenário dessa matéria, e poderemos voltar nessa discussão futuramente, inclusive convidando as centrais sindicais, para gente poder fazer uma avaliação sobre outros desdobramentos e avaliar os impactos. Mas como essa proposta foi acordada por todas as centrais sindicais, eu acho que seria importante que o Senado nesse momento aprovasse, homologasse esse acordo, entendimento que é primeira vez na história. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, é só para fazer um concerto no que eu falei. Na verdade o Senador José Agripino apresentou a emenda na medida provisória do salário mínimo que foi votada na semana passada, e não no projeto, então eu não poderia ter considerado a emenda na hora de relatar esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas de qualquer forma pode apresentar em plenário. Então o projeto quando for encaminhado ao plenário, pode apresentar e o debate continua.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Eu gostaria de saber de se não pode ser apresentado na Comissão. Pode destacar, não?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pode destacar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ai eu tenho que relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Relata agora e a gente depois vai ter o debate em plenário.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Então o que eu gostaria de pedir o destaque da emenda do Deputado Felipe Maia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tem que oficializar a apresentação da emenda.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exª está oficializando a apresentação da emenda. Encaminhe depois à mesa a emenda. .

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigada Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Oficializado. Vamos então votar.

O projeto é não terminativo vai a plenário, nós votaremos então votação simbólica. Senadores que são favoráveis ao projeto, permaneçam como se encontram. Aprovado. Ressalvado o destaque e a emenda. Senadores que são favoráveis a emenda, por favor, se manifestem. Está rejeitada a emenda. Aprovado o projeto. O Senador Osmar Dias pede urgência. A emenda apresentada pela Senadora Rosalba, não, a emenda da Senadora Rosalba oficializou a emenda. De qualquer forma nós vamos encaminhar a emenda a plenário. O Senador Osmar Dias pediu urgência do projeto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que eu dei parecer contrario já emenda, então foi aprovado o relatório como apresentado, agora eu peço urgência para a votação desse projeto no plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Os Senadores que são favoráveis à urgência, por favor permaneçam onde se encontram. Aprovado a urgência. Vai a plenário, nós continuaremos o debate em plenário em torno do projeto e da emenda.

Item 2 da pauta.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aí vai ter que apresentar no plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu tenho dois assuntos para tratar com V.Exª. Primeiro eu gostaria só de narrar sobre um assunto nosso do estado, do estado de Rondônia. No dia 20 de março de 2007, essa Comissão aprovou o requerimento de minha autoria nº 17 de 2007. Por esse requerimento ficou deliberado que o ofício S, nº 12 de 2003 que trata o assunto do banco do Estado de Rondônia, o BERON, seria incluído na pauta de votação dessa Comissão. Levantou-se então o problema de que o processo estava extraviado. Através de outro requerimento que apresentei no plenário junto à V.Exª, obtive a aprovação para que o processo do BERON fosse reconstituído, posteriormente nesta Comissão, V.Exª, em cumprimento ao despacho da mesa do Senado, determinou a reconstituição de todo o processado. Levantou-se então outro problema, a dificuldade de se reconstituir o processado, alegando-se que não tinha de onde obter as cópias necessárias, em razão disso entreguei oficialmente à essa Comissão, cópia completa de todos os relatórios que já haviam sido apresentados que foi então encaminhado ao secretaria geral da mesa para ser protocolado com o parecer favorável do Senador Garibaldi, quando a cópia já estava na secretaria geral da mesa para ser protocolada, surgiu a notícia de que o relator Senador Romero Jucá localizou o processado que estava extraviado, Sr. Presidente, já estamos prestes a encerrar esse semestre de trabalho e ainda não conseguimos a apreciar o ofício S nº 12 que é do ano de 2003. Eu já tenho assinatura, Sr. Presidente, o suficiente, para dentro de um entendimento, requerer ao plenário do Senado que esta matéria seja incluída na ordem do dia uma vez que o parecer não foi oferecido no prazo regimental nesta Comissão desde 2003.

Então eu apelo à V.Exª para que na próxima reunião desta Comissão, seja incluído em pauta para que nós possamos discussão ir e votar um dos assuntos que afligem em o nosso Estado, o estado de Rondônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria seguir primeiro Senador Expedito, de fato foi exatamente isso que aconteceu, V.Exª pediu para que esse projeto fosse desarquivado, nós tivemos dificuldade de encontrar o processado, foi reconstituir todo o processo. O Senador Romero Jucá era o relator, é o relator, está pautado para próxima sessão, estará incluido na pauta e obrigatoriamente virá a Comissão de Assuntos Econômicos na próxima terça-feira.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, obrigado, e outro assunto que eu gostaria de tratar é que eu pediria a inversão de pauta a pedido aqui do Senador Dornelles que quer aproveitar ainda o quorum da nossa Comissão, ele gostaria que relatasse aqui ad hoc o item 2 da pauta. Ela é terminativa, nós temos número para votar, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não temos ainda. Então vamos deixar.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Então vamos aguardar um pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para votar primeiro os não terminativos para não prejudicar o andamento da Comissão. Então nós iríamos agora para o item 7 da pauta. Senadora Serys Slhessarenko, projeto de autoria do Senador Geraldo Mesquita, V.Exª é a relatora da matéria. O projeto acrescenta o artigo a lei 10.260 de 2 de julho de 2001 que dispõe sobre o fundo de financiamento aos estudantes de ensino superior e das outras providências. O parecer é pela aprovação do projeto com a emenda 1 que apresenta. A matéria ainda irá para Comissão de educação. Pois não senadora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Nós estamos pedindo a retirada de pauta desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. solicita a retirada de pauta, está atendida. Voltaremos posteriormente à matéria.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos para o item 16 então que é a programação monetária, é um tema importante para a Comissão. Nós já tivemos audiência com o presidente do banco central e, portanto podemos votar porque o combinado era que antes da votação, iríamos sempre fazer a audiência pública. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): V.Exª não tinha concedido a antecipação dos itens do item 17 ao Senador Flávio Arns, 18 aliás, ao Senador Flávio Arns?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, foi solicitado retirar de pauta.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ah sim, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele pediu mais tempo para a mandioca e nós evidentemente concedemos. Senador. Estudar a mandioca no pão. Senadora Ideli Salvatti com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): De forma muito justa poder contribuir com os nossos produtores de farinha de mandioca que são normalmente agricultores familiares. Mas, Sr. Presidente, apenas a questão do item 16, o senhor vai colocar em pauta, só que o relator da matéria é o Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas como V.Exª é sempre muito (tumulto de vozes) acompanha com muita competência o parecer. V.Exª está nomeada devidamente relatora da matéria.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então eu vou pedir para a assessoria que me...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Projeto da Presidência da República encaminhada ao Senado Federal nos termos do artigo do § 1° do artigo 6 da lei 9069 de 29 de junho de 1995, a programação monetária para o segundo trimestre para o ano de 2007, e esse é o tema que nós só votamos depois da argüição do Presidente do Banco Central que nós já a fizemos. Portanto o parecer, a nobre senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o relator Senador Romero Jucá, ele no seu relator, inclusive, transcreve a própria audiência pública toda a exposição feita pelo Presidente do Banco Central e concluiu para nós termos uma economia processual, ele concluiu pela aprovação da programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2007. Como a audiência pública já foi feita, a Comissão está plenamente satisfeita com relação aos questionamentos ou qualquer dificuldade no entendimento do que foi a programação monetária dessa segundo trimestre. Portanto nosso parecer ad hoc em nome do Senador Romero Jucá é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não havendo quem queira discutir a matéria, o parecer oferecido pela nobre Senadora Ideli Salvatti, vamos colocar em votação, a programação monetária para o segundo trimestre para o ano de 2007 a Presidência da República, os Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado. Nos termos do PDS que foi apresentado.

Nós não temos mais nenhum projeto não terminativo. Eu proporia como o Senador Delcídio é a segunda sessão que ele não comparece, nós poderíamos votar o item 14 também, projeto do Senador Eduardo Azeredo. Ele pediu para adiar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele pediu para adiar

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O relator pediu para adiar, nós vamos deixar então para a próxima sessão. Assim sendo nós não temos mais nada a tratar. Está encerrada a audiência. Agradeço a presença de todos.

Sessão encerrada às 11h08.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2007, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES N° 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia dez de julho do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Sibá Machado, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Garibaldi Alves

Filho, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, Jonas Pinheiro, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, João Tenório, Osmar dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Fernando Collor, João Vicente Claudino, Romero Jucá, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Kátia Abreu e Raimundo Colombo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Aviso nº 19/07 (nº 242, na origem), de 26 de junho de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de maio de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de Ofício Circular. Em seguida, a Presidência passa à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, não terminativo, que "altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e dá outras providências", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Pareceres favoráveis ao Projeto com Emendas. A apreciação da Matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2007, Complementar, não terminativo, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (altera dispositivos referentes a tributação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Supersimples)", de autoria do Deputado José Pimentel, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana. A apreciação da Matéria é adiada a pedido do Relator; Item 03-Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006, não terminativo, que "estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências", de autoria do Deputado Francisco Rodrigues, tendo como Relator o Senador Sibá Machado, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Sibá Machado, usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores Flexa Ribeiro e Jefferson Péres, que solicitam Vista. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2007, terminativo, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física", de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que "altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pelo arquivamento da Matéria. Em 15/05/07, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2003, terminativo, que "altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre a incorporação do adicional de insalubridade ou periculosidade no salário do empregado", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Após a leitura do Relatório e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por dezessete votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2007, não terminativo, que "altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para prorrogar os incentivos fiscais de redução e restabelecer os de isenção relativos ao imposto sobre a renda de pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado em setores econômicos considerados prioritários para o desenvolvimento regional, e dá outras providências", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer

favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. O Presidente da Comissão designa o Senador Edison Lobão Relator Ad Hoc. Após a leitura do Relatório, é concedida Vista ao Senador Valdir Raupp nos termos regimentais; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem", de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2005, Complementar, não terminativo, que "altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para admitir a conservação dos livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal em meio eletrônico que não permita regravação", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2006, terminativo, que "dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento e sobre a cobrança de tarifas nessas operações", de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05 que apresenta. Após a leitura do Relatório, o Presidente concede Vista ao Senador Flexa Ribeiro nos termos regimentais; Item 11-Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2005, não terminativo, que "altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas", de autoria do Deputado Moacir Micheletto, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com Parecer pela rejeição do Projeto. Após a leitura do Relatório e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2005, terminativo, que "exclui as pessoas jurídicas que se dediquem à corretagem de imóveis da vedação à adesão ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES)", de autoria do Senador Leonel Pavan, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. Após e leitura do Relatório, o Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2004, terminativo, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para fixar a data de vencimento das quotas de imposto de renda das pessoas físicas no quinto dia útil de cada mês subseqüente ao de competência", de autoria do Senador José Maranhão, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Após a leitura do Relatório, a Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 01-CAE apresentada por dezessete votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 14-Ofício "S" nº 12, de 2003, não terminativo, que "submete à apreciação do Senado Federal o termo Aditivo de Re-ratificação do Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de ativos celebrados em 12 de fevereiro de 1998, entre a União, o Estado de Rondônia, o Banco do Estado de Rondônia S/A - BERON, e a Rondônia Crédito Imobiliário S/A - RONDONPOUP, com a interveniência do Banco do Brasil S/A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1654, de 15 de abril de 2003, para as ressalvas legais necessárias em sua Resolução autorizativa, conforme as Notas Técnicas nº 058 e nº 065, de 08 e 12 de fevereiro de 1999, respectivamente e a Exposição de Motivos s/nº de 03 de abril de 2003, da liquidante do Banco do Estado de Rondônia S/A – BERON", de autoria do Governador do Estado de Rondônia, tendo como Relator o Senador Romero Jucá. A apreciação da Matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2004, terminativo, que "dispõe sobre o emprego de rendimentos auferidos das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias da competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das transferências obrigatórias da União para os entes federados, bem assim dos Estados para os Municípios", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Arthur Virgílio Relator Ad Hoc. Após a leitura do Relatório, é concedida Vista ao Senador Edison Lobão nos termos regimentais; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2004, terminativo, que "altera dispositivo da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 (Beneficia

pela compensação financeira os Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétrica)", de autoria do Senador Tião Viana, tendo como relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com Parecer pela rejeição do Projeto. Em 29/05/07 foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 05/06/07 foi apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Flexa Ribeiro, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Aloizio Mercadante,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária.

Antes no iniciar os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que essa Comissão recebeu o seguinte documento do seu conhecimento. Aviso nº. 19/2007, 242 na origem de 26 de junho de 2007 do Ministério da Fazenda encaminhando em cumprimento com o art. 41 da Resolução do Senado Federal, número 43/01 relatório contendo as características da operação de créditos analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de maio de 2007, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e Distrito Federal, e a relação entre a dívida consolidada líquida e a Receita corrente líquida dos municípios. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Nós vamos deixar o Item 1 para ser discutido logo a seguir, a pedido do Relator que quer entregar o relatório por escrito. Inclusive, nós temos vários pedidos também de Audiência Pública e discutiremos a matéria logo a seguir.

Vamos para o Item 2 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 42/2007, complementar não terminativo. Altera a Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, altera dispositivos referentes à tributação de micro empresa, empresa de pequeno porte Super Simples, autoria da Câmara, Relatoria Senador Adelmir Santana que está com a palavra.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Presidente eu solicitaria a retirada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Adelmir Santana, ele está solicitando, o próprio Relator, a retirada de pauta do projeto.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Me permite, Sr. Presidente, desde ontem nós estamos em entendimento com o pessoal do CONFAZ, o Secretário de Fazenda e ainda hoje pela manhã tivemos uma nova reunião com os Secretários de Fazenda e ainda não fizemos os entendimentos finais. Então conversei com a liderança do governo, e também com outros componentes, desculpe Senador. Como não houve entendimento eu queria, pelo menos por enquanto uma inversão de pauta para ver se até o final da nossa reunião a gente encontra um caminho. E provavelmente se não encontrarmos vamos solicitar a retirada de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria fazer uma outra proposta. Eu acho melhor a gente retirar de pauta e sentar para negociar, porque eu recebi o telefonema de vários governadores preocupadíssimos com essa matéria. Alguns estimam perdas do Ceará 90 milhões de reais por mês. O Pernambuco acabou de me ligar o Senador Eduardo Campos estimando em 120 milhões de reais/ano. O Governador Eduardo... O Governador Eduardo Campos, o Governador Blairo Maggi também estima uma perda de 40 milhões é basicamente a questão da antecipação do ICMS. Senador Tasso Jereissati.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Se me permite só concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): A questão que está em discussão e está criando problema é a letra G do art. 13, porque na tarde como está redigido não permite a cobrança da antecipação. Mas o entendimento do legislador na Câmara é a permissão dessa cobrança de equalização de alíquotas. Mas alguns Estados cobram além da equalização de alíquota um valor agregado, o que estamos trabalhando é retirar o valor agregado e permitir a cobrança da equalização de alíquota para evitar que os Estados fiquem vulneráveis apenas a receber mercadorias de outros Estados produtores. Agora, se fizéssemos isso, apenas acrescentando uma ou outra palavra já estivemos na direção da Mesa o projeto volta a Câmara aí se torna inviável todos os outros assuntos relativos ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quebro dar um encaminhar para esse projeto que é o mesmo tipo de dificuldade que nós vamos ter no Item 2, a minha proposta nós retirarmos de pauta e tentarmos uma negociação com a presença dos Senadores que estão diretamente interessado na matéria, particularmente o Senador Tasso Jereissati, o Senador Flexa Ribeiro e outros Senadores, Cícero Lucena, Sibá Machado, Senador Jayme Campos, todos preocupados com esse tema. Eu proporia que nós fizéssemos uma reunião hoje à tarde, pode ser no meu gabinete, com o Relator, os Senadores interessados. Vamos sentar e vê se a gente consegue construir uma alternativa, se nós construirmos uma alternativa nós faremos uma Sessão amanhã Extraordinária da CAE para votar o projeto às 14 horas. Amanhã por causa do Plenário à tarde para a gente tentar ver se é possível, se não houver entendimento evidentemente isso ficará para depois do recesso Parlamentar. Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, eu gostaria também de corroborar nessa sua intenção apenas colocando que não me parece fácil que isso seja resolvido em 24 horas. Eu, além do Governador do Ceará o Senador Delcidio Amaral acaba de me ligar, porque está preso no aeroporto, preso pelo mal tempo, a essa altura a gente precisa falar, preso pelo mal tempo no Aeroporto de Campo Grande, mas muito preocupado com as repercussões que vai ter no Estado do Mato Grosso do Sul, a Governadora Ieda me ligou, vários Governadores entraram em contacto e me parece e alguns por motivos diferentes, seria interessante que nós pudéssemos talvez fazer uma discussão envolvendo os Secretários de Fazenda desses Estados para que nós possamos entender melhor as repercussões que isso pode ter nos diferentes Estados brasileiros, por isso eu acho que é uma matéria como tem repercussão financeira relevante nos Estados talvez seja necessário que seja discutido com um pouco mais de cautela essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Aloízio Mercadante, na mesma linha, a Governadora Ana Júlia através do Secretário da Fazenda, o José Raimundo Trindade, ele inclusive estava reunido no hotel, eu não sei se o Senador Adelmir estava junto nessa reunião, Senador, tentando chegar a um acordo com relação a essa cobrança da antecipação, então é um projeto polêmico, os Estados todos, os governadores todos estão preocupados com a queda na Receita em função, somente, desta questão da proibição da antecipação na barreira. Eu acho que nós deveríamos discutir mais a matéria. O Senador Adelmir deu um dado agora que qualquer alteração o projeto pode voltar à Câmara, mas isso não pode impedir de se defender os interesses que podem inviabilizar os Estados, pelo menos os Estados de menor potencial econômico. Eu pediria também que fosse retirado de pauta para que a gente pudesse discutir mais essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, fica evidente pelas manifestações, que o mínimo que se pode fazer é uma Audiência Pública com a presença de Secretários Estaduais de Fazenda, não é? Como está não pode ser aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Presidente, o Estado de Alagoas também manifesta-se por intermédio do seu Governador que me ligou hoje de manhã muito preocupado, é evidente que se busca cada vez mais desoneração da área produtiva, sobretudo da pequena e média empresa, mas da maneira que está proposto isso traz transtornos muito sérios para a economia dos Estados menores do nordeste, sobretudo aqueles mais pobres e eu concordo plenamente com a idéia que aqui circula de retirar de avaliação hoje para a próxima Sessão, obrigado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, eu acho que a proposta que V.Exª. faz é muito importante. Se nós tivermos um tempo hoje para conversar tirando as dúvidas e amanhã tendo a possibilidade de uma reunião extraordinária, inclusive, seria o bom senso que essa Comissão faz em matéria de tão importância. Também recebi já 3 telefonemas do Estado do Acre, certamente outros Senadores e Parlamentares também estão interessados no assunto e portanto rogo para que a gente saia daqui com esse entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria que os Secretários de Fazenda, os Governadores parassem de ligar nesse momento para não congestionar o sistema em Brasília. [risos] Pelo visto escapando bits de todas as partes. Jayme Campos com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também não é a preocupação só dos Senadores que representam os Estados que falaram, mas também de Mato Grosso especificamente... Até pela extensão territorial, o Mato Grosso

pelos primeiros dados e levantamentos que nós temos lá vai tomar um prejuízo algo parecido em torno de quase 100 milhões, não é 40, Sr. Presidente. Eu acho que nós temos que discutir com maior exaustão possível, chegamos a um denominador comum, caso contrário, 16 Estados se não me falha a memória da federação serão prejudicados. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito obrigado, senador Jayme Campos, Senador expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, Sr. Presidente nenhum Secretário me ligou, nem o Governador também, nós conversávamos isso ontem...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se V.Exª ligar o celular eles vão ligar imediatamente.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Não, está ligado. [risos] Nós já conversamos isso ontem lá no Estado, eu gostaria só de receber uma informação. Há alguma proposta na Comissão para se fazer uma Audiência Pública com os Secretários de Estado ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria sugerir o seguinte: Como essa é uma proposta que tem uma série de outros dispositivos que procuram aprimorar a Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa, e é uma expectativa muito grande, os pequenos e micro empresários do Brasil, eu sugiro que a gente tente fazer essa reunião de conciliação, a gente pode convidar alguns Secretários de Fazenda, o representante do CONFAZ para estarem presente, se nós chegarmos-me a um entendimento muito bem se não chegarmos fica adiado para o semestre que vem nós faremos aí, evidentemente a Audiência Pública necessária. Vamos fazer o esforço para ver se é possível o entendimento, caso não seja evidentemente protelaremos, mas o Senado eu acho que tantas vezes conseguiu construir uma saída mediada, vamos buscá-la.

Então, fica adiado por pedido Relator da matéria, e nós só convocaremos uma Sessão Extraordinária se houver entendimento sobre o assunto, caso contrário ficará para o próximo semestre e nós faremos a Audiência Pública para aprofundar a discussão, acordo?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Terá uma reunião hoje à tarde entre Secretários de Fazenda e--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Relator e os Senadores interessados, pode ser 15 horas, pode ser lá no nosso gabinete às 15 horas.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Combinado. Então está aceito a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos agora para o Item 3 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 115/2006 não terminativo, estabelece diretrizes e procedimentos para simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria rede nacional para simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, REDESIM, altera a Lei 8.934 de 18 de novembro de 94, revoga o dispositivo e o Decreto Lei 1.715 de 22 de novembro de 1979 e das Leis 7.711 de 22 de dezembro de 88. 8.036 de 11 de maio de 1990, 8.212 de 24 de julho de 1991 e 8.906 de 4 de junho 1994 dá outras providências. Autoria da Câmara dos Deputados, Relatoria Senador Sibá Machado, a matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania com o parecer favorável ao projeto. Com a palavra o Relator.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente. Srªs. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara de nº. 115/2006 de iniciativa do Deputado Francisco Rodrigues tem por finalidade estabelecer normas gerais de simplificação e integração do projeto de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos Estados do Distrito Federal e dos municípios. Lido em 30 de novembro de 2006 o projeto foi encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, CCJ e a Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE, na CCJ onde foram examinados os aspectos de constitucionalidade, jurisdicidade, regimentalidade e técnica legislativa o projeto recebeu o parecer favorável, e não foram apresentadas Emendas no âmbito da CAE. Da análise, os aspectos relativos à constitucionalidade, jurisdicidade e regimentalidade e técnica legislativas já foram apreciadas no âmbito da CCJ razão pela qual compete a CAE para anunciar-se exclusivamente acerca do método da proposição. Quanto ao mérito concordamos integralmente com fundamentação do relatório apresentado pelo Senador João Ribeiro na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania desta Casa, cujos termos passamos a reiterar. Trata-se de projeto amplamente debatido pela sociedade e coerente com as conclusões do grupo de trabalho da desburocratização e da simplificação das relações do Estado com os cidadãos e a empresa criada em 2005 no âmbito do Senado Federal. Verificadas as práticas adotadas em outros países, e analisadas as dificuldades para abertura e fechamento de empresas no Brasil, parece-nos adequado apoiar o envio pelo Poder Executivo do anteprojeto de lei que estabelece diretrizes para a simplificação e integração do processo de registro e

legalização de empresários e de pessoas jurídicas e cria a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, a REDESIM. Esse anteprojeto amplamente debatido pela sociedade, contém medidas importantes para sanar as principais reivindicações da micro e pequenos empresários, em relação ao processo de abertura e fechamento de empresas, contempla, inclusive, muitos aspectos que integram o anteprojeto da lei geral da micro e pequena empresa de pequeno porte coordenado pelo Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas, o SEBRAE. Bem mais abrangente por envolver além do Estatuto da micro e da pequena empresa aspectos atinentes ao tratamento tributário favorecido a essas pessoas jurídicas, o Super Simples.

As principais inovações e propostas pelo projeto são:

Item 1, criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, REDESIM, com o objetivo de propor ações e normas a seus integrantes. A participação será obrigatória para órgãos federais e voluntária para órgãos de governos subnacionais;

2) maior integração entre os órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas com objetivo de evitar a duplicidade de exigências;

3) simplificação dos registros de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios;

4) emissão de Alvará de funcionamento provisória pelos Municípios, exceto nos casos de atividade que envolva alto risco de expor a população ou usuários a problemas de saúde ambientais ou de segurança;

5) alteração dos procedimentos de registro garantindo entre outros aperfeiçoamentos entrada única de dados cadastrais e de documentos;

6) eliminação de documentos e maiores facilidades para obtenção de informações sobre procedimentos em andamento de processos;

7) dispensa do visto de Advogado nos atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, o projeto é meritório e vem ao encontro da necessidade de que sejam envidados efetivos esforços no sentido da desburocratização como forma do proporcionar melhores condições de funcionamento para os empresários e para as pessoas jurídicas e por conseguintes gerar mais empregos e maior nível de renda. Essa medida se aprovada deverá sanar os principais entraves burocráticos que se interpõe aos empresários e as pessoas jurídicas em relação ao processo de abertura e fechamento de empresas.

Do voto, Sr. Presidente, em virtude do exposto o voto é favorável ao Projeto de Lei da Câmara de nº. 115/2006. Devo acrescentar ainda, Sr. Presidente, eu acho que esse é um esforço nacional que vem se fazendo ao longo dos últimos tempos para colocar o Brasil cada vez num ramo mais competitivo. O BANCO MUNDIAL vivia criticando e até com muita justiça a lentidão do processo de registro de empresas do Brasil, que chegava até 6 meses enquanto que tem países que leva alguns dias apenas. E nós precisamos alcançar um patamar dessa natureza. Então o projeto prevê que de 152 dias que era a média nacional para o registro de uma empresa cair para 15 dias e que nós levamos até 10 anos para poder haver o fechamento de uma empresa aqui porventura, por motivos diversos venha a falir, levava até 10 anos para poder ter o fechamento nós caímos para no máximo 1 ano.

Então eu quero dizer para V.Exª. que depois do Super Simples, da Super Receita, da Reforma Tributária que está se fazendo esse projeto vem a calhar no sentido da modernização da nossa economia e abertura de maior competitividade. Portanto o meu voto é favorável, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro com a palavra para discutir a matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu sou favorável ao projeto, acho que o projeto é da maior importância, mas eu tenho alguns ajustes a fazer eu pediria vista do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, eu iria pedir vista também, porque me admira esse projeto que é oriundo da Câmara e não do Executivo, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu disse oriundo da Câmara Deputado Francisco Rodrigues.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Pois é, esse projeto cria um órgão é uma rede e um comitê gestor, projeto de iniciativa privativa do Executivo, não sei como passou na CCJ. Eu tenho as minhas dúvidas quanto à constitucionalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): De qualquer forma como está solicitado a vista pelo Senador Flexa Ribeiro concedida também ao Senador Jefferson Peres, vistas coletivas da matéria. O Senador Arthur Virgílio ele não estava totalmente concentrado na Sessão pela presença sempre bem-vinda do Senador sernpre Senador Antero Paes de Barros, mas está atento e já pediu uma vista coletiva. Então vista coletiva, eu quero parabenizar o Senador

Sibá Machado pela agilidade e competência com que ofereceu o seu parecer, mas V.Exª. agora pode entrar em contato com os Senadores interessados, responder as dúvidas jurídicas e técnicas e aperfeiçoamento do projeto se for necessário. Nós colocaremos na próxima Sessão da Comissão em votação, Sessão Ordinária da Comissão. 6 da pauta.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu acho que estava conversando quando V.Exª. anunciou a respeito do Item 1. Ele foi adiado?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. Ele entrará na pauta assim que o Relator puder distribuir o seu relatório. Porque ele ainda não está pronto, não foi impresso. Mas há solicitações de Audiência Pública--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Podemos discutir Item 1.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu queria também fazer a solicitação de uma Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão de ordem. Era exatamente isso que eu queria pedir a V.Exª. Esse Item 1 existem vários requerimentos, inclusive um de minha autoria solicitando Audiência Pública, então vamos primeiro aprovar a Audiência Pública que não haverá a necessidade de fazer a leitura do parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria encaminhar de uma outra forma se for possível. Em vez de nós agendarmos Audiências Públicas nós poderíamos, os Senadores interessados na matéria, e as entidades que estão sendo sugeridas para negociação, nós patrocinarmos uma reunião entre as entidades, governos e Senadores para ver se nós construirmos um acordo de mérito nesse texto. Se houver acordo de mérito nós colocaremos em votação a matéria, não havendo aí é um direito regimental a demanda de audiência, mas não usar a audiência para nós discutirmos, vamos sentar já imediatamente os Senadores interessados, Senador Sérgio Guerra manifestou, o Senador Cícero Lucena, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Osmar Dias, o Senador Tasso Jereissati nós sentaríamos com o Relator... O Senador Eliseu Rezende, nós sentaríamos com o Relator o Eduardo Suplicy e faremos uma negociação. Se houver acordo, muito bem, não havendo acordo nós encaminharemos Audiência Pública.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu concordo com a proposta de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está ótimo. Então vamos encaminhar dessa forma e nós marcaremos com o Senador Suplicy o horário da reunião para tratar dessa matéria. Eu proporia, se possível ainda hoje 5 horas da tarde. É possível? Mais tarde, 18 horas? 18? Sim, 17 horas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sobre o projeto da Lei de Licitações hoje às 17 horas lá no meu gabinete, Senadores interessados já convido Senador Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Osmar Dias e Sérgio Guerra e Senador Eliseu Rezende às 17 horas para nós sentarmos e discutirmos o projeto. E convidaremos também as entidades que foram mencionadas aqui nas cartas convites para eventual Audiência Pública. 17 horas então sentaremos para discutir o projeto da Lei de Licitações.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, no Requerimento de Audiência Pública eu estaria convidando o Tribunal de Contas da União, seria importante que ele estivesse também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Poderemos convidá-los, sem nenhum problema.

Vamos agora dar continuidade ao Item 6, Projeto de Lei do Senado 194/2003 terminativo, altera dispositivo da CLT para dispor sobre a incorporação da adicional de insalubridade ou periculosidade no salário do empregado. Autoria Senador Paulo Paim, Relatoria Eliseu Rezende. O parecer é pela rejeição do projeto.

SENADOR ELISEU REZENDE (PFL-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, em análise o Projeto de Lei do Senado 194/2003 de autoria do eminente Senador Paulo Paim que pretende alterar a CLT para dispor sobre a incorporação do adicional de insalubridade ou de periculosidade no salário do empregado. Não foram apresentadas Emendas ao projeto, até a presente data perante esta Comissão.

Quanto ao mérito a incorporação dos citados adicionais aos vencimentos não nos parece adequada aos objetivos pretendidos, por outro lado à incorporação progressiva dos referidos adicionais atuaria na contramão do bem maior a ser tutelado pois a manutenção da condição precária de saúde e segurança do trabalho é que assegura maiores rendimentos ao trabalhador. A

eliminação de condições de insalubridade ou periculosidade implica na suspensão do pagamento do valor adicional. Essa incorporação pretendida pelo Projeto de Lei do Senador Paulo Paim geraria ainda grave distorções salariais dentro da empresa com empregados que receberiam esse acréscimo em decorrência de um passado de trabalho sob risco ou em condições insalubres, enquanto outros trabalhadores, no exercício da mesma função teriam menor remuneração. Nestas circunstâncias, parcelas significativas de empregados ficaria insatisfeita por não ter sido exposta a riscos. E, portanto, sem a percepção do respectivo adicional e os empregadores, por outro lado, ficariam tentados a substituir mais rapidamente antigos trabalhadores por novos com remuneração isenta de incorporações.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eliseu Rezende... Eu só solicitaria a atenção de todos para a importância do parecer.

SENADOR ELISEU REZENDE (PFL-MG): Nessa circunstância parcela significativas de empregados ficaria insatisfeita por não ter sido exposta a risco. E, portanto, sem o perfeito do respectivo adicional e os empregadores ficariam tentados a substituir mais rapidamente antigos trabalhadores por novos com remuneração isenta de incorporações. Tal medida, embora se admita que sugerida com grande espírito público pelo Senador Paulo Paim, advoga contra muitos princípios importantes, dentre eles a manutenção do próprio emprego do trabalhador, além de dificultar a gestão de Recursos Humanos no âmbito das organizações, meu voto, Sr. Presidente, por todas essas razões. Opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado de nº. 194/2003.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Parecer oferecido o voto é pela rejeição, alguns Senador deseja discutir a matéria? Não havendo quem queira discutir vamos direto diretamente a votação. É terminativo, voto é nominal. Senador Eduardo Suplicy como vota.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ao Relator sim. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Neuto de Conto, como vota? Com o Relator. Senador Eliseu Rezende voto conhecido, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator. Senador Cícero Lucena. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Tasso Jereissati? Com o Relator. Senador Osmar Dias com o Relator. Senador, vamos aos suplentes, Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator. Um voto molhado, ali. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator. Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio. Só um suplente que vota. Foi aprovado por unanimidade o parecer, rejeitado o projeto.

Item 7 da pauta, nós vamos nomear um Senador ad hoc, porque já foram duas Sessões com ausência do Relator.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Presidente, pela ordem, eu estou presente e não fui chamado para a votação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Desculpe Senador Edison Lobão, foi erro da Mesa. É que V.Exª. tem tanto prestígio nessa Casa que a Mesa fez um destaque especial aqui na sua atenção e peço, Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): É que eu não gostaria de deixar de apoiar o parecer do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E com esse voto está mais abrilhantado ainda o parecer do Relator. Algum Senador não ofereceu o seu voto? Não, todos ofereceram, está aprovado o parecer pela rejeição do projeto.

Vamos ao Item 7 em homenagem ao Senador Edison Lobão, pelo competente voto, sempre competente presença nessa Comissão. Eu indico como Relator ad hoc do projeto de autoria do Líder Senador Artur Virgílio, Item 7 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº. 43/2007 não terminativo, altera o art. 1º da Medida Provisória números 2.199, 14 de 24 de agosto de 2001 para prorrogar os incentivos fiscais de redução e estabelecer de isenção relativos ao Imposto de Renda pessoa jurídica que tem o projeto aprovado em setores econômicos considerados prioritários para o desenvolvimento regional e dá outras providências. O parecer é favorável ao projeto com as Emendas 1, 2, 3, 4 que apresenta. A matéria será apreciada posteriormente na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo por decisão terminativa. Com a palavra o Relator, o Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, é Relator dessa projeto Senador João Vicente Claudino, eu aqui faço papel de Relator ad hoc, portanto, indicado por V.Exª. Em resumo o projeto contempla 6 iniciativas de alteração da Medida Provisória nº. 2199/2001.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Edison Lobão... Eu queria pedir só especialmente aos convidados o silêncio necessário aos nossos trabalhos.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): O projeto em resumo contempla 6 iniciativas de alteração da Medida Provisória 2.199.

1) mantém o incentivo fiscal relativo à redução de 75%;

2) mantém o prazo de 10 anos para a fruição do incentivo fiscal;

3) inova em relação ao início da a fruição que o PLS seria a partir do ano em que entrar em operação;

4) transfere ao Ministério da Integração Nacional para o Conselho de Administração da Suframa, atribuição de considerar um projeto como prioritário para o desenvolvimento regional do Parágrafo 3º do Artigo 1º;

5) propõe a substituição do laudo emitido pelo Ministério da Integração Nacional, pelo laudo de operação emitido pela Suframa;

E 7) no novo § 11 do art. 1º dispõe sobre o encaminhamento da Secretaria da Receita Federal do laudo de operação mediante o Requerimento.

Sr. Presidente, o parecer, portanto, é favorável pela aprovação do projeto com as Emendas que propõe. É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Parecer favorável com as Emendas que ofereceu o Relator, para discutir a matéria. Não havendo quem queira discutir o autor deseja discuti-la, Senador Arthur Virgílio com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o objetivo é--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O Item 7 da pauta, acho que o Relator poderá até fazer o seu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Já foi oferecido o relatório pelo Senador Edison Lobão, estamos discutindo a matéria.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Ah, estão discutindo? Eu gostaria de pedir vista para analisar melhor o projeto, tá?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio, deixaremos a discussão da matéria para a próxima Sessão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exª. pode entrar em contato com o autor Valdir Raupp que é o Arthur Virgílio.

Item 8 da pauta, Projeto de Lei nº. 138/2003. Não estando presente o autor, desculpe, o Relator por motivo de força maior nós adiaremos, porque é a primeira ausência. Então na Sessão seguinte não estando presente nós votaremos o projeto.

Item 9, Projeto de Lei do Senado nº. 9/2005 complementar não terminativo, altera a Lei nº. 5.172/25 de outubro de 66, Código Tributário Nacional, para admitir a conservação dos livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, em meio eletrônico que não permita regravação. Autoria Senador Edison Lobão. Relatoria Senador Francisco Dornelles que não está presente.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, o Senador Francisco Dornelles não está presente, mas creio que esse projeto não já não está pela primeira vez na pauta, então poderia ser indicado também um Relator ad hoc.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós temos um prazo de 2 Sessões, e nós vamos entrar em contato com o Senador Fran-

cisco Dornelles e pedir então a consideração dele para votarmos ainda hoje com a ausência dele. É o Item 9. Mas nós vamos voltar a esse Item logo a seguir.

Vamos para o Item 10. Dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento sobre a cobrança de tarifas nessas operações. Autor Senador Valdir Raupp, Relator Senador Garibaldi Alves Filho que também não está presente, nós teremos que aguardar mais uma Sessão, Senador Valdir Raupp, 10.

Vamos agora para o Item 11, altera Projeto de Lei da Câmara nº. 48/2005 não terminativo, altera a Lei nº. 4.829 de 5 de novembro de 65, acrescentando o dispositivo sobre a concessão de financiamento para aquisição de tratores, colhedeiras, máquinas de implementos e equipamentos agrícolas. Autoria Deputado Moacir Micheletto, Relatoria Senador Jonas Pinheiro. O parecer é pela rejeição, com a palavra o Relator.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores este projeto já foi analisado na Comissão de Agricultura dessa Casa aonde recebeu o parecer pela rejeição e com argumentos simples. Hoje, o recurso disponível, Sr. Presidente, para financiamento de máquina e equipamentos agrícola até para sua recuperação a disponibilidade é maior do que demanda para esse recurso. Além disso, nós temos recurso do BNDES, nós temos recurso de fundos constitucionais, FNE, FCO, FNO, nós temos recursos do PRONAF que atende esta linha de crédito, e quando impõe aqui que 10% de todo o crédito rural, seria destinado para compra de máquinas, nós vamos engessar 10% de um recurso que podia estar servindo para custeio ou para a comercialização de produto agrícola.

Com esse parecer, Sr. Presidente, eu também faço opção pela rejeição uma vez que, apesar de ter necessidade da aprovação desse projeto quando o ilustre Deputado Moacir Micheletto o apresentou, hoje ele já é inoportuno. Daí a minha opção pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O parecer sempre indispensável em matéria de política agrícola do Senado Federal, o Senador Jonas Pinheiro dá o parecer contrário ao projeto por considerar que ele engessa o financiamento da agricultura ao estabelecer 10% obrigatoriamente para compra de máquinas e equipamentos agrícolas. Algum Senador para discutir a matéria? Não havendo vamos votar, é não terminativo. Senadores são favoráveis ao parecer do Senador Jonas Pinheiro permaneçam como se encontram: Aprovado e, portanto, o projeto foi rejeitado.

Próximo projeto Item 12 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 388/2005 terminativo, exclui as pessoas jurídicas que se dediquem à corretagem de imóveis da vedação de adesão do Sistema Simples, da vedação adesão ao Sistema Simples. Autoria Senador Leonel Pavan autoria Senador Antônio Carlos Valadares. O parecer é pela rejeição da matéria. Senador Valadares com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O Projeto de Lei do Senado nº. 388/2005, ora submetida a esta Comissão de Assuntos Econômicos para a decisão terminativa é composto de 3 artigos: Ele propõe permitir as pessoas jurídicas dedicadas à corretagem de imóveis adesão do sistema integrado de pagamento de impostos e contribuição das microempresas e empresas de pequeno porte. A proposta é justificada pela necessidade de corrigir equívoco imposto pela Lei do Simples Federal, que segundo o autor obriga a boa parte dos profissionais da área atuar na informalidade em razão das grandes dificuldades que enfrenta para exercício de sua atividade. Não foram apresentadas Emendas. O Regimento interno do Senado Federal, no art. 99, incisos IV e VII atribui competência à CAE para opinar sobre proposições relativas a tributos e outros assuntos relacionados. Sendo a proposição relativa à matéria inserida no âmbito das atribuições desta Comissão, por ser de autoria de Senador, a decisão terá caráter terminativo. A iniciativa do Parlamentar para a propositura encontra guarida nos art. 48 Inciso I e LXI da Constituição Federal. O tratamento jurídico tributário favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte é previsto nos artigos 170 Inciso IX e CLXXIX da Constituição Federal. Quanto a técnica legislativa entendemos que o instrumento legislativo escolhido é inadequado, visto que o art. 146 inciso III item D, incluído pela Emenda Constitucional nº. 42 de 19 de dezembro de 2003, prevê Lei Complementar para tratamento de matéria dessa natureza.

No mérito embora a vedação à adesão ao regime simplificado de determinado segmento como dos corretores de imóveis possa ser considerada discriminatória, não há como excepcionar somente essa categoria das vedações à adesão ao sistema simplificado. Muitas outras categorias igualmente importantes enfrentam dificuldades, pelo menos de mesma magnitude que as vividas pelos corretores de imóveis. Aqueça-se a isso o fato de que o projeto perdeu a sua atualidade, a lei 9.317 de 5 de dezembro de 1996 objeto da presente proposta será revogada pelo art. 89 da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, novo Estatuto Nacional da Micro Empresa da Empresa de Pequeno Porte, a partir de 1º de julho de 2007 data em que en-

trará em vigor o Simples Nacional, já está em vigor o Simples Nacional.

Então o voto, Sr. Presidente, ante o exposto, é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº. 388/2005. O projeto é da autoria do ex-Senador Leonel Pavan.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Como está contemplado na Lei Geral da Micro e pequena Empresa, o Relator está propondo a rejeição do projeto. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Peço vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Solicitado vistas pelo Senador Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio.

Item 13 da pauta, Projeto de Lei do Senado 2010, 2004 terminativo. Altera a Lei 9.250 de 26 de dezembro de 95, para fixar a data de vencimento das cotas do Imposto de Renda das pessoas físicas no quinto dia útil de cada mês subseqüente ao da competência, autoria do Senador José Maranhão, a Relatoria do Senador Arthur Virgílio, parecer é favorável ao projeto com Emenda nº. 1 que apresenta, e quero lembrar que a votação é terminativa, Senador Arthur Virgílio com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, do relatório. Vem a exame terminativo desta Comissão nos termos do art. 91 Inciso I de 99 incisos I e IV do regimento interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado PLS nº. 210/2004 de autoria do nobre Senador José Maranhão de Ementa em epígrafe anteriormente relatado pelo Senador Demóstenes Torres e pela Senadora Ana Júlia Carepa.

O projeto composto por dois artigos modifica os arts. 13 e 14 da Lei 9.250 e 26 de dezembro de 95 que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas e dá outras providências a fim de estabelecer prazo para pagamento do saldo do imposto devido até o quinto dia útil. Primeiro: Do mês seguinte ao fixado para entrega da declaração de rendimentos quando se tratar de cota única ou da primeira cota mensal. Segundo: Dos meses subseqüentes quando se tratar das demais cotas. A proposta determina que tanto a parcela única quanto a primeira competem ao próprio mês de entrega da declaração. As demais parcelas competem aos meses sucessivos. As cotas subseqüentes à primeira são acrescida de juros equivalentes a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, a Selic, para títulos federais acumulada mensalmente calculados a partir da data final prevista para a entrega da declaração de rendimentos até o mês anterior ao de competência e de 1% no mês de competência, o inciso V acrescentado ao art. 14 faculta ao servidor público titular de cargo efetivo a consignação das cotas em folha de pagamento, compatibilizando sua liquidação com a data de efetivo recebimento da remuneração do respectivo mês de competência. O art. 2º prevê a vigência da lei em que se converteram o projeto do dia primeiro de janeiro do ano subseqüente da sua publicação. Como justificativa para o projeto o autor argumenta que a mudança nele contida visa adequar o vencimento da obrigação tributária dos trabalhadores a praxe de recebimento dos seus rendimentos. O que viria adequar a matéria ao princípio da moralidade, que segundo o art. 37 da Constituição Federal deve reger a Administração Pública. Lembra o nobre proponente que o Imposto de Renda das pessoas físicas, incide sobre a renda de trabalhadores e funcionários públicos os quais devem honrar as cotas rigorosamente até o último dia do respectivo mês de competência sob pena de mora. Observa que a legislação trabalhista CLT art. 459 Parágrafo Único permite que o pagamento dos salários seja feito até o quinto dia útil do mês seguinte e mais, o Governo Federal por força da Medida Provisória 2.165-36 de 2001 efetivo o pagamento dos seus servidores civis e militares ativos e inativos até o segundo dia útil do mês seguinte. Ademais, é comum o fato de governos estaduais e municipais atrasarem semanas e meses no pagamento dos seus servidores. Conclui, não foram apresentadas Emendas.

Da análise consideramos a iniciativa de proposição legítima, encontra respaldo nos art. 24 inciso I, 48 inciso I, 61 e 153 inciso III da Constituição Federal. No que pertine a adequação orçamentária e financeira aspectos da juricidade e *stricto sensu* constata-se o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000, já que os valores parcelados continuam corrigido por juros equivalentes a taxa Selic. A técnica legislativa, embora conforme os ditames da Lei Complementar nº. 5 de 26 de fevereiro de 98, pode ser aprimorada mediante desdobramento de alíneas do inciso III que sugerimos ao final. A relação da alínea a desdobrada deve adequar-se a clareza dos termos do art. 62 da Lei 9.430 de 27 de dezembro de 96, no mérito a proposta procura compatibilizar a data de pagamento das cotas do Imposto de Renda da pessoa física, com a data de recebimento de salários dos trabalhadores e servidores públicos. O prazo fixado coincide com a estabelecido pela consolidação das leis do trabalho. Decreto Lei 5.452 de primeiro de maio de 43, para pagamento de salário nos seguintes termos, art. 459: O pagamento do salário qualquer que seja a modalidade do trabalho não deve ser estipulado por período superior a um mês, salvo no que concerne a emissões, porcentagens de gratificações. § 1º, quando o pagamento houver sido estipulado por mês deverá

ser efetuado o mais tardar até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido, redação dada pela Lei 7.855 de 24 de outubro de 1989. Concordamos com a lógica da dilatação do prazo de pagamento de IRPF proposta, entendemos, contudo conveniente ampliar por mais 3 dias o termo final para o pagamento do tributo sem acréscimos, tendo em vista que há no 5 dias úteis de que trata o projeto está incluído, o sábado, conforme preceitua a Instrução Normativa n°. 1 de 7 de novembro de 1989 de Secretário de Relação do Trabalho, e B, o pagamento do salário pode ser meio de cheque que em regra aguarda 2 dias para a compensação a Emenda que apresentamos ao final, nesse sentido, visa aperfeiçoar a relação fisco/contribuinte tornando a mais equilibrada e justa, o projeto preconiza ainda que os servidores públicos possam autorizar a consignação em folha dos valores devidos ficando o prazo prorrogado se necessário até a efetiva data de recebimento da remuneração do mês de competência, a despeito da boa intenção subjacente a essa proposta parece-no que ela arranha o princípio da isonomia esculpido no inciso II do art. 150 da Constituição que proíbe a instituição de tratamento desigual entre os contribuintes que se encontrem em situação equivalente, no caso não se justifica a discriminação em favor do contribuinte servidor público pois a ocorrência de atraso do pagamento de salário se dá com igual ou maior intensidade no Setor Privado. O inciso V objeto de adiamento deve, pois, ser suprimido.

Finalmente o voto, Sr. Presidente. Diante do exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n°. 210/2004 com a seguinte Emenda: Emenda n°. 1 da CAE, dê-se aos artigos 13, 14 da Lei 9.250 de 26 de dezembro de 95 a que se refere o art. 1° do PLS 210 de 2004 a seguinte redação: Art. 3° Parágrafo Único: Quando positivo o saldo do imposto deverá ser pago até o oitavo dia útil do mês seguinte ao fixado para a entrega da declaração de rendimentos. Aí vem art. 14, inciso II a primeira cota compete ao próprio mês fixado para a entrega da declaração de rendimento e deverá ser paga até o oitavo dia útil do mês subseqüentes. Art. 2° as demais cotas: A) serão acrescidas de juros equivalentes a taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia, Selic para títulos federais acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subseqüente a data final prevista para a entrega intempestiva da declaração de rendimentos até o mês anterior, ao de competência e de 1% ao mês de competência, e B) vencerão no oitavo dia útil de cada mês subseqüente ao de competência, Sr. Presidente. Esse é o voto com a Emenda proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço o parecer, Senador Arthur Virgílio, quem queira discutir a matéria, não havendo vamos a votação. Consulto o Plenário se nós podemos fazer uma só votação para o projeto para a Emenda oferecida pelo parecer. Não havendo questionamentos nós faremos uma votação apenas para o texto do projeto e a Emenda oferecida pelo Relator, Senador Arthur Virgílio. Vamos a votação, Senador Eduardo Suplicy como vota.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator e a Emenda. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Neuto de Conto, como vota?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator e a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Edison Lobão. Senador Eliseu Rezende.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Ideli. Está ausente. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jonas Pinheiro. Senadora Rosalba. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio. Voto conhecido. Portanto, foi aprovado por unanimidade o parecer e a Emenda. Não, não vota. Vamos agora ao Item 14 da pauta.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, pela ordem, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu solicito a V.Exª que possamos votar ainda hoje o Item nº. 10 cujo autor do Projeto de Lei do Senado nº. 272 é o Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Fico muito satisfeito que V.Exa tenha chegado que é forma dessa Comissão prestigiar o nobre trabalhador competente Líder Valdir Raupp, vamos portanto ao Item 10 em deferência ao líder e V.Exª.

Projeto de Lei do Senado nº. 272/2006 terminativa, dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimo, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento e sob cobrança de tarifa nessas operações. Autoria Senador Valdir Raupp, Relatoria Garibaldi Alves Filho. É favorável ao projeto com a Emenda nº. 1, 2, 3, 4, 5 que apresenta. Com a palavra o Relator.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores vem a apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos [soa a campainha] em caráter terminativo o Projeto de Lei do Senado nº. 272/2006 de autoria do Senador Valdir Raupp. A proposição visa permitir a quitação antecipada de contrato de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento realizada por instituições financeiras e sociedade de arrendamento mercantil com empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, servidores públicos, aposentados ou pensionistas da União, mediante o recebimento de recursos transferidos por outra instituição financeira.

Sr. Presidente, inicialmente cabe ressaltar que a proposição não tem vícios de inconstitucionalidade, também está vazada na boa técnica legislativa e atende ao disposto na Lei Complementar nº. 95/1998.

Quanto ao mérito, entendo que o projeto nº. 272/2006 é uma medida complementar ao esforço de redução do spread bancário. Ou seja, a diferença entre a taxa de juros paga às instituições financeiras pelos tomadores de empréstimo e a taxa de juros paga pelas instituições financeiras de captação de recurso. Em setembro de 2006 o Conselho Monetário Nacional por intermédio da Resolução nº. 3.401 facilitou a portabilidade do crédito. Isso é a possibilidade do mesmo mutuário quitar antecipadamente uma operação de crédito com recurso de empréstimos obtidos em condições mais vantajosas de outra instituição financeira. Trata-se de instrumento de estímulo à competição bancária, e, portanto, tendente a reduzir os custos da intermediação financeira. Srs. Senadores, ocorre que os empréstimos com desconto em folha de pagamento, os chamados créditos consignados foram criados pela Lei 10.820 com as alterações feitas pela Lei 2.953 de 27 de setembro de 2004 e segundo entendimento do próprio governo, não foram alcançados pela portabilidade de crédito instituída pela Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº. 3.401/2006. Para que as medidas introduzidas pela citada resolução possam ser aplicadas a modalidade de crédito consignado faz-se necessário a edição de instrumento legal de mesma hierarquia. A presente proposição vem suprir essa necessidade na medida em que a data de modo preciso e pertinente as regras gerais do Conselho Monetário Nacional. Como contribuição ao trabalho do autor, o ilustre Senador Valdir Raupp apresenta as seguintes Emendas: Emenda nº. 1 substituindo no caput do art. 1º a expressão "instituição da espécie" por "instituição financeira" de modo a evitar uma interpretação mais restritiva do dispositivo. Emenda nº. 2 retirando do § 3º do art. 1º a menção ao BANCO CENTRAL do BRASIL. Emenda nº. 3 suprimindo o § 4º do art. 1º de modo a evitar qualquer alegação de inconstitucionalidade Emenda nº. 4 alterando a redação do § 2º do art. 1º de forma a melhor explicitar a vedação do repasse de custos para os mutuários. Emenda nº. 5: Suprimindo o § 2º ao art. 2º e renomeando o § 1º como Parágrafo Único.

Sr. Presidente, pelo exposto voto favoravelmente ao Projeto de Lei do Senador Valdir Raupp do nº. 272/2006, projeto altamente meritório, com as alterações introduzidas pelas seguintes Emendas. Emendas já comentadas, já lidas de modo que o nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço o parecer do Senador Garibaldi. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Peço vistas do processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Senador Flexa pediu vistas ao projeto e nós com essa troca de vistas não votaremos dois projetos, mas tenho certeza que os Senadores vão se entender para na próxima Sessão podermos votar com agilidade, Senador Valdir Raupp, isso aí é chumbo trocado de Comissão.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu quero crer que o Senador Flexa Ribeiro não esteja pedindo vistas, porque eu pedi vistas no projeto do Senador Arthur Virgílio. [risos] Mas vamos nos entender e vamos aprovar os dois projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu tenho certeza disso. Vamos agora ao Item 14 da pauta, submete... É não terminativo o Ofício S n°. 12/2003. Submete a apreciação do Senado Federal o tema aditivo de ratificação do contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos celebrados em 12 de fevereiro de 98 entre a União e o Estado de Rondônia. [soa a campainha] o Banco do Estado de Rondônia, BERON e a Rondônia Crédito Imobiliário S.A. RONDONPOUP com a interveniência do BANCO DO BRASIL. Nos termos do exposto a Medida Provisória 1.654 de 15 de abril de 2003 para as ressalvas legais necessárias em sua resolução autoriza conforme a nota técnica, 5.865 8 e 12 de fevereiro a sua resolução autorizativa e de 99 respectiva e a exposição de motivo n°. 3 de abril de 2003 do liquidante do Banco Estado de Rondônia, BERON autoria o Governo do Estado de Rondônia, Relatoria Senador Romero Jucá. Eu quero informar--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só um minutinho, Senador. Hoje é aniversário de Boa Vista e o Senador Romero Jucá está participando dos eventos comemorativos do seu Município político e nessas condições é a primeira Sessão em que ele está ausente. Com duas Sessões de ausência esse projeto irá à voto. Estando ou não o Relator presente. De qualquer forma não há o relatório oferecido não está presente o Relator. Com a palavra o Senador Expedito Júnior depois o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): O senhor já respondeu aqui a minha questão de ordem. Eu gostaria de fazer a pergunta a V.Exª, que o critério que o senhor tem usado aqui na Comissão em não estando presente o Relator em duas Sessões, em duas reuniões, na terceira nomearia um Relator ad hoc. A pergunta que eu lhe faço, Presidente, a pergunta que eu lhe faço na próxima reunião em o Senador Romero Jucá não apresentando o relatório, porque nós não conhecemos o voto do Senador Romero Jucá o senhor indicaria outro Relator? Porque ad hoc ele vai ler o Relator que já está pronto, que já está preparado pelo Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós nomearemos um novo Relator para oferecer imediatamente um parecer.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Está certo, Sr. Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Artur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Tem toda a simpatia pela causa de Rondônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só um pedido Senador Arthur Virgílio, por solicitação do Senador Suplicy Relator da matéria do projeto de licitações, a reunião para nós tratarmos desse projeto é as 15 horas no meu gabinete. 15 horas. E às 17 horas nós trataremos do projeto, não... estava marcado 17 horas, não é isso? 15 horas, Senador Suplicy o Item 1 da pauta e 17 horas o projeto do ICMS.

Então, 15 horas... 15 horas nós trataremos licitações públicas, 17 horas Super Simples. 15 horas licitações e 17 horas Super Simples. Peço que a Mesa informe todos os Senadores da Comissão. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu tenho toda simpatia--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): As duas...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, tenho toda simpatia pela causa defendida pelo Senador Expedito e pelo Estado de Rondônia, mas como se trata de matéria financeira eu não sei o que se faz, mas a minha idéia era pedir vistas para eu próprio poder me debruçar sobre a conveniência da matéria e quero conhecer o substitutivo a fundo apresentado pelo Senador Expedito Filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não foi apresentado ainda o parecer, mas de qualquer forma... O Relator não ofereceu o parecer.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O Senador Expedito poderia me mandar o seu substitutivo para que eu pudesse estudá-lo detidamente.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Nós temos conhecimento, já conversando com o Relator, que o parecer será encaminhado e o parecer vai ser contrário ao pleito do Governador Cassol. Então é lógico que eu vou apresentar um substitutivo e com certeza

mandarei para o ilustre Senador que defende também o Estado de Rondônia, o Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que quanto mais cedo V.Exª oferecer o substitutivo a Senadores da Comissão, inclusive a essa Mesa, distribuirá porque ajuda a antecipar a discussão de mérito posterior.

Então, se V.Exª quiser fazê-lo oficialmente nós encaminharemos a todos Senadores da Comissão.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Então eu vou fazer, Sr. Presidente, e vou encaminhar já a V.Exª. e já passar ao conhecimento de todos os Senadores dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está ótimo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois, não, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu vejo que V.Exª hoje presidiu uma reunião muito produtiva, muito... Cheia de matérias que foram decididas, outras que sofreram pedidos de vista precisamente, porque o debate ainda não havia esclarecido todas as mentes na Casa, na Comissão tão bem presidida por V.Exª agora eu já tinha falado a V.Exª, já havia falado a V.Exª em caráter particular eu queria aqui reiterar de público o pedido que eu julgo inadiável. Nós promovemos uma Sessão fora dessa coisa de Item 1, Item 4, Item 20. Eu gostaria muito de discutir e tenho posição diversa da de V.Exª discutir essa questão da manutenção das metas de inflação em 4,5% que eu julgo que causam danos, isso causa danos ao País em credibilidade, causa danos ao País estimulando a idéia de mais tolerância com a inflação. Isso já encarece a arrolagem de títulos brasileiros, ou seja, eu não quero adiantar argumentos nesse momento, mas eu quer dizer que eu considero inadiável que façamos isso do gesto de política econômica, e eu aqui já registrei diversos acertos que as equipes econômicas do governo adotaram, eu creio que essa talvez tenha sido o mais grave equívoco perpetrado pelo governo na gestão do atual Ministro Guido Mantega, o mais grave de todos e mais ainda... na medida em que o Presidente Henrique Meirelles tentou consertar, 4,5 para inglês ver, mas a meta verdadeira vai ser 4, estabeleceu-se uma confusão no mercado... Estabeleceu-se uma confusão no mercado que está fazendo o governo voltar a ter que explicar coisas que ele já tinha deixado de precisar explicar. Estamos nadando em mar de almirante do ponto de vista da liquidez internacional. As reformas paralisaram, nós não estamos fazendo reformas, o Brasil tem que em algum momento abrir espaço nessa Comissão de Assuntos Econômicos para discutirmos essas questões macro. Eu gostaria de propor, não sei se só entre nós ou até com a presença de pessoas que pensam pelos dois lados. Escolher um dia, pode não ser terça-feira, mas eu estou bastante aflito com o fato de nós aqui estarmos fingindo que não houve uma decisão grave que tem que ser justificada e que por mim é condenável do ponto de vista econômica. Eu queria discuti-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos, nós podemos depois ver como fazê-lo. Nós podemos talvez marcar uma discussão, um dia de discussão da Comissão de preferência fora do horário da reunião ordinária para não penalizar o andamento dos trabalhos legislativos, mas nós poderíamos combinar ainda hoje e marcaremos de comum acordo e convidaremos todos os Senadores. Talvez uma alternativa seja naquela hora antes de começarmos a Sessão. A gente faz das 9 às 10h30 poderíamos fazer um debate.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Agregar a discussão do câmbio, eu acho que vai na mesma.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Discute política monetária e cambial e podemos fazer essa discussão, eu acho uma excelente iniciativa do Senador Arthur Virgílio. u tenho certeza que vai gerar um grande interesse dos Senadores da Comissão. Nós marcaríamos das 9 às 10:30... Vamos marcar, porque nós estamos na dependência do recesso, se nós tivermos recesso a semana que vem nós não poderemos fazer, mas se não tiver o recesso nós poderemos fazer.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É começo de gosto mesmo não tem jeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Poderemos fazer na primeira semana de agosto para abrir os trabalhos legislativos da Comissão, Senador Suplicy com palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu pergunto qual é a... Porque como nós temos aqui tipo, regularmente a presença cada 3, 4 meses do Presidente Henrique Meirelles e dos diretores do BANCO CENTRAL, e normalmente nesses diálogos o assunto proposto pelo Senador Arthur Virgílio tem sido objeto de reflexão, eu pergunto se o Presidente Aloízio Mercadante tem, se V.Exª tem a previsão de qual o próximo diálogo que teremos, porque tipicamente nessa ocasião nós poderíamos fazer uma reflexão sobre isso. Agora, se, é claro que essa é uma decisão não apenas da direção do BANCO CENTRAL, mas também dos membros do Conselho Monetário Nacional que envolve também o Ministro da Fazenda e do Planejamento.

Então, quem sabe o Senador Arthur Virgílio esteja querendo um diálogo com o Conselho Monetário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós podemos fazer o debate na presença do Senador Henrique Meirelles ou um debate só da Comissão mesmo que eu acho que idéia original. Eu queria propor o seguinte, em vez de nós... para nós darmos prosseguimento a pauta, a minha sugestão, V.Exª poderia formalizar uma sugestão, o Senador Suplicy também está pensando nisso e nós conversaríamos ao longo do dia de hoje e marcaremos na primeira Sessão de abril.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): De abril não. Abril é muito tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): De agosto ou faremos uma Sessão, uma Audiência Pública com convidados ou faremos na argüição do Senador, do Presidente do BANCO CENTRAL, Ministro Henrique Meirelles ou faremos os Senadores na abertura da Comissão qualquer das alternativas a gente pode construir. Pois não Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu não sou favorável a fazermos isso na audiência que já vira habitual do Presidente Meirelles, porque eu vejo três pontos de vista aí a serem defendidos e criticados. O Ministro Guido Mantega merece críticas, a meu ver por ter confundido as bolas imaginando que mais inflação vai gerar mais crescimento está superado desde os anos 50. E o Presidente Meirelles, por ter tentado disfarçar uma derrota explicita que sofreu no Conselho Monetário Nacional. Tem que ter um terceiro lado. Ou seja, para mim seria uma Audiência Pública com a presença de representantes dos dois senão os dois, e com, pelo menos uma pessoa de cada, alguém que viesse justificar os 4,5, alguém que viesse justificar os 4 e nós todos, eu sugeriria quem sabe uma quinta-feira, algo assim, porque isso não vai ser resolvido em uma hora. Isso é conversa para muito tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então vamos fazer, eu acho melhor não fazer na Sessão Ordinária para não prejudicar os trabalhos, nós poderemos fazer numa quinta-feira, eu tenho que combinar com as outras Comissões para não ter sobreposição de audiências. Então está acordado, nós podemos fazer na primeira semana de agosto e vamos encontrar a forma. Próximo Item da pauta é o Item 15.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Só para esclarecer melhor, Sr. Presidente, ainda voltando sobre o Item 13 da pauta que nós acabamos de discutir, 14, perdão. Eu estou com o meu voto pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exª pode encaminhar a Mesa da Comissão.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Mesmo sem o parecer do Relator, sem conhecer o voto do Relator?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Isso é de... Se V.Exª tiver interesse, eu do ponto de vista do processo legislativo aguardaria o parecer do Relator.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Porque V.Exª vai fazer um voto em separado já está se adiantando a expectativa do voto. Mas era providente que V.Exª conhecesse os argumentos do Relator, a fundamentação do voto antes de iniciar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então V.Exª leva o voto até o Relator quem sabe ele muda de opinião.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Está certo. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que V.Exª poderia talvez apresentar o estudo de V.Exª sobre a matéria com subsídios para que os Senadores possam se familiarizar se julgar que há interesse.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eles têm conhecimento, eu já entreguei para ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estou falando para os demais Senadores, se V.Exª quiser encaminhar um estudo, um parecer técnico sobre a matéria para fundamentar os Senadores eu acho que V.Exª tem a liberdade de fazê-lo pode encaminhar a Mesa nós encaminharemos imediatamente a todos os Senadores da Comissão.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Está certo. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item 15 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº. 58/2004 terminativo. Dispõe sobre emprego de rendimentos auferidos das aplicações de mercado financeiro das receitas tributárias da competência dos Estados Unidos, Distrito Federal, municípios e das transparências obrigatórias da União para os entes federados bem, assim, dos Estados para os municípios. Senador Marcelo Crivella, Relatora Senadora Patrícia Saboya, parecer pela rejeição do projeto. A Senadora

não está presente, mas já fazem duas Sessões que esse projeto está na pauta sem a possibilidade de Relatoria, então estamos indicando o Senador Arthur Virgílio que está hoje altamente produtivo para a Relatoria da matéria. Ele está sempre muito produtivo, mas hoje altamente produtivo, índice de produtividade legislativa imbatível.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu só espero atingir a perfeição, ficar tão produtivo quanto V.Exª tem andado simpático.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Daqui pra frente vai ser um desfio imenso esse aumento de eficiência produtiva, V.Exª vai entrar no Guiness Book. Senador Arthur Virgílio com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Relatório, Sr. Presidente.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Um minutinho, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Eu suponho que o Senador Artur Virgílio haverá de emitir um parecer na linha da Relatora titular. Nesta hipótese eu pediria vista, então por economia processual talvez seja bom que eu logo peça vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Edison Lobão solicita vistas ao parecer.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Antes de lê-lo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. V.Exª poderia dar o voto conhecido para encaminhar o pedido de vista para nós podermos depois ter prosseguimento na próxima Sessão. V.Exª com essa intervenção reduziu significativamente o índice de produtividade do Senador Arthur Virgílio. Senador Arthur Virgílio com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se pedir vistas antes o meu índice cai. Aí não... Do relatório, Sr. Presidente, é submetido a decisão terminativa desta Comissão nos termos do art. 91 Inciso I do regimento interno do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado 58/2004 de autoria do Senador Marcelo Crivella. O projeto é composto de 2 artigos: O primeiro determina que sejam aplicados exclusivamente em ações e atividades nas áreas de saúde e educação, todos os rendimentos resultantes da aplicação financeira dos recursos oriundos, tanto da arrecadação de tributos dos Estados Distrito Federal e municípios quando das transferências obrigatórias da União para os demais entes federados, bem como dos Estados para os municípios. O Parágrafo Único desse artigo estabelece que os recursos aplicados na forma do art. 1º não poderão ser considerados para o cumprimento do limites constitucionais relativos à saúde e educação. O segundo artigo estabelece a vigência da lei a partir da data de sua publicação. Apresentação desse projeto apóia-se fundamentalmente na percepção de que os recursos públicos investidos em saúde e educação não tem sido suficientes para atender as demandas da sociedade por serviços nesses setores. Antes de... Agora vamos à análise, Sr. Presidente. Antes de proceder a avaliação do mérito juricidade e constitucionalidade do projeto cumpre nos apontar um equívoco na numeração de seus artigos, aparentemente durante a elaboração do Projeto de Lei o dispositivo correspondente ao art. 2º foi transformado em Parágrafo Único do art. 1º sem que se tenha tomado o cuidado de renumerar o artigo seguinte. Em respeito a técnica legislativa, é necessário efetuar a aludida remuneração, bem como alterar a referência ao art. 1º feita no seu Parágrafo Único para uma referência ao caput desse artigo. O projeto em exame insere novas vinculações de aplicação de receitas nos orçamentos nos Estados do Distrito Federal e dos municípios. Com isso traz em si a tendência de agravar ainda mais as dificuldades atualmente enfrentadas por esses governos na sua administração financeira. O próprio autor do projeto reconhece em sua justificação que "as fontes de recurso dos Estados do Distrito Federal e municípios são limitadas e poucas são as de caráter discricionário". Dessa forma, embora seja louvável a intenção de garantir a aplicação de mais recursos para atividade nas áreas de saúde e educação não se figura prudente introduzir maiores embaraços na gestão das finanças públicas, estaduais e municipais. O PLS 58/2004 não atende as disposições constitucionais, sobretudo no tocante a distribuição das competências legislativas entre os entes da federação, a Constituição Federal em seu art. 24 Inciso I estabelece a competência concorrente entre a União, os Estados e Distrito Federal para legislar sobre Direito Financeiro. A maneira como deve ser repartida essa competência concorrente é prescrita nos parágrafos desse artigo e o § 1º estatui que nesse âmbito a competência da União deve se restringir ao estabelecimento de normas gerais. O projeto claramente não atende a esses preceitos de generalidade vez que impõe encargos específicos aos Estados, Distrito Federal e municípios, ao passo que deixa a União livre de tais obrigações. O projeto também ofende o Pacto Federativo, porque os estabelecimentos de regras específicas para as finanças públicas, estaduais e municipais constituem uma limitação indevida a au-

tonomia administrativa dos Estados do Distrito Federal e dos municípios. O princípio de autonomia político administrativa dos entes federados encontra-se protegido no art. 18 da Carta Magna, o PLS 58/2004 não se mostra compatível ao determinado no inciso IV do art. 167 da Constituição que veda a vinculação da Receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, com a exceção de alguns casos expressamente mencionados no mesmo dispositivo. Como uma parcela dos recursos que o projeto vincula as despesas com saúde e educação, tem origem na aplicação financeira da Receita da arrecadação de impostos, pode se arrazoar que o emprego desses recursos também deve atender a aludida determinação constitucional.

Concluindo a análise quanto aos aspectos constitucionais do projeto devemos ressaltar que a Constituição Federal em seus art. 163 inciso I determina que a disposição sobre finanças públicas seja manifestada através de Lei Complementar. O PLS 58/2004 não está em conformidade com a disposição constitucional referida, pois se apresenta como Projeto de Lei ordinária ao mesmo tempo em que aborda assunto reservado ao gênero legislativo, Lei Complementar.

O voto, Sr. Presidente, frente ao exposto, manifestamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado n°. 58/2004, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Arthur Virgílio, e concedida vistas ao Senador Edison Lobão, o Item 16 da pauta, por ausência do Relator fica prejudicado. E eu queria só aproveitando a nossa avaliação sobre a produtividade oferecer o relatório geral das atividades da Comissão nesse semestre legislativo. A Subcomissão temporária de Regulamentação dos Macros Regulatórios fez 10 reuniões sendo 8 Audiências Públicas com a presença da ANEEL, PETROBRAS, BRASIL ECODIESEL, ÚNICA, ABEGAS, ANATEL, ABTA, CELL, TELCOMP, ABRAFIX, ANP, Shell, AIPET(F), ANA, CEIVAP, ANTT, ABRE, ABCR, ABTC, NTF, CNT, CNA, e ainda de representante da Casa Civil, Ministério de Minas e Energia e Ministério de Meio Ambiente.

A Subcomissão temporária de Reforma Tributária fez 7 reuniões sendo 6 Audiências Públicas com a presença de representantes do Ministério da Fazenda, CONFAZ, Conselho Monetário Nacional, da Secretário de Fazenda dos Estados de Amazonas, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraíba, do Município de São Paulo, Belo Horizonte, Teresina, e ainda do consultores legislativos e economistas do BNDES e da Unicamp e professor da FGV e coordenadora da FIPE, e Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais realizou duas audiência, duas reuniões e uma Audiência Pública com a presença do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

Quero parabenizar aí a Subcomissões pelo número de atividades. Nós tivemos 21 reuniões desta Comissão, aprovamos 7 projetos da Câmara, 24 projetos do Senado, 1 projeto de resolução do Senado, um projeto de resolução do Senado apresentado pela Comissão, um projeto de Decreto, dois projetos de Decreto Legislativos, dois Ofícios S; uma mensagem do Senado Federal de programação monetária, 3, na realidade, mensagens, 3 mensagens sobre empréstimos, 1 mensagem de indicação da CVM, 1 mensagem de indicação do BANCO CENTRAL, 3 avisos do Senado Federal, 1 Emenda de Plenário, 11 Emendas da Câmara dos Deputados, fizemos 5 Audiências Públicas, 5 reuniões técnicas, 32 requerimentos na Comissão. Total de proposições foram 80 proposições aprovadas. Proposições rejeitadas 10, proposições prejudicadas 2. Total de proposições foram 92 proposições aprovadas. Tivemos um trabalho bastante intenso, muito produtivo, espero que a gente continue assim após o recesso se nós o tivemos, caso contrário estaremos aqui de plantão. E nós vamos avaliar as negociações de hoje para verificar se há a possibilidade e condições política de convocar uma reunião extraordinária para tratar dos demais temas pendentes nessa Sessão. Agradeço. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente antes que V.Exª encerre eu quero testemunhar que V.Exª teve a maior boa vontade para colocar em votação uma questão de interesse do meu Estado, o Estado do Paraná por solicitação do Governo do Estado do Paraná. Também eu estou aqui à disposição para apreciarmos a proposta que trata da anulação de uma multa que o Paraná deveria estar pagando, não está por decisão do próprio Governador, mas nós estamos aqui com a disposição de votar essa matéria, assim que for proposta. Como não chegou a proposta a tempo de nós colocarmos em votação, V.Exª colocar em votação ainda nessa Sessão, eu peço que se houver a possibilidade ainda antes do recesso nós possam apreciar essa matéria aqui na Comissão. De outro lado, eu quero comunicar a V.Exª que mantenho a minha proposta de apresentação de uma Emenda ou no projeto de conversão da Medida Provisória n°. 368 que eu sou o Relator, esperando votar hoje, se não votarmos hoje, ainda esta semana teremos a oportunidade de votar a Medida Provisória e será um outro caminho para tentar uma solução que vai beneficiar o Estado do Paraná, mas de qualquer forma eu gostaria de agradecer V.Exª pela forma com que se dispôs para colocar o processo em votação que só

não foi colocado, porque evidentemente não chegou a proposta a tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu agradeço a V.Exª pela menção, e sou testemunha de V.Exª e o Senador Flávio Arns procuraram a presidência para buscar encontrar uma solução urgente para o Estado do Paraná. O Governador Requião entrou em contato também, conosco, encaminhou a proposta de resolução sobre esse tema, eu fiz reunião com Procurador-Geral da República e com o Secretário do Tesouro Nacional, sempre na perspectiva de encontrarmos uma solução de comum acordo. No entanto, não tivemos até o momento uma manifestação formal indispensável do Ministério da Fazenda sobre o assunto. Só a partir dessa manifestação é que nós poderemos votar finalmente a matéria. Se houver condições nós votaremos numa Sessão extraordinária, se não houver na próxima Sessão ordinária estará na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos. E evidentemente, V.Exª tem a prerrogativa do mandato de apresentar Emenda diretamente no texto a Medida Provisória que seria uma outra solução a ser encontrada por essa Casa.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Aliás, Senador, Presidente, eu gostaria até de comunicar que a Emenda que eu estou apresentando na Medida Provisória foi elaborada em conjunto com o Senador Flávio Arns que tem colaborado igualmente para a solução desse problema pendente do Paraná. A nossa, a Emenda, portanto é uma Emenda escrita a 4 mãos e o Senador Flávio Arns participou dessa proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria também aqui afirmar que além dos dois Senadores, o Deputado Rocha Loures e o Deputado Ricardo Barros entraram em contato com a presidência também e a procuradora do Estado do Paraná buscando encontrar soluções desse tema tão importante ao Estado.

Agradeço a presença de todos está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 11h55.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2007, ÀS 15:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia onze de julho do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Eduardo Azeredo e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Fernando Collor, Expedito Júnior, João Vicente Claudino, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Jayme Campos, Kátia Abreu e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência passa à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2007, Complementar, não terminativo, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (altera dispositivos referentes a tributação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Supersimples)", de autoria do Deputado José Pimentel, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas de Redação nºs 02, 03, 04 e 05, e pela rejeição da Emenda nº 01 apresentada. Em 06/07/07, foi apresentada a Emenda nº 01, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Senhores Senadores. Após a leitura do Relatório pelo Senador Adelmir Santana, usam da palavra os Senadores Eduardo Azeredo, Romero Jucá, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena. Encerrada a discussão, o Senador Eduardo Azeredo apresenta Destaque para Votação em Separado da Emenda de sua autoria que, colocado em votação, o Requerimento de Destaque é aprovado pela Comissão. Colocado em votação, ressalvada a Emenda, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CAE. Após ser colocada em votação, a Comissão rejeita a Emenda destacada. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 108, de 2007, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata, no valor equivalente a até US$ 17,061,000.00 (dezessete milhões e sessenta e um mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Córrego Imbirussu", de au-

toria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Edison Lobão, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 111, de 2007, não terminativa, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM", de autoria do Presidente da República, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Parecer pela Senadora Serys Slhessarenko e seguida a votação, a Presidência convida os Senadores Antônio Carlos Valadares e Serys Slhessarenko para atuarem como escrutinadores. A Comissão aprova a indicação do nome da Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes, para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por dezoito votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 04-Mensagem do Senado Federal nº 112, de 2007, não terminativa, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Marcos Barbosa Pinto, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga da Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Parecer pelo Senador Garibaldi Alves Filho e seguida a votação, a Presidência convida os Senadores Antônio Carlos Valadares e Serys Slhessarenko para atuarem como escrutinadores. A Comissão aprova a indicação do Senhor Marcos Barbosa Pinto, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por dezoito votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 05-Mensagem do Senado Federal nº 113, de 2007, não terminativa, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Durval José Soledade Santos, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga do Senhor Pedro Oliva Marcilio de Sousa", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Parecer pelo Senador Edison Lobão, e seguida a votação, a Presidência convida os Senadores Antônio Carlos Valadares e Serys Slhessarenko para atuarem como escrutinadores. A Comissão aprova a indicação do Senhor Durval José Soledade Santos, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por dezoito votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Aloizio Mercadante,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada do Diário do Senado Federal.

Nós temos como primeiro Item da pauta o Projeto de Lei na Câmara nº. 43/207 complementar e não terminativo. Altera a Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 onde são alterados dispositivos referentes à tributação de microempresas e empresas de pequeno porte chamado Super Simples. Autoria do Deputado José Pimentel, a Relatoria do Senador Adelmir Santana. O Parecer é favorável com as Emendas de redação 2, 3, 4 e 5 e pela rejeição da Emenda nº. 1 apresentada. Em 6 de julho foi apresentada a Emenda nº. 01 de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Senadores.

Eu queria antes de passar a palavra ao Senador, avisar aos Srs. Senadores também que nós teremos a seguir a sabatina para a indicação de membros do Conselho da Comissão de Valores Mobiliários. Teremos duas indicações do Sr. Presidente da República, Sr. Marcos Barbosa Pinto, que vai entrar na vaga da Srª. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, e Sr. Durval José Soledade Santos. Os dois que entra na vaga do Sr. Pedro Oliva Marcílio de Sousa. E também da Drª. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana que vai exercer o cargo de Presidente da CVM. Então nós teremos a sabatina desses três nomes. A Drª. Maria Helena, o Dr. Marcos Barbosa Pinto, Dr. Durval José Soledade Santos. Os três serão sabatinados como todos sabem precisamos de voto nominal e secreto.

Temos também o pedido de crédito do Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul que está na pauta e será relatado pelo Senador Edison Lobão.

Então vamos ao primeiro ponto de pauta. Eu queria apenas informar que como havia sido acordada na Comissão da CAE de terça-feira, nós fizemos uma reunião onde participaram quatro Secretários de Fazenda representando o CONFAZ, representaram... Também tiveram representados as Associações Nacionais dos Municípios, Confederação dos Municípios do Brasil, Associação Nacional dos Municípios, tivemos a presença naquela negociação do SEBRAE, e da Confederação Nacional de Micro e Pequena Empresa e várias entidades representativas do setor. E também tivemos a representação da... Vários Senadores estiveram presentes, o Relator da matéria teve um papel decisivo pra gente construir um acordo que eu acho que vai permitir atender a expectativa de um milhão e meio de empresas que esperavam e aguardam essa devida adequação da lei para que aqueles que já estavam contemplados no Super Simples sejam mantidos agora no Super Simples Nacional. Quero parabenizar o Senador Adelmir Santana por todo o trabalho, capacidade de diálogo e a construção aí dessa inteligente solução. Nós conseguimos resolver a equação dos Governadores, que havia uma grande expectativa, uma grande preocupação do Secretário de Fazenda, e a participação também do coordenador da Subcomissão de Reforma Tributária, o Senador Tasso Jereissati, Cícero Lucena, Senador Flexa Ribeiro, Osmar Dias, o Senador Zambiasi e todos os Senadores que participaram desse entendimento.

Quero passar a palavra ao Relator, parabenizá-lo, e tenho certeza que nós conseguimos construir uma inteligente solução que vai levar o veto da antecipação da questão do ICMS, e do setor de transportes, e isso nós trataremos, e outras demandas que o Relator também foi obrigado a adiar e nós trataremos em momento oportuno. Mas quero parabenizá-lo, Senador Adelmir Santana, tem grande vivencia nessa área, milita em entidades do comércio, conhece esse universo da micro e pequena empresa, e a sua competente Relatoria permitiu esse entendimento. Senador Adelmir Santana com a palavra.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Presidente Aloizio Mercadante é bom que se faça uma ligeira recapitulação que tudo isso, a razão desse projeto que aqui recebe o número 43, é corrigir distorções da lei já em vigor a partir de primeiro de julho, 1, 2, 3. A famosa Lei Geral da micro e pequena empresa. Tão logo esse projeto foi aprovado na Câmara, e chegando ao Senado, nós tentamos dar aqui a mesma celeridade, uma vez que a lei já está em vigor. E a Lei 123 já deixava algumas categorias sem a possibilidade de migração do antigo Simples Federal para o Super Simples. A partir de sexta-feira, quando se dava uma reunião do CONFAZ, no Estado do Espírito Santo, os Srs. Secretários de Fazenda, e aí já examinando a questão, começaram a mover gestões objetivando retardar a aprovação dessa lei. Mas o retardamento da aprovação dessa lei, como bem colocou o Sr. Presidente, significaria a não possibilidade de migração de mais de 500 mil empresas, e significando em torno de 1,5 a 2 milhões de trabalhadores. A partir da sexta começamos os entendimentos com os Srs. Secretários de Fazenda dos Estados. E na segunda-feira, recebemos em nosso gabinete a grande maioria dos Secretários de Fazenda dos Estados, armados objetivando evitar a aprovação da lei. E aí começou todo um trabalho de convencimento e mostrando a importância da gente votar o Projeto de Lei, tal qual ele havia sido aprovado na Câmara. Com algumas correções, claro. Na terça-feira seguinte, no dia seguinte, na terça-feira, marcamos um café da manhã com os secretários, o Presidente do CONFAZ que e aí com a presença dos ilustres Deputados da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, que haviam trabalhado da Câmara pela aprovação do projeto. E também, diga-se de passagem, tanto na reunião de segunda como de terça com a presença do Senador Valter Pereira. Na terça-feira, fizemos esse café da manhã e havia o entendimento de que apenas com uma palavra a gente poderia solucionar a questão. Porque o grande entrave se tratava da questão da antecipação e do valor agregado do ICMS cobrado nas barreiras, porque alguns Estados apresentavam perdas volumosas nas receitas. Mas aí chegando à Mesa, discutindo a matéria, chegamos à conclusão de que mesmo com essa palavra mudaria o mérito e o projeto deveria voltar à Câmara, e, portanto, a exigüidade do tempo não nos permitia que esse Projeto de Lei voltasse à Câmara para apresentar ou ratificar a revisão.

Imediatamente encontramos o caminho que deveria ser uma questão de veto. Contatamos o Líder do Governo, que se mostrou, inclusive receptivo a essa questão do veto. Havia uma desconfiança dos Srs. Secretários em relação ao veto. De qualquer modo, na Reunião Ordinária dessa Comissão, o Presidente da Comissão sentiu o impacto que todos os membros inicialmente já começaram a demonstrar aqui a posição dos Governadores estaduais.

Então, o Presidente habilmente com a anuência do Relator retiramos de pauta e convocamos naquele mesmo dia uma reunião com os representantes do CONFAZ e alguns Senadores que tivessem interesse de participar dessa reunião. Nesta reunião, quero louvar aqui a participação do Senador Tasso Jereissati. Senador Cícero Lucena, Senador Osmar Dias, e uma série de outros Senadores que eu aqui não posso es-

quecer de numerá-los, foi muito bem conduzido pelo Sr. Presidente, com a participação inclusive do Secretário da Receita e alguns outros membros do Governo. E ali foi feito o entendimento que o único caminho que nos restava era o caminho do veto. Vetando a letra G do art. 13 do Projeto de Lei, bem como o inciso XIV do art. 17 que trata da questão do transporte, que era uma questão colocada por alguns governos estaduais.

Então Sr. Presidente, diante disso eu queria apresentar apenas a análise da questão, dizendo que a aprovação nos termos em que se encontra, vindo da Câmara, significará a possibilidade da migração desses grupos que hoje já estão, ou que ontem, isto é, até o dia 31, estavam no Simples, Simples Federal, e assim estão habilitados, caso aprovemos essa lei, essa alteração, estarão autorizados a participar do Super Simples a partir da sua opção. Então eu vou ler a análise.

Constitucionalidade, regimentabilidade e juridicidade. A combinação dos arts. 24 inciso I, 48 inciso I, LXI, CLXX e CLXXIX da Constituição Federal, confere competência ao Congresso Nacional para dispor sobre a matéria. A proposição da matéria sobre a forma de Lei Complementar dar-se por força do art. 146, inciso III, letra D da Constituição Federal que reserva esta espécie legislativa à definição de tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas. A competência da Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, para deliberar sobre proposições relativas a tributos, política de crédito e assuntos correlatos advém do art. 99, inciso III e IV do Regimento Interno do Senado Federal. O projeto não apresenta vícios de juridicidade.

Mérito. No mérito, o projeto contém importantes modificações legislativas para aperfeiçoar o Estatuto Nacional da Microempresa e empresa de pequeno porte. Sobretudo em relação ao regime de favorecido e simplificado de pagamento de tributos. O Simples Nacional pelas observações feitas durante os seus seis meses de vacância. Uma das principais alterações que se deseja perpetrar diz respeito à inclusão no regime de segmento antes beneficiados com o Simples Federal. Que com a revogação da Lei 9.317 de 1996 e a vedação de pessoas jurídicas fabricantes de produtos com alíquota de IPI superior a 20%, seriam submetidos a grande elevação de carga tributária e de obrigações tributárias assessórias. A fórmula encontrada no Projeto de Lei Complementar nº 43/2007, de fazer lista exaustiva de produtos para cujos fabricantes ingresso é vedado. É bem mais racional e elimina a injustiça do texto em vigor, viabilizando a própria existência de empresas fabricantes de itens como perfumes, brinquedos e incensos.

Além disso, as modificações feitas no art. 16, § 2º, e no art. 18, § 5º, inciso VII do estatuto, afetam diretamente atividades de importante segmentos, como de turismo, já que fixa uma forma bastante mais favorável de tributação sobre as micro e pequenas empresas e impede interpretações que desfavoreçam segmentos não expressamente excluídos da vedação do inciso do art. 17 da Lei Complementar nº. 123/2006 que é a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Talvez ainda mais essencial e urgente é a aprovação das alterações referente aos prazos e abrangências do parcelamento de dívidas com os fiscos federal, estadual e municipal. Segundo informações fornecidas pelo Serviço Brasileiro de Apoio de Micro e Pequena Empresa, SEBRAE mais de um milhão e duzentas mil micros e pequenas empresas foram excluídas ou deixaram de aderir ao Super Simples por conta de pendências, principalmente com os fiscos estaduais e municipais. A fórmula prevista contempla as principais reivindicações da sociedade e permite a incorporação de boa parte das empresas excluídas ou que não tiveram tempo hábil ou condições de aderir ao regime. A mais controversa das alterações é também a que mais exigiu ajuste da Lei Complementar nº. 123/2006. Trata-se da revogação da vedação de participação do Super Simples de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros.

Na forma atual, enquanto as empresas de transporte municipal de passageiros podem beneficiar-se do regime, o transporte interestadual e intermunicipal tão ou mais usado do que aquele pelas populações mais pobres, que não têm poder aquisitivos para morar perto do local onde trabalham, é penalizado pela impossibilidade de aderir a regime diferenciado. É indubitável que a inclusão do segmento no Super Simples representará perda para os erários estaduais, uma vez que esses serviços diferentemente do transporte municipal que é tributado pelo ISS, são sujeitos a incidência do ICMS.

Entretanto, não podemos esquecer que muitas vezes a diferença entre transporte municipal e intermunicipal é a distância que separa os dois Municípios, o que freqüentemente equivale ao cruzamento de uma ponte. Portanto, a alteração proposta é pertinente e justa. Nada justifica um tratamento tão díspares.

Nota-se que as empresas de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros também foram prejudicadas com a revogação do regime do Simples Federal. Não podendo beneficiar-se do Super Simples que exclui o transporte interestadual e intermunicipal de passageiros e expressamente. O setor teve súbita e cruel elevação da carga tributária com entrada em vigor do novo regime. Evidentemente a elevação de custos

disso decorrente terá de ser repassada ao consumidor. A adequação financeira e orçamentária.

Entende-se que o Projeto de Lei nº. 43/2007, por ter por objetivo apenas equalizar a carga tributária de alguns setores de atividade principalmente o de serviços com que já é hoje previsto pela legislação tributária, não representa renúncia de receita até porque se houver, já teria sido previsto no orçamento dos entes federativos envolvidos que tiveram tempo suficiente para fazê-lo a partir da aprovação da Lei Complementar nº. 123/2006.

Análise da Emenda ofertada. A Emenda nº. 01 proposta pelo Senador Eduardo Azeredo, busca modificar os artigos 13, inciso VI, art. 17, § 1º, inciso XXIX e art. 18, § 5º, inciso V da Lei Complementar 123/2006 a fim de permitir a opção pelo Simples dos serviços de saúde clínica, laboratórios de análise, clínicas patológicas, laboratórios de nutrientes e de próteses dentárias, farmácias e drogarias comerciais e de manipulação. O autor justifica a proposta pela importância do segmento relativo a outros contemplados no Super Simples e sustenta a necessidade de dar aos serviços de saúde isonomia de tratamento em relação a essas outras atividades. A fim de assegurar-lhes tratamento diferenciado favorecido na forma constitucional. Em que pese à boa intenção do autor de fomentar as atividades de saúde, entendemos que a inclusão do segmento teria efeito negativo, uma vez que estimularia a criação de pessoas jurídicas por profissionais do segmento beneficiados com o intuito único de fugir à tributação como pessoa física que só a título de esclarecimento tem alíquota de 27,5 de Imposto de Renda pessoa jurídica e de 5% de ISS. E estimularia pleito semelhante a outras categorias de profissionais liberais igualmente excluídos no inciso XI do art. 17, com base no princípio da isonomia.

O acolhimento da Emenda implica também, e principalmente, descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois possibilita uma considerável desconsideração de Imposto de Renda de pessoa jurídica ISS para um segmento muito representativo. Tanto em termos de pessoas físicas quanto jurídicas.

Portanto, somos pela rejeição da Emenda, sem, entretanto descartar dentro do acordo feito que essa Emenda deve ser incluída dentre as discussões que iremos fazer no segundo semestre. Voto: Do exposto, opinamos pela rejeição da Emenda apresentada e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 43/2007, complementar com as seguintes Emendas de redação, apenas Sr. Presidente. Emenda número.. CAE, § 2º do art. 17 da Lei Complementar 123/2006 modificado pelo art. 1º do PLC nº. 43/2007 terá a seguinte redação: § 2º, também poderá optar pelo Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que se dedique à prestação de outros serviços que não tenham sido objeto da vedação expressa nesse artigo, desde que não incorra em nenhuma das hipóteses de vedação prevista na Lei Complementar. Ementa nº. 02, inciso XII do art. 29 da Lei Complementar 123/2006 acrescentada pelo art. 1º do Projeto de Lei 43/2007 terá a seguinte redação: Art. 29 inciso XII. Omitida a folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária e trabalhista ou tributária, segurado empregado trabalhador avulso ou contribuinte individual que lhe preste serviço. Emenda da CAE: Substitui o novo art. 60-A da Lei Complementar 123/2006, acrescida pelo art. 1º do Projeto de Lei 43/2007 a expressão: "Com o objetivo de facilitar o acesso das microempresas, empresa de pequeno porte ao crédito e demais serviços de instituições financeiras". "Com o objetivo de facilitar o acesso das microempresas e empresas de pequeno porte a crédito e demais serviços de instituições financeiras". E a última Emenda, o art. 3º do projeto terá a seguinte redação.

Aqui nós desmembramos, Sr. Presidente, para facilitar os entendimentos feitos com relação ao veto que será feito. Art. 3º fica portanto revogados os seguintes dispostos da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006. Inciso I: O inciso VI do caput do art. 17, inciso II, o inciso II no caput do art. 21 e o inciso III do art. 53 em seu Parágrafo Único. Aqui apenas para permitir a viabilidade do entendimento de veto da questão do inciso XIV da lei 43. É esse o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer ao Relator o entendimento e a busca dessa convergência para que a gente possa aprovar o texto legal. E queria propor o seguinte encaminhamento, tem um pedido de destaque da Emenda nº 01 do Senador Eduardo Azeredo, nós votaremos em separado, queria colocar em votação o projeto podemos iniciar a sabatina dos diretores da CVM, e então vamos votar imediatamente o projeto e votaremos em separado a Emenda proposta pelo Senador Eduardo Azeredo. Os Senadores que são favoráveis ao projeto permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. Ressalvada a Emenda. Vamos votar agora a Emenda. Com a palavra o autor da Emenda, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, primeiro eu quero dizer da importância de provarmos o projeto, já está aprovado, ele vem realmente fazer realmente justiça ao segmento muito grande de microempresas, micro empresários pelo Brasil todo, inclusive meu próprio Estado de Minas Gerais,

o Estado da Bahia, a questão dos fogos de artifícios está agora contemplada, era uma lacuna que não podia permanecer. Entretanto, é necessário acrescentarmos a questão da área de saúde. Não tem justificativa para saúde ficar fora. Nós estamos incluindo os cosméticos e não incluímos as pequenas farmácias do interior, os laboratórios de manipulação, laboratórios clínicos... De maneira que eu queria insistir na aprovação dessa Emenda que inclui o setor de saúde que inexplicavelmente está fora. É um preconceito. Eu queria dizer inclusive que a questão do ISS, 5% de ISS, todo profissional de saúde paga o ISS. E não é verdade que ele não paga ISS. Para poder funcionar ele tem que ter ISS com a Prefeitura.

Eu queria... Primeiro conversei com o Senador Adelmir, mas já que ele não pôde acatar, eu pediria aos Srs. Senadores o apoio para que nós pudéssemos realmente beneficiar a área de saúde. A área de saúde, eu tenho aqui hoje o que está acontecendo, está num dos jornais mais especializados, o que está acontecendo com as santas casas. Estão aqui as matérias todas mostrando. "Endividadas as santas casas expõe caos da saúde pública". Quer dizer, parece que a saúde pública no Brasil está uma maravilha, que não pode ter um tratamento de microempresa para farmácia do interior, para pequeno laboratório, para as clínicas... é uma questão de justiça. E de uma área que é fundamental. O Poder Público tem que estar trabalhando especialmente para a educação, saúde e segurança. De maneira que eu faria essa defesa desta Emenda que ela é importante para o Brasil como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, com a palavra agora o Relator para dar parecer sobre a Emenda.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Eu queria dizer o seguinte, Senador Azeredo. Nós não somos contra a proposição da Emenda. Eu acho que é perfeito. Só que a aprovação dessa Emenda significará a volta desse projeto à Câmara e inviabiliza esse um milhão e meio de empresas que ficarão sem poder fazer a opção da entrada no Super Simples. Eu apelaria a V.Exª no sentido de fizemos o entendimento ontem, não apenas esse setor. Outros setores também, o setor de transporte e mais alguns outros setores que a gente abre a discussão já no primeiro momento do segundo semestre para fazer essas correções. Compreendo e até devo lhe dizer que sou do setor. Eu sou do setor. Agora, não dá como a gente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exª é um paciente assíduo das clínicas, farmácias, portanto tem interesse direto como consumidor.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): É verdade.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Adelmir, que dificilmente nós vamos conseguir votar no Plenário. Nós temos sete Medidas Provisórias. Quer dizer, essa votação vai acabar chegando em agosto mesmo.

Então, o fato de voltar à Câmara, eu acho que é uma prerrogativa, porque nós ficarmos aqui no Senado também só assinando em branco, assinar embaixo tudo que vem na Câmara, afinal, na essência do Senado o Senado é uma Casa revisora. Senado é casa revisora. Agora, vamos rever o quê? Sempre assinar o que... Porque está com pressa? Porque na verdade o projeto voltando para Câmara tem tempo suficiente para a Câmara aprovar. O próprio projeto fala em 15 de agosto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eduardo Azeredo, deixa eu fazer uma ponderação a V.Exª. Ontem os Senadores que participaram da discussão, o Senador Cícero Lucena, Senador Tasso Jereissati, foi uma construção porque a implantação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa vai trazer uma renúncia fiscal da ordem de seis bilhões de reais. Da forma como o Câmara aprovou o texto, o Estado do Ceará perdia 90 milhões de reais por mês. Mato Grosso do Sul 80 milhões de reais por mês. Alagoas, a Secretária falou "eu não tem condições de fazer a estimativa da perda de receita pelo problema da antecipação do ICMS". Agora, além disso estão colocando novos setores que não eram beneficiados até então. Eles falaram: Pelo menos na minha leitura preliminar aqui, o setor de transportes tem um impacto imprevisível. O Secretário de Receita Federal disse "transporte vamos ter que estudar com mais cuidado pelo problema do transporte municipal e interestadual". E os Secretários da Fazenda solicitaram que nós não incluíssemos nenhum setor que não estivesse no Simples Federal que agora é o Super Simples Nacional, antes de uma análise do impacto fiscal para verificar como é que vão absorver isso. E foi uma demanda principalmente de 12 Governadores que ligaram pra mim, 12 Governadores, particularmente o nordeste inteiro preocupado com a aprovação da lei, e nós pactuamos o entendimento ontem de todos os partidos presentes que nós não colocaríamos nenhum setor adicional, e deixaríamos a questão do ICMS da antecipação. Na realidade a antecipação está prejudicada, mas a taxação do valor agregado e transporte e eventuais novos setores para negociar em agosto. Se não for possível votar aqui no Plenário até amanhã, nós temos que fazer a nossa parte. Então eu proporia que fosse acatado o parecer do Relator, estou dando

informe que foi o acordado ontem com os Secretários da Fazenda. Para que a gente não rompa uma relação do pacto federativo com os Governadores e CONFAZ. Acho meritória a Emenda, acho que deve ser discutida com profundidade, e nós ontem estabelecemos que no âmbito da Subcomissão da Reforma Tributária presidida pelo Senador Tasso Jereissati, nós encaminharemos toda essa agenda. Ali na Subcomissão nós vamos tratar do problema do ICMS que ficou pendente, do setor de transporte e de outras demandas que eventualmente sejam incorporadas, evidente com a participação do Relator que vai acompanhar essa matéria.

Faço esse apelo porque não há como não votar favorável. Primeiro é um pedido de V.Exª que nessa Casa é sempre atendido. Segundo, é uma matéria tão relevante. Então eu queria propor que nós transferíssemos para a Subcomissão e o Senador Tasso Jereissati poderia trazer uma avaliação mais precisa dessa matéria para agosto. No âmbito da Subcomissão que tem feito um trabalho bastante intenso na matéria da Reforma Tributária. Faço esse apelo a V.Exª que tenho certeza que também é um espírito do nosso Relator.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): É esse o nosso apelo que fazemos ao Senador Azeredo para não prejudicar os demais setores já contemplados. E na verdade eu serei um dos defensores inclusive dessa Emenda. Mas não hoje. Porque nós vamos prejudicar realmente os entendimentos feitos com o Governo Federal, com segmentos envolvidos, com Secretários de Estado. Então eu faria um apelo ao Senador Azeredo, em princípio daria como não aceito a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Além de V.Exª, Arthur Virgílio e o Senador Sarney eles são os próprios doentes, eles não são hipocondríacos, eles são os próprios doentes como eles gostam de ser chamados. Então os dois estarão com V.Exª seguramente nessa bandeira. Senador Líder do Governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Apenas para fazer o registro, Presidente, de que o Governo cumprirá o acordado ontem com o Senador Adelmir Santana, com V.Exª, com todos que participaram do debate, procederá os dois vetos que foram acordados exatamente para que essa matéria possa ser entrada em vigor rapidamente. Ela tem uma série de questões de prazo, existem hoje categorias que já estão aguardando porque já foram negociadas na Câmara, e portanto, Senador Eduardo Azeredo, eu quero também reforçar o pleito que foi feito aqui dizendo que nós iremos discutir efetivamente aquilo que será possível fazer em todos os Estados na Subcomissão presidida pelo Senador Tasso Jereissati. Fica aqui a posição do Governo de proceder o veto no acordado e de continuar discutindo para procurar diminuir a carga tributária e fazer mais justiça tributária.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, evidentemente que fico sensibilizado com os apelos, mas eu não posso concordar que vai haver o prejuízo. Eu acho que há tempo suficiente para serem feitos os estudos de qual é o valor dessa renúncia fiscal, e há tempo suficiente para aprovação, para beneficiar um milhão e quinhentos mil que eu defendo sem dúvida alguma esse avanço. Eu só estou discutindo a questão do prazo. Eu acho que o prazo é suficiente para nós aprovarmos enquanto o projeto estiver voltando para a Câmara os Secretários e o Ministério faz o cálculo efetivamente e a Câmara faz a nova votação. De maneira que eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não tendo acordo vamos a voto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Espera aí, Presidente, um minutinho. Antes da votação. O senhor é apressado que só. Um minutinho. [risos] Nós temos pressa. Nós temos pressa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós temos plenário e temos três diretores da CVM e mais um crédito para aprovar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós temos pressa porque na realidade... Essa matéria é de suma importância. Mas também o Senador aqui colocou algo que de certa forma eu conheço de perto que é a questão da área de saúde. Então eu gostaria aqui como Líder do Governo e ficou, houve o acordo, eu estava presente, participei, ouvi que ficou acordado, é só uma questão de garantia. Garantia mesmo de que a questão das pequenas empresas da área de saúde não serão esquecidas em agosto. Porque uma coisa também precisa ficar bem claro. O profissional de saúde seja médico, odontólogo, analista, ele para o exercício da sua profissão, ele é obrigado a pagar ISS. Se ele tem uma empresa, é uma outra coisa. Mas ele não deixa de pagar ISS pelo exercício da profissão. Então não há prejuízo quanto a isso. Então é bom que fique bem claro porque passa-se a idéia que com o Super Simples ele passará, tendo um laboratório ou qualquer tipo de outra atividade, pequena empresa, ele não pagará mais. O Imposto de Renda que é altíssimo, que é uma coisa realmente até, vamos dizer assim, é horrível de tão alto, é o ISS. É ele obrigado pelo exercício da profissão. Era só isso.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Sr. Presidente, deixa eu registrar uma ponderação...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só quero registrar uma ponderação. É o seguinte, qual é a insegurança dos Secretários

de Fazenda? Eles não sabem qual vai ser o impacto nas finanças do Estado, o que nós já fizemos. E nós fizemos muito. Nós simplificamos, reduzimos carga tributária da grande massa de empresas nesse País. Só micro e pequena empresa. Na verdade nós fizemos uma verdadeira Reforma Tributária para esse setor. Então eles não sabem qual é o tamanho da renúncia fiscal. A avaliação inclusive deles é que a médio prazo pode aumentar a formalização e com isso reduzir a renúncia que eles terão no primeiro momento. Que eles não têm dúvida da renuncia. Então a demanda deles é que nós não fizéssemos nenhuma nova carga sobre a receita dos Estados antes de amadurecer o impacto do que já estava sendo feito. Porque a cláusula pétrea defendida pelo Relator é que os setores e o autor do projeto Senador, o nosso Deputado Pimentel que foi quem propôs essas adaptações era para manter quem já estava contemplado no Simples Federal fosse mandato no Super Simples Nacional. Foi esse o entendimento que nós acordamos. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores. Ontem tivemos uma reunião no gabinete da liderança do Governo em que ficou acordado que nós votaríamos o projeto como veio da Câmara, e que haveria dois vetos presidenciais. Um com relação à alínea "G", que tratava da antecipação da receita na entrada dos produtos. E o segundo com a não inclusão do setor de transporte. Mas, isso que é importante, assim como tem a preocupação dos Estados, do meu Estado, o Estado do Pará estava representado lá uma funcionária da Secretaria da Fazenda e a Governadora Ana Júlia tinha colocado a sua preocupação com relação à questão dessa antecipação da cobrança e quanto ao veto. V.Exª naquela altura se comprometeu que o veto será efetuado pelo Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está garantido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Garantido. Isso tranqüiliza o Estado. Agora, nós vamos... também no acordo ficou acertado que a partir de agosto nós vamos retomar a discussão para que possamos atender novos setores que pretendem a inclusão no Super Simples. É o caso dos laboratórios de análise clínica, caso de corretores, profissionais liberais. Quer dizer, vários setores que estão querendo e pleiteando essa inclusão. Isso será uma discussão que ocorrerá a partir de agosto. É o compromisso que a gente assume com os micro empresários no meu caso do Pará e do Brasil que nós vamos retomar com o Governo a discussão a partir de agosto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos votar. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só uma sugestão na discussão porque acho que há a comunhão do pensamento de inclusão da questão da saúde. Com toda preocupação do impacto que foi colocado ontem pelos Secretários. E também que não prejudique as empresas que precisam que essa lei seja aprovada o mais rápido.

Concordando plenamente com o Senador Eduardo Azeredo quanto ao papel do Senado, mas aqui eu queria fazer uma proposta, Sr. Presidente, era que nós cumpríssemos o projeto da forma que foi acordado ontem, no sentido de que fosse aprovada, e no caso específico da Emenda se o Senado ficar assumido o compromisso que será debatido junto com a do transporte em agosto, e caso não seja votado antes do recesso, aí o Senador Eduardo Azeredo teria a opção de apresentar uma Emenda no Plenário que teria conseqüentemente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Foi essa sugestão que eu fiz ao Senador antes do início da discussão. Mas de qualquer forma, não havendo entendimento, é um direito regimental. Vamos à votação sem prejuízo desse encaminhamento que ele pode fazer --

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Se nós pudermos aprovar de uma vez é melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos lá. Então, em votação a Emenda. Os Senadores que são favoráveis à Emenda, levantem o braço. Favoráveis à Emenda. Está prejudicada a Emenda. Nós discutiremos, portanto a matéria posteriormente em Plenário. Vamos agora... Agradeço. Está aprovado o projeto. Vamos... é votação. É votação simbólica. Visual. Vamos agora à urgência. Eu peço urgência ao Plenário para o Projeto de Lei. Senadores que são favoráveis à urgência que permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos agora à argüição dos diretores da CVM.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para registrar a Comissão que eu acabei de dar entrada na Mesa do Senado de Projeto de Resolução que trata da questão de um esclarecimento que precisa ser feito sobre o endividamento do Estado do Paraná. A renegociação da dívida [soa a campainha] do Estado do Paraná. Então gostaria de dizer à Casa, registrar à Casa dizer que durante cinco dias vai ser possível apresentar Emendas e logo após na primeira oportunidade eu pedirei a votação aqui em caráter de urgência dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Dado o informe, vamos à argüição dos diretores da CVM. Eu vou pedir um minutinho, antes de iniciarmos a diretoria da CVM, vamos votar o crédito de Campo Grande, relatoria do Senador Edison Lobão. Eu peço que V.Exª vá direto ao voto para que a gente possa iniciar a sabatina imediatamente.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, o Senado Federal é chamado a manifestar-se sobre... é submetido à apreciação do Senado Federal o pleito do Município de Campo Grande, por intermédio da mensagem 108/2007. As operações de crédito interno e externo dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, estão sujeitas à observância do cumprimento das condições e exigências estipulado na Resolução nº. 40 e 43/2001 do Senado Federal. A resolução nº. 40 trata do limite global da dívida. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do programa de recuperação de áreas degradadas do córrego Imbiruçu.

A análise: A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão da garantia da União nessa operação de crédito. Sendo assim, Sr. Presidente, o voto é pela autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos do projeto de resolução que consta do processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço V.Exª pelo parecer. Os Senadores que são favoráveis ao crédito e apóiam o voto do Relator permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pedido de urgências, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Os Senadores que são favoráveis à urgência do projeto, favor permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência.

Vamos agora à Diretoria da CVM. Queria convidar a Drª. Maria Helena dos Santos Fernandes Santana, o Dr. Marcos Barbosa Pinto, e Dr. Durval José Soledade Santos para que nos acompanhe aqui na Mesa. E peço aos respectivos Relatores que iniciem a apresentação do voto.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, eu posso apresentar o meu voto?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exª aqui sempre tem a precedência em qualquer atividade nessa Comissão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Muito obrigado a V.Exª pela sua generosidade em dobro. O Senado Federal é chamado a manifestar-se, Sr. Presidente, sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Durval José Soledade Santos, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários. A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sob a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. Ressalta-se que cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para o bom funcionamento do mercado de valores mobiliários do Brasil. Haja vista as suas funções de administração da CVM, entidade autárquica que tem competência permanente para regulação e a fiscalização dos serviços do mercado de valores mobiliários e das companhias abertas com papéis negociados dos mercados brasileiros.

De acordo com esse documento, o candidato nasceu no Rio de Janeiro, capital, em 03 de dezembro de 48, filho de Rafael Trindade Santos e Maria Mercedes Santos. É bacharel em Direito desde 1974 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense com MBA Executivo a COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-graduação em economia do desenvolvimento pela PUC/BNDES e em direito empresarial pelo Instituto de Direito de Empresas Cândido Mendes. Dentre os cargos que ocupou cumpre destacar os seguintes. No BNDES Diretor de operações e jurídico do BNDES/PAR, Chefe de Gabinete da Presidência, Superintendente da Área de Administração, Superintendente de Mercado de Capitais, Superintendente de Operações Especiais, e Superintendente Jurídico da BNDES/PAR, na CVM, Diretor e Superintendente Geral, Presidente do Conselho de Administração da Eletro Siderúrgica Brasileira S.A, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Aracruz, além de inúmeros outros cargos que o credenciam largamente ao exercício da função para a qual está sendo indicado. É também professor de direito empresarial do CPED da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do MBA em direito, da Fundação Getúlio Vargas e da Faculdade de Direito Cândido Mendes.

Diante da natureza da matéria, eram estas as considerações pertinentes ao âmbito do presente Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Edison Lobão. Agora passaria a Relatoria ao Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, o Senado Federal é chamado a manifestar-se sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Marcos Barbosa Pinto, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, CVM, materializada na mensagem nº. 112/2007, e no

aviso nº. 634 da Casa Civil assinado por S.Exª Ministra Chefe da Casa Civil Srª. Dilma Rousseff.

O Sr. Marcos Barbosa Pinto é indicado para a vaga da Srª. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, que deixa o cargo de diretora, em razão de indicação para assumir o cargo de Presidente da autarquia. A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. Ressalta-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para o bom funcionamento do mercado de valores mobiliários no Brasil, haja vista as suas funções de administração da CVM entidade autárquica que tem competência permanente para a regularização e fiscalização dos serviços do mercado de valores mobiliários e das companhias abertas com papéis negociados nos mercados brasileiros.

Os dados biográficos encaminhados pelo Dr. Marcos Barbosa Pinto assinalam a preparação que sua senhoria tem para exercer este cargo a partir da sua formação acadêmica bacharel em Direito com especialização em direito empresarial, mestre em direito pela faculdade de direito da universidade e graduado com honras acadêmicas em 2001, doutorado feito no Departamento de Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Sendo assim, Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável, até porque sua senhoria ocupou cargos da maior relevância como membro do Conselho de administração da América Latina logística SA, Chefe de Gabinete da presidência do BNDES, Assessor da Diretoria do BNDES, e ainda Consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, de setembro a dezembro de 2004. O nosso voto é, portanto... O nosso parecer é portanto favorável à indicação do Dr. Marcos Barbosa Pinto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço o parecer, Senador Garibaldi Alves Filho, já tivemos aí o voto favorável do Dr. Durval José Soledade Santos, do Dr. Marcos, e agora a recondução à Drª. Maria Helena Santos Fernandes Santana que deverá assumir a Presidência da CVM, e eu tive o privilégio de ser Relator da última sabatina, mas faço questão que seja agora uma mulher, uma grande lutadora para a participação da mulher na vida pública, Senadora Serys. E é uma forma de valorizar também essa indicação. Senadora Serys com a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Sr. Presidente, Senador Mercadante, obrigada inclusive por essa Relatoria. É uma deferência, mas com certeza um sinal da sua valorização realmente para com as mulheres que precisamos conquistar espaços.

Srs. Senadores, senhores argüidos, é submetida à apreciação do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso III, alínea "F" da Constituição Federal combinado com o art. 6º da Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1973, com a redação dada pelo art. 10 da lei nº. 10.411 de 26 de fevereiro de 2002 e com o art. 2º desta mesma lei. A indicação da Srª Maria Helena dos Santos Fernandes Santana para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, CVM. Trata-se de uma indicação presidencial feita por meio da mensagem nº. 472/2007 acompanhada do *curriculum vitae* da indicada.

A Srª. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, é brasileira e domiciliada em São Paulo, formada em economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, USP. O *curriculum vitae* da indicada apresenta as seguintes experiências profissionais: Comissão de Valores Mobiliários, CVM, onde ocupa desde 2006 o cargo de diretora. Bolsa de Valores de São Paulo, BOVESPA, onde desempenhou a função de Superintendente de Relação com Empresas e Gerente de Projetos Especiais entre 94 e 2006. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa IBGC até 2006 e membro do Conselho de Administração desde 2001. Membro do Conselho de Auto-Regulação do Mercado de Capitais da ANBIDE, Associação Nacional dos Bancos de Investimento entre 2001 e 2006. Membro da Roundtable, Latino-Americana de Governança Corporativa da OCD, Banco Mundial, desde 2000.

Em seu *curriculum vitae* existem ainda outras experiências profissionais relevantes para a sua formação, mas que no âmbito dessa sabatina não se faz necessário aduzir. Durante seus 12 anos de atuação na BOVESPA, a indicada demonstrou sensibilidade para perceber que mudanças se faziam necessárias para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro. Nesse sentido, participou da criação de segmentos especiais de listagem da BOVESPA, como o novo mercado que é uma referência no que diz respeito às práticas mais avançadas de governança corporativa. Para melhor compreensão do significado deste instrumento, aduziremos uma breve explicação.

O novo mercado é um segmento especial de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativos adicionais em relação ao que é exigido pela legislação. A valorização e a liquidez das ações das companhias que compõem o novo mercado são influenciadas positivamente pelo grau de segurança oferecido pelos

direitos concedidos aos acionistas e pela qualidade das informações prestadas. Essa é a premissa básica deste instrumento. O sucesso dessas mudanças pode ser verificado pela credibilidade atribuída à BOVESPA que hoje negocia em patamares superiores a 55 mil pontos. É importante que se destaque também o ineditismo dessa indicação por ser, senhores e senhoras que nos ouvem e que nos vêem, por ser a primeira vez que uma mulher será conduzida ao cargo de Presidente da CVM. Isso realmente orgulha a mulher brasileira, Srª. Maria Helena.

Vale lembrar que o mercado financeiro, assim como a CVM tem composição majoritariamente masculina e a indicação de uma mulher para sua Presidência sinaliza uma importante mudança cultural. Presidente Lula, ao indicá-la, ao encaminhar o seu nome para a Presidência da CVM com certeza reconhece o valor da mulher brasileira, na sua competência e no seu compromisso político para com a causa que a senhora está defendendo e irá continuar a defender. A formação acadêmica e profissional da Srª Maria Helena dos Santos Fernandes Santana obedece aos requisitos necessários para a ocupação do cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, CVM, para o qual foi indicada pelo Sr. Presidente da República. Destarte, cumprido os trâmites processuais necessários, o nome em questão está em condições de ser apreciado por esta Comissão. Este é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço o parecer da Senadora Serys. E queria dizer a tranqüilidade com que essa sabatina ocorreu. Às vezes nós temos dificuldade semanas e semanas, senão meses para poder aprovar nomes, chegaram ontem, hoje mesmo foram aprovados. De um lado pela recondução e a segurança que o Senado tem pelo trabalho que já foi feito. E de outro pela qualidade dos currículos que foram apresentados e pelo momento muito especial que o mercado de capitais vive no Brasil. Nós temos aí uma valorização do BOVESPA nos últimos quatro anos, superior a 400%. O Brasil, a emissão primária de ações já passa de mais de 32 bilhões de dólares. Muitas empresas realizando IPO, com uma capacidade de financiamento a custo muito baixo, a CVM é fundamental para manter a credibilidade desse mercado, a seriedade, e é isso que está consolidando essa capacidade de financiamento das empresas brasileiras.

Queria parabenizar a indicação pelos currículos que foram apresentados, pela adesão imediata dos Senadores aprovação dos nomes que foram propostos, e é tanta a segurança dessa Casa que eu acho que está dispensada propriamente uma sabatina. Sintam isso como uma homenagem à carreira de vocês ao trabalho e expectativa que a Nação tem.

Eu vou correr para ver se ainda é possível votar em Plenário hoje. Porque aí caso contrário só na primeira semana de agosto. Mas vamos fazer todo o possível para votarmos ainda hoje.

Assim sendo, agradeço a presença de todos, dou por encerrada a Sessão e termino como terminou a Senadora Serys, uma homenagem à participação da mulher.

Senadores, agora vamos fazer a apuração da votação. A Relatora não votou nem o Presidente... Já votou? Já votou Garibaldi? Eu também. Vamos aguardar e apurar. Convido o Senador Antônio Carlos Valadares e Senadora Serys para fazerem a apuração. Falta o Senador Garibaldi. Um minutinho.

Eu quero parabenizá-los, foram aprovados por unanimidade com 18 votos dos Senadores. Também coisa rara na Casa. [palmas] Muito bem. Bom trabalho.

Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 16h22.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, CONJUNTA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO-CD; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO-CD; FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE-CD; E COM A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO-CN, NO DIA VINTE DE DEZEMBRO DE 2006, ÀS 9:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 2, ANEXO II DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Às noves horas e vinte e dois minutos do dia vinte de dezembro do ano dois mil e seis, sob a Presidência do Deputado Gilmar Machado, Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, e, em seguida, do Deputado Moreira Franco, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD);

e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), com a presença dos Senadores Aelton Freitas, suplente da CMO/CN, titular da CMA/SF e suplente da CAE/SF, Augusto Botelho, suplente da CMO/CN e titular da CMA/SF, Eduardo Suplicy, titular da CAE/SF, Romeu Tuma, titular da CMO/CN e titular da CAE/SF e Valdir Raupp, titular da CMO/CN, titular da CMA/SF e titular da CAE/SF, e, ainda, dos Deputados Almir Sá, titular da CMO/CN, Antonio Cambraia, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Antônio Cruz, suplente da CMO/CN, Arnaldo Madeira, titular da CFT/CD, Arnon Bezerra, titular da CMO/CN, Átila Lins, suplente da CMO/CN, Benedito de Lira, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Bismarck Maia, titular da CMO/CN, Carlito Merss, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Carlos Melles, titular da CMO/CN, Carlos Mota, titular da CFFC/CD, Claudio Cajado, titular da CMO/CN, Daniel Almeida, titular da CMO/CN, Devanir Ribeiro, titular da CMO/CN, Eduardo Sciarra, titular da CMO/CN, Eduardo Valverde, titular da CMO/CN, Eunício Oliveira, titular da CMO/CN, Félix Mendonça, titular da CFT/CD, Fernando Coruja, titular da CFT/CD, Feu Rosa, suplente da CMO/CN, Francisco Garcia, titular da CFFC/CD, Geraldo Resende, titular da CMO/CN, Gonzaga Patriota, titular da CMO/CN, Jackson Barreto, suplente da CMO/CN, Jaime Martins, titular da CMO/CN, João Castelo, suplente da CFT/CD, João Leão, titular da CMO/CN, Jorge Bittar, titular da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD, Jorge Boeira, suplente da CFT/CD e titular da CDEIC/CD, José Carlos Machado, titular da CMO/CN, suplente da CFFC/CD e titular da CFT/CD, José Pimentel, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Jovair Arantes, titular da CMO/CN, Júlio Cesar, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Leonardo Mattos, titular da CMO/CN, Leonardo Monteiro, suplente da CMO/CN, Luiz Carlos Hauly, suplente da CFFC/CD e titular da CFT/CD, Luiz Carreira, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Lupércio Ramos, suplente da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD, Manoel Salviano, titular da CFFC/CD, Marcelo Castro, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Mauro Benevides, titular da CFFC/CD, Nárcio Rodrigues, titular da CMO/CN, Nelson Meurer, titular da CMO/CN, Nelson Pellegrino, suplente da CMO/CN, Paulo Pimenta, titular da CMO/CN, Pedro Chaves, titular da CMO/CN, Pedro Fernandes, titular da CMO/CN, Pedro Novais, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Professora Raquel Teixeira, titular da CMO/CN, Rogério Teófilo, titular da CMO/CN, Ronaldo Dimas, titular da CMO/CN e titular da CDEIC/CD e Virgílio Guimarães, titular da CFT/CD, Waldemir Moka, suplente da CMO/CN. Comparecem os parlamentares não integrantes das Comissões que participaram da reunião, os Deputados Alceste Almeida e Rafael Guerra. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Gerson Camata, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Fernando Bezerra, João Ribeiro, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema "avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços" - 1° semestre de 2006, em atendimento ao disposto no art. 9°, § 5° da Lei de Responsabilidade Fiscal. A reunião é iniciada sob a direção do Presidente, Deputado Gilmar Machado, que convida as seguintes autoridades para tomarem assento à Mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Sr. Afonso Sant'Anna Bevilaqua, Diretor de Política Econômica do Banco Central. Em seguida o Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2°, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Palestrante dispõe de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no § 5° do mesmo artigo do referido Regimento, os Parlamentares inscritos para interpelar o Expositor podem fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente em exercício anuncia a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles faz apresentação em *datashow* sobre o tema em referência, tendo finalizado sua apresentação às dez horas e dois minutos. Em seguida o Deputado Moreira Franco, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, assume a direção dos trabalhos. A discussão é iniciada. Interpelam o Expositor os Deputados Virgílio Guimarães, Luiz Carlos Hauly, Jorge Bittar, o Senador Valdir Raupp, os Deputados Fernando Coruja e Eduardo Valverde. Às onze horas e oito minutos o Deputado Gilmar Machado reassume a Presidência da Reunião. Interpelam ainda o Expositor os Senadores Aelton Freitas e Eduardo Suplicy e os Deputados Carlito Merss, Jorge Boeira, José Carlos Machado e Leonardo Mattos. É assegurada réplica ao Senador Aelton Freitas. O Palestrante responde os questiona-

mentos efetuados. O Presidente agradece a presença do Dr. Henrique Meirelles e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Deputado **Gilmar Machado,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Declaro iniciada a 2ª reunião conjunta de audiência pública de 2006 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com a participação das seguintes Comissões da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Participam desta reunião também as seguintes Comissões do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e o resultado demonstrado nos balanços do primeiro semestre de 2006, em atendimento ao estabelecido pelo § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Nosso convidado de hoje é o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil. Anuncio a presença entre nós do Diretor de Política Econômica do Banco Central, Dr. Afonso Sant'Anna Bevilaqua.

Ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, gostaria de agradecer pelo pronto atendimento ao convite para o debate sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, agradeço a atenção de V.Exa. para com esta Casa. Lamento, e de antemão peço desculpas pelo pouco tempo de que dispomos. Em virtude do final do ano, hoje vamos iniciar também a votação, em plenário, do relatório final do Orçamento. Portanto, devemos, na quarta e na quinta-feira desta semana, debater o Orçamento, peça fundamental para o País.

O Presidente do Banco Central foi convidado a participar deste debate em horário preestabelecido. Sei que V.Exa. está esperando desde 9h — já são 11h — e que tem agendado um compromisso com o Presidente da República. Pode ter certeza de que não vamos prejudicar sua agenda.

Também registro a presença do nosso Relator-Geral, Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, por até 20 minutos, para fazer sua exposição, não podendo o mesmo ser aparteado. Posteriormente, iniciaremos o período destinado aos debates.

Caso seja possível, gostaria de saber se podemos providenciar cópias da exposição de V.Exa. aos Parlamentares, para que todos possam melhor acompanhá-la.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Presidente.

Como sempre, é uma honra para mim e para o Banco Central comparecer ao Congresso Nacional e prestar contas das atividades do Banco no primeiro semestre de 2006.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em razão do exíguo tempo para a apresentação, devo dizer que o texto basicamente demonstra o resultado contábil do Banco Central no primeiro semestre de 2006 e, depois, faz um relato sobre o cumprimento de objetivos com relação às políticas monetária, creditícia e cambial, e com possíveis efeitos fiscais de decisões político-monetárias, bem como sobre a evolução recente da atividade econômica.

O resultado contábil apurado pelo Banco Central, no primeiro semestre de 2006, foi negativo em 12,5 bilhões de reais, o que decorreu principalmente do impacto da valorização do real frente ao dólar, de 7,54%. Basicamente, com o aumento das reservas internacionais — que são parte do ativo do Banco Central do Brasil — e como os ativos, portanto, em moeda externa, no caso em dólar, superaram os passivos de moeda externa, tivemos uma situação em que houve valorização do real frente ao dólar e, por isso, um impacto negativo no balanço do Banco Central. Quando há desvalorização do real, com valorização, portanto, do ativo em dólares, nós temos um impacto positivo no balanço comercial. Por exemplo, se nós olharmos o segundo semestre, até novembro, o resultado do Banco Central é positivo, exatamente pela evolução do real frente ao dólar neste semestre. Por outro lado, isso tem uma contrapartida, e a contrapartida é exatamente o impacto no Tesouro Nacional, porque essas reservas são uma contrapartida à dívida externa do País — e a dívida externa está contabilizada no Tesouro Nacional. Portanto, neste caso, eu vou mostrar que há um resultado negativo no Banco Central, que é compensado por um resultado positivo do Tesouro Nacional. No final, existe o ajuste quando o Banco Central transfere o resultado para o Tesouro; aí o Tesouro consolida o resultado. Portanto, como eu disse, o resultado é coberto até o décimo dia útil de 2007.

Se nós olharmos agora a composição do resultado do Banco Central, vamos ver que temos uma conta positiva de juros, mais ajustes de balanço, correção cambial, como eu mencionei, negativa; os *swaps* cambiais também tiveram resultado negativo. Houve apropriação de correções, inclusive de provisões negativas compensando alguns ajustes positivos no item "a", com resultado, como eu mencionei, de 12,5 bilhões de reais. Por outro lado, já existe a informação de que a variação cambial e *swaps* foram responsáveis por 11,6 bilhões de reais desse resultado que mencionei. E o resultado líquido das variações cambiais, portanto, esse sim, o resultado operacional do banco, foi de 638 milhões de reais negativos.

Se nós o compararmos com os últimos anos, vamos ver que o resultado do Banco Central é correlacionado com a variação cambial. Então nós temos essa variação que, por exemplo, era de 10 bilhões e 900 milhões de reais no primeiro semestre de 2002. Na época, a situação de balanço era o contrário; naquela época nós tínhamos poucas reservas. E se houve 24 bilhões positivos, por exemplo, no primeiro semestre de 2003, foi exatamente porque naquela época ocorreu uma valorização do real, justamente quando tínhamos uma posição passiva maior, uma posição ativa menor, porque as reservas eram menores. Portanto, nós tivemos esse resultado. Por isso é que nós, em trabalho com os auditores do Banco Central, concluímos que deveríamos reportar à sociedade, ao Congresso e ao mercado esse ajuste da correção cambial, com vistas a mostrar o impacto da correção cambial, mostrar que isso é objeto de uma contrapartida de um resultado oposto no Tesouro Nacional em função, novamente, de o Banco Central contabilizar as reservas e o Tesouro, a dívida externa.

Resultado de juros. Detalhes.

Isso aqui é o detalhamento das operações de juros como eu mencionei.

Passando agora ao detalhamento do efeito da correção cambial, que é um item de importância, como já mencionei, nós vemos aí, em vermelho, a evolução da cotação nominal do real frente ao dólar; portanto, temos aqui esse efeito de 7,54%, que foi a perda de valor do dólar frente ao real.

Nós vemos em tela o efeito da dívida externa, como mencionei. A dívida externa apresentava um saldo de 74,4 bilhões de dólares em dezembro de 2005; como houve o pagamento de 9,6 bilhões, o saldo passou a ser de 64,8 bilhões de dólares.

Sobre a cotação do real. Ela passou de 2,34 dólares, em dezembro de 2005, para 2,16 dólares, agora. E, se olharmos o efeito líquido, simplificando esses cálculos, veremos que houve um efeito cambial positivo para o Tesouro Nacional de 13,1 bilhões de reais.

Sumarizando, o que temos? O efeito câmbio, considerando-se que o Banco Central dispõe das reservas. As reservas são contabilizadas do ativo do Banco Central, enquanto a dívida externa, como disse, é contabilizada no Tesouro. Portanto, quando o dólar perde valor frente ao real, temos um prejuízo apropriado no Banco Central. Por esse efeito, 11,8 bilhões de reais é um resultado positivo no Tesouro Nacional, na medida em que o valor da dívida externa cai, em reais, exatamente porque o valor do dólar caiu, e a dívida é em dólar. Temos efeitos similares, e o resultado líquido para o Tesouro Nacional, depois de o Banco Central transferir o resultado negativo para o Tesouro, é um resultado positivo de 1,2 bilhão de reais, como resultado da valorização do real neste período — porque neste período, evidentemente, o saldo líquido da dívida externa era maior do que o saldo líquido das reservas; portanto, o resultado foi positivo no primeiro semestre de 2006.

No quadro, outros detalhes de balanço.

Aqui os senhores vêem um item relevante: Outras Receitas e Despesas; no caso, operacionais, despesas administrativas do Banco, de acordo com Orçamento aprovado pelo Congresso, de 685 milhões de reais; despesa com fabricação de cédulas e moedas, 165 milhões de reais; repasse do Tesouro Nacional, 297 milhões de reais; despesas com ações judiciais, 274 milhões de reais; outras, 16 milhões de reais. Soma total: 843 milhões de reais.

Vamos agora passar aos objetivos do Banco Central.

O Banco Central tem 3 objetivos importantes: política monetária, que é o cumprimento da meta de inflação, condição necessária para o crescimento sustentável ao longo do tempo; política creditícia, que tem como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito (não há metas formais); e política cambial, um aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante. Também não há metas para taxa de câmbio.

Política monetária. O objetivo fundamental do Banco Central nessa área é o cumprimento da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional em 4,5%, com tolerância de mais ou menos 2%.

Se analisarmos os resultados da condução da política monetária no Brasil, vamos ver que tivemos, no ano de 2002, uma inflação de 12,5%; que baixou para 9,3% em 2003; para 7,6%, em 2004; para 5,7%, em 2005. E, agora, a estimativa consensual no mercado é de que a inflação em 2006 deve se situar ao redor de 3,2%. Temos aqui uma trajetória de desinflação que

está se comportando de acordo com os objetivos e as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Um dado importante, quando comparamos a inflação ao consumidor medida pelo IPCA e a inflação medida pelo INPC. É interessante notar que o IPCA aponta uma inflação acumulada em 12 meses, em 2006, portanto a inflação real medida, de 3,02%, enquanto que a inflação apontada pelo INPC é de 2,59%. O IPCA mede a avaliação de preço ao consumidor nas regiões metropolitanas (as 11 maiores), de renda de 1 salário mínimo até 40 salários mínimos, enquanto o INPC vai de 1 até 8 salários mínimos.

Vemos então que a inflação foi ainda menos adversa, no período, às faixas de menor renda. Portanto, a inflação para as faixas de menor renda foi ainda menor do que para as faixas de renda mais elevada. Isso decorre principalmente da menor inflação no grupo alimentação.

A expectativa de mercado vemos em azul, no quadro. Vemos como ela tem caído durante o ano de 2006, comparativamente à inflação esperada para 2006. Em verde, temos a inflação esperada para 2007. Vamos ver como o mercado, recentemente, começou a fazer um reajuste dessas expectativas — para baixo.

Em dezembro de 2006, as expectativas para a inflação no Brasil, para este ano, ano corrente de 2006, e para 2007, encontram-se abaixo do centro da meta; porém, dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Dado da maior importância que vamos mencionar é o fato de que temos agora uma situação na qual, desde o ano passado, as expectativas de inflação estão de acordo com a meta, ao mesmo tempo em que a inflação corrente está também de acordo com a meta. Essa é uma situação evidentemente positiva e inédita na história corrente do País.

A expectativa de mercado para o IPCA nos próximos 12 meses aponta para uma trajetória cadente, estabilizando-se nos últimos meses.

Nesse quadro vemos uma evolução da inflação medida, comparada com as metas de inflação. O intervalo de metas está em cinza. Estamos vendo que a inflação, no início do regime de metas, esteve dentro do intervalo de tolerância; subiu acima do teto permitido pelo Conselho Monetário Nacional e voltou atrás graças à política monetária adequadamente implementada. Em 2003 voltou, digamos, para o intervalo de tolerância; subiu. Passou acima do teto no início do ano de 2005 e novamente voltou atrás, estando agora, como se espera, dentro do regime de metas, que vem sendo implementado com sucesso. Então, a inflação orbita em torno do centro da meta, na zona do intervalo de tolerância. Essa é a experiência da grande maioria de países que adotam o regime de metas: a inflação orbita em torno do centro, acima e abaixo, mas sempre dentro do intervalo de tolerância, como agora está ocorrendo no Brasil.

Política creditícia. O Banco Central tem como objetivo ampliar a oferta de crédito. Também aqui não há metas formais. Vemos o crédito com percentagem do produto, crédito total, em vermelho, na coluna esquerda, subindo cerca de 23,5% em janeiro de 2003, ou no primeiro semestre de 2003, crescendo de forma constante até um patamar próximo de 33% do PIB. Se olharmos o crédito livre, em azul no quadro, à direita, vemos uma trajetória similar, passando de cerca de 15% do produto para cerca de 22%.

Evolução do crédito livre para pessoas físicas e pessoas jurídicas. Temos que observar que o crédito para pessoas físicas está crescendo a uma taxa mais pronunciada do que o destinado a pessoa jurídica. Uma das razões é que, no caso das pessoas jurídicas, tem havido um movimento normal, que ocorre no mundo inteiro, que é a colocação de títulos pelas empresas diretamente no mercado — títulos que não são registrados nos balanços do sistema financeiro. Novamente, o crédito está crescendo também para a pessoa jurídica, mas vem crescendo de forma mais pronunciada para as pessoas físicas.

O *spread*, ou crédito livre, para a pessoa física está caindo de modo mais constante. O da pessoa jurídica subiu e voltou a cair, mas novamente mantendo uma tendência de queda.

O crédito — dado importante — em consignação em folha de pagamento. Temos o crédito consignado crescendo ainda a uma taxa superior ao crédito livre para pessoas físicas.

Crédito em consignação para aposentados do INSS. Temos aí uma demonstração do crescimento em volume e na quantidade de contratos.

Crédito em consignação a aposentados do INSS. Aqui, novamente, uma divisão por renda e, portanto, volume de crédito e número de contratos. Até 1 salário mínimo existem cerca de 2 milhões e 500 mil contratos; de 1 a 2 salários mínimos, cerca de 4 milhões de contratos; e depois um número menor de contratos. Mas aqui novamente os valores se mantêm relativamente estáveis: 1,8, 1,7, 1,9 bilhão de reais para faixas intermediárias. O valor maior, portanto, é para aposentados que ganham entre 1 e 2 salários mínimos.

Objetivos do Banco Central com a política cambial. O objetivo é um aperfeiçoamento constante do regime de câmbio flutuante. Não há uma meta de taxa de câmbio. Hoje em dia não existe mais, na maior parte dos países do mundo, a adoção do regime de metas de câmbio. Hoje se adota, na maior parte dos países,

o regime de metas de inflação. Portanto, o câmbio hoje é operado num regime de câmbio flutuante, com taxas fixadas pelo mercado.

Taxas de câmbio. Aqui os senhores vêem uma demonstração da evolução nominal de 1998 a 2006, uma demonstração de como evoluiu a taxa de câmbio nominal do real frente ao dólar nesse período.

Saldo em conta corrente (1996/2006). Um dado da maior importância. Quando avaliamos a política cambial, temos de olhar o resultado dessa política cambial no balanço de pagamentos. E um dado da maior importância é analisar como está a evolução das contas correntes no País. Vemos que as contas correntes têm tido um comportamento bastante favorável. Passamos de um déficit substancial no final da década de 1990 para saldos positivos em conta corrente no passado recente. Evidentemente, um número para 2007 é uma previsão. É importante mencionar que a realidade sempre tem superado a expectativa — isto no passado recente. O resultado da balança comercial tem de fato gerado resultados positivos de conta corrente maiores que os esperados pela maioria dos analistas.

Como mencionei, o saldo da balança comercial continua a crescer na margem. A expectativa para o ano de 2006 é de 45,4 bilhões de dólares, levemente superior ao número de 2005. Vemos que isso é gerado pelo crescimento das exportações, superior ao crescimento das importações. O resultado também mostra o dinamismo da economia brasileira.

Quantidades exportadas. Também um dado muito importante. Se olharmos a média maior em 12 meses nas exportações totais, vamos ver, em preto, que as exportações totais têm tido aumento de quantidade, não apenas de preço. Se olharmos apenas os manufaturados em vermelho, vamos ver que os manufaturados também têm tido aumentos em quantidade exportada. Os preços de exportação também têm tido um comportamento favorável para as exportações brasileiras.

Participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais. Outro dado da maior importância, na medida em que durante vários anos o Brasil perdeu mercado nas exportações mundiais. O total das exportações brasileiras nas exportações mundiais decaiu durante alguns anos e depois voltou a crescer. E continua em escala ascendente.

Fluxo Líquidos de Câmbio — também importante. Vamos ver que os fluxos líquidos de câmbio, se os compararmos, por exemplo, a 2004 e 2005 e, depois, o período de janeiro a novembro de 2006 com o de janeiro a novembro de 2005, vamos verificar que o grande fluxo positivo é o fluxo comercial, não é o fluxo financeiro. O fluxo financeiro tem sido negativo. No caso de janeiro a novembro de 2005, por exemplo, em vermelho, ele foi mais negativo; digamos, diminuiu o volume negativo, mas continua negativo. Já o fluxo comercial, que já era positivo em mais de 40 bilhões de dólares, passou a ser ainda mais positivo: 4,2 bilhões de dólares acima do ano anterior.

Se olharmos agora o componente dívida externa, como está o comportamento da dívida externa, vamos verificar que a dívida externa total tem caído de forma consistente. E a dívida externa líquida de reservas internacionais, no caso, novamente mostra um comportamento cadente. No primeiro trimestre de 2003, por exemplo, ela era cerca de 165 bilhões de dólares, chegando a 73 bilhões de dólares no terceiro trimestre de 2006 — uma queda importante da nossa vulnerabilidade. Isso é produto obtido do pagamento da dívida externa e da acumulação de reservas internacionais.

O Banco Central tem aproveitado esse momento favorável para fortalecer as reservas, conforme política anunciada em janeiro. Em 2006, o Banco Central adquiriu no mercado, até outubro, 29,3 bilhões de dólares, totalizando compras de 50,8 bilhões desde o início de 2005.

A idéia que tem sido seguida pelo Banco Central, conforme política anunciada em 2004, tem sido a de se pautar pelas condições de mercado, procurando não adicionar volatilidade à taxa de câmbio e não influenciar a tendência da cotação.

Durante os anos de 2001 e 2002 o Banco Central vendeu reservas, visando a estabilizar a moeda; depois, passou a comprar reservas — a partir de 2003. Vejamos então o próximo quadro.

Aquisição de reservas no mercado de câmbio (fluxos acumulados desde janeiro de 2004). Ele mostra como isso evoluiu: 56 bilhões de dólares, número atingido em outubro de 2006, em compras totais. As reservas internacionais líquidas (líquidas, no caso, de empréstimos do FMI enquanto eles existiam) atingiram um peso de 15,9 bilhões de dólares, em abril de 2003, crescendo até 7 de dezembro de 2006 para 83,4 bilhões de dólares. Isso mostra o efeito favorável no balanço de pagamentos e da intervenção da autoridade monetária na composição de reservas e na diminuição da vulnerabilidade externa do País.

Houve uma melhora expressiva dos indicadores de sustentabilidade externa do Brasil. Eles são os mais favoráveis desde o início da série. Desde o início que isso começou a ser medido, em 1970, que é a razão da dívida externa líquida sobre exportações, pagamento de juros sobre exportações, e a dívida externa líquida sobre o produto. Por exemplo, a evolução da dívida externa líquida com percentagens das exportações que começou em 3,1, quer dizer, a dívida exter-

na líquida era 3 vezes as exportações, agora atingiu o índice de 0,6.

Estava lendo, recentemente, uma análise feita por um respeitado economista no ano passado, e ele dizia: *"Melhorou muito. Nos países que de fato estão em condições sólidas de balanço de pagamento essa relação é de um dígito ou até muitas vezes inferior a um dígito"*. Estamos agora inferiores a um dígito: 0,6.

O pagamento de juros com percentual das exportações era 29% em 2000, e hoje é 10,8 %. Isto é, usávamos cerca de 30% do total de exportações para pagar juros. Hoje, apenas 10%.

A dívida externa líquida como percentagem do Produto, também uma evolução extremamente favorável: de cerca de 36% do PIB para 9,1%.

Risco Brasil — uma evolução também favorável. Evidentemente, os números de hoje são ainda mais favoráveis do que esse do quadro, oscilando ao redor de 200 pontos.

Outro interessante é a diferença entre o Brasil e outros países emergentes, retirando-se desses outros emergentes Brasil e Argentina. Vamos ver que a diferença tem caído sistematicamente, o que significa que o Risco Brasil está melhorando mais pronunciadamente do que o risco dos demais emergentes. O diferencial está diminuindo sistematicamente.

Risco Brasil *versus* demais emergentes. Vemos aqui como ele evoluiu e alguns eventos específicos. O anúncio do pré-pagamento ao Fundo Monetário, o anúncio da compra da dívida externa, o anúncio da recompra dos *bradies*, que eram os títulos que foram renegociados; são da dívida externa renegociada na década de 1980, quando uma reunião do Banco Central americano provocou aumento de taxas

de juros. Em resumo: esse quadro hoje é extremamente favorável.

Dado outro da maior importância é o da dívida cambial doméstica. No passado, o Brasil emitia títulos de dívida doméstica dolarizados, devido à dificuldade de colocar títulos indexados apenas ao real. Chegamos a ter 40,7% do total da dívida doméstica indexada ao dólar. Hoje isso está negativo em 1,2%. Foi eliminada, portanto, a dívida cambial doméstica.

Nesse outro quadro é mostrada exatamente a evolução da dívida cambial doméstica e sua redução, ano a ano, o que mostra, de novo, um outro componente da diminuição da volatilidade potencial da economia brasileira, principalmente sua vulnerabilidade às condições externas.

Redução do estoque da dívida cambial: portanto, houve uma evolução.

Agora, objetivos do Banco Central no que diz respeito à política monetária e a possíveis efeitos fiscais.

O impacto direto da taxa de juros nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. Ela tem efeitos fiscais indiretos. Por exemplo: efeitos sobre as expectativas, a inflação, a taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo. Tudo isso tem de ser levado em conta quando se analisa o efeito da política monetária. Por exemplo, se o Banco Central baixasse, digamos, artificialmente a taxa de juros, isso poderia ter aparente efeito positivo em alguns itens das contas do Tesouro Nacional, mas, por outro lado, o mercado poderia reagir negativamente, prevendo-se maior inflação, quando as taxas de juros praticadas no mercado subiriam, afetando, por exemplo, as próprias contas do Tesouro Nacional. Portanto, a maneira que julgamos mais correta de se analisar o efeito fiscal da política monetária é considerando o conjunto e a relação dívida líquida do setor público em relação ao PIB. Ou seja, analisar essa evolução. E veremos que a evolução é favorável: começou em 61,7%, em 2002, e chegamos agora,, em outubro de 2006, a 49,5%. Evidentemente, há uma série de componentes e o superávit primário é parte integrante e fundamental nesse processo.

Aqui temos, portanto, a análise dos diversos componentes.

Aumento da dívida foi negativo em 1,8%. Até outubro de 2006, ela caiu com a percentagem do Produto; diminuiu 1,8% do PIB.

A necessidade de financiamento do setor público caiu de 3,3% para 2,2%; o superávit primário, que era de 4,8%, agora é de 4,3% — portanto, diminuindo a dívida.

Juros nominais, que eram 8,1% do Produto, caíram para 6,4%.

Outra maneira de se analisar o efeito da política monetária seria dizer: *"Bom, o juro nominal caiu. Portanto, o custo fiscal foi menor"*. Mas, como dissemos, a maneira mais correta é avaliar o conjunto, não um item específico.

A depreciação cambial, que era 0,9% passa a 0,2%, favorável nesse sentido, e, portanto, diminuindo a dívida; crescimento do Produto, 3,9% — portanto, diminuindo a dívida; reconhecimento de dívidas e ajustes.

Este é o componente que explica a variação negativa da dívida, caindo como percentagem do Produto.

Finalmente, o quadro da evolução recente da atividade econômica.

Vamos aqui analisar a evolução do PIB. Por exemplo, se analisarmos a primeira coluna à esquerda, o terceiro trimestre de 2006 sobre o terceiro trimestre de 2005, o PIB, a preço de mercado, cresce a 3,2%. E temos 2 ângulos de análise. No lado da oferta, a agropecuária cresceu mais; a indústria, 3%; serviços, um pouco menos; na ótica da demanda, consumo das famílias, 3,4%; Governo, 2%; formação bruta de capital fixo, 6,4% (dado importante, na medida em que mostra que o nível de investimento está crescendo no País).

As exportações cresceram 7,5%, enquanto as importações, 20,1%. Portanto, o setor externo vem dando contribuição negativa à produção, porém, propiciando aumento do consumo.

Consumo das famílias (2003/2006). Vemos aqui evolução trimestre a trimestre, sempre em relação ao trimestre anterior. E vamos olhar a atividade do ponto de vista da evolução nos últimos anos. Se olharmos, por exemplo, a produção industrial, vamos ver que ela teve quedas pronunciadas, em 2001 e 2002, para apresentar uma tendência de crescimento a partir de final de 2003.

Vendas no varejo acusa crescimento ainda mais pronunciado, não é? Por quê? Muito bem. É muito importante analisar agora este componente, que me parece da maior importância para a atividade econômica, na medida em que qualquer política econômica, em última análise, visa aumentar o bem-estar da população, o que significa aumentar salário, renda e, em conseqüência, consumo, não é verdade? Tivemos a massa salarial total do País caindo em 2003, em função do ajuste feito posterior à crise cambial. E, como resultado da crise cambial de 2002, crescemos em 2004 apenas 2,4%; crescemos em 2006, 5%; e, em janeiro a outubro de 2006, crescemos 6,4%. Portanto, a massa salarial real cresceu 6,4%, de janeiro a outubro de 2006, sobre janeiro a outubro de 2005. Isso mostra o dinamismo da economia brasileira.

Se olharmos outros dados importantes: pessoal ocupado, como está crescendo ano a ano, o número de trabalhadores com emprego formal, um rendimento médio crescendo, portanto, a 4,1% no ano de 2006 sobre o ano de 2005, enquanto a massa salarial cresceu 6,4%.

Então, vamos ver aqui, digamos, o motor que está gerando, puxando o crescimento, que é exatamente renda e salário.

O salário real médio, portanto, está subindo. Esta, talvez, seja uma das projeções mais importantes da nossa apresentação. E essa massa salarial real também vem crescendo de forma importante.

Taxa de desemprego — caindo. Se olharmos 2002, 2003, vemos em vermelho escuro. Vemos uma taxa de desemprego que teve um comportamento em queda ao final do ano. E temos aqui essa tendência, em que todos os anos a taxa tende a subir no primeiro trimestre e cair no último trimestre. E, em 2006, ela está caindo, já atingindo níveis similares. Em 2005 já mostrava tendência decrescente. É importante mencionar que o número de ocupados em relação ao ano de 2005 é maior, mas, por outro lado, o número de pessoas procurando trabalho também, é maior. Portanto, é essa a explicação.

Aqui o quadro sobre criação de empregos formais. Nós vamos ver que, de 1995 a 2002, houve uma média de 33 mil empregos formais criados por ano; em 2003, 667 mil; e, em 2004 a 2006, uma média de 1 milhão e 273 mil empregos formais por ano. É um número que mostra o dinamismo econômico e uma das razões importantes do crescimento do salário e da massa salarial, isto é, aumento do emprego.

Como mencionamos, o objetivo último de qualquer política econômica é aumento do emprego, aumento da renda e, em conseqüência, do padrão de vida da população.

Investimentos.

Formação bruta do capital fixo, uma das formas de analisarmos como está se comportando o investimento. Em vermelho, a linha de tendência, vamos ver, subiu até 2001, principalmente como efeito naquela época dos investimentos em energia, produto do apagão. Depois tivemos uma queda e uma linha constante e crescente a partir daí.

Absorção doméstica de bens de capital (média móvel de 3 meses). De novo, outra maneira de medir o aumento dos investimentos no País. E temos aí a mesma tendência crescente, que é um sinal positivo sobre o futuro da economia brasileira.

Insumos da construção civil — também na mesma direção, crescentes.

Portanto, essa foi a nossa visão, não só dos resultados de política monetária do Banco Central do Brasil no que diz respeito à transferência de resultados operacionais para o Tesouro Nacional, mas levando-se em conta também a questão cambial, o efeito no Banco Central do Brasil e no Tesouro Nacional, os efeitos da política monetária e a evolução recente da atividade econômica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Agradecemos ao Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, sua exposição.

Srs. Congressistas, o Presidente do Banco Central aceitou nosso convite e chegou aqui no horário. Nós nos comprometemos com ele de cumprirmos seu horário, já que ele tem um compromisso agendado com

o Presidente Lula e com sua equipe para definição de rumos. Por isso, estaremos aqui para o debate até as 11h.

Vou passar a Presidência dos Trabalhos ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, já que se trata de uma reunião conjunta. Encontra-se aqui também o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, Deputado Carlos Mota.

Concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças, Deputado Moreira Franco, que vai coordenar os debates.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Agradeço ao Presidente Gilmar Machado a gentileza.

Vamos iniciar os nossos debates, passando a palavra ao primeiro orador, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente Henrique Meirelles, essa exposição de resultados do Banco Central que V.Exa. faz hoje, eu diria, é um marco absolutamente histórico, porque é o balanço que se faz ao final de um Governo. Portanto, estamos analisando aqui não aqueles balanços que a legislação impõe. Aqui é algo diferente daqueles requerimentos que fazemos ao Banco Central, muitas vezes até de maneira informal, ou discutindo com a Subcomissão da Comissão de Finanças e Tributação ou com a Comissão de Orçamento. Pois bem. Esse balanço mostra que o Banco Central fez a sua parte. Isso é importante fixar neste momento. Recebeu o Brasil com os fundamentos macroeconômicos absolutamente deteriorados; não só com uma situação de resultados brasileiros muito aquém daquilo que se esperava, mas com os fundamentos apontando para uma crise estrutural, uma crise crônica.

É evidente que o Brasil não saiu, como queríamos, inteiramente dessa situação. Gostaríamos de ver o Brasil em crescimento sustentável, próximo a 2 dígitos, com um crescimento chinês, por exemplo. Gostaríamos de várias coisas. Mas a economia não é nem nunca foi, em regime nenhum, por mais liberdade que desse um regime — e os regimes no passado tiveram força de revolução — algo líquido e certo. As condições materiais impõem seus limites. A grande contradição da sociedade humana não é a briga entre capital e trabalho. É essa contradição do mundo capitalista, para nós que estudamos pela mesma cartilha. Em qualquer que seja o momento, tem de haver sempre equilíbrio entre liberdade e necessidade, ou seja, a liberdade de fazer, mas conforme as possibilidades que as condições materiais impõem. E a consciência disso diz que temos de caminhar em passos firmes para construir os fundamentos. Somente assim vamos ter os avanços que precisamos, na economia e também na estrutura social.

Eu queria dizer aqui, Presidente Meirelles, que o Banco Central fez a sua parte, apesar das dificuldades que as condições materiais impõem, das conjunturas difíceis e das políticas. Os resultados estão aí, e são indiscutíveis. Muitos confundem o Banco Central com o Ministério do Planejamento, com o Ministério da Economia. O Banco Central deve ser aquilo que se espera dele: um banco central.

E o Banco Central do Brasil tem que ser analisado sob esta ótica: os resultados que apresenta e as metas que recebeu.

Por isso mesmo, Sr. Presidente Meirelles, quero manifestar aqui, com clareza, que esse balanço é o balanço de uma jornada, de uma meta. É por essa ótica que se devem analisar os resultados do Banco Central. Não pelo fato de se adotar essa ou aquela política, de ser essa ou aquela a decisão do COPOM. Temos de analisar tudo agora com um olhar mais olímpico, mais por cima, para vermos bem o que ocorreu. Por isso mesmo, fico à vontade para fazer este registro.

Presidente Meirelles, faço esta observação: o Banco Central fez tudo isso, apesar de sua estrutura arcaica. Passamos pela Constituinte Cidadã, que mudou o Brasil, varreu o lixo autoritário, mudamos tantas coisas, e o Banco Central permaneceu intacto, como se tivesse a estrutura mais perfeita do planeta. Mas, não. Acho que devemos ousar e mudar. Isso é imperioso dizer. Afora as emoções do momento, os embates políticos (que, olhando assim, com esse olhar olímpico, tiveram seu lugar e momento), eu acho que nós devemos, na próxima legislatura, analisar com seriedade uma reforma do Banco Central do Brasil.

Não vamos só contestar os resultados obtidos, mas analisar também a trajetória do Banco Central, não só neste momento, quando alcança resultados positivos, mas em outros também. Essa trajetória ressalta a necessidade de uma reforma, de caminharmos para um Banco Central mais moderno, mais focado, com definições e distinções mais claras, sobre quanto à questão da fiscalização. Quais as funções que ficam? Ele vai continuar a exercer, ou não, determinadas tarefas que lhe são atípicas? Elas devem ficar? Ou devem sair? E devem ir para onde? Eu acho que essa passada a limpo é uma responsabilidade nossa. Não podemos fugir dela.

O meu partido, o PT, sempre defendeu, até por meio de emenda constitucional, como proposta de Constituição, a autonomia do Banco Central. Essa é uma proposta histórica do meu partido. Mas acho que

nós deveríamos, até para recolocar essa discussão em outros termos, discutir aquilo que o Banco Central deve ter como atribuição, sua vinculação maior ou menor ao cotidiano da política econômica, assim como definir o tipo de estabilidade que devem ter seus dirigentes, a fim de que tenham a tranqüilidade necessária para exercer seu papel.

Nós já temos experiência nas agências. Mas a mais importante de todas as agências é o Banco Central. Então, tenho a convicção de que vamos fazer isso de maneira muito tranqüila e com a ajuda de V.Exa. na Presidência do Banco Central, contribuindo com sua ação prática. E, se porventura não mais estiver à frente do Banco Central, com uma ação até mais à vontade, dada sua experiência. Espero que esse seja o primeiro caminho.

Então, Presidente, a questão que coloco é esta: *vis-à-vis* os bons resultados, temos necessidade de pensar, de maneira tranqüila, desapaixonada, técnica, porém política, a reforma das arcaicas estruturas do Banco Central, para torná-lo ainda mais apto, para fazer dele um instrumento poderoso para dotar o Brasil dos fundamentos adequados para um crescimento econômico rápido, sustentável e com justiça social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer pelos elogios que faz à avaliação do trabalho do Banco Central. E digo que nos sentimos muito honrados e gratificados com sua avaliação sobre um item da maior importância, que é o efeito das políticas aplicadas pelo Banco.

Com relação à questão de projetos de reforma do Banco, acho que são sempre bem-vindos. Sabemos que o Deputado tem um projeto a esse respeito, e, como o senhor sabe, temos tido uma absoluta abertura para discutir, conversar, apresentar nossas informações, nossos dados, valendo-nos da experiência de outros bancos centrais do mundo. Estamos totalmente abertos, evidentemente, para discutir com o Congresso Nacional qualquer aperfeiçoamento em quaisquer das áreas de atuação do Banco, comparando, inclusive, nossos resultados com as experiências de outros países. Acompanhamos isso principalmente nas reuniões na Basiléia de vários bancos centrais do mundo, onde estamos o tempo todo analisando diversos mecanismos de funcionamento de um banco central.

Portanto, estamos totalmente abertos, mais uma vez, a qualquer discussão nesse sentido, e vamos dar a nossa colaboração e a nossa experiência na medida do possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro, Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, senhores diretores do Banco Central.

Para os analistas do mercado e para as grandes empresas, a exposição de V.Exa. está correta, na medida em que considera os requisitos de mercado de Wall Street, em Londres. Mas eu, que represento o povo do Paraná nesta Casa, não estou contente. Estou extremamente insatisfeito e inconformado com os rumos da política econômica do nosso País, cuja condução é feita por V.Exa., homem do primeiro escalão, por meio do controle da moeda, do câmbio, do crédito e, conseqüentemente, da inflação.

O que nos deixa estarrecidos é que, após 4 anos, o crescimento da nossa economia é pífio, mesmo melancólico. Ao final do primeiro Governo Lula, ele é de 2,7%; poderá ser um pouquinho mais até o final do mês, com o recálculo das taxas de crescimento da economia.

Meses atrás, eu lia nos jornais que as 200 maiores empresas do Brasil tinham tido um lucro, somente no ano passado, de 5,6% do PIB, ou seja, 108 bilhões reais de lucro. Depois, sai outra notícia: as 227 maiores empresas do Brasil tinham tido, nesses 4 anos, mais de 300% de lucro, o maior dos 4 anos anteriores. Isso me leva à compreensão de que essa política econômica do Governo Lula — a qual não é só de V.Exa, que é um membro notável do Primeiro Escalão que dirige a política econômica, mas também do Ministro da Fazenda e do próprio Presidente da República — opta, preferencialmente, pelos ricos. Os ricos estão extremamente satisfeitos porque nunca tiveram tanto rendimento como tiveram nesses últimos 4 anos!

Os pobres, por sua vez também, vivem de uma invenção tucana: a criação das Bolsas — Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Medicamento. Vários programas sociais, com muita habilidade política, foram transformados pelo Presidente Lula e o PT numa única bolsa apenas. Programas que atendem a milhões de brasileiros despossuídos.

Claro que esse modelo, em que não se mexeu nas estruturas da relação do Estado com a sociedade (o sistema tributário), mesmo com esses 2,7% de crescimento da economia, por pouco que cresça, deixa sempre os ricos ainda mais ricos, enquanto os pobres continuam pobres. Os pobres conseguem apenas expandir seu poder aquisitivo por meio de bolsas e aposentadorias. Tanto que, nesses últimos 12 anos, a política desta Casa se caracterizou por uma queda de braço permanente com o Governo em busca de um salário mínimo maior.

Lembro-me de que, quando começou o Plano Real, o salário mínimo era de 70 reais. Só para fazer uma comparação, cada salário de Deputado significava 114 salários mínimos. Hoje, o salário deste ano está em 350 reais. Isso quer dizer que fizemos uma política de expansão do salário mínimo, com aumentos reais; e os programas sociais deram mais poder aquisitivo às famílias pobres. Mas isso não é participar da riqueza do País por meio do crescimento econômico, com bons empregos, boas escolas etc. Ora, não é culpa de V.Exa. se não temos escolas suficientes e boas escolas, porque isso é parte do conjunto do Governo Federal, Estados e Municípios. O Brasil não tem creche e pré-escola para todas as crianças. O Brasil não tem ensino médio para todos os jovens. Só 35% dos jovens brasileiros estão no 2º grau.

O Chile tem 85% de seus jovens no 2º grau; o Brasil tem apenas 17% de seus jovens no 3º grau, no ensino superior. A Rússia, por exemplo, com a exceção da China e da Índia, com os quais não dá para comparar, porque são países cuja população é imensa, tem 70% de seus jovens nas universidades. O Chile já tem 35%; a Coréia, mais de 50%.

Esse é um capítulo que não diz respeito ao Banco Central. Mas V.Exa participa do Governo e o defende. Então, é co-responsável, porque nas políticas gerais não notamos mudança nenhuma, digo, assim profunda. Estou falando de mudança no sentido de que o País passe a investir muito mais em educação.

Por outro lado, o sistema de saúde pública está um caos. Não é culpa de V.Exa., mas V.Exa. participa do Governo. Há filas quilométricas para consulta especializada, para cirurgias eletivas, para exames laboratoriais especializados, e vai por aí afora.

O fato é que o consumo, a inflação das famílias abaixo de 8 salários mínimos, de que V.Exa. se vangloriou aqui, é menor. Está correto o dado de V.Exa. Por conta de quê? O que o senhor não disse para o Congresso Nacional e para o povo brasileiro? Às custas da agricultura, do agronegócio, que quase quebrou. Os menores preços em função de quê? Da taxa de câmbio flutuante — porque só o Brasil tem caixa de câmbio flutuante. Pois isso acabou destruindo o agronegócio brasileiro.

Temos de recompor as dívidas do agronegócio, fazer uma política com vistas aos próximos 25 anos, porque o agronegócio, com exceção da cana, da laranja e de alguns outros pequenos itens, o grosso da produção agrícola e pecuária brasileira, está produzindo com prejuízo. Esse é o retrato. Não tem preço para competir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Eu gostaria de lembrar ao Deputado Hauly que o Presidente Meirelles tem compromisso agendado. Gostaria que concretizasse e fizesse logo a indagação.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu também. Agradeço e vou atender a V.Exa. porque evidentemente teria muito mais a dizer. O fato é que o Brasil de 1950 a 1980 cresceu 55% acima da renda *per capita* mundial. Mas desde 1980, portanto nos últimos 4 anos da ditadura, e durante 21, 22 anos de Nova República, não consegue crescer a mais de 2,5% por mês. O problema não está na gestão de V.Exa.; o problema está nesse modelo falido. Ou mudamos os paradigmas da economia brasileira, da relação do Estado com a sociedade, da imposição do Estado sobre a sociedade, através dos tributos, do modelo de Estado, do modelo de educação, do modelo de saúde, do modelo de desenvolvimento brasileiro, ou daqui a 25 anos estaremos amargando mais ainda esse crescimento pífio, enquanto o mundo aí fora estará totalmente desenvolvido.

Só para termos uma idéia, nesses últimos 25 anos nós perdemos um PIB. Éramos para ter hoje metade da renda *per capita* norte-americana, enquanto o que temos dá menos do que 25%. O nosso modelo está falido. Ele é suficiente para agradar aqueles que têm. Das 500 maiores empresas do mundo, 420 estão instaladas no Brasil. E eles estão satisfeitos! As maiores empresas brasileiras também estão satisfeitas.

Nós, da classe média, nós, do povo brasileiro, não estamos satisfeitos. E nós do Congresso Nacional, a partir dessa nova gestão, não estamos dispostos mais a bancar esse tipo de política econômica. Vamos fazer um combate, uma oposição ferrenho a esse tipo de modelo iníquo e injusto que não traz felicidade para o povo brasileiro!

A classe média brasileira está esmagada. Queremos nos libertar desse modelo. E é hora de o Governo fazer uma revisão, promover mudanças de paradigma. E nós queremos colaborar. Em nome da Oposição, fizemos uma lei que foi sancionada na semana passada: a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Esse foi um trabalho que uniu Governo, Oposição e sociedade; e deu certo. Podemos fazer a reforma tributária e outras grandes reformas em conjunto, com Oposição e Governo discutindo e encontrando soluções.

Não estamos aqui só para criticar. Estamos aqui para construir um novo modelo brasileiro. Vamos enfrentar a banca internacional e a banca nacional. Vamos reduzir as taxas de juros. Vamos fazer logo as reformas tributária e educacional, remodelar a saúde e os demais programas, porque este País precisa crescer e prosperar na mesma cadência da China, da

Índia, da Argentina, que vêm crescendo bastante nesses últimos anos.

É utopia? Não é. Eu aposto com V.Exa. que, se implantarmos no Brasil hoje o modelo tributário americano ou europeu, no ano seguinte, só por conta da mudança do sistema tributário, nós cresceremos quase 5% a mais do que este Governo consegue produzir; ou seja, cresceremos a 7%.

O nosso sistema tributário é iníquo e injusto. No Brasil, a maior carga tributária recai sobre a base do consumo, que são os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Tem a palavra o Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Atendendo a orientação do Presidente, vou procurar ser bastante objetivo na resposta.

O ano de 2006, Excelência, é o terceiro ano consecutivo em que a massa salarial real no Brasil cresce. Como mencionei em minha apresentação, a massa salarial real no Brasil cresceu em relação ao ano passado cerca de 6,4%. Isso representa o salário dos trabalhadores de todas as classes sociais. Portanto, é importante mencionar que o trabalhador brasileiro hoje recebe um aumento grande em relação ao ano passado, pois, em termos reais, aumento de 6,4% da massa salarial é substancial em qualquer país do mundo. Repito: temos esse aumento pelo terceiro ano consecutivo.

O consumo das famílias também cresce pelo terceiro ano consecutivo. Como eu disse em minha apresentação, a finalidade última de qualquer política econômica é o bem-estar da população, o que significa renda e, em conseqüência disso, capacidade de consumo.

O rendimento médio real cresceu 4,1% este ano, em relação ao ano passado. Conseqüentemente, houve um crescimento importante das vendas no varejo: de outubro de 2005 a outubro de 2006, cresceram 7%. Foi um crescimento real, portanto, um crescimento importante e significativo, o que mostra de novo a capacidade de compra da população.

Eu acho que isso responde às questões referentes ao efeito da atual política econômica sobre a população.

Criação de empregos é outro dado da maior relevância, porque, em última análise, estamos falando também da empregabilidade da população. A criação média de empregos este ano, comparada com a dos últimos 2 anos, que foi de 1 milhão e 273 mil empregos, aumentou muito: apenas neste ano foram criados 1,5 milhão de novos empregos formais no País.

Há um dado interessante e relevante, Deputado. Observe que, no período de 1985 a 2003, o qual abrange o período de comparação de V.Exa., foram criados no Brasil 2,6 milhões de empregos formais. No biênio 2004/2005, foram criados 2,8 milhões de empregos. Mais do que o que se criou entre 1985 e 2003.

Acredito que isso sumariza a questão dos efeitos da presente política monetária para a população.

Em relação ao agronegócio, evidentemente existem variações importantes de preços, mas eles estão se recuperando em dólares.

No que se refere à questão da política cambial, de novo, governo de nenhum país do mundo hoje controla completamente taxas de câmbio. O único país que tem um efeito maior na taxa de câmbio, que mantém uma taxa de câmbio relativamente estabilizada, é a China. Para fazer isso, ela acumulou até agora cerca de 1 trilhão de dólares em reserva. Isso é possível para um país que tem uma poupança nacional de mais de 40%.

O Brasil tem uma política cambial bem-sucedida: 45 bilhões de dólares de saldo comercial, saldo de conta corrente, exportações crescentes, com câmbio flutuante.

Gostaria apenas de enfatizar este aspecto: criamos, apenas no biênio 2004/2005, 2,8 milhões de empregos, contra 2,6 milhões criados de 1985 a 2003, além de promovermos o aumento da massa salarial real e da renda média.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Posso usar 30 segundos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Nobre Deputado, a lista de inscrição é enorme. Gostaria que V.Exa. entendesse.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - É para falar do aumento da carga tributária, de quase 35% para 39%, e do aumento salarial dos servidores públicos do Brasil. Toda essa massa salarial deve ser do setor público brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - O Deputado Luiz Carlos Hauly se esquece do Pacote 51.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, prezado Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, gostaria de fazer alguns poucos comentários e algumas indagações sobre dúvidas que tenho relativamente à atuação específica do Banco Central.

Penso que há certo consenso na sociedade brasileira de que a economia brasileira está significativamente melhor. Isso foi expresso por V.Exa., Dr. Henrique Meirelles, são diversos aspectos da política monetária e fiscal, suas implicações na política macroeconômica como um todo e nos resultados no que diz respeito a emprego, renda, entre outros fatores importantes que beneficiam a população brasileira. Isso também está expresso nos índices de satisfação da população.

No entanto, por mais paradoxal que possa parecer, há também uma insatisfação latente na sociedade relativamente à expectativa real, concreta de que a economia possa crescer a taxas maiores. Ou seja, queremos manter a qualidade do crescimento, para que se gerem mais empregos, para que se distribua melhor a renda, mas, por outro lado, queremos, simultaneamente, aumentar a taxa de crescimento da economia brasileira para valores razoáveis, 4%, 5%, até 6% ao ano. Penso que isso é hoje um consenso na sociedade.

Sabemos que há alguns limitadores em relação ao setor público, notadamente no que diz respeito à questão fiscal. Enfim, a União, os Estados e os Municípios têm que fazer melhor o dever de casa, no sentido de delimitar as contas correntes, sem prejuízo dos gastos sociais essenciais.

O Deputado Luiz Carlos Hauly citou como área grave no País, no que diz respeito a gasto público, a área de saúde. Registro que, desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 29, praticamente dobramos os gastos da União em relação à saúde pública no Brasil. No entanto, não há percepção por parte da sociedade de que os serviços públicos de saúde tenham melhorado significativamente. Isso nos leva a crer que, de um lado, precisamos continuar criteriosamente ampliando os gastos, mas precisamos sobretudo melhorar a gestão da saúde pública no Brasil. Aliás, isso vale para a saúde, para a segurança pública, para a educação, para todos os gastos essenciais do País.

Acabamos de aprovar o FUNDEB, que vai injetar, ao longo dos próximos 2, 3 anos, mais 4 bilhões de reais de recursos da União no ensino básico. Ora, se isso não for acompanhado da melhoria da gestão do serviço de educação, a percepção de melhoria continuará sendo muito baixa, ou seja, continuará havendo a percepção de que os serviços públicos não estão melhorando. Essa é uma questão que, parece-me, tem de ser fundamentalmente trabalhada.

Quanto ao setor privado, à elevação da capacidade de investimentos do setor privado na economia — refiro-me à questão fiscal, para ampliar a capacidade de investimento do setor público —, o maior entrave é inegavelmente o problema da carga tributária no País, porque é grande e mal distribuída. A União e os Estados ficam fazendo reparos com medidas isoladas. Há muito que o País reclama um imposto sobre valor agregado, que unifique esses 6, 7 impostos sobre o valor adicionado existente, nos Municípios, nos Estados, na União, para simplificar, diminuir a carga tributária e, de alguma forma, contribuir — uso a palavra do Presidente — para que se destrave um pouco a economia brasileira.

No que se refere a juros, tenho preocupação a respeito de *spread* bancário. Não obstante termos registrado que o *spread* bancário se reduziu no País, há um certo sentimento de que a margem das instituições financeiras continua muito elevada e há uma percepção generalizada de que possa haver certa acomodação — não chamaria isso de oligopólio, mas de certa acomodação das instituições financeiras. Ou seja, uma baixa taxa de competição entre as instituições de crédito no Brasil faz com que o *spread* bancário se mantenha alto, a despeito da queda significativa da taxa de juros básica no País. A taxa de juros básica no País tem caído mais percentualmente do que o *spread* bancário. Isso nos faz crer que há problemas estruturais nas instituições financeiras brasileiras, que precisam ser ajustadas, para que haja mais competição e uma redução mais acelerada do *spread* bancário. Isso tem a ver com o crédito da pessoa física e da pessoa jurídica.

Todos costumamos ouvir muito, sobretudo de pequenos e médios empresários, uma reclamação imensa de que não há acesso a crédito, que o crédito é caro no País, que as exigências são infindáveis. Enfim, mesmo nas linhas de crédito oficiais, que têm o setor financeiro como agente de crédito, como as linhas do BNDES, que têm vários bancos privados como agentes financeiros, o acesso ao crédito ainda é complicado, pelo preço do crédito e pelas exigências, que são terríveis. Gostaria de ouvir comentários de V.Exa. sobre isso.

A outra questão é muito específica. Gostaria que o senhor nos falasse, a mim e ao Deputado Carlito Merss, que estamos tentando entender um pouco melhor, sobre a questão da dívida cambial doméstica, que se tornou negativa. Poderia explicar-nos a composição dessa dívida cambial e o que a leva a se tornar negativa? Imaginávamos que ela pudesse ser zerada, mas não tornada negativa. Isso tem a ver com as operações do Banco Central no mercado cambial interno. Enfim, gostaríamos de entender um pouco melhor esses mecanismos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Sr. Presidente do Banco Central, V.Exa. tem a palavra.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, é um prazer responder às suas perguntas.

Antes das perguntas sobre a questão tributária e o crescimento econômico — S.Exa., evidentemente, acompanha muito bem o assunto —, preciso dizer que há, no momento, um trabalho grande do Governo, que visa exatamente a ultimar a apresentação de um plano de ação e de algumas medidas a serem enviadas ao Congresso em relação a isso. Neste instante, inclusive, está acontecendo uma reunião, da qual pretendo, se possível, participar. Certamente, será feito um anúncio a esse respeito em breve.

Na questão do *spread* bancário, o que a experiência da maior parte dos países mostra é que são 2 fatores da maior importância que levam à diminuição do *spread* bancário. Em primeiro lugar, a estabilidade econômica. Se a estabilidade econômica é mais sólida, prevalece por um período mais prolongado, a competição aumenta no sistema e existe um número maior de instituições disputando as operações, o que faz com que haja uma tendência de queda do aumento do prazo e do volume dos *spreads*. Nós já começamos a ver um pouco disso no Brasil. E existe a questão objetiva da competitividade, o segundo aspecto que o senhor mencionou. Algumas medidas já foram implementadas nessa direção, para aumentar a competitividade do sistema. Por exemplo, foi criada a conta-salário, que já foi regulamentada para todos os convênios novos e está em processo de regulamentação no que se refere aos convênios já existentes.

Com a conta-salário, permite-se que o trabalhador que tem o seu salário depositado numa determinada instituição possa, sem tarifas e despesas, ter o seu salário transferido para uma instituição que lhe ofereça condições melhores para as suas operações bancárias. É um exemplo.

Outro exemplo: hoje, o correntista do banco ou o cliente, dependendo da sua faixa de operação, tem dificuldades de conseguir empréstimos em outra instituição que não aquela na qual trabalha. Por quê? Por falta de cadastro. Uma das medidas que está já em andamento é a central de risco do Banco Central, na qual todas as transações de todos os clientes do sistema bancário são registradas. O que permite, portanto, que um determinado cliente que queira mudar de banco, porque tem condições mais favoráveis no outro, possa autorizar o outro banco a ter acesso ao seu cadastro.

Essa central de risco cobre apenas as operações acima de 5 mil reais. O Banco Central já está investindo fortemente no sentido de que a cobertura alcance operações acima de 3 mil reais e, depois, acima de mil reais. Depois disso, serão considerados valores ainda menores. Estamos trabalhando nesse sentido. Existem também projetos que vão permitir a portabilidade do cadastro positivo. Questão importante que está em andamento é a da portabilidade do crédito. Essas são medidas que também estão sendo discutidas.

Em resumo, Deputado, hoje as condições de estabilidade já permitem um trabalho intenso de melhora da competição entre os bancos. Existe um projeto em andamento nesta Casa que define as funções do CADE e do Banco Central na questão da análise da competição bancária. É um projeto que pode, inclusive, ser aperfeiçoado nessa mesma direção. O próprio Supremo Tribunal está decidindo a questão da aplicação do Código de Defesa do Consumidor nas operações bancárias. Existe uma lista extensa de trabalho visando a exatamente aumentar o nível de competição no sistema. Em conseqüência, vemos uma queda paulatina dos *spreads* bancários, com maior solidificação da estabilidade.

Em relação às dívidas cambiais domésticas, basicamente, eram títulos do Governo Federal emitidos, denominados em reais, porém indexados ao dólar. Além do mais, o Banco Central também adotou outro mecanismo na mesma direção, os *swaps* cambiais, por meio dos quais ele vendia dólares no mercado futuro. Após fazer um contrato, vendia dólar à taxa presente, corrente, para entrega virtual futura. É outra forma de endividamento indexado ao câmbio, na medida em que, houvesse a desvalorização do real, o Banco Central teria uma despesa; houvesse a valorização do real, o Banco Central teria uma receita.

O que ocorreu? Em primeiro lugar, o Tesouro Nacional deixou de emitir papéis indexados ao câmbio. Essa já foi a primeira fonte de diminuição do endividamento. Quando venciam esses papéis, eles não eram renovados. Essa é uma parte.

A segunda parte é o chamado *swap* cambial reverso. Ao invés de o Banco Central vender dólares futuros, passou a comprá-los no mercado. Quer dizer, o Banco Central não só comprou dólares no mercado, à vista, para composição de reserva — portanto, dólar físico —, como também começou a fazer uma operação contrária no mercado futuro. Ao invés de vender dólar futuro, passou a comprá-lo. Suponhamos que tivéssemos um título cambial em real equivalente a 1 milhão de dólares vencendo no dia 8 de março de 2007. Considerando que o Banco Central compre dólares para o mesmo dia, terá, naquele momento, um passivo de 1 milhão de dólares e um ativo de 1 milhão de dólares. Portanto, diminuiu a dívida. E como pode ser negativa a dívida? Exatamente chegando ao ponto em que o Banco Central tenha mais ativos denominados em dólares do que passivos denominados em dólares. Que

tipo de ativos? Contratos futuros de câmbio, comprados pelo Banco Central no mercado futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Moreira Franco; Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Carlos Mota; Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; Srs. Diretores, na verdade, são 3 considerações rápidas, 3 perguntas.

Sabe-se que o núcleo da inflação é composto por energia, combustíveis. A PETROBRAS teve, no ano passado, lucro líqüido recorde de aproximadamente 12 bilhões de dólares, quase 30 bilhões de reais. Isso porque o custo de 1 barril de petróleo produzido no Brasil é de 6 a 7 dólares. A PETROBRAS vende o barril de petróleo para o mercado interno pelo preço internacional, que hoje fica em torno de 60 dólares. A pergunta: não seria uma sábia decisão governamental diminuir o lucro líqüido da PETROBRAS e repassá-lo ao mercado interno para baixar a inflação? Parece que esse modelo está sendo usado na Venezuela, por isso seu PIB está crescendo a 8%, 10% ao ano.

Vou fazer a segunda pergunta. Sabe-se que o Governo Federal quase diariamente intervém no mercado de câmbio, adquirindo dólares, especialmente para conter a sua queda, o que faz com que o Brasil aumente suas reservas cambiais, que hoje estão em torno de 83 bilhões de dólares, como disse V.Exa. O Governo Federal teria hoje alternativa para manter a estabilidade da moeda norte-americana sem se valer dessa prática artificial para conter a queda do dólar ou valorizá-lo em nosso País, com o objetivo específico de salvaguardar as exportações e a indústria nacional?

Agora a terceira pergunta. O Brasil tem hoje os juros reais, nominais mais altos do mundo, o que impede o tão sonhado desenvolvimento sustentável defendido pelo Governo Federal, que almeja um crescimento, no próximo ano, de 5% ou 6% do PIB. Sabe-se que os juros altos são um malefício para a economia brasileira. O Governo Federal, no novo mandato, tem saída mais ousada para diminuir drasticamente as taxas de juros reais no País? Por que a redução de juros reais não chega aos consumidores como deveria chegar?

São essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Sr. Presidente do Banco Central, V.Exa. tem a palavra.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Sr. Senador, quanto ao lucro da PETROBRAS, tenho a dizer que a experiência de diversos países do mundo de subsidiar o preço da energia não tem sido necessariamente bem-sucedida. Isso cria uma série de distorções nos incentivos à produtividade, ao consumo. Há exemplos recentes de alguns países, que têm abandonado gradualmente a política de subsídio ao consumo de energia. O preço da energia é real, ela é comercializada a determinado preço, que é produto da oferta e da demanda no mercado mundial. Alguns países que executaram esta política de manter preços artificiais de energia tiveram dificuldades fiscais importantes a longo prazo.

O Brasil não é um país que tenha sobra de recursos fiscais que lhe permita procurar novas formas de despesas públicas ou não se preocupar com receita. Não nos devemos esquecer de que o maior acionista da PETROBRAS, em última análise, é o Governo Federal. Isso faz parte do resultado primário do Governo. Se o Governo deixasse de ter essa receita, teria que buscar receita em outro lugar ou cortar despesas. O equilíbrio indica que a política mais prudente é manter os preços atualizados aos níveis de mercado.

A respeito da intervenção e das compras do Banco Central, não temos no Brasil, Senador, uma política de meta de câmbio. Já tivemos no Brasil uma política de metas de câmbio na década de 90, que não foi bem-sucedida. O Brasil tem um sistema de flutuação de câmbio, que é o sistema mais moderno, e um regime de metas de inflação. A cotação do dólar é determinada pelo mercado. Em diversos países, tentativas de controlar a taxa de câmbio por meios artificiais têm sido malsucedidas.

Existem variações na sistemática de acumulação de reservas em países, por exemplo, como Rússia, Argentina e, de certa maneira, Chile. Eles taxam as exportações e constituem fundos de estabilização. São normalmente países que têm uma exportação muito concentrada. No caso da Rússia, petróleo; no caso do Chile, cobre; no da Argentina, *commodities*.

Intervenções no sentido de se tentar controlar o preço da moeda externa, igualmente tentativas de controlar preços na economia, de uma forma ou de outra, têm sido malsucedidas. No Brasil, já tivemos várias experiências na década de 80, congelamento de preços dos produtos, dos bens de consumo, as quais não foram bem-sucedidas.

Em relação aos juros, Senador, V.Exa. menciona uma saída ousada para diminuí-los. A ousadia tem que se dar no controle da inflação. Se a inflação está estabilizada, se os preços têm uma variação com uma inflação dentro da meta, os prêmios de risco e a incerteza caem; com isso, a taxa de juros real de mercado cai de forma consistente.

Experiências feitas em diversos países onde os respectivos bancos centrais tentaram baixar a taxa de

juros artificialmente levaram a aumento da inflação e a aumento da taxa de juros real no mercado. Essa taxa é, de fato, a que influencia a atividade econômica.

Em relação à pergunta sobre o repasse para o consumidor da queda da taxa básica de juros, acredito que é a mesma feita pelo Deputado Jorge Bittar. Esse assunto está totalmente vinculado à maior estabilidade da economia e, principalmente, a um aumento da competição entre os bancos. Quanto a isso, mencionei toda aquela série de medidas com que se visa a aumentar a competição no sistema bancário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, temos longa experiência de ouvir o Presidente do Banco Central, que vem aqui a cada período prestar contas.

Estava falando com o Senador Augusto Botelho e o Deputado Geraldo Resende. Nós 3 somos médicos. Quando recebemos os papéis, os exames dos pacientes, eles estão bons, os exames estão sempre bons. Da mesma forma, cada Presidente que vem aqui apresenta exames bons, mas o paciente, às vezes, não está indo tão bem como mostram os exames, porque, no mundo real, vemos que há problemas de várias ordens.

Há alguns anos, o Banco Central, por um período, foi presidido por Gustavo Franco; depois, por Armínio Fraga. Há algum tempo V.Exa. preside esse órgão. No atual Governo, a política macroeconômica, dentro desse modelo, foi conduzida de forma correta por V.Exa. Realmente os exames estão melhores agora. Há certa impressão de que os exames estão melhores. O que questionamos, como o faz o Deputado Luiz Carlos Hauly, é o modelo econômico, esse modelo de juro alto, carga tributária alta e gasto público baixo, que o Brasil utiliza e que tem provocado um crescimento pequeno nos últimos 20 anos. E não temos sinais de que isso possa avançar. Dentro desse modelo, daqui a 10 anos, se estivermos aqui, vamos estar discutindo a mesma coisa, um crescimento pequeno. Os dados estarão indo bem, mas a economia não estará avançando.

Eu queria fazer algumas perguntas objetivas, Sr. Presidente. O Deputado Jorge Bittar já tratou do *spread* bancário e V.Exa. mostrou algumas coisas que está fazendo para tentar diminuí-lo. Abrimos a economia para os bancos internacionais sob a argumentação de que a concorrência diminuiria o *spread* bancário, e não conseguimos diminuí-lo. E estas medidas todas, transferência de conta-salário e outras, parecem ser muito singelas para produzir uma queda do *spread* bancário. O que o Brasil pode fazer em relação a isso?

A segunda indagação refere-se ao crédito. O Banco Central não tem uma política de crédito, não tem metas em relação a esse tema. O crédito para pessoas físicas e jurídicas tem aumentado, mas o Brasil tem crédito — não sei bem o número, 30% do PIB — ainda muito pequeno em relação ao que ocorre no mundo. Há uma pequena oferta de crédito, que é concentrado nas mãos de poucas pessoas. Nós mesmos criamos fundos de aval para os pequenos empresários, que sempre acabam na mão dos médios empresários, porque no Brasil não há garantia, e os bancos só emprestam quando têm 150% de garantia. Então, mesmo com esse crédito de acesso a essas pessoas, que ainda é pequeno, o próprio Governo é o maior tomador.

Em relação ao crescimento dos empregos formais, Ministro. Há vários trabalhos que mostram que o crescimento dos empregos formais decorreu da própria Justiça do Trabalho, mais do que do crescimento da economia. Houve uma maior formalização, resultante de maior atuação dos órgãos de fiscalização. Esses números estão sendo analisados pelo Banco Central? Qual foi o impacto da atuação da Justiça do Trabalho, do Ministério do Trabalho, enfim, dos órgãos estatais no crescimento da economia?

Quanto a salário e consumo das famílias, houve um crescimento importante em números relativos, mas, quando se compara esse crescimento com o do restante do mundo, percebe-se que ainda é muito pequeno. É claro, o País cresce pouco, mas há período em que cresce mais, apesar de ser um crescimento relativo.

Gostaria de perguntar isto a V.Exa.: qual é seu posicionamento em relação à independência do Banco Central atualmente? Vai defender, no próximo Governo, que o Banco Central tenha independência?

Outra pergunta refere-se à dívida interna. Há um bom tratamento da dívida externa, a dívida interna também está caindo em relação ao PIB, mas ela é uma espada na cabeça da nossa economia, e é algo crescente. O que realmente vamos fazer para conter essa dívida interna, que consome do Tesouro mais de 100 bilhões por ano? A falta de recursos para a infra-estrutura — o País não vai crescer sem infra-estrutura — decorre dessa brutal transferência que se faz dos tributos para o sistema financeiro.

Finalmente, há uma sensação no País, abordada pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, de que o Brasil é o paraíso dos banqueiros. Na verdade, quando se fala que 200 empresas neste País tiveram um lucro enorme, quando se verificam essas empresas, percebe-se que a maioria delas, mesmo que sejam de comércio, são bancos disfarçados. Hoje é tudo banco. Loja que vende

carro não é loja que vende carro, é banco, porque ela não vende carro, ela financia o carro. O mesmo ocorre com loja que vende geladeira. Se não tivesse geladeira, seria melhor, não precisaria levar a geladeira, porque ela ainda dá defeito. Essas empresas que têm lucros são bancos disfarçados, como as Casas Bahia e a GM, revendedora de carros. Elas não vendem produto, e têm uma lucratividade enorme.

Pergunto, Sr. Presidente: o Brasil é o paraíso dos banqueiros, se comparado ao restante do mundo? Há algum país em que os banqueiros têm situação tão boa como no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Presidente Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, em relação às medidas que estão sendo tomadas, visando a aumentar a competitividade do sistema financeiro, não há em país algum do mundo uma única medida drástica, espetacular ou dramática com que se consiga isso. Já houve tentativas no passado, inclusive no Brasil, muitas vezes, de tabelamentos, de controle por parte do Governo, mas todas fracassaram. Isso gera distorções, problemas, corrupção e desvios de toda ordem.

Acompanhamos isso não só no Brasil, mas também em diversos países. Lembro-me de uma época em que visitei um país vizinho ao nosso, em que o Governo tabelou a taxa de juros, na época, em 180% ao ano, porque a inflação era alta naquele país. Com isso, e por outras razões também, não só essas, a inflação chegou a 2.000%. Um dos melhores negócios no País era o cidadão conseguir tomar o dinheiro num banco, ir ao exterior, comprar geladeira, televisão, o que fosse, armazená-lo, esperar 6 meses, vender o produto e ficar rico. Evidentemente, repartia, muitas vezes, com o gerente do banco.

Estou dando uma resposta que, evidentemente, não é significativa, é meramente ilustrativa. Mas o que quero dizer é que medidas autoritárias e intervencionistas normalmente não funcionam.

A conta-salário, medida eficaz e importante, não resolverá sozinha a questão. Eu listei uma série de medidas, todas elas no sentido de aumentar a competitividade no sistema bancário. Essas medidas, juntamente com a estabilidade da economia e a transparência, permitem maior expansão do crédito, com queda de preço.

Entrando em sua segunda pergunta, Deputado, sobre a questão do volume de crédito, digo a V.Exa. que não há dúvida de que o volume de crédito é pequeno se comparado com o de outros países. Temos um crédito total que atinge cerca de 33% do produto. Mas é importante mencionar que ele partiu de uma base de 22%. Não só na economia, mas também na vida, e até na sua área, a área médica, suponho, não há necessariamente passos gigantescos. O importante é crescer, é estar numa velocidade correta de crescimento.

A expansão do crédito no Brasil tem sido importante e substancial, também em relação ao número de tomadores. Se considerarmos, por exemplo, o número de tomadores do crédito consignado, vamos ver que tem, principalmente nas faixas de renda menor, aumentado significativamente.

Apresentei dados que mostram que a expansão do crédito em faixas de 1 a 2 salários mínimos, para o aposentado do INSS, por exemplo, foi a faixa que mais se expandiu no Brasil. Portanto, há uma expansão importante. De novo, temos um campo grande de expansão à frente.

A criação dos empregos formais e a melhora da eficácia da fiscalização representam um dado, mas não é o mais importante e único, Deputado. A criação de empregos formais é real. Existem dados de pesquisas do IBGE em relação ao emprego total, inclusive a empregos informais, que têm amostragem menor. Evidentemente, são dados do CAGED, que não são amostragens, são dados reais, de todo o País, enquanto os dados do IBGE dizem respeito às 6 maiores regiões metropolitanas apenas. Mas os dados são consistentes e mostram que há uma expansão, sim, real e importante do emprego no Brasil. Essa é a função principalmente do aumento da previsibilidade da economia e da estabilidade, que trará, em conseqüência, maior disposição das empresas para contratar e investir.

Em relação ao aumento do consumo, o Deputado menciona que a base é menor do que a de outros países. S.Exa. certamente tem razão. O Brasil tem uma renda *per capita* menor do que a dos países, por exemplo, ricos ou industrializados. Não há dúvida. Mas o importante é que o consumo está crescendo, o importante é que estamos na direção certa. De novo, em economia, não há saltos. O consumo, de fato, está crescendo. Como mencionei, a massa salarial este ano, em termos reais, cresceu 6,4% em comparação com a do ano passado. É um crescimento importante, Deputado, em qualquer lugar do mundo. Portanto, é essa a direção que temos de perseguir.

Quanto à independência a que V.Exa. se referiu, Deputado, não cabe ao Banco Central, é evidente, opinar ou se posicionar sobre sua própria independência. Dito isso, não há dúvida de que experiências de diversos países mostram que bancos centrais autônomos tendem a ter sucesso, isto é, ter uma experiência positiva, com decréscimo mais pronunciado de

taxas de juros reais e também com taxas de crescimento positivas.

É difícil analisar a questão isolando esse aspecto, porque existem outros aspectos ao mesmo tempo. Foi também o mesmo período em que foi implantado o regime de metas de inflação na maior parte dos países do mundo, foi um período em que a globalização avançou muito. Em resumo, existe uma série de fatores que podem ter influenciado, mas o fato é que, durante esse período, as taxas de juros reais médias no mundo caíram, principalmente naqueles países que adotaram regime de metas de inflação, com banco central independente, e abriram mais as suas economias.

V.Exa. mencionou a dívida interna. Eu diria que temos de olhar a dívida no total, a interna e a externa, o endividamento público global. Em termos nominais, sim, ela está subindo, inclusive pela inflação e pela apropriação de juros. Por outro lado, como percentagem do produto, que na nossa avaliação é o critério mais significativo, ela está caindo. Está um pouco abaixo de 50% do produto, já atingiu 62%. De novo, ela está caindo de forma segura. Pode-se, é claro, ter como meta valores menores do que esse. Mas o importante é o trabalho que está sendo feito, com vistas a que essa dívida caia. E ela está caindo como percentagem do produto.

No que diz respeito à posição do Brasil em relação a outros países, com referência à atividade de financiamento, particularmente de crédito, que foi mencionado pelo Sr. Deputado, eu diria que o sistema financeiro no mundo hoje é mais saudável do que já foi no passado. No Brasil já tivemos, no meio da década de 90, a quebra de diversas instituições financeiras importantes. Isso já é passado, pelo menos dentro da expectativa e da experiência que temos hoje. O sistema financeiro brasileiro hoje é muito mais sólido do que foi no passado.

Os níveis de lucratividade no sistema financeiro brasileiro hoje são compatíveis com os de outros segmentos da economia. Já foi mencionado aqui o fato de que as grandes empresas brasileiras hoje têm um nível de lucratividade muito maior que no passado; em algumas delas, maior do que o dos bancos. Os bancos não têm mais o maior lucro. Hoje, existem várias companhias que têm lucros maiores que os dos bancos.

O Deputado mencionou que o crédito é uma atividade muito importante. Mas, Deputado, temos de comparar essa afirmação com uma das observações iniciais, de que o crédito ainda é pequeno. Temos 2 coisas que são conflitantes. Não há dúvida de que o crédito no Brasil está crescendo, mas ainda é pequeno quando comparado com o de outros países. Na realidade, essa atividade de concessão de crédito tenderá, no Brasil, com a estabilidade, a aumentar muito mais. No Brasil, representa 33% do produto; no Chile, 70%; nos Estados Unidos, 120%. Isso significa que a tendência, de fato, é aumentarmos o crédito, para possibilitarmos à população maior acesso de compra e às empresas financiamento do investimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - O Presidente Henrique Meirelles tem um problema de horário. Para darmos mais agilidade aos trabalhos e oportunidade a todos os Parlamentares de apresentarem suas indagações, S.Exa. poderia responder às perguntas de 3 Parlamentares de cada vez.

Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, muito prazer.

No Brasil, o programa de microcrédito do Governo Federal foi, quanto a sua conceituação, importante: oferecer crédito, de consumo e de produção, para que ocorresse a democratização do acesso ao crédito. No entanto, acabou havendo dificuldades na operacionalização disso, pela concentração bancária muito forte, que inibe a presença do usuário do microcrédito na agência, pela dificuldade dos bancos formais de operacionalizar o microcrédito e pela inexistência ou insuficiência de rede de cooperativas de crédito, de bancos regionais ou locais que pudessem operacionalizar com maior facilidade esse programa. É óbvio que temos de reconhecer que houve um avanço em relação a essa matéria no Brasil, mas ainda é muito insuficiente.

As perguntas que dirijo ao Presidente do Banco Central são as seguintes: o que fazer para efetivamente se democratizar o acesso ao microcrédito? Será que incentivar as cooperativas de crédito no Brasil, que têm uma série de dificuldades para permanecer existindo, não seria uma das maneiras para se ter acesso a essa oferta? No ato da oferta, o que poderia ser feito a mais para se aumentar, além da redução do depósito compulsório dos bancos, a oferta de microcrédito no País? Qual é a forma dessa rede bancária para permitir que o pequeno usuário do microcrédito possa acessá-lo? O que fazer para se aumentar a oferta de microcrédito, tanto daquele direcionado ao consumo quanto, principalmente, do voltado para a produção, já que o Congresso Nacional aprovou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, na qual há um dispositivo que estabelece diferenciação relativamente ao acesso ao microcrédito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Sr. Presidente, tenho 2 perguntas a fazer, e a segunda pergunta depende da resposta à primeira. Tentarei ser bem objetivo.

Sr. Presidente Henrique Meirelles, é um prazer recebê-lo nesta Comissão. Como membro da Subcomissão da Liqüidação de Instituições Financeiras, cujos trabalhos findamos hoje, e Senador por Minas Gerais, tenho algumas dúvidas. Portanto, é muito oportuna a presença de V.Exa. nesta Comissão.

A fim de tranqüilizar o mercado quanto ao papel de xerife inerente ao Banco Central, peço que nos preste esclarecimentos. Primeiro, é possível que um ativo de determinada instituição financeira, o qual esteja em custódia do Banco Central, seja utilizado como lastro de uma operação que beneficia outra instituição financeira, seja no mercado interno, seja no mercado externo, seja em moeda corrente brasileira, seja em outra moeda qualquer?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Eu gostaria que o Senador esclarecesse um pouco melhor a pergunta.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Pois não.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - A que tipo de ativos, especificamente, V.Exa. se refere?

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Títulos, por exemplo, como aqueles do PROER, para o qual foram criados esses recursos, moeda dessa natureza. Estou tratando de instituições financeiras que faliram no País. Então, surgiu essa dúvida na Comissão. E o momento é oportuno para a resposta de V.Exa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Vou dizer a V.Exa. como funciona a questão das garantias dos empréstimos do PROER — que não responderá exatamente a sua pergunta. Esclarecerei as garantias do empréstimo do PROER: o Banco Central, no meio da década de 90, efetuou empréstimos a determinadas instituições que estavam sendo objeto de intervenção. Essas instituições em intervenção adquiriram títulos no mercado — a maior parte, títulos do Tesouro Nacional — e os ofereceram em garantia ao Banco Central pelos empréstimos do PROER. É uma operação simples: há uma instituição devedora; essa instituição dispõe, no seu ativo, de títulos, que são, no caso, obrigações do Tesouro Nacional; essa instituição deve ao Banco Central; ela oferece esses títulos como garantia real ao empréstimo do Banco Central do Brasil. Trata-se, portanto, de operação legal, legítima e usual relativamente a concessão de garantias e empréstimos em qualquer lugar do mundo.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Mas o Banco Central pode usar esse título calçando uma outra dívida, de repente, um empréstimo externo para o nosso País, por exemplo, ou para uma outra instituição, em qualquer tipo de moeda?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - De novo, o Senador poderia ser mais específico?

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Se não tiver a instituição financeira devedora e a credora, pode uma terceira instituição usar isso como caução?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Senador, V.Exa. se refere a quê?

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Vou repetir a pergunta: é possível um ativo qualquer de uma instituição qualquer que esteja sob custódia do Banco Central ser utilizado como lastro para uma outra operação que não diretamente ligada em benefício de uma outra instituição financeira?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Eu não tenho conhecimento da operação a que o Senador se refere. Se V.Exa. mencionar uma operação específica, eu vou dar uma resposta específica a V.Exa. Caso contrário, vamos ficar discutindo aqui teorias jurídicas, o que não é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Perfeitamente. Eu pediria a V.Exa. que fosse bem objetivo. Cumprirei o Regimento. Vou conceder 5 minutos a cada Parlamentar.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Está bem. São apenas 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Pois não, Senador.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Caso isso esteja acontecendo, Presidente Henrique Meirelles, qual é a atitude que o Presidente do Banco toma? Caso isso aconteça, se for comprovado — estamos fazendo alguns trabalhos na Comissão —, se houver um caso como esse, qual seria a posição do Presidente do Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Conclua, Senador, por favor.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Eu prefiro não dar nomes, porque estamos fazendo levantamentos. Eu queria saber se é lícito usar o recurso de uma instituição que está em liquidação para servir de lastro para uma outra que não tem nada a ver com aquele negócio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Conclua suas perguntas, para que S.Exa. responda. V.Exa. vai ter direito a réplica, se não ficar satisfeito com a resposta.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Se isso estiver acontecendo, eu queria saber se é lícito ou não permitir que esse papel seja utilizado por outra instituição que não seja a proprietária desse papel. Às vezes,

está sendo servindo de lastro para uma instituição que não seja proprietária daquele papel. E a instituição que está sendo beneficiada, caso isso esteja acontecendo, pode ser considerada inidônea?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado, Senador. Após resposta, se V.Exa. não ficar satisfeito, poderá valer-se da réplica.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss, que dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, sei que o Presidente do Banco Central tem que ir ao Palácio do Planalto. Com certeza, muitos de nós que fazemos parte do grupo de trabalho sobre medidas de desoneração, talvez até sobre o esboço de uma reforma tributária, tão ansiada por todos nós, não vamos incomodar muito S.Exa.

Eu queria que ainda estivesse aqui o Deputado Luiz Carlos Hauly. Sei que S.Exa. segue um padrão. Há 8 anos convivo nesta Casa com S.Exa. Sei que bate, bate, usa seus argumentos, e nem nos permite fazer o questionamento.

Quando V.Exa. respondeu sobre a questão da política de câmbio, fez-me lembrar de um Presidente do Banco Central do Governo anterior que, durante 4 anos, brincou de fixar dólar 1 por 1, e agora virou colunista de uma revista semanal. Então, é fácil, não é? Age como se não tivesse nada com isso. E ouvi hoje aqui algumas pessoas questionando a situação como se não tivessem nada com isso.

É óbvio que há uma ansiedade, é óbvio que nós todos queremos, como os médicos que nos precederam, sarar o paciente. Agora, tenho certeza de que o Deputado Fernando Coruja, ao ministrar os remédios — vejam: ministrar; que coincidência! Tem tudo a ver medicina com economia —, não vai dar uma dose muito forte para o paciente, que o vai tomar durante certo tempo. Na economia também é assim.

Sr. Presidente, quais são as expectativas sobre a SELIC e a TJLP? Com certeza, o grupo de trabalho está fazendo estudos sobre isso, mas queremos que os nossos empresários e investidores possam ampliar suas empresas. A TJLP é a base dos empréstimos. Está em 6,85%, se não me engano. A SELIC gera ansiedade também. Gostaria de saber se existe alguma expectativa sobre a SELIC e a TJLP. Sem causar *frisson* no mercado, o Banco Central poderia dizer: *"Olha, gostaríamos de chegar a 2007 no percentual tal"*.

Sobre a relação dívida e PIB, estamos percebendo que está em 49,5%. O ideal seria que estivesse na faixa de 30%, como no início do Governo anterior.

Quando discutimos há alguns meses a Lei de Falências, lembro que um dos principais argumentos que me convenceram a ajudar para que fosse aprovada aquela lei era o de que essa dúvida jurídica fazia com que os juros e o *spread* fossem altos e que a referida lei poderia, de certa forma, também ser um elemento para baixar o *spread*. Já existe algum estudo do Banco Central — não vi dados sobre isso nessas planilhas — que possa afirmar que a Lei de Falências trouxe simplificação e fez com que o *spread* bancário baixasse? Só reforço isso porque foi um dos argumentos muito usados na época em que discutimos a aprovação dessa lei.

Basicamente, são estas as questões: que perspectivas teríamos relativamente a SELIC, TJLP, *spread* e relação entre dívida e PIB a médio prazo, em 1 ano ou, no próximo Governo, até 2010? Em que cenário estaríamos trabalhando hoje ao continuarmos de forma serena, responsável para melhorar os nossos índices macroeconômicos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Carlito Merss.

Com a palavra o Deputado Jorge Boeira, que disporá de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, a taxa de juros é o principal obstáculo para o crescimento econômico do País. Essa foi a tese central apresentada pelos Deputados da Oposição, com a qual todos concordamos. A taxa de juros é o principal obstáculo para o crescimento do País, mas a taxa de juros atual é a menor das últimas décadas.

É necessário que se diga ao Deputado Luiz Carlos Hauly e àqueles que nos antecederam e que já saíram que o principal obstáculo para a redução da taxa de juros é o tamanho da dívida pública em relação ao PIB, o que nos provoca muitas dificuldades. Era de 62% e, segundo as exposições, já está em torno de 49,5%.

Essa dívida pública foi construída durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, em decorrência de política fiscal leniente e da lógica da paridade cambial, que facilitou muito as importações, e dificultou as exportações, fazendo com que o déficit em conta corrente, então na casa de 2 bilhões de dólares por ano, fosse para mais de 33 bilhões de dólares. Aquele Governo, para manter a política econômica, vendeu praticamente todo o patrimônio público, construído durante mais de 50 anos pela sociedade brasileira. Quando não tinha mais estatal para vender, aumentou a carga tributária, de 27% para 35,5%.

Quem se lembra — lembrei isso ao Deputado Luiz Carlos Hauly — do Pacote 51, que aumentou a CPMF, de 0,2% para 0,38%, a COFINS, de 2% para 3%, os combustíveis e vários outros impostos? Esse foi o quadro econômico que recebemos, essa foi a herança estrutural que recebemos. Naquele momento, a socie-

dade clamava exatamente por estabilidade econômica. Hoje estamos falando de Risco País de 200 pontos, e, naquele momento, era de 2.400 pontos; o dólar equivalia a 4 reais; a inflação era de 3% ao mês, e a taxa de juros, de 25%. A taxa de juros hoje é de 13,25%, e a expectativa é de que caia para 11% no final de 2007. Em 2008, com certeza teremos taxas que nos vão permitir um crescimento econômico acelerado.

Em função da situação e do quadro econômico do País, escutamos nas ruas vozes anônimas dizendo que o País está melhor, que o povo está comendo melhor. Isso nos dá a convicção de que estamos no caminho certo e de que o País vai crescer muito sob o comando do Presidente da República.

Um abraço, e parabéns a V.Exa. pela condução firme da política monetária no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente Deputado Gilmar Machado, Sr. Ministro e Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, em sua exposição pudemos verificar que houve a evolução de um conjunto de indicadores da economia brasileira ao longo destes 4 anos, notícia muito positiva, em especial a diminuição da dívida pública sobre o PIB, o comportamento positivo do setor externo da economia, o aumento do nível de emprego, da massa salarial. O ponto que ainda não está bom é justamente a taxa de crescimento, assim como a evolução também do pagamento de juros sobre a dívida pública, que pesa muito sobre a economia brasileira.

Solicitei os dados a V.Exa. porque, na sua exposição inicial, não foram mostrados os números que normalmente V.Exa. costuma trazer em suas vindas a esta Casa. Até sugiro que possamos ver novamente a tabela, para que V.Exa. possa fazer uma previsão. Felizmente obtive-a, e gostaria de recordar que em 2003, quando V.Exa. compareceu a esta Comissão, tendo havido uma evolução, em que os juros nominais apropriados tinham passado de 114 bilhões de reais, 8,47% do PIB em 2003, para 145 bilhões de reais, ou 9,33%, V.Exa. afirmou que haveria uma melhora no ano seguinte, como de fato aconteceu; em 2004 pagamos 128 bilhões de reais, correspondentes a 7,26% do PIB. Entretanto, em 2005 e 2006, a evolução deixou de ser tão positiva, ou seja, de diminuir conforme a sua previsão. Em 2005 passamos para 157 bilhões e 145, ou 8,11% do PIB, e em 2006, até outubro, pagamos 158 bilhões e 565, ou 7,89%, segundo os dados do próprio Banco Central.

Pois bem, agradeço se V.Exa. puder, à luz dessas informações fornecidas por sua própria assessoria, fazer um prognóstico dos fatores dessa evolução e dizer como poderemos fazer uma previsão para o ano de 2007, se de fato isso vai melhorar. Faço essa pergunta porque, ao examinar a ata do COPOM, de certa forma o raciocínio implícito ali preocupa-nos. Por exemplo, a modesta diminuição de 0,5% percentual da meta para a SELIC na última reunião encontrou oposição por parte de 3 dos 8 integrantes do COPOM ali presentes. Esses 3 membros queriam uma diminuição de apenas 0,25%. A ata registra: *"Houve consenso entre os membros do comitê de que os diversos fatores respaldariam tal decisão, mas a maioria entendeu que era cedo para reduzir o ritmo de flexibilização da política monetária"*. Estou preocupado porque de repente esses 3 podem tornar-se 5.

Vou citar outra observação que consta da ata do COPOM: *"Tendo em vista os estímulos já existentes para a expansão da demanda agregada, a referência aqui é aos estímulos fiscais desde o último trimestre de 2005. Com as incertezas que cercam os mecanismos de transmissão da política monetária e a menor distância entre a taxa básica de juros correntes e as taxas de juros que deverão vigorar em equilíbrio no médio prazo, o COPOM entende que a preservação das importantes conquistas obtidas no combate à inflação e na manutenção do crescimento econômico, com geração de empregos e aumento da renda real, demandará que, a partir de determinado momento, a flexibilização da política monetária passe a ser conduzida com maior parcimônia"*.

Ora, será que já está na hora de diminuir o ritmo de decréscimo da taxa de juros, considerando que ainda temos uma taxa SELIC de 13,25%, o que corresponde a uma taxa real *ex ante* da ordem de 8,7%, ainda muito superior à média internacional?

Finalmente, o outro ponto sobre o qual gostaria de indagar refere-se a uma questão que me pareceu não estar contida na ata do COPOM. Trata-se do assunto crucial do câmbio, seus efeitos sobre a competitividade da economia e a relação do estabelecimento da taxa SELIC com o câmbio. Pareceu-me que, pelo menos quanto ao que foi transmitido ao público sobre a ata do COPOM, não houve uma reflexão sobre isso, como se o problema não estivesse existindo, e a teoria econômica indica que a persistência de uma política monetária muito parcimoniosa, para usar um termo muitas vezes presente no COPOM, contribui para manter elevado o valor externo da moeda brasileira. Inversamente, uma diminuição mais expressi-

va da taxa de juros poderia contribuir para amenizar esse problema da sobrevalorização cambial, favorecendo a rentabilidade e a competitividade de setores que justamente exportam e daqueles que concorrem no mercado doméstico com importações de bens e serviços. Será que não seria importante examinar a possibilidade de haver uma combinação dos efeitos da política de taxa de juros e da política cambial que viesse a favorecer o crescimento dos investimentos, da capacidade produtiva, contribuindo com isso para um objetivo importante, com o qual estou de acordo, qual seja, a estabilidade de preços?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra ao último inscrito, o Deputado José Carlos Machado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO - Sr. Presidente do Banco Central, concordo com o Deputado Fernando Coruja quando enumerou as dificuldades que ele, como médico, tem para entender a economia brasileira. Imagine eu, que não sou médico! Mas sou curioso, e acho que nada há de mais complexo no mundo do que a economia brasileira.

É quase um consenso entre todos nós a necessidade de o País crescer. Falou-se num crescimento de 4%, ou próximo disso, no ano de 2006, mas concluímos que nosso crescimento será menor do que 3%, e na América Latina só vamos superar o Haiti, a exemplo do que aconteceu ano passado.

Na campanha, o Presidente Lula disse, de forma muita clara, que as fundações estavam prontas, as paredes erguidas, o madeiramento do telhado já posto, só faltando cobrir a casa, e portanto o Brasil cresceria tranqüilamente 5% no ano de 2007. A equipe econômica, porém, já recuou desses números. Eu, curioso que sou, fico perplexo, atônito, sem entender absolutamente nada.

Em tempos anteriores, quando se buscava o crescimento, ou se aumentava a carga tributária, ou se tomava dinheiro emprestado, elevando-se a dívida. Hoje, chegamos à conclusão que não é mais possível elevar-se a carga tributária. Elevar uma carga tributária próxima dos 40% seria trágico.

A relação dívida/PIB vem diminuindo; hoje já está próxima de 49%. Acho que a boa política manda que continuemos lutando para torná-la decrescente.

Crescer faz-se imperioso, e isso demanda investimento. Há 10 ou 15 anos os investimentos públicos e privados eram da ordem de 25% a 30% do PIB. Desses, parece-me que o poder público era responsável por algo em torno de 10%. No Brasil houve tempos em que o Poder Público fazia investimentos dessa ordem. Se eu estiver errado, Sr. Presidente, corrija-me, mas os números são próximos aos que estou citando. Hoje, porém, os investimentos públicos não passam de 2% ou 3%. Quero, portanto, olho no olho, Sr. Presidente, ouvir de V.Exa. o que devemos fazer para alcançar realmente esse crescimento.

Fala-se muito em diminuir as despesas não obrigatórias. Se reduzirmos essas despesas em 2 bilhões ou 3 bilhões de reais, isso nada significará. O de que precisamos é voltar aos níveis de investimentos próximos ou parecidos com aqueles de 10 ou 15 anos atrás.

O que fazer, Sr. Presidente do Banco Central, para voltarmos a ter neste País um crescimento sustentável, próximo aos números da média mundial, que fica entra 5% e 6%? Basta essa medida?

O superávit está elevado. O Deputado Delfim Netto fala em déficit nominal zero, o que significa que deverá ser aumentado o superávit. Então, com absoluta segurança e honestidade, diga a este brasileiro, um Deputado curioso, o que o Governo precisa fazer para retomarmos o crescimento e chegarmos, no próximo ano, a uma taxa próxima à média mundial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado, Deputado Machado. Vamos votar o Orçamento hoje, e assim poderemos ajudar.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Mattos, último inscrito.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MATTOS - Sr. Presidente, quero agradecer-lhe, em primeiro lugar, a deferência. Realmente, eu não pretendia pronunciar-me, pois estava razoavelmente contemplado pelos questionamentos, mas recebi um telefonema de alguém que está assistindo a esta reunião, um dirigente de indústria têxtil do Estado de Minas Gerais muito importante para mim e para o Brasil, que se mostrou extremamente preocupado com a situação desse setor da economia, talvez o setor nuclear da economia de qualquer país, porque abrange desde a agricultura, passando pelas exportações, até o consumo interno. Portanto, é um setor estratégico da economia brasileira que está sofrendo solução de continuidade em seu desenvolvimento, principalmente porque há uma discrepância entre o valor da nossa moeda e o dólar. Além desse problema ele levantou outros, que talvez não digam respeito ao Banco Central, mas esse, sim, aliado às taxas de juros, vem incomodando, prejudicando, fazendo com que a indústria de confecção e a indústria têxtil do País se sintam desestimuladas para produzir.

Por outro lado, essas mesmas empresas vão sendo estimuladas a importar produtos da China a um preço muito mais razoável e compensador, do ponto de vista monetário, mas isso significa um verdadei-

ro caos para a economia e o mercado de trabalho do nosso Brasil. Diante disso, gostaria de saber, em nome desse interlocutor, se há alguma estratégia do Banco Central para talvez reduzir essa discrepância do valor da nossa moeda em relação ao dólar e fazer com que os exportadores brasileiros se sintam atendidos pelo nosso Governo e em melhores condições de competição no mercado externo. Incluo aí também o setor de calçados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Sr. Henrique Meireles, Presidente do Banco Central, para suas respostas e considerações, ressalvado o direito à réplica, se algum Parlamentar desejar usá-lo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em primeiro lugar, respondo a pergunta do Deputado Eduardo Valverde, referente à questão da democratização do acesso ao microcrédito, ao aumento da oferta desse instrumento, e também ao papel das cooperativas como possível canal para o aumento não só da oferta como do acesso. Começando com a questão do acesso, da democratização, acredito muito na portabilidade dos cadastros e no acesso à informação; quer dizer, é muito importante que todos os possíveis tomadores tenham a possibilidade de negociar com o maior número possível de instituições, e para tanto tenham condições de levar-lhes o seu histórico. É importante que aqueles que não têm histórico também tenham possibilidade de acesso.

Existem algumas medidas importantes nesse sentido, inclusive a questão do cadastro positivo. Há um projeto nesse sentido em andamento na Câmara e no Congresso. Há também algumas medidas no âmbito do Executivo que estão sendo discutidas, que vão nessa direção. São importantes porque vão viabilizar que os cadastros sejam livremente disponíveis. Digo isso porque no caso da Central de Risco, por exemplo, será necessário um certo tempo para que ela consiga cobrir todas as operações do País, inclusive o microcrédito, pela abrangência do sistema. A Central de Risco, por definição, é um instrumento centralizado, e portanto existe a questão de capacidade de comunicação do sistema. Essas medidas que estão sendo tomadas e as que estão sendo discutidas, inclusive no Congresso, referentes à questão do acesso ao cadastro produtivo, são importantes e vão nessa direção.

Deputado, creio que a sua pergunta foi diretamente sobre a questão das cooperativas. As cooperativas de fato são o grande caminho para a maior democratização do crédito e do acesso ao microcrédito. Temos principalmente examinado a questão das cooperativas de livre acesso, porque as de acesso restrito têm um papel importante, já existem em número expressivo no Brasil, mas atendem apenas a um segmento específico, e o tomador do microcrédito não é necessariamente parte daquele segmento. Portanto, a cooperativa de crédito de livre acesso parece-me que vai atender a essa demanda.

O Banco Central tem aprovado um número importante de novas cooperativas nos últimos anos. Por exemplo, foram aprovadas 180 cooperativas normais nos últimos 3 ou 4 anos, e 120 cooperativas de crédito de livre acesso, um número inédito. Portanto, já existem no Brasil 120 cooperativas de crédito de livre acesso aprovadas nos últimos anos, e esse número continua a crescer. Este ano mesmo aprovamos, Deputado...

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - V.Exa. disse 120 mais 180?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Sim, 120 mais 180, num total de 300 aprovadas nesta gestão. Nesta semana, ontem mesmo, aprovamos mais uma cooperativa de crédito de livre acesso. Portanto, esse é um processo constante, é uma prioridade do Banco Central, e os efeitos disso vão ser sentidos ao longo do tempo, porque todas essas cooperativas estão começando a operar no Brasil inteiro. Alguns Estados de maior tradição cooperativista têm uma concentração maior do que outros, mas nós estamos vendo hoje a criação de cooperativas em todo o País, amparadas pelas suas centrais. Creio que isso está indo na direção correta.

Senador Aelton Freitas, uma das características mais importantes da eficácia de um trabalho de um Banco Central em qualquer área é exatamente a responsabilidade e a precisão dos seus pronunciamentos e das suas respostas. Então, uma das normas de governança em Banco Central é não se pronunciar por hipóteses ou por situações teóricas. Portanto, minha sugestão, Senador Aelton Freitas, é de que, caso haja uma pergunta específica na Comissão sobre uma transação específica de algum banco, de alguma instituição, em liquidação ou não, por favor, encaminhe-a formalmente ao Banco Central que nós faremos a análise, tanto o Departamento Jurídico como as áreas técnicas. Teremos também toda a satisfação e o prazer de lhe dar a resposta o mais prontamente possível, e juridicamente suportada pela legislação vigente no Brasil e pelas normas fiduciárias do Banco Central. Além do mais, quero acrescentar que o Banco Central age na estrita obediência à lei. Vamos pronunciar-nos sobre qualquer operação específica nos estritos termos da lei.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Permite-me V.Exa., Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Tem V.Exa. a palavra, Senador.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Eu vou ser mais objetivo. Pergunto se um ativo qualquer de uma instituição financeira — eu peço permissão para não citar nomes aqui, porque acho que não cabe — que esteja sob custódia do Banco Central pode ser utilizado como lastro de uma operação em benefício de uma outra instituição que não a outra ponta, de uma terceira instituição. A resposta é sim ou não. V.Exa. sabe muito bem. Caso V.Exa. não queira responder, compreendo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Senador, a resposta não é sim ou não. Essa é uma pergunta teórica, absolutamente indefinida. Portanto, peço a V.Exa. que envie para o Banco Central do Brasil a operação específica, o número do título, o nome, e V.Exa. terá uma resposta precisa.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Só completando: caso isso aconteça, que atitude o Presidente do Banco toma? Que atitude o Presidente do Banco toma se estiver acontecendo isso?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Vou repetir a V.Exa. que nós não podemos pronunciar-nos sobre hipóteses.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Está entendido.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Eu gostaria de dizer novamente que o Banco Central do Brasil age em estrita obediência à lei. Se houver uma operação específica, vamos analisar essa operação e pronunciar-nos nos termos específicos da lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado. Nós vamos fazer esse pedido por escrito, e vamos aguardar a resposta do Banco Central.

Por favor, conclua.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Agora vamos às perguntas do Senador Suplicy. Senador, quanto à sua questão, em relação a 2003 de fato houve um aumento em 2005, mas já houve uma diminuição em 2006. E V.Exa. pergunta sobre as tendências. Isso remete-nos também à pergunta do Deputado Carlito Merss. S.Exa. pergunta-nos sobre a perspectiva e a tendência da evolução da relação dívida/PIB. Eu estou conjugando as duas perguntas, visando simplificar a resposta. Em resumo, e última análise, a pergunta é: como vai, dentro das previsões, prosseguir a questão da dívida pública, no que diz respeito ao pagamento de encargos? Qual é a previsão do pagamento de encargos e juros? E, segundo, qual é a evolução da relação dívida/PIB?

Em relação às previsões de encargos da dívida pública, eu vou citar aqui as previsões consensuais de mercado, porque o Banco Central não pode comprometer-se com uma previsão específica, na medida em que depende de várias coisas: do superávit primário, da evolução das despesas e receitas da União, das decisões do Orçamento que ainda serão tomadas, do crescimento do País, da taxa de inflação, de uma série de fatores. Então, nós podemos apenas fazer previsões baseadas em estimativas de mercado, e essas estimativas de mercado, em relação aos juros nominais como percentagem do produto, são cadentes; este ano, dentro dos números mencionados pelo Senador, ou até o final do ano, são um pouquinho menores.

Temos uma expectativa de mercado de juros nominais cadentes, como percentagem do PIB, evidentemente com reflexos na relação dívida/PIB, hoje pouco abaixo de 50% do PIB, e o mercado prevê uma evolução para pouco acima de 49% em 2007, pouco acima de 47% em 2008 e 2009, chegando a 2010 um pouco abaixo de 43%. Essa previsão de mercado está sujeita, de novo, a toda uma série de variáveis, entre as quais os Orçamentos da União, que serão aprovados nesta Casa, não só para este como também para os próximos anos.

Em relação a como se podem conjugar os juros com o crescimento, a experiência mundial tem mostrado que a melhor contribuição que o Banco Central pode dar ao crescimento do País é manter a inflação na meta. Se assim for feito, consistentemente, a expectativa é de que os prêmios de risco caiam, fazendo com que as taxas de juros reais tendam a cair. Dessa forma, as famílias podem planejar com maior antecedência e as empresas podem investir. Aumentando o investimento, o País pode crescer a taxas um pouco mais elevadas.

Evidentemente, o crescimento do Brasil hoje não é o desejado, mas é bem superior ao que prevaleceu nas últimas duas décadas. Então, o País está caminhando na direção correta. É óbvio que existe uma série de outras medidas, um número muito grande de fatores que extrapolam a política monetária e não são exatamente relacionadas a ela. A política monetária visa garantir a estabilidade da moeda, condição fundamental para o crescimento econômico. A partir daí há uma série de outros fatores de produtividade que vão muito além dessa política.

Antes de mais nada, desejo agradecer ao Deputado Jorge Boeira a manifestação de apreço e reconhecimento ao trabalho do Banco Central.

Sobre a pergunta do Deputado Machado, do PFL, relativa ao que temos de fazer para crescer, em primeiro lugar, precisamos de estabilidade econômica. Não há exemplo de país que tenha crescido com

instabilidade, com inflação alta, com crise de balanço de pagamentos e crise fiscal. Sabemos por experiência que todos os países que cresceram no mundo controlaram a inflação e o balanço de pagamentos e equilibraram o setor fiscal. Segundo a análise do Banco Central, as taxas de inflação média dos 10 países que mais crescem no mundo são muito baixas. É engano pensar que um país pode crescer com uma economia inflacionada, criando taxas de inflação mais elevadas. A inflação só desorganiza, só retira o poder de compra do trabalhador e concentra renda, o que gera, em última análise, a queda da atividade econômica e da demanda. Esse não é o caminho.

Portanto, o Brasil está no caminho correto, tendendo à gradual elevação da taxa de crescimento do PIB, com base no aumento do investimento, em decorrência do aumento da estabilidade, da previsibilidade e do chamado horizonte de planejamento.

Fora do economês, Deputado, eu poderia citar o seguinte exemplo: se uma família pretende investir em um pequeno negócio e confia em que a economia continuará a crescer no próximo ano e nos seguintes, e a inflação estará controlada, ela pode assumir mais riscos, tomar dinheiro emprestado e até dispor de sua própria poupança naquele negócio. Portanto, ela vai investir mais e contratar mais pessoal. Mas se essa família sentir insegurança e ficar com medo do futuro, ela não vai arriscar suas economias num negócio que pode falir se houver uma crise econômica. Então, a primeira condicionante para um crescimento maior é a manutenção da estabilidade, a manutenção da inflação na meta, a manutenção do equilíbrio fiscal, a manutenção do equilíbrio da balança de pagamento.

Além disso, existem questões já mencionadas aqui, como a racionalização da parte tributária, que evidentemente é algo que passa pelo Congresso Nacional, pelos Governadores, pelos Prefeitos, além do Executivo Federal, e é assunto que está de novo em pauta e vem sendo, certamente, discutido.

Em relação ao marco regulatório, esse também é um fator importante para dar segurança ao investidor, no sentido de que o investimento obedecerá a determinadas regras conhecidas, e também quanto a questões relacionadas à infra-estrutura. Tudo isso, Deputado, está sendo objeto de uma série de propostas e decisões que serão anunciadas pelo Presidente da República nos próximos dias. Serão inclusive objeto de reunião a que eu estarei ausente, à qual pretendo comparecer tão logo pudermos terminar aqui.

Em resumo, temos aí uma série de medidas. Vamos aguardar e ver exatamente quais são os comentários que todos podemos fazer e os resultados a serem analisados no futuro.

Em relação à pergunta do Deputado Leonardo Mattos, o setor têxtil é um empregador importante para a economia brasileira, não há dúvida, e a questão cambial é importante para todos os países. O câmbio é um preço na economia, é o preço das moedas. Experiências anteriores, no Brasil e em outros países, de controle da taxa de câmbio não têm sido bem-sucedidas. Como já mencionei anteriormente, o único país que tem obtido um sucesso relativo no controle da taxa de câmbio, com a manutenção do seu câmbio relativamente desvalorizado, é a China. O problema é que se trata de um país com 47% do seu produto nacional na poupança, e portanto com um enorme volume de recursos disponíveis, o que não é o caso do Brasil. E lá a previdência social é muito menor do que no Brasil, assim como os direitos trabalhistas; é uma outra estrutura econômica. Por essa razão, a China tem condições de adquirir um enorme montante de reservas, que se aproxima de 1 trilhão de dólares. É um outro modelo, concentrador, que não privilegia direitos sociais etc., mas permite crescimento rápido, além da disponibilidade de mão-de-obra muito grande; o país tem mais de 1 bilhão de habitantes. Não há dúvida de que essa é uma preocupação, mas o câmbio, de novo, é fixado livremente no mercado.

Já mostramos também, na nossa apresentação, que o item que mais influencia o fluxo de câmbio no Brasil é a balança comercial, são os itens comerciais não financeiros. Portanto, a evolução do câmbio é muito relacionada à evolução da balança comercial brasileira, que tem sido extraordinariamente positiva.

O importante é que todos trabalhamos para aumentar o nível de competitividade da indústria brasileira. A estabilidade permite a queda dos prêmios de risco, portanto dos juros reais no mercado, o que com o tempo beneficia as empresas. E também, evidentemente, o crescimento sustentado sem crises é importante.

Todas essas medidas que estão sendo anunciadas, de desoneração e de aumento da eficiência da economia, certamente contribuirão para que a economia brasileira possa ficar cada vez mais competitiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado, Presidente. Agradeço-lhe a contribuição ao nosso trabalho.

Convido os Srs. Líderes para uma reunião às 12h. Às 13h teremos a continuação da 11ª reunião extraordinária, para votação do relatório final da proposta orçamentária para 2007.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO, DE 2007, ÀS 17:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezoito horas e nove minutos do dia dois de julho do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, reúne-se a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Valter Pereira. Deixam de comparecer os Senadores Inácio Arruda, Valdir Raupp, Kátia Abreu, Eliseu Resende e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de debater a questão dos "Marcos Regulatórios", tendo como tema foco o Setor de Portos, em atendimento a deliberação da Subcomissão. Foram convidados o Exmo. Sr. Pedro Brito Nascimento, Secretário Especial da Secretaria Especial de Portos; o Sr. José de Freitas Mascarenhas, Presidente do Conselho Temático de Infra-estrutura da Confederação Nacional da Indústria – CNI; o Sr. Wilen Manteli, Vice-Presidente Executivo da Comissão de Portos; o Sr. Sérgio Castanho Teixeira Mendes, Diretor-Geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – ANEC; e o Sr. Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. A Audiência Pública é realizada com a presença dos Srs. José Ricardo Ruschel, da Secretaria Especial de Portos (representando o Exmo. Sr. Pedro Brito Nascimento, Secretário Especial da Secretaria Especial de Portos); Marco Guarita, Diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria – CNI (representando o Sr. José de Freitas Mascarenhas); Sérgio Castanho Teixeira Mendes, Diretor-Geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – ANEC; e Fernando Antonio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senador Garibaldi Alves Filho e, ainda, o Presidente da Subcomissão, Senador Delcídio Amaral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Delcídio Amaral,** Presidente da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 10ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 02 de julho de 2007 às 17h na sala de reuniões nº. 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A Audiência Pública de hoje tem como tema foco o setor de portos. Eu gostaria de convidar para fazer parte aqui da Mesa Diretora o Dr. José Ricardo Ruschel, da Secretaria Especial de Portos, representando o Ministro Pedro Brito Nascimento. Gostaria de convidar também para fazer parte da Mesa o Sr. Marco Guarita, Diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria. Gostaria de convidar também o Dr. Sérgio Castanho Teixeira Mendes, Diretor da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais, ANEC. E gostaria de convidar também o Dr. Fernando Antonio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAQ.

Gostaria só de registrar que o Dr. Wilen Manteli, Vice-Presidente Executivo da Comissão de Portos ligou para a nossa coordenação dizendo que infelizmente é mais uma das milhares de vítimas dos aeroportos brasileiros. Portanto, ele não chegará--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Somando-se ao Senador Valter Pereira, do meu Estado, e a esse Presidente aqui que levamos oito horas para chegar de Campo Grande em Brasília. Hoje.

Então, o Dr. Wilen Manteli não poderá, não chegará a tempo para essa Audiência Pública. E eu gostaria também, depois pedir à Assessoria, distribuir as agendas propostas para o segundo semestre para que a gente aproveite e delibere também com relação aos próximos passos dessa Subcomissão, especialmente a partir de agosto. Essa é a última Audiência Pública do primeiro semestre. Fechando dentro daquilo que

nós agendamos toda a programação que aprovamos no início dos trabalhos da Subcomissão dos marcos regulatórios.

Quero também pedir ao Senador Valter Pereira que fique como Relator ad hoc, porque o Senador Garibaldi Alves também é mais uma das vítimas dos aeroportos brasileiros, e nós esperamos com muita fé, que Deus o ajudará a chegar em Brasília ainda a tempo de participar dessa Audiência Pública. Ele está vindo do seu Estado.

Então, eu gostaria, se o Senador Valter Pereira concordasse, pelo menos enquanto o Senador Garibaldi não chega, nomeá-lo Relator ad hoc até que efetivamente nós tenhamos condição de contar com o Senador Garibaldi aqui.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Partindo de V.Exa. o convite, me cumpre acatá-lo, e que fique V.Exa. com todo o direito de nos desconvidar no momento que for necessário. [risos] [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Essa palavra desconvidar está virando uma palavra complicada aqui no Senado Federal.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se quiser fiquem à vontade para desconvidar a hora que quiser. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Valter Pereira. E eu vou chamar aqui os expositores, orientá-los que cada expositor tem 20 minutos. Aqui é uma Subcomissão pequena, com poucos Senadores, e aqui ninguém vai fazer discurso político, aqui não tem... Aqui nós vamos ouvi-los tratando de uma questão fundamental que é essa questão de portos.

Então, cada expositor tem até 20 minutos. Depois nós abrimos para as perguntas, aí cada expositor pode falar durante cinco minutos respondendo a qualquer pergunta que venha a ser feita pelos Senadores presentes e depois nós encerraremos essa Audiência Pública. Quero informá-los que cada Audiência Pública nós estamos liberando um caderno com todas as apresentações feitas, e evidentemente os consultores do Senado vão fazer contatos freqüentes com V.Sªs para preparar o Relatório específico sobre portos, em função das ponderações que aqui serão feitas pelos senhores, até pela vivência, pela experiência e pelos segmentos que os senhores representam nessa área tão importante associada à infra-estrutura brasileira.

Eu vou passar a palavra para o Dr. Marco Guarita, Diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria por 20 minutos.

SR. MARCO GUARITA: Boa noite. Muito obrigado Senador, prazer estar aqui trazendo a visão da CNI sobre o tema. Até por uma felicidade falarei inicialmente porque a minha apresentação é uma apresentação mais geral, mais ampla, então nesse sentido acho que ela vai se somar às apresentações que seguirão a seguir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Guarita, somente quando faltar um minuto, toca uma sirene. V.Sª não precisa se assustar porque é natural aqui.

SR. MARCO GUARITA: Estou tranqüilo. [risos] Muito bem. Por gentileza...

Bom, convidado a pronunciar sobre a questão dos marcos regulatórios no Brasil, de forma mais geral, nós na CNI tendemos que a construção dos marcos regulatórios tem sido sem dúvida alguma um dos itens mais importantes, mais centrais da reforma do Estado desde os anos 90. Todos sabem, e sou na verdade algo que é absolutamente consolidado, o Estado se afastou da sua atividade direta na produção e assumiu crescentemente um papel cada vez mais relevante focado na regulação da atividade econômica. Extremamente nobre, extremamente importante, na medida em que a qualidade, eficácia das ações reguladoras é sem dúvida alguma um dos fatores determinantes para a realização do investimento, especialmente investimento privado.

Só um pouquinho de história, todos se recordam que quando das primeiras privatizações nas áreas como siderurgia, petroquímica, elas fizeram sem ser necessário à época a construção de marcos regulatórios. Mas tão logo quando nós tivemos a segunda onda de privatizações nos setores como petróleo, gás, energia, ferrovia, telefonia, esse processo só pode se materializar na medida em que *pari passu* se foram construindo os marcos regulatórios desses setores. Esses marcos regulatórios de modo geral têm dois objetivos centrais que são fundamentais e que permanecem como válidos no debate atual que nós temos que levar adiante. Por um lado garantir a segurança e a estabilidade de regras, na medida em que essa estabilidade de regras elas são essenciais para decisões de investimento privado, especialmente em setores como o setor de infra-estrutura e portos é um exemplo claro específico, mas que não se afasta do caso geral. Aonde esses investimentos são investimentos altamente intensivos em capital com longo prazos para sua maturação. Um investidor privado que se defronta com essa situação, um investimento intensivo em capital com longo prazo para maturação, precisa essencialmente de estabilidade de regras, segurança jurídica. E obviamente é um segundo objetivo não menos importante que também tem que acompanhar os marcos regulatórios, é que

esses marcos regulatórios devem proteger os usuários, garantindo a expansão da oferta, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Anunciamos a chegada do Senador Garibaldi Alves, Relator dessa Subcomissão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, com a chegada do Senador Garibaldi não precisa nem V.Exª me desconvidar. Eu já me sinto desconvidado da Relatoria ad hoc. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Senador Valter Pereira. Com a palavra o doutor...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu acho que você está querendo tomar meu lugar, viu...

[risos]

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Absolutamente. Eu me desconvidei exatamente para não tomar o lugar de V.Exª.

SR. MARCO GUARITA: Muito bem. Eu dizia que dois objetivos centrais estão presentes na construção de todos os marcos regulatórios setoriais. Um, a garantia da segurança e estabilidade de regras, e o segundo garantir a expansão da oferta, protegendo os usuários de posições abusivas que podem aparecer em função da posição dominante dos prestadores de serviços nesses setores.

Então, como disse, e para não avançar no tempo, o nosso tempo... O tempo corre ao contrário, Senador. Agora me dei conta. Eu estava com uma certa dificuldade de entender, conciliar harmonizar o meu tempo com o tempo do Senado. Agora está claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Contou com o devido respeito... Infelizmente acho que os tempos que nós estamos vivendo realmente nós estamos rodando ao contrário, não é, meu caro Senador Garibaldi Alves?

SR. MARCO GUARITA: Muito bem. Mas em síntese como eu gostaria de destacar um ambiente institucional e marcos regulatórios eficientes são absolutamente essenciais para atração de investimentos privados, para a redução da percepção do risco do investidor e para a proteção do usuário tanto no que diz respeito a preço e qualidade na oferta de serviços na medida em que eles devem evitar que predominem apropriações privadas das falhas de mercado que acontecem em muitos desses setores. Já chegando mais próximo da questão de infra-estrutura, todos nós sabemos que a área de infra-estrutura, cuja expansão no passado dependia do investimento do Estado, ela é absolutamente central para a consolidação de um ambiente de negócios em que o investimento privado em outros setores pode se materializar. Ou seja, não é por acaso que entre os convidados que estão aqui a essa Mesa temos um representante dos produtores de grãos. Grãos, não são investidores diretos na área de infra-estrutura, não são investidores em portos, não necessariamente, podem até ser, mas são um belo exemplo, uma exemplificação que materializa como a infra-estrutura é capaz de repercutir em toda a economia, em todos os setores produtivos. Sem uma oferta adequada de energia, de comunicações, de logísticas e portos faz parte de logística, as empresas não tem capacidade de competir especialmente na competição internacional. E nós sabemos que infelizmente por conta dos diversos fatores, inclusive das questões de natureza fiscal, o Estado tem sido cada vez mais ausente ou cada vez menos capaz de fazer os gastos de investimento na infra-estrutura. E hoje, para que a gente possa superar as limitações na área de infra-estrutura, o investimento privado é absolutamente essencial. Sem superar esse ponto, certamente a nossa sociedade não vai ser capaz de vivenciar um ritmo de crescimento adequado às suas expectativas e as suas necessidades.

Então, nesse sentido na medida em que temos o investimento privado como central, na solução do problema da infra-estrutura, a construção de marcos regulatórios adequados também é essencial. Infelizmente aqui trago um slide que traz uma avaliação externa do que passa no País hoje em relação a esse tema, uma avaliação feita pelo BANCO MUNDIAL, que é um organismo multilateral no com qual inclusive nós Brasil fazemos parte. Me permito-lhe, o risco embutido em investimentos em infra-estrutura no Brasil é em média duas vezes maior do que no México e no Chile. E a participação privada como conseqüência disso, a participação privada em infra-estrutura no Brasil está abaixo da média da América Latina e da maioria dos países emergentes. Ou seja, ainda há pouco dizia da absoluta essencialidade para a solução da questão da infra-estrutura de contarmos com um investimento privado. E essa avaliação do BANCO MUNDIAL mostra que o risco embutido nas decisões de investimento infra-estrutura do País é em média duas vezes maior do que dois competidores da América Latina, e nós estamos falando apenas de competidores na América Latina, e a nossa competição na verdade é global, ela não se dá apenas nos limites da América Latina, e ao mesmo tempo comparando com países da América Latina e dos países emergentes, vemos que a participação privada em infra-estrutura está abaixo de que esses outros países.

Então, claramente temos a necessidade de melhorar o clima para investimento em infra-estrutura e isso basicamente está associado a três campos. O

primeiro deles é a questão do ambiente jurídico. Aqui o que nós precisamos é a garantia de [ininteligível] da nossa legislação. Ou seja, é natural, ao contrário do que muitos pensam, que o Poder Judiciário se manifeste a partir de decisões das agências reguladoras. Isso acontece em outros países. Acontece por exemplo nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos há todo um debate sobre a revisão que o Poder Judiciário faz em relação às decisões das agências, muito focado se ação das agências é ou não, se caracteriza ou não como arbitrária como discricionária ou se está dentro do mandato legal previsto para a agência. Ou seja, revisão na justiça é algo que acontece em todo lugar, e não apenas no Brasil. Onde é o nosso estrangulamento? É na nossa capacidade de ser ágil e eficiente das decisões do judiciário. E aqui na apresentação mais à frente vou fazer menção a um ponto que nos parece absolutamente essencial.

O segundo ponto, segundo campo para melhorar o clima de investimentos é consolidar os marcos regulatórios. Há a necessidade de uma Lei Geral que está em discussão, que está em tramitação, a iniciativa da PEC no Senado, do Senador Tasso Jereissati, e há ainda a necessidade de complementar os marcos regulatórios com marcos regulatórios setoriais a exemplo da discussão que temos hoje sobre a questão do gás. Que detém um marco regulatório próprio e que se faz absolutamente necessário complementar nessa direção.

Por último, nós temos a questão, e sobre ela vou me estender um pouco mais, de reforço da efetiva capacidade de atuação das agências reguladoras existentes. Como é possível fortalecer as agências? Em primeiro lugar é importante que a missão das agências não se confunda com a missão do Executivo. Isso é essencial. O segundo ponto é extremamente importante que as suas decisões sejam pautadas por um conjunto claro e racional de políticas e procedimentos que garantam aos atores conhecimento e monitoramento da aplicação das regras do jogo. Ou seja, as decisões têm que se dar dentro daquilo que é conhecido e esperado em relação às ações das diversas agências. Aqui não me refiro a nenhuma em particular, estou trabalhando mais conceitualmente. Previsibilidade jurídica é absolutamente essencialmente. Outro ponto importante para que se fortaleçam as agências é a independência da agência. Mas a independência da agência não é apenas uma conseqüência da independência financeira. A independência financeira é absolutamente essencial. Mas ela não é suficiente. A independência da agência se materializa pela observância de regras sólidas para a indicação e remoção de seus quadros e gestores. Isso é absolutamente essencial. Com recursos e com competência, elas poderão exercitar adequadamente a sua missão. E reforço, quando a gente pensa em investimentos em infra-estrutura, com seus prazos longos dos contratos e da maturação de seus investimentos, esses atores, esses investidores não podem ficar sujeitos a interferências políticas de natureza conjuntural. Nesse sentido, reforçar a independência, reforçar e garantir a transparência na atuação e garantir que elas atuem dentro do campo exato de sua missão são elementos essenciais para que os investidores privados possam contar com um jogo bem definido e assumir suas decisões de investimento. Sem regras claras e confiança, o investimento privado não se materializa dentro do potencial de oportunidades que a nossa economia proporciona. Infelizmente a avaliação que nós trazemos é que as agências reguladoras de modo geral estão vivendo momentos difíceis. Há vários registros de retrocesso, perda da qualidade técnica, alguns casos com dificuldade de mobilizar recursos, e isso tem a ver com a independência financeira, e com isso uma perda da qualidade da atuação dessas agências.

Qual é a agenda que nós entendemos? Como já mencionei, é necessário uma delimitação clara das atribuições das agências e das demais instituições setoriais. O que é agência reguladora é agência reguladora, o que é órgão do Executivo é órgão do Executivo. Em relação à questão da agilidade da justiça que eu mencionei, da segurança jurídica que temos associado ao ambiente jurídico, aqui nós defendemos a criação de Varas e Câmaras especializadas que possam tratar de matéria regulatórias. Ou seja, a gente sabe que existe no País um problema com a agilidade da justiça e cada segmento gostaria de ter um atendimento preferencial que pudesse subverter a morosidade que caracteriza a justiça de modo geral. Mas nesse caso o que nós trazemos com sugestão não é apenas mais uma resposta nessa direção, mas é reconhecimento que as matérias que são tratadas nas agências reguladoras têm uma natureza específica, tem uma caracterização específica que requer uma justiça competente, apropriada para tratar de sua revisão. Mais uma vez aqui na nossa agenda defendemos autonomia financeira das agências. Achamos que as agências reguladoras de modo geral devem caminhar na direção de promover sempre que possível a competição nos setores, elas não devem ser agências que atuem para restringir a competição, muito pelo contrário, os usuários e os usuários produtores, os usuários domésticos, os usuários em geral precisam de competição e sempre que possível, sempre que o setor permita o papel e o trabalho das agências deve ser na promoção da competição.

Em relação aos processos legislativos, as iniciativas legislativas em curso, na nossa visão o PL

proposto pelo Executivo que trata da Lei Geral das Agências ele é positivo, mas ele tem problemas, ele precisa ser aperfeiçoado. A última minuta de substitutivo do Deputado Leonardo Picciani já registra avanços, mas a nossa visão é que é preciso avançar no seu aperfeiçoamento.

E por último, para fechar a intervenção, gostaria de registrar que a PEC já aprovada em primeira votação no Plenário no Senado, do Senador Tasso Jereissati, traz princípios sugeridos pelas agências reguladores que são todos na direção desejada. E oriento as legislações complementares para o reforço e capacitação das agências em suas atividades promovendo assim o efetivo cumprimento de sua missão com independência e eficácia.

Senador, infelizmente a minha apresentação não avançou no ponto específico dos portos, mas para eu trazer aqui uma contribuição da visão mais geral sobre a questão dos marcos regulatórios, da necessidade de se avançar, tanto no campo da segurança jurídica, do ambiente jurídico, do marco regulatório, e mais especificamente que foi o foco da minha apresentação na questão do reforço das agências reguladoras. Agradeço mais uma vez a oportunidade de trazer essa visão, que é a visão da CNI, e gostaria de passar ao Senador, V.Exª, dois documentos que nós produzimos que acho que poderiam trazer contribuições ao debate e aos trabalhos dessa Subcomissão. Um especificamente sobre agências reguladoras, e outro mais diretamente ligado ao foco da apresentação de hoje que é uma proposta de reforma institucional para o setor de transportes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Marco Guarita. Diretor de Relações Institucionais da CNI. E eu passo a palavra ao Dr. Sérgio Castanho Teixeira Mendes, Diretor-Geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais, ANEC.

SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES: Muito obrigado. Queria aqui cumprimentar em nome dos exportadores de grãos, e queria cumprimentar o Senador Delcídio Amaral, Presidente dessa Comissão, Senador Garibaldi Alves, que é o Relator, Dr. José Ricardo Ruschel, Diretor da Secretaria Especial de Portos, Sr. Marcos Guarita que acaba de nos falar, que é da CNI, Sr. Fernando Antonio Brito Fialho, Diretor-Geral da ANTAQ. Eu não vou precisar dos 20 minutos que o Senador nos concede, mas eu gostaria... Porque quando se fala de portos, eu acho que todo mundo aqui já está diplomado em saber que nós estamos com problema de dragagem, balizamento, nós temos problema de atendimento e fila de navios, nós temos problemas de filas de caminhões, quer dizer, tudo isso eu acho que a imprensa já falou muito e é do conhecimento de todos. Eu gostaria de falar um pouquinho e muito brevemente sobre aquilo que não se fala. Sobre aquilo que não se vê. E que é o mais importante. Quer dizer, quando algum porto está falhando, o que acontece é que a repercussão na parte comercial é extremamente danosa para o País. É sobre isso que eu queria falar um pouquinho. Por exemplo, nós tivemos lá em 2003, 2004, nós tivemos algum problema com soja geneticamente modificada. O importador queria soja geneticamente modificada e por qualquer razão no Brasil se demorou muito em se definir se podia exportar ou não. Inclusive por alguns portos se podia exportar e por outros não. O que era uma coisa de difícil compreensão para o pessoal que está lá fora.

Então, para que os senhores tenham uma noção da repercussão disso aí, por exemplo, 2003 e 2004, nós tínhamos um milhão de toneladas brasileiras compromissadas com a China. Com as dificuldades de os exportadores saber se ele poderia exportar para o Paranaguá ou não soja geneticamente modificada, houve compromissos brasileiros atendidos com soja Argentina. Mais de um milhão de toneladas. Mas vamos calcular um milhão de toneladas, naquela época a soja estava 340 dólares a tonelada, foram 340 milhões de dólares que o Brasil perdeu em divisas, assim, brincando. Por não ter definido bem uma política se podia exportar ou não. E graças a Deus, inclusive, que essas multinacionais declinam, elas vêm à ANEC e declinam. Olha, está acontecendo isso, o Governo precisa ser informado disso e nós informamos. Isso foi informado ao Governo na época, ao Ministério dos Transportes, foi informado à Casa Civil, foi informado à Presidência da República que nós estávamos perdendo essas quantias que eu mencionei em dólares. Mas então é isso, quer dizer, se quiserem falar um pouquinho de fila de navios, é comum nós termos nos principais portos brasileiros fila aí com 20 navios esperando. Cada navio desse, cada dia de espera são 40 mil dólares de perda. Por dia. 20 navios supondo um carregamento por dia, estamos falando de perda de cada navio desses esperando de 800 mil dólares. Supondo que o Panamax leva 50 mil toneladas, nós estamos falando de 16 dólares por tonelada. 16 dólares por tonelada inviabiliza a lucratividade de qualquer um desses navios que esteja esperando. Então isso daí é um outro mal que a gente tem que corrigir.

Se fala muito em fila de caminhões, olha, a fila de caminhões não devia existir. Mas entre ter uma fila de navios e uma fila de caminhão, eu prefiro ter a fila de caminhão sabendo que o navio vai ser suprido, do que ter a fila de navios. A fila de navios geralmente inviabiliza completamente o setor. Para que se tenha

uma idéia da competitividade do que é grave esses 16 dólares por tonelada, se o senhor tiver... Se o senhor calcular a média ponderada de fretes pagos no Brasil, o senhor vai ter algo com mais de 50 dólares por tonelada. Na exportação de soja e farelo e derivados. Milho... Se o senhor calcular isso mesmo pela Argentina, o senhor vai ter uma média de 17, 18. Quer dizer, nós temos mais de 30 dólares por tonelada de desvantagem quando estamos competindo com a Argentina. Então é preciso tomar um cuidado muito grande para que não aconteça aquilo que nós falamos. Em qualquer dúvida, em qualquer dificuldade, a vazão pode ser dado pela Argentina. E ainda graças a Deus que a gente tem essa prerrogativa. Porque senão ficaria compromisso brasileiro sem ter atendimento nenhum. Ainda bem que existe essa possibilidade. Agora, todas as empresas multinacionais que declinam isso elas querem que o lucro da venda delas fique aqui. Fique aqui no Brasil. Elas têm que responder pela lucratividade delas no Brasil, e não na Argentina. É por isso que eles informam essa coisa toda que está acontecendo.

Eu pararia por aqui e fico à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento adicional que seja preciso fazer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Sérgio Castanho Teixeira Mendes, Diretor-Geral da Associação Nacional de Exportadores de Cereais. Eu passo a palavra agora ao Dr. Fernando Antonio Brito Fialho, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAQ.

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO: Senador Delcídio Amaral, Senador Garibaldi Alves, em nome de quem gostaria de cumprimentar também os outros companheiros da Mesa. Senhoras e senhores, quero em primeiro lugar agradecer ao Senador Delcídio Amaral a oportunidade de apresentarmos um pouco da visão da ANTAQ e das nossas preocupações e encaminhamentos que temos feito aí no setor portuário. Eu inicio essa apresentação mostrando o que é que é hoje a estrutura do Estado quanto à área portuária. Mas eu gostaria, até para chegar nela, fazer um pouco do histórico que nós estamos vivendo, do que nós vivemos nesses últimos anos, o setor portuário brasileiro tinha um foco eminentemente público, com prestação de serviço eminentemente do Estado. A partir da Lei 8.630/1993, houve uma abertura muito forte e a motivação maior da 8.630 foi no sentido de que nós passássemos a ter o investimento privado suprindo as demandas e as necessidades do setor de infra-estrutura brasileiro na área portuária. Hoje com a 8.630 foram criadas duas formas principais de investir, de atrair o capital privado para o setor portuário. A primeira delas através de licitações de arrendamento em áreas públicas. E aí eu estou ali naquele quadrinho chamado autoridade portuária, onde nós temos uma intercessão de relacionamento direto com a Secretaria dos Portos atualmente. Porque todos os portos marítimos, os portos aonde têm autoridades portuárias foi transferida a competência para a Secretaria de Portos. Tem a competência direta de gestão, a Secretaria de Portos tem a competência direta de gestão em alguns portos, principalmente naqueles que tem as companhias docas, porque elas são companhias federais, e tem indireta através das delegações feitas a Estados e Municípios. E nós temos no Brasil apenas uma concessão privada que é o porto de Imbituba, em Santa Catarina. Ao papel da ANTAQ com relação às autoridades portuárias é fiscalizar a ação dessa autoridade portuária. E para isso tem um conjunto de regras e normas que eu vou detalhar um pouco mais adiante.

Mas a outra forma de atrair o investimento privado para o setor portuário se dá através do investimento em terminais de uso privativo. Esses terminais de uso privativos estão lá naquela terceira caixinha ali embaixo, terminal de uso privativo, que tem diretamente uma ação da ANTAQ por força das autorizações feitas pela ANTAQ. Anteriormente essas autorizações eram dadas pelo Ministério dos Transportes eram feitos contratos de adesão com a Lei 10.233 que criou a ANTAQ, a ANTAQ passou a ter essa atribuição de autorizar os terminais de uso privativo. Logo na seqüência a ANTAQ elaborou um conjunto de normas que eu vou citar um pouco como está a evolução delas também mais na frente, mas para lidar especificamente com esse tema.

Hoje o nosso desafio é bem maior. Hoje nós temos o desafio de suprir... Aliás, eu costumo dizer que é um bom problema de se resolver. Problema ruim de resolver é o da falta de carga, é o da falta de atividade econômica. Felizmente nós temos um grande desafio. Um grande problema. Mas que pode ser transformado em oportunidade pelo fato dele ser em virtude da demanda, em virtude da atividade da atividade econômica crescente do País e da corrente de comércio brasileiro que cresceu só nos últimos cinco anos de 100 para 250 bilhões de dólares. Isso significa demanda por infra-estrutura portuária. Mas eu quero ressaltar uma coisa muito importante, acho que isso está aí corroborando com que a CNI acabou de mencionar que na verdade o porto é o elo de uma cadeia logística. É o elo de uma cadeia logística e não adianta resolver o problema estanque nos portos sem que nós resolvamos que o está por detrás dos portos. Eu também faço questão de relatar, e aí tenho certeza que vou ter a concordância do Sérgio Castanho, de que nós temos um problema de competitividade sistêmica. No Brasil, em qualquer lugar do mundo, a soja é

adquirida através da cotação da Bolsa de Chicago. O produtor do Rio Grande do Sul, recebe a cotação da Bolsa de Chicago menos o custo de transporte marítimo, menos o custo do transporte interno no País. E aí que está o nosso problema mais grave. A nossa logística interna ela tem prejudicado sistematicamente a nossa competitividade. E aí eu vou além, vou falar a respeito da questão das hidrovias, que está dentro do nosso papel também trabalhar estudos e outorgas, nós não podemos prescindir de um modelo brasileiro que utilize de forma eficiente as hidrovias como uma combinação logística. Porque o que está acontecendo é que deixando de ficar dinheiro para o produtor rural lá no campo está deixando de ser feita distribuição de renda, está deixando de ser feita distribuição de riqueza e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros porque nós não avançamos na questão da discussão da implementação de hidrovias. E aí temos o tema ambiental, que tem que ser discutido com seriedade e com tranqüilidade, com equilíbrio necessário ao desenvolvimento do País e a melhoria da competitividade brasileira. Temos o tema ligado à questão dos investimentos, e eu tenho certeza que eles virão se houver uma definição muito clara da vontade política do Governo, e temos a questão ligada ao uso múltiplo das águas que eu faço questão de referenciar porque nós temos utilizado no Brasil a lógica de que água no rio é somente para abastecimento humano e produção de energia elétrica. Eu acho fundamental, e nós não podemos prescindir da produção de uma energia elétrica verde, que é uma energia elétrica hidrelétrica. É a mais limpa possível. Agora, temos que trabalhar nos licenciamentos ambientais de forma a enxergar o que é melhor para o País, o que produz mais riqueza. E não ficar discutindo: não, não pode botar eclusa porque eclusa vai ter... Em qualquer lugar do mundo e nós fizemos diversos seminários, Senadores, inclusive um seminário internacional com o Governo de Flanders e da Bélgica, e a discussão é muito clara. Utilização de hidrovia além da competitividade sistêmica é um elemento de remediação ambiental. Porque você reduz 90% dos gases tóxicos emitidos para transporte da mesma tonelada. E pode reduzir em até 40% do custo. Aí deixando dinheiro para os nossos agricultores. Mas me perdoe o parêntese, mas acho que é absolutamente relevante porque temos que considerar o porto como um elo de uma cadeia logística que precisa ser trabalhado como um todo.

Dentro dessa linha, da estrutura do Estado, eu quero falar um pouco do que a ANTAQ faz. A ANTAQ, como eu... Ela tem a fiscalização das autoridades portuárias, fiscalização da infra-estrutura aquaviária federal, que são as hidrovias, e os terminais nos portos, nas hidrovias, ela tem o papel de fiscalizar e autorizar os terminais de uso privativo e as empresa brasileiras de navegação. Temos também um trabalho muito forte na outorga e na fiscalização dessas empresas. A esfera de atuação, que eu já citei nós temos aí 35 portos públicos e tínhamos 125 terminais privativos autorizados, mas estamos freqüentemente autorizando novos terminais privativos. Já entrando nesse aspecto dos terminais privativos e dos portos públicos, eu quero colocar... Pode passar o slide seguinte. Acho que vai chegar nas normas. O papel da ANTAQ como agência reguladora nós estamos procurando exercer baseado nesses cinco principais pilares. Regulamentação do setor através da edição de normas, concessão de outorgas, fiscalização e arbitragem, elaboração de estudos e planejamento, e integração com diversos fatores do setor aquaviário.

Na regulamentação, e aí eu puxei apenas a parte portuária, porque nós temos a Superintendência de Portos, temos a Superintendência de Navegação Interior que cuida das hidrovias e a Superintendente de Navegação Marítima que cuida da área de transporte marítimo. Nós temos algumas resoluções importantes que norteiam os investimentos. Algumas delas têm sido criticadas e nós estamos fazendo uma revisão geral no sentido de trazer um processo de simplificação do arcabouço jurídico e normativo para que nós possamos atrair cada vez mais investimentos. Agora estamos fazendo uma revisão consistente da Resolução 517 que é a Resolução que cuida dos terminais privativos para tornar cada vez mais atrativo e mais fácil que o País possa contar com muitos investimentos privados para suprir essa nossa demanda de infra-estrutura. E eu não tenho dúvida que com essa mudança vai acontecer uma nova safra de investimentos, como já tem acontecido. Houve uma mudança muito séria no processo de transporte de cargas, da carga geral, que é o processo de conteinerização. No início, quando a 517 foi editada, isso não era tão flagrante. Mas hoje no mundo todo há uma migração para a conteinerização. Então há uma necessidade de mais e mais terminais de contêineres no mundo todo. E no Brasil não é diferente. Só para os senhores terem uma noção, existe um estudo feito pelo BANCO MUNDIAL de que até 2025, hoje a movimentação mundial de contêineres é em torno de 85 milhões de caixas, de TEUS, que até 2025 nós vamos ter uma movimentação em torno de 240 milhões de TEUS. Quer dizer, vamos triplicar em pouco mais de uma década.

Então, isso significa que o desafio é muito grande e que nós precisamos estar preparados com o arcabouço. Estamos trabalhando nesse sentido dentro da ANTAQ. A Resolução 55 cuida do arrendamento das

áreas de instalações portuárias. Que estamos também revisando para simplificar. Mas é aí neste ponto que eu quero inclusive lhe solicitar, Senador, que nós possamos até compor um Grupo de Trabalho com a sua equipe técnica para discutirmos até em que pontos nós temos que modificar na legislação e aí vou até a 8.630 que possa simplificar o procedimento de licitação de arrendamento nas áreas portuárias. Nesses últimos anos foi através dessas licitações e principalmente das licitações que aconteceu o atendimento da demanda. Vale salientar que no Porto de Santos lá através dos terminais como Santos Brasil, como Libra, como... São três grandes terminais...

Bom, que tem sido atendida essa demanda e que está muito concentrada na região sudeste do Brasil e que esses terminais tiveram... Passaram por um processo licitatório, receberam investimentos de grande monta, e se tornaram um bem de alto valor, inclusive muito bem valorado no mercado. Por quê? Porque há uma segurança institucional e jurídica nesse processo de arrendamento. Isso é uma coisa boa para o País.

Porém, o que nós estamos, precisamos é avançar no sentido de simplificar um pouco esses procedimentos que acabam esbarrando por conta do arcabouço jurídico que temos, esbarrando em alguns aspectos que fazem com que por causa disso o TCU seja um pouco mais exigente e a gente tenha um processo que acaba demorando dois, três anos para a licitação de uma nova área. Isso é inconcebível do ponto de vista da necessidade que temos hoje de dar celeridade aos processos de arrendamentos e de atendimento na infra-estrutura portuária. Quer dizer, isso é ruim para o País. Então acho que a gente tem que avançar além das nossas revisões de normas também sentar e discutir com o Senado porque eu acho que aqui nesta Casa nós vamos poder avançar na parte que não nos é permitido resolver apenas por questões normativas.

A questão de fiscalização nós estamos implementando. A ANTAQ é uma agência nova, está se estruturando somente agora, meados do ano passado foi que recebeu um quadro técnico por força dos concursos e nós estruturamos sete unidades regionais para trabalhar em fiscalização. Ao final do ano aprovamos um plano anual de fiscalização que passa a fiscalizar de forma sistemática e de forma bem ordenada todas as autoridades portuárias, e vamos com isso obter melhorias.

Eu quero salientar que quando se menciona que nós temos problemas de dragagem, nós temos problemas de desembaraço aduaneiro. Eu acho que nós temos problema de gestão. Eu quero ressaltar que acho que foi uma decisão importante do Presidente Lula no sentido de criar a Secretaria de Portos dando ao tema portuário a importância que nós acreditamos que ele tem para o País. Porque 95% das cargas do comércio internacional brasileiro passam pelos portos.

Então, é um tema da mais absoluta relevância se queremos crescer, se queremos participar mais do comércio internacional. Então acho que a Secretaria de Portos vem como um desejo do Presidente Lula de dar a devida importância ao tema, levando... Elevando à escala de Ministério para que possamos ter um órgão focado exclusivamente nesse tema. Nós temos procurado trabalhar de forma integrada com a Secretaria, inclusive na Sessão de alguns colegas que já estão indo para lá, [risos] e que trabalhavam com a gente, trabalham com a gente na agência, mas o Governo, através do Executivo e da Secretaria, vai traçar a política pública e nós vamos procurar trabalhar na área da regulação e da regulamentação. Agora, sempre, e aí foi muito bem colocado pela CNI, temos que garantir um ambiente atrativo ao capital. E garantir uma estabilidade institucional para que isso ocorra com tranqüilidade. Porque a previsibilidade das decisões da agência, isso é fundamental para que nós possamos dar segmento. E nós temos procurado avançar nesse sentido dando cada vez mais publicidade. Agora no final do ano também inclusive colocando no nosso site transformando em portal de transparência para que a agência cada vez mais avance nesse sentido. Temos procurado avançar. E aí agora mais recentemente por incumbência do Congresso também estamos trabalhando na regulamentação dos terminais turísticos ao final do ano passado foi aprovada a inclusão dos terminais turísticos também como atribuição da ANTAQ. Estamos elaborando isso, queremos ao longo desse próximo semestre já estar com a norma adequada a essa nova demanda do mercado brasileiro. Vamos passar... Isso aqui concessão de outorgas.

Bom, outorga como já falei é um dos nossos papéis. A fiscalização arbitragem acabei já citando anteriormente e as ações de fiscalização que eu quero falar uma das coisas que estamos fazendo de forma muito presente junto aos portos. Programa de Avaliação Ambiental. Quando a gente fala que nós temos problemas de dragagem nos portos, sistematicamente os problemas de dragagem estão ligados às questões de gestão ambiental. E aí eu quero ressaltar um aspecto importante. Se não houver uma boa gestão ambiental, primeiro a área ambiental, as questões ambientais precisam ser... Nós precisamos parar de tratá-las como problema. Elas não são problemas. Elas devem ser parte da solução. Não se concebe nenhum empreendimento no mundo mais sem que este tema seja tratado com a mais absoluta relevância, com as compensações ambientais necessárias, e para que nós

possamos efetivamente ter uma boa gestão ambiental. Eu queria apenas fazer uma comparação, mas infelizmente nós temos problemas de dragagem basicamente nos nossos portos públicos. Nos terminais privativos nós não temos. Por quê? Porque há uma boa gestão ambiental. Infelizmente essa é uma coisa que temos que admitir. Tenho certeza que agora a Secretaria de Portos vai atuar fortemente para que nós possamos avançar. Para contribuir com esse trabalho a ANTAQ está fazendo um grande trabalho de avaliação, não a fiscalização da área ambiental, mas a avaliação de como cada autoridade portuária trata a questão ambiental. E aí elencando todos os aspectos que ela deveria estar cumprindo, com a estrutura que deveria ter para fazer de forma apropriada, e se não tem como deveria ser. Estamos encaminhando essa contribuição ao Ministério dos Transportes, agora a Secretaria dos Portos para que possa se estruturar porque um dos problemas de gestão dos nossos portos é que houve a mudança dos desafios, mas não houve a mudança da estrutura organizacional [soa a campainha] e administrativa dos portos. Isso passou a ser um problema grave para a gestão. Houve a mudança dos desafios dos portos, que passou a ser basicamente de serem *landlord ports*, gestores de espaços, gestores daquele conjunto de áreas. E não mais operadores portuários como eram no passado. Com isso as funções passariam a ser muito mais ligadas à área comercial, à gestão ambiental, e ao controle da qualidade dos serviços prestados pelos arrendatários. E isto é um papel que tem que ser assumido de maneira mais marcante, mais forte pelas autoridades portuárias. E ainda não foi assumido integralmente. Isso é uma das coisas que têm que mudar. E isso tem que ser discutido largamente. Já vínhamos discutindo com o Ministério dos Transportes, por isso os senhores têm ouvido falar muito na questão de modelo de gestão. Isso é o que vai fazer a diferença eu não tenho dúvida se nós fizermos uma reestruturação, uma mudança no modelo de gestão portuária trazendo para o foco que está previsto em lei a atuação e a estrutura organizacional compatível com o foco que está previsto na 8.630, tão bem discutida e elaborada aqui no Congresso Nacional.

Já estourei meu tempo, Senador. [risos] A elaboração de estudos, planejamento, esse é um dos papéis da ANTAQ. Nós estamos trabalhando com estudo de diretrizes para promoção de defesa da concorrência no subsetor portuário. Avaliação e desempenho da gestão portuária e avaliação da capacidade de movimentação de cargas e atendimento à demanda, o mercado dos portos. Isso para que nós possamos fazer um plano geral de outorgas. E identificando e mostrando claramente aos investidores privados onde estão as melhores oportunidades para que eles venham investir. Isso é uma coisa importante porque acho que faz parte do papel da agência, não só garantir o arcabouço, mas sinalizar onde estão as principais oportunidades de investimento para que o investidor venha e com isso traga a solução para os problemas que tenhamos que lidar que é o problema de oferta de infra-estrutura portuária.

Apenas para mostrar esse trabalho que nós temos procurado fazer como, na verdade, como catalisadores. Nós temos procurado juntar, inclusive com reuniões com a ANA, ANTT, IBAMA, Marinha, temos nos integrado muito com a Marinha e com todos os órgãos. O próprio TCU, discutimos um avanço muito importante com o TCU recentemente da questão dos arrendamentos. E volto a dizer, temos procurado trabalhar de forma muito próxima e parceira, mas não só a ANTAQ como o TCU não podem se afastar do que está previsto em lei. Por isso mesmo o processo acaba sendo bem mais longo do que nós gostaríamos que fosse. Faço questão de ressaltar que não é que o TCU esteja de certa forma complicando, mas ele exige e nós também procuramos trabalhar exatamente nesse sentido a aplicação integral do que está previsto em lei. E acho que a gente tem que procurar identificar quais são esses principais problemas e tentar corrigi-los para que essa ação parceira do TCU seja cada vez mais forte.

Integração... Aqui eu acho que já falei. Eu quero só falar um minutinho a mais a respeito dos CAPs, que são, e eu tenho falado sempre nas minhas apresentações, o CAP eu enxergo como o legislativo da área portuária. Na nossa lei, na 8630, há previsão de que nós tenhamos a autoridade portuária, como a gestora dos espaços e dos contratos, que nós tenhamos os arrendatários e operadores portuários como efetivos manuseadores da carga e facilitadores desse processo, e tenhamos o CAP, que é o Conselho da Autoridade Portuária com representação dos exportadores, com representação dos operadores, com representação dos trabalhadores, com representação das autoridades portuárias, da comunidade através do Governo municipal, do Governo Estadual, e das associações de classe numa entidade que tem um caráter público, mas é que é uma entidade que tem uma função... As pessoas que representam no CAP não têm remuneração, tem a função meritória de estar junto ao CAP defendendo o interesse de sua categoria. E lá, esse CAP deve contribuir cada vez mais forte, deve ser um dos fóruns de discussão dos destinos do rumo do porto. Assim que nós procuramos entender o CAP. Estamos fazendo um grande trabalho de capacitação dos Presidentes de CAPs e estamos procurando fazer um tra-

balho de divulgação, de profilaxia deste conhecimento para que nós possamos ter uma ação cada vez mais presente, mais forte dos CAPs em apoio ao trabalho das autoridades portuárias.

Bom, pode passar. Isso é apenas a respeito do CAP, que o estamos procurando fazer. Isso vai ficar aqui como contribuição. Nós procuramos identificar inclusive quais são as funções, as tarefas do CAP.

Eu acho que... Quero finalizar agradecendo e nos colocando à disposição. Acho que já estourei um pouco mais do tempo. [risos] Os senhores me perdoem, mas é que o tema além de apaixonante, nós teríamos realmente muito mais coisas a colocar, e eu quero me colocar integralmente à disposição dos Srs. Senadores para que nós possamos avançar na discussão até de temas mais específicos dentro desse arcabouço que tem um conjunto de temas a serem tratados de forma bem mais detalhada. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Fernando Antonio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, e passo a palavra agora representando o Ministro Pedro Brito Nascimento, Dr. José Ricardo Ruschel, da Secretaria Especial de Portos.

SR. JOSÉ RICARDO RUSCHEL: Boa noite, senhores. Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, Srs. Relator, Senador Garibaldi Alves, demais componentes da Mesa, Srs. Senadores.

A minha explanação, Sr. Presidente, vai ser bastante rápida, até porque nós estamos com a Secretaria Especial de Portos ainda em estruturação e estamos aí buscando atender a solicitação do Presidente Lula naquilo que nos foi dado como missão, que seria efetivamente traçar uma nova forma de gestão para os portos brasileiros.

Pelo que foi colocado aqui pelos meus predecessores na palavra, a gente identifica que existem duas ou três... Dois ou três pontos básicos de... Verificados na questão portuária. Seriam eles na minha forma de entender, planejamento, infra-estrutura portuária. E esse eu diria que seria o grande desafio da Secretaria Especial de Portos, que será efetivamente a identificação desses problemas, e a apresentação de soluções viáveis através de alterações da legislação, através de ingerência direta na gestão e nas companhias docas, nas próprias concessões, e em todos os demais setores que envolvem a área portuária como já foi colocada aqui na questão da dragagem, com uma nova visão do sistema de dragagem brasileiro que isso não pode ficar da forma que está. Nós não podemos ter esses gargalos mais na vida do exportador brasileiro. Isso encarece como foi colocado aqui, um navio parado por um dia são 40 mil dólares. Isso é uma questão inconcebível. E hoje a posição e preocupação maior da Secretaria Especial de Portos, Sr. Presidente, é exatamente buscar uma solução para essa questão de gestão dos portos brasileiros. Eu diria que todos esses pontos passam diretamente pela gestão e pela infra-estrutura.

Então, o que nós precisamos fazer? Qual é o nosso grande desafio? Nós precisamos alterar a forma de gerir os portos brasileiros. Nós precisamos alterar o Sistema Portuário Nacional, através de uma reestruturação profunda em todo o Sistema Portuário Nacional. E por aí passam a gestão das presidências das companhias docas, da administração dos portos delegados, do estabelecimento de regras claras e objetivas para o acesso dos navios e das embarcações aos portos brasileiros, e temos entrar também numa questão que não foi tocada aqui até agora, mas é uma questão importante que é a questão da praticagem, a questão da rebocagem, todos esses assuntos especificamente em relação aos portos, eu acho que nós temos que nos voltar e buscar uma solução. Essa eu entendo seja hoje a primeira e maior missão da Secretaria Especial de Portos e nisso está diretamente imbuído o Ministro Pedro Brito, por determinação do Presidente Lula para que se busque efetivamente uma definição clara dos nossos problemas, das questões portuárias e que isso seja resolvido de uma forma eficiente e de uma forma eu diria até profissional. Então nós estamos buscando a identificação desses problemas e a profissionalização da gestão dos portos brasileiros.

Basicamente, Sr. Presidente, seriam essas as colocações que eu gostaria de fazer, e me colocar aí à disposição dos senhores para qualquer questionamento que seja feito em relação aos assuntos aqui abordados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. José Ricardo Ruschel, aqui representando o Sr. Ministro Pedro Brito Nascimento, da Secretaria Especial de Portos. E eu quero já passar a palavra ao Senador Garibaldi Alves, Relator da Subcomissão dos Marcos Regulatórios para os seus questionamentos e os seus comentários.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, senhores componentes da Mesa aqui presentes, como representante do Ministro Secretário da Secretaria Especial de Portos o Dr. José Ricardo Ruschel, quero cumprimentar o Sr. Dr. Marcos Guarita, Diretor de Relações Institucionais da CNI, Confederação Nacional das Indústrias, quero cumprimentar o Sr. Sérgio Castanho Teixeira Mendes, Diretor-Geral da Sessão Nacional de Exportadores de Cereais, e o Sr. Fernando

Antonio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Sr. Presidente, ficou bastante claro, através das exposições ouvidas aqui que o problema dos nossos portos é como acabou de dizer e como disseram todos, mas ele que foi o último expositor, ele acabou de dizer, o Dr. José Ricardo Ruschel, é um problema de gestão, de planejamento, e de infra-estrutura. Eu diria que existem, e se usou muito essa expressão no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é que deixaram alguns esqueletos ainda no armário. E eu não sei se nós estamos cuidando adequadamente de remover esses esqueletos. Mas, levando em consideração as observações feitas, por exemplo, no porto de Natal, no meu Estado, o meu Estado é o Rio Grande do Norte, ele não pode, claro, ser considerado um porto representativo da dimensão dos grandes portos, porque ele é um pequeno porto. Mas, eles têm infelizmente os mesmos males e os mesmos pecados e os mesmos defeitos de todos os outros portos, inclusive os grandes portos. É o problema da dragagem, que a maioria dos portos têm esse problema, e eu pergunto aqui porque foi feito o diagnóstico, mas não foi apontada claramente a solução quando é que nós teremos uma ação mais eficiente a respeito disso. O passivo trabalhista oriundo da extinção da PORTOBRÁS parece ser ainda uma das pendências significativas no sentido de fazer com que os nossos portos não alcancem a eficiência desejada e aí possamos nos dar o luxo de perder 40 mil dólares por navio por dia, conforme o Sr. Sérgio nos declarou aqui de uma forma a nos estarrecer a todos. Porque quem vive num País com as dificuldades que o País tem e ouve falar que o País está perdendo 40 mil dólares por dia por navio, é realmente... Eu diria aos senhores e senhoras aqui presentes e ao Sr. Presidente, o Senador Delcídio, é uma coisa surrealista o Brasil perder isso tudo.

A readmissão de servidores. Vejam bem, eu não sei se isso é característica ou desafio da maioria dos portos. Mas, em alguns portos, nós temos aí ainda esse problema. E o problema aqui, os senhores me permitam, se os senhores me pedissem para aprofundar esse problema eu diria que eu estou aqui mais para perguntar do que para responder, o problema do Fundo de Pensão.

Então, vejam os senhores que a estrutura criada agora que parece ser pela Legislação apontada por todos como a legislação ideal, ela ainda não está funcionando adequadamente haja vista que só agora se criou uma Secretaria de Portos. Se ela é criada agora, ela era necessária, eu acredito, há algum tempo já. Há muito tempo. Há muito tempo antes. Quer dizer, a visão administrativa foi destacada aqui do Presidente Lula deveria ter realmente, deveriam ter tido... Desculpem, tanto o Presidente Lula que já está no segundo mandato, como os outros Presidentes. Mas não é o caso de ficar aqui jogando pedra no passado. O que nós queremos é resolver o problema.

Bem, agora vamos para a parte prática que são algumas perguntas implicitamente já estão feitas, Sr. Presidente, na exposição. E cada, me desculpe aqui a expressão popular, cada um bote a carapuça na pergunta ou na afirmação que foi feita e que se constituiu ao mesmo tempo numa observação e numa pergunta.

Mas, em termos mesmo de pergunta, eu queria perguntar ao Dr. Fialho, Fernando Antônio Fialho, que dificuldades enfrentadas pela ANTAQ podem ser solucionadas porque há pouco tempo, aqui mesmo nesse auditório, nessa Subcomissão, o Diretor-Geral da ANTT, o Dr. José Resende, afirmou que diferentemente das demais agências reguladoras, a ANTT e a ANTAQ não tem autonomia para realizar licitações para outorga de concessões nem poder de polícia para exercer adequadamente a fiscalização. Essa seria uma pergunta feita diretamente ao Dr. Fernando, mas quem quiser também colaborar, pode.

Qual a expectativa da agência com relação a essas mudanças que nós estamos discutindo aqui no Congresso Nacional? Eu perguntaria ao Dr. José Ricardo Ruschel como o Governo planeja solucionar essa questão dos dois portos que mais operam com contêiner que são de Itajaí já saturado e sem área para expansão, e o de Santos que opera em níveis bem próximos ao limite de sua capacidade. Como o Governo planeja solucionar essa questão considerando que o tráfego de contêineres cresce à razão de 18% ao ano? Ao representante da ABRATEC não está...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): ABRATEC é mais uma vítima dos aeroportos brasileiros. Ele não conseguiu chegar em tempo aqui a essa audiência.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nem de navio dava também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Nem de navio. [risos] Nem por hidrovia, nem por ferrovia nem por rodovia.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Bem, então vamos deixar ele em paz, porque não está presente.

Bem, ao representante da ANEC, que é o Dr. Sérgio Castanho, o que na opinião da ANEC poderia ser feito para estimular o investimento em terminais de granéis. Ele já andou... Mas eu queria que ele se aprofundasse mais um pouco. Como o senhor avalia o interesse e a disposição de setores privados para investir em terminais portuários. Nesse caso qual seria

na opinião de V.Sª a tendência predominante entre os investidores? Investir em terminais arrendados na área dos portos ou investir em terminais privativos fora da área dos portos? O senhor poderia nos dar uma...

SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES: Eu acredito que investir na área de terminais... Ah bom. Tá bom.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E o representante da CNI, ele pode se dar o luxo, o Dr. Marco Guarita, porque... Se dar ao luxo de não receber perguntas porque a exposição dele foi mais uma colaboração que eu agradeço aqui à Relatoria, mas para que o senhor não fique assim com esse ar assim de... Ou triunfal, porque não recebeu pergunta, ou desconsolado. Eu perguntaria [risos] ao senhor... No que tange ao segmento dos portos, há um documento da Confederação intitulado Reforma Institucional que o senhor entregou aqui agora ao Presidente. Está aqui ao vivo e a cores, como se diz. No que tange ao segmento dos portos, esse documento sugere a adoção de um novo modelo de gestão. Pelo menos eu vou ganhar um agora. Obrigado. Com a concessão da administração portuária a iniciativa privada, e a extinção das funções atualmente a cargo das companhias docas. Eu pergunto: Tendo em vista que a maioria dos portos no Brasil tem função estratégica de apoiar o desenvolvimento, como a administração portuária privada se ela estaria interessada e capaz de dar o cumprimento a esse papel.

Sr. Presidente, eu agradeço a todos os expositores e a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves, Relator da Subcomissão dos marcos regulatórios. Eu gostaria só de aproveitar a oportunidade, quero registrar aqui que o foco, eu até entendo, porque a maior parte das exportações brasileiras evidentemente saem dos principais portos marítimos. Mas, eu não poderia deixar de destacar até porque sou de um Estado que tem como divisa dois grandes rios, o Paraguai e o Rio Paraná, Cáceres, Porto Murtinho, e eu entendo que a questão das hidrovias e dos portos fluviais também são de fundamental importância para garantir a competitividade no escoamento da nossa produção. E acho que esse é um tema importante o comentário que o Fernando fez aqui sobre essa integração dos modais. Porque no final das contas todo mundo vai cair é no porto mesmo. E nessas audiências que nós realizamos, foi inclusive cobrado, alguém aqui numa dessas audiências citou que estaria sendo estruturado todo um plano integrado de logística de transporte para dar racionalidade aos modais existentes e especialmente ao escoamento da nossa produção, principalmente de exportação através dos portos. Então essa questão do planejamento é uma coisa vital, fundamental. Eu acho que independentemente do... A questão planejamento é uma questão sensível e infelizmente abandonada por vários governos brasileiros. Parece que começaram a confundir planejamento com regime militar, começaram a achar que não se poderia fazer planejamento porque daria a entender que de certa forma seria um reconhecimento de propostas absolutamente pertinentes e o que foram intensamente praticadas nos regimes militares os famosos PNDs do Ministro Veloso e de outros Ministros que também se preocuparam em olhar o Brasil olhando 20, 30 anos na frente. Qualquer empresa competitiva e que quer crescer faz planejamento. Senão, infelizmente as coisas não vão ocorrer dentro daquilo que ela espera em termos de futuro.

Então, acho que essa questão planejamento ela é fundamental e acho que mais uma vez ressaltando, Fernando, há uma observação que você apresentou, no caso dos rios, há uma preocupação muito grande, é o saneamento, absolutamente fundamental, está aí o Programa de Aceleração do Crescimento com investimentos muito consistentes na área de saneamento, vou dar um exemplo específico da minha cidade, Corumbá, é uma cidade que é a capital do Pantanal e joga esgoto a céu aberto no Rio Paraguai. Quer dizer, que meio ambiente é esse? Ou que saúde pode se esperar das pessoas que vivem num sistema como esse?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): infelizmente não é só essa capital.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Claro. E, ao mesmo tempo também, quer dizer, dentro dessa ótica, a geração de energia. Mas, esquecendo-se das eclusas. Eu tenho uma carreira como engenheiro no setor elétrico. Me lembro até hoje, fizemos a primeira cabeça de eclusa no Rio Tocantins, na usina hidrelétrica de Tucuruí. Estamos aguardando a solução e a implementação definitiva do restante dessa obra que é fundamental para o escoamento via Rio Tocantins. Mas os projetos têm que mais do que nunca contemplar, mesmo sendo projetos de energia, nós temos que ter hidrovia. Para ter hidrovia tem que ter eclusa. São Paulo em alguns governos isso foi priorizado, mas isso não pode ser característica só das bacias hidrográficas do Estado de São Paulo. Mas de outras bacias brasileiras também. O que é absolutamente fundamental. Quero dizer, Fernando, que a Assessoria vai interagir muito intensamente com vocês, especialmente com a ANTAQ para preparar esse arcabouço que eu sei a ANTAQ aperfeiçoa, melhora, avança, exatamente com o intuito de simplificar o dia-a-dia de quem quer vender os seus produtos. Descomplicar o País. Que é um País extremamente enrolado sob o

ponto de vista de facilitar a vida de quem produz e de quem quer ser eficiente.

Então, eu acho que esse esforço nós vamos fazer aqui no Senado até para preparar, naquilo que compete ao Congresso Nacional, preparar os encaminhamentos necessários para que realmente nós tenhamos eficiência e simplicidade para quem quer produzir, para quem quer transportar e para quem quer ter competitividade. Porque aquela história, os nossos produtores são muito eficientes. Muito eficientes. Eu sou de um Estado voltado para o agronegócio. A produtividade nossa na soja, por exemplo, é extraordinária. Pouco comparável a outros países do mundo. Só que para ser competitivo eles vão baixando custo, baixando custo. Se a infra-estrutura não acompanha fica muito difícil. Eles chegam no limite e eles aí vão começar a perder competitividade exatamente por causa da logística para escoar a sua produção.

Então, esses temas são, no meu ponto de vista, fundamentais. Na minha visão o maior desafio do Brasil é a infra-estrutura. Para o Brasil crescer nós precisamos investir em infra-estrutura. É o maior desafio do Brasil. E acho que nós temos que nos debruçar atentamente com rigor sobre essas questões.

Mas eu gostaria de fazer uma pergunta também de caráter geral sobre, primeiro os contêineres... Enfatizar essa questão foi dito aqui do crescimento de exportações principalmente se utilizando contêineres. E quase que o esgotamento de alguns portos brasileiros, eu cito especificamente o de Itajaí que eu acompanhei o processo de eficientiação(F), se é que essa é a expressão mais adequada, o porto de Itajaí, que hoje é uma realidade sob o ponto de vista de exportação em porto de contêineres. Foi um crescimento absurdo e competentemente feito. Não sei como está agora, mas na época que estava sendo implementado eu acompanhei. Então mais do que nunca reiterar essa pergunta do Relator, Senador Garibaldi Alves, e gostaria também de fazer uma pergunta. Hoje se fala muito em estadualização de portos. Quer dizer, qual é a leitura dos senhores com relação a estadualização. A gente ouve falar no porto de Santos, ouve falar em outros portos também. Quer dizer, como é que os senhores vêem essa questão ou essa ação compartilhada, foi usada essa expressão aqui, compartilhada do Governo Federal com os governos estaduais também.

E eu gostaria, aí é uma pergunta específica ao Dr. Sérgio, eu acompanhei o raciocínio dos 40 mil dólares de perda, dos 16 dólares, mas aí eu não entendi um pouco como o senhor chegou em 50 dólares quando fez o comparativo com a Argentina. E eu gostaria se o senhor pudesse repetir quando o senhor viesse a responder as questões que foram apresentadas, só para fixar um pouco mais esse raciocínio.

Então, feitas essas observações, eu gostaria de na seqüência passar a palavra para os expositores, na seqüência em que cada um aqui fez a sua apresentação, eu passo a palavra inicialmente para o Dr. Marco Guarita, que é Diretor de Relações Institucionais da nossa querida Confederação Nacional da Indústria. O senhor tem cinco minutos. Agora, evidentemente se for necessário um prazo maior. Não há problema.

SR. MARCO GUARITA: Muito obrigado, Senador. Eu vou tentar responder todas as questões que foram levantadas, inclusive aquela que me foi dirigida pessoalmente, para me tirar da postura triunfante que o Senador identificou de uma forma integrada. Acho que... Eu vou fazer referência talvez a dois ou três pontos que acho que eles sintetizarão de forma adequada as diferentes questões.

Em primeiro lugar eu gostaria de destacar a essência dessa nossa proposta de reforma institucional do setor de transportes. Internamente nos debates, nos nossos ambientes, nas nossas comissões, nos nossos conselhos, nós temos um Conselho de Infra-Estrutura, a síntese dessa proposta é transformar o nosso Ministério dos Transportes, à época era o único responsável por todos os segmentos de transportes, no Ministério da Logística. Ou seja, era o reconhecimento, essa proposta é o reconhecimento da necessidade de dar uma resposta integrada ao desafio da competitividade. Nesse sentido, se eu fosse resumir, espremer ao que essa proposta tem de mais essencial, ela tem talvez dois pontos fundamentais: Um, a recuperação da capacidade de planejamento para o setor. Nesse sentido, Senador, Delcídio, a sua manifestação é absolutamente convergente e coincidente com que nós defendemos nesse documento. Somente com a recuperação da capacidade de planejamento para a questão da logística, vale dizer para a questão de transporte, é possível ter um horizonte de iniciativas que contemple os diferentes modais. O nosso... Na exposição sobre a ANTAQ, se destacou a questão de que a questão não está apenas no porto, mas em toda a cadeia. Isso é absolutamente verdadeiro. E nesse sentido, na avaliação dos diferentes modais, é possível se explorar com inteligência e com competência a questão das vias fluviais. A segunda questão diz respeito à questão da capacitação. E aí a capacitação é do Estado nas suas diferentes instâncias. A capacitação nas agências que são organismo do Estado, e no Ministério, no caso aqui nós estávamos mais focados no Ministério, hoje com desdobramento da Secretaria de Portos, mas essa questão não perde validade. É

necessário dotar o Executivo de competência, de capacidade, de prover soluções.

Então em poucas palavras essa é a essência da nossa proposta. É a percepção da questão do transporte como um elemento da logística, como um elemento da competitividade, como um elemento central da nossa capacidade de sobreviver num mundo de muita competição, e que sobre a qual nós não controlamos.

Especificamente em relação à questão da pergunta do Senador Garibaldi. Senador, o tempo se esgota, mas eu não vou deixar de lhe responder. Aqui... E eu vou fazer a ponte com que eu acabei de dizer da questão do planejamento. Nós estamos otimizando o documento específico para a questão portuária. Um documento que [soa a campainha] inclusive vai tocar em alguns dos pressupostos hoje consagrados. Mas por que fazemos isso? E o Senador colocou com muita propriedade uma série dos limites que temos hoje se quisermos caminhar na reforma do sistema. Porque em alguns momentos e o planejamento é o instrumento que nos permitirá caminhar nessa direção. É necessário pensar fora da caixa. A história da oferta de portos no País é uma história que todos nós conhecemos. Uma história se construiu através da ação do Estado, uma forte ação do Estado na provisão e na construção das regras, das regulações que cercam a sua operação. A história que nós conhecemos é uma história de alguns sucessos, de algumas adaptações, de alguns aperfeiçoamentos, a criação da agência certamente foi um passo importante na direção do aperfeiçoamento do modelo institucional. Esperamos e temos essa expectativa, essa é a expectativa da CNI que a criação da Secretaria Especial possa também dar respostas positivas e a agenda é uma agenda que até onde nós entendemos é uma agenda convergente com as nossas percepções, com as nossas prioridades. Mas, nós entendemos que talvez seja possível provocar a saída da caixa. E nesse sentido, mesmo reconhecendo todas as limitações que nós temos, os passivos que foram acumulados, os insucessos e que estão colocados na Mesa, eles não podem ser eliminados, eles fazem parte do processo, mas talvez seja o momento de pensar em ampliar as possibilidades de participação do setor privado no provimento de soluções.

Então, eu não quero aqui adiantar as soluções que nós estamos aprofundando, estamos discutindo. Nós vamos ter um documento específico sobre essa questão que estaremos lançando proximamente, e certamente vamos trazer ao conhecimento dos Senadores e em especial dessa Subcomissão, mas nós entendemos que talvez seja o momento de romper com alguns dos limites que hoje nós temos que nos defrontar para permitir que efetivamente o setor privado possa ainda mais do que faz hoje, naturalmente acompanhado, refletindo as políticas e o planejamento público sobre o setor, sendo fiscalizado e regulado pela agência devida, ser responsável direto por mais oferta de soluções nesse campo. Então eu me reservo para deixar para o detalhe quando nós estivermos com o documento concluído, mas achamos que é importante desde já trazer essa provocação ou debate, que talvez o momento de sairmos de dentro da caixa e olharmos soluções que hoje se nós nos restringirmos aos limites objetivos que temos que nos defrontar, talvez não sejamos capazes de reconhecer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Marco Guarita, Diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria, e eu passo a palavra ao Dr. Sérgio Castanho Teixeira Mendes, Diretor-Geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais.

SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES: Deixa eu responder, Senador a sua pergunta específica sobre a questão do custo por tonelagem, e depois a gente envereda pelas outras perguntas que são um pouco mais subjetivas. Aquele cálculo é o seguinte, se o senhor tiver uma fila de 20 navios, o que é não uma coisa muito incomum...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES: Exatamente. Aí como diz o carioca, aí que está o busílis. Se o senhor tiver 20 navios a um custo de 40 dólares por dia, pressupondo que cada navio leva um dia para carregar, o senhor tem 800 mil dólares, dividido pela capacidade de cada navio de levar 50 mil toneladas, na verdade deveriam levar 70 mil. Não leva 70 mil por falta de dragagem exatamente. Leva 50 mil. Se o senhor dividir vai achar 16 dólares por tonelada que nós estávamos mencionando. 16 dólares por tonelada compromete completamente a lucratividade de qualquer grão, seja ele qual for.

Falando um pouquinho mais que o senhor mencionou como muito importante a infra-estrutura, eu gostaria de falar um pouco mais sobre isso aí. Se a gente comparar com nossos competidores--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Sérgio, só aquela comparação, que eu não entendi quando entraram 50 dólares por tonelada quando o senhor falou sobre a Argentina. Aí que eu não entendi. Até os 16 eu entendi. Mas apareceu na exposição 50 dólares que eu não compreendi dentro desse raciocínio que o senhor apresentou. Os 16 dólares eu compreendi.

SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES: A média brasileira dá mais ou menos 50 e poucos dó-

lares. A média ponderada brasileira. Se eu pegar todos os grãos, o senhor vai encontrar vindo lá de Mato Grosso, o senhor vai ter mais de 90 dólares por tonelada, o senhor fazendo uma média ponderada disso tudo aí, o senhor vai encontrar mais de 50 dólares por tonelada, porque a soja brasileira vem no lombo de caminhão, e não de hidrovia como nós estávamos mencionando. Já a Argentina, vai dar algo como 17, 18, no máximo 20. Então o senhor vai ter 30 dólares de diferença de vantagem para os argentinos, e os americanos também. Por quê? Porque o americano embora percorra distâncias tão grande quanto as nossas, o problema do americano é que vem por hidrovia. O problema não, a vantagem dele é que vem por hidrovia.

Então, eles acabam tendo uma média muito parecida com a Argentina. 17, 18 dólares. Eu posso até, se eu soubesse que a gente tinha o recurso aí de projeção, eu podia até projetar e o senhor vai ver que os custos são parecidíssimos com os argentinos. Os argentinos têm uma matriz de transporte tão porcaria quanto a nossa. Só que as distâncias que eles percorrem são de 200 a 250 quilômetros. Então dá uma média boa, essa média que nós mencionamos de 18 dólares por tonelada, por aí. O nosso como dá mil, mil e cem como os americanos, só que 60 a mais que 60%. Mais de 60% do nosso vem através de rodovia. E mais de 60% do transporte, coincidentemente, 60 também dos americanos, vem por hidrovia. Então daí a importância do que o senhor colocou. Quer dizer, a hidrovia é fundamental para nós. É fundamental. E eu não sei por que dessa preocupação com ambientalista porque toda vez que eu vejo uma hidrovia é uma coisa muito silenciosa, uma chata navegando, levando aí 10 mil, [soa a campainha] 20 mil toneladas de soja é uma coisa silenciosa. E é muito pouco invasiva, talvez macule um pouco uma curva de rio, alguma coisa nesse sentido. Mas é muito menos invasivo do que uma rodovia. Uma rodovia leva gente, leva outro tipo de cultura que leva invasão de terra. Eu não sei por que essa coisa com hidrovia. Sinceramente é uma coisa que eu não consigo entender e que está atrapalhando a exportação nossa. Já constavam Araguaia Tocantins já contava de planejamento nosso do tempo do Fernando Henrique. Isso não foi colocado... Plano Diretor já previa investimentos naquela época e não foi colocado em prática. Quer dizer, o pessoal esbarra com esse tipo. E já emendando com a pergunta que o senhor me colocou, Senador Garibaldi, eu tenho a impressão que o exportador deve preferir, pelo que eu vejo, eu não estou exatamente na cabeça do investidor para saber o que eles pensam lá para trás, mas eu imagino que ele prefira o investimento no porto. Que é o que a gente tem visto. E mais uma vez vem a questão ambientalista. Os senhores estão a par de todo o problema que os exportadores estão tendo em Santarém. Porque fica próximo a um cemitério de índios. Com todo respeito, a empresa em questão ela percorreu todos os pontos para obter a aprovação. Foi dada a aprovação. Depois disso vem recursos que a gente, pelo menos o meu entendimento, são eminentemente políticos de gente que é quer aparecer às custas da empresa que está lá querendo exportar.

Então, eu imagino que o investimento seja muito mais interessante no próprio porto. Agora, para trás do porto, é necessário que se faça também, mas aí não seria a coisa do exportador. Porque o senhor tem que acabar, por exemplo, com as filas. Os nossos portos não são cobertos. Então se o senhor tiver, se fala muito, o exportador não planeja, pá-pá-pá. Planejar o quê? Se o senhor tiver dois dias de chuva, os nossos portos não são cobertos. Pega o exemplo de Paranaguá. Se tiver dois dias de chuva, o senhor vai ter tranqüilamente uns 66... Cada carreta leva 35 toneladas de soja. O senhor precisa de duas mil carretas enfileiradas para carregar 70 mil. Vamos fazer o raciocínio de 70 mil para simplificar. O senhor precisa de duas mil carretas enfileiradas. Se tiver dois dias de chuva, tem quatro mil carretas enfileiradas. Essas 4.000 carretas enfileiradas, saindo de Paranaguá elas vão passar de Curitiba. Porque cada carreta ocupa 33 metros. Elas vão ocupar 66 quilômetros, dois dias de chuva vai passar de Curitiba.

Então, o que seria talvez interessante para o Governo planejar e dar para outro tipo de iniciativa privada que não seja o exportador, é ver bolsões de exportação para estacionamento dessas carretas, próximas ao porto. E que tivesse ali lugar para ele se alimentar, para tomar banho, tirando... Isso nas reuniões que tivemos tido, eu não estou falando isso da boca para fora, nas reuniões que tivemos tido com gente especializada em logística, eles citaram isso. Quer dizer, a única forma do senhor tirar é estabelecer bolsões por terminal que desse estacionamento para umas 600 carretas mais ou menos para cada terminal e ali tivesse o lugar para tomar banho, se alimentar, o senhor tira esse homem da fila de caminhão. Agora, que essa espera vai existir, vai existir. Tanto que existe até pagamento para isso. O senhor paga aí 20 centavos por tonelada por hora de espera. Esse é o que normalmente o mercado paga. Atualmente o pessoal está pleiteando até bem mais. Estão pleiteando 10 vezes mais do que isso. O que torna outra vez a coisa inexeqüível. Mas a gente concorda perfeitamente pagar pelo tempo de espera. Sem dúvida nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria só complementar, os comen-

tários de V.Sª, Dr. Sérgio, primeiro o seguinte, hoje a navegação as hidrovias com cartas náuticas e por satélite, é quase de uma relojoaria Suíça. Relojoaria, não, de uma precisão Suíça no escoamento da produção. E é inacreditável com todos esses recursos tecnológicos, o porquê que as hidrovias ainda enfrentam dificuldades quase que intransponíveis. Quando existem outros modais muito mais agressivos, como foi dito aqui. Concordo em absoluto com que foi falado aqui. E eu queria só... Eu vi um estudo algum tempo atrás, e o senhor falou dos 50 dólares, e eu assustei porque parece que o gradiente é crescente.

SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES: É crescente. Outro dia no ano 2003 eram 30. A média que nós temos era 30.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Então isso preocupa ainda mais, quer dizer, se ele é crescente é sinal de que não há nenhuma ação ainda mitigadora no sentido de reverter esse gradiente para virar um gradiente descendente. É um negócio complicado.

Mas eu gostaria agora de passar a palavra para o Dr. Fernando Antonio Brito Fialho, Diretor-Geral da ANTAQ. Personagem principal nessa discussão. Sobre transporte aquaviário.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, antes que o Dr. Fernando ele comece a responder as perguntas, tem um telespectador aqui que está insistindo em fazer uma pergunta. Primeiro ele perguntou sobre hidroportos. Uma pergunta mais geral. Mas agora ele veio com uma pergunta que é da responsabilidade dele. Nós... Se o senhor me permite, porque o senhor é o Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Claro.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu poderia ler a pergunta dele. É o Sr. Milton Marques. Ele entrou em contato com a nossa Assessoria, e pergunta agora o seguinte: Se eles têm... Se eles, ele se refere aos expositores. Se eles têm conhecimento que existem 104 instituições com interesses em manter 104 hidroportos na Amazônia, e especialmente no transporte de carga.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Ok. Eu passo a palavra para o Dr. Fernando Antônio Fialho, que poderia responder também essa questão desse telespectador interessado, o Dr. Milton Marques. Até porque essa audiência está sendo transmitida ao vivo. É por essa razão. Quer dizer, os telespectadores estão fazendo através de e-mails e às vezes até por telefone eles têm apresentado uma série de questões que a gente não pode aqui, nós vamos encaminhar posteriormente a V.Sªs, até porque se a gente... Se nós começarmos a fazer as pergunta que estão entrando via televisão, essa Audiência Pública vai terminar amanhã. Então eu passo a palavra ao Dr. Fernando Antonio Brito Fialho.

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO: Bom, Presidente, eu vou iniciar pelo tema portuário. Depois vou chegar nas hidrovias, porque acho que nós temos que falar muito de hidrovias. [risos] Mas no setor portuário, o Senador Garibaldi perguntou claramente a quem cabe a atribuição de encaminhar essas soluções. Essa atribuição é do Poder Executivo. Era do Ministério dos Transportes, e agora foi transferida à Secretaria de Portos. Foi muito clara e eu achei muito oportuna na apresentação que foi feita pela CNI, que o Marco colocou muito claramente que nós temos que ter o cuidado e o zelo de distinguir o que é ação da agência do que é ação executiva do Governo Federal. Nós poderemos e estaremos próximos e vamos trabalhar em conjunto para contribuir, sim, nessas soluções, dentro daquilo que for no arcabouço regulatório temos inclusive com o Ministério dos Transportes, já vínhamos discutindo inclusive o Ministério preocupado com a questão das licitações para as dragagens, discutimos longamente como modificar, inclusive as normas da ANTAQ para facilitar que se trouxesse dragas para atender de forma mais rápida essa necessidade do Brasil. Estamos sempre discutindo isso *pari passu*. Mas, a implementação, esse planejamento é política pública, e é política a ser elaborada pelo Executivo. Pelo Governo Federal. Eu acho que isso é importante ficar claro, e nós vamos, volto a dizer, procurar contribuir com os estudos, com a nossa ação positiva, com a ação catalisadora, mas a execução direta é responsabilidade do Ministério. Hoje pela secretaria dos portos. Com relação às dificuldades que a ANTAQ encontra não difere da ANTT, Senador. Realmente essas questões valem salientar--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Veja bem, elas são semelhantes à ANTT. E se diferenciam das facilidades que as outras têm.

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO: O que vale salientar é que a ANTT e a ANTAQ foram criadas pela mesma lei. Por isso a semelhança no problema.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): São as primas pobres.

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO: [risos] Exatamente. Dificuldade de receita, a questão da gestão orçamentária. Então realmente foram criadas pela mesma lei, por conta disso têm essa mesma dificuldade. Outro assunto com relação à questão portuária, eu quero retornar ao aspecto principal que eu coloquei. Nós temos que trabalhar com logística integrada. Não podemos deixar de dissociar. A questão hidrovia tem

permeado todas as nossas discussões na ANTAQ porque é incompreensível que um País como o Brasil que tem quatro ou cinco Mississipis não os utiliza de forma eficiente para o transporte de cargas. Isso é absolutamente incompreensível. O Estados Unidos, como foi citado aqui pelo Sérgio Castanho, nos Estados Unidos nós temos um custo de produção bem mais elevado que o custo de produção no Brasil. Porém, esse custo de produção no final das contas a soja americana é competitiva com a brasileira para exportação para a Europa. Por quê? Porque eles ganham na logística interna. Isso é muito grave. Só para exemplificar eu quero citar dois *cases* aqui importante. Um *case* da HERMASA que faz o transporte--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Por favor, me diga que o é *case*, porque não estou sabendo.

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO: Um caso de estudo da HERMASA que faz o transporte da soja no Rio Madeira. Eles utilizam a combinação saindo a soja produzida no Mato Grosso, é transportada até o terminal por caminhão, normalmente, depois é colocada em barcaças e embarcada para outro terminal deles onde lá é feito um transbordo, a transferência para navios por onde eles fazem a exportação. Essa combinação de logística reduz de 100 para 60 dólares o custo de logística deles. Ora, é 40%. Será que nós podemos ficar jogando dinheiro fora neste País deixando de economizar 40% e deixando, volto a dizer, de ter essa receita lá na mão do produtor rural que gera riqueza dentro do País, que distribui renda lá, e que vai fazer os seus investimentos todos na região onde produz. Isto é uma coisa muito importante. Eu acho que gente tem que olhar a questão hidrovia.

O outro caso específico é um caso que demonstra que nessa falta de planejamento, o senhor que participou da construção da primeira parte da eclusa que infelizmente ainda não a viu funcionando, hoje tem uma empresa chamada MC LOG que está fazendo um transporte de ferro-gusa para exportação e ele sai, ele pega o Rio Tocantins, e quando chega na... Ele sai de Marabá, quando chega no local da barragem ele faz um transbordo por caminhão para vencer a barreira imposta pela barragem sem eclusa, depois recoloca em barcaças e leva para a Vila do Conde, lá no Pará, de onde faz a exportação. Ainda assim está sendo viável. O senhor imagina a competitividade que nós vamos ter com a eclusa de Tucuruí pronta, em operação e em funcionamento. Então, são casos que demonstram flagrantemente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não se sabe quando vai ficar pronto?

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO: Felizmente temos todas as notícias de que foi incluído no PAC o recurso e que está dentro das prioridades do Governo Federal, a conclusão. Nós estamos acreditando que o Ministério dos Transportes vá levar a cabo agora a conclusão dessa eclusa para que a gente tenha essa ferramenta logística importante concluída.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela idade do Senador Delcídio, ele que me desculpe, deve fazer um bocado de tempo. Porque ele cuidou dessa eclusa quando era um jovem ainda.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Respondendo ao Senador Garibaldi, 1983, Senador Garibaldi. 1983, Senador Garibaldi quando rodaram as duas primeiras unidades da usina hidrelétrica de Tucuruí que hoje já tem as duas etapas pronta. E a eclusa infelizmente esperando o godô, como diz o...

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO: Complementando a questão da hidrovia, nós temos um assunto da questão da defesa ambiental. Eu queria colocar alguns argumentos muito fortes, além do econômico, para a defesa da utilização das hidrovias. Primeiro, em todos os países desenvolvidos do mundo se utiliza isso de forma em larga escala como um elemento de competitividade sistêmica. Segundo, na Europa, aonde existe hoje uma consciência e um zelo ambiental cada vez maior, eles estão planejando diversos investimentos para ampliação da sua rede de hidrovias. Porque eles consideram que isso vai tirar caminhões de estrada e com isso reduzir a emissão de gases tóxicos. Porque serão emitidos 90% a menos de gases tóxicos de CO a menos no transporte de uma tonelada de carga por hidrovia do que por transporte rodoviário. Somos contra? Em hipótese alguma. Temos que ter a combinação. Não tem como tirar da fazenda para levar para os terminais sem o transporte rodoviário. É fundamental. Então vamos fazer muito mais viagem menores. Isso que é uma coisa importante. Outro elemento importante, o senhor falou muito bem a questão das rodovias foi colocado, acho que pelo Sérgio... As rodovias, talvez seja esse o elemento que tenha criado essa antipatia. Qualquer rodovia implementada, a qualquer metro desta rodovia, o senhor pode ter uma nova comunidade, uma nova vila, uma nova casa. A partir daí você ter produção do lado. No caso das hidrovias, não funciona assim. Só vai fixar hidrovia quando você tem distâncias suficientemente grandes que justifiquem o custo de você colocar um armazém, de um armazém colocar para dentro de uma balsa, fazer o transporte da balsa, tirar da balsa para o armazém, do armazém colocar para o navio. E isso tem custo. Ainda assim por

larga escala funciona muito bem. Agora precisa também de larga escala e longas distâncias. Tem havido outro aspecto nas nascentes. Se não houver um programa de preservação das nascentes dos rios, como é que vai ter hidrovia? Se não tiver um programa de defesa da mata ciliar e margens dos rios, como é que você vai ter uma hidrovia eficiente porque vai estar toda hora tendo que dragar? Então eu acho que a utilização da hidrovia é absolutamente amigável ao meio ambiente. Aliás, é uma das melhores formas de se transportar produtos de baixo valor agregado, como a nossa soja, e que está se deslocando cada vez mais para a região centro-oeste brasileira. E essa questão, nós não podemos mais ficar pensando em transportar soja do norte do Mato Grosso, nordeste do Mato Grosso para Paranaguá. Nós estamos pagando para descer depois pagando para subir. E estamos sufocando o porto de Paranaguá que tem cumprido a despeito dos seus problemas tem cumprido o seu papel de exportar 10, 12 milhões de toneladas por ano. Nós temos que pensar que o fluxo normal é o fluxo subir e a partir daí você já está mais próximo dos mercados. E quando eu falo subir, subir através dos rios Araguaia e Tocantins como eixo estruturante da logística brasileira e a partir daí colocar nos portos de Itaqui no Maranhão e no porto de Vila do Conde lá no Pará. Que tem capacidade de receber investimentos e tem estrutura para receber a demanda crescente. Porque daqui a pouco vai ficar inviável de transportar lá para baixo. Então nós temos que ter um conjunto de alternativas logísticas. O Senador Delcídio mencionou a respeito do... Aliás, não. Foi o Senador Garibaldi. A respeito do estudo que tem sido feito pelo Ministério dos Transportes em convênio com o CENTRAN, do Exército, que foi esse estudo do PNLT, Plano Nacional de Logística dos Transportes. Acho que esse estudo veio a calhar. É a retomada do planejamento, acho muito importante, e ele começa a incorporar esses elementos de combinação logística. Acho que a gente tem que puxar esse estudo, valorizar e aprofundar para utilizá-lo como um planejamento de longo prazo e aí é um bom trabalho que tem sido feito pelo Ministério dos Transportes nesse sentido.

Outra coisa que foi mencionado com relação à armazenagem. Armazenar em caminhão é irracional. Nós temos que ter armazenagem estática. Nós temos que avançar. O Brasil tem apenas 30% do que produz em capacidade de armazenagem estática. Nos Estados Unidos, por exemplo, tem 250%. Duas vezes e meia o que produz em capacidade de armazenagem estática. Nós temos que ter armazenagem se queremos figurar no mundo como grandes *playeds* nesse mercado competitivo de *commodities* como a soja, como o milho e outros grãos. Acho que é uma coisa importantíssima que também tem que ser tratada. Volto a dizer, logística é uma coisa integrada. Temos que pensar nas estradas, temos que pensar nas hidrovias, na combinação dessa logística, na questão de armazenagem. E respondendo por fim à pergunta do Milton Marques, nós temos, nós fizemos sim, temos feito um levantamento na ANTAQ, estamos com uma unidade regional em Belém e uma unidade regional em Manaus, está trabalhando no sentido de cadastrar, já fizemos nesses últimos meses licenciamento de mais de 30 terminais privativos, e agora que estivemos junto com o Ministério dos Transportes e Secretaria de Portos, trabalhando para que na Medida Provisória que cria a Secretaria de Portos e que deve estar vindo ao Senado, criando junto nela uma alteração na 8.630 que cria duas ferramentas logísticas importantes para a Região Amazônica. Quais sejam? Primeira, as instalações públicas de pequeno porte. Que instalações são essas? A 8.630 hoje só tem duas formas de você regularizar uma estação portuária. Ou ele é um porto público e tem todo o arcabouço que está previsto em lei com CAP, que só se justifica nas grandes estruturas portuárias, ou ele é um terminal de uso privativo. Como ficam os pequenos terminais nas cidades amazônicas, Ribeirinhas, e que precisam de licenciamento? Hoje... Antigamente existiam os terminais rudimentares. A 8.630 revogou e ficamos sem o amparo para licenciá-los. Agora acredito que vamos ter essa ferramenta. Instalação pública de pequeno porte para que nós tenhamos os portos da Região Amazônica licenciados. E mais uma outra ferramenta logística importante para o lado privado que é exatamente são as estações de transbordo. Na Região Amazônica, principalmente, nós temos também isso no Rio Tietê Paraná, temos dificuldades de empresas que precisam, chegam num determinado ponto da rodovia e querem fazer um transbordo para um ponto mais adiante. E isso também não tem regulamentação. E aí nós estamos trabalhando para que isso venha a ser aprovado, já foi aprovado na Câmara, está vindo ao Senado agora, para que isso em sendo aprovado teremos como regularizar e trabalhar. Para que haja uma regra bem mais simplificada na regularização desses 104 terminais na Região Amazônica que não é só a Região Amazônica, mas também no sudeste do País, no Rio Grande do Sul, na região sul também temos vários que precisam do arcabouço jurídico para que nós possamos normatizar e regulamentar. Então eu acredito que isso responde a pergunta do Milton.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Ok, Dr. Fernando Antonio Brito Fialho. E eu passo agora a palavra para o Dr. José Ricardo Ruschel, encerrando essa nossa Audiência Pública.

SR. JOSÉ RICARDO RUSCHEL: Obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente respondendo diretamente a consulta do Sr. Relator, Senador Garibaldi, a respeito dos contêineres, do que a Secretaria pensa com relação ao contêineres nos grandes portos brasileiros, e ele citou aí especificamente dois, mas a gente tem outras preocupações em outros portos, até porque o crescimento da conteinerização, como já foi dito aqui, é muito grande. O que nós temos hoje nos portos brasileiros? A posição da Secretaria de Portos, Secretaria Especial de Portos é exatamente de que se possa disponibilizar mais áreas para arrendamento, para investimento da iniciativa privada e aí nós passamos por aquilo que o Dr. Fernando Fialho muito bem colocou no que diz respeito à simplificação das regras de arrendamento de áreas portuárias. É essencial que a gente busque soluções nesse sentido para que a gente possa de uma forma mais rápida e eficiente disponibilizar essas áreas dos portos brasileiros.

Outra solução que está sendo aventada e que está muito crescente nos portos brasileiros são as instalações de terminais privativos de uso misto como foi colocado aqui pelo Dr. Fernando também. Nós vemos nesses dois portos citados pelo Sr. Relator, Senador Garibaldi, o porto de Itajaí e o porto de Santos, nós vemos já a implantação de terminais privativos próximos das áreas do porto organizado e até no interior da área do porto organizado de Santos e no interior do porto organizado de Itajaí, de terminais privativos de uso misto. Nós vemos lá em Itajaí o terminal da Portonave que está pronto para entrar em operação com 909 metros de cais acostável com pátio realmente mais do que o dobro do pátio do porto de Itajaí hoje. Então efetivamente a solução passa também pelo investimento privado e pela busca de soluções nesse sentido porque o investimento é muito mais rápido, muito mais eficiente e do que aquele feito obviamente com a questão toda colocada pela dificuldade que nós vemos hoje nos portos públicos.

Então, o que nós temos, Senador, diz respeito exatamente a essas questões. E lá em Santos nós temos o terminal da EMBRAFORTE, e aqui cabe um aparte, Sr. Presidente, porque eu sou gerente de terminais de uso privativo na ANTAQ nesse momento. Eu estou indicado para a Secretaria de Portos, mas eu ainda sou funcionário do Dr. Fernando aqui. Então, eu coloco isso para os senhores como--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É por isso que o senhor fez um elogiozinho a ele.

SR. JOSÉ RICARDO RUSCHEL: Sem dúvida, né, Senador [risos] Então passa também pela iniciativa privada, pelo investimento da iniciativa privada a solução da questão do aumento dos contêiner nos portos brasileiros. Especialmente nos portos de Santos e Itajaí onde grandes investimentos privados vêm sendo feitos tanto em Itajaí mesmo como em região de São Francisco do sul e Ibituba estão sendo investimentos de iniciativa privada de grande porte.

Com relação ainda a esse... A essa questão, a Secretaria dos Portos não foi colocado ainda diretamente aqui, mas a Secretaria de Portos está seguindo uma posição já anteriormente adotada pelo Ministério dos Transportes, mas não efetivada, não realmente efetivada, que é a programação de dragagens continuadas. Nós estamos buscando através do recurso colocado no PAC a orientação para que as administrações portuárias pensem exclusivamente na dragagem continuada. Contratos de longo prazo. Nós estamos pensando no que a legislação hoje nos permite que seria cinco anos para dragagem continuada. Onde não será mais feita medição através de volume dragado efetivamente. E sim será estabelecido uma profundidade dos canais de acesso e bacias de evolução e essa empresa receberá uma verba mensal para manter aquele canal naquela situação, não interessando especificamente à administração portuária a maneira com que aquela dragagem, aquela profundidade seja atingida. Se houver interesse de fazer uma campanha de dragagem grande da empresa ou se ela vai fazer uma campanha continuada mensal ou anual, vai ser a critério efetivo da empresa contratada vencedora do processo licitatório. Então só aí nós já temos uma previsão de estabelecimento de uma tranqüilidade ao usuário do porto de que aquela profundidade será mantida e que ele vai chegar com o seu navio e não vai ter o problema de ter que esperar a maré para sair e trancar o outro navio na fila que está entrando. Nós vamos diminuir a fila e efetivamente com uma gestão ou com uma operação muito mais eficiente se buscarmos uma solução como essa.

E aproveitando essa questão e dando gancho na questão que foi colocada aqui pelos caminhões, pelas filas de caminhões, é entendimento nosso da equipe técnica da Secretaria, que a fila de caminhão como foi dita ela não é preocupante. O preocupante é a fila do navio. Porque se eu tiver um navio funcionando dentro do porto, eu tiro dois mil caminhões da estrada. Então o que é que eu tenho que ter? Eu tenho que ter um porto eficiente onde o navio não precisa esperar a maré para sair, onde o navio possa ter a sua capacidade total de carga atendida, que o navio possa sair de lá com essa previsão de chegada no porto de saída do porto. Aí nós teremos, Sr. Presidente, efetivamente acabamos com a fila. Eu não preciso estabelecer nenhum parque para botar caminhão, nesse ponto desculpe, Dr. Sérgio, mas eu até discordo um pouquinho

porque acho que o porto tem que ser eficiente. Se o porto for eficiente eu não vou ter problema com caminhão parado. O porto de Paranaguá, por exemplo, tem uma capacidade estática de carga, de armazenagem de carga muito boa. O que acontece é que a ineficiência do porto, o problema da dragagem com problema de equipamentos obsoletos gera uma ineficiência na operação do porto. E isso tem que ser alterado. Não só no porto de Paranaguá como todos os portos brasileiros. O Paranaguá só como o senhor colocou essa questão a respeito do porto de Paranaguá.

Então, Sr. Presidente, nós acreditamos que com uma operação e uma gestão mais eficiente dos portos brasileiros, a maioria desses problemas se extinguirá automaticamente.

Com relação ainda à questão da armazenagem colocada... O novo elogio, mas muito bem pelo Dr. Fernando, [risos] a questão da armazenagem no Brasil ela tem que ser efetivamente muito maior. Mas ela tem que ocorrer no interior. Ela não pode vir a ocorrer no porto. Porque se eu tiver uma armazenagem muito grande no porto é óbvio que o afluxo de caminhões, e o acúmulo de caminhões no início da safra vai ser enorme. E eu vou ter também filas. Por mais que o porto seja eficiente. Então a armazenagem, o produtor tem que poder tirar a soja, colher a soja e armazenar na região. E dali sim buscar no tempo correto o acesso aos portos brasileiros.

Ainda com relação ao que eu anotei aqui, a questão das hidrovias, nós passamos ainda por uma questão cultural complicada. Porque o brasileiro não está acostumado a usar hidrovia. Infelizmente o próprio empresário, o exportador, o agricultor, ele não está acostumado a usar a hidrovia. Só para citar um exemplo para os senhores, nós temos uma hidrovia muito boa que opera no Rio Grande do Sul, eu falo porque sou Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Rio Grande, e nós temos ali uma hidrovia que está pronta, do lado da estrada. Sair do porto fluvial de Estrela, passa por porto de Porto Alegre e vai ao porto de Rio Grande. E essa hidrovia é subutiliza. Quer dizer, é uma questão cultural. Nós temos que ter, uma coisa leva a outra, nós temos uma série de outros problemas que têm que ser administrados, mas realmente eu acho que passa também por uma reeducação e por uma... Por estabelecimento de linhas regulares eficientes na navegação de interior. E aí nós entramos para a questão também das estradas e entramos para que questão da navegação de cabotagem, Sr. Presidente, que ainda não foi levantada aqui. Nós estamos trabalhando efetivamente na viabilização de estruturas para a navegação de cabotagem brasileira se transforme efetivamente num transporte alternativo para o transporte de cargas rodoviário. Porque hoje no Brasil, apesar de estar já atingindo o nível de crescimento bastante significativo, a cabotagem no Brasil é quase que nula. Quer dizer, e nós temos oito quilômetros de costas, senhores. Quer dizer, quando nós falamos que o caminhão sai do Rio Grande do Sul com arroz e chega em Fortaleza, isso é uma coisa absurda. Que nós temos que repensar. Agora, tem uma série de fatores que levam a isso. Nós não temos uma frota de navios que possa dar conta de fazer isso, nós temos problemas com questão de combustível, que nós temos o combustível para cabotagem, hoje é o combustível mais caro para navegação de longo curso. Quer dizer, isso tudo são questões da nossa legislação que nós precisamos efetivamente alterar e colocar e discutir nessa Casa, na Câmara dos Deputados, porque realmente é uma questão que preocupa e só buscando soluções para esse tipo de problema é que nós vamos ter efetivamente uma diminuição do número de caminhões nas estradas brasileiras e teremos aí a alternativa da navegação interior e da navegação de cabotagem.

Eu acredito que eu tenha respondido a todas as questões colocadas aqui, Sr. Presidente, se ficar ainda alguma coisa que eu não tenha atendido me coloco à disposição dos senhores. Muito obrigado.

SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Pois não, Dr. Sérgio.

SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES: A questão aí de infra-estrutura e portos, se for pegar uma média, uma média do que se gasta num porto brasileiro e o que se gasta num porto estrangeiro, o senhor vai encontrar uma diferença de mais ou menos três a quatro dólares por tonelada. No caso de exportação de soja. A nossa média que dá mais ou menos seis, sete dólares por tonelada, a deles dá quatro. Tanto na Argentina quanto nos Estados Unidos. Estamos falando de três dólares por tonelada. Quando se fala de infra-estrutura, nós estamos falando daqueles 30 dólares por tonelada. Então o negócio está ali.

Quanto ao problema de armazenagem e de a gente criar bolsões, aconteceu o seguinte, houve um progresso muito grande nas exportações de soja, muito rápido. O senhor saiu de 96, da época da... Quando foi promulgada a Lei Kandir, saiu de três milhões e seiscentos mil toneladas, para o que a gente pretende exportar hoje de soja mais milho, 35 milhões de toneladas. Decuplicou. Então por mais que o senhor planeje, vai haver momentos que vai haver chuva e vai haver fila de caminhão. Por mais que seja planejado. O bolsão seria uma forma de tirar o caminhão da estrada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): E para concluir, existe uma pergunta, espero que o Dr. Fernando responda, sobre a questão da estadualização dos portos. Que ficou pendente ainda. Ou esse compartilhamento dos portos para que a gente encerre a nossa Audiência Pública.

SR. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO: Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um comentário. Porque realmente há um momento que se questiona. A estadualização é boa, é ruim... Como tratar isso? Eu queria apenas citar que nós temos exemplos bons em todos os tipos de portos federais, estaduais e municipais. O senhor colocou, falou no porto de Itajaí. É um bom exemplo de eficiência no porto de Itajaí. Nós temos que trabalhar, e eu acho que reforço o que foi falado no início na questão do modelo de gestão. Eu acho que se tivermos um bom modelo de gestão, não importa se ele será estadual, municipal ou federal. Importa que ele cumpra bem o papel perante a sociedade brasileira. Então acho que é nessa linha que nós temos que procurar trabalhar e tanto nós na agência como a Secretaria de Portos acredito que estaremos focados em fiscalizar para que o País tenha essa melhoria no conjunto de infra-estrutura logística. E apenas para complementar, Senador, eu vou enviar para a sua Assessoria a... A Assessoria da Comissão um CDs com todos os seminários, fizemos oito seminários de discussão sobre as hidrovias brasileiras. E continuamos fazendo mais. Vamos fazer agora no final de agosto, inclusive, novo seminário internacional com a hidrovia do Mississipi. E eles virão aqui para discutir e trocar experiências conosco. Desde já gostaria de convidá-los para participar desse seminário que vai acontecer agora no dia 28 e 29 de agosto aqui em Brasília. Muito obrigado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu quero fazer só um comentário. Eu acho que... Nós já falamos disso, mas precisa enfatizar o problema da falta de recursos para investimento no setor portuário. Eu posso dar o exemplo do porto de Natal, que tinha lá um problema de dragagem, e isso esperou muitos anos para ser feito, finalmente foi feito, mas havia outros investimentos a serem feitos e aí começou a dificuldade, mobilização da bancada, quer dizer, teve que se politizar o máximo o problema no bom sentido, mas mesmo assim ele ficou marcando passo. As melhorias... E há quem diga que há uma necessidade de se fazer um outro porto. Mas aí não há um planejamento adequado no sentido de se fazer a opção. Ou investir no velho, ou então partir para o novo. Quer dizer, essa perplexidade é que precisa ser resolvida. E agora com a Secretaria dos Portos nós esperamos que assim voltado especificamente para o problema não permita isso. Quer dizer, não permita que nós... Eu estou dando esse depoimento, desculpe aí, eu estou dando esse depoimento porque eu fui Governador do Estado do Rio Grande do Norte, então nós não conseguíamos alavancar os recursos para... E havia a todo instante uma solicitação: coloque o dinheiro do Estado que depois vem o dinheiro do Governo Federal. Mas o seguro morreu de velho. Eu não ia, com tantos problemas no meu Estado, sem uma garantia, passar a investir no porto e depois o Governo Federal me desculpe o Governo Federal, o Presidente, o Ministro dos Transportes me dar o calote.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Bom, eu queria só antes de concluir, eu já conversei com os Senadores dessa Subcomissão, nós já distribuímos inclusive a nova agenda de Audiências Públicas para o segundo semestre, uma vez que essa é a última Audiência Pública do primeiro semestre, e eles já estão de acordo, os Senadores que já assinaram a folha de presença, e eu quero só anunciar aqui que agora no segundo semestre a partir do dia 6 de agosto, nós vamos retomar as Audiências Públicas com... Tratando a questão da Aviação Civil. Um tema já bastante discutido por toda a opinião pública brasileira. Depois teremos uma audiência específica no dia 13 sobre saneamento básico e depois meio ambiente e resíduos sólidos que é um tema muito importante especialmente para os Municípios. Um novo repique das agências reguladoras, nós já fizemos uma audiência específica sobre agências reguladoras, mas evidentemente é um processo onde muitas pessoas são ouvidas exatamente para encaminhar o Relatório final da Comissão. Uma audiência específica sobre Parcerias Público-Privadas no dia 3 de setembro, essa verdadeira panacéia. Mas que até agora não se fez presente, apesar das discussões todas que tivemos aqui no Senado. Mas a realidade é que as Parcerias Público-Privadas elas ainda não caminharam. E é um instrumento importante ao lado da Lei de Concessões também já existente. E também teremos audiências ligadas à mineração e outros temas correlatos ao setor de infra-estrutura que incluem a questão da carga tributária, e a questão também relativa à Reforma Trabalhista. Nós vamos aproveitar porque isso impacta diretamente também os setores de infra-estrutura que nós temos discutido aqui nas audiências. Evidentemente eu vou conversar com a consultoria do Senado, quer dizer, a despeito da aprovação dos Senadores que assinaram já a folha de presença, nós de qualquer maneira essa agenda pode sofrer algumas modificações, algumas alterações, mas na essência são esses temas que foram aqui listados. Também um tema relativo à comunicação social que é a questão do conteúdo e esse

tema surgiu fortemente, principalmente na Audiência Pública sobre telecomunicações, e eu passo a palavra para o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Apenas para perguntar. No dia 9, a próxima segunda-feira...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Nós não teremos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não teremos. Aí esperaremos por esse calendário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Esse calendário já a partir de agosto, depois do recesso.

Então, acho que são essas as considerações. Eu quero agradecer, Sérgio, a tua presença, a tua presença Fernando, quero agradecer também a presença do José Ricardo Ruschel, desejar, mandar um grande abraço ao Ministro Pedro Brito, desejar sucesso a vocês nesse novo desafio. Quero cumprimentar também o Marco Guarita, que representa a CNT que sempre tem nos dado um suporte... CNI, perdão, que sempre tem nos dado um suporte muito intenso no desenvolvimento desses trabalhos, agradecer também ao Senador Garibaldi Alves, agradecer também a nossa Assessoria aqui da Comissão de Assuntos Econômicos, na figura do Gonzaga, e agradecer a todos aí--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A consultoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): --E a Consultoria Jurídica do Senado e agradecer a todos vocês que nos acompanharam nesse primeiro semestre. E eu não tenho dúvida nenhuma, todos nós empenhados em apresentar um bom trabalho a ser aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e depois com provável encaminhamento ao Plenário do Senado para que nós venhamos a contribuir para melhorar, talvez o maior desafio que nós temos que são os marcos regulatórios que vão impactar diretamente os setores de infra-estrutura do Brasil. Muito obrigado a vocês e uma boa noite.

Sessão encerrada às 20h34

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO, DE 2007, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Cícero Lucena, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais com a presença dos Senadores Expedito Júnior, Garibaldi Alves Filho, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, e ainda da Senadora Rosalba Ciarlini. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Sibá Machado, Valdir Raupp, Raimundo Colombo e Sérgio Guerra. A Presidência registra a presença dos Senhores Prefeitos: Salomão Gurgel, de Janduis – RN, José Marcionilo Lins, de Currais Novos – RN, João Dilmar da Silva, de Limoeiro do Norte – CE, Fernando Lobato, de Santa Cruz do Arari – PA e Senhores Marcos Monti, Presidente da Associação Paulista de Municípios e Celso Cote, Presidente da Associação Mineira de Municípios. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios – CNM, a fim de debater sobre a situação dos municípios brasileiros. A Audiência Pública é realizada com a presença do Sr. Paulo Roberto Ziulkoski. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho e Jayme Campos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Cícero Lucena,** Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião da SubComissão Permanente de Assuntos Municipais, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, que se realiza em 26 de junho de 2007, às 14:00 horas, na sala de reuniões 19ª da ala Alexandre Costa. Antes de iniciarmos o nosso trabalho, propomos a dispensa e da leitura da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal juntamente com as notas taquigráficas.

Nós temos como audiência, como pauta, audiência pública com a presença do Dr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, a fim de discorrer sobre a situação dos municípios brasileiros. De acordo com o artigo 94, inciso II, § 3º do RISF, a presidência adotará as seguintes normas: o candidato fará a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra em seguida aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Quero registrar que essa sessão está sendo gravada pela TV Senado e que oportunamente será exibida, em função de estar ocorrendo uma sessão plenária e, conseqüentemente, sendo transmitida ao vivo. Então em seguida será transmitida essa sessão em dia e hora marcada na TV Senado. Então eu gostaria primeiro de agradecer a presença do Dr. Paulo Roberto Ziulkoski, bem como dos demais representantes dos Estados que aqui se encontram presentes, para que nós possamos nessa reunião, e ao passar a palavra ao Dr. Paulo, termos um diagnóstico na visão dos prefeitos, da sua Associação, dos problemas que hoje são vívidos pelo Brasil, tanto em questões referentes à legislação brasileira em relação aos Municípios bem como os problemas gerenciais que hoje afligem todas as nossas cidades e os nossos munícipes. Então com a palavra o Dr. Paulo Roberto Ziulkoski.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI: Muito boa tarde a todos os Senhores e Senhoras. Queríamos saldar o Presidente dessa SubComissão vinculada à ACARC(F), que trata de Assuntos Municipais, ao Senador Cícero Lucena e aos demais Senadores aqui presentes que nos acompanham nesta oportunidade, o Senador Expedito Júnior, o Senador do Pará também que aqui se encontra conosco, Flexa Ribeiro. Gostaríamos antes de iniciar a nossa exposição de agradecer a oportunidade, Presidente, dessa Comissão em nos ouvir, é um assunto que para nós que é muito caro, é muito importante, a situação dos Municípios, eu tenho certeza que essa SubComissão, com a liderança de V. Exª, poderá prestar serviços importantes para o municipalismo brasileiro. Eu queria também registrar aqui que se encontra conosco os nossos companheiros, o João Dilmar da Silva, que é prefeito do Ceará, e Presidente da APRECE - Associação das Prefeituras do Ceará, também o José Marcionilio de Barros Lins Neto, que é o prefeito lá do Rio Grande do Norte, Presidente da Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, o prefeito Celso Cota, de Mariana, em Minas Gerais, Presidente da Associação Mineira de Municípios, Fernando Lobato, prefeito no Pará, nosso Vice-Presidente da Confederação Nacional de Municípios, e também ao Marcos Monte, que dirige a Associação Paulista de Municípios.

Saldar também os nossos companheiros, a Conceição que se encontra aqui nos assessorando e o Zilmar Rash, demais companheiros, enfim, dessa tarde. Nós vamos tentar fazer esse registro, Senador, numa linha aí que nós vamos expor no PowerPoint, para tentar também simplificar, para poder observar o horário, é importante que isso fique registrado. Então eu pediria para a Conceição, para o pessoal que nos assessora, para começar a passar. Eu diria, eu estou aqui tentando, e os companheiros também, dentro do possível, se depois quiserem contribuir, tem o microfone, eu acho que é permitido, o Senador autorizaria se alguém quiser agregar dados, fica à disposição. Eu vou tentar mostrar primeiro um cenário municipalista, Senador, aquilo que a gente tenta resumir, aqui não estão todas as situações. E aí nós começamos, vamos dizer, avaliar mais a questão no período da constituinte, que foi um marco no País. Então naquela oportunidade os Municípios tinham pouca participação na vida federativa, sua fatia na carga tributária era pequena, mas suas responsabilidades restringiam-se às escolas rurais, estradas vicinais e limpeza urbana. V. Exa., que foi o prefeito da Capital do Estado da Paraíba, que é um município grande, uma capital, mas conhece a realidade da Paraíba e do Brasil. Então naquela quadra anterior a 1988 a gente dizia que o prefeito pintava o meio-fio e tinha uma escolinha rural, a União e os Estados concentravam a carga tributária, mas também executavam os investimentos e proporcionavam os serviços essenciais da população. Os postos de saúde eram dos Estados, os médicos eram da União, Estado, enfim, toda educação praticamente era também. Bom, com a constituinte de 1988 se inaugurou um novo período, foi aquele período que saímos de uma ditadura muito centralizadora e naquele momento a sociedade brasileira caminhou muito num processo chamado de descentralização.

Então nós que tínhamos, até 1988, 11,5% aproximadamente da arrecadação nacional, com aquela passagem de 17% para 22,5% da FPM, do ICM de 20% para 25% e mais o IVVC que não está ali, que é Imposto de Venda a Varejo, que depois foi extinto, nós pulamos, naquela quadra, de 12% ali que aparece embaixo, para 19% do bolo tributário nacional, que à época era 24% do PIB. Isso era uma quadra que se vivia. Além de uma fatia maior do bolo tributário os entes públicos se utilizavam do chamado imposto inflacionário naquele período ali que foi até 1994, fazendo caixa. Esse tipo de receita financeira escondeu o desequilíbrio estrutural das contas públicas. Depois vem lá o Plano Real mais adiante. Em 1994, com a URV, já

no governo Itamar Franco, naquele período ali dos três meses antes da implantação do Plano Real, era muito aguda, a inflação estava muito alta naquele período, então os Municípios, Estados e União trabalhavam com regime de caixa. Entrava o dinheiro, aplicava no overnight na época, em outras situações, e depois faziam as correções, pagavam os funcionários, dava o aumento ou não, iam trabalhando naquela linha. Aí o que aconteceu? O fim da inflação obrigou o setor público a buscar outras formas para ajustar suas contas e a desvinculação das receitas, sob o nome de Fundo Social de Emergência, depois passou a ser FEV e hoje é DRU, foi a primeira delas. O Fundo permitiu ao Governo Federal desvincular 20% de suas receitas, o que lhe permitiu desviar verbas carimbadas por superávit primário. Só a educação perde hoje cerca de quatro bilhões ao ano por causa da DRU. O piso do endividamento em educação, investimento, fixado em 18% pela Constituição, se reduziu para 15% por causa dessa desvinculação. E aí, antes de passar à página seguinte, eu devo dizer, deixar registrado, à época eu discuti muito isso aqui em Brasília, em 1996, 1997, quando comecei a participar do movimento municipalista. Então nós chamávamos na oportunidade, e aqui tem companheiros que nos acompanham há mais tempo, esse Fundo Social de Emergência ou hoje a DRU, se chama gasolina, é a gasolina do automóvel chamado Plano Real, sem isto aqui não existiria Plano Real, porque não teria como o Governo fechar as suas contas. Então sabiamente a União, à época, fez isso, criou a DRU, porque hoje, se olhar no orçamento da União de cerca de quinhentos bilhões que foi no ano passado, 20%, são cem bilhões que são descontingenciados, que não entram, e a União fica jogando com aquilo ali. E só para andar um pouquinho mais ali, em 1997, já bem depois, os Estados pressionaram e renegociaram as suas dívidas através da lei 96, 94, se não me falha a memória, naqueles cem bilhões que a União assumiu dos governadores, que hoje estão aí berrando, não é, desculpe a expressão, que estão mal, mas é a dívida que eles tinham, que a União socorreu e solucionou pelo menos nos Estados, mal ou bem solucionou. Os bancos tiveram o PROER, a avião área na época teve recursos, só os Municípios que nunca tiveram, não acharam nada.

Então houve uma discriminação federativa muito grande. Então o Fundo propiciou aquilo ali. Ali aparece 1994, 1996, eu inverti a ordem ali, que foi a renegociação. E os Municípios não tiveram nenhum refresco, ao contrário, foram e são as principais vítimas do ajuste fiscal. Pode passar. Bom, ali o que acontece? Vem a reeleição de Fernando Henrique. Final de 1998, o Brasil praticamente quebrou, em função dizem que da Rússia, que entrou em parafuso, de outras economias que impactou aqui no Brasil muito forte. Fazendo a dívida pública esperar 50% do PIB. O governo brasileiro pede aí então socorro para o FMI, foi para cumprir as metas. Aí já vem a etapa seguinte, mas antes disso é bom lembrar o seguinte: a COFINS era 2%, ela passou para 3% naquele ano e hoje está em 7% ou 7,5%, se não me falha a memória, que não é partilhado com os Municípios. Então aí vem o governo Fernando Henrique, assume depois da eleição e aí então abre o caixa que estava reprimido em função da reeleição dele. Aí vem o acordo primeiro com o Fundo Monetário Internacional, foi o primeiro socorro que se buscou. Pode passar. Aí o que aconteceu? Está ali, aumentou, aí foi criada a CPMF, em 1997, com o dito de que iria ser agregado à saúde, aí foi o grande blefe, o grande desvio, porque a União gastava na época, não está ali, mas a União gastava 1,88% do PIB em saúde, e hoje, depois de tantos anos de CPMF e que seria agregada, como ela foi desviada, hoje a União gasta 1,86% do PIB em saúde, portanto, não houve nada de alteração, pelo contrário, diminuiu, porque a União, com a CPMF, foi retirando a sua parte que tinha nos impostos que compunham a sua base de arrecadação na época, e essa CPMF era para agregar para a saúde, e que não foi, e que hoje está dando aí trinta e cinco bilhões aproximadamente. A alíquota do COFINS está ali, aumentou, na época nós lutamos muito, nós íamos perder no FPM, porque a medida provisória que elevou o COFINS, e aí é o primeiro ganho do movimento municipalista, da Confederação, o Governo está propondo que as empresas poderiam abater, compensar aquele 1% da COFINS no Imposto de Renda, que é a base do FPM. Nós lutamos e conseguimos demover, o Senador Lobão à época foi o relator, mudamos. A CID(F) foi criada sob o pretexto de ser aplicada nas estradas, mas acabou no caixa único, oito bi, a base de cálculo de contribuição pulou de 9% para 32% e o faturamento dobrou para vinte e oito bilhões, então isto é o que houve nesta quadra de 1999, aproximadamente 2000. Pode indo.

Aqui um estudo muito importante que mostra o caminho ali das contribuições e dos impostos, os dois da base do FPM, que compõem o Fundo dos Municípios. Aqueles dois de cima vêm caindo, caindo, caindo, que chegou agora, em 2004, foi o fundo do poço ali, no finalzinho, a contribuição ultrapassou, em 2003, todos os impostos que pela Constituição são partilhados, só que agora aquela curva ali, se vocês olharem, a contribuição já esgotou essa fase, não tem mais como o Governo criar contribuição ou aumentar, esgotou, todo mundo está saturado com isso daí. Então pode ver que agora, olha, já inverteu, neste ano já está se juntando ali os impostos de novo com as contribuições. Então

isso é importante mostrar. Bom, em 2000 muda toda a questão da gestão, com o surgimento da aprovação de Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe limite de pessoal, limite de endividamento, limite de restos a pagar, todo mundo conhece, não vamos repetir aqui tudo que aconteceu em cima das prefeituras, dos Municípios. Pode ir passando. Eu vou tentar ir mais rápido para a gente poder cumprir o horário. Em 2003 veio o arrocho fiscal redobrado. Aí assume o Governo Lula, que aumentou oficialmente a meta do superávit primário para 4,25% do PIB, mas acabou fazendo um superávit ainda maior. Vocês vejam ali 2003, 2004, 2005 e 2006. Nos últimos quatro anos o superávit primário gerado pelo setor público já deslocou trezentos e trinta e um bilhões para o pagamento de juros da dívida, nesses últimos quatro anos, isso é muito dinheiro, e os Municípios que assumiram as responsabilidades, não têm como fazer frente a isso lá na ponta. Bom, reforma tributária paralisada. Depois de prometer prioridade na reforma tributária, o Governo e o Congresso esqueceram a Emenda Constitucional, isso lá em 2004, na gaveta. Três anos passaram e até hoje, nem a elevação de 1%, que é uma gota d'água, foi votado ainda, não está ainda consolidado. Além de não garantir o acréscimo do FPM, o Governo tem baseado sua política de desoneração tributária no IPI, que leva sempre a paulada maior, porque é a base do nosso FPM. Nos últimos dois anos vários decretos foram abaixados pelo Ministério da Fazenda com redução do IPI para diferentes setores da economia, o que tira da base do nosso FPM. Citando apenas alguns ali, os decretos, alguns exemplos, o que é que já se perdeu, só com aquela questão da constituição da base de capital, que o Governo alardeia que está diminuindo a carga na construção civil, que isso vai melhorar, tudo com impostos que são nossos, basicamente partilhados conosco. Pode passar.

Decreto. Isso daqui é outra questão que é muito elucidativa. Veja bem: em 2004 os governadores pressionaram, nós também, conseguimos ter uma nesguinha da CID, pela primeira vez se partilhou uma contribuição com os Estados e Municípios. O Governo editou um decreto, veja bem, reduzindo a alíquota da contribuição. Como? Até 2003 a CID custava 0,54% por litro de gasolina, portanto era uma base. Parte desse pagamento podia ser abatido no pagamento do PIS-COFINS. Como ele passou, em 2004, a partilhar conosco, o que o Governo fez? A partir de abril, ao invés de conceder a dedução do PIS-COFINS, o Governo decidiu reduzir a alíquota da CID para 0,28% por litro. Então ele ficou ganhando igual, e olha ali a arrecadação em 2003, caiu em 2004, quer dizer, isso que o Congresso, que o Senado, tem que achar uma forma de terminar com essa festa do Governo Federal, do executivo, que faz o que quer. Eles têm que ter um controle, não podem eles usar desta forma. Eu diria que isso é até má-fé em cima dos Estados e Municípios, não é nem uma coisa normal. Isso daí tem outro nome, qualquer cidadão diria o que é isso. Bom, pode passar. Ali do FUNDEF, por exemplo, Fundo de Exportação da Base, em 2004, para atender aos governadores, porque aí os governadores só se lamentam, vêm a Brasília muito, o Governo Federal dividiu os repasses do ressarcimento dos Estados exportadores em duas parcelas, ele dividiu. Uma o chamado Fundo da Lei Kandir, atrelado ao FUNDEF, aqueles 15%, que agora é FUNDEB, e a outra, um novo fundo, o FEX, que tirou, que é o auxílio que eles estavam dando, tirou dos Estados, que tirou da base do FUNDEF, e tirou dos Municípios também porque deixou de agregar esse valor para ajudar os governadores. Das receitas retidas do FUNDEF, 60% retornam aos Municípios e 40% aos Estados, por causa do número de alunos - eu estou falando do FUNDEF, do ensino fundamental. No caso do FEX, entretanto, livre do FUNDEF, 75% ficam com os Estados e apenas 25% com os Municípios, ou seja, a substituição dos repasses da Lei Kandir pelo FEX estão prejudicando as prefeituras. É outra forma, esse é o cotidiano que o Município trabalha com a União. Bom, depois lá adiante vai aparecer a questão da saúde e da educação. Então aqui para vocês terem uma idéia, aqui avanços, o senhor era prefeito e nos ajudou com isso daqui na oportunidade, eu lembro que o senhor participava dessas discussões, Senador. O salário educação, até aquele período de 2003, era recolhido no Estado, Brasília cobrava, ficava 1% para a previdência e os outros 99% iam para o FNDE, que ficava com 1/3, e 2/3 voltavam para o Estado de origem. Para ser divididos entre quem? Governadores e perfeitos, Estado e Município. O que os governadores faziam? Pegavam o dinheiro e não passavam para os Municípios. Alguns passavam uma partezinha, a maioria não passava. E chegava ao ponto, eu conheço muitos Estados, que os governadores pegavam a sua base nas Assembléias ou Deputados Federais e mandavam oferecer, criava um programa de veículo escolar, um programa não sei do que lá, de salas de aula, em cima desse dinheiro dos Municípios, da parte dos Municípios, e mandava no município oferecer ao prefeito, o prefeito fazia um projetinho, fazia uma festa para o Deputado, para o Secretário de Estado, para o governador, que tinham arrumado um veículo, um colégio, com o dinheiro que era do município. A que ponto nós chegamos na época. Começamos a esclarecer os prefeitos, em 2004 nós mudamos, e hoje o dinheiro chega lá nos cofres das prefeituras, que é

a parte do salário educação. Outra questão foram as regras da alíquota do ISS.

Então está ali explicado, repasse do salário educação pulou, veja bem, de seiscentos e trinta e três milhões para dois bilhões em 2006, portanto, é mais do que aquele 1% do FPM por ano. Antes a transferência do salário educação dependia da boa vontade dos governadores, que acabavam se apropriando de dinheiro dos Municípios. Pode passar. Aqui para os senhores terem uma idéia da evolução das transferências. Os repasses do FPM cresceram seis bilhões em termos reais entre 2003 e 2006 como se vê abaixo. As transferências que têm ali, vocês vão ver que o ITR, que nós estamos tentando, já aprovaram tudo aqui na Câmara do Senado, a receita não abre mão, diminuiu 18%. Se vocês olharem ali, em 2000 era cento e oitenta e cinco milhões, lógico que isso botando a inflação ali para poder organizar, mas vocês olham ali o aumento que teve no ICM, IPVA no período, do FPM, em termos nominais. Depois teve ali IPI Exportação, Lei Kandir, a CID, o que passamos a receber, trezentos milhões, quatrocentos milhões, quatrocentos e trinta nove milhões, está empacado ali, até 2006. Agora uma área que é muito exclusiva quando se fala isso, que alguns prefeitos se insurgem, mas são poucos, é aquela que aparece ali Senador. Os royaltys, imagine ali, em 2000 os Municípios tinham um bilhão e oitocentos de royaltys. Hoje, em 2006, os Municípios já tiveram quase cinco bilhões de royaltys, e esses royaltys não se concentram em mais do que em setenta Municípios do Brasil. Isso ali corresponde a dois meses de FPM. Então ninguém quer prejudicar os Municípios que recebem o royaltys, até mantê-los, mas nós temos que redistribuir. Não é porque um município está na frente do mar e lá, vinte quilômetros ou duzentos quilômetros de distância tem uma plataforma que explora um petróleo, e que aquilo ali é do município que está em frente. Aquilo ali é do Brasil. Então isso é uma questão que tem que avaliar. O salário educação, volta um pouquinho ali, olha o salário educação quanto que aumentou em função daquela lei: 351% nas transferências, e o total ali da 40%. Pode passar agora. Evolução das transferências. As receitas também tiveram crescimento significativo. As receitas do ITR estão congeladas, apesar da legislação já prever a possibilidade das próprias prefeituras fazerem a cobrança, e isso, Senador, o Senhor poderia se possível, como sugestão aos Senadores, cobrar do governo. Se os Senhores aprovaram a reforma tributária em 2003, foi feita a lei, passou aqui pelo Senado, foi feita a instrução normativa, por que é que nenhum município do Brasil --

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Dr. Paulo, se me permite eu quero registrar com satisfação a chegada da Senadora Rosalba, ex-prefeita também de Mossoró por três vezes, então conhecedora profunda desse problema, que nos honra, ela vem participar dessa Comissão e estamos fazendo os procedimentos formais, ela que irá substituir o Senador Garibaldi Alves na Vice-Presidência dessa Comissão.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI: Muito bem, seja bem-vinda, a gente conhece o trabalho da Senadora. Então retornando, Senadores, o porquê disso daí? A receita acaba impedindo toda a parte operacional dos convênios. Então nenhum Município do Brasil conseguiu cobrar até hoje o ITR em função da legislação, embora já existente toda a legislação. Então eu acho que o Senado, Senadores, poderiam pegar essa questão, nos auxiliar para fazer o Governo pelo menos cumprir a lei, já que há uma decisão do Presidente, do Ministério, e a receita tranca tudo lá na ponta, quatro anos depois ninguém está podendo cobrar. Bom, evolução, isso já passou. Pode ir adiante, Conceição, isso eu já tinha lido. Agora a evolução das nossas receitas, Senadores, do que Mossoró, enfim, João Pessoa, o que nós estarmos fazendo. Se não houvesse a mudança no ISS, a curva de tendência mostra que sua receita estaria hoje em 12,9 bilhões *[soa a campainha]*, ou seja, quase cinco bilhões abaixo de onde estamos em função de que os Municípios passaram a cobrar com mais eficiências e foi feita a Lei Complementar 116. Então nós estamos mostrando capacidade de arrecadação. Quando diz que os Municípios não cobram, não. E o maior aumento não é nas grandes cidades, o maior aumento se dá nas pequenas cidades, por incrível que pareça, dados do FIMBA(F) do Tesouro Nacional. Pode passar. Bom, a carga tributária é aquela ali no Brasil, nós temos dois PIB ainda, tem o PIB antigo, que eu chamo, e o novo. Pelo PIB antigo era 39,59, 35, aumento da carga de 4,86. Um dado surpreendente aqui que temos mostrado muito: do total dessa arrecadação, que deu oitocentos e trinta e dois bilhões no ano passado, nós só arrecadamos 5,2, porque o município, não é ele que aumentou a carga tributária, o município não criou tributos, nós estamos ali nesta linha tão somente de arrecadação própria. Senador Garibaldi, prazer em vê-lo também aqui na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O nosso mestre, ex-presidente, que nos dá a honra também de participar dessa Comissão.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI: Bem, então nós temos hoje de arrecadação própria 5,2. Só fazendo um adendo aqui para os Senadores: a proposta de reforma tributária que está sendo construída no Ministério da Fazenda, no governo que nós estamos participando da discussão, que vai entrar aqui em agosto, o

Governo está propondo tirar dos Municípios todo o ISS e juntar com o ICMS Estadual e gerar o IVA estadual. O ISS representa hoje, em termos nominais, o ISS dos Municípios é dezoito bilhões, se somar todo o Brasil, e o ICMS é cerca de cento e vinte bilhões, só que, se nós pudermos mostrar depois, enquanto nesses cinco anos o ISS cresceu 11% ao ano, o ICMS cresceu 4,9%, porque está crescendo muito a base do Impostos Sobre Serviços, até isso já mostramos aqui também em outra oportunidade, aqui na reforma tributária. Bom, da carga tributária, apesar do crescimento das receitas próprias, a fatia dos Municípios na carga tributária continua estabilizada entre 16% e 17%. Ali estão os dados de 2000 até 2006, ano a ano, qual foi a participação da União, a parte dos Estados e a parte dos Municípios. E aí tem Municípios com royaltys e sem royaltys, que os royaltys dão uma diferença muito grande, são um valor altíssimo ali na composição das dívidas dos Municípios. Isso é, vamos dizer assim, a carga tributária que nós temos até atualizada pelo FIMBA, pelo Tesouro Nacional. Pode passar. Agora aqui são alguns dados para os Senadores. A fatia dos Municípios não está sendo distribuída uniformemente. Os Municípios menores, e aqui eu estou falando para a Paraíba, para o Rio Grande do Norte, para os Senadores que estão pelo menos aqui presentes conosco, os menores são duplamente castigados. Embora os que empreendam maior esforço de arrecadação própria estão perdendo transferências para os Municípios mais ricos.

Entre 2000 e 2006, por exemplo, as transferências para os sessenta Municípios mais ricos do Brasil, com PIB superior a quarenta mil, tem uns que vão a duzentos mil, cresceram 105% - eu estou falando de transferência da União e dos Estados - acima da inflação. Para os Municípios mais pobres, que é do Nordeste, com menos de cinco mil de PIB per capta, a expansão foi de 43%. Então esse fosso vai se aprofundando cada vez mais. Se não houver uma intervenção do Congresso Nacional, uma reforma nisso, cada vez vai se aprofundar mais essa questão. Pode passar. Evolução das transferências. Olha aquilo ali, os sessenta Municípios mais ricos receberam em 2006 uma média de dois mil trezentos vinte e oito por habitante de transferência, enquanto que os pobres receberam quatrocentos e quarenta nove. Então isso não está certo, isso está incorreto, e são mais de quatro mil e quinhentos Municípios no Brasil que estão nessa situação, portanto não é meia dúzia, não é meia dúzia de pobre. É o Ceará lá do companheiro, do Presidente da APRECE. Pode passar. Evolução das transferências. Isso daqui é um exemplo aqui para o Senado, para os Senhores, que lamentavelmente temos que falar sobre ele, que é uma outra distorção além dos royaltys. Aqui o Senado criou uma lei, que além do Distrito Federal arrecadar como Estado e Município ao mesmo tempo, o Distrito Federal recebe seis bi a mais por ano para gastar em segurança pública, saúde e educação, o que a Paraíba não tem, o Rio Grande do Norte não tem, ninguém tem. Então essa é a realidade. E mais: o Judiciário e o Ministério Público também são pagos pela União, custa mais um bi e trezentos, são sete bi e trezentos que são três meses de FPM tirados do Brasil para colocar aqui em Brasília. Talvez por isso, ontem à noite, quando eu passei numa ponte que eu não conhecia, fiquei até surpreso. É esse dinheiro que vem lá do interior do Brasil para fazer um investimento. Será que é mais importante a ponte ou nós podermos melhorar um pouco a situação daquela população mais reprimida, vamos dizer assim, mais retiradas da participação? Pode passar. Ali vão aparecer os números. Olha o que nós pagamos, o Brasil paga para o Governo do Distrito Federal. Se vocês calcularem isso em trinta, quarenta anos que têm, vamos botar vinte anos, isso dá cento e cinqüenta bilhões de reais que acabou parando aqui em Brasília e que saiu de onde? Foi de Brasília? Então isso são dados que mostram. Agora aqui em 2006, o que aconteceu? Depois de três anos de aparto fiscal, lógico que vem um ano eleitoral, não é, o Governo começou a gastar mais, o superávit primário caiu de 4,32 para 3,38. Em 2007: um PIB maior, investimentos menores. Os novos números do PIB divulgados pelo IBGE revelam uma melhoria nos indicadoras fiscal do Brasil.

O Governo fala em PAC, mas o investimento puro continua nos menores níveis dos últimos trinta e seis anos, 2% do PIB apenas, apesar da carga tributária continuar crescendo. Então esse é o pior período de investimento. Agora vocês vão olhar mais adiante ali a parte dos investimentos, olha ali o último dado do IBGE que temos, que é de 2003. A União investiu quatro bi e duzentos, os Estados nove bi e duzentos e os Municípios, que tem 16% do bolo, investiram doze bi e setecentos. Como é que os senhores aqui, ao largo, poderão compreender, ou nós ou qualquer brasileiro, esta realidade? Então isso é um dado alarmante que mostra essa realidade que estamos vivendo. Bom, em resumo: os brasileiros estão pagando mais impostos, mas estão tendo cada vez menos retorno em investimentos públicos e serviços sociais. Esse é o caminho que nós queremos? A gente está fazendo uma análise bem rápida. Pode passar. Será que é esse? Como estão as finanças dos Municípios? Já vimos que estão fazendo o seu dever de casa, com melhorias na arrecadação própria. Mas e o controle de despesas e dívidas? Nós elaboramos um estudo com três mil e oitenta e nove Municípios, são dados oficiais, tirados do

balanço orçamentário patrimonial entre 2002 e ..., que a gente tem de todos esses Municípios do Brasil todos esses anos, comparando ano a ano. No ano passado mais de cinco mil e duzentos Municípios apresentaram à Secretaria do Tesouro Nacional os seus balanços, isso atendendo ao artigo 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas vejam bem: até hoje só conhecemos a informação de quatro mil, porque a Caixa e o Tesouro não se dão a boa vontade de aprofundar e divulgarem essas contas no Brasil, que é uma exigência da lei, porque as informações demais ainda não foram processadas pela Caixa. Pode indo. Situação fiscal dos Municípios. Em 2002 a dívida líquida dos Municípios era de quarenta e um bilhões. Em 2003 quarenta e três - a dívida líquida, em milhões. Em 2005 quarenta e oito. Resultado primário: vocês estão olhando ali para ver as diferenças que ocorrem. Agora olha o gasto de pessoal. Se pegar de 2002 até 2005 nós de 35% ficamos em 48%, quer dizer, olha o aumento que foi, o que a gente está gastando em percentual, porque se calcular o aumento da arrecadação nesses anos, vocês vão ver o que os Municípios estão fazendo. No custeio. Dado surpreendente que mostra, quer dizer, investimentos, o que nós investimos, está tudo ali. Agora indicadores. Em 2002 a renda líquida, a dívida líquida era de 53%, agora vem em percentual. 52%, 52% e caímos em 2005 para 42%, agora já estamos em menos de 39% nos últimos anos. Resultado primário: olha o que nós estamos fazendo ali de resultado primário. Gasto de pessoal. Embora passando tudo para os Municípios, nós caímos de 43% para 42,2%, somando as Câmaras de Vereadores. Portanto, há espaço para os Senhores, e aqui estamos falando num depoimento, agora quando vier a emenda, por exemplo, dos vereadores, as Câmaras de Vereadores estão gastando 3,5%, e podem gastar até 7% ou 8%. É hora de diminuir essa despesa com o Poder para nós podermos economizarmos mais, porque o problema é a despesa que se tem. Um Município até cem mil habitantes gastar 8%, nada contra os vereadores, mas é muito dinheiro para um Município pequeno. Tem o custeio. E olha que nós estamos investindo: 8,1%.

Então nós estamos mostrando a situação fiscal dos Municípios com números oficiais. Isso daqui não é pesquisa, isso daqui é número. Pode indo. Agora o endividamento. Olhem bem isso daí. Em 2002 quinze Municípios possuíam dívidas contratadas no montante superior a 1,2 vezes a receita corrente líquida. As dívidas oficiais chegavam a 53,7% da receita corrente líquida. Agora em 2005, já em 2006 mudou. Só seis Municípios possuem dívidas contratadas em montante superior a 1,2 vezes a receita do montante da dívida. Segura um pouquinho aí. A Lei de Responsabilidade diz que o Senado editaria Resolução regulando o nível de endividamento, e o Senado editou a Resolução 40, se não me engano, que fixou: o Município só pode dever 1,2 vezes uma dívida de uma receita do ano anterior. Isso significa o seguinte: o Município arrecada trinta milhões, só pode dever até três milhões e seiscentos. Nos Estados é duas vezes. Agora o que nós não entendemos, eu estou falando aqui para os Senadores com o maior respeito, é por que o Senado não fixou para a União? Por que é que a União não tem o endividamento dela fixado? Quer dizer, qual é o respeito à lei? A lei fala que é para os entes da Federação. Aí o Senado fixou para Estado e Município, agora por que é que a União não tem um tratamento pelo menos igual? Digam para ela que é dez vezes, mas tem que ter um patamar e não tem. E eu quero dizer aos Srs. Senadores , vejam bem: de cinco mil quinhentos e sessenta e dois Municípios, tem cinco hoje só que estão acima do endividamento, e todos dentro já da Resolução, nenhum está acima, estão cumprindo a lei. Ao passo que quando nós estamos vindo aqui, Senadores, brigar por 1%, fazer marcha, estar aqui discutindo, nós estamos brigando por recursos para o cidadão. Não somos iguais há muitos governadores que vêm aqui pedir favor porque estão gestando, mal ou não, Estados quebrados, porque não tomam as posições e não são fiscalizados quando os Municípios são. Estão numa situação querendo dinheiro, fazer caixa como fizeram no FUNDEB, onde botaram aqui, foi votado o ensino médio com peso de 1,2 e a creche com 0,8, quando a creche custa o dobro do ensino médio. Por quê? Porque houve um acerto lá no executivo, com governadores, que não tem caixa, tirando da educação, e isso tudo tendo o respaldo às vezes do próprio Congresso. Então como é que vamos melhorar o País? Então essa é a realidade que nós estamos mostrando, com o maior respeito que tenho pelos Senadores que estão aqui hoje nos acompanhando. Olha em 2002 e 2005. 2005 foi quando os prefeitos assumiram o atual mandato. 2002 também. A diferença entre os restos a pagar em 2002 em caixa era um saldo positivo de um bi e setecentos. Em 2005, os dados que temos são oficiais, um positivo de oito bilhões. Nós tínhamos no final do ano de 1995 dezenove bi em caixa e restos a pagar de onze bi. Portanto, fazendo o dever de casa, economizando e mostrando qualidade na gestão. Pode passar. Analisando esses indicadores poderíamos afirmar que a situação financeira está melhorando consideravelmente. Pode passar. Mas é essa a realidade? Por que o prefeito está estressado, por que o prefeito diz que não consegue governar? Se ele está com 42% na folha, ele não tem endividamento, ele pagou até o 13º, lógico que ele

tem alguma coisa estrutural mais antiga, mas porque ele vem e diz para o Deputado, Senador, que ele não consegue mais governar? Pode passar. Aí ocorre as transferências de responsabilidade. O que os Municípios faziam em 1986? Quantos funcionários tinham? Eu vou dar um exemplo da saúde. Em 1986 tínhamos quarenta e dois mil servidores na área da saúde em todo o Brasil, veja bem, sendo pagos pela prefeitura, e duzentos e cinqüenta mil do Governo Federal, vinte anos atrás. Agora em 2007 a União administra a dívida pública e o INSS, mas presta muito poucos serviços de saúde e educação diretamente para a população. Já os Municípios devem aplicar 15% em saúde, 25% em educação. Olha o número ali, o total de servidores de saúde dos Municípios pularam lá de quarenta e dois para oitocentos e trinta mil e na União caiu de duzentos e cinqüenta para cento e oito. Esse é o número, não tem como negar, esse é o número.

Aí o IBGE faz um senso e alguns setores da mídia, diz assim: "prefeitos irresponsáveis encheram, incharam as prefeituras de funcionários". Ali está o agente comunitário de saúde, que são duzentos e vinte mil, ali está o programa de saúde da família, ali está o atendente, está o programa de vacinação, toda a estrutura que estamos fazendo, e ainda ficam queimando os prefeitos, porque não conhecem essa realidade às vezes. O impacto veja dos programas, que os senhores já conhecem, nós já apresentamos isso. O que a União faz? Ela queria programa, é campeã em criar programa. Programa da saúde da família, programa da merenda escolar, programa do transporte escolar, programa de erradicação da pobreza, do trabalho escravo. Tudo é assim: programa. Não tem lei que divina, portanto é uma decisão interna, cria um programa, aquilo pode terminar amanhã, não diz quanto que repassa, como que é corrigido, qual é o impacto que tem, e isso é que eu acho que é o grande trabalho que a SubComissão poderia iniciar, nós estamos aqui à disposição para assessorar, se possível no que couber à SubComissão, para fazer esse debate, porque é aí que reside o problema, aí é que reside o problema. É nesses programas, são cento e quarenta e nove que tem por cima, que é aquele que faz o prefeito vir, pegar o avião, projetinho, andar atrás daquilo ali, encaminhar, prestar conta errada, a CGU dizendo que ele roubou. Olha, me desculpem o termo, mas isso propicia quase que uma anarquia nos Municípios. São quinhentos funcionários lá na Prefeitura, se os senhores ficassem um dia dentro da Prefeitura iriam ver quantos funcionários tem que estar lá só para prestar contas, que é a mesma que deveria ser para a União, para cada órgão é uma prestação de contas. É um funcionário, é um gasto, ainda botam no jornal: "município tal não vai receber a merenda escolar porque não prestou contas", quando eles não passaram.

Então fica o prefeito no jornal ainda e a comunidade dizendo: "prefeito incompetente". Por causa desses programas. Nós fizemos um estudo preliminar com a universidade nos Municípios. Foi uma preliminar, isso nós vamos aprofundar agora. Trezentos que foram analisados, representando todos os Estados, regiões, [ininteligível], temos os seguintes resultados: sério problema de gestão. Pode passar. Nós pegamos alguns ali para exemplificar para os Senhores, que os Senhores conhecem, porque nós não pudemos aprofundar com números oficiais [ininteligível], que é o programa da alimentação escolar, merenda escolar, transporte escolar, trabalho infantil, programa de saúde da família e programa de agentes comunitários. Pode passar. Agora aqui, a Senhora que foi prefeita de Mossoró e conhece bem essa área, o Senhor também foi prefeito lá, o Garibaldi, mas o Senador Garibaldi já foi numa época bem anterior, ele já hoje é Senador, graças a Deus não está mais lá naquela situação que nós estamos. Então vocês olham ali. Por baixo um médico de saúde da família é exclusivo, ele não pode fazer outro trabalho. Então em média vocês sabem que custa de seis a onze mil, nós estamos botando sete e quinhentos; um enfermeiro três mil; ali está errado, um auxiliar de enfermagem você não acha por seiscentos mais, mas vamos botar por seiscentos; um dentista três mil, que também não acha; um assistente seiscentos; um auxiliar de serviços trezentos e cinqüenta; uma atendente trezentos e cinqüenta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Aumentou o salário mínimo.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI: Pois é, já aumentou, mas vamos botar ali: quinze mil e quatrocentos. Se botar 30%, está errado também, só a previdência é 21%, mais 13°, mais as férias, mais não sei o que, vai a mais do que 30%, mas botando 30% já chega a vinte mil. Pode passar. Tem que ter um veículo lá, vocês sabem que tem que ter o motorista, o combustível, a alimentação, água e telefone, é o mínimo, botamos tudo no mínimo, chegou a vinte e quatro. Custo estimado: sete bilhões e meio. Quanto é que a União repassou para os Municípios? Dois bilhões e cem. São vinte e seis mil equipes que tem no Brasil, vinte e seis mil e novecentas equipes que cobrem hoje 30% da população brasileira. Nós temos que atender as metas do milênio, combater a mortalidade infantil e tudo mais. E o que faz? Faz uma proposta dos governadores e a União para que o prefeito adote o programa da saúde e da família. A cada programa que ele adota, ele está recebendo quanto? Eu não sei se aparece ali o valor mais adiante ou não, precisa ver o outro, mas não,

não aparece ali. Então eu vou pegar e mostrar para os senhores: é cinco mil e quatrocentos que vai para o médico, para o enfermeiro e o auxiliar de enfermagem, cinco mil e quatrocentos. Botaram mais o dentista ali. Hoje deve estar em sete mil e quinhentos reais, estamos gastando vinte e quatro. Então é simples de fazer o cálculo. Se o prefeito lá do Ceará, no seu município, em Limoeiro, ele colocar mais um programa desses, ele tem que colocar dezesseis mil reais a mais por mês para sustentar só a equipe. E o problema, Senadores, não é atender só o programa, é que na hora que existe o programa da saúde da família, existe uma demanda que vem por trás, que o médico vai constatar na visita que fez que aquela pessoa precisa fazer um exame, precisa de um remédio, e aí aquilo desata, o remédio não tem, o Promotor manda dar o remédio e é aquela ciranda que todo mundo conhece, e União está aqui em Brasília, de braços cruzados, como um mastodonte, bem gorda, cheia de dinheiro, entendeu, passando tudo lá para a ponta, para o prefeito, e ainda fazendo proposta na televisão, como fazem do FUNDEB, como fazem de tudo isso daí, dizendo que estão combatendo dessa forma. O prefeito lá vai precisar de dezesseis mil reais, num ano é duzentos mil reais. Pergunto se ele tem dinheiro para botar um programa desses a mais. E não é precisa, é urgente que ponha, tem que ter, ele é bom, ninguém está dizendo que é contra. Mas como que ele vai fazer? Ele queria um programa desses, assim como se ele colocar uma criança na creche hoje, pelo FUNDEB que foi aprovado aqui, a criança que lá no Ceará vai receber oitenta reais por mês de retorno do FUNDEB, custa duzentos e setenta. É conta feita do turno integral numa creche. Então é cento e setenta reais por criança. Se ele hoje colocar mil crianças lá em Limoeiro na creche, durante um ano ou dois, são cento e setenta mil reais por mês que ele tem que buscar. Por ano quanto é? Dois milhões de reais. Então como é que ficam as contas dele perante a Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem que ter equilíbrio fiscal e financeiro? Como é que fica? Mas ninguém está olhando isso. Então enquanto Brasília não olhar isso daí, não tem solução. Eu estou pegando dois exemplos: esse daqui do programa de saúde da família e a creche, que é uma coisa bem elementar. E não é que ... todos são assim, um numa maior grandeza e outro, todos os programas, por isso que o prefeito não consegue. Só que a culpa é do prefeito, porque ele pegou o cacoete de vir a Brasília e querer fazer essas coisas, que a comunidade pede, cobram dele, ele quer fazer isso, e depois ele não sabe onde que ele se meteu, como que ele vai cumprir Lei de Responsabilidade Fiscal? E vem tudo atrás, porque se depois ali no FUNDEB, que na maioria dos Estados o Governo não põe um centavo, vem a CGU, que deveria controlar o que ocorre aqui em Brasília, e todo mundo sabe o que ocorre aqui, é mensalão, é sanguessuga, isso e aquilo, está tudo aí, eles vão lá no Município e não cuidam disso aqui, que é o papel dele, o controle interno é aqui, atrás de um bingo, que estão proibindo de ter bingo, para cria bingo Município, e vão lá e votam no jornal: "Município que tinha que gastar 60% com o professor, gastou 58%, desviou o dinheiro". Ele não desviou. Ele botou na merenda, ele comprou outra coisa, mas aparece como alguém que está desviando. Aí vão na mídia botar que 70% dos prefeitos desviam o dinheiro, são ladrões. Será que é isso que nós merecemos, fazendo tudo isso que nós estamos mostrando? Eu não vou defender prefeito ladrão, onde há desonestidade. Eu estou falando em tese, exceções devem ter. Então essa é a realidade, são esses programas.

O programa de saúde da família, que é um programa que elege, eu tenho dito até para os prefeitos, eu não sou mais candidato, eu não quero disputar, mas se alguém for à reeleição, abandone tudo, não faça nada e crie um salário mínimo por habitante, paga aquilo por mês e fica em casa dormindo, está reeleito com 100% dos votos. Chega na eleição, diz assim: "se não votar em mim, termina o programa". Isso todo mundo sabe. E não é do governo atual, isso vem do governo Fernando Henrique, vem dos outros. Eu não estou falando de nenhum. È uma realidade ou não é uma realidade? Se com sessenta reais você faz isso, imagina com trezentos. E cria lá, não para todos, mas para aqueles que precisam. Então enquanto isso daí, como é que nós vamos atender? E aí passa lei, passa lei. Esse programa do bolsa-família, a União gasta nove bi ou dez, nós estamos gastando quatro bi. Quanto é que custa uma assistência social, um veículo, funcionário, papel, telefone, deslocamento, alimentação? Isso ninguém calcula. Nós temos esses dados e é real. Então essa é a dura realidade que nós estamos vivendo. Então eu quero encerrar, Senador, a gente tentou dar uma visão aqui, eu não sei se os companheiros concordam com tudo ou não, que estão acompanhando, trazer para a Comissão e ao final dizer ao Senhor, Senador, e os demais Senadores, que a Confederação, que as entidades estaduais que estão aqui, os Presidentes de vários Estados, estão dispostos a contribuir com a SubComissão para que a gente posso traçar talvez uma meta, um trabalho, um planejamento, buscar ...

Eu acho que ... nós estamos estudando até a possibilidade de buscar CPI na questão da previdência, que o que fazem com os Municípios na questão da previdência é uma coisa descomunal, tem que ser

avaliado, não podem fazer o que estão fazendo com o Município, a apropriação indébita que a União está fazendo com os Municípios, tirando dinheiro, pressionando o prefeito lá na ponta, desestruturado às vezes, sugando o seu FPM todo, então temos que trabalhar essas questões. Então eu acho que a SubComissão, tão bem presidida por V. Exa. e foi no ano passado pelo Senador Garibaldi, tem essa possibilidade. Nós discutirmos essa questão, esse programas, chamar os Ministérios, botar isso daí para fora. Nós temos como buscar dados, simular dados, eu acho que contribui para esse debate. Eu acho que a SubComissão poderia fazer um belo trabalho, e dentro do possível, a gente sabe que os senhores tem outros compromissos maiores, talvez, mas eu acho que esse é um compromisso com o cidadão. Por exemplo, hoje, na reunião pela manhã, estão aqui os Presidentes que podem confirmar, o que nós estamos imaginando? Eu posso estar anunciando isso aqui? Não. A Emenda 29, que é da saúde, determinou que até 2004, entrou em vigor em 2000, os Municípios teriam que gastar 15% em saúde, os Estados 12% e a União, seria o gasto do ano anterior corrigido pelo PIB. E só um parêntese: como eles reviraram o PIB ali, que tem o PIB velho e o novo, se vocês olharem a União não cumpriu o que tinha que gastar em saúde porque o PIB passou a ser outro, ali tem quase três bilhões que a União não gastou, não gastou com a nossa proposta. Então a minha linha de raciocínio era a mesma, que eu estava me encaminhando, na questão... eu acabei tangenciando e esqueci. A Emenda 29, exatamente. Então até 2004, aí está lá no artigo 77, se não me falha a memória, da Disposição Transitória da Constituição, que até 2004 deveria ser promulgada, constituída uma Lei Complementar, porque aí o quorum é menor do que a Emenda Constitucional, dizendo qual é a parte da União, e essa Lei Complementar está lá na Câmara desde 2003 para ser votada e não é votada. Então o que eu diria quando o Promotor chega em mim e diz assim: "tu descumpriu a Constituição e está aqui sendo quadrado nisso". Será que o Congresso, eu não estou inquinando os Senhores, será que a Câmara que está lá, que deveria votar, que está descumprindo um artigo flagrante da Constituição, o Governo não teria que ser responsabilizado e votado essa Emenda? Porque uma vez votada, Senadores, são dezenove bilhões a mais por ano para a saúde, sendo que 15% que está lá vai direto para a população, por município, para o Fundo Municipal de Saúde. Não é para o erário, para o prefeito gastar em qualquer coisa, é em saúde. Então eu sugiro aos prefeitos que nós vamos ter que ter talvez no final de ano organizar uma marcha a Brasília, mas não com três mil, uma marcha em que cada município vai trazer um ou dois ônibus, são três mil Municípios, no mínimo a metade trariam, são três ou quatro mil ônibus, são duzentas mil pessoas, cento e cinqüenta, que nós vamos ter que botar em Brasília, fazer uma revolução em Brasília para botar tudo isso para fora, porque não conseguimos reverter nada, não conseguimos. Todos dizem: "mas vocês têm que pressionar". Qual é a pressão? Nós vivemos em democracia, não queremos pegar em arma e não é esse o objetivo e nem de ninguém, ninguém quer separar nada, mas temos que pressionar de que forma então? Quando lamentavelmente a gente vê setores do meu partido aqui em Brasília só discutindo cargo. Eu não vejo o meu partido, até eu vou falar do meu para não falar dos outros, ele está aí atrás de cargo e cargo. Será que essas coisas não são importantes para o cidadão brasileiro olhar? Cargo eu sei que é importante, mas muito mais importante são as situações. Então o meu partido que deveria assumir isso daí, não assume essa postura. Então nós temos que tentar reverter isso daí, porque isso é o dinheiro do cidadão. Desculpe, muito obrigado, estamos à disposição. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu que agradeço a sua explanação, Paulo, e com certeza de alguém que conhece, vive e há muito tempo vem debatendo esse assunto. O Senador Garibaldi Alves já tinha me dito de quantos temas tinham sido discutidos aqui na Comissão dos Municípios e o quanto ela será importante exatamente por estar discutindo o dia-a-dia, os problemas relacionados com o cidadão, aquele que mora, reside, nasce, cresce, morre, nos nossos Municípios. Então eu queria estabelecer a metodologia. Como eu tinha anunciado anteriormente, passarei então as palavras aos Senadores inscritos e, em seguida, eles farão então o seu pronunciamento e suas indagações e vamos fazer em bloco para que a gente possa dar agilidade no processo de discussão. Com a palavra, a Senadora e ex-prefeita Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Boa tarde a todos. Presidente Cícero, eu quero cumprimentar nosso Senador Garibaldi, Senador Flexa e os representantes das Associações, das Federações Estaduais através do representante da Federação do meu Estado, o prefeito de Currais Novos, José Lins. Dr. Paulo, o senhor nos deixa cada vez mais entusiasmado com a causa municipalista. Entusiasmada e ao mesmo tempo temerosa, porque nós, eu tenho acompanhado a sua luta desde quando o senhor era prefeito. Com que ênfase, com que paixão, com que determinação o senhor defende a questão municipalista, que nós sabemos que a revolução verdadeira do crescimento, do desenvolvimento sustentável, só

vai acontecer quando nós tivermos Municípios fortes. Porque muito a gente está vendo, a economia está crescendo, está se desenvolvendo, mas será que vai haver sustentabilidade lá na frente? Porque o corpo, a coluna vertebral que se segura todo um corpo é a educação, é a saúde, são as questões que estão lá na base, no Município.

Então realmente é muito temeroso, a gente fica indignado porque vê, entendermos tudo isso. Nós que passamos, tivemos a oportunidade de ter uma experiência de administrar um Município, assim como o Senador Cícero Lucena, sentimos na pele todas essas dificuldades, e eu fui eleita agora Senadora do Rio Grande do Norte, e essa foi a minha bandeira maior, trazer para o Senado a experiência de quem sentiu na pele as dificuldades do dia-a-dia, de administrar uma cidade com tão poucos recursos, com tão poucos recursos, porque a verdade é essa, o programa saúde da família, como o senhor colocou aqui, é a pura realidade. Não se vê o que o Município está investindo sem poder, mas de certa forma não pode se omitir para que aquela equipe funcione e quantas outras poderíamos ter? Agora mesmo visitando um município, um município pequeno que só tem uma equipe, e o prefeito me dizia, lá em Georgina Ville(F), no meu Estado, ele entregando entusiasmado o hospital que com muita luta vem fazendo com recursos próprios, pedindo um apoio de equipamentos aos Senadores, Deputados, mas está fazendo, e ele dizia que o bom eram duas equipes, mas eu não posso ter a segunda equipe, eu não posso ter a segunda equipe. Então quem está perdendo? É o cidadão, é a população.

Da mesma forma essa questão da creche, que quando da aprovação do FUNDEB, eu como estou na Comissão de Educação e a área educação infantil, estou mais ligada a essa área, até porque entendo que sem a educação infantil jamais vamos ter um ensino ... se não ter o primeiro passo seguro, forte, na educação, nós não vamos conseguir que a melhoria do ensino fundamental e do segundo grau aconteça, porque está comprovado cientificamente que as crianças, de apenas 13% do Brasil, que tiveram acesso a fazer a educação infantil, essas estão tendo um melhor aproveitamento no ensino fundamental e no ensino médio. Então isso está claro. O que me dói é que tudo isso a gente sabe, está claro, se o Município não ficar forte, agora temos que conseguir sim, temos que conseguir a União no Congresso. Todos nós temos que entender que é lá no Município que nós recebemos a aprovação para estarmos aqui. Então nós precisamos ter essa dedicação maior aos Municípios, aos Municípios que realmente são injustiçados, tanto nas questões de recursos, sempre é quem fica com a menor parcela, sempre é aquele que fica para ser discutido por último, primeiro vem a força dos governadores, e nós, que somos mais de cinco mil, ainda não conseguimos ter esse elo de ligação mais forte para mostrarmos a nossa força. Eu sei que já melhorou, eu fui prefeita três vezes e no meu primeiro mandato nem Associação de Municípios que unisse todos no Estado não existia. Já melhorou, nós estamos avançando. Agora nós não podemos, Presidente Cícero, é de forma arrefecer dessa encaminhada. Nós temos que tomar energéticos, e muitos, para podermos ter mais força. É, Senador Garibaldi, o senhor foi prefeito de Capital e sabe o quanto é difícil. A gente chega no bairro, a população cobra o esgoto. Agora mesmo estive na zona norte de natal para assistir um arraial. Mas enquanto eu assisti o arraial eu vi muito, ouvi muito da população reclamando da falta de esgoto, da falta de calçamento, do posto de saúde que está sem remédio, da segurança que está falha, todos reclamando das questões municipais, do seu dia-a-dia. E é isso que eu estou preocupada, eu quero dar resposta a essa população, eu quero levar ações para o meu Estado, porque eu fui escolhida pelo meu Estado para aqui representá-lo, assim como o Senador Lucena, Garibaldi, o Senadora Flexa, todos nós. Então eu acho que a gente precisa realmente, nessa Comissão, darmos um esforço maior, nos unirmos a essa sua luta, que é de todos os prefeitos do Brasil, para ver se conseguimos, porque se não, 1%, quando eu vejo que passamos por 1%, é doloroso. E será que vai chegar mesmo? Fica sempre a gente se interrogando. Então é isto que eu gostaria de colocar da minha disposição de estar com vocês, é a primeira reunião da SubComissão de Assuntos Municípios que eu faço, que eu participo, até porque foi necessário fazer uma mudança de Comissão para que eu pudesse estar nessa SubComissão, e me colocando à disposição de todos vocês, porque essa luta é nossa, essa luta é do meu mandato e eu estou à disposição para dar tudo de mim, tudo que eu puder, para ajudar os Municípios. Enquanto não tivermos Município forte, esse Brasil não será realmente o Brasil que sonhamos, com justiça social e oportunidades para todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado Senadora Rosalba. Eu passo a palavra ao Senador Garibaldi Alves. O Senador Garibaldi cede a vez ao Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço a gentileza do Senador Garibaldi Alves. Presidente, Senador Cícero Lucena, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Senhores prefeitos dos Municípios de todo o Brasil que aqui participam da reunião, eu quero saldar a todos, em nome do nosso

amigo prefeito Fernando Lobato, lá do Pará, da Ilha de Marajó, e quero parabenizar o Senador Cícero Lucena pela forma determinada e competente que ele preside essa Subcomissão. Eu diria, Presidente, Senador Cícero Lucena, esta é uma das Subcomissões da maior importância da Comissão de Assuntos Econômicos, que trata exatamente da angústia da população brasileira, porque trata das questões municipais. Eu quando defendi no plenário, por ocasião da votação do FUNDEB, as propostas que atendiam aos interesses dos Municípios, a questão do transporte escolar, eu disse na tribuna que eu não conhecia nenhum Senador que não fosse municipalista, e naquela ocasião até o Senador Valdir Raupp fez, ele disse: "eu", mas ele entendeu errado, porque ele achava que eu estava dizendo quem era Senador municipalista, depois ele se corrigiu, eu disse: "está aqui o Senador Raupp dizendo que não é municipalista". "Pelo amor de Deus, não é isso que eu quis dizer, eu sou municipalista". Então eu não entendo, eu não entendo. Se todos nós somos municipalistas, se todos nós trabalhamos em benefício, porque trabalhamos em benefício da população, a população está no Município, nós temos que trabalhar pelos Municípios. Como é que nós não conseguimos aprovar, no Plenário, seja no Senado ou na Câmara, seja no Congresso, as propostas que beneficiam os Municípios? Aí é uma questão que o Dr. Paulo vai me permitir. Eu não acredito, eu tenho acompanhado ao longo desses anos e tenho participado de todas as marchas que ocorrem anualmente a Brasília dos prefeitos. A promessa desse 1% de aumento na participação do FPM já vem de 2003, 2004, 2005, 2006, e agora em 2007 diz que não tem orçamento. Não tem orçamento porque as promessas não foram cumpridas nos anos anteriores, porque se fossem para ser cumpridas, o Executivo já deveria ter mandado no orçamento os recursos necessários para atender em 2007. Agora criaram essa solução aí, não é nem salomônica, porque salomônica divide ao meio, e neste caso é 3/4 para um lado e 1/4 para o outro de aumentar 1% a partir de setembro, não é isso? Quatro meses, 2/3 para um lado e 1/3 para o outro. Mas me parece que até agora também não votaram, ou seja, vão votar quando? Em outubro? Em novembro? Se já está definido que vai ser assim, qual a dificuldade de votar? Ou o acordo não é para valer, como sempre?

Então é preciso que os prefeitos fiquem já de sobreaviso, e aí, ao invés de trabalhar com os ônibus, trazer duzentas mil pessoas a Brasília, eu acho assim que os prefeitos e os vereadores teriam que trabalhar fazendo uma ação com os parlamentares, ou seja, parlamentar que tem base no meu Município vai votar a favor do Município ou não vai votar a favor do Município? Então eu acho que é muito mais produtiva. Chegar no dia da votação, chega lá o Senador Garibaldi Alves. V. Exa. tem votação dos Municípios tais, tais e tais, no caso do Senador é em todos, mas no do Deputado, que é quase que distrital, então esses Municípios onde ele atua teriam que vir os prefeitos e falar: "olha, votem conosco, nós vamos ter condições de apoiá-los". Eu acho que eu vou votar sempre a favor do interesse dos Municípios. Evidentemente que nós precisamos adequar. Eu defendo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos a questão da revisão do pacto federativo como ponto de partida a qualquer outro tipo de reforma, ou seja, definir o tamanho do Estado e as obrigações de cada ente federativo para que a gente possa ter a idéia da real necessidade de recursos para isso. Aqui já foi dito, e nós todos temos conhecimento, de que a União cria os programas, faz essa pirotecnia em cima dos programas, mas quem tem que ter os meios e os modos de resolver são os Estados e os Municípios. Muitas das vezes tiram recursos deles próprios, como é o caso do FUNDEB, em que os Estados e Municípios entram com a maior parte e a União entra com um bilhão e oitocentos, dos quais um bilhão e duzentos já estava orçamentado, na realidade está entrando com seiscentos milhões a mais, para implantar o FUNDEB, FUNDEB que todos nós apoiamos, todos nós queremos que ele funcione, mas tem que ter os meios para funcionar. Eu fico feliz e tive aqui uma informação que para mim eu desconhecia, tal é a dificuldade que os prefeitos chegam até a mim e relatam, de que aquele quadro apresentado aqui, ele coloca os Municípios... eu estou buscando aqui o quadro, com relação à capacidade de investimento, está aqui, a questão da dívida líquida com a redução do resultado do gasto com pessoal, com redução, com custeio e correção e aumento em 8,1% de capacidade de investimento. Aí eu pergunto: isso aqui é a representatividade da maioria dos Municípios ou seriam aqueles mais abençoados com relação às receitas? No meu Estado, o Estado do Pará, nós podemos dividir Municípios em várias categorias. Têm aqueles que em função da generosidade divina, de terem riquezas minerais no seu subsolo, ou através da produção de energia hídrica, eles têm hoje uma receita diferenciada que permite que eles tenham capacidade. Mas outros Municípios, por exemplo, no caso aqui que eu me referi à Ilha de Marajó, são Municípios que eu acredito que não se enquadrariam nessa condição. Então eu comungo também dessa posição sua, Presidente, no sentido de saber se só os Estados e Municípios é que tem que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal? Por que é que a União não é obrigada?

Dorme aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Cícero, Senador Garibaldi, Senador Jayme, o projeto que está aqui para regulamentar a Lei de Responsabilidade Fiscal para a União, e não é pautada, não é pautada porque o Executivo não tem interesse. Está aí desde 2003 para ser pautada. Eu acho que nós temos que chegar com o Presidente Mercadante e pedir que ele paute, que entre pelo menos em discussão a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal para a União, saber também como fazer. Além de ter essa questão da repactuação, da revisão do pacto federativo, ter também a obrigação da própria União, como bem o Presidente disse, quer dizer, os Estados e os Municípios estão limitados à sua capacidade de endividamento e corretamente, eu não discuto qual o indexador dessa limitação, mas que deve haver uma limitação para que não haja um endividamento que não possa ser suportado pelo Município está correto, mas assim como os Estados e os Municípios têm esse indexador, a União também tem que ter. Vamos definir qual será ele. É dez, é quinze, é cinco, o que for, mas tem que ter um parâmetro para isso. Então eu quero parabenizar pelo trabalho da Confederação Nacional dos Municípios, me colocar à disposição do Presidente da CNM, do Presidente da SubComissão, o Senador Cícero Lucena, e dizer que nós podemos trabalhar aqui, e aí a Comissão pode nos subsidiar, pode encaminhar à SubComissão pleitos dos Municípios, que a gente possa transformar isso em projetos, que a gente possa levar a discussão nas Comissões, levar a discussão no Plenário, para que a gente possa defender os interesses legítimos dos Municípios brasileiros, e isso pode vir como proposta da própria Confederação para que a gente defina essas questões aqui. Por exemplo: todos nós sabemos dessa questão da saúde da família. Isso é verdade. A União passa cinco mil e poucos reais por um posto e a Prefeitura gasta vinte. Eu tomei um espanto que em Belém, a programação era que tivesse seiscentos e tantos desses postos e só estavam instalados cinqüenta. Eu fui falar com o prefeito, aí ele mostrou que não suportaria fazer a instalação de um programa que é importante, que vai trazer diminuição de gastos na saúde como um todo, porque você faz uma saúde preventiva e não uma saúde curativa.

Então vamos ver se há como definir qual a participação das prefeituras no programa, não deixar em aberto, quer dizer, tem que ter o programa, o programa tem que conter esses profissionais e a União tem que entrar com tanto por cento, o Estado com tanto por cento e o Município com tanto por cento. No Estado do Pará, na gestão passada, do governador Simão Jatene, ele fez com quase todos os Municípios do Estado convênios para que os Municípios pudessem contratar os médicos. Passava-se, se não me falha a memória, era algo em torno de vinte mil reais por Município - se eu estiver errado o Fernando pode até me corrigir - para que os Municípios tivessem capacidade de contratar os médicos e colaborar na implantação do programa. Parabéns, vamos continuar discutindo e estamos aguardando as sugestões da CNM.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Dr. Paulo, nós vamos continuar com mais os pronunciamentos dos Senadores, porque aí o Senhor responderá tudo de uma vez só. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente Cícero Lucena, da Subcomissão dos Assuntos Municípios, Presidente Paulo Ziulkoski, da Confederação Nacional dos Municípios. Eu creio, meu caro Presidente Cícero Lucena, que V. Exª, além do trabalho que já tem aqui no Senado, vai ter muito mais trabalho com essa Comissão, e o Presidente Paulo Ziulkoski sabe disso. Mas eu acho que nós deveríamos fazer uma autocrítica também, como o Senador Flexa já começou a fazer, como outros Senadores fizeram. É que nós precisávamos dar mais força a essa SubComissão. Eu estou dizendo isso porque durante o ano passado eu fui o seu Presidente e o Presidente Paulo Ziulkoski acompanhou a nossa luta, e nem sempre nós tivemos a solidariedade dos Senadores, e eu aqui, claro, não vou citar nenhum Senador porque não cabe a nenhum em particular essa crítica, mas nós precisamos fortalecer essa SubComissão sob pena do Senado Federal receber críticas maiores do que essas que foram feitas pelo Presidente Paulo Ziulkoski, e ele não precisa pedir desculpas, porque só se pede desculpas quando se faz críticas injustas. Quando elas são justas, não se deve pedir desculpa. V. Sª fez críticas e no dia-a-dia aqui do Senado nós constatamos que elas são absolutamente verazes, absolutamente justificadas. O Senado precisa compreender que está na hora de prestigiar os Municípios, mas é no dia-a-dia de uma SubComissão como essa, não é apenas nas ocasiões mais solenes, não é apenas por ocasião das marchas, mas as marchas, elas vêm, mas elas têm que voltar. Se os prefeitos pudessem deixar uma representação aqui, tudo bem, mas as marchas, elas têm a ida e tem a volta. E a ida, como sempre, é muito promissora, mas a volta, Sr. Presidente, quando se volta, quando se vê o que se promete, o que se pratica, há uma diferença muito grande. Então eu não quero fazer discurso aqui, porque eu acho que nós não estamos aqui hoje para pronunciar discurso, nós estamos aqui perante os prefeitos ou tendo na nossa retaguarda aqui os prefeitos

do Rio Grande do Norte, o prefeito de Salomão, de Janduís, o prefeito José Lins, que é o Presidente da Federação, da FEMUP, a Federação dos Municípios, está presente também o Presidente da Federação do Ceará, do Pará, então nós estamos aqui para nos debruçarmos sobre essa realidade.

Eu estou vendo a hora do Dr. Paulo Ziulkoski vir aqui e bater tanto no Senado que nós vamos ter que fazer alguma coisa. E antes que haja um acirramento, o ideal não é esse acirramento, o ideal é ele bater menos na medida em que o Senado fizer mais. Claro, é muito fácil colocar a culpa no Executivo. O Executivo é o grande vilão, não deixará de ser o grande vilão dessa história eu acredito que nunca. Mas nós não podemos ser, nós do Senado, que temos esse compromisso com o municipalismo, um compromisso mais de perto, nós não podemos ser. Então o que eu proponho seria depois uma conversa nossa, até informal, para nós vermos como seria a estratégia. No ano passado eu comecei por um convite dirigido aos presidentes das entidades municipalistas, e esses convites, na sua grande maioria, quase unanimidade, foram atendidos. O Dr. Paulo Ziulkoski veio, veio também o prefeito de Recife, que é o Presidente das Capitais, da Associação dos Prefeitos das Capitais, o Presidente da ABM foi que terminou não vindo, o Presidente da Associação Brasileira dos Municípios. Eu creio que não adianta o Presidente Cícero Lucena percorrer esse mesmo itinerário que já foi percorrido. Claro que a presença do Dr. Paulo Ziulkoski era uma presença imprescindível, nós não poderíamos começar um novo trabalho sem ouvi-lo, mas trazer de novo os Presidentes dessas Associações, eu não sei se V. Exª está pretendendo não, eu estou apenas lembrando, pode ser que ocorra essa mesma idéia, mas eu acho que não é por aí. Nós precisamos percorrer outro caminho, outra estratégia, uma coisa mais prática, escolhermos alguns alvos, dois ou três alvos, dois ou três projetos e passarmos a concentrar os nossos esforços, promovermos debates em torno disso, por exemplo: o problema dos precatórios, que está amadurecendo, vamos nos debruçar sobre o problema dos precatórios para encontrar uma solução, porque veja bem: se nós formos nos debruçar sobre todos esses cenários que o Dr. Paulo Ziulkoski trouxe aqui, evidentemente que nós vamos esgotar todas as nossas energias, até a Senadora Rosalba falou aí num energético, mas não há energético que produza essa força, que dê esse ânimo. A idéia que eu estou, me permita V. Exª, a idéia que eu dou com toda humildade, se V. Exa. não quiser ouvir pode esquecer, porque ex é ex. Então eu estou falando aqui já como ex-presidente, então V. Exa. que é o Presidente, essa que é a verdade agora --

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O senhor será eterno Presidente, Senador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agora com a minha experiência eu digo a V. Exa.: se nós não enveredarmos por esse caminho de maior objetividade, com o acúmulo de tarefas que existe nesse Senado, e os Senadores não têm o dom da ubiqüidade, e por mais que eles se dediquem eles não conseguem vencer todos os desafios, enfrentar todas as tarefas, então a sugestão que eu dou a V. Exa. é essa, me congratulando novamente com o Presidente Paulo Ziulkoski, com V. Exa. e com todos aqueles prefeitos que estão aqui hoje e que acreditam no Senado, no papel do Senado e na luta que nós podemos desenvolver em favor dos Municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Garibaldi Alves, registrando o meu agradecimento pela sua colaboração e com a certeza de que já tinha expressado pessoalmente a V. Exa. do meu interesse de ver todo o encaminhamento, todo o trabalho dessa Comissão dos anos anteriores, em particular no período em que foi presidido por V. Exa., e dizer que já estava aqui exatamente na minha pretensão, e essa foi a razão, e aí eu antes de passar a palavra ao Senador Jayme Campos, eu queria fazer um encaminhamento aos Srs. Senadores , que a minha intenção era de ouvir o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios e a partir daí nós destacarmos alguns pontos e fazermos uma agenda específica das próximas audiências, item por item, convidando inclusive Senadores que participem ou não dessa Comissão para que a gente possa aprofundar. Com a presença do Presidente da Comissão, com a presença, quando for o caso, de um representante do Poder Executivo, se for o caso dos relatores ou aqueles Deputados ou Senadores que apresentaram projetos nesse sentido, bem como verificações de programas, a discussão da CPMF que vai ser discutida a partir de agora a possibilidade de prorrogação, então se será ou não compartilhada com os Estados e Municípios, ou se ela terá obrigações reais para suprir, por exemplo, o problema do déficit do ônus que hoje está sendo repassado para os Municípios nas equipes de saúde da família, enfim, nós temos a questão do resíduo sólido, uma série de assuntos. Então eu quero dizer que o Senhor Paulo, Presidente da Confederação, já tinha colocado essa intenção aqui, e agora reforçado com a sua experiência, com a sua sabedoria, com a sua vivência.

A minha pretensão de encaminhar aos Srs. Senadores é que possamos fazer uma pauta definindo quais os itens que vamos discutir, que são mais urgentes, e conseqüentemente aqueles que serão convidados

para uma audiência pública sobre o assunto específico. Então esse é o encaminhamento aos Senadores, caso não queiram discutir ou se queira alguém - o Senhor já se posicionou em relação a isso, outro Senador que queira se posicionar, se não faremos o encaminhamento a partir das próximas audiências. Pois não, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, Sr. Presidente da confederação, Dr. Paulo, meu caro colega Senador Garibaldi Alves, senhores prefeitos, demais convidados. Eu serei rápido até pelo tardar da hora, imagino que V. Exa. ainda vai abrir para alguém fazer algum questionamento, mas eu quero registrar aqui nessa oportunidade, Sr. Presidente, a minha satisfação de participar desta Comissão que certamente tratará nesse período de assuntos inerentes e problemáticos e que vivenciam os Municípios brasileiros. Todos nós estamos carecas de saber, Paulo, dos problemas dos Municípios, sobretudo do empobrecimento dos Municípios, cada ano que passa estamos sabendo que os Municípios estão em estado quase de miserabilidade, e fundamentalmente essa SubComissão de Assuntos Permanentes Municipais tem a obrigação, de nós trazermos a esta SubComissão, os assuntos pertinentes, principalmente como bem disse o Senador Cícero Lucena, de que nós temos que travar aqui nessa Comissão pautando os assuntos mais importantes. Eu acho, eu imagino que se nós formos discutir tudo isso daqui, quase nada vai virar. Se nós colocamos aqui, Senador Cícero, realmente os assuntos mais importantes, eu imagino que a gente poderá, no decorrer do nosso mandato, se possível, é óbvio, claro, nós conseguirmos algumas soluções.

Fui prefeito, Dr. Paulo, por três mandatos. Tem pena e tenho dó dos atuais prefeitos, até porque hoje nós somos verdadeiros escravos, sobretudo do Ministério Público, que hoje o prefeito a bem da verdade, Garibaldi, não é ele que é realmente o Executivo, não é ele que consegue implantar todas as suas pretensões de bom gestor público. Ele conseguiu nos últimos anos realmente um parceiro, mas um parceiro perverso, porque eu tenho acompanhado em vários Municípios do meu Estado, que são cento e quarenta e uma cidades, lamentavelmente hoje o prefeito passou a ser refém do Ministério Público, por conseguinte pelo próprio Tribunal de Contas, que além de não fazer uma política orientativa, ela é punitiva e política, dependendo do caso ele passa a prejudicar o prefeito que muitas vezes não coaduna com o pensamento de alguns membros dos próprios Tribunais de Contas deste País, a imprensa que também lamentavelmente tem prestado um desserviço a essa Nação de uma maneira geral e assim por diante. Mas quando vocês comentam aqui, falam em relação ao transporte escolar, realmente quem paga a bem da verdade, para dar um exemplo aqui, quando prefeito ainda em 2004, eu gastava algo parecido em torno de duzentos mil reais por mês de transporte, e eu recebia, em contrapartida, apenas oitenta mil reais por mês. Cento e vinte era a Prefeitura da minha cidade que pagava. E transportava alunos do Estado, não era nem do Município, era do Estado e que a Prefeitura, a bem da verdade, tem que atender o coletivo de uma maneira geral. Quando se fala aqui dos PECF(F), é verdade, o Município gasta hoje 70%, 80% daquilo que naturalmente tem os custos dessas unidades, mas quando vai a proposta para o ar, quem que faz? É o Governo Federal e o Governo do Estado também que entra com uma mixaria. O Governo Federal entra com uma mixaria, o Governo Estadual com uma mixaria e a Prefeitura entra com 70%, muito das vezes até 80%. E os Municípios estão engessados totalmente, Cícero, eu tenho acompanhado, visto aqui em Mato Grosso, aqui os Estados, os prefeitos, dá até pena. Têm uns que não tem capacidade nem de abastecer as máquinas para dar manutenção nas estradas.

Então quando V. Exa. fala aqui da necessidade de nós termos aqui uma pauta definida, eu acho que é muito oportuno, é pertinente na medida em que só assim, eu imagino, que nós daremos velocidade e conseguiremos aprovar alguma coisa. Agora, Senador Garibaldi, nós temos que sensibilizar os Senadores, sensibilizar, até porque chega de teatro. Que dê 1% do FPM, até agora está na Câmara parado. O Presidente Lula, Senador Cícero Lucena, fez um verdadeiro carnaval, dizendo que determinava. Primeiro que ele não tem essa autoridade toda também, mas dizendo que ele determinava que a base aliada votasse, e até agora não aconteceu. Nós estamos já no mês de julho praticamente, e esse teatro que aconteceu na presença do Presidente não virou nada. Então eu fico, confesso aqui de público para os senhores prefeitos, eu fico imaginando as dificuldades que estão passando, cada dia aumentando os problemas e as soluções não chegam. Na verdade, como todo mundo conhece os números aqui, nos últimos tempos, Senador Garibaldi, foram transferidos aos Municípios as incumbências, as responsabilidades, os ônus, mas os bônus não chegaram junto, de maneira que eu quero aqui, nesta oportunidade uma vez mais, que eu já me manifestei, me solidarizar, que aquilo que certamente depender da minha presença, do meu voto, do pouco ou bastante conhecimento que eu tenho nessa área, três vezes prefeito, governador do meu Estado, como é o caso do Senador Cícero Lucena, como é o caso do Senador Garibaldi aqui, nós temos experiência. O

Cícero já foi prefeito, governador, Senador, Ministro, o Garibaldi a mesma coisa, já foi tudo no seu Estado do Rio grande do Norte, então nós temos uma vasta experiência na área e nós queremos dar a nossa participação. Concluindo, para não ser longo, há poucos dias atrás o Governo Federal lançou o Programa PRÓ-VIA, Cícero, que era um financiamento através do BNDES para os Municípios contrair empréstimo para a compra de equipamentos mecânicos. Primeiro que o juro é bem mais caro do que os juros praticados em relação à compra de equipamentos para agricultura, já é um questionamento que eu faço. Segundo que para fazer a seleção dos Municípios era um verdadeiro sacrilégio, na medida em que a orientação que o BNDES dava os prefeitos era muito ainda vaga, e alguns Municípios vocês sabem que não tem nenhuma assessoria a altura, até por dificuldade de ter pessoas competentes, pessoas preparadas. Feito isso, para ter noção, dos cento e quarenta e um Municípios de Mato Grosso, vinte e uma foram selecionadas. Das vinte e uma, nenhuma conseguiu assinar até agora o contrato de financiamento. E vou mais longe: neste dia 30 aqui de junho já prescreve, ou seja, 30 de junho já está encerrado, ninguém conseguiu esse financiamento. Trezentos milhões de reais que disponibilizou, eu imagino que nem 20% disso daí foi contraído em empréstimo para os Municípios. Eu fiz um expediente, Senhor Senador Cícero Lucena, para o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, pedindo a prorrogação do prazo de 30 de junho para 30 de dezembro. Aí veio de lá dizendo que o Conselho Monetário Nacional não permitia, está encerrado. Então o que adianta uma política como essa, e não é de graça o dinheiro, é pago com vinculação no nosso FPM, então não seria nenhum favor que estavam dando os Municípios brasileiros, de forma que lamentavelmente, eu tenho a consciência absoluta dessas dificuldades, é o caso da Lei Kandir que também consegue assoberbar o dinheiro também dos Municípios e, por conseguinte, dos próprios Estados, e assim por diante.

Eu quero aqui me solidarizar e dizer ao nosso Presidente, Senador Cícero Lucena, que o que depender do Senador Jayme Campos, nesta Comissão, eu estou à disposição vinte e quatro horas por dia para nós travarmos aqui realmente uma verdadeira missão em prol dos Municípios brasileiros que, lamentavelmente, a cada dia que passa, estão praticamente vivendo em estado de pedição, de miséria e, por conseguinte, quem vai ser prejudicado vai ser a população no todo que não tem realmente ao seu alcance os serviços essenciais dentro de uma saúde pública de boa qualidade, uma educação de boa qualidade, etc. e etc., fruto dessa política perversa em relação ao que o Governo Federal tem feito com as nossas cidades, com os nossos Municípios brasileiros. Então eu cumprimento a V. Exa. e tenho a certeza que V. Exa., com a experiência que tem, vai fazer um bom trabalho nessa SubComissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu que agradeço, Senador Jayme Campos, uma demonstração da sua história, sua experiência para fazer um pronunciamento desse, com a sensibilidade de quem quer encontrar soluções dos problemas. Só lembrando nessa questão do financiamento, mais uma injustiça com os Municípios é que a compra do equipamento é com todos os encargos tributários, como se fosse uma empresa privada, que muitas vezes ao contrário, teria o incentivo da redução dos impostos, o que não ocorre em favor dos Municípios, que teria equipamentos para prestar os serviços a toda a comunidade. Então muito obrigado pela sua participação e pela renovação desse seu compromisso de aqui juntos trabalharmos com os demais Senadores para ajudarmos aos nossos Municípios. Por fim, Dr. Paulo, eu gostaria de lhe passar a palavra, mas antes registrar que eu acho que é algo comum em todos aqueles que aqui participaram da necessidade de nós fazermos uma agenda, uma pauta específica de assuntos, e nos comprometermos, os Senadores dessa Comissão, para que nós possamos, quando o assunto for pertinente também a uma Comissão, por exemplo, de Educação, nós provocarmos na Secretaria, porque tem membros aqui da Comissão de Educação, tem membros aqui que são membros também da Secretaria de Educação ou de Ação Social, de Infra-estrutura ou mesmo na própria Comissão de Assuntos Econômicos, nós tentarmos fazer ao máximo possível essas audiências públicas conjuntas para que nós possamos usar esse instrumento de motivação, de esclarecimento e de engajamento dos Senadores de outras áreas para que juntos nós possamos encontrar essa solução que todos nós reclamamos. Eu gostaria de dizer que comungo também, como já disse anteriormente, com as preocupações do assunto aqui colocado por V. Exa., da participação da distribuição dos recursos, da preocupação dos programas, que eu acho que deve ser um dos itens, nós fazermos a verificação de cada programa desse, procurar discutir com a participação do Executivo, vermos qual é a real participação deles, corrigir o que aqui foi dito de uma forma muito clara, o programa da saúde da família, até eu posso dar o testemunho da experiência. Quando assumi a Prefeitura Municipal de João Pessoa não tinha uma equipe só de saúde da família. Nós deixamos com cento e oitenta equipes de saúde da família funcionando. Nós sabemos que a orientação é um dentista até duas equipes.

Nós colocamos um dentista em cada equipe, mas era uma Prefeitura da Capital que foi possível fazer isso, porque existem realidades no Brasil que, muitas vezes, não está prevista na lei, mas muitas vezes hoje é mais caro você ter um médico numa cidade maior, numa Capital de um Estado como no caso da Paraíba, do que ter no interior da Paraíba, que o médico às vezes prefere ganhar menos na Capital, mas para ir para o interior quer cobrar muito mais caro de uma Prefeitura que tem menos condição ainda do que a Prefeitura da Capital.

Então conhecendo essas realidades, nós nos colocamos à disposição para fazer, como aqui foi muito bem foi mostrado, quase oito bilhões de reais são gastos no programa de saúde da família, que é importante, fundamental, e nós pudemos inclusive aprimorá-lo, mas o Governo Federal entra com cerca de 30% apenas desses recursos, tendo uma CPMF que representa mais de trinta bilhões de reais e que foi criada para dar suporte à área da saúde. Como também o FUNDEB, que o FUNDEB, os recursos, os orçamentos são quase cinqüenta bilhões de reais, não estamos aqui questionando o FUNDEB. Pudemos aprimorar? Pudemos. Teve itens importantes? Teve. A universalização da creche para as crianças é fundamental, é um programa muito melhor do que os prefeitos estarem defendendo emendas de parlamentares para construir uma creche. É melhor ter a obrigação de garantir a creche para todos e os recursos necessários e suficientes para isso. Eu acho que essa deve ser a luta, porque eu me recordo naquela marcha dos prefeitos, nós tivemos uma reunião com a bancada da Paraíba, todos os doze Deputados Federais e os três Senadores, onde o Buba(F), que é o Presidente da FEMUP, no caso a Federação dos Prefeitos do Estado da Paraíba, pediu o apoio. Em seguida ia ter uma votação do FUNDEB, quando foi colocada a questão do transporte, e muitos dos Deputados que eram votados pela maioria daqueles prefeitos, assumiram o compromisso na reunião e quando chegaram no Plenário, na verdade, votaram contra os prefeitos e contra a sua representação.

Eu me recordo, Senador Garibaldi Alves, do caso de Frei Martinho, Município pequeno, quase limite com o seu querido Rio Grande do Norte, quando a prefeita me mostrava que o prejuízo que ela ia ter com o FUNDEB representava cerca de vinte e cinco mil reais por mês, ou seja, trezentos mil reais por ano, e o Deputado que votou, que ela votou, tinha colocado uma emenda da base do Governo, tinha colocado uma emenda de cento e cinqüenta mil reais vinculando o recurso, quando na verdade se ela tivesse os trezentos mil, ela poderia com a sensibilidade de prefeita e de quem conhece os problemas, melhor aplicar esse recursos do que eventualmente um calçamento, um quadra, que são importantes, mas talvez não fossem a prioridade do prefeito, e por cento e cinqüenta mil, por ser da base do Governo, o Deputado votou contra o Município. Então precisa fazer a meia-culpa como aqui foi dito pelo Senador Garibaldi, pelo Dr. Paulo também, no sentido de que os prefeitos cobrem não apenas do Senado - e eu não estou aqui defendendo, porque deve cobrar dos Senadores -, mas cobrem também dos parlamentares que eles ajudam a trazer para esta Casa. É fundamental essa consciência de que todos nós possamos ter. E por fim eu gostaria de dizer que nós temos algumas preocupações que eu acho que eu vou pedir ao Dr. Paulo para que ele faça uma sugestão de assuntos que a Confederação considera numa ordem de prioridade, para que então a gente faça uma agenda de audiências públicas.

Estamos mudando o horário da nossa audiência, tentando conciliar com o Plenário, tentar fazer às duas horas da tarde, em dias mais movimentados, que tem a presença dos Senadores, vocês poderão mobilizar os Senadores, a audiência é gravada pela TV Senado, depois é passada para que todos os prefeitos e todos os munícipes tenham a oportunidade de assistir, mas eu não posso deixar de falar na questão de uma preocupação que me foi colocada aqui, a questão do Plano Diretor, que tem um prazo que os Municípios têm que apresentar, que se não ficam inadimplentes até para conseguir o pouco recurso que hoje é disponibilizado, a questão da discussão da CPMF, da participação dos Estados e Municípios. E o momento é esse, é agora, para se discutir, porque o Governo está querendo a prorrogação. A questão do resíduo sólido, que nós já vamos tratar em outra SubComissão que eu também tive a boa vontade dos nossos pares, dos Senadores que me indicaram para presidir aquela SubComissão no Meio-Ambiente, bem como discutir a Lei Complementar de regulamentação de saúde e aqueles itens que aqui já foi tão bem levantado. Levando em conta que nós devemos parabenizar os Municípios que estão reduzindo as despesas de endividamento, de custeio, bem como de folha de pessoal, mas infelizmente isso não está sendo reinvestido em favor da população porque a sua capacidade em investimento também foi demonstrado que está sendo reduzida. Então eu pas-

so a palavra para as considerações finais e responder aquilo que lhe foi perguntado.

SR. PAULO ROBERTO ZIULKOSKI: Nós queríamos rapidamente, antes de encerrar, fazer pequenos comentários, agradecer as colocações de todos os Senadores. Eu diria que o Senador Garibaldi, que no ano passado presidiu essa SubComissão, muito contribuiu para o nosso trabalho. Eu me lembro que nós votamos importantes leis aqui também para os Municípios e muito houve da sua contribuição, da sua articulação nos bastidores, ainda quando o senhor não era Senador, o Senador Jayme Campos eu acho que não era Senador, mas o Senador Garibaldi sempre participou bastante. Então eu quero dizer que hoje ele também ainda está aqui nesta Comissão, ele contribui na medida em que fala na questão de busca de estratégias. Eu acho que é isso que temos que fazer, que agora o nosso Presidente encaminha nessa linha. Quando nós dispusemos hoje aqui mais uma vez, Senadores, foi no sentido de trazer um diagnóstico, eu acho que nós temos que colocar toda a situação, não é, não para convencê-los, que a gente já sabe da capacidade que os Senhores têm de conhecimento e discernimento, apenas para ficar até registrado nos anais da Casa esta posição para que alguém que queira pesquisá-la, conheça essa realidade que nós estamos procurando trazer para cá.

Então eu acho que o caminho é realmente este de buscar alguns pontos, hierarquizar, priorizar, poderia dizer assim que teria uma pauta média, mais uma média e uma até a longo prazo, onde a gente pudesse trabalhar interferindo, e nos momentos que houver a reunião da Comissão como hoje, nós podermos auxiliar inclusive com prefeitos dos Estados, dos dez Senadores que compõem a Comissão, até para enrobustecer que estejam aqui para valorizar o trabalho do Senador, de nós levamos para o Estado isso que os senhores estão fazendo, que é exatamente fazer a defesa dos Municípios. Nós também cumprirmos essa outra parte e levar, aliás, o que já estamos fazendo no nosso site, levando para os Estados as propostas que os Senhores têm aqui. Então isso é muito importante. Mas eu queria só também antes de encerrar, e aproveitar que o Senador Jayme Campos ainda se encontra aqui, o Senador Garibaldi e V. Exa., Senador, agora às cinco horas, inclusive o Presidente da Câmara vai estar presente, eu acho que o Senador Renan também, aqui no INTERLEGIS nós estamos criando o CONFAZ-M, que é o Conselho de Secretários de Fazenda dos Municípios, porque o Super Simples que entra em vigor na semana que vem, os senhores não imaginam o que está acontecendo no Brasil com o Super Simples, e que não é hora de discutir, mas é uma coisa fantástica que estamos acompanhando muito por parte da Confederação, e o Super Simples vai tirar dos Municípios no primeiro ano três bilhões e meio. Então não é brincadeira para quem não tem mais recursos, assim como o FUNDEB está tirando, e está tirando e no primeiro ano aqueles vinte e cinco mil que o senhor falou é do primeiro ano, que ele é progressivo, no ano que vem dobra e no terceiro chega a mais, porque ele é implementado em três anos, a retenção e depois a devolução. Então pegando dois ou três pontos, os senhores podem dimensionar o montante que isso vai impactar nos Municípios. Então eu diria assim que isso é muito importante, agora eu me lembro, e aí eu acho que a Comissão pode fazer esse trabalho, eu me lembro que o Senador Lucena, os Senadores que estão aqui, estavam muito preocupados na votação da medida provisória do FUNDEB. O senhor mesmo nos procurou, nós mostramos, porque veio da Câmara com o argumento de que era inconstitucional aquela questão do transporte escolar. E depois se provou que não era. Então é uma questão de posicionamento da base do Governo que entendia que não tinha que votar, e que tinha a solução. Então está lá o discurso do líder do governo, Romero Jucá, da Ideli Salvatti, da relatora, Fátima Cleide, se não me engano, todos dizendo que em quinze dias teria a solução do transporte escolar, em trinta dias temos o projeto, e já se passou os trinta dias, quer dizer, como é que nós vamos depois, com o devido respeito, como é que nós vamos acreditar nessas coisas? Como é que o prefeito vai acreditar? Então isso é uma coisa que agora nós queremos a solução ou então que digam que passaram a conversa em nós, me desculpem se têm outros termos que possa se dizer. Isso nos deixa até às vezes irritado. Então essas coisas aí do transporte escolar, como disse o nosso Senador Jayme Campos, duzentos mil reais que ele falou é dos alunos do Estado, não é do aluno do Município. O aluno do Município é da sua competência, não estamos reclamando. É aquele dinheiro que nós pagamos para os governadores fazerem caixa e não pagam os Municípios, quer dizer, não cumprem a lei. E quando o senhor fala, Senador, no Ministério Público, eu sei que é o Ministério Público, mas o Ministério Público, eu tenho muitos embates com o Ministério Público, nós temos, os prefeitos, todos nós, e eu acho

que isso aí tem que mudar alguma coisa, mas eu quero dizer que não dá para esquecer que o Ministério Público, ele olha muito e se guia pela lei. Então quando se diz que a creche, agora, entra no FUNDEB, nós temos um milhão de crianças em creches no Brasil, e nós temos um potencial para universalizar, como meta em catorze anos, mais doze milhões de crianças. São os dados do IBGE. Bom, calculem, é fácil de fazer o cálculo. Se nós vamos gastar cento e setenta reais a mais já descontando o que vem do Fundo por criança, multiplicar isso, vamos dizer que em tese fôssemos colocar doze milhões em creche, quantos bilhões que precisariam? Sessenta, setenta reais por criança por mês. É mil e oitocentos reais, assim arredondando, por ano, por criança, vezes doze, quanto dá? Trinta e cinco bilhões. É isso que precisa para botar a criança em creche, e é isso que a justiça disse, a justiça de Santa Catarina, de São Paulo, o STJ e o Ministro do Supremo: a creche é obrigatória. A decisão foi essa, de um dos Tribunais: o pai desses meninos de zero a três anos não tem aonde deixar a criança, e pela LDB ela é prioritária do Município, pela Constituição, o prefeito tem que dar um jeito na creche. Então quando o Promotor chamar o prefeito, para colocar na creche, é porque tem uma lei de entendimento do Supremo. Eu não estou defendendo o Promotor. Eu acho que eles exageram em muitos casos, não há o princípio da racionalidade, do que é ponderável, mas ele vai sair por essa: "olha, é lei, e quem é que fez a lei?" Eles dizem para mim: "quem é que faz a lei? Não são vocês, os políticos, que fazem a lei?" É a lei. Então é fácil de calcular a creche, é fácil de calcular o programa da saúde da família e mais esses cento e quarenta e nove programas.

Então eu acho que isso é um ponto, Senadores, de acostumar a discutir, trazer números, alimentar com números, até com pronunciamento dos senhores, com projetos para entrar, para regularizar, transformar esse programa em lei. Vamos transformar em lei, vamos ver quem é contra, qual é o valor, quanto custa um agente comunitário de saúde. Então tudo isso, Senador Jayme Campos, Senador Garibaldi, é importante, eu não quer tomar tempo porque nós estamos instalando esse CONFAS às cinco horas, se algum Senador tiver disponibilidade e puder ir no INTERLEGIS, nós vamos estar lá instalando, ele é fundamental para nós. Agradecer essa oportunidade, sempre muito ... e não é que a gente queira vir para o Senado, bater nos Senadores, como disse o Senador Garibaldi, mas é que o Senado nos abre mais espaço. Eu não fui convidado na Câmara para fazer essa exposição, então eu não tive oportunidade de falar, e não é que com isso não estamos querendo falar contra o Senador não, pelo contrário, eu devo deixar registrado aqui que no Senado nós temos um outro tratamento. Pode até a nossa postulação não ser atendida, mas pelo menos nós somos atendidos pelos Senhores, estamos tendo a atenção dos Senadores e estamos tendo o apoio também eu sei que dos Senhores na maioria das nossas postulações, e o Senado é uma Casa com personalidades como os Senhores, que tem mais autonomia, tem mais liberdade, tem um mandato um pouco mais longo, conhecem essa realidade, tem mais independência até para enfrentar um debate. Então eu acho que aqui é a casa da Federação mesmo, é aqui que nós temos que valorizar esse debate, porque no fundo no fundo ele é federativo. Então não tem outro caminho, a casa da Federação é o Senado. Então contém com a Confederação, eu quero agradecer aos prefeitos que estão aqui conosco, agradecer aos Senadores que ficaram aqui tento a paciência de nos ouvirem, e vamos continuar, eu acho que nós vamos ter que bater, bater, bater e alguma coisinha vai se arrumando. Não queremos fazer uma revolução, nem derrubar ninguém, temos que falar, falar e ter persistência, só não esmorecer. Tem que ser teimoso como eu, polonês, sou meio teimoso, então vamos teimando até onde der para conseguir. Obrigado, Senador Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu é que agradeço. Eu gostaria de registrar a presença do prefeito de Salomão Gurgel, de Janduís, no Rio Grande do Norte, José Marcionilio Lins, de Currais Novos, também no Rio Grande do Norte, todos eles prestigiando aqui a sempre presença atuante do Senador Garibaldi Alves, João Dilmar da Silva, de Limoeiro do Norte, no Ceará, Marcos Montes de São Paulo, Celso Cota, Presidente da Associação Mineira dos Municípios, e Fernando Lobato, de Santa Cruz do Arari, no Pará. Então eu agradeço a presença de todos, a sua presença, Dr. Paulo, e vamos aproveitar e fazermos a nossa agenda de trabalho e dissolução. Muito obrigado, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 16h23.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MUSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ás dez horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Gilvam Borges, Vice-Presidente no exercício da presidência e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, João Ribeiro, Mão Santa, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Wilson Matos, reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Marisa Serrano, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Valter Pereira e Paulo Duque. Justificam a ausência os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Geraldo Mesquita Junior, Cristovam Buarque e Romeu Tuma. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gilvam Borges, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 025-CE de 2007 e 007-SCTMC de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns e da Senadora Marisa Serrano, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 280 de 2007, que "Dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências". O Senhor Vice-Presidente, Senador Gilvam Borges, no exercício da Presidência da Comissão passa a Presidência ao Senhor Senador Flávio Arns, para dar continuidade aos trabalhos, uma vez que necessita ausentar-se em virtude de compromisso externo assumido anteriormente. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Daniel Pimentel Slavieiro, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT; Senhor José Fernandes Pauletti, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado - ABRAFIX; Senhor Manoel Rangel, Presidente da Agência Nacional do Cinema - ANCINE; Senhor Alexandre Annenberg, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA e Senhor Jorge De La Rocque, Presidente da Associação dos Integrantes do Projeto Global Info – Rede Global Info. O Senhor Oscar Maurício de Lima Azedo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, convidado para a Audiência justifica a ausência por impossibilidade de agenda. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Antônio Carlos Valadares e o Senhor Senador Flexa Ribeiro, autor do projeto, propõe que as próximas Audiências Públicas sejam realizadas em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a justificativa que os focos dos debates são convergentes. O Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, esclarece ao Senador Flexa Ribeiro, que as presidências das duas Comissões citadas entrarão em contato, uma vez que apesar da convergência do tema, há diferenças no enfoque em cada Comissão. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **Senador Flávio Arns,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro , Música e Comunicação Social

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL - CECTMCS

NOTA TAQUIGRÁFICA

26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINE-

MA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA
CONJUNTA

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Havendo número regimental declaro aberta a vigésima sexta reunião extraordinária da Comissão de Educação e a sexta reunião extraordinária da subComissão permanente de cinema teatro, música e comunicação social da primeira sessão legislativa ordinária da quinquagésima terceira legislatura. Submeto à apreciação do Plenário à dispensa de leitura das atas das reuniões anteriores e a aprovação das mesmas. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram, aprovado. A presente reunião atende ao requerimento 025 e 007 CCTMC de 2007 aprovado de autoria do Senador Flávio Arns e Senadora Marisa Serrano para realização dessa Audiência Pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado de número 280 de 2007 que dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para a distribuição por meio eletrônico e dá outras providências. Dando início à Audiência Pública solicito, solicito para fazer parte da Mesa os excelentíssimos senhores convidados Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT; convido para fazer parte da Mesa José Fernandes Pauletti, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias Nacional de Cinema, ANCINE. Seja bem-vindo. Manoel Rangel, Presidente da Agência Nacional do cinema, ANCINE. Seja bem-vindo. Tudo bem, Pauletti? Convido Alexandre Annenberg diretor Executivo da Associação Brasileira de televisão por assinatura a ABTA. Convido senhor Jorge De La Roque, Presidente das associação dos integrantes da projeto global info, rede global info. A palestra proferida pelos ilustres convidados, terão tempo de 15 minutos. Eu convido o senhor Daniel Pimentel Slaviero Presidente da Associação brasileira de emissoras de rádio e televisão ABERT para nos prestigiar com seus conhecimentos e contribuir para o esclarecimento para que possamos rechear o Projeto de Lei aqui do Senado e fazer um projeto que possa contribuir definitivamente para a nação. Concedo a palavra por 15 anos ao Daniel Pimentel Slaviero, mas antes convido o Presidente o autor do requerimento, Senador Arns, autor do requerimento que possa assumir a presidência desses trabalhos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Gilvam Borges que gentilmente, em função de dificuldades de horário que ele possui passou a presidência na minha pessoa, como autor do requerimento, mas eu gostaria também, antes de passar a palavra para o doutor Daniel, de dizer que esta é a primeira Audiência Pública de um conjunto de três Audiências Públicas e que tem por objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado número 280 de 2007 de autoria do Senador Flexa Ribeiro aqui presente, e este Projeto de Lei dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências. Como o Senador Gilvam Borges já mencionou a Senadora Marisa Serrano é também co-autora junto comigo deste requerimento. E temos, assim, a grata satisfação de ter o doutor Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da ABERT Associação Brasileira de emissoras de rádio e televisão, doutor Manoel Rangel, Presidente da Agência Nacional do Cinema, ANCINE. José Fernandes Pauletti Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias e Serviços Telefônico Fixo Comutado, ABRAFIX. Doutor Alexandre Annenberg direto Executivo da Associação Brasileira de televisão por assinatura a ABTA e Jorge De La Roque, Presidente da Associação dos Integrantes do Projeto Global Info Rede Global e info que também estão participando desta Audiência Pública e como já enfatizado pelo Senador Gilvam Borges para contribuirem para o debate, a discussão, o aprofundamento, a melhoria se for o caso, o aprimoramento, de um Projeto de Lei que é essencial dentro do atual contexto nacional e mundial. Então com muito prazer eu retorno a palavra para o doutora Daniel Pimentel Slaviero Presidente da Associação Brasileira de emissoras de rádio e televisão, ABERT V.Exa então dispõe de 15 minutos para a apresentação.

SR. DANIEL: Senador Flávio Arns, autor do requerimento junto com a Senadora, cumprimento e agradeço a iniciativa também cumprimento todos os outros participantes da Mesa que contribuirão para esse debate, nós entendemos da Associação Brasileira de rádio e televisão que essa iniciativa é uma iniciativa muito oportuna para levantar os questionamentos e discutir sobre o conteúdo nacional. O Senador Flexa Ribeiro foi muito feliz na proposição desse projeto, porque nesse momento de convergência tecnológica aonde a evolução técnica e o evolução dos meios permite muitas coisas, o projeto concentra-se basicamente no conteúdo nacional o que é realmente vital para o país. Nos parece muito natural que nesse ambiente, nesse cenário de convergência, existam novas formas de distribuição, e o que precisa realmente ser discutido, e ser debatido e ser preservado é o conteúdo na-

cional. Então essa iniciativa do Projeto de Lei e agora dessas audiências são muito oportunos para para que a gente levante esse assunto. O Brasil, como um país continental aonde a cultura e o seu conteúdo, a sua forma, a sua maneira de ser do brasileiro em todas as regiões do país, ele tem um papel formidável, um papel da valorização da língua brasileira e um papel de integração nacional. Este conteúdo nacional produzido também por N empresas, mas especialmente pelas empresas de rádio e televisão tem um fator na questão desenvolvimento, da geração de emprego e da geração de renda também. Então, essa questão do conteúdo e da informação ela é tão importante que durante o vigésimo quarto Congresso Brasileiro da radiodifusão realizado em maio foi apresentado um estudo da consultoria tendências e que fez um levantamento que onde há a cada 10% a mais de inserção de TV e a cada 10% a mais de inserção de rádio há um aumento de 1.64 para a IDH para a televisão e 3.01 do IDH para o rádio e estou trazendo esses dados da consultoria tendências para dizer basicamente não só ressaltar o papel do rádio e da televisão, mas dizer que o papel do rádio e da televisão em levar informação, em levar o conteúdo, esse é o pilar do desenvolvimento. Então, o conteúdo nacional e a sua preservação tem um papel essencial, nesse momento o projeto trata isso muito tranqüilamente em, na questão da produção, programação e provimento. Então, o que nós entendemos realmente com essa oportunidade de debate, essa questão precisa realmente ser preservada. O conteúdo nacional, ele é um ativo brasileiro. O conteúdo feito de brasileiros direcionados para brasileiros, porque o projeto ressalta muito bem que ele não tem restrições para conteúdos estrangeiros que venham ser implantados e distribuídos no Brasil, então isso de forma nenhuma, serve como qualquer tipo de reserva de mercado. Ele apenas serve para ressaltar os conteúdos feitos pelo Brasil para os brasileiros e ressaltar as características e identidade nacional. Outra questão que é abordado nesse projeto muito bem colocado sobre o nosso ponto de vista, é a questão do must carry(F) que as empresas teriam autorização de liberar ou proibir o seu conteúdo de sinal. Isso, nós entendemos radiodifusores que somos grandes produtores de conteúdos, que dentro desse ambiente de convergência, dentro desse ambiente do conteúdo nacional e dentro deste ambiente das novas tecnologias, a questão do must carry(F) precisa ser reavaliada e rediscutida. Não é, nós entendemos que não é mais viável que as emissoras simplesmente cedam o seu conteúdo sem nenhum tipo de contrapartida, uma vez que elas agregam valor em outros serviços. A questões do must carry(F) também se você pensar em si pela própria convenção de Roma de propriedade intelectual, diz claramente que os produtores e detentores dos conteúdos audiovisuais tem o direito de liberar, de autorizar e proibir as suas obras e não simplesmente entregar. Então nessa questão do conteúdo, esse quesito must carry(F) realmente precisa ser discutido e no nosso ponto de vista caberá a cada emissora o que já prevê a convenção de Roma que é o direito de autorizar e proibir. Também fazendo um pequeno parente que não está no escopo desse pequeno projeto, mas que nós consideramos muito importante, é a questão do que os americanos chamam do "lokow to lokow(F)" que é a preservação dos seus canais locais e o transporte do canal local. Isso também faz parte da questão do conteúdo nacional, porque ele tem as suas características nacionais, mas também tem a sua preservação do conteúdo regional que é de fundamental importância para a cultura e para o entretenimento. Uma coisa que o setor também tem colocado na avaliação desse projeto é que como ele ressalta que são apenas, como disse anteriormente produto de brasileiros para brasileiros e com fins comerciais, sem que haja deixando em aberto as questões eventuais ou produções eventuais. Nós entendemos que ele é absolutamente pertinente que haja algum tipo, haja proteção para a produção, programação e provimento. Então, essa iniciativa da discussão e esse debate são muito produtivos. Ele fica um pouco no nosso ponto de vista, que merece um debate um pouco maior na questão da internet, porque é a questão da internet ela é muito mais vasta do que os meios tradicionais do que os meios de distribuição. Mas eu acho que essa Audiência Pública e as demais estão para também fazer contribuições de como seria isso no módulo da internet, no campo da internet. O que nós temos defendido é que empresas que atuem como emissoras de televisão, ou seja, que produzam, que programem, que estabelecem como grades de programação tem que ter as mesmas restrições que as emissoras de rádio de televisão no caso as emissoras que operam em internet elas têm uma duplicidade de fonte de renda o que não ocorre com as emissoras da radiodifusão que se sustentam única e absolutamente do mercado publicitário, mais uma vez, Presidente, Senador Flávio Arns, cumprimentando o Senador Flexa Ribeiro pela iniciativa por separar claramente o joio do trigo, ou seja a distribuição do conteúdo e tratar do que realmente interessa que é a conteúdo brasileiro para brasileiros, a iniciativa desse debate, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação nesse primeiro momento do doutor Daniel Pimentel Slaviero Presidente da ABEERT. Quero destacar também a presença de Dione Craveiro diretor da Associação Brasileira de Televisão

por Assinatura, ABERT Brasília, de Fábio Augusto Andrade Diretor Regional de Brasília da TV Liberal, de José Francisco de Araújo Lima, Diretor de Relações Institucionais das Organizações Globo. Quero também justificar a ausência do Presidente dessa Comissão, Senador Cristovam Buarque, da co-autora do requerimento Senadora Marisa Serrano também do Senador Sérgio Zambiasi que é um Senador bem ligado a esta área de comunicação. Por estarem no Parlamento do Mercosul essa semana. Quero também ler o requerimento do Presidente da ABI, Maurício Azedo que diz: Conforme combinado com meu assessor Fernando não poderei participar da reunião dessa Comissão de Educação que se realizará no próximo dia 26 as 10 horas devido a compromisso assumido anteriormente de posse de informações sobre o projeto em debate que solicitamos não seja enviado encaminharemos o opinamento formal da ABI. Passo em seguida a palavra ao segundo expositor, José Fernandes Pauletti, que é Presidente da Associação brasileira concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado ABRAFIX, V.sa dispõe de 15 minutos

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Muito obrigado Senador, senhores senadores, senhoras e senhores senadores aqui presentes, muito obrigado agradecemos mais uma vez a oportunidade de participarmos desta Audiência Pública e... pode colocar a apresentação, por favor. Enquanto isso eu queria colocar para os que não sabem, a ABRAFIX é uma associação que possui, entre suas associadas empresas nacionais e uma empresa multinacional, quer dizer, a telefônica, a Brasil Telecom, a Telemar Oi, a CTBC que é uma empresa nacional, e a Sercomtel que é uma Empresa Nacional da Cidade de Londrina. Essas empresas atuam em 100% do território nacional, possuem 32 mil empregados diretos, 120 mil empregados em suas empresas de cal center cerca de 30 a 40 mil empregados que trabalham indiretamente em operadoras de rede para conjunto de empresa. Então, é um, recolhe mais do que 22 bilhões de impostos por ano, então é uma associação que tem um, as suas empresas tem uma grande importância em termos de emprego, econômicos, de Receita e de impostos. Bom, convergência, quer dizer, que é o termo aqui, eu acho que vocês senadores devem estar cansados ver, mas mais uma vez eu vou falar rapidamente. O cenário original, como que era antes você tinha, o serviço tinha voz que tinha uma rede basicamente específica que era a rede comutada que devo a serviço de telefonia fixa, depois tem o serviço móvel que tem sua rede especificamente também em caso de voz, tem dados com a rede fixa DSL, que é a banda larga e vídeos que é uma rede de TV a cabo, quer dizer, a rede de TV a cabo basicamente vídeo que tinha a TV paga. Cenário hoje está convergindo não isso aqui que essas coisas, os serviços continuam sendo os mesmos, vai continuar serviço de voz, continuar tendo serviço de dados, continuar tendo serviço de vídeo que vai trafegar por uma rede, mas a grande mudança está aqui o usuário final ele quer um pacote de serviços convergentes ele quer contratar numa empresa empresa aqueles 3 conjuntos de serviços ali, basicamente. No mundo já é assim . Então em 87 operadoras da O CD E 86% das operadoras analisadas já ofereciam pacotes triple play é isso, é vídeo pago, voz e dados e banda larga. E cerca da metade dessas empresas que oferecem triple play em 2005 eram originalmente operadoras de Telecom. Bom, como é que é esse movimento, como é que esses movimentos estão acontecendo? No caso da TV paga, ela originalmente, ela transmitia vídeo, ela adaptou, vem adaptando suas redes, passou para o serviço de dados, de banda larga e está vindo aqui para o serviço de voz, então está fazendo um movimento daqui para esse sentido aqui de vídeo para voz. A telefonia móvel começou com voz só aqui, já está transmitindo dados e está indo agora com a terceira geração está se deslocando para vídeo então tanto a TV paga quanto a móvel eles vão prestar, vão ter possibilidades, essa tecnologia vai possibilitar que se ofereçam os 3 serviços aqui. No caso da telefonia fixa a mesma coisa, começou aqui com a sua rede de serviços de voz, dados e com a banda larga pode vir para cá, mas hoje existe restrição no caso específico para a telefonia fixa para ela prestar a além da TV a cabo impede e para apresentar IPT V. Bom, essas restrições, atualmente inibem a competição e a evolução dos serviços digitais para a sociedade. Atualmente apenas uma grande operadora, no país, pode oferecer o serviço triple play que no caso específico é a Embratel com A Claro e A Net que é um conjunto, uma empresa de um grupo só, só este grupo está autorizado a prestar o serviço de triple play. E comercialmente, obviamente eles têm todo o interesse em continuar sendo os únicos a prestarem esse pacote. No caso específico de TV a cabo, no caso específico de TV a cabo, você vê que as, as atuação das concessionárias, por exemplo, no caso, a cabo tem 3 tecnologias, TV a cabo, MMDS, DTH, que é satélite e é "direct the rom(F)" as concessionárias podem regularmente oferecer esse serviço, esse serviço e não podem oferecer esse serviço aqui. No caso de capital estrangeiro, a TV a cabo veda a participação de capital estrangeiro e as outras duas tecnologias não vieram. No caso do must carry(F) as TVs a cabo tem essa obrigação, a tecnologia de caso tem essa obrigação na empresa e aqui não existe essa obrigação. Então há simetria das condições em função da tecno-

logia, ou seja, mais uma vez está se regulando por tecnologia o que no nosso ponto de vista não é adequado isso. Bom, em função dessas, não sei se só em função disso, mas o fato é que a conseqüência é essa, se você comparar as penetrações nos três casos no caso da TV paga e telefonia, aí você pode colocar banda larga aqui você vai ver que o Brasil é o que tem a menor penetração e não estou comparando com países muito diferentes, eu estou comparando com Argentina, Chile, México, Venezuela e Brasil se comparar com Estados Unidos com Europa é bem maior. O Brasil tem 8% de penetração de TV paga enquanto que a Venezuela 19, 23 e 25. E já em telefonia as penetrações são assemelhadas aqui, e os PIBs também são mais ou menos na mesma ordem de grandeza. Quer dizer o seguinte, aquelas restrições, aquelas limitações, como é que é? Levaram a isso, a uma baixa penetração da TV por assinatura. Aqui a gente pode dar uma olhada, o seguinte: Nós temos 4,5 milhões de pontos de TV por assinatura ou 5 agora eu não sei, isso aí é de 2006, final de 2006, 38 milhões, 39 milhões de assinantes de telefonia fixa e 99 já são mais, são 105 milhões de telefonia móvel, ou seja, há um espaço muito grande para crescimento aqui ainda do serviço de TV paga, TV por assinatura. E em crescendo isso aqui, quer dizer, hoje a distribuição de conteúdo pago está restrito à infra-estrutura de TV a cabo naquela, nas três tecnologias. A inclusão das operadoras de telecomunicação nessa distribuição poderá, aumentará, com certeza, a base de clientes que poderá receber esses serviços, e essa maior capilaridade aumentará a demanda pela produção de conteúdo, com certeza se você tem mais alternativas, uma maior capilaridade, mais empresas oferecendo há possibilidade de mais empresas independentes gerarem conteúdo e distribuir o seu conteúdo que hoje me parece que um dos grandes problemas, não creio que seja o único, mas um dos grandes problemas dos provedores de conteúdo independente é conseguirem transmitir o seu conteúdo, conseguirem distribuir por causa dos monopólios naturais que vieram se estabelecendo aí durante o tempo. Bom, aí, como é que a União Européia está unifico ando o regime de licenças,, no caso mediante autorizações gerais para a prestação de serviços nos Estados Unidos alteração que está sendo modificada, a legislação que está sendo modificada para facilitar a entrada das operadoras de Telecom no mercado de TV, ou seja, há essa legislação ela vem se atualizando no mundo inteiro. No México não é um exemplo brilhante, mas também estão, está havendo uma autorização das empresas de TV a cabo entrarem em serviços de telecomunicações e das empresas de telecomunicações entrarem no serviço de TV a cabo. Importação necessária a juntos específicas do marco legal e regulatório para adaptá-lo ao cenário atual de convergência no Brasil, a diversificação, ampliação e renovação dos serviços, mais um estilo competitivo ao mercado, mais um incentivo a novos investimentos e a modernização do setor levam a uma necessidade de uma uniformizar, de uniformização de direitos e obrigações entre prestadoras que ofereçam serviços similares independentes de tecnologia empregada isso é importante, quer dizer, tem que se regular na nossa opinião o serviço e o mercado, não a tecnologia, a tecnologia deve ser uma opção da empresa que vier oferecer. Também, independente de bandeira, quer dizer, para, no caso específico, eu não estou falando para a produção de conteúdo, não é produção de conteúdo, eu estou falando no caso de distribuição de conteúdo, nós achamos que deve ser independente de bandeira, independente de país, ou seja, tem que ter regras para os serviços e para os produtos e não por tecnologia ou por bandeira se é do país A, B ou C. Eu tem que se levar em consideração o estágio de desenvolvimento das redes existentes no país. Então, resumidamente a convergência tecnologia já é uma realidade como a gente viu, possibilita a oferta dos serviços integrados trazendo vários benefícios para a sociedade, a dinâmica competitiva no mercado de pacotes está desbalanceada devido a restrições a entrada de novos players no mercado, que elas existem hoje são... é urgente uma atualização da regras com o objetivo de expandir a base de usuários com acesso ao conteúdo de TV paga e pacotes integrados. Há um grande potencial de aproveitamento na infra-estrutura das concessionárias para a distribuição de conteúdo, foco de suas atrações. E´ aí que essas concessionárias as operadoras de comunicações querem se concentrar. A rapidez e evolução tecnológica, a redução do tempo de vida das soluções e a imprevisibilidade do futuro demandam alto grau de flexibilidade na legislação da regulamentação. A expansão no mercado de TV por assinatura estimulará a criação de mais programações em especial das programações independentes dos produtores nacionais, do conteúdo nacional o que obviamente, todos nós somos favoráveis. E a expansão pelo aumento da competição resultará na redução de preços de assinaturas e por conseguinte na difusão dos serviços entre classes menos favorecidas, democratizando significativamente. Ou seja, a gente tem que, a legislação que vier a ser feita, ela tem que ser pensada que ela tem que vir para possibilitar que toda a população tenha acesso aos serviços e não uma acabada, somente uma camada mais privilegiada da população como tem acontecido até hoje em dia neste segmento de vídeo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço doutor Pauletti que é Presidente da ABRAFIX lembro que essa Audiência Pública é uma iniciativa da Comissão de Educação em conjunto com uma subComissão permanente da Comissão de Educação que é a subComissão de cinema, teatro, música e comunicação social. E discutindo o Projeto de Lei do Senado número 280 de 2007 do Senador Flexa Ribeiro, não é? Que discute, dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências. Passo em seguida a palavra ao doutor Manoel Rangel, Presidente da ANCINE, Agência Nacional Do Cinema.

SR. MANOEL RANGEL: Bom-dia, Senador Flávio Arns, gostaria de, demais senadores, gostaria de cumprimentar o Senador Flávio Arns, Senadora Marisa Serrano pela iniciativa de proporem a realização dessas Audiências Públicas para discussão do projeto do Senador Flexa Ribeiro e o debate sobre a convergência como um todo no nosso cenário e gostaria de cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro pela apresentação do projeto. Aqui, eu gostaria de concentrar a minha apresentação em destacar aquilo que eu julgo que é o principal aspecto que está em pauta neste debate todo que nós temos assistido de convergência tecnologia digital que é a convergência de conteúdo nas diversas plataformas de telecomunicações e de comunicação. Nesse sentido o meu foto aqui é procurar dar uma dimensão do mercado audiovisual, da dinâmica empresarial ligada à distribuição, produção e distribuição e conteúdos audiovisuais do papel organismos de audiovisual nesse contexto e procurar opinar em pouco sobre os fundamentos da ação regulatória no setor audiovisual e os desafios da regulação audiovisual nesse momento de convergência. Em primeiro lugar eu gostaria de destacar a importância desse mercado audiovisual no mundo. Nós temos, em inúmeros de 2005, nós tivemos aproximadamente 342 bilhões de euros em vendas de serviços baseados em conteúdos audiovisuais no ano de 2005, esse valor é quase o dobro das vendas mundiais de eletrônicos de consumo de áudio e vídeo, é 30% maior do que as vendas mundiais de servidores, computadores e periféricos e apresenta um crescimento anual, médio de 5,6% no período, no qüinqüênio que foi de 2000 a 2005. E´, portanto, um mercado em crescente expansão, já é absolutamente significativo e segue se expandindo. No Brasil, nós temos um mercado audiovisual ainda pouco desenvolvido, nós tivemos 5,46 bilhões de euros em faturamento no ano de 2005, isso significa um faturamento simular ao da vigésima empresa mundial do setor, o faturamento total do nosso mercado é semelhante ao faturamento da vigésima empresa mundial do setor, é um faturamento menor, cerca de 4 vezes menor do que o faturamento da maior empresa internacional em venda de produtos visuais que é o time Warner, significa em reais pelo diversos segmentos que houve um faturamento em cerca de 700 milhões de reais no segmento de salas de exibição no ano de 2005, de cerca de 1,1 bilhões de reais no segmento de vídeo doméstico, DVD. De cerca de 5,1 bilhões de reais na televisão por assinatura, nas diversas tecnologias dê cerca de 9,5 bilhões de reais na televisão aberta. O que é que está em jogo, e o que está em debate nesta questão da convergência como todos temos acompanhado? Primeiro processo, é um processo de agregação e combinação dos setores de telecomunicações, serviços de rede, meios de comunicação, produção e difusão de conteúdos e tecnologias da informação, os diversos serviços de internet. Julgo que o objetivo que a sociedade brasileira deveria definir com seu objetivo central neste processo de convergência e nos esforços de disciplinamento da convergência de regulação da convergência deveria ser aumentar a produção e a circulação de conteúdo nacional, diverso e plural gerando emprego, renda e o fortalecimento da cultura brasileira. A finalidade nesse processo de convergência é dotar o usuário consumidor da capacidade de acessar qualquer conteúdo através de qualquer rede ou plataforma por meio de múltiplos aparelhos receptores que é aquilo que a realidade tecnológica já nos põe, já nos oferece e já é largamente praticado no mundo inteiro. Alguns comentários sobre a dinâmica empresa ali na ambiente convergente no mercado audiovisual, as três empresas dos três setores tem tido um crescente atração pelo fluxo de recursos das cadeias midiáticas, especialmente aos ligados a conteúdo audiovisual. Fruto dessa atração e fruto desse momento de convergência tecnologia, se formam conglomerados convergentes com a atuação unificada de empresas englobando redes de diversos tipos e diversos serviços midiáticos especialmente serviços audiovisuais, disso decorre a convergência tecnologia com a cinergias a desregulação do mercado e o reregulação desses mercados e os processos naturais de concentração empresarial, nós assistimos ao longo dos últimos anos todo um esforço de redisciplinar o ambiente regulatório das comunicações e das telecomunicações no mundo que tem um vínculo direto com o fato de que desapareceu a possibilidade de disciplinar os diversos serviços pelas tecnologias. Já não se trata de disciplinar tecnologias e sim disciplinar serviços, essa é a forma como o esforço de regulação moderno no mundo inteiro tem procurado dar conta deste ambiente de convergência.

E procurando estabelecer aí quais são as prioridades de cada país neste debate, neste momento, mas lidando com esse vetor de separação de redes e serviços e procurando, portanto, destacar tanto em redes quanto em serviços o que seriam os esforços nacionais do interesse de cada país no seu projeto estratégico de desenvolvimento. Esse cenário é semelhante ao que surgiram os primeiros Marcos regulatórios em defesa da concorrência nos Estados Unidos, a lei Sherman em 1990 na gênese da indústria de rede e os princípios modernos do direito concorrencial, ou seja, nós temos uma situação de capilaridade das redes das grandes empresas, essas grandes empresas detém um grande poder de influência junto a consumidores e fornecedores e com esse poder de influência podem estabelecer monopólios e situações de controle que podem ser indesejados para o interesse público e para o interesse nacional e detém através da capilaridade dessas redes e desse grande poder de influência a possibilidade de praticar a exclusão de concorrentes do acesso à rede ou dá distribuição de conteúdos via integração vertical e via acordos tácitos ou contratuais de preferências e exclusividades. Esse é um cenário que leva a efeitos concorrenciais negativos e falhas de mercado, podendo ocasionar a marginalização de produtores e de difusores, programadores independentes que se encontram fora do circuito estabelecido podendo conduzir a uma marginalização da diversidade cultural no nosso cenário, distribuição de conteúdos e podendo levar ao enfraquecimento das empresas brasileiras que atuam no segmento de produção e distribuição de conteúdos. É um cenário que leva a necessidade de estabelecer por parte do Estado parâmetros regulatórios e concorrenciais que lidem com esses desafios procurando no nosso entendimento, preservar, sobretudo, a capacidade do país de manter fortes empresas brasileiras, de produção e distribuição de conteúdo, e manter ao mesmo tempo uma forte capacidade de manter o Brasil como o centro de produtor de conteúdos nacionais, com capacidade de ocupação do mercado interno e com capacidade de colocação dos nossos produtos no mercado externo. Nós temos aqui uma série de casos históricos da intervenção do Estado em defesa da concorrência no mercado audiovisual, acho que no momento em que nós temos que ligar com a diluição das regras e das leis estabelecidas para os diversos serviços das leis que nós estabelecemos ao longo de décadas no Brasil, por disciplinamento das diversas plataformas nos deveríamos revisitar casos históricos da intervenção do Estado que primaram pela defesa da concorrência no mercado audiovisual. E aqui eu gostaria de destacar alguns exemplos, alguns casos históricos que são todos eles, ou pelo menos os dois principais oriundos dos Estados Unidos. O primeiro deles em 1948 é o caso conhecido como Estados Unidos versus para momo em que a suprema corte dos Estados Unidos, decretou que as grandes, os grandes estúdios de cinema não poderiam mais dominar os três elos da cadeia, ou seja, eles não poderiam produzir, distribuir os filmes e ao mesmo tempo deter a cadeia exibidora que era como funcionaram nos anos 40, dos anos 50 todos nós devemos nos lembrar dos circuitos metros, dos circuitos universais, Paramont's o ato o julgamento da suprema corte dos Estados Unidos, levou a que os grandes estúdios se desfiz esmo das cadeias exibidoras, portanto abrindo espaço para que outras produtoras colocassem os seus filmes nessas cadeias exibidoras. Em 1970 o F cc órgão regulador da educação nos Estados Unidos, criou normas para a televisão aberta que beneficiarem normalmente a produção independente a veiculação da produção regional, entre essas normas a principal delas foi definir que as empresas de televisão, no caso dos Estados Unidos, não poderiam produzir internamente mais do que 30% do conteúdo a ser veiculado, que deveriam comprar, portanto, 70% de produção independente. Na Europa em 1997, mais recente, nós tivemos a diretiva televisão sem fronteiras que orienta os Estados membros da comunidade econômica européia a assegurar que os canais de televisão exibam o conteúdo europeu e as diversas outras mídias que não inclui noticiário esporte, publicidade e televendas como definição de conteúdo audiovisual europeu, na maior parte do tempo de transmissão e que desse tempo de transmissão deve ser reservada a produção independente, ao menos 10% do também de programação transmitido ou 10% do orçamento destinado à programação. Portanto, o que nós, o que nós vemos aqui nesses esforços delimitados como casos históricos de intervenção do Estado na defesa da concorrência é que essa intervenção, ela sempre se orientou por dois vetores principais, um assegurar presença do conteúdo nacional com força no mercado interno, tanto no mercado interno dos Estados Unidos, quanto no mercado interno europeu onde esses percentuais, inclusive, são ainda maiores nos regulamentos nacionais. Nós todos sabemos que a comunidade econômica ira apresenta compartilha um mínimo de regramento entre os seus membros e ademais disso se sobrepõe a regulação, o disciplinamento nacional. Portanto esses são valores mínimos recomendados como os parâmetros europeus os parâmetros nacionais extrapolam e emito os percentuais que estão pontos aqui, então um dos vetores é assegurar uma presença maior de conteúdo nacional dos mercados internos, isso como um vetor que assegura força para que esse conteúdo pro-

duzido internamente nos países possam se colocar no mercado internacional. Porque sem ter presença, sem ter força econômica, a partir do mercado interno de produção desse conteúdo, dificilmente se consegue construir plataformas de colocação desse conteúdo no cenário internacional. E o outro vetor, igualmente importante é diversificar a cadeia de produção de conteúdos audiovisuais, portanto dando muita força à produção independente e assegurar que você tenha fortes empresas nacionais vinculada à produção desses conteúdos e a distribuição desses conteúdos. Historicamente, portanto, essa regulação teve ligada aos meios de comunicação social eletrônica, nasceram com a finalidade de proteger direitos e liberdades, bem como evitar situações de domínio de mercado e hoje essas entidades de regulação do setor audiovisual assumiram numa perspectiva mais liberal o dever principal de preservar a livre concorrência, favorecendo o pluralismo político, social cultural e linguístico. As questões relacionadas a convergência e o papel que os conteúdos audiovisuais assumem nesse cenário tem explicitado o viés da regulação do audiovisual como algo fundamental no disciplinamento desse ambiente convergente. Eu gostaria de destacar novamente alguns aspectos, portanto como funções principais dos organismos de regulação audiovisual no mundo e portanto das leis e regulamentos a serem firmados. Preservar a livre concorrência e promover a competição, favorecer o pluralismo político cultural, social e linguístico, garantir a efetividade dos estímulos públicos positivos concedidos, a política de fomento, a produção áudio visual local. O despesa a propriedade intelectual e o combate à pirataria, esses organismos e a agência do cinema nacional entre elas, procura evitar o dirigismo estatal no conteúdo que dificultem o progresso tecnológica e a ineficiência na política de fomento. Portanto nós julgamos que os princípios norteadores devem estar postos em torno de 3 focos, foco na economia: A promoção da competição efetiva nos meios, antigos e novos de comunicação social eletrônica. Aqui é preciso ter uma atenção especial a verticalização e à existência de acordos de preferências exclusivas na distribuição de conteúdo que na prática inviabiliza a competição e pode levar a uma diminuição do mercado pela inoferta de produção e portanto pela restrição das redes que praticam a distribuição de conteúdo. A necessidade de promover novas formas de acesso à informação entretenimento que possibilitem serviços mais baratos aos consumidores, e uma promoção de maior competitividade na produção e exportação de conteúdos brasileiros para o exterior. Um foco na cultura, promoção da cultura nacional, da diversidade regional e o fortalecimento dos produtores de conteúdo, nossas grandes empresas, mas especialmente os produtores independentes com garantia de acesso aos diversos segmentos de mercado. E o foco no aprimoramento da democracia com a ampliação das diversidades das fontes de informação e entretenimento. Eu só gostaria para excluir destacar alguns aspectos que são, que orientam a nossa ação no Brasil que nós deveremos estar atentos nesse momento que debatemos a convergência, nós vivemos um cenário em que ocorrem profundas distorções competitivas no mercado, com reduzido espaço de acesso ao conteúdo nacional, e fragilidade da diversidade. Aqui há que se destacar que a televisão aberta tem um importante papel no Brasil de assegurar uma presença maciça de conteúdo nacional. Mas nós precisamos fazer com que as diversas outras plataformas tenham essa presença de conteúdo nacional fortalecidos no ambiente de convergência, sobre o risco de nós acentuarmos uma característica de nos tornar um centro apenas consumidor de conteúdos audiovisuais estrangeiros. O poder, dever do Estado, como resultante da necessidade de promoção da cultura nacional. O relevante interesse público previsto pelo legislador constituinte no capítulo da comunicação social e no capítulo da cultura na nossa Constituição. E a conexão direta entre fomento e regulação, ou seja, de nada adianta os investimentos que o Estado brasileiro tem praticado em maior produção de filmes, em maior produção de obras audiovisuais de produção independente sem que nós tenhamos acompanhando esse esforço de maior produção sem que nós tenhamos aí o esforço de assegurar via regulação com maior espaço para que essa produção acesse o nosso mercado. Portanto o maior espaço para que essa produção independente acesse as diversas plataformas. Aquelas já existentes, e todas as novas que vão se firmando no momento em que nós estamos atuando e lidando diretamente com a distribuição de conteúdos em diversas plataformas. Aqui são apenas alguns aspectos de impactos desejáveis da convergência na indústria audiovisual brasileira lembrando que o objetivo da convergência é aumentar a produção e a circulação de conteúdo nacional, e que isso nós só obtemos através de assegurar que dentro das diversas plataformas deverá circular conteúdos nacionais com força. Se conteúdos nacionais que devem ser oriundos de empresas brasileiras que atuem no setor de produção de conteúdo. E a finalidade de dotar o usuário o consumidor da capacidade de acessar qualquer conteúdo através de qualquer rede ou plataforma, por meio de múltiplos aparelhos receptores. Julgamos que deveríamos evitar alguns impactos indesejáveis, aqui ainda tratando do que nós desejamos atingir, ambiente competitivo com maior benefício

do consumidor de serviços audiovisuais, novos atores, especialmente programadores voltados para a TV por assinatura e para as novas mídias comprometo kids a veiculação de conteúdo audiovisual brasileira, portanto programadores, empresas brasileiras lidando com distribuição de conteúdo audiovisual brasileiro. O aumento da diversidade e da oferta de conteúdo brasileiro ao consumidor. A possibilidade de aumento da existência de demanda pela produção independente e da produção regional derivado da presença de mais programadores, derivado da existência de mais plataformas distribuindo conteúdos audiovisuais. Uma expansão do mercado audiovisual interno. Portanto, a possibilidade de nós sairmos daqueles 5,6 bilhões que é o valor que nós temos atualmente no mercado audiovisual brasileiro para valores maiores, mais significativos em relação ao mercado internacional de serviços audiovisual e uma menor necessidade de recursos públicos para a apoiar a produção audiovisual nacional, porque o nosso mercado reforçado cria as condições para que a nossa produção seja auto-sustentável no mercado brasileiro, eu fico por aqui como as questões iniciais que eu gostaria de marcar nessa, nesta, nesse momento inicial da apresentação, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço nesse momento a apresentação do doutor Manoel Rangel, que é o Presidente da ANCINE e destacando, inclusive que ele iria também mostrar os Marcos legais e que fico a disposição também das pessoas sobre o audiovisual brasileiro, não é? E que já está sendo distribuído esse material, que está sendo distribuído para os senadores e senadoras e para os convidados também. Passo em seguida a palavra ao doutor Alexandre Annenberg diretor Executivo da Associação Brasileira de televisão por assinatura, ABTA, V.Sa dispõe também de 15 minutos.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Prezado Senador Flávio Arns prezado Senador Flexa Ribeiro, demais senadores presentes é um prazer poder estar contribuindo para essa discuto que eu considero uma das discussões mais importantes que se fazem hoje em relação à convergência. Eu vou passar muito rapidamente pelos slides iniciais que falam especificamente sobre televisão por assinatura para que a gente possa se deter um pouco mais sobre os temas mais importantes do projeto; bom, os Marcos regulatórios vigentes para a oferta de serviço de TV por assinatura são baseadas nas tecnologias empregadas. O cabo tem uma lei específica, o MMDS tem uma portaria, o DTH que é o satélite tem uma outra portaria, ou seja... são todos dispositivos regulatórios e legais que se baseiam em tecnologias. Bom, o cabo todo mundo conhece o que é o serviço de TV a cabo, MMDS é a transmissão por ar via microondas, o DTH é a transmissão de televisão por assinatura por intermédio de satélite é a recepção direta de conteúdo audiovisual através de um satélite. Hoje nós temos a o divisão de mercado 61% da televisão por assinatura se baseada em cabo, 35% em satélite e cerca de 4% em MMDS. Próximo slide. Na verdade todas essas 3 tecnologias oferecem o mesmo serviço, TV por assinatura. Isso significa o quê? Que oferecem um mesmo produto que é o conteúdo audiovisual que aquilo que nos interessa discutir. Vamos para o próximo slide. O conteúdo audiovisual na verdade é oferecido tanto pela TV aberta como pela TV paga, no entanto são dois modelos completamente diferentes de negócios. Enquanto a TV aberta é uma TV gratuita, aonde a Receita vem principalmente da publicidade, a TV paga é uma TV onde a Receita vem principalmente do assinante, da assinatura. Enquanto a TV aberta ela é broadcasting, ou seja, ela atinge um grande número de espectadores, a TV paga é segmentada e ela se dirige a públicos pequenos por canais especializados por temas. Enquanto a TV aberta tem um caráter absolutamente nacional, voltado ao grande público a TV paga tem uma vocação local, ela é muito mais voltada à comunidade local, tanto isso é verdade que inúmeras operações de TV a cabo hoje tem os seus canais locais, dirigidos especificamente à comunidade local o que valoriza muito a distribuição de conteúdo, de produção de conteúdo local. Coisa que a televisão aberta, evidentemente não pode fazer. E finalmente, a TV aberta é tratada no nosso arcabouço legal e regulatório, como radiodifusão enquanto a TV paga é tratada como telecomunicações. Portanto, são dois mundos realmente diferentes, eu chamo até de complementares, num certo sentido. E´ muito difícil dizer que a TV aberta compete com a TV paga e vice-versa, na verdade são duas formas absolutamente distintas de se oferecer conteúdo audiovisual para consumo dos telespectadores. O conteúdo audiovisual, na verdade, ele é objetivo de três segmentos de atividades, os dos produtores de conteúdo, ou programadores como se quiser chamar, os transportadores de conteúdo que são aqueles que operam as redes, e os distribuidores de conteúdo que são aqueles que prestam o serviço. Que são a interface com o espectador. Enquanto na TV aberta, esse modelo é absolutamente vertical, quer dizer, a TV aberta, ela na maior parte dos casos, ela produz o seu próprio conteúdo, ela transporta o seu próprio conteúdo, ela entrega o seu próprio conteúdo na TV por assinatura, ela é horizontal. Esses elos da cadeia são muito mais visíveis. Vamos ver no próximo segmento. Por exemplo, a cadeia de valor na TV por

assinatura ela começa com produção que engloba entidades como uma Globo Sat, a Fox, a Turner, Discovery, MTV, BBC, os produtores independentes. Esse conteúdo produzido por esses produtores é transportado sobre uma rede e finalmente distribuído na ponta por empresas Tipo Net, Sky, TVA via cabo etc etc que são as empresas de televisão por assinatura que entregam esse conteúdo. Na verdade, televisão por assinatura, no fundo ela se limita à, o elo final dessa cadeia. Como, na verdade, quando compete começou a televisão por assinatura no Brasil, não havia redes capazes de carregar esse conteúdo audiovisual, as operadoras de televisão por assinatura construíram suas próprias redes. Mas o negócio das operadoras de televisão por assinatura é a distribuição, é o oferecer do serviço ao consumidor final. A produção de conteúdo, ela, na verdade, deve ser regida por um arcabouço legal, regulatório que tenha bases em Lei de imprensa, Lei de direitos autorais, liberdade de expressão e de criação, diversidade de fontes de informação, preservação da identidade culturas nacionais. Esses são os parâmetros que devem reger uma estrutura regulatória para os produtoras de conteúdo. Eu friso bem que é uma abordagem que caracteriza muito bem as diferenças entre os vários elos da cadeia. Então para os produtores de conteúdo deveriam estar um arcabouço legal baseado nesses, nesses princípios. Já o transporte de conteúdo tem necessidades completamente diferentes de regulação e de legislação. O transporte de conteúdo deve ser regulado pela qualidade da transmissão, pela interconexão de redes, pela capilarização das redes. Atendimento a normas de planejamento urbano, manutenção da integridade das comunicações. Ou seja, o papel dos operadores de rede é operarem essas redes, exatamente obedecendo a parâmetros desse tipo que como os senhores vêem não tem nada a ver com produção de conteúdo. E na ponta a distribuição de conteúdo é uma outra realidade ainda, é uma outra, é um outro conjunto de regras que devem reger a distribuição de conteúdo. Que regras sérias essas? Proteção aos direitos do consumidor. Restrições quanto a transmissão de conteúdo ilegal, respeito ao Estatuto da criança e do adolescente, questões relativas a publicidade e ao patrocínio. Então, como os senhores podem ver, os vários elos da cadeia de valor exigem uma abordagem específica para cada um deles. Por isso que no próximo slide, eu digo que aqui tem um primeiro desafio para o legislador. Enquanto a TV aberta, ela verticaliza a produção, provimento, o transporte e a distribuição, na TV por assinatura essas atividades podem ser segmentadas. E o desafio está na criação de Marcos regulatórios específicos para os vários elos dessa cadeia de valor. Então essa é uma primeira premissa, é um primeiro desafio que eu quero deixar registrado. Vamos em frente, um outro desafio vai se colocar quando a gente começa a falar sobre a revolução mundial da convergência. Na verdade, com a convergência os bits e Bytes começar a trafegar sobre inúmeras plataformas e diversos equipamentos como a gente pode ver no slide seguinte onde diferentes plataformas e equipamentos carregam conteúdos e serviços semelhante. Plataformas o que é que são? As redes fixas, as redes móveis, a televisão digital, a banda larga, são todas plataformas diversas e os equipamentos são os telefones, tanto fixo como celular, o televisor, o computador, ou seja... todas essas plataformas e todos esses equipamentos começam a oferecer serviços semelhantes. O que é que acontece? Ia entra um segundo desafio para o legislador, a prestação desses serviços deve ser tratada de forma isonômica. Então para mesmo serviço serviços, mesmas regras. Esse é dado fundamental, porque na verdade é isso que diferencia cada um dos serviços a serem apresentados. Então, os novos pretendentes, serviços de TV por assinatura, por exemplo, eles devem, claro, estar sujeitos exatamente a mesmas regra, ou regras equivalentes ou regras semelhantes aos operadores de televisão por assinatura já existentes, evidentemente, não é? Vamos passar para o próximo item onde nós, quero dar alguns exemplos. O que é que são essas mesmas regras. Então uma questão importante, a questão do must carry(F), isso já foi mencionado aqui, o Daniel Slaviero já mencionou, o Pauletti já mencionou, enfim. O must carry(F) são aqueles canais que obrigatoriamente a televisão por assinatura deve carregar, deve oferecer. Aí entram tanto as geradoras locais como o canal do legislativo, a TV Câmara, TV Senado, o canal universitário etc etc etc. Esses são canais obrigatórios. A equação econômico financeira do must carry(F) já está contida nos próprios contratos de concessão das televisões por assinatura. Elas já se estruturaram para suportar um pouco os ônus e os bônus do carregamento obrigatório desses canais. Em particular, no caso das geradoras locais, onde a televisão por assinatura carrega canais de altíssima audiência e canais de baixíssima audiência existe aí um conjunto de ônus e bônus que dá um equilíbrio econômico financeiro da realidade da televisão por assinatura. Na medida em que se pretenda transformar esse equilíbrio econômico financeiro, nós corremos o risco de algumas conseqüências desastrosas. Porque na medida em que não se carrega, por exemplo, emissoras de baixa audiência se decreta a morte das emissoras de baixa audiência. Apenas as emissoras de altíssima audiência poderão sobreviver sem o must carry(F) da televi-

são por assinatura. E uma outra conseqüência extremamente danosa é a elevação de preço, a elevação de custos proveniente de uma medida desse tipo que cria uma barreira adicional às, ao público de baixa renda. Hoje já existe uma barreira grave quanto aos preços e os custos da televisão por assinatura e a eliminação do must carry(F) tenderia a elevar ainda mais esses preços e esses custos carregando ainda, aumentando ainda mais a barreira ao consumidor. Então isso é uma coisa que queremos deixar muito claro. Um exemplo, um outro exemplo de mesmas regras a serem estabelecidas vem quanto ao capital, a origem do capital da televisão a cabo. Não existe nenhuma discriminação legal quanto a origem da capital de telefonia fixa, da telefonia móvel, de MMDS ou de DTH. O cabo sim, ele tem limitação de 49% de capital estrangeiro. Ora, primeiro não se cria aqui uma assimetria absolutamente inexplicável para viabilizar uma competição mais equilibrada necessariamente o cabo deveria estar equiparado em termos de origem do capital a todos os seus outros potenciais concorrentes. E inclusive, para atrair recursos econômicos para construção da infra-estrutura que é um grande objetivo nosso e a construção dessa infra-estrutura exige sim a vinda de recursos externos, porque nós não temos internamente no mercado fôlego para essa construção de infra-estrutura. Então nós queremos aqui apoiar sim a abertura da televisão a cabo ao capital estrangeiro. O próximo slide, diz respeito à competição na TV por assinatura a competição está presente desde o início, desde a sua gênese, é o cabo que compete com o DTH, que compete com o MMDS, na telefonia móvel também a competição está presente, é A Oi que compete com a Tim com A Claro com A Vivo com a Nextel, na telefonia móvel estabeleceram monopólios que não competem entre si é A Telefônica A Oi e a Brasil Telecom. Ora, o desafio final do legislador, é que estar atento para impedir que esses monopólios sufoquem os mercados competitivos mais adiante, inclusão digital, vamos passar rapidamente aqui, por favor, porque o tempo está se esgotando, mas o desafio número 4 é levar em consideração a extrema necessidade do país de desenvolver a banda larga, a universalização da banda larga e esse que deve ser uma das preocupações maiores do legislador hoje. E finalmente queria só assinalar alguns itens do PLS 280, os dois primeiros itens são absolutamente secundários, um é aquele que diz respeito ao conceito de provimento de conteúdo, que está presente no Artigo 1° do PLS 280, e esse conceito está muito pouco claro, na verdade é uma questão talvez mais de semântica não se entende bem se esse conceito de provimento significa o licenciamento do conteúdo, ou se ele significa a própria distribuição do conteúdo. Então a gente acha que seria muito importante que esse conceito fosse melhor esclarecimento. No artigo segundo praga único, se exige que essa, que seja dado uma publicidade clara sobre quem é o produtor do conteúdo e quem é o provedor do conteúdo, esse artigo segundo nós achamos que talvez seja absolutamente indispensável, porque hoje praticamente todas as empresas de distribuição de conteúdo, tem um guia de programação onde todas as essas informações já estão contidas. Então não creio que isso seja de grande relevância. Mas os dois pontos principais que nós queremos, que eu gostaria de reprisar aqui são o Artigo 5° que é a alteração da lei do cabo sobre canais obrigatórios, onde, como eu disse, nós podemos ter conseqüências desastrosas, se nós não tivermos cuidado com essa, com essa imposição e o Artigo 8° que é a revogação da limitação ao capital estrangeiro que nós apoiamos, obviamente, fortemente. Basicamente é isso, para sintetizar a posição da televisão por assinatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço doutor Annenberg que é da ABTA, associação brasileira de televisão por assinatura. Diretor Executivo. Eu até esqueci de avisar que quando a campainha bate não sou eu que estou batendo a campainha que e automaticamente quando falta um minuto a campainha soa, mas a gente naturalmente--

SR. MANOEL RANGEL: O senhor não faria isso jamais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas a gente sempre tem um tempo para prorrogação também. Eu quero passar a palavra para o Jorge de la Rocque que é Presidente da Associação dos Integrantes do Projeto Globo Info, Rede Global Info.

SR. JORGE DE LA ROCQUE: Bom-dia ao Senador Flávio Arns, aos demais senadores presentes na casa, aos colegas da começa, senhoras e senhores. Agradecer a ousadia e a visão estratégica que essa casa teve ao convidar um representante dos provedores independentes de internet no Brasil, que hoje somando na sua totalidade independente da rede global info estamos presentes em mais de 4 mil municípios brasileiros. Principalmente eu gostaria de fazer uma introdução sobre a rede global info e sua posição no mercado. Em janeiro de 2000, exatamente há 7 anos, nascia o projeto com apenas 13 provedores do Estado do Rio de Janeiro. E essa reunião aconteceu em Rio das Ostras, hoje temos mais de 480 associados em 24 Estados do país, atendendo a mais de 1200 municípios diretamente, temos o orgulho de ser a maior entidade representante de provedores independentes do país. Sejam pequenos, médios ou grandes prove-

dores. Todos estes associados são quase sempre os pioneiros em suas cidades. Ou seja micro, pequenos e médios empresários que deram o pontapé inicial para criar a cultura de internet no Brasil. Hoje mesmo temos o companheiro aqui que tem, é provedor de internet em três pequenos municípios de Minas Gerais com população de 5 mil habitantes, e que nós vamos demorar alguns séculos para que o restante da mídia se interesse que ele chegue em uns locais igual a esse. Em 1995 quando um link de 2 megas de internet custava mais de 20 mil reais, pantera exclusividade no Brasil das universidades, foram estes empreendedores, estes inovadores que tiveram a ousadia de popularizar a internet em todo o nosso país. Ainda hoje provedores novos surgem em cidades que não tem qualquer infra-estrutura de internet, iniciam a garimpagem de assinantes para a rede mundial sem qualquer incentivo governamental ou de qualquer outro tipo. Contando apenas com seu empreendedorismo, ousadia e coragem para cumprir essa missão social. Estudemos a realidade do que é um provedor e o seu papel na prestação de serviços de internet no Brasil. Cabe ao provedor de internet a provisão de serviço de valor adicionado ao de telecomunicação. Isso quer dizer, além de acesso puro e simplesmente o provedor realiza serviços importantes que são a finalidade da internet, oferecer e-mail, troca de arquivos, vídeo, sistemas de compartilhamento de informações, transmissão e emissão de conteúdo, em alguns casos também participando ativamente da criação de conteúdos locais. Além de tudo isso, o provedor é quem tem um rosto em cada Município, conta com a confiança da população para ajudá-los em seus primeiros passos pelo mundo novo da internet. Essa história vem acontecendo há mais de 10 anos no país, é o provedor que pega a mão do usuário e o apresenta a este novo mundo. Portanto, é o provedor que tem o maior poder não só apresentar, mas também criar a cultura de acesso ao conteúdo nacional, ao conteúdo regional. Não há como não ver como bons olhos e aplaudir um Projeto de Lei que tem como objetivo garantir que a cultura de nosso povo não seja atropelada pela enxurrada sem fim de informações de internet, muitas vezes, desorganizada e na maior parte das vezes em língua e culturas estrangeiras. É importante garantir o espaço e a criação do conteúdo de qualidade em nossa língua com a nossa fala e o projeto ainda é mais bonito, porque não tem a ingenuidade de pensar em limitar o acesso ao conteúdo internacional. E sim estimular o desenvolvimento de informações nacionais, de qualidade colocando nossa cultura em pé de igualdade para buscar o interesse do assinante brasileiro. Agora, enquanto provedores, nossa contribuição quanto a produção será limitada, uma vez que isso deve ficar a cargo de produtores de conteúdo e servidores de informação. Acredito que esta parte é melhor abrangido pelos colegas da ABERT e da ABTA sobre as programação os provedores podem dar vitais contribuições com pesquisa junto aos assinantes e entender como montar grades e campanhas para atrair o interesse de site, já que na internet as informações vem sob solicitação sob demanda do assinante e não contrário como em TV ou rádio. Mas maior contribuição que podemos dar aqui é sobre a distribuição por meio eletrônico, como já disse a maior parte dos assinantes de internet do Brasil acessam a rede através de provedores de acesso. É em nós que o assinante vê a figura de sua porta de entrada na internet, fomos nós que ensinamos como fazer buscas no Google ou em ferramentas de internet, olha eu falando o Google. Fomos nós que ensinamentos como efetivamente dar os primeiros passos a tirar um vírus do seu computador e tirar quaisquer dúvidas sobre navegação. Somos nós que estamos em todo o país com capilaridade suficiente para sermos referência e somos nós que iremos fomentar o acesso ao conteúdo local, regional e nacional. Enxergamos uma grande parceria nacional para que isso seja realizado, mas o Projeto de Lei terá que deixar muito claro qual o papel de cada um nesse processo. Colocam nossa experiência de mais de 10 anos e a palavra de quem a trouxe a internet para o assinando final no Brasil, a disposição desta casa, dos companheiros aqui presente quando colocamos a maneira de enxergar cada ator o seu papel ideal em todo o processo. Ao provedor de conteúdo cabe a elaboração desenvolvimento do conteúdo propriamente dito. Trata-se de criação ou transformação de informações já existentes em modo eletrônico acessível pela internet. Podem ser site de informação, rádio, canais de TV ou outros meios. A concessionárias de telecomunicações, seja STFC ou SCM, cabe segundo a lei geral de 1997 cuidar dos meios de transmissão de todos os dados envolvidos na linguagem técnica, todos os back bourn(F) ou back Hall(F) seria de responsabilidade das teles. Ou seja, ela deveria interligar todos os provedores de conteúdo aos provedores de acesso e eles ao mundo da internet. Ao provedor cabe o serviço de valor adicionado também de acordo com a lei geral de telecomunicações de 1997, isso quer dizer entregar o conteúdo, informação ao usuário final é papel do provedor de acesso. E quem melhor do que ele para fazê-lo? Hoje já fazemos com que temos, ensinamos a busca de portais, porque não os portais nacionais, os nossos portais de busca? Ensinamos o uso do You Tube, porque não ensinarmos um simular a uma TV brasileira que se interesse em fazê-lo? Basta termos o conteúdo

para que possamos distribuí-lo. Não cabe a nós a sua produção. Ao provedor cabe então a última milha, a porta final, a chegada da informação na casa, na empresa no assinante, enfim, no cidadão em sua casa. Ao governo cabe através de suas agências reguladoras competentes supervisionar todo o processo. Incentivando todos os parceiros envolvidos com recursos necessários e ainda fiscalizando eventuais erros e atuando como regulador. Mais de 2 milhões de assinantes banda larga sem contar as capitais, entre pessoas físicas e jurídicas são atendidas hoje pela rede global info, do qual sou o atual Presidente. Isso representa a maioria absoluta dos acessos de banda larga fora das capitais. São 480 empresas provedoras, associadas, 1200 pequenos municípios atendidos. São mais de 6 gigas Bytes de internet, mais de 50 milhões de reais de investimentos na montagem da rede, 3500 famílias com empregos diretos, 2 vezes esse número de empregos indiretos. Há muito mais assinantes, cidades, investimentos e empregos que são representadas pelas outras associações que aqui não estão presentes. Menores que a rede global info e nem por isso menos importante. Isso representa o poder de distribuição do conteúdo por maior eletrônico já que não só temos a última milha como também temos a audiência diretamente ligada a nós. Provavelmente retirando a TV gratuita, provavelmente hoje em dia os provedores de internet independente no Brasil são aqueles que têm a maior capilaridade em nossa nação. Para concluir, eu diria que não resta dúvida para nós, pioneiros da internet no Brasil que a melhor solução para o relacionamento saudável e produtivo do setor de internet de conteúdo nesse país é a correta atribuição de tarefas com cada entidade responsável por sua área de expertize e ainda como uma regra clara, a respeito, ao relacionamento previsto na L GT. Não há necessidade, por exemplo, de se criar uma carência para as operadoras de STFC não brigarem no mercado. Cada elemento deve seguir a sua área de maior experiência de atuação, eu não imagino a Brasil Telecom fazer uma boa narração de uma partida de futebol, nem uma TV Bandeirantes me instalando uma linha telefônica na minha residência. Provedor de conteúdo é início, tele é meio, provedor é o fim. Desta forma, o assinante contará com uma alfabetização digital, alguém para orientá-lo em seus primeiros passos e ainda poderia escolher e escolherá conteúdos nacionais. E mais importante que tudo isso, é o governo surgir com um grande facilitador e estimulador do processo, assim como regulador e fiscalizador respeitando este quadro que de certa forma já existe de forma débil e perde espaço a cada dia para provedor de conteúdo internacional. Com uma perfeita parceria entre governo, provedores de conteúdo, teles, provedores e assinantes, o país e a sociedade só tem a ganhar e eu terminaria dando o meu muito obrigado a presença de todos vocês pela escuta, obrigado, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado ao doutor Jorge de la Rocque Presidente da associação dos integrantes do projeto global info, rede global info. Quer destacar também a presença nesta Audiência Pública do, de Custódio Toscano Costa, consultor de relações institucionais, diretoria institucional da Empresa Oi. Antes de passar para os senadores que desejarem esclarecimentos, perguntas, comentários sobre o Projeto de Lei número 280 de 2007 do nobre colega Senador Flexa Ribeiro, eu quero destacar a grande qualidade das apresentações aqui feitas bastante profundas levam a discussão, a complexo desse atendimento todos sobre objeto dessa Audiência Pública e ao mesmo tempo abrem perspectivas assim de mais debates e de mais discussões sobre o tema. Todas as apresentações eu quero destacar assim bastante didáticas também, porque nós estamos aqui com a TV Senado, jornal Senado, rádio Senado, agência Senado e um dos grandes objetivos e uma Audiência Pública é fazer esse debate também com a população brasileira, através dos meios de comunicação do Senado Federal. Porque a repercussão desta audiência está também na transmissão do que aqui aconteceu e todos que estão acompanhando também estão convidados a mandarem sugestões, pensarem juntos sobre este assunto, sempre mandando também os documentos e o que for necessário para esta Comissão de Educação, subComissão de cinema, teatro, música e comunicação social para que todas essas contribuições possam também ter o seu impacto na avaliação do projeto de lei e na normatização que vá acontecer sobre esse assunto. Então eu quero neste primeiro momento já agradecer, realmente a participação de todos e a competência com que o assunto foi abordado. Passo em primeiro lugar a palavra nesse momento ao Senador Flexa Ribeiro, autor do Projeto de Lei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nobre Senador Flávio Arns, que preside essa Audiência Pública da Comissão de Educação, autor do requerimento, V.Exa teria prioridade nos questionamentos junto com a Senadora Marisa Serrano. Senhores senadores, nossos convidados, eu quero aqui agradecer às informações prestadas por todos os convidados dessa Audiência Pública, o doutor Daniel Slaviero, doutor Jorge de la Rocque, doutor Alexandre Annenberg, Manoel Rangel, José Fernandes Pauletti, cada um representante, evidentemente, as suas associações. Por uma questão

de ordem, Presidente Senador Flávio Arns, eu gostaria de fazer uma proposição no sentido de que nós pudéssemos fazer as Audiências Públicas que estão ocorrendo tanto na Comissão de Educação quanto na Comissão de Ciência e Tecnologia, a que estão previstas 3 Audiências Públicas, a Comissão de Ciência e Tecnologia nós faremos 4 ou 5 Audiências Públicas e evidentemente que a área da cultura, do conteúdo, estaria aqui na Comissão de Educação. Mas não há como separar a convergência de tal grau que a gente não consegue separar tratar só da questão do conteúdo na Comissão de Educação e tratar das bases tecnológicas, das plataformas na Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, a minha proposta, até para que a gente possa ter por parte dos senadores uma, uma informação mais aprofundada, é que nós pudéssemos fundir as duas comissões e fazermos as Audiências Públicas em conjunto, faremos uma nova redistribuição, o doutor Alexandre estaria conosco na semana passada, numa Audiência Pública que lamentavelmente teve que ser cancelada em função dos compromissos com os senadores na Comissão de Ética, e volta hoje à Comissão de Educação e voltará na próxima semana na Comissão de ciência e tecnologia. Então, a proposta era que a gente fundisse as Audiências Públicas e os senadores das duas comissões pudessem então ter acesso às informações de forma globalizada, usando a palavra da moda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero só esclarecer a V.Exa, Senador Flexa Ribeiro, que a presidência desta Comissão fará os contatos com a presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia para haver uma convergência nesse sentido, tá bem? Então, claro que

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Formas diferentes

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente, para ver então o que pode ser, claro que os objetos, objetos de discussão das duas comissões tem uma ótica, um olhar diferente, mas como V.Exa bem enfatiza em muitos momentos, assim, uma dificuldade de se separar os conteúdos. Então, mas faremos esse esforço como todos nós faremos o esforço em relação às áreas que estão aqui presentes também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço o entendimento do Presidente Senador Flávio Arns e acho que vai ser bem mais proveitosa as audiências no sentido de esclarecimento a todos os senadores. Eu quero dizer aos os senhores que o projeto que foi por mim apresentado, ele é um projeto que tem como fundamento primeiro abrir a discussão a respeito da convergência digital, da convergência tecnológica. Nós estamos sendo com regras, acabo leis que não acompanharam a evolução tecnológica, a radiodifusão tem um Projeto de Lei de 1962, TV a cabo o projeto de 1995 a lei geral das telecomunicações de 93, então são leis ao que longo do tempo, em função da velocidade com que a tecnologia vem evoluindo, elas deixam a desejar e é preciso que se faça uma discussão, se abra essa discussão e esse projeto tem exatamente essa finalidade trazer à sociedade para que a gente possa discutir como regulamentar todos esses segmentos que estão com regras diferenciadas. Aqui foi muito falado livre concorrência, e todos nós somos adeptos da livre concorrência, mas é preciso que as regras para que haja livre concorrência sejam adequadas a todos os segmentos. Evidente que a preocupação maior que é o pano de fundo desse projeto é exatamente a questão do conteúdo, o que é que nós vamos levar aos brasileiros em forma de informação, como forma de informação? O que é que os brasileiros vão assimilar? As gerações que estão se formando como é que ela vai ter essa informação, se vai perder a identidade, se vai perder a questão cultural brasileira para ter uma informação globalizada ou ou se nós queremos manter a nossa identidade cultural, queremos manter o nosso conteúdo brasileiro com possibilidade de não inverter esse papel das empresas de comunicação. Essa, esse partindo desse pressuposto o projeto está aberto, ele está aberto para que a gente possa aceitar, não só as sugestões de todos os segmentos, porque nós tivemos o cuidado de ao propor as Audiências Públicas, tentar atender todos os segmentos ligados a área não só da programação, como também da produção, como da distribuição. De tal forma que a gente tenha e leve à sociedade brasileira à discussão aberta, aberta e que possamos enriquecer e transformar o projeto com as emendas que com certeza virão, naquilo que seja de melhor para a sociedade brasileira. Eu quero parabenizar a todos pelas palestras que aqui nos foram oferecidas e eu gostaria de fazer algumas questões pontuais. Aí eu faria de forma geral, aqueles que pudessem responder fariam essa resposta. Algumas pontuais também para algumas dúvidas que eu tenho com relação à questão do projeto. Como eu disse, nós defendemos a livre concorrência, mas nós temos hoje com a globalização existente na economia, nós temos o capital estrangeiros com uma forte ação em relação ao capital brasileiro. Nós temos lamentavelmente condições de competitividade completamente diferenciadas de outros países, seja por questões de taxas de juros, seja por questões de carga tributária, e isso tudo nos leva a ter isso. Então nós temos uma participação de capital estrangeiro na rádio dificulto ultimo limitada a 30% nós temos a participação da estrangeiro na TV a cabo

limitada a 49% e nós temos a participação dos capital estrangeiro nas telecomunicações aberta podendo ter 100% do controle das empresas de telecomunicações. Então já são regras diferentes para algo que converge numa única plataforma, vamos dizer assim. Então nós temos que começar a ver o que é melhor para o Brasil, se restringe ou se abre para todos os segmentos, de tal forma que a gente possa ter evidentemente, essa concorrência aberta e livre como todos nós queremos. Nós, temos a certeza absoluta que objetivo do Congresso Nacional, o objetivo da Comissão e das Audiências Públicas é levar aos nossos irmãos brasileiros o melhor conteúdo e as condições de ter, como foi aqui colocado, o acesso mais facilitado economicamente a todas as classes dos brasileiros. Então eu, o doutor Alexandre Annenberg, ele falou sobre a questão da concorrência que a TV aberta vive da publicidade. E a TV por assinatura vive das assinaturas, mas me parece que há aí também uma convergência no caso da TV de assinatura que já hoje tem uma grade de publicidade bastante importante. Todos os programas vamos dizer assim, mantidos ou oferecidos por grandes companhias comerciais de qualquer segmento da atividade empresarial. O custo da TV assinatura que foi colocado aqui que no Brasil você tem apenas 5... 5,8% das audiências em TV paga, eu gostaria de ter idéia da relação do custo da TV paga no Brasil em relação ao custo da TV paga em outros países onde a difusão desse tipo de TV é muito superior a do Brasil. Se há uma, uma, um custo diferenciado em relação ao Brasil. Doutor Manoel Rangel, Presidente da ANCINE, eu teria aqui uma questão para todos, mas eu diria, no caso específico aqui, do... uma pergunta se os senhores consideram que as medidas preconizadas do projeto são adequadas para a promoção da indústria áudio visual brasileiro. Ser saia adequada crescer a proposição, a previsão de cotas mínimas de produção brasileiras, nós vimos aqui que me parece que a França já determina um percentual mínimo de produção nacional lá para eles. Seria necessário ter um aditamento ao projeto prevendo uma cota mínima de produção brasileira regionais e independentes na programação dos meios de comunicação social eletrônica? Com relação a internet, diante da evolução tecnológica como assegurar a preferência da produção audiovisual brasileira na internet? O doutor Daniel disse que a questão da internet merece um debate mais ampliado. Me parece que de todas as plataformas é a que vai ter uma maior dificuldade de você ter uma regulação para o seu uso. Então, como evitar que conteúdos em descompasso com o previsto no projeto possam ser livremente oferecidos ao público brasileiro por meio da referida rede mundial de computadores? Já que ela é aberta e livre, como é que nós vamos ter esse controle, ou de qual a sugestão de poder ter o conteúdo brasileiro também fazendo parte da rede, de internet. Com relação ao Basquer(F) o projeto ele não proíbe, ele não proíbe, pelo contrário, as TVs públicas, as TVs públicas elas continuam ser carregadas pelas TVs por assinatura, todas elas, tanto a, as TVs como hoje tem a TV Senado, TV Câmara, TV Justiça, TV educativa, todas elas continuarão sendo carregadas pelas, pelas TVs por assinatura. No caso das TVs abertas comerciais então aí vem a pergunta para poder melhorar o projeto como é que as TVs, os outros sistemas de TV por assinatura seja a cada, seja DTH ou MMDS, no restante da sua grade, como é que se comporta com relação à distribuição? Essa distribuição também ela é automática? Ao distribuição um canal da Fox, um canal da C N N ela é automática a distribuição ou há uma negociação para essa distribuição? Então, porque são também canais comerciais, que são colocados à disposição para o mundo. E como, por último, como ter controle, por exemplo, de uma rede por DTH que tem o seu provedor, tem o seu ponto de partido de distribuição em outro país, ou nos Estados Unidos, ou num país da América Latina, como é que nós vamos poder ter o controle desse conteúdo em relação à sociedade brasileira? Eram essas as questões que eu gostaria de ter para que eu possa com o auxílio de todos os senhores melhorar o projeto e os outros senadores também possam fazer as emendas necessárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero, agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, autor do Projeto de Lei, e quero lembrar aos expositores que depois nós vamos novamente dar a palavras a todos, nós vamos ouvir os senadores que queiram se manifestar, se numa rodada em conjunto e as manifestações depois podem ser não só em relação aquilo que os senadores perguntaram ou refletiram, mas também em relação às próprias exposições dos colegas da Mesa, não é? Então, e quero também dizer que esta Comissão de Educação vai, assim, emitir parecer sobre o projeto, depois dos debates todos Senador Sérgio Zambiasi é o Relator do projeto, ele está como eu já mencionei no parlamento do Mercosul no dia de hoje. E depois o projeto será remetido para a Comissão de Ciência e Tecnologia, onde souber ótica da comunicação também terá, assim, o relatório e a votação definitiva em caráter terminativo. Passo nesse momento ao Senador Antônio Carlos Valadares com muito prazer, ex-Presidente da Comissão de assuntos sociais e batalhador nessa área por um conjunto de fatores fundamentais para o Brasil, com a palavra V.Exa.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senhor Presidente, senhores convidados, participantes desta audiência pública meu prezado e eminente Senador Flexa Ribeiro, autor do PLS 280 que está sendo objeto de discussão nesta Comissão. Nós sabemos que existe uma vasta programação distribuída nos canais de televisão pagos, ou por assinatura, assim como os provedores de internet, onde, não só o cidadão comum, como o estudante, a intelectualidade, os jornalistas, os políticos tenham a informação quase que ilimitada. Envolvendo noticiários, artigos, conhecimento dos mais diferentes matizes, padrões ou modelos, enfim, há uma contribuição positivo, muito mais positiva do ponto de vista da comunicação, do entretenimento e do conhecimento com esta evolução tecnológica que aconteceu, notadamente a partir da tecnologia criada com a invenção do computador. Então, essa convergência, computador e televisão, telefonia celular ou fixa, tem dado uma contribuição enorme à melhoria do conhecimento público, podemos dizer a democratização do conhecimento que antes estava quase que limitada às bibliotecas, ao ensino privado ou público nas universidades, nas escolas. Então, esta evolução trouxe também preocupações, daí a o projeto do Senador Flexa Ribeiro que tem sentido e objetivamente e tem que ser visto como algo positivo que caminha na direção de uma realidade imutável de que a cada dia mais contempla a todos nós com novidades que acontecem em todos esses setores. O sistema de banda larga, eu digo melhor, o sistema de televisão por assinatura, muito embora esteja limitado a um público ainda não muito grande, devido a situação econômica, financeira do povo brasileiro, entretanto, tem uma importância muito grande na definição do nosso sistema de comunicação. Posso dizer alguns canais que hoje constituem canais obrigatórios da TV assinatura, hoje, são canais que vistos, por exemplo, na parabólica, quer dizer, canais que estão se tornando mais populares e significa que determinados conteúdos ficam até sem controle da, por parte das autoridades constituídas, das autoridades ligadas ao setor. Mas, Senhor Presidente, aqui nós coletamos algumas sugestões ou perguntas após esse... tendo em vista o fenômeno da convergência tecnologia e todos os avanços conquistados como de penalidades nessa área quanto um marco regulatório atualizado está ainda em construção? Qual a justificativa econômica e social de liberar-se integralmente a participar do capital estrangeiro na televisão a cabo, ou por assinatura diante da necessidade de predominância do controle nacional dentro do fenômeno da concentração midiática dos grandes conglomerados internacionais na área. Não seria importante acrescentar, nobre autor ao parágrafo 7, ao Artigo 7°, o artigo primeiro que trata do conceito de conteúdo brasileiro a exigência de uso da linguagem de sinais na transmissão do conteúdo? Obrigado, aquilo que o sendo vem fazendo, várias comissões, inclusive na nossa Comissão de assuntos sociais há linguagem de sinais para os deficientes. Como a televisão pública, que agora o governo está iniciando uma nova fase nas comunicações no Brasil, traduzindo a televisão pública. Que se encontra em fase de Constituição poderá contribuir para que produtores independentes possam realizar e difundir suas produções artísticas e culturais. Como as redes de televisão privada poderiam ajudar na divulgação de filmes e documentários produzidas por cineastas brasileiros. Parece que a União Européia possui legislação que obriga os canais a veicularem um percentual de documentários produzidos na região. O problema relacionado a recursos para a produção cinematográfica foi em parte resolvido com a legislação de incentivo à cultura que se materializou com a lei Juanet que é de 1991. Depois de um período de grave crise nos primeiros anos da década de 90 o cinema nacional começou a renascer. No entanto, o problema da distribuição persiste e é grave. Quais medidas poderiam ser tomadas para ajudar os produtores brasileiros a difundirem suas obras? São essas as perguntas que eu gostaria de fazer, enfatizando a importância desta discussão, deste debate que sem dúvida alguma, irá contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento do projeto do Senador Flexa Ribeiro a quem parabenizo por essa iniciativa e agradeço ao Presidente Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero novamente a enfatizar a exemplo do que o Senador Flexa Ribeiro já tinha dito que as perguntas são gerais os comentários também devem ser gerais, a mesma coisa aconteceu em relação ao Senador Antônio Carlos Valadares, nos questionamentos não foram específicos para um e para o outro, mas sempre um ou outro expositor está mais ligado a uma pergunta ou a outra. Então nós vamos agora inverter a ordem da apresentação anterior. Eu passo em primeiro lugar a palavra ao doutor Jorge de lá rock para as suas considera ações.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem V.Exa não gostaria como autor do requerimento de fazer

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, mas eu acho que eu me sinto contemplado nas perguntas que V.Exa fez, nas perguntas que o doutor Antônio Carlos Valadares fez e nas exposições também, eu estou assim contemplado,

SR. JORGE DE LA ROCQUE: Eu agradeço a Mesa e vou ter o privilégio de responder duas coloca-

ções do ilustre Senador, a primeira eu quero me reportar como educador já que sou professor universitário e sou pai também, Senador, é verdade hoje em dia a internet é um território livre como é o mundo o senhor senta diante de um monitor o senhor tem acesso a qualquer coisa que o senhor queira. Mas a tecnologia também trouxe mecanismos próprios de regulamentação, hoje em dia qualquer pai pode sentar no computador e orientar o computador aquilo que pode ser acessado ou não pode ser acessado. Determinar horas, quer dizer. Eu temo muito, Senador, como educador essa visão da regulamentação cada vez mais do estudo sobre algumas propostas, eu acho que a família cada vez mais está se afastando se escudando desse papel social. Eu acho que quando um pai coloca um computador dentro de casa, entrega o seu filho, ele assume a conseqüência e os atos e obrigação de pai de família de orientar esse jovem como se comportar o que ele pode ver e fazer, eu acho muito perigoso a gente tentar levar esse papel para o Estado, Senador, eu vejo dessa maneira, eu acho que não cabe ao Estado regulamentar o que pode ou não se pode ver na internet, o que a gente pode acessar ou não, é o faz parte do mundo qualquer lugar. Eu acho que esse é um papel eminentemente da família, do pai e da mãe deste jovem ou de quem quer que seja e essa era a minha primeira resposta que eu queria lhe dar em relação a regulamentação dos conteúdos que hoje em dia nós temos na internet a qualquer hora a qualquer momento. A segunda resposta foi em relação como a gente vê o problema de produção digital, de conteúdo de informática no interior, principalmente nas pequenas regiões. Se nós formos ver hoje em dia nós temos grandes portais nacionais, similares a qualquer portal estrangeiro. Mas os nossos grandes portais nacionais é de certa maneira repetem o papel das grandes mídias nacionais, não é? Se hoje em dia nós pegarmos um Globo, um jornal brasiliense, o Estado de São Paulo, nós vemos ali a nação estampada no sentido mais amplo desde a notícia policial à cultura, a formação, não é? As grandes mídias estampam a verdade nacional. Algumas mídias procuram inserir em alguns momentos ou através de cadernos especiais ou através de publicações especiais algumas colocações regionais, como por exemplo, o Globo. Eu tenho um caderno de Niterói que está determinado o dia, não é? De vez em quando a cada 6 meses são o caderno de região dos logos, mas de modo geral, as pequenas regiões, aqueles que acontece continuam acéfalas até, porque a própria mídia local os jornais locais ou eles existem subvencionado pelo Poder Público, municipal e acabam se transformando em papagaio de pirata eles se só repetem os realisings que o Poder Público passam na verdade não tem o menor instrumento regional. Alguns pequenos provedores ainda tentam através de parcerias com o jornal local ou com a Prefeitura ou através da própria produção independente criar um portal mais ou menos com características regionais. Onde ali saem notícias sociais o que está acontecendo, mas efetivamente, Senador, eu não tenho, é uma Receita de bolo pronta para isso. É uma coisa complexa. Eu acredito que os portais nacionais brasileiros não devem nada a nenhum portal estrangeiro, o que cabe efetivamente a nossa regulamentação a nível daquilo que é produzido que é inserido a nível que nós possamos preservar a nossa cultura e a nossa língua, mas a nível do conteúdo regional ainda fica uma lacuna não é só da internet até, porque ele próprio falou que já existem umas TVs a cabo, como já em tem Macaé, mas nenhuma TV a cabo vai para a cidade dele que tem 5 mil habitantes, nenhuma TV a cabo vai se instalar cidade como Rio das Ostras aonde eu vivo vai seu instalar em Campos, Macaé, Niterói, nós temos um grande desafio que essa cultura regional do interior que é vivida, quer dizer, e que, o que está acontecendo agora que, eu na minha casa, sei muito mais do que acontece no rio, em Niterói do que eu sei do que acontece ao meu lado o Rio das Ostras no município ao lado do que está acontecendo a nível de cultura. Esse é um grande desafio, Senador, eu não tenho a regras, mas nós não devemos amolecer temos que encontrar soluções para que essa cultura, essa fala brasileira do interior da nossa região não se perca, na nacionalização do nosso conteúdo. E´ o que eu tinha que dizer, espero ter contemplado as suas indagações.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para fazer uma observação

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Flexa Ribeiro

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A pergunta que eu fiz com relação à regulação não diz respeito o que é preocupante por ser um de livre acesso. Mas como adequar, a dúvida é como adequar a internet como uma plataforma à questão do conteúdo brasileiro. Essa que é a dúvida não com relação a ela ser livre, ela ser livre é uma outra questão que eu acho que a sociedade tem que abrir essa discussão também. Agora, como V.Sa não tem a Receita do bolo eu acho que dificilmente nós vamos encontrar face o avanço da tecnologia com um bolo que atenda ao gosto de toda a sociedade.

SR. JORGE DE LA ROCQUE: É, Senador, eu acho que esse é um caminho a médio prazo, veja bem. A partir do momento, quer dizer, eu tive o privilégio de morar algum tempo no exterior, e o que a gente vê é o seguinte: A partir do momento que efetivamente ado-

te medidas, regulamento ares vocês regulatórios que incentive a produção cultural local ela vai se enriquecer. Ela vai crescer em quantidade e qualidade como tudo vai ter coisa ruim e coisa boa, ela vai ganhar uma dimensão nacional. A população vai ter mais acesso e consequentemente isso é um caminho natural, ou seja, automaticamente a própria internet vai incorporar isso, o que que a internet procura? A internet busca tudo que existe, se tem maior conteúdo nacional, se tem maior produção cultural, a internet vai ter isso lá presente. Se ela melhorar em qualidade e quantidade automaticamente o cidadão vai estar presente e vai buscar isso, eu acho que isso é um caminho natural, mas que passa por essa regulamentação, por essa produção em quantidade, basta nós olhamos para o cinema. Eu estou com 61 anos, eu me lembro quando eu era adolescente, com 16, 17 anos o cinema nacional praticamente não existia, era uma realidade, a gente não via cinema nacional, não é? Não havia produção, não havia incentivo não havia nada, hoje em dia eu vejo os meus filhos locarem filmes nacionais, ver discutir com os alunos do colégios, entendeu? Quer dizer, isso aconteceu por uma transformação natural de qualidade, de produção, de incentivo e o cidadão vai buscar isso, seja na TV cabo, seja na TV aberta, seja na internet eu acho que é assim que as coisas vão acontecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço passo em seguida a palavra ao doutor Alexandre Annenberg da ABTA Associação Brasileira de televisão por assinatura.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Bom, foram feitas aqui várias indagações, várias questões da maior relevância foram levantadas eu vou tentar responder a cada uma delas na ordem em que foram formuladas. A primeira questão que o Senador levantou diz respeito a publicidade na televisão por assinatura. A publicidade na televisão por assinatura é responsável por cerca de 12% do faturamento global da televisão por assinatura. E´, portanto, uma coisa que a gente pode definir como quase marginal na televisão por assinatura. Não é obviamente a Receita mais importante. E é também importante entender que entre mais de uma centena de canais que a televisão por assinatura oferece alguns canais oferecem mais e outros menos publicidade. O telespectador tem a discrição de escolher aqueles canais que mais o agradam. Se ele tiver alguma restrição a um excesso de publicidade ele tem inúmeros outros canais para escolha. Aliás, essa é a grande característica da televisão paga. A qualidade do conteúdo fica nas mãos do telespectador, ele escolhe os canais que realmente o interessam mais ou menos. Ele está pagando por isso. E se ele não estiver contente com a televisão por assinatura ele tem obviamente o pleno direito de não pagar e comprar de um outro, de um outro fornecedor etc. Então, na verdade, a publicidade ela tem, tem um mérito importante na televisão por assinatura é de contribuir para um preço final menor para o telespectador. E essa é a equação, o equilíbrio dessa equação que precisa ser alcançado. Não se pode aumentar exageradamente a publicidade, mas ao mesmo tempo é importante diminuir o preço final para o consumidor. Então esse equilíbrio é que se procura conseguir na publicidade com a televisão por assinatura. A outra pergunta do Senador foi sobre os custos da TV paga em relação a outros países. Eu diria que os nossos preços aqui de, televisão paga são bastante equivalentes a preços internacionais. A grande difícil está na renda do nosso telespectador brasileiro. Infelizmente não se pode fugir muito desses preços por vários motivos, em primeiro lugar por causa da pesadíssima carga tributária que como todos sabemos, é uma característica ímpar do Brasil onde a carga tributária é a mais pesada em todos os serviços de telecomunicações, isso se vê lá na ponta no preço final ao contribuinte. Outro fator que ainda encarece bastante a TV paga, tem a ver com o conteúdo sim. Nós, hoje, oferecemos ao telespectador os melhores canais que são oferecidos no mundo inteiro e são esses canais que nós conhecemos. HBO, Discovery, National Geographic , CNN todos os nomes estrangeiros com conteúdos da maior importância, mas voltados para um público, digamos, internacional. Nós ainda carecemos, sim, de um conteúdo específico, brasileiro que ainda tem dificuldades em se fazer presente na televisão paga, porque a base de assinantes da televisão paga, ela ainda é, razoavelmente limitada ainda não há economia de escala suficientemente para que se possa oferecer conteúdos nacionais para uma base ainda limitada de 4 milhões e meio e 4 milhões e 700 mil telespectadores. No entanto, isso está sendo equacionado de uma forma muito interessante com as produções locais, de conteúdo local com custos muito baixos e com conteúdo que interessa especificamente à comunidade local, àqueles Município. E isso a televisão paga pode fazer, coisa que televisão aberta não faz, portanto é um papel importante que a televisão paga tem em termos de fomentar a criação de conteúdos locais. A outra questão que o Senador levantou diz respeito a must carry(F), não é? O Senador perguntou como é que se comportam em particular o DTH e o MMDS em contrapartida ao cabo. De fato, o must carry(F) existe exclusivamente no cabo, a lei do cabo é que definiu quais são os canais obrigatórios. Mas independentemente disso, hoje nós vemos inúmeras operações de MMDS e também de DTH

espontaneamente já distribuição canais como TV Senado, TV Câmara etc. Aliás, diga-se de passagem, foi graças a TV a cabo que a TV Senado, a TV Câmara, a TV Justiça tiveram essa enorme projeção e essa enorme, esse enorme se despertou interesse da população pela TV Câmara e pela TV Senado, por essas TVs públicas, assim chamadas graças a TV a cabo. Na verdade é que hoje tanto o DTH como o MMDS espontaneamente já oferecem esses canais devida a relevância e importância desses canais. O que o DTH e o MMDS não podem fazer é também distribuir, claro, as geradoras locais, o que é que significa uma geradora locais para um DTH? Geradoras locais é a totalidade das geradoras no país inteiro então o DTH não tem como distribuir geradoras locais. E o MMDS também tem limitação de canalização muito significativa. Então, na vamos dizer, as geradoras locais elas são transmitidas, quase que exclusivamente pelas TVs a cabo. E aí que eu insisto quanto ao fato de que, o carregamento das geradoras locais pelas TVs a cabo é uma mão de, é uma via de mão dupla. Na verdade, isso beneficia as próprias geradoras locais, ao mesmo tempo em que beneficia a própria televisão por assinatura. Beneficia a televisão por assinatura por causa do alto interesse que as geradoras locais tem em termos de audiência. E beneficia as próprias operadoras de televisão aberta, porque carregam o sinal com alta qualidade dispensando o telespectador de um, uma antena extra, de um controle remoto, mais um controle remoto, de um Setup Box específico para as televisões abertas. Ou seja, se consegue entregar para o telespectador de uma forma muito barata e muito simples todo o conteúdo das geradoras locais existentes. Na medida em que se cobrasse por esse conteúdo, e esse é um problema que nós enxergamos na proposta que está em cima da Mesa, na medida que se cobrasse por esse conteúdo nós teríamos várias conseqüências negativas a primeira delas é apenas pequenas emissoras locais, as pequenas geradoras locais não teriam o operador de cabo local não teria interesse em estar carregando, carregando essas geradoras de pequena audiência. Portanto, seria a morte das geradoras locais de pequena audiência. E além disso, os telespectadores seriam penalizados, com o aumento de custo, obviamente. Na medida que eu tenho custo adicional para carregar a geradoras locais eu vou ter um aumento de preço lá na ponta o que eleva a barreira justamente para as classes de menor poder aquisitivo. Então, eu acho que vale a pena nós examinarmos com mais cuidado essa proposição para evitar esse tipo de situação. Sendo mais rápido, outras questões, bom, o Senador Valadares saiu, mas enfim ele levantou a questão do capital estrangeiro, como eu considero uma das questões mais importantes, eu gostaria de lembrar o seguinte, nós temos aqui um pouco o fantasma do capital estrangeiro que permeia inúmeras discussões confundindo algumas questões, vamos nos lembrar final do século XIX como é que nós construímos as ferrovias no Brasil? Um capital inglês, com capital canadense, essas ferrovias estão aí até hoje. Mal conservada, é verdade, mas estão aí até hoje. E o nosso desafio hoje qual é? É construir as novas ferrovias do século XXI que são as info vias, o custo de construção dessas info vias é astronomicamente alto e no entanto é uma necessidade essencial para o desenvolvimento do país. Nós precisamos ter info vias que levem a banda larga de caráter universal, o investimento para isso é um investimento astronomicamente alto, na medida que nós pudermos trazer capitais externos para contribuir para a construção dessa infra-estrutura, nós conseguimos dar um passo fundamental para a ampliação da infra-estrutura de telecomunicações no Brasil, e isso não tem nada a ver com a distribuição do conteúdo. Eu fiz questão de mostrar aqui os elos da cadeia de valor onde a infra-estrutura é apenas o transporte, e nós vimos que esse mesmo conceito está presente também na internet, ou seja, uma coisa quem produz o conteúdo que tem que ter determinadas regras, outra coisa é quem transporta, outra coisa é quem distribui o conteúdo. Então nós poderíamos encontrar uma formulação segundo a qual os distribuidores de conteúdo deveriam ter determinados paramos que garantissem a não influência externa na cultura nacional, isso se pode estabelecer de formas que independam da restrição ao capital que é absolutamente imprescindível para a construção da própria infra-estrutura. Tinha também mais uma questão do Senador Valadares sobre a linguagem de sinais, libras etc eu gostaria de lembrar com uma centena, mais de uma centena de canais diversos tivessem que se inserir a linguagem de sinais de novo teríamos um acréscimo de custo absolutamente insuportável para a grande maioria dos telespectadores. O que não exclui que haja canais específicos com linguagem de sinais e é para isso que a televisão por assinatura existe, é uma televisão segmentada para atingir públicos específicos. Essas são as considerações que eu queria fazer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só gostaria de fazer

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma, uma observação... se nesta abertura para o capital estrangeiro, se na visão dos os senhores, precisaria haver uma fase de transição entre o que existe hoje e

o que pode vir a existir no futuro. A exemplo do que foi mostrado aqui, se não me falha a memória, não sei qual foi o expositor que, parece que teria um prazo lá de 2 anos para fazer de, no México de 2 anos .

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Doutor Annenberg

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Veja, na verdade, Senador, a questão do capital estrangeiro como eu disse antes, nós temos já todas as empresas de telecomunicações, com livre acesso ao capital estrangeiro, 100%, as empresas de MMDS igualmente. As empresas de DTH igualmente. Todas elas são absolutamente livres para colherem recursos externos. A discriminação com a TV a cabo cria uma assimetria absolutamente não, não explicável. Se nós queremos ter uma competição adequada entre essas várias tecnologias para prestação de mesmo serviço, nós devemos criar regras, pelo menos semelhantes entre esses vários prestadores de serviços. Na medida em que eu tenho alguns prestadores de serviços que tem pleno acesso ao capital estrangeiro e um outro que é absolutamente não tem esse acesso, se cria uma discriminação que dá problemas graves na própria competição. Não vejo necessidade, Senador, sinceramente não vejo, porque é que nós deveríamos ter uma transição para isso. Há uma transição sim num outro sentido e aí vou entrar num assunto em que eu não tinha tocado até agora que é a transição das teles estarem oferecendo televisão por assinatura. O que nós vemos hoje no mundo inteiro é o mesmo problema em todos os países na União Européia, nos Estados Unidos, na Ásia na América Latina, há essa, potencial competição entre as teles e as prestadores de televisão por assinatura. Na totalidade, desses países se estabeleceram regras de transição, regras segundo as quais, as empresas de telefonia, por exemplo, não poderiam entrar em televisão, por assinatura durante um certo tempo até que se criassem condições de um equilíbrio competitivo mais adequado. Isso é outra coisa, nisso eu estou absolutamente de acordo, a necessidade de regras de transição para isso. Mas não quanto ao capital.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo em seguida a palavra ao doutor José Fernandes Pauletti da ABRAFIX.

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Bom-dia, senhores. Eu vou, acho que quase tudo foi respondido já. Quanto à participação de capital estrangeiro, Senador, nós também somos favoráveis. Eu acho que, hoje, já em telecomunicações já é acho que em TV por assinatura, em todas as tecnologias tempo deve ser aberto, não há, porque haver limitação. Em radiodifusão, aí é uma questão, é uma decisão de país, quer dizer, é uma coisa, alguns países adotam essa limitação outros países não adotam e agora é uma coisa, por exemplo, em telecomunicações, é permitido, mas nem todas as empresas são multinacionais, quer dizer, existem grupos nacionais estabelecidos, tanto em TV móvel, em TV por assinatura, em fixa, em banda larga, quer dizer, não, não creio que seja uma coisa mandatória, quer dizer, pessoalmente como filosofia acho que o capital não deve ser a limitação, o que a gente deveria sim era incentivar para que as, deveria haver incentivos a grupos nacionais na produção de conteúdo, na geração de conteúdo, deveria haver uma forma diversificada, ou seja, garantir a distribuição que seja garantida a distribuição. E na distribuição também não acho que deva haver limitações, porque, por exemplo os livros, quem é que distribuem os livros? São as livrarias. Goro nós vamos querer limitar, a livraria tem que ser nacional para distribuir livro. A livraria ela distribui, ela não faz livros, ela não faz conteúdo, as bancas de jornais que distribuem também não são. Agora, porque é que então a gente vá querer quem vá fazer a distribuição de conteúdo tenha alguma restrição ou não. Tem que se, se se fizer alguma coisa que deve eventualmente que possa ter, é uma cota mínima para que as emissoras veículo ema conteúdo de característica regional, nacional, nisso nós somos favoráveis, alguns países fazem isso e isso é, tendo sempre o seu cuidado que não seja, por exemplo, 3 horas por dia e essas 3 horas serão das 3 as 6 da manhã onde provavelmente ninguém vai assistir, então tem que ter alguns cuidados, mas isso me parece razoável. Quanto a um período de tempo, uma transição, no caso, específico que o meu amigo Alexandre Annenberg levantou, essa transição, já houve, as empresas de TV por assinatura, estão há 12 anos ou 15 operando sozinhas nesse mercado. E por causa, e por estarem sozinhas é que nós temos só 4 milhões e pouco de assinantes até hoje. Quer dizer, então a transição é muito justa, mas já houve, desculpe não dá para ter mais 10 anos, 15 anos de transição. Quer dizer uma transição perpétuo, transição é transição, tem um início, tem um meio e tem um fim. Perpetuidade é outra coisa. Neste caso específico, no caso de entrar na, em TV paga não acho e não creio, não é razoável, não é justo haver limitação para as operadoras de telecomunicações participarem desse mercado. Porque é um mercado que assim ele está sendo no mundo inteiro, quer dizer, não vejo, não vejo necessidade. A competição ela vai se dar entre os serviços, quer dizer, hoje em voz nós temos já a competição telefonia fixa, telefonia móvel e no caso, e voz sobre I P. Então , cada um de nós tem alternativas de usar o serviço de telefonia de voz, tem várias alternativas então há falácia quando se diz que não há competição telefonia fixa, claro que não

há competição, porque não é necessária no caso de telefonia fixa, a composição não se dá com telefonia móvel, com voz sobre I P. Cada vez está sendo ofertada mais. E´ a mesma coisa que nós temos uma rodovia entre Rio-São Paulo tem a Dutra, tem que competir, outro lado, a competição por este tráfego se dá pela rodovia se dá por ferrovia aí sim se dá aéreo, naval se houver essa possibilidade. Então, é dessa forma que nós defendemos. E quanto à limitação de conteúdo, quer dizer, conteúdo acho que não se controla, conteúdo se incentiva a produção de conteúdo nacional, eu diria que é incontrolável essa, a possibilidade das pessoas acessarem esse conteúdo feito pelo mundo inteiro na rede de internet, a China tenta vigorosamente controlar isso e não consegue, quer dizer, é impossível, o que nós temos que ter é uma política forte de incentivos aos produtores para que tenham qualidade e que as pessoas queiram acessar e acessar esse conteúdo nacional. Independentes eles têm que ter capacidade, hoje não é gerado o conteúdo nacional de capacidade, porque não há meios alternativas de distribuição. Que hoje há um, há um verdadeiro, há uma grande liderança nacional de uma empresa que só, que tem uma produção vertical, ela só transmite o conteúdo dela. Esse é que é o problema, então se houverem, em havendo alternativa certamente haverá uma diversidade de produtores nacionais, é só isso que eu queria colocar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço o doutor Pauletti, passo em seguida a palavra ao doutor Manoel Rangel da ANCINE, Presidente da Agência Nacional De Cinema. Aliás, quero enfatizar que amanhã cedo teremos sessão na Comissão de Educação para sabatinar a apreciação do Senado Federal a indicação do senhor Mário diamante para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do cinema ANCINE que é um reunião ordinária dessa Comissão de Educação amanhã quarta-feira as 10 horas com esse objetivo que acabei de ler. Com a palavra o doutor Manoel Rangel.

SR. MANOEL RANGEL: Bom, as questões postas pelo Senador Flexa Ribeiro, também pelo Senador Antônio Carlos Valadares, é certamente tocam nos pontos nevrálgicos nesse debate da convergência, como eu disse no início acho que a questão esquento está posta no debate sobre convergência é a produção e distribuição de e conteúdos audiovisuais é isso que é o dado novo que entrou em cena, há outras questões derivados processo de convergência, o serviço de telefonia as possibilidades que se ampliaram de transmissão de dados, mas é na questão da distribuição, na produção de distribuição de conteúdos audiovisual que está a questão know-how. Aí que eu acho que o país devo te ter a atenção especial, acho que segue existindo todas as razões para que o Brasil tenha uma política específica de apoio à produção de conteúdos audiovisuais e uma política específica de distribuição de conteúdos audiovisuais o que eu quero dizer com isso é que no mundo os países se dividem hoje em países produtores de conteúdos audiovisuais e países que são exclusivamente consumidores ou produtores residuais. Acho que toda aquela nação que seja digna da condução de nação, todo aquele país que tenha projeto precisa necessariamente ter projeto de seguir sendo centro produtor de conteúdos audiovisuais, para ser centro produtor de conteúdos audiovisuais não basta disponibilizar recursos, não basta o que Estado brasileiro tenha as leis de incentivo fiscal como tem hoje em dia, não basta que nós tenhamos o fundo setorial do audiovisual que vocês, que os senhores senadores e os senhores Deputados aprovaram no final do ano passado, portanto, generosamente reforçando os instrumentos de fomento da produção de audiovisual. Mas é preciso haver a criação de demanda, porque que é preciso criar a demanda? Ou melhor, é preciso disponibilizar a oferta, porque a demanda existe, porque é que é preciso assegurar a oferta? Porque nós temos um ambiente de competição com indústrias muito bem consolidadas e estruturadas de produção de conteúdos audiovisuais que tem a seu favor um fato de contarem não apenas com o maior mercado interno de consumo de produtos audiovisuais eu estou me referindo aos Estados Unidos, mas que conta também como instrumento auxiliar da sua posição dominante com o conjunto dos mercados no mundo inteiro. Todos os países, no mundo inteiro, são mercados consumidores dos produtos audiovisuais produzidos nos Estados Unidos. Portanto, a produção audiovisual norte-americana conta com força com maior mercado interno do mundo que é o mercado norte-americano e conta com plataforma de distribuições espalhadas pelo mundo afora, plataforma de distribuição na área de cinema, na área de DVD, na televisão por assinatura e na televisão aberta. E em todas as outras modalidades de distribuição de conteúdos audiovisuais estão surgindo eles contam com essas plataformas. Portanto, nós precisaríamos aqui procurando ser mais objetivo, na medida em que a minha argumentação já denota onde eu vou chegar eu diria que sim, é preciso ter política de cotas, é preciso ter política de estímulo a presença de conteúdo brasileiro nos diversos meios de comunicação social eletrônica no Brasil. A nossa televisão aberta já faz em grande medida a presença de conteúdo nacional. Faz bem a presença desse conteúdo nacional, ela é um importante contraponto a um processo de nacionalização de conteúdos, na realida-

de brasileira. Agora nós precisamos alargar esse espaço, porque esse espaço também é necessário para que produtores independentes possam ter a ceia presença, isso significa a maior presença de independentes também na televisão aberta, não em detrimento que as TVs possam seguir produzindo elas devem seguir produzindo, mas elas devem ter produção independente no interior delas, já está demonstrado que é bom para elas, elas tem feito em certa medida demonstra que é bom para elas, mas nós precisamos assegurar mais presença desse conteúdo nacional na TV por assinatura, onde ela é muito pequena. Onde ela é insuficiente, eu diria nos dias de hoje. Nós, em 2003, adotamos, com a ajuda dos senhores o artigo 39 da Medida Provisória 2228 que é um mecanismo de fomento a produção audiovisual independente na TV por assinatura. Com isso nós passamos a ter produção independente de televisão nas diversas programadoras internacionais que atuam no Brasil. Mas se nós formos examinar, não surgiu uma maior compra de conteúdo produzido por esses produtores independentes, eles apenas passaram a distribuir aquilo que produziam com os recursos em que eles foram condicionados pela existência da lei. Portanto, aqui o que a gente destaca é a necessidade de combinação entre fomento e regulação. Então eu diria que o aspecto que talvez precisasse ser mais desenvolvido no projeto do Senador se assim me permite, o senhor convidou, fez esse convite para que a gente fizesse sugestões nessa direção. Eu diria que nós precisamos incrementar os aspectos que viabilizem a presença do conteúdo brasileiro em todas as plataformas. Eu acho que simplesmente dizer que o conteúdo brasileiro que chegar na plataforma deve pertencer a empresa brasileira, não é suficiente. Não significará ter mais conteúdo brasileiro nas diversas plataformas, infelizmente a realidade é essa. Acho que é importante assegurar que as empresas brasileiras tenham força aí, a, mas eu diria que não será suficiente para assegurar mais conteúdo brasileiro, para assegurar mais conteúdo brasileira nós teríamos que adotar medidas como as que adotou o Canadá. No Canadá para cada canal de TV por assinatura que veicula com programação estrangeira há um canal com conteúdo canadense, essa é a razão pela qual, muitas das programadoras internacionais que chegam aqui no Brasil que são norte-americanas veiculam tanta produção canadense, porque eles são obrigados a produzir no Canadá para atender a regra de cotas o que governo canadense tem que o governo canadense tem. Todos os países europeus sem exceção, todos os países europeu sem exceção adotam regras de cotas para a veiculação de conteúdo nacional. E aquela diretriz, eu mencionei na minha apresentação ela é apenas uma diretriz que se sobrepõe a essa diretriz, que é uma diretriz da comunidade econômica européia que diz que deve haver um adicionalmente um percentual de produção de CUT veiculado da comunidade econômica européia, comunitária. Portanto acho isso absolutamente imprescindível eu diria mais, acho nós precisamos estabelecer condições que favoreçam a entrada em cena de programadores independentes, o Brasil não desenvolveu programadores independentes de conteúdos nacionais, nós temos apenas 2 programadores independentes, o canal Brasil e um outro programador menor, mais recente e não desenvolveu outros programadores. Além desses nós temos como programadores nacionais a Globo Sat e temos a Band que são importantes como programadores nacionais, mas nós precisamos ter mais programadores nacionais, nós precisamos ter mais canais de conteúdo brasileiro sendo veiculado na TV por assinatura. Acho que não só para atender a esse gosto popular pelo conteúdo brasileiro, mas também para lidar com a questão da criação de mercado, de criar as condições para que o nosso mercado seja auto sustentável. Se essas condições forem estabelecidas aí de fato as redes que fazem a circulação desses conteúdos, a infra-estrutura passa a ser uma questão de menor importância, porque aí que está o principal do capital, o principal do rendimento aí que estão os empregos de mais alta qualificação, aí que está, digamos assim, o mercado de futuro nos anos em que nós estamos vivendo. Eu sei que esse debate poderia ser diferente, se nós estivéssemos travando alguns anos atrás. Há no mundo dizer países que não abriram mão de deter inclusive a infra-estrutura, de deter inclusive a info via, o controle da info via a maior parte dos países europeus os Estados Unidos não abriram mão de deter o controle das redes de info via, mas nós já fizemos esse movimento, esse passo já foi dado. O que eu diria que hoje esse foco desse vê estar na nova fronteira de produção e distribuição de conteúdos audiovisuais e portanto a minha resposta é afirmativa é positiva no sentido que deveríamos estabelecer e acrescentaria a isso o fato de que deveríamos prever aí, portanto, produção independente, produção regional, além de conteúdo brasileiro em geral, acho que deveríamos também aí prever regras de negocio entre programadores, operadores para que possa estabelecer competição real no negócio de operadores de rede nos que distribuem e entre programadores, porque eu acho que isso é que o que vai criar realmente um forte mercado interno de consumo de produtos audiovisuais brasileiros e melhorar as nossas condições como plataforma de exportação de conteúdos audiovisuais. Eu queria dizer que os técnicos da

Agência Nacional do cinema estão à disposição do Senador, em particular, estão a disposição da Comissão de Educação e do Senado nesse processo de reflexão sobre essas questões e de levantamento de informações da legislação dos mais diversos países do mundo e de caminhos que nós poderíamos pensar que poderiam ser adotados em parceria entre as empresas brasileiras de comunicação, as empresas brasileiras que se dedicam a distribuição de conteúdos, as empresas que se dedicam à produção de conteúdos audiovisuais, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bom. Passo em seguida a palavra ao doutor Daniel Pimentel Slaviero que é Presidente da Associação Brasileira de emissoras de rádio E Televisão aperto, é lá do meu Estado, conterrâneo do Paraná e por cuja família todos nós paranaenses temos um respeito bastante grande, então com a palavra o doutor Daniel.

SR. DANIEL: Senador Flávio Arns, é uma honra ser conterrâneo de um ilustre Senador e de um ilustre parlamentar e agradeço muito as palavras de deferência, já foram feitas inúmeras perguntas, inúmeras respostas, mas eu vou me ater as perguntas que agregam e envolvem a radiodifusão como toda, a Senador Flexa Ribeiro comentou sobre a capacidade de financiamento dos grupos estrangeiros. E eu acho, Senador, o setor entende que aí está o cerne da questão da absoluta necessidade e relevância desse Projeto de Lei. Porque os grupos estrangeiros podem e há a necessidade dessa proteção do conteúdo da produção de programação e provimento de conteúdo, porque grupos estrangeiros podem vir, tem uma capacidade de financiamento, inúmeras fontes a custos muito mais baratos do que os brasileiros e podem vir a produzir conteúdo brasileiro para brasileiro com formas completamente distintas do que nós possuímos e com a amortização no mundo inteiro. Aqui ficaria somente ganha os marginais. Então é a questão do financiamento que o Senador colocou muito bem, do nosso ponto de vista é o cerne de um dos principais motivos da relevância deste Projeto de Lei. Isso não quer dizer, e eu acho que o projeto deixa claro que querer restringir grupos estrangeiros de trazer conteúdos estrangeiros para o Brasil é apenas conteúdo brasileiro voltado para o público brasileiro, a segunda questão, e também só concluindo, não quer dizer também na questão do conteúdo e da participação dos estrangeiros na distribuição como o próprio projeto libera esse quesito. A segunda questão economizo a colocação do Senador em relação a internet baseado, inclusive num comentário que eu fiz na minha apresentação inicial o próprio Senador colocou muito claramente que não existe o objetivo de restringir o acesso às informações na rede mundial de computadores, mas em que havendo a evolução da discussão que haja uma acompanhamento da produção de conteúdo de brasileiro para brasileiros nesta rede mundial, e isso também é apenas mais complexo de ser feito, mas ele não é de forma nenhuma menos importante. Até, porque nós estamos com a chegada também do IPT V que virá com uma nova forma de distribuição de conteúdo. Então essa questão da internet, ela apesar de ser mais complexa, ela também é absolutamente importante. O que nós temos como contribuição é que isso seja medido e seja avaliado pela característica do serviço de prestação que está sendo feito esse operador na rendo mundial de computadores, ou seja, como é que ele está fazendo, ele tem fim comercial ou não? Ele tem fim esporádico ou ele é contínuo, como é que a programação desse conteúdo, ele é através de grade, ele é através de uma linha de programação de um planejamento, se isso for, se essas características estiverem constadas mesmo na rede de computadores, nós entendemos que o conteúdo produzido para brasileiros deve seguir as orientações deste Projeto de Lei. A terceira coisa muito bem colocada aqui pelo nosso companheiro Manoel Rangel sobre a questão das cotas, o setor de radiodifusão entende que isso, além de ser complementar ele é uma questão importante que deve ser debatida e discutida. Mas tem que ser precedida da questão da produção estar voltada e restrita a brasileiros. A questão das cotas, ela vem junto e caminha de mãos dadas com a questão da produção, programação e provimento. E por último, para concluir, é a questão que o Senador colocou do must carry(F). No próprio Projeto de Lei, ele não desobriga nem as TVs a cabo ou qualquer outra empresa que vier distribuir conteúdo ao must carry(F), ele apenas dá o direito que já está conferido por tratados internacionais e pelas leis de direito autoral do produtor e detentor desse conteúdo audiovisual o direito de autorizar e proibir. E nós entendemos, radiodifusores como grandes produtores de conteúdos nacionais que isso é uma coisa que precisa ser discutida e importante. Porque o conteúdo brasileiro, o conteúdo das TVs abertas, geram valor agregado a outros serviços, e como outros canais são remunerados por isso plenamente justo que as TVs abertas, de, primeiro, tenham direito de autorizar e proibir e segundo: Em autorizando que isso seja feito através de uma remuneração pecuniária. Então, fazendo essa colocações eu espero ter colocado o ponto da radiodifusão e respondido as questões pertinentes agora levantadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço também esta nova participação do doutor Daniel Slaviero. Eu quero dizer aos exposito-

res e a todos os que nos acompanham no Brasil que inúmeros senadores e senadoras passaram por esta Comissão no decorrer desta Audiência Pública. Está aqui também presente a Senadora Rosalba Ciarlini, não é? Que também membro da Comissão de Educação, Senador Mão Santa também membro desta Comissão que estavam até alguns momentos na Comissão de assuntos sociais na subComissão de saúde, porque lá também estava sendo debatido um tema essencial para a saúde do país que é a questão da dengue com a participação de inúmeros especialistas nesta área e por causa disso também, pela sobreposição de atividades aqui no Senado às vezes fica difícil de acompanhar as várias iniciativas que estão sendo realizadas para que nós além disso, tínhamos também a realização da Comissão da reunião da Comissão de meio ambiente, defesa do consumidor. Fiscalização e controle, a reunião da Comissão de assuntos econômicos, mas eu diria que foi uma manhã extremamente proveitosa, uma Audiência Pública da mais alta qualidade sem dúvida alguma que faz a todos nós e ao povo, e ao Brasil de uma maneira geral, pensar, de fato. É uma hora, realmente de decisão em relação a essas inúmeras alternativas que dizem, inclusive, respeito, eu diria a valorização, a independência, soberania, valorização da cultura brasileira, do povo brasileiro e acesso também, por outro lado, ao conjunto de informações que tem que também estar disponíveis para o povo brasileiro. Então isto é o que reflete este Projeto de Lei de autoria do Senador Flexa Ribeiro que já diz, inclusive, na sua disposição inicial que dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências. Como já foi mencionado, esta Comissão de Educação debate o projeto, vai votar o projeto e do ponto de vista do conteúdo e na seqüência a Comissão de Ciência e Tecnologia em caráter terminativo também votará o mesmo projeto. Eu quero dizer que este debate terá a sua seqüência também no dia 12 de julho, uma previsão para a realização da segunda Audiência Pública com aquela observação que o Senador Flexa Ribeiro fez antes para ver esta convergência para a Ciência e Tecnologia para trabalharmos juntos, mas em princípios dia 12 de julho, quinta-feira as 10 horas com João Carlos Saadi, Presidente da Associação Brasileira de radiodifusão ABRA Gustavo dou, Presidente do conselho da Cinemateca brasileira especialista em política cultural e audiovisual, Celso Schroeder Coordenador Geral do Fórum Nacional pela Democratização Da Comunicação, Eduardo Fumes Parajo Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da rede internet, ABRANET, Érclo Alberto Zilli, Presidente Executivo da associação nacional das operadoras celulares e Paulo Markun, Presidente da TV cultura, fundação padre Anchieta. Quero enaltecer novamente o Senador Flexa Ribeiro que é autor deste Projeto de Lei, Senadora Rosalba Ciarlini sempre presente na Comissão de Educação, Senador Mão Santa também, todos os senadores que passaram por essa Audiência Pública, agradecer a presença dos expositores, parabenizá-los novamente pela beleza de conteúdo, pela forma didática, clara, segura, competente com que o assunto foi abordado e com isso declarar encerrada esta Audiência Pública desta Comissão de Educação. Obrigado.

Sessão encerrada às 13H25.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2007.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência Eventual da Senadora Marisa Serrano e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Marcelo Crivella, João Vicente Claudino, Romero Jucá, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Wilson Matos reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Mão Santa, Fátima Cleide, Paulo Duque, Edison Lobão, Raimundo Colombo e Rosalba Ciarlini. Justificam a ausência os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Geraldo Mesquita Júnior e Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Senhora Presidente Eventual, Senadora Marisa Serrano, registra a presença, para acompanhar a indicação do cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema, do Senhor Manoel Rangel, Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; Senhor Leopoldo Munes, Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE e da Senhora Ministra do Itamaraty, Elian Zugaib da Divisão de Promoção do Audiovisual, subordinado ao Departamento Cultural do Itamaraty. A Senhora Presidente Eventual Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelo item único. **Item Único: Mensagem do**

Senado Federal nº 085, de 2007 , de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República que, "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Mário Diamante para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer conclui pela aprovação. Dando prosseguimento a reunião, a presidência passa a palavra ao indicado, Senhor Mário Diamante, para uma breve exposição. Finda a exposição do indicado, a Presidente Eventual franqueia a palavra aos Senhores Senadores para que se dê início à sabatina. Terminada a sabatina, a presidência determina a realização da votação por escrutínio secreto, designando os Senhores Senadores Flávio Arns e Inácio Arruda para servirem como escrutinadores. Encerrada a votação e apuração dos votos, a Presidência declara aprovado por vinte (20) votos favoráveis, o Senhor Mário Diamante, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE. A Senhora Presidente Eventual, Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Marisa Serrano,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2007.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 53ª legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa a leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 1 da pauta. Item único. Não terminativo. Mensagem do Senado Federal da 85/2007. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Mário Diamante para exercer o cargo de Diretor de Agência Nacional de Cinema - ANCINE. Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Cícero Lucena, e parecer a ser apreciado em votação secreta. O indicado já se encontra na sala da Secretaria da Comissão e eu solicito ao Secretário que o conduza a este Plenário. Cícero, eu vou te dar a palavra, para você pautar.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Ok.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quero convidar para fazer parte da Mesa, que está aqui conosco, o presente da ANCINE, Dr. Manuel Rangel . Seja bem-vindo à nossa Casa, por favor. Composta a Mesa, eu concedo a palavra ao Relator da mensagem, Senador Cícero Lucena, para que proceda à leitura do seu Parecer sobre o indicado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Senadora Marisa Serrano. Passo a ler o relatório. A indicação do Sr. Mário Diamante para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, é submetida à Comissão de Educação, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no artigo 52, § 3º, combinado com o artigo 8º da medida provisória nº. 2.228-1/2001. Para exercer o cargo de Diretor da ANCINE, além, de preencher o requisito de ser brasileiro, o candidato deve gozar de reputação ilibada e de elevado conceito em seu campo de especialidade. O Sr. Mário Diamante é bacharel em comunicação social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1998, tendo exercido diversas atividades no campo do audiovisual brasileiro, tanto na iniciativa privada, quanto na Administração Pública. A sua experiência compreende, além de exercício de cargos gerenciais e de direção, em entidades do setor, a participação em diversos seminários e encontros sobre o audiovisual no Brasil e no exterior. Em televisão, dirigiu diversos vídeos institucionais e programas de televisão educativos, com destaque para o "Salto para o futuro", da TVE do Brasil e Educadora Ambiental, da SENAC Nacional STV. Além, de participar da concepção e formação do projeto de Tele-Educação da Fundação Roberto Marinho. Outra experiência nesse campo foi o desenvolvimento do projeto TV Gari, da Companhia Municipal da Limpeza Urbana na cidade do Rio de Janeiro, COMLURB, no qual foram realizados e exibidos mais de 40 programas de televisão ao longo de seis anos. Como realizador, exerceu a função de sócio-gerente da empresa de Produção de Vídeo, Cinema e Televisão, a Cine Vídeo Blazer Produções, que atendia a empresas públicas, privadas e multinacionais. No cinema, realizou o filme-documentário "Getúlio *Starling*" e dirigiu a premiação... Os premiados filmes "Dama da Noite" e "Carro-Forte". Como militante das causas do cinema e do Audiovisual, foi eleito, por duas vezes, Presidente da Associação Brasileira de Documentaris-

tas e Curtametragistas do Rio de Janeiro e participou de movimentos de articulação do cinema brasileiro, que culminaram da criação da Agência Nacional do Cinema, ANCINE.

Os seus conhecimentos e a sua experiência associativa, o levaram a participar de diversos encontros e seminários internacionais, nos quais proferiu palestras, com destaque para o Encontro de Co-produção Brasil –Alemanha, em Monique; o Primeiro Encontro Audiovisual Brasil-Galícia, o Segundo Encontro de Co-produção Brasil-Canadá e o Terceiro Festival de Cinema Hispano-Brasileiro e os mercados de conteúdo Audiovisual e MIPCOM e MIPTV, em Cannes na França.

Na Administração Pública, em 2004, coordenou a política de fomento da Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura, sendo responsável por editais, dedicada à produção e à difusão de curtas-metragens, longas-metragens, documentários, tele-filmes. No exercício desse cargo, respondeu também pela política de desenvolvimento do Audiovisual e pelo programa de inserção do produto Audiovisual Brasileiro no mercado internacional.

Em 2005, já na ANCINE, assessorou a Diretoria da Agência na gestão da política de fomento para o cinema e na formação de um novo mecanismo de incentivo ao setor. O prêmio adicional de renda atuou também na promoção internacional do Audiovisual Nacional e em negociações de acordos internacionais, naquele mesmo ano. Assumiu, ainda, o cargo de assessor cultural da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, onde coordenou a política de patrocínio da empresa focada no apoio ao patrimônio histórico e ao cinema brasileiro. No BNDES, também trabalhou na estruturação de operações de financiamento à indústria cinematográfica nacional. Em 2006, assumiu a superintendência da ANCINE, onde tem respondido por diversas ações de desenvolvimento do cinema Brasileiro dos mercados externo e interno, bem como pela gestão de recursos de incentivos aplicados pelos patrocinadores e pelos os investidores do setor Audiovisual.

Assim, Sra. Presidente, diante das informações acima sobre o Sr. Mário Diamante, indicado pelo Presidente da República para exercer o cargo de Agência Nacional do Cinema, e não tendo conhecimento, até o presente momento, de qualquer fato que venha em sentido contrário à nomeação, submeto à deliberação desta Comissão a indicação, manifestando o meu voto favorável à mesma. É o voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Cícero. Gostaria de fazer aqui um registro da Ministra Eliana Zugaib, que está aqui conosco, seja sempre bem-vinda a esta Casa. Obrigado pela presença. E convidar para participar da Mesa aqui o Diretor da ANCINE, Leopoldo Nunes, que também está conosco nesta manhã. Seja bem vindo. Quero passar.... Quero passar a palavra ao Sr. Mário Diamante para uma breve exposição da sua visão frente à Diretoria da ANCINE. A palavra é sua.

SR. MÁRIO DIAMANTE: Obrigado, Senadora. Bom dia a todos. Antes de apresentar para V.Exas. um rápido relato sobre o panorama do Audiovisual, gostaria de agradecer o pronto atendimento dessa Comissão à Agência Nacional de Cinema, nos últimos cinco anos, e, em particular, após a minha indicação, a forma como a Secretaria dessa Comissão tem auxiliado a minha assessoria na conversa com V.Exas. e, em particular, ao Relator Cícero Lucena, o Senador Cícero Lucena, por esse brilhante relato. E agradecer a generosidade. Bom, agora abrindo formalmente aqui...

Sra. Presidente, Senadora Marisa Serrano, Sr. Relator Cícero Lucena, através de V.Exas., eu gostaria de saudar a todos os Senadores da República, que integram esta Comissão, gostaria também de saudar a todas as autoridades e a todos os presentes neste recinto. A todos, "bom dia".

Gostaria de iniciar essa apresentação com um breve relato sobre a atual indústria do Audiovisual no Brasil, com destaque para o desenvolvimento do cinema Brasil, desde da criação da Agência Nacional do Cinema e a suas perspectivas de longo prazo. Em setembro de 2001, coma criação da ANCINE, reconheceu-se definitivamente a importância do setor cinematográfico no desenvolvimento do país. A Agência foi gerada com a missão de ser um dos principais vetores a dar forma ao desenvolvimento sustentável do setor. A decisão do Governo, com o apoio decisivo dessa Casa, desenhou os rumos para implementação de uma indústria cinematográfica no país. Considerar estratégico este ramo da atividade, tendo como visão de futuro a transformação do país em um centro mundial produtor de obras Audiovisuais abriu um novo e duradouro caminho para o setor, tendo em vista que as obras de Audiovisuais são produtos de alto valor agregado e fortes geradores de emprego e renda.

A mudança de paradigma, com a introdução, na década de 90, das leis de incentivo à cultura, baseadas em renúncia fiscal, deram as condições necessárias para a retomada de uma atividade que se encontrava estagnada. Com a criação da ANCINE, foi necessário muito trabalho para tornar realidade as atribuições determinadas na lei que a preconizou. Hoje, apenas cinco anos depois, o país já pode se orgulhar dos frutos colhidos nesse período. A produção de filmes nacionais, que era de 30, em 2002, hoje está na casa de 70, e ainda temos 170 filmes em processo, em andamento.

O número de salas de cinema cresceu 30% nos último cinco anos. Hoje são mais de 2.095 salas em funcionamento e existe uma previsão de inauguração de mais 100 salas ainda este ano. Este já é o resultado da ação coordenada da Agência Nacional de Cinema com demais entes de governo e iniciativa privada. A presença das obras brasileiras em outras janelas de exibição do mercado Audiovisual passa a ser constante. Nas videolocadoras, os filmes brasileiros já ocupam o espaço ao lado dos grandes lançamentos mundiais. No segmento de televisão, grandes produções nacionais, realizadas com apoio da ANCINE, estão sendo incluídas nas grades de programação de importantes programadoras internacionais de televisão, tanto no Brasil quanto no exterior.

Na TV aberta que, sem dúvida alguma, é o principal veículo de comunicação do nosso país, o filme brasileiro passa a fazer parte da faixa nobre de programação que, ao lado das grandes produções já consagradas pelas emissoras, vem mantendo fiel o público da televisão brasileira. As obras brasileiras também estão ocupando espaço no cenário internacional; isso se deve às políticas de co-produção e de apoio à difusão e à comercialização, realizadas de forma conjunta, pela Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura; pela APEX - Brasil, Agência de Promoção da Exportação, ligada ao Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, ao SEBRAE, pelo Ministério das relações exteriores e pela ANCINE. A parceria com entidades e empresas privadas, responsáveis pela exportação dos produtos brasileiros, possibilitou que filme, documentários e programas de televisão tivessem condições de ampliar a participação das obras audiovisuais nacionais no mercado internacional. Além da participação nos mercados, o cinema brasileiro também está sendo reconhecido pela sua qualidade, ganhando prêmio em importantes festivais internacionais e, com isso, divulgando a imagem do Brasil no exterior.

No entanto, prezadas Senadoras, prezados Senadores, nem tudo são flores no mercado Audiovisual. Apesar de termos aumentado a produção de filmes brasileiros, o espaço no mercado Audiovisual e o parque exibidor nacional, os resultados, ainda estão aquém do que esperamos, do que desejamos e do que pretendemos conseguir com o nosso trabalho. O filme nacional está estacionado com uma participação média de 12% do mercado nacional. Esse dado é significativo se estivermos comparando com outras cinematografias como, por exemplo, a cinematografia Francesa, que ocupa uma participação de mercado de cerca de 45%. O número de salas ainda é baixo se comparado a outros paises, existe uma grande defasagem entre o número de habitantes e o número de salas de cinemas, principalmente nas cidades médias e nas regiões metropolitanas das capitais brasileiras. No Brasil, temos uma sala para cada 90 mil habitantes, enquanto em países como Argentina, essa proporção é de um para cada 40 mil habitantes e, no México, um para cada 30 mil.

Portanto, o desafio do desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional ainda está no início da sua trajetória. E é tendo como norte esse desafio que estamos trabalhando para construir essa trajetória, buscando modernizar o sistema de incentivo e financiamento à indústria audiovisual, mantendo como objetivo o aumento da competitividade, pois só assim acreditamos que o produto brasileiro terá uma participação efetiva no mercado doméstico e internacional. E, para isso, é fundamental a manutenção de marcos regulatórios, críveis, cofiáveis e estáveis.

Agora, quero dar destaque para algumas realizações dos últimos anos que, sem sombra de dúvida, compõem o ferramental técnico essencial nesse processo de crescimento. Uma delas é a entrada do BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, como agente financiador desse setor. O BNDES criou, em sua estrutura, assim como já fez para outros setores da economia, um departamento voltado exclusivamente ao desenvolvimento da indústria cultural, com especial destaque para o audiovisual, oferecendo, além, de recursos ao patrocínio, o que ele já fazia tradicionalmente, um conjunto de linhas de financiamento para a produção e comercialização de filmes e programas de televisão, para a modernização e expansão do parque exibidor nacional e para a infra-estrutura da atividade, criando com isso uma nova forma de impulsionar o setor.

Outra ferramenta decisiva, foi a aprovação, pelo Congresso Nacional com apoio dessa Casa, no dia 28 de dezembro de 2006, da Lei 11.437, que traz uma série de novos mecanismos capazes de fortalecer e estimular o empreendedorismo das empresas brasileiras nesse concorrido mercado. A lei 11.437 aperfeiçoou e modernizou a lei do Audiovisual e introduziu, nesse cenário, novas e amigáveis condições para o patrocínio e o investimento do setor, possibilitando um efetivo apoio a todos os elos da cadeia produtiva do cinema e do audiovisual.

Aqui um destaque especial à possibilidade de as empresas de radiodifusão poderem utilizar os mecanismos de incentivo para co-produção de conteúdo audiovisual. Também merece destaque o aumento do potencial de investimento dos FUNCINES, Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional. Outro mecanismo fundamental para dar suporte às

políticas de fomento foi à criação do fundo setorial do Audiovisual, que nada mais é do que um fundo para o desenvolvimento do setor. Esse fundo irá proporcionar uma atuação efetiva do que nós chamamos de fomento regulatório, possibilitando uma ação pontual e eficaz no combate aos gargalos da atividade Audiovisual. o aperfeiçoamento do trabalho de regulação do mercado cinematográfico está diretamente relacionado com essa diversidade de mecanismos de apoio à capacitação, à capitalização e à qualificação dos agentes econômicos e a sua plena inserção em um ambiente de concorrência saudável. Sabe-se que uns dos problemas a serem solucionados é a dificuldade que as distribuidoras cinematográficas têm em lançar títulos nacionais, seja em salas de cinema, seja no seguimento do vídeo doméstico. Através do Fundo Setorial do Audiovisual poderão ser criadas linhas específicas para incentivar a comercialização de filmes brasileiros por distribuidoras brasileiras.

Outra questão a ser resolvida é a expansão do parque exibidor; este é um grande desafio a ser enfrentado nos próximos tempos. Fazer crescer o parque exibidor brasileiro, possibilitando o acesso às populações que hoje estão sem esse equipamento cultural. Para tanto, devemos lançar mão dos mais variados meios disponíveis de incentivo ao financiamento e ao investimento. A expansão do circuito digital de sala de cinema e a modernização das salas são questões fundamentais para que o Brasil acompanhe a evolução tecnológica que esta acontecendo hoje, no Brasil e no mundo.

A política nacional do Audiovisual absorveu integralmente um dos seus pilares... Como um dos seus pilares fundamentais o desenvolvimento da indústria e do cinema Audiovisual. Com isso, garantiu a continuidade do crescimento desse setor dinâmico na economia brasileira. A importância da indústria cultural hoje, no mundo, é algo indiscutível. O tamanho do mercado Audiovisual gira em torno de 342 bilhões de euros, mundo afora. Em 2005, o Brasil movimentou algo em torno de 5.5 bilhões de euros, ou seja, 1.6% do mercado Global, o que, por um lado, demonstra que estamos aquém do nosso potencial e, por outro lado, estabelece um patamar para a expansão desse promissor mercado de produtos Audiovisuais. Vale destacar que, além do aspecto econômico, o Estado tem o dever de promover a cultura nacional; o cinema brasileiro está fortemente identificado com a nossa cultura e com a nossa língua pátria. O Brasil é o país da diversidade cultural por excelência e tem o dever de promovê-la, difundi-la e preservá-la. De norte a sul do país temos as mais diversas histórias para serem contadas e disseminadas pelo Brasil e pelo mundo. E, em busca desse desafio maior, do desejo de tornar a indústria cinematográfica auto-sustentável, que me proponho a contribuir para dar continuidade às ações em curso e colocar em funcionamento as novas ferramentas de desenvolvimento, aprovadas por esta Casa. Se, para isso, puder contar com o apoio e a confiança das senhoras e dos Srs. Senadores, para mim será uma honra. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós que agradecemos ao Dr. Mário Diamante a sua exposição e, encerrada essa fase, passamos a palavra aos Srs. Senadores por três minutos para perguntas e as considerações que acharem necessárias, dizendo que, para nós, é sempre bom a gente poder falar de cultura e falar de cinema, principalmente de uma agência que foi criada justamente para garantir o incentivo e para garantir financiamento, marcos regulatórios, garantir que o cinema se expanda, como o Dr. Mário disse, não só interesse da cultura e do interesse também econômico e de produção de empregos e de renda que, para nós todos, é muito importante.

Portanto, o primeiro escrito para essa manhã é o Senador Eduardo Azeredo. O Relator quer fazer algo mais alguma consideração? E queria, enquanto isso, comunicar os Srs. Senadores que as cédulas se encontram aqui à Mesa, quem não votou está aqui à disposição dos senhores. Senador? Senador Eduardo Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores, Dr. Mário Diamante, eu quero primeiro cumprimentá-lo. A sua exposição foi muito objetiva, essa questão, especialmente dos marcos regulatórios, é muito importante para que nós possamos ter um objetivo claro, definido e um efetivo apoio à questão do desenvolvimento do cinema no Brasil. Eu quero, nesses breves minutos, apenas fazer algumas observações rápidas, uma delas é em relação à regionalização. Eu sou de Minas Gerais e uma das queixas que existem é que existe sempre uma concentração exagerada em Rio e São Paulo. É natural que isso aconteça, mas, evidentemente como uma agência brasileira, é importante que se busque essa distribuição pelo país todo, o apoio para a realização de filmes em todo o país. O fato de as maiores empresas estarem instaladas em São Paulo e Rio acaba também levando a que o patrocínio que acontece seja sempre muito focalizado. E eu estou falando de Minas Gerais, que também, às vezes, está inserida no meio, com as duas entre as maiores, mas essa é uma queixa nacional e eu queria colocar essa demanda.

A questão das salas de cinema, foi até citada ai, nós temos realmente muito pouco... São poucas as

salas de cinema pelo país. Eu ainda li essa semana a revista *National Geographic* fazendo a matéria sobre a Índia, mostrando que Índia ainda tem até mesmo o cinema de rua, aquele cinema que é cheio de gente assistindo o cinema na rua. E ainda assim a Índia tem uma vibrante indústria cinematográfica. Eu não estou, evidentemente, defendendo o cinema de rua não, apesar da importância que ele teve, mas eu estou defendendo que a gente volte a ter incentivos às salas de cinema e até mesmo às salas itinerantes, como é um projeto que uma vez me foi apresentado, que seria importante termos, porque não há nenhuma dificuldade em termos a convivência da TV com as salas de cinema. A televisão acaba realmente monopolizando toda a atenção e seria interessante que o cinema voltasse a ter a participação que sempre teve.

O cinema brasileiro teve um período muito importante, com grandes produções, teve uma participação importante também na época da resistência democrática, mas, depois, se perdeu com o excesso das pornôs-chanchadas, acabou que esse excesso de exploração da questão sexual levou ao fim, praticamente, do cinema brasileiro.

Então, nós vimos todos, com muita esperança, a volta do cinema brasileiro, a boa produção, mas, ainda assim, é necessário dar sempre este alerta também... Não que eu esteja querendo defender nenhum tipo de censura, mas o cinema brasileiro voltou sem aquela questão da pornô-chanchada, mas, ainda sim, com uma exploração exagerada da questão da violência, uma banalização da violência e uma exploração da miséria também. Quer dizer, se o cinema é, na verdade, uma... Produto de exportação, se ele acaba mostrando o país, essa questão dos filmes brasileiros só mostrarem a pobreza, só a miséria, acaba sendo negativo para a imagem do país. Mais um aviso, não estou querendo esconder nada, eu acho que é importante mostrar a realidade brasileira, mostrar os problemas que nós temos, mas focarmos só nisso, numa nota só, ou seja, só tem filmes sobre violência, só tem filmes sobre violência, só tem filmes sobre pobreza, também não é correto. Não é assim que faz o mundo todo, e a gente acaba, muitas vezes, indo ao cinema para ver as cenas bonitas, para ver as imagens bonitas de regiões do mundo e o Brasil tem regiões muito interessantes para serem mostradas.

De maneira que eu queria colocar apenas esses pontos: a defesa da regionalização, o aumento das questões da sala de cinema e o critério para que o cinema não resvale outra vez para o setor, como resvalou, no passado, para pornô-chanchada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Eduardo. Estão inscritos, ainda, os Senadores Inácio, Senador Dornelles. Senador Inácio, com a palavra. Só queria, antes de V.Exa. fazer um registro aqui... É uma coisa importante. Dia das Mães eu fiz uma coisa diferente em Campo Grande, na minha cidade. Acertei com o Cine Clube para que mães de um bairro que nunca tinham ido ao cinema pudessem ir, e foram; adoraram. Quer dizer que nós temos que propiciar a elas, às pessoas todas a oportunidade de irem a uma sala de cinema. Com a palavra, o Senador Inácio.

SENADOR ÍNACIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senadora Marisa Serrano, meu caro Mário Diamante, Manuel Rangel e nosso Leopoldo... Todos da ANCINE. Eu quero abordar, assim, rapidamente, dois aspectos que eu considero importantíssimo e que são, como assim, voz corrente no Senado, no Congresso Nacional e nos nossos Estados. Você imagina que Minas Gerais levante aqui o problema da regionalização, que é região sudeste, que é a segunda maior economia do país. Tem um forte potencial, não só de atração, como de financiamento, pela força que tem o seu Estado.

Então, a questão da regionalização é importantíssima para todos nós. Como que é a agência, ela cria mecanismos de estimular com muita força... Porque sempre a gente imagina o seguinte: A gente sempre compara França ou compara a Suíça ou compara Alemanha e não se dá conta de que o Brasil, muitíssimas vezes, maior, do ponto de vista do espaço territorial, da população da distribuição da população, do que qualquer país desses. A França é do tamanho de Minas Gerais e talvez a população da França... De Minas é menor um pouquinho, maior, entendeu? Você imagina.

Então, se a gente examinar o país na sua dimensão continental... Então, eu acho que a responsabilidade da agência com os outros agentes e como um instrumento de relação com os outros mecanismos, BNDES, e as outras empresas estatais, as grandes empresas nacionais e estrangeiras, ou seja, o setor privado que atua no Brasil e como elas podem estabelecer um grau de regionalização com mais profundidade porque o aspecto cultural nessas regiões é muito forte, é muito importante e têm um espaço gigantesco para se mostrados nas telas de cinema do nosso país.

Então, eu acho que esse é um problema central da regionalização de estender o máximo; é claro que Rio de Janeiro, que São Paulo têm uma força que não vai ser nunca desprezada por nenhum de nós, em nenhuma região, mas o que nós queremos é agregar essas outras regiões na produção de audiovisual no nosso país.

O segundo aspecto também é regionalização, mas só que numa outra dimensão; nós estamos aqui, eu e a Senadora Marisa Serrano, há pouco, o Senador

Zambiasi, todos acabamos de chegar da reunião do Mercosul. Então, quer dizer, é um espaço de relações e de produção, também fenomenal, que nós podemos entrar cooperando, entendeu? O Brasil pode entrar cooperando com uma certa força e também há uma contrapartida de cooperação. Quer dizer, nós precisarmos nos mostrar mais para a América do Sul; o Brasil precisa se mostrar mais para a América do Sul. Por muitos e muitos anos, ou muitas e muitas décadas, nós estivemos um pouco de costas para os nossos fronteiriços e são imensos. E, ao mesmo tempo, nós pudemos ajudar a fazer com que o Brasil veja essa região com outros olhos que, muitas vezes, a gente, pela ausência total, nós ficamos fora, entendeu? Então, não se conhece bem aqui. Às vezes eu brinco com essa questão, todos nós aprendemos a gostar de neve, estou certo? Mas neve... Um dia desses, eu vi uma discussão entre brasileiros e um disse: "Então, por que é que você não vai a Argel?" Ele disse: Mas, Argel, Argel é um país de negros, e tem neve? E eu disse: "Pois é, pois lá neva, lá está na mesma linha de *Washington*, e tem... Neva bastante no inverno, está certo?"

Então, aqui também neva, aqui tem o Chile, aqui tem a Argentina, aqui tem regiões belíssimas que nós precisamos mostrar, que é a América do Sul; são os povos que nós tínhamos aqui, são os Incas são os Maias, são as nossas nações nativas, o que você pode ter de relação cultural na América do Sul é algo impressionante, mas nós ficamos um pouco, muitos anos, meio avessos a olhar. "Pobre olhando para pobre não dá certo", mas não é que é pobre olhando para pobre não; são civilizações milenares que nós temos na região e que nós poderíamos potencializar o valor dessas civilizações dessas etnias, da cultura e das nações como elas são hoje. Então, eu acho que nós temos uma riqueza cultural, no Mercosul, e impressionante, que eu acho que nós deveríamos, pegando também o mesmo aspecto regionalização, nós poderíamos aproveitar bem e a ANCINE, que é uma agência de Estado, pode contribuir muito com essa relação. Eram essas questões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Senador Inácio. Muito bem lembrado a respeito do Parlamento do Mercosul. Senador Cícero, podemos ouvir primeiro o Senador Dornelles, e o senhor faz o encerramento final? Já que ele é o Relator, Senador Dornelles, ele encerra para nós, se não tiver mais ninguém. Ah! Sim, Senador Flávio Arns, Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente Senadora Marisa Serrano, eu queria cumprimentar a ANCINE pela possibilidade, que eu acredito que será uma realidade, de ter o Mário Diamante no seu quadro de Diretores Eu quero saudar o Manuel Rangel o Leopoldo, e reiterar, mais uma vez, a importância do desenvolvimento do cinema nacional, no contexto, para o crescimento do país.

O cinema tem sempre tido uma visão de cultura; "cinema é cultura", e ninguém pode negar da importância do cinema no contexto cultural do país. Mas, o cinema é, sobretudo, indústria; nós temos que olhar o cinema como uma importante indústria, como aquela que tem o maior potencial de crescimento dentro do país. Indústria e comércio. E nós tínhamos que estabelecer algumas políticas, como nós vamos resolver o problema do cinema indústria, do cinema comércio, já que o cinema cultura, eu acho que já existe hoje... Ele está com uma pressão muito grande da sua importância. E identificar os problemas e estabelecer as parcerias. O Senador Arruda falou muito bem do problema, que nós tínhamos que olhar para os países da América do Sul. A indústria cinematográfica do Brasil tem um grande potencial de entrar nos países da América do Sul com facilidade de língua, com facilidade de identidade, de princípios, e eu acho também que a ANCINE poderia pensar em parcerias grandes, de envolver as Prefeituras no fortalecimento e na difusão do cinema nacional.

Hoje as Prefeituras podiam ter um papel importante; nós fizemos algumas experiências no Rio, no passado, de... Através de Prefeitos, fazer até sessões em praças públicas, de filmes nacionais, com grande sucesso e com grande aceitação. De modo que eu queria reiterar o meu compromisso com o fortalecimento do cinema nacional. Você sabe que eu sempre estive ao lado de vocês em todos os momentos, fui o autor da última lei que ampliou os incentivos fiscais do Imposto de Renda para o cinema, e quero dizer que vocês podem contar comigo, a ANCINE pode sempre recorrer à nossa colaboração. Eu quero desejar a você, Mário, muito sucesso, trazer um abraço grande do nosso amigo Osias Morgal(F), lá da Colônia Judaica, não é isso? E desejar a você muito sucesso nessa... Na Diretoria da ANCINE. Muito brigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Senador. Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, em primeiro lugar, também quero saudar o Dr. Manoel Rangel, Presidente da ANCINE; Dr. Leopoldo Nunes, Diretor; o Mário Diamante, que está sendo sabatinado no dia de hoje para também fazer parte da Diretoria da ANCINE. E dizer da importância deste evento que está acontecendo aqui nesta Comissão e, inclusive, na Comissão de Educação, nós temos, como todos sabem, a Subcomissão Permanente de

Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, quer dizer, Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Já tivemos, há cerca de dois meses, eu acho, Sra. Presidente, e a Senadora Marisa Serrano e, inclusive, Vice-Presidente desta Subcomissão. Mas, há dois meses, tivemos aqui um encontro muito importante e necessário com os expositores e os proprietários e pessoas relacionadas à exposição, às salas de cinema, e mostrando as dificuldades pelas quais vêm passando no Brasil. Inclusive, apresentaram uma pauta de dificuldades, algumas delas têm que ser objeto de legislação, de debate de discussão, outra, aqui em Brasília, outras nos Estados, nos municípios. Mas eu gostaria de sugerir que esta pauta de reivindicações até fosse abordada pela Subcomissão, com a presença, naturalmente, reforçar isso, da ANCINE e agora, inclusive, com o Dr. Mário também, que está assim no caminho para a Diretoria da ANCINE.

Então, eu considero, assim, fundamental que haja essa sincronia, essa aproximação entre a ponta, entre o profissional, seja de que a área for, seja o expositor, o produtor, o distribuidor, enfim. Quer dizer, que haja uma coisa justa, boa, transparente, que as pessoas possam desenvolver o trabalho com tranqüilidade, com alegria, sem ter aquela pressão permanente. Há coisas, assim, absurdas que foram relatadas aquele dia, em termos de direitos autorais, por exemplo, dos filmes que são mostrados ao público, em que o proprietário da sala do cinema é pressionado pelo órgão para que ele pague os direitos autorais daquele filme que está sendo exposto na sala de cinema. Eu digo... Quer dizer, para mim é inconcebível isso, porque o autor da música faz um contrato, na minha opinião, com o produtor do filme, porque é ele que faz o filme e ganha o dinheiro, inclusive, certamente para dizer: "Não, você pode utilizar a minha música, neste filme, que vai ser mostrado pelo Brasil e pelo mundo".

Então, esses debates têm que ficar claros porque vêm causando intranqüilidades; aquilo que o Senador Eduardo Azeredo colocou também, eu compartilho integralmente dessa discussão, eu tenho recebido ponderações de pessoas do Paraná também, que não faz parte do circuito de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. Nada contra que seja em Minas também... Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Da Tríplice Coroa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Da Tríplice Coroa, quer dizer, nada contra que a gente sabe, entende, como o Senador Eduardo Azeredo colocou, mas, eu acho que nós temos que tornar muito claro, muito claros, transparentes, como já é naturalmente, mas, assim, acharmos ainda mecanismos para aprimorarmos esse processo. Ontem tivemos uma Audiência Pública aqui, que V.Exa., inclusive, estava... Foi justificada a ausência, porque estava também no Parlamento Mercosul, para discutir o projeto que dispõem sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro, para distribuição por meio eletrônico. E eu considerei essencial, fundamental, importante, no dia de ontem, a participação da ANCINE. Eu comentava, inclusive, com o Dr. Manuel Rangel, que esteve nessa Audiência Pública representando a ANCINE, que nós precisamos em relação a esse projeto, fazermos essa aproximação para vermos a perspectiva da ANCINE, os desafios, os debates que acontecem sobre isso no mundo, no Brasil e vermos como é que tudo isso pode ficar claro num Projeto de Lei que atenda aos anseios da área, da população que fique tudo bem colocado dentro da legislação. E a ANCINE pode contribuir decisivamente para isso.

Então, Sra. Presidente, eu acho que além da satisfação de termos hoje a sabatina do Dr. Mário Diamante, desejando que ele também faça, e continue fazendo um bom trabalho também na Agência Nacional, cumprimentar as pessoas que também estão aqui, mas dizermos assim dessa necessidade de aproximação dos nossos trabalhos com as perspectivas e com a visão de dizermos: "Vamos criar um marco regulatório, um marcabouço(F) legal aí, que represente assim, os anseios, as necessidades e seja tranqüilo e que possa servir para o desenvolvimento, desta área. Fiquei muito impressionado com um dado que foi apresentado ontem também, assim, da riqueza que esta produção representa para o mundo. São coisas assim, nem bilhões, são de trilhões; de trilhões. O Brasil tem uma participação neste contexto geral de 300, 400 bilhões de euros de, aproximadamente, pelo que relataram, de 10 bilhões, na produção de audiovisual. Então, 10 bilhões é pouco ainda. Podíamos aumentar isto. isso representa, além do lazer, do entretenimento, da participação, da consolidação da cultura, uma fonte de riqueza para o país, quer dizer, bem organizado, aumenta a riqueza do nosso país.

Então, eu quero parabenizar e dizer, assim, que eu acho que o mais importante é nessa Subcomissão, que é o local próprio de debate, fazermos essa boa aproximação com a ANCINE.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Flávio e o Senador Cícero Lucena, por alguma consideração que queira fazer como Relator da matéria.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Na verdade, a minha consideração, ela foi colocada no meu relatório, que foi já lido e apresentado a essa Comissão. Mas não poderia deixar de fazer registros após as intervenções dos Senadores que me antecederam,

Eduardo Azeredo, bem como Inácio Arruda, como Senador Dornelles e Flávio Arns agora, que eles tocaram em pontos que nós consideramos fundamentais, na questão da valorização da cultura, da representatividade das nossas raízes, da questão regional. E aí Senador Arruda, eu fico feliz porque a Paraíba tema Hollywood brasileira, que se chama Cabaceiras, que é a cidade em que menos chove no Brasil, mas tem essa aptidão artística e cultural. Lá foi filmado, entre outros filmes, "O Auto da Compadecida", de Ariano Suassuna, que é um sucesso nacional, e que, sem dúvida, a Paraíba estará, vamos dizer assim, à disposição para fazer parte do crescimento, que nós acreditamos, e da oportunidade que precisa ser gerada.

Aqui também foi tratado pelos Senadores da questão econômica, tanto pelo Senador Dornelles, como pelo Senador Flávio Arns aqui, colocando que, além da cultura, além da importância que tem o cinema de educativo, de cultural, tem também o fator econômico. E, na minha conversa com o Dr. Mário Diamante, isso ficou muito claro, da sua intenção, da sua experiência no sentido de estimular, cada vez mais, a produção brasileira, buscando, não só ampliar o próprio mercado nacional, mas também buscar no mercado internacional, já que nós temos capacidade e temos condições plenas de competir no mercado internacional.

E dizer que o Senador Flávio Arns também colocou algo que foi debatido ontem na Audiência Pública, da questão do conteúdo, já que hoje nós não temos a veiculação da produção, não apenas em casas fixas, como os cinemas tradicionais, mesmo tento poucos, como nós temos em relação a outros países, como foi citado aqui pelo Dr. Mário, de, por exemplo, 1/3 do que hoje tem o México e, imagine outros paises. Mas sem dúvida, hoje também existem outros mecanismos, outros segmentos que são veiculadores da produção, o meio eletrônico, a própria televisão e o cinema, até o cinema de rua, a forma que seja hoje, ela pode ser ampliada e, por ser ampliada, nós temos então que ter a capacidade de corresponder a essa expectativa e atender ao público alvo.

Então, da mesma forma, também considero que é fundamental, como disse oi Senador Arns, da questão do Senado... Essa Casa, Subcomissão, estar ao lado da ANCINE e de todos aqueles que desejem colaborar, contribuir, removendo ou fazendo legislações que venham a colaborar com esse objetivo. Então, eu quero dizer que, para mim, foi uma honra ter sido Relator da sua indicação, Dr. Mário Diamante, e espero que Deus possa te proteger para que você ao lado dos demais membros da ANCINE, possam colaborar pra esse país.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Cícero, nós vamos dar a palavra por cinco minutos ao Dr. Mário, que ele quer fazer algumas considerações a respeito de tudo aquilo que foi dito aqui pelos Srs. Senadores. Com V.Sa. a palavra.

DR. MÁRIO DIAMANTE: Obrigado. Antes de mais nada, eu sinto necessidade de agradecer a forma simpática como a minha candidatura tem sido recebida por V.Exas. e corroborar tudo o que foi dito pelos senhores e pelas senhoras, no sentido de que a preocupação levantada por essa Comissão, é, as preocupações levantadas por essa Comissão, são as preocupações da Agência Nacional do Cinema. Eu falo isso, ainda como Superintendente do Desenvolvimento Econômico, mas, muitas das coisas que foram levantadas aqui, já estão em processo ou entrarão em processo com ajuda dessa Casa e, principalmente, da Subcomissão. A Subcomissão fez um excelente trabalho, a Subcomissão de Cinema, Teatro, Cultura fez um excelente trabalho, ao longo desses últimos anos. Só para refrescar algumas coisas que me vêm à cabeça agora, trazer para esse fórum, o Senador Eduardo Azeredo tem um projeto que fala sobre desoneração e outro que fala sobre a meia-entrada. São questões que nós nos atemos, na Agência Nacional de Cinema. Em relação à desoneração, a Superintendência que eu dirijo fez uma espécie de passo a passo para a desoneração de importação de equipamento sem similar nacional.

Nós entramos em contato com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a Secretaria de Desenvolvimento da Produção, no sentido de criar condições favoráveis para apresentação de listas das empresas, principalmente as empresas de exibição, para desoneração de imposto de importação e, posteriormente, de imposto sobre produtos industrializados e também sobre PIS/COFINS IMPORTAÇÃO. Isso é um foco, isso é uma Pauta da Agência Nacional de Cinema, em conjunto e articulação com a iniciativa privada, porque o pedido vem da iniciativa privada, com o apoio integral da Agência Nacional de Cinema. Sobre a expansão do parque exibidor, nós estamos totalmente de acordo e, em função disso, além de nós já termos iniciado uma ação em conjunto com os exibidores, com a federação que esteve aqui naquela Subcomissão, Federação Nacional das Empresas Exibidoras de Cinema, a FENEC, e também com os sindicatos locais, um processo de... é um programa que eu diria, de expansão do parque exibidor que tem seis itens, que misturam entre política de fomento e política de desoneração. Como política de fomento, com eu falei na minha apresentação, nós temos hoje

os Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional; eles foram ampliados recentemente com a possibilidade de investimento em projetos de exibição, em empresas de exibição.

E eu sou obrigado a dizer também que, enquanto Superintendente, já recebi alguns exibidores que estão pleiteando o recurso do FUNCINE de salas de exibição, não posso dizer aonde, mas fora do eixo Rio São Paulo. E é uma coisa que eu percebo muito na fala do Senador Dornelles e numa conversa que eu tive com a Senadora Marisa que hoje nós criamos mecanismos que podem incentivar as empresas do Audiovisual, tanto empresas de produção, empresas de distribuição, como empresas de exibição, mas como também a comercialização de obras audiovisuais, como foi dito claramente pelo Ministro Senador Dornelles. De certa forma, a questão industrial, através das leis de incentivos, está razoavelmente contemplada porque nós temos que investir com toda a força e capacidade técnica, é a comercialização, no mercado doméstico e no mercado internacional de obras audiovisuais. Coisa que também está em processo pela nossa parceria com a APEX, que é uma agência de Promoção e exportação.

A questão da regionalização, eu tenho um especial sentimento, em função de que eu fui, durante um ano, assessor da Secretaria do Audiovisual, do Secretário Orlando Sena, temos presente a Tânia Leite, que é chefe de gabinete do Secretário Orlando Sena e a Ana Paula Santana, que é gerente de projetos da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. E enquanto assessor do Orlando Sena, nós criamos uma série de programas de regionalização que garantem a produção de documentários regionais, em todos os Estados brasileiros, com circulação nacional. E também, recentemente, a Programadora Brasil, que é uma programadora que divulga e dissemina a produção Audiovisual por todos os cantos do Brasil.

Em relação à Agência Nacional de Cinema, é uma coisa nova que nós iniciamos a pouquíssimo tempo, de certa forma, é uma ação pró-ativa da agência em relação aos mercados, que eu queria destacar e queria aproveitar a inspiração de V.Exas. para já propor aqui uma Pauta para próxima reunião de Diretoria. Recentemente nós criamos um estande nos mercados de Audiovisual brasileiro: FÓRUN TELA VIVA, ABTA, ABERT, e Festival de Gramado, que a gente pretende fazer, é que é um estande de ANCINE e apóia o mercado. O que a gente pretende fazer, da mesma forma que a gente fez também, que é uma espécie de passo a passo para a co-produção internacional, já que as co-produções internacionais, em função da ação do Ministério das Relações Exteriores, em conjunto com a ANCINE, com o Ministério da Cultura, têm aumentado bastante. Nós criamos uma espécie de ícone de co-produção para os produtores estarem se informando sobre isso. A gente pretende também criar um ícone para o um investidor—

[soa a campainha].

E para o patrocinador brasileiro e a agência fazer junto com as câmaras de comércio, junto com as associações das indústrias, em todos os Estados brasileiros, aí é questão de regionalização, fazer... Demonstrar como funcionam os mecanismos de fomento, mostrar o quanto é amigável, o quanto é fácil a aplicação em Audiovisual e o patrocínio de Audiovisual. Inclusive, podemos fazer uma coisa que nós já estamos desenhando com dois estados de federação, que são acordos operacionais, que a ANCINE pode assinar junto com a Secretaria Estadual ou Municipal do Estado, do Município, no sentido de... Sobre a guarda, sobre o guarda-chuva desse acordo prestar informações técnicas sobre o mercado, dar assessoria pontual, sobre como apresentar projetos, porque a sensação que nós temos é de que, eventualmente, fora do eixo, o chamado eixo do Rio São Paulo, a dificuldade de acesso à informação. E eu me comprometo em facilitar a circulação dessa informação, o acesso à informação de torná-la amigável, acessível.

Agora, é importante também acrescentar, e até interessante falar sobre isso, que nós mantemos uma forte produção regional ainda, inclusive, uma produção regional que tem sido muito bem sucedida, nos mercados internacionais. Recentemente, eu estive agora no Festival de Cannes, representando a Agência junto com o Diretor Presidente, e uma produção feita em Minas Gerais, fechou a quinzena dos realizadores e dois anos antes, uma produção feita no interior de Pernambuco esteve na competição. Então, nós temos... O que está se desenhando, o que me parece que é muito interessante é uma co-produção, em que produtores do Rio São Paulo, com produtores do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul tem uma larga produção, de Minas Gerais, de Estados do nordeste. Agora, de toda forma, o meu empenho é de expandir isso.

Eu gostaria de falar mais, principalmente sobre novos mecanismos de incentivo para a expansão do parque exibidor, mas me parece que já deu o tempo... E, de toda forma o que eu queria ratificar é que a ANCINE, como o Diretor Manuel Rangel deixou claro ontem nessa mesma Comissão, está aberta, disponível para continuar conversando e prestar toda a assessoria técnica necessária para a construção, o ajuste dos marcos regulatórios, que estão em vigor. É isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. V.Sa. vai ter outras oportunidades--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu não falei sobre Mercosul--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --De vir aqui, ainda, conversar conosco e colocar as suas propostas, assim como o Presidente da ANCINE vem sempre a essa Casa, e vai ser sempre muito bem-vindo.

Eu quero aqui, encerrada a votação, eu quero convidar os Senadores Flávio Arns e Inácio Arruda, para serem os nossos escrutinadores nessa... E eu gostaria de solicitar ao Sr. Mário Diamante, que retorne à sala da Secretaria para que nós possamos fazer a escrutinação da votação.

Quantos votaram, hein? 20?

Em 20 votos. 20 sim. Uma unanimidade. Então, solicito à Secretaria que convide o indicado para retomar o assento à Mesa para a proclamação desse resultado oficial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Enquanto o nosso novo Diretor vai alcançando a Mesa, eu já proponho um Requerimento a Comissão de Educação, para nós discutirmos o projeto da Deputada Jandira Feghali, de regionalização, que está nas mãos do Senador Zambiasi, aqui na Comissão, e seria muito interessante nós fazermos uma Audiência Pública sobre esse tema, que vai casar exatamente com esse debate que nós aproveitemos aqui com o Mário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Excelente idéia, então, eu sugiro que V.Exa. encaminhe à Secretaria a sua sugestão. Quero então, proclamar o resultado e, para a nossa alegria, 20 Senadores votaram, 20 votos a favor. Seja muito... Por unanimidade, seja muito bem-vindo--

[palmas].

Que Deus o ilumine nessa caminhada.

DR. MÁRIO DIAMANTE: Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h37.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MUSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e um minutos do dia três de julho de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Gilvam Borges, Vice-Presidente no exercício da Presidência e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Romeu Tuma e Wilson Matos, reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, João Ribeiro, Valdir Raupp, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Demóstenes Torres, Valter Pereira, Paulo Duque e Inácio Arruda, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gilvam Borges, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Diône Craveiro, Diretor da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura - ABTA e do Senhor Igor Vilas Boas, Diretor de Indústria e Tecnologia do Ministério das Comunicações. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gilvam Borges, submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 020-CE de 2007 e 004-SCTMC de 2007, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi, Marconi Perillo e Marisa Serrano, que tem como objetivo debater "Proposta para a nova Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica - em especial, a regulamentação do Art. 221 da Constituição Federal, que se encontra, atualmente, em elaboração no âmbito do Poder Executivo, com suporte no Decreto de 17 de janeiro de 2006 da Presidência da República". O Senhor Senador Gilvam Borges, Vice-Presidente no exercício da Presidência, da Comissão, passa a Presidência ao Senhor Senador Sérgio Zambiasi, para dar continuidade dos trabalhos, uma vez que necessita ausentar-se em virtude de compromissos assumidos anteriormente. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Evandro Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo; Senhor Fernando de Souza Dias, Presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão – ABPITV e o Senhor Walter Vieira Ceneviva, Diretor da

Rede Bandeirantes e Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores - ABRA. A Senhora Assunção Hernandes, Diretora para Assuntos Internacionais da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema - ABPC, convidada para a Audiência justifica a ausência em virtude do cancelamento do seu vôo na cidade de São Paulo. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Sérgio Zambiasi, autor de requerimento, os Senhores Senadores Wellington Salgado, Raimundo Colombo e Flávio Arns. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Sérgio Zambiasi,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro , Música e Comunicação Social.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL – CECTMCS

NOTA TAQUIGRÁFICA

28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Havendo número regimental declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e a 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura das Atas de reuniões anteriores e aprovação das mesmas. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende o Requerimento nº 020 CE e 004 CTMC de 2007 aprovados de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi e Marconi Perillo e da Senadora Marisa Serrano para a realização desta Audiência Pública destinada a ouvir propostas para nova Lei Geral das Comunicações Sociais, Eletrônica, em especial, a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal que se encontra atualmente em elaboração no âmbito do Poder Executivo, com suporte no Decreto de 17 de janeiro de 2006 da Presidência da República.

Dando início à audiência pública solicito ao Senador Zambiasi que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa. Convido para tomar assento à Mesa o palestrante Vice-Presidente das Relações Institucionais das Organizações Globo, o Sr. Evandro Guimarães. Convido o Sr. Fernando de Souza Dias, Presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão ABPITV. A diretora para assuntos internacionais da Associação Brasileira das Empresas... Seja bem-vinda... A Associação Brasileira de Empresas Produtora de Cinema a ABPC comunicou a Assessoria dessa Comissão que por motivos do caos aéreo e das dificuldades que teve tentando há mais de 2 dias chegar a Brasília teve dificuldades e não pôde comparecer. Sr. Walter Pereira Ceneviva Diretor da Rede Bandeirantes e consultor jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusão ABR.

Os palestrantes e autoridades convidadas que estarão dando a contribuição com seus conhecimentos, para elaboração do projeto tão importante, a Mesa comunica que o tempo será de 20 minutos para cada palestrante, para que possa fazer as suas considerações e dentro delas essa Comissão estará também fazendo um estudo... Fazendo os estudos para dar a contribuição do projeto que se encontra no âmbito do Poder Executivo.

Portanto, eu convido o palestrante Vice-Presidente das Relações Internacionais, das Organizações Globo Dr. Evandro Guimarães. V.Sª. dispõe de 20 minutos para a sua palestra.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Muito obrigado, Senador, Gilvam Borges, Senador Zambiasi, Senador Wellington, eu vou rapidamente discorrer com relação ao conjunto de objetivos que achamos deve presidir do ponto de vista radiodifusão o esforço de elaboração dessa nova Lei da Comunicação Social. Do nosso ponto de vista, realmente esse projeto deve prosperar, ele é altamente complexo, ele deve ser precedido o seu...

As suas primeiras minutas devem ser precedidas de intensa interatividade, entre as sociedades, os radiodifusores e mesmo o parlamento, quer dizer, o Senado e a Câmara, mas nós vamos arriscar apenas aí a colocar em pauta alguns princípios que nós consideramos que devem estar sobre a ótica das empresas, da nossa empresa devem estar considerados, pois não.

Os princípios, os objetivos que devem ser... No nosso objetivo devem ser considerados são: Cidadania e democracia. Vou falar rapidamente sobre cada um dos itens, todos sabem a importância que é o sistema de televisão aberta de rádio e televisão abertas para democracia no Brasil e para inclusão e para o desenvolvimento da cidadania. Segundo item nós nos preocupamos com a efetiva legalidade do setor. Já ouvi falar hoje aqui de manhã, que se fossem cumpridas rigorosamente o conjunto, a legislação existente nós já teríamos um setor bastante melhor que nós temos um setor, infelizmente da radiodifusão que cumpre especial papel para o Brasil ele tem aí várias situações de fatos consumados, seja no rádio, seja na televisão que mereceriam ser objeto, ser extirpados pelo Poder Executivo... coisa que não tem acontecido recentemente. Recentemente não, nas últimas décadas.

Outro objetivo com relação à elaboração é a questão da absoluta liberdade de expressão prevista na Constituição, isso tem um corolário que é a liberdade editorial.

Outro aspecto que precisaria constar dessa nova lei é o conhecimento dos legisladores ou daqueles que propuserem a minuta que será submetida ao Congresso que entendessem que o negócio, ou seja, o rádio e a televisão oferecidos para recepção livre e gratuita pela população precisam ser protegidos, precisam ser defendidos, porque vivemos no Brasil uma situação curiosa, no tempo na primeira reforma, no primeiro mandato do Governo FHC houve a privatização das telecomunicações, no mundo inteiro são considerados estratégicos telecomunicações e comunicação social. No Brasil, nós liberamos integralmente à parte de telecomunicações, ou seja, o País vendeu o corpo e por enquanto preservou a alma que é a comunicação social. Mas a tecnologia hoje permite milhares de alternativas e permite milhares consumação de fatos que poderão descaracterizar o setor de radiodifusão que é constitucionalmente protegido, nós achamos fundamental que o projeto se preocupe com a defesa, porque afinal de contas à radiodifusão atende o telespectador, o cidadão, as telecomunicações de um para um atende o cliente, atende o assinante.

Outra coisa que deve constar claramente dessa nova lei em nosso entendimento é uma preocupação com a expressão e a proteção do conteúdo nacional, somos um País cercado de Países amigos e irmãos que falam espanhol, nós falamos português, somos um País homogêneo, o Brasil hoje é ligado por 6 ou por 7 diferentes redes em tempo real com entretenimento, informação, educação por redes geridas e produzidas em português, mas, no entanto, nós temos Países vizinhos que falam espanhol nessa Nação continente que somos, e somos alvo, o nosso mercado homogeneizado é algo do principal produtor mundial de conteúdos que fala inglês. Então a produção do conteúdo nacional precisa ser efetivamente cuidada nesse propósito, caso contrário nós poderemos ter o risco, isto avaliação dos Parlamentares, de perda daquilo que é identidade nacional com reflexo em relação à soberania etc e tal.

Tem outro aspecto que é muito importante que essa lei que vem defenda que ela foi embrionariamente defendida no Código de Nacional de Telecomunicações, mas agora ela precisa de uma expressão concreta e eu fico bem à vontade de falar disso aqui nessa Casa porque o Senado é a Casa da Federação, representação igualitária de todas as unidades da federação e proteger a federação é proteger o modelo atual de televisão brasileira. O que é que é a televisão brasileira e o rádio brasileiro? É um sanduíche bem sucedido de programação nacional, o que dá aos brasileiros o senso comum de ser brasileiro, com programação regional e local, inclusive com intervalo comercial local a partir do que se permite que as pessoas consumam notícias locais e regionais, que consumam informações esportivas, campanhas comunitárias que têm a ver com aquela geografia, e que também no intervalo comercial tenham informação sobre produtos e serviços que estão no distrito daquelas pessoas à disposição daqueles consumidores. Esses consumidores freqüentemente se tornam o supra-sumo da cidadania que se tornam eleitores. Essa é a razão pela qual o horário político partidário gratuito e o horário gratuito eleitoral estão presentes no Brasil numa multiplicidade enorme de situações. No ano que vem, nos mais de 150 municípios brasileiros, aonde existe televisão nós assistiremos a campanhas da Prefeitura, feitas pelas televisões locais e regionais, pelas geradoras locais e regionais. E, em mais de 2.000 outros municípios, assistiremos a programação gratuita, eleitoral feita pelas rádios que cumprem esse papel. Freqüentemente o modelo é tão bem sucedido que nós nos esquecemos disso, Senador Gilvam, nós nos esquecemos, por exemplo, que o Amapá, a sua capital recebe programação nacional, mas também tenha oportunidade de dar espaço ao anunciante local que procura dinamizar a venda de bens e serviços com preços e ofertas efetivas aquele distrito de consumo. Assim como na área política ela

permite que você faça divulgações políticas falando com os eleitores do seu Estado ou do seu Município. Então falar da federação é falar em defender esse modelo que é a televisão brasileira que se define muito mais para quem a conhece como soma das partes. E esse modelo, senhores, é o modelo que neste momento está poderosamente ameaçado, porque a tendência das empresas que operam serviços de televisão paga, ou serviços ou direcionais via satélite são de fazer do Brasil um consumidor, digamos, sem a participação do operador, sem a participação do jornalismo local, do esporte local, da campanha comunitária local, da informação dos poderes públicos locais, locais e regionais e também sem a participação, digamos assim, prestigiada dos anunciantes locais que fazem uma oferta adequada de bens e serviços, aqueles consumidores também daquele distrito.

Nós entendemos que a nova lei deve ser mais clara com relação ao papel da radiodifusão na educação. Seja quanto ao rádio, seja quanto a televisão. A empresa que na qual eu trabalho, desenvolveu durante muito tempo, recebeu grandes prêmios internacionais um dos principais programas de educação à distância do mundo conhecido como TELECURSO. Inicialmente com parcerias, posteriormente sozinha, posteriormente com parcerias, mas ela percebeu que ela precisava fazer um programa de educação um pouco mais agressivo e daí surgiu o canal que atende diretamente as escolas que é o Canal Futura que atende cerca de 30 mil escolas no Brasil, com programações 24 horas daquele, no sistema entretendo e educando. E nós acreditamos que a definição e o esforço para a radiodifusão tratar educação deve ser muito bem reequacionado na próxima lei.

Por fim, entendemos também que a nova Lei de Comunicação deve privilegiar diversidade, hoje quem assiste televisão por uma parabólica da banda C essa parabólica grande que é muito comum nas praias, é muito comum nas fazendas, é muito comum em áreas de demografia rarefeita, de baixa densidade populacional como na Amazônia, como no centro-oeste conseguem consumir gratuitamente, pelo menos, 12, de 12 a 15 programações de boa qualidade brasileira com diversidade. Essa diversidade deve ser preservada e se possível ampliada. E nessa questão da diversidade certamente a lei tem um grande desafio que é o entender qual é o grande panorama que vai se instalar com fornecimento de programação para a recepção livre e gratuita pelos cidadãos brasileiros com a grande explosão, o grande renascimento que será a multiplicação dos recursos de transmissão da televisão digital.

Pois não... Por fim, complementando todo esse conjunto, é inevitável que a própria lei, procure examinar a tecnologia, não como algo que a lei da gravidade. Não é, porque a tecnologia permite que você faça algo que ela, que algo pode ser feito ou deve ser feito. Se nós aceitarmos que a tecnologia derrogue a Constituição, podemos desde já cancelar o capítulo quinto da Constituição que reserva aos brasileiros a possibilidade de possuir majoritariamente, com pelo menos 70%, digerir, gerir as programações e gerir as empresas nacionais de radiodifusão, no mundo inteiro essa reserva é politicamente aceita e praticada. Aos nacionais a gestão daqueles meios que fazem a opinião, que garantem ao fim e ao cabo, identidade nacional. Pois não.

Eu já falei um pouco eu vou apenas concluir, falei um pouquinho sobre cada item eu vou concluir, por favor... Apenas o item Federação que eu vou encerrar. Eu só queria ficar nesse item, eu só queria voltar a falar, aproveitando que o Senador Mesquita acabou de chegar e não me ouviu eu queria poder falar, esse conjunto aqui, Senadores presentes, repetir essa preocupação, Senador que é da região amazônica, repetir a principais preocupações dos radiodifusores, hoje, que é uma preocupação do Senado com a defesa da federação brasileira vis-à-vis o modelo da radiodifusão. O Brasil tem um modelo de radiodifusão que hoje é: programações nacionais com complementaridade local e regional. Isso prestigia, reconhece e valoriza as existência das unidades da federação, dos Estados brasileiros e dos seus respectivos municípios. Há uma tendência de se transformar a comunicação de um para "n", de um para milhões em projetos em algumas áreas, como nas áreas de televisão a cabo, de televisão paga em projetos que não são sequer brasileiros. Simplesmente, brasileiros, o que já seria desastroso. Modo de televisão no Brasil que falasse de um ponto e a concorrência se desse apenas de um ponto para todos os brasileiros, vendendo marca já seria desastroso. Só para citar um dado, um dado da utilidade da televisão, a Rede Globo, por exemplo, ela trabalha com as suas 121 emissoras produzindo 121 diferentes jornais todos os dias localmente. Dando voz àquelas comunidades onde ela opera, seja uma emissora na capital, seja uma emissora no interior. Ela divulga o esporte local, divulga o esporte regional. Mas principalmente, ela dá espaço ao empreendedorismo, tanto é que nas nossas estatísticas em 2006 nós tivemos 35 mil anunciantes na rede, portanto, a maior parte desses anunciantes que utilizam-se apenas de uma emissora, 35 mil anunciantes que anunciaram ao longo do ano menos de 10 mil reais. Ou seja, isso dá uma demonstração inequívoca de como a empresa, de como nós temos uma visão pulverizada, uma visão capilarizada da realidade brasileira, e a preocupação é

que a tecnologia cada dia mais ganhe expectativa de massa. Então, o sanduíche de programação nacional de alta qualidade em português, com a programação local que contempla jornalismo, esporte, música local e regional, propaganda partidária e eleitoral local e regional e que contempla também o intervalo comercial, riquíssimo instrumento de dinamização das economias locais, berço de alguns talentos empresariais e também empresas essas que podem prestar um específico e dirigido serviço as questões comunitárias de uma simples campanha de vacinação que se localiza ali a uma simples questão agropecuária que precisa se cuidada de maneira específica naquela região, que nem toda a região do mundo produz, nem toda a região do Brasil produz soja ou cacau, ou produz borracha ou pecuária de leite.

Quer dizer, o papel riquíssimo é freqüentemente ignorado. A nossa maior preocupação nesse momento frente a um novo Projeto de Lei é com a preservação do modelo da televisão brasileira que emprega centenas de milhares de brasileiros, que permite emprego e que permite também uma propriedade mais democrática dos meios de comunicação, porque cada rede ela tem um conjunto de proprietários a ela associados que transforma um conjunto empresarial numa força viva nacional. Podendo competir com os gigantes internacionais que produzem outros idiomas, espanhol, inglês etc e tal e que certamente se um País nesse século não consegue se ver na tela, não consegue se expressar, certamente esse País tende a perder a sua identidade. Então se é um apelo que eu pudesse fazer nessa subcomissão no Senado seria: "Atenção ao modelo federativo da televisão brasileira. Atenção ao modelo federativo do rádio brasileiro". É absolutamente especial o que presta de serviço ao Brasil o rádio brasileiro com milhares de estações que se organizam freqüentemente com programação nacional, mas também com programação local ou regional. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): A Mesa agradece as considerações de V.Exª., queremos registrar com alegria a presença do Sr. Johnny Craveiro, diretor da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, ABTA Brasília, registramos também a presença do Sr. Igor Vilas Boas, diretor da Indústria e Tecnologia do Ministério das Comunicações. Eu gostaria de convidar o Senador Zambiasi para como autor ter o privilégio e o prestígio de estar presidindo aqui enquanto eu trato de alguns assuntos de urgência. V.Exª. vem aqui presidir a Mesa e chamar o próximo palestrante.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Gilvam Borges, convidados, colegas, após ouvirmos a explanação do Dr. Evandro, bastante interessante, informações que chama atenção o próprio processo de anunciantes locais que chamou muito atenção, e essa importância do protagonismo local e do acesso à propaganda também que eu achei, realmente foi dos aspectos que me chamou mais a atenção, mistificando um pouco os custos até.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): [risos] O que me honra e me orgulha muito. Nós vamos agora ouvir a palavra do Dr. Fernando de Souza Dias que é Presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão. Com a palavra por 20 minutos.

SR. FERNANDO DE SOUZA DIAS: Bom-dia a todos, estou um pouco rouco aqui, peço desculpas. Mas eu gostaria, primeiro, de colocar quem somos nós, não é? O que é que é a ABPI TV, queria pedir que já fossem tocando os slides, por favor.

A ABPI é uma Associação de Produtores Brasileiros, ela foi criada em 99, eu vou tentar ser rápido, com, quando se iniciou a questão da TV a cabo brasileira. A cabo brasileira começou em 92, 93, até então o produtor brasileiro ele praticamente não tinha espaço para produção nas TVs abertas brasileiras. Com advento do cabo brasileiro a gente começou a ter uma presença mais forte em produção, principalmente no cabo brasileiro, nos canais da Globo, como GNT, multishow e nos canais internacionais que estão aqui no Brasil. Ela tem umas regras de filiação, a principal dela é que a produtora tem que ter no mínimo de 10 horas exibida em televisão, tanto nacionalmente como internacionalmente. Tem que ser registrada na ANCINE e ter o mínimo de 2 anos de existência.

Aqui a gente tem um retrato da associação, uma associação nacional, ela tem uma participação maior em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas a gente tem uma participação cada vez maior nos outros Estados da federação. Isso daqui é um perfilzinho dos associados, a gente tem 20 produtoras, 26 produtores que tem acima de 20 funcionários, mas a grande parte é de produtoras pequenas que tem até 10 funcionários trabalhando. Isso é um recorte do faturamento dessas produtoras, também grande parte tem um faturamento ainda muito pequeno, e temos 22 produtoras com faturamento acima de 5 milhões de reais ano. Dessas 22 a gente deve ter em torno 5 a 7 produtoras que tem faturamento acima de 50, 60 milhões de reais/ano, fazendo produção independente.

Isso é um perfil das associadas, o tipo de produção que são realizados, então ele é bem genérico, tem o documentário, tele filme, tele novela, animação programas de televisão, séries, longas, curtas. E aqui eu queria fazer um pequeno retrato da TV no Brasil. O Brasil hoje ele tem 478 emissoras de televisão, 9.896 retransmissora, tem uma penetração de 99% do território nacional, praticamente, um pouquinho menos que isso, e tem mais de 50 milhões de domicílios com TV no Brasil.

Aqui eu vou entrar acho que no assunto que mais nos interessam. A nossa grande dificuldade que a gente tem hoje no Brasil, é a primeira, essa questão que está sendo discutida hoje aqui no Senado, que é a não legislação, não regulamentação para a produção de conteúdos de televisão. Na verdade, a gente quer colocar um corte bem grande na questão da diferença entre a difusão e a produção. Você tem, são papéis muito diferentes e considerados muito diferentes no mercado internacional, mas no Brasil existe uma certa miscigenação aí desses papéis. As TVs, ou seja, as TVs aqui no Brasil elas não são só grandes difusoras, mas são grandes produtoras que tem a benesse da produção do seu conteúdo. Existe uma falta de mecanismo de financiamento, e a questão da TV brasileira, a TV pública ela nasceu depois da TV privada no Brasil, praticamente 20 anos depois. Isso foi o inverso do que ocorreu no resto do mundo. Praticamente nos países, pelo menos os países que a gente considera os países exemplos, as TVs públicas se iniciaram antes. Se a gente vai pegar Inglaterra, França, Alemanha, Canadá, Espanha, as primeiras televisões foram televisões públicas e depois vieram as televisões privadas, nesse sentido a gente considera que os modelos vieram do público para o privado. No Brasil houve uma inversão de modelo, e as TVs públicas hoje na verdade parecem mais as TVs privadas do que o inverso.

Aí a gente entra acho que no grande paradigma que a gente tem hoje da televisão brasileira, que era isso que eu falei. Existe uma, uma confusão entre a exibição e a produção. A televisão, ela tem uma concessão pública, ou seja, ela tem uma concessão dada pelo governo para ela ter o poder de exibir, ela não tem uma concessão para produzir. Em tese, todos podem produzir, qualquer um que tenha uma empresa de produção pode produzir para aquela televisão, mas no Brasil não foram feitos leis nem regulamentações iguais ao que foram feitos no resto do mundo onde se determinava qual era a participação da produção independente dentro das televisões. Então hoje quando se fala de televisão brasileira se coloca tudo dentro do mesmo balaio. A gente acaba tendo um comportamento onde quando se fala de televisão você fala de produção, na verdade essa distinção é uma distinção muito clara e ela tem que ser usada muito clara. A própria Globo hoje ela faz serviço de produção para outras televisões que não são veiculadas na Globo, ela atende serviços de produção para televisões para fora do Brasil, então ela tem a sua produtora, ela tem a produtora Globo e ela tem a televisão Globo. Isso tem que ser levado em consideração dentro dessa discussão da lei, senão você acaba criando um bloco, você acaba criando uma impossibilidade de competição das outras produtoras que existem no Brasil.

Dentro da cadeia produtiva da televisão, a gente consegue dividir, pelo menos em 3 grandes blocos, a televisão como eu falei que é quem tem essa benesse da concessão, a concessão pública que pode transmitir a imagem e pode explorar comercialmente essa exibição dessa imagem, você tem o produtor que não necessariamente precisa estar linkado com a televisão, aliás, em grande parte dos países isso é inclusive é proibido as leis foram muito claras onde a televisão ela não pode ter o papel de produtora, ela tem que ter só o papel de difusor e você tem o distribuidor que na verdade é um agente de vendas que pode oferecer esse conteúdo para televisão ou para DVD ou para TV fechada para outras mídias. No Brasil, a gente teve essa verticalização da produção, da televisão onde a televisão ela assumiu todas as linhas da nossa cadeia produtiva. Então ela está indo desde a difusão até a distribuição do conteúdo que ela mesma produz.

Os modelos de negócios que hoje existem no resto do mundo, não que ainda não existam no Brasil de uma maneira sistemática, pelo menos não na TV aberta, na TV a cabo isso já existe, ele vai desde uma prestação de serviço, o *Prodution Service*, que a própria Globo já faz em alguns casos, ela teve a Cidade dos Homens, ela teve minisséries que foram feitas por produtores independentes, onde a produtora, ela realizou o serviço de produção para a Globo, apesar da Globo ter ficado com os direitos de exploração daquele conteúdo. Você tem o recurso da co-produção, que o Brasil ele não faz isso na TV aberta, aonde a televisão ela entra com uma participação no conteúdo realizado e esse conteúdo ele tem uma divisão dos direitos patrimoniais, ou seja, produtor ele também tem uma função de conseguir recursos para essa produção e pré compra que na verdade é o que é mais utilizado hoje fora do Brasil, onde as televisões, na verdade, ela só fazem uma primeira opção de compra do conteúdo que vai ser produzido pela produção independente. E com isso ela tem o direito da primeira exibição, mas ela não fica com o direito patrimonial. Hoje se a gente falar na Europa, por exemplo, o modelo europeu hoje, é um modelo todo galgado em cima da pré compra, não é em

cima de prestação de serviços nem de co-produção. Praticamente grande parte das televisões européia, hoje, elas só fazem a produção fazendo pré-compra do produtor independente. E o licenciamento que é o último, que é na verdade, a venda do direito de exibição de um produto já realizado.

Dentro dos modelos internacionais, eu coloquei aqui algumas televisões, que eu sei que são consideradas por todos aqui nessa sala como televisões de modelos de qualidade. A gente tem a BBC tem a AT, a BBC é inglesa, a AT franco-alemã, NHK japonesa, ZPC canadense, ZBF Alemanha, PBS americana, National Geographic, Discovery, Cartoon, o History Channel, ou seja, grandes televisões que hoje o Brasil é um grande consumidor desses conteúdos, mesmo as televisões abertas brasileiras elas consomem esse conteúdo e são modelos que a gente considera, são modelos que poderiam ser melhor examinados e melhor compreendidos dentro do universo brasileiro para a gente conseguir seguir esse processo de produção. O que essas televisões todas tem em comum, é que todas essas televisões que eu mencionei, elas trabalham com produção independente. Hoje quando a gente vê os programas americanos, quando a gente vê o programa da Oprah, quando a gente vê gente o Lost, cada gente vê o 24 horas, o Sinfield, o Friends, todos esse grandes programas americanos enlatados que vem para cá são realizados por produtores independentes. O processo ele se inicia pela produção independente, ele não se inicia no canal. O canal ele tem o poder de escolha das produções que ele consegue que são produções que vão ter sucesso, produções que possam ter uma boa distribuição e eles participam depois das produções terem sido iniciadas, mas não são produções iniciadas e nem produzidas pelos canais.

Eu vou, eu coloquei, pode passar, eu coloquei aqui em exemplo, a gente participa hoje dentro do projeto da associação a gente desenvolveu um projeto de exportação audiovisual brasileiro. O Brasil, hoje, ele é um País que ele está praticamente fora do mercado internacional de televisão, a gente tem uma participação da Globo que consegue vender novelas, mas é uma participação ainda muito pequena dentro de um mercado, dentro de um mercado mundial de exploração da venda das imagens brasileiras, das imagens e dos produtos brasileiros. A gente tem uma participação constante em vários eventos, encontramos nossos colegas da Globo e alguns outros canais na maioria desses eventos, são eventos, grandes feiras e mercados mundiais de televisões, esses mercados eles existem há muitos anos, é aonde existe o ambiente de negócio de conteúdo de televisão. Infelizmente o Brasil ele praticamente inexiste nesse mercado, porque o Brasil ele tem uma característica de produzir internamente o seu conteúdo. Ou seja, o Brasil ele só produz, o Brasil é praticamente autofágico, tudo que ele produz ele consome. Enquanto que nos outros países do mundo foram criadas leis e legislações no sentido de estimular os produtores a venderem a imagem a esses conteúdos para outros países e dessa forma estar estimulando também a venda da imagem, a imagem do País ter uma distribuição mais forte da imagem do País para outros países.

Isso aqui é uma série de eventos que nós temos participado nos últimos anos. Nós participamos em mais de 40 eventos internacionais aí nos últimos anos, foram mais de 8 países, 485 empresas, todas empresas brasileiras foram para esse mercado, numa tentativa de conseguir gerar negócios divisa para o Brasil. Quando a gente fala gerar negócios, divisas, a gente está falando que a gente está vendendo, primeiro, a imagem do Brasil porque a gente está vendendo o conteúdo brasileiro, quando a gente fala que está vendo onde conteúdo brasileiro eu falo que a gente não está só vendendo a imagem da cultura do Brasil, a gente está vendendo tecnologia, a gente está vendendo turismo, a gente está vendendo agronegócio, a gente está vendendo... Ou seja, todo o setor econômico do Brasil, é vendido para os canais internacionais. Ainda de uma maneira muito tímida, porque a nossa produção ainda é muito tímida, mas isso é um espaço que o Brasil, de alguma maneira ele deveriam ter uma presença mais forte, eu acho que isso também deveria ser discutido na Lei Geral de Comunicação. Isso é um projeto de capacitação que a gente tem feito, mas isso eu acho que também é irrelevante agora.

Nos últimos 3 anos, a gente conseguiu ter um, um evento aí, uma força de venda de 35 milhões de dólares de co-produções internacionais com vários países do mundo, isso, na verdade, são ações isoladas de produtoras brasileiras, assim mais do que um montante que é um montante que ele tem crescido anualmente só para esse ano a gente tem uma expectativa de mais 30 milhões de dólares, isso mostra um esforço que a gente tem tido de colocar a imagem do Brasil fora do Brasil, isso mostra, na verdade, como o produtor brasileiro ele tem a capacidade, hoje, de produzir conteúdo que seja de interesse dos grandes, das grandes televisões mundiais. Porque quando a gente está falando nessas co-produções, a gente está falando nas co-produções com Discovery, com a National Geographic, com a BBC, com a AT, com a ZBF, com o canal australiano com a canal holandês. Ou seja, o mundo ele reconhece o Brasil e o produtor brasileiro como um produtor capaz de desenvolver projetos de

qualidade, para ser vendido para os grandes canais aí do resto do mundo.

Hoje, aqui é só uma leitura que a gente tem de projetos com alguns países, hoje o Canadá o País que a gente tem mais projetos em desenvolvimento, a gente tem hoje em desenvolvimento quase 128 milhões de dólares em projetos junto com o Canadá, sendo que dessa parte o brasileiro, ele precisa conseguir levantar quase 66 milhões de dólares, que seria a metade disso e a nossa grande dificuldade é, porque pela televisão brasileira, não ser participante dos nossos projetos, ela não entrar dentro desse projeto, a gente acaba muitas vezes não conseguindo realizar esses projetos. A gente tem aí mais 79 milhões de dólares em projeto sendo desenvolvimento com esses outros países. E aqui, só para dar um panorama mais mundial, não é? Hoje a gente tem em torno de 450 bilhões de dólares no setor audiovisual no mundo. O Brasil, a gente está chegando mais ou menos em 5 bilhões de dólares, ou seja, a gente não chega, a chega mais ou menos aí 1% desse montante, que é um valor muito pequeno se a gente pensar da abrangência e da posição no Brasil e no resto do mundo. Aqui eu pus só alguns exemplos eu vou passar rapidamente como é que funciona isso nos outros países, como é que funciona em países que a gente, pelo menos países que seriam modelos Brasil para o Brasil. Por exemplo, na França, a França ela tem uma contribuição anual pelo cidadão francês que vai para a televisão, que é taxa de serviço de televisão, existe na França, existe na Inglaterra, na França praticamente 100% da produção é feito pela produção independente, exceto a produção editorial, ou seja, jornalismo, esporte é feito pela televisão local, o resto obrigatoriamente tem que ser feito pela produção independente. Existem leis muito rígidas de proteção do conteúdo nacional, que a gente também considera que são importantes de serem salvaguardadas aqui no nosso País, ou seja, da gente ter uma, o produtor brasileiro, o brasileiro ele tem o poder de ter o controle sobre a produção desse conteúdo e eles têm vários modelos de financiamento que vem desde financiamentos públicos até financiamentos privados que em conjunto com a televisão conseguem girar o setor. Eu pus o mercado audiovisual canadense, que tem uma questão aqui que eu acho que é bastante interessante. Quando o Canadá iniciou o seu mercado audiovisual ele colocou alguns preceitos, não é? E algum dos preceitos que eu coloquei aqui que eles podem ser também colocados aqui como referência, eu acho que eles têm que ser considerados, que é isso que é primeiro a questão de promover a criação e a divulgação das histórias canadenses que envolvam os canadenses, que eles, o Canadá entendeu que existia um desafio em produzir filme produção de TV com conteúdo canadense e criou vários mecanismos para que isso pudesse ser realizado e o Canadá também acredita que o povo canadense ele tem que ter várias opções de acesso e uma diversidade de produção no setor audiovisual.

Então, como eu falei eles têm uma cota mínima de programação que tem que ser canadense, como eu já falei, no Canadá também tudo que é produzido no Canadá com exceção do editorial é feito pela produção independente. E a gente tem aqui alguns números canadenses. Só a produção audiovisual o Canadá investe um bilhão de dólares, na verdade, acho que é um bilhão de dólares canadenses, na verdade dá quase a mesma coisa. Hoje a produção audiovisual canadense representa 4% do PIB do País, para a gente ver como isso foi colocado como um setor estratégico do País, não só para a produção interna, mas também para a venda da imagem do País para outros países.

Esse aqui são só alguns exemplos de financiamentos que existem no Canadá. Por isso também o mercado alemão que também é muito parecido com o canadense, que ele também tem um sistema fundo de produção muito grande, também as pessoas também pagam uma cota mensalmente para subsidiar a televisão e as televisões também, elas também tem uma lei onde as televisões elas têm que trabalhar com a produção independente.

No mercado americano, ele apesar de não ter um subsídio direto do governo, ele tem um sistema que é bastante interessante. Primeiro ele tem um sistema de regionalização muito grande da produção, as grandes redes americanas elas exibem no máximo 5 horas da programação na rede, o resto tem que ser feito por produção local. Hoje mais de 50% da produção realizada nos Estados Unidos também é realizada por produção independente, eu dei alguns exemplos aqui desses grandes Citicons que foram feitos e a gente tem uma participação muito grande da TV paga nos Estados Unidos.

Isso daqui é só um panorama para a gente ter uma idéia, hoje, como é que a questão do audiovisual no mundo, não é? Hoje, a gente tem aí os Estados Unidos têm praticamente 70% da questão audiovisual no mundo, o Brasil ele está junto daqueles outros ali, os 10% dos outros. Ou seja, a gente tem uma participação ainda muito pequena do que a gente poderia ter.

Assim, eu queria deixar claro que a nossa posição, hoje, é uma posição de que criar uma lei de comunicação de aliança com a televisão brasileira, a gente quer ser parceiro, a gente só quer realmente, é destacar e deixar muito claro qual é o papel da televisão, [soa a campainha] que tem o papel do difusor,

tem o papel do produtor e do distribuidor. A gente hoje tem uma situação, onde a gente não tem uma competição igualitária com as produtoras das grandes televisões, já que elas têm já por acordos internos que toda essa produção, ela só é realizada pelas suas próprias produtoras. Então isso, eu acho que isso a gente tem hora olhar com bastante atenção. Eu acho que o momento adequado é agora para a gente discutir esse assunto, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito obrigado Dr. Fernando de Souza Dias que é Presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão e nós queremos, registrar que a TV Senado já está transmitindo ao vivo esta 1ª Audiência Pública que debate propostas para nova Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica.

E agora, antes do próximo convidado, eu quero registrar a impossibilidade da Drª Assunção Fernandes, diretora para assuntos internacionais da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema de estar presente. Ontem à noite, ela tentou pegar um avião em São Paulo, mas em função do nevoeiro o vôo foi cancelado agora pela manhã novamente o vôo foi cancelado em função do nevoeiro em Aeroporto de São Paulo. Então está plenamente justificada a sua ausência a esta Audiência Pública.

Nós passamos agora a palavra ao Dr. Walter Vieira Ceneviva, Diretor da Rede Bandeirantes e consultor jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Sr. Presidente, muito obrigado, é um honra aceitar esse convite e participar desse debate fundamental presidido por V.Exª., Srs. Senadores, é uma satisfação de poder, em nome da ABRA, Associação Brasileira de Radiodifusores propor algumas alternativas e algumas reflexões nesse debate que é fundamental e que diz respeito às propostas de Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica, e inclusive, a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal.

E a nossa abordagem, parte de um ponto, talvez um pouco diferente daquele que nos apresentou o Dr. Evandro Guimarães na sua excelente apresentação e de que diz respeito ao seguinte: Rememorar a história, não a história recente, mas a história da regulamentação da radiodifusão desde o seu princípio. E eu pinçaria um momento particular, 50 anos atrás em 1957 quando um estudioso do tema, o também radiodifusor como Sua Excelência, o Presidente, o estudioso Saint Clair Lopes escreveu um livro a respeito do tema e da necessidade do estabelecimento de um novo marco regulatório para a radiodifusão. Há 50 anos atrás a discussão era muito semelhante daquilo que se tem assistido no Brasil em tempos recentes. E a semelhança se dá em 2 pontos: O primeiro, o de tratar o tema da comunicação social, da comunicação social eletrônica com um certo deslumbramento, com uma empolgação que é irresistível. A multiplicação dos meios de comunicação e a expansão, o fato da efetiva federalização como disse o Dr. Evandro especificamente da televisão e do rádio, estes elementos todos cruciais e são efetivamente empolgante, mas isso quando eu emprego a palavra empolgante justo me refiro algo na nossa visão é preciso evitar que é uma reação de deslumbramento é uma reação irracional em função das mudanças tecnologias e dos desafios que essas maravilhas da tecnologia tem nos propiciado. Então na nossa visão o exame do tema de uma eventual nova lei de comunicação social eletrônica deve ser feito de maneira ponderada, de maneira racional. Concretamente o que isso significa? Deve ser feito de maneira que o Congresso Nacional produza, comande os legislativos que efetivamente conduzam aos efeitos desejados, ou seja, se o Congresso Nacional pretendesse regulamentar a tecnologia, correria o risco de produzir uma lei que, como outras tantas poderia acabar não pegando. É preciso que a lei se vier uma Lei de Comunicação Social Eletrônica, seja uma lei que pegue, uma lei efetivamente "inforçável", eficaz, eficiente para regulamentar o tema no Brasil. E para dar o exemplo, ou alguns exemplos na verdade, aquilo que estou me referindo lembraria que desde 1962 até hoje, 62 quando foi editada a Lei 4.117 que é o Código Brasileiro de Telecomunicação ainda em vigor para radiodifusão, até hoje, algumas tecnologias nasceram e morreram sem terem sido previstas quando da edição da Lei 4.117. O fax ainda não acabou, mas é uma tecnologia em extinção, o *pager*, aquele bipe, começou e acabou sem que houvesse lei a respeito dele, a tecnologia de vídeo cassete em VHS também começou e acabou sem que a lei tratasse dela. O que é que eu quero indicar com esses exemplos? A importância que se conceba uma nova Lei de Comunicação Social Eletrônica que seja, não propriamente insensível, mas não atingida pela evolução tecnológica, não esvaziada, não prejudicada pela evolução tecnológica, que ela seja duradoura com a evolução, a despeito da evolução da tecnologia. E ainda pensando em exemplos e para reforçar a importância de que se conceba um modelo que trate de valores, de princípios na linha de alguns como aqueles que o Dr. Evandro apresentou e que a lei não trate de tecnologia, quero lembrar de outros exemplos ainda, poucos, mas importantes de enormes, de importantes fracassos tecnológicos, tanto no Brasil quanto fora dele. O Projeto Iridium, um projeto de telecomunicação satelital consumiu mais de 10 bilhões de dólares e se esvaiu sem deixar sau-

dade, deixou alguns satélites que despencaram sobre o planeta. A tecnologia de WLL, Wireless Local Loop, intensamente cuidada pela agência reguladora do Brasil, a ANATEL, veio e foi sem também deixar saudade, consumiu segundo estimativa não oficiais 4 bilhões de dólares e se passou sem que houvesse lei a respeito dela, mas há um fato. Foi uma tecnologia fracassada. As licitações de terceira geração na Europa são outro paralelo de tecnologia fracassada. E pensar nas tecnologias fracassadas, como essa da terceira geração na Europa que arrecadou 100 bilhões de euros e que, no entanto, vários anos depois de ter sido encerrado os processos licitatórios, não é uma tecnologia disseminada, não é uma tecnologia de grande escala, a importância de refletir este esses fracassos é a de constatar, como vimos no começo que é preciso imaginar, é preciso que o Congresso e a nossa proposição aos os senhores aqui, a V.Exª.s nessa audiência é de que se reflita sobre medidas legislativas que efetivamente sejam capazes de atingir aos objetivos que se almeja. Quero que diga a respeito a produção regional, quero que diga respeito a integração nacional, quero que diga a respeito ao estímulo a competição, quero que diga respeito a todos os tantos principais constitucionais a que está sujeita a comunicação em geral e a radiodifusão especificamente.

O que é que, então, se a tecnologia, segundo a proposição que nós apresentamos a V.Exª.s, não deve ser objeto de atenção legislativa, o que deve ser objeto de atenção legislativa? Essencialmente o capital. O Congresso Nacional tem leis sobre o capital, a Constituição Federal trata do capital e a experiência demonstra que de fato os capitais podem ser sujeitos a formas eficientes, a formas eficazes de controle. E quando falamos de capital propomos essencialmente duas abordagens: uma primeira que diz respeito ao capital nacional. O Brasil não é um País fora do mundo, a globalização ao contrário do que se poderia imaginar, não afasta a necessidade da produção, da produção nacional e do capital nacional nos veículos jornalísticos e de radiodifusão, muito ao contrário, justo a globalização prova a necessidade dessa importância e por que prova? Prova, porque o Brasil não está desalinhado de países que fornecem exemplos importantes para a nossa reflexão, muito ao contrário, está em linha com esses países. Pensando não apenas na radiodifusão, mas também nas telecomunicações eu lembraria que países importantes, democracia e potências capitalistas importantes como Alemanha e França nunca privatizaram as suas telecomunicações, países também importantes como Portugal, Espanha e Itália, ao privatizar reservaram para o Estado ações de ouro, *golden share* como acabou se chamando no jargão o que demonstra a importância e a preocupação das legislações de todas as democracias e das grandes economias no Globo com relação ao aspecto estratégico da propriedade sobre os meios de comunicação, e aqui me refiro ao corpo, como dizia a metáfora do Dr. Evandro Guimarães, ou seja, a infra-estrutura as redes de telecomunicações e também e principalmente a produção de conteúdo, a produção de jornalismo, a produção de cultura e assim por diante.

Então, insisto, ser a favor da proteção, perdão, do capital nacional, é estar em linha com o mundo globalizado. Não se trata de xenofobia, mas sim de privilegiar num setor estratégico como é o da Comunicação Social Eletrônica proteções necessárias precisamente para consolidar aquilo o que Brasil conseguiu que é a sua integração completa, apesar das dimensões geográficas continentais por meio da radiodifusão, por meio das comunicações. E há uma outra dimensão não menos importante, e que diz respeito também ao capital que é garantir que leis que já existem, que eventualmente poderão ser até aperfeiçoadas, mas que é garantir que leis que já existem como a lei que coíbe o abuso do capital, a lei que coíbe o abuso do poder econômico seja efetivamente cumprida. O Conselho Administrativo da Defesa Econômica, o CADE tem proferido, julgados importantíssimos em relação ao tema da comunicação e especificamente ao tema da produção de conteúdos audiovisuais, aqui já pensando num assunto que trata, não apenas genericamente a Lei da Comunicação Social Eletrônica, mas também talvez, especificamente da regulamentação do art. 221 no aspecto da produção local e regional.

O CADE tem enfatizado a ilegalidade e a necessidade de combater cláusulas de exclusividade e estruturas contratuais e empresariais que estabeleçam em relação à produção de obras audiovisuais especialmente, mas não apenas, barreiras que se estabeleçam um porteiro dizendo. "Este entra, este não entra. Este entra, este não entra". Eu tenho aqui apenas para ilustrar e trago pela atualidade, é um parecer aprovado agora em julho do Procurador do CADE apreciando o ato de concentração entre a Net Serviços e a VIVAX, duas empresas de TV a cabo, e esse Procurador, insisto, cito esse documento, porque é o mais recente que há sobre o tema. Afirma, que as propostas de controle indicadas pela ANATEL para o CADE em relação a esse assunto são até poucas, propõe, por exemplo, a ANATEL, e essa é uma proposição que merece reflexo do ponto de vista da Lei de Comunicação Social Eletrônica que exista uma efetiva abertura das redes de telecomunicações que seja garantida até a fixação de uma quantidade mínima de canais independentes nas redes de distribuição de conteúdos audiovisuais e

o próprio Procurador indo além daquilo que propõe a ANATEL, lembra um aspecto que é muito importante ainda na linha do que disse o Dr. Evandro em relação a manutenção do negócio o que é na visão também fundamental, manter o negócio economicamente viável, diz lá o Procurador, de nada adianta a manutenção do canal sem viabilidade econômica de sua comercialização. É preciso que tenhamos nós todos brasileiros, e nós rogamos a V.Exª.s como legisladores que tenham em mente a imprescindibilidade de se considerar que a viabilidade econômica das empresas como um todo, as distribuidoras e os produtores e a radiodifusão produz e distribui como já dito pelo Dr. Fernando, seja economicamente garantida. Não se trata de socializar o risco, muito pelo contrário, mas apenas a de que se concebam normas e de que uma eventual Lei de Comunicação Social Eletrônica seja concebida de maneira a não tornar inviável, e muito pelo contrário, a tornar viável o empreendimento da comunicação. De tal maneira que essa missão de unificação do País através da comunicação, que é uma missão que a radiodifusão atingiu não seja prejudicada e muito ao contrário, seja reforçada, seja garantida numa eventual nova legislação da Comunicação Social Eletrônica.

Enfim a idéia que nós viemos defender e propor aos os senhores é a de que se estabeleça como que um ecossistema de produção e de distribuição de conteúdos em que se garanta a possibilidade de empreender e essa possibilidade de empreender na produção passa por combater o abuso do poder econômico, passa por impedir a existência de porteiros que selecionem quem são os agentes econômicos que podem ou não podem participar do mercado e passa também pela garantia de que a radiodifusão e os meios de Comunicação Social Eletrônica, a produção de conteúdo como se tem dito genericamente, seja constitucional e legalmente preservada na mão de brasileiros como tem sido no Brasil, desde sempre e como é em grande parte do mundo civilizado. Obrigado, Sr. Presidente, obrigado Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Dr. Walter e nós já estamos com as inscrições abertas aos interessados, e como fui um dos autores do Requerimento, eu tenho dois ou três, duas ou três perguntas para serem encaminhadas aos nossos palestrantes e são perguntas coletivas.

O tema realmente não é tão simples, é um tema complexo, o Presidente da República, inclusive, publicou um Decreto de 17 de janeiro de 2006 em que ele cria a Comissão Interministerial para elaborar anteprojeto de Lei de Regulamentação dos arts. 221 e 222 da Constituição, e da organização e exploração dos serviços de comunicação social eletrônica.

Lendo alguns artigos de estudiosos dos assuntos, no caso tem um Prof. Murilo Ramos que é Diretor da Faculdade de Comunicação da UNB, tem o Prof. Adilson Cabral que é coordenador do informativo do [ininteligível] pontos. Enfim, tem alguns pontos que são interessantes na sua abordagem, mas eu confesso que, lendo aqui o Decreto vejo que esta Comissão Interministerial poderá, poderia instituir um comitê consultivo integrado por representantes da Presidência da República, da sociedade civil, de entidades relacionadas a uma produção audiovisual e com o serviço de comunicação social eletrônica, bem assim por especialistas nessas áreas.

Eu não recebi informação se realmente este comitê está ou não funcionando, se já houve alguma reunião, se os setores foram convidados para reuniões, se foi criado o comitê consultivo por parte dessa Comissão, se em algum momento houve algum tipo de contato. Então, me parece que apesar do Decreto, né? Bom, então, o Dr. Igor, que é diretor da área do Ministério das Comunicações, nos informa que ainda não houve reunião nesse sentido, portanto a Comissão não foi criada. Razão pela qual, nós estamos de alguma maneira nos antecipando ao debate, o que é democrático, me parece interessante e até para esclarecer aos que estão presentes aqui, porque em função, enfim há um Decreto que foi publicado e a todo uma estrutura, enfim, que foi designada para trabalhar este assunto. E talvez estas Audiências Públicas possam motivar, exatamente, essa Comissão Interministerial e a criação dessa Comissão para que o governo e a sociedade comecem a ampliar, a ampliar esta discussão. E neste sentido, eu me socorro do Prof. Murilo Ramos que acompanha de perto o funcionamento do Conselho de Comunicação Social e que defende que a formulação de uma real política nacional de comunicação social carece de um marco regulatório. A dispersão e fragmentação do processo decisório dos poderes nas questões relativas à comunicação social impossibilita que o assunto seja abordado de forma integrada e afirmou que toda a nova tecnologia traz uma promessa civilizatória.

Eu pergunto para a definição de uma política pública na área da radiodifusão é indispensável a construção de um marco regulatório mesmo que destinado a regular apenas os serviços e produtos independentemente de tecnologias? E eu faço então, a pergunta ao Dr. Evandro pela própria ordem de depoimentos aqui a esta Comissão.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Bom, Senador, nós consideramos que é necessário atualizar o marco regulatório, especialmente, porque fatos novos, desde a privatização das telecomunicações que estão criando

fatos consumados na questão da distribuição de conteúdos como fatos novos na tecnologia com a realidade da internet, fatos novos na realidade da expansão da TV paga no Brasil. Fatos novos em relação à transição para a tecnologia digital da televisão brasileira, ou seja, todos esses conjuntos de fatos sugerem que o setor precisa ter seu marco regulatório atualizado.

Com relação à tecnologia eu quero até deixar claro, o professor Ceneviva falou deste assunto, eu citei como uma necessidade observar essa tecnologia, mas não regular a tecnologia. Repito, a minha intervenção à anterior foi no sentido de que a tecnologia é a possibilidade de fazer, é como fazer, é da sociologia das invenções é a possibilidade técnica de inventar com a necessidade social do invento. Mas ela não deve derrogar a vontade da lei, ela não deve tornar fato consumado, não é porque se pode fazer determinado serviço que o projeto constitucional brasileiro, que reserva brasileiros a gestão das atividades da comunicação destinado a recepção livre e gratuita que deve ser derrogada. O fato é que o marco regulatório deve levar em conta a tecnologia, não especificar a tecnologia, deve levar em conta, especificamente neste ponto de que a tecnologia não deve derrogar. Eu tenho até uma frase do Dr. Linon(F) que é um dos maiores pensadores da comunicação mundial, Diretor da Universidade de Columbia em que ele diz que os países não desistem de seus objetivos, do seus grandes objetivos, sociais políticos ou culturais simplesmente porque as informações estão sendo transmitidas de forma analógica ou digitalmente. Ou seja, não é a possibilidade digital que deve comandar a característica, o perfil, o trilho do serviço ofertado pela radiodifusão, pela televisão e rádio de recepção livre e gratuita. Então acho assim, achamos que devo te ser atualizada e a tecnologia deve ser levada em consideração como o elemento subversivo como elemento dispersivo, não definida legalmente, porque é inevitável. Mas o conjunto de fatos novos demanda a atualização do marco regulatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Dr. Evandro eu não sei se o Dr. Walter quem comentar sobre o assunto também.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Gostaria de responder... Estão propondo uma resposta para a pergunta de V.Exª. em relação a uma eventual, uma interação entre a formulação de políticas públicas em matéria de comunicação e a necessidade de revisão do marco regulatório, eu tenderia a dizer que não há verdadeiramente uma ligação entre as duas coisas. Ou seja, a Lei 4.117 que está em vigor, embora tendo já quase 50 anos, contém referências que poderiam ser utilizadas para formação de políticas públicas em matéria de radiodifusão especificamente. Perdão. Todavia, pensando mais genericamente na linha do que propõe o Dr. Evandro Guimarães em relação à necessidade de revisão do marco regulatório, parece evidente que existe, hoje, um cenário tão grosseiro, tão intensamente diferente do cenário que havia em 1962 que refletir sobre o tema é fundamental é isso que nós fazemos hoje presididos por V.Exª. Todavia, se é imprescindível a revisão, eu responderia, mantendo a pergunta no ar. Eu tenho impressão que não é imprescindível, é desejável, o que talvez seria mais premente neste instante para o dia-a-dia para o horizonte de curto prazo dos próximos meses, é fazer valer o que nós já temos de leis, o que já há de legislação em vigor e eu me refiro, especificamente, a Lei 4.117, a Lei 8.977 que é a Lei do Cabo a Lei 8.844 que é a Lei do CADE, e a Lei 9.472 que é a Lei Geral de Telecomunicações. E quero concordar com a Dr. Evandro em relação ao tema da tecnologia que eu abordei. Ou seja, não se rata de ignorar a tecnologia, mas simplesmente de saber que ela é um fato inexorável, se trata de conceber normas que se for o caso de vir a se adotar um novo marco regulatório considerar a tecnologia como um dado da equação, mas não a variável sobre a qual o Congresso Nacional devesse interferir.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Dr. Valter, deixar a palavra com o Dr. Fernando Souza Dias, da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão.

SR. FERNANDO DE SOUZA DIAS: Nós consideramos que nós achamos importantes existir uma revisão no marco regulatório, até porque como já foi citado pelo Sr. Senador, a gente tem um marco regulatório de praticamente 50 anos e a gente não dá para a gente pensar num marco regulatório sem pensar também, apesar que concordo que a questão tecnológica não tem que ser imposta dentro do marco regulatório, porque isso pode criar uma certa confusão tecnológica e com as avanços da tecnologia, a gente não sabe o que vai vir amanhã, mas a gente sabe que nesse período de tempo a transformação foi tão grande em termos, na área de comunicação, que a gente julga ser impossível a gente continuar utilizando o que foi feito há tanto tempo. Só para dá um exemplo naquela época não existia nem o vídeo tape, então a gente tem uma questão tecnológica que ela cria uma necessidade, mas não que ela tenha que estar inserida dentro do marco regulatório.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Eu esqueci de comentar dois exemplos que parecem ser importantes serem submetidos à reflexão de V.Exªs. O primeiro é a uma decisão do Supremo Tribunal Federal do fim de 2006 em que se julgou um caso seguinte: uma pequena empresa, salvo engano de Minas Gerais que iria

prestar um serviço de DISTV, aquele serviço de distribuição de sinais de televisões por meios físico que em 1995 tinha uma existência jurídica confusa, mas tinha uma existência tecnológica e comercial concreta, efetiva. A discussão começou em 1995 como disse e terminou em 2006 quando o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a ação, ou seja, negou o direito que essa empresa pretendia defender.

Qual a importância disso? A justiça do Brasil levou 11 anos para apreciar esse caso. Quando o Supremo Tribunal Federal julgou o tema, a tecnologia e o serviço, ou seja, do ponto de vista do dinheiro, do ponto de vista da tecnologia e do ponto de vista do dinheiro, isso já não era mais um tema.

Um segundo caso, o Tribunal Regional da primeira... O Tribunal Regional Federal da 1ª Região aqui de Brasília, acaba de julgar uma ação popular a partir, por meio da qual se pleiteava a desconstituição, a anulação das Portarias de autorização de DISTV, desculpe de DTH que tinham sido outorgadas às emissoras Bandeirantes, Globo e, salvo engano, Abril. Então três Portarias, outorgando permissão de DTH foram questionadas por meio dessa ação popular, essas Portarias são, salvo engano, de 1994, e agora, em 2007 o Tribunal Regional Federal entendeu que as Portarias são inconstitucionais, porque não houve licitação. Pela própria circunstância de que já se havia decorrido 13 anos, a decisão do Tribunal teve a sabedoria, digamos assim, de preservar os direitos até então estabelecidos. Essa não é uma decisão definitiva, eu pessoalmente até entendo que ela tende a ser revista, mas é importância de se lembrar dessa decisão é de considerar que a justiça nesse caso do DTH levou 13 anos para dar uma resposta. A demora, a falta de aplicação da legislação, segundo eu entendo, e esses dois exemplos que eu esqueci de demonstrar e agradeço mais uma vez V.Exª. por me conceder a palavra, a importância desses exemplos está em mostrar que pura e simplesmente formular novas leis pode ser completamente inócuo se nós não estivermos a noção de que é preciso que existam meios para aplicá-las com o mínimo de agilidade que é necessária em qualquer ramo do direito, mas especialmente em temas que envolvam mutações tão aceleradas tanto tecnológicas quando mercado lógicas e econômicas, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a palavra Dr... [soa a campainha] Nós queremos, salientar quando a campainha toca não é por vontade de quem está presidindo a Mesa e sim por uma questão... tecnológica. [risos] Então, aqui o espaço é amplo e democrático acima de tudo e exatamente dentro desse princípio desse princípio democrático que a presidência não quer tomar conta da discussão, temos os colegas inscritos o primeiro inscrito é o Wellington Salgado que preside a Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação aqui dessa Casa que onde por certo esse tema deverá debater intensamente, e todas as contribuições que os debates levantarão a serão encaminhados nessa Comissão Interministerial exatamente para buscar elaborar a melhor lei possível de maneira que possa contemplar a todos os atores interessados. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente em exercício, Senador Sérgio Zambiasi é autor do Requerimento de convocação dessa Audiência Pública, Sr. Fernando, Sr. Evandro meu amigo, Sr. Walter, é muito bom tê-los aqui.

Essa questão que vem sendo discutida a todo o momento, a questão do marco regulatório, Lei de Comunicação de Massa, toda essa questão, ela surgiu quando? Ela surgiu no momento que nós temos uma legislação de telecomunicações onde chegam aqui ao Brasil as grandes empresas, digamos assim, européia uma grande empresa européia e uma grande empresa mexicana ou do norte e vem brigar aqui no Brasil. A verdade é essa. São as duas grandes empresas que estão no Brasil uma é A TELEFÔNICA e a outra é hoje a TELMEX via Embratel, digamos assim, essas duas empresas tem um capital muito forte, poder econômico muito forte, e a ponto da TELEFÔNICA agora ter comprado a TIM na Europa, porque os europeus só venderiam a TIM para um europeu não venderiam jamais para um mexicano, a verdade é essa. Então, temos aqui hoje no Brasil, um duelo de duas grandes empresas multinacionais fortes, boas no que fazem, tendo dois grandes Presidentes no País e tendo uma empresa nacional, uma grande empresa nacional que aí alguns no governo defendem até que nós tenhamos que ter uma grande empresa nacional para competir com essas duas. O que eu acho que vai ser uma situação muito difícil.

Temos três leis que regem toda essa confusão: Primeiro, como bem colocado a Lei de Radiodifusão, temos no meio a Lei de TV a Cabo, e a Lei das Teles outra vez, onde tem diferenciação quanto a capital estrangeiro em cada um delas, a Lei da Radiodifusão se eu tiver errado os senhores da Mesa me corrijam, só pode ter 30% de capital estrangeiro, a Lei a Cabo pode ter 49% de capital estrangeiro e a Lei das Teles pode ter até 100% de capital estrangeiro.

Muito bem, então isso cria uma competição financeira desproporcional. Porque nas teles vem o capital estrangeiro com 100%, se as teles resolveram produzir conteúdo? Se as teles resolverem construir o

novo Projac? Elas têm dinheiro para isso. Para se ter uma idéia, Presidente Zambiasi as teles hoje faturam em torno de 140 bilhões de reais/ano, enquanto que toda a radiodifusão, ou seja, rádio e televisão de todo o Brasil incluindo a nossa grande Rede Globo faturam juntos se eu estiver errado me corrijam em torno de 18 bilhões todos juntos. Então é 140 contra 18.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 8? 140 contra 8?! Com rádio incluída? Então já está pior do que eu achava. Tem menos de 10 bilhões aí ainda. Então veja bem, há um poder de capital diferenciado. Então, qual é, eu, pelo menos, eu quando eu comecei a discutir esse assunto na nossa Comissão eu comecei a freqüentar encontros e comecei a aprender o assunto, Senador Zambiasi, eu sempre achei que nós pudéssemos fazer uma lei onde tudo tivesse junto. Radiodifusão, teles, criaríamos um grande pacotão, todo mundo começa a chamar de Lei da Convergência e tudo se junta, quando convergência para mim na verdade são os três pontos chegando, chamado *triple play* que chega em casa você ali conecta o que quiser, tem acesso ao que quiser, eu hoje estou convicto que é impossível você ter uma lei com tudo junto. Eu acho que a Lei da Radiodifusão tem que ser aperfeiçoada em função das tecnologias que aconteceram você tem que ter uma Lei de Telecomunicações. Aí para onde vai a Lei de TV a Cabo? TV a cabo quer fazer produção de conteúdo, vai para a radiodifusão. TV a cabo quer simplesmente ser um entregador de pizza, [soa a campainha] de levar a pizza, então vai para telecomunicações.

Com relação a produção de conteúdo, eu acho que a gente tem que ter uma proteção para as produtoras sim, na lei incluída, mas venhamos e convenhamos o que é bem produzido sempre vai ter mercado. O produto que as produtoras independentes conseguirem produzir e que seja acessível ao usuário e que ele tenha interesse vai passar numa televisão. Entendeu? Essa questão daí... vocês tão ter que produzir qualidade. Ou seja, a Globo, produz qualidade, porque há anos que ela investe em produção de qualidade. A Bandeirantes, estive lá com o meu amigo visitei aquele estúdio maravilhoso de TV digital que foi um dos primeiros que chegou, inclusive moderno. Você entra todo mundo vê todo mundo, tudo com blindex, quer dizer, você tem que se adaptar a modernidade. A única coisa que eu estou convicto, Sr. Presidente é que nós não podemos juntar tudo num pacote só. Nós temos, por exemplo, A Abril, eu cito nomes, porque eu tenho que citar nomes, uma empresa que tem toda uma história com o Brasil de conteúdo não na área de televisão, mas no conteúdo gráfico e tem toda uma história contida ali. E ela tinha, tem uma autorização para o sistema chamado MMDS, se eu tiver errado Evandro me corrija, os senhores me corrijam. E esse modelo de comunicação de emissão de sinais que a televisão por microondas, antigamente ele era algo que não tinha resultado financeiro nenhum e com o avanço da tecnologia ela passa a ter mais canais e passa a ter também a internet. E com isso valorizou algo que não tinha valor nenhum a nível de mercado. Aí vem as grandes teles e montam parcerias, que eu acho justo, parcerias com a ABRIL, parcerias com a NET, parcerias com o ATV, se não me engano que está sendo questionada na ANATEL e essas parcerias tem que acontecer. Mas desde que a produção nacional e o conteúdo nacional tenha que ser protegido, como eu não sei. Mas eu tenho certeza que essa cada vai fazer a proteção desse conteúdo. E a grande preocupação, que antes eu só falava em produção de conteúdo, Senador Flávio Arns é produção e programação. Que horas vão ser programados os programas que interessam a nossa cultura? Porque você vai pegar um negócio desse aqui e vai chegar num ônibus e vai ligar e vai ver o seu programinha que passou num outro horário você vai poder entrar lá e puxar, vai ser assim que avança a tecnologia, ou seja, você vai ter mais 100 milhões de televisores no País que você vai poder ver na hora do *rush*, dentro do ônibus pendurado lá está vendo o programa que você não vê hoje. Então, tudo isso, vai acontecer, isso é evolução de tecnologia. Não adianta nós pensarmos que vamos fazer lei para acompanhar a tecnologia, não há como, não tem como. O caso desse MMDS é um exemplo disso, algo que não era viável e de repente com o avanço da tecnologia fica viável, agora o que nós temos que ter é o seguinte, ANATEL, Ministério das Comunicações, governo, Congresso, como é que nós vamos proteger essas empresas nacionais e o conteúdo nacional e a programação nacional. As empresas de teles, Senador Zambiasi dizem que querem ser o entregador de pizza, é o exemplo que eu nunca mais vou esquecer. Eles querem pegar a pizza e entregar o usuário. Se a pizza ou boa ou se não é, quem vai julgar é o usuário e quem tiver a melhor pizza o usuário vai pedir ele vai entregar. Eu não acredito muito nisso. Eu acho que tem alguma coisa escondida por aí, eles têm uma fábrica de pizza de repente querem montar. Um queijinho que vão trazer da Itália para fazer uma pizzazinha melhor, alguma coisa nesse sentido. Agora temos que proteger o conteúdo nacional. Os radiodifusores isso é que faz com que o Brasil com a língua portuguesa esse continente todo falando espanhol consiga sobreviver nós não fomos colonizados ainda pela língua, discuto a questão da ANATEL ter autorizado para Telefônica

um serviço de satélite que é gerado no Peru e está descendo no Brasil, está gerando emprego no Peru. Não contra a Telefônica, eu estou contra o modelo, que tem que ser gerado aqui no Brasil, tem que gerar emprego no Brasil, tem que fazer dublagem no Brasil, tem que fazer legenda no Brasil e descer no Brasil. A Itália, Senador Zambiasi, que é um pouquinho mais velho do que eu lembra dos famosos faroeste italiano, lembra? Juliano Gema, claro, que tinha a cicatriz aqui, cadê o Juliano Gema? Morreu tudo a Itália não tem mais produção é tudo de fora. O Primeiro Ministro que é dono das televisões italianas que comprou todo o pacote acabou com a produção italiana. Eu gostava de ver aquelas produções nacionais, Dama da Lotação, eu gostava de ver. Se nós não protegermos, desculpa eu estou até falando demais, mas é empolgante o assunto, e hoje temos três pessoas importantíssimas na área, eu digo até... Eu falo mais uma vez aqui para o Evandro, eu acho que a ABRA tem que se fundir com a ABERT outra vez. Não adianta vocês ficarem dividindo coisas e não chegando a acordo, tem que ter capacidade sentar e acertar isso, já falei lá no Congresso da ABERT, já falei para o pessoal da ABRA. Vocês têm que sentar. O momento é de União, não é de ficar dividindo esforços não adianta, que são duas cabeças maravilhosas que tem que estar junto, a questão do mercado vocês resolvem lá, quem produzir melhor vai vender, quem não produzir não vai vender. Agora, não fique achando que dividir vai ser a solução, porque o outro grupo está bem organizado.

Eu participei do encontro da ABERT, participei do encontro de telecomunicações em Salvador, que foi um absurdo, Senador Zambiasi, tive que pagar do meu bolso, porque com esse escândalo que está aí, qualquer coisa você vai para o Conselho de Ética, paguei a minha passagem do meu bolso, e tinha convite para ir, fui convidado com tudo pago, mas eu falei: "Eu vou pagar, porque não sei o que pode acontecer depois". O que é um absurdo! Os Senadores teriam que estar lá para ver o sucesso que foi, o que foi debatido que é importantíssimo para nós como conteúdo, ao invés de ficar chamando aqui passa lá 3 dias que você vai aprender tudo. A mesma coisa da ABERT da ABRA, passa lá que nós vamos aprender a entender e nós vamos juntar e dar uma solução para isso. Então eu queria parabenizar por esse grupo presente que está aqui, são pessoas realmente influentes na área, eu a minha posição pessoal, Senador Zambiasi que temos que ter duas leis uma para as telecomunicações e outra para a produção, radiodifusão. TV a cabo vamos decidir para onde vai. Para esquerda ou para direita. O que a TV a cabo quer? Agora também ficar preocupado com a programação. Que horas vai passar a programação nacional? 3 horas da manhã que você liga o celular e de repente vai ver alguma coisa? 3 horas da manhã não vejo televisão, faço outras coisas, [risos] durmo. Mas muito obrigado aí pelo direito de falar, Sr. Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Wellington Salgado como eu falei anteriormente é Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação aqui da Casa onde por certo esse tema terá também o espaço especial para ser discutido para ser debatido, para ser esclarecido, não é? Já está em processo de discussão, inclusive na própria Comissão. Eu deixo os convidados a vontade. Se quiserem comentar a respeito da manifestação do Senador Wellington até em relação a questão das entidades representativas do setor, não sei se é interesse... Senador Flávio Arns pode

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só uma questão de ordem, eu não sei se não seria talvez...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mais prático ouvir as três manifestações.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Senador Colombo...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O Senador Colombo é o segundo inscrito e o Flávio Arns terceiro inscrito

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não sei se V.Exª. concordaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Absolutamente concordamos, sim. Senador Colombo depois e posteriormente o Senador Flávio Arns.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Quero cumprimentar V.Exª., Sr. Presidente, cumprimentar o Evandro, o Evandro e o Walter e também os nossos Senadores. Eu tenho orgulho do modelo da comunicação brasileira e da televisão. Eu acho que qualidade, acho que tem eficiência, tem espírito público, tem nacionalismo e ao longo do termo se firmou. É um dos setores, a gente está tão ligado em apagão daqui, apagão de lá que não há esse tipo de preocupação. Mas uma das grandes conquistas Dr. Evandro colocou bem, essa questão da identidade nacional, mas eu percebendo ali vi a questão do Canadá que obriga por lei, se esse for o entendimento correto que no máximo 5 horas sejam programação nacional, a minha pergunta é essa: Será que a gente deve fazer por lei ou é o mercado que deve regular. Essa é uma questão para mim importante, porque evidente que a programação local é importante, o processo de globalização ele criou a imagem falsa para nós de que iria vir tudo enlatado e a programação seria uma coisa nesse

sentido e o que a gente vê na prática é cada vez mais forte o interesse local, a cultura, a presença. Eu acho que isso tem que ser valorizado, mas de que forma valorizado? Porque para que mantenha a eficiência tem que haver resultado econômico, tem que haver esse investimento necessário, evidente se você engessar com lei, por regulamentação acaba perdendo essa competitividade. A segunda questão é uma tema um pouco aparte, mas me interessa saber também a opinião de vocês que profissionais na área. Como é que vocês vêem essa questão da TV pública, ou da TV do governo, porque pública seria uma coisa mais ampla, mais plural e essa seria uma questão mais própria do governo, com um elemento de divulgação com esse custo que existe, qual é a influência que tem isso no setor. Seriam essas duas perguntas objetivamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Passo a palavra então agora o Senador Flávio Arns e depois os nossos convidados podem utilizar do microfone para as respectivas respostas. Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu também agradeço, quero cumprimentar os expositores, né, e pela relevância do assunto, pela relevância das informações prestadas e pela experiência toda que pode, acumulada, que pode orientar a organização dos textos legais que porventura decorram dessas Audiências Públicas também. Sejam novos textos ou aprimoramento de texto já existente como já foi colocado, inclusive a Constituição como Presidente Senador Sérgio Zambiasi já colocou da Comissão Interministerial que, inclusive está neste momento aceitando sugestões, eu acho que é importante destacar para a sociedade que as pessoas podem mandar sugestões, contribuições, pensamentos que devem ter muita gente, particularmente nas universidades em associações discutindo e pensando nesse tema e enviar isto aqui para a Comissão de Educação é importante.

Eu quero também destacar, que esta Audiência Pública e conjunta da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música, e Comunicação Social da própria Comissão de Educação. Eu até gostaria, assim, de voltar só ao artigo da Constituição, porque nós estamos tratando na verdade de uma regulamentação, de um artigo da Constituição e o artigo da Constituição me parece assim, extremamente claro e eu só gostaria, assim, de ouvir, assim, colocações em termos de como que isto, em termos de números, de percentuais, de estímulos como é isto vem sendo colocado em prática, que está escrito lá, o Senador Wellington Salgado levantou muito bem a questão da programação, não só da produção, mas também da programação particularmente dentro das TVs abertas. Quer dizer, está escrito lá no art. 221. A produção e a programação. É a palavra usada lembrando a fala do Senador Wellington, das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: Preferência e finalidade educativa, artística, cultural e informativa. Então a finalidade, a preferência como é que isso vem sendo, qual é o percentual disso? Porque a gente sabe que os percentuais aí também estão muito abaixo daquilo que deveria acontecer, não é? O item número 2, promoção da cultura, nacional e regional e estímulo a produção independente que objetive sua divulgação. Então eu gostaria de saber como é que é, como é que está esse estímulo e principalmente em função da pergunta seguinte que eu vou fazer, só lendo, por enquanto, o art. 221, item 3 do art. 221 da Constituição Federal diz: regionalização da produção cultural, artística e jornalística conforme percentuais estabelecidos em lei. A gente tem que lembrar que a Constituição já tem 19 anos, não é? 88 para 2007. Então, a dificuldade que vem sendo enfrentada ainda nisso, e o quarto item do art. 221 respeita os valores éticos e sociais da pessoa e da família, é um debate que vem acontecendo aqui dentro da Comissão de Educação, dentro da Comissão de assuntos sociais em relação à programação da televisão, não é? Por exemplo, programas policiais [soa a campainha] relatando as situações aí do cotidiano nosso, muitas vezes em termos de assassinato, roubo, isso, aquilo, depois do almoço vamos supor. Quer dizer, até um desrespeito a Estatuto da Criança e do Adolescente e dificuldades assim que vem sendo enfrentadas nesta área. Então só se a gente pudesse ter dos expositores, assim, que eu vejo assim muita dificuldade na questão apesar da legislação existente, talvez a gente devesse rever a legislação para ver, porque é que esses itens todos não estão, o que é que foi colocado na legislação que está impedindo uma eficiência maior para que o preceito constitucional seja, assim, concretizado.

Agora, o que eu gostaria também de perguntar é em relação a não se ter novas leis, mas sim aprimorar-se, quer dizer, não necessariamente a novas leis, mas que a gente adote, assim, princípios que são, qual que é a filosofia, qual que é o princípio permanente, como é que vocês considerariam os expositores considerariam, vocês expositores, os senhores expositores considerariam que esses princípios constitucionais devessem assim ser colocados em prática, colocados, assim, de uma forma que pudesse, assim, realmente, fazendo uma avaliação crítica desses princípios e da legislação, como é que tudo isso vem acontecendo em termos do nosso País, e ao mesmo tempo perguntar, em termos, assim, da visão que os senhores tem em termos da inclusão das rádios comunitárias e canais

comunitárias de TV a cabo, por exemplo, telecentros, caberia na nova lei também da Comunicação Social Eletrônica a previsão de aspectos que envolvessem esses atores ou seria uma coisa dividida, separada, e como que observam também a questão dos subsídios e referências no âmbito da América Latina na nova Lei de Comunicação Eletrônica que deverá haver espaço para essa dimensão regional também que já vem sendo abordada, inclusive, em termos de outras Audiências Públicas envolvendo a América Latina em termos de público que pudesse também se envolver nessa programação.

Essencialmente eu acho que a Constituição, a nossa Constituição foi, me parece, assim, tão adequada, tão sábia na elaboração do art. 221 dizendo o que deve ser a produção e a programação de emissoras de rádio e televisão e os princípios que devem levar em conta, que eu gostaria, assim, de ouvir, assim, uma avaliação dos senhores nesse sentido. Mas quero parabenizá-los, parabenizar a Comissão de Educação e dizer que várias Audiências Públicas estão sendo, assim, conduzidas para discutir esse assunto, não só aqui na Comissão de Educação, mas também na Comissão de Ciência e Tecnologia presidida pelo Senador Wellington Salgado. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Flávio Arns registro também a presença do Senador Wilson Matos acompanhando os depoimentos da Comissão. Apenas para completar aqui a série de perguntas me despertou aqui, uma curiosidade. Na produção audiovisual, no mercado francês, então, sabe-se que o cidadão francês paga por ano 117 euros, conforme informação do Fernando a título de taxa de serviços de televisão. Na Alemanha cada pessoa a comprar um aparelho de televisão passa a ser obrigado a pagar mensalmente 18 euros. Seguramente isso é uma forma de ressarcir os serviços, de financiar os serviços de mercado de televisão e audiovisual. No Brasil nos temos a Lei Rouanet, as leis estaduais de incentivo a cultura. De alguma maneira não é, não funciona como um apoio do Estado, um apoio público a esse mercado, a esta produção? Quer dizer, de alguma maneira o Estado através das leis de incentivo a cultura nacional ou estaduais também estimula, participa e apóia estas produções. Então, é uma curiosidade, uma dúvida que me despertou em relação a essa comparação com os demais mercados mundiais. Eu passo a palavra agora exatamente pela ordem--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente. É que um dos grandes objetivos também é o incentivo à produção independente de televisão no Brasil. E a falta de recursos, a falta de condições, a falta de capital é algo difícil, né? O Senador Wellington Salgado e eu estávamos falando aqui, o que é que também o Presidente acharia, de que na venda, quais são as alternativas para captação de recursos, como, por exemplo, na venda de televisores e tal, algum percentual ia para a produção independente ou outra alternativa que a Associação Nacional esteja pensando em termos de recursos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pode ser visto como mais um imposto. [risos] Tem, ver como a população reagiria a isso. Pelas informações, hoje, 90 e poucos por cento da população têm televisão em casa. [risos] Eu vou deixar pela ordem de depoimentos aqui, eu passo a palavra ao Dr. Evandro Guimarães.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Eu vou fazer rápidos comentários sobre os comentários. O Senador Wellington, na nossa opinião, tem toda a razão quanto à lei separadas para telecomunicações e radiodifusão. Nosso entendimento é: Telecomunicações liga um receptor, uma emissora a um receptor. Telecomunicações é comunicação de um para um. Radiodifusão é comunicação de um para "n", de um para milhões. Os americanos, chamado de *broadcasting*. Radiodifusão é comunicação social, telecomunicações é fornecimento de meios para que se estabeleça uma comunicação entre duas pessoas. Mesmo em sistemas modernos de comunicação sempre você tem na ponta da linha um assinante, um cliente. As comunicações são codificadas não são abertas. Na nossa opinião, a Lei da Comunicação Social, ela poderá abordar aspectos que hoje não estão devidamente regulamentado na legislação da TV paga, mas ela deve ser uma Lei da Comunicação Social com as preocupações, com muitas das preocupações que se falaram nesse encontro. Fico feliz que o Senador Wellington lembra que há necessidade de se proteger o conteúdo e a programação, programação nacional. Com isso eu vou antecipadamente responder a uma pergunta do Senador Arns. Por que é que é necessária essa questão da proteção e do conteúdo? Porque nós temos, realmente os números que foram apresentados no início da apresentação do Fernando da ABPI mostram isso. Essa é uma indústria grande no mundo, no Estados Unidos é uma indústria de 300 bilhões de dólares. Estamos falando de coisas próximas do PIB brasileiro, a segundo a indústria de exportação americana depois de armas e tecnologia de armas. Nós estamos falando de alguma coisa que realmente é uma guerra sem armas do ponto de vista cultural. Atrás da cultura vão os produtos, atrás do idioma praticado vai a soberania e o Brasil tem uma configuração muito especial. No Brasil com temática brasileira, autores brasileiros, atores brasileiros, paisagem brasileira já

se produziu Jorge Amado, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Machado de Assis, Mário de Andrade, Monteiro Lobato, eu não conseguiria parar essa lista. Todos os grandes autores brasileiros, foram adaptados e produzidos na televisão brasileira, todos, sem exceção, todos. Em 40 anos a TV Globo com o prestígio estratégico que se deu desde o início ao talento nacional, o Brasil conseguiu, quando é que vale isso, quanto é que representa isso para a entidade nacional? Quer dizer, cultura hoje é isso. A produção de uma minissérie sobre... Baseada num grande escritor brasileiro, no dia seguinte provoca uma corrida às livrarias e nós devemos parar um pouquinho e pensar o quanto de contribuição, de impacto efetivo isso deu a essa frase que eu gosto de repetir que é uma frase que foi utilizada aqui há pouco tempo no Senado, que dei ao País esse senso comum de ser brasileiro essencial para a identidade, para o sentimento, para a brasilidade para este pilar da cidadania.

Passando para os comentários do Senador Colombo, do Senador Raimundo Colombo eu quero dizer o seguinte, fiquei muito feliz dessa expressão que o senhor tem orgulho do modelo, mas, não é que contesta, quer saber sobre a disposição canadense de ter 5 horas de produção nacional, programação nacional. Na nossa atividade, é essencial ter o roteiro da história desde o princípio, o Canadá é um País que fala inglês e que fala francês. É um País dividido. A batalha no Canadá sempre se deu contra a grande ascendência da indústria cinematográfica que invadiu os meios culturais no Canadá, o Canadá é um exemplo internacional, até em publicidade o Canadá tem restrição. Por exemplo, como o senhor sabe hoje, o Brasil é invadido por produção feita no exterior, de publicidade. Quer dizer, quando você fala em proteção do conteúdo brasileiro, você está abrangendo centenas de milhares de emprego na comunicação, inclusive, na comunicação publicitária. No Canadá, por exemplo, as revistas têm uma cota para a produção, para impressão e circulação no mercado interno canadense com relação a números de páginas, criadas produzidas e autorizadas, ou seja, quando eu falo criadas, produzidas e autorizadas, por quê? Criada é emprego criativo no exterior, produzida é emprego criativo no exterior, e autorizada é dinheiro que é o que interessa. Nós freqüentemente no Brasil nós temos isso hoje na TV paga, nós estamos vendo na TV paga anúncios que são produzidos lá, gerado de lá e autorizados de lá. E a atinge o consumidor brasileiro na TV paga. Quer dizer, é uma distorção que precisa ser corrigido, porque embaixo disso também tem empregos, empregos caríssimos. Os empregos intelectuais e artísticos são os empregos mais caros do planeta, e há uma importante geração de emprego no mundo inteiro nessa área de comunicação.

Então o Senador Colombo pergunta: essas 5 horas de programação nacional. Eu desconheço detalhes, mas provavelmente no Brasil o que nós temos, Senador é uma diversidade de oferta de programação gratuita que a gente acredita, especialmente agora com a chegada da TV digital que o mercado vai criar acomodações para isso e que talvez, se houver uma linha geral de inserção na legislação aceitaremos, acataremos, mas nós acreditamos que o mercado e os brasileiros vão entender o seguinte: Só para lhe dar um exemplo, em Florianópolis existe hoje 17 ofertas de programação gratuita. Infelizmente, infelizmente apenas 4 ou 5 são as programações mais vistas, porque falta qualidade nos demais canais. Por exemplo, lá nós temos a Radiobrás com a Fundação Catarinense, o SBT com o Estado, o SBT na TV O Estado, a Record na televisão Cultura, Bandeirantes na Firenze do Saul Brandalise(F), a Globo na RBS TV, a Fundação Educar Sul com a programação educativa que poderia ser implementada, nós temos a retransmissão da TV Gazeta de São Paulo, a Rede TV, da Rede Vida, da CNT, várias programações religiosas como Rede Vida, Boas Novas, temos a Rede Mulher que também é do grupo Record, tem uma canção nova, temos o Sistema Rede 21 que é do sistema, retransmissão do sistema Bandeirantes, temos a MTV, temos a CBI que é um canal de televendas retransmissão. A pergunta que eu faço nós temos aqui, pelo menos, 11 canais que ofertam programações que poderiam ser aperfeiçoadas, isso também responderá uma pergunta que o Senador Flávio Arns fez, até hoje não se fez que a Constituição sugere, que é um fomento para valer em programação, para programação independente e programação de qualidade no Brasil. Não são pequenas lotações de 25 milhões, Lei Rouanet de 100 milhões, não é isso. Só a nossa empresa, ela tem custo de produção acima de 2 bilhões de reais por ano. Isso em torno de 40% do faturamento é custo direto de produção. E é o seguinte, e a produção feita em empresas, como a Bandeirantes, como o SBT, não pensam o seguinte, não é a vontade de ter a produção, não. Terceirizar é o verbo da gestão moderna, todo o gestor paga uma nota para ir nesses seminários externos para saber que terceirizar é melhor. Hoje, terceirizar é o verbo da gestão moderna. No entanto, é o seguinte, quem vai ao ar 24 horas por dia precisa ter garantia de que produto coloca no ar, alguns produtos que nós colocamos no ar, não estou nem falando do jornalismo, alguns que nós colocamos no ar ficam prontos às vezes, um dia antes da exibição, duas horas antes da exibição, os finais de novela são produzidos em 3 ou 4 versões e um

deles é escolhido é finalizado antes do fim da versão. Porque a troca de entretenimento, a troca de energia no entretenimento se faz com pesquisas, com laboratórios para você agradar o público, essa competição ela é verdadeira, ela se trava minuto a minuto. Então é o seguinte, se o Estado brasileiro quer, considerando a condição brasileira que é falar português com esse País continental, [soa a campainha] com a integridade da federação, se o Estado brasileiro quer de fato que tenhamos mais e melhor produção de qualidade, não importa aí se é independente, se é produção de algumas emissoras de menor, tem que haver recurso, tem que haver estímulo e nesse sentido a competição é bem-vinda a nossa emissora particularmente considera isso muito bem-vindo.

Então Senador Colombo, eu estou encerrando a TV, a questão canadense, nós devemos olhar o Canadá, mas com certo distanciamento crítico, entendeu? Aproveitando o que tem de bom na experiência canadense, mas entendendo que nós, inclusive, não temos um vizinho que fala a nossa língua como é o caso do Canadá. E grande produtora mundial de conteúdos.

O Senador Flávio Arns, na verdade, Senador o senhor fez um conjunto de perguntas e de reflexões que eu acho que dariam para alimentar um seminário de várias semanas, mas eu não vou fugir de algumas respostas genéricas. A sua resposta principal é uma coisa que também me incomoda, é não ter havido regulamentação, talvez até porque é muito difícil isso para as penalidades artísticas, culturais, informativas e educativas dos meios de comunicação. Bom, tem várias respostas para isso, eu quero defender do nosso lado. Do nosso lado, do ponto de vista artístico, nós, estamos cumprindo o nosso papel, a gente tem, atores brasileiros, técnicos brasileiros, diretores brasileiros, arquitetos brasileiros, cenógrafos brasileiros, nós empregamos brasileiros. Exportamos o produto para o mundo inteiro. Essa é a nossa contribuição artística. Contribuição cultural eu repetiria como eu disse antes, nós fazemos Monteiro Lobato, nós fazemos todos os principais autores da língua, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, nós fazemos toda a produção cultural. Na parte informativa o senhor sabe que nós temos jornais nacionais e regionais em ampla, são pelo menos 6 jornais diferentes considerando os nacionais e regionais em todo o Brasil, inclusive os jornais do segmento esportivo. Acho que a gente dá uma grande contribuição informativa ao Brasil inteiro.

Do ponto de vista educativo, Senador, nós consideramos que os esforço que aconteceram no passado, foram mal sucedidos do ponto de vista regulamentar o projeto minerva para as rádios, hoje é resolvido da maneira com um convênio, mas com o ponto de vista educativo nós sempre fizemos as nossas contribuições educativas, várias programações educativas, especial recomendadas como educativas, mas não nos, nós achamos que educação é tão sério que nós fizemos um canal de educação que hoje está sendo recebido gratuitamente por mais de 30 mil escolas do Brasil que é o Canal Futura que durante 24 horas por dia faz para os professores e alunos o canal Educando e Aprendendo. Mas esse é um campo da educação que eu acho que é um campo comum. Esse é um desafio que nós estamos hoje estamos usando apoio total a todos pela educação, mas acho que ainda há esforço a ser feito e estamos de braços a abertos para fazer.

O senhor também comenta rapidamente, só para eu comentar, sobre a questão do estímulo da produção independente, eu acabei de falar disso. O estímulo da produção independente não é simplesmente designar grade para exibir. Designar a grade você poderia designar em qualquer uma desses 17 canais que estão em Florianópolis ou dos 21 canais que estão em São Paulo, mas provavelmente eles não comporiam uma grade, porque televisão se faz com uma grade, freqüentemente a chamada de televisão é tão importante quanto o programa. Quer dizer, seria necessário que houvesse no Brasil para que a produção independente fosse vitoriosa é que uma oferta substantiva de programas tivesse capacidade de com produtos produzidos externamente à emissora compusessem uma grade, uma grade aquilo chama-se, como é que você entrega a televisão? Como é que o Jornal Nacional entrega a audiência para a novela? Como é que a novela entrega para o programa subseqüente? Etc e tal. Então às vezes produzir é uma necessidade para reduzir incertezas, para ter uma garantia empresarial de fornecer o seu produto. Mas, insisto, achamos e apoiamos que o fomento e a produção independente que a produção seja potencializadas, seja exponenciada, seja ampliada, essa indústria gera empregos, ela dá satisfação ao País, ela é subtratada do ponto de vista de recursos econômicos para implementar a sua atividade. Seja para a produção para a televisão, seja para o cinema, seja para o teatro. Produção cultural deveria ter muito mais recursos do que tem hoje.

O senhor também nos pergunta sobre essa questão da dimensão regional, acho que a regionalização não foi aprovada até hoje porque nós não conseguimos fazer um projeto que fosse, digamos assim, razoável, prudente que levasse em conta a necessidade efetiva da valorização da produção local regional, mas que também tivessem em vista, levasse em conta a verdadeira possibilidade econômica das diferentes regiões. Mas isso há 2 projetos em andamento, um na Câmara e outro no Senado, e nós esperamos que sejam que

continue a tramitar. Por fim a última questão é o, é a questão de respeito aos valores éticos que são extremamente discutidos, permanentemente discutidos e essa discussão deve continuar. Porque respeitar os valores éticos, ou seja, trocar energia com telespectador sem assustá-lo, ou sem invadir na sua casa aquilo que ele respeita é essencial para que uma empresa tenha longevidade e tenha respeito do público. Mas esta é a cota de responsabilidade social que cada uma empresa apresenta ao seu público e inclusive ao público Parlamentar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Dr. Evandro Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo. E na seqüência, dos nossos convidados, vamos ouvir o Dr. Fernando de Souza Dias, Presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão.

SR. FERNANDO DE SOUZA DIAS: Obrigado, Senador. Eu vou tentar também fazer em ordem aqui dos questionamentos. A primeira questão que eu acho que a gente tem que pensar e deixar muito claro na questão da Lei Geral da Comunicação é que hoje a questão da comunicação ela está muito mais em transmissão de dados do que transmissão de imagens. Eu não nego que eu fico um pouco aflito a partir do momento que a gente tenta separar o tipo de sinal que está sendo colocado, é o problema que a gente teve com o DTH que nunca foi regulamentado, você tem a TV a cabo, daqui a pouco vou criar um outro existem XPH que também não vai ser regulamentado, porque hoje quando a gente está falando na questão da transmissão de dados, realmente houve uma convergência muito grande na área de telecomunicação com a área de televisão. Como a gente vai colocar, por exemplo, a TV sobre o IP que já existe fora do País de uma maneira muito mais consistente do que no Brasil que ela não deixa de disputar o espaço com a televisão, então, fora do Brasil eu já vi vários exemplos muito satisfatórios em termos de qualidade de imagens, e tudo, onde você assiste essa televisão para o consumidor final, tanto faz aquilo lá só vem através de um cabo de fibra ótica, de uma telefônica, mas ele pode assistir a Rede Globo na casa dele através de uma transmissão sobre IP. Nesse sentido eu acho que é um pouco temeroso a gente começar a criar, separar demandas, até porque a tecnologia ela está vindo numa velocidade tão rápida e tão avassaladora que a gente vai ficar anos e anos dentro dessa casa aqui discutindo a nova regulamentação o novo sistema que foi criado por transmissão. Então no meu entender era mais fácil a gente tentar criar um sistema onde exista a regulamentação sobre transmissão de dados e o dados ele vai se convergir, no ponto final ele vai virar voz, ele vai virar imagem, ele vai virar o que quer que seja, ele vai para a internet, ele vai para o celular, ele vai para a televisão, do que realmente você começar a criar essa distinção de uma maneira tão clara.

Nós defendemos que o conteúdo na Lei Geral de Comunicação, que o conteúdo seja brasileiro, nós entendemos que o conteúdo seja produzido por produtoras brasileiras, mas nós defendemos que também que você possa ter, e aí eu deixo claro aqui novamente a nossa divisão, a gente faz o difusor e o produtor, onde que você possa ter outras possibilidades de difusão desse conteúdo. Com tanto que esse conteúdo ele tenha um controle, uma produção por empresas brasileiras e que ele tenha regras claras igual existe no caso do mundo, da quantidade de horas que esse conteúdo ele deve ser exibido o mínimo de horas que deve ser exibido de conteúdo nacional dentro desses novos formatos que vamos dizer assim, até para ficar um pouco, um pouco mais claro.

Quando o Senador Wellington falou da questão da produção independente, eu entendi muito bem a colocação do senhor da questão da qualidade, a nossa condição, hoje, eu acho que a gente não está mais entrando na questão, realmente se a produção brasileira tem ou não tem qualidade de ir para a televisão aberta brasileira. A gente já consegue provar a partir do momento que a gente prova que a gente tem qualidade para ir para grandes televisões fora do Brasil, a gente não vê porque a gente não teria qualidade de ter o nosso conteúdo exibido, e a gente tem exemplos aqui da Globo fez produções com O2(F), a Globo fez produções com a "Cidade dos homens", fez o "Carandiru", várias produções, com produção independente e para consumidor final, na verdade, tanto faz, está dentro do padrão de qualidade da Globo, a Globo ele teve o seu controle ali na hora de produção e é assim que o mundo funciona. Na hora que eu vou produzir para a BBC ou para o Channel 4, ou pra Discovery, quem quer que seja, existe uma pessoa designada dentro daquele canal que ela vai garantir que o meu produto ele vai estar dentro dos padrões de qualidade daquele canal. Então o produtor independente ele não entra como algo novo, inédito completamente diferente da grade, ele está indo ali cumprir um objetivo do canal que é de preencher aquela grade. Fora do Brasil você tem uma figura que, infelizmente, não existe no Brasil, é chamada de *commission(F) meditor* que são pessoas designadas dentro das próprias televisões que fazem a seleção dos *slotes.* Então você tem um *commission(F) meditor,* por exemplo, que só trabalha com área de dramaturgia, vamos dar um exemplo da HBO que fez várias séries muito bem feitas agora, que

fez várias séries da HBO foram feitas no Brasil. Ela tem uma pessoa que vai buscar no mercado projetos e produtoras que elas julgam que sejam capacitadas para preencher aquele horário, ela contrata, ela tem um controle, ela trabalha efetivamente junto com essas produtoras.

Concordo com o Evandro também que existe um outro ponto que é o ponto da questão do financiamento desse conteúdo. Quando a gente está falando principalmente da Europa, o Canadá também é assim. A Europa tem fundos enormes, existe um fundo europeu que chama [ininteligível] que tem 4 bilhões de euros por ano para produção independente, trabalhar com televisões. Tem o CNC na França que tem... Não me recordo, mas é coisa de 500 milhões de euros por ano, você tem os fundos alemães, então você, na verdade, você cria um sistema onde a televisão ela faz parte do processo. A televisão nesse País ela entra, geralmente em torno de 20 a 40% do valor da produção. Depois desse aval da produção, da televisão é que o produtor ele tem a possibilidade de buscar os subsídios públicos ou subsídios europeus para completar sua produção e muitas vezes ela vai buscar também parceiros internacionais. Quando vocês assistem uma produção da BBC hoje, tem produções belíssimas, se vocês tiverem o cuidado de olhar os créditos, vocês vão perceber que geralmente foram produções realizadas entre 4, 5 países que se cotizaram o custo daquela produção no sentido de viabilizar aquela produção. Isso na verdade não existe. Quando a gente fala da questão da Lei Rouanet no Brasil, tem outras leis, as leis brasileiras de incentivos foram feitas para o cinema, elas não foram feitas para televisão. Toda a lei brasileira de incentivo foi feita única e exclusivamente para a área cinematográfica. Há poucos anos atrás, até por muita briga que a gente teve no setor, começaram a se criar algumas demandas e alguns projetos que beneficiavam primeiro as públicas, as TVs a cabo internacionais e agora vai se iniciar uma nova lei que é inclusive para TV aberta, tem o art. 1° A e o art. 3° A, que são duas novas leis que vão beneficiar também a produção independente em parceria com a produção aberta.

Só para fazer talvez uma correção aqui que talvez tenha tido um entendimento na questão do Canadá, eu acho que teve uma confusão de leitura dos slides. Na verdade quando, as cinco horas de programação que se referia era na verdade na produção americana, onde a televisão americana regional ela só pode exibir cinco horas da televisão, da rede nacional. Ou seja, se vamos supor para dar um exemplo brasileiro. A Globo tem as suas retransmissoras, aquelas retransmissoras ela pode, se fosse americana, ter cinco horas da produção da rede e o resto ela tem que ter de produção regional. E existe um sistema nos Estados Unidos, essa que é muito interessante chama *sindication*, onde você tem produtos que foram exibidos em alguns Estados em uma TV e em outros Estados em outras TVs. Então existe uma troca, existe uma transferência de produção muito mais efetiva, muito maior do que você tem--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Permite um aparte Dr. Fernando. Eu vou dar uma cutucada no nosso convidado Evandro que é o seguinte. Eu tenho conhecimento de que tem algumas afiliadas da Globo que quando faz a sua programação local tem um nível de audiência maior do que quando entra a programação net da Globo, digamos assim. [risos] Agora, tem que acertar, como é que vem? Muitas vezes vem direto, agora quando a entra a nacional cai a audiência no local. Porque a programação local tem mais audiência do que a programação que vem da rede. Eu tenho exemplo disso eu não vou citar, Evandro quem é, mas eu tenho um exemplo desses.

SR. FERNANDO DE SOUZA DIAS: Sem dúvida, isso inclusive está dentro da regulamentação da Constituição, a regionalização da produção que existem algumas leis que já tramitaram tanto no Congresso, como aqui no Senado, mas nunca foram para frente, mas que a gente também considera que isso é uma maneira de você ter uma diversidade maior de produção e de participação maior da produção independente.

Uma outra questão que foi colocada e muito bem colocada, e a gente tem que ser muito atento quando a gente fala das questões dos valores éticos da televisão e na questão da difusão, nós já detectamos muitos casos aqui no Brasil onde, não estou falando das redes nacionais, [soa a campainha] mas algumas redes regionais, elas acabam loteando o seu horário de programação. E quando você vê aquela telinha na televisão, "isso é uma produção independente, não nos responsabilizamos", isso é um absurdo. Isso é uma concessão pública, é responsabilidade de quem colocou. Eu já tive discussões com algumas televisões regionais onde o dono da televisão fala, "eu não nada a ver..." Lógico que ele tem. Ele é o responsável por todo o conteúdo que é exibido, ele tem que ser responsabilizado inclusive criminalmente se de alguma maneira ele ferir alguma questão constitucional ou infringir algum preceito moral, ético, não sei, alguma questão... Então a gente tem que mudar esse conceito da televisão. A televisão ela não pode ser um balcão de negócios, só de venda de horário, a gente tem que voltar um pouquinho nesses preceitos discutidos aí há quase 20 anos atrás quando foi criada a nossa Constituição e tentar agora alinhar todas essas

questões com... Muito minuciosamente. Eu acho que a gente tem exemplos internacionais que podem ser seguidos, eu me coloco à disposição dos senhores, a gente tem isso muito minuciosamente colocado como funciona nos outros países, mas a gente, eu volto a ressaltar. Tem que existir uma distinção entre difusor e o produtor. O produtor brasileiro ele tem hoje uma, ele tem uma competição completamente desleal no sentido que ele não tem a possibilidade de oferecer o seu produto para televisão já que ela tem essa produção totalmente verticalizada. Eu acho que era isso que eu queria colocar, eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Dr. Fernando e passo a palavra agora ao Dr. Walter Vieira Ceneviva que é diretor da Rede Bandeirantes e consultor jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Obrigado mais uma vez, Sr. Presidente, vou responder na ordem das questões que foram suscitadas, em primeiro lugar em relação aquilo que nos expôs o Senador Wellington Salgado eu gostaria de concordar com ele em grau número e gênero, mas com ênfase para um aspecto que é precisamente o aspecto da desproporção econômica entre o segmento que distribui pizza e o segmento que fabrica pizza. O segmento que é o corpo na metáfora do Dr. Evandro Guimarães e o segmento que é a alma. As redes de telecomunicações hoje geram uma receita anual da ordem de 140 bilhões de reais. A radiodifusão que é dos principais produtores de conteúdos no Brasil, hoje, e responsável por essa missão de integração, essa bem cumprida missão de integração gera por volta de 8 bilhões de reais. Essa desproporção é muito importante de ser levada em consideração, porque ela indica a importância, ela dá a exata dimensão da importância de proteção para a produção de conteúdo nacional.

Há um ditado popular que diz que se puser na mesma sacola dois jarros, um de barro e um de ferro o desfecho é certo. O jarro de barro vai quebrar. Há uma desproporção de forças e insisto, globalizadamente, globalmente olhando o cenário mundial o que se percebe é que o mundo protege a produção de conteúdos, o mundo valoriza as iniciativas de difusão e de comunicação que propiciem identidade de língua, integração política e no Brasil nós temos o processo de propaganda política que é nacional e isso faz com que o Brasil seja um País integrado como de fato é.

Há um detalhe, ainda pensando em termos desse aspecto estratégico que eu gostaria de mencionar uma carta do Senador, perdão, do Embaixador Italiano, perdão uma carta do Embaixador Americano na Itália dirigida ao jornal La República há 2 meses atrás. O Embaixador Americano dirigiu uma carta ao jornal criticando aquilo que se fazia naquele instante e dizendo que havia investimento americano em países vizinhos como a França e outros países vizinhos à Itália e que, no entanto, no momento que a *AT & T* pretendia comprar a herdeira do monopólio estatal das telecomunicações da Itália percebia uma grande comoção que se explicitou, por exemplo, com declarações do Ministro italiano quando fazia uma viagem ao Japão tendo o cuidado de dizer: "Nós não queremos a *AT & T* na Itália". Lembro desse exemplo, porque o Embaixador americano defendia uma linha de integração global de capitais e defendia que se não houvesse barreiras ao capital os americanos quem sabe investissem na TELECOM Itália e na Itália e a resposta da Itália é uma resposta que merece reflexão e que está em linha com aquilo, em termos disso, Senadores e nós mesmos. Ou seja, é necessário que se estabeleçam barreiras para o capital estrangeiro, em benefício precisamente do cumprimento dessa missão de integração.

Queria também comentar a idéia, independentemente do debate de saber se há ou não uma interferência na programação no caso específico do Canadá, mas pensando genericamente, a idéia, o conceito que nos trazia o Senador Raimundo Colombo de estabelecer cotas horárias. Em princípio a idéia parece sedutora, mas na nossa visão é uma idéia que é ao mesmo tempo desnecessária e que pode ser contraprodutiva. De que é que nós falamos? Se houver cota para o horário, isso não estimula verdadeiramente a produção nacional, porque corresponde simplesmente ao estabelecimento de uma barreira que não vai, vai sozinha superar os diversos obstáculos que nós vimos, existem, obstáculos econômicos, como vimos como o Dr. Evandro Guimarães e principal com o Dr. Fernando. Há um gráfico na apresentação do Dr. Fernando que mostra que metade das associadas da entidade por ele representada se encontra em São Paulo. Não é possível, por uma proposição de horário, de cota horária para a programação reverter essa realidade da concentração econômica. Ou seja, o princípio constitucional da extinção ou da modificação das diferenças regionais é um princípio que tem que ser percebido não através da cota, a cota não produziria esse efeito. Pensando nos comentários e nas questões que nos levanta o Senador Flávio Arns é muito importante que a gente tenha em mente o diálogo que se dá entre a radiodifusão e a sociedade civil diretamente. Eu digo isso não apenas do ponto de vista da missão legal, não apenas do ponto de vista da missão constitucional, não apenas do ponto de vista de concessionárias de serviço público que as empresas de radiodifusão são. Eu digo isso do ponto de vista que é importante de ser

levado em conta não, porque seja mais importante em si mesmo, mas, porque é mais importante para que os senhores possam compreender como os radiodifusores lidam com a sociedade civil, que é o fato de que os nossos serviços são gratuitos. Nós somos obrigados a granjear a atenção e o apreço dos telespectadores e da sociedade civil sob pena de não nos viabilizarmos como uma concessão de serviço público. Então, em que isso dialoga com a pergunta que o senhor nos fez, que V.Exª. nos dirigiu em relação ao cumprimento do art. 221? Dialoga no sentido seguinte, Senador. É evidente que sempre que viável, as emissoras terão a preferência por programações de conteúdo intelectual e educativo mais elevado. Todavia a programação que não cumpra uma outra missão que também é da radiodifusão que é a missão do entretenimento, por exemplo, ou a missão da informação é uma programação que não se viabiliza do ponto de vista econômico, além de, é importante ser dito, não cumprir a missão legal, constitucional e de concessionária de serviço público. Esse embate é permanente e ele dialoga em termos também, com a questão da TV pública que foi suscitada nos questionamentos que V.Exªs nos dirigiram.

Eu tenho citado muitas vezes, o exemplo de uma cena de Monty Python na televisão Britânica, é um desenho animado em que uma senhora vestida em traje de gala entra no banheiro, a porta se fecha e ela produz ruídos escabrosos. Ela se retira do banheiro e o filme continua é uma cena de grande graça para quem aprecia esse tipo de humor, como é o meu caso, mas que suscita uma questão muito importante, é para isso que o dinheiro público serve? E o Monty Python foi exibido pela BBC uma TV pública. É isso que nós desejamos? Eu aprecio muito o Monty Python, mas proponho para V.Exª. a reflexão seguinte: Se nós como País, e se V.Exªs como legisladores estabelecerem o que é educação e o que é cultura para radiodifusão poderá acontecer em algum momento da história, alguma forma de direcionamento indesejável, de direcionamento que ofenda outros valores da Constituição, não apenas da liberdade de expressão, mas da própria transparência do processo democrático, da liberdade política e enfim, outros valores que poderiam ser postos em risco. Digo isso, não para deixar de dar uma satisfação a pergunta de V.Exª., as emissoras tem preocupação com a qualidade da programação e com o cumprimento dos princípios do art. 221? Não tenha a menor dúvida que sim. Eu lamento não dispor de números que aqui V.Exª. especificamente se referiu. Na minha, pela minha posição profissional eu não domino os números com a segurança que seria necessária para dar uma resposta precisa para V.Exª. Mas não existe a menor dúvida de que as emissoras perseguem o cumprimento de desenvolver atividades do melhor nível e da melhor qualidade artística, cultural, principalmente no caso de algumas das emissoras afiliadas a ABRA, informativas. O fato é que existem programas policiais que exploram condições de miséria humana, é um problema para todos nós e que merece reflexão. Todavia, ele não se constitui numa fabricação da realidade e sim um espelho da realidade.

V.Exª. ainda comentava sobre se a nossa Constituição nos termos em que está posta é suficiente, ou seja, se ela enuncia princípios que continuam válidos? A nossa visão é de que sim, ela enuncia princípios que são válidos. Ou seja, se um novo marco regulatório tiver de ser estabelecido, e se esse marco regulatório observar os preceitos e os princípios que estão na Constituição Federal nós estaremos dando um passo adiante, [soa a campainha] consagrando esses princípios que já estão constitucionalmente estabelecidos.

E por fim queria responder à indagação do Senador Zambiasi com relação a como financiar essa produção tendo em vista que no fim das contas é de dinheiro que se fala, ou seja, de insuficiência de recursos para financiar outras formas de produção fora da cadeia produtiva desses veículos que já estão estabelecidos. Além, evidente, de como nós já falamos, garantir que não haja um porteiro escolhendo quem produz e quem não produz. Ou seja, além de cumprir a Lei 8.884 é preciso ter em mente o seguinte: Novos tributos ou novas contribuições de intervenção no domínio econômico seriam claramente vistas como mais um imposto num País que já é conhecido como o País dos impostos, eu até entendo que pode haver disponibilidade econômica para isso, como os senhores bem sabem a Receita do FISTEL que é o fundo que controla, que corresponde a fiscalização das telecomunicações é por ano da ordem de 1 bilhão e 800 milhões de reais. E a despesa do FISTEL que corresponde a 100% do orçamento da ANATEL é da ordem de 300 milhões ou menos. Portanto, o FISTEL é um fundo que produz uma gordura, produz uma liquidez, digamos assim, nesse segmento monumental.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero fazer um aparte.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Perdão Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Exª. permite, que até depois da minha pergunta, nós estávamos discutindo aqui lembrando a situação do FISTEL. E já tivemos uma Audiência Pública com a presença da ANATEL e de fato a arrecadação chega a 2 bilhões e 300 milhões de reais. Quando o orçamento deles é de 300 milhões e de acordo com as palavras na Audiência Pública 600 milhões seriam suficientes

para os objetivos todos a que ele se propõe. Ou seja, existe, realmente aí uma diferença de quase 2 bilhões de reais. Quer dizer, eu concordo com o Dr. Evandro quando comentou antes, que na verdade não são 10 milhões, 20, quer dizer, são recursos que são necessários e que são desta área também das telecomunicações, né?

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Seguramente. Obrigado, Senador, e o ponto que esse, a existência dessa arrecadação que eu insisto é anual, isso não é o saldo do fundo, essa é a arrecadação anual dele e eu agradeço pela correção, porque sede a 2 milhões, indica que existiria vamos chamar aqui no economismo um colchão de liquidez, existe disponibilidade para contribuir com, no caso a fiscalização das telecomunicações, mas o superávit poderia ser usado para a produção independente. A nossa visão verdadeiramente, apesar de reconhecer a existência desse excesso de arrecadação, digamos assim, é de que a interferência e os recursos devem ser buscados, não pela criação de novos impostos, mas muito mais pela ferramenta da reversão, da desoneração da produção. A produção desonerada, essa sim corresponde a uma produção que insere o Brasil, insere a produção, conteúdos audiovisuais em termos economicamente viáveis no Brasil, também no exterior, sujeito, evidente, as regras dos acordos bilaterais aí em termos de subsídios oficiais, mas enfim, a desoneração, essa sim, corresponderia a um estímulo e a uma maneira de injeção direta de recursos nesse setor que é tão importante para nós. Obrigado, Sr. Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu quero registrar a presença do esse Senadoras Mão Santa, Augusto Botelho, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini que pretende fazer perguntas aos nossos... não? Não há mais nenhum Senador inscrito, eu quero então agradecer aqui à presença do Dr. Evandro Guimarães Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, Dr. Fernando de Souza Dias, Presidente da Associação Brasileira de Produtora Independentes de Televisão, Dr. Walter Vieira Ceneviva Diretor da Rede Bandeirantes e consultor jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores, nós estamos concluindo a primeira Audiência Pública que debate propostas para a nova Lei Geral de Comunicação Social e Eletrônica.

E antes de encerrar eu quero lembrar aos colegas Senadores e Senadoras que na próxima quinta-feira teremos a quinta audiência do ciclo de audiências públicas que debate idéias e propostas para a educação brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE. Estão convidados, deverão estar presentes a Profª. Jussara Maria Dutra Vieira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, o Luiz Carlos de Souza, Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Superintendente Operacional do Serviço Social da Indústria Frederic Michael Litto, Presidente da Associação Brasileira de Ensino a Distância, Deputado Federal Paulo Renato ex-Ministro da Educação e o Profº Fernando Antônio Colares Palácios, membro da Comissão Deliberativa da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.

Nada mais havendo para colocar em pauta a discussão, estamos encerrando a presente Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h49.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia cinco de julho de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Inácio Arruda, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Valter Pereira, Adelmir Santana, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Wilson Matos e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano e Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Marcos Formiga, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Ensino a Distância - ABED; Senhora Wania Souza Andrade, Vice-Presidente da Regional Nordeste do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES e da Professora Rosa Pessina, Conselheira do Conselho de Educação do Distrito Federal. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como

aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 013-CE de 2007, de autoria da Comissão de Educação, que visa realizar um Ciclo de Audiências Públicas, com o objetivo de debater as **"Idéias e Propostas para a Educação Brasileira" e o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE,** de autoria do Governo Federal. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Luiz Carlos de Souza, Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/SP e Superintendente Operacional do Serviço Social da Indústria - SESI/SP; a Senhora Juçara Maria Dutra Vieria, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; Senhor Fredric Michael Litto, Presidente da Associação Brasileira de Ensino a Distância - ABED e o Professor Fernando Antônio Colares Palácios, Membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM e Reitor da Universidade do Estado do Pará. O Senhor Deputado Federal Paulo Renato, Ex-Ministro da Educação, convidado para a Audiência justifica a ausência. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Wellington Salgado, Wilson Matos, Cícero Lucena e Paulo Duque. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze e vinte e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A presente reunião atende a Requerimento aprovado de autoria da Comissão de Educação para a realização do ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de debate de idéias e proposta para a educação brasileira e uma análise e sugestões sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE.

Dando início a esta audiência solicito ao Secretário Júlio Linhares que acompanhe os convidados para que venham tomar assento à Mesa.

Nós vamos ter hoje a presença da Srª. Juçara Maria Dutra Vieira, que é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores; do Sr. Luiz Carlos de Souza, que é Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Do Fredric Michael Litto, Presidente da Associação Brasileira de Ensino à Distância. O Deputado Federal Paulo, ex-Ministro Paulo Renato pediu desculpas porque devido a compromisso não vai poder comparecer e adiamos para o comparecimento dele numa outra audiência, e também vamos ter a presença do Prof. Fernando Antônio Colares Palácios, que é membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, ABRUEM. E é Reitor da Universidade do Estado do Pará.

Eu quero registrar a presença do Prof. Marcos Formiga, que é Vice-Presidente da Associação Brasileira de Ensino à Distância e que já foi um dos nossos palestrantes, da Srª. Vânia Souza Andrade que é Vice-Presidente da regional nordeste do Sindicato Nacional de Docente da Instituição de Ensino Superior, o ANDES, e da Profª. Rosana Picina, Conselheira do Conselho de Educação do Distrito Federal.

Eu vou passar a palavra na ordem da direita para a esquerda começando, portanto, com o Prof. Luiz Carlos de Souza. Eu quero lembrar que eu não gosto de cortar a palavra, então eu não fico marcando o tempo. Tem uma marcação automática que deve ser de 15 minutos, mas não vamos ficar aqui cortando palavra. Lembro aos que aqui estão que essa é mais uma de diversas audiências que temos feito procurando rumos para a educação brasileira. Querendo entender por que nós estamos nessa situação e o que fazer para que o Brasil revolucione a sua educação de base. Prof. Luiz Carlos.

SR. LUIZ CARLOS DE SOUZA: [pronunciamento fora do microfone] quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, a nós sempre que militamos no

campo da educação básica e da educação profissional, uma referência do ponto de vista de formulação de conceitos, nunca esquecemos a presença do Senador o ano passado numa reunião da FIESP, onde o senhor encantou a todos com seus conceitos sobre a educação que para nós do sistema SENAI, SESI é bastante conhecido.

Srs. Senadores, senhores componentes da Mesa, prezados ouvintes. Eu quero rapidamente dentro desse tempo que foi passado de 15 minutos expor aqui que a indústria tem sido uma fala constante do nosso Presidente da FIESP, Paulo Scaff, que a indústria ela não tem a preocupação exclusiva com taxa de juros, com crescimento, com o câmbio. A indústria preocupa, sim, em caráter permanente com a educação. E nada melhor toco dar o nosso exemplo. Acreditamos que falar de educação é gratificante, é a nossa vida, mas você precisa mostrar o que faz dentro de Casa. O SESI e o SENAI de São Paulo, Sr. Senador, representa uma grande escola na área da educação. No campo da educação básica no SESI São Paulo poucas pessoas conhecem isso. Eu mesmo fui um dos diretores do SESI e do SENAI nacional, e desconhecia o tamanho, a importância, a diferença que essas duas entidades fazem na educação de São Paulo. O SESI de São Paulo tem 211 escolas de ensino fundamental e 53 grandes centros de atividade que contam com todo o recurso do ponto de vista das áreas transversais para que a criança tenha condição de desenvolvimento. No campo do SENAI, ao 83 grandes centros de formação profissional e 14 faculdades de tecnologia. Isso nós estamos fazendo ao longo dos anos. Mas essa visão que essa diretoria da FIESP teve foi de fazer a diferença no campo da educação. Essa é a experiência que nós queremos apresentar. Por favor.

Começando com o SESI na área da educação básica. O que nós pretendemos? Nós temos uma missão muito bem definida, somos a entidade que administra recursos compulsórios e temos plena consciência do nosso papel. Atuamos em duas grandes vertentes. Apoio à indústria e apoio ao trabalhador. Essa equação tem que fechar. Nós nunca pensamos exclusivamente no apoio à indústria visando à produtividade, mas nós temos que trabalhar em caráter permanente com educação e qualidade de vida do trabalhador e seus dependentes. O nosso foco. Ao longo tempo, nós apoiamos sim isso é inegável. Reconhecemos o texto excepcional da carta do Senador Cristovam Buarque, o apoio à universalização do acesso foi muito bem recebido por todos nós, mas nós estamos focando a nossa atuação na busca da excelência em educação básica. Isso que nós vamos demonstrar aqui.

Os princípios básicos. Aqui de legais que nós temos que seguir, ênfase aos princípios da Constituição e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, alinhamentos e objetivos do Plano Nacional da Educação, atendimento às diretrizes curriculares nacionais e os referenciais curriculares. Aí que nós começamos a fazer a diferença. Com grupo de profissionais externos contratados com a nossa equipe, criamos os referenciais curriculares do SESI São Paulo. Dos 115 mil alunos que nós temos no ensino fundamental não existe diferença, Senador, de qualidade de ensino entre o aluno da capital e o aluno que está lá na divisa do Mato Grosso, um aluno de uma cidade como São Paulo, complexa, com 10 milhões de habitantes recebe a mesma formação, o mesmo ensino de matemática, de química, física, que um aluno de uma pequena cidade, de uma pequena escola. Isso pode ser demonstrado no sistema de avaliação que não é feito por nós. A Universidade de Brasília venceu a primeira licitação. Os melhores resultados que nós temos estão em pequenas cidades, cidades de 15, 16 mil habitantes. Que mostra que temos, isso também está na carta do Senador, você tendo um padrão e todas as escolas seguindo o mesmo referencial curricular, o mesmo preparo, nós podemos ter o resultado similar.

Política e diretrizes específicas na nossa educação básica. Nós temos que desenvolver... Nós somos também uma escola da indústria e isso precisa ser frisado. Capacidade de criação e inovação, capacidade empreendedora, inclusão digital, e alunos que estejam que a escola seja o centro da questão educacional. Eu falava há pouco aqui com meus companheiros ali na sala do café que nós nos perguntamos todo dia: Por que é que um professor faz uma carreira nas nossas entidades, ele entra na cidade certa e permanece até a aposentadoria? Porque ele trabalha 25 anos, por que ele trabalha 30 anos conosco? Ele tem o salário digno, o ambiente adequado de trabalho, um plano de Previdência complementar e um plano de carreira construído junto com o Sindicato dos Trabalhadores. Isso para nós faz muita diferença. Ou seja, não é questão de discurso. A escola é o centro da questão educacional. A autoridade é o professor, a autoridade é o Diretor, e o seu Sindicato dos Trabalhadores precisa participar ativamente de todas as nossas decisões.

Querendo tornar-se um referencial de excelência. E frisamos muito isso daqui, Senador. Nós deixamos bem claro, o SESI e o SENAI São Paulo não são uma escola da elite, mas sim uma escola da indústria que formará a elite dos trabalhadores brasileiros. É bom fazer essa diferença. Às vezes nós somos acusados, a nossa escola tem excelência, tem qualidade, paga um salário digno ao professor, oferece ambiente ade-

quado, investe muito, não para o filho do empresário, é uma escola de elite feita pelo empresário industrial para os filhos dos trabalhadores. Eu gostaria que essa frase ficasse marcada. Não é uma escola da elite. Nós temos 71% no ensino básico filhos de trabalhadores da indústria. Não é 100% porque nós não queremos segregar, nós não colocar apenas o filho do trabalhador na indústria. Tem que ter a vaga para a comunidade porque nós estamos em localidades muito carentes. Temos a consciência perfeita de que existe o problema social muito grande numa grande cidade como São Paulo. O SESI precisa estar presente em áreas carentes, em favelas, estamos lá dentro e abrindo vagas para a comunidade. A educação básica ela é um fundamento também para a educação profissional e para a educação superior. Onde o SENAI entrou, não formando engenheiro que não é o nosso papel. Nós não temos massa crítica e não é nosso papel fazer isso. Nós vamos fazer, sim, o tecnólogo. Educação como instrumento mais eficiente de mobilidade social. Por isso que são abertas essas vagas gratuitas, 40% nossos alunos estudam na educação básica sem pagar nenhuma taxa. E a clara compreensão de que os alunos terão desafios que podem desenvolver seu potencial máximo preparando para a vida. Preparando para a vida e não exclusivamente para o trabalho. Nós ainda acreditamos muito, eu vou acelerar um pouco, Senador, que a escola do SESI ela precisa estar devidamente entrosada com a comunidade onde ela está inserida. Isso tem acontecido com freqüência, atos de violência, de vandalismo que nós não tínhamos nas nossas unidades. Isso hoje está presente em todas as escolas do SESI.

O que é que está sendo feito? Essa parte, Senador, que eu gostaria que os senhores se concentrassem e entendessem aquela proposta que está na própria carta que o senhor fez para o Exmº Sr. Ministro da Educação. O Presidente Paulo Scaff já no seu discurso de posse deixou muito claro. Que uma reestruturação na educação não resolve o nosso problema. Nós resolvemos dar o exemplo dentro de casa. E assim uma revolução no sistema educacional. Nós não vamos ficar falando que temos 211 escolas de ensino fundamental, 83 de ensino profissionalizante. Na prática onde nós vamos fazer a diferença. Começou esse ano. Ensino fundamental com duração de nove anos escolares. Ou seja, o aluno matriculado no SESI a partir deste ano já ele está fazendo o ensino fundamental de nove anos. Nós antecipamos a legislação e não vamos esperar 2010. A partir desse ano a criança ingressa com seis anos e vai passar os nove anos escolares. Aqui está o grande desafio. Educação integral em período integral. Os alunos que entraram no nosso centro de atividades, a partir desse ano, já estão fazendo a educação oito horas por dia dentro do SESI. Vamos deixar bem claro, convidar os Srs. Senadores e as autoridades da área educacional para visitar qualquer escola onde isso está acontecendo. Saímos do discurso para a prática. Isso significa uma reformulação no orçamento. Isso significa que o SESI São Paulo que também tem que atuar em saúde, lazer, esporte e cultura direcionou 75% de seus recursos que são fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União que pode ser checado para a educação. Se nós não apontarmos no orçamento que isso é prioritário, isso não será realizado. Não é segurar uma criança oito horas na escola. Ela é ter uma educação geral, por exemplo, no período da manhã, no período da tarde ela tem reforço escolar, ela tem aula de música, de teatro, que a nossa unidade permite isso. Ensino médio em continuidade ao ensino fundamental. Nós tínhamos um problema muito sério na nossa unidade. 115 mil alunos no ensino fundamental. Quando ele chegava na oitava série não podia prosseguir o estudo. Foi criado a partir desse ano o ensino médio. Todos os centros de atividade começam a fazer o ensino médio. E aí vem Senador a grande condição que nós temos. Só nós podemos fazer isso no Estado de São Paulo. O ensino médio do SESI articulado com a educação profissional do SENAI. O aluno a partir do segundo ano do ensino médio faz a educação geral no SESI e se assim pretender, se esse for o desejo da família, ele faz educação profissional no SENAI. Ou seja, o aluno entra no ensino infantil com quatro anos, fica conosco até os seis, nos seis anos ele vai para o ensino fundamental em tempo integral de nove anos, depois ele vai para o ensino médio articulado com a educação profissional do SENAI. E lá na frente vou poder falar das 14 faculdades de tecnologia.

O que está sendo feito ainda nesse campo real? Isso é uma imagem real. Nós estamos construindo 30 novos centros educacionais em parcerias com Prefeituras. Acreditamos que a educação começa pelo professor, pelo diretor da escola, mas também o projeto arquitetônico tem que estar compatível com a qualidade da educação que nós queremos oferecer. Da onde que surgiu essa história? Por que 30 novos centros educacionais? Eram escolas já existentes de propriedade de Prefeituras conveniadas com o SESI São Paulo, com o sistema FIESP, que não tinham uma boa estrutura. Decisão do Presidente Paulo Scaff. Ok, Prefeitura pode construir? Não pode? Nós vamos fazer sala de aula, laboratório, isso aqui é uma imagem real. Todos os laboratórios de informática e aí repito, não é comprar computador e mandar pra escola, é ter um projeto de tecnologia da informação. O material didático construído. E aí, Senador, durante o dia esses laboratórios são

utilizados pelos alunos do SESI. À noite eles são disponibilizados para a comunidade e também sábado e domingo. Impossível ter laboratório sofisticados assim numa comunidade pobre se ela não puder utilizar. Vai acontecer alguma coisa equivocada na escola.

Educação de jovens e adultos. Os Srs. Senadores serão convidados através da parceria com a Fundação Roberto Marinho, o Presidente Paulo Scaff estará lançando agora no segundo semestre o novo Telecurso 2000. Um trabalho completo reformulando todo o material didático do Telecurso 2000 incluindo as áreas transversais música, arte, etc, para que o aluno tenha formação integral. Esse novo Telecurso também será feito na linguagem brasileira de sinais. Nós acreditamos na sensibilidade que todos têm que ter condição de ter acesso ao Telecurso 2000. Agora também com a nova parte do Telecurso profissionalizante. São 20 milhões de investimentos apenas nesse programa. Será lançado nesse ano. O PAI, Programa de Alfabetização Intensiva e um programa forte de redução do analfabetismo funcional.

Rapidamente esses foram os grandes conceitos do SESI. Eu tenho o prazer também de dirigir o SENAI onde nós temos uma forte atuação no campo da educação profissional e muita coisa nova está sendo construída.

Também no SENAI, sempre no nosso planejamento estratégico, visão de médio para longo prazo, no dia da indústria lançamos o planejamento até 2011. Sempre as duas vertentes. Apoio à indústria e apoio ao trabalhador. Aqui nós visamos à qualificação profissional dos trabalhadores, prestação do serviço técnico e tecnológico e educação profissional para inserção no mundo do trabalho. Nós conduzimos as entidades sempre com essas duas visões.

Algumas marcas rápidas que o SENAI construiu aí ao longo de 65 anos, que repito, isso é bom, serve como referencial, mas temos que avançar. Todas as ações educativas fundamentadas em pesquisa. Acompanhando a modificação que existe no mercado de trabalho. Nós somos parceiros do Ministério do Trabalho, fazendo análise ocupacional. Ou seja, significa que a formação nós acreditamos na visão voltada para a economia. A educação profissional é voltada para o trabalho. Para o emprego. Nós temos com muito orgulho avaliado por entidade externa, essa taxa não é medida por nós, 82% dos nossos alunos dos cursos técnicos saem empregados em São Paulo. 82% é um número absolutamente fora de qualquer padrão de qualquer escola que nós temos no nosso País. Por quê? Nós temos a participação efetiva do industrial, que configura isso e reconfigura que cobra, ou seja, este plano de investimento está buscando a vocação de cada região. O SENAI como os senhores sabem nasceu em 42 durante a guerra e era uma grande escola de mecânica em São Paulo. Nós temos 83 centros tecnológicos. A principal atuação é na área mecânica. A escola de mecânica em Franca, por exemplo, foi fechada. A escola de Franca é voltada para o calçado masculino. A escola de Jaú voltada para o feminino. De Marília, de alimentos. De Birigui de calçado infantil. Aí quando vai para uma grande cidade aí você tem escola multidisciplinar. Quando chega em Campinas, São José dos Campos, aí tem telecomunicações, química, cerâmica, plástico, etc. Mas isso aqui faz diferença na nossa vida. Ter a participação efetiva do trabalhador e do industrial na definição.

Uma metodologia de ensino inovadora. Esse grande esforço que nós estamos fazendo no SESI dos referenciais curriculares de ter o mesmo padrão de ensino em toda a rede, [soa a campainha] hoje nós não usamos mais a famosa série metódica, mas o SENAI se baseou, ele tem o ensino único em todo o Estado. Aqui as estratégias de atendimento. É preciso deixar de acreditar que só se resolve o problema de educação profissional num Estado e num País de dimensões continentais através da escola tradicional. Essas unidades são construídas por nós. Temos 83 escolas móveis eu me recuso a chamá-las de unidades móveis. Aqui dentro de professor, tem aluno, então isso não é uma unidade, é uma escola móvel. Nós mesmos fabricamos essas unidades. Essas unidades estão inclusive fora do País, através de convênios que nós temos em Angola, etc. São diversas áreas tecnológicas e tem um custo muito mais baixo para o ensino profissionalizante do que uma grande escola. Aqui, por exemplo, é uma escola na área de pintura, de lanternagem que foi feita para a Volkswagen. Está ali o carro ali dentro. As escolas tradicionais de kits didáticos. Nós estamos lançando um programa chamado PROA, Programa Regional de Operações Articuladas. Através de quites didáticos que são fabricados por nós você leva esse kit aqui para qualquer cidade. A diferença, na unidade móvel, que é uma boa estratégia, mas ela tem um custo que você precisa ter dois ou três professores aqui em caráter permanente. O kit, você coloca em cima de um caminhão, dentro de um baú, leva para a cidade e o professor está naquela cidade. Você prepara o professor naquela comunidade. O ensino à distância, está aí o maior exemplo do Telecurso, nós temos 13 grandes áreas de ensino à distância, temos alunos nosso brasileiros que residem no Japão, que fazem os cursos do SENAI à distância e por aí vai. E parceria com instituições comunitárias. Temos ONGs, prefeituras, diversos parceiros aqui que

são credenciados para multiplicar o nosso modelo de educação profissional.

As áreas tradicionais. Aprendizagem industrial são 51 títulos diferentes. Esses cursos evidentemente são totalmente gratuitos e buscamos o filho do trabalhador da indústria como cliente preferencial. O ensino técnico é um ensino regular, regulamentado pela legislação do ensino, nós estamos em 48 habilitações e 20 áreas tecnológicas entre aprendizagem e o ensino técnico, nós temos 40 mil matrículas e faço questão de frisar isso com muito orgulho. O curso técnico do SENAI de São Paulo é gratuito. A aprendizagem industrial é gratuita por força de lei. O curso técnico é gratuito por decisão da indústria. Nós entendemos que temos um recurso compulsório e que temos que dar um retorno à sociedade dessa receita de contribuição. Não há cobrança do curso técnico no Estado de São Paulo.

Aqui estão as nossas... Agora uma nova área, Senador, nós temos quatro faculdades de tecnologia com quatro cursos de pós-graduação. Demoramos quatro anos para aprender esse processo, para dominar esse processo, todas foram avaliadas com grau máximo pelo MEC, com grau A, e agora estamos abrindo 14 novas faculdades de tecnologia. Tecnólogos de três anos. Repito que não vamos fazer aventura. SENAI não é escola para formar engenheiros. Existem bons engenheiros na poli, na UNICAMP... Nós temos a nossa vocação e entendemos a entrada no tecnólogo de três anos como evolução natural das profissões e da economia. Nascemos na aprendizagem industrial até os anos 60, nos anos 70 entramos no ensino técnico, as profissões foram evoluindo e hoje precisamos formar o tecnólogo de três anos. É o nosso desafio, por exemplo, quando chegamos em países avançados como Estados Unidos 62% dos alunos superiores no nível de tecnólogo. E no Brasil esse número ainda é muito tímido. E observem em que áreas. Como é que nós abrimos o curso de tecnólogo, como é que nós abrimos a faculdade? Primeiro consulta-se a universidade pública e as universidades particulares. É orientação da FIESP, dos industriais. Nós não vamos competir, não existe idéia de duplicar investimento. Em áreas onde existe o interesse efetivo da indústria e onde ninguém esteja fazendo. Olha os nossos títulos, por exemplo. Produção de vestuário, produção gráfica, mecatrônica industrial, processo ambientais, alimentos, automação industrial, eletrônica indústria, mecânica [ininteligível], polímeros, ou seja, demandas confirmadas em cidades com forte concentração industrial.

A educação continuada, que é talvez hoje a nossa maior produção, desculpa, talvez não, com certeza. Tivemos 750 mil matrículas o ano passado. Ela é focada para profissionais já atuantes do mercado ou em busca de inserção no mercado de trabalho. Curso de capacitação rápida em função das fortes demandas de investimento. Nós não estamos presente aí apenas no Estado de São Paulo. Existe uma perfeita harmonia com os outros Estados, confederações de indústria, por exemplo, uma grande fábrica de celulose que está se instalando no Mato Grosso do Sul. O SENAI faz aquilo que nós chamamos da classe descentralizada. É o curso técnico dentro da indústria. É impossível atender a demanda do setor sucroalcooleiro, por exemplo, como todos sabem apenas na região oeste paulista tem 58 novas usinas sendo implantadas. No total, são 194 usinas do setor sucroalcooleiro. Não dá pra transferir o aluno para Ribeirão Preto, para Campinas. Tem que fazer o curso lá dentro. Essa classe descentralizada permite essa condição. Duração variável e oferta sob medida para a empresa.

Esses são, Senador, senhores e senhoras, os grande números do SENAI de São Paulo e do SESI de São Paulo. Nós acreditamos que a indústria quer dar esse exemplo, fazê-lo dentro de casa. Temos um grande desafio. Sabemos que a nossa entidade é acusada de ser seletiva. Nós tivemos um milhão de matrículas. Mas eu comentava há pouco. Apenas em São Paulo capital, dados da Fundação SEADE, jovens de 14 a 24 anos, 50% não tem acesso a qualquer tipo de educação profissional. É uma decisão do nosso Presidente Paulo Scaff. Nós podemos atuar como apoio às políticas públicas, [soa a campainha] a incentivo. Essa tecnologia está disponível inicialmente para a nossa missão que é o trabalhador da indústria, mas queremos fazer parceria com o setor público, disponibilizando tudo que está sendo desenvolvido no nosso sistema. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Prof. Luiz Carlos, e nós todos somos admiradores do SENAI. Foi uma bela fala. Mas eu queria aproveitar quando chegar a hora do debate, ouvir suas sugestões para o conjunto da educação brasileira. Para as outras 164 mil escolas públicas do Brasil. Se a proposta do SENAI seria repetir isso no Brasil inteiro. Se for, quanto custa cada uma dessas para a gente ver como fazer. Porque aqui nós queremos saber como chegar para o Governo e dizer: Olha Governo, vocês têm que fazer isso para resolver o problema dos 40 milhões de meninos em idade escolar.

Eu passo a palavra a essa grande batalhadora dos direitos dos professores do Brasil, que é a professora Juçara.

SRA. JUÇARA MARIA DUTRA VIEIRA: Obrigado, Senador, bom dia. E agradeço já o convite que nos foi formulado para a confederação. Quero cumpri-

mentar aqui os integrantes da Mesa, Srs. Senadores, Assessores, e demais participantes dessa Audiência Pública. Não tem dúvida de que esse debate suscitado pela Comissão de Educação do Senado é extremamente importante no momento em que discutimos muitas questões relacionadas com a educação, talvez de uma forma fragmentada e acho que realmente a proposta do Senado é no sentido de que essa discussão ela seja um pouco mais orgânica e um pouco mais prospectiva também.

Eu fiz um roteiro breve para ficar no tempo, não sei se respondendo a todas as indagações, os questionamentos que nos foram apresentados previamente pelo Senador Cristovam, mas tentando desenvolver algumas idéias que possam contribuir com essa visão mais ampla e com aquilo que nós do ponto de vista dos trabalhadores em educação julgamos importante nesse momento da história do Brasil.

Primeiramente eu acho que é importante nós destacarmos que do ponto de vista histórico, enquanto vários países de língua espanhola já estavam fundando suas universidades, o Brasil 50 anos depois da chegada dos portugueses ainda criava a sua primeira escola elementar chamada então "Escola de primeiras letras". Certamente a falta de um projeto em nação, àquela época, com a colonização portuguesa com os olhos voltados para a metrópole, certamente não induziu aqui no Brasil diferentemente de outros países a educação fosse uma prioridade desde o primeiro momento.

Séculos depois, já no império, em 1827 nós vamos ser a primeira lei de educação com uma preocupação centralizada, com a força do império, mas, ao mesmo tempo, com uma... Já uma tendência, digamos, a descentralizar pelo menos as responsabilidades. Essa é uma lei sucinta que ainda tem muita atualidade porque ela organiza de alguma forma, não só a educação como prevê inclusive previa já naquela época um piso salarial de 200 a 500 mil réis para os professores àquela época. Só que era um valor anual e a gente não tem referência para saber o que isso significaria isso hoje. Mas, há tendência à descentralização à educação básica, como muito bem acentuou o companheiro de partido, do nosso Presidente da Comissão, antropólogo educador Darci Ribeiro, ele lembra que o Brasil para a expansão da educação hoje básica copiou o modelo americano, que era o modelo comunitário. E para o superior copiou o modelo francês. De modo que nós tivemos essa expansão da educação básica da mesma forma que os americanos tiveram numa outra circunstância histórica e numa outra circunstância também do seu processo de colonização e ocupação do território. E isso, hoje, se traduz, digamos assim, no fato de que no ensino fundamental nós temos já hoje uma grande maioria de alunos sob a responsabilidade administrativa dos Municípios, inclusive superior à responsabilidade dos Estados. Hoje temos um número maior de crianças atendidas pelo Município do que atendidas pelo Estado. Isso nos leva a pensar se não seria oportuno nesse momento nós estarmos refletindo sobre um sólido sistema nacional de educação. Por quê? Porque o maior número de alunos está na educação básica, que é responsabilidade de Estados e Municípios, e a educação superior de responsabilidade da União. Mas de nada adiantaria inverter as responsabilidades porque nós sabemos também o papel estratégico que tem a educação superior, não só para a cidadania, como também para o próprio País. Mas sabemos que ao mesmo tempo a distribuição dos recursos e a base tributária sobre a qual se organiza o nosso País ela é centralizada. E a educação é descentralizada uma grande parte.

Então em função disso acho que nós deveríamos pensar mais profundamente num sistema nacional de educação que nós temos, mas talvez não com todos os elementos que nós devêssemos ainda aprofundar.

Eu destaquei alguns elementos não... Só para fins de exposição separados, mas acho que são elementos agregados, que deveriam ser considerados na concepção de um sistema nacional de educação. Um deles é o financiamento. Nós sabemos que a responsabilidade... Nós temos hoje uma vinculação de recursos que às vezes ao longo da história vai e volta essa discussão, se deve ou não continuar a vinculação, mas a vinculação, a realidade nos mostra que ela é insuficiente. Por isso nós tivemos a política de fundo já instituída com o FUNDEF e agora com o FUNDEB, mas temos outros elementos a considerar no financiamento. Se os recursos vinculados ainda não são suficientes e é necessária uma política ainda que transitória de fundos, o que nós temos que pensar é numa destinação dos recursos do PIB. Aí nós temos três números, pelo menos. O número da UNESCO, que fala em 6% do PIB para países semelhantes ao Brasil, o número do Plano Nacional de Educação que é 7% que ainda não foi aplicado, está ainda sob o veto dos dois últimos governos, e nós temos o número da sociedade brasileira também da sua versão de plano que é 10% gradativamente. Mas, além do investimento no PIB, eu acho que nós temos que pensar que o que cresce mais em termos de recursos são os recursos vinculados, que são os impostos. E na verdade o aumento que a gente percebe é mais um aumento nas contribuições que não impactam sobre os recursos vinculados. E temos outros elementos como é o caso da DRU que já retira para outras áreas evidentemente também, mas retira recursos da educação. Então em

termos de financiamento acho que nós teríamos que pensar todos esses elementos.

Um sistema, eu acho que também tem que ser constituído com base num fluxo institucional. O projeto Jorge Hage, aquele antigo de LDB previa um Fórum Nacional de Educação. O Governo Lula tem adotado uma sistemática de conferências, como uma forma talvez semelhante de consulta. Lamentavelmente essas conferências aconteceram em todas as outras áreas, menos na área da educação. Nós não tivemos esse processo de consulta. Tem uma previsão para realizar conferência no ano que vem. Além disso, nós precisamos ter os órgãos normativos do sistema, Conselho Nacional, estadual, municipal, conselho escolar, de modo que a gente tenha também na ponta do processo essa dinâmica institucional que deve ser... Não deve ser apenas burocrática, mas permeada pela gestão democrática e pelo controle público e social especialmente porque nós falamos de recursos, recursos públicos sempre considerados escassos para a manutenção da educação. E evidente que um outro aspecto fundamental num sistema é o currículo. O currículo pensado de uma forma ampla, como uma situação de aprendizagem, de desenvolvimento de habilidades e de vivência de valores e que também deve ter seus desdobramentos nas várias esferas. Não tenho tempo aqui de desenvolver, mas nós um tempo atrás, Senador, tivemos uma reflexão no Estado do Mato Grosso através do nosso sindicato, uma reflexão sobre o Sistema Único de educação básica, onde o Estado e os Municipais continuariam com a sua responsabilidade sobre as redes, mas as escolas elas seriam públicas para a comunidade. Por vários fatores. Isso não foi possível implementar, mas é uma idéia que a CNTE, quer retomar especialmente agora após a aprovação do piso salarial que ocupa todo o nosso esforço hoje, essa idéia de sistema. E eu sei que isso dialoga com uma preocupação sua que é de ter uma proposta onde estejam todas as responsabilidades explicitadas, mas ao mesmo tempo nós tenhamos proporcionalmente a responsabilidade, inclusive em função da capacidade financeira dos entes federados.

Outro ponto, tenho cinco minutos, tentar dividir em dois e meio cada um, a escola de tempo parcial ou tempo integral que é uma indagação que o Senador faz. Nós não temos dúvida, e as pesquisas mostram, que um aluno permanecendo cinco horas na escola ele rende mais do que se ele permanecer quatro horas. Qual é o problema hoje que nós temos? É que é visto com algum simplismo isso. A escola de tempo integral não é, na nossa opinião, uma escola que adende um tempo ao turno principal, mas uma escola que se reorganize integralmente para atender o aluno por mais tempo. E nesse sentido nós achamos que é mais democrático, que é muito mais fácil de ter provimento também de educadores e de recursos nas escolas se essa experiência, ao invés de ser centralizada em algumas unidades, ela seja gradativa de acordo com a capacidade do sistema, seja um aumento gradual para todos os alunos. Se não é possível uma escola de oito horas, que seja de cinco horas. Posteriormente seis... Enfim, como o sistema possa sustentar essa escola sem nenhum trauma do ponto de vista do provimento e do planejamento do próprio sistema da escola dar a preparação dos educadores porque é diferente também você compartir essa responsabilidade porque certamente isso também demanda um trabalho integrado dos profissionais.

O quarto ponto que eu gostaria de abordar é a valorização profissional e a qualidade da educação. Nós estamos agora debatendo, deixei um modesto trabalho aqui para os Senadores, o piso salarial profissional que nós achamos que se essa Casa aperfeiçoar o projeto, hoje relatado na Câmara pelo Deputado Severiano Alves, do PDT da Bahia, que tem sido incansável nesse debate, nós podemos ter um novo momento na história da valorização dos profissionais da educação no Brasil. Um piso salarial que seja uma espécie de um salário mínimo para todos os trabalhadores e que aquele que trabalha no interior do Piauí possa ter um mínimo suficiente para a sua dedicação exclusiva como o trabalhador que exerce as suas funções na capital de São Paulo. Mas nós consideramos insociáveis: formação, carreira, condições de trabalho, e dedicação, jornada e dedicação exclusiva à escola.

Eu tenho pouco tempo, mas eu queria chamar atenção para o fato de que se o salário estratégico hoje do ponto de vista do direito do aluno aprender, estar na escola, mas estando na escola não ser excluído por dentro do processo, isto é, estar na escola sem a condição de aprender, a formação permanente, a formação continuada dos educadores é estratégica. Vou dizer dois elementos que eu considero fundamentais. O aluno desta geração é o aluno que aprende de forma diferente, que tem uma inteligência muito mais interativa, que aprende com estímulos visuais, que aprende com estímulos motores, e está numa escola ainda cartesiana.

Por outro lado é um aluno também sujeito as várias influências de uma sociedade que estimula a fragmentação, que não... Por outro lado não estimula a socialização, enfim, a solidariedade. Esse aluno tem que ter uma outra resposta à escola e a formação é estratégica nesse particular.

O aspecto dos dois Ministérios eu vou deixar para o debate e gostaria então de concluir dizendo que eu

tenho acordo da necessidade [soa a campainha] de um amplo entendimento da sociedade para que nós tenhamos uma proposta de educação compatível com o direito da população brasileira. E também compatível com o projeto de desenvolvimento do nosso País, mas eu acho que todos os atores são convocados, mas continuo também acreditando que o papel indutor dos gestores que eles são responsáveis pelas políticas públicas continua sendo estratégico e fundamental.

Quero agradecer, tenho 20 segundos para fazê-lo e dizer que estou à disposição no debate para que a gente possa ainda aprofundar talvez as questões que o Senador nos formulou. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e passo a palavra ao Prof. Fredric Michael Litto, que muito nos honra em tê-lo aqui.

SR. FREDRIC MICHAEL LITTO: Obrigado, Sr. Presidente, Senadores, todos presentes. Agradeço em nome da nossa organização, a Associação Brasileira de Educação à Distância essa oportunidade de troca de idéias sobre os rumos da educação.

A ABED é uma sociedade científica sem fins lucrativos que existe desde 1995. Temos 2.400 associados em todo o País, entre instituições e pessoas físicas, dos quais, 50% são acadêmicos, quer dizer, professores universitários ou universidades, 30% cooperativas, porque quase todas as empresas de médio e grande porte hoje em dia estão fazendo uso de educação à distância para educação continuada dos seus funcionários e executivos. 10% dos nossos associados são do Sistema S, SENAI, SENAC, SESI, SEBRAE... 10% são de colégios, ONGs como bibliotecas e museus que também fazem educação à distância. Temos apoios regulares da Secretaria de Educação à distância do MEC, da CAPES, e do CNPq para nossas atividades.

Quem sou eu? De que ponto de vista eu estou falando com vocês hoje? Eu era o professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo de 1971 até o ano passado. Acho que o que poderia mais caracterizar minha atuação durante 35 anos naquela universidade é que eu era ou tentava ser um empreendedor acadêmico. Quer dizer, tentando múltiplas tentativas de criar novos cursos, novos laboratórios, algo um tanto mal visto em universidades públicas brasileiras. E foi apenas parcialmente bem sucedido nessa tentativa. Apenas um projeto realmente vingou. Podemos ver a próxima... Eu consegui fundar 18 anos atrás um laboratório chamado a Escola do Futuro na Universidade de São Paulo, que se envolvia em investigações sobre as tecnologias de informação e comunicação em suas aplicações educacionais. Inventamos bibliotecas digitais, laboratórios científicos na internet, comunidades virtuais de aprendizagem e durante os anos capacitamos mais que 10 mil educadores de primeiro e segundo grau no uso de novas tecnologias de telecomunicação. No ano passado a Reitora da universidade me excluiu da coordenação desse laboratório porque segundo eles aposentado não pode liderar um laboratório. Mas felizmente eu não tive que ficar de pijamas na minha casa porque o Presidente Lula em abril do ano passado visitou a Inglaterra e lá assinou um convênio entre o Itamaraty, o Ministério da Educação do Brasil e o Reino Unido, criando a cátedra Rio Branco para pesquisa do [ininteligível], do Brasil passar uma temporada na universidade de Londres para realizar atividades de pesquisa, e eu fui beneficiado por esse convênio e acabei de voltar da Inglaterra e as minhas reflexões que eu passarei para vocês agora são baseado no tempo que foi-me permitido para analisar situação de educação à distância e tendências gerais em educação geral.

Reflexões: Claramente estamos numa época de crescente complexidade e aceleração de mudanças da sociedade. Temos no Brasil quase 2.500 entidades ou instituições de ensino superior, temos mais de 4 mil pólos de atendimento para aquelas universidades que usam educação à distância em todo o País. Isso, gente, isso meus colegas aqui quando temos apenas 10% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos nas instituições de ensino superior. Apenas quatro milhões de alunos e já temos grande complexidade. E eu sugiro aos senhores que a política que caracteriza nossa educação no Brasil, a política de tutelagem, de paternalismo é inviável com esse crescente número de instituições e alunos. Embora a Constituição Brasileira, art. 207 garante autonomia para universidades, o Ministério da Educação continua querendo aprovar muitas ações das instituições de ensino superior. Ele chama isso de autonomia supervisionada, e com números crescentes, meus senhores, isso tenderá a levar a lentidão, ao estrangulamento.

O Estado deve executar projetos diretamente cada vez menos, a meu ver. As verdadeiras funções de um Governo moderno são: um, identificar problemas da sociedade; dois, desencorajar entidades da sociedade civil a assumir as soluções mediante incentivos e subsídios, entidades como universidades, empresas, ONGs, etc; três, fiscalizar a execução de qualidade desses trabalhos, e finalmente executar soluções apenas quando há... Não há outros a fazê-lo.

A causa principal a meu ver da situação atual da educação brasileira não são as crianças, como foi relatado nos jornais esta semana, não são as crianças, nem os professores nem a falta de computadores bibliotecas e laboratórios. Mas sim, o legado colonial

português, a histórica não prioridade dada à educação, dada à ciência, dada à tecnologia que funciona como uma força de gravidade segurando tudo no chão.

Eu lembro aos senhores que nos primeiros 300 anos da colônia brasileira, de Portugal foi proibido publicar qualquer jornal, revista ou livro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um pequeno aparte. Estavam querendo aposentar a mente do senhor? Desculpe, Presidente, mas ele está muito à frente. V.Sª está muito à frente do que muita gente no Ministério. Muito à frente com a idade que tem. Muito jovem que muita gente no Ministério. Por favor, desculpe.

SR. FREDRIC MICHAEL LITTO: Ok. [risos] Legado português era proibido publicar livros e revistas durante 300 anos. E quando a corte portuguesa veio para o Brasil criou não universidades, mas sim instituições técnicas, como Escola de Minas, Escola de Medicina, etc., porque universidade são entidades perigosas onde eles ensinam pensamento crítico. Então foi só em 1934 que foi permitido fazer uma universidade do Brasil.

Também temos a mentalidade patrimonialista que nos segura no chão. Uma pretora de Decretos, de lei e regulamentos para controlar os outros, especialmente educação à distância, e não tem nenhum outro País no mundo que tem legislação específica delimitando educação à distância. Só o Brasil. Temos a mentalidade corporativista, por exemplo, a proibição de educação pela família. Tem muitas famílias no Brasil capazes de educar seus filhos. E os filhos vão para a Secretaria Municipal ou Estadual de Educação para prestar exame justificando o certificado. Temos leis proibindo isso. A mentalidade equatorial. A educação é medida no Brasil pelo número de horas que o aluno está sentado na sala de aula. Não importa o que ele está pensando ou olhando pela janela, etc. No currículo o tamanho como um sapato serve para todos. Assim não dá. Todas as pesquisas em cognição mostram que as pessoas são diferentes, e pensam diferentemente. Os consultores do MEC agem como rolo compressor esmagando a criatividade, a originalidade dos currículos na educação superior. Temos também a mentalidade de conservadorismo, anti-empreendedorismo acadêmico. E acho que o ponto nevrálgico de todos esses problemas com relação a primeiro e segundo graus são as faculdades de educação e os institutos superior de magistério porque eles têm foco concentrado apenas na aprendizagem do conteúdo do currículo, e não na dinâmica pragmática do que acontece na sala de aula. Eles têm ênfase no conhecimento factual, que não vale a pena enfatizar muito porque está sempre em mudança. Não vale a pena memorizar muitas coisas, não. E não em como pensar e como comunicar com clareza. Isso fica com você a vida toda se você aprender isso na escola ou com sua família. E tem desdém pela tecnologia educacional, pela tecnologia de comunicação, comunicação e informação.

A função de educação, meus amigos aqui, é de preparar os alunos para o seu futuro. Não para o nosso passado. Temos que introduzir na educação brasileira uma nova disciplina obrigatória ou não obrigatória, e não importa, no ensino médio como antigamente tinha educação moral cívica e estudos dos problemas brasileiros. Só que hoje tem que ser como estudar o futuro. Que inclui pensamento sistêmico, quer dizer como ver tudo em termos de *Input/Output*, fluxo entre relacionamentos. Temos que ensinar para eles como analisar tendência. O desenho de futuros cenários ou alternativas.

Se nosso País tivesse tido essa disciplina durante os últimos 50 anos, talvez nós não teríamos os problemas de infra-estrutura que temos hoje com aeroporto, estradas, portos e escolas.

Próxima reflexão. Entre as muitas mudanças ocorrendo na educação no exterior e pouco sendo discutido aqui no Brasil, está havendo um grande amadurecimento sobre a natureza de aprendizagem. A palavra pedagogia hoje em dia está sendo restrito somente à aprendizagem de jovens e crianças. Andragogia é o novo tema para discutir, analisar a educação de adultos que porque são critérios diferentes, princípios, comportamentos totalmente diferentes.

E finalmente um novo assunto que tem novo nome que está surgindo a [ininteligível] que se refere a aprendizagem autodirigida. E temos uma boa parte da população, especialmente adultos, mas entre os jovens também que gostam de aprender sozinhos, sem ajuda de professor ou de instituição.

A separação dos conteúdos de conhecimento dos cursos que não passam, que não levam a diplomas e certificados. Quer dizer, o que estamos vendo no mundo todo é a educação formal cedendo cada vez mais espaço para a educação não formal. Porque a população não tem paciência de ficar quatro anos sentados numa sala de aula quando eles podem adquirir conhecimentos necessários em três anos ou dois anos, etc.

A separação do conteúdo oferecido cada vez mais gratuitamente onde o Instituto de Tecnologia de Massachussets está dando todo o conteúdo as aulas, os professor, as leituras, tudo dado gratuitamente via internet. *Open University* da Inglaterra a mesma coisa. Separando esse conteúdo que vai ser dado cada vez mais gratuitamente de apoio do aluno e a certificação. Para isso o aluno vai ter que pagar porque envolve ho-

mens/horas, envolve certos problemas de avaliação, etc. Estamos vendo isso lá fora a gente não chegou ainda no Brasil.

Conclusão: O que vocês sabem é o que você sabe que conta. Não onde ou como você aprendeu o que você sabe. Cada vez mais o credenciamento do aluno será baseado na demonstração cabal da sua competência, e não no número de aulas passadas na sala de aula.

Pergunta-se: Como igualar um pouco mais as escolas rurais e urbanas, as pequenas e as grandes, com os alunos pobres e ricos? É muito fácil. Temos essas novas tecnologias para nos ajudar. Ajudar os professores a preencher essa missão. Fornecendo conteúdo em grandes quantidades para todos através de internet, deixando os professores as possibilidades de uso de sua criatividade com utilização desse vasto acervo de conhecimento. Como exemplo, pelo preço da construção de uma escola pública no ensino médio em situação urbana com mil alunos em tempo integral seria possível criar e manter atualizado um site na internet com todo o conhecimento da educação básica e média. Como foi feito com sucesso pelo Telecurso 2000 usando televisão e material impresso. Esse conhecimento seria disponível a todos, escolas, autodidatas, e serviria de justificativa destinal para os cursos e instalação de computadores e de internet nas escolas.

Agora em resposta às perguntas feitas pela Comissão para nós. [soa a campainha]

Quais ações tomar para todas as crianças concluir o ensino básico? Primeiro temos que realizar um estudo amplo e profundo dos currículos e atividades de aprendizagem das instituições de preparação de professores do ensino básico. Mas um estudo coordenado por pessoas fora do corporativismo das faculdades de educação. Temos que ter gente da indústria e do comércio, sindicatos fazendo parte desse estudo. Em seguida temos que propor mudanças teóricas e práticas que resultariam na preparação de professores que criariam naturalmente ambientes de aprendizagem modernos, dinâmicos e atraentes para qualquer grupo de alunos. Isso vai segurar os alunos dentro da escola.

Temos também que realizar um estudo amplo e profundo sobre as formas de pensar das pessoas atraídas pela profissão de professores do ensino básico, procurando tendências de visão do mundo, procurando atitudes de resignação e pessimismo, certos preconceitos, a capacidade de colaborar com colegas, capacidade de lidar bem com as *ticks*(F) e temos que saber mais sobre as atitudes que fazem parte do contexto de aprendizagem dos nossos jovens.

O horário integral é uma condição para uma educação com qualidade? Sim. Absolutamente. Porque viabiliza atividades extracurriculares, como esportes, artes, clubes de ciência que promovem atividade de colaboração, tolerância, maturidade e, por exemplo, sabendo como perder num jogo ou outra forma de competição e aumento de auto-estima dos alunos.

Como fazer para que todas as escolas do Brasil tenham boa qualidade e qualidade equivalente, independente de onde estiver localizada? É muito fácil. MEC poderia incentivar uma universidade ou várias universidades ou ONGs a criar e manter atualizada um portal na internet como o que os franceses chamam de "constrangimento de riqueza". A coisa é tão rica que você fica embaraçado porque é rica assim, de conhecimento para todos os níveis de aprendizagem. Básico, tecnológico, médio e superior. Separados apenas em grandes categorias para aprendizes iniciantes, aprendizes intermediários e aprendizes avançados. Porque tudo se mistura e os alunos podem avançar na sua própria velocidade.

Quatro. Como fazer um pacto nacional de longa duração dos partidos, Governos, empresários, professores, movimentos sociais pela educação? É muito fácil. Criar um incentivo nos modelos da Lei Rouanet para contribuintes ao oferecimento de projetos desse pacto nacional em prol da educação. Mais, com benefício mais atraente do que aquele oferecido por aquela lei. Talvez 15% ou 20% do imposto devido seria suficientemente atraente. Quem for contra essa sugestão está revelando sua adesão ao paradigma da herança portuguesa na qual a educação não merece tanta importância.

E finalmente, ponto cinco, quais as vantagens e desvantagens da criação de um Ministério específico para a educação de base eu não vejo nenhuma vantagem. O conhecimento humano é uma coisa só. Vasto e complexo. E deve ser subdividido, fragmentado ao mínimo possível, porque está tudo inter-relacionado. Desvantagens: a separação das pessoas envolvidas no mesmo tipo de missão, a missão da educação e a organização e disseminação de conhecimento. Outra desvantagem: Se os funcionários trabalhando atualmente num lado do corredor de um Ministério, não sabem o que fazem aqueles trabalhando no outro lado do corredor. Então como acreditar que haverá comunicação efetiva se todo o MEC fosse dividido em dois órgãos e dois prédios diferentes. Muito obrigado pela atenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Essa parte? Discordo dessa parte.

Mas aí é um enfoque diferente. O meu enfoque é de como fazer a coisa acontecer. O dele é depois de ter começado a administrar. Até porque acho que o conhecimento não tem nada a ver diretamente com o Ministério, e sim com a escola. Com o Ministério tem a administração geral e a política. Então o conhecimento tem que ser integrado, à administração se ficar integrado nada disso vai ser feito, Prof. Litto, porque as universidades não deixam. Porque elas mandam no MEC.

SR. FREDRIC MICHAEL LITTO: Concordo. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [risos] Então, agora eu quero dizer, continuando o Prof. Litto, que de fato o senhor é um exemplo de que eu defendo, Juçara, e sei que a Juçara não vai gostar, mas vou explicar bem, eu acho que deveria ter uma lei proibindo o professor de se aposentar. Quando o professor chegasse na idade de aposentaria a gente dobrava o salário para continuar vindo a escola. Quando ficasse velhinho e não pudesse mais ir à escola a gente triplicava e levava o aluno na casa do professor. Para ouvir pessoas como esse. Eu sou radicalmente contra. Desculpe a arrogância como professor, mas professor é dono de um patrimônio tão grande que o País não pode deixar que ele se aposente. É como aposentar um soldado durante guerra. Durante a guerra se o soldado faz 65 anos, a gente não aposenta. Continua lá combatendo. Agora, só um detalhe, eu fiz as contas aqui, hoje dia 06, faz 31 mil e 10 dias, incluindo os bissextos que a gente ficou independente de Portugal. Não dá para jogar a culpa nos pobres dos portugueses. [risos] E eu fiquei com muito medo, Prof. Litto, eu fiquei com muito medo de que daqui a pouco quando um de nós, no futuro, não os atuais, quando um de nós for para a Comissão de Ética por algum equívoco, a gente vai botar a culpa no pai e na mãe da gente. Eu acho que tem lógica a colocação da herança. Mas já teve tempo de se livrar. E, além disso, o Haiti não foi colonizado por portugueses. A Ásia colonizou Países, a Inglaterra, que estão em situação ruim também. Mas entendo qual é a lógica. Portugal não deixou a gente ter escola, não deixou ter universidade, os espanhóis chegavam e a primeira coisa que faziam depois de matar alguns índios era botar uma universidade para os filhos deles. Os portugueses chegaram e proibiram a gente de ter. Mas de qualquer maneira, parabéns pela sua provocação, parabéns pela sua colocação e sua ousadia. Sobretudo pela ousadia. Eu passo a palavra ao professor...

SR. FERNANDO ANTÔNIO COLARES PALÁCIOS: Bem, bom dia a todos, bom dia Senador. Presidente da Comissão de Educação, Senadores aqui presentes, senhoras e senhores.

Bem, eu queria dizer o seguinte, a ABRUEM, é uma Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais. E eu concordo também com a idéia de nós termos dois Ministérios. Ouviu, Senador, mas a ABRUEM não tem um prestígio tão grande junto ao Ministério da Educação. Há muitos anos. E eu acho que isso é uma das deficiências da educação brasileira desprezar o capital intelectual e principalmente a amplitude de atuação das universidades estaduais e Municipais no País. As universidades estaduais e municipais no País elas são mantidas basicamente com recursos dos governos estaduais e no caso das municipais, com recursos arrecadados de mensalidades. Mas eu começo pela questão de apresentar a ABRUEM para que vocês percebam uma organização, uma associação que possui mais de 40 universidades espalhadas em todo o Brasil, apenas três Estados brasileiros não possuem universidades estaduais. E o mais importante disso, são cerca de 200 campi das universidades espalhados no Brasil, quase todos em cidades entre 70 e 120 mil habitantes. Então isso é uma coisa importante de se destacar.

Bom, eu vou ser bem sucinto na questão, para chegar à questão das propostas. Apenas salientando que as questões levantadas aqui pelo Prof. Fredric não chegaram até nós, mas eu de alguma maneira apresentei algumas propostas aqui. Educação do Brasil se nós vemos apenas um aspecto é a constituição do sistema educacional brasileiro eficiente capaz de formar cidadãos. Isso não vamos conversar como isso porque qualquer documento amplia muito mais isso. Os problemas que vou tratar aqui basicamente as questões, não diria que são problemas, são o acesso e qualidade à educação superior brasileira. E sempre numa perspectiva sistêmica. Pressuponho que não existe um nível de ensino mais importante do que outro. Nem educação superior, nem educação média, nem o nível médio, nem educação fundamental educação infantil, educação profissional. De alguma maneira há pontos de integração e que precisam perceber a educação de uma forma sistêmica.

Bem, há algumas questões relacionadas às universidades, basicamente, o financiamento como citei há pouco, as universidades elas têm... São financiadas pelos governos estaduais. Então essa associação que eu participo nós temos, por exemplo, as universidades de São Paulo, que todos nós sabemos que tem um percentual da arrecadação do Estado de São Paulo bastante volumoso para o seu financiamento. Mas também nós temos universidades municipais que praticamente não possuem nenhum recurso público para financiá-las.

E outras universidades de grande porte estaduais que também o Estado contribui apenas com a manutenção do seu pessoal, com pagamento de pessoal, estando as universidades necessariamente tendo que buscar a questão de custeio e de investimento.

A questão da interiorização. Esse é o sistema mais interiorizado do País. O sistema das universidades estaduais e municipais é o sistema mais interiorizado do País.

Pesquisa e pós-graduação. Estamos falando de universidades e apesar de minha fala muito relacionada ao nível de graduação, não restam dúvidas de que as universidades estaduais e municipais desenvolvem um importante trabalho de pesquisa e pós-graduação para o País. E um outro detalhe fundamental, somos as instituições públicas que mais desenvolvem projetos e programas voltados à formação de professores dos demais níveis de ensino da educação brasileira. Então são detalhes importantes de serem destacados.

Bom, o outro slide eu vou já começar a tratar da questão do acesso e sempre falando de um objetivo, de um cenário, e logo em seguida propostas. Propostas essas que já vêm sendo desenvolvidas. E que podem ser ampliadas.

Esta é a tônica da apresentação. O acesso. O acesso busca a redução das assimetrias sociais e regionais. É óbvio. Hoje nós temos em média entre 18 e 24 anos na graduação brasileira apenas 11 a 12% dos jovens. E se nós pegarmos a região norte, a média da região norte é em torno de 7% dos jovens. É óbvio, se você pega a região sudeste e sul, você tem uma média variável entre 17 e 22%. Mas a média geral brasileira é muito baixa se nós pegarmos outros países próximos a nós, inclusive aqui na América Latina.

Bom, os cenários em relação a acesso e educação superior brasileira, a educação superior no mundo, não apenas brasileira, é que nós temos um envelhecimento da população. Nós temos uma reestruturação produtiva e interiorização do desenvolvimento da economia. Esse é um aspecto importante de ser destacado. E temos uma modernização da infra-estrutura econômica.

Ora, se as universidades basicamente localizam-se nos centros mais desenvolvidos, nós vamos ter muitas dificultadas como já temos hoje em algumas profissões técnicas como de engenheiros, médicos, de interiorizar esses profissionais no Brasil.

Então, a questão das universidades estaduais e municipais, essa interiorização, esse foco nos campos de interiorização possibilita de alguma forma estar mais de acordo com o cenário já futuro, mas já presente hoje no Brasil. Que é a interiorização do desenvolvimento. Hoje nós temos um número de cursos de engenharia e de tecnologia no interior do País mínimo. Muito pequeno em relação ao total geral do País. E são as universidades de alguma maneira estaduais e municipais que estão tendo essa preocupação com essa formação mais tecnológica, mais nessas áreas. Há um ambiente específico da educação superior, podemos destacar a expansão da demanda que já foi maior, diga-se de passagem alguns anos atrás a média do crescimento da educação superior no Brasil girava em torno de 22 a 20% ao ano. Hoje, o crescimento é menor. Mas muito em função da diminuição do crescimento das instituições privadas. A valorização da educação como instrumento de mobilidade social, isso é óbvio, isso é uma coisa boa, positiva, é algo que os diversos debates sobre educação no Brasil têm fomentado isso. Ou seja, as pessoas, as famílias, a sociedade de uma maneira geral estão cada vez mais conscientes da necessidade da educação para um crescimento da pessoa. A maior presença de alunos não tradicionais na educação superior. Ou seja, não temos mais aquele aluno único e exclusivamente egresso do ensino médio, uma média de 17 e de 18 anos, ao contrário, todas as pessoas independente das idades estão de alguma maneira buscando novamente a educação superior em nível de graduação, em nível de pós-graduação. Há uma forte presença de profissionais hoje nas universidades já formados pelas universidades e que retornam as universidades. Há uma desertificação do sistema de educação superior. Nós temos hoje cerca de 2.200 instituições de educação de ensino superior no País, cerca de 67 universidades. Mas temos muitas outras instituições que trabalham nesse sistema, e temos um trabalho, uma tendência de especialização das instituições.

Bem, nessa área de acesso, quais seriam as proposta que nós poderíamos desenvolver? Bem, algumas coisas que já são feitas. A ampliação do programa de seleção seriada nas universidades. Como eu falei em sistema, a seleção seriada na universidade, para quem não tem essa compreensão, as universidades elas desenvolvem processo seletivos para ingresso. Um processo seletivo que pode ocasionar do vestibular tradicional na última série do terceiro ano. Mas algumas universidades brasileiras e incluindo aí algumas universidades estaduais, já desenvolvem um programa de ingresso seriado. A universidade que eu administro, a Universidade do Estado do Pará, foi a terceira universidade do Brasil a adotar esse sistema. A primeira e a segunda quase ao mesmo tempo foram as universidades de Brasília e a Universidade Federal de Santa Maria. Logo em seguida nós adotamos. O que acontece? Eu tive oportunidade de visitar mais de 80 escolas de ensino médio. Quando nós chegávamos as escolas de ensino médio para divulgar esse programa

de ingresso seriado os professores eram contrários e muitas, digamos assim, reações nós tivemos em relação a isso. Por quê? Uma coisa muito simples. Não havia necessariamente um sistema médio de educação no Brasil. Havia um sistema voltado para o vestibular. A primeira série do ensino médio cerca de 40% dos conteúdos eram ministrados. A segunda, cerca de 50, e a terceira série tinha que dar os conteúdos da terceira série e mais aqueles que não havia sido dados. Daí o nível muito baixo de estudantes, principalmente da escola pública, ingressando nas universidades. O programa de ingresso seriado ele de alguma maneira ele contribuiu para o aumento do ingresso de Estados Unidos de escola pública nas universidades.

Nós temos que estimular, sem sombra de dúvidas, porque apesar desse estímulo provocado pelo programa de ingresso seriado nós ainda temos uma média muito pequena de estudantes da escola pública nas universidades públicas. Se nós pegarmos as profissões mais tradicionais, ou seja, as profissões como medicina, engenharia, nós vamos ter uma média variável entre 5% a 30% das vagas obtidas no vestibular para estudantes oriundos da escola pública. Então esse é um detalhe importante. Nós temos que de alguma forma, estimular e apoiar o aluno egresso da escola pública para ingressar nessas carreiras.

A implantação e consolidação de núcleos de pesquisa no interior do Estado. Apesar de nós termos em torno de 250 campi no interior do País, um País com mais de 5 mil municípios precisa de muito mais campi universitários como base de ciência e tecnologia. A implantação de núcleos de apoio a EAD no interior do Estado. As universidades públicas que como depois eu vou falar, elas trabalham com a formação de professores. Quando se fala em EAD no Brasil ainda se fala muito na formação de novos administradores, de novos professores na área da pedagogia... Mas não se fala muito na área da formação professores de ciências, em física, química em biologia. Esta é uma questão que precisa de uma infra-estrutura mínima para funcionar nos pólos de interiorização. E esta formação de professores cujo déficit é enorme, como vocês mesmo terão oportunidade de observar em determinados dados que estão sendo apresentados pelo Conselho Nacional de Educação segundo esses dados seriam em torno de 250 mil professores para o nível médio, essa questão de implantação desses núcleos de apoio poderia facilitar esse trabalho de formação de novos professores na área das ciências. Estimular o ingresso nas carreiras tecnológicas, a participação das carreiras tecnológicas na universidade, o número de estudantes nas universidades nas carreiras tecnológicas está em torno de... Ainda fica na quarta, quinta colocação. Ou seja, nós precisaríamos o País estimular o ingresso nas carreiras tecnológicas. Ampliação do número de cursos e vagas nos processos seletivos isso é um trabalho... Tudo que estou citando como proposta é algo que já vem sendo desenvolvido pelas universidades estaduais e municipais, mas que poderíamos de alguma maneira ampliar de uma forma muito mais rápida. Definir áreas prioritárias de atuação, ou seja, nós não trabalhamos a questão da educação superior no Brasil de uma forma sistêmica. Ou seja, muitas vezes nós temos universidades federais e universidades estaduais no mesmo Município. Há pouco tempo o sistema federal criou universidades federais onde já haviam universidades estaduais. Isso é um absurdo para um País como o nosso que tem pouquíssima sensibilidade para a educação superior. Ou seja, há necessidade de um planejamento maior e dentro desse planejamento maior trabalhar com áreas prioritárias de atuação.

E acima de tudo, poderíamos também, isso já é feito em algumas áreas e algumas regiões do País, trabalhar em projetos integrados entre universidades. Não há necessidade, por exemplo, de uma Universidade Federal Rural que ao implantar um determinado curso modular ter que construir toda uma infra-estrutura. Ela poderia utilizar a infra-estrutura das universidades estaduais e municipais existentes no País. Essas são algumas propostas que a gente apresenta em relação a acesso da educação superior. Um outro aspecto que não precisa de mais comentários, ou seja, é lógico que quando se fala em quantidade, no caso do Brasil, essa é uma questão fundamental. Mas a quantidade sem a qualidade ela realmente não funciona [soa a campainha] de fato.

Então, os cenários em relação à qualidade que eu poderia destacar nós temos hoje cada vez mais no sistema a cobrança por resultados, impactos e conseqüências das ações das universidades, a consolidação de uma cultura de avaliação, uma profissionalização da gestão das instituições, pressão exigências crescente de qualidade, novas estratégias e metodologias pedagógicas, uma valorização cada vez maior de uma cultura geral, vocês estão sabendo que há uma discussão no Brasil por uma mudança de base, uma mudança nos fundamentos realmente da estrutura curricular das instituições. A melhoria da educação básica, vou deixar esse aspecto como proposta e aproximação melhor, integração teoria e prática. Seguindo.

Em relação à qualidade, as propostas que nós poderíamos apresentar enquanto uma associação de reitores de universidades é o seguinte: A criação de um fundo federal de apoio à melhoria das instituições públicas estaduais. Este fundo poderia ser proveniente

de recurso de abatimento das dívidas dos Estados. Já fizemos um cálculo em relação a isso. Se nós tivéssemos simplesmente a cada aluno que a Universidade Estadual tivesse um aporte entre mil reais e dois mil reais oriundos das dívidas do Estado nós teríamos uma suplementação em torno de um bilhão e quatrocentos milhões de reais. Ou seja, é um dinheiro que existe, não precisa ser fabricado, apenas precisa de alguma forma trabalhar junto ao Ministério da Fazenda, essa é uma tentativa que está sendo feita através da associação junto ao Ministério e como sempre não é bem recebido porque vai implicar em menos recursos, mas de qualquer maneira é um recurso que já existe e que de alguma forma contribuiria e muito para a melhoria da qualidade das instituições.

O incremento em programa de extensão junto as escolas. Todas as universidades estaduais ou municipais desenvolvem programas de extensão junto às escolas públicas e municipais nos diversos rincões do País. A valorização dos estágios, maior intercâmbio entre as instituições e aí as instituições não apenas de educação superior, mas as instituições formadoras, as escolas, as universidades, enfim. Um apoio à rede de pesquisadores.

Bom, eu venho de um Estado que tem 147 Municípios. A universidade que eu administro tem 14 núcleos no interior do Estado. Mas nós não temos um sistema, por exemplo, uma infra-estrutura de internet de banda larga no interior no País. Não podemos usar a internet. Os custos são altíssimos. Podemos até usar, mas numa velocidade muito pequena que inviabiliza grande parte dos trabalhos que a internet poderia desenvolver. Então esse é um aspecto que impede, por exemplo, a ida de pesquisadores para o interior do País. A UEPA mesmo hoje está realizando um concurso para 278 professores, cerca de 80 doutores com a expectativa de que os doutores formados no sul e sudeste possam ir para o interior do País, para as regiões norte e nordeste e com isso desenvolverem esses trabalhos na formação de redes de pesquisador.

Pará... Mas eu estou falando aqui não apenas do Pará, eu estou falando de uma associação que tem a Universidade Estadual do Amazonas, por exemplo, com um trabalho belíssimo de educação à distância, mas um trabalho que é caro por falta realmente de alguns investimentos localizados nesta área. Maior apoio das empresas as universidades, as universidades de alguma maneira também tem que buscar esse apoio e buscam certamente. A modernização tecnológica, a criação de programas de avaliação interuniversitários, as universidades podem e devem trabalhar com uma avaliação entre elas, entre si, nos programas de probatório, por exemplo. Incentivos a programas de pós-graduação específico para as regiões com menor presença de mestres e doutores. Olha, apenas um adendo e eu já vou encerrar, Senador. Eu trabalho há 20 anos nessa área de educação, há 20 anos com educação superior, sou Reitor há oito anos de uma Universidade Estadual, dos 147 Municípios eu andei por cerca de 90 Municípios indo às salas de aula. A questão fundamental são os professores, como eles vêem o seu trabalho, a profissionalização desses professores, a relação desses professores com a escola, e isso é uma questão importante nós formarmos cada vez mais professores para o País, e a ampliação de oferta de bolsas de iniciação científica no País.

São apenas algumas idéias. O tempo é restrito, mas que eu gostaria de salientar, Senador, que a ABRUEM, a Associação dos Reitores das Universidades Estaduais e municipais se propõe a elaborar um documento para que com mais tranqüilidade, com mais calma e com mais subsídios possa encaminhar aqui à Comissão de Educação e possa pautar também de alguma forma essas idéias e propostas para a educação brasileira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao professor e fico satisfeito de tê-lo aqui. Mas eu queria projetar um desenho que eu já projetei na última semana. Os Senadores já viram. Mas eu queria insistir para mostrar o que, a meu ver, pode ser a razão dessa tentativa de debater, sobretudo a educação de base. Está aí...

Olha, isso aqui é a distribuição dos nossos alunos no Brasil. Aí eu coloquei as crianças entre cinco e seis anos. Na verdade, devia colocar entre quatro e seis anos. Quatro, cinco e seis anos. Porque fala-se muito que 97% das crianças na escola. Mas coloca-se apenas as crianças de cinco anos e meio e seis. E fala-se apenas... Mas aí só na primeira série. Olha como vai caindo até aqui. Apenas 33% da escola pública das 64 chega ao final. Apenas 5,7% do total chega ao final do ensino fundamental na escola particular. Essa é a particular. Mesmo assim, veja que na particular quase não há evasão. A evasão é muito pequena na particular. Ela é 50% na pública. Aí chega na primeira série do ensino médio, aumenta. Porque há um estoque de pessoas que terminaram o ensino médio antes que decidem voltar a estudar porque é uma coisa positiva. Esse pessoal que está aqui, não são esses aqui não. São outro que estavam fora. Aí vai e aqui estão os concluintes. Um milhão e meio. Ou seja, quando compara é 23%... Aqui era 64% na escola pública. Só 23 chega à conclusão no ensino médio. Ou seja, menos da metade. Aqui quase todos. Agora, veja que interessante. Esses aqui que terminam o ensino médio na escola pública vem para aqui. Olha o número de estudantes

na particular. E os que terminaram o ensino privado vem para aqui. É quase o mesmo número. É claro que não são os mesmos. Alguns daqui vem para aqui, alguns daqui vem para aqui. Mas é impressionante como muda completamente o tamanho. E aqui são os concluintes. Eu estou colocando isso, professor, para dizer que o gargalo desse País não é daqui para aqui. Ou seja, não é desses dois para esses dois. Se você somar isso e isso que é quem termina o ensino médio, e somar esses, dá 1,5 para 1. De cada 1,5, 1 entra na universidade. O gargalo é daqui para aqui. Esse é que é o gargalo. Aqui que está o problema. Sem falar que esses aqui sobretudo, mas aqui uns também, porque aqui tem escola ruim também, mesmo esses não saem preparados. Metade tem condições de seguir o curso universitário seriamente. E mesmo essa metade que tem uma educação satisfatória, é satisfatória pela modéstia da gente. Esses quê tem os mesmos os 18% quanto seja que seja satisfatória nenhum lê os clássicos gregos. Em português, não estou falando em grego. Nenhum leu nem a literatura dos clássicos da literatura brasileira para valer. Nenhum sai com uma formação forte de metodologia de conhecimento, de filosofia, de matemática, de aritmética. Então é aqui que está o nosso problema. É aqui. Há um problema. Mas o problema mesmo está aqui. Como fazer com que esse pessoal termine assim, como um... Quase um quadrado, quase não é impossível em nenhum lugar do mundo. E como os que terminaram saem preparados para enfrentar o mundo. Inclusive se entrarem na universidade, mas se não entrarem também. Na linha do que o Prof. Luiz Carlos falou de estar preparado mesmo que não vá para a universidade como ofício. Então por isso eu insisto tanto naquelas perguntas de que como resolver isso aqui. Como resolver isso aqui é mais fácil. E não essa preocupação só aqui. Quem está paga, ou não paga. É como fazer com que isso seja bom, mas só vai ser bom, se isso aqui for bom. Enquanto a gente tiver jogando fora tanta gente, a gente está jogando fora patrimônio. Desses aqui que não chegaram aqui, quantos gênios a gente não perdeu? Quantos gênios a gente não perdeu porque não aprendeu a ler na hora certa?

Então esse quadro eu acho que ele é impactante. Pela diferença de como se trata aqui quem não pode pagar e quem pode pagar, a gente trata bem quem pode pagar, trata mal quem não pode pagar e inverte aqui. Eu vou deixar aí só como lembrança. Mas é o X da questão. Mas eu quis passar para vocês também.

Bem, tem dois Senadores inscritos. E eu vou passar na ordem. O Senador Wellington Salgado e o Senador Wilson Matos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, senhores convidados, prazer muito grande estar aqui. Eu queria dizer que o Presidente dessa Comissão me nomeou Relator justamente sobre o assunto ensino à distância. Então já que eu sou Relator dessa... Esses vários encontros que estão acontecendo, essas várias Audiências Públicas, eu queria me concentrar um pouco mais na questão de ensino à distância visto que eu sou Relator.

Eu queria dizer, Sr. Fredric, que eu fiz doutorado em ensino à distância na UNED na Espanha. Universidade Nacional de Educação à Distância na Espanha. Isso eu fiz há uns 15 anos atrás. E eu me lembro muito bem que logo que eu comecei a estudar, eu comecei a fazer um cálculo. Quanto é que custava para o Governo bancar um aluno no ensino à distância e quanto custava para o Governo bancá-lo no ensino tradicional, digamos assim. E comecei a fazer esse cálculo e o meu professor deixou eu fazer todo aquele cálculo, no final eu cheguei e peguei o padrão cinco anos, que é o padrão de graduação aqui, cheguei a uma conta que estava muito mais caro ensino a distância. E ao final, o meu professor à época perguntou pra mim: Mas quem disse que cinco anos é a velocidade dele? Quem disse que esse aluno tem que terminar em cinco anos? O ensino à distância ele foi criado para velocidade de cada um. Você não pode querer um padrão para quem é casado, tem três filhos, para quem é solteiro e está trabalhando. Então o ensino à distância ele é adequado a sua própria velocidade. Claro que tem uma seqüência lógica, mas você vai fazendo a medida que você tenha necessidade e tem tempo para isso. Então essa foi a primeira aula que eu tive no ensino à distância.

A segunda é o seguinte, que o é o ensino à distância? O ensino à distância é o ensino onde ele é centrado nos meios. Você tem o professor, os meios e o aluno. O ensino tradicional a educação é centrada no professor. E o ensino à distância é centrado nos meios tecnológicos. Então se hoje existe uma evolução tão grande, inclusive eu sou o Presidente da Comissão, meu partido designou para ser Presidente da Comissão de Comissão, Ciência e Tecnologia do Senado, e não conseguimos fazer leis que acompanham a tecnologia. Ela é tão rápida que de repente eu cito um, um exemplo claro disso é o sistema chamado de televisão chamado MMDS. Que era um modelo arcaico ultrapassado de repente a tecnologia evolui e você consegue agora fazer televisão e também internet por MMDS que é aquele por microondas que não precisa passar o cabo. E virou um grande negócio.

Então o que acontece hoje? O Brasil, e V.Exª, eu estava conversando aqui, poderia ser João da Silva o nome. Mas é Fredric. [risos] Se fosse João da Silva

seria bem melhor, com todo respeito. Mas tudo que V.Sª disse eu concordo plenamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só um negócio. O seu é Wellington.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [risos] Bem colocado. Mas tem um Salgado de Oliveira no final. [risos] Fredric Michael Litto... Então realmente tudo que V.Sª colocou em termos de ensino à distância é exatamente aquilo ali. Qual é o problema da nossa situação no Brasil? Eu vejo que é o seguinte, todo mundo gosta de fazer Portaria, Senador. Todo Ministro que chega adora fazer Portaria e regulamentar. Agora o Ministro Fernando Haddad, jovem, e eu discutia que a juventude, eu quando vou ficando mais velho vou ficando menos vaidoso. O jovem tem a vaidade que é uma coisa séria. [soa a campainha] Mas o que acontece? O Fernando Haddad, o Ministro Fernando Haddad e sua equipe, criou o sistema de ensino à distância no País botou e implantou. Agora ele quer que você tenha autorizado cada ponto de ensino à distância. Cada local que você vai ter, você vai para o satélite, desce no meio da Amazônia tem que autorizar a tele sala que você cria na Amazônia. Quer dizer, é uma coisa absurda.

Então, nós estamos perdendo esses oito anos que o Presidente Lula criou coisas incríveis, como o Bolsa Família, que começou aqui no Distrito Federal com o Senador Cristovam, num modelo diferente desse que está aí, a gente sabe, mas é o princípio, ontem eu conversava a noite com o Presidente Gilvam presidia aquela Sessão histórica, e antes eu conversava com o Senador Suplicy e ele mostrava que gasta 1% do PIB brasileiro para alimentar quase 25% da população. E eu achava que é bem mais. E não é. [soa a campainha] Então educação temos que fazer a mesma coisa. Nós temos que ter determinação. Temos que saber que nós temos que... Tudo hora V.Sª colocou ali, eu fico até sem perguntas. Porque é o resumo de hoje. Nós precisamos o quê? Vontade de fazer. Sem burocracia. Sem nenhuma burocracia. O que o senhor Fredric apresentou, é o espelho do que acontece no País hoje. Mas nós não temos que ter burocracia. Temos que deixar acontecer. A autonomia que está no art. 207 da Constituição nas universidades, se criou uma coisa nova. Autonomia não é soberania. Mas a Constituição não fala em soberania. Mas é uma maneira criada de dizer que autonomia não é autonomia. Autonomia foi criada para que ninguém mande nas universidades. Para que ninguém diga o que tem que ser ensinado, como aconteceu com moral e cívica na época. Senador Wilson que é mais velho que eu pegou moral e cívica bastante. [risos] Então isso é autonomia. Ensina o que quiser, aprende como quiser, e o mercado vai absorver o que for bom ou não. Com relação ao Sr. Luiz Carlos, pulando realmente V.Sª tem algo que a educação hoje não tem, que é o dinheiro. O sistema "S" tem recursos. Agora, bem aplicados pela sua equipe. Bem aplicados. Porque se pagar bem a professor, nós vamos ter os melhores professores e eles vão seguir a carreira de professor. Se não pagar bem não tem. Esse é o princípio de qualquer profissão.

Eu sinceramente fiquei muito... Sr. Presidente, eu digo que V.Exª ao criar esse ciclo de debates, a gente tem pouco tempo, porque todos Senadores têm que falar, mas a gente fica empolgado. Eu teria que tomar um cafezinho no gabinete que V.Exª tem para conversar bastante sobre isso. Além de ser um discurso apaixonante de V.Exª ainda consegue trazer realmente explanadores e convidados que empolgam a gente. Então fico triste de ter pouco tempo, mas eu não posso ser egoísta. Mas ao invés de perguntar eu queria outra vez parabenizar por esse ciclo pra mim que já tenho uma experiência no ensino à distância. Vou levar esse material. Acho que não preciso de mais nada para fazer o meu Relatório. Vou pegar esse material e fazer considerações a respeito. E passar para os demais Senadores como responsabilidade que V.Exª me designou. Mas mais uma vez foi altamente produtiva essa Mesa em todos os sentidos. Fiquei mais no ensino à distância porque eu tenho que fazer esse Relatório. Mas parabéns pelos convites, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador. Eu passo para o Senador Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Quero cumprimentar o Senador Cristovam pela feliz iniciativa dessas Audiências Públicas que têm ocorrido e ocorrerá ainda... Ocorrerão ao longo desse ano. E na verdade tem sido uma grande escola para nós Senadores. Eu gostaria de fazer algumas... Colocar algumas questões focadamente. Primeiro para o Prof. Luiz Carlos.

Você disse das unidades móveis, dos kits e disposto a fazer parceria com o setor público. Privado também? Vocês vendem esses kits por um preço de custo, tendo em vista que a sua instituição SENAC, SENAI é sem fins lucrativos? Depois você vai me responder. Quero saber também o custo do aluno na sua instituição em todos os níveis se você tiver pra mim seria muito importante para o meu direcionamento.

Profª. Juçara, eu também sou professor em toda a minha história, e sinto o drama de quem é professor, o problema salarial, etc. Entretanto, eu sempre trouxe a responsabilidade da qualidade da educação pra mim. Como professor e como Reitor. Claro que tem

todo um sistema, o cenário que contribui para mais ou para menos. Principalmente o Diretor, que é o que dá o tom da música, o ritmo dentro de uma escola. Se for de criança, o primeiro nível é o Diretor, o segundo é o professor, o terceiro é a família. E claro, entramos juntos depois a União, Estados e etc.

Então, eu quero só fazer uma pergunta. Primeiro, aprofundando um pouquinho mais. Hoje, no ensino superior, nós temos alguns modelos de avaliação. Avaliação do professor. Na década de 90, o Governo criou o PAIUB, que é o sistema de avaliação da universidade pública. Hoje através dos SINAIs nós temos que ter um intenso sistema de avaliação em todas as universidades. Para o ensino médio existe uma avaliação do aluno que é o ENEM. Que avalia o aluno e a escola. E dá a nota. Nós temos também avaliação do ensino básico, que é o SAEB que avalia a nota. Que a gente verifica a nota do aluno e a nota da escola. O que a senhora acha, e eu estou pensando fortemente na idéia de termos um sistema nacional de avaliação dos professores do ensino básico. Avaliando periodicamente a cada cinco anos, digamos assim, porque o número é bastante grande, avaliando o professor no seu desempenho, nos seus conhecimentos específicos e gerais. Porque nós vivemos no mundo uma forte dinâmica. Quem parar de ler muito hoje é daqui dez anos ele é um analfabeto. Um analfabeto com um diploma de ensino superior. Então eu acredito, depois quero ouvir sua opinião, que uma avaliação periódica também do professor do ensino básico, que todo o sistema está sendo avaliado, menos o professor do ensino básico, eu acho que seria um estímulo para que o professor estivesse atualizado constantemente.

Prof. Fredric, meu nome é Wilson. Me incluo, [risos] Wellington, Wilson, Fredric. O Senado aqui está em alto nível. [risos]

Bem, parabéns pelo seu trabalho. Já conheço seu trabalho de longa data, já assisti diversas palestras suas. Sou um admirador seu pela sua visão sobre educação. Também concordo plenamente que o sistema nacional é extremamente regulamentado e engessa as ações das instituições. Entretanto, eu tenho que reconhecer que nós brasileiros somos um pouco arrojados. Se a cerca estiver frágil, a gente ultrapassa com facilidade. Nós temos um problema cultural. Pra mim, tudo isso se resume na falta da conversão da sociedade ao conhecimento. A sociedade brasileira não é convertida ao conhecimento. Eu tenho citado aqui muitos dados até mesmo na leitura me permita o Presidente e os colegas que eu já citei algumas vezes isso, no Japão para cada mil pessoas adultas se edita 633 jornais por dia. No Brasil 45 jornais. Acabou. Então nós somos a sociedade desinformada. E se formos verificar, milhares e milhares de professores pelo Brasil também não lêem o jornal diariamente e nem uma revista semanalmente. Há uma descontextualização. Nós sabemos disso por isso aprovamos inclusive a semana passada há poucos dias a biblioteca do professor, a retomada da biblioteca do professor onde o Estado, a União terá que dar anualmente dois livros por professor para que ele tenha acesso, não é Senador Cristovam? Muito bem. Quando eu digo do brasileiro, o próprio modelo acadêmico ou escolar que temos leva a isto. Eu quero chamar atenção que nós jogamos 50% dos espaços físicos de toda a escola do Brasil jogamos fora. Vocês se lembram disso que nós jogamos metade dos nossos espaços físicos? Porque em toda sala de aula, com raríssimas exceções, nós temos uma fila de carteira, um corredor, uma fila de carteira e um corredor. Por que é que nós temos esses corredores? No mundo desenvolvido não existe mais esse corredor. Eles já aboliram. E eu tenho visitado escolas no mundo. Conheço escolas no mundo, faço visita técnicas todos os anos em instituições fora do Brasil. É uma bancada e as cadeiras um ao lado do outro, com um ou dois, no máximo três corredores. Um em cada lateral e um no centro. Agora, por que é que nós mantemos os corredores e não temos coragem de abolir os corredores? Por quê? Por causa da cola. Por causa da avaliação.

Então, começa aí a questão da idoneidade das pessoas. Porque a cola é uma falsidade ideológica. A cola é uma mentira. A avaliação de um aluno não serve só para ele. A avaliação é um instrumento público. É um instrumento público que serve para avaliar o aluno, para avaliar o professor para ver se ele ensinou e o aluno aprendeu, e é um instrumento para avaliar a escola e o sistema. No entanto, nós temos que separar um aluno do outro para que não exista a cola. Eu sei que tem muitos alunos que não colam, mas esse é um caso sério. Essa é a falta da valorização do indivíduo para com o conhecimento. [soa a campainha] Lamentavelmente no Brasil só vale aquilo que o professor passou na sala de aula. No dia da avaliação, "ah professor, isso aqui o senhor não deu na sala". E o que é que um professor consegue dar na sala no ensino total nosso é de três horas e meia, quatro? Com raras exceções temos curso com mais de quatro horas. Então essa é uma questão que nós temos que enfrentar de frente, que é um problema cultural, que nós não conseguimos vencer ainda. E temos que vencer. No Japão, eu falei sobre cola lá foi uma experiência quando eu contei o que é cola aqui o Reitor que estava me atendendo botou a mão na cabeça. "Meu Deus, isso é uma mentira! E o jovem brasileiro mente assim?" Eu

tive vontade de falar com ele que era brincadeira. Que eu estava comentando por ironia do destino.

Prof. Fernando, quero parabenizar o trabalho das instituições estaduais e municipais por esse Brasil afora que já interiorizou bastante o ensino público e gratuito. Eu sou do Estado do Paraná, mais de 10% dessas instituições que o senhor citou estão no Estado do Paraná. 45 nós temos 5 no Estado do Paraná. Cinco universidades públicas em cinco pontos estratégicos espalhados pelo Estado. Mais de 10% estão lá. Temos também no Estado do Paraná 11 faculdades públicas isoladas, espalhadas pelo Estado. É um Estado que proporcionalmente a receita é um dos que mais investe em ensino superior. Entretanto, gostaria de trazer algumas questões aqui. O que o senhor acha de fazer com que o aluno da escola pública, rico, pague para atender mais alunos pobres? Porque pela inversão ali, nós percebemos que o aluno que chega no ensino superior, a maior parte dele tem dinheiro pra pagar a escola. Ele pagou o ensino fundamental e médio. No entanto vai para o ensino público gratuito. O que o senhor acha da escola pública superior cobrar de quem tem posses para ampliar as vagas para quem não tem? Esse é o modelos que está correndo no mundo. E nós vamos ter que... Quero ouvir a sua opinião e encarar isso e discutirmos, abrirmos uma grande discussão, Senador Cristovam, sobre esse questão que é uma forma de ampliarmos o acesso dos que têm menor poder aquisitivo.

A avaliação docente. As universidades estão fazendo avaliação, discutindo, chamando os professores e evoluindo? Essa é outra pergunta. E por que é que os cursos tecnológicos eles cresceram muito no Brasil só na iniciativa privada? Por que a iniciativa pública, tanto federal quantos as estaduais e municipais, que é a maior lacuna de nossa sociedade, que é o aprender a fazer os cursos de dois, três anos, tecnológico, por que é que as universidades estaduais, municipais, ainda não entraram firme nesta área formando a mão-de-obra um pouco intelectualizada, mas aquele que sabe fazer botando a mão na massa. E qual é a média, Prof. Fernando, de servidores aluno nas escolas estaduais? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Cícero. Esse nome pelo menos é latino.

[risos]

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Isso é bem nordestino. Me chamam às vezes até de "Ciço" lá na minha terra. Então eu quero parabenizar mais uma vez o Senador Cristovam -- [interrupção no áudio] E procurarei ser bastante breve, embora pedindo desculpa de não ter participado de toda a Sessão em função de ser membro de outras Comissões que coincidiu o horário, o no caso aqui é uma Audiência Pública e a gente tinha projetos a ser votado lá, mas eu inicio perguntando ao Sr. Luiz Carlos de Souza, ou até fazendo uma sugestão. Relatando um pouco de uma experiência que eu vivi como Prefeito de João Pessoa por oito anos. Essa experiência foi vivida com a escola técnica federal, com a CEFET. Nós sabíamos como é um exemplo da dificuldade do aluno na rede pública ter acesso, por exemplo, ao vestibular. As escolas técnicas também ocorriam isso. A dificuldade de alunos da rede municipal ter acesso à escola técnica federal. E lá nós desenvolvemos um projeto que foi muito interessante, uma parceira, onde, caso específico nós tínhamos 92 escolas, e cada escola tinha o direito de escolher os dois melhores alunos que concluísse o ensino básico. O ensino fundamental. Para ter acesso à escola técnica, esses dois alunos de cada escola, num total de 184 alunos, faziam uma seleção entre eles e nós formávamos então 45 vagas na escola técnica. A escola técnica federal reservou o espaço de 45 vagas... Aliás, 40 vagas para a rede municipal de ensino. Isso foi experiência muito rica, porque a primeira turma que nós conseguimos ter acesso nós nos preocupamos, que não é o caso do SESC e SENAI que vocês fornecem, mas como eu dava o fardamento escolar na rede municipal, calça jeans, par de tênis e as blusas, nós garantimos que também esses alunos teriam alunos fornecidos pela Prefeitura já que a escola técnica não fornecia o fardamento. E eu já relatei aqui o quanto isso é importante até para a minha alegria na próxima Sessão dessa Comissão nós teremos, esse projeto está na pauta para que toda a rede pública estadual e municipal tenha obrigação de dar a fardamento completo em todo o Brasil, porque eu já contei inclusive casos que ocorreu na Paraíba em particular em João Pessoa.

Então nós nos preocupamos com o fardamento, nós nos preocupamos nesse processo seletivo a oportunidade do acesso, isso foi feito com a CEFET Paraíba e depois foi orientado para que fosse multiplicado, nós fornecíamos o vale transporte porque como o aluno na rede pública municipal ele normalmente estuda perto de casa, e no caso que a escola técnica não teria a mesma chance ele teria que ter muitas vezes até pegar dois transportes e com certeza mesmo ele tendo a oportunidade de entrar na escola técnica ele não ia ter dinheiro para pagar o vale transporte para chegar à escola. Então nós nos preocupamos com isso, chamamos a associação no caso das empresas de transporte coletivo e eles forneceram então esse passe para que eles tivessem acesso. Nós nos preocupamos porque tivemos experiências também de aluno que chegava

na escola sem ter comido nada e a nossa merenda foi desenvolvido um outro projeto. [soa a campainha] Nós nos preocupamos em oferecer a noite uma refeição. A escola técnica federal fornecia essa refeição para que o aluno tivesse uma refeição à noite antes de iniciar suas aulas. E aí eu pergunto ao Dr. Luiz Carlos, porque na sua palavra o senhor falou que parte, a maioria do acesso é para filho de trabalhadores. E outra parte era tentando exatamente dar oportunidade a essas pessoas, vamos dizer assim, menos favorecida no aspecto financeiro. Se não seria possível desenvolver parcerias com Prefeituras ou com a rede pública municipal ou estadual no sentido de buscar até estimular esse concurso, essa disputa interna na rede pública municipal para garantir o acesso nas escolas do SESI, não só em São Paulo, e aí a gente possa multiplicar pelo Brasil como um todo.

A Drª. Juçara, eu assisti uma boa parte da sua palestra. Sou ardoroso defensor do ensino médio, sei da importância do professor, as conquistas que nós tivemos na educação municipal foram fruto exatamente dessa colaboração que nós tivemos dos servidores do modo geral da educação pela histórica dedicação, amor, luta pela causa, embora nem sempre compreendida, nem sempre tendo oportunidade de salários justos, de salários dignos, nem tendo a oportunidade ao treinamento, à qualificação, sem dúvida nenhuma são eles um vetor principal para o desenvolvimento da área de educação. Acho que a senhora chamou atenção aqui para algo fundamental. A questão do financiamento. Porque há pouco nós estamos discutindo, e o Governo Federal passa como se tivesse praticamente resolvido a questão da educação com o FUNDEB, quando nós sabemos que na composição financeira do FUNDEB de aproximadamente 50 bilhões de reais, os Estados entram com cerca de 31 bilhões de reais. Os Municípios entram com quase 15 bilhões de reais. E o Governo Federal, com toda a propaganda, com tudo que está fazendo em relação ao FUNDEB, está entrando com quase um bilhão e oitocentos milhões de reais dos quais cerca de um e duzentos já estava previsto orçamentariamente. Não é isso Senador Cristovam Buarque. Então no FUNDEB a gente vê a distorção desse processo. Sem falar que a senhora disse muito bem, e aí eu faço questão de repetir aqui, é a questão de que as contribuições que hoje representa praticamente valor igual ou superior àquilo que é compartilhado com os Estados e com os Municípios também não entra, porque ao não ser compartilhado para os Estados e Municípios não entra no cálculo dos 25% de obrigações que teriam os Estados e Municípios em gastar com a educação. Então a senhora faz uma grave alerta, por que não dizer uma denúncia muito responsável ao mostrar que um valor muito grande de contribuição não é aplicado na educação. Então podemos no mínimo dizer que está sendo reduzido em quase a metade o valor que deveria ser aplicado na educação.

Perdi a palestra do Sr. Fredric, mas sei, já foi dito aqui também recebo esse material, da importância da educação à distância. Ora, no momento em que a empresa hoje, as empresas estão procurando para treinar, para qualificar, para melhorar os seus quadros o ensino à distância, dá um testemunho muito claro que é uma boa oportunidade para levar conhecimento, para ampliar, vamos dizer assim, o conhecimento, e conseqüentemente é fundamental para que nós possamos ter um avanço no conhecimento do povo brasileiro. Como Prefeito, eu também tive como meta, e aí eu me dirijo também ao Prof. Fernando, nós tivemos como meta porque cerca de 70% dos nossos professores não tinha nível superior. E aí nós aproveitamos as vagas da Universidade Federal que tinha na área de pedagogia, fizemos parceria, demos bolsa para o professor que fosse estudar porque a gente sabe que em função dos salários muitas vezes tem que o professor trabalhar os três turnos, quer seja na rede municipal, rede estadual, na rede particular para complementar os salários. Então nós dávamos uma bolsa para o professor se formar. E sem dúvida nenhuma o ensino à distância é fundamental para que a gente ajude na formação dos nossos professores, não só na oportunidade que pode ser dada ao cidadão, mas que ele seja um instrumento para a qualificação de todos aqueles que trabalham na área de educação.

E por fim, eu acompanho o Senador Wilson na provocação aos professores, às universidades estaduais e municipais. Eu tenho discutido, por exemplo, e aí eu gostaria de ouvir a opinião do senhor, se não seria mais barato para o Governo Federal que estar criando universidades, e tomara que crie uma quantidade maior numa velocidade mais rápida ainda, se não seria mais barato comprar, vamos dizer assim, vaga, ou termo que a gente possa melhor dizer, ou financiar vagas nas universidades estaduais e nas universidades municipais. Eu tenho um exemplo disso, o nosso Estado da Paraíba que tinha apenas uma universidade, hoje tem duas, pretendemos criar a terceira, mas estadual ou por decisão do Governador Cássio em pólos regionais aonde a Universidade Federal estala um campus, a UEPB instala na cidade vizinha pólo com outros cursos. Então obviamente que isso vai ter um limite financeiro. E o Governo Federal poderia no seu programa de expansão das oportunidades de curso superior usar no bom sentido, ter como parceiro as universidades estaduais e universidades municipais

nesse sentido. Estamos até discutindo a possibilidade de um projeto nesse sentido.

Quanto ao pagamento, também já participei de debates e discussão, e aí concordo com o Senador Wilson se isso não deveria, Senador Cristovam, entrar numa pauta de discussão para que houvesse uma parte do pagamento das entidades públicas para aqueles alunos proporcional ao período que ele estudou em escolas particulares. Se ele sempre estudou em escola particular, que ele pague uma parcela de 100%. Se ele estudou apenas 50% do seu tempo acesso a Universidade Federal, que ele pague então a parcela correspondente de 50% para que venha a ajudar no financiamento das escolas públicas desse nosso País e com isso aumentar não só a oportunidade, mas até a sua capacidade e a sua qualidade.

E por fim, também considerar que uma sugestão era que esses cursos tecnológicos que foram levantados aqui que é de curta duração que é que pudesse as nossas escolas técnicas, os nossos CEFETs, as nossas escolas agrotécnicas que pudessem ser talvez o instrumento de quase que um mestrado do técnico que foram formados nas escolas técnicas seria um mestrado, um doutorado que fosse num curso superior tecnológico ministrado até pelas próprias escolas técnicas, mas sim com a visão de curso superior. Muito obrigado e peço desculpas por ter me alongado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a participação do Senador e vou passar a palavra a cada um dos palestrantes pedindo que agora, sim, façam o mais conciso possível pra gente terminar aí no máximo perto de uma hora. Senador, quer falar também? Desculpe, Senador Paulo Duque. Eu não tinha visto. Não estava inscrito aqui. Então a palavra está com o senhor.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): V.Exª, um grande paradismo(F) da educação. Quero dizer que assisti a uma conferência sua no Hotel Glória, há algum tempo em que além de levar os seus livros que foram muitos, V.Exª teve ocasião de dar uma aula de sapiens, sabedoria e de idealismo a uma gama muito grande e diversificada de pessoas, sobretudo dos fiscais de renda do Estado do Rio de Janeiro. Não sei se V.Exª está lembrado disso que V.Exª percorre desde o Rio Negro em cima de um barco durante três dias com propôs outro dia, outra ocasião, há pouco tempo, como ainda o Hotel Glória um dos mais refinados do Rio de Janeiro. Mas o Rio de Janeiro, em matéria de educação, a cidade do Rio de Janeiro e a baixada Fluminense ela, com relação ou sem razão ela perde muito tempo com as descontinuadas greves que existem lá. Justas ou injustas, não importa. Porque a grande vítima são os alunos.

Então, eu vejo esse debate aqui com uma oportunidade excepcional de pessoas que se dedicam com idealismo, com vigor à causa educacional. E só lamento não ter podido comparecer a outras, porque estou em várias Comissões. Sou do Rio de Janeiro. único Senador do PMDB, no momento, cumprindo um mandato eventual. Mas eu gostaria demais. E ter vindo a essas... A esses conclaves, a essas reuniões que V.Exª tem com tanto entusiasmo conduzido e participar. A impressão que V.Exª me dá, assim como ex-estudante, já formado há muitos anos, sou da turma de 54 da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. 54, veja V.Exª. Acho mesmo que sou o mais velho aqui da turma toda. [risos] E correu um fato interessante que eu quero lhe dizer. Resolvi fazer um curso pós-graduação na Faculdade Bennett. V.Exª conhece. Bennett. V.Exª conhece. Talvez a senhora conheça também. Faculdade Bennett de ensino. E ocorreu um fenômeno lá interessante, que todos os alunos, meus colegas formados, é claro, eram mais moços do que eu. E todos os professores também eram mais moços do que eu. Eu era o mais velho de toda aquela turma. Foi interessante que de vez em quando eu até chegava para o Sr. Aloizio Alves, cientista político, importante, "O Paulo Duque é bom por que de vez em quando ele nos dá uma colinha, [risos] a respeito exatamente de [soa a campainha] disciplina dele, de política. Que é a disciplina dele". Como entrei muito cedo na política de vez em quando eu realmente ajudava. Excepcional o colégio, nada tenho a dizer. Orgulho dos estabelecimentos de ensino. E finalmente, professor, é que nós somos... Se o senhor dividisse o Brasil, Presidente, em oito mil e cem partes iguais, uma dessas partes seria a cidade do Rio de Janeiro. O antigo Estado da Guanabara. Estava conversando com alguns colegas aqui que nós somos muito pequenos. Temos uma capacidade de resistir muito grande. Porque é... O Estado da Guanabara antigo era pequenininho. Começava ali no Leblon, terminava em Santa Cruz quando eu vejo os Senadores de Mato Grosso, de Goiás, do Amazonas, do Pará, o Reitor, dizer que o Pará tem 147 Municípios. Nós temos 92 apenas. São Paulo 600. Minas quase 1.000.

Então, é diferente o Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro. O ambiente educacional. Eu acho de qualquer País do mundo. Muito difícil. Falou-se ali, eu ouvi com atenção, de suprimiu os corredores para buscar espaço. Nosso grande problema é exatamente esse. Que teve uma evolução excepcional quando se criaram os CIEPs, por Leonel Brizola quando foi Governador. Excepcional. Nem imagina V.Exª. O orgulho que as crianças têm em participar de um CIEP. Ele entra, é como se fosse uma escola particular tipo Bennett. Foi

o exemplo que ele deu. De maneira como é a primeira vez que eu estou usando a palavra nessa Comissão tão brilhantemente dirigida por V.Exª, que eu quero dar esta... Vamos dizer, esse depoimento. Especialmente sobre os CIEPs. Foram construídos 600. O programa era construir 1.000 CIEPs. E infelizmente o programa foi interrompido.

Eu agradeço a atenção que estão me dando, prometo vir às outras reuniões com muito prazer, porque aqui existem sábios da educação, existem idealistas da educação, existem homens com que a gente tem prazer em ouvir e em conviver. Muito obrigado. Era isso que eu queria dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador e queria lembrar que uma informação que eu tive, uma análise que eu vi uma pessoa fazer ontem, Senador Duque e Senador Tuma, que me surpreendeu. Por que os CIEPs pararam? Porque o Brizola, na sua sensibilidade social, cometeu um erro político. Ele deveria ter colocado o CIEPs nos bairros ricos. Eles só colocou os CIEPs nos bairros pobres.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas tem alguns bairros ali bons.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas não tem os alunos filhos de ricos. Ali eram os filhos dos pobres que iam. Eu acho que se tivesse criado mais nos bairros dos ricos, não iam deixar terminar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, uma coisa V.Exª tem tanta razão. Que o mesmo aconteceu em São Paulo. A Marta Suplicy fez os CEUs nos bairros mais periféricos e mais pobres. Aí o Governador que a substituiu encerrou e disse que não ia fazer mais não. Mais ou menos cópia do que... Agora o novo Prefeito que está substituindo, começou a fazer de novo. Vai fazer mais de 50. Provavelmente cercando toda São Paulo, bairro pobre ou rico. Por quê? Porque socialmente ele tem uma representatividade muito grande. Porque não é só uma escola. É um centro de agasalhar a coletividade local.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu vou passar a palavra aos nossos palestrantes, agradecendo desde já, e pedindo como eu falei uma certa concisão para que a gente possa terminar dentro de um prazo em que os Senadores ainda estejam aqui que eu quero agradecer o *quorum* que nós estamos aqui. Eu duvido que haja outra Comissão que esteja um quorum como esse hoje numa quinta-feira com tantas outras atividades e que não tem tanta exigência de que continue hoje à tarde por falta de votação. Então eu agradeço muito os Senadores que estão aqui, e parabenizo que a gente esteja mantendo esse debate apesar de tudo. Prof. Luiz Carlos.

SR. LUIZ CARLOS DE SOUZA: Serei breve, Senador. São duas questões centrais. Uma do Senador Wilson Matos, do Paraná. O senhor perguntou sobre o custo das unidades móveis, das escolas móveis do kit didático. Isso é uma orientação muito clara do sistema FIESP. Quando nós colocamos aqui na apresentação que nós podemos atuar como instrumento de apoio ao desenvolvimento de políticas públicas. É muito claro lá para nós que acreditamos que a educação básica e a educação profissional ela deve ser exercitada naquilo que eu vi o senhor defender e fico muito feliz, é uma comunhão de gratuidade para quem precisa e não pode pagar, e cobrança de quem pode pagar. Isso vale também para a prestação de serviço. Essa escola de produção que nós fazemos é inspirada no modelo alemão. Nós acreditamos que a educação profissional, o empresário precisa freqüentar, o industrial precisa comprar serviço para que a escola tenha tecnologia adequada ao mundo real do trabalho. Então é muito claro. Quando nós fazemos parceria com o setor público, é orientação direta do Presidente Paulo Scaff. É planilha aberta, é sem custo. Desculpe, é pelo custo de produção. Não tem lucro. Por exemplo, hoje estou com uma equipe nas Forças Armadas construindo bancadas de eletro-eletrônico que seriam importadas. É planilha aberta, a nossa equipe de engenheiros com a equipe das Forças Armadas. É pelo custo. Temos kit, isso ao mesmo tempo em que projetam o nosso Brasil, nós temos escolas nossas e kits em Angola, no Timor Leste, na Venezuela. Quer dizer, parceria de cooperação internacional onde também nós fazemos pelo custo.

A segunda questão do senhor eu dirijo em São Paulo o SESI e o SENAI. Um dos problemas da educação o Senador Wellington disse bem, agradeço aí a... O senhor reconhece que o recurso é bem aplicado. Não do sistema S. Nós não gostamos desse sistema S. Legalmente ele não existe. Existe o sistema indústria.

Então, uma das questões que eu vejo de gestão da educação é o total desconhecimento do custo real. Em São Paulo nós temos 211 escolas de ensino fundamental do SESI e 83 do SENAI de formação profissional. Nós temos custo turma por turma. Custo direto e indireto. Por exemplo, no ensino fundamental varia de primeira a oitava série, entre 1.800--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIZ CARLOS DE SOUZA: Perfeito. O custo do ensino fundamental é entre 1.800 a 2.100 reais. No ensino fundamental. Variando de ano. Isso eu posso

passar para o senhor. E no ensino profissionalizante, o ensino técnico aí é outro mundo. Dependendo do curso de mecatrônica, etc, ele varia de 10 a 13 mil reais. Para ser breve, o Senador Cícero eu conheço bastante o trabalho que o senhor desenvolveu, e eu fui um dos diretores do SENAI nacional e tínhamos grandes parcerias lá na Paraíba.

Senador, para nossa alegria, aí são duas realidades. O SESI de São Paulo tem 37% dos alunos estudando gratuitamente. Não é nem bolsa, é isenção. Por um critério de renda. O filho do trabalhador para... O trabalhador para pagar para seu filho estudar, se tiver dois filhos ele tem que ganhar mais de mil e quinhentos reais por mês. Renda familiar por capta igual ou menor que o salário mínimo. Pai e mãe e dois filhos ele tem que ganhar mais de 1.500 reais para poder pagar.

Critério de entrada. Como nós pegamos o aluno no ensino infantil com quatro anos, ou no ensino fundamental com seis, vamos fazer toda a formação. Sorteio público no ginásio de esporte com presença de Ministério Público e sindicato. Nós recebemos o aluno dessa forma. Então, não é só o filho do trabalhador da indústria. Chega a 70% porque está em região de grande concentração industrial.

Critério de seleção no SENAI. Aí é outra boa notícia no curso de aprendizagem e curso técnico. 92% em São Paulo são egressos de escola pública. Isso para nós é confortável. Porque o filho do aluno da rede particular de São Paulo ele não vai para o SENAI. É natural. Agora, tem um dado cruel ali, Senador. Quando nós liberamos o curso técnico já foi pago, o senhor tem inteira razão, quando nós liberamos a mensalidade do curso técnico, quem precisava não foi estudar. Porque não podia pagar [soa a campainha] o vale transporte e ele não tinha dinheiro para a alimentação. Nós tivemos que estudar mecanismo de incentivo para que ele pudesse fazer o curso do SENAI.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Drª. Juçara.

SRA. JUÇARA MARIA DUTRA VIEIRA: Também quero dividir entre partes foram os questionamentos, o primeiro sobre financiamento. É verdade, que a política de fundos ela responsabiliza Estados e Municípios. O FUNDEF e o FUNDEB. Acho que o grande avanço que se deu muito nessa casa foi no sentido de que nós conseguimos responsabilizar a União, ainda que a partir de 2010 com um percentual. Acho que isso foi uma das vitórias que o movimento teve junto com a vitória dos fraldas pintadas, foi a inclusão das creches e também do piso. Mas acho que é essencial nós discutirmos o financiamento à educação porque sem financiamento não há prioridade.

A outra questão suscitada foi sobre a avaliação. Eu, na verdade, não tive tempo, eu até tinha escrito o seguinte no texto que eu vou deixar aqui. Que a avaliação, que não existe nenhuma atividade humana que possa prescindir da avaliação. Mas na educação ela só tem sentido se for processual, contextualizada e com perspectiva de agregar saberes e experiências. Vale para o aluno, vale para o professor, vale para a escola e vale para o sistema. Porque isso também é fundamental para nós pensarmos, não apenas na avaliação desvinculada, mas no processo de formação. Eu também tenho acordo que um período de cinco e seis anos é o período ideal para o professor voltar para a universidade. Nós discutimos com o então Ministro de Educação Cristovam Buarque, a possibilidade do ano sabático. Voltar com muita humildade para a escola, para a universidade, porque isso é uma exigência do mundo contemporâneo, digamos assim, e da própria formação do educador. Acho que isso é fundamental nós compatibilizarmos. Acho que a avaliação tem que ser pensada nesses termos em conjunto com a formação.

Sobre a provocação do Senador Cristovam sobre aposentadoria, eu quero dizer que eu sou uma jovem de 57 anos, Juçara, tupi-guarani, para diferenciar um pouco, embora não pareça muito, [risos] eu não estou aposentada ainda. Mas a diferença, Senador, é que mesmo sendo uma professora muito dedicada, a minha atividade ao longo tempo foi realizada com muita leveza. Eu tenho uma filha que é professora, faz três anos que ela é professora. E ela é professora 20 horas. Meio expediente. Tem uma segunda série quatro alunos de inclusão, ou que a obriga a estudar aos sábados porque ela não sabe direito como tratar dessas crianças então ela tem que estudar em separado. Ela tem crianças, leciona num bairro muito problemático, numa cidade da zona calçadista do Rio Grande do Sul, onde ela vive uma parte do tempo também lidando com o Conselho Tutelar. Tem crianças vítimas de abuso sexual, trabalha sob um sistema de estresse completamente diferente da realidade que eu vivi alguns anos atrás.

Então eu acho que essa... Esse é um contexto que é uma responsabilidade sistêmica, sim, é uma responsabilidade do gestor. Ainda que eu credite um grande valor à figura do professor, inclusive as inteligências, Senador, que estão atrás dos meios. Porque atrás dos meios também temos inteligência. Eu acho que o papel do professor, do educador, do funcionário é fundamental. Mas nós precisamos pensar numa organização em que o trabalho docente e a vivencia escolar seja mais prazerosa [soa a campainha] para o aluno e também para o educador na escola. Eu acho

que isso poderia nos levar a raciocinar de uma outra forma sobre a permanência ou não dos educadores sobre o tempo, enfim pensando nesse contexto.

Quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui, também aprendendo com os questionamentos e tendo a convicção de que esse é um espaço onde nós podemos estar, como eu dei o exemplo do FUNDEB, construindo ou reconstruindo algumas sociedade brasileira pela sua representação e pelo compromisso que tem os Parlamentares especialmente com esse tema tão relevante. Obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço. Parabenizo por ter uma filha professora, [risos] e dizer que o que eu falei da aposentadoria é no contexto ideal. No contexto de hoje não estou nem esperando para se aposentar. Os professores e professoras estão indo embora. Nem começam.

Eu quero dizer, eu falei há pouco que nós estamos com o *quorum* alto, mas mais do que isso, temos inclusive a presença de um Deputado Rafael Guerra compondo o nosso *quorum*. Eu agradeço muito a sua presença. Profº. Fredric.

SR. FREDRIC MICHAEL LITTO: Agradeço as perguntas e respondo. Mencionei que eu passei seis meses no fim do ano passado e início desse ano em universidade de Londres onde eu descobrir que no ano que vem a universidade de Londres vai comemorar 150 anos de educação à distância. Universidade de Londres que foi constituída como universidade popular para combate o elitismo da Oxford e Cambridge Educação à distância 150 anos. E aqui no Brasil ainda estamos na idade de pedra nosso pensamento sobre a importância de educação à distância. Por exemplo, LDB, art. 80, diz que títulos acadêmicos ganhos a distância tem o mesmo valor acadêmico e mesmo valor cartorial de educação presencial. Mas no Estado de São Paulo isso não é respeitado. Por exemplo, o Governo do Estado de São Paulo tem algumas delegacias que recusam diplomas de professores cujo curso de licenciatura foram feitos a distância. Desrespeitando a Lei Federal Maior. E na semana passada a Prefeitura de São Paulo baixou um regulamento dizendo que apesar de ter validade legal, eles querem escolher quem serão os professores da rede pública municipal. Não vão respeitar a lei federal. Não vou dizer mais nada sobre isso. Embora o Governo do Estado de São Paulo treina, atualiza 200 mil professores usando a educação à distância, e tem convênio com universidade de Londres para dar mestrado a distância em educação para 30 docentes da rede pública estadual. Quer dizer, temos problemas sérios.

Dois. Embora eu critiquei MEC hoje sobre certos aspectos é preciso vir a defender o Ministério da Educação porque na área de colocar computadores e internet dentro das escolas está fazendo um trabalho excepcional. Realmente a rede pública não pode dizer, mas quem o trabalho é ineficiente. Mas não somente colocando computadores, mas criando conteúdo. O domínio público, um grande site com textos, imagens e sons, e muita informação para alunos de primeiro e segundo grau. Porque não adianta ter computador se não tiver boa informação. Eu lembro aos senhores que a língua portuguesa é representado na internet com menos de 1% de todo o conhecimento da internet. É 0,7% de todo o conhecimento na web está em língua portuguesa. Então é difícil justificar computador, [risos] a não ser que a gente coloca cada vez mais informação lá.

Autonomia. A palavra autonomia é um absoluto. É como sempre. Você não pode qualificar a palavra sempre. Não pode dizer quase sempre. Ou está sempre ou está sempre. Ou autônomo ou não autônomo. É como mulher grávida. Não pode ser parcialmente grávida. Ou está grávida ou não está grávida. Autonomia é a mesma coisa. Mas não significa soberania. Soberania, não. Eu lembro aos senhores que os Estados Unidos da América do Norte não tem o Ministério da Educação. Não tem. E educação funciona mais ou menos bem lá. Tem problemas, mas funciona.

Credenciamento de uma instituição nos Estados Unidos é feito por associações sem fins lucrativos regionais. É auto-avaliação. Quer dizer, não é soberania. Uma instituição público-privada tem que se comportar adequadamente bem academicamente para ter credenciamento a cada 10 anos. Quatro anos atrás a Bed(F) trouxe um dos diretores dessas associações e ela falou que Nova Inglaterra, que é a associação dela, que credencia Harvard, MIT, Yale etc, em 102 anos só descredenciaram duas instituições. Quer dizer, não é uma ação policialesca, é uma educação pedagógica para a instituição. Então temos que aprender aqui no Brasil auto-regulamentação. Temos que dar oportunidade de maturidade para as instituições para que eles auto-regulamentem.

Quatro. Pólos de atendimento de educação à distância. Temos um problema muito sério. Embora MEC goste de criticar universidades que eles chamam caça-níqueis, quer dizer, aqueles que procuram lucro, lucro, lucro a qualquer custo, eu estive uma reunião patrocinado pelo MEC em Porto Alegre, na segunda-feira, e alguém perguntou ao representante do MEC o seguinte: [soa a campainha] Se um pólo de atendimento aluno a educação à distância é compartilhado, a sala é compartilhada por quatro instituições, então

a inspeção dessa sala por averiguadores do MEC, se cada um desses tem que pagar sete mil reais para a avaliação, quer dizer, sobrepondo o custo, a resposta foi sim. Bem, se isso não é caça-níqueis, eu não sei o que é. Realmente temos que reestudar isso.

Leis sobre educação à distância. Acho que temos que diminuir ou até abolir leis específicas para a educação à distância. Não é justo. Grande problema ocorre com a definição. MEC felizmente nos consultou alguns anos atrás sobre como fazer a nova legislação e dissemos: Não tente definir o que é educação à distância, porque a coisa está em multidão constante. E uma coisa escrita dois anos atrás não vai ter validade hoje. Mas os Advogados do MEC não deixaram. Vai ter lei, tem que ter definição. Então isso é um problema constante.

E finalmente, cola na escola. Temos solução técnica para a cola na escola. Coloque dentro de um computador 200, 350 perguntas sobre aquela matéria, e o computador gera provas individuais para cada aluno. Então eles podem ficar lado a lado e não vai ter possibilidade de cola. Obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Parabéns, professor. Eu só queria lembrar que o Senador Wilson me deu essa informação de porque nós temos filas individuais. O senhor apresentou uma coisa a mais, é a indisciplina que há em nossas escolas em que o aluno quer entrar na hora que quer. Se ficassem quatro, cinco alunos, Senador Mão Santa, ele não podia entrar a qualquer hora. Ele teria que entrar junto. Eu me lembro que aprendi isso com o senhor. Junto com o problema da cola também.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Verdade. O problema de indisciplina. Mas o problema da cola, tem um outro problema que eu também não comentei aqui, é a qualidade da avaliação. A qualidade da avaliação da escola brasileira que o professor faz é muito ruim. São provas de dez, vinte, quinze questões na sala toda conforme o senhor disse aqui iguais para todos. Alguns até tipo teste inclusive na universidade que é incrível isso. Quer dizer, jamais poderia ser assim. No mundo desenvolvido o aluno tem que exprimir conceitos. Aí não tem como eu copiar o conceito do outro. Diferenciar pensamentos de um pensador em relação ao outro. Então ele tem que exprimir na sua avaliação aquilo que de fato ele aprendeu e absorveu.

Então, o modelo de avaliação que a universidade brasileira usa também leva à facilitação da prosperação da tal da cola.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E finalmente, professor, eu quero dizer o seguinte, o Estados Unidos não tem Ministério da Educação cuidando do ensino superior. Mas na educação de base tem a Secretaria da Educação. Agora, por que é que lá não é necessário uma visão mais... Eu não quero usar a palavra centralizada, mas nacional. Porque não há a desigualdade que a gente tem aqui. Aqui nós temos Municípios com 20 mil reais de renda per capita ao ano. Distrito Federal. Temos outros com 530 reais. Se não houver uma combinação nacional, ninguém vai conseguir dar atenção àquelas crianças daquela cidade. Agora, sabe o que é mais incrível? É que aqui no Distrito Federal que é a mais rica cidade do Brasil, quem paga o professor é o Governo Federal. E o salário está perto de quatro mil reais por mês. Não é isso? Quatro mil reais por mês. Dificilmente isso será... Dificilmente não. Isso é absolutamente impossível em qualquer coisa Município do Brasil. Ou a gente faz um programa nacional de salário e formação ou a gente não vai ter o equilíbrio.

E aí sobre a educação nos Estados Unidos eu quer dizer que toda crítica ao Presidente Bush, ele tem um programa que a gente precisa fazer. Chama-se: "Nenhuma criança é deixada para trás na América". É o slogan do programa educacional dele. E vão atrás e querem botar computador em todos os lugares feito por um Secretário chamado Paige, Mr. Paige, que já não é mais agora no segundo mandato. Passo a palavra ao Prof. Fernando.

SR. FERNANDO ANTÔNIO COLARES PALÁCIOS: Obrigado, Senador. Eu queria agradecer também a pertinência das colocações dos Senadores e dizer o seguinte: É tão complexa a educação no Brasil, o senhor estava falando, Senador Wilson, de uma questão simples que são as cadeiras e fileiras que têm uma repercussão naturalmente, mas se nós pensarmos que muitas escolas, por exemplo, do meu Estado nem cadeira tem.

Então, a questão da educação ela é realmente muito complexa. A gente fala numa visão macro da estrutura macro, mas a questão da estrutura micro da sala de aula, do professor e dos seus alunos, do relacionamento desses alunos. Por isso que eu digo, eu tenho uma posição muito simples em relação a isso. Nós temos que criar motivação na escola brasileira. Nós temos que fazer com que esse aluno tenha perspectiva. Se a perspectiva dele futura vai ser ingressar numa universidade ou num curso técnico, isso talvez não seja o mais importante. Mas ele tem que ter uma perspectiva futura e tem que ter uma motivação para poder até ter a disciplina para o estudo. Porque se disciplina não se faz estudo nenhum. E podem se investir vários recursos, mas se não houver essa motivação e essa disciplina nós não vamos estar de fato atuando na problemática final.

Eu queria antes comentar o que o Senador Cristovam falou, se nós pensarmos aqui no funil, e a gente pode analisar esse quadro também de quinta a oitava série, a evasão de 50% e o ensino médio a evasão é também de 50% justamente se nós pegarmos apenas um aspecto dessa análise, justamente na área em que começa a haver uma especialização maior do ensino. Onde começa a ser o ensino das ciências, da matemática, o ensino médio da física, da química, de biologia, das artes, da língua estrangeira. Justamente aí começa a haver e no meu modo de entender por uma falta e uma deficiência na formação de professores nessas áreas. Ou seja, se nós pensarmos apenas nesse aspecto, 30% dos educadores brasileiros nessa área de formação de professores não possuem em nível superior. Se nós levarmos isso para o norte do País, 50% dos professores não possuem nível superior. Ou seja, nunca participaram de uma formação superior. Então tem uma deficiência na profissionalização, na sua profissionalização. Isso é um aspecto importante de ser salientado também.

Eu concordo com o Senador quando ele diz que o foco em atenção é a educação básica. Sem sombra de dúvida. Essa é a nossa atenção fundamental. Mas o papel das universidades na formação desses professores, porque não são as instituições privadas, e como eu bem citei ainda, Dr. Fredric, ainda não é a educação à distância que está formando esses professores para atuarem nesse nível de ensino.

Eu queria apenas alguns aspectos, e o Senador Wilson Matos falou realmente com um conhecimento de causa. A avaliação docente dos professores universitários, assim como a avaliação dos professores de uma maneira geral, é um aspecto fraco. É um ponto fraco das instituições, das organizações educacionais. Ou seja, mesmo nos regimes na questão do probatório e seja os professores de nível médio ou nível básico ou nível superior, o probatório ele não é muito, digamos assim, trabalhado em determinados sistemas educacionais. Então a avaliação, mas é lógico que quando a gente fala de uma instituição como as universidades, esta avaliação inicia-se ao ingresso desse professor na universidade. Geralmente as universidades só aceitam hoje em dia professores com mestrado e doutorado. Portanto já tem um certo nível de qualificação. Em seguida passam por uma seleção difícil, um concurso público realmente bastante exigente. Em terceiro, nós temos uma avaliação propriamente dita, que como eu citei há pouco algumas instituições o fazem muito bem e outras não. E após essa avaliação há sempre um trabalho de qualificação desse professor. Mas como bem o senhor falou, eu acredito que a avaliação docente traria grandes benefícios a todos os níveis de ensino do País.

A questão... A relação servidor aluno ela é muito variável. Você encontra universidade com relação de seis para um. Você encontra, porém universidade com relação de vinte para um. Você encontra centros e cursos com uma relação menor do que seis para um. [soa a campainha] os centros da área da saúde. Então ela é muito variável. Mas de qualquer maneira também é um aspecto que precisa de correções em determinadas situações.

O crescimento dos cursos tecnológicos, as universidades preferem fazer cursos de engenharia do que, por exemplo, você prefere fazer um curso de engenharia de alimentos do que tecnologia de alimentos que é um curso com três anos. Mas isso é uma questão cultural das intuições, dos departamentos e dos próprios alunos que procuram as universidades. Apesar da empregabilidade dos tecnólogos ser muito alta em todas as regiões do País.

Bom, uma situação polêmica. Eu mesmo digo para vocês que alguns momentos eu era favorável que a instituição pública fosse paga. Mas depois que eu fui ao Chile e comparei com o Brasil algumas situações eu sou totalmente contrário agora. Um curso de medicina no Chile é pago, as instituições públicas. Custa em torno de oito mil reais. Desculpa, oitocentos reais por mês. Nas instituições brasileiras, um curso de medicina por mês, as privadas estão cobrando em torno de três mil reais. Ou seja, já é uma diferença absurda. A classe média chilena, e eu diria quando a gente fala de ricos no Brasil a gente está incluindo uma classe média que é uma classe média que não tem... Não é muito bem medida, mas é misturada com a classe dos riscos, mas a classe média chilena paga em média 20% de impostos. A classe média brasileira paga em média 40% de impostos. Ou seja, nós temos uma carga tributária muito alta embutida na questão da classe média brasileira.

Então, esse é um aspecto que precisaria de um ajuste. Mais simples seria, e mais, digamos assim, propor algumas atividades para os alunos independente de classe social, os alunos das universidades desenvolverem atividades ou após formados, ou durante a sua formação, junto às escolas públicas e junto a alguns sistemas, por exemplo, mais especialmente os sistemas de saúde. Mas isso também é polêmico. Isso também cria uma polêmica.

Então eu acredito que o... A questão da educação no Brasil ela é tão complexa que se nós focarmos determinadas situações como se esta fosse a solução do problema, nós poderíamos estar desvirtuando a questão central que eu diria que não seria essa. Não seria

essa. Agora, nós temos uma situação aí de ingresso de acesso do aluno da escola pública que realmente, aí eu não estou falando de cotas raciais, estou falando de cotas sociais, o aluno ingressante da escola pública, realmente ele tem uma grande dificuldade. O Senador Cícero Lucena deu um exemplo muito interessante de fazer uma seleção interna dentro das instituições do ensino fundamental e é uma palavra muito, digamos assim, que o Senador Cristovam usa a questão dos talentos, a perda dos talentos, para justamente descobrir nas escolas de ensino fundamental os talentos, aqueles que têm aptidão para prosseguir os seus estudos, seja em nível técnico, seja em nível superior, e dar oportunidades a esses talentos a ingressarem nas instituições.

Então essa é uma questão altamente polêmica, isso já vem há muitos anos, e eu não acredito que isso seria a solução da questão da educação superior ou muito menos da educação básica no Brasil.

Só queria comentar mais uma questão, para encerrar, desculpem, que foi comentado pelo Senador Cícero Lucena. A ABRUEM, enquanto Associação de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, ela não é contraria à abertura de novas universidades federais no País. Ela apenas coloca que as universidades não deveriam ocupar os mesmos espaços que as universidades estaduais e municipais já estão ocupando. Isso não se refere apenas a um Município, mas uma certa microrregião que essas universidades ocupam. E é totalmente favorável à sua proposição de que sim, o Governo Federal poderia sim financiar essas universidades que já têm as suas instalações prontas, seus professores contratados, poderiam financiar para que essa amplitude de atuação pudesse ocorrer no interior do País.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Professor, só um pequeno aparte. Eu acho que discutir pagamento em escola pública parecia um tabu aqui no Brasil. Mas acho que esse tabu já está rompido. Porque no *lato sensu,* as instituições públicas já estão cobrando. Então acho que está fácil a gente continuar, ampliar a discussão. Se no nível a gente já cobra, por que não pensarmos nos outros níveis também? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Além de que as privadas já recebem dinheiros públicos também através do PROUNI. Eu creio que tem que discutir isso. Quebrar... Tem que discutir. Porque é um preconceito. Tem que discutir. E fazer as duas partes. Há um preconceito e a gente tem que analisar. Eu continuo insistindo que a gente tem que diferenciar, não pela propriedade da faculdade, mas pelo papel da faculdade. Há cursos de interesse público em universidades particulares. E há curso de interesse privado em universidades estatais. Como é que a gente vai cobrar do pai de um aluno que quer ser professor? E estuda numa universidade particular? Ele tem que estudar de graça, porque ele quer ser professor. Como estudam de graça os meninos que querem ser oficiais na academia de Agulhas Negras. Ninguém pensa em cobrar deles. Agora, como é que a gente vai dar de graça um curso inteiro de economia de um menino que vai depois trabalhar num Fundo Monetário Internacional para obrigar a gente a seguir uma carta que atrapalha a nossa vida? Financiar formação de um Advogado que vai ensinar como não pagar imposto? A gente financia para ensinar um a não pagar imposto. É difícil você saber como é que separa entre privado e público entre alguns cursos. Mas eu quero agradecer a presença de todos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Antes de terminar, Presidente. O que me irrita tremendamente não é essa questão do público e privado de cobrar ou não cobrar. O que me irrita é de repente se usar as instalações públicas, a luz, a água, a cadeira, a segurança, tudo, e se dá um curso de pós falando que é da instituição pública. Quando na verdade não é. É de um grupo de professores que procuram sobreviver criando dessa maneira, usando o seu saber para ter uma remuneração melhor. Mas nós temos que assumir que aquilo é público e que está sendo cobrado. Porque o Poder Público não está pagando bem aqueles professores. Então eles se unem, criam uma fundação, utilizam tudo que é do público, luz, telefone, segurança, água, a marca, e aí fala: Não. É público e divide a arrecadação. Eu não sou contra isso. Eu sou contra você não falar: Olha, estamos no público, mas somos privado. Não pode é ter essa... Você pegar... Tem focinho de porco, não é porco. Ah, é feijoada, sei lá... Não pode. Eu sou assim. Acabou.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Privatizaram o Estado e não assumem isso.

Bem, eu agradeço a todos e dou por encerrada essa audiência.

Sessão encerrada às 13h24.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2007.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia dez de julho de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque e

com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Neuto De Conto, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Wilson Matos, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Gilvam Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo e Flávio Arns, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati que, "Altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros". O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o parecer favorável, com as emendas 01, 02, 03, 04 e 05 – CE oferecidas, é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena que, "Institui a obrigatoriedade de uso de uniforme estudantil padronizado nas escolas públicas, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis na forma do substitutivo oferecido, incorporando ao texto final a emenda nº 02-CE, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Ideli Salvatti, aprovada por quinze (15) votos. A matéria será submetida a turno suplementar segundo o que preceitua o artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2005,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Francisco Pereira que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir o acesso de portadores de deficiência visual à Bíblia em braile". O relator designado é o Senador Wilson Matos e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01 e 02- CE, de autoria do Senador Geraldo Mesquita, aprovadas em globo por dezesseis (16) votos. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição de pena pelo estudo". O relator designado é o Senador Wilson Matos e o parecer favorável, com a emenda nº 01 – CE oferecida, é aprovado. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior que "Inscreve o nome de Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon, no Livro dos Heróis da Pátria". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 06: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Neuto de Conto ao **Projeto de Lei do Senado nº 027, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior que "Denomina Euclides da Cunha o trecho acreano da Rodovia BR-364". O substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Gravataí no Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01 - CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 093, de 2006,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Professor Irapuan Teixeira, que "Altera o inciso I do caput do art. 44, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional) - (Cursos Seqüenciais)". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o parecer favorável é aprovado. **Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2006,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que, "Insere parágrafo único no art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre atendimento médico e odontológico aos estudantes do ensino fundamental público". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01 - CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 14: Projeto de Resolução do Senado nº 007, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Se-

nador Cristovam Buarque que, "Altera a designação da Comissão de Educação para Comissão de Educação, Cultura e Desporto". O relator designado ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável, com as emendas nºs 01, 02 e 03 – CE oferecidas, é aprovado. Prosseguindo o Senhor Senador Marco Maciel, solicita a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência para o PRS 007/07, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 07: Requerimento de Urgência nº 029 – CE, 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel que, "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº 007, de 2007, que "Altera a designação da Comissão de Educação para Comissão de Educação, Cultura e Desporto" de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Cristovam Buarque". O requerimento é aprovado. **Item 16: Requerimento nº 027 - CE, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Geraldo Mesquita, Papaléo Paes, Cristovam Buarque e Lúcia Vânia que, requer "... nos termos do inciso II e V, do artigo 90 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissões de Assuntos Sociais, Educação e Direitos Humanos, destinada a fornecer explicações sobre as causas do aumento do trabalho infantil, desde 2004. Deverão ser convidados a explicar e expor seus pontos de vista sobre o tema os Ministros responsáveis pelas áreas relacionadas diretamente com o assunto: educação, justiça, trabalho, desenvolvimento social e combate á fome". O requerimento é aprovado. Neste momento, a Senhora Senadora Fátima Cleide e o Senhor Senador Flexa Ribeiro, requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta dos Projetos de Lei do Senado nº 344/07 e 195/07, o que é aprovado. Logo após, os Senhores Senadores Wilson Matos e Inácio Arruda, requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta dos Projetos de Lei do Senado nºs 277 e 337 de 2007; do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 005 de 2004, e Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide que, "Acrescenta inciso ao art. 14 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de forma a instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista ao Senador Marconi Perillo, pelo prazo regimento de cinco (05) dias. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo que, "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Planalto do Araxá (UFPLA), federalizando o Centro Universitário do Planalto do Araxá". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emenda nº 01, 02 e 03-CE aprovadas em globo por 13 (treze) votos e a emenda nº04-CE, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, aprovadas por 13 (treze) votos. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade". O relator designado é o Senador Wilson Matos e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, na forma do substitutivo oferecido. A matéria será submetida a turno suplementar, segundo o que preceitua o artigo 282, combinado com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal. **Extra-Pauta, Item 04: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 005, de 2004,** de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, de caráter não terminativo, que dispõe "Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social". O relator designado é o Senador Wilson Matos e o parecer, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados, é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Wilson Matos solicita a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 005, de 2004, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 06: Requerimento de Urgência nº 028 – CE, 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos que, "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 005, de 2005, que "Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, de despesas com material escolar". O relator designado é o Senador Wilson Matos e o parecer favorável com a emenda

oferecida, é aprovado. **Extra-Pauta, Item 08: Requerimento nº 030 – CE, 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda que, "Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos II e V e 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, com o propósito de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 059, de 2003, que *"Regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências."*, com os seguintes convidados: **1ª Audiência Pública:** 1) Nelson Sirotsky, Diretor - Presidente da Rede Brasil Sul – RBS; 2) Wolney Oliveira, Vice-Presidente da Associação de Produtores de Cinema do Norte e Nordeste - APCNN; 3) Jorge Peregrino, Coordenador Geral do Fórum do Audiovisual e do Cinema – FAC; 4) Fernando Meirelles, Cineasta e Produtor; 5) Assunção Hernandes, Diretora para Assuntos Internacionais da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema – ABPC e 6) Paulo Mendonça, Diretor-Geral do Canal Brasil. **2ª Audiência Pública:** 1) Cícero Aragon, Presidente da Fundação Cinema RS – Fundacine; 2) Jandira Feghali, Ex Deputada Federal e Autora do Projeto; 3) Alexandre Raposo, Presidente da Rede Record - Rádio e Televisão Record S/A; 4) Alberto Dines, Jornalista e Diretor do Programa Observatório da Imprensa/TVE e 5) Paulo Markum, Presidente da TV Cultura – Fundação Padre Anchieta". O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2006, Item 09: Projeto de Lei da Câmara nº 028, de 2007, Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 075, de 2006, Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 023, de 2006 e Item 15: Requerimento.** O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª reunião extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada a Ata.

Vamos... O item nº. 01 é não terminativo. Já poderíamos discutir, mas não está presente nem o autor, nem o Relator.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O item 06 é um substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 27/2007. Estamos votando no turno suplementar. A autoria do substitutivo é do Senador Neuto de Conto. O autor do PLS é o Senador Geraldo Mesquita Júnior. A Relatoria é do próprio Senador Neuto De Conto. O parecer é favorável. Então, não sendo oferecidas Emendas ao Projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 282 c/c art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Eu consulto se alguém quer... Ao parecer não tem nenhuma Emenda, então, está adotada a Emenda.

Eu passo para o Projeto 12, que é não terminativo, estando aqui a Relatora Senadora Marisa Serrano, a quem eu agradeço que com tantos afazeres, nesse momento no Senado, e encontra tempo de estar aqui—

[risos].

É o Projeto de Lei da Câmara nº. 093/2006, altera o inciso I do *caput* do art. 44 da lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Com a palavra, a Senadora Marisa Serrano...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: 12?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): 12.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras. Chega à Comissão o PLC nº. 93 de 2006, que altera o inciso I do *caput* do art. 44 da Lei nº. 9.394/96, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional. O art. 44 dessa lei enumera quatro tipos de cursos na educação superior.

O inciso I trata dos cursos seqüenciais. O art. 1º do Projeto inclui a obrigatoriedade, para os candidatos a esses cursos, da conclusão anterior do ensino médio ou equivalente. Na justificativa, alegam-se dois argumentos: o primeiro, para que se restabeleça a moralidade da educação, ameaçada pela possibilidade de serem conferidos diplomas de ensino superior a quem não concluiu a educação básica; e o segundo, a necessidade de se superar ambigüidade entre cursos seqüenciais e cursos de graduação. Não foram apresentadas Emendas ao Projeto. Análise: Tem toda a razão o Deputado Irapuã Teixeira, ao considerar os problemas desqualificação da educação superior em nosso país. Na ânsia de atrair novos clientes, muitas instituições desenvolvem um extenso facilitário, em que cabem os cursos seqüenciais que afrouxam as exigências de freqüência e minimizam os critérios de avaliação.

Embora o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução nº. 01, de 27 de janeiro de 99, a Câmara de Educação Superior já tenha emitido norma, segundo a qual se estabelece a regra da exigência de conclusão do ensino médio, admitida a exceção da área de artes, é saudável, no entanto, já deixar clara essa diretriz na Lei Geral da Educação Nacional. Brechas na legislação são incentivos para a sua gradual dissolução. Portanto, Sr. Presidente, em vista disso, até para regulamentar algo que já é normal, conversei com uma série... Inúmeras universidades, neste país, elas já o fazem, não aceitam para os cursos seqüenciais quem não tenha o diploma de ensino médio, quem não passe por um regime de aferição de conhecimentos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, seria uma forma de nós fecharmos uma brecha na lei. E já é natural que o façam as universidades... Já estão fazendo. Portanto, diante do exposto, o meu voto é favorável a esse PLC. Estou aqui aberta a outros questionamentos que queiram o Srs. Senadores fazerem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão o Projeto... O item nº. 12. Não havendo opiniões, sugestões, ponho em discussão. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Contando com o *quorum* necessário para Projetos de lei, votações terminativas, eu vou para o item nº. 02.

Projeto de Lei do Senado 145/2007, que institui a obrigatoriedade do uso de uniforme estudantil padronizado nas escolas públicas. O Autor é o Senador Cícero Lucena e o Relator é o Senador Romeu Tuma, a quem eu espero passar a palavra--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria só pedir para incluir, extra Pauta, um Projeto que trata da universidade de Araxá, de Relatoria do Senador Flexa Ribeiro... Terminativo.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Também para requerer a V.Exa. que inclua como extra Pauta o PL 344, de autoria da Senadora Ideli Salvatti.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu... A Mesa é favorável à inclusão desses Projetos, até por causa do recesso, em breve, mas submeterei à votação, no momento oportuno, está bem? Então, vamos votar logo os dois... Agora, se pomos ou não em Pauta, está bem? Os que forem favor permaneçam como se encontram. Então, vamos incluir na Pauta esses dois Projetos. O art.... O item nº. 12 do Senador Cícero. Eu passo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, houve uma solicitação, antes da reunião, que se retirasse de Pauta esse Projeto, que o Governo está satisfeito com ele, o aplaude, mas tem uma dúvida de revisão. Mas eu deixo a critério do autor; se ele quiser, eu mando para frente, agora depende dele querer ou não, esperar--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos aproveitar e vamos em frente, não é, Senador Cícero?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador Cícero é que decide aqui porque ele é o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Wellington estava dizendo, há pouco, que o Senado precisa mostrar mais serviço ainda, não é, Senador Wellington?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É, mas eu acho que ainda--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mais ainda, eu disse... Mais ainda, eu disse.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ainda há tempo de--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos... Senador Romeu Tuma, está com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Então, o relatório chega a essa Comissão... O senhor poderia pedir para dar um pouquinho de água, Sr. Presidente, que hoje está seco demais, desculpe--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Por favor, Senador Tuma, em nosso nome, pede água. Eu, como morador de Brasília, peço desculpas pela seca. Senador Tuma, está com a palavra. A água chegará em breve.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Então, é o Projeto PLS 145/2007, de autoria do ilustre Senador Cícero Lucena, que institui a obrigatoriedade de uso de uniforme estudantil padronizado nas escolas públicas da educação básica. O PLS contém cinco art.s. Eu vou passar, se V.Exa. permitir, à análise do Projeto, Senador Cícero e Presidente, porque há uma Emenda de V.Exa., se não me engano, no Projeto.

O mérito é inegável, já que responde à demanda real da educação brasileira e contribui para a sua democratização e qualidade. Perfeitamente viável também é seu formato e financiamento; duas medidas se somam para resolver um problema aparentemente simples: o do uniforme escolar, em primeiro lugar, inclui as despesas do Poder Público com vestimentas e calçados padronizados entre as consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino. Em segundo lugar, propõe complementação financeira da União aos entes federados que dela necessitam. Entretanto, há que se cuidar de alguns aspectos jurídicos e operacionais que, prevalecendo o texto atual, podem inviabilizar a implantação correta da idéia central do Senador.

A questão mais sensível é de o PLS condicionar o envio de recursos de complementação, ao alcance ou não, de percentual vinculado à MDE por cada ente federado. Na realidade, tanto o art. 202 da Constituição Federal, como o art. 69 da Lei 9.394, que fixa as diretrizes e bases da educação, refere-se a percentuais mínimos e não a percentuais máximos de vinculação, o que inviabiliza o modelo proposto, tanto no PLS como na Emenda do Senador Cristovam Buarque. Além dessa observação, é preciso ressaltar que o caráter de complementação dos recursos importa na seletividade dos financiamentos. Vejo que o montante dos recursos de recursos necessários ao fornecimento, para todos os estudantes brasileiros, de dois conjuntos de uniformes, incluindo o calçado, pode exceder a quatro milhões anuais, quantia evidentemente superior à disponibilidade atual do Tesouro Nacional para a MDE.

Por essas e outras razões, reconhecendo o mérito e a oportunidade do Projeto, apresentamos um texto substitutivo, aperfeiçoando os aspectos legais e proporcionando viabilidade financeira e operacional ao art. de natureza autorizativa, derivado da Emenda do Senador Cristovam Buarque. Voto. Pelo exposto, votamos pela aprovação do PLS 145/2007, bem como a Emenda do Senador Cristovam Buarque, na forma dos seguintes substitutivos. E aí, segue o Projeto, Sr. Presidente. Não sei se há a necessidade ou não da leitura, Senador Cícero? Se V.Exa. já tomou conhecimento... Sr. Presidente, como o substitutivo encontra-se na... No material distribuído por V.Exa., pergunto se há a necessidade de ler. Pergunto se o Senador Cícero tomou conhecimento. Não sei se concordou ou não com o substitutivo...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É o Relator que tem o poder de decisão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O substitutivo. Apresentei... Consulto V.Exa. se eu preciso ler todo o substitutivo ou com a concordância ou não do Senador Cícero, pudéssemos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, o autor abriu mão da leitura de tudo. E, realmente, vamos ganhar tempo, não precisa ler tudo até, porque está--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Esse é o relatório--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está na agenda.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): --Incluindo a Emenda de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu ponho em discussão. Senador Cícero, quer fazer uso da palavra?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Cristovam, eu gostaria de iniciar, agradecendo ao Relator, Senador Romeu Tuma, por mais uma demonstração da sua sensibilidade e seu envolvimento com a causa pública, bem como pelo substitutivo que V.Exa. apresentou, que veio aprimorar recentemente um Projeto que nós apresentamos. Nada mais justo, eu sei que está justificado, mas dizer o porquê de nós apresentarmos esse Projeto. O primeiro dia de aula, quando eu fui Prefeito de João Pessoa, oito anos que fui, ao freqüentar a sala de aula os colégios visitar, essas escolas tinha uma placa que dizia: "Há vagas". Porque era proibido um diretor da escola dizer que não tinha vaga nas nossas escolas. Saímos de 27 mil alunos para 74 mil alunos, na cidade de João Pessoa. E, no primeiro dia de visita, Senador Cristovam Buarque, uma mãe me procurou. E esta mãe me pediu dinheiro. Ela, bastante jovem, eu me preocupei em conversar um pouco com essa mãe e saber por que, em vez de ela me pedir o dinheiro, ela não me pedia um emprego. E ela, então, me disse: "Prefeito, eu queria que o senhor me desse dinheiro". Eu disse: "Por que você, em vez de você pedir dinheiro, não me pede um emprego?' Ela disse: "Porque eu não posso trabalhar". Eu reafirmei a pergunta: "Por que a senhora não pode trabalhar?" "Porque eu tenho que levar os meus dois filhos à es-

cola". Eu disse: "A senhora leva os seus filhos em um expediente e trabalha no outro expediente". Até sabendo do programa, possivelmente, eu poderia ajudá-la nesse sentido, mas ela disse: "Eu não posso Prefeito". Eu disse: "Por que você não pode?" "Porque eu tenho que levar um filho de manhã e tenho que levar um filho à tarde à escola. Aí eu disse: "Mas eu sou Prefeito, eu matriculo os seus dos filhos no mesmo horário, ou de manhã ou de tarde, e a senhora trabalha no outro". Ela disse: "Mas eu não posso". Eu disse: "Por que a senhora não pode?" Ela disse: Doutor, porque lá em casa só tem um par de chinelas e eu tenho que levar um filho de manhã para a escola e levar o outro filho à parte da tarde". E aí eu fiquei a me perguntar, a Prefeitura não podia, naquele instante, dar o fardamento, nós estávamos iniciando, mas Deus me permitiu que, ao término do meu mandato, eu fornecesse a todos os alunos da rede pública municipal de João Pessoa o fardamento completo, com duas blusas, uma calça jeans para os maiores, um par de meias e um par de tênis e vi, Senador Cristovam Buarque, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que quando fui entregar os primeiros pares de tênis, a maioria das nossas crianças não sabiam calçar, porque não tinham oportunidade de ter um par de sapatos em casa. Daí, eu apresentar esse Projeto, porque esse fardamento que eu forneci, como Prefeito da cidade de João Pessoa, não entrava nos custos dos 25% com a educação. Foram extra-orçamento da educação. Mas, sabedor dessa necessidade, tendo vivido essa experiência, sabendo que muitas crianças, ao longo do ano, poderiam deixar de freqüentar a escola, porque quebrava a chinela ou porque sua roupa rasgava—

[soa a campainha].

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Foi por isso que apresentei esse Projeto no Senado e quero agradecer a V.Exa., que apresentou a Emenda, aprimorando o Projeto, bem como ao Senador Romeu Tuma, pelo seu relatório. E espero poder contar com a sensibilidade, que sempre contei, dos demais pares aqui dessa Casa. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu toquei a campainha por causa do barulho e não por causa da sua fala. Está em discussão o Projeto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa. Eu peço a atenção da Mesa, de todos nós, para a discussão do assunto. Senadora Marisa, está com a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, como V.Exa. foi o autor... V.Exa. foi autor do substitutivo. Eu queria só uma... Um questionamento que eu gostaria de fazer. Quando excetuamos do uniforme obrigatório a modalidade educação indígena, eu queria fazer uma consideração não... Mesmo que possamos discutir, e eu estava falando agora com a Senadora Fátima Cleide, a questão da cultura indígena, eu quero falar dos índios Kaiowas-Guaranis, do meu Estado. O meu Estado é a segunda maior reserva indígena do país, e é a maior tristeza, Senador, ir a uma aldeia indígena. As crianças descalças, roupas rotas, sem nenhuma condição de dignidade. Eu acredito que seria uma discriminação muito grande, na escola próxima à reserva indígena, as crianças todas de uniforme, de tênis com tudo aquilo que a cidadania diz que é importante que a criança tenha para sua própria auto-estima e, ao lado numa escola de uma reserva indígena, as crianças descalças, com uma roupa esfarrapada, podendo ir à escola.

Eu quero só dizer, Senador, que eu tenho uma preocupação muito grande, porque, quando a gente diz que,"em nome da cultura indígena", a gente discrimina os índios e as ações indígenas. Quando nós oportunizamos a qualquer jovem a que ele possa ascender, a que ele possa ter a oportunidade na vida, a que ele possa procurar algo mais e os índios não; os índios têm que ficar segregados, não podem ter possibilidade de crescimento e a eles não é dada a expectativa de ter esperança de um futuro melhor. Não podemos dar aos índios as oportunidades que nós damos para os nossos filhos, que nós damos ao povo brasileiro. Por que, eles não são cidadãos? São cidadãos de segunda classe? Qual é a dificuldade aí? Então, Senador, Cristovam, eu fiz essa minha--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Atenção à fala da Senadora que, a meu ver, tem uma importância ainda maior, transcendente até ao que a gente está discutindo aqui, eu agradeço muito que ela esteja colocando essa posição.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Portanto, Senador Cristovam, eu me questiono muito, na condução das questão indígenas, porque, em nome de uma cultura, em nome de serem os fundadores ou os donos primários dessa terra, nós estamos garantindo um extermínio ou senão uma sub-vida a essas pessoas e nós fazemos aqui uma lei, excluindo as crianças indígenas de terem oportunidade mínima, de ter aquilo que o Senador Cícero disse, que é um fardamento, e que a gente chama de uniforme, eu acho que aí é uma discriminação muito ruim. Eram as minhas

considerações, mas eu queria ouvi-lo também e ouvir os companheiros a respeito disso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador Cristovam, pela ordem--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro pediu a palavra--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Flexa, depois, o Senador Wellington e Senadora Rosalba--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Apenas para fazer... Sr. Presidente, apenas para fazer referências a esse Projeto da maior importância, do Senador Cícero Lucena, com o substitutivo de V.Exa., Presidente Senador Cristovam Buarque, com relatório do Senador Romeu Tuma. É da maior importância que se possa definir como obrigatória a distribuição do fardamento escolar para os alunos da rede pública de ensino. Tudo aquilo que foi dito aqui pelo Senador Cícero Lucena é uma realidade, principalmente nas regiões menos desenvolvidas do país. E como não era obrigatório e não podia ser incluído como recursos obrigatórios para o percentual mínimo de aplicação na educação, eu acho que agora nós vamos, com esse Projeto, corrigir e tornar acessível, a todo o ensino público, o fardamento escolar.

Com relação à questão levantada pela Senadora Marisa Serrano, pela, me parece que pela inclusão também, dos alunos da... O Senador propõe a exclusão, não é? E a Senadora propõe que eles também sejam atendidos, com relação ao fardamento escolar. Eu me posiciono também favorável a proposta da Senadora Marisa Serrano.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, sobre esse assunto--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento, a palavra está com o Relator.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só o seguinte, a Senadora Marisa Serrano tem razão, talvez a gente não possa obrigar o índio a usar o uniforme, mas oferecer, se ele aceitar ou não, talvez V.Exa. concorde desde que ele aceite a Emenda--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu estou totalmente de acordo e agradeço à Senadora Marisa, que trouxesse o assunto e eu acho que seria uma falha na proposta que eu fz—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Exatamente. Corretíssimo. Não podemos obrigar que usem, mas temos a obrigação de dar o direito que usem. Totalmente de acordo, Senadora, e lhe agradeço muito. Um momento. Eu vou pôr em ordem, Senador Wellington.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro o Wellington, depois a Senadora Rosalba, depois a Senadora Ideli, depois o Senador Augusto Botelho.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu volto a insistir que nós precisamos... Vai ser mais rápido se a gente fizer um pouquinho de atenção ao que os outros Senadores estão falando, não só o público lá pela televisão. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, primeiramente, eu queria parabenizá-lo pelo artigo que saiu publicado na Folha, eu li o texto de V.Exa. e queria dizer que comungo das idéias ali contidas. V.Exa. realmente se constitui num dos membros, eu não vou dizer das estrelas dessa Casa porque isso não pega, porque todos nós somos estrelas, digamos assim, mas V.Exa. coloca a sua posição certa e bem escrita, como assim sempre fez. Eu queria dizer o seguinte, que esse Projeto do Senador Cícero Lucena, inclusive, para própria questão de cidadania, é importantíssimo. Eu tenho dito que essa experiência que o Senador Cícero Lucena teve, numa região do seu Estado, durante oito anos, e sempre preocupado com a questão social, é importantíssima, exemplo do caso citado aqui por V.Exa., da questão do chinelo, que a mãe só tinha para ir uma vez, então, isso é importantíssimo. Também levantada aqui pela Senadora Serrano, a questão dos índios. Eu fico... A gente tem que ver como nós vamos adequar, porque eu fico um pouco preocupado, Senadora, com a questão da indumentária indígena, da roupa indígena. Eu não sei se, de repente, colocar uniforme também para índios, se nós iríamos ferir toda a sua cultura indígena, teremos que ver como nós iríamos adaptar. Fornecer, mas... Aí é uma questão até de V.Exa., que conhece bem, aí seriam as orientações com relação à questão da cultura indígena, nós temos que ter cuidado com isso. Mas tenho certeza que V.Exa. tem a preocupação.

Agora queria parabenizar, Senador Cícero Lucena, sempre preocupado com as questões sociais, e eu vi isso também, eu venho do ramo da educação,

e que, muitas vezes, a própria questão da cidadania, ela é prejudicada no momento da apresentação, Senador Cristovam. O aluno que não se apresenta dignamente, ele pode se sentir até menosprezado perante os demais e pode até influenciar na sua... No seu aprendizado, no processo de aprendizagem. Então, muito bem colocado por V.Exa. e vou votar favorável, também com as Emendas do Presidente dessa Casa, e está de parabéns também o Senador Romeu Tuma, que sempre bem democrático, ouvindo, inclusive, o autor, e as Emendas, sempre procurando fazer dessa Comissão, que saia sempre algo que atenda a todos. Então, está de parabéns e o meu voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Eu gostaria, em primeiro lugar, Sr. Presidente, de parabenizar a iniciativa do Senador Cícero Lucena, porque eu acho que é de extrema importância. Eu também tive a experiência de ser Prefeita e nós sabemos que nas escolas públicas, municipais, estaduais, escolas públicas de uma maneira geral, estão crianças desde as mais pobres, mais carentes, até aquelas que já se encontram numa situação melhor nos patamares sociais. Então, realmente, a criança não pode se sentir discriminada com relação a se ela usa um chinelinho de borracha, muitas vezes gasto, amarrado com cordão, porque já está quebrado muitas vezes, ou aquele que já pode ter um tênis. Isso, para a criança, é de uma importância que é tão grande, que essa marca pode ser algo que fique na questão psicológica, de afetar a estabilidade emocional dessa criança durante toda a vida.

Então, o fato, Senadora Marisa, de essa criança poder estar de igual para igual nas suas vestimentas, na sua apresentação na escola, é de uma importância muito grande. Eu tive alegria, Senador, só aqui que eu não posso deixar de esquecer que eu me emocionava quando chegava nas unidades de apoio à criança, na minha cidade, o dia da entrega daquele fardamento que entregávamos com recursos próprios do Município e, além do fardamento eram crianças pequeninhas, tinham uma mochila. Era o dia de maior alegria no bairro, na escola, os seus pais acompanhavam para receber.

Então, isso é de uma importância vital, eu acho que é com essa... Tendo a condições de, todos os Municípios, oferecerem fardamento aos seus estudantes nós vamos ter mais igualdade e, com certeza, a auto-estima das nossas crianças estará elevada, o que ajuda no processo educacional. E com relação aos índios, eu tenho... A Senadora Marisa está coberta de razão, nós temos que ser justos, nós temos que ter a sensibilidade de respeitar o direito que eles também têm. Claro, não de forma obrigatória, mas que eles possam ter a oportunidade, se quiserem, também de estarem iguais a todos os brasileiros, porque eles são tão brasileiros e, talvez até mais, porque foram... São eles os que iniciaram essa nação. Muito obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu queria apenas um esclarecimento do Autor e do Relator do Projeto Porque tenho uma preocupação, nós já tivemos situações desse tipo e tem a mais, digamos assim, a mais pública e tem a mais sutil, mas, uniforme escolar pode servir como peça de *marketing*. Uniforme escolar pode servir como peça de *marketing*. Então, eu queria saber se, no Projeto, isto está terminantemente blindado, para não acontecer. Vou exemplificar: Nós já tivemos situações aonde, para a oferta do uniforme escolar, se tentou veicular propaganda de empresas. Então, mas isso já se tentou. Então, teve reação da comunidade e acabou não se implementando, pelo menos o caso que eu conheço, acabou não se implementando.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas é fornecido pelo Governo, não pode ter marca de nada.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois é, mas é que já se tentou, Senador Romeu Tuma, por isso que eu estou perguntando se o Projeto blinda isto. Tem uma coisa que é mais ostensiva, como esta de colocar a marca de alguma empresa, de algum fornecedor ou seja lá o que for. Agora, tem uma outra forma de usar o uniforme escolar, de forma muito subliminar, de forma muito sutil, como peça de *marketing*. E eu quero usar como exemplo o que acontece no Estado de Santa Catarina atualmente. O Governo do Estado oferece uniforme. As cores da bandeira do Estado de Santa Catarina são vermelha e verde. A atual Administração utiliza, na sua propaganda, na divulgação dos seus atos, na pintura dos prédios, uma tonalidade de verde e vermelho, muito especial. Não é a tonalidade da bandeira efetivamente; é uma tonalidade para marcar e, por coincidência, no uniforme está esta tonalidade especial. É uma forma sutil de você utilizar milhares e milhares e milhares de crianças como uma forma de vincular, uma percepção, no subconsciente das pessoas, vincula não a rede estadual, ao Estado de Santa Catarina, que eu acho que até é muito bonito você ter no uniforme do Estado as cores da bandeira, eu acho que é muito... É muito de auto-estima, a gente teria... Eu sinto, às vezes, que até o Brasil, a gente não tem essa questão de incentivar mais o cultivo dos nossos símbolos nacionais, estaduais, mas eu queria saber se

nós temos, no Projeto, alguma coisa que impeça isso, porque eu entendo que seria de fundamental importância nós termos esse tipo de preocupação, porque--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senadora, só--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Seja ofensivo, seja ostensivo ou seja subliminar—

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senadora, deixa eu só--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós não poderemos permitir que as crianças sejam veículos—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu, aqui, sou...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu acho que esse é um detalhe que fica a critério mesmo da execução do dia-a-dia, porque, se for entrar nesse mérito, o logotipo que o Governo Lula lançou incluiu o vermelho; na bandeira do Brasil não tem vermelho; é verde, amarelo e azul, e o PT colocou o vermelho lá no logotipo. Se for assim, a gente tinha que levar a "ferro e fogo" e fica muito complicado. Acho que é melhor deixar, isso fica no bom senso de cada Administração, enfim...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Na nossa proposta inicial, nós remetemos aos órgãos responsáveis pela educação da União, do Estado, no Distrito Federal e nos Municípios onde definirão as especificações do uniforme escolar padronizado para as escolas das suas redes. A remessa é essa. Eu acho que essa, inclusive, contempla a preocupação da Senadora Marisa, porque, de repente, num Município que tem uma presença maior de uma reserva indígena, isso e aquilo outro, queira discutir o padrão do uniforme, ela discute. Não contempla essa preocupação da Senadora Ideli porque, efetivamente, nós transferimos. Até, porque hoje nós temos exemplos no Brasil como um todo, por exemplo, a farda, uniforme desse ano da Prefeitura de João Pessoa puxa para o laranja, que é do PSB. Como em outros Municípios puxa para o vermelho, que é do PT, como em outros Municípios puxa para o azul e amarelo, que é de outro partido e, assim, sucessivamente.

Então, eu acho que isso é muito... Acho que cabe mais, o Ministério Público, pessoas discutirem, os Conselhos Municipais, Estaduais, proibindo e, aí, eu concordo com a senhora, para que sejam utilizadas as cores da bandeira do Estado, quando for o caso; do Município, quando for o caso. Até porque, na Paraíba, nós temos vermelho e preto, que é bonito, por ser Flamengo, é bonito por ser Paraíba, mas, de repente, um fardamento vermelho e preto não seria tão aconselhável para que os nossos alunos estivessem usando.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador, eu gostaria, inclusive, de colocar aqui, Senador Lucena—

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Poderia, inclusive, ficar a critério da Comissão Municipal de Educação. Agora tem um detalhe, Senadora Ideli, que eu acho que é ainda mais grave: é usar, nos fardamentos, a marca daquela Administração, daquela Administração específica, como tem a marca da Administração do Presidente Lula, que é usada nas placas, em tudo, que identifica... Hoje não se pode mais usar o nome, é proibido, do Presidente, do Governador, do Prefeito, mas tem uma marca que identifica. Então, que seja proibido que se usem só os brasões oficiais. Os símbolos oficiais, da cidade ou do Estado ou da nação. Porque, quando você, independente da cor, coloca a marca da Administração, está na cara que aquilo ali está fazendo subliminarmente uma propaganda.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agora, eu queria perguntar, Presidente, só se é possível, ao Senador Cícero, à assessoria aqui quando nós levantamos, ficou preocupada de ver da possibilidade de apresentar alguma Emenda, inclusive, no art. 2º, aonde coloca "uniforme escolar padronizado para as escolas de sua rede", se é possível nós anexarmos, fazermos uma Emenda, de um parágrafo único, nos seguintes termos: "Fica terminantemente proibido, tanto ao Poder Público, como ao Setor Privado, veicular qualquer tipo de *marketing* ou propaganda por meio das cores ou modelos do uniforme".

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O Relator pode acatar. A minha sugestão--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É isso que eu pergunto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma dúvida, eu gostaria de um esclarecimento da Senadora Ideli, pode ser?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senadora Ideli, pelo que eu estou entendendo, V.Exa. está preocupada, e eu concordo, comungo com a preocupação sua, de não usar a--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque uma coisa são as placas, Senador Flexa Ribeiro, outra coisa são as nossas crianças e elas servirem de veículo--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A minha dúvida é só--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos ouvir o Senador Flexa, por favor, Senadora.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A minha dúvida, que eu gostaria que V.Exa. me esclarecesse, Senadora Ideli, a proposta de V.Exa. seria de usarmos, no uniforme, as cores da bandeira do Estado?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, não, não, não. A minha preocupação é apenas que os uniformes não tenham qualquer tipo de veiculação, assim, ostensiva ou subliminar, de *marketing* ou propaganda, de alguma empresa etc. e tal ou da marca da Administração da hora, não é?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E a cor seria da bandeira?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, eu acho que a gente pode--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu não especifiquei cor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, vamos ouvir o Relator.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): --Acho que a gente poderia aceitar, porque é pública; o que é privado, nós não temos nada com isso, aí é um problema da escola pública, da escola privada. Esse, como é para a escola pública, poderia aceitar, porque eu acho que não traz nenhum prejuízo--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, então, o Senador Tuma aceitou. Eu passo a palavra ao Senador Augusto Botelho, lembrando que--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Outras atividades também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Acaba de ser meio dia e nós temos uma Pauta muito longa e um *quorum* surpreendente. A tal ponto--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, eu vou primeiro me reportar a esse assunto aqui, inclusive, o Ministério Público proibiu que o governo estadual usasse os símbolos dele nos uniformes, nas propagandas. Eu acho que poderia, Senador Tuma, acrescentar no art. 02, aqui, "para escolas de sua rede, usando apenas os símbolos e bandeiras de cada Estado, Município ou país", nesse item. Agora, o outro item que eu queria me reportar, ao problema dos indígenas. O meu Estado tem 56% de sua área geográfica transformada em reservas indígenas; a população, nós temos 10% de indígenas lá, e eu tenho certeza de que a maioria dos índios do meu Estado, dos meus amigos, dos meus índios, querem os uniformes, é claro que querem o uniforme, não tenho nenhuma dúvida de que eles queiram usar o uniforme, mas quem não quiser usar uniforme não deve usar—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, está ótimo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O Governo vai ter obrigação de fornecer o uniforme; se a comunidade não quiser usar, ela não usa, mas eu tenho certeza de que todas as comunidades vão querer usar o uniforme—

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É verdade.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Porque uma das dificuldades é arranjar roupa para os indígenas irem para as aulas, eles têm lá, porque o índio não vai como se pensava, só de calção ou de tanga para aula não; ele geralmente vai com uma "sandalinha" havaiana, vai com um "calçãozinho" simples e uma camisa lavadinha pela mãe. Aí, a cor não padroniza sempre. Então, mas aí é lógico que se a nação fizer isso, os povos indígenas de Roraima agradecem. Eu falo pelos de Roraima, que são os que eu conheço e convivo--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esse é assunto levantado pela Senadora Marisa. Está aceito por todos. Eu vou, então, pôr em votação o Projeto, chamando--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, só para meu entendimento, o Relator acatou a questão. Eu redigi aqui muito, depois pode ter até uma adequação melhor da redação, mas "fica terminantemente proibido veicular qualquer tipo de *marketing* ou propaganda por meio das cores ou modelos do uniforme escolar", é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E o Projeto, mesmo aprovado, vai ainda para a votação outra vez e aí há possibilidade de Emendas. Senador Flávio Arns não está. Senador Augusto Botelho, como vota?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi, Senador Wellington Salgado. Senador...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Com Relator

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Romeu Tuma, claro, é o Relator. Senador Cícero, o autor. Senador Eduardo Azeredo, Senador Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Creio que eu não esqueci de mais ninguém.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sendo aprovado, como foi o substitutivo, a matéria será incluída em Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar. Está aprovado. Passo ao item--

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wilson.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Só pela ordem, eu gostaria de incluir na Ordem do Dia, três Projetos de lei. Projeto de lei nº. 5, nº. 337 e 277.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu submeto à Comissão, se todos estão de acordo. Quem estiver de acordo permaneça como está. Está incluída. Eu passo ao item 03, que também é terminativo, parabenizando pelos...

[soa a campainha].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, não dá para fazer o item 01?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos, Senador... É que a gente quer aproveitar os terminativos por causa do *quorum* e imediatamente voltaremos lá. Projeto de Lei nº. 131 do Senado: "Altera a lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir acesso aos portadores de deficiência visual à Bíblia em braile". O autor é o Senador Francisco Pereira e a Relatoria é do Senador Wilson Matos. Eu vou passar a palavra ao Senador Wilson Matos, como Relator. Lembro que a matéria constou na Pauta das reuniões dos dias 15 de maio e 22 de maio desse ano. E que, na reunião do dia 12 de junho, o Senador Wilson Matos foi designado como Relator da matéria. O parecer está favorável, acatando as duas Emendas oferecidas pelo Senador Geraldo Mesquita. Com a palavra, o Senador Wilson Matos, pedindo que resuma ao máximo o parecer, para que a gente possa ir direto às discussões.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): OK, eu vou direto à análise final já, que é inegável, o Poder Público tudo deve fazer para a inclusão de pessoas com deficiência, como está previsto na lei 10.098, de 19 dezembro de 2000, a qual cria uma série de determinações e providências para que as pessoas com dificuldade de locomoção e deficiências auditivas e visuais tenham acesso à comunicação. Igualmente, o

grande valor é a necessidade de fazer chegar aos portadores de deficiência visual os livros religiosos fundamentais, versão em braile. As Emendas apresentadas aprimoram o texto original do Projeto, ao preservar o caráter plural do Estado brasileiro. O voto do Relator, diante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº. 131 de 2005, com a incorporação das Emendas oferecidas pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior. É isso que temos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo... Não havendo qualquer opinião, vou passar à votação nominal. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com relação à Bíblia, sempre, Sr. Presidente, sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Geraldo Mesquita não está. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Marisa Serrano não está. Papaléo Lemos... Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Jonas Pinheiro. Não está. Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o Relator. Cícero Lucena e Eduardo Azeredo

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Wilson Matos foi o Relator. Está aprovado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Presidente, pela ordem, está aprovado?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba, está aprovado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Eu gostaria de relembrar a todos que fazem parte da Comissão que amanhã nós teremos uma Audiência Pública da subcomissão permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, às 10 da manhã, onde estaremos discutindo a elaboração de uma lei específica para o setor teatral. É um requerimento de nossa autoria e do Senador Demóstenes Torres. E quero convidar a todos os colegas para que estejam presentes. Porque é de máxima importância entendermos que teatro é cultura e cultura não se dissocia de educação. Então, quero contar com a presença de todos, com a participação, para que nós possamos avançar numa lei específica de valorização do teatro como um processo de democratização e cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, está dado o aviso da Senadora Rosalba. Eu passo ao item terminativo nº. 05, antes consultando, no item anterior, 03, terminativo, se todos estão de acordo com as Emendas que foram oferecidas. Tanto aquela que não obriga, mas permite aos nossos brasileiros indígenas usarem a farda e terem direito a

ela como também a feita pela Senadora Ideli, de não colocar instrumentos publicitários. Quem estiver contra as duas Emendas, se pronuncie. Está aprovado.

No item 03, que foi votado, nós temos que... Duas Emendas. Eu consulto se as duas Emendas do Senador Geraldo Mesquita foram acatadas. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, estão acatadas as duas Emendas. Passo ao item nº. 05.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exa., após o item 05, se nós pudéssemos votar o item 13, que é terminativo também, que o Relator, o Senador Augusto Botelho, ele tem um compromisso e precisa se retirar, e ele é o Relator; já estava na... Pautado para a semana passada e foi colocado para esta semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Mesa não tem nada contra essa mudança de ordem. Alguém tem alguma sugestão? Não havendo ninguém em contrário, está modificado. O item número... Terminativo nº. 05 escreve o nome de Cândido Mariano da Silva Rondon, Marechal Rondon, no livro dos Heróis da Pátria. O Projeto é de autoria do Senador Expedito Júnior e a Relatoria é do Senador Valdir Raupp, a quem eu passo a palavra, pedindo também que seja conciso.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, o livro dos Heróis da Pátria destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida ao país, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação ao heroísmo. Não é demasiado recordar que, por intermédio da sua missão, Rondon tornou-se grande pacificador de grandes povos indígenas, promovendo a aproximação entre inúmeras tribos e os exploradores do sertão, de forma pacífica e respeitosa. Essa atividade transformou-se em motivação para que Rondon empreendesse a abertura de estradas e construção de pontes e, sobretudo, a implantação de linhas telegráficas. Seus registros biográficos informam que o Marechal liderou uma instalação de sete mil quilômetros de linhas telegráficas, ao longo de seus muitos anos de trabalho, como desbravador do território nacional. Do voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, apreciado o mérito e não encontrando óbice de natureza constitucional e jurídica ou de técnica legislativa, manifestamos pela aprovação do Projeto de lei do Senado, nº. 218/2007, é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo nenhuma opinião manifestada, eu passo à votação. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o meu líder e com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valdir Raupp foi Relator. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES: Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Romeu Tuma. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esqueci algum? Não. Está aprovado.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem, Senadora Fátima.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, eu gostaria, sem abusar da sua boa vontade, mas... E da Comissão de Educação, gostaria de pedir inversão de Pauta para que a gente pudesse apreciar o Projeto que está extra Pauta, o PL nº. 344, que trata da gestão democrática, até aproveitando o *quorum* e também porque eu preciso estar na Comissão de Meio Ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima, a senhora tinha falado comigo. A Mesa é favorável, eu ponho em discussão, mas o Senador Flexa Ribeiro pediu uma inversão antes. Então, a do Senador Flexa está aprovada. Eu consulto se a proposta de inversão da Senadora Fátima tem o apoio da Comissão. Tem o apoio?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu também quero fazer uma proposta de inversão de Pauta do item 08--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Põe à ordem aí também o item 08--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Visto que estava contando com a seqüência e fica atropelado...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, vamos... Todos estão de acordo com a proposta do Papaléo? Estão de acordo. Agora, vamos votar o item 13.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas é que eu queria primeiro, Senador, votar os terminativos, senão vai ser o item 01. O problema é que o Senador Marconi Perillo, com essa cara de jovem, tão longe e pelo *quorum,* eu esqueci que era um Senador. Pensava que era um dos jovens estudantes que, às vezes, vêm aqui assistir—

[risos].

Tome como elogio, hein, Senador? Porque sua experiência é de um ancião, como Governador de dois mandatos—

[risos].

Bem, então, passo ao item nº.13. O Projeto de Lei do Senado, 281, insere parágrafo único ao art. 4º da lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. O Senador Flexa Ribeiro é o autor; a Relatoria, do Senador Augusto Botelho, a quem passo a palavra. Eu lembro que o Projeto dispõe sobre atendimento médico e odontológico aos estudantes do ensino fundamental e público. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, vou passar direto para a análise, para cooperar com todos. O ilustre Senador Flexa Ribeiro tenciona, mediante o PLS 281/2006, alterar a LDB, com vistas a estabelecer o atendimento médico-odontológico aos estudantes brasileiros, elevando, por essa via, os seus padrões de saúde, o seu bem-estar físico e sua capacidade de aprendizado. A alteração legal guarda relação com o dever do Estado de prestar assistência à saúde dos educandos do ensino fundamental, tal como estipulado na Constituição Federal. Cabe aqui lembrar que o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus art.s, já traz, no seu bojo, definição da obrigatoriedade do atendimento médico-odontológico à criança e ao adolescente.

Sem dúvida, a busca de regulamentação deste preceito constitucional, no que se refere à assistência à saúde, é um aspecto que, na realidade, merece dos dirigentes da educação uma atenção especial quando algum prejuízo for verificado no atendimento escolar dos alunos e alunas. Sem esquecer, entretanto, que a função da escola não se prende ao atendimento da saúde à população escolar. Ainda assim, o Ministério da Educação tem tido preocupação e a externou com a criação do Programa Nacional de Saúde Escolar e a realização de convênios com o Sistema Único de Saúde, SUS. Em nossa opinião, o Projeto em exame poderá continuar estimulando a ampliação necessária de iniciativas voltadas para a assistência à saúde dos estudantes do ensino fundamental público.

Portanto, considero o Projeto socialmente relevante e merece ser transformado em lei. Entretanto, faz-se necessário uma Emenda no seu texto original, o que faço com o objetivo de proporcionar um aperfeiçoamento da matéria e, ao mesmo tempo, torná-lo coerente com a matéria simular, já aprovada nesta Comissão, no PLS 04 de 2006, de autoria do nosso Presidente Senador Cristovam Buarque. A Emenda apresentada reforça o texto do Projeto e resgata o Programa Nacional de Saúde Escolar. Ao tempo em que acrescenta o apoio do Sistema Único de Saúde, SUS.

Voto. Em visto do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n°. 2001, de 2006, com a seguinte Ementa: Parágrafo único – "A assistência à Saúde a que se refere o inciso VIII deste art. incluirá o atendimento médico-odontológico, de caráter preventivo, identificação e correção precoce de problemas que possam comprometer o aprendizado, mediante convênio com Sistema Único de Saúde, SUS, conforme já estabelecido pelo Programa Nacional de Saúde Escolar". É que o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão o Projeto. Não havendo qualquer discussão, eu ponho em votação, em primeiro lugar, o Projeto e depois a Emenda. Senador Augusto Botelho foi o Relator. Senadora Fátima Cleide, por favor, a...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com licença, Sr. Presidente, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Favorável ao parecer, inclusive com a Emenda do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington Salgado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Com o Relator, Sr. Presidente, inclusive a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Jonas Pinheiro não está. Senador Romeu Tuma... Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wilson Matos. Consulto se todos mantêm o voto na Emenda ou algum quer votar de outra maneira a sua Emenda. Não havendo nenhuma manifestação, está aprovada também a Emenda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu queria agradecer ao nobre Senador Augusto Botelho pelo parecer favorável e dizer da importância que a Comissão de Educação tem, nesse instante, em aprovar a obrigatoriedade do atendimento à saúde nas escolas públicas do nosso país. Isso, no passado, já existiu e agora, tornando lei, nós vamos ter o atendimento às crianças nas escolas públicas. E queria aqui registrar, porque é um fato da maior relevância, Presidente Cristovam Buarque, em Paragominas, no

meu Estado do Pará, um Decreto Municipal autorizou a Prefeitura a conceder consulta oftalmológica, óculos e bicicleta aos alunos, e dá um abono de 100 reais ao professor que conseguir manter estudante em sala de aula, além de um desconto de 50% no IPTU para quem concluir o curso.

[soa a campainha].

Então, são ações desse tipo, tomadas pelo Prefeito Adnan Demachki, do PSDB, que fazem com que a educação possa ser considerada como um investimento no Município, trazendo os alunos para dentro da sala de aula, valorizando o professor que mantém o aluno na sala de aula e dando um desconto no IPTU à família do aluno que concluiu o curso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Flexa, eu passo, então—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [00:57:01]: Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu tinha pedido o 195, que também é terminativo, 195 é simples Relatoria do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, não... Nós vamos aceitar toda inversão, mas mantendo a ordem da inversão já feita.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas eu fui o primeiro a pedir...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Inclusive o extra Pauta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pedir o extra Pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, o Extra Pauta?! Isso, então está incluído.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ainda tem algum de Pauta ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já está incluído.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já tem? Então, está bem. Não, então vai o da Senadora Ideli já estava na Pauta, então, vai primeiro o dela—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, não, o da Senadora Ideli não estava na Pauta, mas nós incluímos na Pauta, depois, fizeram a inversão. O senhor entra, incluiu na Pauta, agora podemos pedir a inversão também.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, mas ele estava na Pauta. Era o primeiro já... Foi primeiro pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Colocamos na inversão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, também gostaria que tivesse prioridade na votação do Projeto nº. 05 porque ele trata do financiamento estudantil do ensino superior...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos chegar lá, vamos tratar primeiro desses que já fizemos a inversão, depois, a gente volta. Então, o do Senador Azeredo vai ter a inversão, depois que fizemos os dois que estão invertidos. Então, eu passo a palavra à Senadora Fátima Cleide para relatar o PLS 344, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que trata do sistema de eleição para diretores de escolas públicas--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Extra Pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, agradecendo aí a compreensão da Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu volto a insistir--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu só gostaria de pedir um pouquinho de silêncio--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima, um minuto.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Porque a minha garganta não está dando para concorrer hoje.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós devemos comemorar o *quorum* e não lamentar o *quorum*, porque aumentam os decibéis em função do número de Senadores. Vamos ouvir porque--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --Esse é uma tema que eu não tenho dúvida que vai gerar algumas discussões.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria de ter a cópia do relatório para poder acompanhar--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está chegando em poucos minutos. Senadora Ideli. Senadora Fátima.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada, Sr. Presidente, eu agradeço a gentileza da Comissão em contribuir com o silêncio. Sr. Presidente, chega a esta Comissão para exame, em caráter terminativo, o PLS n°. 344 de 2007, que acrescenta inciso ao art. 14 da lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e Base da Educação Nacional, LDB, de forma a instruir, a instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas. Eu vou fazer um resumo da análise, até para que a gente possa ganhar tempo e outros Projetos também possam ser apreciadas.

Portanto, da análise: A eleição direta para o provimento do cargo de diretor de escola pública, com a participação da comunidade escolar, professores, funcionários de escola, alunos e pais é uma das manifestações democráticas mais expressivas. É o exercício prático e pedagógico de cidadania, previsto no item 06 do art. 206 da Constituição Federal, que trata dos princípios da educação e afirma: "Gestão democrática do ensino público, na forma da lei". A inserção desse dispositivo na Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional, LDB, é apropriada e em tempo. Esta é a lei que determina os princípios da educação brasileira e tem um título dedicado a organização da educação nacional. O diretor de escola deve ser o coordenador do processo pedagógico e não apenas o gestor de contas e problemas. A partir do seu conhecimento na comunidade na qual a escola está inserida será capaz de encontrar as soluções mais adequadas, respeitando a diversidade sociocultural dos educandos e respondendo politicamente à sociedade. Os quesitos que todos os candidatos a diretor deverão preencher serão estabelecidos pelo sistema de ensino em seu âmbito de atuação.

No Poder Judiciário, encontramos várias ações diretas de inconstitucionalidade promovidas pelos governos do Estado, a fim de impedir a eleição direta dos diretores de escola, quando previstas em lei estadual. É o caso, Sr. Presidente, dos Estados de Rondônia e Santa Catarina; são exemplos de Estados que se utilizaram desse expediente. O entendimento, dentre os Ministros, difere quanto à inconstitucionalidade de alguns dispositivos constantes das leis estaduais. A ADIN n°. 123-0, que objetivou declarar a inconstitucionalidade o art. 162, inciso VI da Constituição do Estado de Santa Catarina, que elenca os princípios do ensino; destaca, no item 06, gestão democrática do ensino público, adotado o sistema eletivo, mediante voto direto e secreto, para a escolha dos dirigentes do estabelecimento de ensino, nos termos da lei. O Ministro Moreira Alves levantou, além da inconstitucionalidade material aludida, a inconstitucionalidade formal, "tendo em vista a circunstância de o que art. 206 alude à Lei Federal e não há uma Constituição de Estado, senão, vamos ter gestões democráticas diferenciadas quando, na realidade, o que há aqui é um princípio geral aplicável a todo o ensino nacional".

A aprovação desse Projeto, Sr. Presidente, deverá viabilizar a superação das dificuldades até hoje encontradas por disciplinar, em Lei Federal, a escolha dos diretores das escolas públicas. As Emendas ora apresentadas tratam de aperfeiçoar o Projeto de Lei em Pauta, que modifica o texto da lei n°. 9.394. E eu gostaria aqui, nesse momento, Sr. Presidente, de parabenizar a Senadora Ideli Salvatti pela apresentação dessa proposta, que veio corresponder ao anseio de grande parte da comunidade educacional desse país.

Portanto, com base no exposto, manifesto-me pela aprovação do PLS n° 344 de 2007, com as seguintes Emendas: Emenda 01, art. 1°: O art. 14 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 96, passa a vigorar com a seguinte redação, art. 14: "Os sistemas de ensino adotarão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios". A Emenda 02, Sr. Presidente, altera-se o art. primeiro do PLS 344 com a seguinte redação, para incluir o inciso III. Acesso... inciso III: "Acesso às funções de direção das escolas, preferencialmente por meio de eleição direta pela comunidade escolar, entre detentores de cargo de profissionais da educação, para mandato de pelo menos dois anos". É o voto, Sr. Presidente.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, peço vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão, Senador Marconi.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Peço vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pede vista. Então, é uma prerrogativa. Senador, não... Pedido de vista tem precedência. Então, tem mais de um--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, vamos para o 195, Sr. Presidente. Então, por favor, o 195.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora, vai ser o Senador Papaléo; depois, o Senador Eduardo Azeredo. Não, ele tinha pedido antes, Senador Azeredo, bem antes. Qual é o número?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, com muita honra...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador... Oito... Um momento. O Projeto... Vamos discutir o item nº. 08. Projeto de Lei nº. 256: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Gravataí, no Estado do Rio Grande do Sul". É de autoria do Senador Paulo Paim. A Relatoria do Senador Papaléo Paes, favorável com Emenda oferecida. Vamos fazer as votações nominais para o Projeto e outra para Emenda. O Senador Papaléo, pedindo concisão.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pois não, Sr. Presidente, com muita honra, eu sou Relator de mais um Projeto importante para a sociedade brasileira, e este, mais especificamente, para o Rio Grande do Sul, de autoria do Senador Paulo Paim. A proposição em apreço--

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, um momento.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): --Tem por objetivo criar novas oportunidades de acesso à educação profissional, modalidade de ensino de grande importância para o desenvolvimento social e econômico de nosso país e que recebeu destaque na lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Conforme essa lei, a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, às ciências, à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Apesar de a educação profissional ter sido pouco prestigiada por diversas administrações, o Governo Lula, como bem argumenta o autor da proposição, em sua justificação, tem prestigiado essa modalidade de ensino.

Desse modo, é lembrada a edição da lei 11.195, de 18 de novembro de 2005, de iniciativa do Presidente da República, que favoreceu a expansão da rede escolar de educação profissional do sistema federal de ensino. Mais recentemente, a educação profissional recebeu atenção no plano de desenvolvimento da educação, do Governo Federal, mediante a previsão de criar, de se criarem, em quatro anos, 150 escolas técnicas federais em cidades pólo.

O Senador Paim justifica com a propriedade... Com propriedade, a escolha do Município de Gravataí para a sede da nova escola. Trata-se de região com mais de 230 mil habitantes, que possui complexo industrial diversificado e amplo e crescente setor de serviços. Desse modo, somos levados a avaliar positivamente o mérito da proposição. Apenas fazemos ressalvas terminológicas para evitar futuros problemas para a escola. A LDB adotou a expressão educação profissional em vez de ensino profissionalizante. Embora esta continue, de fato, a fazer parte do vocabulário corrente.

Assim, ao afirmar que a Escola Técnica Federal de Gravataí será uma instituição de ensino profissionalizante de nível médio pode-se entender, de forma equivocada, por certo, que fique excluída a oferta de cursos de educação profissional para a formação inicial e continuada de trabalhadores, segundo o decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta a LDB nesse tema. Esses cursos, ainda conforme o decreto, incluem aqueles de capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização em todos os níveis de escolaridade, podendo ser ofertados segundo itinerários informativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social ao art. 3º. Essa importante possibilidade de qualificação dos trabalhadores deve ser explicitamente preservada nas leis sobre a criação de escolas de educação profissional. Em decorrência desses fatores, apresentamos Emenda número... Ao art. dois, 2º, do PLS.

Quanto à constitucionalidade do Projeto, cabe lembrar que o parecer 527/1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segundo qual o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração a prática de ato de sua competência, à luz desse parecer, não seria possível argüir a inconstitucionalidade por vício de iniciativa de Projetos de lei que autorizem o Poder Executivo a criar instituições de ensino.

Voto. em vista do exposto, o voto é pela aprovação--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria, um momento, Senador. Eu gostaria de sugerir aos Senadores que permaneçam, porque o nosso *quorum*, que estava elevadíssimo, começa a estar agora no limite.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Voto. Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 256/2007, acolhida a Emenda apresentada a seguir. "Dê-se ao Art. 2º do PLS 256/2007 a seguinte redação: Art. 2º - A Escola Técnica Federal de Gravataí será uma instituição de educação profissional destinada à formação e qualificação de profissionais, principalmente de técnicos de nível médio, para atender às necessidades socioeconômicas dos setores agropecuário, industrial e de serviços da região do Município de Gravataí. Sala das subcomissões, Relator Papaléo Paes".

Então, Sr. Presidente, peço aos senhores pares desta Casa, nesta Comissão, que aprovem, que sejam

favoráveis a este belo Projeto, mais um Projeto importante apresentado pelo Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão o Projeto--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): São duas frases muito rápidas, o Senador Paulo Paim só não está presente em função de um compromisso familiar, mas eu tenho relações fraternas com Gravataí. Eu trabalhei em Gravataí, na Rádio Cultura. Gravataí é uma cidade... A minha filha mais velha nasceu em Gravataí. É uma cidade industrial, com 280 mil habitantes. E lá está a GM, por exemplo; a sede da GM é Gravataí. O Corsa, que a gente vê no Brasil inteiro, é fabricado em Gravataí; lá está a Pirelli; lá está--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aquela fábrica o PT não quis?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Não, aquela fábrica o PT quis--

[risos].

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Lá está a Albus, lá tem um pólo eletroeletrônico, de componentes e chips, que é o primeiro do Brasil, talvez... Foi implantado por lá. Então, tem um significado especialíssimo essa proposta do Paim, por isso merece o nosso voto e o nosso apoio. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que o senhor é um pouco o Relator honorário. Nós o escolhemos porque o senhor é quem tem mais Relatoria... Tem seis.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sou privilegiado aqui da Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É quem trabalha duro na Comissão.

[risos].

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas, à medida em que um Relator do Amapá é escolhido, isso é aquela velha ligação geográfica do Oiapoque ao Chuí--

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Exatamente, de fronteira a fronteira.

Está em discussão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Apenas eu queria perguntar ao Senador Zambiasi, porque, nesse plano de desenvolvimento da educação, o Presidente Lula anunciou 150 novas escolas técnicas, 150 novos CEFETs; o de Gravataí não foi incluído? Está incluído?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É está incluído; é prioridade Gravataí. A prioridade é Vila Restinga, em Porto Alegre, que é uma das maiores cidades dentro de uma cidade. Acho que foi autoria também do Senador Paulo Paim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós só vamos ao encontro daí, não é? Uma determinação, autorização, mas eu queria, além disso, de poder ainda registrar e pedir as energias positivas de todos os que conhecem e têm muito apreço pelo Senador Paulo Paim, porque ele não está aqui hoje presente, porque ele está acompanhando o filho numa cirurgia que, inclusive, o filho está, neste momento, na UTI. Então, o Senador Paulo Paim está vivendo acho que um momento muito especial, que merece de todos nós, não é? Uma força, um apoio muito grandes, porque nós ficamos, inclusive, bastante preocupadas com as notícias que recebemos pela manhã, dadas pessoalmente por ele pelo telefone.

Então, eu acho que o Projeto é altamente meritório e acho que é uma forma de nós mandarmos as nossas energias positivas para o Senador Paulo Paim, que, nesse momento, está vivenciando uma situação familiar muito especial.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade, foi boa a lembrança, Senadora Ideli. Eu vou pôr em votação. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sérgio Zambiasi já pronunciou o seu voto. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu iria discutir, Sr. Presidente, mas, como foi rapidamente—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, desculpa--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --Eu queria lembrar uma coisinha rápida. É que essas escolas técnicas estão sendo cria-

das porque o governo do Presidente Lula, eu aqui... Eu não vou ficar fazendo elogios soltos, é que realmente ele acabou com uma lei que só... Escolas técnicas só poderiam ser criadas quando em parceria com alguém do local. E o Ministro Fernando Haddad, junto com o Presidente, acabaram, mudaram essa lei novamente, deixando a critério do próprio governo a criação de novas escolas técnicas. Então, eu só queria fazer essa colocação e o meu voto é com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, Senador Raupp. Senador Valdir Raupp... Vota...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o Relator. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com o Relator

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo, Relator. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o Relator. Senador Cícero Lucena. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Neuto de Conto vota como, Senador? Com--

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o Relator. A criação de uma escola... Então, está aprovado o Projeto. Agora, vamos passar a... Extra Pauta, invertida na Pauta, do Senador Eduardo Azeredo, que autoriza o Poder Executivo a criar Universidade Federal do Planalto, de Araxá. Azeredo? Eu disse o quê?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O senhor falou Azarado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não disse. Vocês que ouviram. Grande amigo Eduardo Azeredo autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Planalto do Araxá, federalizando o Centro Universitário do Planalto do Araxá. O Relator... Quem é o Relator?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Relator é o Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Relator é o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 195/2007, de iniciativa do Senador Eduardo Azeredo, autoriza o Poder Executivo a criar Universidade Federal do Planalto do Araxá, UFPLA, no Estado de Minas Gerais. De acordo com o Artigo 1º do Projeto, a UFPLA será criada mediante a federalização do atual Centro Universitário do Planalto do ARAXÁ, UNIARAXÁ, para o que fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas complementares necessárias ao posicionamento da universidade, tais como: A) Criar cargos de direção e demais cargos e funções—

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadores, há orador na tribuna, para o qual eu peço atenção.

[soa a campainha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): B) Dispor sobre a organização e funcionamento da universidade, inclusive sobre processo de implantação; C) Notar na UFPLA cargos transferidos, transformados e redistribuídos, desde que integrantes dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da Administração Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Presidente, eu pediria aqui uma correção no relatório, porque o relatório diz que não foram apresentadas Emendas e foi apresentada uma Emenda, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares. Então, só fazer uma correção aqui, que eu vou, ao final, acatar essa Emenda. Análise: Atento a essa realidade, o Senador Azeredo tenta levar ao Estado de Minas Gerais uma nova Universidade Fe-

deral. Trata-se de ótima oportunidade de estar a União a arcar com maior responsabilidade na educação superior. A omissão federal, em passado recente, obrigou entes federados sub-nacionais a suprirem demandas locais, mediante investimentos públicos relevantes no setor. No entanto, a continuidade sustentabilidade de tais iniciativas encontra-se comprometida, em face da escassez de recursos. Malgrado o mérito da proposição, é forçoso apontar equívoco concernente à forma escolhida para viabilizar a criação da universidade. É que não existe no ordenamento jurídico brasileiro a previsão de transformação de instituição privada ou pública de outra esfera em entidade federal, mediante lei. Em verdade, o que se figura possível é a criação de nova instituição e a transferência a ela, por doação ou cessão dos bens de uma outra pré-existente.

Desse modo, pressupondo pacífica no âmbito da direção da UNIARAXÁ, a decisão quanto a tal cessão, sugerimos a apresentação de Emendas, que autorizem o Poder Executivo Federal a criar a UFPLA, sem qualquer menção ao processo de federalização. Uma vez criada a nova universidade, os dirigentes da UNIARAXÁ deverão tomar as iniciativas jurídicas cabíveis para doar o patrimônio das instituição à UFPLA, mediante a formalização do competente processo de isenção gratuita ou não onerosa, de modo a evitar eventual sugestão de desapropriação, instituto que envolve justa e prévia indenização em dinheiro.

Vamos ao voto, Sr. Presidente. Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n°. 195, acolhida as Emendas a seguir apresentadas: "Dê-se à Emenda do PLS n°. 195/2007 a seguinte redação: Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Planalto do Araxá, UFPLA, com sede na cidade de Araxá, no Estado de Minas Gerais". Segunda Emenda, de Relator: "Dê-se ao *caput* do Art. 1° do PLS n°. 195/2007, a seguinte redação: Transformando-se o § 2°, parágrafo único em § 2°. Artigo 1°: Fica o Poder Executivo autorizado a criar Universidade Federal do Planalto do Araxá, UFPLA, autarquia vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Araxá, no Estado de Minas Gerais. § 1°: A UFPLA tem como finalidade ministrar no ensino superior desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária. § 2°: Com objetivo de exercer atribuição prevista no § 1°, o Poder Executivo fica autorizado a: Emenda, 3ª Emenda: Inclua-se o seguinte Art. 2° no Projeto de Lei do Senado n°. 195/2007, reenumerando-se como Art. 3° o art. que compreende a cláusula de vigência. Art. 2°: Fica a UFPLA autorizada, ainda, a receber os estudantes e o patrimônio do Centro Universitário do Planalto do Araxá, inclusive, de seus *campi* avançados.

Essas Emendas de redação... De redação, que quero também acatar a Emenda do Senador Antônio Carlos Valadares, que peço que sejam reenumerados os art.s na redação final. A Emenda do Senador Antônio Carlos Valadares tem os seguintes textos: "Fica o Poder Executivo autorizado a criar *campi* avançados da Universidade Federal de Sergipe, UFS, dos Municípios de Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá no Estado de Sergipe, bem como os cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Então, acato a Emenda do Senador Antônio Carlos Valadares e as Emendas de redação, pedindo a reenumeração dos parágrafos no texto revisionados.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Projeto está em discussão. Eu... Não tendo manifestação, vou pôr em votação; depois, pôr em votação as quatro Emendas em bloco. Senador Augusto Botelho, é o Relator. Senadora Ideli... Senadora Ideli. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu confundi, desculpe.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo. Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro, que foi o Relator. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Neuto de Conto. Senador Cícero Lucena, não está. Senador Eduardo Azeredo, Autor--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E, como Autor, eu sou favorável, evidentemente. É muito importante para a cidade de Araxá.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --A quem eu parabenizo e espero que nos convide para a inauguração.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já está convidado, e eu agradeço ao Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado. Eu ponho em votação as Emendas. São três Emendas. Não havendo nada em contrário—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quatro Emendas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dois, três, depois tem a do Senador Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Temos que votar separadamente as três do Senador Relator. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Estão. E, depois, mais uma Emenda do Senador Valadares. Os que estiverem de acordo--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Apenas para agradecer ao Senador Flexa Ribeiro pela inclusão da nossa Emenda, visando à criação, no futuro, que eu acredito seja o mais breve possível, mais próximo possível, de *campi* universitários nas cidades de Lagarto, Glória, Estância e Propriá, que são, na verdade, pólos de desenvolvimento do Estado de Sergipe, que merecem, sem dúvida alguma, essas universidades. Quer dizer, a extensão da Universidade Federal de Sergipe, o que já aconteceu na cidade de Itabaiana, com a presença, inclusive, do Presidente da República, e o comparecimento de toda a bancada de Sergipe. Agradeço a V.Exa., mais uma vez, a Flexa Ribeiro, esse grande Senador.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu acertei com o Senador Wilson a reinversão da Pauta para que a gente possa rapidamente apreciar o item 01, já que eu tenho uma Audiência Pública muito importante, relacionada à questão do IBAMA, e eu serei bastante breve na leitura do voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom. Eu só lembro é que podemos ficar sem *quorum* depois, Senador Wilson, e o seu Projeto é terminativo.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Então, eu pretendo ser muito rápido.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Serei breve, serei breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Breve, mas, até pelas exigências de outras ações--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou ter que sair de qualquer jeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O meu medo é que pela sua própria saída--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, esse é o último prazo para votar esse item 01 aqui na Comissão. Depois, vai ser devolvido à CAE; se não for possível votar agora, eu vou ter que me retirar. De qualquer maneira vai ficar sem ser votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom. Eu... Foi acertado, eu vou fazer, mas o do Senador Wilson pode também ficar prejudicado--

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): O meu trata da vida... Do ensino superior brasileiro, mexe com milhares de estudantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não vou discutir qual é mais importante, mas o senhor aceitou fazer a troca. Então, a palavra está com o Senador Marconi Perillo. O Projeto altera diversos art.s de uma lei do dia 12, do dia 10 de dezembro de 97, que trata da finalidade das fundações, da destinação de bens a ela destinados, o prazo para manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração dos seus agentes, o

tratamento tributário diferenciado a doações, a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros. A autoria é do Senador Tasso Jereissati e a palavra está com o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, todos já tiveram a oportunidade de ler o relatório. Eu vou direto ao voto. "Diante do exposto, vamos pela aprovação do Projeto de Lei de iniciativa do Senador Tasso Jereissati, nº. 310/2006, acolhendo as Emendas de números 01 a 05. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É não terminativo, eu quero saber se há alguém querendo discutir. Senão, está encerrada. Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada. Eu vou, então, pôr, agora, em discussão... O Senador... O Projeto do Senador Flávio Arns. Silêncio, Senador!

[Soa a campainha].

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Posso?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Relator é o Senador Wilson Matos. O Projeto 277 acrescenta parágrafo único ao Artigo 4º da lei 9.394, de 20 de dezembro de 96, para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco, seis anos de idade. Senador Wilson.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): OK. Vou ler o relatório rapidamente. É um pouco extenso, mas não posso ir direto ao voto. OK, OK.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu preferia que fosse direto ao voto. Todos tiveram acesso ao Projeto.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): OK, ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os que não tiveram, têm direito a pedir vista.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Voto. Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei do Senado nº. 05/2004.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, está... Vamos, então, fazer a votação nominal. Não há Emendas. Houve um problema, Senador?

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nenhum problema na leitura do voto.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): É esse aqui mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, nós estamos votando na forma do substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Isso. Então, está certo, então podemos votar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): É o FIES. Eu quero aprovar o do FIES.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Aperfeiçoamento do FIES.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Mas, então, eu teria dois para apresentar...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem dois, exatamente.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): OK, então, o 277, PL 277, vou ler o voto. O Projeto trata da decisão terminativa sobre o Projeto de Lei do Senado, PLS 277/2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da lei 9.394, de 20 de dezembro de 2006, para definir condições de qualidade de oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade. Ele trata do tamanho da sala de aula, determinando que as salas de aula... Parágrafo único, art. 4º: "As turmas com alunos de cinco e seis anos de idade terão, no máximo, 30 anos e deverão contar com dois professores regentes ou um professor regente, quando forem formadas por até 18 alunos". Então, esse é... O parecer meu é favorável a esse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Cadê a lista dos Senadores? Está em discussão o substitutivo... O Senador Augusto Botelho quer falar? Não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Quero votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, vou pôr em votação. Augusto Botelho sempre é o primeiro.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda não está. Senador Sérgio Zambiasi—

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington Salgado. Senador Inácio Arruda mudou de lugar, eu não vi. Senador Valdir Raupp, não, esse não está. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena saiu. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wilson Matos é o Relator e está de acordo. A matéria será incluída na próxima reunião para processo em turno suplementar, nos termos do disposto do art. 282 c/c o art. 92 do regimento interno. É o próximo agora. Vamos a mais um item também extra Pauta, todos os terminativos terminaram.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não terminativos já não temos. Será um também do Senador Eduardo Siqueira Campos. É um Projeto extremamente polêmico, que trata do FIES; insere art. na lei 10.260. Não é terminativo, mas é polêmico—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): De 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, com fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social. Eu passo a palavra... Quem é o Relator do Projeto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o Senador Wilson Matos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É o Senador Wilson Matos, Matos que tinha... Que é o Relator.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): O meu não é esse. Não é esse o meu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): São dois os seus.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): O meu é o PLS nº. 05, de 2004.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É esse, PLS nº. 05 de 2004.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Exatamente. Eu vou ler o relatório porque ele trata, inclusive, de financiamento, refinanciamento de dívidas para com o governo, das escolas privadas superiores. Relatório. O substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº. 05, de 2004, promove diversas alterações na lei 10.260, de 2001, que rege o FIES, embora se componha apenas de dois art.s. O Art. 1º, que trata dessas mudanças. Já o Art. 2º prevê que a Lei de propostas... A lei proposta entrará em vigor na dada de sua publicação. Ao longo do art. 1°, o substitutivo altera os art. s nº. 1° a 6°, 9° a 12° da lei 10260, de 2001, além de revogar o seu art. 6°-A. No art. 1°, a lei em questão prevê que os financiamentos com as mesmas regras válidas para os demais empréstimos do FIES podem ser estendidos a estudantes, de mestrado e doutorado, mas apenas no caso de disponibilidade de recursos e de efetivação de atendimento prioritário para graduação. Excepcionalmente podem ser concedidas bolsas de mestrado e doutorado para os estudantes que melhor desempenham... De melhor desempenho concluintes de cursos de graduação financiados pelo FIES. Esse art. também trata de critérios de avaliação positiva para os cursos que possam ter alunos financiados pelo FIES para a graduação, conceito igual ou superior a três no exame nacional de desempenho dos estudantes, no ENAD; para mestrado e doutorado,

os padrões de qualidade exigidos nos processos de avaliação da fundação, coordenação, aperfeiçoamento pessoal de nível superior, CAPS.

O Art. 2º acrescenta a previsão de outras receitas não especificadas para a composição dos recursos do FIES. Além disso, elimina a necessidade de credenciamento especial do Conselho Nacional... Do Conselho Monetário Nacional, para que as instituições financeiras possam adquirir ativos do FIES e do programa de crédito educativo, Creduc, são estipuladas ainda novas condições para a remuneração do agente operador do FIES e dos agentes financeiros. No art. 3º inclui-se a previsão de regulamentação para seguintes situações: transferência de curso ou de instituição, alunos financiados, desempenho acadêmico para a manutenção do financiamento, observados os critérios de avaliação dos cursos, aplicação de sanções a instituições de ensino e aos estudantes que descumprirem as normas do FIES. No art. 4º, amplia-se o financiamento do FIES para 100% dos encargos educacionais. Também se esclarecem que nesses art.s devem ser considerados todos os descontos regulares de caráter coletivo, oferecidos pelo estabelecimento do ensino, inclusive os relativos à pontualidade dos pagamentos. São estipuladas penalidades para as instituições de ensino pelo descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão. Prevê-se o encerramento do financiamento caso seja constatada inidoneidade de documentos apresentados ou de falsidade de informações prestadas pelo estudante para a obtenção de empréstimo.

Por fim, esse art. prevê a exigência de regulamento para a criação apenas para novos financiamentos de regime especial, referente à dilatação de prazos relativos aos empréstimos, ao FIES solidário, com a formação de grupos de, no máximo, cinco fiadores solidários e condições especiais de financiamentos para cursos específicos. O Art. 5º sofre diversas modificações, de forma a tornar razoáveis os termos de financiamento. Em princípio, o seu prazo permanece limitado à duração regular de cursos, mas poderá excepcionalmente ser dilatado em um ano, a pedido do estudante. Os juros passam a ser simples, em três tetos anuais; 3,5 para cursos de tecnologia e de formação de profissionais de educação básica; 5,5 para os demais cursos de graduação; 6,5 para os cursos de mestrado e doutorado.

Cria-se período de carência de seis meses, contados a partir do mês imediatamente subseqüente ao da conclusão do curso. Amortização contínua devida em dois períodos, todavia, o segundo período a ser iniciado após 12 meses de pagamento do valor igual ou da parcela paga diretamente pelo estudante à instituição de ensino, no último semestre cursado, é estendido até duas vezes o prazo de permanência na condição de estudante financiado. Outras duas inovações são constituídas pela amortização de desconto em folha de pagamento para as amortizações e pela permissão do uso dos recursos fundo de garantia por tempo de serviço para o estudante titular da conta pagar seus empréstimos do FIES.

Ainda o Art. 5º, o agente financeiro é autorizado a pactuar condições especiais de amortização, alongamento de prazos, respeitado o equilíbrio financeiro do Fundo. Como garantia do financiamento, o estudante pode oferecer alternativamente fiança, fiança solidária, compromisso de saque de conta individual de fundo de garantia e autorização para desconto em folha de pagamento. Também é alterada a participação dos agentes financeiros e das instituições de ensino no risco do financiamento. O índice dos agentes financeiros permanecem em 25%, mas opera-se uma dívida entre os instituições de ensino inadimplentes, 20%, e as adimplentes, 15%, com as obrigações tributárias federais. No art. 6º, que trata do inadimplemento dos estudantes financiados, são feitas mudanças para adaptação a outras alterações efetuadas pela proposição.

As modificações efetuadas nos arts. 9º e 12 dizem respeito ao certificados emitidos pelo Tesouro Nacional, em favor do FIES, para o pagamento das mantenedoras de instituições de ensino superior dos encargos educacionais relativos a operações de financiamento do Fundo. A utilização desse certificado é ampliada. Além do pagamento das contribuições sociais específicas, elas podem ser usadas para saudar os débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, com vencimento até 31 de dezembro de 2006, exigida a adesão ao Programa Universidade para Todos, PROUNI, e cumprido todas as condições previstas pela proposição, particularmente no caso de a entidade mantenedora optar pelo parcelamento desses débitos.

Por fim, cabe registrar que, no mote original do PLS, a saber, a criação de forma especial de amortização dos financiamentos mediante serviço social, não foi acolhido pelo substitutivo. Eu tenho toda a análise. Continuo a leitura. Vou ao voto. Voto. Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 05, de 2004.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, na verdade, eu queria, simplesmente numa fala, deixar aqui esse grande educador, que é o senhor, o Excelentíssimo

Senador Wilson Matos, esse momento em que, na verdade, marca a passagem de V.Exa. pelo Senado, que quem conhece a história do Senador Wilson Matos sabe que ele é um grande educador, sempre preocupado com a qualidade de ensino e a sua passagem acaba... V.Exa., ao dar a Relatoria desse Projeto de Lei para o Senador Wilson Matos, acaba por premiá-lo e, ao mesmo tempo, merecidamente, a sua passagem pelo Senado. É um Projeto que V.Exa. conhece bem, que acaba dando condições a quem não tem condições de estudar em escola pública, ao mesmo tempo vai para a uma escola particular e não tem condições de pagar, aí, o governo acaba criando condições para que esse aluno possa estudar.

Então. Eu só queria deixar que o meu voto acompanhe o Relator e queria parabenizá-lo por ter dado essa Relatoria para o grande educador, que é o Senador Wilson Matos, que marca sua passagem pelo Senado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero, Senador Wilson Matos, fazer minhas as palavras do Senador Wellington. Nesses em que estivemos juntos, eu quero deixar claro a estima e o respeito que eu adquiri por suas posições, seu conhecimento, os detalhes como o senhor toma posições. E, obviamente, essa sua militância forte pela educação. Quero dizer que o senhor está de parabéns, o Senado está de parabéns também e o Senador Álvaro também, porque a gente pode medir bem um Senador pelo suplente que ele tem também, é uma das maneiras de medir.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Muito obrigado aí pelas palavras de apoio dos colegas, só concluindo, sobre... Estou... Realmente participando da última reunião deliberativa dessa Câmara. Foi uma honra, um prazer, estar convivendo com os colegas aqui, durante esse período, três meses e meio, eu estou deixando 11 Projetos na área da educação; já protocolei todos e vou estar aqui deixando um resumo para todos os Senadores, são Projetos que vão contribuir muito para a melhoria da educação brasileira, em todos os níveis, e um Projeto na área da segurança... Fica aí dada a minha contribuição, nesse curto período, em que estou... Tive a honra de estar aqui no Senado brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu ponho—

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Se V.Exa., Sr. Presidente, me autorizar, eu gostaria de aproveitar o ensejo para cumprimentar o Senador Wilson Matos pelo trabalho que realizou no Senado Federal, substituindo o nobre colega, Senador Álvaro... Perdoem-me, eu ia dizendo Álvaro Lins, que é um conterrâneo meu, foi Chefe da Casa Civil durante certo tempo, de Juscelino Kubtischek, mas eu... Substituindo o Senador Álvaro Dias. E quero dizer que Sua Excelência, Sr. Presidente e senhoras e Srs. Senadores, teve excelente participação aqui, não somente nessa Comissão, mas também um excelente desempenho no Senado Federal. Daí, porque eu quero cumprimentá-lo pelo trabalho realizado e formular votos de crescente êxito na sua vida pública.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu quero também destacar o trabalho assíduo do Senador Wilson Matos. Não só se dedicou, mas presente aqui em todas as Sessões, nós que, muitas vezes, temos que correr na CAE, para depois começar a Comissão de Educação e, ainda, a Comissão de Meio Ambiente, que está agora debatendo com a Senadora Marina. Mas o Senador Wilson Matos, ele escolheu participar ativamente da Comissão de Educação e é uma presença marcante e também debatendo no Plenário. Normalmente, os Senadores ficam ali olhando, examinando se é hora de entrar ou não, mas V.Exa. não teve nenhuma preocupação em tratar do destaque particular e pessoal, mas tratar dos temas e das matérias. Eu acho que isso é muito interessante para o Senador que cumpre a responsabilidade de substituir momentaneamente o Senador Álvaro Dias. Espero que V.Exa. possa retornar brevemente a essa Casa, porque o convívio aqui foi muito positivo. Muito obrigado.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): OK, muito obrigado. Senador—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho--

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Nobre Presidente, eu gostaria de propor regime de urgência, ainda nesse Projeto, para que seja votado no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, está aceita.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, submeta a voto. Regime urgência tem que ser submetido a voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Submeto a voto a urgência a ser pedida à Mesa. Não havendo nada em contrário, está aprovado. Nós... Ponho em votação, não havendo ninguém contrário ao parecer do Senador Wilson Matos,

está aprovado também. Apesar de todos os comentários elogiosos e despedidas, ainda temos um Projeto do qual ele é Relator, dois ainda, um extra Pauta e um na Pauta.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu solicito a V.Exa. também que coloque em votação um requerimento de minha autoria, que está aí em extra Pauta, e proponho um debate—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Podemos colocar--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): -- Audiência Pública sobre o Projeto de—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Colocaremos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Regulamentação da regionalização das atividades culturais, artísticas, jornalísticas pelos meios—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ótimo, colocaremos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Rádio, televisão--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Colocaremos, mas vamos pôr em votação o 337/2007, que acrescenta dispositivo ao art. 8° da lei 9250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução da base de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Física de despesas com material escolar. O Relator é o Senador Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): Da Comissão de Educação sobre o Projeto de lei n°. 337, que acrescenta dispositivo de lei n°. 9250, de 26 de dezembro de 95, para permitir a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda de pessoa física e despesa com material escolar. Eu... Eu acho que eu vou ler o voto e a Emenda para ganharmos tempo. O voto: Em vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei no Senado n°.337, de 2007, com a Emenda a seguir: "Dê-se ao art. 8°, § 2°, "h", da lei n°. 9250, de 26 de dezembro de 95, nos termos do que dispõe o art. 1° do Projeto de Lei do Senado n°. 337, de 2007, a seguinte redação, "h": "Os pagamentos de despesas com material escolar do contribuinte e de seus dependentes, nos termos do regulamento, até o limite anual individual, equivalente a 1/3 do valor estabelecido na alínea "b" desse inciso". Meu voto, então, é favorável à aprovação desse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está dado o voto. Eu... Passo à consideração. Os que quiserem... Não há manifestação, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o Projeto. Com isso, voltamos à Pauta. O item 04, não terminativo também, altera os art.s 126, 129, 130 da lei 7210, de 11 de julho de 1994, que é a Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remissão de pena pelo estudo. A Relatoria também do Senado Wilson Matos.

SENADOR WILSON MATOS (PSDB-PR): É um prazer relatar também esse Projeto de Lei, que é do Senador Cristovam Buarque, que leva a educação, efetivamente, aos presídios brasileiros. No Relatório, eu fiz duas, praticamente duas Emendas, e gostaria de retirar uma já, conforme alguns entendimentos aqui nessa Casa. O relatório. Essa Comissão examina, nos termos do art. 101, §2°, "d", do Regimento Interno do Senado Federal, Projeto de Lei do Senado, PLS n°. 265, de 2006, acima referido, de autoria do Senador Cristovam Buarque. O PLS prevê a remissão de dois dias de pena, a cada cinco dias de estudo. Na justificação, o autor argumenta que a opção preferencial pelo estudo, em nosso entender, resultará na possibilidade do preço vir a desenvolver trabalhos mais qualificados posteriormente, seja ainda na prisão, ou já como egresso em nosso competitivo mercado de trabalho. Não foram oferecidas Emendas ao Projeto. Da análise. A matéria trata do Projeto de Lei em tela, e insere-se naquelas de competência privativa da União, art. 22, item 01 da Constituição Federal, para oferecer modificações de natureza processual penal. É bem verdade, tanto na doutrina como na jurisprudência, há quem interprete a remissão pelo trabalho, atualmente prevista no art. 126 da Lei de Execução Penal, de força ampla, regulamentando-se que este não se restringe ao trabalho físico, mas abrange também o intelectual, no qual se incluiria o estudo. No entanto, não há dúvidas de que a ausência, de forma legal, expressa nesse sentido, dificulta a aplicação do instituto de remissão pelo estudo. Assim, figura-se louvável a iniciativa contida no PLS 265, de 2006, cuja intenção é exatamente dirimir eventuais discordâncias quanto à matéria. Verificamos, porém, a necessidade de alguns ajustes do texto da proposição. O primeiro diz respeito à conveniência de tornar claro que a mera freqüência às aulas, sem comprovação de aproveitamento, não deve dar ensejo ao recebimento do benefício pelo preso. O § 2° eu gostaria de retirar para facilitar o trâmite.

Então, o meu voto. O voto do Relator é, pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, n°. 265, de 2006, com a seguinte Emenda: "Acrescente-se ao art. 26 da Lei de Execução Penal, que trata o PLS 265, de 2006, com os seguintes parágrafos: § 5°: "A remissão pelo estudo dependerá da comprovação de freqüência, quando exigida, e de aproveitamento no curso em que o processo estiver... Em que o preso estiver matriculado". E quero retirar o § 6° aí proposto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu agradeço, ponho em discussão, coloco em votação. Os que forem favor permaneçam como estão. Está aprovado. Passamos agora ao item nº. 11, não? 11 está ausente, o 14. Esse é um Projeto simples, mas que a gente precisa fazer. É a alteração a designação da Comissão de Educação para a Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Além de não ser, mais Ciência e Tecnologia, inclui Cultura e Desporto. A Relatoria é do Senador Flávio Arns, mas ele não está presente, pediu que fosse passado para um Relator *ad hoc*. O Senador Wellington Salgado... Por quê? Já tinha combinado com ele? Um momento. O Senador Marco Maciel...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa., eu gostaria de ouvi-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, nós pedimos antes, pedimos ao Senador Marco Maciel antes, então, eu peço que ele faça a gentileza.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Cristovam Buarque, senhoras e Srs. Senadores, eu vou ser muito breve na Relatoria, porque, como sua excelência o Presidente declinou se trata de um Projeto não só oportuno, mas extremamente simples também, porque visa alterar para adequá-la à semântica dos novos tempos, tendo em vista a criação de novas comissões, a denominação desta Comissão de Educação para Educação e Esportes. O Relator designado era, como do conhecimento da Comissão e aqui foi lembrado pelo Presidente o Senador Flávio Arns. E ao final, foram feitas, em função de Emendas apresentadas, duas mudanças; uma é para que a Comissão, como já foi aqui lembrado, passa a se denominar Educação, Cultura e Esporte, e que as Sessões e a outra Emenda, sejam realizadas às terças-feiras, porque, no Regimento Interno em vigor, consta expressamente que as reuniões da Comissão de Educação seriam na quarta-feira, o que tem gerado, inclusive, alguns problemas mais que regimentais, problemas também de comunicação, posto que, na grade da televisão Senado, isso produz alguns efeitos, na medida em que, na quarta, há outras comissões que são no mesmo horário, tendo, portanto, precedência sobre a Comissão de Educação, no caso, especificamente, por exemplo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Daí, porque, Sr. Presidente, nada mais faço que subscrever o parecer do nobre Senador Flávio Arns que, por motivo de força maior, se encontra fora de Brasília nesse dia, para dizer que estou inteiramente de acordo com a proposição e espero vê-la aprovada nessa Comissão e concorrendo, assim, para ficar mais nítido o nome da Comissão, mas como também a hora do seus trabalhos, hora e dia dos seus trabalhos. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão o Projeto. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Então, está aprovado. Eu solicito, agora, falta o Requerimento do Senador Inácio Arruda e terminaremos uma Sessão muito proveitosa. Requerimento: "Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, dos incisos II e V da Constituição Federal, c/c com o art. 90, requeiro a realização de Audiências Públicas no âmbito dessa Comissão, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, com o propósito de instituir o Projeto de Lei da Câmara, 059/2003, que regulamenta o disposto no inciso III, do art. 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e a produção independente das emissoras de rádio e TV e dá outras providências".

A proposta sugere os seguintes convidados: Nelson Sirotsky, Diretor Presidente da Rede Brasil Sul; Volnei Oliveira, Vice-Presidente da Associação de Produtores de Cinema do Norte e Nordeste; Jorge Peregrino, Conselheiro... Consultor Geral do Fórum Audiovisual e do Cinema; Fernando Meirelles, cineasta e produtor; Assunção Hernandes, Diretora para Assuntos Internos das Associações Brasileiras das Empresas Produtoras de Cinema e Paulo Mendonça, Diretor Geral do Canal Brasil. Essa seria a primeira audiência.

Na segunda, Cícero Aragon, Presidente da Fundação do Sistema do Rio Grande do Sul; Jandira Fegalli, ex-Deputada Federal; Alexandre Raposo, Presidente da Rede Record; Alberto Dines, jornalista e diretor do programa Observatório da Imprensa; Paulo Markun, Presidente da TV Cultura. Eu passo a palavra ao Senador Inácio, para fazer a justificativa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, de forma breve, essa é uma matéria que está em discussão, em debate, presente nessa Casa, veio da Câmara dos Deputados, trata de regulamentar um inciso da Constituição, muitíssimo importante, inciso III do art. 221 da Constituição, que trabalha com a questão da regionalização da programação cultural, artística, jornalística e a produção independente das emissoras de rádio e televisão. Eu sei que é uma matéria sempre muito delicada, quando se discute no Brasil a questão de rádio e televisão, especialmente da televisão. Mas eu considero que a nossa Comissão tem essa responsabilidade, essa obrigação de realizar o debate e nós buscarmos aprovar, finalmente, este Projeto de Lei que já tramita, há um bom tempo, no Congresso nacional, e ora repousa aqui no Senado da República. Eu acho que é uma boa oportunidade de

nós não só realizarmos o debate, fazermos a discussão sobre regionalização da atividade cultural e artística do país, mas, sobretudo, de aprovarmos essa proposição que vem da Câmara dos Deputados. Era essa a minha justificativa e peço o apoio dos meus pares para que a gente possa realizar essas audiências.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado, Senador Inácio. Temos mais dois requerimentos. Requeiro...

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, uma breve intervenção, apenas para solicitar, se for possível, que a proposição que altera a denominação da Comissão e faz constar expressamente o dia e hora de sua reunião seja a referida proposição colocada em regime de urgência, tendo em vista a proximidade do recesso parlamentar, previsto para a próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Submeto o requerimento de urgência do Senador Marco Maciel. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado. Temos dois requerimentos, que eu ponho em votação. Um requerimento, nos termos dos incisos II e V etc., que convidamos para uma Audiência Pública, para que se explique por que houve uma elevação no número de trabalhadores infantis, no Brasil, entre 2004 e 2005? A idéia é uma Sessão conjunta das Comissões de Assuntos Sociais, Educação e Direitos Humanos. Já houve a negociação com as outras comissões e eu submeto a essa Comissão a aprovação desse requerimento de audiência em conjunto, que é o item 16 da Pauta. Ela vem assinada pelo Senador Geraldo Mesquita, Papaléo Paes Lúcia Vânia e eu próprio. Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Serão convidados os responsáveis do Ministério de Educação, Justiça, Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à fome. Eu ponho... Com isso, eu encerro a Sessão, extremamente proveitosa, além de um requerimento que eu também deixo para a próxima reunião. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h22.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MUSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2007.

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia doze de julho de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Mão Santa, Paulo Duque, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Wilson Matos, reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Valter Pereira, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior e Flávio Arns, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 025-CE de 2007 e 007-SCTMC de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns e Senadora Marisa Serrano, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 280 de 2007, que "Dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências". Comparecem à Audiência Pública, o Senhor João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA e Presidente da Rede Bandeirantes; Senhor Eduardo Fumes Parajo, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede Internet - ABRANET; Senhor Antônio Achilis Alves da Silva, Presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa, Senhor Gustavo Dahl, Presidente do Conselho da Cinemateca Brasileira e Especialista em Política Cultural e Audiovisual; Senhor Juliano Maurício de Carvalho, Membro do Conselho Deliberativo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC e Ercio Alberto Zilli, Presidente Executivo da Associação Nacional das Operadora Celulares - ACEL. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Sérgio Zambiasi, autor de

requerimento e os Senhores Senadores Paulo Duque, Mão Santa, Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro, autor do Projeto. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e cinqüenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Presidente Eventual da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro , Música e Comunicação Social.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL - CECTMCS

NOTA TAQUIGRÁFICA

31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Havendo número regimental declaro aberta 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 9ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e aprovação das mesmas. Senadoras, Senadores que estiverem de acordo permanecem como se encontram. Está aprovado.

Como é de conhecimento de todos a presente reunião atende Requerimento nº 025 CE e 007 SCTMC de 2007 de autoria do Senador Flávio Arns e da Senadora Marisa Serrano para realização dessa Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 208/2007 que dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências.

Dando início à audiência solicito ao Senador Zambiasi que tem o prazer de trazer, de encaminhar os convidados para tomar assento à Mesa. Quero agradecer a cada um dos convidados que aceitaram estar aqui para fazermos essa audiência sobre um assunto que é do interesse de toda a sociedade brasileira, que tem muito a ver com o futuro, desenvolvimento da cultura no Brasil, que desculpas pelo atraso em parte porque estamos num tempo difícil de conseguir reunir um quórum mínimo suficiente para começarmos, mas dizer a cada um dos convidados que as audiências insistimos em fazer, mesmo em momentos de tantas dificuldades para quórum que uma boa parte dos Senadores já viajaram para suas cidades assumindo o recesso porque a audiência tem por objetivo fazer o contato dos convidados com o público em geral.

A gente transmite pela televisão, isso é repetido outras vezes, os anais da reunião são publicados e o Senado dessa forma funciona quase que como uma plataforma de debate para todo o Brasil e não só como alguns pensam de encontro dos convidados com os Senadores.

Por isso nós estamos aqui falando para o Brasil inteiro, através dos nossos meios de comunicação, para atrair toda a sociedade brasileira, especialmente aqueles da área de cultura para debatermos o assunto.

E eu passo imediatamente a palavra ao Dr. João Saad dizendo que a prática que eu tento fazer aqui é de não controlar o tempo, mas pedindo que a gente tente reduzir a fala para que possa haver um debate posterior.

Com a palavra o Sr. João Saad, dizendo que mesmo que não controlemos o tempo em 15 minutos toca uma campainha automaticamente para avisar quanto tempo levou até aqui. Está com a palavra.

SR. JOÃO SAAD: Bom dia Senador Cristovam Buarque, bom dia Senador Zambiasi, meu amigo há muito tempo, Senador Heráclito, bom dia a todos os presentes, é uma honra poder estar falando no Senado brasileiro, num tema que eu reputo, como, talvez, um dos mais importantes que a gente tenha a debater que é o conteúdo nacional. Nós não tratamos disso até hoje e todas as nações grandes e civilizadas tratam disso. Cada uma num determinado setor. Nós aqui não tratamos disso. E ao não tratarmos disso a gente vem gerando distorções grandes, profundas, e que eu acho que é muito bom que o Senado brasileiro esteja preocupado com isso e aceite conduzir esta questão tão delicada como o conteúdo. Eu preparei um material que, talvez, ajuda a gente enxergar como

funciona isso no mundo. Então, eu queria que passasse o primeiro slide ali.

Nesse primeiro slide a gente entende como funciona na Europa e nós fizemos a separação de dois países ali, Alemanha e França para a gente ver como esses países protegem os seus conteúdos e quando eu estou falando isso nós precisamos sempre separar as mídias. E aqui está... Mídia paga, mídia aberta. Mídia aberta é 100%. Eles todos falam muito em democracia, mas você não consegue comprar uma rede aberta nos Estados Unidos, nem na França, nem em nenhum lugar. A participação estrangeira em redes de *broadcasting* aberta é extremamente dificultada para não dizer impossível. Então, reparem que o índice de produção nacional é alto. É muito alto.

Vamos para o segundo slide. Essa é a figura na Ásia também com uma forte proteção, China, eu acho que, inclusive, está errado aquilo lá, eu acho que China é muito maior a proteção. Você não consegue entrar lá com um veículo de comunicação, nós somos associados a um grupo sueco que tem o maior jornal gratuito do mundo. Eles há sete anos tentam entrar na China e não conseguem. Não há meio de conseguir. Mesmo entregando o comando do jornal para grupos chineses eles não conseguem entrar.

Vamos para o terceiro slide. Na área de Oceania a mesma coisa, na Austrália porque às vezes a gente vê algumas declarações do [ininteligível], por isso que está aí a proteção que ele tem na própria terra dele.

Vamos em frente. E aqui uma comparação entre Estados Unidos e Canadá. Estados Unidos é o que de longe mais protege o seu conteúdo, parte com legislação e muito com incentivo e apoio à produção privada e ele é... Não preciso dizer que ele é a indústria mais forte do planeta nesse setor. E o Canadá eu acho que o Canadá é um exemplo muito interessante para o Brasil que ele bate com a nossa cultura. O Canadá ele não é avesso ao que é importado e nem podia ser porque ele é vizinho do seu maior parceiro e do seu maior cliente e é uma fronteira seca. Então, ele também não teria como impedir a entrada dos grandes conglomerados americanos no seu território e ele adotou uma política muito interessante que é uma política de compensações. Então, se o sujeito quiser entrar com um canal russo no Canadá, não tem importância, será muito bem-vindo, pode fazer lá um canal russo, mas ele tem que gerar um canal canadense. Ele obrigatoriamente tem que gerar um canal canadense. Resultado. A produção do Canadá é uma produção crescente, florescente e que hoje está espalhada pelo mundo afora e acho que vale a pena a gente dar uma olhada de como que eles chegaram lá. Vamos em frente. Passa para o outro.

Aqui no Brasil, as ofertas que nós temos e eu ainda fiz a delicadeza de considerar os canais Telecine como se fossem nacionais, coisa que a gente sabe que não é bem verdade porque todo o conteúdo que lá está é um conteúdo importado. Então, se fizermos isso o conteúdo nacional se reduz bastante. E se tirarmos desse conteúdo nacional os canais do Governo como esse próprio que nós estamos usando agora, a TV Senado que tem distribuição obrigatória e não opcional, aí esse número cai para algo como 20%. Resultado nós estamos com uma política inversa dos países mais avançados do mundo. Aonde que eu acho que essa distorção está muito acentuada? ela está muito acentuada na mídia paga. A mídia paga ela está concentrada na mão de poucos grupos e você não tem uma distribuição de conteúdo nacional ali a contento. E eu acho que esse é um ponto delicado que tem que ser enfrentado para que a gente mude, proteja, estimule, incentive essa indústria tão estratégica que é a indústria da comunicação. E ela tem que ser feita em grande parte pela iniciativa privada porque já está provado que ela é mais eficiente para fazer isso. Mas sem o apoio do Estado, sem as definições do Congresso, bom, aí ela não consegue florescer. A gente pode reparar que o próprio cinema argentino tem lançado, talvez, mais coisas do que o próprio cinema nacional porque eles têm lá uma melhor distribuição. Então, nós da Bandeirantes, nós da ABRA, temos defendido que o conteúdo nacional em todas as mídias tenha a sua... Tem a maioria da quantidade de tempo, a maioria do seu conteúdo para que estimule essa indústria. Essa indústria estratégica como prova da importância dela a gente vê que na invasão do Iraque o primeiro alvo dos americanos no Iraque não foi o Saddam Hussein, não foi o depósito de armas, não foi absolutamente nada, foi a Al Jazeera, o primeiro ato de tomada foi a Al Jazeera, eles fecharam a Al Jazeera porque a Al Jazeera estava dando uma outra ótica, mostrando a invasão americana sob um outro ponto de vista e eles fecharam, obviamente, a Al Jazeera. Isso mostra que a importância do setor de comunicação e nós brasileiros temos que estar atentos a isso como uma grande Nação, como uma Nação que quer ter controle do seu destino ela também terá que ter controle do seu conteúdo. Vamos em frente. Passa para o próximo.

Essa seria uma proposta que se a gente fizesse um equilíbrio mínimo na distribuição o quê que poderíamos estar gerando? Nós poderíamos estar gerando 126 novos canais no País e poderíamos estar gerando 63 mil empregos diretos, fora os indiretos. Então, eu acho que se nós conseguirmos colocar a nossa mão como legisladores e essa é a sugestão que eu deixo e desde já me proponho a ajudar no que for preciso,

abrir todas as informações, buscar informações de outros países, é que a gente no mínimo equilibre, de preferência faça mais do que isso, faça 60 a 40, faça 70 a 30, mas vamos dizer que a gente faça no mínimo 50 a 50 porque eu acho que essa é uma proposta que dificilmente por mais americanófilo que o sujeito queira ser é difícil de ele ir contra, por isso que a ABRA está fazendo uma proposta mínima de 50%. E acho que isso será útil a todos nós. Nós também somos parte interessada nisso, temos três canais de distribuição na mídia paga que é o Band News, o Bandsports e o Terra Viva. [soa a campainha]. Temos sérios problemas de distribuição. Nós não conseguimos estar disponíveis para toda a base de assinantes. Esta é uma indústria que vai crescer e se popularizar, porque ela vai começar agora a baixar o custo da assinatura e esse é o nosso depoimento a favor da proteção de canais brasileiros sem que sejam controlados por um único grupo, sem que sejam controlados por uma única entidade e sim que sejam protegidos por lei de tal forma que seja uma regra clara. Como você tem isso em outros países civilizados no mundo.

Essa é a mensagem central que eu queria passar. Eu acho que o modelo democrático não permite que uma única empresa controle isso. Essa diversidade fará bem ao Brasil, fará bem à democracia, e fará bem à diversidade de opiniões, informações e diversidade cultural.

Acho que é basicamente isso, Senador. E acho que, talvez, possa ser bom abrir para o debate, eu já vi que meu tempo acabou. Eu não sei quanto tempo eu tenho ainda para falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se quiser continuar pode falar.

SR. JOÃO SAAD: Podemos, se quiser, abrir para o debate. Essa tese eu venho lutando por ela há muito tempo. Por isso hoje é um dia importante para mim, a gente poder estar discutindo isso abertamente. A ABRA questionou a fusão da Directv e da Sky, questionou a falta de conteúdo brasileiro ali. A gente vem questionando isso há muito tempo e quando questiona a ANATEL ela diz que não é com ela. Quando questiona o Ministério das Comunicações ele diz que não é com ele. E quando questiona o Ministério da Cultura ele diz que não é com ele. Enfim, no fundo este problema não é com ninguém. Como ele não é com ninguém o problema tinha que vir cair aqui no colo do Senado brasileiro que está tendo a coragem de enfrentar isso. E isso tem que ser enfrentado abertamente sem nenhuma vergonha, sem nenhum medo disso porque os países civilizados também fazem isso. Não estamos fazendo nada de diferente ou de errado. Então, por isso até que eu quis mostrar esses exemplos fora daqui para que a gente se encoraje para fazer isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço, Dr. Saad, que trouxe uma proposta clara, nítida, para que nós aceitando a sua proposta façamos o trabalho Legislativo correspondente. Muito obrigado. E eu passo a palavra ao Dr. Eduardo Fumes Parajo que é da Associação de Provadores da Rede de Internet.

SR. EDUARDO FUMES PARAJO: Sr. Presidente, obrigado. Senhores Senadores, agradeço o convite, para estar falando um pouquinho da ABRANET e da internet no Brasil. Por favor, o próximo, por favor.

Contar um pouquinho da história da ABRANET. ABRANET ela nasceu em 96 com o início da internet comercial. Por favor, vai passando, por favor. Hoje nós temos mais de 300 empresas associadas, desde pequenos, micro provedores até grandes provedores, instituições de ensino, profissionais de todas as regiões do País. Nossos principais objetivos é desenvolvimento da internet no Brasil, auxiliar os associados em questões técnicas, operacionais, legais e manter a representatividade junto a entidades governamentais. Atuamos aí com o comitê gestor da internet, interagimos com outros órgãos fora do Brasil, AIKAN(F), LAKNIK(F), AIT(F), UNESCO, SUCESSO e outros. Por favor, próximo.

Somos a primeira e acreditamos ser a principal entidade aí do setor na área de internet. Temos um quadro diretivo hoje formado por profissionais tecnologicamente capacitados não só em informação, em tecnologia da informação, também como telecomunicações. Pode ir passando, por favor. Nós temos uma atuação hoje de manter sempre ativa a competição e a isonomia do nosso mercado de internet. Então, sempre que temos alguma disputa ou qualquer coisa nesse sentido entre os provedores ou entre relacionamento entre provedores nós sempre colocamos a opção isonômica, todo mundo tem que ter o mesmo tipo de recurso no mesmo custo.

Respeitamos e interagimos aí e mantemos um canal sempre aberto com a comunicação com outras entidades de classe, associativas, federativas, com finalidades semelhantes a nossa.

Bom, acima de tudo defendemos o interesse dos usuários de internet no Brasil, porque acreditamos que sem esses plenamente satisfeitos nenhuma de nossas empresas que representamos, aliás, terão seus objetivos sociais, econômicos realizados e o Brasil não se desenvolverá nessa área. Próximo, por favor.

Mostrar aqui um quadro interessante, uma pesquisa do IBOPE/NetRatings de abril aonde aponta 33.2 milhões de usuários de internet. Próximo, por favor.

Hoje o Brasil é um recordista. Recordista em tempo de utilização de acesso à internet. Hoje o Brasil já supera Estados Unidos, França, Espanha, Japão, Austrália. Nós estamos com 21 horas e 44 minutos. Essa é uma pesquisa também feita pelo IBOPE/NetRatings. Próximo, por favor.

Aqui eu gostaria de destacar alguns aspectos que os provedores desde o início da internet têm adotado e têm felizmente conseguido implementar a internet no Brasil, né. Logo no início só as classes A e B tinham computador e tinham interesse e condições de conectar na internet que era a minoria da população. Pode ir passando, por favor. Havia naquela ocasião um ágio muito grande para aquisição de linhas TELEFONICAs, tínhamos até o mercado negro de linhas TELEFONICAs, dólar 3 reais para um que dificultava a aquisição de PCs e softwares e existia, na verdade, o analfabetismo digital. Poucas pessoas tinham conhecimento técnico para utilizar os computadores na época para acesso a internet, complexidade e tudo mais. Próximo, por favor.

Aqui é um detalhe importante, né. No início da internet no Brasil, 100% dos acessos eram feitos a sites estrangeiros. Não tinha conteúdo no Brasil. E hoje, felizmente nós já temos um perfil. O perfil do nosso internauta mudou. Nós temos hoje 70% dos acessos, são feitos a conteúdos no Brasil e 30% em acesso a conteúdos internacionais. O que é que ocasionou essa mudança? Basicamente a disponibilização de mais serviços na internet, jornais, revistas, entretenimento, Internet Bank, serviços públicos, Imposto de Renda online, a disseminação do "ponto com ponto BR". Um detalhe importante hoje, 90% dos e-mails que são utilizados no Brasil são "ponto com ponto BR". Em alguns outros países proporção é ao contrário, todo mundo usa o "ponto com" e acaba não utilizando a sigla do próprio País, tá.

Bom, e um detalhe importante aqui hoje do conteúdo que é gerado na internet no Brasil, né, que hoje muitos países, exemplo, Angola que falam a língua portuguesa acessam sites que estão hospedados no Brasil por causa do seu conteúdo. É um detalhe interessante. Próximo, por favor.

Bom, queria considerar aqui o papel do provedor nesse processo todo de desenvolvimento da internet no Brasil. Os grandes investimentos que os provedores fizeram para aprimoramento dos serviços, capilarização deles para acesso a internet. Maior oferta de serviços, acessos, conteúdos, e menores preços aos usuários, descentralização das riquezas por todo o País, temos provedores hoje espalhados pelo Brasil inteiro nas regiões mais distantes do País. Geração de empregos diretos, funcionários dos provedores indiretos, quer dizer, cursos, o mercado de cursos com o advento da internet acabou crescendo bastante porque as pessoas queriam ter acesso à internet e precisariam ter conhecimento no mínimo de computador para como fazê-lo, né. Geração de receita e aquecimento da economia de cada cidade que possui um provedor local. Então, essa diversidade dos provedores de estarem em várias localidades acaba gerando receita na própria localidade e empregos lá. Geração de impostos nos Municípios onde existem os provedores locais. Próximo, por favor.

Na nossa opinião... Pode passar, por favor. No Projeto de Lei não deveria incluir internet, tá. A internet, felizmente no nosso entendimento se for incluída vai acabar tendo conseqüências graves para a sociedade brasileira. A internet é sinônimo de liberdade de expressão e manifestação de pensamento e pluralidade de fontes de informação. Próximo, por favor.

Aí a gente até cita um caso que iria contra a Constituição Federal, pois restringe a manifestação do pensamento, a liberdade de expressão e formação. E aqui um ponto importante que eu gostaria de colocar para os Senadores que é o seguinte. No caso de restringir ou incluir-se a internet nesse Projeto de Lei nossa preocupação é existir uma evasão de conteúdo para fora do Brasil. Empresas hoje que investem no Brasil são representadas aqui no Brasil, tem brasileiros aqui, acabarem tirando a sua empresa do Brasil, voltando para a sua matriz e continuar fornecendo serviço de internet do mesmo jeito. Isso é uma preocupação que nós temos. Acreditamos que temos que fomentar mais ainda o mercado para que tenha mais investimentos, mais empresas presentes aqui para oferecerem o serviço de internet. Não temos como... E um detalhe importante aqui é que a gente não tem como delimitar fronteiras físicas na internet e não podemos isolar o Brasil do mundo, tá. Próximo, por favor.

Vou dar um exemplo prático aqui, né. Imagina só, nós tivermos que bloquear os sites como Yotube, Orkut, ou o próprio site da BBC que é produzido fora do País com auxílio de brasileiros, mas hospedado fora do Brasil. Preocupação nossa é de transformar a internet do Brasil numa internet da China ou de Cuba que é totalmente restrita nos seus acessos, né, a sites. Um exemplo aqui que eu vou até colocar é que apesar aí da RCTV na Venezuela ter sido cassada a licença de radiodifusão dela de televisão, pela internet continua a programação dela, então, quer dizer, uma forma de continuar a expressão. Acreditamos aí que quando conseguimos lidar harmonicamente com essa realidade, todos os envolvidos no processo, Governo, empresa, sociedade, alcançarão os melhores resultados e como eu sempre tenho defendido em outras

audiências aqui no Senado nós defendemos a internet livre. A internet tem que ser livre. Nós conseguimos, alcançamos até agora o desenvolvimento que a internet está tendo no Brasil graças a essa facilidade do usuário em estar podendo acessar a internet, graças aos provedores de internet que têm feito investimentos na área e que felizmente têm tido a adoção de vários internautas no Brasil e o nosso objetivo é que isso continue a crescer bastante.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar participando e colocar o ponto de vista da ABRANET aqui na audiência. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a exposição também muito clara como proposta em relação a internet que aparentemente tem características diferentes dos outros setores.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Antônio Achilis Alves da Silva.

SENADOR MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, com o maior prazer...

SENADOR MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A senhora como autora do Requerimento eu passo a palavra.

SENADOR MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Casagrande e eu, embora eu seja autora do Requerimento, hoje nós não vamos poder participar dessa Audiência Pública o que para nós é muito importante, mas tenho certeza que estaremos bem representados aqui, haja vista que nós somos do Conselho de Ética e nós temos reunião hoje o dia todo. E não vamos poder estar aqui presentes. Então, em meu nome, do Senador Casagrande, nós queremos dar as boas-vindas e dizer que tudo aquilo que for debatido aqui, vai ser gravado, vai estar nas nossas mãos para que a gente possa continuar o nosso trabalho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado a senhora, Senadora. Sr. Antônio.

SR. ANTÔNIO ACHILIS ALVES DA SILVA: Bom dia, Presidente, na pessoa do Senador Cristovam Buarque eu saúdo os demais Parlamentares que estão aqui nessa Mesa. Presidente, a TV Minas que eu represento aqui ela é parte de um segmento da televisão brasileira, integrante da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, ABEPEC. Então, o senhor vê que com ele esse rótulo, esse temário é um prazer, é uma oportunidade única de estar aqui ao seu lado e de homenagear e agradecer pelo seu desempenho na última eleição presidencial quando o senhor turbinou a obsessão brasileira pela educação. Isso tem tudo haver conosco pela formação da cidadania. O Brasil lhe deve isso de uma maneira muito especial.

Então, para nós da TV Educativa, TV Pública, cultural, estar perto da sua obsessão, da sua atuação, e da sua história, é um contagio extremamente desejado por nós todos. A ABEPEC que eu estava falando a qual a TV Minas pertence ela é formada por 19 emissoras com essa característica, as emissoras das capitais dos Estados, está agregando novos associados nos próximos dias. Mas por enquanto estamos em 19 emissoras abrangendo em torno mais de 70% do território brasileiro e mais de 90% do PIB brasileiro. Quando se trata dessa questão de descentralização da produção, de proteção à produção brasileira é importante a gente ressaltar que esse segmento nosso de televisão pública é um ambiente adequado para que isso se opere com mais facilidade. O terreno é mais fértil ali. Não que seja uma coisa restrita a esse segmento, mas ali fica mais à vontade, porque nós não temos um trabalho feito, pautado pelo mercado porque são emissoras que não têm finalidade educativa, desculpa, finalidade lucrativa. Então, nós temos espaço para experimentação, para ousar, nós temos espaço para gerar, enfim, métodos de modos de trabalhar que depois podem nós até gostaríamos... Gostaremos sempre que isso aconteça contaminar a TV comercial para que ela também assuma papéis mais relevantes do ponto de vista da formação da cidadania, da promoção da cultura e da produção regional. Essa vocação é típica da televisão pública brasileira.

Eu ouvi agora há pouco o nosso companheiro Eduardo Parajo e me preocupa de fato essa abordagem da internet até porque é uma coisa incontrolável. A internet não foi feita para ser controlada. O que poderia se fazer aqui de um modo geral é regrar aquilo que depende de concessão pública que é o caso da televisão. E quando se abrir o leque se quiser abranger a internet, o que não for conteúdo brasileiro dentro das propostas que estão aqui nesse artigo ou do aperfeiçoamento que ele venha a ter, terá que ser impedido de receber qualquer tipo de benefício seja fiscal, seja financeiro, público, de caráter público. Até aí dá para funcionar. Agora, tentar controlar o que o sai na internet infelizmente, ou infelizmente nada, até felizmente porque a tecnologia é assim. Eu vi uma tentativa, eu li alguma coisa, uma tentativa de fazer leis a prova de migração de mudança de tecnologia e sinceramente eu não sei como é que isso é possível. A prova... Porque eu posso ter um site lá na Malásia com o sócio

da Birmânia e outro da Grécia e produzir um conteúdo, botar um conteúdo brasileiro aqui dentro. E como é que nós vamos controlar isso? Não tem jeito. Então, tratar e acompanhar a evolução da tecnologia, a convergência de mídias. Isso é uma coisa que tem que ser acompanhada passo a passo. Mas eu não vejo como fazer normas à prova de mudança de tecnologia. Mas o que está acontecendo no Brasil, e o João Saad colocou muito bem, é que o Brasil não cuida da proteção da sua cultura, dos seus valores e se abre desregradamente ou deixa muito à vontade as colonizações intelectuais, culturais que vêm de fora. Eles se protegem lá. E nós aqui deixamos à vontade. Aí não há identidade cultural, não há identidade nacional que resista. Embora, identidade nacional não é um rótulo único. O Brasil graças a Deus, felizmente é uma união de diversidades que nós temos que festejar que o Brasil é assim. O Brasil tem muita diferença dentro dele. Tem a língua portuguesa como fator de unificação, de integração e diria mais, também, Senador, a televisão como fator de Integração Nacional. Isso é um papel que até eu considero exagerado o papel que se dá para a televisão, porque afinal de contas esse País precisava ler mais um pouco. Esse País é muito digital e é muito visual. Precisava ser menos um pouco do que isso e se dedicar e ter mais oportunidade para leitura, para música, para o teatro. E ele é muita televisão. O fato é, queira ou não, a cultura brasileira, os valores brasileiros transitam pela televisão, chegam às pessoas através da televisão, é o eletrodoméstico mais presente no País depois do fogão. Então, exageradamente, a televisão tem um valor, uma importância maior do que deveria ter. Mas essa é a nossa realidade. Nós temos que trabalhar com isso.

Então, é muito importante que a televisão brasileira negocie, pactue com a sociedade através, inclusive, de órgãos do Governo como aqui nessa Comissão que é um órgão público, pactue forma de atuar e de contribuir, de cumprir seus papéis para com a sociedade, principalmente na questão da formação da cidadania.

Eu queria observar aqui. O João Saad falou muito da hegemonia da televisão americana, da proteção que os americanos, os europeus fazem para seus conteúdos e quando mostra o gráfico brasileiro é um disparate, aqui o conteúdo importado é muito maior. Eu queria dizer o seguinte. Além das leis com proteção não basta isso. Nós temos que trabalhar mecanismos, alguns já existentes, alguns em concepção, em formação agora para a formação de talentos, a formação de qualidade na televisão brasileira. A televisão brasileira tem em alguns casos uma qualidade linear sustentada. Em outros casos, principalmente no nosso caso de educação educativa, pública, cultural, pontos de excelência que são exceção. Porque todo mundo, todos nós queremos fazer excelente programação, nós temos alguns talentos para fazer isso e realizamos em alguns momentos programas de excelente qualidade que ganham prêmios no Brasil e no exterior como a TVE do Rio de Janeiro que ganhou um prêmio no Japão há pouco tempo, pelo "Um menino muito maluquinho", como a própria TV Minas que ganhou dois prêmios da ONU e ganhou um Prêmio Nacional da ABERJ, a TV cultura tem uma coleção de prêmios, principalmente no que diz respeito a programação infantil e documentários. Então, nós temos pontos de excelência que mostra que ali se plantando nasce. O que precisa é ter condições para que isso aconteça e eu diria que além do nosso segmento de TV Pública a TV privada também quando a gente descentraliza precisa de um esforço de formação, financiar a formação e a retenção naquele trabalho, naquela atividade dos talentos brasileiros. Isso vai se combinar muito com a chamada produção independente porque não precisa ter carteira assinada dentro de uma televisão para ter talento. E existem outras empresas, são as chamadas produtoras independentes que em cooperação com as emissoras, com as geradoras, haverá de dar uma simbiose muito proveitosa para a televisão brasileira.

Então, em suma, em resumo essa questão da proteção não pode a meu ver se restringir a leis que estabelecem horários e prazos de quantidades e volumes e dias. Isso é importante. Mas tem que estar combinado com a formação de talento, desenvolvimento da nossa qualidade, da produção dos nossos conteúdos porque não adianta reservar o mercado porque a televisão americana tem essa hegemonia toda aqui por causa da qualidade, da competência que eles têm de seduzir a população. É claro que a maioria da produção é muito sedutora, mas não alimenta... É que nem algodão doce, é gostoso, mas não alimenta e enjoa. [risos] Então, quer dizer, isso é que é hoje o conteúdo da americana a meu gosto, é claro, há exceções, nós temos cinemas e conteúdos áudio visuais [soa a campainha] nos Estados Unidos, até no Irã, na França, Europa, como um todo, tem muito de tudo quanto é lado, mas a hegemonia, a competência deles para vender, entrar aqui, botar nos nossos canais, é que a gente tem que tirar o chapéu e reconhecer. Nós temos que nos preparar também para enfrentar isso. Não é só reservar tempo de televisão. Por enquanto é isso, Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu vejo a riqueza dessa nossa audiência pela diversidade de enfoques em torno ao mesmo tema. Eu quero dizer que eu tam-

bém comparto com essa idéia de que a televisão e a rádio são os dois principais instrumentos de Integração Nacional, Senador Lobão. Eu tenho a impressão que se não fosse rádio e televisão o Brasil hoje teria dois idiomas diferentes, o português dos educados e o português dos que não eram educados, vocabulário, a sintaxe, a gramática se diferenciaria naturalmente. É a rádio que está fazendo ainda com que a nossa população pobre fale um idioma próximo, muito próximo do que falam as elites educadas.

Eu passo a palavra agora ao Gustavo Dahl, Presidente do Conselho da Cinemateca Brasileira. E como muitos lembram, foi o... É ex-Presidente da ANCINE.

SR. GUSTAVO DAHL: Eu estou, na verdade, estou mais aqui como especialista em política cultural e áudio visual do que como Presidente do Conselho da Cinemateca, embora a questão da preservação da imagem brasileira seja fundamental.

Acreditando à alusão à Presidência da ANCINE, ela se deve ao fato de eu ter passado os últimos 30 anos trabalhando na gestão institucional. Eu quero cumprimentar o Presidente da Mesa, cumprimentar os Senadores, agradecer o convite pela participação. Não é a primeira vez que eu estou nesta Comissão. Eu acredito que ela é um núcleo de ação e de reflexão muito grande. Eu estou vendo ali o relógio contando e eu pergunto: São 10 ou são 15 minutos, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O automático ali é 10, mas o senhor tem 15 ou mais se precisar.

SR. GUSTAVO DAHL: Muito obrigado. Eu devo dizer também que eu tive uma formação cinematográfica, mas eu me considero um autodidata e livre pensador, um generalista, um estrategista, um formulador de políticas, digo isso com modéstia, foi isso que me tocou na vida e digo isso para justificar porque eu pretendo ampliar a questão de uma forma, de uma forma significativa. Eu imagino, há possibilidade de fazer o foco no projeto, mas o que eu vejo aqui e o Senador Cristovam se referia a riqueza do debate, a necessidade de debater política áudio visual nesse País, há uma demanda reprimida de debate.

Por exemplo. Senador Cristovam se referia a influência da televisão na maneira de falar brasileira. A questão da política da língua ela é uma questão fundamental para todos os países, para todas as culturas, os Estados Unidos, nem a Inglaterra seriam o que são se não tem o seu destino separado do destino da língua inglesa, quer dizer, língua é cultura, e língua sendo cultura ela é também mercado. Os mercados se definem pelas... fundamentalmente pelas línguas que falam. A linguagem foi criada pelo homem, pelo bicho homem alguma coisa como 40 mil anos atrás, é engraçado, foi imitada dos pássaros e os primeiros gritos dados pelo macaco ancestral eram gritos de dor, de perigo, de alegria e de identidade, dizendo "eu sou eu". Isto é a política da língua. Atualmente no mundo cerca de 3 bilhões falam inglês, 200 milhões falam em português, 400 milhões falam em espanhol, o espanhol e o português vieram do galego. É evidente que o espanhol e português juntos fariam a terceira língua do mundo, do mundo, ou seja, uma alternativa ao inglês, ou seja, língua, cultura, comunicação e mercado são a mesma coisa.

Aqui é preciso dizer que quando João Saad, agente poderoso, poderoso pela importância que a Bandeirantes tem no panorama da televisão brasileira, traz a questão do espaço, do conteúdo e dos canais estrangeiros no País eu me lembro de uma citação que existe, que existe típica de cinema na qual os cinemas nacionais eles podem produzir. O que eles não podem ocupar é o espaço na mídia. Então, a questão que se trata aqui é do espaço na mídia da produção brasileira. É evidente que o País, o País ele como diz a justificativa do projeto, o País é miscigenado, o País tem um sincretismo, o País tem uma grande diversidade cultural, aliás, a Secretária de Estado Condoleezza Rice, sempre se refere aos Estados Unidos e ao Brasil como as duas grandes democracias multi-étnicas.

Agora, nós vivemos no mundo onde há uma política de blocos. Nós temos os Estados Unidos e a Inglaterra que são o bloco forte, anglófono, nós temos o Canadá e a Austrália que vem junto, nós temos a União Européia que está, já está... Se constitui há 50 anos e que nesse momento procura uma aliança estratégica com o Brasil, nós temos o Mercosul e nós temos essa grande capacidade de... Essa grande incapacidade de imitar o estrangeiro. Nós temos essa capacidade antropofágica de digerir conteúdos estrangeiros. Então, é neste jogo entre brasilidade e cidadania mundial que a gente, que a gente está pensando a questão do conteúdo brasileiro. Na verdade, hoje há necessidade do Brasil se abrir para o mundo ela é uma necessidade indiscutível, né. A questão do aquecimento global faz com que a gente trate quanto das questões brasileiras quanto das questões mundiais. É preciso também fazer uma contextualização política da política de comunicação social. Nos anos 90 houve a privatização da telefonia, da telefonia no Brasil. A partir daí houve uma disputa pelo mercado entre as companhias TELEFONICAs e a televisão aberta, se criou uma situação na qual a radiodifusão, a telefonia e a internet que são tecnologias diferentes elas disputam o mesmo mercado. A internet ela é um buraco negro que absorve as outras tecnologias como a gente está vendo a internet está absorvendo a televisão e está absorvendo tam-

bém a telefonia. Nesse sentido nós vemos que há... Digamos, assim, atribuições nacionais para cada um desses meds(F)... A televisão aberta ligada... Ligada, digamos, aos interesses brasileiros, a televisão paga há uma presença americana muito forte, na telefonia no Brasil nós temos a Espanha, na internet nós temos uma forte presença brasileira, mas mundialmente a gente tem o comando dos Estados Unidos. E a internet das grandes empresas norte-americana. E a internet representa uma revolução na distribuição de conteúdo. Há uma... Ao mesmo tempo esses... Há uma convergência desses três... Desses três meios e durante muito tempo no Brasil nós tivemos uma hegemonia da televisão aberta. Há a questão da hegemonia da televisão aberta coloca uma questão institucional da mídia, do papel da mídia na sociedade, ou seja, a mídia ela constitui a opinião pública e a opinião pública ela faz parte da própria formação do País, mas ela, a opinião pública, ela pode ser manipulada em função de interesses de empresas, das empresas de mídia. [soa a campainha]. Há nisso uma contradição.

Nós temos ao mesmo ao mesmo tempo hoje no Brasil, nós temos 100 milhões de celulares, temos 30 milhões de usuários da internet, não sei quantos estão os aparelhos de televisão, talvez, seja 50 milhões, já foram 40, seja 50 milhões, ou seja, há uma perspectiva de mudança das relações de poder a partir da evolução tecnológica. Eu acredito que ao contrário do que diz a justificativa do projeto do Senador não há neutralidade tecnológica. Chegamos agora à questão do conteúdo brasileiro. Qual é a definição dada no projeto à conteúdo brasileiro? ele é direcionado ao público brasileiro em português profissionais brasileiros e também e eventos realizados no Brasil ou com participação brasileira. E estas características me parecem que elas são independentes de uma empresa a ser majoritariamente brasileira, porque segundo essa definição uma empresa com outra composição acionária poderia fazê-lo de atender a esses requisitos. Aí nós vemos qual é a... Qual é o espírito. O espírito do projeto me parece que é o de promover a exclusividade da produção, da programação e provimento para brasileiros natos ou naturalizados como se o simples fato de ser brasileiro nato ou naturalizado pudesse garantir a defesa dos interesses nacionais. Coisas que eu tenho... Coisa que eu pessoalmente tenho minhas dúvidas.

Nós estamos vivendo um momento transnacional, a internet já... A internet dissolveu as fronteiras e neste momento a verdade, ela promove a migração de empregos, migração de empresas, ela promove também a quebra de... Quebra dos encriptamentos, quebra das barreiras, é preciso dizer também que neste momento há uma proposta de instalar a TV Digital com um sistema anticópias que impedirá o consumidor brasileiro, que impedirá o consumidor brasileiro de gravar dentro da sua própria casa o conteúdo difundido pela televisão. Eu acho que isto atenta às liberdades individuais, é uma limitação de direito.

Eu devo dizer também que o mercado publicitário, o mercado cinematográfico, a televisão paga estão destacadas no projeto e mereciam ser tratadas isonomicamente.

Em relação à mídia paga nós sabemos que ela tem uma grande importância na relação, ela disputa o mercado com a televisão aberta e o modelo de televisão por assinatura ou por satélite do Brasil ele foi distorcido, ele foi exclusivamente dedicado a classes de alto poder aquisitivo e limitado e também tem praticamente 80% do conteúdo, é um conteúdo estrangeiro. Na medida que a evolução do consumo da televisão será distinguido por classes, haverá uma especialização do público e isto é uma coisa que deve preocupar. Como nos deve preocupar também e acredito eu o papel social da televisão, sobretudo, da televisão aberta. A televisão tem uma simbiose com a publicidade. Ela vive na cadeia econômica, a televisão vive na publicidade. O que a televisão faz segundo Eugênio Bucci, a feliz formulação de Eugênio Bucci é o aluguel do olhar. Agora, esta associação com a publicidade ela privilegia os valores de consumo e a competitividade. O exemplo disso é que no Rio de Janeiro, cidade onde eu vivo há 40 anos adolescentes assaltam para ter um tênis Nike. Qual é a... Parece o sapato de mercúrio que faz voar. Qual é a qualidade que o tênis Nike acrescenta ao seu portador eu ainda não entendi. Então, eu acredito que esse binômio televisão/publicidade, cria a questão do tipo de consumo que é feito no País como o Brasil e a questão do consumo ela é uma questão fundamental. É possível que daqui há 30 anos se descubra que da mesma forma que... Os hippies tinham razão quando falavam de ecologia, se descubram que os protestos antiglobalização contra o consumo também estavam certos.

Quero dar alguns exemplos de consumo inútil que é propagado pela televisão aberta. Por exemplo, a presença da indústria de cosméticos, é a terceira indústria que mais cresce no mundo. Cosméticos são absolutamente supérfluos, é um "caô", como se diz nos morros do Rio de Janeiro. Nós vemos publicidade de rações para cães, num País onde há um programa Fome Zero, a publicidade de ração para cães a mim me ofende. Eu devo dizer que, aliás, quem compra ração para cachorro sabe que um quilo da ração equivale a cinco reais que é o preço de carne de primeira. A questão da pasteurização das manifestações culturais ela não é propiciada simplesmente pelo fato dos

Estados Unidos ser os Estados Unidos, mas sim pela forma de consumo que a civilização americana impôs ao mundo. É essa a pasteurização das manifestações culturais que é propiciada por esta forma de consumo. Na verdade a realidade do País, as questões de saúde, de educação e de segurança elas aparecem pouco na televisão. O País, por exemplo, o Brasil é o primeiro... Detém, atualmente, o honroso recorde de ser o primeiro País no mundo em lepra, que no Brasil eufemisticamente é chamada de hanseníase. Nós estamos também... Em relação a educação o analfabetismo funcional é um drama, o Senador Cristovam sabe bem do que eu estou falando, da precariedade da educação brasileira e do desmonte do Ensino Superior que atualmente é feito pelas leis de mercado, ou seja, pelo consumo.

Em relação à violência nós temos uma situação na qual 2 a 3% da população brasileira que é quem consome drogas criam uma política de violência, uma política de segurança que violenta literalmente toda a população. Nós podemos avançar pela questão da impunidade. Também, no Rio é uma cidade onde se morre muito, não só de bala perdida. De 100 assassinatos, 4 viram processos, 1 vira uma condenação e o condenado tem direito a progressão da pena de 1/6. Logo, morte não tem problema. Não dá problema.

Aliás, também, o Fórum de Julgamento Especial no Supremo Tribunal Federal também não dá problema. Saiu a estatística que de 199 processos houve três condenações. Ou seja, o País verdadeiro ele tem que aparecer na televisão. Não se trata simplesmente de garantir o carimbo de: "é brasileiro e com isto está tudo resolvido". Peço mais um minuto ao Presidente para concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Fique à vontade.

SR. GUSTAVO DAHL: Ou seja, o que o País, o que a televisão deve fazer, eu acredito, ela deve ter espaço também para a produção independente, para a produção regional brasileira, para a produção Mercosul, para a produção Ibero-Americana que nós participamos. Este é o bloco natural do Brasil, ou seja, é preciso que existam cotas que garantam o acesso da produção brasileira ao seu público. Não basta a emissora hegemônica dizer que nela 80%, 90% da produção é nacional. É preciso ver o conjunto das coisas. Há um monopólio do espaço nobre, do Prime Time, aquele horário que vai aí de 18h00 da tarde, às 22h00 da noite. Isto é feito através da verticalização da televisão, ou seja, a televisão produz os próprios programas seus que ocupa nos melhores horários. É evidente que é preciso, esta verticalização ela equivale a um oligopólio contrariando as determinações constitucionais. É preciso seguramente uma mudança de modelo e não uma manutenção do modelo. Meu temor é de que o projeto em análise ele esteja a favor de uma manutenção do modelo. Eu acredito de uma manutenção do paradigma existente que concentra, extremamente concentrador sob o argumento de que só havendo a grande concentração na produção e, sobretudo, no mercado, é que uma emissora pode ser viável economicamente. Uma desconcentração ela levaria a uma maior participação social, a um maior equilíbrio do mercado. O que caracteriza uma cultura são os seus valores. O que nós precisamos avaliar é qual é a parte da televisão na construção do País ou em sua desconstrução.

Nós, seguramente todos os brasileiros sabem que nós estamos num cruzamento histórico. É este compromisso que tem que ser garantido e estimulado pelo Estado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço. E passo a palavra ao Sr. Juliano Maurício de Carvalho, que representa aqui o Conselho Deliberativo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

SR. JULIANO MAURÍCIO DE CARVALHO: Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque na sua pessoa, os demais Senadores. Agradeço o convite e ressalto inicialmente a importância da realização dessa audiência e do debate do Requerimento do Senador Arns e da Senadora Marisa Serrano.

Eu gostaria de esclarecer, para aqueles que não conhecem, não têm acesso o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação é uma Instituição da Sociedade Civil Brasileira que reúne diversas organizações da sociedade civil, profissionais da comunicação, jornalistas, profissionais das artes, das telecomunicações, do rádio, um pull de comitês organizados pelo País e em várias entidades nacionais e regionais. E trazemos aqui uma contribuição a esse debate proposto pelo projeto de Senador Flexa Ribeiro.

Bem, vamos ao primeiro slide. Eu gostaria rapidamente, vou passar por esse primeiro slide, dizer nos últimos... Os últimos movimentos importantes no âmbito da regulação e o que é que cada período vem adensando à organização da área da Comunicação Social no Brasil. Destacaria notadamente uma redefinição dos mercados que vai se dar nesse período 80 a 90, chamaria atenção de toda a mudança do marco regulatório que ocorre a partir de 88 com a Constituição e o momento de reorganização e reestruturação do mercado que se dá notadamente 90 a 2000 e mais recentemente o que nós estamos experimentando é todo o cenário da convergência tecnológica e tudo que isso enseja e adensa a esse debate. Vamos adiante.

Três aspectos estão na agenda do debate global em relação à convergência, à regulação por conteúdo, a este cenário com o qual o projeto se debruça.

1º. A aceleração do processo de consolidação de redes, fusões e aquisições e globalização dependente ao capital e a conglomerados estrangeiros, isso, inclusive, vivenciado no Brasil;

2º. A digitalização das comunicações fundindo, extinguindo conceito, gerando novos atores, a multiplicidade de ofertas e demandas que na realidade é um pouco a espinha desse projeto;

3º. O que nós temos testemunhado nesta agenda são resistências, de um lado a regulamentação dos mecanismos já previstos na Constituição e na legislação de um modo geral e a regulação dos sistemas em mercados da comunicação.

Quando olhamos para esse cenário obviamente temos que dizer que qualquer contribuição que temos aqui, Senador, e que possamos adensar ao projeto tem que observar quais são os conceitos, e que debates nós estamos fazendo aqui. Então, nós listamos aqui alguns conceitos envolvidos nesse debate exatamente para mostrar a dicotomia de como esta agenda e como esta discussão tem ocorrido. De um lado também vou passar rapidamente por esse slide a compreensão da comunicação como direito humano, como direitos sociais, de outro as liberdades individuais que têm que estar asseguradas. De um lado assegurar a diversidade cultural e não confundi-la com a padronização de conteúdo. De um lado preservar a identidade nacional, ou seja, valorizar o processo identitário como elemento, como força motriz no País que tem numa outra contrapartida globalização dos mercados. De um lado a liberdade de expressão, de outro o direito a privacidade, a inclusão digital como mecanismo de garantia do fim da exclusão social com mais um instrumento, uma sociedade de saberes múltiplos e não necessariamente apenas uma sociedade da informação marcada por um recorte geopolítico e tecnológico e o controle estatal e não uma auto-regulamentação da área das comunicações. Essas são as premissas. Vamos adiante.

Bem, o que deve elucidar o projeto e o que deve elucidar o debate são de um lado alguns conceitos e alguns aspectos que já estão de alguma maneira consolidados na legislação do País e que deve nos orientar para pensar essa regulação por conteúdo. 1º. Os princípios e as garantias fundamentais que estão assegurados no art. 4º da Constituição. 2º. Observar os direitos e deveres individuais e coletivos e a liberdade de expressão como um direito individual. Eu chamo atenção nesse aspecto para o seguinte. Muito dos projetos, inclusive, alguns projetos que estão tramitando na Câmara, que estão tratando no mesmo assunto, há uma grande confusão entre o que é liberdade individual de expressão, de comunicação, com o que é liberdade comercial. Eu chamo atenção porque o que nós temos que assegurar e garantir, aquilo que está previsto no dispositivo constitucional que é a liberdade de expressão do indivíduo. A liberdade comercial é tratada de uma outra maneira. Se nós formos mais adiante vamos observar que nos princípios gerais da atividade econômica no art. 170 ele vai dizer que uma das finalidades no ordenamento econômico é a soberania, a função social da empresa, a livre concorrência e um pouco mais adiante, no art. 173 da Constituição ele vai dizer, especificamente no § 4º sobre o monopólio na atividade econômica. Por que eu chamo atenção a isso? Porque quando nós olhamos os quatro últimos itens desses princípios básicos, que a visão devem ser norteadores dessa discussão sobre o projeto, como nós podemos inverter essa lógica e não termos um projeto que se restrinja exclusivamente à regulação do controle acionário nacional, a aplicação de dispositivos de multas e ao ordenamento da atividade da radiodifusão? Primeiro, nós temos que desverticalizar a cadeia produtiva do audiovisual brasileiro. É difícil suceder o Gustavo Dahl, muitos dos aspectos que ele abordou aqui eu quero reiterar, ou seja, nós temos que regulamentar o § 5º do art. 220 da Constituição que trata da concentração vertical e da propriedade cruzada. Com esse mecanismo nós temos efetivamente condições de pensar não só uma alternativa à entrada da produção independente ou algo que vem sendo defendido aqui, o Gustavo Dahl falou, a ANCINE falou isto aqui na 1ª audiência, que são as cotas, muito disso estará resolvido se nós conseguirmos regulamentar a propriedade cruzada e a desverticalização da cadeia produtiva no audiovisual. Notadamente dizer o seguinte. Não dá para quem produz programa, distribui, provém conteúdo, ou seja, não há entrada obviamente de outros segmentos. Eu vou adiante. Oferta de conteúdos representativos da pluralidade da diversidade cultural e política da sociedade brasileira como princípio básico. O penúltimo. O estabelecimento do acesso público ao sistema de programação e distribuição de conteúdos. A bem da verdade é pensar no princípio de uma rede pública, ou seja, observar o espírito contido na Lei 8.977 que é a Lei do Cabo, e de alguma maneira observarmos a convergência a partir tanto da televisão e do rádio digital e imaginarmos uma infra-estrutura de acesso público aonde os... A programação e a produção independente pudesse ter o princípio da neutralidade de rede. E o último aspecto, a garantia da diversidade regional de conteúdos, estima o desenvolvimento de

arranjos locais que é o que está previsto no art. 221 da Constituição. Vamos adiante.

Bem, olhando para esses princípios, quais são os desafios regulatórios que nós temos? Assegurar a preservação da diversidade cultural e da soberania nacional, a preservação de conceitos distintos de comunicação social e interpessoal. Quero chamar atenção nisso em relação ao projeto. O projeto quando vai tratar a definição de conteúdo de comunicação, ele inclui tantos aspectos que no olhar menos atento diria que aquilo ali cabe, inclusive, correio eletrônico. Sim, porque ele não classifica aquilo de comunicação social e não faz distintamente qual é a diferenciação entre comunicação social, isso no art. 1° e comunicação interpessoal. Mais adiante. A regulação por conteúdo deve ter o foco na circulação de conteúdo e não nas plataformas digitais. O que significa que nós não estamos defendendo aqui a regulação por plataformas, por tecnologias, por serviços. O estabelecimento de mecanismo de controle público sobre os sistemas, algo que nós estamos dizendo há muito tempo, ou seja, tem vários mecanismos possíveis disso, isto não é censura, desde conselho do telespectador, observatório de mídia, a ampliação de fiscalização do Parlamento brasileiro sobre as outorgas que são emitidas e assim por diante. Barreiras ao controle estrangeiro da produção do conteúdo de comunicação social, impedimento do controle da infra-estrutura... [soa a campainha] que eu disse há pouco, que é a neutralidade garantindo o acesso público. Limites. A concentração da propriedade dos meios de comunicação, princípio da propriedade cruzada e a revisão do modelo de financiamento. No caso do modelo de financiamento, uma das idéias, uma das iniciativas é pensar o seguinte. Da mesma maneira que nós estamos pensando no Triple Play, ou seja, nós podíamos pensar num People Play, ou seja, criar um pacote de serviços para a inclusão digital para a população de baixa renda. Para isso é preciso pensar claramente nos mecanismos de financiamento que o Estado tenha para a produção audiovisual se nós quisermos entregar esse serviço para a sociedade.

E já encaminhando para o fim, contribuições ao projeto. Bem, já reiterando que ele está limitado à questão do conteúdo e a propriedade, em vários artigos ele vai tratar disso, segundo, uma sugestão de muito mais frasal, mas é importante porque muda o sentido na conjugação de "eu", pôr na frase atividade de produzir, programar e prover, então, na realidade programar e prover como atividades distintas da cadeia produtiva. Necessidade de distinção explícita entre os conceitos de comunicação social e interpessoal principalmente no § 6° do art. 1°. Não há uma definição de que aquele conteúdo onde ele trafega e de que materidade de comunicação nós estamos falando. Substituição do conceito de meio eletrônico por meios digitais, ele está mais adequado, vinculando-se aos conceitos de comunicação e comunicação interpessoal. Conflito entre normas, o projeto muito embora diga que não queira mexer e remete ao capítulo da comunicação social ele é conflitante quando ele vai dizer sobre a participação do capital. Ele diz algo, no art. 1° ou é 70% que é o que vai dizer no art. 220 que é o art. 222 da Constituição. Ele tem um conflito em relação a propriedade.

E último slide, explicitação da contribuição como serviço de telecomunicações na definição da atividade de distribuição, ou seja, o § 8° do art. 1° combinado com o 7° vai definir radiodifusão como telecomunicações, vai ser feito um ajuste no texto. O risco de extinção da figura do must-carry, dos canais abertos no cabo, ou seja, literalmente o art. 5° quando ele vai extinguir, ele vai... Quando ele faz uma referência Lei do Cabo, ele vai dizer o seguinte. O que está consagrado na lei do Cabo, ou seja, só por decisão judicial. O texto do projeto vai dizer o seguinte: "não. É livre arbítrio das TVs geradoras locais colocarem ou não os canais na figura do must-carry. Nós somos contrários a isso e achamos que isso, inclusive, pode ter implicações, como, por exemplo, o estabelecimento do DRM na radiodifusão. A omissão dos direitos do usuário receptores, isso não aparece em nenhum momento do projeto, ou seja, o tempo todo a argumentação é de que: importa discutir porque a mídia, a comunicação social gera uma produção de sentidos, em nenhum momento a perspectiva e olhar da população e do telespectador e do receptor está contido no projeto, necessidade de unificação do órgão regador para as comunicações, eu queria chamar atenção aqui que de um lado ele diz: Entrega a documentação na ANCINE, mas quem te fiscaliza é a ANATEL, ou seja, o projeto não pode ter uma natureza esquizofrênica. Nós temos que trabalhar para um órgão regador. Isso não exclui, por exemplo, que as atividades de fomento do trabalho cinematográfico estejam asseguradas na ANCINE. Penúltima sugestão. A formação de uma Comissão Mista para análise conjunta de todas as proposições existentes no Congresso. Tem três projetos tratando disso, com graus diferenciados de detalhamento na Câmara e por fim se nós queremos pensar em uma legislação mais ampla, que inclusive, pense a regulação pelo conteúdo nós não podemos fazer no afogadilho e fazermos apenas com o olhar. Nós temos que fazê-la a partir daquilo que a sociedade está dizendo como a conferência de comunicação social onde esteja presente o Parlamento, o Governo, ou seja, a sociedade de maneira tripartite e legitimar uma legislação mais ampla, uma legislação possível que trate da convergência e da diversidade cultural a

partir de uma conferência de comunicação e não necessariamente só a partir do olhar da garantia de um determinado mercado em detrimento de outros como em alguma medida o projeto do Senador Flexa Ribeiro a bordo. Agradeço ao Senador a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós que agradecemos. E passo a palavra ao Sr. Érclo Alberto Zilli, que é Presidente Executivo da Associação Nacional de Operadoras Celulares.

SR. ÉRCIO ALBERTO ZILLI: Sr. Presidente, Srª. e Srs. Senadores, bom dia. Gostaria inicialmente em nome da ACEL cumprimentar a Comissão pela iniciativa de promover essa Audiência Pública, para discutir este assunto que pelo que nós estamos vendo é de uma amplitude muito grande, com diversos aspectos que se desdobram e tornam, portanto, o trabalho dos senhores como legisladores extremamente desafiante.

Eu fiz essa apresentação ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia daqui do Senado, portanto, peço desculpas a quem esteve presente ontem pela repetição que ouvirão hoje. Mas nosso entendimento a questão objeto do Projeto de Lei em análise é muito amplo e remete a necessidade de se percorrer diversas questões, diversos aspectos de maneira a que lei resultante seja a mais abrangente possível e a mais adequada aos interesses do País. Aqui eu tenho uma lista, são 16 questões que eu coloco que vão desde a definição do que seja conteúdo, a caracterização do conteúdo nacional, a questão da proteção ao conteúdo nacional, se há necessidade ou não de proteger o conteúdo nacional e se houver quais seriam as formas adequadas e eficientes, e produtor de conteúdo, produtor de conteúdo precisa ou não de proteção, há ou não distinção entre produtor de conteúdo nacional e produtor nacional de conteúdo. Próximo, por favor. Mais a frente o que é comunicação social e o que é o meio de comunicação social, o que entendemos por programação e por distribuição de conteúdo, o que são telecomunicações, serviços de telecomunicações e prestador de serviços de telecomunicações e como isso interage com a questão de meio de comunicação social. A discussão que permeia tudo isso que é capital nacional, capital estrangeiro, deve haver algum tipo de barreira ou não. E finalmente quais devem ser, ou quais deveriam ser os objetivos, o foco do marco legal que estamos construindo, quais seriam as suas características desejáveis e se precisamos ou não em atualizar o marco legal em vigor.

Não vou, evidentemente, abordar todos esses aspectos porque isso demandaria muito tempo. Mas vou ficar em alguns deles, por exemplo, na questão de conteúdo. Qual é a definição de conteúdo que nos interessa? Eu pesquisei nos quatro Projetos de Lei que tramitam no Congresso, desde aqui no Senado e os outros três na Câmara, o que eles pretendem como conteúdo. Então, vemos, por exemplo, no PLS 280, a definição de conteúdo uma coisa muito abrangente, sinais, sons, imagens, textos interativos ou não de forma conjunta, continua ou sob demanda, independentemente das tecnologias ou suportes utilizados para sua produção, programação e provimento ou distribuição. O projeto 332 da Câmara não fala em conteúdo pura e simplesmente, mas fala em conteúdo eletrônico. Também uma definição bastante ampla. É toda a informação ou dado veiculado por qualquer meio eletrônico. O projeto 209 é parecido na definição com o conteúdo do PLS 280, conjunto de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons, informações de qualquer natureza contendo material de natureza informativo, educativo e de entretenimento. Próximo, por favor. E o projeto 070 define conteúdo, também de forma ampla, textos, fotografias, sons, imagens, desenhos, etc e etc. Para nós de empresas de comunicação, de telecomunicação, tudo isso aí é bit, né. Interessa o que bit quando ele for decodificado, reagrupado, tal, vai significar ser som, ser imagem, ser texto, tudo é bit, trafega na rede como bit. Então, quando pretende regular conteúdos nós achamos que seria muito importante definir primeiro o que entendemos regular. Se é qualquer conteúdo independentemente do uso ou da aplicação desse conteúdo ou se estamos falando apenas daquele conteúdo que vai ser objeto de exploração comercial. Isso é importante porque no nosso entendimento tornaria a discussão mais objetiva. Entendemos que muita discussão se coloca quando se fala em aspectos morais, aspectos de identidade cultural, etc. Mas aparentemente quando se lê o teor dos Projetos de Lei o que está se falando é de... Não é disso, está se falando muito de exploração comercial de conteúdo. Então, isso ajudaria no nosso entendimento a focar um pouco a discussão. Outro ponto que eu gostaria de trazer uma reflexão é a questão da proteção ao conteúdo nacional. Admitindo a necessidade, a conveniência de proteger o conteúdo nacional, como isso poderia ser feito? Eu entendo que seria uma combinação de três vertentes. A primeira delas seria a criação de um ambiente favorável para que quem disponha ou de talento, ou de capacidade técnica, ou de vontade, ou de recursos financeiros, ou uma combinação dessas coisas, tenha estímulo a investir na produção de conteúdo nacional. Só isso evidentemente não basta, é preciso assegurar que quem produz conteúdo nacional disponha de alternativas de canais de distribuição, meios de fazer o conteúdo que produziu chegue ao destinatário. E na outra ponta, assegurar ao destinatário, ao usuário, ou

ao consumidor que tenha liberdade de escolha do conteúdo. Não pode ser obrigado a ver o que um terceiro pretende limpou, entendemos que a combinação disso produziria um ambiente propício ao desenvolvimento de conteúdo no Brasil.

Evidentemente que a proteção ao conteúdo ela implica também alguns riscos que precisam ser evitados. Um deles é se confundir a proteção do conteúdo nacional com proteção ao produtor de conteúdo, essas duas coisas não são iguais. Precisamos de natureza nisso. E outro risco é a proteção conteúdo resulte numa distribuição forçada de conteúdo que as pessoas não queiram consumir, pouca ou nenhuma aceitação. Isso precisa ser evitado. Próxima.

Entendemos também que essa discussão que estamos tendo agora deve levar em conta a realidade que vivemos que em decorrência da evolução da tecnologia não é mais a mesma que o marco legal em vigor foi construído. Era um marco, vamos dizer, a tecnologia analógica em que as plataformas tinham que ser adequadas as aplicações, enfim, hoje como nós estamos falando que todo o conteúdo é bit, tudo é diferente. E a tecnologia permite o que hoje? Facilidade e custos decrescentes para produzir e armazenar conteúdo em diferentes mídias. Também permite facilidade e custos decrescentes para disseminar conteúdos. E facilidades e custos decrescentes para procurar buscar conteúdos onde quer que eles estejam disponíveis. A combinação das telecomunicações, da internet, dessas ferramentas mudou o mundo. De certa forma nesse ambiente o usuário, consumidor de conteúdo, não é mais um mero consumidor passivo, ele pode decidir o que quer ver, o que quer ouvir e também o que ele quer que outros vejam, outros ouçam que ele tem condição de compartilhar o conteúdo. Este cenário é que nós deveríamos considerar na discussão do marco legal para o futuro. Próxima, por favor.

Temos que considerar também que a convergência, isso já é realidade para o usuário. No mesmo dispositivo, num telefone celular, por exemplo, já é possível hoje os usuários disporem tanto de informação estática, consultas, notícias, etc, como comunicação, voz, e-mail, imagens, né, como entretenimento, como serviços interativos. Tudo isso é possível hoje. Nós estamos falando de um meio de comunicação que está disponível hoje para mais de 105 milhões de usuários. E continua crescendo porque as pessoas percebem que esse serviço adiciona valor a sua vida, a sua maneira de trabalhar, de se divertir, enfim, isso é extremamente importante, precisa no nosso entendimento ser considerado como uma mídia, um canal de distribuição de conteúdo relevante. Nesse sentido, até entendo que para o futuro, e agora que deve ser renovada a composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso, talvez, fosse o caso de se incluir na composição do Conselho representantes das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações porque eles constituem hoje um meio, um canal de distribuição relevante.

Evidentemente, nós estamos fazendo uma lei que pretendemos que tenha uma duração, a mais longa possível no cenário que vai ser completamente diferente daquele que vivemos hoje. Nossa visão do cenário, aí eu digo, o cenário que a tecnologia permite no mundo todo, banda larga pessoal, pessoal, quer dizer, as pessoas terem dispositivos de banda larga, que consigam levar para onde se deslocarem. As pessoas vão querer ter acesso à internet onde estiverem porque o mundo todo vai estar usando essa tecnologia IP em qualquer lugar, a qualquer momento. Para isso a necessidade que uma rede de suporte para prestação desse serviço seja uma rede de alta capacidade, de longo alcance, de alta taxa de disponibilidade e sem restrições, ou seja, haverá necessidade de muito investimento para que isso esteja disponível e possa ser utilizado pelas pessoas e pelas empresas. Evidentemente esse ambiente nós teremos... Chamamos aí de conectividade universal, vai mudar profundamente a forma como as pessoas e as empresas realizarão suas transações. As pessoas nas suas comunicações e as empresas nos seus executivos na direção dos seus negócios. Nesse ambiente os players de oferta de conteúdo e aí eu falo de conteúdo de uma maneira ampla e não só o conteúdo com característica cultural, mas todo o tipo de conteúdo, terá um papel extremamente importante. E evidentemente nesse cenário o tráfego de vozes, as pessoas vão continuar falando, mas isso não será o principal tráfego dentro da rede. Temos que ter presente que o futuro, os consumidores do futuro que são as crianças, os jovens de hoje, certamente, e essas pessoas hoje elas praticamente nascem de frente com um computador com banda larga e etc, elas vão demandar isso pessoalmente... Quer dizer, nos seus laptops, nos seus dispositivos portáteis. Então, esse é o cenário que vai, vamos dizer, direcionar a evolução dos serviços no mundo. Isso significa o quê? Que os modelos de negócios de todos os players de hoje vão ser completamente diferentes, vão ter que ser redesenhados porque os usuários vão querer cada vez mais ter conteúdo nos seus telefones celulares, dos seus iPods, dos seus MP3, players, e qualquer outros terminais que vão surgir ainda que nós ainda nem sabemos quais são, e também as ferramentas de busca de conteúdo serão muito mais poderosas do que hoje. O Google, essas ferramentas vão permitir que

as pessoas busquem cada vez mais o conteúdo que desejam ver.

Portanto, os atores do mercado e aí vale, isso vale para as prestadoras de serviço de telecomunicações, provedores de internet, radiodifusão, etc, tudo vai ter que reinventar o seu negócio para se adaptar, se adequar a esse novo... A esse novo ambiente. Por favor, próximo.

Então, o que nós entendemos que seria necessário que o novo marco legal proporcionasse? Assegurar que essas novas possibilidades que a tecnologia abre possam se traduzir em benefícios efetivos para a sociedade. Assegurar liberdade para a produção, distribuição e consumo de conteúdo. Assegurar que o usuário, o consumidor do conteúdo seja o foco e não o contrário. Assegurar liberdade de expressão e para isso é necessário assegurar canais de distribuição apropriados para que haja efetivamente liberdade de expressão, assegurar fontes independentes de informação e possibilitar que as pessoas acessem essas fontes de informação, não basta uma sem a outra. Próximo, por favor.

Fundamentalmente é necessário proporcionar condições favoráveis a que os atores privados desenvolvam modelos de negócios sustentáveis nesse novo cenário, mediante parcerias dos diversos tipos de empresas. Certamente há muita complementaridade. Isso precisa ser viabilizado. Entendemos também que o Estado deva atuar apenas de forma suplementar para suprir eventuais deficiências. O Estado não deve ser o principal player desse cenário. E a regulação deve se dar apenas naquilo que for essencial para que abuso de posição dominante, para impedir abuso de posição dominante, isso significa apenas regular meios escassos como, por exemplo, é o espectro de rádio freqüência. Não há necessidade de regulação onde não há esse tipo de restrição. Isso significa um acesso que não seja restrito por natureza, não precisa de ter tanta regulação. O que é preciso evitar nesse novo cenário? No nosso entendimento é preciso evitar barreiras artificiais ao ingresso de novos atores, em qualquer ponto da cadeia de valor. É preciso também evitar as simetrias regulatórias com base, seja na origem do capital, seja na tecnologia utilizada. Isso acaba resultando em... Em redução do ritmo de evolução do setor, ou seja, em última análise acaba prejudicando a sociedade.

É necessário também no nosso entendimento evitar a criação de espaços para arbitragens regulatórias. E evitar também uma intervenção excessiva do Estado no setor. Próximo, por favor.

Entendemos, também que o marco legal específico não precisa cobrir todos os aspectos entrelaçados com ele porque ele se insere num ambiente mais amplo que existem outras leis, proteção à ordem econômica, defesa a concorrência, sobre a questão da defesa da honra, da cidadania, proteção criança e adolescente, existe o Código Penal e existe um conjunto de disposições constitucionais que a própria Constituição entende como pétrea que esses precisam ser respeitados, mas eventualmente pode haver necessidade de atualização de alguma outra disposição que não seja pétrea. Era isso que eu tinha a dizer como reflexão para esta Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e vamos iniciar o debate passando a palavra inicialmente ao Senador Sérgio Zambiasi que foi um dos autores... Não, que é um homem do ramo...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sou um curioso. [risos] Sou um apaixonado pelo assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E que tem muito a nos colocar. Apaixonado e participante. Senador, por favor.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente Cristovam Buarque, mais uma vez cumprimentar a todos os convidados que aí estão presentes e dizer que a cada Audiência Pública desta a gente se surpreende com o grau de informação que a gente recolhe e com o grau de desinformação que se tem sobre esse processo também. É uma coisa muito impressionante a evolução tecnológica a qual nós temos acesso e ao mesmo tempo como é difícil a gente concentrar um grau mínimo de formação para ter o discernimento necessário para fazer essas discussões. Eu estava ouvindo o Dr. João e lembrando todo o processo de evolução do sistema do rádio, da comunicação, Senador Cristovam, e... E refletindo um pouquinho sobre realmente a importância dos meios de comunicação em todos os sentidos, inclusive, da preservação da própria língua nacional. É verdade. Mas também como... Não sei quem foi que comentou aqui o que significa o veículo de comunicação até numa... Um meio de comunicação, uma rádio, uma televisão, até numa guerra, como é capaz de transmitir mensagens e melhorar ou não o ânimo de uma determinada população. Acho que foi o Dr. Antônio que deve ter comentado, alguém citou esse processo.

Então, cada um aqui trouxe uma proposta, achei muito interessante. O Dr. João cita o modelo canadense que, talvez, seja o mais apropriado pela forma democrática com que foi estabelecido. O Dr. Antônio citou algo que começa a ser discutido aqui também que é a questão da regulamentação da Lei Geral de Comunicação de massa, os princípios do art. 221 da Constituição Federal que determina que a produção e programação

das emissoras de rádio e televisão dêem preferência à finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, promovam a cultura nacional, regional e regionalizem as produções culturais e artísticas. Nós estamos por inspiração do nosso Presidente, começando a discutir esse processo. E há um grupo de trabalho do Governo que foi constituído para isto em 26 de abril de 2005. Eu estou começando a imaginar que acho que está na hora de chamar esse grupo de trabalho para cá. Nós vamos ter que ouvi-los. Porque sem ouvir esse grupo de trabalho, talvez, tudo que nós estávamos fazendo aqui, os projetos que estão na Câmara, esses que estão aqui, não... Estarão desatualizados. Imagino que seja importante a possibilidade de termos aqui estes representantes do Executivo e de setores que devem ter sido convidados, não sabemos, sabemos exatamente da criação do grupo e que está em elaboração pelo Executivo, no âmbito do Poder Executivo exatamente a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal. Então, levanta aqui essa questão que me parece, assim, muito importante. O Eduardo pede uma internet livre, mas ao mesmo tempo eu ouvi o Juliano dizer. E a proteção dos direitos humanos e do cidadão como é que fica? [risos]. Então, é bom, nós termos que sair daqui com muitas dúvidas. Então, o Dr. Gustavo, uma delícia ouvi-lo realmente. [risos]. Eu não sei se as mulheres concordaram com os conceitos de cosméticos. [risos]. E nós homens também. Não sei se dá para colocar o cosmético como supérfluo hoje e nem a comida para cachorro. [risos]. Tem o pessoal que gosta dos animais e às vezes faz um sacrifício enorme para comprar um quilo de ração boa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sou cachorreiro.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E eu também. [risos]. E por último, né, também o Dr. Ércio, que nos alerta para uma série de fatores que nós temos que agregar. Isso sem considerar os três projetos que estão na Câmara. E que estão sendo examinados também com o cuidado necessário. E a conclusão, obviamente que ao final do projeto... Eu imagino que ao final nós vamos imaginar um apensamento de projetos realmente constituirmos um grupo de trabalho que possa discutir todas essas propostas com base nessa questão do marco regulatório que deverá vir, que deverá vir e que está em mãos do Executivo e que deverá apresentar logo aqui na frente. Então, eu acho que nós não podemos precipitar. Claro que temos que ter o ritmo necessário de análise, mas não podemos precipitar. Porque no final das contas deverá sair aquele projeto que desagrade o menos possível todos os setores interessados. Porque eu acho que ao final deverá ser exatamente isso. É muito difícil contemplar todos os setores. Me pareceu ouvindo aqui seis profissionais, Presidente Cristovam, que não há como chegar ao final atendendo exatamente a todos os setores como se espera. Mas esse debate é riquíssimo. Ele consegue estender, inclusive, até pela transmissão da TV Senado que me parece que utiliza-se do famoso must-carry, nós fomos buscar a tradução, utiliza-se muitos termos técnicos, players, o Senador Azeredo me perguntou, must-carry o que é que é? E eu na minha santa ignorância, digo: presumo que seja a carona que as TVs a cabo dão para, por exemplo, a TV Senado. Não sei se é exatamente isso.

SR. JOÃO SAAD: A TV Senado ela é obrigada a transmitir. E o must-carry, a televisão paga, tem a obrigação de convidar. E a TV aberta pode ou não entregar o seu sinal. Essa é a definição do must-carry. Quer dizer, ele tem que convidar para ser carregado, é o caso das geradoras locais.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O espaço da TV comunitária, por exemplo, uma TV local comunitária.

SR. JOÃO SAAD: Comunitária já começa a discussão aí. [risos]. Começamos aquela... Voltamos a aquele papo. Desculpa interromper.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Não. Eu acho que é exatamente isso. Eu queria, ao invés de estabelecer aqui uma série de perguntas que possam ficar sem respostas, estabelecer uma relação de diálogo entre os... Entre a Mesa com todos nós para que a gente possa até conceituar, contextualizar e até contestar, digamos assim, alguns conceitos que são trazidos aqui e vêm prontos de acordo obviamente com o segmento. Quer dizer, como comentei, de um lado nós temos aqui a internet pedindo para ser livre, é seu direito, de outro lado me chamou atenção, exatamente, conceito de... Esse conceito das liberdades e ao mesmo tempo proteção do cidadão, fico imaginando, como é que nós vamos cuidar, o [ininteligível] está se especializando na internet, né. Talvez ele tenha uma opinião sobre como procedermos numa situação como esta. E, enfim, nós estamos discutindo agora mesmo a questão da... Da auto-censura, digamos assim, que está sendo... [soa a campainha] estabelecida pelas programações de televisão, não é, que nós... Começou a experiência da classificação, auto classificação, auto-censura, não sei nem como é que os veículos estão recebendo e como estão procurando adaptar-se a este processo. Então, se de um lado tem essa exigência da autocensura, da autoclassificação, da classificação, de outro lado novos veículos acabam de alguma maneira buscando a maior liberdade possível. Então, eu me enriqueci de dúvidas hoje aqui nesse debate todo. Por esta razão eu já quero deixar aqui com o nosso Secretário Júlio,

um pedido para que nós tenhamos uma audiência com esse grupo de trabalho do Governo que trata da lei geral de comunicação de massa que, talvez, seja a base de todo um processo revolucionário na... [riso].

A informação que tem, é que apesar de ser criado em 2005, em abril de 2005, o Decreto foi revogado em janeiro de 2006, Casa Civil, Ministério da Cultura, Comunicações, Fazenda, Justiça, Indústria e Comércio, Educação, Relações Interiores, Tecnologia, Planejamento, Relações Institucionais da Presidência, Secretaria Geral da Presidência, Secretaria Geral da União, parece que não houve nenhuma reunião do grupo. Então... [risos]. Pouco adiantaria chamar o grupo. Mas nós precisamos saber se está... O Governo vai ter que nos informar, fazer um pedido de informação se realmente está em gestação esse projeto da lei geral de comunicação de massa. É uma questão que também vai nos ajudar bastante a discutir uma... A discutir todos os temas. Eu não vou fazer perguntas. Eu quero apenas traduzir mais ou menos, assim, o que se pôde captar da visão de cada convidado que aqui esteve, já houve uma 1ª reunião onde nós tivemos várias... Várias opções, contribuições, sugestões também de aperfeiçoamento do projeto, mas na medida que nós temos mais três projetos andando na Câmara, a sugestão do grupo de trabalho para analisarmos isso aí com o cuidado necessário, Senador Cristovam, talvez, seja, assim, muito interessante, acho que a gente deveria pensar nessa possibilidade, Senador. Queria deixar basicamente essa opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço a participação do Senador Zambiasi e eu vou passar a palavra a outros Senadores e depois os senhores poderão responder em bloco. Senador Paulo Duque.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas você primeiro. Você é um pouco mais idade do que eu, então, tem prevalência.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente Cristovam Buarque, eu me filio a aquela grande massa de admiradores de V.Exª pelo trabalho que tem feito em prol da educação, trabalho sério e até me dei ao luxo de ir ao Hotel Glória certa ocasião só para ouvir os ensinamentos de V.Exª. Logo, tenho grandes afinidades com o seu desempenho, sobretudo, aqui no Senado, com essas audiências públicas, em que nos dá ensejo de falarmos e sermos ouvidos também. E para não me alongar muito e o Senador Francisco de Assis de Moraes aqui ao meu lado é que deveria até falar primeiro do que eu. Eu só vou fazer uma afirmativa, uma pergunta, dar uma opinião. Só uma.

Imagine que há pouco tempo, uma semana ou duas, uma antiga Deputada, política, um nome nacional, bem-educada, de boa formação, de boa instrução, viajada, deu uma declaração pública que todos os jornais, acho que do Brasil, publicaram, todos, pelo choque é que aquilo provocou na opinião pública. Eu me refiro aquelas reclamações com a permanência do povo sobre o Tráfego Aéreo, as dificuldades de viajar, as greves e que ela deu um conselho ao Brasil inteiro, talvez ao mundo inteiro, não sei, ora, ora, o conselho que ela teria dado. "relaxe e goze". Isso, eu sou de uma geração, acho que eu devo ser o mais velho daqui, que não estou acostumado com isso. Deveria até estar, mas não estou ainda dentro desse ambiente de conformismo. Como autoridade pública, meu maior respeito, que não conheço pessoalmente, dá esse conselho, e todos os jornais, todos os jornais, todos os jornais, toda a televisão, toda a rádio, todo mundo, achou aquilo muito bonito, deve ter achado. E publicou isto. Então, como estamos falando aqui com a maior franqueza, com a maior sabedoria, só vejo pessoas sérias nessa Mesa, sérias, eu estou falando isso não como desabafo, meu caro Zambiasi, não como desabafo, mas não deveria haver um mecanismo qualquer capaz de conter um tipo de declaração dessa que valeu para o Brasil inteiro? Essa é a pergunta que eu faço. Ou seria considerado isso... Ah, mas isso é uma censura da imprensa, cada qual é livre, pode dizer o que quiser, pode exibir filmes pornográficos, de tarde, de manhã, de noite, como se tem visto aí, coisas que eram consideradas inadmissíveis há 20 anos, talvez, há 30 anos, talvez. São problemas que eu não vi, ainda serem encarados com a seriedade que merecem. Esse tipo de coisa. Esse tipo de coisa que eu não sei, por exemplo, se no projeto no ilustre Senador, uma ilustre figura, Zambiasi, se está previsto. Era só a minha pequena intervenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Zambiasi...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Está dirigida para mim a pergunta, vou fazer a resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bom.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Depois eu deixo a vontade aqui. Primeiro, eu não sou autor do projeto, o Senador Cristovam me designou Relator...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E realmente o projeto não prevê censura à liberdade de expressão, e segundo eu respeito muito a posição do Senador Duque, porém, acho que hoje as expressões, uma expressão como esta que ele acabou de citar, ela não produz nenhum tipo de choque, aliás, a comuni-

cação ela reflete, né, o cotidiano, é uma expressão usada cotidianamente e não vejo nenhuma razão para censurar, digamos uma expressão dessa, ainda mais sendo pronunciada por uma autoridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Professor Senador, palestrantes, eu não sei não, diante o Senador Cristovam Buarque, eu ia buscar, uma pessoa, eu li, não entendi, aí vendo a comunicação eu compreendi. Shakespeare, ele diz lá: "não tem bem nem mal". Não tem bem nem mal? Eu fiz catecismo, tem bem, mal, o bem vai para o céu, o mal vai para o inferno. Aí eu li, não tem bem, nem mal. O que vale é a interpretação. Aí eu fui, cirurgião, é deve ser, usando um bisturi aqui para operar é um bem, se eu meter na barriga de um é um mal. É na comunicação. Hoje eu não sei se é um bem ou se é um mal. É aí que está. E fala-se de nós, está certo, privilégio, não sei o que, STF. Pelo contrário, eu acho que isso aí, você vê, eu acho que tira direito da gente, porque qualquer cidadão comum ele é julgado pelo Juiz lá na sua cidade, recorre ao Tribunal do Estado, recorre ao STJ e tem direito inconstitucional a recorrer o STF. E eu pergunto o seguinte, eu vi Justiça do Trabalho ao longo da vida, Justiça Especial Militar, pequenas causas, essa que acusa, que é um privilégio que se tem aí, não sei o que, e eu não vejo para comunicação. Eu não vejo. Bem ou mal eu não sei se fazem, porque fazem muito mal. Tem que ter ética o Senador? Tem que ter vergonha na cara, eu aprendi do meu pai era assim, tem que ter vergonha na cara, apanhei de cinturão, Duque, foi muito, foi bom. Aliás, está na Bíblia, né... Mas o mal que ela faz e a ética. Eu não vejo ninguém exigindo a ética de quem faz comunicação. Tem gente boa? Tem gente boa. No Senado? Tem. Muito mais.

Nós representamos, eu acho, o melhor Senado da história da República. Tem casos? Tem. Ora, se Cristo andou ali, escolheu, dele era 12 só, teve complicação, aqui 81 tem que ter. Mas a gente busca, a gente é julgado pelo povo. Agora, eu pergunto aos senhores se ainda está valendo o ícone da comunicação. Meu não é. Mas do mundo. O meu é: de verdade em verdade eu voz digo. Vocês só têm valor para mim se buscarem a verdade. Eu sei que tem poderosos, tem milionários, tem ricos, tem bandidos, tem todo o jeito. Mas de verdade em verdade eu voz digo. Tudo isso só vale se buscar a verdade. Eu pergunto se ainda está valendo porque eu sou médico, tenho negócio de psicologia, neurolinguística, é um modelo. Aquele ícone da comunicação que disse: "uma mentira repetida se torna verdade". Como a gente cercear isso. E eu quero dizer que eu vivi esse mundo, mas eu acho que tem que ter autoridade. Peço autoridade. E eu louvo, aqui, eu vivi muitos períodos, de Vargas, depois, democracia, vivi os Militares e convivi com Castello Branco, convivi com Ernesto Geisel e João Figueiredo. O resto eu não conheço. Então, eu não posso... Figueiredo eu tomei até uns dois porres com ele, é gente boa de verdade. O Governador na época, o doutor... Não bebia de jeito... Ele foi Senador, austero, irmão de Petrônio, então, ele foi duas vezes inaugurar e botava uns, eu era muito jovem, ficava bebendo com ele, mas é uma figura que eu vi muitas virtudes nele. E Geisel, por que é que eu estou trazendo isso? Porque eu vi. Eu acho que está faltando autoridade. O exemplo arrasta. Palavras que a gente vê muito, discurso a toda hora. Padre Antônio Vieira que diz isso. Não sou eu, Cristovam. Palavra sem exemplo é um tiro de bala. Eu ouvi.

Flávio Cavalcanti, todos vocês conheceram. Programa. Eu assisti. Por isso que eu estou louvando Ernesto Geisel, mas eu o conheci, era do Piauí, político, um homem de moral. Aí apareceu uma cena. Ele era o maior ibope, né. Pernambuco, Cristovam Buarque, apareceu, levou e dá público mesmo essas coisas. Mas eu fiquei chocado, era bem jovem, muito jovem, e aquilo entra em todo mundo, ele levou um casal, um casal que o homem não... Naquele tempo eu acho que a medicina não tinha esses conselhos, esses remédios, ele não tinha potência sexual. Então, ele levou o casal e como resolver? Não tinha esse negócio de Viagra naquele tempo. Então, ele dizia que contratava o vizinho para cobrir a mulher. O Presidente Geisel estava assistindo. Mandou suspender com a sua autoridade moral que deve ser imitada o Flávio Cavalcanti, um poderoso homem da Globo. E eu vi recentemente, não gravei aonde, mas vi, eu assisti. Não sei nem que... Eu vi, não sei nem qual o canal, tal constrangimento... Era um desses, agora, estava sentado, era um que era casado com o filho e dormia entre a mãe e a filha e satisfazia sexualmente. Eu vi. E aí? Aonde... Eu acho que a civilização tem que caminhar para o sonho do nosso Cristovam Buarque, a educação. Esses princípios... [soa a campainha]. Esses princípios que destroem tudo, esse Senado, esse Senado escolheu em 183 anos, esse sim era melhor do que nós hoje, Rui Barbosa que disse: "A pátria é a família amplificada". Destrói a família. Eu vi, passou aí, passou. Eu que vi. Era um programa desses aí, eu não sei, também, eu não vou, constrangido, mas vi e demorou. E ele demorou. E ficou no meio e a sogra, não sei o que, era com dois e mostrando a cena. Essa é a comunicação. E vai enterrar a educação que o Prof. Cristovam Buarque soma. Então, são essas a minha meditação e eu sei que tem, eu acho que deva ter.

Eu assisti também nos Estados Unidos e aqui só vale se cada um contar sua história, for o pai da pátria e me chamou atenção. Eu vi um jornal, Cristovam, e me chamou a atenção. Um jornal disse uma mentira. Uma. E o diretor... E aquele jornal faliu porque ninguém comprou. Mas uma só mentira. Eu vi, eu acompanhei. Estava na região e o diretor com os seus princípios, cristãos, se apresenta e diz: "Não. Nós vamos averiguar - uma jornalista mulher - mas vai ser punida, eu vou frechar". Isso nós temos que ir nesse rumo ou então aquilo, eu fico com Shakespeare. "Eu não sei se tem bem ou mal. Se os senhores, esse progresso nos trouxe bem ou mal destruindo os princípios fundamentais da família. Então, essa observação e eu acredito muito nessa obstinação do Prof. Cristovam Buarque. E eu acho que pode morrer tudo, mas se acabar a esperança estamos mortos. E eu estou entristecido quando eu vi uma pesquisa que o Presidente da República está mais alto do que quando ele anda no Aero-Lula. Mas o essencial é invisível aos olhos, Prof. Cristovam. Eu fui ver a pesquisa e a pesquisa diz: nunca teve tanta corrupção. E a violência, "*pares cum paribus facillime congregantur*", violência traz, Cícero disse isso uma vez. Então, a violência, Prof. Cristovam e senhores, o povo brasileiro não tem esperança que diminua. Então, eu acho que a comunicação só tem sua razão se for para levar a verdade e não enterrar a esperança do nosso Brasil. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, agradeço ao Senador Mão Santa e passo a palavra ao último orador inscrito, ao Senador Azeredo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Só para sintetizar. Eu acho que está na hora de nós termos uma justiça para comunicação. Não tem para pequena causa, Justiça do Trabalho, para o trabalhador, não tem dos Militares, não têm um órgão que diz que até absolve para julgar os políticos. Tem que ter porque são muitos os pecados.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero também dizer da importância dessa audiência, podemos conhecer muita coisa aqui, evidente que esse Senado composto de 81 Senadores e tem pessoas muito experientes aqui, são ex-Ministros, nós temos mais de 20 ex-Governadores como V.Ex.ª, como eu próprio, como o próprio Senador Mão Santa, mas nós não podemos saber de tudo. Então, evidente que para isso que existe consultoria, para isso que existe Assessoria e nós temos que nos informar sobre os assuntos. O objetivo maior do Senador Flexa Ribeiro meu colega de partido está aqui claro, objetivo de preservar, fortalecer e promover a cultura brasileira feita por brasileiros. Assim que eu estou entendendo que é o projeto. Não tem nenhum objetivo de censura, não tem nenhum objetivo que seja mais complexo, digamos assim. Acho até que polêmico esse projeto é, acho até mais polêmico do que aquele meu projeto de crimes de informática que o Parajo fica brigado com ele, eu acho que é mais polêmico esse do que o outro, do crime de informática, hoje está mais claro do que é que é, do que se objetiva. Então, evidentemente que nós temos que ter algumas informações adicionais para poder levar esse projeto até a sua aprovação final.

Mas eu queria colocar aqui algumas coisinhas, uns pontos, alguns, até são mais informação só, não tem nem muito a ver com o projeto. É que quando se fala muito nessa questão de número real, número de pessoas com internet... com celular, nós já passamos de 100 milhões. Mas tem alguma estatística que diz quantas são as pessoas que realmente estão usando, porque esse é número de linhas. Mas tem linha desativada, tem linha em duplicidade, não sei se isso existe, baixaria para 80 milhões, para 90, para 70, alguma coisa desse tipo. Se tem alguma informação sobre isso. E a questão do sistema de antenas, se nós vamos continuar com essa proliferação de antenas aí ou se existe alguma tecnologia em vista que vá diminuir essa quantidade de antenas necessárias. Ao João Saad e ao Achilis, que são os dois da área de televisão, eu quero primeiro dizer da minha satisfação de revê-los. O Achilis eu conheço desde a época em que eu fui Prefeito de Belo Horizonte, antes ainda, ou antes, né, desde a época da PRODEMGE, da época da empresa de informática de Minas, o João Saad, eu fico sempre lembrando muito do Dr. João, eu conheci muito, tinha muita admiração por ele. Eu queria só opinião rápida sobre a questão de classificação de programas? Como é que é a opinião dos dois especificamente sobre essa questão? Evidente o que o Senador Mão Santa nos traz aqui com a sua eloqüência, é uma questão que em determinados momentos preocupa sim. Essa questão de achar que nós não temos... Ah, não tem que ter regra nenhuma, como o próprio caso da internet. Não é assim. Eu acho que o bom internauta ele, na verdade, ele quer regra sim, ele quer ser protegido. Há pouco tempo eu fui na França e cheguei as onze horas e 05 minutos no restaurante. Falou: não. Aqui é até onze horas. "Passou de onze não tem mais comida não. Você tem que só beber água, vinho se quiser, comida não tem".

Então, regra existe, no mundo lá afora tudo. A regra é essa, restaurante só funciona até onze horas. Essa coisa nossa boa aqui de até de madrugada, quatro horas da manhã, não tem. Então, existência de

regras mesmo em países mais avançados ela é normal. Outro dia eu estava assistindo essa questão, está se banalizando um pouco as expressões no Brasil, existe um pouco isso, mas acho que é a questão da realidade moderna mesmo. Hoje essas... Os jornais, por exemplo, de interior, cidades menores, só usam notícias dos grandes jornais, então, até aumenta as responsabilidades das agências porque se as agências for uma notícia errada, essa notícia se multiplica, por questão de economia até os jornais às vezes não têm, os próprios jornalistas não vão atrás da verificação da notícia e a rapidez da informação também acaba causando isso. Outro dia eu vi num desses jornais eletrônicos tinha lá assim: trem atropela bêbado. Será que foi aqui em Brasília? Na hora que eu fui ver foi na Rússia. A velocidade da informação, isso no passado não ia chegar aqui, ia demorar uma semana para chegar uma notícia pequenininha do jornal, estava ali no jornal eletrônico. Então, essa questão da rapidez eu acho que é a justificativa maior de muitas coisas que acontecem. Mas como é que a gente pode enfrentar isso de alguma maneira? Ontem eu, inclusive, estava aqui, eu me assustei quando eu estava falando do negócio do cinema brasileiro, que o cinema brasileiro está melhorando de qualidade, mas que no passado tinha porno-chanchada, depois um outro em brincadeira falou para mim assim: "Você não gosta de porno-chanchada?" Então, as coisas vão ficando, tão comuns no Brasil hoje que realmente a gente não se espanta com mais nada, diria assim. Então, nada de censura, evidente que não. Mas a classificação, talvez, seja, interessante, foi bom estar falando que chegou o autor do projeto aí que é o Senador Flexa Ribeiro, então, viu, Flexa, guardei o tempo para você poder falar.

Então, basicamente isso, eu queria só um pouquinho essa questão da classificação e essas informações mais técnicas ou estatísticas sobre área de telefonia celular.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa, em primeiro lugar queremos todos agradecer que essa Mesa e essa possibilidade exista graças ao senhor que sugeriu essa audiência. Foi extremamente positiva até aqui, todos já perguntaram e eu ia começar a colocar algumas considerações e perguntas, mas eu acho que o senhor tem todo o direito de falar antes de mim e antes de passar para eles.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria muito de ouvir as ponderações do meu Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu vou colocar como se o senhor não tivesse chegado e podemos até fazer o seguinte, passamos para ele e o senhor fala por último, se preferir. Está bem? E se de sua fala houver necessidade de mais resposta a gente dá mais um tempo.

Eu quero dizer para todos nós, que quando surgiu, e o Senador Zambiasi levantou o desconhecimento nosso, meu também, do must-carry, eu quero dizer que é mais grave do que as palavras, na verdade a gente não está entendendo quase nada de todo esse avanço técnico que está ocorrendo e das conseqüências dele. Eu estava conversando esses dias com o Senador Sarney e não pedi licença a ele para dizer isso, mas creio que não há problema. E ele me trouxe sobre essa crise que nós vivemos de credibilidade. E ele trouxe algo extremamente interessante e preocupante. Ainda bem que não para nós e sim para a próxima geração. E eu queria colocar aqui como é que os senhores pensam. Ele acha que há uma crise muito mais profunda do que essas que a gente vê. Há uma crise do começo da não mais necessidade do próprio Parlamento na medida que está surgindo uma democracia direta. Em breve, seja qual for o número dos que usam telefone, conforme a pergunta do Senador Azeredo, as pessoas vão fazer interativamente sua opinião sobre qualquer lei. Vão manifestar diretamente ao Presidente da República qual é a posição da opinião pública através da internet, através dos telefones e o que a gente nem sabe ainda que vai surgir porque acho que não vai demorar que cada um da gente faça um implante de chip na cabeça para falar telepaticamente com quem a gente quiser.

Então, como é que vêem os senhores o papel desses meios de comunicação do aumento da participação popular na tomada de decisões? Segundo, se a gente continua nesse ritmo e vai continuar, é inevitável, se vão adiantar as regras que a gente faz. Por exemplo, o Dr. Juliano Maurício, o Dr. Juliano Maurício, colocou e lembrou que o governo venezuelano não renovou a concessão de uma licença e a televisão passou a transmitir via internet e ninguém tem como impedir isso. Eu acho, até coloquei essa minha posição que o Presidente Chávez independente da legalidade, legitimidade do que ele fez cometeu um erro técnico porque não é mais possível. Não adianta a gente impedir, por exemplo, o Senador Mão Santa com a maior correção, eu acho, lembrou a proibição do grande jornalista colocar na época essa sua opinião, hoje ele iria para o Youtube e colocava tudo isso diretamente acesso a todos como aconteceu com a atriz Cicarelli, não é, que tentou impedir, não consegue-se mais impedir. Então, a minha pergunta é: isso não vai levar inevitavelmente, inclusive,

a uma anarquia do processo caótico de comunicação? Qualquer um da gente hoje pode ter uma televisão a partir da casa, ou diretamente ou pegando carona no Youtube se você fizer as coisas...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas eu queria só lembrar que aí vem a credibilidade. Tem uma enciclopédia na internet que chama Wikipédia, ela é hoje é desacreditada porque tem tanta asneira que apareceu lá que ninguém está dando importância mais. [risos]. E isso está acontecendo com os blogs também. Tem blog aí que já caiu em descrédito, as pessoas não olham o blog...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas hoje, talvez, tenha mais gente consultando a Wikipédia do que mesmo as enciclopédias mais oficiais. Até porque eles dizem que às asneiras são corrigidas automaticamente online e instantaneamente. Você põe uma asneira hoje e daqui a dois segundos a asneira está corrigida. Então, essa é a anarquia que eu falo. E aí eu queria colocar. Será que em vez da gente estar tendo um aumento da democracia a gente não está tendo um fracasso social por conta da fraqueza do Estado. A verdade é essa. O Estado está se fragilizando. Por um lado significa avanço da democracia, da democracia de cada indivíduo poder expor o que o pensa. Ao mesmo tempo, pode gerar uma crise anárquica nos sistemas terminando engolindo as próprias instituições sérias que possam existir. E finalmente uma pergunta que, na verdade...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Professor, desculpe interrompê-lo, mas começou assim. Na Grécia o Parlamento era todo mundo, mas o bêbado fala mais do que as autoridades como V.Exª., por isso que eles criaram o sistema representativo. Eles tinham mais voz, eles subiam lá naquele negócio da Grécia, a confusão e os Cristovans Buarques não eram ouvidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas será que a gente não está voltando ao tempo em que haverá uma Ágora, não é, a grande praça deles, global? Em que o mundo inteiro vai estar sentado ou em pé na praça. Sentado, na verdade, em casa. Você está em casa e está na praça. Essa intermediação do Congresso que tem sido fundamental na democracia, eu não acredito que a democracia direta hoje substituir-se o papel fundamental do Congresso como filtro, mas será que não vamos ficar irrelevantes no médio e curto prazo? Haveria o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o povo falaria diretamente com o Poder Executivo. É uma pergunta que eu estou falando.

Agora, a última que eu disse que tem duas. Primeiro, dessa terceira. Será que a anarquia não seria corrigida se a gente tivesse um radical avanço na educação de todos? Ou seja, radical na universalização e radical no conteúdo como o Senador Mão Santa colocou? Será que o problema não está na falta de educação de alguns que terminam sendo manipulados sem o filtro do Congresso? E aí vem a segunda fase da pergunta. O que é que esse avanço técnico pode fazer para ajudar a radicalizar a educação? Que hoje não pode ser limitada à escola. Hoje a escola, a família, e o Mão Santa sempre fala isso, nunca vai ser substituída, e a mídia. A grande escola hoje é a mídia. Não adianta o menino ficar horário integral e chegar em casa e ligar a televisão e se deseducar. Mas ela pode ser um instrumento fundamental da educação. Não há como mais ter educação sem televisão, sem internet, sem rádio e ainda sem jornal, sobretudo, aqueles que são distribuídos gratuitamente, como esse, eu faço um pouco de propaganda do jornal que é um jornal distribuído gratuitamente que a meu ver é para onde vão caminhar todos os jornais. Em Juiz de Fora, estava lembrando para ele, tinha um, não sei se ainda tem, um jornal gratuito. Então, são os dois componentes dessa última pergunta. Se não está na falta de educação o risco da anarquia, e como é que esse avanço todo que a gente tem por aí ajudaria a educar o povo brasileiro? Como, aliás, a única forma real de proteger a cultura. Eu sou favorável a medidas de proteção da cultura. Não acredito que a gente deva abrir mão da cultura nossa. Os franceses protegem até o queijo como algo cultural. A gente tem que ter uma proteção. Não existe cultura solta por aí no mundo com tanta simetria como foi colocado aqui. Agora, a maneira correta de proteger será um avanço muito forte da cultura. Um País com 200 milhões de habitantes como a gente está chegando, se a gente tivesse todo mundo muito bem educado a gente ia ter uma literatura de padrão universal falando em português para o mundo. Hoje a gente não tem. Não tendo é possível, sim, que a gente precise de proteção, quais os limites, quais as formas, para isso que a gente está fazendo a audiência. Essas são as colocações. Eu passo a palavra aos convidados e reservo--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu poderia, se V.Exª concordar, fazer também os questionamentos e eles... Nossos convidados responderiam já o bloco por inteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bom. Eu só fui informado o que o Dr. Juliano, professor, tem que sair por causa de avião. É isso? Daria tempo de ouvir? Dá tempo. Ótimo. Então, eu passo a palavra ao senhor e o senhor será o primeiro a fazer uso da palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero, Presidente Senador Cristovam Buarque, pri-

meiro parabenizá-lo para por discutir na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o projeto que trata da produção, programação e provimento do audiovisual brasileiro, conteúdo brasileiro por meio eletrônico. Esse projeto eu tenho dito, em todas as oportunidades, quero saudar aqui o Senador Sérgio Zambiasi. O Senador Sérgio Zambiasi é o Relator do projeto e ele, então, com certeza absoluta com a sua competência e com o aprendizado que nós estamos tendo, Senador Sérgio, ao longo de todas essas audiências, porque o projeto ele traz a discussão algo que já acontece e que nós precisamos saber o que a sociedade brasileira, qual o caminho que nós queremos nesse segmento para o Brasil.

Então, nós temos dois assuntos que são polêmicos, eu diria, com relação ao projeto. Um que eu reputo até da maior importância sem diminuir o outro que é a questão do conteúdo, saber o que é que nós queremos transmitir para os nossos jovens, para a nossa sociedade, em relação a cultura brasileira, aos nossos costumes, e as nossas raízes. Porque... e face a globalização o que nós estamos vendo acontecer é que estamos sendo muito mais considerados como um mercado consumidor de culturas de fora para dentro. E não estamos preservando e não estamos tendo o cuidado de dar a oportunidade para que a rica cultura brasileira possa, aí sim, ser um produto de exportação. Ainda na audiência de ontem o diretor da ANCINE deu um número de que esse segmento a nível mundial movimenta algo em torno de 360 bilhões de euros e ele é, a produção audiovisual e falando principalmente na produção cinematográfica. E ele é totalmente dominado pelos Estados Unidos e em segundo lugar, mas com uma participação bem menor pela Europa. O Brasil tem uma participação próxima da África com zero vírgula, se não me falha a memória, 0,3% desse mercado. Ora, se nós todos estamos fazendo um esforço para aumentar a exportação brasileira, estamos hoje em cento e tantos bilhões de reais, se... E estamos tratando apenas dos nossos produtos industrializados, por que não tratar também de exportar a nossa cultura através de produção audiovisual e que temos, com certeza, condições para não diminuir os demais países, mas no mesmo nível do que os outros países nos trazem para conhecimento da sociedade brasileira. Então, eu acho que nós temos riqueza cultural, nós temos uma mão-de-obra nesse segmento da cultura já consolidada e que pode e tem capacidade de ganhar o mercado externo. Haja vista que as produções de telenovelas das redes brasileiras elas já são exportadas para muitos países. Acontece que quando o produto dos Estados Unidos entra aqui ele já entra com o seu custo totalmente compensado. Ele já entra praticamente como um subproduto para ser colocado no mercado brasileiro.

Então, eu quero saudar os nossos convidados, quero saudar nossos convidados dessa Audiência Pública, Dr. João Carlos Saad, Presidente da ABRA, Dr. Eduardo Parajo, Presidente da ABRANET, Dr. Antônio Achilis Alves da Silva, Presidente da Rede Minas, Gustavo Dahl, Presidente do Conselho de Cinemateca Brasileira, Celso Schröder, Coordenador Geral do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação e Érclo Zilli, Presidente da ACEL.

E eu diria, ontem ainda numa entrevista na TV Senado, foi-nos feito uma pergunta, se o nível de informação hoje que circula para a sociedade, se ele ao invés de ajudar ele não acaba prejudicando o crescimento da pessoa humana em função de ela não ter condições de gerir toda essa informação, porque o volume de informação pelos meios hoje da tecnologia chega de tal grandeza que você não consegue tomar conhecimento e principalmente as gerações já avançadas, eu diria que a geração que está vindo ela administra bem isso. Ela administra bem isso. Mas geração já avançada ela tem uma certa dificuldade. Mas nós temos que discutir, nós temos que discutir o conteúdo brasileiro, proteger o conteúdo brasileiro, nós temos que discutir a questão da convergência tecnológica. Hoje nós temos regras diferentes para radiodifusão, nós temos regras diferentes para TV a cabo, nós temos regras diferentes para telecomunicações e elas estão se fundindo numa plataforma só. Então, é preciso que de forma democrática que nós possamos rever aqui no Congresso Nacional e dar a oportunidade a todas que possam exercer todo esse nível de tecnologia que está vindo com oportunidade igual para todos, sem que haja privilégio ou vantagens para um segmento em relação ao outro.

Eu perguntaria exatamente aos senhores e aí quem tiver condições de colocar a sua posição que para mim é muito importante a [soa a campainha] posição dos senhores que é um aprendizado, o projeto, eu tenho dito sempre, Senador Cristovam, que ele é aberto. Ele está aberto exatamente para que em função das audiências possamos colher as sugestões de todos os segmentos envolvidos, de todos. Não de parte do segmento. E o Senador Sérgio ele com certeza absoluta fará essa leitura e fará o relatório em função daquilo que for melhor para o Brasil. Eu vou depois pedir as notas taquigráficas da exposição dos senhores para que eu possa pela leitura tomar conhecimento do que aqui foi dito.

Como eu disse, as empresas... O quadro normativo hoje prevê limites diferenciados para participação de capital estrangeiro e empresa comunicação. As

empresas de radiodifusão pode ter até 30% do capital estrangeiro, as TVs por assinaturas, se a tecnologia for o cabo, o percentual é de 49%. As já no caso das TVs pagas por satélite DTH e por microondas MMDS não há limite para participação do capital estrangeiro. Também as chamadas Teles podem operar no Brasil mesmo que o seu controle seja de um grupo estrangeiro. Aí eu pergunto. Como os senhores vêem as restrições, a entrada de capital estrangeiro apenas nas empresas de radiodifusão e TV a cabo que veiculam conteúdo? A esse respeito pergunto: O que justificaria essa limitação apenas nesses segmentos tendo em vista que empresas como as operadoras de celulares e as de internet já gerenciam e produzem grande quantidade de conteúdo e serviços destinados a brasileiros, ou seja, se nós vamos na convergência tecnológica também adequar a legislação para que a entrada de capital estrangeiro seja possível a todos os segmentos ou se nós vamos limitar aos segmentos que hoje já têm essa possibilidade para proteger a produção brasileira. A convergência tecnológica pode ser definida como a integração de dispositivos pertencentes ao consumidor como telefone, a televisão, o celular e o computador pessoal com objetivo de fornecer novos serviços, assim, a convergência significa uma maior conveniência de escolha nos serviços tradicionais e o surgimento de serviços inovadores. Qualquer inibição ao desenvolvimento pleno dessas possibilidades poderá em tese resultar em prejuízo ao consumidor que não poderá desfrutar de novos serviços. Se houver restrições com relação ao capital social e natureza das empresas que poderão participar desses desenvolvimentos não correremos o risco de não priorizar a conveniência e o interesse do consumidor? Então, se nós fizermos restrição como resposta à primeira pergunta essa restrição virá prejudicar a quem nós temos que proteger em primeiro lugar que é o consumidor, que é a sociedade?

E por último. A convergência de mídias é uma realidade. O conteúdo da TV passou a interessar às empresas de telecomunicações e de telefonia já que está acessível nos celulares e computadores. O desafio que se coloca aos reguladores e legisladores é conceber um quadro legal, adequado a esse novo ambiente. As referências recorrentes nas exposições feitas nas audiências públicas realizadas sobre o tema, quanto a necessidade de se rever e repensar o marco legal do setor, tendo em vista o surgimento de novos modelos de negócios. Ao mesmo tempo a convergência tecnológica põe fim as barreiras entre os serviços e por conseqüência entre as empresas de telecomunicações e de comunicação social. Não haverá mais distinção em função da tecnologia. Nesse contexto pergunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa, agora são dois que têm que sair daqui antes de... 13h15.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu concluo já em um minuto só.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nesse contexto eu pergunto. No entendimento dos senhores devemos pensar em um marco normativo único e uma mesma instância reguladora para os setores de radiodifusão e telecomunicações? Eram as perguntas que eu tinha a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou... Passarei imediatamente ao Dr. Juliano, mas eu peço a máxima brevidade porque o Dr. João Saad também tem que sair no máximo 13h15. Foi informado agora. Tínhamos até acertado almoçar juntos. Por favor, um minuto ou dois. [risos]

SR. JULIANO MAURÍCIO DE CARVALHO: Vou tentar. Um rápido cenário. Uma novela produzida na Suécia feita em português transmitida no Brasil por uma operadora de telefonia celular é Tele ou é radiodifusão? O telejornal que passa na televisão aberta e daí duas horas passa na televisão por assinatura, na aberta ela é radiodifusão, na televisão por assinatura ele é Tele. Ou seja, isso é esquizofrênico. Então, respondendo de início a pergunta do Senador, se nós queremos regular por conteúdo tem que ser para todo mundo, inclusive, até a primeiro Portaria que há sobre televisão por assinatura no Brasil que é a TVA do Governo Sarney que não está mencionado no projeto do Senador Flexa Ribeiro, ou seja, que tem 22 concessões no País, além do MMDS, do DTH, tive que juntar tudo. Acho que esse é o princípio.

Segundo. Qual é o órgão regulador? Nós temos que juntá-los. Também não adianta. A única exceção que, talvez, caberia nesse contexto é que o fomento ao audiovisual, a produção cinematográfica pudesse ficar distinto que é um trabalho que pode estar contido na ANCINE. Essa é uma alternativa.

Queria chamar atenção para outros aspectos rapidamente porque o Senador disse que eu tenho que ser "The Flash" aqui. Tempo de locutor de rádio. Vamos lá. Então, olha só, o Senador Mão Santa, os Senadores falam da força que a medida tem e citam vários momentos como que isso deveria ter um regramento. Gente, a questão é muito simples, ou seja, primeiro tem uma saída aqui dentro, tem um Conselho de Comunicação Social. Ele precisa funcionar, ou seja, há vários mecanismos da sociedade, ou seja, o que a gente chama de controle público e não censura, que deve ser levado a cabo. O problema é por que é que

isso não acontece? Apesar desse país ter um profundo gosto televisivo, uma paixão fantástica pelo audiovisual o que é que acontece nesse País? A mídia não fala da mídia. Então, obviamente, esse debate não está no cotidiano da sociedade, ou seja, essa é uma das grandes razões pelas quais nós temos uma dificuldade enorme de conseguir ter um grau de credibilidade e organização da sociedade. Qual é a saída, Senador Cristovam? Eu acho que passa necessariamente pela educação. Mas e aí isso pode significar darmos à população um instrumental de democracia direta? Eu acho que não. Nós temos que pensar o seguinte. A democracia vai pressupor sempre uma dada mediação, ou seja, compreender a convergência tecnológica. [soa a campainha] os suportes midiáticos primeiro como medidor, ou seja, aquele que medeia os saberes é um aspecto para educação. Segundo. Compreender as redes e todo o suporte de programação como um instrumento é outro, ou seja, eu acho que nós temos que conseguir observar a legislação nesses aspectos.

Vou concluir. Eu acho muito difícil conseguirmos ter uma alternativa para internet. Muito difícil. Primeiro pelos argumentos técnicos de linguagem, tecnologia. Segundo. É em razão de que eu acho que o exemplo foi dado pelo Eduardo aqui. Você publica o conteúdo em português no outro país, num desses paraísos que a internet tem, como é que você controla, mesmo que você tenha o mecanismo da propriedade? Então, diria o seguinte, [soa a campainha] Não resolve termos simplesmente uma ferramenta em relação ao controle acionário das empresas. Nós temos que regular o conteúdo também pelo produto, pela mensagem. Obrigado. E eu peço licença aos nobres Senadores para poder me retirar da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e passo a palavra ao Sr. Saad.

SR. JOÃO SAAD: A comunicação, na verdade, ela se divide em duas partes, a grátis que é radiodifusão e a paga. Então, a primeira resposta é: Não. Não dá para ser a mesma legislação. Repare que todos são muito democráticos, todos falam muito em bytes e bits, em convergência e tudo, mas é toda paga. Nada é grátis. Então, não dá para ser porque são animais de espécies completamente diferentes, telecomunicação e radiodifusão.

Segundo. Eu acho que nós temos vazios regulatórios como especialmente na área do conteúdo e diferenças de tratamento de coisas iguais como Cabo e DTH, quando a gente fala: Ah, mais que bom, a RCTV agora está na internet, então, ela está salva. Não, isso é uma conversa furada de quem realmente não é do ramo e sabe que ele não vai conseguir pagar 3 mil funcionários pondo o canal dele na internet. Ele tinha uma rede aberta de cobertura nacional com diversas estações espalhada por todo o território venezuelano. Aliás, eu recomendo aos nobres Senadores que assistam o canal livre que nós fizemos com o Presidente da RCTV, onde ele conta como começou o que se está chegando hoje lá na Venezuela. Um dos jeitos que começou foi com a classificação, com essa... Como é que eles chamam? De classificatória não sei o que, classificatória. É um linguajar bonito que muitas vezes a gente tem vontade de fazer, né. Mas é como começa o controle, é como começa a censura, você se amanhã quiser quebrar um grupo de comunicação o sujeito faz uma novela para um horário X e você fala: nesse horário X você não vai poder subir. Na hora que ele não pode exibir ali, o jornalismo está incomodando ali, ele tem que exibir no outro horário, a novela não fecha naquele outro horário. Então, é uma forma de pressão e de controle que sempre se tem. Então, eu acho que o que a gente tem que estimular é que as pessoas cobrem e controlem.

E queria falar um pouco sobre internet que todos nós queremos sempre que ela seja sem nada, mas a gente não tem controle nenhum dela, você não tem o autor, então, o sujeito te xinga na internet, você não sabe nem como você se defende dele. O Senador Mão Santa criticou a mídia, mas se tiver alguma coisa errada ele pode processar a mídia, nós temos endereço, CEP, nós não somos um grupo anárquico, nós temos endereço. Se tiver alguma coisa errada, é simples, ele vai na justiça, e não precisa ter várias justiça, pode ter uma justiça só. Ao invés de ter várias justiças, ao contrário, pode ser uma só. E pode processar. Agora, na internet isso não existe. Não existe na internet também a proteção aos direitos. O sujeito produz um filme, produz um documentário. E aí? Não protege os direitos? Então, e, aliás foi falado aqui que nós somos contra o direito de cópia. A ABRA não é contra o direito de cópia e eu como cidadão também quero ter o direito de tirar uma cópia na minha casa se eu estiver assistindo e se eu gostar daquele conteúdo. O que se luta é contra a pirataria. Acho que essa é que é a diferença de linguagem.

E para encerrar eu acho que o Senador Zambiasi tentou começar conectar o que é que as diferentes falas dos diferentes segmentos queriam dizer e acho que a gente precisaria de um pouco mais de tempo e profundidade para isso, a proteção de conteúdo que eu falo é no sentido de canais, a mídia paga é lá que floresce porque a mídia paga você tem duas receitas, a receita da assinatura e a receita da publicidade. A TV aberta, um, ela tem um espectro limitado que já vai ter exemplificado agora com digital, mas ela é muito

mais frágil porque ela depende só da publicidade. Então, é lá que tem que florescer a diversidade cultural. E lá existem as travas. O meu companheiro aqui das celulares sabe disso tão bem quanto eu que tem um dos sócios dele que é sócio de empresa de cabo e que não permite distribuição de canais brasileiros lá dentro. E não é por falta de talento, por falta de competição, é por falta de permissão, porque o sócio que ele tem não deixa que entre nenhum outro grupo nacional fora ele mesmo. Então, você tem esses cerceamentos e aí é que nós estamos travados na produção. A nossa produção nacional vai florescer se nós pudermos exibi-la na mídia paga, seja DTH, seja a cabo, seja telefonia, seja o que for, na paga. É lá que florescem as produções, é lá que nós vamos criar talentos novos, produções novas e receitas novas. Então, esse é a minha sugestão, afora que o Dahl pesquise um pouco melhor sobre preço de comida de cachorro, estão te cobrando muito caro, você deve estar com algum intermediário, faça uma cotação que vai comprar melhor comida para cachorro. Muito obrigado a todos.

SR. GUSTAVO DAHL: Como a televisão depende da qualidade.

SR. JOÃO SAAD: Depende sim, depende sim. Tenho certeza que os próximos filmes aqui do meu vizinho já vão retratar uma melhoria de qualidade. Muito obrigado a todos, obrigado a vocês, obrigado pela paciência e parabéns aos Senadores que estão começando a encarar um problema sério, um vazio, é um mico que ninguém quer encarar. Como eu disse aqui a ANATEL não quer, o Ministério não quer, o outro não quer, mas vocês estão encarando com coragem, com seriedade a discussão do conteúdo no Brasil. E acho isso realmente uma discussão estratégica que nós temos que mergulhar mais fundo nela. Não podemos deixar esse vazio que está aí. Muito obrigado a todos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria de fazer uma pergunta ainda ao Dr. Saad antes que ele se ausente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): vamos ver se ele tem tempo. Não podemos exigir dele mais do que...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só um minuto. E antes pedir desculpa aos senhores por eu não ter assistido as exposições porque eu estava numa audiência no Ministério do Desenvolvimento e depois aprovando projetos de Zona de Processamento de Exportação na CDR.

SR. JOÃO SAAD: Faz a pergunta, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A pergunta que eu faria, pelo que o senhor explicou aí. Eu perguntaria: O senhor seria, então, favorável à ABRA no sentido de que os canais pagos, a TV por assinatura fossem obrigadas a carregar também as empresas de... As TVs abertas? Porque hoje elas são obrigadas a carregar as TVs públicas, Senado, Câmara, TV Justiça.

SR. JOÃO SAAD: Não. A TV aberta que é uma geradora ela é obrigada a carregar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ela é obrigada?

SR. JOÃO SAAD: Ela é obrigada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já está obrigada a carregar. E deve...

SR. JOÃO SAAD: Ela é obrigada pelo must-carry. Você tem um vazio nisso no DTH e, na verdade, se usa o DTH meio que por osmose a legislação do cabo, mas se usa, em partes se usa quando interessa. Quando não interessa ela tem um grande vazio relatório. Então, esse mistério que a gente precisa sem mistificar, discutir ele com mais profundidade. Mas eu sou favorável a que tenham mais canais com conteúdo brasileiro, com conteúdo nacional, essa obrigação de cotas, a cota sempre é uma imposição e ela acaba nunca dando certo, porque ela não é feita pelo mercado. Mas a quantidade de canais brasileiros, bom, isso não é cota, isso é estratégia de País. E aí é que eu acho que nós estamos muito errados e foi o que... Eu vou passar para o senhor depois dar uma olhada, nós fizemos um levantamento mundo afora.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vi aqui.

SR. JOÃO SAAD: E mostra que nós estamos muito desequilibrados. Então, nós precisamos que surjam outros canais e outros grupos nacionais produzindo conteúdo, produzindo conteúdo local, produzindo conteúdo regional, produzindo conteúdo nacional. Se a gente lembrar das redes que afloraram nesses últimos 10, 15 anos, ESPN, HBO, Discovery, todas essas... Kids, Fox News, todas elas surgiram aonde? CNN. Surgiram na TV paga. Não surgiu uma rede nova na TV aberta. Ora, por que será que não surgiu na TV aberta? Porque aonde ela floresce é na paga. Na TV aberta ela é um espectro que está ali limitado e ela é frágil como eu disse. Podem lembrar dos 20 nomes da última década. Aonde que eles são? Na TV paga. Sejam americanos, sejam europeus, seja de onde for. Então, é lá que nós estamos capengando e é lá que nós temos que abrir para que muitos grupos floresçam ali e que não fique na mão de um único grupo, não fique na mão de uma única empresa controlando. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Sr. Saad e passo a palavra ao Sr. Ércio.

SR. ÉRCIO ALBERTO ZILLI: Obrigado, Sr. Presidente. Tentar responder... Está ligado. Rapidamente as colocações. Inicialmente as questões postas pelo Senador Azeredo. Nós não temos na ACEL estatísticas sobre quantas pessoas tenham celular. As empresas também não têm isso porque em função da forma como é feita a habilitação e certamente existem pessoas que têm mais de um aparelho. Então... Mas eu vou procurar ver se consigo alguma informação mais precisa. Com relação a quantidade de antenas, às vezes, Senador, a quantidade de antenas é conseqüência direta da capacidade do sistema. Como nós temos limitação do espectro, quanto mais pessoas precisam falar simultaneamente, é preciso de reutilizar o espectro. A gente reutiliza o espectro reduzindo o tamanho das células. Cada célula é uma antena. As novas tecnologias que vêm aí, tecnologia de terceira geração que exige mais banda passante vai exigir mais antenas. A TV Digital vai exigir mais antenas. Então, isso não tem jeito. O que se pode fazer é tentar otimizar a localização das antenas, tem legislação que está sendo discutida nessa direção. É possível, um exemplo, otimizar, mas diminuir não é possível diminuir a menos que se coloque limitação à quantidade de pessoas que podem usar o serviço que parece não ser o caso, né.

Com relação à questão colocada pelo Senador Cristovam, sobre qual seria a contribuição que a tecnologia poderia dar à causa da educação, nós achamos que é enorme contribuição. É preciso que haja produção de conteúdo adequado, conteúdo adequado à educação, adequado também aos diversos meios, aos diversos canais de distribuição. Então, seguramente há conteúdo educacional adequado à distribuição pela TV, pela televisão convencional, seja ela aberta, seja ela por assinatura e também deve haver conteúdo adequado a ser distribuído por outras mídias como, por exemplo, o celular. Aliás, esse tipo de contribuição para a prestação direta de serviços de responsabilidade do Estado como educação, saúde, segurança, em todos esses campos existe um espaço enorme para utilização da tecnologia em benefício da população. É preciso haver determinação política de se fazer.

A questão que se colocou aqui também do capital estrangeiro, se deve haver restrição ou não, nós achamos que não é conveniente haver restrição ao capital estrangeiro em nenhum segmento e especialmente se pretender colocar restrição à participação do capital estrangeiro como garantia de proteção ao conteúdo nacional. Não vemos a menor associação entre essas coisas. O capital, vamos dizer, é um bicho arisco, né, não há garantia de que a pessoa, o cidadão só pelo fato de ser brasileiro que ele vai colocar o seu dinheiro em algo inadequado, ele sempre vai buscar um benefício econômico.

Com relação a questão colocada pelo Senador Flexa Ribeiro sobre a conveniência ou não de se ter uma legislação única ou um regulador único, o nosso entendimento é que tem que haver uma conciliação das diversas normas afetando os diversos tipos de serviços e de meios de distribuição de conteúdo. As regras elas têm que ter, vamos dizer, um arcabouço, uma base comum, uma base conceitual comum, mas certamente haverá necessidade de especificidades para cada tipo de meio de distribuição, como eu mencionei na minha apresentação aquilo que necessitar utilizar recurso escasso como é o espectro e aí isso significa diretamente a televisão aberta, o celular e televisão por satélite, há necessidade de algum regramento específico para isso porque o meio é escasso, não é disponível para todos que queiram utilizar. Quando se trata de discussão de conteúdo por meios que não tenha esse tipo de restrição, acreditamos que não há necessidade de uma regulamentação muito profunda. Era isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): passo a palavra agora ao Sr. Antônio Achilis Alves da Silva.

SR. ANTÔNIO ACHILIS ALVES DA SILVA: Obrigado, Senador. Muito obrigado, Senador. Eu vou editar e compactuar um pouco essa fala para contar com a paciência dos telespectadores e dos Senadores que estão aqui presentes. Eu começo por uma fala aqui do Senador Azeredo, aqui eu saúdo fraternalmente o Senador lá da nossa Minas Gerais que eu conheço como ele disse há muitos anos, dei muita força para a TV Minas quando foi Governador. E aí eu consigo entrar na questão levantada pelo Senador Mão Santa.

Senador, sobre a classificação das programações de televisão eu quero dizer que ela, eu considero inevitável, necessária, sou completamente a favor e eu parto de um princípio fundamental que é o comportamento da sociedade. Não há que se falar em censura quando nós estamos falando de uma rejeição social, rejeição da sociedade em determinadas práticas da televisão aberta. Nós já tivemos casos em que a sociedade por mecanismos organizados rejeitou e tirou do ar alguns programas. Isso não pode ser episódio, isso tem que ser permanente, essa vigilância, porque nós estamos falando de televisão aberta que entra na casa das pessoas sem pedir permissão. Até hoje ninguém tem um argumento consistente para dizer que há o que se controlar dentro de casa em relação a uma televisão, a televisão aberta ou mesmo a cabo embora o cabo é

possível colocar senha para acesso a determinados canais. Então, em função desse acesso livre, descontrolado em que os pais não têm como controlar coisa nenhuma, é que eu acho que essas medidas classificatórias são importantes. Outras questões industriais e negociais que levam alguns setores a combater essa prática, eu acho que tem que ficar em segundo, terceiro e quarto planos. Mais importante é a família, é a sociedade. É o que pensa a sociedade a respeito disso. Não o que pensam, nós que fazemos televisão ou os empresários de televisão. O que é que pensa a sociedade. Isto é que é importante. Então, daí eu sou a favor disso.

E quando eu falo em rejeição social, o Senador Mão Santa, eu estou falando, o senhor citou aí o caso da Ministra do Turismo que foi uma frase infeliz muito explorada, aliás, foi o senhor, desculpe, então, direitos autorais adequados aqui. [risos] Mas eu vou entrar na questão de qualquer forma o que o Senador Mão Santa levantou, por esse caminho aí. Eu quero dizer o seguinte. A televisão explora midiaticamente essas coisas, é uma coisa espetaculosa. Essa é a regra que a gente convive com ela. A grande saída para essas questões que o Senador Mão Santa levantou de vitimização de cidadãos pela imprensa em geral não só pela televisão, passa muito, Senador, pela democratização da comunicação, pela regulamentação de tudo o que está parado, inclusive, nesta Casa, no Executivo, tem muita coisa parada para se regulamentar, inclusive, artigo de Constituição Federal que já foi citado aqui. Se a gente regulamentar isso, o que é que nós vamos, nós trabalharmos isso o que é que nós vamos fazer? Nós vamos desconcentrar a comunicação, nós vamos desconcentrar poderes porque nós estamos falando de produção regionalizada e um caminho, eu chamo muita atenção para uma melhor preparação, mais suporte à televisão pública porque este é o vetor, é o caminho que essas coisas começam a acontecer, se consertar, não porque elas vão se converter em trincheiras de poderes constituídos contra uma fiscalização de imprensa. Não é isso. É porque o conceito desenvolvido e que haveremos de regulamentar desta forma para a prática da televisão pública é um conceito de um jornalismo diferenciado, de uma programação diferenciada com outro tipo de compromisso. Então, vamos tomar como exemplo aquela frase infeliz que o Senador citou, espetaculosamente ela é colocada e repetida. A televisão pública ela... Uma coisa que não devia ser privativa, não pode ser privativa da televisão pública, ela tem que ser também da televisão comercial, ela tem a obrigação de contextualizar as coisas e de olhar o seguinte. Atrás de um rompante desse tem uma ginástica para se salvar uma... Diante de uma situação de caos na questão aérea.

Então, essa contextualização tratada jornalisticamente, a televisão pública tem que explicar, contextualizar e não apenas fazer espetáculo. Isso deve contaminar a televisão comercial. E, então, o caminho inicial pela televisão pública ele é muito importante para trazer esse benefício para a televisão como um todo. Em relação, aí aquela questão dos conflitos que o senhor levantou, há de fato, o recurso jurídico em qualquer situação o senhor tem o recurso jurídico, mas a desconcentração de poder, ela é fundamental, a pluralidade é importante. A pluralidade. O senhor não ficar sozinho, sem defesa, embora a gente saiba também que muitas vezes uma pessoa injuriada, difamada através de qualquer meio de comunicação evita entrar na justiça, avaliando riscos de retaliações futuras. Isso atrapalha bastante a moralização desse processo aí, porque se todo mundo que tiver injuriado tiver razão para isso, entrar na justiça e contar com a justiça e batalhar por processos na velocidade adequada, essas coisas se consertam, progride bastante. Não pode é ser passivo tolerante quanto a injustiças que se cometem por aí de calúnia, injúria e difamação. A lei existe para isso.

Nós falamos aqui também da velocidade das mudanças e quero dizer que me preocupo que acho que a velocidade é tão vertiginosa, Senador Azeredo, que já-já vai virar um problema de saúde pública. Eu acredito que será uma questão de saúde pública a vertigem que é a mudança de tecnologia. Então, aí quando o senhor pergunta se devia haver um marco regulatório único, eu acho que hoje a resposta eu concordo com o João Saad, hoje, mas com muita mudança, eu não prometo que eu vou manter essa posição daqui há três, quatro anos.

Senador Cristovam Buarque falou dos riscos do Parlamento estar sendo engolido, ter uma defasagem em função de tanta mudança tecnológica. Eu acho que isso é uma preocupação fundamental, real, porque se o Parlamento, mas não só o Parlamento, o Poder Executivo, Judiciário, a sociedade como um todo, o modo de funcionar das pessoas, se o Parlamento não caminhar, não acompanhar essas mudanças vai ficar de fato defasado, vai ser atropelado, vai ser ultrapassado, daqui há 5 anos esse Parlamento não pode estar trabalhando do jeito que trabalha hoje. Essa reunião podia ser virtual. Então, esse Parlamento, eu falo de 5 anos, imagina daqui há 20. Em 5 anos esse Parlamento não estará trabalhando assim ou senão estará ultrapassado. Essa é uma preocupação, eu recomendaria, se me permite, Senador, o senhor levantou essa preocupação, que fizesse um estudo de futurologia científica muito bem

cuidado, muito bem feito, muito bem contratado para construir o próximo cenário. O cenário, o que é que está vindo aí. Porque é bom antecipar coisas, mesmo que alguma coisa não seja exatamente aquilo, mas é bom prospectar esse futuro para não ser atropelado. Isso é grave, isso é importante, no caso o senhor colocou o caso do Parlamento, então, estou respondendo pela questão do Parlamento. É uma questão crucial, é uma questão grave essa atualização de processos, essa questão de tecnologia.

Senador Flexa Ribeiro falou em limitação de capital estrangeiro, em radiodifusão. Senador, essa é uma questão polêmica, séria, porque em princípio a questão é conteúdo, capital que entrar aqui, ele venha de onde vier, se ele estiver bem regrado quanto a conteúdos não tem problema nenhum em tese. O problema e aí precisa se aprofundar mais, eu não estou manifestando uma posição a respeito ainda, é se aprofundar mais a discussão sobre até que ponto não se perde a soberania cultural e outras soberanias que nós precisamos ter, como os americanos protegem, os europeus garantem os deles, nós temos que garantir os nossos. Até que ponto o capital estrangeiro afeta ou põe em risco essa questão de soberania? Em princípio eu acho que não põe. Mas eu acho melhor refletir melhor sobre essa questão. Em princípio eu acho que não. Até porque hoje em dia qualquer coisa que a gente compre de qualquer grande empresa não há muita facilidade para se identificar quem é mesmo o dono daquele negócio. Se fizer um DNA daquele dinheiro, precisa de uma perícia para identificar quem é o dono daquele negócio? Quem é o dono daquele capital? É muito complicado, é próximo da internet, é difícil controlar. Aliás, quando a gente fala, defende aqui a internet livre, não quer dizer uma internet autorizada para cometer crimes. Uma internet que vai para pedofilia, para terrorismo, aí a questão não é de controlar, aí o verbo é combater, nós estamos falando de crime, crime tem que ser combatido. E a internet eu considero até hoje, não vejo, não conheço mecanismos de controlar. Agora crime é para ser combatido.

Eu acho, Senador, o senhor colocou aqui, Senador Cristovam, se essa melhoria tecnológica, essa evolução tecnológica vai ajudar o Parlamento, eu não tenho dúvida disso. Para ficar em televisão fora outros mecanismos. Televisão digital ela tem um... Ela vai ter um atrativo que todo mundo hoje só pensa em televisão digital com uma grande melhoria de imagem, mas tem um segundo passo que é a interatividade. Aí é uma troca de controles, há uma troca de energias e de dados e de cobranças e de satisfação que vai mudar o jeito de se fazer, de se governar esse País. Agora, uma evolução, eu espero, imensa, Senador, na questão da educação. Uma grande revolução. Não vai ser um up grade, eu espero virar de ponta cabeça, principalmente no ensino à distância. O que vem por aí com essa interatividade. Evidentemente que no começo nós vamos ver essa interatividade servir para escolher quem é que vai sair do Big Brother ou vai servir para a dona de casa comprar a blusa que viu na atriz da novela. No começo vai ser assim. E nós da televisão pública nos propomos a fazer um outro uso dessa interatividade até para constranger a televisão comercial a se limitar a esse tipo de uso. Mas eu espero muito Senador Cristovam, uma revolução nos processos de educação no Brasil, principalmente na educação à infância. Não sei se eu respondi a tudo, mas eu estou aqui, eu posso permanecer, não estou viajando agora. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Eu passo a palavra ao Dr. Eduardo Parajo.

SR. EDUARDO FUMES PARAJO: Sr. Presidente, agradeço. Vou tentar ser rápido para não tomar mais tempo dos Senadores. Vou enfatizar aqui a questão, a internet livre não é a internet impune, tá. Nós dentro da ABRANET hoje os nossos associados nós temos trabalhado muito forte com relação a pedofilia, a crimes de racismo e identificando, sim, quem são, eu vou discordar um pouquinho, infelizmente do João Saad que não está aqui. Mas nós identificamos sim quem são os usuários, vamos atrás através da justiça, nos solicitando as informações, vamos atrás de logs, provemos informações, através de mandados de justiça deixamos esse usuário sendo monitorado quando ele está praticado algum crime e tanto é que vários casos já foram aí resolvidos pela Polícia Federal, pela Polícia Civil, de fraudes e tudo mais. Até vou falar aqui, infelizmente o Senador Azeredo não está, mas a divergência de opiniões é justamente essa, nós queremos a internet livre sim, mas somos contra os crimes e vamos combatê-los e vamos ajudar a combater. Os provedores hoje têm assumido um papel, eu diria bastante correto nessa posição, numa apresentação que nós tivemos aqui no Senado, na Comissão de Ciência e Tecnologia, por exemplo, se você pegar a ONG SaferNet que cuida de crimes de pedofilia, 99% da pedofilia está fora do Brasil, somente um 1%. E este 1% com ajuda dos provedores nós chegamos em quem está fazendo esse tipo de crime e a polícia consegue identificar e prender.

Com relação a fraudes também a mesma coisa. Então, a internet apesar de ser livre não é um campo impune e as pessoas que cometem crime, sim, vão ser, com certeza, punidas e a polícia vai ter mecanismos e os provedores vêm ajudando a justiça a correr

atrás dessas pessoas. Então, às vezes eu falo muito em internet livre, internet livre. Ah, não, é uma terra de ninguém. Não é bem assim. Quem cometeu algum crime na internet vai ser processado e vai pagar por esse crime conforme aí já tenha os regramentos jurídicos necessários.

E aí eu vou pegar um gancho aqui que o Dr. Antônio aqui falou a respeito e aí complementando um pouquinho a questão que o João Saad disse, quando ele diz: Ah, na internet a gente não tem como identificar as pessoas, é complicado e tal. Nós vamos vir aí com a TV Digital que justamente vai ter uma interatividade muito grande entre o usuário da televisão com a televisão digital, respondendo, ou até voltando num possível Big Brother ou coisa desse tipo, que também nós vamos entrar na mesma coisa que eu tenho até discutido muito com o Senador Azeredo, é a questão de... Você sabe onde está o televisor, você sabe onde está o computador, mas é muito complicado a gente criar mecanismos tecnológicos dentro da internet ou dentro de uma tecnologia nova para saber. Olha, ele é o Antônio mesmo. Essa é a nossa preocupação de querer fazer uma regulamentação ou fazer uma lei que queira identificar as pessoas, mas isso gere um problema de entrada. Então, você imagina só como poderia prejudicar a entrada da televisão digital se todo mundo a gente tivesse que ter uma impressão digital do dedo da pessoa. Ia ser complicadíssimo. Então, a gente acha que tem que deixar o escopo aberto, por isso que eu defendo a questão da internet livre, volto a dizer, Senador, não é impune, quem cometer um crime na internet vai ser punido e a justiça tem punido, as polícias têm investigado, investigado esses casos e chegado lá.

Eu vou comentar um outro caso, Senador Flexa, do conteúdo brasileiro. Infelizmente o senhor estava em outra audiência e não pôde acompanhar. Quando a internet nasceu no Brasil 100% dos acessos era para fora do Brasil. O internauta não tinha nada o que ver entre aspas, aqui no Brasil. Hoje essa proporção felizmente mudou. 70% hoje do acesso é feito no Brasil e somente 30% é internacional, tá. E aí tem um outro aspecto importante que é com relação ao conteúdo que é gerado hoje no Brasil. O conteúdo gerado hoje em língua portuguesa, como eu comentei aqui na apresentação é visto por outros países de língua portuguesa. Vou citar aqui o caso da Angola que eu também coloquei na apresentação. Só também, Senador Cristovam, colocando o caso que o senhor comentou da Cicarelli, daquela atriz que teve o vídeo divulgado, a justiça solicitou o bloqueio do vídeo e o provedor foi atrás para tirar o conteúdo do ar. Obviamente que qual era a dificuldade? Esse vídeo começou a se proliferar na internet de uma forma muito rápida, então, foi uma briga meio de que gato e rato para ir bloqueando o conteúdo. Mas bloqueia, sim. Tem como bloquear. Então, só finalizando, o mercado de internet está indo muito bem e na questão de educação, Senador, que o senhor colocou muito bem, hoje cursos profissionalizantes via e-learning são a coqueluche da internet. Só para o senhor ter uma idéia. Hoje muitas das empresas que tinham cursos presenciais para médicos, profissionais liberais e tal, esse é um mercado que está explodindo na internet. O profissionalismo como essas pessoas têm tratado a questão do e-learning, da educação à distância é uma coisa que tem evoluído muito. E a nossa preocupação, volto a dizer, de não criar barreiras para que mais pessoas possam entrar na internet, que a internet continue sendo livre e que efetivamente a gente consiga incluir digitalmente as outras camadas da nossa sociedade, a D e E para que eles possam ter acesso a esse novo advento tecnológico. Então, esses são os comentários que eu gostaria de fazer e também fico à disposição de todos os Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora ao Gustavo Dahl.

SR. GUSTAVO DAHL: A festa já está acabando, mas os que ficaram acreditaram nela. Eu quero rapidamente encerrar. Eu tomei algumas anotações, por exemplo, em relação a preocupação do Senador Cristovam Buarque sobre a multiplicação das informações, eu me interesso por origem na linguagem. Eu me referia aqui à origem na linguagem do homem há 40 mil anos atrás e a capacidade dos gorilas de terem, mais ou menos, uns 60 sinais que eles podem trocar entre si. De 35 mil anos ou 36 mil anos depois foi inventada a escrita cuneiforme. A escrita cuneiforme, invenção da escrita ela fez a evolução do homem avançar mais em 4 mil anos do que nos 35 mil anos anteriores. Quando depois da... Quando depois por volta de 1400 vai ser inventada a imprensa, a imprensa ela retirou da igreja a posse do saber e espalhou pelo mundo inteiro o saber da igreja e das universidades e espalhou pelo mundo inteiro o conhecimento humano. A aparição da internet deve ser, é seguramente uma transformação até maior do que a criada por essas duas coisas. É evidente que isto cria uma nova relação tanto em relação à educação quanto em relação ao exercício da política, né. É evidente, agora, a internet ela realiza a utopia, a velha utopia do ser humano de ter acesso a todo o conhecimento do mundo. A biblioteca de Alexandria é a internet, aquela e esta não queiram. Então, é realmente alguma coisa que muda. Então, a taxonomia, a ciência das classificações passa a ser, talvez, a metodologia mais importante, mas atualmente já existe

pesquisas que estão trabalhando em mecanismos de busca inteligente como Yahoo, e tudo isso, sofisticação nessa busca, então, a própria tecnologia, o próprio conhecimento vai se sedimentando. E, na verdade, este sentimento de vertigem diante do conhecimento eu me lembro que a gente, eu, por exemplo, tive quando lá pelos anos 50 a Rússia mandou o Sputnik para a lua, foi um acontecimento. A Laika, então, a Cachorrinha, era uma coisa inominável. [risos]

Aí, eu quero também dizer e é importante a respeito da questão do conteúdo, é dizer, sobretudo, Senador Flexa Ribeiro, é dizer que a mim me ocorre alguma coisa que a minha mulher que é psicóloga outro dia me disse. O trauma é sempre do passado, o estupro já se deu, ou seja, em relação a dominação mundial do conteúdo pela indústria americana é alguma coisa que existe no mínimo desde os anos 20. E isso foi evoluindo. A cada *midion* que era inventado a indústria americana, os Estados Unidos se apossavam dele. Foi assim com a televisão, foi assim com o vídeo, é assim com a televisão a cabo ou por assinatura, a mesma grade é vista no mundo inteiro. Se o senhor for na Indonésia vai ver de novo o Discovery, isto ou aquilo, ou seja, eu não acredito que seja a TELEFONICA, a Espanha que vai nos recolonizar e vai retirar da soberania brasileira. A gente tinha muito, já tivemos muitos cabelos brancos tem essa desvantagem, aumenta o arquivo, a gente já tem 50 anos, nós... Será que agora que isso se manifesta exatamente quando a internet abre uma nova dimensão econômica, é que agora uma nova dimensão econômica e inteiramente da qual não se sabe ainda como nós nos remuneramos dentro da internet. A internet é feita as Américas, é o desconhecido, agora que cada um procura, mais ou menos, garantir o seu pedaço. Acho que é alguma coisa que deve se discutir como estava dizendo aqui o colega. Mas eu não acho que o conteúdo seja uma função do capital. E acho também que é preciso estar atento, é preciso estar atento a um nacionalismo tardio, a uma coisa que o Brasil conheceu muito fortemente nos anos 20, nos anos 30, nos anos 40, até os anos 50 na qual o nível de desvalorização do País fazia com que ele tivesse que se exaltar para conseguir existir.

Eu queria acrescentar também que... E com isso pretendo terminar, que de fato a internet, a televisão, a convergência tecnologia Senador Cristovam, ela realmente muda a política. Ela muda o sistema de manifestação política. É preciso lembrar que a democracia começou com os cidadãos gregos levantando o braço numa praça, que era o Ágora. Agora, é preciso lembrar também que daquela época os escravos de Atenas não votavam, né. A possibilidade da democracia direta através de um plebiscito que se achava que seria pela televisão hoje se sabe que é o computador, é alguma coisa, é uma perspectiva ao mesmo tempo exaltante e amedrontadora. Até que ponto os mecanismos de representação poderão resistir a este tipo de manifestação de escolha política é alguma coisa que ser pensada. Eu acredito, tudo isso, eu estou terminando, Senador, tudo isso quer dizer, eu vejo é que o debate, este debate deve continuar e parabéns a Comissão de Educação onde eu espero que esse debate seja transformado num debate permanente. E para terminar em homenagem ao Senador Mão Santa, eu queria fazer uma citação bíblica, que é a seguinte. "Conhecereis a verdade e ela voz salvará". E a verdade é o seguinte: O buraco é muito mais embaixo. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer a presença de todos e sem querer provocar Sr. Gustavo Dahl, eu quero dizer que quando a gente defende, talvez, seja esse o objetivo do projeto do Flexa, a cultura de um País, na verdade a gente não está pensando apenas naquele País nacionalísticamente, mas na humanidade inteira.

SR. GUSTAVO DAHL: Ah, aí bom...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Que cada vez que a cultura de um País desaparece a humanidade inteira perde. Então, é uma forma de nacionalismo compatível com a globalidade. Não é mais um nacionalismo isolado, mas um nacionalismo em que a nossa cultura, não é isso, Senador Flexa...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu, eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vai enriquecer o mundo inteiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu... Explicação aí do Dr. Gustavo Dahl, todos os países do mundo protegem o seu conteúdo. As informações que eu tenho obtido, França, Canadá, a nível internacional, eles têm uma regra de proteção. Eu acho que o fato de dizer que o trauma no passado e por isso nós não temos que ter a responsabilidade e não é ufanismo nacionalista, pelo menos, eu entendo assim, querer ter o conteúdo brasileiro de forma que a sociedade possa vir a conhecer as nossas origens, os nossos costumes, porque na Amazônia Brasileira, lá nos rincões da Amazônia Brasileira o caboclo lá através de uma antena parabólica ele vai captar informações que não diz nada a respeito do Brasil. Ele pode estar pensando que ele está num País que não é o nosso. Que não é o nosso.

Então, nós devemos, acho eu, e eu concordo com o senhor, isso é um assunto que deva ser mantido em discussão, para que a gente, ele sendo apro-

fundado a gente possa chegar a tratar o assunto não com xenofobia, mas que possamos tratar o assunto de uma forma consciente. O que é que nós queremos para o futuro do nosso País? Nós vamos através da globalização estarmos submetidos como já estamos na questão da gastronomia? Os americanos impõem o sistema de hambúrguer, de alimentos que nós temos aqui. Por exemplo, no meu Pará, eu quero aqui até saudar porque o açaí que era uma bebida do nosso caboclo está tomando conta do mundo também, pelas suas vantagens entre outras importantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem mais... Vamos lá...

SR. GUSTAVO DAHL: Senador, pairou um mal-entendido. Eu trabalho há 50 anos, há 30, pelo menos, trabalho para o País, sou um nacionalista e um apaixonado pelo Brasil ferrenho. A mim, o que eu acho que nós precisamos e acho que a cultura é a nossa força e a economia a nossa fraqueza.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É isso mesmo.

SR. GUSTAVO DAHL: Isto é... É discutível. A cultura pode salvar economicamente e politicamente o Brasil. Do artesanato à indústria audiovisual. Não tenho a menor dúvida. Agora, como foi colocado ali pelo Juliano, a gente está sempre entre duas questões, como diz, não é, desde Norberto Bobbio, se fala isso, né. A ruptura entre semelhança e diferença, entre liberdade e destino comum. Então, eu acredito que é fundamental que a nossa cultura possa resistir ao impacto da globalização, mas não tenho nenhuma dúvida que o impacto da globalização já se deu. Para tentar explicitar o que eu quero dizer, conheço poucos países mais ocidentalizados que o Japão, e, no entanto, quando o Príncipe Akihito casou com a princesa tal, celebraram uma cerimônia secreta que tinha mil anos de tradição. Eu não acredito, eu acho que há uma lição do oriente, há a lição da Índia, há a lição da China, há a lição do mundo árabe, no qual há uma carapaça que protege da opressão colonialista. É esta a carapaça, é esta força da cultura brasileira que eu acho que se fará, agora, que já está exposta. É ilusão a gente achar que não estará.

E para terminar, corrambo(F), eu dirigi uma agência reguladora, quando disse uma vez numa reunião, disse que achava que a questão, há uns cinco, seis anos atrás, que a questão da alimentação tinha que ser regulada e que a fast food destruía culturas culinárias milenares como, por exemplo, na Tailândia, e que atualmente já se viu que é uma tragédia mundial. Há uma epidemia de obesidade que é tão grande, tão perigosa quanto o aquecimento global e isto se dá pela hegemonia, pelo prevalecimento de uma cultura sobre outra, a raiz do autoritarismo é o sentimento de ser melhor que o outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu lamento que a gente não tenha mais tempo, até porque duas horas da tarde, já está chamando lá. Mas eu volto a insistir, o Japão para poder se globalizar mantendo um casamento nos moldes culturais de mais de mil anos atrás ficou mil anos fechado e antes de se abrir fez uma revolução científica, tecnológica e uma revolução educacional, aí disse: Agora estamos prontos para nos abrir. A gente tem poucas décadas de tradição e nada ainda de uma revolução educacional. Mas isso seria motivo para uma outra audiência.

Eu agradeço a todos e está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h59.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia sete de agosto de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, João Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Kátia Abreu e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Marco Maciel e Marisa Serrano. Justificam a ausência os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi e Geraldo Mesquita Júnior. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública do Ex-Senador Wilson Matos (MS), Senhora Lea Salete Faccina Curtarelli, Diretora de Ensino da Unidade de Ceilândia - Fundação Bradesco; Senhora Vilma Guimarães, Gerente Geral de Educação e Implementação da Fundação Roberto Marinho; Senhora Fátima Gabriel, Coordenadora da Gerência de Educação e

Implementação da Fundação Roberto Marinho e do Senhor João Roberto Moreira Alves, Presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional - ABT. Neste momento, o Senhor Senador Flávio Arns pede a palavra para registrar a presença do Ex-Deputado Federal João Linhares (SC). O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 013-CE de 2007, de autoria da Comissão de Educação, que visa realizar um Ciclo de Audiências Públicas, com o objetivo de debater as **"Idéias e Propostas para a Educação Brasileira" e o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE,** de autoria do Governo Federal. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Hugo Barreto, Secretário-Geral da Fundação Roberto Marinho; Senhora Maria Auxiliadora Seabra Rezende, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSEDe e Secretária de Educação do Estado do Tocantins; Senhor Gabriel Mário Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES; Senhor Mario Helio de Souza Ramos, Presidente da Fundação Bradesco e o Deputado Federal Paulo Renato Souza (PSDB/SP), Ex-Ministro da Educação. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Mão Santa, Flávio Arns e Rosalba Ciarlini. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE AGOSTO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada. A presente reunião atende o Requerimento nº 13 de 2007, aprovado, de autoria da Comissão de Educação para resolução do ciclo de Audiências Públicas com objetivos de debater idéias e propostas para a educação brasileira e o plano de desenvolvimento da educação.

Dando início a essa 6ª Audiência do ciclo, solicito a presença que já está aqui dos senhores convidados: o Dr. Hugo Barreto, Secretário-Geral da Fundação Roberto Marinho; Dra. Maria Auxiliadora Seabra Rezende, professora, Presidente do Conselho Nacional da Secretaria de Educação; Doutor e Professor Gabriel Mário Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior; o professor Mario Helio de Souza Ramos, Presidente da Fundação Bradesco e o Deputado, ex-Ministro e amigo de todos nós, Paulo Renato de Souza.

Como é do conhecimento de muitos que eu vejo cada terça-feira e, às vezes, na quinta-feira aqui nessa sala, nós estamos aqui dando continuidade a um ciclo de debates com uma pergunta central: O que fazer para sair do "apagão" intelectual? Que decorre do "apagão" educacional que atravessa o Brasil? É uma pergunta direta. Eu cheguei a mandar uma circular a cada um dos convidados dizendo: "Se o Presidente da República lhe chamar para Ministro ou Ministra, o que você leva para ele? Eu só aceito se fizermos isso aqui". Quais são os passos para fazer uma revolução na educação brasileira? É nesse sentido que eu tenho o prazer de passar a palavra em primeiro lugar, na ordem da esquerda para a direita, a uma pessoa que tem muito a nos dizer, que é o Dr. Hugo Barreto, que é Secretário-Geral da Fundação Roberto Marinho, ou seja, é o gestor dessa Fundação que fez a sua revolução no Brasil desde a época do Telecurso. Aquilo foi uma revolução. Mas uma revolução pontual, não foi a revolução da educação, mas foi sim uma contribuição revolucionária que continua sendo feita com diversos outros programas da Fundação. Eu passo a palavra ao professor e Dr. Hugo, pedindo que diga: Qual é a posição pessoal dele - não precisa falar em nome da Fundação - para a gente mudar a educação básica no Brasil? Professor Barreto. Aqui nós evitamos controlar o tempo. Vai tocar uma campainha automaticamente depois de 15 minutos, mas eu não cortarei a palavra.

Eu espero, entretanto, para que a gente possa ter um debate, porque vão chegar outros Senadores eu tenho certeza, não seja uma fala muito extensa, mas sem necessidade que a gente corte.

Eu quero dizer aos senhores que aqui estão e aos que estão assistindo pela televisão, que essas Audiências que nós temos hoje nas Comissões, não têm como contar com um número muito grande de Senadores. Cada um deles está envolvido em outras Comissões, em outras atividades. O momento é de grandes conturbações e atividades. Por isso, fico feliz que aqui já passaram diversos assinando a presença, outros virão e que a gente possa contar com, sobretudo, a transmissão pela televisão, a transmissão pela rádio e o livro, que ao final, nós vamos fazer para entregar ao Presidente da República através do Presidente do Senado.

Então, eu passo a palavra ao professor Hugo. Só quero avisar... Todos falarão. Depois os Senadores perguntam e todos responderão. O meu amigo, Ministro Paulo Renato, tem um compromisso na Câmara às 11h. Ele está preferindo ir e voltar mais tarde. Fique tranqüilo que nós vamos estar aqui esperando. Então, Ministro e Deputado fiquem à vontade. E nós esperamos aqui na hora que for possível. Professor Hugo. Eu queria pedir que viesse para cá, para na televisão não ficar uma cadeira vazia.

SR. HUGO BARRETO: Bom dia Senador Cristovam Buarque, amigo da educação brasileira, amigo da nossa Casa Fundação Roberto Marinho. Temos a honra de ter o Senador Cristovam Buarque como membro do Conselho Curador da Fundação Roberto Marinho já há muitos anos e contribuindo, inclusive, na construção da nossa agenda, com o seu senso aguçado, sua forma participativa e inquieta de construir e os debates, de colaborar nos debates que o nosso Conselho Curador tem membros da sociedade civil brasileira de diferentes áreas do conhecimento, de diferentes áreas de atuação institucional. Então, Senador Cristovam Buarque é mais do que tudo um grande parceiro e amigo da Fundação Roberto Marinho, nos ajuda a pensar, enfim, a construir os nossos caminhos. Então, eu queria aqui saudar o Senador Cristovam Buarque e em nome dele, saudar todas as Senadoras e Senadores aqui presentes na Comissão, educadores, colegas da Mesa, nossa Maria Auxiliadora, Presidente do CONSED; Ministro Paulo Renato que acaba de sair; meu colega Mário Hélio; professor Gabriel, enfim, todos aqueles que aqui estão interessados nesse importante debate sobre a educação brasileira.

Eu trago aqui uma rápida apresentação e começo com uma provocação, na verdade, o nosso lema, e ainda muito antes do Senador Cristovam Buarque ter lançado a sua candidatura à Presidência, é: "Educação é tudo". Um lema que sintetiza o nosso ser e agir e pensar por conta e para a educação brasileira e para a educação de qualidade que a gente deseja tanto poder colaborar minimamente para mudar esse cenário. E lembro quando o Senador se licenciou do Conselho Curador da Fundação Roberto Marinho para sair candidato à Presidência, ele ligou para o José Roberto Marinho, nosso Presidente, e falou assim: "Esse slogan é perfeito para esse debate que eu quero instaurar no Brasil". E então eu falei, o José Roberto Marinho falou: "Senador, o senhor é membro do Conselho Curador da Fundação Roberto Marinho, tem toda a legitimidade, se aproprie porque esse jogo não é nosso, esse jogo é do Brasil". Aliás, na medida em que o Brasil se apropriar efetivamente dessa idéia, e que foi a mensagem da campanha e é a mensagem de quase todos aqueles que estão aqui, de quase todos aqueles brasileiros que pensam que educação pode ajudar de fato a mudar o Brasil, a nós construirmos um país onde se busque um superávit educacional e não apenas outros superávits que se buscam nesse nosso país há muitos e muitos anos, mas não é de agora, que eu não quero aqui, em nenhum momento da minha fala, contextualizar momentos e sim um olhar histórico no tempo e no espaço.

Então, eu acho que para falar de uma educação de qualidade, que se deseje construir no Brasil, eu acho que antes de tudo, é importante a gente ressaltar a idéia de qualidade, o que é essa educação de qualidade que nós todos queremos buscar e pensar e tentar trazer aqui para esse debate provocado pela Comissão de Educação do Senado. Eu acho que nós estamos falando de uma qualidade, de uma escola de base eminentemente humanista, de uma escola pluralista, de uma escola inclusiva e que esteja aberta a diferentes dimensões na multiculturalidade brasileira, da diversidade. Eu acho que é uma escola que seja referenciada essencialmente no social e que tem por base, e tenha a sua base, nos próprios sujeitos históricos, uma educação que signifique, que seja relevante para vida do aluno. Eu acho que é disso que necessariamente quando se fala em educação de qualidade, é basicamente o fulcro do que eu acho que nós devemos pensar como destino final de qualquer agenda, de qualquer debate que se queira construir nesse cenário educacional brasileiro.

Vou pedir aqui para mudar o slide, por gentileza. E acho que para isso, eu acho... Tanto se fala a idéia de um país mobilizado. Porque a questão educacional só se transformará efetivamente em uma agenda de mudança e de transformação quando ela deixar de ser uma agenda de Governo para virar uma agen-

da de Estado. Uma agenda onde as políticas não se interrompam, não se alterem em função dos acontecimentos momentâneos, em função de mudanças de gestores e mais, em função de mudanças de Governo. Então, eu acho que essa idéia de um Brasil mobilizado por uma agenda educacional como algo relevante, tão relevante como uma mobilização que se dá em torno de uma Copa do Mundo, tão relevante como se dá no combate à inflação, no combate à fome, a idéia de que a educação é uma ferramenta de transformação. E isso cada vez mais está presente. Quer dizer, a gente percebe claramente que cresce no Brasil o consenso de que a educação de qualidade é o único caminho, que de forma consistente e sustentável pode reduzir a pobreza, as desigualdades e promover o nosso desenvolvimento social e econômico. E não é por outro motivo que governos, empresas, organizações da sociedade civil e cidadãos têm assumido cada vez mais participação ativa na luta por uma educação de qualidade para todos. E esse debate que a Comissão de Educação do Senado propicia para o país é mais um exemplo desse momento que o Brasil vive. Eu acho, eu sou muito otimista que a gente nunca esteve tão próximo de construir um enorme consenso nacional em torno de uma agenda única para educação brasileira. Se esse país conseguiu montar um Sistema Único de Saúde, um SUS, como é que nós não conseguimos montar um sistema de educação brasileiro que efetivamente dialogue em todos os níveis, que efetivamente dialogue que com todos os atores relevantes da sociedade brasileira. E eu acho que a gente está muito próximo disso. Várias agendas de Governo, das instituições como CONSED, como UNDINI, é o movimento "Todos pela educação" que é um movimento que surge como uma força fantástica. O plano que o Ministro Fernando Haddad acaba de lançar coroando uma série de ações e incorporando essas demandas da sociedade civil, eu acho que apontam para esse caminho em cima de uma realidade que é dramática. Portanto, faz-se necessária uma maior articulação e uma rede estratégica solidária e permanente, capaz de transformar intenções elevadas e boas idéias em práticas efetivas que desçam dos gabinetes e cheguem efetivamente aos alunos nas salas de aula, especialmente os mais pobres. É a nossa crença que apenas quando cada um dos setores fizer a sua parte de forma integrada e sinérgica, a educação deixará de ser pauta de importância secundária tornando-se instrumento de autonomia e emancipação para os brasileiros hoje excluídos do processo de desenvolvimento do país.

Quais são as grandes questões em torno das quais nós estamos, então, nos deparando quando falamos em educação de qualidade, a nosso ver? Vamos olhar alguns pontos. Aqui nós não temos a pretensão, nessa fala de 15 minutos, de abordar a agenda educacional brasileira na sua maior dimensão de profundidade, mas talvez pontuar as grandes questões que estão, mais ou menos, sendo colocadas por todos aqueles que lidam com essa agenda. Uma delas é a própria questão da universalização, que ela está aí colocada com 97%, 98, 96, há cálculos diferentes para essa questão, mas ela está aí colocada, a idéia que foi um esforço enorme que foi feito durante a gestão do Ministro Paulo Renato, o Ministro Murilo Hingel, ainda na gestão anterior, dava início a um debate de educação de qualidade para todos e que vem se consolidando como um eixo inclusivo da grande maioria da população brasileira. Temos ainda um contingente importante fora, porque dois ou 3%, quando se fala em 1% de crianças fora da escola, pode parecer um índice pequeno, mas eticamente é indefensável. Então, ainda quando se fala em um, dois ou 3% fora da escola, eticamente é indefensável. Sabemos da dificuldade que é chegar nesses 3%, que eles em geral estão nas florestas, nos rincões(F) longínquos, então é 1%, dois a três a 4% muito pulverizado. Mas ainda assim, é uma questão que ainda não está completamente equacionada. Além disso, recente estudo da Unesco mostrar que o nosso país aparece no grupo de 28 nações em desenvolvimento ainda com mais de 500 mil crianças fora da escola. Então, esse é um tamanho de um problema ainda bastante relevante. Temos cerca de dois milhões de jovens de 15 a 17 anos também fora da escola.

Aliada à questão da universalização, nós temos a questão da baixa qualidade. Há pouco tempo foi divulgado pelo Governo Federal que apenas 166 escolas públicas brasileiras, de primeira a quarta série no Ensino Fundamental, o equivalente a 60% do total avaliado pelo Ministério da Educação tem desempenho comparável ao de países de primeiro mundo, de um universo enorme de escolas. Eu repito, 166 escolas apenas. O IDEB nacional hoje é de 3,8 nos anos iniciais de Ensino Fundamental da quarta série. 3,5 nos anos finais e 3,4 no Ensino Médio. Essa escala vai de zero a dez e considera o desempenho dos alunos medido pelo SAEB e pela Prova Brasil e o rendimento medido pela taxa de aprovação no censo escolar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto pediu a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu não entendi o percentual de escolas nossas que o senhor falou.. São 169 escolas?

SR. HUGO BARRETO: São apenas 166 escolas do total--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Esse percentual representa o total? O senhor falou o percentual representa o total de escolas.

SR. HUGO BARRETO: Não, não eu não falei o percentual. Eu falei que é um número muito baixo comparado com o nosso universo de milhares. São centenas de milhares de escolas públicas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O percentual é 0,1%.

SR. HUGO BARRETO: Exatamente. É 0,1.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É um em cada mil.

SR. HUGO BARRETO: Agora eu quero só insistir. Eu estou pontuando, eu estou trazendo alguns desses dados apenas só para mostrar o tamanho do desafio, mesmo supondo um enorme movimento articulado em todas as instâncias que começa a acontecer nesse país já de alguns anos e não é de hoje. Eu acho que nesses últimos 10 a 15 anos começou a acontecer um círculo virtuoso na educação brasileira, mas que é uma dívida enorme, é uma dívida de 500 anos. Então, a gente tem muito chão pela frente. Quer dizer, um país que enfrentou o apagão elétrico, um país que enfrentou uma série de apagões, que tem enfrentado a questão da fome, que enfrentou... Tem que enfrentar essa questão educacional de forma prioritária na agenda. É preciso ter várias agendas.

Há pouco tempo, é que eu não quero sair fora da apresentação senão eu vou levar duas horas e vou ser injusto com os meus colegas da Mesa. Depois se houver tempo, eu falo outras coisas. Então, essa é uma questão da baixa qualidade. Outra questão é a formação do docente. Falávamos ali há pouco, o Ministro Paulo Renato, a Secretária Maria Auxiliadora, o grande nó brasileiro que é a formação do docente. Nós temos ainda um corpo enorme de docentes que não têm a qualificação profissional necessária para o próprio exercício da profissão e os senhores todos aqui e senhoras membros da Comissão de Educação sabem que isso não é nenhuma novidade. E, além disso, a própria idéia da gestão escolar que passa não apenas pela gestão pedagógica, mas gestão de todos os processos de relações sociais, de relações acadêmicas, de relações pedagógicas, de relação administrativa do processo. No país, a gente ainda não tem esse viés de fortalecer efetivamente as competências do gestor escolar. Nas próprias faculdades de Pedagogia tem a disciplina de Administração Escolar que é uma coisa muito lateral na formação, e a própria concepção de gestão escolar ela é uma das questões centrais em outros países do mundo, não só dentro do próprio processo de formação do professor como o processo ao longo da vida de formação continuada, um processo contínuo de formação e de capacitação dele para a gestão do processo de aprendizagem. Nós estamos falando de um processo de anos, de um processo onde tem diferentes atores no entorno daquele contexto da sala de aula.

Chego à outra questão da evasão. A formação inicial que traz conseqüências graves, e contribui efetivamente para essa baixa qualidade. Ainda são extremamente preocupantes as taxas de evasão escolar no Brasil conforme dados do censo escolar da educação básica de 2006. No Ensino Fundamental, cerca de 7,5% de um contingente enorme de milhões e no Ensino Médio de 15,3%. E quando falamos repetência, a gente chega rapidamente, de evasão, a gente chega rapidamente na repetência e na distorção idade-série. Segundo pesquisa da Unesco, também de 2006, a taxa de repetência no Brasil é de 21%, e se assemelha às de Moçambique e Eritréia, que possuem respectivamente, estão na posição 168 e 171 do IDH, do Índice de Desenvolvimento Humano da Unesco. Quer dizer, nós nos comparamos, em termos de posição, sem nenhum preconceito contra qualquer país, mas apenas dentro de uma escala de prioridade, a esses países que estão nessa posição. A lista tem 177 países. O Brasil é o 63°. Segundo estudo, a repetência reflete condições insatisfatórias de ensino e aprendizagem. Os danos provocados pela repetência são imensos, com tendência a progressão, inclusive. Além de representar prejuízo para o próprio aluno. A repetência escolar traz perdas para o país, inclusive, de natureza econômica. No Brasil, a prioridade das prioridades é o superávit econômico. [soa a campainha] Então, vamos discutir essa questão da repetência inclusive sob esse ponto de vista também, além da questão pedagógica e social. No Brasil o gasto anual em função da repetência de alunos de primeira e segunda série do Ensino Fundamental, chega a 2,2 bilhões por ano para sustentar esse ciclo da repetência, de acordo com o Secretário Executivo da Organização Não Governamental Missão Criança. Então, o Brasil que corta em áreas importantes se dá ao direito de perpetuar esse ciclo da repetência que custa aos cofres públicos 2,2 bilhões de reais por ano. Só para contextualizar na mesma dimensão da questão econômica.

A distorção idade-série gera um outro grande desafio dentro da escola. Porque em uma mesma sala de aula passam a conviver alunos com 13, 14 anos e outros com 17, 18, 19. Então, nós temos uma questão pedagógica e o professor planeja e ministra a sua aula para quem? Para o aluno de 13, com que vocabulário, com que conteúdo para o aluno de 19, 20? Há uma descontinuidade também das políticas públicas, como eu disse no início, essa é uma outra questão, e chega

ao último ponto que eu queria trazer aqui, do estresse dos grandes desafios e problemas que é a questão do analfabetismo, que o então Ministro Cristovam Buarque tentou trazer isso para o centro da cena educacional brasileira. Há um estoque ainda enorme que vem diminuindo nos últimos anos, mas o estoque é enorme e uma dívida que o país tem com um contingente enorme de brasileiros. Então, esse é um desafio, porque não se trata apenas de olhar sob o ponto de vista da complacência, de uma bolha de brasileiros que são ali e que já estão em certa idade, porque isso, inclusive, reflete no futuro de outros brasileiros que são filhos desses analfabetos e dessas analfabetas, porque todas as pesquisas apontam que quanto maior a escolaridade dos pais, maior a escolaridade dos filhos. Então, nós estamos gerando um ciclo negativo ao permitir que isso continue. Além de negar o direito de educação a jovens e adultos, ainda podemos estar comprometendo a educação da geração futura.

Como lidar com tudo isso? Que agora é para tentar entrar na segunda parte da minha fala, eu não sei se estourou o tempo, tocou uma campainha, eu não sei se terei mais uns cinco a sete minutos, Senador? Eu acho que é a própria idéia de construção da universalização e da qualidade da educação básica, que eu acho que é o pacto que está sendo proposto pelo plano, o pacto nacional pela qualidade da educação, isso passa por uma mobilização e articulação dos governos e da sociedade civil organizada, como eu disse no início citando o movimento "Todos pela educação", a participação dos meios de comunicação levando esse debate para todos os rincões do país e uma agenda de acompanhamento, de execução das metas, seja as metas propostas pelo Governo e as metas alinhadas entre Governo e os vários atores da sociedade civil, começando pelo Congresso Nacional, pelos gestores municipais, estaduais e federais, pelas instituições de classe envolvidas e de representação dos gestores educacionais, pelas lideranças da sociedade civil comprometidas com esse tema. Esse é uma agenda, vamos chamar assim, político-institucional para lidar com essa grande questão. Porque, afinal de contas, todo o projeto de educação tem que refletir o projeto de sociedade que se deseja construir, não um projeto que vem de uma teoria de alguns, e sim de um desejo de uma maioria. Já é consensual que a universalização e qualidade de educação básica constituem um único caminho capaz de reduzir de forma consistente e sustentável a pobreza, como eu disse no início. É também consenso que essa transformação só será possível com a participação de toda a sociedade civil, porque isso, inclusive, nos sinaliza a Constituição de 88. Ela já dizia que lidar com a criança, com a família é dever. É dever de todos, da família, do Estado e de tantos outros atores da sociedade civil. Portanto, está lá, é um desejo expresso pela nossa própria Constituição. E acho que há um sentimento, como eu disse no início, que vivemos o melhor momento para realização do pacto nacional. Há condições para isso acontecer, mas é preciso uma mobilização ainda maior.

E nesse sentido, eu gostaria de destacar as metas do movimento "Todos pela educação", aquelas cinco metas já enunciadas. A primeira: Que todas as crianças e jovens na escola até 2022, pelo menos 98% e se possível 100% das crianças e jovens brasileiros, de 14 a 17 anos, devem freqüentar a escola. A segunda meta: De que todas as crianças e jovens, concluindo os ciclos até 2022, 95% dos jovens brasileiros na data do seu aniversário de 16 anos, devem ter completado o Ensino Fundamental. Destes, 90% sem repetência. Essa é uma meta que há vários gestores, há várias pessoas se comprometendo com isso, a começar pelo Ministro da Educação que incorporou várias dessas agendas no plano de desenvolvimento da educação. Até 2022, também, 90% dos jovens brasileiros na data do seu aniversário de 19 anos devem ter completado o Ensino Médio; destes, 80% sem nenhuma repetência. Meta III: Todas as crianças sabendo ler e escrever; até 2022 toda criança de oito anos deve estar alfabetizada. Meta IV: Todos os alunos aprendendo até 2022; 95% dos alunos devem estar acima do nível básico e 75% acima do nível satisfatório do SAEB, Sistema de Avaliação do Ensino Básico. Meta V, última meta: Garantia de recursos para educação; até 2022 o investimento mínimo anual para cada aluno da rede pública de educação básica deverá ser equivalente a 25% da renda média per capita do brasileiro. O que equivale a 5% do PIB. O Senador Cristovam Buarque falava isso, eu lembro, em um daqueles debates eleitorais e achamos que é perfeitamente possível.

E com que focos e prioridades tentar buscar a concretização dessas metas? Vou pedir para mudar a tela, por favor. Primeiro: Não deixar de enfrentar a questão da formação inicial e da formal continuada dos professores. Segunda, a questão da ampliação do tempo escolar. Achamos importante. Há controvérsias sobre a idéia da escola integral, eu particularmente tenho dúvidas, a impossibilidade disso ser homogêneo em todo o país, mas nós temos que quebrar esse círculo de quatro horas que no fim são três horas e meia, três horas de aula na escola pública que é muito insuficiente quando a escola privada tem cinco, seis horas de aula. No mínimo nós temos que aumentar esse tempo de permanência na escola, mas associado a outras medidas porque só aumentar o tempo

de permanência sem melhoria da qualidade pode ser também aumentar o tamanho do problema.

A formação de gestores escolares, como eu disse, a gente tem tido uma experiência de premiar ou chama-se, Prêmio Gestão Escolar, que fazemos em parceria com o CONSED, representado pela Secretária Maria Auxiliadora e com o UNDINI entre outros, e que tem mostrado a cada ano experiências de gestão, experiências exemplares de gestão escolar, mas que são ainda muito poucos em termos do quantitativo [soa a campainha] brasileiro.

A outra agenda importantíssima é a da democratização das tecnologias de informação e comunicação. Estamos vivendo em um mundo onde todos os segmentos da população, inclusive os de baixa renda, estão expostos a um bombardeio de informação seja pela televisão, seja pela internet, pelo rádio, pelos meios de comunicação, seja pelas suas relações pessoais interfamiliares e extra familiares. Eu costumo dizer que já se falou que o século XX viveu a idade da informação. Eu acho que a gente está vivendo a idade da interação a partir desse século XXI. As relações são os ativos mais importantes que cada cidadão tem. Então, essa democratização do acesso e da disponibilização das tecnologias de informação, ela é fundamental em um país continental como o Brasil, e há recursos para isso. Nós temos o Funch(F), há outros fundos que hoje apenas estão sendo vinculados a um projeto de superávit econômico. Nós temos que buscar o superávit educacional, o superávit social para esse país de fato dar um salto de qualidade.

E por fim, consolidar um sistema nacional de avaliação de aprendizagem. É um processo que o INEP, com a Maria Helena, com o Ministro Paulo Renato, deu início a uma série de indicadores, depois o Ministro Cristovam Buarque entrou no processo também trazendo outras filosofias, o Ministro Haddad acaba de fazer alguns ajustes, mas consolidar isso de forma que a sociedade brasileira acompanhe *pari passu* e isso vire uma agenda na família, que dê orgulho para o brasileiro ver a educação dos seus filhos, cobrar a escola, cobrar o professor, se cobrar internamente: "O que está acontecendo com o meu filho?"; a partir de indicadores que sejam públicos, que sejam transparentes e compreensíveis. Então, eu não quero me estender mais do que isso, termino aqui falando rapidamente sobre três ou quatro aspectos da trajetória da Fundação Roberto Marinho, que embasam um pouco essas nossas concepções e percepções, que eu acho que são mais percepções, que a gente traz para esse debate promovido aqui pela Comissão de Educação.

Muito rapidamente a Fundação Roberto Marinho tem 30 anos de história e como o Senador Cristovam Buarque fez a introdução vem se dedicando a esse segmento de educação de jovens e adultos que está na base da pirâmide, isso por quê? Porque o Brasil, historicamente, virou as costas para esse segmento durante muitos e muitos anos. Então, a base da pirâmide que já é uma pirâmide com várias carências, que é esse jovem, esse adulto com uma escolaridade parcial, incompleta ou até nenhuma escolaridade é o foco de atenção com os Telecursos. Nós já conseguimos, graças a Deus, que mais de seis milhões de brasileiros se formassem através de diferentes programas de telecurso adotados em diferentes redes públicas brasileiras nesses últimos 15 anos e achamos fundamental oferecer uma perspectiva de resgate dentro daquela concepção inicial que eu falei de educação inclusiva. E mais do que isso, com o telecurso, a gente acredita que a gente está democratizando também a qualidade, não a qualidade da nossa instituição, mas a qualidade do núcleo de excelência das universidades brasileiras que desenvolveram os diferentes conteúdos curriculares das diferentes disciplinas do telecurso. Com o Telecurso 2000 nós estamos podendo levar as competências do núcleo de matemática da PUC do Rio de Janeiro para todo o Brasil, para o sindicato dos seringueiros de Xapuri, as favelas do Rio de Janeiro, aos navios que vão para fora do Brasil e assim por diante, o Timor Leste que tem salas de aula para ensinar português, o pessoal do CPDOC da UFRJ do Rio de Janeiro, o curso de História que tem o seu conteúdo dentro do telecurso e isso é disponibilizado para todo o Brasil, o pessoal da USP em São Paulo de Biologia, Física e Química enfim, esses vários núcleos de excelência que contribuíram para construir o projeto, permitem que com essa sua flexibilidade a gente leve para todo o Brasil. E por fim, encerro aqui, a idéia de que pensar uma educação de qualidade é pensar uma educação - desculpe, você tirou o último slide. Se tiver como, não sei se vai te atrapalhar, seria o último - é pensar que dê oportunidades iguais a quem a vida deu caminhos diferentes. Eu acho que essa é a mensagem central da nossa fala. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a fala do Dr. Hugo Barreto e passo a palavra para a professora Maria Auxiliadora Seabra Rezende para dizer-nos como é que os Estados vêem a solução para o problema educacional. O que os Estados têm a cobrar do Brasil para que haja a revolução que a gente precisa.

SRA. MARIA AUXILIADORA SEABRA REZENDE: Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Cristovam Buarque e dizer que em nome do CONSED, nós temos uma

grande expectativa em relação ao resultado final das Audiências Públicas que vêm sendo realizadas pela Comissão de Educação do Senado, pela diversidade das áreas que estão expondo, pela diversidade dos olhares em relação à educação.

Eu, na verdade, vou me abster de falar dos problemas, do diagnóstico, porque eu acho que poderia assinar o documento apresentado pelo professor Hugo Barreto. A situação em relação à educação, o diagnóstico do nosso país em relação à educação, os problemas em relação à repetência, distorção idade-série, a dificuldade de atendimento, a grande diversidade que nós temos em relação ao atendimento do ensino especial, da educação indígena, o grande desafio desse país para atender a educação do campo, milhares de alunos espalhados nesse campo do nosso Brasil tão diferente e que muitos deles ficam três, quatro horas dentro de um veículo para chegar a uma escola, uma escola que não diz nada à sua realidade. Uma escola que apesar das promessas, que toda família tem como expectativa de resposta dessa escola, ela não prepara esse aluno, ela não tem nada a ver com a realidade dele. Então, eu gostaria de colocar que nós vivemos um momento importante no país na medida em que existe uma clareza dos nossos maiores desafios, dos nossos maiores problemas, os problemas já colocados, eu reforço algumas situações importantes em termos de momento favorável, nós estamos vivendo, temos do ponto de vista de legislação um grande avanço no que se refere à LDB, a plano nacional, uma nova reorganização do ponto de vista de financiamento. O deslocamento da política, em termos de foco, levando para a escola pela primeira vez, o país, hoje, tenta ter um espelho do resultado da avaliação de cada escola desse país, ainda deixando de lado as nossas escolas do campo, escolas indígenas, escolas multisseriadas, mesmo as escolas menores na cidade, mas pelo menos temos como foco a escola, o desafio de conhecer essa escola que nós temos no nosso país.

Temos uma tendência e uma responsabilidade em busca da eqüidade, da eficiência e da eficácia do sistema, tanto formal, municipal, quanto o sistema estadual. Acho que, pela primeira vez também, temos preocupações e programas que procuram formar o gestor, várias iniciativas de municípios do CONSED, do Governo Federal, têm mostrado a importância e o papel de liderança que o gestor escolar pode exercer em busca da condição da qualidade, da oferta de uma educação pública para todos, respondendo essa diversidade. Os caminhos que nós temos.

Ao mesmo tempo, respondendo a pergunta insistentemente colocada pelo Senador Cristovam Buarque: "Quais são os desafios e como nós podemos responder, se fosse convidada para ser hoje Ministra da Educação?" Primeiro teria que ir para casa pensar muito antes de aceitar esse desafio, porque eu acho que existe clareza como nós colocamos do diagnóstico e dos problemas. Entendo que é preciso estabelecer ou redefinir, reescrever o pacto federativo. Entendo que hoje exista um choque de atribuições, de responsabilidade. É preciso que exista uma clareza, do ponto de vista de país, quais são as nossas responsabilidades de Estados, de municípios e da própria União.

Se nós olharmos do ponto de vista da legislação, existe, mesmo na legislação existe certa confusão em termos de responsabilidade e atribuição dos municípios e dos Estados, isso implica em uma grande diversidade de atendimento, de políticas públicas, muitas vezes, confusas e incoerentes no que se refere ao atendimento das crianças e jovens que estão sendo atendidos nas nossas escolas, então, eu colocaria que o primeiro passo seria essa redefinição de um pacto federativo, de um regime de colaboração.

Entendo também a necessidade, e essa era a nossa expectativa, da construção de um documento, de uma proposta, de um pacto de país em relação à educação, deixando claro quais são os padrões mínimos ou não mínimos, os padrões de qualidade para o atendimento. É preciso que as nossos crianças não estejam à mercê da sorte, de ora estar em uma escola A ou em uma escola B, mas que independente da localidade, do município e do Estado em que elas estejam estudando, alguns padrões sejam assegurados, para que ela tenha realmente o acesso a um padrão de atendimento com qualidade.

É preciso redefinir e ter clareza dos padrões de formação de professores. Nosso país tem uma diversidade imensa e nós sabemos do desafio que nós temos. Da falta de professores para algumas áreas, mas não só isso, o diferente... As universidades precisam conhecer melhor o desenho da escola pública. Quais são os desafios que o professor da escola pública precisa enfrentar, que formação esse professor precisa ter, como é que nós vamos construir nesse país com essa diversidade imensa de caminhos tão diferentes, como foi a fala final do Hugo Barreto, que tem caminhos diferentes, histórias diferentes, mas que têm direitos, tem direito a ter acesso a uma educação que seja, que responda a essa diversidade, que seja de qualidade.

Acho que é preciso, dentro desses padrões mínimos, ter regras claras de financiamento. O FUNDEB está longe de resolver o problema de financiamento da educação pública desse país. Se realmente a educação está sendo colocada como uma prioridade, como uma prioridade de país, é preciso ter um olhar diferente que

vá além do que foi colocado no FUNDEB. O FUNDEB não vai resolver todos os problemas, o volume de recursos é pequeno, entrando todos os alunos da educação básica, Educação Infantil, educação de jovens e adultos e Ensino Médio e preservando os 15% que antes eram aplicados no Ensino Fundamental, o que é correto em termos de prioridade e do ensino obrigatório, o cobertor é muito curto para atender essas novas modalidades e etapas da educação que estão entrando no fundo. A maioria dos Estados passa a ter um volume menor de recursos com a entrada do Fundo. Um exemplo aqui, nós temos certeza que a educação de jovens e adultos tende a encolher, ela tem o menor per capita, o próprio programa federal que existia, que era universalizante deixa de existir. Então, muitos Estados e municípios além de não receber complementação vão deixar de ser atendidos com esse recurso extra que vinha para o atendimento da educação de jovens e adultos. Em alguns Estados, o per capita, o percentual do Ensino Médio de 1.2 ele é fictício porque na hora de distribuir o recurso atendendo o Ensino Fundamental e olhando as duas pontas, com certeza esse per capita não vai ser cumprido. Temos hoje em discussão um desafio e uma ação em relação ao aumento das verbas para educação. Então, se o país está dizendo que a educação é prioridade, nós temos que ter um olhar diferenciado no que se refere a financiamento, pelo menos nesse momento de realizar esse esforço gigantesco que nós estamos colocando com uma proposta de país, de garantir que dívidas históricas sejam resgatadas.

Acho que é necessária a discussão e a queda da DRU. Nós temos que enfrentar isso como educadores e se estamos colocando que é importante e que precisa ter mais dinheiro e financiamento é importante, então, nós temos que ter coragem de dizer que é preciso deixar de cálculos milagrosos que acabam retirando dinheiro da educação. É preciso que Estados e municípios realmente priorizem esse atendimento desde a escolha dos seus diretores escolares aos Secretários de Educação, aos Secretários Estaduais, que o recurso da educação seja gerenciado pelos Secretários municipais e estaduais de educação. Temos uma expectativa, Senador, que acho que o PDE tem avanços importantes na medida em que ele coloca como foco problemas já históricos, estabelece metas, estabelece prioridades, mas é preciso a gente chamar a atenção. O PDE em quatro anos vai movimentar algo em torno de oito bilhões. O FUNDEB vai movimentar no mesmo tempo, 200 bilhões. Como é que nós queremos ter um novo desenho, construir um novo modelo de educação para um país se nós não conseguirmos ir além do que está colocado enquanto PDE? Nós precisamos definir metas que sejam para um país.

O Plano Nacional de Educação não pode continuar na gaveta. Existe um plano que foi construído, que precisa ser implementado, que precisa ser revisto, precisa ser alinhado com o próprio Plano de Desenvolvimento da Educação. O plano nacional não pode ser uma peça de ficção científica que fique guardado em uma gaveta. Houve uma discussão, existem metas importantes e nós precisamos ter esse desenho e essas metas que são para um país que está se propondo a realizar a verdadeira revolução na educação. É importante dizer que mais do que assumir compromisso com os 1200 municípios que têm o pior resultado, que apresentaram baixo IDEB, a mesma relação ainda muito nebulosa dentro do PDE com os Estados, a clareza de como no nosso país nós vamos estabelecer um pacto que envolva município, Estado e União em busca da qualidade. Como é que nós vamos conseguir, através de uma ação estratégica, enfrentar todo esse diagnóstico que nós todos conhecemos quais são os grandes problemas da nossa educação. A evasão, a repetência, a distorção idade-série, a enorme diferença e injustiça que nós temos nesse país. Enquanto eu tenho em um lugar como Brasília em torno de seis mil reais para aplicar, para gastar por aluno/ano, eu chego a um Estado como o Estado do Piauí, os Estados do Nordeste, que sequer conseguem ter o mínimo nacional e dependem de complementação. Então, é muito fictício eu simplesmente divulgar resultados de avaliação em que eu tenho padrões nacionais de avaliação quando as condições não são iguais, quando o esforço precisa ser diferente. Por isso a importância de eu trabalhar com a idéia de padrão. Eu preciso ter um padrão que possa dar as condições necessárias a cada um, olhando as situações que são diferenciadas. Aí eu posso falar em avaliação. Não é justo eu avaliar e colocar o desafio para determinados sistemas se eles não têm condições iguais para realizar a sua tarefa. E com certeza não é com o FUNDEB e muito menos com o PDE que nós vamos dar conta desse desafio do nosso país. Porque falta clareza de metas, de princípios e de foco. Falta a priorização verdadeira da educação, no que se refere à gestão.

É importante nós entendermos que existe uma quebra de ação de política pública, as política públicas elas são de pessoas, na grande maioria dos nossos municípios, Estados e do país. Não existe uma clareza de ação e de política pública que seja um compromisso com a sociedade. Enquanto a gente não conseguir romper isso, nós vamos continuar em um eterno recomeçar de programas, de ações que não têm clareza de onde nós vamos chegar e que tempo nós vamos

levar para construir essa educação. Então, a grande expectativa nossa é de construir realmente um pacto de país em que exista clareza dos papéis dos municípios, do Estado e da União, que exista investimento, que existam condições mínimas para todos os envolvidos e que acima de tudo, nós tenhamos a responsabilização, a prestação de contas para a sociedade, o monitoramento. As condições foram dadas, as condições para que a grande revolução aconteça, agora, nós vamos monitorar. Não adianta mandar cheque em branco para município nenhum, nem para Estado. É preciso que exista clareza do que vai ser feito, prazos para essa execução. Vamos dar condição, mas vamos acompanhar. É preciso responsabilização. Estamos discutindo piso nacional para o professor, o que é extremamente importante. Esse país sabe que nós não vamos fazer nenhuma revolução em educação se os profissionais da educação não tiverem a valorização e o respeito, uma formação adequada ao grande desafio e ao trabalho dele como educador. É preciso valorizar. Nós temos alguns Estados e alguns municípios em que o professor recebe o correspondente ao que uma pessoa que faz a limpeza da escola em outro município. Essa diversidade precisa acabar. Nós precisamos dizer e ter clareza que precisa ter padrão de formação e ter padrão de valorização do professor, mas também precisamos ter a responsabilização. Nós precisamos ter coragem de olhar como é que estão os nossos sistemas, quantos dias por ano os nossos alunos não têm aula [soa a campainha] porque os professores não estão na sala de aula? Quantos professores usam o atestado médico de três dias formalmente reconhecido como alguma coisa possível que a gente sabe que, na verdade, precisa ser enfrentado?

É preciso ter uma política de saúde para o professor. É uma profissão em que o estresse e a doença estão presentes nas nossas escolas. É preciso saber que professor é esse, que formação ele recebeu e como ele realiza o seu trabalho. Então, nós precisamos ter coragem de dizer. Precisamos dar condições, precisamos valorizar, nós precisamos responsabilizar. Precisamos monitorar e saber o que está sendo feito com cada criança que está na nossa escola. Não importa se ela nasceu em uma cidade do meu Estado, que eu não vou citar o nome, mas uma cidade que está no extremo norte do Estado, essa cidade ela recebe mais dinheiro de complementação do que o FPM desse município. É uma cidade que é área de atendimento prioritário, ela tem atendimento técnico, inclusive, do próprio Ministério da Educação e ela continua com baixo IDEB. O Secretário de Educação não mora nessa cidade, o Prefeito também não mora nessa cidade; muitos dos programas e recursos que são disponibilizados para esse município são devolvidos porque não tem ninguém para se comprometer com o que está sendo feito. As crianças desse país não podem ficar à mercê das vontades políticas nem sempre comprometidas com a responsabilidade de gestão do nosso país.

Então, a expectativa nossa é de uma construção de um pacto de país, com metas, com responsabilidades e condições iguais para que a gente consiga romper essa enorme diferença dos nossos Estados, dos nossos municípios, em especial Norte e Nordeste. Nós sabemos que o nível de formação dos pais, as condições econômicas têm influência na aprendizagem. Por isso, particularmente, nós temos que olhar diferente para as situações que são diferentes. Eu acredito que o tempo escolar precisa ser ampliado, os alunos das escolas privadas, a grande maioria já tem atendimento integral, eles ficam no mínimo cinco a seis horas na escola, eles têm aula de inglês, eles têm aula de informática, eles têm aula de esporte. As condições são diferentes. Nós vamos pegar alguns currículos de Ensino Médio, existem escolas privadas que têm, no mínimo, 50% de carga horária de escolarização maior do que da escola pública. Então, a hora que eu divulgo um resultado de um ENEM ou de um SAEB e digo: "A escola pública não presta. A privada é muito boa", eu tenho que olhar que condição eu estou dando para as duas escolas funcionarem, uma vez que eu tenho uma clientela que traz diferentes bagagens e diferentes restrições. Então, eu acho que a escola de tempo integral, a educação de tempo integral é uma realidade de muitos países que fizeram a sua tarefa na área da educação. São crianças que ficam em casa com pais ou analfabetos ou semi-analfabetos, em muitos casos, principalmente no Norte e Nordeste, mas não é uma realidade só do Norte e Nordeste e a permanência na escola faz diferença, a forma de atendimento faz diferença. Agora não é qualquer escola. Assim como o computador na escola não vai trazer por si só o milagre da revolução. Não é pílula que alguém toma que automaticamente vai ter resultado. Então, dizer que computador não faz diferença? Faz se tiver um atendimento pedagógico, se fizer parte de uma proposta de construção do conhecimento. Ficar na escola só, não vai fazer diferença em termos de qualidade, não é só ficar brincando, ter esporte, ter outras atividades de cultura, precisa ter uma redefinição curricular, uma proposta pedagógica que dê sustentação para essa permanência. É preciso que nós tenhamos coragem de assumir as nossas responsabilidades. Os diagnósticos eu acho que são fatos e todo o processo de avaliação, ainda hoje, dá condição para que Estados e municípios conheçam a realidade das suas escolas. O que nós precisamos ter clareza é: O que nós vamos fazer, em que tempo, que condições

nós vamos ter para fazer a nossa tarefa e como é que nós vamos ser acompanhados e prestar contas não para o Governador do Estado, para o Prefeito ou para o Presidente, mas para a sociedade, que espera que a educação cumpra esse papel, e acho que o maior reflexo em relação à expectativa da escola é o quanto a escola é valorizada pelas comunidades indígenas. As comunidades indígenas querem para os seus filhos uma escola que seja boa, assim como nós queremos. A escola, o cacique, ao escolher o professor, ele quer o melhor professor. Ele quer que aquela escola funcione, ele quer que tenha aula todos os dias. E hoje nós percebemos que, inclusive, a própria reorganização das comunidades mudaram pela criança nessa escola. Uma escola que responda a essa realidade, uma escola que atenda a criança e o jovem que veio do campo, melhorando as suas condições de vida, dando expectativas, perspectivas para uma vida diferente. É assim que eu acredito em uma escola, na escola que possa lidar com as diferenças, respeitar as diferenças e dar condições diferentes para que essas pessoas, essas crianças e jovens tenham condições de ter uma vida melhor, porque a educação cumpra esse papel de formação cidadã. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, professora. Eu passo a palavra agora ao Dr. Gabriel Mário Rodrigues, com muito prazer.

SR. GABRIEL MÁRIO RODRIGUES: Bom dia a todos. É com satisfação que nós estamos presentes nessa convocação da Comissão de Educação do Senado para que possamos falar um pouquinho da nossa experiência em relação aos problemas da educação básica.

Nós conhecemos com bastante profundidade o trabalho e toda a obra do Senador Cristovam Buarque em prol da educação básica. Mesmo há pouco quando nós falamos, quando nós tínhamos um projeto novo para o setor educacional, o Senador deixou, que seria até um problema ético, nós deixarmos de lado o ensino básico. Então, sem ser especialista em educação básica, eu venho aqui como cidadão, com uma experiência dos 35 anos de Ensino Superior para tentar passar a vocês um pouquinho do que nós pensamos.

A Revista Época, desta semana, ela publicou essa enquete, onde 800 brasileiros responderam: "Quais são os maiores problemas do mundo?" São 802 brasileiros de oito capitais. Educação, 2,1; terrorismo, 2,2; corrupção, 2,6; saúde 2,7; economia 4,0; drogas, 4,9; 10,2 pobreza; 13,2 meio ambiente; 14,2 desemprego; 43 violência. Então, na minha perspectiva, a sociedade brasileira, esses 802 que refletem uma parte, quer dizer, eles não têm consciência de que desemprego, meio ambiente, pobreza, economia, tudo está relacionado com educação. Então, o primeiro, quer dizer, nós falamos em pacto, não é? A primeira ação que deva ser feita é comunicação, é a sociedade entender que apenas pela educação o Brasil vai poder resolver os seus grandes desafios de poder ser uma nação realmente desenvolvida. Então, falta da nossa sociedade, esse conhecimento de que com a educação teremos mais saúde, mais segurança, mais pessoas capacitadas, mais progresso, mais possibilidade de trabalho, mais desenvolvimento econômico e social, mais qualidade de vida, mais bem-estar, mais eqüidade e distribuição de renda, mais espírito público, mais otimismo, mais experiência e menos tudo que impede o desenvolvimento. Então, na minha percepção, a sociedade não tem essa percepção. Então, o grande desafio: Como criar uma consciência nacional capaz de sensibilizar a sociedade para o desafio do ensino básico de qualidade? O ensino básico porque a demanda, o conhecimento de uma sociedade avançada exige dos seus cidadãos cada vez é mais forte, e isso a sociedade, quer dizer, o brasileiro não tem essa percepção. A sociedade brasileira tem características especiais, quer dizer, o brasileiro, no setor educação, ele acha que educação é uma ação que o Estado deve dar de graça e ele não se mobiliza em valorizá-la.

E, com respeito, quer dizer, a movimentos comunitários, a ações somente quando os grandes impactos acontecem é que o brasileiro começa a se mexer. Não sei se ele tem tantos problemas e, às vezes, até eu fico me perguntando a minha participação, a gente fica preocupado com o seu problema, com o seu umbigo, e não vê o problema da sociedade e não sabe que isso vai extravasar mais cedo ou mais tarde para todos nós. Então, o grande desafio é unir empresas, organismos sociais, religiosos, desportivos, meios de comunicação, sociedade, universidade, Governo, para que haja uma forte determinação política especialmente focada em uma educação básica.

Eu procurei na minha fala, me restringir aos pontos que a Comissão pediu que eu me manifestasse. Então, o grande desafio é esse: Como fazer isso? Como unir empresas, como fazer? É um problema que depende essencialmente de comunicação, essencialmente de comunicação, essencialmente de o brasileiro perceber isso. É um problema de comunicação que vem desde o início. Eu vou tomar o cuidado... Eu procurei me cingir ao que o slide fala, mas, Senador, eu tenho um bisneto de três anos. Eu passei uma semana de férias agora com ele. Ele ficava três, quatro horas vendo desenho de televisão. Então, se a minha participação aqui neste momento não trouxer grandes idéias, mas eu nunca vi a sensibilidade do Governo para o desenho infantil.

A televisão só traz desenho estrangeiro, quase nada brasileiro. E é pelo desenho que é um meio de comunicação, que os jovens aprendem a sua cultura, a sua realidade. O Brasil está em 100 anos ou 50 anos atrasado em perceber a necessidade do desenho infantil. Nós temos quatro, cinco televisões que falam que o objetivo é a criança, e só tem desenho estrangeiro.

Aqui eu procurei, sinteticamente, para poder dar uma idéia, os números de ingressantes em 2005, no Ensino Fundamental, são quatro milhões e 800; os concluintes são 2 milhões, 471 mil e 690. No Ensino Médio nesse mesmo ano, entram 3 milhões 660, e saem um milhão 800 mil 615. Ensino Superior, 1 milhão, 678 e 88 e saem, os concluintes são 117. Isso quer dizer, se nós fizéssemos uma escala, de cada 100 crianças que entram no Ensino Fundamental, só 14, só 15 saem com ensino superior. Então, tudo isso mostra a necessidade de uma atenção toda especial para isso.

O Plano de Desenvolvimento da Educação que é um trabalho do atual Governo, ele traz uma série de ações focadas em diversas áreas da educação onde estão aqui elencados, prevê ações em todas as fases do ensino formal, das creches à Pós-Graduação, cria indicadores de qualidade, prioriza a educação básica, pretende investir na formação das melhorias das condições de trabalho do professor. Porém, é ambicioso, mas é insuficiente. Tem um viés de expansão do ensino público. É reticente em relação ao ensino privado que hoje é o grande contribuinte da educação superior. O PDE tem de ser um projeto de todos os brasileiros. É preciso integrar e federalizar. Então, nós vemos uma série de ações, mas de lado, quer dizer, do ensino privado, nada se coloca como um elemento de participação como nós colocamos. Porque o ensino privado, tanto o superior como o de segundo grau, tem experiência, ele sabe gerir uma escola, tem experiência na formação de capacitação de professores. Quer dizer, há enormes espaços que podem ser aproveitados e nada se fala nisso. A colaboração dos universitários no serviço de apoio educacional. Nós temos perto de quatro milhões e meio de universitários no Brasil. Eles nunca foram... Eles não são aproveitados para nada, inclusive, quando era discutido o PROUNI, nas discussões com o Ministro, no fim, quer dizer, o Estado está dando um benefício a esses alunos. Qual é a troca que eles poderiam dar para reverter isso para a comunidade? Quer dizer, o brasileiro não tem essa concepção de troca. Então, imagine nas universidades públicas, quer dizer, é tudo recebido, que vem de uma cultura brasileira, tudo é recebido como que uma obrigação. O aluno, quer dizer, o profissional não reverte para o Estado, não reverte para a nação que recebeu, quando nos próprios países socialistas quem se forma tem de prestar serviço ao Estado.

Então, uma das perguntas que me foram feitas é que ações devem ser tomadas para que todas as crianças concluam o ensino básico no Brasil? Colaboração federativa, aliança com a sociedade civil; não vai conseguir nada se não tiver aliança, necessidade de marcos jurídicos apropriados, integração entre os níveis de ensino, necessidade de ação coordenada, adequação da estrutura organização do MEC, dotação de recursos apropriados, foco e prioridade no Governo. Quer dizer, eu não vou avançar mais nisso porque os dois que me antecederam praticamente falaram sobre a mesma coisa e a noção, quer dizer, do pacto, a noção de nós termos já um Plano Nacional de Educação que é esquecido e que não há foco para que a solução seja... Que aconteça a solução.

Horário integral - foi outra pergunta - horário integral é uma condição para educação de qualidade, quer dizer, isso vem da década de 20 e 30 onde, evidentemente, quanto mais tempo o aluno ficar na escola, é sempre melhor, mas só o tempo de escola não garante boa educação. Então, isso daqui não é assento na cadeira que vai fazer o aluno aprender. Então, para o ensino integral, faltam diretrizes nacionais, adequação da proposta pedagógica que inclua lazer, cultura e esportes. Como integrar o ensino profissional de maneira que possibilite ao aluno ter competências, habilidades que lhe possam ser úteis na vida? Como realmente fazer o aluno aprender?

Eu assisti, Senador, eu tinha assistido há um tempo atrás, eu repeti dois, um é documentário e um filme, o documentário: "Para o dia nascer mais feliz", que retrata a situação desde a escola, de uma escola, de uma cidade miserável [soa a campainha] de Pernambuco até o Colégio Santa Cruz. Então, o grande foco é como aprender, como aprender, que é a grande perseguição que nós devemos ter, porque não adianta querer ensinar quando... Nesse filme, o aluno está fora, em uma escola de Pernambuco falam de Frei Caneca, quando falam de Frei Caneca o aluno não está nem aí. Na outra, em uma cidade lá do Rio de Janeiro, estão falando de Getúlio Vargas, ninguém está aí. Então, a grande preocupação é como o aluno aprender. Vamos ver se a gente... Como o aluno aprender. Então, se nós tivéssemos resolvido o problema de recurso, instalações, está tudo em ordem, mas falta. O aluno quer aprender? A família está interessada em que o aluno aprenda? A comunidade pode ajudar? O professor aqui mesmo, a professora Maria Auxiliadora. Se o professor não tiver realmente interessado e se ele não for premiado pelo seu esforço, ele é completamente desinteressado.

Tem boa qualidade, quantidades, que é uma outra pergunta. Esse eu quis deixar, quer dizer, em todos os países do mundo Ocidental, o número de pessoas, o sistema constitucional para poder... Enormes recursos foram gastos, mas os diagnósticos da moléstia são tantos e os remédios recomendados tão variados que nunca se chega a um consenso e objetivo de ação. Implicações da boa educação, fortalecimento das licenciaturas, adequação do currículo, realidade de cada escola, garantia de salário compatível, estabelecimento da meritocracia, aplicar recurso da educação básica para garantir o aperfeiçoamento das instalações, comunicação adequada, sala de aula que deve refletir a realidade.

Como fazer um pacto nacional de longa duração, de partidos, governos, empresários, professores, movimentos sociais em prol da educação? Então, eu quis, eu pedi que me elencassem os movimentos conhecidos. Então, nós temos, e aqui, nós devemos ter mais de 100 movimentos no Brasil todo, mas cada um de um lado. O primeiro: Compromisso total pela educação que é do Governo. Todos pela educação que é do setor privado. O Ministro já... Compromisso todos pela educação. Ele já visitou uma série de lugares, mas não há um objetivo central de unir todos esses movimentos. Cada um preocupado em fazer o seu movimento melhor. Então, vamos outro.

Aí foi a pergunta chave: "Quais as vantagens e desvantagens de um Ministério específico para a educação básica?" Eu, quando comecei a me preocupar em dar uma estudada no que eu ia falar, a primeira coisa, será que é preciso Ministério para resolver? Foi a minha primeira pergunta. Será que precisa? Mais um Ministério? Mas depois, se não tiver um órgão que junte tudo, que consiga mobilizar a população e se não for foco de Governo entender que o Brasil precisa preparar os seus filhos para daqui a 10 anos, daqui a 20 anos. Se nós não tivermos visão de futuro, o que a nação quer? Qual é a nossa visão de futuro? Porque é em função da visão de futuro que nós vamos poder fazer alguma coisa. Era isso, nesses breves instantes, o que eu tinha de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, professor Gabriel por suas colocações. Agradeço muito ter focado na linha do que a Comissão quer encontrar e eu passo a palavra ao professor Mario Helio de Souza Ramos, Presidente da Fundação Bradesco. Eu tenho muito respeito pelo trabalho de vocês, inclusive aqui, na cidade da Ceilândia.

SR. MARIO HELIO DE SOUZA RAMOS: Bom dia, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, bom dia Presidente, Ministro e nobre Senador Cristovam Buarque, muito obrigado pelo convite para estarmos aqui ao lado de doutas personalidades, pessoas com muita experiência, o que nos honra muito e também nos traz sem dúvida uma carga de responsabilidade.

Eu também queria trazer o abraço do nosso Presidente da Fundação Bradesco, Dr. Lázaro de Mello Brandão. Eu até corrigiria a gentileza do equívoco, me colocaram como Presidente, mas na realidade o Presidente é o Dr. Lázaro de Mello Brandão e eu sou, na realidade, um modesto servidor da nossa organização Bradesco, um bancário de 37 anos que teve o privilégio de juntamente com Denise Aguiar, neta do fundador Amador Aguiar, ter o privilégio e a responsabilidade de poder dirigir a Fundação Bradesco na sua operação cotidiana.

Eu também gostaria de dizer que me sinto um pouco intimidado, Senador, na minha naturalidade, porque não sou expositor, não sou orador, pediria, portanto a complacência e a clemência das senhoras e dos senhores. Trarei aqui as minhas convicções pessoais como ex-aluno da rede pública, formado na rede pública e formado também no Ensino Médio na Fundação Bradesco e, portanto, debitem eventual colocação inadequada ou mesmo injusta à minha ignorância ou à minha incompetência, mas creditem sim, ao meu espírito de estar aqui presente para colaborar e trazer a nossa visão, e como o senhor colocou uma visão pessoal, de uma pessoa que está militando na área. Eu também pediria à platéia para compreender as nossas reflexões se eventualmente alguma coisa lhes tocar, não concordar, mas o propósito realmente é de a gente ser sincero e franco, como a gente costuma ser em tudo aquilo que nos toca, e deixar aqui contribuições para essa Comissão. Tenho certeza que as pessoas que já passaram por aqui e eu tive oportunidade de assistir algumas das Audiências por vídeo, e mesmo as de hoje, o nosso colega Hugo Barreto, o nosso parceiro, que se aproxima da casa de 15 anos, uma parceria com a Fundação Bradesco no Canal Futura, um canal que leva a educação à distância não para milhares, mas para milhões de brasileiros por cerca de 15 anos; nossa parceira também no projeto de alfabetização do Telecurso Segundo Grau, fomos pioneiros nisso também levando educação, senão da melhor qualidade, pelo menos básica para milhões de brasileiros.

Eu gostaria de fazer uma colocação e até um ditado, que as coisas têm que começar pelo começo, não adianta começar pelo fim, e consideramos que a educação básica, na realidade, é a porta de entrada e de abertura para o que vem depois. Pensamos que educação básica tem que ser realmente o foco da preocupação central de qualquer plano de Governo.

A educação básica promove a igualdade entre as pessoas, desperta o espírito de solidariedade, promove a justiça social, enfim, e como via de conseqüências, reduz criminalidade e violência. Aquilo que Hugo Barreto, professora Maria Auxiliadora, Dr. Gabriel Rodrigues colocaram mostra isso. Eu não vou falar sobre números nem sobre estatística, até porque o INEP que é um órgão competentíssimo do Ministério da Educação tem todos esses dados, tem todo esse painel de controle. E também tenho a certeza que depois de seis audiências, ouvindo pessoas dessa experiência, tanto o nosso Presidente Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores e Srªs. Senadoras, certamente já caíram aos ouvidos os problemas todos da educação que os senhores e senhoras conhecem até mais do que nós, porque convivem com isso como Senadores. Enfim, vou deixar algumas reflexões que eu tenho certeza que o PDE já está contemplando em seus objetivos. Talvez não todas, mas parte delas sim.

Eu também não poderia deixar de registrar aqui a minha admiração especial pelo nosso Senador Cristovam Buarque, com quem tive oportunidade de estar uma vez e ouvir suas idéias em relação à educação. Então, as idéias do Senador Cristovam Buarque são as minhas idéias como cidadão brasileiro, como pessoa que dirige uma entidade educacional como a Fundação Bradesco. Parabenizá-lo, parabenizar Srs. Senadores e Senadoras do esforço de estarem presentes e de terem assumido na pauta a meta da educação.

Temos ouvido e passou por aqui o professor José Carlos Moreira Alves que disse que a questão da educação básica é uma preocupação que vem desde o tempo do Império. Ele trouxe aqui citações dessa época, e imagino, tenho lido também nos jornais que a educação é a sétima prioridade no Governo. Então, eu acho que chegou a hora de a gente assumir que a educação básica, e eu me refiro ao ensino superior que é conseqüência, é secundário, ele vem depois, a educação básica é crucial para o nosso desenvolvimento, para o nosso progresso social e econômico.

O Brasil está à beira de entrar no grupo do G7, G8, G9 ou G10. O Brasil é aspirante ao *Investment Great* e o Brasil não pode mais trazer em seu vácuo a miséria que permeia a educação, não pode trazer mais índices que o colocam ao lado de países como Ruanda, como Uganda, como Chade, como países que foram citados aqui, países devastados pela guerra, países de uma miséria incomensurável, nós não podemos nos perfilar em relação a esses países. Nós somos Brasil, uma potência mundial que está próxima de ser, nos próximos anos, uma das maiores potências do planeta. Então, sem querer parecer piegas, mas educação básica é o nosso foco e não é por acaso, é o foco da atuação da Fundação Bradesco desde 1956. Eu não poderia também falar aqui se não falar alguma coisa a respeito do que nós fazemos da nossa experiência.

Felizmente, para nós da Fundação Bradesco, nós não temos esses problemas. Felizmente, esses números que nós vemos todos os dias, que nós sabemos de repetência, evasão, desistência, desestímulo, falta de fascinação pela profissão dos nossos professores, falta de motivação, falta de políticas mais adequadas, isso não nos aflige, felizmente. Temos um orçamento que não é mais e nem menos do que deve ser. Um orçamento que, hoje, em 2007 beira 100 milhões de dólares, cerca de 90 milhões de reais para 2007. Se olharmos para o passado e para os últimos dez anos, a Fundação Bradesco investiu três bilhões e 33 milhões de reais em seu projeto de educação.

Para os próximos dez anos, também temos os números: Serão mais três bilhões de reais em valores nominais sem correção para sustentar o projeto da Fundação Bradesco, da sua rede de 40 escolas. São 108 mil alunos, 50 mil dos quais da educação básica, que nós pegamos pela mão aos cinco anos de idade no ensino infantil, que eu não fiz como estudante da rede pública no meu tempo, e se tivesse feito teria sido um melhor aluno, porque sabemos da importância de se fazer a transição da criança do colo da mãe e do pai para a escola, para a vida, o quanto isso representa no desenvolvimento futuro do aprendizado desse aluno na questão física e motora.

108 mil alunos, 700 mil já formados de A a Z, ou seja, uma tutela de educação que a Fundação Bradesco lhes propiciou por cerca de 12 a 13 anos. Tive o privilégio de sentar nos bancos da escola da Fundação Bradesco, eu que era carente e os princípios da Fundação são de carência, e conheço realmente a importância que isso teve no contexto da nossa vida.

Sou do tempo em que escola pública era motivo de orgulho. Iniciei na rede pública na década de 60, fiz toda a minha educação básica na escola pública. Naquele tempo, escola pública era referência de qualidade. Lembro até hoje das minhas professoras, em especial de português, que é algo que eu sempre gostei muito, eu que sou um jornalista frustrado - ganhou o jornalismo e perdeu o banco - e ao contrário das escolas privadas, eram vistas com certo soslaio daquelas pessoas que precisavam passar e tinham que pagar para passar.

Sou do tempo em que os professores tinham paixão pelo que faziam. Sou do tempo em que tinha medo de ser chamado a atenção pelo professor ou pela professora, sou do tempo em que tinha medo de ser chamado à Diretoria. Hoje a gente não vê mais isso. Hoje nós vemos a Diretoria com medo de cha-

mar os alunos em função, justamente, da questão da violência, da opressão, da coerção, do medo de represálias. Vejo os professores desmotivados porque não recebem salários adequados. Penso que professor deveria ser uma das profissões mais bem remuneradas de qualquer país pelo que eles representam no nosso futuro. Um bom professor, um professor capacitado vai permear e vai marcar a vida, a trajetória e o sucesso das pessoas o resto da vida. Ao contrário, um professor desqualificado, não porque queira, mas por falta de condições, porque acho que todos querem ser qualificados e capacitados. Um professor desmotivado que não tenha atitude positiva em relação aos seus alunos, que não lhes mostre comando e disciplina vai também transmitir uma imagem que vai perdurar o resto da vida. Assim é em relação aos talentos da educação, os bons alunos e os alunos que de fato não têm o mesmo resultado.

Senador Cristovam Buarque, a educação básica deve ser o foco de atenção de qualquer plano de Governo. Os recursos também são fundamentais. Talvez não sejam os mais importantes, porque até um ditado popular que diz que: "Dinheiro não traz felicidade para ninguém". O dinheiro é muito importante, mas não é talvez o elemento mais importante no contexto. Existem questões legislacionais, regulatórias para serem resolvidas. O recurso não precisa ser mais do que o necessário, também não pode ser o mínimo. Então, não adianta falarmos que se pensa em um percentual de 5% do PIB se 5% não resolverá o problema da educação. Não sei, o Ministro Haddad que, aliás, eu devo também destacar o nosso apreço e a nossa admiração que é um jovem Ministro pernambucano que tem feito um trabalho brilhante que está disposto a contribuir para a solução da educação. Senador Cristovam Buarque e Ministro Paulo Renato, que esteve aqui até há pouco, eu acho que essas pessoas, ao seu tempo, deram grande contribuição. Paulo Renato, ao instituir no país as avaliações nacionais para nos vermos no espelho. O Senador Cristovam Buarque pela felicidade da criação do Bolsa-Educação, do Bolsa-Escola e hoje o Bolsa-Família que sustenta a presença nas escolas de milhões de brasileiros por conta disso.

O recurso do orçamento é importante, eu não sei quanto deve ser, mas é importante. Eu faço aqui analogia com carro. Pode ser um Fusca 1954, como pode ser uma Ferrari. Um chega mais confortavelmente no destino mais rápido, com mais qualidade, chega à frente. O outro vai chegar um pouco mais atrasado. Mas o fato é o seguinte: Se nos dois não tiver combustível, que é o recurso, os dois não saem do lugar. Então, o recurso orçamentário é muito importante para ser contemplado. Não importa se neste Governo deve se haver um pacto suprapartidário, plurianual, um compromisso de todos com a educação, para os próximos 10, 15, 20, 30 anos, não importa. Eu acho que isso é uma questão que deveria se preservar e se buscar como condição para se dar certo qualquer plano, sob pena de não largarmos agora com o plano e haver mudança lá na frente e algo precisar ser blindado.

A gestão desses recursos também precisa ser supervisionada, precisa haver controle para onde vai, não basta a União fazer repasse dos recursos aos Estados e municípios se não tiver o comando e a supervisão [soa a campainha] de como estão sendo geridos. Cabe também aos Estados e municípios contribuir na questão de uma dotação orçamentária que seja adequada para as necessidades de suas localidades. Faltam professores tanto em quantidade como em qualidade. Há um desestímulo na formação de professores. Isso é natural, isso se dá exatamente em função da anemia de que padece a educação nos nossos dias atuais.

Falta exigência regulatória de qualificação para os professores, e se não falta, e não falta, existe requisito legal que exige nível superior, mas até então não se cumpre, algo está errado, isso precisaria ser avaliado e retomado. Essa é uma condição que ao contrário de prejudicar os professores não formados, vai beneficiá-los, fazer com que realmente eles se capacitem, que se reciclem e possam exercer a sua profissão no ápice da sua competência. Se não for assim, não adiantará recurso, não estarão contribuindo para a melhoria do ensino aprendizagem. Então, é necessária uma fiscalização rigorosa. [soa a campainha] Em nível de União, de Estado e município na questão do cumprimento, de exigência, de nível professor que a professora Maria Auxiliadora falou muito bem aqui.

Acho que faltaria centralizar a educação nacional, eu acho que essa é uma idéia do Senador Cristovam Buarque, que diz que a escola no Brasil deveria ser a mesma escola. Os mesmos conteúdos pedagógicos deveriam ser iguais para todos, não importa se no Norte, Nordeste, Sul ou Centro-Oeste. Que não deveria haver diferença entre a escola de ricos ou pobres, que tudo deveria ser igual. Então, é necessário um conteúdo pedagógico nacional, padronizado, onde o que é bom para São Paulo seja bom para o Piauí. Não haverá sucesso em nenhum plano se não padronizar, porque senão as escolas serão diferentes. Cada escola, cada município, cada localidade e cada Governo farão aquilo que achar que cabe, que bem lhe aprouver, que ele acha ser o melhor. Precisa haver um balizamento, isso deve ser centralizado pelos técnicos, pelos educadores, enfim.

Faltam controles objetivos para monitorar os resultados das milhares de escolas brasileiras, para que propiciem intervenções pontuais e não apenas números estatísticos que nos mostrem a realidade que estamos vivendo, que iremos viver. É preciso que haja uma intervenção local de quem quer que seja, seja a nível federal, um órgão regulador, um órgão fiscal que poderia ser criado para avaliar, intervir e fazer as mudanças necessárias nas unidades, sejam escolas municipais, estaduais ou federais.

Uma política de remuneração mais justa para os professores e cuidar da condição econômica dos professores não é menos importante do que cuidar das condições das escolas onde eles atuam, onde eles desenvolvem a sua profissão. E também dos recursos, que eles ficam à disposição, sabemos que falta.

Acho que tem que tornar as avaliações nacionais como o SAEB, a Prova Brasil e o ENEM obrigatório para as escolas públicas e privadas, e não algo condicional, Senador. Eu acho que se nós queremos realmente fazer com que a educação se desenvolva, temos que acompanhá-la, temos que fiscalizar. O ENEM hoje é voluntário, e ele é muito positivo para mostrar, é uma avaliação nacional. Eu acho que deveria ser obrigatório.

Acho que deveria ser obrigatória a educação básica, assim como é o serviço militar. Por que um e não o outro? O serviço militar é obrigatório é importante exatamente para nos preparar, preparar os homens cidadãos para a defesa da pátria, da sua soberania. [soa a campainha] E a educação? Por que não é obrigatória? Deveria ser. Não podemos mais em um país tomado por milhões de pais analfabetos, confiar que eles levem os seus filhos às escolas. Eles precisam trabalhar, o país tem muita carência. Se trabalha, não estuda. Então, teríamos que criar um mecanismo que obrigue os pais a prover educação básica pelo menos, ou pelo menos Ensino Fundamental para os seus filhos.

Falta, talvez, uma política maior de incentivos às empresas privadas, para que elas possam também participar com maior intensidade, com maior volume nos esforços do Governo para suplementar esses esforços. Eu acho que a iniciativa privada tem grande interesse em poder contribuir. Eu me permito falar aqui sobre nosso caso no Bradesco, que quando criamos a Fundação, há 50 anos atrás, criamos para os nossos colaboradores. Dar a eles uma escola de qualidade, e foi se expandindo e hoje, 92% dos alunos que freqüentam nossas escolas são filhos da comunidade, não têm qualquer relação com gente do Bradesco. [soa a campainha]

E quando eu dizia aqui, eu estou encerrando, mais um minuto? E quando eu dizia aqui que nós não padecemos na Fundação Bradesco desses problemas de repetência e evasão, eu me refiro a uma massa de alunos da mais extrema carência. Os requisitos para admissão nas nossas escolas são, primeiro: Maior carência econômica. É difícil escolher entre dois ou mais carentes, todos são. É aquela história do pai que, isso é coisa de caipira, que tinha sete filhos, seis foram do sangue dele e um pegou para criar. E foi esse que ele pegou para criar que foi resgatá-lo em um asilo mais tarde. É difícil, mas é um critério que procura ser justo. Morar próximo das escolas é outro critério. Não adianta dar vaga para quem mora longe da escola, ele não vai à escola, não vai chegar. Vai haver um desestímulo. Falta disciplina nas escolas, falta disciplina interna e externa nas escolas. A gente passa no dia-a-dia em frente às escolas públicas municipais, estaduais, não importa, e vê muita gente fora da escola, para fora do muro interno da escola em horário escolar, e aquilo é todo dia, todo momento. No meu tempo, não tinha isso, não, os muros eram fechados, o portão fechado e para sair da escola tinha que ter requisição dos pais e assinatura dos pais. Decaiu isso, parece que não acontece mais, era uma coisa que teria também ser revista. Não acontece na Fundação, não se vê aluno da Fundação durante o período escolar, nem mesmo no recreio, fora da escola. Não tinha, no meu tempo, 1974, e não tem hoje. Disciplina nas escolas.

Subsídios. Faltam bibliotecas, faltam laboratórios, falta tecnologia para racionalizar, facilitar o trabalho dos gestores escolares, dos funcionários administrativos que poderá levar à redução de custos. É difícil para gente imaginar hoje uma escola sem computadores. No nosso cotidiano, todos nós, somos dependentes do computador, não tem mais como abrirmos mão da sustenção(F). Colocaria um exemplo aqui clássico dos bancos. Há 20 anos atrás, 30 anos atrás, quando entrava no banco, as redações do banco eram feitas em listagem. O senhor ia lá fazer um saque na sua conta, o caixa pegava uma listagem, via lá, pagava-lhe o dinheiro e lançava lá: "Menos 100". Imagine esse sistema, hoje, bancário com a multiplicação dessas ações se fosse feito no sistema arcaico sem a tecnologia presente? O banco chegou a ter cerca de mil funcionários, hoje tem 70 mil funcionários. A tecnologia propiciou essa competência. Hoje nós temos, no Fone Fácil, *Internet Banking* ao atendimento 280 bilhões de transações. Imagine lançar essas transações manualmente em uma listagem? Eu vejo que na escola precisa se pensar na adoção de tecnologia, não só para entregar para o aluno o computador, mas para equipar as escolas para que elas possam ter controles, facilitar o trabalho, reduzir tempo humano e de custos.

Falta *bentmarking* para as escolas públicas, interação, discussão entre uma e outra na mesma praça. Saber o que uma está fazendo e a outra está fazendo e saber o que não deu certo, o que dá certo. Parece-me que há uma necessidade de uma interação nesse sentido.

Encerrando, o Hugo Barreto disse aqui que é muito difícil falar em 15 minutos, já extrapolei, sobre os problemas tão interessantes da nossa educação brasileira, mas citaria aqui dois provérbios, que não sei a quem pertence, já me esqueci, mas não esqueci o que eles disseram: "Se achávamos que a educação custa caro, estamos vendo por quanto sai o preço da ignorância". E o outro de um sociólogo, talvez o Senador Cristovam Buarque possa saber, que diz o seguinte: "Que os povos que não tiverem educação serão o lixo da terra, serão a escória sobre a superfície terrestre". Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Dr. Mário e tenho muito prazer em passar a palavra ao ex-Ministro Paulo Renato, que foi reitor de Campinas, a Universidade que todos sabem o que representa, que foi Secretário da Educação de São Paulo, que foi Ministro da Educação e que hoje é Deputado Federal. Então, sem dúvida alguma, alguém que muito nos honra ter nessa Audiência.

SR. PAULO RENATO SOUZA: Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Quero saudar as Srªs. e Srs. Senadores aqui presentes, dizer, em primeiro lugar, da minha alegria e satisfação de estar aqui, agradecer ao Senador Cristovam Buarque pelo honroso convite para participar deste ciclo de Audiências Públicas que o Senador, de uma maneira muito apropriada e muito pertinente em relação ao tempo, promove aqui no Senado, dado que há medidas que estão sendo adotadas e tomadas no âmbito do Governo Federal precisam ser ventiladas, precisam ser debatidos e analisadas.

Quero pedir desculpa por ter me ausentado, mas eu rapidamente olhei a cópia das transparências dos meus expositores, dos expositores que me antecederam e pude ter uma idéia geral do que eles colocaram. Eu tinha reunião da liderança do meu partido na Câmara e não podia deixar de estar em função de um assunto momentoso lá.

Eu quero iniciar a minha exposição citando dois ou três dados, que são do meu ponto de vista, ilustrativos do desafio que nós temos na educação brasileira. Em primeiro lugar, se nós analisarmos hoje, segundo os dados do IBGE, os últimos dados disponíveis, dois terços da população com mais de 20 anos de idade não terminou o Ensino Fundamental. E três quartos não terminaram o Ensino Médio. Isso são dados que mostram claramente o descaso histórico com a educação no nosso país.

Quando eu assumi o Ministério da Educação, nós tínhamos 13% de crianças fora da escola, crianças de 7 a 14 anos, essa proporção era de 25% nas crianças nordestinas, 25% entre as crianças mais pobres, 20% mais pobres da população, 20% dos negros. E na população de 15 a 17 anos, a proporção era de 35%, mais de um terço, mais de um de cada três jovens de 15 a 17 anos não freqüentava a escola em 1995.

Eu acho que eu não vou contar o que nós fizemos. Apenas mencionar que nós conseguimos, pelo menos nesses anos todos, universalizar o acesso ao Ensino Fundamental, mas resta o grande desafio da qualidade tanto no Ensino Fundamental, mas eu diria em geral no ensino básico.

A qualidade se transforma hoje, em um dado muito significativo e importante, um dado até quantitativo. Nós conseguimos na proporção de jovens de 15 a 17 anos fora da escola, é um dado muito significativo porque ele mostra que, de certa forma, ele reflete o fracasso escolar. Porque o jovem de 15 a 17 anos que está fora da escola, ele foi expelido do sistema; pela repetência, por vários fatores, o jovem de 15 a 17 anos fora da escola deveria ser um pouco o indicador, uma vez que nós universalizamos de 7 a 14, o indicador seguinte que nós temos que buscar é a proporção de jovens de 15 a 17 anos fora da escola como um indicador realmente do grau de universalização da nossa educação básica e do grau também de como está funcionando a escola, se a escola está, não só os jovens estão chegando ao sistema escolar, mas se o sistema escolar os está retendo.

Nós avançamos até 2003, digamos, nós tínhamos 35% em 95, chegamos a 17% em 2003 e, em 2005, que é o último dado disponível da PNAD, aumentamos para 18%. Ou seja, interrompemos a queda, interrompemos a queda. E mesmo que não houvéssemos interrompido a queda, 18%, um de cada cinco, praticamente jovens de 15 a 17 anos fora da escola, é inaceitável.

O mundo de hoje é um mundo que exige que todas as pessoas tenham completado a educação básica, tenham completado o Ensino Médio, hoje não se consegue uma inserção social se não se tiver em qualquer esfera da cidadania, seja no mundo do trabalho, seja no mundo da participação social, a pessoa que não tem o Ensino Médio completo é uma pessoa que tende a se marginalizar da vida social. Os empregos regulares mais simples não estão disponíveis, por exemplo.

Os objetivos da educação no nosso país me parecem muito claros, a partir do momento que nós observamos, que nós alcançamos a universalização do acesso ao Ensino Fundamental, os passos seguin-

tes devem ser a universalização do acesso ao Ensino Médio e a pré-escola. Esses têm que ser os objetivos nacionais, me parece.

Para termos a universalização do acesso ao Ensino Médio, é preciso que tenhamos uma melhoria de qualidade com redução das taxas de repetência e evasão no Ensino Fundamental e, para isso, também necessitamos aumentar a cobertura do ensino da pré-escola. Portanto, nós temos que olhar o ensino básico no seu conjunto.

Na sociedade do conhecimento que nós estamos vivendo é um mundo totalmente diferente do mundo que vivíamos até 25 anos atrás, é preciso que as pessoas aprendam toda a vida. A questão da educação permanente não se coloca apenas para os educados. Não são apenas as pessoas que egressam da universidade que precisam ter as oportunidades de educação permanente. A educação permanente tem que ser para todos independente do seu nível de escolaridade inicial. Eu vou voltar a esse ponto no final. Eu quero apenas sinalizar que para que uma pessoa possa se educar permanentemente ao longo da sua vida, ela precisa desenvolver na educação básica uma coisa fundamental que é a capacidade de aprender, as habilidades e competências de aprender. Portanto, esse tem que ser o objetivo da educação básica. Nós temos que universalizar o acesso à educação básica e a conclusão da educação básica e desenvolver a capacidade de aprender no jovem. Isto é algo que já vai se transformando em uma espécie de consenso mundial de que esse deve ser o objetivo da educação básica e apenas esse.

Se nós observamos, por exemplo, o que os países mais desenvolvidos fazem ou estão buscando em matéria de educação, nós devemos olhar aquilo que me parece a iniciativa mais significativa da última década, que foi a criação do PISA, um sistema de avaliação criado pela OCDE, que é uma entidade que congrega os países mais desenvolvidos do mundo, que criou, decidiu criar um exame internacional a ser aplicado a jovens de 15 anos de idade. Não se está aplicando o exame a jovens do primeiro médio, oitava série, nada, ao jovem de 15 anos de idade. O que os países mais desenvolvidos querem saber do resultado do processo educativo? Querem saber se o jovem de 15 anos de idade está preparado para a vida. E o que os jovens, o que se está, o que se testou no PISA, nós tivemos até agora três exames realizados. No primeiro exame, no ano 2000, se testou apenas uma habilidade e competência, a compreensão leitora. No PISA de 2003 se testou apenas uma habilidade e competência, o raciocínio matemático. E no exame, no teste de 2006, se testou bases da estrutura do pensamento científico nos jovens. Ou seja, os países mais desenvolvidos do mundo chegaram a um consenso de que eles querem que o jovem, aos 15 anos de idade, tenha as habilidades básicas de aprender. Ou seja, a compreensão leitora, o raciocínio matemático e as bases do pensamento científico, só isso. Não se quer memorização, conteúdos, etc.

Este exame e essa comparação foram possíveis porque também na área da educação, os avanços nos últimos 15 anos foram muito importantes e significativos, na área da ciência pedagógica. Em primeiro lugar, se desenvolveram esses conceitos das habilidades e competências de aprender, que estavam obviamente presentes, mas não eram consensuais. Então, se desenvolveu o conceito e o conceito se universalizou. E, por outro lado, se avançou muito nas técnicas de medição, de forma que hoje é possível, com precisão, avaliar as habilidades e competências de aprender de qualquer pessoa em qualquer idade a partir do momento que ela se escolariza. Por isso é que se estabeleceram escalas universais. Ou seja, se criou no mundo um sistema de medição das habilidades e competências de aprender. Antigamente, as provas que se faziam eram provas de conteúdo. Então, dentro de uma mesma escola, nós não podíamos comparar duas turmas porque os critérios dos professores eram diferentes. Hoje, nós podemos comparar uma escola aqui da periferia de Brasília ou do interior do Nordeste ou no Sul com uma escola da Finlândia, porque o critério é o mesmo, se quer saber se desenvolveu as habilidades e competências de aprender.

Ora, então nós temos hoje, já claro, o que o mundo está exigindo do ensino básico e temos uma forma de medição. O que nos resta, portanto, é fixarmos estas metas para o nosso sistema de educação básica e tratarmos de introduzir o resultado do processo de avaliação com base no sistema, nesse sistema internacional dentro das políticas educativas, em todos os aspectos da política educativa. Desde a carreira do professor, a forma como nós nomeamos e cobramos diretores de escola, passando pela questão de como distribuímos os recursos. É nesse sentido que eu achei interessante que o Ministro Fernando Haddad tenha lançado a idéia do índice de desenvolvimento da educação básica. É um primeiro passo, e tratado de vincular distribuição de recurso. Eu disse ao Ministro, quando ele esteve na Comissão de Educação da Câmara, que eu o saudava porque eu achava que o Governo estava retomando uma linha que vínhamos desenvolvendo anteriormente, de ênfase no ensino básico e de trazer para dentro da política educacional o resultado da avaliação.

Agora, isto, digamos, só distribuir os recursos de acordo com os resultados do processo de avaliação e estimular as escolas, os municípios melhorem função de recursos é uma parte, é um passo, mas eu acho que nós tínhamos que levar isso para todo o processo, para toda a política educativa, começando com a questão da carreira do professor. Nós deveremos introduzir a questão do resultado do processo educativo até na carreira do professor. Vincular mais recursos para toda a educação aos resultados no processo educacional. É isso que estão fazendo os países mais desenvolvidos. Se nós olhamos nos Estados Unidos, nos últimos anos, se desenvolveu um programa nacional de educação básica, pela primeira vez na sua história, que é um programa que exatamente vincula recursos ao desempenho na escola, a cada escola, e é um programa nacional, coisa que os Estados Unidos nunca havia feito, porque o seu Ministério da Educação não tem o poder que o nosso tem de interferir no conjunto do sistema. Então, eu acho que nós podemos fixar metas e nós podemos trazer realmente o resultado do processo educativo para dentro da política educativa por isso, porque temos hoje uma régua universal, uma medição universal e um consenso universal do que deve se esperar da educação básica. Isso significa, nós, de certa forma, mudarmos o foco da política educacional. O foco da política educacional tem que ser agora centrado na escola e buscando resultados, fixando metas e resultados para escola. Com isso eu acho que nós conseguiremos estabelecer medidas e políticas que sejam consensuais no país para alcançarmos resultados de melhoria da qualidade da educação básica que vão se traduzir em, inclusive, melhoria nos indicadores quantitativos. Hoje, a melhoria dos indicadores quantitativos está emperrada na questão da qualidade da escola.

Eu queria aproveitar os últimos minutos para colocar o outro lado da questão que é o ensino pós-Médio. Porque se a sociedade do conhecimento exige que as pessoas todas aprendam permanentemente, nós temos que pensar [soa a campainha] que o sistema educacional, especialmente, e aqui claramente o sistema educacional pós-Médio, ofereça as oportunidades de educação permanente. Portanto, nós temos que passar a olhar o sistema de ensino superior juntamente com o ensino profissional, técnico, como um grande sistema pós-Médio. E um sistema que tem que ser diversificado e heterogêneo, porque as necessidades educacionais da população são diversificadas e heterogêneas. Já, quando eu era colega do Senador Cristovam Buarque, quando era Reitor da UNICAMP, eu escrevi um artigo que se chamava: "Contra o modelo único de universidade". E hoje, com muito mais razão e muito mais convencido, não é só um modelo único de universidade, a nossa universidade tradicional, vamos deixar claro, tem que continuar a ser a espinha dorsal do sistema, tem que continuar a fazer a pesquisa, formar os quadros, a colocar ênfase na questão da Pós-Graduação, isso tem que ser o seu trabalho e temos que exigir que ela faça isso bem feito. Mas a universidade tradicional não pode, não tem capacidade e não foi feita para isso e se desvirtuaria se fizesse, oferecer todas as oportunidades educacionais que a população requer.

Quando se fala de educação permanente, eu disse no começo, tem que se pensar em todas as pessoas. O analfabeto tem que se alfabetizar, depois ele tem que concluir o ensino básico pelo supletivo, ele tem que ter acesso a um curso profissional; assim como aquele que hoje tem 35, 40 anos de idade que é trabalhador, está trabalhando em uma empresa, em uma fábrica, ele vai ter que se aperfeiçoar porque senão ele vai perder o seu emprego, não é que ele não vai progredir, ele vai perder. Se é um trabalhador de escritório, a mesma coisa. Então, nós temos que oferecer oportunidades para que haja uma freqüente ida e vinda entre o mundo do trabalho e o mundo da educação. O fluxo tem que ser um fluxo permanente nos dois sentidos. Isso significa repensar o sistema de educação pós-Média.

Nós começamos algo nesse sentido, já diversificamos bastante, ampliamos bastante o ensino superior. Já criamos cursos de curta duração, os cursos seqüenciais, de tecnólogo, já se expandiu muito os cursos noturnos, já introduzimos a educação à distância, que é fundamental para isso, para que haja esse movimento entre o mundo da educação e o mundo do trabalho. Mas é preciso aprofundar isso muito mais. As nossas universidades continuam ainda com processos seletivos extremamente rígidos, com estruturas curriculares rígidas. Um aluno para se transferir de uma universidade para outra, hoje, ele praticamente tem que refazer o seu currículo, isso é uma barbaridade, tem que refazer todo o curso. Não se aceita os créditos feitos em outra instituição. Não temos formas de promover, dentro das universidades, este fluxo de pessoas que estão trabalhando para dentro da universidade, públicas ou privadas. Enfim, eu acho que nós precisamos partir para a idéia de dois princípios básicos no ensino superior: A diversificação do sistema e a flexibilidade para permitir que as pessoas se atualizem permanentemente. Muita flexibilidade. Eu acho até que o que nós hoje, algumas empresas grandes criaram e chamam de universidades corporativas e que não são na verdade universidades, mas elas cumprem um papel importante nessa tarefa de educação

permanente para os seus funcionários. Nós devemos passar a considerar que fazem parte do sistema educacional, fazem parte. E nós sempre tivemos muito, a Academia Brasileira sempre teve muita ojeriza, ouviu isso sempre torcendo muito o nariz para essas coisas. Tudo isso faz parte do sistema educacional porque o objetivo do sistema educacional tem que ser a educação permanente e não apenas o credencialismo, o credenciamento. Nesse sentido é que eu acho que o projeto de reforma universitária que o Governo mandou e está tramitando na Câmara ele é desfocado. É um projeto que não está focado nessa diversidade. Se eu fosse comparar dois grandes documentos históricos, Córdoba 1920 e Bolonha ano 2000, praticamente, eu diria que está mais para Córdoba do que para Bolonha porque se preocupa essencialmente com a gestão da universidade, especialmente da pública, e a participação da comunidade na gestão. Esse é o centro do projeto. Mas ali não está a questão da diversificação, ali não está o ensino à distância, ali não estão os cursos de curta duração, ali não está uma estrutura do ensino superior flexível.

Enfim, eu acho que estas são as reflexões que eu gostaria de trazer hoje aqui, olhando, nós não devemos nunca deixar de olhar o conjunto do sistema educacional, mas entendendo que o ensino básico tem hoje uma missão muito clara e o pós-Médio tem outra missão clara. O ensino básico, repito, é o desenvolvimento da capacidade de aprender, de raciocinar no jovem. O pós-Médio é o oferecimento e oportunidade de educação permanente. Dentro desses dois princípios é que nós devemos encaminhar as reformas educativas no nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Ministro, Deputado, e passo a palavra aos Senadores que estão inscritos. O Senador Augusto Botelho é o primeiro. Seria um problema, com muito prazer passo então a palavra à Senadora Ideli Salvatti e trocamos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Senador Augusto Botelho, agradeço também ao Senador Cristovam Buarque, e quero dizer ao Senador Mão Santa que não tem problema. Eu espero ser bem rápida nas perguntas e observações que eu quero fazer.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu estou satisfeito com sua companhia.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E para os nossos convidados e participantes, esse é um problema aqui que nós temos no Senado, que os que convivem sabem os comentários do Senador Mão Santa. Mas em primeiro lugar, eu queria fazer algumas perguntas à senhora Maria Auxiliadora Rezende, que representa o CONSED. Eu tenho três perguntas: A primeira delas é com relação ao FUNDEB, como é que no orçamento dos Estados, como é que o Conselho vem acompanhando no orçamento da educação dos Estados brasileiros, a educação de jovens e adultos e o Ensino Médio, que é, além do compartilhamento do Ensino Fundamental, a parte do Ensino Médio e educação de jovens e adultos é prioridade em termos de responsabilidade dos Estados brasileiros.

A outra questão é com relação ao projeto do piso salarial do Magistério. O CONSED tem algumas alterações que estão sendo debatidas na Câmara, como é que o CONSED vem se posicionando com relação e acompanhando a evolução do debate do projeto do piso salarial do Magistério? Nós temos aqui na Comissão de Educação um projeto que eu apresentei, foi pedido vistas na reunião antes do recesso, para a eleição de diretores de escola. Hoje a gente tem o levantamento, quase metade dos Estados brasileiros realizam eleições diretas para escolher os diretores das unidades escolares da rede estadual de ensino. Então, eu queria também ter um posicionamento a respeito do CONSED com relação a esse debate da eleição direta para diretor.

E também qual a proposta dos Estados e do Distrito Federal sobre a questão da formação continuada do Magistério e dos demais profissionais da educação que venha complementar o que consta no FUNDEB? Se tem já amadurecimento de alguma proposta complementar para a formação continuada dos professores. Então, isto é com relação à Dra. Maria Auxiliadora Seabra Rezende.

E com relação ao Deputado Paulo Renato, na sua gestão como Ministro da Educação, teve uma implementação, foi implementada uma política para a educação profissional que tinha como pilar a questão das parcerias. O Governo Federal realizava o ensino através de compartilhamento com Estados e municípios, mas principalmente com setores produtivos da iniciativa privada. E como é que V.Exª. está vendo porque houve mudanças, nós modificamos inclusive a lei e o plano de expansão do ensino profissionalizante está diferenciado da época que o senhor comandou o Ministério da Educação. Então, como é que o senhor vê estas questões?

E por último, Sr. Presidente, eu queria tecer alguns comentários, inclusive, V.Exª., o Senador Cristovam Buarque, esteve no meu Estado há poucos dias atrás, quase que ele participou da solenidade, teve um atraso no vôo do Prefeito de Joinville, então, quase que o Senador Cristovam Buarque acabou participando da declaração de utilidade pública de um terreno onde a universidade federal está debatendo a instalação de

um dos três campi, que a nova universidade federal vai fazer, vai construir agora entre 2008, 2009, [soa a campainha] porque nós temos em Santa Catarina, diferentemente de quase todos os Estados, mas nós, principalmente os do Sul, Sudeste e Sul, nós temos uma única universidade federal, que é a nossa querida UFSC, que muito nos orgulha. Ela completa este ano 47 anos, mas destes 47 anos, 45 ela ficou na Ilha, ela ficou ilhada, literalmente, porque a sede dela era na linda Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis. E há quase nós estamos em uma interiorização da universidade, que começou com os pólos, nós temos 15 pólos que estão ofertando cursos gratuitos da universidade em 15 cidades de pólos do Estado. Iniciamos já a construção de um campus em Araranguá, já tem o de Curitibanos definido e estamos nessa fase que o Senador Cristovam Buarque quase pegou lá de definição da localização no norte do Estado. Estamos também discutindo a universidade da mesorregião, do Mercosul para pegar toda a parte oeste de Santa Catarina, uma parte do Paraná e do Rio Grande do Sul e temos uma modificação significativa porque a universidade federal em Santa Catarina, ofertava até o início do Governo do Presidente Lula, um número muito limitado de vagas, tanto que Santa Catarina é o pior Estado na relação entre alunos, jovens de 18 a 24 anos e alunos matriculados em vagas públicas, porque nós só temos a UFSC e só temos a universidade, a UDESC. Então, a relação muito pequena de vaga pública ofertada para jovens na faixa etária de estarem na universidade. E no caso do ensino profissionalizante, apesar da primeira Escola Técnica, o primeiro curso técnico federal em Santa Catarina, completar 100 anos em 2009, a nossa primeira escola de artífices é de 1909, de 1909 até 2005, nós tivemos capacidade de termos três CEFETs, três agrotécnicas e dois colégios agrícolas, apenas. E nós estamos, já, no ano passado já inauguramos mais três Escolas Técnicas, tem uma em construção e agora no plano de expansão vamos ter mais sete. Portanto, nós vamos pular de três CEFETs para 14 em todo o Estado, além de termos reformado todas as agrotécnicas e os colégios agrícolas. Então, o ensino federal em Santa Catarina efetivamente se ampliou, ampliou a oferta de vagas de qualidade em todo o Estado, e isso, para nós, é algo muito, de muito orgulho. O Senador Cristovam Buarque que teve a oportunidade, inclusive, de vivenciar o que é que significa para a maior cidade do Estado que não tinha Escola Técnica e não tinha atuação da universidade federal, que Joinville é a maior cidade do Estado, o burburinho que está com esta possibilidade de nós termos efetivamente um campus com possibilidade, talvez em médio prazo, de nós virmos a ter uma universidade voltada para a questão tecnológica, que o norte do Estado é muito, todo o setor produtivo é muito voltado para essa área. Então, esses são os comentários que eu gostaria de fazer porque nada melhor do que a gente ver o resultado da política adotada no Estado da gente. E no meu Estado, nós tivemos muitos ganhos das políticas adotadas com a expansão da universidade, a interiorização, a expansão do ensino profissionalizante, além das parcerias que o Governo Federal faz com o Governo Estadual e os municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Augusto Botelho, e depois o Senador Mão Santa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu vou objetivar as minhas questões, que o nosso horário está avançando mesmo, e vou fazer primeiramente ao Sr. Hugo Barreto. Nós sabemos que a que a Fundação Roberto Marinho tem forte atuação na área de Educação à distância ligada à educação básica, bem como alfabetização de adultos. Eu lhe pergunto se a Fundação tem alguma proposta de parceria que se inclua na proposta do PDE para educação de jovens e adultos, e se poderia, por exemplo, contribuir com a capacitação profissional e mais especificamente com uma linha de pesquisa nessa área?

A segunda questão é para a Fundação Bradesco. Devo dizer que os pais dos alunos que estudam na sua escola em Roraima se orgulham muito da qualidade do ensino e agora eu fiquei satisfeito, e espero que um dia o Brasil todo consiga chegar nessa qualidade, quando a gente puder gastar dez mil dólares por aluno que é mais ou menos a média dele. Ele nos diz que tem 108 mil alunos e recebe, mais ou menos, um orçamento anual de 100 milhões de dólares. Então, fazendo a conta, não chega a dez mil dólares por aluno, mas são quase 10 mil dólares. A nossa média nacional, infelizmente, os maiores gastos estão no Sul e no Sudeste. Chega a 1269 reais no Sul e o Nordeste baixa para 560, 570 a média de gasto por aluno. É uma coisa gritante para gente ver como é que a gente está pondo pouco dinheiro nas coisas que realmente podem mudar no Brasil.

SR. MARIO HELIO DE SOUZA RAMOS: Só esclarecendo sua dúvida. São 1100 dólares por aluno.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): 1100?

SR. MARIO HELIO DE SOUZA RAMOS: É, são 108 mil alunos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Por ano?

SR. MARIO HELIO DE SOUZA RAMOS: Isso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mas são 100 milhões de dólares não é?

SR. MARIO HELIO DE SOUZA RAMOS: Isso, 100 milhões de dólares. 1100 dólares por aluno. Duas vezes a média nacional.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Então, está mais perto do que eu tinha calculado aqui.

SR. MARIO HELIO DE SOUZA RAMOS:1600 reais por aluno de educação básica, hoje. São 130 reais por mês, algo assim.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Então, fica mais fácil de chegar. Com esse gasto, eles não têm evasão, não têm repetência. Eu vejo a escola, em termos tenho de organização, eu passo sempre pela frente, até as bicicletas dos alunos são colocadas bem arrumadinhas dentro de uma fila ali, a quadra de esporte está sempre verdinha, bem cuidada, eu tenho vários amigos cujos filhos estudam lá e que se orgulham da escola. E as crianças gostam de ir para aula também.

Eu gostaria de fazer duas perguntas para o senhor: Uma, se a Fundação do senhor trabalha com essa questão de piso salarial e formação e educação de seus professores? A outra é se todos os professores atualmente já têm curso superior?

Próximo questionamento seria para o nosso grande Ministro da Educação, aliás, dois grandes ex-Ministros da Educação aqui nessa Mesa. Deputado Paulo Renato. Eu vou direto às suas questões, nós sabemos da sua posição e seu conhecimento e admiramos a sua capacidade de gestão, lhe digo que fiquei muito feliz quando o senhor implantou aquelas avaliações nas universidades e também quando fala na educação continuada. Eu sou médico e na classe médica nós já estamos, há alguns anos, lutando para implantar a educação continuada dentro da classe médica. Principalmente os Conselhos de Medicina agora, estão criando critérios para revalidar os diplomas de especialista para não ficar naquela coisa: Você recebe a qualificação e não se preocupa mais em se qualificar. Eu gostaria da sua opinião a respeito do PROUNI, Sr. Ministro. E o que V.Exª. também acha da nova reestruturação da CAPS que está sendo proposta, sendo levada a efeito?

Agora, a nossa Presidente do Conselho de Secretários da Educação, professora Maria Auxiliadora Seabra que citou por causa daquela escola dela lá que, realmente, do seu Estado, acho que em todo Estado acontece isso que a senhora falou. [soa a campainha] Em muitos municípios o dinheiro da educação é maior do que o FPM. Eu gostaria de lhe fazer uma pergunta sobre o sistema nacional de educação. Qual é a posição do CONSED em relação ao sistema nacional de educação? Que o professor Gil Mário(F). Já que o senhor representa as instituições de ensino superior, em relação ao piso salarial dos professores. Qual é a posição da ABMES a respeito do piso salarial dos professores? Essas questões, Senador. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu passo a palavra ao Senador Mão Santa, o último inscrito. Depois passarei a palavra para os expositores. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sr. Presidente, senhores expositores, serei breve. A nossa ausência, Presidente, é porque no mesmo instante tem Comissão da CAE, não é? Do qual eu faço importante. Mas de lá, também os expositores muito importantes era sobre licitação. Mas no fundo, no fundo, pára tudo na mesma coisa. Não é sem razão que Sócrates disse que o maior bem é o saber, o maior mal é a ignorância. Mas não adianta nada do que eles estão discutindo lá se o gestor não for ético, não tiver decência, e decência a gente aprende é na escola.

Eu li uma pessoa que se iguala aos senhores, tem aqui dois extraordinários que foram Ministros e eu vi o trabalho dos outros, também são extraordinários. Mas Alberto Einstein ele disse que em uma escola, o que fica mesmo é o saber pensar, o diferir do bem, do mal, raciocinar a disciplina. Aquilo não fica nada. Ministro Paulo Renato, eu me lembro que no segundo ano de científico, um professor de geografia me perguntou: "Quantas bicicletas tinha na China, quanta cabeça de gado tinha no Uruguai, quantos carneiros na Argentina?" E eu respondi: "Eu estou aqui". A gente sabia que ele perguntava essas coisas, então, estava no tampo da carteira. Então, Einstein disse que o que fica é a disciplina, o saber estudar, diferir o bem do mal, o exemplo que eu vi o expositor falando.

Mas eu quero dar a minha experiência. Essa Casa só tem razão se tiver experiência, se não é melhor fechar. Não é aquele negócio de fechar, porque por aqui não passa um plebiscito. É fechar, porque se não tiver uma experiência, não tem razão do Senado. E eu queria dar a minha experiência ao experiente Ministro Paulo Renato, mesmo sendo de partido diferente, que eu sou do PMDB, ele foi um extraordinário Ministro. Eu vou dizer o que eu admirei, é muita coisa, mas eu só vou simplificar.

E tudo tem a ver. Napoleão Bonaparte disse que tudo é comando. O francês é tímido, é preguiçoso, ele meditando naqueles seis anos de prisão que ele teve, mas como grande comandante, ele vale por 100, por mil. Então, eu, e de V.Exª. eu quero dizer que V.Exª., do muito que fez, deu destaque com isso. Aquele dinheiro que V.Exª. deu para as diretoras, aquilo foi um fundamental, e eu fui o primeiro a distribuir com Barjas Negri,

que depois saiu, foi para Ministro da Saúde e hoje é Prefeito. E no interior, a experiência foi lá nas caladas da madrugada, eu já vi. Então, foi recrutado milhares e milhares de pessoas que estavam alienadas, diretores, com responsabilidade. Porque sem dinheiro nenhum é impossível. Um papel higiênico tinha que buscar no Secretário de Educação, um giz, uma telha quebrada. Aquilo foi tão importante que eu copiei, já que é o maior administrador diz que copiar não faz mal não, [soa a campainha] porque V.Exª. deu por o fundamental. Todas as diretoras tinham dinheiro. Foi o maior avanço na educação. Milhares de pessoas inativas passaram a ser aquele comandante bom. E a maioria era mulher e mulher é mais honesta do que homem. Para ver que o negócio, só uma que eu ouvi dizer que desapareceu, tudo emprega mesmo, mulher é essa figura. E tanto que eu continuei dando por médio, científico, escola normal, esses clássicos. Então, V.Ex.ª fez aquilo, comandante, elas puderam comandar.

Agora o que eu tenho para ensiná-los. Cristovam foi Governador, mas não foi prefeitinho, e eu fui. O Luiz Inácio também é para aprender, que ele não foi prefeitinho e nem foi Governador e eu fui. E o Franklin Delano Roosevelt disse: "Toda a pessoa que eu encontro é superior a mim em determinado assunto e nesse particular eu procuro aprender". Mas o que eu quero dizer, indo tudo por reflexão do Napoleão, atentai bem, Senador Cristovam Buarque. Parnaíba, o prefeitinho, por isso que eu dou valor. Você sente. Eu acho que por ser Papa tem que ser Padre, Bispo, tinha que ter assim. Só podia ser Presidente tendo sido prefeitinho, isso eu peço.

Olho, eu vi dois bairros. Um muito pobre que eu dei até terreno de pobre e outro de classe média. Então, eu visitei as escolas. O de classe média, que hoje é até o nome do meu pai, Jair(F) Souzas(F) Casa e Conjunto Habitacional, eu entrei em férias na escola, julho, mais ou menos, Senador Augusto Botelho. Escola boa, bairro médio. A escola toda depredada, fezes ressequidas nas salas, nenhum funcionário, férias coletivas. E no mesmo período, porque tem que ir, o governante é aquele que sai. Pedro II governava melhor do que Luis Inácio porque ele assistia aula. E eu vi ontem o César Maia dizendo se ele queria ser Pedro II. Decepcionou-se. Ele assistia aula no colégio Pedro II. Então, eu nessas mesmas férias, eu fui a um bairro, era bem pobrezinho, que eu que tinha dado para aos pobres. Aí eu fiquei reflexo que a escola não tinha nem muro, era cerca, mas tinha jardim, tinha flores, as salas todas, todas era a diretora, era bem melhor do que a outra. A outra era até meu amigo, eu tirei. Estava férias gerais e a outra... E outra também naquela zona rural, Ministro Paulo Renato, eu vinha, ligava a professora do interior: "Prefeito, eu quero...". "Não, não quero dinheiro não. Dê-me aquele [inaudível] que eu vou ajeitar a escola". Eu ia até no povoado para ver e não era verdade que elas tinham pintado tudinho, elas mesmas sem dinheiro? Então, tem que ter um critério de vocês nomearem os professores, não é um critério de demagogia, de cabo eleitoral. Esse daí. E eu acho que aqui nós já discutimos, professor Cristovam. Eu fui médico e muito bom, não foi pouco bom não, foi muito, mas é porque eu trabalhei no melhor hospital da época, hospital servidor do Estado, e PAS, era uma escola de pós-graduado. Primeiro: Professor Mariano de Andrade. Então, eu acho que esses professores têm que ter essa escola como o médico residente de cirurgia tem. Você não vai ser um grande cirurgião se você não trabalhar em um grande hospital, em um grande serviço. E isso é que eu queria dar aqui. É um diretor e o Alberto Einstein, no mesmo livro que ele cita, ele diz o seguinte: "Você quer saber se uma escola é boa?" E eu fiz isso, Paulo Renato, eu Governador, eu fazia. Vocês chamam os meninos e diz que vai dar uma equipe de futebol, bola e dispensar as aulas, fechar. Ela é boa e você diz: "Não, não faça isso não, nós queremos é aula". A criança tem que amar e tem que gostar. E eu acho que nós temos que nos dedicar e ver esse critério, esse critério de direção não pode ser politiqueiro, tem que ser por mérito, uma avaliação e essa é a experiência que eu vi e eu, fazendo um reflexo também da minha vida, que eu estudei como vocês, e fiz, e eu concordo, por isso que Napoleão é grande, é respeitado, porque ele morreu e balbuciou e era pelo menos isso muita gente aqui devia ter direito de balbuciar. As últimas palavras dele refletiram de seis anos a sua vida e disse: "Eu não fui bom, eu não fui mal, mas eu não fui corrupto, eu não fui tirano. Eu fui firme". Então, nós poderemos ter essa firmeza na educação e saber escolher os comandantes. Padre Antônio Vieira dizia: "Palavra sem exemplo é um tiro sem bala, o exemplo arrasta". Se você não tiver diretores bem, não tem quem dê jeito nessa educação. Essa é a minha contribuição, e agradecer Paulo Renato, V.Exª. foi um extraordinário Ministro da Educação desse país.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Flávio Arns pediu a palavra, eu passo para ele.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero em primeiro lugar me desculpar por não ter participado da Audiência Pública, são várias delas que estão acontecendo nessa Comissão de Educação, em função de compromissos também que aqui no Senado, além da Comissão de Educação, mas eu tenho participado, posso dizer, ativamente de todas elas, e vou depois na seqüência, com o auxílio

das imagens da TV Senado, também recuperar todo o debate que aconteceu, e com prazer. Porque é uma alegria para nós termos os representantes da Fundação Bradesco, da Fundação Roberto Marinho que vêm desenvolvendo um trabalho, eu diria, extraordinário em favor da educação, se somando às iniciativas públicas e comunitárias já existentes e mostrando que através das Fundações, um trabalho de alta relevância pode ser desenvolvido. Com a presença do ex-Ministro e hoje Deputado Federal Paulo Renato Souza se nós observarmos o que vem acontecendo hoje no Brasil, é possível em função de passos importantes que foram tomados durante a gestão de V.Exª., cito entre outros passos, entre outras iniciativas, a questão do FUNDEF, por exemplo, se nós temos o FUNDEB é porque nós temos toda uma experiência que naturalmente no decorrer dos anos tem que ir sendo, todas as experiências têm que ir sendo aprimoradas, e foi uma iniciativa que revolucionou, eu diria, a educação no Brasil. E a gente precisava realmente de revoluções, ou Provão, por exemplo, que avaliação das instituições de ensino superior, Dr. Gabriel, que é tão necessária, tão importante, e como as instituições mudaram a forma de pensar através dessas iniciativas, merenda escolar, e tantas outras coisas, mas gostaria de destacar também a educação especial. Dentre tantas coisas importantes, a ênfase que V.Exª. deu prestigiando, valorizando, conversando com a comunidade, com as associações, com as entidades, para que a pessoa com deficiência fosse incluída em todos os programas, todas as iniciativas do Ministério da Educação. Então, foi um período muito bom, muito produtivo com a coordenação da professora Marilene Ribeiro na época, e V.Exª. abriu muitos caminhos para que 25 milhões de brasileiros que têm algum tipo de deficiência pudesse se beneficiar como cidadãos, ser incluídos nos programas, como, por exemplo, ser incluído no PDDE, Programa Dinheiro Direto na Escola; no PNTE, no Programa Nacional de Transporte Escolar, enfim, no censo escolar, no livro didático e tantas outras coisas, livro em braile, iniciativas em braile, então, é um prazer estar aqui junto com a professora Maria Auxiliadora, que apesar de não termos conversado pessoalmente, mas houve uma interlocução muito importante, necessária, na aprovação do FUNDEB também, com todo o trabalho que V.Sª. vem fazendo como Presidente do CONSED, desejando sucesso nessa área. Assim como o Dr. Gabriel Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior. Ontem à noite, eu ainda estava na PUCPR participando de um evento a respeito da necessidade dos trabalhos de extensão do ensino, da pesquisa e da extensão a responsabilidade, [soa a campainha] o trabalho social que têm que ser desenvolvido pelas instituições de ensino superior dentro deste tripé que é essencial para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

Parabenizar, como sempre, o Presidente da Comissão, que junto com a Comissão tomou essa iniciativa de não fazer uma Audiência Pública, fazermos cinco, seis, sete, debatermos e fazermos o que for necessário para pensarmos nos avanços de todos os níveis da educação. Então, eu quero parabenizar.

Mas quero destacar, Sr. Presidente, também hoje, apesar de não estar participando da Mesa, mas teria toda a condição de estar participando da Mesa a presença aqui do ex-Deputado Federal por três legislaturas, ex-Deputado Federal João Linhares, que já foi Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, está aqui atrás--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E que é pai do nosso Secretário.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso eu ia dizer agora, que é pai do Júlio, que é Secretário da Comissão de Educação. Agora, eu só quero, já disse para ele na hora que eu entrei, que eu o cumprimentei, eu digo: "O senhor tem um filho competente, eficiente, que faz um trabalho extraordinário dentro da Comissão de Educação", que é o Júlio, que eu costumo dizer "meu chefe", então, mas que se dedica, se empenha e faz e está sempre presente, auxilia, ajuda e que ajuda sim, a construir um clima de entendimento, de harmonia, não é Sr. Presidente? V.Exª. deve estar sentindo bem de perto o benefício desse trabalho. Mas dar as boas-vindas ao ex-Deputado e sempre Deputado e com um papel de liderança extraordinário tendo sido o Primeiro Vice-Presidente da Câmara, inclusive, para que sempre seja muito bem-vindo ao Senado e a esta Câmara. Parabenizar a todos e dizer que bom que estamos juntos e compartilho inteiramente da frase: "Educação é tudo", educação é tudo. Se quiser alguma coisa é pela educação que nós vamos conseguir. E nós temos que achar mais caminhos, mais alternativas, mais recursos para todos, tenham eles deficiência, sejam ricos, pobres, de periferia e principalmente resgatando assim uma dívida social que ainda temos com as populações economicamente menos favorecidas e que têm que participar de um processo de desenvolvimento a que tem pleno direito, não é verdade? Então, parabenizar a todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar a palavra aos expositores, começando pelo Deputado, ex-Ministro Paulo Renato, que foi o último a falar, depois eu seguirei a ordem.

SR. PAULO RENATO SOUZA: Obrigado, Presidente, pela deferência, eu tenho ainda outros compro-

missos na Câmara em seguida. Eu queria agradecer a Senadora Ideli Salvatti e aos Senadores que usaram da palavra nesta sessão.

A Senadora Ideli Salvatti levantou a questão em relação ao tema da educação profissional na política que nós desenvolvemos durante o Governo que eu fui Ministro, o Governo do Presidente Fernando Henrique e a política de expansão atual.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que eu saúdo que o Governo do Presidente Lula tenha, finalmente, lançado uma política de expansão da educação profissional. Porque isto aconteceu no último semestre do ano passado, basicamente, porque até então, nós tínhamos uma indefinição em relação à expansão profissional. Eu disse ao Ministro também quando ele esteve na Comissão na Câmara, que eu saudava essa iniciativa e gostaria de realmente poder ver resultados em matéria de expansão da educação profissional. E via também essa iniciativa como uma retomada da política que nós desenvolvemos, apesar de ser com uma ênfase, um foco diferente.

Nós, quando expandimos a educação profissional, nós o fizemos basicamente em parceria com Estados, municípios e com entidades da comunidade, especialmente entidades não governamentais, fundações. Eu lembro, por exemplo, e isto fizemos com total isenção político-partidária. Eu acho que o maior número de escolas estaduais que eu inaugurei, aprovei, aprovamos, foi no Rio Grande do Sul, quando era governado pelo ex-Ministro Olívio Dutra.

Por que nós fizemos isso? Porque nós observávamos e "Oxalá" isso não se repita no modelo de expansão atual, que as Escolas Técnicas federais se distanciavam muito do mercado de trabalho local. Elas eram boas escolas para formar alunos para ir para a universidade, eram boas escolas de Ensino Médio, mas não eram escolas de educação profissional. Elas não formavam trabalhador para o mercado de trabalho. Então, nós fizemos a reforma do ensino técnico separando claramente o Ensino Médio do ensino técnico, fazendo com que fossem complementares, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e promovemos a expansão através de entidades essencialmente vinculadas à comunidade local. Por exemplo, nós inauguramos, nós aprovamos e inauguramos, uma Escola Técnica em Santa Catarina vinculada à metal mecânica junto com a associação de Itajaí, associação de industriários de Itajaí. Fizemos com o sindicato dos trabalhadores da área de saúde em Ribeirão Preto, uma Escola Técnica na área de saúde que eu visitei agora durante a campanha eleitoral, funciona muito bem e vem funcionando desde então. Fizemos com a fundação municipal de São José dos Campos uma escola vinculada à indústria aeronáutica, porque em São José dos Campos tem indústria Aeronáutica. Fizemos com o Carlinhos Brown, com a instituição, com o instituto Pracatum, uma Escola Técnica de música popular brasileira na Bahia. Não é que vá se ensinar samba na escola, não vou contrariar o poeta, mas é preciso ensinar sim, as questões vinculadas a todo o negócio que é um show, um show de música popular, e isso é o que se ensina na escola na Bahia. Então, nós tínhamos uma política de buscar essencialmente... Lá em Fernandópolis, em Votuporanga, nós fizemos uma de móveis, porque havia uma indústria moveleira local. Enfim, fizemos, foram mais de 200 projetos de Escolas Técnicas novas vinculadas aos Estados, aos municípios ou a entidades comunitárias. Muitas das que foram inauguradas, depois foram algumas 30 que foram inauguradas durante o Governo do Presidente Lula foram federalizadas daquelas escolas, daqueles projetos que estavam em andamento.

Agora, na verdade, e o que eu espero e faço votos, é que dentro deste novo modelo, que se retoma o modelo do investimento federal direto nas escolas, com funcionários federais, etc. que não se percam duas características que se perderam no modelo anterior de escolas federais. Em primeiro lugar: A vinculação com o mercado de trabalho. E segundo lugar: O atendimento de uma clientela realmente de trabalhadores, não de classe média. Então, eu disse ao Ministro: "Eu vou cobrar com isso, o resultado".

Se nós olharmos a expansão da matrícula no ensino técnico nos dois últimos anos no Governo do Presidente Fernando Henrique e os dois primeiros do Governo do Presidente Lula as diferenças são brutais. Nós tivermos muito maior expansão da educação profissional nos últimos dois anos do Governo do Presidente Fernando Henrique do que nos dois primeiros anos do Governo do Presidente Lula. Assim também no ensino superior federal, também no ensino superior federal. Nós tivemos 43% de expansão da matrícula nas instituições federais de ensino superior durante o Governo do Presidente Fernando Henrique e nos três primeiros anos do Governo do Presidente Lula tivemos menos de 1% ao ano de média, de expansão da matrícula.

O Senador Augusto Botelho me pergunta a opinião sobre o PROUNI. Eu gosto do PROUNI. Eu disse quando o Ministro Tarso Genro lançou o PROUNI, que se eu tivesse tido essa idéia teriam me linchado como neoliberal a serviço do banco mundial, etc., porque é uma idéia de usar dinheiro público para comprar vagas em instituições privadas. Não é a compra, não é que se usa o dinheiro do orçamento, mas se dá isenção de imposto, isenção de imposto é dinheiro público.

Você está comprando vaga na instituição privada com dinheiro público. Eu acho bom. A minha única crítica é que isso não se faça de uma forma mais transparente, se faz pela via da isenção de impostos. Isenção de impostos no nosso país está ligada sempre à fraude, tradicionalmente, em qualquer setor. Isenção de impostos abre margem para todo tipo de desvios. Então, eu acho que nós tínhamos que, no nosso país, em todos os benefícios sociais, sairmos da isenção de impostos e irmos para o ressarcimento direto da instituição que presta o serviço público. Assim na filantropia, na Previdência Social, em todas as áreas. E eu acho que nesse sentido foi um retrocesso ampliar a questão da isenção de impostos também para a área das universidades.

A proposta da CAPS, de mudança na CAPS, é importante, porque eu não sei se o melhor lugar para colocar o projeto de educação à distância para a formação de professores, aperfeiçoamento de professores, era na CAPS, mas que era importante que o Ministério tivesse, porque oferece oportunidades de formação para os professores à distância. O Ministro Fernando Haddad me explicou que na verdade foi um problema de negociação com a área econômica que ele gostaria de ter criado uma outra entidade, mas como não pôde criar, eles ampliaram a CAPS. Eu tinha uma preocupação na versão original do projeto que chegou na Câmara, foi aprovado na Câmara, mas aqui no Senado se corrigiu, dizendo que essa formação tem que ser feita sempre em parceria com instituições do ensino superior públicas e privadas.

Senador Mão Santa, eu não posso estar mais de acordo com o senhor, com V.Exª., sobre a questão do diretor de escola. É realmente, no meu modo de ver, a peça chave para mudar a educação brasileira. Uma vez eu participei de uma Roda Viva, já contei essa história milhares de vezes, eu faço que nem o Montoro, eu repito a história, a platéia muda, então, a gente tem que repetir a história. Eu participei de um programa Roda Viva em que fui entrevistado por crianças, só crianças, não havia jornalistas. Foi mais difícil que os outros dois que eu participei com jornalistas. Primeira pergunta que me faz uma menina negra da Bahia de 13 anos de idade. Abriu o programa: "Ministro, por que tem escola pública boa e escola pública ruim?" É uma grande pergunta, está certo? Porque é exatamente o que V.Exª. constatou ao visitar as duas escolas que mencionou. Uma em um bairro de classe média péssima, outra em um bairro popular muito boa. É possível ter, e isso as nossas avaliações comprovam. Há muitas escolas na periferia que são boas. Por que algumas são boas? Por que todas não são boas? A resposta que eu dei para ela: "O diretor da escola que é capaz de chamar a comunidade para participar". Então veja, quando a comunidade participa da escola ela é boa, mas para isso tem que ter um diretor que seja líder.

Quero aproveitar e mencionar que em uma pergunta que a Senadora Ideli Salvatti fez para a senhora Maria Auxiliadora em relação à questão do diretor de escola. De fato, eu acho que nós não temos no Brasil ainda um modelo ideal de nomeação de diretor de escola. Porque o modelo de São Paulo é o modelo da carreira, mas ele promove uma alta rotatividade do diretor e uma falta de compromisso do diretor com aquela escola. O modelo da eleição pura e simples eu acho que não reflete. O modelo da nomeação política, menos ainda. O modelo de Minas Gerais, talvez, seja o modelo mais adequado, o que se próxima mais do que eu considero modelo ideal. Você dá um curso de gestão para o professor das escolas que querem se candidatar e faz uma eleição entre esses capacitados. Só quem aprovou o curso que pode ocorrer porque você dá um curso de gestão. Porque infelizmente os nossos cursos de Administração Escolar nas faculdades de pedagogia não focam a questão mais importante, que é o desempenho da escola, que é o foco no aluno. É praticamente um curso burocrático de gestão escolar, mas não tem a questão da liderança, não tem essa questão de focar a escola no aluno, na aprendizagem do aluno. Então, eu acho que este é o caminho, nós devemos ter, eu disse uma coisa em um congresso do PSDB esse fim de semana, que alguns professores protestaram: "Mas por que tem que ser um professor o diretor da escola?" Pode ser um gestor que não necessariamente seja professor, ele tem que saber de educação, obviamente, mas ele pode ser um gestor formado para ser um gestor escolar com objetivos claros de desempenho da escola e dos alunos.

Senador Flávio Arns eu quero fazer uma homenagem a V.Exª. na questão da educação especial, porque se eu fiz algo de bom foi porque V.Exª. me ajudou enquanto Deputado, principalmente, quando no começo havia algumas vozes tecnocráticas dentro do Ministério que queriam extinguir a Secretaria, V.Exª. se lembra, de educação especial, e V. Exª. foi um lutador para que mantivéssemos a Secretaria e mantivéssemos a professora Marilene. É claro, a partir daí, o apoio, nós fizemos muita coisa na educação especial, mas V.Exª. teve um papel muito importante na defesa da educação especial, por isso que eu queria fazer essa homenagem.

Uma última palavra, uma pergunta que não foi feita para mim, mas eu quero meter um pouco a minha colher torta nessa história também que é a questão do piso salarial dos professores. Eu acho muito importante que nós valorizemos os profissionais do Magistério.

Acho que a iniciativa do Governo de propor um piso salarial nacional é importante. Eu preferi, no meu período, ao criar o FUNDEF, eu preferi fixar um montante de recurso e deixar a negociação no âmbito local e promover um aumento significativo de salários, nós temos dados que mostram isso. Eu preferi por uma razão meramente, eu diria, constitucional e federativa. A União não pode impor um gasto ao Estado e município se não oferece recursos. E não necessariamente os recursos do FUNDEB serão suficientes para pagar um piso que se venha a estabelecer. Então, tal como chegou o projeto na Câmara, ele é inconstitucional. Então, para sanar essa dificuldade, eu apresentei uma emenda que diz o seguinte: "Quando o Estado ou município que demonstrar que não tem recursos, com os seus recursos próprios da educação para pagar o piso, a União tem que colocar recurso". Isso é óbvio, porque senão nós estamos apenas fazendo saudação com o chapéu alheio.

O segundo ponto que eu acho muito importante. Há muitos estudos no Brasil e no Exterior que mostram que não é a estrita questão salarial que tem a ver com o desempenho do aluno, não é a mera questão salarial. O que tem ver com o desempenho do aluno é muito mais a formação do professor, a dedicação do professor, metas para que ele promova a aprendizagem dos alunos. São vários fatores. Então, o Governo vai colocar mais recurso, obviamente, ao fixar um piso salarial. Eu acho que o Governo deveria pedir uma contrapartida aos professores, exigir uma contrapartida, que é algo que vai na linha do que o Senador Cristovam Buarque propôs, enquanto Ministro, que é a certificação nacional. Então, eu apresentei uma emenda que determina que... Muito bem, se cria o piso nacional. Para ter acesso ao piso nacional, o professor deveria ser aprovado no exame nacional de conteúdo e de prática pedagógica, mas conteúdo é importante também, feito pelo Ministério. Então, o Ministério faria a cada ano um exame e o professor que passar naquele exame, ele passa para a carreira que tem o piso. O que não passou, continua na sua carreira normal. Poderá prestar o exame no ano seguinte, quantas vezes forem necessárias. Como o Governo, dado que em relação à CAPS o Governo vai oferecer cursos gratuitos de formação e aperfeiçoamento, o professor terá acesso a instrumentos gratuitos de aperfeiçoamento pessoal. E, portanto, se não passou em um ano, poderá se preparar melhor. Se nós desperdiçarmos essa oportunidade de oferecer mais recursos para os professores sem exigir uma contrapartida de formação, nós vamos dispersar uma grande oportunidade e não teremos como, no futuro, criar uma outra situação como essa, e seria, sem dúvida, um grande benefício para a educação brasileira e para as crianças que nós pudéssemos ter professores certificados nacionalmente, em uma idéia que é do Senador Cristovam Buarque. E eu me apropriei um pouco a apresentar a minha emenda.

Eu quero agradecer muito, infelizmente, eu vou ter que correr lá para a Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só um minuto e peço desculpas aos outros para aproveitar alguma coisa do Ministro e a provocação. Primeiro sobre o PROUNI. Eu também sou um defensor, mas o PROUNI começou em 2003 com uma proposta bem diferente. Naquela época tinha nome de Programa de Apoio ao Estudante. Era como o Paulo Renato fala: Pagar direto à universidade. Mas o beneficiado seria alfabetizador de adultos. Ao mesmo tempo em que evitava essa falta de transparência, a gente adquiria uma contrapartida do estudante que recebesse a vantagem. Por que é que não foi feito? Pela mesma razão que a certificação federal morreu, porque os sindicatos pressionaram para evitar isso. A UNE pressionou para que tirasse essa condição de ser alfabetizador, o condicionamento. Então, ficou muito mais neoliberal, mas eu sou favorável sim, primeiro por razões sociais. É uma tragédia não passar no vestibular, tragédia maior é passar e não conseguir cursar. E eu tenho filas aqui de pessoas pedindo para eu ajudar a conseguir bolsa. De vez em quando eu consigo uma bolsa ou outra ali com telefonema, com pedido, meia bolsa. Agora outra coisa é essa pergunta dessa menina no Roda Viva. Para mim, Paulo Renato, e seria um bom debate porque talvez a gente discordasse, eu acho que as escolas são desiguais porque são municipais e os municípios são desiguais. A seleção do diretor, que é tão importante, depende do município. Mas aí você resolve no mesmo município. Mas o outro município diz: "Aqui é eleição" e a gente tem que balançar a cabeça. A idéia, por exemplo, de Minas, que eu sou favorável, só que eu acrescento, a gente deveria criar escolas de gestores, só se candidata quem tiver o diploma de gestor, aí se candidata. Mas ou a gente nacionaliza isso ou não vai fazer. Além disso, o piso salarial tem que ser sim, federal e o recurso tem que ser federal. Agora como implantar isso e não dar dinheiro para todos? Para mim tudo isso que a gente está discutindo melhora educação, mas não revoluciona. A revolução seria: Escolher cidades no Brasil e fazer a revolução radical nessas cidades. Então, nessas cidades faria um concurso público nacional, como faz o Banco do Brasil. Escolhe os melhores quadros do Brasil pagando um salário realmente alto. Não essas coisas do piso salarial que aumenta um pouco. Radicaliza como o Banco do Brasil, como a Caixa Econômica, como a Polícia Federal faz, não dá para o Brasil inteiro, até porque

não tem professor com a qualificação para receber salários muito altos no Brasil inteiro, tinha que ser aos poucos, mas aí a gente dá para fazer mil cidades em quatro anos se o Governo quiser. Mas com a descentralização gerencial. Por exemplo, eu considero que as escolas do Bradesco são federais, elas não são do Estado federal. São públicas, mas são públicas e são federais. O padrão é o mesmo no Brasil inteiro. Elas são boas igualmente. Eu acho que pode ser considerada pública uma escola dos pais e dos professores, que nem pertença ao município. Então, quando eu falo em federalizar é com radical descentralização gerencial. Essas escolas do Bradesco são públicas, claro que são públicas, e a gente pode ter outros sistemas de que público não é sinônimo, não vem da propriedade, como as universidades também. Há cursos de universidades particulares que são de interesse público, mas não são estatais na propriedade, mas são públicos no interesse do produto.

Tudo isso é o que a gente quer debater, eu agradeço ao Ministro que tem que sair e passo a palavra ao meu amigo Hugo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de pedir desculpa também que eu já estou atrasado 34 minutos para uma reunião que já começou e se eu não chegar eu perco tudo, mas eu gostaria de dizer aos senhores que eu vou pedir ao Júlio que me passe as notas taquigráficas para eu ver as respostas de cada um em relação aos meus questionamentos. Eu gostaria de agradecer a presença de todos e parabenizar mais uma vez o nosso Presidente pela idéia de fazer, vão ser 12 audiências, já estão 12 programadas para completar essa discussão. Muito obrigado, desculpem-me, eu vou ter que me ausentar agora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria antes de ouvir as considerações finais do Dr. Hugo Barreto, de colocar, já que eu tive que me ausentar, vocês me desculpem, não pude assistir com certeza a brilhante participação do Deputado Paulo Renato, nosso Ministro, de quem eu tive uma convivência muito boa, fui Prefeita três vezes da cidade, ele era Ministro, conseguimos avançar bastante, e gostaria aqui de colocar o quanto tem sido, Presidente, o quanto tem sido importante para todos nós esses encontros, essas audiências, trazendo exatamente à sociedade os atores cada qual do seu espaço e do seu tempo para nos dar sugestões, idéias, fazer a sua avaliação. Porque aqui eu colocava, Maria Auxiliadora, você colocou que o FUNDEB não é o ideal, ele ajuda, mas não foi a solução, não resolve tudo. E eu sei disso porque eu vivi essa realidade com o FUNDEF e agora eu gostaria de ter de você exatamente essa visão. Quanto o seu Estado e com certeza com a sua experiência, os municípios, comparativamente ao FUNDEF que já era deficiente, está tendo? Porque eu tenho ouvido dos Prefeitos de uma maneira geral, no meu Estado, que muitos estão até tendo prejuízo em função também da demanda que cresceu com a educação infantil, que é uma responsabilidade.

Gostaria aqui para dar uma sugestão, Presidente, a que o Ministro estava aqui falando sobre gestão escolar, dizer um pouco, se vocês me permitem, da minha experiência com gestão escolar, que eu encontrei ainda naquele sistema que a indicação era política, depois evoluímos, mas como fazer ou discordar plenamente de ser só eleição por eleição, achava que ficava uma questão, havia uma briga na escola, na comunidade, no fim quem perdia era a educação, que não se escolhia os melhores, então, partimos exatamente para preparar professores e fazer primeiro uma seleção. Cada um teria que apresentar um plano de gestão escolar e era feito uma redação, porque o mínimo que você pode exigir de quem está na educação e quer dirigir uma escola. Depois disso, os três que eram escolhidos, as melhores notas de cada escola, eles iam para uma disputa, onde entrava a comunidade escolar, cada qual com os seus pesos de voto, aluno, corpo docente, corpo discente, enfim, tudo. Deu muito certo, avançamos bastante, melhorou bastante, a escola passou a ter outra vestimenta com a comunidade, foi algo que realmente foi muito positivo, mas associamos as duas coisas: Primeiro tinha que valorizar o saber, o conhecimento, a formação e o que eu acho é que em um Plano Nacional de Educação nós temos que encontrar, Presidente, alguma forma de fazer com que isso se torne uma norma nacional, de colocar, porque os diretores de escola possam ser eleitos dentro de um plano de formação e também de carreira, e que realmente vá valer à pena ser diretor.

Outra questão que eu acho importantíssima que, enquanto isso não existir, a educação, não vamos sair dessas discussões de crise, de que está dando errado, de que não corresponde ao que nós queremos e dar oportunidades iguais como falou o Dr. Hugo Barreto, embora tenham surgido de estradas diferentes, possamos dar oportunidades iguais aos nossos jovens, é a questão do professor. Eu também sou do tempo, Dr. Mário Hélio, que professor era figura de respeito em uma cidade. Quando a professora passava na calçada da minha casa, meu pai se levantava. Era o respeito ao professor que nos alfabetizava. Então, hoje não é assim. Dizer: "Só salário resolve", também acho que não, mas sem ele, é como combustível que não faz o carro andar. Como é que nós poderemos esperar que no interior, em uma cidade onde ficam toda hora aquelas

questões que não tem aula porque faltam professores, mas no Brasil se nós formos ver quantos, Dr. Gabriel, já têm o curso superior e que estão desempregados nas grandes cidades, nas cidades de médio porte, são muitos. Mas lá no interior, lá naquela cidadezinha lá do Norte, quem é que está querendo ir com esses salários? Será que não poderíamos ter um incentivo para interiorização, para os lugares mais distantes para que essas crianças tivessem direito a ter pelo menos o professor? Que não é, infelizmente, eu falo que param aulas por falta de professor em cidades pequenas, distantes, de difícil acesso, de regiões realmente difíceis, e que esse fosse como Promotor que vai, ou o Juiz que começa por uma cidade mais difícil, uma comarca mais difícil, mas ele tem as vantagens para ir para ali depois ele chega a ser privilegiado, beneficiado por ter ido para esse desafio.

E outra questão, só para finalizar. Professor é o que realmente move a educação. Nós temos que dar salário, valorização, oportunidade e respeito. Eu conheci uma professora, como Prefeita, no interior da zona rural que não tinha escola, prédios bonitos, não tinha quase nenhum material. Ela já tinha idade para se aposentar e não se aposentou pelo amor que tinha à educação. Era uma escola viva. Os seus alunos, na primeira série, todos eram alfabetizados, todos, em uma escolinha pequena, e aprendeu [soa a campainha] a contar somando com as sementes, com o material que tinha, ela se desdobrava. Então, é uma missão, é algo que a gente precisa valorizar muito.

Só para finalizar, Presidente, eu já falei demais. Eu queria aqui dizer que educação infantil é realmente o caminho para que a gente faça essa passagem da criança que sai do braço para caminhar e dá passos certos e seguros nos caminhos de educação e termos esse grande futuro que o Brasil vai ter, com certeza, chegando todos, podendo ter oportunidade de chegar ao ensino superior. O PROUNI, com o FIES, do jeito que for, com mais escolas e mais oportunidades. Muito obrigada, e desculpe ter tomado tanto tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): muito obrigado, Senadora. Eu só quero pedir agora aos expositores que sejam o mais breve possível, porque às duas horas começa a sessão do Senado e eu vou ter que estar lá como orador inscrito em um dos primeiros lugares. Eu passo a palavra ao Hugo.

SR. HUGO BARRETO: Em primeiro lugar, o Senador Augusto Botelho endereçou uma pergunta de que forma que a Fundação pode colaborar em parceria com os governos e o Poder Público na implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação Básica. Só rapidamente, para também não tomar mais tempo, é mais ou menos o que nós temos já feito. Eu citaria duas ou três iniciativas importantes: Uma do então Governador Tasso Jereissati, outra do então Governador Jorge Viana e outra da então Governadora Roseana Sarney com a Fundação Roberto Marinho usando a metodologia do Telecurso 2000, que muita gente pensa que muita gente pensa que o Telecurso é uma metodologia apenas de educação à distância na medida em que é vinculado pela televisão. Mas na verdade ele vem se caracterizado nos últimos anos como uma tecnologia, uma metodologia educacional de recuperação de defasados e de reinserção de jovens e adultos excluídos no sistema. Então, com essas experiências, só para citar, o Governador Tasso Jereissati abriu no ano 2000 cerca de quatro mil salas de aula com a metodologia do Telecurso 2000, depois de usar os agentes municipais de saúde, cadastrando todo jovem e adulto do Estado inteiro com mais de dois anos de defasagem que estavam dentro ou fora da escola, no caso com escolaridade incompleta. Em quatro anos, nós conseguimos recuperar cerca de 500 mil jovens só no Estado do Ceará. Isso naquela ocasião contribuiu fortemente para aquele salto no IDH do Estado do Ceará por conta desse ajuste. Assim como no Acre, com o Governador Jorge Viana, a gente já tem atuado há quatro, cinco anos com esse programa de recuperação de defasados e o Acre saltou da última posição dos Estados do Norte para a primeira e para a 11ª posição no ranking dos Estados brasileiros no que se refere a esse quesito defasagem. Então, são exemplos de procedimentos de parceria entre o Poder Público e sociedade civil, que eu acho que são muito bem-vindos dentro desse tema maior que nos une aqui nesse debate.

Eu quero só encerrar, eu vou ter que ir direto para o aeroporto que eu já perdi um vôo e tenho uma última opção agora, imediatamente após essa minha fala, já pedi licença ao Presidente Senador Cristovam Buarque. Eu queria só encerrar agradecendo muito a oportunidade que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, presidida pelo nosso querido Senador Cristovam Buarque, me deu, como um profissional, um militante da área de Educação, de estar aqui trazendo as minhas idéias, as minhas inquietações, as minhas dúvidas, as minhas certezas, muito mais dúvidas do que certezas, em relação ao que podemos e devemos todos fazer. E agradecer aos Senadores, aos técnicos da Comissão do Senado, de terem podido ouvir um pouco dessas nossas palavras e um pouco conhecer melhor a nossa experiência com educação e comunicação que a gente procura trazer para o cenário educacional brasileiro. E fazer um pedido, que esse debate não se encerre, que essa Comissão mantenha viva essa agenda de debate, de construção de um novo paradigma que é

de estarmos juntos Governos, Poder Legislativo e sociedade civil na busca de uma verdadeira, como diz o Senador Cristovam Buarque, revolução pela educação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Quando precisar, sinta-se à vontade para sair. Eu passo a palavra ao Dr. Mário Hélio.

SR. MARIO HELIO DE SOUZA RAMOS: Eu também queria, antes de encerrar, responder às questões que me foram feitas pelo Senador Augusto Botelho. Ele nos perguntava com relação ao nosso piso salarial. Na Fundação Bradesco, o nosso menor salário de professor é no Ceará, de servidor administrativo, R$ 724,00. E o maior salário é--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quanto? Desculpe-me.

SR. MARIO HELIO DE SOUZA RAMOS: R$ 724,00; servidor administrativo. O nosso salário médio de professor nível I é de R$ 2.200,00; e de R$ 4.500,00 professor de nível II. E os nossos professores eles recebem também uma participação nos resultados do Banco Bradesco, embora não sejam bancários, não atuem no banco, são professores, mas o banco faz questão de pagar participação PLR sobre os resultados. O que o banco paga para os bancários do Bradesco, paga também para os nossos educadores. É uma política que o banco mantém há muito tempo.

Ele perguntava a respeito do nosso processo de treinamento de educação dos nossos educadores. É o segredo do nosso sucesso, é aquilo que a senhora falou. O educador é o que move a educação, é o que está dentro da sala de aula, ele que transmite o conhecimento. Ele precisa estar capacitado. Os nossos professores são muito bem capacitados. Eu falo com o nosso diretor de rede de escola todo mês por videoconferência. Os nossos gerentes da matriz falam com os professores, educadores pedagógicos, todo tempo que for necessário. A carga de treinamento em 2007, 2006, foi 60% superior a de 2005. Eles são capacitados tanto localmente, em cursos presenciais, ou via *Treinet*, via *Web*, que nós temos esse recurso na Fundação Bradesco, ou por videoconferência, ou são trazidos para nossa sede em São Paulo, para encontros anuais com a Administração da Fundação Bradesco, para intercâmbio com os colegas. O nosso processo de educação continuada é o que realmente permite ao nosso professor estar atualizado em linha com o que há de melhor. Eu queria, finalmente, para não estender mais, agradecer novamente ao nosso Presidente, Ministro, Senador Cristovam Buarque, pela gentileza do convite a nós formulado, pelo carinho com que nos recebeu, deixando as portas da Fundação Bradesco à sua disposição, Ministro. Eu queria também agradecer as referências elogiosas do Senador Augusto Botelho da senhora [ininteligível], Senador Flávio Arns que tem acompanhado e eu gostaria realmente de expressar a minha admiração, também aos nossos colegas, professora Maria Auxiliadora a quem eu fiz o nosso convite nos bastidores e faço publicamente para que vá visitar a nossa Fundação Bradesco, ela que conhece a nossa escola de Canuanã e...Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria que o senhor complementasse, qual é a carga horária desse salário? 20, 40 horas?

SR. MARIO HELIO DE SOUZA RAMOS: Quatro e oito horas. Professor nível I quatro e professor nível II pode ser até de oito horas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas 20 horas é R$ 2.000,00?

SR. MARIO HELIO DE SOUZA RAMOS: Não, R$ 2.200,00. Isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: R$ 4.400, 40 horas.

SR. MARIO HELIO DE SOUZA RAMOS: Isso. Professor com nível superior.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra à professora Maria Auxiliadora.

SRA. MARIA AUXILIADORA SEABRA REZENDE: Eu vou tentar ser rápida, embora tenham muitas questões.

A Senadora Ideli Salvatti fez um questionamento sobre o monitoramento do CONSED em relação a recursos de EJA e Ensino Médio. Na verdade, a implementação ela é recente, nós realizamos já um trabalho com todas as Secretarias Estaduais, temos uma consultoria acompanhando. O que nós temos de indicador dos dados que nós já temos hoje, é que na maioria dos Estados nós temos uma pequena redução no que se refere ao per capita do Ensino Médio, antes da implantação do fundo o valor era maior. Com a implantação, em virtude da trava de proteção do próprio Ensino Fundamental e da entrada tanto da Educação Infantil e, inclusive, com alteração no caso da entrada das entidades conveniadas. Então, os estudos e simulações estão sendo feitos para acompanhar. Eu digo que EJA deve diminuir em virtude do recurso extra federal que não vem mais como um programa universalizante deixou de existir. Isso vai impactar todos os Estados que não sejam, que não vão receber complementação, Estados e municípios.

Fez uma pergunta a respeito do piso salarial. O CONSED já fez, apresentou um documento na Audiência Pública, devemos ter na próxima semana uma nova reunião com o Deputado Severiano Alves

e também com o Deputado Gastão Vieira. Todos os Estados realizaram simulações, impactos em relação à sua estrutura de carreira. De maneira geral, o que o CONSED referenda? Achamos que é extremamente importante a discussão da valorização do professor, concordamos que sem um professor que tenha uma boa formação, que seja valorizado e que também tenha uma responsabilidade com o seu fazer, é impossível a gente pensar em educação pública de qualidade. A preocupação nossa, enquanto CONSED e acredito que o UNDINI também e Prefeitos e Governadores, é conseguir construir um piso em que seja possível garantir o cumprimento.

De maneira geral, o impacto da proposta é muito significativo em relação aos recursos dos Estados e municípios. Seria impossível implementação de um plano sem o apoio da União. Quando a União coloca que o FUNDEB já é o apoio dela, não tem cabimento, uma vez que o FUNDEB é mantido hoje 65% dos seus recursos são já de recursos dos Estados; 30% do município e apenas 4%, na melhor das hipóteses 10%, com recursos da União. Então, não é possível com recurso já vinculado ao FUNDEB. Precisaria ter um atendimento diferenciado e acho que é necessário. Se a gente está colocando que o país, que é prioridade a educação, é preciso ter esse aporte financeiro da União para que exista o equilíbrio nas diferenças entre municípios e o Estado.

Acho que foi feito uma pergunta também sobre a posição do CONSED em relação à eleição dos diretores. O CONSED não tem uma posição formal em relação ao processo de eleição, uma vez que cada Estado tem a sua autonomia em relação ao desenho de seleção. O que o CONSED tem como posição? Primeiro, entendemos que a liderança é essencial para a qualidade, por isso o CONSED tem um programa de formação de gestores que é o pró-gestão, que trabalha através da metodologia do ensino da educação à distância. Todos os aspectos de gestão, gestão de recursos humanos, gestão financeira, função social da escola, esse material, essa tecnologia ela está disponível para Estados e para municípios, inclusive recentemente, o CONSED ofereceu ao Governo Federal, ao MEC, como um material disponível para ser incluído dentro das possibilidades do PDE, para estar à disposição dos municípios e Estado de maneira global.

O que o CONSED tem? Entende que liderança é importante e achamos que é preciso avançar em relação ao desenho de seleção técnica de gestores. Existem Estados que realizam a eleição somente, e é uma posição muito mais particular, não acredito só no processo de eleição como símbolo de democracia. É comum a gente ouvir dizer que a forma de democratizar a eleição de diretores seria o processo de eleição. É preciso saber que o diretor da escola é uma liderança que precisa ter um saber técnico, que precisa saber lidar com recursos, ele precisa saber lidar com o os indicadores da sua escola, precisa saber lidar com a motivação, envolvimento de pais, de professores, ele precisa ter um saber técnico, lidar com recursos. Então, não basta ser uma pessoa muito querida na comunidade, ele tem que ter o referendo da comunidade, ele tem que ter a aceitação da comunidade, mas tem que ter um saber técnico. Então, eu acho que é preciso conciliar pelo menos o saber técnico e, se for o caso, o processo de eleição. Em particular, no meu Estado, nós fazemos uma prova escrita, entrevista, prova de gestão e um plano de gestão. Nós transferimos recursos para todas as escolas. As nossas escolas são autônomas, elas recebem recurso para a sua manutenção mensal. Então água, luz, telefone, projetos de aprendizagem, ações pedagógicas, a escola recebe. Até intervenções físicas, estruturais no valor de 150 mil reais não é realizado pelo governo ou pela Secretaria de Obras. O dinheiro vai direto para a escola e a escola acompanha a execução. Então esse diretor ele precisa estar preparado para lidar com o volume de recursos e ter autonomia para de acordo com a necessidade que a sua escola tem, com o seu projeto pedagógico, ele ter condição de executar. Então, nós acreditamos na necessidade de ter um preparo técnico para isso.

Houve uma outra pergunta ainda da Senadora sobre formação continuada, se o CONSED também tinha uma proposta, uma programação. O CONSED tem como propósito um grupo de trabalho, que disponibiliza e socializa para os Estados, as possibilidades de formação continuada. Logicamente são possibilidades que ficam à disposição de Estados para que possam ser utilizados. Cada Estado tem a sua liberdade de utilizar ou não.

Houve uma pergunta do Senador Augusto Botelho sobre o sistema nacional de educação. Eu acho que na minha fala eu fiz um breve relato sobre isso. Eu acho que nós precisamos caminhar para essa construção de definição, como eu disse, de um plano nacional estratégico, em que existam metas e diretrizes para todo o sistema, padrões nacionais para que sejam assegurados para todos. Padrões de formação de professores, estrutura e valorização. Hoje nós já temos um padrão de avaliação externa, que está sendo realizada através de Prova Brasil, do SAEB, enfim, mas é preciso também que as condições sejam padronizadas. Embora eu concorde que, às vezes, no mesmo município a gente tem escolas com resultados diferentes e reforço toda a posição que foi colocada que o diretor da escola, a liderança faz uma diferença significativa, nós temos de-

zenas de casos, como foi colocado aqui pela Senadora e outras pessoas que me precederam, que a liderança faz uma diferença enorme. Ela é capaz de mobilizar, ela tem clareza dos seus objetivos, e ela pode sim, reverter um quadro, mas é preciso que o Governo não abra mão do seu papel e da sua responsabilidade de garantir condições básicas para todos. Isso não quer dizer que, então, a escola só está na mão do diretor. Não. Ele tem a sua parte extremamente importante. Mas o Governo tem que garantir, assumir a sua responsabilidade de garantir as estruturas básicas para que a escola pública funcione.

Gostaria de responder também a Senadora Rosalba que fez uma pergunta sobre perdas. A própria legislação ela é muito recente. Então, tanto Estados como municípios estão ainda fazendo as suas contas, teve com certeza, mudanças, Estados que ampliaram as perdas assim como tem municípios que ampliaram as suas, não seria correto dizer perda, mas o processo de transferência pelo próprio desenho do fundo. Como houve muitas alterações, inclusive, na legislação, na Câmara acolhendo o atendimento de escolas conveniadas, de creche, de entidades, o próprio censo em tempo real, que está sendo feito agora, que vai permitir que a gente tenha essa idéia. O que eu acho que é importante é que pelo desenho do FUNDEB, é possível você fazer ajustes durante a execução. Eu acho que isso que é o mais importante. Que a gente entenda que não resolveu tudo. É um mecanismo importante, mas muito mais como um alerta para que o país entenda que a nossa prioridade é a educação básica. Faz diferença o atendimento da Educação Infantil, agrega qualidade no trajeto do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e do próprio Ensino Superior. Então, é preciso que a gente tenha pesquisas sendo realizadas, monitoramento sendo realizados nos municípios e nos Estados para que a gente possa garantir que o FUNDEB, embora não resolva tudo, possa indicar quais são os caminhos e onde é preciso garantir mais recursos e até atuações da própria União, cumprindo realmente o seu papel de equalizadora.

Houve uma pergunta sobre, do Senador Mão Santa, falando sobre a questão do planejamento. Eu acho que é importante ter metas, condições e também a fiscalização para que isso aconteça. Acho que é um momento em que o país está dizendo que a educação é prioridade. Nós vamos ter que construir um plano, resgatar documentos já existentes, mas ter clareza que é preciso um esforço muito maior do que aquele que nós já estamos realizando, inclusive, para conseguir garantir que em um país tão diverso, em que as autonomias tanto dos municípios, do Estado e da própria União causam em muitas situações posições incoerentes e até falta de clareza de responsabilidade, que a gente possa traçar metas nacionais, monitorar todo o sistema, e acho que esse é o mérito, Senador, da discussão e da posição que o senhor sempre assumiu em relação à educação. Nós precisamos entender que a educação tem que ser um negócio de país, tem que ser uma proposta de país que consiga ir além dos governos, além das pessoas. Às vezes a gente tem um Secretário, um Ministro, que tem um compromisso e tem uma vivência de educação. A gente avança alguns programas. O Ministro que entra, o Secretário que assume, os projetos vão todos para gaveta, porque eles têm cara de pessoas. Nós temos que superar e assumir um compromisso de país, de fazer a nossa tarefa em relação à educação. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, eu agradeço e passo a palavra, finalmente, ao professor Gabriel.

SR. GABRIEL MÁRIO RODRIGUES: Acho que como síntese final, com respeito à questão salarial, que foi a pergunta do Senador Augusto Botelho, me parece o que vale deve ser a valorização do profissional de educação. No fim, o diretor, o gestor, o professor, se eles não forem valorizados... Eu acredito que nessa área pública, as melhores práticas da empresa particular também deviam ser adotadas. Não tem parente, não tem primo, não tem nada. Vale é qualificação que justamente é uma área onde, por uma série de fatores, isso não acontece muito. Então, no dia em que for valorizado o professor, no dia em que for valorizado o diretor, nós vamos ter oportunidade de que melhores profissionais sejam escolhidos para que a gente impeça que o velho ciclo que está acontecendo agora, quer dizer, quem vai para o Magistério são as pessoas não muito bem qualificadas. Senador, leva muito mais tempo, mas já se passaram dois minutos do seu horário para entrar na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer aos que estiveram presentes hoje, os depoimentos de vocês serão colocados no documento final, e dizer aos membros dessa Comissão que na próxima quinta-feira teremos outra Audiência onde estão convidados Eduardo Storópoli, Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários; Neuza Sarti Werneque Ribas, Secretária de Educação do Município de Barra do Chapéu, São Paulo; Paulo Nathanael Pereira de Souza, Presidente do Centro de Integração Empresa Escola; Jorge Werthein, Diretor-Executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino Americana, ex-representante da Unesco no Brasil; e o Prefeito João Batista de Geroni, Prefeito do Município de Calmon, Santa Catarina, escolhido porque tem sido um exemplo nacional no que ele tem

conseguido fazer, o município de cinco mil eleitores eu creio muito pequeno--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: De qual Estado?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Santa Catarina. Barra de Chapéu também é um município de São Paulo que tem sido falado como a exemplo. Nós queremos saber por que eles têm conseguido fazer isso. Eu dou por encerrada a sessão com os meus agradecimentos a todos que compareceram.

Sessão encerrada às 14h02.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MUSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e um minutos do dia três de julho de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Gilvam Borges, Vice-Presidente no exercício da Presidência e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Romeu Tuma e Wilson Matos, reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, João Ribeiro, Valdir Raupp, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Demóstenes Torres, Valter Pereira, Paulo Duque e Inácio Arruda, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gilvam Borges, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Diône Craveiro, Diretor da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura - ABTA e do Senhor Igor Vilas Boas, Diretor de Indústria e Tecnologia do Ministério das Comunicações. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gilvam Borges, submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 020-CE de 2007 e 004-SCTMC de 2007, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi, Marconi Perillo e Marisa Serrano, que tem como objetivo debater "Proposta para a nova Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica - em especial, a regulamentação do Art. 221 da Constituição Federal, que se encontra, atualmente, em elaboração no âmbito do Poder Executivo, com suporte no Decreto de 17 de janeiro de 2006 da Presidência da República". O Senhor Senador Gilvam Borges, Vice-Presidente no exercício da Presidência, da Comissão, passa a Presidência ao Senhor Senador Sérgio Zambiasi, para dar continuidade dos trabalhos, uma vez que necessita ausentar-se em virtude de compromissos assumidos anteriormente. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Evandro Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo; Senhor Fernando de Souza Dias, Presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão – ABPITV e o Senhor Walter Vieira Ceneviva, Diretor da Rede Bandeirantes e Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores - ABRA. A Senhora Assunção Hernandes, Diretora para Assuntos Internacionais da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema - ABPC, convidada para a Audiência justifica a ausência em virtude do cancelamento do seu vôo na cidade de São Paulo. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Sérgio Zambiasi, autor de requerimento, os Senhores Senadores Wellington Salgado, Raimundo Colombo e Flávio Arns. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Sérgio Zambiasi,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da

Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro , Música e Comunicação Social.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL – CECTMCS

NOTA TAQUIGRÁFICA

28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Havendo número regimental declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e a 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura das Atas de reuniões anteriores e aprovação das mesmas. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende o Requerimento nº 020 CE e 004 CTMC de 2007 aprovados de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi e Marconi Perillo e da Senadora Marisa Serrano para a realização desta Audiência Pública destinada a ouvir propostas para nova Lei Geral das Comunicações Sociais, Eletrônica, em especial, a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal que se encontra atualmente em elaboração no âmbito do Poder Executivo, com suporte no Decreto de 17 de janeiro de 2006 da Presidência da República.

Dando início à audiência pública solicito ao Senador Zambiasi que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa. Convido para tomar assento à Mesa o palestrante Vice-Presidente das Relações Institucionais das Organizações Globo, o Sr. Evandro Guimarães. Convido o Sr. Fernando de Souza Dias, Presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão ABPITV. A diretora para assuntos internacionais da Associação Brasileira das Empresas... Seja bem-vinda... A Associação Brasileira de Empresas Produtora de Cinema a ABPC comunicou a Assessoria dessa Comissão que por motivos do caos aéreo e das dificuldades que teve tentando há mais de 2 dias chegar a Brasília teve dificuldades e não pôde comparecer. Sr. Walter Pereira Ceneviva Diretor da Rede Bandeirantes e consultor jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusão ABR.

Os palestrantes e autoridades convidadas que estarão dando a contribuição com seus conhecimentos, para elaboração do projeto tão importante, a Mesa comunica que o tempo será de 20 minutos para cada palestrante, para que possa fazer as suas considerações e dentro delas essa Comissão estará também fazendo um estudo... Fazendo os estudos para dar a contribuição do projeto que se encontra no âmbito do Poder Executivo.

Portanto, eu convido o palestrante Vice-Presidente das Relações Internacionais, das Organizações Globo Dr. Evandro Guimarães. V.Sª. dispõe de 20 minutos para a sua palestra.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Muito obrigado, Senador, Gilvam Borges, Senador Zambiasi, Senador Wellington, eu vou rapidamente discorrer com relação ao conjunto de objetivos que achamos deve presidir do ponto de vista radiodifusão o esforço de elaboração dessa nova Lei da Comunicação Social. Do nosso ponto de vista, realmente esse projeto deve prosperar, ele é altamente complexo, ele deve ser precedido o seu... As suas primeiras minutas devem ser precedidas de intensa interatividade, entre as sociedades, os radiodifusores e mesmo o parlamento, quer dizer, o Senado e a Câmara, mas nós vamos arriscar apenas aí a colocar em pauta alguns princípios que nós consideramos que devem estar sobre a ótica das empresas, da nossa empresa devem estar considerados, pois não.

Os princípios, os objetivos que devem ser... No nosso objetivo devem ser considerados são: Cidadania e democracia. Vou falar rapidamente sobre cada um dos itens, todos sabem a importância que é o sistema de televisão aberta de rádio e televisão abertas para democracia no Brasil e para inclusão e para o desenvolvimento da cidadania. Segundo item nós nos preocupamos com a efetiva legalidade do setor. Já ouvi falar hoje aqui de manhã, que se fossem cumpridas rigorosamente o conjunto, a legislação existente nós já teríamos um setor bastante melhor que nós temos um setor, infelizmente da radiodifusão que cumpre especial papel para o Brasil ele tem aí várias situações de fatos consumados, seja no rádio, seja na televisão que mereceriam ser objeto, ser extirpados pelo Poder Executivo... coisa que não tem acontecido recentemente. Recentemente não, nas últimas décadas.

Outro objetivo com relação à elaboração é a questão da absoluta liberdade de expressão prevista

na Constituição, isso tem um corolário que é a liberdade editorial.

Outro aspecto que precisaria constar dessa nova lei é o conhecimento dos legisladores ou daqueles que propuserem a minuta que será submetida ao Congresso que entendessem que o negócio, ou seja, o rádio e a televisão oferecidos para recepção livre e gratuita pela população precisam ser protegidos, precisam ser defendidos, porque vivemos no Brasil uma situação curiosa, no tempo na primeira reforma, no primeiro mandato do Governo FHC houve a privatização das telecomunicações, no mundo inteiro são considerados estratégicos telecomunicações e comunicação social. No Brasil, nós liberamos integralmente à parte de telecomunicações, ou seja, o País vendeu o corpo e por enquanto preservou a alma que é a comunicação social. Mas a tecnologia hoje permite milhares de alternativas e permite milhares consumação de fatos que poderão descaracterizar o setor de radiodifusão que é constitucionalmente protegido, nós achamos fundamental que o projeto se preocupe com a defesa, porque afinal de contas à radiodifusão atende o telespectador, o cidadão, as telecomunicações de um para um atende o cliente, atende o assinante.

Outra coisa que deve constar claramente dessa nova lei em nosso entendimento é uma preocupação com a expressão e a proteção do conteúdo nacional, somos um País cercado de Países amigos e irmãos que falam espanhol, nós falamos português, somos um País homogêneo, o Brasil hoje é ligado por 6 ou por 7 diferentes redes em tempo real com entretenimento, informação, educação por redes geridas e produzidas em português, mas, no entanto, nós temos Países vizinhos que falam espanhol nessa Nação continente que somos, e somos alvo, o nosso mercado homogeneizado é algo do principal produtor mundial de conteúdos que fala inglês. Então a produção do conteúdo nacional precisa ser efetivamente cuidada nesse propósito, caso contrário nós poderemos ter o risco, isto avaliação dos Parlamentares, de perda daquilo que é identidade nacional com reflexo em relação à soberania etc e tal.

Tem outro aspecto que é muito importante que essa lei que vem defenda que ela foi embrionariamente defendida no Código de Nacional de Telecomunicações, mas agora ela precisa de uma expressão concreta e eu fico bem à vontade de falar disso aqui nessa Casa porque o Senado é a Casa da Federação, representação igualitária de todas as unidades da federação e proteger a federação é proteger o modelo atual de televisão brasileira. O que é que é a televisão brasileira e o rádio brasileiro? É um sanduíche bem sucedido de programação nacional, o que dá aos brasileiros o senso comum de ser brasileiro, com programação regional e local, inclusive com intervalo comercial local a partir do que se permite que as pessoas consumam notícias locais e regionais, que consumam informações esportivas, campanhas comunitárias que têm a ver com aquela geografia, e que também no intervalo comercial tenham informação sobre produtos e serviços que estão no distrito daquelas pessoas à disposição daqueles consumidores. Esses consumidores freqüentemente se tornam o supra-sumo da cidadania que se tornam eleitores. Essa é a razão pela qual o horário político partidário gratuito e o horário gratuito eleitoral estão presentes no Brasil numa multiplicidade enorme de situações. No ano que vem, nos mais de 150 municípios brasileiros, aonde existe televisão nós assistiremos a campanhas da Prefeitura, feitas pelas televisões locais e regionais, pelas geradoras locais e regionais. E, em mais de 2.000 outros municípios, assistiremos a programação gratuita, eleitoral feita pelas rádios que cumprem esse papel. Freqüentemente o modelo é tão bem sucedido que nós nos esquecemos disso, Senador Gilvam, nós nos esquecemos, por exemplo, que o Amapá, a sua capital recebe programação nacional, mas também tenha oportunidade de dar espaço ao anunciante local que procura dinamizar a venda de bens e serviços com preços e ofertas efetivas aquele distrito de consumo. Assim como na área política ela permite que você faça divulgações políticas falando com os eleitores do seu Estado ou do seu Município. Então falar da federação é falar em defender esse modelo que é a televisão brasileira que se define muito mais para quem a conhece como soma das partes. E esse modelo, senhores, é o modelo que neste momento está poderosamente ameaçado, porque a tendência das empresas que operam serviços de televisão paga, ou serviços ou direcionais via satélite são de fazer do Brasil um consumidor, digamos, sem a participação do operador, sem a participação do jornalismo local, do esporte local, da campanha comunitária local, da informação dos poderes públicos locais, locais e regionais e também sem a participação, digamos assim, prestigiada dos anunciantes locais que fazem uma oferta adequada de bens e serviços, aqueles consumidores também daquele distrito.

Nós entendemos que a nova lei deve ser mais clara com relação ao papel da radiodifusão na educação. Seja quanto ao rádio, seja quanto a televisão. A empresa que na qual eu trabalho, desenvolveu durante muito tempo, recebeu grandes prêmios internacionais um dos principais programas de educação à distância do mundo conhecido como TELECURSO. Inicialmente com parcerias, posteriormente sozinha, posteriormente com parcerias, mas ela percebeu que ela

precisava fazer um programa de educação um pouco mais agressivo e daí surgiu o canal que atende diretamente as escolas que é o Canal Futura que atende cerca de 30 mil escolas no Brasil, com programações 24 horas daquele, no sistema entretendo e educando. E nós acreditamos que a definição e o esforço para a radiodifusão tratar educação deve ser muito bem reequacionado na próxima lei.

Por fim, entendemos também que a nova Lei de Comunicação deve privilegiar diversidade, hoje quem assiste televisão por uma parabólica da banda C essa parabólica grande que é muito comum nas praias, é muito comum nas fazendas, é muito comum em áreas de demografia rarefeita, de baixa densidade populacional como na Amazônia, como no centro-oeste conseguem consumir gratuitamente, pelo menos, 12, de 12 a 15 programações de boa qualidade brasileira com diversidade. Essa diversidade deve ser preservada e se possível ampliada. E nessa questão da diversidade certamente a lei tem um grande desafio que é o entender qual é o grande panorama que vai se instalar com fornecimento de programação para a recepção livre e gratuita pelos cidadãos brasileiros com a grande explosão, o grande renascimento que será a multiplicação dos recursos de transmissão da televisão digital.

Pois não... Por fim, complementando todo esse conjunto, é inevitável que a própria lei, procure examinar a tecnologia, não como algo que a lei da gravidade. Não é, porque a tecnologia permite que você faça algo que ela, que algo pode ser feito ou deve ser feito. Se nós aceitarmos que a tecnologia derrogue a Constituição, podemos desde já cancelar o capítulo quinto da Constituição que reserva aos brasileiros a possibilidade de possuir majoritariamente, com pelo menos 70%, digerir, gerir as programações e gerir as empresas nacionais de radiodifusão, no mundo inteiro essa reserva é politicamente aceita e praticada. Aos nacionais a gestão daqueles meios que fazem a opinião, que garantem ao fim e ao cabo, identidade nacional. Pois não.

Eu já falei um pouco eu vou apenas concluir, falei um pouquinho sobre cada item eu vou concluir, por favor... Apenas o item Federação que eu vou encerrar. Eu só queria ficar nesse item, eu só queria voltar a falar, aproveitando que o Senador Mesquita acabou de chegar e não me ouviu eu queria poder falar, esse conjunto aqui, Senadores presentes, repetir essa preocupação, Senador que é da região amazônica, repetir a principais preocupações dos radiodifusores, hoje, que é uma preocupação do Senado com a defesa da federação brasileira vis-à-vis o modelo da radiodifusão. O Brasil tem um modelo de radiodifusão que hoje é: programações nacionais com complementaridade local e regional. Isso prestigia, reconhece e valoriza as existência das unidades da federação, dos Estados brasileiros e dos seus respectivos municípios. Há uma tendência de se transformar a comunicação de um para "n", de um para milhões em projetos em algumas áreas, como nas áreas de televisão a cabo, de televisão paga em projetos que não são sequer brasileiros. Simplesmente, brasileiros, o que já seria desastroso. Modo de televisão no Brasil que falasse de um ponto e a concorrência se desse apenas de um ponto para todos os brasileiros, vendendo marca já seria desastroso. Só para citar um dado, um dado da utilidade da televisão, a Rede Globo, por exemplo, ela trabalha com as suas 121 emissoras produzindo 121 diferentes jornais todos os dias localmente. Dando voz àquelas comunidades onde ela opera, seja uma emissora na capital, seja uma emissora no interior. Ela divulga o esporte local, divulga o esporte regional. Mas principalmente, ela dá espaço ao empreendedorismo, tanto é que nas nossas estatísticas em 2006 nós tivemos 35 mil anunciantes na rede, portanto, a maior parte desses anunciantes que utilizam-se apenas de uma emissora, 35 mil anunciantes que anunciaram ao longo do ano menos de 10 mil reais. Ou seja, isso dá uma demonstração inequívoca de como a empresa, de como nós temos uma visão pulverizada, uma visão capilarizada da realidade brasileira, e a preocupação é que a tecnologia cada dia mais ganhe expectativa de massa. Então, o sanduíche de programação nacional de alta qualidade em português, com a programação local que contempla jornalismo, esporte, música local e regional, propaganda partidária e eleitoral local e regional e que contempla também o intervalo comercial, riquíssimo instrumento de dinamização das economias locais, berço de alguns talentos empresariais e também empresas essas que podem prestar um específico e dirigido serviço as questões comunitárias de uma simples campanha de vacinação que se localiza ali a uma simples questão agropecuária que precisa se cuidada de maneira específica naquela região, que nem toda a região do mundo produz, nem toda a região do Brasil produz soja ou cacau, ou produz borracha ou pecuária de leite.

Quer dizer, o papel riquíssimo é freqüentemente ignorado. A nossa maior preocupação nesse momento frente a um novo Projeto de Lei é com a preservação do modelo da televisão brasileira que emprega centenas de milhares de brasileiros, que permite emprego e que permite também uma propriedade mais democrática dos meios de comunicação, porque cada rede ela tem um conjunto de proprietários a ela associados que transforma um conjunto empresarial numa força viva nacional. Podendo competir com os gigantes in-

ternacionais que produzem outros idiomas, espanhol, inglês etc e tal e que certamente se um País nesse século não consegue se ver na tela, não consegue se expressar, certamente esse País tende a perder a sua identidade. Então se é um apelo que eu pudesse fazer nessa subcomissão no Senado seria: "Atenção ao modelo federativo da televisão brasileira. Atenção ao modelo federativo do rádio brasileiro". É absolutamente especial o que presta de serviço ao Brasil o rádio brasileiro com milhares de estações que se organizam freqüentemente com programação nacional, mas também com programação local ou regional. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): A Mesa agradece as considerações de V.Exª., queremos registrar com alegria a presença do Sr. Johnny Craveiro, diretor da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, ABTA Brasília, registramos também a presença do Sr. Igor Vilas Boas, diretor da Indústria e Tecnologia do Ministério das Comunicações. Eu gostaria de convidar o Senador Zambiasi para como autor ter o privilégio e o prestígio de estar presidindo aqui enquanto eu trato de alguns assuntos de urgência. V.Exª. vem aqui presidir a Mesa e chamar o próximo palestrante.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Gilvam Borges, convidados, colegas, após ouvirmos a explanação do Dr. Evandro, bastante interessante, informações que chama atenção o próprio processo de anunciantes locais que chamou muito atenção, e essa importância do protagonismo local e do acesso à propaganda também que eu achei, realmente foi dos aspectos que me chamou mais a atenção, mistificando um pouco os custos até.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): [risos] O que me honra e me orgulha muito. Nós vamos agora ouvir a palavra do Dr. Fernando de Souza Dias que é Presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão. Com a palavra por 20 minutos.

SR. FERNANDO DE SOUZA DIAS: Bom-dia a todos, estou um pouco rouco aqui, peço desculpas. Mas eu gostaria, primeiro, de colocar quem somos nós, não é? O que é que é a ABPI TV, queria pedir que já fossem tocando os slides, por favor.

A ABPI é uma Associação de Produtores Brasileiros, ela foi criada em 99, eu vou tentar ser rápido, com, quando se iniciou a questão da TV a cabo brasileira. A cabo brasileira começou em 92, 93, até então o produtor brasileiro ele praticamente não tinha espaço para produção nas TVs abertas brasileiras. Com advento do cabo brasileiro a gente começou a ter uma presença mais forte em produção, principalmente no cabo brasileiro, nos canais da Globo, como GNT, multishow e nos canais internacionais que estão aqui no Brasil. Ela tem umas regras de filiação, a principal dela é que a produtora tem que ter no mínimo de 10 horas exibida em televisão, tanto nacionalmente como internacionalmente. Tem que ser registrada na ANCINE e ter o mínimo de 2 anos de existência.

Aqui a gente tem um retrato da associação, uma associação nacional, ela tem uma participação maior em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas a gente tem uma participação cada vez maior nos outros Estados da federação. Isso daqui é um perfilzinho dos associados, a gente tem 20 produtoras, 26 produtores que tem acima de 20 funcionários, mas a grande parte é de produtoras pequenas que tem até 10 funcionários trabalhando. Isso é um recorte do faturamento dessas produtoras, também grande parte tem um faturamento ainda muito pequeno, e temos 22 produtoras com faturamento acima de 5 milhões de reais ano. Dessas 22 a gente deve ter em torno 5 a 7 produtoras que tem faturamento acima de 50, 60 milhões de reais/ano, fazendo produção independente.

Isso é um perfil das associadas, o tipo de produção que são realizados, então ele é bem genérico, tem o documentário, tele filme, tele novela, animação programas de televisão, séries, longas, curtas. E aqui eu queria fazer um pequeno retrato da TV no Brasil. O Brasil hoje ele tem 478 emissoras de televisão, 9.896 retransmissora, tem uma penetração de 99% do território nacional, praticamente, um pouquinho menos que isso, e tem mais de 50 milhões de domicílios com TV no Brasil.

Aqui eu vou entrar acho que no assunto que mais nos interessam. A nossa grande dificuldade que a gente tem hoje no Brasil, é a primeira, essa questão que está sendo discutida hoje aqui no Senado, que é a não legislação, não regulamentação para a produção de conteúdos de televisão. Na verdade, a gente quer colocar um corte bem grande na questão da diferença entre a difusão e a produção. Você tem, são papéis muito diferentes e considerados muito diferentes no mercado internacional, mas no Brasil existe uma certa miscigenação aí desses papéis. As TVs, ou seja, as TVs aqui no Brasil elas não são só grandes difusoras, mas são grandes produtoras que tem a benesse da produção do seu conteúdo. Existe uma falta de mecanismo de financiamento, e a questão da TV brasileira, a TV pública ela nasceu depois da TV privada no Brasil, praticamente 20 anos depois. Isso foi o inverso do que

ocorreu no resto do mundo. Praticamente nos países, pelo menos os países que a gente considera os países exemplos, as TVs públicas se iniciaram antes. Se a gente vai pegar Inglaterra, França, Alemanha, Canadá, Espanha, as primeiras televisões foram televisões públicas e depois vieram as televisões privadas, nesse sentido a gente considera que os modelos vieram do público para o privado. No Brasil houve uma inversão de modelo, e as TVs públicas hoje na verdade parecem mais as TVs privadas do que o inverso.

Aí a gente entra acho que no grande paradigma que a gente tem hoje da televisão brasileira, que era isso que eu falei. Existe uma, uma confusão entre a exibição e a produção. A televisão, ela tem uma concessão pública, ou seja, ela tem uma concessão dada pelo governo para ela ter o poder de exibir, ela não tem uma concessão para produzir. Em tese, todos podem produzir, qualquer um que tenha uma empresa de produção pode produzir para aquela televisão, mas no Brasil não foram feitos leis nem regulamentações iguais ao que foram feitos no resto do mundo onde se determinava qual era a participação da produção independente dentro das televisões. Então hoje quando se fala de televisão brasileira se coloca tudo dentro do mesmo balaio. A gente acaba tendo um comportamento onde quando se fala de televisão você fala de produção, na verdade essa distinção é uma distinção muito clara e ela tem que ser usada muito clara. A própria Globo hoje ela faz serviço de produção para outras televisões que não são veiculadas na Globo, ela atende serviços de produção para televisões para fora do Brasil, então ela tem a sua produtora, ela tem a produtora Globo e ela tem a televisão Globo. Isso tem que ser levado em consideração dentro dessa discussão da lei, senão você acaba criando um bloco, você acaba criando uma impossibilidade de competição das outras produtoras que existem no Brasil.

Dentro da cadeia produtiva da televisão, a gente consegue dividir, pelo menos em 3 grandes blocos, a televisão como eu falei que é quem tem essa benesse da concessão, a concessão pública que pode transmitir a imagem e pode explorar comercialmente essa exibição dessa imagem, você tem o produtor que não necessariamente precisa estar linkado com a televisão, aliás, em grande parte dos países isso é inclusive é proibido as leis foram muito claras onde a televisão ela não pode ter o papel de produtora, ela tem que ter só o papel de difusor e você tem o distribuidor que na verdade é um agente de vendas que pode oferecer esse conteúdo para televisão ou para DVD ou para TV fechada para outras mídias. No Brasil, a gente teve essa verticalização da produção, da televisão onde a televisão ela assumiu todas as linhas da nossa cadeia produtiva. Então ela está indo desde a difusão até a distribuição do conteúdo que ela mesma produz.

Os modelos de negócios que hoje existem no resto do mundo, não que ainda não existam no Brasil de uma maneira sistemática, pelo menos não na TV aberta, na TV a cabo isso já existe, ele vai desde uma prestação de serviço, o *Prodution Service*, que a própria Globo já faz em alguns casos, ela teve a Cidade dos Homens, ela teve minisséries que foram feitas por produtores independentes, onde a produtora, ela realizou o serviço de produção para a Globo, apesar da Globo ter ficado com os direitos de exploração daquele conteúdo. Você tem o recurso da co-produção, que o Brasil ele não faz isso na TV aberta, aonde a televisão ela entra com uma participação no conteúdo realizado e esse conteúdo ele tem uma divisão dos direitos patrimoniais, ou seja, produtor ele também tem uma função de conseguir recursos para essa produção e pré compra que na verdade é o que é mais utilizado hoje fora do Brasil, onde as televisões, na verdade, ela só fazem uma primeira opção de compra do conteúdo que vai ser produzido pela produção independente. E com isso ela tem o direito da primeira exibição, mas ela não fica com o direito patrimonial. Hoje se a gente falar na Europa, por exemplo, o modelo europeu hoje, é um modelo todo galgado em cima da pré compra, não é em cima de prestação de serviços nem de co-produção. Praticamente grande parte das televisões européia, hoje, elas só fazem a produção fazendo pré-compra do produtor independente. E o licenciamento que é o último, que é na verdade, a venda do direito de exibição de um produto já realizado.

Dentro dos modelos internacionais, eu coloquei aqui algumas televisões, que eu sei que são consideradas por todos aqui nessa sala como televisões de modelos de qualidade. A gente tem a BBC tem a AT, a BBC é inglesa, a AT franco-alemã, NHK japonesa, ZPC canadense, ZBF Alemanha, PBS americana, National Geographic, Discovery, Cartoon, o History Channel, ou seja, grandes televisões que hoje o Brasil é um grande consumidor desses conteúdos, mesmo as televisões abertas brasileiras elas consomem esse conteúdo e são modelos que a gente considera, são modelos que poderiam ser melhor examinados e melhor compreendidos dentro do universo brasileiro para a gente conseguir seguir esse processo de produção. O que essas televisões todas tem em comum, é que todas essas televisões que eu mencionei, elas trabalham com produção independente. Hoje quando a gente vê os programas americanos, quando a gente vê o programa da Oprah, quando a gente vê gente o Lost, cada gente vê o 24 horas, o Sinfield, o Friends, todos esse grandes programas americanos enlatados que vem para cá são

realizados por produtores independentes. O processo ele se inicia pela produção independente, ele não se inicia no canal. O canal ele tem o poder de escolha das produções que ele consegue que são produções que vão ter sucesso, produções que possam ter uma boa distribuição e eles participam depois das produções terem sido iniciadas, mas não são produções iniciadas e nem produzidas pelos canais.

Eu vou, eu coloquei, pode passar, eu coloquei aqui em exemplo, a gente participa hoje dentro do projeto da associação a gente desenvolveu um projeto de exportação audiovisual brasileiro. O Brasil, hoje, ele é um País que ele está praticamente fora do mercado internacional de televisão, a gente tem uma participação da Globo que consegue vender novelas, mas é uma participação ainda muito pequena dentro de um mercado, dentro de um mercado mundial de exploração da venda das imagens brasileiras, das imagens e dos produtos brasileiros. A gente tem uma participação constante em vários eventos, encontramos nossos colegas da Globo e alguns outros canais na maioria desses eventos, são eventos, grandes feiras e mercados mundiais de televisões, esses mercados eles existem há muitos anos, é aonde existe o ambiente de negócio de conteúdo de televisão. Infelizmente o Brasil ele praticamente inexiste nesse mercado, porque o Brasil ele tem uma característica de produzir internamente o seu conteúdo. Ou seja, o Brasil ele só produz, o Brasil é praticamente autofágico, tudo que ele produz ele consome. Enquanto que nos outros países do mundo foram criadas leis e legislações no sentido de estimular os produtores a venderem a imagem a esses conteúdos para outros países e dessa forma estar estimulando também a venda da imagem, a imagem do País ter uma distribuição mais forte da imagem do País para outros países.

Isso aqui é uma série de eventos que nós temos participado nos últimos anos. Nós participamos em mais de 40 eventos internacionais aí nos últimos anos, foram mais de 8 países, 485 empresas, todas empresas brasileiras foram para esse mercado, numa tentativa de conseguir gerar negócios divisa para o Brasil. Quando a gente fala gerar negócios, divisas, a gente está falando que a gente está vendendo, primeiro, a imagem do Brasil porque a gente está vendendo o conteúdo brasileiro, quando a gente fala que está vendo onde conteúdo brasileiro eu falo que a gente não está só vendendo a imagem da cultura do Brasil, a gente está vendendo tecnologia, a gente está vendendo turismo, a gente está vendendo agronegócio, a gente está vendendo... Ou seja, todo o setor econômico do Brasil, é vendido para os canais internacionais. Ainda de uma maneira muito tímida, porque a nossa produção ainda é muito tímida, mas isso é um espaço que o Brasil, de alguma maneira ele deveriam ter uma presença mais forte, eu acho que isso também deveria ser discutido na Lei Geral de Comunicação. Isso é um projeto de capacitação que a gente tem feito, mas isso eu acho que também é irrelevante agora.

Nos últimos 3 anos, a gente conseguiu ter um, um evento aí, uma força de venda de 35 milhões de dólares de co-produções internacionais com vários países do mundo, isso, na verdade, são ações isoladas de produtoras brasileiras, assim mais do que um montante que é um montante que ele tem crescido anualmente só para esse ano a gente tem uma expectativa de mais 30 milhões de dólares, isso mostra um esforço que a gente tem tido de colocar a imagem do Brasil fora do Brasil, isso mostra, na verdade, como o produtor brasileiro ele tem a capacidade, hoje, de produzir conteúdo que seja de interesse dos grandes, das grandes televisões mundiais. Porque quando a gente está falando nessas co-produções, a gente está falando nas co-produções com Discovery, com a National Geographic, com a BBC, com a AT, com a ZBF, com o canal australiano com a canal holandês. Ou seja, o mundo ele reconhece o Brasil e o produtor brasileiro como um produtor capaz de desenvolver projetos de qualidade, para ser vendido para os grandes canais aí do resto do mundo.

Hoje, aqui é só uma leitura que a gente tem de projetos com alguns países, hoje o Canadá o País que a gente tem mais projetos em desenvolvimento, a gente tem hoje em desenvolvimento quase 128 milhões de dólares em projetos junto com o Canadá, sendo que dessa parte o brasileiro, ele precisa conseguir levantar quase 66 milhões de dólares, que seria a metade disso e a nossa grande dificuldade é, porque pela televisão brasileira, não ser participante dos nossos projetos, ela não entrar dentro desse projeto, a gente acaba muitas vezes não conseguindo realizar esses projetos. A gente tem aí mais 79 milhões de dólares em projeto sendo desenvolvimento com esses outros países. E aqui, só para dar um panorama mais mundial, não é? Hoje a gente tem em torno de 450 bilhões de dólares no setor audiovisual no mundo. O Brasil, a gente está chegando mais ou menos em 5 bilhões de dólares, ou seja, a gente não chega, a chega mais ou menos aí 1% desse montante, que é um valor muito pequeno se a gente pensar da abrangência e da posição no Brasil e no resto do mundo. Aqui eu pus só alguns exemplos eu vou passar rapidamente como é que funciona isso nos outros países, como é que funciona em países que a gente, pelo menos países que seriam modelos Brasil para o Brasil. Por exemplo, na França, a França ela tem uma contribuição anual pelo

cidadão francês que vai para a televisão, que é taxa de serviço de televisão, existe na França, existe na Inglaterra, na França praticamente 100% da produção é feito pela produção independente, exceto a produção editorial, ou seja, jornalismo, esporte é feito pela televisão local, o resto obrigatoriamente tem que ser feito pela produção independente. Existem leis muito rígidas de proteção do conteúdo nacional, que a gente também considera que são importantes de serem salvaguardadas aqui no nosso País, ou seja, da gente ter uma, o produtor brasileiro, o brasileiro ele tem o poder de ter o controle sobre a produção desse conteúdo e eles têm vários modelos de financiamento que vem desde financiamentos públicos até financiamentos privados que em conjunto com a televisão conseguem girar o setor. Eu pus o mercado audiovisual canadense, que tem uma questão aqui que eu acho que é bastante interessante. Quando o Canadá iniciou o seu mercado audiovisual ele colocou alguns preceitos, não é? E algum dos preceitos que eu coloquei aqui que eles podem ser também colocados aqui como referência, eu acho que eles têm que ser considerados, que é isso que é primeiro a questão de promover a criação e a divulgação das histórias canadenses que envolvam os canadenses, que eles, o Canadá entendeu que existia um desafio em produzir filme produção de TV com conteúdo canadense e criou vários mecanismos para que isso pudesse ser realizado e o Canadá também acredita que o povo canadense ele tem que ter várias opções de acesso e uma diversidade de produção no setor audiovisual.

Então, como eu falei eles têm uma cota mínima de programação que tem que ser canadense, como eu já falei, no Canadá também tudo que é produzido no Canadá com exceção do editorial é feito pela produção independente. E a gente tem aqui alguns números canadenses. Só a produção audiovisual o Canadá investe um bilhão de dólares, na verdade, acho que é um bilhão de dólares canadenses, na verdade dá quase a mesma coisa. Hoje a produção audiovisual canadense representa 4% do PIB do País, para a gente ver como isso foi colocado como um setor estratégico do País, não só para a produção interna, mas também para a venda da imagem do País para outros países.

Esse aqui são só alguns exemplos de financiamentos que existem no Canadá. Por isso também o mercado alemão que também é muito parecido com o canadense, que ele também tem um sistema fundo de produção muito grande, também as pessoas também pagam uma cota mensalmente para subsidiar a televisão e as televisões também, elas também tem uma lei onde as televisões elas têm que trabalhar com a produção independente.

No mercado americano, ele apesar de não ter um subsídio direto do governo, ele tem um sistema que é bastante interessante. Primeiro ele tem um sistema de regionalização muito grande da produção, as grandes redes americanas elas exibem no máximo 5 horas da programação na rede, o resto tem que ser feito por produção local. Hoje mais de 50% da produção realizada nos Estados Unidos também é realizada por produção independente, eu dei alguns exemplos aqui desses grandes Citicons que foram feitos e a gente tem uma participação muito grande da TV paga nos Estados Unidos.

Isso daqui é só um panorama para a gente ter uma idéia, hoje, como é que a questão do audiovisual no mundo, não é? Hoje, a gente tem aí os Estados Unidos têm praticamente 70% da questão audiovisual no mundo, o Brasil ele está junto daqueles outros ali, os 10% dos outros. Ou seja, a gente tem uma participação ainda muito pequena do que a gente poderia ter.

Assim, eu queria deixar claro que a nossa posição, hoje, é uma posição de que criar uma lei de comunicação de aliança com a televisão brasileira, a gente quer ser parceiro, a gente só quer realmente, é destacar e deixar muito claro qual é o papel da televisão, [soa a campainha] que tem o papel do difusor, tem o papel do produtor e do distribuidor. A gente hoje tem uma situação, onde a gente não tem uma competição igualitária com as produtoras das grandes televisões, já que elas têm já por acordos internos que toda essa produção, ela só é realizada pelas suas próprias produtoras. Então isso, eu acho que isso a gente tem hora olhar com bastante atenção. Eu acho que o momento adequado é agora para a gente discutir esse assunto, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito obrigado Dr. Fernando de Souza Dias que é Presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão e nós queremos, registrar que a TV Senado já está transmitindo ao vivo esta 1ª Audiência Pública que debate propostas para nova Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica.

E agora, antes do próximo convidado, eu quero registrar a impossibilidade da Drª Assunção Fernandes, diretora para assuntos internacionais da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema de estar presente. Ontem à noite, ela tentou pegar um avião em São Paulo, mas em função do nevoeiro o vôo foi cancelado agora pela manhã novamente o vôo foi cancelado em função do nevoeiro em Aeroporto de São Paulo. Então está plenamente justificada a sua ausência a esta Audiência Pública.

Nós passamos agora a palavra ao Dr. Walter Vieira Ceneviva, Diretor da Rede Bandeirantes e consultor jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Sr. Presidente, muito obrigado, é um honra aceitar esse convite e participar desse debate fundamental presidido por V.Exª., Srs. Senadores, é uma satisfação de poder, em nome da ABRA, Associação Brasileira de Radiodifusores propor algumas alternativas e algumas reflexões nesse debate que é fundamental e que diz respeito às propostas de Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica, e inclusive, a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal.

E a nossa abordagem, parte de um ponto, talvez um pouco diferente daquele que nos apresentou o Dr. Evandro Guimarães na sua excelente apresentação e de que diz respeito ao seguinte: Rememorar a história, não a história recente, mas a história da regulamentação da radiodifusão desde o seu princípio. E eu pinçaria um momento particular, 50 anos atrás em 1957 quando um estudioso do tema, o também radiodifusor como Sua Excelência, o Presidente, o estudioso Saint Clair Lopes escreveu um livro a respeito do tema e da necessidade do estabelecimento de um novo marco regulatório para a radiodifusão. Há 50 anos atrás a discussão era muito semelhante daquilo que se tem assistido no Brasil em tempos recentes. E a semelhança se dá em 2 pontos: O primeiro, o de tratar o tema da comunicação social, da comunicação social eletrônica com um certo deslumbramento, com uma empolgação que é irresistível. A multiplicação dos meios de comunicação e a expansão, o fato da efetiva federalização como disse o Dr. Evandro especificamente da televisão e do rádio, estes elementos todos cruciais e são efetivamente empolgante, mas isso quando eu emprego a palavra empolgante justo me refiro algo na nossa visão é preciso evitar que é uma reação de deslumbramento é uma reação irracional em função das mudanças tecnologias e dos desafios que essas maravilhas da tecnologia tem nos propiciado. Então na nossa visão o exame do tema de uma eventual nova lei de comunicação social eletrônica deve ser feito de maneira ponderada, de maneira racional. Concretamente o que isso significa? Deve ser feito de maneira que o Congresso Nacional produza, comande os legislativos que efetivamente conduzam aos efeitos desejados, ou seja, se o Congresso Nacional pretendesse regulamentar a tecnologia, correria o risco de produzir uma lei que, como outras tantas poderia acabar não pegando. É preciso que a lei se vier uma Lei de Comunicação Social Eletrônica, seja uma lei que pegue, uma lei efetivamente "inforçável", eficaz, eficiente para regulamentar o tema no Brasil. E para dar o exemplo, ou alguns exemplos na verdade, aquilo que estou me referindo lembraria que desde 1962 até hoje, 62 quando foi editada a Lei 4.117 que é o Código Brasileiro de Telecomunicação ainda em vigor para radiodifusão, até hoje, algumas tecnologias nasceram e morreram sem terem sido previstas quando da edição da Lei 4.117. O fax ainda não acabou, mas é uma tecnologia em extinção, o *pager*, aquele bipe, começou e acabou sem que houvesse lei a respeito dele, a tecnologia de vídeo cassete em VHS também começou e acabou sem que a lei tratasse dela. O que é que eu quero indicar com esses exemplos? A importância que se conceba uma nova Lei de Comunicação Social Eletrônica que seja, não propriamente insensível, mas não atingida pela evolução tecnológica, não esvaziada, não prejudicada pela evolução tecnológica, que ela seja duradoura com a evolução, a despeito da evolução da tecnologia. E ainda pensando em exemplos e para reforçar a importância de que se conceba um modelo que trate de valores, de princípios na linha de alguns como aqueles que o Dr. Evandro apresentou e que a lei não trate de tecnologia, quero lembrar de outros exemplos ainda, poucos, mas importantes de enormes, de importantes fracassos tecnológicos, tanto no Brasil quanto fora dele. O Projeto Iridium, um projeto de telecomunicação satelital consumiu mais de 10 bilhões de dólares e se esvaiu sem deixar saudade, deixou alguns satélites que despencaram sobre o planeta. A tecnologia de WLL, Wireless Local Loop, intensamente cuidada pela agência reguladora do Brasil, a ANATEL, veio e foi sem também deixar saudade, consumiu segundo estimativa não oficiais 4 bilhões de dólares e se passou sem que houvesse lei a respeito dela, mas há um fato. Foi uma tecnologia fracassada. As licitações de terceira geração na Europa são outro paralelo de tecnologia fracassada. E pensar nas tecnologias fracassadas, como essa da terceira geração na Europa que arrecadou 100 bilhões de euros e que, no entanto, vários anos depois de ter sido encerrado os processos licitatórios, não é uma tecnologia disseminada, não é uma tecnologia de grande escala, a importância de refletir este esses fracassos é a de constatar, como vimos no começo que é preciso imaginar, é preciso que o Congresso e a nossa proposição aos os senhores aqui, a V.Exª.s nessa audiência é de que se reflita sobre medidas legislativas que efetivamente sejam capazes de atingir aos objetivos que se almeja. Quero que diga a respeito a produção regional, quero que diga respeito a integração nacional, quero que diga a respeito ao estímulo a competição, quero que diga respeito a todos os tantos principais constitucionais a que está sujeita a comunicação em geral e a radiodifusão especificamente.

O que é que, então, se a tecnologia, segundo a proposição que nós apresentamos a V.Exª.s, não deve ser objeto de atenção legislativa, o que deve ser objeto de atenção legislativa? Essencialmente o capital. O Congresso Nacional tem leis sobre o capital, a Constituição Federal trata do capital e a experiência demonstra que de fato os capitais podem ser sujeitos a formas eficientes, a formas eficazes de controle. E quando falamos de capital propomos essencialmente duas abordagens: uma primeira que diz respeito ao capital nacional. O Brasil não é um País fora do mundo, a globalização ao contrário do que se poderia imaginar, não afasta a necessidade da produção, da produção nacional e do capital nacional nos veículos jornalísticos e de radiodifusão, muito ao contrário, justo a globalização prova a necessidade dessa importância e por que prova? Prova, porque o Brasil não está desalinhado de países que fornecem exemplos importantes para a nossa reflexão, muito ao contrário, está em linha com esses países. Pensando não apenas na radiodifusão, mas também nas telecomunicações eu lembraria que países importantes, democracia e potências capitalistas importantes como Alemanha e França nunca privatizaram as suas telecomunicações, países também importantes como Portugal, Espanha e Itália, ao privatizar reservaram para o Estado ações de ouro, *golden share* como acabou se chamando no jargão o que demonstra a importância e a preocupação das legislações de todas as democracias e das grandes economias no Globo com relação ao aspecto estratégico da propriedade sobre os meios de comunicação, e aqui me refiro ao corpo, como dizia a metáfora do Dr. Evandro Guimarães, ou seja, a infra-estrutura as redes de telecomunicações e também e principalmente a produção de conteúdo, a produção de jornalismo, a produção de cultura e assim por diante.

Então, insisto, ser a favor da proteção, perdão, do capital nacional, é estar em linha com o mundo globalizado. Não se trata de xenofobia, mas sim de privilegiar num setor estratégico como é o da Comunicação Social Eletrônica proteções necessárias precisamente para consolidar aquilo o que Brasil conseguiu que é a sua integração completa, apesar das dimensões geográficas continentais por meio da radiodifusão, por meio das comunicações. E há uma outra dimensão não menos importante, e que diz respeito também ao capital que é garantir que leis que já existem, que eventualmente poderão ser até aperfeiçoadas, mas que é garantir que leis que já existem como a lei que coíbe o abuso do capital, a lei que coíbe o abuso do poder econômico seja efetivamente cumprida. O Conselho Administrativo da Defesa Econômica, o CADE tem proferido, julgados importantíssimos em relação ao tema da comunicação e especificamente ao tema da produção de conteúdos audiovisuais, aqui já pensando num assunto que trata, não apenas genericamente a Lei da Comunicação Social Eletrônica, mas também talvez, especificamente da regulamentação do art. 221 no aspecto da produção local e regional.

O CADE tem enfatizado a ilegalidade e a necessidade de combater cláusulas de exclusividade e estruturas contratuais e empresariais que estabeleçam em relação à produção de obras audiovisuais especialmente, mas não apenas, barreiras que se estabeleçam um porteiro dizendo. "Este entra, este não entra. Este entra, este não entra". Eu tenho aqui apenas para ilustrar e trago pela atualidade, é um parecer aprovado agora em julho do Procurador do CADE apreciando o ato de concentração entre a Net Serviços e a VIVAX, duas empresas de TV a cabo, e esse Procurador, insisto, cito esse documento, porque é o mais recente que há sobre o tema. Afirma, que as propostas de controle indicadas pela ANATEL para o CADE em relação a esse assunto são até poucas, propõe, por exemplo, a ANATEL, e essa é uma proposição que merece reflexo do ponto de vista da Lei de Comunicação Social Eletrônica que exista uma efetiva abertura das redes de telecomunicações que seja garantida até a fixação de uma quantidade mínima de canais independentes nas redes de distribuição de conteúdos audiovisuais e o próprio Procurador indo além daquilo que propõe a ANATEL, lembra um aspecto que é muito importante ainda na linha do que disse o Dr. Evandro em relação a manutenção do negócio o que é na visão também fundamental, manter o negócio economicamente viável, diz lá o Procurador, de nada adianta a manutenção do canal sem viabilidade econômica de sua comercialização. É preciso que tenhamos nós todos brasileiros, e nós rogamos a V.Exª.s como legisladores que tenham em mente a imprescindibilidade de se considerar que a viabilidade econômica das empresas como um todo, as distribuidoras e os produtores e a radiodifusão produz e distribui como já dito pelo Dr. Fernando, seja economicamente garantida. Não se trata de socializar o risco, muito pelo contrário, mas apenas a de que se concebam normas e de que uma eventual Lei de Comunicação Social Eletrônica seja concebida de maneira a não tornar inviável, e muito pelo contrário, a tornar viável o empreendimento da comunicação. De tal maneira que essa missão de unificação do País através da comunicação, que é uma missão que a radiodifusão atingiu não seja prejudicada e muito ao contrário, seja reforçada, seja garantida numa eventual nova legislação da Comunicação Social Eletrônica.

Enfim a idéia que nós viemos defender e propor aos os senhores é a de que se estabeleça como que um

ecossistema de produção e de distribuição de conteúdos em que se garanta a possibilidade de empreender e essa possibilidade de empreender na produção passa por combater o abuso do poder econômico, passa por impedir a existência de porteiros que selecionem quem são os agentes econômicos que podem ou não podem participar do mercado e passa também pela garantia de que a radiodifusão e os meios de Comunicação Social Eletrônica, a produção de conteúdo como se tem dito genericamente, seja constitucional e legalmente preservada na mão de brasileiros como tem sido no Brasil, desde sempre e como é em grande parte do mundo civilizado. Obrigado, Sr. Presidente, obrigado Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Dr. Walter e nós já estamos com as inscrições abertas aos interessados, e como fui um dos autores do Requerimento, eu tenho dois ou três, duas ou três perguntas para serem encaminhadas aos nossos palestrantes e são perguntas coletivas.

O tema realmente não é tão simples, é um tema complexo, o Presidente da República, inclusive, publicou um Decreto de 17 de janeiro de 2006 em que ele cria a Comissão Interministerial para elaborar anteprojeto de Lei de Regulamentação dos arts. 221 e 222 da Constituição, e da organização e exploração dos serviços de comunicação social eletrônica.

Lendo alguns artigos de estudiosos dos assuntos, no caso tem um Prof. Murilo Ramos que é Diretor da Faculdade de Comunicação da UNB, tem o Prof. Adilson Cabral que é coordenador do informativo do [ininteligível] pontos. Enfim, tem alguns pontos que são interessantes na sua abordagem, mas eu confesso que, lendo aqui o Decreto vejo que esta Comissão Interministerial poderá, poderia instituir um comitê consultivo integrado por representantes da Presidência da República, da sociedade civil, de entidades relacionadas a uma produção audiovisual e com o serviço de comunicação social eletrônica, bem assim por especialistas nessas áreas.

Eu não recebi informação se realmente este comitê está ou não funcionando, se já houve alguma reunião, se os setores foram convidados para reuniões, se foi criado o comitê consultivo por parte dessa Comissão, se em algum momento houve algum tipo de contato. Então, me parece que apesar do Decreto, né? Bom, então, o Dr. Igor, que é diretor da área do Ministério das Comunicações, nos informa que ainda não houve reunião nesse sentido, portanto a Comissão não foi criada. Razão pela qual, nós estamos de alguma maneira nos antecipando ao debate, o que é democrático, me parece interessante e até para esclarecer aos que estão presentes aqui, porque em função, enfim há um Decreto que foi publicado e a todo uma estrutura, enfim, que foi designada para trabalhar este assunto. E talvez estas Audiências Públicas possam motivar, exatamente, essa Comissão Interministerial e a criação dessa Comissão para que o governo e a sociedade comecem a ampliar, a ampliar esta discussão. E neste sentido, eu me socorro do Prof. Murilo Ramos que acompanha de perto o funcionamento do Conselho de Comunicação Social e que defende que a formulação de uma real política nacional de comunicação social carece de um marco regulatório. A dispersão e fragmentação do processo decisório dos poderes nas questões relativas à comunicação social impossibilita que o assunto seja abordado de forma integrada e afirmou que toda a nova tecnologia traz uma promessa civilizatória.

Eu pergunto para a definição de uma política pública na área da radiodifusão é indispensável a construção de um marco regulatório mesmo que destinado a regular apenas os serviços e produtos independentemente de tecnologias? E eu faço então, a pergunta ao Dr. Evandro pela própria ordem de depoimentos aqui a esta Comissão.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Bom, Senador, nós consideramos que é necessário atualizar o marco regulatório, especialmente, porque fatos novos, desde a privatização das telecomunicações que estão criando fatos consumados na questão da distribuição de conteúdos como fatos novos na tecnologia com a realidade da internet, fatos novos na realidade da expansão da TV paga no Brasil. Fatos novos em relação à transição para a tecnologia digital da televisão brasileira, ou seja, todos esses conjuntos de fatos sugerem que o setor precisa ter seu marco regulatório atualizado.

Com relação à tecnologia eu quero até deixar claro, o professor Ceneviva falou deste assunto, eu citei como uma necessidade observar essa tecnologia, mas não regular a tecnologia. Repito, a minha intervenção à anterior foi no sentido de que a tecnologia é a possibilidade de fazer, é como fazer, é da sociologia das invenções é a possibilidade técnica de inventar com a necessidade social do invento. Mas ela não deve derrogar a vontade da lei, ela não deve tornar fato consumado, não é porque se pode fazer determinado serviço que o projeto constitucional brasileiro, que reserva brasileiros a gestão das atividades da comunicação destinado a recepção livre e gratuita que deve ser derrogada. O fato é que o marco regulatório deve levar em conta a tecnologia, não especificar a tecnologia, deve levar em conta, especificamente neste ponto de que a tecnologia não deve derrogar. Eu tenho até uma frase do Dr. Linon(F) que é um dos maiores pensadores da comunicação mundial, Diretor da Universidade de

Columbia em que ele diz que os países não desistem de seus objetivos, do seus grandes objetivos, sociais políticos ou culturais simplesmente porque as informações estão sendo transmitidas de forma analógica ou digitalmente. Ou seja, não é a possibilidade digital que deve comandar a característica, o perfil, o trilho do serviço ofertado pela radiodifusão, pela televisão e rádio de recepção livre e gratuita. Então acho assim, achamos que devo te ser atualizada e a tecnologia deve ser levada em consideração como o elemento subversivo como elemento dispersivo, não definida legalmente, porque é inevitável. Mas o conjunto de fatos novos demanda a atualização do marco regulatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Dr. Evandro eu não sei se o Dr. Walter quem comentar sobre o assunto também.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Gostaria de responder... Estão propondo uma resposta para a pergunta de V.Exª. em relação a uma eventual, uma interação entre a formulação de políticas públicas em matéria de comunicação e a necessidade de revisão do marco regulatório, eu tenderia a dizer que não há verdadeiramente uma ligação entre as duas coisas. Ou seja, a Lei 4.117 que está em vigor, embora tendo já quase 50 anos, contém referências que poderiam ser utilizadas para formação de políticas públicas em matéria de radiodifusão especificamente. Perdão. Todavia, pensando mais genericamente na linha do que propõe o Dr. Evandro Guimarães em relação à necessidade de revisão do marco regulatório, parece evidente que existe, hoje, um cenário tão grosseiro, tão intensamente diferente do cenário que havia em 1962 que refletir sobre o tema é fundamental é isso que nós fazemos hoje presididos por V.Exª. Todavia, se é imprescindível a revisão, eu responderia, mantendo a pergunta no ar. Eu tenho impressão que não é imprescindível, é desejável, o que talvez seria mais premente neste instante para o dia-a-dia para o horizonte de curto prazo dos próximos meses, é fazer valer o que nós já temos de leis, o que já há de legislação em vigor e eu me refiro, especificamente, a Lei 4.117, a Lei 8.977 que é a Lei do Cabo a Lei 8.844 que é a Lei do CADE, e a Lei 9.472 que é a Lei Geral de Telecomunicações. E quero concordar com a Dr. Evandro em relação ao tema da tecnologia que eu abordei. Ou seja, não se rata de ignorar a tecnologia, mas simplesmente de saber que ela é um fato inexorável, se trata de conceber normas que se for o caso de vir a se adotar um novo marco regulatório considerar a tecnologia como um dado da equação, mas não a variável sobre a qual o Congresso Nacional devesse interferir.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Dr. Valter, deixar a palavra com o Dr. Fernando Souza Dias, da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão.

SR. FERNANDO DE SOUZA DIAS: Nós consideramos que nós achamos importantes existir uma revisão no marco regulatório, até porque como já foi citado pelo Sr. Senador, a gente tem um marco regulatório de praticamente 50 anos e a gente não dá para a gente pensar num marco regulatório sem pensar também, apesar que concordo que a questão tecnológica não tem que ser imposta dentro do marco regulatório, porque isso pode criar uma certa confusão tecnológica e com as avanços da tecnologia, a gente não sabe o que vai vir amanhã, mas a gente sabe que nesse período de tempo a transformação foi tão grande em termos, na área de comunicação, que a gente julga ser impossível a gente continuar utilizando o que foi feito há tanto tempo. Só para dá um exemplo naquela época não existia nem o vídeo tape, então a gente tem uma questão tecnológica que ela cria uma necessidade, mas não que ela tenha que estar inserida dentro do marco regulatório.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Eu esqueci de comentar dois exemplos que parecem ser importantes serem submetidos à reflexão de V.Exªs. O primeiro é a uma decisão do Supremo Tribunal Federal do fim de 2006 em que se julgou um caso seguinte: uma pequena empresa, salvo engano de Minas Gerais que iria prestar um serviço de DISTV, aquele serviço de distribuição de sinais de televisões por meios físico que em 1995 tinha uma existência jurídica confusa, mas tinha uma existência tecnológica e comercial concreta, efetiva. A discussão começou em 1995 como disse e terminou em 2006 quando o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a ação, ou seja, negou o direito que essa empresa pretendia defender.

Qual a importância disso? A justiça do Brasil levou 11 anos para apreciar esse caso. Quando o Supremo Tribunal Federal julgou o tema, a tecnologia e o serviço, ou seja, do ponto de vista do dinheiro, do ponto de vista da tecnologia e do ponto de vista do dinheiro, isso já não era mais um tema.

Um segundo caso, o Tribunal Regional da primeira... O Tribunal Regional Federal da 1ª Região aqui de Brasília, acaba de julgar uma ação popular a partir, por meio da qual se pleiteava a desconstituição, a anulação das Portarias de autorização de DISTV, desculpe de DTH que tinham sido outorgadas às emissoras Bandeirantes, Globo e, salvo engano, Abril. Então três Portarias, outorgando permissão de DTH foram questionadas por meio dessa ação popular, essas Portarias são, salvo engano, de 1994, e agora, em 2007 o Tribunal Regional Federal entendeu que as Portarias são inconstitucionais, porque não houve licitação. Pela

própria circunstância de que já se havia decorrido 13 anos, a decisão do Tribunal teve a sabedoria, digamos assim, de preservar os direitos até então estabelecidos. Essa não é uma decisão definitiva, eu pessoalmente até entendo que ela tende a ser revista, mas é importância de se lembrar dessa decisão é de considerar que a justiça nesse caso do DTH levou 13 anos para dar uma resposta. A demora, a falta de aplicação da legislação, segundo eu entendo, e esses dois exemplos que eu esqueci de demonstrar e agradeço mais uma vez V.Exª. por me conceder a palavra, a importância desses exemplos está em mostrar que pura e simplesmente formular novas leis pode ser completamente inócuo se nós não estivermos a noção de que é preciso que existam meios para aplicá-las com o mínimo de agilidade que é necessária em qualquer ramo do direito, mas especialmente em temas que envolvam mutações tão aceleradas tanto tecnológicas quando mercado lógicas e econômicas, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a palavra Dr... [soa a campainha] Nós queremos, salientar quando a campainha toca não é por vontade de quem está presidindo a Mesa e sim por uma questão... tecnológica. [risos] Então, aqui o espaço é amplo e democrático acima de tudo e exatamente dentro desse princípio desse princípio democrático que a presidência não quer tomar conta da discussão, temos os colegas inscritos o primeiro inscrito é o Wellington Salgado que preside a Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação aqui dessa Casa que onde por certo esse tema deverá debater intensamente, e todas as contribuições que os debates levantarão a serão encaminhados nessa Comissão Interministerial exatamente para buscar elaborar a melhor lei possível de maneira que possa contemplar a todos os atores interessados. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente em exercício, Senador Sérgio Zambiasi é autor do Requerimento de convocação dessa Audiência Pública, Sr. Fernando, Sr. Evandro meu amigo, Sr. Walter, é muito bom tê-los aqui.

Essa questão que vem sendo discutida a todo o momento, a questão do marco regulatório, Lei de Comunicação de Massa, toda essa questão, ela surgiu quando? Ela surgiu no momento que nós temos uma legislação de telecomunicações onde chegam aqui ao Brasil as grandes empresas, digamos assim, européia uma grande empresa européia e uma grande empresa mexicana ou do norte e vem brigar aqui no Brasil. A verdade é essa. São as duas grandes empresas que estão no Brasil uma é A TELEFÔNICA e a outra é hoje a TELMEX via Embratel, digamos assim, essas duas empresas tem um capital muito forte, poder econômico muito forte, e a ponto da TELEFÔNICA agora ter comprado a TIM na Europa, porque os europeus só venderiam a TIM para um europeu não venderiam jamais para um mexicano, a verdade é essa. Então, temos aqui hoje no Brasil, um duelo de duas grandes empresas multinacionais fortes, boas no que fazem, tendo dois grandes Presidentes no País e tendo uma empresa nacional, uma grande empresa nacional que aí alguns no governo defendem até que nós tenhamos que ter uma grande empresa nacional para competir com essas duas. O que eu acho que vai ser uma situação muito difícil.

Temos três leis que regem toda essa confusão: Primeiro, como bem colocado a Lei de Radiodifusão, temos no meio a Lei de TV a Cabo, e a Lei das Teles outra vez, onde tem diferenciação quanto a capital estrangeiro em cada um delas, a Lei da Radiodifusão se eu tiver errado os senhores da Mesa me corrijam, só pode ter 30% de capital estrangeiro, a Lei a Cabo pode ter 49% de capital estrangeiro e a Lei das Teles pode ter até 100% de capital estrangeiro.

Muito bem, então isso cria uma competição financeira desproporcional. Porque nas teles vem o capital estrangeiro com 100%, se as teles resolveram produzir conteúdo? Se as teles resolverem construir o novo Projac? Elas têm dinheiro para isso. Para se ter uma idéia, Presidente Zambiasi as teles hoje faturam em torno de 140 bilhões de reais/ano, enquanto que toda a radiodifusão, ou seja, rádio e televisão de todo o Brasil incluindo a nossa grande Rede Globo faturam juntos se eu estiver errado me corrijam em torno de 18 bilhões todos juntos. Então é 140 contra 18.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 8? 140 contra 8?! Com rádio incluída? Então já está pior do que eu achava. Tem menos de 10 bilhões aí ainda. Então veja bem, há um poder de capital diferenciado. Então, qual é, eu, pelo menos, eu quando eu comecei a discutir esse assunto na nossa Comissão eu comecei a freqüentar encontros e comecei a aprender o assunto, Senador Zambiasi, eu sempre achei que nós pudéssemos fazer uma lei onde tudo tivesse junto. Radiodifusão, teles, criaríamos um grande pacotão, todo mundo começa a chamar de Lei da Convergência e tudo se junta, quando convergência para mim na verdade são os três pontos chegando, chamado *triple play* que chega em casa você ali conecta o que quiser, tem acesso ao que quiser, eu hoje estou convicto que é impossível você ter uma lei com tudo junto. Eu acho que a Lei da Radiodifusão

tem que ser aperfeiçoada em função das tecnologias que aconteceram você tem que ter uma Lei de Telecomunicações. Aí para onde vai a Lei de TV a Cabo? TV a cabo quer fazer produção de conteúdo, vai para a radiodifusão. TV a cabo quer simplesmente ser um entregador de pizza, [soa a campainha] de levar a pizza, então vai para telecomunicações.

Com relação a produção de conteúdo, eu acho que a gente tem que ter uma proteção para as produtoras sim, na lei incluída, mas venhamos e convenhamos o que é bem produzido sempre vai ter mercado. O produto que as produtoras independentes conseguirem produzir e que seja acessível ao usuário e que ele tenha interesse vai passar numa televisão. Entendeu? Essa questão daí... vocês tão ter que produzir qualidade. Ou seja, a Globo, produz qualidade, porque há anos que ela investe em produção de qualidade. A Bandeirantes, estive lá com o meu amigo visitei aquele estúdio maravilhoso de TV digital que foi um dos primeiros que chegou, inclusive moderno. Você entra todo mundo vê todo mundo, tudo com blindex, quer dizer, você tem que se adaptar a modernidade. A única coisa que eu estou convicto, Sr. Presidente é que nós não podemos juntar tudo num pacote só. Nós temos, por exemplo, A Abril, eu cito nomes, porque eu tenho que citar nomes, uma empresa que tem toda uma história com o Brasil de conteúdo não na área de televisão, mas no conteúdo gráfico e tem toda uma história contida ali. E ela tinha, tem uma autorização para o sistema chamado MMDS, se eu tiver errado Evandro me corrija, os senhores me corrijam. E esse modelo de comunicação de emissão de sinais que a televisão por microondas, antigamente ele era algo que não tinha resultado financeiro nenhum e com o avanço da tecnologia ela passa a ter mais canais e passa a ter também a internet. E com isso valorizou algo que não tinha valor nenhum a nível de mercado. Aí vem as grandes teles e montam parcerias, que eu acho justo, parcerias com a ABRIL, parcerias com a NET, parcerias com o ATV, se não me engano que está sendo questionada na ANATEL e essas parcerias tem que acontecer. Mas desde que a produção nacional e o conteúdo nacional tenha que ser protegido, como eu não sei. Mas eu tenho certeza que essa cada vai fazer a proteção desse conteúdo. E a grande preocupação, que antes eu só falava em produção de conteúdo, Senador Flávio Arns é produção e programação. Que horas vão ser programados os programas que interessam a nossa cultura? Porque você vai pegar um negócio desse aqui e vai chegar num ônibus e vai ligar e vai ver o seu programinha que passou num outro horário você vai poder entrar lá e puxar, vai ser assim que avança a tecnologia, ou seja, você vai ter mais 100 milhões de televisores no País que você vai poder ver na hora do *rush*, dentro do ônibus pendurado lá está vendo o programa que você não vê hoje. Então, tudo isso, vai acontecer, isso é evolução de tecnologia. Não adianta nós pensarmos que vamos fazer lei para acompanhar a tecnologia, não há como, não tem como. O caso desse MMDS é um exemplo disso, algo que não era viável e de repente com o avanço da tecnologia fica viável, agora o que nós temos que ter é o seguinte, ANATEL, Ministério das Comunicações, governo, Congresso, como é que nós vamos proteger essas empresas nacionais e o conteúdo nacional e a programação nacional. As empresas de teles, Senador Zambiasi dizem que querem ser o entregador de pizza, é o exemplo que eu nunca mais vou esquecer. Eles querem pegar a pizza e entregar o usuário. Se a pizza ou boa ou se não é, quem vai julgar é o usuário e quem tiver a melhor pizza o usuário vai pedir ele vai entregar. Eu não acredito muito nisso. Eu acho que tem alguma coisa escondida por aí, eles têm uma fábrica de pizza de repente querem montar. Um queijinho que vão trazer da Itália para fazer uma pizzazinha melhor, alguma coisa nesse sentido. Agora temos que proteger o conteúdo nacional. Os radiodifusores isso é que faz com que o Brasil com a língua portuguesa esse continente todo falando espanhol consiga sobreviver nós não fomos colonizados ainda pela língua, discuto a questão da ANATEL ter autorizado para Telefônica um serviço de satélite que é gerado no Peru e está descendo no Brasil, está gerando emprego no Peru. Não contra a Telefônica, eu estou contra o modelo, que tem que ser gerado aqui no Brasil, tem que gerar emprego no Brasil, tem que fazer dublagem no Brasil, tem que fazer legenda no Brasil e descer no Brasil. A Itália, Senador Zambiasi, que é um pouquinho mais velho do que eu lembra dos famosos faroeste italiano, lembra? Juliano Gema, claro, que tinha a cicatriz aqui, cadê o Juliano Gema? Morreu tudo a Itália não tem mais produção é tudo de fora. O Primeiro Ministro que é dono das televisões italianas que comprou todo o pacote acabou com a produção italiana. Eu gostava de ver aquelas produções nacionais, Dama da Lotação, eu gostava de ver. Se nós não protegermos, desculpa eu estou até falando demais, mas é empolgante o assunto, e hoje temos três pessoas importantíssimas na área, eu digo até... Eu falo mais uma vez aqui para o Evandro, eu acho que a ABRA tem que se fundir com a ABERT outra vez. Não adianta vocês ficarem dividindo coisas e não chegando a acordo, tem que ter capacidade sentar e acertar isso, já falei lá no Congresso da ABERT, já falei para o pessoal da ABRA. Vocês têm que sentar. O momento é de União, não é de ficar dividindo esforços não adianta, que são duas cabeças maravilhosas que tem que estar junto, a questão do

mercado vocês resolvem lá, quem produzir melhor vai vender, quem não produzir não vai vender. Agora, não fique achando que dividir vai ser a solução, porque o outro grupo está bem organizado.

Eu participei do encontro da ABERT, participei do encontro de telecomunicações em Salvador, que foi um absurdo, Senador Zambiasi, tive que pagar do meu bolso, porque com esse escândalo que está aí, qualquer coisa você vai para o Conselho de Ética, paguei a minha passagem do meu bolso, e tinha convite para ir, fui convidado com tudo pago, mas eu falei: "Eu vou pagar, porque não sei o que pode acontecer depois". O que é um absurdo! Os Senadores teriam que estar lá para ver o sucesso que foi, o que foi debatido que é importantíssimo para nós como conteúdo, ao invés de ficar chamando aqui passa lá 3 dias que você vai aprender tudo. A mesma coisa da ABERT da ABRA, passa lá que nós vamos aprender a entender e nós vamos juntar e dar uma solução para isso. Então eu queria parabenizar por esse grupo presente que está aqui, são pessoas realmente influentes na área, eu a minha posição pessoal, Senador Zambiasi que temos que ter duas leis uma para as telecomunicações e outra para a produção, radiodifusão. TV a cabo vamos decidir para onde vai. Para esquerda ou para direita. O que a TV a cabo quer? Agora também ficar preocupado com a programação. Que horas vai passar a programação nacional? 3 horas da manhã que você liga o celular e de repente vai ver alguma coisa? 3 horas da manhã não vejo televisão, faço outras coisas, [risos] durmo. Mas muito obrigado aí pelo direito de falar, Sr. Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Wellington Salgado como eu falei anteriormente é Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação aqui da Casa onde por certo esse tema terá também o espaço especial para ser discutido para ser debatido, para ser esclarecido, não é? Já está em processo de discussão, inclusive na própria Comissão. Eu deixo os convidados a vontade. Se quiserem comentar a respeito da manifestação do Senador Wellington até em relação a questão das entidades representativas do setor, não sei se é interesse... Senador Flávio Arns pode

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só uma questão de ordem, eu não sei se não seria talvez...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mais prático ouvir as três manifestações.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Senador Colombo...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O Senador Colombo é o segundo inscrito e o Flávio Arns terceiro inscrito

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não sei se V.Exª. concordaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Absolutamente concordamos, sim. Senador Colombo depois e posteriormente o Senador Flávio Arns.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Quero cumprimentar V.Exª., Sr. Presidente, cumprimentar o Evandro, o Evandro e o Walter e também os nossos Senadores. Eu tenho orgulho do modelo da comunicação brasileira e da televisão. Eu acho que qualidade, acho que tem eficiência, tem espírito público, tem nacionalismo e ao longo do termo se firmou. É um dos setores, a gente está tão ligado em apagão daqui, apagão de lá que não há esse tipo de preocupação. Mas uma das grandes conquistas Dr. Evandro colocou bem, essa questão da identidade nacional, mas eu percebendo ali vi a questão do Canadá que obriga por lei, se esse for o entendimento correto que no máximo 5 horas sejam programação nacional, a minha pergunta é essa: Será que a gente deve fazer por lei ou é o mercado que deve regular. Essa é uma questão para mim importante, porque evidente que a programação local é importante, o processo de globalização ele criou a imagem falsa para nós de que iria vir tudo enlatado e a programação seria uma coisa nesse sentido e o que a gente vê na prática é cada vez mais forte o interesse local, a cultura, a presença. Eu acho que isso tem que ser valorizado, mas de que forma valorizado? Porque para que mantenha a eficiência tem que haver resultado econômico, tem que haver esse investimento necessário, evidente se você engessar com lei, por regulamentação acaba perdendo essa competitividade. A segunda questão é uma tema um pouco aparte, mas me interessa saber também a opinião de vocês que profissionais na área. Como é que vocês vêem essa questão da TV pública, ou da TV do governo, porque pública seria uma coisa mais ampla, mais plural e essa seria uma questão mais própria do governo, com um elemento de divulgação com esse custo que existe, qual é a influência que tem isso no setor. Seriam essas duas perguntas objetivamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Passo a palavra então agora o Senador Flávio Arns e depois os nossos convidados podem utilizar do microfone para as respectivas respostas. Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu também agradeço, quero cumprimentar os expositores, né, e pela relevância do assunto, pela relevância das infor-

mações prestadas e pela experiência toda que pode, acumulada, que pode orientar a organização dos textos legais que porventura decorram dessas Audiências Públicas também. Sejam novos textos ou aprimoramento de texto já existente como já foi colocado, inclusive a Constituição como Presidente Senador Sérgio Zambiasi já colocou da Comissão Interministerial que, inclusive está neste momento aceitando sugestões, eu acho que é importante destacar para a sociedade que as pessoas podem mandar sugestões, contribuições, pensamentos que devem ter muita gente, particularmente nas universidades em associações discutindo e pensando nesse tema e enviar isto aqui para a Comissão de Educação é importante.

Eu quero também destacar, que esta Audiência Pública e conjunta da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música, e Comunicação Social da própria Comissão de Educação. Eu até gostaria, assim, de voltar só ao artigo da Constituição, porque nós estamos tratando na verdade de uma regulamentação, de um artigo da Constituição e o artigo da Constituição me parece assim, extremamente claro e eu só gostaria, assim, de ouvir, assim, colocações em termos de como que isto, em termos de números, de percentuais, de estímulos como é isto vem sendo colocado em prática, que está escrito lá, o Senador Wellington Salgado levantou muito bem a questão da programação, não só da produção, mas também da programação particularmente dentro das TVs abertas. Quer dizer, está escrito lá no art. 221. A produção e a programação. É a palavra usada lembrando a fala do Senador Wellington, das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: Preferência e finalidade educativa, artística, cultural e informativa. Então a finalidade, a preferência como é que isso vem sendo, qual é o percentual disso? Porque a gente sabe que os percentuais aí também estão muito abaixo daquilo que deveria acontecer, não é? O item número 2, promoção da cultura, nacional e regional e estímulo a produção independente que objetive sua divulgação. Então eu gostaria de saber como é que é, como é que está esse estímulo e principalmente em função da pergunta seguinte que eu vou fazer, só lendo, por enquanto, o art. 221, item 3 do art. 221 da Constituição Federal diz: regionalização da produção cultural, artística e jornalística conforme percentuais estabelecidos em lei. A gente tem que lembrar que a Constituição já tem 19 anos, não é? 88 para 2007. Então, a dificuldade que vem sendo enfrentada ainda nisso, e o quarto item do art. 221 respeita os valores éticos e sociais da pessoa e da família, é um debate que vem acontecendo aqui dentro da Comissão de Educação, dentro da Comissão de assuntos sociais em relação à programação da televisão, não é? Por exemplo, programas policiais [soa a campainha] relatando as situações aí do cotidiano nosso, muitas vezes em termos de assassinato, roubo, isso, aquilo, depois do almoço vamos supor. Quer dizer, até um desrespeito a Estatuto da Criança e do Adolescente e dificuldades assim que vem sendo enfrentadas nesta área. Então só se a gente pudesse ter dos expositores, assim, que eu vejo assim muita dificuldade na questão apesar da legislação existente, talvez a gente devesse rever a legislação para ver, porque é que esses itens todos não estão, o que é que foi colocado na legislação que está impedindo uma eficiência maior para que o preceito constitucional seja, assim, concretizado.

Agora, o que eu gostaria também de perguntar é em relação a não se ter novas leis, mas sim aprimorar-se, quer dizer, não necessariamente a novas leis, mas que a gente adote, assim, princípios que são, qual que é a filosofia, qual que é o princípio permanente, como é que vocês considerariam os expositores considerariam, vocês expositores, os senhores expositores considerariam que esses princípios constitucionais devessem assim ser colocados em prática, colocados, assim, de uma forma que pudesse, assim, realmente, fazendo uma avaliação crítica desses princípios e da legislação, como é que tudo isso vem acontecendo em termos do nosso País, e ao mesmo tempo perguntar, em termos, assim, da visão que os senhores tem em termos da inclusão das rádios comunitárias e canais comunitárias de TV a cabo, por exemplo, telecentros, caberia na nova lei também da Comunicação Social Eletrônica a previsão de aspectos que envolvessem esses atores ou seria uma coisa dividida, separada, e como que observam também a questão dos subsídios e referências no âmbito da América Latina na nova Lei de Comunicação Eletrônica que deverá haver espaço para essa dimensão regional também que já vem sendo abordada, inclusive, em termos de outras Audiências Públicas envolvendo a América Latina em termos de público que pudesse também se envolver nessa programação.

Essencialmente eu acho que a Constituição, a nossa Constituição foi, me parece, assim, tão adequada, tão sábia na elaboração do art. 221 dizendo o que deve ser a produção e a programação de emissoras de rádio e televisão e os princípios que devem levar em conta, que eu gostaria, assim, de ouvir, assim, uma avaliação dos senhores nesse sentido. Mas quero parabenizá-los, parabenizar a Comissão de Educação e dizer que várias Audiências Públicas estão sendo, assim, conduzidas para discutir esse assunto, não só aqui na Comissão de Educação, mas também na Co-

missão de Ciência e Tecnologia presidida pelo Senador Wellington Salgado. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Flávio Arns registro também a presença do Senador Wilson Matos acompanhando os depoimentos da Comissão. Apenas para completar aqui a série de perguntas me despertou aqui, uma curiosidade. Na produção audiovisual, no mercado francês, então, sabe-se que o cidadão francês paga por ano 117 euros, conforme informação do Fernando a título de taxa de serviços de televisão. Na Alemanha cada pessoa a comprar um aparelho de televisão passa a ser obrigado a pagar mensalmente 18 euros. Seguramente isso é uma forma de ressarcir os serviços, de financiar os serviços de mercado de televisão e audiovisual. No Brasil nos temos a Lei Rouanet, as leis estaduais de incentivo a cultura. De alguma maneira não é, não funciona como um apoio do Estado, um apoio público a esse mercado, a esta produção? Quer dizer, de alguma maneira o Estado através das leis de incentivo a cultura nacional ou estaduais também estimula, participa e apóia estas produções. Então, é uma curiosidade, uma dúvida que me despertou em relação a essa comparação com os demais mercados mundiais. Eu passo a palavra agora exatamente pela ordem--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente. É que um dos grandes objetivos também é o incentivo à produção independente de televisão no Brasil. E a falta de recursos, a falta de condições, a falta de capital é algo difícil, né? O Senador Wellington Salgado e eu estávamos falando aqui, o que é que também o Presidente acharia, de que na venda, quais são as alternativas para captação de recursos, como, por exemplo, na venda de televisores e tal, algum percentual ia para a produção independente ou outra alternativa que a Associação Nacional esteja pensando em termos de recursos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pode ser visto como mais um imposto. [risos] Tem, ver como a população reagiria a isso. Pelas informações, hoje, 90 e poucos por cento da população têm televisão em casa. [risos] Eu vou deixar pela ordem de depoimentos aqui, eu passo a palavra ao Dr. Evandro Guimarães.

SR. EVANDRO GUIMARÃES: Eu vou fazer rápidos comentários sobre os comentários. O Senador Wellington, na nossa opinião, tem toda a razão quanto à lei separadas para telecomunicações e radiodifusão. Nosso entendimento é: Telecomunicações liga um receptor, uma emissora a um receptor. Telecomunicações é comunicação de um para um. Radiodifusão é comunicação de um para "n", de um para milhões. Os americanos, chamado de *broadcasting*. Radiodifusão é comunicação social, telecomunicações é fornecimento de meios para que se estabeleça uma comunicação entre duas pessoas. Mesmo em sistemas modernos de comunicação sempre você tem na ponta da linha um assinante, um cliente. As comunicações são codificadas não são abertas. Na nossa opinião, a Lei da Comunicação Social, ela poderá abordar aspectos que hoje não estão devidamente regulamentado na legislação da TV paga, mas ela deve ser uma Lei da Comunicação Social com as preocupações, com muitas das preocupações que se falaram nesse encontro. Fico feliz que o Senador Wellington lembra que há necessidade de se proteger o conteúdo e a programação, programação nacional. Com isso eu vou antecipadamente responder a uma pergunta do Senador Arns. Por que é que é necessária essa questão da proteção e do conteúdo? Porque nós temos, realmente os números que foram apresentados no início da apresentação do Fernando da ABPI mostram isso. Essa é uma indústria grande no mundo, no Estados Unidos é uma indústria de 300 bilhões de dólares. Estamos falando de coisas próximas do PIB brasileiro, a segundo a indústria de exportação americana depois de armas e tecnologia de armas. Nós estamos falando de alguma coisa que realmente é uma guerra sem armas do ponto de vista cultural. Atrás da cultura vão os produtos, atrás do idioma praticado vai a soberania e o Brasil tem uma configuração muito especial. No Brasil com temática brasileira, autores brasileiros, atores brasileiros, paisagem brasileira já se produziu Jorge Amado, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Machado de Assis, Mário de Andrade, Monteiro Lobato, eu não conseguiria parar essa lista. Todos os grandes autores brasileiros, foram adaptados e produzidos na televisão brasileira, todos, sem exceção, todos. Em 40 anos a TV Globo com o prestígio estratégico que se deu desde o início ao talento nacional, o Brasil conseguiu, quando é que vale isso, quanto é que representa isso para a entidade nacional? Quer dizer, cultura hoje é isso. A produção de uma minissérie sobre... Baseada num grande escritor brasileiro, no dia seguinte provoca uma corrida às livrarias e nós devemos parar um pouquinho e pensar o quanto de contribuição, de impacto efetivo isso deu a essa frase que eu gosto de repetir que é uma frase que foi utilizada aqui há pouco tempo no Senado, que dei ao País esse senso comum de ser brasileiro essencial para a identidade, para o sentimento, para a brasilidade para este pilar da cidadania.

Passando para os comentários do Senador Colombo, do Senador Raimundo Colombo eu quero dizer o seguinte, fiquei muito feliz dessa expressão que o senhor tem orgulho do modelo, mas, não é que con-

testa, quer saber sobre a disposição canadense de ter 5 horas de produção nacional, programação nacional. Na nossa atividade, é essencial ter o roteiro da história desde o princípio, o Canadá é um País que fala inglês e que fala francês. É um País dividido. A batalha no Canadá sempre se deu contra a grande ascendência da indústria cinematográfica que invadiu os meios culturais no Canadá, o Canadá é um exemplo internacional, até em publicidade o Canadá tem restrição. Por exemplo, como o senhor sabe hoje, o Brasil é invadido por produção feita no exterior, de publicidade. Quer dizer, quando você fala em proteção do conteúdo brasileiro, você está abrangendo centenas de milhares de emprego na comunicação, inclusive, na comunicação publicitária. No Canadá, por exemplo, as revistas têm uma cota para a produção, para impressão e circulação no mercado interno canadense com relação a números de páginas, criadas produzidas e autorizadas, ou seja, quando eu falo criadas, produzidas e autorizadas, por quê? Criada é emprego criativo no exterior, produzida é emprego criativo no exterior, e autorizada é dinheiro que é o que interessa. Nós freqüentemente no Brasil nós temos isso hoje na TV paga, nós estamos vendo na TV paga anúncios que são produzidos lá, gerado de lá e autorizados de lá. E a atinge o consumidor brasileiro na TV paga. Quer dizer, é uma distorção que precisa ser corrigido, porque embaixo disso também tem empregos, empregos caríssimos. Os empregos intelectuais e artísticos são os empregos mais caros do planeta, e há uma importante geração de emprego no mundo inteiro nessa área de comunicação.

Então o Senador Colombo pergunta: essas 5 horas de programação nacional. Eu desconheço detalhes, mas provavelmente no Brasil o que nós temos, Senador é uma diversidade de oferta de programação gratuita que a gente acredita, especialmente agora com a chegada da TV digital que o mercado vai criar acomodações para isso e que talvez, se houver uma linha geral de inserção na legislação aceitaremos, acataremos, mas nós acreditamos que o mercado e os brasileiros vão entender o seguinte: Só para lhe dar um exemplo, em Florianópolis existe hoje 17 ofertas de programação gratuita. Infelizmente, infelizmente apenas 4 ou 5 são as programações mais vistas, porque falta qualidade nos demais canais. Por exemplo, lá nós temos a Radiobrás com a Fundação Catarinense, o SBT com o Estado, o SBT na TV O Estado, a Record na televisão Cultura, Bandeirantes na Firenze do Saul Brandalise(F), a Globo na RBS TV, a Fundação Educar Sul com a programação educativa que poderia ser implementada, nós temos a retransmissão da TV Gazeta de São Paulo, a Rede TV, da Rede Vida, da CNT, várias programações religiosas como Rede Vida, Boas Novas, temos a Rede Mulher que também é do grupo Record, tem uma canção nova, temos o Sistema Rede 21 que é do sistema, retransmissão do sistema Bandeirantes, temos a MTV, temos a CBI que é um canal de televendas retransmissão. A pergunta que eu faço nós temos aqui, pelo menos, 11 canais que ofertam programações que poderiam ser aperfeiçoadas, isso também responderá uma pergunta que o Senador Flávio Arns fez, até hoje não se fez que a Constituição sugere, que é um fomento para valer em programação, para programação independente e programação de qualidade no Brasil. Não são pequenas lotações de 25 milhões, Lei Rouanet de 100 milhões, não é isso. Só a nossa empresa, ela tem custo de produção acima de 2 bilhões de reais por ano. Isso em torno de 40% do faturamento é custo direto de produção. E é o seguinte, e a produção feita em empresas, como a Bandeirantes, como o SBT, não pensam o seguinte, não é a vontade de ter a produção, não. Terceirizar é o verbo da gestão moderna, todo o gestor paga uma nota para ir nesses seminários externos para saber que terceirizar é melhor. Hoje, terceirizar é o verbo da gestão moderna. No entanto, é o seguinte, quem vai ao ar 24 horas por dia precisa ter garantia de que produto coloca no ar, alguns produtos que nós colocamos no ar, não estou nem falando do jornalismo, alguns que nós colocamos no ar ficam prontos às vezes, um dia antes da exibição, duas horas antes da exibição, os finais de novela são produzidos em 3 ou 4 versões e um deles é escolhido é finalizado antes do fim da versão. Porque a troca de entretenimento, a troca de energia no entretenimento se faz com pesquisas, com laboratórios para você agradar o público, essa competição ela é verdadeira, ela se trava minuto a minuto. Então é o seguinte, se o Estado brasileiro quer, considerando a condição brasileira que é falar português com esse País continental, [soa a campainha] com a integridade da federação, se o Estado brasileiro quer de fato que tenhamos mais e melhor produção de qualidade, não importa aí se é independente, se é produção de algumas emissoras de menor, tem que haver recurso, tem que haver estímulo e nesse sentido a competição é bem-vinda a nossa emissora particularmente considera isso muito bem-vindo.

Então Senador Colombo, eu estou encerrando a TV, a questão canadense, nós devemos olhar o Canadá, mas com certo distanciamento crítico, entendeu? Aproveitando o que tem de bom na experiência canadense, mas entendendo que nós, inclusive, não temos um vizinho que fala a nossa língua como é o caso do Canadá. E grande produtora mundial de conteúdos.

O Senador Flávio Arns, na verdade, Senador o senhor fez um conjunto de perguntas e de reflexões

que eu acho que dariam para alimentar um seminário de várias semanas, mas eu não vou fugir de algumas respostas genéricas. A sua resposta principal é uma coisa que também me incomoda, é não ter havido regulamentação, talvez até porque é muito difícil isso para as penalidades artísticas, culturais, informativas e educativas dos meios de comunicação. Bom, tem várias respostas para isso, eu quero defender do nosso lado. Do nosso lado, do ponto de vista artístico, nós, estamos cumprindo o nosso papel, a gente tem, atores brasileiros, técnicos brasileiros, diretores brasileiros, arquitetos brasileiros, cenógrafos brasileiros, nós empregamos brasileiros. Exportamos o produto para o mundo inteiro. Essa é a nossa contribuição artística. Contribuição cultural eu repetiria como eu disse antes, nós fazemos Monteiro Lobato, nós fazemos todos os principais autores da língua, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, nós fazemos toda a produção cultural. Na parte informativa o senhor sabe que nós temos jornais nacionais e regionais em ampla, são pelo menos 6 jornais diferentes considerando os nacionais e regionais em todo o Brasil, inclusive os jornais do segmento esportivo. Acho que a gente dá uma grande contribuição informativa ao Brasil inteiro.

Do ponto de vista educativo, Senador, nós consideramos que os esforço que aconteceram no passado, foram mal sucedidos do ponto de vista regulamentar o projeto minerva para as rádios, hoje é resolvido da maneira com um convênio, mas com o ponto de vista educativo nós sempre fizemos as nossas contribuições educativas, várias programações educativas, especial recomendadas como educativas, mas não nos, nós achamos que educação é tão sério que nós fizemos um canal de educação que hoje está sendo recebido gratuitamente por mais de 30 mil escolas do Brasil que é o Canal Futura que durante 24 horas por dia faz para os professores e alunos o canal Educando e Aprendendo. Mas esse é um campo da educação que eu acho que é um campo comum. Esse é um desafio que nós estamos hoje estamos usando apoio total a todos pela educação, mas acho que ainda há esforço a ser feito e estamos de braços a abertos para fazer.

O senhor também comenta rapidamente, só para eu comentar, sobre a questão do estímulo da produção independente, eu acabei de falar disso. O estímulo da produção independente não é simplesmente designar grade para exibir. Designar a grade você poderia designar em qualquer uma desses 17 canais que estão em Florianópolis ou dos 21 canais que estão em São Paulo, mas provavelmente eles não comporiam uma grade, porque televisão se faz com uma grade, freqüentemente a chamada de televisão é tão importante quanto o programa. Quer dizer, seria necessário que houvesse no Brasil para que a produção independente fosse vitoriosa é que uma oferta substantiva de programas tivesse capacidade de com produtos produzidos externamente à emissora compusessem uma grade, uma grade aquilo chama-se, como é que você entrega a televisão? Como é que o Jornal Nacional entrega a audiência para a novela? Como é que a novela entrega para o programa subseqüente? Etc e tal. Então às vezes produzir é uma necessidade para reduzir incertezas, para ter uma garantia empresarial de fornecer o seu produto. Mas, insisto, achamos e apoiamos que o fomento e a produção independente que a produção seja potencializadas, seja exponenciada, seja ampliada, essa indústria gera empregos, ela dá satisfação ao País, ela é subtratada do ponto de vista de recursos econômicos para implementar a sua atividade. Seja para a produção para a televisão, seja para o cinema, seja para o teatro. Produção cultural deveria ter muito mais recursos do que tem hoje.

O senhor também nos pergunta sobre essa questão da dimensão regional, acho que a regionalização não foi aprovada até hoje porque nós não conseguimos fazer um projeto que fosse, digamos assim, razoável, prudente que levasse em conta a necessidade efetiva da valorização da produção local regional, mas que também tivessem em vista, levasse em conta a verdadeira possibilidade econômica das diferentes regiões. Mas isso há 2 projetos em andamento, um na Câmara e outro no Senado, e nós esperamos que sejam que continue a tramitar. Por fim a última questão é o, é a questão de respeito aos valores éticos que são extremamente discutidos, permanentemente discutidos e essa discussão deve continuar. Porque respeitar os valores éticos, ou seja, trocar energia com telespectador sem assustá-lo, ou sem invadir na sua casa aquilo que ele respeita é essencial para que uma empresa tenha longevidade e tenha respeito do público. Mas esta é a cota de responsabilidade social que cada uma empresa apresenta ao seu público e inclusive ao público Parlamentar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Dr. Evandro Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo. E na seqüência, dos nossos convidados, vamos ouvir o Dr. Fernando de Souza Dias, Presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão.

SR. FERNANDO DE SOUZA DIAS: Obrigado, Senador. Eu vou tentar também fazer em ordem aqui dos questionamentos. A primeira questão que eu acho que a gente tem que pensar e deixar muito claro na questão da Lei Geral da Comunicação é que hoje a questão da comunicação ela está muito mais em trans-

missão de dados do que transmissão de imagens. Eu não nego que eu fico um pouco aflito a partir do momento que a gente tenta separar o tipo de sinal que está sendo colocado, é o problema que a gente teve com o DTH que nunca foi regulamentado, você tem a TV a cabo, daqui a pouco vou criar um outro existem XPH que também não vai ser regulamentado, porque hoje quando a gente está falando na questão da transmissão de dados, realmente houve uma convergência muito grande na área de telecomunicação com a área de televisão. Como a gente vai colocar, por exemplo, a TV sobre o IP que já existe fora do País de uma maneira muito mais consistente do que no Brasil que ela não deixa de disputar o espaço com a televisão, então, fora do Brasil eu já vi vários exemplos muito satisfatórios em termos de qualidade de imagens, e tudo, onde você assiste essa televisão para o consumidor final, tanto faz aquilo lá só vem através de um cabo de fibra ótica, de uma telefônica, mas ele pode assistir a Rede Globo na casa dele através de uma transmissão sobre IP. Nesse sentido eu acho que é um pouco temeroso a gente começar a criar, separar demandas, até porque a tecnologia ela está vindo numa velocidade tão rápida e tão avassaladora que a gente vai ficar anos e anos dentro dessa casa aqui discutindo a nova regulamentação o novo sistema que foi criado por transmissão. Então no meu entender era mais fácil a gente tentar criar um sistema onde exista a regulamentação sobre transmissão de dados e o dados ele vai se convergir, no ponto final ele vai virar voz, ele vai virar imagem, ele vai virar o que quer que seja, ele vai para a internet, ele vai para o celular, ele vai para a televisão, do que realmente você começar a criar essa distinção de uma maneira tão clara.

Nós defendemos que o conteúdo na Lei Geral de Comunicação, que o conteúdo seja brasileiro, nós entendemos que o conteúdo seja produzido por produtoras brasileiras, mas nós defendemos que também que você possa ter, e aí eu deixo claro aqui novamente a nossa divisão, a gente faz o difusor e o produtor, onde que você possa ter outras possibilidades de difusão desse conteúdo. Com tanto que esse conteúdo ele tenha um controle, uma produção por empresas brasileiras e que ele tenha regras claras igual existe no caso do mundo, da quantidade de horas que esse conteúdo ele deve ser exibido o mínimo de horas que deve ser exibido de conteúdo nacional dentro desses novos formatos que vamos dizer assim, até para ficar um pouco, um pouco mais claro.

Quando o Senador Wellington falou da questão da produção independente, eu entendi muito bem a colocação do senhor da questão da qualidade, a nossa condição, hoje, eu acho que a gente não está mais entrando na questão, realmente se a produção brasileira tem ou não tem qualidade de ir para a televisão aberta brasileira. A gente já consegue provar a partir do momento que a gente prova que a gente tem qualidade para ir para grandes televisões fora do Brasil, a gente não vê porque a gente não teria qualidade de ter o nosso conteúdo exibido, e a gente tem exemplos aqui da Globo fez produções com O2(F), a Globo fez produções com a "Cidade dos homens", fez o "Carandiru", várias produções, com produção independente e para consumidor final, na verdade, tanto faz, está dentro do padrão de qualidade da Globo, a Globo ele teve o seu controle ali na hora de produção e é assim que o mundo funciona. Na hora que eu vou produzir para a BBC ou para o Channel 4, ou pra Discovery, quem quer que seja, existe uma pessoa designada dentro daquele canal que ela vai garantir que o meu produto ele vai estar dentro dos padrões de qualidade daquele canal. Então o produtor independente ele não entra como algo novo, inédito completamente diferente da grade, ele está indo ali cumprir um objetivo do canal que é de preencher aquela grade. Fora do Brasil você tem uma figura que, infelizmente, não existe no Brasil, é chamada de *commission(F) meditor* que são pessoas designadas dentro das próprias televisões que fazem a seleção dos *slotes*. Então você tem um *commission(F) meditor,* por exemplo, que só trabalha com área de dramaturgia, vamos dar um exemplo da HBO que fez várias séries muito bem feitas agora, que fez várias séries da HBO foram feitas no Brasil. Ela tem uma pessoa que vai buscar no mercado projetos e produtoras que elas julgam que sejam capacitadas para preencher aquele horário, ela contrata, ela tem um controle, ela trabalha efetivamente junto com essas produtoras.

Concordo com o Evandro também que existe um outro ponto que é o ponto da questão do financiamento desse conteúdo. Quando a gente está falando principalmente da Europa, o Canadá também é assim. A Europa tem fundos enormes, existe um fundo europeu que chama [ininteligível] que tem 4 bilhões de euros por ano para produção independente, trabalhar com televisões. Tem o CNC na França que tem... Não me recordo, mas é coisa de 500 milhões de euros por ano, você tem os fundos alemães, então você, na verdade, você cria um sistema onde a televisão ela faz parte do processo. A televisão nesse País ela entra, geralmente em torno de 20 a 40% do valor da produção. Depois desse aval da produção, da televisão é que o produtor ele tem a possibilidade de buscar os subsídios públicos ou subsídios europeus para completar sua produção e muitas vezes ela vai buscar também parceiros internacionais. Quando vocês assistem uma produção da

BBC hoje, tem produções belíssimas, se vocês tiverem o cuidado de olhar os créditos, vocês vão perceber que geralmente foram produções realizadas entre 4, 5 países que se cotizaram o custo daquela produção no sentido de viabilizar aquela produção. Isso na verdade não existe. Quando a gente fala da questão da Lei Rouanet no Brasil, tem outras leis, as leis brasileiras de incentivos foram feitas para o cinema, elas não foram feitas para televisão. Toda a lei brasileira de incentivo foi feita única e exclusivamente para a área cinematográfica. Há poucos anos atrás, até por muita briga que a gente teve no setor, começaram a se criar algumas demandas e alguns projetos que beneficiavam primeiro as públicas, as TVs a cabo internacionais e agora vai se iniciar uma nova lei que é inclusive para TV aberta, tem o art. 1° A e o art. 3° A, que são duas novas leis que vão beneficiar também a produção independente em parceria com a produção aberta.

Só para fazer talvez uma correção aqui que talvez tenha tido um entendimento na questão do Canadá, eu acho que teve uma confusão de leitura dos slides. Na verdade quando, as cinco horas de programação que se referia era na verdade na produção americana, onde a televisão americana regional ela só pode exibir cinco horas da televisão, da rede nacional. Ou seja, se vamos supor para dar um exemplo brasileiro. A Globo tem as suas retransmissoras, aquelas retransmissoras ela pode, se fosse americana, ter cinco horas da produção da rede e o resto ela tem que ter de produção regional. E existe um sistema nos Estados Unidos, essa que é muito interessante chama *sindication*, onde você tem produtos que foram exibidos em alguns Estados em uma TV e em outros Estados em outras TVs. Então existe uma troca, existe uma transferência de produção muito mais efetiva, muito maior do que você tem--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Permite um aparte Dr. Fernando. Eu vou dar uma cutucada no nosso convidado Evandro que é o seguinte. Eu tenho conhecimento de que tem algumas afiliadas da Globo que quando faz a sua programação local tem um nível de audiência maior do que quando entra a programação net da Globo, digamos assim. [risos] Agora, tem que acertar, como é que vem? Muitas vezes vem direto, agora quando a entra a nacional cai a audiência no local. Porque a programação local tem mais audiência do que a programação que vem da rede. Eu tenho exemplo disso eu não vou citar, Evandro quem é, mas eu tenho um exemplo desses.

SR. FERNANDO DE SOUZA DIAS: Sem dúvida, isso inclusive está dentro da regulamentação da Constituição, a regionalização da produção que existem algumas leis que já tramitaram tanto no Congresso, como aqui no Senado, mas nunca foram para frente, mas que a gente também considera que isso é uma maneira de você ter uma diversidade maior de produção e de participação maior da produção independente.

Uma outra questão que foi colocada e muito bem colocada, e a gente tem que ser muito atento quando a gente fala das questões dos valores éticos da televisão e na questão da difusão, nós já detectamos muitos casos aqui no Brasil onde, não estou falando das redes nacionais, [soa a campainha] mas algumas redes regionais, elas acabam loteando o seu horário de programação. E quando você vê aquela telinha na televisão, "isso é uma produção independente, não nos responsabilizamos", isso é um absurdo. Isso é uma concessão pública, é responsabilidade de quem colocou. Eu já tive discussões com algumas televisões regionais onde o dono da televisão fala, "eu não nada a ver..." Lógico que ele tem. Ele é o responsável por todo o conteúdo que é exibido, ele tem que ser responsabilizado inclusive criminalmente se de alguma maneira ele ferir alguma questão constitucional ou infringir algum preceito moral, ético, não sei, alguma questão... Então a gente tem que mudar esse conceito da televisão. A televisão ela não pode ser um balcão de negócios, só de venda de horário, a gente tem que voltar um pouquinho nesses preceitos discutidos aí há quase 20 anos atrás quando foi criada a nossa Constituição e tentar agora alinhar todas essas questões com... Muito minuciosamente. Eu acho que a gente tem exemplos internacionais que podem ser seguidos, eu me coloco à disposição dos senhores, a gente tem isso muito minuciosamente colocado como funciona nos outros países, mas a gente, eu volto a ressaltar. Tem que existir uma distinção entre difusor e o produtor. O produtor brasileiro ele tem hoje uma, ele tem uma competição completamente desleal no sentido que ele não tem a possibilidade de oferecer o seu produto para televisão já que ela tem essa produção totalmente verticalizada. Eu acho que era isso que eu queria colocar, eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Dr. Fernando e passo a palavra agora ao Dr. Walter Vieira Ceneviva que é diretor da Rede Bandeirantes e consultor jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Obrigado mais uma vez, Sr. Presidente, vou responder na ordem das questões que foram suscitadas, em primeiro lugar em relação aquilo que nos expôs o Senador Wellington Salgado eu gostaria de concordar com ele em grau número e gênero, mas com ênfase para um aspecto que é precisamente o aspecto da desproporção eco-

nômica entre o segmento que distribui pizza e o segmento que fabrica pizza. O segmento que é o corpo na metáfora do Dr. Evandro Guimarães e o segmento que é a alma. As redes de telecomunicações hoje geram uma receita anual da ordem de 140 bilhões de reais. A radiodifusão que é dos principais produtores de conteúdos no Brasil, hoje, e responsável por essa missão de integração, essa bem cumprida missão de integração gera por volta de 8 bilhões de reais. Essa desproporção é muito importante de ser levada em consideração, porque ela indica a importância, ela dá a exata dimensão da importância de proteção para a produção de conteúdo nacional.

Há um ditado popular que diz que se puser na mesma sacola dois jarros, um de barro e um de ferro o desfecho é certo. O jarro de barro vai quebrar. Há uma desproporção de forças e insisto, globalizadamente, globalmente olhando o cenário mundial o que se percebe é que o mundo protege a produção de conteúdos, o mundo valoriza as iniciativas de difusão e de comunicação que propiciem identidade de língua, integração política e no Brasil nós temos o processo de propaganda política que é nacional e isso faz com que o Brasil seja um País integrado como de fato é.

Há um detalhe, ainda pensando em termos desse aspecto estratégico que eu gostaria de mencionar uma carta do Senador, perdão, do Embaixador Italiano, perdão uma carta do Embaixador Americano na Itália dirigida ao jornal La República há 2 meses atrás. O Embaixador Americano dirigiu uma carta ao jornal criticando aquilo que se fazia naquele instante e dizendo que havia investimento americano em países vizinhos como a França e outros países vizinhos à Itália e que, no entanto, no momento que a *AT & T* pretendia comprar a herdeira do monopólio estatal das telecomunicações da Itália percebia uma grande comoção que se explicitou, por exemplo, com declarações do Ministro italiano quando fazia uma viagem ao Japão tendo o cuidado de dizer: "Nós não queremos a *AT & T* na Itália". Lembro desse exemplo, porque o Embaixador americano defendia uma linha de integração global de capitais e defendia que se não houvesse barreiras ao capital os americanos quem sabe investissem na TELECOM Itália e na Itália e a resposta da Itália é uma resposta que merece reflexão e que está em linha com aquilo, em termos disso, Senadores e nós mesmos. Ou seja, é necessário que se estabeleçam barreiras para o capital estrangeiro, em benefício precisamente do cumprimento dessa missão de integração.

Queria também comentar a idéia, independentemente do debate de saber se há ou não uma interferência na programação no caso específico do Canadá, mas pensando genericamente, a idéia, o conceito que nos trazia o Senador Raimundo Colombo de estabelecer cotas horárias. Em princípio a idéia parece sedutora, mas na nossa visão é uma idéia que é ao mesmo tempo desnecessária e que pode ser contraprodutiva. De que é que nós falamos? Se houver cota para o horário, isso não estimula verdadeiramente a produção nacional, porque corresponde simplesmente ao estabelecimento de uma barreira que não vai, vai sozinha superar os diversos obstáculos que nós vimos, existem, obstáculos econômicos, como vimos como o Dr. Evandro Guimarães e principal com o Dr. Fernando. Há um gráfico na apresentação do Dr. Fernando que mostra que metade das associadas da entidade por ele representada se encontra em São Paulo. Não é possível, por uma proposição de horário, de cota horária para a programação reverter essa realidade da concentração econômica. Ou seja, o princípio constitucional da extinção ou da modificação das diferenças regionais é um princípio que tem que ser percebido não através da cota, a cota não produziria esse efeito. Pensando nos comentários e nas questões que nos levanta o Senador Flávio Arns é muito importante que a gente tenha em mente o diálogo que se dá entre a radiodifusão e a sociedade civil diretamente. Eu digo isso não apenas do ponto de vista da missão legal, não apenas do ponto de vista da missão constitucional, não apenas do ponto de vista de concessionárias de serviço público que as empresas de radiodifusão são. Eu digo isso do ponto de vista que é importante de ser levado em conta não, porque seja mais importante em si mesmo, mas, porque é mais importante para que os senhores possam compreender como os radiodifusores lidam com a sociedade civil, que é o fato de que os nossos serviços são gratuitos. Nós somos obrigados a granjear a atenção e o apreço dos telespectadores e da sociedade civil sob pena de não nos viabilizarmos como uma concessão de serviço público. Então, em que isso dialoga com a pergunta que o senhor nos fez, que V.Exª. nos dirigiu em relação ao cumprimento do art. 221? Dialoga no sentido seguinte, Senador. É evidente que sempre que viável, as emissoras terão a preferência por programações de conteúdo intelectual e educativo mais elevado. Todavia a programação que não cumpra uma outra missão que também é da radiodifusão que é a missão do entretenimento, por exemplo, ou a missão da informação é uma programação que não se viabiliza do ponto de vista econômico, além de, é importante ser dito, não cumprir a missão legal, constitucional e de concessionária de serviço público. Esse embate é permanente e ele dialoga em termos também, com a questão da TV pública que foi suscitada nos questionamentos que V.Exªs nos dirigiram.

Eu tenho citado muitas vezes, o exemplo de uma cena de Monty Python na televisão Britânica, é um desenho animado em que uma senhora vestida em traje de gala entra no banheiro, a porta se fecha e ela produz ruídos escabrosos. Ela se retira do banheiro e o filme continua é uma cena de grande graça para quem aprecia esse tipo de humor, como é o meu caso, mas que suscita uma questão muito importante, é para isso que o dinheiro público serve? E o Monty Python foi exibido pela BBC uma TV pública. É isso que nós desejamos? Eu aprecio muito o Monty Python, mas proponho para V.Exª. a reflexão seguinte: Se nós como País, e se V.Exª.s como legisladores estabelecerem o que é educação e o que é cultura para radiodifusão poderá acontecer em algum momento da história, alguma forma de direcionamento indesejável, de direcionamento que ofenda outros valores da Constituição, não apenas da liberdade de expressão, mas da própria transparência do processo democrático, da liberdade política e enfim, outros valores que poderiam ser postos em risco. Digo isso, não para deixar de dar uma satisfação a pergunta de V.Exª., as emissoras tem preocupação com a qualidade da programação e com o cumprimento dos princípios do art. 221? Não tenha a menor dúvida que sim. Eu lamento não dispor de números que aqui V.Exª. especificamente se referiu. Na minha, pela minha posição profissional eu não domino os números com a segurança que seria necessária para dar uma resposta precisa para V.Exª. Mas não existe a menor dúvida de que as emissoras perseguem o cumprimento de desenvolver atividades do melhor nível e da melhor qualidade artística, cultural, principalmente no caso de algumas das emissoras afiliadas a ABRA, informativas. O fato é que existem programas policiais que exploram condições de miséria humana, é um problema para todos nós e que merece reflexão. Todavia, ele não se constitui numa fabricação da realidade e sim um espelho da realidade.

V.Exª. ainda comentava sobre se a nossa Constituição nos termos em que está posta é suficiente, ou seja, se ela enuncia princípios que continuam válidos? A nossa visão é de que sim, ela enuncia princípios que são válidos. Ou seja, se um novo marco regulatório tiver de ser estabelecido, e se esse marco regulatório observar os preceitos e os princípios que estão na Constituição Federal nós estaremos dando um passo adiante, [soa a campainha] consagrando esses princípios que já estão constitucionalmente estabelecidos.

E por fim queria responder à indagação do Senador Zambiasi com relação a como financiar essa produção tendo em vista que no fim das contas é de dinheiro que se fala, ou seja, de insuficiência de recursos para financiar outras formas de produção fora da cadeia produtiva desses veículos que já estão estabelecidos. Além, evidente, de como nós já falamos, garantir que não haja um porteiro escolhendo quem produz e quem não produz. Ou seja, além de cumprir a Lei 8.884 é preciso ter em mente o seguinte: Novos tributos ou novas contribuições de intervenção no domínio econômico seriam claramente vistas como mais um imposto num País que já é conhecido como o País dos impostos, eu até entendo que pode haver disponibilidade econômica para isso, como os senhores bem sabem a Receita do FISTEL que é o fundo que controla, que corresponde a fiscalização das telecomunicações é por ano da ordem de 1 bilhão e 800 milhões de reais. E a despesa do FISTEL que corresponde a 100% do orçamento da ANATEL é da ordem de 300 milhões ou menos. Portanto, o FISTEL é um fundo que produz uma gordura, produz uma liquidez, digamos assim, nesse segmento monumental.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero fazer um aparte.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Perdão Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Exª. permite, que até depois da minha pergunta, nós estávamos discutindo aqui lembrando a situação do FISTEL. E já tivemos uma Audiência Pública com a presença da ANATEL e de fato a arrecadação chega a 2 bilhões e 300 milhões de reais. Quando o orçamento deles é de 300 milhões e de acordo com as palavras na Audiência Pública 600 milhões seriam suficientes para os objetivos todos a que ele se propõe. Ou seja, existe, realmente aí uma diferença de quase 2 bilhões de reais. Quer dizer, eu concordo com o Dr. Evandro quando comentou antes, que na verdade não são 10 milhões, 20, quer dizer, são recursos que são necessários e que são desta área também das telecomunicações, né?

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Seguramente. Obrigado, Senador, e o ponto que esse, a existência dessa arrecadação que eu insisto é anual, isso não é o saldo do fundo, essa é a arrecadação anual dele e eu agradeço pela correção, porque sede a 2 milhões, indica que existiria vamos chamar aqui no economismo um colchão de liquidez, existe disponibilidade para contribuir com, no caso a fiscalização das telecomunicações, mas o superávit poderia ser usado para a produção independente. A nossa visão verdadeiramente, apesar de reconhecer a existência desse excesso de arrecadação, digamos assim, é de que a interferência e os recursos devem ser buscados, não pela criação de novos impostos, mas muito mais pela ferramenta da reversão, da desoneração da produção. A produção desonerada, essa sim corresponde a uma produção

que insere o Brasil, insere a produção, conteúdos audiovisuais em termos economicamente viáveis no Brasil, também no exterior, sujeito, evidente, as regras dos acordos bilaterais aí em termos de subsídios oficiais, mas enfim, a desoneração, essa sim, corresponderia a um estímulo e a uma maneira de injeção direta de recursos nesse setor que é tão importante para nós. Obrigado, Sr. Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu quero registrar a presença do esse Senadoras Mão Santa, Augusto Botelho, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini que pretende fazer perguntas aos nossos... não? Não há mais nenhum Senador inscrito, eu quero então agradecer aqui à presença do Dr. Evandro Guimarães Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, Dr. Fernando de Souza Dias, Presidente da Associação Brasileira de Produtora Independentes de Televisão, Dr. Walter Vieira Ceneviva Diretor da Rede Bandeirantes e consultor jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores, nós estamos concluindo a primeira Audiência Pública que debate propostas para a nova Lei Geral de Comunicação Social e Eletrônica.

E antes de encerrar eu quero lembrar aos colegas Senadores e Senadoras que na próxima quinta-feira teremos a quinta audiência do ciclo de audiências públicas que debate idéias e propostas para a educação brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE. Estão convidados, deverão estar presentes a Profª. Jussara Maria Dutra Vieira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, o Luiz Carlos de Souza, Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Superintendente Operacional do Serviço Social da Indústria Frederic Michael Litto, Presidente da Associação Brasileira de Ensino a Distância, Deputado Federal Paulo Renato ex-Ministro da Educação e o Profº Fernando Antônio Colares Palácios, membro da Comissão Deliberativa da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.

Nada mais havendo para colocar em pauta a discussão, estamos encerrando a presente Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h49.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 08ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MUSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia onze de julho de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente no exercício da Presidência e com a presença dos Senhores Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Sérgio Zambiasi, Maria do Carmo Alves, Rosalba Ciarlini e Eduardo Azeredo, reúne-se a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Marconi Perillo, Valter Pereira, Paulo Paim e Flávio Arns, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Senhora Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senadora Marisa Serrano, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública da Senhora Senadora Ideli Salvatti (PT/SC), do Senador Heráclito Fortes (PFL/PI), não membros da Subcomissão e do Senhor Jorge Vinhas, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Cultura. A Senhora Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senadora Marisa Serrano, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 005-SCTMC de 2007, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e do Senador Demóstenes Torres, que tem como objetivo discutir a Elaboração de uma Lei Específica para o Setor Teatral. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Paulo Pélico, Produtor Teatral e especialista em Legislação Cultural; Senhora Beatriaz Segall, atriz; Senhora Marley Bisol Danckwardt, Presidente do Sindicato dos Artista e Técnicos em espetáculos de diversões do Estado do Rio Grande do Sul - SATED/RS e o Senhor Odilon Wagner, Ator, Produtor e Diretor Teatral. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Subcomissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, autora do requerimento, e os Senhores Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Marco Maciel, Ideli Salvatti e Heráclito Fortes. A Senhora Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente no exercício da Presidência, antes de finalizar a reunião, faz a leitura que se segue: **Of.nº CE/078/2007,** de autoria do Presidente da Comissão de Educação, Senador Cristovam Buarque, "De acordo com o art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, indico para compor os quadros da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social do Senado Federal, o nome do Excelentíssimo Senhor Senador Magno Malta – PR/ES, remanejando o Excelentíssimo Senhor Senador Francisco Dornelles – PP/

RJ, na vaga de Titular cedida pelo PDT. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinqüenta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Marisa Serrano,** Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro , Música e Comunicação Social.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL – CECTMCS

NOTA TAQUIGRÁFICA

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NO DIA 11 DE JULHO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 39 MINUTOS.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Havendo número regimental declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 53ª Legislatura. Submeto a apreciação do plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada.

A presente reunião atende a requerimento nº 5 da Subcomissão/2007, aprovado, de autoria dos Senadores Demostenes Torres e Rosalba Ciarlini para a realização desta Audiência Pública com objetivo de debater a elaboração de uma lei específica para o setor teatral. São convidados Paulo Pélico, Produtor Teatral e Especialista em Legislação Cultural; Beatriz Segall, Atriz; Marley Bisol Danckwardt, Presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul, SATED/RS e Odilon Wagner, Ator, Produtor e Diretor Teatral.

Dando início a Audiência Pública, solicito ao Secretário Júlio, que acompanhe os convidados para tomar assento à mesa. Agradecendo a presença dos convidados Paulo Pélico, Produtor Teatral e Especialista em Legislação Cultural; Beatriz Segall, Atriz; Marley Bisol Danckwardt, Presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul; Odilon Wagner, Ator, Produtor e Diretor Teatral. Eu passo imediatamente a palavra à autora do requerimento, Senadora Rosalba Ciarlini para que faça uso da palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Bom dia a todos Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, Srs. Senadores e Srªs. Senadoras. Eu quero inicialmente agradecer de forma muito especial aos nossos convidados Beatriz Segall, Marley Bisol a Odilon Wagner e ao Paulo Pélico, porque aqui vieram com tanta presteza. E é necessário que explique para vocês o motivo desse nosso convite/convocação.

Em outubro, mais precisamente dia 20 de outubro de 2005, a nossa Comissão, Subcomissão de Teatro, Dança, Música e Cinema que faz parte integrante da Comissão de Educação, recebeu um documento reivindicatório assinado por 180 entidades ligadas a artes cênicas, falando das dificuldades, dos anseios, das necessidades da classe trabalhadora do teatro.

Entre essas reivindicações há uma que foi na realidade uma das primeiras reivindicações do setor, reconhecendo a necessidade de ampliarmos as conquistas já obtidas na atividade cultural, que já marca sua presença na economia brasileira e com a finalidade de propormos medidas visando construir um marco regulatório para a criação de uma lei específica geral para o setor teatral. Eu considero que isso é algo que nós não podemos deixar de fazer acontecer.

E não podemos fazer, saindo sem ouvir os trabalhadores da área, sem ouvir a experiência de vocês, de quem conhece, de quem sente na pele no dia-a-dia as dificuldades enfrentadas. Porque o teatro é algo que eu considero, eu sou uma entusiasta e considero um processo de cidadania, de desenvolvimento. Educação, não pode caminhar dissociada da cultura tem que andar... É mão dupla. E o teatro é a origem praticamente de tudo na cultura.

Nós temos os relatos desde o antigo Egito, passando pela China, 2000, 3000 anos antes de Cristo. Depois o marco do teatro grego, teatro romano, do renascentismo, enfim de tanta coisa, da vanguarda e dos gêneros que são inúmeros da rua para o palco. Então, tudo eu acho que na vida nós temos... O teatro ele marca, ele faz refletir, ele faz a informação, ele traz a reflexão, ele não pode se dissociar de um processo educativo no nosso País.

Nós queremos sim, um País de primeiro mundo, nós queremos um País com mais justiça social, não

podemos deixar da valorizar e de inserir teatro como algo importante para a promoção da cidadania.

E eu tenho uma experiência, não sou expert na área de jeito nenhum. Nunca fui atriz, nunca... Nem dirigi, mas eu sou uma espectadora e tive a experiência como prefeita de uma cidade, segunda cidade do Rio Grande do Norte onde ao assumir a Prefeitura a primeira vez - eu tive a honra de ser prefeita três vezes - eu encontrei a cidade com a sua auto-estima realmente muito baixa. Era uma época de reconstrução. E esse processo de reconstrução da cidade passou também pela valorização do resgate da nossa história, de pontos importantes, marcantes, que estava no subjetivo das pessoas, no subconsciente como a libertação dos escravos cinco anos nessa Lei Áurea, a questão do voto feminino o primeiro da América Latina; motim das mulheres na Guerra do Paraguai quando as mulheres se rebelaram e não deixaram que seus filhos fossem para a guerra porque não entendiam o motivo e não achavam razão para que aquela guerra, eles fossem entregar suas vidas naquela guerra--

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senadora, Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Um minutinho só, Senador Zambiasi, estou terminando. Só para concluir.

Então, eu quero dizer que a partir daí, desses eventos e da resistência da cidade ao bando de Lampião, nós criamos grandes espetáculos valorizando os artistas da terra, fazendo crescer exatamente uma atividade que já estava na rua através dos grupos de teatro de rua que há poucos instantes eu tive oportunidades de detalhar mais para os senhores, quando estávamos conversando ali na Secretaria.

Mas então essa experiência me mostrou que isso foi realmente importantíssimo e que muito tem para se fazer, muito tem para crescermos. E isso levou a que nós tivéssemos hoje na cidade, espaços, teatros modernos, tivéssemos espaços para as artes, para a cultura. Então, é por isso que eu estou aqui preocupada em dar uma contribuição ao meu País valorizando as artes, valorizando arte cênica e tendo o teatro como o nosso farol condutor para realmente valorizar cada vez mais a cultura, num processo educativo do nosso povo.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senadora Rosalba, mas a minha interrupção deveu-se apenas para anunciar a chegada da Vice-Presidente dessa Comissão Senadora Marisa Serrano, a quem obviamente nós vamos passar o comando desta reunião.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu estou aqui, como diz o título aqui, ela deixou os trabalhos da Comissão de Ética - veja a importância que a Senadora Marisa Serrano está dando a este encontro, ela que é uma das relatoras da Comissão de Ética - afastou-se pelo período necessário para estar aqui e presidir essa sessão. Eu como diz o título aqui, sou apenas um Presidente eventual. Na presença da titular, obviamente me recolho ao Plenário, para poder acompanhar o depoimento e solicito licença para me retirar e entrego a Presidência à Senadora Marisa Serrano.

[troca de presidência]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Isso mostra a sensibilidade da mulher.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sra. Presidente, Senadora Marisa Serrano, a senhora senta já na cadeira da presidência e eu já lhe incômodo com uma solicitação para uma breve palavrinha.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não? Eu queria primeiro, agradecer ao Senador Sérgio Zambiasi as palavras e o trabalho que tem efetuado. E agradecer muito porque é difícil - e a gente tem discutido aqui nessa Casa - quando a cultura tem que ter o seu espaço e às vezes a gente briga muito, porque nem sempre levam a sério aquilo que é fundamental para o ser humano, a sensibilidade, vontade de expressar seus sentimentos e a forma de expressá-lo.

Então, eu fico muito feliz eu lhe dou um aparte com toda alegria.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senadora Marisa, Senadora Rosalba, caro amigo Zambiasi, ilustres convidados e convidadas. Senadora Marisa, há momentos em que o Senado Federal cresce, o Senado cresce.

Nós já presenciamos vários desses momentos e esse é um deles, pessoas que são muito representativas da nossa cultura, da nossa arte quando pisam o Senado Federal fazem com que ele cresça, eu estou falando isso de coração é o que eu sinto de fato. Pessoas como vocês Beatriz Segall, Odilon, que são linha de frente no teatro da arte brasileira, Marley e Paulo, que como todos aqui trabalhadores da arte, há um código nesse País que deve ser obedecido. Antes e depois da manifestação de vocês, seja de que forma for, vocês são alvo de aplausos antes e depois.

Portanto, eu queria solicitar uma salva de palmas iniciais para vocês aqui, porque vocês são merecedores a todo tempo.

[palmas]

Chegando mais um Senador aí. Eu acho que com essa singela manifestação, nós expressamos, eu tenho certeza absoluta e até em nome do povo brasileiro o carinho e o respeito que nós temos por todos vocês, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador. E eu quero sem delongas começar a nossa Audiência Pública que tem como propósito fundamental a elaboração da uma lei específica para o setor teatral.

E como é mãe ou o setor mãe de todas as outras artes, nós vamos ouvir com muito carinho e, agradecendo presença também do Senador Eduardo Azeredo, passar a palavra para o Doutor Paulo Pélico, Produtor Teatral e Especialista em Legislação Cultural. Seja muito bem-vindo à nossa Casa.

SR. PAULO PÉLICO: Bom dia a todos. Eu queria agradecer primeiramente a essa Casa ao Senado Federal por ter mais uma vez aberto suas portas para receber representantes da classe artística, e receber as nossas demandas para melhor desempenhar as nossas atividades. Agradecer também a Comissão de Educação Cultura e Esportes, na figura da sua Presidente, a Senadora Marisa Serrano e um agradecimento especial ao Secretário da Comissão, o Júlio Linhares, que tem sido incansável nessa tarefa de nos ajudar a dar voz aos nossos anseios e às nossas necessidades. Já participou de inúmeras lutas e agora se inicia mais uma, que é essa de tentar uma legislação específica para o teatro. Eu não sou doutor, eu não sou advogado, e como eu sou um estudioso das leis, é comum que me apresentem como especialista, mas eu confesso aos senhores que eu me sinto bastante desconfortável, porque eu me sinto um impostor na medida em que eu não sou um advogado, é difícil conceber que alguém possa ser especialista em lei não sendo advogado, mas eu sou um aplicado estudioso dessas leis. Tenho acompanhado, tenho tido a felicidade de participar do todos os movimentos que resultaram nas principais leis em funcionamento no Brasil, as leis relacionadas com o incentivo fiscal à cultura, dessas que nós vamos tratar aqui hoje.

Se os senhores me permitirem, eu vou fazer um breve resumo do advento das leis de incentivo no Brasil. Começou com a Lei Sarney por volta de 87, mais ou menos, e teve uma vigência de dois anos e foi cancelada. Em seguida, em São Paulo, um movimento de artista formulou a Lei 10. 923, que passou a ser conhecida como Lei Marcos Mendonça. Era uma Lei Municipal, anterior à Lei Rouanet, que se sustentava no imposto de ISS e IPTU. A Lei Marcos Mendonça entrou em vigor e teve uma resposta muito rápida e ensejou o movimento para a criação da Lei Rouanet, a Lei 8.313, conhecida como Lei Rouanet, que é da esfera federal e se sustenta no Imposto de Renda. A Lei do Audiovisual, que veio em seguida, em 93, na verdade, é uma costela da Lei Rouanet. A Lei do Audiovisual é específica para a indústria do audiovisual, englobando cinema, televisão, DVD e congêneres. Agora nós estamos pleiteando a lei específica para o teatro. A razão é muito simples, a razão é óbvia. É claro que as artes têm uma importância igual, uma importância igualitária. Mas cada manifestação cultural tema sua especificidade. Embora a Lei Rouanet foi e tem sido muito importante para as artes de um modo geral, ela trata de forma igual, atividades completamente diferentes como cinema, como teatro, como museologia, como biblioteconomia, artes plásticas e por aí vai.

Quer dizer, nós temos especificidades não se acomodam bem dentro do escopo atual da Lei Rouanet, que é a principal lei brasileira, hoje, para a Cultura. Temos outras de esfera estadual em diversos Estado, e essa é uma importância capital, quer dizer, atender as necessidades específicas desse setor teatral. A outra necessidade é que possa haver uma lei maior que reoriente a atividade de forma federativa e não, hoje, nós temos essas diversas leis municipais, estaduais e que são insuficientes quando você pretende fazer um projeto que excursione pelo Brasil, por exemplo, elas se tornam insuficientes. Uma lei federal ajudaria muito. Na seqüência dessa lei federal, evidentemente, nós vamos pleitear a criação da uma agência reguladora do teatro. Para que nós tenhamos uma política de Estado não política de estado e não política de Governos transitórios, com todas as dificuldades inerentes à essas circunstâncias. Eu queria falar do fenômeno do advento das Leis de Incentivo Fiscal. Evidentemente, nós sabemos que não é invenção da área cultural, embora, a sociedade como um todo entenda que nós sejamos os maiores clientes de Incentivo Fiscal, dado à certas características de divulgação, que nós somos obrigados a divulgar e outros setores da economia não são, a sociedade, de um modo geral, eu já fiz esse teste, se os senhores perguntarem para um motorista de táxi, para o dono de uma banca de jornal o que é Incentivo Fiscal, eles vão se lembrar rapidamente de Incentivo Fiscal à cultura ou ao cinema, e nós representamos apenas menos de 2% menos de desse reparte. Eu tenho os números de 2005, o Brasil gastou 30 bilhões, com "b" de "bola", em benefícios tributários. Nós ficamos com menos de 2% disso.

Em 2006 eu tenho números contraditórios. O Tribunal de Contas e a Receita Federal apresentam, mas é algo em torno de 47 à 53 bilhões. É claro que envolve todos os setores da economia, mas fica para a sociedade que a Cultura é a grande cliente, mas não é, é a

indústria de transformação. E existe, naturalmente, uma divisão. Há pessoas que são favoráveis à política de Lei de Incentivo e outras que não são e os dois lados têm boas razões para suas posições. Mas eu gostaria de lembrar o que está na matriz da idéia das Leis de Incentivo Fiscal. É para socorrer, como os senhores bem sabem, como os Senadores bem sabem, resolver desequilíbrios regionais ou setoriais. Setores que não apresentam condições de sobrevivência sustentada, as Leis de Incentivo são um instrumento de desenvolvimento dirigido. Ela começou com Celso Furtado, no final da década de 50, e criou toda uma cultura. A SUDENE, o SUDAM, a Zona Franca de Manaus, todos esses setores foram contemplados, e graças ao Incentivo Fiscal... Eu sei que um tema polêmico, porque ocorreram malversação do dinheiro público nesses programas, mas sem esses programas nós não teríamos hoje a Zona Franca de Manaus, e boa parte do norte e nordeste estariam entregues ao século XIX. A indústria têxtil no Brasil ao Incentivo Fiscal. A Embraer, que é orgulho nacional, começou com Incentivo Fiscal, pouca gente sabe disso. Até a pesada indústria naval já tem Incentivo Fiscal estadual, e está se preparando para pleitear o incentivo fiscal federal. Ou seja essas áreas, o polígono da seca, por um lado, por ser uma região sem condições de sustentação econômica, e outros setores como informática, como indústria têxtil, por ser segmentos que sofriam forte concorrência estrangeira, receberam no Incentivo Fiscal uma forma de se instalar no País, se solidificar e se preparar para concorrer com as indústrias estrangeiras.

Por que Incentivo Fiscal sofre tanto, principalmente, na imprensa? Há quase que uma campanha sistemática contra o Incentivo Fiscal da Cultura. Eu nunca vi e nem deveria, mas eu nunca vi um editorial de um jornal contra os Incentivos Fiscais para se produzir TV de plasma, e nós sabemos que tem. Eu nunca entrei numa num banco 24 horas, num caixa eletrônico e vi lá um selinho: "Tecnologia desenvolvida por incentivos fiscais federais", e nós somos obrigados a colocar na nossa peça de teatro um selinho dizendo isso. É isso que cria para a sociedade a impressão de que nós somos os grandes clientes do incentivo fiscal. Não somos. Repito: Nós temos menos de 2% do bolo dos benefícios tributários. Agora, eu nunca vi editorial contra Incentivo Fiscal do papel jornal, por exemplo. O papel jornal conta com o Incentivo Fiscal para a sua produção e para garantir que esse produto não falte, e está correto. Agora, geralmente, o Incentivo Fiscal de Cultura é visto do desperdício. Por quê? Só porque nós somos uma área intangível? Produzimos o intangível? Ora, o espaço aéreo brasileiro também é intangível e nós gastamos milhões de dinheiro público para patrulhar o espaço aéreo brasileiro para evitar invasões. No entanto, o imaginário brasileiro é invadido diariamente pelo pior da indústria cultural estrangeira. Diariamente. É nesse sentido que a gente precisava fortalecer, porque o imaginário de um país é tão importante quanto qualquer outra região, e hoje é disputado da maneira profissional e pesada. A indústria cultural norte-americana é o segundo item da exportação norte-americana, e nós não vamos concorrer com o Homem Aranha com o Bumba-meu-boi. É claro que nós temos que preservar Bumba-meu-boi, mas não dá para concorrer com o Reisado, com o Bumba-meu-boi enfrentar o Homem Aranha. Nós precisamos ter a nossa indústria própria. Como outros setores já tem há quase 50 anos Incentivos Fiscais, criaram base, estrutura e que apresentavam, basicamente... O Celso Furtado, se alguém tiver curiosidade da ler a defesa que ele fez dos Incentivos Fiscais para a SUDENE, FINOR, para o FINAM, ele dizia que são setores que têm dificuldade de escoamento de produtos, dificuldade de formação de mão-de-obra, e a terceira é tecnologia defasada. Esses três itens que não decisivos na determinação de um setor para receber Incentivos Fiscais nós temos na Cultura sobejamente. Sobejamente. Essas três características nós apresentamos. E outros setores contaram, além de Incentivos Fiscais, de benefícios tributários, contaram com ajuda do Estado para criar malha ferroviária, rodoviária, usinas para geração da luz no Norte e Nordeste. Isso aconteceu com bastante freqüência. E não fosse isso não teria sucesso o programa da SUDAM, da SUDENE, do FIRNOR, da FINAM. Eles tiveram durante 50 anos, nós temos há 17 anos, de maneira continuada, Incentivos Fiscais para a Cultura, e o que nós precisamos é implementar, aperfeiçoar e de mais tempo, para que possamos, também, criar as nossas condições sustentáveis, de sustentabilidade. Porque nós com o tempo, Incentivos Fiscais e legislação adequada, nós também saberemos abrir estradas, erguer pontes, furar túneis e gerar bastante luz. Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero agradecer ao senhor Paulo Pélico e dizer que eu também fui questionada ontem, porque eu não sou advogada e estou na Comissão de Ética e Decoro e, já que os três companheiros e o Presidente e os outros dois são advogados. Eu disse também não me pediram exame da Ordem e nem Diploma de Advogada quando eu fui eleita Senadora. Portanto, o senhor pode ficar tranqüilo que ficamos muito felizes com a sua sabedoria na área da legislação cultural mesmo não tendo um Diploma de advogado.

Eu quero agradecer muitíssimo a sua explanação, agradecer a presença do Senador Heráclito e passar a palavra para a senhora Beatriz Segall, uma atriz reconhecida e muito querida do povo brasileiro. Por 15 minutos a palavra é sua.

SRA. BEATRIZ SEGALL: Eu só sei falar quando eu decoro. Alguém escreve, eu decoro e falo. Eu queria dizer a Senadora que não precisa nos agradecer por estar vindo aqui, porque essa idéia da criação de uma agência especificamente para o teatro, além de ser uma coisa nova, para nós, como ele terminou dizendo, é uma abertura de túnel, porque o teatro dentro da cultura brasileira - não era - mas tem sido um dos pontos mais desprezados na nossa cultura, porque ele não rende dinheiro. Ele não dá dinheiro, ninguém fica rico fazendo teatro, é muito difícil. O cinema, por exemplo, tem muito mais essa possibilidade do que o teatro. Então, não interessa muito.

Quando, na verdade, já foi dito aqui, não custa repetir, que sem o teatro as outras artes cênicas não se desenvolvem, só coisa sabida, falada, dita não ainda. Se você não faz teatro, se você não tem o tempo de preparar um trabalho, aquela arte não se desenvolve nas suas outras formas, na televisão, no cinema, até no circo. Então, esta agência viria... Como eu digo? Reunir a possibilidade para nós de termos uma representação federal dedicada somente a nós, ao nosso trabalho, que nos ajude e nos compreenda, que faça, inclusive, o povo brasileiro compreender a necessidade dessa atividade cultural. Você estava tocando nesse assunto agora há pouco eu me lembrarei de uma história que para mim é simbólica, porque são coisas que mostram bem o que é a mentalidade brasileira em relação, não só ao lazer, porque há uma diferença entre o lazer que nós oferecemos e o lazer da música popular, o lazer mais próximo da nossa condição cultural.

Mas mostram uma idéia muito antiga, muito antiga. Molière não foi enterrado em campo santo, embora ele fosse um dos homens mais importantes e célebres da França do século XVII, ele não podia ser enterrado em campo aceito pela igreja. Por quê? Porque ele era ator. Ser ator era uma coisa inferior. Isso nós não temos mais, ao contrário, com a televisão, parece que todo mundo quer ser ator. Parece que é muito fácil, que é só chegar lá e, de certa forma, para algumas pessoas, durante um período de tempo é muito fácil, sim. É só aparecer na capa da revista e 15 dias depois viramos celebridade. Mas o que nós precisamos fazer é fazer as pessoas aceitarem e acreditarem o que nosso trabalho tem uma importância fundamental na formação do nosso povo. É uma forma de reconhecimento de nós mesmos.

Então, isso é que torna indispensável um apoio que o teatro não tem tido e não tem até agora. Porque a criação dessa agência, para mim, é muito alvissareira, desde que ela seja feita desta maneira, impedindo que ela seja manipulada, impedindo que ela possa ser mudada conforme a mudança de Governo, e uma série de outras coisas que a gente vai ter que estudar, subsidiar os senhores com a que a gente possa ajudar. E para os que trabalham em teatro não ouçam coisas que eu já ouvi mais de uma vez. Uma vez um chofer de táxi no Rio, me levando do aeroporto para a Globo, estava todo satisfeito, olhando para mim: "Vida de artista que é bom, não é dona?" Eu disse: "É. Por quê? O senhor acha?" "Eu acho. " "Por quê?" "Ah, não tem nada para fazer, ganha bem e fica lá... Não tem nada para fazer". Eu disse: "É sim. É verdade, sim. É como o senhor, também. O que o senhor falando? É como o senhor. O senhor está aqui no Rio de Janeiro, sentado aí no seu carrinho, passeando pelas praias, achando tudo formidável, conversando com as pessoas. O senhor também não tem nada para fazer". Mas é isso que o brasileiro pensa do ator. O ator é o que é badalado, tratado sempre como uma celebridade, entre aspas e, na verdade, não recebe aquilo que ele precisa para desenvolver uma arte, o que é fundamental. A Cultura é geradora de bens materiais, realmente, é criadora de estímulos, é criadora de prestígio para um País.

Eu citei ainda há pouco o exemplo da França, mas mesmo nos Estados Unidos, por exemplo, onde essas atividades são indústrias e são... Como eu vou dizer? Especificamente atividades de ganho, mais do que nada, há uma necessidade de qualidade, e elas são importantes no que elas trazem de volta para a povo. São importantes, inclusive, na parte de turismo, como aqui no Brasil também é na parte de turismo, o teatro é muito importante. Os teatros, em geral, estão mais cheios nos dias da feriados ou nos fins de semana, por que vem muita gente de fora e tudo. Quer dizer a importância que precisa. Eu acredito que essa agência possa dar ao teatro a importância que ele não tem, ou melhor, a importância que não lhe é reconhecida, e a nós, a possibilidade da reivindicarmos e orientarmos essa agência, no sentido de envolvermos cada vez mais essa profissão. Para mim esse é o principal. Obrigada.

[palmas]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Presidente, Senadora Marisa Serrano. Eu quero aqui só aqui dizer: Quando a senhora falava de que tinham feito comentário, de certa forma até um pouco, não digo agressivo, mas deselegante, pelo fato de a senhora não ser advogada e estar no Conselho de Ética. Eu gostaria de dizer que a senhora pode não ser uma advogada,

ter passado pelas cadeiras jurídicas, mas a senhora tem demonstrado aqui para todos nós que defende a lei maior, da ética e da moralidade. Só isso vale.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Senadora Rosalba Ciarlini, é isso que a anima a gente a continuar o trabalho.

Eu quero aqui agradecer, com um carinho especial, a presença do senhor Jorge Vinhas, que é chefe da Assessoria Parlamentar do Ministro da Cultura, para nós é muito importante, é a forma de estarmos trabalhando juntos e na mesma direção. E lembrar também, Beatriz, o Júlio estava me recordando que foi aqui, nesta Comissão, que começou o trabalho para a criação da ANCINE, com discussão em cima disso que criamos a Agência de Cinema. Portanto, eu acredito que nós estamos fazendo história no momento em que nós estamos aqui discutindo essa possibilidade. Sem delongas eu passo a palavra à Marley Bisol, que é Presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul. Veio do frio, com neve e tudo! Seja muito bem-vinda à nossa Casa.

SRA. MARLEY BISOL DANCKWARDT: Eu quero na pessoa da nossa Vice-Presidente dessa Comissão, a Senadora Marisa Serrano, cumprimentar a todos os presentes. Senadoras e Senadores aqui presentes. Eu vou ler, não só porque também gosto de um texto que me é dado, a verdade é que não foi dado, foi produzido, mas ele é muito pontual e tenho responsabilidades com outras entidades e preciso cumprir o meu texto.

"Foi com muita alegria que recebemos o convite desta Presidência, para participar desta Audiência Pública com a propósito de discutir a elaboração da uma lei específica para o teatro nacional. Estamos discutindo e trabalhando neste assunto há mais de dois anos em diferentes setores da cadeia produtiva nacional, através das Câmaras setoriais de teatro, através do movimento da Arte Contra a Barbárie, através da Rede Moinho, através das Associações de Produtores Culturais de todo a Brasil e através dos movimentos de grupos organizados de fazedores do teatro.

Não é mais surpresa para ninguém as cifras geradas pela economia da Cultura. Esta cadeia produtiva que movimenta a economia gerando postos de trabalho, produtos, impostos e consumo de bens culturais, ampliando a democratização dos meios de produção e o acesso a universo cultural, elemento fundamental na formação e construção da cidadania. O que remos, senhores, é discutir e aprofundar as possibilidades da criação de acessos a créditos, subsídios, legislação e regulamentação específica para o teatro nacional. Sentimentos necessidade de organizar as prioridades das políticas públicas, principalmente no que se refere ao teatro brasileiro. Queremos uma lei que estabeleça os princípios gerais da política nacional para o teatro. Esta política nacional para o teatro que deverá ser de Estado e não de Governo, terá por base os seguintes princípios: 1. Promoção da Cultura Nacional e da Língua Portuguesa, mediante o estímulo ao desenvolvimento do teatro profissional, associativo e da inclusão dos teatro nas escolas de primeiro e segundo grau. 2. Garantia da presença de espetáculos teatrais nacionais nos diversos segmentos do mercado. 3. Garantia do direito autoral sobre as obras teatrais nacionais e estrangeiras. Queremos a criação de uma Agência Nacional de teatro, criada a partir da uma necessidade da classe teatral de ser um organismo que possibilite a regulação do mercado, promovendo o desenvolvimento dos mercados teatrais nos vários elos da cadeia produtiva para: 1. Definir a política nacional para o teatro. 2. Aprovar políticas e diretrizes gerais para o desenvolvimento do teatro. 3. Acompanhar a execução dessas políticas criadas.

Queremos verba orçamentária para realização de um programa de apoio ao desenvolvimento do teatro nacional, o Pró-Teatro, que contemple todo o País considerando as carências regionais, as fontes da receita, os aspectos culturais, os índices de IDH, as demandas e a descentralização". A esse respeito já temos uma minuta complemento elaborada sobre esse programa Pró-Teatro. "A criação de uma contribuição através da arrecadação de taxas sobre as bilheterias, talvez, para o desenvolvimento de um cadastro nacional de teatro. A criação de um fundo ou linha de crédito especial para a construção, compra e recuperação de espaços cênicos ou teatro. A ampliação da rede nacional de teatro com pelo menos a construção de um teatro federal em cada capital brasileira. A criação da uma linha especial de financiamento para o mercado, já que somos uma categoria diferenciada descrita pela Lei 6533 e pela CLT, podemos também ter uma linha de crédito diferenciada. Queremos discutir o meio ingresso sem subsídios às produções que estão dilacerando as iniciativas de produção. Enfim, senhores, queremos um órgão oficial do Governo Federal que regule, fomente e fiscalize a produção e circulação das produções teatrais, estimulando o desenvolvimento humano do setor, a capacitação profissional, dando dignidade e respeito a esta arte secular". Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós queremos agradecer a presença da Marley, agradecer a presença da Senadora Ideli Salvatti. Antes de passar a palavra para o Odilon, eu gostaria da pedir licença porque eu vou votar na Comissão de Agricultura, nós estamos elegendo o

novo Presidente. Passo a palavra para a Dra. Rosalba enquanto eu faço a minha votação e volto daqui a pouquinho. Portanto, a Presidência, desculpe. Senadora Rosalba Ciarlini na Presidência. Passo a palavra ao Sr. Wagner. Seja muito bem vindo a essa Casa. Obrigada.

[troca de presidência]

SR. ODILON WAGNER: Esperamos a senhora em breve aqui. Aliás, eu não vou falar enquanto a senhora não voltar.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, senhor.

SR. ODILON WAGNER: Apesar de estar muito bem representada. Eu agradeço a possibilidade de estarmos aqui. Mais uma vez eu queria agradecer, em especial, as palavras simpáticas do Senador Geraldo Mesquita, no começo. Nós é que nós sentimos muito honrados de estarmos aqui com essa oportunidade de estarmos debatendo a nossa atividade, que é tão importante e são cara para todos nós e para o povo brasileiro, também. Agradecer aos companheiros que estão juntos aqui, todos os Senadores presentes, em especial, à Senadora Rosalba Ciarlini e ao Senador Demostenes Torres pela iniciativa desse evento, dessa audiência.

Eu acho que muito já foi dito sobre essa nossa atividade, brilhantemente exposto ali pelo Paulo, que conhece bastante as especificidades da nossa área, pela Beatriz, pela Marley. Eu acho que a gente tem que dividir um pouquinho com vocês, agora, essa nossa área do teatro. Senador, eu queria dividir com vocês um pouquinho mais do conhecimento dessa área, ela parece ser muito nebulosa muitas vezes, ninguém entende exatamente como ela funciona. Nós temos que passar a enxergar a atividade teatral, apesar de ser uma arte artesanal, a criação teatral é artesanal, mas a execução e a produção da atividade teatral ela é industrial, ou ser industrial. Temos que pensar a atividade teatral como uma indústria geradora do emprego, de renda, de educação, conectada com a Educação, conectada com o Turismo como foi colocado aqui.

Aquela velha idéia de os artistas passarem o chapéu, pedindo um dinheirinho para fazer uma obra, fazer qualquer coisa, tem que estar definitivamente longe da mente do cidadão brasileiro, porque nós não aceitamos mais essa posição. Nós fazemos parte da uma cadeia produtiva intensa, valiosa e temos a percepção do que significa a nossa realização.

Esse nosso segmento emprega, diretamente, muita gente. Muita gente. Mas só que nós não temos a capacidade, ainda hoje, de dimensionar o tamanho da nossa indústria, nós não conhecemos os números da nossa indústria. Nós não sabemos quantos teatros tem no Brasil. Nós não sabemos quantos profissionais são empregados no Brasil. Nós não temos uma organização para que a gente possa chegar a conceitos mais elevados em relação à nossa atividade, e é só a criação de uma agência, de uma lei federal e depois a criação, posteriormente, da agência, é que vai nos dar a possibilidade da estudar o nosso mercado, definitamente.

Nós fazemos parte da uma indústria chamada Indústria do Entretenimento. O teatro faz parte da Indústria do Entretenimento, que é uma das maiores indústrias do mundo de crescimento global, e nós temos que fazer parte dela. Hoje foi falado aqui que os Estados Unidos exporta, o segundo item de exportação dos Estados Unidos é a cultura, o cinema. Hoje, se os senhores abrirem o jornal, nós vamos ver lá, na parte da diversões, de entretenimento, 80% anúncios de filmes americanos. A gente tem uma facilidade enorme de ver a cara dos artistas americanos desse tamanho. Filme de 5° categoria americano, foto desse tamanho do ator. Estréia uma peça de teatro: Nem uma linha. Por quê? Não é culpa deles, é culpa nossa porque não sabemos reconhecer e impor os nossos valores. Isso faz parte da auto-estima. Isso faz parte da boa avaliação o que brasileiro faz de si mesmo, da valorização da sua cultura, da valorização do seu trabalho, da valorização da sua pátria, dos valores da sua pátria.

A indústria do entretenimento, portanto, que nós fazemos parte, é uma indústria que gera bilhões e bilhões de dólares no mundo inteiro, e nós temos que entrar dentro desse segmento fortemente, como já estamos cada vez mais caminhando para ir nessa direção. Mas temos que ser enxergados como indústria e, portanto, temos que ter esses subsídios das leis dos Incentivos, leis pontuais dirigidas para a nossa categoria.

A geração de empregos nessa área é monstruosa. Só na cidade da São Paulo, por exemplo, tem mais de 120 peças em cartaz, hoje. Cada peça, vocês podem imaginar, dos mais diversos tamanhos, em média 40 a 50 pessoas envolvidas diretamente. O nosso setor movimenta todas as outras atividades. O nosso setor movimento a arquitetura, porque através dos arquitetos são formados os cenógrafos, de um modo geral, que trabalham em toda a parte da criação visual dos nossos espetáculos, na construção das obras teatrais, dos teatros públicos. Os engenheiros que participam desse mesmo processo, os estilistas e os figurinistas na moda; os artesãos que trabalham na criação da toda a área cênica; o marceneiro, a costureira, os motoristas. Enfim, é uma cadeia enorme indireta que está associada ao teatro.

Portanto, o nosso segmento é um segmento produtivo que emprega, que gera renda e que tem uma dificuldade, como o Paulo falou, enorme, é cobrado com lupa, porque, evidentemente, há uma razão para tudo isso, nós temos uma visibilidade muito grande. Tudo que uma pessoa de visibilidade faz, aquela lupa enorme olhando a gente. Como ele disse, nós temos ter aquele selinho dizendo que somos incentivados, quando a AMBEV... Eu nunca a vi AMBEV, que é incentivada com bilhões, nunca vi a AMBEV colocar um selinho lá. Exatamente isso, ela não é fiscalizada desse jeito.

Então, nós precisamos regulamentar essa indústria do entretenimento brasileiro que tem uma possibilidade monstruosa.

A Senadora Rosalba Ciarlini está falando aqui de uma atividade lá em Mossoró, que é a criação - ela nos mostrou a beleza desse trabalho feito lá - do Auto da Liberdade. Um espetáculo feito em Mossoró, Rio Grande do Norte. São duas mil pessoas, inicialmente, em praça pública. Um espetáculo teatral. Isso é teatro que gera, primeiro, antes da mais nada, gera auto-estima para o povo, educação - conectada Educação, nós somos irmãos da Educação. O teatro é irmão da Educação porque estão se debatendo temas históricas da cultura popular, da literatura brasileira; trabalhando a auto-estima do jovem, do participante que se sente valorizado participando de uma obra como essa, e o turismo; pessoas que estão pela redondeza, hoje... Quantos anos já acontece isso, Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Começou em 1997.

SR. ODILON WAGNER: Portanto, sete, oito anos. Hoje, as pessoas na região, na época das festas, se não me engano são três festas - três peças populares que existem na região - nesse período as pessoas da redondeza migram para lá, já virou uma atração turística na cidade. Então gera renda, gera interesse, orgulho e a auto-estima da população, alegria, evidentemente. E Educação que está se mexendo, evidentemente, com a literatura brasileira. Portanto, a criação de uma lei federal é fundamental para que a gente consiga regulamentar e reger todo esse nosso segmento. Hoje as leis funcionam da seguinte maneira: Quem é amigo da rei, sim; quem é inimigo do rei, não.

São Paulo, por exemplo, a Lei Mendonça, que já teve cinco mandatos desde a criação da Lei Mendonça, já passamos por cinco Prefeitos, cinco Secretários de Cultura, e cinco decretos diferentes, um mudando o outro, alterando, mexendo, retaliando a Lei de tal forma que hoje ela está absolutamente considerada a falência se não for mexida, trabalhada e reestruturada novamente. A Lei Mendonça, nós tínhamos um orçamento. Paulo, me ajude aqui. Se eu não me engano era trinta? Quanto é? De 36 caiu para 4 milhões em 4 anos. De que ano para que ano foi isso?

SR. PAULO PÉLICO: De 2003 para 2007. 2003, 36 milhões. 2007, quatro milhões seiscentos e pouco, com demanda.

SR. ODILON WAGNER: Isso porque cada Secretário fazia suas alterações, mudava. Nós não podemos estar à mercê da Administração artística desses gestores, chamados gestores, que são, na verdade, agentes políticos, não são pessoas da nossa categoria, que entendem do nosso segmento. É a mesma coisa que na ANEEL, por exemplo, indicassem a mim para ser Presidente da ANEEL. "Ele não é da área, mas ele é uma pessoa de muito bom senso, ele vai saber administrar bem a coisa, ele tomava choque bem, então, ele deve saber como é que é". Aliás, falando da ANEEL, eu queria dar um depoimento. Eu trabalhei, fiz um treinamento dentro da ANEEL, com toda a Diretoria da ANEEL, e uma das áreas pelos quais a gente pensou muito nessa coisa da agência, porque nós vimos de dentro como funciona uma agência. Eu, quando fui trabalhar na ANEEL, na parte de treinamento, na parte de comunicação, com toda a Diretoria. Na época do apagão, o Mário Abdo era o Presidente, e eles se viram lá com uma situação: Dando entrevista, falando... Não sabiam. Estavam meio perdidos e fomos trabalhar um pouco essa parte da comunicação com a mídia, com eles.

Minha percepção, até então da agência, era que: Lá é uma bando de políticos, os Partidos dividem os cargos, ficam lá e ninguém deve entender nada o que está fazendo. É a idéia que eu tinha.

Quando eu vim a conhecer a estrutura de uma agência por dentro e ouvir qual era o funcionamento, todos lá são técnicos extremamente competentes, independente de serem até indicados por Partidos, porque isso é normal, as lideranças, e técnicos da mais alta qualidade. Eu fico impressionado com o trabalho da ANEEL naquele período, conhecendo diretamente cada um dos diretores, porque trabalhei, especificamente, particularmente, com cada um deles. Fiquei extremamente impressionado com a desenvoltura, com o trabalho e com a qualidade da agência. Então, começamos a estudar e ver o trabalho das outras agências, porque lá, na criação da uma agência, o indivíduo tem que passar por uma sabatina. Aqui nessa Casa ele tem que demonstrar a sua potencialidade, mas antes de chegar nessa sabatina, ele vai ter que discutir com a sociedade, vai ter que ser aprovado, os nomes vão ter que ser debatidos, a sociedade civil participa, de uma certa forma, da indicação desses nomes, que depois serão sabatinados pelo Senado. E portanto, não é ape-

nas uma indicação política, pode ser uma indicação política mas com sabedoria, com conhecimento, sendo um técnico da nossa área.

Desta forma, com a criação desta agência nós vamos poder criar metas de curto, médio e longo prazo para o Brasil. O Brasil está entrando na fase da enxergar o seu planejamento de longo prazo. Nós temos que, na nossa atividade, enxergar a longo prazo. Nós não temos que pensar numa obra que vai ser feita aqui, hoje, amanhã. Nós temos que pensar no projeto daqui a 10, 15, 20 anos, e para ter uma política, assim nós temos que ter uma agência reguladora que independa do Governo, independa da vontade do rei, que é como até hoje as coisas acontecem.

Eu quero dar um testemunho para os senhores. O nosso Ministro da Cultura, quando foi empossado, recém-empossado, e eu quero até falar em defesa dos Secretários e Ministros que muitas vezes são mal assessorados. Porque como nós não temos essa regulamentação federal, cada Município, cada Estado dirige a sua área cultural como bem entende. Se é mais para a esquerda, vai para a esquerda, se é mais da direita, vai para a direita, quando está à esquerda está ali. Então, tudo que é chamado "os consagrados" ou coisas mais são alijados. Quando entra esse os outros são alijados. Quer dizer, não existe uma política comum.

[soa a campainha]

SR. ODILON WAGNER: Isso foi para mim? Falei muito já? Eu falo muito, não é?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O tempo está sendo seu inimigo, mas ela compreende.

SR. ODILON WAGNER: O próprio Ministro quando assumiu a pasta, o Ministro disse assim. Uma das declarações dele, polêmicas, na época foram assim: "Vamos acabar com o negócio da Lei Rouanet. Vamos acabar com esse negócio de só dar dinheiro para os consagrados. Os consagrados que levam tudo! Vamos acabar com isso. "Nós tomamos um susto naquele momento. Nós reunimos rapidamente, fizemos um estudo rápido e devolvemos para o Ministério dizendo assim: Que daquilo que ele dizia que eram "os consagrados"... Me ajude Paulo. Era dois...

SR. PAULO PÉLICO: 1,8.

SR. ODILON WAGNER: 1,98.

SR. PAULO PÉLICO: Não. 1,8 foi o percentual de recursos destinados para os artistas consagrados, dentro dos números que o próprio Ministério forneceu.

SR. ODILON WAGNER: 1,8! 1,8 para os consagrados. E os outros noventa e tantos por cento estão aonde? Faça-se Justiça ao Ministro: Ele voltou atrás, entendeu a situação, ele estava entrando no Ministério naquele momento, mas até o Ministro, naquele momento... Porque a gente não tem o estudo da nossa área, nós não temos os números, não é uma área debatida, estudada, entendida, portanto, dá margem e esse tipo de engano, muitas vezes.

A questão da meia entrada, por exemplo. É uma questão a nossa futura agência poderá lutar contra isso. Isso é um absurdo, é um acinte contra o nosso segmento. Existe algum outro segmento, por exemplo, empresarial no País onde se dê meia passagem para o estudante ou para o idoso? Alguém vai chegar no posto de gasolina e vai falar assim: "Eu sou estudante e vou pagar só metade?" Ou comprar uma roupa ou comprar qualquer coisa? Porque nós temos que dar aquilo... Porque nós temos que subsidiar o que Governo ou Estado deveria fazer?

A lei é correta, mas só que tem que ter o subsídio para que isso aconteça, não o nosso subsídio, do empresário.

Aliás, eu queria até alertar. Eu não sei se os senhores viram o John Naisbitt, que esteve aqui no Brasil, que é um dos grandes consultores de liderança e gestão no mundo. Tem uma entrevista maravilhosa na Revista Época dessa semana, e ele diz aqui. Um pedacinho eu queria reproduzir para vocês falando sobre o desenvolvimento do Brasil, Brasil comparado à China, essa coisa toda. E ele diz assim: "Com toda essa histeria em torno do aquecimento global, é algo que só tende a crescer". Biocombustível, ele está falando. "O Brasil não vai produzir todo o biocombustível do mundo. Mas certamente vai produzir o suficiente para que haja um forte impacto na economia brasileira". Na seqüência ele diz: "A música brasileira, a arte, também é algo único no mundo. É uma das grandes forças do país. A questão é: O que fazer com isso?" Em seguida, ele diz assim. Ele estava falando que as brigas, agora, não são mais ideológicas, são mercadológicas. Então ele diz assim: "É preciso assegurar que o um ambiente propício, o Estado tem que promover um ambiente propício para os empreendedores empreenderem, e não interferirem no empreendimento, como nós sofremos a interferência no Estado no nosso segmento, pelo menos.

Então, esta agência reguladora vai nos dar a possibilidade de administramos, de gerirmos o nosso negócio de uma maneira mais adequada. O teatro está conectado, como eu falei, profundamente com o turismo, ele gera benefícios enormes no turismo. Quantos de vocês, por exemplo, já foram viajar para a Europa, Estados Unidos com viagens específicas de roteiros culturais? Porque nós não trabalhamos esse empreendimento à medida em que a população vai envelhecendo - e vai envelhecendo cada vez com mais saúde, isso é um fenômeno mundial - eles têm

mais acesso ao turismo, ao lazer e outras atividades correlatas como a arte e cultura.

Então, o desenvolvimento da indústria do entretenimento no exterior é causada por isso, e vai acontecer no Brasil se nós pensarmos num projeto de longo prazo, se nós pensarmos num segmento produtivo, como esse nosso pode ser.

E outro assunto importante. Me perdoe só estender um pouquinho, mas eu acho importante colocar é: A formação de platéias, formação da público através da Educação escolar, como foi colocado nessa lei.

Nós tivemos um empobrecimento da área cultural, no teatro tão grande, que alguns anos atrás, muitos de vocês lembram, nós fazíamos oito sessões de teatro por semana. Começávamos na terça e íamos até o sábado e domingo. Hoje nós fazemos três, sexta-feira, sábado e domingo; uma cada um. Algumas fazem quatro, e já está ótimo. Um amigo meu outro dia falou: "Daqui a pouco a gente vai ver teatro no museu". "Vamos lá naquele museu? Vai ter uma pecinha lá". É o empobrecimento da cultura do povo, não sente necessidade. Empobrecimento econômico também, evidentemente. Por isso essa agência tem o dever de pensar a longo prazo com projetos de educação, como foi colocado aqui, de colocar nas escolas como matéria, de criar projetos usando a Leis de Incentivo levando crianças e jovens ao teatro.

Se nós fizemos uma pequena projeção. Por exemplo, vamos pegar a cidade de São Paulo. Se levarmos mil crianças por semana, aqui em São Paulo, é nada. Mil crianças por semana dentro de projetos incentivados ao teatro. 48 mil crianças ao ano, 480 mil crianças em dez anos. Quase 500 mil crianças formando novas platéias dentro de um aspecto da Educação, dos valores culturais, da literatura. Porque no teatro ele não só se diverte através da emoção, da história, ele aprende com a literatura. No teatro não aprende só pela teoria, aprende-se pela emoção. O fazer teatral está ligado profundamente com a Educação e nós estamos pensando em Educação a longo prazo hoje Brasil, e temos que criar metas conectadas do teatro com a Educação e o turismo. Assim nós vamos resguardar e prevalecer nesse nosso segmento.

Só para encerrar. Eu queria dar um depoimento pessoal. Quando eu tinha uns cinco ou seis anos, a minha primeira professa, a Dona Isaura Garcia - eu sou da Paraná. Eu estudava em Ponta Grossa no Paraná. E a minha primeira professora, a Dona Isaura que ainda é viva - eu nunca esqueço das aulas que eu tinha com a Dona Isaura, porque Dona Isaura fazia aulas dramatizadas. Eu aprendi História do Brasil dramatizando, isso há quase 50 anos atrás. Ela colocava: Um era o índio, o outro era o português, o outro era Dom Pedro, e nós entediamos, nos divertíamos e com emoção aprendíamos entendíamos.

Portanto, a dramatização, a emoção que o teatro permite àqueles que o assistem é tão importante que ela cura. É muito comum quando nós estamos, por exemplo, nos nossos espetáculos, e no espetáculo que eu faço hoje, atualmente, uma pessoa chegar no final e dizer assim: "Muito obrigado. Fazia um ano que eu não saía de casa, estava em depressão. Esse foi o melhor dia do meu ano. Muito obrigado". Então, tudo aquilo que foi passado para aquela pessoa, para aquele estudante, para aquele jovem no momento da emoção fica agravado indelevelmente na mente. Nós temos que considerar e dar a devida importância para esse segmento que produz, gera renda e auto-estima para o povo brasileiro. Obrigado.

[palmas]

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós agradecemos muito ao senhor Odilon que falou tão bem. Eu não pude assistir toda a preleção.

SR. ODILON WAGNER: Eu posso repetir. A senhora quer?

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Cheguei no finalzinho, Odilon. Antes de passar a palavra aos inscritos, eu queria passar a palavra para a Beatriz, que tem um adendo a fazer a sua fala.

SRA. BEATRIZ SEGALL: É uma coisa muito simples e muito, talvez, prosaica quase para os senhores. Mas eu preciso dizer. Quando nós saímos de São Paulo e paramos as nossas atividades para virmos aqui e etc. Por quê? Porque somos bonzinhos ou porque remos passear em Brasília? Não. É porque para nós é muito importante tudo isso. Para mim, especialmente, porque já estou em fim de carreira, praticamente. Eu sinto a necessidade de que essas coisas sejam feitas, eu sinto necessidade da deixar alguma coisa para o teatro, enfim, no Brasil.

Então, eu queria dizer que nós estamos à disposição dos senhores para dar com os subsídios, para ler projetos, para fazer coisas que possam ajudar na formação dessa agência, porque há coisas que são muito importantes. Eu acho o que Odilon e o Paulo colocaram muito bem uma série de pontos que estão nos afligindo, mas há coisas que são pontuais. Eu vou dar um exemplo para mostrar para os senhores o tipo de coisa que podem acontecer e que a gente não lembra, sobretudo aqui com os Senadores, que não são de teatro. Por exemplo, as construções de teatros no Brasil. É coisa que qualquer um pode fazer.

Qualquer arquiteto pode chegar e construir um teatro. Isso tem sido feito porque há incentivos nas diversas prefeituras para fazer isso. Só que precisa fazer como, de que jeito, que teatro são esses, como é que são construídos, porque senão nós temos coisas... O sujeito recebe, o arquiteto faz o seu projeto, não consulta ninguém, e a gente recebe os subsídios, que o dono do prédio recebe às nossas custa, evidentemente, porque é dinheiro público, e faz alguma coisa que não pode ser usado, que não tem interesse. Ou faz teatro de 1.400 lugares, que ninguém lota, ou faz teatro de 200 lugares, que não paga coisa nenhuma. Não dá! Isso parece uma coisa pequena e não é. Esse tipo de exemplo é para mostrar como nós gostaríamos, não interferir, mas de dar idéias, de ajudar, mostrar coisas. Deveria haver regras básicas para que a construção dos teatros. Não se ofendam, mas eu não vou dizer: Para que não aconteça novamente no Brasil - a gente tem ameaça de que aconteça - outra barbaridade, outra monstruosidade como é o Teatro Nacional, que é um teatro impossível de se trabalhar. Horrível. Tudo isso porque não houve consultas a pessoas que entendam do assunto.

Esses pontos eu acho que são muito importantes no segmento do trabalho, agora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Beatriz. Fica então o registro das dificuldades que têm até na arquitetura, para se construir um teatro que seja acessível, não só ao público, mas principalmente, aos artistas.

Eu quero aqui agradecer presença do Senador Marco Maciel, que é constante na nossa Subcomissão, participa sempre, a gente quer agradecer.

SRA. BEATRIZ SEGALL: Vai ao teatro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vai ao teatro, participa sempre. Informar a todos e, principalmente, às pessoas que estão aqui e os nossos convidados de hoje, que a questão da meia entrada, que você estava dizendo, Marley. Já existe um Projeto de Lei que está correndo aqui na Casa, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e Senador Flávio Arns, está em tramitação em caráter terminativo, encerra aqui na Casa, e até outro outubro nós votaremos. Portanto, já estamos com o caminho andado. Dentro da Subcomissão aqui é ação nossa. O Júlio vai entregar a todos, também, a Ilustrada da Folha de São Paulo de 23 de junho deste ano, dizendo que a indústria do entretenimento terá uma receita de 3,8 trilhões de reais no mundo, sendo que os países que mais vão avançar nos próximos anos nessa área serão Rússia, Índia, China e Brasil. É BRIC que está crescendo no mundo todo, e que a América Latina terá um crescimento de 8. 9% até 2011 na área do entretenimento. Portanto, nós estamos no encaminho certo.

Eu quero passar, sem delongas, a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, depois o Senador Geraldo Mesquita e Senadora Ideli Salvatti. São os três inscritos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senadora Marisa Serrano, Presidente. Eu gostaria aqui de apenas complementar. No início já usei da palavra, mas dizer de quando a senhora, agora mesmo, colocava que a Brasil será um dos países onde a indústria do entretenimento irá crescer muito, se faz necessário, mais do que nunca, o planejamento. Mais do que nunca a agência reguladora do teatro, e mais do que nunca a lei. Essa lei que nós estamos preparando, de nossa autoria, onde todos os colegas, companheiros, aqui da Subcomissão estão também se colocando à disposição. Eu quero, e vou precisar, Beatriz Segall, com certeza, da sua experiência, da sua sensibilidade, e dessa vontade brasileira de deixar plantada a semente que já prosperou, mas que ela se multiplique em muitas rosas de sucesso para o teatro e para as artes no nosso País.

Eu queria só aqui mostrar o que investimento em cultura, em teatro não é desperdício. É isso que nós precisamos colocar para que essa consciência que passe pelos nossos Administradores, pelos políticos de uma maneira geral, pelo no Presidente. Não é! É um investimento que gera empregos, gera renda, gera oportunidade, gera turismo. Um Brasil desse tamanho, um Brasil continental. Olhe minha gente, nós temos que ter, Presidente, em cada região, não somente um pólo, um pólo cultural, não é somente, Marley... Aqui você colocou, e muito obrigada pelo que você trouxe. É importantíssimo, é um ponto de partida maravilhoso, abrindo caminhos, facilitando para a gente. Não é somente pensar na capital, porque nós temos cidades, cidades de médio porte em todos os Estados Brasileiros, muitas vezes que estão muito mais presentes e com já com platéias se formando. Eu lembro que na minha adolescência, na minha juventude - e olhe que isso foi um período terrível - quando falava em ir para o teatro - e eu estudava em Fortaleza, tinha o teatro José de Alencar. Quando falava em ir ao teatro alguns colegas diziam: "Ih, mas que cafonice. Você vai ficar lá vendo?" E dependendo, de acordo com o espetáculo: "Ah, não vá não. Vamos assistir outra coisa". Minha gente, é isso que nós não podemos permitir de forma nenhuma. Essa conscientização negativa tem que ser positiva. Quando você anda pela Europa você não vai à Milão. Um ponto importante é você ver o teatro Escala de Milão. Se você chega em Berlim você vai ao teatro para ver a Filarmônica de Berlim, ver o balé de Berlim. É uma coisa maravilhosa. Quando vai à Nova Iorque

qual é a primeira coisa que passa na nossa cabeça? É a Broadway um espetáculo.

O Brasil tem tudo. Tem criatividade, tem um povo maravilhoso que sabe superar as dificuldades. Agora nós precisamos, sim, com a responsabilidade que temos aqui e nessa Subcomissão, de aproveitarmos essa oportunidade que o povo nos deu, de deixar plantado, mas bem plantado essas roseiras ou essas sementes e tudo que vá prosperar para o progresso. Porque isso é uma coisa que realmente eu fico... Porque nós estamos vendo no Nordeste--

SR. ODILON WAGNER: Posso dar um aparte-zinho?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não, Odilon.

SR. ODILON WAGNER: Só complementar o que a senhora disse agora. A senhora falou na Broadway, nos Estados Unidos. É importante a gente saber, eu acho que o mundo sabe disso. A indústria do entretenimento no Estado de Nova Iorque é a maior indústria do Estado. Não tem outra maioria que ela. Estão gerando bilhões e bilhões de dólares a indústria do teatro, que é a marca da Broadway.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Eu tenho um exemplo bem pertinho que eu conheci e que vivi. Na nossa cidade, Mossoró, que hoje é conhecida no Rio Grande do Norte, eu quero aqui deixar um convite especial. É no finalzinho de setembro, dia 29 é um dia ótimo para assistir o espetáculo, quero convidá-los a todos; os colegas e os nossos ilustres participantes, convidados.

Lá, o que nós vemos é no que período que tem esses eventos com peça teatrais, o taxista está ganhando, o posto de gasolina vende mais combustível, os hotéis estão lotadas, muitas casas se transformam em pousadas, o pequeno ambulante está vendendo, não tem dia de espetáculo que eu ia saber em que lado está a satisfação daqueles barraqueiros, daqueles micros... "Dona Rosalva, faltou até água". Quer dizer, venderam tudo! Quem vai à cidade vindo de outra cidade passa no comércio para levar uma lembrancinha ou esqueceu a escova de dentes, vai lá e compra. Então, circula. Isso é o turismo de Natal, que é uma cidade linda, encantadora, é a minha capital maravilhosa e precisa da sustentabilidade cultural. Vai para a praia, precisa de sustentabilidade cultural.

O que mais me machuca é ouvir falar no turismo sexual nas praias brasileiras, principalmente do nordeste. Isso é algo que eu gostaria da ouvir falar no turismo cultural, que está levando as meninas e os meninos a não precisarem ir para os descaminhos da vida.

É isso que eu vejo, e acho que é uma oportunidade que nós temos. Estou vendo aqui me colocando à inteira disposição de, juntas, Senadora Marisa Serrano que é Presidente, você que tem essa sensibilidade maior do nosso ídolo cultural, Presidente Marco Maciel, que é um homem que entende; do nosso companheiro, Senador Heráclito Fortes; Senadora Ideli Salvatti, que também é uma mulher de garra, de combatividade; nosso companheiro Geraldo Mesquita.

Enfim, de todos que possam somar para que todos possamos construir, realmente, essa lei que dê incentivos, dê apoio, que promova e que e faça, realmente, a regulamentação. Acho aqui, e já vai uma sugestão, que a agência reguladora do teatro na lei contenha a criação dessa agência, a regulamentação poderá vir depois. Mas eu acho que isso é importante para que a gente crie esse marco e que possamos planejar e ter, se Deus quiser um futuro bem melhor para nossa gente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senadora, eu já não tenho mais nenhuma dúvida de que Mossoró será a nova Broadway do Brasil. Isso é questão de tempo. Eu digo isso e conversava agora há pouco com o Marco Maciel, e nós lembrávamos quando o Odilon--

SENADOR ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Mas Marco Maciel tem Nova Jerusalém.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Mas é exatamente sobre isso. Eu conversava com o Senador Marco e o começo da minha formação foi em Pernambuco. E lembrava. O primeiro espetáculo da paixão de Cristo, o primeiro ou o segundo, eu não me lembro, eu fui assistir. Era uma aventura. Era um palco improvisado onde durante o ano funcionavam umas escolas, não é era isso Marco?

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Mais ou menos isso. E o Cristo levou choque. E ninguém entendia na hora da crucificação - Cristo que geralmente é sereno - Cristo estrebuchava, até que tiveram que tirar, porque na ligação... Hoje é o espetáculo que é. Essa é uma questão de persistência e exatamente de estímulo.

SR. ODILON WAGNER: E leva quantas pessoas para lá nesse espetáculo, atualmente? Milhões, não é?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Era uma coisa totalmente improvisada. Uma coisa fantástica. Era impossível você imaginar que aquilo fosse ter futuro, e hoje está se vendo aí o que está acontecendo. Mas eu quero lembrar aqui sobre o Circuito Cultural.

Você tem alguns países vizinhos que fazem roteiros para São Paulo aonde, durante as três noites há ingresso amarrado no programa paro teatro. Nós tive-

mos no Fantasma da Ópera. O Brasil inteiro indo para passar o fim de semana em São Paulo, exatamente para assistir o Fantasma da Ópera. Agora, o que está faltando? O Fantasma da Ópera é uma exceção. Está faltando regra.

E eu me congratulo com V. Exª, quando tiver oportunidade vou dar uma palavrinha, mas saio daqui convicto de que com a sua luta e sua persistência o tempo em que nós vamos assistir Mossoró virando Broadway.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Heráclito.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador Heráclito, mas é porque eu acho que o Piauí também vai desapontar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ok.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): A gente já está ali pelo Norte, já tem muita coisa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, do Nordeste agora, vamos para o Norte.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nordeste, agora vamos para o Norte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Geraldo Mesquita. Defenda o Norte.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senadora Marisa. Caros colegas, eu quero, mais uma vez, cumprimentar nossas ilustres e ilustres convidados. Peço desculpas à Beatriz. Na hora em que ela estava concluindo sua fala, eu estava aqui debruçado consultando o nosso guru, o Senador Marco Maciel, acerca a quem cabe a iniciativa da propositura da criação de uma agência e tal.

O Senador, com toda a sua experiência, estava aqui, me lembrando, que essa é uma iniciativa e é, segundo entendemos, privativa do Poder Executivo. Mas o que eu quero dizer é que essa Casa aqui - vocês sentem esse clima, eu tenho certeza disso. Essa Casa, na hora que chegar uma mensagem dessa, na hora que chegar uma proposição dessa, ela será aprovada com ovação, inclusive, com unanimidade.

Eu queria dar o meu depoimento aqui. Dois episódios que eu vivenciei. Um cerca de um ano atrás e outro mais recente, agora, última semana. No meu Estado, lá no Município de Brasiléia, Odilon. Eu fui lá participar de uma reunião política e tal, e estavam lá presentes jovens que me abordaram, dizendo que pertenciam a um grupo de teatro. E logicamente: "Senador, nós vamos nos apresentar nos municípios tais e tais, mas está faltando grana. Está faltando grana e nós... Está faltando, inclusive, para a indumentária, tal". E eu perguntei: "Vocês não se habilitaram a... "Nós temos no Estado uma Lei de incentivo à cultura. "Não, nós habilitamos, fizemos lá o nosso planejamento propomos tanto e recebemos 10%".

Ora, já é um avanço o Estado ter uma Lei de incentivo à cultura. Concede na medida das suas possibilidades, é claro. Concede, mas não no volume que era necessário conceder. Um grupo de teatro. E eu perguntei: "Há quanto vocês fazem teatro?" E uma mais afoita me disse: "Senador, nós fazemos teatro há mais de seis anos". Quer dizer, um grupo vivendo na maior dificuldade. Eu fiquei impressionado, Odilon. Eu fiquei impressionado com a persistência de um grupo de jovens há seis anos fazendo teatro nas condições mais severas do mundo e sem perder o entusiasmo. Entende?

Semana passada, aqui. No final de semana fui ver - nós temos um teatro de bolso ali na W3, na 510-Sul. A minha sobrinha, que está aqui fazendo um doutorado, mora em Manaus: "Tio, a Mariana vai se apresentar". A filha dela, Mariana, minha sobrinha neta. Fui lá no teatro de bolso. Cheguei, digo: "Eu queria comprar um ingresso". O rapaz disse: "Não tem ingresso, é convite". Eu digo: "Mas como convite?" "O seu nome está aqui na relação?" "Não. Não está". Ele abriu uma exceção e colocou o meu nome na relação, para que eu pudesse adentrar ao teatro. E eu colhi a informação. O teatro de bolso está lá. É uma escola de teatro, mas vive na base do "pai-trocínio" como a gente chama. No "pai-trocínio".

Interessante o que Odilon falou. Um dos responsáveis pelo teatro estava me explicando: "Olhe, isso aqui, a apresentação de hoje, está dentro do programa de formação de platéia". Eles apresentaram Liberdade, Liberdade, que é uma peça complicadíssima e não deixaram a peteca cair. Então, é--

SR. ODILON WAGNER: Posso dar um aparte-zinho, Senador?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com certeza.

SR. ODILON WAGNER: Com licença. O senhor falou de uma coisa importantíssima de grupos como esses que pleitearam uma pequena verba, e isso acontece no Brasil inteiro e foram [ininteligível] com 15%. Por que acontece isso?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Isso mesmo.

SR. ODILON WAGNER: Porque o mesmo a gente, político, que está com a caneta na mão, na hora olha e fala: "Para ele é só 15", porque não tem uma lei que regulamente isso.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): No nosso caso lá, Odilon, eu prefiro

acreditar, e acredito mesmo, sinceramente que... Veja: A iniciativa já foi louvável do Governo do Jorge Viana. A iniciativa foi louvável de criar uma verba para o incentivo à cultura. Entende? Mas essa verba é muito minúscula.

SR. ODILON WAGNER: Um minuto. Como é que alguém pode julgar o quanto é o necessário para o seu produto?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pois é, pois é.

SR. ODILON WAGNER: Se eu estou dizendo que é tanto, chega alguém e diz: "Não, eu só te dou tanto".

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Então, para concluir, para não ocupar as senhoras e os senhores. Eu diria: é imensamente importante. Se existe uma agência do cinema por que não do teatro, não é? Por que não a do teatro?

Eu acho que é importante. Eu acho que nós devemos... A Senadora Marisa foi muito feliz em dizer que talvez a gente esteja fazendo história aqui. Na verdade, é isso mesmo. Temos que fazer história também, Senadora, mas fazendo com que o Poder Executivo Federal se sensibilize com essa idéia e mande para o Senado Federal, mande para o Congresso Nacional uma mensagem dessa que seria... A Marley, discorreu aqui sobre as atribuições e competências de uma agência dessas. Entre elas, por exemplo, a ampliação da rede nacional de teatro com pelo menos a construção de um teatro federal em cada capital brasileira.

Quando a gente pensa em Manaus, Senadora Marisa, além da Zona Franca, as pessoas lembram do Teatro Amazonas.

SR. ODILON WAGNER: Exatamente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A Senadora Rosalba, falou há pouco aqui do teatro--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): E agora tem o festival de ópera.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A Senadora Rosalba falou aqui há pouco no Teatro José de Alencar e por aí afora. Teatro Guaíba. Olha aí! A gente pode citar muitos. Agora, Marley, me permita uma sugestão?

SR. ODILON WAGNER: Eles vazios não valem nada, não é?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eles vazios não valem nada.

SR. ODILON WAGNER: São só museus.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu sei, mas é uma referência. É uma referência e acho que nós devemos... O Poder Público, em alguns setores, em algumas atividades, ele tem que entrar forte. Ele tem que entrar forte porque ele até um determinado tempo ele é o indutor do processo, é o principal indutor do processo, do contrário, as coisas não andam, as coisas não acontecem. É a inanição! E o Poder Público tem que entrar. Eu acho que uma agência poderia articular--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pois não, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Deixa eu lhe ajudar aqui?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com certeza.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Abra os jornais de hoje. Abra qualquer um. Nós vamos ver um escândalo envolvendo concorrência na PETROBRAS. Tudo bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tudo isso bem, não. Tudo mau.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Tudo bem. É comum. Comum. Não é novidade. Quando você vai ver, fortunas destinadas à ONGs para uso que só Deus sabe o por quê. Imaginem isso colocado na mão do teatro!

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): De quem produz, não é?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): De quem produz. Aí é onde eu vejo a grande distorção. Eu digo isso, porque quando eu tive a infelicidade ou a felicidade de propor a CPI das ONGs, eu quero livrar o Brasil das picaretagens das ONGs. Quem quiser fazer ONG faça com transparência.

Esse caso da PETROBRAS é mais um escândalo, Senador Marco Maciel. Enquanto isso a própria PETROBRAS, em uma matéria que eu acabei de ler aqui, analisa há três anos a quem vai destinar verbas para produções cinematográficas. Na calada da noite, ninguém sabe. E sabe, denuncia aqui, dizem: "Não. Não existe". Quando vêm as tais gravações, famigeradas e santas gravações telefônicas, se vê o que se está fazendo. E tem mais outra, eu quero... Eu vou ser bem claro Beatriz, a questão do filme Chateaubriand. Eu acompanhei o filme. Eu acompanhei aquele propalado desvio de recursos de dois filmes. Eu não quero falar do outro por questões...

O filme Chateaubriand é muito difícil você ter uma conclusão de que houve desvio pessoal para o produtor, porque ninguém analisa outra coisa, Paulo.

O Governo assumiu o compromisso de liberar os recursos e não liberou nas datas. Os equipamentos são contratados geralmente vindos de fora: Grua e os equipamentos que você sabem, eu não sei o que é. O

dinheiro não é liberado, ele fica aí mas fica cobrando da produção. E ninguém fez ainda um levantamento sério sobre essa questão. E tem esse rapaz sendo condenado, não conheço pessoalmente, sendo acusado sem um trabalho sério com relação a isso. Porque a Lei de Responsabilidade Fiscal só tem mão, ela não tem contramão. O Estado cobra quando você não faz, mas nós não podemos cobrar quando o Estado também não faz.

Então, essa questão eu estou lembrando, porque uma das coisas que eu tenho pavor é injustiça. Pode ser que seja culpado o rapaz do filme ou pode ser que seja inocente. Agora, tem uma coisa clássica: Filme do Chateaubriand sem desvio de recurso não era filme. Então, pelo menos ele caracterizou...

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Geraldo, para concluir.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria concluir. Eu estava aqui--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): E ainda tem tem outro detalhe: O elenco está ficando velho. Quando vocês quiserem refazer o filme, acabou.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria concluir dizendo que a lembrança, Marley, que você traz aqui da construção de teatros, pelo menos um teatro em cada capital é uma... Veja: Nessa semana agora, o Governo Federal anuncia a construção de mais de cem presídios para jovens infratores. Cerca de 150 presídios para jovens infratores, talvez sejam necessários. Mas o sentimento da gente diz que a gente adoraria, por exemplo, abrir o jornal e dizer: "O Governo resolveu construir 150 teatros". Eu acho que seria algo muito mais relevante e algo muito mais importante para o País, é como eu digo--

SRA. MARLEY BISOL DANCKWARDT: Muito mais vezes regenerador, não é?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Regenerador, educativo e talvez levasse a que nós não precisássemos fazer presídios, a verdade é essa. Mas eu queria oferecer uma modesta sugestão à sua proposição de que associado à construção dos teatros, associado ao teatro construído, que se estabelecesse também uma escola de teatro ou técnica, ou seja lá de que ordem for. Porque essa história de se levar teatro às escolas de maneira em geral, eu acho que a gente pode até praticar essa... Entendeu, Odilon? Mas eu acho que a gente tem que ter um nicho concentrado ali para formar atores, formar os profissionais da área do teatro.

Então, associado ao teatro, eu acho que seria de fundamental importância que funcionasse uma escola de teatro, no mesmo local, para a formação de quadros, de técnicos e de profissionais para o teatro.

Eu quero aqui dizer para vocês mais uma vez, nós estamos aqui preparados e ansiosos para que chegue uma mensagem dessa, para que a gente possa aprovar incontinenti e oferecer às condições para que o teatro brasileiro seja ainda mais importante do que é, mais abrangente do que é, e mais fundamental para o País do que é hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Geraldo. Só lembrar que nós podemos fazer uma proposição, um indicativo ao Executivo solicitando isso. Também, forçar um pouco. Eu acho que nós temos força aqui todos juntos, todos da Comissão, assinarmos uma indicação nesse sentido.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Esse é um instrumento de pressão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vamos pressionar, também.

Eu quero passar a palavra à Senadora Ideli Salvatti, depois ao Senador Marco Maciel e Senador Heráclito Fortes.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço à Senadora Marisa--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E depois vamos dar um tempo para que todos à Mesa possam responder as eventuais indicações feitas pelos Senadores.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço à Senadora Marisa. Queria, em primeiro lugar, cumprimentar com todo carinho ao Paulo, à Marley, mas de forma muito especial à nossa maravilhosa Beatriz Segall e ao Odilon Wagner, que nos brindam, no dia de hoje, com todo esse debate tão importante.

Eu quero em primeiro lugar, dizer o seguinte: O Senado da República acolhe os artistas brasileiros, os produtores artísticos brasileiros sempre com muito carinho. Eu acho que a demonstração mais clara disto foi quando passou na Câmara a destinação dos recursos da Lei Rouanet para ser dividido lá com os atletas, com o esporte. E foi aqui no Senado que a gente conseguiu reverter da noite para o dia, foi toda aquela celeuma que depois a Câmara de novo derrubou o que nós tínhamos, o acordo fechado aqui, que acabou na virada do ano a sanção da lei, importante, necessária, de incentivo ao esporte e, com a Medida Provisória, separando, definitivamente, recurso para o Esporte é uma coisa, recurso para a Cultura é outra.

E eu acho que m acompanhou aqueles dias, aqueles momentos angustiantes, teve a prova inequívoca do acolhimento que o setor Cultural, o setor Artístico, da produção artística no nosso País têm. E eu diria mais:

A reação ao Projeto do Senador Marcelo Crivella, da história de incluir na Lei Rouanet a questão dos templos. Aqui também já está barrado do baile. Não tem discussão. Eu acho que nós não vamos permitir a aprovação daquilo. Ficou, realmente, bastante claro.

Então, a primeira coisa eu acho que é importante realçar isto: O Senado tem sensibilidade, tem acolhida e não se furtará naquilo que for da nossa iniciativa, a gente apresentar as proposta, tramitar. O que não for da nossa iniciativa, fazermos as pressões necessárias para que o Executivo tome as medidas necessárias para que a gente possa ter a agência regulamentadora, ter fundos específicos e podermos dar acolhida. Até porque eu quero dizer assim: Quando o Odilon fala da indústria artística, lembra lá do papel que a Broadway tem na economia, eu quero aqui reforçar isto. Os dois primeiros colocados em faturamento nos Estados Unidos são, em primeiro lugar, a indústria armamentista e, em segundo lugar, a indústria cultural.

Não precisa dizer porque estas duas são as que mais faturam, porque ou se domina pela força ou se domina pelos corações e as mentes. E é por isso que os Estados Unidos, que de tolo não tem nada, os dois principais faturamentos dos Estados Unidos são exatamente as armas ou a cultura. E as duas, não só são o em emblema do poder, mas são o emblema do faturamento. Porque assim: Senão faturasse, a indústria artística, se ela não faturasse ela não seria a segunda; e se ela não conjugasse o faturamento com a dominação, ela também não seria a segunda.

Primeiro, volto a dizer: É a armamentista e a segunda é a cultural, porque se fatura muito com estas duas indústrias e se domina muito com essas duas indústrias. Então, ou nós vamos ter este entendimento... Acho que muito bom que o entretenimento terá receita de 3,8 trilhões no próximo período, que os países do BRIC, incluindo, o Brasil, vão estar nesta... Agora, nós precisamos dar as condições para que isto seja feito, valorizando a cultura brasileira, a produção brasileira, os artistas brasileiros e a forma de fazer cultura e fazer arte que o povo brasileiro tem. Uma diversidade fantástica, como poucos países têm, com a qualidade, com que nos orgulha sobremaneira. E o teatro, eu quero dizer assim, ele é o celeiro.

Nós não teríamos a novela brasileira, sendo destaque internacional se, nas nossas novelas, os nossos artistas não tivessem sido criados, forjados, no teatro brasileiro, e quanto menos absorve os artistas do teatro brasileiro, cai a qualidade das novelas. Eu quero aqui dizer que os bonitinhos são muito bem-vindos na tela, mas se não tiver esta forja, forjado no teatro, a qualidade cai, a gente sabe disso. Portanto, tudo que nós pudermos fazer para dar as condições para que os artistas de teatro, a produção teatral brasileira possa estar contribuindo, é de fundamental importância.

Eu quero aqui deixar claro que assim: Eu quero dizer que eu vivi, talvez, um dos momentos mais emocionantes da minha vida Parlamentar quando a gente pôde contribuir com o acordo, com a reversão da questão da Lei Rouanet dividida entre esportes e, depois, recebi homenagens maravilhosas. Foram todos muito carinhosos. Eu não posso deixar de registrar o jantar na casa do Barata, onde a classe teatral estava em peso. Para mim foi muito emocionante. A tietagem. Eu nunca tinha visto a tietagem que a gente faz indo nos espetáculos, mas poder estar junto com Fernanda Montenegro, com a Beatriz, com a Marieta Severo, inúmeros que estavam lá. A Tônia Carrero. Eu tirei uma fotografia sentada entre a Tônia Carrero e a Fernanda Montenegro. A única coisa que eu podia dizer era o seguinte: Eu gostaria que a minha mãe me visse. Por quê? Minha mãe, uma costeira, paulistana. Ela e o meu pai, antes da gente nascer, depois que a gente nasceu ficou mais difícil, mas a principal atividade cultural era ir ao Teatro Maria Della Costa, na Brigadeiro Luiz Antônio, numa época onde, mesmo as pessoas com pouco poder aquisitivo podiam freqüentar. A minha mãe costeira e o meu pai comerciário, mas eles iam, pelo menos uma vez por mês, eles iam ao teatro [soa a campainha]. Isso era muito importante. A emoção daquele dia, eu estou aqui relatando, mas, realmente, a emoção de poder estar de encontrar com quem faz cultura, com quem tanto engrandece a cultura brasileira.

Eu queria ainda dizer que, além de todas estas medidas que vocês estão apresentando, os projetos que a gente pode dar entrada, outros que a gente pode forçar para o que Executivo mande, nós temos que forçar uma política pública que tenha no teatro algo equivalente ao esporte na escola. Porque não tem jeito. Da mesma forma que você faz esporte na escola com algum tipo de iniciativa, e a criançada faz o esporte depois do que ela aprende na escola ela faz na sua rua, ele faz na sua vizinhança, o teatro também faz isso. Essa massificação da atividade teatral não tem jeito de ser massificada a não ser pela escola.

Então, nós temos que ter uma política pública da questão do teatro. Porque assim: Vai aprender lá na escola e depois vai fazer com os amiguinhos e vai desta forma massificar e criar as platéias futuras, criar o aprendizado e todo o que o teatro potencializa de ser feito cada vez por um número maior de brasileiros e brasileiras de todas as faixas etárias. Fazer, participar, ser platéia, ser produtor, ser artista. Eu acho que é um grande esforço que nós todos temos que ter.

Eu acho que teve algumas medidas importantes. Eu, inclusive, sou uma das angustiadas porque a Eletrobrás priorizou o teatro, fez patrocínios de forma muito adequada no ano passado, inclusive, com aquela política de até os duzentos mil, deu para dar uma espraiada no patrocínio, foi muito bom. E esse ano nada funcionou. Infelizmente nada funcionou por conta até das questões da readequação das nomeações dos cargos. Eu acredito que esse tenha sido um dos principais motivos da Eletrobrás ter puxado o freio de mão, o que foi uma lástima, porque tirou o ritmo. O bom ritmo do ano passado este ano não aconteceu.

Então, nós temos que retomar até porque a gente não... Porque esse ano, do meu ponto de vista, já está meio perdido, mas para a gente poder estimar para 2008 termos a reedição do patrocínio da Eletrobrás na forma como foi feito no ano passado, que todos me falaram e elogiaram como tendo sido, primeiro, de ter focado, de cada estatal focar uma atividade cultural. Isso é bom. E essa questão de permitir que mais produções, que mais espetáculo possam ter o patrocínio, também foi positivo. Eu estou convencida disso. E a questão da descentralização, mesmo, da produção e de nós podermos ter.

Eu acho de fundamental importância. Eu quero aqui fazer um apelo, Senadora Marisa Serrano. Está na Comissão de Educação e Cultura a produção regional, o projeto da Deputada Jandira Feghali está tratamento a tempo demais. É fundamental a gente aprovar de uma vez por todas aquele projeto para a gente ter a garantia de que as nossas empresas de comunicação fortaleçam a produção regional, porque nós temos artistas maravilhosos em todos os cantos. Felizmente temos e, se não tiver, digamos assim, incentivo, e acabamos tendo um padrão cultural que não é o padrão do povo brasileiro. O padrão cultural do povo brasileiro é a diversidade, é esta cultura diversa que a gente tem em tantos locais.

Então, eu estou aqui muito feliz, sou parceira, vou apresentar projeto, se vocês tiveram sugestões a dar, nós vamos estar, se a gente precisar pressionar, como nós pressionarmos naquele final de ano, estou parceira para fazer o que for necessário, porque aquela emoção que eu vivenciei lá no Rio de Janeiro, na casa do Barata eu não vou esquecer nunca. Tudo que estiver ao meu alcance eu vou estar contribuindo de forma inequívoca. Vocês merecem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É por merecimento que o Senado da República acolherá e, com certeza, viabilizará. Aquilo que depender da tramitação Legislativa, com certeza, fará.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero agradecer a Senadora Ideli Salvatti, mas o Júlio está nos informando que ontem - também não pude ficar todo o tempo aqui na Comissão de Educação - foi aprovado ontem o projeto da Jandira. O requerimento da Audiência Pública.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É só o requerimento, se não eu já estava soltando foguete.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O requerimento, Júlio.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A gente põe o requerimento da Comissão de Educação e o Senador Wellington Salgado quer levar o projeto para a Comissão de Ciência e Tecnologia. Pelo amor de Deus!

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aí não ai.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Tirou?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Veja, nada contra, eu não estou dizendo que não sai lá, mas aí demorava a sair. Eu quero passar palavra ao Senador Heráclito Fortes, mas antes queria informar - o Júlio me informa aqui - que desde 2004 que essa Comissão, inúmeras Senadores têm debatido, organizado e discutido essa nossa Subcomissão do Teatro, que em 2006 foi feita uma emenda por esta Comissão de 100 milhões para o teatro, dos quais 30 milhões foram aprovados e daí é o prazo para o recurso, inclusive, para o prêmio Miriam Muniz que saiu desses 30 milhões. Então, já é um começo. Vamos fazer um orçamento no segundo semestre e vamos discutir isso. Senador Heráclito Fortes com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu quero agradecer ao Senador Marco Maciel. Eu tenho um encontro a 1h com a Embaixada Britânica e não gostaria de chegar atrasado. Eu não sei quem eu começo parabenizando, se os autores da idéia, da criação da agência, ou quem escolheu, ou como veio parar aqui esse quarteto de convidados. A Beatriz Segall no começo disse que tinha costume de se sentia vontade falando sobre um texto. A impressão que vocês passaram é que vieram para cá com o script pronto e treinado na véspera, porque cada um se encarregou de um ponto, cada um abordou um aspecto e que, no conjunto, mostra, exatamente, um retrato concreto do que é essa atividade. Aonde a rua não sabe se é para real ou dois reais, seu comentário sobre o motorista do táxi é altamente verdadeiro.

O ano passado eu estava na porta de um restaurante no Rio e testemunhei uma discussão de um ator da Globo, famoso, com um motorista de táxi. Depois soube o que aconteceu. Ele pegou o táxi e o

motorista disse: "E o seu carrão está quebrado?" Ele disse: "Sim, está quebrado". Só o que carrão dele é um carro popular e ele... No fim, na hora da gorjeta, ele vira-se e o motorista e ficou indignado, porque não recebeu que estava esperando. Ele disse: "Ou você é muito miserável ou o seu carro foi tomado por falta de pagamento". Não sabem eles exatamente a diferença entre a realidade que vive o artista e aquilo que encena. Me faz lembrar uma conversa do Jô Soares com Délio Jardim de Matos.

O Jô Soares comprou apartamento no mesmo prédio do Délio Jardim de Matos. Seis meses depois encontraram-se no *rall* e o Délio Jardim de Matos disse: "Olha, eu estou aliviado". Ele disse: "Por quê?" "Quando você veio para cá eu achei que seu apartamento, que era vizinho ia ser farra todo dia, ninguém ia conseguir dormir". Aí o Jô respondeu: "Eu quase desisti de comprar o apartamento por saber que ser seu vizinho". Eu pensei: "Ia passar por aqui tirando rasante". É é a grande diferente entre a separação.

Marley, você disse uma coisa interessantíssima e importante. Nós temos nessas questões separar Governo de Estado para não vivermos o constrangimento que estamos vivendo, agora, do Pan: As pessoas brigando para quem vai hastear a Bandeira mais importante, se é Estado, o Município ou o Governo Federal. É do Rio de Janeiro, porque o Rio de Janeiro é Brasil. Então, essas questões é que chocam. Quem tem condições de definir qual a peça ou qual a produção que vai receber a verba? Tem que ser quem é do ramo. Tem que ser quem é o ramo. É muito melhor o erro bem intencionado do que o acerto de má-fé. Não tenham nenhuma dúvida disso.

Essa agência, tenho certeza, começa aqui madura, ela vai nascer, ela será fundamental. Ela será fundamental. Essa questão da meia entrada é outra coisa gritante, porque a meia entrada além de ser um privilégio inaceitável, ela tem um privilégio adicional, porque você quer ter o mesmo direito na estréia. Vamos admitir que houvesse um acordo de que a meia entrada pudesse ser aceita a partir da metade da temporada. Porque isso é a lei do mercado. O próprio artista tem a sensibilidade de ver o momento em que é preciso baixar seu preço, é a lei do mercado. Então, na hora que você faz isso, uma produção caríssima, que tem compromisso e você quebra a meia entrada, você dá, às vezes, 40% de meia entrada, dá 50% de meia entrada, você tem toda razão.

Senhor Odilon: Como em qualquer atividade. O produtor define a produção que ele quer fazer, não é?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Como qualquer outra atividade. E não venha se comparar com o transporte coletivo porque é uma concessão. É uma coisa completamente diferente. É uma concessão. Se você não for ao teatro você não morre. Se você não for ao seu emprego, não tiver o ônibus para andar é outra questão completamente diferente, e é perversa esta comparação, de forma que eu me associo a vocês nesse movimento. Acho que é fundamental. E outra coisa que eu nós temos que trazer aqui: Aproveitar brechas de incentivos que são criados para a colocar recurso para essa área.

Recentemente nós tivemos aqui a Telemania. E a Telemania caiu recursos para time de futebol. Eu sou torcedor, eu sou brasileiro. Agora, não me senti confortável em votar e aprovar aquele projeto vendo os hospitais brasileiros em falência. Eu entrei com uma emenda beneficiando as Santa Casas. Foi aprovado. Nós temos que atender as duas pontas. Acho que nós temos que ficar com os olhos voltados para, na primeira oportunidade que tiver, fazer alguma coisa bem concreta com relação a essa questão do teatro brasileiro.

Os cinemas têm mais facilidade do financiamento, têm mais exposição, o teatro não. O teatro luta com mais dificuldade, embora seja ali o grande gerador dos talentos que depois brilham lá fora. Não é só o teatro do que você paga ingresso, aquele que você apaga ingresso, não, é do confundo de quintal, é o do Palácio Mexerica. Aquele palácio do Nordeste, chato para burro. Como é o nome? Tiririca. Começa dali, no circo sem nome. O teatro é isso. Esse é o ensino de teatro de antigamente. De forma que eu acho que esse é o melhor caminho. Eu me congratulo com vocês todos, principalmente, quando a excursão, que a Beatriz demonstrou. Como vocês vieram para cá combinado - eu acho que precisa dos quatro - de dar continuidade, de dar seqüência a essa audiência. Eu parabenizo e agradeço a oportunidade de poder participar, também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Senador Heráclito Fortes. Para encerrar a participação dos nossos Senadores. Depois eu vou dar os espaços para os da Mesa fazerem suas considerações finais. O Senador e que hoje foi chamado como? ídolo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Guru.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Guru, ídolo. Tudo que tem direito. Senador Marco Maciel. É um prazer.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Muito obrigado. Nobre Senadora Marisa Serrano, que preside, aliás, com grande aplicação esta Comissão. Srªs. Senadoras e Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Heráclito Fortes. Eu quero também fazer uma saudação aos integrantes e expositores dessa sessão. O doutor

Paulo Pélico, Beatriz Segall, Odilon Wagner e também Marley Bisol.

Eu gostaria de, em rápidas palavras, dizer que o teatro é uma arte tão antiga quanto apreciada. Dizem que gosto não se discute mas, inclusive, eu aprecio muito mais o teatro do que o cinema. Eu acho o que teatro é uma arte que existe muito mais, talvez até porque cada representação é, portanto, um espetáculo e também porque o teatro tem uma força propulsora de outras manifestações culturais, e daí o porquê, talvez, sobre a matriz do teatro é que outras manifestações surgiram, inclusive, o próprio cinema.

Então, eu não posso deixar de reconhecer desse fato. Dizer também que considero que o teatro é muito apreciado pela sociedade de um de modo geral e, inclusive, desde o cidadão mais esclarecido até a pessoa mais simples, que sabem desfrutar e apreciam isso de forma muito clara. E já que se falou aqui, por exemplo, desses espetáculos de Mossoró e aqui foi lembrado também o caso de Nova Jerusalém. Nova Jerusalém começou com a iniciativa do Epaminondas, que era o Prefeito da cidade na cidade de Brejo de Madre de Deus, mas era um distrito de Nova Jerusalém. Ele começou, depois João Plínio Pacheco, gaúcho de nascimento, mas foi muito cedo para Pernambuco e, hoje, se constitui num espetáculo de repercussão mais do que nacional, internacional. Inclusive, alguns Diretores de cinema já estiveram vendo o espetáculo. Diretores, inclusive, vieram do exterior para assistir o espetáculo e, também devo dizer, que na verdade Nova Jerusalém consegue, durante a Semana Santa, pelo menos em cada espetáculo, no mínimo 15 a 20 mil espectadores, o que não deixa de ser uma coisa muito positiva.

Agora, procurando ser objetivo. Eu acho que uma das conseqüências dessa Mesa Redonda, dessa Audiência Pública, talvez seja a necessidade de que há, de fato, uma agência para o teatro, como aqui ficou, mais ou menos, consensual. Como aconteceu com relação ao cinema e, ainda há pouco o Linhares lembrava que a ANCINE surgiu aqui, também, no Senado. E à época eu não estava no Senado, estava no Vice-Presidente da República, mas nasceu aqui no Senado e teve o apoio do Governo Federal do, então, Presidente Fernando Henrique Cardoso e, eu acho o que mesmo nós podemos fazer com relação, também, a questão do teatro. Quem sabe a partir daqui formularmos uma proposta e levar ao Poder Executivo Federal para que, a exemplo do que aconteceu com o cinema via ANCINE, acontece também com relação a ao teatro.

E acho que seria muito importante, sem contar também os benefícios sociais e porque não dizer econômicos que o teatro propicia. E é uma atividade que, como aqui foi lembrado pelo Odilon Wagner, que gera empregos e muitos empregos, e empregos, praticamente, permanentes ou quase permanentes, e daí o porquê nós não podemos ignorar sob esse aspecto, a importância e a expressão do teatro.

Portanto, eu encerro as minhas colocações cumprimentando a Subcomissão de Teatro presidida pela Senadora Marisa Serrano, cumprimentando também a iniciativa da Senadora Rosalba Ciarlini, e também agradecendo e cumprimentando a presença dos ilustres expositores que muito concorreram para iluminar o debate com relação asse assunto. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Senador Marco Maciel. Eu quero aqui comunicar aos Senadores que o Senador Cristovam Buarque é Presidente da Comissão de Educação Cultura e Esporte nos envia uma comunicação ao Senador Demostenes Torres, que é o Presidente dessa Subcomissão, que não pôde estar hoje aqui pelo falecimento de uma irmã sua ontem à noite. Portanto eu passo a ler o comunicado: "De acordo com o Art. 89/4, do Regimento Interno do Senado Federal, indico para compor os quadros da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social do Senado Federal, na terceira Vara da suplente do Bloco de apoio ao Governo, o nome do Exmo Sr. Senador Magno Malta, PR - Espírito Santo, remanejando o Exmo Sr. Senador Francisco Dornelles, PP - Rio de Janeiro, na vaga de titular cedido pelo PDT". Então, temos um novo componente na nossa Subcomissão.

E agora passo a palavra para as considerações finais aos nossos convidados, por três minutos se for possível. Senhor Paulo Pélico, a palavra é sua. Depois Beatriz Marley e Odilon.

SR. PAULO PÉLICO: Só no resta agradecer, evidentemente, esta acolhida desta Casa. Sentir que nós prosperamos nesse objetivo de convencimento da necessidade de uma Lei de Incentivo Fiscal específica para o teatro. Só para reforçar, já que essa é a última oportunidade de se pronunciar a esse respeito, eu queria dizer que é muito comum, por exemplo, nós ouvirmos em entrevista à imprensa, é muito comum dizer que hoje a cultura estaria nas mãos do mercado. É muito comum.

A gente vê em crônicas colunistas dizendo isso. A cultura brasileira, evidentemente, por causa das leis de incentivo, já que é a Diretor de Marketing que decide, eles acham que, por isso, a Cultura estaria nas mão de mercado. Não existe nada mais equivocado que isso. Quem acredita nisso ou não conhece mercado ou não conhece Cultura. Porque nas mãos do mercado o teatro brasileiro estava, por exemplo, quando a Beatriz Segall ia num banco, tirava empréstimo e pagava

esse empréstimo com bilheteria. Aí nós estávamos nas mãos do mercado; saudosos tempos. Porque hoje nós estamos nas mãos da caridade governamental, não é nem na caridade estatal, o que seria melhor. Nós estamos nas mãos da caridade governamental transitória e cada Governo que entra, é assim na esfera Municipal, na Estadual e também na Federal. Cada administrador que entra modifica as regras e daí a colocação muito pertinente o que Odilon fez, aqui, sobre a falta da continuidade e não há estabilidade nas regras.

Reportando ainda à Lei do Audiovisual, que é a nossa inspiração. Nesse caso, eu só carecia apresentar dois dados. Ela de 93... Já? De 93 ela foi operacionalizada em 95. De 95, 96, 2002 nós tivemos cinco indicações para o Oscar cinco indicações. O Oscar não é atestado de qualidade artística, mas necessariamente, às vezes até é, mas é, sem dúvida nenhuma, um atestado de eficiência artística. Em seis anos ou sete anos nós tivemos mais indicações para o Oscar do que a história do cinema brasileiro. A indicação anterior a 96, que foi Quatrilho, do Barreto a anterior foi O Pagador de Promessas, em 62, e foi a única do cinema brasileiro do século XIX.

Em cinco anos a Lei do Audiovisual foi capaz da produzir produtos de eficiência artística capazes de serem nominados para o Oscar e isso, evidentemente, é o alvissareiro para nós que estamos buscando um modelo parecido, mas devemos evitar. Evitar algumas coisas, alguns defeitos que a Legislação já acumulou e que nós teríamos que tomar cuidado na redação dessa lei. A principal delas é evitar que o Governo se torne concorrente do produtor independente.

Hoje, da movimentação de incentivos fiscais na área de Cultura, o maior captador isolado é o Poder Público, que viu nas Leis de Incentivos uma possibilidade completar seu magro orçamento. Eu não condeno, porque m tem que cuidar de museu não tem outra alternativa, tem que cuidar do patrimônio histórico não tem outra alternativa, mas isso devia ser dotação orçamentária. O Governo entra no mercado para concorrer conosco, além de ferir a ética concorrencial, porque não há paridade da possibilidade de condições, há uma questão ética, porque o Governo que nos fiscaliza não pode ser nosso concorrente. Eu acho que nós deveríamos ter em perspectiva na formulação dessa nova legislação. Como é a Lei do Audiovisual? A Lei do Audiovisual o Governo não faz uso Lei do Audiovisual por causa disso. Na Lei Rouanet ele é o nosso maior concorrente, e é um concorrente isolado, não é que ele é primeiro, ele é isolado, porque todos os organismos, os equipamentos públicos de cultura, hoje, se utilizam da Lei Rouanet para captar e completar os magros orçamentos.

E para completar, reforçar essa idéia. Se o País, se o *hardware* de um País são as estradas, os portos, os aeroportos, a infra-estrutura, e é verdade, é necessário. Nós estamos com o PAC para tentar resolver isso. Mas nós temos que cuidar também do *software*. Não adianta ter um *hardware* em condições, nós precisamos ter um *software* funcionando. E o *software* de uma nação é a Cultura, a Educação e a pesquisa científica. E nós estamos hoje com um descompasso tremendo entre o *hardware*, ainda que não seja o ideal, e *software* que está em pane há muito tempo, principalmente a Educação. Educação é a correia transmissora que coloca as espectadores dentro do teatro, dentro do museu, dentro dos Centros Culturais e dentro de outras manifestações culturais. Então, é preciso cuidar a *software*, também, senão não restará outra opção para o Brasil a não ser construir prisões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Nós agradecemos sua presença. V. Sª disse muito bem. As manifestações dessa Casa foram de apoio às idéias o teatro, unissonas. Beatriz a palavra é sua.

Senhora Beatriz: É isso mesmo que eu quero dizer. Eu estou muito satisfeita, encontrei um caminho aberto para que a gente possa dar um passo muito importante dentro da cultura brasileira. Sinto que há um entendimento do problema e uma disposição do Senado para nos ajudar, ou melhor para ajudar a cultura brasileira. Obrigada.

Nós que agradecemos. Marley.

SRA. MARLEY BISOL DANCKWARDT: Eu só quero retomar uma frase que achei que fala muito bem o que é ser artista de teatro, que é arte da persistência. Nós sobrevivemos até hoje porque somos persistentes, porque de outra forma, realmente, já teríamos sucumbido às adversidades dessa profissão maravilhosa e ingrata. O maravilhoso e o ingrato andam de mãos juntas. Mas também quero agradecer a oportunidade da estarmos aqui. Tenho certeza que este encontro vai ser uma alavanca para chegarmos à criação, primeiro, eu acho que não é primeiro, talvez, como disse a nossa Senadora Rosalba Ciarlini, que nasçam juntas a agência e a lei. Só para reforçar alguns pontos ainda que acho eu que merecem ser reforçados. Eu gostei muito da idéia do Senador sobre o teatro com escola porque sim. Todos nós sabemos o teatro participa da formação do cidadão, e que nós possamos trabalhar junto com o Ministério da Educação. Acho importante. O Ministério da Cultura e o Ministério da Educação têm que andar de mãos dadas, não é nem na mesma rua, é de mãos dadas. Nós não falamos também, que um detalhe importantíssimo. Tantas prisões sendo construídas e nós - não é que não lembramos de falar - mas

não falamos do teatro como inclusão social. Temos lá no Sul trabalhos maravilhosos feitos a partir do teatro com a inclusão social, realmente tirando meninas das ruas, tirando meninos do caminho das drogas e trabalhando através das LICs estaduais e municipais - que alguns Municípios já têm seus... [soa a campainha] Como passa rápido, não é? Caramba! Enfim. A importância do teatro como inclusão social. Eu também sou Vice-Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul e trabalho muito esses projetos que vêm para unir esforços, unir as pontes da Cultura com a Educação.

Façamos da Cultura a nossa arma. Eu acho que é um *slogan* bem bacana para a gente alavancar a agência. Façamos da Cultura a nossa arma. Não a nossa maior arma, mas assim: Façamos da Cultura a nossa arma.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Até porque eles usam a cultura deles como arma contra nós. Então, valorizar a nossa cultura tem esse...

SRA. MARLEY BISOL DANCKWARDT: Exatamente. Eu acho que é um bom *slogan*. Uma questão que eu acho fundamental, e eu estou aqui representando, no mínimo, cem entidades. Então, tenho o dever e a obrigação de colocar que todo esse processo se deve a participação das entidades que estão trabalhando nisso há vários anos e, esperamos que esta participação continue para não termos como a Beatriz, muito propriamente colocou, eu também sou arquiteta de formação e sei o que é isso, eu e meu marido trabalhamos em teatro, especificamente. Como é difícil um teatro malfeito! Como é difícil de trabalhar! Então, que nessas leis surjam de quem faz teatro e não caiam da cima para baixo. Enfim, de outras origens que não sabem exatamente do que nós precisamos.

Só para finalizar. Lembrando também que as pequenas produções devem ser contempladas, não somente as megaproduções, mas as pequenas produções, as produções de pequenos grupos, o grupo de seis anos, desses pequenos grupos. Temos grupos de 20 anos que praticam a arte da persistência, paitrocinadas e todas essas frases. Pode-se juntar tudo. O Brasil trabalha, sim. O teatro brasileiro é um teatro de persistência, de pequenos grupos, de profissionais de outras áreas que precisam ter outras atividades remuneradas para sobrevivência, porque não conseguem se profissionalizar através do teatro.

Tenho certeza que conseguiríamos dar um passo muito grande com a criação da Agência Nacional do teatro. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós agradecemos a Marley. Ela disse o sobrenome dela é Danckwardt.

SR. ODILON WAGNER: Ninguém falou até agora porque ninguém queria arriscar queria arriscar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ninguém queria arriscar, mas eu perguntei. Marley muito obrigado. Um abraço a todos os gaúchos. Ficamos muito felizes de tê-ela aqui conosco. Com a palavra, para encerrar a nossa reunião de hoje, a nossa Audiência Pública. É um prazer enorme tê-la aqui.

SR. ODILON WAGNER: Obrigado. Eu queria agradecer pela atenção e o carinho que nós fomos recebidos aqui. à Senadora Marisa Serrano, Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Marco Maciel, Senadora Ideli Salvatti, e todos os companheiros e outros Senadores que aqui estiveram. Esse é um momento muito importante para todos nós. Eu queria, só para finalizar, dizer o seguinte: Nós não queremos ser vistos mais com aquele setor de mania perceptora, que está com aquela história do pires na mão, nós não queremos ser mais entendidos e compreendidos dessa maneira. Nós sabemos que fazemos parte um grande mercado, de uma grande indústria; que é artesanal; que passa pelos pequenos grupos de País, sim; que precisam ser incentivados, trabalhados, e só com uma política de longo prazo, é como o Brasil está aprendendo a trabalhar, agora, com longo prazo, é que nós conseguiremos fazer isto: Criar a inclusão social através da cultura e da arte. Podendo criar grupos estáveis como, por exemplo, em Manaus, no Rio Grande do Sul, em qualquer lugar do Brasil. Grupos estáveis subvencionados para que esses pequenos grupos que vivem a seis, cinco, 10, 15 anos, possam trocar experiência e viajar pelo País. Isso é feito em todos os grandes países desenvolvidos do mundo.

Criar corpos estáveis, dar possibilidade. Porque além de estar criando empregos e renda, nós estamos criando inclusão social. Mais uma vez eu quero tocar nesse assunto: Se 100 projetos sociais fossem criados para os jovens brasileiros, nós não precisaríamos de 100 presídios para jovens brasileiros.

O teatro é cultura, o teatro é Educação, o teatro é turismo. E nós não sentimos perseguidos pela sociedade brasileira, não. Porque o Brasil não leva a sério seu turismo, até hoje, pelo menos. Nós temos um potencial turístico monstruoso e então somos nós. Nós entendemos que fazer parte. Mas nós queremos mudar. Queremos fazer a nossa parte, queremos dar a nossa contribuição para que a gente consiga desenvolver as potencialidades maravilhosas que esse países tem e, dessa forma, a produção regional, a produção nacional, as grandes produções. Tem espaço para todo mundo. Tem espaço para todos os lugares, mas nós temos que cuidar, e só uma agência reguladora com

membros capazes, só dessa maneira será possível a gente regular esta nossa atividade, e enfrentarmos este número aqui, que é espetacular, que saiu hoje na Folha de São Paulo: 3. 8 trilhões previstos na área da entretenimento. Teatro é educação, é cultura, é turismo, é emoção, é vida. É por isso que nós estamos aqui. Muito obrigado pela atenção de todos vocês e por essa oportunidade maravilhosa.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senadora Marisa Serrano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pois não. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Estamos terminando. Eu sei que o tempo... Já estamos ultrapassando, mas eu queria só aqui, para sermos objetivos. O que nós queremos? Aonde nós queremos chegar? Nós precisamos da agência reguladora e da lei. Por isso estamos aqui. Como eu sou Senadora nova, eu estou aprendendo com o Senador Marco Maciel, Senadora Ideli Salvatti. Foi muito feliz tê-los aqui, porque eu sei que eles irão, com certeza, unir suas experiências para que a gente possa fazer o melhor. Então, nós precisamos ter, rapidamente, isso vamos fazer, não é Júlio? O anteprojeto, encaminhar para todos os senhores, não somente, Paulo Pélico, para o senhor, mas você multiplicar e solicitar que todos mandem idéias, sugestões, para que a gente possa já, na próxima Audiência que teremos aqui o representante do Ministério, já possamos discutir em cima de um projeto. Essa Presidência, Marley, são ótimas. Já anexamos a questão da escola ao lado do teatro. Isso é maravilhoso. Porque eu estava pensando: Hoje nós temos algumas escolas de teatros, mas sempre a nível universitário. E o hoje, no Brasil, o precisa, realmente, é preparar o médio, o ensino médio, a especialização técnica, estar se fazendo escolas técnicas. Tem que ter também o nível técnico, o médio do teatro, depois que cada qual, a universidade da vida e dos palcos vai promovendo.

Então, eu queria que, Odilon, você, realmente... Algo que você disse: "Nós não queremos mais o pires na mão". Não é que a nossa Comissão não possa a cada ano a, Comissão de Teatro de Cinema, colocar uma emenda para a produção, mas precisamos dessa liberdade, nós libertamos. E a agência, a lei fazer com que - a Senadora Ideli Salvatti falou - a Eletrobrás, como também a PETROBRAS que leva incentivos, que leva apoio, mas que através disso não haja... Se vai ser o Presidente que está lá em determinado Governo, seja benevolente, ou entenda que Cultura é importante ou não, ou ache que deva ir para o esporte e não para a cultura. Então eu acho que tem que ter a lei. Para finalizar, ótima frase: "Façamos da cultura a nossa arma", e que se o teatro é de persistência, nós vamos persistir, insistir e jamais desistir. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Terminou com chave de ouro a nossa reunião. Agradecemos ao Sr. Paulo, à Beatriz, à Marley, ao Odilon, sintam-se sempre em casa. Agradecemos as contribuições e, a partir de agora, é a gente começar a trabalhar com o apoio de vocês. Muito obrigada e um bom dia de trabalho para todos.

Sessão encerrada às 12h54.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MUSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2007.

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia doze de julho de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Mão Santa, Paulo Duque, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Wilson Matos, reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Valter Pereira, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior e Flávio Arns, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 025-CE de 2007 e 007-SCTMC de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns e Senadora Mari-

sa Serrano, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 280 de 2007, que "Dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências". Comparecem à Audiência Pública, o Senhor João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA e Presidente da Rede Bandeirantes; Senhor Eduardo Fumes Parajo, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede Internet - ABRANET; Senhor Antônio Achilis Alves da Silva, Presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa, Senhor Gustavo Dahl, Presidente do Conselho da Cinemateca Brasileira e Especialista em Política Cultural e Audiovisual; Senhor Juliano Maurício de Carvalho, Membro do Conselho Deliberativo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC e Ercio Alberto Zilli, Presidente Executivo da Associação Nacional das Operadora Celulares - ACEL. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Sérgio Zambiasi, autor de requerimento e os Senhores Senadores Paulo Duque, Mão Santa, Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro, autor do Projeto. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e cinqüenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Presidente Eventual da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro , Música e Comunicação Social.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL - CECTMCS

NOTA TAQUIGRÁFICA

31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Havendo número regimental declaro aberta 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 9ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e aprovação das mesmas. Senadoras, Senadores que estiverem de acordo permanecem como se encontram. Está aprovado.

Como é de conhecimento de todos a presente reunião atende Requerimento nº 025 CE e 007 SCTMC de 2007 de autoria do Senador Flávio Arns e da Senadora Marisa Serrano para realização dessa Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 208/2007 que dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências.

Dando início à audiência solicito ao Senador Zambiasi que tem o prazer de trazer, de encaminhar os convidados para tomar assento à Mesa. Quero agradecer a cada um dos convidados que aceitaram estar aqui para fazermos essa audiência sobre um assunto que é do interesse de toda a sociedade brasileira, que tem muito a ver com o futuro, desenvolvimento da cultura no Brasil, que desculpas pelo atraso em parte porque estamos num tempo difícil de conseguir reunir um quórum mínimo suficiente para começarmos, mas dizer a cada um dos convidados que as audiências insistimos em fazer, mesmo em momentos de tantas dificuldades para quórum que uma boa parte dos Senadores já viajaram para suas cidades assumindo o recesso porque a audiência tem por objetivo fazer o contato dos convidados com o público em geral.

A gente transmite pela televisão, isso é repetido outras vezes, os anais da reunião são publicados e o Senado dessa forma funciona quase que como uma plataforma de debate para todo o Brasil e não só como alguns pensam de encontro dos convidados com os Senadores.

Por isso nós estamos aqui falando para o Brasil inteiro, através dos nossos meios de comunicação, para atrair toda a sociedade brasileira, especialmente aqueles da área de cultura para debatermos o assunto.

E eu passo imediatamente a palavra ao Dr. João Saad dizendo que a prática que eu tento fazer aqui é

de não controlar o tempo, mas pedindo que a gente tente reduzir a fala para que possa haver um debate posterior.

Com a palavra o Sr. João Saad, dizendo que mesmo que não controlemos o tempo em 15 minutos toca uma campainha automaticamente para avisar quanto tempo levou até aqui. Está com a palavra.

SR. JOÃO SAAD: Bom dia Senador Cristovam Buarque, bom dia Senador Zambiasi, meu amigo há muito tempo, Senador Heráclito, bom dia a todos os presentes, é uma honra poder estar falando no Senado brasileiro, num tema que eu reputo, como, talvez, um dos mais importantes que a gente tenha a debater que é o conteúdo nacional. Nós não tratamos disso até hoje e todas as nações grandes e civilizadas tratam disso. Cada uma num determinado setor. Nós aqui não tratamos disso. E ao não tratarmos disso a gente vem gerando distorções grandes, profundas, e que eu acho que é muito bom que o Senado brasileiro esteja preocupado com isso e aceite conduzir esta questão tão delicada como o conteúdo. Eu preparei um material que, talvez, ajuda a gente enxergar como funciona isso no mundo. Então, eu queria que passasse o primeiro slide ali.

Nesse primeiro slide a gente entende como funciona na Europa e nós fizemos a separação de dois países ali, Alemanha e França para a gente ver como esses países protegem os seus conteúdos e quando eu estou falando isso nós precisamos sempre separar as mídias. E aqui está... Mídia paga, mídia aberta. Mídia aberta é 100%. Eles todos falam muito em democracia, mas você não consegue comprar uma rede aberta nos Estados Unidos, nem na França, nem em nenhum lugar. A participação estrangeira em redes de *broadcasting* aberta é extremamente dificultada para não dizer impossível. Então, reparem que o índice de produção nacional é alto. É muito alto.

Vamos para o segundo slide. Essa é a figura na Ásia também com uma forte proteção, China, eu acho que, inclusive, está errado aquilo lá, eu acho que China é muito maior a proteção. Você não consegue entrar lá com um veículo de comunicação, nós somos associados a um grupo sueco que tem o maior jornal gratuito do mundo. Eles há sete anos tentam entrar na China e não conseguem. Não há meio de conseguir. Mesmo entregando o comando do jornal para grupos chineses eles não conseguem entrar.

Vamos para o terceiro slide. Na área de Oceania a mesma coisa, na Austrália porque às vezes a gente vê algumas declarações do [ininteligível], por isso que está aí a proteção que ele tem na própria terra dele.

Vamos em frente. E aqui uma comparação entre Estados Unidos e Canadá. Estados Unidos é o que de longe mais protege o seu conteúdo, parte com legislação e muito com incentivo e apoio à produção privada e ele é... Não preciso dizer que ele é a indústria mais forte do planeta nesse setor. E o Canadá eu acho que o Canadá é um exemplo muito interessante para o Brasil que ele bate com a nossa cultura. O Canadá ele não é avesso ao que é importado e nem podia ser porque ele é vizinho do seu maior parceiro e do seu maior cliente e é uma fronteira seca. Então, ele também não teria como impedir a entrada dos grandes conglomerados americanos no seu território e ele adotou uma política muito interessante que é uma política de compensações. Então, se o sujeito quiser entrar com um canal russo no Canadá, não tem importância, será muito bem-vindo, pode fazer lá um canal russo, mas ele tem que gerar um canal canadense. Ele obrigatoriamente tem que gerar um canal canadense. Resultado. A produção do Canadá é uma produção crescente, florescente e que hoje está espalhada pelo mundo afora e acho que vale a pena a gente dar uma olhada de como que eles chegaram lá. Vamos em frente. Passa para o outro.

Aqui no Brasil, as ofertas que nós temos e eu ainda fiz a delicadeza de considerar os canais Telecine como se fossem nacionais, coisa que a gente sabe que não é bem verdade porque todo o conteúdo que lá está é um conteúdo importado. Então, se fizermos isso o conteúdo nacional se reduz bastante. E se tirarmos desse conteúdo nacional os canais do Governo como esse próprio que nós estamos usando agora, a TV Senado que tem distribuição obrigatória e não opcional, aí esse número cai para algo como 20%. Resultado nós estamos com uma política inversa dos países mais avançados do mundo. Aonde que eu acho que essa distorção está muito acentuada? ela está muito acentuada na mídia paga. A mídia paga ela está concentrada na mão de poucos grupos e você não tem uma distribuição de conteúdo nacional ali a contento. E eu acho que esse é um ponto delicado que tem que ser enfrentado para que a gente mude, proteja, estimule, incentive essa indústria tão estratégica que é a indústria da comunicação. E ela tem que ser feita em grande parte pela iniciativa privada porque já está provado que ela é mais eficiente para fazer isso. Mas sem o apoio do Estado, sem as definições do Congresso, bom, aí ela não consegue florescer. A gente pode reparar que o próprio cinema argentino tem lançado, talvez, mais coisas do que o próprio cinema nacional porque eles têm lá uma melhor distribuição. Então, nós da Bandeirantes, nós da ABRA, temos defendido que o conteúdo nacional em todas as mídias tenha a sua... Tem a maioria da quantidade de tempo, a maioria do seu conteúdo para que estimule essa indústria. Essa

indústria estratégica como prova da importância dela a gente vê que na invasão do Iraque o primeiro alvo dos americanos no Iraque não foi o Saddam Hussein, não foi o depósito de armas, não foi absolutamente nada, foi a Al Jazeera, o primeiro ato de tomada foi a Al Jazeera, eles fecharam a Al Jazeera porque a Al Jazeera estava dando uma outra ótica, mostrando a invasão americana sob um outro ponto de vista e eles fecharam, obviamente, a Al Jazeera. Isso mostra que a importância do setor de comunicação e nós brasileiros temos que estar atentos a isso como uma grande Nação, como uma Nação que quer ter controle do seu destino ela também terá que ter controle do seu conteúdo. Vamos em frente. Passa para o próximo.

Essa seria uma proposta que se a gente fizesse um equilíbrio mínimo na distribuição o quê que poderíamos estar gerando? Nós poderíamos estar gerando 126 novos canais no País e poderíamos estar gerando 63 mil empregos diretos, fora os indiretos. Então, eu acho que se nós conseguirmos colocar a nossa mão como legisladores e essa é a sugestão que eu deixo e desde já me proponho a ajudar no que for preciso, abrir todas as informações, buscar informações de outros países, é que a gente no mínimo equilibre, de preferência faça mais do que isso, faça 60 a 40, faça 70 a 30, mas vamos dizer que a gente faça no mínimo 50 a 50 porque eu acho que essa é uma proposta que dificilmente por mais americanófilo que o sujeito queira ser é difícil de ele ir contra, por isso que a ABRA está fazendo uma proposta mínima de 50%. E acho que isso será útil a todos nós. Nós também somos parte interessada nisso, temos três canais de distribuição na mídia paga que é o Band News, o Bandsports e o Terra Viva. [soa a campainha]. Temos sérios problemas de distribuição. Nós não conseguimos estar disponíveis para toda a base de assinantes. Esta é uma indústria que vai crescer e se popularizar, porque ela vai começar agora a baixar o custo da assinatura e esse é o nosso depoimento a favor da proteção de canais brasileiros sem que sejam controlados por um único grupo, sem que sejam controlados por uma única entidade e sim que sejam protegidos por lei de tal forma que seja uma regra clara. Como você tem isso em outros países civilizados no mundo.

Essa é a mensagem central que eu queria passar. Eu acho que o modelo democrático não permite que uma única empresa controle isso. Essa diversidade fará bem ao Brasil, fará bem à democracia, e fará bem à diversidade de opiniões, informações e diversidade cultural.

Acho que é basicamente isso, Senador. E acho que, talvez, possa ser bom abrir para o debate, eu já vi que meu tempo acabou. Eu não sei quanto tempo eu tenho ainda para falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se quiser continuar pode falar.

SR. JOÃO SAAD: Podemos, se quiser, abrir para o debate. Essa tese eu venho lutando por ela há muito tempo. Por isso hoje é um dia importante para mim, a gente poder estar discutindo isso abertamente. A ABRA questionou a fusão da Directv e da Sky, questionou a falta de conteúdo brasileiro ali. A gente vem questionando isso há muito tempo e quando questiona a ANATEL ela diz que não é com ela. Quando questiona o Ministério das Comunicações ele diz que não é com ele. E quando questiona o Ministério da Cultura ele diz que não é com ele. Enfim, no fundo este problema não é com ninguém. Como ele não é com ninguém o problema tinha que vir cair aqui no colo do Senado brasileiro que está tendo a coragem de enfrentar isso. E isso tem que ser enfrentado abertamente sem nenhuma vergonha, sem nenhum medo disso porque os países civilizados também fazem isso. Não estamos fazendo nada de diferente ou de errado. Então, por isso até que eu quis mostrar esses exemplos fora daqui para que a gente se encoraje para fazer isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço, Dr. Saad, que trouxe uma proposta clara, nítida, para que nós aceitando a sua proposta façamos o trabalho Legislativo correspondente. Muito obrigado. E eu passo a palavra ao Dr. Eduardo Fumes Parajo que é da Associação de Provadores da Rede de Internet.

SR. EDUARDO FUMES PARAJO: Sr. Presidente, obrigado. Senhores Senadores, agradeço o convite, para estar falando um pouquinho da ABRANET e da internet no Brasil. Por favor, o próximo, por favor.

Contar um pouquinho da história da ABRANET. ABRANET ela nasceu em 96 com o início da internet comercial. Por favor, vai passando, por favor. Hoje nós temos mais de 300 empresas associadas, desde pequenos, micro provedores até grandes provedores, instituições de ensino, profissionais de todas as regiões do País. Nossos principais objetivos é desenvolvimento da internet no Brasil, auxiliar os associados em questões técnicas, operacionais, legais e manter a representatividade junto a entidades governamentais. Atuamos aí com o comitê gestor da internet, interagimos com outros órgãos fora do Brasil, AIKAN(F), LAKNIK(F), AIT(F), UNESCO, SUCESSO e outros. Por favor, próximo.

Somos a primeira e acreditamos ser a principal entidade aí do setor na área de internet. Temos um quadro diretivo hoje formado por profissionais tecnologicamente capacitados não só em informação, em

tecnologia da informação, também como telecomunicações. Pode ir passando, por favor. Nós temos uma atuação hoje de manter sempre ativa a competição e a isonomia do nosso mercado de internet. Então, sempre que temos alguma disputa ou qualquer coisa nesse sentido entre os provedores ou entre relacionamento entre provedores nós sempre colocamos a opção isonômica, todo mundo tem que ter o mesmo tipo de recurso no mesmo custo.

Respeitamos e interagimos aí e mantemos um canal sempre aberto com a comunicação com outras entidades de classe, associativas, federativas, com finalidades semelhantes a nossa.

Bom, acima de tudo defendemos o interesse dos usuários de internet no Brasil, porque acreditamos que sem esses plenamente satisfeitos nenhuma de nossas empresas que representamos, aliás, terão seus objetivos sociais, econômicos realizados e o Brasil não se desenvolverá nessa área. Próximo, por favor.

Mostrar aqui um quadro interessante, uma pesquisa do IBOPE/NetRatings de abril aonde aponta 33.2 milhões de usuários de internet. Próximo, por favor. Hoje o Brasil é um recordista. Recordista em tempo de utilização de acesso à internet. Hoje o Brasil já supera Estados Unidos, França, Espanha, Japão, Austrália. Nós estamos com 21 horas e 44 minutos. Essa é uma pesquisa também feita pelo IBOPE/NetRatings. Próximo, por favor.

Aqui eu gostaria de destacar alguns aspectos que os provedores desde o início da internet têm adotado e têm felizmente conseguido implementar a internet no Brasil, né. Logo no início só as classes A e B tinham computador e tinham interesse e condições de conectar na internet que era a minoria da população. Pode ir passando, por favor. Havia naquela ocasião um ágio muito grande para aquisição de linhas TELEFONICAs, tínhamos até o mercado negro de linhas TELEFONICAs, dólar 3 reais para um que dificultava a aquisição de PCs e softwares e existia, na verdade, o analfabetismo digital. Poucas pessoas tinham conhecimento técnico para utilizar os computadores na época para acesso a internet, complexidade e tudo mais. Próximo, por favor.

Aqui é um detalhe importante, né. No início da internet no Brasil, 100% dos acessos eram feitos a sites estrangeiros. Não tinha conteúdo no Brasil. E hoje, felizmente nós já temos um perfil. O perfil do nosso internauta mudou. Nós temos hoje 70% dos acessos, são feitos a conteúdos no Brasil e 30% em acesso a conteúdos internacionais. O que é que ocasionou essa mudança? Basicamente a disponibilização de mais serviços na internet, jornais, revistas, entretenimento, Internet Bank, serviços públicos, Imposto de Renda online, a disseminação do "ponto com ponto BR". Um detalhe importante hoje, 90% dos e-mails que são utilizados no Brasil são "ponto com ponto BR". Em alguns outros países proporção é ao contrário, todo mundo usa o "ponto com" e acaba não utilizando a sigla do próprio País, tá.

Bom, e um detalhe importante aqui hoje do conteúdo que é gerado na internet no Brasil, né, que hoje muitos países, exemplo, Angola que falam a língua portuguesa acessam sites que estão hospedados no Brasil por causa do seu conteúdo. É um detalhe interessante. Próximo, por favor.

Bom, queria considerar aqui o papel do provedor nesse processo todo de desenvolvimento da internet no Brasil. Os grandes investimentos que os provedores fizeram para aprimoramento dos serviços, capilarização deles para acesso a internet. Maior oferta de serviços, acessos, conteúdos, e menores preços aos usuários, descentralização das riquezas por todo o País, temos provedores hoje espalhados pelo Brasil inteiro nas regiões mais distantes do País. Geração de empregos diretos, funcionários dos provedores indiretos, quer dizer, cursos, o mercado de cursos com o advento da internet acabou crescendo bastante porque as pessoas queriam ter acesso à internet e precisariam ter conhecimento no mínimo de computador para como fazê-lo, né. Geração de receita e aquecimento da economia de cada cidade que possui um provedor local. Então, essa diversidade dos provedores de estarem em várias localidades acaba gerando receita na própria localidade e empregos lá. Geração de impostos nos Municípios onde existem os provedores locais. Próximo, por favor.

Na nossa opinião... Pode passar, por favor. No Projeto de Lei não deveria incluir internet, tá. A internet, felizmente no nosso entendimento se for incluída vai acabar tendo conseqüências graves para a sociedade brasileira. A internet é sinônimo de liberdade de expressão e manifestação de pensamento e pluralidade de fontes de informação. Próximo, por favor.

Aí a gente até cita um caso que iria contra a Constituição Federal, pois restringe a manifestação do pensamento, a liberdade de expressão e formação. E aqui um ponto importante que eu gostaria de colocar para os Senadores que é o seguinte. No caso de restringir ou incluir-se a internet nesse Projeto de Lei nossa preocupação é existir uma evasão de conteúdo para fora do Brasil. Empresas hoje que investem no Brasil são representadas aqui no Brasil, tem brasileiros aqui, acabarem tirando a sua empresa do Brasil, voltando para a sua matriz e continuar fornecendo serviço de internet do mesmo jeto. Isso é uma preocupação que nós temos. Acreditamos que temos que fomentar mais

ainda o mercado para que tenha mais investimentos, mais empresas presentes aqui para oferecerem o serviço de internet. Não temos como... E um detalhe importante aqui é que a gente não tem como delimitar fronteiras físicas na internet e não podemos isolar o Brasil do mundo, tá. Próximo, por favor.

Vou dar um exemplo prático aqui, né. Imagina só, nós tivermos que bloquear os sites como Yotube, Orkut, ou o próprio site da BBC que é produzido fora do País com auxílio de brasileiros, mas hospedado fora do Brasil. Preocupação nossa é de transformar a internet do Brasil numa internet da China ou de Cuba que é totalmente restrita nos seus acessos, né, a sites. Um exemplo aqui que eu vou até colocar é que apesar aí da RCTV na Venezuela ter sido cassada a licença de radiodifusão dela de televisão, pela internet continua a programação dela, então, quer dizer, uma forma de continuar a expressão. Acreditamos aí que quando conseguimos lidar harmonicamente com essa realidade, todos os envolvidos no processo, Governo, empresa, sociedade, alcançarão os melhores resultados e como eu sempre tenho defendido em outras audiências aqui no Senado nós defendemos a internet livre. A internet tem que ser livre. Nós conseguimos, alcançamos até agora o desenvolvimento que a internet está tendo no Brasil graças a essa facilidade do usuário em estar podendo acessar a internet, graças aos provedores de internet que têm feito investimentos na área e que felizmente têm tido a adoção de vários internautas no Brasil e o nosso objetivo é que isso continue a crescer bastante.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar participando e colocar o ponto de vista da ABRANET aqui na audiência. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a exposição também muito clara como proposta em relação a internet que aparentemente tem características diferentes dos outros setores.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Antônio Achilis Alves da Silva.

SENADOR MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, com o maior prazer...

SENADOR MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A senhora como autora do Requerimento eu passo a palavra.

SENADOR MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Casagrande e eu, embora eu seja autora do Requerimento, hoje nós não vamos poder participar dessa Audiência Pública o que para nós é muito importante, mas tenho certeza que estaremos bem representados aqui, haja vista que nós somos do Conselho de Ética e nós temos reunião hoje o dia todo. E não vamos poder estar aqui presentes. Então, em meu nome, do Senador Casagrande, nós queremos dar as boas-vindas e dizer que tudo aquilo que for debatido aqui, vai ser gravado, vai estar nas nossas mãos para que a gente possa continuar o nosso trabalho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado a senhora, Senadora. Sr. Antônio.

SR. ANTÔNIO ACHILIS ALVES DA SILVA: Bom dia, Presidente, na pessoa do Senador Cristovam Buarque eu saúdo os demais Parlamentares que estão aqui nessa Mesa. Presidente, a TV Minas que eu represento aqui ela é parte de um segmento da televisão brasileira, integrante da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, ABEPEC. Então, o senhor vê que com ele esse rótulo, esse temário é um prazer, é uma oportunidade única de estar aqui ao seu lado e de homenagear e agradecer pelo seu desempenho na última eleição presidencial quando o senhor turbinou a obsessão brasileira pela educação. Isso tem tudo haver conosco pela formação da cidadania. O Brasil lhe deve isso de uma maneira muito especial.

Então, para nós da TV Educativa, TV Pública, cultural, estar perto da sua obsessão, da sua atuação, e da sua história, é um contagio extremamente desejado por nós todos. A ABEPEC que eu estava falando a qual a TV Minas pertence ela é formada por 19 emissoras com essa característica, as emissoras das capitais dos Estados, está agregando novos associados nos próximos dias. Mas por enquanto estamos em 19 emissoras abrangendo em torno mais de 70% do território brasileiro e mais de 90% do PIB brasileiro. Quando se trata dessa questão de descentralização da produção, de proteção à produção brasileira é importante a gente ressaltar que esse segmento nosso de televisão pública é um ambiente adequado para que isso se opere com mais facilidade. O terreno é mais fértil ali. Não que seja uma coisa restrita a esse segmento, mas ali fica mais à vontade, porque nós não temos um trabalho feito, pautado pelo mercado porque são emissoras que não têm finalidade educativa, desculpa, finalidade lucrativa. Então, nós temos espaço para experimentação, para ousar, nós temos espaço para gerar, enfim, métodos de modos de trabalhar que depois podem nós até gostaríamos... Gostaremos sempre que isso aconteça contaminar a TV comercial para que ela também assuma papéis mais relevantes do ponto de vista da

formação da cidadania, da promoção da cultura e da produção regional. Essa vocação é típica da televisão pública brasileira.

Eu ouvi agora há pouco o nosso companheiro Eduardo Parajo e me preocupa de fato essa abordagem da internet até porque é uma coisa incontrolável. A internet não foi feita para ser controlada. O que poderia se fazer aqui de um modo geral é regrar aquilo que depende de concessão pública que é o caso da televisão. E quando se abrir o leque se quiser abranger a internet, o que não for conteúdo brasileiro dentro das propostas que estão aqui nesse artigo ou do aperfeiçoamento que ele venha a ter, terá que ser impedido de receber qualquer tipo de benefício seja fiscal, seja financeiro, público, de caráter público. Até aí dá para funcionar. Agora, tentar controlar o que o sai na internet infelizmente, ou infelizmente nada, até felizmente porque a tecnologia é assim. Eu vi uma tentativa, eu li alguma coisa, uma tentativa de fazer leis a prova de migração de mudança de tecnologia e sinceramente eu não sei como é que isso é possível. A prova... Porque eu posso ter um site lá na Malásia com o sócio da Birmânia e outro da Grécia e produzir um conteúdo, botar um conteúdo brasileiro aqui dentro. E como é que nós vamos controlar isso? Não tem jeito. Então, tratar e acompanhar a evolução da tecnologia, a convergência de mídias. Isso é uma coisa que tem que ser acompanhada passo a passo. Mas eu não vejo como fazer normas à prova de mudança de tecnologia. Mas o que está acontecendo no Brasil, e o João Saad colocou muito bem, é que o Brasil não cuida da proteção da sua cultura, dos seus valores e se abre desregradamente ou deixa muito à vontade as colonizações intelectuais, culturais que vêm de fora. Eles se protegem lá. E nós aqui deixamos à vontade. Aí não há identidade cultural, não há identidade nacional que resista. Embora, identidade nacional não é um rótulo único. O Brasil graças a Deus, felizmente é uma união de diversidades que nós temos que festejar que o Brasil é assim. O Brasil tem muita diferença dentro dele. Tem a língua portuguesa como fator de unificação, de integração e diria mais, também, Senador, a televisão como fator de Integração Nacional. Isso é um papel que até eu considero exagerado o papel que se dá para a televisão, porque afinal de contas esse País precisava ler mais um pouco. Esse País é muito digital e é muito visual. Precisava ser menos um pouco do que isso e se dedicar e ter mais oportunidade para leitura, para música, para o teatro. E ele é muita televisão. O fato é, queira ou não, a cultura brasileira, os valores brasileiros transitam pela televisão, chegam às pessoas através da televisão, é o eletrodoméstico mais presente no País depois do fogão. Então, exageradamente, a televisão tem um valor, uma importância maior do que deveria ter. Mas essa é a nossa realidade. Nós temos que trabalhar com isso.

Então, é muito importante que a televisão brasileira negocie, pactue com a sociedade através, inclusive, de órgãos do Governo como aqui nessa Comissão que é um órgão público, pactue forma de atuar e de contribuir, de cumprir seus papéis para com a sociedade, principalmente na questão da formação da cidadania.

Eu queria observar aqui. O João Saad falou muito da hegemonia da televisão americana, da proteção que os americanos, os europeus fazem para seus conteúdos e quando mostra o gráfico brasileiro é um disparate, aqui o conteúdo importado é muito maior. Eu queria dizer o seguinte. Além das leis com proteção não basta isso. Nós temos que trabalhar mecanismos, alguns já existentes, alguns em concepção, em formação agora para a formação de talentos, a formação de qualidade na televisão brasileira. A televisão brasileira tem em alguns casos uma qualidade linear sustentada. Em outros casos, principalmente no nosso caso de educação educativa, pública, cultural, pontos de excelência que são exceção. Porque todo mundo, todos nós queremos fazer excelente programação, nós temos alguns talentos para fazer isso e realizamos em alguns momentos programas de excelente qualidade que ganham prêmios no Brasil e no exterior como a TVE do Rio de Janeiro que ganhou um prêmio no Japão há pouco tempo, pelo "Um menino muito maluquinho", como a própria TV Minas que ganhou dois prêmios da ONU e ganhou um Prêmio Nacional da ABERJ, a TV cultura tem uma coleção de prêmios, principalmente no que diz respeito a programação infantil e documentários. Então, nós temos pontos de excelência que mostra que ali se plantando nasce. O que precisa é ter condições para que isso aconteça e eu diria que além do nosso segmento de TV Pública a TV privada também quando a gente descentraliza precisa de um esforço de formação, financiar a formação e a retenção naquele trabalho, naquela atividade dos talentos brasileiros. Isso vai se combinar muito com a chamada produção independente porque não precisa ter carteira assinada dentro de uma televisão para ter talento. E existem outras empresas, são as chamadas produtoras independentes que em cooperação com as emissoras, com as geradoras, haverá de dar uma simbiose muito proveitosa para a televisão brasileira.

Então, em suma, em resumo essa questão da proteção não pode a meu ver se restringir a leis que estabelecem horários e prazos de quantidades e volumes e dias. Isso é importante. Mas tem que estar combinado com a formação de talento, desenvolvimento da

nossa qualidade, da produção dos nossos conteúdos porque não adianta reservar o mercado porque a televisão americana tem essa hegemonia toda aqui por causa da qualidade, da competência que eles têm de seduzir a população. É claro que a maioria da produção é muito sedutora, mas não alimenta... É que nem algodão doce, é gostoso, mas não alimenta e enjoa. [risos] Então, quer dizer, isso é que é hoje o conteúdo da americana a meu gosto, é claro, há exceções, nós temos cinemas e conteúdos áudio visuais [soa a campainha] nos Estados Unidos, até no Irã, na França, Europa, como um todo, tem muito de tudo quanto é lado, mas a hegemonia, a competência deles para vender, entrar aqui, botar nos nossos canais, é que a gente tem que tirar o chapéu e reconhecer. Nós temos que nos preparar também para enfrentar isso. Não é só reservar tempo de televisão. Por enquanto é isso, Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu vejo a riqueza dessa nossa audiência pela diversidade de enfoques em torno ao mesmo tema. Eu quero dizer que eu também comparto com essa idéia de que a televisão e a rádio são os dois principais instrumentos de Integração Nacional, Senador Lobão. Eu tenho a impressão que se não fosse rádio e televisão o Brasil hoje teria dois idiomas diferentes, o português dos educados e o português dos que não eram educados, vocabulário, a sintaxe, a gramática se diferenciaria naturalmente. É a rádio que está fazendo ainda com que a nossa população pobre fale um idioma próximo, muito próximo do que falam as elites educadas.

Eu passo a palavra agora ao Gustavo Dahl, Presidente do Conselho da Cinemateca Brasileira. E como muitos lembram, foi o... É ex-Presidente da ANCINE.

SR. GUSTAVO DAHL: Eu estou, na verdade, estou mais aqui como especialista em política cultural e áudio visual do que como Presidente do Conselho da Cinemateca, embora a questão da preservação da imagem brasileira seja fundamental.

Acreditando à alusão à Presidência da ANCINE, ela se deve ao fato de eu ter passado os últimos 30 anos trabalhando na gestão institucional. Eu quero cumprimentar o Presidente da Mesa, cumprimentar os Senadores, agradecer o convite pela participação. Não é a primeira vez que eu estou nesta Comissão. Eu acredito que ela é um núcleo de ação e de reflexão muito grande. Eu estou vendo ali o relógio contando e eu pergunto: São 10 ou são 15 minutos, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O automático ali é 10, mas o senhor tem 15 ou mais se precisar.

SR. GUSTAVO DAHL: Muito obrigado. Eu devo dizer também que eu tive uma formação cinematográfica, mas eu me considero um autodidata e livre pensador, um generalista, um estrategista, um formulador de políticas, digo isso com modéstia, foi isso que me tocou na vida e digo isso para justificar porque eu pretendo ampliar a questão de uma forma, de uma forma significativa. Eu imagino, há possibilidade de fazer o foco no projeto, mas o que eu vejo aqui e o Senador Cristovam se referia a riqueza do debate, a necessidade de debater política áudio visual nesse País, há uma demanda reprimida de debate.

Por exemplo. Senador Cristovam se referia a influência da televisão na maneira de falar brasileira. A questão da política da língua ela é uma questão fundamental para todos os países, para todas as culturas, os Estados Unidos, nem a Inglaterra seriam o que são se não tem o seu destino separado do destino da língua inglesa, quer dizer, língua é cultura, e língua sendo cultura ela é também mercado. Os mercados se definem pelas... fundamentalmente pelas línguas que falam. A linguagem foi criada pelo homem, pelo bicho homem alguma coisa como 40 mil anos atrás, é engraçado, foi imitada dos pássaros e os primeiros gritos dados pelo macaco ancestral eram gritos de dor, de perigo, de alegria e de identidade, dizendo "eu sou eu". Isto é a política da língua. Atualmente no mundo cerca de 3 bilhões falam inglês, 200 milhões falam em português, 400 milhões falam em espanhol, o espanhol e o português vieram do galego. É evidente que o espanhol e português juntos fariam a terceira língua do mundo, do mundo, ou seja, uma alternativa ao inglês, ou seja, língua, cultura, comunicação e mercado são a mesma coisa.

Aqui é preciso dizer que quando João Saad, agente poderoso, poderoso pela importância que a Bandeirantes tem no panorama da televisão brasileira, traz a questão do espaço, do conteúdo e dos canais estrangeiros no País eu me lembro de uma citação que existe, que existe típica de cinema na qual os cinemas nacionais eles podem produzir. O que eles não podem ocupar é o espaço na mídia. Então, a questão que se trata aqui é do espaço na mídia da produção brasileira. É evidente que o País, o País ele como diz a justificativa do projeto, o País é miscigenado, o País tem um sincretismo, o País tem uma grande diversidade cultural, aliás, a Secretária de Estado Condoleezza Rice, sempre se refere aos Estados Unidos e ao Brasil como as duas grandes democracias multi-étnicas.

Agora, nós vivemos no mundo onde há uma política de blocos. Nós temos os Estados Unidos e a Inglaterra que são o bloco forte, anglófono, nós temos o Canadá e a Austrália que vem junto, nós temos a União

Européia que está, já está... Se constitui há 50 anos e que nesse momento procura uma aliança estratégica com o Brasil, nós temos o Mercosul e nós temos essa grande capacidade de... Essa grande incapacidade de imitar o estrangeiro. Nós temos essa capacidade antropofágica de digerir conteúdos estrangeiros. Então, é neste jogo entre brasilidade e cidadania mundial que a gente, que a gente está pensando a questão do conteúdo brasileiro. Na verdade, hoje há necessidade do Brasil se abrir para o mundo ela é uma necessidade indiscutível, né. A questão do aquecimento global faz com que a gente trate quanto das questões brasileiras quanto das questões mundiais. É preciso também fazer uma contextualização política da política de comunicação social. Nos anos 90 houve a privatização da telefonia, da telefonia no Brasil. A partir daí houve uma disputa pelo mercado entre as companhias TELEFONICAs e a televisão aberta, se criou uma situação na qual a radiodifusão, a telefonia e a internet que são tecnologias diferentes elas disputam o mesmo mercado. A internet ela é um buraco negro que absorve as outras tecnologias como a gente está vendo a internet está absorvendo a televisão e está absorvendo também a telefonia. Nesse sentido nós vemos que há... Digamos, assim, atribuições nacionais para cada um desses meds(F)... A televisão aberta ligada... Ligada, digamos, aos interesses brasileiros, a televisão paga há uma presença americana muito forte, na telefonia no Brasil nós temos a Espanha, na internet nós temos uma forte presença brasileira, mas mundialmente a gente tem o comando dos Estados Unidos. E a internet das grandes empresas norte-americana. E a internet representa uma revolução na distribuição de conteúdo. Há uma... Ao mesmo tempo esses... Há uma convergência desses três... Desses três meios e durante muito tempo no Brasil nós tivemos uma hegemonia da televisão aberta. Há a questão da hegemonia da televisão aberta coloca uma questão institucional da mídia, do papel da mídia na sociedade, ou seja, a mídia ela constitui a opinião pública e a opinião pública ela faz parte da própria formação do País, mas ela, a opinião pública, ela pode ser manipulada em função de interesses de empresas, das empresas de mídia. [soa a campainha]. Há nisso uma contradição.

Nós temos ao mesmo ao mesmo tempo hoje no Brasil, nós temos 100 milhões de celulares, temos 30 milhões de usuários da internet, não sei quantos estão os aparelhos de televisão, talvez, seja 50 milhões, já foram 40, seja 50 milhões, ou seja, há uma perspectiva de mudança das relações de poder a partir da evolução tecnológica. Eu acredito que ao contrário do que diz a justificativa do projeto do Senador não há neutralidade tecnológica. Chegamos agora à questão do conteúdo brasileiro. Qual é a definição dada no projeto à conteúdo brasileiro? ele é direcionado ao público brasileiro em português profissionais brasileiros e também e eventos realizados no Brasil ou com participação brasileira. E estas características me parecem que elas são independentes de uma empresa a ser majoritariamente brasileira, porque segundo essa definição uma empresa com outra composição acionária poderia fazê-lo de atender a esses requisitos. Aí nós vemos qual é a... Qual é o espírito. O espírito do projeto me parece que é o de promover a exclusividade da produção, da programação e provimento para brasileiros natos ou naturalizados como se o simples fato de ser brasileiro nato ou naturalizado pudesse garantir a defesa dos interesses nacionais. Coisas que eu tenho... Coisa que eu pessoalmente tenho minhas dúvidas.

Nós estamos vivendo um momento transnacional, a internet já... A internet dissolveu as fronteiras e neste momento a verdade, ela promove a migração de empregos, migração de empresas, ela promove também a quebra de... Quebra dos encriptamentos, quebra das barreiras, é preciso dizer também que neste momento há uma proposta de instalar a TV Digital com um sistema anticópias que impedirá o consumidor brasileiro, que impedirá o consumidor brasileiro de gravar dentro da sua própria casa o conteúdo difundido pela televisão. Eu acho que isto atenta às liberdades individuais, é uma limitação de direito.

Eu devo dizer também que o mercado publicitário, o mercado cinematográfico, a televisão paga estão destacadas no projeto e mereciam ser tratadas isonomicamente.

Em relação à mídia paga nós sabemos que ela tem uma grande importância na relação, ela disputa o mercado com a televisão aberta e o modelo de televisão por assinatura ou por satélite do Brasil ele foi distorcido, ele foi exclusivamente dedicado a classes de alto poder aquisitivo e limitado e também tem praticamente 80% do conteúdo, é um conteúdo estrangeiro. Na medida que a evolução do consumo da televisão será distinguido por classes, haverá uma especialização do público e isto é uma coisa que deve preocupar. Como nos deve preocupar também e acredito eu o papel social da televisão, sobretudo, da televisão aberta. A televisão tem uma simbiose com a publicidade. Ela vive na cadeia econômica, a televisão vive na publicidade. O que a televisão faz segundo Eugênio Bucci, a feliz formulação de Eugênio Bucci é o aluguel do olhar. Agora, esta associação com a publicidade ela privilegia os valores de consumo e a competitividade. O exemplo disso é que no Rio de Janeiro, cidade onde eu vivo há 40 anos adolescentes assaltam para ter um tênis Nike. Qual é a... Parece o sapato de mercúrio que faz voar.

Qual é a qualidade que o tênis Nike acrescenta ao seu portador eu ainda não entendi. Então, eu acredito que esse binômio televisão/publicidade, cria a questão do tipo de consumo que é feito no País como o Brasil e a questão do consumo ela é uma questão fundamental. É possível que daqui há 30 anos se descubra que da mesma forma que... Os hippies tinham razão quando falavam de ecologia, se descubram que os protestos antiglobalização contra o consumo também estavam certos.

Quero dar alguns exemplos de consumo inútil que é propagado pela televisão aberta. Por exemplo, a presença da indústria de cosméticos, é a terceira indústria que mais cresce no mundo. Cosméticos são absolutamente supérfluos, é um "caô", como se diz nos morros do Rio de Janeiro. Nós vemos publicidade de rações para cães, num País onde há um programa Fome Zero, a publicidade de ração para cães a mim me ofende. Eu devo dizer que, aliás, quem compra ração para cachorro sabe que um quilo da ração equivale a cinco reais que é o preço de carne de primeira. A questão da pasteurização das manifestações culturais ela não é propiciada simplesmente pelo fato dos Estados Unidos ser os Estados Unidos, mas sim pela forma de consumo que a civilização americana impôs ao mundo. É essa a pasteurização das manifestações culturais que é propiciada por esta forma de consumo. Na verdade a realidade do País, as questões de saúde, de educação e de segurança elas aparecem pouco na televisão. O País, por exemplo, o Brasil é o primeiro... Detém, atualmente, o honroso recorde de ser o primeiro País no mundo em lepra, que no Brasil eufemisticamente é chamada de hanseníase. Nós estamos também... Em relação a educação o analfabetismo funcional é um drama, o Senador Cristovam sabe bem do que eu estou falando, da precariedade da educação brasileira e do desmonte do Ensino Superior que atualmente é feito pelas leis de mercado, ou seja, pelo consumo.

Em relação à violência nós temos uma situação na qual 2 a 3% da população brasileira que é quem consome drogas criam uma política de violência, uma política de segurança que violenta literalmente toda a população. Nós podemos avançar pela questão da impunidade. Também, no Rio é uma cidade onde se morre muito, não só de bala perdida. De 100 assassinatos, 4 viram processos, 1 vira uma condenação e o condenado tem direito a progressão da pena de 1/6. Logo, morte não tem problema. Não dá problema.

Aliás, também, o Fórum de Julgamento Especial no Supremo Tribunal Federal também não dá problema. Saiu a estatística que de 199 processos houve três condenações. Ou seja, o País verdadeiro ele tem que aparecer na televisão. Não se trata simplesmente de garantir o carimbo de: "é brasileiro e com isto está tudo resolvido". Peço mais um minuto ao Presidente para concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Fique à vontade.

SR. GUSTAVO DAHL: Ou seja, o que o País, o que a televisão deve fazer, eu acredito, ela deve ter espaço também para a produção independente, para a produção regional brasileira, para a produção Mercosul, para a produção Ibero-Americana que nós participamos. Este é o bloco natural do Brasil, ou seja, é preciso que existam cotas que garantam o acesso da produção brasileira ao seu público. Não basta a emissora hegemônica dizer que nela 80%, 90% da produção é nacional. É preciso ver o conjunto das coisas. Há um monopólio do espaço nobre, do Prime Time, aquele horário que vai aí de 18h00 da tarde, às 22h00 da noite. Isto é feito através da verticalização da televisão, ou seja, a televisão produz os próprios programas seus que ocupa nos melhores horários. É evidente que é preciso, esta verticalização ela equivale a um oligopólio contrariando as determinações constitucionais. É preciso seguramente uma mudança de modelo e não uma manutenção do modelo. Meu temor é de que o projeto em análise ele esteja a favor de uma manutenção do modelo. Eu acredito de uma manutenção do paradigma existente que concentra, extremamente concentrador sob o argumento de que só havendo a grande concentração na produção e, sobretudo, no mercado, é que uma emissora pode ser viável economicamente. Uma desconcentração ela levaria a uma maior participação social, a um maior equilíbrio do mercado. O que caracteriza uma cultura são os seus valores. O que nós precisamos avaliar é qual é a parte da televisão na construção do País ou em sua desconstrução.

Nós, seguramente todos os brasileiros sabem que nós estamos num cruzamento histórico. É este compromisso que tem que ser garantido e estimulado pelo Estado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço. E passo a palavra ao Sr. Juliano Maurício de Carvalho, que representa aqui o Conselho Deliberativo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

SR. JULIANO MAURÍCIO DE CARVALHO: Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque na sua pessoa, os demais Senadores. Agradeço o convite e ressalto inicialmente a importância da realização dessa audiência e do debate do Requerimento do Senador Arns e da Senadora Marisa Serrano.

Eu gostaria de esclarecer, para aqueles que não conhecem, não têm acesso o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação é uma Instituição da Sociedade Civil Brasileira que reúne diversas organizações da sociedade civil, profissionais da comunicação, jornalistas, profissionais das artes, das telecomunicações, do rádio, um pull de comitês organizados pelo País e em várias entidades nacionais e regionais. E trazemos aqui uma contribuição a esse debate proposto pelo projeto de Senador Flexa Ribeiro.

Bem, vamos ao primeiro slide. Eu gostaria rapidamente, vou passar por esse primeiro slide, dizer nos últimos... Os últimos movimentos importantes no âmbito da regulação e o que é que cada período vem adensando à organização da área da Comunicação Social no Brasil. Destacaria notadamente uma redefinição dos mercados que vai se dar nesse período 80 a 90, chamaria atenção de toda a mudança do marco regulatório que ocorre a partir de 88 com a Constituição e o momento de reorganização e reestruturação do mercado que se dá notadamente 90 a 2000 e mais recentemente o que nós estamos experimentando é todo o cenário da convergência tecnológica e tudo que isso enseja e adensa a esse debate. Vamos adiante.

Três aspectos estão na agenda do debate global em relação à convergência, à regulação por conteúdo, a este cenário com o qual o projeto se debruça.

1º. A aceleração do processo de consolidação de redes, fusões e aquisições e globalização dependente ao capital e a conglomerados estrangeiros, isso, inclusive, vivenciado no Brasil;

2º. A digitalização das comunicações fundindo, extinguindo conceito, gerando novos atores, a multiplicidade de ofertas e demandas que na realidade é um pouco a espinha desse projeto;

3º. O que nós temos testemunhado nesta agenda são resistências, de um lado a regulamentação dos mecanismos já previstos na Constituição e na legislação de um modo geral e a regulação dos sistemas em mercados da comunicação.

Quando olhamos para esse cenário obviamente temos que dizer que qualquer contribuição que temos aqui, Senador, e que possamos adensar ao projeto tem que observar quais são os conceitos, e que debates nós estamos fazendo aqui. Então, nós listamos aqui alguns conceitos envolvidos nesse debate exatamente para mostrar a dicotomia de como esta agenda e como esta discussão tem ocorrido. De um lado também vou passar rapidamente por esse slide a compreensão da comunicação como direito humano, como direitos sociais, de outro as liberdades individuais que têm que estar asseguradas. De um lado assegurar a diversidade cultural e não confundi-la com a padronização de conteúdo. De um lado preservar a identidade nacional, ou seja, valorizar o processo identitário como elemento, como força motriz no País que tem numa outra contrapartida globalização dos mercados. De um lado a liberdade de expressão, de outro o direito a privacidade, a inclusão digital como mecanismo de garantia do fim da exclusão social com mais um instrumento, uma sociedade de saberes múltiplos e não necessariamente apenas uma sociedade da informação marcada por um recorte geopolítico e tecnológico e o controle estatal e não uma auto-regulamentação da área das comunicações. Essas são as premissas. Vamos adiante.

Bem, o que deve elucidar o projeto e o que deve elucidar o debate são de um lado alguns conceitos e alguns aspectos que já estão de alguma maneira consolidados na legislação do País e que deve nos orientar para pensar essa regulação por conteúdo. 1º. Os princípios e as garantias fundamentais que estão assegurados no art. 4º da Constituição. 2º. Observar os direitos e deveres individuais e coletivos e a liberdade de expressão como um direito individual. Eu chamo atenção nesse aspecto para o seguinte. Muito dos projetos, inclusive, alguns projetos que estão tramitando na Câmara, que estão tratando no mesmo assunto, há uma grande confusão entre o que é liberdade individual de expressão, de comunicação, com o que é liberdade comercial. Eu chamo atenção porque o que nós temos que assegurar e garantir, aquilo que está previsto no dispositivo constitucional que é a liberdade de expressão do indivíduo. A liberdade comercial é tratada de uma outra maneira. Se nós formos mais adiante vamos observar que nos princípios gerais da atividade econômica no art. 170 ele vai dizer que uma das finalidades no ordenamento econômico é a soberania, a função social da empresa, a livre concorrência e um pouco mais adiante, no art. 173 da Constituição ele vai dizer, especificamente no § 4º sobre o monopólio na atividade econômica. Por que eu chamo atenção a isso? Porque quando nós olhamos os quatro últimos itens desses princípios básicos, que a visão devem ser norteadores dessa discussão sobre o projeto, como nós podemos inverter essa lógica e não termos um projeto que se restrinja exclusivamente à regulação do controle acionário nacional, a aplicação de dispositivos de multas e ao ordenamento da atividade da radiodifusão? Primeiro, nós temos que desverticalizar a cadeia produtiva do audiovisual brasileiro. É difícil suceder o Gustavo Dahl, muitos dos aspectos que ele abordou aqui eu quero reiterar, ou seja, nós temos que regulamentar o § 5º do art. 220 da Constituição que trata da concentração vertical e da propriedade cruzada. Com esse mecanismo nós temos efetivamente condições de

pensar não só uma alternativa à entrada da produção independente ou algo que vem sendo defendido aqui, o Gustavo Dahl falou, a ANCINE falou isto aqui na 1ª audiência, que são as cotas, muito disso estará resolvido se nós conseguirmos regulamentar a propriedade cruzada e a desverticalização da cadeia produtiva no audiovisual. Notadamente dizer o seguinte. Não dá para quem produz programa, distribui, provém conteúdo, ou seja, não há entrada obviamente de outros segmentos. Eu vou adiante. Oferta de conteúdos representativos da pluralidade da diversidade cultural e política da sociedade brasileira como princípio básico. O penúltimo. O estabelecimento do acesso público ao sistema de programação e distribuição de conteúdos. A bem da verdade é pensar no princípio de uma rede pública, ou seja, observar o espírito contido na Lei 8.977 que é a Lei do Cabo, e de alguma maneira observarmos a convergência a partir tanto da televisão e do rádio digital e imaginarmos uma infra-estrutura de acesso público aonde os... A programação e a produção independente pudesse ter o princípio da neutralidade de rede. E o último aspecto, a garantia da diversidade regional de conteúdos, estima o desenvolvimento de arranjos locais que é o que está previsto no art. 221 da Constituição. Vamos adiante.

Bem, olhando para esses princípios, quais são os desafios regulatórios que nós temos? Assegurar a preservação da diversidade cultural e da soberania nacional, a preservação de conceitos distintos de comunicação social e interpessoal. Quero chamar atenção nisso em relação ao projeto. O projeto quando vai tratar a definição de conteúdo de comunicação, ele inclui tantos aspectos que no olhar menos atento diria que aquilo ali cabe, inclusive, correio eletrônico. Sim, porque ele não classifica aquilo de comunicação social e não faz distintamente qual é a diferenciação entre comunicação social, isso no art. 1º e comunicação interpessoal. Mais adiante. A regulação por conteúdo deve ter o foco na circulação de conteúdo e não nas plataformas digitais. O que significa que nós não estamos defendendo aqui a regulação por plataformas, por tecnologias, por serviços. O estabelecimento de mecanismo de controle público sobre os sistemas, algo que nós estamos dizendo há muito tempo, ou seja, tem vários mecanismos possíveis disso, isto não é censura, desde conselho do telespectador, observatório de mídia, a ampliação de fiscalização do Parlamento brasileiro sobre as outorgas que são emitidas e assim por diante. Barreiras ao controle estrangeiro da produção do conteúdo de comunicação social, impedimento do controle da infra-estrutura... [soa a campainha] que eu disse há pouco, que é a neutralidade garantindo o acesso público. Limites. A concentração da propriedade dos meios de comunicação, princípio da propriedade cruzada e a revisão do modelo de financiamento. No caso do modelo de financiamento, uma das idéias, uma das iniciativas é pensar o seguinte. Da mesma maneira que nós estamos pensando no Triple Play, ou seja, nós podíamos pensar num People Play, ou seja, criar um pacote de serviços para a inclusão digital para a população de baixa renda. Para isso é preciso pensar claramente nos mecanismos de financiamento que o Estado tenha para a produção audiovisual se nós quisermos entregar esse serviço para a sociedade.

E já encaminhando para o fim, contribuições ao projeto. Bem, já reiterando que ele está limitado à questão do conteúdo e a propriedade, em vários artigos ele vai tratar disso, segundo, uma sugestão de muito mais frasal, mas é importante porque muda o sentido na conjugação de "eu", pôr na frase atividade de produzir, programar e prover, então, na realidade programar e prover como atividades distintas da cadeia produtiva. Necessidade de distinção explícita entre os conceitos de comunicação social e interpessoal principalmente no § 6º do art. 1º. Não há uma definição de que aquele conteúdo onde ele trafega e de que materidade de comunicação nós estamos falando. Substituição do conceito de meio eletrônico por meios digitais, ele está mais adequado, vinculando-se aos conceitos de comunicação e comunicação interpessoal. Conflito entre normas, o projeto muito embora diga que não queira mexer e remete ao capítulo da comunicação social ele é conflitante quando ele vai dizer sobre a participação do capital. Ele diz algo, no art. 1º ou é 70% que é o que vai dizer no art. 220 que é o art. 222 da Constituição. Ele tem um conflito em relação a propriedade.

E último slide, explicitação da contribuição como serviço de telecomunicações na definição da atividade de distribuição, ou seja, o § 8º do art. 1º combinado com o 7º vai definir radiodifusão como telecomunicações, vai ser feito um ajuste no texto. O risco de extinção da figura do must-carry, dos canais abertos no cabo, ou seja, literalmente o art. 5º quando ele vai extinguir, ele vai... Quando ele faz uma referência Lei do Cabo, ele vai dizer o seguinte. O que está consagrado na lei do Cabo, ou seja, só por decisão judicial. O texto do projeto vai dizer o seguinte: "não. É livre arbítrio das TVs geradoras locais colocarem ou não os canais na figura do must-carry. Nós somos contrários a isso e achamos que isso, inclusive, pode ter implicações, como, por exemplo, o estabelecimento do DRM na radiodifusão. A omissão dos direitos do usuário receptores, isso não aparece em nenhum momento do projeto, ou seja, o tempo todo a argumentação é de que: importa discutir porque a mídia, a comunicação social gera uma produção de sentidos, em nenhum momento a perspectiva

e olhar da população e do telespectador e do receptor está contido no projeto, necessidade de unificação do órgão regador para as comunicações, eu queria chamar atenção aqui que de um lado ele diz: Entrega a documentação na ANCINE, mas quem te fiscaliza é a ANATEL, ou seja, o projeto não pode ter uma natureza esquizofrênica. Nós temos que trabalhar para um órgão regador. Isso não exclui, por exemplo, que as atividades de fomento do trabalho cinematográfico estejam asseguradas na ANCINE. Penúltima sugestão. A formação de uma Comissão Mista para análise conjunta de todas as proposições existentes no Congresso. Tem três projetos tratando disso, com graus diferenciados de detalhamento na Câmara e por fim se nós queremos pensar em uma legislação mais ampla, que inclusive, pense a regulação pelo conteúdo nós não podemos fazer no afogadilho e fazermos apenas com o olhar. Nós temos que fazê-la a partir daquilo que a sociedade está dizendo como a conferência de comunicação social onde esteja presente o Parlamento, o Governo, ou seja, a sociedade de maneira tripartite e legitimar uma legislação mais ampla, uma legislação possível que trate da convergência e da diversidade cultural a partir de uma conferência de comunicação e não necessariamente só a partir do olhar da garantia de um determinado mercado em detrimento de outros como em alguma medida o projeto do Senador Flexa Ribeiro a bordo. Agradeço ao Senador a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós que agradecemos. E passo a palavra ao Sr. Ércio Alberto Zilli, que é Presidente Executivo da Associação Nacional de Operadoras Celulares.

SR. ÉRCIO ALBERTO ZILLI: Sr. Presidente, Srª. e Srs. Senadores, bom dia. Gostaria inicialmente em nome da ACEL cumprimentar a Comissão pela iniciativa de promover essa Audiência Pública, para discutir este assunto que pelo que nós estamos vendo é de uma amplitude muito grande, com diversos aspectos que se desdobram e tornam, portanto, o trabalho dos senhores como legisladores extremamente desafiante.

Eu fiz essa apresentação ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia daqui do Senado, portanto, peço desculpas a quem esteve presente ontem pela repetição que ouvirão hoje. Mas nosso entendimento a questão objeto do Projeto de Lei em análise é muito amplo e remete a necessidade de se percorrer diversas questões, diversos aspectos de maneira a que lei resultante seja a mais abrangente possível e a mais adequada aos interesses do País. Aqui eu tenho uma lista, são 16 questões que eu coloco que vão desde a definição do que seja conteúdo, a caracterização do conteúdo nacional, a questão da proteção ao conteúdo nacional, se há necessidade ou não de proteger o conteúdo nacional e se houver quais seriam as formas adequadas e eficientes, e produtor de conteúdo, produtor de conteúdo precisa ou não de proteção, há ou não distinção entre produtor de conteúdo nacional e produtor nacional de conteúdo. Próximo, por favor. Mais a frente o que é comunicação social e o que é o meio de comunicação social, o que entendemos por programação e por distribuição de conteúdo, o que são telecomunicações, serviços de telecomunicações e prestador de serviços de telecomunicações e como isso interage com a questão de meio de comunicação social. A discussão que permeia tudo isso que é capital nacional, capital estrangeiro, deve haver algum tipo de barreira ou não. E finalmente quais devem ser, ou quais deveriam ser os objetivos, o foco do marco legal que estamos construindo, quais seriam as suas características desejáveis e se precisamos ou não em atualizar o marco legal em vigor.

Não vou, evidentemente, abordar todos esses aspectos porque isso demandaria muito tempo. Mas vou ficar em alguns deles, por exemplo, na questão de conteúdo. Qual é a definição de conteúdo que nos interessa? Eu pesquisei nos quatro Projetos de Lei que tramitam no Congresso, desde aqui no Senado e os outros três na Câmara, o que eles pretendem como conteúdo. Então, vemos, por exemplo, no PLS 280, a definição de conteúdo uma coisa muito abrangente, sinais, sons, imagens, textos interativos ou não de forma conjunta, continua ou sob demanda, independentemente das tecnologias ou suportes utilizados para sua produção, programação e provimento ou distribuição. O projeto 332 da Câmara não fala em conteúdo pura e simplesmente, mas fala em conteúdo eletrônico. Também uma definição bastante ampla. É toda a informação ou dado veiculado por qualquer meio eletrônico. O projeto 209 é parecido na definição com o conteúdo do PLS 280, conjunto de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons, informações de qualquer natureza contendo material de natureza informativo, educativo e de entretenimento. Próximo, por favor. E o projeto 070 define conteúdo, também de forma ampla, textos, fotografias, sons, imagens, desenhos, etc e etc. Para nós de empresas de comunicação, de telecomunicação, tudo isso aí é bit, né. Interessa o que bit quando ele for decodificado, reagrupado, tal, vai significar ser som, ser imagem, ser texto, tudo é bit, trafega na rede como bit. Então, quando pretende regular conteúdos nós achamos que seria muito importante definir primeiro o que entendemos regular. Se é qualquer conteúdo independentemente do uso ou da aplicação desse conteúdo ou se estamos falando apenas daquele conteúdo que vai ser objeto de exploração comer-

cial. Isso é importante porque no nosso entendimento tornaria a discussão mais objetiva. Entendemos que muita discussão se coloca quando se fala em aspectos morais, aspectos de identidade cultural, etc. Mas aparentemente quando se lê o teor dos Projetos de Lei o que está se falando é de... Não é disso, está se falando muito de exploração comercial de conteúdo. Então, isso ajudaria no nosso entendimento a focar um pouco a discussão. Outro ponto que eu gostaria de trazer uma reflexão é a questão da proteção ao conteúdo nacional. Admitindo a necessidade, a conveniência de proteger o conteúdo nacional, como isso poderia ser feito? Eu entendo que seria uma combinação de três vertentes. A primeira delas seria a criação de um ambiente favorável para que quem disponha ou de talento, ou de capacidade técnica, ou de vontade, ou de recursos financeiros, ou uma combinação dessas coisas, tenha estímulo a investir na produção de conteúdo nacional. Só isso evidentemente não basta, é preciso assegurar que quem produz conteúdo nacional disponha de alternativas de canais de distribuição, meios de fazer o conteúdo que produziu chegue ao destinatário. E na outra ponta, assegurar ao destinatário, ao usuário, ou ao consumidor que tenha liberdade de escolha do conteúdo. Não pode ser obrigado a ver o que um terceiro pretende limpou, entendemos que a combinação disso produziria um ambiente propício ao desenvolvimento de conteúdo no Brasil.

Evidentemente que a proteção ao conteúdo ela implica também alguns riscos que precisam ser evitados. Um deles é se confundir a proteção do conteúdo nacional com proteção ao produtor de conteúdo, essas duas coisas não são iguais. Precisamos de natureza nisso. E outro risco é a proteção conteúdo resulte numa distribuição forçada de conteúdo que as pessoas não queiram consumir, pouca ou nenhuma aceitação. Isso precisa ser evitado. Próxima.

Entendemos também que essa discussão que estamos tendo agora deve levar em conta a realidade que vivemos que em decorrência da evolução da tecnologia não é mais a mesma que o marco legal em vigor foi construído. Era um marco, vamos dizer, a tecnologia analógica em que as plataformas tinham que ser adequadas as aplicações, enfim, hoje como nós estamos falando que todo o conteúdo é bit, tudo é diferente. E a tecnologia permite o que hoje? Facilidade e custos decrescentes para produzir e armazenar conteúdo em diferentes mídias. Também permite facilidade e custos decrescentes para disseminar conteúdos. E facilidades e custos decrescentes para procurar buscar conteúdos onde quer que eles estejam disponíveis. A combinação das telecomunicações, da internet, dessas ferramentas mudou o mundo. De certa forma nesse ambiente o usuário, consumidor de conteúdo, não é mais um mero consumidor passivo, ele pode decidir o que quer ver, o que quer ouvir e também o que ele quer que outros vejam, outros ouçam que ele tem condição de compartilhar o conteúdo. Este cenário é que nós deveríamos considerar na discussão do marco legal para o futuro. Próxima, por favor.

Temos que considerar também que a convergência, isso já é realidade para o usuário. No mesmo dispositivo, num telefone celular, por exemplo, já é possível hoje os usuários disporem tanto de informação estática, consultas, notícias, etc, como comunicação, voz, e-mail, imagens, né, como entretenimento, como serviços interativos. Tudo isso é possível hoje. Nós estamos falando de um meio de comunicação que está disponível hoje para mais de 105 milhões de usuários. E continua crescendo porque as pessoas percebem que esse serviço adiciona valor a sua vida, a sua maneira de trabalhar, de se divertir, enfim, isso é extremamente importante, precisa no nosso entendimento ser considerado como uma mídia, um canal de distribuição de conteúdo relevante. Nesse sentido, até entendo que para o futuro, e agora que deve ser renovada a composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso, talvez, fosse o caso de se incluir na composição do Conselho representantes das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações porque eles constituem hoje um meio, um canal de distribuição relevante.

Evidentemente, nós estamos fazendo uma lei que pretendemos que tenha uma duração, a mais longa possível no cenário que vai ser completamente diferente daquele que vivemos hoje. Nossa visão do cenário, aí eu digo, o cenário que a tecnologia permite no mundo todo, banda larga pessoal, pessoal, quer dizer, as pessoas terem dispositivos de banda larga, que consigam levar para onde se deslocarem. As pessoas vão querer ter acesso à internet onde estiverem porque o mundo todo vai estar usando essa tecnologia IP em qualquer lugar, a qualquer momento. Para isso a necessidade que uma rede de suporte para prestação desse serviço seja uma rede de alta capacidade, de longo alcance, de alta taxa de disponibilidade e sem restrições, ou seja, haverá necessidade de muito investimento para que isso esteja disponível e possa ser utilizado pelas pessoas e pelas empresas. Evidentemente esse ambiente nós teremos... Chamamos aí de conectividade universal, vai mudar profundamente a forma como as pessoas e as empresas realizarão suas transações. As pessoas nas suas comunicações e as empresas nos seus executivos na direção dos seus negócios. Nesse ambiente os players de oferta de conteúdo e aí eu falo de conteúdo de uma maneira ampla e não

só o conteúdo com característica cultural, mas todo o tipo de conteúdo, terá um papel extremamente importante. E evidentemente nesse cenário o tráfego de vozes, as pessoas vão continuar falando, mas isso não será o principal tráfego dentro da rede. Temos que ter presente que o futuro, os consumidores do futuro que são as crianças, os jovens de hoje, certamente, e essas pessoas hoje elas praticamente nascem de frente com um computador com banda larga e etc, elas vão demandar isso pessoalmente... Quer dizer, nos seus laptops, nos seus dispositivos portáteis. Então, esse é o cenário que vai, vamos dizer, direcionar a evolução dos serviços no mundo. Isso significa o quê? Que os modelos de negócios de todos os players de hoje vão ser completamente diferentes, vão ter que ser redesenhados porque os usuários vão querer cada vez mais ter conteúdo nos seus telefones celulares, dos seus iPods, dos seus MP3, players, e qualquer outros terminais que vão surgir ainda que nós ainda nem sabemos quais são, e também as ferramentas de busca de conteúdo serão muito mais poderosas do que hoje. O Google, essas ferramentas vão permitir que as pessoas busquem cada vez mais o conteúdo que desejam ver.

Portanto, os atores do mercado e aí vale, isso vale para as prestadoras de serviço de telecomunicações, provedores de internet, radiodifusão, etc, tudo vai ter que reinventar o seu negócio para se adaptar, se adequar a esse novo... A esse novo ambiente. Por favor, próximo.

Então, o que nós entendemos que seria necessário que o novo marco legal proporcionasse? Assegurar que essas novas possibilidades que a tecnologia abre possam se traduzir em benefícios efetivos para a sociedade. Assegurar liberdade para a produção, distribuição e consumo de conteúdo. Assegurar que o usuário, o consumidor do conteúdo seja o foco e não o contrário. Assegurar liberdade de expressão e para isso é necessário assegurar canais de distribuição apropriados para que haja efetivamente liberdade de expressão, assegurar fontes independentes de informação e possibilitar que as pessoas acessem essas fontes de informação, não basta uma sem a outra. Próximo, por favor.

Fundamentalmente é necessário proporcionar condições favoráveis a que os atores privados desenvolvam modelos de negócios sustentáveis nesse novo cenário, mediante parcerias dos diversos tipos de empresas. Certamente há muita complementaridade. Isso precisa ser viabilizado. Entendemos também que o Estado deva atuar apenas de forma suplementar para suprir eventuais deficiências. O Estado não deve ser o principal player desse cenário. E a regulação deve se dar apenas naquilo que for essencial para que abuso de posição dominante, para impedir abuso de posição dominante, isso significa apenas regular meios escassos como, por exemplo, é o espectro de rádio freqüência. Não há necessidade de regulação onde não há esse tipo de restrição. Isso significa um acesso que não seja restrito por natureza, não precisa de ter tanta regulação. O que é preciso evitar nesse novo cenário? No nosso entendimento é preciso evitar barreiras artificiais ao ingresso de novos atores, em qualquer ponto da cadeia de valor. É preciso também evitar as simetrias regulatórias com base, seja na origem do capital, seja na tecnologia utilizada. Isso acaba resultando em... Em redução do ritmo de evolução do setor, ou seja, em última análise acaba prejudicando a sociedade.

É necessário também no nosso entendimento evitar a criação de espaços para arbitragens regulatórias. E evitar também uma intervenção excessiva do Estado no setor. Próximo, por favor.

Entendemos, também que o marco legal específico não precisa cobrir todos os aspectos entrelaçados com ele porque ele se insere num ambiente mais amplo que existem outras leis, proteção à ordem econômica, defesa a concorrência, sobre a questão da defesa da honra, da cidadania, proteção criança e adolescente, existe o Código Penal e existe um conjunto de disposições constitucionais que a própria Constituição entende como pétrea que esses precisam ser respeitados, mas eventualmente pode haver necessidade de atualização de alguma outra disposição que não seja pétrea. Era isso que eu tinha a dizer como reflexão para esta Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e vamos iniciar o debate passando a palavra inicialmente ao Senador Sérgio Zambiasi que foi um dos autores... Não, que é um homem do ramo...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sou um curioso. [risos] Sou um apaixonado pelo assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E que tem muito a nos colocar. Apaixonado e participante. Senador, por favor.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente Cristovam Buarque, mais uma vez cumprimentar a todos os convidados que aí estão presentes e dizer que a cada Audiência Pública desta a gente se surpreende com o grau de informação que a gente recolhe e com o grau de desinformação que se tem sobre esse processo também. É uma coisa muito impressionante a evolução tecnológica a qual nós temos acesso e ao mesmo tempo como é difícil a gente concentrar um grau mínimo de formação para

ter o discernimento necessário para fazer essas discussões. Eu estava ouvindo o Dr. João e lembrando todo o processo de evolução do sistema do rádio, da comunicação, Senador Cristovam, e... E refletindo um pouquinho sobre realmente a importância dos meios de comunicação em todos os sentidos, inclusive, da preservação da própria língua nacional. É verdade. Mas também como... Não sei quem foi que comentou aqui o que significa o veículo de comunicação até numa... Um meio de comunicação, uma rádio, uma televisão, até numa guerra, como é capaz de transmitir mensagens e melhorar ou não o ânimo de uma determinada população. Acho que foi o Dr. Antônio que deve ter comentado, alguém citou esse processo.

Então, cada um aqui trouxe uma proposta, achei muito interessante. O Dr. João cita o modelo canadense que, talvez, seja o mais apropriado pela forma democrática com que foi estabelecido. O Dr. Antônio citou algo que começa a ser discutido aqui também que é a questão da regulamentação da Lei Geral de Comunicação de massa, os princípios do art. 221 da Constituição Federal que determina que a produção e programação das emissoras de rádio e televisão dêem preferência à finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, promovam a cultura nacional, regional e regionalizem as produções culturais e artísticas. Nós estamos por inspiração do nosso Presidente, começando a discutir esse processo. E há um grupo de trabalho do Governo que foi constituído para isto em 26 de abril de 2005. Eu estou começando a imaginar que acho que está na hora de chamar esse grupo de trabalho para cá. Nós vamos ter que ouvi-los. Porque sem ouvir esse grupo de trabalho, talvez, tudo que nós estávamos fazendo aqui, os projetos que estão na Câmara, esses que estão aqui, não... Estarão desatualizados. Imagino que seja importante a possibilidade de termos aqui estes representantes do Executivo e de setores que devem ter sido convidados, não sabemos, sabemos exatamente da criação do grupo e que está em elaboração pelo Executivo, no âmbito do Poder Executivo exatamente a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal. Então, levanta aqui essa questão que me parece, assim, muito importante. O Eduardo pede uma internet livre, mas ao mesmo tempo eu ouvi o Juliano dizer. E a proteção dos direitos humanos e do cidadão como é que fica? [risos]. Então, é bom, nós termos que sair daqui com muitas dúvidas. Então, o Dr. Gustavo, uma delícia ouvi-lo realmente. [risos]. Eu não sei se as mulheres concordaram com os conceitos de cosméticos. [risos]. E nós homens também. Não sei se dá para colocar o cosmético como supérfluo hoje e nem a comida para cachorro. [risos]. Tem o pessoal que gosta dos animais e às vezes faz um sacrifício enorme para comprar um quilo de ração boa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sou cachorreiro.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E eu também. [risos]. E por último, né, também o Dr. Érclo, que nos alerta para uma série de fatores que nós temos que agregar. Isso sem considerar os três projetos que estão na Câmara. E que estão sendo examinados também com o cuidado necessário. E a conclusão, obviamente que ao final do projeto... Eu imagino que ao final nós vamos imaginar um apensamento de projetos realmente constituirmos um grupo de trabalho que possa discutir todas essas propostas com base nessa questão do marco regulatório que deverá vir, que deverá vir e que está em mãos do Executivo e que deverá apresentar logo aqui na frente. Então, eu acho que nós não podemos precipitar. Claro que temos que ter o ritmo necessário de análise, mas não podemos precipitar. Porque no final das contas deverá sair aquele projeto que desagrade o menos possível todos os setores interessados. Porque eu acho que ao final deverá ser exatamente isso. É muito difícil contemplar todos os setores. Me pareceu ouvindo aqui seis profissionais, Presidente Cristovam, que não há como chegar ao final atendendo exatamente a todos os setores como se espera. Mas esse debate é riquíssimo. Ele consegue estender, inclusive, até pela transmissão da TV Senado que me parece que utiliza-se do famoso must-carry, nós fomos buscar a tradução, utiliza-se muitos termos técnicos, players, o Senador Azeredo me perguntou, must-carry o que é que é? E eu na minha santa ignorância, digo: presumo que seja a carona que as TVs a cabo dão para, por exemplo, a TV Senado. Não sei se é exatamente isso.

SR. JOÃO SAAD: A TV Senado ela é obrigada a transmitir. E o must-carry, a televisão paga, tem a obrigação de convidar. E a TV aberta pode ou não entregar o seu sinal. Essa é a definição do must-carry. Quer dizer, ele tem que convidar para ser carregado, é o caso das geradoras locais.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O espaço da TV comunitária, por exemplo, uma TV local comunitária.

SR. JOÃO SAAD: Comunitária já começa a discussão aí. [risos]. Começamos aquela... Voltamos a aquele papo. Desculpa interromper.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Não. Eu acho que é exatamente isso. Eu queria, ao invés de estabelecer aqui uma série de perguntas que possam ficar sem respostas, estabelecer uma relação de diálogo entre os... Entre a Mesa com todos nós para que a gente possa até conceituar, contextualizar e até contestar,

digamos assim, alguns conceitos que são trazidos aqui e vêm prontos de acordo obviamente com o segmento. Quer dizer, como comentei, de um lado nós temos aqui a internet pedindo para ser livre, é seu direito, de outro lado me chamou atenção, exatamente, conceito de... Esse conceito das liberdades e ao mesmo tempo proteção do cidadão, fico imaginando, como é que nós vamos cuidar, o [ininteligível] está se especializando na internet, né. Talvez ele tenha uma opinião sobre como procedermos numa situação como esta. E, enfim, nós estamos discutindo agora mesmo a questão da... Da auto-censura, digamos assim, que está sendo... [soa a campainha] estabelecida pelas programações de televisão, não é, que nós... Começou a experiência da classificação, auto classificação, auto-censura, não sei nem como é que os veículos estão recebendo e como estão procurando adaptar-se a este processo. Então, se de um lado tem essa exigência da autocensura, da autoclassificação, da classificação, de outro lado novos veículos acabam de alguma maneira buscando a maior liberdade possível. Então, eu me enriqueci de dúvidas hoje aqui nesse debate todo. Por esta razão eu já quero deixar aqui com o nosso Secretário Júlio, um pedido para que nós tenhamos uma audiência com esse grupo de trabalho do Governo que trata da lei geral de comunicação de massa que, talvez, seja a base de todo um processo revolucionário na... [riso].

A informação que tem, é que apesar de ser criado em 2005, em abril de 2005, o Decreto foi revogado em janeiro de 2006, Casa Civil, Ministério da Cultura, Comunicações, Fazenda, Justiça, Indústria e Comércio, Educação, Relações Interiores, Tecnologia, Planejamento, Relações Institucionais da Presidência, Secretaria Geral da Presidência, Secretaria Geral da União, parece que não houve nenhuma reunião do grupo. Então... [risos]. Pouco adiantaria chamar o grupo. Mas nós precisamos saber se está... O Governo vai ter que nos informar, fazer um pedido de informação se realmente está em gestação esse projeto da lei geral de comunicação de massa. É uma questão que também vai nos ajudar bastante a discutir uma... A discutir todos os temas. Eu não vou fazer perguntas. Eu quero apenas traduzir mais ou menos, assim, o que se pôde captar da visão de cada convidado que aqui esteve, já houve uma 1ª reunião onde nós tivemos várias... Várias opções, contribuições, sugestões também de aperfeiçoamento do projeto, mas na medida que nós temos mais três projetos andando na Câmara, a sugestão do grupo de trabalho para analisarmos isso aí com o cuidado necessário, Senador Cristovam, talvez, seja, assim, muito interessante, acho que a gente deveria pensar nessa possibilidade, Senador. Queria deixar basicamente essa opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço a participação do Senador Zambiasi e eu vou passar a palavra a outros Senadores e depois os senhores poderão responder em bloco. Senador Paulo Duque.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas você primeiro. Você é um pouco mais idade do que eu, então, tem prevalência.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente Cristovam Buarque, eu me filio a aquela grande massa de admiradores de V.Exª pelo trabalho que tem feito em prol da educação, trabalho sério e até me dei ao luxo de ir ao Hotel Glória certa ocasião só para ouvir os ensinamentos de V.Exª. Logo, tenho grandes afinidades com o seu desempenho, sobretudo, aqui no Senado, com essas audiências públicas, em que nos dá ensejo de falarmos e sermos ouvidos também. E para não me alongar muito e o Senador Francisco de Assis de Moraes aqui ao meu lado é que deveria até falar primeiro do que eu. Eu só vou fazer uma afirmativa, uma pergunta, dar uma opinião. Só uma.

Imagine que há pouco tempo, uma semana ou duas, uma antiga Deputada, política, um nome nacional, bem-educada, de boa formação, de boa instrução, viajada, deu uma declaração pública que todos os jornais, acho que do Brasil, publicaram, todos, pelo choque é que aquilo provocou na opinião pública. Eu me refiro aquelas reclamações com a permanência do povo sobre o Tráfego Aéreo, as dificuldades de viajar, as greves e que ela deu um conselho ao Brasil inteiro, talvez ao mundo inteiro, não sei, ora, ora, o conselho que ela teria dado. "relaxe e goze". Isso, eu sou de uma geração, acho que eu devo ser o mais velho daqui, que não estou acostumado com isso. Deveria até estar, mas não estou ainda dentro desse ambiente de conformismo. Como autoridade pública, meu maior respeito, que não conheço pessoalmente, dá esse conselho, e todos os jornais, todos os jornais, todos os jornais, toda a televisão, toda a rádio, todo mundo, achou aquilo muito bonito, deve ter achado. E publicou isto. Então, como estamos falando aqui com a maior franqueza, com a maior sabedoria, só vejo pessoas sérias nessa Mesa, sérias, eu estou falando isso não como desabafo, meu caro Zambiasi, não como desabafo, mas não deveria haver um mecanismo qualquer capaz de conter um tipo de declaração dessa que valeu para o Brasil inteiro? Essa é a pergunta que eu faço. Ou seria considerado isso... Ah, mas isso é uma censura da imprensa, cada qual é livre, pode dizer o que quiser, pode exibir filmes pornográficos, de tarde, de manhã, de noite, como se tem visto aí, coisas que eram consideradas inadmissíveis há 20 anos, talvez, há 30 anos, talvez. São problemas que eu não vi, ain-

da serem encarados com a seriedade que merecem. Esse tipo de coisa. Esse tipo de coisa que eu não sei, por exemplo, se no projeto no ilustre Senador, uma ilustre figura, Zambiasi, se está previsto. Era só a minha pequena intervenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Zambiasi...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Está dirigida para mim a pergunta, vou fazer a resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bom.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Depois eu deixo a vontade aqui. Primeiro, eu não sou autor do projeto, o Senador Cristovam me designou Relator...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E realmente o projeto não prevê censura à liberdade de expressão, e segundo eu respeito muito a posição do Senador Duque, porém, acho que hoje as expressões, uma expressão como esta que ele acabou de citar, ela não produz nenhum tipo de choque, aliás, a comunicação ela reflete, né, o cotidiano, é uma expressão usada cotidianamente e não vejo nenhuma razão para censurar, digamos uma expressão dessa, ainda mais sendo pronunciada por uma autoridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Professor Senador, palestrantes, eu não sei não, diante o Senador Cristovam Buarque, eu ia buscar, uma pessoa, eu li, não entendi, aí vendo a comunicação eu compreendi. Shakespeare, ele diz lá: "não tem bem nem mal". Não tem bem nem mal? Eu fiz catecismo, tem bem, mal, o bem vai para o céu, o mal vai para o inferno. Aí eu li, não tem bem, nem mal. O que vale é a interpretação. Aí eu fui, cirurgião, é deve ser, usando um bisturi aqui para operar é um bem, se eu meter na barriga de um é um mal. É na comunicação. Hoje eu não sei se é um bem ou se é um mal. É aí que está. E fala-se de nós, está certo, privilégio, não sei o que, STF. Pelo contrário, eu acho que isso aí, você vê, eu acho que tira direito da gente, porque qualquer cidadão comum ele é julgado pelo Juiz lá na sua cidade, recorre ao Tribunal do Estado, recorre ao STJ e tem direito inconstitucional a recorrer o STF. E eu pergunto o seguinte, eu vi Justiça do Trabalho ao longo da vida, Justiça Especial Militar, pequenas causas, essa que acusa, que é um privilégio que se tem aí, não sei o que, e eu não vejo para comunicação. Eu não vejo. Bem ou mal eu não sei se fazem, porque fazem muito mal. Tem que ter ética o Senador? Tem que ter vergonha na cara, eu aprendi do meu pai era assim, tem que ter vergonha na cara, apanhei de cinturão, Duque, foi muito, foi bom. Aliás, está na Bíblia, né... Mas o mal que ela faz e a ética. Eu não vejo ninguém exigindo a ética de quem faz comunicação. Tem gente boa? Tem gente boa. No Senado? Tem. Muito mais.

Nós representamos, eu acho, o melhor Senado da história da República. Tem casos? Tem. Ora, se Cristo andou ali, escolheu, dele era 12 só, teve complicação, aqui 81 tem que ter. Mas a gente busca, a gente é julgado pelo povo. Agora, eu pergunto aos senhores se ainda está valendo o ícone da comunicação. Meu não é. Mas do mundo. O meu é: de verdade em verdade eu voz digo. Vocês só têm valor para mim se buscarem a verdade. Eu sei que tem poderosos, tem milionários, tem ricos, tem bandidos, tem todo o jeito. Mas de verdade em verdade eu voz digo. Tudo isso só vale se buscar a verdade. Eu pergunto se ainda está valendo porque eu sou médico, tenho negócio de psicologia, neurolinguística, é um modelo. Aquele ícone da comunicação que disse: "uma mentira repetida se torna verdade". Como a gente cercear isso. E eu quero dizer que eu vivi esse mundo, mas eu acho que tem que ter autoridade. Peço autoridade. E eu louvo, aqui, eu vivi muitos períodos, de Vargas, depois, democracia, vivi os Militares e convivi com Castello Branco, convivi com Ernesto Geisel e João Figueiredo. O resto eu não conheço. Então, eu não posso... Figueiredo eu tomei até uns dois porres com ele, é gente boa de verdade. O Governador na época, o doutor... Não bebia de jeito... Ele foi Senador, austero, irmão de Petrônio, então, ele foi duas vezes inaugurar e botava uns, eu era muito jovem, ficava bebendo com ele, mas é uma figura que eu vi muitas virtudes nele. E Geisel, por que é que eu estou trazendo isso? Porque eu vi. Eu acho que está faltando autoridade. O exemplo arrasta. Palavras que a gente vê muito, discurso a toda hora. Padre Antônio Vieira que diz isso. Não sou eu, Cristovam. Palavra sem exemplo é um tiro de bala. Eu ouvi.

Flávio Cavalcanti, todos vocês conheceram. Programa. Eu assisti. Por isso que eu estou louvando Ernesto Geisel, mas eu o conheci, era do Piauí, político, um homem de moral. Aí apareceu uma cena. Ele era o maior ibope, né. Pernambuco, Cristovam Buarque, apareceu, levou e dá público mesmo essas coisas. Mas eu fiquei chocado, era bem jovem, muito jovem, e aquilo entra em todo mundo, ele levou um casal, um casal que o homem não... Naquele tempo eu acho que a medicina não tinha esses conselhos, esses remédios, ele não tinha potência sexual. Então, ele levou o casal e como resolver? Não tinha esse negócio de Viagra naquele tempo. Então, ele dizia que contratava o vizi-

nho para cobrir a mulher. O Presidente Geisel estava assistindo. Mandou suspender com a sua autoridade moral que deve ser imitada o Flávio Cavalcanti, um poderoso homem da Globo. E eu vi recentemente, não gravei aonde, mas vi, eu assisti. Não sei nem que... Eu vi, não sei nem qual o canal, tal constrangimento... Era um desses, agora, estava sentado, era um que era casado com o filho e dormia entre a mãe e a filha e satisfazia sexualmente. Eu vi. E aí? Aonde... Eu acho que a civilização tem que caminhar para o sonho do nosso Cristovam Buarque, a educação. Esses princípios... [soa a campainha]. Esses princípios que destroem tudo, esse Senado, esse Senado escolheu em 183 anos, esse sim era melhor do que nós hoje, Rui Barbosa que disse: "A pátria é a família amplificada". Destrói a família. Eu vi, passou aí, passou. Eu que vi. Era um programa desses aí, eu não sei, também, eu não vou, constrangido, mas vi e demorou. E ele demorou. E ficou no meio e a sogra, não sei o que, era com dois e mostrando a cena. Essa é a comunicação. E vai enterrar a educação que o Prof. Cristovam Buarque sonha. Então, são essas a minha meditação e eu sei que tem, eu acho que deva ter.

Eu assisti também nos Estados Unidos e aqui só vale se cada um contar sua história, for o pai da pátria e me chamou atenção. Eu vi um jornal, Cristovam, e me chamou a atenção. Um jornal disse uma mentira. Uma. E o diretor... E aquele jornal faliu porque ninguém comprou. Mas uma só mentira. Eu vi, eu acompanhei. Estava na região e o diretor com os seus princípios, cristãos, se apresenta e diz: "Não. Nós vamos averiguar - uma jornalista mulher - mas vai ser punida, eu vou frechar". Isso nós temos que ir nesse rumo ou então aquilo, eu fico com Shakespeare. "Eu não sei se tem bem ou mal. Se os senhores, esse progresso nos trouxe bem ou mal destruindo os princípios fundamentais da família. Então, essa observação e eu acredito muito nessa obstinação do Prof. Cristovam Buarque. E eu acho que pode morrer tudo, mas se acabar a esperança estamos mortos. E eu estou entristecido quando eu vi uma pesquisa que o Presidente da República está mais alto do que quando ele anda no Aero-Lula. Mas o essencial é invisível aos olhos, Prof. Cristovam. Eu fui ver a pesquisa e a pesquisa diz: nunca teve tanta corrupção. E a violência, "*pares cum paribus facillime congregantur*", violência traz, Cícero disse isso uma vez. Então, a violência, Prof. Cristovam e senhores, o povo brasileiro não tem esperança que diminua. Então, eu acho que a comunicação só tem sua razão se for para levar a verdade e não enterrar a esperança do nosso Brasil. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, agradeço ao Senador Mão Santa e passo a palavra ao último orador inscrito, ao Senador Azeredo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Só para sintetizar. Eu acho que está na hora de nós termos uma justiça para comunicação. Não tem para pequena causa, Justiça do Trabalho, para o trabalhador, não tem dos Militares, não têm um órgão que diz que até absolve para julgar os políticos. Tem que ter porque são muitos os pecados.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero também dizer da importância dessa audiência, podemos conhecer muita coisa aqui, evidente que esse Senado composto de 81 Senadores e tem pessoas muito experientes aqui, são ex-Ministros, nós temos mais de 20 ex-Governadores como V.Ex.ª, como eu próprio, como o próprio Senador Mão Santa, mas nós não podemos saber de tudo. Então, evidente que para isso que existe consultoria, para isso que existe Assessoria e nós temos que nos informar sobre os assuntos. O objetivo maior do Senador Flexa Ribeiro meu colega de partido está aqui claro, objetivo de preservar, fortalecer e promover a cultura brasileira feita por brasileiros. Assim que eu estou entendendo que é o projeto. Não tem nenhum objetivo de censura, não tem nenhum objetivo que seja mais complexo, digamos assim. Acho até que polêmico esse projeto é, acho até mais polêmico do que aquele meu projeto de crimes de informática que o Parajo fica brigado com ele, eu acho que é mais polêmico esse do que o outro, do crime de informática, hoje está mais claro do que é que é, do que se objetiva. Então, evidentemente que nós temos que ter algumas informações adicionais para poder levar esse projeto até a sua aprovação final.

Mas eu queria colocar aqui algumas coisinhas, uns pontos, alguns, até são mais informação só, não tem nem muito a ver com o projeto. É que quando se fala muito nessa questão de número real, número de pessoas com internet... com celular, nós já passamos de 100 milhões. Mas tem alguma estatística que diz quantas são as pessoas que realmente estão usando, porque esse é número de linhas. Mas tem linha desativada, tem linha em duplicidade, não sei se isso existe, baixaria para 80 milhões, para 90, para 70, alguma coisa desse tipo. Se tem alguma informação sobre isso. E a questão do sistema de antenas, se nós vamos continuar com essa proliferação de antenas aí ou se existe alguma tecnologia em vista que vá diminuir essa quantidade de antenas necessárias. Ao João Saad e ao Achilis, que são os dois da área de televisão, eu quero primeiro dizer da minha satisfação de revê-los. O Achilis eu conheço desde a época em que eu fui

Prefeito de Belo Horizonte, antes ainda, ou antes, né, desde a época da PRODEMGE, da época da empresa de informática de Minas, o João Saad, eu fico sempre lembrando muito do Dr. João, eu conheci muito, tinha muita admiração por ele. Eu queria só opinião rápida sobre a questão de classificação de programas? Como é que é a opinião dos dois especificamente sobre essa questão? Evidente o que o Senador Mão Santa nos traz aqui com a sua eloqüência, é uma questão que em determinados momentos preocupa sim. Essa questão de achar que nós não temos... Ah, não tem que ter regra nenhuma, como o próprio caso da internet. Não é assim. Eu acho que o bom internauta ele, na verdade, ele quer regra sim, ele quer ser protegido. Há pouco tempo eu fui na França e cheguei as onze horas e 05 minutos no restaurante. Falou: não. Aqui é até onze horas. "Passou de onze não tem mais comida não. Você tem que só beber água, vinho se quiser, comida não tem".

Então, regra existe, no mundo lá afora tudo. A regra é essa, restaurante só funciona até onze horas. Essa coisa nossa boa aqui de até de madrugada, quatro horas da manhã, não tem. Então, existência de regras mesmo em países mais avançados ela é normal. Outro dia eu estava assistindo essa questão, está se banalizando um pouco as expressões no Brasil, existe um pouco isso, mas acho que é a questão da realidade moderna mesmo. Hoje essas... Os jornais, por exemplo, de interior, cidades menores, só usam notícias dos grandes jornais, então, até aumenta as responsabilidades das agências porque se as agências for uma notícia errada, essa notícia se multiplica, por questão de economia até os jornais às vezes não têm, os próprios jornalistas não vão atrás da verificação da notícia e a rapidez da informação também acaba causando isso. Outro dia eu vi num desses jornais eletrônicos tinha lá assim: trem atropela bêbado. Será que foi aqui em Brasília? Na hora que eu fui ver foi na Rússia. A velocidade da informação, isso no passado não ia chegar aqui, ia demorar uma semana para chegar uma notícia pequenininha do jornal, estava ali no jornal eletrônico. Então, essa questão da rapidez eu acho que é a justificativa maior de muitas coisas que acontecem. Mas como é que a gente pode enfrentar isso de alguma maneira? Ontem eu, inclusive, estava aqui, eu me assustei quando eu estava falando do negócio do cinema brasileiro, que o cinema brasileiro está melhorando de qualidade, mas que no passado tinha porno-chanchada, depois um outro em brincadeira falou para mim assim: "Você não gosta de porno-chanchada?" Então, as coisas vão ficando, tão comuns no Brasil hoje que realmente a gente não se espanta com mais nada, diria assim. Então, nada de censura, evidente que não. Mas a classificação, talvez, seja, interessante, foi bom estar falando que chegou o autor do projeto aí que é o Senador Flexa Ribeiro, então, viu, Flexa, guardei o tempo para você poder falar.

Então, basicamente isso, eu queria só um pouquinho essa questão da classificação e essas informações mais técnicas ou estatísticas sobre área de telefonia celular.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa, em primeiro lugar queremos todos agradecer que essa Mesa e essa possibilidade exista graças ao senhor que sugeriu essa audiência. Foi extremamente positiva até aqui, todos já perguntaram e eu ia começar a colocar algumas considerações e perguntas, mas eu acho que o senhor tem todo o direito de falar antes de mim e antes de passar para eles.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria muito de ouvir as ponderações do meu Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu vou colocar como se o senhor não tivesse chegado e podemos até fazer o seguinte, passamos para ele e o senhor fala por último, se preferir. Está bem? E se de sua fala houver necessidade de mais resposta a gente dá mais um tempo.

Eu quero dizer para todos nós, que quando surgiu, e o Senador Zambiasi levantou o desconhecimento nosso, meu também, do must-carry, eu quero dizer que é mais grave do que as palavras, na verdade a gente não está entendendo quase nada de todo esse avanço técnico que está ocorrendo e das conseqüências dele. Eu estava conversando esses dias com o Senador Sarney e não pedi licença a ele para dizer isso, mas creio que não há problema. E ele me trouxe sobre essa crise que nós vivemos de credibilidade. E ele trouxe algo extremamente interessante e preocupante. Ainda bem que não para nós e sim para a próxima geração. E eu queria colocar aqui como é que os senhores pensam. Ele acha que há uma crise muito mais profunda do que essas que a gente vê. Há uma crise do começo da não mais necessidade do próprio Parlamento na medida que está surgindo uma democracia direta. Em breve, seja qual for o número dos que usam telefone, conforme a pergunta do Senador Azeredo, as pessoas vão fazer interativamente sua opinião sobre qualquer lei. Vão manifestar diretamente ao Presidente da República qual é a posição da opinião pública através da internet, através dos telefones e o que a gente nem sabe ainda que vai surgir porque acho que não vai demorar que cada um da gente faça um implante de

chip na cabeça para falar telepaticamente com quem a gente quiser.

Então, como é que vêem os senhores o papel desses meios de comunicação do aumento da participação popular na tomada de decisões? Segundo, se a gente continua nesse ritmo e vai continuar, é inevitável, se vão adiantar as regras que a gente faz. Por exemplo, o Dr. Juliano Maurício, o Dr. Juliano Maurício, colocou e lembrou que o governo venezuelano não renovou a concessão de uma licença e a televisão passou a transmitir via internet e ninguém tem como impedir isso. Eu acho, até coloquei essa minha posição que o Presidente Chávez independente da legalidade, legitimidade do que ele fez cometeu um erro técnico porque não é mais possível. Não adianta a gente impedir, por exemplo, o Senador Mão Santa com a maior correção, eu acho, lembrou a proibição do grande jornalista colocar na época essa sua opinião, hoje ele iria para o Youtube e colocava tudo isso diretamente acesso a todos como aconteceu com a atriz Cicarelli, não é, que tentou impedir, não consegue-se mais impedir. Então, a minha pergunta é: isso não vai levar inevitavelmente, inclusive, a uma anarquia do processo caótico de comunicação? Qualquer um da gente hoje pode ter uma televisão a partir da casa, ou diretamente ou pegando carona no Youtube se você fizer as coisas...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas eu queria só lembrar que aí vem a credibilidade. Tem uma enciclopédia na internet que chama Wikipédia, ela é hoje é desacreditada porque tem tanta asneira que apareceu lá que ninguém está dando importância mais. [risos]. E isso está acontecendo com os blogs também. Tem blog aí que já caiu em descrédito, as pessoas não olham o blog...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas hoje, talvez, tenha mais gente consultando a Wikipédia do que mesmo as enciclopédias mais oficiais. Até porque eles dizem que às asneiras são corrigidas automaticamente online e instantaneamente. Você põe uma asneira hoje e daqui a dois segundos a asneira está corrigida. Então, essa é a anarquia que eu falo. E aí eu queria colocar. Será que em vez da gente estar tendo um aumento da democracia a gente não está tendo um fracasso social por conta da fraqueza do Estado. A verdade é essa. O Estado está se fragilizando. Por um lado significa avanço da democracia, da democracia de cada indivíduo poder expor o que o pensa. Ao mesmo tempo, pode gerar uma crise anárquica nos sistemas terminando engolindo as próprias instituições sérias que possam existir. E finalmente uma pergunta que, na verdade...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Professor, desculpe interrompê-lo, mas começou assim. Na Grécia o Parlamento era todo mundo, mas o bêbado fala mais do que as autoridades como V.Exª., por isso que eles criaram o sistema representativo. Eles tinham mais voz, eles subiam lá naquele negócio da Grécia, a confusão e os Cristovans Buarques não eram ouvidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas será que a gente não está voltando ao tempo em que haverá uma Ágora, não é, a grande praça deles, global? Em que o mundo inteiro vai estar sentado ou em pé na praça. Sentado, na verdade, em casa. Você está em casa e está na praça. Essa intermediação do Congresso que tem sido fundamental na democracia, eu não acredito que a democracia direta hoje substituir-se o papel fundamental do Congresso como filtro, mas será que não vamos ficar irrelevantes no médio e curto prazo? Haveria o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o povo falaria diretamente com o Poder Executivo. É uma pergunta que eu estou falando.

Agora, a última que eu disse que tem duas. Primeiro, dessa terceira. Será que a anarquia não seria corrigida se a gente tivesse um radical avanço na educação de todos? Ou seja, radical na universalização e radical no conteúdo como o Senador Mão Santa colocou? Será que o problema não está na falta de educação de alguns que terminam sendo manipulados sem o filtro do Congresso? E aí vem a segunda fase da pergunta. O que é que esse avanço técnico pode fazer para ajudar a radicalizar a educação? Que hoje não pode ser limitada à escola. Hoje a escola, a família, e o Mão Santa sempre fala isso, nunca vai ser substituída, e a mídia. A grande escola hoje é a mídia. Não adianta o menino ficar horário integral e chegar em casa e ligar a televisão e se deseducar. Mas ela pode ser um instrumento fundamental da educação. Não há como mais ter educação sem televisão, sem internet, sem rádio e ainda sem jornal, sobretudo, aqueles que são distribuídos gratuitamente, como esse, eu faço um pouco de propaganda do jornal que é um jornal distribuído gratuitamente que a meu ver é para onde vão caminhar todos os jornais. Em Juiz de Fora, estava lembrando para ele, tinha um, não sei se ainda tem, um jornal gratuito. Então, são os dois componentes dessa última pergunta. Se não está na falta de educação o risco da anarquia, e como é que esse avanço todo que a gente tem por aí ajudaria a educar o povo brasileiro? Como, aliás, a única forma real de proteger a cultura. Eu sou favorável a medidas de proteção da cultura. Não acredito que a gente deva abrir mão da cultura nossa. Os franceses protegem até o queijo como algo cultural. A gente tem que ter uma proteção. Não existe cultura solta por aí no mundo com tanta simetria como foi colocado aqui. Agora, a manei-

ra correta de proteger será um avanço muito forte da cultura. Um País com 200 milhões de habitantes como a gente está chegando, se a gente tivesse todo mundo muito bem educado a gente ia ter uma literatura de padrão universal falando em português para o mundo. Hoje a gente não tem. Não tendo é possível, sim, que a gente precise de proteção, quais os limites, quais as formas, para isso que a gente está fazendo a audiência. Essas são as colocações. Eu passo a palavra aos convidados e reservo--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu poderia, se V.Exª concordar, fazer também os questionamentos e eles... Nossos convidados responderiam já o bloco por inteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bom. Eu só fui informado o que o Dr. Juliano, professor, tem que sair por causa de avião. É isso? Daria tempo de ouvir? Dá tempo. Ótimo. Então, eu passo a palavra ao senhor e o senhor será o primeiro a fazer uso da palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero, Presidente Senador Cristovam Buarque, primeiro parabenizá-lo para por discutir na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o projeto que trata da produção, programação e provimento do audiovisual brasileiro, conteúdo brasileiro por meio eletrônico. Esse projeto eu tenho dito, em todas as oportunidades, quero saudar aqui o Senador Sérgio Zambiasi. O Senador Sérgio Zambiasi é o Relator do projeto e ele, então, com certeza absoluta com a sua competência e com o aprendizado que nós estamos tendo, Senador Sérgio, ao longo de todas essas audiências, porque o projeto ele traz a discussão algo que já acontece e que nós precisamos saber o que a sociedade brasileira, qual o caminho que nós queremos nesse segmento para o Brasil.

Então, nós temos dois assuntos que são polêmicos, eu diria, com relação ao projeto. Um que eu reputo até da maior importância sem diminuir o outro que é a questão do conteúdo, saber o que é que nós queremos transmitir para os nossos jovens, para a nossa sociedade, em relação a cultura brasileira, aos nossos costumes, e as nossas raízes. Porque... e face a globalização o que nós estamos vendo acontecer é que estamos sendo muito mais considerados como um mercado consumidor de culturas de fora para dentro. E não estamos preservando e não estamos tendo o cuidado de dar a oportunidade para que a rica cultura brasileira possa, aí sim, ser um produto de exportação. Ainda na audiência de ontem o diretor da ANCINE deu um número de que esse segmento a nível mundial movimenta algo em torno de 360 bilhões de euros e ele é, a produção audiovisual e falando principalmente na produção cinematográfica. E ele é totalmente dominado pelos Estados Unidos e em segundo lugar, mas com uma participação bem menor pela Europa. O Brasil tem uma participação próxima da África com zero vírgula, se não me falha a memória, 0,3% desse mercado. Ora, se nós todos estamos fazendo um esforço para aumentar a exportação brasileira, estamos hoje em cento e tantos bilhões de reais, se... E estamos tratando apenas dos nossos produtos industrializados, por que não tratar também de exportar a nossa cultura através de produção audiovisual e que temos, com certeza, condições para não diminuir os demais países, mas no mesmo nível do que os outros países nos trazem para conhecimento da sociedade brasileira. Então, eu acho que nós temos riqueza cultural, nós temos uma mão-de-obra nesse segmento da cultura já consolidada e que pode e tem capacidade de ganhar o mercado externo. Haja vista que as produções de telenovelas das redes brasileiras elas já são exportadas para muitos países. Acontece que quando o produto dos Estados Unidos entra aqui ele já entra com o seu custo totalmente compensado. Ele já entra praticamente como um subproduto para ser colocado no mercado brasileiro.

Então, eu quero saudar os nossos convidados, quero saudar nossos convidados dessa Audiência Pública, Dr. João Carlos Saad, Presidente da ABRA, Dr. Eduardo Parajo, Presidente da ABRANET, Dr. Antônio Achilis Alves da Silva, Presidente da Rede Minas, Gustavo Dahl, Presidente do Conselho de Cinemateca Brasileira, Celso Schröder, Coordenador Geral do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação e Ércio Zilli, Presidente da ACEL.

E eu diria, ontem ainda numa entrevista na TV Senado, foi-nos feito uma pergunta, se o nível de informação hoje que circula para a sociedade, se ele ao invés de ajudar ele não acaba prejudicando o crescimento da pessoa humana em função de ela não ter condições de gerir toda essa informação, porque o volume de informação pelos meios hoje da tecnologia chega de tal grandeza que você não consegue tomar conhecimento e principalmente as gerações já avançadas, eu diria que a geração que está vindo ela administra bem isso. Ela administra bem isso. Mas geração já avançada ela tem uma certa dificuldade. Mas nós temos que discutir, nós temos que discutir o conteúdo brasileiro, proteger o conteúdo brasileiro, nós temos que discutir a questão da convergência tecnológica. Hoje nós temos regras diferentes para radiodifusão, nós temos regras diferentes para TV a cabo, nós temos regras diferentes para telecomunicações e elas estão se fundindo numa plataforma só. Então, é preciso que de forma democrática que nós possamos rever aqui

no Congresso Nacional e dar a oportunidade a todas que possam exercer todo esse nível de tecnologia que está vindo com oportunidade igual para todos, sem que haja privilégio ou vantagens para um segmento em relação ao outro.

Eu perguntaria exatamente aos senhores e aí quem tiver condições de colocar a sua posição que para mim é muito importante a [soa a campainha] posição dos senhores que é um aprendizado, o projeto, eu tenho dito sempre, Senador Cristovam, que ele é aberto. Ele está aberto exatamente para que em função das audiências possamos colher as sugestões de todos os segmentos envolvidos, de todos. Não de parte do segmento. E o Senador Sérgio ele com certeza absoluta fará essa leitura e fará o relatório em função daquilo que for melhor para o Brasil. Eu vou depois pedir as notas taquigráficas da exposição dos senhores para que eu possa pela leitura tomar conhecimento do que aqui foi dito.

Como eu disse, as empresas... O quadro normativo hoje prevê limites diferenciados para participação de capital estrangeiro e empresa comunicação. As empresas de radiodifusão pode ter até 30% do capital estrangeiro, as TVs por assinaturas, se a tecnologia for o cabo, o percentual é de 49%. As já no caso das TVs pagas por satélite DTH e por microondas MMDS não há limite para participação do capital estrangeiro. Também as chamadas Teles podem operar no Brasil mesmo que o seu controle seja de um grupo estrangeiro. Aí eu pergunto. Como os senhores vêem as restrições, a entrada de capital estrangeiro apenas nas empresas de radiodifusão e TV a cabo que veiculam conteúdo? A esse respeito pergunto: O que justificaria essa limitação apenas nesses segmentos tendo em vista que empresas como as operadoras de celulares e as de internet já gerenciam e produzem grande quantidade de conteúdo e serviços destinados a brasileiros, ou seja, se nós vamos na convergência tecnológica também adequar a legislação para que a entrada de capital estrangeiro seja possível a todos os segmentos ou se nós vamos limitar aos segmentos que hoje já têm essa possibilidade para proteger a produção brasileira. A convergência tecnológica pode ser definida como a integração de dispositivos pertencentes ao consumidor como telefone, a televisão, o celular e o computador pessoal com objetivo de fornecer novos serviços, assim, a convergência significa uma maior conveniência de escolha nos serviços tradicionais e o surgimento de serviços inovadores. Qualquer inibição ao desenvolvimento pleno dessas possibilidades poderá em tese resultar em prejuízo ao consumidor que não poderá desfrutar de novos serviços. Se houver restrições com relação ao capital social e natureza das empresas que poderão participar desses desenvolvimentos não correremos o risco de não priorizar a conveniência e o interesse do consumidor? Então, se nós fizermos restrição como resposta à primeira pergunta essa restrição virá prejudicar a quem nós temos que proteger em primeiro lugar que é o consumidor, que é a sociedade?

E por último. A convergência de mídias é uma realidade. O conteúdo da TV passou a interessar às empresas de telecomunicações e de telefonia já que está acessível nos celulares e computadores. O desafio que se coloca aos reguladores e legisladores é conceber um quadro legal, adequado a esse novo ambiente. As referências recorrentes nas exposições feitas nas audiências públicas realizadas sobre o tema, quanto a necessidade de se rever e repensar o marco legal do setor, tendo em vista o surgimento de novos modelos de negócios. Ao mesmo tempo a convergência tecnológica põe fim as barreiras entre os serviços e por conseqüência entre as empresas de telecomunicações e de comunicação social. Não haverá mais distinção em função da tecnologia. Nesse contexto pergunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa, agora são dois que têm que sair daqui antes de... 13h15.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu concluo já em um minuto só.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nesse contexto eu pergunto. No entendimento dos senhores devemos pensar em um marco normativo único e uma mesma instância reguladora para os setores de radiodifusão e telecomunicações? Eram as perguntas que eu tinha a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou... Passarei imediatamente ao Dr. Juliano, mas eu peço a máxima brevidade porque o Dr. João Saad também tem que sair no máximo 13h15. Foi informado agora. Tínhamos até acertado almoçar juntos. Por favor, um minuto ou dois. [risos]

SR. JULIANO MAURÍCIO DE CARVALHO: Vou tentar. Um rápido cenário. Uma novela produzida na Suécia feita em português transmitida no Brasil por uma operadora de telefonia celular é Tele ou é radiodifusão? O telejornal que passa na televisão aberta e daí duas horas passa na televisão por assinatura, na aberta ela é radiodifusão, na televisão por assinatura ele é Tele. Ou seja, isso é esquizofrênico. Então, respondendo de início a pergunta do Senador, se nós queremos regular por conteúdo tem que ser para todo mundo, inclusive, até a primeiro Portaria que há sobre televisão por assinatura no Brasil que é a TVA do Go-

verno Sarney que não está mencionado no projeto do Senador Flexa Ribeiro, ou seja, que tem 22 concessões no País, além do MMDS, do DTH, tive que juntar tudo. Acho que esse é o princípio.

Segundo. Qual é o órgão regulador? Nós temos que juntá-los. Também não adianta. A única exceção que, talvez, caberia nesse contexto é que o fomento ao audiovisual, a produção cinematográfica pudesse ficar distinto que é um trabalho que pode estar contido na ANCINE. Essa é uma alternativa.

Queria chamar atenção para outros aspectos rapidamente porque o Senador disse que eu tenho que ser "The Flash" aqui. Tempo de locutor de rádio. Vamos lá. Então, olha só, o Senador Mão Santa, os Senadores falam da força que a medida tem e citam vários momentos como que isso deveria ter um regramento. Gente, a questão é muito simples, ou seja, primeiro tem uma saída aqui dentro, tem um Conselho de Comunicação Social. Ele precisa funcionar, ou seja, há vários mecanismos da sociedade, ou seja, o que a gente chama de controle público e não censura, que deve ser levado a cabo. O problema é por que é que isso não acontece? Apesar desse país ter um profundo gosto televisivo, uma paixão fantástica pelo audiovisual o que é que acontece nesse País? A mídia não fala da mídia. Então, obviamente, esse debate não está no cotidiano da sociedade, ou seja, essa é uma das grandes razões pelas quais nós temos uma dificuldade enorme de conseguir ter um grau de credibilidade e organização da sociedade. Qual é a saída, Senador Cristovam? Eu acho que passa necessariamente pela educação. Mas e aí isso pode significar darmos à população um instrumental de democracia direta? Eu acho que não. Nós temos que pensar o seguinte. A democracia vai pressupor sempre uma dada mediação, ou seja, compreender a convergência tecnológica. [soa a campainha] os suportes midiáticos primeiro como medidor, ou seja, aquele que medeia os saberes é um aspecto para educação. Segundo. Compreender as redes e todo o suporte de programação como um instrumento é outro, ou seja, eu acho que nós temos que conseguir observar a legislação nesses aspectos.

Vou concluir. Eu acho muito difícil conseguirmos ter uma alternativa para internet. Muito difícil. Primeiro pelos argumentos técnicos de linguagem, tecnologia. Segundo. É em razão de que eu acho que o exemplo foi dado pelo Eduardo aqui. Você publica o conteúdo em português no outro país, num desses paraísos que a internet tem, como é que você controla, mesmo que você tenha o mecanismo da propriedade? Então, diria o seguinte, [soa a campainha] Não resolve termos simplesmente uma ferramenta em relação ao controle acionário das empresas. Nós temos que regular o conteúdo também pelo produto, pela mensagem. Obrigado. E eu peço licença aos nobres Senadores para poder me retirar da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e passo a palavra ao Sr. Saad.

SR. JOÃO SAAD: A comunicação, na verdade, ela se divide em duas partes, a grátis que é radiodifusão e a paga. Então, a primeira resposta é: Não. Não dá para ser a mesma legislação. Repare que todos são muito democráticos, todos falam muito em bytes e bits, em convergência e tudo, mas é toda paga. Nada é grátis. Então, não dá para ser porque são animais de espécies completamente diferentes, telecomunicação e radiodifusão.

Segundo. Eu acho que nós temos vazios regulatórios como especialmente na área do conteúdo e diferenças de tratamento de coisas iguais como Cabo e DTH, quando a gente fala: Ah, mais que bom, a RCTV agora está na internet, então, ela está salva. Não, isso é uma conversa furada de quem realmente não é do ramo e sabe que ele não vai conseguir pagar 3 mil funcionários pondo o canal dele na internet. Ele tinha uma rede aberta de cobertura nacional com diversas estações espalhada por todo o território venezuelano. Aliás, eu recomendo aos nobres Senadores que assistam o canal livre que nós fizemos com o Presidente da RCTV, onde ele conta como começou o que se está chegando hoje lá na Venezuela. Um dos jeitos que começou foi com a classificação, com essa... Como é que eles chamam? De classificatória não sei o que, classificatória. É um linguajar bonito que muitas vezes a gente tem vontade de fazer, né. Mas é como começa o controle, é como começa a censura, você se amanhã quiser quebrar um grupo de comunicação o sujeito faz uma novela para um horário X e você fala: nesse horário X você não vai poder subir. Na hora que ele não pode exibir ali, o jornalismo está incomodando ali, ele tem que exibir no outro horário, a novela não fecha naquele outro horário. Então, é uma forma de pressão e de controle que sempre se tem. Então, eu acho que o que a gente tem que estimular é que as pessoas cobrem e controlem.

E queria falar um pouco sobre internet que todos nós queremos sempre que ela seja sem nada, mas a gente não tem controle nenhum dela, você não tem o autor, então, o sujeito te xinga na internet, você não sabe nem como você se defende dele. O Senador Mão Santa criticou a mídia, mas se tiver alguma coisa errada ele pode processar a mídia, nós temos endereço, CEP, nós não somos um grupo anárquico, nós temos endereço. Se tiver alguma coisa errada, é simples, ele vai na justiça, e não precisa ter várias justiça, pode

ter uma justiça só. Ao invés de ter várias justiças, ao contrário, pode ser uma só. E pode processar. Agora, na internet isso não existe. Não existe na internet também a proteção aos direitos. O sujeito produz um filme, produz um documentário. E aí? Não protege os direitos? Então, e, aliás foi falado aqui que nós somos contra o direito de cópia. A ABRA não é contra o direito de cópia e eu como cidadão também quero ter o direito de tirar uma cópia na minha casa se eu estiver assistindo e se eu gostar daquele conteúdo. O que se luta é contra a pirataria. Acho que essa é que é a diferença de linguagem.

E para encerrar eu acho que o Senador Zambiasi tentou começar conectar o que é que as diferentes falas dos diferentes segmentos queriam dizer e acho que a gente precisaria de um pouco mais de tempo e profundidade para isso, a proteção de conteúdo que eu falo é no sentido de canais, a mídia paga é lá que floresce porque a mídia paga você tem duas receitas, a receita da assinatura e a receita da publicidade. A TV aberta, um, ela tem um espectro limitado que já vai ter exemplificado agora com digital, mas ela é muito mais frágil porque ela depende só da publicidade. Então, é lá que tem que florescer a diversidade cultural. E lá existem as travas. O meu companheiro aqui das celulares sabe disso tão bem quanto eu que tem um dos sócios dele que é sócio de empresa de cabo e que não permite distribuição de canais brasileiros lá dentro. E não é por falta de talento, por falta de competição, é por falta de permissão, porque o sócio que ele tem não deixa que entre nenhum outro grupo nacional fora ele mesmo. Então, você tem esses cerceamentos e aí é que nós estamos travados na produção. A nossa produção nacional vai florescer se nós pudermos exibi-la na mídia paga, seja DTH, seja a cabo, seja telefonia, seja o que for, na paga. É lá que florescem as produções, é lá que nós vamos criar talentos novos, produções novas e receitas novas. Então, esse é a minha sugestão, afora que o Dahl pesquise um pouco melhor sobre preço de comida de cachorro, estão te cobrando muito caro, você deve estar com algum intermediário, faça uma cotação que vai comprar melhor comida para cachorro. Muito obrigado a todos.

SR. GUSTAVO DAHL: Como a televisão depende da qualidade.

SR. JOÃO SAAD: Depende sim, depende sim. Tenho certeza que os próximos filmes aqui do meu vizinho já vão retratar uma melhoria de qualidade. Muito obrigado a todos, obrigado a vocês, obrigado pela paciência e parabéns aos Senadores que estão começando a encarar um problema sério, um vazio, é um mico que ninguém quer encarar. Como eu disse aqui a ANATEL não quer, o Ministério não quer, o outro não quer, mas vocês estão encarando com coragem, com seriedade a discussão do conteúdo no Brasil. E acho isso realmente uma discussão estratégica que nós temos que mergulhar mais fundo nela. Não podemos deixar esse vazio que está aí. Muito obrigado a todos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria de fazer uma pergunta ainda ao Dr. Saad antes que ele se ausente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): vamos ver se ele tem tempo. Não podemos exigir dele mais do que...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só um minuto. E antes pedir desculpa aos senhores por eu não ter assistido as exposições porque eu estava numa audiência no Ministério do Desenvolvimento e depois aprovando projetos de Zona de Processamento de Exportação na CDR.

SR. JOÃO SAAD: Faz a pergunta, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDE-PA): A pergunta que eu faria, pelo que o senhor explicou aí. Eu perguntaria: O senhor seria, então, favorável à ABRA no sentido de que os canais pagos, a TV por assinatura fossem obrigadas a carregar também as empresas de... As TVs abertas? Porque hoje elas são obrigadas a carregar as TVs públicas, Senado, Câmara, TV Justiça.

SR. JOÃO SAAD: Não. A TV aberta que é uma geradora ela é obrigada a carregar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ela é obrigada?

SR. JOÃO SAAD: Ela é obrigada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já está obrigada a carregar. E deve...

SR. JOÃO SAAD: Ela é obrigada pelo must-carry. Você tem um vazio nisso no DTH e, na verdade, se usa o DTH meio que por osmose a legislação do cabo, mas se usa, em partes se usa quando interessa. Quando não interessa ela tem um grande vazio relatório. Então, esse mistério que a gente precisa sem mistificar, discutir ele com mais profundidade. Mas eu sou favorável a que tenham mais canais com conteúdo brasileiro, com conteúdo nacional, essa obrigação de cotas, a cota sempre é uma imposição e ela acaba nunca dando certo, porque ela não é feita pelo mercado. Mas a quantidade de canais brasileiros, bom, isso não é cota, isso é estratégia de País. E aí é que eu acho que nós estamos muito errados e foi o que... Eu vou passar para o senhor depois dar uma olhada, nós fizemos um levantamento mundo afora.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vi aqui.

SR. JOÃO SAAD: E mostra que nós estamos muito desequilibrados. Então, nós precisamos que surjam outros canais e outros grupos nacionais produzindo conteúdo, produzindo conteúdo local, produzindo conteúdo regional, produzindo conteúdo nacional. Se a gente lembrar das redes que afloraram nesses últimos 10, 15 anos, ESPN, HBO, Discovery, todas essas... Kids, Fox News, todas elas surgiram aonde? CNN. Surgiram na TV paga. Não surgiu uma rede nova na TV aberta. Ora, por que será que não surgiu na TV aberta? Porque aonde ela floresce é na paga. Na TV aberta ela é um espectro que está ali limitado e ela é frágil como eu disse. Podem lembrar dos 20 nomes da última década. Aonde que eles são? Na TV paga. Sejam americanos, sejam europeus, seja de onde for. Então, é lá que nós estamos capengando e é lá que nós temos que abrir para que muitos grupos floresçam ali e que não fique na mão de um único grupo, não fique na mão de uma única empresa controlando. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Sr. Saad e passo a palavra ao Sr. Ércio.

SR. ÉRCIO ALBERTO ZILLI: Obrigado, Sr. Presidente. Tentar responder... Está ligado. Rapidamente as colocações. Inicialmente as questões postas pelo Senador Azeredo. Nós não temos na ACEL estatísticas sobre quantas pessoas tenham celular. As empresas também não têm isso porque em função da forma como é feita a habilitação e certamente existem pessoas que têm mais de um aparelho. Então... Mas eu vou procurar ver se consigo alguma informação mais precisa. Com relação a quantidade de antenas, às vezes, Senador, a quantidade de antenas é conseqüência direta da capacidade do sistema. Como nós temos limitação do espectro, quanto mais pessoas precisam falar simultaneamente, é preciso de reutilizar o espectro. A gente reutiliza o espectro reduzindo o tamanho das células. Cada célula é uma antena. As novas tecnologias que vêm aí, tecnologia de terceira geração que exige mais banda passante vai exigir mais antenas. A TV Digital vai exigir mais antenas. Então, isso não tem jeito. O que se pode fazer é tentar otimizar a localização das antenas, tem legislação que está sendo discutida nessa direção. É possível, um exemplo, otimizar, mas diminuir não é possível diminuir a menos que se coloque limitação à quantidade de pessoas que podem usar o serviço que parece não ser o caso, né.

Com relação à questão colocada pelo Senador Cristovam, sobre qual seria a contribuição que a tecnologia poderia dar à causa da educação, nós achamos que é enorme contribuição. É preciso que haja produção de conteúdo adequado, conteúdo adequado à educação, adequado também aos diversos meios, aos diversos canais de distribuição. Então, seguramente há conteúdo educacional adequado à distribuição pela TV, pela televisão convencional, seja ela aberta, seja ela por assinatura e também deve haver conteúdo adequado a ser distribuído por outras mídias como, por exemplo, o celular. Aliás, esse tipo de contribuição para a prestação direta de serviços de responsabilidade do Estado como educação, saúde, segurança, em todos esses campos existe um espaço enorme para utilização da tecnologia em benefício da população. É preciso haver determinação política de se fazer.

A questão que se colocou aqui também do capital estrangeiro, se deve haver restrição ou não, nós achamos que não é conveniente haver restrição ao capital estrangeiro em nenhum segmento e especialmente se pretender colocar restrição à participação do capital estrangeiro como garantia de proteção ao conteúdo nacional. Não vemos a menor associação entre essas coisas. O capital, vamos dizer, é um bicho arisco, né, não há garantia de que a pessoa, o cidadão só pelo fato de ser brasileiro que ele vai colocar o seu dinheiro em algo inadequado, ele sempre vai buscar um benefício econômico.

Com relação a questão colocada pelo Senador Flexa Ribeiro sobre a conveniência ou não de se ter uma legislação única ou um regulador único, o nosso entendimento é que tem que haver uma conciliação das diversas normas afetando os diversos tipos de serviços e de meios de distribuição de conteúdo. As regras elas têm que ter, vamos dizer, um arcabouço, uma base comum, uma base conceitual comum, mas certamente haverá necessidade de especificidades para cada tipo de meio de distribuição, como eu mencionei na minha apresentação aquilo que necessitar utilizar recurso escasso como é o espectro e aí isso significa diretamente a televisão aberta, o celular e televisão por satélite, há necessidade de algum regramento específico para isso porque o meio é escasso, não é disponível para todos que queiram utilizar. Quando se trata de discussão de conteúdo por meios que não tenha esse tipo de restrição, acreditamos que não há necessidade de uma regulamentação muito profunda. Era isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): passo a palavra agora ao Sr. Antônio Achilis Alves da Silva.

SR. ANTÔNIO ACHILIS ALVES DA SILVA: Obrigado, Senador. Muito obrigado, Senador. Eu vou editar e compactuar um pouco essa fala para contar com a paciência dos telespectadores e dos Senadores que

estão aqui presentes. Eu começo por uma fala aqui do Senador Azeredo, aqui eu saúdo fraternalmente o Senador lá da nossa Minas Gerais que eu conheço como ele disse há muitos anos, dei muita força para a TV Minas quando foi Governador. E aí eu consigo entrar na questão levantada pelo Senador Mão Santa.

Senador, sobre a classificação das programações de televisão eu quero dizer que ela, eu considero inevitável, necessária, sou completamente a favor e eu parto de um princípio fundamental que é o comportamento da sociedade. Não há que se falar em censura quando nós estamos falando de uma rejeição social, rejeição da sociedade em determinadas práticas da televisão aberta. Nós já tivemos casos em que a sociedade por mecanismos organizados rejeitou e tirou do ar alguns programas. Isso não pode ser episódio, isso tem que ser permanente, essa vigilância, porque nós estamos falando de televisão aberta que entra na casa das pessoas sem pedir permissão. Até hoje ninguém tem um argumento consistente para dizer que há o que se controlar dentro de casa em relação a uma televisão, a televisão aberta ou mesmo a cabo embora o cabo é possível colocar senha para acesso a determinados canais. Então, em função desse acesso livre, descontrolado em que os pais não têm como controlar coisa nenhuma, é que eu acho que essas medidas classificatórias são importantes. Outras questões industriais e negociais que levam alguns setores a combater essa prática, eu acho que tem que ficar em segundo, terceiro e quarto planos. Mais importante é a família, é a sociedade. É o que pensa a sociedade a respeito disso. Não o que pensam, nós que fazemos televisão ou os empresários de televisão. O que é que pensa a sociedade. Isto é que é importante. Então, daí eu sou a favor disso.

E quando eu falo em rejeição social, o Senador Mão Santa, eu estou falando, o senhor citou aí o caso da Ministra do Turismo que foi uma frase infeliz muito explorada, aliás, foi o senhor, desculpe, então, direitos autorais adequados aqui. [risos] Mas eu vou entrar na questão de qualquer forma o que o Senador Mão Santa levantou, por esse caminho aí. Eu quero dizer o seguinte. A televisão explora midiaticamente essas coisas, é uma coisa espetaculosa. Essa é a regra que a gente convive com ela. A grande saída para essas questões que o Senador Mão Santa levantou de vitimização de cidadãos pela imprensa em geral não só pela televisão, passa muito, Senador, pela democratização da comunicação, pela regulamentação de tudo o que está parado, inclusive, nesta Casa, no Executivo, tem muita coisa parada para se regulamentar, inclusive, artigo de Constituição Federal que já foi citado aqui. Se a gente regulamentar isso, o que é que nós vamos, nós trabalharmos isso o que é que nós vamos fazer? Nós vamos desconcentrar a comunicação, nós vamos desconcentrar poderes porque nós estamos falando de produção regionalizada e um caminho, eu chamo muita atenção para uma melhor preparação, mais suporte à televisão pública porque este é o vetor, é o caminho que essas coisas começam a acontecer, se consertar, não porque elas vão se converter em trincheiras de poderes constituídos contra uma fiscalização de imprensa. Não é isso. É porque o conceito desenvolvido e que haveremos de regulamentar desta forma para a prática da televisão pública é um conceito de um jornalismo diferenciado, de uma programação diferenciada com outro tipo de compromisso. Então, vamos tomar como exemplo aquela frase infeliz que o Senador citou, espetaculosamente ela é colocada e repetida. A televisão pública ela... Uma coisa que não devia ser privativa, não pode ser privativa da televisão pública, ela tem que ser também da televisão comercial, ela tem a obrigação de contextualizar as coisas e de olhar o seguinte. Atrás de um rompante desse tem uma ginástica para se salvar uma... Diante de uma situação de caos na questão aérea.

Então, essa contextualização tratada jornalisticamente, a televisão pública tem que explicar, contextualizar e não apenas fazer espetáculo. Isso deve contaminar a televisão comercial. E, então, o caminho inicial pela televisão pública ele é muito importante para trazer esse benefício para a televisão como um todo. Em relação, aí aquela questão dos conflitos que o senhor levantou, há de fato, o recurso jurídico em qualquer situação o senhor tem o recurso jurídico, mas a desconcentração de poder, ela é fundamental, a pluralidade é importante. A pluralidade. O senhor não ficar sozinho, sem defesa, embora a gente saiba também que muitas vezes uma pessoa injuriada, difamada através de qualquer meio de comunicação evita entrar na justiça, avaliando riscos de retaliações futuras. Isso atrapalha bastante a moralização desse processo aí, porque se todo mundo que tiver injuriado tiver razão para isso, entrar na justiça e contar com a justiça e batalhar por processos na velocidade adequada, essas coisas se consertam, progride bastante. Não pode é ser passivo tolerante quanto a injustiças que se cometem por aí de calúnia, injúria e difamação. A lei existe para isso.

Nós falamos aqui também da velocidade das mudanças e quero dizer que me preocupo que acho que a velocidade é tão vertiginosa, Senador Azeredo, que já-já vai virar um problema de saúde pública. Eu acredito que será uma questão de saúde pública a vertigem que é a mudança de tecnologia. Então, aí quando o senhor pergunta se devia haver um marco regulatório

único, eu acho que hoje a resposta eu concordo com o João Saad, hoje, mas com muita mudança, eu não prometo que eu vou manter essa posição daqui há três, quatro anos.

Senador Cristovam Buarque falou dos riscos do Parlamento estar sendo engolido, ter uma defasagem em função de tanta mudança tecnológica. Eu acho que isso é uma preocupação fundamental, real, porque se o Parlamento, mas não só o Parlamento, o Poder Executivo, Judiciário, a sociedade como um todo, o modo de funcionar das pessoas, se o Parlamento não caminhar, não acompanhar essas mudanças vai ficar de fato defasado, vai ser atropelado, vai ser ultrapassado, daqui há 5 anos esse Parlamento não pode estar trabalhando do jeito que trabalha hoje. Essa reunião podia ser virtual. Então, esse Parlamento, eu falo de 5 anos, imagina daqui há 20. Em 5 anos esse Parlamento não estará trabalhando assim ou senão estará ultrapassado. Essa é uma preocupação, eu recomendaria, se me permite, Senador, o senhor levantou essa preocupação, que fizesse um estudo de futurologia científica muito bem cuidado, muito bem feito, muito bem contratado para construir o próximo cenário. O cenário, o que é que está vindo aí. Porque é bom antecipar coisas, mesmo que alguma coisa não seja exatamente aquilo, mas é bom prospectar esse futuro para não ser atropelado. Isso é grave, isso é importante, no caso o senhor colocou o caso do Parlamento, então, estou respondendo pela questão do Parlamento. É uma questão crucial, é uma questão grave essa atualização de processos, essa questão de tecnologia.

Senador Flexa Ribeiro falou em limitação de capital estrangeiro, em radiodifusão. Senador, essa é uma questão polêmica, séria, porque em princípio a questão é conteúdo, capital que entrar aqui, ele venha de onde vier, se ele estiver bem regrado quanto a conteúdos não tem problema nenhum em tese. O problema e aí precisa se aprofundar mais, eu não estou manifestando uma posição a respeito ainda, é se aprofundar mais a discussão sobre até que ponto não se perde a soberania cultural e outras soberanias que nós precisamos ter, como os americanos protegem, os europeus garantem os deles, nós temos que garantir os nossos. Até que ponto o capital estrangeiro afeta ou põe em risco essa questão de soberania? Em princípio eu acho que não põe. Mas eu acho melhor refletir melhor sobre essa questão. Em princípio eu acho que não. Até porque hoje em dia qualquer coisa que a gente compre de qualquer grande empresa não há muita facilidade para se identificar quem é mesmo o dono daquele negócio. Se fizer um DNA daquele dinheiro, precisa de uma perícia para identificar quem é o dono daquele negócio? Quem é o dono daquele capital? É muito complicado, é próximo da internet, é difícil controlar. Aliás, quando a gente fala, defende aqui a internet livre, não quer dizer uma internet autorizada para cometer crimes. Uma internet que vai para pedofilia, para terrorismo, aí a questão não é de controlar, aí o verbo é combater, nós estamos falando de crime, crime tem que ser combatido. E a internet eu considero até hoje, não vejo, não conheço mecanismos de controlar. Agora crime é para ser combatido.

Eu acho, Senador, o senhor colocou aqui, Senador Cristovam, se essa melhoria tecnológica, essa evolução tecnológica vai ajudar o Parlamento, eu não tenho dúvida disso. Para ficar em televisão fora outros mecanismos. Televisão digital ela tem um... Ela vai ter um atrativo que todo mundo hoje só pensa em televisão digital com uma grande melhoria de imagem, mas tem um segundo passo que é a interatividade. Aí é uma troca de controles, há uma troca de energias e de dados e de cobranças e de satisfação que vai mudar o jeito de se fazer, de se governar esse País. Agora, uma evolução, eu espero, imensa, Senador, na questão da educação. Uma grande revolução. Não vai ser um up grade, eu espero virar de ponta cabeça, principalmente no ensino à distância. O que vem por aí com essa interatividade. Evidentemente que no começo nós vamos ver essa interatividade servir para escolher quem é que vai sair do Big Brother ou vai servir para a dona de casa comprar a blusa que viu na atriz da novela. No começo vai ser assim. E nós da televisão pública nos propomos a fazer um outro uso dessa interatividade até para constranger a televisão comercial a se limitar a esse tipo de uso. Mas eu espero muito Senador Cristovam, uma revolução nos processos de educação no Brasil, principalmente na educação à infância. Não sei se eu respondi a tudo, mas eu estou aqui, eu posso permanecer, não estou viajando agora. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Eu passo a palavra ao Dr. Eduardo Parajo.

SR. EDUARDO FUMES PARAJO: Sr. Presidente, agradeço. Vou tentar ser rápido para não tomar mais tempo dos Senadores. Vou enfatizar aqui a questão, a internet livre não é a internet impune, tá. Nós dentro da ABRANET hoje os nossos associados nós temos trabalhado muito forte com relação a pedofilia, a crimes de racismo e identificando, sim, quem são, eu vou discordar um pouquinho, infelizmente do João Saad que não está aqui. Mas nós identificamos sim quem são os usuários, vamos atrás através da justiça, nos solicitando as informações, vamos atrás de logs, provemos informações, através de mandados de justiça deixamos esse usuário sendo monitorado quando ele

está praticado algum crime e tanto é que vários casos já foram aí resolvidos pela Polícia Federal, pela Polícia Civil, de fraudes e tudo mais. Até vou falar aqui, infelizmente o Senador Azeredo não está, mas a divergência de opiniões é justamente essa, nós queremos a internet livre sim, mas somos contra os crimes e vamos combatê-los e vamos ajudar a combater. Os provedores hoje têm assumido um papel, eu diria bastante correto nessa posição, numa apresentação que nós tivemos aqui no Senado, na Comissão de Ciência e Tecnologia, por exemplo, se você pegar a ONG SaferNet que cuida de crimes de pedofilia, 99% da pedofilia está fora do Brasil, somente um 1%. E este 1% com ajuda dos provedores nós chegamos em quem está fazendo esse tipo de crime e a polícia consegue identificar e prender.

Com relação a fraudes também a mesma coisa. Então, a internet apesar de ser livre não é um campo impune e as pessoas que cometem crime, sim, vão ser, com certeza, punidas e a polícia vai ter mecanismos e os provedores vêm ajudando a justiça a correr atrás dessas pessoas. Então, às vezes eu falo muito em internet livre, internet livre. Ah, não, é uma terra de ninguém. Não é bem assim. Quem cometeu algum crime na internet vai ser processado e vai pagar por esse crime conforme aí já tenha os regramentos jurídicos necessários.

E aí eu vou pegar um gancho aqui que o Dr. Antônio aqui falou a respeito e aí cornplementando um pouquinho a questão que o João Saad disse, quando ele diz: Ah, na internet a gente não tem como identificar as pessoas, é complicado e tal. Nós vamos vir aí com a TV Digital que justamente vai ter uma interatividade muito grande entre o usuário da televisão com a televisão digital, respondendo, ou até voltando num possível Big Brother ou coisa desse tipo, que também nós vamos entrar na mesma coisa que eu tenho até discutido muito com o Senador Azeredo, é a questão de... Você sabe onde está o televisor, você sabe onde está o computador, mas é muito complicado a gente criar mecanismos tecnológicos dentro da internet ou dentro de uma tecnologia nova para saber. Olha, ele é o Antônio mesmo. Essa é a nossa preocupação de querer fazer uma regulamentação ou fazer uma lei que queira identificar as pessoas, mas isso gere um problema de entrada. Então, você imagina só como poderia prejudicar a entrada da televisão digital se todo mundo a gente tivesse que ter uma impressão digital do dedo da pessoa. Ia ser complicadíssimo. Então, a gente acha que tem que deixar o escopo aberto, por isso que eu defendo a questão da internet livre, volto a dizer, Senador, não é impune, quem cometer um crime na internet vai ser punido e a justiça tem punido, as polícias têm investigado, investigado esses casos e chegado lá.

Eu vou comentar um outro caso, Senador Flexa, do conteúdo brasileiro. Infelizmente o senhor estava em outra audiência e não pôde acompanhar. Quando a internet nasceu no Brasil 100% dos acessos era para fora do Brasil. O internauta não tinha nada o que ver entre aspas, aqui no Brasil. Hoje essa proporção felizmente mudou. 70% hoje do acesso é feito no Brasil e somente 30% é internacional, tá. E aí tem um outro aspecto importante que é com relação ao conteúdo que é gerado hoje no Brasil. O conteúdo gerado hoje em língua portuguesa, como eu comentei aqui na apresentação é visto por outros países de língua portuguesa. Vou citar aqui o caso da Angola que eu também coloquei na apresentação. Só também, Senador Cristovam, colocando o caso que o senhor comentou da Cicarelli, daquela atriz que teve o vídeo divulgado, a justiça solicitou o bloqueio do vídeo e o provedor foi atrás para tirar o conteúdo do ar. Obviamente que qual era a dificuldade? Esse vídeo começou a se proliferar na internet de uma forma muito rápida, então, foi uma briga meio de que gato e rato para ir bloqueando o conteúdo. Mas bloqueia, sim. Tem como bloquear. Então, só finalizando, o mercado de internet está indo muito bem e na questão de educação, Senador, que o senhor colocou muito bem, hoje cursos profissionalizantes via e-learning são a coqueluche da internet. Só para o senhor ter uma idéia. Hoje muitas das empresas que tinham cursos presenciais para médicos, profissionais liberais e tal, esse é um mercado que está explodindo na internet. O profissionalismo como essas pessoas têm tratado a questão do e-learning, da educação à distância é uma coisa que tem evoluído muito. E a nossa preocupação, volto a dizer, de não criar barreiras para que mais pessoas possam entrar na internet, que a internet continue sendo livre e que efetivamente a gente consiga incluir digitalmente as outras camadas da nossa sociedade, a D e E para que eles possam ter acesso a esse novo advento tecnológico. Então, esses são os comentários que eu gostaria de fazer e também fico à disposição de todos os Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora ao Gustavo Dahl.

SR. GUSTAVO DAHL: A festa já está acabando, mas os que ficaram acreditaram nela. Eu quero rapidamente encerrar. Eu tomei algumas anotações, por exemplo, em relação a preocupação do Senador Cristovam Buarque sobre a multiplicação das informações, eu me interesso por origem na linguagem. Eu me referia aqui à origem na linguagem do homem há 40 mil anos atrás e a capacidade dos gorilas de terem, mais

ou menos, uns 60 sinais que eles podem trocar entre si. De 35 mil anos ou 36 mil anos depois foi inventada a escrita cuneiforme. A escrita cuneiforme, invenção da escrita ela fez a evolução do homem avançar mais em 4 mil anos do que nos 35 mil anos anteriores. Quando depois da... Quando depois por volta de 1400 vai ser inventada a imprensa, a imprensa ela retirou da igreja a posse do saber e espalhou pelo mundo inteiro o saber da igreja e das universidades e espalhou pelo mundo inteiro o conhecimento humano. A aparição da internet deve ser, é seguramente uma transformação até maior do que a criada por essas duas coisas. É evidente que isto cria uma nova relação tanto em relação à educação quanto em relação ao exercício da política, né. É evidente, agora, a internet ela realiza a utopia, a velha utopia do ser humano de ter acesso a todo o conhecimento do mundo. A biblioteca de Alexandria é a internet, aquela e esta não queiram. Então, é realmente alguma coisa que muda. Então, a taxonomia, a ciência das classificações passa a ser, talvez, a metodologia mais importante, mas atualmente já existe pesquisas que estão trabalhando em mecanismos de busca inteligente como Yahoo, e tudo isso, sofisticação nessa busca, então, a própria tecnologia, o próprio conhecimento vai se sedimentando. E, na verdade, este sentimento de vertigem diante do conhecimento eu me lembro que a gente, eu, por exemplo, tive quando lá pelos anos 50 a Rússia mandou o Sputnik para a lua, foi um acontecimento. A Laika, então, a Cachorrinha, era uma coisa inominável. [risos]

Aí, eu quero também dizer e é importante a respeito da questão do conteúdo, é dizer, sobretudo, Senador Flexa Ribeiro, é dizer que a mim me ocorre alguma coisa que a minha mulher que é psicóloga outro dia me disse. O trauma é sempre do passado, o estupro já se deu, ou seja, em relação a dominação mundial do conteúdo pela indústria americana é alguma coisa que existe no mínimo desde os anos 20. E isso foi evoluindo. A cada *midion* que era inventado a indústria americana, os Estados Unidos se apossavam dele. Foi assim com a televisão, foi assim com o vídeo, é assim com a televisão a cabo ou por assinatura, a mesma grade é vista no mundo inteiro. Se o senhor for na Indonésia vai ver de novo o Discovery, isto ou aquilo, ou seja, eu não acredito que seja a TELEFONICA, a Espanha que vai nos recolonizar e vai retirar da soberania brasileira. A gente tinha muito, já tivemos muitos cabelos brancos tem essa desvantagem, aumenta o arquivo, a gente já tem 50 anos, nós... Será que agora que isso se manifesta exatamente quando a internet abre uma nova dimensão econômica, é que agora uma nova dimensão econômica e inteiramente da qual não se sabe ainda como nós nos remuneramos dentro da internet. A internet é feita as Américas, é o desconhecido, agora que cada um procura, mais ou menos, garantir o seu pedaço. Acho que é alguma coisa que deve se discutir como estava dizendo aqui o colega. Mas eu não acho que o conteúdo seja uma função do capital. E acho também que é preciso estar atento, é preciso estar atento a um nacionalismo tardio, a uma coisa que o Brasil conheceu muito fortemente nos anos 20, nos anos 30, nos anos 40, até os anos 50 na qual o nível de desvalorização do País fazia com que ele tivesse que se exaltar para conseguir existir.

Eu queria acrescentar também que... E com isso pretendo terminar, que de fato a internet, a televisão, a convergência tecnologia Senador Cristovam, ela realmente muda a política. Ela muda o sistema de manifestação política. É preciso lembrar que a democracia começou com os cidadãos gregos levantando o braço numa praça, que era o Ágora. Agora, é preciso lembrar também que daquela época os escravos de Atenas não votavam, né. A possibilidade da democracia direta através de um plebiscito que se achava que seria pela televisão hoje se sabe que é o computador, é alguma coisa, é uma perspectiva ao mesmo tempo exaltante e amedrontadora. Até que ponto os mecanismos de representação poderão resistir a este tipo de manifestação de escolha política é alguma coisa que ser pensada. Eu acredito, tudo isso, eu estou terminando, Senador, tudo isso quer dizer, eu vejo é que o debate, este debate deve continuar e parabéns a Comissão de Educação onde eu espero que esse debate seja transformado num debate permanente. E para terminar em homenagem ao Senador Mão Santa, eu queria fazer uma citação bíblica, que é a seguinte. "Conhecereis a verdade e ela voz salvará". E a verdade é o seguinte: O buraco é muito mais embaixo. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer a presença de todos e sem querer provocar Sr. Gustavo Dahl, eu quero dizer que quando a gente defende, talvez, seja esse o objetivo do projeto do Flexa, a cultura de um País, na verdade a gente não está pensando apenas naquele País nacionalísticamente, mas na humanidade inteira.

SR. GUSTAVO DAHL: Ah, aí bom...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Que cada vez que a cultura de um País desaparece a humanidade inteira perde. Então, é uma forma de nacionalismo compatível com a globalidade. Não é mais um nacionalismo isolado, mas um nacionalismo em que a nossa cultura, não é isso, Senador Flexa...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu, eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vai enriquecer o mundo inteiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu... Explicação aí do Dr. Gustavo Dahl, todos os países do mundo protegem o seu conteúdo. As informações que eu tenho obtido, França, Canadá, a nível internacional, eles têm uma regra de proteção. Eu acho que o fato de dizer que o trauma no passado e por isso nós não temos que ter a responsabilidade e não é ufanismo nacionalista, pelo menos, eu entendo assim, querer ter o conteúdo brasileiro de forma que a sociedade possa vir a conhecer as nossas origens, os nossos costumes, porque na Amazônia Brasileira, lá nos rincões da Amazônia Brasileira o caboclo lá através de uma antena parabólica ele vai captar informações que não diz nada a respeito do Brasil. Ele pode estar pensando que ele está num País que não é o nosso. Que não é o nosso.

Então, nós devemos, acho eu, e eu concordo com o senhor, isso é um assunto que deva ser mantido em discussão, para que a gente, ele sendo aprofundado a gente possa chegar a tratar o assunto não com xenofobia, mas que possamos tratar o assunto de uma forma consciente. O que é que nós queremos para o futuro do nosso País? Nós vamos através da globalização estarmos submetidos como já estamos na questão da gastronomia? Os americanos impõem o sistema de hambúrguer, de alimentos que nós temos aqui. Por exemplo, no meu Pará, eu quero aqui até saudar porque o açaí que era uma bebida do nosso caboclo está tomando conta do mundo também, pelas suas vantagens entre outras importantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem mais... Vamos lá...

SR. GUSTAVO DAHL: Senador, pairou um mal-entendido. Eu trabalho há 50 anos, há 30, pelo menos, trabalho para o País, sou um nacionalista e um apaixonado pelo Brasil ferrenho. A mim, o que eu acho que nós precisamos e acho que a cultura é a nossa força e a economia a nossa fraqueza.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É isso mesmo.

SR. GUSTAVO DAHL: Isto é... É discutível. A cultura pode salvar economicamente e politicamente o Brasil. Do artesanato à indústria audiovisual. Não tenho a menor dúvida. Agora, como foi colocado ali pelo Juliano, a gente está sempre entre duas questões, como diz, não é, desde Norberto Bobbio, se fala isso, né. A ruptura entre semelhança e diferença, entre liberdade e destino comum. Então, eu acredito que é fundamental que a nossa cultura possa resistir ao impacto da globalização, mas não tenho nenhuma dúvida que o impacto da globalização já se deu. Para tentar explicitar o que eu quero dizer, conheço poucos países mais ocidentalizados que o Japão, e, no entanto, quando o Príncipe Akihito casou com a princesa tal, celebraram uma cerimônia secreta que tinha mil anos de tradição. Eu não acredito, eu acho que há uma lição do oriente, há a lição da Índia, há a lição da China, há a lição do mundo árabe, no qual há uma carapaça que protege da opressão colonialista. É esta a carapaça, é esta força da cultura brasileira que eu acho que se fará, agora, que já está exposta. É ilusão a gente achar que não estará.

E para terminar, corrambo(F), eu dirigi uma agência reguladora, quando disse uma vez numa reunião, disse que achava que a questão, há uns cinco, seis anos atrás, que a questão da alimentação tinha que ser regulada e que a fast food destruía culturas culinárias milenares como, por exemplo, na Tailândia, e que atualmente já se viu que é uma tragédia mundial. Há uma epidemia de obesidade que é tão grande, tão perigosa quanto o aquecimento global e isto se dá pela hegemonia, pelo prevalecimento de uma cultura sobre outra, a raiz do autoritarismo é o sentimento de ser melhor que o outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu lamento que a gente não tenha mais tempo, até porque duas horas da tarde, já está chamando lá. Mas eu volto a insistir, o Japão para poder se globalizar mantendo um casamento nos moldes culturais de mais de mil anos atrás ficou mil anos fechado e antes de se abrir fez uma revolução científica, tecnológica e uma revolução educacional, aí disse: Agora estamos prontos para nos abrir. A gente tem poucas décadas de tradição e nada ainda de uma revolução educacional. Mas isso seria motivo para uma outra audiência.

Eu agradeço a todos e está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h59.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 51ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 2002, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinqüenta minutos do dia quatro de dezembro do ano de dois mil e dois, na sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **AMIR LANDO**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Sena-

dores **NEY SUASSUNA, JUVÊNCIO DA FONSECA, ANTONIO CARLOS JÚNIOR, GERALDO ALTHOFF, MOREIRA MENDES, JONAS PINHEIRO, EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS, CHICO SARTORI, ROMERO JUCÁ, EDUARDO SUPLICY, HELOÍSA HELENA, JEFFERSON PERES, GILBERTO MESTRINHO, WELLINGTON ROBERTO e BELLO PARGA.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada e transfere a reunião para após a Ordem do Dia. Retomado os trabalhos, às dezessete horas e cinqüenta minutos, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01: RQS nº 628, de 1999, que** "solicita esclarecimentos ao Tribunal de Contas da União sobre as providências adotadas e os resultados obtidos no tocante aos indícios de irregularidades apuradas nas 53 obras, bem como naquela cujo processo foi reaberto, conforme referido pelo Relatório do Ministro Humberto Souto do Processo TC nº 009.810/97-8" **Autor:** Tribunal de Contas da União. **Relator**: Senador **GERALDO ALTHOFF,** que em seu parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa dos processados ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 02: RQS nº 627, de 1999,** que "solicita do Tribunal de Contas da União informações detalhadas sobre a reincidência de irregularidades em algumas obras públicas fiscalizadas nos dois últimos anos, de forma a evidenciar as razões pelas quais não foi possível o saneamento desses empreendimentos, além das ações tomadas pelo referido Tribunal com vistas a essa finalidade" **Autor:** Tribunal de Contas da União. **Relator**: Senador **MOREIRA MENDES,** que em seu parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa dos processados ao arquivo. **Resultado**: **Aprovado.** Foi apresentado e aprovado requerimento de inclusão na pauta do **RQF nº 15**, de 2002, de autoria da Senadora **HELOÍSA HELENA**, tendo como relator o Senador **MOREIRA MENDES**. O relator proferiu o seu voto e foi concedida vista coletiva do processo aos integrantes da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Amir Lando,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Declaro aberta a presente reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle. Há um requerimento do Exmo. Sr. Relator do principal processo que seria tratado hoje — passo à leitura, em síntese —, pedindo o adiamento desta reunião para após a Ordem do Dia, em torno de 17h30min, para que possa apresentar seu relatório. Em razão disso, a presente reunião fica suspensa e será reaberta após a Ordem do Dia da sessão ordinária do Senado Federal. Peço às Sras. e Srs. Senadores presentes que compareçam às 17h30min ou logo após a Ordem do Dia. O horário será comunicado a todos os membros da Comissão por meio da Secretaria. Obrigado pela presença. Até a reabertura da presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h50min.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Havendo número legal, declaro reaberta a 16ª reunião da Comissão de Fiscalização e Controle. Atendendo à pauta estabelecida, tenho, em primeiro lugar, o item 1, cujo Relator é o Senador Geraldo Althoff, a quem concedo a palavra para relatar a matéria a ser apreciada pela Comissão.

O SR. GERALDO ALTHOFF (PFL – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cabe-me relatar exatamente, junto a esta Comissão de Fiscalização e Controle, o aviso referido, de 26 de abril de 2001, mediante o qual o Tribunal de Contas da União encaminha ao Senado Federal resposta ao Requerimento nº 628, de 1999, aprovado pela Comissão de Fiscalização e Controle em 25 de agosto de 1999 e remetido ao Tribunal, via ofício, no dia 20 de outubro de 1999. Fizemos uma avaliação, Sr. Presidente, uma análise da matéria e o nosso voto, após essa apreciação, é de que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento do teor do aviso encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, de 26 de abril de 2001, que contempla a resposta a requerimento formulado ao Tribunal de Contas da União sobre a sistemática de fiscalização de obras públicas e delibere pelo encaminhamento do processado, do Requerimento nº 628, de 1999, ao Arquivo.

Era esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – O voto do Senador Geraldo Althoff, Relator da matéria, é pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo. Como continua a Ordem do Dia, não posso colocar essa matéria em votação. Fica lido e registrado o voto. Em seguida, uma vez liberado o Plenário em função do final da Ordem do Dia, colocaremos em votação.

O SR. GERALDO ALTHOFF (PFL –SC) – Aguardaremos com muito prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) - Tenho também o item nº 2, cujo Relator é o Senador Moreira Mendes, que trata de matéria relativa à solicitação do Tribunal de Contas da União de informações detalhadas sobre a reincidência de irregularidades em

algumas obras públicas fiscalizadas nos últimos anos de forma a evidenciar razões pelas quais não foi possível o saneamento desses empreendimentos, além das ações tomadas pelo referido tribunal com vistas a essa finalidade.

Passo a palavra ao Senador Moreira Mendes, a fim de que leia a conclusão do seu parecer.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, considerando que já foi distribuído o relatório, vou apenas ler o voto do Relator. "Ante o exposto, opinamos para que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento do Aviso nº 401 GP TCU e determine a remessa da matéria ao arquivo, apensando-se aos processados relativos aos requerimentos de nºs 627, de 1999, e 627, de 1999 . É o relatório e o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Essa matéria é referente ao item 2 da pauta. É preciso que todos os Srs. e as Srªs Senadoras saibam. É matéria já costumeira, cuja solução tem sido semelhante em todos os casos.

Tendo em vista ainda não haver sido concluída a Ordem do Dia, no Plenário, estamos impedidos de levar adiante qualquer votação nesta Comissão. Portanto, darei como lido o relatório e, posteriormente, submeteremos a matéria à votação. Evidentemente que há outras matérias a serem discutidas, por isso, indago aos Srs. e às Srªs Senadores, membros desta Comissão, se devemos ou não prosseguir com a reunião em razão. (Pausa)

Ouço uma voz favorável ao prosseguimento da reunião advinda do Senador Jefferson Péres. Também sinto que devemos prosseguir com a nossa reunião, independentemente da apreciação dos temas que constam da Ordem do Dia.

Há um processo que não consta da pauta, porque foi distribuído ao Senador Moreira Mendes. Trata-se de um requerimento, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que requer investigação e apuração de indícios de irregularidade na negociação de terras públicas, envolvendo autoridades do Distrito Federal.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, requeiro que esta matéria seja tratada como extra-pauta, tendo em vista que só agora consegui concluir o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Inclusive, hoje, pela manhã, devo esclarecer ao Plenário, que, em razão de requerimento formulado pelo relator, foi suspensa a reunião para que S. Exª tivesse tempo de apresentar o relatório na parte da tarde, depois da Ordem do Dia.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, já que o parecer foi distribuído para todos os membros da Comissão, caso o Senador Moreira Mendes queira lê-lo, na íntegra, eu não me oponho, ou se S. Exª quiser resumi-lo, tudo bem. Mas, Sr. Presidente, me antecipo, porque vou pedir vista.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, vou pedir vista também.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Nobres Senadores, não posso conceder vista sem a leitura do parecer.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, apenas lerei o voto. Dispenso o relatório, tendo em vista que a matéria é de todos conhecida.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Nesse caso, concedo a palavra a V. Exª para que leia o seu parecer ou só o voto, como queira, porque a matéria já foi distribuída e, conseqüentemente, pode ser dispensada a leitura integral do parecer.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Considerando, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a manifestação de alguns membros desta Comissão no sentido de dispensar a leitura do relatório, apenas me restringirei à leitura do voto.

Voto.

Compartilhamos do entendimento da advocacia do Senado.

Os interesses da União, sobre os quais caberia a atuação da Comissão de Fiscalização e Controle, se restringem à Terracap por se tratar de empresa cujo capital é formado com a participação da União em 49%.

As provas apresentadas não dão conta de que se constata qualquer envolvimento da Terracap que indique a necessidade de avaliar contas dos administradores daquela empresa, posto que não há no material, que instruiu o Requerimento nº 15, de 2002, qualquer indício de perda, extravio ou irregularidade que pudesse resultar em prejuízo para o Erário. Não havendo, por esses motivos, necessidade de perícia contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial junto à Terracap.

O alegado tráfico de influência, exercido por aqueles acusados de grilagem de terras públicas no Distrito federal, se deu contra-arrestando ação legítima da Terracap, consistente na derrubada de cercas divisórias, edificadas em terras daquela empresa, com respaldo legal do Poder de Polícia de que dispõe como gestora de terras públicas no Distrito Federal, bem como do exercício do seu direito de posse e propriedade.

Por outro lado, as providências que poderiam ser regimentalmente adotadas pela Comissão de Fiscalização e Controle, conforme consta da Resolução 46, de 1993, já foram efetivadas. O Tribunal de Contas da União, por meio da 2ª Secretaria de Controle Externo já realizou a auditoria na Terracap, na qual se apurou a grilagem de terras públicas no, conforme consta do Item 3 do relatório daquela Secex, cuja cópia inclusive, quero ressaltar, foi encaminhada a esta Relatoria pela própria Senadora Heloísa Helena.

Por sua vez, é fato que o Ministério Público detém, diante das matérias jornalísticas amplamente publicadas, material suficiente para, de **per si,** obter as provas necessárias com o objetivo de instruir os inquéritos policiais e ministeriais que poderão subsidiar as ações públicas civis e os processos criminais que daí advirão.

O requerimento em questão, portanto, objetiva providências já efetivadas. Os possíveis procedimentos a serem adotados por esta Comissão constituem trabalho vão, em frontal contrariedade aos princípios da razoabilidade e economia do processo. O requerimento, outrossim, não cumpre as exigências regimentais, não se verificando nele a necessária fundamentação da providência que se pretende realizada, conforme exige o inciso I, do art. 102, "b", do Regimento Interno, bem como deixa de observar os ditames da Lei nº 9.296/96, visto que a prova que instrui não foi obtida mediante comprovação de autorização judicial para a sua utilização por esta Comissão no Senado.

Assim, voto pelo indeferimento do Requerimento nº 15, de 2002, de autoria da ilustre Senadora Heloísa Helena, sugerindo, entretanto, que esta Comissão de Fiscalização e Controle oficie ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público da União, este na pessoa do Procurador-Geral da República, para que tais instituições mantenham o rigor de suas investigações com relação aos fatos aqui tratados, informando as efetivas providências adotadas, bem como a eventual existência de elementos novos de convicção que possam subsidiar futuras providências desta Comissão. Em 4 de dezembro de 2002.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço vista.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – A vista será concedida coletivamente, pelo prazo de cinco dias.

Antes, porém, gostaria de esclarecer um pouco o voto do eminente Relator. Ele é pela inadmissibilidade e incompetência da Comissão?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL - RO) – Incompetência não. Voto pelo indeferimento do requerimento, primeiro porque não preenche os requisitos legais na sua formulação e, segundo, porque é matéria já amplamente discutida, e investigações já foram feitas tanto pelo Ministério Público Federal quanto pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – De qualquer maneira, não havendo decisão, é irrelevante definirmos, neste momento, o conteúdo final do parecer, mas concedo o pedido de vista, ficando suspensa, se não houver outra matéria a ser tratada.

Se os presentes não quiserem fazer uso da palavra...

A SRª HELOÍSA HELENA (PT – AL) – Não quero fazer uso da palavra sobre o mérito. Quero apenas dizer que fico alegre com a grande presença dos membros da Comissão no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Participo dessa alegria.

Agradeço a presença de todos, declarando encerrada a presente reunião, convocando nova reunião para a próxima quarta-feira, às 11h30min.

(Levanta-se a reunião às 19h03min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 51ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2002, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinqüenta minutos do dia onze de dezembro do ano de dois mil e dois, na sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **AMIR LANDO**, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **NEY SUASSUNA, JUVÊNCIO DA FONSECA, GERALDO ALTHOFF, JONAS PINHEIRO, CHICO SARTORI, ROMERO JUCÁ, EDUARDO SUPLICY, HELOÍSA HELENA, JEFFERSON PERES, ROBERTO SATURNINO, JOÃO ALBERTO SOUZA, WELLINGTON ROBERTO e BELLO PARGA.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Comparece, também, o Senador **ANTERO PAES DE BARROS** que, iniciada a reunião, formula questão de ordem e requer a anulação da reunião anterior, fundamentado pela ocorrência simultânea daquela reunião com a ordem do dia do plenário, em desacordo com o parágrafo único do art. 107 do Regimento Interno. O presidente da Comissão, Senador **AMIR LANDO**, acata a ques-

tão de ordem e declara a nulidade da referida reunião. Passa-se, a seguir, à deliberação da pauta. **Item 01: RQF nº 15**, de 2002, de autoria da Senadora **HELOÍSA HELENA**, sendo designado relator "ad hoc" o Senador **NEY SUASSUNA**. Foi lido o voto e apresentado, também, voto em separado de autoria dos senadores **JEFFERSON PERES** e **EDUARDO SUPLICY.** Foi concedida vista coletiva aos integrantes da Comissão. Os demais itens ficam adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Amir Lando,** Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

Temos hoje uma pauta com vários itens. Começaremos pelo Item nº 1: Requerimento da Senadora Heloísa Helena, que postula investigação e apuração de indícios de irregularidades nas negociações de terras públicas, envolvendo autoridades do Distrito Federal.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, o art. 107 do nosso Regimento Interno diz em seu parágrafo único: "Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado".

Todos os Senadores sabem dessa impossibilidade.

Documentos em meu poder comprovam que a reunião desta comissão em que foi feita a leitura do relatório a respeito das denúncias sobre a grilagem de terras do Distrito Federal ocorreu durante o período da Ordem do Dia da sessão plenária, portanto, violando expressamente o que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal.

Assim, questiono V. Exª sobre a legitimidade da reunião anterior, solicitando que, a fim de preservar respeito às normas desta Casa, seja a mesma considerada nula. Quero mostrar a V. Exª os documentos que estão em meu poder.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Ouvirei V. Exª com atenção.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – As notas taquigráficas do Senado da República são registradas de 10 em 10 minutos, então, a primeira página equivale a 18h50min e a última página equivale a 19h. A contar pelo número de páginas, mais menos, às 18h56min, a Senadora Heloísa Helena faz a seguinte questão de ordem no plenário do Senado – presidia a sessão o Senador Carlos Wilson: "Sr. Presidente, solicito a V. Exª, que preside os trabalhos da Casa, que informe à Comissão de Fiscalização e Controle, que está para iniciar uma reunião agora, que estamos ainda na Ordem do Dia e que, portanto, a reunião não pode começar".

O Sr. Presidente Carlos Wilson, respondendo ao questionamento, disse: "Senadora Heloísa Helena, há poucos minutos V. Exª levantou essa mesma questão de ordem. Levando em conta o Regimento da Casa, sabemos, e todos os Senadores sabem, que não se podem fazer trabalhos de comissões quando estamos em votação da Ordem do Dia. Se a comissão vai abrir a reunião, ela não terá validade. E com certeza, V. Exª irá recorrer junto a Comissão de Fiscalização e Controle. A Mesa pedirá à secretaria que se comunique com a Comissão para que não realize a reunião antes do término da Ordem do Dia." Eram, mais ou menos, 18h56min.

Estou tenho aqui, Sr. Presidente, as notas referentes às 19h, na primeira página, e às 19h10min na última página – eu tinha interesse em discutir esse assunto na Comissão – segundo as quais, no plenário do Senado, o Sr. Carlos Wilson dizia o seguinte: "Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros". Foi votado o requerimento. Às 19h10min, portanto, foi votado esse requerimento. E, minutos antes, fora votado um requerimento de minha autoria que solicitava ao Tribunal de Contas da União informações sobre as terras públicas em Brasília. Isso às 19 horas e 10 minutos. O requerimento, que era votado em torno de 19 horas e 8 minutos ou 19 horas e 10 minutos no plenário do Senado, era o seguinte: "Nos termos dos arts. 70 e 71, VIII, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, requeiro o encaminhamento, ao Tribunal de Contas da União, de solicitação para que seja remetido a esta Casa o TC nº 015/645, de 2001, relativo à auditoria realizada pela 2ª Secretaria

de Controle Externo na empresa Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap. Portanto, isso foi realizado às 19 horas e 8 minutos.

Estou aqui, Sr. Presidente, com o controle de gravação desta Comissão. A reunião começou exatamente às 18 horas e 56 minutos e terminou às 19 horas e 3 minutos, com o pedido de vista da Senadora Heloísa Helena. Portanto, a reunião aqui era realizada ao mesmo tempo em que ainda havia matérias em votação no plenário do Senado. No Senado, há o costume de se considerar matéria em votação, apenas e exclusivamente, as nominais, e a Ordem do Dia só se encerra quando se encerram as votações, ainda que não sejam nominais, porque, a qualquer instante, pode haver verificação de presença.

Sendo assim, sabendo que V. Exª tem, inclusive, formação jurídica e familiaridade com o Regimento do Senado e desta Comissão, solicito que V. Exª considere aquela reunião nula — é essa a questão de ordem que estou apresentando — e que esta reunião sirva para que seja considerado lido o relatório do Senador Moreira Mendes e, a partir de hoje, qualquer Senador que desejar pode pedir vista deste relatório.

Sr. Presidente, faço isso porque os noticiários estão a me dar razão. O jornal **Correio Braziliense** traz, na primeira página, que o Tribunal de Contas da União está tornando indisponíveis bens de algumas autoridades do Distrito Federal envolvidas na questão da Terracap. E também entendo que o Senado estaria com muito mais paz de consciência se decidisse isso na próxima semana, já de posse do relatório da auditoria do Tribunal de Contas da União.

Esse é o pleito que faço, para que V. Exª delibere conforme o Regimento Interno da Casa, parágrafo único do art. 107.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para discutir a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, para contraditar em dois aspectos: primeiro, registro que, na reunião aludida pelo Senador Antero Paes de Barros, nada foi votado. Portanto, não há o que anular em votação. Foi concedido o pedido de vista. Corriqueiramente, temos feito discussões de matérias nas Comissões enquanto há Ordem do Dia, com o entendimento de que não se votaria nada enquanto não se concluísse a Ordem do Dia. É assim que funciona a Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização. Está aqui o Relator, que sabe disso. V. Exª, que foi Presidente da Comissão, também sabe. Estão aí todas as práticas feitas aqui. Concedemos vista. E mais: isso é matéria vencida. O que ocorre, na prática, no Senado e na Câmara? Quando há uma votação e está ocorrendo a reunião de uma Comissão, é levantada essa questão e, no momento, define-se e suspende-se a reunião. Não foi feito isso para trás. Acho que, começar a cancelar qualquer reunião por conta desse procedimento, abre-se um precedente que dificilmente será mantido. Portanto, digo que nada foi votado e não há o que anular. Foram concedidas vistas. Vamos discutir e votar a matéria hoje, porque não há Ordem do Dia. Portanto...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, solicito a palavra apenas para fazer um acréscimo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Concedo a palavra a V. Exª, Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – O parágrafo único do art. 107 não fala em votação. Diz, claramente, o seguinte: "Em qualquer hipótese, a reunião de Comissão permanente ou temporária - a reunião, não fala em votação – não poderá coincidir com o tempo reservado à ordem do dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado Federal. Se esta é a prática, ela vale até que ninguém se sinta prejudicado e peça questão de ordem. Esta prática somente tem validade se alguém pedir a questão de ordem para a nulidade. E nós estamos nos sentindo prejudicados, porque estávamos no plenário do Senado Federal, discutindo um requerimento que diz respeito ao assunto desta reunião, cujos anexos e resultados de auditoria podem elucidar a reunião.

Eu não vou nem discutir se é a prática; mas, a prática, se vale, é até que alguém se sinta prejudicado e peça questão de ordem. Sendo assim, eu apelo ao conhecimento jurídico de V. Exª para essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Eu ouvirei as partes. Passo, então, a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, mesmo sob o risco de ser considerado formalista, a minha formação jurídica não me permite nunca – eu sempre agi assim – violar normas legais de clareza meridiana. O regimento é claro e taxativo quando diz "em qualquer hipótese." Não existe nenhuma outra hipótese ao proibir a simultaneidade de sessões das comissões com o transcurso da Ordem do Dia do Senado. E por que faz isso, Sr. Presidente? Por motivo de ordem prática. Para evitar, ao mesmo tempo, que se esvazie a sessão do plenário, com senadores comparecendo às Comissões, e para evitar, o que é pior, que sub-repticiamente sessões sejam feitas – reuniões de comissões – vazias, esvaziadas, e se tomem deliberações importantes.

Sr. Presidente, eu não posso. No caso, se eu votasse contra a anulação, eu estaria me beneficiando,

porque eu quero votar isso e dar o voto em separado contra o relator. Mas, quando, a pretexto de fazer o bem se viola uma norma legal, isso abre um grave precedente. Amanhã, se vai violar a mesma norma para fazer o mal. Leis são feitas para serem cumpridas e quando uma Casa legislativa desrespeita a sua própria lei, a sua Constituição interna, que é o Regimento, Sr. Presidente, dá um péssimo exemplo e fica sem autoridade para condenar outras violações legais mais graves.

De forma, Sr. Presidente, que eu penso ser incensurável e indiscutível a questão suscitada pelo Senador Antero Paes de Barros. Aquela questão não é anulável, Sr. Presidente, ela é nula de pleno direito. Eu posso ser voto vencido, mas estou convencido de que aquela reunião não tem nenhuma validade.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – A palavra continua à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores.

A SRª HELOÍSA HELENA (PT - AL) – Sr. Presidente, eu peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Pela ordem, eu concedo a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRª HELOÍSA HELENA (PT - AL) – Sr. Presidente, todos aqui sabemos que esta questão de ordem não possibilita uma discussão do Plenário da Comissão. Ela irá ser respondida de pronto, por V. Exª, enquanto Presidente, a não ser que alguém queira recorrer a uma discussão de Plenário, do Plenário da comissão ou, ainda, a um recurso a uma outra instância da Casa.

Eu penso que, talvez, tenhamos errado todos nós que estávamos aqui também na Comissão. Quando eu fiz a questão de ordem no plenário, solicitando que a Mesa do Senado Federal, a Mesa do Plenário, informasse à Mesa da Comissão de Fiscalização e Controle que nós ainda estávamos em votação e em ordem do dia, me foi informado pela Presidência da Mesa e pelo Presidente em exercício que havia já comunicado à Comissão de Fiscalização e Controle para que não houvesse a continuidade da reunião. Aqui chegando, tinha eu a certeza de que já havia sido encerrada a Ordem do Dia e, portanto, estávamos em reunião. Talvez devêssemos todos nós, em função, eu mesma, do alerta que já tinha sido feito no plenário, todos os outros Senadores e a Mesa da Comissão também, até porque o Presidente em exercício me avisou que tinha informado à Comissão de Fiscalização e Controle que não poderia haver a reunião; portanto, objetivamente, como o Senador Jefferson Péres diz, o Regimento é para ser cumprido. Ao Regimento não cabe discussão em função de nenhuma força política do passado ou do presente. Consenso não gera jurisprudência. É em função do consenso: quando o consenso não existe, cumpre-se efetivamente o Regimento. Mas consenso não gera jurisprudência. O consenso não é maior do que o Regimento. Isso não foi levantado porque ninguém sabia que estava havendo a Ordem do Dia. Se eu, quando fiz a questão de ordem no plenário e vim para cá, imaginei eu que o problema já tinha sido resolvido. Ninguém pode estar em dois lugares ao mesmo tempo. Se hoje é feita a questão de ordem, se houve o consenso, este não é maior do que o Regimento. Se ninguém estava sendo informado, então, a ninguém cabe a responsabilidade. Entretanto, se hoje foi feita uma questão de ordem e se está comprovado que foi ferido o Regimento, o qual menciona que, em nenhuma hipótese – em discussão, vista ou votação – pode-se reunir.

Portanto, acho que deve ser acolhida a questão de ordem feita pelo Senador Antero Paes de Barros, se será discutida na próxima semana ou na outra semana, mas o Regimento é para ser cumprido.

O SR. PRESIDENTE **(Amir Lando) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.**

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, Srªs e Srs Senadores, ninguém pode dizer que não foi lido o relatório. Foi lido e todos nós aqui presentes ouvimos. Ninguém pode dizer que não foram dadas vistas, porque foram. Podemos dizer que não tem validade jurídica, mas todos já conhecemos o relatório, até porque ele já foi distribuído a todo mundo.

Acho até que poderemos sair para uma solução conciliatória. Abre-se, faz-se de conta que não existiu – estou dando uma sugestão –, dão-se as vistas pedidas e às vistas, como já tivemos uma semana corrida, dá-se uma hora **pro forma** e, em seguida, dá-se continuidade. O que não podemos ficar é discutindo sexo dos anjos, se foi válido, se não foi válido. Fatos ocorreram. Todos têm o relatório. As vistas podem ser dadas rapidamente. O próprio Bloco concorda que as vistas sejam dadas em pouco espaço de tempo.

A SRª HELOÍSA HELENA (PT – AL) – Não. O Bloco diz que cumpre o Regimento. Não vamos intervir na Presidência da Comissão. Se a Comissão quiser fazer uma nova reunião, o Regimento permite convocar uma reunião extraordinária para daqui a 2 horas, que as vistas podem ser de 1 até 5 dias. Não vamos intervir no Regimento, que é para ser cumprido. É isso que estamos dizendo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas essa aí é uma solução conciliatória e acabará essa discussão de que foi, de que não foi.

Acho que estou oferecendo uma saída.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Vamos manter a palavra com o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Já encerrei, Sr. Presidente. O que eu queria era uma alternativa para não ficarmos aqui. Temos várias outras comissões ocorrendo e precisamos sair do pantanal.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB - MT) – Sr. Presidente, parece que estamos fazendo requerimentos de assuntos de pouca importância. Não o são, Sr. Presidente; são assuntos de muita importância, que dizem respeito ao Senado da República. É público que há uma gestão indevida das terras públicas no Distrito Federal, sobre as quais a União tem participação.

O Senado da República não pode transformar essa obra de arte do Niemeyer numa bacia de Pilatos. O que estamos pedindo são os prazos normais para que possamos ter acesso, não só à auditoria, mas também aos anexos do Tribunal de Contas da União. A imprensa de Brasília hoje escancara, na primeira página, que algumas autoridades que administravam as terras públicas de Brasília estão com seus bens indisponíveis.

Sendo assim, Sr. Presidente, creio que é preciso dar o prazo, e dar o prazo normal, não fazer de conta que se dará prazo de uma hora, porque a situação será rigorosamente igual. O Senado não pode querer evitar conhecer a auditoria e os anexos do Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Portanto, peço isso mais uma vez a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Vamos debater essa matéria amplamente. Em seguida, terei de decidir.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Nós não estamos em um grêmio estudantil, Sr. Presidente, nós estamos no Senado Federal. Grande parte da sociedade brasileira está assistindo a esta reunião. Vamos mostrar que somos cumpridores de leis, a começar pela nossa lei interna. Não vamos fazer algo de faz de conta daqui a uma hora não, Sr. Presidente. Eu sou Senador da República, eu não sou gremista. Eu não estou em um diretório universitário.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – V. Exª não está fazendo qualquer censura à Mesa?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Absolutamente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – S. Exª ainda não decidiu.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Porque eu não decidi nada, absolutamente.

V. Exª sabe que eu sempre dou seguimento ao Regimento. Sempre fui regimentalista nesse ponto.

Nós estamos diante de uma situação concreta, que foi aqui objeto de uma questão de ordem levantada pelo Senador Antero Paes de Barros.

Os fatos obram contra e conspiram contra a reunião realizada na última quarta-feira. Pelos dados aqui apresentados, não há dúvida de que enquanto a reunião ocorria na Comissão, ocorria também a Ordem do Dia no plenário do Senado da República. Quanto a esse fato, estamos absolutamente de acordo. Não há como serem alterados. Eu não tenho nenhum poder de transformar, de mudar, não tenho a pedra filosofal que pudesse alterar a natureza das coisas.

Há, também, uma exegese já assentada no sentido de que a reunião aberta na qual não haja nenhuma deliberação não perde a existência, porque a idéia da nulidade absoluta seria esse não-ser. Conseqüentemente, nenhuma deliberação poderia acontecer nessa circunstância.

A indagação que se faz é se realmente a leitura do parecer implica em atos vedados pelo Regimento. Essa é uma questão que realmente nos deixa a todos um pouco perplexos. Se olharmos a jurisprudência dominante, o entendimento é de que deliberação não, abertura da reunião sim. O andamento da reunião... Embora o texto seja claro: em qualquer hipótese não poderá se reunir a Comissão. É uma vedação absoluta. É evidente que todos os textos legais sempre são ajustados na interpretação, de acordo com a finalidade última: que não houvesse nenhuma deliberação, que poderia prejudicar o corpo legislativo e, conseqüentemente, o Senado, no caso específico, a Comissão, ou o Poder Legislativo como um todo.

No entanto, eu, nessas circunstâncias, devo dizer a todos os que postulam posições diferentes, que nós vamos acabar não apreciando mais esse tema. Isso vai ser quase impossível este ano. Vai ficar a matéria pendente.

Nós estamos com as reuniões praticamente encerradas. Eu devo dizer que permaneci hoje aqui em razão do compromisso com a Comissão, para encerrar, para discutir essa matéria, votar essa matéria.

Mas eu fui designado, V. Exªs poderão ver, para representar o Senado junto às Nações Unidas. Com a minha ausência, outro irá presidir. Mas devo dizer que isso poderá ocorrer: uma ausência, um vácuo, e esta Comissão pode não se reunir. Estou levantando essa questão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – É evidente que a reunião anterior, como V. Exª mes-

mo disse, está eivada de vícios. Ela não poderia prevalecer. Não custa nada nós, hoje ainda, reunirmos extraordinariamente esta Comissão, depois do expediente do Senado Federal, ou amanhã cedo. O que não podemos é procrastinar por mais tempo ou ferir o Regimento Interno, porque isso é fulminante para a questão moral do próprio Senado, que produziu o seu Regimento Interno. Portanto, tenho dificuldade de votar favoravelmente nesse ponto.

O SR. JEFFERSON PÉRES **(PDT – AM) – Sr. Presidente, permite-me V. Exª? (Pausa.)**

Seja uma reunião extraordinária, seja a reunião da quarta-feira. A próxima semana não será vazia. Na terça-feira a Comissão de Assuntos Econômicos deve argüir, aqui, sabatinar o futuro presidente do Banco Central. E ainda tem o orçamento. É engano pensar que esta é a última semana antes do recesso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Apenas quis ressaltar...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – A próxima semana será normal.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Gostaria, exatamente, de ressaltar essa questão. Mas, vou decidir.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador, insisto, quando falei, algumas pessoas riram, mas, na verdade, todos nós conhecemos o relatório. Dá-se o relatório por lido, marca-se uma nova reunião, dá-se à vista necessária e V. Exª marca uma nova reunião. V. Exª não estará presente, mas o Vice estará. E faremos a reunião na data que o Presidente convocar.

A SRª HELOÍSA HELENA (PT – AL) – Na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Bem, devo dizer que, diante dessa interpretação, vou inovar, acolhendo a tese da nulidade, teremos que ter o maior cuidado porque, o entendimento, até aqui fixado, era de que não poderia haver deliberação alguma. A reunião poderia ser aberta, no entanto, na hora da deliberação, ficaria suspensa qualquer decisão. E, aí sim, a nulidade recairia sobre a decisão.

Mas, em razão de que quero deixar absoluta lisura nessa conduta, para não proteger – o meu desejo é não dar proteção a ninguém, a não ser à lei e à verdade.

E, em razão disso, decido pela anulação da reunião da última 4ª feira. Estamos, hoje, exatamente, no dia 4, para que não se deixe nenhuma dúvida de que, todos os atos ali praticados são nulos de pleno direito, como não existentes. Por isso, declaro nula a leitura do parecer do Senador Moreira Mendes e, também, todos os atos subseqüentes. O pedido de vista fica, também, prejudicado.

Em conseqüência, devo dizer que marcarei, hoje, à tarde, após a Ordem do Dia,...

A SRª HELOÍSA HELENA (PT – AL) – Já está convocando para hoje, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Não. A leitura para que se possa realizar...Mas foi feita, mas como há uma nulidade...

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Não estou entendendo o seguinte: está nula a sessão...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Está nula a sessão e a leitura também.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – É importante que isso gere uma jurisprudência, inclusive, solicito a ata da decisão da reunião, porque isso será uma jurisprudência, daqui para frente, em todas as comissões do Congresso.

A SRª HELOÍSA HELENA (PT – AL) – Não é jurisprudência, é Regimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – É uma jurisprudência. Não haverá comissão de orçamento enquanto...

A SRª HELOÍSA HELENA (PT – AL) – É Regimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Não é Regimento... Então, não haverá comissão ...

A SRª HELOÍSA HELENA (PT – AL) – E é bom que não haja mesmo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Mas tudo bem. Não quero criar problema. É uma decisão, eu respeito, é o texto frio da lei. Valerá para frente. Agora, já que tem essa reunião de hoje, não entendo por que tem que haver uma reunião à tarde para poder ler. Por que não dá por lido, agora? E dá pedido de vista? Não sei qual é a diferença.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Aí é uma questão...Tenho que designar um relator **ad hoc**, evidente, para a leitura do parecer do Senador Moreira Mendes, já que S.Exª está ausente e, a minha idéia era, exatamente, fazer, na parte da tarde, mas faremos agora, vamos adiantar o expediente. É perfeitamente aceitável o ponto de vista de V. Exª, Senador Romero Jucá. É porque, é evidente que iríamos, com isso, re-arrumar o andamento de todos os atos praticados, para ver quais são as outras conseqüências, já em razão dessa nulidade.

É claro que a minha decisão pode ser recorrível ao Plenário dessa comissão.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Não farei isso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Não é uma decisão de última instância.

Na minha ordem alfabética, peço, agora, à comissão que me diga quem é o próximo relator, para designar um relator **ad hoc**. É o Senador Ney Suassuna, a quem concedo a palavra para fazer a leitura, que pode ser apenas a do voto, já que é do conhecimento geral o texto do relatório. Isso poderá ser feito se houver consenso; se não houver, a leitura será integral.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Como a matéria é do conhecimento de todos os Srs. Senadores, vamos ler o voto do Relator: "Posto isso, voto pelo indeferimento do Requerimento nº 15, de 2002, de autoria da ilustre Senadora Heloísa Helena, sugerindo, entretanto, que esta Comissão de Fiscalização e Controle oficie o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público da União, este na pessoa do Procurador-Geral da República, para que tais instituições mantenham o rigor de suas investigações com relação aos fatos aqui tratados, informando das efetivas providências adotadas, bem como a eventual existência de elementos novos de convicção que possam subsidiar futuras providências desta Comissão".

Esse é o voto do Relator, Senador Moreira Mendes.

A SRª HELOÍSA HELENA (PT – AL) – Sr. Presidente, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Antes de conceder vista a V. Exª, como, praticamente, esta é a última reunião que presidirei, eu gostaria de me manifestar sobre esse tema. Eu o farei, se V. Exª me permitir. Serei breve, embora o tema demande uma vasta reflexão.

Devo dizer o seguinte: onde iremos começar? No Direito regencial, talvez, quando havia uma preocupação com as terras públicas, que deviam ter uma destinação social e um zelo demasiado? E quem não as destinasse na forma da concessão teria de devolvê-las à Coroa. Daí vem o surgimento do que é terra devoluta: são as terras devolvidas. De lá para cá, zelou-se pelo patrimônio público de maneira eficiente, a não permitir invasões das terras públicas, sejam as terras públicas federais, as ditas devolutas ou não, as terras situadas ao longo da faixa de fronteira, as terras situadas ao longo das faixas das rodovias federais, durante o período que isso pertenceu à União? Não, Srªs e Srs. Senadores!

Fui, nessa época, Procurador do Incra. Fui discriminar terras públicas, separá-las, saber o que era ocupação legítima, o que era domínio privado e o que era domínio público, e o zelo me fez resgatar milhões e milhões de terras, sobretudo no Estado de Rondônia. Resgatei hectares de terra, hoje destinados à colonização. De lá para cá, houve um descaso, um desprezo com a terra pública.

Aqui, no Distrito Federal, sob as barbas da República, aconteceu uma grilagem de terra sem precedentes. São terras valiosas. E isso já ocorre há muitos anos. Todos somos responsáveis. Todos nós, que tínhamos uma cota de responsabilidade, nada fizemos. Nem a Terracap, como primeira responsável pelo zelo e pela manutenção da integridade deste patrimônio, não o fez. Nem o Ministério Público do DF ou o Ministério Público Federal não o fizeram. Já que as terras são públicas e, inclusive, são do domínio da União, todos têm legitimidade para agir. Todos silenciaram. Se todos se calaram, não posso me calar agora. E, quando falo, sei que muitos dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras sempre tiveram uma preocupação com esse tema. Mas todos nós deixamos as coisas acontecerem.

Hoje, quando toma proporções de escândalo, o fato vem a esta Comissão. Não há dúvida que o parecer do Senador Moreira Mendes aceita a preliminar de competência do Senado, tanto é que manda que as providências sejam tomadas pelo Tribunal de Contas, o que, de resto, já vem acontecendo.

O mais importante é que isso tem ocorrido, contra a legislação e contra a jurisprudência. É evidente que a propriedade privada deve surgir de um destaque legítimo do patrimônio público, seja nas donatarias, nas capitanias hereditárias, as sesmarias, seja nas concessões dos títulos que o Incra fez reconhecendo posse, seja na forma da Lei nº 601, de 1950, que já declarava invasão de terras públicas crime, seja na forma do art. 20 da Lei nº 4.947, de 1966, que considerava crime invadir terras públicas. Tudo aconteceu no silêncio, na calma, na tranqüilidade e, vamos dizer assim, sob o aplauso de todos nós. É um tema que merece ser verificado, investigado. É um tema que realmente temos que passar a limpo, seja pelo Tribunal de Contas, o que já vem ocorrendo, seja pelo Ministério Público, que realmente é quem detém esse poder de iniciativa, inclusive a titularidade da ação penal, seja pelo Congresso. O importante é que esse capítulo deve ser passado a limpo.

Poderia discutir essa matéria por outros ângulos, mas quero dizer que o desprezo, o desmazelo com a coisa pública nesse processo geral de desmonte do Estado implicou também a renúncia das terras públicas federais, sobretudo. Isso está acontecendo na nossa Amazônia. Fui visitar as terras públicas de parte do Amazonas, do Acre, de Rondônia, e constatei isso, que estava acontecendo e acontece hoje. Naquele tempo do pioneirismo, as leis consagraram as situações de fato. As leis acabaram sempre dando legitimidade a essas ocupações, mas hoje eu poderia mostrar o mapa do meu Estado partilhado em grandes propriedades, terras que deveriam ter uma destinação social, como

a reforma agrária, o assentamento parcelado, o assentamento familiar. A função social da propriedade, a que aludem a Constituição e o Estatuto da Terra, infelizmente é letra morta. Talvez dia virá em que essas palavras não sejam simplesmente vãs. Dia virá em que a coisa pública será respeitada, consagrada, como aprendi a fazer ao discriminar as terras públicas que recolheram um patrimônio imenso para o País, que é hoje fruto da colonização do meu Estado de Rondônia. Orgulho-me de ter feito isso, no Acre, em Rondônia, onde inclusive anulei vários títulos que não tinham origem dominial, num momento em que era preciso enfrentar a pistolagem, a violência, e a vida valia muito pouco.

Isso é passado, mas não poderia deixar de registrar esses fatos. Caberá, talvez, a esta Casa passar esses capítulos a limpo, que são bem mais amplos que simplesmente as terras do DF.

Peço desculpas, mas tinha que dizer isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, ficou marcada outra reunião?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Agora só na próxima quarta-feira. Regular.

(Levanta-se a reunião às 12h29min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO, COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS-SF; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO–CD; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO–CD; FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE–CD, E DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO-CN, NO DIA 29 DE OUTUBRO, DE 2003, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO N° 2, ANEXO II, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e nove de outubro do ano dois mil e três, reuniram-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Economia, Indústria, Comércio e Turismo da Câmara dos Deputados (CEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Fiscalização e Controle, do Senado Federal (CFC/SF) e de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF), no Plenário nº 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema "avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços", em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos Deputados Agnaldo Muniz, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Alberto Goldman, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; Alex Canziani, suplente da CMO/CN, suplente da CEIC/CD; Alexandre Cardoso, titular da CMO /CN; Almir Moura, suplente da CMO/CN; Amauri Robledo Gasques, titular da CMO/CN; André Luiz, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; André Zacharow, suplente da CMO/CN; Anivaldo Vale, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Antonio Cambraia, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Arlindo Chinaglia, suplente da CMO/CN; Ary Vanazzi, titular da CMO/CN; Athos Avelino, suplente da CMO/CN; Beto Albuquerque, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Bismarck Maia, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD, titular da CEIC/CD; Carlito Merss, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, suplente da CFFC/CD; Carlos Nader, suplente da CMO/CN; Coriolando Sales, titular da CFT/CD; Darcísio Perondi, titular da CMO/CN; Dr Evilásio, titular da CMO/CN; Dr Hélio, titular da CMO/CN; Dr Rosinha, titular da CMO/CN; Eduardo Gomes, titular da CMO/CN; Eduardo Sciarra, titular da CMO/CN; Eduardo Seabra, titular da CMO/CN; Eduardo Suplicy, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF; Eduardo Valverde, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Eliseu Resende, titular da CFT/CD; Fernando de Fabinho, suplente da CMO/CN, titular da CEIC/CD; Fernando Lopes, titular da CFT/CD, suplente da CEIC/CD; Geraldo Resende, titular da CMO/CN; Gilmar Machado, titular da CMO/CN; Gonzaga Mota, titular da CFT/CD; Helenildo Ribeiro, titular da CMO/CN; Herculano Anghinetti, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Humberto Michiles, titular da CMO/CN, suplente da CEIC/CD; Ildeu Araújo, suplente da CMO/CD; Jackson Barreto, titular da CMO/CN; João Batista, suplente da CMO/CN; João Grandão, titular da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; João Leão, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, suplente da CFFC/CD; João Magno, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; João Tota, suplente da CMO/CN; José Borba, titular da CMO/CN; José Carlos Elias, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; José Pimentel, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Josué Bengtson, suplente da CMO/CN; Jovino Cândido, titular da CFT/CD; Júlio Cesar, titular da CMO/CN; Lael Varella, titular da CMO/CN; Laura Carneiro, suplente da CMO/CN; Léo Alcântara, titular

da CEIC/CD; Leonardo Mattos, titular da CMO/CN; Leonardo Monteiro, suplente da CMO/CN; Leonardo Vilela, suplente da CMO/CN; Luiz Carreira, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Machado, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD, suplente da CFT/CD; Manato, suplente da CMO/CN; Marcelino Fraga, titular da CMO/CN; Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN; Marcos Abramo, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; Mário Heringer, titular da CMO/CN; Mauro Lopes, titular da CMO/CN; Milton Monti, titular da CMO/CN; Nelson Meurer, titular da CMO/CN; Onyx Lorenzoni, titular da CFT/CD; Pastor Francisco Olímpio, titular da CMO/CN; Pauderney Avelino, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Paulo Afonso, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Paulo Kobayashi, suplente da CMO/CN; Pedro Chaves, titular da CMO/CN; Pedro Fernandes, suplente da CMO/CN; Pedro Novais, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Professor Irapuan Teixeira, titular da CFT/CD; Professora Raquel Teixeira, titular da CMO/CN; Rafael Guerra, titular da CMO/CN; Renato Casagrande, titular da CMO/CN; Ricardo Barros, titular da CMO/CN; Rodrigo Maia, suplente da CFT/CD; Ronaldo Dimas, suplente da CMO/CN, titular da CEIC/CD; Sandro Mabel, suplente da CMO/CN; Sérgio Miranda, titular da CMO/CN; Silas Brasileiro, suplente da CMO/CN; Tarcísio Zimmermann, suplente da CMO/CN; Virgílio Guimarães, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD, titular da CEIC/CD; Waldemir Moka, suplente da CMO/CN; Wasny de Roure, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Wellington Roberto, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Wilson Santiago, titular da CMO/CN; Zé Gerardo, suplente da CMO/CN; Zezéu Ribeiro, suplente da CMO/CN. Compareceram também os Senadores Aelton Freitas, suplente da CMO/CN, suplente da CAE/SF, titular da CFC/SF; Amir Lando, titular da CMO/CN; Augusto Botelho, suplente da CMO/CN; Delcídio Amaral, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF, suplente da CFC/SF; Fernando Bezerra, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Geraldo Mesquita Júnior, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Gilberto Mestrinho, titular da CMO/CN; João Ribeiro, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF, titular da CFC/SF; Ney Suassuna, titular da CFC/SF, suplente da CAE/SF; Roberto Saturnino, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Sérgio Guerra, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Serys Slhessarenko, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF. Foi registrado o comparecimento dos seguintes Deputados não-membros: Benedito de Lira, Elimar Máximo Damasceno e Murilo Zauith. A reunião foi iniciada sob a direção do Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que convidou para a composição da Mesa o Dr. Henrique Meirelles e os Presidentes de Comissões envolvidas presentes no recinto do Plenário: Deputado Eliseu Resende, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; e o Senador Ney Suassuna, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. O Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em *data show* sobre o tema em questão. Às onze horas e dois minutos, o Presidente convidou para compor a mesa o Deputado Léo Alcântara, Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio da Câmara dos Deputados. Finalizada a explanação, iniciaram-se os debates. O Presidente propôs que o Dr. Henrique Meirelles respondesse após a intervenção de três parlamentares inscritos. O Plenário assentiu. Solicitou, ainda, que os parlamentares respeitassem o tempo concedido para interpelação. Como primeiro debatedor, o Deputado Pauderney Avelino formulou questionamentos ao palestrante. Prosseguiram no uso da palavra os Deputados Wasny de Roure e o Senador Eduardo Suplicy. O Dr. Henrique Meirelles respondeu ao primeiro bloco de Parlamentares. Em seguida, o Deputado Pauderney Avelino usou o direito de réplica, tendo sido atendido pelo Presidente do Banco Central. Manifestaram-se no segundo bloco de oradores os Deputados José Pimentel, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães e Beto Albuquerque. Às doze horas e cinco minutos, assumiu a condução dos trabalhos o Primeiro Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Pauderney Avelino. O Dr. Henrique Meirelles prestou esclarecimentos aos debatedores do segundo bloco. Em seguida, fizeram uso da palavra os Deputados Renato Casagrande, Eduardo Valverde, Gilmar Machado e Alberto Goldman. Às doze horas e trinta e seis minutos o Deputado Rodrigo Maia assumiu a Presidência, de acordo com o disposto no art 8º da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional. O Presidente do Banco Central respondeu aos parlamentares do terceiro bloco. Às doze horas e cinqüenta e seis minutos, o Deputado

Murilo Zauith assumiu a Presidência e, às treze horas e cinco minutos, retomou a condução dos trabalhos o Senador Gilberto Mestrinho. O Deputado Alberto Goldman efetuou réplica e foi respondido pelo Dr. Henrique Meirelles. No quarto bloco de oradores inscritos, manifestaram-se os Deputados Rodrigo Maia, Gonzaga Mota, Anivaldo Vale, Machado, Ricardo Barros, Murilo Zauith e Carlito Merss. O Presidente do Banco Central respondeu ao último bloco de parlamentares. Em seguida, utilizaram o direito de réplica os Deputados Murilo Zauith e Carlito Merss, que concedeu aparte ao Deputado Sandro Mabel. Ao agradecer a presença do Dr. Henrique Meirelles, o Presidente encerrou os trabalhos, às quatorze horas e vinte e quatro minutos. Para constar, eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Declaro aberta a 2ª reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a ser realizada com a participação das seguintes Comissões, da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Comissão de Fiscalização e Controle; do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Fiscalização e Controle do Senado; Congresso Nacional: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido será avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando um impacto, cujas operações e resultados estão demonstrados nos balanços do 1º semestre de 2003, em atendimento ao estabelecido no § 5º, art. 9, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O convidado é o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, que já se encontra na Mesa, e o Dr. João Antônio Fleury Teixeira, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil.

Da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, o Deputado Eliseu Resende, que já se encontra à Mesa; à Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, convido o seu Presidente, Deputado Léo Alcântara, a tomar assento à Mesa, se estiver presente; à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, o Presidente Deputado Simão Sessim, se estiver presente; à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o Presidente Senador Ramez Tebet, se estiver presente; à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, o Presidente Senador Ney Suassuna, que já se encontra à Mesa; e o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, que lhes fala nesta hora.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Com a palavra o Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente. Para mim é uma honra comparecer mais uma vez ao Congresso Nacional. Em primeiro lugar, pelo respeito e reconhecimento ao papel fundamental que o Congresso tem exercido na discussão e na proposição de soluções para os grandes problemas nacionais. Guardo como um dos orgulhos de minha vida o diploma de Deputado Federal que me foi dado pelo voto popular. É aqui, na Casa da democracia, que a sociedade brasileira debate os grandes temas que vamos desenhar para o futuro do País, é aqui que nasce o Brasil que todos desejamos.

Em segundo lugar, porque nós, do Banco Central, atribuímos grande importância a reuniões como esta. Eventos como este são exercícios importantes de interação entre o Banco Central e os representantes democraticamente eleitos pela sociedade. Transparência e comunicação são ferramentas fundamentais para o sucesso da política monetária. Um Banco Central moderno deve estar sempre aberto para a sociedade, e seus representantes, reunidos no Congresso. Não há mais lugar para caixas pretas ou torres de marfim.

Nesta apresentação inicial, farei uma exposição sobre o comportamento recente da economia brasileira e suas perspectivas para o futuro, centrando nos principais aspectos e parâmetros da política monetária, creditícia e cambial. Farei também um balanço dos resultados do Banco Central.

Na minha apresentação existe uma atualização recente de alguns últimos dados da economia; portanto, existem algumas diferenças de pequena monta em relação ao material que foi distribuído anteriormente — mas são coisas apenas de atualização.

Começo com uma constatação importante: a economia brasileira já iniciou o processo de retomada do nível de atividade. O pior já ficou para trás. As perspectivas para o futuro próximo da economia são muito mais positivas do que no final do ano passado. Debelada a crise por que passou o País, já se percebem sinais da retomada do crescimento em diversos setores. Muito em breve, esses sinais estarão ainda mais claros e disseminados por todos os segmentos da economia.

Em apenas 10 meses, conseguimos debelar a crise econômica e a ameaça de volta da hiperinflação. Recuperamos a confiança através de um processo determinado de ajuste interno e externo, baseado na responsabilidade fiscal, na manutenção da estabilidade macroeconômica, com o regime de meta de inflação e câmbio flutuante.

A rápida reversão das expectativas abriu o caminho, para que a retomada da atividade se iniciasse antes do que muitos imaginavam. A economia brasileira tem todas as condições para crescer 3%, ou mais, no ano que vem, e ainda mais nos anos seguintes.

Esse quadro favorável ao crescimento é resultado do compromisso permanente do Governo com o processo de construção responsável do futuro, fundado no equilíbrio das contas públicas, no cumprimento das metas de inflação e na consolidação do ajuste em nossas contas externas. O sucesso das políticas implementadas reduz as incertezas sobre a economia e cria um clima favorável à recuperação do investimento. O investimento depende de estabilidade e previsibilidade; e o crescimento depende da retomada do investimento.

Os fundamentos da economia brasileira hoje são sólidos. Há muitos anos o Brasil não reunia condições tão favoráveis para ingressar em um processo de crescimento sustentado, sem gerar, como no passado, desequilíbrio nas contas externas ou pressões inflacionárias. Chamo atenção para alguns indicadores que atestam o bom momento da economia.

A ameaça de volta da espiral inflacionária foi debelada. A inflação, que no final do ano passado se aproximava dos 40% anualizados, voltou a patamares próximos à média dos países emergentes. Nos últimos 6 meses, tivemos uma inflação média de 0,45% ao mês, o que equivale a uma taxa anualizada de 5,7%. A expectativa de mercado, 12 meses à frente, aponta um índice de 6,1%, em linha com a trajetória das metas de inflação. Para 2004, as expectativas convergem para o cumprimento da meta.

A melhora do Risco País também é significativa. O Risco Brasil passou dos mais de 2.400 pontos, registrados em setembro de 2002, para oscilar em torno de 600 pontos, o menor índice desde 1998. Como se sabe, o Risco País indica o grau de confiança dos investidores nacionais e internacionais em uma economia. A queda do Risco País provoca a redução no custo de financiamento e, conseqüentemente, representa um estímulo adicional ao investimento.

As taxas de juros de longo prazo também estão caindo. O que realmente determina o comportamento da economia real é a curva de juros de médio e longo prazo, pois é ela que determina as taxas praticadas nos contratos de empréstimo. O que melhor representa essas taxas é a estrutura a termo das taxas de juros, os *swaps* negociados no mercado de 180 a 360 dias. É o juro a termo. E os juros de longo prazo estão caindo de forma consistente no Brasil. De novembro de 2002 a outubro de 2003, a taxa de longo prazo caiu pela metade e já está pouco acima de 17%. Esta queda já está impulsionando a retomada do ritmo de atividade econômica. Vou me aprofundar sobre esta questão dos juros mais à frente.

Componente importante do ajuste da economia brasileira é a evolução da taxa de câmbio. Refletindo as incertezas que pairavam sobre o cenário brasileiro, o câmbio se aproximou, como todos sabemos, de 4 reais por dólar, com forte pressão inflacionária. Hoje o câmbio está estabilizado, e, além de não representar pressões sobre a inflação, tem viabilizado excelente resultado na balança comercial. Vamos nos referir a isso posteriormente.

Mais importante ainda: a relatividade do câmbio tem se reduzido de forma sistemática, contribuindo em muito para o clima de estabilidade e para a retomada de investimentos produtivos. Um ambiente de baixa volatilidade cambial é fundamental para estimular exportações e a entrada de investimentos externos, por reduzir o risco e o custo das operações cambiais.

O impacto da aceleração inflacionária, no ano passado, teve efeitos graves sobre o poder de compra da população brasileira. A massa real de salários sofreu uma queda de 7% entre o 2º trimestre de 2002 e o 2º trimestre de 2003. Desde maio, no entanto, com o sucesso da política antiinflacionária, a massa de salários voltou a se recuperar; inicialmente, de forma tênue, e desde julho de maneira mais vigorosa.

O principal efeito da recomposição da massa salarial foi a recuperação da atividade, via consumo, a partir do 3º trimestre deste ano. A produção industrial já mostra, desde junho, sinais de recuperação. Em termos dessazonalizados, o produto industrial cresceu 2,5% nos últimos 2 meses.

A retomada do nível de atividade fica evidenciada por diversos indicadores, como o crescimento da produção de bens duráveis, o aumento da venda de

automóveis e eletroeletrônicos, o aumento da demanda por crédito e o número de consultas aos serviços de proteção ao crédito, entre outros.

Pois bem. Outro índice que merece destaque é o comportamento da Bolsa de Valores de São Paulo, que se encontra atualmente no seu maior nível desde 2000. Aqui e ali, no entanto, ouve-se a crítica de que os mercados financeiros estão eufóricos enquanto vigora o pessimismo no setor real da economia. Faço apenas uma ressalva: por sua própria natureza, os mercados financeiros são mais sensíveis a oscilações da economia e se antecipam aos resultados. Assim, no 2° semestre do ano passado, por exemplo, os mercados financeiros já refletiam as incertezas sobre a economia, bem antes da indústria, por exemplo, que ainda não demonstrava a desaceleração que a atingiria mais tarde. É função do mercado tentar antecipar o movimento; às vezes erra, mas, na maior parte das vezes, acerta. No ano passado, por exemplo, o mercado antecipou a crise que se aproximava, reagindo antes da economia real.

A alta do índice da Bolsa reflete uma expectativa de melhora nos resultados das empresas, o que a médio prazo se traduzirá no crescimento da taxa de investimento e da capacidade produtiva.

Para se ter uma noção mais clara do sucesso das políticas adotadas na reversão do panorama econômico brasileiro, é importante ter a dimensão exata da crise que atingiu o Brasil no 2° semestre do ano passado. A economia brasileira passou por um choque de grandes proporções. O País perdeu cerca de 28 bilhões de dólares — ou quase 6% do PIB — em 2002, refletindo a deterioração das contas de investimentos diretos, empréstimos e financiamentos, capitais de curto prazo e ativos.

A crise de confiança interna, aliada à crescente aversão global ao risco, teve impactos relevantes sobre a economia. A percepção de risco teve alta considerável, como já mencionei, atingindo 2.400 pontos. E aqui é importante ressaltar que a elevação da percepção de risco, no ano passado, inibiu o investimento agregado, com sérias conseqüências para a nossa economia. O impacto, no entanto, foi sentido este ano com a desaceleração econômica. Ou seja, a incerteza leva ao aumento do risco; o aumento do risco leva a uma queda do investimento, gerando uma defasagem; e isso acarreta, portanto, um efeito negativo na atividade econômica.

É evidente que as dificuldades se refletiram na taxa de câmbio. Como eu já mencionei, a cotação se aproximou de quase 4 reais por dólar. E a depreciação do real e a deteriorização das expectativas levaram ao descumprimento da meta de inflação para 2002.

A crise gerou um forte impacto inflacionário. A inflação quintuplicou entre o 2° e o 4° trimestre do ano passado. Como disse, no último trimestre a inflação mensal de preços ao consumidor chegou a mais de 40%, anualizados.

Agora vou dar um dado importante. No passado, altas inflacionárias dessa magnitude levaram anos para se materializar. Desta vez foi muito rápido, pela história de inflação do Brasil. Como a sociedade já está vacinada contra os efeitos da inflação, reage, portanto, com muita rapidez. Para muitos observadores, a inflação estava definitivamente reinstalada no País. Para eles, os instrumentos clássicos de política monetária não funcionariam nunca no Brasil, pois seriam supostamente ineficazes contra uma inflação de custos ou restrita a preços indexados, ou generalizadamente inercial.

É evidente que o quadro dramático não se concretizou. Em 10 meses o Governo conseguiu debelar a crise e a ameaça do retorno da aceleração inflacionária. Recuperou a confiança através de um processo determinado de ajuste baseado na responsabilidade fiscal (com a fixação e o cumprimento de uma meta de superávit fiscal de 4,25% para 2003 e anos seguintes) e na estabilidade macroeconômica (com o regime de metas de inflação e câmbio flutuante).

O Brasil passa por um importante ajuste das contas públicas. A partir de 1998, o Governo brasileiro entrou numa rota de superávits primários. Esse processo está sendo consolidado pelo Governo Lula, que estabeleceu — e está cumprindo — a meta de superávit primário de 4,25% do PIB. E com a uma mudança qualitativa importante: o ajuste está concentrado no corte de gastos públicos, sem receitas extraordinárias computadas, para efeito da fixação da meta.

Esse processo permitirá a diminuição consistente da relação da dívida pública sobre o PIB. Temos como meta estar próximos a 40%, no final da década. No auge da crise da confiança, por exemplo, essa relação superou a margem de 60%.

Um ajuste importante das contas externas é outro pilar fundamental para a recuperação da economia brasileira. A melhora do nível de confiança tem permitido uma recuperação consistente da taxa de rolagem da dívida externa brasileira privada. No 2° semestre do ano passado, as empresas brasileiras tinham dificuldade para rolar, mesmo parcialmente, suas dívidas no exterior. Nos últimos meses, a taxa de rolagem tem se mantido sistematicamente acima de 100%.

Um componente importante no ajuste externo é a mudança estrutural verificada no comportamento da balança comercial. No valor acumulado nos últimos 12 meses, a balança comercial brasileira registrou, em setembro, um superávit superior a 23 bilhões de dólares.

É o maior superávit comercial já registrado na história do Brasil. Para comparar, vale recordar que o saldo comercial brasileiro representava, há poucos anos, um déficit anual de mais de 6 bilhões de dólares.

Gostaria de reiterar, no entanto, que o saldo comercial está sendo alcançado graças a um processo de mudança estrutural da economia brasileira, com ganhos de eficiência e produtividade, sem os artificialismos que muitas vezes marcaram esse processo.

De janeiro a setembro deste ano, a conta corrente do balanço de pagamentos registra um superávit de 3,8 bilhões de dólares. Assim, o mais provável é que fechemos o ano com um superávit em transações correntes, o que não ocorre desde 1994.

Tivemos, num certo momento, o pico de déficit de conta corrente de 33 bilhões de dólares. Este ano, por exemplo, de janeiro a setembro, no acumulado, temos um superávit de 3,8 bilhões de dólares.

Outra sinalização da reconquista da confiança internacional é dado pelo índice de investimento estrangeiro direto. Nos últimos 3 meses, o investimento estrangeiro foi em média de 900 milhões de dólares/mês. Esses números refletem uma retomada do investimento externo após o período de retração provocado pela crise do ano passado.

Os investimentos externos que estão ingressando agora no País são resultado de um longo processo de tomada de decisão. Tudo indica que se trata de um processo consistente de retomada que estará se prolongando no futuro próximo. Para 2004 a estimativa é de que esses recursos somarão 13,5 bilhões de dólares.

Ainda no setor externo, os dados revelam uma queda consistente da dívida externa total, dela excluídos os empréstimos do Fundo Monetário Internacional. No conceito de liquidez internacional, as reservas brasileiras totalizaram, em setembro, 52 bilhões de dólares, um nível confortável para regime de câmbio flutuante.

Além disso, como é sabido, o Governo brasileiro está mantendo conversação com o FMI, tendo em vista a possível renovação do acordo. Uma coisa é certa: independentemente da decisão a ser tomada em relação ao Fundo, nossa posição atual é muito confortável e não teremos dificuldades para financiar nossas contas externas em 2004.

A aceleração inflacionária gerada pelo choque do ano passado não foi nada trivial. Reverter acelerações inflacionárias daquela magnitude não é tarefa fácil; exige um compromisso firme com a manutenção da estabilidade. Uma vez que os agentes econômicos passem a incorporar em sua expectativa uma inflação mais alta, é nesse patamar que a inflação tende a estabelecer o seu piso. Somente a atuação da política monetária — tanto controlando a demanda agregada, como coordenando de forma eficaz as expectativas de inflação mais baixa — fará com que ela se reduza.

O combate à inflação exige uma rápida e decidida ação por parte da autoridade monetária. Exigiu um compromisso firme com a manutenção da estabilidade. É esse compromisso determinado que convence os agentes privados de que a política econômica terá como foco o crescimento sustentado e como requisito um ambiente econômico que preserve a estabilidade dos preços.

É inequívoco o sucesso da política monetária no combate à inflação. Em apenas 10 meses conseguimos debelar a ameaça do retorno da inflação crônica. Numa avaliação 12 meses à frente, como mostramos, o mercado espera uma inflação em torno de 6%, em linha com a trajetória de metas ajustadas definidas para conduzir a inflação de volta à meta de longo prazo, depois do choque de 2002. Para 2004, como já disse, as expectativas convergem para o cumprimento da meta de 5,5%.

Outro fator importante no processo da reconquista da confiança foi a adoção de uma política de alongamento do perfil da dívida e de redução da exposição da dívida pública atrelada ao câmbio. O perfil da dívida do Governo Federal continua a melhorar, com o aumento da participação de papéis com correção prefixada, redução dos títulos atrelados à variação cambial e alongamento dos prazos de vencimento.

Senhoras e Senhores, as condições para retomada do crescimento já estão dadas. Os primeiros sinais já começam a aparecer. A flexibilização da política monetária iniciada em junho e intensificada nos meses seguintes, o aumento da oferta de crédito e o aumento dos rendimentos reais, possibilitados pela queda da inflação, permitirão um aumento progressivo do consumo e a retomada do nível de atividade.

O que determinada a atividade econômica é o nível da taxa de juros de médio e longo prazo no mercado. Além disso, é importante notar que os efeitos de uma determinada estrutura de juros sobre a atividade não são sentidos imediatamente. Há uma defasagem nesse efeito. Assim, a atividade da economia brasileira, no 1º semestre deste ano, estava sendo determinada pelas taxas de juros de médio e longo prazo vigentes no final do ano passado.

Em novembro passado, por exemplo, a taxa *swap* de 360 dias (que é como o mercado determina as taxas de juros de médio prazo) se aproximava de 33%. E, nesse momento, a Taxa SELIC estava muito abaixo disso. A razão de as taxas de mercado estarem tão altas foi a incerteza, com a expectativa de uma inflação cres-

cente. Agora, em outubro de 2003, essa taxa caiu pela metade; está pouco acima de 17%, abaixo, portanto, do índice vigente antes da crise do ano passado.

Em termos reais (ou seja, a taxa futura de médio prazo, descontada a inflação esperada para o período), os juros reais de médio prazo no Brasil estão em cerca de 10,5% — isto é, a taxa de mercado de médio prazo descontada da inflação esperada pelo mercado a médio prazo. Esse foi o nível que prevalecia no início de 2000, quando a economia cresceu a taxas elevadas. Os efeitos positivos dessa redução sobre o nível de atividade estarão cada vez mais visíveis ao longo dos próximos meses.

É a estrutura a termo da taxa de juros que determina o curso do crédito aos tomadores. A queda das taxas longas se iniciou em março, quando o mercado antecipou em 3 meses a flexibilização monetária promovida pelo Banco Central e a queda nas expectativas de inflação. Em conseqüência, as taxas de juros para as pessoas físicas começaram a cair no fim do 1° trimestre, e já mostram uma redução de cerca de 18 pontos percentuais.

É claro que as taxas ainda estão muito altas, mas a queda já é sentida pelos consumidores e começa a impulsionar o ritmo de atividade. A retomada está sendo impulsionada pela demanda de bens duráveis, justamente aqueles que mais dependem das condições de crédito da economia.

Portanto, a reversão do nível de atividades já é observada em vários setores. Nós podemos verificar que diversos segmentos da indústria já mostram crescimentos importantes em termos da média trimestral sobre o trimestre anterior.

Eu gostaria também de mencionar que o número de consultas a serviços de proteção ao crédito também comprova a retomada do nível de atividade. Esse dado, que se refere à 1ª quinzena de outubro, mostra que as consultas ao SPC, no Estado de São Paulo, apresentaram uma significativa expansão de 9,1% no período.

As vendas internas de automóveis indicam a mesma tendência, favorecidas pela facilitação do crédito e pelo estímulo fiscal via redução do IPI.

Gostaria de mencionar aqui um ponto muito importante: o processo de combate à crise tem um preço. No entanto, é importante enfatizar que, no Brasil, estamos conseguindo superar a crise, preservando taxas positivas de crescimento. Como mencionei, nós perdemos, no ano passado, cerca de 28 bilhões de dólares de linhas externas. Países que foram forçados a ajustes semelhantes em suas contas correntes tiveram contrações de 5% a 12% do PIB. Apesar da dimensão excepcional da crise por que passou, temos a estimativa de que o Brasil conseguirá fechar este ano difícil com crescimento positivo de 0,6%. Crescimento pequeno, é verdade, mas crescimento. Ainda não é o crescimento que queremos. Ainda estamos longe dos índices que, com certeza, teremos condições de alcançar nos próximos anos. Mas toda construção duradoura exige bases sólidas, e essas bases foram criadas ao longo deste ano. Sobre elas estaremos construindo, de forma responsável, o caminho que nos levará, a partir do ano que vem, ao desenvolvimento e ao crescimento sustentado.

Eu gostaria de enfatizar, pelos dados já mostrados, que, na margem, a economia já volta a crescer, e os dados da indústria paulista de setembro, divulgados ontem, confirmam esse fato — a indústria paulista já cresceu no mês anterior cerca de 6% e, como mostrei claramente, a atividade industrial já está puxando a atividade econômica.

Vamos passar agora ao resultado do Banco Central.

O resultado do Banco Central considera as receitas e despesas de todas as suas operações. Caso o resultado seja positivo, após ajuste de reservas, é transferido ao Tesouro Nacional; se negativo, é coberto como despesa pelo Tesouro Nacional.

Vamos começar pela área externa. Os resultados com operações na área externa totalizaram 7 bilhões de reais negativos e decorreram, principalmente, da valorização do real frente ao dólar (16, 72% no semestre); ou seja, no caso dos ativos, por exemplo, tivemos, portanto, uma despesa de 25 bilhões de reais, e a razão disso é exatamente o valor do dólar. Portanto, o valor dos ativos diminuiu. Por outro lado, o passivo em dólares também diminuiu, gerando uma receita, que é o efeito contrário do que houve, por exemplo, no ano passado, com a desvalorização do real. Portanto, o resultado líquido foi cerca de 7 bilhões de reais.

Por outro lado, como todos sabem, o Banco Central, durante todo esse período tem oferecido proteção cambial ao mercado, e o mecanismo usado nos últimos anos tem sido operações de *swap*, instrumento financeiro oferecido ao mercado como *hedge* — ou seja, como proteção contra variação cambial. Eu vou mostrar isso depois em outro quadro.

O Banco Central apresentou neste semestre um índice positivo, um ganho de 15 bilhões de reais como resultado das operações de *swap* no 1° semestre. Portanto, o ganho com as operações de *swap*, no 1° semestre de 2003, foi maior do que toda a perda com *swap* verificada no 2° semestre de 2002, que foi de 14 bilhões de reais; isto é, este ano já compensamos e já ganhamos mais com as operações de *swap*

do que o Banco Central tinha perdido no 2º semestre do ano passado.

Esse resultado, evidentemente, decorreu da apreciação do real. Em valores nacionais, somente para referência, o Banco Central apresentava a posição comprada líquida de 105 bilhões de reais em contratos de *swap*, pagando a variação cambial mais cupom e recebendo a variação da taxa de depósito interbancário.

Mostramos aqui um dado muito importante, que é o ajuste de mercado da carteira do Banco Central, isto é, a carteira de títulos públicos que o Banco Central tem. Isso reflete as melhoras do fundamento da economia brasileira e a melhora de confiança, melhorando, portanto, o valor dos títulos emitidos pelo Brasil.

No mercado de títulos, apurou-se um resultado positivo de 19 bilhões de reais. Nesse resultado, destaca-se a marcação, a mercado, dos títulos públicos existentes na carteira do Banco Central, como já mencionei, no gráfico anterior, de 12 bilhões de reais. Essa valorização é importante sinal da recuperação da credibilidade.

Agora vamos apresentar o resultado consolidado do Banco Central no 1º semestre de 2003. O Banco Central apresentou, no 1º semestre de 2003, um resultado positivo de 24 bilhões de reais. O fator determinante desse resultado foi a recuperação da economia brasileira ao longo do ano, como tive a oportunidade de descrever. E nós vamos ver que temos os diversos resultados — o resultado positivo na receita do mercado aberto, das operações de *swap*; negativo da área externa; despesas, conforme mostradas, e o perfil na área externa. Tudo isso, portanto, gerou um resultado líquido de 24 bilhões de reais. E esse processo foi importante, porque permitiu ao Banco Central reverter o prejuízo registrado em 2002, que foi de cerca de 17 bilhões de reais.

Portanto, este é o resultado mensal do Banco Central de junho de 2002 até junho de 2003. Os senhores podem acompanhar a evolução.

De acordo com a lei, o resultado positivo apurado pelo Banco Central foi transferido ao Tesouro Nacional no último dia 4 de setembro.

Sras. e Srs. Parlamentares — terminando, portanto —, falei no início sobre o papel fundamental que o Congresso Nacional tem desempenhado no encaminhamento das grandes questões nacionais. O grau de confiança de uma economia depende também da capacidade que tem o País de fornecer respostas adequadas aos seus problemas. Felizmente para o povo brasileiro, o Congresso Nacional tem estado à altura dos desafios. Entre outros projetos, as reformas da Previdência e a tributária são exemplos concretos de exercícios democráticos que têm tido boas repercussões sobre a economia.

As idas e vindas normais no processo democrático de negociação não devem nos impedir de reconhecer os avanços que o País está conquistando nessas áreas. A aprovação das reformas, em tempo recorde, poderia ter impactos positivos sobre o crescimento.

Para terminar, eu gostaria de reiterar o que disse no início: a transparência é um dos instrumentos básicos do Banco Central. Por isso, sempre considerei fundamental o diálogo constante entre o Banco Central e o Congresso Nacional. Como não poderia deixar de ser, o Banco Central estará sempre aberto a prestar contas à democracia.

Muito obrigado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Antes de iniciar os debates, convido o Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados, o Deputado Léo Alcântara, para tomar assento à Mesa.

Vamos dar início aos debates.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Srs. Presidentes de Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique MEIRELLES, essa explanação que V.Sa. faz realmente é uma explanação sobre recuperação, digamos assim, que já tínhamos ouvido na semana passada, a convite de V.Sa., e com um grupo de Parlamentares, na sede do Banco Central.

Entendemos que realmente a política monetária do País está domada. Mas entendemos que podemos, como diz V.Sa., estar criando as condições para que possamos crescer a partir do ano que vem. Lamentavelmente, a expectativa de crescimento, que foi projetado para este ano em 3% do PIB, não aconteceu nem vai acontecer, é claro, havendo a expectativa de crescimento de apenas 0,6%.

Entendemos que o País vivia uma crise causada pela falta de confiança no novo Governo que se instalava no País, que ganhou as eleições no ano passado; daí aquele turbilhonamento que aconteceu na política brasileira com a eleição do Lula, e, depois, as conseqüências no início do ano e nos meses seguintes.

Temos, Sr. Presidente, algumas questões que considero primordiais para que possamos tratar do crescimento do nosso País e sobre as quais gostaria de ouvi-lo. Em primeiro lugar, a expectativa de crescimento. O Governo exprimiu uma expectativa de crescimento, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no projeto de lei orçamentária e no Plano Plurianual, de 3,5% para o ano, sem falar nos anos seguintes: 3,5%, 4%, 5%. Mas, a meu ver, para que isso aconteça, a

política monetária não é suficiente. Sendo assim, qual é o nível de crédito que o Banco Central, que os bancos colocam à disposição do mercado? Como disse V.Sa., é um número pequeno. Mas gostaria de saber de quanto é em relação ao PIB e a outros países. É essa a minha primeira pergunta.

Outra questão é a queda dos investimentos. No ano de 2000, tivemos o maior nível de investimentos externos na história do Brasil, que chegou a quase 33 bilhões de dólares. Daí foi caindo: em 2001, 22 bilhões 457 milhões; em 2002, um pouco mais de 16 bilhões; e chegamos a agosto de 2003 com apenas 5 bilhões 727 milhões. Não devemos chegar ao final do ano nem com 10 bilhões de dólares em investimentos no País. Sendo assim, a que se deve essa queda dos investimentos externos em nosso País?

O discurso de V.Sa. é bastante confiante e espero ardentemente que se concretize, porque, como disse a V.Sa. na semana passada, e repito hoje, independentemente de partidos, esta é uma questão brasileira. Queremos o crescimento do Brasil. Queremos empregos. Queremos a atividade econômica voltando a crescer e gerando empregos. V.Sa. falou que os jornais dizem que o crescimento da indústria está consolidado e há crescimento de 6%. Realmente, os jornais dizem que há crescimento de 6% na indústria. Mas não há crescimento de empregos. Obviamente, havia uma demanda reprimida dentro das indústrias, que, com certeza, estão desovando estoques, trazendo de volta operários que eventualmente estariam em férias, mas não fazendo contratação de novos empregados.

Concluo, dizendo que todos falam que o governo passado era pródigo, voltado para os banqueiros e para os bancos. Os bancos realmente ganharam muito dinheiro nos 8 anos de Fernando Henrique. Mas temos aqui um levantamento realizado pela consultoria Austin Asis, com base nos balanços semestrais publicados por 12 grandes bancos, em que vemos que, no 1° semestre, esses bancos tiveram lucro de 4 bilhões 290 milhões, resultado superior ao mesmo período de 2002, que foi de 4 bilhões. E mostra também que esse lucro é maior do que o havido em todos os primeiros semestres do Governo Fernando Henrique.

Vou solicitar a V.Sa., através de requerimento, que nos informe qual o lucro dos bancos nos 9 primeiros meses deste ano.

No mais, quero me congratular com V.Sa. pelos números positivos da economia do Brasil. Torço ardente para que o crescimento aconteça a partir do ano do que vem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vamos ouvir 3 Parlamentares e, a seguir, o Presidente do Banco Central, com as respostas.

Pediria que todos os intervenientes da discussão usem apenas os 3 minutos regulamentares, uma vez que é grande o número de inscritos.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Senador Gilberto Mestrinho, Presidente desta Comissão; Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, acredito que V.Sa. retrata, de maneira sintética e objetiva, variáveis relevantes que apontam a gravidade em que o País se encontrava e o esforço que tem sido feito para reconstrução da atividade econômica no País. Infelizmente, há aqueles que não conseguiram superar a capacidade simplista de analisar a crise tão-somente pelo processo político que o País vivenciou no ano passado. No entanto, um dos dados apresentados aponta o histórico dos últimos 3 anos, acerca da entrada de capitais, e este demonstra que, pelo menos nessa área, a crise foi bem mais longa do que simplesmente uma crise do 2° semestre do ano passado; ou seja, um deslocamento de 62 bilhões, em 2000, para 25 bilhões, em 2002, representando uma perda de 28 bilhões de dólares em entrada de capitais. Assim, perguntaria: qual é o ritmo, do ponto de vista da entrada de capitais propriamente ditos, do capital de curto prazo e o de longo prazo, para o mercado? O Banco Central já tem a percepção da diferença da entrada desses 2 tipos de capitais na economia brasileira?

A segunda colocação que gostaria de fazer refere-se a uma outra tabela, que é o déficit em contas correntes. Parece que a economia brasileira vivia, do ponto de vista do desempenho do balanço de pagamentos, uma situação extremamente salutar e que somente no ano passado teve problemas. Parece-me não ser isso o que revelam os dados aqui apresentados por V.Sa., que, em primeiro lugar, apontam o declínio do déficit em conta corrente. Mas, se o associarmos à queda da atividade econômica, observa-se também que há queda nas importações de insumos — provavelmente associada à queda da atividade econômica, o que deve explicar parte dessa diminuição do déficit em conta corrente. Mas gostaria de indagar quais são, de fato e objetivamente, além do possível efeito da queda das importações para diminuição do déficit em conta corrente, os fatores pelos quais o Banco Central entende essa melhora do desempenho das contas correntes brasileiras, hoje?

Por último, quero fazer uma indagação sobre a avaliação que faz o Banco Central da capacidade de internalização da economia brasileira com relação à queda da Taxa SELIC . Qual é a rapidez que isso reproduz nas operações menores de créditos, vamos assim dizer, ou seja, aquelas que ocorrem na ponta do sistema financeiro propriamente dito?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho; Deputado Eliseu Resende; Sras. e Srs. Parlamentares; Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, acho muito importante que a política econômica esteja dando bons frutos no que se refere ao controle da inflação, com sinais de recuperação da economia. Entretanto, no que diz respeito à taxa de crescimento da economia, com o objetivo de se criar mais empregos, estamos ainda muito aquém do desejado.

Sr. Henrique MEIRELLES, eu vejo que em 53 parágrafos inseridos nos relatórios das reuniões do COPOM, que define as taxas de juros, 2 são para reflexão sobre a taxa de desemprego, que está em níveis excepcionalmente altos para o histórico da economia brasileira: cerca de 13% nas 6 regiões metropolitanas e pouco acima de 20% na região metropolitana de São Paulo, segundo a Fundação SEADE e o DIEESE.

Sugiro a V.Sa. que considere profundamente as questões do desemprego e da atividade econômica. Observo que nas suas informações sobre atividade econômica não está inserida a evolução da taxa do desemprego. Ainda que V.Sa. considere extremamente importante o objetivo da estabilidade de preços, nunca deixe de colocar como objetivo igualmente importante este, qual seja, o de a atividade econômica atingir, o mais breve possível, a meta de pleno emprego. Inclusive, uma recomendação exposta aqui, recentemente, pelo ex-Vice-Presidente do Banco Mundial, Joseph Stiglitz, laureado um nobre da economia, quando observou que as autoridades econômicas e monetárias devem, sim, levar em conta esses objetivos da atividade acelerada, o pleno emprego, assim como a melhoria da distribuição da renda e da riqueza.

É importante que o Presidente do Banco Central nos apresente, inclusive do ponto de vista do Orçamento para o próximo ano, os instrumentos de política econômica, não apenas monetária e cambial, que melhorarão a atividade e o emprego, bem como a distribuição da renda e a erradicação da pobreza. Por outro lado, que também nos informe precisamente por que nas tabelas isso não veio explicitado. Ou seja, qual o peso no ano de 2003, e a perspectiva para 2004, do pagamento do serviço das dívidas públicas interna e externa? Gostaria de saber se é correta a informação de que, em 2002, a quantia foi da ordem de 116 bilhões de reais; e de que, este ano, até setembro, já ultrapassou mais de 100 bilhões, e até dezembro poderá ser maior do que a de 2002. Qual parte do serviço da dívida pública que pagamos para os credores internos e externos, e por que essa questão é relevante e referente à questão da distribuição da renda e da riqueza?

Caro Presidente Henrique Meirelles, se transferimos este ano mais de 100 bilhões de dólares em serviços da dívida, ou somente em juros pagos, quem recebeu interna e externamente? Talvez seja difícil termos uma resposta precisa. Mas para que todos compreendamos, para quem o Governo brasileiro, o Tesouro nacional paga juros e serviços? Alguns imaginam que são para as instituições financeiras e para aqueles que compram títulos. Quem são os proprietários dos títulos da dívida no exterior e aqui no Brasil? Normalmente, são pessoas que detêm maior riqueza e renda. Quando a sociedade brasileira se empenha em reservar o necessário para pagar o serviço da dívida, que estará previsto no Orçamento, tem de pensar nesta quantia e em outras, como, por exemplo, as que vão para os programas de transferência de renda, agora unificados nos programas Bolsa Família. Uma quantia pode estar relacionada a outra para que tenhamos consciência.

Prezado Presidente Henrique Meirelles, o Ministro Antonio Palocci disse que o controle da inflação é importante, porque ela prejudica, sobretudo, os mais pobres. Porém, em contrapartida, temos de ter consciência de que pagamos grande parte do serviço da dívida às pessoas que detêm muita riqueza. Peço a V.Sa. que nos apresente os beneficiários e os dados, mesmo que aproximadamente, do serviço das dívidas interna e externa durante 2003 e para 2004.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Com relação à pergunta do Deputado Pauderney Avelino, eu diria que o nível de crédito da economia brasileira, em setembro, está em torno de 25,3% do PIB, *versus* uma média de 24% do primeiro trimestre e 24,3% em dezembro do ano passado, dos quais cerca de 14% em crédito livre. Esse número é até um pouco superior em relação aos demais países emergentes, que têm números de créditos relativamente baixos se comparados aos dos países industrializados, de economias amadurecidas, que têm um nível de crédito superior, como, por exemplo, Japão e Estados Unidos, com níveis superiores até ao PIB. Portanto, esses valores se situam numa faixa de 250 milhões de reais, no nível total de crédito agregado.

Portanto, é importante mencionar que esse nível, na realidade, pode ser inclusive um pouco maior, dependendo da variação dos números, talvez atingindo, em alguns momentos, até números superiores. Mas o importante é dizer que é baixo, o índice é baixo. E

vamos ter, portanto, a necessidade, claramente, como desafio da economia brasileira, nos próximos anos, de aumentar esses números.

O Governo tem tomado algumas medidas importantes nessa área, como, por exemplo, o desconto, a consignação em folha de pagamentos. É algo da maior importância, porque isso disponibiliza para o trabalhador um acesso ao crédito mais barato. Estamos vendo pelas divulgações, inclusive, dos próprios jornais, que os acordos firmados entre as instituições financeiras, as centrais sindicais e as empresas têm dado um nível de custo para esse tipo de crédito fundamentalmente inferior ao que prevalece no mercado. Além do mais, temos outros projetos nesse sentido, e o nível de crédito em geral começa a crescer, como mostrei, pelos serviços de consulta ao crédito. Em resumo: à medida que a atividade econômica começa a ser retomada, vamos, claramente, ter também uma retomada paulatina do crédito.

É importante também mencionar que o nível de crédito é muito vinculado ao nível geral de atividades da economia. Também, isso é importante no âmbito de estabilidade econômica: quanto mais estável a economia, tende a ser maior a oferta e demanda por crédito. Porque os agentes econômicos, sejam investidores, sejam tomadores, têm mais confiança em fazer seus planos e tomar créditos.

Portanto, a estabilidade macroeconômica é fundamental para que possamos expandir o nível de crédito na economia.

Em relação ao nível de investimento, a pergunta de S.Exa. é no sentido de quais são as razões da queda do nível geral de investimento. A queda do nível geral de investimento está muito relacionada à previsão de inflação, à previsão do nível de atividade econômica. Portanto, a incerteza, que foi refletida pelos diversos índices que mostramos, no ano passado, claramente teve um efeito depressor sobre o nível de investimento, porque o investimento pressupõe uma previsibilidade, pressupõe um retorno. Na medida em que há uma incerteza sobre o futuro, o nível de investimento cai. Isso é um sumário da questão.

Em relação ao crescimento do emprego — isso também se relaciona à pergunta do Senador Eduardo Suplicy e já vou antecipar um pouco da resposta a S.Exa., uma vez que as perguntas estão interrelacionadas —, diria que o crescimento da massa de salário já mostrou sinais de recuperação; quer dizer, a massa de salário já está crescendo. Sobre a pergunta de S.Exa., de a economia estar dando sinais de reaquecimento, por um lado, mas o emprego ainda não mostrar sinais claros, o que mostra a teoria econômica é o seguinte. Na retomada da atividade industrial, principalmente os bens duráveis e alguns outros tipos de produtos intermediários são os que aparecem primeiro; em segundo, a massa de salário — isto é, o total de salários pagos na economia reage em segundo lugar. E, depois, os outros índices e os níveis gerais de emprego virão como conseqüência. Esse é o processo normal de retomada.

O que quero dizer é o seguinte. Não há dúvida de que a economia brasileira passou por uma crise muito séria e não há dúvida de que pagamos o preço dessa crise nos últimos semestres. Então, realmente, isso sinaliza — já mostrei os dados dos demais países — que outros países tiveram uma contração no PIB. O Brasil não teve uma contração no PIB; o Brasil teve um crescimento ainda positivo este ano. Mas não há dúvida de que houve uma baixa dessa taxa de crescimento. Mas agora todos os indicadores já mostram uma retomada desse crescimento.

Em relação à questão do Deputado, S.Exa. menciona a questão dos lucros dos bancos e, certamente, vamos fornecer, em resposta ao requerimento de S.Exa., o lucro total dos bancos.

Temos aqui dados preliminares, até junho de 2003: lucro total de 6,4 bilhões de reais, que é cerca de 5,5% do patrimônio líquido.

O Deputado menciona a evolução dos lucros no 1° trimestre de 4,2 *versus* 4 no trimestre anterior. Portanto, à primeira vista, no segundo trimestre houve uma queda desses lucros, na medida em que o lucro do semestre foi de 6,4 bilhões.

Diria o seguinte: o importante, Deputado, é que a economia esteja crescendo e o resultado das empresas em geral, no Brasil, melhorem. E, se olharmos, por exemplo, os resultados das empresas cotadas em bolsas de valores, vamos ver que os resultados das empresas têm melhorado muito no Brasil, em comparação ao passado recente.

Então a questão é não só o lucro dos bancos, mas o resultado geral das empresas e, claramente, o crescimento da massa salarial, que, em última análise, é o mais importante vetor.

Passando agora às perguntas do Deputado Wasny de Roure. Em relação à questão da entrada de capitais líquidos, de curto, médio e longo prazos, se olharmos, por exemplo, 2002, veremos que tivemos uma saída líquida de capitais, não só de curto como de médio prazo. E tivemos, por exemplo, de médio e longo prazos, uma saída líquida de cerca de 6,7 bilhões de dólares, e também uma saída de capitais de curto prazo importante. Se tomarmos o número de setembro de 2003 como exemplo, tivemos uma entrada, de médio e longo prazos, de 2,2 bilhões, e de prazo menor, de 1,2 bilhão; isto é, está claramente demonstrado que

os capitais de longo prazo hoje são a maioria do fluxo de entrada. Portanto, cerca de 2/3 do fluxo de entrada, se tomarmos setembro como base. Inclusive, no perfil da dívida brasileira, nos papéis emitidos pela República no exterior, S.Exa. vai notar que tem havido um aumento paulatino dos prazos da dívida; o último, por exemplo, foi de 7 anos, enquanto o primeiro foi com um prazo menor. Além do mais, temos também exemplos das empresas. O prazo médio das empresas está crescendo paulatinamente. Nos primeiros lançamentos das empresas, tínhamos um prazo médio de cerca de 8, 9 meses. Em resumo: existe claramente um aumento dos prazos médios de entrada.

Em relação à sua pergunta quanto aos fatores do desempenho nas contas correntes, o déficit em conta corrente foi revertido. E o fator mais importante, não há dúvida, foi o desempenho da balança comercial. Quando passamos, em anos recentes, de um déficit comercial de 6 bilhões para um superávit comercial de 23 bilhões de dólares, vemos apenas uma mudança líquida de cerca de 29 bilhões de dólares. Existem outros fatores, como remessas, viagens e outras coisas. Mas o fator mais importante, não há dúvida, foi o superávit da balança comercial, principalmente o desempenho do setor exportador. Mas também o desempenho do setor industrial em substituir importações; isso também foi muito importante porque, às vezes, o país não consegue substituir a importação. Então a única maneira de fazer cair a importação é ir gerando uma grande recessão, uma contração da atividade, como existiu, inclusive, em alguns países vizinhos. O país, para fazer esse ajuste, tem de contrair a atividade, diminuir o produto. Isso não foi necessário ser feito no Brasil, porque a indústria brasileira foi capaz de reagir positivamente.

Em relação à rapidez da reação do crédito às Taxas SELIC, diria ao Deputado que a Taxa SELIC é um dos fatores, como mostrei, em relação ao crédito e ao custo do crédito. Por exemplo: se olharmos aqueles números que mostrei, vamos ver que, mesmo em outubro do ano passado, quando a SELIC ainda estava a 18% — um pouco antes do mês de setembro ela subiu —, a taxa de mercado já estava acima de 30%. Por quê? Por causa da incerteza futura. Isto é, o que determina o custo crédito não é só a SELIC, mas também a incerteza ou a confiança. Hoje, por exemplo, o senhor está vendo que, inclusive, o mercado se antecipou à própria queda da Taxa SELIC. Portanto, saiu à frente, no sentido de que o mercado confia na eficácia da política monetária do Banco Central.

Esses são os diversos fatores que mostram essa evolução.

Acredito que esse é o sumário da questão do crédito. O que influencia, de fato, as taxas de juros do mercado nos empréstimos e na tomada de recursos é bem refletido, claramente, segundo os estudos do Banco Central, por essas taxas de *swap*, que são negociadas nas bolsas, porque a estrutura a termo de taxas de juros é o que reflete melhor isso. Não há, necessariamente, uma correlação direta com a SELIC. Há uma correlação na medida em que o senhor vai ver que o mercado se antecipou a essa queda da SELIC, que eventualmente ocorreu.

Passando às questões do Senador Suplicy, digo que as anotei e vamos levar muito à sério a sua sugestão de endereçar, com maior extensão, sobre a questão do desemprego na ata e no relatório de inflação.

Em relação aos serviços da dívida pública, vamos ver que, em 2003, a projeção é de cerca de 153,9 bilhões de reais, dos quais 137,1 bilhões da dívida interna e 16,8 bilhões da dívida externa. É importante notar que a dívida externa teve um componente positivo, em função exatamente da questão cambial, e que a projeção para 2004 é de 105,4 bilhões de reais da dívida interna e de 15,6 bilhões de reais da dívida externa, dando um total, portanto, de 121 bilhões de reais. Espera-se, portanto, uma melhora nesse quadro no ano de 2003.

Com relação à questão do Senador, referente a quem são pagos os juros, quem são os proprietários dos títulos etc., eu diria que hoje a estrutura de mercado mudou muito, principalmente com os fundos de investimentos. Quer dizer, hoje os fundos de investimentos congregam milhares de aplicadores, que são gerenciados apenas por uma instituição, aqueles porta-fólios. É muito importante mencionar que não há registro dos individuais, de quem são os proprietários de cada título público, em particular. São milhões de pessoas, se considerarmos que também nesse quadro estão envolvidas aplicações de varejo, não só de títulos públicos diretos do Governo, mas indiretamente fundos que têm aplicações nos títulos ou até nas aplicações de instituições financeiras, captadas, por exemplo, na Caderneta de Poupança, enquanto parte dos recursos podem ser aplicados em títulos do Governo Federal. Portanto, na dívida interna, tal qual na dívida externa, hoje, há uma capilaridade muito maior do que havia no passado. Quer dizer, hoje qualquer poupança, em última análise, tem uma grande possibilidade de estar sendo capitalizada para títulos públicos.

O mesmo processo ocorreu no mercado internacional. Quer dizer, aquele quadro que tínhamos na década de 1970, começo da década de 1980, em que grande parte da dívida soberana, a maior parte, estava concentrada nas mãos de grandes instituições financei-

ras, isso já mudou; transformou-se substancialmente e, hoje, temos uma grande dispersão de títulos que estão na mãos de investidores, que estão congregados, por meio de fundos de investimentos ou mesmo investidores individuais. Particularmente na Europa, países como a Itália e Alemanha, vimos grandes dispersões de títulos de países emergentes. Temos um grande vizinho negociando e que está enfrentando exatamente esse tipo de problema, porque há uma massa de pessoas nesses países, trabalhadores que têm títulos de países emergentes e, portanto, de dívida.

Enfim, não há um registro específico de nomes porque são milhões de pessoas que são proprietárias dos títulos públicos.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, gostaria, apenas, para complementar e aditar o meu questionamento ao Presidente do Banco Central, de pedir que ele nos explicasse o que significa esse juro real de equilíbrio de 9%, porque entendemos a incompatibilidade desse decréscimo ou do crescimento negativo da dívida pública ao longo do tempo, conforme está previsto no Plano Plurianual, inclusive no que foi mostrado na projeção até o ano de 2007, o que para mim não está bem explicado.

S.Sa. se refere, no documento do Banco Central, a esse juro real de equilíbrio. Gostaria que explicasse o que significa esse juro real de equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois não. Vamos entrar no detalhe contra este conceito do juro real de equilíbrio. Qual o conceito macroeconômico do juro real de equilíbrio, Deputado? Esse é um exemplo teórico. Esse é um conceito teórico e de difícil medida prática precisa. Imagine um país que tenha uma taxa de inflação constante, durante vários anos, de 10%. Vou usar um exemplo hipotético, na faixa de 10%. Imagine também que tenha tido uma taxa de juros constante, durante vários anos, de 21%. Portanto, não podemos dizer, a grosso modo, que a taxa de juros real, isto é, a taxa de juros acima da inflação, foi um pouco abaixo de 11%, um pouco acima de 10% em taxa composta. Vamos usar 10,5%. Como a inflação não mudou nesse período, podemos dizer que essa taxa de juros não foi expansionista nem contracionista; isto é, ela não aumentou nem diminuiu a inflação. Portanto, é uma taxa de equilíbrio. Temos uma inflação estável com a taxa de juros estável. Esse é o conceito teórico. Isto é, em tese, a taxa de equilíbrio é aquela taxa que não altera a atividade econômica nem altera o comportamento da inflação. Não é uma taxa expansionista nem é uma taxa contracionista. Portanto, o que há são taxas de equilíbrio diferentes, dependendo de cada país.

Uma outra maneira de olhar o mesmo assunto, porque há algumas inter-relações, porque a taxa de equilíbrio é um conceito basicamente interno, é olhar externamente, por meio das taxas de Risco País, que mostra, em última análise, o risco macroeconômico de um país, o que é necessário pagar para financiar sua dívida soberana e para financiar sua atividade econômica. Em última análise, é isso o que mostra a taxa de juro real de equilíbrio.

Este é um conceito, obviamente, teórico e muito difícil de medida, portanto, para se saber *a priori* qual será a taxa de equilíbrio ou qual é hoje a taxa de equilíbrio. Isso é uma coisa que se testa na prática.

Em relação aos números apresentados, o que mostramos é a evolução da taxa de juros real *ex ante*, que é medida através da expectativa do mercado para a inflação nos próximos 12 meses *versus* a expectativa do mercado para os juros dos próximos 12 meses. Essa é a taxa que forma as expectativas e, portanto, condiciona os investimentos e a atividade econômica no futuro. Mostramos como essa taxa está caindo. Mas essa taxa que mostramos não foi da evolução da taxa de equilíbrio, mas, sim, da evolução das taxas de juros reais *ex ante*, segundo medidas ou segundo previstas pelo mercado a taxa de juros dos próximos 360 dias, segundo a previsão no mercado, que é a taxa de inflação dos próximos 360 dias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Dando continuidade aos debates, com a palavra o Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Srs. Presidentes da Comissão de Finanças e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Sr. Presidente do Banco Central, quero começar registrando que de 1994 para cá este ano é o melhor resultado positivo do nosso Banco Central.

Quero também registrar, Srs. Presidentes, que o grande prejuízo do Banco Central em 2002 se deu no 1° semestre, e não no 2° semestre. No 1° semestre de 2002 tivemos um prejuízo de 10 bilhões, 900 milhões de reais. No 2° semestre, de 6 bilhões de reais, o que deixa claro que a questão, em 2002, não era risco político da eleição, porque, se isso fosse verdade, o grande prejuízo teria ocorrido no 2° semestre. A certeza da sociedade brasileira e dos organismos internacionais da vitória de um novo projeto para o Brasil contribuiu para essa confiança. Na hora em que abrimos esses números, vemos com clareza onde estava a desconfiança no projeto político que havia no Brasil.

É bom registrar também que, comparado com a década de 1990, o ano de 2002 apresentou o 3°

maior prejuízo; houve apenas 2 outros exercícios com prejuízo do Banco Central maior do que o havido em 2002. Esses dados são importantes para que possamos refletir sobre o perfil da dívida brasileira, porque esses resultados negativos causavam impacto em nossa dívida.

Outra questão que também quero registrar, Sr. Presidente, é que a dívida pública hoje, principalmente a interna, como muito bem falou V.Sa., está distribuída nas mãos de vários credores, vários investidores, principalmente pessoas físicas. Entidades que estão levantando esses dados indicam que há entre 10 milhões e 12 milhões de credores internos, proprietários desses fundos de investimentos. Portanto, os credores da dívida interna brasileira mudaram muito, particularmente da década de 1980 para cá. O que isso implica? É bom lembrar àqueles que defendem o calote na dívida pública interna, ou seja, simplesmente o não-pagamento, que o Brasil já fez isso no Governo Collor, e sabemos o desdobramento que teve em nossa economia. Nosso País já fez isso, assim como a Argentina fez o curralito. E sabemos as conseqüências por que passou a Argentina.

Nesse aspecto, parabenizo a direção do Banco Central e a área econômica, que, embora sabendo que as medidas tomadas são muito duras para nossa economia, sabem também que são necessárias para criar esse novo ambiente.

Nesse item, é bom registrar que temos 2 taxas de contribuições, 2 tipos de tributos que, de certa forma, retratam nossa economia formal e informal. Uma é a CPMF, o imposto do cheque — porque o dinheiro da ampla maioria da sociedade brasileira termina transitando por dentro de bancos. No ano de 2003, nossa arrecadação da CPMF cresceu 0,86%, um pouco próximo da previsão do crescimento econômico para 2003. A outra é a COFINS, que tem efeito cascata e transita pelos vários ramos de nossa economia. Sua arrecadação, em 2003, até setembro, cresceu 1,84%.

Portanto, esses fatores deixam claro que o efeito na economia está muito próximo do planejamento, já que esses fatores, aqui para nós, são importantes nesse acompanhamento.

Outro item que também chama nossa atenção é o crescimento, em 2003, da produção agrícola no Brasil. Estamos saindo de uma produção média de 97 milhões de toneladas, em 2002, para 122 milhões de toneladas em 2003, crescimento significativo, que repercute na nossa balança comercial. No setor da indústria, esse crescimento está se dando particularmente na indústria, que tinha capacidade ociosa. Num primeiro momento, isso não reflete em emprego direto, mas reflete em emprego indireto, que é exatamente o crescimento do consumo e das vendas nesse último trimestre, a que estamos começando a assistir. Portanto, Sr. Presidente, acho que esses fatores, para nós, são muito importantes.

O item relativo ao Banco Central que nos causa certa preocupação é este: embora tenhamos mantido a Taxa SELIC, num primeiro momento, relativamente abaixo da inflação oficial, e, em seguida, numa taxa real, junto aos consumidores não tem havido a mesma queda. É verdade que a política do Governo, que estimula o oferecimento de crédito de bancos oficiais e particulares, têm contribuído, mas, nos bancos privados, essa queda não tem acontecido na mesma proporção.

Pergunto a V.Sa. que medidas mais agressivas poderíamos ter para que os bancos privados também tivessem uma redução nas suas taxas de juros compatível com a queda que o mercado está apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente; nobre Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, antes de mais nada, congratulo-me com V.Exa. pela exposição em detalhes e pelo cumprimento da exigência da LDO de enviar com antecedência suas informações para esta Comissão.

Mas queria frisar o seguinte: a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando decidiu que haveria esta audiência pública, é explícita na busca do esclarecimento do chamado impacto e custo fiscal das operações do Banco Central. Considero que o custo fiscal não é apenas um resultado do Banco Central. Podemos dizer que nesse primeiro semestre de 2003 o custo fiscal foi positivo porque o resultado foi positivo? Acho que não. E, no § 5º, há uma recomendação: que V.Exa. prestaria contas dos objetivos e métodos da política monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal. Que aumento da dívida, por exemplo, que é custo fiscal, resultou da política monetária no primeiro semestre?

Há, então, Sr. Presidente, a necessidade de debate mais claro por parte do Banco Central. Sempre levantamos este ponto: que entendimento o Banco Central tem do custo fiscal das suas políticas, das suas operações? Qual o custo fiscal? Identificamos, já no artigo anterior, a necessidade de algumas demonstrações, que vêm nos balanços, mas que deveriam ficar explicitadas na intervenção de V.Exa. O custo da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, a manutenção das reservas cambiais, a rentabilidade de suas carteiras de títulos, todos esses elementos compõem uma parte do chamado custo fiscal.

Além do custo fiscal, poderíamos argumentar o custo da política econômica, em função, como levantou o Senador Eduardo Suplicy, do desemprego e de outras questões, o custo econômico da queda da economia. Vencemos a inflação. O Ministro Palocci chega a dizer que a inflação alta já foi derrotada. Textualmente, ele diz: "*A inflação é uma batalha vencida; estão criadas as condições para a retomada do crescimento*". Essa era a primeira questão que queria colocar a V.Exa.

A segunda questão, envolvendo esses temas, diz respeito ao balanço do Banco Central, balancete patrimonial. Ali há algo sobre o qual eu queria uma explicação de V.Exa. A Nota 9, "Operações com o Tesouro Nacional; Depósitos à ordem do Governo Federal", fala da remuneração da conta única. Tal remuneração é calculada diretamente e capitalizada no último dia do decênio posterior. No semestre, a taxa de remuneração acumulou 3,95%. O que significa isso? A taxa de remuneração da conta única no semestre foi de 3,95%. Por quê? E diz que no primeiro semestre de 2002 foi 18,61%, quando a taxa de emissão dos títulos era muito menor; se não me engano, a SELIC, a taxa média, era menos de 18%. Por quê?

Faço essa pergunta, Sr. Presidente do Banco Central, porque há uma política do Tesouro de emissão líquida de títulos, no primeiro semestre, que já aumentou a conta única em mais de 70 bilhões de reais. Ora, o Tesouro emite títulos que devem pagar uma taxa média de quanto? Para colocar a Taxa SELIC, varia-se a qualidade dos títulos, retira-se esse dinheiro do mercado, diminui-se, enxuga-se a liquidez do mercado, e é remunerado por 3,95%? Então, o Tesouro está tendo enorme prejuízo. O que justifica essa emissão de títulos liquidamente? Argumenta-se que é para a criação de um colchão de liquidez. Mas qual o montante desse colchão de liquidez? E qual a finalidade? Para momentos de crise? Não há limites? Isso não gera um custo fiscal para o Tesouro? Emite títulos pela SELIC e é remunerado pela taxa média de 3,95%?

A terceira questão, Sr. Presidente, é o problema da relação dívida/PIB. Esse é o grande debate. A relação dívida/PIB apresentada por V.Exa. — é o quadro... não sei o número — cai a partir de 2003. Os dados não são esses. Mesmo na nota do Orçamento, para 2004 estamos prevendo a relação dívida/PIB em 58,5% do PIB, e ela foi de 56% em fins de 2002. O que estamos observando a partir de maio? Que houve uma desvalorização: a relação taxa dívida/PIB foi para 53%, 54%. Depois de maio, até junho, julho e agosto, a relação dívida/PIB vem crescendo e já superou a do ano passado. Então, a pergunta que faço é esta: tivemos a contribuição do câmbio para manter estável a relação dívida/PIB. O pico de 60%, que ocorreu em setembro do ano passado, foi em função da desvalorização brutal daquele mês. Mantendo-se o câmbio estável, mesmo fazendo superávit de 4,40% ou 4,50%, isso eleva a relação dívida/PIB? Esta é a questão que a sociedade quer discutir: qual o peso da política cambial e monetária na elevação da dívida? É possível compensar a liberdade dessas políticas monetária e cambial com a política fiscal ou vamos precisar de um superávit maior? Há proposta de aumento de superávit primário? Quanto à liberdade da política monetária e cambial, vários críticos argumentam que essa diminuição dos juros já poderia ter sido feita pelo Banco Central antes. Demorou. Isso tem um custo fiscal, que aparece nessa relação dívida/PIB.

A última questão que queria levantar a V.Exa. é sobre essa tabela PIB *versus* choque de confiança. V.Exa. mostra que, no ano da crise, tivemos, no Brasil, um crescimento baixo, enquanto outros países em crise tiveram crescimento negativo. O fenômeno envolve principalmente Coréia, Rússia, Malásia e Tailândia. Elas tiveram crescimento negativo, é verdade, mas, logo após a crise cambial, principalmente nesses países que tinham uma política de câmbio fixo, quando criaram o câmbio flexível o crescimento foi muito acentuado, compensando inclusive essa queda na crise. Todo o Sudeste Asiático, a Coréia, em especial, é um exemplo de crescimento do PIB. Por quê? Qual a explicação para o fato de que nossa economia, após a crise de 1999, quando se introduziu a nova política de câmbio, teve crescimento razoável em função das médias de 4% em 2000? Posteriormente, nos anos de 2001, 2002 e 2003, as taxas de crescimento foram extremamente modestas. Qual a razão? Isso não estaria influenciado, de acordo com V.Exa., pela taxa de juro de equilíbrio?

Na política do Banco Central americano, geralmente é introduzida a taxa de desemprego de equilíbrio para acelerar ou conter a inflação. Qual é a taxa de desemprego de equilíbrio na economia brasileira? Será que não seria mais importante acentuar a ótica do desemprego, que está ausente no debate macroeconômico? Nos Estados Unidos, o Banco Central tem a obrigação, além de tratar da questão da inflação, de discutir também o crescimento da economia e de assumir outras metas.

Pergunto, então, a V.Sa. se, de fato, esse número de taxa de juro de equilíbrio, quando se examina o PPA e a taxa de juro real, vem em queda, quando a média proposta de juro real é de 4% a 6%. Há uma contradição. Hoje, a sociedade e o mundo acadêmico debatem o assunto de vários modos. Um deles é através de artigos publicados pelos Drs. Pérsio Arida, ex-Presidente do Banco Central, e Luiz Carlos Bres-

ser Pereira. Será que a nossa economia se viciou de tal forma e apresenta um problema congênito de exigir taxa de equilíbrio de juros de 9% ao ano, inviabilizando qualquer política de crescimento?

Essas são as indagações que faço ao Dr. Henrique Meirelles, antes pedindo ao Sr. Presidente da Comissão as minhas desculpas por ter ultrapassado o tempo regimental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente Gilberto Mestrinho, cumprimento o Sr. Presidente Henrique Meirelles e a sua equipe, aqui presentes, pelo trabalho que vêm fazendo no Banco Central, inserindo-o como instrumento de construção de um novo país.

É preciso entender, em primeiro lugar, para avaliar a atuação do Banco Central, que os objetivos nacionais, como a política macroeconômica e a construção de um novo modelo econômico no Brasil, não são definidos pela instituição. O Banco Central é um instrumento importantíssimo, mas é localizado, direcionado, e assim deve ser. Por isso mesmo, devemos discutir as políticas de emprego, de crescimento econômico e de distribuição de renda sabendo que temos um Banco Central do Brasil como instrumento eficaz de guarda da moeda, de controle da inflação e de fixação de elementos essenciais, mas não exclusivo para aquilo que queremos: a construção do conjunto da política macroeconômica.

Portanto, cumprimento o Dr. Henrique Meirelles, pois o Banco Central do Brasil vem encontrando o seu devido lugar e a sua eficácia naquilo que o País precisa, ao contrário do que ocorria no passado, quando impôs ao País prejuízos e uma série de circunstâncias que, felizmente, estão superados. Hoje, o Banco Central mostra transparência e absoluto afinamento com a construção do novo modelo econômico brasileiro.

Aos nobres colegas devo dizer que, dentre os instrumentos legislativos importantes para a restauração da confiança no Brasil, está o empenho em conseguir orçamento equilibrado, transparente e verdadeiro. Mas é preciso que o aprovemos ainda este ano. Inclusive, para minha alegria, vi o Senador Eduardo Suplicy na nossa Comissão.

Aproveito o momento para fazer um apelo aos nobres Senadores no sentido de que estejam juntos no momento da aprovação do Orçamento. Precisamos ter a nossa base coesa, a fim de que o País tenha o Orçamento que espera. Faremos a nossa parte na aprovação das reformas tributária e previdenciária. Já avançamos na reforma do Sistema Financeiro Nacional, com a mudança do art. 192.

É justamente nestes pontos que centrarei o meu questionamento ao Presidente do Banco Central: a redução no *spread*, que é um flagelo neste País, o cooperativismo de crédito e o microcrédito.

O Banco Central, sabidamente, entrou na cultura distante da idéia do cooperativismo de crédito. Ao mesmo tempo em que flexibilizamos esse importante instrumento de microcrédito, de democratização do crédito, temos de manter a confiança no sistema. Não podemos permitir que eventuais problemas nesse segmento levem à quebra da confiança. Portanto, o Banco Central é um instrumento fundamental na construção desse caminho de redução do *spread*, de aumento da concorrência. Ou seja, nas questões de cooperativismo de crédito, de microcrédito, de concorrência bancária para a redução do *spread* bancário e do aumento da oferta, qual a ação que o Banco Central está tendo junto ao sistema bancário para levar ao aumento da oferta e, conseqüentemente, à redução do *spread*?

Sobre as metas apresentadas, pelas quais o Brasil inteiro cumprimenta V.Sa., o Ministro Antonio Palocci e toda a sua equipe, estamos abrindo caminho. É preciso que se entenda isso. Os números apresentados aqui são meios importantes e seguros para o crescimento sustentável da economia e a recuperação do emprego no Brasil. Isso é política macroeconômica. O emprego, por exemplo, será o resultado da nossa política industrial, para o turismo, para os serviços que cada Ministério tem de desenvolver, para as obras públicas, através do Ministério das Cidades, para a política de habitação. Portanto, são fundamentais os indicadores expostos por V.Exa. Eles são os instrumentos para que o Brasil volte a crescer.

Para tratar dessa questão, procurei pessoalmente a Direção do Banco Central, já que estávamos ultrapassando a fase dos acordos com o FMI. Falei, em nome de dezenas de Prefeitos, sob a possibilidade de as nossas Prefeituras, que já fizeram o seu dever de casa, já estão dentro dos limites, cumpriram a Lei de Responsabilidade Fiscal, poderem aumentar o endividamento de forma saudável. Chega de endividamento irresponsável. Sobre aqueles que estão dentro dos seus níveis, o Banco Central, o ano que vem, através do Conselho Monetário, saberá o momento de partir para a execução dos projetos.

Para finalizar, indago acerca da questão da nova lei do Banco Central, sobre a qual o Deputado Pauderney Avelino e eu temos nos debruçado. Para o próximo ano, o Banco Central deverá ter novo ordenamento legal, pois o atual não corresponde às necessidades do Brasil. Com a nova lei, o Banco Central terá estabi-

lidade de metas, controle social e estrutura adequada ao novo País.

Como V.Sa. vê, então, esse novo ordenamento legal que o mundo e o Brasil tanto esperam, até para a diminuição do Risco País e o aumento da credibilidade e do investimento produtivo, que, sem dúvida, será reforçado, com um Banco Central mais confiável, adequado e transparente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente dos trabalhos, nobre Deputado Pauderney Avelino, primeiro, permita-me registrar a competência com que o nobre Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, vem conduzindo o Banco Central brasileiro, mais uma vez ressaltando o gesto cidadão de optar por renunciar a um mandato que o seu Estado havia lhe constituído para poder emprestar ao Brasil a sua experiência e competência no comando do Banco Central brasileiro. Realmente, foi elogiável a sua decisão.

Caros companheiros Deputados, os números trazidos a esta Comissão Mista

de Orçamento deixam incontestável a forma responsável, séria e previsível — o que é muito importante — com que o Governo Lula, através da sua equipe econômica e, obviamente, da gestão no Banco Central, vem enfrentando a questão que recebemos no começo deste ano, que é de muita dificuldade, dos pontos de vista econômico e monetário, no sentido mais amplo da reflexão.

O Governo Lula, que por vezes foi criticado neste ano por adotar medidas até ortodoxas, do ponto de vista econômico, prova que assim agiu porque, diante da responsabilidade com o gigante chamado Brasil, era imprescindível que nos conduzíssemos. Se tivéssemos agido como alguns segmentos, inclusive dentro da nossa base do Governo, aos solavancos, sem responsabilidade, teríamos jogado este País na amargura das incertezas e não na possibilidade indiscutível da retomada do crescimento. O Governo Lula e a sua equipe econômica agem de acordo com o princípio de responsabilidade fiscal. Por isso, sem dúvida nenhuma, podemos ver nos números, não nos discursos ou na conversa fácil, o caminho da reversão do processo de estagnação.

Sobre esses números trazidos pelo Presidente do Banco Central, nobres Deputados, não há apenas resultados advindos de políticas monetárias. Não são as políticas monetária e fiscal que justificam os números, que nos deixam bastante convictos da retomada do crescimento. Há embutida a decisão política deste Governo de fazer o dever de casa. As reformas aprovadas nesta Casa, como a previdenciária e tributária, a alteração do Código Tributário Nacional, uma nova Lei de Falências para o País, tudo isso concorre com as medidas econômicas e monetárias para que estejamos nesse patamar de credibilidade.

É uma pena que não esteja mais aqui o Senador Eduardo Suplicy, pois é preciso que o Senado Federal também responda com agilidade as reformas processadas nesta Casa. É preciso que encerremos este ano com todas as reformas concretizadas, para que a credibilidade deste País fique, indiscutivelmente, inabalável. É muito importante questionarmos os rumos e os resultados dos números, mas é fundamental que não permitamos que se encerre o ano sem a votação do PPA e o Orçamento Geral da União de 2004, sem concluirmos as reformas, sem qualquer fatiamento. O Orçamento Geral da União para 2004 e o PPA ainda em 2003 são elementos que, somados à política monetária que estamos praticando, serão decisivos na consolidação dessa credibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Peço que conclua em 1 minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, aqui não há discursos, mas números que deixam alguns perplexos pelo tom das críticas que estão habituados a fazer, ao longo desses 10 meses, a este Governo extremamente responsável.

Sr. Presidente Meirelles, a grande solução dos problemas que nos angustiam está no crescimento. Se crescermos, teremos melhor orçamento, maior capacidade de investir, menos desemprego, enfim, mais prosperidade. Estamos, sem dúvida nenhuma, tocando os rumos do País no caminho certo, com uma conduta firme.

Por fim, gostaria de saber, dada a sua sensibilidade e experiência, se V.Sa. prevê, com esses números e com o dever de casa que estamos fazendo, melhores condições para o País realizar um acordo com o Fundo Monetário Internacional, que seja capaz de tocar no superávit, que incomoda, mas que é necessário. Com os resultados apresentados por V.Sa., temos condições de fazer um grande acordo favorável ao Brasil, que inclusive permitirá discutir a questão do superávit primário junto ao Fundo Monetário Internacional.

Cumprimento V.Sa. pelo competente trabalho que vem realizando, juntamente com sua equipe e com a equipe econômica do Governo, nessa área decisiva para a prosperidade do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Passo a palavra ao Presidente Henrique Meirelles, solicitando que seja breve em suas respostas,

dado que ainda temos um grande número de Parlamentares que querem questioná-lo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Peço a compreensão dos Srs. Parlamentares para a brevidade das respostas, já que não poderemos nos estender muito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Mesmo porque ainda teremos uma sessão deliberativa na Comissão, depois da audiência pública.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em relação à pergunta do Deputado José Pimentel, sobre medidas para diminuir os juros de mercado, existe um conjunto de medidas. Mencionarei as mais importantes. Em primeiro lugar, por exemplo, a consignação da folha de pagamentos tem permitido uma redução drástica das taxas de juros que serão cobradas do trabalhador. Portanto, trata-se de medida fundamental, que terá enorme impacto sobre a atividade econômica e também sobre o custo, para o trabalhador, das operações financeiras.

Para quem não está no mercado formal, foram dirigidos 2% do total do depósito à vista para as operações de microcrédito, com um custo máximo para o trabalhador de 2% ao mês. Essa também é uma outra medida que endereça diretamente esse aspecto.

Quanto à questão geral do custo de crédito, eu diria que o aumento total do crédito ofertado no mercado e a diminuição das taxas de juros, da estrutura a termo, conforme sinalizado, também vão, claramente, aumentar a concorrência e, com isso, gerar uma diminuição dos *spreads*. Mencionarei apenas um aspecto importante: a evolução do crédito total e do crédito livre. Fizemos menção ao assunto na resposta à primeira pergunta, mas farei agora um quadro preciso da evolução. Tivemos, por exemplo, de crédito total, em dezembro de 2002, 378 bilhões de reais; no primeiro trimestre, 380 bilhões de reais; e em setembro, 390 bilhões de reais. Quer dizer, temos um crescimento paulatino. Em relação a créditos livres, conforme já havia dito, temos 202 bilhões em dezembro; no primeiro trimestre, 214 bilhões; e em setembro já temos 216 bilhões.

O Deputado Sérgio Miranda indaga sobre os objetivos e metas do Banco Central. Dentro da estrutura definida hoje, da missão do Banco Central, Deputado, a meta trabalhada é de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional. O Banco Central aplica essa meta em conseqüência da política monetária, visando atingir a meta de inflação. Essa tem sido a experiência mais bem-sucedida nos diversos países, porque na medida em que a inflação tende para a convergência de meta e existe estabilidade de preço e macroeconômica, a história mostra que as taxas de juros reais caem, no correr do tempo. Isso mostra claramente que os países que têm economia mais estável são aqueles que têm taxas de juros mais baixas. Em conseqüência, ao longo do tempo, o custo de financiamento do Tesouro também baixa; isto é, instabilidade, imprevisibilidade etc. geram custos elevados de financiamento das dívidas pública e privada.

O Deputado fez uma pergunta referente à remuneração da conta única do Tesouro, do Banco Central, e o fato de ela ter sido sinalizada em termos de 3,95%. S.Exa. estranhou exatamente a remuneração da conta única do Tesouro. Trata-se de questão contábil relativamente simples. Como a conta única do Tesouro é resultado de uma série de operações diferentes, tem como norma a remuneração fixada pelo rendimento da carteira de títulos do Tesouro Nacional que o Banco Central tem no seu ativo; isto é, a remuneração do passivo do Banco Central com o Tesouro tem a mesma taxa da remuneração do ativo do Banco Central com título do Tesouro. Esse ativo, Deputado, de fato, teve, nesse período, uma remuneração de 3,95% apenas pelo fato de boa parcela — cerca de 25% do total dos ativos do Banco Central, constituídos de títulos do Tesouro — ser constituída de NTND, o que significa títulos indexados ao câmbio. Como o câmbio teve uma valorização de 18,72% neste semestre, na realidade houve um rendimento negativo da parte cambial, e isso se refletiu na taxa média, que é a usada para remunerar o passivo, que é a conta única do Tesouro. Essa é a resposta técnica à primeira pergunta.

Em relação à contribuição do câmbio para a relação dívida pública sobre produto, devo mencionar que, claramente, não há dúvida de que o câmbio teve uma função importante no aumento da dívida sobre o produto, durante o correr do ano passado. Agora, é importante dizer que, nas previsões que nós mostramos, a longo prazo, aquela indicação não se refere a previsões específicas de curto prazo, mês a mês. Trata-se de demonstração de tendência segundo as melhores estimativas disponíveis hoje, no sentido de que, de um lado, se espera um câmbio que vá se manter relativamente estável dentro das condições previstas pelo mercado, mas, por outro, esperamos, conforme V.Exa. mencionou, inclusive no próprio PPA, um crescimento da economia em patamares cada vez mais elevados, nos próximos anos. Isso altera certamente o denominador da equação dívida sobre produto. Espera-se também um comportamento de juros reais, como definido no PPA, que com o resultado da estabilização da economia brasileira, com o passar do tempo, possa ter um patamar de Risco País decrescente, o que deve ter impacto direto no financiamento da dívida externa, com um risco macroeconômico decrescente. Isso também deve ter um impacto na dívida interna. Não há,

portanto, previsão de aumento de superávit primário, que foi a outra pergunta.

Quanto à questão dos países asiáticos, V.Exa. tem toda razão, houve um decréscimo muito importante na atividade econômica, com a contração de produto e o crescimento posterior. Certamente, o crescimento veio nos anos seguintes. A nossa comparação diz, exatamente no ano posterior à crise, qual foi o resultado. Comparamos o ano posterior à crise daqueles países todos que sofreram esse tipo de ajuste em conta corrente, não só os asiáticos, com o Brasil. O ano posterior à crise no Brasil é este, 2003. Certamente também esperamos e é nossa previsão que nos anos seguintes, após a crise, o País também cresça substancialmente, como está previsto inclusive nas diversas projeções do Governo. No ano seguinte à crise, este ano, repito, o Brasil teve um crescimento positivo *versus* uma contração importante de produtos dos demais países.

Quanto à questão das taxas de juros — o Deputado pergunta quais são as razões de o Brasil ter, historicamente, uma taxa de juro real alta —, de fato, nossa taxa de juro real é realmente alta, fazendo um jogo de palavras. De 1994 até 1998, a taxa de juro real no Brasil, medida pela Taxa SELIC , foi de cerca de 19,27%. De 1998 até o começo de 2003 ficou acima de 10%. Esses são os dados históricos. Por quê? No fundo, existem diversos motivos, e como o Deputado mencionou, e muito bem, esse é o grande debate da comunidade de economistas hoje no País. Não é uma resposta trivial, mas podemos dizer que isso reflete, em última análise, o risco macroeconômico e uma certa instabilidade. Na medida em que a economia caminhe rumo à estabilidade... Temos agora a estabilidade de preços, de indicadores fundamentais da economia, com uma política fiscal disciplinada e sólida. Tudo isso, como indica a história de outros países e a do próprio Brasil, deve sinalizar o decréscimo da taxa de juros reais ao longo do tempo, o que significa na prática a queda do Risco País.

Em resumo, a taxa de juros, em última análise, reflete a incerteza macroeconômica, o custo de financiar o País, da mesma maneira que, do ponto de vista externo, o Risco País reflete o risco macroeconômico. Portanto, o caminho, Deputado, na nossa visão, é o da estabilidade de preços e macroeconômica, do equilíbrio fiscal e da política monetária responsável.

Em relação à pergunta do Deputado Virgílio Guimarães, sobre a concorrência para a redução do *spread* bancário já tive oportunidade de falar quando respondi a pergunta do Deputado José Pimentel. A expansão do crédito, como mencionamos, não só o total como o livre, e ao mesmo tempo a flexibilização da política monetária; a questão, por exemplo, da consignação na folha de pagamento do microcrédito e outras medidas em andamento; inclusive há um projeto muito importante, recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados, a Lei de Concordata e Falência — que é um outro dado da maior importância, porque visa viabilizar a diminuição do risco e portanto a eliminação da incerteza de crédito; a aprovação e a regulamentação da questão das cooperativas, que também já foram regulamentadas pelo Banco Central; em resumo, existe um conjunto de medidas adotadas pelo Governo que visam, no longo prazo, à diminuição do *spread* bancário. Isso já está em andamento. Trata-se de um processo paulatino, que, porém, dependerá de uma série de medidas.

Anotaremos, com seriedade, a sugestão de V.Exa. sobre o endividamento, a postura geral em relação ao endividamento público. Isso certamente está entre as nossas prioridades.

Em relação à ultima pergunta, referente ao novo ordenamento legal do Banco Central, eu diria, Deputado, que de fato é extremamente pertinente o Congresso Nacional discutir uma atualização do ordenamento jurídico do Banco Central do Brasil, na medida em que o conceito e a estrutura dos bancos centrais no mundo todo têm evoluído muito nos últimos anos, com a maior flexibilização e abertura dos mercados. Portanto, é bem vindo, do nosso ponto de vista, que o Congresso Nacional discuta e chegue a um ordenamento do Banco Central que reflita o que existe de mais moderno e adequado para o Brasil hoje.

Em relação à pergunta do Deputado Beto Albuquerque sobre a melhora do País e o que isso pode significar em termos do acordo com o Fundo Monetário Internacional, diria que o Deputado está correto. A melhora dos fundamentos econômicos brasileiros tem permitido uma outra discussão, isto é , a maior parte dos países que discutem com o Fundo Monetário, inclusive o Brasil em situações anteriores, fazem-no numa situação de crise. Trata-se de uma ajuda para tentar sair, para prevenir uma crise. O Brasil hoje já saiu da crise e tem fundamentos macroeconômicos sólidos. A discussão com o Fundo Monetário dá-se em outros termos. É construtiva.

Como criar uma parceria para o crescimento? Evidentemente, trata-se de uma discussão que ainda está seus estágios iniciais. Como mencionou ontem o Ministro Palocci, espera-se que dentro de 10 dias, aproximadamente, possamos anunciar uma decisão sobre um possível acordo com o Fundo Monetário Internacional e em que termos ele se daria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Casagrande. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE - Sr. Presidente, Deputado Pauderney Avelino, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, primeiro, é necessário reconhecermos o avanço que o Governo Lula obteve com a sua política econômica. Os indicadores econômicos anunciados e hoje apresentados por V.Sa. demostram efetivamente que a situação de descontrole que tínhamos no final do ano passado e início deste ano hoje está de certa forma sob controle. Estamos preparando o País para o crescimento econômico, que é o que estamos buscando, efetivamente, para diminuirmos as desigualdades e o sofrimento de muitas pessoas.

É fato que alguns indicadores sociais nos últimos anos melhoraram, como os da área de saúde, educação, saneamento básico, abastecimento de água, mas não melhoramos o Índice de Desenvolvimento Humano, porque temos uma elevada concentração de renda. O Brasil está no topo do mundo no que se refere à concentração de renda. Está claro também que o endividamento do nosso País impede o investimento em obras de infra-estrutura e a distribuição de renda, porque quem ganha com o nosso endividamento são os que já têm um nível de patrimônio elevado. Há muitos anos não temos, efetivamente, um percentual de investimento que possibilite recuperarmos a infra-estrutura nacional, assim como também não temos recursos para aplicar em programas de distribuição de renda e sociais.

Sr. Presidente, entendemos que o nosso grande desafio hoje é retomarmos o crescimento. Até para que possamos reduzir a relação dívida/PIB, precisamos crescer efetivamente, e mais que a dívida. Ou pagamos nossa dívida ou crescemos. A saída que temos de fato é o crescimento. O Banco Central e o Governo brasileiro têm de atuar no sentido de, como já foi esclarecido, diminuir o *spread* bancário. Isso é fundamental.

Gostaríamos de saber, primeiro, se nessa renegociação com o Fundo Monetário Internacional pode haver alguma discussão sobre a taxa e o percentual do nosso superávit primário; segundo, se temos condições, nessa visão de redistribuição, de combate à concentração de renda, na visão e no caminho que o Deputado Virgílio Guimarães apontou, de obter uma regulamentação pelo Banco Central no sentido de que haja um fundo de aval para possibilitar uma melhor captação de recursos através das pequenas e micro-empresas neste País.

Existe uma proposta de criação de bancos cooperativos regionais. Por meio desses bancos, poderemos viabilizar a busca e a aquisição de recursos pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte, que muitas vezes não têm capacidade e condições de buscar esse investimento?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Presidente do Banco Central pela exposição e pelo resultado alcançado, conforme demonstra aqui a nota técnica que a equipe técnica do Congresso apresentou, mostrando uma reversão de expectativa, uma reversão de conduta.

Minha pergunta é sobre as conversações com o FMI que estão sendo encaminhadas pela equipe econômica. Como o suposto acordo com o FMI poderia melhorar o resultado macroeconômico do Brasil e o desempenho do Banco Central?

Eu, como muitos militantes de esquerda, sempre levantei bandeira contra o FMI. Empunhamos essa bandeira. Fomos às ruas contra essa instituição financeira. E hoje os fatos demonstram que, conforme for o acordo feito com o FMI, conforme forem as condições estabelecidas, isso poderia ser útil a nossa economia, para atingirmos o equilíbrio e, conseqüentemente, impulsionarmos nosso desenvolvimento, que é aquilo de que nós precisamos neste momento. Precisamos que o Brasil cresça, até para que se cumpram os diversos objetivos sociais. Por isso, a pergunto que faço é em relação aos termos do suposto acordo com o FMI. O que isso poderia melhorar no nosso cenário macroeconômico, e o que isso poderia representar para impulsionar nossa economia e para atingirmos as metas estabelecidas no Orçamento e no Plano Plurianual?

A segunda pergunta é relacionada ao crédito. Nosso sistema financeiro é constituído de poucas instituições bancárias. As oficiais — a Caixa Econômica Federal, o Banco Econômico, o BASA, o Banco do Nordeste do Brasil —, que concentram as principais operações destinadas ao crédito rural, agora começam a destinar crédito para operações urbanas, para o consumo. No entanto, o setor financeiro privado ainda direciona boa parte da sua linha de crédito para compra de títulos do Governo, uma operação normal, enxugando a poupança interna, priorizando a compra de títulos do Governo, mas deixando muito pouco volume, mesmo com essa isenção do depósito compulsório de 7%, destinando ainda muito pouco crédito para o consumo, para as operações normais, correntes, da classe média. Isso eu estou imputando a uma concentração. Mesmo com a abertura ao capital financeiro, às instituições de cré-

dito internacionais, mesmo assim, mesmo com essa abertura não se conseguiu no Brasil democratizar e ampliar a rede bancária privada e, conseqüentemente, a oferta de crédito para o público. Na sua visão, o que poderia ser feito ainda para popularizar as redes bancárias, para facilitar o acesso da classe média e das classes populares ao crédito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente do Banco Central, eu vou ser breve, porque algumas questões que me interessavam já foram aqui equacionadas. Mas eu queria voltar à questão relativa ao acordo com o Fundo Monetário Internacional, já que, em relação ao valor principal que nós tínhamos solicitado no acordo anterior, de US$ 86 bilhões, nós praticamente fizemos só o recolhimento, não tendo sido necessária a sua utilização. Isso não sinaliza que nós não necessitamos agora, da mesma forma, do aporte de um valor tão grande quanto o que foi estabelecido anteriormente? Vamos fazer essa captação para alguma outra forma de investimento, apenas para ficar com um seguro? Ou nós vamos realmente fazer investimentos para a produção, para estimular a nossa indústria nacional, ou alguma coisa desse tipo? Qual é a perspectiva desse trabalho?

A segunda questão é uma grande preocupação que eu tenho debatido aqui, sobre as pesquisas no Brasil e os indicadores que temos relativamente ao desemprego. A pesquisa é feita nos grandes centros, certo? Não há um cálculo geral. O cálculo, quando é feito, refere-se às regiões metropolitanas, não se levando em consideração o que está acontecendo, por exemplo, no interior do Brasil. Eu digo isso porque eu sou do interior. Sou lá do nariz de Minas, do Triângulo Mineiro. Lá, só este ano, um grupo econômico da área de telecomunicações abriu 1.385 empregos diretos. Inaugurou-se em Itumbiara, menos de um mês atrás, uma grande empresa do setor de couros, que está gerando 2.850 empregos diretos. E esses dados não aparecem nas estatísticas. Nós não estamos em região metropolitana e portanto estamos fora das estatísticas.

O Banco do Brasil fechou, em termos de apoio, no ano passado, 75 mil empréstimos para a agricultura familiar em Minas Gerais. Desses, 15 mil são no Triângulo Mineiro. Este ano nós estamos fechando 225 mil empréstimos da agricultura familiar, e no Triângulo Mineiro estamos fechando 92 mil empréstimos. Com isso, nós vamos conseguir aumentar a safra em Minas Gerais, que foi de 8 milhões de toneladas. Este ano vamos colher mais de 15 milhões de toneladas. Só que esses dados não aparecem nas estatísticas, porque nós somos do interior. Os dados que são levados em consideração mês a mês são os dados das regiões metropolitanas. Toda vez que vem alguém aqui eu me pergunto: por que o interior não aparece? Só aparece depois de quase 10 anos, quando o IBGE faz algumas atualizações e nós voltamos a aparecer no mapa do Brasil. Por que o interior não aparece nesses levantamentos de dados mais gerais, feitos regularmente?

E, finalmente, quero reforçar aqui o pedido do Deputado Virgílio Guimarães. Por que as Prefeituras que cumprem corretamente os acordos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, não podem pegar dinheiro emprestado para fazer investimento? Por que nós não podemos voltar a ter um processo de crescimento? Eu digo isso porque em Uberlândia nós temos cumprido tudo. Está tudo certo. Queremos continuar desenvolvendo-nos, mas temos dificuldades. Só para dar uma idéia, as máquinas estão chegando agora a Uberlândia. Nós estamos lançando o pólo moveleiro. E quero aqui já fazer o convite a todos os membros. O pólo moveleiro de Uberlândia tem o apoio inclusive da Prefeitura Municipal, e nós vamos conseguir produzir móveis de couro para exportar para os Estados Unidos, e vamos conseguir gerar, com a sede da empresa em Uberlândia e com o apoio de mais 10 empresas em consórcio, em 10 outros Municípios do entorno, quase 3.000 novos empregos diretos. Mas nós precisamos de apoio, precisamos de investimento. Estamos cumprindo todo o processo, mas na hora em que precisamos de mais capital para continuar crescendo, para melhorar a balança, para continuar gerando empregos, esbarramos nas decisões lá do Conselho Monetário Nacional.

Então, esta é a solicitação que eu venho fazer aqui: deixem que o interior do Brasil continue crescendo! Esse é o apelo que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Dr. Henrique Meirelles e dizer que o Presidente substituto honra a todos nós. Os nossos Presidentes não estão aqui no momento.

Dr. Henrique Meirelles, eu acho que alguns dos índices apresentados aqui fazem com que verifiquemos uma volta à situação do primeiro e do segundo trimestre de 2002. Não são todos, mas alguns fazem com que se perceba que nós estamos, depois desse período que passamos, voltando ao primeiro e segundo trimestres de 2002. Não são todos ainda, repito, mas boa parte deles.

Foi exatamente a partir do segundo trimestre de 2002 que nós começamos aquilo que se chamou, que

aqui tem sido chamado publicamente de herança maldita, que é o efeito PT. É o efeito PT, repito, porque é o efeito da política que o PT defendeu durante décadas, desde a sua formação. A partir do momento em que ficou visível a possibilidade de o candidato petista vencer, evidentemente pelas posturas adotadas historicamente pelo PT, nós começamos a sentir o efeito na economia nacional, que produziu o período de uma herança difícil, com taxas elevadas de inflação, com o dólar lá em cima, com o Custo Brasil elevado. Isso foi chamado aqui — como o PT sempre faz questão de enfatizar — de herança maldita.

Quero lembrar também, Dr. Henrique Meirelles, que o que sustentou, este ano, a superação mostrada aqui, exatamente nesse período dessa herança, foi a herança bendita, foi a herança da base da exportação que nós temos hoje. O aumento de exportação é produto exatamente de ações do Governo anterior.

A Lei de Responsabilidade Fiscal fez com que se pudesse pensar em equilíbrio, em fazer um ajuste fiscal, que foi feito. Portanto, eu diria que o Governo do PT, o Governo do Lula, este ano, tomou o antídoto para o próprio veneno que tinha destilado durante décadas. E, ao adotar esse antídoto, que foi o que nós produzimos, ele conseguiu fazer voltarmos, em parte, pelo menos, aos índices do primeiro e segundo trimestres de 2002, conforme V.Sa. nos apresenta aqui.

Mas o otimismo que V.Sa. expressa aqui, o mesmo otimismo que está sendo expresso pelo Ministro Antonio Palocci, o mesmo otimismo que foi expresso outro dia pelo Ministro Guido Mantega, o mesmo otimismo que está sendo expresso por todo o mundo aí, por todos os dirigentes públicos, eu diria que me lembra um pouco a obra *Candide*, de Voltaire, em que ao lado do protagonista há o personagem Dr. Pangloss, que sempre lhe mostra tudo que é bom; o que é ruim ele não mostra. O que é ruim não existe. Nós passamos a manter sempre essa visão cor-de-rosa, como que utilizando os óculos do Dr. Pangloss. V.Sa. parece-me, neste momento, o Dr. Pangloss, utilizando seus óculos e vendo em cor-de-rosa o nosso futuro e o nosso crescimento sustentado. E faz isso até em coro com aquele que até ontem era o diabo. O Fundo Monetário Internacional até pouco tempo era o diabo aqui, e agora, não; agora, nós estamos fazendo um belo acerto, felizes. Estamos fazendo um acerto com o FMI, e não é um acerto por vários anos, não, mas um acerto por um ano só! É um cheque especial! Será que é como o cheque especial do Banco do Brasil, que eu não costumo usar, exatamente porque ele não é tão bom assim?

Voltamos, então, ao período anterior, e voltamos com alguns daqueles fundamentos. No passado, dizia-se que o Brasil tinha fundamentos para o crescimento econômico. Esses fundamentos estão aí. Este País não foi destruído pelo Governo anterior. Tanto é que o Governo de hoje diz que a partir de agora temos a possibilidade do crescimento sustentado. Mas há alguns elementos que são preocupantes. Nossa taxa de juros reais ainda é muito elevada. Se não me engano, se não é a mais elevada do mundo, perde apenas para a da Turquia. Se não é a primeira, talvez seja a segunda taxa de juros reais. Essa taxa de juros reais inviabiliza os investimentos externos e internos. Por isso nós não temos investimentos. Podemos ter neste momento um crescimento da nossa economia, um crescimento da indústria, puramente conjuntural. Não vamos enganar-nos, Dr. Pangloss — desculpe, Dr. Henrique Meirelles. *(Risos.)* Trata-se de um momento conjuntural da história, em que há uma atividade muito baixa; o final do ano aproxima-se; temos uma capacidade ociosa da indústria, existente de fato, e portanto a possibilidade de mobilização de um estoque um pouco maior, no próximo período. E há o fato de julho e agosto terem sido meses de produção muito baixa, embora normalmente em julho e agosto a economia já se prepare para o final do ano.

V.Sa. mostra-nos aqui também uma recuperação da massa salarial, que, porém, é muito lenta em relação à que havia um ano atrás. Esse é um dos índices que não se recuperaram. Nós não temos a mesma massa salarial.

Nós temos uma grande preocupação com a dívida. O Deputado Sérgio Miranda disse muito bem: a relação dívida/PIB não decresceu de maio para cá; ela veio — isto, sim — crescendo de maio para cá, e a perspectiva ainda é de crescimento.

E, ao lado de tudo, o ponto fundamental para o crescimento sustentável são exatamente os investimentos. Em relação a isso, nós temos de pensar no que está acontecendo com as regras da economia. As regras não estão definidas. O Governo continua discutindo a questão de agências agora em novembro. Continua discutindo a questão das regras para os investimentos internos e externos O Governo vem agora discutindo um novo processo, um tal de PPP, que ninguém ainda sabe direito o que é; por enquanto, é uma sigla. Na minha avaliação, pelo que estou vendo, pode ser que no futuro, muito mais adiante, quando as regras de fato estiverem definidas, o PPP possa funcionar. O que me preocupa, Dr. Henrique Meirelles, é que não temos ainda a perspectiva desse crescimento sustentado, pois não há ainda os elementos para isso. Os elementos fundamentais para isso são os investimentos de médio e longo prazos. Não há nada que faça gerar produção e empregos senão investimentos. Este

é um sistema capitalista, mas em qualquer outro sistema seria a mesma coisa. Qualquer sistema depende de investimentos. Não há investimentos internos. Não há investimentos externos. São lentos.

O Deputado Gilmar Machado mostra o potencial que temos no País, e nós temos. Não vamos dizer que não vamos ter investimento algum. Seria até inocência até dizer isso. Seria olhar, talvez, com óculos contrários àqueles do Dr. Pangloss. Também não pretendo ser pessimista em relação a isso. Mas o fato é que o Governo não sabe exatamente qual é o seu caminho. O Governo soube o que não devia fazer, e realmente não fez; com isso, permitiu que nós voltássemos, em parte, aos índices do ano passado. Mas não sabe exatamente para onde ir. E nessa questão dos investimentos do setor elétrico isso está muito claro. Já foi para um lado, já voltou, já foi para o outro lado e já voltou. Em outros setores da infra-estrutura é a mesma coisa. Portanto, dessa forma, enquanto não houver uma definição política clara, uma definição do rumo que o Governo quer tomar, se quer ir para a frente, mudando a sua postura do passado, ou quer ficar no meio do caminho, como está ficando até agora, não andando nem para cá nem para lá, não haverá investimento nem crescimento sustentado.

Gostaria que V.Sa. fizesse observações críticas relativamente a esta minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) - Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou começar pela pergunta do Deputado Renato Casagrande.

Eu diria, em primeiro lugar, quanto à questão do percentual de superávit, que a previsão que existe no momento é de manutenção desse limite, em função não de acordos com o Fundo Monetário, mas de uma decisão soberana do Governo visando, exatamente melhorar as condições gerais de risco macroeconômico do País, de solvência do setor público e principalmente de melhora das condições macroeconômicas gerais. Evidentemente, é importante dizer que, numa relação de superávit primário sobre o produto, existe um numerador e um denominador. Portanto, é muito importante o crescimento do denominador. As taxas de crescimento nos próximos anos, segundo a nossa previsão, serão crescentes e portanto trarão um alívio para o setor público, com o correr do tempo.

No que se refere à questão das microempresas, eu diria que certamente existe um trabalho importante sendo feito nesse sentido. Por exemplo, existe todo um projeto de microempréstimos para microempresários; inclusive na semana passada ocorreu, na sede do Banco Central do Rio de Janeiro, um seminário juntamente com o UFC, uma instituição do Banco Mundial, que discutiu como melhorar ainda mais a estrutura de financiamento das microempresas no Brasil. Claramente esse foi o assunto em foco, e abordamos ainda não só a questão do microempresário em geral, mas também a dos microempréstimos e das microfinanças. Existe todo um projeto, seja via destinação, como já mencionei, de 2 pontos percentuais à vista para empréstimos, com taxas máximas de 2% ao mês, seja via consignação na folha de pagamentos, além outras propostas que vou mencionar nas perguntas posteriores, de disseminação do crédito no Brasil.

Passo agora às perguntas do Deputado Eduardo Valverde e do Deputado Gilmar Machado, que dizem respeito à questão do acordo com o Fundo Monetário Internacional. A Missão do Fundo chegou ao Brasil esta semana e começamos, evidentemente, as conversas há pouco tempo. Portanto, é um pouco prematuro dizer quais seriam as conclusões dessas discussões. Elas estão meramente iniciando-se, e, como o Ministro Antonio Palocci mencionou ontem, haveremos de ter uma conclusão nos próximos 10 dias, com o que, aí, sim, poderemos dizer algo de mais concreto sobre o acordo. Mas existe, conforme já mencionamos, uma postura inicial: qualquer acordo só será assinado se nos for favorável e beneficiar as condições de crescimento sustentado do Brasil.

Gostaria de fazer alusão a uma experiência que tivemos nesta semana, no domingo e na segunda-feira, num outro fórum, porém exatamente sobre o mesmo assunto: a reunião dos Ministros da Fazenda e de Presidentes dos Bancos Centrais do G-20, as 20 maiores economias mundiais, na cidade de Morelia, no México. Lá discutiram-se várias propostas, e uma delas foi exatamente essa questão de financiamento dos países em desenvolvimento, além da necessidade de prevenção e resolução de crises. A discussão estava muito focada na redução de crises, em como fazer para resolvê-las. Discutiu-se um código de conduta para os países devedores e credores, a questão das cláusulas de ação coletiva nos contratos, sempre sob o enfoque da resolução de crises. Entretanto, apresentamos uma proposta nova ao G-20, sem muita esperança no início, confesso, de que ela pudesse ser endossada. Mossa proposta era focalizar-se a atenção do grupo, em vez de na resolução, na prevenção de crises, em como criar condições para evitá-las.

Uma das propostas foi exatamente no sentido de criar mecanismos que dessem a países com fundamento econômico sólido uma garantia contra crises externas, crises que sejam importadas, apesar do desempenho sólido do país. Mencionei inclusive que exis-

te uma decisão nesse sentido do Conselho do Fundo Monetário Internacional, a chamada Linha de Crédito Contingente, que entretanto nunca foi usada, porque não era priorizada nem de fato operacionalizada de forma objetiva. Eu então fiz uma proposta no sentido de repensarmos e reorganizarmos essa estrutura preventiva, principalmente por parte dos organismos multilaterais, particularmente o Fundo Monetário. Essa proposta foi debatida e no final inclusive aprovada, entrando no Comunicado Geral do G-20, o que foi uma grande vitória para o Brasil, que representava os demais países emergentes. Estou mencionando isso exatamente para mostrar o enfoque que demos às discussões gerais.

Esse projeto do G-20 é mais de médio prazo, uma vez que envolve inclusive a reestruturação do sistema financeiro internacional.

Quanto às questões do crédito, da concentração bancária e da pouca distribuição, quais foram as medidas tomadas no sentido da disseminação do crédito bancário? Eu diria que existem algumas medidas já tomadas e outras em análise. Uma medida já tomada, da maior importância, é a que regulamenta as cooperativas abertas, aquelas que não são apenas para os membros de determinado setor ou segmento. Isso é algo que vai, ao longo do tempo, propiciar uma grande democratização do acesso ao crédito. Essa é uma medida da maior abrangência que já está regulamentada e em andamento. Outro ponto que menciono é a proposta do Banco Popular do Banco do Brasil, em análise pelo Banco Central, algo muito importante, que também se refere à disseminação do crédito.

Sobre a questão dos correspondentes bancários, até um ano atrás cerca de 30% dos Municípios brasileiros não tinham acesso ao crédito. Existe todo um trabalho, incluindo correspondências bancárias e mudanças importantes, visando exatamente à disseminação do crédito para todos os Municípios brasileiros, e estamos chegando lá. Portanto, existe uma série de medidas em andamento.

Em relação aos questionamentos do Deputado Gilmar Machado sobre o Fundo, ao qual já nos referimos, e à questão dos dados do interior, penso que não existe nenhuma discriminação seja do interior de Minas Gerais e de Goiás, seja de outros Estados, mas se trata aqui de uma questão de facilidade de coleta de dados, por parte de instituições como o IBGE ou outras, nos grandes centros urbanos, em primeiro lugar. No entanto, acredito que a observação de V.Exa. é extremamente válida, uma vez que também é uma preocupação do Banco Central, porque, diante do comportamento externo, inclusive agora, com o desempenho da agricultura, é muito importante podermos captar os dados do interior. Ao mesmo tempo, esse de fato é um trabalho da maior importância.

Sobre a questão do empréstimo para as Prefeituras, eu diria que essa obviamente é uma decisão maior, no sentido exatamente do total de endividamento do setor público. Certamente a solicitação de V.Exa. bem como as dos demais Parlamentares serão endereçadas ao Conselho Monetário Nacional.

Agora, respondendo as perguntas do Deputado Alberto Goldman, eu diria que de fato alguns índices mostram já um retorno ao primeiro trimestre ou primeiro semestre do ano de 2002, mas existem outros — por exemplo, o Risco País — que já mostram níveis melhores do que os de desde 1998. O Balanço de Contas Correntes, por exemplo, mostra índices que já se equiparam aos melhores de 1994, e existem outros índices, como, por exemplo, os valores dos títulos do Governo brasileiro, no caso o C-Bonds, que mostram a melhor cotação da História do Brasil. Portanto, não há dúvida de que temos uma melhora consistente e de que os índices estão melhorando paulatinamente, alcançando uma situação melhor do que a do ano passado ou igual à de 1998 ou 1994.

Quanto à questão da taxa de juros reais, digo-lhe que de fato essas taxas de juros no Brasil têm sido historicamente altas. Isso não é um fenômeno recente. De 1994 a 1998, como mencionei, a taxa de juros reais no Brasil estava acima de 19%, e de 1998 a 2002 acima de 10%. Portanto, é um desafio nosso exatamente fazer com que o País tenha capacidade, no futuro, de conviver com juros reais menores sem inflação. Para isso, é importante a estabilidade de preços, a estabilidade macroeconômica, as reformas fundamentais que estão sendo aprovadas pelo Congresso, a disciplina fiscal e uma política monetária sólida. Portanto, essa é a direção que estamos caminhando nesse trabalho de longo prazo.

Em relação à simbologia do excesso, ou à visão de um viés otimista *versus* realista, eu diria, Deputado, que, como V.Exa. lembra muito bem, em qualquer situação sempre se pode ter uma visão apenas dos aspectos positivos ou dos negativos, e que o grande desafio é conseguirmos uma visão equilibrada do processo. Permita-me lembrar-lhe um pouco da história recente dessa discussão. Como estávamos com uma inflação ainda muito alta e com uma previsão de inflação que não iria cair durante o correr deste ano, houve muita discussão sobre se a política monetária funcionava no Brasil. Muitos analistas argumentavam que ela não funcionava, que isso iria apenas penalizar a economia e a inflação não cairia durante o correr do ano. Inclusive tivemos, logo depois da Carta Aberta do Banco Central ao Ministério da Fazenda, por exemplo,

finalizando uma meta ajustada de inflação cadente para os próximos anos, uma previsão, pelo mercado, de subida da inflação, segundo os dados capturados pela GERIN do Banco Central. No entanto, a história mostra que essas avaliações pessimistas estavam erradas, isto é, a inflação está convergindo para a trajetória de metas.

Houve analistas que duvidavam também do sucesso de uma diminuição da exposição cambial, o que significa uma diminuição do percentual da dívida indexada ao câmbio. Quando o Banco Central anunciou que diminuiria o percentual de rolagem da dívida cambial, nesse dia houve um nervosismo muito grande. Gostaríamos de mencionar que esse percentual está caindo fortemente e que nas duas últimas negociações o Banco Central rolou 3% do total principal da dívida dolarizada, e a rolagem anterior havia sido de zero, com o mercado estando absolutamente calmo. De novo, uma previsão extremamente pessimista e catastrófica não ocorreu.

Outro dado que mencionaria é o seguinte: alguns analistas diziam, além de escreverem nos jornais ou em outros locais, ainda em março/abril/maio, que com uma política de câmbio flutuante o Brasil iria ter um déficit comercial em setembro e uma crise cambial. Nós tivemos em setembro o maior superávit comercial da História do País, e, em relação à questão cambial, um superávit de conta corrente acumulado cujo resultado foi o melhor desde 1994. Portanto, minha avaliação é de que temos razões sólidas, muitas delas já demonstradas, para acreditar que estamos caminhando para o crescimento sustentado.

Havia muita discussão sobre a retomada da atividade econômica e muita dúvida sobre até que ponto se retomaria a atividade industrial. Nós já dizíamos há mais de 60 dias que a atividade industrial já estava no caminho da recuperação e que as condições haviam sido dadas. Os dados de julho/agosto já indicavam isso, e os dados preliminares de setembro, particularmente da atividade industrial de São Paulo, expressam claramente a confirmação das nossas previsões.

Além disso, é importante dizer que de fato o caminho para o crescimento passa pela retomada dos investimentos, não há dúvida, só que há uma defasagem entre o processo de desempenho da economia, a estabilização, a retomada do crescimento e o investimento. Certamente o investimento segue a produção industrial. A produção industrial começa a aumentar em função da atividade ociosa, e a partir daí começam a ser retomados os investimentos. Existem dados preliminares nesse sentido que mostram a retomada, por exemplo, do investimento produtivo, que mudou nos últimos 90 dias, atingindo, portanto, a média...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Investimento produtivo?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Investimento produtivo é o investimento direto na produção, que está em cerca de R$ 900 milhões. Não é um investimento em porta-fólios ou em empréstimos, mas um investimento direto, em capital de risco, nas empresas. Portanto, também está havendo um comportamento favorável nesse sentido.

Além do mais, para sumariar, gostaria de dizer o seguinte: uma forma de se constatar o que está acontecendo é verificar que há listas independentes e principalmente agentes econômicos que têm, digamos, de tomar posição em função das suas avaliações. Portanto, é preciso ver como eles estão avaliando o País. Um dos índices importantes é o Risco País, índice econômico do mundo inteiro, isento, que não traz nenhum interesse ou viés especifico em relação ao País, mas simplesmente avalia sob a perspectiva de risco. Nesse aspecto, temos tido uma melhora substancial, na medida em que o Risco País tem caído do patamar que atingiu no ano passado para os entre 600 e 650 pontos de hoje.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Só uma observação, Sr. Presidente; permita-me a réplica, por alguns segundos. A queda não foi só do Risco Brasil. Há uma queda generalizada em todos os países que tinham riscos muito elevados, tanto é que o Brasil, que estava em terceiro ou quarto lugar, continua mais ou menos na mesma posição. Ele não melhorou no *ranking*, se é que podemos dizer assim. O País realmente teve uma queda expressiva, assim como também outros países que tinham índices de risco muito elevados. Do ponto de vista relativo, essa situação não se modificou muito. Simplesmente nós passamos todo o período de turbulência eleitoral e de incertezas. Ainda estamos com 600 e poucos pontos, números muito elevados em relação aos outros países. Portanto, nossa posição no *ranking* ainda não é boa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, é importante, então, que façamos algumas comparações. Existem países que não tiraram partido dessa melhora da liquidez internacional. Nós temos um vizinho, por exemplo, cujo risco se manteve num patamar muito elevado, cerca de 5 mil pontos nesse período, independentemente de qualquer melhora do cenário internacional. Esse é um dado importante. O segundo é o fato de que a recuperação relativa do índice geral de risco melhorou; isto é, o Brasil, que atingiu um pico de 2.400 pontos, caiu para um pouco acima de 600 pontos, enquanto o índice médio variou de 700 pontos para um pouco acima de 500 pontos. Em resumo,

houve, sim, uma melhora geral, e a melhora do Brasil foi proporcionalmente maior, durante esse período.

Além do mais, gostaria de mencionar também que houve um aumento da taxa de juros, por exemplo, dos títulos dos Estados Unidos, porque houve uma deterioração de expectativa de médio prazo. A outra forma é haver uma melhora de expectativa em função de uma maior atividade econômica. Mas o fato é que houve um aumento das taxas de juros de médio e longo prazo nos Estados Unidos, o que poderia ter significado, se tivéssemos fundamentos econômicos piores, uma deterioração do Risco Brasil.

Em resumo, a nossa avaliação, portanto, é de que a situação da economia do Brasil teve uma melhora relativa. Claramente nós teremos oportunidade de voltar a esta Comissão, daqui a 6 meses, quando teremos condições de avaliar essas previsões que estamos fazendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, desculpe-me. Só para uma questão de ordem. Temos de definir o horário da próxima reunião ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A próxima reunião ordinária será às 15 horas.

Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Senador Gilberto Mestrinho, Sr. Presidente Henrique Meirelles, estou a par desse tipo de planilhas feitas, de forma competente, pela assessoria do Banco Central. No Governo passado era assim, e fiz parte dele. Usam-se os dados que interessam ao Governo. Se a base é ano a ano, os dados são favoráveis a essa base. Se é mês a mês, segue-se essa base. Claro que agora é mês a mês. A economia brasileira está numa recessão tão profunda que mês a mês sempre dará alguma melhora, apesar de a Pesquisa Censo, que depois vou mostrar para V.Sa., não mostrar isso em relação ao que a população pensa do atual Governo.

Começo, Sr. Presidente, falando do último parágrafo da primeira página do seu texto, que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. O Partido dos Trabalhadores acabou de enterrar nesta semana, com 2 atos, a Lei de Responsabilidade Fiscal. O primeiro foi o de aprovar ontem, na Assembléia Legislativa do Rio, as contas da Governadora Benedita da Silva, que de forma clara não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se não pagou o 13°, não há nenhuma condição de ter cumprido a LRF. O PT fez um acordo com o ex-Governador Garotinho, por intermédio do Palácio, do Ministro José Dirceu, para aprovar essas contas, que foram aprovadas ontem. Esse foi um dos atos. O outro foi o de aprovar, também ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado — e o Governo vai tentar aprovar hoje no Plenário — o *impeachment* para a Governadora Marta Suplicy. Um escândalo!

Estamos acompanhando e vivenciando um escândalo de grandes proporções no Congresso Nacional. A cidade com os piores índices de endividamento do País vai receber um presente, porque é do PT. E outras Prefeituras e outros Estados que cumprem a LRF, como bem disse um Deputado, até da base do Governo, não conseguem nem aval para empréstimo externo. O Ministro Palocci segura. É a política.

Então, Sr. Presidente, peço a V.Sa. que da próxima vez não tratemos de LRF, porque o PT conseguiu nesses 2 atos, junto com Garotinho no Rio e com a sua base de apoio no Senado, destruir o que fizemos na Legislatura passada, a famosa Lei de Responsabilidade Fiscal.

Depois vem a questão do FMI. Não é verdade que o Brasil pode negociar de qualquer jeito. Infelizmente, não é verdade. Todos os bancos apresentaram relatórios mostrando que as reservas líquidas de fato não viabilizam que o Brasil negocie o acordo da forma como quiser, infelizmente. Queremos que o Brasil não necessite do FMI, mas essa não é a realidade; tanto é que quando o Ministro Palocci anunciou ontem que vai fazer o acordo é claro que o mercado se acalmou, porque o mercado tem dados. O Banco Suíço apresentou seu relatório ao Brasil mostrando a realidade das reservas brasileiras. Então, Sr. Presidente, o que falta são números verdadeiros.

Vou mostrar a V.Sa. a Pesquisa Censo de outubro. V.Sa. vem dizendo pela imprensa: *"Vamos esperar os dados de setembro"*. Míriam Leitão disse hoje: *"Vamos esperar os dados de setembro"*. Vou mostrar a opinião da população para o mês de outubro, 1 mês à frente:

- Questão econômica — a renda mensal nos últimos 6 meses do trabalhador diminuiu: 32%; aumentou: 12%. É a opinião da população.

- Compra de bens duráveis — hora boa: 8%; hora ruim: 76%.

- Compra de carro — hora boa: 4%; hora ruim: 87%.

- Questão social, a grande bandeira dos Partido dos Trabalhadores. A pobreza nos últimos 6 meses — melhorou: 10%; piorou: 60%.

- A violência — melhorou: 4%; piorou: 79%.

Esses são os índices do Brasil. O que a população está vendo é uma recessão profunda. V.Sa. daqui a pouco vai começar a ser chamado de "o homem-recessão". A taxa de juros está aqui. Projeção para os próximos 60 dias: 17,34%. Estamos, porém, numa recessão tão profunda que a inflação, como V.Exa. mes-

mo disse, vai ser de 5%, com taxa de juros de mais de 10%. Ninguém agüenta! E não era esse o discurso do PT, Sr. Presidente.

Quanto à questão que o Deputado Sérgio Miranda levantou, a relação dívida/PIB, que é sustentada pelo superávit fiscal, está aumentando. Vamos continuar fazendo um esforço. E os investimentos, por incompetência do Governo do PT, que não dá regras claras às agencias reguladoras...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, o assunto aqui é Banco Central ou é PT? Quero saber qual é o assunto desta discussão. Se for o PT, vamos discutir também o PSDB, o PFL...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O orador tem o direito de falar e fazer comparações.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Entendo a angústia de um nobre Deputado que carregou a bandeira anti-FMI e agora tem que defender o FMI em todos os plenários, inclusive no plenário da Casa. Entendemos muito bem essa angústia. Teríamos a mesma angústia, Deputado Eduardo Valverde, se estivéssemos na sua situação. Felizmente somos coerentes, e não estamos. Estamos na Oposição a um sistema que foi...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Mas ninguém se calou durante 8 anos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Não sou do PSDB, nobre Deputado, sou do PFL.

Então, Sr. Presidente, vivemos a maior recessão. Cobrei de V.Sa. na Comissão de Finanças a questão dos investimentos diretos, que é grave. O Brasil depende da poupança externa para crescer. Como disse, o que o Governo do PT vem fazendo de forma clara é afugentar os investidores estrangeiros. Sr. Presidente, gostaria mais uma vez que V.Sa. explicasse essa tal relação dívida/PIB, com um superávit de 4,25, porque ela não cai. Isso é grave, porque consome a poupança para investimentos no Brasil. Nem quero entrar, Deputado Valverde, no lucro que os papéis estrangeiros deram ao mercado, a banco internacional. Valeria até uma CPI. Foram lucros nunca vistos no mercado financeiro, dados pelo partido de V.Exa., Deputado, de forma inacreditável — um partido que sempre criticou o sistema financeiro brasileiro!.

É claro que o Governo apresenta os dados que interessam, mas a recessão é profunda. A taxa de juros reais continua extorsiva para o setor produtivo. O que esperamos é que o Governo possa administrar essa relação dívida/PIB de forma mais competente, para que esse superávit fiscal possa diminuir e a população brasileira possa ter da parte do Governo investimentos e regras claras, para que os investimentos estrangeiros também possam voltar a entrar no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Gonzaga Mota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA MOTA - Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Henrique Meirelles, Sras. e Srs. Deputados, por defender a independência do Banco Central, desde que entrei nesta Casa, em 1991 — fui Relator, Sr. Presidente, da reforma do Sistema Financeiro, da alteração do art. 192 —, sempre defendi a independência do Banco Central. E não vou fazer observações partidárias; vou fazer observações eminentemente técnicas, perdoe-me.

São 3 as indagações que faço a V.Sa. Tenho aqui dados de 2002 do Banco Central que não diferem muito dos de hoje. No Brasil, a relação entre o volume de recursos que vai para o setor privado e o que vai para o setor público gira em torno de meio a meio, 50% a 50%, isso no sistema financeiro global. Acho que é um índice bastante elevado. O setor público absorve praticamente a mesma quantidade de recursos que o setor privado. Então, a primeira pergunta seria esta: como reduzir um pouco ou substancialmente a participação do setor público, elevando, evidentemente, a participação do setor privado? Evidentemente, existem variáveis, efeitos colaterais com que o administrador tem de tomar muito cuidado.

A segunda indagação, Sr. Presidente, é quanto à formação do *spread* bancário. Não se falou muito em *spread*; umas 2 pessoas, no máximo, falaram em *spread*. Tenho dados do Banco Central de 1999 e 2002, e mais ou menos continuam nesse nível, em que o lucro dos bancos dentro do *spread* — fiz uma *pizza* — passou de 18% para 40%, de 1999 a 2002, e deve estar em torno disso, ou mais, agora em outubro. As despesas administrativas caíram de 22% para 14%; os impostos indiretos e a CPMF caíram de 14% para 8%; a inadimplência caiu de 35% para 17%; e o outro lado da cunha fiscal, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, subiu de 11% para 21%. Então, a parte fiscal ficou mais ou menos equilibrada, a inadimplência caiu substancialmente e o lucro dos bancos subiu substancialmente. Esta é a outra pergunta que faço a V.Sa.: qual seria a maneira de reduzir ou tornar mais racional a distribuição dessa *pizza* formada por lucro, cunha fiscal, despesas administrativas, inadimplências? Porque o lucro passar de 18% para 40% em 3 anos é um negócio que nos deixa preocupados.

A terceira indagação, Sr. Presidente, diz respeito também ao *spread* das operações bancárias. Todos sa-

bem que a taxa de juros final é a SELIC mais o *spread*, certo? Se hoje a SELIC for zero, não vai adiantar muita coisa, Sr. Presidente. Adianta, é claro, mas não vai ser a grande salvação da lavoura. SELIC zero ou 1, como nos Estados Unidos, não vai acontecer, porque o problema está no *spread*: só para dar uma idéia a V.Exa. — são dados do BACEN —, em caso de descontos de duplicatas, os juros giram em torno de 32%. Se adicionarmos 20% de *spread*, a soma dá 52%. No caso de capital de giro são 14% — pessoa jurídica, sem *spread*, isto é, sem SELIC. Na aquisição de bens são 13%. No caso da pessoa física, o cheque especial, sem SELIC, são 142,2%. E por aí vai. Então, realmente, é claro, é importante baixar a SELIC de 20% para 19%, um ponto percentual, mas com um *spread* desses isso pouco vai adiantar lá na ponta, para o tomador final. Então, só para consolidar, gostaria de repetir: o que fazer?

Quero dizer defendo um Banco Central independente; isto é fundamental. Há 12 anos sou partidário dessa tese.

Minhas perguntas, em resumo, são: primeiro, o que fazer para melhorar essa participação do setor privado no crédito total? Segundo, o que fazer para melhorar a distribuição do *spread* bancário, que em 3 anos obteve aumentos substanciais, como é o caso do lucro bancário, e quedas substanciais, como é o caso das receitas aditivas? O que devemos fazer? E a terceira pergunta é sobre a realmente pouca efetividade da SELIC diante de um *spread* desse tamanho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, meus colegas Deputados, quero inicialmente parabenizar o Presidente do Banco Central por sua fala, por seu esforço, por sua dedicação à causa de um Banco Central melhor. A propósito do pronunciamento feito pelo nosso colega Gonzaga Mota, particularmente, sou favorável à autonomia do Banco Central; à independência, não.

V.Sa. falou do aumento do consumo. Gostaria que falasse um pouco mais sobre isso. Aliás, gostaria que V.Sa. falasse mais sobre os pontos relevantes desse aumento de consumo, já que a classe trabalhadora perdeu, nos últimos 12 meses, quase 15% de seu poder aquisitivo. Além disso, quantos foram os postos de trabalhos perdidos nesse período, e quais as medidas que serão implementadas pelo Governo para recuperar esses postos de trabalhos, além da promessa da geração de 10 milhões de empregos?

Segunda pergunta: qual é a taxa ociosa que está sendo verificada neste momento no parque industrial brasileiro, levando-se em consideração a retomada do chamado crescimento para 2004, já que 2003 foi um ano perdido?

Terceira pergunta: qual a taxa de juros reais a ser praticada no próximo ano para o chamado crescimento 2004?

Tenho ainda uma indagação sobre a dependência externa que estamos vivenciando. Qual é a competitividade do nosso setor produtivo, com a atual taxa de câmbio, mesmo levando em consideração o processo de exportação, a balança comercial, com esse superávit? Não estaria o setor produtivo exportando prejuízo? Não estaria o setor produtivo com dificuldade para honrar seus contratos, diante do grau de endividamento também desse setor?

Não quero ser repetitivo. Vou centrar minha fala nessa objetividade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO MACHADO - Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Deputados, os números, o otimismo do Presidente do Banco Central e o entusiasmo do Deputado Beto Albuquerque levam-me a pensar que realmente estamos no início da recuperação da economia brasileira.

Meu questionamento, Sr. Presidente, tem a ver com o questionamento feito pelo Senador Eduardo Suplicy e pelo Deputado Sérgio Miranda. Refere-se sobretudo a qual será a resposta do Governo aos milhões de desempregados. V.Sa. pode até dizer que o Banco Central não é responsável pela política de geração de empregos; entendo também que não é. Mas não podemos desprezar a capacidade que o Banco Central tem de influenciar qualquer política que se pretenda implementar neste País.

Ao analisarmos os índices que medem o desempenho da economia brasileira — a avaliação é minha —, penso que eles significam muito para poucos brasileiros e muito pouco para a grande maioria dos brasileiros. A grande maioria inclui aqueles que têm empregos e sobretudo aqueles que não têm. Diga-se a um cidadão, empregado até, um cidadão que tem renda, que os juros no País estão baixando; não é isso, Sr. Presidente, o que ele percebe. Até os bancos oficiais — Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste — entregam ao cidadão comum aquela conta garantida, e ele, se tiver de lançar mão daquilo, é obrigado a pagar juros acima de 7%. É difícil para esse brasileiro entender que, se for a esse banco fazer uma poupança, o banco paga-lhe por ano o que cobra dele por mês. A realidade é essa.

Diz-se para o desempregado que o risco de hiperinflação não existe. Ora, ele convive com uma inflação que está acima da estratosfera, uma inflação próxima do infinito, porque ele não tem renda. Então, Sr. Presidente, sei que V.Sa. não tem responsabilidade pela condução dessa política. Impuseram à maioria dos brasileiros 10 meses de sacrifício. Pergunto quantos meses mais serão necessários: 2, 4, 6, 8, 10? De forma direta, quando teremos realmente a retomada do crescimento, com geração de empregos, para diminuir esse índice tão alarmante? Podemos abrir, Ministro — e isso vai em tom de brincadeira — mão do espetáculo. Queremos na verdade a retomada do crescimento. Quando isso ocorrerá?

No entanto, fiquei satisfeito com o lucro do Banco Central, apresentado no último semestre, de R$ 24 bilhões. É um valor significativo, principalmente se compararmos com a luta de mais de 15 Governadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste por um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que representa menos de R$ 2,5 bilhões. Esse dinheiro foi transferido para o Tesouro. Tenho a seguinte curiosidade: o que o Governo faz com tanto dinheiro? Ele transfere esses recursos para a conta única, ou esses recursos são mantidos no porão do Banco Central para garantir o superávit primário? Não estava na hora de o Governo destinar — são R$ 25 milhões; ninguém previa esse lucro de forma tão extraordinária — uma parte desses recursos para os investimentos públicos tão necessários num País tão carente? Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, não é da tradição da Comissão de Orçamento realizar estas audiências, especialmente debater com a autoridade máxima monetária do Brasil as questões que afetam o cidadão comum, o combate à agiotagem, que esperávamos fosse muito intenso no Governo Lula. Vimos algumas medidas serem tomadas, mas, na prática, o juro na ponta continua ainda muito alto — até o famoso desconto em folha não tem risco; o juro é de cerca de 3%, 3,5% e 2,5%. Quer dizer, emprestar dinheiro com absoluta segurança do retorno a taxas bastante elevadas está totalmente fora de qualquer parâmetro. A matemática elementar é a seguinte: o Brasil agora está em 600 e poucos pontos no Risco País. Portanto, 600 pontos, juro americano, mais a inflação prevista no nosso Orçamento para o próximo ano, de 5,5%, isso significa que a taxa de juro no Brasil deve chegar a cerca de 12%, 13%. Essa é a matemática dos monetaristas que aprendemos a entender; ou seja, é assim que se faz a conta. Gostaria de que o Presidente do Banco Central, o Dr. Henrique Meirelles, explicasse, para o cidadão comum entender, como isso funciona, se é mesmo assim que se faz a conta: se a taxa de juros de um país é a inflação, mais o juro americano, mais o Risco País, na proporção de 1 para 100 da pontuação de Risco País. Sendo assim, temos uma diferença significativa entre o que deveria ser e o que é o juro real no Brasil.

Gostaria também que o Presidente do Banco Central explicasse quais são as efetivas medidas de combate aos juros extorsivos no Brasil. Não vou dizer agiotagem, porque é um empréstimo informal que não provém da instituição financeira. E no Brasil caro não é o juro do agiota, mas o da instituição financeira. Portanto, gostaria de que S.Sa. nos explicasse quais as medidas que estão sendo tomadas para o combate a esse juro elevado, que consideramos extorsivo. Aliás, isso é quase endêmico no sistema financeiro nacional. Apesar dos altíssimos resultados das instituições financeiras, há sempre dificuldade em favorecer a tomada do capital e do crescimento, e a geração de emprego.

Sr. Presidente, a SELIC média, acumulada para 2004, está prevista em 15,17% no Orçamento de 2004. Consulto também o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, se há alguma previsão de mudança nesse cenário apresentado na Comissão do Orçamento: crescimento real de 3,5%, câmbio na faixa dos 3,40%, taxa média de 3,37% e crescimento da massa salarial em 12%. Em relação aos índices macroeconômicos que nos foram enviados e que sustentam a nossa proposta para o Orçamento de 2004, quero saber quais o Presidente entende que já podem ser revistos desde o início da discussão do Orçamento, em função da diferença entre a apresentação da proposta orçamentária e o atual momento em que vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado Ivan Valente não está presente. Com a palavra o Deputado Murilo Zauith.

O SR. DEPUTADO MURILO ZAUITH - Dr. Henrique Meirelles, já estivemos juntos pela manhã na sala do Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira. V.Sa., no comando do Banco Central, fez a opção, neste ano, de debelar a inflação. Logicamente, tomou as medidas econômicas, valorizando o real — uma forma de abaixar o dólar e diminuir a inflação. No entanto, não vejo um crescimento do Brasil, um projeto de desenvolvimento, quando temos uma dívida em 2 moedas. Devemos em torno de R$ 700 bilhões praticamente para 6 bancos, sendo 4 internacionais. Vamos pagar uma média de 20% ao ano de juros, a metade desses juros de mais R$ 100 bilhões, e rolar a metade. E no próximo ano temos juros em dólares, em torno de US$ 400 bilhões, a uma média de 5% a 6% ao ano. Fizemos as contas: os juros da nossa conta em dólares são muito mais baixos do que em reais. Devemos ter uma provisão de mais de US$ 20 bilhões por ano. Mas, no momento em que V.Sa. quer a estabilidade da economia e faz com que o País este

ano passe por uma recessão, não vejo como vai sair desse processo econômico em que se encontra o Banco Central, tendo que pagar juros em 2 moedas. A dívida interna vai continuar subindo e a dívida externa vai continuar pagando juros.

Quero saber também se quando o Risco País cair lá fora se isso vai refletir na renegociação dessa dívida externa, porque os Estados Unidos pagam 1% de juro ao ano, pois o papel deles não tem risco. Será que o PT não tem a obrigação, em função do que sempre pregou e da relação que sempre achou que poderia ter com o FMI, de negociar condições melhores de pagamento de juros para o País? Será que não faz parte da história do PT renegociar os juros? Será que essa dívida interna vai continuar subindo porque não conseguimos criar superávit que dê para pagar pelo menos os juros da dívida interna? Como o País vai ter dinheiro para investimento, se todo investimento precisa de recursos?

Não damos conta. Fizemos a reforma previdenciária, que tem um custo alto para o País, mas os juros são muito maiores. Além disso, estamos presos na mão desses bancos nacionais e internacionais. Quero entender como o Governo pretende sair desse quadro de instabilidade para um projeto de crescimento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o último orador inscrito, o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, demais servidores do Banco Central, não pretendia inscrever-me para falar, mas a fala do Deputado Alberto Goldman me estimulou. S.Exa., que está ausente, além de transmitir muita cultura, destilou também muito veneno e mágoa. Usou um exemplo e esqueceu-se de dizer que a expressão *"o que é bom a gente mostra, o que é ruim a gente esconde"* ficou muito popular no Brasil, mas com certeza não por causa do personagem, parece-me que francês, que ele citou. Em 1994, essa frase ficou quase famosa com a Lei Ricupero, atendendo à época aos interesses do maior acordo conservador que a República brasileira havia conseguido entre a Extrema Direita, a Direita e o PSDB, acordo que se utilizou fartamente desse modelo de esconder o que era ruim, os números difíceis, e mostrar o que era bom. Então, é importante dizer toda a verdade: no Brasil, essa frase ficou famosa dessa forma.

É lógico que alguns sentem saudades do modelo de investimentos que tivemos nos últimos anos, com as privatizações do jeito que vimos. A conta está aí. É impressionante: não ouço ninguém reclamar do cano que a empresa americana AES deu a este País, o que praticamente inviabiliza os investimentos hoje e a possibilidade de o BNDES ajudar algumas empresas. É sempre importante repetir que a empresa americana que comprou a ELETROPAULO, que precisa de investimentos e terá problemas de infra-estrutura se crescer acima de 3,5%, simplesmente não pagou US$ 1,2 bilhão. E não vejo nenhum Deputado de Oposição reclamar disso. Talvez sintam falta dessa forma de investimento, com esse tipo de privatização predatória. Chegam a temer o modelo em discussão para as parcerias públicas e privadas, com transparência. Nós não tememos dessa discussão; sabemos que o Estado brasileiro não tem condições de investir e não tem a infra-estrutura necessária. Nossas rodovias foram dizimadas, mais de 80% de nossas estradas estão destruídas, nossos portos precisam de investimento; enfim, toda a infra-estrutura está hoje desmontada por uma lógica privatista que atendeu a interesses de um modelo que alguns querem de volta — refiro-me àqueles com estilo *yuppie*, que usam Glostora, semelhantes aos "boyzinhos" americanos e europeus dos anos 80. O modelo acabou, mas alguns sentem sua falta, talvez preocupados com o fato de que, com a reforma tributária, os donos de iate e de jatinhos serão obrigados a pagar o IPVA. É lógico que essa gente está assustada, que o PFL está assustado. Vão pagar IPVA, sim. Se quem tem um carro de 10 anos, caindo aos pedaços, paga IPVA, por que esses não vão pagar?

Não entendo por que alguns partidos defensores dos bancos estão tão preocupados, já que os bancos continuam ganhando muito dinheiro, infelizmente. Gostaria muito de nos livrar dessa armadilha que o capitalismo especulativo mundial armou para o mundo — não para o Brasil, mas para o mundo. Essa é uma luta mundial, e precisamos de ter a capacidade de dizer claramente que temos de enfrentar isso.

A sensação que tenho é de que o PFL defende calote ou moratória, e deve dizer isso claramente. Esta é uma discussão antiga no Partido dos Trabalhadores: não ao pagamento, calote, auditoria. Vamos continuar discutindo, esperando encontrar uma postura conseqüente do PFL. Que ele diga claramente que entende que não devemos pagar essas dívidas, que não temos de pagá-las, que temos de fazer uma auditoria, de rediscutir o assunto. Vamos lá, precisamos da ajuda de todos os brasileiros em relação a isso.

Por último, Sr. Presidente do Banco Central, há uma questão em que o BACEN pode ter um papel fundamental. Sabemos que não há relação direta entre Taxa SELIC , muito usada na discussão de nossos títulos, e o *spread* bancário. Na verdade, é o *spread* bancário que inviabiliza o investimento. Queria saber, bem objetivamente, qual é a diretoria que hoje trata especificamente da ampliação do microcrédito e principalmente da facilitação das cooperativas de crédito, com a regulamentação do art. 92 — outra grande questão, porque durante anos os defensores dos bancos, que

defendem o sistema financeiro aqui, não permitiram a regulamentação do art. 192, e estão assustados, porque essa discussão não é só sobre a autonomia do Banco Central, mas também sobre a criação e a facilidade de cooperativas. Então, quero saber qual o departamento, ou diretoria, porque é um tema que me é caro, pois há muitos setores querendo efetivamente ampliar as cooperativas de crédito, e tenho certeza de que essa pode ser uma das principais ferramentas, além da utilização dos bancos oficiais no sentido de baixar o *spread* bancário. A pulverização de cooperativas de crédito no Brasil pode ser uma ferramenta importante, ao baixarmos o *spread*, e talvez uma grande aliada do setor produtivo.

Peço, portanto, a V.Exa. mais informações sobre isso para que possamos efetivamente popularizar a discussão, permitindo a todos os setores existentes do empresariado, médias, pequenas e microempresas, terem cada vez mais fortalecidas as suas cooperativas e assim forçarem os bancos privados a baixar o *spread* bancário.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, permita-me rapidamente perguntar ao Presidente do Banco Central quando o Governo vai encaminhar os projetos de regulamentação do art. 192.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado.

Começo pelas perguntas do Deputado Rodrigo Maia.

Quanto à observação sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, entendo ser privilégio do Parlamentar comentar decisões de outros órgãos legislativos, mas não compete ao Banco Central opinar sobre decisões soberanas de órgãos do Legislativo.

Quanto à pergunta referente às reservas líquidas e, portanto, às condições de solvência do País, visando às negociações com o Fundo Monetário Internacional, eu diria que o País tinha, no início, durante o primeiro semestre, cerca de US$ 14 bilhões de reservas líquidas — o Deputado mencionou exatamente os números das reservas líquidas como medidor desse nível de solvência. Chamo a atenção para o fato de que relatório do balanço de pagamentos do Banco Central e a previsão do balanço de pagamentos para 2003 e 2004 sinaliza uma previsão de US$ 16,9 bilhões de reservas líquidas para o final de 2003 e também de cerca de US$ 20 bilhões de reservas líquidas para o final de 2004. E havia uma série de previsões, dentre as quais destaco a de que iríamos captar, no mercado internacional, cerca de US$ 5 bilhões em 2004, ou de setembro de 2003 até 2004.

Portanto, em primeiro lugar, o relatório já prevê uma melhora substancial do índice de reservas líquidas do País; em segundo lugar, como é do conhecimento de V.Exa., o Brasil já antecipou uma parte da captação de 2004 nos mercados internacionais, captando US$ 1,5 bilhões, o que significa que os números de projeção de reserva muito possivelmente serão antecipados em relação às reservas líquidas, que hoje no Brasil já estão em patamares próximos aos previstos para o final do ano, o que nos dá hoje a expectativa de que estaremos acima do patamar previsto pelo relatório para o final do ano. Em resumo, no que diz respeito a reservas líquidas, estamos inclusive à frente, a esta altura, das previsões.

Gostaria, contudo, de chamar a atenção para que o fato de que, embora o acordo com o Fundo Monetário tenha tido várias finalidades, uma das razões pelas quais foi firmado no passado, pelo Governo anterior, era exatamente obter acesso aos créditos do Fundo Monetário e um sistema de pagamentos que gerasse fluxo de caixa mais confortável ao País. Portanto, o que devemos olhar hoje são as reservas totais, e essas estão num patamar muito confortável.

As reservas líquidas são evidentemente importantes, na medida em que sinalizam canal de saída do acordo com o Fundo Monetário. Elas têm de crescer nos próximos 3 anos, de maneira que, quando o Brasil terminar de pagar ao Fundo Monetário Internacional, estejam em condições de garantir um patamar de conforto ao País e aos investidores internacionais. Portanto, temos de olhar, de um lado, não só as reservas líquidas hoje, mas sua trajetória nos próximos anos, que, segundo já indiquei, é crescente. Hoje, as reservas totais do País, incluído o FMI, são muito confortáveis, razão pela qual, juntamente com a estabilidade macroeconômica e o bom desempenho da contas externas, o Risco País está caindo.

Em relação à Pesquisa Censo INED, a avaliação da população é evidentemente muito importante. Certamente é responsabilidade da classe de liderança dos políticos do País ver claramente como pensa e como sente a população. Agora, o Banco Central, por regras de boa governança, não se pode basear em pesquisas de opinião pública; ele tem de se basear em avaliações macroeconômicas, em dados de realidade, e os dados são de que a atividade industrial está crescendo.

Como mencionamos, divulgaram-se ontem dados indicadores do crescimento da produção industrial em São Paulo nos meses de julho e agosto, dados que são indicadores de todo o País. Se a atividade industrial está crescendo, cresce a massa salarial, e com isso vêm os investimentos. Em resumo, o Banco Central tem de se focar nos índices claros de atividade.

Quanto à relação dívida/produto, não há dúvida de que a postura que devemos assumir é a de administração responsável dessa dívida. É essa a razão principal da existência dos superávits primários, exatamente fazendo com que essa relação tenha, através do tempo, uma trajetória de estabilidade ou cadente.

Em relação ao art. 192, evidentemente não compete ao Banco Central definir a apresentação ou até a inclusão de projetos na pauta de discussão do Congresso. Sabemos que V.Exa. tem um projeto nessa direção, mas o Banco Central certamente não tem, nesse aspecto, nenhum tipo de gerência direta, porque isso é privilégio da liderança política do Governo e dos demais partidos no processo legislativo.

Quanto às perguntas do Deputado Gonzaga Mota, sobre como reduzir a participação do setor público no crédito total, eu diria que é seguindo a linha do mercado de trabalho, da consignação de folha de pagamento e do aumento da concorrência.

Responderei à pergunta anterior, referente ao lucro dos bancos, no período de 1999 a 2002, e sobre as medidas tomadas visando à queda dos *spreads.* Mencionei o microcrédito e o aumento da competição. Exemplo disso é o aumento da estrutura de aprovação de cooperativas, que antes eram focadas em segmentos. Agora, as cooperativas de acesso geral estão regulamentadas.

A Lei de Concordata e Falência é outro dado muito importante e prova exatamente a consignação da folha de pagamentos — os *spreads* são muito menores do que a média do mercado. Portanto, com a melhoria da estrutura de garantias, teremos *spreads* menores.

Sintetizando — e respondo também as perguntas relativas à pouca efetividade da SELIC —, diria que para aumentarmos a concorrência, no fundo, o problema se resume a uma questão de estabilidade macroeconômica. Países com instabilidade macroeconômica têm, entre outros problemas, tendência a ter *spreads* maiores, pela concentração de crédito, pela imprevisibilidade etc. No entanto, países que tendem a ter mais estabilidade de preço, macroeconomia e diversos índices, inclinam-se, ao longo do prazo, a ter maior competição no sistema, maior abertura, transparência e, em conseqüência, quedas dos *spreads* bancários. Em resumo, o caminho que o País deve seguir é o da estabilidade.

Passo às perguntas do Deputado Anivaldo Vale. Em primeiro lugar, tratarei do aumento do consumo. Como vamos endereçar o aumento do consumo, dentro do quadro atual de atividade econômica? A inflação, na medida em que sobe rapidamente, retira poder de compra do trabalhador. Isso é real. No momento em que a inflação cai e se estabiliza, há tendência de recuperação do poder de compra do trabalhador. Esse é o primeiro dado.

Em segundo lugar, na medida em que a atividade econômica se recupera, como estamos vendo na atividade industrial, isso também se reflete na massa salarial total, o que, em última análise, também se refletirá no aumento do consumo. Alguns índices de consumo mostram pequena retomada, mas os indicadores antecedentes — como vimos no índice de produção de bens duráveis — informam que o consumo está numa trajetória de retomada.

Em relação à taxa de ociosidade da indústria, tem havido pequena queda. A utilização da capacidade instalada, de dezembro para agosto, subiu um pouco menos de 1% da capacidade total. Portanto, o nível de ociosidade caiu um pouco menos de 1% nesse período.

É importante dizer que, devido à instabilidade da economia brasileira nos anos passados, o hiato de produto, aquela possibilidade de crescimento sem aportes adicionais de investimento, é de difícil medida no momento, porque podemos ter gargalos de produção em setores específicos. Um bom exemplo disso é o que aconteceu no ano 2000 com a crise de energia. Em resumo, tínhamos um gargalo de investimento nessa área.

O uso da capacidade instalada está subindo levemente, mas esperamos que, de acordo com todos os indicadores, essa recuperação, a partir de setembro, se faça de forma importante.

Em relação à taxa de juros real a ser praticada no próximo ano, evidentemente não compete ao Banco Central anunciar decisões futuras, inclusive porque não temos dados da economia que nos permitam fazer isso. E é exatamente essa a razão pela qual o Comitê de Política Monetária se reúne a cada mês, faz uma avaliação de toda a situação macroeconômica e toma sua decisão. Não temos condições de decidir com antecedência.

Se analisarmos as taxas de juros de mercado só por 360 dias e a inflação projetada pelo mercado para o mesmo período, veremos a evolução da taxa real, conforme mostramos no gráfico.

Em relação à competitividade da taxa de câmbio ou da nossa capacidade exportadora, tendo em vista essa taxa de câmbio, de novo só há uma possibilidade de medir isso: por meio do desempenho da balança comercial. Existem outros critérios, como o nível de atividade, que evidentemente também influencia a balança comercial, mas certamente o meio mais efetivo é olharmos a nossa capacidade de exportar e de substituir importações. O resultado da balança comercial é extremamente positivo, e há outros índices de competitividade, baseados principalmente em ganhos de produtividade etc. Os indicadores que temos é o de que a economia brasileira está ganhando em produtividade, portanto, aumentando sua capacidade competitiva.

Passo às perguntas do Deputado Machado sobre quantos meses são necessários para gerar novos empregos e quando haverá retomada do crescimento. A retomada do crescimento já está ocorrendo, e os dados de produção industrial mostram isso. A produção industrial é um indicador de retomada de crescimento.

Mostramos o dado de indústria geral e alguns dados específicos. A massa salarial está crescendo, o que indica que o número de horas trabalhadas já está aumentando na indústria e que essa retomada já está em andamento. Esperamos que isso se reflita nos níveis gerais de emprego e de renda nos próximos meses e nos próximos trimestres.

Com relação à destinação dos lucros do Banco Central e o assunto mencionado dos fundos regionais, os lucros do Banco Central são dirigidos ao Tesouro, que usa esses recursos para evitar um crescimento maior ainda da dívida pública. Em última análise, esses recursos servem para abater a dívida e evitam, por exemplo, que a relação dívida/produto cresça além do desejado. Certamente é positivo que o Banco Central possa dar essa contribuição.

A pergunta do Deputado Ricardo Barros estabelece alguns pontos referentes à estrutura das taxas de juros internacionais. Entendo que S.Exa. deseja perguntar quanto deveriam ser as taxas de juros reais no Brasil. A Economia, como toda ciência, tem alguns modelos teóricos, mas, na realidade, eles são testados na prática. Nos últimos anos, as taxas de juros reais têm sido altas no Brasil. Já mencionei taxas que caíram de 19%, de 1994 a 1998, para algo um pouco acima de 10%, de 1998 a 2002. Portanto, a taxa de juros real reflete o nível de risco macroeconômico nacional e a taxa de retorno demandada pelos investidores para, em última análise, financiar o país, particularmente o setor público. Isso é algo que vamos avaliar e descobrir a cada momento. É este exatamente um dos maiores trabalhos no Banco Central: avaliar, a cada momento, o patamar de taxa de juros necessário. Portanto, não é uma ciência exata decidirmos *a priori* qual deveria ser a taxa de juros real do País.

Até que ponto as mudanças de situação macroeconômica poderiam justificar mudanças no Orçamento? Acredito que isso não é algo sobre o que necessariamente caiba ao Banco Central opinar. É um ponto para a Comissão de Orçamento discutir. No entanto, diria que é muito importante para o equilíbrio macroeconômico do País que o superávit primário seja cumprido, que as metas estejam mantidas e que o Brasil possa sinalizar estabilidade e crescimento. Com a economia crescendo, a receita pública crescerá e, consequentemente, haverá maior flexibilidade no uso do Orçamento.

O Deputado Murilo Zauith pergunta até que ponto representa problema o pagamento de juros em duas moedas. Essa é uma das questões mais básicas e fundamentais das dívidas soberanas. Existem poucos países capazes de apenas emitir dívida na própria moeda. Certamente são capazes disso os países do Mercado Comum que têm moeda forte. Entre outros, cito a Suíça, a Inglaterra, os Estados Unidos e o Japão. O Brasil está seguindo esse caminho. Não há dúvida de que esta é uma meta extremamente desejável.

Estamos fazendo também grande esforço no sentido de desindexar a dívida interna do câmbio. É exatamente como mencionei: a rolagem da dívida indexada ao câmbio está em patamar cadente, o que significa que cada vez mais a dívida do setor público estará denominada na nossa moeda, o real. Não há dúvida de que isso é desejável, e o País vai ganhando flexibilidade, ao longo do tempo, como resultado de sólida política fiscal e monetária.

Quanto a negociar com o Fundo Monetário Internacional melhores condições de pagamento da dívida externa, não é necessariamente ele que as define, elas são decididas pela cotação de mercado. A taxa de juros que o Brasil tem pago no mercado internacional está caindo na medida em que as condições estão melhorando, e a cada emissão pagamos menos. Na realidade, as condições dos empréstimos do Fundo são predeterminadas. O acordo com o Fundo visa dar um aval aos mercados de que o País está indo na direção certa.

No que diz respeito a até que ponto temos ou não capacidade de pagar juros, diria que temos, sim, tanto que nossa conta corrente está mostrando superávit, o que demonstra exatamente nossa possibilidade de pagar os juros.

V.Exa. tem mais alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO MURILO ZAUITH - Sr. Henrique Meirelles, seguindo seu raciocínio, pergunto se o Brasil perdeu oportunidade, quando do lançamento do Plano Real, uma vez que nossa dívida em dólar era em torno de 100 bilhões, com a venda das estatais, de fazer uma opção por uma dívida em uma moeda só.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em alguns momentos, é muito difícil julgar o passado. Particularmente, acredito que a autoridade monetária não se deve ater a esse tipo de julgamento nem entrar nessa controvérsia. A indexação cambial foi resultado de toda uma situação e todo um programa de estabilização que o Brasil implementou e que estava vivendo naquela época. Na realidade, os dados são muito complexos, e o que aconteceria se essa ou aquela atitude tivesse sido adotada é sempre um exercício um pouco arriscado de avaliação macroeconômica. Gostaria de focar nossa avaliação no que estamos fazendo e como vai, de fato, caminhar a evolução do perfil da dívida.

Quanto à sua última pergunta sobre as condições para o crescimento do Brasil, diria que elas estão sendo criadas à medida que a economia está se estabilizando, o Risco País está caindo, e a estabilidade de preços sendo conquistada gradualmente. Tudo isso, juntamente com disciplina fiscal, superávit primário e as reformas fundamentais sendo aprovadas pelo Congresso Nacional, nos dá condição de entrar em rota de crescimento sustentado.

Esperamos ter oportunidade de voltar a discutir com V.Exas. no próximo semestre, para que possamos testar isso.

Com relação à pergunta do Deputado Carlito Merss sobre o que é bom mostramos e o que é ruim escondemos, frase que, segundo S.Exa., ficou célebre na História do Brasil, diria que não há dúvida de que a crise que a economia brasileira passou foi muito séria. Abordamos o tema com toda a clareza e mostramos na primeira parte da nossa apresentação a evolução dos índices brasileiros, inclusive a dos negativos. Estamos trabalhando no sentido de reverter esse item. Fizemos opção por mostrar a parte negativa, isto é, de onde tivemos de partir. Não há dúvida de que temos de encarar com muito realismo as dificuldades.

Com relação à pergunta sobre que diretoria é responsável pelo microcrédito, diria que, pela área que regulamenta o mercado financeiro, é a Diretoria de Normas, hoje sob responsabilidade do Dr. Sérgio Darcy.

Quanto a eventuais propostas de calote, evidentemente, quanto maior o risco de calotes, tal como percebido pelos investidores, maiores os juros, o risco e o que se demanda para financiar o País. Não há dúvida — e isso me parece uma observação que não precisa de muita demonstração — que quanto mais se discute a idéia de um possível calote, mais difícil se torna continuarmos a política de baixar taxas de juros real no País, de baixar o Risco País.

Sem fazer um julgamento, apenas diria que uma das razões que faz com que a taxa de juros real no Brasil seja alta são as propostas de calotes de tempos em tempos. O Deputado empresário concorda comigo, porque na sua vida empresarial experimenta isso, suponho, com muita clareza.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Na verdade, meu pronunciamento foi no sentido de que alguns setores radicais do PFL e PSDB estão agora com esse discurso. Não é, porém, o Presidente do Banco Central quem teria de responder, as pessoas é que têm de ser mais claras em suas propostas. Durante muito tempo fizemos esse debate no nosso partido, e a ampla maioria decidiu que temos de refazer os acordos em condições melhores para o País.

Gostaria que a Oposição dissesse com clareza o que quer, porque a sensação que temos é a de que ela não quer que o Brasil melhore, mas que continue nessa incerteza e que o Risco País esteja lá em cima. Assim, claro, os bancos, que muitos defendem aqui, vão ganhar muito mais dinheiro.

Os bancos têm hoje uma preocupação, pois sabem que se conseguirmos reduzir o *spread* e ampliar o crédito para a população, eles ganharão menos, mas trabalharão mais e integrarão mais pessoas ao sistema. A Caixa Econômica Federal no movimento de 3, 4 meses registrou mais de 500 mil novos correntistas — e temos de incluir muitos mais.

Faço essa referência para que as pessoas digam com clareza o que querem e não insinuem que o atual Governo agora está defendendo os bancos. Ao contrário, queremos que os bancos tenham o seu papel, que ganhem menos, sim, até porque ganham muito, e permitam a mais brasileiros ter dinheiro.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Deputado Carlito Merss, permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Com prazer, Deputado.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Não podemos mais falar em calote. A visão do Presidente da República, do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central é no sentido de mantermos a posição de país sério, que quer ser do Primeiro Mundo e que tem tudo para isso. As exportações e a produção estão crescendo. É preciso seguir essa política de seriedade que marcou a vida de Henrique Meirelles e lhe deu todo o crédito que tem perante as instituições internacionais que ocupou. Boa parte dessa tranqüilidade se deve à sua presença no Banco Central do Brasil.

É importante o Governo permanecer com essa tranqüilidade no mercado. Vamos negociar, baixar os juros e tudo o mais, pois isso trará maior segurança.

Parabéns pela condução da política econômica. O Brasil está entrando nos eixos. Repito o que V.Sa. disse ontem: *"Vamos colocar gasolina nos automóveis, do contrário, não haverá tempo de abastecer na hora em que o mercado der uma arrancada."*

Parabéns a V.Sa. pelo trabalho.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, Deputado.

Certamente o Brasil não tem motivo algum para discutir problemas relacionados à insolvência econômica — isso é passado. Já saímos da crise, o Risco País está caindo, e as condições macroeconômicas estão estabilizadas. Em resumo, o setor externo brasileiro está com um desempenho extraordinário, há superávit em contas correntes.

Disse algo importante no qual devemos pensar. Houve muitas perguntas sobre o motivo de a taxa de juros real e o Risco País terem sido altos no Brasil nos últimos anos. Uma das razões, além de outras como a estabilidade macroeconômica, é a discussão periódica sobre o assunto. Concordo com o Deputado, esperamos que esse termo saia do dicionário do Brasil nos próximos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Agradeço ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, aos Presidentes de Comissões e aos Srs. Parlamentares, o comparecimento à reunião.

Todos estamos integrados nesse processo de esclarecimento e de conhecimento das causas e efeitos das políticas na vida nacional.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

5ª REUNIÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

RESULTADO: 15-8-2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

Audiência pública no âmbito da Subcomissão temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com a finalidade de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotados pelos entes públicos e privados, com os seguintes convidados:

Rodrigo Dias, Técnico de Assuntos Ambientais da Confederação Nacional de Municípios - CNM; André Teixeira de Vilhena, Diretor Executivo do Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE e Márcia Abadia Martins, Presidente da Cooperativa Granja Julieta.

Obs.: De acordo com o Requerimento nº 01/2007-CMAGRS, de autoria do Senador CÍCERO LUCENA, aprovado em 8-5-2007.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

6ª REUNIÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2007, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

RESULTADO: 21-8-2007

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2007 - CMAGRS

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, em data a ser oportunamente definida, para que sejam ouvidas as pessoas abaixo relacionadas, Secretários de Estados das diversas Regiões do País, para que possam relatar as experiências, programas e iniciativas desenvolvidas em seus respectivos Estados no que se refere ao Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Convidados:

DR. ARISTIDES MONTEIRO, Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Governo do Estado de Pernambuco; Dr. CARLOS OTAVIANO BRENNER DE MORAIS, Secretário de Meio Ambiente do Governo do Rio Grande do Sul; Dr. CASSIO TANIGUCHI, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal e Dr. FRANCISCO GRAZIANO NETO, Secretário de Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo

Autoria: Senador CÍCERO LUCENA

Resultado: Aprovado com os seguintes adendos: do Senador FLEXA RIBEIRO convidando o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Pará e do Senador GARIBALDI ALVES para que a reunião seja conjunta com a Subcomissão dos Marcos Regulatórios, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2007 - CMAGRS

Requer a participação da Subcomissão de Resíduos Sólidos, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle na realização do 24º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, no EXPOMINAS, em Belo Horizonte-MG, que irá ocorrer no dia 04 de setembro do corrente, sob o tema "Saneamento Ambiental: Compromisso ou Discurso?", onde serão enfocados aspectos técnicos, institucionais, políticos e comerciais e os seus reflexos sociais e se darão em forma de conferências, painéis, mesas-redondas, palestras e sessões técnicas, relativos ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, recursos hídricos, meio ambiente, organização e gestão empresarial, drenagem urbana, saúde pública e controle de vetores, recursos humanos, legislação e outros temas pertinentes.

Autoria: Senador CÍCERO LUCENA

Resultado: Aprovado

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CON-

SUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, DO DIA 16 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES, GILBERTO GOELLNER, FLEXA RIBEIRO, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, NEZINHO ALENCAR, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ JORGE, ÁLVARO DIAS, e FLÁVIO ARNS.** Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa à deliberação da pauta: **Item 1)** AVISO Nº 6, DE 2002 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.105/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam e, ainda, cópia da Decisão Normativa nº 44/2001, sobre cálculo das quotas de distribuição dos Fundos de que trata o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para o exercício de 2002 (TC - nº 015.247/2001-2)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União**. Relatora "ad hoc":** Senadora **SERYS SLHESSARENKO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 2)** AVISOS Nº 16, 27 e 36, DE 2004 e Nº 7, de 2005 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminham ao Senado Federal os Relatórios das Atividades do Tribunal de Contas da União, referentes, respectivamente, ao 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2004". **Autoria:** Tribunal de Contas da União**. Relatora "ad hoc":** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e arquivamento dos Avisos n.ºs. 16,27 e 36 de 2004 e nº 7 de 2005. **Resultado: Aprovado. Item 3)** AVISO Nº 182, DE 2000 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal encaminhando cópia da Decisão nº 778, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, nas Obras da Barragem do Açude Público Castanhão, Município de Alto Santo/CE (TC nº 008.615/2000-2)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **FLEXA RIBEIRO. Parecer:** Pelo arquivamento da matéria. **Resultado: Aprovado. Item 4)** AVISO Nº 84, DE 2000 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 289, de 2001-TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, no período de 26.6 a 14.7.2000, com o objetivo de fiscalizar obras de duplicação de trechos rodoviários no Corredor Transmetropolitano da BR 116/SP - São Paulo-Divisa SP/PR (TC - nº 009.002/2000-6" **Autoria:** Tribunal de Contas da União**. Relator "ad hoc":** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 5)** AVISO Nº 20, DE 2003 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 637/2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria na inventariança extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, realizada em cumprimento à determinação do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, destinada a investigar a aplicação irregular dos recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor (TC - 003.133/2001-9)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União**. Relatora "ad hoc":** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer:** a) Pelo conhecimento da matéria b) solicite ao TCU que mantenha o acompanhamento do cumprimento do item 9.2.1 do Acórdão nº 637/2003-TCU-Plenário e informe a esta Comissão sobre o assunto c) remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 6)** AVISO Nº 187, DE 2000 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 815, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes a representação acerca do descumprimento, por órgãos e entidades estaduais e municipais da Lei nº 9.755, de 1998, que dispõe sobre a homepage Contas Públicas, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TC - 011.784/99-7)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União**. Relator "ad hoc":** Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer:** Pelo arquivamento da matéria. **Resultado: Aprovado. Item 7)** AVISO Nº 33, DE 2002 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 243, de 2001 - TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada na Agência Nacional do Petróleo - ANP, no período de 16 a 27/10/2000, com vistas a aferir quantitativa e qualitativamente as ações de fiscalização empreendidas pela Agência nas atividades de exploração e produção de petróleo, bem como nos segmentos de refino, transporte, comercialização e abastecimento de gás natural, petróleo e seus derivados (TC - 002.379/2001-4)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União**. Relator "ad hoc":** Senador **NEZINHO ALEN-**

CAR. Parecer: Pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento da matéria, após a oitiva com o Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para dar a esta Comissão um panorama das atividades de fiscalização da qualidade de combustíveis vendidos em todo o território nacional. **Resultado: Aprovado. Item 8)** AVISO Nº 12, DE 2003 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 473, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins-BR-235-Divisa TO/MA, trecho Pedro Afonso (TC - 003.798/2003-2)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Parecer:** pelo conhecimento do Parecer pelo Tribunal de Contas da União e se manifeste sobre os contratos mencionados e que esta Comissão faça o reexame da matéria tão logo sejam prestados os esclarecimentos necessários. **Resultado: Aprovado. Item 9)** PETIÇÃO Nº 17, DE 2001 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), mediante expediente datado de 29 de outubro de 2001 e anexos, denúncias de irregularidades em processo licitatório realizado entre a antiga Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e a empresa White Martins S/A e de extravio do processo na atual Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)." **Autoria:** JOÃO BATISTA PEREIRA VINHOSA. **Relator:** Senador FLEXA RIBEIRO. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado.** Observação: Matéria encaminhada a esta Comissão, conforme despacho do Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), Senador JEFFERSON PERES, nos termos do art. 409 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 10)** AVISO Nº 14, DE 2002 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 12/2002 - TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado nas obras de complementação e melhoramento do Porto de Suape - PE (TC - 003.553/2001-3)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria, ciência dele à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 11)** DIVERSOS Nº 19, DE 1998 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão número 444/98, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam e, ainda, cópia do Relatório de Auditoria (TC nº 225.268/96-5), adota da pelo Tribunal de Contas da União, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM/AM - 8º Distrito, no período de 29.07 a 02.08.96". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **NEZINHO ALENCAR. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 12)** AVISO Nº 14, DE 2005 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 829, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria de natureza operacional realizada no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro - PROÁGUA/Semi-Árido (TC nº 012.653/2000-0)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **NEZINHO ALENCAR. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 13)** AVISO Nº 38, DE 2002 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 829, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria de natureza operacional realizada no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro - PROÁGUA/Semi-Árido (TC nº 012.653/2000-0)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **NEZINHO ALENCAR. Parecer:** Pelo convite a Ministro do TCU, para dar a esta Comissão uma visão prospectiva do Controle Externo quanto aos riscos de uma nova crise de energia nos próximos anos. Conclui, também, pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, após a oitiva de membro da Egrégia Corte. **Resultado: Aprovado. Item 14)** AVISO Nº 21, DE 2005 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, o Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º trimestre de 2005". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **NEZINHO ALENCAR. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 15)** AVISO Nº 24, DE 2001 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 1.093, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR 060, no trecho entre o entroncamento com a DF 180 e a divisa DF/GO, no período de 17.07 a 10.11.2000 (TC 010.471/2000-8)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e delibere da seguinte forma: a)

envie Ofício ao TCU para que informe quanto aos desdobramentos das decisões decorrentes do Acórdão nº 293, de 2002; b) caso as providências determinadas tenham sido adotadas, e as impropriedades sanadas, comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional que não persistem os óbices levantados pelo TCU ao repasse de recursos federais às obras analisadas no Aviso nº 24, de 2001. **Resultado: Aprovado. Item 16)** AVISO Nº 3, DE 2003 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 122, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria operacional realizada junto à Advocacia-Geral da União, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Tribunais Regionais Federais das cinco Regiões e em diversas Varas da Justiça Federal, com o objetivo de identificar entraves à recuperação de créditos da União (TC - 008.883/99-8)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 17)** AVISO Nº 29, DE 2001 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 1.090, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado na obra de construção do Anel Rodoviário de Fortaleza - CE (TC 008.460/2000-7)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 18)** AVISO Nº 11, DE 2002 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 27/2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República em Brasília (TC - 004.767/2001-4)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 19)** AVISO Nº 78, DE 2001 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, cópia dos Acordãos nºs 269 e 270, de 2001 - TCU (Iª Câmara), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, respectivamente, sobre inspeção realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, a fim de apurar denúncias publicadas na imprensa, a respeito de supostas irregularidades em contrato firmado entre a referida Autarquia e as empresas Protos Engenharia LTDA. e Noronha Engenharia S/A, no período de 21 a 30 de março de 1994; e auditoria realizada com o objetivo de analisar contratos de consultoria celebrados pelo DNER, quanto à observância da Lei de Licitações e Contratos de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999 (TC nº 023.344/94-6 e 015.641/99-6)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora "ad hoc":** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 20)** AVISO Nº 101, DE 2001 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, cópia do Acordão nº 130, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Banco Central do Brasil - BACEN, em função de solicitação formulada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, para apurar denúncias de utilização irregular das Contas CC5 (TC - nº 928.358/98-4)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 21)** AVISO Nº 81 DE 2001 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº nº 243, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional realizada no Programa Água Boa, do Governo Federal, especificamente o Programa de Implantação de Equipamentos de Dessalinização de Água em Poços Tubulares na região Nordeste do Brasil, conduzido pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (TC - nº 014.990/2000-9)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 22)** AVISO Nº 99, DE 2001 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 332, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, referente à contratação de empresa para realizar estudos e conceber nova identidade visual e marca de fantasia da empresa (TC 001.316/2001-0)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora "ad hoc":** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 23)** AVISO Nº 45, DE 2002 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 268, de 2002 - TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o exame de ato de transferência da concessão de aposentadoria originária do Instituto de

Previdência dos Congressistas - IPC, extinto, para a Câmara dos Deputados de interesse do ex-parlamentar Milton Albino Cassel (TC - 000.903/2002-8)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 24)** PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004 - **NÃO TERMINATIVO,** que "acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra" **Autoria:** Deputado **CELSO RUSSOMANO. Relator:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer:** Favorável, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado. OBS. A matéria vai a turno Suplementar.** Usa da palavra a Senadora **ANA JÚLIA CAREPA. Item 25)** PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005 - **NÃO TERMINATIVO,** que "exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado do Rondônia". **Autoria: Presidência da República. Relator:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer:** Favorável, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado. Obs. A matéria vai a turno Suplementar.** Usa da palavra a Senadora **ANA JÚLIA CAREPA. 26)** PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2004 - **NÃO TERMINATIVO,** que "altera o artigo 10, da Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981. (Dispõe sobre licenciamento ambiental)". **Autoria:** Deputado **LUIZ BITTENCOURT. Relatora "ad hoc":** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**. **Parecer:** Favorável, nos termos das Emendas nº substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado. Item 27)** PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2005 - **NÃO TERMINATIVO**, que "acrescenta parágrafo ao art. 39 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir representantes da Fundação Palmares e de comunidades remanescentes de quilombos nos Comitês de Bacia Hidrográfica." **Autoria:** Deputado **LUIZ ALBERTO. Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Parecer:** Favorável, nos termos da Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado: Aprovado. Item 28)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 2005 – TERMINATIVO que "acrescenta parágrafo único ao artigo 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impedir que os fornecedores veiculem publicidade ao consumidor que aguarda, na linha telefônica, o atendimento de suas solicitações". **Autoria:** Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA. Relator:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Adiado. Item 29)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2003 – **TERMINATIVO,** que "modifica o Artigo 37 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para ampliar as condições de criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica nos rios federais". **Autoria:** Senador **PAULO OCTÁVIO. Relator:** Senador **GERSON CAMATA**. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado: Adiado. Item 30)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2004 - **TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para tornar obrigatória a implantação plena de infra-estrutura básica". **Autoria:** Senador **RODOLPHO TOURINHO. Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES**. **Parecer:** Pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado: Adiado. Extra Pauta,** a Comissão aprova a apreciação da seguinte matéria**: Item 1)** REQUERIMENTO Nº 27, DE 2005-CMA, que requer "nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2003, que "dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências", tendo em vista a complexidade do tema e relevância do assunto para nosso país, com os seguintes convidados: Ex-Deputado Fábio Feldman, autor do projeto; Sra. Miriam Prochnow, Coordenadora da Rede de ONG's da Mata Atlântica e Sr. João Paulo Capobianco, Secretário Executivo do Instituto Sócio-ambiental". **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO. Resultado: Aprovado**. **Item 2)** REQUERIMENTO Nº 28, DE 2005-CMA, que requer "nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para instruir e debater o PLC nº 62, de 2005, que "dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências". **Autoria:** Senadores **SIBÁ MACHADO e FLEXA RIBEIRO. Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

Notas taquigráficas da Reunião do dia 16.08.2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Temos uma pauta extensa, mas seria de bom alvitre que começássemos pelo item 8, em razão da presença do seu relator.

Item 8:

Aviso nº 12, em que o Tribunal de Contas da União encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão 473 e dos respectivos relatório e voto que o fundamentam sobre a auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários do Corredor Araguaia-Tocantins, BR-235, divisa Tocantins com Maranhão, trecho Pedro Afonso.

Com a palavra o relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, encaminhou-se ao Senado Federal cópia do Acórdão 473/2003, do Tribunal de Contas da União. Esse acórdão é trazido ao conhecimento desta comissão por intermédio do Aviso nº 626-SGS-TCU. A matéria cuida de obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, BR-235, divisa Tocantins com Maranhão, trecho Pedro Afonso, relacionada entre as obras eivadas por indícios de irregularidades graves, de conformidade com o Quadro 7 da Lei nº 10.640, de 2003, a Lei Orçamentária Anual/Exercício Financeiro de 2003.

Em síntese, o acórdão dá três providências. Pela primeira, determina-se à Secretaria de Infra-Estrutura do Estado de Tocantins a adoção das medidas necessárias à obtenção do licenciamento ambiental para a realização das obras na BR-235.

Na segunda, determina-se que se promova o apensamento do próprio acórdão e da documentação que o acompanha ao processo no qual os indícios de irregularidade se encontram sob análise do Tribunal.

Na terceira providência, determina-se que se traga ao conhecimento do Congresso Nacional o teor do próprio acórdão em que se destaca o fato de que, a propósito dos indícios de irregularidade, ainda não há deliberação definitiva por parte daquela Corte de Contas.

É o relatório.

O voto, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros.

Em vista dos argumentos aqui expendidos, votamos no sentido de que:

1 – leve-se o inteiro teor desse parecer ao conhecimento do Tribunal de Contas da União;

2 – solicitem-se àquela Corte de Contas esclarecimentos sobre a existência de deliberação definitiva acerca das irregularidades atinentes ao programa de trabalho classificado sob a Funcional 26.782.0237.5710.0105, assim como esclarecimento sobre possível conexão entre as programações de trabalho classificadas sob as Funcionais 26.782.0237.5710.0105 e 26.782.0237.7224.0107, notadamente em face dos empreendimentos de que tratam e dos contratos que lhes permitiriam a execução;

3 – proceda-se ao reexame da presente matéria, tão logo sejam prestados os esclarecimentos necessários por parte do Tribunal de Contas da União.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao item 9, também de relatoria do eminente Senador Flexa Ribeiro.

Item 9:

Petição nº 17, de 2001, encaminhada pelo Tribunal de Contas da União. Expediente datado de 29 de outubro de 2001 em anexo, contendo denúncias de irregularidades em processo licitatório realizado entre a antiga Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE e a Empresa White Martins S.A., de extravio do processo da atual Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

Com a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Relatório: Chega à análise desta comissão denúncia contida em Petição datada de 29 de outubro de 2001, subscrita pelo cidadão João Batista Pereira Vinhosa, engenheiro de Itaperuna, Rio de Janeiro, onde manifesta a sua preocupação pelo fato de ter se extraviado na Agência Brasileira de Inteligência, ABIN, um processo licitatório supostamente fraudulento, envolvendo a sua antecessora, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Informa o autor da denúncia que o mencionado processo licitatório foi objeto de uma comissão de sindicância para apurar as acusações publicadas na imprensa sobre superfaturamento em aquisição de produtos, levado a efeito pela SAE. Tais produtos, os gases oxigênio e acetileno, destinaram-se, respec-

tivamente, ao uso pelo centro médico e pela oficina mecânica da SAE, e foram fornecidos pela empresa White Martins S.A., mediante aquisição com dispensa de licitação.

Informa, ademais, o autor que os fatos delituosos contidos em referido processo motivaram dois processos judiciais: (um, perdas e danos, e uma queixa crime, ambos movidos pela beneficiária do superfaturamento contra o denunciante). Além disso, tais fatos também levaram o Ministério Público a instaurar um procedimento administrativo.

Menciona também a existência do Procedimento Administrativo nº 08120-020022/99-36, em andamento na Procuradoria da República, no Distrito Federal, instaurado, conforme informa, em decorrência de uma carta que encaminhou ao Presidente da República em 16 de outubro de 1998.

O processo inclui, ainda, o despacho do Presidente da Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência, datado de 11/12/2001, que conclui que as denúncias do Sr. João Batista Pereira Vinhosa relacionam-se a eventuais irregularidades em processo licitatório realizado por órgão da administração pública da União.

Esta presidência encaminha os documentos para a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, sem prejuízo das providências que já vêm sendo observadas pelo Ministério Público da União.

O referido despacho do Presidente da CCAI foi comunicado ao Sr. João Batista Pereira Vinhosa por meio de correspondência enviada para a sua residência, em Itaperuna – RJ.

2. Análise. A competência da CMA para apreciação da matéria está disciplinada nos arts. 102-A, a 102-D, do Regimento Interno do Senado Federal.

O exame do Anexo 3, às fls. 6, permite-nos saber que o Ministério Público da União já atua no caso desde pelo menos 11 de junho de 2001, quando aquele órgão, mediante ofício, requisitou, entre outros documentos, a cópia dos documentos atinentes ao processo de contratação da White Martins para o fornecimento à SAE de oxigênio, acetileno e nitrogênio, no período de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1995.

Assim, é de se concluir que o assunto já se encontra submetido às providências do Ministério Público desde o ano de 2001, e que ao processo de petição em exame não foi agregado, desde então, qualquer fato novo.

Em face do exposto, não há o que fazer a respeito do assunto, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, que não seja aplicar o disposto no art. 143 do RISF, com o objetivo de encaminhar ao arquivo a Petição nº 17, de 2001, e comunicar essa decisão à Mesa.

Voto. Com base no exposto, voto pelo encaminhamento da Petição nº 17, de 2001, ao arquivo, comunicando-se a decisão à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao item 10.

Aviso nº 14, de 2002. Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 12, de 2002, do TCU, Segunda Câmara, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizada nas obras de complementação e melhoramento do Porto de Suape, em Pernambuco.

Relator, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Aviso nº 14/2002 trata da Decisão nº 012/2002, da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, referente aos autos de levantamentos de auditoria realizada nas obras de complementação e melhoramento do Porto de Suape, Pernambuco.

Em decorrência de julgamento da Segunda Câmara do TCU, em sessão de 18/10/2001, foi aprovada a Relação nº 76/2001, figurando como interessado o Governo do Estado de Sergipe, quando deveria constar o Governo do Estado de Pernambuco, onde se localiza o Porto de Suape.

O Tribunal de Contas da União determinou, na Decisão nº 012/2002-TCU - Segunda Câmara, a correção da inexatidão material verificada na Relação nº 76/2001, passando a figurar como interessado o Governo do Estado de Pernambuco.

Determinou, ainda, que fosse comunicada à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional, a não-constatação de irregularidades graves nas obras de complementação e melhoramentos do porto de Suape.

2) Análise.

Considerando o entendimento do tribunal, que reconhece não haver irregularidades graves nas obras, bem como haver ocorrido, efetivamente, uma inexatidão material em decisão anterior, referente ao disposto na Relação nº 76/2001, não há outro entendimento senão o de que o erro material deva ser corrigido.

3) Voto.

Diante do exposto, o voto é no sentido de que esta Comissão tome ciência deste relatório, dê ciência

dele à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional e que a matéria seja remetida ao Arquivo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao Item 11 – diversos, nº 19/1998: Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 444/98, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, e ainda cópia do relatório de auditoria adotada pelo Tribunal de Contas da União sobre a auditoria realizada no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, 8º Distrito, no período de 29 de julho a 2 de agosto de 96.

Relator: Senador Nezinho Alencar. Tem V. Exª a palavra.

O SR. NEZINHO ALENCAR (PSB – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório inicia com a citação das preocupações expressas no parecer aprovado por esta Comissão em abril de 2001: as graves deficiências na atuação do DNPM, com graves prejuízos para a economia e para o meio ambiente.

Em seguida, apresenta um resumo das conclusões contidas na Decisão nº 444/98, de 22 de julho de 1998, em particular. Determinação do Departamento Nacional de Produção Mineral, no Amazonas, 8º Distrito, para que adote providências com vistas a tornar eficiente a fiscalização das pesquisas, lavra, beneficiamento e comercialização dos bens minerais; se necessário, elegendo os empreendimentos de maior envergadura, como aqueles que deverão receber uma fiscalização permanente.

Determinação do Departamento Nacional de Produção Mineral, no Amazonas, 8º Distrito, para que dê continuidade ao projeto de regularização das empresas que atuam na exploração de minerais da Classe 2, de emprego imediato na construção civil, buscando maior integração com os órgãos competentes das diferentes esferas da administração: prefeituras municipais, Ibama, Ipaam, DRT, capitania dos portos, Inmetro etc..

Determinação do Departamento Nacional de Produção Mineral, no Amazonas, 8º Distrito, para que envide esforços para formar uma equipe multidisciplinar com os órgãos de meio ambiente, visando à execução de um amplo plano de recuperação ambiental em áreas degradadas pela mineração no Estado, a exemplo do Projeto Pitinga, localizado no Município de Presidente Figueiredo, no Amazonas.

Recomendação ao Departamento Nacional de Produção Mineral, sede, para que promova entendimentos com os órgãos de meio ambiente, com vistas a firmar convênios que possibilitem àquele 8º Distrito agir com eficiência nas áreas impactadas pela exploração mineral no País.

Encaminhar cópia do relatório de auditoria desta decisão, bem como do relatório e voto que o fundamentam ao Ministro de Estado de Minas e Energia, para as providências que entender cabíveis, ressaltando, em especial, a necessidade de assegurar ao Departamento Nacional de Produção Mineral, em âmbito nacional, e ao DNPM – Amazonas os meios e recursos indisponíveis, para que possam atender às determinações e recomendações acima.

Encaminhar cópia do relatório de auditoria desta decisão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Congresso Nacional, acentuando, especialmente, que a inexistência da Lei de Regulamentação do art. 231, § 3º, da Constituição Federal, que trata das atividades de pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas, vem impedindo a regularização de empreendimentos minerais nessas áreas e a ação fiscalizadora do Departamento Nacional de Produção Mineral nas referidas áreas.

Após auditoria que verificou o cumprimento das determinações proferidas por meio da Decisão nº 444/98, o Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, decidiu:

- determinar ao Departamento Nacional de Produção Mineral que adote providências com vistas a disponibilizar ao Departamento Nacional de Produção Mineral - 8º Distrito laboratório de análises químicas e realizar concurso público para aparelhar a autarquia de recursos humanos;

- determinar à Fundação Nacional do Índio (Funai) que adote providência com vistas a impedir a extração clandestina de minérios em terras indígenas;

- dar ciência dos fatos apurados na auditoria ao Congresso Nacional, ao Sr. Ministro de Minas e Energia e ao Sr. Ministro da Justiça.

Voto.

Tomamos conhecimento das providência adotadas pelo Tribunal de Contas da União mediante o aviso em exame, a respeito do qual não temos reparos a fazer.

Em face do exporto, concluímos pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento da matéria, tendo em vista que não há, a nosso ver, providências cabíveis que possam ser tomadas no âmbito desta Comissão em decorrência do conhecimento e exame dos autos.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vou encerrar a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao Item nº 12: Aviso nº 14/2005, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 829/2001, do TCU, bem como os respectivos relatório e voto que a fundamentaram, sobre o relatório de auditoria de natureza operacional realizado no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro – Proágua. Relator: Senador Nezinho Alencar.

Tem V. Exª a palavra, Senador Nezinho Alencar.

O SR. NEZINHO ALENCAR (PSB - TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as informações encaminhadas ao Senado Federal constituem relatório sobre o monitoramento de implementação das recomendações decorrentes de auditoria operacional promovida pelo TCU, entre 4 de setembro e 13 de outubro de 2000, na Agência Nacional de Águas e na Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério de Meio Ambiente, e na Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional.

Na presente etapa de acompanhamento, iniciado em abril de 2002, a equipe do Tribunal verificou, mediante exame documental e entrevistas com os gestores responsáveis pelo programa, que pouco menos da metade das recomendações originais foram implementadas, estando as demais em fase de implantação.

Por fim, o Acórdão nº 327/2005 preconiza algumas recomendação à ANA e à SIH, com o objetivo de aprimorar ainda mais a condução do programa. Percebe-se, dessa forma, que, do âmbito da programação auditada, as recomendações do Tribunal de Contas da União vêm sendo paulatinamente implementadas.

Voto.

Ante o exposto, opinamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere por arquivar o processo.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vou encerrar a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao Item nº 13: Aviso nº 38/2002, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 456/2002, do TCU, bem como os respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente ao relatório de auditoria operacional realizada no Setor Elétrico Brasileiro, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás e Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, com o objetivo de identificar as causas da crise de abastecimento do setor elétrico, bem como as possíveis soluções para o setor, no intuito de evitar racionamento de energia nos próximos anos. Relator: Senador Nezinho Alencar.

Tem V. Exª a palavra, Senador Nezinho Alencar.

O SR. NEZINHO ALENCAR (PSB - TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em face do exposto, concluímos pelo convite a Ministro do Tribunal de Contas da União para dar a esta Comissão uma visão prospectiva do controle externo quanto aos riscos de uma nova crise de energia nos próximos anos.

Concluímos também pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento da matéria após a oitiva de membro da egrégia Corte.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos ao Item nº 14: Aviso nº 21/2005, que encaminha ao Senado Federal o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao primeiro trimestre de 2005. Relator: Senador Nezinho Alencar.

Tem V. Exª a palavra, Senador Nezinho Alencar.

O SR. NEZINHO ALENCAR (PSB – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a divulgação intensiva de suas atividades nos parece de suma importância para dar maior relevo às atividades do Tribunal de Contas da União, órgão do Estado que tem se consagrado ao aperfeiçoamento da auditoria isenta, com vistas a aumentar a eficiência dos esforços do Estado na resolução dos problemas brasileiros, evitando, pela ação ininterrupta de seus quadros altamente qualificados, o desperdício dos recursos do Erário.

Pelo exposto Sr. Presidente, entendemos que o esclarecedor Relatório Trimestral das Atividades do Tribunal de Contas da União deve ser trazido ao conhe-

cimento dos membros desta Comissão e dos demais Senadores e arquivado.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 15: Aviso nº 24/2001, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.093, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR-060, no trecho entre o entroncamento com o Distrito Federal, a DF-180, e a divisa do Distrito Federal com Goiás, no período de 17 de julho a 10 de novembro de 2000. Relator: Senador Augusto Botelho.

Tem V. Exª a palavra, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com o desdobramento das determinações expressas pelo TCU, que abriu tomada de contas especiais que resultou no Acórdão nº 293/2002, destacamos as seguintes decisões:

- rejeitou as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Brasil Américo Louly Campos, Diretor-Geral do DER – DF; Celso Roberto Machado Pinto, Chefe de Gabinete do DER – DF e executor do contrato; o executor do contrato Militão da Silva Bastos Júnior, Diretor de Obras do DER – DF; Lauro de Oliveira, Gerente de Conservação do 1º Distrito Rodoviário do DER – DF – estou lendo as alegações rejeitadas, apresentadas pela defesa; Fauzi Nacfur Júnior, Chefe do 5º Distrito Rodoviário do DER – DF; e pelos representantes legais da Construtora Premenge Engenharia Ltda., Sr. Francisco José de Moura Filho, e da Construtora Torc – Terraplanagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda., Sr. Américo Miari, e condenou solidariamente em débito pela importância de R$885.980,53, com os acréscimos legais contados de 16 de novembro de 2002 até a data do efetivo recolhimento;

- aplicou aos Srs. Brasil Américo Louly Campos, Diretor-Geral do DER – DF, Celso Roberto Machado Pinto, Chefe de Gabinete do DER – DF e executor do contrato, a multa individual no valor de R$50.025,00, e ao Sr. Militão da Silva Bastos Júnior, Diretor de Obras do DER – DF, Lauro de Oliveira, Gerente de Conservação do 1º Distrito Rodoviário do DER – DF, e Fauzi Nacfur Júnior, Chefe do 5º Distrito Rodoviário do DER – DF;

- rejeitou parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Leonardo Marinho Monte Silva, Chefe da Residência Regional de Brasília – DNER; Ubirajara Alves Abud, Chefe do 12º Distrito Rodoviário Federal do DNER; Romerito Gonçalves Valadão, Chefe do Serviço de Engenharia do 12º DRF do DNER; e Dauro José de Sá, Chefe Substituto do 12º DRF do DNER, e aplicou-lhes a multa no valor de R$15 mil;

- determinou suspensão dos efeitos da medida referida no Item 1.2 acima, tão logo fossem recolhidos os valores expressos no Item 2.1;

- informou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que, uma vez comprovado o recolhimento ou a compensação do Item 2.1, não haveria obstáculos à transferência de recursos previstos no Orçamento da União às obras fiscalizadas.

Em face do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria do âmbito das competências do TCU, manifestamo-nos para que a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere da seguinte forma:

a) envie ofício ao Presidente do TCU, para que esta Comissão seja informada quanto aos desdobramentos das decisões decorrentes do Acórdão nº 293/2002;

b) caso as providências determinadas tenham sido adotadas e as impropriedades sanadas, comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não persistem os óbices levantados pelo TCU ao repasse de recursos federais às obras analisadas no Aviso nº 24/2001.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao Item nº 16: Aviso nº 3/2003, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 122/2003, do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria operacional realizada junto à Advocacia-Geral da União, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Tribunais Regionais Federais das cinco Regiões e em diversas Varas da Justiça Federal, com o objetivo de identificar entraves à recuperação de crédito da União. Relator: Senador Augusto Botelho.

Tem V. Exª a palavra, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Vou direto à análise, já que todos os Senadores dispõem da cópia do relatório, do parecer.

Cabe a esta Comissão opinar sobre a matéria nos termos regimentais.

Como visto, tratou-se de decisão e correspondentes relatório e voto, encaminhados à Presidência desta Casa por S. Exª **O SR. PRESIDENTE** do Tribunal de Contas da União, para dar conhecimento ao Senado de auditoria operacional realizada pelo Tribunal para identificar entraves à recuperação de créditos da União.

Também como supra-relatado, a Corte de Contas, ao decidir sobre a matéria, aprovou uma série de determinações da Advocacia-Geral da União à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, à Secretaria da Receita Federal e a outros órgãos, com o objetivo de aprimorar e tornar mais efetiva a cobrança de dívida ativa da União.

Cabe registrar que o encaminhamento do aviso em tela a esta Casa foi feito, conforme nele consta, para fins de esclarecimento.

Em face do acima relatado, parece-nos que, nos termos do cap. XIII, do Título VI, do Regimento Interno desta Casa, a matéria deve ser conhecida e encaminhada ao Arquivo.

Voto.

Votamos, pois, pelo arquivamento do Aviso nº 3/2003.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao Item nº 1: Aviso nº 6/2002, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.105/2001, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, e ainda cópia da Decisão Normativa nº 44/2001, sobre cálculo das quotas de distribuição dos fundos de que trata o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para o exercício de 2002. Relatora ad hoc: eminente Senadora Serys Slhessarenko.

Tem V. Exª a palavra, Senadora Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como já é do conhecimento das Senadoras e dos Senadores o relatório, vou passar direto para a análise, até porque o número do aviso e seus detalhes já foram lidos pelo Sr. Presidente.

Trata-se de comunicação feita no sentido de cientificar o Poder Legislativo das atividades do Tribunal de Contas da União, órgão que auxilia o Congresso Nacional no exercício das funções de controle externo das finanças públicas.

Especificamente, o Tribunal de Contas encaminha ao Senado Federal, para conhecimento, as decisões que tratam dos coeficientes de distribuição relativamente ao exercício de 2002 dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados.

Tal atribuição foi concedida à Corte de Contas pela nossa Constituição Federal - são citados, então, o art. 151 e o art. 159 da Constituição Federal e o art. 161, o que diz sobre o que cabe à Lei Complementar.

Eu não vou ler os artigos e vou direto ao voto.

Voto.

Considerando, finalmente, que não há providências no âmbito do Senado Federal a serem adotadas, o parecer é no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do assunto e delibere pelo encaminhamento do processado ao Arquivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Obrigado.

Em discussão (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao Item nº 2: Avisos nºs 16, 27 e 36, de 2004, e nº 07/2005, que encaminham ao Senado Federal relatórios das atividades do Tribunal de Contas da União referentes, respectivamente, ao primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres de 2004.

A Relatora ad hoc será a Senadora Ana Júlia Carepa, que tem a palavra.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Sr. Presidente, foi encaminhado pelo Tribunal de Contas da União ao Senado Federal e vêm ao exame desta Comissão cópias dos relatórios de atividades daquele Tribunal, referentes aos quatro trimestres de 2004. Neles são apresentadas as principais atividades desenvolvidas pelo TCU em cada período correspondente.

Em resumo, assim se podem sintetizar os resultados de tais atividades, discriminadas por trimestre – pág. 17, para quem quiser acompanhar. Eu não vou ler todos, mas, relativamente ao primeiro trimestre de 2004, constam os julgamentos, as apreciações, as condenações, os diálogos com a sociedade. Além disso, menciona-se o quanto foi a economia potencial para o Erário apenas decorrente dessas ações do TCU no segundo trimestre de 2004, no terceiro trimestre de 2004 e no quarto trimestre de 2004.

Então, a análise é que, nos termos do art. 90, XII, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão "opinar sobre o mérito das proposições submetidas ao seu exame, emitindo o respectivo parecer".

Desse modo, como é um relatório das atividades do TCU, tomou-se conhecimento dos relatórios de atividades referentes aos quatro trimestres de 2004, e não há reparos a fazer em relação à matéria.

Em face do exposto, concluímos pelo conhecimento do assunto e pelo arquivamento dos Avisos nºs 16, 27 e 36, de 2004, e do Aviso nº 07/2005, do Presidente do Tribunal de Contas da União.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao Item nº 03: Aviso nº 182/2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 778/2000, bem como dos respectivos relatórios de auditoria e voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs, nas obras da barragem do açude público Castanhão, Município de Alto Santo.

O Relator ad hoc será o Senador Flexa Ribeiro, que tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Relatores, o relatório do Aviso nº 182/2000, do Tribunal de Contas da União, faz uma análise, uma relação da tramitação do Aviso desde 2000 até 2001, para o encaminhamento a esta Comissão.

Análise.

Em 23 de dezembro de 2002, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso inaugurou a barragem do Castanhão. Na estação chuvosa de 2004, o açude Castanhão encheu e extravasou, ou "sangrou", como se diz no Nordeste. Nessa ocasião, cumpriu uma de suas finalidades, ou seja, a prevenção de enchentes no baixo do vale do rio Jaguaribe.

A acumulação das grandes cheias evitou a repetição dos transtornos à população verificados em 1974, quando 200 mil pessoas ficaram desabrigadas devido às chuvas em intensidade similar às de 2004.

Uma das principais finalidades da obra consiste no abastecimento do projeto de irrigação Tabuleiro de Russas e da região metropolitana de Fortaleza. Com esses objetivos, já foram construídos 55 quilômetros de canais, com capacidade de vazão de 22 m³/s. A construção desse aproveitamento está tendo prosseguimento com a licitação do segundo trecho de canal, para interligar com o sistema de abastecimento de Fortaleza.

Ou seja, de acordo com as informações disponíveis, o gasto público na construção da Barragem do Castanhão em Alto Santo, no Ceará, não apresentou irregularidades, segundo a Decisão nº 649/2001, do TCU, e os benefícios gerados já estão sendo usufruídos pela população.

Voto.

Com base no exposto, opinamos pelo arquivamento do processo derivado do Aviso nº 182/2000, do TCU, sobre a construção da Barragem do Castanhão, no Ceará.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao Item nº 4: Aviso nº 84/2001, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão 289/2001, do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, no período de 26 de junho a 14 de julho de 2000, com o objetivo de fiscalizar obras de duplicação de trechos rodoviários no corredor transmetropolitano da BR-116, São Paulo, divisa de São Paulo com o Paraná.

O Relator ad hoc será o Senador Augusto Botelho, a quem passo a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Nos termos do mencionado acórdão lido pel**O SR. PRESIDENTE** Leomar Quintanilha, aprovado na sessão de 8 de maio de 2001, os Ministros integrantes da 1ª Câmara decidiram, à unanimidade, rejeitar as razões apresentadas pelo então Diretor-Geral do DNER, considerando-o responsável pelas irregularidades administrativas encontradas no âmbito da auditoria realizada e aplicando-lhe a multa no valor de R$10 mil.

Ademais, determinaram que aquela Autarquia acompanhasse com rigor a execução do contrato firmado com a empresa Impsat Comunicações Ltda., que tinha por objeto a permissão especial de uso das faixas de domínio dos citados trechos rodoviários, para a implantação de sistemas de cabos óticos.

Em face do exposto, concluo no sentido de propor que esta Comissão tome conhecimento da matéria, procedendo em seguida ao arquivamento do processado.

Da Sala de Comissões, sou Senador ad hoc Augusto Botelho, pelo Senador Ney Suassuna.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao Item nº 5: Aviso nº 20/2003, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 637/2003, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre auditoria na Inventariança Extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, realizada em cumprimento a determinação do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, destinada a investigar a aplicação irregular dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – Finor.

O Relator ad hoc será a Senadora Serys Slhessarenko, a quem concedo a palavra.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT– MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passarei a ler apenas a análise e o voto.

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados destinada a investigar a aplicação irregular de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (Finor) foi instalada no dia 18 de abril de 2000 e teve seus trabalhos encerrados em 15 de maio de 2001.

A CPI apurou que, dos 3.052 projetos aprovados entre os anos de 1974 e 2000, 653 foram empreendimentos malsucedidos, os quais envolveram recursos no montante de R$1,43 bilhão. Dos 653 projetos malsucedidos, 531 haviam sido excluídos por irregularidade.

Em seu relatório final, a CPI do Finor determinou ao Tribunal de Contas da União que realizasse auditoria em todos aqueles projetos e investigasse os motivos por que os projetos receberam recursos públicos e, ao serem excluídos do sistema Finor, não foram instados a devolvê-los.

Estamos examinando o Acórdão nº 637/2003, do TCU, Plenário, de 4 de junho de 2003, que se refere somente aos empreendimentos irregulares com localização no Estado de Pernambuco listados pela CPI do Finor.

Uma vez que já se esgotou o prazo assinalado pelo TCU para que a Inventariança Extrajudicial da extinta Sudene prestasse informações a respeito das medidas adotadas em relação à apuração das irregularidades ou regularização dos projetos, cabe solicitar o envio dessas informações ao Senado Federal.

Voto.

Diante do exposto, considerando que o TCU, no Item 9.2.1 do acórdão em análise, fixou o prazo para que fossem informadas as medidas adotadas em relação à apuração das irregularidades constatadas ou à regularização dos projetos, propomos que esta Comissão:

a) tome conhecimento da matéria aqui relatada;

b) solicite ao TCU que mantenha o acompanhamento do cumprimento do item 9.2.1 do Acórdão nº 637/2003, TCU Plenário, e mantenha informada esta Comissão sobre o assunto;

c) remeta o processado ao Arquivo.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o relatório da eminente Relatora Serys Slhessarenko. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao Item nº 6: Aviso nº 187/2000, pelo qual o TCU encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 815/2000, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referentes à representação acerca do descumprimento por órgãos e entidades estaduais e municipais da Lei nº 9.755, de 1998, que dispõe sobre a "home page" Contas Públicas, mantida pelo Tribunal de Conta da União.

Convido o Senador Valdir Raupp para funcionar como Relator ad hoc.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de decisão e correspondentes relatório e voto encaminhados à Presidência desta Casa por S. Exª o Sr. Ministro Iram Saraiva – então Presidente do Tribunal de Contas da União, TCU –, para dar conhecimento de que o referido Tribunal não dispõe de competência legal para exigir o cumprimento da Lei nº 9.755, de 16/12/98, nem para aplicar sanção em face do seu descumprimento.

Análise.

Cabe a esta Comissão opinar sobre a matéria, nos termos regimentais.

Como visto acima, tratou-se de representação feita ao TCU por Vereador do Município de Manaus, relatando possível descumprimento por parte do Poder Público do Estado do Amazonas da Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a divulgação

de dados e informações sobre contas públicas pela internet, solicitando fiscalização.

Voto.

Votamos, pois, pelo arquivamento do Aviso nº 187, de 2000.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o relatório do Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao Item nº 7: Aviso nº 33/2002, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 243, de 2001, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referentes a auditoria realizada na Agência Nacional do Petróleo – ANP, no período de 16 a 27 de outubro de 2000, com vistas a aferir quantitativa e qualitativamente as ações de fiscalização empreendidas pela Agência nas atividades de exploração e produção de petróleo, bem como no segmento de refino, transporte, comercialização e abastecimento de gás natural, petróleo e seus derivados.

Senador ad hoc Nezinho Alencar, tem V. Exª a palavra.

O SR. NEZINHO ALENCAR (PSB – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vamos diretamente à análise.

Auditoria operacional na ANP feita há mais de quatro anos mostrou o diagnóstico de uma agência reguladora recém-criada ainda em formação. Atualmente, observa-se que a ANP avançou em alguns aspectos, mas ainda carece de melhorias em outros.

No campo das oportunidades de melhoria, a fiscalização da qualidade dos combustíveis ainda é uma atividade carente de maior eficiência. Os consumidores ainda se ressentem de uma atuação mais efetiva da ANP contra os maus comerciantes ou distribuidoras, que ainda insistem em burlar a boa-fé de seus clientes e adulteram combustíveis para aumentar seus lucros. Essa questão é matéria recorrente nesta Casa, que relembra os principais reclamos da sociedade.

No âmbito de sua vertente fiscalizatória dos atos do Poder Executivo, seria oportuno que a CMA processasse a oitiva da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, para que essa autarquia prestasse esclarecimentos acerca de sua atuação inibidora da nefasta prática de adulteração de combustíveis.

Em relação ao documento do Tribunal de Contas da União, cabe o seu conhecimento e seu arquivamento, por não haver nenhuma ação formal a cargo desta Comissão.

Voto.

Em face do exposto, concluímos pelo convite ao Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para dar a esta Comissão um panorama das atividades de fiscalização da qualidade de combustíveis vendidos em todo o território nacional.

Concluímos, também, pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento da matéria após a oitiva da ANP.

É o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Item 17:

Aviso nº 29, em que o TCU encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1090/2000, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado na obra de construção do anel rodoviário de Fortaleza, no Ceará. Senador ad hoc: Augusto Botelho.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Tendo em vista tratar-se de assunto de matéria situada no âmbito das competências do TCU, concluímos, pela adoção, por parte da CFC, das seguintes providências:

1. Envio de ofício ao TCU, solicitando informações sobre implementação, ou não, das determinações feitas por aquela Corte à Prefeitura Municipal de Fortaleza e ao DNER, assim como os resultados;

2. Caso não tenham sido resolvidas essas pendências, convoco o Diretor-Geral do DNER e o Prefeito de Fortaleza para prestarem esclarecimentos a esta Comissão. No dia 13 de agosto de 2001, a Presidência comunicou ao Plenário o recebimento do Aviso nº 77766/2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha as informações requeridas, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 01/2005, a CMA assumiu a incumbência de se pronunciar sobre a presente matéria que, após duas redistribuições, decorrentes das disposições regimentais, veio a este Relator no último dia 3 de junho. As informações encaminhadas ao Senado Federal, em atendimento ao que fora solicitado àquela Corte de Contas, pela CFC, foram prestadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza e pelo DNER. O

Aviso nº 77766/2001 faz-se, igualmente, acompanhar da análise efetuada pela respectiva unidade técnica do TCU sobre as informações prestadas pelos órgãos fiscalizados. O documento técnico, sob responsabilidade do Sr. Roberto José Ferreira de Castro, Analista de Finanças e Controle Externo, considera que: a) A Prefeitura Municipal de Fortaleza vem dando cumprimento às determinações contidas no item 8.2, da Decisão nº 1.090/2000, do TCU/Plenário; b) O DNER, embora não tenha cumprido a determinação do item 8.3 da mencionada Decisão, vem tomando providências nesse sentido; c) O Terceiro Distrito Rodoviário Federal encaminhou à Administração Superior do DNER processo demonstrando a impossibilidade de realizar a fiscalização da obra com seus próprios meios, e solicitando autorização para contratação de consultora para acompanhar a construção do Anel Expresso de Fortaleza, em cumprimento do item 8.4 da mencionada Decisão. Confirma-se, assim, que, como reconhece a própria Corte de Contas, as determinações do TCU vêm sendo paulatinamente implementadas. Em face do exposto, e tendo em vista o atendimento das determinações contidas no Parecer 351, de 2001, da extinta Comissão de Fiscalização e Controle, concluo no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria, procedendo-se, em seguida, ao arquivamento do processado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o relatório do eminente Senador Augusto Botelho. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Passaremos ao item 18:

Aviso nº 11, de 2002. Encaminha o TCU ao Senado Federal cópia da Decisão nº 27/2002, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de construção do edifício sede da Procuradoria-Geral da República em Brasília. Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs. Senadoras e Srs. Senadores, vamos direto à análise.

Trata-se de comunicação do Tribunal de Contas da União a respeito de suas atividades de auditoria em obras públicas, mais especificamente nas obras de construção do edifício sede da Procuradoria-Geral da República.

Ao cientificar o Congresso Nacional acerca das fiscalizações que realiza, a Corte cumpre seu múnus constitucional de órgão auxiliar do Poder Legislativo, no exercício das funções de controle externo das finanças públicas (arts. 70 e 71 da Constituição Federal).

Na auditoria empreendida, como salientado, o TCU não identificou irregularidade grave na obra auditada, mas apenas falhas ou impropriedades, que deram ensejo a três determinações e a uma recomendação ao Ministério Público Federal.

Voto

À luz do exposto, concluímos pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento do Aviso nº 11, de 2002, do Tribunal de Contas da União, bem assim dos documentos que o acompanham, haja vista não haver, segundo entendemos, quaisquer providências a serem tomadas no âmbito do Senado Federal com respeito à matéria objeto da Decisão nº 27, de 2002, do Plenário daquela Corte de Contas.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o relatório do Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 19:

AVISO Nº 78, DE 2001

– NÃO TERMINATIVO –

Encaminha ao Senado Federal cópia dos Acórdãos nºs 269 e 270, de 2001 – TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, respectivamente, sobre inspeção realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, a fim de apurar denúncias publicadas na imprensa a respeito de supostas irregularidades em contrato firmado entre a referida Autarquia e as empresas Protos Engenharia Ltda. e Noronha Engenharia S/A, no período de 21 a 30 de março de 1994; e auditoria realizada com o objetivo de analisar contratos de consultoria celebrados pelo DNER, quanto à observância da Lei de Licitações e Contratos de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999 (TC nº 023.344/94-6 e 015.641/99-6)

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Leonel Pavan.

A Relatora ad hoc é a Senadora Serys Slhessarenko, a quem concedo a palavra.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passamos diretamente para a análise.

Nos termos do art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta, e quanto às questões relativas à competência privativa do Senado.

Desse modo, tomou-se conhecimento dos Acórdãos nºs 269/2001 e 270/2001, contidos no Aviso nº 78/2001, e não há reparos a fazer sobre a matéria, uma vez que concordamos com as medidas e sanções já aplicadas pelo TCU a respeito.

Voto

Face ao exposto, concluímos pelo conhecimento do assunto por parte desta Comissão e pelo arquivamento da matéria, tendo em conta que não há, a nosso ver, outras providências que possam ser tomadas no âmbito do Senado Federal, em decorrência do conhecimento e do exame das referidas deliberações do TCU.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 20:

AVISO Nº 101, DE 2001

– NÃO TERMINATIVO –

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 130, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Banco Central do Brasil – Bacen, em função de solicitação formulada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, para apurar denúncias de utilização irregular das Contas CC5 (TC – nº 928.358/98-4).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, Relator ad hoc.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, todos os Srs. Senadores já têm a cópia do parecer, que é bem extenso. Vou ler apenas o voto referente ao Aviso nº 101, de 2001, do TCU. Fui designado Relator ad hoc pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Tendo em vista o presente Aviso constituir-se em comunicação a respeito de fatos já profundamente investigados por esta Casa pela CPMI do Banestado, presidida pelo Senador Antero Paes de Barros, bem como o fato de a atual legislação já ter sido modificada, voto pelo arquivamento do presente processo.

Esse é o parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 21:

AVISO Nº 81, DE 2001

– NÃO TERMINATIVO –

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 243, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional realizada no Programa Água Boa, do Governo Federal, especificamente o Programa de Implantação de Equipamentos de Dessalinização de Água em Poços Tubulares na Região Nordeste do Brasil, conduzidos pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório do Senador Alvaro Dias é bastante extenso. Farei a leitura abreviada.

"O enfoque da auditoria foi o Programa Água Boa, mais especificamente a implantação de equipamentos dessalinizadores de água em poços tubulares na Região Nordeste, desenvolvido a partir de 1997 pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com diversos órgãos federais, após constatar que boa parte da região do chamado Polígono das Secas possui águas subterrâneas com alto terror salino.

A execução das ações objeto do programa ocorre por meio de convênios celebrados com Estados, prefeituras e instituições privadas. Os objetivos foram responder às seguintes indagações:

1) se as ações governamentais para a implantação dos dessalinizadores estão adequadamente estruturadas;

2) se essas ações beneficiam grupos que têm maior necessidade de água.

Em seu voto, o Ministro Relator acolhe na íntegra as conclusões e as recomendações propostas pela equipe técnica.

O Plenário do TCU, reunido em sessão ordinária de 2 de maio de 2001, com base no relatório e voto apresentado pelo Ministro Valmir Campelo, emitiu a Decisão nº 243/2001.

Dentre as determinações, destacamos:

1) recomendar ao Ministro de Estado do Meio Ambiente que:

a) organize comissão interministerial com a participação da Agência Nacional de Águas e dos ministérios que atuam na aquisição e na implantação de dessalinizadores com o objetivo de estudar forma de integração entre os órgãos do Poder Executivo Federal que implementam ações de instalação desses sistemas para combater os efeitos da seca;

b) estabeleça um grupo de contato de auditoria com a participação, pelo menos, da gerência do Programa Água Boa e da Secretaria Federal de Controle Interno para atuar como canal de comunicação com o Tribunal e para acompanhar a implementação das recomendações constantes da decisão;

c) envio de esforços nos sentido de evitar prejuízos ao desempenho das ações de implementação dos dessalinizadores, ocasionando o repasse financeiro em desacordo com o Programa de Desembolso ajustado em convênio;

2) recomendar à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente que:

a) faça constar dos convênios celebrados para a instalação de dessalinizadores que os convenentes tenham a responsabilidade de fazer a manutenção dos equipamentos e o monitoramento da água produzida;

b) exija que os municípios onde venham a ser instalados dessalinizadores passem a aderir formalmente aos convênios, assinando termo de responsabilidade, comprometendo-se a arcar com todas as responsabilidades que lhe cabem no processo, tais como construção do abrigo dos reservatórios, efetuação das ligações elétricas, operador para os equipamentos, pagamento de energia elétrica e outros que se entendam necessários;

c) realize gestões junto aos órgãos competentes para que faça parte das ações desenvolvidas pelos agentes de saúde que atuam nos municípios contemplados com dessalinizadores, trabalho de conscientização da população alvo do programa acerca da importância de consumir água de boa qualidade mesmo fora do período da seca e dos cuidados higiênicos necessários à manipulação da água dessalinizada;

d) exija que nos municípios onde venham a ser instalados dessalinizadores façam levantamento da incidência de doenças de veiculação hídrica antes e depois da instalação do equipamento;

e) adote os indicadores de desempenho que menciona para monitorar o programa e avaliar os resultados;

f) dissemine as tecnologias de aproveitamento do rejeito produzido pelos dessalinizadores;

g) realize a compilação de dados já existentes sobre o déficit hídrico e sobre os poços perfurados instalados na Região Nordeste e, com base nesses dados, estabeleça metas regionais para ações do programa;

h) estabeleça critérios técnicos para priorizar a instalação de dessalinizadores, considerando, entre outros aspectos, o número de pessoas atendidas e a redução da distancia média para acesso a água de boa qualidade pela comunidade;

3) determinar à Seprog – Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas, que proceda ao devido acompanhamento das recomendações estabelecidas na decisão;

4) encaminhar cópia da decisão, bem como do relatório e voto que a fundamentam:

a) aos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Integração Nacional;

b) aos Presidentes da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados e da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal;

c) ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas, à Fundação Nacional da Saúde, à Agência Nacional de Águas, à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, à Secretaria de Infra-Estrutura do Estado de Pernambuco, à Associação Técnico-Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior – Cetel;

d) aos Prefeitos Municipais de Campina Grande, Cabaceiras, Caturité a Juazeirinho, no Estado da Paraíba; Canindé, Madalena e Caridade, no Estado do Ceará; Vertentes do Lério, Santa Maria do Cambucá e Itaquaritinga, no Norte, no Estado de Pernambuco.

Voto, Sr. Presidente.

Dado o longo período transcrito desde a chegada do Aviso nº 81, de 2001, a esta Casa e a apreciação da matéria pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, é necessário mencionar que, segundo informa o Ministério do Meio Ambiente, o Programa Água Boa foi reformulado du-

rante a nova gestão, sucedido pelo Projeto Água Doce, integrado às ações do Programa Sede Zero.

Em face do exposto e da intempestividade da matéria, manifestamo-nos pelo arquivamento do processo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 22:

AVISO Nº 99, de 2001

(Encaminha ao Senado Federal o TCU cópia da Decisão nº 332, de 2001, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre a auditoria realizada na Petróleo Brasileiro S. A, Petrobras, referente à contratação de empresa para realizar estudos e conceber nova identidade visual e marca de fantasia da empresa.)

Concedo a palavra à Relatora ad hoc, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª RELATORA (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, vou apenas resumir o que se tratou. O Tribunal de Contas da União fez uma auditoria, realizada espontaneamente, tendo em vista aquele processo de contratação e de consultoria pela Petrobras, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, que estudou uma nova identidade da empresa, que substituía a marca Petrobras pela marca "Petrobrax".

O Tribunal de Contas viu algumas irregularidades no processo de contratação da empresa de consultoria, uma vez que foram mais de R$1 milhão gastos nessa tentativa. Por outro lado, em conseqüência do fato, inclusive, de que já foram feitos ajustes no processo licitatório, já que a própria Petrobras, nas licitações, aplica uma norma especial que permite a possibilidade à questão da regularidade, o TCU alega que o problema foi superado.

Ainda persistiram deficiências no acompanhamento do contrato, que levaram a pagamentos indevidos, que, posteriormente tiveram que ser estornados em parte. Exigiu-se também que a empresa contratada fizesse alguns serviços a mais a fim de chegar ao valor faturado total.

Então, o TCU expediu recomendações à Petrobras para que adote mecanismos de controle mais eficientes de modo a evitar esses tipos de vício, que implicariam, em tese, devolução dos valores pagos. É esse, em síntese, o conteúdo do acórdão unânime do Tribunal de Contas da União sobre a matéria.

Portanto, este é o voto: em conseqüência do exposto, abandonou-se aquela idéia absurda de gastar mais de R$1 milhão para trocar a marca Petrobras para Petrobrax. Fiz aqui um comentário sobre esse assunto, pois só pode ter sido alguém tentando beneficiar outrem no Governo Fernando Henrique Cardoso – e as pessoas parece que têm memória curta.

Considerando que a matéria, no âmbito do controle externo do Legislativo, já foi suficientemente analisada pelo TCU sem que houvesse providências adicionais a serem tomadas por esta Casa Legislativa, o nosso voto é no sentido de dar conhecimento a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para, em seguida, arquivar os presentes autos.

Então, como já foram tomadas as medidas, devolveu-se – ou seja, estornou-se – parte dos recursos, e a empresa contratada já prestou serviços por conta das questões indevidas, votamos pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o relatório da Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço apenas um minuto para uma questão de ordem, pois tenho, em seguida, audiência com a Ministra Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Trata-se de um requerimento que acabo de protocolar na Mesa, com V. Exª, que é o seguinte:

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e dos arts. 90, II, e 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2003, que dispõe sobre a utilização e a proteção da vegetação nativa do bioma mata atlântica e dá outras providências, tendo em vista a complexidade do tema e a relevância do assunto para o nosso País.

Acrescento, por oportuno, que apresentamos este requerimento para a realização da audiência solicitada pelo Requerimento nº 5, de 2004, da CCJC, aprovado em 28/04/04, de iniciativa do Senador João Batista Motta.

Assim, sugerimos que sejam convidados os seguintes representantes da sociedade civil: o ex-Deputado Fábio Feldman, autor do projeto; a Srª Miriam Prochnow, coordenadora da Rede de Ongs da Mata Atlântica; e o Sr. João Paulo Capobianco, secretário-executivo do Instituto Socioambiental.

Este é o requerimento, Sr. Presidente. Pedimos, quando colocado em votação, a sua aprovação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – RO) – Vamos submeter à apreciação do colegiado o requerimento apresentado pela eminente Senadora Serys Slhessarenko, incluído como extrapauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – RO) – Pela ordem, tem V. Exª a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu também submeti um requerimento e peço reiteradamente a V. Exª e a esta Comissão que o atenda, porque se trata da tramitação do projeto de gestão de florestas públicas. Ele está tramitando em três Comissões, e as três querem fazer audiência pública. Não queremos tolher a audiência pública ou algo parecido, mas, se deixarmos dessa maneira, certamente o projeto ficará para o próximo ano. Apelo, então, a V. Exª que aceitemos este requerimento para fazer uma audiência conjunta entre a CCJC, a CAE e esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – RO) – Vamos submeter o assunto à consideração da Comissão, mas peço a V. Exª que leia o requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu o farei agora.

O SR. FLEXA RIBEIRA (PSDB – PA) – Sr. Presidente, com licença, eu gostaria que terminássemos logo os trabalhos e que os requerimentos fossem lidos no final. Queremos aprovar o requerimento de S. Exª, mas faz tempo que esta nossa pauta está engatada, não é? Estamos andando bem hoje. Se começarmos a ler os requerimentos de cada um, o principal não será feito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Será muito rápido, Sr. Presidente, porque, se passar de hoje, estaremos com o mês de agosto comprometido. Já foi aprovado nas outras duas Comissões. Será muito rápido, porque só lerei a ementa do projeto. Posso passar a ler, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – RO) – Vamos ouvir a leitura do requerimento de V. Exª.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno, a realização de uma audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para instruir e debater o PLC nº 62, de 2005, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). Altera as Leis nº 10.683, de maio de 2003, e nº 5.868, de dezembro de 1972, e ainda as Leis nº 9.605, de fevereiro de 1968, nº 4.771, de setembro de 1965, nº 6.938, de agosto de 1981, e nº 6.605, de dezembro de 1973.

Esta é a ementa, Sr. Presidente, para não ler a justificativa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – RO) – Pela ordem, tem V. Exª a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu também protocolei na Secretaria da Comissão um requerimento com os mesmos fundamentos do requerimento do **SENADOR SIBÁ MACHADO**.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – RO) – Se V. Exª me permitir decidir a questão suscitada pelo **SENADOR SIBÁ MACHADO**, em seguida discutiremos a questão levantada por V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se V. Exª me permite, poderemos votar em conjunto os requerimentos que tenham o mesmo fundamento, que é audiência pública sobre o projeto de concessões de florestas públicas nas três Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – RO) – Trata-se do mesmo assunto?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É o mesmo assunto. Só que eu gostaria, depois...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – RO) – Então queira V. Exª, por gentileza, ler o requerimento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – RO) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Esperei pacientemente para relatar os meus três itens. Há mais

duas Comissões funcionando das quais também sou membro, portanto, quero fazer os relatórios. A não ser que seja muito breve a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – RO) – Será muito breve. Após a leitura de mais este último requerimento, retornaremos à condução normal da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Trata-se do mesmo objeto, Senador Valdir Raupp.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais e constitucionais, que seja feito convite às autoridades abaixo relacionadas para, em audiência pública conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e com a Comissão de Assuntos Econômicos, prestarem as informações que se fizerem necessárias para instruir a apreciação pelo Senado Federal do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

Leio o nome das pessoas relacionadas para a audiência pública: Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; Sr. Virgílio Viana, Secretário de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas; Sr. Antônio Herman Benjamin, Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo; Sr. José Godofredo Pires dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará e especialista em Direito Ambiental; Srª Maria Tereza Jorge Pádua, membro do Conselho da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e da Comissão Mundial de Parques Nacionais da UICN; Sr. Renato de Rezende Gomes, Procurador da República em Santarém, Pará; Sr. Denimar Rodrigues, Prefeito de São Félix do Xingu, Pará; Sr. Manoel Gabriel Siqueira Guerreiro, Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará; Sr. Justiniano de Queiroz Netto, Presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente da Fiepa e membro do Conselho Temático Permanente de Meio Ambiente da CNE. São esses os nomes listados no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Submeto à apreciação da Comissão, por inversão de pauta, a aprovação dos dois requerimentos...

A Srª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero falar pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Júlia Carepa, deixe-me apenas fazer uma ressalva. Nas outras duas Comissões, estamos entrando em acordo com outros autores de requerimento sobre os nomes das pessoas a serem convidadas. Eu pediria que não aprovássemos nenhum nome aqui, para que entremos em acordo com os outros três sobre os nomes que devem aqui comparecer.

A Srª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O requerimento do **SENADOR SIBÁ MACHADO** não fala em nomes exatamente para que entremos em acordo. Eu não quis assinar porque sou a Relatora. É preciso fazer a audiência, mas devemos tentar entrar em acordo nesta Comissão. Essa audiência pode durar três dias. Aprovamos o requerimento que propõe a realização de audiência conjunta, mas os nomes...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Deixamos os nomes sobrestados.

A Srª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, V. Exª está de acordo?

Estando V. Exª de acordo, submetemos à Comissão, com inversão de pauta, a aprovação dos requerimentos para realização de reunião conjunta das Comissões, excluindo os nomes para que sejam discutidos e apresentados posteriormente.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Item 23: Aviso nº 45: Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 268, de 2002, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamental sobre o exame de atos de transferência de concessão de aposentadoria ordinária do Instituto de Previdência dos Congressistas, IPC, extinto na Câmara dos Deputados, de interesse do ex-Parlamentar Milton Albino Cassel. Relator: Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, passo à análise.

A Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, extinguiu o Instituto de Previdência dos Congressistas. O § 1º do seu art. 1º esclareceu que a liquidação do instituto ocorreria em 1º de fevereiro de 1999 e seria conduzida por liquidante nomeado pela Mesa do Congresso Nacional, competindo-lhe administrar o patrimônio deste, recolher ao Tesouro Nacional saldos bancários ao final subsistentes e transferir para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal o acervo patrimonial. Assim, a decisão do Tribunal, baseada na lei, foi encaminhada para que esta Casa dela tome conhecimento.

Voto.

Por todo o exposto, tendo esta Comissão tomado conhecimento da decisão encaminhada, opinamos por seu arquivamento, nos termos do inciso III do art.133 do Regimento Interno do Senado Federal.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Item 24: Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004, que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra. Relator: Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004, de autoria do eminente Deputado Celso Russomanno, visa a acrescentar parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para assegurar ao consumidor o direito de examinar o produto no ato da compra.

Análise.

Concordamos com o relatório apresentado pelo Senador Demóstenes Torres na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cujos termos passamos a retirar com as informações que, a nosso ver, aperfeiçoam o projeto.

Iniciamos a abordagem do PLC nº 98, de 2004, sob os parâmetros de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito. O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61, da Lei Maior. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame.

Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida.

Voto.

Assim, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, representar aperfeiçoamento das relações de consumo, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004, na forma do seguinte substitutivo:

"Acrescenta os parágrafos 1º, 2º e 3º ao art. 31 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o exame do produto pelo consumidor no ato da compra". É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A SR.ª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem V. Ex.ª a palavra.

A SR.ª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu não quis, para não atrasar, Senador Vaudir Raupp, solicitar a palavra para discutir, mas eu queria parabenizar o Senador Valdir Raupp.

Da forma como estava o projeto, eu diria que o Código de Defesa do Consumidor já contempla isso de maneira clara. O Código de Defesa do Consumidor disciplinou no art. 18, § 1º, incisos I a III e no § 2º, I a IV, em que concede ao fornecedor oportunidade de acionar o sistema de garantia de produto e reparar o defeito no prazo máximo de trinta dias e, não sendo sanado o vício no prazo, o consumidor poderá exigir, à sua escolha, três alternativas.

Qual é o mérito do substitutivo do Senador Valdir Raupp? É que ele coloca "constatado o vício do produto, no exame a que se refere o § 1º, o consumidor poderá exercer, desde logo, as prerrogativas do § 1º do art. 18".

O substitutivo do Senador Valdir Raupp vem em benefício do consumidor. Mesmo o Governo tendo mandado uma nota técnica ao Ministério da Justiça dizendo que isso já estava incluído no Código de Defesa do Consumidor, o substitutivo do Senador Valdir Raupp aperfeiçoa, defende mais, porque coloca a expressão "desde logo", algo que poderia ser feito em um prazo de até trinta dias em que a pessoa pode pedir a substituição do produto por outro da mesma espécie, restituição imediata da quantia paga ou o abatimento proporcional do preço.

Portanto, vou me colocar contrária à nota técnica do Governo, porque V. Ex.ª aperfeiçou o projeto. Colocando-me em defesa do consumidor, vou votar favoravelmente ao seu substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A matéira já foi aprovada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Item 25: Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto,localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré,no Estado de Rondônia.

Relator: Senador Valdir Raupp. Com a palavra V. Exª

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (PL nº 2.354, de 2000 na origem, de autoria do Poder Executivo), tem por objetivo modificar os limites da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova do Mamoré, no Estado de Rondônia. A modificação proposta consiste na execução de 31.489.049 hectares, na área da unidade de conservação, localizada na parte norte da reserva, que passa a contar no total com 173.049 hectares.

De acordo com a exposição de motivos do Ministro de Estado do Meio Ambiente, devido à então conjuntura política, os limites foram definidos muito apressadamente, sem uma análise mais detalhada da situação fundiária, resultando em equívoco na delimitação da superfície eleita, pois englobou erroneamente uma fração de terra com aproximadamente 31.489.049 hectares, totalmente antropizada, que vem sendo utilizada na exploração de atividade agropecuária.

Submetida à Câmara dos Deputados, por meio da Mensagem nº 114, de 24 de janeiro de 2000, do Presidente da República, a proposição foi despachada naquela Casa às Comissões de Agricultura e Política Rural de Defesa do Consumidor Meio Ambiente e Minorias e de Constituição e Justiça e de Redação para decisão terminativa.

Com parecer favorável em todas as etapas de tramitação e sem interposição de recursos para audiência do Plenário, o PL nº 2.354, de 2000, foi enviado ao Senado Federal em 23 de maio de 2005, passando a tramitar como PLC nº 47, de 2005. Nesta Casa, submetido apenas à apreciação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, cabe-nos relatar a matéria.

Como se depreende da exposição de motivos do Ministro de Estado do Meio Ambiente, a proposição visa a corrigir um equívoco na delimitação da Reserva Extrativista de Rio Ouro Preto, em Rondônia, decorrente do modo açodado como foi realizada, o próprio Poder Executivo reconhece os prejuízos que vem sendo suportados pelos produtores rurais da região, impedidos de desenvolver suas atividades legalmente e de obter crédito rural e o desconforto causado aos extrativistas.

Em face da ação humana, a porção de terra que se pretende excluir da reserva extrativista jamais deveria ter sido incluída na unidade de conservação. Além disso, a população afetada esposa o mesmo entendimento do poder público.

Com efeito, em reunião realizada em 14 de janeiro de 1992, representantes dos seguimentos interessados, seringueiros e agropecuaristas, concordaram com a alteração dos limites da unidade pela exclusão da área antropizada. Entretanto, por força do art.225, §1º e 3º, da Constituição Federal, a modificação proposta depende de lei, não podendo ser realizada mediante a edição de decreto presidencial.

Nesse contexto e conforme o mandamento constitucional, o Poder Executivo recorre, nos termos do art. 61 da Lei Maior do Poder Legislativo, para que seja editada lei destinada a suprimir áreas de unidade de conservação de natureza já criada.

Desse modo, tendo em vista que, em virtude de processos atrópicos, a área não possui, e já não possuía à época da criação da Reserva Extrativista de Rio Ouro Preto, os atributos que justificariam sua proteção e que concordam com a supressão, o poder público que instituiu a unidade de conservação e a população afetada, nada há a objetar à aprovação do PLC nº 47, de 2005, no que tange ao mérito.

Não há, por fim, reparos a fazer quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e proposição.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005. Isso fazendo justiça, Sr. Presidente, a centenas de produtores, pequenos e médios agricultores e pecuaristas desta área que ora está sendo desmembrada da reserva extrativista.

É o voto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PMDB – TO) – Em discussão o relatório do Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 26:

Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004: altera o art. 10 da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre licenciamento ambiental. Relatora ad hoc: Senadora Ana Júlia Carepa.

V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto altera o art. 10 da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. É uma proposição elaborada com o intuito de adicionar dispositivo na lei que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. São acrescentados os parágrafos 4º e 5º ao art. 10º, a fim de proporcionar maior publicidade às informações sobre licenciamento ambiental e o Estudo de Impacto Am-

biental (EIA), quando as características da atividade ou do empreendimento se fizerem necessárias.

No que se refere ao licenciamento ambiental, tal publicidade será alcançada mediante a fixação de placa, em dimensões e local que assegurem a visibilidade pelo público em geral, do qual constem data de emissão e prazo das licenças de instalação durante toda a fase de operação, após a fase de implantação.

Quanto ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a referida placa deverá registrar, quando for o caso, a data de aprovação do estudo pelo órgão competente. A cláusula de vigência estipula que a lei entrará em vigor 90 dias após a publicação.

Segundo o autor da proposição, ao criar-se a exigência de que os empreendimentos teriam fixado as placas com as informações sobre as licenças ambientais outorgadas pelos órgãos ambientais competentes, facilita-se sobremaneira o controle referente ao cumprimento das exigências da legislação ambiental, não apenas pelo poder público, mas também pela população em geral.

O Senador Aelton Freitas faz uma análise, colocando que o projeto atende aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não tem vícios de inconstitucionalidade, é uma matéria simples, mas faz uma emenda que aperfeiçoa o projeto, com a qual também concordo: a fim de prevenir eventuais desvios na interpretação da norma, o PLC nº 30, de 2004, determina que devem ser informados, do modo que especifica, a data da emissão e o prazo de licença de operação após a fase de implantação. Mais adequado seria que a exigência se desse a partir do início da operação da atividade ou do empreendimento licenciado.

Outra alteração se faz necessária, a fim de adequar a emenda da proposição às exigências da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que, entre outras providências, dispõe sobre a elaboração, a relação, a alteração e a consolidação das leis. De acordo com o art. 5º desta lei, a emenda explicitará de modo conciso, sob a forma do título, o objeto da lei. Julgamos que, na atual redação, a emenda do PLC nº 30, de 2004, não atende a esses requisitos.

S. Exª vota pela aprovação do projeto, com a emenda. Acrescentou a seguinte emenda: acrescenta dispositivo à Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para exigir a fixação em local acessível ao público de informações sobre licenciamento ambiental e estudo de impacto ambiental.

E:

Dê-se ao inciso II do § 5º do art. 10 da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, na forma do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2004, a seguinte redação:

§ 5º

(...)

II – Da licença de operação a partir do início da operação.

Esse é o voto do Relator, com a emenda à qual somos favoráveis como Relatora ad hoc.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Senadora.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Item 27:

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2005, que acrescenta parágrafo ao art. 39, da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir representantes da Fundação Cultural Palmares de comunidades remanescentes de quilombos nos comitês de bacia hidrográfica.

Senador Augusto Botelho, tem V. Exª a palavra para relatar o processo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Este projeto visa a que os representantes das comunidades remanescentes dos quilombos tenham participação nos comitês de bacia hidrográfica. Mas não é uma imposição. É a participação das comunidades remanescentes dos quilombos afetados. Significa admitir que, no caso de a referida comunidade não desejar indicar representante para o comitê de bacia hidrográfica, esse não possa funcionar em virtude da ausência desse membro. Agora, é requisito fundamental para a instalação do comitê.

Desse modo, faz-se necessário ajustar a redação do dispositivo de forma a assegurar, mas não obrigar, a participação nos comitês de bacia hidrográfica de representantes da Fundação Palmares e das comunidades de quilombos afetados. Essa imprescindível modificação será proposta na forma de emenda.

Quanto aos aspectos de juridicidade e regimentalidade, a proposição não oferece reparos.

No mérito, o PLC nº 09/2005 nos parece absolutamente oportuno e pertinente. Trata-se de aprimoramento legislativo que visa, de fato, a sanar uma lacuna deixada pelo legislador ordinário. As comunidades remanescentes de quilombos encontram-se em situação análoga às das comunidades indígenas, nada justificando que a lei não dispense tratamento igualitário a ambas.

A inclusão de representantes dessa categoria na composição dos comitês de bacia hidrográfica justifica-se pela influência direta das deliberações desses comitês nas atividades das populações remanescentes de quilombos, tendo em vista que, por força do art. 38 da Lei nº 9.433/97, cabe aos comitês de bacia hidrográfica, entre outras competências, promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes.

De acordo com o art. 1º, VI, da mesma lei, a questão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

Voto.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei Câmara nº 09/2005, com a seguinte emenda:

Dê-se ao § 4º, do art. 39, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 97, na forma do disposto no Projeto de Lei da Câmara nº 09/2005, a seguinte redação:

Art. 39 .....

§ 4º - Nos comitês de bacias hidrográficas de bacias cujos territórios abranjam terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, fica assegurada a participação de representantes.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado, Senador.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Em razão do adiantado da hora, ficam os itens nºs 28, 29 e 30 adiados para a próxima reunião, marcada para terça-feira às 9h.

Agradeço aos eminentes Senadores a contribuição que deram para o bom desempenho e o cumprimento da pauta desta manhã.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 31 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, DO DIA 23 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e cinco, a Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **FLEXA RIBEIRO, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, NEZINHO ALENCAR, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ JORGE, LEONEL PAVAN e OSMAR DIAS.** Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa à deliberação da pauta: **Item 1)** AVISO Nº 143, DE 2001 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 190, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, em 27 e 28 de julho de 1999, com o objetivo de verificar irregularidades da execução da obra de restauração da BR-020/DF - Brasília - Divisa DF/GO". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **OSMAR DIAS. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 2)** AVISO Nº 3, DE 1999 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 516, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à impossibilidade jurídica da manutenção da cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre o pedágio, arrecadado, no percentual de 5% (cinco por cento), nos trechos rodoviários objeto de concessão". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 3)** DIVERSOS nº 85, DE 1996 - **NÃO TERMINATIVO**, que "encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 610, de 1996, adotada pelo referido Tribunal, em sessão ordinária do

Plenário de 25 de setembro do corrente ano, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre relatórios de auditoria operacional realizada na Superintendência de Desenvolvimento da Amazonia - SUDAM e no Banco da Amazônia S/A, instituições supervisora e operadora, respectivamente, do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **NEZINHO ALENCAR**. **Parecer:** Pelo arquivamento da matéria. **Resultado: Aprovado. Item 4)** AVISO Nº 1, DE 2003 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Relatório de Auditoria realizada nos órgãos diretamente envolvidos com a administração do Fundo de Participação PIS/PASEP (Conselho Diretor do Fundo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Caixa Econômica Federal - CAIXA e Banco do Brasil S.A.)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 5)** PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2005 - **NÃO TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente), no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 6)** PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 2003, que "acrescenta à Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, e à Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, dispositivos relacionados com a segurança de turistas". **Autoria:** Deputada **NAIR XAVIER LOBO. Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Aprovado. Item 7)** PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004 - **NÃO TERMINATIVO,** que "altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto)". **Autoria:** Deputado **CELSO RUSSOMANO**. **Relator:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado: Aprovado. Item 8)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 2005 - **TERMINATIVO,** que "acrescenta parágrafo único ao artigo 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impedir que os fornecedores veiculem publicidade ao consumidor que aguarda, na linha telefônica, o atendimento de suas solicitações". **Autoria:** Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA. Relator:** Senador **VALDIR RAUPP. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 9)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2003 - **TERMINATIVO,** que "acrescenta inciso XVII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", definindo como nula a cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor". **Autoria:** Senador AUGUSTO BOTELHO. **Relator:** Senador **VALDIR RAUPP. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 10)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2004 - **TERMINATIVO,** que "insere o inciso XIV, no art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para coibir abusos na cobrança por serviços e produtos". **Autoria:** Senador **DUCIOMAR COSTA**. **Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto no termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 11)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2005 - **TERMINATIVO,** que "altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista". **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES. Relator:** Senador **NEZINHO ALENCAR**. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Obs.: serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda. **Resultado: Adiado. Item 12)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2003 - **TERMINATIVO,** que "modifica o Artigo 37 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para ampliar as condições de criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica nos rios federais". **Autoria:** Senador **PAULO OCTÁVIO. Relator:** Senador **GERSON CAMATA. Parecer:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado: Adiado. Item 13)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003 - **TERMINATIVO,** que "acrescenta artigos à Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 - Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços)". **Autoria:** Senador **SÉRGIO CABRAL. Observação: tramitação conjunta com o** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003 – TERMINATIVO, que "acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações

negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos". **Autoria:** Senador **VALMIR AMARAL. Relator:** Senador **GERSON CAMATA**. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 30, de 2003, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado. Adiado. Item 14)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2004 - **TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para tornar obrigatória a implantação plena de infra-estrutura básica". **Autoria: RODOLFO TOURINHO. Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES**. **Parecer:** Pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 15)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 2004 - **TERMINATIVO,** que "modifica o art. 6º da Lei nº 8.076, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para assegurar a gratuidade dos serviços de informação sobre os produtos e serviços fornecidos". **Autoria:** Senador **RODOLPHO TOURINHO. Relator: SENADOR CÉSAR BORGES**. **Parecer:** Pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1 a 4 que apresenta. **Resultado: Adiado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

Notas taquigráficas da Reunião do dia 23.08.2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª reunião extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Item nº 2:

Pediria aos presentes que contribuíssem com o funcionamento da sessão.

Aviso nº 3, de 1999. Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 516, de 1999, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referentes à impossibilidade jurídica de manutenção da cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre o pedágio arrecadado, no percentual de 5%, nos trechos rodoviários objeto da concessão.

Com a palavra, o relator *ad hoc*, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão o Aviso nº 3, de 1999 (Aviso nº 736/SGS/TCU, de 13 de agosto de 1999, na origem), que encaminha ao Senado Federal, para conhecimento, cópia da Decisão nº 516, de 1999, adotada pelo Tribunal de Contas da União na sessão ordinária do Plenário de 11/08/1999, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente à juridicidade da incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – sobre os pedágios cobrados em vias públicas (TC-003.214/99-0).

Em vista da ausência de previsão legal para a cobrança do ISSQN sobre os pedágios, o Plenário do TCU decidiu, com base no voto do Ministro-Relator, Walton Alencar Rodrigues:

a)Sustar a eficácia do ato do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, que autorizou a utilização dos valores irregularmente arrecadados pelas concessionárias nos referidos trechos de rodovias federais;

b)Comunicar essa decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

c)Representar ao Congresso Nacional sobre a necessidade de sustar, nos contratos de concessão firmados pela União, representada pelo DNER, com as empresas Ponte Rio–Niterói S/A, Nova Dutra S/A, Companhia Concer, Rio-Teresópolis S/A e Concepa S/A, os dispositivos que permitiram àquelas concessionárias exploradoras dos trechos rodoviários federais em questão cobrar ilicitamente dos usuários o ISSQN incidente sobre o pedágio, em evidente afronta aos princípios inscritos no art. 150, incisos I (legalidade) e III, alínea "a" (retroatividade), da Constituição Federal.

Posteriormente, por desconhecer o encaminhamento que o TCU teria dado ao assunto, a CFC retomou a matéria, resultando daí a aprovação, em 15/10/2002, do parecer de autoria do Senador Romero Jucá, relatado *ad hoc* pelo Senador Luiz Otávio, que concluía pela necessidade de requerer àquele Tribunal:

a)O envio de informações sobre as medidas que teriam sido adotadas em atendimento ao disposto no art. 71, § 2º, da Constituição Federal;

b)A fiscalização do cumprimento das determinações do Tribunal, devendo ser informado à CFC o resultado de inspeções que viessem a ocorrer.

Em resposta ao Ofício 73/03-CFC, em que a CFC comunicava ao TCU o teor do parecer aprovado pela Comissão, a Presidência daquela Corte informou, por meio de Aviso nº 2188-GP/TCU, de 06/11/2003:

a)Que, a partir da identificação da ilicitude em 1999, várias determinações tinham sido feitas para regularizar a questão;

b)Que, posteriormente à Decisão nº 516/1999-TCU-Plenário, objeto do presente relatório, a cobrança do ISSQN prevista nos contratos firmados entre a União e as concessionárias de rodovias fora suspensa pelo Ministério dos Transportes;

c)Que, no final do mesmo ano, 1999, fora editada a Lei Complementar nº 100, de 22/12/1999, pela qual ficara autorizada a incidência do ISSQN sobre os serviços de exploração de rodovias mediante cobrança de preços dos usuários envolvendo a execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais; e

d)Que, a partir de então, o TCU vinha atuando o sentido de analisar a utilização dada aos recursos oriundos da arrecadação do ISSQN pelas concessionárias de rodovias, além da maneira "como seriam revertidos em prol da concessão".

Em novo expediente encaminhado à CFC por meio do Aviso nº 1.431-GP/TCU, de 09/07/2004, o TCU, reportando-se a ofício expedido por aquela Comissão, comunicou:

a)Que, como parte do trabalho de monitoramento das providências incumbidas ao Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT e com base nas inspeções então realizadas, haviam sido proferidas duas novas deliberações sobre o tema (a Decisão nº 281/2000-Plenário e a Decisão nº 567/2002-Plenário).

b)Por fim, que a última manifestação do TCU a respeito do assunto dera-se como aprovação do Acórdão nº 168/2004-Plenário, "por ocasião do monitoramento do cumprimento de determinação quanto à revisão dos contratos de concessão rodoviária à época dos respectivos reajustes anuais, a fim de que fossem revertidos, para a modicidade da tarifa, aos valores do ISSQN indevidamente arrecadamento e os valores desses impostos cobrados a maior".

Esta foi a análise e o relatório, Sr. Presidente.

Voto.

Em face do exposto, e tendo em vista tratar-se de matéria cujo encaminhamento se insere no âmbito das competências do TCU, manifestamo-nos no sentido de que a CMA, após o devido conhecimento, proceda ao arquivamento do AVS nº 3, de 1999.

É o voto do relator, Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em discussão, o parecer do eminente Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 3:

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 610, de 1996, adotada pelo Tribunal de Contas da União em sessão ordinária do Plenário nº 25, do corrente ano, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamental, sobre o relatório de auditoria operacional realizado na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e no Banco da Amazônia S/A, instituições supervisora e operadora, respectivamente, do Fundo de Investimento da Amazônia – Finam.

Relator *ad hoc*: Senador Nezinho Alencar.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. NEZINHO ALENCAR (PSB-TO) – Trata-se da Decisão nº 610, de 1996, do

Tribunal de Contas da União, referente à auditoria operacional realizado na administração do Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam, a cargo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e no Banco da Amazônia S/A.

Em 25/08/1999, o então relator, Senador Geraldo Althoff, apresentou requerimento solicitando ao Tribunal de Contas da União informações adicionais sobre o cumprimento das determinações por parte das entidades e órgãos envolvidos na operacionalização do Finam sobre as penalidades aplicadas e sobre os reflexos de irregularidades no julgamento das contas dos exercícios 1994/1995 dos administradores do Finam.

Em dezembro de 1999, o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Senado Federal nota técnica em resposta ao requerimento aprovado na Comissão de Fiscalização e Controle versando sobre o acompanhamento das determinações e recomendações vinculadas à Decisão nº 610/96.

Para dar continuidade à tramitação da matéria, foi designada relatora a Senadora Serys Slhessarenko. Segundo a ilustre Senadora, o descumprimento de 13 determinações e 6 recomendações por parte da Sudam exemplificaram resistência dessa Superintendência em aplicar e fazer cumprir o que lhe cabia na Decisão nº 610/96.

Por outro lado, ainda segundo a relatora, isso revela a limitada eficácia das decisões do Tribunal de Contas da União frente a uma entidade envolvida em corrupção sistemática, uma vez que a presença das

equipes do Tribunal de Contas da União não impediu que o desvio e a má-aplicação de recursos públicos não foi capaz de reverter o processo de corrosão que levou à extinção da Sudam.

O relatório conclui seu parecer pelo arquivamento do processo, ressaltando que, diante desses acontecimentos, a atenção do Senado Federal deve se concentrar nos projetos de lei que recriam novas superintendências regionais, de forma a assegurar que essas novas entidades não venham a cometer os mesmos erros, e que os recursos públicos sejam bem aplicados.

Diante do exposto, pela Assessoria é recomendado voto favorável ao parecer da relatora, que solicita o arquivamento da matéria.

Solicitamos a aprovação do nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em discussão, o relatório do Senador Nezinho Alencar. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4:

Aviso nº 1, de 2003. Encaminha ao Senado Federal cópia do relatório de auditoria realizada nos órgãos diretamente envolvidos com a administração do PIS/PASEP – Conselho Diretor do Fundo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S/A. Relatório do Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador Flexa Ribeiro.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o relatório da Senadora Serys Slhessarenko, que tenho a honra de relatar *ad hoc*, é bastante extenso tanto na sua análise quanto no seu relatório. Pediria a**O SR. PRESIDENTE** que pudesse fazer um relato abreviado dele, por conter mais de dez páginas, por – acredito –, em virtude da distribuição antecipada, os Srs. Senadores já terem tomado conhecimento e pelo fato de estar muito bem fundamentado na sua proposição.

Por intermédio do Aviso nº 1, de 2003 (Aviso nº 42-GP/TCU, de 14/01/2003, na origem), o Presidente do Tribunal de Contas da União encaminha ao Presidente do Senado Federal, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis, cópia de auditoria realizada nos órgãos diretamente envolvidos com a administração do fundo de participação PIS/PASEP (Conselho Diretor do Fundo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S/A).

O relatório de auditoria contém sete seções, numeradas de 1 a 7.

A seção 1 apresenta um conjunto de relevantes informações relacionadas com a constituição e o funcionamento do fundo de participação PIS/PASEP, cujo conteúdo viria, Sr. Presidente, em seguida, com vários itens e várias páginas.

A seção 2 relata a auditoria nas atividades do Conselho Diretor do fundo de participação PIS/PASEP, realizada com base nos seguintes documentos e/ou informações fornecidas ao TCU pelo Conselho Diretor do fundo, em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 1, de 26/08/2002, formulada pelo Tribunal de Contas da União. Da mesma forma, vem um arrazoado das informações prestadas nesta seção 2.

A seção 3 relata a auditoria da Caixa Econômica Federal, que se baseou nos seguintes documentos e/ou informações fornecidas pela Caixa ao Tribunal de Contas da União em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 1/Caixa Econômica Federal. Novamente, as informações.

A seção 4 relata a auditoria do Banco do Brasil S/A, que se baseou nos seguintes documentos e/ou informações fornecidas pelo Banco ao Tribunal de Contas da União em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 1/BB, de 26/08/2002. Novamente, as informações prestadas.

A seção 5 relata a auditoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que se baseia em documentos e/ou informações fornecidos pelo Banco em atendimento às Solicitações de Auditoria nº 1/BNDES, de 26/08/2002, nº 2/BNDES, de 04/09/2002, nº 3/BNDES, de 05/09/2002, nº 4/BNDES, de 09/09/2002, e nº 5/BNDES, de 10/09/2002, formuladas pelo Tribunal de Contas da União. Em seguida, as informações.

A seção 6 corresponde à conclusão do relatório de auditoria.

A seção 7 formula proposta de encaminhamento do relatório de auditoria aos órgãos e entidades diretamente encaminhados nos procedimentos.

Análise.

Compete a esta Comissão, após o exame dos relatórios de auditoria do Tribunal de Contas da União, propor ao Plenário do Senado Federal as providências cabíveis em relação aos resultados obtidos com os procedimentos de auditoria realizados pelo Tribunal de Contas da União, em conformidade com as disposições do art. 102-a, inciso I, alínea "i", do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela

Resolução do Senado Federal nº 1, de 22 de fevereiro de 2005.

Com base na sua competência constitucional, o Tribunal de Contas da União realizou auditoria no fundo de participação PIS/PASEP, cobrindo as atividades do Conselho Diretor do fundo, assim como do Banco do Brasil S/A, da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, entidades prestadoras de serviços financeiros ao fundo.

A auditoria considerou regulares os procedimentos os instrumentos de administração quanto à ótica de rentabilidade, uma vez que a remuneração que vem sendo proporcionada mediante a aplicação de recursos do fundo pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em empréstimos para a formação de capital de giro em operações de financiamento no mercado de ações supera os percentuais mínimos exigidos em lei (correção monetária, observada a taxa de juros de longo prazo mais 3% sobre os respectivos saldos credores atualizados).

Foram, porém, constatadas algumas impropriedades de caráter técnico, que, consoante o relatório, podem ser eliminadas a partir de determinações do Tribunal de Contas da União.

Algumas referências e algumas observações feitas na análise pela relatora, Senadora Serys Slhessarenko.

Ao final, como o voto é pela aprovação, passarei diretamente ao voto, com sua permissão.

Voto.

Em face do exposto, manifesto-me favoravelmente a que, após conhecimento pelo Plenário do Senado Federal, a presente matéria seja encaminhada a arquivamento.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em discussão, o relatório do eminente Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 1:

Relator: Senador Osmar Dias.

Trata-se do Aviso nº 143, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 190, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre a auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER em 27 e 28/07/1999, com o objetivo de verificar irregularidade na execução da obra restauração da BR-020, na divisa do Distrito Federal com Goiás.

Senador Osmar Dias, tem V. Exª a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PR) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, vem a esta Comissão o Aviso nº 143, de 2001, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 190/2001, aprovado pelo TCU na sessão ordinária do Plenário de 08/08/2001, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre a auditoria realizada no DNER para a apuração de indícios de irregularidades verificadas na contratação direta de empresa de consultoria para efetuar a revisão do projeto de engenharia e a supervisão das obras da restauração de trechos rodoviários.

A auditoria foi realizada em cumprimento à Decisão nº 261, de 2001, do TCU/Plenário, relacionada com o Plano Especial de Auditorias em Obras Públicas incluídas no Orçamento Geral da União do exercício de 1999 e compreendeu a verificação de obras realizadas sob a responsabilidade do DNER com vistas à restauração das rodovias BR-020 e BR-050, abrangendo trechos situados no Distrito Federal e no Estado de Goiás.

As supostas irregularidades diziam respeito à contratação da empresa Strata Engenharia Rodoviária Ltda. para efetuar a revisão e a atualização do projeto e a supervisão da obra correspondente sem que fosse realizada nova licitação. A recontratação teria sido feita com base em dispositivo previsto no edital de contratação do projeto original.

Em 1993, a referida empresa havia sido contratada mediante tomada de preços (Edital TP0469/93-12) para elaborar o projeto de engenharia de recuperação do trecho da rodovia BR-020, compreendido entre Brasília e a divisa do Distrito Federal com Goiás.

Ao recontratá-la em janeiro de 1998, dessa feita para revisar e atualizar o projeto de engenharia anteriormente por ela elaborado e para executar a supervisão da obra, o DNER entendeu ser dispensável a realização de licitação, por considerar que o Edital TP0469/93-12, que ensejara a contratação do projeto original, garantia à mesma empresa o direito à contratação posterior para a supervisão da obra, conforme previsto no item "Disposições Gerais". Tal indicação, constante do Edital, fora, então, utilizada como fundamento para o ajuste contratual procedido em janeiro de 1998, do qual resultou a recontratação da empresa Strata Engenharia Rodoviária Ltda. de forma direta, sem licitação.

Durante inspeção realizada no DNER, constatou-se que, além do serviço relativo ao trecho objeto do contrato anterior, a empresa havia sido contratada

para realizar também a revisão e a atualização dos projetos de engenharia, seguidas da supervisão das obras correspondentes de outros cinco trechos de rodovias federais, incluindo um segundo trecho da BR-020 e quatro trechos da BR-050.

Em seu relatório, o Ministro Walton Alencar Rodrigues refutou parcialmente as justificativas apresentadas pelos vários responsáveis envolvidos no procedimento de recontratação da empresa, determinando, em relação às irregularidades que persistiram, a aplicação de multa com desconto em folha de pagamento e autorização para cobrança judicial da dívida em caso de não-atendimento à notificação.

Assim, reunidos em sessão plenária do dia 08 de agosto de 2001, os Ministros do TCU, acatando as razões expostas pelo relator, aprovaram o Acórdão nº 190/2001, pelo qual ficou decidida, além de outras providências correlatas e complementares, a aplicação da multa prevista no art. 58, II, da Lei nº 8.443/92, aos seguintes responsáveis, todos vinculados ao DNER:

1)Sr. Maurício Hasenclever Borges, ex-Diretor-Geral – multa no valor de R$10.000,00.

2)Srs. Rômulo Fontenelle Morbach, ex-Procurador-Geral e Pedro Elói Soares, ex-Procurador-Geral substituto – multa no valor individual de R$9.000,00.

3)Sr. Hélio Guimarães, Procurador-Chefe do DCAJ – multa no valor de R$8.000,00.

4)Srs. Eduardo Lima e Prudêncio Alves Silva, procuradores vinculados – multa no valor individual de R$7.000,00.

Pelo exposto, e tendo em vista tratar-se de matéria atinente às competências do TCU, manifestamo-nos no sentido de que esta Comissão, após o devido conhecimento, proceda ao arquivamento do processo a que se refere o Aviso nº 143/2001.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em discussão, o relatório do eminente Senador Osmar Dias. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Item nº 5 foi retirado de pauta por solicitação da relatora.

Item nº 6:

Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2003. Acrescenta à Lei nº 6.505, de 03/12/1977, e à Lei nº 8.623, de 28/01/93, dispositivos relacionados com a segurança de turistas.

O relator é o Senador Augusto Botelho, a quem concedo a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, vamos diretamente à análise.

Concordamos integralmente com o relatório apresentado pelo Senador Leonel Pavan na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cujos termos passamos a reiterar.

O projeto de lei analisado versa sobre matéria de competência da União (art. 5º, inciso XXXII, e art. 180 da Constituição).

Compreendida entre as atribuições do Congresso Nacional (*caput* do art. 48 da Constituição), a iniciativa parlamentar é legítima por força do *caput* do art. 61 da Constituição e pelo fato de a matéria objeto do projeto não se incluir entre as reservas do §1º do mesmo artigo, tampouco à norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor do projeto em exame. Trata-se, portanto, de proposição legislativa formal e materialmente constitucional.

Quanto ao mérito, contudo, o teor do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2003, merece maior reflexão.

O projeto tem o inegável mérito de possibilitar que os turistas a que estão expostos e, assim, tomem precauções para diminuir o risco de sofrerem violência. Em tese, tal iniciativa poderia, como quis a autora do projeto, Deputada Nair Lobo, contribuir para que as pessoas, por se sentirem mais bem informadas e seguras, fossem estimuladas a fazer viagens turísticas no território brasileiro.

No entanto, como bem alertado no parecer da Comissão de Assuntos Sociais, a proposição não parece ter levado em conta a hipótese de se atingir o efeito oposto ao desejado, ou seja, o de prejudicar o turismo no Brasil. Da forma como redigido, o projeto poderia acarretar alarde excessivo acerca da possibilidade, sempre existente em qualquer parte do mundo, de se sofrer violência nesta ou naquela localidade brasileira e, assim, fazer com que os potenciais turistas sintam receio de visitar as cidades mencionadas nesse tipo de divulgação. Isso poderia até mesmo prejudicar a imagem do Brasil no exterior, haja vista que se consolidaria, em razão do reconhecimento oficial trazido pela lei, a idéia de que o Brasil é um país violento e inadequado para o turismo.

Tem razão a autora do projeto, Nair Lobo, quando, em sua justificação, afirma que há uma efetiva e evidente relação de causa e efeito entre a segurança do turista que nos visita e o sucesso da atividade de prestação de serviços turísticos como um todo. Obviamente, não se pode sugerir que se escamoteiem as informações, mesmo porque tal procedimento colocaria em risco a vida, o patrimônio e a incolumidade física dos turistas. No entanto, tampouco parece apropriado divulgar informações dessa natureza de forma tão os-

tensiva, como preceitua o projeto, que obriga não só as agências de turismo, mas até mesmo os restaurantes e os hotéis, a promover tal divulgação.

Não nos parece que haveria qualquer melhora na atração de turistas, principalmente os estrangeiros, se os hotéis e restaurantes brasileiros, por força da lei e de forma generalizada em todo o território nacional, ostentassem cartazes e distribuíssem folhetos, alarmando os visitantes de forma quase neurótica sobre o risco de sofrerem violência. Tal providência daria ensejo a sérias possibilidades de prejuízo à já combalida indústria do turismo brasileiro. As informações sobre a segurança são continuamente produzidas pelas autoridades, pelas empresas, pela imprensa e pelo senso comum e, dessa forma, estão à disposição de qualquer as busque.

Por outro lado, em localidades em que os níveis de violência justifiquem um estado de permanente alerta e a ação ostensiva das autoridades em prol da segurança, programas semelhantes ao apresentado no projeto em exame poderiam ser implementados. Nesse caso, porém, tratar-se-ia de ações dirigidas e limitadas, específicas e de interesse local, o que colocaria a matéria na competência legislativa dos municípios, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição da República.

Voto.

Assim, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em discussão, o relatório do eminente Senador Augusto Botelho. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 7:

Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004, que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11/09/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto.

Relator: Senador Valdir Raupp.

Tem S. Exª a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (PL 100/2002 na Casa de origem), de iniciativa do ilustre Deputado Celso Russomano, que pretende indicar o peso entre as informações que devem ser prestadas ao consumidor. Para tanto, é proposta a alteração do art. 31 da Lei nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor), com a finalidade de acrescentar ao seu texto o vocábulo "peso".

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada e aprovada por unanimidade na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Recebeu parecer também unânime pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com substitutivo.

Com fundamento no art. 65 da Constituição Federal e no art. 134 do Regimento Comum, o projeto de lei sob estudo foi encaminhado ao Senado Federal em 05/08/2004.

Análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor, em conformidade com o disposto no art. 102-a, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela referida Resolução nº 1/2005.

Recorde-se que o art. 31 do CDC exige do fornecedor o dever de informar adequadamente ao consumidor. A proposta em apreciação pretende tornar obrigatória, no momento da oferta, a informação correta, clara, precisa e ostensiva sobre o peso do produto, contribuindo para que o consumidor possa melhor avaliar a sua decisão de adquiri-lo. Cabe ressaltar que essa informação reduz o risco de o consumidor cair no ardil da maquiagem de produtos que causem prejuízo a ele, pois oculta a majoração de preços mediante a diminuição do peso, volume ou quantidade contida no recipiente ou invólucro do produto sem a respectiva redução de preço.

A lei deve criar condições para que procedimento lesivo ao consumidor não ocorra. Vê-se que a proposição caminha nesse sentido. Por isso deve ser acolhida, inclusive porque protege toda a coletividade e resgata a ética e o interesse social.

Por conseguinte, é relevante e meritório o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004, porquanto beneficia o maior número possível de consumidores, principalmente os mais humildes, de menor poder aquisitivo e menos preparados para avaliar as condições que permeiam o ato do consumo.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004, com a emenda proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em discussão, o voto do eminente Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

É importante informar aos eminentes membros desta Comissão que o PLC nº 62/2005, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, que institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro e que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, foi para sua apreciação, tendo sido solicitada pela eminente Senadora Ana Júlia Carepa a realização de uma audiência pública conjunta com as Comissões de Assuntos Econômicos e Constituição, Justiça e Cidadania. Já acordamos com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos sobre essa possibilidade da realização da reunião conjunta. Falta acertar – o que pretendo fazer hoje com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – para que ela seja realizada o mais breve possível em razão de estar tramitando em regime de urgência e de termos apenas 25 dias para a sua deliberação.

Agradecendo a presença de todos e não havendo nada mais a tratar, já que os demais itens desta pauta serão adiados para a próxima reunião, considero encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h05min.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, DO DIA 30 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Às dez horas e três minutos do dia trinta de agosto de dois mil e cinco, a Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES, GILBERTO GOELLNER, FLEXA RIBEIRO, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, NEZINHO ALENCAR, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ JORGE, LEONEL PAVAN, ÁLVARO DIAS e MOZARILDO CAVALCANTI.** Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa à deliberação da pauta: **Item 1)** AVISO Nº 68, DE 2001 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 178, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nos órgãos do Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de avaliar projetos de cooperação técnica internacional firmados com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (TC - 005.289/99-8)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União**. Relator "ad hoc":** Senador **AELTON FREITAS. Parecer:** Solicitar ao Tribunal de Contas da União novo relatório relativo ao atendimento das exigências formuladas e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 2)** DIVERSOS Nº 14, DE 1998 - **NÃO TERMINATIVO,** sobre o Requerimento nº 12, de 1998-CAE que solicita ao Tribunal de Contas da União a averiguação nas contas correntes mantidas no Banco do Brasil, agências de Porto Velho - RO, para movimentação de recursos de convênios firmados entre órgãos federais que especifica e o Governo do Estado de Rondônia. **Autoria:** Senador JOSÉ BIANCO**. Relator: SENADOR CÉSAR BORGES. Parecer:** Solicitar ao Tribunal de Contas da União que responda, estritamente, à requisição feita pela Comissão de Assuntos Econômicos, e que se pronuncie, conclusivamente, sobre o assunto. **Resultado: Pedido de vista concedida ao Senador VALDIR RAUPP. Item 3)** AVISO nº 201, DE 2001 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 879, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada nas obras de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto de Salvador (TC nº 009.627/2000-8)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator: SENADOR CÉSAR BORGES. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa de ofício ao Presidente do Tribunal de Contas da União para que esta Comissão seja informada quanto aos desdobramentos da Decisão nº 879, de 2001, especialmente no tocante à questão do ressarcimento de recursos públicos eventualmente desviados. **Resultado: Aprovado. Item 4)** PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2005 - **NÃO TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (que dispõe sobre as sanções penais e ad-

ministrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente), no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais." **Autoria:** Deputado JOÃO GRANDÃO e outros Sr(s). Deputado(s). **Relatora:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado: Pedido de vista concedido ao Senador AUGUSTO BOTELHO**. **Item 5)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 2005 - **TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente), no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais". **Autoria:** Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. **Relator:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Votação Nominal: votaram sim os Senhores Senadores **CÉSAR BORGES, GILBERTO GOELLNER, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, NEZINHO ALENCAR, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO e GERSON CAMATA. Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1 apresentada. Item 6)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2003 - **TERMINATIVO,** que "acrescenta inciso XVII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", definindo como nula a cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor". **Autoria:** Senador **AUGUSTO BOTELHO. Relator:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. Votação Nominal: votaram sim os Senhores Senadores **CÉSAR BORGES, GILBERTO GOELLNER, GERSON CAMATA, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, NEZINHO ALENCAR, SERYS SLHESSARENKO e AUGUSTO BOTELHO. Resultado: Aprovado. Item 7)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2005 - **TERMINATIVO,** que "altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista". **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES. Relator:** Senador **NEZINHO ALENCAR**. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1 apresentada. Item 8)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2003 - **TERMINATIVO,** que "modifica o Artigo 37 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para ampliar as condições de criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica nos rios federais". **Autoria:** Senador **PAULO OCTÁVIO. Relator:** Senador **GERSON CAMATA. Parecer:** Pela rejeição do projeto. Votação Nominal: votaram não ao projeto os Senhores Senadores **CÉSAR BORGES, GILBERTO GOELLNER, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, NEZINHO ALENCAR e AUGUSTO BOTELHO. RESULTADO: Rejeitado o Projeto. Item 9)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2004 - **TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para tornar obrigatória a implantação plena de infra-estrutura básica". **Autoria:** Senador **RODOLPHO TOURINHO. Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES. Parecer:** Pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1 que apresenta. Obs.: foi concedida vista à Senadora **ANA JÚLIA CAREPA** na reunião do dia 31/05/05, que devolveu com a Emenda nº 2 que apresenta **Resultado: Adiado (Retirado de pauta a pedido do Relator). Item 10)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 2004 - **TERMINATIVO,** que "modifica o art. 6º da Lei nº 8.076, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para assegurar a gratuidade dos serviços de informação sobre os produtos e serviços fornecidos". **Autoria:** Senador **RODOLPHO TOURINHO**. **Relator: SENADOR CÉSAR BORGES**. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto nos termos das Emendas nºs 1 a 4 que apresenta. Votação Nominal: votaram sim os Senhores Senadores **CÉSAR BORGES, GILBERTO GOELLNER, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, NEZINHO ALENCAR, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO. Resultado: Aprovado o Projeto com as emendas apresentadas. Extra-Pauta,** é deliberado o **ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005-CMA,** que "requer que a audiência pública para discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 62/2005, que 'dispõe sobre a Gestão de Florestas', seja feita no âmbito desta Comissão". **Autoria:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA. Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 30-8-2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Sobre a mesa Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão.

Aprovada.

Passamos ao Item 1.

Aviso nº 68, de 2001, do Tribunal de Contas da União. Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 178, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre a auditoria realizada nos órgãos do Ministério das Relações Exteriores com o objetivo de avaliar projetos de cooperação técnica internacional firmados com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Relator **ad hoc** o Senador Aelton Freitas.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores, o Tribunal de Contas encaminha ao Senado Federal cópia de sua Decisão nº 178, de 2001, por meio do Aviso nº 68, de 2001.

O Aviso em questão, Sr. Presidente, trata da auditoria realizada, na iniciativa do próprio Tribunal de Contas da União, sobre diversos projetos de cooperação técnica institucional firmados entre o Ministério das Relações Exteriores e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

No que se refere às licitações, a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, órgão do Ministério das Relações Exteriores, cuja função é coordenar a execução de convênios com o PNUD, utiliza a excludente prevista no § 5º do art. 42 da Lei nº 8.666, de 1993, para deixar de aplicar regras brasileiras sobre licitações. Ocorre que, no caso do PNUD, os recursos são quase exclusivamente bancados pelo próprio Estado brasileiro, que envia os recursos que serão apenas gerenciados pelo PNUD e aplicados outra vez no País. Ou seja, não há, praticamente, ingresso de recursos do exterior, o que não permitiria o afastamento de regras licitatórias.

Por outro lado, a questão da contratação do pessoal via PNUD mostra-se uma negligência total às normas constitucionais brasileiras, que exigem concurso público para contratação dos recursos humanos. Em tese, o PNUD poderia ser utilizado para contratar mão-de-obra especializada na gestão de convênios internacionais sempre que tal contratação recaísse sobre técnicos e consultores de renomada experiência, cuja qualificação inexiste no momento no serviço público.

No entanto, o que apurou a auditoria do Tribunal de Contas da União, e não pela primeira vez, é que as pessoas contratadas desempenham funções absolutamente convencionais de cunho administrativo e interno do Ministério das Relações Exteriores. Ou seja, a função do pessoal contratado via PNUD em nada diz respeito à sua qualificação especial para tocar projetos internacionais. Atuam, na verdade, como funcionários regulares do Ministério das Relações Exteriores que são especialmente bem remunerados e foram contratados sem concurso público.

Saltam aos olhos os abusos que se vêem. Até mesmo parentes de diplomatas vêm sendo contratados, e com freqüência, via PNUD, o que aponta um lamentável nepotismo na execução desses convênios. Isso se dá porque é o órgão executor no Brasil que indica os nomes a serem nomeados pelo PNUD, o que faz sem a necessidade de qualquer processo público de seleção nem mesmo simplificado.

Em virtude de serem repetidas tais práticas, o Tribunal de Contas da União concedeu um prazo de 120 dias para que as irregularidades fossem sanadas, sob pena de responsabilização, nos termos da lei, dos operadores dos convênios e ordenadores de despesa. Após o decurso do prazo de 120 dias, nova auditoria será realizada com conseqüente encaminhamento dos seus resultados ao Senado Federal.

Com isso, o voto, Sr. Presidente, em conseqüência do que foi exposto, é no sentido de aguardar o novo relatório do Tribunal de Contas relativo ao atendimento das exigências formuladas, a fim de determinar a necessidade de que esta Casa tome alguma iniciativa mais efetiva no que tange especificamente a esses autos.

Concluo pelo seu arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao Item 2.

Requerimento nº 12, de 1998, da Comissão de Assuntos Econômicos, que solicita ao Tribunal de Contas da União a averiguação, nas contas correntes mantidas no Banco do Brasil, agências de Porto Velho, Rondônia, para movimentação de recursos de convênios firmados entre os órgãos federais que especifica e o Governo do Estado de Rondônia. Relator: **SENADOR CÉSAR BORGES**.

Tem V. Exª a palavra, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Como V. Exª colocou, trata-se de um requerimento do ano de 1998, que solicita ao Tribunal de Contas a averiguação de contas correntes mantidas no Banco do Brasil nas agências de Porto Velho, Rondônia, para movimentação de recursos de convênios firmados entre órgãos federais que especifica e o Governo do Estado de Rondônia.

Isso foi solicitado em 1998 pelo Senador José Bianco. O requerimento foi aprovado. À época, o Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, tomou essa providência junto ao Tribunal de Contas da União, que se manifestou formalmente, em 28 de fevereiro de 2003, mediante um aviso. Nesse Aviso, o Tribunal informou que a solicitação oriunda da CAE deu origem a um processo, cujo objeto era a averiguação da movimentação de recursos federais.

O relatório do Analista do TCU diz respeito exclusivamente a licitações e contratos efetivados com vista à execução de obras em estradas de rodagem no Estado de Rondônia.

Portanto, Sr. Presidente, não atendeu, no nosso entendimento, o requerimento, que era o exame junto com as contas da agência do Banco do Brasil.

Então, apesar de esse relatório apontar algumas irregularidades, cabe destacar que o Processado dos Diversos nº 14/1998 não explica devidamente muitos aspectos relevantes do contexto.

Ademais, Sr. Presidente, foi explicado que, considerando-se determinar o escopo e o critério da seleção prévia das obras que foram fiscalizadas, esse critério, segundo se pode inferir dos autos, teria sido definido pela Subcomissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, que resultou na escolha das obras efetivamente fiscalizadas.

Assim sendo, Sr. Presidente, no nosso entendimento, o Tribunal de Contas, na verdade, não atendeu o requerimento que saiu desta Casa. Então, o processo carece de informações precisas em relação ao requerimento.

Então, simplesmente, para que esta Comissão não seja amanhã acusada de não ter cumprido o seu papel, o nosso voto é no sentido de que essa Comissão solicite ao Tribunal de Contas que responda estritamente à requisição feita pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal em 20 de maio de 1998 e que se pronuncie de forma conclusiva sobre o assunto.

Esse é relato e o voto, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – O voto de V. Exª é para questionar o Tribunal de Contas da União a respeito da matéria. É para discutir a questão?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço vistas, porque, como o acúmulo de trabalho está muito grande nas Comissões, eu não tive tempo suficiente para analisar bem o relatório do eminente **SENADOR CÉSAR BORGES**.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vista concedida ao Senador Valdir Raupp.

Passamos ao Item 3:

AVISO Nº 201, DE 2001

NÃO-TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 879, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada nas obras de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto de Salvador. Autoria: Tribunal de Contas da União Relator: **SENADOR CÉSAR BORGES**.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, o Aviso 201, de 2001, ora submetido ao exame da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, refere-se ao encaminhamento, pelo vice-Presidente em exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, para conhecimento do Senado Federal de cópia da Decisão nº 879, de 2001, do Plenário do Tribunal de Contas, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada nas obras de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto de Salvador.

A Decisão nº 879, de 2001, juntamente com os respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, chegou ao Senado Federal no dia 31 de outubro de 2001 e foi encaminhado, em 12 de novembro de 2001, à Comissão de Fiscalização e Controle. O Projeto foi encaminhado a mim apenas em 24 de maio de 2005.

O Tribunal de Contas da União decidiu resumidamente o seguinte: converter o processo em tomada de contas especial; citar solidariamente, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 12, Incisos I e II, da Lei 8.443/92, c/c. art. 153, Inciso I do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, os Srs. Eduardo Bogalho Pettengill, Nelson Vitali Pazzini, João Alcides Nascimento, Mário Brito Risuenho, Fernando Perroni, Antonio Lima Filho, Antonio Carlos Alvarez Justi e as Construtoras OAS Ltda e Tecnosolo Ltda, na pessoa de seus representantes legais, para que apresentassem suas alegações de defesa, no prazo de quinze dias, sobre ocorrências de irregularidades diversas ou comprovassem o reco-

lhimento aos cofres do Tesouro Nacional de quantias especificadas na decisão.

Decidiu, ainda, decretar, cautelarmente, pelo prazo de um ano, a indisponibilidade de bens constantes do ativo permanente da OAS Ltda.

Em face do exposto, e tendo em vista tratar-se de matéria do âmbito da competência do Tribunal de Contas da União, manifestamo-nos para que a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e envie ofício ao Presidente do TCU para que essa Comissão seja informada quanto aos desdobramentos da referida decisão, de nº 879/2001, especialmente no tocante à questão do ressarcimento de recursos públicos eventualmente desviados.

Além disso, Sr. Presidente, eu gostaria de dar a seguinte informação: essa obra, como já disse, é uma obra importantíssima para o Estado da Bahia, que foi a reforma, a ampliação e modernização do aeroporto de Salvador, esteve diante desses fatos aqui relatados sob a responsabilidade, todo o tempo, da Infraero, que foi o órgão executor. O Estado participou apenas como um provedor de recursos para auxiliar o Governo Federal, a Infraero, na execução dessa obra.

À época, inclusive, Sr. Presidente, eu era Governador do Estado. Estivemos muito próximos da conclusão da obra. Em função dessa determinação do TCU, a obra ficou paralisada durante seis meses, com imensos prejuízos para Estado. Houve uma pressão política, inclusive aqui dentro do Congresso Nacional, de Líderes Partidários, para impedir a conclusão da obra. E, finalmente, o Tribunal de Contas aceitou um pleito nosso para que ele deliberasse, no sentido permitir a continuidade das obras sem a utilização de recursos federais. E nós bancamos recursos do Estado para a conclusão da obra, dentro do atendimento aos preceitos que o Tribunal já encaminhava e indicava que deveriam ser obedecidos para a obra.

Com isso, a obra foi concluída, no ano de 2002, e vem servindo ao povo baiano e ao Brasil inteiro desde essa época. Entretanto, permanece essa questão dentro do Tribunal de Contas. Eu tive o cuidado até de procurar o Tribunal de Contas para discutir essa questão. Lá, existem as defesas dos gestores da Infraero, a das empresas, mas não houve ainda uma deliberação final sobre essa questão.

Portanto, é que nós achamos, até pela transparência, para que fique bastante clara a posição desta Comissão e minha própria – porque eu estive, também, como interessado, como Governador do Estado, diante dessa questão. Que nós possamos acompanhar, junto ao Tribunal, e que ele possa nos oficiar de todas as providências e do deslinde do resultado final dessa questão, após a apreciação jurídica, a defesa, feita pelas empresas pelos gestores da Infraero com relação ao que foi apontado pelo TCU.

Era essa a informação que eu queria prestar a esta Comissão, Sr. Presidente. Volto a repetir que o assunto seja mantido nesta Comissão e seja oficiado ao Presidente do TCU que S. Exª mantenha esta Comissão informada quanto ao desdobramento da decisão, especialmente no tocante a essas questões de ressarcimento de recursos públicos que, eventualmente, possam ser considerados existentes.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o relatório do eminente **SENADOR CÉSAR BORGES**.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Passamos ao item 4, cuja relatora é a eminente Senadora Serys Slhessarenko.

Projeto de Lei, da Câmara, nº 23, de 2005, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente), no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais. Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

Tem V. Exª a palavra.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Projeto de Lei nº 23, da Câmara, substitutivo integral.

Substitutivo: altera a Lei nº 9.605, de fevereiro de 98, no que se refere à apreensão e ao confisco de instrumentos e produtos dos crimes ambientais.

Vários artigos foram alterados. O art. 1º... são os arts. 24 do Capítulo II e 25 do Capítulo III, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro, que passa a vigorar com a seguinte redação.

Acredito que todos os Srs. Senadores já tenham lido e trabalhado essa questão. Nós vamos resumir, passando para o art. 2º, que diz que essa lei entra em vigor após decorridos 120 dias de sua publicação oficial; e o art. 3º: revogam-se os arts. 35 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 65, e o art. 33 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 67.

Por sua vez, as modificações que se pretende implementar no art. 25 da Lei constituem avanço no tratamento da matéria pelo seu grau de detalhamento. A alteração no § 1º do art. 25 consiste na substituição de fundações ambientalistas por organizações ambientalistas, pois existem organizações não-governamentais que, embora não constituindo fundações, já

auxiliam o Ibama na recepção e manutenção de espécimes apreendidas.

O Parágrafo Único do art. 25-A, a nosso sentido, é contraditório, pois não se pode alienar aquilo cujo fabrico, uso ou porte constituam ato ilícito. Aliás, justamente por isso, o **caput** do dispositivo estabelece o confisco dos instrumentos dessa espécie. Não bastasse o art. 91, capítulo II, alínea "a", do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 40, o Código Penal já estabelece o perdimento desses instrumentos em favor da União.

No que tange à modificação do art. 72, temos que o confisco é medida extrema que não guarda proporcionalidade com a mera infração administrativa. Duvidamos mesmo da constitucionalidade dessa alteração, pois o perdimento de bens deve decorrer sempre de condenação penal, como sinalizam os incisos LIV e XLVI do art. 5º da Constituição Federal.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2005, na forma do substitutivo a seguir, que nós já lemos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o relatório da Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu quero a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O que preocupa aqui é, por exemplo: o cidadão vai passando numa estrada – eu vivo no meio dos pobres lá da minha região da floresta – e dá uma carona para um outro que tem um jabuti dentro de um saco. Aí, o carro dele vai ser preso? Ele vive do trabalho daquele carro, é o único meio de transporte que tem naquela vicinal. Eu acho que a lei é muito radical em confiscar o bem do indivíduo e leiloar. Senadora Serys, V. Exª vai prender o único carrinho que ele tem, que entra numa vicinal onde não dá para entrar, que quando pega um carona com um jabuti dentro do carro, e o cara nem vê o jabuti. Chega o Ibama e prende o único carro que tem, que transporta os doentes, que transporta o alimento, que consegue entrar.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois é, e tem que ter certeza que não tem jabuti dentro do sacola, Senador, porque senão é complicado. Pegar carona com o jabuti na sacola...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A senhora já pensou: você está trabalhando, é meio-dia ou é noitinha, você vai descer no meio do mato, abrir o saco do cara para olhar se tem um jabuti ou não tem? Acho que essa lei não está adequada para a Amazônia toda. Talvez, lá no Mato Grosso, dê, porque lá as estradas são quase todas asfaltadas e boas, mas lá em Roraima o pessoal anda em lugar que só anda carro tracionado. Geralmente, é uma picape *Williams* velhinha que funciona, que carrega os pacientes, as mulheres, quando têm complicação de parto, ou quando têm uma outra complicação, os mordidos de cobra, os quebrados. Se prender aquele carro, aquele povo vai ficar isolado, trinta quilômetros isolado dentro da mata, a não ser que queiram desabitar a Amazônia toda.

Sou contra esse seu processo de querer confiscar porque tem um bem, um animal dentro. Outra coisa é o caminhão de madeira e tal. Geralmente, o cara paga o caminhoneiro para carregar a madeira. Não é o dono da serraria o dono do caminhão. Estou falando de Roraima. Não conheço Mato Grosso, Amazonas, Acre. Lá em Roraima, essa lei vai ser um problema. Nós já estamos sendo expulsos pelos índios – não pelos índios, porque os índios não querem ser expulsos, mas pelas ONGs. Agora, com essa lei aqui, vai acabar o meu Estado, porque vai começar a morrer gente lá porque a cobra mordeu. O Governo não tem condições de botar assistência em todos os pontos onde existe populações. Eu digo em Roraima. E acredito também que lá no Amazonas não tem, que lá no Acre não tem, que no Amapá não tem e que em Rondônia também não tem.

Então, as pessoas sobrevivem disso aí. E o Jabuti dentro do saco, Senadora, eu sinto muito, mas o jabuti é um alimento das pessoas. Então, ele pega o jabuti para se alimentar mesmo. Ele vai de uma vicinal para outro lugar, ele tem de comer aquele jabuti.

Então, V. Exªs estão botando uma lei que é para acabar com o transporte dos pobres da Amazônia. Essa lei é muito boa para... Eu vou pedir vista do processo – e acho que há uma tendência neste País de querer acabar com os nossos habitantes da Amazônia – para ver se conseguimos, pelo menos, salvar os carrinhos bem velhinhos. Se for um carro muito velho, com mais dez anos de idade, ele não é enquadrado nessa lei.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Eu já estou sabendo, Senador Augusto Botelho, que V. Exª vai pedir vista. Tudo bem, acho que faz parte. Mas também eu só queria justificar que a gente de repente pode começar a usar os carrinhos velhinhos. Não é pela idade do carro que vamos evitar que ele faça o tráfico de animais.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu sei, Senadora, eu sei.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Então, não é pela idade do carro, porque senão vamos pegar todos carros velhinhos para carregar os animais de forma ilícita.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT–RR) – Mas nós temos que fazer uma lei que defenda o cidadão, principalmente o mais pobre.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT–MT) – Eu não tenho dúvida disso Senador. Eu não tenho dúvida. Eu sou defensora, em primeiro lugar, da vida do ser humano.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu sei que V. Exª é defensora dos pobres.

A SRª SEYS SLHESSARENKO (PT–MT) – Só que temos que achar, então um outro mecanismo, que não seja esse de justificar que com um carrinho velhinho não pode, porque o que está lá dentro... Mas, às vezes, dentro do carrinho velhinho pode ter a maconha, a cocaína e até outras coisas, além de animais.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos colocar ordem no debate. Está com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT–RR) – Eu não estou justificando. Estou apenas colocando a situação do meu Estado, eu represento o povo do meu Estado aqui. Então, eu tenho que falar por eles.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Perfeitamente. Defenda as suas idéias, Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Exato. Eu tenho que falar por eles. Estou citando o caso lá de Roraima, que tem vicinal que só entra carro tracionado e carrinho velhinho daquele produtor está sobrevivendo lá. Eles sabem que não podem carregar, eles não carregam. Mas aí um colono daqueles lá pega, bota dentro do saco, dá uma confusão, e aí vão tomar o carro dele? Às vezes eles jogam fora, quando o Ibama está na frente. Jogam fora antes de chegar no Ibama.

Vou pedir vistas para ver se achamos um jeito. É a mesma coisa do desarmamento. Agora, o cara que estiver com uma espingardazinha 32, ou 22 nas costas, caçando, vai preso. Foi preso um velhinho lá em Roraima porque ele mora de um lado e ele foi atravessar a rua para ir caçar do outro lado.

Porque quer queiram, quer não, nós da Amazônia, os pobres lá, só sobrevivem com caça e pesca. Não adianta o pessoal do sul do País dizer que não pode matar. O povo tem que matar, para comer, uma cutia, uma paca, ou outra coisa. Porque senão ele morre de fome, ele não tem proteína. Porque o Governo não oferece crédito para ele. Porque a luz elétrica, graças a Deus, está chegando ao povo. O Lula tem esse mérito.

Então, vou pedir vista para ver se conseguimos não prender o pobre do coitado que anda numa picape Williams, daquela tracionada. Eu recebia no pronto-socorro os mordidos de cobra, as mulheres com dificuldade de parto, os acidentados. Vou pedir vista para ver se conseguimos humanizar um pouco mais esse seu projeto. Eu sei que a senhora defende os pobres, as mulheres e as crianças com unhas e dentes.

O **SENADOR CÉSAR BORGES** está aqui do lado, que me prometeu que ia ajeitar para o nosso pessoal que carrega uma espingardinha para sobreviver dentro do lote, onde ele vai derrubar uma mata e pode ter uma onça. E se a onça estiver com fome e ele não tiver como se defender, só gritando ninguém espanta a bicha, tem que dar um tiro para ela se assustar.

V. Exª disse que iria corrigir, para dar a autorização para essas pessoas. O Código do Desarmamento já completa quase dois anos e meio. Foram presos cidadãos honrados pobres cuja casa e todos os bens, se avaliados, não valem R$15 mil. São pessoas que vivem do seu trabalho e têm de utilizar uma espingardinha para sobreviver no meio da mata. Isso eu estou devendo a eles. Não ficarei com essa outra dívida. Essa eu tentarei corrigir. Senador, o senhor está me devendo isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Permitam-me um rápido aparte apenas para fazer um esclarecimento.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Ouço V.Exª.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Aquele cidadão a quem realmente justificar o uso da arma poderá solicitar o porte. Não podemos permitir...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não se trata de porte de arma, mas de ter uma arma dentro da sua propriedade, no meio do mato.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Está liberado o registro da arma sem porte para ficar dentro da sua casa. Não há nenhum impedimento. Só é preciso registrar.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu sei, mas nós pusemos R$300,00.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sem registrar a arma, efetivamente estaria contra a lei. Não é do Estatuto, já é previsto anteriormente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Certo, Senador. Eu sei, mas pagar R$300,00 para registrar uma arma que vale R$150,00, para quem fatura durante todo o ano R$150,00 reais por mês... Eu também entrei também naquela, porque eu não pensei bem nisso. Por isso, não quero que aconteça de novo em relação a esses carrinhos vagabundinhos que trabalham lá, porque são os que salvam as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª mantém o pedido de vista?

Vista concedida a V. Exª.

Passamos ao item 5. Projeto de lei do Senado nº 31, de 2005. Acrescenta parágrafo único ao art. 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impedir que os fornecedores veiculem publicidade ao consumidor que aguarda na linha telefônica o atendimento de suas solicitações. Relator: Senador Valdir Raupp.

Antes de passar a palavra a V. Exª, solicito aos nobres Senadores que permaneçam na Comissão, porque passaremos à votação de projetos terminativos que exigem **quorum**.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Rapidamente quero declarar o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Vem a esta Comissão para decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2005, para acrescentar parágrafo único ao art. 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impedir que os fornecedores veiculem publicidade ao consumidor que aguarda na linha telefônica o atendimento de suas solicitações.

De autoria do Senador João Alberto Sousa, a proposição tem por objetivo pôr fim ao freqüente abuso praticado por empresas que contam com central de atendimento telefônico. Tal prática consiste em utilizar o tempo em que o consumidor aguarda para ser atendido como uma nova fonte de receita mediante a apresentação de publicidade.

A inovação legislativa ora considerada apresenta-se na forma de alteração da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Cuida-se de acréscimo de parágrafo único ao art. 33, que trata da oferta e da venda de produtos e serviços por telefone ou reembolso postal.

Sr. Presidente, foi apresentada uma única emenda, Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. "Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único. Parágrafo único. É proibida a publicidade de bens e serviços por telefone quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina. Justificativa. A Redação original do projeto inclui o parágrafo único ao art. 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proibição da oferta, venda ou publicidade de bens e serviços por telefone, quando a chamada houver sido originada por consumidor que queira apresentar reclamações ou obter esclarecimento do fornecedor".

Está acatada a emenda.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o voto do Senador Valdir Raupp.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, desculpe a desorganização de minha parte. Trata-se do Item nº 5?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Há voto em separado do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Há emenda apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro, acolhida pelo Senador Valdir Raupp.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não é um voto em separado?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Não, é uma emenda.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – É a Emenda nº 1.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, foi acolhida a emenda, o relator acolhe a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – O Relator acolhe a emenda.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu tinha uma dúvida quanto a essa emenda e estava considerando que se tratava de voto em separado; e que, se fosse assim, a minha posição contra o voto em separado era contrária, favorável ao relatório original do relator.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa esclarece a V. Exª: há o voto do relator e uma emenda, apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro, que foi acolhida pelo relator. Não há voto em separado.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A votação é nominal, e vamos iniciar a chamada.

(Procede-se à votação.)

Aprovado o projeto, passamos à votação da emenda.

(Procede-se à votação.)

Aprovado tanto o relatório quanto a emenda, com 09 votos SIM.

Passa-se ao Item VI.

Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2003, acrescenta inciso XVII ao art. 51, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula a cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor. Relator, Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tramita nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 247,

de 2003, de autoria do Senador Augusto Botelho, que acrescenta inciso ao art. 51, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula a cláusula de eleição de fórum em prejuízo da defesa do consumidor.

Segundo o art. nº 1 do PLS nº 247, de 2003, assim ficaria redigido no novo inciso c art. 51, Código de Defesa do Consumidor.

Art. 51: são nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam, em prejuízo da defesa dos direitos do consumidor, fórum de eleição para as ações decorrentes das relações de consumo .

O art. 2º do projeto restringe-se a fixar o início da vigência da lei para a data da sua publicação.

O autor justifica sua proposta pelo fato de a cláusula de eleição de fórum ser elaborada e lançada nos contratos de adesão, com vista exclusivamente aos interesses do fornecedor, o que vem a dificultar a defesa judicial dos consumidores, em razão da inviabilidade econômica de estes se deslocarem até o fórum de eleição para defender seus direitos.

Esclarece ainda que, embora a jurisprudência já venha reconhecendo como abusiva a cláusula de eleição do fórum em contratos de adesão, é necessário assegurar a proibição.

Não foram apresentadas emendas. O Projeto, inicialmente encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi redistribuído a esta Comissão em razão promulgação da Resolução nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, por reputar acertadas as considerações tecidas à CCJ, reiteramos os termos do relatório apresentado naquele Colegiado pelo Senador Rodolpho Tourinho.

Do voto.

Portanto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLS nº 247, de 2003, e, no mérito, pela sua aprovação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, apenas para prestar um esclarecimento em relação ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – De Roraima, que é bem longe daqui. Saí de lá ontem, de avião, à 1:30, e cheguei às 7:00.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas é Brasil, Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – É Brasil. E brigamos para ser brasileiros lá.

Os contratos, por exemplo, de empresas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, de onde são as indústrias que detêm maior poder econômico, são discutidos lá. Com relação aos contratos firmados em Roraima, o foro de eleição para discussão seria aqui. Desse modo, nosso consumidor sempre perdia porque não dispunha de recursos para vir discutir. O projeto foi direcionado para Roraima, mas serve para todos os Estados. Um baiano que assina contrato com um banco de São Paulo, o foro para discutir é em São Paulo. E, assim sendo, perdemos sempre. Se não há recursos, perde-se sempre.

Espero contar com a aprovação dos Srs. Senadores a fim de defendermos, mais uma vez, nossos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Votação nominal.

Darei início à chamada.

(Procede-se à votação nominal.)

Senador Gerson Camata – que acaba de chegar –, estamos em processo de votação do Item nº 6. Projeto de Lei nº 247, terminativo, que acrescenta o inciso VII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula a cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor. O Relator é o Senador Valdir Raupp.

Aprovado, com 9 votos.

Passamos ao Item nº 7.

Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2005, que altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta, a venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço a vista. Relator: Senador Nezinho Alencar, a quem passo a palavra.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, irei direto à análise porque é um pouco extenso o parecer.

Passemos, então, à abordagem do PLS nº 191, de 2005, sobre os parâmetros de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta vícios, porquanto observadas as regras pertinentes à competência do ente federativo, no que cabe à União legislar concorrentemente sobre direito econômico, produção e consumo, são os arts.

24, Incisos I e V, da Constituição Federal, e a iniciativa legislativa atribuída a qualquer membro do Senado Federal (art. 61 da Constituição), inclusive para o tema em análise, que não se insere entre aqueles de iniciativa privada do Presidente da República ou de outros titulares, previstos no texto constitucional.

Acerca da constitucionalidade material, o projeto também não apresenta vícios, porque a exigência de prática de preços distintos para a venda a vista e a prazo não inviabiliza por si a liberdade de iniciativa econômica.

Observado está na hipótese o princípio da proporcionalidade, tendo em vista que a restrição promovida fomenta a defesa do consumidor (art. 170, inciso V, da Constituição) e guarda **(falha na gravação)** com o objetivo de distribuir proporcionalmente entre fornecedores e consumidores os custos de riscos derivados da oferta do crédito.

Sr. Presidente, apresentamos uma emenda suprimindo os arts. 2º, 3º e 4º deste projeto de lei porque, em síntese, o autor do projeto apresenta uma série de penas um pouco pesadas para quem descumprir a lei. Reduzimos as penas previstas na lei, suprimindo os arts. 2º, 3º e 4º do PLS.

Solicitamos aos Srs. Senadores que aprovem o relatório.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o relatório do Senador Nezinho Alencar.

SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Gerson Camata, para discutir.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Tanto o projeto quanto o relatório são bem precisos e servem muito ao momento brasileiro. É comum os estabelecimentos comerciais obterem uma renda até maior no giro financeiro do que na venda de suas mercadorias, no principal objetivo daquele estabelecimento, que é o de vender tecido, bens de consumo humano, etc.

Assim, observamos contínua e freqüentemente esse tipo de promoção; ou seja, eles colocam um preço a vista e oferecem, como promoção, o pagamento em duas, quatro, seis vezes. Na verdade, não há desconto a vista, porque já estão embutidos, no preço da mercadoria, juros que ninguém sabe de quanto são para quem paga a vista. Se o pobre coitado não tiver cartão de crédito ou talão de cheques para pagar a vista, vai pagar ainda mais que os outros que pagaram a prazo. É uma crueldade fazer isso com pessoas que lutam com tanto sacrifício a fim de ter o direito de adquirir algum bem. Isso tem que ser disciplinado, inclusive com punição severa.

Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Vamos proceder à votação nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Está aprovado o projeto.

A emenda foi acolhida pelo Relator.

Os Srs. Senadores que têm o mesmo voto com relação à emenda, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Passamos agora ao Item nº 8. Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2003, que modifica o art. 37 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para ampliar as condições de criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas nos rios federais.

O Relator é o eminente Senador Gerson Camata, a quem concedo a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o enunciado do projeto que Exª acaba de ler já especifica o que pretende; ou seja, ampliar as condições de criação dos chamados Comitês de Bacias Hidrográficas nos rios federais.

Eu já havia feito um relatório de voto em separado contrário ao projeto. Vou direto à análise. Os Srs. Senadores poderão observar que para esse voto consultei técnicos da ANA – Agência Nacional de Águas, consultei técnicos de algumas ONGs, além, é claro, da consultoria do Senado Federal.

A análise que eu faço do Projeto é a seguinte: a política nacional de recursos hídricos instruída pela Lei nº 9.433, que votamos aqui em 97, tem como fundamentos, entre outros, o estabelecimento da bacia hidrográfica como unidade territorial para sua implementação e a gestão descentralizada dos recursos hídricos, que deve contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Nessa tarefa não cabe ao primeiro a iniciativa de estabelecer comitês, mas sim de participar do processo de articulação das comunidades. O Poder Público apenas vai subsidiar a organização desses comitês.

Conforme o modelo de gestão preconizado pela mesma lei, os Comitês da Bacia Hidrográfica são órgãos colegiados, com atribuições normativas, deliberativas e consultivas a serem exercidas na Bacia Hidrográfica de sua jurisdição. Neles são discutidos, com a participação de usuários e da comunidade envolvida, todos os temas relativos à matéria bem como a elaboração de proposta e a aprovação do plano de recursos hídricos da bacia. Em regra compõem esses comitês

representantes da União, dos Estados, no caso aqui do Distrito Federal e dos Municípios, conforme localização da bacia dos usuários da água e das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia hidrográfica.

A composição por Estado deve constar do regimento do comitê, ser proporcional às populações afetadas.

Segundo o texto em vigor, no Inciso II, art. 37, da mesma Lei, os comitês e bacias hidrográficas podem ter como área de atuação sub-bacia hidrográfica de tributária do curso de água principal da bacia, ou tributário do tributário. Isso significa que podem ser criados comitês para os rios até a terceira ordem. A proposição em exame pretende modificar o dispositivo, estendendo essa possibilidade para até rios de quinta ordem ou superior. Deve-se considerar que a bacia hidrográfica de um rio de quinta ordem ou superior está necessariamente inserida em outra mais ampla, correspondente ao rio de terceira ordem. Não há necessidade de se estender até a quarta ou quinta, porque se ele como subsidiário, já está aqui, ele estava na primeira, passou para a segunda e a terceira ordem.

Assim, áreas densamente habitadas, mesmo que situadas em bacias de rios de quinta ordem, terão sua representatividade assegurada pelos comitês na bacia, na medida do seu peso socioeconômico populacional.

Admitida essa possibilidade, para tirar um cano do rio vai ter que fazer uma bacia só para tomar conta daquele cano de água que saiu lá do rio. Imaginem como vai ser o problema.

Segundo atual sistemática, entidades representativas de setores das entidades civis de recursos hídricos, atuantes nessas regiões, poderão em articulação com o Poder Público, nas três esferas de Governo, propor a comissão do comitê de bacia hidrográfica do rio Corumbá, que é o que pretende o Senador.

Cabe ressaltar que tanto a bacia do rio Descoberto como a bacia dos rios Corumbá e Carumbá abrangem o Distrito Federal e Goiás, obrigando articulação desses Estados, mesmo que se alterasse o inciso. Quer dizer, não atingiria o objetivo pretendido pelo Senador.

Observe-se por fim que, segundo o Ministério da Integração Nacional, e diante das características da rede hidrográfica que abrange o Distrito Federal, a transposição de águas que hoje existe, entre as bacias dos rios Descoberto e Paranoá, em virtude da interligação do sistema de abastecimento do Descoberto e Santa Maria do Torto, seria tratada no âmbito de um mesmo comitê, o que pode favorecer decisões referentes ao saneamento básico da Capital Federal, uma das preocupações externadas pelo Senador, autor da proposição.

Desse modo, o PLS nº 3, de 2003, não parece oportuno, dado que ensejará uma fragmentação excessiva da instância de discussões relativas aos recursos hídricos.

Cumpre ressaltar, mais uma vez, que o fato de não ser possível a criação de comitês da bacia hidrográfica para os de quarta ordem ou superior, não excluem populações dessas bacias do debate demográfico que pretende (inaudível) ou exclui as populações residentes dessas bacias do debate democrático que deve marcar o gerenciamento das áreas.

O projeto, portanto, não tem nenhum efeito e, por isso, somos pela sua rejeição.

É o voto e o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o voto do Senador Gerson Camata. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos passar à votação nominal.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Aprovado o parecer, pela rejeição do projeto.

O Item 9 foi retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Heráclito Fortes.

Passamos, então, ao Item 10.

Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2004, que modifica o art. 6º da Lei nº 8.076, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre proteção do consumidor e dá outras providências, para assegurar a gratuidade do serviço de informação sobre os produtos e serviços fornecidos. Relator **SENADOR CÉSAR BORGES**.

Tem V. Exª a palavra, **SENADOR CÉSAR BORGES**.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, hoje esta Comissão está relatando várias questões favoráveis aos consumidores brasileiros.

Este projeto do Senador Rodolpho Tourinho é mais um que vem também ao encontro desta vontade do Congresso Nacional, de dar proteção aos consumidores brasileiros.

Sr. Presidente, esta matéria é de competência da União, está entre as atribuições do Congresso Nacional. Portanto, a iniciativa parlamentar é legítima, por força do **caput** do art. 61 da Constituição e ***(falha na gravação)*** do § 1º do mesmo artigo. Portanto, as ***(falha na gravação)*** legislativas ***(falha na gravação)*** é formalmente constitucional.

No mérito, é preciso reconhecer que realmente tem havido abusos na prestação de atendimento ao consumidor por telefone com prefixo 0300, caracterizado como serviço de valor adicional, conforme defi-

nição do art. 61 da Lei nº 9472, a Lei Geral das Telecomunicações.

O fato de haver ônus nessas ligações, ou seja, quando o consumidor liga para o 0300 ele paga, e esse custo não é baixo, ele recai integralmente sobre o consumidor. Isso não incentiva um atendimento célere e eficiente pelos fornecedores de produtos e serviços. Ao contrário, o alto custo das ligações desestimula a busca de esclarecimentos e de registro de reclamações por parte dos usuários de produtos e serviços, o que não se coaduna com a proteção que a Constituição confere ao consumidor. Ademais, o consumidor, como parte mais fraca da relação trilateral, que envolve o fornecedor dos serviços de valor adicionado, o fornecedor de serviços de telecomunicações e o próprio consumidor, não se encontra em posição de negociar preços e condições dos serviços prestados, papel mais adequado ao fornecedor, que pode em seu planejamento empresarial distribuir aos consumidores, por meio de incorporação ao preço do produto, os custos e os benefícios da negociação com a empresa de telecomunicações.

Esse serviço presta-se a maximizar o nível de satisfação dos consumidores na etapa conhecida como pós-venda da atividade empresarial, porque, muitas vezes, compra-se um produto e não se tem nenhuma assistência no uso desse, Sr. Presidente. Essa pós-venda é fundamental, porque serve como diferencial para a empresa que oferece uma boa pós-venda, fortalecendo a reputação e a sua marca. Contudo, cabe ao empresário avaliar se a vantagem competitiva que obterá com o serviço especializado de atendimento ao consumidor justifica os custos para isso.

Ao Estado compete fixar as regras mínimas para que o consumidor tenha acesso à informação e possa proteger os seus direitos e interesses, e não uniformizar o padrão dos serviços dos diversos fornecedores no nível de máxima qualidade e sem levar em consideração as inevitáveis diferenças existentes entre eles.

Portanto, por reconhecer como legítimas as preocupações que fundamentam esse atual projeto do Senador Rodolpho Tourinho, apresentamos três emendas, todas elas procurando aperfeiçoar. Uma acrescenta o parágrafo 3º do art. 61 da Lei nº 9.472; outra, o inciso XIV do art. 39 da Lei nº 8.078, para prever que não será de responsabilidade dos consumidores que os utilizarem, mas somente dos fornecedores que os oferecerem a remuneração pelo serviço de telecomunicação que dão suporte a serviços de valor adicionado, cujo objeto seja a recepção de reclamações referentes a vícios, defeitos de produtos ou serviços fornecidos aos consumidores, ou a prestação de informação sobre utilização desses mesmos produtos ou serviços, prevendo expressamente abuso da conduta do fornecedor que exigir do consumidor pagamento por esse serviço. E a última para propor unificação da cláusula de vigência, fixando para a data de publicação da lei eventualmente aprovada, a fim de fazer cessar o mais breve possível em detrimento dos consumidores; ou seja, que entre em vigor imediatamente.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação do PLS nº 19, do Senador Rodolpho Tourinho, com as emendas que aperfeiçoam o projeto a seguir:

– Emenda nº 1: modifica somente a ementa;

– Emenda nº 2: acrescenta o parágrafo 3º ao art. 61, tirando a responsabilidade desse serviço dos consumidores;

– Emenda nº 3: acrescenta o inciso XIV ao art. 39;

– Emenda nº 4: prevê que a lei entre em vigor a partir da data da sua publicação.

Esse é o relatório com o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Em discussão o relatório do **SENADOR CÉSAR BORGES**.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria de alguns esclarecimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem a palavra V. Exª, Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pergunto ao Relator sobre a emenda, porque uma preocupação ficou aqui.

V. Exª, **SENADOR CÉSAR BORGES** diz assim: "o consumidor não vai pagar a remuneração pelos serviços de telecomunicações que dão suporte a serviços de valor adicionado, cujo objeto seja a recepção de informações referentes a vícios ou defeitos de produtos ou serviços fornecidos a consumidores ou a prestação de informações sobre a utilização de produtos ou serviços".

A defesa do consumidor é fundamental, mas a única preocupação, **SENADOR CÉSAR BORGES**, é como vai ficar claro para quem vai receber a ligação, para quem vai fazer, quando vai fazer isso, como vai ser aferida essa questão, para não haver abuso nem de um lado nem do outro. Se alguém liga para realmente saber do serviço e depois diz que não e faz uma reclamação junto...

Estou colocando isso aqui porque não estou vendo clareza de como é que se vai aferir. Na verdade, estou mais levantando uma dúvida, que, se o Relator esclarecer, para mim ficará tranqüilo. Mas eu queria esse esclarecimento do **SENADOR CÉSAR BORGES**.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu não entendi bem a sua dúvida, porque o 0300, no momen-

to atual, é de responsabilidade de pagamento para o consumidor. Ou seja, você consome o produto, tem dúvida sobre ele – sobre algum defeito ou mesmo sobre o seu funcionamento –, liga e você termina pagando. E, quando você liga para o 0300, você passa longos minutos passando de uma pessoa para outra, de uma para outra e para outra e assim por diante, ouvindo, às vezes, até propaganda da própria empresa que, agora, nós aprovamos....

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – E que já votamos, aqui, para proibir isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso. Nós aprovamos, agora, a proibição dessa propaganda.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Exatamente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E o custo dessa ligação é quase que de interurbano, mesmo estando ao lado, próximo à fábrica. Então, o que se prevê é que esse serviço pós-venda seja de responsabilidade da empresa. Ela terá que fornecer o pós-venda. Se ela não o fornecer, simplesmente, ficará em desvantagem com relação às que fornecerem. Então, estamos, no Projeto do Senador Rodolpho Tourinho, exatamente tornando o 0300 de responsabilidade do produtor do equipamento ou prestador de serviço. É isso que ficará claro agora, a partir da legislação.

Não sei se esclareci as suas dúvidas.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu não entendi o que V. Exª chama de responsável pelo pós-venda, se é o comerciante ou se é o fornecedor do produto, o fabricante do produto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Exatamente. É o fabricante do produto e não o comerciante. Vamos supor que V. Exª tenha comprado um rádio. Não é responsabilidade da loja se V. Exª tem dificuldade sobre o funcionamento dele ou se ele apresenta qualquer outro tipo de dificuldade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Permite V. Exª que eu entre neste debate, **SENADOR CÉSAR BORGES**? (Pausa.)

Eu também estava em dúvida – pelo menos ainda em parte –, da mesma forma que a Senadora Ana Júlia Carepa. Acho que todos somos favoráveis a qualquer projeto que traz benefícios ao consumidor. Mas a dúvida é a seguinte: se você liga o 0800, quem paga é quem recebe a ligação. Não é isso?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Exatamente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Se você liga o 0300, quem paga é quem liga. Não é isso?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Exatamente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E quando você compra um produto e vai reclamar ou alguma coisa tem que ser no 0300. É isso? O pós-venda é depois que o produto chegou? E isso é porque a empresa não aceita mais o 0800? Não aceita mais?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não. Mas vai ser obrigada a aceitar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, o Projeto é para que a pessoa tenha opção de escolha. O parecer é para que?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O 0300 passará a ser, também, de responsabilidade do produtor, como se fosse o 0800.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Também não se paga; quem paga é a empresa?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Exatamente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ótimo. Eu não tinha entendido bem. Não tinha ficado bem claro. Então, tanto o 0300 quanto o 0800 ficam gratuitos para o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para o consumidor.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Os dois ficam gratuitos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Exatamente.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, é apenas para um esclarecimento. Normalmente, o problema do 0300 e do 0800 é das empresas de telecomunicações. A empresa que está usando o 0300 poderá ser obrigada a colocar o 0800 para ficar gratuito. Quer dizer, não é a companhia de telefone que será obrigada a mudar o 0300 para ficar gratuito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – De forma nenhuma. A companhia apenas presta um serviço de comunicação. Quem vai pagar é o fabricante.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – É o fabricante. Ele, então, vai pedir para substituir o seu 0300 em 0800.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Exatamente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ainda no debate – permita-me V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Desculpe-me o Senador Leomar Quintanilha, nosso Presidente, por essa intermediação.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Mas o debate é interessante.

V. Exª tem a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E se a empresa, após a venda, não acatar mais as ligações? É o seguinte: compro um relógio pelo 0800; o relógio não funciona, e eu ligo pelo 0300. A empresa, que já vendeu o produto e está vendo que ainda está tendo despesa com ligações, não atende ao telefone e, conseqüentemente, não dá a devida satisfação. Qual será a penalidade por isso? Qual a segurança que o consumidor terá, **SENADOR CÉSAR BORGES**?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O projeto do Senador Rodolpho Tourinho não prevê penalidade. Ele prevê apenas o serviço gratuito de atendimento às reclamações referentes a vícios ou a defeito dos produtos ou serviços adquiridos e para esclarecimento quanto à utilização desses produtos.

Ele modifica apenas o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro. Não sei se nela consta algum tipo de penalidade àqueles que não estiverem dentro disso que está previsto.

Confesso-lhe que isso não está dentro do projeto apresentado pelo Senador Rodolpho Tourinho, mas está previsto muito claramente que o serviço será gratuito no atendimento às reclamações, ou seja, não poderá ser cobrado do consumidor qualquer adicional por serviço telefônico referente a essas reclamações.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Perfeitamente, Senador.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Mantenho a dúvida neste sentido: uma empresa fornece um produto que quero adquirir e oferece um serviço 0300 para que eu tenha informações sobre ele. Adquiro o produto, mas ele está com vícios, está com problemas. Aliás, nós já aprovamos aqui, nesta Comissão, um outro projeto em que o Código do Consumidor garante – e o aperfeiçoamos ainda mais – que as pessoas tenham o direito de verificar o funcionamento dos produtos, se eles estão em perfeitas condições. Então, já garantimos aqui mais direito ao consumidor. Aperfeiçoamos o Código do Consumidor. Creio que foi na reunião passada que votamos isso e o Senador Valdir Raupp foi o Relator. Esse projeto veio da Câmara e nós o aperfeiçoamos.

Qual é a dúvida que tenho? E faço uma proposta para que possamos discutir melhor. A dúvida é: como será feita a diferenciação? Porque, se tenho que ligar para o mesmo número para fazer reclamação, como é que vamos dizer que esse não vai ser cobrado e o outro que usarei para pegar informação será? Essa é a dúvida.

Somos a favor, **SENADOR CÉSAR BORGES**. Acho correto; apenas estou sentindo dúvidas em relação à garantia disso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senadora Ana Júlia, veja bem, a lei é clara. A emenda é modificada para proibir a cobrança do consumidor de serviço de telecomunicações, que dê suporte a serviço de valor adicionado, cujo objeto seja a recepção de reclamações referentes a vistos ou a defeitos em produtos ou serviços, ou a prestação de informações sobre a utilização de produtos ou serviços, ou seja, não será possível cobrar ligações nesse sentido. O fabricante ou o prestador de serviço terá que oferecer um 0800 para esse tipo de serviço.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Talvez fosse melhor deixar claro isso.

Senador, a emenda, no **caput**, proíbe? Porque, se for proibido, tudo bem. Mas, se isso não for claro, seria não exigir do consumidor qualquer pagamento.

Quero só entender qual é o **caput**.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Qual a diferença? Para proibir a cobrança do consumidor.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É isso que está no **caput** do art. 39?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É isso.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Então é isso. É proibido. Então está bom.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para proibir a cobrança do consumidor de serviço de telecomunicações que dê suporte a serviço...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Tudo bem. Nós já estamos colocando aqui que a conseqüência disso é que o prestador de serviço terá que colocar um 0800. É isso? Talvez não seria mais claro ainda colocar isso na legislação, fazer uma outra emenda?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O 0800 é simplesmente uma questão da telefônica. Pode chamar 0800; pode chamar 0300.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim, é serviço gratuito. Um serviço gratuito apenas para os vícios, para os defeitos etc.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos colocar ordem no debate, para esclarecer.

Senadora, por gentileza, levante as dúvidas que V. Exª tem para que o Relator, o **SENADOR CÉSAR BORGES**, as responda.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Minha dúvida, concretamente, diz respeito à efetividade da legislação, ou seja, como colocá-la em prática. Ela é boa, mas o problema é que...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª quer saber quem tem que pagar o custo da ligação?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quem vai pagar e como isso vai ser colocado?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Quem vai pagar, se será o consumidor...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não, não, não. Isso está claro.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Qual é a dúvida de V. Exª?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – A dúvida é como vamos colocar em prática isso, Senador. A lei pode proibir, mas como vamos colocar isso em prática?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – **SENADOR CÉSAR BORGES**.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nós não vamos colocar em prática. Vamos fazer a legislação, e as empresas é que vão colocar em prática o que há na legislação. Estou informado de que há penalidades severas para aqueles que não cumprirem a Lei do Consumidor. Então, qualquer cidadão, qualquer advogado poderá acionar a empresa fornecedora do equipamento se existir essa cobrança.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Satisfeita, Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Satisfeita. Eram importantes esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para discutir, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, embora o Senador Rodolpho Tourinho não esteja aqui, quero cumprimentá-lo pela lei. O Senador Tourinho tem realmente criado inúmeras leis em benefício do consumidor. Também quero cumprimentar o Relator, **SENADOR CÉSAR BORGES**, pelo seu relatório e por sua preocupação em fazer com que os consumidores não sejam prejudicados. Aliás, está tirando mais um gasto do consumidor nacional.

Ainda quero dizer aos Senadores que eles criam códigos seguidamente: 0800, a empresa paga; 0300, o consumidor paga, e há também o 4001, que também é pago pelo consumidor. Essa lei prevê somente o 0300 ou também o 4001? As empresas vão achar um meio para fugir dizendo o seguinte: "para adquirir, ligue 0800; para reclamar, ligue 4001.

Existe o 4001. É a informação que nós temos.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Ao contrário, a lei não especifica qual é o número. Ela está proibindo a cobrança.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora Ana Júlia Carepa, para discutir.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Perdão. Sr. Presidente, estou apenas ajudando o Relator.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O cartão de crédito é 4001.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Estou muito satisfeito porque a Senadora Ana Júlia Carepa já está ajudando no meu relato.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para responder o questionamento do Senador Leonel Pavan, tem o **SENADOR CÉSAR BORGES** a palavra.

Senador Leonel Pavan, V. Exª já concluiu?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Exª é uma pessoa bastante democrática e nos dá liberdade para discutir. Aparentemente é uma lei simples, seria apenas proibir e pronto, mas não é assim porque eles acabam criando novos códigos. No caso de todos os cartões de crédito, o número para reclamar é o 4001. Parece-me que é isso.

O certo nessa lei, **SENADOR CÉSAR BORGES**, seria eliminar qualquer tipo de número que o consumidor tenha que pagar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra, o **SENADOR CÉSAR BORGES**.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Veja bem, o voto é com base na legislação, ou seja, no que foi apresentado pelo Senador Rodolpho Tourinho e nas emendas que fizemos.

Na ementa está bastante claro – elaboramos uma ementa até mais clara que a do Senador Rodolpho Tourinho –, está bem definido que a lei é para proibir a cobrança do consumidor dos serviços de telecomunicações que dêem suporte a serviço de valor adicionado, cujo objeto seja recepção de reclamações referentes a vícios e a defeitos em produtos ou a serviços ou a prestação de informações sobre a utilização de produtos ou serviços. Isso inclui os cartões de crédito. Agora, se for discriminar serviço por serviço, seria preciso relacionar centenas, talvez milhares, de serviços prestados. Não me parece que esse tenha sido o espírito do Senador Rodolpho Tourinho quando elaborou a legislação. Então, parece-me que está clara a legislação e que não se poderá cobrar pela ligação, valendo para o 0800,

para o 0300, para o 0200, não importa o número. Essa é uma combinação de entendimentos comerciais da telefônica com o produto oferecido com as diversas redes, mas não pode ser cobrado de forma genérica. Está bem explicitado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – **SENADOR CÉSAR BORGES**, na justificativa, está assim...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Leonel Pavan, aguarde a conclusão das explicações do **SENADOR CÉSAR BORGES**.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para concluir, na justificativa, o Senador Rodolpho Tourinho fala do 0800 e do 0300 como exemplos típicos, mas, no corpo da lei, S. Exª não coloca. Está genérico.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Presidência entendeu.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Esclarecido. A justificativa fala 0300, mas o §14 do art. 39 diz o seguinte: "exigir do consumidor qualquer pagamento por serviços cujo objeto seja a recepção de reclamações referentes a vícios ou defeitos em produtos ou serviços fornecidos a consumidores ou à prestação de informações sobre a utilização de produtos ou serviços". Quer dizer, são todos.

Peço escusas por ter ampliado o debate. Realmente é na justificação que é citado o 0300.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srªs e Srs. Senadores, congratulo-me com o autor, Senador Rodolpho Tourinho, e com o Relator, **SENADOR CÉSAR BORGES**. Tanto o projeto quanto o relatório são bem explícitos com relação à gratuidade de qualquer serviço de informação. Como bem disse o Relator, **SENADOR CÉSAR BORGES**, as empresas terão de cumprir a legislação. Não há como cobrar, a partir da aprovação dessa lei, por qualquer tipo de informação.

Congratulo-me também, Sr. Presidente, com o Senador Valdir Raupp pela aprovação do Item 5 da pauta, que também vem nessa direção, não permitindo mais a cobrança de ligações em que o consumidor pede informações e fica, todo o tempo, ouvindo publicidade. Todas as empresas de serviços estavam migrando para o 0300 e colocando sua publicidade. A partir de agora, só poderá haver publicidade se for gratuito o serviço no 0800.

São dois projetos que vêm ao encontro do interesse do consumidor. Parabéns ao Senador Valdir Raupp e ao **SENADOR CÉSAR BORGES**.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Encerrada a discussão.

Antes de passar à votação, informo aos Srs. Senadores membros desta Comissão que esta é a primeira vez em que esta Comissão vota matéria terminativa. Isso decorre da Resolução nº 1, de 2005, que nos conferiu a competência notadamente pelas questões envolvendo o meio ambiente, o que trouxe as matérias de caráter terminativo, dando, então, maior importância aos trabalhos desta Comissão. Votamos cinco matérias de caráter terminativo hoje.

Outra notícia: fiz chegar às mãos das Srªs e Srs. Senadores material oferecido pela Agência Nacional de Águas, relatório de suas atividades, em decorrência da visita que fizemos àquela agência, a seu convite, num café da manhã extraordinário, em que o Presidente e a sua Diretoria colegiada colocaram-se à disposição para um trabalho interativo com esta Comissão, informando-nos claramente sobre os propósitos dessa importante agência, que cuida de um dos insumos mais ricos e mais importantes deste século, a água.

Por último, informo a V. Exªs que amanhã esta Comissão estará reunida em conjunto com a Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Regional, atendendo a requerimentos da Senadora Ana Júlia Carepa e do **SENADOR SIBÁ MACHADO** em audiência pública que tratará do Plano da Amazônia Sustentável. Estarão presentes a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes.

Passemos à votação do Item nº 10, cujo Relator é o **SENADOR CÉSAR BORGES**.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Aprovado o projeto. Agora as emendas. Os Srs. Senadores que mantêm o voto com relação às emendas queiram permanecer sentados. (Pausa) Aprovadas.

Agradeço a presença de todos...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, a Senadora Ana Júlia Carepa e em seguida o Senador Flexa Ribeiro.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, estamos tentando fazer uma audiência pública, já foi aprovado aqui nesta Comissão, há propostas de haver, pelo menos, duas audiências públicas, que seriam em conjunto com outras duas Comissões, sobre

o Projeto de Gestão de Florestas. Essa daí, inclusive, sobre o projeto Amazônia Sustentável, foi solicitada há uns três meses. Eu queria fazer um apelo a V. Exª, como Presidente desta Comissão, que fizéssemos um esforço de reunir, de conversar, de dialogar com todos aqueles que estão pedindo audiência em todas as Comissões, porque, se não fizermos as audiências, o que vai acontecer? Como já foi aprovado no plenário, já foi lida a urgência do projeto – ele já está em regime de urgência –, vamos ter que votar o projeto sem ter as audiências. Para quem já está discutindo, como, por exemplo, nós já estamos discutindo há mais de um ano esse projeto, que, antes de vir para o Congresso Nacional, já foi objeto de discussão, de audiências, etc., mas, mesmo assim, quando foi para a Câmara dos Deputados, muitos Senadores, vários Senadores – eu, por exemplo, e o Senador Flexa Ribeiro, que participou de audiências públicas que a própria Câmara dos Deputados promoveu, através da Comissão da Amazônia, através da Comissão Especial –, nós até já temos uma visão e sabemos, inclusive, da importância disso para a Amazônia e, em especial, para o Estado do Pará, que vive uma crise terrível por conta de não ter uma legislação que ampare a exploração dos produtos florestais em terras públicas. Então, esse projeto, como já contém em seu bojo, porque foi objeto de várias emendas, uma fase de transição, então é urgente, principalmente para Estados como o Pará, cujo peso, na economia do Estado, desse setor produtivo é muito grande.

Então, estou fazendo este apelo, Sr. Presidente, para que possamos fazer e que seja do conhecimento dos Senadores. Inclusive, é um debate democrático. Temos um Relator frontalmente contrário na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já está com esse projeto há mais de um mês, já vai fazer dois meses que está na mão do Senador Mozarildo Cavalcanti, e S. Exª vive falando que não discute, que não se discute, mas está há dois meses na mão do Senador Mozarildo Cavalcanti, e as discussões, as audiências necessárias não são realizadas. Então, eu quero me dispor a fazer, seja segunda, seja sexta, seja de noite, o horário mais adequado, mas que façamos, antes que votemos o projeto em plenário, que sei que a grande maioria dos Senadores não vai rejeitar um projeto que é fundamental, principalmente para o setor produtivo, que trabalha com produtos da floresta.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora Ana Júlia Carepa, V. Exª tem razão. Acontece que uma reunião conjunta das Comissões não depende exclusivamente do desejo desta Comissão. Estamos, Senadora...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Então, só para concluir: se não conseguir conjunta, que façamos aqui na nossa, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora, estamos desenvolvendo gestões com as demais Comissões para que possamos marcar o quanto antes essa reunião. Sabemos exatamente da premência do tempo em razão da decisão do regime de urgência de sua tramitação. Creio que conseguiremos definir uma data o mais breve possível, como foi acertada esta aqui. Senador Flexa Ribeiro.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu queria então propor, Senador, sinceramente, que, se não conseguir esta semana fazer isso, porque já dia 15 termina o prazo, vamos ter um feriado no meio da semana que vem, façamos aqui nesta Comissão. E quem quiser nas outras comissões. Convidemos as outras comissões a participar. É essa a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu sugeriria a V. Exª, já que foi uma matéria deliberada pela comissão, que apresentasse um requerimento reformulando aquele pedido anterior que ao invés de ser conjunta que fosse realizada exclusivamente por esta comissão..

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente Leomar Quintanilha, Srªs e Srs. Senadores, quero fazer aqui um registro e um agradecimento. Tivemos a honra e o privilégio de contar com a visita do Presidente da Comissão de Meio Ambiente ao meu Estado, Estado do Pará, quando o presidente teve a oportunidade de visitar um projeto, que teve êxito, de agricultura familiar de 150 famílias assentadas em parceria com o governo do Estado e uma empresa privada, a Agropalma, em que como o testemunho dos assentados que prestaram não só ao Senador Leomar, que nos honrou com a sua presença, como ao **SENADOR SIBÁ MACHADO** também e ao seu assessor, o Dr. Fábio Vaz, a demonstração de que os assentados estão tendo êxito no seu trabalho e mais ainda a potencialidade que tem o Estado do Pará de ser, como já é hoje, o maior produtor de dendê do Brasil, mas podendo alcançar uma posição de destaque em nível mundial. E evidentemente que isto acontecendo, o Brasil, como país, terá também uma posição de destaque.

Quero fazer esse registro, agradecer mais uma vez ao Presidente, Senador Leomar Quintanilha, por ter ido até ao Pará, ter atendido a convite nosso, ter presenciado e testemunhado o projeto. Como também na audiência que tivemos com o Governador Simão Jatene em que o Senador Leomar, já com a presença do Senador Arthur Virgílio, teve oportunidade de conhecer o projeto de zoneamento econômico e ecológico

do Estado do Pará já aprovado por unanimidade na Assembléia Legislativa do Estado e que nós pedimos à Ministra Marina Silva, que incorpore, que aprove este projeto e possa ter o Pará como sendo o Estado que tem o domínio e o foco e a direção do seu desenvolvimento em função de um projeto de altíssimo nível, como os Senadores puderam testemunhar, de zoneamento e de exploração com responsabilidade ambiental das nossas riquezas florestais.

Ao encerrar, quero agradecer mais uma vez, Senador, pela honrosa presença de V. Exª em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, para mim foi um privilégio ter podido estar no Estado do Pará que V. Exª, juntamente com a Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Luiz Otávio, com tanta firmeza e singular brilho representam nesta Casa.

Deveras entusiasmado fiquei com o projeto que V. Exª teve oportunidade de me apresentar, onde ressalta a extraordinária potencialidade que tem o Pará e o Brasil de superarem as suas crises, suas dificuldades.

De fato, essa alternativa econômica através da palma, através do dendê, é algo que vai contribuir para que o Brasil supere as suas dificuldades. Não só de natureza econômica, mas sobretudo oportunizando os mais pobres, os mais necessitados, como vimos e ouvimos de uma manifestação muito clara, expressa por vários dos assentados de que estavam felizes e realizados com o empreendimento. Que dali poderão efetivamente tirar o sustento para a sua família e, mais do que isso, poder construir um futuro digno. Fiquei realmente muito interessado com as possibilidades que o Pará oferece a um dos graves problemas que o País enfrenta, não só a questão de natureza econômica, mas da absorção da mão-de-obra de uma quantidade de pessoas tão grande de pouca qualificação que vivem à mercê de oportunidade como esta que vi no seu estado.

Parabéns a V. Exª.

Por último, quero informar a esta Comissão que teremos uma reunião amanhã do grupo de trabalho constituído pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, e a Comissão de Assuntos Sociais. O grupo de trabalho destinado a discutir o PLS 216, de 2003, que dispõe sobre a exigência de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, seja ele importado ou fabricado no Brasil com os seguintes convidados: Senador Flávio Arns, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Valdir Raupp, **SENADOR CÉSAR BORGES**, Senador Marcelo Crivella, Senador Flexa Ribeiro, representantes do Ministério do Meio Ambiente, da Associação de Fabricantes de Pneus, da Associação Brasileira do Segmento de Reformas de Pneus e da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos, para que possamos encontrar uma orientação a ser definida por esta Comissão com relação ao PLS nº 216.

Esta reunião acontecerá amanhã, às 14 horas e 30 minutos, na sala de reuniões nº 9 deste Senado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, há pouco, fiz aquelas ponderações, e V. Exª solicitou que eu fizesse um requerimento.

Estamos elaborando o requerimento, mas não basta fazê-lo no computador. O que solicito a V. Exª? Farei um requerimento oral nos mesmos termos daquele requerimento, sendo da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a fim de que possamos definir os membros a serem convidados ainda nesta semana para a audiência. A proposta, inclusive, é realizarmos duas audiências: uma com os Governadores e com a Ministra, e outra com a participação de vários outros membros, com pessoas das atividades produtivas, com representantes dos trabalhadores e da sociedade.

Faço esse requerimento de forma oral para que seja aprovado, pelo menos, nesta Comissão. Se conseguirmos aprová-lo, ótimo. Se não, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, faço esse requerimento de forma oral.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora, o requerimento deve ser formalizado. Porém, para facilitar, faça um requerimento de aditamento ao requerimento que já foi aprovado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É mais simples.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª pode fazê-lo manuscrito.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Farei agora.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Perfeitamente. A Mesa aguardará para encerrar a reunião.

Eu gostaria de fazer um apelo aos Srs. Senadores para que comparecessem naturalmente a todos os trabalhos da Comissão, mas, particularmente, à audiência pública que realizaremos amanhã. Será uma oportunidade ímpar, pois contaremos com a presença da Ministra do Meio Ambiente. Vários assuntos que estão sendo abordados aqui envolvem uma manifestação, um pronunciamento da Ministra Marina Silva com relação ao meio ambiente, à gestão de floresta, ao desenvolvi-

mento sustentado das florestas, ao Código Florestal. Há uma pendência muito grande quanto ao Código Florestal, visto que a medida provisória está empratelleirada, estancada. Precisamos dar uma definição para isso e buscar alternativas para o aproveitamento desses recursos naturais que teremos. Também estará presente o Ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional. Tenho certeza de que S. Exª trará também vários subsídios, várias informações importantes para essa discussão, a fim de que todos nós possamos dar ao povo brasileiro resultados extremamente positivos.

Por último, eu gostaria de comentar novamente sobre a visita que fizemos, com a presença dos eminentes Senadores Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, – quem mais compareceu? – e Nezinho Alencar, à Agência Nacional de Águas. Talvez seja o insumo mais demandado neste século. Essa é a discussão que a Comissão deve travar de forma interativa com a Agência Nacional de Águas, o que certamente deverá trazer uma contribuição muito grande.

Senador Flexa Ribeiro, V. Exª representa um Estado onde há abundância desse recurso, mas nem por isso pode permanecer ao largo das discussões em razão da exigüidade desse recurso, de forma muito clara, como se apresenta nas discussões que envolvem o tema. O uso da água precisa realmente ser regulamentado.

Sobre a mesa, requerimento de aditamento apresentado pela Senadora Ana Júlia Carepa, que propõe – e uma vez não sendo possível – a realização, em breve espaço de tempo possível, da audiência pública para cuidar do Projeto de Gestão de Florestas, que seria realizada conjuntamente com a Comissão de Agricultura...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Comissão de Assuntos Econômicos e CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a Agricultura, não. Comissão de Assuntos Econômicos e CCJ. Que ela seja realizada por esta Comissão.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Se nenhum das Srªs e dos Srs. Senadores desejar usar da palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, propus os nomes, mas me disponho a conversar com todos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Vamos discutir. É importante que fiquem abertos os nomes para que possamos ampliar e realizar o mais breve possível essa reunião.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Isso, isso. Exatamente. Queremos o máximo possível promover um diálogo do qual todos possam participar e expor suas posições.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Perfeitamente. Ficando abertos facilita. Diminui a discussão e facilita a realização da audiência, Senadora.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 37 minutos.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 20ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS-CAE, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA-CCJ, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, DO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 09:30 HORAS.

Às nove horas e cinqüenta e dois minutos do dia treze de setembro de dois mil e cinco, a Sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador LUIZ OTÁVIO, **reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores** GILBERTO GOELLNER, TEOTÔNIO VILELA FILHO, FLEXA RIBEIRO, NEY SUASSUNA, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO, IDELI SALVATTI e OSMAR DIAS. **Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se então a audiência pública com a finalidade de instruir o** PLC nº 62, de 2005, **que "dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do ministério do meio ambiente, o serviço florestal brasileiro – SFB; cria o fundo nacional de desenvolvimento florestal – FNDF; altera as leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12**

de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências", em atendimento aos requerimentos nº 33-CAE/2005, de autoria do SENADOR SIBÁ MACHADO, nº 28-CMA/2005, de autoria dos Senadores SIBÁ MACHADO e FLEXA RIBEIRO e da senadora ANA JÚLIA CAREPA, e nº 12-CCJ/2005, de autoria da Senadora SERYS SLHESSARENKO. A reunião realizada com a presença dos Senhores João Paulo Ribeiro Capobianco, ***Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente***, Paulo José Prudente de Fontes, ***Engenheiro Florestal e Analista do Ibama*** **(representando o Presidente da Associação de Servidores do Ibama, Sr. Jonas Moraes Correa),** Justiniano de Queiroz Netto, ***Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará – Fiepa e Vice-Presidente da União das Entidades Florestais do Pará – Uniflor***, André Lima, ***Advogado do Instituto Sócio-Ambiental – ISA e representante do ISA no Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.*** **Foi deliberado pelas três comissões a realização de mais uma audiência pública na próxima terça-feira, dia 20/09/2005, às 9:30 horas, com a participação dos demais convidados que não puderam comparecer nesta presente data. Foi aprovado, ainda, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, o requerimento nº 36/2005-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, requerendo nos termos regimentais, sejam encaminhados ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, os ofícios nºs 2005028 e 2005030, de autoria da Associação Brasileira dos Citricultores – associtrus, e requerendo, também, que o CADE adie o julgamento do caso da venda da *Cargill*. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.**

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

Notas taquigráficas da Reunião realizada em 13.09.2005

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a 28ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a 20ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e extraordinárias da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em conjunto no dia 13 de setembro, terça-feira, às 9 horas e 52 minutos, na Sala de Reuniões nº 19, na Ala Alexandre Costa.

Audiência pública com a finalidade de instruir o PLC nº 62, de 2005, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. Institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro, SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, FNDS; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972; a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1968; a Lei nº 4.771, de 15 de dezembro de 1965; a Lei nº 6.838, de 31 de agosto de 1981, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências, em atendimento ao Requerimento nº 33, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do **SENADOR SIBÁ MACHADO**; ao Requerimento nº 28, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de autoria dos Senadores Sibá Machado e Flexa Ribeiro e da Senadora Ana Júlia Carepa; e ao Requerimento nº 12, de 2005, da Comissão de Constituição e Justiça, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Convidamos o Sr. Dr. João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Dr. Paulo José Prudente de Fontes, Engenheiro florestal e Analista do Ibama; o Sr. Justiniano Queiroz Neto, Diretor da Fiepa, da Federação das Indústrias do Estado do Pará e Vice-Presidente da Uniflor, para fazerem presença e iniciarmos a nossa audiência pública.

Convido também o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Leomar Quintanilha.

Aproveito a oportunidade para propor a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores dessas respectivas Comissões.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Ficam aprovadas as atas das reuniões anteriores.

Iniciando os nossos trabalhos, a nossa audiência pública, passo a palavra ao Sr. Capobianco, o homem mais esperado aqui.

Sente-se lá, na ponta esquerda, por favor.

O Secretário, Dr. Gonzaga, se inscreveu; o Senador Valdir Raupp encontra-se também, e o Relator do projeto, Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra ao Dr. João Paulo Ribeiro Capobianco, para sua exposição.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Exmº Sr. Senador Luiz Otávio, Senador Leo-

mar Quintanilha, demais participantes da Mesa, Srªs e Srs. Senadores presentes, bom-dia a todos. Antes de dar início, eu gostaria de consultá-lo sobre como vamos proceder na apresentação, qual é o prazo da apresentação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, só para fazer um favor: conheço o Dr. Capobianco e os outros, mas seria bom que eles se identificassem, inclusive as atividades que exercem, para fazermos a ligação com o processo que se discute aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Por orientação do Presidente Leomar Quintanilha, são 20 minutos de exposição. Aqui é ditadura mesmo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL–SP) – Mas acho que é muito. Depois, haverá questionamentos. Poderia ser um pouquinho menos, para dar tempo aos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Por decisão do Senador Jefferson Péres, que é o Relator, serão 15 minutos.

Registro também a presença do Dr. André Lima, advogado do Instituto Sócio-Ambiental e representante do ISA no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Pois bem, sou João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, aqui representado o Ministério do Meio Ambiente.

Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, eu gostaria de agradecer a oportunidade, mais uma vez, de trazer esclarecimentos a respeito do projeto de lei que trata da gestão das florestas públicas, projeto esse que tramitou na Câmara dos Deputados, sofrendo um processo intenso de audiências públicas e consultas, para ser finalmente aprovado no primeiro semestre, naquela Casa. Agora estamos aqui com o projeto sendo debatido no Senado, e temos certeza de que vamos ter um encaminhamento muito positivo, pois o projeto marca um novo paradigma, fundamental para a gestão das florestas públicas no território nacional, em especial na floresta Amazônica.

Nesse tempo curto, farei uma apresentação sintética dos principais pontos e, na seqüência, evidentemente de acordo com o interesse, as Srªs e os Srs. Senadores aqui presentes poderão fazer todos os esclarecimentos necessários.

Uma questão fundamental para se estabelecer de início foi a motivação de elaborar o projeto de lei de gestão de florestas públicas. Essa motivação surgiu da constatação – que não é nova, é uma antiga constatação –, da percepção de que temos no território nacional, em especial na Amazônia – muito importante em função de ser a maior floresta tropical contínua do planeta e a maior área de floresta contínua no Brasil – grande parte do território como terras públicas, terras recobertas de florestas públicas.

Essa característica da Região Amazônica não é uniforme em todos os Estados. Temos o caso do Estado de Mato Grosso, que possui uma área já titulada significativa, o caso também de Rondônia, com uma área também importante, mas quando analisamos o Estado do Pará, o Estado do Amazonas, todos os Estados mais ao Norte, como Amapá e Roraima, constatamos uma grande área, uma extensa área de terras públicas, estaduais e federais, nas quais temos a maior parte da Floresta Amazônica ainda conservada. Essa questão nos remeteu a uma discussão muito significativa: como o Poder Público poderia, à luz dos instrumentos legais vigentes, fazer a gestão responsável desse imenso patrimônio. Ora, na realidade, ocorre que, por impedimentos legais, o Poder Público não pode permitir ou promover o acesso a determinadas áreas de florestas públicas. A nossa legislação veda essa possibilidade. O Poder Público não pode, a exemplo do que lhe é permitido fazer com outros bens e patrimônios da União, dar este uso às florestas públicas: não pode conceder, nem autorizar sua utilização, a não ser no modelo atual de concessão, que não atende às especificidades de uma gestão sustentável e responsável de florestas nativas.

Nesse sentido, o primeiro passo que demos foi promover uma discussão, com diferentes setores da sociedade, do Parlamento, do Governo Federal e dos governos estaduais, sobre a possibilidade de termos uma legislação no Brasil que permitisse ordenar o que chamamos de gestão desse patrimônio, das florestas, o que seria, por si só, uma mudança histórica. Ao longo da nossa história, desde o período colonial, o que se fez no País foi titular, transferir patrimônio público para o setor privado, a fim de que este pudesse desenvolver sua atividade econômica produtiva. Mas essa titulação sempre considerou a terra. Isto marcou a nossa história: a transferência de terra, sua titulação, a venda e o repasse de terras, em diferentes modalidades.

O que propusemos, aprovado na Câmara e agora no Senado, foi a mudança nessa perspectiva para que pudéssemos, com o Poder Público, seja na instância federal, estadual ou municipal, por instrumentos adequadamente elaborados e com todos os mecanismos

de controle social e de planejamento, fazer a gestão não da terra, mas da floresta pública, ou seja, tornar a floresta pública um ativo da sociedade brasileira sem que fosse necessária ou obrigatória sua transferência a terceiros, indivíduos ou empresas privadas. Essa foi a motivação.

Ao longo desse período, o projeto recebeu inúmeras contribuições – houve dezenas de debates e de audiências públicas – e o resultado a que chegamos, que hoje está em debate nesta Casa, apresenta questões que eu gostaria, de forma muito sintética, de expor às senhoras e aos senhores, porque são ferramentas muito importantes. Primeira questão: é necessário eliminar algumas simplificações trazidas à opinião pública ao longo dos debates, como forma de facilitar a comunicação.

Participei de várias discussões com jornalistas e editorialistas, sempre buscando explicar-lhes que a forma como o projeto de lei vinha sendo apresentado era simplificada, o que induzia a uma concepção equivocada. A resposta que sempre recebi é que, por a questão ser muito complexa, a simplificação é necessária para que haja entendimento. Daí surgiu aquela história de aluguel ou de concessão de florestas. Esse projeto ficou sendo tratado como se fosse um projeto de concessão de florestas. Aproveito para, perante as Sr[a]s e os Srs. Senadores, resgatar essa questão que considero fundamental. Não se trata de projeto de concessão de florestas, mas de gestão de florestas públicas. Qual é a diferença? É apenas semântica? Esclareço que não é uma diferença semântica, porque a concessão é a última hipótese numa cadeia, num encadeamento de procedimentos que uma floresta pública, obrigatoriamente, estará sujeita na sua gestão.

A primeira questão fundamental, quando o Poder Público irá discutir a gestão de uma determinada floresta pública, a primeira questão que, obrigatoriamente, a lei obriga o Poder Público a tratar é sobre a sua importância do ponto de vista da conservação ambiental ou da proteção de comunidades tradicionais. Ou seja, antes de se pensar em qualquer hipótese de uma concessão, uma floresta pública precisa, primeiro, passar por uma avaliação sobre a sua relevância ambiental, a sua fragilidade ambiental ou a pertinência de que essa área de floresta seja convertida em uma unidade de conservação. Este, então, é o primeiro ponto a ser observado. Quer dizer, apenas após a verificação de que esta área não possui nenhum atributo ambiental, biológico e ecológico específico e não apresenta nenhuma fragilidade ambiental que exija a sua proteção como uma unidade de conservação, é que se pode passar para o ponto seguinte, que é a análise da sua vocação.

Eu quero destacar, aqui, que, a unidade de conservação – uma reserva – não é necessariamente apenas para a proteção da biodiversidade. Nós temos as reservas extrativistas, nós temos as reservas de desenvolvimento sustentável, que são categorias de unidade de conservação destinadas à proteção e ao desenvolvimento de comunidades locais. Então, evidentemente, este é um ponto fundamental também para o Projeto de Lei. Não é possível e o Projeto impede qualquer iniciativa no sentido de se pensar em uma concessão, numa área onde há atividade, onde há uma comunidade de população tradicional que exerça, ali, as suas atividades econômicas e a sua atividade de desenvolvimento social. Portanto, esta, também, é uma exigência que o Projeto de Lei faz.

Após esta análise e com a terra, digamos assim, livre e com aquela floresta livre de obrigatoriedade que a lei estabelece – da criação de uma unidade de conservação, seja de proteção integrada para proteger a biodiversidade e os tributos naturais, seja uma proteção de comunidade tradicional, é que se pode pensar na hipótese de que esta área possa ser objeto de um uso de determinados produtos – madeireiros e não-madeireiros. Esse é um outro aspecto fundamental. O Projeto de Lei estimula o uso dos recursos não-madeireiros. Esses recursos não-madeireiros se traduzem em um enorme leque de subprodutos da floresta que vem crescendo e que é papel do Poder Público, inclusive estimular a criação desse enorme leque de potencial – frutos, essências, látex, folhas, plantas medicinais, princípios ativos – um conteúdo enorme de possibilidades que nós estamos apenas iniciando no nosso Brasil.

Essa destinação só poderá ser feita – e, aí, outros filtros a lei apresenta – em áreas aonde seja viável essa atividade, seja do ponto de vista de acesso, seja do ponto de vista de possibilidade de escoamento da produção. Quer dizer, não se prevê e não se permitirá a definição de áreas de uso em determinadas regiões da Amazônia em pontos onde não haja infra-estrutura, não haja acesso viável e que isso estimule, inclusive, a implementação de obras de infra-estrutura que poderiam prejudicar a floresta.

Então, você tem um conjunto de filtros onde, no final, passando por todas as etapas, você pode, efetivamente, naquelas áreas que ofereçam condições e que apresentem potencialidades, onde haja viabilidade econômica e de infra-estrutura existente, fazer essa concessão. E essa concessão está sob um procedimento e um ritual extremamente consistente no sentido de garantir transparência, conhecimento público, debate e consulta pública para que esse plano se dê de forma aberta e, ainda, vários mecanismos que fo-

ram introduzidos na lei que impedem a monopolização, quer dizer, uma determinada área que possa ser objeto e seja onde haja as condições adequadas para que ela possa sofrer uma análise de concessão. E aquela área terá que ser subdividida em lotes de diferentes tamanhos, a fim de garantir que a diversidade de atores econômicos que atuam na Amazônia, da pequena cooperativa, associação de moradores, pequenas, médias e grandes empresas possam atuar, proibindo-se que um mesmo interessado ganhe naquela mesma área diferentes lotes e, portanto, monopolize o processo de exploração.

Então, o que nós entendemos é que esse projeto traz um conjunto de regras extremamente consistentes, com controle social extremamente bem definido, que permitirá uma mudança na nossa história, permitirá que o Poder Público possa, com responsabilidade, sob critérios rígidos de controle e fiscalização, permitir que determinados produtos da floresta amazônica sejam acessados gerando emprego e renda, valorizando a floresta em pé. Esse é o segredo.

Além disso, o projeto institui o Serviço Florestal Brasileiro, que fará a gestão desse processo, enquanto o Ibama permanece com as suas prerrogativas de licenciar, aprovar e fiscalizar. Ao mesmo tempo, o Poder Público cria o Fundo de Desenvolvimento Florestal, que também é algo fundamental, está vinculado ao projeto. Todos os recursos oriundos da arrecadação pelo acesso a produtos da floresta irá irrigar esse Fundo, sendo que, no caso de florestas públicas federais, 30% dos recursos vão direto para o Município onde a floresta se encontra, mais 30% vão direto para o Estado onde a floresta está localizada. O objetivo disso é valorizar a floresta para os entes da Federação, mesmo que aquela floresta seja pública federal, o Município terá uma participação financeira importante, o Estado também. E o restante, 40%, será dirigido, parte ao fortalecimento do Ibama, ao apoio às atividades de fiscalização e controle que o Ibama terá que exercer para garantir a boa atividade do projeto, e parte para o desenvolvimento florestal , o apoio às pequenas comunidades, elevação de manejo, ou seja, estimular esse processo de forma consistente.

Portanto, encerrando, Senador Quintanilha, agradeço mais uma vez a oportunidade, de forma muito sintética tentei apresentar os pontos básicos que estão em debate na sociedade e estou à disposição para esclarecer todos os detalhes que os senhores julgarem pertinentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecendo a exposição do Sr. Capobianco, passamos a palavra ao Sr. Paulo José Prudente de Fontes, Engenheiro Florestal e Analista do Ibama, representando aqui o Sr. Jonas Morais. Tem V. Sª a palavra por 15 minutos também.

O SR. PAULO JOSÉ PRUDENTE DE FONTES – Bom-dia a todos. Eu queria, em nome dos servidores do Ibama, agradecer o convite para participar desta audiência pública ao Senador Leomar Quintanilha, ao nosso Relator Senador Jefferson Péres, e aos colegas aqui da Mesa.

Farei uma rápida apresentação, Senador, porque considero que ficaria mais fácil e mais objetiva. Posso falar daqui mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Fique à vontade.

Temos também a Senadora Ana Júlia como Relatora da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle desse projeto.

O SR. PAULO JOSÉ PRUDENTE DE FONTES – Eu queria rapidamente, então, tentar colocar alguns pontos da preocupação que nós, servidores do Ibama, temos com relação a esse projeto de gestão de florestas públicas.

Na verdade, as formas de acesso ao recurso florestal que hoje temos, principalmente na região amazônica, é o desmatamento legal, esse desmatamento autorizado, o manejo florestal em áreas privadas, o manejo florestal em áreas protegidas, originário de produtos de florestas nacionais, estaduais e mesmo resex, as florestas plantadas, os reflorestamentos – isso falando em todo o País agora –, as áreas públicas com assentamentos florestais e, agora, a possibilidade das concessões florestais. Bem, ficou em vermelho ali, não está aparecendo, mas áreas públicas ali, no caso, seria o desmatamento ilegal e a questão da grilagem de terras, que é realmente um problema seriíssimo. É o que esse projeto pretende, além da questão da gestão; ou seja, resolver, segundo as justificativas do encaminhamento do projeto.

O projeto traz, nas suas disposições preliminares, a gestão de florestas públicas para produção sustentável, os órgãos responsáveis, a criação do serviço florestal brasileiro e as disposições transitórias finais. São praticamente cinco títulos distribuídos nesses temas.

Quanto aos princípios e conceitos que devem nortear a gestão de florestas públicas, esse projeto traz praticamente três conceitos básicos, e é importante destacá-los: a questão do manejo florestal. Na verdade, não há muita novidade com relação ao que o projeto apresenta e com o manejo que já está estabelecido e colocado hoje para as atividades feitas junto à iniciativa privada. Mas há o conceito de floresta pública e o conceito da concessão florestal.

No caso do conceito da concessão florestal, uma grande preocupação que temos com relação a isso é o fato de se permitir de imediato, num primeiro momento, que a concessão seja feita via consórcio. Nós entendemos que não deveria ser dessa forma, justamente porque é uma coisa nova. Nós não temos experiência ainda, no País, com relação a esse processo de concessão florestal, e, de imediato, já se abre a possibilidade de se fazerem grandes consórcios para exploração. Acreditamos que isso seja um grande risco.

Com relação às florestas públicas, entendemos que seria importante que o conceito de floresta pública fosse vinculado à questão dentro de unidades de conservação. Assim, teríamos muito mais condições de acompanhar e desenvolver todo esse processo. Nós achamos muito arriscada a forma como isso está sendo apresentado.

Gostaria de mostrar só aquele gráfico da situação fundiária da Amazônia Legal. Esse é um gráfico importante para que possamos entender o nosso questionamento aqui.

Com relação à situação fundiária na Amazônia Legal, esse projeto novamente propõe que cerca de 47%, hoje, mais de 200 milhões de hectares, consideradas hoje terras devolutas ou terras em disputa, em princípio, sejam transformadas, "na caneta", em florestas públicas. Nós sabemos os problemas e as dificuldades que se têm com toda essa situação. Nós não teríamos a mesma situação com relação às áreas protegidas e às áreas privadas. De repente, praticamente metade da Amazônia é transformada em floresta pública, com todas as dificuldades que se terá de gestão sobre todo esse patrimônio. Por isso é que nós insistimos que, no conceito de floresta pública, deveria ser considerada a criação de unidades de conservação; ou seja, restrita às unidades de conservação.

Falando ainda das unidades de conservação, eu queria, rapidamente, falar sobre a questão das Flonas. O próprio Código Florestal de 1965 já estabelecia, em seu primeiro artigo, que as florestas existentes no território nacional são bens de interesse comum a todos os habitantes do País. Com relação a essa história de se dizer que esse projeto é para que floresta continue floresta, nós já temos isso na legislação há pelo menos mais de 40 anos. O código, visando também coibir a exploração predatória e a assegurar o suprimento de matéria-prima, em bases sustentáveis, previu a criação de florestas nacionais, estaduais ou municipais, há mais de 40 anos. Recentemente, em 2000, a Lei do Snuc, atualizou, vamos dizer assim, o conceito de florestas nacionais, permitindo, na verdade, uma destinação muito mais abrangente no sentido de envolver a questão da pesquisa científica e do uso múltiplo dos recursos das florestas nacionais.

Então, em questão de legislação, na verdade, já tivemos esse cuidado há muito tempo. O que está faltando é a execução, o cuidado, a fiscalização, o monitoramento com relação a essa questão dessa legislação sobre as florestas.

Este é um quadro das florestas nacionais que temos hoje no país: são cerca de 69 florestas, totalizando uma área de 18,5 milhões de hectares. É claro que, praticamente, 99% dessa área está localizada na região Norte – é o grande potencial com relação às florestas nacionais, mas temos áreas distribuídas em todo o país. Certamente, grande parte dessas áreas não seria hoje disponível para a produção sustentada no sentido de produção madeireira. Teria muito mais um uso múltiplo e outras funções que as Flonas têm, que não é só produzir madeira.

O projeto apresenta, quando se refere à gestão de florestas públicas para a produção sustentável – porque esse é o tópico, esse é o ponto que o projeto trata – praticamente da gestão direta, da destinação às comunidades e do regime de concessões. Na questão da gestão direta, que são os modelos da Austrália, Estados Unidos e das Flonas aqui do Brasil, gestão direta no sentido da terceirização de serviços é uma forma mista, não é o Governo ou o Estado fazendo tudo, mas, em parte, fazendo toda a sua gestão... O que sempre faltou foi, realmente, uma regularização para viabilizar os serviços terceirizados. Fizemos um projeto piloto na Floresta Nacional de Tapajós justamente para testar esse tipo de atividade e para ver quais os problemas e quais as dificuldades. E um problema sério que temos é justamente a questão da Lei 8.666, que é a Lei das Licitações, que, para a questão do recurso florestal, é realmente complicada e precisaria de uma flexibilização.

Mas vemos agora no projeto uma abertura bem maior do que a que entendemos como necessária. Aí vem todo um regime de concessão. Infelizmente, não teremos tempo de abordar cada tópico, mas, no Plano Anual de Outorga, ele solicita uma anuência prévia, edital licitação, contrato de concessões, preços florestais, o trato do Fundo Nacional, as auditorias e as concessões em florestas estaduais, nacionais e municipais.

Entendemos que o projeto traz no bojo a cultura do excesso de regulamentação, sem, contudo, propor um uso adequado e eficiente dos instrumentos de implementação de gestão florestal. Infelizmente, não temos tempo aqui de abordar cada tópico, mas queria aqui destacar algumas coisas. No geral, a concepção do projeto, no nosso entendimento, é que se trata praticamente de instrumento de comando e controle. Ou

seja, é controle direto, é acompanhamento, é fiscalização, é sanção, se cumpriu ou não as normas e os padrões estabelecidos. Aí há os estudos de impacto, todos os estudos que são propostos no projeto, licenciamento, extinção de contratos.

Infelizmente, seria uma grande oportunidade para um projeto de gestão de floresta pública vermos instrumentos econômicos de gestão ambiental com o objetivo de alcançar metas ambientais por meio de incentivos ou não incentivos, via sistema de preços – taxas, impostos, multas, subsídios. Não vemos isso com clareza, e essa seria uma grande oportunidade de viabilizar, porque, em termos de legislação, nós temos dificuldades, porque a nossa legislação não é ruim, mas ela não consegue ser implementada em campo e não há o cumprimento dela na questão ambiental.

Estamos vendo a degradação toda que está acontecendo. As críticas que aparecem hoje em qualquer literatura técnica, com relação a essa questão de comando e controle, são basicamente estas: a incapacidade de as agências ambientais de aplicar as leis por falta de estrutura, por falta de recursos; instrumentos limitados sem a capacidade de gerar recursos econômicos suficientes; o fato de um eventual recurso arrecadado ir para um fundo governamental. Quer dizer, isso desmotiva a agência. No caso, o órgão, o Ibama, que seria o executor disso, faz todo o trabalho, mas a arrecadação de tudo vai para um outro fundo, que, a princípio, não participaria. Isso não se refere apenas ao Ibama, mas falo dos órgãos estaduais também. A complexidade da lei encarece o processo de controle e monitoramento e pode estar acima da capacidade administrativa do órgão executor. Vou tentar falar disso rapidamente.

A experiência internacional em concessões, em sua maioria, não foi bem- sucedida. É importante destacar isso. Os Governos não alcançaram a remuneração desejada e falharam no controle e monitoramento da exploração sustentável. Dois exemplos aqui: nas Filipinas, o Governo arrecadou cerca de 16%; e, na Indonésia, 38% daquilo que estava previsto. Portanto, o Governo tem falado em somas, em cifras grandiosas, mas a experiência internacional mostra que não se consegue, ou não se tem conseguido, arrecadar nessas condições. Junto a isto, ocorreu uma perda de grande parte das florestas tropicais nos países asiáticos, que são os principais produtores mundiais de madeira tropical. Por que seria diferente aqui? Temos que avaliar isso e ter, realmente, essa preocupação.

O próximo quadro mostra áreas e tempos de concessão em alguns países. Podemos observar que, normalmente, os países – mesmo as Filipinas, o Gabão e a Indonésia – têm a preocupação de não estender muito os prazos de concessão. Vemos, no máximo, 20 a 40 anos, e esse projeto começou com 60 anos. Depois de muita discussão, conseguimos, na Câmara, reduzir para 40 anos, mas acreditamos que ainda é muito, neste País, começar um processo de concessão com 40 anos. O porquê disso, tecnicamente poderemos discutir depois.

O projeto traz os órgãos responsáveis.

Como poder concedente, o Ministério do Meio Ambiente; os órgãos do (?), responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental, seriam, no caso, o Ibama, órgão federal, quando se tratar da questão federal, e os órgãos estaduais, quando for o caso das concessões estaduais; o órgão consultivo seria, no caso, uma recém-criada Comissão de Gestão de Florestas Públicas. Não entendemos, pois, já que foi criada uma Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas, o Conafor, por que não ser esta Comissão o órgão consultivo e por que a necessidade de se criar uma outra comissão? Finalmente, há o órgão gestor, que é a proposta de se criar o Serviço Florestal Brasileiro.

Não vou aprofundar-me, porque não teríamos tempo, mas gostaria apenas de dizer que o Serviço Florestal Brasileiro, com relação à proposta inicial, foi muito esvaziado no processo que ocorreu na Câmara e ficou restrito exclusivamente à gestão de florestas públicas, quando a proposta era muito maior. Ele é dirigido por um conselho diretor e há, ainda, a questão dos seus servidores, que não quero comentar, porque a situação mudou, era o que estava sendo previsto anteriormente, portanto, podemos passar e há autonomia financeira por contrato de gestão e desempenho.

Queria aqui, rapidamente, se for possível, tentar analisar essa comparação, porque o Ministério tem alegado que o Ibama não perde nenhuma competência com a criação do Serviço Florestal Brasileiro. Apresento aqui o que é competência do Ibama e o que é competência do Serviço Florestal Brasileiro. Infelizmente, não ficou muito destacado, mas, tirando a parte da competência do Serviço Florestal, que está destacada em vermelho e que seriam exercer as funções de órgão gestor da concessão florestal, criar e manter um sistema de informações florestais e cadastro geral e gerenciar o cadastro nacional de florestas nacionais, todas as outras competências o Ibama já tem. Já são competências da sua Diretoria de Floresta.

Na verdade, estamos, sim, esvaziando a competência do Ibama, no caso daquilo que é direcionado à Diretoria de Floresta. O mais importante é que o que é da competência do Serviço Florestal Brasileiro, como apoiar o treinamento, capacitação técnica nas atividades florestais, manejo florestal e exploração de serviço, dos vários centros especializados do Ibama,

há, pelo menos, dois que poderiam muito bem exercer essa função, desde que houvesse recursos destinados a eles: o Cenaflor, Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal, e o próprio Laboratório de Produtos Florestais.

A questão é: se o Ibama tem essa competência, por que não tem feito esse trabalho de fomento, de capacitação e treinamento, fundamental para a atividade florestal nesse País? O próximo quadro explicaria um pouco essa questão. Ele tenta mostrar o que aconteceu, desde 1891, com relação às fases e às instituições públicas responsáveis pela gestão dos recursos florestais no Brasil, e mostra que o Serviço Florestal Brasileiro foi criado em 1921, estendendo-se até 1962.

Gostaria de chegar à fase 3, quando houve a criação do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente. Talvez aqui esteja uma explicação do motivo pelo qual o Ibama, hoje, não cumpre aquilo que está na sua competência. Na verdade, não houve, durante todos os seus anos de existência, um fortalecimento nessa questão da implementação; houve, isto sim, a ausência de uma política florestal. Desde a criação do Ibama até o ano 2000, não houve, na verdade, uma política florestal estabelecida, formulada para esse País. Em função disso, toda essa atividade de fomento, de capacitação e de treinamento ficou prejudicada. Privilegiou-se, pura e simplesmente, não só a fiscalização, mas também o controle da atividade florestal.

Com o lançamento do Programa Nacional de Florestas em 2000, teve-se a proposta da política nacional. Quando nós esperávamos, então, agora que temos um programa, temos uma política de floresta, vamos poder fazer. Agora vamos dividir, vamos criar um outro serviço, um outro órgão. O Ibama vai fazer somente fiscalização e licenciamento.

Eu queria concluir minha apresentação mostrando o marco institucional com relação a essa questão da gestão de florestas públicas. Ele é frágil, limitado e com pulverização das competências dos recursos institucionais. Ao Ibama, lendo o projeto, escutando a própria fala do Secretário, ele tem como função, estabelecida agora neste projeto de lei, expedir uma anuência prévia para uso sustentável da unidade de manejo; analisar e aprovar planos de manejo elaborados pelos concessionários, no caso; além disso, monitorar os planos de manejo nas unidades de manejo das florestas públicas; organizar e implantar sistemas de informação unificados entre os órgãos do Sisnama para débitos relativos à infração ambiental, porque ele precisa informar isso. Para todas essas atividades não há recurso previsto, não há repasse de recurso previsto no projeto. O recurso que está previsto no projeto é para fazer fiscalização. Essas quatro atividades iniciais não são fiscalização. Fiscalizar e garantir a proteção das florestas públicas, fiscalizar a unidade de manejo em qualquer momento, independentemente de prévia notificação. Para isso há recursos. Há também o problema de que o recurso disponível é de 30% sobre um valor mínimo anual que eventualmente seria arrecadado com o processo de concessão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir.

O SR. PAULO JOSÉ PRUDENTE DE FONTES – Certo.

As ações para analisar, aprovar, licenciar e monitorar as atividades não têm recursos e, junta-se a isso o esvaziamento das competências da Diref*, recursos apenas para fiscalizar. E, por outro lado, vemos o serviço florestal com todos seus recursos, com tudo aquilo que ele vai fazer.

Eu só queria concluir que na atual economia globalizada e coporativa, qual é o papel a ser desempenhado pelos governos e pelo setor privado na produção de bens e serviços obtidos nas florestas? Acho que essa discussão esse projeto não traz. Isso precisaria ficar muito claro, precisaria ser muito debatido na sociedade brasileira. Qual é realmente o papel do Governo e qual é realmente o papel do setor privado em manter e buscar o seu suprimento.

Para que a gestão de florestas públicas aconteça no Brasil, pelo menos entendemos que são necessárias duas coisas: uma política de produção sustentável e uma capacidade operacional estruturada dos órgãos de controle e monitoramento ambiental.

Agradeço a oportunidade. Não podemos ficar de braços cruzados, porque o Governo tem colocado esse projeto como a única opção e nós entendemos que ele não é a única opção, existem outras opções.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecendo a participação preliminar do Sr. Paulo Prudente, concederemos a palavra ao Sr. Justiniano de Queiroz Netto.

Eu solicitaria aos senhores e às senhoras presentes que não se manifestem diante das afirmações aqui expendidas pelos palestrantes e pelos Srs. Senadores.

Com a palavra o Sr. Justiniano de Queiroz Netto por 15 minutos.

O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha, Exmº Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Só um minuto, só para esclarecer ao Relator. O Sr. Justiniano é Diretor da Fiepa e Vice-Presidente da Uniflor. O que é Fiepa?

O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO – Federação das Indústrias do Estado do Pará. Sou membro também titular do Conselho de Meio Ambiente da CNI – Confederação Nacional da Indústria, no qual coordenamos a Câmara de recursos florestais.

Exmº Sr. Senador Leomar Quintanilha, Sr. Senador Jefferson Péres, Secretário João Paulo Capobianco, Sr. José Paulo Fontes, nosso companheiro amigo André Lima. Eu gostaria de saudar todos os Senadores presentes, especialmente os nossos Senadores paraenses, Ana Júlia e Luiz Otávio e o Deputado Federal do nosso Estado, Deputado Anivaldo Vale.

Pode passar.

Com muita honra e com muito prazer vimos a esta Casa para poder trocar algumas idéias em cima do debate deste projeto de lei de gestão de florestas públicas.

Eu gostaria de dar um enfoque um pouco diferente do que foi abordado até o momento, colocando um pouco a visão do setor produtivo, o qual represento e do qual faço parte, como empresário, para que a gente possa analisar esse projeto também nesse ângulo. Apesar de a gente ouvir muitas vezes alguns comentários dizendo que esse é um projeto que trata exclusivamente de concessão ou que é um projeto voltado para o setor madeireiro, nós talvez até quiséssemos que fosse assim, mas, na verdade, não é. Ouvimos o Secretário João Paulo Capobianco colocando que é um projeto de gestão de florestas públicas, no qual a concessão florestal é o terceiro item dentro de uma cesta de soluções de gestões que podem ser colocadas para as florestas públicas do nosso País.

Naquele quadro, nós temos um comparativo da situação florestal de alguns países. Nós percebemos que o Brasil é um dos países que possuem a maior cobertura florestal do mundo. Temos cerca de 543 milhões de hectares de floresta. Grande parte disso são florestas naturais. Acima do Brasil nós temos a Rússia, com 851 milhões de hectares, mas não são florestas produtivas, florestas boreais, que não têm muita produtividade.

Apesar de sermos a segunda maior cobertura florestal do mundo, em termos de área de potencial produtivo, o Brasil se destaca como País que tem o maior potencial, com quase 350 milhões de hectares com potencial de produção florestal.

Em volume existente – esse dado já é um pouco antigo, é da década de 80 – é o último censo florestal que eu consegui pesquisar na época do Projeto Radam, dando conta de que temos no Brasil cerca de 80 bilhões de metros cúbicos. Além de termos a maior cobertura florestal, temos também o maior volume de recursos florestais disponíveis nessas áreas.

Porém, quando analisamos o desenvolvimento florestal no Brasil, verificamos que o Brasil ocupa a sétima colocação dos países exportadores de produtos florestais, com apenas 4,4% de participação no mercado internacional, atrás de países como a Finlândia e a Suécia, que têm coberturas, áreas florestais bem menores que as nossas, mas que participam com o dobro na economia mundial. Nesse dado, estamos incluindo o segmento de florestas nativas, o papel e a celulose e todo segmento florestal brasileiro.

Rapidamente, analisamos que temos área florestal, volumes, produtividade nas nossas florestas, temos um clima favorável ao cultivo florestal, temos uma cultura de produção florestal. O setor florestal brasileiro – veremos mais à frente – é importante para o emprego e para a balança comercial. Mas, por que não somos os maiores produtores do mundo no setor florestal? Temos uma vantagem, na verdade, comparativa, mas não temos uma vantagem competitiva. O Brasil é gigante pela própria natureza, mas, às vezes, não tem sabido usar esses recursos para o seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento da Nação.

Apesar disso, o setor florestal brasileiro é significativo hoje no que representa no Brasil. Ele tem um PIB de cerca de US$22 bilhões, corresponde a 4,5% do PIB brasileiro, arrecada 4,8 bilhões de tributos, gera 6,5 milhões de empregos, o que representa 7% da população economicamente ativa, exportou 6,7 bilhões no ano passado, o que dá 8% da nossa pauta de exportações, gera um superávit comercial importantíssimo, quase 20% do superávit total das exportações brasileiras e tem 19 bilhões de investimentos previstos para os próximos 5 anos.

Dentro desse contexto, eu gostaria de colocar a Amazônia. Estávamos tratando do setor florestal como um todo no Brasil. Temos aqui um mapa da Amazônia, o mais atualizado que eu pude conseguir com o Imazon de 2005, uma publicação nova que será lançada agora em setembro, "Fatos florestais de 2005". Ele nos dá conta de que as áreas protegidas estão até um pouco maiores nos *slides* passados anteriormente. Nós teríamos hoje na Amazônia 33% de áreas protegidas e 10% de áreas especiais, que seriam as terras de Marinha, áreas do Exército e áreas quilombolas, áreas que já têm um tipo especial de proteção; 24% de áreas privadas e 33%, ou seja, um terço de áreas devolutas em disputa. Nós costumamos dizer que esse um terço da Amazônia será o grande palco onde será decidido o futuro da Amazônia. Se permanecer a política, o modelo econômico vigente na Amazônia, a tendência é que haja a expansão da fronteira agropecuária em cima desse um terço restante, e a Amazônia sofrerá um grande impacto ambiental nos próximos anos.

Se prevalecer uma tese mais preservacionista, a tendência é que tudo se transforme em unidades de conservações, a maior parte de proteção integral, e, apesar de conseguirmos preservar a Amazônia, não vamos conseguir desenvolvê-la e, conseqüentemente, vamos permanecer como uma região de povo pobre, subdesenvolvido.

O que defendemos é o meio termo disso, é a utilização sustentável, racional, dos recursos, dentro de técnicas que hoje já dispomos. Ao nosso ver, esse projeto apresenta alguns instrumentos viáveis. Como o senhor Paulo Fontes colocou, também concordamos que ele não é a única opção, mas é uma opção importante. Temos algumas críticas em relação ao Governo atual, à gestão atual, pois esperávamos mais, sobretudo de muitas pessoas capacitadas que conhecemos e que fazem parte do Governo, especialmente no Ministério do Meio Ambiente. Esperávamos um avanço maior no sistema de gestão florestal, ambiental, mas temos que saber separar as críticas daquilo que é bom e, no nosso entender, esse projeto representa um avanço, porque propõe alguns instrumentos indispensáveis para a boa gestão dos recursos florestais, sobretudo da Amazônia.

O mapa que estamos apresentando agora mostra um pouco como funciona e como está colocado o setor madeireiro na Amazônia. A primeira faixa, de cor marrom mais claro, pega a zona madeireira, as fronteiras madeireiras mais antigas, com mais de trinta anos, municípios como Paragominas e Tailândia, no Pará, Sinop, no Mato Grosso, e Ariquemes, em Rondônia. As fronteiras intermediárias já abrangem a região de Altamira e Santarém. O verde mais escuro envolve Novo Progresso e regiões que são novas. Se fizermos uma análise do desmatamento da Amazônia, veremos que, muitas vezes, acompanha esses mapas. Muitas vezes, a atividade madeireira está coligada com a fronteira de desmatamento. Por que isso ocorre? Porque a atividade madeireira, até então, sofre uma espécie de simbiose com as atividades que são predadoras do meio ambiente. Algo curioso de se notar, sobretudo agora nesse processo em que está se debatendo esse projeto de lei, é que, hoje, existe uma união entre o segmento florestal e entre várias ONG's que, no passado, debatiam-se com o segmento florestal, como é o caso do ISA, da Amigos da Terra e do Imazon. Atribuo isso a um amadurecimento.

Costumo dividir o setor madeireiro, sobretudo no nosso Estado do Pará, em três momentos: o primeiro, até a década de 80, foi o momento da indiferença. A Amazônia estava pegando fogo, havia o desmatamento e o setor madeireiro era parte desse processo, mas não se importava com isso, era indiferente, porque acreditava ser daquele jeito mesmo e que não mudaria. Na década de 90, a questão ambiental toma maior relevância, sobretudo a partir da ECO-92, e entramos numa fase que chamo de fase da negação, quando o setor madeireiro começa a acusar outros setores, culpando a pecuária e a agricultura pelo desmatamento. Agora, nesse novo século, a partir do ano 2000, costumo dizer que entramos na fase da responsabilidade. Temos muitas indústrias madeireiras que realmente abraçaram o manejo florestal, abraçaram a certificação e conseguimos sair de pouco mais de cem mil hectares para um milhão e seiscentos mil hectares de florestas certificadas, um dos maiores países do mundo com florestas nativas certificadas. Portanto, o setor madeireiro evoluiu e creio que temos que compreender esse fenômeno que provoca o desmatamento na Amazônia. Ao nosso ver, para se frear esse fenômeno, esse processo que provoca o desmatamento, é preciso contrapor com o novo modelo econômico e, uma parte desse modelo econômico, ao nosso ver, é o manejo florestal.

Vamos apresentar agora um exemplo do que é o setor madeireiro no Pará, com a finalidade de mostrar a importância desse setor para o nosso Estado. Temos 1500 empresas que estão envolvidas no processo de produção madeireira, uma renda bruta de pouco mais de um bilhão de dólares, o que gera cerca de 183.000 empregos diretos e indiretos, um consumo de 11 milhões de metros cúbicos de tora, uma produção de 4.600.000 e um rendimento médio de 41%. Exportamos 543 milhões de dólares, dos quais 56% são produtos beneficiados.

Esse é o último **slide** e mostra algumas tendências que temos sentido nos últimos seis, sete anos. A tabelinha ficou errada, pois fiz um pouco rápido, ontem, mas estamos comparando de 1998 a 2004. Conseguimos aumentar o rendimento de 38 para 42%. Embora esses quatro pontos percentuais que conseguimos aproveitar a mais de madeira pareçam pouca coisa, num processo industrial significam grandes investimentos, grande agregação de tecnologia. Embora mantivéssemos a mesma quantidade, aumentamos o número de empresas, o que significa que estamos segmentando cada vez mais a cadeia produtiva e aumentando a participação nas exportações de 14% para 36%. Isso fez com que o valor agregado do nosso produto florestal paraense sofresse um acréscimo considerável.

Gostaria de mostrar apenas cinco fotos. Sei que temos muitos Senadores e muitas pessoas que são da Amazônia, mas alguns não são e gostaria de mostrar alguns exemplos. A primeira foto mostra um exemplo de um arraste de madeira numa exploração predatória; a próxima mostra o arraste de madeira num plano de manejo; a seguinte é uma situação pós-exploratór-

ria predatória, o aspecto pós-exploratório no projeto de manejo; a próxima mostra uma estrada por onde se transporta a madeira na exploração predatória e a estrada no manejo; e a última mostra uma vista aérea do que é um projeto de manejo. Existe um impacto de cerca de 7% da cobertura florestal e depois irá ser feito um tratamento (?) pós-exploratório e na exploração convencional ou predatória, como chamamos. Aqui estamos apresentando um aspecto da exploração madeireira, porque, geralmente, quando a Amazônia não é alvo do manejo, ela passa primeiro pela exploração predatória, depois se torna vítima do desmatamento e do fogo, para, enfim, virar pastagem ou algum outro tipo de cultura.

Apenas para finalizar, gostaria de abordar uma questão colocada aqui. Creio que o projeto tem muitos aspectos positivos e realmente acredito que um ponto a ser considerado é a questão da capacidade do Governo de executar com eficiência esse projeto, mas isso não quer dizer que o projeto, em si, tenha que ser condenado. Ele propõe instrumentos que são válidos, importantes, mas, efetivamente, precisamos fazer com que a Amazônia deixe de ser alvo de tantos discursos e passe a ser alvo de maiores recursos, porque, sem recursos, não vão funcionar o Serviço Florestal Brasileiro, o Ibama, ou nenhuma instituição pública que realmente se proponha a fazer um trabalho sério, como o que precisa ser feito na Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB - TO) - Agradecemos a contribuição dada pelo senhor Justiniano de Queiroz Netto, diretor da Fiepa, nessa sua participação preliminar. Solicitaria a colaboração dos senhores presentes que não puderem desligar seus aparelhos celulares, para que os colocassem no modo silencioso.

Com a palavra o senhor André Lima, advogado do Instituto Sócio-Ambiental, ISA, representando o Instituto no Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. V. S. tem 15 minutos para sua exposição.

O SR. ANDRÉ LIMA - Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores e Senadoras aqui presentes, companheiros do Ministério, do setor do Ibama e das indústrias. Queria agradecer o convite e dizer que, de fato, essa audiência é extremamente importante e verificamos a relevância dada pelo Senado a esta audiência com a presença, nesta Comissão, de nada menos que 10% do Plenário. De fato, isso demonstra a relevância de todo esse processo para o Senado e ficamos bastante felizes com o convite.

Vou tentar ser breve, embora várias vezes eu diga isso, mas é difícil para um advogado ser sucinto. De qualquer forma, vou tentar ser na medida em que eu vou pontuar, muito concretamente, as condições e as garantias que justificaram o apoio – e aí volto a dizer – condicionado desse grupo de trabalho composto por mais de vinte organizações que são especializadas em matéria de gestão e de política florestal do Fórum Brasileiro de ONGs, que é composto por mais de oitocentas organizações.

Quero, então, começar a apresentação.

Pode ir para o próximo, por favor.

Houve um processo de consulta, antes mesmo do envio do Projeto de Lei à Câmara dos Deputados, que foi promovido pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, a partir de dezembro de 2003, com reuniões de um grupo de trabalho criado no âmbito da Secretaria, onde várias organizações não-governamentais, movimentos sociais, setores da indústria, do próprio Ibama e do Ministério do Meio Ambiente e de outros Ministérios participaram de reuniões intensivas ao longo do primeiro trimestre de 2004 para formulação da primeira proposta.

Uma das condições básicas eu não diria nem que para o apoio, mas para o interesse maior das organizações não-governamentais e dos movimentos sociais no debate sobre o tema foi que, em princípio, esse Projeto era bastante, se não totalmente, focado na concessão florestal e uma das condições foi a de que a concessão florestal é um instrumento, dentre outros, e, em se tratando de floresta pública, principalmente na Amazônia, é necessário se considerar outras categorias de uso, especificamente e notadamente os direitos das populações locais e tradicionais que habitam essa região. A Amazônia não é um vazio populacional. Portanto, uma das condições foi: vamos discutir mecanismos que garantam os direitos de populações locais e tradicionais antes mesmo de se discutir quaisquer modalidades de concessão. Então, esta foi uma condição.

Ocorreram inúmeras reuniões do próprio GT-Florestas desse Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, reuniões, inclusive, por biomas – com o pessoal da Rede Cerrado, Rede Mata Atlântica, o GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, além das diversas audiências públicas das quais nós tivemos, também, a oportunidade de participar na própria Câmara dos Deputados. O Projeto entrou na Câmara dos Deputados e foi bastante aprimorado. Vou apontar aqui, nos próximos *slides*, o motivo pelo qual esse Fórum apóia o Projeto e as condições de apoio a esse Projeto.

O próximo *slide*, por favor.

Por que uma lei sobre florestas públicas é importante? Como eu disse anteriormente, a gestão do território supõe, principalmente em se tratando de florestas – a Amazônia, a Mata Atlântica – que a Constituição trata como patrimônio nacional e com critérios de sustentabilidade, ela supõe que se dedique um percentual de áreas à proteção, às Áreas Protegidas, e que se faça o reconhecimento de territórios de populações tradicionais e que se mantenha florestas públicas com algum grau de produtividade contra o que a legislação hoje determina, que é um processo de viabilidade de alienação dessas terras públicas, quando não a grilagem – que é o que acontece em muitas regiões –, com o desmatamento.

É bom que se diga – e essa é uma especialidade à qual tenho me dedicado nos últimos dez anos – que o Código Florestal é de 1965 e teve aprimoramentos, mas ele permite, nessas terras públicas que sejam alienadas a terceiros, se faça, além do manejo florestal – que é o que se quer fazer com parte das florestas públicas – permite ainda o desmatamento de 20% dessas florestas públicas alienadas. Portanto, o que está em jogo aqui é um modelo de gestão que incorpore áreas protegidas, reconhecimento de direito de populações tradicionais e manutenção de florestas produtivas contra um modelo, hoje, de possibilidade de alienação de terras, inclusive terras consideradas prioritárias para a criação de unidades de conservação, inclusive terras onde habitam populações tradicionais, para atividade agropecuária, muitas vezes não sustentável, na Amazônia, antes mesmo do zoneamento ecológico e econômico e uma série de outros mecanismos.

Segue o próximo, por favor.

Vou apontar duas linhas de relevância que o GT-Florestas deu ao Projeto. O primeiro é o que diz respeito ao direito de populações tradicionais. Pode parecer um pouco enfadonho, mas os Srs. Senadores, necessariamente, vão ter que ler mesmo o projeto. Então, vou pontuar os artigos que tratam dessas garantias.

O art. 2º diz:

"Art. 2º. Constituem princípios da gestão proteção de ecossistemas, biodiversidade e valores culturais associados, o respeito ao direito de populações, em especial as comunidades locais".

Vale dizer que princípios não são apenas e tão-somente normas de boas intenções, mas, na dúvida, na aplicação da lei, inclusive judicial, são eles que norteiam a interpretação do juiz e dos demais operadores do direito.

O próximo, por favor.

"Art. 6º. Antes da realização das concessões florestais, as florestas ocupadas ou utilizadas por comunidades deverão ser identificadas para destinação."

Aí são as três modalidades de destinação previstas no projeto de lei: criação de reservas extrativistas, concessão de uso mediante os mecanismos de reforma agrária mais modernos e desenvolvimento sustentável agroextrativista ou similares e outras formas previstas em lei.

Destaco aqui um parágrafo.

O próximo, por favor.

"§ 3º O poder público poderá, com base em condicionantes socioambientais definidas em regulamento, regularizar posses de comunidades locais sobre áreas por elas tradicionalmente ocupadas ou utilizadas."

Aí se trata dos ribeirinhos, dos caboclos e de outras populações da Amazônia que são, entre aspas, tradicionalmente excluídas dos processos de reconhecimento de território, e aí não só na Amazônia.

O próximo, por favor.

O Plano de Outorga Florestal deve considerar, necessariamente – dentre outros requisitos eu destaco aqui mais uma vez, no que diz respeito ao direito de populações tradicionais –, a exclusão de terras indígenas, de áreas ocupadas por comunidades locais e de áreas de interesse para criação de unidades de conservação e de proteção integral.

Trata-se de uma novidade da lei porque até hoje não existe um mecanismo legal que preveja algum grau de proteção de áreas de interesse para criação de unidades de conversação. O plano deverá prever também zona de uso restrito destinado às comunidades locais.

O próximo, por favor.

Ainda na linha do direito de populações tradicionais – desculpem-me correr aqui, é porque tem uma série de pontos que não quero perder –, os produtos de uso de populações tradicionais de subsistência para essas comunidades serão excluídos do objeto de concessão.

O próximo.

Uma segunda linha, que também determina em boa medida o apoio condicionado que o Grupo de Trabalho Florestas dá ao projeto de lei, diz respeito às garantias de controle social e monitoramento e controle ambiental. E eu posso dizer que, não obstante tenhamos aí a Lei do SNUC, aprovada por esta Casa, o Código Florestal, de 1965, na atual versão, inclusive da Medida Provisória nº 2.166, e outros mecanismos, como a lei de crimes e infrações ambientais, esse projeto de lei – e aí, eu digo, em tese, porque é um projeto de lei, é uma lei que, evidentemente, vai demandar política para sua implementação – ele estabelece uma série de mecanismos que a legislação hoje não prevê para garantia a controle social e garantias de controle ambiental.

O primeiro deles é que prevê a possibilidade, inclusive, de estudo de impacto ambiental para exploração florestal que seja considerada de significativo impacto, o que hoje a legislação não prevê. Ele dispõe que todos os relatórios ambientais, licenças, relatório de impacto, contratos, auditorias e documentos relevantes no processo sejam, obrigatoriamente, disponibilizados pela rede mundial de computadores. É um mecanismo de transparência para que qualquer cidadão possa monitorar tendo acesso à Internet.

O próximo, por favor.

A publicação do edital para as licitações deve ser precedida de audiência pública por região. Portanto, mais um mecanismo de controle social.

O próximo.

O Plano de Outorga Florestal deve prever, antes das concessões, necessariamente, a descrição das áreas que podem ser submetidas a processo de concessão, o que permite, considerando a necessária manifestação prévia do órgão consultivo, que tem participação tanto do setor produtivo econômico quanto do setor produtivo de serviços ambientais, que são as organizações não-governamentais e movimentos sociais, uma manifestação prévia e o conhecimento dessas áreas que poderão ser dedicadas às concessões.

O próximo, por favor.

O Plano Anual deve conter, necessariamente, a previsão de planejamento e do monitoramento relacionados à fiscalização ambiental, o que hoje inexiste. A fiscalização ambiental hoje é deixada a um terceiro plano. Mal se discutem esses processos no momento de deliberação sobre o orçamento público e, portanto, há necessidade de um planejamento prévio em relação ao que se pretende explorar. Então, o Plano, necessariamente, tem que prever inclusive estimativas de recursos humanos e financeiros necessários para a sua viabilidade.

O próximo.

As áreas onde poderá haver concessão florestal deverão ter o seu perímetro georreferenciado e deverão ser cadastradas num cadastro de florestas públicas, o que vai permitir, segundo as novas tecnologias disponíveis de monitoramento, inclusive por satélite, acompanhar o que acontece em boa parte dessas áreas.

O próximo.

Prevê o licenciamento ambiental das áreas sob potencial de exploração. Hoje, o que se tem é apenas a autorização de um plano de manejo sem uma análise mais ampla da atividade florestal no contexto socioeconômico local. No caso de atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental, prevê inclusive a possibilidade de estudo prévio de impacto ambiental que a legislação não prevê.

Próximo, por favor.

Impede a habilitação na licitação de empresas que tenham débitos inscritos na dívida ativa ou decisões condenatórias em matéria criminal ambiental e, portanto, é uma condição preliminar para a adesão e a habilitação à concessão como salvaguarda.

Próximo.

Como já foi dito e está repetido em outro artigo, o edital para licitação deverá ser submetido à audiência pública previamente ao seu lançamento.

Próximo, por favor.

Cria novas garantias a serem dadas à exploração florestal. Considerando que se trata de florestas públicas, garantias são necessárias. Então, caução em dinheiro, seguro-garantia, fiança bancária, uma série de garantias que não são previstas hoje especificamente para a atividade florestal.

Próximo, por favor.

É assegurado a qualquer pessoa o acesso aos contratos, decisões, pareceres relativos à licitação ou às próprias concessões. Evidentemente que a lei geral já prevê esse tipo de mecanismo, mas é interessante que isso esteja claramente disposto na lei específica.

Próximo.

Cláusulas do contrato que são bastante relevantes, do ponto de vista sócio-ambiental, são assim tratadas expressamente no projeto de lei. Então, desde o modo, forma e condições de exploração, critérios e parâmetros para essa exploração, critérios máximos e mínimos de aproveitamento de recursos florestais, recuperação ambiental de áreas eventualmente degradadas e ações voltadas ao benefício das comunidades locais assumidas são consideradas, do ponto de vista legal, como obrigações de relevante interesse ambiental e, portanto, com salvaguardas e tutela jurídica, inclusive prevista na lei, de crimes e infrações ambientais.

Próximo.

O plano de manejo florestal nas áreas a serem licitadas deve prever uma chamada reserva absoluta, que deve ser de no mínimo 5%, onde o órgão ambiental e a sociedade interessada poderão fazer comparações sobre o que foi efetivamente explorado e como era a região antes da sua exploração, quer dizer, permite parâmetros de comparação.

Próximo.

Já foi dito que 30% do recurso do preço mínimo serão destinados a atividades de fiscalização e controle. E aqui é bom que se diga, licenciamento ambiental é atividade de controle, portanto também esse recurso pode ser aplicado em licenciamento ambiental.

Próximo, por favor.

Auditorias florestais independentes não superiores a três anos.

Próximo.

Qualquer pessoa física ou jurídica pode visitar as áreas objeto de concessão, que estão georreferenciadas em cadastros, sob mecanismos de controle. Portanto, tanto organizações não governamentais como movimentos sociais, ou o próprio Senado, enfim, representantes do Senado poderão acompanhar e visitar áreas.

Próximo.

Vou passar uma série para ir logo à conclusão.

Pode passar, por favor.

Relatórios que serão mandados anualmente ao Poder Legislativo e aos conselhos de meio ambiente. Portanto, mecanismos de controle ambiental e controle social, encaminhamento ao Conama e ao Congrego Nacional de relatórios.

Próximo.

Criação de uma Ouvidoria.

Próximo.

Alguns mecanismos nas disposições transitórias em geral, que são interessantes. A impossibilidade de conversão de área de floresta para uso alternativo até que o zoneamento seja aprovado, que é uma medida necessária, de precaução. O zoneamento existe exatamente para isto: identificar áreas vocacionadas e aptas ao uso não-florestal antes da sua decisão.

Próximo.

Após cinco anos da implantação do plano de outorga florestal, os impactos econômicos, sociais e ambientais deverão ser avaliados mediante mecanismos com publicidade. Isso é importante. Para esse processo, além das audiências públicas, das auditorias, do licenciamento ambiental, dos mecanismos de controle e fiscalização, em cinco anos, é necessário que se faça uma avaliação dos impactos da avaliação desse plano.

Próximo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, Dr. André.

O SR. ANDRÉ LIMA – Vou à conclusão.

Próximo, por favor.

Vá direto às conclusões.

É importante que se digam os riscos. Eu disse aqui as garantias. Os riscos: existe um desaparelhamento óbvio e evidente dos órgãos de controle ambiental. Um dado que obtive junto à Diretoria de Floresta do Ibama diz que o Ibama tem hoje 40 engenheiros florestais –não sei se está atualizado – para toda Amazônia Legal, o que significa um para cada 100.000km². É bom que se diga: para que esse projeto funcione, é fundamental que o órgão de controle ambiental seja fortalecido, sem o qual esse projeto pode se tornar, de fato, um problema, e não uma das alternativas ou uma das soluções.

E uma dúvida, que eu acho que as pessoas que estão aqui poderão esclarecer: os critérios para manejo florestal de baixo impacto ou de menor impacto são compatíveis, considerando hoje o descontrole nos desmatamentos, os benefícios sócio-ambientais desejáveis, a geração de emprego prevista e o recurso para o fundo florestal? Quer dizer, havendo todos esses mecanismos de controle ambiental, seguindo critérios de sustentabilidade, a atividade econômica se satisfaz, vai aderir a esse modelo? Essa é uma dúvida e um risco que colocamos aqui, que é necessário que se diga.

Só mais dois pontos.

Próximo, por favor.

Portanto, sem controle efetivo de desmatamento e da atividade madeireira clandestina, não há como viabilizar concessões sobre a forma de manejo de menor impacto porque o manejo certificado ou o manejo adequado vai concorrer com madeira colocada no mercado a preço de banana, e, por conseguinte, isso traz para baixo, nivela por baixo a atividade madeireira e, conseqüentemente, os investimentos necessários.

Por fim, o Congresso Nacional, ao aprovar esse projeto de lei, tem que garantir as condições objetivas e concretas para que ele seja eficaz em sua plenitude, ou seja, tem que garantir orçamento suficiente para funcionamento do controle social e ambiental, sem o qual o projeto pode se constituir, sim, numa catástrofe. É fundamental que o Poder Executivo e o Congresso Nacional, evidentemente, aprovando o Orçamento, dêem condições para que o sistema opere. Sem controle social, sem controle ambiental, o projeto pode ser bastante complicado.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, que se inscreveu em primeiro lugar, e depois a V. Exª.

Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – A rigor, Sr. Presidente, uso desse expediente porque sou obrigado a me retirar.

Acho o projeto de suma importância – quero salientar isso –, mas ele tem que ser de muito bem estudado e sobretudo desburocratizado.

Por exemplo, eu acabei de ver agora aqui – e por isso a participação do Congresso é importante – que o Congresso Nacional tem que garantir meios. Por que

não incluir o Executivo nisso, que não cumpre o Orçamento? Eis a indagação.

Nosso Orçamento, como todos sabemos, é um Orçamento autorizativo. Então, o que adianta o Congresso Nacional aprovar a lei e isso não ser cumprido?

São essas as observações ligeiras que fiz.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então passe a ser impositivo.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Não, mas não há nem referência ao Poder Executivo, tem que dizer que o Executivo tem que garantir, alguma coisa assim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas se o Governo concorda com o Congresso Nacional, colocamos impositivo.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – É. Porque o que não é possível é dizer que o Congresso Nacional tem que fazer constar de um Orçamento e o Congresso fica desmoralizado porque o Executivo não cumpre.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É impositiva a verba.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Não estou criticando o atual Governo, é histórico no Brasil o não-cumprimento do Orçamento.

E a grande preocupação desse projeto, a meu ver, tem que ser com a sua desburocratização também. Esse é o grande ponto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Duas informações que eu gostaria de obter de V. Exª: primeiro, como eu já vi o relatório do Senador Jefferson Péres, se iremos votá-lo hoje ainda, nesta seção; segundo, se o Justiniano de Queiroz Netto poderia fornecer as informações que ele colocou ali na tela para que pudéssemos tê-las antes da votação do projeto, se é possível isso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Osmar Dias, como tanto o relatório do Senador Jefferson Péres como da Senadora Ana Júlia Carepa estão sendo apresentados hoje e a Comissão tem exatamente mais uma semana, esta Presidência estava inclinada a propor aos seus membros que deixássemos a votação para a próxima semana.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – E a outra informação, sobre os dados do Sr. Justiniano?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu já o havia questionado, ele me disse que entregaria à Comissão. Já está gravado. É possível reproduzir e entregar uma cópia agora aos Srs. Senadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Serão distribuídas, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Assim como a do Sr. André Lima.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª será atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Leomar Quintanilha, gostaria de fazer uma consulta a esta Presidência e as das demais Comissões.

Em face da importância desse projeto de lei – para que ele realmente possa ser discutido em profundidade –, esta audiência pública de três Comissões do Senado em conjunto previa, se não me falha a memória, a presença de doze convidados. Lamentavelmente, vemos somente quatro deles.

Gostaria de saber se houve o convite em tempo hábil para que esses convidados pudessem atender ao chamamento, se houve a confirmação da presenças se houve, no caso, a informação da impossibilidade de eles virem aqui prestar as informações que reputo da maior importância para que esta Casa Legislativa possa votar esse projeto com consciência, aprofundando o estudo dele.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª tem razão. O número de convidados era maior. Um não foi localizado, outros não puderam comparecer. Um deles, por questão de saúde. O Ibama e o Ministério do Meio Ambiente foram representados também pelo Sr. Capobianco. Quem não compareceu?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O Procurador da República, Dr. Ubiratan Cazetta, do qual eu esperava, inclusive – se não pudesse vir –, mandasse o Dr. Felício Pontes. Com certeza, deve ter tido um motivo absolutamente...

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido – CE) – Semana do Advogado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É verdade. Está acontecendo exatamente agora, não é?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Todos foram convidados e, lamentavelmente, por alguma razão, não puderam comparecer. Só um não foi localizado. Um, o Sr. Aziz Ab'Sader, justificou ausência por doença.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sem demérito dos ausentes e agradecendo a presença dos que atenderam ao convite, a audiência fica diminuída no seu conteúdo de contraditório.

Peço até desculpas aos senhores convidados e ao Presidente porque o meu avião atrasou e acabei chegando um pouco atrasado e não ouvi os dois primeiros depoimentos. Mas me parece, pelo que li rapidamente do depoimento do analista do Ibama, Sr. Paulo, ele tem algumas posições divergentes do projeto. Aí, Dr. Capobianco, representante do Ibama, haverá uma reação ou uma relação contraditória. Quer dizer, a área técnica do Ibama apresenta um relatório, e a área administrativa vai se contrapor a esse relatório. Eu só quero fazer juízo de valor.

É bom que fique claro que sou a favor do projeto. O projeto é importante e deve apenas ser mais bem discutido para que possamos aprimorar todas as possíveis falhas que possam vir a existir na sua implementação.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, V. Exª tem razão. Se todos os convidados tivessem comparecido, provavelmente, teríamos mais elementos e mais subsídios para discutir esse projeto que é do maior relevo para os interesses do País. Entretanto, os dois relatores apresentarão seus relatórios para que sejam discutidos pelos eminentes Srs. Senadores, com as informações que obtiveram dos senhores palestrantes desta manhã. Os que ainda não apresentaram o texto aqui desenvolvido, já está sendo providenciado pela Secretaria da Mesa e todos os Senadores vão receber o texto, e nós teremos pelo menos mais uma semana para aprofundar o exame da matéria.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Acredito que Capobianco não está aqui representado o Ibama. Ele nem disse isso. Ele está representando o Ministério do Meio Ambiente. O Dr. Marcos Barros não veio, assim como o Dr. Paulo José Prudente de Fontes não está aqui como técnico. Ele veio aqui – e foi esta a apresentação que foi feita – como representante da Associação dos Servidores do Ibama, também para entendemos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Área técnica do Ibama, eu falei.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Mas ele veio aqui representando a Associação, inclusive eu estava presente aqui na exposição dele, pela Associação dos Servidores do Ibama. Portanto, ele está aqui nessa condição também.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora, nós temos com um documento aqui...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas quem disse que...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, só para responder à Senadora Ana Júlia Carepa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Comissão tem um expediente do Ibama, informando que o Instituto se fará representar pelo Sr. João Paulo Capobianco.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Nem ele teve conhecimento. Então, depois cobramos do Ibama, porque eu acho que ele não deve se considerar dessa forma.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Seria muita honra, mas...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – BA)– É muita honra e estranho, não é, Capobianco? V. Sª não quer nem aceitar essa honra!

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, só para esclarecer uma dúvida que ficou: se o Sr. João Paulo Capobianco não falou pelo Ibama, o Ibama então não se fez representar.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Justamente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR)– Porque Capobianco fala pelo Ministério do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Exatamente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas não fala pelo Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Imaginávamos aqui que... Nós estamos de posse de um documento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então, como o Dr. Paulo José falou pela Associação de Servidores, significa que o Ibama mesmo, a instituição Ibama, não está representada. Se não está representada, talvez a audiência pública tivesse que ser feita novamente e tivéssemos outra oportunidade para ouvir o Ibama.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Já temos uma outra audiência marcada, que combinamos fazer, chamando todos os Governadores de Estado e a Ministra Marina Silva, inclusive. Acho que podemos convidar o Presidente do Ibama. O Presidente do Ibama, mesmo não tendo se comunicado com o Dr. Capobianco – eu não sabia que havia esse requerimento

–, se mandou um requerimento é porque deve estar concordando com tudo o que o Dr. Capobianco diz. Então, aí é um problema do Dr. Marcos Barros.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Quem sabe o Sr. João Paulo Capobianco possa esclarecer essa situação.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Só um esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Só um minutinho. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É claro que, quando o Senador Osmar Dias e Ana Julia Carepa levantam o problema da ausência de alguém, estão aqui para colaborar com a Comissão. E falam dentro do ponto de vista também individual, acredito, para a análise que fizeram. Eu estava conversando com o Dr. Capobianco, ele disse que as modificações feitas foram estudadas, muito discutidas. Então, talvez V. Exª pudesse adiar por mais uma semana e convidar os demais que faltaram. Depende muito se o Relator já está em condições ou não de terminar o seu relatório. Desculpe, Dr. Capobianco, mas...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Dr. Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Eu só queria esclarecer, Senadora Ana Júlia Carepa, demais Senadoras e Senadores, que, de fato, estou aqui na condição de representante do Ministério do Meio Ambiente. Eu não tinha informação, e não recebi a informação – que seria uma honra para mim – da delegação do Presidente Marcos Barros. Mesmo assim, se eu tivesse tido essa oportunidade, eu insistiria com ele em que o Ibama deveria estar sendo diretamente representado, na medida em que o Ibama é uma instituição de extrema importância, vital para esse projeto, e, portanto, eu insistiria em que essa delegação não fosse feita. Mas, mesmo assim, eu queria esclarecer que a delegação que consta aqui não é do Presidente Marcos Barros. A delegação é da assessoria parlamentar, que considero que não é suficiente para representar um órgão da importância do Ibama, sem que eu tenha sido previamente comunicado e sem que eu tenha tido oportunidade de insistir para que ele se fizesse representar diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Bem, esse esclarecimento do Sr. João Paulo Capobianco é em razão do documento, que essa Mesa tem, de um expediente assinado pelo assessor parlamentar Ronaldo Alexandre, do Ibama, dizendo que, em razão de compromissos inadiáveis, o Dr. Marcos Barros não poderia comparecer a esta audiência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Se a Comissão entender seja possível continuarmos com a audiência pública na próxima semana, reiterando o convite àqueles que não puderam comparecer. Temos exatamente mais uma semana apenas para ouvirmos e deliberarmos a respeito do assunto. Porque, não o fazendo, o projeto irá a plenário, sem a manifestação desta Comissão. Então, temos apenas mais essa próxima semana para tomarmos essa decisão. Se o Plenário entender conveniente ouvirmos.

SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Seria importante que o Relator se manifestasse, se V. Exª permitisse, para que ele nos dissesse se é importante ou não, por causa do relatório que ele já está encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Perfeitamente, temos dois Relatores. Vamos ouvir a sugestão do Senador Romeu Tuma, ouvindo a manifestação dos dois Senadores.

Senador Jefferson Péres. Em seguida, Senadora Ana Júlia.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Além dos participantes da próxima audiência, Governadores de Estado, eu acho imperiosa a presença do Dr. Marcos Barros, é a palavra oficial da Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Acho tão importante que nós colocamos, fomos nós que conversamos com o Senador Jefferson Péres, o Senador Flexa também tinha o requerimento, o **SENADOR SIBÁ MACHADO** tinha um requerimento, a Senadora Serys tinha requerimento e eu tinha requerimento, porque são três Comissões discutindo: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de mérito, que é a Comissão de Meio Ambiente, da qual sou Relatora.

Nós achamos importante, fundamental e esperávamos que estivesse aqui o Presidente do Ibama. Às vezes, uma ou outra pessoa que falte, é natural, mas algumas representações são essenciais realmente. Eu só queria colocar que fizéssemos isso com maior agilidade possível, porque o projeto já está com urgência constitucional. Isso não impede de os Senadores discutirem. Aqui, inclusive, houve o contraditório colocado, ficou bem claro isso. Houve, inclusive, situações nas quais o último expositor colocou também algumas ressalvas, alguns condicionantes. Acho que aqui todos colocaram suas questões. Há aqueles que têm mais críticas e aqueles que têm menos, mas todos têm alguma crítica. Não estamos colocando que aqui há algo perfeito, porque não estamos nessa era

de achar que vamos ter uma lei perfeita. Não tivemos até hoje, então, não vamos ter uma lei perfeita. Mas, temos que trabalhar com avanços e este é o momento de discutirmos.

Concordo que tenhamos outra audiência. Para que não seja uma situação na qual venham apenas os que não vieram hoje, porque pode não ficar bem balanceado, devemos avaliar quais pessoas temos que convidar novamente, se for o caso. Quero dizer que é fundamental.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Já participei de muitas discussões, mesmo quando ela estava sendo feita na Câmara dos Deputados. Tenho posições e já participei de audiências públicas, mas não é o caso nem era obrigação de todos os Srs. Senadores fazerem isso, claro, pois o projeto ainda não estava aqui.

Só quero colocar que sou favorável a que nós tenhamos, mas temos que ter cuidado com a questão das datas. Acho que o pior é irmos ao plenário sem termos um relatório-base. Acho ruim votarmos sem termos um relatório-base.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, para colaborar com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Para colaborar com V. Exª e com as Comissões. Primeiramente, eu acho que devemos sempre agir de forma a fortalecer as Comissões técnicas do Senado.

Quero aqui dar minha posição. Já presidi duas Comissões nesta Casa e ficava muito chateado quando um projeto era levado ao plenário sem passar pela Comissão que eu presidia. Não é uma questão apenas do Presidente, é uma questão dos Senadores. É um respeito aos Relatores que trabalharam, que fizeram seus relatórios, aos Senadores que participaram das audiências públicas na Comissão querendo votar sob o ponto de vista técnico, porque a votação no plenário já é um pouco diferente da votação na Comissão técnica.

Portanto, peço a V. Exª que considere a sugestão que darei, para que não deixemos que esse projeto vá ao Plenário sem antes votá-lo dentro do prazo, em respeito aos Relatores, aos Membros da Comissão e a V. Exª. Sugiro que V. Exª marque a audiência pública, sim, mas que, em reunião extraordinária ou na mesma reunião da audiência pública, coloque o projeto em votação na mesma semana. Ou seja, na próxima semana, realizaríamos a audiência pública, terminaríamos a discussão do projeto em audiência pública e já votaríamos a matéria ou na própria reunião da audiência pública ou numa reunião extraordinária.

Solicito a V. Exª que fique acertado também o critério de divisão da audiência pública, porque é impraticável participarmos de audiência pública com 11, 12 convidados. Os convidados são prejudicados, e ninguém agüenta tanta exposição. Dessa forma, acredito que faremos o que é certo. V. Exª deverá, considerando a nossa sugestão, cumprir o papel da Comissão que é votar o projeto antes de ir ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço a sugestão, Senador Osmar Dias. Vamos submeter essa decisão ao Plenário, e creio que esse será realmente o encaminhamento.

O número de convidados que não compareceram é relativamente grande: Sr. Ubiratan Cazetta, Procurador da República em Belém; Sr. Antônio Herman Benjamim, Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo; Sr. Marcus Barros, Presidente do Ibama; Sr. José Natalino Silva, pesquisador da Embrapa; Sr. Aziz Ab'Sáber, Professor da USP; Sr. Luiz Gonzaga Lessa, General da reserva.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Até hoje não entendi por que o General foi convocado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É muita gente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Assim, não vamos chegar ao ponto que estamos sugerindo: fortalecer Comissão e votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Mas a Comissão decidiu convidar todos esses nomes. Vamos restringi-los?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Creio que a Comissão deveria reavaliar essa lista para alguns nomes serem dispensados.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Poderíamos fazê-lo agora.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Proponho isso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Poderíamos fazê-lo agora.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Há muitos nomes.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Exatamente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Quero saber quem foi que propôs o nome do General. Até hoje não sei por que ele foi convidado. Não sei qual é a função, qual é o papel dele nesta Comissão.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – De repente, ele até tem importância.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É o que quero saber, por isso estou fazendo essa pergunta.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – São três Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – São três Comissões, e cada Relator sugeriu três nomes para serem convidados, o que, efetivamente, ampliou bastante o número de convidados.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero dizer que me sinto sem condições de avaliar esse assunto, até porque alguns nomes – dois ou três – foram propostas nossas. Os demais não.

Penso que deveriam estar presentes nesta Comissão todos que fizeram proposições para que pudessem dizer: Abro mão de um ou de outro por mim indicado. Fica muito difícil avaliarmos agora essa questão, pois os Senadores Sibá Machado e Mozarildo Cavalcanti não estão presentes, e apenas as Senadoras Ana Júlia Carepa e Serys Slhessarenko e eu poderíamos reduzir a lista de convidados.

Quero louvar a ação da Presidência no sentido de rever essa audiência pública, porque é realmente aqui que os Srs. Relatores e os Membros das Comissões poderão fazer uma avaliação desse projeto, que é importantíssimo, especialmente para a minha região e particularmente para o meu Estado. Portanto, há necessidade de que a matéria seja realmente debatida.

Há um pleito do setor do segmento da indústria madeireira nesse projeto. Há 20 anos, defendemos a concessão de florestas públicas para que houvesse uma linha de insumo firme e não ocorresse a devastação e a degradação na Amazônia, porque nenhum brasileiro e muito menos qualquer amazonense deseja essa situação.

Sr. Presidente, não podemos fazer uma audiência sem a presença do Ibama, porque, a meu juízo, o Ibama é o órgão que engessa a Amazônia. O Ibama faz de tudo para que as coisas não aconteçam na nossa região e em nosso Estado. Então, no momento em que esse órgão se omite numa audiência pública como essa, ou seja, não se faz presente, ele não assume ou não coloca perante os Senadores a sua posição em relação ao projeto. Depois, como é que nós vamos poder cobrar do Ibama ou discutir com o órgão, se nós desconhecemos as suas ponderações.

Louvo as Presidências das Comissões no sentido de que se refaça. E digo mais: que os convidados que aqui estiveram hoje também voltem na próxima reunião, talvez não mais para fazerem seus depoimentos, mas tendo em vista a necessidade das perguntas ou do contraditório que por acaso haja entre um depoimento e outro. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª sabe da preocupação que tomou conta, principalmente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com relação a esta audiência pública. Mas nós todos sabemos que, na prática, reunir três comissões simultaneamente não é uma tarefa muito fácil, em razão da multiplicidade de compromissos que os Srs. Senadores têm com outras atividades na Casa. Havia inclusive a Comissão de Meio Ambiente decidido que, se não fosse possível realizarmos a audiência pública – porque a consideramos relevante – de forma conjunta, nós a realizaríamos no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, porque entendemos que não deveríamos submeter a votação sem que houvesse a referida audiência pública, exatamente com o contraditório. E V. Exª tem razão, Senador Osmar Dias, precisamos votar na Comissão. Mas sou informado pela Secretaria da Mesa de que temos prazo para entregar o relatório da Comissão até o dia 22. Isso nos confere mais uma reunião ordinária, na próxima terça-feira, para ampliarmos o debate, ouvirmos o contraditório e realizarmos a votação, ou numa reunião extraordinária imediatamente depois.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, concordo com o Senador Osmar Dias. Relatórios precisam ser votados nas Comissões, e não irem a plenário sem apreciação anterior. Não é bom isso. O debate técnico ocorre aqui. No Plenário é feito mais o debate político.

Segundo, creio que devem ser reiterados os convites, em termos, para a próxima audiência. Pessoas que representam entidades e que deram justificativa para as suas ausências devem ser contatadas, no meu entender, para vir aqui, se quiserem. Evidentemente "se quiserem" está implícito. Mas há pessoas que não representam entidade nenhuma e que simplesmente não quiseram vir. Por que o Senado vai insistir com essas pessoas para virem aqui? São tão importantes assim? Eu discordo. Eu voto contra. Então é a proposta que faço.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Estou de pleno acordo com o Senador Jefferson Péres.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Concordo com o colega Relator.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Os convidados de hoje, se quiserem, virão para participar do debate, mas não para fazer nova exposição, claro.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Só quero externar aqui a importância que este projeto vai trazer para a gestão das florestas e todo o empenho que o Estado de Mato Grosso vê por parte desta Comissão, deste projeto, das emendas que vão surgir. Quanto a essa gestão das florestas públicas, estava na hora de haver uma posição firme do Ibama. Infelizmente, não tive conhecimento prévio do que está sendo feito – nem os expositores falaram –, principalmente em relação a esses 47% das áreas devolutas e áreas em disputa na Amazônia Legal. Em nenhum momento, em nenhuma apresentação, eu ouvi aqui sobre a necessidade de se fazer um georreferenciamento, um mapeamento físico dessas áreas para iniciar todo esse processo. Não sei se há emendas para isso, mas é de extrema importância para o início de todo esse processo. Além disso, não ouvi também sugestões de crédito de carbono. Observo que este é um momento propício para tratarmos de crédito de carbono.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Gilberto Goellner, desculpe-me interrompê-lo, mas a Mesa entende que V. Exª já está participando do debate, e ainda não o iniciamos.

Estávamos discutindo.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pediria a V. Exª que se inscreva, se ainda não o fez, porque há outros Senadores inscritos na frente de V. Exª.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – V. Exª me desculpe, porque sou novato.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Não há problema.

Gostaria de submeter à Comissão a sugestão do Senador Jefferson Péres com relação a ampliação do debate e de convidarmos novamente aqueles que representam instituições e que justificaram a sua ausência.

Penso que poderíamos fazer uma votação aqui em globo. Não compareceram o Sr. Ubiratan Cazetta, do Ministério Público do Pará; o Sr. Antonio Herman Benjamin, do Ministério Público de São Paulo...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Por que o Ministério Público de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Eu não sei de quem é a sugestão.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Da Praça da Sé.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Eu vou excluir o Sr. Herman para depois discutirmos o nome dele.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Só se for por causa da mata atlântica, pode ser também.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – É possível que seja por isso.

Continuo: **O SR. MARCUS BARROS**, Presidente do Ibama; o Sr. José Natalino da Silva, da Embrapa; o Sr. Aziz Ab'Sáber, da USP; e o Sr. Luiz Gonzaga Lessa. Este é um general de reserva e não representa entidade nenhuma.

O SR. – Ele representa, é atual Presidente do Clube Militar, ex-comandante... (intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Nós não podemos acolher a interferência de quem está assistindo. Por gentileza, solicitaríamos não se manifestar.

Vamos votar em globo o convite desses nomes.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa).

Aprovado.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Jefferson Péres.

Senador Jefferson Péres, gostaria de esclarecer ao Plenário que ouviremos os Relatores, os autores dos requerimentos e, depois, os Senadores inscritos. Com a palavra V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu me sinto muito à vontade e com legitimidade para relatar este projeto na Comissão de Assuntos Econômicos porque sou um *homo amazonicus.* Nasci na Amazônia, vivo lá e vou morrer lá. Se morrer fora de lá, meu corpo vai voltar para lá. Toda a minha vivência é amazônica. Aquela é a minha casa.

Em segundo lugar, julgo-me com isenção por ser de oposição ao atual Governo. Tenho isenção para dar parecer a favor do projeto porque teria todas as razões do mundo para criar dificuldades e fazer fortes críticas ao atual Governo, que foi quem enviou a mensagem ao Congresso.

Por estas duas razões, sinto-me muito à vontade neste caso, independentemente de argumentos emocionais ou ideológicos que não me sensibilizam em nada. Eu só faço discussões objetivas.

Gostaria apenas de fazer algumas observações ao Dr. Paulo José, que representa os servidores do Ibama. Eu pincei rapidamente algumas passagens da sua manifestação. V. Sª disse no início que nós não temos experiência disso. Eu diria que nós só podemos adquirir experiência se tentarmos fazer. Então, o ar-

gumento realmente não me impressiona. Como é que nós podemos ter experiência se não fizermos?

Depois V. Sª falou que metade do território poderia se transformar em florestas públicas. Bom, 47%, aproximadamente, das áreas hoje da Amazônia são públicas, devolutas ou tituladas.

Como observou o representante do Ministério do Meio Ambiente, esses 47% não serão transformados em concessões. Como há uma série de requisitos previamente analisados, creio que uma área muito pequena se transformará em concessões públicas.

Portanto, o argumento de que metade da Amazônia vai ser transformada em concessões de florestas... Não é assim. É claro que não. Talvez nem 4% no final. Não é assim.

V. Sª falou em excesso de regulamentação. Olhe, Dr. Paulo, eu prefiro que o projeto peque por excesso de regulamentação do que por falta de regulamentação. Nós temos que ser muito cautelosos nisso, e todo cuidado é pouco. Portanto, o suposto excesso de regulamentação não me parece ser um argumento para condenar o projeto.

V. Sª falou na óbvia incapacidade de fiscalização dos órgãos públicos. Aí eu concordo, inteiramente. Mas isso é um problema administrativo, de recursos orçamentários e de estruturação do órgão, que no caso é o serviço florestal, e do próprio Ibama, na parte referente à defesa do meio ambiente.

Se nós deixarmos de fazer o que entendemos ser necessário na região a partir do pressuposto de que o Estado brasileiro é incapaz de fiscalizar, não faremos nada, Senadora Ana Júlia. Nós temos é que aparelhar o Estado brasileiro para que a fiscalização seja eficiente e eficaz.

V. Sª falou na retirada de competência do Ibama. Bom, eu compreendo que V. Sª não veja com agrado isso, mas eu quero saber se a retirada de competência para o outro órgão vai prejudicar ou não a gestão pública de florestas. Se não prejudica, eu não vejo nenhum inconveniente nisso. Pode não agradar ao Ibama, à direção do Ibama, aos servidores do Ibama, com todo o respeito, mas não é uma questão de interesse público, aqui. Se não há nenhum prejuízo para o serviço público, pouco importa que a competência seja deste, daquele ou de vários órgãos públicos.

Eram então as observações que eu faria à sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Eu agradeço ao nobre Senador Jefferson Péres, Relator, pela Comissão de Assuntos Econômicos, do projeto de constituição de florestas, e passo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, Relatora pela Comissão de Meio Ambiente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente em exercício neste momento, Senador Jefferson Péres, Relator na Comissão de Assuntos Econômicos, Dr. João Paulo Capobianco, Sr. Paulo José Prudente de Moraes, que aqui representa a Associação dos Servidores do Ibama, Sr. Justiniano, que aqui representa não só a Fiepa, mas, a própria Conaflor; é Vice-Presidente da Uniflor, aliás; ou seja, do setor. E o Sr. André Lima, que aqui representa diversas entidades que inclusive conhecemos e que trabalham nessa área há tantos anos.

Em primeiro lugar, agradeço a presença de V. Sªs. Este debate é importante; um debate democrático, que apresenta inclusive o contraditório. É assim que podemos avançar no País. Sou de um Estado que é campeão em fatos ruins, mas recentemente vencemos um campeonato, e deste nos orgulhamos. O Estado do Pará foi considerado o Estado brasileiro em que mais houve diminuição de desmatamento, o que demonstra que, mesmo com as dificuldades, o Ibama tem atuado de forma eficiente. Eu às vezes até me preocupo porque algumas pessoas tentam detonar quando o Ibama passa a ter uma ação eficiente nesse sentido, e passa a ser inclusive perseguido. Portanto, esse título nos orgulha. Já o de campeão de morte no campo e o de campeão em incidência de trabalho escravo, estes não nos orgulham nem um pouco, ao contrário.

Em relação ao projeto de gestão de florestas, confesso que já havia participado de várias discussões a esse respeito antes mesmo de o projeto vir para o Congresso Nacional. E gostaria de parabenizar o Ministério, que promoveu uma discussão prévia, no Estado do Pará, de que participei, com membros de diversos setores: o setor produtivo, governos estaduais, associações, trabalhadores, ONGs e sindicatos e associações do setor produtivo. Houve, sim, um trabalho de discusão democrática. Não estávamos acostumados com isso no País. E se não colocarmos as coisas para funcionar porque não estávamos acostumados e por isso não temos experiência, isso é triste; vamos parar no tempo e no espaço.

Cito vários exemplos de questões positivas. O Orçamento Participativo é uma experiência nova, a que não estávamos acostumados. Meu Município existe há quase 400 anos, e após mais de 380 anos é que passou pela experiência do Orçamento Participativo, que, com erros, acertos e ajustes, foi importantíssimo. Como em Porto Alegre, que foi referência inclusive internacional. Portanto, concordo com o Senador Jefferson Péres, ganhamos experiência.

É possível haver, num primeiro momento, problemas. Mas existem pontos positivos no projeto que o Sr. André Lima ressaltou, que é o acompanhamento

que pode ser feito pela sociedade como um todo. O controle social é o meio que pode trazer transparência, que pode fazer o combate mais eficiente que existe à corrupção, acredito, como o controle social mais eficiente no combate à depredação, por exemplo. Esses são pontos positivos.

Tenho também preocupações, que ontem cheguei a apresentar à Ministra e aos funcionários do Ministério. Pelo menos, eu me senti mais tranqüila, pois fui informada de que vai haver uma regulamentação. Por exemplo, quando falam na limitação do tamanho das áreas, falam no máximo em 10% por esfera, mas vai haver uma limitação na própria regulamentação. Porque 10% de 5 milhões de hectares é uma coisa, e 10% de 500 mil hectares ou de 50 mil hectares é outra coisa. Portanto, deve haver uma limitação. Essa preocupação, eu sei, é também do Ministério. Por isso, registro esse fato, Dr. João Paulo Capobianco.

Uma outra preocupação que mencionei é com relação à participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fala-se em consulta prévia apenas à Secretaria de Patrimônio da União. Porém, existem vários órgãos do Poder Executivo que interagem nas áreas, como, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o próprio Ministério da Agricultura. Digo isso porque sou de um Estado, o Pará, em que existe a maior quantidade de assentamentos do Brasil. Somente o Incra de Marabá – V. Sªs devem saber que há dois Incras no Estado do Pará, de tão grande que é; dois Incras absolutamente independentes entre si em termos de autonomia – possui a maior quantidade de assentamentos do Brasil. Somando com o Incra da outra parte da região, podemos imaginar que volume alcança. Portanto, peço ao Dr. João Paulo Capobianco que também responda a essa dúvida.

Penso que algumas preocupações que coloca a Associação dos Servidores do Ibama não deixam de ser justas em alguns aspectos, mas estamos vivendo um momento, mesmo que haja uma lei há mais de 40 anos, de picos de desmatamentos no País, e de descontrole muito grande. Temos a capacidade de passar por uma experiência que seja exitosa, que possamos construí-la de forma virtuosa. Existem muitos servidores seriíssimos no Ibama, e são a grande maioria, pessoas dedicadas, preocupadas inclusive. Mas, ao longo dos anos, alguns órgãos do Poder Público foram sucateados. Nós sabemos disso. Desde a época do Governo Collor que esses órgãos foram perdendo funcionários e as condições efetivas de realizar seu trabalho. Um desmonte mesmo. Recentemente, houve concurso para o Ibama e para o Incra, e ainda haverá. Surge um processo de estruturar melhor esses órgãos públicos a fim de que cumpram com mais eficácia e eficiência seu trabalho.

Mesmo não alcançando a perfeição aqui, penso que o projeto já sofreu modificações. Apenas para termos uma idéia, foram apresentadas centenas de emendas ao projeto na Câmara. Também participei de audiências públicas que as Comissões da Câmara dos Deputados promoveram em nosso Estado, e várias emendas foram acatadas. Se não me engano, mais de uma centena de emendas foram acatadas. Ou seja, o projeto foi sim aperfeiçoado.

Por que eu me preocupo, Senador Jefferson Peres, em relação à situação emergencial? O Senador Flexa Ribeiro conhece, tem acompanhado o processo. Existe um documento assinado por vários Prefeitos do Estado do Pará pedindo a nós, Senadores, que aprovemos com urgência o projeto de gestão de florestas. Se não aprovarmos o projeto, se apresentarmos emendas a ele, ele volta à Câmara dos Deputados. Com a atual situação daquela Casa, V. Exªs acreditam que será votado quando? Portanto, temos essa responsabilidade.

Existe uma situação no Pará que depende de um termo de ajuste de conduta que não sai nunca, que já está há quase um mês no Ministério Público, e o Ministério Público não dá uma posição. Foram meses e meses de discussão. O setor está paralisado; precisamos dar uma resposta. O Projeto de Gestão de Florestas, como prevê um período de transição até seu efetivo funcionamento, seria a forma de o setor não paralisar, porque, se é verdade que existe uma grande preocupação, é verdade também que a economia do Estado do Pará depende fortemente desse setor. E eu não posso esquecer que milhares de famílias naquele Estado passam fome agora, desempregadas, porque o setor está absolutamente paralisado.

Um fato me chamou a atenção: quando houve a audiência pública no Estado do Pará, exatamente o que existe de mais retrógrado nesse setor, pessoas que representam sindicatos fantasmas, grileiros de terra, pessoas que têm o costume de forjar projetos dentro do Ibama, e às vezes até têm sido ouvidas, não sei por que, é que foram contrárias. Bandidos que já foram presos por emissão de nota fiscal falsa, condenados pela Justiça Federal por ameaçar de morte o Gerente do Ibama, condenados por um Juiz Federal após responderem a processo e o Ministério Público Federal ter pedido a condenação. Senti que fazer oposição ao Projeto de Gestão de Florestas é o que tem de pior em meu Estado: grilagem de terra, violência, financiamento inclusive à violência. Isso realmente acendeu um alerta em nós, porque às vezes existe uma certa criminalização do setor de gestão de florestas, do se-

tor produtivo, como se todo madeireiro fosse bandido, o que, absolutamente, não é verdadeiro.

Ao contrário. A maioria é de pessoas que querem trabalhar de forma séria. Mas muitos não possuem o título de terra porque o próprio Poder Público, que foi sucateado, passou anos e anos sem fazer a regularização fundiária. Está sendo feita agora. O Exército está na região de Anapu, Pacajá e Santarém, neste momento, fazendo o georefenciamento. Todavia, não foi um processo simples, pois o Instituto Militar de Engenharia, o Exército Brasileiro, cumpre uma função, e para cumprir uma função que não era a sua finalidade, inicialmente, é óbvio que há de haver muito diálogo, muita compreensão e muito treinamento para que o trabalho seja realizado da melhor forma possível.

Acredito que está havendo uma extrema boa vontade por parte do Governo. Fiquei feliz com o que disse o Senador Jefferson Peres, que é amazonida, como eu. Eu também, Senador, se um dia tiver de morrer fora do meu Estado, quero que meu corpo, minhas cinzas, o que quer que seja, vá para lá a fim de ajudar minha terra, que é tão bonita e tão rica. É preciso que o povo também tenha direito de usufruir dessas riquezas.

Mesmo com limitações, penso que é o melhor que conseguimos construir. Existe sim um problema emergencial. E se nós não o enfrentarmos, estaremos fora da realidade. Como legisladores, temos responsabilidades, e responsabilidades sociais. Por essa razão, como já coloquei ao Ministério do Meio Ambiente, gostaria de ver aqui esclarecidas as dúvidas para toda a sociedade. Porque o Congresso Nacional é fruto dos diversos setores representados na sociedade. Portanto, temos aqui um Congresso democrático, com opiniões diferentes. Nunca será exatamente esta opinião ou aquela opinião, ela sempre será um meio termo, um diálogo. Sempre costumo dizer que é do debate de idéias diferentes que surgem as melhores idéias.

Quero crer que vou dar um parecer favorável ao projeto. Vamos poder debatê-lo, mas faço esse apelo pelas milhares de pessoas que vivem naquele Estado, pela paralisação que ocorre no Pará, um processo que não depende mais, com toda a boa vontade que estão tendo, do Incra e do Ibama, porque o próprio Ministério Público Federal não consegue responder ao termo de ajuste de conduta. Ou seja, a única saída para aquele setor é o Projeto de Gestão de Florestas. Do contrário, haverá uma paralisação total, o que, com certeza, será um grande desastre.

Gostaria de ver respondidas minhas dúvidas, e que todos pudessem ter acesso a essa questão.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Pela ordem, Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs Membros da Mesa, Senadoras e Senadores, acompanho com muita atenção as discussões sobre o projeto, que é importante para a região, especialmente a região amazônica. No entanto, o enfoque colocado não parece real. A questão da exploração florestal da Amazônia não foi conseqüência – ou o desmatamento da Amazônia – da exploração da madeira para a atividade econômica. Ela teve início quando os países desenvolvidos entenderam que haveria uma crise de carne no mercado europeu e precisariam de um centro de produção que abastecesse de carne a Europa. Isso levou o Governo brasileiro a fazer grandes concessões e estimular com financiamentos a instalação de fazendas de multinacionais no Sul do Pará, com todos os incentivos possíveis. Daquele desmatamento no Sul do Pará não saiu um metro cúbico sequer de madeira para exportação. Foi todo em função do boi.

Em uma segunda vez, o Governo, com a transformação do Território de Guaporé no Estado de Rondônia, estimulou, com a anuência e a participação do Banco Mundial, a colonização do novo Estado. Havia propaganda no Brasil – em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – para irem para Rondônia plantar café, especialmente – aquele era o novo pólo cafeeiro do Brasil –, e desmatar à vontade. Indução do Governo brasileiro e do Banco Mundial.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Gilberto Mestrinho, se V. Exª me permite, vou inscrevê-lo, porque acredito que a participação de V. Exª nesta audiência é de suma importância, pelo conhecimento e competência que tem a respeito dos problemas amazônicos.

Estou sendo lembrado pela autora do requerimento de que ela tem precedência, assim como o **SENADOR SIBÁ MACHADO**. Portanto, gostaria que V. Exª me permitisse a sua inscrição.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Entendo. Eu permito, Sr. Presidente. Gostaria apenas de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Pois não. Para concluir, então, Senador.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Gostaria apenas de analisar o caso do Acre, o problema Chico Mendes. Houve uma fase em que o Governo da Redentora fez uma campanha de compra de seringais no Acre e no Amazonas. O Banco do Brasil financiava três vezes o valor da compra. Você vendia um seringal por um milhão, por exemplo, ia ao Banco do Brasil, e o Banco lhe dava três milhões para criar boi. Não era

para serraria, para nada. Era para criar boi. Essa foi a causa maior do desmatamento. Por isso, é preciso cuidado com esses projetos de iniciativa governamental, pois nem sempre representam o interesse da floresta brasileira. Mesmo porque a floresta não é só madeira. A floresta tem a biodiversidade, que é mais valiosa do que madeira; os fungos e bactérias; os óleos essenciais; e uma série de produtos para farmácia. Portanto, é preciso cuidado.

A preocupação em haver cuidado na discussão do projeto é de todos. E é estranha a ausência do Ibama, que seria o órgão mais responsável por isso. Mas como o Ibama só faz atrapalhar na região amazônica, justifica-se a posição deles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Gilberto Mestrinho. Quero contar com a inteligência de V. Exª por ocasião dos debates. O conhecimento de V. Exª sobre a região é de suma importância para que se possa aprofundar a discussão para a análise desse projeto de gestão de florestas. Pergunto aos nossos convidados se, em curto espaço de tempo, teriam alguma observação a fazer sobre o relatório do Senador Jefferson Péres e da Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo José, do Ibama.

O SR. PAULO JOSÉ FONTES – O Senador Jefferson Péres, nosso Relator mencionou alguns pontos. Queria só tentar esclarecer, Senador.

Quando falamos da nossa falta de experiência em concessão nossa preocupação não é a de que não possamos fazer a concessão. Tanto é que o próprio Ibama, a própria área técnica do Ibama, em 2000, encaminhou um primeiro processo de concessão florestal, justamente para começar o processo e para entendê-lo melhor. Só que nossa posição, nossa visão, é a de que deveremos começar esse processo com uma série de retaguardas em questões de grandeza, de ordem de grandeza. Então, queríamos fazê-lo dentro de unidades e conservação, ou seja, dentro de nossas florestas nacionais. Até para aprendermos, para dominarmos, para resolvermos uma série de problemas, de questões, que entendemos que vão acontecer. Conseguimos fazer um trabalho desse na Floresta Nacional do Tapajós. Foi uma experiência em um sistema de gestão direta e não de concessão, fazendo somente a terceirização do serviço. Foi muito interessante esse trabalho porque possibilitou ao Ibama trabalhar dessa forma e a conviver – não a floresta, mas uma unidade – com a atividade industrial madeireira, com as comunidades locais e com a pesquisa. Esse modelo todo foi feito no Tapajós. Foi muito interessante. Tivemos dificuldades, tivemos trabalho, aprendemos. Foi um processo com o qual muito aprendemos e cremos que deveria ter continuidade. Quando se interrompe e se parte para um projeto desses, que abre toda uma possibilidade, muito nos assusta, Senador. É nesse sentido que falo da falta de experiência com relação às concessões. Quando vemos essa experiência no exterior ela nos assusta mais ainda. Falo da forma como aconteceu.

Com relação ao que V. Exª falou, da porcentagem de terras devolutas na Amazônia. É claro que entendemos que nem todas, aliás a grande maioria, não será objeto de concessão. Mesmo porque não há estrutura, não há condições de exploração em muitas delas. A nossa preocupação é, justamente, esse sistema, é a questão fundiária de todas essas terras. Como é que vamos lidar com a questão, dentro de todas as dificuldades que conhecemos e do processo complexo que é. É nesse sentido que nos assusta, também, de uma hora para outra termos um continente – por assim dizer, já que é uma área muito extensa – sendo tratado como floresta pública e com toda essa possibilidade de uso de recursos florestais. Olhamos para a nossa capacidade instalada, para a nossa estrutura e, realmente, nos assustamos.

A questão do excesso da regulamentação. Sou técnico do Ibama há mais de vinte anos. Trabalho nessa área, Senador. Muitas vezes ouvimos – como acabei de ouvir do Senador – que o Ibama engessa toda a atividade florestal na Amazônia, que o Ibama é quem mais atrapalha. Temos o maior interesse de que o desenvolvimento sustentável na região aconteça o mais rapidamente possível. Muitas vezes, por um excesso de regulamentação e não por capacidade de implementação de toda essa regulamentação, as coisas ficam travadas, não acontecem, as autorizações não saem, por uma série de situações. A gente pega a legislação e vemos que as coisas poderiam estar simplificadas. Na verdade, há toda uma burocracia, todo um problema a ser resolvido antes de poder-se autorizar o uso de algum recurso. O Ibama é sempre taxada como responsável. É o Ibama que impede. Isso nos deixa, de certa forma, entristecidos e nos sentido, por vezes, impotentes, incapazes. Na verdade, não temos as condições necessárias, não temos a capacidade instalada para que aconteça de uma forma mais produtiva.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. PAULO JOSÉ FONTES – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Se a experiência, inicialmente, mostrar que há regulamentação excessiva, alguns pontos da regulamentação são inaplicáveis, e o governo muda isso até por medida provisória.

O SR. PAULO JOSÉ FONTES - Este, inclusive, é um aspecto que, às vezes, me deixa meio confuso em ver a atividade industrial madeireira apoiando o projeto da forma como está. Porque, na nossa regulamentação do manejo, hoje uma das maiores críticas que recebemos do setor produtivo, Senador, é justamente quanto ao fato de ser extremamente burocrático. E não se consegue trabalhar por esse motivo, pois isso inviabiliza o uso do recurso. Agora, você pega o projeto aqui e triplica essa burocratização, em termos de estudos, de trabalhos, de tudo o que tem que ser feito. Afinal de contas, então, o manejo que está lá hoje não é tão burocratizado assim, se formos olhar isso aqui. Então esse é outro aspecto.

E, quando falei da retirada da competência do Ibama, estamos tentando analisar isso na forma do interesse público, sim. Veja bem, os recursos são escassos, a capacidade instalada é mínima. O colega mostrou ali, não trouxe esses dados, mas 40 engenheiros florestais na Amazônia é um número irrisório! Não conseguimos cuidar, ainda mais com um projeto dessa magnitude, a contento! Isso vai, realmente, prejudicar o projeto, e é nesse sentido que temos essa grande preocupação. E o fato de pensarmos que agora vai começar a haver concurso no Ibama, e muitas vezes até escutamos que o Ibama está sendo privilegiado com isso, é só um aspecto! Não adianta haver só o concurso. Há o concurso, chega um analista que não tem onde sentar, onde trabalhar, não tem o mínimo necessário para fazer o trabalho dele! Então não é só fazer o concurso. É claro que precisamos do concurso, que precisamos de reforçar os quadros, mas precisamos de capacitação, de treinamento e de equipamento de ponta para poder trabalhar. E não vemos isso contemplado no projeto, ou essa preocupação específica. Isso realmente nos preocupa bastante. Estamos, hoje, com cortes sucessivos no nosso orçamento. Se pegarmos o orçamento atual da Diretoria de Florestas, que é quem cuida disso, veremos que é irrisório! Então isso nos deixa bastante preocupados.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – Só um aparte. Essa preocupação é justa, é justíssima. E temos que exigir, sim, do governo. Digo sempre que esse resquício peessedebista do nosso governo é cruel, entendeu! Então temos que realmente mudar, alterar, garantindo, dessa forma, recursos, não só para esta situação aqui, mas em tantas outras necessárias, com o nosso Ministério da Fazenda, que digo que ainda ficou no PSDB.

Essa é uma exigência que temos que fazer! Inclusive peço uma satisfação sobre isso ao Dr. João Paulo Ribeiro Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Ok!

Então, Senador, só para concluir, vou fazer um esclarecimento sobre o que V. Exª colocou, no início, no que diz respeito a nossa participação aqui e a nossa representação.

Gostaria de deixar claro o seguinte: desde o início desse projeto, os funcionários, os servidores do Ibama se manifestaram contrários a ele. E, num primeiro momento, Senador, a própria direção, o Conselho Gestor do Ibama, se manifestou também contrária a esse projeto, inclusive com um documento nesse sentido. Isso foi antes de começar toda a tramitação do projeto na Câmara.

Durante essa tramitação e durante os trabalhos que foram desenvolvidos na Câmara, realmente, houve melhorias, houve emendas que foram acatadas, então a direção do Ibama entendeu que, a partir daquele momento, aquela situação estava aceita. Só que nós, funcionários do Ibama, continuamos, e essa não foi uma decisão pessoal, foi uma decisão tomada em assembléia com mais de 300 funcionários, entendemos que não, que o projeto continuava sem atender pontos críticos fundamentais e que prejudicariam, em muito, o trabalho do Ibama, não dando condições de que fosse bem-sucedido da forma como estava. Então, por isso que continuamos com essa posição contra o projeto nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Agradeço.

Vamos passar aos senadores inscritos para o debate. Inicialmente, aos autores do requerimento. Passo a palavra ao **SENADOR SIBÁ MACHADO**.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – Só uma questão pela ordem!

Então as perguntas que fiz ao Dr. Capobianco vão ficar para depois? Para mim, não há problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Consultei os convidados se gostariam de usar da palavra, mas o único que se manifestou.....

O SR. – Eu me manifestei, V. Exª que não ouviu.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Então me desculpe, não ouvi!

Senador Sibá, com a permissão de V. Exª, vamos dar.....

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas me deixe só tirar uma dúvida com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Pois não!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas permita-me apenas esclarecer uma dúvida com V. Exª,

porque também participo de uma CPI e terei que sair inevitavelmente agora. Inclusive terei que rejeitar a minha participação na reunião.

Eu só queria entender: houve uma apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Houve; de todos eles.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) - Os relatores já apresentaram os seus pareceres aqui?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Ah, não. Será marcada uma nova audiência pública para a próxima terça-feira e serão refeitos os convites àqueles que não compareceram aqui para que, após essa audiência pública de terça-feira, numa sessão extraordinária, seja apresentado e votado o relatório. V. Exª terá tempo para acompanhar ainda a audiência na próxima terça-feira.

Eu perguntaria aos nossos convidados se poderíamos ouvir os autores do requerimento e os Senadores, em debate, para depois respondermos em bloco. Pode ser? (Pausa.)

Então, concedo a palavra ao **SENADOR SIBÁ MACHADO**.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu vou fazer um comentário, não vou fazer perguntas, porque cheguei atrasado e não sei o que o pessoal falou.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Exª nunca chega atrasado, apenas fora de hora.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O problema é que quem mora no Acre está condenado agora aos caprichos da Varig. Infelizmente, há sessenta dias, não há um dia sequer em que o avião deixa de atrasar por mais de duas horas. E nós ficamos no aeroporto esperando. Chegamos aqui há pouco.

Quero fazer um pequeno comentário, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, qualquer iniciativa dessa envergadura gera dificuldades de compreensão num primeiro momento. Isso é o natural das coisas. Não é a primeira vez que tratamos de matérias que requerem um pouco mais de cuidado e de compreensão para que as pessoas possam tirar suas dúvidas e corrigir as imperfeições dos projetos ou coisa parecida.

Considero que esse projeto tem um caráter de resolver um problema grave que é o da expansão da ocupação desordenada da Amazônia. Esse é o primeiro problema. Olhando para o passado, nós vimos a chegada dos portugueses que usavam a história da exportação das drogas do sertão, da madeira de corte, da borracha e assim sucessivamente.

Se perguntarmos qual foi o momento em que a ocupação foi ordenada, não há. Se perguntarmos em que momento o Poder Público conseguiu dirigir com perfeição o processo, não houve. Depois, tivemos momentos completamente contraditórios da cultura da borracha para a cultura da agricultura com a criação das estradas. Inicialmente, usávamos os rios; depois, vieram as estradas que cortam todos os rios de forma transversal. De lá para cá, estamos vivendo o nascimento de cidades para todos os lados. Então, a Amazônia é o retrato de uma ocupação, infelizmente, ainda desordenada.

Observamos a chegada, em sucessivos momentos da história, de pessoas de outras regiões do País que ocupam aquela área da forma que bem querem. É um Estado sem lei e sem ordem, devido à vastidão do território, e desafio qualquer instituto público a conseguir uma dominação maior, o que só será possível regularizando um pouco mais a forma do uso.

Muitos debates já foram feitos sobre o projeto de florestas públicas, e certamente algumas coisas ainda precisam ser aperfeiçoadas. Qual é o prazo que temos para isso, Sr. Presidente?

Nós poderíamos deixar para o próximo ano, mas, a cada ano que se atrasa, a velocidade da ocupação, do desmatamento, da grilagem e de tantas outras coisas é muito forte. Eu desafio o Poder Público a ter capacidade de dar uma freada nessa situação.

Como eu morei muitos anos na Amazônia – vivo lá há cerca de vinte e cinco anos -, acompanhei muito bem a ocupação da Transamazônica, principalmente, e de toda a região do Arco do Fogo. E digo que estamos aqui com este projeto, como costumamos dizer lá, "entre a língua e o beiço". Temos que fazer ainda muitos aperfeiçoamentos, mas não sei se podemos nos dar o luxo de atrasar mais, porque o grande problema, volto a dizer, é a geração de expectativa de propriedade nas pessoas que vão para aquela região.

Então, temos aqui a proposta de se criar um serviço, digamos assim, de especificar melhor a forma de acompanhamento e a exploração comercial.

Outra questão é a linguagem da forma dessa ocupação. Sou oriundo do movimento social daquela região, sempre fizemos um combate à grilagem, sempre defendemos a biodiversidade, e sempre fomos xingados. Dizem que cuidamos muito mais de macacos do que de gente; que estamos muito mais preocupados com os bichos da mata do que com o alimento das pessoas. Essa é a forma com que somos tratados, de forma pequena, achincalhada e assim por diante.

Mas sinto que, durante esses anos, também tivemos a dificuldade de apresentar uma alternativa econômica, porque essa linguagem todo mundo conhece. No momento em que se fala em recuperar um padrão de renda das pessoas, em melhorar uma condição financeira, aí eu acredito que nós entramos numa linguagem universal.

O projeto, além de um serviço, Sr. Presidente, procura também criar uma demanda financeira, tanto para o Poder Público quanto para as pessoas que querem explorar um produto que a natureza deu. Ninguém plantou. Eu até costumo brincar com algumas pessoas: cortar a mata, queimá-la, limpá-la, plantar um arroz ou outra coisa qualquer para ver essa coisa crescer, transportar, beneficiar e vender, nós encurtamos todos esses caminhos com um produto que já está plantado. Basta trabalhar de forma ordenada.

Então, eu sei que há muitos gargalos ainda pela frente, mas quero defender aqui um ponto de vista. Não conheço ainda o parecer dos Relatores, nem da Senadora Ana Júlia Carepa, nem do Senador Jefferson Péres, nem dos demais; se não me engano, tem mais o do Senador Mozarildo Cavalcanti. Sei das emendas que V. Exª tem para apresentar ao projeto. Sei da vontade que o Ministério tem de discutir, de dialogar para tirar essas dúvidas. Eu sei que teremos uma discussão num momento mais adequado, quem sabe até numa reunião mais individualizada com alguns Senadores, para tirar essas dúvidas. Mas, neste momento, o pedido que fazemos é: votamos um projeto dessa natureza, apontamos para uma saída negociada para a Amazônia, identificamos melhor as pessoas que vão operar economicamente aquela floresta e teremos um endereço para fazermos cobranças.

Estou vindo do Estado agora. Visitei vários Estados, sobrevoei algumas regiões e encontrei, em Municípios daqueles bem longínquos, bem centrados no meio da floresta, por incrível que pareça, focos de incêndio que me preocuparam, no Peru, na Bolívia, no Acre, no Amazonas, essa região cercada de fogo. E as pessoas vêm com um discurso, Sr. Presidente, que é muito complicado. A hora que vamos lá tentar dialogar que o uso do fogo, que esse método não serve, as pessoas dizem: do que eu vou viver? Então, se nós não tivermos uma parceria econômica de um produto já dado, não vejo alternativa. E eu não consigo entender uma coisa: apesar das nossas preocupações que temos aqui em Brasília, a velocidade com que as medidas chegam lá na ponta para serem uma solução para esses problemas é muito baixa, Sr. Presidente. Assim, eu acho que nós não teremos capacidade de frear o desmatamento desordenado que estamos vendo aí.

Portanto, o que eu tenho aqui neste momento é mais um comentário. Eu gostaria de vir com mais números na próxima reunião. Não tive oportunidade de ouvir as apresentações, mas, num próximo momento, teremos aqui, com certeza, alguns Governadores, teremos aqui, mais uma vez, a presença de alguns membros do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e de outras instituições, e vamos voltar ao debate.

Mas eu acho que o Senado Federal tem uma dívida. Se nós ficarmos aqui aguardando, Sr. Presidente, que cheguemos a um consenso pleno e absoluto sobre o que é o mais correto para o uso daquela região, temo que contribuiremos, na verdade, para seu verdadeiro arraso e destruição.

Era isso, e agradeço pela oportunidade a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre **SENADOR SIBÁ MACHADO**.

Passo a palavra, para o debate, à Senadora Serys Slhessarenko, como autora do requerimento.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Sr. Presidente, senhores debatedores da mesa, Senadores e Senadoras, infelizmente tive que sair várias vezes desta audiência, porque estava participando de outras duas Comissões. Mas, mesmo no pouco tempo em que estive aqui, algumas questões já foram colocadas.

Eu diria que, por trás dessa questão da concessão de florestas públicas para exploração, existe a questão fundiária – e já foi dito isso aqui. No meu Estado de Mato Grosso, por exemplo, é gravíssima a situação. Infelizmente, eu não tenho a mesma alegria da Senadora Ana Júlia Carepa, cujo Estado reduziu as queimadas. O Mato Grosso teve o mais alto índice, é o problema que está lá. Inclusive o Governador do Estado é tido, junto com George Bush, pelo **The Economist**, como o maior destruidor de florestas do mundo. Blairo Maggi e Bush. Quer dizer, é complicada a situação do meu Estado de Mato Grosso.

Temos lá a questão das terras públicas, que também já foi mencionada, se não me engano pelo Sr. João Paulo Capobianco. Em Mato Grosso, por exemplo, nós tínhamos mais de seis milhões de hectares de terras públicas. Hoje, a metade delas já está "regularizada" – entre aspas, mas está -, e a outra metade está com posse de grileiros, da grilagem etc. Tenta-se buscar o retorno dessas terras, mas está difícil. Mas não estamos discutindo esse assunto, então, queria passar rapidamente para a questão da indústria madeireira no meu Estado. Lá a situação está delicadíssima já que foi onde mais se queimou no País. Está absolutamente parado.

Há ainda uma outra questão a tratar antes de discutir a concessão de florestas, que é realmente a impossibilidade – nem sei o que digo – dos órgãos governamentais, que hoje são do nosso Governo, de funcionar.

O Ibama, no meu Estado, depois de todo o escândalo de mais de 100 pessoas presas, hoje busca discutir a questão do desenvolvimento sustentável,

que é importantíssima. Inclusive presido a Frente do Congresso de Desenvolvimento Sustentável Agenda 21 Local. Mas como fazer desenvolvimento sustentável em um país em que as nossas instituições estão funcionando devagar, quase parando, e numa imensa dificuldade? Por exemplo, o desenvolvimento sustentável precisa de quê? De manejo. No meu Estado, todo mundo reclama dos projetos de manejo. Não existe gente para avaliar; não existe isso nem aquilo. Como fazer desenvolvimento sustentável se não há quem resolva as questões para haver o manejo florestal? Como fazer? Há reclamações todo final de semana. Fico lá sexta, sábado, domingo e segunda, e a reclamação é generalizada, de que esses órgãos não funcionam.

Há uma tal autorização da Funai – até Município onde não há índio precisa dela – que leva de seis meses a dois anos para se conseguir. Isso é brincar com a situação! É brincadeira querer fazer desenvolvimento sustentável com órgãos que não funcionam. Então, a primeira questão a ser resolvida é o funcionamento desses órgãos, com competência técnica e compromisso político. Não é político-partidário; é político para fazer a coisa acontecer dentro daquilo que deve ser politicamente correto – vamos dizer assim –, e com competência técnica suficiente para o desenvolvimento de determinadas políticas. Temos boas e ótimas leis, mas elas têm que ser executadas.

Não vou repetir parte do discurso da Senadora Ana Júlia, que falou do sucateamento no serviço público. Isso é uma realidade. Ou mudamos essa realidade ou vamos ficar fazendo discurso vazio.

A indústria madeireira está paralisada. Há milhares de pessoas passando fome, principalmente no meu Estado, e não existe alternativa. Essas pessoas não podem morrer de fome. Se formos olhar as distâncias que existem no meu Estado de Mato Grosso, veremos que há Municípios a 1,5 mil quilômetros da capital, com quase metade de suas estradas de chão, onde é dificílimo de chegar. E o que se faz? Que alternativas há? Então, que se busquem essas alternativas.

A meu ver, esse projeto está buscando; trata-se de uma alternativa politicamente correta. Não tenho dúvida disso. É polêmico? Sim. Mas é importante? É importantíssimo! Claro que precisamos discutir mais. É fundamental – já foi aprovado aqui – que se ouçam outros órgãos, Governadores, a Srª Ministra. É fundamental a presença do Ibama, pois essa é realmente uma situação complicada. Não digo que as atitudes deles sejam politicamente incorretas, de jeito nenhum. Ao contrário. Mas também não podemos ficar tentando protelar essa questão. Temos que encarar esse bicho e pegá-lo de frente. Para isso, é preciso mais gente, preparo e condições. Ou fazemos isso acontecer ou vamos continuar aqui com concessão de florestas públicas aprovada sem termos condições de fiscalização, que é vital e fatal ao mesmo tempo. Quer dizer, isso tem que acontecer, senão será fatal.

Estava lendo aqui um parecer, uma entrevista de um pesquisador do Inpa, Dr. Niro Higuchi, uma pessoa extremamente preparada. Ele discorda totalmente disso, mas podemos tentar convencê-lo para que veja essa situação de forma diferenciada. Digo isso aqui porque, nesse parecer, ele diz que isso é favorável aos interesses internacionais. Digo que talvez – eu não teria tanta convicção ainda – esta lei vai ajudar muito na própria questão da soberania da Amazônia.

Estive visitando o Estado do Amazonas não faz muito tempo e o que eu realmente vi e ouvi, conversando inclusive com o comando geral da Amazônia, é muito grave. A situação é muito grave! A nossa soberania pode estar extremamente comprometida. Não vão ser as Forças Armadas que vão ter condições de fazer ou assegurar essa soberania de forma solitária, sozinha. De jeito nenhum. São as populações ribeirinhas. E isso é um estímulo às populações ribeirinhas e às indígenas, e tudo o mais. Quer dizer, a sua expansão; e, para a sua expansão, a sua sobrevivência, porque é óbvio que, se não houver sobrevivência, as pessoas não vão ficar lá. De jeito nenhum. E se elas não ficarem lá, a soberania está comprometida. Eu não tenho nenhuma dúvida disso, porque milhares de pesquisadores de forma irregular estão na Amazônia. Sabemos disso também. E o que fazer para reverter essa situação? Talvez este projeto pode vir a contribuir forte e grandemente para essa questão. Agora, como fazê-lo é que é a grande questão.

Apresentei várias questões que nos causam preocupação com relação à fiscalização, mas acredito que isso ainda é uma especificidade que outras discussões vão nos ajudar a clarear, especialmente com o Ibama e outros órgãos.

Como será feita, com segurança, essa fiscalização? Todas essas questões levantadas aqui, e que eu levantei também, precisam realmente de infra-estrutura. O Senador Jefferson Péres já fez esse registro. Se isso é preciso, as condições têm de ser viabilizadas, e ponto. Por isso, não vou entrar nessa especificidade de reestruturação de órgãos, de fortalecimento desses órgãos.

Por último, eu queria dizer aqui que precisamos que essas matérias sejam discutidas profundamente e aprovadas nas Comissões, para irem para o plenário. Este assunto é muito importante e precisa ser acelerado, porque a nossa população está sofrendo, principalmente os trabalhadores da indústria madeireira do meu Estado do Mato Grosso. Eles estão passando

uma necessidade das mais violentas, vamos dizer assim. É necessária uma solução. E esse processo de concessão das florestas públicas é a alternativa politicamente correta, desde que seja colocada de forma tecnicamente competente e politicamente correta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço à Senadora Serys Slhessarenko.

Passo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, como autora do requerimento.

Deseja V. Exª acrescentar mais alguma outra observação, Senadora? (Pausa.)

O próximo inscrito é o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, eu só teria a acrescentar o que acaba de dizer a Senadora Serys e o que disse a Senadora Ana Júlia. O maior perigo que corre a Amazônia é o da miséria.

Populações do interior da Amazônia, que eram mais bem preservadas, Senadora, estão miserabilizadas. Ou se cria uma alternativa realmente para ela, compatível com o meio ambiente, ou, como se disse muito bem, não há Forças Armadas que segurem aquilo. Haverá narcotráfico, contrabando, fuga, devastação, fogo; ninguém segura.

Não venham com propostas utópicas, românticas, que não dêem condições de sobrevivência àquela gente.

Ontem, antes de ir ao aeroporto, fui a uma reunião de Prefeitos do Amazonas. Todos os Prefeitos estavam lá, convocados pela Associação dos Municípios. Foi um choro geral. As Prefeituras vivem de IFPM, repasse de ICMS; e as populações, ou de agricultura de subsistência ou são mendigos das Prefeituras. Pensar que se segura aquilo com discurso, com retórica? O que é isso? Só quem não vive lá mesmo. Era isso, Sr. Presidente

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, apenas para fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Pois, não, Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu já disse aqui que percebo que poderíamos até aperfeiçoar mais ainda o projeto, depois de muitas discussões. Mas eu me coloco junto ao que a Senadora Serys e o Senador Jefferson Péres têm registrado. Assim, com a realidade que vejo no nosso Estado, prefiro, neste momento, aprovar este projeto com os aperfeiçoamentos que já foram feitos na Câmara, lutar para que nós possamos garantir os recursos, exigir que isso seja feito. Prefiro isso, com toda sinceridade, mesmo que seja algo imperfeito. Mas aqui, como eu falei, é difícil aprovarmos leis perfeitas. Então, prefiro ser aliada de um processo que pode ser virtuoso a sentir-me cúmplice da bandidagem que, no meu Estado, é toda contra o projeto. Entre ser cúmplice de bandido e ser lutadora para que isso aqui funcione da melhor forma e a mais virtuosa possível, eu sou lutadora para que funcione melhor. Cúmplice de bandido? Jamais!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Obrigado, Senadora Ana Júlia.

Pela ordem de inscrição, teríamos o Senador Valdir Raupp, que se ausentou, o Senador Eduardo Suplicy, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Gilberto Mestrinho.

Eu vou passar a Presidência ao Senador Jefferson Péres para que eu possa fazer uso da palavra como debatedor.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Serei breve, Senador Jefferson Péres, mesmo porque os nobres Senadores que me antecederam esgotaram a matéria nesse primeiro instante. Mas quero fazer algumas observações.

Sr. Presidente Senador Jefferson Péres, este projeto vem desde o Governo passado. Ainda na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi encaminhado pelo Executivo um projeto sobre a concessão de florestas, mas, ao final do Governo e ao iniciar o Governo do Presidente Lula, esse projeto foi retirado pelo Executivo, evidentemente alterado na sua concepção e reencaminhado ao Congresso.

Quanto a essa questão de que ser possível fazer a exploração econômica das florestas brasileiras, entenda-se que, apesar de ser um projeto de âmbito nacional, todo o foco, toda visão e questão se concentram evidentemente na Região Amazônica, que é, hoje, como foi aqui colocado – talvez não abertamente –, uma região de cobiça internacional.

Então, ou nós desenvolvemos a Amazônia, exploramos de forma ambientalmente sustentável aquela região, ou corremos sérios riscos de a perdermos para a cobiça internacional.

Nós não temos somente floresta. O próprio Senador Jefferson Péres fez referência à biodiversidade. Nós temos a maior reserva de água doce do Planeta, sobre a qual existe uma cobiça que ainda neste século será de foco internacional. Então, a meu ver, este projeto deve realmente ser aprovado e testado.

Mas isso me preocupa, Senador Jefferson Péres. V. Exª há pouco fez um comentário a mim, quando estava na Presidência, de que, havendo necessidade de se alterar, que isso seja feito ao longo do processo. É verdade que o Congresso tem esse poder de fazer as

alterações necessárias para que o projeto retome um caminho de eficácia melhor. Mas a prática nos mostra que, na realidade, isso não ocorre. Nós mesmos, na Amazônia, perdemos por uma ação impensada do Governo de então, quando eliminou a Sudene e a Sudam e criou a ADA e a Adene. Há quatro anos ou mais, as regiões estão sem ter acesso a uma política de incentivo que diminua as desigualdades regionais, e elas existem.

Na lei, estão criadas a ADA e a Adene, e elas não funcionam porque foi dito em audiências como essa que a lei não era prática, não teria conseqüência prática, mas ela foi aprovada de forma apressada e está aí há quatro anos. Estamos estudando agora a recriação da Sudam e da Sudene, Deus queira, dentro de parâmetros que realmente possa ser retomada a questão do incentivo ao desenvolvimento. Então, preocupa-me essa questão de mudar depois. A discussão aprofundada do projeto é importante. Lamento apenas que essa audiência pública esteja sendo feita às vésperas do prazo de encaminhamento do projeto ao plenário. E também concordo com V. Exª de que não podemos mandar o projeto sem que as Comissões técnicas tenham discutido e votado um parecer a respeito dos mesmos.

A minha preocupação – e quero dividir isso com a Presidência, com os meus Pares no Senado e com os nossos nobres convidados – é de que este projeto realmente não traga o resultado que o setor, que a sociedade, o segmento produtivo está aguardando. E tenho dito – posso dizer isso aqui porque tenho dito repetidas vezes à Ministra – que este projeto está "vendendo" uma fantasia de que ela vai resolver o problema do segmento madeireiro com esse projeto. Não é verdade isso, pelo menos a curto e médio prazo. Não é verdade isso. Nós não vamos resolver o problema imediato com este projeto, vamos resolvê-lo, sim, a médio e longo prazo. A solução imediata para os nossos irmãos amazônidas que estão no desemprego, na miséria, e para as empresas que estão sendo desativadas, deve ser dada pelo Ministério de Meio Ambiente, com a aquiescência do Ibama, do Incra e do Ministério Público, retomando a atividade dos projetos de manejo que estavam funcionando mas que foram paralisados, e que estão desde fevereiro deste ano sob consulta e sob estudo por parte desses órgãos, sem que tenha havido solução prática até hoje.

Há três semanas, estive com a Ministra, e S. Exª disse que o TAC estaria aprovado; que eu saiba, até hoje, não saiu da quarta câmara do Ministério Público. Aí dizem que é problema do Ministério Público; não é apenas do Ministério Público; é problema também dos órgãos ambientais, do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente, o problema é de todos. E aí quem responde por isso são aqueles brasileiros que estão lá sem condição de sustentar as suas famílias; esses, sim, respondem pela dificuldade que foi criada pelo Governo quando suspendeu, de forma arbitrária e de forma unilateral, aqueles projetos de manejos aprovados.

E aí, Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, um mês atrás, na Casa Civil, foram entregues ao Presidente Marcos do Ibama projetos de manejo com terras titularizadas, porque o Ibama dizia que não podia aprovar o manejo porque não tinha título da terra, que o Incra não concedia. Existem vários projetos – e eu disse a Ministra – entregues e protocolados no Ibama com terras titularizadas e que o Ibama simplesmente não dá seqüência. Ou seja, o Ibama não tem interesse em fazer com que a Amazônia se desenvolva. O Ibama não tem interesse em resolver o problema que aflige a sociedade brasileira, e são vinte milhões de brasileiros que estão lá, colocados em condições de indigentes para poderem viver.

Quero dizer – a Senadora Ana Júlia aqui fez uma observação – que concordo com o que o funcionário do Ibama colocou, de que é necessário, ao transferir as responsabilidades ao Ibama, dar-lhe condições para que ele possa cumprir com essas responsabilidades, condições funcionais, de pessoas, e condições materiais, de recursos, de equipamentos e de tudo. Então, a Senadora Ana Júlia disse que lamentava que o Governo do Presidente Lula tivesse mantido os resquícios da política econômica peessedebista. Eu quero dizer a ela que é a única âncora que este Governo tem hoje, que é a política econômica. Lamentavelmente, malconduzida, não da forma como seria conduzida em um governo peessedebista, mas, sim, aumentada, na questão de um superávit primário de mais de 6%, que é inconcebível em um país em desenvolvimento como o nosso. Inconcebível... Aí, sim, faltam recursos para tudo, não é só para o Ibama. Aqui mesmo, já falamos várias vezes, em vários órgãos, totalmente desestruturados, inclusive as Forças Armadas. Inclusive as Forças Armadas.

Mas eu quero fazer uma observação: preocupa-me muito, Senador Leomar Quintanilha, que a aplicação dessa lei... E eu já disse isto na minha primeira observação: sou favorável ao projeto. Acho e concordo que vamos fazer a experiência. Espero, em Deus, que a experiência seja – como disse o Senador Jefferson Péres – exitosa e possível de alteração ao longo das dificuldades que ela, porventura, possa incluir.

E até para demonstrar a boa vontade e uma oposição construtiva que fazemos, eu quero pedir aos Presidentes e aos Relatores das três Comissões que considerem um requerimento nosso de retirada de

nossas emendas. Eu vou fazer isso por escrito, mas já quero que isso seja aprovado para facilitar a tramitação do processo. As emendas tinham como objetivo o aprofundamento da discussão para tentarmos melhorar esse projeto. Como nós não temos tempo, e elas, com certeza, seriam rejeitadas pelos Relatores, então, como prova de boa vontade para ajudar a tramitação, vou pedir aos Presidentes e aos Relatores que considerem retiradas as emendas, por mim, encaminhadas às Comissões.

Eu só quero fazer uma observação, por último. Eu acho que... Aqui foi falado em utopia e romantismo com relação à Amazônia. Nós precisamos, Senador Jefferson Péres, Senadora Ana Júlia, Senadora Serys, Senador Leomar – e, coincidentemente, os quatro Senadores aqui são amazônidas, o que, para mim, é uma alegria muito grande de ver que estamos atentos – é discutir uma questão que, para nós, é da maior importância.

Repito, a lei é nacional, mas o objetivo da lei, o objetivo do Ministério de Meio Ambiente... Vamos falar claro, Capobianco, vamos deixar claro, não vamos começar a fantasiar, a querer fazer espuma de fumaça aqui. O objetivo da lei é para a Amazônia, não é para a floresta atlântica. É para a floresta tropical. A intenção, a visão, a ação dos órgãos ambientais é em cima da Amazônia. E, aí, eu discordo, completamente, da visão da Ministra, do meu amigo Senador Sibá, não há como desenvolver a Amazônia com extrativismo, gente! Vamos falar a realidade...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, só para a gente corrigir, tem um Senador por São Paulo que defende a Amazônia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Que é amazônida também...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Que defende a Amazônia, e eu sou testemunha: o Senador Suplicy.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Desculpe-me. Eu não tinha visto V. Exª entrar. Considere-se, como eu o considero, um Senador pela Amazônia.

Não há como... É da beira do Tietê, mas é amazônida...(Risos.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu sou um Senador brasileiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Senador Suplicy é tão amazônida que ele já teve a oportunidade de acompanhar o Círio, lá do nosso Estado do Pará. Então, ele já está muito bem entrosado e conhecedor de nossas dificuldades.

Então, como eu dizia: não há como a gente tentar desenvolver a região amazônica com extrativismo. Eu acho que o extrativismo... Não há também como abandonar aquelas sociedades que vivem do extrativismo. Então, o que precisamos fazer é ter um zoneamento econômico e ecológico para saber que área teremos para trabalhar no extrativismo, para trabalhar na manutenção sem uso... No uso intensivo... Não é possível, não é possível, Capobianco, que em áreas totalmente alteradas, Senador Jefferson Péres, áreas alteradas... A lei exige que você só use 20% para plantio. Não passa na cabeça de ninguém um negócio desse. Mas a lei diz isso! Então, não é possível que você tenha que agredir mais a floresta para ter áreas para poder plantar, quando você tem uma área totalmente alterada, que já foi em processos anteriores utilizada como pasto; esse pasto foi tomado pela juquiraí, está abandonado. Então não há porque não plantar em cem por cento disso, mas a lei não permite, gente.

Senador Jefferson Péres, são essas alterações que esta Casa tem a responsabilidade de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Nós constatamos **in loco** essa situação que V. Exª revela aí naquela visita ao Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E, por último, quero deixar aqui a minha preocupação aos órgãos do Ministério de Meio Ambiente e do MDA. Refiro-me ao Incra e ao Ibama. Vou fazer um requerimento, Senador Leomar Quintanilha. Tive uma informação, que acredito que não seja verdadeira – espero que não seja verdadeira –, que 80% dos cargos de DAS do Incra estão tomados pelo MST e pelas ONGs. Então vou fazer uma solicitação, um requerimento para que sejam explicitados os cargos de DAS do Incra e do Ibama para que a gente possa saber realmente quem é que vai gerir o projeto, quem é que vai gerir a questão do desenvolvimento da Amazônia. É o MST? São as ONGs? Ou é a sociedade brasileira?

Eram essas as palavras, e eu farei o encaminhamento do requerimento a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa está aguardando requerimento de V. Exª para que ele possa ser lido em plenário.

O Senador Flexa Ribeiro era o último Senador inscrito. Como vejo a presença do Senador Suplicy, naturalmente demonstrando interesse na discussão, não sei se V. Exª gostaria de tecer algumas considerações. É bom lembrar a V. Exª que a discussão dessa audiência pública foi ampliada para outra reunião, na próxima terça-feira, quando teremos a presença dos convidados que aqui estão hoje querendo retornar e outros que já foram convidados e não puderam comparecer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vou deixar para fazer a minha argüição na próxima terça-feira, porque tive hoje a neces-

sidade de acompanhar os trabalhos das duas CPIs, concomitantemente.

Mas vim aqui, Sr. Presidente, para registrar um fato de grande importância para a Comissão de Assuntos Econômicos, porque nós tivemos, no dia 10 de agosto, uma audiência pública em que estiveram presentes os diversos produtores de laranja interessados no processo de concentração das empresas de suco de laranja.

Amanhã, no Cade, haverá o exame para saber se está sendo adequado ou não a compra, por empresas produtoras de suco de laranja, da Cargill, o que significará um passo na direção de maior concentração. Ora, os produtores de laranja encaminharam, especialmente à Associação Brasileira dos Citricultores, um ofício, que passo às mãos de V. Exª, primeiro agradecendo à CAE que realizou a audiência pública, todavia chamando a atenção que os quatro responsáveis por empresas produtoras de suco, a Cutrale, a Citrosuco, a Coinbra-Frutesp e Citrovita, não compareceram e não puderam trazer o seu ponto de vista que ficou muito incompleto.

Assim, eu gostaria de solicitar que possa a CAE, oficialmente, encaminhar ainda hoje à Drª Elizabeth Farina, Presidente do Cade, as notas taquigráficas completas da audiência aqui e que possa ser colocado para a Srª Elizabeth Farina se não será o caso de suspender a reunião de decisão do Cade antes de ouvir, em audiência pública, conforme haviam sido convidados, os produtores de suco de laranja que se ausentaram da vinda aqui, convidados que foram pelo Cade.

Assim, Sr. Presidente, encaminho a cópia do ofício enviado pela Associação Brasileira dos Citricultores a V. Exª, pedindo inclusive que possa transmitir ao Presidente Luiz Otávio o apelo da Associação Brasileira dos Citricultores.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A solicitação de V. Exª será atendida.

Concedo a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, só queria fazer um registro, que não é a primeira, nem é a segunda, já ouvi várias vezes aqui nesta Casa, com esse preconceito absurdo que existem contra trabalhadores rurais, contra trabalhadores sindicalistas, contra pessoas que trabalham em entidades não-governamentais. Quero dizer que quando o Governo, ou órgãos do Governo eram presididos por empresários, madeireiros, fazendeiros, grandes latifundiários, representantes de federação de indústrias, representantes de confederação nacional da agricultura, ninguém questionava nada. Então quero aqui fazer o meu protesto contra essa atitude de visão preconceituosa. Trabalhador neste País não é cidadão de segunda categoria. Quero aqui colocar meu protesto sobre esse tipo de ...Quer dizer, uma pessoa aqui, que é técnico, não pode representar associação de servidores? Por isso ele é um cidadão de segunda categoria? Quero colocar aqui o meu protesto. É um absurdo e não podemos reproduzir isso em pleno século XXI.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora, está registrado o protesto de V. Exª; está aqui o representante dos trabalhadores.

Vamos debater o projeto.

A SRª SERY SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Amplio o meu protesto, assinando embaixo o que a Senadora falou.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – O projeto está registrado.

Devemos nos ater...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa, vamos deixar a discussão. Nosso tempo já está tão exíguo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, se V. Exª permitir, é um esclarecimento só, não há preconceito, não sou contra trabalhador não e é bom que isso fique claro aqui e nos Anais da Casa, porque todos somos trabalhadores, não só aqueles que demandam das entidades sindicais, como também aqueles das entidades patronais e os próprios empresários que trabalham como trabalhadores. Então eu quero dizer que não sou contra deles estarem em funções de governo, quero discutir a competência.

Eu quero ver a listagem. Não sei porque essa preocupação da Senadora Ana Júlia, não tenho preconceito, só quero saber o aparelhamento do Estado; só isso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador, vamos retornar à discussão do projeto.

Gostaria de saber, antes de encerrar esta reunião, se os senhores expositores teriam alguma consideração final a fazer? (Pausa.)

V. Sª tem dois minutos para falar.

O SR. ANDRÉ LIMA – Antes de mais nada, como representante do Fórum Brasileiro de ONGs e de Movimentos Sociais, eu não poderia deixar de dizer que assino em baixo o que dizem as Senadoras, aqui presentes, em relação à representatividade brasileira das organizações não-governamentais. Acho que era relevante, não podia deixar de dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sim, e sobre o projeto? Nós gostaríamos de discutir o projeto.

O SR. ANDRÉ LIMA – Sobre o projeto, eu gostaria de enfatizar alguns pontos que foram ditos, mas muito rapidamente: primeiro, o projeto vai ser tão eficiente quanto for fortalecido o órgão de controle e os mecanismos de monitoramento e controle social e de licenciamento ambiental. Nesse sentido, eu queria concordar plenamente com a colocação feita pelo servidor do Ibama, aqui presente. Quer dizer, temos que fortalecer, e foi neste sentido a minha conclusão: O Senado e o Congresso Nacional podem não apenas aprovar o Orçamento, mas exercer o controle social, representando a sociedade civil, cobrando do Executivo a execução e o aprimoramento do Orçamento.

Por último, teria mais umas duas coisas a dizer, mas vou respeitar o avançado da hora. Primeiro, esse projeto de lei, de fato, é menos importante para a Mata Atlântica; e desejo aqui lembrar aos Srs. Senadores que o Projeto de Lei da Mata Atlântica está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados, pronto depois de doze anos de debate na Câmara dos Deputados para ser aprovado nesta Casa. Então, aproveitando o ensejo dado pela flexa do Senador Flexa, eu gostaria de dizer que devemos, como sociedade, representante da sociedade, também dar a relevância que a Mata Atlântica merece, aprovando o projeto de lei que está nesta Casa sob a Relatoria do **SENADOR CÉSAR BORGES**.

Agradecer, mais uma vez, em nome do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, a oportunidade de trazer as nossas considerações, as nossas preocupações e nos colocarmos à disposição, inclusive, para o aprimoramento do Orçamento e a execução desse projeto que é importante para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado, Sr. André Lima.

Concedo a palavra ao Sr. Justiniano Queiroz Neto.

O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETO – Obrigado, Senador.

Só para jogar um balde de água fria na polêmica, fico muito feliz em ver os meus dois Senadores paraenses, cada um com a sua postura, mas ambos com muita competência, defendendo os interesses do nosso Estado. E que bom que os mandatos dos dois coincide, e são duas vagas, a gente pode votar nos dois, sem ter que dividir o voto. Então, fica tudo na paz, os dois defendendo o nosso Estado. (Risos.)

Penso que ficou muito claro que o projeto segue uma lógica. Grande parte da Amazônia são terras públicas. Essas terras, via de regra, especialmente as áreas de floresta, estão sendo desmatadas, queimadas, griladas. Digo via de regra porque duas ressalvas é necessário fazer: primeiro, existem, sim, naquela região, ocupações e posses legítimas, tanto de pequenos colonos como de empresários e pecuaristas que até hoje não tiveram seu título regularizado, sua situação fundiária definida. A meu ver, o projeto aborda essa questão, porque exclui das áreas de concessão as florestas e as áreas de mata já convertidas e ocupadas, o que, naturalmente, obrigará o órgão fundiário a tomar uma decisão sobre a destinação daquela área e também a fazer uma ressalva em relação às populações tradicionais que, como disse o André, precisam ter seus direitos reconhecidos.

No mais, entendemos que o projeto propõe uma ordenação na Amazônia. É necessário, sim, colocar o dedo nessa ferida. Precisamos ordenar, senão continuaremos assistindo à degradação e ao desmatamento que vem ocorrendo nos últimos trinta anos ou mais. Como bem disse o Senador Jefferson Péres, não se trata de fazer concessões em toda a Amazônia, até porque o projeto, no art. 75, propõe uma habilitação, dispõe que no máximo 20% da área disponível poderá ser objeto de concessão. Na Amazônia, mais ou menos 30% das áreas são devolutas ou estão em disputa. E 20% disso significam 6%. Então, definitivamente, não se trata de fazer concessões em toda a Amazônia.

Percebo algumas contradições nos argumentos expendidos aqui. As pessoas e entidades que são contrárias a esse projeto – é o caso da Associação dos Servidores do Ibama, pude ler algumas de suas manifestações – acusam-no de ser entreguista, contrário à soberania, favorável à privatização da floresta, ou seja, de entregar o Patrimônio Público. Ao mesmo tempo, criticam o excesso de controle que o projeto possa ter. Considero os controles fundamentais para garantir que não haja uma entrega fácil do Patrimônio Público, ou seja, é o controle social.

O Dr. Paulo Pontes falou por que a atividade florestal madeireira é favorável ao projeto – ele não entendia isso –, já que criticam tanto a burocracia que existe em relação aos planos de manejo. É evidente que eu, como empresário, tomo decisões nos meus negócios de forma bem mais dinâmica e célere. Compramos, vendemos. Eu também fui gestor público, por três anos, atuei como Secretário de Saúde, por isso entendo que o Patrimônio Público, o recurso público não é algo de que podemos dispor como fazemos numa empresa. Precisamos ter a consciência de que há necessidade, sim, do controle, da audiência pública, da transparência, da licitação. Somos contrários à burocracia. O maior problema que vemos no Ibama é a questão da gestão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Conclua.

O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETO – Já concluo. Essa questão foi citada, por isso considerei necessário fazer um reparo.

Outro assunto abordado e que considero fundamental é que alguns dizem parecer que, se aprovarem esse projeto, estarão assinando um cheque em branco, como se o Governo fosse um ente sem continuidade ou sobre o qual não exercemos nenhum controle. Este Congresso tem controle sobre o Governo, a sociedade tem controle sobre o Governo e o próprio Governo tem sua responsabilidade.

É evidente que esse projeto, ao ser implementado, será avaliado. Não estamos aprovando a concessão e nunca mais voltaremos a falar nisso. Pelo contrário, precisamos amadurecer cada vez mais esse projeto. Refiro-me à questão abordada pelos dois Senadores paraenses, que diz respeito à urgência do projeto. Não peço a esta Casa que não faça emendas. É evidente que ela deve fazer um juízo, avaliar e debater o projeto, mas, se os Srs. Senadores entenderem que não há emenda fundamental ou indispensável, porque, se for emendado, voltará à Câmara sem previsão de sua aprovação, não devem emendá-lo. Para nós da Amazônia esse projeto é fundamental, inclusive para a continuidade das atividades que hoje estão sendo exercidas.

Finalizo dizendo que penso que todos nós temos temores em relação ao projeto. Isso é justo. O maior perigo entre aquilo que podemos e aquilo que queremos fazer é não fazermos nada. Esse é o maior risco que corremos. Temos de avançar. Temos de ser corajosos e prosseguir com esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Sr. Paulo Prudente.

O SR. PAULO FONTES PAZ – Obrigado, Sr. Senador. Quero apenas agradecer o nosso convite, a nossa participação, tivemos aqui no sentido de colaborar com esse debate, colocar os nossos questionamentos as nossas preocupações como servidores e funcionários do Ibama, a quem vai, no final das contas, caber a execução disso no campo, que é o que mais nos preocupa – e a gente insiste que da forma como está o projeto realmente é bastante complica a sua execução, a sua aplicação no campo. Esse é um ponto.

O segundo ponto que, infelizmente o tempo não nos permitiu debater mas que era interesse nosso ter debatido também, é justamente sobre a questão da criação do Serviço Florestal Brasileiro que entendemos que não é um serviço florestal. Trata-se de um agência reguladora, pura e simplesmente uma agência reguladora, como está colocada no projeto. Isso diminui muito o que realmente precisamos ter como Serviço Florestal Brasileiro.

Fazemos um apelo ao Congresso, no sentido de que discutam mais essa questão da criação do Serviço Florestal Brasileiro. Nesse momento, está se jogando a uma oportunidade de realmente ter um serviço forte do tamanho que é a vocação florestal deste País e não na forma como ele está sendo apresentado. Seria muito mais prudente, muito mais coerente, que chamássemos o Serviço Florestal de Agência Reguladora porque isso é que está sendo colocado.

Infelizmente, não tivemos tempo de debater isso, mas essa é uma posição defendida pelos servidores do Ibama e gostaríamos de numa outra oportunidade poder discutir um pouco mais esse assunto, especificamente sobre a criação do Serviço Florestal Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra o Sr. João Paulo Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - A Senadora Ana Júlia Carepa fez duas perguntas que gostaria de esclarecer. A primeira é por que consulta do Plano Anual de Outorga será feita apenas na SPU, Serviço de Patrimônio da União e não ao Incra.

Na realidade, temos dois artigos que tratam de como deve ser feito. No art. 10°, de fato, cito o SPU porque o SPU é o titular de todas as áreas da união, inclusive do Incra, ele que deve dar a palavra final. Mas, no art. 11, a senhora pode verificar, que para a elaboração do plano, o poder público é obrigado a consultar todos os órgãos setoriais envolvidos, inclusive o ordenamento territorial e o desenvolvimento agrário serão consultados porque aí o que interessaria, do ponto de vista do Plano Anual de Outorga, é se há um outro projeto para aquela área. Por exemplo, se o Incra planeja naquela área fazer uma destinação diferenciada do que está no Plano Anual de Outorga. Isso está garantido no art. 11 – e uma vez superada essa questão da destinação da área, uma área que o Incra considera que não deve ser destinada a outro uso, mas sim poderia estar oferecido com o condão do Incra e do MDA ao eventual uso para concessão, aí, sim, o SPU teria que dar a palavra final porque ele tem que garantir que não há nenhuma disputa sobre titularidade naquela área.

Desculpe, mas tenho algumas perguntas para responder, não é comentário final. Foi pedido que eu respondesse tudo no final, não respondi ao longo da consulta.

Com relação ao tamanho das áreas, o que foi feito, Senadora, é usar instrumentos de projetos de lei, e temos os arts. 32, 33, 34 e o 76 que impedem que haja concentração da exploração de determinadas áreas para empresas, grupos, cooperativas ou consórcios.

Então, você tem vários instrumentos nesses diferentes artigos que impedem a concentração. Isso foi adotado, em vez de se definir um valor máximo, por exemplo, que poderia ser objeto de acesso por um grupo, por exemplo – por isso se adotou esse critério.

Na realidade, o objetivo, em vez de arbitrar um valor, de 50 mil, 100 mil, 150 mil hectares, que seria um valor que não teria razão do ponto de vista técnico para se arbitrar, o que se fez foi impedir a concentração. Então, a lei tem vários dispositivos que impedem a concentração, cada lote, eventualmente a ser concedido tem que ser subdividido em lotes de diferentes tamanhos para garantir a participação de diferentes setores interessados, impedindo a concentração.

Entendemos que isso está garantido dessa forma.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Então, 500 mil hectares o Sr. acha que não significariam concentração? São 10% de 5 milhões.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Não, não, ou você impede a concentração, você tem instrumentos que impedem a concentração de áreas de um determinado interessado. Está certo?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – O interessado pode ter, no máximo 10%.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - Não, não, dividindo..., você tem que ir verificando o art. 76 que o senhor está analisando, que é no limite, quer dizer, superados todos os instrumentos do art. 32, 33 e 34 que impedem a concentração, superado isso, se esses dispositivos não foram capazes de impedir a concentração, o senhor vai ver no 76 que isso é pura esfera da União. O que acontece? Temos na Amazônia terras públicas federais, estaduais e municipais. Quando você analisa esse dispositivo de 10% é sobre cada categoria dessa. Então, a expectativa é de que essas medidas todas evitarão concentração de exploração em um determinado setor interessado, uma empresa ou um grupo interessado. Agora, mesmo assim, isso seria importante esclarecer também, existe um dispositivo no projeto de lei que diz respeito àquilo que o Senador Jefferson Péres colocou que acho muito importante. Ao final de 10 anos, é obrigatória a elaboração de um relatório detalhado que será enviado ao Congresso Nacional para análise, momento em que, evidentemente, à luz da experiência obtida e das restrições colocadas será avaliado se elas foram suficientes para resolver, entre ouros problemas, a questão da concentração para que isso possa ser aprimorado. Então, o próprio projeto de lei prevê o envio ao Congresso para um relatório detalhado sobre a sua implementação.

Com relação, finalmente, ao comentário do Senador Flexa Ribeiro, sua flecha certeira, como já foi dito aqui, às vezes, atinge o coração, Senador, mas, de qualquer forma, ninguém quer colocar nenhuma bolha, como V. Exª disse, nenhuma espuma, o projeto de lei é nacional de fato, evidentemente, que a Amazônia por ser a maior depositária de florestas públicas do País terá um impacto extremamente mais importante e é natural que haja um grande foco nessa questão. Mas, na realidade, isso não pode ser assim considerado, Senador, na Mata Atlântica, na Caatinga, no Cerrado, temos extensas áreas públicas, de florestas públicas que serão beneficiadas com esse projeto, não com concessão de participação de uso, certamente, mas com a questão que foi aqui colocada pelo Senador, a questão do uso dos serviços ambientais, valorização dos serviços ambientais, pagamento por credicarbono e outros mecanismos que a lei já abre as perspectivas para isso. Evidentemente, no caso da Amazônia é muito diferente, tem muita importância, mas ele não é um projeto para a Amazônia, ele é, de fato, um projeto nacional que interessa a todos os biomas como foi definido por todas as redes, representa todos os biomas.

E, finalmente, eu queria deixar claro, como já foi dito aqui pelo Senador Jefferson Péres, mas, se do ponto de vista de proponente com o Ministério do Meio Ambiente, esse projeto não é uma panacéia, não está sendo proposto como a salvação da Amazônia, mas é uma ferramenta a mais que só poderá funcionar efetivamente se o Poder Público estiver capacitado para isso. Está correta a preocupação do Ibama, não faço coro às críticas excessivas a este órgão, penso que ele tem demonstrado capacidade, tem evoluído, e tem passado por dificuldades muito grandes, há um esforço para a sua maior capacitação, mas esse projeto de lei, pela primeira vez, abre uma porta, não uma solução definitiva, mas importante, que é a geração de recursos, o sistema gera recursos para o Poder Público, e poderá, sim, contribuir para aprimoramento do sistema. Evidentemente que não é a solução única, mas contribuirá para a solução de um problema histórico que é, infelizmente, a falta de recursos que o Ibama necessita para operar com a sua capacidade máxima que sabemos que o órgão tem muito mais capacidade do que de fato tem implementado por falta de recursos e limitações financeiras.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Dr. Capobianco, com a permissão da Presidência, concordamos que o projeto é um passo inicial para resolver um problema que tem que ter a exploração econômica da floresta. Penso que há consenso e concordância de todos.

Gostaria de fazer uma pergunta objetiva a V. Sª: após aprovado, qual o tempo que V. Sª acha que esse projeto estará implementado e em condições de trazer

a possibilidade de contratos de concessão? Em quanto tempo após aprovado pelo Congresso?

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – No caso, é necessário fazer o plano anual de outorga.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Cai-se na transição também, Dr. Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Evidentemente, temos duas situações, Senador, para esclarecer. V. Exª, na minha opinião, injustamente, acusa o Governo Federal de inviabilizar os planos de manejo. V. Exª sabe que foi feito todo o entendimento entre Ibama e Incra, na presença de V. Exª, no entanto, está parado no Ministério Público, porque só pode ser aprovado à luz da legislação em vigor, através de termo de orçamento de conduta e está aguardando a manifestação definitiva do Ministério Público, sem o que qualquer presidente do Ibama ou técnico do ibama que assinar esse Taq, sem a anuência do Ministério Público, estará sujeito à prisão por prevaricação.

Portanto, não há como liberar os planos de manejo que V. Exª solicita e que tem o nosso acordo sem o Ministério Público. No projeto de lei...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Gerado pela famigerada Portaria nº 010 do Ibama.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - Não, gerado pela inexistência de uma lei que permita que o Poder Público seja complacente com a grilagem e a invasão de terras públicas, como vem ocorrendo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então os projetos foram aprovados indevidamente, porque existiam projetos aprovados pelo Ibama. Estou fazendo-lhe uma pergunta.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Senador, a Ministra Marina Silva não autorizou que se procrastinasse o processo de autorizações ilegais na Amazônia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu gostaria de ter resposta. Os projetos aprovados pelo Ibama e que foram suspensos estavam aprovados indevidamente?

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - É claro que estavam aprovados indevidamente! Evidentemente que estavam!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então o Ibama incorreu em erro ao aprovar...

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANDO – Evidentemente que incorreu em erro!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – De um momento para outro, o Ibama resolve reconhecer o erro e suspende...

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Não, de um momento para outro, o servidor público que representa o poder máximo da República decidiu que não iria compactuar com uma ação ilegal e exigiu que ela fosse corrigida, mas com a responsabilidade de permitir que, com a anuência do Ministério Público, se resolvesse o problema transitório daqueles planos de manejo que foram ilegalmente aprovados.

Portanto, o Governo Federal, o Presidente da República e a Ministra do Meio Ambiente agiram com responsabilidade e estão dando a oportunidade àqueles que estavam numa situação transitória de serem regularizados até que essa lei fosse aprovada. E mais que isso, este Governo, que V. Exª tanto critica, incluiu nessa lei um dispositivo para regularizar de forma transitória essa transição.

Portanto, V. Exª clama por uma solução ilegal e nós clamamos para....

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu não clamo por solução ilegal!

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - ...que V. Exª nos dê a solução legal. Esse projeto de lei é a solução legal para o problema. Digo mais, este Governo, que V. Exª tanto critica, decidiu, como uma medida transitória, que num eixo de 100 quilômetros, a cada lado da BR-163, fosse possível resolver a situação da exploração madeireira, antes que fosse concluído o plano de toda a região Amazônia. Portanto, este Governo, que V. Exª só critica, tem feito tudo para resolver a questão, para atender emergencialmente uma situação que reconhecemos ser importante. Este mesmo Governo não compactuará com ação ilegal. Estamos impedindo ações ilegais, estamos oferecendo a saída legal.

Esperamos que V. Exª possa nos dar, junto com seus colegas, a oportunidade de solucionar isso o mais rápido possível. Isso porque reconhecemos que a situação é gravíssima. Queremos que as pessoas tenham emprego, renda, mas de forma sustentada e permanente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu fui citado várias vezes. Eu só quero pedir ao Dr. Capobianco que, com a mesma ênfase que ele disse aqui, várias vezes, a expressão "este Governo que V. Exª tanto critica", quando for ao contrário diga também "este Governo que V. Exª tanto defende", não eu, mas outro Senador que o faça.

Eu quero dizer que não comungo com suas palavras a não ser no que se refere a defender aquilo que é ilegal. Não defendemos nada que seja ilegal. Com relação a isso, V. Sª tem nosso total apoio, porque não defendemos grilagem, não defendemos ilegalidade, não defendemos nenhum tipo de ações ao arrepio da lei. Quero dizer-lhe que desde fevereiro estamos discutindo esse assunto. Pelo que sei, a discussão

desse assunto, no Ministério Público, começou há pouco mais de sessenta dias. Foi aí que se começou a tratativa com relação ao Ministério Público. Ou seja, perdemos de fevereiro até agora, julho, ações que o Ministério do Meio Ambiente, o MDA e o Ibama poderiam ter feito junto ao Ministério Público. Se a solução – eu acho que é – é via Ministério Público, então isso deveria ter sido feito antes. Não foi por falta de aviso, não foi por falta de ofícios encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente, a V. Sª, em inúmeras reuniões feitas lá, no sentido de que a situação lá no Estado do Pará estava se tornando insustentável, que era uma questão que tinha a ver com a dignidade das pessoas que estavam lá. Fizeran "ouvidos de mercador" com relação a isso. Agora, sim, a questão foi encaminhada ao Ministério Público e está lá há 60 dias, na tratativa, mas perdemos 4, 5 meses que poderiam ter resolvido o problema. O que quero dizer, não digo que seja panacéia, não me referi à panacéia com relação ao projeto. Acho o projeto da maior importância, repito isso. Sou favorável ao projeto, acho que deveria ter tempo maior de discussão, mas, como não é possível, vamos implementá-lo, vamos tentar corrigi-lo com o tempo, mas não acredito, isso vai ficar registrado – fiz uma pergunta a V. Sª, que não respondeu –, que esse projeto trará solução prática para a questão emergencial que atende à necessidade do setor madeireiro a curto prazo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha)– Senador Flexa, continuaremos essa discussão na próxima terça-feira, no dia 20. Antes de encerrar esta reunião, gostaria de, a pedido do Senador Suplicy, submeter à aprovação um requerimento de sua autoria, que propõe o encaminhamento ao Cade, requerendo àquele órgão técnico que adie o julgamento do caso de operação de compra da empresa Cargill pela firma Cutrale e Citrosuco. Ele propõe que sejam encaminhadas as notas taquigráficas que foram feitas na Comissão de Assuntos Econômicos sobre o assunto.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Agradecendo aos Srs. Palestrantes e aos Srs. Senadores pela contribuição que deram para a discussão desse projeto, reiterando que essa audiência pública continua na próxima terça-feira, dia 20, nesta mesma sala, às 9 horas e 30 minutos, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 22 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 21ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, E DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, DO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 09:30 HORAS.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte de setembro de dois mil e cinco, a Sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, GILBERTO GOELLNER, TEOTONIO VILELA FILHO, FLEXA RIBEIRO, NEY SUASSUNA, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO, ANTONIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI e OSMAR DIAS**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se a realizar Audiência Pública com a finalidade de instruir o **PLC nº 62, de 2005,** que "dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências", em atendimento aos requerimentos nº 33-CAE/2005, de autoria do **SENADOR SIBÁ MACHADO**, nº 28-CMA/2005, de autoria dos Senadores Sibá Machado e Flexa Ribeiro e da Senadora Ana Júlia Carepa, e nº 12-CCJ/2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. A reunião foi realizada com a presença dos Senhores **Marcus Barros**, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, **João Paulo Sarmento**, Assessor do Instituto Estadual de Florestas – IEF (representando José Carlos de Carvalho, Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas

Gerais), **João Paulo Ribeiro Capobianco**, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, **Divino Teixeira** (representando o Presidente da Associação de Servidores do Ibama, Sr. Jonas Moraes Correa), **Justiniano de Queiroz Netto**, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará – Fiepa e Vice-Presidente da União das Entidades Florestais do Pará – Uniflor, e **Sérgio Leitão**, Diretor de Políticas Públicas do Greenpeace (representando André Lima, Advogado do Instituto Sócio-Ambiental – ISA e representante do ISA no Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento). Foi aprovado, ainda, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o **Requerimento nº 29/2005-CMA**, de autoria do **Senador Augusto Botelho**, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o sr. Ederson Augusto Zanetti, engenheiro florestal, para participar da audiência pública realizada no dia de hoje, com a finalidade de instruir o PLC nº 62/2005. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

Notas taquigráficas da Reunião realizada em 20.09.2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Havendo número regimental, declaro abertas a 26ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a 30ª da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a 21ª da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, extraordinárias, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizarem-se em conjunto no dia 20 de setembro de 2005, terça-feira, às 9h30min, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Sobre a mesa, a ata da sessão anterior, para a qual proponho a dispensa da leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão.

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento. Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Dr. Ederson Augusto Zanetti, engenheiro florestal formado pela Universidade Federal do Paraná, com mestrado pela Albert-Ludwigs-Universität Freiburg, na Alemanha, atualmente produzindo tese de doutorado sobre políticas públicas de manejo florestal sustentado para as florestas tropicais da Amazônia brasileira, já presente a esta Comissão de Assuntos Econômicos para participar da audiência pública a ser realizada hoje, às 9h30min, com a finalidade de instruir o PLC nº 62, de 2005, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

Institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), dentre outras. Requerimento de autoria do nobre Senador Augusto Botelho.

O requerimento é de autoria do nobre Senador Augusto Botelho.

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

Aprovado.

Convidaríamos então para compor a Mesa os palestrantes de hoje: o Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Dr. Marcus Barros; o assessor do Instituto Estadual de Florestas (IEF) Sr. João Paulo Sarmento; representando o Sr. José Carlos de Carvalho, Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, o Engenheiro florestal Dr. Ederson Augusto Zanetti, formado pela Universidade Federal do Paraná. Convidaríamos também o Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco e o Sr. Sérgio Leitão. O Sr. João Paulo Capobianco é Secretário de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente. O Sr. Sérgio Leitão é Diretor de Políticas Públicas do Greenpeace, representando o Sr. André Lima, Advogado do Instituto Socioambiental (ISA) e representante deste órgão no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento. Também o Sr. Divino Eterno Teixeira, que representa o Presidente da Associação dos Servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Sr. Jonas Moraes Corrêa.

Os três últimos convidados, ou seus representados, na audiência pública anterior, já tiveram oportunidade de fazer as suas exposições. Portanto, participarão nessa audiência pública apenas como debatedores.

Iniciaríamos os trabalhos de hoje ouvindo o primeiro debatedor. Mas antes gostaria de informar aos membros das três Comissões que o Procurador da República no Pará Sr. Ubiratan Cazetta, o Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo Sr. Antonio Herman Benjamin, o Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Sr. José Natalino da Silva e o Professor da Universidade de São Paulo Sr. Aziz Ab'Saber, que haviam sido convidados para

participar da audiência que ocorreu na sessão anterior e não compareceram, tiveram os convites renovados e novamente não puderam comparecer.

Iniciaremos ouvindo a exposição do ilustre Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Dr. Marcus Barros.

Concedo a palavra a V. Sª por 15 minutos.

O SR. MARCUS BARROS – Sr. Presidente Leomar Quintanilha; **SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, do Acre; Senador Valdir Raupp, de Rondônia; Senador Mozarildo Cavalcanti e Senador Augusto Botelho, de Roraima; Senador Jefferson Peres, do meu Amazonas; Senadora Serys Slhessarenko, do Mato Grosso; Senador Gilberto Mestrinho, do Amazonas, muito bom dia. Senhores que compõem a Mesa, senhoras e senhores, Sr. Presidente do Ibama, senhores servidores do Ibama, a imprensa aqui presente, primeiramente minhas escusas por não ter podido comparecer à primeira convocação, na semana passada. Quero manifestar o meu orgulho de ter a oportunidade de expressar, durante esses 15 minutos, a nossa opinião sobre um tema candente, do maior peso para o Brasil, principalmente para a Amazônia.

Quando chegamos ao Ibama, há cerca de 33 meses, dentre muitas tarefas difíceis, uma era marcada pela situação caótica da questão fundiária na Amazônia especificamente e suas conseqüências.

Os primeiros passos começamos a dar com o esboço de uma operação piloto – que chamamos, àquela altura, de operação Pará – para começar até a entender a complexidade focada naquele Estado da Amazônia. Assustamo-nos e, a partir dali, liderados pela Ministra Marina Silva, começamos a enfrentar de modo frontal essa questão central e a focar nela. Ou seja, tínhamos que dar um basta ao desmatamento que mostravam os satélites que montamos no próprio Ibama, por meio do Centro de Monitoramento do Ibama e da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, em convênio com o Inpe. Começamos a ver, com um certo pavor, somando os dados e verificando a matriz do processo destrutivo da Amazônia, o que estava acontecendo e o que iria acontecer. Nós já antevíamos.

Começamos a traçar medidas que chamamos na gestão ambiental de comando e controle. Mas essas medidas de comando e controle já haviam existido em situações anteriores. Eram medidas de fustigação, que impactavam por um momento, mas quando quem comandava a ação se retirava, esse processo voltava a recrudescer e a recair. E a ocupação continuava por razões outras que todos os senhores conhecem desde o incentivo a ir para a Amazônia no momento do regime de exceção, quando a ocupação era mandatória: ocupem, porque é fundamental ocupar; substituam a floresta por gado.

O Acre tem uma história ligada à resistência a esse tipo de coisa. Eram resistências heróicas que precisávamos transformar, de fato, numa política que não poderia ser, como a Ministra sempre cita, uma política de jardinagem, visando manter a Amazônia sob campânula. Nós, originários da Amazônia, tivemos a sensibilidade de perceber que necessitávamos de um desenvolvimento que não fosse predador, o que não nos interessava. Víamos outras experiências de desenvolvimento, mas o bioma Amazônia marcava a diferença significativa. Ocupar ou integrar para não entregar era muito pouco, porque não trazia consigo a variável ambiental.

Se as medidas de fustigação, de comando de controle, eram insuficientes, precisávamos então de uma grande medida de comando de controle que trouxesse consigo medidas que chamamos de estruturantes, ou seja, é importante chegar, é importante coibir e marcar a primeira presença do Estado em determinadas áreas da Amazônia. O Estado deveria chegar e dizer: "É esse o nosso papel". Deveríamos buscar dar ordem. A ordem citada no dizer da bandeira está muito distante em determinadas áreas da Amazônia. No nosso entender, essa ordem viria também de certo ordenamento fundiário da nossa região.

Montamos um grande programa liderado pela Ministra Marina, com 14 ministérios, também sob a liderança da Casa Civil, de combate ao desmatamento com uma ação em quatro grandes módulos. Uma delas cabia especificamente ao Ibama: a ação de controle. Esse grande programa trazia três outras ações estruturantes. Uma delas, da qual o Dr. Capobianco é a liderança maior, pretendia criar também unidades de conservação. Ou seja, para que se criasse uma política, era fundamental que o desenvolvimento se desse. Também era fundamental que esse desenvolvimento trouxesse consigo a variável ambiental. Era só isso que queríamos que eles fizessem, com sua pujança e com a necessidade de infra-estrutura, mas de forma que a variável ambiental fosse um fator fundamental. E avançamos nessa direção.

As ações de comando de controle deram-se com sucesso, o que ainda nos orgulha, apesar de estarmos no início desses resultados. V. Exªs lembram que, no ano passado, chegamos a uma taxa de desmatamento de 26 mil quilômetros quadrados, o que nos entristeceu a todos, mas havia defasagem na liberação do recurso para que houvesse a operacionalização desse grande programa. À medida que isso se deu, recebemos outros dados. Os últimos dados que o Dr. Capobianco, o Inpe e a Semam nos passaram nos encheram de alegria e de

preocupação. De alegria, porque a queda em lise dessa curva de desmatamento foi extremamente expressiva e fruto, objetivamente, dessas ações de comando de controle e de outras ações estruturantes como as unidades de conservação distribuídas em mosaico, não mais distantes de Tumucumaque, na fronteira com a Guiana, mas em todo aquele cinturão, o que se constituía em certo bloqueio a essa sanha avassaladora, destrutiva e caótica de ocupação de espaço na Amazônia. Repito: não éramos contrários à ocupação da Amazônia, mas nós, amazônidas, sabemos bem que ela não deveria se reproduzir de maneira caótica, pois a destruição da natureza não tem retorno.

Dentre todas essas medidas estruturantes, ressaltamos o Projeto de Lei nº 14.476, que é muito expressivo. Alguém pode dizer: Mas eu já vi esse projeto em duas tentativas de chegar ao Parlamento, ser aprovado e sancionado.

Esse momento, que, repito, é estruturante, tem primeiro a sua metodologia. Não vou cansá-los com isso, mas tenho certeza de que, na sessão anterior, já se explicitou qual foi a estratégia de consulta de parte significativa da sociedade brasileira, a ponto de se consultar as academia, as ONGs, as instituições representativas, principalmente da região. Mas, ao chegar à Câmara dos Deputados, houve a necessidade de se retornar à base por meio de audiências públicas e de se aprofundar.

O Ibama tem um papel significativo porque é o braço operacional do Ministério. O Ibama é o **modus operandi** do Ministério. É claro que o Ibama tem dificuldades que os Srs. Senadores e toda sociedade conhecem, tanto que abro um parêntese. Eu estava dirigindo o Inpa quando a Ministra Marina Silva disse: "Quero convidá-lo para dirigir o Ibama". Eu disse: "Ministra, agradeço, vou continuar dirigindo o Inpa". Ela perguntou: "Mas por quê?" Eu confessei: "Porque o Inpa é ciência e tecnologia, tem menos conflito". Por que eu tinha certo receio da dimensão que é abraçar a política ambiental do Brasil e executá-la? Por que eu tinha receio disso? Porque as ferramentas, eu sabia, eram frágeis para se ter sucesso nessa tarefa dificílima.

Eu estaria deixando trezentos pesquisadores e mais setecentos servidores para dirigir quase sete mil servidores no Brasil inteiro. O Ibama é uma das instituições mais capilarizadas que existem neste País. Há Ibama em quase todos os lugares. Essa grande malha – e aqui tenho que ser objetivo, tenho que ser claro – e a desproporção entre as tarefas que são dadas para o Ibama como órgão executor e os recursos para que ele execute estão longe do ideal.

O jornal **Correio Braziliense** de hoje mostra as nossas dificuldades. Como todos as conhecem, não vou explicitá-las. Apesar dessas dificuldades, temos galgado superá-las de maneira expressiva. Estamos acabando de contratar 610 servidores e vamos contratar mais 350. Em março talvez contratemos mais 1.200 servidores. Há um esforço nessa direção e há uma luta na perspectiva de melhorar o orçamento do Ibama para que essas funções se completem.

Apesar dessas limitações, friso que com esse mesmo exército nós conseguimos trazer... O Dr. Capobianco nos informou, semanas atrás, que o desmatamento na Amazônia, por exemplo, no Pará, que era um dos campeões, caiu 81 pontos percentuais, e na Amazônia, 59 pontos percentuais. A sustentabilidade dessa queda, caminhando num patamar, requer medidas estruturantes.

Nesse momento é que o PL de florestas surge decididamente como uma medida estruturante. Se a grilagem de terras é um dos agressores maiores – e eu disse que a desordem fundiária é expressiva, que a indústria madeireira é extremamente expressiva e significa 4% do PIB nacional –, se ela tem toda essa importância, não se pode dar como um *laisser-faire*. Quer dizer, ela não se pode dar a toureiro, como dizemos no Amazonas. Nessa desordem, ela é uma das causas e mostra, por meio dessas ações que tivemos no plano de combate, que é caótica. Não se pagam os impostos devidos, portanto a evasão de recursos é muito significativa. Ela traz consigo, quando é marginal, o tráfico de drogas na lavagem de dinheiro.

Em toda a Amazônia, só 5% da atividade madeireira têm base legal. Há estados onde é de zero por cento a base legal, formal, dessa atividade madeireira.

Por que não dignificá-la? Por que não juntar essa importante atividade com a preservação ambiental?

Indira Gandhi dizia que a miséria é irmã da poluição. Essa distribuição caótica, sem se saber quem é quem, precisa ter uma determinada ordem, e o projeto se dispõe a isso, a retomada do projeto.

Com a metodologia de ouvir as instâncias, ao máximo que se possa, da sociedade brasileira e dos interessados, nós começamos a construir um projeto muito consistente.

Essa consistência, esta Casa conhece muito bem, porque é a Casa maior da política do nosso País. Esta Casa sabe que construir um grande projeto como esse significa também chamar dissidências. A democracia se marca também por desacordos mas, ao fim e ao cabo, a grande maioria traz para si o grande gol, a grande meta a alcançar, que é o equilíbrio e, como eu disse, uma medida estruturante no combate ao desmatamento da Amazônia.

Quando esse processo começou, lembro-me perfeitamente, numa reunião na Secretaria Executiva

em que expunha o projeto o Dr. Capobianco, eu mesmo, pessoa física, já no nascedouro, ainda na forma embrionária, disse: Opa, com isso eu não concordo. E disse outras vezes que não concordo. Esse projeto passou pelo Conselho Gestor do Ibama, que não concordou em alguns pontos e que elaborou um documento explicitando e fazendo sugestões. Foi esse processo de depuração que enriqueceu o PL. Esse processo de depuração, seguindo essa tramitação, até chegar aqui, burilou todas as arestas que pudessem, inclusive, criar obstáculos do ponto de vista legal, econômico, financeiro, ético, das relações internacionais e da segurança da Amazônia.

Todas essas arestas foram sendo buriladas a ponto de o projeto chegar aqui já na fase de aperfeiçoamento final para a apreciação dos Srs. Senadores.

Então, essa abordagem genérica, inicial, tinha o propósito de mostrar com que bases se chegou até aqui. Em seguida, poderemos aprofundar nos debates se for desejo dos Srs. Senadores.

Muito obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito obrigado, Dr. Marcus, pela sua participação inicial nesta audiência pública.

Já se encontra em nosso meio o diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) e Vice-Presidente da União das Entidades Florestais do Pará (Uniflor), Sr. Justiniano de Queiroz Netto. Ele participou da primeira audiência como expositor e participará agora conosco como debatedor.

Convido V. Sª para compor conosco a Mesa.

Passaremos a palavra agora ao segundo expositor do dia, o assessor do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Sr. João Paulo Sarmento, representando aqui o Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, Sr. José Carlos de Carvalho.

Tem V. Sª a palavra por 15 minutos.

O SR. JOÃO PAULO SARMENTO – Senador Leomar Quintanilha, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores aqui presentes, os colegas de Mesa, senhoras e senhores, bom dia a todos. Quero agradecer em nome do Secretário José Carlos, uma vez que está ocorrendo a Semana Florestal em Minas, que demanda várias ações da Secretaria e do próprio instituto, o que o impossibilitou de estar presente nesta importante audiência pública, mas ele me pediu que manifestasse o prazer e a honra de ter sido convidado.

Com relação ao projeto de lei que agora se discute e que foi bastante debatido com a sociedade em várias ações, inclusive duas audiências públicas promovidas por esta Casa, consideramos ser um importante instrumento de gestão de florestas públicas.

O setor florestal realmente tende a crescer, a se desenvolver e a gerar trabalho e renda para o País. A região da Amazônia – e isso tem de ser vislumbrado – tem essa vocação florestal.

O projeto de lei remete à legalidade de várias ações que ocorrem, e traz a característica da Amazônia, que é uma característica florestal. Isso não impede que a ação de outros setores da economia esteja presente, mas a Amazônia, sem dúvida alguma, tem característica florestal, e tem sua total ação dentro do setor da economia brasileira. E o projeto remete à legalidade de várias ações que vêm ocorrendo na exploração florestal da região.

Verifica-se que a política de comando e controle nem sempre é extremamente efetiva. Existem várias deficiências de órgãos. Eu trabalho em um órgão que adota como política de comando e controle uma das ações, mas a política de fomento e a política de desenvolvimento florestal são extremamente importantes para agregar várias pessoas, vários atores dentro da parte formal da economia. Atualmente, a Amazônia, da forma como vem sendo...

(O SR. PRESIDENTE faz soar a campainha)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Estamos debatendo um projeto da maior relevância para o presente e, principalmente, para o futuro da Amazônia. Sou o Relator, e estou interessadíssimo em ouvir todos os expositores, até porque tenho dúvidas a respeito do projeto. Mas a poluição sonora dentro desta sala é impressionante. Portanto, faço um apelo a quem não estiver interessado: que deixe que os outros, que estão, ouçam. É difícil – pelo menos para mim, um problema pessoal meu – fixar a atenção quando ouço um barulho.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª tem razão. A Mesa solicita a todos os presentes que contribuam com o desenvolvimento dos trabalhos, permanecendo em silêncio. Por gentileza.

O SR. JOÃO PAULO SARMENTO – Pois não, Senador.

O projeto de lei tem ganhos significativos quando existe um processo de auditoria externa. Observem que coisa importante: além de todas as questões, todos os órgãos – seus gestores – trazem auditoria externa para que sejam avaliados os processos. Portanto, são ganhos adquiridos, quando o processo é levado à discussão. E essas auditorias externas, totalmente autônomas, têm condições de orientar alguns desacertos que possam vir a ocorrer durante aquela exploração.

Voltando ao que comentávamos com relação à política de gestão e controle, de comando e controle, ela deve ser uma das formas de gestão ambiental, não a principal. Há o fomento, a incorporação de comunidades locais extrativistas nessa política, oferecendo incentivos, o que é extremamente importante para que possa ocorrer a sustentabilidade da floresta, a sustentabilidade daquele meio ambiente. Dessa forma, trazer essa população residente é também um outro ganho significativo do Projeto que temos verificado.

O Projeto também proporciona acesso livre a todos a fim de que tenham conhecimento da situação em que se encontram aqueles planos de manejo, a forma como estão sendo explorados, o que é outro ganho importantíssimo, pois toda a comunidade pode observar o que está ocorrendo ali, de qualquer parte do País. São pontos extremamente importantes que devem ser colocados. Verifica-se, também a questão do Serviço Florestal Brasileiro, que acompanhará o desenvolvimento de todos os projetos. Ou seja, existe a ação da sociedade, uma auditoria externa e a participação do Estado. Isso oferece uma visibilidade e uma coerência dentro da exploração que verificamos ser extremamente importante e até inovadora dentro das políticas públicas do Estado.

A partir do momento em que o projeto de lei for implantado, se houver alguma necessidade de ajuste, sua execução é que vai dar essa orientação. Assim sendo, o projeto será muito importante para as florestas. Identificamos a Amazônia como o foco principal, mas existem, no próprio Estado de Minas Gerais, algumas florestas que podem ser ordenadas dentro dessa exploração, dessa atividade, trazendo várias pessoas para a legalidade. Portanto, estão sendo oferecidas as condições de explorar. A floresta amazônica vem sendo explorada, e o projeto de lei traz à legalidade várias ações.

Participei de um treinamento na Amazônia, em Itacoatiara, que considerei fantástico. A partir do momento em que foi desenvolvido um plano de manejo, esse plano foi certificado, e a geração de energia da cidade, que era feita com óleo diesel, passou a ser feita com resíduos da exploração sustentável. Aí sim, começa a fechar toda a ação.

É importante registrar que existe, além da questão ambiental, em que a exploração ocorre por meio de critérios técnicos seguidos, acompanhados tanto pelo Poder Público quanto pela sociedade, uma preocupação pela melhoria da qualidade ambiental, que inclusive agrega mais valores a esses produtos, porque eles escoarão de forma legal, e os empresários, os empreendedores, terão de buscar o próprio Poder Público para manifestar a colocação de seu produto de forma mais equânime, mais valorizada.

Trata-se de um projeto de lei que contempla também as populações locais da região, as comunidades indígenas. Está reservada uma parte para que essa população tenha acesso aos benefícios. Claro que a população teria que contar com um apoio maior por parte dos órgãos públicos e dos órgãos ambientais a fim de que tenham seu projeto desenvolvido de acordo com suas condições socioeconômicas. Dessa forma, trazendo essa população para a área produtiva, para o setor produtivo, para o setor econômico, ela passa a ser mais um agente no apoio à política de comando e controle, porque ela poderá observar em que condições pode utilizar sua floresta de forma sustentável e obter uma melhoria em sua qualidade de vida. São pontos extremamente importantes que temos verificado no projeto.

Observa-se sempre a questão da dificuldade de recursos. A partir do momento em que esse fundo define valores aos órgãos ambientais, tanto locais, municipais, estaduais quanto ao Ibama e ao próprio serviço florestal, esses recursos devem ser direcionados para que sejam aplicados na região, dentro da estrutura em que foi criado o projeto. Temos visto que, algumas vezes, os recursos destinados a um local vão para outros a fim de tentar cobrir deficiências de órgãos. A disponibilização desses recursos é extremamente essencial para que os órgãos possam exercer sua política não apenas de comando e controle como de fomento. Essa iniciativa acarretaria a melhoria da qualidade de serviços prestados à região. Os recursos devem ser muito bem direcionados a fim de que não sejam aplicados fora da região de onde são originários. Isso é extremamente importante. A partir do momento em que se gera o recurso em uma região e ele entra no caixa único da União, ele pode voltar ou não àquela região. É muito importante frisar essa questão. Os recursos devem realmente permanecer na região a fim de trazer benefícios.

Em suma, o Projeto tem como objetivo a gestão de uma floresta. Ele visa ordenar uma ação que vem sendo executada dentro do setor florestal. Traz – o que considero muito importante – o setor florestal da parte nativa à legalidade, acarretando, assim, grandes benefícios ao setor. Não podemos desconsiderar o setor florestal, a parte nativa, que faria a exploração sustentável através de planos de manejos e técnicas rígidas de exploração florestal sustentável, e o setor florestal na parte de florestas plantadas. Juntando essas duas vertentes do setor florestal, tenho certeza de que vai trazer grandes benefícios ao País.

O setor florestal brasileiro não pode mais permanecer onde está, grande parte na clandestinidade, não trazendo recursos ao País, não gerando o que poderia gerar de impostos, de emprego e renda. Portanto, ele traz também à legalidade várias ações.

Era o que gostaria de registrar. Estou à disposição de todos para o debate. Vejo, mais uma vez, como é importante a forma de ordenar. Está-se criando uma política pública que pode ser melhor coordenada a partir do momento em que for executada.

Agradeço a todos, e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecemos a participação do Dr. Sarmento e vamos ouvir agora o último expositor inscrito, Dr. Ederson Augusto Zanetti, Engenheiro Florestal formado pela Universidade Federal do Paraná.

Tem V. Sª a palavra por quinze minutos.

O SR. EDERSON AUGUSTO ZANETTI – Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Mesa, demais membros da Mesa, Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Jefferson Peres, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Eduardo Suplicy, demais Senadores e interessados na questão de gestão de florestas públicas, bom dia e muito obrigado por poder participar desta audiência pública.

Eu me formei na Universidade Federal do Paraná e fiz Mestrado em Sustentabilidade Florestal e Gerenciamento de Propriedades Rurais na Universidade de Freiburg, Alemanha, e agora estou defendendo a tese de Doutorado em Políticas Públicas de Manejo Florestal para a Amazônia Brasileira.

Também estive envolvido em gestão de florestas públicas durante a minha carreira, em três oportunidades: estagiei no serviço florestal alemão; trabalhei no serviço florestal canadense em concessões florestais; e também no Suriname, em um projeto da WWF Guianas.

Apresento aqui um parecer técnico que é o corpo de uma proposta que estudamos. Esse corpo possui uma alma, e é sobre ela que gostaria de começar a exposição. E isso diz respeito às funções da floresta.

A teoria das funções da floresta foi introduzida pelo professor Dietrich, da Universidade de Freiburg, em 1959. Ele estudou esse relacionamento entre as florestas e a sociedade e lançou a teoria, em que as florestas teriam três funções básicas com a sociedade: uma função de definir propriedade; uma função produtiva – madeira, essências, óleos, não madeiráveis em geral –; e uma função de prestação de serviços para a sociedade – seqüência de carbono, manutenção de qualidade da água, ambiente para o ecoturismo. O que o professor Dietrich queria com essas funções era gerar o conceito de múltiplo uso de florestas, que será a alma desta apresentação.

O múltiplo uso de florestas, segundo o professor Dietrich, seria utilizar a combinação dessas funções sem que uma excluísse a outra. Ou seja, pode haver um projeto de ecoturismo em uma floresta que está sendo explorada para a produção de madeira e que produz frutas para uma comunidade. No Canadá, inclusive, trabalhei em ma floresta de 20 mil hectares onde se realizavam ao mesmo tempo doze diferentes atividades.

O parecer técnico sobre a gestão de florestas públicas, criação do Serviço Florestal Brasileiro e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, foi elaborado a partir de uma consulta do Senador Augusto Botelho. S. Exª me perguntou se eu poderia comentar a respeito da presente proposta, a PLC 062, e se eu teria algumas sugestões a fim de melhorá-la.

Portanto, no arcabouço geral, a forma como se enxerga essa proposta. O Ministério do Meio Ambiente formula as políticas para a floresta pública, com o apoio do Ibama e do Serviço Florestal, para que sejam implementadas. E existe uma empresa titular, que recebe a concessão dessa floresta pública. As outras empresas e demais interessados nas florestas públicas passam por esse titular para ter acesso. O instrumento de acesso é o plano de manejo florestal sustentado, uma exigência do Ibama. Aqui, essa empresa titular recolhe as taxas do fundo, que as coloca no sistema novamente. E também no âmbito federal e estadual existe alguma contribuição.

O que comentei com o Senador é que seria mais interessante que, além do Ministério do Meio Ambiente, o tema envolvesse mais do que um patrimônio ambiental. Seria mais interessante que o Ministério do Meio Ambiente fosse apoiado pelo da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Desenvolvimento Agrário, Integração Nacional e Ciência e Tecnologia a fim de formular políticas para floresta pública. O papel do Ibama e do SFB creio que estão perfeitos.

Também comentei com o Senador que seria mais interessante que a concessão, por ser uma floresta de múltiplo uso, não fosse passada para uma única empresa, e os outros tivessem que passar por ela para ter acesso, mas que procurássemos uma forma de propiciar a todas as empresas explorar não a floresta, mas um produto em que tivesse interesse. O instrumento para ter acesso à floresta pública seria um plano de exploração de floresta pública, um instrumento diferenciado, menos oneroso e que não fosse exigido, mas de alguma forma fornecido pelo Serviço Florestal

Brasileiro. Tais empresas recolheriam ao fundo, que devolveria para o sistema.

Muito bem. O Senador analisou, pediu que aprofundasse a discussão sobre o tema e fizesse um parecer técnico que justificasse as modificações. Elaborei o parecer, tentando responder a três perguntas principais: se o modelo que estamos propondo, o modelo atual, significa algum tipo de engessamento para a aplicação de novos conceitos e tecnologias emergentes nas florestas públicas – isso diz respeito à formulação das florestas públicas pelo Ministério do Meio Ambiente; se o modelo proposto leva à exclusão social de alguma forma e à concentração de renda e poder – isso será discutido no aspecto do processo licitatório da concessão da floresta; e, também, se é melhor aprovar o modelo que aí está, mesmo que sujeito a algumas imperfeições, do que não haver modelo algum.

A discussão terá início aqui, pela formulação das políticas públicas, como está no modelo e o que estamos propondo.

No modelo, temos o Ministério do Meio Ambiente como o único responsável. Portanto, é uma disciplina ambiental do uso das florestas. Enquanto que se conseguirmos dividir essa responsabilidade entre os Ministérios, teremos essa transversalidade que a floresta pública tem; na verdade, um instrumento multidisciplinar de ordenamento das florestas.

Existe um enfoque exclusivo nas florestas. Se conseguirmos uma participação maior de outros ministérios, as florestas podem ser vistas como os componentes que são dos cenários rurais, que possuem florestas, agricultura, pecuária, indústrias, e pessoas que lá vivem. Isso consegue abranger melhor esse cenário.

Aqui, com o envolvimento do Ministério, pode haver o envolvimento na área de produção, assistência e controle das florestas. Abrangendo mais ministérios, teremos a produção, a assistência e o controle, e também um enfoque em industrialização, na questão logística, desenvolvimento tecnológico, comercialização; ou seja, um ecossistema integrado do setor florestal.

Algo muito importante que o Presidente Marcos Barros comentou a respeito das discussões que já ocorreram a fim de melhorar o Projeto e a formulação de florestas públicas – e que, na verdade, não vi nas discussões do Parlamento e também no texto – é a questão da sanidade das populações silvestres. Onde existe concessão florestal no mundo, esse é um quesito importante, porque estamos tratando de florestas públicas.

Citarei apenas dois casos a fim de que possamos entender como é importante atentar para isso em florestas públicas. A febre aftosa, quando é eliminada das criações, tende a migrar para os animais silvestres. Veado, anta, paca, qualquer animal silvestre que possui casco tendilhado é passível de ser atacado pela febre aftosa. Existem casos relatados no mundo à fartura. E, migrando para as populações silvestres, tende a surgir novamente nas criações domésticas, causando um prejuízo econômico muito grande, inclusive para as exportações brasileiras. Esse fato tem que ser relevado.

Uma outra questão envolve a saúde humana. No início deste ano, um surto de raiva transmitido por morcegos surgiu na Ilha de Marajó, desceu a fronteira do Maranhão com o Pará e chegou à cidade de Redenção. São vinte e seis pessoas mortas, atacadas por morcegos silvestres. Portanto, nessa formulação, acreditamos que têm que ser incorporados alguns procedimentos para se verificar a sanidade das populações silvestres.

Uma outra questão diz respeito ao processo licitatório. Aqui, há uma proposta com uma empresa; e aqui, com várias. Um concessionário por floresta pública se transforma em intermediário entre a floresta e demais empresas. Um concessionário por produto ou serviço, teremos vários por florestas, eliminando o intermediário entre a floresta pública e a sociedade. Um concessionário exige altos investimentos na questão de inventário, infra-estrutura, equipamentos. Esse é um problema de acesso que a população de baixa renda enfrentará no mercado de produtos florestais de florestas públicas. O que estamos propondo aqui é que o investimento governamental seja feito nesse inventário de infra-estrutura e equipamento, no sentido de democratizar o acesso às florestas públicas, de que todas as pessoas possam ter acesso ao recurso natural, que a questão econômica não seja excludente.

Por último, o instrumento de acesso às florestas públicas, que é o Plano de Manejo Florestal Sustentado. Estamos propondo o Plano de Exploração de Floresta Pública. O Plano de Manejo Florestal Sustentado enfoca a floresta como um todo. Pensamos em um instrumento que enfoque o produto, a madeira em que a indústria está interessada; a fruta, cujo mercado a comunidade quer desenvolver; o ecoturismo, que as comunidades que vivem na floresta podem explorar.

Aqui, temos um modelo que é extrativista. E estamos sugerindo um modelo cultivador. Para entendermos o que quer dizer o modelo extrativista e cultivador, é útil imaginar a floresta como sendo um supermercado. Lá, existem quatro mil diferentes espécies de árvores, de frutas, etc. Uma pessoa, no modelo extrativista, que entra no supermercado e quer uma dúzia de ovos, tem de procurar, em meio à ração, crataria, compotas, sua dúzia de ovos. Após retirá-la, deixa tudo como está.

Um enfoque cultivador procura organizar esse supermercado em fileiras e seções.

Portanto, teremos o mogno em determinado lugar cultivado; a cerejeira em outro lugar; o cupuaçu em uma determinada seção; ou seja, organizar, cultivar a floresta, sem perder a biodiversidade. Isso aumenta a produção das florestas. A Alemanha adotou um sistema parecido com esse e, nos últimos 140 anos, aumentou de 100m³ por hectare de volume nas florestas para 300m³.

Aqui, temos, nesse modelo também, a questão do ciclo. O Plano de Manejo Florestal Sustentado exige um ciclo predeterminado de 25 anos para a utilização da floresta. São 25 anos de plano comunitário para utilizar uma floresta, seus recursos. Esperar 25 anos para voltar a essa floresta é inviável. Assim, estamos propondo que os ciclos sejam determinados pela produtividade de cada item que estejam explorando, e também de cada serviço utilizado. Não há por que utilizar um ciclo desse tipo.

Aqui, também, gostaria de chamar a atenção para o fato de que as pesquisas realizadas com relação ao efeito estufa indicam que a produção madeireira está aumentando. Isso significa que precisamos explorar mais a madeira, o produto renovado.

De forma geral, o que vemos na gestão de florestas públicas é que, no modelo atual, temos o Ministério do Meio Ambiente, e aqui estamos propondo que mais ministérios participem da formulação dessas políticas. O papel do Ibama e do Serviço Florestal continua o mesmo.

Aqui, temos uma concessionária. Estamos sugerindo que seja aberta essa participação, ou seja, descentralizar na questão da administração florestal.

Aqui, são concessionários para recolher taxas, com a vantagem de que vários concessionários poderão recolher as taxas, aumentando a renda do Fundo.

Aqui, a exigência de um plano. Estamos propondo que isso seja oferecido; ou seja, que o órgão público seja o responsável pela gestão daqueles recursos. E também introduzir a questão da sanidade dos animais silvestres, que é muito importante.

De volta ao modelo, temos o modelo atual, que sai centralizado e termina centralizado, com o intermediário e a exigência. O modelo que estamos propondo é no sentido de retirar a centralização do Ministério do Meio Ambiente, somente da questão ambiental, para a gestão das florestas públicas, e, com isso, gerar uma descentralização, conseguindo responder melhor aos anseios da sociedade.

Respondendo as três perguntas: se o modelo pode engessar a introdução em tecnologias, acredito que sim, porque a floresta tem que ter um enfoque social e econômico, e não apenas ambiental. É preciso que outros ministérios participem, com outras visões.

Se o modelo é excludente, sim, é um modelo centralizador, que concentra naquele titular a cessão das florestas. E se é melhor aprovar do jeito que está, acredito sinceramente que não. É preciso que haja uma maior discussão no Senado Federal a esse respeito.

Ao encerrar, gostaria de comentar para o Senado Federal que...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Solicito aos visitantes que não se manifestem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Isso já ocorreu na audiência passada. Quem está aqui sabe que não pode se manifestar contra ou a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa reitera o apelo para que não se manifestem, sob pena de termos que tomar outras medidas.

O SR. EDERSON AUGUSTO ZANETTI – O que gostaríamos de sugerir ao Senado Federal é que solicite ao Governo a retirada do pedido de urgência. Existem várias CPIs tramitando nesta Casa, e isso dificultará a análise da matéria, que é importantíssima para motivar o uso das florestas brasileiras de maneira sustentável. E também, com isso, ampliar o espaço para a discussão, a fim de que possa haver uma legitimidade maior no papel do Senado Federal de discutir sobre tais questões.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradecemos a participação do Dr. Ederson Zanetti.

Passaremos, agora, à fase do debate.

A Mesa esclarece aos Srs. Senadores que, imediatamente após a fase do debate, encerraremos a audiência pública e iniciaremos uma reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para conhecer e discutir o relatório da Senadora Ana Júlia Carepa. Em seguida a essa reunião, haverá uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, também com o propósito de conhecer e discutir o relatório do Senador Jefferson Péres.

Portanto, passamos ao debate desta audiência pública.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, gostaria de fazer duas perguntas. Uma, ao Dr. Marcos Barros, que fez uma exposição, até por falta de tempo, apenas sobre o Ibama, as dificuldades que encontrou, e que está procurando superar. Mas gostaria que ele opinasse a respeito do projeto, que pontos do projeto lhe parecem bons ou maus. Se puder,

peço que o faça em pouco tempo, pois não ouvi de V. Sª essa manifestação. O que entende do Projeto.

Sr. Ederson Zanetti, em primeiro lugar, eu o cumprimento pela forma como expôs, embora sem concordar com tudo. V. Sª procurou ser técnico. Não interessa a esta Comissão manifestações emocionais ou de fundo ideológico que demonizem ou santifiquem o projeto. Queremos exposições objetivas. O projeto é bom, não é por isso. E V. Sª fez isso. Parabéns pela exposição.

E gostaria de esclarecer um ponto do que poderia chamar de "sua" proposta, se bem entendi, posso ter entendido mal. V. Sª, em uma passagem muito rápida de sua exposição, propôs que houvesse concentração de produtos na reserva florestal deste ou daquele produto, desta ou daquela espécie. Se foi isso mesmo que V. Sª propôs, pergunto se isso não descaracterizaria a floresta. A floresta Amazônica é muito heterogênea, e é isso que protege as espécies. Todas as tentativas, Professor Zanetti, de heveicultura na Amazônia fracassaram. Lograram êxito em outras regiões, em outros países e em outras regiões do País. Na Amazônia, todas fracassaram, atacadas pelo mal-das-folhas. Por quê? Porque a homogeneização da floresta com uma espécie permite a propagação de todas as doenças que atacam aquela espécie. Na Amazônia, sempre ocorre o ataque da Dothidela, que é o mal-das-folhas, que destrói todas as plantações sem exceção.

Pergunto se a sua proposta de fazer mosaicos na floresta de concentração de espécies, de homogeneização, é perigosa, porque, além de descaracterizar a floresta, deixa essas áreas homogeneizadas muito expostas à ação de doenças.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A quem foi direcionada a pergunta?

Concedo a palavra a V. Sª.

O SR. MARCUS BARROS – Senador Jefferson Péres, apesar de macro, um ponto central de vantagem do projeto é dar ordem à exploração madeireira da Amazônia por meio de planos de manejos, concedidos de maneira aberta, de acordo com a legislação brasileira, e fiscalizados pelo Ibama.

Ao contrário do que disse o Professor – ponto dois –, a participação comunitária e a distribuição dos benefícios são reais, pois se estabelecem percentuais para essa participação. Do ponto de vista de participação também para o próprio Ibama, existe um **quantum** de 30% nesse processo de arrecadação, que reverteria para o próprio processo de fiscalização do Ibama no projeto, determinando um *turn over* de auto-sustentabilidade.

Essa ordem é restrita à cobertura vegetal, o que também é muito interessante, porque ela não se confronta com a questão fundiária. Ela dá uma ordem fundiária de maneira colateral. Portanto, há uma participação, uma ordem que se traz e uma expectativa de, nessa ordem, diminuir o desmatamento irracional da Amazônia. Ele tem uma proposta com uma base ambiental significativa e traz ao projeto, como concretude, a sustentabilidade na prática. Abandona-se o discurso e diz-se assim: "Desenvolvimento sustentável é isto: explora-se racionalmente uma área; valora-se a indústria madeireira; dá-se ordem; e acumulam-se recursos expressivos oriundos das taxas e dos impostos dessa indústria". Tenho convicção de que o subproduto fundamental é a preservação ambiental.

O SR. EDERSON AUGUSTO ZANETTI – Senador Jefferson Péres, agradeço o comentário sobre a apresentação.

V. Exª chamou a atenção para uma questão de sanidade florestal. Não falei especificamente sobre esse assunto, pois chamei a atenção para os animais silvestres. No entanto, é importante realçar no projeto a questão de sanidade das espécies vegetais.

Fico muito feliz por V. Exª ter mencionado o caso da heveicultura, porque trabalhei com o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia no entorno da Floresta Nacional do Tapajós, em Belterra e em Fordlândia, onde foram introduzidas essas monoculturas de heveicultura no passado.

Essa consideração sobre o cultivo de florestas vem de uma realidade da estrutura, da arquitetura das florestas tropicais, não só na Amazônia. Se se verificarem os inventários florestais, perceberemos que entre seis e doze espécies dominam, em todas as regiões, de 60% a 90% do volume. Existe, naturalmente, uma predominância de determinadas espécies em determinadas regiões. É exatamente para esse ponto que queremos chamar a atenção com essa proposta.

O Plano de Manejo Florestal Sustentado – normatização para haver o uso atual das florestas públicas – é uma regra fixa que admite uma homogeneidade. Estamos chamando a atenção para o fato de que não existe essa homogeneidade. A floresta é heterogênea, tem diversos comportamentos.

A respeito de se alterar essa estrutura da floresta e essa questão de você ter um determinado nível onde é seguro cultivar as florestas, isso é bem verdade. Mas acho que aí, no caso da heveicultura e em todas as tentativas de se cultivar florestas na Amazônia, que não tiveram sucesso, faltou muita atenção para a sanidade. A floresta amazônica, no passado, era conhecida como Inferno Verde. Temos 15 milhões de diferentes espécies de insetos na floresta amazônica. Essa preocupação com a sanidade das florestas não é só para a questão do cultivo. Ela se realça na ques-

tão do cultivo, mas é para qualquer atividade, mesmo na heterogênea. Temos um relacionamento muito forte entre as pragas e os insetos e a floresta na dinâmica dela. E não vejo como salutar mantermos uma população de bactérias, fungos e microorganismos, que são potencialmente nocivos para a saúde humana a título de biodiversidade. Acho que temos que tomar cuidado com isso. E na parte do cultivo da floresta, acho que isso fica realçado, essa necessidade de se prevenir os ataques de insetos nocivos.

Acredito que é perfeitamente possível. Temos casos de cultivo de espécies nativas por todo o Brasil. Na floresta Atlântica, existem vários casos em que essa cultura foi desenvolvida. Precisa de pesquisa e desenvolvimento. Vou dar um exemplo bem simples: o pinus e o eucalipto entraram no Brasil na década de 70, produzindo sete metros cúbicos por hectare, que é uma média até boa para alguns países do Hemisfério Norte. E hoje temos eucalipto rendendo cem metros cúbicos por hectare, e pinus já alcançamos sessenta e cinco metros cúbicos. A tecnologia, pesquisa e desenvolvimento naturalmente vão levar a esse aumento de produtividade e essa garantia.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Jefferson Peres, a Mesa consulta V. Exª se já concluiu, porque dois dos participantes da audiência pública revelaram desejo de comentar sobre a proposta apresentada pelo Dr. Éderson.

Com a palavra o Sr. Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Obrigado, Senador Quintanilha.

Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria também de inicialmente parabenizar a forma como foi apresentada a análise do pesquisador. No entanto, eu gostaria de apenas informar a V. Exªs que, de alguns pontos que ele destacou como muito importantes, o primeiro é o que trata da questão da participação dos demais Ministérios. De fato ele tem razão. A gestão desse patrimônio não é um assunto de interesse exclusivo do Ministério do Meio Ambiente. Por isso o projeto cria o Conaflor, que é o conselho de gestão de florestas, esse conselho é composto de todos os Ministérios. Aliás, esse Conaflor já existe por decreto. A lei reforça, institucionalizando o Conaflor. O Conaflor hoje é exatamente composto pelos Ministérios que foram por ele citados, além de outros interessados, outros setores da sociedade, a associação dos engenheiros florestais, a SBPC, um conjunto enorme, uma vasta gama de participantes.

Portanto, entendemos que no que diz respeito à orientação de visão de políticas, o Conaflor atende, além de que não podemos esquecer que o projeto de lei também remete a algumas questões ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, que também é composto por todos os Ministérios e órgãos estaduais e outros entes da sociedade civil. Esse é um ponto.

O segundo ponto que ele coloca é em relação à possibilidade de múltiplos usos. Esse é um ponto central. De fato é o ponto que considero mais importante de ser bem esclarecido. A floresta só se justifica no longo prazo pelos usos múltiplos, que estão basicamente agrupados em três grandes categorias: os produtos madeiráveis, os não-madeiráveis, que é um conjunto enorme, cada vez cresce mais inclusive essas opções, de látex a resinas, e os serviços ambientais, que também cresce muito no Brasil. Recentemente foi criado, não sei se V. Exªs acompanharam pela imprensa, na Bolsa de Valores, a primeira abertura de análise de crédito de carbono na Bolsa de Valores no Brasil, o que vai ser um grande impulso na questão dos serviços ambientais.

No entanto, analisamos várias modalidades de gestão de faces públicas, inclusive a canadense, que ele citou e, a partir da análise de avanços e dos problemas enfrentados com esses procedimentos, ficou claro para nós que permitir, numa mesma área de florestas, diferentes contratos, de diferentes interessados, geraria o que gerou, em vários países que modificaram a sua legislação, uma transferência de responsabilidade.

Nós entendemos que a floresta pública é um patrimônio público da maior relevância e que não é possível permitir que diferentes interessados usem a mesma floresta, porque, quando um problema ocorre, quando é identificada uma irregularidade, e a punição tem que ser aplicada, o que ocorreu em vários países que nós visitamos foi a transferência: Não fui eu que fiz. Eu não fiz isso; foi ele quem fez. E havia uma disputa que inviabilizava a gestão adequada.

Então, nós entendemos que, se o uso múltiplo é fundamental, o projeto prevê isso e estimula o uso múltiplo, ele terá que ser bem gerido por um contrato.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Finalmente, com relação aos ciclos, o projeto de lei se adapta aos ciclos, o que é uma coisa importante. Você tem na floresta diferentes produtos, da madeira à resina, e cada um tem o seu próprio ciclo de vida, digamos assim, e de produção. E o projeto de lei prevê isso. Ele diz que não prevê, mas prevê.

Finalmente, para encerrar, Sr. Senador, a questão dos altos custos de inventários e editais. O projeto prevê que o edital não é pago, é pago apenas por quem vencer a licitação, justamente para permitir o acesso a pequenos grupos e a comunidades locais que não teriam o dinheiro para fazer o pagamento antecipado

do edital. Isso está previsto no projeto de lei também, como forma de democratizar o acesso.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Leitão.

O SR. SÉRGIO LEITÃO – Bom dia.

Inicialmente, em nome do Greenpeace, eu queria agradecer o convite feito por esta comissão para falar e homenagear o Senado Federal, que presta um relevante serviço à Nação ao discutir um tema tão importante.

Saúdo a todos os Senadores, especialmente os da região Norte, principais interessados no debate dessa questão.

Nós do Greenpeace queríamos apresentar de maneira primordial a nossa crença de que esse projeto atende a um objetivo fundamental que é reforçar a presença do Estado na região amazônica.

Essa presença é fundamental e o Greenpeace defende que o aumento dessa presença, a sua qualificação e a sua efetivação são fundamentais para trazer a paz à floresta.

Nós sabemos o quanto a Região Norte do País tem sido acometida por violência, por assassinato de trabalhadores rurais e de lideranças sindicais, o que traz um clima de intranqüilidade, e os instrumentos contidos neste projeto podem ajudar a solucionar uma série de questões que atormentam o dia-a-dia da população amazônida.

Basicamente, o projeto faz uma integração entre políticas fundiárias, permitindo que essas populações possam ter as suas posses regularizadas e lhes permite também instrumentos econômicos de desenvolvimento de atividades em regime sustentável, que são fundamentais para a sua reprodução sociocultural.

Então, o Greenpeace acredita que o projeto, se adotadas as medidas necessárias para a sua plena efetivação, o que passa inclusive, como disse o Senador Flexa Ribeiro... Permita-me utilizar as palavras dele na última reunião da semana passada, com a instrumentalização de recursos via Agência de Desenvolvimento da Amazônia, a ADA, ou SUDAM, como queiram, permitir que haja o fornecimento de crédito e oportunidades de apoio para que as atividades das populações tradicionais na Amazônia sejam desenvolvidas.

Na questão fundiária se torna fundamental que os instrumentos de regularização, com a questão das ações discriminatórias, separando aquilo que efetivamente é terra do Estado, aquilo que é terra de particular, com o reconhecimento das posses das comunidades tradicionais, crie um clima de tranqüilidade que permita à região voltar a ter as condições de se desenvolver e de ter essas comunidades trabalhando num regime de plena paz.

Então, o Greenpeace agradece, mais uma vez, o convite feito por esta Casa, e acredita que esse projeto tenha instrumentos suficientes para dotar a região de uma condição de normalidade institucional e na vida de cada um dos seus cidadãos e faz aqui uma profissão de fé de que, se o Estado brasileiro dotar os seus órgãos dos comandos necessários para que o projeto se torne uma realidade, ele poderá dar à região Amazônica e a todo o País uma condição melhor de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Sr. Justiniano de Queiroz Netto, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará.

O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO – Ouvi atentamente a palestra do Sr. Zanetti e a considero interessante porque amplia um pouco o leque do foco nesse projeto de gestão, que está com o paradigma muito fechado na Amazônia em produtos madeireiros. Existem múltiplos usos, múltiplos produtos que podem ser usados na floresta e não apenas na região amazônica.

Apesar de concordar nesse aspecto, eu gostaria de me concentrar em uma pergunta; "é melhor aprovar o modelo proposto, mesmo que sujeito a algumas imperfeições, do que não ter modelo algum?"

Na verdade, apesar desse projeto não se limitar à Amazônia, sabemos que tem um enfoque muito específico, muito adequado à Amazônia. Sabemos que mais de 90% da cobertura florestal, dos remanescentes florestais da Amazônia estão em áreas públicas e o que vem acontecendo com essas áreas é que elas estão sendo desmatadas, griladas, apossadas do patrimônio público. Então, que modelo poderemos utilizar essas florestas uma vez que existe um fenômeno socioeconômico que está avançando sobre essa floresta e que, a meu ver, não temos instrumento legal para acessar? Então, talvez adiar, procrastinar a efetivação desse projeto, porque é uma ilusão pensarmos, por mais que debatamos, que chegaremos a um modelo perfeito. Sempre haverá imperfeições e estaremos, constantemente reavaliando, reciclando e aperfeiçoando-o.

O que me preocupa é que quanto mais adiamos essa discussão mais as florestas tombam. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Sr. Divino Teixeira, representante da Associação dos Servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.

O SR. DIVINO TEIXEIRA – Eu gostaria de começar pelo final. Em primeiro lugar, quero parabenizar o

Ederson pela apresentação. Ele trouxe uma contribuição importantíssima, e eu gostaria de começar pelo final. Essa questão da urgência, nós, como servidores do Ibama, estamos colocando desde o início da tramitação deste projeto na Câmara dos Deputados, mas não fomos atendidos.

Só ouvimos falar do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, e não ouvimos falar do Incra, por exemplo. Hoje, a questão dos planos de manejo, que estão paralisados, depende da aprovação do Incra, da regularização fundiária. Então, não vimos a discussão com os outros Ministérios e inclusive com os servidores.

Eu gostaria de colocar que a direção do Ibama hoje está aqui e amanhã quem vai cuidar da implementação desse projeto são os servidores. A direção tem uma posição e queremos deixar claro que a nossa posição, como servidores, é totalmente diferente e independente da administração. Então, estou chamando os servidores, não só do Ibama como do Incra, Funasa que estarão envolvidos com o programa, de baixo clero, porque não fomos consultados e isso nós estamos colocando desde o início.

Quando temos uma apresentação de alguém da academia e de algum técnico que coloca brilhantemente como colocou o Éderson aqui, já deixa dúvida na cabeça dos Senadores que estão aqui, conforme posso inferir. Temos que pensar muito na urgência desse projeto, porque, na nossa opinião, está havendo um tratoramento desde a Câmara e devemos discuti-lo muito.

Tem um nome que gostaria que V. Exªs consultassem, de um pesquisador que é da Amazônia e que é do Inpa chamado Niro Guschi. Se os Srs. tiverem oportunidade de convidá-lo para participar, ele trará contribuições importantíssimas.

Quanto ao Conaflor, como disse o Copabianco... Niro Guschi é do Inpa, é especialista em manejo florestal e tem uma visão excelente sobre esse projeto. Sobre o Conaflor, pelo que vi no projeto, ele foi excluído. O que está sendo proposto aqui é uma Comissão Gestora de Florestas. E nós, como servidores, não entendemos, inclusive, por que o Conaflor foi excluído, porque ele participou de uma reunião para inauguração desse projeto. Tem aqui um representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal, que participou, que não chancelou esse projeto. Temos a SBEF, que é a Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais, que participou...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, por favor, Sr. Divino.

O SR. DIVINO TEIXEIRA – ...que chancelou esse projeto, mas que não consultou a base. Sou engenheiro florestal e não fomos consultados. Então, só essa questão do Conaflor. Não entendemos por que o Conaflor foi excluído desse processo, porque o achamos um conselho muito mais democrático do que esse que está sendo proposto, que estará dentro do Ministério do Meio Ambiente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sr. Ederson, concedo um minuto para suas considerações.

O SR. EDERSON ZANETTI – Obrigado, Senador. Se o Secretário Capobianco me permitir uma tréplica, Secretário, eu gostaria de abordar a respeito de dois pontos. Um deles é esse do Conaflor e, apesar de entender o Conselho como importantíssimo, também não vi a influência dele na gestão de florestas públicas. Está bem claro no texto que o Serviço Florestal Brasileiro será criado a partir da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, inclusive com a designação de cargos. Quer dizer, não enxerguei lá a atuação de diversos ministérios.

E a respeito das concessões, o Secretário fez o comentário sobre a dificuldade da apuração da responsabilidade de um dano no múltiplo uso de florestas. E acho que esse é um ponto que talvez os Senadores devam discutir com profundidade, para saber se o fato de haver dificuldade de apuração justifica que se centralize a concessão de florestas em um único proprietário. Acho que são questões isoladas.

E para encerrar, vejo essa discussão como ampla e é por isso que entendemos que essa urgência não favorece a legitimidade que um processo dessa importância tem para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Estamos dando preferência aos Relatores. Falaria agora a Senadora Ana Júlia Carepa. Mas, não a estou vendo.

Concedo a palavra, então, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator do Projeto na CCJ.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Obviamente não é para apresentar meu parecer, não é?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – É para debater na audiência pública.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Está certo. Quero dizer que o projeto, digamos assim, acho muito importante a tese, até porque as florestas estão maciçamente na Amazônia. A Amazônia representa 60% do território nacional. Então, esse projeto é importante.

Agora, não entendo um projeto que foi, como disse o Dr. Marcus, o Dr. Capobianco, tão discutido fora do Congresso, chega no Congresso com a urgência

constitucional, no momento em que estamos com três CPIs funcionando. Então, acho que isso nos deixa, pelo menos, de orelha em pé.

Se é tão correto, se está tão perfeito, por que a correria? Então, acho que por aí já desconfio. E quero dizer que fiquei bem impressionado com a explanação do Dr. Zanetti. Acho que realmente não se pode monopolizar uma questão de tamanha envergadura só num ministério. Dizer que o Conaflor, o Conselho, é múltiplo – conselho é conselho, não é órgão gestor, mesmo que tivesse dessa forma.

Então, estamos falando de ministérios que vão gerir também. Não se trata somente do meio ambiente, mas, de vários aspectos que envolvem o meio-ambiente. Tenho meu parecer praticamente pronto; devo apresentá-lo possivelmente amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, mas, espero que o Governo tenha bom senso e retire essa urgência, para que possamos ter, pelo menos, mais algum tempo para aprimorar, porque não é possível que aqui tenhamos somente chancelar o que os brilhantes executores desse projeto fizeram. Acho que temos o direito de debater, de discutir, de ouvir, como ouvimos aqui opiniões diversas, e ao final, aí sim, em nome da população – e no caso aqui do Senado – em nome dos Estados, em nome da Federação, chancelar ou não esse Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, autora do requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem a palavra a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu acho que deveríamos ouvir, primeiro, os Relatores das Comissões para, depois, entrar para os autores dos requerimentos e os debatedores.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª tem razão. Nós ouvimos dois Relatores. A Relatora, Senadora Ana Júlia, não estava no momento, por isso eu convidei o autor do requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Depois ouviremos a Relatora?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Depois, ouviremos a Relatora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Obrigado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, eu, como Relatora, inclusive, tenho o direito de falar em qualquer momento. Então, eu pedi para ouvir, inclusive, os outros Senadores, que eu acho que isso ajuda – é um debate democrático – e eu gostaria de falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª. será atendida.

Com a palavra, a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores participantes desta audiência pública aa qual atribuo maior importância, nós já tivemos uma na semana passada, agora esta. Infelizmente, eu não pude ouvir a fala de cada um dos Senhores, porque hoje e amanhã aqui é complicado estarmos aqui e nas CPIs. Toda hora tem pelo menos um momento de votação, e eu tive que me afastar. Mas, na semana passada, inclusive, eu já fiz algumas colocações no sentido da importância de se discutir amplamente. Inclusive, eu ouvi o Sr. Divino, citando o pesquisador Niro. Eu também o citei na semana que passou. Mas, por outro lado, eu continuo insistindo que é importante avançarmos e aperfeiçoarmos esse projeto. Mas, por outro lado, a preocupação é, realmente, com as condições de implementação, uma vez aprovada, de como fazer principalmente a questão do controle dessas concessões. E aí eu fico olhando para o Presidente do Ibama, vendo que, realmente, a fala dele foi no sentido de muita dificuldade de estruturação do órgão etc., e que esta solução, eu diria, tem de ser buscada com muita rapidez. O próprio Senador Jefferson, na semana que passou, ele colocava que isso é uma questão – e eu concordo com ele – de quase automática solução. Existir a estrutura para que se implemente essa lei, no caso dela ser aprovada. Agora, eu fico preocupada porque, lá no meu Estado – eu sou Senadora pelo Estado de Mato Grosso, e acho que todos nós sabemos a situação do nosso Estado, em termos de fiscalização, os problemas todos que já tivemos: Operação Curupira, o desmatamento exagerado – o Governador Blairo Maggi é o campeão do desmatamento, de permissividade com relação ao desmatamento. Agora, aprovadas as concessões de florestas públicas, como conseguiremos fazer este controle?

Lá no meu Estado de Mato Grosso, a dificuldade – eu falava agora com o Dr. Marcus – por onde eu tenho andado, é de estruturação do Ibama. Lá no Estado as madeireiras não conseguem fazer funcionar qualquer coisa dentro da regularidade porque o Ibama não dá respostas. E não dá respostas, a gente sabe, porque não tem condições de dá-las. É porque não quer, Sr. Senador? Bom, o Senador aqui está dizendo que é porque não quer; eu digo que é porque não tem condições, mas as condições têm que ser buscadas. Nós não podemos mais continuar com coisas do tipo como as que estão lá. Não tem quem avalie os projetos de manejo. Aí, fecha tudo para tudo e está aquela

confusão generalizada no Estado de Mato Grosso. Eu, também, não sou daquelas que defendem... Eu defendo o meio ambiente etc, etc, mas eu não sou daquelas que defendem "deixa como está para ver como é que fica". Porque, desorganizado, só vai ficar pior! Só vai ficar pior, e a situação está dramática lá. Então, eu pergunto aqui, especialmente ao Ibama, além dessas contratações que estão emergindo e surgindo, eu sei que a moratória está aí, uma coisa está interligada com a outra, se não dá conta de uma, como é que vai fazer a outra? E, como que está essa organização a curto, médio e longo prazo em termos de organização para valer, para resolver essas questões que já estão postas e as que advirão das concessões das florestas públicas. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Sr. Marcus.

O SR. MARCUS BARROS – Senadora Serys, todos sabem, mas sou obrigado a repetir, que o Mato Grosso, por uma política determinada pelo Governo do Estado, propositalmente deixou confusa a questão dos limites da Amazônia. E aqui explico por que isso. A Amazônia tem uma legislação específica de 20% de área e 80% de reserva legal, e o Governo do Mato Grosso, então, determinou, no processo desenvolvimentista, que se avançasse por sobre a legislação, criando uma legislação estadual que propiciasse isso. Esse e outros problemas nos levaram a começar o processo de moralização da política ambiental pelo seu Estado – o que é lamentável. Mas da operação que todos conhecem, fomos obrigados a, contribuindo com a Polícia Federal numa ação conjunta, prender 40 servidores nossos, 80 madeireiros e mais alguns intermediários. Foi uma operação realmente dura.

Estou dizendo isso porque o Mato Grosso entra em uma fase de reestruturação. Quando se perdem 40 servidores de uma vez só e se retoma uma nova política moralista, ética e de combate à corrupção, as coisas, às vezes, não se dão com a agilidade que se quer. Concretamente, a curto prazo, estamos contratando. Primeiro, fizemos um grande acordo – o Dr. Capobianco foi um dos promotores desse acordo, por intermédio da Secretaria que dirige – com o Governo do Estado do Mato Grosso, reestruturando a política ambiental conjunta entre o Estado e o Governo Federal. Isso significou, não sei se todos sabem, a extinção da Fundação do Meio Ambiente e a criação da Secretaria do Meio Ambiente, onde as ações múltiplas divididas entre os órgãos federal e estadual vão procurar racionalizar esse trabalho. Essa ação conjunta está em plena estruturação. O acordo foi assinado há dez dias e a curtíssimo prazo. E o que avança da nossa parte é a contratação de 60 engenheiros florestais, que vão agilizar os planos de manejo nas áreas críticas, principalmente Sinop, Juína e Barra do Garça.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, por gentileza, Sr. Barros.

O SR. MARCUS BARROS – Mas, a médio prazo, são as contratações de 150 engenheiros florestais que priorizam decididamente o Estado do Mato Grosso. É assim que vamos ordenar em conjunto, em ação sinérgica com o Governo do Estado, e isso já consolidado e amarrado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Enriquecendo esta nossa audiência pública, com suas honrosas presenças, o ex-Deputado Federal Antônio Feijão, do Amapá; o ex-Deputado Federal e hoje Prefeito de Porto Nacional, Paulo Mourão.

Senador Flexa Ribeiro, V. Exª é o próximo inscrito, mas havia solicitado para falar depois do relatório da Senadora Ana Júlia Carepa. Consultaria V. Exª e a Senadora Ana Júlia Carepa quem dos dois haverá de falar primeiro.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, tenho prerrogativa, como Relatora, de falar no momento em que quiser. Quero apenas garantir a minha prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª concorda com isso, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, se for prerrogativa regimental, tenho que me submeter a ela. Não sei se é, perguntaria a V. Exª.

Seria mais lógico ouvirmos os Relatores, a fim de que possamos ter um debate mais aberto.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Submeta-se.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas, em homenagem à Senadora, darei a S. Exª a prerrogativa de falar pelo gênero.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Valeu o conselho do Senador Jereissati. Com a palavra V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente Leomar, quero dizer que entrei preocupado e vou sair mais preocupado ainda desta audiência. A cada dia que passa, a minha análise, o meu conceito a respeito do projeto se torna mais difícil. No mérito, o projeto é bem-vindo. Nós, do setor produtivo, defendemos a questão da concessão de florestas para uso econômico há décadas. Então, não posso ser contra àquilo que defendemos há muito tempo. No mérito, estamos de acordo. Mas, na forma, é que vem toda a minha discordância.

Tive um gesto de boa vontade com a Ministra Marina Silva, com a área de meio ambiente, retirando as

emendas que tinha apresentado por ocasião da tramitação nas comissões. Foi um gesto de boa vontade.

No meu juízo de valor, foi criado um clima pelo Ministério de Meio Ambiente desde a edição da Portaria nº 010 – isso vem desde o começo do ano – em que se inviabilizou o setor madeireiro – diria nacional, especialmente amazônida e mais especialmente do Pará –, no sentido de fazer um clima de terrorismo. E não estou fazendo aqui defendendo ilegalidades. É bom que se diga isso. Porque já foi dito aqui que quem é contra o projeto é bandido. Não! Há pessoas, pesquisadores de alta estirpe nacional, que não concordam com o projeto da forma como está.

Essa condição que tornou o setor madeireiro, hoje, insolvente foi criada pela Portaria nº 010, demitindo, levando as pessoas à miséria, os empregados, as empresas à falência e dizendo-se que a solução para o setor madeireiro é a aprovação deste projeto, o que não é verdade. É preciso que seja dito isto aqui na TV Senado, para que a Nação brasileira escute e entenda: Não é verdade! A solução não é a aprovação deste projeto. Este projeto não terá seu efeito prático a médio prazo, então não é solução para o setor madeireiro.

A solução para o setor madeireiro, provisória, era a continuação dos projetos de manejo, que estava aprovada em terras legalizadas; em terras legalizadas que o Ibama, pela sua ineficácia, resolveu suspender através da Portaria nº 010 e que diz que não atende porque as áreas não estão legalizadas. O que também não é verdade. Existe projeto tramitando no Ibama em terras legalizadas.

Então, o setor madeireiro, que hoje está engessado, está em dificuldade e com os seus empregados numa situação de miséria, está tendo como saída emergencial a aprovação do projeto. Essa pressão foi feita, inteligentemente, pelo Ministério através da Portaria nº 010, criando essa dificuldade e colocando como solução a questão do projeto de gestão.

Tenho várias dúvidas. Desde a audiência passada, estava aguardando a exposição do Dr. Marcus sobre o projeto. Lamentavelmente, ele fez uma análise do Ibama, como bem disse o Senador Jefferson Peres; não fez a análise deste projeto, que será o órgão gestor do projeto.

Parabenizo o Dr. Éderson Zanetti, que, a meu ver, foi o único dos expositores de hoje que trouxe uma análise do projeto, apontando os problemas e apontando, no entendimento dele, qual seria a correção. Não quer dizer que seja o entendimento de todos, mas pelo menos ele trouxe uma proposta e apontou as dificuldades do projeto.

Tenho vários questionamentos, Sr. Presidente. O primeiro deles é o seguinte: por que um projeto que visa explorar economicamente a floresta é feito pelo Ministério que trata do meio ambiente? Aí não sei se vou ao encontro do que disse o Dr. Zanetti, mas acho que este projeto tinha que ter envolvido o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério das Minas e Energia e, talvez devesse ser criado o Ministério das Florestas, já que foram criados tantos ministérios e secretarias. Dessa forma, poderíamos ter, aí sim, o uso econômico da floresta.

A nossa preocupação – e quero que isso fique bem claro – é que por trás deste projeto esteja a visão permanente de engessamento da Amazônia. Essa é a verdadeira preocupação, e direi por quê. O meu tempo está esgotado, mas, se o Presidente generosamente conceder-me mais alguns minutos, eu poderei concluir a apresentação das minhas dúvidas.

Chamo a atenção da minha amiga Senadora Ana Júlia Carepa, representante do Estado do Pará; do Senador Gilberto Mestrinho, amazônida; dos Senadores Augusto Botelho, Jefferson Péres e Mozarildo Cavalcanti. A nossa Região, sem sombra de dúvida, é a de maior potencial econômico da floresta, do solo, do subsolo, do Planeta e, de acordo com o que aqui está escrito, podemos inviabilizar o setor mineral dela, especialmente – aí vou me referir, se o Senador Gilberto Mestrinho me permite – ao Estado do Pará.

O art. 16 do projeto fala em âmbito. Fui procurar no dicionário o que significa essa palavra: âmbito é espaço. Então, dentro do espaço da concessão, não se pode, está proibida a exploração dos recursos minerais. Como poderemos definir hoje, de antemão...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador, V. Exª me permite?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Creio que a concessionária não pode explorar, apenas aquela concessionária. Mas nada impede que o Poder Público conceda esse direito a outro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então sane a minha dúvida, Senador Jefferson Péres. Se dentro da área for colocada uma Resex, poderá ser feita exploração mineral dentro dela? Estão criando Flonas, APAs e Resex a bel-prazer de decretos na Amazônia e especialmente no Estado do Pará. Se dentro de uma Resex houver uma jazida mineral, será possível explorá-la? Não. É evidente que não. Então, realmente estamos engessando a região.

Faço a primeira pergunta a todos, porque quero firmar meu juízo de valor: não seria mais lógico e politi-

camente correto fazer este projeto após o zoneamento econômico e ecológico da região, ou seja, definindo o uso da região, dos seus diversos aspectos e, em função disso, fazer o projeto de gestão de floresta? Digo isso porque o Pará tem um projeto de zoneamento econômico e ecológico aprovado por unanimidade na Assembléia Legislativa que não está sendo considerado pelo Ministério do Meio Ambiente. Este projeto não considerou o zoneamento econômico e ecológico do Estado do Pará. Essa é a primeira pergunta que gostaria de ver respondida. Quero saber se o meu raciocínio está correto ou não. Não estamos colocando a carroça na frente dos bois?

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Senador, esclareço a todos que a Portaria nº 10 não é do Ministério do Meio Ambiente e nem do Ibama, mas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra, não tem absolutamente nada a ver com o Ibama. Segundo, quero dizer a todos – e o Senador aqui foi o primeiro a ser informado – que, no momento exato em que eu assinei o TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, justamente para resolver o problema dos planos de manejo que estavam suspensos em função da portaria do Incra, a primeira pessoa para quem a minha assessoria ligou foi para o Senador, justamente para que pudéssemos resolver esse problema temporário.

Com relação a sua pergunta, o projeto foi discutido por todos os Ministérios – V. Exª sabe bem como tramitam os projetos no Governo federal. Ele foi discutido no âmbito com a Conaflor, com todos os Ministérios envolvidos, e foi finalizado na Casa Civil, exatamente por todos os Ministérios a que V. Exª se refere. O projeto foi aprovado pessoalmente pelo Presidente da República, em debate com o Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda e Ministério do Meio Ambiente. Portanto, foi completamente aprovado pelo Governo.

Hoje, quem é responsável pela aprovação e gestão dos planos de manejo é o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, que é o órgão executor. Realmente, se houver uma decisão de retirar essas atribuições do Ministério do Meio Ambiente para um outro Ministério – ou para uma constelação de Ministérios –, que faria a gestão, se isso ocorrer de fato, essa lei não deverá ser gerida pelo Ministério do Meio Ambiente. Mas, enquanto for atribuição desse Ministério e do Ibama a gestão dos planos de manejo, é natural que lá esteja a gestão deste projeto.

Quanto à questão de que, se for criada uma reserva extrativista, se poderá minerá-la, não, não poderá. Uma reserva extrativista é uma unidade de conservação, não tem nada a ver com projeto de gestão de florestas públicas. Uma reserva extrativista tem o seu próprio estatuto aprovado por esta Casa, que definiu – os senhores definiram – que em reserva extrativista não se faz mineração. Isso é uma decisão do Legislativo; não é um decreto nem uma portaria. Essa é uma decisão dos senhores, que assim julgaram correto.

Finalmente, se o PL deveria ser feito após o zoneamento ecológico econômico. Aí existe uma contradição. Estive pessoalmente com o Governador do seu Estado, aliás, o seu Governador esteve com a Ministra Marina Silva e Marcus Barros em audiência conosco, e depois estive lá, e o Governador do Estado considera que esse projeto é essencial para implementar o zoneamento ecológico e econômico. O Governador do Estado deu declarações públicas à imprensa dizendo que esse projeto é essencial justamente porque ele pode viabilizar o zoneamento ecológico e econômico. O senhor sabe bem que o Pará está propondo – aliás, uma medida extremamente positiva – que 65% do Estado seja protegido de forma direta ou indireta com parques nacionais, florestas estaduais, reservas extrativistas etc.

Na realidade, o projeto não interfere no zoneamento. O zoneamento é uma peça fundamental. Os Estados de Rondônia, do Pará, do Mato Grosso e do Acre se beneficiarão rapidamente com este projeto, porque já fizeram o zoneamento ecológico econômico. Os Estados que ainda não fizeram terão mais dificuldades, porque o projeto exige que seja elaborado o Plano Anual de Outorga. E, nesse Plano Anual de Outorga, o Estado é obrigado a dizer as áreas de vocação florestal, e certamente quem já tem o zoneamento sairá na frente na implantação do projeto.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para prestar um esclarecimento ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Tanto quanto entendo de técnica legislativa, Senador, o que determina a amplitude de um artigo, de um dispositivo da lei, é o **caput**, é a cabeça. Os parágrafos, os incisos explicitam – e o **caput** do art. 16, versa:

Art. 16. A concessão florestal confere ao concessionário somente os direitos expressamente previstos no contrato de concessão. [só a exploração da floresta e nada mais].

O parágrafo explicita quais são os direitos que não tem o concessionário – nos incisos I, II, III.

Exploração dos recursos minerais.

Acho que está certo; o concessionário não deve explorar os recursos minerais, não. Quanto à localização de uma jazida, como ele não tem direito à terra, ele tem direito apenas à exploração dos recursos

florestais, nada impede que a concessão da lavra de uma jazida mineral seja concedida a outro, a ele, não. E penso que não deve ser dada a ele mesmo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Jefferson Péres e tem total razão com relação à questão do **caput** do art. 16, e não haveria necessidade de ser expresso no inciso lá adiante, talvez, talvez.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mas como o que abunda não prejudica... *(Risos.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ah! Bom. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Sr. Sérgio Leitão, para ainda em resposta ao questionamento levantado pelo Senador Flexa Ribeiro.

Tem V. Sª a palavra.

O SR. SÉRGIO LEITÃO – Eu só queria esclarecer ao ilustre Senador Flexa Ribeiro, complementando o que disse o Senador Jefferson Péres, que esse artigo não poderia dar ao Ministério do Meio Ambiente competência sobre a questão mineral porque ela é exclusiva da União, do Ministério das Minas e Energia, mais especificamente do Departamento Nacional de Produção Mineral. Além disso, existe uma clara distinção constitucional entre solo e subsolo, ou seja, os recursos do solo nem em se tratando de terras indígenas estão vinculados ao Ministério da Justiça ou à Fundação Nacional do Índio, porque é uma outorga própria de um órgão exclusivo.

A outra questão também para a qual eu gostaria de pedir a atenção do Senador, já que a pergunta foi dirigida a todos da Mesa, é quanto à preocupação com relação à Portaria nº 010, de que ela teria engessado o setor florestal no Estado do Pará e no Estado do Mato Grosso também, mas ela tem um antecedente que é a exigência feita, no ano de 2003, pelo Ministério Público Federal à estrutura de fiscalização ambiental no País quanto à necessidade de suspensão de concessão de autorizações precárias para exploração florestal baseadas em meras declarações cadastrais de interesse de posse sobre áreas na Amazônia, que se verificaram numa investigação exaustiva que poderiam conter situações de irregularidade.

Então, a origem da crise do setor florestal, inclusive até mesmo desse projeto de lei, que responde à tentativa de solucionar essa crise, está justamente nesse fato, ou seja, parece-me – e o Greenpeace tem uma postura muito crítica em relação aos órgãos ambientais, mas não estamos aqui em nenhum momento fazendo um alinhamento automático, pelo contrário, muitas vezes somos cobrados até por uma certa, digamos, radicalidade de postura – que a origem desses projetos está justamente na tentativa de o Ministério do Meio Ambiente responder aquela situação de impasse que se criou no ano de 2003, quando ele foi instado pelo Ministério Público Federal a parar com as autorizações.

E, por fim, esta Portaria nº 010 tem uma origem numa lei não deste Governo atual, mas feita e votada pelo Congresso Nacional na legislatura passada; na Câmara dos Deputados, inclusive, foi relatada pela Deputada Zilá Bezerra, se não me engano, do Estado do Acre. Nessa época, eu era Assessor do Ministério da Justiça e tive oportunidade de acompanhar o desdobramento que diz respeito a esse reordenamento do quadro fundiário do País, que passa pela necessidade de que todas as transcrições imobiliárias estejam georreferenciadas. Esse prazo dado não tem sido cumprido justamente pela dificuldade técnica de se fazer isso, ainda mais na Amazônia, em grandes extensões de terra. Tudo deve estar devidamente georreferenciado justamente para acabar com aquela situação, que é muito comum no Estado do Mato Grosso, dos títulos superpostos, dos títulos em cadeia que criam uma situação de barafunda fundiária muito grande na região e que, inclusive, responde por boa parte dos conflitos.

Então, toda essa situação de procurar sanear esse quadro fundiário extremamente complexo que temos na região advém de uma lei votada no Governo passado e que não é necessariamente uma questão apenas deste Governo, é uma questão do Estado, não é uma questão do Governo que se encontra atualmente ocupando as funções de gerência da máquina pública.

Eu só queria esclarecer isso a V. Exª para dizer da importância também do projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Próximo Parlamentar escrito, Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria de fazer dois comentários: primeiro, com relação ao Dr. Capobianco, que me deixa mais preocupado ainda. O Dr. Capobianco falou aqui sobre a questão das Resex que são constituídas, e realmente são, só que por um ato unilateral – então, vou fazer uma Resex aqui e está feita –, por uma lei aprovada por este Congresso. Então, quero lembrar que temos responsabilidade, que o Congresso Nacional e nós todos, ao aprovarmos os projetos, seremos cobrados, como estamos sendo cobrados agora pelo Dr. Capobianco, dizendo que aprovamos a lei que cria a Resex. Amanhã, vamos dizer:

aprovamos o projeto que fez isso. Então, é importante que a forma açodada como passam aqui no Congresso as leis de interesse do Governo, do Executivo, faz com que depois nos responsabilizem por qualquer falha eventual que venha a ocorrer lá na frente.

Essa é uma boa lembrança, Dr. Capobianco. Agradeço a ajuda que o senhor me deu.

Dr. Sérgio Leitão, quero dizer que estou de acordo com o senhor – e esta é uma das poucas vezes em que concordo com o Greenpeace –, acho que o decreto teve esse mérito e deve ser saudado por todos. Só que ele teve o defeito de vetar também projetos de manejo corretos, aprovados pelo Ibama, que estavam em desenvolvimento. Quando ele criou isso, ele parou todos os projetos. Esse foi o grande problema. Se tivesse parado somente os irregulares, o senhor teria todo o nosso apoio, mas não, parou todos; parou também projetos de manejo aprovados pelo Ibama em terras titularizadas. Foram todos suspensos.

E quero agradecer novamente ao Dr. Capobianco por ter, realmente, me passado em primeira mão o Tac. Mas foi um Tac que estávamos discutindo em fevereiro e que saiu apenas em setembro. Ou seja, ao longo dessa gestação, em vez de nascerem novas crianças, perderam-se várias empresas, perderam-se milhares de empregos e se jogaram à indigência milhares de famílias na região. O clima – e isso foi dito várias vezes – hoje no Estado do Pará é de dificuldade em torno do segmento de madeira, que é o segundo segmento econômico do nosso Estado. Vou deixar por aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Conclua, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E vou me reinscrever depois, porque tenho aqui umas 50 perguntas a serem feitas e só fiz duas até agora.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Convidados da Mesa, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, acompanhei com muita atenção as colocações feitas aqui, umas altamente pertinentes, outras nem tanto, com um projeto polêmico como este que estamos discutindo aqui. Começa pelo enfoque e pela origem. No mundo inteiro, a questão florestal não é cuidada pelo Ministério do Meio Ambiente, ela é cuidada pelo Ministério de Florestas ou Ministério da Agricultura; aqui, pelo Ministério do Meio Ambiente. Isso é melhor do que ninguém fazer, mas está na contramão da prática. Segundo, no Brasil, já nos habituamos a pensar em Floresta Amazônica quando se fala em questão ambiental; ninguém olha a questão do lançamento de eflúvios de gases por automóveis, pelas usinas térmicas, pelas fábricas. Quando se fala em questão ambiental, vem logo à mente a Floresta Amazônica. Parece que ela é responsável pelo equilíbrio ambiental do mundo, o que não é verdade. No Brasil, os gases dos automóveis, dos veículos e das usinas térmicas são maiores do que os gases da Floresta Amazônica, bem maiores, milhares de toneladas a mais. Então, faz-se uma campanha – e já disse isso em outra reunião – muito forte com responsabilidade pelo desmatamento da Amazônia. Estão certos aqueles que não querem o desmatamento, eu também não quero, mas o desmatamento da Amazônia nada tem a ver com a atividade madeireira.

Quando surgiu o desmatamento na Amazônia? Primeiro vamos extrair a questão da colonização, da montagem das primeiras vilas e tal, mais os grandes desmatamentos que preocupam hoje.

Sul do Pará: Nesta região, o desmatamento não foi para tirar um palmo de tábua, para a indústria madeireira. Foi para fazer um grande centro reprodutor de carnes, para suprir a Europa, na possível falta de alimentos na Europa, porque, no final da guerra havia essa preocupação. Então o Governo brasileiro estimulou aquele desflorestamento no sul do Pará, a montagem das grandes fazendas. Vejam bem, para lá foi quem? Mercedes-Benz, Volkswagen, grandes bancos, esses fizeram as grandes fazendas no Sul do Pará. Não foi tirada madeira ali para a indústria madeireira.

O Brasil transformou o antigo território de Rondônia em Estado de Rondônia e fez a estrada ligando Rondônia ao Acre. Brasília, Rondônia, Acre. E se fez um movimento no Brasil inteiro à colonização, estimulada pelo Banco Mundial. A propaganda no Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul era muito grande, atraindo investidores para Rondônia, para montar ali o novo, grande pólo cafeeiro e cacauicultor do Brasil.

Por isso até hoje a reputação de Rondônia não tem rondoniense, praticamente todos são de fora, são paulistas, gaúchos, catarinenses...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) - Isso é ruim?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Não. Eles foram para lá investir e plantar café, para plantar café tinham que derrubar a mata.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A Sudam estimulou também.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sudam, Banco Mundial, Banco do Brasil, e o Governo Brasileiro.

Terceiro fato, já na revolução da Redentora, o que fizeram? Queriam tratar de recuperar os seringais da Amazônia. Numa época que não dava mais. Então, o

que faziam? Pegavam as pessoas, as pessoas eram chamadas e diziam o seguinte: pegue um seringal da Amazônia que o Banco do Brasil dá três vezes mais de financiamento. Então surgiram várias fortunas, lá na Amazônia mesmo. Ao invés de pegar o seringal, que não valia nada, chegava alguém e propunha pegar o seringal. Suponhamos quanto queres vender o seringal? Eu quero cem mil. Não, cem mil, não; vai passar a escritura de um milhão. Eu te dou duzentos, e com essa escritura de um milhão ele ia ao Banco do Brasil e recebia três milhões, por isso o Acre foi devastado e foi por esse motivo. Quem matou Chico Mendes não foram os acreanos, foi essa orientação do Governo Federal lá na região. Essa é a realidade.

De fato, e eu falo isso porque há mais de 40 anos eu já pregava o manejo florestal. Se verificarem o meu financiamento de 48 anos atrás, quando fui governador eu já defendia o manejo da floresta. Por quê? Porque o manejo da floresta é a melhor maneira de limpar a atmosfera que conservar a floresta amazônica. Quando a árvore é retirada, os filhotes crescem, porque passam a retirar da atmosfera o que necessitam, sobem e transformam todo o gás carbônico da atmosfera em madeira. Quer dizer, a floresta Amazônica que existe ali na Amazônia não é por nada, não é por milagre, não e coisa alguma, não é por cuidado de a, b ou c, mas é por que sobre a floresta Amazônica está a maior concentração de gás carbônico que existe na atmosfera – sobre o universo, lá na Amazônia. E esse gás carbônico desce e é transformado em madeira.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, Senador Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB - AM) – Vou terminar. Então, o manejo traz benefícios.

Esse projeto tem méritos. Ele peca por essas questões colocadas e por alguns pontos que o Dr. Zanetti apresentou aqui. Por exemplo, primeiro essa urgência absurda. Esse é um erro, porque nem sempre essas urgências do governo dão certo e não permitem a discussão. Segundo, porque o processo de gestão da floresta é um processo discriminatório e escravizante. Fala-se tanto na exploração do homem na região Amazônica e, no entanto, se faz um projeto em que há o concessionário da floresta, sendo ele é que dá o trabalho para aquele pessoal lá de baixo.

Observe no mapa, ele está lá, concessão e uma porção... da família, mais isso e mais aquilo. Então, as pessoas não têm autonomia.

Vai voltar a ter na Amazônia o barracão do seringal – o grande barracão. Então, é preciso que isso seja revisto. Penso que ele está seguindo o caminho quase certo. Com aperfeiçoamentos, melhorias, pode satisfazer a todos e, efetivamente, adotar uma política para a Região Amazônica, porque não é só a madeira. Mais importante do que a madeira na floresta Amazônica é o que ela contém de essências, de óleos, de fungos, de bactérias, de uma infinidade de elementos da biodiversidade com alto valor econômico.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, Senador.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB - PI) – Esse que é o grande problema.

Assim, quero dizer que, embora discordando ser o Ministério do Meio Ambiente o gestor maior, mas foi o único que cuidou disso. Então, vamos prestigiar o Ministério do Meio Ambiente nesse sentido e aperfeiçoar o projeto de acordo com as recomendações feitas aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Senador Gilberto Goellner, último palestrante inscrito.

Acaba de se inscrever o Senador Augusto Botelho e, em seguida, a Senadora Ana Júlia Carepa.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores convidados, vejo na essência desse projeto uma contribuição muito grande que vai se dar, inclusive, até para a preservação da floresta Amazônica.

Nesse momento, depois de ouvir todas as explanações, ouvi a grande contribuição que o Dr. Ederson Zanetti trouxe a esta Casa, modificando o compartilhamento dos ministérios, a integração de todos na gestão e não unicamente uma composição abaixo no Conaflor.

Vejo também que os servidores, a parte técnica representada pelo engenheiro florestal, têm muitas contribuições a dar no projeto. Então, realmente, concordando com o Senador Mozarildo, o Senador Flexa Ribeiro e os demais que se pronunciaram, essa urgência, hoje, na aprovação desse projeto vem atender a situação dos madeireiros. Precisamos ver que essa situação de estar esse Brasil parado, está faltando uma estruturação nova do Ibama nessas áreas. E, como disse o Dr. Marcos Barros, essa demissão que houve, tanto no Estado do Pará quanto no Estado do Mato Grosso, de servidores que estavam envolvidos, que foram descobertos pela "Operação Curupira", e também, por que não dizer, Senadora Serys, essa falta de entrosamento que existia entre a antiga Fema, do Mato Grosso, isso falando do Estado do Mato Grosso, e o Ibama, e a falta de comprometimentos específicos de ações diferenciadas de cada órgão fazia com que não andassem bem as licenças, e foram fraudadas inúmeras ações de transporte de madeira. E a permis-

sividade, Senador, diria que se deu mais pela falta de uma legislação competente e a falta de definição dos dois órgãos e não pela permissividade, como devo ter entendido, do Governador Blairo Maggi. O governador, na sua atividade particular, é um exemplo hoje de respeito à legislação e ao meio ambiente. Até fiz um pronunciamento, na última semana, sobre o exemplo número um, o Estado de Mato Grosso, inclusive com obtenção da ISO 14.000 faz dele, da sua atividade econômica, ele, como empresário rural, o exemplo hoje da sua empresa nessa questão. E ele tem pedido sempre: Devemos obedecer à legislação. Mas, independente dessa questão, que já foi definida pela "Operação Curupira", precisamos dotar o Ibama no Estado do Mato Grosso, e também vejo que o Estado do Pará, de condições, para que essas licenças andem, para que a atividade madeireira não pare, não estacione. E que se tenha tempo necessário para estudo desse projeto, para aprimoramento. Ele já veio muito aprimorado da Câmara. E agora aqui, com essa contribuição que hoje foi dada a esta Casa, vejo que temos muito a aperfeiçoar para colocar esse projeto mais perto de uma situação de agrado de toda a Casa.

Era isso que gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Agradeço ao Senador Gilberto Goellner e passo a palavra ao último inscrito, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Inicialmente, gostaria de reforçar a posição quase unânime dos Senadores de que a urgência do projeto impede que a gente discuta esse projeto nesta Casa. A atividade madeireira é a segunda fonte do PIB do Pará. Lá em Roraima, o principal item de exportação é a madeira também. O Ibama, com a política que ele vem desenvolvendo, de rigor na aplicação da lei, de rigor de multas e tudo, realmente chegou num ponto de sufoco na atividade madeireira. Lá no meu Estado, este ano, por exemplo, temos poucos empregos na madeira. Talvez, diretamente no setor madeireiro, devemos ter uns três mil empregos. Mas as duas fábricas de compensado no meu Estado fecharam por falta de matéria prima, porque insistiam em dar autorização para desbaste, para derrubar, de três hectares para as pequenas colônias, mas não davam autorização para tirar a madeira. A última que deram, no ano passado, era para tirar cinco metros de madeira por hectare. E o que o colono faz? Ele vende os cinco metros e queima os outros. Isso vem ocorrendo já há vários anos, há três anos. Saiu uma portaria agora, este mês, do Ibama, que ainda não vi, que melhora nesse sentido.

Agora, também os madeireiros estão pressionando os políticos porque, é até um pouco de exagero, mas parece até uma síndrome de Estocolmo, em relação ao Ibama, de tanto pressionar, de tanto multar, ele agora ia apresentar essa nossa lei como a panacéia do problema madeireiro no Brasil, eles estão querendo que se aprove já isso. Eu discordo frontalmente dele por concentrar realmente todas as decisões em cima do Ministério do Meio Ambiente. E porque penso que vai acontecer com a nossa exploração madeireira... Porque o nosso povo... - Não, as populações podem se organizar e entrar na concorrência. Qual população de uma vilazinha da Amazônia que vai ter estrutura para fazer uma cooperativa para organizar, para entrar numa concorrência. Qualquer outra que entrar ganha dela na concorrência. Qual o madeireiro pequeno, que é a maioria... Eu estou falando do meu Estado. Os do Pará, os outros grandes, eu não passo falar, porque não conheço. Mas no meu Estado não tem nenhum madeireiro que vai ter condição de ganhar de uma empresa mais organizada. Infelizmente, realmente os madeireiros são errados na legalização dos trabalhadores deles. Muitos trabalham ilegais, mas era o trabalho que eles tinham, e com esse dinheiro eles comiam. Hoje, eles não têm nem o ilegal, para comer. Então, as famílias estão passando dificuldades. Eu não culpo só o Ibama, Marcos. Você sabe, o Ibama é o que está na frente fazendo a execução, tomando as atitudes. Lá tem colono cujo lote vale R$20.000,00 que tem multa de R$30.000,00 do Ibama. Quer dizer, é uma coisa, assim, que fica... Sai da lógica. A minha lógica... Eu não consigo entender por que é assim que se faz?

Agora, aí volta: por que gera esse problema? É a regularização fundiária. Então, por que não resolve o problema fundiário? Ninguém tem o interesse de resolver o problema fundiário. O meu Estado não tem, até hoje, posse das terras do Estado, para regularizar a situação fundiária, como no Pará em grande parte das suas terras também.

Eu gostaria de falar para o Sr. Senador falar com o Sr. Governador que se ele reservar 65% de área ambiental, sobra 35% para explorar. Só que desses 35% ele tem que guardar 80%. Então, ele vai deixar 7% do Estado dele para atividade de desenvolvimento econômico e social. Talvez não seja suficiente para a população daqui a cinco, seis anos, dez anos ou vinte anos. Então, nós temos que pensar bem quando tomar essas atitudes.

Eu sou a favor de regulamentar, eu quero conservar as nossas florestas. Aliás, o meu Estado é o Estado que tem mais florestas conservadas. É o que derruba menos há muito tempo. Porque tem menos gente e graças a Deus que quando fizeram aquelas grandes empresas de Ford, de Volkswagem não che-

garam lá em Roraima. Era muito longe. Não tinha nem estrada para chegar.

Então, eu acho assim: que nós tínhamos que discutir mais esse projeto. É claro que o risco de voltar para a Câmara dos Deputados vai retardar mais o processo de votação, mas é uma hora que nós temos de usar essa idéia que... Eu acho que o mérito desse projeto...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) - Senador Augusto Botelho, me dê um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Pois não.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – v. Exª tocou num ponto aí que falaram em retardar. De acordo com os dados apresentados aqui pelo Dr. Marcos, está caindo o desmatamento na Amazônia. Então, não há urgência por esses projetos. Não há nenhum tipo de urgência. É um contra-senso do que ele disse aqui: à cerca de 80% caiu o desmatamento. Então, não há nenhuma urgência, não há nenhum problema de voltar para a Câmara.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Outra coisa que eu gostaria de falar. Em relação a quem "carrega o piano" no Ibama? O Marcos é o que toca e a Ministro do Meio, mas quem carrega são os servidores. Se os servidores, que sabem, que vivem o dia-a-dia, que vão ser os que vão continuar, porque eu vou sair daqui do Senado, nós vamos sair daqui e eles vão continuar sendo servidores, estão achando que o projeto precisa de adequações, temos que dar oportunidade para eles falarem e tentarem introduzir as adequações. Discutir democraticamente, como é a característica desta Casa e do Partido dos Trabalhadores, que sempre foi democrático, sempre discutiu as coisas.

Então, eu acho, assim, que nós precisamos ter mais discussão sobre esse projeto. Nós não podemos aprovar ele, assim, correndo porque nós vamos fazer injustiça e nós vamos ser cobrados, como o Dr. Capobianco cobrou da gente aqui em relação a projeto aprovado por aqui, que certamente deve ter acontecido alguma coisa como essa. Então, foram seis anos de debate e ainda saiu com imperfeições. Agora, imagine esse que chegou aqui nesta Casa não tem nem três meses.

Então, eu gostaria de apelar mais uma vez ao Governo para que retirasse a urgência desse projeto, para que nós discutíssemos melhor e chegássemos a uma conclusão. O desemprego, a falência da indústria madeireira não é conseqüência desse projeto, nem ele vai ser a solução, porque ele não pode ser implementado imediatamente. Tern que se chegar num acordo, num ajuste de conduta e dar chance de as madeireiras respirarem e de voltar os empregos do nosso pessoal que trabalha, diretamente e indiretamente na indústria madeireira.

Então, eu faço mais um apelo ao Governo do Presidente Lula, que é um Governo que, tenho certeza, trabalha pelos pequenos, que pense mais um pouco nessa urgência, para a gente discutir mais um pouco, para dar chance a nossas madeireiras da Amazônia, os meus amigos madeireiros lá do meu Estado de Roraima e lá no Pará e no Amazonas também, que a maioria é menor, grandes são poucos, terem chance de participarem desse negócio. Senão vai ficar igual às grandes empreiteiras, ganham as obras e subempreitam para um monte de empresas. No meu Estado a maioria das emendas parlamentares que chegam lá isso acontece: uma grande empresa ganha e subempreitam para outras "emprezinhas" fazerem. Vai fazer na indústria madeireira a mesma coisa que faz nas grandes empreiteiras do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª formulou alguma pergunta?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, inclusive ex-Deputados Federais que aqui estão presentes e que são da Amazônia. Eu quero, primeiro, cumprimentar, também, todos os nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador João Batista Motta, vamos participar da discussão. V. Exª é bem vindo na Comissão.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Mas quero fazer, aqui, até um esclarecimento e corrigir um mal entendido – talvez para eu, inclusive, até reconhecer e fazer uma autocrítica da forma como eu coloquei a questão na última audiência pública. Mas vamos, também, ver o contexto que foi colocado.

Quando eu me referi a esta questão de que eu preferia ficar entre as imperfeições a não perfeição e aqueles que tinham uma prática – que eram bandidos – eu preferia ficar com as imperfeições. Eu referi-me e tinha, antes, inclusive, falado. A audiência pública que foi feita no Estado do Pará e que representante de um sindicato que, inclusive, é um sindicato não filiado à Uniflor, foi lá defender, veementemente, o contrário e, por coincidência, esse cidadão é um cidadão que já foi preso por emissão de nota fiscal falsa, é uma pessoa que já foi condenada pela Justiça Federal por ameaçar o Gerente do Ibama. É alguém que tentou fraudar

um projeto de manejo florestal e que tem um Parecer de um Procurador do Ibama que mostra essa fraude. Portanto, o Gerente não tinha que fazer nada a não ser exatamente negar e que passou a fazer ameaças - mesmos as de morte - ao Gerente e a perseguir como faz, inclusive, com calunias muito grande. Bom. Essa postura é de um conhecido grileiro na região – conhecido grileiro.

Eu, então, estava me referindo a esse tipo de pessoas. Eu tenho o maior respeito por vários técnicos, por vários intelectuais, por vários militantes, inclusive do meio ambiente. Tenho o maior respeito pela Associação dos Funcionários do Ibama e isto jamais, em momento algum, diz respeito a essas pessoas.

Então, eu quero, primeiramente, no primeiro momento, fazer esses esclarecimentos e, pelo contrário, eu até cheguei a colocar, aqui, que concordava com algumas críticas feitas, no caso, pelo representante, aqui, dos funcionários do Ibama. Como, também, quero dizer, Dr. Edison, que uma das questões que o senhor colocou aí, eu mesma tive a iniciativa de ir ao Ministério do Meio Ambiente porque eu também fiquei preocupada porque eu acho que o Projeto de Concessão de Florestas deve ter um órgão que o coordena. Eu não consigo ver essa coordenação múltipla. Eu acho que ela causa mais confusão mas devemos levar em consideração que todas essas políticas – as políticas do Ministério da Agricultura, do Ministério da Indústria, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Eu cheguei até a pensar em fazer uma emenda colocando isto.

Então, eu quero dizer que eu também concordo. Aí, o Dr. Tasso conversou bastante e mostrou, também, o art. 11 do próprio Projeto, onde ele coloca, claramente, que o Paofi, para concessão florestal, considerará.... – e elenca tudo que precisa considerar e diz isto no artigo. Então, é o caput do artigo – a política e o planejamento para o setor florestal, a Reforma Agrária, a regularização fundiária, a agricultura, o meio ambiente, os recursos hídricos, o ordenamento territorial e o desenvolvimento regional.

Aí, tem vários.

"II – O zoneamento econômico e ecológico...." – aqui foi bem colocado que – "nacional e estadual e demais instrumentos que disciplinam o uso de ocupação, a exclusão das unidades de conservação de proteção integral das reservas de desenvolvimento sustentável, das reservas extrativista, das reservas de fauna e das áreas de relevante interesse ecológico, salvo quanto a atividades expressamente admitidas no plano de manejo de unidades de conservação."

Aí, tem vários aspectos: a exclusão das terras indígenas – esta era uma preocupação –, das áreas ocupadas por comunidades locais, das áreas de interesse para criação de unidades de conservação de proteção integral, as áreas de convergência com as concessões de outros setores, conforme regulamento. E aí eu vejo que isso daqui já delimita, inclusive, os poderes. As normas e as diretrizes governamentais relativas à faixa de fronteira e outras áreas consideradas indispensáveis para a defesa do território nacional, as políticas públicas dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Então, isso aqui é o art. 11. Eu também que gostaria que tivesse, em vez de apenas a consulta à Secretaria de Patrimônio da União, a todos os ministérios. Essa também foi uma preocupação que eu tive. Então, eu queria só colocar...

Mas eu creio que o art. 11 responde e apenas solicitei que na regulamentação isso ficasse bem claro, a necessidade, até porque não pode ser feito isso sem... imagina no nosso Estado, que é o Estado que tem a maior quantidade de assentamento do Brasil, o Estado do Pará. Então, não há como se fazer um processo como esse sem considerar a reforma agrária e os assentamentos.

Assim, eu quero colocar claramente que nós temos que entender esse processo, entender que a própria administração pública, o Ibama, foi, sim, forçada pelo Ministério Público Federal a exigir dos proprietários de planos de manejo mais do que um documento simplesmente de cadastramento da terra, tanto do Incra quanto do órgão estadual, e por isso vieram, sim, as conseqüências que, é verdade, levaram à paralisação. Porque existe, o problema é fundiário mais do que do plano de manejo. Na verdade, o plano de manejo está corretíssimo, mas o problema é fundiário, e o Ministério Público Federal exigiu e não tem como. Quando o Ministério Público Federal exige, há de se cumprir. Essa é uma situação que nós não podemos esquecer.

Então, eu quero dizer que eu tenho, sim, preocupações semelhantes – pode até parecer estranho – às do Senador Flexa, mas eu tenho, sim, preocupações semelhantes às dele. E independente de termos divergências, temos preocupações semelhantes e também acho que o projeto não é uma perfeição, até porque também eu aprendi que o Legislativo representa a sociedade como um todo e nós representamos os diversos setores da sociedade. Então, não teremos jamais aqui uma lei que seja a expressão cem por cento do que cada um pensa. É impossível. É democrático, sim, quando é aprovada uma lei, mesmo que eu tenha tido oportunidade de defender pontos de vista que não foram aprovados porque a maioria não concordou com eles. Não posso achar que não é democrático porque não concordaram com o meu ponto de vista. Não posso ter aquele raciocínio: você pode causar com qualquer uma,

meu filho, contanto que case com a Mariazinha. Não pode ser assim. Então, a democracia... normalmente a legislação é feita procurando o máximo possível o consenso. E eu sou testemunha porque eu participei da discussão desse projeto antes de ele vir pra cá. Aliás, ele tinha vindo antes, no Governo anterior, foi retirado, mas passou por um processo de discussão, sofreu cento e quarenta emendas. Foram acatadas cento e quarenta emendas. Então, não se pode dizer que ele não foi aperfeiçoado, que ele não foi discutido. Foram dezenas de audiências públicas feitas em vários Estados e eu participei, inclusive, de várias delas.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Senadora, concede-me um aparte?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Claro. Pois não, Senador. Com todo prazer.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – V. Exª acabou de dizer que recebeu várias emendas, na Câmara, e por que aqui, no Senado, não podemos emendá-lo também? Devemos emendá-lo, sim. Devemos também aperfeiçoá-lo. Não somos obrigados a chancelar o que veio, mesmo aperfeiçoado, da Câmara.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu vou colocar a minha posição, Senador, com toda... Nós somos uma Casa revisora. Nós podemos, sim, aperfeiçoar e já fizemos isso muitas vezes. Agora, nós temos que entender, primeiro, esse projeto atende sim a demandas do setor produtivo florestal. Atende porque ele já prevê uma fase de transição. Existe um artigo aqui que prevê o momento de transição, antes de ser implementado da forma como ele será implementado totalmente.

Esse projeto depende muito do esforço e da vontade do Governo de garantir recursos para o Ibama, porque é verdade o que os servidores dizem: se eles não tiverem condições de trabalhar, se eles não tiverem equipamento, se eles não tiverem recursos humanos e materiais, eles continuarão com as mesmas dificuldades que têm hoje, diga-se de passagem.

Creio que, se essa lei não tiver a garantia dos recursos, ela não funcionará na prática. Mas quero dizer que ela vem preencher uma lacuna imensa na legislação brasileira, que é a impossibilidade legal de exploração em terras públicas.

Com essa impossibilidade, o que estava acontecendo é que 5% da Amazônia inteira, segundo o Dr. Marcus Barros, fazia a exploração de forma legal, formal, mas muitos não faziam, pela falta da atuação do Poder Público. Durante mais de 15 anos no Brasil, não se fez regularização fundiária, ficou ausente a regularização fundiária no País. Isso foi acumulando um processo, sim – aí quero também concordar –, de disputa, de tensionamento social, que levou a um processo de violência.

Sou do Estado que é campeão de morte no campo, Senador, campeão de trabalho escravo, mas quero agora exibir, com orgulho, outro título: o Pará já foi o Estado campeão de desmatamento também, mas quero dizer que, neste ano, foi o campeão da diminuição do desmatamento.

A urgência desse projeto é maior do que a vontade de todos nós. É a urgência da vida humana, é a urgência da vida daqueles milhares de pessoas que estão sem alternativa. Todos os anos essas pessoas estão ali para trabalhar nas atividades, não estão com outras alternativas neste momento e estão passando profundas necessidades. Não olhar isso neste momento é falta de sensibilidade nossa.

Então, não é que não possamos, Senador Mozarildo, aperfeiçoar, mas acredito que mandarmos o projeto de volta à Câmara, no momento político que estamos vivendo, é dizer que o projeto vai acabar. Ele não vai ser aprovado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Então, Senadora, é só retirar a urgência para discutirmos melhor.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não, Senador, inclusive o projeto foi retirado da urgência na Câmara, ele passou para poder ter audiências, por isso que eu mesma me interessei em discuti-lo desde que estava sendo debatido na Câmara. Eu mesma poderia, mas acho que temos...

Sinceramente, a urgência é correta, é uma urgência que defende a vida humana, é uma urgência entre a ausência de regulamentação, e eu voto por termos uma regulamentação. E vou cobrar recursos para isso e vou cobrar inclusive as condições para o Ibama, para os órgãos ambientais, para os outros Ministérios. Quero inclusive dizer que houve participação do Ministério Público Federal na discussão dessa legislação, sim.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, Senadora.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Quero colocar claramente que nós temos, sim, urgência; a urgência de milhares de pessoas que estão aguardando uma possibilidade de trabalhar e que, com a legislação atual, não adianta jogar para debaixo do tapete que o Ministério Público Federal não vai permitir além do que aquilo que está no TAC. E isso é precário, é uma solução precária.

Prefiro aprovar uma legislação que possamos aperfeiçoar. Quanto à legislação mineral, existe um projeto de lei para aperfeiçoar há 14 anos, porque a lei florestal brasileira não tem atendido. Vamos ser sinceros, ela também tem suas limitações.

Portanto, quero fazer um apelo em nome da vida de milhares de famílias que estão, neste momento, aguardando a possibilidade concreta de poder trabalhar, de poder sobreviver. Não creio que as mudanças aqui sejam tão fundamentais que não possam aguardar. Creio que é possível aprovarmos o projeto com os aperfeiçoamentos.

Quero agradecer ao Senador Flexa Ribeiro, que compreendeu isso e falou, de público, que retirava as suas emendas , devido a essa compreensão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Dr. Éderson Zanetti, para tecer comentários a respeito do posicionamento da Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. ÉDERSON AUGUSTO ZANETTI – Senadora Ana Júlia Carepa, quero tratar de alguns pontos comentados, mas principalmente da questão da urgência em se aprovar um Sistema de Gestão de Florestas Públicas que permita maior acesso aos recursos florestais.

No começo deste ano, antes da reunião dos países do G-8, o Presidente Bush mandou fazer um estudo sobre o comércio ilegal de madeiras no mundo, porque era entendimento do grupo que se promovesse um boicote à madeira tropical ilegal. No estudo feito pelo Departamento de Estado Norte-Americano sobre a situação do comércio ilegal de madeiras, descobriu-se que os produtores dos Estados Unidos, do Japão e da Europa, se estivessem na Amazônia legal, seriam todos ilegais.

Acho que a gestão de florestas públicas, a questão do acesso ao recurso e da urgência têm que ser debatidas separadamente. A Senadora colocou a respeito do POF para as operações florestais – não comentei sobre ele aqui porque quis enfocar os pontos principais –, mas mesmo no POF cabem outras observações, e isso vem exatamente desse enfoque centralizado no Ministério do Meio Ambiente, embora se tente abordar o papel dos outros Ministérios. Essa prática da transversalidade não é uma sugestão nossa para a gestão pública de florestas, mas é uma prática do Ministério do Meio Ambiente. Veremos no Plano BR – 163 Sustentável e em tantos outros projetos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Um minuto para concluir.

O SR. ÉDERSON AUGUSTO ZANETTI – Só para concluir, o Senador Flexa Ribeiro falou sobre a questão da lavra em floresta pública e citou o art. 16, que o Senador Jefferson Péres demonstrou que não será impeditivo. Concordo com S. Exª, mas acho que o senhor está correto não em relação ao art. 16, mas em relação ao artigo que cede para um titular cessionário o direito de ser intermediário entre o acesso dos demais e a floresta pública. Esse cidadão é que vai determinar se vai haver a lavra ou não, no entendimento que tenho.

É claro que essa discussão não é minha, é dos Senadores.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Quero dizer que não é esse o entendimento. Perdoe-me, mas nós, como legisladores, não entendemos dessa forma. Eu particularmente, aliás.

O SR. ÉDERSON AUGUSTO ZANETTI – Só queria complementar com um dado do Ministério do Meio Ambiente, da Contag e do Imazon sobre a questão da gestão de florestas públicas na Amazônia. No ano passado, 2004, houve um recorde de desmatamento, período em que houve redução de cerca de 15% no consumo de madeira tropical. Agora, o Ministério do Meio Ambiente anunciou a redução de 80% no desmatamento, e a Contag, o recorde de produção agrícola.

Acho que, quando se procuram bruxas para caçar, temos que repensar que existe um movimento civilizatório que causa esses efeitos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem a palavra o Sr. Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Queria esclarecer que o projeto de lei não visa a coibir a atividade madeireira. Isso é muito importante. O projeto de lei não diz que a atividade madeireira é a principal causa do desmatamento da Amazônia. O projeto de lei não responsabiliza essa atividade. Ao contrário, o projeto de lei busca dar um arcabouço legal para garantir que essa atividade, que é fundamental para a região, se dê em bases sustentáveis e com legalidade. Portanto, não há nenhuma caça às bruxas, não há nenhuma acusação, não há nenhum pressuposto com relação a isso. Esse é o ponto inicial.

O segundo é que eu queria discordar do Senador – desculpe-me, Senador Flexa Ribeiro – de que haverá uma monopolização. Não é verdade. A lei é clara. Desculpe-me, Senador, não sei quem foi agora. Se não foi o senhor, desculpe-me. Foi o senhor que colocou. Desculpe-me, Senador.

A área de concessão, obrigatoriamente, é subdividida, inclusive garantindo diferentes parcelas e dimensões para permitir o acesso a diferentes tipos de operadores. É vedado a um único concorrente obter aquela área, monopolizá-la. A lei é expressa, proíbe e impede a monopolização da área pelos grandes. Então, não haverá barracão, Senador. É impossível o barracão, porque a lei expressamente proíbe – está no art. 33 e no art. 34 da lei – a monopolização por um usuário.

Finalmente, se o Senado encontrar uma nova forma de fazer com que a execução de uma ação do Governo seja gerida, na prática, por vários Ministérios simultaneamente, para a transversalidade, isso seria uma revolução realmente muito boa.

No nosso entendimento, a transversalidade está garantida na discussão e na formulação de políticas públicas por todos os Ministérios, que participam, orientam e são consultados previamente. Mas a execução tem de estar em algum ministério. Se não é no Ministério do Meio Ambiente, vamos colocá-la em outro, pois a execução tem de estar em algum ministério.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado.

Concedo a palavra ao último Parlamentar inscrito, Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Dr. Capobianco, pelo que foi exposto aqui e pelo que vi na projeção, aparecem concessão e, depois, famílias, etc. Isso significa que a área é dada ao concessionário, e esse concessionário subloca a terceiros.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Não pode! A lei proíbe a sublocação!

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Há muita coisa proibida na Constituição, Dr. Capobianco, que não funciona.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Dr. Capobianco, vamos assegurar a palavra ao Senador. Se V. Sª depois quiser se manifestar, a palavra será dada a V. Sª.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Essa é a questão. Por isso, eu disse que é a volta ao barracão.

Segundo, quando se fala em floresta – pelo menos nos noticiários, na imprensa, na televisão, nos meios de comunicação –, fala-se contra os madeireiros. Os madeireiros são tidos como os grandes vilões da Amazônia. Pelo desflorestamento e desmatamento, eles são perseguidos. Há madeireiro correto. E o Ibama, no passado, acabou com a indústria madeireira na região.

Lembro-me bem de que a Drª Tânia Munhoz, que foi presidente do Ibama, foi ao Amazonas, passou um domingo no Hotel Tropical, tomou três ou quatro doses de caninha, pegou um helicóptero da TV Globo, foi a Itacoatiara e conseguiu um milagre: ela viu, no fundo do rio, uma jangada de madeira e multou a empresa. Isso significou 2.200 empregos em Itacoatiara. Essa é a dolorosa realidade! Então, o que não se quer é que isso continue.

Queremos que a atividade madeireira seja fiscalizada, orientada e que busque dar ao homem da Amazônia uma riqueza que ele tem e não usa. Devemos levar em conta que a Malásia é do tamanho de um município do Amazonas e gera dois milhões de empregos com atividade florestal – praticamente a população da Amazônia. E hoje, em Sarawak, em Bornéu, há mais madeiras do que havia antes. Eles gestionaram bem, estabeleceram cotas, e a coisa cresceu. Quando falo em madeira, Dr. Capobianco, quando falo em floresta é que me dei ao trabalho de visitar todas as florestas do mundo e ver como funcionam, como são tratadas e como é o significado delas para as populações.

Então, esse espírito, essa cultura é que deve ser incutida no homem da Amazônia. Na Malásia, vai-se com o camponês de lá, e ele diz: "Olha, aquela árvore ali é minha, aquela outra é minha e do meu irmão". Eles têm esse cuidado. Aqui, não. Aqui você chega com metralhadora, a Polícia Federal, e, se houver uma panela com um pouco de cutia ou de paca no fogão, eles metralham. Essa é a realidade.

Não tenho parente madeireiro, não sou madeireiro, dou-me com poucos madeireiros, ou quase com nenhum, ou nenhum, mas a realidade é esta: vejo na floresta amazônica um potencial fantástico de riqueza e que não é explorado em benefício do homem. E aquilo que às vezes é tirado é mal tirado. E as notícias que saem nos jornais, na imprensa são terroristas, fantasiosas.

Outro dia, li uma notícia de que tiraram madeira de uma área e usaram mais caminhões do que há na Amazônia. Segundo a notícia, transportaram a madeira, mas a região praticamente não dispõe de estrada. No entanto, disseram que a estrada foi usada, e deram essa notícia.

De outra vez, ia haver um encontro do Banco Internacional lá em Paris; então, aqui foi feita uma reportagem, que foi capa da **Veja**, mostrando o desmatamento da Amazônia, pois iria ser discutida a questão, pois haveria o financiamento para cá. Mostraram aquilo na reportagem, e me dei o trabalho de calcular: se fosse transportado por barco aquilo, até hoje o rio Amazonas estaria congestionado de navios.

Essa é a realidade que se vê aí.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Para concluir, Sr. Senador. A Mesa compreende a importância das considerações de V. Exª, mas temos ainda dois Parlamentares inscritos.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Para concluir, entendo que o projeto é útil, é benéfico, só tem que ser aperfeiçoado. Tem que ser corrigido, nesses pontos que podem trazer problemas amanhã.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado.

Sr. Capobianco, deseja fazer alguma consideração a respeito?

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Sr. Senador, acho que a sua ponderação de fato é fundamental, porque esse projeto visa exatamente fazer o que V. Exª está propondo: ele visa exatamente promover o uso florestal – madeireiro e não madeireiro –, e serviço prestado de forma responsável. Ele visa exatamente...

No Estado de V. Exª - V. Exª bem sabe disso -, 80% das terras são públicas. Não há como fazer uma gestão responsável, apoiando as boas iniciativas, sem que haja um suporte legal. A legislação brasileira proíbe a concessão em áreas públicas.

Finalmente, Senador, eu queria apenas fazer uma ponderação com V. Exª em relação a sua brilhante exposição. A Malásia é o pior exemplo que V. Exª poderia usar. A Malásia é o exemplo da destruição, é o exemplo da exclusão das comunidades locais. Eu participei, aliás, vários dos que estão aqui participamos de inúmeros debates sobre isso. A Malásia inclusive, ao acabar com o ciclo produtivo em várias regiões, buscou vir para a Amazônia. O senhor acompanhou a história do escândalo da vinda das empresas da Malásia para o Brasil, porque aquele país havia esgotado os seus recursos.

Hoje ela é um bom exemplo. Houve uma virada na Malásia. A nossa Ministra do Meio Ambiente esteve lá, eu a acompanhei no ano passado, participamos da Conferência da Biodiversidade, e, de fato, houve uma virada. O Governo mudou radicalmente, aprovou uma lei muito similar a esta, com o erro, na nossa opinião, de permitir vários concessionários numa área. Achamos isso errado, e não pusemos isso aqui. E a Malásia entra num novo momento agora, muito importante. Mas a Malásia foi, nos últimos dez anos, uma tragédia do ponto de vista ambiental e social.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Dr. Capobianco, sabe por quê?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – A Malásia fez uma opção com o crescimento da indústria de semicondutores. Ela é o maior produtor de semicondutores do mundo. Então, eles resolveram derrubar os seringais e parte da floresta para fazer conjuntos habitacionais para os operários. A atividade de semicondutores dava muito mais lucro, e houve aquele descalabro. Mas o Primeiro Ministro sentiu o problema e estabeleceu, primeiro, o contingenciamento, que podiam tirar 10 milhões de metros cúbicos mais ou menos de Sarawak. O ministro restaurou.

Segundo, não sou contra o projeto. Quero o projeto e que ele seja bem fiscalizado e bem aplicado. Mais que fiscalizado e aplicado, no interesse do desenvolvimento, do crescimento das populações, e não por meio da metralhadora da polícia.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio, o próximo inscrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. É sobre o assunto

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu quero aduzir elementos à preocupação do Capobianco com relação à Malásia.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu só pediria objetividade, Senador Flexa, porque estamos com o horário avançado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Serei rápido. Não demorarei trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – E temos dois Parlamentares inscritos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E eu reinscrito. Já pedi a V. Exª.

Vou demorar quarenta segundos, porque perdi o raciocínio dos dez. (Risos.)

Dr. Capobianco, com relação à Malásia, há 45 anos - e você é um estudioso -, a Malásia era um país paupérrimo. Hoje, é um Tigre Asiático.

Eu estive na Malásia em 1995, porque nós queríamos mudar a base produtiva do Estado do Pará e fomos procurar, na linha dos trópicos, qual o país desenvolvido: Malásia. Cultura da Malásia: as mesmas do Pará: borracha, dendê, cacau, pimenta. E fomos lá ver porque lá dava certo, e no Pará não dava certo.

Quero dizer que o que vimos lá não nos pareceu esse desastre que V. Sª está colocando aí. Se foi desastre, foi em benefício da população, porque hoje, como bem disse o Senador Mestrinho, a Malásia já deixou a fase da agricultura e está na fase industrial. É a primeira produtora mundial de chips de computador.

Então, hoje a parte agrícola não veio para a Amazônia para destruí-la, como V. Sª colocou. Lamentavelmente, foi entendida desse jeito.

Temos leis brasileiras que devem ser respeitadas. Então, perdemos, sim, uma grande oportunidade de trazer investimento malasiano para plantar dendê no Estado do Pará, que tem quatro vezes mais terras do que tem a Malásia, que é a maior produtora do mundo.

Então, nós discordamos nesse assunto. Quisera Deus que, em 45 anos, o Brasil fosse também uma potência mundial.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Senador Flexa.

Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, vou ser bastante breve.

Participei, sobre este projeto, de dois encontros com a Ministra Marina Silva e com sua equipe, e a última com a presença do Presidente do Ibama, Dr. Marcos Barros. E assumi o compromisso de ajudar na aprovação deste projeto.

Eu estava ouvindo o Governador Mestrinho arrazoar, e o Governador Mestrinho é uma figura que tem grande vivência de Amazônia e de Amazonas, seguramente. Já governou o Estado por três vezes, tem uma vivência enorme, producente. Tem um conhecimento que remete ao estudo, porque ele lê muito, aprofunda-se muito na temática da sua terra e, ao mesmo tempo, tem um conhecimento empírico próprio de quem nasceu no interior. Depois, ele teve todas as ocasiões de, na prática, governando o Estado, interagir sobre aquela realidade. Portanto, fiquei muito feliz quando eu o ouvi dizer que concorda com o projeto e entende que o projeto precisa ser aperfeiçoado.

Farei referência a mais dois pontos bem simples. O primeiro diz respeito ao fato de que me convenci de que era um passo à frente, na medida em que percebi que, pela primeira vez, uma autoridade do setor de Meio Ambiente no País procurava trabalhar as possibilidades do "sim", e não as possibilidades do "não". Sempre a perspectiva era a de dizer "não", e o "não" era desrespeitado pela prática de quem, por exemplo, extraía madeira por aí afora. Quando recebi o primeiro documento, Governador Mestrinho, percebi que havia uma preocupação do Ministério de abrir para o "sim", de dizer o que podia, e não mais que não podia, não podia, não podia. Para mim, esse foi o dado mais significativo, Dr. Capobianco, mais producente.

Então, tenho uma proposta muito clara. Levando em conta um lado que diz ser necessário aprovar, até para legalizar, por exemplo, a atividade madeireira e para facilitar a exportação da madeira legal, transformando em formal algo que hoje está em uma lamentável informalidade, que é o setor que emprega e que tem tudo para render divisas ao País quando se pensa em exportar madeira; levando em conta os aspectos da urgência a que se refere o Governo; levando em conta a necessidade reconhecida por todos de que se precisa aperfeiçoar, quem sabe não se poderia compor a aprovação da matéria com um compromisso? Esse compromisso seria o de aprovar a matéria e montar uma equipe para estudar as adaptações na regulamentação, em que se resolveriam todos os impasses, de modo a satisfazer a essas justas preocupações.

Ouvi muito bem do Governador Mestrinho que S. Exª concorda com o projeto, mas o seu ponto de vista precisaria de ser ouvido agora. Tenho a impressão de que a regulamentação não atrasaria o Governo em seus propósitos e, ao mesmo tempo, possibilitaria essa audiência que está sendo requerida, com sensibilidade, pelos Senadores que têm responsabilidade sobre a realidade de seus Estados.

Cito dois Parlamentares de Roraima: Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho. Menciono também o Deputado Feijão, que, nesta reunião, está claramente interessado, sobretudo no Amapá; o Senador Flexa Ribeiro, que tem as peculiaridades do Pará, as quais pude ver de perto; o Senador Gilberto Mestrinho, que falou muito bem sobre um Estado que conhece como a palma de sua mão – conhece cada rio, cada igarapé, cada lago; a Senadora Ana Júlia Carepa, que, sem dúvida alguma, adepta à aprovação do projeto, também conhece e estuda, como o Senador Flexa Ribeiro, a realidade do Pará; e o Senador João Batista Motta, que tem a preocupação do amazônida que não mora na Amazônia, preocupação essa do Senador Tasso Jereissati, na sua compreensão global do País, e do Senador Rodolpho Tourinho, figuras que olham o Brasil como um todo e saem dos limites de suas regiões para compreender brilhantemente o País.

Não sei se seria factível trabalharmos dessa forma. Haveria um episódio que reuniria novamente as vontades para chegarmos a uma nova síntese. Seria essa a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, principalmente os Senadores Gilberto Mestrinho e Flexa Ribeiro, é perfeita a palavra do nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, sobre a necessidade de este País começar a dizer "sim". Porém a minha preocupação se deve ao fato de que esse "sim" sempre é dado quando o interesse é do estrangeiro, quando o interesse é dos países vizinhos, principalmente norte-americanos, a quem se diz "sim" para tudo. Quando o interesse é do brasileiro, do pobre do macaqueiro do interior, só se diz "não".

Neste País não há política agrícola, assunto que deveríamos estar discutindo hoje nesta reunião. Está todo mundo no interior morrendo de fome. Atualmente, os nossos produtos não podem mais ser exportados por causa da taxa do dólar. Internamente, não se pode trabalhar por causa das taxas de juros. Lembro que, na década de 1950, os americanos vieram aqui e disseram que não tínhamos petróleo. Começamos a trabalhar e hoje estamos alcançando a nossa inde-

pendência no campo petrolífero. Mas, outro dia, uma ONG estrangeira fez um relatório dizendo que não podíamos mais tirar petróleo da nossa costa. A Conservation, para quem conhece melhor, fez o relatório, e o pior é que as nossas autoridades encampam esses relatórios e querem transformá-los em lei.

Nosso minério de ferro tem sido exportado à base de 220 milhões de toneladas por ano para gerar apenas 4,5 bilhões na nossa receita, enquanto a soja rendeu mais de 10 bilhões no ano passado.

Agora a Medida 252, a do Bem, isenta de qualquer tipo de tributação as importações de máquinas, que vão por certo dobrar esse número de 220 milhões de toneladas, vão agora importar pá carregadeira, locomotivas, vagões, sem pagar nenhuma tributação, prejudicando, inclusive, a indústria brasileira.

Nossas jazidas estão sendo entregues ao capital estrangeiro para exploração, sem nenhuma tributação. Todas as jazidas brasileiras estão sendo entregues a grupos estrangeiros. Eu acredito que esse projeto visa, mais uma vez, entregar nossa riqueza aos ricos do Primeiro Mundo. Agora vamos entregar o restinho da floresta que temos?!

Por essa razão, meu Líder Arthur Virgílio, acredito que, por incompetência, o Governo Lula, após seu mandato, receberá por certo o troféu de o governo mais entreguista do planeta. Não tenho dúvida disso. Alguém falou, na mesa, que este projeto foi aprovado por vários países. Primeiro, nossas florestas não são idênticas. Segundo, ninguém tem moral para dar parecer sobre floresta pelo mundo afora. As viagens feitas pelos técnicos do Ministério do Meio Ambiente pelo mundo foram financiadas por quem? Pelo Governo brasileiro ou pelas ONGs estrangeiras? Eu queria saber disso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PMDB – TO) – Algum palestrante gostaria de comentar a respeito das considerações feitas pelo Senador João Batista Motta? (Pausa.)

Senador Flexa Ribeiro, na sua reinscrição, tem V. Exª três longos minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou abrir mão de 47 perguntas, em homenagem ao Senador Tasso Jereissati, porque vamos ter uma reunião da CAE, com dois projetos importantes – um de interesse do Estado do Ceará e outro de interesse do Brasil –, que precisam ser aprovados hoje. Mas vou reinscrever-me na reunião de aprovação do relatório. Então, terei mais uma chance para concluir o meu questionamento.

Quero dizer aos telespectadores da TV Senado o que venho dizendo desde o início: este projeto está voltado para a Amazônia; tem o manto nacional. Mas a prova da audiência confirma o que venho dizendo: só falamos de Amazônia aqui. Ou seja, o interesse do Governo Federal é atingir a Amazônia. O interesse do Governo Federal é engessar a Amazônia. Não sei qual é esse interesse, mas que existe, existe. E mais, como foi dito pelo Senador Motta, estamos entregando a Amazônia para as ONGs. Quem vai gerir aqui este projeto de gestão são as ONGs, porque as ONGs dominam o Ibama, o Incra e o Ministério do Meio Ambiente. Então, estamos entregando a Amazônia para ser gerenciada pelas ONGs internacionais. É isso que estamos fazendo agora.

Eu perguntaria, para finalizar, ao Dr. Marcos – vou fazer aqui um ping-pong rápido: o órgão que será encarregado da gestão deste projeto é o Ibama. Correto?

O SR. MARCUS BARROS – Errado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quem seria?

O SR. MARCUS BARROS – Primeiro, o senhor se enganou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria de saber o correto.

O SR. MARCUS BARROS – A gestão de concessão é feita pelo serviço que se cria, o Serviço Brasileiro Florestal. Ao Ibama cabe o papel que já tem, de fiscalização, controle e licenciamento. Esse é o papel do Ibama no projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Ibama não vai fazer a gestão?

O SR. MARCUS BARROS – Não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Toda a gestão é do Sistema Florestal Brasileiro?

O SR. MARCUS BARROS – É, do Serviço Brasileiro Florestal, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Que está no art. 55?

O SR. MARCUS BARROS – Isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Que diz que a gestão é dele?

O SR. MARCUS BARROS – É dele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E o Ibama fica somente...

O SR. MARCUS BARROS – É quem organiza as concessões, quem faz as licitações.

Toda essa parte de fomento...O Ibama não faz fomento, o Ibama tem esse papel, que mantém na nova legislação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, o Ibama fica com a fiscalização.

O SR. (Orador não identificado) – (*Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, está na gestão também. Se está pelo licenciamento, não é só fiscalização.

O SR. MARCUS BARROS – Não, não é só fiscalização. Não disse só fiscalização. Eu disse fiscalização e licenciamento. Este é o papel, está na lei. O Ibama determina isso inclusive...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Por que não passa o licenciamento... Aí vem a minha pergunta. Talvez eu a tenha formulado erradamente no início.

Por que não caberia ao Ibama somente a fiscalização e passaria ao Serviço Brasileiro Florestal todas as demais atividades.

O SR. MARCUS BARROS – Ele não terá estrutura para isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas o Ibama não tem estrutura hoje para fazer o que lhe cabe!

O SR. MARCUS BARROS – Muito maior que o serviço social brasileiro. Deixe eu lhe dizer...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O senhor começou a sua exposição dizendo que o Ibama não tinha estrutura para atender as demandas. Como é que o senhor quer assumir novos compromissos, dizendo que o Serviço Brasileiro Florestal não terá estrutura para isso?

Eu não estou entendendo.

O SR. MARCUS BARROS – Mas não é o papel dele. A legislação não determina isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A legislação que estamos aprovando.

O SR. MARCUS BARROS – Isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E por que não aprovamos na legislação? Por que não alteramos a legislação e passamos ao Serviço Brasileiro Florestal a atividade também de concessão, e deixamos só a fiscalização com o Ibama, até aliviando a carga que V. S.ª diz.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu entendo que o Senador quer acabar com o Ibama, mas não é isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, eu não quero acabar com o Ibama, não. Quero que o Ibama funcione, é diferente.

(O SR. PRESIDENTE faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu não gostaria que a Senadora Ana Júlia colocasse palavras na minha boca.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Sem/Partido – DF) – Senador, posso esclarecer esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Quero assegurar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu solicitaria aos demais participantes que compreendessem e ouvissem com atenção as palavras do Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu não vou aceitar, Presidente, que coloquem coisas que não estou dizendo.

Em nenhum momento, eu disse que queria acabar com o Ibama. Pelo contrário, quero que o Ibama seja um órgão que funcione, um órgão estruturado que tenha o respeito do Governo Federal para colocar os recursos financeiros e humanos para atender às necessidades. Isso não foi dito por mim, foi dito pelo Presidente.

Como é que queremos sobrecarregar o Ibama com mais uma atividade uma vez que não dá conta das que tem. Quando estamos criando pelo projeto, é uma lei, e o Dr. Marcus tem razão, a lei não diz isso. Ainda não é lei. É um projeto que está sendo aqui estudado.

Por que não transferir para o Serviço Brasileiro Florestal também a incumbência da concessão e deixar ao Ibama a fiscalização? Uma coisa é aprovar e outra é fiscalizar.

É a minha dúvida, Dr. Marcus, em benefício do Ibama.

Quero, repito, que o Ibama seja fortalecido, respeitado pelo Governo Federal, atendido nas suas necessidade e quero, de público, dizer que tenho por V. S.ª o maior respeito. Sei da sua competência, sei do seu conhecimento, sei da sua responsabilidade como amazônida. Lamentavelmente, como V. S.ª bem colocou aqui, quando lhe convocaram para o sacrifício de dirigir o Ibama, V. S.ª disse: "Não, eu quero ficar no Inpa". Lamentavelmente, lhe colocaram no cadafalso do Ibama.

Quero ajudá-lo e, diferentemente, do que está sendo dito, quero ajudá-lo a fortalecer o Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu queria, como Relatora, esclarecer uma questão que está na legislação.

Há diferença entre concessão, e entre licenciamento e fiscalização. O licenciamento, hoje, já é o papel do Ibama, porque quem faz a aprovação dos projetos de manejo florestal, ou seja, quem dá licença para fazer a exploração é o Ibama. E ele vai continuar com essa função, como vai continuar também com a função de fiscalização.

Quem faz a concessão não poderia fazer também a fiscalização. O órgão público que faz a concessão não pode ser responsável pela fiscalização.

Então, eu acho que têm que continuar com o Ibama o licenciamento, que é hoje feito pelos técnicos do Ibama, e a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Sr. João Paulo Capobianco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A Senadora Ana Júlia só reforça a idéia. Se nós estamos criando o Sistema Florestal Brasileiro, que deveria ser o órgão para gerir e administrar isso, então o licenciamento deveria estar lá, e não no Ibama. O Ibama que fique só com a função dele, que é a de fiscalizar aquilo que o Sistema Florestal Brasileiro vai aprovar e vai conceder. E não trazer sobrecarga ao que existe. Ela só vem ao meu auxílio.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Sr. João Paulo Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Senador Flexa Ribeiro, este assunto foi muito discutido nas consultas públicas, também foi muito discutido na Câmara dos Deputados. Essa proposta que o senhor fez foi apresentada por outros, em outros momentos. Mas houve uma unanimidade, digamos assim, de considerar que isso poderia gerar conflito de interesses.

Porque o órgão que vai fazer o processo de concessão tem interesse que o processo avance. E se ele também for o responsável pelo licenciamento ambiental, porque é ambiental o licenciamento, poderia se configurar conflito de interesses, e ele poderia relaxar, digamos assim, ser menos exigente no licenciamento, para viabilizar a operação.

Então, foi considerado que isso seria inadequado, que isso poderia pôr em risco o processo e foi uma exigência de todos, unanimemente aprovada na Câmara dos Deputados, garantir a separação, de tal forma que o Ibama fosse fortalecido no papel de licenciar e fiscalizar. E o órgão que promoveria o processo de concessão...

O órgão concedente é o Ministério, não é o Serviço Florestal Brasileiro. O Serviço Florestal Brasileiro organiza o processo. Então, para que não houvesse conflito de interesses, optou-se por esse mecanismo, que eu, particularmente, e o Ministério do Meio Ambiente, consideramos correto. Esse é o mecanismo correto, além do que, evidentemente, somente o Ibama, fortalecido, poderá garantir a boa execução desse processo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A grande dificuldade é que as coisas corretas são somente aquelas entendidas assim pelos técnicos e pelo Ministério. Aí é difícil o diálogo, que se torna monólogo. Eu continuo achando que não podemos partir do pressuposto de que haverá desvio de conduta em função de um processo que não vai funcionar da forma que está prevista.

Então, estamos aprovando uma lei para a qual quero chamar a atenção de novo. Há quatro anos, o Congresso Nacional aprovou, da forma como estamos hoje querendo aprovar aqui, uma lei para a nossa região amazônica, que se chamava Ada, e, para o Nordeste, Adene. Há quatro anos não funciona. Não se colocou em prática isso. Não podemos correr esse mesmo risco.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Muito bem, Senador.

Com a palavra o Sr. Divino.

O SR. DIVINO TEIXEIRA – Eu queria começar concordando com o que o Senador acabou de falar. Não podemos colocar como pressuposto o conflito de interesses. Desde o início deste processo nós, como servidores, nos colocamos contra a criação do Serviço Florestal Brasileiro.

O Ibama não tem, na sua atribuição, a questão do fomento. Não seria muito mais fácil se colocar essa atribuição do que criar um serviço florestal?

No ano passado, o conselho gestor do Ibama mandou um ofício para a Ministra externando a preocupação com a criação do serviço florestal, naquela época, em julho do ano passado, falando da falta de recursos. Isso se materializou agora. Hoje, quem pegar o Correio Braziliense, vai ver que o Ibama está com perigo de inadimplência porque não tem dinheiro para cumprir suas dívidas. Se vai se criar um outro órgão, vai ter dinheiro para se criar um outro órgão e não vai ter dinheiro para investido dentro do Ibama?

Eu só queria lembrar essa questão do conflito de interesses. Há pouco tempo, o Sr. Boris Tabakof, da Associação Brasileira dos Produtores de Celulose e Papel, afirmou o seguinte: o que existe hoje de base plantada, de floresta plantada no Brasil veio de que época? Da época do IBDF. Houve problemas naquela época? Houve problema. Houve desvios? Houve. Mas, o que existe hoje, é daquela época. O IBDF fazia fomento e fiscalização. Temos o risco do "apagão" florestal, de que todos falam. O Uruguai está produzindo hoje mais floresta do que o Brasil, e o Brasil daqui a pouco vai começar a importar do Uruguai, é só pegar as notas que existem aí. O conflito de interesses pode ser muito bem resolvido. Tudo bem, não quer fazer

no Ibama, coloca-se... Propomos isso, que seja dentro do Ibama, dentro de uma coordenação, de uma diretoria, mas que não se crie outro órgão. Agora, não quer colocar dentro do Ibama, tudo bem. Há conflito de interesses, cria-se uma coordenação dentro do Ministério, cria-se uma secretaria, e tudo bem. Agora, criar outro instituto ou outro serviço florestal brasileiro? Se não há recurso hoje para o Ibama, haverá recurso para aparelhar esse serviço florestal brasileiro? Essa é a grande questão que colocamos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Sr. Sérgio Leitão.

O SR. SÉRGIO LEITÃO – Quero iniciar saudando o Senador Tasso Jereissati, meu conterrâneo. Eu tive a oportunidade de trabalhar com o Cardeal de Fortaleza Aloísio Lorscheider, quando S. Exª era Governador do Estado e deu uma enorme contribuição inclusive aos temas ligados à questão indígena no Estado do Ceará.

Eu queria comentar o que o Senador Flexa Ribeiro disse – espero que o senhor volte a concordar com o Greenpeace –, sobre um tema que é de fundamental importância, que diz respeito justamente à estrutura do sistema nacional de meio ambiente no Brasil. É uma estrutura elogiada no mundo inteiro justamente porque permite uma perfeita coordenação entre aqueles que querem, dentro do âmbito estatal, fazer a propositura de atividades que possam teoricamente ter algum tipo de impacto sobre a questão ambiental e com os órgãos que têm a tarefa de licenciar de forma independente. Então, tudo que está contido no projeto respeita essa normalização, ou seja, não tem nenhuma iniciativa nova divergente daquilo que é, a maneira como esse sistema se organiza. Então, parece-me que o projeto, nesse sentido, não inova, não traz nenhuma matéria que poderia ser, digamos assim, causadora de maior discussão, porque estamos aplicando aquilo que já se segue tradicionalmente dentro desse modelo, que é respeitado no mundo inteiro.

Nesse sentido, parece-me que o projeto, Senador – espero que V. Exª venha a concordar comigo –, faz uma perfeita distinção entre aquilo que é função de licenciar e aquilo que é função de fomento, que cabe justamente ao serviço florestal brasileiro que se está propondo no projeto de lei.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra V. Exª.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Acho que não há tanta razão para preocupação com a urgência. A razão é simples: a proposta orçamentária para o ano que vem já está na Casa; não contempla um centavo para o serviço florestal – começa daí. Segundo, no ano que vem, vamos pagar, no orçamento que prevê uma receita fiscal total de quinhentos e poucos bilhões, só de serviço da dívida, duzentos e vinte e sete bilhões. Não vai sobrar dinheiro para nada. É impossível ter crédito especial para fazer face ao serviço. Então, o serviço vai ser criado, se for criado, e não será implantado por falta de recursos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente, para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, a Mesa se sente muito orgulhosa com a participação muito intensa de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É só para fazer um registro, que me deixa confuso, perplexo e preocupado.

O Ibama é o órgão que vai fazer não a concessão, mas o licenciamento e a fiscalização. Aí vejo aqui um corpo separado da cabeça. Vejo aqui a cabeça defendendo um projeto, talvez orientada por algo astral, que não esteja ligado à cabeça, e o resto do corpo, que vai ter que ser comandado por essa cabeça, se pondo contrário. Mas é o corpo que vai colocar em prática a lei que vamos aprovar. Então isso me preocupa. A direção do Ibama deveria conversar com os técnicos do Ibama e entrarem num acordo, para que possamos ter mais tranqüilidade para aprovar esse projeto de lei.

Era o registro para os Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra o Presidente do Ibama.

O SR. MARCUS BARROS – Senador Flexa Ribeiro, a primeira observação é a de uma autoridade que publicou a sua frase num jornal de circulação nacional que disse: "Ou o Brasil acaba com o Ibama ou o Ibama acaba com o Brasil".

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Foi minha a frase?

O SR. MARCUS BARROS – Não, é de outra autoridade. Tenho o cuidado ético de não nominar. Mas uma outra autoridade disse isso. E uma das tarefas minhas, quando deixei o Inpa para vir cumprir essa tarefa, que, decididamente, não é um cadafalso, como V. Exª aqui mencionou, tenho o maior orgulho em ser Presidente do Ibama – com a modéstia que devo ter, sou o Presidente que mais tempo permaneceu na casa; em 16 anos de Ibama, houve presidentes que ficaram apenas 15 dias, e a média era de um ano –, então, não é um cadafalso também por isso, e a minha tarefa é defender a instituição que cuida do meio ambiente no Brasil.

Eu me lembrei do Senador Augusto Botelho, que falou na síndrome de Estocolmo. V. Exª aborda a síndrome de Estocolmo do ponto de vista da gestão, ou seja, não se pode casar fomento com fiscalização

e licenciamento; vira uma síndrome de Estocolmo, o carcereiro se contamina com o prisioneiro. Esse distanciamento é fundamental. A intenção de quem manda para a casa legislativa a proposta de lei é exatamente essa, o espírito do que se quer ver transformado em lei é exatamente esse espírito.

Outra coisa, Senador, por fim, que V. Exª aqui mencionou, é a questão da cabeça e do corpo. Quero lhe dizer, ter a liberdade de lhe dizer que isso é a mais clara expressão da democracia. Não existe hoje um presidente do Ibama que impõe a sua opinião ou do Conselho Gestor em cima do conjunto dos servidores. Os servidores têm uma associação forte, mobilizada, que tem uma opinião demarcada e que tem um diálogo com a direção maior da instituição e que vem para esse espaço expressar o que pensa.

Então, ao final, vai sobrar dessa relação respeitosa entre cabeça e corpo a expressão unificada da democracia, ou seja, vencerá a democracia, um cederá ao outro quando esta Casa falar mais alto.

É só essa a intenção. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Estamos chegando ao fim de uma audiência pública bastante instigante, bastante participativa, porque o tema é do maior relevo, do maior interesse para o País, e dela participaram tantos quantos se interessaram, quer instituição, que representação.

A Mesa procurou agir da forma mais democrática possível, naturalmente balizada pelas restrições do Regimento, convidou nomes sugeridos, desdobrou a audiência pública em duas reuniões, reiterou o convite àqueles que não puderam participar da primeira reunião, acolheu a indicação de nomes para participar do debate no curso desta reunião, enfim, procuramos travar um debate amplo, democrático, o mais profundo possível, para melhor orientar os eminentes Srs. Senadores dessas três comissões e principalmente aos seus relatores, para que possamos depois definir em Plenário o destino da gestão de florestas publicas.

O debate foi salutar, trouxe à tona questões que precisam ser aprimoradas, e a Mesa entende que o projeto precisa ser aperfeiçoado. Mas é extremamente louvável o projeto de uma ação que não existia. A ausência de poder em questão tão fundamental como a questão das florestas públicas é algo preocupante.

Portanto, quero agradecer a todos os Srs. Palestrantes que contribuíram para esta audiência pública, agradecer a atenção, a participação efetiva dos eminentes Srs. Senadores.

Antes de encerrar esta audiência pública, eu gostaria de dizer que realizaremos, incontinenti, duas reuniões ordinárias. A primeira, da Comissão de Assuntos Econômicos, que tratará de dois projetos que não têm a ver com este tema, e, em seguida, teremos a reunião ordinária da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, que vai dar conhecimento aos eminentes Srs. Senadores do relatório da Senadora Ana Júlia Carepa sobre a gestão de florestas.

Agradeço, mais uma vez, a participação de todos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR) – Sr. Presidente, um esclarecimento. Após a reunião da CAE será retomada uma reunião ordinária?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Da CMA, exatamente.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h41min)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, DO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 11:30 HORAS.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte de setembro de dois mil e cinco, a Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES, GILBERTO GOELLNER, ARTHUR VIRGÍLIO, FLEXA RIBEIRO, NEY SUASSUNA, VALDIR RAUPP, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO, MÃO SANTA e MOZARILDO CAVALCANTI.** Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta: **Item Único: PLC nº 62, de 2005** – NÃO TERMINATIVO, que "dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de

12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências". **Autoria: Presidência da República. Relatoria:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA. Parecer:** pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas. **Resultado:** concedido o pedido de vista do Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha** Presidente.

Notas taquigráficas da Reunião realizada em 20.09.2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Sobre a mesa, a ata da sessão anterior, sobre a qual solicito a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Destina-se esta reunião ao conhecimento e à votação do relatório da eminente Senadora Ana Júlia Carepa sobre o PLC nº 62, de 2005, que trata de gestão de florestas públicas. Já sobre a mesa, distribuída aos Srs. Senadores, cópia do relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Não queria deixar passar despercebida a gentileza de V. Exª também ao concordar que fosse feita a votação da CAE, a primeira sessão da CAE, em que projetos do interesse do Ceará e do País fossem votados. Agradeço a pronta resposta e a enorme boa vontade de V. Exª com o nosso Estado e com essa questão nacional também. Ficamos muito sensibilizados com o seu gesto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – A Mesa registra as generosas palavras de V. Exª, compreendendo a importância da matéria que foi tratada.

Uma vez que é de conhecimento dos eminentes Srs. Senadores o relatório da Senadora Ana Júlia Carepa, passo a palavra à relatora para a sua apresentação.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Já é de conhecimento de todos o projeto. Vou apenas fazer um resumo aqui, até porque sei que vai ser feito um pedido de vista.

O Projeto de Lei da Câmara, PLC, nº 62, de 2005, ora sob exame nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.

Esse projeto foi aprovado na forma de um substitutivo na Câmara dos Deputados, e a matéria foi distribuída pelas várias Comissões.

No título I, ele tem, primeiro, "Das disposições preliminares", que trata dos princípios e definições.

No título II, "Da gestão das florestas públicas", ele trata da gestão direta no primeiro capítulo; no capítulo 2, "Da destinação às comunidades locais"; no capítulo 3, "Das concessões florestais".

O título III, "Dos órgãos responsáveis". No capítulo 1, "Do poder concedente"; no capítulo 2, "Dos órgãos executores de políticas de meio ambiente"; no capítulo 3, "Do órgão consultivo"; no capítulo 4, "Do órgão gestor".

No título IV, ele trata do "Serviço Florestal Brasileiro". No capítulo 1, "Da criação do serviço florestal brasileiro"; no capítulo 2, "Da estrutura organizacional e gestão do Serviço Florestal Brasileiro"; no capítulo 3, "Da cooperação entre unidades da Federação".

No título V, "Das disposições transitórias e finais".

Quero resumir o que já discutimos. Fiz um projeto, rejeitamos todas as emendas, já tive oportunidade aqui de dizer inclusive os motivos por que fizemos isso.

Quero dizer que a utilização sustentável dos recursos florestais representa um dos principais desafios com que este País se tem deparado: um esforço para que tenhamos uma ocupação racional das nossas florestas. Mas não poderia deixar de ressaltar a região que tem a maior quantidade de florestas, a região Amazônica, que tem sido imensa, e o Poder Público tem desenvolvido uma série de políticas públicas e instrumentos destinados exatamente a disciplinar esse processo de ocupação, que busca conciliar tanto a exploração econômica, os benefícios econômicos, como

os benefícios sociais, com a defesa do meio ambiente e do nosso valioso patrimônio, representado pelos recursos florestais.

Então, quero dizer que o nosso Código Florestal, sem dúvida alguma, deve ser registrado pelo pioneirismo que ele representa. Trata-se de uma lei de 1965 (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965), que sempre foi comprometida exatamente pela débil presença do aparato do Estado.

Mas, como vamos fazer um resumo, quero dizer que esse projeto foi amplamente discutido – é a síntese de diversas posições diferentes –, foi bastante aperfeiçoado, com a participação de diversos setores envolvidos. Para mim ele vem suprir uma lacuna na legislação brasileira, que não permite a exploração florestal, não permite a exploração em áreas públicas.

Apesar de isso ser lei, acontecia de forma precária. O Ministério Público Federal fez gestões, cobrou do Poder Público que não mais permitisse, de forma precária, a exploração dos produtos florestais nessas áreas públicas. Isso se deu ao longo de anos também pela falta de ação do Poder Público por não ter feito a regularização fundiária.

Acredito que esse projeto – e por isso não aceitei nenhuma emenda – é urgente para o Brasil, especialmente para a nossa região. Por isso, o meu voto é pela aprovação.

Quero também dizer que gostaria de fazer aperfeiçoamentos nesse projeto. Digo claramente à Ministra do Meio Ambiente, que é uma pessoa pela qual tenho imenso respeito, aos técnicos e funcionários do Ministério do Meio Ambiente, pelos quais também tenho imenso respeito, ao Presidente do Ibama, Dr. Marcos Barros, que hoje aqui esteve, uma pessoa de conduta ilibada, extremamente respeitada, e aos funcionários e técnicos do Ibama, independente da sua posição, que é legítima, que assim como estão dando parecer favorável, sem emendas, a esse projeto, mesmo considerando que ele pode ser aperfeiçoado, quero assumir a proposta feita pelo Senador Arthur Virgílio ainda há pouco, quando estava na audiência pública, de que possamos reunir os principais pontos, e que se possa colocar isso na regulamentação do projeto.

Quero também dizer à Ministra do Meio Ambiente e ao Governo Federal que este projeto depende, para que funcione, que se tenha garantia de recursos. Se o Governo não fizer isso, eu, que sou da base de apoio ao Governo, serei a primeira a subir a tribuna para fazer oposição a esse tipo de coisa. Porque não vamos aceitar que não se garantam condições para que isso aqui funcione.

Hoje vamos entender que há muitos, vários, com motivos absolutamente respeitáveis, que são contrários ao projeto de gestão de floresta. Outros, com motivos absolutamente injustificáveis. Essas pessoas – aqui quero separar "o joio do trigo" nas críticas ao projeto –, como o representante do SindFloresta, que citei há pouco, que reuniu o que tem de pior, querem simplesmente que continue a bagunça, o não-ordenamento, o processo de grilagem e de exploração predatória da Amazônia.

Quero dizer que este projeto vem combater essa prática com certeza. Por isso, venho contribuir muito para combater. Quero dizer claramente que estou sendo favorável, mas vou cobrar, Capobianco, que aqui representa o Ministério do Meio Ambiente, as condições necessárias para que ele possa se efetivar.

Portanto, meu voto é favorável, sem as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em discussão. Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalvanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Inicialmente, quero louvar o trabalho da Senadora Ana Júlia Carepa e concordar plenamente com suas observações finais. Mesmo assim quero pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Vista concedida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero louvar o trabalho da Senadora Ana Júlia Carepa pela competência e agilidade na elaboração do seu relatório. Já declarei o voto, disse à Ministra. Quero concordar com todas as suas palavras elogiosas à Ministra, ao Dr. Marcos, mas lamento – e faço este registro, Sr. Presidente – que tenhamos feito uma audiência pública sem utilidade. Porque não é possível que, depois de passados dois dias e uma manhã inteira se discutindo, não se tenha levado em consideração tudo o que aqui foi dito, e que o voto esteja pronto antes da reunião da audiência pública. Quer dizer, eu esperava que pudéssemos ter a aprovação desse parecer pelo menos no dia de amanhã, para que pudéssemos refletir melhor a respeito do que aqui foi dito durante a audiência pública.

De qualquer maneira, quero parabenizar a Senadora Ana Júlia Carepa pela sua agilidade e pela sua competência.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Só gostaria de lembrar ao Senador Flexa Ribeiro que foi muito útil e muito importante a audiência pública, quando procuramos dar a oportunidade a

tantos quantos interessados sobre o tema quiseram dela participar.

Naturalmente, o voto da Senadora Ana Júlia Carepa não pôde contar com o subsídio dessa audiência pública, mas V. Exª acaba de ouvir um pedido de vista do Senador Mozarildo Cavalcanti, que poderá, a seu alvitre, colocar as ponderações que a audiência pública eventualmente suscitou.

Além do mais, esse projeto será definitivamente votado em Plenário, onde os questionamentos aqui levantados e as posições defendidas também poderão ser levados.

Vista concedida a V. Exª até amanhã, às 9h30min, para quando está convocada uma nova reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para votação desta matéria e, também, para a eleição do Vice-Presidente da Comissão, vaga ocorrida em decorrência da licença do Senador Jonas Pinheiro.

Com a palavra, V. Exª.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada.

Só queria colocar claramente, primeiro, que comecei a discutir esse projeto antes de ele chegar a esta Casa, antes de chegar ao Congresso. Quero dizer que tive o privilégio, porque foram feitas reuniões, debates e seminários para discutir.

A utilidade dessa audiência pública foi importante, não desconsidero. Entretanto, já havia dito a minha posição, cheguei a fazer emendas, Senador – também gostaria de fazer algumas alterações, mais pela premência, pela urgência e pela situação, inclusive, de vários Estados da Amazônia, em especial – não posso deixar de dizer – do meu Estado do Pará, que tem milhares de pessoas passando fome.

Eu sei que voltando para a Câmara não será aprovado este ano. Não vamos aqui esconder ou tentar nos enganar. Essa é a verdade. Se voltar para a Câmara, não vai ser votado tão cedo. Então, estamos diante dessa situação.

Acho que o projeto não é também nada tão absurdo a ponto de se dizer que está ferindo os interesses da nossa região. Muito ao contrário. Então, eu acredito que o seu aperfeiçoamento é algo que nós poderemos tentar resolver, inclusive, na regulamentação.

Somente deixo claro que eu não desconsiderei quando entreguei o meu relatório, de forma alguma. Ao contrário, já venho discutindo esse projeto desde o final de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TC) – Quero agradecer e cumprimentar o empenho, a dedicação e a participação, notadamente, dos Senadores amazônidas, uma vez que esse é realmente um projeto para o Brasil. Há florestas brasileiras em outras regiões do País, mas, efetivamente, a participação, com uma dedicação muito intensa e instigante, foi, em grande maioria, dos eminentes Senadores da região Amazônica.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h24min.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, ÀS 09:30 HORAS.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e cinco, a Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **GILBERTO GOELLNER, FLEXA RIBEIRO, NEY SUASSUNA, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ JORGE, MOZARILDO CAVALCANTI, ANTONIO CARLOS VALADARES e FLÁVIO ARNS.** Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente coloca em votação a inversão da pauta para eleição do Vice-Presidente da Comissão. Resultado: Aprovada. Os senadores são chamados a votar. Terminada a votação o Senhor Presidente chama os Senadores **VALDIR RAUPP** e **GERSON CAMATA** para procederem ao escrutínio. São computados 11 votos favoráveis. O Senador **GILBERTO GOELLNER** é eleito Vice-Presidente da Comissão e convidado a sentar-se à mesa. A seguir, passa-se à deliberação do PLC nº 62, de 2005 – não terminativo, que "dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as

Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências". **Autoria: Presidência da República.** O Senhor Presidente comunica que foi concedida na reunião passada vista até às 09:30 horas do dia de hoje ao Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**, que apresenta voto em separado. A comissão aprova a leitura do voto do Senador para conhecimento dos membros. Após a leitura usam da palavra os Senadores: **GERSON CAMATA, FLEXA RIBEIRO, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP e AUGUSTO BOTELHO**. Passa-se a palavra à relatora, Senadora **ANA JÚLIA CAREPA. Parecer:** pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas**. Resultado:** Aprovado o relatório da Senadora **ANA JÚLIA CAREPA** com votos contrários dos Senadores **MOZARILDO CAVALCANTI, AUGUSTO BOTELHO e GILBERTO GOELLNER**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha** Presidente.

Notas taquigráficas da Reunião realizada em 21.09.2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Sobre a mesa, a Ata da reunião anterior. Solicito aos Srs. Parlamentares a dispensa da leitura dessa Ata.

Aqueles que concordarem com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

A nossa pauta de hoje tem dois itens. O primeiro item é destinado a conhecer a manifestação ou o voto em separado do Senador Mozarildo Cavalcanti, que pediu vistas do processo na reunião de ontem sobre a discussão do PL que cuida da gestão de florestas públicas. O segundo item trata da eleição do Vice-Presidente desta Comissão.

Eu proporia a inversão da pauta para que iniciássemos com a eleição do Vice-Presidente desta Comissão.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Está aberto o processo de votação. O escrutínio é por meio de cédulas. Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

Encerrado o processo de votação, eu solicitaria aos Senadores Gerson Camata e Valdir Raupp que procedessem ao escrutínio. (Pausa.)

Votaram os Senadores Gerson Camata, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Ana Júlia Carepa, Sibá Machado, Gilberto Goellner, Augusto Botelho, Antonio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Mozarildo Cavalcanti, Flávio Arns e José Jorge.

Desculpem, retificando, Ideli Salvatti não votou.

Eleito Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Senador Gilberto Goellner, a quem convido para compor a Mesa conosco, com os cumprimentos da Mesa por essa votação por unanimidade. (Pausa.)

Passamos ao **Item nº 1** da pauta, em que se propõe a votação do PL nº 62, da Câmara dos Deputados, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF e altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003; nº 5.868, de 2 de dezembro de 1972; nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1968; nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; e nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.*

Além das discussões travadas na Câmara dos Deputados, aqui, no âmbito do Congresso Nacional, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na Comissão de Assuntos Econômicos e nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, foram realizadas audiências públicas das quais participaram representantes da sociedade civil organizada, das instituições públicas, do Governo Federal, enfim, representantes de tantas instituições quantas foram as interessadas em discutir o tema, o que resultou no relatório apresentado pela Senadora Ana Júlia Carepa na reunião de ontem, dia 20 de setembro de 2005, quando foi, pelo eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, pedido vista do processo, sobre o qual deverá S. Exª agora se manifestar.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR) – Sr. Presidente, Srª Senadora Ana Júlia Carepa, Srs. Senadores, quero começar usando as palavras da

própria Senadora Ana Júlia Carepa, que disse ontem que S. Exª mesma gostaria de ter feito emendas a esse projeto, porque acha que muitos pontos poderiam ter sido aprimorados, mas que, em função de determinadas variáveis... A Senadora citou muito claramente a questão da indústria madeireira do seu Estado, que é uma indústria importante, como é importante em Rondônia, que se encontra hoje numa situação de asfixia. Entretanto, é importante também que se diga que a indústria madeireira está nesse estado por ações dos órgãos federais que, em vez de colocar um bode na sala para depois empurrar esse projeto dessa forma, poderiam ter agido de forma diferente com a indústria madeireira.

Como falei há pouco para o Dr. Capobianco, acho esse projeto meritório na sua essência, no seu objetivo principal. O que discordo inicialmente e fundamentalmente é da urgência no Senado Federal. A Câmara dos Deputados teve tempo de discutir. Retirou-se a urgência, e a Câmara dos Deputados o discutiu e o aprimorou. Nós aqui, como Casa revisora, não estamos tendo tempo para revisar coisa alguma. Por exemplo, sou Relator desse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, apesar de ter me valido inclusive de nota técnica da Consultoria Legislativa, confesso que o projeto é amplo demais, muito profundo, de uma importância vital para o País e não houve, portanto, a discussão adequada dele.

Como homem da Amazônia – e essas florestas estão majoritariamente na Amazônia -, é evidente que me preocupo com o amanhã desse projeto. Primeiro porque essa urgência não se justificaria, no meu entender, por vários aspectos. Conforme as palavras do próprio Presidente do Ibama, o desmatamento na Amazônia caiu cerca de 80%. Portanto, não se está objetivando apenas frear o desmatamento. Segundo, de acordo com as palavras do Senador Gilberto Mestrinho, não há previsão orçamentária para implementação sequer do Sistema Florestal Brasileiro, embora o Dr. Capobianco tenha me dito que não, que existe.

Muito bem, vejam como a coisa não está devidamente esclarecida.

Eu gostaria de começar a leitura do meu voto em separado primeiro pela justificação desse voto em separado.

O Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, além do seu açodado processo causado pelo pedido de urgência do Senhor Presidente da República...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Senador Mozarildo Cavalcanti, desculpe uma falha da Mesa, mas o projeto tem preferência sobre o voto em separado. Como V. Exª vai apresentar um voto em separado, é necessário que o Plenário aprove a inversão da preferência.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR) – Então, solicito a inversão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Nós submetemos à manifestação dos Srs. Senadores a inversão da preferência para que a Comissão possa ter conhecimento do voto do Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Eu queria apenas que fosse assim: se for para ele simplesmente expor, tido bem; mas, na hora da votação, tem de ter preferência a votação do projeto.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR) – Não, Senadora, está se falando da apresentação.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Se for só a apresentação, não há problema. Eu até achei interessante...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Na verdade, a minha questão é só um esclarecimento que eu gostaria de solicitar ao Presidente e à Mesa sobre essa questão da preferência. Não sei se podemos votar como preferência ou não se precisaria votar, mas poderíamos dizer: "Vamos ouvir primeiro, porque não conhecemos ainda o pensamento do Senador Mozarildo".

Eu não teria problema algum se fosse isso. Apenas gostaria que, na hora da votação, fosse garantida a votação do relatório do projeto. Só isso.

Por mim, não há nenhum problema. Eu gostaria de deixar isso claro, Senador Mozarildo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Pela ordem, tem a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, já que estamos discutindo a votação, eu gostaria de fazer uma pergunta à Mesa. Então, não hora da votação, a preferência é o relatório da Senadora Ana Júlia? Se ele for rejeitado, automaticamente está aprovado o outro; é isso?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT - PA) – Não automaticamente...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – E aí se vota de novo? O que acontece?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) – Não é automaticamente...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – E se não for aprovado nenhum dos dois? O que acontece?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - A Comissão fica sem o relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR) – Não, mas eu acho...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Eu apenas estou perguntando, só para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Não aprovando nenhum dos dois, a Comissão fica sem relatório.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – No meu entender, é "sim" ou "não". Rejeitou um, aprovou o outro.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Não é automático. Tem que submeter os dois.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Eu quero dizer que todos nós deveríamos ouvir o voto em separado do Senador Mozarildo Cavalcanti, até em respeito ao esforço que S. Exª teve de, em menos de 24 horas, trazer o voto em separado.

E concordo com o que disse a Senadora Ana Júlia Carepa no sentido de, por ocasião da votação, que se vote o relatório, o parecer da Relatora. Caso rejeitado, que se vote o voto em separado do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Propõe V. Exª, então, que a Comissão ouça o voto do Senador Mozarildo Cavalcanti sem que alteremos a ordem de preferência?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Os Srs Senadores que aprovam a proposta do Senador Flexa Ribeiro permaneçam sentados.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Sr. Presidente, peço que se esclareça uma dúvida apenas: o relatório da Senadora já foi lido ontem?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - O relatório da Senadora não foi lido. Ela defendeu-o verbalmente, abordando os pontos que considerou importantes, uma vez que o relatório já havia sido reproduzido, como também havia sido distribuída cópia aos Srs Senadores.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Mas não é obrigatório, regimentalmente, que seja lido e defendido o parecer da Senadora para depois ouvirmos o voto em separado?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - A leitura, desde que distribuída cópia para os Srs Senadores, é dispensada. Pode ser dispensada.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR) – Tanto é que eu só poderia pedir vista, Sr. Presidente, depois de esgotada essa fase.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Exatamente. Transposta essa fase, foi concedido vista ao eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, que afirmou ter conhecimento do relatório.

Voltamos ao processo de votação da proposta apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro, no sentido de que a Comissão tenha conhecimento do voto do Senador Mozarildo Cavalcanti, sem que, com isso, alteremos a preferência na hora da votação, sem que alteremos a ordem de votação do projeto.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Como ontem também não li o parecer, fiz apenas um resumo, gostaria que o Senador também tentasse fazer dessa forma, até porque temos CPIs e uma série de outras questões.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senadora, a diferença...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Senador Mozarildo Cavalcanti, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – A diferença é que...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - A opção é de V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Vou ler porque é bem mais curto do que...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB - TO) - Então, concedo a palavra a V. Exª. Vamos ganhar tempo. Proceda à leitura do voto.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Estava começando a ler o meu voto, começando pela justificação. Vou retornar agora.

O Projeto de Lei da Câmara nº 62/2005, além do seu açodado processo, causado pelo pedido de urgência do Senhor Presidente da República, contém erros que poderão causar enorme prejuízo ao Erário brasileiro. A atual conjuntura não aceita que erros legislativos, que são dever desta Casa corrigir, sejam protagonistas das páginas jornalísticas abaixo da palavra "escândalo".

O referido projeto eiva-se de inconstitucionalidade quando, em seu art. 2º, §1º, versa: "Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão as adap-

tações necessárias de sua legislação às prescrições desta lei, buscando atender as peculiaridades das diversas modalidades de gestão de florestas públicas". Como uma legislação infraconstitucional pode determinar que Estados, Distrito Federal e Municípios modifiquem sua legislação, adequando-se a esta? Esse ato somente é cabível às leis complementares e à própria Lei Magna.

Outro aspecto pernicioso incutido no projeto é quanto à gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF. Versa o projeto que este será gerido unicamente por cinco pessoas: as que representam o Conselho Diretor. Ora, a previsão para o aporte desse fundo, nos próximos anos, pode chegar a bilhões de dólares. Isso mesmo, bilhões de dólares, valor muito além do que, modicamente, foi previsto por S. Exª, a Ministra do Meio Ambiente, em sua exposição de motivos ao projeto.

Podem os defensores desse projeto citar o Conselho Consultivo do Fundo. Ora, o que diz o projeto? Vou citar o § 2º:

O FNDF – Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal contará com um Conselho Consultivo com participação dos entes federados e da sociedade civil, com a função de opinar [grifo nosso] sobre a distribuição de seus recursos e a avaliação da sua aplicação.

Srªs e Srs. Senadores, se vale o que está escrito, o referido Conselho poderá somente opinar. Opinar não é determinar. Então, o referido Conselho somente poderá sugestionar, cabendo a decisão, única e exclusivamente, aos cinco integrantes do Conselho Diretor.

Proponho, neste voto em separado, que sejam representados os Ministérios afetos à questão, bem como faço ser representado o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e a sociedade civil, por meio da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como o Ministério Público Federal, eterno vigilante dos direitos dos cidadãos brasileiros.

Cabe ainda chamar a atenção ao já mencionado Conselho Diretor. Seguindo a lógica deste voto em separado, a criação do Conselho Curador do FNDF dispensa a existência de um outro Conselho, o qual somente trará ainda mais gastos aos cofres públicos, sem, no entanto, dar a sua contrapartida à sociedade.

Outro aspecto importante é a oitiva desta Casa, a oitiva do Senado. É previsível que as áreas que formem uma determinada concessão se estendam de forma interestadual, sejam localizadas em áreas de fronteira ou mesmo representem grande porção de um determinado Estado da Federação. Esta é a Casa por meio da qual os Estados se fazem presentes perante o Executivo Federal. Cabe-nos a missão de defender seus interesses institucionais e sociais. Isso posto, é nossa responsabilidade aferir a competência e a honestidade da pessoa que será responsável por esse arcabouço. Portanto, os membros desse Conselho deverão passar pela aprovação do Senado, como acontece com os dirigentes de agências reguladoras e de outros órgãos.

Além disso, o projeto já prevê a criação de 49 cargos de Assessoramento Superior, sem ao menos se ter um organograma do órgão a ser criado, além de abrir as portas ao nepotismo, dizendo, em seu art. 61, que esses DAS's criados serão ocupados preferencialmente, mas não obrigatoriamente, por servidores do órgão. Repito: vale o que está escrito; não podemos ser subjetivos na confecção de instrumentos legais que ordenarão aspectos importantes da sociedade brasileira e os rumos da nossa Nação.

Há ainda o escabroso art. 66, que confere autonomia administrativa a um órgão que gerirá um dos maiores patrimônios brasileiros. As nossas florestas são objeto da cobiça internacional. Isso é fato. Nem ao menos o Banco Central tem tal autonomia! Se formos nos apegar a valores geridos, quanto valerão as nossas florestas?

Finalmente, Srªs e Srs. Senadores, não podemos ser acusados futuramente de ser os responsáveis pela entrada definitiva de nossas florestas na tão desejada, por vários países, internacionalização, de forma legal e chancelada por esta Casa. Peço que apelem, portanto, para as suas consciências.

Quero agora traçar apenas os pontos em que proponho efetivamente as mudanças.

Art. 1º Exclui-se o §1º do art. 2º do Projeto de Lei nº 62, de 2005.

Art. 2º (Este é o meu voto como substitutivo.) O §2º do art. 41 do Projeto de Lei da Câmara nº 62 passa a vigorar com a seguinte redação:

"O FNDF contará com um Conselho Curador com a participação dos entes federativos da sociedade civil, com a função de deliberar sobre a distribuição dos seus recursos e a avaliação de sua legal e adequada aplicação.

O Conselho Curador citado no **caput** deste parágrafo será composto por: um representante do Ministério do Meio Ambiente e de Amazônia Legal; um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; um representante do Ministério da Defesa; um representante do Ministério Público Federal; um representante do Ministério Público dos Estados; um representante do Senado Federal; um representante da Câmara dos Deputados; um representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); um represen-

tante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente; um representante da Ordem dos Advogados do Brasil."

Art. 3º A Seção I, Capítulo II, do Projeto de Lei da Câmara passa a vigorar com a seguinte redação: Seção I – Do Diretor. O Poder Executivo disporá sobre a estrutura organizacional e funcionamento do Serviço Florestal Brasileiro, observado o disposto neste artigo.

§1º O Serviço Florestal Brasileiro será dirigido por um diretor ao qual caberá:

I - exercer a administração do Serviço Florestal Brasileiro;

II - examinar, decidir e executar ações necessárias ao cumprimento das competências desse serviço;

III - editar normas sobre matéria de competência do Serviço Florestal Brasileiro;

IV - aprovar o Regimento Interno, a organização e a estrutura e o âmbito desses órgãos de cada diretoria;

V - elaborar e divulgar relatórios sobre as atividades do Serviço Florestal Brasileiro;

VI - conhecer e julgar pedido de reconsideração de decisões de componentes das diretorias do Serviço Florestal Brasileiro.

Art. 57. O Serviço Florestal Brasileiro terá, em sua estrutura, unidade de assessoramento jurídico, observada a legislação pertinente.

Art. 58. O Diretor-Geral será brasileiro, de reputação ilibada, experiência comprovada e elevado conceito no campo da especialidade do cargo para o qual será nomeado. O Diretor-Geral será nomeado pelo Presidente da República e aprovado pelo Senado Federal.

O regulamento do Serviço Florestal Brasileiro disciplinará a substituição do Diretor-Geral em seus impedimentos, em seus afastamentos regulares e ainda no período de vacância que anteceder a nomeação do novo Diretor.

Está impedido de exercer o cargo de direção do Serviço Florestal Brasileiro quem mantiver ou tiver mantido, nos 24 meses anteriores à nomeação, os seguintes vínculos com qualquer pessoa jurídica concessionária ou com produtor florestal independente:

1 – acionista ou sócio com participação individual direta superior a 1% no capital social ou superior a 2% no capital social de empresa controladora;

2 – membro de Conselho de Administração Fiscal ou de Diretoria Executiva;

3 – empregado, mesmo com contrato de trabalho suspenso, inclusive das empresas controladoras ou das fundações de previdência de que sejam patrocinadoras.

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo de direção no Serviço Florestal Brasileiro membro do conselho ou diretoria de associação ou sindicato regional ou nacional, representativo de interesses de agentes mencionados no caput deste artigo ou de categoria profissional de empregados desses agentes.

Art. 60. Os ex-dirigentes do Serviço Florestal Brasileiro, durante os doze meses seguintes ao seu desligamento do cargo, estão impedidos de prestar, direta ou indiretamente, independentemente da forma ou natureza de contrato, qualquer tipo de serviço às pessoas jurídicas concessionárias sob regulamentação ou fiscalização do Serviço Florestal Brasileiro, inclusive controladas, coligadas ou subsidiárias.

§ 1º Incorre na prática de advocacia administrativa, sujeitando-se o infrator às penas previstas no art. 321 do Decreto-Lei nº 248, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o ex-dirigente do Serviço Florestal Brasileiro que descumprir o disposto no caput deste artigo.

Art. 61. Os cargos em comissão e funções gratificadas deverão ser exercidos por servidores do seu quadro efetivo, aplicando-se-lhes as restrições do art. 59 desta lei.

Dê-se às alíneas "a" e "b" do inciso III do art. 2º e ao § 1º do mesmo artigo a seguinte redação:

Art. 62.

(...)

III.

a) relatório circunstanciado de sua atividade e encaminhá-lo à Diretoria-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, bem como à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

b) apreciações sobre a atuação do Serviço Florestal Brasileiro, encaminhando-as ao Diretor-Geral, à Comissão de Gestão de Florestas Públicas, aos Ministros de Estado do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República, bem como à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, publicando-as para conhecimento geral.

§ 1º. O ouvidor atuará junto ao Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro sem subordinação hierárquica e exercerá as atribuições sem acumulação com outras funções.

Art. 5º. O art. 62 do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 62.

(...)

§ 3°...

Neste ponto, quero chamar a atenção dos Srs. Senadores, porque diz respeito às concessões que serão ou venham a ser feitas na área chamada faixa de fronteiras.

"§ 3°. O Plano (PAOF)..."

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Qual é o artigo a que V. Exª está se referindo, Senador?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Art. 62. Estou incluindo o § 3°, dizendo o seguinte:

"Este plano deverá ser previamente apreciado pelo Conselho de Defesa Nacional quando estiverem incluídas áreas situadas na faixa de fronteira definida no art. 20, § 2°, da Constituição Federal".

É importante frisar que essa já é uma exigência constitucional, que qualquer atividade na faixa de fronteira tenha que passar, necessariamente, pela apreciação do Conselho de Defesa Nacional. O projeto não prevê essa situação. E nós temos uma vasta faixa de fronteira na Amazônia com países problemáticos, como o Suriname, a Venezuela, a Colômbia, a Bolívia, e o projeto é de longo prazo, com concessões de até 40 anos. Então, é importante que esta questão seja levada em conta, porque se trata de questão de soberania nacional, de defesa nacional, e, portanto, deve passar pelo Conselho de Defesa Nacional, como prevê a atual Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO. Fazendo soar a campainha.) – Solicito a colaboração dos presentes, porque há um orador na tribuna.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Prossigo:

"§ 4°. O PAOF deverá ser submetido à prévia aprovação do Senado Federal."

Isso quer dizer o quê?

Nós, no Senado, apreciamos até concessão de rádio comunitária, porque é de interesse da defesa nacional, digamos assim. É uma questão de Estado. E uma concessão de uso de florestas, que tem prazo de décadas, não ser apreciada pelo Senado Federal é uma temeridade. Sabemos hoje como é o Brasil, não sabemos como vai ser o Brasil daqui a duas décadas. Então, o Senado Federal deverá ter a responsabilidade de examinar essas concessões; os órgãos farão todos os procedimentos, mas, a exemplo de concessão de rádio, de televisão, de tudo que passa pela Câmara e pelo Senado, eu estou propondo aqui...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Permite um aparte, Excelência?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Pois não.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Há um projeto meu tramitando, que coloca exatamente esta disposição, ou seja, da criação de reservas, concessões, parques, passar pelo Senado, e explico por quê. No governo passado, um ministro do Meio Ambiente passou de porre em cima do Espírito Santo de helicóptero e criou uma reserva, um parque, e acabou com as propriedades rurais, destruiu dois municípios, não seguiu a lei, não fez audiências públicas; preparou, mandou para o Presidente, o Presidente assinou, já era final de governo... E arrasou com dois municípios do Espírito Santo. Até hoje, nem a Justiça nem o Meio Ambiente tiveram coragem de anular esta decisão louca. Se tivesse vindo para o Senado, acabava aqui, porque o Senado ia ver que não foi cumprida lei nenhuma. Nem a legislação própria do Governo foi cumprida. Destruíram-se dois municípios, de colonização alemã e polonesa, de mais de 200 anos. E toda a floresta que está lá, linda, foi conservada por eles, que agora não têm direito de plantar um pé de café ou de abóbora em suas propriedades. E o Governo não indeniza, porque não há recurso para criar o parque.

Então, tem que passar por aqui porque conhecemos o município, sabemos o que tem lá, sabemos o que tem em Rondônia, no Espírito Santo, no Pará. Um tecnocrata do Rio Grande do Sul não sabe o que está acontecendo em nenhum lugar do Brasil, nem no município dele.

Parabéns a V. Exª. O Poder Legislativo tem de ser ouvido.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Obrigado, Senador Gerson Camata.

Este artigo que defendemos, assim como o Senador Gerson Camata também tem um projeto neste sentido, o Senado tem obrigação, como Casa da Federação, ainda mais num projeto do alcance deste aqui de concessões, repito, que pode durar décadas, esta Casa tem a obrigação de fiscalizar desde o início. A preocupação de impedir que façamos qualquer modificação porque, se fizermos, vai voltar para a Câmara, não tem problema, volta para a Câmara em regime de urgência, 45 dias para nova votação. O que não podemos, como Senadores, é abrir mão da nossa prerrogativa de Casa revisora, de buscar aperfeiçoar um projeto desta importância, porque se fosse um projeto de menor significação, poderíamos admitir aprovar como está para depois regulamentar, até por medida provisória.

Acontece que este projeto é de altíssima significação para o País. Entendo muito bem a aflição da indústria madeireira do Pará, de Rondônia, mas não é por causa deste bode, que foi colocado na sala pelo Governo Federal, que vamos aprovar de qualquer forma.

Portanto, a minha posição é bem clara, como homem da Amazônia, mas principalmente como Senador da República.

Art. 6. O art. 65 do Projeto de Lei da Câmara nº 62 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 65. Fica criado o cargo de Diretor-Geral de Serviço Florestal Brasileiro, cabendo a este a remuneração do grupo de Direção e Assessoramento Superior 6 – DAS 6.

I – Os demais cargos de Direção e Assessoramento Superior serão definidos em lei.

Art. 7. Exclua-se o inciso IV do Projeto de Lei da Câmara nº 62, renumerando-se os demais.

Art. 8. Dê-se ao art. 1º do art. 50-A da Lei 9.065, citada no art. 81, a seguinte redação: *A Lei nº 9.065, de 12/02/98, passa a vigorar com os seguintes artigos: 50-A e 69-A*

Art. 50-A

§ 1º - O juiz poderá conceder perdão judicial se a conduta praticada visando à subsistência pessoal do agente ou de sua família.

Sr. Presidente, como se pode ver e como salientou o Senador Flexa Ribeiro, em 24 horas fazer uma revisão de um relatório aprofundado, como fez a Senadora Ana Júlia, que teve oportunidade de discutir o projeto antes de ele vir para o Congresso, é realmente difícil. Confesso que busquei primeiro enxugar e responsabilizar essa máquina que está sendo criada com o Serviço Florestal Brasileiro e, segundo, criar dois pontos principais: a questão da faixa de fronteira, resguardando o interesse nacional, passando pela apreciação do Conselho de Defesa Nacional, e incluir entre as competências privativas do Senado a apreciação dessas concessões. Será que essas concessões são menos importantes do que concessão de rádio, menos importantes do que concessão de rádio comunitária, de televisão? Não são, com certeza não são! Estamos tratando, só para falar da Amazônia, de 60% do território brasileiro. E este projeto trata de todas as florestas do Brasil, não são só das florestas da Amazônia.

Então, quero deixar aqui o meu voto em separado, pedindo a reflexão e o apoio daqueles que acharem por bem me apoiar neste ponto e, obviamente, reiterar os meus aplausos à Senadora Ana Júlia, que disse que gostaria de fazer essas alterações. Mas entende ela, assim como os técnicos do Ministério, que alterar significa voltar para a Câmara, e voltar para Câmara significa não aprovar nesta legislatura, o que não é verdade. Este projeto vai voltar em regime de urgência constitucional, para ser aprovado na Câmara em 45 dias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa comunga das preocupações de V. Exª e louva o esforço apresentado na discussão ora proposta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Presidente, tendo em vista um compromisso inadiável na Comissão de Constituição e Justiça, onde tenho que participar de diversas votações nominais, eu gostaria de pedir a V. Exª a consignação do meu voto antecipado, favorável ao relatório da Senadora Ana Júlia, mas destacando, antes de tudo, o voto em separado proposto pelo nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, que se baseou em fatos da realidade nacional, que merecem, sem duvida alguma, numa outra oportunidade, uma apreciação profunda, inclusive aprovação, com o apoio de uma proposição já existente, de autoria do Senador Gerson Camata, e que certamente, em outra oportunidade, em um projeto específico, contará com o meu voto em muitas das suas proposições, inclusive aquela de atribuir ao Senado a perspectiva de aprovar concessões para gestão de florestas públicas.

Portanto, acho da maior importância a apresentação deste projeto, porque nunca houve um instrumento legal, um diploma legal que regulamentasse tal assunto. Aí está a prova da irresponsabilidade da destruição de nossas florestas: o rio São Francisco, cujas matas ciliares foram destruídas cruelmente. E hoje vemos a erosão, a falta de vazão consistente do nosso velho Chico, por conta da responsabilidade passada, por não haver um órgão gestor para cuidar. Pela proposta que está sendo apreciada, que tem como relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, a posse e o domínio não são do concessionário; eles terão apenas a possibilidade do manejo da floresta para produção, mas sob fiscalização intensa dos órgãos do Governo.

Por isso, deixo aqui consignado, Sr. Presidente, meu voto favorável ao parecer, mas o compromisso de, oportunamente, votar nos projetos, nas proposições dos Senadores Gerson Camata e Mozarildo Cavalcanti.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Antonio Carlos Valadares, a votação vai se processar agora. Se V. Exª puder aguardar, eu consultaria o Senador Gerson Camata, que havia se inscrito para falar, se o aparte feito...

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Acabo de saber, Sr. Presidente, que a Co-

missão de Constituição e Justiça cancelou a votação. Então, vou ficar até o final.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A presença de V. Exª enriquece esta reunião.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, quero, primeiramente cumprimentar o **SENADOR SIBÁ MACHADO** pela belíssima entrevista que deu ontem no programa do Jô Soares. Sua vida é um exemplo para todos os brasileiros e me emociona profundamente. Orgulho-me de ser companheiro de um homem desta estirpe e desta qualidade, o Senador Sibá. Parabéns!

Presidente, este projeto é importantíssimo. Eu até ouso dizer que se a nossa colega Ministra Marina Silva não tivesse feito nada no Ministério, somente a produção deste projeto valeria a presença dela no Ministério do Meio Ambiente. Por quê? Porque toda a clandestinidade existente hoje advém da inexistência da lei.

Estive recentemente na Confederação Nacional da Indústria, que reuniu parlamentares para apresentar uma pauta mínima, e este é um assunto da pauta mínima. Parlamentares da região Sudeste – depois vão ouvir os do Norte e Nordeste. Este projeto é importantíssimo e fundamental. Então, parabéns ao Governo e à Senadora Marina. É grande a importância deste projeto para o Brasil.

Eu sou o maior ecologista. Com a maior cara de pau, digo que, quando Governador do Espírito Santo, criei nove reservas florestais em um Estado que tem somente 45 mil quilômetros quadrados – menos do que um município do Tocantins, do Amazonas, do Pará ou de Mato Grosso. Foram nove reservas florestais!

Eu também tenho um outro projeto, este sobre as matas ciliares. A lei diz que quando o proprietário não recompuser a mata ciliar, o Governo Federal poderá intervir e replantar a mata ciliar. Mas nem o proprietário nem o Governo Federal o fazem. Neste meu projeto, eu coloco a responsabilidade no proprietário: ele tem que replantar 10% por ano, tendo dez anos para recompor a mata ciliar. Não é muito. São dez anos para recompor a mata ciliar. A legislação atual tem mais de vinte anos e até hoje não recompôs um palmo de mata ciliar.

Outro projeto meu é o que manda ouvir o Senado na criação de parques. Como disse o Senador Mozarildo, até rádio comunitária, cuja concessão deveria ser dada pelo município, passa por aqui. Por que não pode passar por aqui questão importantíssima como a conservação da natureza?

Outro assunto interessante que eu queria colocar é que, há vinte anos, visitei praticamente todas aquelas florestas dos Estados Unidos. O governo americano não gasta um centavo. A retirada da madeira, que atinge um certo rodo, à altura do peito, como diz a lei americana, a madeira é vendida e mantém os parques e as reservas. O governo não gasta um centavo. Em lugar de deixar a árvore apodrecer, cair ali, vir um raio e queimar tudo, como acontece aqui, a árvore é retirada e vendida. Com esse manejo, é retirada e controlada por empresas privadas, que dão o dinheiro para o governo e mantêm os maravilhosos parques e reservas florestais que eles têm.

Há outro ponto que eu queria colocar. O Espírito Santo é o segundo maior produtor de madeira plantada: eucalipto, *pinus*, *pinus elliotis* e outras espécies de *pinus*. Temos o programa, que o Governador Paulo Hartung implantou, de Fazendeiro Florestal. Naquelas áreas degradadas, que não são utilizadas para café, milho, feijão, plantam-se eucaliptos ou *pinus*. E muitos têm um rendimento superior ao da agricultura com eucalipto e *pinus*.

Agora, a Aracruz Celulose e a Veracel abraçaram o programa. Elas dão o adubo, as mudas e o plantio. Se no final, depois de quatro anos, o plantador quiser vender para a Aracruz, ela desconta o que forneceu. Se encontrar alguém que pague mais, vende para o outro e paga à Aracruz o adubo e a muda que ela forneceu há quatro ou cinco anos. É um excelente programa.

Sabem o que está acontecendo? Aumentou assustadoramente a produção de café no Espírito Santo. Porque aquele pequeno lavrador que entrou no programa de Fazendeiro Florestal pega um pouquinho do adubo que a Aracruz dá para ele e coloca na plantação de café. Então, aumenta a produção de café e milho às custas da floresta que está sendo plantada, o que é uma maravilha para a economia do Estado.

Sr. Presidente, sempre tenho dito que virou um mito o Senado não poder alterar os projetos porque senão volta para a Câmara. Não pode mexer, porque volta para a Câmara! Então, para que tem o Senado? Não precisava existir o Senado. Câmara revisora é para revisar. E a inconstitucionalidade está flagrante! É uma lei subconstitucional mandando o Estado adaptar-se à lei. Não pode. Tem que ser constitucional. Tem que mudar o artigo, é inconstitucional, não adianta! Vai voltar para a Câmara? Alguém lá vai mudar!

Então, o relatório do Senador Mozarildo é mais republicano e mais parlamentarista, porque dá o direito de uma certa opinião e evita aquilo que eu falei no começo, quando destruíram, no governo passado, dois municípios ao apagar das luzes do governo, porque o ministro passou lá de helicóptero e achou bonitinho. Nunca desceu no município, não ouviu ninguém, não cumpriu a lei. Nem o Médici fez isso no Brasil. Fernando Henrique fez: não ouviu ninguém! Tem que passar

pelo Senado, porque o Senado sabe o que está acontecendo no município.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp e, depois, a V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra, porque, da mesma forma que o Senador Antonio Carlos Valadares estava precisando sair, eu tinha um compromisso às 11 horas, e já são 11 e meia, então, estou aqui um pouco agoniado. Mas, como já vai se encaminhar para a votação, eu gostaria de, rapidamente, discutir um pouco a matéria.

Gostaria muito de poder acompanhar o Senador Mozarildo Cavalcanti, mas a Federação das Indústrias do meu Estado, que congrega 400 indústrias madeireiras, tem marcado cerrado em cima porque já foram demitidos, só este ano, mais de 20 mil trabalhadores do setor madeireiro de Rondônia. Mas ainda é um setor que emprega, nas suas 400 indústrias, 60 mil trabalhadores. Não temos mais florestas particulares. As pequenas propriedades foram desmatadas. Ou eles entram nas áreas indígenas clandestinamente, ou entram nas florestas nacionais clandestinamente, ou se aprova um projeto, o mais rápido possível, para que eles possam continuar trabalhando para que não haja mais demissão.

Então, sei que muitos pontos do substitutivo do Senador Mozarildo são importantes. Na regulamentação do projeto, o Governo pode acatar alguns pontos desses, mas fico com o voto da Senadora Ana Júlia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora Ana Júlia, V. Exª é relatora do Projeto. Na ordem de inscrição, V. Exª utilizaria a palavra agora. Mas o Senador Flexa Ribeiro pediu a palavra, e V. Exª, como é a relatora, se quiser ficar por último...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É que eu ia comentar algumas emendas, para mostrar inclusive que algumas delas ou já estão garantidas na Constituição, ou já constam do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Siba Machado.

O SR. SIBA MACHADO (PT – AC) – Senadora, como V. Exª é Relatora, eu pediria que todos nós pudéssemos falar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª aguardaria as manifestações do Srs. Senadores?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu aguardo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Leomar Quintanilha, Srªs e Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Mozarildo pelo brilhante voto em separado que fez, destacando algumas necessidades e imperfeições do projeto, em tão pouco tempo que ele teve para que pudesse preparar esse voto.

E quero, Sr. Presidente Leomar Quintanilha, lamentar, mais uma vez, aquilo que já foi dito aqui por vários Senadores, pelo Senador Mozarildo, pelo Senador Gerson Camata, pelo Senador Gilberto Mestrinho, pela falta de tempo que esta Casa, o Senado, tem tido na análise de projetos de grande importância como este. Os projetos estão vindo ao Senado apenas para serem homologados, não nos dando o direito constitucional de fazer o estudo e seu aperfeiçoamento. E o Governo usa sempre o mesmo argumento, com seu rolo compressor, de que há necessidade de aprovar, que não pode voltar para a Câmara. Estamos aprovando sem ter o estudo aprofundado e sem ter a consciência do voto, porque temos certeza absoluta, e isso é reconhecido pela própria Relatora, é reconhecido pelo próprio Ministério, de que há necessidade de serem feitos aperfeiçoamentos neste projeto, e que ele se propõe a fazer o aperfeiçoamento por ocasião da regulamentação, gerando uma situação de muito menor segurança para a aplicação do projeto. Então, Senador Leomar Quintanilha, quando os projetos vêm para o Senado, precisamos de tempo para nos aprofundarmos em seu estudo. Senão, como disse o Senador Camata, vamos ser apenas a Casa homologadora do que vier da Câmara e não a Casa revisora. Lamento que o Senado não tenha tido tempo de se aprofundar na matéria e aperfeiçoá-la. Vou votar com o parecer da Relatora, pela aprovação, fazendo um pedido, um apelo à Ministra Marina, aos técnicos do Ministério do Meio Ambiente, ao Capobianco, que está aqui, para que, de imediato, tão logo seja aprovado o projeto no Plenário, se crie um grupo de trabalho com os Senadores para estudar o projeto – o Senador Mozarildo não pode ficar de fora –, para que possamos, junto com o Ministério, aperfeiçoá-lo, com tempo, com calma. E que a correção seja feita por medida provisória, porque passaria a valer de imediato e seria discutida no Congresso Nacional. Então, atenderíamos a Ministra, que nos pede a aprovação emergencial. Concordo com o Senador,

eu disse isso ontem na audiência pública. Foi criada uma situação de desespero no setor madeireiro desde a Portaria nº 010 de fevereiro; as indústrias madeireiras estão em situação de falência, com desemprego, com muitas dificuldades. Vamos aprovar o projeto, vamos dar à Ministra Marina este voto de confiança para que este projeto não sirva para o engessamento da região, mesmo porque, Presidente Quintanilha, V. Exª, como amazônida, sabe que este projeto, apesar de ter seu foco, como já foi dito aqui, nacional, tem seu foco na Amazônia e, dentro da Amazônia, ter um foco no setor madeireiro, só que ele não diz respeito somente à questão da madeira. Outras riquezas na Amazônia precisam ser exploradas e precisam ter a sua oportunidade, que é a questão mineral, a questão da pesca, e outras riquezas da Amazônia. Então, a minha proposta e o meu voto, já declarado, a favor do parecer da Relatora, é que, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, com a área técnica, que se faça, nesta Comissão, que é a que julga o mérito, que é outra coisa estranha... Nós estamos aprovando um projeto que visa o desenvolvimento numa Comissão de Meio Ambiente, sem a presença do Ministério do Desenvolvimento e do Ministério da Agricultura. Então, que se crie um grupo interministerial, capitaneado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Senado. Vamos fazer um estudo aprofundado, vamos fazer as correções...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu pediria a V. Exª que concluísse.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu concluo, Presidente, com a generosidade de V. Exª.

Que sejam feitas as correções necessárias. Agora mesmo o Senador Camata mostrou uma inconstitucionalidade. E que para as correções de consenso seja editada uma medida provisória, porque não trará nenhum problema para o governo, pois passará a ter valor de lei imediato e aí será aprovada em seguida pelo Plenário.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – V. Exª permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eram essas as minhas ponderações.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Presidente, nós ficamos culpando o Executivo pelo número de medidas provisórias. Eu tenho dito que quem pede medidas provisórias para o Executivo somos nós. Eu já vi muito Senador e Deputado pedindo medida provisória. Aqui, ao vivo, está o Senador Flexa Ribeiro pedindo uma, na velocidade de uma flecha.

O SR. PRESIDENTE – Senador Augusto Botelho, V. Exª está inscrito, darei a palavra a V. Exª, pedindo que seja breve, para que possamos ouvir a Senador Ana Júlia Carepa.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, eu reafirmo a minha posição de que este projeto de urgência está violando a democracia, porque não estamos podendo discuti-lo.

Em relação aos pedidos das federações das indústrias madeireiras, dos madeireiros dos Estados, que pedem para votar aí, é porque há dois anos e oito meses estão sendo multados os peões dos lotes que vêm... Estão sendo multados com valores acima do valor do seu lote, estão sendo fiscalizados. É lógico que eles têm uma irregularidade trabalhista; eles têm essa falha na madeira, tem muito isso. Mas é melhor ter um trabalho não legalizado do que não ter trabalho nenhum. Então, os nossos trabalhadores de madeira da Amazônia estão passando fome por causa desse endurecimento, que o Ibama diz que foi do Ministério Público que endureceu e o Ibama está executando. A mesma coisa com a Reserva de Roosevelt. Souberam que estavam começando a matar os garimpeiros; custaram a ir porque a Polícia Federal não podia entrar porque tinha que ter autorização da Funai. Depois, a Funai disse que não tinha problema. Fica no jogo do empurra e quem sofre é o povo, é o pobre que está lá na ponta.

Vão criar agora na Amazônia as grandes empreiteiras de madeira, que vão ser donas daquele pedaço. Depois, vão pagar para os nossos que estão lá. Além de pagar tudo o que já pagam, vão ter que pagar para esses que vão ser donos da concessão. Isso não tem jeito de evitar. Pode dizer que não vai ter, mas tenho certeza de que vai haver.

Não acredito, da forma como está, que esse projeto vá melhorar a qualidade de vida do homem da Amazônia. Quero muito explorar a madeira, porque é uma riqueza. Quero conservar a floresta, pois sou da floresta; a minha família vem de dentro da mata. Mas vou votar favorável ao substitutivo do Senador Mozarildo, que é oportuno e melhora, mas deveríamos discutir mais nesta Casa e aperfeiçoar essa lei, para que fosse de interesse melhorar a vida do homem que vive na Amazônia. No sentido de esvaziar a Amazônia, está facial de trabalhar; mas de melhorar a vida não está. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Pela ordem, com a palavra V. Exª.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Fui citado pelo Senador Camata, com muita honra...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, a questão não dizia respeito ao tema que estamos utilizando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Não citei...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Eu pediria a contribuição de V. Exª e do Senador Gerson Camata.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, é um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – É instigante o Senador Camata, mas eu pediria a compreensão de V. Exªs, porque...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – ...há inúmeros Srs. Senadores com outros compromissos, querendo sair; a Relatora quer se manifestar a respeito. Estamos conscientes das impropriedades, das dificuldades que o projeto tem...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas não vou falar sobre impropriedade. São só 30 segundos, eu já teria dito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Trinta segundos, por gentileza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero só dizer ao Senador Camata que também sou contra medida provisória, mas penso que, neste caso, é salutar, porque vem atender ao interesse do Governo de colocar em prática a lei e fazer as correções necessárias de que, todos sabemos, precisa. Só isso. Sou contra medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada.

Primeiro, eu gostaria de fazer um brevíssimo comentário, colocando uma situação que é importante para a sociedade que nos assiste, para que saiba disso. É verdade que o Ministério Público Federal instou os órgãos públicos, a partir de 2003, para que os projetos de manejo florestal que estavam sendo aprovados no Ibama não fossem mais aprovados com base em títulos precários de terra. Podemos até dizer que são precários, porque o Poder Público, durante quase 20 anos, não fez a regularização fundiária necessária, mas, de qualquer jeito, isso suscitou esse problema. Não podemos aqui não dizer a verdade. Foi isso que suscitou essa situação.

Esse projeto está sendo discutido há muito tempo, e eu queria só fazer um comentário breve em relação à emenda. Senador, primeiro, excluir o §1º do art. 2º do projeto de lei, que diz o seguinte:

Art. 2º. Constitui princípios da gestão de floresta pública:

§ 1º. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão as adaptações necessárias de sua legislação às prescrições desta lei, buscando atender às peculiaridades das diversas modalidades da gestão de florestas públicas.

Isso é o que diz a Constituição Federal. Além disso, os Estados e Municípios querem participar – isso foi o acordado. No art. 62 já consta, já mostrei para o Senador Camata. Serei breve. Mas a emenda que S. Exª faz em relação a enviar à Câmara e ao Senado já consta do art. 62, é só olhar, e não altera, de forma alguma, o **caput** do artigo porque ele mantém:

O Sistema Florestal Brasileiro contará com uma ouvidoria, à qual competirá:

I –

II –

III –

Ele acrescenta: produzir semestralmente e quando julgar oportuno:

a)Relatório circunstanciado de suas atividades e encaminhá-lo à Diretoria-Geral do SFB e ao Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Ele acrescenta, além do Ministro de Estado do Meio Ambiente, a Câmara e o Senado. Só que, no item b, *"a apreciação sobre a atuação do SFB, encaminhando-as ao Conselho Diretor, à Comissão de Gestão de Florestas Públicas, aos Ministros de Estado do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República, bem como às Comissões de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, publicando-as".*

Então, eu quero dizer que isso já consta aqui, Senador. Então, como não houve mudança no **caput**, na verdade já consta, só que em outro ponto.

Em relação à questão de como será formado, isso é um decreto da Presidência, assim como, por exemplo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Social, em que é o Executivo. Então, eu faria um apelo no sentido de dizer que o art. 69 garante um momento de transição. Muitos dizem: "ah, mas não vai ser aplicado agora". Só que ele garante a transição.

Como ele garante a transição, pela urgência – não vou poder falar de todas as vezes que falam de privatização na Amazônia, aqui está garantido que as empresas têm que ser nacionais, diante das leis brasileiras constituídas –, está claro, quero dizer que

ele já recebeu mais de uma centena de emendas na Câmara dos Deputados, e temos urgência pela vida humana de milhares de vidas humanas, como aqui já se falou, peço o voto favorável ao meu relatório. Por isso recusei as emendas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Encerrada a discussão.

Passamos ao processo de votação.

Pela ordem de preferência, sob apreciação o relatório da eminente Senadora Ana Júlia Carepa.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado com os votos contrários dos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Gilberto Goellner.

Agradecendo a participação dos Srs. Senadores, declaro encerrada a reunião.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, antes de encerrar, quero dizer que quis levantar pontos fundamentais porque a urgência e a emergência dessa coisa não deu realmente para discutir melhor. Quis marcar, tivemos três votos, os quais agradeço, vamos discutir isso – chamo a atenção dos nobres colegas – melhor no Plenário, com mais profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – V. Exª tem razão, e tenho certeza de que contaremos com o concurso de V. Exª e dos eminentes pares para o aprimoramento desse projeto.

Está encerrada a reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Senador Flexa, V. Exª tem 30 segundos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Em 30 segundos. Eu estava aprovando esse projeto na CAE e não participei da votação em que foi eleito o nosso Senador Gilberto Goellner como Vice-Presidente. Gostaria que constasse em ata o meu voto pela aprovação e pela indicação do Senador como Vice-Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Fica registrada a manifestação de V. Exª. Para a alegria de V. Exª, o Senador Goellner contou com a unanimidade dos votos presentes no momento da votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Inclusive com o meu.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Inclusive com o seu.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h47min).

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, DO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 09:30 HORAS.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia quatro de outubro de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **GILBERTO GOELLNER, FLEXA RIBEIRO, NEY SUASSUNA, VALDIR RAUPP, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ JORGE e ÁLVARO DIAS**. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o senhor Presidente passa à deliberação da pauta: **Item 1)** AVISO 204, DE 2001 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 320, de 2001 - TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (extintas), com o objetivo de aferir os resultados alcançados pelos sistemas de incentivos fiscais, Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR e Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM. (TC - 011.707/2000-8)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **GILBERTO GOELLNER. Parecer:** Solicitar ao Tribunal de Contas da União informações relativas à efetiva implementação das determinações e recomendações contidas no Acórdão nº 1.838/2003-TCU-Plenário. **Resultado: Aprovado. Item 2)** AVISO Nº 97, DE 2001 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 337, de 2001, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a representação da lavra do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, integrante do Ministério Público Federal-Procu-

radoria da República em São José dos Campos - SP, em virtude da autorização, concedida pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A - Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio, no município de Jacareí/SP, supostamente em desacordo com o contrato de concessão (TC - Nº 014.824/2000-8)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa de ofício ao Presidente do Tribunal de Contas da União para que esta Comissão seja informada quanto ao cumprimento das deliberações contidas na Decisão nº 1648, de 2002. **Resultado: Aprovado. Item 3)** AVISO Nº 26, DE 1999 - **NÃO TERMINATIVO e** AVISO Nº 177, DE 2000 - **NÃO TERMINATIVO,** que respectivamente, "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 417, de 1999, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 7 de julho de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC nº 003.268/99-3), referente à inspeção realizada no Banco do Brasil S.A., visando a apurar todos os fatos relacionados com a concessão de financiamento à construtora ENCOL", e "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 768, de 2000, bem como dos respectivos Relatórios de Pedido de Reexame e Voto que a fundamentam, interposto pelo Banco do Brasil, contra a Decisão nº 417/99 (TC nº 003.268/99-3)"; **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** Pelo arquivamento; **Resultado: Aprovado. Item 4)** AVISO Nº 8, DE 2003 – **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 93, de 2003 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Programa Educação de Jovens e Adultos - Alfabetização Solidária, no período de 7/10 a 08/11/2002, envolvendo a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e avaliação do referido Programa (TC - 015.602/2002-0)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** Pelo arquivamento. **Resultado: Aprovado. Item 5)** AVISO Nº 213, DE 2000 – **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 849, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na obra de duplicação da Rodovia BR-381/SP (Fernão Dias), que interliga as cidades de São Paulo e Belo Horizonte, no trecho entre a divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e o entroncamento com a Rodovia BR-116/SP (Presidente Dutra) (TC 009.003/2000-3)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora "ad hoc"**: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 6)** AVISO Nº 38, DE 2001 – **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão de Plenário nº 12/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada na obra da BR 60/GO, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR 153 e a divisa do Distrito Federal com o Estado de Goiás (TC - 008.536/2000-7)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União; **Relator "ad hoc":** Senador **VALDIR RAUPP. Parecer**: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 7)** DIVERSOS Nº 14, DE 1998 – **NÃO TERMINATIVO,** que "requer que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal -CAE, solicite ao Tribunal de Contas da União a averiguação nas contas correntes mantidas no Banco do Brasil, agencias de Porto Velho - RO, para movimentação de recursos de convênios firmados entre órgãos federais que especifica e o governo do estado de Rondônia". **Autoria:** Senador **JOSÉ BIANCO. Relator: SENADOR CÉSAR BORGES. Parecer:** Solicitar ao Tribunal de Contas da União que responda, estritamente, à requisição feita pela Comissão de Assuntos Econômicos, e que se pronuncie, conclusivamente, sobre o assunto. **Resultado: Aprovado** o voto em separado relatado pelo Senador **NEY SUASSUNA,** que conclui pela prejudicialidade da matéria. **Item 8)** OFÍCIO "S" Nº 41, DE 2001 – **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a aplicação irregular de recursos do Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR". **Autoria:** Câmara dos Deputados; **Relator "ad hoc":** Senador **FLEXA RIBEIRO. Parecer**: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 9)** AVISO Nº 131, DE 2001 – **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 182, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a representação formulada pelo Deputado Federal Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, em que relata possíveis irregularidades no contrato firmado entre o DNER e a concessionária para exploração, mediante cobrança de pedágio, da Rodovia BR-116/RJ - Rio-Teresópolis (TC nº 002.086/2000-4". **Autoria:** Tribunal de Contas da União; **Relator "ad hoc":** Senador **AUGUSTO BOTELHO. Parecer**: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 10)** AVISO Nº 173, DE

2001 – **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 213/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre Relatório de Auditoria Operacional realizado na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e no Banco da Amazônia S.A., instituições supervisora e operadora, respectivamente, do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, com vistas a avaliar as operações do citado Fundo (TC 005.708/94-0)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União; **Relator "ad hoc":** Senador **VALDIR RAUPP. Parecer**: Pelo arquivamento da matéria. **Resultado: Aprovado. Item 11)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2005 – **NÃO TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego à pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento, e à que contribui diretamente para o exercício da pesca, e dá outras providências.". **Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP**; **Relatora "ad hoc":** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA. Parecer**: Para que as Comissões de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos manifestem-se sobre a matéria. **Resultado: Aprovado com 09 votos favoráveis. Item 12)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2001 – **TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre o fornecimento de documentação comercial e fiscal". **Autoria:** Senador **VALMIR AMARAL. Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Parecer**: Pela rejeição da matéria; **Resultado: Aprovado o Parecer. Item 13)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2004 – **TERMINATIVO,** que "altera o § 1º do art. 18, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para compelir o fornecedor a disponibilizar ao consumidor produto idêntico ou similar ao defeituoso, na hipótese de a reparação do vício de qualidade demandar prazo superior a dois dias úteis". **Autoria:** Senador **DEMOSTENES TORRES. Relator:** Senador **NEY SUASSUNA. Parecer**: Pela aprovação do Projeto na forma do substitutivo que apresenta; **Resultado: Aprovado com 08 votos favoráveis. Observação:** A matéria vai a turno suplementar, conforme preceitua o art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno. **Item 14)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2005 – **TERMINATIVO,** que "regulamenta o § 5º, do art. 150 da Constituição Federal, estabelecendo medidas para esclarecimento aos consumidores acerca dos impostos que incidem sobre mercadorias e serviços". **Autoria:** Senador **FRANCISCO PEREIRA. Relator: SENADOR CÉSAR BORGES. Parecer**: Pela rejeição do Projeto. **Resultado: Adiado. Item 15)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2005 – **TERMINATIVO,** que "altera o § 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para exigir que os caracteres impressos em contrato de adesão observem padrão mínimo de medida tipográfica". **Autoria:** Senador **PAULO PAIM. Relatora:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO. Parecer**: Pela aprovação, nos termos das Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. **Resultado: Aprovados o Parecer e as emendas com 08 votos favoráveis .** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e cinco minutos lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

Notas taquigráficas da Reunião realizada em 04.10.2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª reunião extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária de 52ª Legislatura.

Sobre a mesa, Ata da reunião anterior.

Solicito aos Srs. Senadores que dispensem sua leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovação a propositura queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A Presidência dá conhecimento aos Srs. Membros dos seguintes Avisos recebidos do Tribunal de Contas da União: 379, 1.240, 1.296, 1.328, 1.404, 1.419, 6.235 e 6.540, todos de 2005, além do Ofício nº 99, relatório de atividades do Tribunal referente ao segundo trimestre de 2005, relatório e pareceres prévios sobre as contas do Governo da República.

Tais documentos encontram-se na Secretaria da Comissão, à disposição dos Srs. Senadores.

Sobre a mesa, ofício datado de 27 de setembro de 2005, que passo a ler:

"Em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, informo a V. Exª que o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, comparecerá, no dia 6 de outubro do corrente, quinta-feira, às dez horas, no Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados, para apresentar, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacio-

nal, a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do primeiro semestre de 2005.

Assim sendo, conforme o art. 46 da Resolução nº 1, de 2001, tenho a honra de convidar V. Exª e os demais membros desta Comissão para participar de audiência pública conjunta, que contará ainda com a presença das Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Finanças e Tributação, de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.

Senador Gilberto Mestrinho

Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização."

Item 1:

Aviso nº 204, de 2001, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 320, de 2001, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre a auditoria realizada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, extintas, com o objetivo de aferir os resultados alcançados pelo sistema de incentivos fiscais, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – Finor e Fundo de Investimento da Amazônia.

Relator: Senador Gilberto Goellner.

Concedo a palavra ao Relator, para dar conhecimento de seu relatório.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, de acordo com o procedimento, a auditoria detectou uma série de impropriedades que estão anexadas às letras "a" a "f" e, devido à preocupação com possíveis danos ao erário, particularmente em relação ao alto índice de insucesso dos projetos incentivados a prazo médio para implantação dos projetos superiores a dez anos e à intempestividade na liberação dos recursos para os projetos incentivados, esta Comissão aprovou, por intermédio do Parecer nº 413, de 17 de abril de 2002, solicitação ao Tribunal de Contas da União para realizar todos esses levantamentos, fornecimento de informações, que foram atendidos, mas não o suficiente para um parecer favorável.

Então, persistindo os riscos e danos ao erário, nosso voto é no sentido de que esta Comissão solicite ao TCU informações relativas à efetiva implementação das determinações e recomendações contidas no Acórdão nº 1.838/2003 - TCU Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Item 2.

Solicito que o Senador Valdir Raupp funcione como Relator *ad hoc* do Item 2.

Aviso nº 97, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 337, de 2001, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sob a representação da lavra do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, integrante do Ministério Público Federal, da Procuradoria da República em São José dos Campos, São Paulo, em virtude da autorização concedida pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER à concessionária da Rodovia Presidente Dutra, S. A. Nova Dutra, para a instalação de nova praça de pedágio no Município de Jacareí, São Paulo, supostamente em desacordo com o contrato de concessão.

O Relator é o Senador Amir Lando.

Designo como Relator *ad hoc* o Senador Valdir Raupp para proferir o relatório.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Aviso nº 97, de 2001, contém duas decisões exaradas pelo TCU, de nº 337, de 2001, e 2.484 – SGS – TCU, de 06 de julho de 2001, na origem, e 1.648, de 2002, e 212 GP-TCU, de 26 de fevereiro de 2003, na origem, ambas acompanhadas dos seus respectivos votos e relatórios que as fundamentam. Referem-se à representação da lavra do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, integrante do Ministério Público Federal, Procuradoria da República José Guilherme Ferraz da Costa, integrante do Ministério Público Federal, Procuradoria da República em São José dos Campos, São Paulo, em virtude com autorização concedida pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER à concessionária da Rodovia Presidente Dutra S. A, Nova Dutra, para a instalação de nova praça de pedágio no Município de Jacareí, São Paulo, supostamente em desacordo com o contrato de concessão TC nº 0148242000-8.

A Decisão de nº 337, de 2001, já foi analisada na antiga Comissão de Fiscalização e Controle, que precedeu, para semear em 27 de novembro de 2002, CFC*(sic)*. Aprovou o relatório do Senador Wellington Roberto, que concluía pelo encaminhamento de ofício ao TCU, solicitando informações sobre o cumprimen-

to de deliberações contidas na decisão analisada, em cumprimento ao encaminhamento adotado na CFC.

A Presidência do Senado Federal encaminhou o Ofício nº 105, de 2003, dirigido ao Presidente do TCU.

Em atendimento ao Ofício do Senado Federal, a Presidência do TCU respondeu com o Aviso nº 212-GP/TCU, na origem, que encaminhou a Decisão nº 1.648, de 2002, que trata dos desdobramentos do processo que ora analisamos.

Elabora-se norma reguladora de forma de cálculo e de agregação do fluxo de caixa de adicional de tráfico gerado nas praças originais, em decorrência da mudança na configuração original, com desmembramento/criação de novas praças ou instalação de cabines de bloqueio, de forma a garantir repasse integral ao usuário do benefício, na forma de redução de tarifa, ressalvadas as despesas vinculadas à modificação que a implementava.

Como o relatório é de conhecimento de todos, vamos ao voto.

Em face do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria de âmbito das competências do TCU, manifestamo-nos para que a CMA dela tome conhecimento e envie ofício ao Presidente do TCU, para que esta Comissão seja informada quanto ao cumprimento das deliberações contidas na Decisão nº 1.648, de 2002.

Este é o voto, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Em discussão o parecer do Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao **Item 3**: Aviso nº 26.

"Encaminho ao Senado Federal cópia das Decisões nº 417/99 e 768/2000, do Tribunal de Contas da União, do seu Plenário, referentes à inspeção realizada no Banco do Brasil, visando a apurar todos os fatos relacionados com a concessão de financiamento à Construtora Encol."

Relator, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, em exame nesta Comissão as Decisões nºs 417/99 e 768/2000, do Tribunal de Contas da União, Plenário, referentes à inspeção realizada no Banco do Brasil S/A visando apurar todos os fatos relacionados com a concessão de financiamento à Construtora Encol.

Com base em representação formulada pela 8ª Secretaria de Controle Externo, Secex, do TCU, em 1999, à vista de denúncias veiculadas pela imprensa versando sobre possíveis irregularidades nas operações de concessão de crédito à Construtora Encol pelo Banco do Brasil S/A, Decisão TCU nº 162/99, e uma vez que o Banco "sonegou informações e documentos", inclusive "o fornecimento de cópia do correspondente relatório" de auditoria interna, o Tribunal de Contas tomou a Decisão nº 417/1999, que consistiu nas seguintes medidas:

a) comunicar ao Banco do Brasil, na pessoa de seu então Presidente, Sr. Andrea Sandro Calabi, que, nos termos do disposto no art. 47 da Lei nº 8.443/92, nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado ao Tribunal quando da realização de inspeções ou auditorias;

b) assinar, com fulcro no § 1º do referido artigo, o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para que o Presidente do Banco do Brasil, sob pena de aplicação de multa de que trata o inciso IV do art. 58 da mencionada Lei, adote providências com vistas a que sejam colocadas à disposição dos funcionários deste Tribunal as informações constantes das Solicitações de nºs 1 a 5/99;

c) encaminhar cópia da decisão em comento, bem como do relatório e voto que a fundamentam ao Ministro de Estado da Fazenda, para as medidas cabíveis, ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal destinada a apurar os fatos relacionados com o Sistema Financeiro Nacional e ao Ministério Público Federal.

O TCU, em decisão proferida em 20 de setembro de 2000, conclui que as constantes negativas do Banco do Brasil em fornecer documentos àquela Corte levam a crer que o mesmo não pretende ser fiscalizado pelo Congresso Nacional, a quem compete o grande controle externo, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, e que se comunique ao Poder Legislativo que a fiscalização que vem sendo efetivada por este Tribunal junto ao referido Banco do Brasil não pode certificar a lisura dos procedimentos adotados por seus administradores no que concerne à concessão de créditos e demais atividades-fim da instituição, em virtude dos constantes óbices opostos aos trabalhos de auditoria desta Corte, sob pretexto de sigilo bancário (fls. 14 do processo).

Essa decisão do Tribunal de Contas da União, de 20 de setembro de 2000, e a Decisão nº 417, de 1999, foram encaminhadas ao Presidente do Senado Federal, acompanhadas dos respectivos relatórios e voto, e, posteriormente, a esta Comissão, para relatar.

Análise

A Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos ao Sistema Financeiro Na-

cional no âmbito deste Senado examinou o caso Encol para, entre outros aspectos, apurar a responsabilidade da diretoria do Banco do Brasil S/A na concessão de empréstimo de difícil ou impossível recuperação à Construtora Encol. O assunto está tratado no Capítulo V do Relatório Final da referida CPI, às folhas 376-495.

Ao Tribunal de Contas da União, ao encaminhar as decisões em exame ao Senado Federal, cumpre a execução das duas recomendações daquela CPI àquela Corte, quais sejam: acompanhar o cumprimento das recomendações da CPI ao Banco do Brasil e ao Banco Central, por meio de auditorias específicas, e encaminhar à Comissão de Fiscalização e Controle "a decisão que vier a ser proferida no processo em curso, relativa às ações do Banco do Brasil com a Encol", às folhas 494 do relatório final.

Depreende-se assim que o processo encontra-se em andamento tanto no Tribunal de Contas da União, que tem proferido decisões em face de recursos interpostos às suas deliberações, como no Supremo Tribunal Federal, que aguarda o competente parecer da Procuradoria-Geral da República sobre o acima citado MS 23.168.

Essa é a análise, Sr. Presidente.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pelo arquivamento dos Avisos que encaminharam as Decisões nº 417/99 e 768/2000, do TCU, comunicando-se a decisão à Mesa.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Em discussão o relatório do Senador Flexa Ribeiro. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que ao aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao **Item 4**.

Aviso nº 8:

"Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 93, de 2003, do TCU, Plenário, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Programa Educacional de Jovens e Adultos Alfabetização Solidária, no período de 7 de outubro a 8 de novembro de 2002, envolvendo a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e avaliação do referido programa."

Relator, Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por meio do Aviso nº 104, de 2003, o Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU encaminhou ao Senado Federal Acórdão nº 93, de 2003, do Plenário daquela Corte de contas, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam.

A decisão foi proferida em processo de auditoria de natureza operacional, realizada no Programa Educacional de Jovens e Adultos, de outubro a novembro de 2002, tendo por objetivo específico a ação "Alfabetização Solidária para Jovens e Adultos", que oferecia, então, educação supletiva a jovens com mais de 14 anos e adultos que não haviam tido a oportunidade de estudar na época considerada apropriada.

O objetivo imediato da auditoria empreendida pelo TCU foi a melhoria do desempenho da Alfabetização Solidária, via aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e avaliação, com o intento final de contribuir para a redução dos níveis de analfabetismo no País. No que concerne aos resultados, um dos principais achados da auditoria foi a falta de articulação do Programa Alfabetização Solidária, malgrada a sua importância para o início ou a retomada do processo de escolarização, com as políticas públicas de educação de jovens e adultos em todas as esferas de governo.

Além disso, restou evidenciado que o programa não garantiu pleno sucesso da alfabetização, tampouco a continuidade dos estudos mediante as alternativas fornecidas pela Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Ao proferir a decisão em exame, o TCU encaminhou recomendações e determinações aos órgãos envolvidos. Ao Ministério da Educação – MEC, por exemplo, foi recomendada a integração do programa com a política educacional do Ministério para jovens e adultos, sugerindo que se deveriam analisar oportunamente os efeitos da medida no censo escolar e no financiamento da EJA.

Finalmente, o Tribunal de Contas da União determinou o encaminhamento de cópia da decisão do TCU, acompanhada do relatório e voto que fundamenta, à Comissão de Educação do Senado Federal, onde foi deliberada a aprovação do relatório, pelo conhecimento e remessa da matéria a esta Comissão.

Análise.

Segundo o art. 205 da Carta Magna, educação é direito de todos e dever do Estado. Nos termos do art. 208, I, da Constituição Federal, o Estado deve garantir a oferta do ensino fundamental para os que não tiveram acesso a ele na idade apropriada.

Em conformidade com o art. 214, I, o Plano Nacional de Educação deve contemplar ações para erradicação do analfabetismo.

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172, de 2001, por sua vez, definiu metas para educação de jovens e adultos, entre as quais a alfabetização de dez milhões de jovens e adultos, em prazo de cinco anos contados da aprovação e ainda, de forma mais audaciosa, a erradicação do analfabetismo até o final da vigência do plano.

Cabe destacar que o encargo maior de realizar essa meta incumbe a Estados e Municípios, a quem compete, nos termos da lei, a oferta da escolarização fundamental – nesse segmento, a União atua de forma supletiva.

Por fim, conquanto se mostre deveras audaciosa a meta de erradicação do analfabetismo em tão curto prazo, até 2007, até porque a universalização da escolarização não depende apenas de oferta, é de se considerar que a sua realização impede a participação e o concerto de governos e da sociedade civil por intermédio de suas mais diversas entidades, o que parece felizmente estar ocorrendo.

Conforme estimativa do MEC, apenas para se ter um exemplo, no ano de 2003, foram realizados projetos de alfabetização que, somados aos do Governo Federal, totalizaram 3.2 milhões de pessoas beneficiadas.

Essa é a análise. Sr. Presente.

Profiro o voto.

Voto

Diante do exposto e considerando que o TCU vem adotando as medidas convenientes para a solução das falhas detectadas no programa educação de jovens e adultos e que as políticas emanadas do Ministério da Educação sinalizam predisposição para o enfrentamento do analfabetismo no médio prazo, haja vista o caráter permanente atribuído a essa frente de atuação do Governo Federal, nosso voto é pelo arquivamento do Aviso nº 8 de 2003.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Em discussão o voto do Senador Flexa Ribeiro. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao Item 5.

Aviso nº 213, de 2002.

"Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 849, de 2000, bem como dos respectivos relatórios e levantamento de auditoria e voto que a fundamentam, realizado na obra de duplicação da rodovia BR-388, de São Paulo, Fernão Dias, que interliga as cidades de São Paulo e Belo Horizonte no trecho entre as divisas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e o entroncamento com a rodovia BR-116, Presidente Dutra."

Relatora *ad hoc* Senadora Serys Slhessarenko.

Tem V. Exª a palavra.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Aviso nº 213, de 2000, Aviso nº 7.245, TCU, de 13 de outubro de 2000, na origem.

O Presidente do Tribunal de Contas de União, TCU, encaminhou ao Senado Federal cópia da Decisão nº 849, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam. Refere-se a levantamento de auditoria realizada na obra de duplicação da rodovia BR-381, São Paulo, Fernão Dias, que interliga as cidades de São Paulo e Belo Horizonte, no trecho entre as divisas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e o entroncamento com a rodovia BR-116, São Paulo, Presidente Dutra.

Analisando os contratos celebrados em 96 e 97, entre o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, DNER, e a empresa Prodec Consultora para Decisão Ltda, o Tribunal apontou a existência de aditamentos superiores ao limite de 25% estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/ 93.

Em conseqüência, determinou a audiência do ex-Diretor daquele órgão, para que apresente as suas razões de justificativa. Além disso, diante da existência de possíveis irregularidades em contratos celebrados pelo Departamento de Estradas e Rodagens, DER, de São Paulo, com recursos federais e estaduais, determinou ainda a realização de inspeção naquele órgão estadual. Trata-se, portanto, de uma etapa inicial de auditoria que ainda não apresenta conclusões definitivas.

Em face do exposto, concluo no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria, procedendo-se em seguida ao arquivamento do processado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa)

Aprovado.

Item 6.

Aviso nº 38, de 2001:

"Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão de Plenário nº 12, de 2001, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada na obra da BR-060, de Goiás, no trecho compreendido entre o entroncamento da BR-153 e a divisa do Distrito Federal com o Estado de Goiás."

Relator **ad hoc**, Senador Valdir Raupp,

Senador Valdir Raupp, por gentileza, Item 6, tem V. Exª a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão o Aviso nº 38, de 2001, e Aviso nº 226-SGS, TCU, de 14 de fevereiro, de 2001, na origem, que encaminha ao Senado Federal, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 012/2001, aprovado pelo Tribunal de Contas de União na sessão ordinária do Plenário de 14/02/01, bem como dos respectivos relatórios e voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, DNER, TCU 008536/2000, em cumprimento à Decisão nº 440/2000-TCU do Plenário.

A auditoria a que se refere o acórdão teve por objetivo apurar indícios de irregularidades no Edital de Tomada de Preços nº 67, de 1999, destinado à contratação pelo DNER de execução de obra na rodovia BR 060, no trecho compreendido entre o entroncamento com a rodovia BR-153 e a divisa do Distrito Federal com o Estado de Goiás.

Em seu relatório, o Ministro Walton Alencar afirmou que, analisadas as justificativas apresentadas pelo DNER, órgão responsável pela execução da obra teriam subsistido no processo duas irregularidades, a saber: inclusão indevida no texto do edital da possibilidade de o contrato ceder ou sub-rogar o contrato a terceiros no todo ou em parte, o que constitui prática vedada pelo TCU; a não-publicação dos avisos de licitação em jornais de grande circulação no Estado ou Município em que a obra seria realizada, o que contraria o disposto no art. 21, III, da Lei nº 8.666, de 1993.

Nos termos do acórdão proposto pelo Relator, o Plenário deliberou pela adoção das seguintes providências, entre as mais relevantes: aplicar ao Sr. Genésio Bernardino de Souza, Diretor-Geral do DNER, a multa prevista no art. 58, III, da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$5 mil, a ser debitado na remuneração do responsável nas condições que especifica; determinar ao DNER a adoção das seguintes condutas: dar efetivo cumprimento ao subitem 8.3 na Decisão nº 284, no sentido de não admitir sub-rogação de contrato administrativo em qualquer de suas formas, inclusive promovendo a necessária alteração de atos que contemplem tal possibilidade; observar as exigências constantes da Lei nº 8.666, de 1993, quanto à publicação do aviso de editais de licitação em jornais de grande circulação no Estado e no Município em que as obras serão realizadas.

Em face do exposto e tendo em vista tratarem-se de matérias atinentes às competências do TCU, manifestamo-nos no sentido de que a CMA, após devido conhecimento, proceda ao arquivamento do Aviso nº 38, de 2001.

Sala das Comissões.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB - TO) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Passemos ao Item 7.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, no Item 7, eu pediria preferência para o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB - TO) – A Mesa vai submeter à consideração da Comissão, Senador Ney Suassuna.

Item 7:

Requerimento nº 12, de 1998, da CAE, que solicita ao Tribunal de Contas da União a averiguação nas contas correntes mantidas no Banco do Brasil, agência de Porto Velho, Rondônia, para movimentação de recursos de convênio firmado entre órgãos federais que especifica e o Governo do Estado de Rondônia.

O Senador Ney Suassuna apresenta um voto em separado, pede preferência, e eu submeto à apreciação da Comissão.

Os Srs. Senadores que concordam com a preferência proposta pelo Senador Ney Suassuna permaneçam como estão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB - TO) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – O autor, **SENADOR CÉSAR BORGES**, que é Relator do processo, está ausente. Como vai ser apresentado um voto em separado, eu sugeriria retirar de pauta e colocá-lo em uma próxima sessão em que o Relator estivesse presente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Lembro ao nobre Senador Flexa Ribeiro que houve um acordo com o **SENADOR CÉSAR BORGES** e está se fazendo em comum acordo com ele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Sendo assim, estou de acordo com o voto em separado do Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB - TO) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna para proferir o seu voto em separado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, para que não percamos tempo, passo direto à análise do projeto.

Nos termos do § 6º do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, emite este voto em separado por discordar da conclusão do ilustre relator do projeto nesta comissão.

Não obstante a resposta do Tribunal de Contas da União à solicitação de informação da Comissão de Assuntos Econômicos tenha sido atendida apenas quanto aos convênios entre o Governo estadual e o DNER, não alcançando outros convênios firmados eventualmente com os órgãos relacionados ao requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos, conforme informa o ilustre relator da matéria, entendemos que esta comissão perdeu a oportunidade de tratar do assunto, tendo em vista não ter havido qualquer manifestação a respeito da diligência desse tribunal por parte da Comissão de Fiscalização e Controle da Casa Legislativa e os processos foram arquivados por determinação do relator, com fulcro no art. 11 da Lei 8.443 de 1992, conforme consta do mencionado ofício do Presidente do Tribunal de Contas da União em resposta ao Presidente do Senado Federal, a respeito do requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos (folha nº 8 do processo). Deve-se aplicar ao caso, portanto, o que dispõe o art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de que o Presidente do Senado Federal seja instado a declarar prejudicada a matéria por haver perdido a oportunidade.

Efetivamente, a competência fiscalizadora do Congresso Nacional nos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, mas restrito ao âmbito da União, é exercido no Senado Federal, pela CMA, por força do disposto nos arts. 102 "a" e 102 "c" do Regimento Interno. Todavia, o processo legislativo, especificamente a fiscalização exercida pelo Poder Legislativo, não tem a mesma natureza de processo judicial ou de inspeção dos Tribunais de Contas. Sobressai-se à fiscalização exercida pelas Casas Legislativas o legítimo interesse político, sem prejuízo da investigação pelos órgãos competentes e aplicação das penalidades previstas em lei, se houver condenação.

Assim, a investigação solicitada ao TCU, por solicitação da Comissão de Assuntos Econômicos, em 1998, que tinha a competência de fiscalização dos atos do Poder Executivo hoje exercida por esta comissão, deixou de ser interesse do Senado Federal, tendo em vista a total falta de manifestação da Casa sobre o assunto durante cinco anos. Somente ao término da legislatura passada, talvez por mero cumprimento do dever de ofício, com vistas a dar continuidade ao processo legislativo relativo ao caso, pediu o Presidente do Senado Federal informações ao Tribunal de Contas sobre o requerimento. Mais de dois anos se passaram após a resposta do Tribunal de Contas, no início de 2003, para que a comissão retomasse o exame da matéria, mediante a distribuição do processo ao ilustre **SENADOR CÉSAR BORGES**, para elaboração de relatório. Acreditamos que a decisão do digno Presidente desta comissão deveu-se tão somente ao zelo ao cumprimento de normas regimentais atinentes às atribuições do cargo, **ex vi** do art. 89, item III, do Regimento Interno.

Voto.

Em face do exposto, opino que seja solicitada ao Presidente do Senado Federal a declaração de prejudicialidade dos Diversos nº 14, de 1998, nos termos do art. 334, item I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Esse é o voto que subscrevo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB - TO) – Em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB - TO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Sr. Presidente, o voto em separado do nobre Senador Ney Suassuna é exatamente contrário ao que prevê o voto do relator. O Senador Ney Suassuna afirmou que fez um acordo com o **SENADOR CÉSAR BORGES** para o voto em separado. Sendo assim, como o **SENADOR CÉSAR BORGES** concordou com o voto em separado, vou acompanhar o voto do Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB - TO) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o voto em separado do Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB - PB) – Nobre Presidente, peço a todos colegas a compreensão, se puderem, para a apreciação do Item 13, que também é de nossa relatoria. Eu tenho de ir para duas CPIs ainda, como V. Exª e vários outros também têm. Eu não sei se seria possível ou não. Se tiver algum relator à frente, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB - TO) – Os Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta proposta pelo eminente Senador Ney Suassuna queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Item 13: Projeto de Lei do Senado terminativo nº 349, que altera o §1º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11

de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para compelir o fornecedor a disponibilizar ao consumidor produto idêntico ou similar ao defeituoso, na hipótese de a reparação do vício de qualidade demandar prazo superior a dois dias úteis.

O relator é o Senador Ney Suassuna, que tem a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB - PB) – Nobre Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vícios de qualidade de produtos e serviços podem ser ocultos ou aparentes e o Código de Defesa do Consumidor dispõe de meios jurídicos para tutelar o direito e o interesse do consumidor de forma bem mais ampliada e abrangente que o Código Civil.

Mister se faz salientar que os vícios de que trata o art. 18 são apenas aqueles que comprometem a qualidade do produto, a ponto de torná-lo impróprio para o consumo ou lhe diminuir o valor.

Ao consumidor é dado o direito de exigir a substituição das partes viciadas. A escolha pela substituição do produto ou devolução do valor pago só tem lugar se o fornecedor não sanar o defeito ou promover a substituição das partes viciadas no prazo de 30 dias. Além do mais, o direito apenas subsistirá se o consumidor observar os passos decadenciais estabelecidos no art. 26. Ou seja, desde que a reclamação tenha sido formalizada em 30 dias, no caso de fornecimento de produtos não duráveis e, em 90 dias, se duráveis, ressaltando que deverá ser observada a existência de garantia contratual, contada a partir da entrega efetiva do produto, se os vícios forem aparentes.

A substituição do produto defeituoso por outro da mesma espécie, em perfeita condição de uso, ou a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, só ocorrerá após o trigésimo dia, se o vício não for sanado.

Como se vê, o consumidor enfrenta uma prova de resistência, paciência, tolerância, abdicação temporária do uso e gozo de um produto adquirido. Não obstante o Código de Defesa do Consumidor representar uma grande conquista, esse instituto da garantia ainda está longe de atender a contento os anseios do consumidor. Teoricamente, a assistência técnica, como representante do fabricante e do fornecedor, tem meios hábeis, às vezes até os têm de fato, para solucionar o problema em tempo razoável. Mas isso não tem ocorrido, causando prejuízo de toda ordem ao consumidor.

A ausência da obrigação de disponibilizar de imediato um produto idêntico ou similar para que o consumidor não seja sacrificado temporariamente no seu direito de uso e gozo e o prazo de até 30 dias para sanar o defeito favorecem o fornecedor insidioso, parte forte na relação jurídica de consumo, em detrimento do consumidor, parte mais fraca e vulnerável.

Apenas a título de ilustração, a dona-de-casa adquiriu um fogão que apresenta vício de qualidade. É encaminhada para a assistência técnica que representa o fabricante e o fornecedor que demora 30 dias para reparar o utensílio. Nesse período, a consumidora é submetida ao sacrifício de abdicar do uso e gozo do produto. Uma injustiça!

Para corrigir injustiças como essa, que ocorrem com freqüência nas diversas segmentações das atividades econômicas do País, é imprescindível utilizar o dispositivo em questão. Aí, mostra o dispositivo.

Em seguida, diz que as relações em consumo são dinâmicas e evoluem com o mercado. Cabe ao legislador manter atualizadas as normas em simetria com a evolução social. Nesse diapasão, está apresentando o Senador Demóstenes Torres o projeto de alteração do § 1º do art. 18, para incluir a obrigatoriedade de o fornecedor disponibilizar ao consumidor um produto idêntico ou similar ao defeituoso enquanto durar a reparação, quando não sanado o vício, pelo prazo de dois dias úteis.

Conseqüentemente, corrigem-se as injustiças e promove-se uma oportunidade de o servidor ser atendido com rapidez.

Foi esse o projeto que nós terminamos votando da seguinte forma: por obedecer à constitucionalidade, jurisdicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, representar o aperfeiçoamento das relações de consumo, o voto é pela aprovação do projeto de lei do Senado, na forma do seguinte substitutivo...

Fizemos apenas uma pequena modificação: somos favoráveis ao projeto do Senador Demóstenes Torres, tendo só essa modificação pequena que gerou esse substitutivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Em discussão o voto do Senador Ney Suassuna.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

A votação será nominal.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Aprovado.

Voltamos ao Item 8.

Ofício S nº 41:

"Encaminha ao Senado Federal cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a aplicação irregular dos recursos do Fundo de Investimento do Nordeste – Finor."

O relatório é de autoria do eminente **SENADOR CÉSAR BORGES**.

Solicito ao Senador Flexa Ribeiro que funcione como Relator *ad hoc*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Submete-se a esta Comissão o Ofício S nº 41/2001, nº 1.417/2001 na origem, da Presidência da Câmara dos Deputados, que encaminha ao Senado Federal cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a aplicação irregular de recursos do Finor – Fundo de Investimento do Nordeste.

As principais constatações, conclusões e recomendações das CPIs serão objeto de análise nesse parecer, mas cabe informar que as mesmas foram oportunamente encaminhadas em conjunto com os documentos recolhidos pela Comissão ao Ministério Público Federal. Cópias do relatório final foram encaminhadas à Corregedoria-Geral da República, à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, ao Ministério da Integração Nacional, à Secretaria da Receita Federal e às Secretarias dos Estados da Bahia e do Maranhão. Ou seja, desde maio de 2001, a contribuição da CPI ao aprimoramento da gestão pública e à apuração dos ilícitos penais e fiscais, administrativos e civis foi encaminhada aos órgãos e instâncias responsáveis.

Passarei à análise, Sr. Presidente.

Inicialmente, dado o período transcorrido desde a conclusão dos trabalhos da CPI, cabe apresentar, ainda que sucintamente, o contexto atual em que deve ser analisado o documento em comento.

É o relatório.

A análise é extensa, Sr. Presidente. Vou fazer a leitura apenas de alguns tópicos.

As medidas provisórias que extinguiram as Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) completaram a extinção dos incentivos fiscais de natureza regional iniciado em 1997.

Mediante a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, como parte da resposta às repercussões devidas à crise da economia da Rússia, os incentivos foram reduzidos de forma escalonada até 2013, quando todos seriam eliminados em definitivo.

No presente momento, tramitam no Senado Federal os projetos de lei que recriam a Sudene: PLC nº 59/2004 – complementar. E a Sudam: PLC nº 60/2004 – Complementar. Na Câmara dos Deputados, o PLP nº184/2004 recria a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Sudeco.

Assim, as conclusões da CPI quanto à questão regional e às políticas públicas devem ser levadas em consideração, pois cabe, reconhecendo as dificuldades do passado, cuidar que essas novas entidades não venham a incorrer nos mesmos erros, com desvios de recursos destinados à aprovação do desenvolvimento regional.

Após a recriação da Superintendência de Desenvolvimento Regional, o relatório final da CPI deverá ser consultado quando da tramitação de proposição legislativa que venha a criar o Finor e o Finan, mediante lei específica, tal como exige o § 6º do art. 150 da Constituição.

É o relatório e a análise. Lerei o voto do nobre **SENADOR CÉSAR BORGES**.

Com base no exposto, manifestamo-nos para que a Comissão de Meio Ambiente dele tome conhecimento.

Pelo arquivamento do processo derivado do Ofício S nº41/200, da Presidência da Câmara dos Deputados, sobre o relatório final da CPI destinado a investigar a aplicação irregular de recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste – Finor. Já os ilícitos penais, fiscais, administrativos e civis estão sob os cuidados do Poder Judiciário e cabe aguardar os desdobramentos.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Em discussão o voto proferido pelo eminente Senador Flexa Ribeiro. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT - MT) – Sr. Presidente, aproveitando que temos quorum, vamos votar o Item 13, que é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PcdoB - TO) – Propõe a Senadora Serys Slhessarenko a inversão, novamente, de pauta.

O 13 foi votado, Senadora.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT - MT) – É o 15. É porque fiquei com o 13 na cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PcdoB - TO) – Os Srs. Senadores que aprovam a proposta apresentada pela eminente Senadora Serys Slhessarenko permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao Item 15:

Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2005, que altera o § 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para exigir que os caracteres impressos em contrato de adesão observem o padrão mínimo de medida tipográfica.

Relatora Senadora Serys Slhessareko, a quem concedo a palavra.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT - MT) – Encontra-se sob análise desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado PLS nº 192,

de 2005, de autoria do nosso eminente Senado Paulo Paim, que pretende exigir padrão mínimo de medidas tipográficas de caracteres impressos em contratos de adesão.

Para tanto, propôs a seguinte redação para o § 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Art. 54, § 3º:

Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho não será inferior a 2.5 mm de largura e 2 mm de altura, caracterizado como corpo 12, de modo a facilitar a compreensão pelo consumidor.

Diante do tempo que urge e realmente com o nosso problema de quorum, gostaria de dizer que, no que concerne à constitucionalidade e à juridicidade, o projeto não contraria disposições constitucionais nem infraconstitucionais e regimentais.

O projeto é meritório, uma vez que visa definir padrões mínimos de fonte, com a finalidade de coibir abusos cometidos por fornecedores de produto ou de serviço no que tange à legibilidade dos contratos de adesão.

Pareceu-me conveniente, no entanto, apresentar duas emendas para aprimorar o projeto, com a modernização do processo de editoração. Já está em desuso a medida tipográfica. Desse modo, não é cabível a definição de largura e de altura mínimas, assim como propomos que fique expresso o tamanho proposto pelo Senador Paulo Paim, fonte 12.

Voto.

Em face do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2005, com as duas emendas que apresenta, a que, inclusive, já fiz referência.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PcdoB - TO) – Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, para ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PcdoB - TO) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim, autor do projeto.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Na verdade, esse projeto foi inspirado num debate que tivemos de um outro projeto do Senador Romeu Tuma. Naquela oportunidade, o Senador Romeu Tuma aprovou, por unanimidade, um projeto que vai na mesma linha, só que se referia à bula dos remédios. Como gostaria de fazer uma emenda estendendo aquela norma para a letra dos contratos, para que esta também ficasse clara, entenderam os Srs. Senadores, para não prejudicar o projeto do Senador Romeu Tuma que já estava pronto para votação, que apresentasse um outro projeto com esse teor. Já tivemos o parecer favorável, inclusive da Anvisa, que é totalmente de acordo e que vai já, de imediato, se preparar para normatizar o que está nesse projeto.

Por isso, não faria uma defesa mais ampla. Diria que é uma continuação de uma iniciativa, e veja bem o que estou dizendo, do Senador Romeu Tuma. Quando propus emenda, acharam por bem que encaminhasse um outro projeto, o que fiz, e, por isso, espero a aprovação também por unanimidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PcdoB - TO) – Veremos proximamente como a Comissão apreciará a proposta apresentada por V. Exª e tão brilhantemente defendida pela Senadora Serys Slhessarenko.

Votação nominal. A Mesa passa a promover a chamada.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PcdoB - TO) – Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PcdoB - TO) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

Desculpe, Senador, um minutinho. Esqueci-me das emendas que acompanham o projeto.

Os Srs. Senadores que votaram pela aprovação do projeto e aprovam as emendas queiram permanecer como estão.

O SR. PAULO PAIM (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, se me permite.

Eu quero dizer, se permitir, que as emendas da Relatora só melhoram em muito o projeto.

Então, ficam aqui os meus cumprimentos à Relatora, porque S. Exª é mentora dessa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Muito bem, V. Exª enriqueceu com as suas observações a emendas apresentadas pela Senadora.

Os Srs. Senadores que repetem a votação de aprovação ao projeto às emendas queiram permanecer como estão. (Pausa)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela mesma justificativa da Senadora Serys Slhessarenko, eu gostaria de fazer uma inversão de pauta para apre-

ciarmos o Item 12, que também é terminativo, em função do quorum.

Gostaria de fazer uma proposição.

O meu relatório é pela rejeição do projeto de lei do Senador Valmir Amaral.

Como S. Exª não se encontra presente, creio que seria melhor retirá-lo de pauta e aguardar a presença do Senador Valmir.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – O Senador Valmir Amaral não é membro da Comissão. Via de regra, a Comissão observa a presença do Relator, então...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estou pronto para fazer o relatório se assim os nossos pares concordarem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Então nós vamos colher a concordância dos membros da Comissão.

Os Srs. Senadores que aprovam mais uma inversão de pauta, atendendo ao apelo do Senador Flexa Ribeiro, para que discutamos agora o Item 12 permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Tem a palavra V. Exª para proferir o relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tramita nesta Comissão em caráter terminativo o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2001, de autoria do Senador Valmir Amaral, que pretende acrescentar o inciso XI e parágrafo único ao art. 6º do Código de Defesa do Consumidor, que relaciona os direitos básicos do consumidor com a seguinte redação:

Art. 6º.....

.....

XI - o recebimento da documentação comercial e fiscal pertinente à relação de consumo.

Parágrafo Único. Na hipótese do inciso XI, quando se tratar de prestação de serviços, é facultado ao usuário obter do fornecedor o recibo compreensivo de todos os pagamentos efetuados durante o ano civil.

O projeto pretende ainda tipificar como crime a não-entrega ao consumidor da documentação comercial ou fiscal, sujeito à pena de detenção de um a seis meses ou multa.

A proposição, segundo consta de sua justificação, busca assegurar ao consumidor o fornecimento da documentação relativa às relações de que participar.

No caso de prestação de serviços, a medida implicará uma diminuição expressiva da quantidade de comprovantes de pagamentos que se deve guardar. Haverá ainda a redução da sonegação fiscal por parte dos lojistas e prestadores de serviços.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Eu pediria aos presentes, porque há um orador na tribuna, que ouvíssemos o Senador Flexa Ribeiro.

Está assegurada a palavra a V. Exª

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não foram apresentadas emendas ao projeto.

O projeto, inicialmente distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Assuntos Econômicos, foi redistribuído a esta Comissão em razão da promulgação da Resolução nº 1, de 22 de fevereiro de 2005.

Por reputar acertadas as considerações tecidas na CCJ, reiteramos os termos do relatório apresentado naquele colegiado pelo Senador José Maranhão.

Análise.

Quanto à constitucionalidade e jurisdicidade, entendemos que o projeto atende os requisitos regimentais. A matéria de que trata a proposição está compreendida na competência legislativa da União, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre ela, sendo legítima a iniciativa parlamentar, conforme estabelece o art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e os arts. 5º, 23, inciso XXXII, 48 e 61 da Constituição Federal.

Conforme salienta o seu autor, o projeto tem por objetivos:

1) assegurar ao consumidor o fornecimento da documentação relativa às relações de que participar;

2) diminuir a quantidade de comprovantes de pagamento que o consumidor deve guardar no caso de prestação de serviço; e

3) reduzir a sonegação fiscal por parte dos lojistas e prestadores de serviços.

Nos termos da Lei nº 8.846, de 21 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e o arbitramento da receita mínima para efeitos tributários e dá outras providências, o fornecedor de produtos e o prestador de serviços são obrigados a emitir as notas fiscais, recibos ou documentos equivalentes, relativos às operações que realizarem, bem como afixar em lugar visível e de fácil leitura pelos consumidores o teor dos dispositivos legais que lhe impõem essa obrigação, sob pena de multa a ser aplicada pelos órgãos de proteção ao direito do consumidor vinculados ao Ministério da Justiça.

Já consiste, portanto, em direito do adquirente dos produtos ou serviços exigir o documento fiscal correspondente à transação que realizar com o fornecedor, em virtude da legislação tributária federal.

Quanto à documentação comercial referida no projeto, não conseguimos identificar que documentos a proposição quer alcançar.

Se o objetivo do projeto é definir o dia para determinar o início da contagem do prazo de decadência do direito de reclamar pelos vícios do produto ou serviço, qualquer meio de prova é válido, inclusive, quando for o caso, a já referida documentação fiscal. Por outro lado, se o fornecedor do produto ou prestador de serviço oferecer garantia além daquela que a própria legislação já exige, o Código de Direito ao Consumidor lhe impõe a obrigação de conferi-la, mediante termo escrito, do art. 50.

No tocante à diminuição da quantidade de comprovante de pagamento que o consumidor deve guardar, no caso de prestação de serviço, a determinação, se julgada pertinente, deve ser imposta pela legislação que trata do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, devido à sua especificidade e não ao Código do Direito ao Consumidor. De qualquer modo, não parece apropriado impor obrigação somente aos prestadores de serviço, devendo-se estendê-las aos fornecedores de produtos.

Há que se considerar ainda que em ambos os casos a determinação somente se justificaria para a hipótese de haver mais de um pagamento ao longo do ano, como, por exemplo, quando se tratasse de contrato de execução continuada ou, como são também conhecidos, de duração.

Finalmente, em relação ao objetivo de redução da sonegação fiscal por parte do lojista e prestadores de serviço, parece-nos também que nesse caso a matéria é mais pertinente à legislação tributária.

De qualquer modo, entendemos que a retromencionada Lei nº 8.846, de 21 de janeiro de 1994, contenha por objetivo o perseguido pelo autor, inclusive caracterizando a não-emissão de nota fiscal como omissão de receita, sujeitando os fornecedores de produtos e prestadores de serviços omissos ao arbitramento de receita por parte da autoridade tributária, para fins de determinação da base de cálculo dos impostos federais e contribuições sociais.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto do nobre Senador Valmir Amaral determina que, ao final do exercício fiscal, o prestador de serviço deve fornecer ao seu cliente uma listagem de todos os recibos feitos durante o ano, quando ele já emite esse recibo a cada serviço executado.

Então, parece-me uma atribuição ou um dispêndio a mais a esses prestadores de serviços, já que cabe ao consumidor guardar aqueles recibos quando de cada prestação que for atendida.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – O voto de V. Exª é pela rejeição?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O nosso voto, Sr. Presidente, em vista dos argumentos expostos, é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2001.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação.

Aqueles que acompanham o Relator votam "não" ao projeto.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Rejeitado o projeto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha – PcdoB - TO) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB - PB) – Sr. Presidente, foi muita tristeza nossa ter o Presidente saindo das hostes do PMDB e passando para um outro partido por razões regionais que nós entendemos inteiramente, mas nós queríamos, como líder do PMDB, pedir à Mesa que providencie para que V. Exª permaneça como membro da Comissão na vaga do PMDB.

Em relação à Presidência, a Liderança verá ainda o que pode ser feito, mas V. Exª honrou nossa sigla e honrará a todos nós, mesmo sendo de outra sigla, permanecendo em vaga do PMDB nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – As palavras lisonjeiras de V. Exª não destoam do comportamento sempre lhano, sempre fraterno, sempre respeitoso e amigo que V. Exª tem dispensado aos membros da Bancada sobretudo, e particularmente a este seu colega, que aprendeu, nessa convivência, a respeitá-lo e admirá-lo, notadamente no exercício da Liderança, e que vai acatar, com naturalidade, as decisões que a Bancada tomar.

Eu só faria um apelo aos eminentes Senadores: já estamos ultrapassando o horário, está na hora de começar a funcionar a CPI. Mas temos dois itens que são propostas já de arquivamento. Eu pediria aos Srs. Senadores que rapidamente passássemos por eles.

Item 9.

Aviso nº 131:

"Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão 182, de 2001, do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referentes à representação formulada pelo Deputado Federal Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, em que relata possíveis irregularidades no contrato firmado entre o DNER e a concessionária para exploração mediante cobrança de pedágio na Rodovia BR-116 do Rio de Janeiro, Rio-Teresópolis."

Eu solicitaria ao Senador Augusto Botelho que relatasse, *ad hoc*, por gentileza, o Item 9. É proposta de conhecimento e remessa ao arquivo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Voto do Relator Flávio Arns. Em face do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria de âmbito da competência do TCU, manifestamo-nos para que a CMA dela tome conhecimento e proceda em seguida ao arquivamento do AVS nº 131, de 2001.

Esse é o voto do Senador Flávio Arns: conhecimento e arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Agradecemos a V. Exª .

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório *ad hoc* do Senador Augusto Botelho queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 10.

Aviso nº 173, também não-terminativo:

"Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 213, de 2001, do Plenário, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria operacional realizado na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e no Banco da Amazônia S.A., instituições supervisora e operadora, respectivamente, do Fundo de Investimento da Amazônia – Finam, com vistas a avaliar as operações do citado Fundo."

O Relator é o Senador Heráclito Fortes. Eu solicitaria ao Senador Valdir Raupp que funcionasse como Relator *ad hoc* do Item 10.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, lerei apenas o voto para ganhar tempo.

Com base no exposto, opinamos pelo arquivamento do processo derivado do Aviso nº 213, de 2001, do Tribunal de Contas da União sobre auditoria realizada no Fundo de Investimento da Amazônia (Finam). É o voto do Relator Heráclito Fortes, que relato como Relator *ad hoc* com muito prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Último item da pauta: **Item 11.** Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2005. Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego à pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento, e à que contribui diretamente para o exercício da pesca, e dá outras providências.

Autoria do Senador Valdir Raupp.

Eu solicitaria à Senadora Ana Júlia Carepa que funcionasse como Relatora *ad hoc* do Item 11.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, vou ser breve, até porque quero fazer um comentário em relação a esse projeto.

O Relator deste projeto visa garantir a concessão do benefício do seguro desemprego a pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce a sua atividade na confecção e reparo de embarcações e apetrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento e contribui diretamente para o exercício da pesca e dá outras providências.

Quero dizer ao Senador, inclusive autor, que o voto do Relator é favorável, sugerindo que vá para a Comissão de Assuntos Sociais. Queria concordar, mas gostaria de fazer uma outra sugestão.

Por se tratar de uma matéria que tem grande impacto, não deveria só passar pela Comissão de Assuntos Sociais, mas também pela Comissão de Assuntos Econômicos. Eu mesma fui relatora do seguro defeso do pescador, que já foi diminuído. Então, inicialmente, o parecer é pela aprovação, mas quero incluir, porque o parecer do Relator Leonel Pavan é apenas para enviar à Comissão de Assuntos Sociais, como relatora *ad hoc*, além da Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Assuntos Econômicos, para que possamos avaliar todos os impactos, porque se dá uma amplitude muito grande àqueles que vão receber. Tudo aquilo que cause impacto econômico necessariamente precisa ser apreciado.

Então, o nosso voto é favorável, apenas acrescentando que, além da Comissão de Assuntos Sociais, vá à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB - TO) – A Mesa consulta o autor do requerimento, Senador Valdir Raupp, se concorda com a proposta da Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, este projeto já está tramitando há algum tempo e até me foi solicitado através do sindicato de pescadores, pelo nobre Senador Garibaldi Alves, porque este assunto é muito interessante para o Nordeste. Depois, recebi a relatoria da nova lei da pesca, e foi pedido pelo

Governo o adiamento. Vou ver se não poderia inserir tudo o que está no projeto nessa lei da pesca, então se resolveria todo o problema.

Concordo com o pedido da Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB - TO) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Leonel Pavan, proferido pela Senadora Ana Júlia Carepa, com a propositura de encaminhar também à Comissão de Assuntos Econômicos.

As Srªs e os Srs. que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Agradecemos a atenção e a determinação dos eminentes Senadores.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 11h55min)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DO SENADO FEDERAL; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO-CD; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO-CD; FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE-CD; E COM A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO-CN, NO DIA SEIS DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 2, ANEXO II DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Às dez horas e cinqüenta e oito minutos do dia seis de outubro do ano dois mil e cinco, no Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal (CMA/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), com a presença dos Senadores Flexa Ribeiro, titular da CMO/CN, titular da CMA/SF e suplente da CAE/SF, Gilberto Mestrinho, titular da CMO/CN e titular da CAE/SF, Eduardo Suplicy, titular da CAE/SF, Serys Slhessarenko, titular da CMO/CN, titular da CMA/SF e suplente da CAE/SF, Geraldo Mesquita Júnior, titular da CMO/CN, e Leomar Quintanilha, titular da CMO/CN e titular CMA/SF; e dos Deputados Amauri Gasques, titular da CMO/CN, Anivaldo Vale, titular da CMO/CN, Benedito de Lira, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Carlito Merss, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Cláudio Cajado, titular da CMO/CN, Colbert Martins, suplente da CMO/CN, Devanir Ribeiro, titular da CMO/CN, Edson Ezequiel, suplente da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, Eduardo Cunha, titular da CFT/CD, Eduardo Sciarra, titular da CMO/CN, Eduardo Valverde, suplente da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Elaine Costa, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Francisco Dornelles, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Gilmar Machado, titular da CMO/CN, Gustavo Fruet, titular da CMO/CN, Humberto Michiles, titular da CMO/CN, Ildeu Araújo, titular da CDEIC/CD, Jaime Martins, titular da CMO/CN, João Grandão, suplente da CMO/CN, João Leão, titular da CMO/CN, Jorge Boeira, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD, José Divino, titular da CMO/CN, José Priante, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Josué Bengtson, titular da CMO/CN, Júlio César, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Laura Carneiro, titular da CMO/CN, Léo Alcântara, suplente da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, Leonardo Monteiro, suplente da CMO/CN, Luiz Bittencourt, titular da CMO/CN, Luiz Carlos Hauly, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD, Luiz Carreira, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Lupércio Ramos, suplente da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD, Manato, titular da CMO/CN, Marcelo Castro, titular da CMO/CN, Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN, Mauro Benevides, titular da CFFC/CD, Miguel de Souza, titular da CMO/CN, Milton Monti, suplente da CMO/CN, Nelson Pellegrino, titular da CMO/CN, Pauderney Avelino, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD, Paulo Afonso, suplente da CMO/CN, Paulo Baltazar, suplente da CFFC/CD, Pedro Canedo, titular da CMO/CN, Pedro Chaves, titular da CMO/CN, Pedro Fernandes, suplente da CMO/CN, Pedro Novais, titular da

CMO/CN e titular da CFT/CD, Professor Luizinho, titular da CMO/CN, Reinaldo Betão, titular da CDEIC/CD, Renato Casagrande, titular da CMO/CN, Ricardo Barros, suplente da CMO/CN, Sérgio Miranda, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Silvio Torres, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Simão Sessim, titular da CFFC/CD, Wasny de Roure, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Wellington Roberto, suplente da CMO/CN e suplente da CFFC/CD. Deixam comparecer os Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Ramez Tebet, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Valdir Raupp, José Maranhão, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Fernando Bezerra, João Ribeiro, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. A presente reunião tem como objetivo receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema "avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços." - 1° semestre de 2005, em atendimento ao disposto no art. 9°, § 5° da Lei de Responsabilidade Fiscal. A reunião inicia-se sob a direção do Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que convida as seguintes autoridades para tomarem assento à Mesa, Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Deputado Eduardo Cunha, Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Ildeu Araújo, Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; e o Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. O Presidente informa que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2°, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no § 5° do mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles inicia a apresentação em multimidia sobre o tema em referência e dirigiu-se aos funcionários grevistas do Banco Central do Brasil presentes no recinto. Às onze horas e vinte e dois minutos, o Deputado Eduardo Cunha, Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, assume a condução dos trabalhos e solicita que não haja manifestação por parte dos funcionários do Banco Central. A seguir, o palestrante retoma a apresentação, tendo finalizado às onze horas e quarenta e oito minutos. A discussão é iniciada. O Senador Leomar Quintanilha, como integrante da Mesa, é o primeiro debatedor. Em seguida, o palestrante responde ao seu questionamento. O Deputado Pauderney Avelino sugere a formação de blocos integrados por três debatedores. Interpelam o expositor como integrantes do primeiro bloco, os Deputados Júlio Cesar, Pauderney Avelino e Luiz Carlos Hauly. A seguir, o palestrante responde aos questionamentos efetuados pelo primeiro bloco de debatedores. É assegurada a réplica ao Deputado Luiz Carlos Hauly. O expositor responde à réplica. Compõem o segundo grupo de debatedores os Deputados Sérgio Miranda, Eduardo Cunha e Wasny de Roure. O palestrante responde aos questionamentos do segundo bloco. Ao Deputado Sérgio Miranda é assegurada a réplica. O palestrante responde à réplica. Às treze horas e quarenta minutos, o Deputado Gilmar Machado assume a condução dos trabalhos e solicita que o prazo regimental para uso da palavra seja cumprido. Em seguida, ao Deputado Eduardo Cunha é assegurada a réplica, que é respondido pelo palestrante. A seguir, o Senador Eduardo Suplicy informa que não poderia permanecer no recinto a tempo de proferir os seus questionamentos, tendo em vista a sua inscrição para falar no Plenário do Senado Federal, às quatorze horas. É assegurada a réplica ao Deputado Eduardo Cunha. O palestrante responde a réplica. O terceiro bloco é integrado pelos Deputados Eduardo Valverde, Marcelo Castro, Edson Ezequiel e João Grandão. O expositor responde ao último bloco de debatedores e apresenta as considerações finais sobre o tema em apreço. Ao agradecer a presença do Dr. Henrique Meirelles, o Presidente em exercício, Deputado Gilmar Machado, encerra os trabalhos, às quatorze horas e vinte e três minutos, e, para constar, eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas.

Senador **Leomar QuintanilhA,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Notas taquigráficas da Reunião realizada em 04.10.2005

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Declaro iniciada a segunda reunião conjunta de audiência pública de 2005, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados — Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado — Comissão de Assuntos Econômicos, e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; do Congresso Nacional — Comissão Mista de Orçamento.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços no primeiro semestre de 2005, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convidado: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central.

Anuncio também a presença do Diretor de Política Econômica do Banco Central, Dr. Afonso Sant'Anna Bevilaqua.

Convido para compor a Mesa: o 1º Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Eduardo Cunha; o 1º Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Deputado Ildeu Araújo; o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Alexandre Cardoso; o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Senador Luiz Otávio; o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Leomar Quintanilha; e o Presidente da Comissão de Fiscalização.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado.

Conforme estipulado no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo.

A lista de inscrição está aberta e se encontra sobre a mesa.

Com a palavra **O SR. PRESIDENTE** do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma honra e uma satisfação estar presente mais uma vez no Congresso Nacional, fazendo uma prestação de contas semestral sobre as políticas monetária, creditícia e cambial e o impacto fiscal das operações do Banco Central do Brasil que é transferido ao Tesouro Nacional.

Vamos começar hoje a apresentação dentro do critério que temos seguido já há alguns anos: primeiro, o resultado contábil do Banco Central no primeiro semestre de 2005; segundo, os objetivos do Banco Central em política monetária, creditícia e cambial; terceiro, a decisão de política monetária e possíveis efeitos fiscais; e, por último, a atividade econômica.

(Exibição de imagens.)

O resultado apurado pelo Banco Central no primeiro semestre de 2005 foi negativo em 11,6 bilhões de reais e decorreu das receitas e despesas de todas as suas operações. Esse resultado foi originado principalmente pela valorização do real frente às moedas estrangeiras no período — dólar, euro e DES — , considerando-se que o ativo em moeda estrangeira é superior ao passivo da mesma natureza.

Deixem-me explicar exatamente do que se trata. As contas do Banco Central vão mudando com o tempo na sua composição cambial. Houve um momento em que o Banco Central tinha um passivo cambial muito maior do que o ativo, uma vez que tinha as operações de swap cambiais passivas em valores maiores do que as reservas líquidas do Brasil. Por outro lado, o passivo cambial tem decrescido com a queda das obrigações cambiais, o que é um ganho de credibilidade do Brasil, e as reservas internacionais têm crescido. Isso, de novo, é um ganho para o País.

Como vamos mostrar, as reservas são a contrapartida da dívida externa, o que significa que, quando o dólar se deprecia frente ao real, existe uma perda de valor em reais das reservas, mas também existe uma diminuição no valor da dívida externa, que é maior do que as reservas. Significa que existe uma vantagem líquida para o Governo.

O resultado do Banco Central é sempre coberto pelo Tesouro Nacional até o décimo dia útil do semestre seguinte.

Vamos aos detalhes.

O resultado consolidado. Como mencionei, o resultado dos juros foi positivo em 2 bilhões e 521 milhões. O resultado negativo veio basicamente da correção cambial, fruto da apreciação do real. O real subiu de valor, e o Banco Central tem reservas em dólares e em outras moedas maiores do que o passivo em moeda estrangeiras. As operações de swap deram um resultado positivo porque elas são uma exigibili-

dade do Banco Central em dólares. No momento em que o dólar diminui de valor, as operações passivas do Banco Central em dólar dão resultado positivo. As marcações a mercado, que são as variações dos preços dos valores dos títulos a mercado, têm o valor de 483 milhões negativo. E o resultado de outras tem o valor de 485.

Se olharmos os resultados semestrais, apenas para termos uma margem de comparação, exemplificando isso que mencionei, vamos ver que o primeiro semestre de 2002 teve um resultado um pouco abaixo de 11 bilhões de reais negativo e o segundo semestre de 2002 um resultado de 6 bilhões de reais negativo. No primeiro semestre de 2003 já foi positivo: 24 bilhões de reais, porque naquela época as operações passivas em moeda estrangeira eram superiores às reservas ou operações ativas. Significa que, quando o real se depreciou em 2002, gerou prejuízo; quando o real se apreciou em 2003, gerou lucro, pela composição do balanço naquela época. Essa composição foi mudando à medida que as operações passivas em moeda estrangeira foram diminuindo e as operações ativas foram aumentando, com o aumento das reservas. Portanto, chegou-se a essa evolução. Agora, em 2005, temos a apreciação do real levando a uma perda líquida no balanço do Banco Central.

Resultado de juros.

Em moeda estrangeira, houve um resultado positivo de 200 milhões de reais e, em moeda nacional, um resultado positivo de 2 milhões e 321 milhões de reais. Títulos, depósitos, empréstimos a pagar, despesas etc, essa é a composição do resultado de juros em moeda estrangeira.

Resultado da correção cambial.

Temos uma perda na posição em dólar, um ganho na posição em DES e uma perda na posição em euro e em outras moedas. No caso dos DES, o resultado decorre do fato de que essas são operações passivas, portanto, dando um resultado positivo.

Como mencionei, o resultado da correção cambial, no caso do dólar, deve-se principalmente ao ativo maior do que o passivo. No caso dos DES é o contrário: passivos em DES, que são Direitos Especiais de Saque, são menores do que as posições do euro e outras moedas.

Resultado das operações de swap.

Como já adiantei, à medida que há uma apreciação do real, ele tem resultado positivo no mês; havendo depreciação do real, tem resultado negativo — é a dinâmica dessa conta. Portanto, resultados positivos na maior parte dos meses do semestre.

Resultado de marcação a mercado.

Em moeda estrangeira, os títulos resultaram em 161 milhões. Em moeda local, 322 milhões.

Outras receitas e despesas.

Constituição líquida de provisões — são provisões naturais de balanço, voltadas principalmente para ações judiciais que estão em andamento nas diversas cortes. O Banco Central tem que fazer previsões para isso, além de outros títulos que possam ter impacto nessa conta; despesas administrativas; fabricação de cédulas e moedas; repasse do Tesouro (positivo); tarifas e devolução de contribuições; outras.

Passamos ao ponto fundamental, que explica a maior variação de resultados. O descasamento entre ativo e passivo reflete o fato de o Banco Central ser o depositário das reservas internacionais do Brasil, que têm como principal objetivo garantir o pagamento da dívida externa soberana de curto prazo, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade da economia a choques externos e a percepção de risco.

A dívida externa, que é maior que as reservas, está contabilizada no balanço do Tesouro Nacional. Dessa forma, enquanto o Banco Central apresenta perdas decorrentes da desvalorização de seus ativos em moedas estrangeiras, o Tesouro apresenta um ganho equivalente, decorrente da diminuição do valor da dívida em moeda estrangeira. Isso é uma questão contábil entre o Tesouro e o Banco Central.

Em resumo, o fato de a moeda brasileira se valorizar não causa prejuízo líquido ao Tesouro. Muito pelo contrário, porque o Brasil como um todo é devedor líquido em dólares. As reservas são ativas. A valorização do real gera uma perda ao Banco Central, mas gera um ganho ao Tesouro. Portanto, esse é um resultado totalmente compensado pelo ganho da diminuição do valor em reais da dívida externa.

O resultado negativo do Banco Central decorreu basicamente da apreciação do real, que acarretou despesas com a correção cambial. Esse resultado contábil, como já mencionei, é compensado pelo ganho do Tesouro com a apreciação.

Vamos agora passar à segunda parte, que são os objetivos do Banco Central.

Em primeiro lugar, vamos focalizar os objetivos do Banco Central nas políticas monetária, creditícia e cambial.

Política monetária.

O objetivo fundamental do Banco Central na política monetária é o cumprimento da meta de inflação de 5,1% para o ano de 2005 e da meta de inflação, estabelecida pelo Conselho Monetário de Nacional, de 4,6% para 2006, com tolerância de mais ou menos 2%, condição necessária para o crescimento sustentável de médio prazo.

Vou apenas mencionar que o objetivo de 5,1% está dentro do intervalo de tolerância definido pelo Conselho Monetário Nacional para o ano de 2005.

Política creditícia.

O Banco Central tem como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Não há metas formais para a política creditícia.

Em relação à política cambial, a meta é o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante. Não existem também metas para a taxa de câmbio.

Em relação à política monetária, o objetivo principal é o cumprimento da meta de inflação de 4,5% para o ano de 2005, mas o objetivo fixado é de 5,1%. Para o ano de 2006, 4,5% é a meta, e essa é a condição necessária para o crescimento sustentável do Brasil a longo prazo.

Se olharmos para a evolução mensal do Brasil vamos ver que em 2003 houve uma média mensal de 0,75%, em 2004 de 0,61% e em 2005 de 0,52%.

A inflação semestral.

No primeiro semestre de 2004 foi de 3,48% e no primeiro semestre de 2005 de 3,16%, portanto, uma redução de 0,32 pontos percentuais.

Em preços livres — aqueles não são os preços monitorados administrados —, houve uma variação de 3,77% no primeiro semestre de 2004 contra 3,13% no primeiro semestre de 2005, uma redução de 0,64%.

O índice de preços no atacado, como era de se esperar, tem uma volatilidade maior do que o índice de preços ao consumidor, mas de novo 0,52% em 2003, 1,15% em 2004 e 0,03% em 2005.

Expectativas de inflação do mercado para os próximos 12 meses. Essa é uma avaliação interessante.

Avaliação dos mercados — mercado aqui significa aquelas pessoas que fornecem informações dentro da pesquisa conduzida pelo Banco Central do Brasil semanalmente e envolvem representantes de diversos segmentos da sociedades, através dos departamentos de análise econômica que fazem esse tipo de avaliação. Vamos ver que a expectativa de inflação tem declinado a partir do início do ciclo ativo da política de ação monetária do Banco Central. Em setembro e outubro de 2004 vamos ver a resposta da expectativa em relação à inflação a partir daquele momento. Portanto, há uma evolução bastante significativa sobre os efeitos da política monetária.

Relatório de metas de inflação e a expectativa de mercado.

A meta, aí em vermelho, através do seu intervalo superior e inferior, portanto o intervalo de tolerância, sinaliza exatamente aquilo que é considerado aceitável pelo Conselho Monetário Nacional. Vamos ver a subida da inflação no segundo semestre de 2002 contra o primeiro semestre de 2003 e, depois, a inflação dentro já da trajetória de metas.

Expectativa de inflação no mercado.

Esse é o número percentual de instituições com expectativas de inflação acima do intervalo superior de tolerância, segundo a pesquisa. Vamos ver, evidentemente, que, no final de 2002, começo de 2003, existiu um número muito grande de instituições esperando uma inflação acima do intervalo de intolerância superior, o que de fato aconteceu, e depois tivemos um pequeno número de instituições que voltou a prever isso durante o segundo semestre de 2004 e o primeiro semestre de 2005, mas de novo voltamos a uma situação em que não há mais um número significativo de entidades que projetam inflação acima do intervalo de tolerância para o ano de 2005.

Em termos de política creditícia, como mencionei, o Banco Central não tem meta formal. Existe o objetivo de ampliar o acesso da população ao crédito. Se olharmos o crédito total e o crédito livre como percentagem do produto crédito total à esquerda, o crédito total da coluna da esquerda como percentagem do produto em vermelho, vamos ver que o crédito total no Brasil, que estava um pouco acima de 23% do Produto Interno Bruto, tem crescido, a partir do início de 2003, atingindo agora percentual que se aproxima de 28% do Produto Interno Bruto. É ainda baixo, em termos internacionais, mas é importante e está crescendo substancialmente.

Do lado direito, vemos o crédito livre, isto é, aquele que não é direcionado. Vemos que também está crescendo de um percentual um pouco abaixo de 13,5% do Produto Interno Bruto, chegando agora acima de 16%, na linha em azul com tabela refletida na coluna (Falha na gravação.)

Sobre o crédito livre para pessoas físicas e jurídicas, tomando-se por base o mês de janeiro de 2003, como base 100, vemos como cresceu o crédito para pessoas físicas e como está crescendo o crédito para pessoas jurídicas.

Mais uma vez vemos como o processo de estabilização da economia brasileira está levando ao aumento gradativo da oferta de crédito no mercado. Na medida em que diminui a volatilidade da economia, diminui a imprevisibilidade, ou aumenta a previsibilidade, o que faz com que tomadores e emprestadores se sintam mais confortáveis para tomar ou conceder empréstimos.

Olhando agora o spread do crédito livre, pessoas físicas e jurídicas, média móvel de 3 meses, vemos que pessoas jurídicas, na linha vermelha vertical à esquerda, que mostra exatamente os percentuais, está

em queda, e sobre pessoa física, à direita, também vemos a tendência.

Quanto à inadimplência de operações de crédito, pessoas físicas e jurídicas, vemos evolução. Pessoas físicas com queda gradual durante esse período. Pessoas jurídicas também com essa tendência. Subiu um pouco no começo de 2003 e voltou a cair. Houve pequena subida em 2005, voltando de novo à linha de tendência.

Sobre a política cambial, o aperfeiçoamento permanente do regime de campo flutuante é o objetivo do Banco Central. Não existe de novo metas para taxas de câmbio.

Esta aqui é a taxa de câmbio nominal, com variação em relação ao dólar norte-americano e a evolução desde janeiro de 1999.

Resultado do balança de pagamento brasileiro.

Se olharmos, por exemplo, do lado da coluna à esquerda, linha vermelha, vamos ver que a conta corrente brasileira começa com saldo negativo em janeiro de 1999, acumulado em 12 meses cerca de 14 bilhões de dólares; aumenta acima de 30 bilhões de dólares, no final da década de 90, e hoje atinge o acumulado de 12 meses ao redor de 14 bilhões de dólares.

Existe discussão teórica correta entre os macroeconomistas para saber até que ponto é desejável que o Brasil mantenha superávit de conta corrente a longo prazo. É opção válida. Alguns economistas defendem que isso não necessariamente ocorrerá, e não é necessariamente desejável que, a longo prazo, países emergentes tenham superávit em conta corrente, na medida em que, em tese, absorvem poupanças dos países mais desenvolvidos para seu crescimento.

Por outro lado, a Ásia está seguindo política consistentemente de superávit de conta corrente com resultados também expressivos. É debate teórico interessante, mas o fato concreto é que o superávit de conta corrente brasileiro tem sido muito importante neste momento em que passamos por período de estabilização da economia brasileira, o que tem feito com que os riscos caiam e que haja maior estabilidade e maior confiança. É fator importante para o Brasil.

A conta corrente tem sido, evidentemente, o resultado do grande salto da balança comercial. Na coluna da direita, linha azul, vamos ver que o saldo da balança comercial chegou a ter déficit entre 5 a 10 milhões de dólares e, hoje, está em torno de 40 bilhões de dólares.

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Um momentinho. Toda e qualquer presença neste recinto é muito bem-vinda. Estamos em uma audiência pública, mas jamais podemos superar o limite do respeito.

Se a platéia quiser se manter no recinto — o que nos dá muita honra — peço que faça silêncio, senão serei obrigado a pedir evacuação do plenário.

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Está certo. Os senhores já deram sua mensagem. Já estamos lendo os cartazes. Todo mundo já percebeu, estamos todos solidários com qualquer tipo de manifestação feita pacificamente.

Sr. Presidente Henrique Meirelles, pode continuar a apresentação.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Evidentemente que respeitamos a manifestação do corpo de funcionários do Banco Central. É direito legítimo protestar e demandar, por meio de movimento grevista, aumento salarial, que está sendo tratado no âmbito do Governo e dentro do processo geral de negociação. Repito, respeitamos integralmente a manifestação dos funcionários.

Seguindo a orientação do Presidente, vamos continuar a apresentação.

Em relação à expectativa do mercado para o saldo comercial de 2005 — e como essa expectativa tem evoluído desde 2004 — vamos ver que houve aumento gradual e bastante pronunciado das expectativas, a partir do início de 2005. Quer dizer, o saldo comercial brasileiro tem surpreendido a maior parte dos analistas, estabilizando-se, aproximadamente na metade do ano, em valor pouco acima de 34 bilhões de dólares. Mas, de novo, tem havido revisão sistemática desses números por parte dos analistas.

Em relação à balança comercial, enfatizo o fato de que o saldo comercial é basicamente o resultado do aumento pronunciado das exportações, que está sendo, portanto, superior ao aumento das importações.

Isso é muito importante porque quando analisamos o início do ano de 2002 tivemos saldo comercial como resultado da queda das exportações e das importações, com as importações caindo mais que as exportações.

As exportações começaram a crescer a partir do segundo semestre de 2002, com importações ainda caindo. Mas existiu preocupação muito grande de que quando houvesse essa retomada na atividade econômica e as importações crescessem, isso pudesse levar à queda das exportações. Não aconteceu. É dado extremamente positivo para a economia brasileira a força competitiva do Brasil, hoje, nos mercados internacionais, que aumentou de forma pronunciada suas exportações.

Quanto à balança comercial, em termos de preço e de volume, vamos ver que, por exemplo, no primeiro semestre de 2004 tivemos saldo de 15,1 bilhões, e, no primeiro semestre de 2005, 19,7 bilhões, numa variação, portanto, de 30% do saldo comercial. Como mencionei, 23,9% nas exportações e 20,4% nas importações. Em resumo, as exportações cresceram mais do que as importações no período.

Se analisarmos o caso da exportação, notaremos que a variação de preços foi inferior à variação de quantidade. Esse é um dado importante, isto é, a quantidade cresceu 12,3% — é a coluna da esquerda, das exportações —, enquanto os preços variaram positivamente 10%.

As importações comportaram-se de forma contrária, isto é, a variação dos preços foi superior à variação da quantidade.

Em termos de valor de exportações, os básicos cresceram, do primeiro semestre de 2004 para o primeiro semestre de 2005, 1,1 bilhão de dólares, de 13,7 para 14,8. Os semifaturados cresceram 1,8 e, importante, os manufaturados cresceram 7 bilhões de dólares. Isso mostra, de novo, a força competitiva da economia brasileira.

Em termos de preços e volumes — básicos, semifaturados e manufaturados —, notaremos que a variação de quantidade de básicos foi 1,5%; semifaturados, 10,4%; manufaturados, de 17,5%. Portanto, isso mostra, de novo, um crescimento da capacidade competitiva da nossa economia com o crescimento de quantidade, principalmente, nos itens de maior valor adicionado. No caso dos semifaturados e dos básicos, existe uma variação de preços maior do que de quantidades.

Um dado muito importante é o que representa os fluxos líquidos de câmbio. Discute-se muito essa questão dos fluxos comerciais do Brasil versus os fluxos financeiros. Podemos notar que, no primeiro semestre de 2004, o fluxo comercial foi positivo em quase 20 bilhões de dólares e o fluxo financeiro, negativo. Em 2005, deu-se o contrário: o fluxo financeiro diminuiu, sim, o seu negativo, em 2,3 bilhões de dólares, enquanto o comercial aumentou em 3. Portanto, tivemos um efeito líquido de 5,3. Mas o importante é mencionar a comparação de que o que realmente hoje direciona os resultados da balança de pagamentos do Brasil e dos fluxos comerciais e dos fluxos financeiros. Se somarmos o valor líquido de fluxos, vamos notar, portanto, que o grande fator é o comercial, esse é o dado importante.

O item investimento estrangeiro direto também está reagindo. Notaremos que, no final da década de 90 e começo deste século, tivemos resultados altos, parte disso foi resultado de transferência de controle. Hoje, temos uma recuperação dos investimentos estrangeiros diretos, mostrando de novo a recuperação da economia brasileira, do ritmo de atividades.

A dívida externa líquida, da maior importância, está caindo. Isso já mencionei. A dívida, que era pouco acima de 190 bilhões de dólares, caiu de forma pronunciada agora para cerca de 120 bilhões de dólares. Quer dizer, é uma combinação muito importante hoje da economia brasileira. O Brasil está crescendo, com saldo em conta corrente, e a dívida externa líquida está caindo. Portanto, isso mostra de novo um círculo virtuoso da economia brasileira.

Reservas internacionais. Conforme já mencionei, o Banco Central tem um objetivo de reconstituição de reserva, sendo que, no primeiro semestre de 2005, a instituição adquiriu 10,2 bilhões de dólares para as reservas internacionais do País. A atuação da autoridade monetária foi pautada pelas condições de mercado, procurando não adicionar volatilidade à taxa de câmbio, e não interferir em sua tendência de flutuação. O Banco Central tem um objetivo: o da reconstrução das reservas internacionais. O Banco Central não tem meta de taxa de câmbio.

A aquisição de reservas no mercado de câmbio, pelo Banco Central, realmente representa uma inversão importante de tendências. O Banco Central vendeu reservas, em períodos anteriores, visando a estabilizar os fluxos. O Banco Central hoje está tendo condições de adquirir reservas, portanto, reconstituindo as reservas internacionais do País, o que é, de novo, resultado do ganho de competitividade das contas externas brasileiras, resultado da estabilização do Brasil, resultado da nossa maior capacidade de competição.

Se observarmos o número de reservas, as reservas totais estão crescendo. Desde janeiro de 2003, um número abaixo de 40 bilhões de dólares, chegando ao redor de 60 bilhões, caiu um pouco. Devemos enfatizar o pré-pagamento que fizemos ao Fundo Monetário Internacional no valor de pouco mais de 5 bilhões de dólares.

As reservas líquidas são aquelas reservas depois de deduzirmos os empréstimos do Fundo Monetário Internacional. As reservas líquidas, de novo, estão crescendo, atingindo valores maiores desde a introdução do regime de câmbio flutuante no Brasil.

A rolagem da dívida cambial é outro dado da maior importância, mencionei o assunto no início, quando estava falando sobre a dinâmica do balanço do Banco Central.

A dívida cambial interna no Brasil era representada basicamente por 2 instrumentos: em primeiro lugar, os títulos cambiais, emitidos pelo Tesouro Nacional e

que, portanto, representavam obrigações em dólar e as operações de swap cambial, que eram contratos de venda de dólar no futuro pelo Banco Central, comprado pelo agente nas Câmaras de Mercado Futuro no Brasil. Ocorre que a dívida cambial tem sido gradualmente reduzida. Em 2001, tivemos uma rolagem acima do que vencia, portanto, um aumento líquido e, depois, essa rolagem foi diminuindo, sendo zero no ano de 2005.

A dívida cambial doméstica, com percentagem da dívida total de um pico acima de 35%, próximo dos 40%, está caindo gradualmente hoje para cerca de 4% da dívida total. De novo, isso aumenta a solidez dos balanços do Tesouro Nacional.

Dívida cambial doméstica, como ela tem evoluído. Vemos que, em 2004, houve redução de 25,7 bilhões de dólares, em 2005, 14,3 bilhões de dólares.

Indicadores da sustentabilidade externa: melhora substancial, pagamento de juros sobre exportações, caindo fundamentalmente; a dívida externa líquida sobre exportações chegou a quase 4, hoje, um pouco acima de 1. E a dívida externa líquida sobre o Produto, gostaria apenas de enfatizar esse número, ele está hoje praticamente reduzido pela metade do que foi aí no pico, por exemplo, no ano de 2002.

Decisões de política monetária e possíveis efeitos fiscais. O assunto tem sido objeto de muita discussão aqui nas Comissões e no passado. A grande controvérsia é saber qual o efeito fiscal nas decisões de política monetária.

Alguns analistas entendem que o impacto direto da taxa de juros de curto prazo, segundo a definição da taxa base do Banco Central, é o grande efeito macroeconômico da política monetária.

Devemos enfatizar que esse impacto direto da taxa de juros no curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. Isso é importante, porque existem outros efeitos. A política monetária tem impactos fiscais indiretos: efeitos sobre as expectativas, a inflação, a taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo.

Então, o que devemos levar em consideração? Que o Tesouro Nacional vende seus títulos no mercado e, na medida em que existem melhores expectativas, os prêmios de risco dos títulos tendem a cair. Se a expectativa de inflação diminui, isso influencia também o preço dos títulos pré-fixados, por exemplo, a taxa de câmbio influenciando o custo da dívida externa etc., e o crescimento econômico do País a longo prazo. Quer dizer, na medida em que uma política monetária seja bem-sucedida e o crescimento econômico a médio e longo prazos seja maior, isso faz com que, de novo, o custo da dívida com o percentual do Produto tenda a cair.

Uma maneira de se avaliar os efeitos fiscais da política macroeconômica é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público como percentual do PIB, resultado de tudo isso.

Se analisarmos a dívida líquida do setor público como percentagem do Produto, veremos que era de cerca de 61,6% do PIB, em setembro de 2002, caiu gradualmente até atingir, em junho de 2005, 51,1%.

É essa a maneira que julgamos adequada de analisar, de forma consistente ao longo do tempo, os efeitos da política monetária sobre a dívida pública. Em resumo, é um efeito macroeconômico. E não se trata apenas de olharmos de forma pontual o efeito de uma decisão do Banco Central num determinado tipo de papel do Tesouro a curto prazo.

Fatores condicionantes da dívida líquida do setor público, verificando 2004 e o primeiro semestre de 2005, por exemplo. Veremos que em 2004, como percentual do Produto, a dívida caiu 5,5% e no primeiro semestre de 2005 caiu 0,6%.

Quais são os diversos componentes? Necessidade de financiamento do setor público caiu de 2,5% para 1,1% do Produto. Tivemos a evolução do superávit primário e dos juros nominais, o efeito da depreciação cambial por crescimento do Produto, o reconhecimento de dívidas, ajustes etc. Então, veremos que o efeito líquido, de novo, tem sido a queda da relação dívida/Produto.

A dívida líquida do setor público com percentagem do Produto, segundo expectativa do mercado (grafado em verde), mostra exatamente qual a tendência esperada, algo extremamente positivo para o País.

Finalmente, a última parte: crescimento do Produto.

O Brasil está crescendo desde o terceiro trimestre de 2003, de forma consistente. Isso é muito importante. Estamos nos aproximando do recorde de crescimento ininterrupto da economia brasileira, ou seja, crescimento por 8 trimestres consecutivos, acumulando 9,2% de crescimento nesse período. É algo que gostaríamos de enfatizar. Mas muito importante: se analisarmos também o crescimento em relação ao trimestre anterior, veremos que do último trimestre divulgado para o segundo trimestre tivemos crescimento de 3,9%; crescimento em relação ao trimestre anterior, tirando-se o efeito sazonal e anualizando, veremos que tem havido variação. Mas no último trimestre divulgado, que foi o segundo, tivemos crescimento anualizado de 5,7% em relação ao trimestre anterior.

Se analisarmos a decomposição do crescimento, em termos de demandas interna e externa, veremos

que no período de ajuste da economia brasileira — o primeiro semestre de 2003 — houve basicamente uma influência maior da demanda externa, e a demanda interna tem sido responsável, de novo, por uma demanda cada vez maior do crescimento.

A produção industrial crescendo como tendência desde, novamente, o terceiro trimestre de 2003. Tivemos, hoje, inclusive a divulgação da produção industrial de agosto, que apresentou crescimento sobre a produção industrial de julho. Portanto, de novo, temos claramente a tendência de crescimento da produção industrial, aqui medida por média móvel de 3 meses.

Se observarmos os bens duráveis sobre o total, veremos que os bens duráveis continuam tendo um comportamento acima da média, principalmente puxados pela expansão do crédito.

As vendas no varejo, no entanto, apresentam tendência de crescimento também desde o terceiro trimestre de 2003.

Vendas no varejo: se analisarmos no geral — hipermercados, supermercados, móveis, eletrodomésticos e automóveis —, veremos a tendência, novamente, dos diversos segmentos que mostram a decomposição desse crescimento. Mostramos que, de novo, a partir do segundo trimestre de 2003, existe crescimento em percentuais diferentes de todos esses segmentos, com algumas variações de ajuste ou de acomodação em alguns períodos mais curtos.

A criação de emprego formal é da maior importância porque hoje o Brasil está crescendo de forma equilibrada. O Brasil cresce de forma sustentada e tem suas contas externas, suas contas públicas, todos os seus índices de sustentabilidade equilibrados e, o mais importante também, está gerando empregos de forma consistente.

Veremos que no acumulado de 12 meses o Brasil tem gerado, nos últimos meses, acumulado de mais de 1 milhão e 200 mil empregos/ano, o que mostra a força de criação de empregos formais da economia brasileira hoje.

Se observarmos a taxa de desemprego — o gráfico evidentemente tem comportamento sazonal —, normalmente, o desemprego no Brasil cresce no primeiro trimestre e decresce no restante do ano, num padrão histórico. Mas veremos que o índice de desemprego em 2005 está substancialmente inferior ao dos anos anteriores, mantendo comportamento sazonal porém num patamar bastante inferior, estando hoje em um dígito.

Se compararmos o rendimento real médio sobre a massa salarial real, de novo, vamos ver a evolução, na coluna da direita: crescimento a partir do início de 2004 e, depois, acomodação em patamar já bastante elevado. Vemos também a recuperação do rendimento médio.

Um dado da maior importância é o efeito da inflação no rendimento médio. A linha vermelha é o rendimento médio e a azul, a inflação. Vemos que, quando a inflação sobe, no final de 2002, 2003, temos uma queda no rendimento médio. Isso é normal. Sobe a inflação e salário não acompanha, há queda do rendimento médio real, uma queda do poder aquisitivo do trabalhador. Portanto, devemos mencionar que, para um ganho gradual do poder de compra, é importante que se mantenha essa inflação...

(Manifestações da platéia.)

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Funcionários do Banco Central continuam entregando mensagem da sua reivindicação salarial, que nós respeitamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Vou fazer o último apelo à platéia. Na próxima manifestação, vou pedir a retirada das pessoas.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Se analisarmos crédito e vendas no varejo, veremos que as vendas no comércio têm crescido desde, novamente, o terceiro trimestre de 2003 — coluna da esquerda, linha azul. Vamos estabelecer uma correlação numérica, que já mencionei, com a concessão de crédito para as pessoas físicas, crescente de forma gradual, e o impacto disso nas vendas do comércio.

A participação do crédito no produto no Brasil ainda é baixa, mas, de novo, está crescendo de forma importante.

Vendas de supermercado e massa salarial real. Vemos, de novo: a massa salarial cresce, crescem as vendas dos supermercados.

Utilização da capacidade instalada: tivemos uma subida gradual a partir, mais uma vez, do terceiro trimestre de 2003.

Vemos que o terceiro trimestre de 2003 foi o início, de fato, de uma rota de crescimento sustentado no Brasil.

Dado muito importante é que, no entanto, atinge um pico e depois começa a cair gradualmente o resultado da medida da utilização da capacidade instalada, apesar de a produção continuar crescendo. É um dado interessante.

Se verificarmos a utilização da capacidade e a atividade industrial veremos o seguinte: a utilização da capacidade (linha azul) sobe com a subida da produção industrial (linha vermelha). As duas sobem, chegando ao momento em que a utilização da capacidade estava muito alta, próxima do limite. A utilização da capacidade começa a cair como resultado da maturação dos investimentos, enquanto a produção industrial continua a crescer.

Se verificarmos a absorção doméstica de bens de capital por média móvel, veremos, de novo, subida a partir do terceiro trimestre de 2003. A evolução dos investimentos e do Produto em relação a igual trimestre do ano anterior. Por exemplo, se analisarmos (coluna da esquerda) como tem evoluído em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e PIB, veremos que o investimento tem oscilação mais pronunciada. E, como era de se esperar, uma volatilidade maior. Hoje, porém, vivenciamos um período em que o investimento vem crescendo mais do que o Produto.

Se observarmos a correlação entre investimento e utilização de capacidade — investimento, na coluna da direita, em azul, e utilização da capacidade, na coluna da direita, em vermelho —, constataremos novamente que o aumento da utilização da capacidade, bem como do investimento, ocorreu principalmente num momento de maior estabilidade.

Se observarmos agora a correlação entre investimento e Risco Brasil —vamos simplificar porque chegamos ao final da palestra —, verificaremos, principalmente na parte mais clara, no lado direito, a queda do risco e, ao mesmo tempo, um aumento do investimento, o que mostra novamente a importância da previsibilidade e da estabilidade econômica para o aumento do crescimento e dos investimentos.

Fizemos uma apresentação bastante detalhada. Trouxemos muitos dados aos Srs. Parlamentares, o maior número possível de informações para que, de fato, possam ter consciência do momento extremamente importante vivido pela economia brasileira, com crescimento de forma balanceada, sem desequilíbrios evidentes que possam causar crises. A evolução é hoje a grande característica da economia brasileira.

Passaremos agora, com satisfação, às perguntas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Agradeço ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, a exposição sobre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal nesta reunião conjunta de várias Comissões.

Conforme estipulado no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelarem o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. A preferência sempre recai inicialmente para os membros da Mesa.

Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Dr. Henrique Meirelles, quero cumprimentá-lo pela clara e sucinta exposição, mas há algo que me intriga: o superávit primário, isto é, a insistência em manter o superávit bastante elevado, criando um constrangimento exatamente para os gastos de custeio, sobretudo para investimentos no País.

Muitos setores esperam do Governo providências imediatas. Cito, por exemplo, o setor de transportes, especificamente nossas estradas. Temos um riquíssimo patrimônio nacional de 55 mil quilômetros de rodovias pavimentadas que precisam de cuidados. Sei que já teve início a recuperação de estradas. No meu Estado, o Tocantins, teve início a recuperação, mas ainda muito tímida.

Na Saúde, também há restrições de recursos, quer para investimento, quer para custeio.

Indago a V.Exa. se há, em curto prazo, ações da política econômica brasileira que possam reverter esse fluxo, reduzir o superávit primário e destinar parte dos recursos a custeio e investimento?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, para dar celeridade aos trabalhos — são cerca de 10 inscritos, ou mais, fora os não inscritos, que se irão pronunciar, como os membros da Mesa —, sugiro a V.Exa. que faça um bloco de 3 Parlamentares para que o Presidente do Banco Central possa responder a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Após a resposta do Presidente Henrique Meirelles ao Senador Leomar Quintanilha, acatarei a sugestão de V.Exa. e farei bloco de 3 Parlamentares.

Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Sr. Senador Leomar Quintanilha, um Presidente brasileiro, na Primeira República, já dizia que governar era abrir estradas

Outros Presidentes, em outras oportunidades, disseram que governar é fazer opções, e, na maior parte das vezes, opções não necessariamente fáceis.

Se estudarmos diversos países, verificaremos que aqueles que têm menores dívidas públicas — e temos alguns exemplos na América do Sul, mas talvez o mais importante seja o do Chile — tendem a aplicar taxas de juros menores e a ser mais estáveis economicamente. Portanto, tendem a ter melhores condições de crescimento, de geração de emprego etc.

O caminho para diminuirmos a dívida é certamente o do superávit primário. Não há outro. Existem diversas opções para isso. São opções políticas. São opções da sociedade, do Governo e do Congresso

Nacional, na busca do caminho mais fácil e melhor para o Brasil.

Existem experiências importantes, e mencionei algumas hoje, numa conversa que tivemos. Alguns países que tomaram a atitude de proceder a um aumento grande de superávit primário e a uma queda importante da relação dívida/Produto, num período de tempo relativamente curto, tiveram — são dados históricos —, em conseqüência, uma queda gradual da taxa de juros e das inflações médias, além de um aumento das taxas médias do crescimento.

Não existem decisões fáceis. O importante é que o Governo e o Congresso Nacional tenham opções estratégicas.

Outro dado da maior importância é a maneira de se administrar a Previdência Social. Existem países onde o Governo investe muito em infra-estrutura, como China, Coréia e outros países asiáticos, mas não investe praticamente nada em Previdência Social. O Brasil destina uma parcela importante do seu Orçamento à área social em geral, não só à Previdência, e outros países não. Por exemplo, no Chile, toda a Previdência é privatizada. A despesa pública total do Chile é de 17%, um pouco mais da metade do percentual do Brasil. A dívida pública total do Chile neste ano será de cerca de 7% do Produto.

Essa foi uma opção estratégica da sociedade brasileira. O Banco Central é um mero analista. Foi uma opção, em última análise, dos senhores, os representantes da população brasileira, que têm a prerrogativa de julgar e decidir, juntamente com o Executivo. Evidentemente, o Banco Central não tem participação direta nisso. Portanto, podemos falar apenas, feliz ou infelizmente, como observadores da cena econômica e social.

O Banco Central não tem poderes diretos sobre essa área. Não nos cabe dar uma resposta direta a isso, e sim apenas mencionar os custos e benefícios de qualquer decisão que se tome a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Deputados, o resultado do Banco Central em 2003 foi de R$ 31,3 bilhões superavitários; no primeiro semestre de 2004, de R$ 2,8 bilhões, também superavitários, e no primeiro semestre deste ano de 2005 de R$ 11,6 bilhões negativos. Como se explica esse prejuízo brutal do Banco Central, uma vez que os bancos privados têm obtido os resultados mais expressivos de toda a história deste País, comparando com aquilo que está previsto na proposta do Governo para investir em 2006, R$ 14 bilhões, e também comparando esse dado negativo do Banco Central com o que pretende o Governo investir no Bolsa-Família, R$ 8,6 bilhões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento todos os Presidentes das Comissões e o Presidente do Banco Central, o Dr. Henrique Meirelles, sobretudo por suas responsabilidades, mas também pelo fair play que demonstrou hoje, ao receber os funcionários do Banco Central de forma educada. Quero dizer que é importante esse tipo de relação democrática, porque o Congresso Nacional é a instância que está sempre de portas abertas para o povo brasileiro. Se as portas estiverem fechadas em qualquer instituição, restará o Congresso Nacional como socorro para os anseios da população. (Palmas.)

Seria bom se também estivessem presentes aqui outros segmentos da sociedade brasileira para ouvir a exposição de V.Exa. Os números da economia brasileira que V.Exa. trouxe são realmente números de um País em que há — e vou usar esse termo outras vezes — um descasamento entre a política econômica e a realidade em que vivemos.

Inicio minhas perguntas chamando, em primeiro lugar, a atenção de V.Exa. para esse descasamento — pela segunda vez utilizo a palavra — entre a dívida pública bruta e a dívida líquida. Realmente, com a exposição de V.Exa., tivemos conhecimento de que, como mostram os números, vem decrescendo a dívida líquida. Ela manteve-se igual entre 2004 e 2005, mas realmente houve, a partir de 2003, um crescimento. Em 2001 a dívida era de 52,6%; em 2002, de 55,5%; em 2003, de 57,2%; em 2004 caiu para 51,7%, e em 2005 manteve-se em 51,7% do PIB. A dívida bruta segue em 2004 e 2005 uma trajetória inversa. Em 2002 ela era de 71,4%; em 2003 passou a 76,9%; em 2004 voltou para 71,9%, e em 2005 cresce para 74,9% do PIB. Em termos de valores, a dívida bruta é de R$ 1 trilhão, 412 bilhões. Portanto, minha primeira pergunta é esta: por que a brutal diferença entre a dívida líquida e a dívida bruta do Governo brasileiro?

Antes de fazer a segunda indagação, quero cumprimentá-lo por ter emitido títulos em reais, títulos esses comprados há 10 anos no mercado externo, com taxa de 12,75% ao ano, e com sucesso, o que significa um juro real em torno de 8%.

Agora, a segunda pergunta: se estamos com a taxa SELIC em 19,5% e os nossos títulos estão em torno de 7 pontos percentuais, acima da emissão externa, não seria a hora de começarmos a rever essa política, que, a meu ver, é danosa para a economia bra-

sileira? Lembro que o Deputado Leomar Quintanilha já o questionou a respeito do superávit primário. Vamos bater o recorde de superávit primário nos primeiros 8 meses deste ano de 2005. A previsão do superávit primário era de 4,25%, Sr. Presidente, e já alcançamos 6,26% do PIB nos primeiros 8 meses do ano. Entendemos que é hora de começar a reduzir os juros. Se eles se mantiverem, ou se essa política de superávit primário for mantida, não há previsão de se elevarem os investimentos. Já que a execução orçamentária de investimentos está em torno de 5%, a meu ver, é hora de reduzir pelo menos os juros para, conseqüentemente, reduzir também a relação dívida/PIB.

Vejo que V.Exa. está apressado, mas já vou concluir.

Outro ponto que também me chama atenção e sobre o qual espero uma explicação de V.Exa. é a brutal diferença entre a cunha tributária do setor bancário e a carga tributária sobre os comuns mortais, as empresas e as pessoas físicas do nosso País. Por que todos nós temos de arcar com uma carga tributária em torno de 37%, 38%? E sobre alguns produtos incide uma carga tributária ainda maior, até mais de 40%, enquanto os bancos têm uma cunha — até o nome é diferente: cunha fiscal! — de em torno de 20%. Espero que V.Exa. nos dê uma informação sobre esse ponto também.

Por fim, indago se V.Exa. é contrário ou favorável a esse crédito consignado. Pergunto: isso não será uma forma cruel de endividar a população, em especial os aposentados, com campanhas publicitárias promovidas por bancos e pelo próprio Governo ao qual pertence V.Exa.? Isso não levará à população a um endividamento brutal? Soubemos, pela exposição de V.Exa., que houve aumento do crédito consignado. Pergunto: V.Exa. é a favor disso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Na seqüência, para fechar o bloco, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente quero parabenizar V.Exa. pelo magnífico comportamento frente ao movimento de reivindicação dos funcionários do Banco Central.

Em segundo lugar, a experiência que vimos adotando no Brasil após a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma prática salutar. Com ela aperfeiçoaremos cada vez mais o poder de fiscalização do Congresso Nacional.

Em terceiro lugar, quero dizer que o relatório, do ponto de vista prático, atende aos requisitos da lei. V.Exa., Ministro Presidente do Banco Central, cumpre o ritual legal. Os números representam uma situação de estabilidade na economia brasileira. O Banco Central tem um comportamento prudencial, mas temos que nos abrir mais. A ação do Banco Central quanto à fiscalização dos bancos continua preocupando-nos muito. Isso vem desde a CPI do PROER, quando discutimos aquele programa e suas relações com os bancos estaduais e federais, com o saneamento desses bancos, e permanece até hoje essa grande preocupação.

Estamos realmente bastante preocupados com a fiscalização dos bancos, haja vista a quebra do Banco Santos, um fato muito emblemático. Depois de tudo que passamos, vivenciamos novamente uma quebra de banco, com prejuízo para os fundos de pensão municipais e estaduais, para uma série de órgãos públicos e inúmeras, milhares de pessoas físicas e jurídicas. E os acontecimentos envolvendo o Banco Rural e o BMG são normalmente constrangedores para o Banco Central, como órgão responsável por esse processo todo.

Do ponto de vista da macroeconomia, a inflação está sob controle, mas as taxas de juros são estratosféricas. Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que estamos presos numa armadilha de altas taxas de juros e de uma equivocada e elevadíssima carga tributária. O Brasil cresce por 1 ou 2 anos e depois dá marcha a ré. E essa armadilha persiste e torna-se cada vez mais perigosa. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, que participou ontem da reunião na Comissão de Finanças, a dívida líquida do Tesouro em agosto de 2004 correspondia a 22,4% do PIB; em agosto de 2005 correspondia a 25,3%. Não estou falando de Estados e Municípios, mas do Governo Federal. Ou seja, a dívida líquida, ao contrário do gráfico aqui apresentado, cresceu 2,9% do PIB. Portanto, com um PIB de R$ 2 trilhões, cresceu R$ 60 bilhões apenas este ano.

Por outro lado, a economia cresceu 3% este ano. Quer dizer, a dívida cresce 3% e a receita cresce 1,5%, se considerarmos Estados e Municípios. Só a União, até o mês de agosto, cresceu 0,95% do PIB, quase 1% do PIB. Ou seja, o crescimento que a economia brasileira atinge o Estado engole. Há 20 anos estamos sendo engolidos pelo Estado brasileiro. Isso significa que os pobres ficam cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos, porque, é claro, os rentistas, os aplicadores, os fundos enriquecem, com essas taxas de juros de 19,5% ao ano. São aplicações inimagináveis no paraíso do capitalismo brasileiro.

A perversidade maior é a execução orçamentária. Na parte de investimento, o Senador Leomar Quintanilha demonstra a ansiedade de ver investidos os R$ 22,7 bilhões nas estradas, nos portos, nos hospitais públicos, em todas as escolas públicas, investimentos esses autorizados pelo Orçamento brasileiro até o mês

de agosto. Mas apenas um montante de R$ 1,8 bilhão foi pago até o mês de agosto, ou seja, 8,28% do previsto! Essa é a perversidade maior de todas. Tudo é perverso. Por isso consideramos que estamos numa armadilha.

Não é verdade que o Governo Lula pratique a mesma política de Fernando Henrique. As bases são as mesmas, sim, mas a dosagem é extremamente diferente; do meu ponto de vista, a atual é cavalar.

O Brasil cumpre todos os seus compromissos, Sr. Presidente. Que outro país tem honrado a dívida interna e externa como o Brasil? Nenhum! Pelo menos, não na América Latina. Vide o caso da Argentina, que deu calote e continua em situação de risco igual à do Brasil. Quer dizer, eles deram calote. Nós não demos. Num período da década de 80 houve um simulacro de calote, nada mais do que isso. Continuamos honrando nossos compromissos internacionais e nacionais.

V.Exa. está dentro do coração da política macroeconômica do Governo. A taxa de juros tem de ser aceleradamente reduzida. Cada ponto percentual significaria para o setor público federal, estadual e municipal uma economia de torno de R$ 9 bilhões por ano. Com R$ 20 bilhões poderíamos recuperar todas as estradas brasileiras. Faríamos a recuperação em 1 ano e a cada ano investiríamos de R$ 15 bilhões a R$ 20 bilhões nas estradas. Para isso precisaríamos reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de juros, e temos uma tremenda folga para fazer essa redução.

Os principais analistas do País não avaliam o estrago que o sistema tributário tem causado ao Brasil. Se compararmos com a época da Constituinte, quando o Brasil arrecadava 22,4% do PIB, na época atual, se chegamos a 38% este ano e o crescimento da economia ficou em torno de 33%, 34%, verificaremos que o crescimento da receita governamental brasileira foi mais de 65%. A economia cresceu, só que o Estado engoliu esse crescimento e não realiza obras, não investe, e não sobra nada!

Agora a crise política leva-nos a um ponto de inflexão, de mutação. É hora de mudarmos de paradigma. Quanto mais demorarmos para tomar uma decisão, mais extensa será a crise. A crise política é uma realidade. Aparentemente não atingiu a economia, mas no fundo ela está sendo atingida, sim, pelo elevado custo que pagamos. Isso está implícito. E V.Exa. é quem decide a política macroeconômica brasileira. Todos erramos, mas, repito, é hora de mudança. É hora de termos essa coragem. A base é sólida. O Brasil tem todos os pressupostos, como foi mostrado por V.Exa. Estamos com credibilidade, nacional e internacionalmente. Se não tivermos coragem para mudar, continuaremos nessa lengalenga. Não haverá distribuição de renda nem recursos para obras, para os setores da saúde, cujo sistema está agonizando — e a Frente Parlamentar da Saúde está representada aqui —, da educação e da área social.

Sou da Oposição, mas não estou criticando o Governo, e sim fazendo uma autocrítica. Acumulamos erros nas últimas décadas, desde a Constituinte, e só fizemos piorar a situação do País. Temos de mudar de rumo, senão a crise política vai prolongar-se.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Dr. Henrique Meirelles, V.Exa. tem a palavra para responder ao primeiro bloco de perguntas.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em primeiro lugar responderei a pergunta do Deputado Júlio Cesar sobre a composição do prejuízo do Banco Central no primeiro semestre deste ano, de mais de R$ 11 bilhões. Em nossa apresentação, mostramos que esse prejuízo foi resultado do fato de o Banco Central ter ativos em moeda estrangeira, principalmente por ser o depositário das reservas internacionais do País, superiores aos passivos. O passivo do Governo em dólares está localizado no Tesouro Nacional. Portanto, se temos um passivo em moeda externa maior do que o ativo e a moeda externa cai de valor, temos uma diminuição do ativo. Logo, há prejuízo para quem carrega o ativo, o Banco Central, e diminuição do passivo em reais — o valor da dívida, que é o resultado positivo do Tesouro Nacional.

Esse resultado negativo do Banco Central é absorvido pelo Tesouro. Por outro lado, é compensado pelo ganho do Tesouro com a avaliação para menor da dívida externa. Não é um recurso subtraído, digamos, do investimento público ou do Bolsa-Família. Não nos parece uma comparação correta.

Da mesma maneira, isso também ocorre quando o Banco Central prevê lucro. O lucro resultava do fato de na época os passivos em moeda estrangeira serem superiores aos ativos. Esse mesmo movimento de apreciação da moeda real, num primeiro momento, levou ao lucro do Banco Central. Quando o Banco Central novamente aumenta as reservas, isso é bom para o País, aumenta a solidez do País. A percepção de risco diminui, mas, por outro lado, há esse resultado no balanço do Banco Central.

A pergunta do Deputado Pauderney Avelino refere-se ao porquê da diferença entre a dinâmica da dívida pública e a dinâmica da dívida líquida. Existe uma diferença de metodologia, no seguinte aspecto: a dívida líquida no setor público representa o balanceamento de débitos e créditos do setor público, enquanto a dívida bruta traduz apenas os débitos do Governo em geral. Quer dizer, a dívida bruta é calculada tendo em

vista as comparações com outros países, e não leva em conta todo o resultado dos balanços, por exemplo, do Banco Central, dos Governos estaduais e municipais e das empresas estatais nos 3 níveis de Governo. Em resumo, a dívida líquida engloba o Governo como um todo. Parece-nos que essa é uma visão mais realista do endividamento público, uma vez que ele engloba não só o Governo Central mas também os Governos estaduais e municipais, as empresas estatais, o Banco Central e ativos e passivos. Esse é o endividamento líquido. A dívida bruta é apenas o débito do Governo Central. Isso, portanto, envolve uma importante diferença de metodologia.

Não vamos esgotar o assunto, mas cito o exemplo do aumento das reservas internacionais do Brasil, que entra na atual dívida líquida, uma vez que o balanço do Banco Central entra no cálculo. Se o Brasil faz emissão em dólares, por exemplo, e aumentam as reservas, conseqüentemente aumenta a dívida bruta. Aumentam as reservas, a dívida bruta cresce. Todas as vezes que aumentam as reservas, aumenta esse descasamento, como V.Exa. conceituou. Isto é, aumenta somente a dívida bruta, nessa transação específica.

Como exemplo de outros itens de ativo do Governo, existe também a Conta Única, que é a conta de caixa do Tesouro Nacional para gerência de curto prazo. Na medida em que aumenta novamente esse ativo, a dívida líquida pode ou não diminuir, mas a dívida bruta pode aumentar.

A recomposição da carteira de títulos públicos do Banco Central é diferente, em face da proibição da emissão de títulos próprios a partir de 2002, pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A Carteira do Banco Central é um passivo do Governo. Logo, aumenta a dívida bruta, e não a líquida, porque quando aumentamos o passivo do Governo, por meio da emissão de título do Tesouro, aumenta também o ativo do Governo, uma vez que isso passa a ser ativo do Banco Central. Portanto, se existe emissão do Tesouro e ela passa a incorporar o ativo do Banco Central nesses papéis, isso não possui efeito na dívida líquida, no entanto faz aumentar a dívida bruta, num efeito similar ao das reservas internacionais.

Em suma, a melhor maneira de determinarmos o endividamento público é avaliarmos o comportamento da dívida líquida, que consideramos completa, pois envolve todos os ativos e passivos das empresas estatais, federais, municipais e estaduais.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Com exceção da dívida externa?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Não. A dívida externa é incluída.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Inclui na dívida bruta?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Inclui também na dívida bruta e, evidentemente, no cálculo da alíquota.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Na dívida líquida também?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Também. Entra a dívida externa no passivo e as reservas internacionais no ativo no cálculo da dívida líquida. Quer dizer, a dívida líquida engloba todos os itens de passivo e de ativo.

O Deputado perguntou se, devido ao custo da emissão externa ter sido bastante inferior ao da taxa base de curto prazo do Banco Central, não deveria ser indicativo para a instituição rever sua política monetária. Temos visão oposta sob o seguinte aspecto. Ontem, falando sobre o custo da política monetária para o País, por meio da dívida pública, afirmamos que deveríamos observar o efeito da política monetária na formação de expectativas inclusive de inflação. Por exemplo, o fato de os investidores internacionais acreditarem que não só a economia brasileira está estável o suficiente, mas também que a inflação brasileira, projetada para o futuro, possui trajetória convergente para as metas do Governo, faz com que não cobrem prêmios de risco de inflação elevados. Portanto, como os custos de prêmios de risco da economia brasileira estão sendo vistos no mercado como declinantes, o Brasil está sendo capaz de colocar títulos no mercado internacional a custo menor para a dívida pública. Isso mostra resultado positivo da política monetária. Vale lembrar que, no passado, para se vender no Brasil um título de 10 anos, a taxas prefixadas, teria de se pagar taxas astronômicas, se quisesse mesmo vender, porque ninguém sabia, ou não tinha segurança, qual seria o futuro comportamento dos riscos do País, inclusive do risco de inflação.

Portanto, é algo extraordinariamente positivo o fato de as taxas de longo prazo e dos títulos do Tesouro estarem cadentes. Isso mostra que o custo da dívida pública tende a cair, porque aumenta o nível de confiança nas contas públicas do Brasil, na economia brasileira e na trajetória de inflação no Brasil.

Do nosso ponto de vista, isso mostra que a política monetária comprometida com regime de metas de inflação, o Banco Central tomando suas decisões, tendo em vista cumprir suas metas, segundo definições do Conselho Monetário Nacional, novamente garantirá não só que o custo de financiamento da dívida pública tenha trajetória cadente, mas que também o custo de financiamento do setor privado, ao longo de tempo, tenha trajetória cadente.

Vale mencionar que, se compararmos a evolução da taxa de juros real da economia brasileira, levando-se em conta as taxas de juros dos títulos de médio prazo, ou o contrato futuro de 1 ano, por exemplo, pagos pelos setores público e privado no Brasil, deflacionados pela inflação prevista naquele período, verificaremos que a taxa de juro real no Brasil tem constantemente caído. Isto é, de 1999 a 2003, por exemplo, a taxa de juros real foi um pouco acima da metade em relação aos anos de 1994 a 1998. No período seguinte, a taxa foi cerca de dois terços desse segundo período. Se dividirmos a economia brasileira em 3 períodos após o Plano Real, nos primeiros 4 anos e nos 3 anos seguidos, verificaremos que a taxa de juros real possui cadente trajetória. Ou seja, nos primeiros 4 anos, com valor um pouco acima de 20%; nos seguintes 4 anos, com um pouco mais da metade desse valor; e, depois, de novo continua caindo. Em resumo, veremos que o processo de estabilização da economia brasileira está tendo cadente trajetória da taxa de juros real.

Voltando ao ponto mencionado por S.Exa. em relação à dívida líquida do Tesouro Nacional no mercado, não da dívida total, de fato cresce de 22,5% para 25,5% do produto. Novamente, isso aqui não inclui a conta única nem as reservas internacionais, porque é apenas do Tesouro e não inclui, nesse caso, o Banco Central. Essa é a questão referente à política monetária em foco e nossa visão também relativa à dívida pública.

Quanto ao crédito consignado, a pergunta do Deputado é muito interessante e séria, porque quanto mais disponível estiver para a população e quanto mais baixo o custo, maior a possibilidade de a população usar de forma mais eficiente os seus recursos. Quer dizer, em nenhuma economia o crédito tem papel negativo; normalmente tem papel positivo. As pessoas antecipam o consumo ou fazem financiamento de investimento.

Analisar o papel do crédito consignado, num primeiro momento, não é tarefa trivial, porque grande parte do crédito consignado foi usado para pagar créditos mais caros. Não foi meramente usado para aumentar o endividamento da pessoa. Existem muitos casos em que o cidadão toma o crédito consignado a taxa muito mais baixa do que o cheque especial e paga o seu crédito mais dispendioso.

É, portanto, um pouco difícil analisarmos caso a caso na medida em que estatisticamente se trata de valor muito elevado. Mas, do ponto de vista geral, consideramos positivo o crescimento do nível de crédito da economia brasileira. O nível de crédito do Brasil é baixo. Estamos ainda abaixo de 28% do produto. No Chile é de 60%, nos Estados Unidos é de 120%, na Europa e no Japão é acima de 100%. Em resumo, o aumento do crédito é positivo para a economia e faz baixar o custo.

S.Exa. aborda com muita ênfase sobre o fato de a transparência ser importante. É necessário que não haja publicidade enganosa, não só em relação ao crédito, mas também sobre qualquer produto. É importante os órgãos de defesa do consumidor trabalharem sério na proteção do direito de informação do consumidor. Nesse aspecto, existe inclusive projeto que foi objeto de acordo entre o Banco Central do Brasil e o CADE, ora em trâmite nesta Casa, que dá mais poderes ao CADE para analisar a questão da publicidade. Consideramos isso muito positivo.

Temos de dar muita atenção a esse projeto em debate na Casa, visando exatamente a assegurar melhor ou correta informação ao consumidor, não só no caso de empréstimo, mas qualquer produto financeiro oferecido pelo banco, como tarifas etc., ou qualquer outro tipo de produto oferecido no mercado, e não só pelo sistema financeiro.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, desculpe-me, mas ficou sem resposta a pergunta que fiz ao Presidente Henrique Meirelles sobre a cunha fiscal do setor bancário.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, quanto à cunha fiscal, não há dúvida de que quanto menor a tributação mais eficiente o sistema. Não há dúvida de que a cunha fiscal introduz certa ineficiência no sistema. Por outro lado, é muito importante o Governo financiar os seus gastos e que não haja tentativa de financiamento inflacionário, o que tem levado ao desastre. De onde o Governo financiará os seus gastos cabe ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional decidir. Se os impostos serão provenientes de "a", "b" ou "c", se é do imposto do mercado financeiro, se é do imposto sobre transações de produto, se é do Imposto de Renda, evidentemente, não cabe de fato ao Banco Central decidir. Novamente, lembro a relação custo/benefício no que se refere a retirar essa cunha fiscal das operações do mercado financeiro para se ter de aplicar esse imposto em outra área. Isso terá de ser cobrado de forma diferente, na medida em que o Orçamento tende a ser equilibrado. Portanto, em última análise, trata-se de decisão que não cabe ao Banco Central.

O Deputado Luiz Carlos Hauly fez menção ao Banco Santos e aos prejuízos que ele causou aos

fundo de investimento e de pensão aplicados naquela instituição.

Em primeiro lugar, a fiscalização do Banco Central do Brasil tem tido importantes ganhos de eficiência, inclusive reconhecidos internacionalmente. Atualmente, a fiscalização do Banco Central é cada vez mais respeitada no mundo todo, exatamente pela melhora de sua capacidade técnica e do seu quadro funcional.

Em segundo lugar, a intervenção no Banco Santos comparada com o que já houve na recente história do Brasil possui dimensão muito menor do que em outros casos, o que de novo resultou na rápida intervenção do Banco Central, sem deixar que o problema crescesse de forma significativa, apesar de o prejuízo ter sido extremamente negativo.

Vamos mais longe. S.Exa. mencionou a palavra mágica: PROER. No passado, tivemos relevantes aportes de recursos do Banco Central do Brasil, do Tesouro da União, por meio dos empréstimos daquela instituição. Mas, nesse caso, não houve PROER, não houve aporte algum de recursos do Banco Central do Brasil, o que significa ganho de qualidade para o Erário brasileiro. Não há dúvida de que as perdas sofridas por fundos de pensão de Municípios etc. são algo extremamente negativo e muito sério, mas devemos levar em conta apenas o fato de que não houve aporte direto de recursos do Erário público federal por meio do Banco Central do Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Henrique Meirelles, não tenho dúvidas de que fundos de pensão ligados a órgãos públicos estatais são obrigados a aplicar direta e tão-somente em títulos federais. Estou tentando trabalhar nesse projeto e não tenho dúvida alguma de que quanto à margem de risco zero o que leva um fundo de pensão a aplicar num banco de terceira categoria só podem ser interesses escusos, nada mais do que isso. Entendo que o Banco Central poderia, juntamente com esta Casa, trabalhar a possibilidade de criarmos uma regra para esses fundos de pensão e essas entidades.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, como sempre, o Banco Central está à disposição do Congresso Nacional para fornecer todos os dados necessários. Evidentemente, cabe à Casa a decisão soberana de aprovar ou não uma lei nesse sentido.

Em relação às demais instituições mencionadas, diria que o Banco Central tem sido extremamente rigoroso na sua área de competência. O Banco Central tem feito sérias recomendações, que foram seguidas, para a constituição de provisões por essas instituições e o enquadramento absoluto em torno das regras prudenciais. Evidentemente, ele cumpre sua missão fundamental: de prudência. O Banco Central não substitui outros órgãos da comunidade e da Nação brasileira. Da mesma maneira, a questão fiscal é tratada pela Receita Federal, algumas questões específicas são tratadas pelo COAF e outras pela Polícia Federal; ou seja, cada um trabalha na sua área de atuação, e certamente o Banco Central está extremamente atento para sua responsabilidade específica prudencial, como temos certeza de que outros órgãos também estão atentos para suas áreas de responsabilidade específica, inclusive o Congresso Nacional, no trabalho de investigação profilática.

Quanto à armadilha dos juros altos e da carga tributária alta, é muito importante dizer que não há dúvida de que existe um custo quando um país atinge o patamar de dívida pública líquida total que o Brasil atingiu; existe um custo para a diminuição gradual dessa dívida e, eventualmente, para a melhora das condições gerais de risco, das condições da taxa de juros etc. Mas, quando mencionei o caráter equilibrado do atual crescimento brasileiro, quis dizer que o que estamos fazendo nos está permitindo ter um crescimento sustentado.

S.Exa. mencionou com razão o fato de que, muitas vezes, crescemos 1 ano ou, no máximo, 2 anos, e depois não crescemos mais. O que estamos procurando é criar condições para um crescimento sustentado. Há 8 trimestres tem havido crescimento constante, ininterrupto, da economia brasileira. São 8 trimestres até o segundo trimestre de 2005, conforme o último número do PIB divulgado pelo IBGE. E as expectativas de mercado apontam para um crescimento também neste terceiro trimestre, o que ainda não foi divulgado. Se for o caso, terminaremos o nono trimestre com crescimento consecutivo, ultrapassando os 2 anos, conforme mencionou o Deputado.

Portanto, temos de continuar trabalhando para manter o crescimento equilibrado e para que não tenhamos oscilação. Concordo integralmente com S.Exa. quando diz que temos de evitar essa subida e descida, ou seja, crescer e diminuir, crescer e diminuir. Essa é uma das características importantes do Brasil hoje. Por exemplo, se olharmos o problema de alguns países vizinhos, veremos que alguns dos que tiveram dificuldade na gerência de suas dívidas, que tiveram de reestruturar e renegociar suas dívidas, tiveram perdas importantes de produtos e riquezas. Existem alguns países que hoje atingem o nível de produção que tinham ao final da década de 1990 — e essa é uma perda de longo prazo, é uma perda importante que o Brasil não teve. Talvez, em minha próxima apresentação no Congresso, seja útil traçar uma comparação, nesse aspecto, com outros países, apesar da delicadeza do assunto. Mas é importante fazê-lo, para

mostrar que o Brasil está numa linha de crescimento importante. Portanto, não necessariamente o calote gera ganhos de produto.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Não preguei isso. Apenas citei o exemplo do default deles, que aponta sua credibilidade hoje. Sei do prejuízo. O Brasil nunca deve fazer isso, jamais! Essa é a conduta. Evidentemente, tenho me batido contra as taxas de juros elevadas, a inadequação, a loucura do sistema tributário brasileiro. Quer dizer, essa soma da perversidade da taxa de juros com a elevada carga tributária e um sistema maluco, um verdadeiro manicômio tributário, tem prejudicado o País, sem dúvida alguma. Estou bem ciente disso.

Espero conseguir transmitir essa visão a V.Exa. Não é a primeira vez, mas hoje estou sendo mais preciso e mais claro com V.Exa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois não. Concordo totalmente com isso. Em nenhum momento achei que V.Exa. estivesse propondo aquilo. Apenas mencionei que, de fato, houve o calote; de fato, alguns países o fizeram; de fato, o risco desses países depois da reestruturação tende a cair. Mas o fato concreto é que houve um custo, e que este é permanente. Mencionei apenas isso. Mas é importante que, de novo, tenhamos essa queda gradual dos prêmios de risco do Brasil, para que possamos ter um crescimento consolidado.

Antes que o Presidente me chame a atenção, vou encerrar falando sobre a dívida líquida consolidada do setor público. Evidentemente, temos essa questão porque a dívida do Tesouro aumentou, conforme mencionamos, mas, por outro lado, a dívida líquida com o percentual do Produto tem caído.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Num histórico de pouco mais de 20 anos, na época do Delfim Netto, a dívida era superior a 56% do PIB; no final da década de 1980 e começo da década de 1990, ela cai; depois sobe novamente para o mesmo patamar; agora volta ao patamar em que estava.

Tenho um gráfico do Banco Central e gostaria que fosse atualizado. É um período de 30 anos. Assim teríamos uma visão de longo prazo da dívida líquida brasileira e do crescimento da economia, ambos comparados com a carga tributária. Poderíamos fazer esse exercício juntos na próxima vinda de V.Exa. a esta Comissão e discutir essa questão mais pontual do ponto de vista macroeconômico, pois os dados do Banco Central são mais precisos do que os dados que conseguimos obter.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Pois não, Deputado. Será uma grande satisfação atendê-lo. Certamente, estamos abertos a discutir todos esses assuntos e a usar conjuntamente nossa experiência. Mas gostaria de enfatizar sempre o aspecto limitado da participação do Banco Central em torno desse processo na medida em que, com relação a isso, o nosso compromisso básico é cumprir as metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional, visando, assim, com o passar do tempo, a que esses prêmios de risco e todos esses custos tendam a cair. Evidentemente, questões como a da carga tributária e a do total de despesas do setor público brasileiro estão muito mais na esfera das prerrogativas de V.Exas. do que na do Banco Central do Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Gostaria de ter acesso ao Conselho Monetário para ter essa posição, levando em consideração a carga tributária que influencia as empresas brasileiras e o produto brasileiro. Agora que estamos sendo invadidos por produtos chineses, a economia básica brasileira está sendo destruída. Só não conseguem destruir a macroeconomia, as multinacionais ou as nacionais com características de multinacionais. O fato é que esse sistema tributário desemprega milhões de pessoas e impede o crescimento. Se houvesse o mesmo modelo tributário europeu implantado no Brasil, estaríamos crescendo a 10% ao ano, e tenho a certeza de que a taxa de juros estaria em não mais do que 6% reais ao ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Próximo bloco. Tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Sr. Presidente do Banco Central, mais uma vez, o Presidente da República vetou a LDO. Nós aprovamos uma sistemática de apresentação dos chamados custos fiscais da política monetária creditícia e cambial, e, mais uma vez, ela foi vetada.

O Banco Central participou da decisão desse veto, influenciando essa opinião, seja no Ministério do Planejamento, seja diretamente na Presidência da República? Esta é a primeira pergunta.

Quando se busca a justificativa para o veto, diz-se que é muito difícil fazer uma apuração desses custos, porque isso depende de cenários. Agora, é inadmissível discutir o custo da política monetária, creditícia e cambial, sem considerar pagamento de juros. Pode-se argumentar que houve crescimento sustentável, que houve crescimento do produto e outras questões sobre o emprego, mas V.Exa. em sua exposição não cita o pagamento de juros. Então a política monetária não influencia o pagamento de juros do ponto de vista fiscal? V.Exa. não cita o pagamento, como se não existisse repercussão sobre o Orçamento. Podemos considerar

que tivemos esse custo e que tivemos esse benefício, mas não podemos ser omissos.

V.Exa. lembrou o Senador Leomar Quintanilha, que citou um ex-presidente segundo o qual "governar é construir estradas". V.Exa. ampliou essa idéia, dizendo que "governar é abrir opções". Lamento que a imagem do Governo Lula, quando se fizer o balanço da sua administração, fique com este emblema: "governar é pagar juros". (Muito bem!)

Eu tenho exemplos claros do pagamento de juros sob a ótica do Banco Central. O valor dos juros líquidos nominais, calculados pelo critério de competência, alcançou, no segundo Governo Fernando Henrique, uma média de 45 bilhões de reais; no primeiro ano do Governo Lula, em 2003, alcançou 100 bilhões de reais; no segundo ano, 79 bilhões de reais; no terceiro ano, segundo previsão do próprio Banco Central, a União vai pagar 127 bilhões de reais em juros.

Os juros orçamentários, brutos e reais, são obtidos descontando-se a inflação e calculados pelo critério de caixa. O valor pago desses juros passou de 65,3 bilhões de reais, , em 2003, para 179 bilhões de reais; ou seja, de 4,2% do PIB subiu para 8,4% do PIB.

O Deputado Hauly reclamou do crescimento da carga tributária, mas esqueceu a outra parte. A carga tributária cresce para viabilizar o pagamento de juros, porque uma política econômica não é neutra, não é técnica: alguém ganha e alguém perde.

Eu queria que V.Exa. levantasse os aspectos do custo, dos benefícios e dos números. Assistimos à palestra de V.Exa., mas considero inadmissível não fazer referência ao custo referente a pagamentos de juros da política monetária. Da mesma forma, V.Exa. também teria que prestar conta da política cambial, e não fez um comentário sequer sobre a unificação dos mercados de câmbio neste semestre. Qual o resultado disso?

E essa pendenga jurídica? Nosso mercado de câmbio de taxas livres é regulado por lei; o mercado de câmbio de taxa flutuante é regulado por uma interpretação da lei que deu autonomia ao Banco Central. O povo brasileiro financia as exportações mediante benefícios tributários para os exportadores, buscando garantia de dólares para pagamento de importações e compromissos externos, regulados por lei. Ocorre que o mesmo dólar serve para sair pelo mercado de câmbio de taxa flutuante. Então, a disponibilidade em reais de brasileiros que ganharam esses recursos pode ser transformada para dólar. Isso dá um inimaginável poder político aos grandes financistas! Segundo o relatório do Banco Central, estão nessa situação títulos com cláusulas de recompra de curto prazo em torno de 60 bilhões de reais. Isso pode sair do País a qualquer hora. Ora, o mercado de câmbio a taxas flutuantes, para servir para essas transferências, deveria ser limitado aos recursos que entrassem no próprio mercado de câmbio de taxas flutuantes; o povo brasileiro não deveria subsidiar essa transferência de poupança em reais para poupança em dólares.

Eu queria pelo menos um comentário, uma notícia de V.Exa. sobre essa mudança. Afinal de contas, V.Exa., ao tratar de política monetária, não trata do pagamento de juros; ao tratar da política cambial, não trata da unificação das regras do mercado de câmbio.

Por último, faço a pergunta que não quer calar. Sr. Presidente do Banco Central, de onde veio o dinheiro do valerioduto? Foi de empréstimos? Se foi de empréstimos, trata-se da gestão temerária de um banco. O Banco Central fiscaliza esse tipo de gestão? Como se emprestam 50 milhões de reais com apenas uma assinatura, sem garantias reais? Se o dinheiro não foi de empréstimos, quer dizer que foi de caixa 2? Esse tipo de operação é fiscalizado pelo Banco Central? Eu deposito um recurso no exterior, na conta do Banco Rural, e esse recurso reaparece para ser justificado na forma de empréstimo? É isso?

O povo brasileiro vai ter que saber de onde veio o dinheiro do valerioduto. De onde veio? Foi de empréstimo? Foi de operação de caixa 2? Foi de operações internas das empresas que o empréstimo apenas justificou?

O Deputado Hauly fez o comentário de que o Banco Central está exposto, mais uma vez, como esteve exposto em outras circunstâncias. Esse tipo de operação é fiscalizado ou não? Os bancos prestam contas? O Banco Central está exposto assim como o COAF, que ficou exposto porque não revelou essas transferências; sabia dos acontecimentos, mas não tomou nenhuma medida de fiscalização.

São essas as perguntas que dirijo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Agradeço a participação ao Deputado Sérgio Miranda.

Passo a Presidência da Mesa ao Deputado Luiz Carlos Hauly, para que eu possa fazer minhas perguntas como próximo Parlamentar inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Hauly) - Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente do Banco Central, ouvi atentamente sua exposição, e alguns pontos me saltaram aos olhos. Ontem, como disse o Deputado Luiz Carlos Hauly, houve uma exposição do Secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levi, acerca da programação monetária. Segundo essa exposição, o saldo da dívida imobiliária

em poder do público, em agosto de 2004, era de 745 bilhões de reais; em agosto de 2005 saltou para 910 bilhões de reais. Houve um aumento de 165 bilhões de reais, cerca de 25%, sobre o estoque da dívida imobiliária em poder do público.

O Secretário do Tesouro Nacional não conseguiu explicar como a variação pôde ter sido tão superior ao total da taxa de juros de um ano, considerando que houve pagamentos. A explicação parcial que ele tentou dar foi justamente a da compra de dólares — e V.Exa. mesmo afirmou que o Banco Central teria comprado 10 bilhões de dólares no primeiro semestre. Mas, mesmo com esses 10 bilhões de dólares comprados, isso representaria menos de 4% do montante do estoque em agosto de 2004. Então, a primeira pergunta é esta: como poderíamos explicar essa variação?

A segunda é a respeito de política cambial. V.Exa. citou que o Banco Central retomou — ou está retomando — a política de manter um nível de reservas. Eu gostaria que V.Exa. explicitasse se há um limite de reserva para que o Banco Central atinja; se ele vai continuar na política de ir comprando ou não dólares, visto que existem 2 lados: o positivo, pois o dólar realmente está baixo; e o negativo, porque sabemos que o dólar está baixo porque os juros estão elevados. Caso contrário, ele não estaria tão baixo; aliás, é muito caro manter a posição do dólar em meio a uma taxa de juros muito baixa. E há também o desequilíbrio da balança comercial. Isso pode causar um estímulo às importações. Então, eu gostaria que V.Exa. falasse um pouco mais sobre esse ponto da política cambial.

Não vou reiterar tudo o que já disse anteriormente, mas gostaria de saber sobre a posição do Banco Central de manter o financiamento overnight ou constante. Se retirássemos o open das possibilidades de aplicação do excesso de disponibilidade do setor bancário e estimulássemos a procura por títulos de longo prazo, se não houvesse a facilidade remunerada pelo Tesouro, isso, por si só, derrubaria a taxa de juros, independentemente de o Banco Central fixar a taxa SELIC. Essa opinião não é minha, mas de vários especialistas do mercado financeiro com os quais conversei. Todos eles dizem que a facilidade de o Banco Central oferecer o open ao preço determinado da taxa SELIC não só é um estímulo à aplicação nessa forma de remuneração, como também um desestímulo à procura de títulos de longo prazo, o que poderia fazer com que a taxa baixasse.

Para finalizar, a última pergunta. V.Exa. falou sobre o crescimento. Nós verificamos um outro lado: o crescimento abaixo da média em vários países da América Latina. O crescimento do Brasil não está como o de outros países vizinhos. Apesar de nosso fluxo ser positivo, ele tem de ser analisado comparativamente com outros países. Além disso, verificamos que o Risco Argentina está igual ao Risco Brasil, e considerando que a Argentina praticamente cancelou o pagamento de dois terços da sua dívida. Embora V.Exa. indiretamente tenha citado o problema da estagnação da produção industrial — provavelmente o exemplo que V.Exa. educadamente não quis citar foi o da Argentina —, nós entendemos que a taxa de crescimento da Argentina, sua situação de risco e a atração de nível de capital com o que ela passou demonstra uma dúvida perante a sociedade quanto ao motivo por que a metodologia utilizada pela Argentina para resolver seu problema não teria sido mais apropriada para promover o crescimento do nosso País. Fica parecendo à população que nós fizemos todo o esforço, que a sociedade brasileira pagou por esse ajuste de uma forma cruel — mesmo com a volta do crescimento, este está acontecendo de forma lenta, como dissemos —, enquanto a Argentina, que optou por esse caminho, está com crescimento elevado e não teve nenhum descrédito perante a banca internacional, tanto que o seu fluxo sempre foi positivo e sua renegociação foi feita com total êxito. Gostaria que V.Exa. comentasse sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Hauly) - Devolvo a Presidência ao Deputado Eduardo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Para fechar o bloco, concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, Deputado Eduardo Cunha, Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Permitam-me, antes, desobedecer ao Presidente por um pequeno instante, até por ter vindo do movimento sindical. Quero aqui reforçar as palavras do Deputado Pauderney Avelino de que V.Exa. sempre demonstrou uma atitude prestativa. Sei que o seu diretor, Dr. Fleury, o faz com a mesma desenvoltura. Mas, como temos acompanhado o nível das negociações dos servidores do Ministério do Planejamento, creio que sua intervenção é de fundamental importância neste momento. Assim, pediria que V.Exa. recebesse um conjunto de servidores de 3 sindicatos: SINAL, SINDSEP e Sindicato dos Técnicos, porque sinto que, no âmbito do Ministério do Planejamento, esgotou-se o nível do entendimento. Então, solicito que V.Exa. acolha esse pleito feito pelo Deputado Pauderney Avelino.

Sr. Presidente do Banco Central, estamos vendo com bastante angústia o cenário do nível da taxa de juros. O que nos preocupa não é apenas o patamar ao qual ele chegou, mas a própria metodologia que o Banco Central tem utilizado, a equipe que os analisa

e que delibera sobre os parâmetros, seja de subida, seja de descida. Para isso, é necessário conhecermos um pouco mais os elementos que balizam o processo decisório da taxa de juros.

Isso é extremamente angustiante para todos nós, que estamos na expectativa da retomada do crescimento e da geração de mais empregos, de forma a alavancar a economia brasileira. Eu não consigo vislumbrar o tão decantado desejo de alcançar um desenvolvimento estável com um patamar de juros tão elevado. Eu não consigo fazer esse casamento da estabilidade com um patamar de taxa de juros que, a cada mês ou a cada semana, causa perplexidade no mercado, principalmente quando sobe. Não seria necessário que a sociedade brasileira tivesse um pouco mais de informação sobre os elementos que balizam o processo de decisão das taxas de juros definidas pela equipe do Banco Central? Essa é a minha primeira observação, via COPOM, naturalmente.

Depois desse processo de praticamente 3 anos de gestão — e foi mencionada pelo Deputado Sérgio Miranda a questão da dívida interna brasileira —, V.Exa. falou muito bem sobre a dívida externa e demonstrou que ela está em patamares perfeitamente administráveis. Mas vamos adentrar um pouco a questão da dívida interna. Como ela vai poder oferecer condições para um crescimento econômico estável, como é o desejo da equipe econômica do nosso Governo? Será possível pensar num crescimento estável com um patamar de dívida interna tão elevado, criando um clima de real instabilidade, sobretudo para os investidores?

Depois de 3 anos de gestão, não seria necessário pensarmos numa repactuação, num alongamento dessa dívida? Digo isso porque nossos atuais parâmetros orçamentários implicam grande sacrifício para a população em sustentar o pagamento dos juros decorrentes desse nível de endividamento, principalmente os decorrentes dos investimentos, que é por onde o Governo acaba sacrificando mais a sociedade. O investimento do Estado na sociedade, principalmente no sistema viário, mas também no sistema de saneamento, é fundamental. Não adianta termos todas as contas nacionais e internacionais bem controladas, enquanto nossos parâmetros, nossos indicadores sociais são extremamente comprometedores com a qualidade de vida do povo.

Então, qual é o significado de termos esses indicadores tão bem qualificados? É verdade que, em 2002, a população pagava 12 reais por um saco de 5 quilos de arroz; hoje paga menos de 5 reais. O saco de cimento, que chegou a 22 reais, hoje custa pouco mais de 10 reais. É verdade. São fatos que afetam diretamente a vida da população, e ninguém desconhece isso. Agora, o que me preocupa é quando uma autoridade do porte de V.Exa. enumera todos esses patamares com resultados excelentes. Podemos observar o declínio da expectativa da taxa de inflação dos quadros que o senhor nos apresentou. De fato, o horizonte nos apresenta uma perspectiva de vermos a nossa sociedade, especialmente a mais sacrificada, com boa qualidade de vida? Não falo da qualidade de vida baseada em 300 reais ou 360 reais, o salário mínimo que possamos conseguir.

Por último, Sr. Presidente, quero voltar a outro dado. Entendo que há uma angústia muito grande da sociedade brasileira, porque, sem dúvida, o Banco Central goza de indiscutível respeito do ponto de vista de eficiência de gestão do sistema financeiro brasileiro, mas existe uma resposta que ainda não foi apresentada à sociedade. Tivemos o modelo do PROER, que V.Exa., pela sua gentileza, mencionou muito genericamente na resposta ao Deputado Hauly, mas nós vivemos também o caso do Banco Santos; hoje, o caso do Banco Rural e o do BMG; e também o caso dos ACC, por intermédio do BANESTADO.

A sociedade brasileira espera uma postura fiscalizadora do Banco Central. Sabemos que ela é fechada pelas implicações que isso representa para o mercado, mas não pode ser tão fechada, que deixe a sociedade brasileira absolutamente refém da falta de explicação convincente por parte das autoridades monetárias.

As autoridades monetárias não podem entender que o povo, a despeito de não ter uma explicação técnica tão sofisticada, tão refinada, tão aprimorada, deixe de merecer uma resposta politicamente convincente, por parte das autoridades monetárias brasileiras, dos equívocos, dos erros e da complacência que hoje deixa principalmente esta Casa em um quadro de absoluta degenerescência do ponto de vista da política brasileira.

Obrigado. Desculpe-me o excesso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Com a palavra o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, para as respostas.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Começarei com as perguntas do Deputado Sérgio Miranda. S.Exa. perguntou se o Banco Central participou da decisão sobre o veto, se foi diretamente consultado pelo Presidente da República etc.

A resposta, nesse aspecto, é não. O Banco Central não tem participação direta no processo de decisão da Presidência sobre isso. Em relação a consultas indiretas, sim, fomos consultados em determinado momento sobre a existência ou não, do nosso ponto de vista, de metodologias que pudessem fazer uma avaliação inequívoca da questão enfocada por S.Exa.

Nossa resposta é exatamente a mesma que demos aqui. Não há uma metodologia inequívoca. O que se pode fazer, isso, sim, é aquilo que mencionamos. S.Exa. menciona a questão de exatamente nesse mesmo assunto ser inadmissível não falar sobre o custo dos juros e que nós não teríamos mencionado esse aspecto na nossa apresentação.

Eu gostaria apenas de enfatizar que na apresentação do gráfico da tabela de número 55, sob o título "Fatores Condicionantes da Dívida Líquida do Setor Público", nós mencionamos a necessidade de financiamento do setor público, o superávit primário e os juros nominais, item condicionante, evidentemente importante, da dívida líquida do setor público.

Mostramos os números dos juros nominais, que foram de 6,9% do Produto no ano de 2004 e de 4,2% do Produto no primeiro semestre do ano de 2005, em consonância com o número mencionado por S.Exa., de 8,4%, que parece estar em consonância com o número factual mencionado por nós, de 4,2% do Produto no primeiro semestre do ano de 2005.

Portanto, consideramos também com clareza o fato de que, no nosso ponto de vista, o impacto direto da taxa de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. Tem de ser certamente mencionado, S.Exa. tem toda razão. Julgamos que foi mencionado suficientemente, é um dado muito importante.

Agora, como mencionamos, a política monetária tem os pactos fiscais indiretos por meio do efeito sobre expectativas, inflação, taxa de câmbio e crescimento econômico de longo prazo. Perguntados em qualquer fórum, em qualquer ambiente, dizemos isso porque, de fato, é no que acreditamos. Aliás, aqui, em face da pergunta de S.Exa., de outros Parlamentares e também no âmbito do Executivo, quando perguntados, nossa resposta é exatamente esta: uma maneira de se avaliarem os efeitos fiscais da política macroeconômica é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao PIB. Achamos que isso consolida o efeito do total da política econômica.

Nossa visão é de que os juros sobre a dívida refletem fundamentalmente o impacto de decisões de política econômica ou política geral tomadas no passado, que levaram ao aumento da dívida, e que se requer, portanto, que se paguem juros. O impacto que hoje acontece no custo da dívida não é apenas o impacto das decisões tomadas neste momento, mas o impacto de uma série de decisões que vêm sendo tomadas ao longo do tempo, inclusive da carga tributária, principalmente da dívida pública total.

Não há dúvida de que países que têm uma dívida pública total muito menor do que a brasileira têm um comportamento de custo dessa dívida e de taxa de juros muito diferente do Brasil. O importante, portanto, é que essa trajetória da dívida está cadente.

Eu, por exemplo, gostaria de mencionar algo que já é uma resposta a uma pergunta posterior — depois vou voltar a isso. De fato, uma trajetória cadente da dívida é muito importante; temos que diminuir o tamanho da dívida pública brasileira. Agora, ela não só tem caído, mas, se olharmos novamente alguns gráficos que mostramos, a previsão dos diversos analistas é de que essa relação de dívida sobre o Produto vai continuar caindo.

Portanto, concordamos com S.Exas. que temos que trabalhar para que a dívida pública caia, porque isso é positivo para o País. Agora, a boa notícia é que, mantida a atual política econômica, a previsão dos diversos analistas é que essa trajetória de dívida pública cairá também nos próximos anos.

O Deputado também nos pede que façamos um comentário sobre a unificação dos mercados de câmbio. Deputado, a unificação dos mercados de câmbio foi uma decisão do Conselho Monetário Nacional, também aprovada pela Diretoria do Banco Central do Brasil.

Na nossa avaliação, isso é um passo à frente no sentido de dar mais consistência jurídica aos mercados de câmbio no Brasil, porque a existência de 2 mercados diferentes, de duas estruturas normativas para 2 mercados diferentes criava uma incerteza jurídica e um problema muito grande para os funcionários do Banco Central do Brasil, envolvidos diretamente nessa fiscalização, na medida em que existia um tratamento jurídico diferenciado para operações de mesma essência. Isto é, determinado tipo de transferência não podia ser feito num determinado mercado, mas podia ser feito em outro mercado, o que gerava problemas complexos de administração.

Então, o que houve foi uma unificação do mercado, dando maior transparência e maior uniformidade de base jurídica para as duas transações. Resumo: não é que existisse até lá o controle de câmbio e, portanto, recursos que não poderiam antes ser remetidos passavam a poder ser remetidos pela unificação. Não, não é isso. Antes, poderiam ser remetidos por transferência internacional de reais, feitos pelas contas CC5 dos bancos estrangeiros que tivessem essas contas no Brasil. Hoje as transferências são todas feitas mediante fechamento de contrato de câmbio, dando não só maior consistência jurídica, mas, o mais importante, maior poder de fiscalização ao Banco Central, na medida em que tudo é feito com contrato de câmbio, tudo é registrado no SISBACEN. O mecanismo de acompanhamento do Banco Central do Brasil passa também a ser muito mais — digamos — aparelhado.

Podemos dizer que a decisão é soberana de qualquer país, de qualquer Governo, inclusive do Brasil, de decidir o controle de fechamento de mercado de câmbio a qualquer momento. O problema não é esse. A unificação do mercado de câmbio não alterou essa questão fundamental. A unificação apenas, de novo, deu maiores condições de controle pelo Banco Central, unificou os mercados mediante contrato de câmbio, mecanismo consolidado como de maior segurança, de maior transparência para todas as partes envolvidas, desde as empresas ou pessoas físicas envolvidas, até as autoridades monetárias e autoridades de outras áreas do Governo. Certamente, o mecanismo de contrato de câmbio é muito mais seguro. E isso veio também, Deputado, como resultado de lições aprendidas no passado.

O Deputado mencionou problemas já discutidos aqui, questões de outra ordem, como o BANESTADO. Essa idéia de unificação de mercados com contratos de câmbio sendo fechados para qualquer transação é um ganho importante, normativo e de transferência.

Uma questão paralela que o Deputado apresenta é a do direito de remessa, até que ponto seria melhor para o Brasil controlar ou não os mercados de câmbio, não deixar que se remetam a qualquer momento os recursos, dentro do pressuposto de que isso dá enorme poder àqueles que podem remeter recursos para o exterior.

Gostaria de dizer ao Deputado que hoje em dia pouquíssimos países fazem controle de mercado de câmbio. Isso não é algo que esteja sendo aplicado pela maioria dos países, na medida em que os efeitos disso para os países que o aplicaram — e o Brasil fez isso na década de 80, por exemplo — foram muito negativos. O Deputado deve lembrar-se perfeitamente do mecanismo de mercado paralelo, de black etc., que gerou enormes distorções na economia brasileira.

Outro fator importante a mencionar nesse aspecto é que hoje, por exemplo, as preocupações que ouvimos todos os dias — aliás, ouvimos aqui de vários Parlamentares — são o contrário dessa, ou seja, até que ponto não está vindo muito recurso para o Brasil, entrando muito dólar no Brasil, o que está apreciando o real. Hoje não temos aquele problema que tínhamos no passado, de lutar preocupados, porque o real estava se depreciando, ou antes, o cruzeiro, o cruzado. Tínhamos de nos preocupar pela tendência, pelos fluxos de saída. O Banco Central, muitas vezes, tinha de vender reservas. Hoje ocorre o contrário. A preocupação manifestada é com a entrada, e hoje o Banco Central do Brasil está tendo oportunidade de comprar dólares no mercado, o Tesouro Nacional está comprando dólares no mercado, recompondo reservas, porque os fluxos são positivos, principalmente o fluxo comercial, como o Deputado mencionou, da competitividade das exportações brasileiras.

O Deputado menciona a questão do subsídio às exportações. Acho, Deputado, que as exportações estão crescendo muito no Brasil como resultado da estabilidade da companhia brasileira, do investimento dos exportadores. Não existem necessariamente subsídios importantes para a exportação.

Evidentemente, qualquer país do mundo hoje procura não tributar diretamente exportações, fazer impostos que tributem diretamente a exportação, exatamente para dar condições competitivas ao produto nacional em relação produtos de outros países.

Se nós tributássemos a exportação de forma que prejudicasse o exportador em detrimento da sua capacidade de competição com outros países, isso certamente acarretaria uma perda para o Brasil. Existem países que subsidiam, sim, as exportações. Alguns países cujas exportações estão crescendo muito foram mencionados aqui, mas isso tem um custo elevadíssimo. E esse custo se dá de diversas formas. Mas não é exatamente a questão do Brasil.

Portanto, eu gostaria apenas de sumarizar dizendo que a atual experiência da maior parte dos países mostra que a atração de recursos se dá de forma mais eficiente exatamente pela credibilidade, pela economia funcionando bem, por contas públicas e privadas equilibradas, e não por uma tentativa de controlar os mercados, de obrigar os diversos agentes, pessoas físicas e pessoas jurídicas, a fazerem aquilo que pode não ser necessariamente do seu interesse.

Mas, evidentemente, o Estado tem sempre a prerrogativa de adotar medidas caso julgue convenientes em um momento específico, por razões específicas. E o Brasil já fez isso no passado, com resultados não muito positivos, mas o fez. E outros países podem fazê-lo eventualmente, mas não é hoje a norma na maior parte dos países, principalmente daqueles que estão crescendo mais.

O Deputado também pergunta de onde veio o dinheiro do que ele chamou de valerioduto, e se o povo brasileiro tem o direito de saber disso. Eu acredito que tem, sim, Deputado. Não há dúvida de que tem, e estamos todos aguardando as conclusões dos trabalhos feitos pelas Comissões aqui no Congresso, para avaliar tudo isso. Toda a nação hoje olha para o Congresso Nacional, visando ao esclarecimento não só dessa pergunta, como de um número muito grande de perguntas que estão sendo discutidas aqui.

O Banco Central tem colocado todos os dados possíveis à disposição das diversas CPIs e de outras Comissões. Certamente nossa postura é de colabora-

ção absoluta, não só no que se refere a essa pergunta, como a todas as centenas ou milhares de perguntas que estão sendo feitas aqui todos os dias.

O Deputado pergunta se não seria possível o Banco Central fiscalizar contas no exterior. Talvez não seja essa exatamente a pergunta, mas me deixe esclarecer, porque é uma das perguntas que a sociedade de fato faz. S.Exa. sabe, outras pessoas não sabem; portanto, é importante dizer que o Banco Central não tem poder de fiscalização em outros países. Os países não dão esse acesso ao Banco Central. A Justiça daquele país, sim, mas o Banco Central não tem acesso a fiscalizar contas em outros países. Então, o Banco Central não tem como definir ou fiscalizar ou descobrir se determinada entidade tem ou não tem uma conta no exterior garantindo ou não alguma transação no Brasil. Em relação, portanto, ao procedimento normal, o Banco Central coloca todas as suas informações à disposição dos órgãos de investigação.

Em relação à pergunta feita pelo Deputado quanto ao efeito de um determinado banco ter feito um empréstimo que tenha garantias que depois se provem inadequadas, existem 2 tipos de efeitos. Primeiro, o Banco Central mandar fazer a provisão deste empréstimo. Se o empréstimo não tiver garantias adequadas ou fontes de repagamento perfeitamente bem definidas, o Banco Central manda fazer uma provisão de até 100%, valor que é imediatamente retirado do patrimônio líquido da organização. Se a organização, com isso, baixando o seu patrimônio pela constituição dessa provisão, não atingir os índices mínimos de endividamento de alavancagem fixados pelo Banco Central, o Banco tem poderes para tomar atitude imediatamente. Aliás, já o fez no passado. E não é o caso, neste momento, porque os padrões de enquadramento das instituições em funcionamento no Brasil estão adequados. Agora, não há dúvida de que o Banco Central tem uma postura rigorosa de fiscalização de mandar fazer essas provisões. Tem feito isso de forma consistente, e os balanços das diversas instituições estão mostrando isso.

Além do mais, o Deputado levanta a seguinte questão: se se configurar a gestão temerária no sentido de que algum gestor faça empréstimos colocando em risco a saúde financeira da instituição? O mecanismo utilizado pelo Banco Central com a maior seriedade é o processo administrativo, que investiga exatamente isso e que pode levar a uma série de penalidades eventualmente sujeitas a recurso, pelo Conselho Superior, chamado de "Conselhinho". Mas eventualmente pode gerar inabilitação para o trabalho no mercado financeiro e, em caso de configuração de algo ilícito, até comunicação ao Ministério Público, como tem sido feito tantas vezes.

Em resumo, é um procedimento normal e sigiloso de fiscalização do Banco Central. Tenho certeza de que já houve outros casos. Quando a fiscalização entende que existe algo que configure gestão temerária, imediatamente é aberto processo administrativo. Todavia, isso não impede que os demais órgãos fiscalizadores do País, como estão fazendo, façam a fiscalização e a investigação e tenham condições de debater as questões fiscais das pessoas físicas envolvidas e das instituições, as questões criminais etc. Cada órgão tem a função de cumprir sua missão fiscalizadora específica. O Banco Central, por exemplo, no aspecto da saúde do sistema financeiro, das suas normas etc. Em relação a outros órgãos do setor que estão fazendo seu trabalho, certamente as pessoas que estão sendo investigadas terão devidamente resolvida sua questão no tempo adequado, tendo responsabilidade ou não de qualquer ordem.

Em resumo, do ponto de vista do Banco Central, ele toma as medidas que lhe cabem e coloca, ao mesmo tempo, todas as suas informações à disposição das autoridades.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Vou fazer uma réplica de forma rápida. Essa busca de uma metodologia inequívoca para o cálculo do custo não parece a V.Exa. a busca pela quadratura do círculo ou pela pedra filosofal? Será que o mais radical econometrista do Banco Central adota como princípio metodologias inequívocas, já que a economia não é uma ciência exata? Não podemos buscar uma metodologia que defina limites, parâmetros? A pretexto de não existir uma metodologia inequívoca, que não existe para outras áreas de cálculo do Banco Central, omite-se.

As modificações no mercado de câmbio não aparecem no debate sobre política cambial. Não defendi, não estou discutindo controle de câmbio, não é isso. Falei da facilidade com que o Sr. Marcos Valério remete dinheiro para o Sr. Duda Mendonça, utilizando dólares, de certa forma, financiados pelo povo. Estamos discutindo a Lei Kandir. O que é a Lei Kandir? Não se trata de redução de ICMS para os exportadores?

Vou fazer um rápido comentário sobre a fiscalização do Banco Central. Sei que o Banco Central não fiscaliza instituições financeiras estrangeiras fora do Brasil.

Não é isso o que estou perguntando. Gostaria de saber se esse tipo de operação é possível. Alguém faz um depósito no Trade Link Bank, que é uma filial externa do Banco Rural, e esse dinheiro é internalizado, compensado aqui dentro, como faziam os doleiros que estão presos. O Banco Central tem condições de fiscalizar essas compensações externas e internas e,

assim, identificar, por exemplo, de onde veio o dinheiro do valerioduto?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em primeiro lugar, Deputado Sérgio Miranda, eu e o Banco Central concordamos com V.Exa. quando diz que a busca de uma metodologia inequívoca não é possível. Essa é exatamente a nossa opinião, e exatamente por isso demos a resposta que demos.

Nesse aspecto, concordamos integralmente, Deputado. Não há uma metodologia inequívoca, e não buscamos achá-la, exatamente porque ela não existe. O que pode existir é uma metodologia que melhor expresse o custo de uma política macroeconômica e de uma política monetária. De novo, a nossa opinião, a opinião de nossos analistas é a de que a metodologia mais adequada é aquela que mostra a evolução da dívida ao longo do tempo. E não é uma questão também econométrica, mas uma questão conceitual sobre qual é a melhor maneira de avaliar o sucesso ou não de uma política monetária. Em resumo, estamos de acordo sobre isso. E achamos que medir algo especificamente muitas vezes pode levar a uma distorção.

Fazendo novamente uma analogia com grande liberdade, seria a mesma coisa de dizer que vamos aqui tratar de um determinado paciente médico, mas vamos estabelecer um limite específico para determinado medicamento. Evidentemente, pode ou não existir, mas em muitos casos temos de verificar que isso poderia ser negativo. Essa é a nossa visão.

Quanto à unificação cambial, o Conselho Monetário Nacional faz mudanças normativas regulamentares por meio da mudança de resoluções todo mês. Nós apresentamos um número muito grande de mudanças regulamentares. A Diretoria do Banco Central emite suas circulares normativas em reuniões semanais, o que é um processo normal de evolução de normas.

E nós não discutimos aqui na apresentação a mudança normativa de cada um desses órgãos; nós apresentamos aqui o resultado das diversas políticas. Quer dizer, nós não apresentamos aqui, por exemplo, determinadas mudanças na política de crédito específica.

Existem coisas importantíssimas como, por exemplo, quando se criou a Central de Risco de Crédito, ou o próprio crédito consignado, mudanças aprovadas nesta Casa, como a Lei de Falências, que achamos ter grande importância no crédito.

Quando mostramos os resultados da política creditícia do Banco Central do Brasil, não discutimos mudanças normativas específicas, por mais importantes que sejam; nós apresentamos o resultado, a avaliação, no caso da política cambial do Brasil; a avaliação da política monetária, sem discussões de qualquer decisão, por mais importante que seja, do Conselho Monetário Nacional.

Mas, como sempre, Deputado, estamos plenamente abertos a responder de muito bom grado a qualquer pergunta de V.Exa. ou de qualquer outro Parlamentar que julgue importante entrar na questão específica. Agradecemos a oportunidade, no caso de endereçar esse item específico, e achamos extremamente positivos a pergunta e o debate.

Com relação à facilidade de remessa, trata-se de pergunta também importante. Vou tentar ser bastante claro, Deputado. Primeiro, o Banco Central não tem como verificar se existe alguma garantia no exterior dada a algum empréstimo concedido no Brasil, a não ser que isso conste do contrato de empréstimo e/ou da contabilidade do banco ou da empresa. Isto é, se não existem garantias no contrato de empréstimo ou em seus anexos e na contabilidade do banco ou da empresa, seja nacional ou estrangeira, o Banco Central não tem como investigar no País afora, ou no mundo, alguma garantia não declarada. Ele toma providências baseado no que está no documento — considera que não existe a garantia e manda provisionar. Essa é a atitude conservadora e correta do Banco Central de qualquer lugar do mundo. Se não há garantia configurada, o Banco Central manda fazer a provisão.

Essa é a posição do Banco Central. Portanto, o BACEN considerou exatamente o que está no contrato. Se não há garantia, manda provisionar. Se há alguma garantia não declarada, como disse, o Banco Central não tem como investigar em todos os países. Em resumo, quanto à fiscalização, a posição do Banco Central é conservadora, adequada e correta.

Ainda sobre facilidade de remessas, gostaria de enfatizar que o Banco Central fiscaliza, normatiza o mercado formal, legal, de câmbio, que inclusive foi aperfeiçoado com a unificação cambial e com a introdução dos mecanismos de contratos de câmbio registrados no SISBACEN para todas as transações. O Banco Central não tem como fiscalizar o mercado paralelo, digamos assim, o que funciona à margem do sistema, como mencionado pelo Deputado. No caso, tais fiscalizações são atribuições de outras autoridades. Repito: o que o BACEN pode fazer, e está fazendo, é aperfeiçoar não só os mecanismos de controle como também as normas, visando dar mais transparência ao sistema. E a unificação de câmbio caminha nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Peço licença a V.Exa., Presidente Henrique Meirelles, para passar a Presidência dos trabalhos ao Deputado Gilmar Machado, até porque não poderei estar presente até o final da reunião. Desde já, agradeço sua participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - A palavra continua com **O SR. HENRIQUE MEIRELLES**, Presidente do Banco Central.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em relação à pergunta do Deputado Eduardo Cunha referente ao aumento da dívida pública e às respostas proferidas pelo Secretário Joaquim Levy, precisaria, para ser mais exato, informar-me com S.Sa. sobre o que disse e sobre qual o teor da pergunta. Acho impreciso dar uma resposta baseado numa descrição do que o Secretário teria dito.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Até concordo com o fato de que V.Exa., no momento, não possa responder-me com precisão. Mas se trata de um número absoluto — em agosto de 2004, eram 745 bilhões, em agosto de 2005, 910 bilhões, portanto, um aumento de 25%. Com uma taxa máxima de juros no período de 19,75%, considerando que foram feitos pagamentos de juros, há certa dúvida sobre aumento da dívida pública dessa natureza.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado Eduardo Cunha, poderíamos combinar, fazer um acordo, para que eu possa examinar a matéria e então enviar os números precisos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não há problema.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Até porque são contas do Tesouro. Mas há uma série de coisas que precisam ser consideradas, mesmo que não expliquem por completo a questão. Não há somente as compras de reserva pelo Banco Central, no mercado interno, como mencionado por V.Exa., existem as compras realizadas pelo próprio Tesouro, também anunciadas regularmente nos relatórios de balanço de pagamento do Banco Central e que também podem estar neste processo. Então, seria importante remeter-lhe posteriormente a informação precisa.

Em relação ao limite do valor de reservas internacionais, Deputado, a resposta é que não há um limite, mas um julgamento baseado na decisão de qual seria o melhor interesse do País em determinado momento. Por exemplo, o México atingiu o valor de 50 bilhões de dólares de reserva líquida e decidiu que eram suficientes; a China já tem mais de 700 bilhões de dólares de reserva e acha que ainda não são suficientes. Já existem previsões de que caminharão para cerca de 1 trilhão de dólares de reservas internacionais líquidas. Por quê? Porque as finalidades e as características macroeconômicas de cada país são diferentes.

A reserva internacional visa dar maior segurança às contas externas do País, preparando-o para eventuais crises externas, de balanço de pagamento, ou melhor, preparando o País para que não existam crises de balanço de pagamento, mesmo na existência de crises externas. Essa é uma avaliação técnica que estará sendo feita a qualquer momento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Há posição do Banco Central acerca de qual é esse limite?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Onde vai parar? As compras continuam? Gostaria de ter uma idéia a respeito disso.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Primeiro, não há limite. Segundo, quando um banco central ou um governo define um número ideal, qualquer que seja ele, é boa prática de governança de banco central que isso seja anunciado a posteriori e não a priori, do contrário estaremos dando excesso de informações aos mercados em determinado momento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A conclusão a que chegamos é de que ainda não atingiu esse...

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Exatamente, V.Exa. tem toda a razão. No momento em que o Banco Central do Brasil não anunciou que atingiu, significa que não atingiu. Essa é a primeira questão importante.

Segunda questão, V.Exa. também tem toda a razão. A política de compras do Banco Central do Brasil, anunciada em janeiro de 2004, nas condições em que mencionei na minha apresentação, continua normalmente. As compras do Tesouro, segundo os números anunciados na programação do balanço de pagamento do Banco Central, também continuam normalmente.

Em relação ao valor do real frente às demais moedas, inclusive do dólar, V.Exa. mencionou as razões pelas quais isso estaria acontecendo, sendo a mais importante a taxa de juros.

Mostrei um gráfico no qual ficou claro que dos fluxos de entrada e saída de moeda externa no Brasil um dos fatores mais importantes na recente história tem sido o fluxo comercial, muito mais do que o fluxo financeiro, que em tese poderia ter ou não certa influencia da taxa de juros na medida em que sempre há a expectativa de taxa de juros versus risco e uma série de outras coisas. Mas o fato concreto é que o comercial é muito importante, e também o investimento estrangeiro direto.

Isso nos leva à questão seguinte, que é sobre o investidor. A pergunta do Deputado foi muito objetiva, como muitas outras: Não devemos obrigar os investidores a aplicar a longo prazo no Brasil, ou seja, criar normas que forcem o investidor a fazer isso?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não disse obrigar, mas que na medida em que suprimisse a facilidade do crédito do open diário, isso aconteceria automaticamente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Suprimir poderia ser outro verbo para a mesma ação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - É conseqüência.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Suprimir uma alternativa, obrigar a uma outra. Mas vamos usar a palavra suprimir. Deputado, tentativas nesse sentido, realizadas por diversos governos, inclusive no Brasil, durante muito tempo, em diversas áreas, não têm sido bem sucedidas. Por exemplo, houve o Plano Cruzado, quando se visava suprimir a alternativa de aumentar preços. Houve outros episódios nos quais tentaram, sim, mesmo no Brasil, criar prazos mínimos de CDBs e de diversas aplicações. Em décadas passadas, tentou-se fazer isso muitas vezes. E a experiência mostra que isso criou enormes distorções no mercado e a possibilidade de se fazer aplicação dessas proibições é muito baixa, na medida em que é difícil obrigar alguém a fazer algo totalmente contra o interesse desse agente econômico.

O importante, neste caso, já foi mencionado nesta reunião: a grande mudança representada pelo fato de que o Brasil emitiu no exterior um título de 10 anos de prazo a uma taxa inclusive mais baixa do que as taxas pagas no País para títulos menores. Por que isso aconteceu, Deputado? Novamente, a credibilidade da economia, que é mais previsível, na qual existe expectativa de inflação na meta, uma economia onde existe uma expectativa de relação cadente de dívida pública total líquida sobre o produto e uma série de outros indicadores macroeconômicos —não vou repetir todos aqui porque já expus na minha palestra. Tudo isso leva os investidores, como aqueles que no exterior compraram títulos brasileiros, a ficarem mais confiantes e apostarem em que o Brasil está entrando um ciclo virtuoso de estabilidade e crescimento sustentável.

Em relação ao crescimento abaixo da média, em primeiro lugar, ele é resultado de uma série de condições do País. Muitas delas foram mencionadas, como infra-estrutura, carga tributária, eficiência, dívida pública e outras.

Portanto, não há dúvida de que o Brasil está trabalhando e deve trabalhar para aumentar seu crescimento nos próximos anos. Esta é a nossa meta: fazer com que o crescimento dos próximos anos seja cada vez maior. Não se pode atingir crescimento de curto prazo que comprometa o futuro.

Em segundo lugar, alguns países estão crescendo a taxas elevadas por razões diversas. Alguns deles têm taxas de poupança muito elevada, como a China, cuja taxa de poupança é de 47% do produto; outros, como o Chile, têm uma dívida pública de 7% do produto. Em resumo, são situações diversas, de países diversos, que têm capacidade de crescimento diverso.

A Europa, composta por países amadurecidos, cuja demografia registra envelhecimento gradativo da população e uma série de inflexibilidades, está crescendo a taxas muito menores, 1,5%. O Brasil está crescendo a uma taxa superior à de crescimento médio dos últimos anos. É muito importante esse aumento da taxa de crescimento. O País cresceu 4,9% em 2004 e neste ano de acomodação, 2005, a taxa de crescimento prevista é de 3,4%, superior à média dos últimos anos.

Portanto, o Brasil está na direção correta e isso é importante. Existem países que cresceram mais, outros menos; alguns são emergentes e estão crescendo a taxas inferiores ou superiores ao Brasil, como México e Coréia. Mas é importante o fato de que o País está melhorando suas condições de crescimento, com taxas cada vez maiores.

Perguntas do Deputado Wasny de Roure.

Em primeiro lugar, recebemos os representantes dos funcionários. Certamente, serão recebidos com toda a satisfação por nós no Banco Central.

Segundo, S.Exa. gostaria de maiores esclarecimentos sobre os elementos que balizam a decisão dos juros.

O Banco Central tem mecanismo bastante completo, exato e transparente de comunicação dos seus critérios de decisão: as atas do Comitê de Política Monetária e o Relatório de Inflação. O Relatório de Inflação e as atas foram considerados por diversos órgãos de avaliação independentes do mundo como mecanismos dos mais transparentes. O Banco Central do Brasil foi considerado nesse aspecto um dos 3 bancos centrais mais transparentes do mundo. Posso garantir ao Deputado que o BACEN — sou testemunha e participo disso — se esforça e usa sua capacidade intelectual e de trabalho, de experiência para ser cada vez mais transparente. Evidente que se trata de decisões técnicas, com linguagem técnica, como deveriam ser. Nenhum banco central anuncia isso com linguagem publicitária, para entendimento mais amplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Vamos seguir regimentalmente o tempo, porque dentro de instantes seremos chamados para a Ordem do Dia.

Então, cada orador inscrito terá 3 minutos. Depois, o Presidente do Banco Central responderá. Peço a S.Exa. objetividade.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, pela ordem.

Infelizmente, em virtude de eu ser o primeiro orador inscrito, às 14h, não vou ter tempo de argüir, mas

transmito cumprimentos ao Presidente Henrique Meirelles. Conversei com S.Exa. ontem sobre sua visita à Comissão de Assuntos Econômicos, em data a ser marcada, quando debateremos o COPOM. Peço desculpas, mas, infelizmente, não conseguirei argüir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Está registrado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Sentirei falta das suas perguntas.

O SR . SENADOR EDUARDO SUPLICY - Expresso também a importância de V.Exa. estar dialogando com os servidores do Banco Central, que estão aqui pedindo negociação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra, pelo prazo regimental, ao Deputado Eduardo Cunha, que fará sua réplica.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - V.Exa. esqueceu de responder à pergunta que havia feito sobre a comparação com a situação da Argentina. Não sei se involuntariamente ou até para evitar falar sobre um país vizinho.

Não podemos comparar uma situação de controle de preço com estabelecimento de condições de mercado para busca de aplicação, nem era o caso de fixar prazo mínimo. Simplesmente afirmei que estamos facilitando as aplicações de curtíssimo prazo a juros elevados, que acabam sendo realimentados.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - O mecanismo de curto prazo de implementação de política monetária é básico a qualquer banco central que usa taxa de juros, como acontece hoje com a grande maioria dos bancos centrais do mundo. Portanto, é muito importante para o bom funcionamento da política monetária a existência de liquidez no mercado de curto prazo. Existiriam outros importantes custos para a economia, caso tentássemos bloquear os mecanismos de curto prazo. Acho que o caminho é dar confiança ao investidor para aplicar a longo prazo.

Atendendo à recomendação do Presidente, serei bastante sumário nas minhas respostas. Em primeiro lugar, é possível crescer com dívida externa tão alta ou com dívida pública total líquida? É muito importante que haja uma dívida externa cadente. A boa notícia é que a dívida pública está caindo, como também a previsão dos mercados, dos agentes, dos analistas, é de ela continuar caindo nos próximos anos. Concordamos que é desejável isso.

O alongamento da dívida já foi discutido na pergunta anterior. Em relação à espera da sociedade por rigorosa fiscalização do Banco Central, o banco está consciente disso, e a cada dia aperfeiçoa seus mecanismos de fiscalização das instituições financeiras. O BACEN está sendo reconhecido hoje em diversos países pela excelência da sua fiscalização. Já discutimos aqui esse assunto. É importante mencionar que o Banco Central fiscaliza sozinho alguns aspectos. Outros aspectos são fiscalizados por agências regulatórias, as quais, tenho certeza, estão cada vez mais aperfeiçoando esses mecanismos.

Dito isso, o Banco Central está totalmente transparente e aberto a colaborar com o aperfeiçoamento legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Presidente.

Vamos imediatamente ao último bloco das perguntas, pedindo a todos que sigam o prazo regimental.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Cumprimento o Presidente do Banco Central. Sou defensor da autonomia do banco, inclusive para resolver questões domésticas, como a relação entre o banco e seus servidores. Apresentei um projeto de lei complementar que regulamenta o dispositivo constitucional, pela importância de fortalecer as instituições republicanas. Não haveria necessidade de o Banco Central pedir autorização ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para discutir plano de carreira do quadro funcional. Então, uma autonomia num contexto em que a legislação estabeleça limites, nos quais esses imbróglios seriam facilmente resolvidos.

Alguns economistas têm divulgado notícias em jornais de que o excesso de superávit primário dificulta o crescimento econômico. E isso acaba ecoando nesta Casa sob a forma de discursos de Parlamentares, segundo os quais menor superávit primário poderia ser investido em educação, em infra-estrutura. Isso alimenta aqui muitas vezes uma roda demagógica, como se fosse possível reinventar a roda.

Pergunto ao Presidente do Banco Central se uma meta de inflação projetada para prazo mais largo — como se a âncora da meta de inflação pudesse ser projetada em prazo mais largo — não daria maior flexibilidade à política macroeconômica de perseguir o desenvolvimento. Inclusive alguns mecanismos como a política anticíclica, discutida pela Comissão de Orçamento, se essa visão mais larga não poderia facilitar e dar às autoridades monetárias e às de Governo melhor condição de trabalhar com metas de desemprego, de crescimento, com outros parâmetros sociais e econômicos. O banco central americano trabalha com espectro mais largo e tem com isso impulsionado muitas vezes a economia mundial.

Louvo a firmeza e a segurança do Banco Central, mesmo em período de eleição, como a de 2004,

onde em tese houve maior busca de investimento, de uma política monetária mais solta, para fazer frente à demanda eleitoral. E tem mantido pulso firme. E, agora, em plena crise política, o banco conseguiu que a economia brasileira não fosse contaminada por ela.

Então, é preciso louvar essa posição firme.

No tocante à política cambial, li no jornal o que diz um economista com relação à grita geral, perante os exportadores, no sentido de que a taxa de câmbio estaria sobrevalorizada, que o real estaria sobrevalorizado. Com isso, impedir-se-ia o aumento das nossas exportações.

Dados mostram inclusive que a projeção de exportação este ano deve aumentar para 117 bilhões.

Segundo a opinião desse economista, a taxa de câmbio sobrevalorizada daria condições ao Brasil de importar mais e, com isso, modernizar seu parque industrial, aumentar sua competitividade internacional e adotar uma política externa mais agressiva, com aumento da produtividade.

Qual a opinião de V.Exa. sobre a visão desse economista, que esteve no Brasil, fez várias palestras e contraditou a opinião em tese da FIESP e de outras confederações patronais no sentido de que o impedimento de maior exportação seria devido à sobrevalorização do real.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Marcelo Castro, também por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, nobres colegas, Sr. Presidente do Banco Central, em primeiro lugar parabenizo V.Exa. pela didática, pela clareza e pela simplicidade da exposição, que fez com que um leigo no assunto, como eu, se sentisse plenamente atendido.

Faria apenas uma observação, Sr. Presidente, relativa às planilhas. Umas são datadas de 1992; outras, de 1996; outras, de 1998; outras, de 1999; outras, de 2000; outras, de 2001. Portanto, trata-se de datas diferentes. Então, fica difícil fazer um julgamento. Seria melhor se fosse uma data fixa, por exemplo, o varejo evoluiu de 1994 até hoje. O setor industrial evoluiu de 1994 até hoje.

Quer dizer, conforme a didática que o senhor apresentou, seria mais razoável se fosse assim. É a única observação que faço.

No mundo tecnológico em que vivemos hoje, de tanto conhecimento, nós não temos saída. Somos obrigados a confiar nos especialistas. Então, vamos a um médico, tomamos o remédio por ele receitado. Achamos que vai nos fazer bem. Mas às vezes nos mata. Atravessamos uma ponte certos de que o engenheiro a calculou bem. Às vezes, a ponte cai. (Risos.) Mas é raro acontecer. Já com economia, não é tão raro. Se confiássemos nos economistas... (Risos.)

Quer dizer, já assisti a várias barbeiragens no passado. O Plano Cruzado iria salvar o Brasil. Salvou coisa nenhuma. Com o Plano Collor se deu a mesma coisa.

Recentemente, o Plano Real. O Senador Aloizio Mercadante, um dos economistas conhecidos no Brasil, do PT, declarou que o Plano Real não duraria 6 meses; que Lula tinha de ser contra esse plano; que só ganharia a eleição e em 6 meses estaria acabado. O Presidente Lula foi na onda do Senador Aloizio Mercadante; o Plano Real não acabou coisa nenhuma.

Não estou dizendo que essa foi a causa. Mas perderam a eleição.

E o Presidente Lula está salvando, pilotando o Plano Real. Quer dizer, trata-se de outro erro cometido pelos economistas.

No Governo Fernando Henrique Cardoso havia a dupla Gustavo Franco e Pedro Malan. Eu não sou economista. Mas o que eles diziam? Se desmontar a âncora cambial, o Plano Real acaba, o Brasil acaba. Eles fizeram tudo para sustentar a paridade do dólar com o real. Então, veio a crise da Ásia. Foi preciso lançar mão das reservas do Brasil para segurar o dólar. Veio a crise da Rússia, lançou-se mão das reservas para segurar o dólar. Até que não conseguiram segurar. Houve o overshoot, a âncora espatifou-se. E, aí, o País começou a crescer, começamos a ter, pela primeira vez, superávit na balança comercial. Quer dizer, eles não sabiam o que estavam fazendo; só que tínhamos entregue nosso País nas mãos deles.

Bom, a Argentina foi mais eficiente do que o Brasil porque conseguiu segurar a âncora cambial. Eles faliram o país. Talvez, tivesse acontecido o mesmo conosco se eles tivessem sido tão eficientes.

Agora, Sr. Presidente, estamos hoje pagando os juros mais altos do mundo. Temos uma carga tributária que não é consentânea com o nível de desenvolvimento que temos. Nossa carga tributária se assemelha à da Finlândia, da Suécia, da Dinamarca, da Suíça, da Nova Zelândia, do Canadá, que têm sistemas sociais de proteção que o Brasil não tem, que têm um nível de desenvolvimento e economia e uma renda per capita muito superiores aos nossos. E também o Brasil não está crescendo como os países em desenvolvimento, como a Índia, a China, o México, a Argentina, a Venezuela, dentre outros.

Então, Sr. Presidente, a pergunta que faço: o que o Banco Central está fazendo, o que o Ministério da Fazenda está fazendo para que não tenhamos juros tão elevados, para que não continuemos com a carga

tributária tão elevada e possamos nos situar no nível dos outros países em desenvolvimento do mundo inteiro?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Deputado Edson Ezequiel.

O SR. DEPUTADO EDSON EZEQUIEL - Sr. Presidente, vou procurar ser bastante sucinto, porque a maioria das questões que eu pretendia enfocar já foram feitas.

Parabenizo S.Exa. pela didática da exposição e digo o seguinte: V.Exa., é claro, tem uma missão muito difícil, mas sua posição, nessa mesa, no momento de prestar informações sobre a política monetária e cambial, é muito tranqüila. A missão de V.Exa. é a de guardião da moeda e de trabalhar no sentido de que aconteçam as metas de inflação fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, e essas questões estão resolvidas. O problema que surge, e que é levantado por todos, são as conseqüências dos remédios que V.Exa. tem que tomar, ou seja, essas taxas de juros exorbitantes, e outros remédios que não são colocados por V.Exa., mas sim pelo Governo como um todo, que é a alta taxa tributária, que provoca o quê? Provoca o crescimento brutal na dívida interna.

E eu pergunto com muita franqueza: V.Exa., com a experiência de empresário que tem — esqueça o momento de Presidente do Banco Central — com essa taxa de juros real, o empresário, tendo dinheiro e tendo a condição de ter um retorno no investimento tranqüilo, deitado na rede, como ele irá trabalhar para aplicar seu dinheiro no setor produtivo? É claro que isso prejudica o crescimento da Nação.

Eu peço apenas a V.Exa. que faça uma reflexão sobre essa questão e, aproveitando a pergunta do Deputado Eduardo Valverde, as duas questões. Ao fazer um planejamento de meta de inflação de mais longo prazo, isso não daria a V.Exa. maior flexibilização para permitir não só trabalhar na taxa SELIC, como também trabalhar na questão do superávit primário, junto com o Governo, naturalmente, com a influência de V.Exa.?

E a segunda questão seria, vamos dizer assim, dentro desse novo campo, se isso não permitiria uma política não anticíclica, como comentado, mas uma flexibilização quanto a esse posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Deputado João Grandão, por um minuto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, sou Parlamentar da base do Governo, sou do Partido dos Trabalhadores, segundo mandato, bancário licenciado, não do Banco Central, e faço um apelo, que não é oportunista, mas pela oportunidade que estamos tendo.

Gostaria que V.Exa. citasse uma data para negociação com os companheiros do Banco Central. Falo como Parlamentar da base, sem provocação, com a preocupação de que este Governo dê certo, como está dando. Esse é o apelo que faço como membro da base do Governo, para que possamos chegar a um denominador comum e efetivamente achar uma saída. V.Exa. poderia anunciar na Comissão de Orçamento o dia e o horário em que irá receber os companheiros do Banco Central, o que será interessante para que possamos, efetivamente, chegar a um final feliz desse movimento paredista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Passo a palavra ao Presidente Henrique Meirelles, para suas respostas e considerações finais. Queremos tê-lo aqui, Sr. Presidente, mas estamos iniciando a Ordem do Dia.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em primeiro lugar, gostaria de fazer uma observação referente a algumas perguntas feitas sobre a questão da Argentina. Não compete ao Presidente do Banco Central de um país fazer comentários diretos, dando opiniões sobre políticas seguidas por outros países. Nós, brasileiros, não gostaríamos que isso acontecesse. E não é usual, não se vê o Presidente do Banco Central de um país fazendo elogios, críticas ou comentários específicos sobre algumas coisas de outros países, a não ser que sejam pessoas que tenham responsabilidade nesse aspecto, especificamente, ou que estejam fazendo uma visita e, a pedido do próprio Banco Central, possam fazer comentários específicos ou num fórum adequado. Em resumo, não me parece adequado isso. Acho que estamos aqui para discutir o Brasil e compará-lo a outras economias do mundo.

Em relação agora às perguntas do Deputado Eduardo Valverde, S.Exa. fez uma pergunta primeira sobre as metas de inflação, até que ponto um prazo maior para o cumprimento das metas não daria maior flexibilidade. E também houve pergunta similar feita pelo Deputado Edson Ezequiel. A resposta é a seguinte: não há dúvida de que uma meta fixada para prazo maior dá maior flexibilidade. Por outro lado, ela tem um custo, uma desvantagem, porque uma das características importantes do sistema de metas de inflação — não é a única, mas uma das suas características — é a coordenação das expectativas. Isso é o que se chama, muitas vezes, de ancorar as expectativas. Quer dizer, no momento em que a sociedade, os agentes formadores de preço se convencem de que as metas serão cumpridas, a tendência do formador de preço passa

a ser exatamente fixar seus preços de acordo com aqueles parâmetros, e isso diminuiu muito o custo de implementação de política monetária. E quanto maior o prazo que se fixe para o cumprimento das metas, de um lado, aumenta-se a flexibilidade; de outro, aumenta-se o nível de incerteza de curto prazo, na medida em que o prazo é muito longo. Vamos exagerar e dizer que tivesse 10 anos de prazo, seria uma flexibilidade grande; por outro lado, o nível de incerteza de qual seria o inflação nos próximos 12 meses ou no ano que vem seria muito maior, porque o Banco Central teria um prazo muito grande para cumprir suas metas.

Então, um prazo mais curto, de um lado, dá mais segurança no agente formador de preço sobre o compromisso do Banco Central com o atingimento da meta naquele período. Por outro lado, a meta também não pode ser excessivamente curta, inclusive, pelos prazos de defasagem, de mecanismo de transmissão de política monetária, etc. Então, o Brasil chegou à conclusão de que este prazo é adequado para as condições da economia brasileira.

Em relação à segunda pergunta, sobre a questão da taxa de câmbio valorizada, acho que o Deputado menciona exatamente uma outra avaliação, no sentido de que qualquer nível de taxa de câmbio tem vantagens e desvantagens, dependendo do setor da economia etc.

Mas o importante, no caso do Brasil, é que a evolução das exportações, a evolução do componente externo da economia brasileira, as importações e exportações somadas, o nível de comportamento hoje, portanto, de todas as contas externas inclusive, e não só do saldo comercial, demonstram que o mecanismo de câmbio flutuante tem funcionado a contento no Brasil.

Passo agora à pergunta seguinte, do Deputado Marcelo Castro, sobre o que o Banco Central está fazendo especificamente para que possamos baixar os juros, que tenhamos condição de melhorar a carga tributária e, em última análise, melhorar o crescimento da economia brasileira, etc. Estou respondendo aqui também perguntas feitas por outros Deputados: quer dizer, o que o Banco Central está fazendo para que, em última análise, o Brasil possa crescer mais. No fundo, a grande pergunta é essa.

Eu diria o seguinte: a política econômica como um todo tem como objetivo o crescimento sustentado com geração de emprego e distribuição de renda. Agora, a contribuição do Banco Central para que isso aconteça é garantir a estabilidade de preços, o que significa, em termos prático, cumprir as metas de inflação determinadas pelo Conselho Monetário Nacional. Essa, digamos, é a nossa importante contribuição para que o Brasil tenha crescimento cada vez maior. Em resumo: taxas de inflação que convirjam para a trajetória de metas, taxas de inflação dentro da trajetória de metas consistentemente. A experiência de diversos países mostra que isso dá melhores condições para a queda gradual da taxa de juros, entre outras condições macroeconômicas — que não iremos repetir aqui —, e também condições melhores para diminuição de prêmios de risco etc.

Evidentemente, estou falando de inflação porque é essa a contribuição do Banco Central no processo, mas são condições macroeconômicas gerais que, em última análise, farão com que a situação do Brasil, cada vez mais, signifique uma melhora de capacidade de crescimento.

O Deputado Edson Ezequiel fez uma pergunta novamente sobre a taxa real elevada, se isso não prejudica o crescimento, o empresário, se o empresário não teria maiores condições de investir com taxas mais baixas. Eu acredito que não há dúvida de que, na medida em que o Brasil cada vez mais, por condições de estabilização econômica, tenha capacidade de ter taxas de juros reais cadentes, isso permitirá novamente melhores condições macroeconômicas para o País. A única coisa que enfatizamos é que isso não pode ser produto de atitudes artificiais voluntaristas. Isso é resultado normal para, de novo, melhorar as condições macroeconômicas do País.

O Deputado João Grandão nos pede para marcar uma data para receber os funcionários do Banco Central. Teremos todo o prazer. Já estávamos olhando aqui nosso calendário, dependente evidentemente das limitações. Não temos condições de ser tão precisos e marcar um horário, porque não estou com minha agenda em mãos, mas, certamente, a princípio estamos pensando em marcar essa reunião para a próxima terça-feira, dia 11. Tenho todas as condições de receber e conversar com os funcionários do Banco Central. Não há dúvida.

Agora, para terminar, acho que é a última pergunta, gostaria de dizer que foi mencionada várias vezes, principalmente de maneira enfática numa das perguntas, a questão dos possíveis erros de política econômica, experiências malsucedidas, comparações com outras profissões, seja na área médica, seja na tecnológica ou de engenharia, e eu diria o seguinte: temos certeza, no Banco Central, hoje, de que todas as pessoas que conduziram nossa economia no passado o fizeram da melhor maneira possível, dadas as condições com as quais se defrontaram na época. Os eventos citados, algumas vezes, mostram quão complexa é a tarefa de condução macroeconômica de um País como o Brasil e de qualquer país, e quão impor-

tante é perseverarmos no caminho que adotamos, que claramente mostra que estamos na direção correta.

Quando a situação do País começa a melhorar, como está claro agora, eu entendo, nós temos a tentação de dizer: bom, já melhorou. Agora, não precisamos mais continuar seguindo aqui uma receita que está dando certo. Mas, não. Achamos que é exatamente no momento em que a política está dando certo que devemos perseverar, porque isso irá produzir resultados ainda melhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. por estar aqui com toda sua diretoria. Tenho certeza de que todos iremos examinar com cuidado os dados entregues e, se Deus quiser, na próxima reunião, já com novas reuniões do COPOM, teremos um debate com a taxa de juros mais baixa.

Tenham todos uma boa-tarde.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, DO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 09:30 HORAS.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **CÉSAR BORGES, GILBERTO GOELLNER, FLEXA RIBEIRO, NEY SUASSUNA, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, JOÃO RIBEIRO, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO e IDELI SALVATTI.** Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, a Comissão aprova, extra-pauta, a inclusão do **Requerimento nº 30, de 2005-CMA,** que "requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir matéria de interesse do setor produtivo, área de pesquisa e desenvolvimento de produto (ciência e tecnologia), no que tange à propriedade industrial, especialmente a tramitação dos processos de concessão de patente monopólica, com os seguintes convidados: Presidentes do INPI, da EMBRAPA, da NATURA, da ABRABI, da ABPI, da ABIFINA, da INTERFARMA, da SBPC e o cientista Antônio Paes de Carvalho". **Autoria:** Senador **NEY SUASSUNA. Resultado: Aprovado.** Na seqüência, o Senhor Presidente Senador **LEOMAR QUINTANILHA** dá conhecimento à Comissão das seguintes matérias: a) **Proposta de Fiscalização e Controle nº 05, de 2005,** "sobre passivos ambientais produzidos pela Usina Hidrelétrica de Lajeado, no Estado de Tocantins". **Autoria:** Senador **NEY SUASSUNA.** Designado como Relator prévio o Senador **LEOMAR QUINTANILHA** e b) **Proposta de Fiscalização e Controle nº 06, de 2005,** "referente a denúncia apresentada pela Brazuca Auto Posto Ltda. contra a Petrobrás Distribuidora S.A.". **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA.** Aguardando designação de Relator Prévio. A seguir, o senhor Presidente passa à deliberação da pauta: **Item 1)** DIVERSOS Nº 25, DE 1997 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 31 de dezembro de 1996". **Autoria:** Banco do Nordeste. **Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES. Parecer:** Solicita informações referentes aos programas de financiamento e às aplicações de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento. **Resultado: Adiado. Item 2)** AVISO Nº 26, DE 1998 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.112, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria destinada a verificar denúncias de malversação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, transferidos mediante convênio pelo Ministério do Trabalho e Emprego ao Distrito Federal no exercício de 1999, em cumprimento ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR (TC 003.473/2000-2)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria; remessa de ofício ao Tribunal de Contas da União sobre diversas informações em relação a Decisão nº 1.112/2000-TCU-Plenário; solicita acompanhamento, fiscalização e controle da apuração por parte do TCU; envio de cópia do Parecer a Polícia Federal, Procuradoria-Geral da República e ao Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, sobre informações de instauração de processos investigatórios sobre os fatos de que tratam o processo. **Resultado: Aprovado. Item**

3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2005 - **TERMINATIVO,** que "regulamenta o § 5º, do art. 150 da Constituição Federal, estabelecendo medidas para esclarecimento aos consumidores acerca dos impostos que incidem sobre mercadorias e serviços". **Autoria:** Senador **FRANCISCO PEREIRA**. **Relator: SENADOR CÉSAR BORGES**. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado: Adiado. Item 4)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 2003 - **TERMINATIVO,** que "dá nova redação ao § 1º do artigo 43 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para reduzir de cinco para dois anos o prazo máximo para a manutenção de informações negativas em cadastros de consumidores". **Autoria:** Senador **AUGUSTO BOTELHO. Relatora:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado: Adiado**. **Item 5)** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 2005 - **TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que Institui o novo Código Florestal, para permitir a reposição florestal e a recomposição da reserva legal mediante o plantio de palmáceas em áreas alteradas". **Autoria:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Relator:** Senador **LUIZ OTÁVIO**. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Adiado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

Notas taquigráficas da Reunião realizada em 19.10.2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Com a palavra V. Exª, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Tenho um requerimento e uma proposta de fiscalização que entraram extra-pauta, mas queria pedir a V. Exª inversão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Sobre a mesa, requerimento de inclusão do eminente Senador Ney Suassuna, que, apresentado extrapauta, gostaríamos de submeter à apreciação da Comissão.

"Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir matéria de interesse do setor produtivo, área de pesquisa e desenvolvimento de produtos, ciência e tecnologia, no que tange à propriedade industrial, especialmente à tramitação dos processos de concessão de patente monopólica.

Na oportunidade, solicito sejam convidadas a debater a questão as seguintes autoridades: Presidentes do INPI, da Embrapa, da Natura, da Abrabi, da ABPI, da Abifina, da Interfarma, da SBPC e o cientista Antonio Paes de Cavalho."

Antes de submeter à votação, gostaria de saber se V. Exª gostaria de defender verbalmente o requerimento apresentado. (Pausa.)

Com a palavra V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, fui um dos relatores da Lei de Patentes. Sonhávamos em ter um DNPI, hoje INPI, forte, capaz de analisar os pedidos de patente, e de fazê-lo com rapidez. Não foi o que aconteceu. Essa lei saiu, mas o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, infelizmente, tem recebido maus-tratos das autoridades governamentais. Primeiro, ficou sem chefia. Por bastante tempo não se nomeava o Presidente. Segundo, além de não se nomear o Presidente, acumulou-se cerca de 25 mil patentes. Ora, hoje os países são ricos não pela natureza, por riqueza física, são ricos pela propriedade intelectual, mas aqui passou a ser um obstáculo aos agricultores, quando é uma patente na área de pesquisa agrícola, aos industriais, quando é na área industrial. É preciso que definamos o gargalo desse processo para poder propor melhorias. Para isso, estou solicitando uma audiência pública.

É incrível como esse órgão tem funcionado mal e atrapalhado toda área produtiva do País. Essa é a razão por que apresentei esse requerimento. Estou aqui sugerindo Embrapa, INPI, Natura, Associação Brasileira, ABPI, Abifina, Interfarma e também o cientista Antonio Paes, que, há anos, tem 60 patentes na área agrícola que não conseguem avançar. O que está acontecendo? É isso que queremos saber. Essa é a razão do meu requerimento solicitando uma audiência pública. Se os colegas de Comissão considerarem que deva ser incluída mais alguma instituição, que façamos essa inclusão, mas o que não pode acontecer é que

o Brasil, país inserido na economia mundial, na qual todos brigam por patentes, atrapalhe as patentes nacionais. Essa é a razão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em votação o requerimento.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Com a palavra V. Exª.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – É muito procedente essa discussão e essa audiência pública requerida pelo Senador Ney Suassuna. O setor agrícola está na iminente avaliação da patente do ácido glifosato de propriedade da Monsanto. Existe uma discussão muito grande sobre a validade, sobre o tempo da validade, e a existência ou não dessa validade aqui no País, pelo término já do prazo de 20 anos. Considero, então, procedente. O melhoramento genético, o melhoramento vegetal está carecendo de uma avaliação melhor de propriedade. Só pediria fosse ampliada a convocação para cientistas de outras áreas da propriedade, para podermos ter uma forte discussão sobre o tema.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, podemos até fazer em duas rodadas. Chamamos esses primeiramente, para não serem tantos; em seguida, faremos uma segunda rodada. Esse é um assunto que interessa a toda a área produtiva, da indústria à agricultura, a todos, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – V. Exª tem razão.

Em votação o requerimento apresentado pelo Senador Ney Suassuna, com o aditivo de proposta de ampliação de convocações apresentada pelo Senador Gilberto Goellner.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, novo requerimento apresentado pelo Senador Ney Suassuna, que é uma proposta de fiscalização e controle.

"Sr. Presidente, veio às minhas mãos o relatório de passivos ambientais produzidos pela Usina Hidrelétrica de Lajeado, Estado de Tocantins, matéria afeita a objeto dessa Comissão.

Face dos graves fatos ali presentes, apresento a matéria como proposta de fiscalização e controle do Senado, requerendo que, assim, seja processada em conformidade com art. 102-b, do Regimento Interno do Senado."

Em votação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PA) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PA) – Essa é a proposta que estou apresentando. Tendo em vista as informações de que são muitos os danos ambientais, cabe a esta Comissão, que não só cuida da fiscalização e controle dos órgãos federais, cuidando da área financeira, das rotinas, dos fluxos, mas também do meio ambiente, analisar a questão. As denúncias são bastante consistentes.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Será atendido o requerimento de V. Exª. A Mesa designará um relator prévio.

Item 1. A pedido do Relator foi adiado para a próxima reunião.

Item 2. Aviso nº 26, que encaminha ao Senado Federal cópia da decisão nº 1.112, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente à auditoria destinada a verificar denúncias de malversação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), transferidos, mediante convênio pelo Ministério de Trabalho e Emprego, ao Distrito Federal, no exercício de 1999, em cumprimento ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador.

Tem a palavra a eminente Senadora Serys Slhessarenko, Relatora, para proferir seu relatório.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Senador, nosso Presidente, Srs. Senadores, o relatório é bastante extenso. Tem sete páginas. Temos aqui a análise feita sobre os recursos do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. Como todos os Srs. Senadores têm em mãos esse relatório e sua análise, vou direto para o voto.

Diante do exposto, votamos para que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle tome conhecimento da matéria e delibere por:

1. enviar ofício ao Tribunal de Contas da União solicitando que:

a. informe se, diante dos fatos apurados nas três tomadas de contas especiais instauradas pelo MTE e enviadas ao Tribunal, mediante o Ofício nº 105, GMMTE, de 5 de junho de 2001, a estratégia de ação definida no item 8.1 da decisão nº 1.112/200, TCU, plenário, não mereceria ser reformulada no sentido de privilegiar uma intervenção que permita a adoção de medidas pela instituição com a tempestividade requerida pelo caso, sem prejuízo do exercício de defesa dos responsáveis;

b. informe os resultados da apuração determinada no item 8.6, da Decisão nº 1.112/2000, TCU, plenário;

c. informe os resultados das providências determinadas no item 8.3 da mesma Decisão;

d. envia à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cópia de inteiro teor das tomadas de contas especiais instauradas pelo MTE e enviadas ao Tribunal pelo Ofício nº 105, GMMTE, de 5 de junho de 2001;

2. manter acompanhamento, fiscalização e controle da apuração, por parte do Tribunal de Contas da União, das graves irregularidades e ilegalidades de que trata o presente processo, inclusive mediante indicação de relator para analisar as medidas adotadas por aquela instituição e informá-las ao Plenário desta Comissão.

3. enviar cópia do presente parecer ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça, ao Procurador-Geral da República e ao Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, solicitando que informe se já houve a instauração de processo investigatório sobre os fatos de que trata o presente processo. Em caso positivo, que relate a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle a situação atualizada dos respectivos procedimentos.

É este o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com a saída de dois Senadores, não temos quórum para analisar os outros dois itens, que são terminativos. Pediria a V. Exª que conferisse se estou certo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – V. Exª tem razão. Não há **quorum** suficiente para deliberar sobre as demais matérias constantes da pauta.

Comunico, então, ao plenário o recebimento de representação apresentada pelo Posto Brazuca de Sobradinho, Distrito Federal, denunciando a ocorrência de vazamento dos tanques de combustíveis e denunciando negligência da Petrobrás em promover os exames de estanqueidade dos postos sob sua responsabilidade. Conforme vasta documentação acostada, há a possibilidade de estar ocorrendo vazamento em 46% dos postos da rede Petrobrás.

Em razão da gravidade da matéria, informo que recepciono a representação, transformando-a em proposta de fiscalização e controle do Senado Federal e designaremos um relator.

Agradeço aos Senadores presentes.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 04 minutos.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, DO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 09:30 HORAS.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES, GILBERTO GOELLNER, TEOTÔNIO VILELA FILHO, FLEXA RIBEIRO, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ JORGE, LEONEL PAVAN e MOZARILDO CAVALCANTI.** Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente Senador **LEOMAR QUINTANILHA** passa à deliberação da pauta: **Item 1)** DIVERSOS Nº 25, DE 1997 - **NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 31 de dezembro de 1996". **Autoria:** Banco do Nordeste. **Relator "ad hoc": SENADOR SIBÁ MACHADO. Parecer:** Solicita informações referentes aos programas de financiamento e às aplicações de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento. **Resultado:** Concedido vista ao Senador **JOÃO RIBEIRO**. **Item 2)** SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2004 – TURNO SU-

PLEMENTAR, que "altera o § 1° do art. 18, da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para compelir o fornecedor a disponibilizar ao consumidor produto idêntico ou similar ao defeituoso, na hipótese de a reparação do vício de qualidade demandar prazo superior a dois dias úteis." **Autoria:** Senador **DEMÓSTENES TORRES. Relator:** Senador **NEY SUASSUNA**. **Resultado:** Não foram oferecidas emendas até o final da discussão. O substitutivo é definitivamente adotado em turno suplementar, conforme preceitua o art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno **- Aprovado. Item 3)** PROJETO DE LEI DO SENADO N° 129, DE 2005 - **TERMINATIVO,** que "regulamenta o § 5°, do art. 150 da Constituição Federal, estabelecendo medidas para esclarecimento aos consumidores acerca dos impostos que incidem sobre mercadorias e serviços". **Autoria:** Senador **FRANCISCO PEREIRA. Relator: SENADOR CÉSAR BORGES. Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Resultado: Aprovado o Parecer com 08 votos favoráveis. Item 4)** PROJETO DE LEI DO SENADO N° 243, DE 2003 - **TERMINATIVO,** que "nova redação ao § 1° do artigo 43 da Lei n° 8078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para reduzir de cinco para dois anos o prazo máximo para a manutenção de informações negativas em cadastros de consumidores." **Autoria:** Senador **AUGUSTO BOTELHO. Relatora:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA. Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. Item 5)** PROJETO DE LEI DO SENADO N° 110, DE 2005 - **TERMINATIVO,** que "altera a Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965, que Institui o novo Código Florestal, para permitir a reposição florestal e a recomposição da reserva legal mediante o plantio de palmáceas em áreas alteradas". **Autoria:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Relator "ad hoc": SENADOR CÉSAR BORGES**. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto com a emenda apresentada. **Resultado: Aprovado o projeto com 08 votos favoráveis e adotada a Emenda n° 1-CMA**, apresentada pelo **SENADOR CÉSAR BORGES. Item 6)** PROJETO DE LEI DO SENADO N° 30, DE 2003 – **TERMINATIVO,** que "acrescenta artigos à Lei n° 8078, de 11 de setembro de 1990 - Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços", de **autoria** do Senador **SÉRGIO CABRAL**, tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO N° 306, DE 2003 – **TERMINATIVO,** que "acrescenta artigo à Lei n° 8078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos", de **autoria** do Senador **VALMIR AMARAL. Relator:** Senador **GERSON CAMATA**. **Parecer:** Pela aprovação de ambos os Projetos nos termos do substitutivo que oferece. **Resultado: Aprovado o PLS 30/2003 com a Emenda n° 1-CMA apresentada pelo Senador ARTHUR VIRGÍLIO, restando prejudicado o PLS 306/2003.** Assume a Presidência o Senador **FLEXA RIBEIRO** para **Extra-pauta**, a apreciação, do **ITEM 1) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N° 05, DE 2005,** referente a "Relatório de passivos ambientais produzidos pela Usina Hidrelétrica de Lajeado, no Estado de Tocantins". **Autoria:** Senador **NEY SUASSUNA. Relatoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Resultado: Aprovado o relatório Prévio com o plano de trabalho apresentado.** Reassume a Presidência o Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, e é deliberado o **ITEM 2) REQUERIMENTO N° 31, DE 2005-CMA,** que "requer, nos termos regimentais e constitucionais, que sejam convidadas as autoridades e os técnicos abaixo arrolados, para, em Audiência Pública, prestarem esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre as alterações climáticas ocorridas nos estados da federação atingidos pela seca, e sobre possível relação de causalidade entre esses fenômenos com os desmatamentos e queimadas". **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

Notas taquigráficas da Reunião realizada em 26.10.2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Sobre a mesa, ata da reunião anterior, para a qual solicito a dispensa da leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência passa a dar conhecimento aos Membros desta Comissão sobre os seguintes avisos,

originários do Tribunal de Contas da União: 1.504, I.517, 1.583, 1.837, 1.846, 1.874 e 6.750, todos de 2005. Tais avisos encontram-se na Secretaria da Comissão à disposição dos Srs. Senadores.

Passamos à pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pediria a V. Exª que, se fosse possível, fizesse uma inversão de pauta para que pudéssemos votar o item 5, que é terminativo, em função do quórum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em discussão a proposta apresentada pelo eminente Senador Flexa Ribeiro, de inversão da pauta, começando então os trabalhos desta Comissão pelo item 5. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Tem V. Exª a palavra para relatar o projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sou o autor.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – **SENADOR CÉSAR BORGES**, por gentileza, como relator *ad hoc*.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2005, pelo qual se altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal, para permitir a reposição florestal e a recomposição da reserva legal, mediante o plantio de palmáceas em áreas alteradas.

A análise do projeto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, demonstra que ele tem o evidente objetivo de criar um mecanismo de apoio ao cumprimento da obrigação de promover a recomposição da reserva florestal legal a que estão sujeitos os proprietários rurais. A iniciativa está em consonância com a tendência atual de privilegiar incentivos econômicos como instrumentos adicionais ao mecanismo de comando e controle na área de meio ambiente.

As evidências mostram que o Estado brasileiro não tem sido capaz de garantir o cumprimento efetivo da obrigação de promover recomposição da reserva florestal legal.

Em face dessa circunstância concreta, na qual a defesa do meio ambiente não tem sido assegurada de modo efetivo, julgamos justificável que se permita a recomposição da reserva legal mediante o plantio comercial de palmáceas. Tal plantio assume especial importância no caso de grandes áreas cujo solo sofreu forte degradação após desmatamento.

Os benefícios ambientais e sócio-econômicos resultantes da exploração de plantios de palmáceas tendem a se tornarem cada vez maiores, como resultado da implantação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, com base na Lei nº 11.097, de janeiro deste ano, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.

Deve-se ressaltar que os benefícios ambientais do emprego dos biocombustíveis manifestam-se em duas esferas: em âmbito mais amplo, pela substituição dos combustíveis fósseis, responsáveis por considerável parcela das emissões totais de gases do efeito estufa, e, de modo especial, pela redução dos níveis de poluição nas grandes metrópoles brasileiras.

Portanto, é inegável ainda o impacto significativo que a implantação e exploração desses plantios terá sobre a geração de oportunidade de emprego e de renda, especialmente no caso da mão-de-obra de menor qualificação. Não pode também ser ignorada a contribuição dessa atividade para a redução das disparidades regionais. Nesse sentido, deve-se enfatizar que o referido programa está baseado explicitamente em diretrizes que englobam a sustentabilidade e inclusão social.

Cumpre esclarecer, por fim, que a presente norma não autoriza retirada de vegetação para o plantio de palmáceas, mas apenas possibilita tal plantio em áreas anteriormente desmatadas.

O projeto em exame não apresenta óbices no tocante a sua constitucionalidade, cabendo registrar que, em termos de iniciativa, tem evidente amparo no art. 61 da Carta Magna.

No mérito, a proposição representa importante instrumento para a defesa do meio ambiente, preconizada pelo art. 225 da Constituição Federal, para o efetivo cumprimento da política nacional do meio ambiente, que foi estabelecida por meio da Lei nº 6.938, de agosto de 1991.

Portanto, Sr. Presidente, diante do que foi colocado, o voto do Relator, que é o nobre Senador Luiz Otávio, que tenho o prazer de substituir neste momento, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 110, do nosso querido Senador Flexa Ribeiro, que é o homem que conhece a questão profundamente e que faz essa proposta.

Então, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Obrigado, **SENADOR CÉSAR BORGES**.

Em discussão. (Pausa)

Primeiro inscrito para discutir, Senador Gerson Camata. Tem V. Exª a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, serei bem breve, quero apenas cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro pelo excelente projeto. Mas queria sugerir ao Relator, se bem que é Relator *ad hoc*, mas que entende e compreende muito bem o assunto, uma emenda. Primeiro, tenho um projeto meu já aprovado aqui no Senado e foi para a Câmara, porque a legislação, o Código Florestal Brasileiro diz que a recuperação das matas ciliares será feita pelo proprietário e, se esse não o fizer, pela União. Então, o proprietário não faz; se ele não fizer, a União também não faz. Então, ninguém faz. Coloquei então que em dez anos, plantando 10% cada ano, a partir da aprovação da lei, o proprietário será encarregado de recuperar essas matas ciliares. Dez anos. Algumas federações de agricultura acharam que é um encargo muito pesado. Na verdade, valoriza a propriedade e tem dez anos para ser feito, não é de uma hora para outra. É um trabalho que ele mesmo vai colocando ali, recuperando a propriedade e o meio ambiente.

Agora, aqui são espécies nativas ou palmáceas exóticas. Os Estados da Bahia e do Espírito Santo, saiu até na **Veja** da semana passada, estão evoluindo muito no fazendeiro floresta. Hoje a atividade de plantio de árvores para comércio, para fábrica de móveis, para exportação de madeira, baseada no eucalipto e no *pinus elliotis*, é uma atividade econômica muito importante no sul da Bahia e no Estado do Espírito Santo. E é uma atividade que conserva a floresta nativa, porque quando se tem a floresta plantada, floresta industrial, não se vai procurar na mata nativa. Ajuda a manter a mata nativa. É interessante que, por exemplo, o eucalipto, mediante esses sistemas de tratamento, tornou-se uma madeira tão nobre e tão importante quanto o jacarandá e outras madeiras, porque até as cores podem ser adquiridas artificialmente. Aquele que vai para celulose, para fabrico de móveis, de casas etc. Então, já que estamos colocando palmáceas nativas ou exóticas, por que não colocar eucalipto e pinus elliotis, que também são exóticos e também representam um ótimo aproveitamento.

E há poucos dias, lá no Espírito Santo – aquele cientista Augusto Ruschi, que Deus o tenha em bom lugar, ele sempre dizia que o eucalipto devasta a terra, transformou a Austrália num deserto e tal – vi, no programa Globo Rural, um fazendeiro, da família Carnielli, do sul do Espírito Santo, dizendo que nas áreas degradadas, onde ele achava que não tinha mais solução e em que ele plantou eucalipto, a terra recuperou e está virando terra útil para o plantio de café e abacate. Quer dizer, na verdade, o eucalipto não danifica a terra, não desertifica a terra. Pelo contrário, diz ele que é a melhor espécie vegetal para recuperar a umidade e a fertilidade do solo nas regiões degradadas.

De modo que poderíamos, então, já que em algumas regiões do Brasil plantam-se as palmáceas, nativas ou exóticas, e nas outras regiões poderíamos plantar o pinus elliotis e eucalipto e outras árvores que pudessem, depois, ser aproveitadas comercialmente. Aí, sim, todo mundo ia reflorestar as beiras de córregos e rios do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Continua em discussão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Exª poderia explicitar a sua emenda, para que o próprio autor tenha conhecimento?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Seria mais ou menos isto: "No caso da reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas ou o plantio de palmáceas nativas ou exóticas". Acho que poderia ser geral, porque também colocar *pinus elliotis* e eucaliptos, que são várias variedades... "Poderão ser utilizadas espécies nativas ou exóticas destinadas à exploração econômica". Não se especifica se é uma palmácea, se é um eucalipto ou o que é, desde que se dê uma exploração econômica. Talvez naquela região dele, na reposição florestal... Não se trata de mata ciliar, mas de reposição florestal. Se ele planta outra árvore, com destino, para ter aproveitamento econômico, vai ter interesse em plantar. É até mais imediato. Observo muito, no Espírito Santo, que, plantando-se peroba, jacarandá, demora-se 250 anos para se vender uma árvore. Assim, ele não planta, porque, daqui a 250 anos, certamente não estará vivo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Senador Camata, sem que a Mesa queira participar da discussão, tivemos a oportunidade de fazer uma visita a uma extensa área do território paraense, constituída de terras degradadas que são prejudicadas pela legislação vigente, a qual só permite a utilização de 20% delas, ainda que sob o critério de recuperação.

A proposta do eminente Senador Flexa Ribeiro visa a corrigir essa distorção na legislação vigente. Estamos entendendo que V. Exª estaria apresentando uma sugestão, que poderia transformar-se numa emenda, a ser discutida agora com o eminente Relator.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PcdoB) – Com a palavra, o **SENADOR SIBÁ MACHADO**, para discutir.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, eu pediria um pouco mais de cautela. Esse pro-

jeto já é delicado na sua essência. O que se coloca é que, com a visão do avanço sobre o desmatamento da Amazônia, estamos com a crise de cumprir a legislação, a Lei nº 2.166, que determina que as áreas que ultrapassaram os 20% de alteração serão obrigadas a repor com mata nativa. Esse é o precedente da medida provisória. O que estamos tentando aqui é conciliar, pelo menos em parte, uma delas: cobertura definitiva, ou seja, se entra ou não a palmácea exótica; se podemos fazer uma cobertura com uma palmácea nativa. Vamos dizer, o dendê, o buriti, a pupunha, o açaí – ou coisa parecida – podem. Mas estamos falando de uma espécie que veio da Ásia, que não é daqui, embora já esteja no Brasil há alguns séculos.

A questão da mata ciliar não se discute: é mata nativa, tem-se de recuperar com espécie... Trata-se de contensão de barranco. Eu pensaria numa redação de emenda, não para esta reunião. Pediria que aprovássemos a lei como está. Vamos conversar um pouco, eu queria estudar melhor. Sugiro pensarmos juntos; conforme o zoneamento econômico ecológico dos Estados, poderíamos, a partir daquela conversa que tivemos no Pará, conciliar que o Estado definirá se determinada área é santuário ecológico mesmo e, portanto, intocável, se, em outra, digamos assim, a situação será meio a meio ou se haverá plena atividade econômica. Então, baseados numa conversa como aquela, poderíamos considerar o que pode ser espécie exótica mediante zoneamento ecológico. E não faria a emenda neste momento; apenas a sugiro, senão podemos atrair para nós o furor da atenção, que não é pequena. Vejam os debates que estamos fazendo sobre o projeto de lei que trata de florestas; eles são fortes. Embora tenha sido aprovada em tempo muito hábil aqui no Congresso, a matéria passou por um bom debate.

Então, esse assunto não está imune a isso. Eu só pediria que, talvez, sobre a idéia do Senador Camata, acrescentássemos isso. Temo a inviabilização do projeto. E, pelo andar da carruagem naquele trabalho de que V. Exª também participou, sinto-me assim com certa vontade de participar desse debate para ajudar, mas, se fizermos a lei valer para toda e qualquer essência comercial, atrasaremos algumas coisas. Poderíamos, digamos assim, para não perder a idéia do Senador Gerson Camata, pensar no que cabe dentro do zoneamento do Estado; talvez assim ficasse menos complicado, no meu entendimento. Não faríamos a emenda agora, até mesmo pela velocidade com que eu gostaria que votássemos. Mas, se cabe ainda a emenda de Plenário – e deve caber –, podemos estudar melhor. Se é isso, construímos juntos e vamos apresentá-la no momento do Plenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Seria bom lembrar ao eminente Senador que esse projeto é terminativo na Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O encaminhamento tem que ser agora.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Então, nós teríamos de definir agora. Agora, a sugestão apresentada é interessante: amplia as essências, mas segundo o zoneamento de cada Estado.

Em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço o apoio dos eminentes Senadores. Quero dizer ao ilustre Senador Gerson Camata que sou favorável à extensão de acordo com a proposta do Senador Siba Machado. Esse projeto, Senador Gerson Camata, é da maior importância para a Nação brasileira e para todas as regiões, porque vai propiciar a utilização de áreas já alteradas. O projeto não visa à utilização de floresta natural, apenas as áreas alteradas para o plantio de palmáceas, para que sejam consideradas como substituição de floresta nativa, daí por que as palmáceas precisam estar contidas no texto. Não podemos retirar a palmácea, porque, como é uma espécie exótica, o Ministério do Meio Ambiente não a considera como reposição florestal, e nós temos, em toda a região amazônica e em áreas do Nordeste, porções de terra já alteradas, que podem ser utilizadas para o plantio de palmáceas não só do dendê, como de babaçu, açaí, coco, pupunha. Então, vamos ter uma amplitude muito grande e, no caso específico da palmácea e de outras espécies, a possibilidade de tornar o Brasil o maior produtor do mundo. Hoje, a Malásia tem 2,5 milhões de hectares plantados, e só o Pará, num raio de 100 quilômetros de Belém, detém quase dois milhões de áreas propícias para esse plantio. Como o Governo Federal e o mundo como um todo, na economia do petróleo, pretende utilizar o biocombustível, esse é o caminho que temos para induzir a produção de biocombustível por meio de óleo de palma.

Eu pediria a V. Exª que, no caso da emenda, atendêssemos à sugestão do Senador Siba Machado, não retirássemos as palmáceas, talvez incluindo no zoneamento outras espécies para o plantio. Pediria o apoio de V. Exª, para que pudéssemos aprovar hoje esse projeto.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Presidente, desejo apenas complementar. O artigo 19 está assim redigido:

"Parágrafo único. No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas ou o plantio de palmáceas nativas ou exóticas, destinadas à exploração econômica."

Acrescenta-se – não sei se é essa exatamente a redação; tem-se de ver com quem é da área – "mediante ou em obediência ou em observação ao zoneamento econômico ou ecológico do Estado" ou "atendido o zoneamento econômico e ecológico do Estado do projeto", algo assim, porque se responderia, no meu entendimento, com preceito legal, e não teríamos nenhuma dificuldade de acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Enquanto o eminente autor reflete sobre a matéria, vamos ouvir o Senador Augusto Botelho, que quer discutir.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Estou entendendo que o Senador Gerson Camata, além de palmáceas, quer plantar as outras árvores de exploração econômica. Então, podemos colocar: "palmáceas ou árvores nativas ou exóticas", para incluir o *Pinus ellioti*, a *Acacia mangium*, outras plantas que são utilizadas economicamente na produção de celulose e de outras coisas, porque só vamos trabalhar em áreas que já estão alteradas. Ninguém, de forma nenhuma, vai derrubar uma floresta, para plantar isso. Essa é uma forma de fazer a reposição florestal.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ou "outras espécies destinadas à exploração econômica".

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sim, "outras espécies, respeitando-se o zoneamento ecológico e econômico". Assim eu concordo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Senador Augusto Botelho, a preocupação é a de que a lei anterior determina a cobertura vegetal permanente. Por isso, estou com alguns cuidados, com algumas ressalvas, para não abrirmos precedente. Então, creio que poderíamos deixar uma abertura mais genérica, e, é claro que, na construção do que pode e do que não pode, o zoneamento do Estado definiria o que é. Eu acrescentaria as palavras "nativas ou exóticas". Ficaria "palmáceas ou outras espécies nativas ou exóticas".

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Ah, está bom.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E "em obediência ao zoneamento ecológico e econômico".

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Nós estamos entendendo a preocupação do Senador Siba Machado. Existem as áreas de preservação permanente. Se houver, nessas áreas já alteradas, córregos, regatos, nascentes, lagoas, a legislação já dá a interpretação correta para a preservação da área circundante dessas ocorrências geográficas. Penso que a sugestão é pertinente. Nós gostaríamos de ouvir a manifestação do Sr. Relator.

Como ficaria, Senador Siba Machado, a sua emenda?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – No final, "[...] contemple a utilização de espécies nativas ou exóticas ou o plantio de palmáceas nativas ou exóticas." Aqui ficou bem claro o termo "palmáceas". Então, antes de citá-las, colocar-se-ia "[...] espécies nativas ou exóticas ou o plantio de palmáceas nativas ou exóticas, destinadas à exploração econômica, em observação, ou em obediência, ao zoneamento econômico e ecológico".

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Essa emenda seguramente seria firmada pelos Senadores Gerson Camata e Sibá Machado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – O Relator faz a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – O Relator mesmo apresentará a emenda.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Com a palavra, o **SENADOR CÉSAR BORGES**.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, acho que, se a Secretaria da Mesa estivesse acompanhando, poderia, no final, ficar "[...] que contemple a utilização". Eu colocaria, então: "[...] contemple a utilização do plantio de palmáceas nativas ou exóticas, de espécies nativas ou outras destinadas à exploração econômica, obedecidos os preceitos do zoneamento do Estado respectivo ou da Unidade da Federação."

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – O próprio Relator apresentaria uma emenda de redação, então?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso. Não sei se S. Exª registrou isso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Mais alguém...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Talvez pudéssemos fazer o mesmo no art. 2º, inciso IV, que repete "[...] sua complementação com palmáceas nativas ou exóticas, destinadas à exploração econômica, de acordo com o critério estabelecido por órgão ambiental estadual competente". Poderíamos colocar isso no art. 1º, na modificação do art. 19. No inciso IV, colocaríamos "[...] palmáceas nativas ou exóticas e outras espécies destinadas à exploração econômica, de acordo com

o critério estabelecido pelo órgão ambiental estadual competente". Deu para registrar?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Há mais alguém que queira discutir? (Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Vamos à votação.

(Procede-se à votação.)

Aprovado.

Passamos ao Item nº 1.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria de agradecer à Presidência, ao Senador Leomar Quintanilha e a todos os Senadores que votaram pela aprovação do projeto e de dizer que estamos abrindo a possibilidade – os Senadores Sibá Machado, Leomar Quintanilha e Arthur Virgílio estiveram no Pará e puderam presenciar, testemunhar isso – que a Nação brasileira terá, caso esse projeto tenha aprovação na Câmara e seja sancionado, de tornar mais potente ainda o agronegócio e de o Brasil vir a ser, no futuro, a médio e longo prazo, um dos maiores produtores de óleo de palma em âmbito mundial.

Agradeço o apoio e faço um convite a todos os Senadores que tiverem interesse. O **SENADOR CÉSAR BORGES** é de um Estado que já foi o maior produtor de dendê do Brasil e que certamente tem uma participação efetiva na recuperação e no aumento dessa produção. Deixo o convite a V. Exªs, para irem ao Pará e verem a potencialidade dessa cultura. V. Exªs serão muito bem-vindos. Agradeço o apoio de todos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, a Mesa cumprimenta V. Exª pela autoria do projeto, e a Comissão toda tem consciência ampla, plena, de que está contribuindo não só para a recuperação de áreas alteradas e para a criação de um ambiente adequado para aumento da exploração econômica do enorme potencial que tem este País, notadamente o Estado de V. Exª, como também para a inclusão social. Vimos o exemplo da agricultura familiar sendo desenvolvida com palma. Então, V. Exª está de parabéns. Receba os cumprimentos da Mesa e desta Comissão.

Item nº 1:

Encaminham-se ao Senado Federal as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste -- FNE, administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 31 de dezembro de 1996. Autoria do Banco do Nordeste; Relator, Senador Heráclito Fortes. Nomeio Senador *ad hoc* o **SENADOR SIBÁ MACHADO**, a quem concedo a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, submete-se a esta Comissão o processo diverso nº 25, de 1997, que encaminha ao Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, administrado pelo Banco do Nordeste S. A – BNB , com posição de 31 de dezembro de 1996.

Ofício 492/97, do Banco do Nordeste do Brasil, que encaminhou demonstrações contábeis e foi recebido em 13 de maio de 1997 e encaminhado na mesma data à Comissão de Fiscalização e Controle.

Em 25 de janeiro de 1999, o processo foi devolvido, em atendimento ao disposto nos arts. 332 e 333 do Regimento Interno. Em 26 de fevereiro de 1999, o processo retornou à Comissão de Fiscalização e Controle, em razão da inaplicabilidade dos arts. 332 e 333 do RISF.

Em 18 de março de 1999, ele foi distribuído ao Senador Hugo Napoleão, para ser relatado. O Relator devolveu o processo em 25 de novembro de 1999, com minuta de parecer, ficando a matéria em condições de ser incluída na pauta de reunião desta Comissão.

Em 30 de abril de 2001, a matéria foi distribuída, em razão de o Relator não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Em 24 de maio, a matéria foi distribuída para este Relator.

Sr. Presidente, posso ir direto ao voto?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PL – TO) – Sr. Presidente, antecipo meu pedido de vista da matéria.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, vou direto ao voto.

Voto.

Diante do exposto, constatamos que, em regra geral, os administrados do FNE têm cumprido as determinações normativas relativas ao Fundo, especialmente no que se refere à aplicação do percentual mínimo de recursos na região semi-árida e ao tratamento preferencial a pequenos e miniprodutores rurais e a pequenas e microempresas.

Salientamos, no entanto, a necessidade do envio de informações referentes aos programas de financiamento e às aplicações de recursos dos Fundos Constitucionais de financiamento, a fim de que o Congresso Nacional possa exercer efetivo controle das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelos bancos administradores da operação dos fundos.

Dessa forma, submetemos essas considerações à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para que tome conhecimento das demonstrações contábeis.

Sala das Comissões.

Presidente e Relator, Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Uma vez conhecido o relatório, pede vista o eminente Senador João Ribeiro.

Concedida vista a V. Exª.

Item nº 2:

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2004, em turno suplementar. A matéria já foi votada nesta Comissão, em primeiro turno.

Comunico a V. Exª que esta Comissão, em reunião do dia 4 de outubro de 2005, aprovou o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o § 1º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para compelir o fornecedor a disponibilizar ao consumidor produto idêntico ou similar ao defeituoso na hipótese de a reparação do vício de qualidade demandar prazo superior a dois dias úteis.

Reunida a Comissão na data de hoje, a matéria foi apreciada em turno suplementar, nos termos do disposto do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, e, como não foram oferecidas emendas, o substitutivo é definitivamente adotado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Solicitaria ao eminente Senador Flexa Ribeiro que assumisse a Presidência dos trabalhos, porque sou Relator de um processo que gostaria de defender.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Requeiro a V. Exª que, após o próximo projeto a ser relatado, haja inversão de pauta para os itens 5 e 6, dos quais sou Relator. Agradeço a V. Exª submeter o pedido ao Plenário.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Do item 3 sou o Relator.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – É o item 6, Sr. Presidente. Solicito escusas.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Coloco em discussão a proposta do eminente Senador Gerson Camata para a inversão da pauta, após a relatoria do Senador Leomar Quintanilha, para a discussão do item 6. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Com a palavra, o nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Sr. Presidente, trata-se de uma proposta extrapauta para apresentação de um relatório prévio a respeito das denúncias que foram formuladas a esta Comissão por todos os Prefeitos dos Municípios que foram impactados com a implantação da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, em Lajeado, no Estado do Tocantins.

A par dos aspectos positivos que a implantação da usina hidrelétrica confere aos Municípios, ao Estado e ao País, com o aproveitamento do potencial energético para geração de energia elétrica, com empregos criados, com o uso múltiplo das águas, com processos de irrigação, que, futuramente, poderão ser aproveitados, com a mudança da fisiografia da região, com a beleza do lago, com o aproveitamento do potencial turístico que cria, com a possibilidade de navegação, há as questões relacionadas com os impactos decorrentes das suas instalações, que afetam notadamente a população ribeirinha e mesmo as mais distantes dos Municípios envolvidos, sobretudo a implementação dos projetos básicos ambientais. Alguns não foram implementados, segundo denúncias formuladas pelos Prefeitos de todos os Municípios que foram afetados por essa usina hidrelétrica.

Por essa razão, esta Comissão acolheu a denúncia apresentada pelos eminentes Prefeitos, e estamos sugerindo a Proposta de Fiscalização e Controle decorrente dessa denúncia. A denúncia se insere plenamente nos contornos das competências da presente Comissão, tendo em vista não apenas seu papel fiscalizador, mas também o que concerne às questões voltadas à proteção do meio ambiente. De fato, o que se tem arrolado como passivos ambientais é, provavelmente, um conjunto de danos materiais que, conforme relato, vêm-se perpetrando desde o início da construção da hidrelétrica. A denúncia apresenta gravidade não apenas sob o aspecto específico da hidrelétrica em apreço – a de Lajeado –, mas avança ainda sobre possíveis danos que podem ser cometidos por outras obras, caso o poder público se mantenha omisso e inerte diante das agressões ao meio ambiente.

A Comissão não pode, por imposição constitucional, deixar de verificar a realidade do dano e de provocar os órgãos devidos a que promovam as ações judiciais e as medidas administrativas destinadas à reparação dos prejuízos já observados e a que evitem que, em obras futuras, verifiquem-se práticas semelhantes.

Diante disso, Sr. Presidente, o voto que prolato é o seguinte: a Comissão não pode eximir-se do seu dever de investigar, sempre que provocada. A denúncia

formulada apresenta todas as exigências regimentais para ser aprovada: não está prescrita, trata de matéria ambiental, possui evidências de irregularidade e foi instruída com documentos que indicam forte tendência de verossimilhança. A matéria rege-se pelo art. 102, "a" e "b", do Regimento Interno do Senado Federal, que determina o procedimento a ser adotado em espécie, que é a da execução de um programa de trabalho. Por tais motivos, opino no sentido de que seja aprovado o presente parecer prévio e que a Proposta de Fiscalização e Controle nº 6, de 2005, seja acatada e processada em conformidade com o plano de trabalho aqui anexo.

O plano de trabalho anexo a esta proposta, Sr. Presidente, que já foi distribuído aos eminentes Srs. Senadores, refere-se exatamente à constituição de um grupo de trabalho técnico, com conhecimentos específicos da matéria, para realizar *in loco* os exames e conferir a denúncia apresentada pelos eminentes Srs. Prefeitos de diversos Municípios, entre eles, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré, Ipueiras, Palmas, Lajeado, no Estado de Tocantins.

Esse grupo de trabalho seria formado por um perito da Polícia Federal, um do TCU, um especialista da Aneel, um do meio ambiente, para que possam exatamente apreciar a denúncia apresentada.

Esse é o voto do parecer prévio que apresento a esta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Leomar Quintanilha, antes de colocar em discussão, e sem que esta Presidência queira entrar na discussão do mérito, parabenizo V. Exª.

O meu Estado, assim como o seu, tem um potencial de geração de energia hídrica enorme. Então, nós também sofremos esses passivos ambientais com a instalação dessas usinas. Vivenciamos isso em Tucuruí. Temos inúmeros projetos a serem implementados no Estado do Pará, como Belo Monte e outras usinas, como também em Tocantins.

Então, é da maior importância que se crie esse grupo de trabalho, para que possamos acompanhar, através dessas fiscalizações, a mitigação dessas ações na implantação dessas usinas hidrelétricas.

Coloco em discussão o voto do relatório prévio do Senador Leomar Quintanilha.(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado.

Item nº 6:

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, terminativo, que acrescenta os artigos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, ao Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para entrega de bens e prestação de serviços.

Com a palavra, o nobre relator, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, vou ser bem rápido.

O que ocorre é que o Senador Sérgio Cabral apresentou um projeto de lei no sentido de que, quando um consumidor vai ser negativado, vai ter uma abertura de cadastro contra ele, ele deve ser notificado cinco dias antes. Lógico, acho que é muito correto e direito que ele saiba o que está prestes a acontecer com ele.

Tinha concluído, mas agora quero pedir a atenção da Secretaria para mudar um pouquinho aqui por um substitutivo. Mas um substitutivo para substituir um artigo, penso que é uma injustiça com o Senador Sérgio Cabral.

E aí me chega uma emenda do Senador Arthur Virgílio, que está no processado, mas que não apareceu aqui, o que também é uma injustiça eu não apreciar a emenda. E a emenda do Senador Arthur Virgílio é melhor do que o artigo eu havia posto. Porque eu havia colocado o seguinte: abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais de consumo, quando não solicitada pelo consumidor, deverá ser comunicada a ele por escrito com antecedência de cinco dias, sob pena de nulidade do registro.

Agora, comunicado por quem? Ninguém vai comunicar. O Senador Arthur Virgílio colocou uma emenda boa, que é a seguinte: comunicada pelo órgão responsável pelo serviço de banco de dados e cadastros relativos a consumidores ou o Serviço de Proteção ao Crédito. Então, eles é que são responsáveis, que têm que comunicar.

A emenda do Senador Arthur Virgílio é muito melhor. Quero que o projeto seja o de autoria do Senador Sérgio Cabral, com a emenda do Senador Arthur Virgílio.

Este é o meu relatório, para o qual peço o apoio dos companheiros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Em discussão.

Senadora Ana Júlia para discutir.

A SRª ANA JÚLIA (PT – PA) – Como tenho um compromisso, gostaria de deixar registrado, já que é uma votação nominal, o meu voto é pelo parecer do relator, Senador Gerson Camata. Queria que ficasse registrado isso.

Então, voto com o relator.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado, Senadora Ana Júlia.

Sr. Presidente, sugere-me aqui a Secretaria que a palavra "órgão" é sempre para poder público. Tenho que colocar, no caso, então, "entidade". É a correção que faço no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Devolvo a Presidência ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Meus agradecimentos ao Senador Flexa Ribeiro.

Passamos à votação do Item 6.

(Procede-se à votação.)

Aprovado.

Em votação, a Emenda.

As Srªs e os Srs. Senadores que repetem o voto, aprovando a emenda, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Srs. Senadores, chamaria a atenção de V. Exªs para um detalhe, para uma situação que todos temos observado. As alterações climáticas, de forma acentuada, no mundo inteiro têm chamado a atenção pela resposta de certa forma violenta da natureza. E é claro que no Brasil temos observado também alterações climáticas bastante acentuadas. E entendo que nós, como membros da Comissão de Meio Ambiente, deveríamos nos aprofundar um pouco mais na discussão desse tema.

Temos observado que no Estado de Mato Grosso tem-se operado uma área expressiva de desmatamento; no Pará, da mesma forma; uma seca acentuada no Pantanal Mato-grossense.

Então, estou apresentando um requerimento, submetendo à apreciação dessa Comissão, que se propõe convocar, convidar os governadores desses Estados, além do representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o INPA, e um representante do Ministério do Meio Ambiente, para que discutíssemos, aqui nessa comissão, a conseqüência desses desmatamentos, das secas observadas nesses Estados, e quais as providências que estariam sendo tomadas com vistas a sua mitigação ou até anulação.

Em discussão o Requerimento que apresento à Comissão de convocação dos governadores, mais os representantes do INPI e do Meio Ambiente, para, numa audiência pública, discutirmos essas questões nessa Comissão.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela apresentação do requerimento notadamente pela convocação dos governadores, porque tem sido uma regra nas comissões do Senado se discutir temas que dizem, primeiro, de perto, os interesses dos Estados, sem ouvir os governadores. Chamam-se cientistas, especialistas na área e os governadores ficam à parte, inclusive em temas como, por exemplo, o projeto de gestão das florestas. Quer dizer, de perto, os interesses das unidades da Federação, e nenhum governador foi ouvido. Um só, ou dois talvez, que a comissão da Câmara se deslocou para lá, mas, o Senado não tomou essa atitude.

Gostaria de parabenizá-lo e apoiar integralmente o requerimento de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – A Presidência agradece.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Também faço minhas as palavras do Senador Mozarildo, parabenizando V. Exª pela proposta. Só solicitaria a substituição do tema convocação por convite.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) - Houve um engano, foi realmente convite e o Presidente se enganou e falou convocação.

Mas, V. Exª tem razão é convite aos Srs. Governadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Concedo a palavra ao **SENADOR CÉSAR BORGES**.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa do requerimento, e desde já dando meu voto favorável, e queria pedir a V. Exª que colocasse, logo em seguida a aprovação do requerimento, o Item 3, que tenho aqui como Relator e terei que me ausentar, pois está se iniciando a reunião da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Continua em discussão o Requerimento apresentado. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 3:

O Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2005, regulamenta o § 5º do art. 150 da Constituição Federal, estabelecendo medidas para esclarecimento aos consumidores acerca dos impostos que incidem sobre

mercadorias e serviços. Relator: **SENADOR CÉSAR BORGES**.

Concedo a palavra ao Relator, **SENADOR CÉSAR BORGES**.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, vem a essa Comissão o projeto do Senador Francisco Pereira que propõe medidas para o esclarecimento aos consumidores quanto aos tributos incidentes sobre mercadoria.

A proposição sob exame impõe obrigatoriedade no momento da oferta dos produtos, da informação quanto aos percentuais relativos aos impostos sobre eles incidentes, pagos à União, aos Estados e aos Municípios.

O projeto cuida, portanto, de matéria relativa ao direito tributário. No tocante à constitucionalidade o assunto é da competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme a Constituição Federal.

A nosso ver, não há óbice contra a constitucionalidade e a juridicidade. Entretanto, Sr. Presidente, há óbice quanto à aplicação porque seria, apesar de, realçando mais uma vez, que a matéria tem méritos para o conhecimento do consumidor, no entanto, com uma maior variedade de produtos e serviços, principalmente multiplicidade de tributos incidentes, federais, estaduais e municipais, sobre a mesma espécie de mercadoria, é inexeqüível o cálculo de carga tributária que recai sobre cada uma delas, inviabilizando dessa forma qualquer proposição legislativa, por maior que seja o seu mérito, destinada a regulamentar essa norma constitucional.

Além desses óbices, é de se considerar ainda o custo que advém ao cumprimento; custo esse que passaria também a integrar o preço do produto ou serviço, onerando ainda mais, prejudicando assim o próprio consumidor.

Então, lamentavelmente, apesar desse mérito, mais para discriminar impostos, inclusive sobre a responsabilidade de cada ente federativo: a União, aos Estados, aos Municípios achamos inexeqüível, Sr. Presidente.

Diante disso, o nosso voto é pela rejeição desse Projeto de Lei nº 129.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, o relatório do **SENADOR CÉSAR BORGES**, pela rejeição do projeto.

A votação será nominal.

Quem acompanha o Relator vota "não".

(Procede-se à votação.)

Rejeitado o projeto.

Temos ainda a apreciar o item 4, mas a eminente Senadora Júlia Carepa solicitou que deixasse para apreciar na próxima reunião.

Agradeço a atenção, o trabalho e a dedicação dos eminentes Srs. Senadores.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h08min.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, DO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia oito de novembro de dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, GILBERTO GOELLNER, LUIZ OTÁVIO, GERSON CAMATA, VALDIR RAUPP, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, SERYS SLHESSARENCO, AUGUSTO BOTELHO, ÁLVARO DIAS, NEY SUASSUNA e FLÁVIO ARNS.** Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente Senador **LEOMAR QUINTANILHA** informa que a presente reunião se destina à realização de Audiência Pública, "para discutir matéria de interesse do setor produtivo, área de pesquisa e desenvolvimento de produto (ciência e tecnologia), no que tange à propriedade industrial, especialmente a tramitação dos processos de concessão de patente, com os seguintes convidados: Jorge de Paula Costa Ávila, Vice-Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI; Tatiana Deane de Abreu Sá, Diretora Executiva da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; Antonio Carlos Siqueira da Silva, Diretor Jurídico da NATURA Cosméticos S/A; Aluízio Borém,

Presidente da Câmara de Biotecnologia da Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG, representante da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia - ABRABI; Otto B. Licks, representante da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual - ABPI; Dr. Nelson Brasil, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades - ABIFINA; Jorge Raimundo Filho, Presidente do Conselho Consultivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa - INTERFARMA; Sérgio Henrique Ferreira, Professor da Faculdade de Medicina da USP/Ribeirão Preto, ex-presidente e conselheiro efetivo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, em conformidade com o Requerimento nº 30, de2005-CMA, de autoria do Senador **NEY SUASSUNA.** Após a explanação dos debatedores, usam da palavra os Senhores Senadores **NEY SUASSUNA, AUGUSTO BOTELHO, ANA JÚLIA CAREPA e VALDIR RAUPP**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

Notas taquigráficas da Reunião realizada em 08.11.2005

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Sobre a mesa, a ata da reunião anterior, para a qual solicito a dispensa da leitura aos Srs. Senadores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que esta reunião tem por finalidade a realização de audiência pública em conformidade com o Requerimento nº 30, de 2005, desta Comissão, de autoria do eminente Senador Ney Suassuna, aprovado em 19 de outubro de 2005.

A audiência pública objetiva discutir matéria de interesse do setor produtivo, na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos, ciência e tecnologia, no que tange à propriedade industrial, especialmente à tramitação dos processos de concessão de patentes, com os convidados que passo a solicitar a presença na mesa: Dr. Jorge de Paula Costa Ávila, Vice-Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial; Srª Tatiana Deane de Abreu Sá, Diretora Executiva da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; Sr. Antonio Carlos Siqueira da Silva, Diretor Jurídico da Natura Cosméticos S/A; Sr. Aluízio Borém, Presidente da Câmara de Tecnologia da Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG e representante da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia – Abrabi; Sr. Otto B. Licks, representante da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual – ABPI; o Sr. Jorge Raimundo Filho, Presidente do Conselho Consultivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma.

Como esclarecido, o objeto desta audiência pública visa a discutir matéria de interesse do setor produtivo na área de pesquisa, de desenvolvimento de produtos, basicamente ciência e tecnologia, no que tange à propriedade industrial, especialmente em relação à tramitação dos processos de concessão de patentes.

O procedimento desta audiência pública será, num primeiro momento, a manifestação espontânea de cada um dos senhores presentes para, em seguida, iniciarmos o debate com a participação dos Srs. Parlamentares. Cada um dos participantes terá o tempo de 15 minutos para a sua exposição inicial. Começaremos com o Sr. Aluízio Borém, Presidente da Câmara de Biotecnologia da Federação das Indústrias de Minas Gerais e representante da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia – Abrabi.

Tem V. Sª a palavra.

O SR. ALUÍZIO BORÉM – Bom-dia.

Sr. Senador Leomar Quintanilha, demais Parlamentares presentes a esta audiência pública, demais componentes dessa Mesa, gostaríamos inicialmente de agradecer a honrosa oportunidade de estar aqui com os senhores hoje para discutir um tema de relevada importância para o Brasil de hoje e o Brasil do futuro que desejamos.

Gostaria de, inicialmente, fazer uma retrospectiva do patrimônio do Brasil. Todos nós, hoje, estamos cientes de que o melhor do Brasil é o brasileiro. O brasileiro é um indivíduo extremamente criativo e, com os parcos recursos que normalmente lhe são colocados à disposição, consegue, muitas vezes, superar no desenvolvimento tecnológico pesquisadores, empresários de outros países. Uma área, por exemplo, de grande destaque no nosso País é a de *softwares*.

O Brasil é reconhecido internacionalmente pela criatividade dos nossos cientistas da informática, que desenvolvem programas extremamente avançados. Na área de biotecnologia, também temos um reconhecimento internacional. Só para lembrar, o seqüenciamento genômico da primeira bactéria fitopatogênica no

mundo foi realizada no Brasil, a tão conhecida **Xylella fastidiosa**. Então, nós temos criatividade. Um outro recurso de extrema importância no Brasil é a nossa biodiversidade. O Brasil é um país muito diverso, com recursos naturais de extrema importância nos seus vários biomas como, por exemplo, da Amazônia, da Mata Atlântica, mesmo da caatinga, do cerrado, com diferentes organismos vivos que têm uma importância fenomenal para o nosso País. Esta é uma riqueza brasileira. As duas grandes riquezas brasileiras são a criatividade, o talento inovador, o talento inventivo do povo brasileiro, e a nossa biodiversidade. Para não listar outras.

Ontem, ouvi o Senhor Presidente da República falar, em Assis, sobre o sonho de transformar o Brasil de país em desenvolvimento para um país desenvolvido. O Senhor Presidente Lula ressaltou a importância de nós transformarmos o Brasil, que é um simples exportador de matérias-primas, como por exemplo, de soja e de minério de ferro, em produtor e de produtos que tenham valor agregado, produtos que tenham embutidos em si mesmos algo desenvolvido pela ciência, pela tecnologia. E, nesse contexto, é extremamente importante que nós desenvolvamos ou permitamos que a tecnologia brasileira possa ser desenvolvida. E aí se insere o Instituto Nacional de Patentes Industriais.

Lamentavelmente, como é do conhecimento dos senhores, o INPI se encontra em uma situação de incapacidade para atender aos pleitos e às demandas da comunidade científica, das empresas que trabalham e que atuam no nosso País. Essa depauperação, que o INPI presencia nesses últimos anos, vem se acumulando, vem se agravando de forma contundente. Nós sabemos, entretanto, que poderia ser diferente: que o INPI poderia ser uma mola propulsora para o desenvolvimento do Brasil e também para a criação de empregos no nosso País. Mas o que nós presenciamos hoje é um completo descaso com esse importante Instituto brasileiro. Nós presenciamos problemas de ordem qualitativa e de ordem quantitativa nesse órgão. Só para relembrar aos Srs. Parlamentares e aos demais participantes presentes, o INPI chegou a contar com 1.087 funcionários; atualmente, conta com apenas cerca de 500 funcionários, em função da aposentadoria. E vale ressaltar que, nos próximos anos, um grande número de técnicos daquela instituição estará também se aposentando, agravando ainda mais o estado de lamúria daquele Instituto.

Outra evidência da situação por que passa o INPI é o atraso na publicação da Revista da Propriedade Industrial. Um órgão de comunicação com os interessados e essencial no acompanhamento dos processos, nos trâmites de transferência de tecnologia e a outros procedimentos.

Também, como é do conhecimento da grande maioria da população brasileira por já estar sendo noticiado pelos grandes veículos da mídia nacional, o INPI* encontra-se com uma fila de espera de cerca de quatro anos para as análises das marcas e de cerca de sete anos para a análise das patentes. Portanto, quando se deposita um pedido de patente, o depositário deve contar com um prazo de seis a sete anos para obter uma resposta do seu pedido. Muitas vezes, isso resulta em que, quando essa patente é outorgada, o seu produto já está obsoleto, não gerando interesse comercial, não gerando oportunidade de negócios, não gerando oportunidades de criação de empregos para o País.

O INPI poderia estar em uma situação completamente diferente da atual, porque ele gera receita suficiente para investir internamente na sua infra-estrutura, na sua parte de *hardware*, na sua parte de *software*, na sua parte de informática, na parte de treinamento do seu pessoal, mas todo recurso arrecadado pelo INPI é transferido ao Ministério do Desenvolvimento ou da Indústria e Comércio, é transferido para o Tesouro Nacional e, conforme é do conhecimento de todos nós, vem sendo contingenciado, conforme foi noticiado com relação a verbas de diferentes instituições públicas.

Portanto, temos uma situação em que o número atual de técnicos do INPI é insuficiente para atender a essa demanda. E observem os senhores que o número de depósitos de solicitação de patentes e de marcas ocorre de forma crescente com o avanço tecnológico, com o avanço científico. Então, se essa tendência atual se mantiver, a situação só vai se agravar. Enquanto isso, nós, que desejamos ver um Brasil agregando valor a seus produtos, explorando sua biodiversidade de forma responsável, vemos essa exploração ficando na mão de outras pessoas que, inescrupulosamente, vêm a nosso País e, muitas vezes, fazem a biopirataria desses produtos. Então é importante que tenhamos um Instituto Nacional de Patentes Industriais extremamente ágil, dinâmico, para atender aos interesses, e é uma questão de segurança nacional.

Eu gostaria de citar um exemplo da universidade da qual venho, a Universidade Federal de Viçosa, em que um dos pesquisadores do Departamento de Veterinária desenvolveu uma vacina para carrapatos, algo extremamente inovador, baseado em biotecnologia, e vem lutando com grande dificuldade para proteger o seu invento. O professor Joaquín Patarroyo*, trabalhando no Departamento de Veterinária, desenvolveu uma vacina para carrapatos, uma vacina que não deixa resíduos, uma vacina que não tem contra-indica-

ção, porque é baseada em mananoligossacarídeos*. Entretanto, estamos esbarrando nessas dificuldades, e essas dificuldades são ainda maiores para uma instituição pública que não dispõe de recursos para dar uma agilidade, uma proteção maior a seus inventos, a suas descobertas.

Portanto, Sr. Senador Quintanilha e demais Senadores presentes, é importante que revertamos o quadro atual para que protejamos a nossa biodiversidade, para que geremos empregos, para que estimulemos as atividades inventivas em nosso País, tão rico em criatividade.

E eu gostaria, para não ser muito longo, prolixo, de enumerar três recomendações que eu faria aos Srs. Senadores para serem consideradas. Primeiro, que fossem destinadas ao órgão, ao INPI, as verbas por eles arrecadadas, conforme regulamentado na Lei de Patentes Industriais aprovada por esta Casa.

Gostaria também de sugerir que se fizesse uma recomposição imediata e, na verdade, uma ampliação do corpo técnico do INPI para que ele possa não só resolver esse problema da fila de espera de processos em análise, mas também que possa dar agilidade. Com certeza a submissão de patentes aumentará frente a uma maior agilidade desse órgão. Muitos organismos, muitas empresas brasileiras, genuinamente brasileiras, estão depositando seus pedidos de patentes fora do Brasil, de produtos às vezes desenvolvidos com a utilização da biodiversidade brasileira, porque não se podem dar ao luxo de aguardar quatro, seis, sete anos para a obtenção de um deferimento ou indeferimento para ter um resultado no seu depósito de patente.

Finalmente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de recomendar também que V. Exªs considerassem que uma verba emergencial fosse alocada para o INPI, que se encontra completamente sucateado, não atendendo aos nossos interesses nacionais.

Portanto, Sr. Senador Quintanilha, essas seriam as minhas considerações. Porém, também tenho em mãos um documento que nos foi entregue, direcionado ao Sr. Senador Ney Suassuna, de autoria do Dr. Antônio Paes de Carvalho, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia. Ele não pôde estar hoje aqui presente, mas nos solicitou que lêssemos o documento nesta audiência pública.

Peço autorização a V. Exª nesse sentido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) -- Perfeitamente, fique a vontade.

O SR. ALUÍZIO BORÉM – "A S. Exª Senador Ney Suassuna. Meu caro amigo e ilustre Senador, recebi e agradeço o convite para participar da audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, que debaterá aspectos ligados à nossa Lei de Propriedade Industrial.

Na qualidade de Presidente da Abrabi (Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia) tenho a honra de trazer à sua consideração alguns pontos de descompasso desse importante estatuto legal com a realidade do interesse nacional, na utilização sustentável de nossa extraordinária biodiversidade.

Ao tratar de propriedade industrial quis o legislador brasileiro, com toda razão, criar barreiras à subtração de nossos recursos genéticos, por interesses estrangeiros escusos, cujas ações de biopirataria são trazidas a público com insistência pela mídia e pelas autoridades policiais. Com esse tópico em mente, a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, no seu art. 10, trata do que pode e do que não pode ser objeto de patente, dizendo no **caput** que: "Não se considera invenção e nem modelo de utilidade".

Dentre outros exemplos faço notar o inciso IX, que trata como não sendo inventivo ou de outra forma patenteável o todo ou parte dos seres vivos, naturais e materiais biológicos encontrados na natureza; ou, ainda que delas isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural; e os processos biológicos naturais.

Em que pese a boa intenção de proteger o que é nosso, os desdobramentos práticos desse dispositivo vêm se mostrando deletérios à boa prática do desenvolvimento sustentável acoplado à conservação de nossa biodiversidade, a que o Brasil se comprometeu e se obriga pela assinatura da Convenção da Diversidade Biológica, Rio-92.

A norma legal e sua interpretação estrita pelo INPI impedem o patenteamento de toda e qualquer substância derivada da natureza, ainda que sua natureza química seja desconhecida do estado da arte e as suas ações/ propriedades sejam inovadoras.

Com isso, todo o trabalho de levar à fruição econômica nacional e internacional os bens brasileiros da biodiversidade reduz-se ao tradicional mercado da matéria-prima bruta com pouquíssima agregação de valor e pífio potencial industrial. Perdem com isso todos os que, no contexto da Convenção da Diversidade Biológica, desejam acessar a vasta natureza brasileira e dela obter benefícios econômicos e sociais concretos. Nesse grupo do bem, acham-se numerosas empresas de todo o mundo e um número crescente de empresas brasileiras de base tecnológica, hoje estimuladas pela Lei da Inovação e pelos mecanismos de incentivo que se acham já regulados ou em fase de regulação final. Fazer trabalhar o cientista e o empresário brasileiro em pé de igualdade com o que se observa no mercado

mundial é tema de fundamental e urgente importância para o Brasil.

Na qualidade de cientista, condição que acumulo com as de empresário tecnológico e de Presidente desta Associação, tomo a liberdade de chamar a atenção de V. Exª para o fato de ser altamente criativa a atividade de pesquisa em que se consegue isolar da natureza uma nova substância bioativa até hoje escondida de todos. Esse ato eivado de passos fortemente inventivos nada tem a ver com a simples descoberta de produtos da natureza que se oferecem ao observador casual e à vista desarmada. Trata-se de invenção, de novidade e de aplicabilidade industrial, os três requisitos básicos para o patenteamento.

Devemos patentear. Para fazer aproveitar ao Brasil os frutos da sua diversidade biológica pelas mãos dos inventores brasileiros, é necessário fazer com que essas patentes sejam fortes, garantindo ao inventor a exclusividade da matéria. De pouco adianta outorgar uma frágil patente de uso ou de uma técnica de preparação de um extrato vegetal.

O inciso IX do art. 10 diz o óbvio, quando estipula que o simplesmente encontrado na natureza não pode ser alvo de apropriação patenteária por não ser inventivo nem novo, mas peca por excesso e assim prejudica a todos indiscriminadamente, principalmente ao Brasil, ao adicionar: "ainda que dela sejam isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural". A simples exclusão dessa estipulação permitiria corrigir o problema, tornando patenteáveis, no Brasil, matérias delas extraídas que satisfaçam os quesitos básicos do patenteamento.

É essa a prática adotada nos países industrializados e em muitos países em desenvolvimento. A medida bem-fazeja de escoimar o inciso IX do apêndice nefasto permitira que o Brasil pudesse lançar-se na exploração de suas riquezas naturais biológicas, transformando em ativo o enorme passivo de sermos os donos de algo de grande valor para a humanidade e que, por incúria, deixamos esvair sem que nenhum proveito seja auferido pela sociedade brasileira ou por qualquer outra sociedade.

Com essas considerações, peço a V. Exª para fazer comunicar à audiência pública o teor desta carta.

Com os préstimos de elevada estima e consideração, desejo nossas cordiais saudações; Antônio Paes de Carvalho."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – A correspondência será entregue ao Senador Ney Suassuna.

Agradeço ao Dr. Aluízio Borém* sua participação preliminar nesta audiência pública.

Convido o Dr. Nelson Brasil, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina), para compor a mesa conosco, juntamente com o Dr. Jorge de Paula Costa Ávila, Vice-Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Passo a palavra à segunda palestrante do dia, Drª Tatiana Deane de Abreu Sá, Diretora-Executiva da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa. V. Sª tem a palavra por quinze minutos.

A SRª TATIANA DEANE DE ABREU SÁ – Bom-dia, Senador Leomar Quintanilha, membros da Mesa e assistência. É uma satisfação discutir esse assunto. Represento a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), criada em 1973, uma empresa pública de direito privado que tem, neste momento, um quadro de 8,6 mil empregados, dos quais cerca de 1,4 mil são pesquisadores com doutorado, de um total de 2,3 mil pesquisadores.

Na questão de propriedade intelectual, nós atuamos, na realidade, com 37 unidades espalhadas por este Brasil. Temos um papel extremamente relevante, visível de várias formas na posição do agronegócio nacional. Somos responsáveis, na realidade, pela construção, pela efetivação de várias agriculturas tropicais. Se olharmos para trás, antes da fundação da Embrapa, em 1973, tínhamos, praticamente, uma agricultura temperada avançada e uma adaptação dessa agricultura temperada à realidade tropical. Com o advento da Embrapa, considerando a realidade do País, que é plural, olhamos para trás, depois de 32 anos, e vemos que há várias agriculturas tropicais que ajudamos a alavancar.

No bojo dessas agriculturas tropicais temos, na realidade, construído um diferencial bastante grande em relação a outras instituições de pesquisa. O portfólio dos nossos centros inclui um grupo forte de centros ecorregionais cobrindo todos os biomas procurando entender a biodiversidade desses biomas e aproveitar essa biodiversidade de uma forma sustentável; temos um conjunto forte de centros de produtos e de *commodities* que cobrem a maioria dos produtos de alta relevância nacional; temos um forte conjunto de centros temáticos que dão suporte à nossa ação em relação a meio ambiente, como é o caso dos centros de solos, meio ambiente e monitoramento por satélite; e temos também centros que dão suporte bastante forte na questão de geração de produtos e na facilitação, na Cadeia Produtiva, de produtos da nossa biodiversidade e de produtos introduzidos, entre os quais se destacam o Centro de Tecnologia de Alimentos, no Rio de Janeiro, a Agroindústria Tropical*, em Fortaleza, e a Instrumentação Agropecuária*, em São Carlos.

Ao longo desse período, na realidade, acompanhando a preocupação em termos de propriedade industrial, de propriedade intelectual, a Embrapa foi avançando também internamente, tentando acompanhar este momento e ser partícipe nesse segmento. Em 1995, houve uma discussão bastante forte na empresa e realizou-se uma estruturação e a criação da política de propriedade intelectual, que é expressa por segmento na sede e uma representação, em termos de comitês locais, em todas as unidades.

Com isso, temos alcançado algum diferencial significativo. Por exemplo, no período de 1977 a 1995, alcançamos 66 patentes no Brasil e nenhuma no exterior. Já no período de 1996 a 2004, alcançamos 105 patentes no Brasil e 91 no exterior, totalizando, neste momento, 171 patentes no Brasil e 91 no exterior. Temos também a criação e o fortalecimento de marcas ligadas à empresa em si e ao produto, *software* também e cultivares, que é um dos nossos carros-chefe. A partir de 1996, acompanhando a legislação nesse sentido, estamos com 229 cultivares registrados no Brasil e 19 no exterior.

Concordamos com a importância do fortalecimento do INPI, o que vai ajudar bastante a instituições como a nossa avançarem na questão da consecução de patentes, um avanço nessa questão da propriedade intelectual.

Como falei no começo, a Embrapa é uma instituição pública de direito privado, uma figura que, na época da sua criação, foi buscada para lhe dar, conferir, garantir a responsabilidade de uma instituição pública, mas com mais flexibilidade, em termos de organizar parcerias e de ter maior fluência no terreno agropecuário. Ocorre que, ao longo desse tempo, as legislações foram-se modificando, e estamos, como várias outras instituições, com um problema sério de flexibilização para acompanhar, inclusive, o momento, como a questão da Lei de Inovação, para ter maior fluência no exercício mais próximo ao segmento industrial, privado, e para organizar arranjos que sejam mais efetivos neste momento.

Agora estamos também realizando uma escalada de revitalização da Embrapa. Temos feito documentos de conscientização para a opinião pública e para os Ministérios associados – começando pelo Ministério da Agricultura e Ministérios da área econômica –, demonstrando justamente o legado da Embrapa nesse período. Por exemplo, estamos contribuindo para o negócio em várias formas, não apenas nas divisas de exportação, mas fortemente no aumento da oferta e na redução do preço da cesta básica. Quem tem uma vivência maior tem na memória as filas intermináveis que havia na busca de alimentos básicos, quadro que, a partir da criação da Embrapa, foi bastante modificado. Temos uma contribuição forte, mas os próprios mecanismos de retorno – como foi comentado – do papel das instituições está sendo dificultado pelos meandros que passam entre o que contribuímos para a arrecadação e o que retorna para garantirmos a continuidade, a expansão, e a readequação de nossos laboratórios para termos uma maior competição em vários níveis.

Como resultado também da renovação dessa proposta de agricultura tropical, temos sido bastante procurados por outros países que têm condições climáticas e sociais mais próximas à nossa, muitos do eixo sul, como uma oportunidade de parceria forte, para construir parcerias nesse sentido de fortalecimento com esses países do eixo sul. O Ministro Celso Amorim tem sido uma pessoa bastante próxima à Embrapa, e temos sido bastante chamados em missões com países da África e da Ásia.

Essa nossa discussão, também nesse assunto, perpassa nosso papel em termos nacionais e tem uma relação bastante forte com a nossa política de cooperação e de ação conjunta com os países do eixo sul. Penso que qualquer avanço que possamos ter nessa questão de propriedade intelectual, de garantia dos nossos produtos, do avanço de valorização, de agregação de valor aos nossos produtos, também tem validade forte para discutirmos nas nossas relações com os outros países, sobretudo em se tratando da Amazônia. A Embrapa tem seis centros na Amazônia, alguns dos quais têm uma ação forte nessa questão de agroindústria. Juntamente com os três outros centros da Embrapa que mencionei – Agroindústria Tropical, Tecnologia de Alimentos e Instrumentação Agropecuária –, teremos condição de alavancar, juntamente com o setor produtivo, com o terceiro setor, com as organizações dos segmentos sociais envolvidos nas Cadeias Produtivas, arranjos que podem ser bastante interessantes para consolidar, para garantir, na realidade, que tenhamos maior retorno dos produtos da nossa biodiversidade.

Nesse sentido, entre os segmentos que estamos avaliando neste momento na Embrapa para o futuro, para dar maior flexibilidade, estamos buscando figuras jurídicas que nos permitam manter a responsabilidade social de instituição pública, mas que nos garanta flexibilidade justamente de arranjos específicos. Uma delas é a Sociedade de Propósitos Específicos, que estamos vendo como uma forma viável. Em outros países, como a Austrália, por exemplo, existem os centros de pesquisa cooperativa, que congregam, na realidade, vários segmentos em torno de temas de importância nacional ou regional.

Então, esse é o esforço que, ao final deste ano, estamos tentando colher – várias consultorias, vários eventos, vários documentos, que estamos gerando – nessa busca de compreender melhor o nosso papel na sociedade brasileira, de rever a nossa estrutura, não apenas na questão da estrutura jurídica. A nossa dimensão, na realidade, ou seja, a visibilidade da Embrapa para o público é maior do que a capacidade que ela tem neste momento. E, se não houver um movimento que modifique esse rumo, a tendência será a de ser reduzida, porque, a exemplo de outras instituições – como já foi citado –, estamos em um quadro bastante positivo neste momento, com cerca de 1,3 mil Doutores, 2,3 mil pesquisadores, dos quais grande parte estará em um processo de aposentadoria nos próximos anos.

Estamos também, gradativamente, com um problema, que não é privilégio nosso, de dificuldade de atração e fixação de talentos, em face de toda a circunstância, tanto em termos salariais, como também na possibilidade de ver seus produtos – principalmente no segmento de criação de produtos – prontamente disponibilizados de uma forma adequada.

Nesse sentido, justamente, estamos valorizando esse grande diferencial da Embrapa. Por intermédio dos seus conjuntos de centros, a empresa tem a capacidade e a possibilidade de oferecer subsídios; melhor utilização do espaço físico, de uma forma sustentável – os centros ligados à área de meio ambiente –; tem a possibilidade de delinear cenários para a análise de políticas públicas, por meio de um outro conjunto de centros, inclusive os seus centros ecorregionais.

No entanto, a Embrapa tem um grande diferencial em relação a várias outras instituições. Ela é uma das poucas que, aliada a universidades e ou institutos, é capaz de oferecer tecnologias, produtos e serviços para transformar cenários catastróficos em sustentáveis. É justamente para esse diferencial que não estamos tendo o retorno adequado. Para que ele seja mantido e garanta ao Brasil uma posição de destaque crescente, uma posição adequada à sua natureza, temos de garantir que seja dado um retorno a esse diferencial, para que os nossos laboratórios sejam melhor equipados, acompanhando a situação nacional; que possamos garantir a permanência de pesquisadores e captar jovens talentos; enfim, fazer com que possamos também, de forma mais flexível, construir alianças, aproveitando a Lei da Inovação, oportunidades de parceria pública e privada, sempre com a preocupação de que somos uma empresa pública, temos uma responsabilidade social, mas temos formas de usar essa responsabilidade também, fazendo arranjos adequados com outros segmentos.

Muito obrigada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Eu já ia avisar à Drª Tatiane e aos demais palestrantes que a campainha soa automaticamente, quando o tempo do palestrante estiver a um minuto de terminar, exatamente para que não se assuste e saiba que tem um tempo a mais.

Agradeço à Drª Tatiane, que revela, como pesquisadora, que já havia observado a situação.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, a pergunta é a seguinte: estamos dando a cada palestrante um espaço e depois faremos as perguntas, ou não há perguntas durante a exposição?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Estamos aguardando todas as exposições, para, depois, partirmos para o debate com os Srs. Senadores.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Perfeito. Queria pedir desculpas aos debatedores, porque hoje, infelizmente, há duas votações. Assim, os Senadores ficam aguardando que o entrevistado, o sabatinado termine, para poder votar. Nós aqui atropelamos, votamos e viemos embora, porque esse é um assunto de suma importância para a nossa República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PFL – TO) – Gostaria de convidar o Dr. Sérgio Henrique Pereira, professor da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, ex-presidente, conselheiro efetivo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, para compor conosco a Mesa.

Passo a palavra, imediatamente, ao terceiro palestrante, Dr. Otto Belix(?), representante da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual – ABPI.

Tem V. Sª a palavra por quinze minutos.

O SR. OTTO B. LICKS – Exmº Senador Quintanilha, Exmºs Srs. Senadores membros desta Comissão, em nome da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual e seu Presidente, Gustavo Leonardo, agradeço imensamente o convite para debater assunto que interessa a todos os mais de seiscentos associados da ABPI, que é uma entidade que existe há mais de quarenta anos, é mais antiga do que o próprio INPI, e que congrega grande parte das empresas que investem em tecnologia no País, grande parte dos profissionais que se dedicam à obtenção de marcas e patentes perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial e que, através dos seus membros, participa efetivamente da formação do portfólio nacional de tecnologia, nos seus

mais diversos títulos concedidos pelo INPI, e, principalmente, na transferência de tecnologia para dentro do País e do licenciamento de tecnologias que vão se reverter em *royalties* para os nossos nacionais.

Os membros da ABPI têm também uma visão comparada, porque obtêm e trabalham para que empresas nacionais tenham marcas e patentes registradas em outros países, como, por exemplo, os nossos vizinhos. A ABPI, através dos seus membros, procura obter em países do nosso Continente e do mundo inteiro marcas e patentes. Então, temos uma relação muito próxima com a qualidade dos serviços prestados não só pelo nosso INPI aqui, mas também pelo INPI mexicano, pelo INPI argentino, pelo INPI chileno e tantos outros.

A ABPI entende que o INPI vive um momento crítico, um momento que, enquanto as demandas continuam aumentando, a performance do órgão vem se deteriorando sensivelmente. Não é mistério, é fato público e notório que a obtenção de marcas, que há pouco tempo levava dois anos, hoje em dia leva mais de seis anos para ser obtido.

A ABPI, que estuda e acompanha o trabalho do INPI desde a sua criação, em 1971, hoje em dia entende, Srs. Senadores, que o que pode fazer uma diferença imediata para a inventiva nacional, para os investidores no País é a autonomia financeira e administrativa do órgão, aliada ou como conseqüência de uma maior atenção do Governo.

Infelizmente, existe um descaso com o INPI. Não necessitamos de uma lei nova para a autonomia financeira e administrativa do INPI. A Lei de criação do INPI, no seu art. 6º, já dá a essa autarquia, como dá a outras, regime semelhante à autonomia financeira e administrativa.

Esta Casa aprovou, em 1994, a Lei nº 9.279, que, em seu art. 239, reitera a autorização ao Poder Executivo para promover as necessárias transformações no INPI para assegurar à autarquia a autonomia financeira e administrativa. Mas, infelizmente, o que se vê é um descaso ou uma inabilidade de implementar comando legal. O último decreto, o Decreto nº 5.147, de 2004, que aprova a estrutura regimental atual do INPI, perdeu uma excelente oportunidade de consertar os erros do passado, de preparar o INPI para os desafios do futuro.

Conforme a Drª Tatiana colocou a respeito da Embrapa, nós também tivemos no INPI problemas semelhantes como órgão público: problemas na obtenção de quadro e na manutenção de quadros. Na parte do exame de patentes, dos pouco mais de cem examinadores, justamente aqueles com maior experiência vão se aposentar num curto espaço de tempo. A formação de um examinador de patentes leva dezoito meses, no mínimo!

O INPI requer, como a maioria das autorias de marcas de patentes no mundo, formação de pelo menos grau de mestrado para esses examinadores de patentes. Manter esses examinadores de patentes no INPI está sendo um desafio quase que impossível. Basicamente hoje, um recém-mestre, um recém-doutor é aprovado em concurso público para examinador de patentes do INPI e utiliza o seu emprego público como bolsa de estudo para um programa de doutorado ou pós-doutorado.

O INPI precisa de um regime, não que mantenha as mentes mais brilhantes dentro do órgão público, porque nós precisamos delas inventando curas para os males e novas tecnologias, mas que assegure uma capacidade ao órgão de conceder alguma certeza jurídica ao título. É justamente a falta de certeza jurídica ao título de marcas ou ao título de patentes que corrói a inventiva nacional, que desestimula o investidor nacional e o investidor estrangeiro. Não se procura um INPI que conceda todo e qualquer pedido de marcas, nem um INPI que conceda todo e qualquer pedido de patente. O que nós procuramos é um INPI que conceda, dentro de um prazo razoável, aquelas marcas e aquelas patentes que de acordo com a lei devem ser concedidas. É a certeza jurídica, é a qualidade do trabalho do INPI, é a presteza do trabalho do INPI a principal ferramenta de política industrial. Muito se ouve sobre o papel do INPI na política de ciência e tecnologia do País e do espaço do órgão dentro do cenário das ferramentas de política industrial. Mas o INPI tem como principal ferramenta e principal obrigação a concessão dos títulos de marcas e títulos de patentes. Investimento, dinheiro, tempo é jogado fora, quando um pedido de patente não consegue andar para frente. O pedido de patente que não anda para frente é particularmente nocivo à inventiva nacional, que precisa de decisões do INPI para obter e angariar recursos. Os órgãos de fomento públicos enxergam na concessão de patentes um instrumento para balizar a locação de investimentos governamentais, recursos públicos. A iniciativa privada enxerga nas decisões do INPI uma garantia no investimento privado. Sem as decisões do INPI, não existem decisões de investimento. Uma decisão negativa do INPI, muitas vezes, é importante também, tão importante quanto uma decisão de concessão de uma marca, de uma patente. A falta de decisão dos pedidos é a situação mais nociva, preventiva nacional. A BPI também entende, Srs. Senadores, que o fim do contingenciamento do orçamento do INPI é uma necessidade. Se o INPI deve gastar tudo que arrecada em prol do sistema de

propriedade intelectual, se essa relação não deve ser perturbada, se 100% do que arrecada deve e tem de ser gasto no sistema de propriedade intelectual, a BPI também entende que esse orçamento não pode ser contingenciado. O contingenciamento no exame de patentes, a inoperabilidade do instituto, pode sujeitar uma geração inteira de tecnologia, muitas vezes uma geração inteira de cientistas, a procurar outros objetivos que não o desenvolvimento de ciência e tecnologia produtiva, que vai gerar investimentos, que vai gerar bem estar social.

A BPI também entende que se faz necessário maior atenção à gestão do INPI. Se há pouco tempo uma marca era concedida em dois anos, hoje leva mais de seis, também há muito pouco tempo para a produtividade por examinador de patentes no órgão era muito maior. Estamos assistindo às mesmas pessoas, com o mesmo dinheiro, produzir menos, sem nenhuma razão. A produção já era pouca um ano e meio atrás. A produção ficou menor para o examinador de patente. A BPI também entende que a recente sugestão para lidar com os mais de 600 mil pedidos de marcas parados na autarquia através de um re-cadastramento como uma iniciativa que não vai chegar aos seus resultados. Isso porque, dos 600 mil pedidos de marcas, se forem re-cadastrados, esse procedimento de recadastrar pedidos de marcas, se apenas 15% dos titulares desses pedidos demonstrarem interesse, teremos, no prazo de mais ou menos 30 dias, mais 100 mil petições dentro do INPI. Então, aos 600 mil pedidos parados vão se somar mais 100 mil pleitos de recadastramento. Como é que vamos lidar com 100 mil pleitos em 30 dias? É uma pergunta que deixo para os Srs. Senadores e também para o Vice-Presidente do INPI, que chegou. É um grande prazer tê-lo aqui. Talvez possa colocar na audiência pública como podemos lidar com esses procedimentos emergenciais. Uma vez que a BPI entende que, dentro do marco legislativo, não existe necessidade de aprovação de lei, somente o que existe é a necessidade e a vontade política, a BPI fez encaminhar, através do assento que tem no Conselho Nacional de Combate à Pirataria, uma sugestão de decreto de apenas cinco artigos, que terei prazer em fazer chegar a V. Exª, Senador, através da Secretaria desta Comissão.

A BPI* conclui agradecendo a oportunidade, reiterando a confiança que tem nos funcionários do INPI*, num corpo de funcionários, que, infelizmente, durante muitos anos, foi objeto de descaso do Governo. Está segura de que, agora, com a atenção dos Srs. Senadores, nós poderemos, com mais vontade do Poder Executivo, resolver os problemas emergenciais do Instituto e desenvolver um plano sustentável de curto prazo para os próximos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PFL – TO) – Agradeço a participação do Dr. Otto Licks.

Concedo a palavra imediatamente ao Dr. Nelson Brasil, Vice-Presidente da Abifina (Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina).

O SR. NELSON BRASIL – Srs. Senadores, assessores e dirigentes de entidades governamentais privadas aqui presentes, no trato de um assunto de tamanho significado para o Brasil, gostaria de, inicialmente, reportar-me ao grande exemplo do mundo capitalista desenvolvido, que são os Estados Unidos. Esse país, há poucos anos, colocou, em amplo debate público, um planejamento estratégico de longo prazo para a área de propriedade intelectual.

Da forma transparente como aquele país sempre trata os assuntos mais agudos e problemáticos – inclusive foi publicada na sua **Home Page**, do **United States Pattern and Trademark Office** -, aquele planejamento estratégico, depois de muito debatido, com participação de elementos da sociedade, consultores, professores, industriais, foi enviado ao Congresso dos Estados Unidos, onde foi, no mais legítimo fórum de representação, examinado e definido o que os Estados Unidos pretendiam ter com o seu sistema de patentes, não só para resolver um problema tópico de curto prazo, mas num horizonte de 20 anos.

Realmente, como se falava há pouco, o século passado foi o da economia; este é o século do conhecimento. Este, através da propriedade intelectual, pode funcionar a favor da sociedade, ou contra a mesma; a favor de indivíduos ou grupo de indivíduos.

O Senado, a **Casa Mater**, que é a expressão de mais longo prazo dentro do Parlamento, inclusive pelo mandato dos Srs. Senadores, deveria pensar profundamente, a partir das reflexões de hoje, num planejamento estratégico para a área de propriedade intelectual a longo prazo. O que é que interessa ao Brasil? O que o Brasil pretende? Como ele deve resguardar seus interesses?

Propriedade intelectual não é direito absoluto, natural, que nasceu com o homem. Ele resulta de acordos entre pessoas racionais, entre países. É uma matéria de suma importância. A maior dificuldade das nossas negociações na Alca é a de obter uma propriedade intelectual.

Esta Casa precisa assumir o seu significado de propriedade intelectual como elemento de planejamento estratégico de nação para um projeto nacional.

Nesse cenário enorme de responsabilidade do Congresso Nacional, vamos ver o que está ocorren-

do, o que já foi até brilhantemente mencionado por várias pessoas antes de mim. É um descalabro o que acontece com o INPI. Diria que até se trata de um problema de natureza de desvio de funções, um problema legal.

A Lei de Patentes estabeleceu que aqueles recursos provenientes da prestação de serviço, da cobrança por prestação de serviço ao setor privado, seriam utilizados em favor do órgão. E, assim, as taxas recolhidas pelo INPI, no nosso entendimento, estão sendo desviadas. Trata-se de um caso que é mais do que desvio de aplicações definidas em lei; é a própria frustração do contribuinte. Acho que até por aí caberia uma ação legal, porque o contribuinte está recolhendo aquela taxa para uma finalidade definida em lei e não pode ser conduzida para outra aplicação.

Foi dito aqui – e eu queria fazer um registro contrário – que seria baixa a produtividade do INPI em decorrência dessas questões que todos levantaram. Meus amigos, a produtividade média por analista do INPI é das maiores do mundo, a despeito do descalabro em que se encontra esse órgão em função das más administrações que se têm sucedido. Um esforço enorme tem sido feito pela atual gestão presidida pelo Embaixador Jaguaribe. Pela primeira vez, trouxe técnicos para gerir, com competência, com capacidade para gestão administrativa. O INPI conseguiu montar uma administração isenta de desvios ideológicos ou políticos, mas esses recursos estão faltando.

A produtividade, o exame de processos/ano no INPI é da ordem de 70 a 80 processos/ano por examinador de patentes. Nos Estados Unidos são 60. Nos Estados Unidos, se vocês entrarem na **home page** verificarão, o examinador tem todo apoio logístico, infra-estrutura, tem tudo para fazer um bom serviço e não consegue atingir a produtividade do analista do INPI. Por quê? Então, surgem esses problemas. Mas a produtividade é por analista. O INPI tem cerca de 100 e precisa de muito mais. Segundo estimativa feita pela atual administração, são requeridos, em números redondos, 450 – dos quais cerca de 200 ou 250 seriam analistas. Mas isso seria de bate-pronto, agora, rapidamente, para conseguir conter o **back-log** e, inclusive, reduzi-lo. Como foi mencionado, estamos com um atraso da ordem de 5 ou 6 anos em marca e de 9 ou 10 anos em patentes. O objetivo da atual administração é reduzir esse **back-log** para cerca de 5 anos em patente; não sei o número exato, mas deve ser 2 anos ou o equivalente em marcas.

Realmente, temos que dar essas condições, tirando, acabando com este veneno que está matando o órgão que é o contingenciamento de verbas. Não se pode utilizar um único critério linear como vem fazendo o Ministério da Fazenda ou o do Planejamento na alocação dos recursos. Existem coisas que podem ser adiadas, outras não. Veja bem, o indivíduo pode não ir ao cinema, não ir a uma diversão uma semana, um mês, pode se privar de uma leitura, mas não da alimentação. Ele tem que comer no dia ou no dia seguinte, se não ele morre. E o INPI seria como que a alimentação do Estado soberano e independente, e está morrendo. Meus Srs. Congressistas, temos que mostrar à área da Fazenda que existem agentes econômicos distintos pela sua natureza. Não podem ser todos colocados com um mesmo carimbo, com um mesmo número. O descontingenciamento...Eu diria mais, não é descontigenciamento. É acabar com o não cumprimento da lei, com a frustração do contribuinte, que está recolhendo aquela taxa para prestação de um serviço que não é feito pelo Estado. Isso aí tem que acabar.

Há necessidades além do que essa contratação, porque essa é um sufoco para vencer um problema, um incêndio de curto prazo. Há necessidade de se criar um plano de cargos e salários para ter horizonte de tempo para o seu corpo funcional. O INPI precisa não somente ter boas cabeças; ele precisa ter as melhores cabeças nos seus quadros e ter um plano de cargos e salários que permita mantê-los ao longo do tempo. Não pode ser como hoje. Existem muitos casos até de demissões de gente que promete, gente brilhante que é cooptada para serviços na atividade privada por salários muito mais elevados. Isso tem de acabar. Tem de se criar um plano de cargos e salários condizentes com a importância do órgão dentro desse planejamento estratégico de longo prazo para a propriedade intelectual a que me referi.

Isso feito, eu diria, ainda temos que ver, como matéria que considero de significação para ser analisada aqui pelo Senado Federal, uma política de propriedade intelectual para ser exercida não só dentro do País em aperfeiçoamentos, modificações da nossa legislação; mas também com posição do Brasil nas negociações de comércio externo.

O Congresso Nacional não pode continuar a ser, em comércio internacional, apenas uma câmara homologatória de decisões acordadas pelo Executivo. Ele tem que debater a política como os Estados Unidos o fazem – o **fast track.** O país dá mandatos ao Executivo para negociar os temas constantes da pauta dentro de determinados balizamentos, dentro de determinados referenciais.

Há necessidade de o Congresso Nacional entrar nesse assunto. É de grande significado e é fundamental para o País. Temos que fazer uma releitura, inclusive da lei interna. A Lei de Patentes nacional vai completar dez anos agora em maio do ano que vem. Não são mo-

dificações enormes. Ela é essencialmente cumpritríplice, eu diria até tríplice plus. Os nossos compromissos estão todos sacramentados aqui, externo, com sobra. Estamos fazendo mais do que devíamos – disso não há dúvida. Mas existem alguns pontos, como foi mencionado hoje de manhã numa reunião que tivemos lá na ABDI, como o caso da biodiversidade, a propriedade intelectual. Porque não é propriamente uma inovação. Pode ser em processo de inovação, mas o produto não é uma inovação, é uma descoberta. Mas isso precisa ter um tratamento específico porque tem uma inventividade, tem um tratamento a ser conduzido.

Então, a minha proposta é que esta Casa, a partir desta Comissão ou desses trabalhos, constitua um grande fórum de discussão do tema propriedade intelectual no Brasil.

Obrigado, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Obrigado, Dr. Nelson. Nós também esperamos, ao abrir este fórum de debate, dar uma contribuição para que a propriedade industrial no Brasil tenha a sua apreciação agilizada.

Passamos a palavra ao Dr. Jorge Raimundo Filho, Presidente do Conselho Consultivo da Associação de Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma.

O SR. JORGE RAIMUNDO FILHO – Senador Augusto Botelho, Senadora Ana Júlia Carepa, membros da Mesa, minhas senhoras e meus senhores. Estava presente, há alguns minutos, o ex-Senador Eurípides Camargo. V. Exªs são pessoas que podem definir o futuro de uma situação existente hoje que avalio como tradição e contradição. Por que tradição e contradição? O Brasil é um País que tem uma tradição enorme na área de propriedade industrial. Os senhores sabem muito bem que essa história da propriedade industrial começou em 1474 com a Carta de Veneza. Veneza era o centro mundial de negócios e ali se previu que a propriedade industrial deveria ser um item extremamente importante para os negociadores e os mercadores de Veneza.

O nosso D. João VI, e V. Exªs devem saber, em 1809, promulgou o alvará da propriedade industrial. Então, já na época de D. João VI, o Brasil tinha a propriedade industrial como um tema importante.

Logo depois, em 1883, foi feita a Convenção de Paris, da qual o Brasil é signatário. É um dos primeiros signatários. Interessante é que, em 1882, um ano antes da Convenção de Paris, o Brasil já tinha a sua lei de propriedade industrial que era tão avançada quanto a Convenção de Paris. Então, existe no Brasil uma tradição de respeito à propriedade industrial. Existe isso, é de fato, não se discute. O Brasil há muitos anos entende esse processo.

O que aconteceu conosco é que, numa área de pesquisa farmacêutica, em 1945, abolimos medicamentos como itens que poderiam ser patenteados no Brasil. Em 1945. Em 1969, os processos de medicamentos também foram abolidos. Ou seja, nós ficamos 41 anos sem patentes para medicamentos e 25 anos sem patentes para processos. Período larguíssimo, para que a indústria nacional pudesse se fortalecer e fazer suas invenções.

Nesses 45 anos, não aconteceu nenhuma invenção, lamentavelmente, digna de nota, a não ser a que o Dr. Sérgio Ferreira vai comentar depois. O que acontece é que, em 1995, tivemos o internamento do tríplice no Brasil e, em 1996, a nova Lei de Propriedade Intelectual. A nova Lei de Propriedade Intelectual tem um artigo, que é o art. 239, que assegura ao INPI autonomia administrativa e financeira.

Então, já está na Lei, nós não estamos querendo nada mais, nada menos do que: cumpra-se. A Lei diz que o INPI tem autonomia financeira, mas ele não usa isso. Ele é incapaz de usar essa autonomia financeira. Ele tem um contingenciamento em que todos os anos lhe tiram o dinheiro e levam para o Ministério da Fazenda. Não sei se os senhores sabem que, há quatros anos, o contingenciamento foi tão grave que o INPI não tinha dinheiro nem para pagar a conta de luz. Foi um desastre!

Então, o que nós vivemos hoje? Nós vivemos um INPI, que foi, no passar do tempo, sendo desaparelhado, e o Brasil entrou em 1996 com uma nova Lei de Propriedade Intelectual extremamente atualizada. Uma Lei de Propriedade Intelectual que está dentro do conceito da Organização Mundial do Comércio, que é o Tríplice, um capítulo da Organização Mundial do Comércio. Uma lei que é exatamente de acordo com os parâmetros internacionais para que o Brasil possa dialogar com a OMC, mas sem implementação. Porque o órgão responsável para que essa lei funcione foi desaparelhado – já teve mil funcionários e hoje tem seiscentos.

Eu, muitas vezes, não falo, não me atenho muito se o número de funcionários é o mais importante, porque a Espanha tem seiscentos funcionários, recebe um número de patentes muito maior que o Brasil e libera um número muito maior. Tem tecnologia, tem computação, tem sistema de informática, tem banheiro para os funcionários, tem conforto. Se os Senhores visitarem o INPI vão verificar que tem andares em que o banheiro não dá entra, vão ver que computadores não estão funcionando, vão ver que nem todo o mundo tem acesso a equipamento. Ora, você imagina se ele não tem acesso a equipamento, se ele não tem acesso ao mínimo necessário para que ele possa cumprir

a sua função, ele tem treinamento. Não tem academia para treinar os membros do INPI de como se conceitua a Lei de Propriedade Intelectual. Nós não temos o Judiciário que entenda como a Lei de Propriedade Intelectual deve ser implementada. E o que aconteceu com as indústrias de pesquisa que depositam patentes, pedidos de patentes no INPI? A Lei era boa, veio para cá um grande número pedidos para patentes, e de 1996 para cá foram pedidas 20.709 patentes ao INPI. Sabem quantas foram concedidas? Apenas 269. A Lei previa que produtos que estivessem prontos para ser lançados, mas que não tinham sido lançados em nenhum lugar do mundo, o chamado pipeline, poderiam se inscrever no Brasil para obter a patente. Eles não estavam lançado em nenhum lugar do mundo, tinham sido alvo de pesquisa e poderiam então receber o patenteamento.Temos, no Brasil um caso de 1.198 pedidos de pipeline. As patentes concedidas de pipeline são 770. Portanto, se os Senhores fizerem uma análise matemática muito simples, foram pedidos ao INPI 20.709 pedidos de patentes regulares, 1.198 de pipeline, que dá um total de 21.907 pedidos, e foram concedidas 269 de patentes regulares, ou seja, 1.3...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – De que período?

O SR. JORGE RAIMUNDO FILHO – De 1996 a 2005, cerca de 9 anos, completa 10 anos agora. E o pipeline 770. Ou seja, 1.3 de pedidos de patente foram concedidos; 64% do pipeline que já era de produtos para ser lançados, e no total: 4.7 de tudo o que foi pedido ao INPI foi concedido. È inadmissível para o investidor, é inadmissível para alguém que inventa, que coloca o seu intelecto – os Senhores sabem que o inventor, o seu ativo principal é o seu conhecimento. E esse indivíduo, esse cientista que pesquisa, que inventa e que deposita a sua esperança num órgão governamental, não tem respaldo desse órgão, porque o órgão não concede a patente, que é o respeito à sua criação. Os Senhores sabem que para um inventor, a patente está ele, como está o direito autoral para um escritor. O Sr. Jorge Amado quer ter o seu direito autoral, o Sr. Antônio Carlos Jobim quer ter o seu direito autoral respeitado. E o inventor, o desconhecido inventor também quer ter o seu direito de propriedade intelectual respeitado. E, lamentavelmente, o que fizemos no Brasil foi ter uma lei e não implementá-la. É um órgão que não funciona, que, lamentavelmente, vamos dizer aqui, não tem autonomia, apesar da lei que lhe dá autonomia, tem contingenciamento, não tem pessoal treinado, não consegue recrutar, exige que o indivíduo tenha formação universitária, mas não lhe paga o suficiente, não há cargos e plano de carreira. A nossa sugestão é que se cumpra a lei. Cumpra-se o art. que dá autonomia financeira ao INPI. Acabe com o contingenciamento. Se for necessário contratar, não venha com balela de contratar só, pois não adianta você sair por aí e fazer concurso e contratar, tem que antes treinar. Tem que educar, tem que explicar o que é o significado de propriedade intelectual para um País como o nosso.

Dou um exemplo muito simples, quando falamos de comparação entre a ciência e o conhecimento.

Não precisamos de comparação com os Estados Unidos. A Coréia, meus amigos, no mesmo período, concedeu à Samsung seis mil patentes, concedeu à LG cinco mil patentes. Duas empresas coreanas têm 11 mil patentes. Qual a empresa brasileira que tem mil patentes? Se juntarmos todas as empresas brasileiras, não teremos isso. Vimos que a Embrapa, uma empresa de pesquisa, tem cento e poucas patentes. Embrapa – empresa brasileira de pesquisa da área mais importante que temos! Por que será que um órgão como a Embrapa não tem patente? É porque não tem cientista, ou é porque o INPI não dá?

Senhores, vou ater-me a uma carta escrita, que me chamou a atenção, para ser entregue ao Senador Ney Suassuna. Essa carta foi escrita por um professor chamado Antonio Paz de Carvalho.

Conheço o caso e vou exemplificá-lo. O Sr. Antonio Paz é um cientista, que conseguiu agrupar investidores para fazer uma firma de pesquisa, chamada Extracta Moléculas Naturais, na Bio-Rio, no Rio de Janeiro. Bancos investiram, enfim, um monte de gente investiu. Ele fez um contrato com uma empresa estrangeira que lhe disse que ele tinha dez alvos para descobrir medicamentos a partir da biodiversidade brasileira.

Ele fez um contrato e o cumpriu. Ele manda expedição de mateiros e botânicos para a Mata Atlântica; colhem-se 2,5 quilos de uma determinada planta, que são trazidos para o Rio de Janeiro; verifica-se o extrato dessa planta e vê se ela tem atividade bioquímica. Se a atividade bioquímica for conhecida, descarta-se; não interessa porque já é conhecida. Só se estudam plantas que não estão descritas na literatura. Não interessa o conhecimento tradicional.

Esse senhor, com a sua empresa, com 42 cientistas, gastou alguns milhões de dólares e conseguiu para essa empresa 10 novas moléculas – ele não tem desenvolvimento, só pesquisa. A companhia que solicitou a pesquisa disse-lhe que lamentava, mas o contrato iria terminar, porque ele não tinha patentes no seu país de origem, e a empresa estrangeira não podia fazer licenciamento sem patente no país de origem.

O Brasil não reconhece que 20% da biodiversidade do mundo só o nosso País tem! Oitenta por cento da biodiversidade mundial é brasileira, e é um passivo. Como é que se torna um passivo num ativo? Cortando

madeira? Explorando a nossa Amazônia e cortando madeira, ou usando 2,5 quilos de uma planta para inventar um remédio, uma droga que cura, um cosmético? Não do conhecimento tradicional, mas de inovação, atividade inventiva, capacidade industrial. Esse senhor fez isso, e a lei não lhe permite patentear.

Temos que tornar a nossa floresta Amazônica, ou nossa **Rain Forest**, ou a nossa mata Atlântica em um ativo. Temos de modificar a lei para permitir que produtos inventados – não descobertos, porque produtos descobertos não têm patente –, a partir da biodiversidade brasileira, possam ser patenteados, para trazer riqueza, gerar empregos e não fazer o que o Professor Antonio Paz de Carvalho está fazendo no Rio, ou seja, demitindo os cientistas, e estes estão indo para fora do Brasil com o conhecimento, porque aqui não dá para trabalhar.

De maneira que isso passa pelo INPI. Esse órgão precisa ter a vontade política de modificar isso. Não vi lá essa vontade política. Ele não se tem manifestado quando é vilipendiado. Por exemplo, criou-se, em 1999, um artigo que se colocou na Lei de Propriedade Industrial. A partir de uma medida provisória, meteu-se na Lei um artigo, de nº 229-c, nas medidas transitórias, dizendo o seguinte: "Para concessão de patentes farmacêuticas, é necessária a anuência prévia da Anvisa." Isso quer dizer que o INPI é incapaz de estudar patente farmacêutica. Tem de ser a Anvisa. O que acontece? Entra-se no INPI com um pedido de patente; deposita no INPI; ele analisa se há todos os conceitos de acordo com a lei; diz que está tudo bem, mas não pode fazer nada. Ele tem que mandar para a Anvisa, e a Anvisa é que determinará se pode ou não.

Esse artigo está em medidas transitórias, 229-c, e o INPI está lá com o pessoal da Anvisa, no 29º andar, e eles embaixo. Quando se chega lá, é impressionante. A Anvisa é um espetáculo. Tudo arrumado, computador, banheiros, salas, e o pessoal do andar de baixo na pior. Por que isso acontece no Brasil? Por que só aqui no Brasil o INPI não é capaz de estudar processos farmacêuticos? Será que é o único País do mundo em que o órgão regulador de propriedade intelectual é incapaz? Isso é uma mensagem que quiseram dar para o INPI, de que ele era incapaz de saber, e, a partir daí, de 1999 para cá, temos alguns projetos de lei que maculam a Lei de Propriedade Intelectual, tentam descaracterizá-la. Colocam o Brasil num contingenciamento internacional. Criam para o Brasil problemas desnecessários. São pedrinhas no sapato que dificultam as negociações brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Para concluir, Dr. Jorge.

O SR. JORGE RAIMUNDO FILHO – Para concluir, quero agradecer aos senhores e dizer-lhes que acredito que, sem vontade política, sem desejo do INPI de modificar o **status quo**, não só a contratação de funcionários vai resolver. Tem de haver vontade política e o Estado tem de entender que o cientista brasileiro merece respeito.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Agradecendo a participação do Dr. Jorge Raimundo Filho nessa preliminar, passamos a palavra ao Dr. Sérgio Henrique Ferreira, Professor da Faculdade de Medicina da USP e Conselheiro Efetivo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Tem V. Sª a palavra.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FERREIRA – Cumprimento o Senador Quintanilha em nome de todas as autoridades e, talvez, fale como a pessoa do outro lado, como um cientista, como um pesquisador. Apesar de já aposentado, ainda continuo tentando fazer as minhas descobertas e tentando promover as nossas invenções.

Para quem não sabe ou talvez já saiba, já comecei a pensar em medicamentos há uns 40 e tantos anos e, a partir do veneno da jararaca, surgiu um produto que as pessoas pensam que fui roubado por falta de patente, etc, fui roubado pela indústria internacional. Isso não é verdade.

Na verdade, o que o Brasil não tem capacidade e caracteriza o subdesenvolvimento é a incapacidade de transformar a descoberta em invenção e cabe à indústria fazer a invenção, mas a indústria não fará a invenção se ela não for protegida pelo seu sistema, pelo seu país.

O sistema de proteção da indústria está dentro de um projeto estratégico do País. Ao mesmo tempo em que falamos, não existe só um projeto estratégico, existe um conjunto de projetos estratégicos, em que vai o projeto estratégico de patentes, vai o projeto estratégico de desenvolvimento de áreas do País, e um setor extremamente importante é o desenvolvimento de medicamentos, de vacinas.

A minha luta foi sempre falar: não se faz desenvolvimento tecnológico dentro da universidade. Temos de forçar a indústria a fazer o desenvolvimento tecnológico dentro dela, mas a indústria não fará se não tiver um capital decente investido. O mundo inteiro faz com um capital de 2%. A indústria brasileira vai fazer com 17% a hora? Não vai.

Então, existem esses problemas que têm de ser entendidos, um dos quais é o do INPI. Quer dizer, se não houver a possibilidade fácil de fazer patentes, e estamos com a indústria, não é só o problema de fazer coisa nova, é, às vezes, patentear misturas antigas ou

misturas que fazemos, porque temos de fazer a indústria ser capaz de ir para frente. Não é só com coisa nova que vamos levar a indústria brasileira para frente.

Tem de haver uma visão de indústria nacional para fazer o "treco" ir para frente.

Quando pensamos no INPI, o negócio do Paes de Carvalho é muito importante porque o que esperaríamos de um sistema de patente é que ela educasse os cientistas e a própria indústria como que se deveria correr a patente. Não deveríamos estar dando porrada no INPI. Ao contrário, o INPI deveria estar nos ensinando como um sistema social, dentro de uma visão, como sociedade, como parte de um governo ou parte de uma estrutura, estimulando a indústria e a universidade a encontrar uma forma de capitalizar para a própria sociedade aquilo em que, teoricamente, está investindo. A coisa virou para o outro lado. Para fazer uma patente, saímos correndo atrás lutando, lutando, lutando e, às vezes, acaba não tendo.

Por exemplo, patentear alguma coisa através da universidade é uma coisa doida porque, primeiro, a própria universidade não tem capacidade nem dinheiro para administrar uma patente e fica dizendo freqüentemente que patenteou aquilo, e a patente passa a ser mais importante do que o trabalho científico. No entanto, patente não é o problema. O problema é quando a patente está em desenvolvimento, quando está sendo investido o dinheiro. É aí que entra a indústria. Patente por patente não é nada. Patente em desenvolvimento é que são elas. Quero dizer que não adianta ter dez mil patentes. O importante é quantas patentes estão em desenvolvimento na indústria brasileira. Esse é um passo importante. A indústria brasileira está, pelo menos em medicamentos, percebendo que tem que produzir, que tem de ir lá, e está se associando. E temos de encontrar formas novas de administrar o processo da invenção e, possivelmente, ocorre dentro da própria indústria.

Fico com a idéia de que tem de haver planejamento estratégico para a visão de patente, para o sistema de patente. Não pode haver esse contingenciamento absurdo que ocorre em várias áreas e não apenas na área de patentes. Vamos morrer de rir porque estamos perdendo muito dinheiro com determinadas doenças até no gado. Então, esse contingenciamento é fora da nossa órbita. Temos de ter uma visão da patente em biodiversidade porque não se estimula, na verdade, a pesquisa em biodiversidade – em fitoterápicos, por exemplo –, porque ela é completamente diferente da americana e da de outros países. Fazendo-se qualquer coisa, está protegido por eles. No Brasil, não. No Brasil, não se está protegido por ninguém.

Esse deveria ser um processo dentro da visão do planejamento estratégico do sistema de patente. Se quisermos desenvolver a biodiversidade e que a indústria de medicamentos esteja inserida nelas, tem de haver um sistema muito claro de patentes.

Não sou uma pessoa indicada para discutir os defeitos do INPI, porque não sou uma pessoa que está sofrendo esse processo. Ouço várias vezes falarem sobre o assunto, mas não sou a pessoa indicada para criticar tecnicamente. Contudo, sei de uma coisa: sem um sistema de patentes claro, rápido, aparente e discutido não vamos desenvolver a indústria nacional e aquela que quero, que é particularmente o desenvolvimento de medicamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quitanilha. PCdoB – TO) – Agradeço a participação do Dr. Sérgio Henrique Ferreira, Professor de Medicina da USP.

Passamos a palavra ao Dr. Antonio Carlos Siqueira da Silva, Diretor Jurídico da Natura.

Tem V. Sª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS SIQUEIRA DA SILVA – Antes de mais nada, quero agradecer a oportunidade de estar aqui no Senado, falando para pessoas tão importantes, que têm um trabalho magnífico e da maior importância para aprimorar e para criar novas legislações e normas no Brasil e discutindo assuntos dessa complexidade. É honra para mim, como advogado e como Diretor Jurídico da Natura, estar aqui, Sr. Presidente. Queremos colaborar para que o debate possa evoluir.

A Natura é uma empresa brasileira que recentemente abriu seu capital numa operação feita na Bolsa de Valores de São Paulo. Portanto, é uma empresa genuinamente brasileira, com ações negociadas exclusivamente no Brasil, no mercado da Bolsa de Valores brasileira. Até em razão disso, ela tem características muito fortes a respeito do desenvolvimento tecnológico, da biodiversidade, questões do Brasil ligadas à sua tecnologia e à sua marca como empresa. A marca Natura foi criada muito em cima dessas questões. Acreditamos que isso agregou muito valor às nossas ações que hoje estão sendo negociadas no mercado.

A Natura é uma empresa que investe no desenvolvimento tecnológico há muito tempo. Temos hoje 100 pesquisadores internos na Natura. No ano passado, investimos praticamente R$50 milhões em inovação. Temos uma área de PID enorme, que trabalha diariamente e produz uma tecnologia que está aplicada nos nossos produtos e que são levados não só para o Brasil, mas para cinco outros países onde estamos presentes. A Natura é uma empresa brasileira que tem interesses no Brasil e que está presente no mercado

global, desbravando, com todas as dificuldades que é fazer um negócio fora do Brasil, abrindo oportunidades, levando imagem e produto genuinamente brasileiros, desenvolvidos totalmente no Brasil.

Evidentemente, para uma indústria de cosméticos, no caso da Natura, o que se sobrepõe, de maneira muito forte, é a questão das marcas. A questão das marcas, para nós, tem, dentro do nosso tipo de negócio, uma importância fundamental, assim como a questão das patentes. Mas é evidente que o nosso interesse negocial e comercial está muito mais baseado na questão das marcas do que nas patentes. Apesar disso, temos hoje, no Brasil e no exterior, entre patentes e desenho industrial, 711 patentes depositadas. Temos 1,7 mil marcas depositadas no Brasil e no exterior. É uma empresa que tem realmente uma preocupação enorme com o desenvolvimento tecnológico e com o desenvolvimento da sua marca e da sua submarca.

É importante colocarmos essa questão de forma bem equilibrada porque, normalmente, a discussão cai para o terreno das patentes, que é um terreno muito mais explosivo por tudo o que ele envolve, e se acaba deixando para um segundo plano a discussão de marcas, que é tão importante quanto à questão de patentes. Se imaginarmos hoje as questões que estão sendo discutidas no campo de marcas, a adesão à volta do Brasil eventualmente ao Protocolo de Madri, isso tudo passa necessariamente por uma reestruturação do INPI, sem a qual nós, empresa brasileira, ficaremos extremamente expostos a uma situação de termos novas marcas concedidas automaticamente no Brasil e sem que tenhamos condições de fazer qualquer tipo de defesa das nossas marcas atuais.

É muito importante analisarmos, e eu, como advogado, não posso deixar de analisar a coisa não sob o ponto de vista ideológico. Se olharmos para esta Mesa, perceberemos que há pessoas aqui que defendem interesses os mais variados. De uma maneira ou de outra, nesta Mesa, há interesse da indústria farmacêutica brasileira, multinacional, internacional; há o interesse importantíssimo dos nossos pesquisadores. Vejam o que está acontecendo hoje com a nossa pesquisa na área da biodiversidade. Nossos pesquisadores não conseguem fazer pesquisa na área da biodiversidade porque não têm nem mesmo autorização para ter o acesso à planta que eles precisam acessar na floresta para poderem fazer sua pesquisa. Nesta semana, saiu a notícia de que o Ministério do Meio Ambiente vai propor um novo projeto em que essa questão parece que está sendo melhor tratada. Então, essas questões precisam ser tratadas de uma forma que não seja ideológica. Se nós entrarmos numa discussão política e ideológica, nós não vamos caminhar e nós vamos prejudicar os interesses não só do País, não só dos nossos pesquisadores – não é? –, vamos deixar de fazer pesquisa, vamos deixar de desenvolver o que nós precisamos desenvolver e talvez com isso até vamos beneficiar pessoas que não estão interessadas no desenvolvimento do Brasil.

A questão, para mim, fundamental é a questão da segurança jurídica, que o sistema de patentes, o sistema de marcas do Brasil tem que oferecer em razão da lei. A lei, tal como ela está hoje, tem que ser cumprida, é fundamental que a pessoa que deposite uma marca, que deposite uma patente tenha condições de saber que a patente, quando vai ser concedida, bem analisada a marca ou a patente, num prazo razoável, para que ela tenha segurança jurídica para poder fazer os seus investimentos. Essa questão é absolutamente fundamental e não depende de nenhuma legislação, nenhuma norma nova. É aplicar o que está aí.

Sobre o INPI, todos que me antecederam falaram de forma muito... com dados e informações, a sobra de que a questão precisa ser vista com muito cuidado. Nós somos parceiros do INPI, nós trabalhamos com o INPI, sabemos as dificuldades, sabemos o esforço de todo o corpo técnico do INPI em fazer um bom trabalho – a Natura é uma empresa que está muito presente lá no INPI como vocês viram, tem muitas marcas, muitas patentes –, mas nós sabemos que é preciso ter mais vontade política e acreditamos que o atual corpo técnico tem condição de desenvolver esse trabalho desde que tenha condições financeiras, políticas, para isso. Basicamente é essa colocação que eu queria fazer. Eu gostaria de deixar o tempo para nós debatermos o assunto e agradeço, uma vez mais, a oportunidade de estar aqui e me coloco à disposição para o debate.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma pergunta. Quantas marcas a Natura possui, por gentileza?

O SR. ANTONIO CARLOS SIQUEIRA DA SILVA – São 1.700 marcas depositadas no Brasil e no exterior. No Brasil nós temos aproximadamente quatrocentas marcas.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PC do B – TO) – Agradeço o Dr. Antonio Carlos Siqueira da Silva sua participação preliminar. Passo a palavra ao último palestrante inscrito, Dr. Jorge de Paula Costa Ávila, Vice-Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, que parece ter sido o principal alvo dos comentários até agora aqui expendidos. Com a palavra V. Sª.

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – Muito obrigado, Senador. Queria agradecer a oportunidade de estar aqui falando para esta Comissão, agradecer muito ao Senador Quintanilha e agradecer ao Senador

Suassuna a solicitação de colocar esse assunto em pauta. A sociedade brasileira de fato precisa discutir a questão da propriedade intelectual, da propriedade industrial em particular e do INPI mais em particular ainda. Talvez estejamos num momento de resolver um problema que se arrasta, a meu ver, desde o tempo de D. Pedro. Na verdade, dizer do descaso do Governo talvez seja apontar um sintoma e não olhar para a causa, o que é que produz esse aparente descaso que desestrutura o INPI ao longo dos anos, o que, dito de uma forma talvez mais precisa, fez com que nunca construíssemos um sistema eficaz, bem estruturado, de propriedade industrial no País. A resposta para isso se prende mais do que nada à baixa compreensão da sociedade com relação à propriedade industrial, e essa baixa compreensão, ela talvez resulte de uma visão... Talvez o Brasil tenha adotado a propriedade industrial cedo demais e o tenha feito de uma maneira colonizada, ou seja, atendendo a interesses que não eram nacionais. Então, o sistema de propriedade industrial é um sistema que pode e deve ser usado a serviço do desenvolvimento nacional. Eu diria que ele foi inventado para isso. Agora, quando ele foi trazido da metrópole para a colônia, ainda nos tempos de D. Pedro, e talvez de uma maneira repetida se tenha vivido um processo semelhante na discussão de 1990. Vale lembrar que a Lei de Propriedade Industrial não foi discutida de maneira aberta, vis-à-vis o interesse da indústria brasileira. Foi discutido baixo um regime de chantagem, sob ameaça de sanções na Super - 301 norte-americana. A maneira como a lei é introduzida produz, com alguma justificativa, um pé atrás, uma ressalva da sociedade com relação aos reais propósitos da lei. Ou seja, se há uma lei que de fato interessa aos brasileiros é o que está sendo imposto em troca de vender banana, de vender sapato, etc. Quando essa visão prevalece, constrói-se um certo preconceito. É esse órgão que temos que manter para atender a esse interesse que eles estão reivindicando e, em troca disso, vão comprar nossas bananas e nossos sapatos. Então, enquanto o INPI é visto como essa moeda de troca para atender a interesses estrangeiros para abrir portas para o comércio de *commodities*, é o mais nefasto que pode haver para o INPI. Então, o INPI é mal-entendido no seu propósito e, na verdade, acredito que a única maneira de se romper com isso seja de fato colocar o INPI a serviço da geração de riqueza para o País. Esse é o ponto central. Deve-se pensar como o sistema de propriedade industrial pode de fato contribuir para a inventiva nacional, para a inovação da indústria nacional e para o crescimento do parque industrial brasileiro. Ao se atacar essa pergunta, criam-se as condições ambientais, políticas, etc. para se ter um órgão respeitado, um órgão valorizado, como ele deveria ser.

Temos buscado situar essa discussão em dois planos essencialmente. Primeiramente, um plano geral da eficácia do sistema. Ou seja, discutir o que é esse sistema de propriedade industrial de que o País precisa. Isso nos remete para dois caminhos diferentes. Um caminho que é a discussão externa – e o INPI tem se feito muito mais presente e contribuído de maneira mais decidida com a discussão brasileira sobre o sistema internacional de propriedade intelectual e propriedade industrial, em particular – e, no plano interno, o aperfeiçoamento da instituição da propriedade industrial no Brasil.

Vou me ater à discussão no plano interno. No debate, se houver interesse, poderemos esclarecer um pouquinho sobre o que tem sido essa discussão no plano externo.

No plano nacional, uma coisa há que ser patente nessa discussão: que a produtividade do instituto, medida em termos de exames por examinador por ano, tem um limite para crescer, limite a partir do qual a qualidade do exame declina. E a qualidade do exame declina em favor de interesses que, de maneira nenhuma, são os interesses brasileiros. Ter um exame de qualidade significa ser capaz de conceder privilégios monopolísticos apenas àqueles que de fato os merecem, ou seja, apenas aqueles a quem a lei considera merecedores desse privilégio por uma contribuição substantiva ao estado da técnica. Conceder patentes de maneira desajeitada, rápida porque não há pessoal para examinar, porque o prazo está ficando muito longo, é prejudicial para o interesse nacional porque concede privilégios monopolísticos que se traduzem em custos altos para a indústria brasileira e para o consumidor brasileiro.

É necessário, sim, conceder patentes de maneira mais temporânea dentro do que é razoável internacionalmente. É bom se ter clareza de que patente em lugar nenhum do mundo se concedo em 1 ou 2 anos. Em verdade, a lei nos veda isso a 18 meses de sigilo, ao longo dos quais não se pode examinar nem olhar. A partir dali, o interessado tem outros 18 meses para solicitar o exame e, em geral, os utiliza inteirinhos. Por quê? Porque o privilégio patentário se estabelece a partir do momento do depósito e por 20 anos, ou até que o INPI diga que ele deve cessar. O exame do INPI cessa a fruição de um direito, ele não estabelece a fruição do direito de patente. O direito frui a partir do depósito. Em geral, para o próprio depositante – e a experiência do INPI mostra isso – interessa que o exame demore um pouquinho. São pouquíssimas as empresas e pouquíssimos os agentes da propriedade

industrial que pedem o exame ao INPI imediatamente após os 18 meses. Há que se entender uma matriz de interesses que circunda essa questão dos prazos no INPI, está certo?

Eu queria transmitir alguns números para os senhores com relação a isso. Nos Estados Unidos, um examinador examina, em média, 850 pedidos de marca e 60 pedidos de patentes por ano. Na Coréia, esse número cai: 750 pedidos de marcas e, na verdade, com as patentes, aumentava para 80. Eles contrataram um substantivo número de examinadores de patentes adicional e esse número cai para 60 também nos patamares norte-americanos. No Brasil, há uma demanda de 200 pedidos de patentes por examinador. É absolutamente inconcebível que o nosso examinador examine mais de três vezes mais patentes que um examinador do instituto coreano ou um do instituto norte-americano são capazes de examinar por ano, porque fazer isso significaria conceder patentes de maneira irresponsável, sem examinar nada. É a percepção da falta de estrutura do instituto, não da falta da competência do examinado do instituto. Foi a percepção da falta de estrutura do instituto que faz com que o sistema de saúde, no final da década de 90, em 1999, introduza na lei um reforço ao quantitativo de examinadores do INPI, por meio da Anvisa. A mim me parece uma medida anormal, pois não seria a maneira mais razoável de resolver esse problema. Parece-me que o mais correto — é isso que temos discutido – seria dotar o quadro do INPI do tamanho adequado à sua demanda. No Brasil, como de resto no mundo inteiro, a demanda sobre patentes e marcas aumentou substancialmente ao longo da década de 90 e continua aumentando, o que caracteriza um dos sintomas da chamada economia do conhecimento. Então, no mundo inteiro, houve esse aumento e, no mundo inteiro, em particular, no mundo industrializado, o número de examinadores dos institutos de propriedade industrial foi crescendo concomitantemente. No Brasil, não. É bom lembrar que os primeiros anos da década de 90 coincidem com o começo da Reforma do Estado, que tinha como um de seus bordões o inchaço do Estado. E a diminuição, o emagrecimento da máquina do Estado foi feita de maneira indiscriminada. Ou seja, ninguém parou para pensar que podia haver alguns lugares inchados e outros que não estivessem assim. Então, o INPI foi encolhido, enquanto que todos os outros escritórios de patentes do mundo cresceram. O resultado hoje é que nós temos um quadro que é a metade do quadro do começo da década de 90. Hoje, somos ao todo 680 servidores no INPI. No começo da década de 90, eram 1.100. A demanda nesse mesmo período se multiplicou por dois na área de patentes e por 2,5 na área de marcas. Então, cada servidor do INPI está com uma carga de trabalho em média quatro vezes maior do que a que existia na década de 90. Aqui vale a pena chamar a atenção, porque há um dado impreciso fornecido pelo Dr. Otto Lyx ??? há pouco, com relação à produtividade por examinador, isto é, que ela teria caído no INPI. Isso não é verdade. Em 2003 e 2004, por exemplo, quanto à produtividade em marcas do instituto, o instituto foi capaz de analisar menos do que 30 mil marcas em cada um desses anos e deve fechar este ano com 50 mil exames de marcas. Em patentes, em 2003 e 2004, o instituto examinou menos do que cinco mil pedidos de patentes e deve fechar este ano examinando 7,5 mil. Como isso foi possível? Foi possível racionalizando o trabalho, trabalhando na motivação dos servidores. Quanto à produtividade, o número de patentes, o número de depósitos é de 350 mil patentes. Está certo? O número de depósitos. O número de exames não chega a isso. Eles estão acumulando também um *backlog*. Eles têm 4,5 mil examinadores de patentes. O INPI tem 120 examinadores de patentes. A Coréia está indo para 800 examinadores de patentes. Enquanto temos 20 mil e devemos chegar a 22 mil, 23 mil depósitos de patentes, com o número que vai crescer, a Coréia tem o dobro disso. A Coréia tem 50 mil. Agora, 50 mil patentes, a Coréia tem 800 examinadores. A gente, para 25 mil patentes, tem 120 examinadores. Ou seja, é uma conta que não fecha, não tem jeito. Está certo? Então, há um problema de crescimento do instituto proporcional à demanda. Temos conseguido, com investimento em tecnologia – isso é o que tem sido feito desde que a administração atual tomou posse, o Presidente Roberto Jaguaribe, eu como Vice-Presidente, um corpo de diretores todos eles técnicos de governo, conseguimos montar uma diretoria de fato técnica que era o necessário ao instituto, entender quais eram os problemas do instituto. Ele tem todos os problemas de fato; tem problemas de infra-estrutura, que teve um sub-investimento ao longo do tempo, e tem um problema muito sério de pessoal.

Temos podido atacar o problema de infra-estrutura, talvez a diferença do que seja percebido porque isso toma um certo tempo – o investimento em infra-estrutura demora um pouco a maturar. O Governo não nos tem contingenciado o orçamento; temos sido capazes de aplicar o volume de recursos necessários na infra-estrutura do instituto; equipamentos novos foram adquiridos, foram trocados para quase todos os servidores, sistemas têm sido desenvolvidos, a plataforma de **software** tem sido alterada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Temos 22 mil processos hoje parados por ano?

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – Por ano, têm entrado 22 mil pedidos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – E quantos temos de demanda reprimida?

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – Já temos agora na área de patentes 130 mil pedidos na fila. Esse número é dramático porque, quando pegamos a produtividade do instituto hoje, vemos que está chegando ao nível dos institutos mais produtivos do mundo que examinam com qualidade.

É bom chamar a atenção para o caso espanhol: o escritório nacional, no caso dos países europeus, é um escritório de segunda linha, no sentido de que, primeiro, o exame substantivo de fundo é feito pelo escritório europeu de patentes em que a relação depósitos-examinadores é tão alta quanto nos Estados Unidos. Nos escritórios nacionais pode haver uma magreza maior.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) - As 200 análises são por ano? Um analisador vê 200 por ano?

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – Ele não vê. Para ele atender ao total da demanda, Senador, ele teria que ver. Ele não vê porque ele vê o que é possível ver: chegar a 60 por ano.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Ou seja, com essa demanda, dividindo isso que seja 200, que fosse ótimo, nós precisaríamos de 750 anos, é isso?

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – Não, não, não. A nossa capacidade de examinar hoje, no total... A conta é mais ou menos assim: são 22 mil depósitos; desses 22 mil depósitos, cerca de 25% são abandonados pelo interessado. Isso significa que cerca de 4.500, 5.000 depósitos hoje estão abandonados por falta de interesse do depositante, ele nunca pede o exame. Restam 17 mil; desses 17 mil, nós com os nossos 120 examinadores, com produtividade coreana – espero estar atingindo em 2005 esse índice de produtividade – somos capazes de examinar 7.500. Dezessete mil e quinhentos menos 7.500 são 10 mil que se somam na fila este ano. Ano que vem, se o número de depósitos aumentar e a capacidade operacional do instituto não aumentar nada, o número de depósitos que vai se somar à fila vai aumentar.

Todos os anos, desde 1990, a fila cresce. Quando a fila cresce e a capacidade operacional do instituto não muda, o tempo de espera na fila é maior. É como quando chego ao supermercado, se eu for o terceiro da fila sou atendido rápido, se for o qüinquagésimo terceiro da fila vai demorar muito. Isso explica por que os tempos do INPI vêm aumentando, isso não quer dizer que a capacidade de operar do INPI esteja diminuindo. O que acontece é que ela tem sido sistematicamente menor do que a demanda, desde 1990. Com isso, sempre sobra na fila e a fila vai aumentando. Então, a fila em patentes hoje tem 130 mil depósitos, desses 130 mil – para fazer uma conta de expectativa de demora – quem entrar agora é o número 130.001, por exemplo. Acreditamos que 25% disso morra por desinteresse do depositante, então sobram 100 mil, mais ou menos. Desses 100 mil a gente tem uma capacidade de examinar, hoje, 8.500 por ano. Então, 8 mil por ano, o que significa que a expectativa de quem está entrando na fila hoje é de 12 anos, em patentes.

Em marcas o quadro é semelhante. Temos uma fila acumulada de 600 mil marcas; a capacidade de operar do instituto, com 1.000 exames por examinador por ano, que é 20% mais do que o mais produtivo dos institutos, com 1.000 exames por examinador por ano, eu consigo com os meus 42 mil examinadores examinar 42 mil pedidos. Então entram 105 mil na fila, nenhum é abandonado, não existe pedido de exame no caso de marcas. Nesse caso me sobram 63 mil que se somam à fila. Este ano, a gente voltando a produzir nessa faixa, ou seja, neste ano, voltando a produzir nessa faixa... O INPI teve, nos últimos anos, uma produtividade menor, menor na verdade, mas comparável com a de outros institutos. Com um pouco mais de tecnologia, estamos com uma produtividade em marcas maior do que a dos outros institutos.

No entanto, o número de examinadores é tão pequeno que se vão somar 63 mil depósitos à fila, o que gera uma expectativa, novamente fazendo a mesma divisão – estamos com 620 mil provavelmente na fila divididos por uma capacidade aproximada de 50 mil –, temos 12 anos, 12,5 anos de demora prevista para o pedido que entra hoje, se nada acontecer...

O senhor me permite mais alguns minutos, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. Pc do B - TO) – V. Sª entende que, em quantos minutos, poderia concluir a sua exposição?

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – Cinco.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PC do B - TO) – Mais cinco minutos.

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – Está ótimo! Qual é o caminho de solução para esse problema? Penso que há vários caminhos de solução, mas costumo dizer que a maneira mais usual de se evitar solucionar um problema fácil é colocar uma exigência difícil na frente da solução fácil. O INPI pode melhorar em todos os aspectos. No entanto, a produtividade e a capacitação do servidor do INPI são boas quando comparadas com os institutos semelhantes nos países

desenvolvidos. Então, se há um problema de capacitação que sempre pode melhorar, se há um problema de tecnologia que sempre pode melhorar, não há dúvida de que o principal problema é a falta de recursos humanos, de que o instituto foi emagrecido junto com todo o Estado brasileiro, apesar da sua peculiaridade Então, há um problema simples porque pode ser resolvido de imediato. E um projeto de lei nesse sentido deve estar sendo encaminhado pelo Executivo para o Congresso Nacional porque é necessário criar vagas. Não é autorizar...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com quem está esse projeto de lei?

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – Está com o Ministro Paulo Bernardo, nesse momento, no Ministério do Planejamento. Então, são 450 vagas que tornam o tamanho do instituto compatível com os seus similares internacionais, com os melhores similares internacionais. Portanto, é uma expectativa que podemos ter e uma certa segurança, não é um número irresponsavelmente estabelecido, pois é um número estabelecido com base numa comparação internacional de quantitativos.

Mas há uma série de outros problemas que também podem ser enfrentados também e talvez a falta de autonomia seja o principal deles. Eu chamaria a atenção para o fato de que a lei não obrigou o Executivo a conferir autonomia. A lei autorizou o Executivo a proceder às transformações necessárias para dotar o INPI de autonomia administrativa e financeira. Ao fazê-lo, deixou a critério do Executivo promover ou não as tais transformações. O Executivo, até hoje pelo menos, decidiu não fazê-las. Então, o INPI segue sendo uma autarquia comum; nem sequer é uma autarquia especial, embora eu acredite que teria todas as condições de ter pelo menos o nível de autonomia que uma agência reguladora tem. Mas trata-se de um trabalho de longo prazo. Quando enfileiramos essa discussão na frente de resolver o problema imediato dos quadros, estamos, na verdade, adiando a solução do problema dos quadros e deixando o INPI por mais tempo ainda incapaz de fazer frente à demanda.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Dr. Jorge...

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – **Pois não.**

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Sª teria possibilidade de nos mandar tudo isso que é expectativa para melhorar o DNPI?

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – Com certeza. Nós temos um documento...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Para que possamos não só cobrar, mas também fazer a legislação necessária. Eu fui o Relator da Lei de Patentes. Naquela ocasião, eu queria um departamento forte, com banco genético, com tudo a que tem direito, e, lamentavelmente, fomos votos vencidos na época. E eu estou vendo que piorou muito mais do que se poderia imaginar.

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – É. A situação de desestrutura vai gerando um problema que vai se acumulando, vai ficando maior a cada ano. Houve agora um congresso da CNI sobre inovação ao qual estive presente e disse: Temos uma janela de oportunidades nesse momento de solucionar pelo menos o problema emergencial que é a falta de capacidade operacional. Os outros problemas podemos discutir um pouco depois. Se não solucionarmos esse problema agora, o próximo ano é eleitoral e a possibilidade de admissões no setor público se encerra no fim do primeiro semestre e só vai ser reaberta no próximo Governo. Seja qual for o próximo Governo, terá que ser refeito todo o trabalho que já se fez de compreensão das necessidades, comparação internacional com os vencimentos dos técnicos envolvidos na tomada de uma decisão como essa, que não é uma decisão fácil, é uma decisão de aumentar em 80% o quadro de um órgão do Governo Federal. Logo, ou conseguimos neste momento autorizar a criação de vagas para o instituto ou eu não acredito que se consiga fazer isso em menos de outros três anos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas mesmo independentemente do problema de vagas não teria como melhorar o relacionamento? Porque todos os atores do quadro, quando falamos, a carga não é pequena em cima do departamento. Realmente, é uma coisa de amargura.

Hoje estamos vivendo no meio científico ou no meio industrial um certo desalento de que o relacionamento não é o que deveria ser. Temos alguma coisa que se possa fazer estruturalmente para avançar e melhorar esse relacionamento?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu queria aproveitar para...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PC do B – TO) – Eu observei que o Senador Ney Suassuna está angustiado e procurando antecipar.

Ele é o primeiro inscrito para inquirir e quer passar para o debate.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Se ele é o primeiro, vou pedir um aparte antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PC do B – TO) – Adiantou o expediente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Peço desculpas, Sr. Presidente, não só a V Exª como aos colegas, mas se vocês estivessem na minha pele... Eu

tive que votar um parecer do Maranhão; saí e estou com três ou quatro pessoas me esperando no gabinete, mas é um assunto tão importante que não poderia deixar de estar aqui. Peço desculpas aos companheiros porque estou atropelando um pouquinho e ainda tenho uma CPI para participar. Isto aqui está virando uma vida de cão. Está igual o departamento. Não estamos dando vazão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PC do B – TO) –Compreendemos.

O Dr. Jorge quer um minuto para concluir.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu gostaria que ele falasse também se está tendo problema financeiro, se tem algum problema de contingenciamento, de liberação de verba para esse quadro atual.

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – Eu acho que apesar da pouca percepção do que vem acontecendo no instituto porque são aspectos de medidas internas muita coisa está acontecendo e o contigenciamento não tem sido o problema central. O problema central realmente é falta de recursos humanos e vamos falar disso um pouco, mas resumidamente no um minuto em que o Senador Leomar Quintanilha me conferiu.

Ações muito fortes têm sido tomadas na área de infra-estrutura...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PC do B – TO) – Mais os cinco que já foram concedidos e mais um em relação...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas ele realmente é o que mais tem a dar explicações porque todos nós estamos angustiados e o País também.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PC do B – TO) – Foi por essa razão.

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – Na questão de infra-estrutura investiu-se e se continua investindo em equipamentos, em *software*, no desenvolvimento de sistemas e agora estamos fechando a equação para um problema que não é pequeno que é o do edifício. Trata-se de um edifício tombado, com vários problemas. Enfim, há uma negociação final sobre que destino esse tipo de negociação vai ter.

A capacitação de recursos humanos e a motivação tem sido uma preocupação constante da nova administração. A gente criou uma nova coordenação geral – que não havia no instituto, o nível era muito mais baixo – voltado especificamente para recursos humanos que tem a missão imediata de pensar a capacitação e a missão de médio prazo de pensar a carreira e os demais sistemas de retenção de mão-de-obra.

A organização dos fluxos de trabalho tem sido totalmente repensada, isso é parte do trabalho de desenvolvimento de sistemas, e há uma articulação muito grande – acredito que responde um pouco à pergunta do Senador Ney Suassuna – em particular com os demais órgãos do sistema nacional de inovação, tanto no plano federal quanto no plano estadual.

Hoje, o Embaixador Jaguaribe não está aqui porque está em um compromisso com o Governador do Espírito Santo, Secretários do Espírito Santo fechando o 17º Convênio que o INPI assina nesses 12 meses dessa administração com as unidades dos sistemas estaduais de inovação, secretarias de desenvolvimento, secretarias de ciência e tecnologia, fundação de amparo à pesquisa, universidades estaduais e federações de indústrias. A tentativa é promover uma maior aproximação do INPI para que ela seja mais bem compreendido e defendido pela sociedade junto às esferas decisórias.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nesse sentido, gostaria que V. S.ª e o nosso Dr. Jaguaribe fizessem toda uma relação do que precisa ser feito e onde tem que ser cobrado porque vou convidá-los para um jantar com a Bancada do PMDB e vamos apadrinhar essa causa porque não se entende, em uma época dessa, um País que quer ser emergente não ter um departamento forte estruturado.

Não posso falar pelos outros Partidos, mas o PMDB vai fazer isso e, depois, vamos pedir ajuda das Lideranças dos demais Partidos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PC do B – TO) – Senador Ney Suassuna, agradecemos ao Dr. Jorge a sua participação preliminar e vamos passar à segunda parte que é a do debate em que V. Ex.ª, como autor do requerimento, é o primeiro inscrito e tem a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Já abusei e vou ser sucinto.

A nossa preocupação é que no mundo em que a tecnologia vale mais do que território, vale mais do que tudo, eu estive outro dia desses com vários Parlamentares do mundo inteiro em Israel e fiquei perplexo por ver como tudo lá anda muito mais depressa e como lá eles aprimoram a tecnologia que eles compram de outros países e a vendem de volta.

Mostraram, por exemplo, um foguete, o foguete inteligente. Eles compraram a primeira leva do foguete inteligente dos Estados Unidos e reformularam o foguete todo. Agora, os Estados Unidos estão comprando deles. Mais: eles fizeram uma miniatura do sistema de direção que filma tudo e que faz a direção. Agora, você o engole, e ele passa mostrando tudo do tubo digestivo, tudo por dentro do cidadão. Essas coisas mostram hoje que elas valem muito mais do que recursos naturais e tudo o mais. É a hora em que o País tem de investir em seus cérebros.

Lamentavelmente, desde a época em que fui Relator de patentes, vejo que o nosso departamento vem definhando e que estamos deixando acumular patentes e patentes. Quando não saem aqui, saem no exterior. E perdemos a vez porque a nossa ainda não foi adiante.

Mas não é só isso: se analisarmos a área dos laboratórios, a grita é grande; se analisarmos a área dos inventores, a grita é grande. Se analisarmos, por exemplo, a Embrapa, verificaremos que estão querendo registrar um algodão resistente ao bicudo – o que, para o Nordeste, é incrivelmente importante. Houve uma junção que deveria ser benéfica, mas que está sendo um pouco maléfica entre Anvisa e INPI. Um jogo para o outro. E não sabemos. A verdade é que não sai. Enquanto isso, uma região gigantesca do Nordeste não pode plantar o algodão. O estudo do algodão resistente ao bicudo já está avançado, mas não conseguimos.

Em relação à pesquisa, parece-me que o Brasil não gosta muito dos seus inventores ou dos seus pesquisadores. Fico perplexo quando vejo a própria Embrapa. Estou citando a Embrapa porque, se eu citasse outro, diriam que estou defendendo as cores e os interesses de outras instituições. Não! Falemos da Embrapa: para fazer uma pesquisa de mamão, está se fazendo no exterior; para fazer de feijão, está se fazendo nos Estados Unidos; para fazer de banana, está se fazendo na América Central porque, para se conseguir licença aqui, tudo é complicado.

Há quinze dias, eu estive com a Ministra Dilma, pedindo-lhe a regulamentação da Lei de Biossegurança. S. Exª me prometeu que sairia entre a terça-feira e a quinta-feira da semana passada. Não saiu! Viramos uma semana. Mas, como amanhã ela vai jantar com nossa Bancada do PMDB lá em casa... V. Exª, sendo do PC do B, está incluído porque V. Exª continua sendo a infiltração do PMDB no Partido Comunista... (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PC do B – TO) – Eu só estava querendo essa confirmação. (Risos.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Estamos rindo pelo seguinte: S. Exª era do PMDB; por questões regionais, teve de sair, mas continua como representante do PMDB na Presidência desta Comissão. Nós confiamos em S. Exª, que tem prestado um serviço enorme à República. O PMDB tem essa compreensão. V. Exª está convidado para amanhã. V. Exª também está convidada para amanhã porque pediram que eu levasse alguém do PT. Vou colocá-la como representante porque é a mais simpática, ri de tudo.

Amanhã, cobraremos da Ministra Dilma a regulamentação que está criando problemas seja na área de transgênicos, seja na área de fármacos. É um entrave tremendo.

Quando o senhor começou a dizer os números, eu até passei a ter simpatia porque eu estava detestando o departamento. Eu estava achando que era má vontade. Estou vendo que realmente está crucificado. Só há uma solução: nós ajudarmos.

Vamos promover a reunião. Por favor, avise ao Jaguaribe, que, como o senhor, estará convidado para o jantar. Faremos uma relação do que poderemos fazer. Depois, promoverei uma reunião com os Líderes partidários do Senado e da Câmara para avançarmos no debate. Não é possível o País ficar à mercê numa área tão importante quanto esta.

Eram essas as minhas colocações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PC do B – TO) – Ouviremos a manifestação de três Senadores para que os palestrantes possam se manifestar cumulativamente, para ganharmos tempo.

Com a palavra, o segundo inscrito, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não vou fazer perguntas, apenas dizer que realmente a presença dos senhores nesta Casa é um alerta para nós, que somos responsáveis pela legislação, trabalharmos pela elaboração.

Ouço a reclamação da demora das patentes e a dificuldade do INPI. Já tomamos consciência disso. Os senhores tenham a certeza de que vamos trabalhar para fazer o melhor possível para o País. Acreditamos também que o conhecimento é o mais importante deste novo milênio. Não podemos ficar para trás. Nós estamos ficando para trás. A pesquisa que ele citou da banana e do feijão não são entraves do INPI, não, mas entraves da burocracia da ecologia ,que está um pouco exagerada em nosso País, pois estão colocando a ecologia na frente das pessoas. O feijão, que agüenta a seca, é algo necessário para o Nordeste. Por que temos de fazer uma pesquisa nos Estados Unidos, se podemos fazê-la aqui? Aumenta o custo, aumenta tudo e, no fim, o americano, para aceitar, com certeza vai querer também ficar com a tecnologia. Logicamente, é isso que ele deve fazer mesmo.

Creio que essa falta de gente, essa aposentaria também... Houve uma lei no Senado que já passou para 75 anos o limite de idade para a aposentadoria. Quer dizer, quem quiser ficar no serviço público não vai ser obrigado a sair. Já foi aprovada essa lei, estabelecendo 75 anos.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não foi apenas para os Ministros?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Para os Ministros, mas depois apresentou-se uma emenda que expandiu o limite para os outros servidores também. Então, nós todos temos de...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Perdoe-me. Fui uma das poucas que votei contra o projeto.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Votei contra o projeto referente aos Ministros, mas, depois, quando se ampliou para todos, votei favoravelmente, porque não podemos fazer lei para privilegiar apenas alguns.

Quanto àquela consideração do Dr. Jorge Paulo de que o INPI é mantido apenas para haver uma oferta, um argumento para vender outras coisas, essa é a impressão que todos nós temos aqui, ou seja, de que isso realmente tem sido feito.

Esperamos, com essas discussões que estamos começando agora, mudar essa visão no âmbito político do Brasil em relação aos nossos inventores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, eu não pude assistir a todos os oradores, pois quando cheguei à Comissão já estava falando a minha conterrânea, Tatiana Sá. No entanto, assisti a quase todos, à maioria, pelo menos.

Esse é um assunto pelo qual tenho interesse. Corri, ainda há pouco, para inscrever-me, senão não poderei falar na CPMI.

Senador Leomar Quintanilha, Senador Augusto Botelho, Senador Valdir Raupp, nós, tentando investigar questões que a imprensa e algumas pessoas venderam para a sociedade como verdadeiras – algumas pessoas tentam mostrar que os fatos são verdadeiros, mesmo que seja difícil fazê-lo –, às vezes não damos uma atenção maior a outras tantas questões importantes.

Parece que se tenta mesmo desviar o foco atual no País do que é mais importante investigar, não que eu seja contrária à investigação de desvios de recursos, mas, para mim, a história do "mensalão" – faço parte da CPMI da Compra de Votos, que está ao lado – está cada vez mais difícil de ser comprovada. Essa é que a verdade. Contudo, está comprovado que houve um crime. Segundo vários Parlamentares, inclusive o que denunciou o "mensalão", o ex-Deputado Roberto Jefferson, trata-se de um crime que ele conhece e assume ter cometido desde que foi eleito Deputado: o crime de caixa dois. Porém, estranhamente, se não fosse o Dr. Cláudio Mourão – já que estamos falando de patente – ter vindo a esta Casa e mostrado como foi feito o caixa dois, em 1998, para o PSDB, o PFL e aliados, era capaz de o ex-tesoureiro Delúbio poder patentear o caixa dois, porque ninguém sabe, ninguém viu. É interessante isso. Ninguém conhece. Embora eu aborde essa questão, não estou querendo dizer – espero que as pessoas não me interpretem mal – que se deve permitir qualquer tipo de desvio ou de crime, já que os chamados recursos não contabilizados representam um crime que precisa ser investigado, mas que seja investigado como tal e que seja investigado não só um Partido, mas todos. Essa situação não ocorre em um único Partido ou em apenas alguns. Na verdade, sabemos que isso ocorre em vários. Outro dia, fui questionada por um cidadão que disse: "E aí, Senadora, vai terminar em pizza mesmo a CPI?" Eu disse: não, de forma alguma. "Vai sim, a Câmara vai cassar 15, 20, sei lá, sabe Deus quantos, porque parece que tem a ver mais com caixa dois e os outros 400 mais ou menos, o que vocês vão fazer?" Confesso que fiquei meio sem resposta.

Mas isso é só para mostrar o quanto é importante um tema como esse. Senador Leomar Quintanilha, V. Exª, que também é da Amazônia, sabe disso. Pedi que trouxessem aqui este que foi um dos meus primeiros discursos nesta Casa: Um novo modelo de desenvolvimento para a Região Amazônica.

Sou paraense e passei alguns anos da minha vida lutando exatamente para construir uma alternativa que não seja só o que foi construído nos últimos pelo menos trinta, quarenta anos em nossa região, partindo de grandes projetos de mineração, de exploração da madeira, de pecuária, como a saída econômica para nossa região.

Podemos ter alternativas maravilhosas para nossa região, principalmente para a população, para o pequeno agricultor, para o agricultor familiar, que é responsável pela maior produção agrícola no País apesar do descaso. Descaso – tenho que fazer justiça, seria injusta se não reconhecesse –demonstrado por governos anteriores porque tenho de reconhecer, Senador Quintanilha, nunca se deu tanto recurso para a agricultura familiar como agora.

Só o nosso Estado, Pará, na safra 2005/2006, terá à disposição meio bilhão de reais, R$500 milhões só para a agricultura familiar. Isso juntando-se à possibilidade de assistência técnica inclusive com tecnologias desenvolvidas pela Embrapa, com a possibilidade de outros programas como o Luz para Todos, que leva energia para o campo. Temos uma capacidade, sim, de levar desenvolvimento, na verdadeira concepção do termo, e não apenas uma pequena ajuda.

Então apresento essa questão porque também como o Senado Ney acho que temos que pressionar, fazer nosso papel de pressionar o Governo. Fiquei feliz de ouvir do Dr. Nelson Brasil o elogio a este Governo que deu uma direção ao INPI, uma direção técnica, correta. Todos apresentaram problemas de pessoal, quer dizer, podíamos fazer uma CPI.

Senador Quintanilha, foram grandes os estragos que causaram ao País e ao seu desenvolvimento a reforma feita nos anos noventa com a verdadeira destruição dos órgãos públicos federais porque não foi só o INPI; foi o INPI é o Ibama, é o Incra, são muitos órgãos importantes para o desenvolvimento do País, são as universidades públicas. Hoje estamos recuperando tudo. Estávamos numa audiência pública com o Ministro da Agricultura, em que se falou da dificuldade dos técnicos agrícolas, da dificuldade que existe hoje de termos órgãos com mais capacidade para atender as necessidades de desenvolvimento do País.

Então talvez devesse ser investigado aprofundadamente por que se fez isso no Brasil e o atraso que isso pode causar em um País como o nosso. Volto a dizer o que tenho dito sempre: a Amazônia não é problema; a Amazônia é solução para esse País, em todos os aspectos. Na minha opinião, a nossa região é solução – essa é a verdade –, seja na biodeiverisdade, seja na área das hidrelétricas, seja na mineração. Não sou contra a exploração de minerais. Quero deixar claro que não sou contra a exploração de minerais, mas tenho um projeto que deixa mais recursos para a sociedade no caso da exploração de um bem não renovável da natureza, que quando acabar tem de deixar...

Então tudo é importante. Nossos papéis são fundamentais. Devemos fazer as investigações, porque se houver um centavo de desvio de recurso público, teremos de investigar. É o nosso papel. E investigar não apenas aqueles que estão sendo investigados agora, porque a impunidade é mãe, eu diria, de muitas desgraças. Se punirmos esses e deixarmos impunes os que, em um passado muito recente, cometeram os mesmos crimes, estaremos dando uma péssima resposta para a sociedade.

Então, também para justificar a nossa... Muitas vezes vemos poucos Senadores quando tratamos de um assunto tão importante. Por quê? Porque os Senadores estão divididos em dezenas de comissões, sem contar as novas que foram criadas, não é, Senador Leomar Quintanilha?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – É verdade, as temporárias.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Além das subcomissões temporárias e das comissões parlamentares de inquérito. Esse debate deveria estar sendo transmitido pela TV Senado, mas talvez esteja sendo transmitida a reunião da CPI. E eu tenho certeza de que isso aqui é muito mais importante para o Brasil.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB - TO) – Essa é a agenda positiva.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É muito mais importante para o Brasil. Então, para mim, fica cada vez mais claro que, realmente, se tentou desviar o curso de um Governo que tem, sim, problemas. O Senador Leomar Quintanilha e o Senador Augusto Botelho já me ouviram falar deles. Eu uso um termo que os tucanos não gostam muito, porque eu digo "essa parte peessedebista do nosso Governo que está ali pelo Ministério da Fazenda e do Planejamento é realmente cruel." É uma briga muito grande. Nós temos de convencê-los de que, tendo em vista a dimensão do desafio do País, é preciso que questões como essas... Também é preciso ter o apoio da Oposição, porque quando bate aqui, dizem: "está criando cargos!" "Isso é um absurdo!" "Empreguismo!" Quer dizer, é um discurso populista. Não são todos. Quero aqui deixar registrado. Há pessoas na Oposição que fazem uma oposição séria, construtiva, mas há uns que simplesmente agem assim: "*Hay governo, soy contra*", apesar de, até ontem serem governo.

Eu quero dizer claramente para mostrar àquelas pessoas que nos assistem o quanto é importante um debate como esse. Eu assumo compromisso, eu não podia deixar de estar presente. Antes de vir aqui, eu tive de ir à CAE, de que também sou membro titular, onde está sendo votada a indicação de um conselheiro do Cade, que é um órgão importante. Estivemos lá antes. Vamos contar com apoio, porque sei que o Senador Leomar Quintanilha vai encabeçar essa luta em defesa não somente do INPI, mas também de tantos órgãos que têm necessidade de serem aperfeiçoados. Fiquei feliz de ver que tecnologicamente, pelo menos, o órgão avançou. Parabéns aos funcionários pela alta produtividade e que possamos colocar mais técnicos para atender às necessidades do País, com essa visão de desenvolvimento diferenciado, e perceber que os arranjos produtivos locais, que o desenvolvimento regional sustentável é a grande saída neste País.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB) – Consulto os senhores debatedores se gostariam de tecer comentários sobre a exposição dos Senadores.

Com a palavra o Dr. Jorge de Paula da Costa Ávila.

O SR. JORGE DE PAULA DA COSTA ÁVILA – Primeiro eu gostaria de agradecer aos Srs. Senadores a manifestação de apoio ao que temos podido propor para o Instituto. Penso que, de fato, o Brasil precisa

de um INPI que funcione. Penso que são discussões paralelas que têm de ser travadas. É difícil, mas penso que temos de discutir a eficiência do INPI no plano nacional; tem que discutir no nível local como a propriedade industrial pode chegar às pequenas empresas brasileiras, aos arranjos produtivos locais. Acabamos de criar um programa, o Focar, que é alinhado à nova política industrial do Governo, centrada em arranjos produtivos locais. A idéia é levar os diferentes instrumentos da propriedade industrial para chegarem mais perto das necessidades das pequenas empresas. Esse é um trabalho que temos feito junto com o Sebrae. Acredito que será um sucesso.

Estamos nos aproximando da Finep, do BNDES. A idéia é, de fato, ter um sistema que se volte para a empresa brasileira. O que eu gostaria de reafirmar é que a única maneira de o INPI ser perenemente sustentado pela sociedade brasileira é fazendo com que ela reconheça no INPI um valor que ele adiciona para essa mesma sociedade. Acho que esse é o ponto central.

Eu gostaria só de chamar atenção para um ponto. A Senadora, com muita propriedade, chamou atenção para o fato de que, em muitos órgãos públicos, há deficiência de pessoas. No entanto, sabemos que há recursos limitados. Então, sei que sou parte interessada para dizer isto, mas acredito que o INPI seja uma prioridade absoluta e total. De fato, o entrave que representa, para as empresas brasileiras de todos os portes, a demora – como disse o Dr. Otto Licks – na oferta de uma segurança jurídica maior para as empresas brasileiras que depositam marcas e patentes, que só é conferida quando o INPI conclui o seu exame, tem um custo muito grande, tornando difícil o ingresso das empresas brasileiras nos mercados externos. O custo para o País é imenso. Então, acredito que o INPI, por um lado, é prioridade número um, talvez junto com alguns outros órgãos.

Agora, a isso se soma um fato que eu não mencionei, mas que acho importante. Temos uma fila imensa de processos a examinar, tanto em marcas quanto em patentes. Quando essa fila anda, ela gera arrecadação. A arrecadação introduzida por um examinador adicional no INPI, na área de marcas ou de patentes, é da ordem de R$1 milhão por ano. Como, infelizmente, o salário do servidor público é muito menor que essa cifra dividida por doze, cada examinador que se coloca a mais no INPI representa mais superávit e não menos. Então, não há razão objetiva alguma para não se fazer a fila do INPI andar, colocando mais pessoas para examinar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Para concluir.

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – Concluindo, o salário anual do examinador do INPI é muitas vezes inferior ao que ele pode gerar de arrecadação, fazendo a fila andar mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Com a palavra Dr. Jorge Raimundo.

O SR. JORGE RAIMUNDO FILHO – Eu queria fazer o meu agradecimento ao Senador Augusto Botelho pelas palavras de apoio ao que S. Exª viu aqui; à Senadora Ana Júlia Carepa pelo que expôs; e ao Senador Ney Suassuna, que fará esse acompanhamento.

Eu queria pedir à Senadora Ana Júlia Carepa que olhasse pelo Pará também da forma como disse: como vamos fazer aquele passivo virar um ativo? Aquela empresa do Rio de Janeiro sobre a qual falei com vocês fez um investimento - eu acho que chama Instituto Ludwig, em Belém do Pará, para pesquisa da biodiversidade -, contratou cientistas no Pará e fez uma central de extrações que ficou fechada, porque, por dois anos, o Cegem, Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, impediu que fosse pesquisada a biodiversidade brasileira. De maneira que a senhora poderia estudar uma forma de apresentar um projeto de lei para que isso não acontecesse mais. O Cegem não dá licença para exploração da biodiversidade. A única empresa que conseguiu ter acesso foi essa do Prof. (?) de Carvalho. A empresa ficou dois anos na fila, dispensou gente, fechou central de extração no Pará, com técnico, gente formada no Pará, da melhor qualidade, internacional.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Com a palavra V. Exª.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Por conta das nossas demandas – fui resolver um outro problema que diz respeito ao Pará, pois temos de resolver tantas coisas –, eu não escutei tudo. Em algum período, em alguns minutos, tive de atender a um telefonema do meu Estado, para resolver um problema que diz respeito ao Ibama e ao Incra, no Estado do Pará.

O SR. JORGE RAIMUNDO FILHO – Eu mando por escrito para a senhora.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Exatamente. Solicito que o senhor nos mande, para que possamos exatamente avaliar o que...

O SR. JORGE RAIMUNDO FILHO – Exato. O que pode ser feito.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu não tenho dúvida...

O SR. JORGE RAIMUNDO FILHO – Sei que a senhora vai ajudar.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – ... de todo o potencial que tem a Amazônia, em especial o Estado do Pará, que concentra tantas riquezas. É a maior província mineral que existe no Brasil, com o maior potencial hidrelétrico que existe também no País. Então, temos um potencial muito grande, sem falar da biodiversidade. Eu até digo o seguinte: ela queima, às vezes, como queimou a Biblioteca de Alexandria, sem que tenhamos o total conhecimento sobre ela.

O SR. JORGE RAIMUNDO FILHO – Então, tenho impressão de que, com a sua eloqüência e com a sua capacidade, a senhora vai ajudar a resolver esses problemas nossos lá.

Agora eu precisaria, então, de mais um segundo para fazer uma provocação, 30 segundos para a provocação que é a seguinte: ouvimos o primeiro orador falando das dificuldades do INPI e o segundo, o terceiro e o quarto fazendo a mesma coisa. Todos que me antecederam falaram das dificuldades como o INPI funciona. E eu estava saindo daqui antes de o Presidente do INPI falar com a impressão de que todos tinham problema e que ia ser resolvido, mas o Presidente do INPI chegou aqui e me preocupou mais, se eu entendi correto.

Dr. Jorge Ávila, se eu entendi correto o que o senhor disse, eu vou sair daqui muito preocupado. Se o senhor disse que a Lei de Propriedade Intelectual foi imposta, se o senhor disse que isso foi uma lei imposta para troca de sapato e banana e tenha entendido corretamente, eu queria dizer par o senhor que o senhor está enganado. A Lei veio à Câmara. Um Relator chamado Ney Lopes trabalhou dois anos no projeto. Um Senador chamado Fernando Bezerra relatou essa lei aqui dentro. Foi discutida na sociedade. Foi discutida na ABPI. Foi discutida em todo o cenário nacional. Foi aprovada por esta Casa, com 500 Deputados. Não pode ser feita uma lei para trocar banana por sapato. Nº 1. Nº 2: o Brasil participou das negociações em Marrakesh, para criação da OMC. O Brasil não se furtou à participação na OMC. Na reunião de Marrakesh, foi criado um subitem que chamava Trips, do qual o Brasil é signatário. Então, nada disso foi feito para trocar banana por sapato. Nada disso! Eu não acredito que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados brasileiros seriam capazes de fazer uma lei de propriedade intelectual para trocar, como moeda de troca. Pode ser que eu esteja totalmente errado, que o senhor tenha falado outra coisa. Mas, se entendi certo, eu vou sair muito preocupado daqui, porque o Presidente do órgão, além de não ter a infra-estrutura necessária, não acredita que a Lei de Propriedade Intelectual é uma lei que possa ajudar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Sr. Nélson Brasil, solicitaria a V. Sª que, com sua intervenção, o senhor já fizesse suas considerações finais.

O SR. NÉLSON BRASIL – Exatamente. Eu vou apenas fazer um acréscimo ao que disse aqui o meu amigo Jorge. Raimundo, eu tenho uma cancha – desculpe-me pela falta de modéstia – bem acima dele. Eu estou há 15 anos tratando de propriedade intelectual no Congresso Nacional. A história é um pouco diferente. A interpretação que ele deu às palavras do Jorge também foi um pouco equivocada. Em realidade, o projeto aprovado, relatado pelo Deputado Ney Lopes, na Câmara dos Deputados, era excelente, excelente! Contou com o apoio unânime. Todos os Partidos, numa memorável noite, por unanimidade, aprovaram o projeto relatado pelo Deputado Ney Lopes. Quando ele foi para o Senado, entrou uma negociação internacional envolvendo o Presidente Fernando Henrique Cardoso, e, por meio de seus Ministros Israel Vargas e Luís Filipe Lampreia que compareceram ao Senado para relatar as fortes pressões que o Governo dos Estados Unidos estava fazendo contra a lei aprovada na Câmara, exigindo maiores concessões. A lei da Câmara já atendia à Trips, mas queria mais. Mas queria mais. E, nesta Casa, o Senador Ney Suassuna melhorou ainda mais o projeto relatado pelo Deputado Ney Lopes, mas, infelizmente, S. Exª era da Comissão de Assuntos Jurídicos e, na CAE, da qual fazia parte o Relator de mérito, o projeto do Senador Fernando Bezerra absorveu todas aquelas posições, exigências do Governo dos Estados Unidos, expressas claramente pelos Ministros, ao que eu me referi em audiências públicas aqui. Eu não diria que isso é vergonhoso, mas é algo de negociação internacional. O Presidente Fernando Henrique Cardoso se julgou – podemos criticar ou não – frágil em face daquelas pressões. Então, realmente o projeto aprovado pelo Senado foi uma concessão em termos daquele que era melhor para o Brasil, aprovado pela Câmara. Mas foi uma concessão em negociações internacionais que o Jorge traduziu em trocar um Projeto de Lei de Patentes por bananas. Foi uma imagem um pouco simplista.

O SR. JORGE DE PAULA COSTA – Não. Não é simplista. Ele é Presidente do órgão. O senhor me desculpe. Ele é Presidente do órgão, e eu, como brasileiro, fico assustado também com o que o senhor está dizendo. Como é que os nossos Ministros vão aceitar uma imposição dessas?! Qual é o artigo de lei...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Dr. Jorge, desculpe-me, mas, no Governo Fernando Henrique Cardoso, isso aconteceu e todo o mundo sabe disso. Eu não era Senadora, mas não vamos aqui es-

conder a realidade. Isso é verdade. Perdoe-me, mas isso é verdade. Eu não era Senadora. Eu era Vice-Prefeita do Município de Belém. Tinha sido Deputada Federal por dois anos: em 1995 e 1996, nos primeiros dois anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Creio que há coisas positivas no Governo Fernando Henrique Cardoso. Mas, assim como creio que há limitações no Governo Lula, penso, sim, que Governo Fernando Henrique Cardoso, em termos de política externa, foi, sim, um Governo ficou extremamente distante da política externa atual do Brasil, que coloca o Brasil numa posição de ponta, de enfrentamento, de não se deixar submeter-se a todas as vontades, inclusive daquela que é a nação mais poderosa do mundo.

Então, o senhor me desculpe. Eu não estava aqui, mas vi inclusive o Dr. Otto, que é da USP, concordando com essa interpretação. Quer dizer, houve pressão, sim. No momento o Governo não estava com força suficiente e teve que ceder às pressões. Não podemos agora crucificar. Não vou fazê-lo, estaria sendo injusta. Fiz oposição, mas não o faria de forma irresponsável e leviana, sem ter todos os conhecimentos. Entretanto, isso é perfeitamente possível, sim, de ter acontecido porque nós sabemos que as pressões aconteciam e que a política econômica no País naquele momento era extremamente vulnerável a qualquer coisa que acontecesse na política econômica no exterior. Todo o Brasil sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Senadora, vamos concluir.

O SR. JORGE DE PAULA COSTA – Desculpe.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Desculpe, este diálogo assim...

O SR. JORGE DE PAULA COSTA – Sinto profundamente nós termos discordância, porque eu conheço a lei, artigo por artigo, e o Dr. Jorge D'Ávila talvez militasse na área de propriedade intelectual há tanto tempo quanto eu. Eu milito desde 1966. Formei-me em 1966, na Faculdade Nacional de Direito. Eu não tenho a cancha do Dr. Nélson Brasil, mas conheço a lei e não conheço um artigo na lei, mas eu não conheço um artigo na lei que tenha sido imposto pelos Estados Unidos ou por alguém. Nenhum artigo! Nós temos o art. 68, que diz que tem de haver obrigatoriedade de produção local. Nós temos todos os artigos da lei que são perfeitamente em defesa do interesse nacional, de maneira que eu talvez, nos meus estudos de propriedade intelectual, esteja totalmente equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Dr. Jorge, tudo bem.

O SR. NELSON BRASIL – Pipeline é triple plus.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Eu gostaria que tivéssemos um certo ordenamento aqui no debate, para que todos pudessem ter a oportunidade de manifestar-se. Então, sem autorização da Mesa, eu pediria aos Srs. Palestrantes que se abstivessem de travar debate paralelo. É importante que todos possam participar.

Concedo a palavra à Drª Tatiane, para que possa tecer suas observações e considerações finais. Em seguida, fará uso da palavra o Dr. Jorge Paulo.

A SRª TATIANE DEANE DE ABREU – Serei brevíssima. Realmente, como foi comentado, esse evento deveria estar sendo transmitido pela TV Senado, porque, na realidade, é muito mais eloqüente, informativo de questões pretéritas, que têm muito a ver com o que está acontecendo agora do que muito do que se vê...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Só uma informação. Vai ser transmitido, não? Não será ao vivo. Mas será transmitido posteriormente, com certeza.

A SRª TATIANE DEANE DE ABREU – Ótimo. Uma questão que considero extremamente importante nesta discussão foi a resiliência das instituições governamentais brasileiras, a despeito de todo o quadro negativo. Nós vemos números de performance numa instituição que está visivelmente com passivo crescente em relação a pessoal, e as pessoas que estão aí não estão por isso perdendo em termos de capacidade.

Outra questão que pouco se olha é a contribuição, como foi comentado, de uma pessoa contratada, em termos de retorno. Por exemplo, já contabilizamos trinta e poucas tecnologias feitas no ano passado pela Embrapa e verificamos que, a cada real investido, tivemos um retorno de R$13,00, e isso em certo conjunto. E, com isso, precisamos de uma análise muito mais estratégica das questões temáticas, por exemplo, sobre a propriedade intelectual e a propriedade industrial, do que com o setor como um todo, em relação às contribuições nas decisões mais estratégicas. Há vários comentários sobre um passivo não estratégico. Se não olharmos de uma forma mais organizada... Concordo que a estratégia maior é agir imediatamente no INPI, no sentido de garantir que essa cascata crescente não vá... Também tem de ser acompanhada com um olhar mais amplo, nos vários setores, nos vários segmentos, desde as instituições governamentais e não governamentais associadas a esse processo. Na hora da decisão, há de se ter esse olhar mais estratégico, identificando os diferentes, para evitar justamente o que vimos como um passivo que está repercutindo de forma crescente neste momento.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PC do B – TO) – Tem a palavra Dr. Jorge de Paula, para suas considerações finais.

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – Vou apenas responder ao que foi dito pelo meu xará.

Primeiro, o que falei tem a ver com a percepção que se tem, e não necessariamente com os fatos. Agora, creio que o Nelson Brasil* tenha explicado os fatos que justificam a percepção. Diria um pouquinho mais, diria que, numa democracia, é absolutamente legítimo que os grupos se organizem e pressionem. Então não é nada feio que a indústria farmacêutica, da qual o Dr. Jorge Raimundo, por exemplo, é hoje representante, tenha pressionado, em 1994, 1995, e continue pressionando, para obter, na lei, certos pontos e certas vantagens, como o *pipeline*, mencionado pelo Nelson Brasil, que beneficia especificamente aquele grupo. Se o País vai ou não acatar a conveniência política da hora, a conveniência da negociação vai determinar. Agora que, no concreto, se gerou na lei um conjunto de pontos que parecem interessar mais a outros públicos que à sociedade brasileira, é fato, talvez em troca de vantagens que justifiquem isso plenamente. É bom lembrar que o Brasil se encontrava na *Watch List* do Departamento de Comércio, justamente por causa da Lei de Patentes e, em particular, por não conceder patentes a fármacos. Está certo? Enquanto China e Índia tiveram 10 anos para adaptarem suas legislações na área farmacêutica, o Brasil teve, em 1996, de começar a conceder como se fosse um País desenvolvido. Então certas concessões foram feitas. O *pipeline* é outra. Não há explicações.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PC do B – TO) – Para concluir, Dr. Jorge.

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – Pois não! Uma patente é a troca de um privilégio monopolístico por algo novo; no *pipeline* não havia nada novo, ou seja, aquilo ali já eram produtos publicados em domínio público, no Brasil, antes de se conceder um privilégio patenteado. Então são concessões que se podem justificar negociando, mas são concessões. E aquilo para que quis chamar atenção foi que a percepção de que a propriedade industrial é essencialmente uma concessão para se obter outras vantagens, como acesso a mercados etc, e é isso que corrói a confiança dos brasileiros no Sistema de Propriedade Industrial e estimula a falta de atenção e a falta de atendimento no Instituto de Propriedade Industrial. Esse é o ponto. Temos de transformar o INPI num instrumento de desenvolvimento e fazer com que isso seja assim percebido pela sociedade brasileira. Então não acho nada ilegítimo defender os interesses dos fabricantes de sapato e de *commodities* em geral e eventualmente que se façam concessões em diferentes campos para que isso seja possível. Mas há que se reconhecer que esse tipo de coisa existe, e não ocultar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Com a palavra, o Dr. Antonio Carlos Siqueira da Silva, para suas considerações finais.

O SR. ANTONIO CARLOS SIQUEIRA DA SILVA – Gostaria de agradecer a oportunidade. E novamente volto àquela questão, até por uma vivência. Já trabalhei com advogados de empresas farmacêuticas, hoje, sou diretor jurídico de uma empresa brasileira de cosméticos. Essa questão, se for tratada ideologicamente, nós não vamos evoluir e não vamos resolver o problema do INPI.

Eu gostaria apenas de fazer uma reflexão sobre o que a Senadora falou. Acho que temos sim, soluções muito interessantes para a Região Norte, temos oportunidades de fazer trabalhos com as comunidades, trabalhos de desenvolvimento sustentável. Essa questão do projeto de lei, que está sendo encaminhado para o Ministério do Meio Ambiente, sobre a nova legislação de acesso à biodiversidade, é importantíssimo. Vamos poder evoluir muito, se transformarmos a atual Medida Provisória em algo que seja mais adequado à nossa realidade, que não prejudique as pesquisas de nossos pesquisadores, e que possa, realmente, resultar no desenvolvimento da indústria brasileira. Isso é muito importante. Acho que o projeto que a Senadora tem, eu gostaria até de vê-lo, tenho muito interesse em conhecer os detalhes desse projeto. e

Enfim, eu acho que nós temos que encaminhar para a frente. Se nós vamos voltar à discussão da Lei de Propriedade Intelectual de 96/97, nós não vamos evoluir.

É só isso que eu gostaria de dizer e agradecer a atenção e a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Obrigado a V. Sª.

Com a palavra o Dr. Otto Licks para as suas considerações finais.

O SR. OTTO B. LICKS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – (Fora do microfone.)....eu me enganei, eu solicitei a palavra só para pedir desculpas, mas, na verdade, eu estava me referindo ao Dr. Sérgio Ferreira. Por favor, me perdoe.

O SR. OTTO B. LICKS – Eu tenho que registrar que é uma honra a Senhora ter me confundido com o Dr. Sérgio.

Muito diferente do Dr. Nelson Brasil que colocou que tem mais de 15 anos atuando na formação de política de propriedade intelectual, talvez, aqui na Mesa,

hoje, eu seja exatamente o extremo, com exceção da Drª Tatiana, é claro. Mas eu queria lembrar que enquanto os 600 mil pedidos de marca, basicamente de brasileiros, na sua maioria de indústrias média e pequena, que é a Natura, embora tenha um portfólio de pedidos enormes, não tem mais marcas porque ninguém lhas concede, mas estão os pedidos lá dentro. A Natura não é a maioria. A maioria é pequena e média. Então, enquanto 600 mil pedidos de marcas, na sua maioria de brasileiros, na sua maioria de pequenas e médias empresas, aguardam no INPI, o tempo da audiência pública no Senado Federal é utilizado para falar de 1.300 pedidos de pipeline, dos quais, 200 mais ou menos, cobrem produtos no mercado. Além disso, embora eu não concorde com as estimativas que o Dr. Jorge Ávila colocou, porque faço uma diferença entre exame de pedido de patente e decisão de pedido de patente, quando o titular de pedido de patente desiste do INPI 8 anos depois, e o INPI apenas publica desistência, isso eu não conto como exame. Eu só conto como exame quando diz: ou é bom ou é ruim. Enquanto volumes que interessam ao país param dentro do INPI, assuntos que talvez sejam muito interessantes do ponto de vista histórico, os pipelines cobrem produtos, sua geração tecnológica está expirando entre novos produtos vindos aí, produtos mais modernos dos os cobertos por pipeline, produtos cobertos em todos os países do mundo, inclusive nos países da Ásia que exportam matéria-prima para o Brasil, nós não conseguimos trazer para as questões importantes para os usuários da ABPI, importantes para o país, a diferença entre um sistema viável e as discussões do passado, tremendamente emocionais, que assisti na época como estudante, na época da tramitação da lei. Agora, eu me filio também ao que diz o Dr. Jorge Raimundo, porque como militante da área, eu me interesso, especifica e exclusivamente, por propriedade industrial. Eu milito nessa área e vou continuar nela. Quando uma lei que precisa ser cumprida, um órgão com centenas de milhares de pedidos de marcas, patentes, desenhos industriais, modelos de utilidade aguardam execução, voltar e discutir se a lei que tem que ser executada, merece ser executada ou não, vou fazer um paralelo. Imaginem o Ministro da Justiça indo à TV para dizer que o que vale é Lei do 38 e a do Gerson e não o Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PSDB – SC) – Para concluir, Dr. Otto.

O SR. OTTO B. LICKS – Deixo essa frase como a minha conclusão, Senador, e agradeço muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PSDB – SC) – Com a palavra, o Sr. Sérgio Henrique, para suas considerações finais, por gentileza.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FERREIRA – Agradeço a oportunidade de estar presente nesta discussão, porque sempre é um aprendizado para o outro lado de quem faz pesquisa, mas quero terminar, chamando a atenção a um oba-oba muito geral no Brasil que é com relação à biodiversidade.

A biodiversidade de encontrar protótipos e novos agentes farmacológicos pode ser perfeitamente entregar o ouro ao bandido, porque não reside o problema em fazer um novo fármaco e simplesmente encontrar o protótipo. Ele está relacionado à química, à purificação e está relacionado também, no caso da patente, em ser aceito, por exemplo, o extrato, com o patentável, quando tem o *fingerprint* correto, coisas que ainda não sabemos como fazer e não estão bem estabelecidas.

A idéia antiga e patrocinada pelos grandes países é da molécula isolada, que freqüentemente não temos a capacidade de fazer. É algo a ser discutido. Outro ponto: é muito difícil chegarmos a um produto, pois, quando temos a molécula, ainda temos que fazer a química, passar do miligrama ou quilograma e depois a tonelada, a toxicidade animal que não temos capacidade de fazer no Brasil e a toxicidade clínica que temos um pouco de capacidade de fazer no Brasil.

O oba-oba da biodiversidade tem que ser pensado, ainda repensado em relação a um projeto estratégico de desenvolvimento de medicamentos. Não é fácil fazer medicamentos. Todos caem do cavalo na hora em que começa a fazer grandes projetos, assim como caiu o nosso colega no Rio de Janeiro, os institutos que abrem e fecham, porque a coisa não é pura e simplesmente fazer um passo, há várias dezenas de passos.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PcdoB – TO) – Dr. Jorge, um minuto para suas considerações finais.

O SR. JORGE DE PAULA COSTA ÁVILA – Gostaria de registrar que concordo inteiramente que ficar discutindo o passado não é o caminho. Creio que solução é, de fato, melhorar o instituto, é o caminho para onde temos que seguir. Só tomaria como minhas as palavras da Senadora, pois acho que é fundamental que se discuta para aperfeiçoar a lei.

Lembro quando o Otto Licks estava num encontro organizado pelo Ministério da Saúde com o apoio do governo francês e, naquela ocasião, ele representava a Interfarma também, nesse debate levantou-se novamente a necessidade de aperfeiçoar o sistema de patentes farmacêuticas.

Gostaria de sugerir que a Casa fizesse uma discussão específica sobre o ponto das patentes farmacêuticas, pois penso que esse é um ponto que contribui muito para a visão social negativa que a opinião pública tem do sistema faculdade intelectual, porque esse assunto tem revertido pouco socialmente, introduz custos altíssimos para a sociedade brasileira e o sistema de patentes não foi feito para introduzir custos. Introduzir custos e gerar lucro para um grupo é uma conseqüência do propósito maior, que é gerar desenvolvimento.

Portanto, alinhar o instituto com a política industrial tecnológica de comércio exterior e em prol do desenvolvimento é que temos buscado fazer. Para isso é um instituto forte, o que a política industrial diz sobre o instituto é faze-lo forte e, por isso, não temos tido contingenciamento de recursos, e, por isso, temos a possibilidade de redigir um projeto de lei e crescer o instituto e fazer com que ele possa examinar aquilo que lhe é apresentado, porque, quando ele não examina, ele trabalha para quem depositou e não tem mérito. Acho que esse é o ponto central.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Senador Quintanilha, só um momento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PSDB – SC) – Com a palavra, V. Exª.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Acho que tem uma razão de ser deste Congresso Nacional, que é fazer leis, aperfeiçoar leis, alterar leis e fiscalizar também a aplicação dos recursos públicos, que são de toda a sociedade. É para isso que serve o Congresso Nacional. O Senado Federal é a Casa da Federação, cada Senador aqui representa o seu Estado.

Agora, quero dizer também – aí é minha visão – que nenhum país tem futuro se não fizer análise inclusive do seu passado. Só vamos conseguir melhorar e aperfeiçoar se fizermos uma análise correta, científica inclusive, do nosso passado. Não existe futuro em país que despreza sua história e despreza seu passado, principalmente quando esse passado é tão recente.

Lamento discordar do senhor. Não acho que discutir o passado seja algo equivocado, seja algo inútil. Ao contrário, se fosse assim, as pessoas mais experientes não teriam tanto a nos dar. Essa é a verdade, pessoas mais experientes, que têm cabelos brancos, têm com certeza muito a nos dar no País, mesmo com posições diferentes, porque acho que democracia é isso, esse respeito a posições diferentes. Acho que estamos aqui é para aperfeiçoar, inclusive as leis.

Meu projeto é simplíssimo, ele é só um pequeno aperfeiçoamento de uma pequena legislação. Não diz respeito a todo o desenvolvimento da Amazônia, é só uma posição do desenvolvimento, é só uma pequena unha, mas se cada um fizer uma parte pequena, com certeza vamos mudar o paradigma de desenvolvimento no nosso País e principalmente na nossa Região.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Com a certeza de que esta audiência pública, apesar da restrição do tempo, acabou trazendo alguma contribuição à discussão de tema tão interessante, quero agradecer as presenças dos ilustres palestrantes, Dr. Jorge de Paula Costa Ávila, Vice-Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), da Drª Tatiane Deane de Abreu Sá, Diretora Executiva da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Dr. Antonio Carlos Siqueira da Silva, Diretor Jurídico da Natura, do Dr. Aloísio Borém, Presidente da Câmara de Biotecnologia da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, do Dr. Otto Licks, representante da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, do Dr. Nelson Brasil, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, do Dr. Jorge Raimundo Filho, Presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas, e do Dr. Sérgio Henrique Ferreira, Professor da Faculdade de Medicina da USP, e aos Srs. Senadores que contribuíram com esse debate.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 44 minutos.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 10:00 HORAS.

Às doze horas e quatro minutos do dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e cinco, na Sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **CÉSAR BORGES, GILBERTO GOELL-**

NER, TEOTÔNIO VILELA FILHO, FLEXA RIBEIRO, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, NEY SUASSUNA E ROMERO JUCÁ. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão ao Orçamento de 2006. O Presidente passa a palavra ao Relator, Senador **NEY SUASSUNA,** que relaciona as emendas a serem aprovadas. Usam da palavra, para discussão, os Senadores **JOÃO RIBEIRO, AELTON FREITAS, NEY SUASSUNA, FLEXA RIBEIRO E SIBÁ MACHADO.** Após a discussão, foram aprovadas pela Comissão as seguintes emendas ao Orçamento de 2006: **EMENDA Nº 01-CMA**: Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – Aquisição de Aeronave para a PF, no valor de R$ 100.000.000,00, de autoria dos Senadores **LEOMAR QUINTANILHA** e **JOÃO RIBEIRO; EMENDA Nº 02-CMA**: Agência Nacional de Águas – ANA – Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas, no valor de R$ 300.000.000,00, de autoria do Senador **TEOTÔNIO VILELA FILHO; EMENDA Nº 03-CMA**: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP – Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis, no valor de R$ 180.000.000,00, de autoria dos Senadores **NEY SUASSUNA e LEOMAR QUINTANILHA**; **EMENDA Nº 04-CMA**: Tribunal de Contas da União – Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais, no valor de R$ 228.986.701,00, com a respectiva **EMENDA DE TEXTO Nº 01**, que altera o inciso III, alínea 1, Item 1.3 do Anexo V do projeto de LOA para 2006, de autoria dos Senadores **ROMERO JUCÁ, NEY SUASSUNA E LEOMAR QUINTANILHA; EMENDA Nº 05-CMA**: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico, no valor de R$ 65.000.000,00, de autoria dos Senadores **AELTON FREITAS, FLEXA RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER e SIBÁ MACHADO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão.

Notas Taquigráficas da reunião de 23.11.05

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª reunião extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência passa a dar conhecimento aos membros desta Comissão sobre os seguintes avisos oriundos do TCU: 771, 1.443, 1.903, 1.970, 2.032, 2.093, 2.095, 2.097, 2.152, 2.175 e Ofício nº 132, todos de 2005. Tais documentos se encontram na Secretaria da Comissão, à disposição dos Srs. Senadores.

A pauta da reunião de hoje é a discussão e a votação de emendas ao Orçamento de 2006. Temos com relator o Senador Ney Suassuna. A Emenda nº 30 foi enviada pela Senadora Fátima Cleide dentro do prazo, apesar de ter chegado pelos meios eletrônicos.

O TCU também solicita que o texto da Emenda Complementar nº 18 fosse alterado para o anexo por causa de erro de redação.

Com a palavra, o eminente Senador Ney Suassuna, relator da matéria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, coube a mim o trabalho de apresentar aqui um relato sobre todas as emendas recebidas – o nobre Presidente fez essa delegação – e eu sugeri aos nobres Senadores que fosse aprovada a Emenda nº 1, dos Senadores Leomar Quintanilha e João Ribeiro, que tenta uma emenda para compra de aeronave, junto à Embraer, para a Polícia Federal. O valor colocado foi de 50 milhões, mas pediríamos que passasse para 100 milhões. Por quê? Porque sempre há cortes no Orçamento, e é melhor a gente colocar para que, mesmo com corte, fique em consonância com a necessidade dessa aeronave, que é de importância excepcional para a Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em discussão a Emenda nº 1. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a Emenda nº 1.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Peço a palavra para fazer um comentário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Com a palavra, o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Apresentei uma emenda também destinada à Polícia Federal – aliás,

todo ano a gente faz isso. Queria também dizer ao Senador Leomar Quintanilha que quero ficar como autor – ou pelo menos como co-autor – dessa emenda porque, já que a minha emenda não foi acatada, que ela seja incluída nessa mesma emenda...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Não, nobre Senador. Ela está acatada, só que estamos sugerindo que aumente o valor de 50 para 100 milhões.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Ah, está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – E V. Exª figura como subscritor da Emenda.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu também estou como subscritor.

A Emenda nº 2, Sr. Presidente, seria a Emenda de número...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Só um minuto; deixe só concluir a votação. Já foi concluída a votação?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Concluiu já.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Aprovada a Emenda nº 1.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – A Emenda nº 2, Sr. Presidente, seria a Emenda de nº 28. Trata-se de uma emenda de Teotônio Vilela e outros Srs. Senadores que seria para a Agência Nacional de Águas e cuidaria do fomento a projetos de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, no valor de R$300 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Outra emenda, Sr. Presidente, é a de nº 11, da Agência Nacional de Petróleo – fiscalização da distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis. Esta também é assinada por mim e por outros companheiros, no valor de R$180 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Outra, Sr. Presidente, é a de nº 18, que é para o TCU – fiscalização da aplicação dos recursos públicos federais para o TCU, no valor de R$228.986.701,00.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, quantas emendas já temos aprovadas?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Quatro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Ainda sobra a minha, não é?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sua, do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Gilberto. É dos três. É a Emenda nº 16 – comissão interministerial para os recursos do mar para a pesquisa e o monitoramento oceanográfico.

É de suma importância porque está lá cuidando da Antártica e sabendo o tempo que vai ter em seguida aqui, no País, porque é importante para a agricultura, para a aviação e para tudo mais. É dos Senadores Flexa Ribeiro, Aelton Freitas e Gilberto Goellner.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – E, espiritualmente, a minha também.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – E a sua também. É só V. Exª subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Acho que V. Exª deve subscrever. Seria a última para não ficar só "espiritualmente".

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Essa seria a última emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Então, Sr. Presidente, dessa forma, foram aprovadas as cinco emendas.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h10min.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 09:30 HORAS.

Às dez horas e cinqüenta minutos do dia vinte e nove de novembro do ano de dois mil e cinco, na Sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES, GILBERTO GOELLNER, TEOTÔNIO VILELA FILHO, FLEXA RIBEIRO, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO, ALVARO DIAS, NEY SUASSUNA, MOZARILDO CAVALCANTI, FATIMA CLÉIDE, IDELI SALVATTI E OSMAR DIAS.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de sabatina. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 260, DE 2005. – NÃO TERMINATIVO,** que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Machado, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA, cujo mandato expira no próximo dia 19 de dezembro". **Autoria:** Presidência da República. **Relator:** Senador **TEOTÔNIO VILELA FILHO**. **Parecer:** Em condições de ser apreciado na Comissão. **Resultado: APROVADO com 16 (dezesseis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.** Total: dezesseis votos. **ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 261, DE 2005. – NÃO TERMINATIVO**, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA, cujo mandato expira no próximo dia 19 de dezembro". **Autoria:** Presidência da República. **Relator: SENADOR CÉSAR BORGES**. **Parecer:** Em condições de ser apreciado na Comissão. **Resultado: APROVADO com 15 (quinze) votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção**. Total: dezesseis votos. Usam da palavra, os Senhores Senadores **CÉSAR BORGES, TEOTÔNIO VILELA FILHO, NEY SUASSUNA e ALOIZIO MERCADANTE.** Extra-Pauta, a Comissão delibera: **ITEM 1) REQUERIMENTO Nº 32, DE 2005-CMA,** que "requer, nos termos regimentais, que seja solicitada ao TCU a remessa da cópia integral do processo 020.111.2005-8, inclusive relatório de auditoria e anexos, referente à PFS 01/2004". **Autoria:** Senadora **ANA JÚLIA CAREPA. Resultado: Aprovado. ITEM 2) REQUERIMENTO Nº 33, DE 2005-CMA,** que "requer, nos termos do Art. 113-RISF, reunião conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, e a Comissão de Assuntos Sociais, para debater e deliberar o PLS 216, DE 2003". **Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP. Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, Airton Dantas de Sousa, Secretário-Adjunto da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão.

Notas Taquigráficas da reunião de 29.11.05

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª reunião extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Sobre a mesa, ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a dispensa da leitura da ata queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esta reunião destina-se à apreciação da Mensagem do Senado Federal nº 260, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Machado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, cujo mandato expira no próximo dia 19 de dezembro; além da Mensagem do Senado Federal nº 261, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, cujo mandato expira no próximo dia 19 de dezembro.

Convido os Srs. Diretores José Machado e Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior a tomar assento à mesa.

A Mensagem indicativa do Sr. José Machado tem nesta Comissão como Relator o eminente Senador Teotonio Vilela Filho, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, Dr. José Machado, Dr. Braga, Sr[as] e Srs. Senadores, esta Casa é testemunha das críticas que tenho feito com assiduidade até, da tribuna do Senado, ao aparelhamento de Estado feito pelo PT, nos mais diversos órgãos da União. Aparelhamento feito de forma sistemática, às vezes atabalhoada, indiscriminadamente e, muitas vezes, há quadros despreparados, que têm causado prejuízos à União.

Por isso, fico muito à vontade de, como Senador da Oposição, relatar aqui a recondução do Dr. José Machado para a ANA. Inclusive, pedi para relatar esta matéria. Conheço o Dr. José Machado há mais de uma década, desde a época em que ele era Parlamentar, Deputado Federal. Fomos parceiros de lutas ferrenhas em defesa das energias renováveis e limpas, para inserir na matriz energética brasileira uma componente independente de uma energia condizente com a potencialidade do nosso País e com suas necessidades. De perto, testemunhei a competência, a seriedade, a dedicação, o espírito público de José Machado. Portanto, é com muita alegria que faço hoje aqui este relatório.

Tenho sido um crítico de como o Governo tem maltratado as agências reguladoras. Portanto, quero aqui também dizer ao José Machado e ao Braga que não esmoreçam. É muito importante essa cobrança permanente, sistemática ao Governo Federal para que as agências, sobretudo a ANA, continuem a cumprir o seu papel. Na semana passada, fizemos a mesma crítica em relação à Aneel porque essas agências precisam de fôlego para cumprir o seu papel. No caso da ANA, o de ser a nossa grande guardiã das nossas águas, do uso, do manuseio e da qualidade das nossas águas.

Vamos, então, ao relatório formal, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 9º da Lei 9.984, de 17 de julho de 2000, o Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. José Machado para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas. O atual mandato do indicado expira em 19 de dezembro de 2005.

O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após argüição pública, aprovar por voto secreto, a escolha de titulares de cargo que a lei determinar. Entre esses, estão, de acordo com o art. 5º, da Lei 9.986, de 18 de julho de 2000, os membros das diretorias das agências reguladoras.

O Sr. José Machado tem experiência profissional e acadêmica rica e diversificada. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo e pós-graduado também em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas, é professor de Economia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas e na Universidade Metodista de Piracicaba.

Além da atuação acadêmica, foi Deputado Estadual em São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores em 1987 e 1988, quando presidiu a Comissão Permanente de Assuntos Municipais. Deputado Federal de 1995 a 1998 e de 1999 a 2000. Foi também líder do seu Partido, o PT, na Câmara dos Deputados em 1997 e Prefeito Municipal de Piracicaba por dois mandatos de 1989 a 1992 e 2001 a 2004.

Em dezembro de 2004, foi aprovado pelo Senado Federal para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas para completar o mandato do Sr. Gerson Kelman. Participou também como membro titular dos comitês estadual e federal das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, de 2001 a 2004. Presidiu o Conselho Deliberativo do Consórcio Intermunicipal dos Vales do Rio Tietê e Paraná de 2001 a 2002 e foi membro fundador e Presidente do Comércio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas Piracicaba e Capivari e da Agência de Cooperação de Municípios Brasileiros de 2002 a 2004.

Consta também, Sr. Presidente, em sua trajetória profissional, a autoria do projeto de lei que criou a área de proteção ambiental de Piracicaba e Juqueri-Mirim. Colaborou com o Deputado Aroldo Cedraz no projeto de lei que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Representou a Bancada federal do PT na tramitação, discussão e votação do projeto de lei que culminou na Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas.

Agraciado com várias condecorações, entre as quais se destaca o Certificado de Mérito Ambiental, conferido pelo Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, por ocasião dos 15 anos de fundação da entidade, em 2004.

O **curriculum vitae** do indicado, anexado à mensagem presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e sua experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual é novamente indicado. Entendemos, pois, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle já possui os elementos necessários para deliberar sobre

a indicação do Sr. José Machado para recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Agradecemos a exposição do eminente Senador Teotonio Vilela Filho.

Informamos ao Srs. Senadores que já está aberto o processo de votação.

Eu solicitaria ao eminente **SENADOR CÉSAR BORGES** que proferisse o relatório a respeito da indicação do Dr. Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior.

Com a palavra o **SENADOR CÉSAR BORGES**.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Srs. indicados, eu queria, inicialmente, saudar essas duas figuras que eu conheço, a primeira delas o Sr. José Machado, indicado agora para ser reconduzido ao cargo de diretor da ANA. Tive oportunidade de fazer uma viagem técnica com ele, lá pelos idos de 97, e já conhecia o seu interesse pela questão da regulação das águas e a legislação brasileira que trata desse assunto.

Desde aquele momento eu já verificava que José Machado – na época, Deputado José Machado – era um homem que tinha vocação para olhar com muito cuidado esses recursos que são de toda a Nação, que são os recursos hídricos.

Hoje vejo aqui o seu nome ser indicado novamente pelo Governo, juntamente com o de Benedito Braga, que é diretor hoje da agência. O seu mandato expira, mas ele está sendo reconduzido pelo Governo.

Então, é com muita satisfação que aqui quero fazer minhas as palavras do Senador Teotonio Vilela Filho, que colocou muito bem. Lamentavelmente, temos visto um aparelhamento do Estado, pelo Partido dos Trabalhadores, que, muitas vezes, não é baseado no mérito, na competência, e isso tem criado dificuldades em alguns setores do Governo. E aqui, quando há uma posição diferenciada, nós temos que reconhecer e aplaudir. Conheço o José Machado, sei da sua dedicação, da sua competência, petista que é, e ele pode ser, é democrático, é natural, mas eu acho que, antes de ser petista, ele é um técnico renomado, um administrador público competente, que está sendo reconduzido. E isso é que conta neste momento.

Com relação ao Benedito Braga, dentro de poucos minutos vou acabar de fazer o relato, ele é um técnico, que já presta serviços à ANA desde os seus primórdios. É um homem com um currículo invejável, um currículo que merece aplausos, construído com muita dedicação. Ele tem mestrado e doutorado nos Estados Unidos, é professor universitário; detentor de titulação de cadeiras em universidades brasileiras, mais especificamente na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, onde é professor titular, tem especialização em Hidráulica pela Escola de Engenharia de São Carlos, uma entidade que nós engenheiros sabemos se tratar de uma escola de excelência no Brasil no campo da engenharia, e agora está sendo reconduzido ao cargo.

Podemos dizer que é uma exceção, Senador Teotonio Vilela, isso que o PT faz, mas precisamos aplaudir essa exceção e esperar que a ANA possa vencer as dificuldades que tem uma agência brasileira hoje de conseguir recursos para a sua eficiência, para a excelência que desejamos.

Não podemos aceitar, de forma alguma, que as agências sejam relegadas a um segundo ou a um terceiro plano. Elas têm um papel fundamental dentro de uma visão moderna de como administrar as relações institucionais Governo e comunidade e, para isso, são necessários recursos. Então, as agências não podem ficar à mercê de parcos recursos, que não são suficientes para o seu trabalho hercúleo. Porque o trabalho da ANA é um trabalho que ainda está por fazer em um País com tanto recurso hídrico e com tantos problemas – vimos hoje a pauta nacional ser tomada pela discussão da transposição do São Francisco. Eu não vou entrar no mérito da questão, porque está aqui o prezado Senador Garibaldi e eu, o Senador Teotonio e o Senador Ney Suassuna vamos prensá-lo. (Risos.) Então, não é essa a temática do momento, mas vejam como é importante a regulação que a ANA tem de fazer com todos esses fatos que trazem inquietação em relação ao uso de um recurso tão escasso para o mundo inteiro e, em particular, para algumas regiões brasileiras, como é o caso do Nordeste, que é o recurso hídrico.

Portanto, quero, Sr. Presidente, fazer meu relato formal, como bem disse o Senador Teotonio Vilela, em relação à indicação do Sr. Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, para aqueles Senadores que não tiveram a oportunidade de conhecer o seu currículo como eu tive.

O relato é o seguinte, Sr. Presidente.

Em cumprimento ao art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 9º e 22 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, o Presidente da República submete a esta Casa o nome de Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior para recondução ao cargo de diretor da Agência Nacional de Águas.

A ANA, criada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, é uma autarquia federal, sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira vinculada

ao Ministério do Meio Ambiente, com finalidade de implementar em sua esfera de atribuições a política nacional de recursos hídricos.

A autarquia, com sede e foro no Distrito Federal, é dirigida por diretoria colegiada, composta por cinco membros, todos nomeados pelo Presidente da República com mandatos não coincidentes, admitida uma recondução consecutiva.

A ANA atua em obediência aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da política nacional de recursos hídricos e se desenvolve em estreita articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, cabendo-lhe atribuições para o desenvolvimento sustentável do País.

O Sr. Benedito Pinto Ferreira Braga é bacharel em Engenharia Civil, com especialização em Hidráulica, pela Escola de Engenharia de São Carlos, mestre em Engenharia Hidráulica, pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, mestre e doutor em Recursos Hídricos, pela Universidade de Stanford, na Califórnia, Estados Unidos. É professor titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, desde 1993, tendo criado a disciplina de Engenharia Ambiental, ao exercer a coordenação desse tema. Sua experiência profissional diversificada e profícua vai além da área acadêmica. Ao longo dos últimos 30 anos, realizou um grande número de trabalhos profissionais nas áreas de planejamento, de gestão de recursos hídricos no Brasil e no exterior. Foi consultor da Unesco em Paris na formulação do Programa Hidrológico Internacional com grande impacto na comunidade científica de recursos hídricos em todo o mundo.

Em dezembro de 2000, foi aprovado para o cargo de diretor da ANA com mandato de cinco anos, que expira em 19 de dezembro próximo. Nesse período, vem realizando um excelente trabalho de montagem da agência e implementação do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, previsto no inc. XIX do art. 21 da Constituição de 1988.

O reconhecimento desse trabalho veio na forma de prêmios que recebeu no exterior entre eles o Crystal Drop Award, da Associação Internacional de Recursos Hídricos, por relevantes contribuições ao avanço da gestão de recursos hídricos no mundo.

O indicado é autor de inúmeros livros, entre eles **Águas doces do Brasil** e **Introdução à engenharia ambiental**, e autor de artigos técnicos científicos em revistas técnicas nacionais e internacionais.

A ampla experiência profissional do Sr. Benedito Braga está comprovada em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado.

São esses os elementos e considerações que tínhamos a oferecer a esta Comissão para produzir a deliberação acerca da indicação do Sr. Benedito Braga à sua recondução ao cargo de diretor da Agência Nacional de Águas com mandato de quatro anos.

É esse o nosso relato, Sr. Presidente, esperando que seja aprovado pelos demais membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Com a palavra V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB - PB) – Sr. Presidente, eu estou muito feliz pelas indicações que chegam aqui à nossa Comissão. Dois currículos de peso. Um é ex-prefeito, ex-deputado, pós-graduado, professor universitário, o outro idem. Ainda ambos pós-graduados por boas universidades, o Sr. Benedito pela Universidade de Stanford. E fiquei impressionado principalmente por um item no currículo de um deles, o do nosso Benedito Braga, porque nunca tinha visto tanta consoante juntas em tantas associações como as que ele faz parte – ABRH, WRA. São muitas associações. Realmente são dois currículos de peso.

A área hídrica é complexa no mundo todo, cada dia mais complexa e, no Brasil, começa a ter mais importância do que nunca, principalmente para a minha região, uma região de muita carência hídrica.

Estou feliz com as indicações. Tive a honra de votar nos dois, embora o voto seja secreto, não vejo o menor problema de declarar o meu voto, porque são muito boas as indicações e já testadas.

Acho que esta Comissão hoje está de parabéns pelas pessoas que estão sendo sabatinadas, tanto é que não quero fazer pergunta nenhuma. Quero só dizer da felicidade de contarmos nessa área com pessoas tão gabaritadas.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – A Mesa agradece a V. Exª e passaria a palavra aos indicados para as suas exposições.

Primeiramente, passamos a palavra ao Dr. José Machado.

Tem V. Sª a palavra.

O SR. JOSÉ MACHADO – Sr. Senador Leomar Quintanilha, Presidente desta Comissão, Srªs Senadores, Srs. Senadores, quero agradecer a presença de Secretários de Estado, de ex-secretários de Estado aqui presentes, das representações da sociedade civil organizada, dos meus companheiros da ANA, da Agência Nacional de Águas, e cumprimentar o meu colega que também será sabatinado hoje o Dr. Benedito Braga.

Senhoras e senhores, sinto-me aqui hoje muito feliz e orgulhoso por poder me dirigir a esta Casa pela segunda vez, uma Casa que tem um papel extraordiná-

rio na vida deste País, para a minha trajetória, para a minha experiência pública. Essa sabatina se incorpora ao meu currículo, e isso me deixa muito feliz.

Eu havia preparado aqui um roteiro bastante circunstanciado, a propósito dessa sabatina. Porém, as intervenções do Senador Teotonio Vilela e do **SENADOR CÉSAR BORGES**, os dois Relatores, respectivamente meu e do Dr. Braga, eu entendi que poderia aqui fazer uma exposição ou uma fala situando exatamente as questões que eles colocaram nos seus pronunciamentos.

Eu tenho esforçado, Srs. Senadores, desde que assumi a Presidência da ANA, para ser um dirigente de uma instituição de Estado. Portanto, preocupado em construir um projeto permanente, que não seja projeto de um único Governo, mas uma instituição que possa permanecer, que possa cumprir um papel estratégico neste País, construindo uma política nacional de recursos hídricos, construindo um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, de tal modo que as atuais e as futuras gerações de brasileiros possam desfrutar dos resultados que o nosso trabalho dentro do seu âmbito possa construir.

Essa tem sido, **SENADOR CÉSAR BORGES**, uma marca da minha trajetória como homem público. Eu tenho sabido, graças à influência de muitas pessoas com quem convivi e de quem aprendi, exatamente a sabedoria de estar sempre trabalhando no campo suprapartidário. Recordo-me que, quando Prefeito pela primeira vez em Piracicaba, eu me coloquei em ação no sentido de fundar uma instituição que foi o consórcio intermunicipal das bacias dos rios Piracicaba e Capivari. Na ocasião, eu era o único Prefeito do Partido dos Trabalhadores e eu entendia que, para construir uma instituição permanente, que pudesse ter um fôlego de longo prazo, eu não podia levar para essa instituição uma visão particular, uma visão partidária. Eu tinha de levar uma posição de interesse regional. E vejam os senhores, que, na época, muito mais do que hoje, talvez, era muito difícil pertencer a um partido como o PT. Entretanto, os meus colegas Prefeitos, de vários partidos, me conduziram por unanimidade, a ser o primeiro presidente do consórcio. E eu fui presidente por dois mandatos consecutivos, exercitando, portanto, uma atividade construtiva, organizando uma instituição e ajudando a construir um programa regional, que hoje é referência nacional.

Quero fazer uma menção a isso porque ontem se reuniu o Conselho Nacional de Recursos Hídricos para deliberar a respeito da implementação de dois instrumentos de gestão importantes, que constam da Lei nº 9.433, a nossa lei das águas, que são a atribuição ao consórcio que eu ajudei a fundar como entidade delegatária, que vai cumprir um papel de agência de bacia, e a implementação da cobrança pelo uso da água, na bacia do rio Piracicaba, esgotando, portanto, todos os instrumentos de gestão previstos na Lei das Águas.

Lembremos-nos que apenas a bacia do Vale do Paraíba instituiu todos os instrumentos de gestão. E agora a bacia do rio Piracicaba também está concluindo esse longo processo que já dura mais de 15 anos.

E, ao mencionar esse tempo, o tempo de maturação, quero dizer que o sistema que estamos construindo no Brasil, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, é um processo de amadurecimento e de construção contínua, permanente, pacienciosa, que exige espírito público e distanciamento partidário. Por quê? Os senhores todos hão de recordar que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu – e não poderia ser diferente, pois somos um país federativo – a dupla dominialidade das águas: temos as águas de domínio da União e temos as águas de domínio dos Estados. As águas subterrâneas são de domínio dos Estados. Aliás, existe uma PEC tramitando nesta Casa, que é a PEC nº 43, que procura alterar essa situação, mas que enfrenta a contestação dos Estados, em razão de os Estados quererem – quero cumprimentar o Líder do Governo e agradecer pela sua presença – a manutenção da dominialidade das águas subterrâneas com os Estados.

Em razão dessa circunstância, a política das águas, a construção do Sistema Nacional de Gerenciamento, é um processo que exige, necessariamente, uma coisa que se chama diálogo; diálogo permanente, insistente e cotidiano, em que eu e meus colegas – é, sobretudo, uma missão minha, como diretor-presidente – temos de dialogar com os governadores e com os secretários de Estado, de viajar por este País e de visitar os comitês de bacia, para que possamos ir pactuando e ir estabelecendo as relações institucionais, que têm o caráter da diversidade. Os Estados têm os seus interesses, as suas autonomias, as suas visões diferenciadas. A União tem a sua autonomia, os seus interesses, a sua visão. Porém, precisamos concertar isso.

Então, eu queria situar a minha fala aqui hoje exatamente nesse ponto focal, para o qual tenho me dedicado muito nesse tempo inferior a doze meses, em que estou na Agência Nacional de Águas.

Para os Senadores do Nordeste em particular, eu queria dizer algo. E a presença aqui do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas, Ronaldo, não é por acaso; é porque ele é a testemunha viva do meu compromisso com o semi-árido nordestino. Eu tenho estado no semi-árido nordes-

tino sistematicamente. Hoje, à noite, embarcarei para Fortaleza, porque tenho compromisso com o DNOCS de lhe fazer uma visita técnica e institucional, para discutir com o DNOCS a nossa parceria. Precisamos construir a nossa parceria com o DNOCS. Mas eu tenho estado no Fórum de Secretários de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Nordeste, tenho estado em praticamente todos os Estados, visitando os governadores e procurando convencer os governadores e os secretários de Estado, para que a nossa parceria seja cada vez mais forte. Na medida em que os Estados se fortalecem e fortalecem as suas instituições e os seus órgãos gestores, aí, sim, acredito sinceramente que estamos implementando a política das águas no Brasil, exatamente porque essa é a condição que a Lei nº 9.433 nos impõe. Não trabalhamos na perspectiva do comando e controle para organizar a política das águas no Brasil. Trabalhamos exatamente na persuasão, na troca de experiências, nos acordos de cooperação e nos convênios. Eu poderia mencionar inúmeros convênios e acordos de cooperação que assinamos neste ano com os Estados.

É bem verdade que, em função da nossa capacidade técnica e institucional que é limitada e da tarefa gigantesca que é construir esse sistema, num País como o nosso, com a diversidade que temos, é claro que a ANA não está atacando todas as situações ao mesmo tempo. Nós estabelecemos prioridades, e nós estamos, na verdade, construindo a nossa política a partir da criticidade. O semi-árido é um foco importante da ANA, e nós estamos trabalhando intensamente no sentido de fortalecer as nossas relações com os Estados, porque os Estados são seguramente os nossos principais parceiros na construção da política nacional das águas, sem dúvida alguma. Ontem por exemplo, fizemos uma reunião da ANA com quatro Estados da Federação para discutirmos a implementação das políticas na bacia do rio Paranaíba, que é um dos formadores do Paraná, do rio Paraná, que é uma prioridade nacional.

Estamos muito presentes no Sudeste. Eu mencionei a bacia do Piracicaba, a bacia do Parnaíba, mas poderia mencionar a bacia do rio Doce. E estamos evidentemente trabalhando no sentido de irmos avançando para outras regiões do País, onde novos desafios se colocam, como por exemplo, o Centro-Oeste. Aqui está o Senador Leomar Quintanilha, com quem tenho dialogado... Aliás nós, a nossa diretoria tem dialogado com esta Comissão. Não só recebemos esta Comissão em nossa Casa na ANA, como estivemos aqui prestamos conta do nosso trabalho porque entendemos que esta Comissão é uma parceira estratégica da ANA, sob vários sentidos.

Então, Srs. Senadores, eu tenho em minha fala, e acho que o Dr. Braga complementará a minha exposição, aduzindo elementos técnicos que, na verdade, são a sua especialidade. Nós na ANA nos completamos, cada qual com a sua vocação, cada qual com a sua experiência de vida, com a sua experiência pública. Mas nós, Senadores, não deliberamos nesse nosso período de 11 meses de ANA, votando qualquer matéria. Nós decidimos tudo por consenso. Essa foi uma marca que eu quis imprimir à ANA e conclamei os meus colegas a aceitarmos esse desfio de esgotarmos as nossas divergências para que pudéssemos votar... para que pudéssemos, melhor dizendo, não necessitar de qualquer votação, para que a ANA fosse um corpo único, com a sua diversidade, mas trabalhando como uma agência de Estado, como uma agência reguladora, eficiente, moderna.

Fizemos agora, recentemente, um seminário de planejamento estratégico. Estamos elaborando, e em breve eu trarei com anuência do Senador Leomar Quintanilha a esta Comissão, se assim desejar, um debate talvez até informal, não necessariamente formal, para que possamos colocar aos Srs. Senadores quais as prioridades que temos escolhido para dirigir o meu trabalho.

Dirijo-me ao Líder do Governo, meu amigo e companheiro Aloizio Mercadante, e me associo às preocupações do **SENADOR CÉSAR BORGES** e do Senador Teotônio Vilela, no sentido de que as agências reguladoras sejam fortalecidas. São agências de Estado, são instituições permanentes. Eu sempre fui homem de Governo. Hoje estou em uma instituição de Estado. Não estou de maneira alguma constrangido e faço lá uma política de Estado, e os meus colegas são testemunhas disso.

Bem, eu poderia falar muita coisa, mas o meu tempo já deve ter-se esgotado há muito tempo e não quero me estender. Eu queria apenas dizer, dar aqui o meu testemunho favorável à recondução do meu colega Benedito Braga. Ele tem sido um colega leal, o seu currículo fala por si só. É uma pessoa que tem uma trajetória técnico-científica exemplar, e a sua permanência na ANA é fundamental porque dá esse substrato técnico, essa respeitabilidade técnica, e isso para uma instituição como a ANA é muito importante.

Portanto, eu peço também aqui, de maneira absolutamente aberta e clara, o apoio ao Dr. Braga. Sei que ele não precisa, efetivamente não precisa, mas acho que é uma questão de lealdade, de amizade, de companheirismo. São valores que sempre prezei, tanto que prezo as amizades de dois Senadores que não são do meu Partido, mas são meus amigos pessoais. Tive a honra de atuar politicamente, lado a lado, com

o Senador Teotonio Vilela em trincheiras importantes, como S. Exª já mencionou, na questão das energias renováveis e tive o privilégio de fazer uma viagem técnica com o ex-Vice-Governador da Bahia, na época, à Califórnia, para conhecermos a gestão das águas naquele estado. Foi um momento muito prazeroso em que estabelecemos muitas afinidades. Temos, evidentemente, divergências, mas seguramente temos muitas convergências.

Peço a V. Exªs que considerem meu desejo de permanecer na ANA. Creio que posso ser muito útil ao meu País, nesta etapa da minha vida pública, cumprindo mais esse mandato, se me derem essa honra.

Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT - SP) – Peço desculpas aos demais Senadores porque estou com problemas em outra Comissão.

Não poderia deixar de estar presente a esta Comissão. Não sou membro, não voto. Quero apenas expressar o meu depoimento sincero, parabenizando o Presidente pela escolha, pela indicação desses dois nomes.

O Professor Benedito Braga tem um vasto currículo, uma bela formação acadêmica em Stanford. É um pesquisador, um técnico no setor. Fez um excelente trabalho, por isso está sendo proposta a sua recondução.

O companheiro José Machado conheço muito antes da existência do PT. Fizemos mestrado na Unicamp. Ele é um pouco mais velho do que eu. É visível, absolutamente perceptível. Fizemos, em meados dos anos 70, um mestrado na Universidade de Campinas, em Economia. José Machado foi professor, durante muitos anos, na Unesp, na Universidade Metodista de Piracicaba. Foi chefe do Departamento de Economia, foi um dos grandes promotores daquele curso, que é um curso de excelência. Mais do que isso, sua vida toda foi dedicada à questão da água. É uma paixão piracicabana, em uma cidade que nasceu ao lado do rio e onde a deterioração da água significa a deterioração da qualidade de vida da cidade. Essa foi uma das razões de sua vida pública. Não só o consórcio, mas a criação do Plano Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, a criação da ANA. Na criação dos primeiros consórcios, Piracicaba foi protagonista. Dedicou sua vida inteira a essa preocupação, a essa paixão pelas águas. Por isso, creio que está no lugar certo. Exerce uma função de Estado que vem cumprindo com muita competência. Foi um Parlamentar que se destacou por sua capacidade de negociação, de diálogo, de construção, sobretudo na Comissão de Economia, onde foi uma das lideranças mais destacadas.

Por isso tudo, tenho certeza de que o Senado Federal os reconduzirá a essa função tão importante, que é a gestão dos recursos hídricos no Brasil.

Quero parabenizar os dois pelo desempenho e a Comissão que, tenho certeza, fora justiça e dará reconhecimento a esse trabalho relevante para a nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Após a exposição do Líder, Senador Aloizio Mercadante, ouviremos o Dr. Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior.

V. Sª tem a palavra.

O SR. BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JÚNIOR – Sr. Presidente, colegas da ANA, Sr. **SENADOR CÉSAR BORGES**, a quem agradeço as palavras gentis contidas em seu generoso relato, não tenho, assim, a facilidade do tribuno, meu colega. Portanto, vou ler um discurso que preparei com muita dedicação. Espero que esteja à altura do interesse de V. Exªs.

O Brasil desponta no cenário mundial como o País das águas. Sem dúvida, nosso País detém 12% das águas doces do mundo. Entretanto, essa grande quantidade de água se encontra onde a concentração é mínima, na Amazônia. Em contraposição, o Nordeste concentra 30% da população e 3% do total nacional. No Sudeste, onde temos suficiente quantidade de água, os problemas de qualidade são tão severos que impõem restrição à utilização da água para usos mais nobres, como o abastecimento doméstico.

Assim, o que realmente caracteriza a nossa realidade de recursos hídricos é a diversidade, essa mesma diversidade que se observa em termos ecológicos, sociais e econômicos.

Portanto, a gestão de recursos hídricos no Brasil deve levar em conta as diferenças regionais. Além disso, devido à grande extensão territorial do nosso País, a gestão deve ser descentralizada. Para que essa gestão seja sustentável e tenha conseqüência a longo prazo, deve contar com a participação dos usuários de água e com representantes da sociedade civil organizada. Assim, a gestão de recursos hídricos no Brasil deve ser descentralizada e participativa.

Ao longo dos seus quase cinco anos de existência, a ANA envidou esforços no sentido de colocar em funcionamento o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Esse sistema envolve um conjunto de atores federais, estaduais, sociedade civil organizada, que atuam no processo de gestão da água, utilizando a bacia hidrográfica como a unidade de planejamento.

A novidade desse sistema em relação ao sistema ambiental existente é que o sistema de recursos hídricos utiliza instrumentos econômicos, a descentralização das ações, o estabelecimento de comitês de bacia hidrográfica para possibilitar a participação pública no processo de tomada de decisão em âmbito local.

A ANA é uma agência reguladora com características singulares.

Em primeiro lugar, porque, ao contrário da tradicional regulação de serviço público, a ANA regula o uso de um bem público essencial que é a água; em segundo lugar, porque tem mandato para coordenar a implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Nesse caso, adquire a característica de uma agência executiva. No caso da regulação de uso, sua ação é essencialmente federal; e, no caso da coordenação, da implementação do sistema nacional, sua ação é nacional.

A regulação do uso da água em rios de domínio da União se faz por meio do instrumento da outorga e da fiscalização. Para que seja emitida uma outorga, é necessário que se saiba quais são os usuários de água na bacia hidrográfica.

A ANA estabeleceu um sistema de cadastramento de usuários de água no Brasil que é único, muito parecido com o sistema de Imposto de Renda. Ao invés de mandarmos grande número de pessoas, trazendo ônus para o caixa da União, fazemos o sistema por meio da Internet e do correio normal. Dessa maneira, conseguimos já 50 mil usuários cadastrados somente na Bacia do Rio São Francisco.

Portanto, hoje, já temos um sistema totalmente informatizado, e nenhuma solicitação de outorga na ANA tem demora superior a um mês, um mês e meio, para ter o resultado.

Uma outorga de grande complexidade e que mostrou a importância de se contar com uma agência reguladora como a ANA foi aquela solicitada pela Sabesp* para a utilização do Sistema Cantareira, na Bacia do Rio Piracicaba. A Região Metropolitana de São Paulo utiliza 33 metros cúbicos por segundo da bacia do Rio Piracicaba para seu abastecimento. É um conjunto de reservatórios, de túneis, de canais, de estações de bombeamento que recalcam essa água da Bacia do Piracicaba para o abastecimento da Região Metropolitana.

Em 1974, foi dada essa outorga, que venceu em 2004, e a Sabesp solicitou à ANA essa outorga. Só que, agora, a situação era completamente diferente da do ano de 2004. Em 1974, era um governo centralizado, sem participação pública, e a outorga foi dada. E agora, em 2004, existia já um comitê de bacia solicitando mais água para a jusante dos reservatórios, e a Sabesp solicitando que fosse mantida a sua outorga na forma original. Foi um trabalho extremamente árduo, de negociação, onde a ANA, com a sua competência técnica, pôde desenvolver um aparato matemático, um aparato de decisão que foi concordado entre o Comitê e a Sabesp, e essa outorga pôde ser estabelecida com a concordância de todos. E hoje nós temos o sistema funcionado de maneira absolutamente tranqüila.

A Região Nordeste, como o Dr. Machado já mencionou, recebeu a prioridade total da ANA ao longo desses cinco anos. O Proágua Semi-árido, o programa de financiamento que conta com recursos do Banco Mundial, colocou um sistema de gerenciamento de recursos hídricos em todos os Estados do Nordeste. Hoje esse programa já atende às obras de infra-estrutura hídrica da ANA e do MI, o Ministério da Integração Nacional, conjuntamente com o do Trabalho, já serve mais de 2 milhões de habitantes naquela Região, com sustentabilidade hídrica, sustentabilidade financeira, obras realizadas dentro da mais absoluta perfeição técnica, econômica e ambiental.

Devido ao sucesso dessa parceria com o MI, a ANA já solicitou um novo Proágua Nacional no valor de US$600 milhões. Nós já tivemos agora em novembro a aprovação com o Cofiex para um programa que vai se estender além do Nordeste: para o Centro-Oeste e para a Região Norte com prioridade. Nós vamos ter US$100 milhões para trabalhar, nos próximos sete anos, o sistema de gestão e US$500 milhões para trabalhar a infra-estrutura hídrica, principalmente nessas regiões com mais carência de recursos hídricos.

A ANA realizou também, em parceria com a Global Environment Facility do Banco Mundial, o diagnóstico analítico da bacia do Alto Paraguai (Pantanal) e agora nós estamos com o novo projeto, que deve começar no próximo ano, para que a região do Pantanal possa ter essas ações implementadas.

Dentro desse programa de comparação da GEF, nós trabalhamos junto com o comitê da bacia do São Francisco, o plano da bacia do São Francisco. Esse plano é um dos poucos exemplos no mundo da chamada gestão integrada de recursos hídricos, em que nós incluímos no processo de planejamento de água outros setores, como o setor de energia, o setor de transporte, o setor de saneamento e conseguimos, dessa maneira, uma grande participação popular, a participação dos governos estaduais, das instituições estaduais, das instituições federais, da sociedade civil, das organizações não-governamentais, da universidade. Foi um trabalho de grande articulação que resultou em um plano que foi aprovado pelo Comitê de Bacia e hoje se encontra em pleno funcionamento.

A ANA tem trabalhado muito a questão dos usos múltiplos de recursos hídricos no Brasil. Tradicionalmente, o setor de recursos hídricos vinha sendo trabalhado pelo setor de hidroeletricidade. Este setor, em função da sua importância estratégica para o País, concentrou a utilização dos recursos hídricos brasileiros na área de hidroeletricidade. A ANA mudou esse cenário e, já no ano de 2001, no meio daquela grande crise de energia elétrica – da qual todos se lembram –, havia a possibilidade do setor de navegação da bacia do Tietê, que é um setor que tem investimento próximo a US$5 bilhões, principalmente do setor privado, ter sido parado, porque o setor elétrico pretendia usar o reservatório de Ilha Solteira somente para a geração de energia, cortando o canal de navegação que ligava o Paraná com o Tietê. O trabalho da ANA foi fundamental para que esse setor de navegação fosse preservado. Fizemos estudos de maneira que uma nova ordenação no setor elétrico se estabeleceu, não tivemos apagão e o setor de navegação continuou forte; e não só isso, transportou muito mais grãos naquela ocasião da crise de energia elétrica do que antes.

Portanto, a independência da ANA foi fundamental naquele momento, um momento de crise em que podemos tomar decisões de grande impacto contra um setor tão poderoso quanto o setor elétrico e contra alguns interesses de alguns Estados que estavam naquele momento.

Assim, Sr^as^ e Srs. Senadores, a ANA tem trabalhado no sentido de honrar o seu mandato, sempre respaldada por esta Casa Legislativa. Esse trabalho tem se primado pela independência e pela excelência técnica.

Tive, ao longo desses anos iniciais da ANA, um trabalho intenso para garantir que essa independência e essa excelência técnica fossem mantidas. Agradeço a confiança depositada em mim por S. Ex^a^, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em indicar ao Exm^o^ Sr. Presidente da República o meu nome para recondução ao cargo de diretor.

Espero poder contar com a confiança das Sr^as^ e dos Srs. Senadores e desta Comissão para um novo mandato. Caso seja confirmada essa expectativa, podem estar seguros de que não os desapontarei ao cumprir essa nobre missão em conjunto com os meus colegas, sob a liderança do Dr. José Machado, a quem quero aqui publicamente reverenciar a competência gerencial e a capacidade de construção de trabalho conjunto e de respeito a natureza da diretoria colegiada da ANA. Foi um prazer muito grande, neste último ano, tê-lo como nosso Diretor-Presidente.

Assim, Senador Leomar Quintanilha, eu encerro as minhas palavras agradecendo a atenção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Agradeço ao Dr. Benedito Pinto Ferreira, pela sua exposição, e submeto à discussão os relatórios dos eminentes Senadores, Teotonio Vilela e César Borges. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir está encerrada a discussão.

O processo de votação já foi aberto.

Declaro encerrado o processo de votação.

Convidaria os eminentes Senadores, Ana Júlia Carepa e Teotonio Vilela a promoverem a contagem dos votos. (Pausa.)

Enquanto os votos são contados, sobre a mesa, requerimentos que queremos submeter à apreciação da Comissão.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja solicitado do Tribunal de Contas da União a remessa da cópia integral do Processo nº 0201112005-8, inclusive relatório de auditoria, em anexo, referente à PFS 01/2004, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa.

As Sr^as^ e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento de autoria do eminente Senador Valdir Raupp, requerendo, nos termos do art. 113, reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão de Assuntos Sociais, para debater e deliberar sobre o PLS nº 216, de 2003.

As Sr^as^ e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SR^a^ ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, são 16 votantes em relação ao indicado, Sr. José Machado, para Diretor da Agência Nacional de Águas e 16 votos SIM. S. S^a^ foi aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Dezesseis votos SIM. Aprovada a indicação do Sr. José Machado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

A SR^a^ ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Vamos fazer a apuração da votação do outro indicado.

(Procede-se à contagem de votos.)

A SR^a^ ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Foram 16 votantes, sendo 15 SIM e um voto NÃO em relação à indicação do Sr. Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior para o cargo de Diretor da ANA.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – Quinze votos SIM, um NÃO. Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Cumprimentamos o Dr. José Machado e o Dr. Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, desejando-lhes todo sucesso na gestão dos seus compromissos frente à ANA.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença dos Srs. Senadores e dos indicados, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h52min.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 10ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, DO DIA 11 DE JULHO DE 2006 ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e três minutos do dia onze de julho de dois mil e seis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **CÉSAR BORGES, JONAS PINHEIRO, FLEXA RIBEIRO, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ANA JÚLIA CAREPA e SERYS SLHESSARENKO.** Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente passa a dar conhecimento aos membros da Comissão sobre o recebimento dos Avisos de números 1.098, 1.129, 1.135, 1.104, 1.023, 824, 721, 865, 888, 891, 898, 904, 912, 921, 942, 697, 1.087, 802, 842, todos de 2006, provenientes do Tribunal de Contas da União. Na seqüência, é aprovada a inversão de pauta requerida pela Senadora **ANA JÚLIA CAREPA** para que a Comissão inicie a deliberação pelo **Item 04**) **OFÍCIO "S" Nº 06, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiras, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país (CPI da Biopirataria), criada na Câmara dos Deputados". **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatora "ad hoc"**: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer**: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado:** APROVADO. O Senhor Presidente retoma, então, a ordem original da pauta, que consta de: **Item 01) AVISO Nº 32, DE 2002 – NÃO TERMINATIVO**, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 367, de 2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à informações solicitadas pela Câmara dos Deputados, encaminhadas por intermédio do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a verificar possíveis irregularidades ocorridas em obras públicas inacabadas (TC - 002.059/2002-3 ". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc"**: Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer**: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado:** APROVADO. **Item 02) AVISO Nº 29, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO**, que "comunica ao Senado Federal, que foi protocolizada junto à Corte de Contas Representação (TC-012.886/2005-2), oferecida pelo Deputado Federal João Alberto Fraga Silva, sobre denúncia de irregularidades que estariam sendo perpetradas por Fundos de Pensão (Previ, Petros e Funcef), no qual se comprometem a comprar a participação acionária do Citigroup junto à empresa Brasil Telecom S/A." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora "ad hoc"**: Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**. **Parecer**: Pela continuidade do acompanhamento da matéria e solicitação ao Tribunal de Contas da União de informações a esta Comissão sobre o andamento do processo TC 012.886/2005-2." **Autoria**: Tribunal de Contas da União. **Relatora "ad hoc"**: Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**. **Resultado:** APROVADO. **Item 03) AVISO Nº 97, DE 2001 - NÃO TERMINATIVO**, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 337, de 2001, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a representação da lavra do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, integrante do Ministério Público Federal-Procuradoria da República em São José dos Campos - SP, em virtude da autorização, concedida pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A - Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio, no município de Jacareí/SP, supostamente em desacordo com o contrato de concessão (TC - Nº 014.824/2000-8)." **Autoria**: Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Parecer**: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado:** APROVADO. **Item 05) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 06, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO**, referente a "representação que faz BRAZUCA AUTO POSTO LTDA

contra PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.". **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Relator:** Senador **LUIZ OTÁVIO. Relatório-Prévio:** Pela aprovação do Plano de Trabalho apresentado. **Resultado:** ADIADO. **Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2005 – TERMINATIVO**, que "dispõe acerca da veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água nas hipóteses que discrimina". **Autoria:** Senador **MARCELO CRIVELLA. Relator:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Parecer**: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Educação. **Resultado:** ADIADO. **Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2006 – TERMINATIVO**, que "estabelece condições para a comercialização de veículos automotores com ano-calendário modelo não coincidente com o ano-calendário de fabricação". **Autoria:** Senador **OSMAR DIAS. Relator**: Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer**: Pela rejeição do projeto. **Resultado:** ADIADO. O Senhor Presidente dá conhecimento aos membros da Comissão sobre o recebimento do Ofício SF Nº 1.207/2006, do Presidente do Senado Federal, Senador **RENAN CALHEIROS,** referente a pronunciamento do Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**, na Sessão do Senado Federal de 11 de agosto de 2004, para que "*quando não houvesse sessão deliberativa no Senado, também as comissões não se reunissem*" bem como do Ofício 47/06, do Deputado Zilton Rocha, da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, que requer que o **Projeto de Decreto legislativo nº 328, de 2006** "*seja também apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal*". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

Notas Taquigráficas da reunião em 11/07/2006

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Havendo número regimental. Declaro aberta a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa de leitura da Ata da Reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B-TO): Tem V.Exª. a palavra pela ordem.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Eu queria só que fosse feita a priorização do Item nº. 4. Uma inversão.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B-TO): V.Exª. propõe inversão de pauta. Srs. Senadores. Em discussão, a proposta apresentada pela eminente Senadora Ana Júlia Carepa. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Fica alterada a pauta. Passa a ser o número 1 o Item 4 da pauta. Mas antes de entrar na pauta, nós daremos conhecimento ao membro dessa Comissão sobre os seguintes avisos recebidos do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº. 1098, referente ao recebimento de cópias do acórdão 1027.

Aviso nº. 1129, relativo à auditoria no programa de valorização e formação de professores e trabalhadores da educação básica.

Aviso nº. 1135, diz respeito a levantamento de auditorias realizadas nas obras rodoviárias na BR 232 de Pernambuco.

Aviso nº. 1104, referente à solicitação formulada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, sobre custos e da legalidade da operação conjunta realizada pelo Exército, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

Aviso nº. 1023, referente ao recebimento de cópia do acórdão 995/2006 do TCU.

Aviso nº. 2124, cópia do acórdão 889/2006 do TCU.

Aviso nº. 721, referente ao recebimento de cópia do acórdão 795/2006 do TCU.

Aviso nº. 865, referente à embargo de declaração, informação sobre determinação do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº. 888, referente ao levantamento da auditoria do PETSE.

Aviso nº. 891, referente ao levantamento de auditoria, Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas BR 485.

Aviso nº. 898, auditoria, Programa Emergencial de Trafegabilidade, Estrada BR 116.

Aviso nº. 904, referente ao levantamento de auditoria em Programa Emergencial de Trafegabilidade de Segurança nas Estradas.

Aviso nº. 912, auditoria, Ausência de Regularidades, PETSE.

Aviso nº. 921, referente ao recurso inominado. Agência Nacional de Transporte Terrestre.

Aviso nº. 942, referente ao pedido de reexame da Caixa Econômica Federal, sobre o Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação.

Aviso nº. 697, referente à auditoria destinada a fiscalizar a execução do colendo federal da Prefeitura de Pinheiro no Maranhão, reforma da barragem da comporta do Rio Pericumã.

Aviso nº. 1087, referente ao relatório de levantamento de auditoria da Secretaria de Patrimônio da União.

Aviso nº. 802, referente ao relatório sobre Contas da República, exercício de 2005.

Aviso nº. 842, relatório de monitoramento da auditoria da natureza operacional do Programa de Irrigação e Drenagem no Ministério da Integração Nacional.

Encontram-se esses avisos na Secretaria da Comissão a disposição dos eminentes Srs. Senadores.

Passamos à pauta do dia. Item 4. Ofício sem número. Ofício S nº. 6 de 2006. Encaminha o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiras, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país, criada na Câmara dos Deputados. De autoria da Câmara dos Deputados, tem como Relator o **SENADOR SIBÁ MACHADO**, designo Relator *ad hoc* a eminente Senadora Serys Slhessarenko a quem concedo a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs. Senadoras, conforme o nosso Presidente já se pronunciou. É um Ofício. Processado Ofício nº 281/2006, pelo Presidente da CPI da biopirataria, Presidente do Senado Federal com as recomendações do relatório final dirigidas ao Poder Legislativo. De acordo com suas recomendações, o Poder Legislativo deve envidar esforços no sentido de aprovar as seguintes proposições. Primeira, a proposta da Emenda Constituição PEC nº. 618/98, os detalhes estão todos especificados em cada Item, eu vou só ler o cabeçalho de cada Item, porque os Srs. Senadores estão de posse do relatório. Segundo: Projeto de Lei Complementar PLP nº. 12/2003. Terceiro, Projeto de Lei nº. 7211/2002. Quarto: Projeto de Lei nº. 347/2003. Quinto: Projeto de Lei nº. 1090/2003. Sexto: Projeto de Lei nº. 3240/2004. Sétimo: Projeto de Lei nº. 4184/2004 e oitavo Projeto de Lei 4225/2004.

O relatório também recomenda que sejam aprovadas com a maior brevidade a Medida Provisória MPV nº. 2166-67 de 24 de agosto de 2001, que altera dispositivos do Código Florestal e a MPV nº. 2186-16 de 23 de agosto de 2001, que disciplina o acesso ao patrimônio genético nacional. Primeiramente, ainda, Sr. Presidente, expressamos louvor ao árduo trabalho conduzido no âmbito da referida CPI da biopirataria. Observe-se, no entanto, que as preposições legislativas mencionadas tramitam ainda na Câmara dos Deputados.

O Senado Federal, certamente, adotará as ações pertinentes para a apreciação de matéria, tão logo os projetos sejam encaminhados. Cabe ressaltar também, que as MPVs foram editadas em data pretérita, promulgação da Emenda Constitucional nº 32 de 11 de setembro de 2001 na qual alterou o Artigo 62 da Constituição Federal que dispõe sobre a edição e a tramitação das Medidas Provisórias. Assim esses diplomas legais permanecem em vigor e assim continuarão até que sejam revogadas por lei subseqüentes ou rejeitados pelo Congresso Nacional. Em face do exposto, manifestamo-nos pelo arquivamento do processado do Ofício S nº. 6 de 2006.

Sr. Presidente, esse é o relatório assinado, feito, elaborado, trabalhado e assinado pelo **SENADOR SIBÁ MACHADO**.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 1. Aviso nº. 32 de 2002, encaminha ao Senado Federal cópia da decisão nº. 367 de 2002, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, referente à informações solicitadas pela Câmara dos Deputados, encaminhado por intermédio do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinado a verificar possíveis irregularidades ocorridas em obras públicas inacabadas. De autoria do Tribunal de Contas da União tem como Relator o Senador Ney Suassuna e solicito ao Senador Valdir Raupp, para funcionar como Relator *ad hoc*. Tem V.Exª. a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, a fiscalização contábil financeira e orçamentária da União, é tratada nos artigos 70 e 75 de Constituição. De acordo com o caput do Artigo 61, com o Inciso VII do mesmo artigo, Artigo 71, o controle externo a cargo do Congresso Nacional será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União ao qual compete:

Prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional por qualquer de suas casas ou por qualquer das respectivas Comissões sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditoria e inspeções realizadas. Tendo por base, esses dispositivos, o TCU encaminhou ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº. 32 de 2002, informações solicitadas pela Câmara dos Deputados acerca de providências porventura cabíveis no âmbito daquela corte constante no relatório final da Comissão Parlamentar de inquérito, destinada a verificar possíveis irregularidades ocorridas em obras públicas e inacabadas.

Tal CPI instalada na Câmara dos Deputados em 16 de maio de 2001, foi aprovada em 7 de novembro do mesmo ano, concluindo por uma série de recomendações endereçadas a órgão de Governo. No que diz respeito ao TCU, as recomendações de acordo com o relatório final, foram as seguintes a enumeração e as constituições do relatório.

Sr. Presidente, Sr[a]s. e Srs. Senadores, como é muito extenso esse relatório e o tempo está um pouco exíguo, eu vou passar direto ao voto, como já é de conhecimento de todos os Senadores.

Diante do exposto, votamos no sentido de que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, tome conhecimento do Aviso nº. 32 de 2002 e o remeta ao arquivo. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 2. Aviso nº. 29 de 2005. Comunico ao Senado Federal, que foi protocolizado junto a Corte de Contas e Representação oferecido pelo Deputado Federal João Alberto Fraga Silva, sobre denúncia de irregularidades que estariam sendo perpetradas por fundos de pensão, PREVI, PETRUS e FUNCEF, no qual se comprometem a comprar a participação acionária do CITIGROUP junto a empresa BRASILTELECON, de autoria do Tribunal de Contas da União, tem como relator o Senador Luiz Otávio. Solicito a eminente Senadora Ana Júlia Carepa, que funcione como relatora *ad hoc* e tem V.Ex[a]. a palavra.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA): Sr. Presidente, eu inclusive, tive o cuidado de ler o relatório do Senador Luiz Otávio, onde fica claro também, que essas irregularidades que foram denunciadas pelo Deputado, que são investigadas no processo, estão ligadas ao corrente ou não de sobre preço na fixação de compra. E por outro lado, também existe nos autos, duas manifestações do Presidente do Tribunal de Contas da União, comunicando sobre o andamento do processo naquela Corte, explicando que não foi concedida, ainda, nenhuma medida cautelar para evitar, como havia sido, inclusive, divulgado, a execução desse contrato. Justamente, em virtude de que seus efeitos somente operar-se-ão em novembro de 2007, razão pela qual há tempo para analisar com calma as circunstâncias em que o referido contrato foi celebrado.

Consta ainda dos autos, informação da Secretaria de Previdência Complementar, subordinado ao Ministério da Previdência Social, para que o referido contrato, havia sido celebrado e tendo por base prognóstico razoáveis da economicidade do acordo PUT, apresentando cálculos demonstrativos da inexistência de sobre preço no multicitado acordo, além da existência de argumentos evidenciando que seus valores encontravam-se nos limites da praxe do mercado financeiro. A documentação relativa atrás da análise e cálculos, foi também juntada aos autos. A análise, essa discussão, inclusive, foi fruto na CPI dos CORREIOS, ela foi alvo, aliás, de discussão e até de uma Subcomissão para investigar. E, na verdade, o que ficou ao final foi até a proposta de indiciamento dos dirigentes da BRASILTELECON, o Sr. Daniel Dantas e Dra. Carla Cicco.

O Relator coloca que não julga suficiente as análises sobre as quais apoiou a Secretaria de Previdência Complementar, para chancelar a normalidade do acordo, mas por outro lado, ele não está duvidando da seriedade da análise, mas simplesmente levantando a hipótese de que, eventualmente, poderia haver outras análises igualmente sérias que apresentasse valores mais baixos, mas que não houvesse sido apresentada, justamente para não influir negativamente na fixação do preço de venda.

Então, por esse motivo, ele julga, que ele está colocando aqui o voto, a necessidade da investigação por parte do TCU, é isso, que deve ser acompanhada de perto por essa Comissão. Então, em vista do exposto, o voto do Senador Luiz Otávio é pela continuidade do acompanhamento da matéria, solicitando ao Tribunal de Contas da União que continue formando essa Comissão do andamento do processo. E eu quero dizer que concordo, que eu acho que isso é razoável, que nós continuemos acompanhando o processo. É esse o voto.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 3. Aviso nº. 97 de 2001, encaminho ao Senado Federal cópia da decisão 337 de 2001, do Tribunal de Contas da União, bem como os respectivos relatórios e voto que a fundamentam, sobre a representação da lavra do Procurador da República José Guilherme Ferreira da Costa, integrante do Ministério Público Federal, Procuradoria da República em São José dos Campos, São Paulo.

Em virtude da autorização concedida pelo departamento nacional de estradas e rodagens na concessionária na Rodovia Presidente Dutra SA, NOVADUTRA, para a instalação de nova praça de pedágio no Município de Jacareí, São Paulo, supostamente em desacordo com o contrato de concessão. Autoria do Tribunal de Contas da União e o Relator, o eminente Senador Valdir Raupp, a quem concedo a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, no dia 4 de outubro do ano de 2005, apresentamos relatório ao aviso ora analisado que concluía com a recomendação de que a CMA tomasse conhecimento do teor da decisão nº. 1648 de 2002, do TCU, que determinara uma série de medidas a serem tomadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT e que o Presidente do TCU fosse oficiado para que essa Comissão fosse informada quanto ao cumprimento das considerações contidas na decisão nº. 1748 de 2002. Em atendimento a tal solicitação, o Ministro Adilson Motta, Presidente do TCU, enviou no dia 30 de novembro de 2005, Aviso nº. 2257 da CGS-TCU-Plenário, que ao chegar ao senado foi juntado ao processo ora analisado. Em síntese, o Ministro informa que: A) A empresa NOVADUTRA interpôs pedido de reexame na modalidade de recurso suspensivo contra a decisão nº. 1648 de 2002. B) A ANTT acostou novos elementos ao processo TC nº. 014824/2000-8. C) As informações repassadas pela ANTT, se encontravam sobre a análise da área técnica do TCU. D) Àquela Corte encaminharia informações adicionais a esta Comissão, tão logo nova deliberação viesse a ser adotada.

Assim sendo, manifestamo-nos para que após tomar conhecimento da resposta contida no Aviso nº. 2257 CGS-TCU-Plenário, a Comissão proceda ao arquivamento do Aviso nº. 97 de 2001. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B-TO): Em discussão. Não havendo quem queira excutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O Presidente dá conhecimento aos eminentes Senadores do seguinte Ofício 1207 de 2006 de 5 de julho de 2006, da lavra do Presidente do Senado, o eminente Senador Renan Calheiros.

Sr. Presidente, encaminho a V.Exª. pronunciamento feito pelo Senador Antônio Carlos Magalhães na Sessão do Senado Federal de 11 de agosto de 2004, publicado no Diário do Senado Federal de imediatamente posterior a página 25.741, em que questiona que quando não houver Sessão Deliberativa no Senado, também as Comissões não se reunissem.

O então Presidente dessa Casa, Senador José Sarney, respondeu que iria solicitar aos Presidentes das Comissões e as Lideranças que levem esse ponto em consideração.

Em seu texto do Ofício e é uma questão que já está sendo observada, da não deliberação por parte das Comissões quando não há Sessão Deliberativa, apesar dessa situação não ser pontual, nem ter uma forma expressa no Regimento Interno.

Nós recebemos, com um carimbo de urgente, uma cópia de um ofício endereçado a essa Comissão, datada de 6 de julho de 2006 à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Srs. Senadores, a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 328 de 2006, que pretende sustar os efeitos da Portaria 39 de 16 de maio de 2006, causa grande apreensão aos cientistas, ambientalistas e populares do meu estado. Na qualidade de Professor, Deputado Estadual e membro da Comissão de Proteção e Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Bahia, venho através deste, requerer o empenho dessa liderança, para que o referido projeto, uma vez já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, seja também, apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Acreditamos que um projeto de tal magnitude deve ser melhor apreciada pelos Senadores desta Casa Legislativa, uma vez que a sua aprovação acarretaria em grandes impactos ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, região considerada possuidor da maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul. Cordialmente, Deputado Estadual e Professor Zilton Rocha.

Como essa matéria, certamente, transita pela Mesa do Senado, esta presidência solicitaria ao eminente Senador Valdir Raupp, se da sua conveniência, apresentar um requerimento, em plenário, propondo a Mesa que esse projeto também seja apreciada por essa Comissão.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu acho que a gente pode assinar conjuntamente aqui, todos os Senadores estão presentes.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B-TO): Perfeitamente. Então, o requerimento levaria a assinatura da Senadora Ana Júlia Carepa e da Senadora Serys Slhessarenko, se ela também concordar.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu concordo. Quero dizer que eu concordo em assinar.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B-TO): Perfeitamente. A Senadora Serys também concorda. Então, vamos formular o requerimento para que seja apresentado no Plenário da Casa.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença dos Srs. Senadores, declaro encerrada a Sessão.

(Levanta-se a reunião às 12h25)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, DO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2006 ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e quarenta minutos do dia dez de outubro de dois mil e seis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **CÉSAR BORGES, GEOVANI BORGES, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, AUGUSTO BOTELHO, LEONEL PAVAN, NEY SUASSUNA, ANTONIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS e ROMEU TUMA.** Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, é apresentada, extra-pauta, a **Proposta de Fiscalização e Controle nº 03, de 2006**, de autoria do Senador **AELTON FREITAS**, "destinada a apurar as causas do acidente aéreo que abateu o Boeing 737-800 da Gol Linhas Aéreas, bem como toda a responsabilidade sobre ele". Relator: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Relatório-prévio: Promover uma consolidação de todas as apurações para dar à sociedade brasileira e internacional a mais ampla transparência sobre as causas do acidente, bem como, propor medidas que possam contribuir para evitarem outros tantos sinistros de natureza semelhante. Resultado: **Aprovado** o relatório-prévio apresentado. O Senhor Presidente retoma, então, a ordem original da pauta. **Item 01) Aviso nº 52, de 2001** – Não Terminativo, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 99/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria operacional realizada no Banco do Nordeste do Brasil, tendo por objetivo a avaliação da gestão dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, particularmente na área de contratação de operações de crédito (TC-929.282/98-1)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc"**: Senador **FLÁVIO ARNS**. **Parecer**: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 02) Aviso nº 201, de 2001** – Não Terminativo, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 879, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada nas obras de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto de Salvador (TC nº 009.627/2000-8)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator**: **SENADOR CÉSAR BORGES**. **Parecer**: Pelo conhecimento da resposta contida no Aviso nº 6.825-GP/TCU e envio de ofício ao Presidente do TCU para que esta Comissão seja informada quando da decisão definitiva sobre os processos TC nº 015.832/2005-5 e TC nº 009.627/2000-8. Resultado: **Aprovado. Item 03) Aviso nº 19, de 2006 -** Não Terminativo, que "encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 617, de 2006 - TCU (Plenário), bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, proferido nos autos do Processo TC 007.444/2001-7, referente à denúncia sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 4/2001, da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb, referente às obras civis e de fornecimento de sistemas da extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre, no trecho São Leopoldo-Novo Hamburgo." **Autoria**: Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **LUIZ PONTES**. **Parecer**: Pela indicação à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no sentido de que se proceda à análise da Lei nº 8.666, de 1993, com vistas a verificar a pertinência de sua alteração nos termos propostos pelo Tribunal de Contas da União e pelo arquivamento da matéria. Resultado: Adiado. **Item 04) Aviso nº 24, de 2001** – Não Terminativo, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.093, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR 060, no trecho entre o entroncamento com a DF 180 e a divisa DF/GO, no período de 17.07 a 10.11.2000 (TC 010.471/2000-8)". **Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado. Item 05) Aviso nº 21, de 2006** – Não Terminativo, que "encaminha ao Senado Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º trimestre do exercício de 2006". **Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado. Item 06) Aviso nº 146, de 2000** – Não Terminativo, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 621/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de desempenho realizada no Programa Nacional do Livro Didático - PNDL (TC - 010.990/99-2)". **Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator:** Se-

nador **FLEXA RIBEIRO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria, remessa do processado ao arquivo, bem como pelo envio de cópia deste relatório à Comissão de Educação. Resultado**: Adiado. Item 7) Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2004 –** Não Terminativo, que "altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, para estender o sistema de segurança dos estabelecimentos financeiros aos caixas eletrônicos." **Autoria:** Senador **RODOLPHO TOURINHO. Relator: SENADOR CÉSAR BORGES**. **Parecer**: Pela aprovação do projeto. Resultado**: Aprovado. Item 8) Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2005 –** Não Terminativo, que "obriga os estabelecimentos que especifica a fornecerem informações nutricionais dos alimentos e bebidas preparados". **Autoria:** Senador **MARCELO CRIVELLA. Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Parecer**: Pela aprovação do projeto. Resultado**: Aprovado. Item 9) Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2005 –** Não Terminativo, que "dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências". **Autoria:** Senador **GILBERTO GOELLNER. Relator:** Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. **Parecer**: Pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2-CMA que apresenta. Resultado**: Adiado. Item 10) Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2006 –** Terminativo, que "dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o artigo 150, § 5º, da Constituição Federal. (Informação sobre valor dos tributos na nota fiscal)". **Autoria:** Senador **RENAN CALHEIROS** e outros Senhores Senadores**. Relator:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Parecer**: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CMA que apresenta. Resultado**: Adiado. Item 11) Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2005 –** Terminativo, que "dispõe acerca da veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água nas hipóteses que discrimina". **Autoria:** Senador **MARCELO CRIVELLA. Relator:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Parecer**: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Educação. Resultado**: Adiado. Item 12) Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2006 – Terminativo**, que "estabelece condições para a comercialização de veículos automotores com ano-calendário modelo não coincidente com o ano-calendário de fabricação". **Autoria:** Senador **OSMAR DIAS. Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Parecer:** Pela rejeição do Projeto. Resultado**: Adiado. Item 13) Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2006 –** Terminativo, que "acrescenta artigo à Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, para explicitar a aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - às atividades do representante comercial autônomo." **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO. Relator**: Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer**: Pela aprovação do projeto. Resultado**: Adiado. Item 14) Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2002 –** Terminativo, que "acrescenta artigo à Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal, permitindo que nas propriedades rurais a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal." **Autoria:** Senador **ÁLVARO DIAS. Relator**: Senador **JONAS PINHEIRO**. **Parecer**: Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado**: Adiado. Item 15) Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2005 –** Terminativo, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a destinação correta do produto após o uso". **Autoria:** Senador **VALMIR AMARAL. Relator**: Senador **JONAS PINHEIRO**. **Parecer**: Pela rejeição do projeto. Resultado**: Adiado. Item 16) Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2003 – Terminativo**, que "altera a redação do artigo 18 da Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para, nas propriedades rurais privadas, responsabilizar o proprietário pelo florestamento ou reflorestamento das áreas de preservação permanente." **Autoria:** Senador **GERSON CAMATA. Relator**: Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Parecer**: Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado**: Adiado. Item 17) Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2006 –** Terminativo, que "altera o *caput* do art. 36 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a mensagem publicitária conterá a expressão "informe publicitário"." **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO. Relator**: Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**. **Parecer**: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CMA que apresenta e pela rejeição da emenda proposta pelo Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. Resultado**: Adiado**. A seguir, o Senhor Presidente passa a dar conhecimento aos membros da Comissão sobre o recebimento dos Avisos de números 545, 1001, 1021, 1083, 1130, 1150, 1174, 1249, 1272, 1273, 1306, 1308, 1352, 1356, 1380, 1449, 1511, 1527, 1542, 1569 e 1652, todos de 2006, provenientes do Tribunal de Contas da União. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Pre-

sidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

Notas taquigráficas da reunião em 10/10/2006

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): [soa a campainha] Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Nobre Presidente, há requerimentos a serem apresentados, não é? V.Exª. poderia começar pelos requerimentos?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): O requerimento está sendo formalizado, acho que em cinco minutinhos nós apresentaremos o requerimento.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Explica qual é, e a gente já vai...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): O Requerimento que nós estamos querendo apresentar é uma proposta de fiscalização relacionada ao vôo 1907 da GOL, esse acidente que vitimou inúmeras pessoas e envolveu uma empresa de aviação brasileira e uma empresa norte-americana. Exatamente preocupado com os interesses do consumidor brasileiro, nós estamos apresentando um Requerimento de fiscalização dos procedimentos adotados hoje com vistas à preservação desses interesses. Esse é o Requerimento que nós submeteríamos à apreciação desta Comissão. Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): V.Exª. terá o apoiamento do meu voto, porque eu acho que é preciso que haja uma centralização dessas investigações. Na área de aviação nós estamos precisando de ver mais algumas coisas. Com a defecção, com a saída da VARIG nós ficamos muito vulneráveis no que se refere a tarifas, a freqüências e tudo o mais. Mas esse acidente inclusive mostra que há outras vulnerabilidades e é preciso que a gente verifique. Se tem uma área na Amazônia que as ondas de rádio são conturbadas, precisa ser melhorado o equipamento, exigido um equipamento que supere isso. Se tem o problema de as torres não terem concatenação, sincronia entre as suas determinações, é outro assunto que precisa também ser verificado, além do que nós estamos vendo que são setores diferenciados que estão fazendo a investigação. Por isso eu acho que é perfeitamente normal, lícito e importante que o Senado se debruce sobre esse assunto. O meu voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Quer nos parecer também, Senador Ney Suassuna, e eminentes membros desta Comissão, que a própria imprensa tem colocado ao conhecimento da população brasileira que o trabalho de controle de vôo submete aos funcionários uma carga, uma sobrecarga de horário que tem deixado esses profissionais estressados, cansados, colocando em risco também o usuário da aviação brasileira. Eu acho que vale a pena fazer essa investigação.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): E eu complementaria mais ainda, Sr. Presidente, dizendo o seguinte. Quantas vezes nós não chegamos sobre Brasília, e ficamos... Porque deu problema no radar e ficamos sobrevoando, sobrevoando... Isso custa tempo, isso custa dinheiro, isso põem em risco vidas humanas. É bom que nessa fiscalização também se averigúe essas condições de que situação estão esses equipamentos, se estão ultrapassados, se são obsoletos, se estão quebrando com freqüência, qual é o volume de recursos que... Eu tiro, por exemplo, na minha cidade de Campina Grande, o aeroporto lá, ele... Nós precisávamos comprar um aparelho VOID(F), um troço assim, custa quatrocentos e poucos mil reais, nós não tínhamos em nenhum órgão, nem Federal nem Estadual, interesse nem orçamento para fazê-lo. O que fizeram? Baixaram o teto. Baixar o teto significa você vai poder ver de mais perto. Mas isso aumenta o risco. Então, por essa razão, é bom que se analise todos esses aspectos de equipamentos, de risco, de freqüência, de custo, de segurança e eu acho que o Senado pode prestar um grande serviço nessa investigação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Continua em discussão o Requerimento. Com a palavra o ilustre Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu pediria licença a V.Exª. Não sou membro desta Comissão, mas sabedor que V.Exª. ia apresentar este Requerimento e hoje até me preparei para um pronunciamento em Plenário a respeito dessa grave ocorrência. Primeiro, homenagear a Aeronáutica por ter enfrentado vários obstáculos, pelas dificuldades financeiras que atravessam as Forças Armadas, tentarem de todos os meios minimizar o sofrimento das famílias que perderam seus entes queridos. Primeiro. Segundo, procurei, é claro, informações na Aeronáutica sobre o SINDACTA, sobre vários segmentos que foram sendo alterados ao longo

da última década, porque eu voei muito sobre a Amazônia, onde não existia praticamente nenhum sistema de rastreamento de aeronaves. Veio o SINDACTA, ele foi deslocando vários equipamentos, tem o SIVAM, que a gente tem que saber realmente a quantas anda, quais são as dificuldades de financiamento de equipamentos modernos... Então, eu queria cumprimentar V.Exª. por essa iniciativa, não posso dar o voto, mas dou o meu aval.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Mas V.Exª. me permite um aparte, Senador Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pois não.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Eu queria me solidarizar com V.Exª. nas homenagens à Aeronáutica. E dizer que realmente nós brigamos tanto aqui pelo SINDACTA e o SIVAM e hoje não sabemos a quantas anda. E eu acho muito lógico isso que V.Exª. está pedindo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Está bom. Então, Sr. Presidente, só para dizer, como nós tivemos praticamente o encerramento do DAC, hoje ANAC, essa transfusão, se eu assim puder chamar, talvez tenha trazido alguma dificuldade, visto que o Governo, infelizmente, em algumas agências tem tentando enfraquecer politicamente, ela tem que ter uma independência permanente para poder gerenciar aquilo que está feito, a sua missão legal. Obrigado, Presidente, por ter me dado a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Senador Tuma, a presença de V.Exª. nesta Comissão só enriquece os nossos trabalhos e registramos os nossos agradecimentos pela sua participação na discussão de tema tão importante. Continua a discussão. Se inscreveu primeiro o Senador Antônio Carlos Valadares. Em seguida, eu dou a palavra a V.Exª. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Sr. Presidente... Perdão, Valadares. Eu poderia deixar o meu voto dado? Porque eu tenho compromisso, e eu queria deixar o meu voto dado e me retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Por favor.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB): Muito obrigado. Então, eu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de felicitar V.Exª. por essa iniciativa. Este Requerimento vai proporcionar a todos nós, ao Senado Federal, a discutir de forma aberta e transparente um tema que repercutiu não apenas no interior do Brasil, mas em todo o mundo, já que 154 vidas humanas foram ceifadas através de um desastre trágico ocorrido no território nacional. E as suas minúcias estão sendo aí desvendadas pela imprensa, pelo Ministério da Aeronáutica, Ministério da Defesa e, entretanto, apesar da clareza dos erros que foram cometidos, principalmente por aquele avião menor, o jatinho, o Jornalista lá dos Estados Unidos colocou em xeque, ele que era um dos passageiros do jatinho, ele chegou a dizer que o sistema de controle do Brasil era deficitário, era uma tragédia, era um desastre e houve assim uma discussão que colocou realmente em dúvida o funcionamento das nossas instituições voltadas para o equilíbrio e a segurança do vôo, entretanto, eu acredito na presteza e no bom funcionamento do nosso controle de vôo, é verdade que ali na Serra do Cachimbo existe uma discrepância, uma distorção que impede uma comunicação normal, mas isso pode ser resolvido de forma técnica através do fornecimento de novas tecnologias que impeçam esse problema e, em verdade, V.Exª. tem razão quando apresenta esse Requerimento, porque o Senado é uma Casa transparente e o público vai tomar conhecimento da verdade e não apenas através dos Gabinetes ou de discussões que sejam efetivadas através da imprensa, de outros órgãos nacionais ou internacionais. Felicito V.Exª. e voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Efetivamente, é uma ação pertinente às atribuições desta Comissão. Fiscalização e Controle, Defesa do Consumidor, sobretudo, são questões que dizem respeito às nossas atribuições e nós devemos essa satisfação ao povo brasileiro. Continua a discussão. Com a palavra o **SENADOR CÉSAR BORGES**.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, na mesma linha, primeiro parabenizar V.Exª. por essa oportunidade desse Requerimento e esperar que nós possamos fazer esse trabalho. Acho que, como aqui nós temos essa responsabilidade inerente à nossa função diante de um grave acontecimento como esse, nós devemos participar para verificar, e aí a minha preocupação, primeiro, se a ANAC, que veio a substituir o DAC, que tinha um departamento de proteção ao vôo, está cumprindo a sua função, porque as agências nacionais nós sabemos que elas estão, na verdade, sem recursos, nem com o material humano nem com recursos financeiros para cumprir suas ações. Temos ainda uma interface também muito grande com as Forças Armadas, no caso aí com a Aeronáutica. Acontece que nós sabemos como tem sido perverso o Governo Federal na alocação de recursos para a modernização, para também investimentos nas Forças Armadas. E no caso da Aeronáutica, que ela

tem a responsabilidade sempre do Departamento de Proteção ao Vôo, é fundamental. E eu acho que o País evoluiu muito quando fez o SINDACTA. Realmente nós nos nivelamos no Estado da Ate (F) com os principais Países do mundo. Mas, na aviação civil, esses controles avançam. A eletrônica, numa velocidade incrível. Então, o que hoje é um equipamento que está no Estado da Arte, dentro de dois, três, cinco anos, passa a ser um equipamento obsoleto. Então, se não houver uma atualização, pode o equipamento desse não estar também cobrindo, como poderia ser, um grau de coeficiente de segurança maior, como se deseja. Porque no passado não se tinha nada, porque também não se tinha tecnologia. O País implantou o SINDACTA, o SIVAM, mas coisas outras modernas virão e tudo isso precisa de manutenção, de atualização. Então, se o Governo Federal não estiver cumprindo a sua missão, eu não quero dizer que haja isso, eu, por exemplo, eu até que conheço um pouco a aviação civil porque sou piloto privado, acho que efetivamente, pelo que eu já li até agora, houve um equívoco da tripulação do Legacy. Lamentavelmente. Ele não poderia ir adiante com aquele vôo no nível de 37 mil pés, sem antes a comunicação com Brasília. Ele tinha que procurar essa comunicação e abortar o vôo até, só poderia ir adiante, passar de Brasília após a comunicação, porque ele tinha, na verdade, que ir para outro nível de vôo de Brasília para Manaus, ele tinha que ir para 36 mil pés. Eu não estou levantando suspensão sobre a eficiência do equipamento brasileiro, do controle brasileiro. Mas, já que houve esse tipo de acontecimento, e em muito bom momento o Congresso Nacional, através do Senado e dessa sua iniciativa desse Requerimento, acho que tem realmente de fazer esse trabalho de investigação. Não é fácil, mas temos que verificar se o Governo Federal está cumprindo suas obrigações com a ANAC e também com a Aeronáutica e com o Departamento de Proteção ao Vôo. Parabéns a V.Exª., o nosso voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Continua a discussão. Senador Augusto Botelho com a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar V.Exª. pela iniciativa, mas também gostaria de testemunhar aqui que o SIVAM e o SINDACTA funcionam no Brasil e funcionam bem. Este ano eu visitei as instalações e vi pessoalmente o funcionamento do sistema de proteção de vôo, que funciona com eficiência cobrindo todo o território nacional. Eu viajo toda semana em cima da Amazônia durante quase quatro horas de vôo e fui visitar porque fui convidado para visitar e... Quer dizer, fiquei mais tranqüilo. Eu viajo tranqüilamente. Porque sei que nós estamos sendo monitorados as 24 horas por dia pela Aeronáutica e pelos servidores civis da aeronáutica também nos sistemas do SIVAM.

Então, eu gostaria de dizer que falha do SIVAM nesse caso eu até, antecipadamente, digo que não houve, porque eu sei que funciona bem. Sei, porque eu viajo e fui verificar mesmo por causa de minha segurança também e de todos que viajam nesse trecho. Então, eu acho que foi uma falha humana, mas nós devemos verificar para ver, para deixar as coisas bem claras. E como nós temos que defender o consumidor, nós tivemos perda dos consumidores, perda de vida, coisa grave para o consumidor, por um acidente. Mas que o sistema de vigilância de vôo nosso é eficiente e funciona em todo o território nacional. Nosso Brasil, graças a Deus, está todo coberto pelos radares. Inclusive Roraima, que ficava praticamente fora. Que é bem na ponta, nós estamos a uma hora do aeroporto mais movimentado daqui do Brasil, mas nós estamos cobertos também, praticamente todo o Estado. E houve inclusive uma inversão no tráfico de drogas em Roraima... No Brasil, que está se refletindo em Roraima. Lá, toda semana se apreende trânsito de drogas por terra. Por terra, já chegaram a apreender 110 quilos de cocaína pura num carrinho andando por uma área até de numa área indígena. Os traficantes estão desviando porque estão sendo vigiados. Com a lei do abate agora, eles ficaram com um pouco de medo e estão passando a andar por terra. Por quê? Porque lá em Roraima, que é na pontinha, que é isolado, que tudo chega por último lá, só vai dinheiro... Quando sobra por aqui, é que mandam para lá, para Roraima. A gente briga, briga para ir para Roraima. É assim. Mas o SIVAM funciona realmente na Amazônia e nesse trecho, que eu ando toda semana, duas vezes, sei que funciona porque verifiquei *in loco* em todas as instalações do SIVAM e do SINDACTA nesse ano. Fiz uma visita juntamente com a Aeronáutica. E sou uma testemunha da eficiência e do trabalho sério que a nossa Aeronáutica desenvolve nesse sentido. Sou favorável ao seu Requerimento, Presidente, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Continua a discussão. Com a palavra o eminente Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu também quero me manifestar favoravelmente ao Requerimento. O que aconteceu no Brasil é de uma gravidade extraordinária. Isso a gente fica... Todos nós viajamos de avião toda semana, e o Senador Augusto Botelho inclusive colocou que se sente absolutamente, completamente tranqüilo em relação à região amazônica, até pelo fato dele ter visitado e visto o trabalho que é desenvolvido em termos de acompanhamento de ae-

ronaves naquela região, mas quando a gente discute com as pessoas a gente diz "olha, é impensável que um acidente dessa natureza tenha acontecido". Quer dizer, dois aviões se chocarem, e isso ocasionar a morte de 154 pessoas, isso é um absurdo completo, impensável que tem que ser, na verdade, investigado. Investigado não só pela polícia, como vem sendo feito, pela Aeronáutica, pelos órgãos competentes, mas fiscalizado e acompanhado aqui pelo Senado Federal também. Então, esta iniciativa de V.Exª, Sr. Presidente, eu acho da mais alta necessidade.

O **SENADOR CÉSAR BORGES** colocou, eu acho que é o momento em que nós podemos discutir e ver, sob todos os pontos de vista, como é que a segurança do vôo vem acontecendo e, principalmente, ver o que aconteceu nesse caso específico, preliminarmente, é claro, porque a investigação está acontecendo, mas, pelo que a gente pode ler e refletir e discutir, realmente foi um problema aí que me parece que aconteceu em procedimentos que não poderiam ser tomados pelo avião que se dirigia aos Estados Unidos, pelo Legacy e que... Mas isso tudo também a investigação tem que continuar acontecendo, mas que haja, por parte de todo o Brasil e do mundo inteiro, a segurança em podemos dizer que o assunto foi aprofundado, discutido, investigado e que não haja qualquer tipo de dúvida fruto desse trabalho que vá ser feito por todas essas instituições envolvidas na investigação. Parabenizo V.Exª. também pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Continua a discussão. Eminente Senador Geovani.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente, eu estou de acordo. Sou a favor do Requerimento. E peço licença para me retirar porque eu tenho um compromisso inadiável agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Fique à vontade V.Exª. O Senador Aelton Freitas vai apresentar este Requerimento, essa proposta de fiscalização. Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG): Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores. Em razão do poder investigatório que a Constituição Federal atribui ao Senado Federal e tendo em vista a ocorrência do acidente aéreo que abateu o Boeing 737-800 da GOL Linhas Aéreas, venho, nos termos do art. 102-B do Regimento Interno do Senado, propor que seja aberto um procedimento de Fiscalização e Controle destinado a apurar as causas do acidente, bem como toda a responsabilidade sobre ele. Na cobertura dos fatos que envolvem as causas do acidente aéreo ocorrido em setembro deste, com o Boeing 737-800 da GOL, notifica que os jornais de 10/10/2006, que o plano de vôo do jatinho Legacy previa que o avião voasse a 37 mil pés, cerca de 12 quilômetros de altitude, de São José dos Campos a Brasília, e baixasse a 36 mil pés até passar por esta cidade e depois subisse para 38 mil pés após a carta de aviação chamado Teres. Este ponto fica a menos de 15 minutos da velocidade do avião no local onde houve a colisão entre o Legacy e o avião da GOL.

As informações, Sr. Presidente, são do Delegado da Polícia Civil Luciano da Silva, que conduz as investigações da esfera estadual em Cuiabá, e há também um inquérito aberto pela Polícia Federal em Mato Grosso que recebeu no sábado da EMBRAER, do fabricante do jatinho, o plano de vôo. Segundo o Delegado, os documentos mostram que contradições com os depoimentos do Piloto Joseph Lepore, de 42 anos, e do co-piloto Jean Paul Paladino, 34, prestados à Polícia Civil logo após o acidente.

Tais informações dão a entender que a as investigações apontam para uma provável culpa da condução do jatinho, que vai exigir dos familiares das vítimas esforço adicional no sentido de que obter correspondente reparação econômica, dado que eventualmente as ações terão de se processar em território americano.

Uma outra dificuldade a ser enfrentada é a falta ou a limitação de acesso aos interessados aos documentos oficiais a serem produzidos sobre a investigação, especialmente diante do fato de que estas estão sendo conduzidas cumulativamente por diversos órgãos, entre os quais a Polícia Federal, a Polícia Civil do Mato Grosso, a ANAC e o Comando da Aeronáutica.

Essa proposta visa a promover uma consolidação de todas as apurações para se dar à sociedade brasileira e internacional a mais ampla transparência sobre a causa do acidente, bem como propor medidas que possam contribuir para evitarem outros tantos sinistros de natureza semelhante.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Esse é o Requerimento, que já foi discutido e já houve manifestação de votos por vários dos senhores membros desta Casa, mas nós renovamos a votação... A aprovação do Relatório prévio. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Esta Presidência avoca a relatoria dessa proposta de fiscalização e controle.

Passamos à pauta do dia. O Item 01. Aviso nº 52/2001. Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 99/2001 do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente à auditoria operacional realizada no Banco do Nordeste do Brasil, tendo por objetivo a avaliação da gestão dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do

Nordeste, FNE, particularmente na área de contratação de operações de crédito. Designo Relator *ad hoc* o eminente Senador Flávio Arns. Tem V.Exª. a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O parecer é de autoria do Senador Jonas Pinheiro, e eu sirvo neste momento como Relator *ad hoc*, no sentido de analisar o Aviso nº 52/2001, nº 960 na origem, do Tribunal de Contas da União, e, através deste aviso, o Tribunal de Contas encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão 99/2001 e sobre o Aviso 960 do TCU, de 2003, que encaminha cópia do Acórdão 622/2003, bem como dos respectivos relatórios e votos que os fundamentam, referentes a auditoria operacional realizada no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

O Ministro revisor... A tramitação do relatório, aliás, de auditoria operacional teve dois momentos de discussão. No primeiro, o Ministro apresentou voto revisor, contestado pelo Relator. E, no segundo momento, o BNB interpôs um recurso contra duas determinações. O Ministro revisor se insurgiu contra as críticas do Relatório em relação a vários aspectos. E analisando os documentos todos se chegou à conclusão, através do Relatório do Senador Jonas Pinheiro que, como resultado esperado da melhoria da gestão dos fundos, em função das medidas adotadas pelo Poder Executivo, dificilmente virão a se repetir a maioria dos problemas identificados na documentação do TCU. Além do estabelecimento de normas uniformes para os três fundos, haverá mais transparência, pelas medidas adotadas, na administração dos recursos públicos envolvidos e seus resultados serão de conhecimento mais tempestivo das autoridades responsáveis por sua supervisão e controle, assim como da opinião pública e das entidades representativas dos setores produtivos das regiões beneficiadas com a atuação dos fundos.

Os elevados montantes de recursos públicos envolvidos indicam os fundos constitucionais de financiamento como uma prioridade para a agenda de prioridades desta Comissão. Mas cabe levar em conta o longo prazo transcorrido desde os acontecimentos, os fatos tratados na documentação encaminhada pelo TCU. Como houve diversas mudanças na administração dos fundos, parece prudente reservar o tempo desta Comissão à análise de fatos mais recentes e ao acompanhamento do impacto das novas medidas administrativas adotadas pelo Poder Executivo.

Com base na análise, opinamos pelo arquivamento do processo derivado do Aviso nº 203/2001 do TCU, sobre a auditoria operacional realizada no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, FNE. Este é o parecer do Senador Jonas Pinheiro, que eu leio como Relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 02. Aviso 201/2001. Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão 879 do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam sobre o relatório de auditoria realizada nas obras de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto de Salvador. Tem como Relator o eminente **SENADOR CÉSAR BORGES**. Tem V.Exª. a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, retorna, para exame desta Comissão, o Aviso nº 201/2001 na origem, de 24 de outubro de 2001, e nº 6.825 na origem, de 18 de outubro de 2005. Do Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, que encaminha, para conhecimento do Senado Federal, cópia da Decisão nº 879/2001 do Plenário do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam. Sobre o Relatório de auditoria realizado nas obras de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto de Salvador.

Em relatório que apresentamos no dia 30 de agosto de 2005, manifestamo-nos para que a Comissão de Fiscalização e Controle e Meio Ambiente tomasse conhecimento do teor da matéria analisada e que enviasse ofício ao Presidente do TCU, para que esta Comissão fosse informada quanto aos desdobramentos da Decisão nº 879/2001, especialmente no tocante à questão do ressarcimento de recursos públicos eventualmente desviados.

Atendendo a tal solicitação, o Ministro Presidente Adilson Motta, enviou, no dia 18 de outubro de 2005, o Aviso 6.825, que e nesta Casa foi juntado ao processado ora analisado. Resumidamente, o Ministro informa que:

a) Diante da vedação da aplicação de recursos orçamentários federais nas obras fiscalizadas no Aeroporto de Salvador, estas foram concluídas com recurso oriundo do Estado da Bahia. Entretanto, não há, na opinião do TCU, óbice a tal procedimento;

b) Os desdobramentos da Decisão de 879/2001 estão sendo acompanhados por intermédio do Processo do Tribunal de Contas nº 015832/2005-5, que aguarda o cumprimento de diligência por parte da INFRAERO. O ressarcimento dos recursos públicos eventualmente desviados é objeto do Processo Tribunal de Contas nº 009627/2000, que se encontra em fase final de análise de alegações de defesa dos responsáveis pelo débito de aproximadamente 30 milhões, apurado na auditoria realizada em 2001.

Assim sendo, manifestamo-nos para que esta Comissão tome conhecimento da resposta contida no Aviso 6.825, e envie ofício ao Presidente do TCU, para que esta Comissão seja informada da decisão definitiva dos processos, já referidos, o 015832/2005 e o 009627/2000. Esse é o relato, Sr. Presidente.

Eu acrescentaria a esse relato, para que fique bastante claro aqui para esta Comissão, que essa obra é uma obra da maior importância realizada no Estado da Bahia. Era a reforma, ampliação, modernização, praticamente um aeroporto novo para a Bahia, para Salvador. E que se encontra entre os principais aeroportos do País, o quinto em movimentação. Essa auditoria do Tribunal foi realizada, eu à época era Governador do Estado, e, diferentemente de outros Estados brasileiros onde a INFRAERO fez a reforma e modernização dos aeroportos como o de Recife e tantas outras capitais, neste caso, Governo do Estado participou com aproximadamente 40 a 50% dos recursos. E, lamentavelmente, uma conjunção política levou a se maximizar essa questão do Relatório do TCU e levou o TCU a paralisar inteiramente as obras do Aeroporto de Salvador, que não poderiam ser concluídas e poderiam estar até hoje paralisadas, porque não há uma decisão sobre o processo e sobre a investigação do TCU, Presidente.

À época, juntaram elementos políticos, que era o Líder do PMDB e que era baiano e que fez toda uma pressão política, o Líder do PT a nível nacional, que também era da Bahia, o Líder nacional do PSDB, que também era da Bahia, eu vou deixar de citar os nomes, mas todos eles se uniram no sentido de paralisar e conseguiram paralisar essa obra. Ficou a obra paralisada. E o que é que tinha o Estado da Bahia a ver com isso? Nada. Nós colocamos recursos para que a obra fosse, em parceria com o Governo Federal, feita, realizada. Se havia algum desvio, alguma suspensão do Tribunal, era sobre a INFRAERO, que é uma empresa do Governo Federal. E a obra era de responsabilidade, única e exclusivamente, do Governo Federal. Mas aqueles interesses políticos partidários, que superam os interesses da população e do Estado, fizeram com que uma pressão, inclusive no Congresso Nacional, impedisse que essa obra tivesse continuidade.

E veja V.Exª, nós só conseguimos concluir a obra porque fomos ao Tribunal de Contas, estivemos à época com o Ministro-Presidente Humberto Souto, que, aliás, eu soube que volta à Câmara dos Deputados, eleito, por Minas Gerais, Deputado Federal, e conseguimos uma solução onde o Governo da Bahia, com recursos próprios, colocaria na INFRAERO para a conclusão das obras. E não seria mais dotações federais. Isso criou inclusive uma jurisprudência no Tribunal de Contas da União, onde várias outras obras que estão paralisadas, mas que têm a parceria do Governo do Estado, possa o Governo, alocando recursos à obra, permitir a sua conclusão. Porque o pior que pode existir são obras paralisadas, sem conclusão, onde já foram alocados substantivos recursos públicos federais e que fica ali paralisado, enquanto o Tribunal não toma uma decisão final. Como nesse caso não tomou até o momento, Presidente. Não tomou.

Então, o Governo do Estado da Bahia alocou recursos, cumprindo a sua responsabilidade com a Bahia, e está lá o Aeroporto Internacional de Salvador, que homenageia o grande baiano Luis Eduardo Magalhães, o Aeroporto Luis Eduardo Magalhães servindo a toda a população do Brasil, da Bahia... E, imagine V.Exª, esse aeroporto foi projetado e ele foi inaugurado no ano de 2002, apesar do Governo Lula colocar nas suas realizações, mas foi inaugurado em 2002, não tem nada a ver com o atual Governo, projetado para atingir o seu ponto máximo de utilização 10 anos de uso, de vida útil de 10 anos, aí teria nova ampliação, quando deveria atingir aí o total de seis milhões de passageiros anuais. Nós já estamos com mais de quatro milhões e meio. Quase que cinco milhões de passageiros/ano no Aeroporto Internacional Luis Eduardo Magalhães, o Aeroporto de Salvador. Veja se esse aeroporto estivesse com as obras paralisadas.

Portanto, em função disso, e sendo eu o Relator, eu achei por bem não arquivar absolutamente nada. O que nós estamos aqui no meu relato pedindo é que o Tribunal de Contas dê ciência a esta Comissão da apuração, da abertura de todos os processos que tem relativos a esse caso. Eu espero que tenha dado uma explicação bastante clara sobre o assunto. Então, o que eu estou desejando é que esta Comissão, e aí é o nosso voto, ela se manifeste perante o Tribunal para que, através de ofício, diga que a Comissão deseja ser informada quando da decisão definitiva dos processos que aqui estão relacionados os números dos dois processos que correm no Tribunal. Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Em discussão o parecer do eminente **SENADOR CÉSAR BORGES**. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 03... Ao Item 04. Aviso nº 24/2001. Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão 1093/2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR-060, no trecho entre o entroncamento com a DF-180 e a divisa DF-GO, no período de 17 de julho a 17 de

novembro de 2000. Tem como relator o eminente Senador Augusto Botelho. Tem V.Exª. a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR): Obrigado, Sr. Presidente. Retorna para exame na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, CMA, o Aviso AVS nº 24/2001, que se refere ao encaminhamento pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, TCU, para conhecimento do Senado Federal, de cópia da decisão nº 1093/2000, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referentes à auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR-060, no trecho entre o entroncamento com a DF 180 e a divisa DF-GO, no período de 17 de julho a 10 novembro de 2000, e de cópia do Acórdão nº 293/2002, bem como dos respectivos votos e relatórios que o fundamentam, referente à Tomada de Contas especial, TC 010.471/2000-8. Em Relatório que apresentamos no dia 16 de agosto de 2005, manifestamo-nos para que a CMA tomasse conhecimento do teor da matéria analisada e que enviasse ofício o Presidente do TCU, para que esta Comissão fosse informada quanto aos desdobramentos do Acórdão 293/2002 e que, caso as providências determinadas pelo TCU tivessem sido adotadas e as impropriedades sanadas, que se comunicasse à Comissão Mista de Planos e Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional que não persistiam os óbices levantados por aquele Tribunal ao repasse de recursos federais às obras analisadas, no Aviso nº 24/2001.

Atendendo tal solicitação, o Ministro Walton Alencar Rodrigues, Vice-Presidente do TCU, no exercício da Presidência, enviou, no dia 26 de outubro de 2005, o Aviso nº 1961 da SGS TCU Plenário, que, ao chegar ao Senado, foi juntado ao processo analisado. Resumidamente, o Ministro informa, por meio deste aviso, que, tão logo seja proferida a decisão do Processo TC 013845/2002-2, será encaminhada cópia à CMA. Assim sendo, manifestamo-nos no sentido de que, tendo esta Comissão tomado conhecimento da resposta contida no Aviso nº 24/2001, proceda-se o seu arquivamento. Esta é a decisão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Em discussão o Relatório do eminente Senador Augusto Botelho. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 05. Aviso 21/2006, onde o Tribunal de Contas encaminha ao Senado Federal o Relatório de suas atividades referente ao primeiro trimestre do exercício 2006. Tem como Relator o eminente Senador Augusto Botelho, a quem passamos a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR): Sr. Presidente. A análise. As atribuições do Tribunal de Contas da União, a quem compete auxiliar o Congresso Nacional no controle externo dos gastos públicos, estão definidas detalhadamente na Carta Magna, no art. 71. Em síntese, cabe ao Tribunal emitir parecer prévio sobre as contas anuais do Governo, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis pela aplicação de dinheiro público. Apreciar a legalidade dos atos relativos ao pessoal, na administração direta e indireta, realizar inspeções e auditorias nos órgãos e entidades dos três poderes da União, por iniciativa própria ou a pedido de órgãos do Poder Legislativo, além de fiscalizar a aplicação de recursos repassados às demais Unidades da Federação mediante convênio.

O documento encaminhado contém, de forma organizada, suficientemente detalhada, as atividades do TCU no primeiro trimestre de 2006. Na apresentação do Relatório, o Presidente do TCU destaca o início da fiscalização do programa emergencial de trafegabilidade e segurança nas estradas, destinando à recuperação de rodovias recursos da ordem de 400 milhões. E as auditorias efetuadas na Empresa de Correios e Telégrafos, ECT, para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do CORREIOS, que foram analisadas mais de 50 licitações envolvendo 5,7 bilhões.

Bom, no detalhamento das atividades que constam nas ações específicas e situação atual das fiscalizações efetuadas, tais como dos programas de Governo avaliados, do total, 49% das auditorias foram de iniciativa do próprio TCU e 51% do Congresso Nacional. Entre as primeiras, destaca-se a do programa de recuperação das estradas em que, das 99 fiscalizações iniciadas, 48 apresentavam irregularidades graves, com proposta de paralisação, 30 com irregularidades graves sem proposta de paralisação e 13 com outras irregularidades. Apenas oito sem irregularidades. Quer dizer, de 90 ações, só oito estavam regulares.

Entre os demais programas avaliados, mencionam-se programas sociais do Governo como Bolsa Família, Segundo Tempo, Erradicação do Trabalho Infantil, Agente Jovem e outros nas áreas de Transporte, Esporte, Saneamento e Desestatização.

Foram detectadas deficiências nas avaliações iniciais do Programa de Manutenção das Hidrovias e no Programa Segundo Tempo, para os quais o TCU fez diversas recomendações. Naqueles já em fase de monitoramento e para os quais havia recomendações anteriormente expedidas como o Bolsa Família e o de Erradicação do Trabalho Infantil, o de Saneamento Básico e o Agente Jovem verificou-se a implementação de boa parte das medidas recomendadas.

O Tribunal apurou também diversas denúncias veiculadas na imprensa relativas a irregularidades dos contratos de empresas e de órgãos públicos. Uma importante informação constante do Relatório refere-se aos estudos efetuados pelo Tribunal, com vistas a conferir maior eficácia a sua atuação, especificamente, perante as iniciativas para suspender a execução das decisões do TCU por meio de ações judiciais. Os estudos indicaram que a via adotada pelos processos é propositalmente inadequada. E o TCU vem tendo seus julgados desconstituídos indiretamente. Recomendou assim a AGU e a Procuradoria-Geral da República que colaborarem no sentido de evitar o trânsito em julgado dessas decisões e que a AGU informe o TCU acerca do andamento dessas ações e, quando cabível, solicite ao Tribunal os elementos necessários à sua defesa.

Nas fiscalizações que efetua, ao ser constatado dano ao erário, desfalque ou desvios de recursos, o Tribunal remete cópia do processo ao Ministério Público da União. Neste trimestre, foram enviadas ao MPU cópias de 242 processos envolvendo 309 responsáveis, os quais encontram-se identificados no final do Relatório. O Tribunal atendeu ainda 171 pedidos de informação ao Poder Judiciário, dos quais 42 provenientes do Supremo Tribunal Federal, 43 das Procuradorias da República dos Estados e outros do Poder Executivo e dos Ministérios Públicos da União e estaduais.

Na área de atividades administrativas, o Relatório noticia a aprovação do plano estratégico do TCU para 2006/2010 e do plano de diretrizes para 2006, que estabelece metas e rotinas para a melhoria operacional e de qualidade e a ampliação da capacidade de resposta do órgão.

Relata no item relata no item "O TCU e a sociedade" a preocupação com a transparência e a importância de divulgar as informações acerca das gestões públicas. Um dos seus instrumentos é a Ouvidoria do TCU, que recebe sugestões e reclamações a respeito dos serviços prestados pelo Tribunal. Mencionam-se também as parcerias com órgãos do Governo e organismos internacionais de fiscalização. Uma das coisas que o TCU reclama é que ele não tem poder de quebrar sigilo bancário e sigilo telefônico, talvez seja uma coisa para nós pensarmos em discutir para colocar esse poder no TCU, para poder fazer melhor a análises dos processos.

Por fim, são reportadas atividades do Ministério Público especializadas que atuam junto ao TCU na defesa da ordem jurídica no âmbito do Tribunal de Contas. O MP-TCU emite parecer sobre os processos e representa o TCU sobre determinados assuntos.

Do voto. Em face do exposto, cabe a esta Comissão tomar conhecimento das informações contidas no Relatório e, não havendo outras providências a tomar, voto pelo encaminhamento da matéria ao arquivo, com a devida comunicação à Mesa, nos termos do art. 143 do Regimento Interno. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Em discussão o Relatório do eminente Senador Augusto Botelho. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 07. Projeto de Lei do Senado nº 265/2004. Altera a Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros e estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências, para estender o sistema de segurança dos estabelecimentos financeiros aos caixas eletrônicos. Tem como Relator o eminente **SENADOR CÉSAR BORGES**, a quem concedemos a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): SENADOR CÉSAR BORGES, só, pela ordem, se V.Exª. me permite, porque há assim uma orientação também do Governo no sentido de nós estudarmos mais a fundo a questão objeto deste Projeto de Lei. Então, indagaria de V.Exª. se seria possível ou no caso pedir vistas ou retirar de pauta para essa apreciação mais detalhada.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Sr. Presidente, e ao mesmo tempo também respondendo a argüição do Senador Flávio Arns, este Projeto, só para se ter conhecimento, é um Projeto que visa a obrigar as instituições financeiras a dar segurança também àqueles usuários dos caixas eletrônicos, porque nós verificamos que, em função do aumento da violência, da criminalidade no País, lamentavelmente, o que acontece é que se pratica muito crime na proximidade do caixa eletrônico, onde os criminosos muitas vezes ficam ali de tocaia esperando o saque e após o saque do recurso a pessoa é assaltada. Então, como há hoje na legislação a obrigatoriedade de que os estabelecimentos financeiros onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário possam dar segurança de acordo com uma proposta de sistema de segurança elaborada e aprovada no Ministério da Justiça, o que pretende o Senador Rodolpho Tourinho é fazer com que também seja estendido aos caixas eletrônicos, porque eles estariam também dentro desse critério de guarda de valores e movimentação de numerário. Então, nós achamos que há mérito na aprovação do Projeto. Não vejo aqui, Senador Flávio Arns, qual a interferência com o Governo. Porque não há despesas adicionais para o Governo. Se houver, será para o sistema financeiro. Então, eu preferia, respondendo diretamente ao Senador Flávio Arns, preferia fazer o relato, que, de certa forma, já estou fazendo, com o voto favorável e pela

aprovação do Projeto de Lei 265/2004, e que o Senador Flávio Arns tivesse a oportunidade, no caso, de, solicitando vista, concedida a vista, porque nós ganharemos tempo e, nesse período de vista, ele poderia negociar e apresentar alguma proposta caso tivesse. Um voto em separado ou uma proposta para negociar, caso deseje, até com o próprio Senador Rodolpho Tourinho, que é o autor do Projeto, e nós acataríamos como Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Se o Senador Flávio Arns concorda, o eminente **SENADOR CÉSAR BORGES** proferirá o seu Relatório e, em seguida, V.Exª. fique à vontade para solicitar vista ou não do processo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero inclusive esclarecer ao **SENADOR CÉSAR BORGES** que, de fato, esta havia sido a solicitação da parte do Executivo, com uma preocupação em relação aos custos que pudessem incidir sobre os usuários, mas a explicação de V.Exª. é clara, a idéia do Senador Rodolpho Tourinho também é bastante pertinente, eu acho que isto é um custo que a instituição financeira, na verdade, tem que arcar, e a gente vê também o lucro bilionário das instituições financeiras em nosso País, nada mais justo e nada mais adequado que se faça também sem ônus para o consumidor, que este custo também esteja colocado junto às instituições financeiras para garantir a segurança daquelas pessoas que se utilizam dos caixas eletrônicos. Então, eu até retiro a minha ponderação. E acho que o Projeto é do mais alto valor, necessidade e eu acho que está na hora mesmo do consumidor ser muito mais beneficiado nesta sua relação com os Bancos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Então, Sr. Presidente, eu agradeço muito essa compreensão do Senador Flávio Arns e inclusive eu quero dizer que esse Projeto ele é terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos, na CAE, e teremos oportunidade inclusive de discuti-lo um pouco mais. Mas não tem nenhum ônus para o erário, é apenas uma responsabilidade de instituições financeiras, muito bem colocado aqui pelo Senador Flávio Arns, que tem lucros já bastante substantivos, eu espero que o Governo possa atuar no sentido de que novas taxas não sejam criadas sobre o consumidor para cobrir esse tipo de custo. Mas as instituições, que são poderosíssimas, poderiam dar esse tipo de segurança àqueles que utilizam os caixas eletrônicos. Afinal de contas, ali também, está no espírito da lei, é feito o manuseio de valores. Então, nosso voto, já foi feito, de certa forma, o relato, o nosso voto é pela aprovação, parabenizando, mais uma vez, o autor do Projeto, Senador Rodolpho Tourinho, que na sua passagem pelo Senado tem realmente um acervo de Projetos e de relatos em Projetos da maior importância, foi um Senador que serviu ao Brasil, serviu ao Senado ,e de forma especial, ainda à Bahia. Então, eu parabenizo aqui o Senador Rodolpho Tourinho por mais esse Projeto. Aprovamos um agora dele, na Comissão de Educação, e agora estamos na Comissão aqui do Consumidor... de Defesa... do Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, aprovando mais um Projeto do Senador Rodolpho Tourinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Em discussão Relatório. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 08. Projeto de Lei do Senado nº 398/2005. Que obriga os estabelecimentos que especifica a fornecerem informações nutricionais dos alimentos e bebidas preparados. Tem como Relator o eminente Senador Augusto Botelho, a quem passo a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR): Relatório. Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 398/2005, que obriga os estabelecimentos que especifica a fornecerem informações nutricionais dos alimentos e bebidas preparados. Trata-se de proposição de autoria do Senador Marcelo Crivella, composto de três artigos. O 1º estabelece que os serviços de alimentação deverão disponibilizar em local visível e de fácil acesso ao consumidor as informações nutricionais básicas dos alimentos e bebidas preparados, assim compreendidos aqueles em condições de consumo imediato. O valor calórico das porções de alimentos e bebidas preparados deverá constar nas informações. As informações nutricionais deverão constar de qualquer forma de divulgação dos produtos, dentro ou fora do estabelecimento, e serão veiculadas de forma ostensiva, atendendo às características do meio de comunicação empregado para a divulgação. O regulamento da lei em que o Projeto se converter definirá as formas de apresentação das informações nutricionais. O art. 2º determina que o descumprimento da norma do art. 1º configura infração à Legislação Sanitária Federal, sujeito às penalidades estabelecidas nos incisos IV e V do art. 10 da Lei nº 6.437, de 77, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. O art. 3º estabelece que a lei em que o projeto se converter entrará em vigor 180 dias após a sua publicação.

Justificando o Projeto, o autor argumenta que os distúrbios nutricionais constituem um grave problema de saúde pública não só no Brasil, mas no mundo. A desnutrição, problema que mais atingia o mundo no passado, foi substituída por uma alimentação excessiva e desbalanceada e pela obesidade, resultante da chamada transição nutricional, reflexo das mudanças de hábitos alimentares e de vida das populações nas últimas décadas. As dietas tradicionais, ricas em fibras,

digamos, integrais vêm sendo substituídas pelo consumo de grãos refinados e alimentos ricos em gorduras animais e açúcares. Dados da Organização Mundial de Saúde e da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia atestam significativo aumento da obesidade na população mundial e brasileira e com o conseqüente aumento da morbidade, mortalidade e dos gastos com saúde, entre outros reflexos negativos, são várias as doenças associadas à obesidade.

A cultura do *fast food*, de acordo com a justificação, é em grande parte responsável pela referida transição nutricional. Houve não só no Brasil, mas em todo o mundo um extraordinário aumento do consumo de alimentos em estabelecimentos desse gênero, que, de acordo com pesquisa divulgada pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, contêm excesso de sal, proteínas e gordura, além de apresentar grande variação no conteúdo calórico e componentes nutricionais. É preciso, portanto, municiar o consumidor de todas as informações necessárias para que possa escolher corretamente os alimentos, razão da apresentação da proposição em exame.

A Comissão de Educação manifestou-se favoravelmente à proposição, o Projeto agora é submetido a esta Comissão e, em seguida, irá para a Comissão de Assuntos Sociais, à qual compete opinar em caráter terminativo.

Da análise. Tendo em vista que a matéria não foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, entendemos que o parecer desta Comissão deve abranger os aspectos de constitucionalidade e juridicidade da proposição, que cumpre todos esses pareceres.

Do mérito. Não restam dúvidas sobre a importância de disponibilizar informações ao consumidor acerca dos produtos e serviços que adquire no mercado. Especialmente neste caso, em que o que está em jogo é a saúde pública. O que se busca é fornecer à população informações nutricionais básicas sobre os alimentos e bebidas que lhes são oferecidos em restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos similares. Com vistas a que ela possa, com base nessas informações, optar por uma alimentação equilibrada, diminuindo-se assim a ocorrência de enfermidades associadas a dietas desbalanceadas. Evidentemente, essa medida não surtirá os efeitos pretendidos se adotada isoladamente, devendo ser acompanhada de outras de igual importância como, por exemplo, campanhas de educação alimentar por parte do Poder Público, sem o que as informações disponibilizadas pouco servirão para que a população passe a adotar uma dieta mais saudável.

Por outro lado, embora a matéria objeto da proposição envolva a proteção do consumidor, uma vez que se trata de fornecimento de alimentos, acreditamos que o tema central do Projeto é a saúde pública, assunto sobre o qual a competência para emitir parecer é da Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a qual certamente dispõe de melhores condições para analisar a proposição sob esse enfoque.

O voto. Em vista dos argumentos expostos, manifestamos-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado 398/2005 e, no mérito, por sua aprovação. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO): Em discussão o Relatório do eminente Senador Augusto Botelho. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Esta Presidência dá conhecimento aos eminentes membros da Comissão o recebimento de Avisos do Tribunal de Contas da União de nº 545, 1001, 1021, 1083, 1130, 1150, 1174, 1249, 1273, 1272, 1306, 1308, 1352, 1356, 1380, 1449, 1511, 1527, 1542, 1569, 1652. Esses Avisos encontram-se na Secretaria da Comissão à disposição dos Srs. Senadores. E esta Comissão estará encaminhando ao Gabinete de cada um dos Senadores o objeto de cada um desses Avisos. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a participação dos eminentes Senadores, declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h37

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA, EM CONJUNTO, COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS-SF; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO–CD; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO–CD; FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE–CD E COM A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO–CN, NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2006, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 2, ANEXO II DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Às noves horas e vinte e dois minutos do dia vinte de dezembro do ano dois mil e seis, sob a Presidência do Deputado Gilmar Machado, Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, e, em seguida, do Deputado Moreira Franco, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), com a presença dos Senadores Aelton Freitas, suplente da CMO/CN, titular da CMA/SF e suplente da CAE/SF, Augusto Botelho, suplente da CMO/CN e titular da CMA/SF, Eduardo Suplicy, titular da CAE/SF, Romeu Tuma, titular da CMO/CN e titular da CAE/SF e Valdir Raupp, titular da CMO/CN, titular da CMA/SF e titular da CAE/SF, e, ainda, dos Deputados Almir Sá, titular da CMO/CN, Antonio Cambraia, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Antônio Cruz, suplente da CMO/CN, Arnaldo Madeira, titular da CFT/CD, Arnon Bezerra, titular da CMO/CN, Átila Lins, suplente da CMO/CN, Benedito de Lira, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Bismarck Maia, titular da CMO/CN, Carlito Merss, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Carlos Melles, titular da CMO/CN, Carlos Mota, titular da CFFC/CD, Claudio Cajado, titular da CMO/CN, Daniel Almeida, titular da CMO/CN, Devanir Ribeiro, titular da CMO/CN, Eduardo Sciarra, titular da CMO/CN, Eduardo Valverde, titular da CMO/CN, Eunício Oliveira, titular da CMO/CN, Félix Mendonça, titular da CFT/CD, Fernando Coruja, titular da CFT/CD, Feu Rosa, suplente da CMO/CN, Francisco Garcia, titular da CFFC/CD, Geraldo Resende, titular da CMO/CN, Gonzaga Patriota, titular da CMO/CN, Jackson Barreto, suplente da CMO/CN, Jaime Martins, titular da CMO/CN, João Castelo, suplente da CFT/CD, João Leão, titular da CMO/CN, Jorge Bittar, titular da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD, Jorge Boeira, suplente da CFT/CD e titular da CDEIC/CD, José Carlos Machado, titular da CMO/CN, suplente da CFFC/CD e titular da CFT/CD, José Pimentel, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Jovair Arantes, titular da CMO/CN, Júlio Cesar, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Leonardo Mattos, titular da CMO/CN, Leonardo Monteiro, suplente da CMO/CN, Luiz Carlos Hauly, suplente da CFFC/CD e titular da CFT/CD, Luiz Carreira, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Lupércio Ramos, suplente da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD, Manoel Salviano, titular da CFFC/CD, Marcelo Castro, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Mauro Benevides, titular da CFFC/CD, Nárcio Rodrigues, titular da CMO/CN, Nelson Meurer, titular da CMO/CN, Nelson Pellegrino, suplente da CMO/CN, Paulo Pimenta, titular da CMO/CN, Pedro Chaves, titular da CMO/CN, Pedro Fernandes, titular da CMO/CN, Pedro Novais, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Professora Raquel Teixeira, titular da CMO/CN, Rogério Teófilo, titular da CMO/CN, Ronaldo Dimas, titular da CMO/CN e titular da CDEIC/CD e Virgílio Guimarães, titular da CFT/CD, Waldemir Moka, suplente da CMO/CN. Comparecem os parlamentares não integrantes das Comissões que participaram da reunião, os Deputados Alceste Almeida e Rafael Guerra. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Gerson Camata, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Fernando Bezerra, João Ribeiro, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema "avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços" - 1º semestre de 2006, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. A reunião é iniciada sob a direção do Presidente, Deputado Gilmar Machado, que convida as seguintes autoridades para tomarem assento à Mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Sr. Afonso Sant'Anna Bevilaqua, Diretor de Política Econômica do Banco Central. Em seguida o Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Palestrante dispõe de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no § 5º do mesmo artigo do referido Regimento, os Parlamentares inscritos para interpelar o Expositor podem fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente em exercício anuncia a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles faz apresentação em *datashow* sobre o tema em referên-

cia, tendo finalizado sua apresentação às dez horas e dois minutos. Em seguida o Deputado Moreira Franco, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, assume a direção dos trabalhos. A discussão é iniciada. Interpelam o Expositor os Deputados Virgílio Guimarães, Luiz Carlos Hauly, Jorge Bittar, o Senador Valdir Raupp, os Deputados Fernando Coruja e Eduardo Valverde. Às onze horas e oito minutos o Deputado Gilmar Machado reassume a Presidência da Reunião. Interpelam ainda o Expositor os Senadores Aelton Freitas e Eduardo Suplicy e os Deputados Carlito Merss, Jorge Boeira, José Carlos Machado e Leonardo Mattos. É assegurada réplica ao Senador Aelton Freitas. O Palestrante responde os questionamentos efetuados. O Presidente agradece a presença do Dr. Henrique Meirelles e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Deputado **Gilmar Machado,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

Notas taquigráficas da reunião em 20/12/2006

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Declaro iniciada a 2ª reunião conjunta de audiência pública de 2006 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com a participação das seguintes Comissões da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Participam desta reunião também as seguintes Comissões do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e o resultado demonstrado nos balanços do primeiro semestre de 2006, em atendimento ao estabelecido pelo § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Nosso convidado de hoje é o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil. Anuncio a presença entre nós do Diretor de Política Econômica do Banco Central, Dr. Afonso Sant'Anna Bevilaqua.

Ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, gostaria de agradecer pelo pronto atendimento ao convite para o debate sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, agradeço a atenção de V.Exa. para com esta Casa. Lamento, e de antemão peço desculpas pelo pouco tempo de que dispomos. Em virtude do final do ano, hoje vamos iniciar também a votação, em plenário, do relatório final do Orçamento. Portanto, devemos, na quarta e na quinta-feira desta semana, debater o Orçamento, peça fundamental para o País.

O Presidente do Banco Central foi convidado a participar deste debate em horário preestabelecido. Sei que V.Exa. está esperando desde 9h — já são 11h — e que tem agendado um compromisso com o Presidente da República. Pode ter certeza de que não vamos prejudicar sua agenda.

Também registro a presença do nosso Relator-Geral, Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra a**O SR. PRESIDENTE** do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, por até 20 minutos, para fazer sua exposição, não podendo o mesmo ser aparteado. Posteriormente, iniciaremos o período destinado aos debates.

Caso seja possível, gostaria de saber se podemos providenciar cópias da exposição de V.Exa. aos Parlamentares, para que todos possam melhor acompanhá-la.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Presidente.

Como sempre, é uma honra para mim e para o Banco Central comparecer ao Congresso Nacional e prestar contas das atividades do Banco no primeiro semestre de 2006.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em razão do exíguo tempo para a apresentação, devo dizer que o texto basicamente demonstra o resultado contábil do Banco Central no primeiro semestre de 2006 e, depois, faz um relato sobre o cumprimento de objetivos com relação às políticas monetária, creditícia e cambial, e com possíveis efeitos fiscais de decisões político-monetárias, bem como sobre a evolução recente da atividade econômica.

O resultado contábil apurado pelo Banco Central, no primeiro semestre de 2006, foi negativo em 12,5 bilhões de reais, o que decorreu principalmente do impacto da valorização do real frente ao dólar, de 7,54%. Basicamente, com o aumento das reservas internacionais — que são parte do ativo do Banco Central do Brasil — e como os ativos, portanto, em moeda externa, no caso em dólar, superaram os passivos de moeda externa, tivemos uma situação em que houve valorização do real frente ao dólar e, por isso, um impacto negativo no balanço do Banco Central. Quando há desvalorização do real, com valorização, portanto,

do ativo em dólares, nós temos um impacto positivo no balanço comercial. Por exemplo, se nós olharmos o segundo semestre, até novembro, o resultado do Banco Central é positivo, exatamente pela evolução do real frente ao dólar neste semestre. Por outro lado, isso tem uma contrapartida, e a contrapartida é exatamente o impacto no Tesouro Nacional, porque essas reservas são uma contrapartida à dívida externa do País — e a dívida externa está contabilizada no Tesouro Nacional. Portanto, neste caso, eu vou mostrar que há um resultado negativo no Banco Central, que é compensado por um resultado positivo do Tesouro Nacional. No final, existe o ajuste quando o Banco Central transfere o resultado para o Tesouro; aí o Tesouro consolida o resultado. Portanto, como eu disse, o resultado é coberto até o décimo dia útil de 2007.

Se nós olharmos agora a composição do resultado do Banco Central, vamos ver que temos uma conta positiva de juros, mais ajustes de balanço, correção cambial, como eu mencionei, negativa; os *swaps* cambiais também tiveram resultado negativo. Houve apropriação de correções, inclusive de provisões negativas compensando alguns ajustes positivos no item "a", com resultado, como eu mencionei, de 12,5 bilhões de reais. Por outro lado, já existe a informação de que a variação cambial e *swaps* foram responsáveis por 11,6 bilhões de reais desse resultado que mencionei. E o resultado líquido das variações cambiais, portanto, esse sim, o resultado operacional do banco, foi de 638 milhões de reais negativos.

Se nós o compararmos com os últimos anos, vamos ver que o resultado do Banco Central é correlacionado com a variação cambial. Então nós temos essa variação que, por exemplo, era de 10 bilhões e 900 milhões de reais no primeiro semestre de 2002. Na época, a situação de balanço era o contrário; naquela época nós tínhamos poucas reservas. E se houve 24 bilhões positivos, por exemplo, no primeiro semestre de 2003, foi exatamente porque naquela época ocorreu uma valorização do real, justamente quando tínhamos uma posição passiva maior, uma posição ativa menor, porque as reservas eram menores. Portanto, nós tivemos esse resultado. Por isso é que nós, em trabalho com os auditores do Banco Central, concluímos que deveríamos reportar à sociedade, ao Congresso e ao mercado esse ajuste da correção cambial, com vistas a mostrar o impacto da correção cambial, mostrar que isso é objeto de uma contrapartida de um resultado oposto no Tesouro Nacional em função, novamente, de o Banco Central contabilizar as reservas e o Tesouro, a dívida externa.

Resultado de juros. Detalhes.

Isso aqui é o detalhamento das operações de juros como eu mencionei.

Passando agora ao detalhamento do efeito da correção cambial, que é um item de importância, como já mencionei, nós vemos aí, em vermelho, a evolução da cotação nominal do real frente ao dólar; portanto, temos aqui esse efeito de 7,54%, que foi a perda de valor do dólar frente ao real.

Nós vemos em tela o efeito da dívida externa, como mencionei. A dívida externa apresentava um saldo de 74,4 bilhões de dólares em dezembro de 2005; como houve o pagamento de 9,6 bilhões, o saldo passou a ser de 64,8 bilhões de dólares.

Sobre a cotação do real. Ela passou de 2,34 dólares, em dezembro de 2005, para 2,16 dólares, agora. E, se olharmos o efeito líquido, simplificando esses cálculos, veremos que houve um efeito cambial positivo para o Tesouro Nacional de 13,1 bilhões de reais.

Sumarizando, o que temos? O efeito câmbio, considerando-se que o Banco Central dispõe das reservas. As reservas são contabilizadas do ativo do Banco Central, enquanto a dívida externa, como disse, é contabilizada no Tesouro. Portanto, quando o dólar perde valor frente ao real, temos um prejuízo apropriado no Banco Central. Por esse efeito, 11,8 bilhões de reais é um resultado positivo no Tesouro Nacional, na medida em que o valor da dívida externa cai, em reais, exatamente porque o valor do dólar caiu, e a dívida é em dólar. Temos efeitos similares, e o resultado líquido para o Tesouro Nacional, depois de o Banco Central transferir o resultado negativo para o Tesouro, é um resultado positivo de 1,2 bilhão de reais, como resultado da valorização do real neste período — porque neste período, evidentemente, o saldo líquido da dívida externa era maior do que o saldo líquido das reservas; portanto, o resultado foi positivo no primeiro semestre de 2006.

No quadro, outros detalhes de balanço.

Aqui os senhores vêem um item relevante: Outras Receitas e Despesas; no caso, operacionais, despesas administrativas do Banco, de acordo com Orçamento aprovado pelo Congresso, de 685 milhões de reais; despesa com fabricação de cédulas e moedas, 165 milhões de reais; repasse do Tesouro Nacional, 297 milhões de reais; despesas com ações judiciais, 274 milhões de reais; outras, 16 milhões de reais. Soma total: 843 milhões de reais.

Vamos agora passar aos objetivos do Banco Central.

O Banco Central tem 3 objetivos importantes: política monetária, que é o cumprimento da meta de inflação, condição necessária para o crescimento sustentável ao longo do tempo; política creditícia, que

tem como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito (não há metas formais); e política cambial, um aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante. Também não há metas para taxa de câmbio.

Política monetária. O objetivo fundamental do Banco Central nessa área é o cumprimento da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional em 4,5%, com tolerância de mais ou menos 2%.

Se analisarmos os resultados da condução da política monetária no Brasil, vamos ver que tivemos, no ano de 2002, uma inflação de 12,5%; que baixou para 9,3% em 2003; para 7,6%, em 2004; para 5,7%, em 2005. E, agora, a estimativa consensual no mercado é de que a inflação em 2006 deve se situar ao redor de 3,2%. Temos aqui uma trajetória de desinflação que está se comportando de acordo com os objetivos e as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Um dado importante, quando comparamos a inflação ao consumidor medida pelo IPCA e a inflação medida pelo INPC. É interessante notar que o IPCA aponta uma inflação acumulada em 12 meses, em 2006, portanto a inflação real medida, de 3,02%, enquanto que a inflação apontada pelo INPC é de 2,59%. O IPCA mede a avaliação de preço ao consumidor nas regiões metropolitanas (as 11 maiores), de renda de 1 salário mínimo até 40 salários mínimos, enquanto o INPC vai de 1 até 8 salários mínimos.

Vemos então que a inflação foi ainda menos adversa, no período, às faixas de menor renda. Portanto, a inflação para as faixas de menor renda foi ainda menor do que para as faixas de renda mais elevada. Isso decorre principalmente da menor inflação no grupo alimentação.

A expectativa de mercado vemos em azul, no quadro. Vemos como ela tem caído durante o ano de 2006, comparativamente à inflação esperada para 2006. Em verde, temos a inflação esperada para 2007. Vamos ver como o mercado, recentemente, começou a fazer um reajuste dessas expectativas — para baixo.

Em dezembro de 2006, as expectativas para a inflação no Brasil, para este ano, ano corrente de 2006, e para 2007, encontram-se abaixo do centro da meta; porém, dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Dado da maior importância que vamos mencionar é o fato de que temos agora uma situação na qual, desde o ano passado, as expectativas de inflação estão de acordo com a meta, ao mesmo tempo em que a inflação corrente está também de acordo com a meta. Essa é uma situação evidentemente positiva e inédita na história corrente do País.

A expectativa de mercado para o IPCA nos próximos 12 meses aponta para uma trajetória cadente, estabilizando-se nos últimos meses.

Nesse quadro vemos uma evolução da inflação medida, comparada com as metas de inflação. O intervalo de metas está em cinza. Estamos vendo que a inflação, no início do regime de metas, esteve dentro do intervalo de tolerância; subiu acima do teto permitido pelo Conselho Monetário Nacional e voltou atrás graças à política monetária adequadamente implementada. Em 2003 voltou, digamos, para o intervalo de tolerância; subiu. Passou acima do teto no início do ano de 2005 e novamente voltou atrás, estando agora, como se espera, dentro do regime de metas, que vem sendo implementado com sucesso. Então, a inflação orbita em torno do centro da meta, na zona do intervalo de tolerância. Essa é a experiência da grande maioria de países que adotam o regime de metas: a inflação orbita em torno do centro, acima e abaixo, mas sempre dentro do intervalo de tolerância, como agora está ocorrendo no Brasil.

Política creditícia. O Banco Central tem como objetivo ampliar a oferta de crédito. Também aqui não há metas formais. Vemos o crédito com percentagem do produto, crédito total, em vermelho, na coluna esquerda, subindo cerca de 23,5% em janeiro de 2003, ou no primeiro semestre de 2003, crescendo de forma constante até um patamar próximo de 33% do PIB. Se olharmos o crédito livre, em azul no quadro, à direita, vemos uma trajetória similar, passando de cerca de 15% do produto para cerca de 22%.

Evolução do crédito livre para pessoas físicas e pessoas jurídicas. Temos que observar que o crédito para pessoas físicas está crescendo a uma taxa mais pronunciada do que o destinado a pessoa jurídica. Uma das razões é que, no caso das pessoas jurídicas, tem havido um movimento normal, que ocorre no mundo inteiro, que é a colocação de títulos pelas empresas diretamente no mercado — títulos que não são registrados nos balanços do sistema financeiro. Novamente, o crédito está crescendo também para a pessoa jurídica, mas vem crescendo de forma mais pronunciada para as pessoas físicas.

O *spread*, ou crédito livre, para a pessoa física está caindo de modo mais constante. O da pessoa jurídica subiu e voltou a cair, mas novamente mantendo uma tendência de queda.

O crédito — dado importante — em consignação em folha de pagamento. Temos o crédito consignado crescendo ainda a uma taxa superior ao crédito livre para pessoas físicas.

Crédito em consignação para aposentados do INSS. Temos aí uma demonstração do crescimento em volume e na quantidade de contratos.

Crédito em consignação a aposentados do INSS. Aqui, novamente, uma divisão por renda e, portanto, volume de crédito e número de contratos. Até 1 salário mínimo existem cerca de 2 milhões e 500 mil contratos; de 1 a 2 salários mínimos, cerca de 4 milhões de contratos; e depois um número menor de contratos. Mas aqui novamente os valores se mantêm relativamente estáveis: 1,8, 1,7, 1,9 bilhão de reais para faixas intermediárias. O valor maior, portanto, é para aposentados que ganham entre 1 e 2 salários mínimos.

Objetivos do Banco Central com a política cambial. O objetivo é um aperfeiçoamento constante do regime de câmbio flutuante. Não há uma meta de taxa de câmbio. Hoje em dia não existe mais, na maior parte dos países do mundo, a adoção do regime de metas de câmbio. Hoje se adota, na maior parte dos países, o regime de metas de inflação. Portanto, o câmbio hoje é operado num regime de câmbio flutuante, com taxas fixadas pelo mercado.

Taxas de câmbio. Aqui os senhores vêem uma demonstração da evolução nominal de 1998 a 2006, uma demonstração de como evoluiu a taxa de câmbio nominal do real frente ao dólar nesse período.

Saldo em conta corrente (1996/2006). Um dado da maior importância. Quando avaliamos a política cambial, temos de olhar o resultado dessa política cambial no balanço de pagamentos. E um dado da maior importância é analisar como está a evolução das contas correntes no País. Vemos que as contas correntes têm tido um comportamento bastante favorável. Passamos de um déficit substancial no final da década de 1990 para saldos positivos em conta corrente no passado recente. Evidentemente, um número para 2007 é uma previsão. É importante mencionar que a realidade sempre tem superado a expectativa — isto no passado recente. O resultado da balança comercial tem de fato gerado resultados positivos de conta corrente maiores que os esperados pela maioria dos analistas.

Como mencionei, o saldo da balança comercial continua a crescer na margem. A expectativa para o ano de 2006 é de 45,4 bilhões de dólares, levemente superior ao número de 2005. Vemos que isso é gerado pelo crescimento das exportações, superior ao crescimento das importações. O resultado também mostra o dinamismo da economia brasileira.

Quantidades exportadas. Também um dado muito importante. Se olharmos a média maior em 12 meses nas exportações totais, vamos ver, em preto, que as exportações totais têm tido aumento de quantidade, não apenas de preço. Se olharmos apenas os manufaturados em vermelho, vamos ver que os manufaturados também têm tido aumentos em quantidade exportada. Os preços de exportação também têm tido um comportamento favorável para as exportações brasileiras.

Participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais. Outro dado da maior importância, na medida em que durante vários anos o Brasil perdeu mercado nas exportações mundiais. O total das exportações brasileiras nas exportações mundiais decaiu durante alguns anos e depois voltou a crescer. E continua em escala ascendente.

Fluxo Líquidos de Câmbio — também importante. Vamos ver que os fluxos líquidos de câmbio, se os compararmos, por exemplo, a 2004 e 2005 e, depois, o período de janeiro a novembro de 2006 com o de janeiro a novembro de 2005, vamos verificar que o grande fluxo positivo é o fluxo comercial, não é o fluxo financeiro. O fluxo financeiro tem sido negativo. No caso de janeiro a novembro de 2005, por exemplo, em vermelho, ele foi mais negativo; digamos, diminuiu o volume negativo, mas continua negativo. Já o fluxo comercial, que já era positivo em mais de 40 bilhões de dólares, passou a ser ainda mais positivo: 4,2 bilhões de dólares acima do ano anterior.

Se olharmos agora o componente dívida externa, como está o comportamento da dívida externa, vamos verificar que a dívida externa total tem caído de forma consistente. E a dívida externa líquida de reservas internacionais, no caso, novamente mostra um comportamento cadente. No primeiro trimestre de 2003, por exemplo, ela era cerca de 165 bilhões de dólares, chegando a 73 bilhões de dólares no terceiro trimestre de 2006 — uma queda importante da nossa vulnerabilidade. Isso é produto obtido do pagamento da dívida externa e da acumulação de reservas internacionais.

O Banco Central tem aproveitado esse momento favorável para fortalecer as reservas, conforme política anunciada em janeiro. Em 2006, o Banco Central adquiriu no mercado, até outubro, 29,3 bilhões de dólares, totalizando compras de 50,8 bilhões desde o início de 2005.

A idéia que tem sido seguida pelo Banco Central, conforme política anunciada em 2004, tem sido a de se pautar pelas condições de mercado, procurando não adicionar volatilidade à taxa de câmbio e não influenciar a tendência da cotação.

Durante os anos de 2001 e 2002 o Banco Central vendeu reservas, visando a estabilizar a moeda; depois, passou a comprar reservas — a partir de 2003. Vejamos então o próximo quadro.

Aquisição de reservas no mercado de câmbio (fluxos acumulados desde janeiro de 2004). Ele mos-

tra como isso evoluiu: 56 bilhões de dólares, número atingido em outubro de 2006, em compras totais. As reservas internacionais líquidas (líquidas, no caso, de empréstimos do FMI enquanto eles existiam) atingiram um peso de 15,9 bilhões de dólares, em abril de 2003, crescendo até 7 de dezembro de 2006 para 83,4 bilhões de dólares. Isso mostra o efeito favorável no balanço de pagamentos e da intervenção da autoridade monetária na composição de reservas e na diminuição da vulnerabilidade externa do País.

Houve uma melhora expressiva dos indicadores de sustentabilidade externa do Brasil. Eles são os mais favoráveis desde o início da série. Desde o início que isso começou a ser medido, em 1970, que é a razão da dívida externa líquida sobre exportações, pagamento de juros sobre exportações, e a dívida externa líquida sobre o produto. Por exemplo, a evolução da dívida externa líquida com percentagens das exportações que começou em 3,1, quer dizer, a dívida externa líquida era 3 vezes as exportações, agora atingiu o índice de 0,6.

Estava lendo, recentemente, uma análise feita por um respeitado economista no ano passado, e ele dizia: *"Melhorou muito. Nos países que de fato estão em condições sólidas de balanço de pagamento essa relação é de um dígito ou até muitas vezes inferior a um dígito".* Estamos agora inferiores a um dígito: 0,6.

O pagamento de juros com percentual das exportações era 29% em 2000, e hoje é 10,8 %. Isto é, usávamos cerca de 30% do total de exportações para pagar juros. Hoje, apenas 10%.

A dívida externa líquida como percentagem do Produto, também uma evolução extremamente favorável: de cerca de 36% do PIB para 9,1%.

Risco Brasil — uma evolução também favorável. Evidentemente, os números de hoje são ainda mais favoráveis do que esse do quadro, oscilando ao redor de 200 pontos.

Outro interessante é a diferença entre o Brasil e outros países emergentes, retirando-se desses outros emergentes Brasil e Argentina. Vamos ver que a diferença tem caído sistematicamente, o que significa que o Risco Brasil está melhorando mais pronunciadamente do que o risco dos demais emergentes. O diferencial está diminuindo sistematicamente.

Risco Brasil *versus* demais emergentes. Vemos aqui como ele evoluiu e alguns eventos específicos. O anúncio do pré-pagamento ao Fundo Monetário, o anúncio da compra da dívida externa, o anúncio da recompra dos *bradies*, que eram os títulos que foram renegociados: são da dívida externa renegociada na década de 1980, quando uma reunião do Banco Central americano provocou aumento de taxas de juros. Em resumo: esse quadro hoje é extremamente favorável.

Dado outro da maior importância é o da dívida cambial doméstica. No passado, o Brasil emitia títulos de dívida doméstica dolarizados, devido à dificuldade de colocar títulos indexados apenas ao real. Chegamos a ter 40,7% do total da dívida doméstica indexada ao dólar. Hoje isso está negativo em 1,2%. Foi eliminada, portanto, a dívida cambial doméstica.

Nesse outro quadro é mostrada exatamente a evolução da dívida cambial doméstica e sua redução, ano a ano, o que mostra, de novo, um outro componente da diminuição da volatilidade potencial da economia brasileira, principalmente sua vulnerabilidade às condições externas.

Redução do estoque da dívida cambial: portanto, houve uma evolução.

Agora, objetivos do Banco Central no que diz respeito à política monetária e a possíveis efeitos fiscais.

O impacto direto da taxa de juros nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. Ela tem efeitos fiscais indiretos. Por exemplo: efeitos sobre as expectativas, a inflação, a taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo. Tudo isso tem de ser levado em conta quando se analisa o efeito da política monetária. Por exemplo, se o Banco Central baixasse, digamos, artificialmente a taxa de juros, isso poderia ter aparente efeito positivo em alguns itens das contas do Tesouro Nacional, mas, por outro lado, o mercado poderia reagir negativamente, prevendo-se maior inflação, quando as taxas de juros praticadas no mercado subiriam, afetando, por exemplo, as próprias contas do Tesouro Nacional. Portanto, a maneira que julgamos mais correta de se analisar o efeito fiscal da política monetária é considerando o conjunto e a relação dívida líquida do setor público em relação ao PIB. Ou seja, analisar essa evolução. E veremos que a evolução é favorável: começou em 61,7%, em 2002, e chegamos agora,, em outubro de 2006, a 49,5%. Evidentemente, há uma série de componentes e o superávit primário é parte integrante e fundamental nesse processo.

Aqui temos, portanto, a análise dos diversos componentes.

Aumento da dívida foi negativo em 1,8%. Até outubro de 2006, ela caiu com a percentagem do Produto; diminuiu 1,8% do PIB.

A necessidade de financiamento do setor público caiu de 3,3% para 2,2%; o superávit primário, que era de 4,8%, agora é de 4,3% — portanto, diminuindo a dívida.

Juros nominais, que eram 8,1% do Produto, caíram para 6,4%.

Outra maneira de se analisar o efeito da política monetária seria dizer: *"Bom, o juro nominal caiu. Portanto, o custo fiscal foi menor"*. Mas, como dissemos, a maneira mais correta é avaliar o conjunto, não um item específico.

A depreciação cambial, que era 0,9% passa a 0,2%, favorável nesse sentido, e, portanto, diminuindo a dívida; crescimento do Produto, 3,9% — portanto, diminuindo a dívida; reconhecimento de dívidas e ajustes.

Este é o componente que explica a variação negativa da dívida, caindo como percentagem do Produto.

Finalmente, o quadro da evolução recente da atividade econômica.

Vamos aqui analisar a evolução do PIB. Por exemplo, se analisarmos a primeira coluna à esquerda, o terceiro trimestre de 2006 sobre o terceiro trimestre de 2005, o PIB, a preço de mercado, cresce a 3,2%. E temos 2 ângulos de análise. No lado da oferta, a agropecuária cresceu mais; a indústria, 3%; serviços, um pouco menos; na ótica da demanda, consumo das famílias, 3,4%; Governo, 2%; formação bruta de capital fixo, 6,4% (dado importante, na medida em que mostra que o nível de investimento está crescendo no País).

As exportações cresceram 7,5%, enquanto as importações, 20,1%. Portanto, o setor externo vem dando contribuição negativa à produção, porém, propiciando aumento do consumo.

Consumo das famílias (2003/2006). Vemos aqui evolução trimestre a trimestre, sempre em relação ao trimestre anterior. E vamos olhar a atividade do ponto de vista da evolução nos últimos anos. Se olharmos, por exemplo, a produção industrial, vamos ver que ela teve quedas pronunciadas, em 2001 e 2002, para apresentar uma tendência de crescimento a partir de final de 2003.

Vendas no varejo acusa crescimento ainda mais pronunciado, não é? Por quê? Muito bem. É muito importante analisar agora este componente, que me parece da maior importância para a atividade econômica, na medida em que qualquer política econômica, em última análise, visa aumentar o bem-estar da população, o que significa aumentar salário, renda e, em conseqüência, consumo, não é verdade? Tivemos a massa salarial total do País caindo em 2003, em função do ajuste feito posterior à crise cambial. E, como resultado da crise cambial de 2002, crescemos em 2004 apenas 2,4%; crescemos em 2006, 5%; e, em janeiro a outubro de 2006, crescemos 6,4%. Portanto, a massa salarial real cresceu 6,4%, de janeiro a outubro de 2006, sobre janeiro a outubro de 2005. Isso mostra o dinamismo da economia brasileira.

Se olharmos outros dados importantes: pessoal ocupado, como está crescendo ano a ano, o número de trabalhadores com emprego formal, um rendimento médio crescendo, portanto, a 4,1% no ano de 2006 sobre o ano de 2005, enquanto a massa salarial cresceu 6,4%.

Então, vamos ver aqui, digamos, o motor que está gerando, puxando o crescimento, que é exatamente renda e salário.

O salário real médio, portanto, está subindo. Esta, talvez, seja uma das projeções mais importantes da nossa apresentação. E essa massa salarial real também vem crescendo de forma importante.

Taxa de desemprego — caindo. Se olharmos 2002, 2003, vemos em vermelho escuro. Vemos uma taxa de desemprego que teve um comportamento em queda ao final do ano. E temos aqui essa tendência, em que todos os anos a taxa tende a subir no primeiro trimestre e cair no último trimestre. E, em 2006, ela está caindo, já atingindo níveis similares. Em 2005 já mostrava tendência decrescente. É importante mencionar que o número de ocupados em relação ao ano de 2005 é maior, mas, por outro lado, o número de pessoas procurando trabalho também, é maior. Portanto, é essa a explicação.

Aqui o quadro sobre criação de empregos formais. Nós vamos ver que, de 1995 a 2002, houve uma média de 33 mil empregos formais criados por ano; em 2003, 667 mil; e, em 2004 a 2006, uma média de 1 milhão e 273 mil empregos formais por ano. É um número que mostra o dinamismo econômico e uma das razões importantes do crescimento do salário e da massa salarial, isto é, aumento do emprego.

Como mencionamos, o objetivo último de qualquer política econômica é aumento do emprego, aumento da renda e, em conseqüência, do padrão de vida da população.

Investimentos.

Formação bruta do capital fixo, uma das formas de analisarmos como está se comportando o investimento. Em vermelho, a linha de tendência, vamos ver, subiu até 2001, principalmente como efeito naquela época dos investimentos em energia, produto do apagão. Depois tivemos uma queda e uma linha constante e crescente a partir daí.

Absorção doméstica de bens de capital (média móvel de 3 meses). De novo, outra maneira de medir o aumento dos investimentos no País. E temos aí a mesma tendência crescente, que é um sinal positivo sobre o futuro da economia brasileira.

Insumos da construção civil — também na mesma direção, crescentes.

Portanto, essa foi a nossa visão, não só dos resultados de política monetária do Banco Central do Brasil no que diz respeito à transferência de resultados operacionais para o Tesouro Nacional, mas levando-se em conta também a questão cambial, o efeito no Banco Central do Brasil e no Tesouro Nacional, os efeitos da política monetária e a evolução recente da atividade econômica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Agradecemos ao Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, sua exposição.

Srs. Congressistas, o Presidente do Banco Central aceitou nosso convite e chegou aqui no horário. Nós nos comprometemos com ele de cumprirmos seu horário, já que ele tem um compromisso agendado com o Presidente Lula e com sua equipe para definição de rumos. Por isso, estaremos aqui para o debate até as 11h.

Vou passar a Presidência dos Trabalhos ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, já que se trata de uma reunião conjunta. Encontra-se aqui também o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, Deputado Carlos Mota.

Concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças, Deputado Moreira Franco, que vai coordenar os debates.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Agradeço ao Presidente Gilmar Machado a gentileza.

Vamos iniciar os nossos debates, passando a palavra ao primeiro orador, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente Henrique Meirelles, essa exposição de resultados do Banco Central que V.Exa. faz hoje, eu diria, é um marco absolutamente histórico, porque é o balanço que se faz ao final de um Governo. Portanto, estamos analisando aqui não aqueles balanços que a legislação impõe. Aqui é algo diferente daqueles requerimentos que fazemos ao Banco Central, muitas vezes até de maneira informal, ou discutindo com a Subcomissão da Comissão de Finanças e Tributação ou com a Comissão de Orçamento. Pois bem. Esse balanço mostra que o Banco Central fez a sua parte. Isso é importante fixar neste momento. Recebeu o Brasil com os fundamentos macroeconômicos absolutamente deteriorados; não só com uma situação de resultados brasileiros muito aquém daquilo que se esperava, mas com os fundamentos apontando para uma crise estrutural, uma crise crônica.

É evidente que o Brasil não saiu, como queríamos, inteiramente dessa situação. Gostaríamos de ver o Brasil em crescimento sustentável, próximo a 2 dígitos, com um crescimento chinês, por exemplo. Gostaríamos de várias coisas. Mas a economia não é nem nunca foi, em regime nenhum, por mais liberdade que desse um regime — e os regimes no passado tiveram força de revolução — algo líquido e certo. As condições materiais impõem seus limites. A grande contradição da sociedade humana não é a briga entre capital e trabalho. É essa contradição do mundo capitalista, para nós que estudamos pela mesma cartilha. Em qualquer que seja o momento, tem de haver sempre equilíbrio entre liberdade e necessidade, ou seja, a liberdade de fazer, mas conforme as possibilidades que as condições materiais impõem. E a consciência disso diz que temos de caminhar em passos firmes para construir os fundamentos. Somente assim vamos ter os avanços que precisamos, na economia e também na estrutura social.

Eu queria dizer aqui, Presidente Meirelles, que o Banco Central fez a sua parte, apesar das dificuldades que as condições materiais impõem, das conjunturas difíceis e das políticas. Os resultados estão aí, e são indiscutíveis. Muitos confundem o Banco Central com o Ministério do Planejamento, com o Ministério da Economia. O Banco Central deve ser aquilo que se espera dele: um banco central.

E o Banco Central do Brasil tem que ser analisado sob esta ótica: os resultados que apresenta e as metas que recebeu.

Por isso mesmo, Sr. Presidente Meirelles, quero manifestar aqui, com clareza, que esse balanço é o balanço de uma jornada, de uma meta. É por essa ótica que se devem analisar os resultados do Banco Central. Não pelo fato de se adotar essa ou aquela política, de ser essa ou aquela a decisão do COPOM. Temos de analisar tudo agora com um olhar mais olímpico, mais por cima, para vermos bem o que ocorreu. Por isso mesmo, fico à vontade para fazer este registro.

Presidente Meirelles, faço esta observação: o Banco Central fez tudo isso, apesar de sua estrutura arcaica. Passamos pela Constituinte Cidadã, que mudou o Brasil, varreu o lixo autoritário, mudamos tantas coisas, e o Banco Central permaneceu intacto, como se tivesse a estrutura mais perfeita do planeta. Mas, não. Acho que devemos ousar e mudar. Isso é imperioso dizer. Afora as emoções do momento, os embates políticos (que, olhando assim, com esse olhar olímpico, tiveram seu lugar e momento), eu acho que nós deve-

mos, na próxima legislatura, analisar com seriedade uma reforma do Banco Central do Brasil.

Não vamos só contestar os resultados obtidos, mas analisar também a trajetória do Banco Central, não só neste momento, quando alcança resultados positivos, mas em outros também. Essa trajetória ressalta a necessidade de uma reforma, de caminharmos para um Banco Central mais moderno, mais focado, com definições e distinções mais claras, sobre quanto à questão da fiscalização. Quais as funções que ficam? Ele vai continuar a exercer, ou não, determinadas tarefas que lhe são atípicas? Elas devem ficar? Ou devem sair? E devem ir para onde? Eu acho que essa passada a limpo é uma responsabilidade nossa. Não podemos fugir dela.

O meu partido, o PT, sempre defendeu, até por meio de emenda constitucional, como proposta de Constituição, a autonomia do Banco Central. Essa é uma proposta histórica do meu partido. Mas acho que nós deveríamos, até para recolocar essa discussão em outros termos, discutir aquilo que o Banco Central deve ter como atribuição, sua vinculação maior ou menor ao cotidiano da política econômica, assim como definir o tipo de estabilidade que devem ter seus dirigentes, a fim de que tenham a tranqüilidade necessária para exercer seu papel.

Nós já temos experiência nas agências. Mas a mais importante de todas as agências é o Banco Central. Então, tenho a convicção de que vamos fazer isso de maneira muito tranqüila e com a ajuda de V.Exa. na Presidência do Banco Central, contribuindo com sua ação prática. E, se porventura não mais estiver à frente do Banco Central, com uma ação até mais à vontade, dada sua experiência. Espero que esse seja o primeiro caminho.

Então, Presidente, a questão que coloco é esta: *vis-à-vis* os bons resultados, temos necessidade de pensar, de maneira tranqüila, desapaixonada, técnica, porém política, a reforma das arcaicas estruturas do Banco Central, para torná-lo ainda mais apto, para fazer dele um instrumento poderoso para dotar o Brasil dos fundamentos adequados para um crescimento econômico rápido, sustentável e com justiça social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra **O SR. HENRIQUE MEIRELLES**.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer pelos elogios que faz à avaliação do trabalho do Banco Central. E digo que nos sentimos muito honrados e gratificados com sua avaliação sobre um item da maior importância, que é o efeito das políticas aplicadas pelo Banco.

Com relação à questão de projetos de reforma do Banco, acho que são sempre bem-vindos. Sabemos que o Deputado tem um projeto a esse respeito, e, como o senhor sabe, temos tido uma absoluta abertura para discutir, conversar, apresentar nossas informações, nossos dados, valendo-nos da experiência de outros bancos centrais do mundo. Estamos totalmente abertos, evidentemente, para discutir com o Congresso Nacional qualquer aperfeiçoamento em quaisquer das áreas de atuação do Banco, comparando, inclusive, nossos resultados com as experiências de outros países. Acompanhamos isso principalmente nas reuniões na Basiléia de vários bancos centrais do mundo, onde estamos o tempo todo analisando diversos mecanismos de funcionamento de um banco central.

Portanto, estamos totalmente abertos, mais uma vez, a qualquer discussão nesse sentido, e vamos dar a nossa colaboração e a nossa experiência na medida do possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Tem a palavra **O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY**.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro, Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, senhores diretores do Banco Central.

Para os analistas do mercado e para as grandes empresas, a exposição de V.Exa. está correta, na medida em que considera os requisitos de mercado de Wall Street, em Londres. Mas eu, que represento o povo do Paraná nesta Casa, não estou contente. Estou extremamente insatisfeito e inconformado com os rumos da política econômica do nosso País, cuja condução é feita por V.Exa., homem do primeiro escalão, por meio do controle da moeda, do câmbio, do crédito e, conseqüentemente, da inflação.

O que nos deixa estarrecidos é que, após 4 anos, o crescimento da nossa economia é pífio, mesmo melancólico. Ao final do primeiro Governo Lula, ele é de 2,7%; poderá ser um pouquinho mais até o final do mês, com o recálculo das taxas de crescimento da economia.

Meses atrás, eu lia nos jornais que as 200 maiores empresas do Brasil tinham tido um lucro, somente no ano passado, de 5,6% do PIB, ou seja, 108 bilhões reais de lucro. Depois, sai outra notícia: as 227 maiores empresas do Brasil tinham tido, nesses 4 anos, mais de 300% de lucro, o maior dos 4 anos anteriores. Isso me leva à compreensão de que essa política econômica do Governo Lula — a qual não é só de V.Exa, que é um membro notável do Primeiro Escalão que dirige a política econômica, mas também do Ministro da Fazenda e do próprio Presidente da República — opta, preferencialmente, pelos ricos. Os ricos estão extre-

mamente satisfeitos porque nunca tiveram tanto rendimento como tiveram nesses últimos 4 anos!

Os pobres, por sua vez também, vivem de uma invenção tucana: a criação das Bolsas — Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Medicamento. Vários programas sociais, com muita habilidade política, foram transformados pelo Presidente Lula e o PT numa única bolsa apenas. Programas que atendem a milhões de brasileiros despossuídos.

Claro que esse modelo, em que não se mexeu nas estruturas da relação do Estado com a sociedade (o sistema tributário), mesmo com esses 2,7% de crescimento da economia, por pouco que cresça, deixa sempre os ricos ainda mais ricos, enquanto os pobres continuam pobres. Os pobres conseguem apenas expandir seu poder aquisitivo por meio de bolsas e aposentadorias. Tanto que, nesses últimos 12 anos, a política desta Casa se caracterizou por uma queda de braço permanente com o Governo em busca de um salário mínimo maior.

Lembro-me de que, quando começou o Plano Real, o salário mínimo era de 70 reais. Só para fazer uma comparação, cada salário de Deputado significava 114 salários mínimos. Hoje, o salário deste ano está em 350 reais. Isso quer dizer que fizemos uma política de expansão do salário mínimo, com aumentos reais; e os programas sociais deram mais poder aquisitivo às famílias pobres. Mas isso não é participar da riqueza do País por meio do crescimento econômico, com bons empregos, boas escolas etc. Ora, não é culpa de V.Exa. se não temos escolas suficientes e boas escolas, porque isso é parte do conjunto do Governo Federal, Estados e Municípios. O Brasil não tem creche e pré-escola para todas as crianças. O Brasil não tem ensino médio para todos os jovens. Só 35% dos jovens brasileiros estão no 2º grau.

O Chile tem 85% de seus jovens no 2º grau; o Brasil tem apenas 17% de seus jovens no 3º grau, no ensino superior. A Rússia, por exemplo, com a exceção da China e da Índia, com os quais não dá para comparar, porque são países cuja população é imensa, tem 70% de seus jovens nas universidades. O Chile já tem 35%; a Coréia, mais de 50%.

Esse é um capítulo que não diz respeito ao Banco Central. Mas V.Exa participa do Governo e o defende. Então, é co-responsável, porque nas políticas gerais não notamos mudança nenhuma, digo, assim profunda. Estou falando de mudança no sentido de que o País passe a investir muito mais em educação.

Por outro lado, o sistema de saúde pública está um caos. Não é culpa de V.Exa., mas V.Exa. participa do Governo. Há filas quilométricas para consulta especializada, para cirurgias eletivas, para exames laboratoriais especializados, e vai por aí afora.

O fato é que o consumo, a inflação das famílias abaixo de 8 salários mínimos, de que V.Exa. se vangloriou aqui, é menor. Está correto o dado de V.Exa. Por conta de quê? O que o senhor não disse para o Congresso Nacional e para o povo brasileiro? Às custas da agricultura, do agronegócio, que quase quebrou. Os menores preços em função de quê? Da taxa de câmbio flutuante — porque só o Brasil tem caixa de câmbio flutuante. Pois isso acabou destruindo o agronegócio brasileiro.

Temos de recompor as dívidas do agronegócio, fazer uma política com vistas aos próximos 25 anos, porque o agronegócio, com exceção da cana, da laranja e de alguns outros pequenos itens, o grosso da produção agrícola e pecuária brasileira, está produzindo com prejuízo. Esse é o retrato. Não tem preço para competir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Eu gostaria de lembrar ao Deputado Hauly que o Presidente Meirelles tem compromisso agendado. Gostaria que concretizasse e fizesse logo a indagação.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu também. Agradeço e vou atender a V.Exa. porque evidentemente teria muito mais a dizer. O fato é que o Brasil de 1950 a 1980 cresceu 55% acima da renda *per capita* mundial. Mas desde 1980, portanto nos últimos 4 anos da ditadura, e durante 21, 22 anos de Nova República, não consegue crescer a mais de 2,5% por mês. O problema não está na gestão de V.Exa.; o problema está nesse modelo falido. Ou mudamos os paradigmas da economia brasileira, da relação do Estado com a sociedade, da imposição do Estado sobre a sociedade, através dos tributos, do modelo de Estado, do modelo de educação, do modelo de saúde, do modelo de desenvolvimento brasileiro, ou daqui a 25 anos estaremos amargando mais ainda esse crescimento pífio, enquanto o mundo aí fora estará totalmente desenvolvido.

Só para termos uma idéia, nesses últimos 25 anos nós perdemos um PIB. Éramos para ter hoje metade da renda *per capita* norte-americana, enquanto o que temos dá menos do que 25%. O nosso modelo está falido. Ele é suficiente para agradar aqueles que têm. Das 500 maiores empresas do mundo, 420 estão instaladas no Brasil. E eles estão satisfeitos! As maiores empresas brasileiras também estão satisfeitas.

Nós, da classe média, nós, do povo brasileiro, não estamos satisfeitos. E nós do Congresso Nacional, a partir dessa nova gestão, não estamos dispostos mais a bancar esse tipo de política econômica. Vamos

fazer um combate, uma oposição ferrenho a esse tipo de modelo iníquo e injusto que não traz felicidade para o povo brasileiro!

A classe média brasileira está esmagada. Queremos nos libertar desse modelo. E é hora de o Governo fazer uma revisão, promover mudanças de paradigma. E nós queremos colaborar. Em nome da Oposição, fizemos uma lei que foi sancionada na semana passada: a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Esse foi um trabalho que uniu Governo, Oposição e sociedade; e deu certo. Podemos fazer a reforma tributária e outras grandes reformas em conjunto, com Oposição e Governo discutindo e encontrando soluções.

Não estamos aqui só para criticar. Estamos aqui para construir um novo modelo brasileiro. Vamos enfrentar a banca internacional e a banca nacional. Vamos reduzir as taxas de juros. Vamos fazer logo as reformas tributária e educacional, remodelar a saúde e os demais programas, porque este País precisa crescer e prosperar na mesma cadência da China, da Índia, da Argentina, que vêm crescendo bastante nesses últimos anos.

É utopia? Não é. Eu aposto com V.Exa. que, se implantarmos no Brasil hoje o modelo tributário americano ou europeu, no ano seguinte, só por conta da mudança do sistema tributário, nós cresceremos quase 5% a mais do que este Governo consegue produzir; ou seja, cresceremos a 7%.

O nosso sistema tributário é iníquo e injusto. No Brasil, a maior carga tributária recai sobre a base do consumo, que são os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Tem a palavra **O SR. HENRIQUE MEIRELLES**, Presidente do Banco Central.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Atendendo a orientação do Presidente, vou procurar ser bastante objetivo na resposta.

O ano de 2006, Excelência, é o terceiro ano consecutivo em que a massa salarial real no Brasil cresce. Como mencionei em minha apresentação, a massa salarial real no Brasil cresceu em relação ao ano passado cerca de 6,4%. Isso representa o salário dos trabalhadores de todas as classes sociais. Portanto, é importante mencionar que o trabalhador brasileiro hoje recebe um aumento grande em relação ao ano passado, pois, em termos reais, aumento de 6,4% da massa salarial é substancial em qualquer país do mundo. Repito: temos esse aumento pelo terceiro ano consecutivo.

O consumo das famílias também cresce pelo terceiro ano consecutivo. Como eu disse em minha apresentação, a finalidade última de qualquer política econômica é o bem-estar da população, o que significa renda e, em conseqüência disso, capacidade de consumo.

O rendimento médio real cresceu 4,1% este ano, em relação ao ano passado. Conseqüentemente, houve um crescimento importante das vendas no varejo: de outubro de 2005 a outubro de 2006, cresceram 7%. Foi um crescimento real, portanto, um crescimento importante e significativo, o que mostra de novo a capacidade de compra da população.

Eu acho que isso responde às questões referentes ao efeito da atual política econômica sobre a população.

Criação de empregos é outro dado da maior relevância, porque, em última análise, estamos falando também da empregabilidade da população. A criação média de empregos este ano, comparada com a dos últimos 2 anos, que foi de 1 milhão e 273 mil empregos, aumentou muito: apenas neste ano foram criados 1,5 milhão de novos empregos formais no País.

Há um dado interessante e relevante, Deputado. Observe que, no período de 1985 a 2003, o qual abrange o período de comparação de V.Exa., foram criados no Brasil 2,6 milhões de empregos formais. No biênio 2004/2005, foram criados 2,8 milhões de empregos. Mais do que o que se criou entre 1985 e 2003.

Acredito que isso sumariza a questão dos efeitos da presente política monetária para a população.

Em relação ao agronegócio, evidentemente existem variações importantes de preços, mas eles estão se recuperando em dólares.

No que se refere à questão da política cambial, de novo, governo de nenhum país do mundo hoje controla completamente taxas de câmbio. O único país que tem um efeito maior na taxa de câmbio, que mantém uma taxa de câmbio relativamente estabilizada, é a China. Para fazer isso, ela acumulou até agora cerca de 1 trilhão de dólares em reserva. Isso é possível para um país que tem uma poupança nacional de mais de 40%.

O Brasil tem uma política cambial bem-sucedida: 45 bilhões de dólares de saldo comercial, saldo de conta corrente, exportações crescentes, com câmbio flutuante.

Gostaria apenas de enfatizar este aspecto: criamos, apenas no biênio 2004/2005, 2,8 milhões de empregos, contra 2,6 milhões criados de 1985 a 2003, além de promovermos o aumento da massa salarial real e da renda média.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Os - so usar 30 segundos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Nobre Deputado, a lista de inscrição é enorme. Gostaria que V.Exa. entendesse.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - É para falar do aumento da carga tributária, de quase 35% para 39%, e do aumento salarial dos servidores públicos do Brasil. Toda essa massa salarial deve ser do setor público brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - O Deputado Luiz Carlos Hauly se esquece do Pacote 51.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, prezado Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, gostaria de fazer alguns poucos comentários e algumas indagações sobre dúvidas que tenho relativamente à atuação específica do Banco Central.

Penso que há certo consenso na sociedade brasileira de que a economia brasileira está significativamente melhor. Isso foi expresso por V.Exa., Dr. Henrique Meirelles, são diversos aspectos da política monetária e fiscal, suas implicações na política macroeconômica como um todo e nos resultados no que diz respeito a emprego, renda, entre outros fatores importantes que beneficiam a população brasileira. Isso também está expresso nos índices de satisfação da população.

No entanto, por mais paradoxal que possa parecer, há também uma insatisfação latente na sociedade relativamente à expectativa real, concreta de que a economia possa crescer a taxas maiores. Ou seja, queremos manter a qualidade do crescimento, para que se gerem mais empregos, para que se distribua melhor a renda, mas, por outro lado, queremos, simultaneamente, aumentar a taxa de crescimento da economia brasileira para valores razoáveis, 4%, 5%, até 6% ao ano. Penso que isso é hoje um consenso na sociedade.

Sabemos que há alguns limitadores em relação ao setor público, notadamente no que diz respeito à questão fiscal. Enfim, a União, os Estados e os Municípios têm que fazer melhor o dever de casa, no sentido de delimitar as contas correntes, sem prejuízo dos gastos sociais essenciais.

O Deputado Luiz Carlos Hauly citou como área grave no País, no que diz respeito a gasto público, a área de saúde. Registro que, desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 29, praticamente dobramos os gastos da União em relação à saúde pública no Brasil. No entanto, não há percepção por parte da sociedade de que os serviços públicos de saúde tenham melhorado significativamente. Isso nos leva a crer que, de um lado, precisamos continuar criteriosamente ampliando os gastos, mas precisamos sobretudo melhorar a gestão da saúde pública no Brasil. Aliás, isso vale para a saúde, para a segurança pública, para a educação, para todos os gastos essenciais do País.

Acabamos de aprovar o FUNDEB, que vai injetar, ao longo dos próximos 2, 3 anos, mais 4 bilhões de reais de recursos da União no ensino básico. Ora, se isso não for acompanhado da melhoria da gestão do serviço de educação, a percepção de melhoria continuará sendo muito baixa, ou seja, continuará havendo a percepção de que os serviços públicos não estão melhorando. Essa é uma questão que, parece-me, tem de ser fundamentalmente trabalhada.

Quanto ao setor privado, à elevação da capacidade de investimentos do setor privado na economia — refiro-me à questão fiscal, para ampliar a capacidade de investimento do setor público —, o maior entrave é inegavelmente o problema da carga tributária no País, porque é grande e mal distribuída. A União e os Estados ficam fazendo reparos com medidas isoladas. Há muito que o País reclama um imposto sobre valor agregado, que unifique esses 6, 7 impostos sobre o valor adicionado existente, nos Municípios, nos Estados, na União, para simplificar, diminuir a carga tributária e, de alguma forma, contribuir — uso a palavra do Presidente — para que se destrave um pouco a economia brasileira.

No que se refere a juros, tenho preocupação a respeito de *spread* bancário. Não obstante termos registrado que o *spread* bancário se reduziu no País, há um certo sentimento de que a margem das instituições financeiras continua muito elevada e há uma percepção generalizada de que possa haver certa acomodação — não chamaria isso de oligopólio, mas de certa acomodação das instituições financeiras. Ou seja, uma baixa taxa de competição entre as instituições de crédito no Brasil faz com que o *spread* bancário se mantenha alto, a despeito da queda significativa da taxa de juros básica no País. A taxa de juros básica no País tem caído mais percentualmente do que o *spread* bancário. Isso nos faz crer que há problemas estruturais nas instituições financeiras brasileiras, que precisam ser ajustadas, para que haja mais competição e uma redução mais acelerada do *spread* bancário. Isso tem a ver com o crédito da pessoa física e da pessoa jurídica.

Todos costumamos ouvir muito, sobretudo de pequenos e médios empresários, uma reclamação imensa de que não há acesso a crédito, que o crédito é caro no País, que as exigências são infindáveis. Enfim, mesmo nas linhas de crédito oficiais, que têm o setor financeiro como agente de crédito, como as

linhas do BNDES, que têm vários bancos privados como agentes financeiros, o acesso ao crédito ainda é complicado, pelo preço do crédito e pelas exigências, que são terríveis. Gostaria de ouvir comentários de V.Exa. sobre isso.

A outra questão é muito específica. Gostaria que o senhor nos falasse, a mim e ao Deputado Carlito Merss, que estamos tentando entender um pouco melhor, sobre a questão da dívida cambial doméstica, que se tornou negativa. Poderia explicar-nos a composição dessa dívida cambial e o que a leva a se tornar negativa? Imaginávamos que ela pudesse ser zerada, mas não tornada negativa. Isso tem a ver com as operações do Banco Central no mercado cambial interno. Enfim, gostaríamos de entender um pouco melhor esses mecanismos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Sr. Presidente do Banco Central, V.Exa. tem a palavra.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, é um prazer responder às suas perguntas.

Antes das perguntas sobre a questão tributária e o crescimento econômico — S.Exa., evidentemente, acompanha muito bem o assunto —, preciso dizer que há, no momento, um trabalho grande do Governo, que visa exatamente a ultimar a apresentação de um plano de ação e de algumas medidas a serem enviadas ao Congresso em relação a isso. Neste instante, inclusive, está acontecendo uma reunião, da qual pretendo, se possível, participar. Certamente, será feito um anúncio a esse respeito em breve.

Na questão do *spread* bancário, o que a experiência da maior parte dos países mostra é que são 2 fatores da maior importância que levam à diminuição do *spread* bancário. Em primeiro lugar, a estabilidade econômica. Se a estabilidade econômica é mais sólida, prevalece por um período mais prolongado, a competição aumenta no sistema e existe um número maior de instituições disputando as operações, o que faz com que haja uma tendência de queda do aumento do prazo e do volume dos *spreads*. Nós já começamos a ver um pouco disso no Brasil. E existe a questão objetiva da competitividade, o segundo aspecto que o senhor mencionou. Algumas medidas já foram implementadas nessa direção, para aumentar a competitividade do sistema. Por exemplo, foi criada a conta-salário, que já foi regulamentada para todos os convênios novos e está em processo de regulamentação no que se refere aos convênios já existentes.

Com a conta-salário, permite-se que o trabalhador que tem o seu salário depositado numa determinada instituição possa, sem tarifas e despesas, ter o seu salário transferido para uma instituição que lhe ofereça condições melhores para as suas operações bancárias. É um exemplo.

Outro exemplo: hoje, o correntista do banco ou o cliente, dependendo da sua faixa de operação, tem dificuldades de conseguir empréstimos em outra instituição que não aquela na qual trabalha. Por quê? Por falta de cadastro. Uma das medidas que está já em andamento é a central de risco do Banco Central, na qual todas as transações de todos os clientes do sistema bancário são registradas. O que permite, portanto, que um determinado cliente que queira mudar de banco, porque tem condições mais favoráveis no outro, possa autorizar o outro banco a ter acesso ao seu cadastro.

Essa central de risco cobre apenas as operações acima de 5 mil reais. O Banco Central já está investindo fortemente no sentido de que a cobertura alcance operações acima de 3 mil reais e, depois, acima de mil reais. Depois disso, serão considerados valores ainda menores. Estamos trabalhando nesse sentido. Existem também projetos que vão permitir a portabilidade do cadastro positivo. Questão importante que está em andamento é a da portabilidade do crédito. Essas são medidas que também estão sendo discutidas.

Em resumo, Deputado, hoje as condições de estabilidade já permitem um trabalho intenso de melhora da competição entre os bancos. Existe um projeto em andamento nesta Casa que define as funções do CADE e do Banco Central na questão da análise da competição bancária. É um projeto que pode, inclusive, ser aperfeiçoado nessa mesma direção. O próprio Supremo Tribunal está decidindo a questão da aplicação do Código de Defesa do Consumidor nas operações bancárias. Existe uma lista extensa de trabalho visando a exatamente aumentar o nível de competição no sistema. Em conseqüência, vemos uma queda paulatina dos *spreads* bancários, com maior solidificação da estabilidade.

Em relação às dívidas cambiais domésticas, basicamente, eram títulos do Governo Federal emitidos, denominados em reais, porém indexados ao dólar. Além do mais, o Banco Central também adotou outro mecanismo na mesma direção, os *swaps* cambiais, por meio dos quais ele vendia dólares no mercado futuro. Após fazer um contrato, vendia dólar à taxa presente, corrente, para entrega virtual futura. É outra forma de endividamento indexado ao câmbio, na medida em que, houvesse a desvalorização do real, o Banco Central teria uma despesa; houvesse a valorização do real, o Banco Central teria uma receita.

O que ocorreu? Em primeiro lugar, o Tesouro Nacional deixou de emitir papéis indexados ao câmbio. Essa já foi a primeira fonte de diminuição do endivida-

mento. Quando venciam esses papéis, eles não eram renovados. Essa é uma parte.

A segunda parte é o chamado *swap* cambial reverso. Ao invés de o Banco Central vender dólares futuros, passou a comprá-los no mercado. Quer dizer, o Banco Central não só comprou dólares no mercado, à vista, para composição de reserva — portanto, dólar físico —, como também começou a fazer uma operação contrária no mercado futuro. Ao invés de vender dólar futuro, passou a comprá-lo. Suponhamos que tivéssemos um título cambial em real equivalente a 1 milhão de dólares vencendo no dia 8 de março de 2007. Considerando que o Banco Central compre dólares para o mesmo dia, terá, naquele momento, um passivo de 1 milhão de dólares e um ativo de 1 milhão de dólares. Portanto, diminuiu a dívida. E como pode ser negativa a dívida? Exatamente chegando ao ponto em que o Banco Central tenha mais ativos denominados em dólares do que passivos denominados em dólares. Que tipo de ativos? Contratos futuros de câmbio, comprados pelo Banco Central no mercado futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Moreira Franco; Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Carlos Mota; Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; Srs. Diretores, na verdade, são 3 considerações rápidas, 3 perguntas.

Sabe-se que o núcleo da inflação é composto por energia, combustíveis. A PETROBRAS teve, no ano passado, lucro líqüido recorde de aproximadamente 12 bilhões de dólares, quase 30 bilhões de reais. Isso porque o custo de 1 barril de petróleo produzido no Brasil é de 6 a 7 dólares. A PETROBRAS vende o barril de petróleo para o mercado interno pelo preço internacional, que hoje fica em torno de 60 dólares. A pergunta: não seria uma sábia decisão governamental diminuir o lucro líqüido da PETROBRAS e repassá-lo ao mercado interno para baixar a inflação? Parece que esse modelo está sendo usado na Venezuela, por isso seu PIB está crescendo a 8%, 10% ao ano.

Vou fazer a segunda pergunta. Sabe-se que o Governo Federal quase diariamente intervém no mercado de câmbio, adquirindo dólares, especialmente para conter a sua queda, o que faz com que o Brasil aumente suas reservas cambiais, que hoje estão em torno de 83 bilhões de dólares, como disse V.Exa. O Governo Federal teria hoje alternativa para manter a estabilidade da moeda norte-americana sem se valer dessa prática artificial para conter a queda do dólar ou valorizá-lo em nosso País, com o objetivo específico de salvaguardar as exportações e a indústria nacional?

Agora a terceira pergunta. O Brasil tem hoje os juros reais, nominais mais altos do mundo, o que impede o tão sonhado desenvolvimento sustentável defendido pelo Governo Federal, que almeja um crescimento, no próximo ano, de 5% ou 6% do PIB. Sabe-se que os juros altos são um malefício para a economia brasileira. O Governo Federal, no novo mandato, tem saída mais ousada para diminuir drasticamente as taxas de juros reais no País? Por que a redução de juros reais não chega aos consumidores como deveria chegar?

São essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Sr. Presidente do Banco Central, V.Exa. tem a palavra.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Sr. Senador, quanto ao lucro da PETROBRAS, tenho a dizer que a experiência de diversos países do mundo de subsidiar o preço da energia não tem sido necessariamente bem-sucedida. Isso cria uma série de distorções nos incentivos à produtividade, ao consumo. Há exemplos recentes de alguns países, que têm abandonado gradualmente a política de subsídio ao consumo de energia. O preço da energia é real, ela é comercializada a determinado preço, que é produto da oferta e da demanda no mercado mundial. Alguns países que executaram esta política de manter preços artificiais de energia tiveram dificuldades fiscais importantes a longo prazo.

O Brasil não é um país que tenha sobra de recursos fiscais que lhe permita procurar novas formas de despesas públicas ou não se preocupar com receita. Não nos devemos esquecer de que o maior acionista da PETROBRAS, em última análise, é o Governo Federal. Isso faz parte do resultado primário do Governo. Se o Governo deixasse de ter essa receita, teria que buscar receita em outro lugar ou cortar despesas. O equilíbrio indica que a política mais prudente é manter os preços atualizados aos níveis de mercado.

A respeito da intervenção e das compras do Banco Central, não temos no Brasil, Senador, uma política de meta de câmbio. Já tivemos no Brasil uma política de metas de câmbio na década de 90, que não foi bem-sucedida. O Brasil tem um sistema de flutuação de câmbio, que é o sistema mais moderno, e um regime de metas de inflação. A cotação do dólar é determinada pelo mercado. Em diversos países, tentativas de controlar a taxa de câmbio por meios artificiais têm sido malsucedidas.

Existem variações na sistemática de acumulação de reservas em países, por exemplo, como Rússia, Argentina e, de certa maneira, Chile. Eles taxam as

exportações e constituem fundos de estabilização. São normalmente países que têm uma exportação muito concentrada. No caso da Rússia, petróleo; no caso do Chile, cobre; no da Argentina, *commodities*.

Intervenções no sentido de se tentar controlar o preço da moeda externa, igualmente tentativas de controlar preços na economia, de uma forma ou de outra, têm sido malsucedidas. No Brasil, já tivemos várias experiências na década de 80, congelamento de preços dos produtos, dos bens de consumo, as quais não foram bem-sucedidas.

Em relação aos juros, Senador, V.Exa. menciona uma saída ousada para diminuí-los. A ousadia tem que se dar no controle da inflação. Se a inflação está estabilizada, se os preços têm uma variação com uma inflação dentro da meta, os prêmios de risco e a incerteza caem; com isso, a taxa de juros real de mercado cai de forma consistente.

Experiências feitas em diversos países onde os respectivos bancos centrais tentaram baixar a taxa de juros artificialmente levaram a aumento da inflação e a aumento da taxa de juros real no mercado. Essa taxa é, de fato, a que influencia a atividade econômica.

Em relação à pergunta sobre o repasse para o consumidor da queda da taxa básica de juros, acredito que é a mesma feita pelo Deputado Jorge Bittar. Esse assunto está totalmente vinculado à maior estabilidade da economia e, principalmente, a um aumento da competição entre os bancos. Quanto a isso, mencionei toda aquela série de medidas com que se visa a aumentar a competição no sistema bancário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, temos longa experiência de ouvir o Presidente do Banco Central, que vem aqui a cada período prestar contas.

Estava falando com o Senador Augusto Botelho e o Deputado Geraldo Resende. Nós 3 somos médicos. Quando recebemos os papéis, os exames dos pacientes, eles estão bons, os exames estão sempre bons. Da mesma forma, cada Presidente que vem aqui apresenta exames bons, mas o paciente, às vezes, não está indo tão bem como mostram os exames, porque, no mundo real, vemos que há problemas de várias ordens.

Há alguns anos, o Banco Central, por um período, foi presidido por Gustavo Franco; depois, por Armínio Fraga. Há algum tempo V.Exa. preside esse órgão. No atual Governo, a política macroeconômica, dentro desse modelo, foi conduzida de forma correta por V.Exa. Realmente os exames estão melhores agora. Há certa impressão de que os exames estão melhores. O que questionamos, como o faz o Deputado Luiz Carlos Hauly, é o modelo econômico, esse modelo de juro alto, carga tributária alta e gasto público baixo, que o Brasil utiliza e que tem provocado um crescimento pequeno nos últimos 20 anos. E não temos sinais de que isso possa avançar. Dentro desse modelo, daqui a 10 anos, se estivermos aqui, vamos estar discutindo a mesma coisa, um crescimento pequeno. Os dados estarão indo bem, mas a economia não estará avançando.

Eu queria fazer algumas perguntas objetivas, Sr. Presidente. O Deputado Jorge Bittar já tratou do *spread* bancário e V.Exa. mostrou algumas coisas que está fazendo para tentar diminuí-lo. Abrimos a economia para os bancos internacionais sob a argumentação de que a concorrência diminuiria o *spread* bancário, e não conseguimos diminuí-lo. E estas medidas todas, transferência de conta-salário e outras, parecem ser muito singelas para produzir uma queda do *spread* bancário. O que o Brasil pode fazer em relação a isso?

A segunda indagação refere-se ao crédito. O Banco Central não tem uma política de crédito, não tem metas em relação a esse tema. O crédito para pessoas físicas e jurídicas tem aumentado, mas o Brasil tem crédito — não sei bem o número, 30% do PIB — ainda muito pequeno em relação ao que ocorre no mundo. Há uma pequena oferta de crédito, que é concentrado nas mãos de poucas pessoas. Nós mesmos criamos fundos de aval para os pequenos empresários, que sempre acabam na mão dos médios empresários, porque no Brasil não há garantia, e os bancos só emprestam quando têm 150% de garantia. Então, mesmo com esse crédito de acesso a essas pessoas, que ainda é pequeno, o próprio Governo é o maior tomador.

Em relação ao crescimento dos empregos formais, Ministro. Há vários trabalhos que mostram que o crescimento dos empregos formais decorreu da própria Justiça do Trabalho, mais do que do crescimento da economia. Houve uma maior formalização, resultante de maior atuação dos órgãos de fiscalização. Esses números estão sendo analisados pelo Banco Central? Qual foi o impacto da atuação da Justiça do Trabalho, do Ministério do Trabalho, enfim, dos órgãos estatais no crescimento da economia?

Quanto a salário e consumo das famílias, houve um crescimento importante em números relativos, mas, quando se compara esse crescimento com o do restante do mundo, percebe-se que ainda é muito pequeno. É claro, o País cresce pouco, mas há período em que cresce mais, apesar de ser um crescimento relativo.

Gostaria de perguntar isto a V.Exa.: qual é seu posicionamento em relação à independência do Banco Central atualmente? Vai defender, no próximo Governo, que o Banco Central tenha independência?

Outra pergunta refere-se à dívida interna. Há um bom tratamento da dívida externa, a dívida interna também está caindo em relação ao PIB, mas ela é uma espada na cabeça da nossa economia, e é algo crescente. O que realmente vamos fazer para conter essa dívida interna, que consome do Tesouro mais de 100 bilhões por ano? A falta de recursos para a infra-estrutura — o País não vai crescer sem infra-estrutura — decorre dessa brutal transferência que se faz dos tributos para o sistema financeiro.

Finalmente, há uma sensação no País, abordada pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, de que o Brasil é o paraíso dos banqueiros. Na verdade, quando se fala que 200 empresas neste País tiveram um lucro enorme, quando se verificam essas empresas, percebe-se que a maioria delas, mesmo que sejam de comércio, são bancos disfarçados. Hoje é tudo banco. Loja que vende carro não é loja que vende carro, é banco, porque ela não vende carro, ela financia o carro. O mesmo ocorre com loja que vende geladeira. Se não tivesse geladeira, seria melhor, não precisaria levar a geladeira, porque ela ainda dá defeito. Essas empresas que têm lucros são bancos disfarçados, como as Casas Bahia e a GM, revendedora de carros. Elas não vendem produto, e têm uma lucratividade enorme.

Pergunto, Sr. Presidente: o Brasil é o paraíso dos banqueiros, se comparado ao restante do mundo? Há algum país em que os banqueiros têm situação tão boa como no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Presidente Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, em relação às medidas que estão sendo tomadas, visando a aumentar a competitividade do sistema financeiro, não há em país algum do mundo uma única medida drástica, espetacular ou dramática com que se consiga isso. Já houve tentativas no passado, inclusive no Brasil, muitas vezes, de tabelamentos, de controle por parte do Governo, mas todas fracassaram. Isso gera distorções, problemas, corrupção e desvios de toda ordem.

Acompanhamos isso não só no Brasil, mas também em diversos países. Lembro-me de uma época em que visitei um país vizinho ao nosso, em que o Governo tabelou a taxa de juros, na época, em 180% ao ano, porque a inflação era alta naquele país. Com isso, e por outras razões também, não só essas, a inflação chegou a 2.000%. Um dos melhores negócios no País era o cidadão conseguir tomar o dinheiro num banco, ir ao exterior, comprar geladeira, televisão, o que fosse, armazená-lo, esperar 6 meses, vender o produto e ficar rico. Evidentemente, repartia, muitas vezes, com o gerente do banco.

Estou dando uma resposta que, evidentemente, não é significativa, é meramente ilustrativa. Mas o que quero dizer é que medidas autoritárias e intervencionistas normalmente não funcionam.

A conta-salário, medida eficaz e importante, não resolverá sozinha a questão. Eu listei uma série de medidas, todas elas no sentido de aumentar a competitividade no sistema bancário. Essas medidas, juntamente com a estabilidade da economia e a transparência, permitem maior expansão do crédito, com queda de preço.

Entrando em sua segunda pergunta, Deputado, sobre a questão do volume de crédito, digo a V.Exa. que não há dúvida de que o volume de crédito é pequeno se comparado com o de outros países. Temos um crédito total que atinge cerca de 33% do produto. Mas é importante mencionar que ele partiu de uma base de 22%. Não só na economia, mas também na vida, e até na sua área, a área médica, suponho, não há necessariamente passos gigantescos. O importante é crescer, é estar numa velocidade correta de crescimento.

A expansão do crédito no Brasil tem sido importante e substancial, também em relação ao número de tomadores. Se considerarmos, por exemplo, o número de tomadores do crédito consignado, vamos ver que tem, principalmente nas faixas de renda menor, aumentado significativamente.

Apresentei dados que mostram que a expansão do crédito em faixas de 1 a 2 salários mínimos, para o aposentado do INSS, por exemplo, foi a faixa que mais se expandiu no Brasil. Portanto, há uma expansão importante. De novo, temos um campo grande de expansão à frente.

A criação dos empregos formais e a melhora da eficácia da fiscalização representam um dado, mas não é o mais importante e único, Deputado. A criação de empregos formais é real. Existem dados de pesquisas do IBGE em relação ao emprego total, inclusive a empregos informais, que têm amostragem menor. Evidentemente, são dados do CAGED, que não são amostragens, são dados reais, de todo o País, enquanto os dados do IBGE dizem respeito às 6 maiores regiões metropolitanas apenas. Mas os dados são consistentes e mostram que há uma expansão, sim, real e importante do emprego no Brasil. Essa é a função principalmente do aumento da previsibilidade da economia e da estabilidade, que trará, em conseqüência, maior disposição das empresas para contratar e investir.

Em relação ao aumento do consumo, o Deputado menciona que a base é menor do que a de outros países. S.Exa. certamente tem razão. O Brasil tem uma renda *per capita* menor do que a dos países, por exemplo, ricos ou industrializados. Não há dúvida. Mas o importante é que o consumo está crescendo, o importante é que estamos na direção certa. De novo, em economia, não há saltos. O consumo, de fato, está crescendo. Como mencionei, a massa salarial este

ano, em termos reais, cresceu 6,4% em comparação com a do ano passado. É um crescimento importante, Deputado, em qualquer lugar do mundo. Portanto, é essa a direção que temos de perseguir.

Quanto à independência a que V.Exa. se referiu, Deputado, não cabe ao Banco Central, é evidente, opinar ou se posicionar sobre sua própria independência. Dito isso, não há dúvida de que experiências de diversos países mostram que bancos centrais autônomos tendem a ter sucesso, isto é, ter uma experiência positiva, com decréscimo mais pronunciado de taxas de juros reais e também com taxas de crescimento positivas.

É difícil analisar a questão isolando esse aspecto, porque existem outros aspectos ao mesmo tempo. Foi também o mesmo período em que foi implantado o regime de metas de inflação na maior parte dos países do mundo, foi um período em que a globalização avançou muito. Em resumo, existe uma série de fatores que podem ter influenciado, mas o fato é que, durante esse período, as taxas de juros reais médias no mundo caíram, principalmente naqueles países que adotaram regime de metas de inflação, com banco central independente, e abriram mais as suas economias.

V.Exa. mencionou a dívida interna. Eu diria que temos de olhar a dívida no total, a interna e a externa, o endividamento público global. Em termos nominais, sim, ela está subindo, inclusive pela inflação e pela apropriação de juros. Por outro lado, como percentagem do produto, que na nossa avaliação é o critério mais significativo, ela está caindo. Está um pouco abaixo de 50% do produto, já atingiu 62%. De novo, ela está caindo de forma segura. Pode-se, é claro, ter como meta valores menores do que esse. Mas o importante é o trabalho que está sendo feito, com vistas a que essa dívida caia. E ela está caindo como percentagem do produto.

No que diz respeito à posição do Brasil em relação a outros países, com referência à atividade de financiamento, particularmente de crédito, que foi mencionado pelo Sr. Deputado, eu diria que o sistema financeiro no mundo hoje é mais saudável do que já foi no passado. No Brasil já tivemos, no meio da década de 90, a quebra de diversas instituições financeiras importantes. Isso já é passado, pelo menos dentro da expectativa e da experiência que temos hoje. O sistema financeiro brasileiro hoje é muito mais sólido do que foi no passado.

Os níveis de lucratividade no sistema financeiro brasileiro hoje são compatíveis com os de outros segmentos da economia. Já foi mencionado aqui o fato de que as grandes empresas brasileiras hoje têm um nível de lucratividade muito maior que no passado; em algumas delas, maior do que o dos bancos. Os bancos não têm mais o maior lucro. Hoje, existem várias companhias que têm lucros maiores que os dos bancos.

O Deputado mencionou que o crédito é uma atividade muito importante. Mas, Deputado, temos de comparar essa afirmação com uma das observações iniciais, de que o crédito ainda é pequeno. Temos 2 coisas que são conflitantes. Não há dúvida de que o crédito no Brasil está crescendo, mas ainda é pequeno quando comparado com o de outros países. Na realidade, essa atividade de concessão de crédito tenderá, no Brasil, com a estabilidade, a aumentar muito mais. No Brasil, representa 33% do produto; no Chile, 70%; nos Estados Unidos, 120%. Isso significa que a tendência, de fato, é aumentarmos o crédito, para possibilitarmos à população maior acesso de compra e às empresas financiamento do investimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - O Presidente Henrique Meirelles tem um problema de horário. Para darmos mais agilidade aos trabalhos e oportunidade a todos os Parlamentares de apresentarem suas indagações, S.Exa. poderia responder às perguntas de 3 Parlamentares de cada vez.

Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, muito prazer.

No Brasil, o programa de microcrédito do Governo Federal foi, quanto a sua conceituação, importante: oferecer crédito, de consumo e de produção, para que ocorresse a democratização do acesso ao crédito. No entanto, acabou havendo dificuldades na operacionalização disso, pela concentração bancária muito forte, que inibe a presença do usuário do microcrédito na agência, pela dificuldade dos bancos formais de operacionalizar o microcrédito e pela inexistência ou insuficiência de rede de cooperativas de crédito, de bancos regionais ou locais que pudessem operacionalizar com maior facilidade esse programa. É óbvio que temos de reconhecer que houve um avanço em relação a essa matéria no Brasil, mas ainda é muito insuficiente.

As perguntas que dirijo ao Presidente do Banco Central são as seguintes: o que fazer para efetivamente se democratizar o acesso ao microcrédito? Será que incentivar as cooperativas de crédito no Brasil, que têm uma série de dificuldades para permanecer existindo, não seria uma das maneiras para se ter acesso a essa oferta? No ato da oferta, o que poderia ser feito a mais para se aumentar, além da redução do depósito compulsório dos bancos, a oferta de microcrédito no País? Qual é a forma dessa rede bancária para permitir que o pequeno usuário do microcrédito possa acessá-lo? O que fazer para se aumentar a oferta de microcrédito, tanto daquele direcionado ao consumo quanto, principalmente, do voltado para a produção, já que o Congresso Nacional aprovou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, na qual há um dispositivo que estabelece diferenciação relativamente ao acesso ao microcrédito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Sr. Presidente, tenho 2 perguntas a fazer, e a segunda pergunta depende da resposta à primeira. Tentarei ser bem objetivo.

Sr. Presidente Henrique Meirelles, é um prazer recebê-lo nesta Comissão. Como membro da Subcomissão da Liqüidação de Instituições Financeiras, cujos trabalhos findamos hoje, e Senador por Minas Gerais, tenho algumas dúvidas. Portanto, é muito oportuna a presença de V.Exa. nesta Comissão.

A fim de tranqüilizar o mercado quanto ao papel de xerife inerente ao Banco Central, peço que nos preste esclarecimentos. Primeiro, é possível que um ativo de determinada instituição financeira, o qual esteja em custódia do Banco Central, seja utilizado como lastro de uma operação que beneficia outra instituição financeira, seja no mercado interno, seja no mercado externo, seja em moeda corrente brasileira, seja em outra moeda qualquer?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Eu gostaria que o Senador esclarecesse um pouco melhor a pergunta.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Pois não.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - A que tipo de ativos, especificamente, V.Exa. se refere?

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Títulos, por exemplo, como aqueles do PROER, para o qual foram criados esses recursos, moeda dessa natureza. Estou tratando de instituições financeiras que faliram no País. Então, surgiu essa dúvida na Comissão. E o momento é oportuno para a resposta de V.Exa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Vou dizer a V.Exa. como funciona a questão das garantias dos empréstimos do PROER — que não responderá exatamente a sua pergunta. Esclarecerei as garantias do empréstimo do PROER: o Banco Central, no meio da década de 90, efetuou empréstimos a determinadas instituições que estavam sendo objeto de intervenção. Essas instituições em intervenção adquiriram títulos no mercado — a maior parte, títulos do Tesouro Nacional — e os ofereceram em garantia ao Banco Central pelos empréstimos do PROER. É uma operação simples: há uma instituição devedora; essa instituição dispõe, no seu ativo, de títulos, que são, no caso, obrigações do Tesouro Nacional; essa instituição deve ao Banco Central; ela oferece esses títulos como garantia real ao empréstimo do Banco Central do Brasil. Trata-se, portanto, de operação legal, legítima e usual relativamente a concessão de garantias e empréstimos em qualquer lugar do mundo.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Mas o Banco Central pode usar esse título calçando uma outra dívida, de repente, um empréstimo externo para o nosso País, por exemplo, ou para uma outra instituição, em qualquer tipo de moeda?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - De novo, o Senador poderia ser mais específico?

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Se não tiver a instituição financeira devedora e a credora, pode uma terceira instituição usar isso como caução?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Senador, V.Exa. se refere a quê?

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Vou repetir a pergunta: é possível um ativo qualquer de uma instituição qualquer que esteja sob custódia do Banco Central ser utilizado como lastro para uma outra operação que não diretamente ligada em benefício de uma outra instituição financeira?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Eu não tenho conhecimento da operação a que o Senador se refere. Se V.Exa. mencionar uma operação específica, eu vou dar uma resposta específica a V.Exa. Caso contrário, vamos ficar discutindo aqui teorias jurídicas, o que não é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Perfeitamente. Eu pediria a V.Exa. que fosse bem objetivo. Cumprirei o Regimento. Vou conceder 5 minutos a cada Parlamentar.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Está bem. São apenas 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Pois não, Senador.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Caso isso esteja acontecendo, Presidente Henrique Meirelles, qual é a atitude que o Presidente do Banco toma? Caso isso aconteça, se for comprovado — estamos fazendo alguns trabalhos na Comissão —, se houver um caso como esse, qual seria a posição do Presidente do Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Conclua, Senador, por favor.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Eu prefiro não dar nomes, porque estamos fazendo levantamentos. Eu queria saber se é lícito usar o recurso de uma instituição que está em liquidação para servir de lastro para uma outra que não tem nada a ver com aquele negócio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Conclua suas perguntas, para que S.Exa. responda. V.Exa. vai ter direito a réplica, se não ficar satisfeito com a resposta.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Se isso estiver acontecendo, eu queria saber se é lícito ou não

permitir que esse papel seja utilizado por outra instituição que não seja a proprietária desse papel. Às vezes, está sendo servindo de lastro para uma instituição que não seja proprietária daquele papel. E a instituição que está sendo beneficiada, caso isso esteja acontecendo, pode ser considerada inidônea?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado, Senador. Após resposta, se V.Exa. não ficar satisfeito, poderá valer-se da réplica.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss, que dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, sei que o Presidente do Banco Central tem que ir ao Palácio do Planalto. Com certeza, muitos de nós que fazemos parte do grupo de trabalho sobre medidas de desoneração, talvez até sobre o esboço de uma reforma tributária, tão ansiada por todos nós, não vamos incomodar muito S.Exa.

Eu queria que ainda estivesse aqui o Deputado Luiz Carlos Hauly. Sei que S.Exa. segue um padrão. Há 8 anos convivo nesta Casa com S.Exa. Sei que bate, bate, usa seus argumentos, e nem nos permite fazer o questionamento.

Quando V.Exa. respondeu sobre a questão da política de câmbio, fez-me lembrar de um Presidente do Banco Central do Governo anterior que, durante 4 anos, brincou de fixar dólar 1 por 1, e agora virou colunista de uma revista semanal. Então, é fácil, não é? Age como se não tivesse nada com isso. E ouvi hoje aqui algumas pessoas questionando a situação como se não tivessem nada com isso.

É óbvio que há uma ansiedade, é óbvio que nós todos queremos, como os médicos que nos precederam, sarar o paciente. Agora, tenho certeza de que o Deputado Fernando Coruja, ao ministrar os remédios — vejam: ministrar; que coincidência! Tem tudo a ver medicina com economia —, não vai dar uma dose muito forte para o paciente, que o vai tomar durante certo tempo. Na economia também é assim.

Sr. Presidente, quais são as expectativas sobre a SELIC e a TJLP? Com certeza, o grupo de trabalho está fazendo estudos sobre isso, mas queremos que os nossos empresários e investidores possam ampliar suas empresas. A TJLP é a base dos empréstimos. Está em 6,85%, se não me engano. A SELIC gera ansiedade também. Gostaria de saber se existe alguma expectativa sobre a SELIC e a TJLP. Sem causar *frisson* no mercado, o Banco Central poderia dizer: *"Olha, gostaríamos de chegar a 2007 no percentual tal"*.

Sobre a relação dívida e PIB, estamos percebendo que está em 49,5%. O ideal seria que estivesse na faixa de 30%, como no início do Governo anterior.

Quando discutimos há alguns meses a Lei de Falências, lembro que um dos principais argumentos que me convenceram a ajudar para que fosse aprovada aquela lei era o de que essa dúvida jurídica fazia com que os juros e o *spread* fossem altos e que a referida lei poderia, de certa forma, também ser um elemento para baixar o *spread*. Já existe algum estudo do Banco Central — não vi dados sobre isso nessas planilhas — que possa afirmar que a Lei de Falências trouxe simplificação e fez com que o *spread* bancário baixasse? Só reforço isso porque foi um dos argumentos muito usados na época em que discutimos a aprovação dessa lei.

Basicamente, são estas as questões: que perspectivas teríamos relativamente a SELIC, TJLP, *spread* e relação entre dívida e PIB a médio prazo, em 1 ano ou, no próximo Governo, até 2010? Em que cenário estaríamos trabalhando hoje ao continuarmos de forma serena, responsável para melhorar os nossos índices macroeconômicos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Carlito Merss.

Com a palavra o Deputado Jorge Boeira, que disporá de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, a taxa de juros é o principal obstáculo para o crescimento econômico do País. Essa foi a tese central apresentada pelos Deputados da Oposição, com a qual todos concordamos. A taxa de juros é o principal obstáculo para o crescimento do País, mas a taxa de juros atual é a menor das últimas décadas.

É necessário que se diga ao Deputado Luiz Carlos Hauly e àqueles que nos antecederam e que já saíram que o principal obstáculo para a redução da taxa de juros é o tamanho da dívida pública em relação ao PIB, o que nos provoca muitas dificuldades. Era de 62% e, segundo as exposições, já está em torno de 49,5%.

Essa dívida pública foi construída durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, em decorrência de política fiscal leniente e da lógica da paridade cambial, que facilitou muito as importações, e dificultou as exportações, fazendo com que o déficit em conta corrente, então na casa de 2 bilhões de dólares por ano, fosse para mais de 33 bilhões de dólares. Aquele Governo, para manter a política econômica, vendeu praticamente todo o patrimônio público, construído durante mais de 50 anos pela sociedade brasileira. Quando não tinha mais estatal para vender, aumentou a carga tributária, de 27% para 35,5%.

Quem se lembra — lembrei isso ao Deputado Luiz Carlos Hauly — do Pacote 51, que aumentou a CPMF, de 0,2% para 0,38%, a COFINS, de 2% para 3%,

os combustíveis e vários outros impostos? Esse foi o quadro econômico que recebemos, essa foi a herança estrutural que recebemos. Naquele momento, a sociedade clamava exatamente por estabilidade econômica. Hoje estamos falando de Risco País de 200 pontos, e, naquele momento, era de 2.400 pontos; o dólar equivalia a 4 reais; a inflação era de 3% ao mês, e a taxa de juros, de 25%. A taxa de juros hoje é de 13,25%, e a expectativa é de que caia para 11% no final de 2007. Em 2008, com certeza teremos taxas que nos vão permitir um crescimento econômico acelerado.

Em função da situação e do quadro econômico do País, escutamos nas ruas vozes anônimas dizendo que o País está melhor, que o povo está comendo melhor. Isso nos dá a convicção de que estamos no caminho certo e de que o País vai crescer muito sob o comando do Presidente da República.

Um abraço, e parabéns a V.Exa. pela condução firme da política monetária no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente Deputado Gilmar Machado, Sr. Ministro e Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, em sua exposição pudemos verificar que houve a evolução de um conjunto de indicadores da economia brasileira ao longo destes 4 anos, notícia muito positiva, em especial a diminuição da dívida pública sobre o PIB, o comportamento positivo do setor externo da economia, o aumento do nível de emprego, da massa salarial. O ponto que ainda não está bom é justamente a taxa de crescimento, assim como a evolução também do pagamento de juros sobre a dívida pública, que pesa muito sobre a economia brasileira.

Solicitei os dados a V.Exa. porque, na sua exposição inicial, não foram mostrados os números que normalmente V.Exa. costuma trazer em suas vindas a esta Casa. Até sugiro que possamos ver novamente a tabela, para que V.Exa. possa fazer uma previsão. Felizmente obtive-a, e gostaria de recordar que em 2003, quando V.Exa. compareceu a esta Comissão, tendo havido uma evolução, em que os juros nominais apropriados tinham passado de 114 bilhões de reais, 8,47% do PIB em 2003, para 145 bilhões de reais, ou 9,33%, V.Exa. afirmou que haveria uma melhora no ano seguinte, como de fato aconteceu; em 2004 pagamos 128 bilhões de reais, correspondentes a 7,26% do PIB. Entretanto, em 2005 e 2006, a evolução deixou de ser tão positiva, ou seja, de diminuir conforme a sua previsão. Em 2005 passamos para 157 bilhões e 145, ou 8,11% do PIB, e em 2006, até outubro, pagamos 158 bilhões e 565, ou 7,89%, segundo os dados do próprio Banco Central.

Pois bem, agradeço se V.Exa. puder, à luz dessas informações fornecidas por sua própria assessoria, fazer um prognóstico dos fatores dessa evolução e dizer como poderemos fazer uma previsão para o ano de 2007, se de fato isso vai melhorar. Faço essa pergunta porque, ao examinar a ata do COPOM, de certa forma o raciocínio implícito ali preocupa-nos. Por exemplo, a modesta diminuição de 0,5% percentual da meta para a SELIC na última reunião encontrou oposição por parte de 3 dos 8 integrantes do COPOM ali presentes. Esses 3 membros queriam uma diminuição de apenas 0,25%. A ata registra: *"Houve consenso entre os membros do comitê de que os diversos fatores respaldariam tal decisão, mas a maioria entendeu que era cedo para reduzir o ritmo de flexibilização da política monetária"*. Estou preocupado porque de repente esses 3 podem tornar-se 5.

Vou citar outra observação que consta da ata do COPOM: *"Tendo em vista os estímulos já existentes para a expansão da demanda agregada, a referência aqui é aos estímulos fiscais desde o último trimestre de 2005. Com as incertezas que cercam os mecanismos de transmissão da política monetária e a menor distância entre a taxa básica de juros correntes e as taxas de juros que deverão vigorar em equilíbrio no médio prazo, o COPOM entende que a preservação das importantes conquistas obtidas no combate à inflação e na manutenção do crescimento econômico, com geração de empregos e aumento da renda real, demandará que, a partir de determinado momento, a flexibilização da política monetária passe a ser conduzida com maior parcimônia"*.

Ora, será que já está na hora de diminuir o ritmo de decréscimo da taxa de juros, considerando que ainda temos uma taxa SELIC de 13,25%, o que corresponde a uma taxa real *ex ante* da ordem de 8,7%, ainda muito superior à média internacional?

Finalmente, o outro ponto sobre o qual gostaria de indagar refere-se a uma questão que me pareceu não estar contida na ata do COPOM. Trata-se do assunto crucial do câmbio, seus efeitos sobre a competitividade da economia e a relação do estabelecimento da taxa SELIC com o câmbio. Pareceu-me que, pelo menos quanto ao que foi transmitido ao público sobre a ata do COPOM, não houve uma reflexão sobre isso, como se o problema não estivesse existindo, e a teoria econômica indica que a persistência de uma política monetária muito parcimoniosa, para usar um termo muitas vezes presente no COPOM, contribui

para manter elevado o valor externo da moeda brasileira. Inversamente, uma diminuição mais expressiva da taxa de juros poderia contribuir para amenizar esse problema da sobrevalorização cambial, favorecendo a rentabilidade e a competitividade de setores que justamente exportam e daqueles que concorrem no mercado doméstico com importações de bens e serviços. Será que não seria importante examinar a possibilidade de haver uma combinação dos efeitos da política de taxa de juros e da política cambial que viesse a favorecer o crescimento dos investimentos, da capacidade produtiva, contribuindo com isso para um objetivo importante, com o qual estou de acordo, qual seja, a estabilidade de preços?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra ao último inscrito, o Deputado José Carlos Machado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO - Sr. Presidente do Banco Central, concordo com o Deputado Fernando Coruja quando enumerou as dificuldades que ele, como médico, tem para entender a economia brasileira. Imagine eu, que não sou médico! Mas sou curioso, e acho que nada há de mais complexo no mundo do que a economia brasileira.

É quase um consenso entre todos nós a necessidade de o País crescer. Falou-se num crescimento de 4%, ou próximo disso, no ano de 2006, mas concluímos que nosso crescimento será menor do que 3%, e na América Latina só vamos superar o Haiti, a exemplo do que aconteceu ano passado.

Na campanha, o Presidente Lula disse, de forma muita clara, que as fundações estavam prontas, as paredes erguidas, o madeiramento do telhado já posto, só faltando cobrir a casa, e portanto o Brasil cresceria tranqüilamente 5% no ano de 2007. A equipe econômica, porém, já recuou desses números. Eu, curioso que sou, fico perplexo, atônito, sem entender absolutamente nada.

Em tempos anteriores, quando se buscava o crescimento, ou se aumentava a carga tributária, ou se tomava dinheiro emprestado, elevando-se a dívida. Hoje, chegamos à conclusão que não é mais possível elevar-se a carga tributária. Elevar uma carga tributária próxima dos 40% seria trágico.

A relação dívida/PIB vem diminuindo; hoje já está próxima de 49%. Acho que a boa política manda que continuemos lutando para torná-la decrescente.

Crescer faz-se imperioso, e isso demanda investimento. Há 10 ou 15 anos os investimentos públicos e privados eram da ordem de 25% a 30% do PIB. Desses, parece-me que o poder público era responsável por algo em torno de 10%. No Brasil houve tempos em que o Poder Público fazia investimentos dessa ordem. Se eu estiver errado, Sr. Presidente, corrija-me, mas os números são próximos aos que estou citando. Hoje, porém, os investimentos públicos não passam de 2% ou 3%. Quero, portanto, olho no olho, Sr. Presidente, ouvir de V.Exa. o que devemos fazer para alcançar realmente esse crescimento.

Fala-se muito em diminuir as despesas não obrigatórias. Se reduzirmos essas despesas em 2 bilhões ou 3 bilhões de reais, isso nada significará. O de que precisamos é voltar aos níveis de investimentos próximos ou parecidos com aqueles de 10 ou 15 anos atrás.

O que fazer, Sr. Presidente do Banco Central, para voltarmos a ter neste País um crescimento sustentável, próximo aos números da média mundial, que fica entra 5% e 6%? Basta essa medida?

O superávit está elevado. O Deputado Delfim Netto fala em déficit nominal zero, o que significa que deverá ser aumentado o superávit. Então, com absoluta segurança e honestidade, diga a este brasileiro, um Deputado curioso, o que o Governo precisa fazer para retomarmos o crescimento e chegarmos, no próximo ano, a uma taxa próxima à média mundial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado, Deputado Machado. Vamos votar o Orçamento hoje, e assim poderemos ajudar.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Mattos, último inscrito.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MATTOS - Sr. Presidente, quero agradecer-lhe, em primeiro lugar, a deferência. Realmente, eu não pretendia pronunciar-me, pois estava razoavelmente contemplado pelos questionamentos, mas recebi um telefonema de alguém que está assistindo a esta reunião, um dirigente de indústria têxtil do Estado de Minas Gerais muito importante para mim e para o Brasil, que se mostrou extremamente preocupado com a situação desse setor da economia, talvez o setor nuclear da economia de qualquer país, porque abrange desde a agricultura, passando pelas exportações, até o consumo interno. Portanto, é um setor estratégico da economia brasileira que está sofrendo solução de continuidade em seu desenvolvimento, principalmente porque há uma discrepância entre o valor da nossa moeda e o dólar. Além desse problema ele levantou outros, que talvez não digam respeito ao Banco Central, mas esse, sim, aliado às taxas de juros, vem incomodando, prejudicando, fazendo com que a indústria de confecção e a indústria têxtil do País se sintam desestimuladas para produzir.

Por outro lado, essas mesmas empresas vão sendo estimuladas a importar produtos da China a um

preço muito mais razoável e compensador, do ponto de vista monetário, mas isso significa um verdadeiro caos para a economia e o mercado de trabalho do nosso Brasil. Diante disso, gostaria de saber, em nome desse interlocutor, se há alguma estratégia do Banco Central para talvez reduzir essa discrepância do valor da nossa moeda em relação ao dólar e fazer com que os exportadores brasileiros se sintam atendidos pelo nosso Governo e em melhores condições de competição no mercado externo. Incluo aí também o setor de calçados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Sr. Henrique Meireles, Presidente do Banco Central, para suas respostas e considerações, ressalvado o direito à réplica, se algum Parlamentar desejar usá-lo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Em primeiro lugar, respondo a pergunta do Deputado Eduardo Valverde, referente à questão da democratização do acesso ao microcrédito, ao aumento da oferta desse instrumento, e também ao papel das cooperativas como possível canal para o aumento não só da oferta como do acesso. Começando com a questão do acesso, da democratização, acredito muito na portabilidade dos cadastros e no acesso à informação; quer dizer, é muito importante que todos os possíveis tomadores tenham a possibilidade de negociar com o maior número possível de instituições, e para tanto tenham condições de levar-lhes o seu histórico. É importante que aqueles que não têm histórico também tenham possibilidade de acesso.

Existem algumas medidas importantes nesse sentido, inclusive a questão do cadastro positivo. Há um projeto nesse sentido em andamento na Câmara e no Congresso. Há também algumas medidas no âmbito do Executivo que estão sendo discutidas, que vão nessa direção. São importantes porque vão viabilizar que os cadastros sejam livremente disponíveis. Digo isso porque no caso da Central de Risco, por exemplo, será necessário um certo tempo para que ela consiga cobrir todas as operações do País, inclusive o microcrédito, pela abrangência do sistema. A Central de Risco, por definição, é um instrumento centralizado, e portanto existe a questão de capacidade de comunicação do sistema. Essas medidas que estão sendo tomadas e as que estão sendo discutidas, inclusive no Congresso, referentes à questão do acesso ao cadastro produtivo, são importantes e vão nessa direção.

Deputado, creio que a sua pergunta foi diretamente sobre a questão das cooperativas. As cooperativas de fato são o grande caminho para a maior democratização do crédito e do acesso ao microcrédito. Temos principalmente examinado a questão das cooperativas de livre acesso, porque as de acesso restrito têm um papel importante, já existem em número expressivo no Brasil, mas atendem apenas a um segmento específico, e o tomador do microcrédito não é necessariamente parte daquele segmento. Portanto, a cooperativa de crédito de livre acesso parece-me que vai atender a essa demanda.

O Banco Central tem aprovado um número importante de novas cooperativas nos últimos anos. Por exemplo, foram aprovadas 180 cooperativas normais nos últimos 3 ou 4 anos, e 120 cooperativas de crédito de livre acesso, um número inédito. Portanto, já existem no Brasil 120 cooperativas de crédito de livre acesso aprovadas nos últimos anos, e esse número continua a crescer. Este ano mesmo aprovamos, Deputado...

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - V.Exa. disse 120 mais 180?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Sim, 120 mais 180, num total de 300 aprovadas nesta gestão. Nesta semana, ontem mesmo, aprovamos mais uma cooperativa de crédito de livre acesso. Portanto, esse é um processo constante, é uma prioridade do Banco Central, e os efeitos disso vão ser sentidos ao longo do tempo, porque todas essas cooperativas estão começando a operar no Brasil inteiro. Alguns Estados de maior tradição cooperativista têm uma concentração maior do que outros, mas nós estamos vendo hoje a criação de cooperativas em todo o País, amparadas pelas suas centrais. Creio que isso está indo na direção correta.

Senador Aelton Freitas, uma das características mais importantes da eficácia de um trabalho de um Banco Central em qualquer área é exatamente a responsabilidade e a precisão dos seus pronunciamentos e das suas respostas. Então, uma das normas de governança em Banco Central é não se pronunciar por hipóteses ou por situações teóricas. Portanto, minha sugestão, Senador Aelton Freitas, é de que, caso haja uma pergunta específica na Comissão sobre uma transação específica de algum banco, de alguma instituição, em liquidação ou não, por favor, encaminhe-a formalmente ao Banco Central que nós faremos a análise, tanto o Departamento Jurídico como as áreas técnicas. Teremos também toda a satisfação e o prazer de lhe dar a resposta o mais prontamente possível, e juridicamente suportada pela legislação vigente no Brasil e pelas normas fiduciárias do Banco Central. Além do mais, quero acrescentar que o Banco Central age na estrita obediência à lei. Vamos pronunciar-nos sobre qualquer operação específica nos estritos termos da lei.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Permite-me V.Exa., Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Tem V.Exa. a palavra, Senador.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Eu vou ser mais objetivo. Pergunto se um ativo qualquer de uma instituição financeira — eu peço permissão para não citar nomes aqui, porque acho que não cabe — que esteja sob custódia do Banco Central pode ser utilizado como lastro de uma operação em benefício de uma outra instituição que não a outra ponta, de uma terceira instituição. A resposta é sim ou não. V.Exa. sabe muito bem. Caso V.Exa. não queira responder, compreendo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Senador, a resposta não é sim ou não. Essa é uma pergunta teórica, absolutamente indefinida. Portanto, peço a V.Exa. que envie para o Banco Central do Brasil a operação específica, o número do título, o nome, e V.Exa. terá uma resposta precisa.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Só completando: caso isso aconteça, que atitude o Presidente do Banco toma? Que atitude o Presidente do Banco toma se estiver acontecendo isso?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Vou repetir a V.Exa. que nós não podemos pronunciar-nos sobre hipóteses.

O SR. SENADOR AELTON FREITAS - Está entendido.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Eu gostaria de dizer novamente que o Banco Central do Brasil age em estrita obediência à lei. Se houver uma operação específica, vamos analisar essa operação e pronunciar-nos nos termos específicos da lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado. Nós vamos fazer esse pedido por escrito, e vamos aguardar a resposta do Banco Central.

Por favor, conclua.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Agora vamos às perguntas do Senador Suplicy. Senador, quanto à sua questão, em relação a 2003 de fato houve um aumento em 2005, mas já houve uma diminuição em 2006. E V.Exa. pergunta sobre as tendências. Isso remete-nos também à pergunta do Deputado Carlito Merss. S.Exa. pergunta-nos sobre a perspectiva e a tendência da evolução da relação dívida/PIB. Eu estou conjugando as duas perguntas, visando simplificar a resposta. Em resumo, e última análise, a pergunta é: como vai, dentro das previsões, prosseguir a questão da dívida pública, no que diz respeito ao pagamento de encargos? Qual é a previsão do pagamento de encargos e juros? E, segundo, qual é a evolução da relação dívida/PIB?

Em relação às previsões de encargos da dívida pública, eu vou citar aqui as previsões consensuais de mercado, porque o Banco Central não pode comprometer-se com uma previsão específica, na medida em que depende de várias coisas: do superávit primário, da evolução das despesas e receitas da União, das decisões do Orçamento que ainda serão tomadas, do crescimento do País, da taxa de inflação, de uma série de fatores. Então, nós podemos apenas fazer previsões baseadas em estimativas de mercado, e essas estimativas de mercado, em relação aos juros nominais como percentagem do produto, são cadentes; este ano, dentro dos números mencionados pelo Senador, ou até o final do ano, são um pouquinho menores.

Temos uma expectativa de mercado de juros nominais cadentes, como percentagem do PIB, evidentemente com reflexos na relação dívida/PIB, hoje pouco abaixo de 50% do PIB, e o mercado prevê uma evolução para pouco acima de 49% em 2007, pouco acima de 47% em 2008 e 2009, chegando a 2010 um pouco abaixo de 43%. Essa previsão de mercado está sujeita, de novo, a toda uma série de variáveis, entre as quais os Orçamentos da União, que serão aprovados nesta Casa, não só para este como também para os próximos anos.

Em relação a como se podem conjugar os juros com o crescimento, a experiência mundial tem mostrado que a melhor contribuição que o Banco Central pode dar ao crescimento do País é manter a inflação na meta. Se assim for feito, consistentemente, a expectativa é de que os prêmios de risco caiam, fazendo com que as taxas de juros reais tendam a cair. Dessa forma, as famílias podem planejar com maior antecedência e as empresas podem investir. Aumentando o investimento, o País pode crescer a taxas um pouco mais elevadas.

Evidentemente, o crescimento do Brasil hoje não é o desejado, mas é bem superior ao que prevaleceu nas últimas duas décadas. Então, o País está caminhando na direção correta. É óbvio que existe uma série de outras medidas, um número muito grande de fatores que extrapolam a política monetária e não são exatamente relacionadas a ela. A política monetária visa garantir a estabilidade da moeda, condição fundamental para o crescimento econômico. A partir daí há uma série de outros fatores de produtividade que vão muito além dessa política.

Antes de mais nada, desejo agradecer ao Deputado Jorge Boeira a manifestação de apreço e reconhecimento ao trabalho do Banco Central.

Sobre a pergunta do Deputado Machado, do PFL, relativa ao que temos de fazer para crescer, em primeiro lugar, precisamos de estabilidade econômica. Não há exemplo de país que tenha crescido com instabilidade, com inflação alta, com crise de balanço

de pagamentos e crise fiscal. Sabemos por experiência que todos os países que cresceram no mundo controlaram a inflação e o balanço de pagamentos e equilibraram o setor fiscal. Segundo a análise do Banco Central, as taxas de inflação média dos 10 países que mais crescem no mundo são muito baixas. É engano pensar que um país pode crescer com uma economia inflacionada, criando taxas de inflação mais elevadas. A inflação só desorganiza, só retira o poder de compra do trabalhador e concentra renda, o que gera, em última análise, a queda da atividade econômica e da demanda. Esse não é o caminho.

Portanto, o Brasil está no caminho correto, tendendo à gradual elevação da taxa de crescimento do PIB, com base no aumento do investimento, em decorrência do aumento da estabilidade, da previsibilidade e do chamado horizonte de planejamento.

Fora do economês, Deputado, eu poderia citar o seguinte exemplo: se uma família pretende investir em um pequeno negócio e confia em que a economia continuará a crescer no próximo ano e nos seguintes, e a inflação estará controlada, ela pode assumir mais riscos, tomar dinheiro emprestado e até dispor de sua própria poupança naquele negócio. Portanto, ela vai investir mais e contratar mais pessoal. Mas se essa família sentir insegurança e ficar com medo do futuro, ela não vai arriscar suas economias num negócio que pode falir se houver uma crise econômica. Então, a primeira condicionante para um crescimento maior é a manutenção da estabilidade, a manutenção da inflação na meta, a manutenção do equilíbrio fiscal, a manutenção do equilíbrio da balança de pagamento.

Além disso, existem questões já mencionadas aqui, como a racionalização da parte tributária, que evidentemente é algo que passa pelo Congresso Nacional, pelos Governadores, pelos Prefeitos, além do Executivo Federal, e é assunto que está de novo em pauta e vem sendo, certamente, discutido.

Em relação ao marco regulatório, esse também é um fator importante para dar segurança ao investidor, no sentido de que o investimento obedecerá a determinadas regras conhecidas, e também quanto a questões relacionadas à infra-estrutura. Tudo isso, Deputado, está sendo objeto de uma série de propostas e decisões que serão anunciadas pelo Presidente da República nos próximos dias. Serão inclusive objeto de reunião a que eu estarei ausente, à qual pretendo comparecer tão logo pudermos terminar aqui.

Em resumo, temos aí uma série de medidas. Vamos aguardar e ver exatamente quais são os comentários que todos podemos fazer e os resultados a serem analisados no futuro.

Em relação à pergunta do Deputado Leonardo Mattos, o setor têxtil é um empregador importante para a economia brasileira, não há dúvida, e a questão cambial é importante para todos os países. O câmbio é um preço na economia, é o preço das moedas. Experiências anteriores, no Brasil e em outros países, de controle da taxa de câmbio não têm sido bem-sucedidas. Como já mencionei anteriormente, o único país que tem obtido um sucesso relativo no controle da taxa de câmbio, com a manutenção do seu câmbio relativamente desvalorizado, é a China. O problema é que se trata de um país com 47% do seu produto nacional na poupança, e portanto com um enorme volume de recursos disponíveis, o que não é o caso do Brasil. E lá a previdência social é muito menor do que no Brasil, assim como os direitos trabalhistas; é uma outra estrutura econômica. Por essa razão, a China tem condições de adquirir um enorme montante de reservas, que se aproxima de 1 trilhão de dólares. É um outro modelo, concentrador, que não privilegia direitos sociais etc., mas permite crescimento rápido, além da disponibilidade de mão-de-obra muito grande; o país tem mais de 1 bilhão de habitantes. Não há dúvida de que essa é uma preocupação, mas o câmbio, de novo, é fixado livremente no mercado.

Já mostramos também, na nossa apresentação, que o item que mais influencia o fluxo de câmbio no Brasil é a balança comercial, são os itens comerciais não financeiros. Portanto, a evolução do câmbio é muito relacionada à evolução da balança comercial brasileira, que tem sido extraordinariamente positiva.

O importante é que todos trabalhamos para aumentar o nível de competitividade da indústria brasileira. A estabilidade permite a queda dos prêmios de risco, portanto dos juros reais no mercado, o que com o tempo beneficia as empresas. E também, evidentemente, o crescimento sustentado sem crises é importante.

Todas essas medidas que estão sendo anunciadas, de desoneração e de aumento da eficiência da economia, certamente contribuirão para que a economia brasileira possa ficar cada vez mais competitiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado, Presidente. Agradeço-lhe a contribuição ao nosso trabalho.

Convido os Srs. Líderes para uma reunião às 12h. Às 13h teremos a continuação da 11ª reunião extraordinária, para votação do relatório final da proposta orçamentária para 2007.

Sessão encerrada às 11h51.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 19ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DO DIA 10 DE JULHO DE 2007 ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e seis minutos do dia dez de julho de dois mil e sete, na Sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO, FÁTIMA CLEIDE, VALDIR RAUPP, VALTER PEREIRA, HERÁCLITO FORTES, JONAS PINHERIO, JOSÉ AGRIPINO, MARISA SERRANO, JEFFERSON PÉRES, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, ADELMIR SANTANA, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO, GARIBALDI ALVES** e **GERALDO MESQUITA.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Presentes, também, os Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, ALOIZIO MERCADANTE** e **IDELI SALVATTI**, não pertencentes à Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submetendo à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, em atendimento ao Requerimento nº 28/2007-CMA e seus aditamentos, de autoria dos Senadores **EXPEDITO JÚNIOR** e **CÍCERO LUCENA** e do Requerimento nº 29/2007-CMA, de autoria do Senador **GARIBALDI ALVES**, com a finalidade de prestar esclarecimentos quanto ao Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007) que "dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e dá outras providências". Comparecem os seguintes convidados: MARINA SILVA, Ministra de Estado do Meio Ambiente; JOÃO PAULO CAPOBIANCO, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente; BAZILEU ALVES MARGARIDO NETO, Presidente interino do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; JONAS MORAES CORRÊA, Presidente Nacional da Associação dos Servidores do IBAMA – ASIBAMA; PAULO NOGUEIRA NETO – membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente e RODRIGO KOBLITZ – membro do ASIBAMA. Foi concedida a palavra à Srª. ANA MARIA EVARISTO CRUZ e ao Sr. FRANCISCO LEVINO, ambos membros do ASIBAMA, para responder a questionamentos referentes à instituição a qual pertencem. Após a exposição dos convidados, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO, ALOIZIO MERCADANTE, EXPEDITO JÚNIOR, GARIBALDI ALVES, IDELI SALVATTI, GERALDO MESQUITA, FÁTIMA CLEIDE, EDUARDO SUPLICY** e **JEFFERSON PÉRES.** No decorrer da audiência, o Senhor Presidente, Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, temporariamente, passa a presidência dos trabalhos aos Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO** e **JONAS PINHEIRO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

Notas taquigráficas da reunião realizada em 10/07/2007

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio-Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada.

A pauta de hoje refere-se à Audiência Pública para prestar esclarecimentos quanto ao Projeto de Lei de Conversão nº 19/2007, proveniente da Medida Provisória nº 366/2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e dá outras providências, com os seguintes convidados: Ministra do Meio-Ambiente Marina Silva, Sr. Jonas Corrêa Moraes, Presidente Nacional da Associação dos Servidores do ASIBAMA, que já se encontram neste recinto.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem, antes da formação da mesa --

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): -- e há requerimento, antes de conceder a palavra pela ordem a V. Exª, eu gostaria de submeter à apreciação do Plenário um requerimento que tem sobre a mesa. Em aditamento ao requerimento nº 28/2007, solicito a inclusão na mesa de debatedores do Sr. João Paulo Capobianco, Secretário Executivo do Ministério do Meio-Ambiente, e do Sr.

Paulo Nogueira Neto, membro do Conselho Nacional de Meio-Ambiente, requerimento firmado pelo eminente **SENADOR SIBÁ MACHADO**. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Antes de usar a minha palavra, Sr. Presidente, já que V. Exª está permitindo, junto com os demais membros desta Comissão, a possibilidade de incluir mais um nome, eu gostaria também de apresentar o requerimento convidando também para compor a mesa o Sr. Rodrigo Koblitz, representando aqui também, já que nós vamos dar a oportunidade também ao contraditório, então vamos chamá-lo para a mesa, Sr. Presidente. Eu gostaria que V. Exª colocasse o meu requerimento em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Encerrada a votação do requerimento do **SENADOR SIBÁ MACHADO**. Foi aprovado. Nós passaremos à consideração do segundo requerimento, de autoria do eminente Senador Expedito Júnior, que já foi por ele relatado, propondo a inclusão na mesa dos debatedores do Sr. Rodrigo Koblitz, também da ASIBAMA. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Pela ordem , Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Aprovado. Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, nós assistimos aqui durante vários dias a manifestação dos servidores do IBAMA, e foi uma manifestação pacífica, V. Exª inclusive teve a oportunidade na reunião passada de elogiar a atitude e a maneira como eles estavam fazendo as suas reivindicações aqui na nossa Comissão. E democraticamente, como é essa Casa, eu gostaria de pedir a V. Exª que autorizasse a adentrada dos demais servidores que estão nos corredores aqui desta Casa, haja visto que não vai ter nenhum problema. O que eles estão fazendo aqui é uma reivindicação justa, e como esta Casa é democrática, nada impede a presença dos servidores do IBAMA aqui que estão fazendo uma reivindicação mais do que justa. Então é importante, Sr. Presidente, que nós possamos ter aqui todo mundo. Que tenhamos aqui o pessoal do Ministério, que tenhamos aqui os servidores que defendem a sua bandeira também. Então é importante e eu faria um apelo a V. Exª para que autorizasse a permanência, a adentrada dos demais servidores, até quanto couber aqui dentro dessa sala.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador, tem V. Exª a palavra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para tratar do assunto. Eu acho que no parlamento é sempre muito importante que haja transparência e participação do cidadão. Agora o espírito dessa Audiência Pública é nós ouvirmos argumentos, aprofundarmos o debate e o contraditório. As duas posições vão estar expostas. Eu sou totalmente favorável à participação dos servidores, mas solicitaria que não houvesse qualquer tipo de manifestação, nem verbal, nem formal, e que as pessoas participassem ouvindo para que os Senadores possam se concentrar, ouvir todos os argumentos favoráveis e contrários que vão ser absolutamente essenciais para o nosso posicionamento futuro. E, assim sendo, eu sou totalmente favorável, ma peço que isso seja de fato respeitado porque foi assim que os servidores pediram para que nós encaminhássemos favoravelmente a presença deles aqui nessa Sessão. Então eu solicito que isso seja feito, rigorosamente respeitado, para que a gente possa ter uma audiência bastante produtiva.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Desde o início, Sr. Presidente, a manifestação --

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a V. Exª.

SR. PRESIDENTE LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Expedito quer se manifestar novamente. Tem V. Exª a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Desde o início, Presidente, as manifestações dos servidores do IBAMA foi uma manifestação silenciosa. Não houve aqui nada, e nem tampouco eu estou pedindo autorização deles aqui dentro para que tenha alguma manifestação diferente dessa, que eles sempre fizeram até esse exato momento. Então, Sr. Presidente, eu gostaria de reafirmar para que pudesse deixar os servidores participarem aqui dessa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Expedito, Srs. Senadores, a mesa entende também que o servidor tem o direito da sua manifestação. Aliás, essa Audiência Pública que estamos realizando nesta amanhã, tem exatamente o propósito e esse é o foro adequado para que hajam as manifestações espontâneas a favor e contra o projeto. A mesa entende que os servidores já estão contemplados com a sua presença expressiva ao fundo da sala. Não há como autorizar o ingresso de

mais pessoas aqui, porque materialmente é impossível colocar mais pessoas aqui em razão do desconforto, mas a mesa faculta a sala nº 7, onde tem um talão, onde os servidores que não conseguirem ingressar nesta sala poderão de lá assistir ao debate. E aqui os que já estão presentes, e como V. Exª falou de forma respeitosa, o que nós agradecemos, esse comportamento, e é esse comportamento que vai assegurar a presença aos servidores que escolheram os debatedores que irão defender o seu ponto de vista e terão liberdade de fazê-lo aqui à mesa. Então eu entendo que as partes estarão atendidas e nós poderemos começar os nossos trabalhos. Eu convidaria a eminente Ministra Marina Silva, o Secretário Executivo Capobianco, o Sr. Jonas Corrêa Moraes da ASIBAMA, o Professor Paulo Nogueira Neto e o Sr. Rodrigo Koblitz para comporem conosco a mesa. Para dar um ordenamento ao trabalho nós concederemos aos debatedores um tempo preliminar para suas exposições de dez minutos. A Ministra poderia efetivamente encerrar essa fala inicial, mas ela revela o interesse de fazer algumas informações de caráter geral logo no início do trabalho. Então nós estaremos concedendo a palavra à eminente Ministra Marina Silva para as suas considerações iniciais. Tem V. Exª, Sra. Ministra, a palavra.

SRA. MINISTRA MARINA SILVA: Bom dia a todos e a todas. Em primeiro lugar eu quero agradecer a Deus por estarmos aqui, quero cumprimentar a todos os componentes da mesa na pessoa do ilustre Senador Leomar Quintanilha, quero dizer que para mim é motivo de satisfação poder estar nesta Casa efetuando um debate que diz respeito à minha dupla atividade, quer agora na função de gestora, como Ministra do Meio-Ambiente, quer como Senadora, que os senhores tem acompanhado, uma boa parte dos senhores, o meu trabalho durante esses cerca de doze anos em que tenho militado na questão ambiental no Senado da República, de sorte que é muito importante o que estamos fazendo e eu preferi fazer uma fala introdutória exatamente para deixar referido para os Srs. Senadores o quanto que o Governo Federal, desde 2003, tem feito um esforço muito grande para que possamos ampliar cada vez mais a capacidade de gestão do setor ambiental, gestão essa que precisa ter o devido rebatimento na estrutura, até porque o Brasil tem uma excelente legislação, legislação essa que foi consignada na Constituição de 1988 e nas Leis Complementares aprovadas nessa Casa, e uma série de outras leis que foram aprovadas e que favorece a gestão ambiental do nosso País. Ainda que tenhamos uma excelente legislação ambiental, infelizmente, na realidade dos países em desenvolvimento, nós temos um déficit de implementação dessa legislação, e é exatamente para suprir essa necessidade, que desde 2003, nobre Senador Quintanilha, nós temos trabalhado para o fortalecimento do sistema nacional de Meio-Ambiente, bem como de viabilizar as ferramentas adequadas para podermos cumprir com a nossa atribuição legal. Desde que assumimos verificamos algumas questões importantes.

O Ministério do Meio-Ambiente foi criado cerca de catorze anos atrás. Nós tínhamos efetivos do quadro em torno de setenta e cinco funcionários. Os demais funcionários, cerca de novecentos a oitocentos, eram contratos temporários. Esse mesmo rebatimento nós tínhamos dentro do IBAMA. Em que pese o contingente de servidores ser bem maior efetivo do quadro, também tínhamos uma quantidade muito grande de servidores temporários. Isso acarreta um prejuízo para a gestão pública inimaginável, na medida em que você tem o tempo todo uma rotatividade muito grande de servidores que não internalizam, para a gestão pública, a competência e a capacidade que deve ficar no setor público. E graças a uma série de esforços feitos pelo Governo Federal, através do Ministério do Meio-Ambiente, junto com o Ministério do Planejamento, a Casa Civil, conseguimos concurso para dois mil novos servidores do IBAMA, aumentando em 30% o efetivo. Trabalhamos também para que tivéssemos melhorias salariais, uma média de 120% para os servidores. Melhoramos também algo que os servidores colocavam como sendo grave, até porque no caso do IBAMA eles se submetem a um trabalho árduo, principalmente aqueles que muitas vezes expõe a própria vida em ações de fiscalização, com diárias que eram muito pequenas. Tivemos um aumento em torno de 50% das diárias para que os nossos servidores pudessem fazer esse deslocamento com pelo menos algum suporte que não lhes levasse a uma situação de penúria muito grande. Isso inclusive se estendeu para os outros servidores da explanada. Trabalhamos muito fortemente durante esses quatro anos para fazermos tudo que era necessário, do ponto de vista de dar resposta à gestão pública do setor ambiental, para o grande desafio que temos. Qual é esse desafio? O IBAMA foi criado em 1989, quando o Brasil tinha cerca de quinze milhões de hectares de unidade de conservação, em torno de cento e trinta unidades de conservação.

Hoje, Srs. Senadores, são setenta milhões de hectares com mais ou menos duzentas e oitenta e nove unidades de conservação. Eu posso dizer para os senhores que o que está sendo feito nesse País é o fortalecimento da gestão pública para o IBAMA, que continuará com as suas atribuições precípuas no que concerne à fiscalização, às autorizações e o licenciamento, além de alguns institutos de pesquisa. Por que

é que é fortalecer a gestão pública? Durante muitos anos o setor público, de um modo geral, foi subtraído no que concerne a uma idéia errônea de que se poderia terceirizar os serviços para que eles pudessem ser realizados por empresas terceirizadas. Graças a Deus, e a um esforço muito grande, inclusive a própria luta dos servidores, nesses últimos quatro anos nós temos revertido esta tendência, e por uma questão de justiça devo dizer, Senador Quintanilha, que esse processo, no setor ambiental, é anterior à minha gestão. Na gestão anterior foi criada a Agência Nacional de Águas, nós já tínhamos a estrutura do Jardim Botânico, continuamos a ampliar a ação pública na gestão ambiental com a criação e aprovação do Serviço Florestal Brasileiro, aprovada por esta Casa, e agora nós estamos fazendo o debate sobre a aprovação da criação de mais uma autarquia que é o Instituto Chico Mendes. Eu posso dizer, sem sombra de dúvidas, que o que está sendo feito honra inclusive o interesse público pelo lado dos servidores, no que concerne a um aspecto muito interessante: há cerca de quase vinte anos atrás, quando o IBAMA foi criado por Medida Provisória juntando a SUDEV, a SUDEP e o antigo IBDF, é claro que naquele momento também tivemos resistências, e elas são muito naturais, e o tempo todo eu tenho dito para o Jonas, disse também para a Lindalva, para todas as pessoas que conversaram comigo naquele processo, de que nós estaríamos inteiramente abertos para o diálogo.

Todavia a decisão do gestor público em criar mais uma autarquia para dar conta do desafio de criar as unidades de conservação, implementar as unidades de conservação e fazer com que elas possam gerar emprego, gerar renda, inclusive dar condições para que essas unidades, que têm um potencial muito grande do ponto de vista positivo, possa de fato dar uma resposta para o nosso País. Eu posso citar um exemplo para os senhores. O Parque Nacional da Serra das Confusões, com o investimento de dois milhões que nós vamos fazer para criar o centro de visitação, graças a recursos da compensação ambiental, nós vamos ter condições de dobrar o PIB do Município. Todavia, se continuarmos no mesmo diapasão, a realidade que temos a colocar, com todo respeito pelos esforços que historicamente vem sendo feitos por servidores, por gestores que me antecederam, é que o parque mais antigo desse País, que é o Parque da Serra do Itatiaia, foi criado há setenta anos atrás pelo Getúlio Vargas, e só agora, nos últimos quatro anos, é que está se fazendo a regularização fundiária desse parque, de sorte que o que estamos trabalhando é dentro de uma visão, de um conceito, de um propósito de fortalecimento da gestão pública. Eu não tenho nenhuma dúvida de que não é uma tarefa fácil. Eu vou concluir agora porque são dez minutos e eu não quero aqui abusar da condição de colega do Senador Quintanilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ministra, a presença da senhora aqui é tão importante que a mesa está tendente a conceder o prazo que for necessário.

SRA. MINISTRA MARINA SILVA: Eu agradeço V. Exª. Mas posso dizer, com tranqüilidade, que não foi uma decisão fácil, não foi uma decisão fácil. Em primeiro lugar porque esse é um processo que remonta um esforço de muitas pessoas que me antecederam. A título de exemplo eu quero citar aqui apenas o Dr. Eduardo Martins, que foi uma das pessoas que levou muito a sério esse projeto de criar uma instituição voltada para a implementação das unidades de conservação, de proteção ambiental e uso sustentável, mas, infelizmente, isso não foi possível naquela época. Eu confesso aos senhores que quando da conversa que eu tive com o Presidente Lula sobre continuar um segundo período de compromisso, até que assim Deus permita, o Presidente assim o deseje e eu própria, levei para ele um conjunto de propostas que eu considero que são fundamentais para os desafios dos próximos quatro anos, quais sejam: cuidarmos adequadamente das mudanças climáticas, termos um processo de criação de unidades de conservação, bem como de sua implementação, darmos condição de gestão para o setor ambiental deixar de ser o grande vilão dos processos de debate, que muitas vezes é assim que é colocado. Vocês têm acompanhado toda essa discussão colocando em oposição Meio-Ambiente e desenvolvimento. Eu sempre digo que isso é um falso dilema, até porque a equação que está posta para cada um de nós nesse século é como viabilizar os projetos de desenvolvimento preservando os ativos ambientais e como preservar os ativos ambientais viabilizando o desenvolvimento.

Esse é o grande esforço que tem sido feito e esse é um esforço que o Brasil não pode, em hipótese alguma, se omitir de fazê-lo, até porque nós somos uma potência ambiental. Agora como justificar que para dar conta da nossa missão institucional consignada no artigo 225 da Constituição Federal, se tenha que fazer isso sempre a partir de arranjos alternativos? Eu posso citar para os senhores: o Plano Nacional de Combate ao Desmatamento, que diminuiu o desmatamento nos últimos quatro anos em cerca de 51%, teve que ser feito através de grupo de trabalho, e um grupo de trabalho que graças a Deus vem dando certo, aonde o IBAMA tem um papel fundamental na fiscalização, mas que tem que ter o apoio da Polícia Federal, do Exército e dos Governos Estaduais. Nós precisamos

de uma estrutura que opere a partir de si mesmo. O programa de desenvolvimento da BR-163 também foi através de grupo de trabalho. E, se nós formos pensar o grande desafio que temos agora em relação às mudanças climáticas, nós vamos verificar que essa correta estrutura, criada há vinte anos atrás, ela tem dado a sua contribuição, mas precisa ser aperfeiçoada. E é por isso que nós estamos fazendo uma mudança, uma reestruturação, que não é só do IBAMA. No Ministério do Meio-Ambiente criamos a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, a de Cidadania Ambiental e Relações Institucionais, uma Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e no IBAMA criamos, estamos propondo aos senhores que aprovem a Medida Provisória que cria o Instituto Chico Mendes. Eu posso dizer para os senhores que poderia muito bem ter voltado para esta Casa e me conformar com os vinte milhões de hectares de unidade de conservação já criado, nos conformar com o Plano Nacional de Recurso Hídricos já realizado, o Plano Nacional de Combate à Desertificação, o Programa Nacional de Criação de Unidades de Conservação, que fizemos graças a um esforço muito grande das equipes do Ministério como um todo, e aí envolvendo todo o sistema, o IBAMA, a Agência Nacional de Águas, o Jardim Botânico, o Ministério *[soa a campainha]* nas suas várias Secretarias e até tivemos, já vou concluindo, a graça de Deus de receber um dos prêmios mais importantes das Nações Unidas. Mas eu confesso para os senhores que muitas vezes o Gestor Público não pode se conformar com aquilo que rende a simpatia imediata, até porque, se dependesse da simpatia imediata, em 1989 o Presidente Sarney, que teve a coragem, de após o assassinato do Chico Mendes, acelerar o programa Nossa Natureza e criar o IBAMA, jamais teria criado o IBAMA. É por isso que a idéia do nome Chico Mendes não foi minha, ainda que alguns tenham preconceito quanto a esse nome. Eu sou daquele tipo que não me preocupo em ficar ... é ..., enfim, botando nome das pessoas, mas eu acho que é alguém que a sua história deveria ser honrada pelo esforço que fez. Confesso a vocês que essa decisão de criar uma instituição voltada para a implementação das unidades de conservação deveria e deve ser o sonho de todos aqueles que querem ver de fato essa agenda andando adequadamente.

Então para mim não é sem espírito, às vezes, de alegria e uma pequena dose de sofrimento, porque eu sei que daqui há alguns anos as pessoas vão estar tão apegadas a esse Instituto quanto hoje estão em relação ao IBAMA. Não se mudou uma vírgula da legislação, que foi o grande debate que antecedeu, dizendo que se iria flexibilizar, de que se iria fazer as coisas para facilitar. Posso lhe dizer, Senador, que não existe ninguém que tenha se jogado à frente da Instituição chamada IBAMA como essa que está falando aqui. Fizemos várias operações da Polícia Federal, cerca de cento e dezesseis servidores do IBAMA foram presos, e graças a Deus para honrar aqueles que trabalham com honestidade, para honrar aqueles que dedicam sua vida à defesa do Meio-Ambiente, eu pessoalmente tenho me atirado à frente da Instituição para não permitir que as más obras do joio venham a contaminar as boas obras do trigo sem nenhum preconceito contra o joio, de sorte que eu quero aqui dizer para os meus colegas de trabalho que a diminuição do desmatamento foi graças ao trabalho de vocês. Todo o esforço que nós estamos fazendo é graças ao nosso trabalho, sem o qual nada disso teria acontecido, mas eu aprendi na vida a nem sempre ter que fazer aquilo que rende popularidade, fazer aquilo que é certo para que possamos lá na frente ter o reconhecimento, como hoje estamos tendo, o quão foi acertada a Medida Provisória que juntou a SUDEV, a SUDEP, o IBDF e criou o IBAMA, o quão é acertado termos uma discussão para com foco, com determinação, cuidarmos das unidades de conservação. Eu me coloco à disposição para o debate dos Srs. Senadores, da mesma forma que o tempo todo, o Jonas sabe disso, a Lindalva sabe disso, tenho me colocado à disposição para o debate com eles no processo de feitura do decreto que vai regulamentar o Instituto Chico Mendes. Eles têm me dito: mas por que Medida Provisória? Alguns Senadores também. Será que era urgente e relevante, Medida Provisória? Alguns dizem que não. Eu acho que meio-ambiente é urgente e relevante tanto quanto outras ações, e é por isso que, ainda que o instrumento para os Senadores possa ser questionado, do ponto de vista do mérito tenho absoluta certeza que aqueles que querem ver, ampliar a gestão pública, estão conscientes de que é o melhor caminho. Me coloco à disposição para o debate. Muito obrigada, Senador Quintanilha, desculpe se me excedi no tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradecemos à Senadora Marina Silva, a exposição inicial que V. Exª nos apresenta, e ouviremos agora o pensamento da Associação Nacional dos Servidores do IBAMA, via de seu Presidente, o Sr. Jonas Corrêa Moraes, a quem concedo a palavra, já alertando que o Sr. Jonas nos propôs fazer uma breve exposição e convidar uma colega para fazer uma projeção. Então logo que inicie a projeção eu determino à secretaria que diminua a iluminação na local para facilitar a visualização. Tem V. Sa. a palavra.

SR. JONAS CORRÊA MORAES: Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar a Sra. Ministra do Meio-

Ambiente, o Senador Quintanilha, o Sr. Capobianco, Dr. Paulo Nogueira, Srs. Senadores, agradecer em nome dos servidores podermos estar aqui para demonstrarmos porque que os servidores do IBAMA são contrários a essa Medida Provisória 366. A gente queria dizer aqui que nós temos aqui presentes, nesse Plenário, dois ex-presidentes do IBAMA, Dr. Simão Marrul Filho, Dr. Anilde Pinheiro, que sabem muito bem o que os servidores do IBAMA estão sentindo nesse momento em que o nosso órgão está sendo fragmentado. Foram pessoas que ajudaram a consolidar a nossa Instituição. Também outros presidentes, ex-presidentes do IBAMA, se manifestaram favorável ao nosso movimento, e por questões pessoais e por questões de compromissos outros não puderam estar aqui presentes, como o Dr. Fernando César Mesquita, o próprio Dr. Marcos Barros, ex-presidentes do IBAMA também não puderam estar presentes aqui. Nós queríamos começar aqui, quando a Ministra fala da questão do fortalecimento do IBAMA, fortalecimento da gestão, gostaria de me lembrar de um ponto que foi tratado há um ano e meio aqui nessa Casa, que foi a criação do Serviço Florestal Brasileiro. Naquele momento nós fomos contrários à criação desse Serviço Florestal, que foi aprovado, e eu me lembro muito bem que numa dessas salas de Comissão o então Secretário de Biodiversidade, o Sr. João Paulo Capobianco, foi bem claro ao dizer que o Serviço Florestal viria para fortalecer o IBAMA e fortalecer o setor florestal. Bom, um ano e meio depois esse serviço florestal só existe no papel, e no bojo dessa Medida Provisória ele está levando por meio de decretos dois centros de pesquisa e parte da diretoria de floresta do IBAMA para esse serviço florestal. Então nós não podemos concordar quando se diz que dividindo vem fortalecer o IBAMA e fortalecer a gestão ambiental.

A Ministra colocou, realmente ela nos chamou para conversar, por duas vezes nós estivemos com a Ministra para conversar sobre a Medida Provisória 366, onde nos foi colocado o seguinte: "a decisão está tomada - como ela mesma já colocou aqui – e nós queremos a ajuda de vocês para estruturar o Instituto Chico Mendes". O que nós respondemos à Ministra, após nós lermos a Medida Provisória, a área técnica, todos os técnicos do IBAMA se debruçaram sobre a Medida Provisória e verificaram tantos gargalos que era impossível a gente estar apoiando a estruturação desse Instituto. Nós comunicamos a Ministra e também ao secretário executivo, João Paulo Capobianco, que nós iríamos estar trabalhando junto ao parlamento para tentarmos sensibilizar os parlamentares que essa Medida Provisória iria inviabilizar a gestão ambiental no nosso País. E é isso que nós estamos fazendo, contamos com o apoio dos Senadores para que a gente possa, no mínimo, transformar essa Medida Provisória em um Projeto de Lei para que realmente possa ser discutido, porque essa Medida Provisória e essa proposta não foi discutida em momento nenhum, nem com a sociedade civil organizada, nem com os servidores do IBAMA. Há declarações do próprio ex-secretário executivo do Ministério do Meio-Ambiente, Cláudio Langone, e também do Dr. Marcos Barros, Presidente do IBAMA, onde em nenhum momento eles foram consultados sobre isso. Então os servidores do IBAMA nunca fugiram ao debate, sempre nós quisemos debater. O que nós não podíamos fazer era homologar uma decisão que já estava tomada. Por isso que nós tivemos que entrar em grave para tentar sensibilizar a sociedade do caos que vai virar a gestão ambiental se essa Medida Provisória for aprovada. Nós gostaríamos de chamar aqui a nossa colega Analista Ambiental Ana Maria, que é membro do CONAMA, que foi a primeira Presidente da Associação dos Servidores do IBAMA, para fazer uma apresentação aos senhores demonstrando porque nós somos contrários à Medida Provisória.

[Tudo está em equilíbrio na natureza. O homem, os rios, as plantas e o animais dependem um dos outros para viverem. O IBAMA existe para cuidar dos recursos ambientais de forma integrada. Mas agora este equilíbrio está ameaçado. Setores do Governo querem dividir o IBAMA. A quem isto interessa? Cidadão, participe da nossa mobilização pela unicidade da gestão ambiental. Fortalecer o IBAMA eu não fragmentá-lo. Uma campanha da Associação dos Servidores do IBAMA]

SRA. ANA MARIA: Sr. Presidente, Sra. Ministra, demais membros da mesa, Dr. Paulo Nogueira, Exmo. Srs. Senadores e Senadoras. A gente vai trazer algumas razões pelas quais a gente já está nessa campanha há algum tempo, e alguns motivos, muito em cima de números, muito em cima de números e também algumas questões já foram colocadas, tanto pela nossa Ministra como pelo nosso Presidente Jonas, no que se refere aos antecedentes desse momento. A gente sempre usa, porque a gente sempre teve um carinho, enfim, uma maneira pelo perfil, pela história, a gente sempre usa muito essas referências, e quando a Ministra tomou posse do seu cargo lá no IBAMA, ela disse que o IBAMA era o patrimônio do povo brasileiro e que ela ia cuidar do IBAMA e usava a expressão cuidar e dizer o significado e a significância. A Ministra está no topo principal do Sistema Nacional do Meio-Ambiente, um sistema que a gente ajudou a consolidar, a construir. E no balanço, no balancete de verificação de vinte e cinco anos de política ambiental no Brasil, a Ministra então disse a respeito de um dos nossos templos de

conversação, que é o CONAMA, que a razão, independentemente das controvérsias, a razão é simples: enquanto houver diálogo haverá sempre a esperança por dias melhores para todos. Neste caso, para todos os seres vivos. Bom, no dia 27 de abril de 2007, nove meses, o diálogo acabou.

A Medida Provisória, da maneira como a gente já tem feito toda essa campanha, explicado em cima dos senhores e das senhoras, ela já veio acompanhada dos seus decretos de regulamentação e eles sim institucionalizaram o caos em um dos principais órgãos referência dentro e fora, patrimônio do povo brasileiro, no reconhecimento da própria Ministra. Essa imagem estrangulada aí no peito, esse vidro quebrado, sintetiza e diz um bocado dessa questão do que foi, do que aconteceu conosco, a perplexidade, enfim. Um breve histórico a respeito. É fato, o IBAMA foi criado em 1989, está aqui a lei e tem toda uma história em cima disso, enfim. Mas o IBAMA nasceu a partir desse momento de integração, de compreensão do todo. Foi pela necessidade, foi pelo ano cinza grafite que a gente já se referiu tantas vezes que foi 1988 na história desse País, mas também foi o animais bonito e mais fértil porque a Constituição cidadã veio daí e a gente conseguiu não só, além do 224, mais setenta e cinco referências ambientais dentro da Constituição. É isso que significa para nós essa logomarca, é isso que significa porque ela tem, dentro de si, a compreensão dos quatro elementos vitais, nas cores, e, enfim, nesta última que significa vida, vida, e agora diz que para fortalecer o IBAMA a gente deixa cartório, tira a vida, a razão de ser, o motivo pelo qual o IBAMA existiu, porque o maior índice de desmatamento da Amazônia foi 1988 *[soa a campainha]*. Mataram Chico Mendes em 1988. Extinguiram o Ministério de Meio-Ambiente, que havia sido criado em 1985, em 1988. Enfim, e o IBAMA nasceu como uma resposta da nossa natureza, e naquela mesa de debate, nos seis grupos de trabalho, seis meses de trabalho, a gente conseguiu elaborar uma proposta que trouxesse isso como resposta, e no dia 14 de janeiro, o IBAMA foi criado no dia 22 de janeiro, no dia 14 de janeiro o Governo pegou o próprio Anteprojeto de Lei, produto da nossa natureza, porque tinha saído um erro na questão da inclusão das instituições que precisavam.

Os senhores têm todas essas ... o que nós temos hoje, antes dessa Medida Provisória, são esses os números, estão aí todos os documentos. Esses números que não batem, não se trata de uma questão de jogo de números. As unidades organizacionais do IBAMA, num total de quinhentas, onde a sede está colocada apenas como um. Os meios que a gente dispunha antes. As unidades, Brasil, o País das siglas. Centros Especializados vinte e dois. Unidades de Conservação da Natureza. Gestão Federal. Nós temos trezentas e depois a gente explica porque que lá na cabeça do cachorro aquele pool de florestas nacionais, enfim, se houver tempo. Gerências executivas onze. Superintendências vinte e sete. Cento e trinta e nove escritórios. A Ministra falou aqui agora a pouco que ela já havia dito para nós e até insistido, que nos convidou para participar, nos convidou para participar e conversar disso. Já vem feito, já veio feito. Estão extintos cento e trinta e nove escritórios do IBAMA. Surgirá no lugar bases operativas, seja lá o que é que isso significa. Certamente, pela linguagem, a gente pode supor que se trata apenas da fiscalização. O cidadão vai ter do IBAMA, em termos de serviços ambientais ... tudo isso, a educação ambiental foi simplesmente tirada do IBAMA e centralizada no Ministério. Bom, nós temos esses momentos que a gente entende que começou sim essa questão da segmentação dos instrumentos ambientais, não é uma questão de cachetograma(F), é uma questão de processos que são integrados, e a partir do momento em que são dissociados geram prejuízos ambientais medonhos. Talvez nem tanto para a gente hoje, talvez nem tanto. O problema se insiste que é estrutural.

Todos sabemos e a Ministra sabe disso também. Apesar de todo o esforço, a área ambiental, em termos de repartição de recursos orçamentários, está sempre lá. A gente já não tem, nunca teve, e a gente está sempre trabalhando teimosamente na perspectiva de ter. As pessoas que estão agora, inclusive como clientes ou usuários, enfim, dos serviços do IBAMA, têm toda uma questão de todo um suporte que a gente nunca teve. Então é um sistema solidário, ele funciona sempre como um sistema solidário. Está aqui os números, a gente deixa aí. Há algumas situações. Isso daqui significa, o orçamento pode e até e foi aprovado dentro desse programa nesse nível, mas depois se bloqueia, depois se contingência. Isso é um problema sério, e não é só para nós, é para o serviço público de uma maneira geral. Aqui está a forma de repartição no espaço interno. Nós temos aqui uma série com os números, com os percentuais no que se refere à execução orçamentária, e a gente vê a proporcionalidade em que o órgão formulador, o topo do SISNAMA, formulador e implementador no sentido de fazer-fazer, ele vai cada vez mais se expandindo e os órgãos executores se encolhendo. Não tem muito efeito, é só para efeito didático, depois a gente deixa aí nos arquivos com as devidas situações. Aqueles número que a gente colocou, o IBAMA, não é, enquanto presença, onde é possível estar. E aqui os números de 2006, centralização orçamentária, enfraquecimento da execução.

Centralização em Brasília. Centralização nos órgãos de execução. Aqui estão alguns números projetados, são números oficiais que foram projetados para cá. Esses próprios números, essa guerra de números, depois a gente detalha para onde os senhores quiserem. O que nós chama muito a atenção e queremos chamar a atenção dos senhores é que isso daqui está previsto para 2007 para nós. Menos 53% para a atividade fim de investimento. Que contradição é essa dessa Medida Provisória? Se estava tudo isso em algum canto, por que é que isso não foi traduzido em condições para que a gente operasse e opere gerando os resultados que a gente tem? Centralização política. Eis aqui os números. Esta Medida Provisória, ela não vai propor alguma coisa. Já foi feito, já vieram com os decretos. Basta os senhores olharem os decretos. São sete, sete secretários no âmbito do Ministério do Meio-Ambiente para dizer a um Presidente do IBAMA as orientações. São sete. Porque no mundo, no mundo do serviço público, prevalece o tamanho, por isso a gente só traz essa referência. Enquanto o IBAMA ficou, fica agora com cinco DASS(F), essa nomenclatura aí, cinco, que correspondia a isso, são trinta e sete diretores ou assessores com Nível-D no Ministério.

Mesmo o Instituto Chico Mendes, mesmo o Instituto, quatro diretores para também ... como que isso aumenta a burocracia? Como que isso não compromete processos? Como que isso pode ser benéficos e fortalece o IBAMA? São essas respostas que a gente gostaria de ter *[soa a campainha]*. É evidente que agora, esse é um sistema, bom, a gente está aqui diante dos principais especialistas, a gente fala um pouco de sistema de governância e governabilidade, quais são as instâncias. Só no âmbito que a partir do momento que o empreendedor chega com um processo pedindo uma licença, pedindo, solicitando um serviço, o que acontece? Imediatamente o sistema de governância e parceiro, simultaneamente com isso. O que acontece hoje com a Medida Provisória? Ah, não aumenta procedimento. Aumenta procedimentos e passos porque além de agora se ficar dependente disso aqui, aí diz assim: "mas isso não existia isso?" Sim, estava na governabilidade do IBAMA. O que acontece agora? A gente vai ter que aguardar. E tem mais. Também o Instituto, como lembrou o Jonas aqui agora a pouco, também o serviço Florestal Brasileiro, também o Ministério do Meio-Ambiente. Por quê? Por causa da educação ambiental, por causa da integração, articulação e integração também. Enfim, é isso. Essas respostas daqui, o importante é só os números que a gente deixa para os senhores do que é que existe, dos empreendimentos, da conexão delas com o PAC, com o Plano de Aceleração, dos cento e quatro processos, a faze em que estão e agora nove. A gente já está concluindo, Presidente. Pouco investimento e muitos resultados. A gente tem, parece assim que a gente é operador de milagres, mas às vezes agregar uma equipe, fortalecer uma equipe gera realmente resultados que são espantosos. Foi isso que aconteceu na área de petróleo e gás com a estruturação, com o esforço que o IBAMA tem feito, empreendido para que saíam os resultados que estão previstos. Compensação ambiental. A gente vai se reter nesse momento para chamar a atenção para a questão da sobreposição. A fauna, ela não está retida dentro das unidades de conservação. O ar é a mesma coisa. Os elementos vitais da natureza se interagem, e as nossas unidades de conservação, se fossem só elas --

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu solicitaria à senhora que agilizasse para concluir.

SRA. ANA MARIA: Se não fossem só as unidades de conservação, é todo o saber, todo o conhecimento, toda a expertise da casa no que se refere a conhecimento estruturado dos nosso centros, dos nossos centros de pesquisa, que a gente vai ficar apenas com os centros de suporte na gestão. A compensação ambiental a gente deixa para o debate. Traz os instrumentos que a gente inclusive está devendo. E toda essa morosidade, que acontecerá nesse ciclo onde já onde já não se tem, há fortes evidências, fortes evidências de que há por trás, seja qual for a explicação que a gente busque, a conveniência, a coincidência dos tempos que estão sendo tratados essas questões. As OSCIPS e alguns indivíduos não governamentais. Isso foi uma questão que a gente pegou, alguém da Internet. A percepção do cidadão sobre o que acontece, o que está acontecendo hoje com o meio-ambiente no Brasil. Então tem uma charge, não é, que a gente achou interessante que passa um pouco também do que a gente tem no peito. Mais uma vez a gente faz o comparativo. Esses mapas aqui explicam porque é que notadamente nos biomas cerrado e catinga há maior sobreposição entre conservação e os programas de aceleração do crescimento. Vai dar choque nessa questão. Aqui a Ministra já falou, a gente tem o desempenho, a gente diz assim: pôxa vida, porque a gente foi tão bem sucedido, chegou aqui na questão de criação dos números, então agora é o seguinte: perdeu a nossa confiança, vocês não vão mais cuidar disso, agora precisa chamar alguém que possa, queira. E aqui o que foi de investimento. Aqui é o orçamento e áreas projetadas. Aqui nós temos, só para pegar a Amazônia, a gente tem aqui, quanto mais intenso aqui são unidades onde a gente está para lá de alerta, ausência de pessoas, e ausência de pessoais total nas unidades de conservação na Terra do

Meio, ausência de pessoas do IBAMA. Os números em cada região. Tantas unidades de conservação, não é, e o percentual das que têm para cada um. A gente fez aquela da Amazônia, mas tem outro. Vazio. O administrativo fica potencializado. A mesma coisa, as unidades de conservação aqui estão nas chamadas áreas de fronteiras ou daqueles cento e cinqüenta quilômetros do continente também. Em todas as regiões, a gente tem os detalhes do País inteiro.

Fragiliza sim porque as condições operacionais das unidades de conservação ainda têm esse suporte nas condições, tem apoio logístico, vão virar ilhas de conservação. Aqui são os nossos centros especializados, esse aqui foi para o serviço florestal. Já foi, não vai não, não é intenção não, já está no Diário Oficial, no mesmo Diário que publicou a Medida Provisória. Enfim, dois foram repartidos, os outros vão lá para o Chico Mendes. Então é isso, é esse o prejuízo de uma logomarca que tem todo aquele simbolismo e o nosso compromisso, aliás tocaram fogo na nossa bandeira outro dia. As conclusões que a gente pode chegar e garantir aos senhores e mostrar as evidências, que sim, essa Medida divide e segrega, divide recursos financeiros que já são poucos, pessoas, infra-estrutura e conhecimento. Cria a necessidade de maiores gastos, sempre em cima da área meio. Lá a gente já viu aumento de 53%. O autoritarismo na forma e a fragilidade técnica no mérito colocam os defensores, contrários e favoráveis ao próprio IBUC, que era um processo antigo, do mesmo lado, do mesmo lado. Diante dos numerosos acordos de cooperação, tudo que a gente pergunta, a gente faz um termo de cooperação, a gente faz com a gente mesmo termo de cooperação. É isso. Revitalizar o IBAMA. Antes de propor a transposição de suas combalidas águas, era o que a gente esperava. A gente esperava fosse e a gente ainda espera seja a Ministra realmente a alavanca, o ponto de apoio, busque as alavancas para que a gente possa efetivamente construir uma política de Meio-Ambiente junto com a Ministra que agregue todos os processos na hora de tomada de decisões e não é fato que a gente é contra o desenvolvimento. Isso não existe. Nós somos profissionais. Ontem estivemos no Rio de Janeiro pedindo sim, a logomarca do IBAMA merece estar no peito Dele, pedindo sim que haja proteção para todos nós *[soa a campainha]* e que ajude os senhores a derrubar o PLP 019. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigada à Sra. Ana Maria e ao Sr. Jonas Corrêa de Moraes. Nós teremos a honra agora de ouvir a palavra do Sr. João Paulo Capobianco, ilustre Secretário Executivo do Ministério do Meio-Ambiente. Tem V. Sa. à palavra.

SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Caro Presidente Leomar Quintanilha, Sras. e Srs. Senadores, Ministra Marina, todas as pessoas, Jonas, o pessoal do IBAMA, Dr. Paulo Nogueira Neto, senhoras e senhores que estão assistindo a essa importantíssima Audiência Pública. Eu entendo que a Ministra Maria Silva fez de forma apropriada e com muito maior competência do que eu a apresentação da proposta, do seu alcance, do seu objetivo, e eu gostaria, portanto, de me ater, Sr. Presidente, a pontos que foram apresentados no sentido de buscar ilustrar a preocupação do Ministério do Meio-Ambiente no sentido de dar garantias de que essas questões aí apontadas não gerem resultados negativos em relação à proposta. Como bem disse a Ministra a proposta foi desenvolvida com o intuito de aprimorar a gestão ambiental do Governo Federal, e, como foi dito também, não se trata de uma medida exclusiva no IBAMA. Na realidade foi uma reestruturação do Ministério do Meio-Ambiente, uma reestruturação ampla do Ministério do Meio-Ambiente que resultou na modificação de várias Secretarias e uma alteração no IBAMA. Antes de mais nada eu gostaria apenas de esclarecer aos Srs. Senadores em relação ao que foi dito, e de fato, quando eu participei de várias reuniões no Senado, na defesa da lei da gestão de florestas públicas, eu defendi, como Secretário de Biodiversidade de Florestas à época, a necessidade de que o Brasil tivesse um órgão federal que tivesse capacidade de responder ao monumental desafio que nós temos que é a de promover a gestão das florestas públicas brasileiras de forma a dar a elas maior condição de proteção e de uso sustentável, gerando benefícios, emprego e renda na região amazônica, em especial, embora com efeitos em todo o território nacional. Foi dito aqui que o serviço Florestal Brasileiro foi criado há mais de um ano e não saiu do papel. Ora, o Serviço Florestal Brasileiro foi criado há um ano e já saiu do papel de forma extremamente positiva. Estivemos aqui no dia 31 de março apresentando o primeiro relatório de gestão, Oxalá todos os órgãos públicos federais tivessem a responsabilidade de vir diante dos senhores apresentar relatórios de gestão para serem avaliados.

O Serviço Florestal Brasileiro veio aqui, fez o seu relatório de gestão, colheu importantíssimos subsídios de vários Senadores que participaram do ato da reunião, nós já lançamos algo que era considerado inviável, mas foi possível lançar de forma extremamente positiva o primeiro resultado do cadastro de áreas públicas federais, os senhores puderam acompanhar com grande destaque na imprensa nacional o primeiro mapeamento nacional das florestas públicas que permite que a sociedade brasileira tenha melhor conhecimento sobre o seu patrimônio que vinha sendo

relegado à grilagem e ao abandono, e agora estamos com isso mapeado, estamos ampliando esse cadastro, é um cadastro acumulativo, e os Estados agora entram também, os Municípios também entram, e teremos em breve, finalmente no Brasil, o primeiro cadastro consolidado das florestas públicas em todos os níveis. E mais do que isso. Está aberto, a partir de hoje, a Audiência Pública para que todos possam discutir e definir critérios e aprimorar a abertura das florestas públicas ao longo da rodovia BR-163, Cuiabá a Santarém, para que possamos desenvolver ali as licitações de uso sustentável de áreas que se gerarão uma melhoria ambiental e, simultaneamente, uma enorme agregação de valor através da exploração sustentável ao longo da BR-163. É o primeiro. É o primeiro porque a lei que os Senhores aprovaram já incluiu a área da BR-163 como passível de uma consulta pública para licitação antes do Plano Anual de Outorga. Nós estamos trabalhando no Plano Anual de Outorga, será apresentado aos senhores no próximo semestre o Plano Anual de Outorga para novas áreas na Amazônia. Portanto, nós consideramos que a medida foi correta, os Senhores apostaram, deram um voto de confiança no Governo Federal e os resultados já começam a aparecer. Com relação ao licenciamento.

Vejam bem: o Ministério do Meio-Ambiente, através do IBAMA, acaba de licenciar enormes e importantíssimos projetos. Nós licenciamos a BR-163 numa região com um conjunto enorme de unidades de conservação sem nenhum constrangimento para o licenciamento do asfaltamento daquela rodovia, nós licenciamos o Projeto São Francisco, também numa região extremamente importante, com unidade de conservação, sem nenhum constrangimento com esse processo, e ontem o Dr. Bazileu Margarido, Presidente do IBAMA, assinou a licença das florestas do Rio Madeira, região também onde ocorre unidade de conservação, sem nenhum constrangimento. Não é verdade que as unidades de conservação são impeditivos ao licenciamento. O que temos que fazer é prever no licenciamento a solução para os conflitos ambientais e sociais de forma adequada. Nós tivemos a grande oportunidade de fazer isso e temos certeza de que estamos dando uma contribuição à eficiência da gestão. O que se trata aqui, Senhores e Senhoras Senadores, é a questão da eficiência. Não há por parte de ninguém no Ministério do Meio-Ambiente, muito menos fora do Ministério do Meio-Ambiente, na sociedade brasileira, qualquer posição contraria ao IBAMA. Ao contrário, o IBAMA é um patrimônio da sociedade brasileira, que muitos de nós aqui ajudamos a construir. Eu, particularmente, antes de estar no Governo, ajudei a construir e defendo o IBAMA. O problema é que nós temos que ter eficiência. A cobrança da eficiência é uma cobrança pública da eficiência. Gestão pública tem que ser eficiente e essa Medida visa dar maior eficiência à gestão pública. É verdade que quando o IBAMA foi criado, em 1989, só havia o IBAMA, é verdade. Na realidade não havia só o IBAMA, nós tínhamos o CONAMA, um Conselho Nacional do Meio-Ambiente criado, aliás, pela ação do Dr. Paulo Nogueira Neto, e o CONAMA era a instância máxima, porém uma instância deliberativa, um conselho de formulação de políticas. E o IBAMA, quando foi criado, juntando diferentes agências de Governo, de fato era a única instância Federal. É verdade. Se nós tivéssemos aquele cenário de uma única instância federal, é verdade que seria um erro fazer a divisão, é verdade, porque nós teríamos a perda da unicidade, como aqui dito. No entanto, no entanto, em 1993, o então Presidente Itamar criou o Ministério do Meio-Ambiente. O Ministério do Meio-Ambiente é que tem a responsabilidade de zelar pela unicidade da gestão ambiental no Brasil.

A unicidade não é competência de um órgão, de uma autarquia, é competência do Ministério do Meio-Ambiente que foi criado em 1993 e foi fortalecido na gestão passada. Como foi dito aqui nós saímos de uma situação lamentável, onde tínhamos cerca de setenta funcionários públicos de carreira no Ministério e mais de oitocentos funcionários contratados em serviços terceirizados. Foi feito concurso público, foi feita uma inversão disso e hoje nós temos um Ministério do Meio-Ambiente num processo acelerado de capacitação. O que ocorre hoje objetivamente? É que ao longo dos últimos anos foram identificadas, durante o processo de gestão ambiental, a necessidade de aprimorar, especializar ações identificadas como chave para a gestão ambiental. Foi por isso que o Congresso Nacional aprovou, em 2001, a Agência Nacional de Águas. Ora, era uma competência do IBAMA, exclusiva do IBAMA em nível federal, e o Congresso Nacional julgou por bem que esse tema água era tão central, tão importante, tão estratégico, que era necessário um reforço na estrutura e foi criada a Agência Nacional de Águas. Em 2003 o Presidente da República entendeu que era necessário criar melhores condições para a área de pesca, criou a Secretaria Especial de Pesca e Aqüicultura, mantendo no Ministério do Meio-Ambiente a questão normativa e o controle, mas transferindo o fomento para essa Secretaria.

No ano passado esse Congresso, após ouvir inúmeros argumentos, entendeu por bem criar um novo órgão federal específico para a gestão do patrimônio florestal brasileiro, e foi criado o Serviço Florestal Brasileiro, e agora em 2007 nós estamos criando, pedimos o apoio dos Senhores para a criação do Ins-

tituto Chico Mendes. Portanto nós estamos fazendo, não nós, Governos que nos antecederam, e nós, um processo de aprimoramento, de especialização, de tornar mais efetiva a gestão pública com maior qualidade e maior capacidade. Vejam bem: com relação ao orçamento, eu não sei exatamente de onde foram tirados esses dados, no entanto o sistema federal de controle orçamentário está à disposição dos Srs. Senadores, todos os Senhores podem consultar, os Senhores têm acesso plano, e eu queria dizer aos Senhores que os números do orçamento não foram esses que foram apresentados. De 2002 para 2006 o Ministério do Meio-Ambiente elevou o seu orçamento de novecentos e setenta e sete milhões para 1,3 bilhão. Houve um aumento do orçamento do Ministério do Meio-Ambiente. Os recursos do IBAMA passaram de 57%, em relação ao orçamento geral do Ministério, para 72%. Hoje o IBAMA, o orçamento bruto do Ministério do Meio-Ambiente, o IBAMA é responsável pela utilização de 72% do orçamento. Esses dados estão no relatório de gestão que vai ser distribuído para os Senhores, estão no sistema de controle do Governo Federal à disposição. Do ponto de vista de recursos de investimento, tirando recursos humanos, tirando toda a parte que são despesas fixas, que estão incluídas nessa primeira conta, e especificamente para investimento, nós pulamos de uma situação de 41% para 52,2% de recursos investidos no IBAMA.

Agora a realidade, senhoras e senhores, isso é importante, o IBAMA precisa de muito mais recursos, mas na realidade, do ponto de vista da gestão, nós entendemos que é preciso especializar a ação federal no sentido de gerir o enorme patrimônio ambiental que significam as unidades de conservação da natureza. Nós discordamos de que as unidades de conservação da natureza possam ser tratadas por uma diretoria ou duas diretorias de um órgão. Nós discordamos disso. Nós entendemos que nós devemos seguir o mesmo caminho seguido por todos os Países que tornaram as suas unidades de conservação como ativos efetivos na gestão. Nós entendemos que nós temos que ter uma centralidade, uma instituição pública que seja obrigada a vir aqui explicar os seus resultados, que tenha a transparência e controle social para fazer a implementação e a gestão de setenta milhões de hectares de unidades de conservação. Setecentos mil quilômetros quadrados estão sob a responsabilidade do Governo Federal e, infelizmente, boa parte dessas unidades não tem se quer um funcionário. Nós temos unidades de conservação há mais de setenta anos sem processo de regularização fundiária. Este não é um problema de recursos, não é verdade que é um problema de recursos. É um problema de gestão. Nós temos que aprimorar a gestão, nós temos que ter um Presidente de uma autarquia pública que seja obrigado a ficar noites sem dormir *[soa a campainha]* porque as suas unidades de conservação estão abandonadas no Brasil. Essa que é a realidade, nós temos que dinamizar esse setor, tornar as unidades de conservação como ativos econômicos de desenvolvimento regional, que é a vocação que as unidades brasileiras possuem.

Outros Países fazem isso. Por que o Brasil não pode fazer das unidades de conservação atrativos econômicos ao turismo, à geração de emprego e renda, criando oportunidades para o desenvolvimento nacional, usando esses espaços territoriais como ativos e não como passivos como hoje são tratados? Eu teria muito a dizer, mas eu queria encerrar sobre um ponto que eu acho central. Há uma certa acusação que foi feita aqui, eu não pretendia me referir a isso, mas eu sou obrigado a me referir, sobre uma tendência do Ministério do Meio-Ambiente de terceirizar, de fazer uma Medida dessa para depois entregar as unidades de conservação à sua própria sorte, a terceiros. Ora, primeiro que se isso fosse a vontade do Ministério do Meio-Ambiente, se isso fosse a vontade da Ministra Marina Silva, se isso fosse a vontade do Presidente da República, a melhor forma era deixar como esta, não fazer nada, e deixar o próprio sistema mostrar a sua inviabilidade. Ao criar uma autarquia específica, o Presidente da República está reconhecendo, valorizando e abrindo a perspectiva do aumento da capacidade da gestão pública federal em relação às suas unidades. E finalmente, para que não sobre nenhuma dúvida em relação à postura do Ministério do Meio-Ambiente, eu queria deixar claro que nos últimos quatro anos o Ministério avançou e muito na capacidade de gestão, e trouxe para si, para a sua atividade, inúmeras atividades que de fato eram trabalhadas através de convênios com Organizações Não Governamentais. Para os Senhores terem uma idéia, em 1999 nós tivemos de transferência voluntária para Organizações Não Governamentais, vinte milhões e quatrocentos mil. Em 2000 trinta e sete milhões setecentos setenta e oito. Em 2001 setenta milhões de transferência. Hoje nós temos onze milhões de transferência. Nós tivemos uma queda de 2002 para 2003 de trinta e um para dezesseis milhões, de 2003 para 2004 de dezesseis para quinze milhões e de 2004 para 2005 de quinze para onze milhões. Por que isso? Porque há uma perseguição com relação às ONGs? Não. Porque o Governo Federal tem recuperado a sua capacidade de ação direta através do IBAMA, através da Agência Nacional de Águas, através do Serviço Florestal Brasileiro, e de organizações que estão compondo e criando *[soa a campainha]* competência no Governo Federal e com

isso permite que o Governo possa executar as atividades sem a necessidade de transferência voluntária de forma permanente. Muito obrigado pela oportunidade, desculpe ter passado um pouco do tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Dr. Capobianco. Tenho a honra agora de passar a palavra ao Sr. Rodrigo Koblitz. Tem V. Sa. dez minutos. A lista de inscrições está aberta aos Srs. Senadores que quiserem se registrar.

SR. RODRIGO KOBLITZ: Obrigado. Bom dia Senhores, meu nome é Rodrigo, eu sou analista do licenciamento ambiental e vai ser mais sobre isso que eu vou tentar conversar, falar com os Senhores. Existem alguns motivos básicos para o atraso do licenciamento ambiental. Um desses motivos é a falta que hoje nós temos de ... não é capacidade, mas de você transformar por processo de licenciamento ambiental todas as condições jurídicas e técnicas para que ele não seja barrado. Então de fato o que existiu de evolução em termos de processo de licenciamento ambiental, que foram judicializados, que foram suspensos de 2003 para o ano de 2006, foram quarenta e cinco posses que estavam judicializados no ano de 2003 e hoje nós temos apenas um processo que está judicializado, suspenso, no ano de 2006, no ano passado. Essa evolução que aconteceu, essa diminuição de empreendimentos que foram judicializados, deveu-se a uma melhora técnica, a um melhor entendimento jurídico do processo por parte da diretoria de licenciamento ambiental. Nesse sentido é que nós estamos falando para os Srs. Senadores, e tentamos expor isso também para o Ministério do Meio-Ambiente, que o nosso fortalecimento técnico da área de licenciamento necessariamente passa por uma interação entre as diretorias do IBAMA.

É dessa forma que nós conseguimos lançar a Instrução Normativa 146, por exemplo, no começo desse ano, onde a gente estabelece prazos e critérios para se fazer um plano de diagnóstico, um plano de monitoramento dentro de todas as áreas do IBAMA, porque como é que funciona o pedido de licenciamento por parte do empreendedor? Ele chega através do licenciamento, pede para ser feito o empreendimento, nós do licenciamento entregamos um documento para eles, o Termo de Referência, dizendo o que eles devem fazer, o estudo daquela forma, ele sai daquela porta do IBAMA, entra por uma outra porta, pela diretoria de fauna, e nessa diretoria de fauna ele vai pedir autorização para fazer a coleta que vai fazer o estudo para apresentar à diretoria de licenciamento. Então uma Instrução Normativa como a 146, por exemplo, que foi no começo desse ano, ela consegue apontar para um caminho de balcão único dentro da instituição, ou seja, o empreendedor, ele vai entrar em contato com a diretoria de licenciamento, vai pedir esse Termo de Referência e nós vamos fazer, vamos promover a articulação interna dentro da instituição para poder apresentar toda a documentação necessária para o empreendedor. A gente só conseguiu fazer essa instrução normativa porque nós tínhamos as diretorias do IBAMA com foco no licenciamento também. Então diretorias do IBAMA que tinham alguma responsabilidade por parte no licenciamento, elas foram chamadas e nós conseguimos discutir junto quais as necessidades, as condições de cada diretoria, até chegar à conclusão dessa Instrução Normativa. Um outro trabalho que fizemos também é o plano de monitoramento de fauna, atividades em florestas nacionais em atividades de mineração, ou seja, foi a reunião de três diretorias que hoje, com a divisão vai ficar uma no SBF, outra no Chico Mendes e outra continua no IBAMA, mas foi com a reunião das diretorias do IBAMA que a gente conseguiu fazer o que o empreendedor mais quer, que é a previsibilidade.

Então a gente apresentou um programa para que exista um manejo de fauna nas florestas nacionais com atividades de mineração. Esse protocolo que a gente consegue apresentar para o empreendedor, é o que ele mais almeja, ou seja, a previsibilidade tanto nos custos que ele vai ter, porque ele vai ter a capacidade de prever isso, como também no tempo que ele vai exigir. Esse programa a gente só conseguiu fazer porque nós tínhamos essas três diretorias juntas no IBAMA, porque agora vai ficar cada uma em alguma outra instituição. E também tivemos um grupo de monitoramento, um grupo de trabalho de monitoramento em que escutamos mais de vinte pessoas, que foi durante o ano passado, escutamos mais de vinte palestrantes, fizemos dois cursos de diversas áreas de dentro do IBAMA principalmente, mas também de fora, acadêmicos, e tivemos avanços em relação à capacidade técnica dos analistas para o licenciamento.

O exemplo disso é a licença de instalação da transposição do São Francisco, por exemplo, onde na parte de biota a gente diz exatamente para o empreendedor o que ele deve fazer, como ele deve fazer e aonde ele deve fazer. Dessa forma é que a gente consegue maior eficiência em termos de licenciamento ambiental. Por outro lado a gente tem alguns exemplos, que eu queria mostrar para os senhores, de como é complicada a relação entre instituições no licenciamento ambiental, em coisas que tangem, em procedimentos que tangem o licenciamento ambiental. Não por nada, mas é porque falta gente. Nós temos, na diretoria de licenciamento, são mais de mil e quinhentos processos que existem para cento e tantos funcionários,

cento e poucos funcionários. A gente não tem tempo de fazer essa articulação institucional porque ... não é má vontade, não é que a gente não conheça o caminho, a gente conhece o caminho, a gente aponta o caminho, mas a gente não consegue fazer isso porque não tem tempo. De outro modo, quando a coisa está sendo feita dentro de uma mesma instituição, a gente encontra formas mais fáceis, e como nós estamos debaixo de uma mesma estrutura hierárquica, dentro de um mesmo Presidente, a gente consegue o foco no licenciamento quando é necessário. Esses exemplos que eu dei acima. Então, por exemplo: a FUNAI emitiu a Instrução Normativa nº 2, do dia 21 de março de 2007, onde ela coloca que a equipe que vai fazer o estudo de impacto ambiental tem que passar pelo crivo da FUNAI. Isso não pode, está errado. A gente precisa conversar com esta instituição no sentido de mostrar para ela as condições legais que existem hoje, o escopo legal que existe hoje no licenciamento para impedir que determinadas instruções normativas, para tentar chegar num senso comum. É o caso também da relação que está dentro do Ministério do Meio-Ambiente entre ANA e IBAMA. A ANA tem o plano de uso do reservatório.

O IBAMA tem o plano de conservação e uso do em torno do reformatório. São dois planos que precisariam andar juntos. Um do reservatório, pela ANA, e o outro do em torno do reservatório, pelo IBAMA, mas a gente não consegue sentar junto para poder era conversar sobre isso. Por quê? Demanda, porque a demanda é muito grande. Quando nós começamos a trabalhar junto com a ANA, cai cinqüenta processos e qual é a prioridade do IBAMA? Fazer algum termo de parceria com a ANA ou analisar o projeto do Madeira? Qual a prioridade do IBAMA, fazer um termo de parceria, de discussão com a FUNAI, ou analisar a transposição do São Francisco? A nossa missão institucional é analisar a transposição do São Francisco da mesma forma que essas outras instituições têm as suas necessidades, e dessa forma cada instituição acaba sendo subjugada à demanda que ela está participando. Então nós não conseguimos fazer um bom trabalho, isso é verdade, isso nós temos que assumir, mas o nosso diálogo entre FUNAI e IBAMA não é tão bom, não por nenhuma divergência ideológica, não por isso, mas porque nós não temos tempo mesmo para sentar, não é esse o foco. A nossa relação ANA e IBAMA tem esses furos, por exemplo, que é esse plano do uso do reservatório e do em torno do reservatório não conjugam, não tem o mesmo tempo no processo de licenciamento, e por último tem o exemplo da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca que tem a Instrução Normativa Interministerial do dia 30 de maio de 2004 entre Marinha, SIAPI, ANA e IBAMA que trata a respeito da legalização dos tanques redes. O que acontece relação ao tanque rede? O IBAMA, falando em termos de reservatórios que são licenciados pelo IBAMA, o IBAMA faz o licenciamento da concessionária de energia hidroelétrica. A ANA dá a outorga de água, mas quem dá a licença ambiental é o órgão estadual do Meio-Ambiente. Essa portaria é de 2004, mas dada essa situação, até hoje a gente não tem nenhuma tilápia que é produzida ou outra espécie que seja produzida em reservatórios de licenciamentos do IBAMA que estejam legalizados. Por quê? porque são três órgãos diferentes fazendo o licenciamento de uma mesma coisa.

Quando a gente apresenta esses argumentos para o Ministério do Meio-Ambiente, a única resposta é no sentido de que isso não vai acontecer, não vai ser assim, nós vamos resolver todos esses problemas em um dia e todas essas burocracias *[soa a campainha]* não tem muito ... não faz muito sentido, mas de qualquer forma as coisas têm que andar e algumas respostas tem acontecido, tem saído. Uma primeira resposta que existe, saiu no Jornal do Senado, que é ... ao Presidente do Serviço Florestal Brasileiro, o Sr. Tasso Rezende, que perguntou sobre como é que aconteceria o mecanismo de extração de madeira e ele realmente confirmou: "não, agora a extração de madeira vai ter que passar por três órgãos". Nós temos muitas dificuldades fazendo o processo de licenciamento, fazendo o processo de outorgas dentro de um órgão, isso é algo que a gente tem que trabalhar, tem que melhorar, mas agora nós estamos criando três órgãos para ver a extração de madeira, e esta foi a resposta do Ministério do Meio-Ambiente. Por outro lado, também, dando seqüência aos processos de licenciamento, saiu uma portaria que eu achei bem representativa, de como é que vai ser a nossa fragilidade técnica em termos de licenciamento ambiental, criando mais um órgão, criando mais uma instituição a dar opinião sobre o processo, que está fora da governância do IBAMA.

Então o Sr. Secretário Executivo João Paulo Ribeiro Capobianco assinou uma portaria do Instituto Chico Mendes, a portaria 772, de 25 de junho de 2007, o Chico Mendes, nessa portaria, ele delega a um funcionário do IBAMA, que deu uma anuência, que é de responsabilidade do Chico Mendes. É como o INCRA delegar ao IBAMA a responsabilidade de fazer a reforma agrária. Não podemos. Isso daqui é frágil legalmente, é isso que a gente está querendo mostrar para os Senhores. O problema do licenciamento hoje ambiental, que muitas vezes ele é judicionalizado, ele é parado, e são muitos, é porque apresenta fragilidades técnicas e fragilidades legais. Então essas respostas que

nós estamos pedindo realmente para que o Ministério possa responder para a gente pensar, porque nós estamos afirmando, essa foi a nossa opinião técnica depois de fazer essas análises. A nossa idéia é que esse processo *[soa a campainha]* realmente não foi pensado em termos de licenciamento ambiental, foi pensado apenas em termos de unidade de conservação, e pelo nosso entendimento foi mal pensado, mas em termos de licenciamento ambiental não foi pensado. Com isso a gente vai sim causar uma maior burocracia, uma fragilidade nesse processo de licenciamento ambiental, e a gente achava inclusive que isso era o tema principal, isso a gente achava que era o tema principal, mas parece que o Ministério do Meio-Ambiente não encarou isso como tema principal na questão ambiental do País hoje, e colocou uma Medida Provisória dessa no meio de uma discussão enorme de ... [ininteligível] das usinas do Rio Madeira. A gente não entendeu muito isso, mas de qualquer formo começa assim a nossa explanação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nossos agradecimentos ao Dr. Koblitz. Passamos agora a palavra ao último expositor, o Professor Paulo Nogueira.

SR. PAULO NOGUEIRA: Bom, eu participei de muitos desses episódios que foram citados aqui e quero dizer que quando me convidaram para ser o Secretário Federal do Meio-Ambiente e criaram a Secretaria Especial do Meio-Ambiente, em 1974, me deram para tomar conta do meio-ambiente federal, na área federal, três salas e cinco funcionários. Então eu vi a coisa crescer com o correr com o tempo e assim nós fomos crescendo. Em 1981 tivemos um marco muito importante que foi a lei da Política Federal do Meio-Ambiente, que está em vigor até hoje, já sofreu modificações, mas está em vigor basicamente até hoje, e eu trabalhei muito para que essa lei fosse possível porque eu tinha muitos amigos na oposição e estava também representando o Governo, e eu verifiquei o seguinte: que o meio-ambiente é uma coisa que une as pessoas porque nós estamos tratando da qualidade de vida, da vida das pessoas.

Então isso é uma coisa que todos participam, todos têm esse interesse nato, digamos assim, para que a vida seja protegida, para que a vida seja melhorada. Mais adiante verificou-se que seria útil unir quatro entidades e daí surgiu o IBAMA. Nós da Secretaria Especial do Meio-Ambiente ficamos muito felizes. Por quê? Porque era uma nova etapa que iria surgir, nós iríamos desaparecer como Secretaria Especial, mas no seu lugar haveria o IBAMA que poderia fazer muita coisa e fazer um trabalho maior do que o nosso. E assim, isso significa que as instituições têm uma vida. Elas crescem, elas se desenvolvem, elas às vezes desaparecem, outras vezes se modificam, e isso, em todos os Ministérios, isso é verificado, é corriqueiro. Então para mim, pessoalmente, foi uma grande surpresa quando eu verifiquei que o IBAMA estava radicalmente contra a instituição de um novo Instituto. Eu digo radicalmente contra pelo grande número de funcionários que estavam nessa posição e estão até hoje. Agora eu acho que há aí uma incompreensão bastante grande. É que ninguém quer acabar com o IBAMA. O IBAMA terá até a necessidade de ser reforçado. Eu vou dar dois exemplos para vocês aqui e isso é uma consideração pessoal minha. O IBAMA, ele 0tem como uma das suas instituições o PREVI-FOGO. Bom, o PREVI-FOGO é para combater os incêndios, principalmente os incêndios florestais. O PREVI-FOGO tem cerca de mil e poucos funcionários, os brigadistas, que trabalham numa certa época do ano. Eu acho que precisava muito mais, precisava de dez mil brigadistas. Por quê? Porque o combate ao fogo é extremamente importante e vai continuar a ser extremamente importante porque o Brasil é acusado internacionalmente de ser um País que tem o maior índice de poluição pelo incêndio de florestas, e a poluição total do Brasil em termos de dióxido de carbono, enfim, os compostos de carbono que causam o aquecimento climático, o Brasil é ao todo quarto lugar, mas se nós excluirmos os países industrializados nós passamos a ser o primeiro lugar.

Então isso vai continuar com uma atribuição do CONAMA, quer dizer, o CONAMA é que vai fiscalizar, evitar esses incêndios em grande parte através do PREVI-FOGO. Enfim, há uma série de atividades que o IBAMA continuará a exercer e deve ser até aumentado, mas, por outro lado, nós precisamos verificar que em relação às unidades de conservação, significa o futuro da humanidade em termos da preservação da biodiversidade. Biodiversidade é extremamente importante de ser preservada pelos benefícios que podem trazer para esta geração e também para a gerações futuras. Então ao proteger a biodiversidade nós temos que fazer com que isso seja feito da melhor maneira possível, e já há muito tempo que eu venho pensando e falando a respeito da necessidade de ter um novo instituto, um instituto que só se ocupe, basicamente, da proteção das unidades de conservação, que as unidades de conservação, a grande importância delas, é que é nelas que a biodiversidade será transmitida desta geração para as gerações futuras, porque elas terão toda uma proteção especial. O simples fato de existir uma unidade de conservação desanima os grileiros, que o grileiro sabe que nunca vai poder ter um título legal sobre aquela terra, uma vez que aquela terra passa a ser uma unidade de conservação.

Para vocês terem uma idéia do tamanho desse problema, da proteção das unidades de conservação, nós estamos ponto em jogo o clima do Brasil. O clima do Brasil na Amazônia se reflete, como nós sabemos, para os outros Países, para outras regiões brasileiras e também para a Região do Prata, na Argentina, que tem mais ou menos um clima ligado ao nosso. E é necessário então, para a proteção do clima, inclusive, de ter uma armação grande e eficiente a respeito das unidades de conservação. Para vocês terem uma idéia do tamanho da coisa, a nossa Ministra Marina falou que nós temos setenta milhões de hectares protegidos aqui no Brasil. Setenta milhões de hectares, meus amigos, significam setenta Líbanos em tamanho - o Líbano tem um milhão de hectares. Então isso requer um esforço muito especial, muito concentrado, que já ultrapassa os limites do IBAMA. O IBAMA vai continuar como parte desse esforço, como eu disse, controlando os incêndios e outras atividades também importantes, mas para que as unidades de conservação possam ser adequadamente cuidadas, nós temos que pensar em setenta Líbanos. Então não é ... a nossa responsabilidade, perante o mundo, não poderá ser atendida se não tivermos um novo instituto que se dedique a isso, um novo instituto que deve trabalhar como irmão com o IBAMA, porque todos que estão no Ministério do Meio-Ambiente têm o mesmo objetivo comum, que é proteger a qualidade de vida, assegurar a qualidade de vida e assegurar o desenvolvimento sustentável.

Eu fiz parte de uma Comissão das Nações Unidas, a Comissão BLUNTER(F), na qual surgiu a expressão desenvolvimento sustentável. Por que surgiu essa expressão? Porque nós achávamos, na Comissão, que para onde a miséria ... nós fomos chamados a atenção por outras pessoas, pelos demógrafos, que onde a população explode em crescimento é nos lugares onde há miséria. Então o objetivo de erradicar a miséria passou a ser um objetivo também ambiental. Além de ser um objetivo ético, passou a ser também um objetivo ambiental. Por quê? Porque nós estamos chegando nos limites do mundo em matéria de população. Então nós temos que erradicar a miséria e nós temos, ao erradicar a miséria, nós temos que ter um desenvolvimento sustentável, e para termos um desenvolvimento sustentável eu acho que esse novo instituto vai ser uma peça fundamental. Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado Professor Paulo. Passaremos agora à parte do debate com a participação dos eminentes Srs. Senadores. Nós iniciaríamos dando a oportunidade aos autores dos requerimentos. Começaríamos então pelo Senador Expedito Júnior. Tem V. Exª a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu gostaria primeiramente de agradecer a presença da Ministra, é muito importante a presença de V. Exª nessa Comissão para que nós possamos discutir sobre as questões do meio-ambiente e principalmente a questão que nós estamos enfrentando agora, que é essa questão da divisão do IBAMA e a criação do Instituto Chico Mendes. Antes, porém, eu queria cumprimentar também a Ministra, hoje vocês deram um presente para o Estado de Rondônia quando ontem já publicavam a aprovação do licenciamento ambiental, parte do licenciamento ambiental para a construção do Complexo do Madeira, uma obra que acredito que é a maior obra e a melhor obra do programa do PAC do Presidente Lula.

Então eu gostaria de cumprimentá-la, tanto a senhora como também *[soa a campainha]* os técnicos do IBAMA. Mas adentrando aqui no assunto, Sr. Presidente, antes disso eu gostaria de parabenizá-lo. Nós tínhamos marcado várias outras Audiências Públicas, inclusive na frente dessa, e V. Exª passou por cima praticamente de todas elas, viu que o assunto era urgente, era necessário, que se fizesse um debate sobre essa divisão do IBAMA, e V. Exª de pronto, de imediato, nos convocou para fazermos aí esse debate hoje e acredito que deverá ser votado hoje ou amanhã, já nessa semana aí, a Medida Provisória 366. Então eu cumprimento aí o espírito, acima de tudo, de amigo e de companheiro nosso aqui desta Comissão. Eu quero, Ministra, dizer que eu acho que eu concordo com um pouquinho do que cada um falou aqui, só tem uma coisa que eu não me entra na cabeça, e o culpado somos nos mesmo, que nós não legislamos. Nós até hoje não regulamentamos a Medida Provisória.

Eu não acho que um assunto desse devia ter criado em Medida Provisória. Eu acho que um assunto deste teria que ser criado em Projeto de Lei, eu acho que um assunto deste teria que estar debatendo aqui no Senado, debatendo na Câmara. Eu não sou contra a criação do Instituto, eu quero já deixar logo claro isso, eu inclusive, numa reunião que fiz com servidores do IBAMA, eu disse que eu não era contra. Eu sou contra a maneira como está sendo feita por Medida Provisória, inclusive eu fiz um pronunciamento na tribuna do Senado sugerindo para que se fizesse, transformássemos isso num Projeto de Lei. Nós íamos votar, na semana passada, sem sequer conhecer o teor da matéria. Nós íamos votar essa semana passada sem sequer discutir com ninguém, e nós, nós somos os responsáveis disso porque nós permitimos que uma Medida Provisória dessa venha para esta Casa. Nós não conseguimos

legislar e não conseguimos regulamentar isto. Mas, Ministra, eu gostaria de fazer mais aqui para o Presidente e para a Senadora, Ministra Marina Silva, Presidente Jonas Corrêa Moraes. Segundo o fluxograma que nós tivemos conhecimento, o processo de licenciamento ambiental, ele percorre ... ele é apreciado aí por até treze órgãos para análise. E, segundo a informação que estamos recebendo, com a reestruturação, ele vai percorrer aí eu acho que dezesseis órgãos ou um pouco mais do que isso. Então a pergunta que eu faço: como explicar que esse aumento burocrático representará maior agilidade na questão do licenciamento ambiental? O processo de licenciamento ficará mais rápido ou não? A criação, segundo a própria Ministra, a criação do Instituto Chico Mendes é para que possa agilizar, com mais rapidez. Então fica aqui a minha pergunta. A reestruturação do IBAMA, com a criação do Instituto Chico Mendes, provocou a extinção de cinco unidades no meu Estado, cinco: Pimenta Bueno, Rolin de Moura, Vilena, Ariquemes e Ji-Paraná. Cinco unidades, pelo menos é o que na reunião com os servidores do IBAMA, cinco unidades no Estado de Rondônia, e a Ministra quando falou, quando fez uso da palavra, falou aqui da modernização, que vai modernizar os processos administrativos.

Então eu pergunto também à Ministra e também ao presidente Jonas: na visão dos dois, em que a Medida, a extinção das unidades do IBAMA pode significar maior eficiência nas atribuições do IBAMA, haja visto as dimensões continentais do Brasil, e o que eu entendo, justificaria um aumento planejado das unidades do IBAMA e não o fechamento. Há também, e chega, acredito que aos demais Senadores também, que estimasse que o valor da compensação ambiental sobre os empreendimentos do PAC pode chegar a dez bilhões. Com esta Medida Provisória esses recursos deverão ser gerenciados por quem? Vai ser gerenciado pelo Instituto Chico Mendes. O Instituto ou o Presidente do Instituto sozinho, que também é o que nos chega, ele vai poder celebrar acordos, contratos, convênios, termo de parceria e de ajustamento de conduta com organismos públicos e privados, nacionais e estrangeiros. Então essa é uma das preocupações mais graves em relação à Medida Provisória, é que nós vamos estar ... o que nós estamos debatendo aqui hoje. Tem praticamente uma CPI aprovada aqui já na Casa, a questão das ONGs, e nós vamos dar mais autonomia para as ONGs? Segundo os servidores do IBAMA, aonde é que vocês vão buscar os servidores operacionais que vão trabalhar no Instituto? É do próprio IBAMA? *[soa a campainha]* O IBAMA já tem dificuldade hoje, pelo menos eu conheço a estrutura do meu Estado, e sei que a estrutura é deficitária. Ou vocês vão buscar esses servidores na parceria com as ONGs? As ONGs que vão tocar o Instituto Chico Mendes. É um questionamento que faço. E a última pergunta que eu faço para a Ministra e também para o Jonas, eu gostaria de ouvir a manifestação, principalmente do sindicato dos servidores e também da Ministra, sobre os planos de manejo em unidades de conservação. A minha preocupação, ela reside novamente nas ONGs --

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para concluir, Senador.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Para concluir, a minha última pergunta, Sr. Presidente. Nas ONGs. Na medida em que os planos de manejo estarão sob a gestão do Instituto Chico Mendes, que desestruturado de recursos humanos se valerá da contratação de ONGs Internacionais para fazer as coletas e todo o procedimento pertinente ao assunto. Então eu gostaria que vocês comentassem brevemente sobre o que é o plano de manejo, como ele é definido e que responda assim de maneira bem sucinta. As ONGs Internacionais, no plano de manejo, não representam um risco para a segurança nacional? Nós debatemos aqui hoje, eu até sei que isso não vai acontecer nunca, mas nos preocupa, a Internacionalização da Amazônia. Ao oferecermos isso para as ONGs Internacionais nós não estaríamos iniciando um processo de internacionalização da nossa Amazônia? Então fica aqui, Ministra, um questionamento. Eu quero de antemão parabenizar V. Exª pelo trabalho, que vocês fazem à frente do Ministério, mas continuo dizendo: isso não deveria ser feito por Medida Provisória, deveria ser feito por um Projeto de Lei para que nós pudéssemos discutir com a sociedade, para que nós pudéssemos discutir, debater aqui dentro e aprofundar o debate nesta Casa para que nós pudéssemos ter certeza de que estávamos fazendo o melhor pelo IBAMA.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado Senador Expedito Júnior. Eu gostaria de combinar entre os convidados e os eminentes Senadores para ganharmos tempo no processo de debate de discussão, que nós ouviríamos três Senadores e a mesa então responderia. Eu acho que assim facilitaria mais e daria a oportunidade de todos participarem. Então com esse propósito, se todos concordam, nós ouviríamos então o Senador Garibaldi Alves, também um dos autores do requerimento.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Sra. Ministra Marina Silva, Sr. João Paulo Capobianco, Sr. Paulo de Nogueira Neto, Sr. Jonas Corrêa Moraes, Sr. Rodrigo Koblitz. Sr. Presidente, depois das exposições que foram feitas eu queria fazer uma pergunta que transcende essa questão de se é melhor o IBAMA sozinho ou se teremos que ter, além

do IBAMA, o Instituto Chico Mendes conforme está patenteado na Medida Provisória. E o que transcende a isso é que há uma falta de recursos financeiros para o próprio IBAMA operar as suas atuais atribuições. Então é óbvio que nós perguntemos, aos responsáveis por essa nova política, como é que o IBAMA já está chegando, pode ser até exagero aqui do comando de greve, mas o que eles dizem aqui é que o IBAMA está chegando ao limite de sua capacidade operativa devido ao seu sucessivo e sistemático sucateamento. Como é que se tem isso no IBAMA e se quer, desculpe a expressão, pode parecer grosseira, se dar ao luxo de criar uma nova instituição, a despeito do eminente Dr. Paulo Nogueira Neto ter tido que é um órgão que se faz necessário, sobretudo para o nosso futuro ambiental.

Então eu perguntaria inicialmente isso, se há condições, perguntaria sobretudo à senhora Ministra e ao senhor Secretário Executivo, se há condições de se bancar isso, se o Governo Federal está consciente dessas suas responsabilidades com relação à nova política ambiental. A outra pergunta é uma pergunta semelhante aqui ao Senador Expedito, ela diz respeito a esses escritórios regionais. A pergunta é a seguinte: esses escritórios são superados, quer dizer, eles não refletem mais, eles não traduzem mais aquela necessidade de termos a política ambiental executada por eles? Se eles estão superados, é por isso que estão sendo extintos ou é por que o Instituto Chico Mendes encontrou um novo modo operante de administrar essa política regionalmente? E a terceira pergunta, que é mais uma pergunta em tese, senhores convidados, é se não se está privilegiando os órgãos ou os órgãos submetidos, subordinados ao Ministério do Meio-Ambiente, que executam, que decidem as políticas, e se está, com isso, desprezando aqueles que estão realmente na base? São essas as perguntas que eu gostaria de fazer. Muito obrigado e cumprimento os expositores pelas exposições feitas e vamos aguardar agora as respostas.

E eu peço apenas desculpas, Sr. Presidente, porque eu tenho uma audiência no Ministério de Minas e Energia às catorze horas, então se eu me ausentar daqui não será de maneira nenhuma um desapreço aos ilustres expositores, e eu poderei depois ver as notas taquigráficas e procurar consultar tudo isso que foi dito aqui a respeito das minhas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado Senador Garibaldi. Nós teremos apenas mais um Senador para que a mesa possa responder sobre o bloco. Nós passaremos imediatamente a palavra ao **SENADOR SIBÁ MACHADO**. A Senadora Ideli e nem os inscritos que estavam antes de V. Exª não se encontram.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, Sra. Ministra Marina Silva, nosso colega Dr. Capobianco, nosso colega Paulo Nogueira, que vim a conhecer ele pessoalmente agora, o Jonas e o Koblitz, representante aqui da Associação. Eu rapidamente queria só fazer uma lembrança, que esse debate sobre a internacionalização, às vezes até me preocupa, Senador Expedito, porque a gente não vê nenhuma preocupação com a internacionalização de São Paulo. Jorge Soles(F) está vindo comprar cem mil hectares de terra em São Paulo e a gente não diz nada. Cana-de-açúcar, estão vindo alemães, japoneses, todo mundo comprando terra aqui, e a gente não diz nada. O capital é mundial e a gente não diz nada. Compra banco, se associa a qualquer tipo de empresa e a gente não diz absolutamente nada. Então eu não quero nenhum palmo de terra da Amazônia porque eu não gostaria de ter um palmo de terra de canto nenhum do Brasil na mão de estrangeiro. Então é só para a gente, às vezes a gente entra no debate de uma forma muito apaixonada e esquece de ir no fundamento das coisas. Mas eu estava olhando aqui o resultado que em parte que o Dr. Capobianco já falou, dentro daquilo que eu considero se há ou não desmonte da Instituição, do IBAMA, e pelo resultado que eu vejo aqui, além dos números que ele já passou, tem ainda que houve um aumento salarial de 102% para servidores de nível superior e 161% para os de nível médio, que nas condições de trabalho foi ampliado o quadro para uma contratação de dois mil servidores, que representa 30% do efetivo, que os recursos, já foi falado aqui sobre os recursos, que houve a alocação de sessenta e um cargos de chefia para as unidas descentralizadas, oitenta novos cargos do DASS(F) do Ministério para o IBAMA, houve uma migração da estrutura do Ministério para o IBAMA, e a criação da Diretoria de Desenvolvimento Sócio Ambiental dentro do Instituto. Eram mais ou menos estas as preocupações de números.

Agora o que eu queria dizer mesmo, a preocupação que eu queria ver é se possível a gente chegar num ponto de entendimento, que o Governo define uma política pública, essa política pública precisa de um serviço público e este serviço precisa de uma instituição pública. Então eu quero fazer um quadro comparativo com o PROUNI. Então nós precisávamos elevar em mais de duzentos mil vagas no ensino superior e o Governo encontrou um caminho, que as universidades públicas não poderiam atender de imediato. Foi transformar tributos em vagas, e as universidades privadas atendendo duzentos e cinqüenta mil novos alunos. Então diante disso a minha preocupação é: se nós vamos definir eminentemente o IBAMA, órgão do qual eu quero lembrar mais uma vez, durante

o ano passado, ano de 2005 e 2006, apanhou demais na mídia, apanhou demais no Congresso Nacional e apanhou demais em tantos lugares que eu ouvia pessoalmente, e de uma hora para outra a gente começa a tratar este assunto que vocês passaram a ser a melhor instituição que nós temos dentro do Governo. Então já quero parabenizar o IBAMA *[soa a campainha]* por isso, que foi uma conquista e tanto. Então será que não está havendo aqui um entendimento diferenciado de salvar muito mais corporativismo da categoria em com relação de fato ao serviço? Eu vou dizer ainda: o PAC que quer investir quinhentos e quatro bilhões de reais em infra-estrutura e que vai ser uma avalanche sim de fiscalização e licenciamento, que tem que ser dado a cabo e a hora para poder não travar o PAC, e no momento em que nós estamos falando apenas de um único serviço, que é cuidar das unidades de conservação, se isso de fato é um desmonte ou é um aperfeiçoamento de serviço, porque eu gostaria de entender melhor, e a partir deste entendimento tirar de vez a sombra de um pensamento que é apenas uma luta corporativa de tentar defender muito mais a garantia da categoria. E encerro dizendo --

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): -- Para concluir, Senador.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Já vou encerrar. A preocupação que vi de alguns sindicatos desta coisa da terceirização. Estavam muito mais preocupados alguns em manter a base de sindicalizados do que mesmo a garantia da oportunidade de trabalho para os seus filiados. Então esta é uma preocupação que eu sou justo em dizer, porque eu também fui sindicalista e acompanhei de perto um pouco desse debate Brasil afora durante mais de dez anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sugeriria aqui uma ordem de resposta. Falaria o Capobianco, o Jonas e a Ministra, se assim o desejar.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente? Sr. Presidente, pela ordem. Eu acho que o Senador Expedito não vai fazer objeção, que as minhas perguntas foram apenas três, possam ser respondidas inicialmente, deixando as deles para depois, por conta da --

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não havendo objeção do Senador Expedito e nem dos expositores, V. Exª será contemplada com a inauguração das respostas. Por favor, Capobianco.

SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Exmo. Sr. Senador Garibaldi Alves. O senhor fez três perguntas. Primeiro em relação à disponibilidade de recursos, se o Governo é ciente da necessidade de aporte de maiores recursos? O Governo é ciente disso e isso pode ser verificado na evolução dos recursos do Ministério do Meio-Ambiente global, do sistema federal do meio-ambiente, nos últimos quatro anos, conforme já tive a oportunidade de referir anteriormente, que dizer, nós evoluímos de um volume de setecentos e sessenta e sete milhões para 1,3 bilhão em 2006. Ora, é evidente que isso é insuficiente dada a dimensão, a magnitude do País em termos ambientais, as responsabilidades que nós temos que enfrentar, os desafios colocados por essa fase graças a Deus de crescimento que nós estamos trabalhando. Portanto, é evidente que nós precisamos de mais recursos. No entanto, nós temos a convicção, Sr. Senador, que nós não precisamos apenas de recursos.

Nós precisamos melhorar o problema de gestão pública. Nós temos hoje, infelizmente, um desperdício muito grande na gestão pública, mesmo com todo o esforço de redução de custos que nós temos enfrentado. Um dos nossos problemas, em relação à gestão federal, é que nós iniciamos o ano, a cada ano, devendo no IBAMA quarenta milhões de reais em média, devendo. Por que isso? Porque o IBAMA, ele foi constituído ao longo da sua ... na sua formação e depois foi se consolidando ao longo de seus muitos anos de execução, num sistema descentralizado de gestão. Então o IBAMA possui um volume, centenas de unidades gestoras que fazem gastos, compromissos, são mais de quinhentas unidades, que comprometem recursos orçamentários. Na realidade, Sr. Senador, hoje o IBAMA possui uma capacidade extremamente limitada de fazer um planejamento estratégico, de definir prioridades, o que é prioritário na gestão federal, porque a máquina funciona sozinha, praticamente sozinha. Então o Senhor perguntou se nós temos compromisso com relação ao recurso? Temos compromisso. No entanto, nós também temos compromisso de apresentar ao Governo, ao Presidente da República, uma maior capacidade de eficiência de gestão, para que cada recurso investido no sistema de fato gere benefício público e não seja apenas gasto em manutenção de prédios, de próprios, que não mais interessam à gestão federal. E aí entraria na segunda pergunta do senhor, em relação aos escritórios regionais, se estão superados?

Veja bem, Sr. Senador. O que ocorre na realidade brasileira é que quando o IBAMA foi criado, ele incorporou quatro instituições, entre elas o IBDF, o extinto IBDF. O IBDF, ele tinha a responsabilidade, na década de 70, de implementar o programa de incentivo fiscal para o plantio de eucalipto e pinos no Brasil. Quais foram as regiões nesse período, Sr. Senador, que mais tiveram investimentos nessa área? A região Sul e Sudeste. Então o IBDF de então, que tinha a responsa-

bilidade de gerenciar esse sistema, constitui inúmeros escritórios nessas regiões. Pois bem. O que ocorre é que a realidade, é que esses escritórios se mantiveram com o tempo, e hoje nós temos diversos, dezenas de escritórios do IBAMA em localidades onde não há mais responsabilidade federal. Então na realidade há um conflito inclusive de responsabilidades que nós encontramos hoje na gestão pública. O que ocorre? Nós estamos fazendo, Sr. Senador, uma reorganização dos escritórios. Nós entendemos que é possível reduzir o número de escritórios. Não há nenhum escritório suprimido até o momento, essa decisão não foi tomada, portanto não procede --

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não está decidido, está na fase de avaliação --

SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: A decisão que existe é que haverá uma redução, que o IBAMA pode operar, IBAMA e Chico Mendes, com menos escritórios, portanto com menos gasto na área meio, nós queremos retirar recursos da área meio e investir na área fim, diminuindo essas unidades descentralizadas. Aonde nós vamos reduzir? Nas áreas onde não há mais atribuição federal. E onde são essas áreas? Principalmente nos Estados da federação que por sua instituição estadual, por sua capacidade, se capacitaram e possuem hoje, inclusive em termos de recursos humanos, em termos de estrutura, muito mais do que o IBAMA tem, muito mais do que o Governo Federal. São Paulo, por exemplo, Minas Gerias, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, são Estados que possuem uma capacidade de cuidar da gestão ambiental de forma muito mais intensiva do que o próprio Governo Federal. E nós temos outras situações em outras regiões.

A Amazônia, por exemplo, e parte do Nordeste, onde evidente, por demanda dos próprios Estados, nós teremos que estar mais presentes. Então qual é o objetivo, Sr. Senador, dessa Medida? É diminuir os gastos na área meio, diminuir, ter mais eficiência no cuidado da gestão pública, e concentrar os escritórios, redistribuir os escritórios para garantir que as unidades de conservação tenham equipe mínima para zelar delas e que nas regiões onde há maior demanda pela presença federal, como no caso da Amazônia e parcialmente no Nordeste, nós possamos não apenas manter, mas incrementar o número de escritórios em regiões remotas, onde a presença do Governo Federal é essencial. Portanto, o que se busca é o oposto do que se diz. Não há nenhum interesse em desmontar escritórios. O principal interesse é de reduzir custos na área meio, redividindo, reorganizando, e o Governo Federal, o IBAMA e o Instituto Chico Mendes, estarem mais competentes naquelas áreas onde de fato a demanda para a ação federal é intensiva. Depois tem as respostas do Senador, que eu me ative apenas

... como que eu faço, Sr. Presidente? Ah, depois.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Sa. vai me permitir, com a anuência do Presidente, que eu entregue a V. Sa., e conseqüentemente à Ministra, um documento elaborado por servidores do Estado do Rio Grande do Norte, que é o meu Estado, é um estado pequeno, mas onde se prevê a extinção de dois escritórios.

SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Não existe isso, Senador, não existe. O que existe, é para esclarecer ao senhor, isso é muito importante. O próprio IBAMA, o próprio IBAMA, o próprio IBAMA, antes, realizou um estudo interno onde ele previa, propunha a reorganização dos escritórios. Esse estudo é um estudo feito pelo próprio IBAMA. Isso não foi discutido, não há nenhuma decisão sobre o fechamento de nenhum escritório. O que haverá será uma redução do número de escritórios que por conseqüência implicará sim no fechamento de alguns escritórios que são considerados desnecessários para a gestão pública federal, mas essa decisão não está tomada, não existe nenhum escritório extinto neste momento *[soa a campainha]*.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Passamos agora para o Jonas Corrêa Moraes para responder aos Senadores que já usaram das indagações. Iniciando pelo Senador Garibaldi, se quiser ouvir a resposta ainda do Jonas.

SR. JONAS CORRÊA MORAES: Bom, quando o Secretário Executivo diz que os escritórios não foram ainda extintos, eu acho que se os Senhores lerem os decretos vai ficar bem claro que eles já foram extintos sim. E quando diz que isso foi discutido no âmbito do IBAMA, realmente houve uma discussão sobre a questão de quais eram os escritórios que poderiam ser fechados em função de não haver a necessidade dele lá. Só que essa discussão não passa por isso aqui não. Essa discussão, ela está dentro do IBAMA ainda e o que eles estão fazendo agora não é nada do que foi discutido pelos técnicos do IBAMA. O trabalho que foi feito pelo IBAMA está totalmente ignorado nesse processo. Com relação, quando o Senador Garibaldi fala sobre os recursos que são repassados ao IBAMA e MMA, os próprios gráficos que foram mostrados aí são dados oficiais de recursos do Ministério do Meio-Ambiente e do IBAMA. O que o IBAMA tem de recursos e o que o Ministério do Meio-Ambiente tem de recursos.

Para os Senhores terem uma idéia, no ano passado, durante o ano passado, colegas nas unidades descentralizadas, lá nas pontas e mesmo até na gerência, tiveram que levar produtos de higiene e lim-

peza para dentro das suas salas porque o órgão não tinha dinheiro para comprar. O sucateamento de todos os equipamentos do IBAMA, gerências caindo aos pedaços, botando em risco a vida daqueles funcionários que estavam lá. E uma coisa os Senhores podem ter certeza: se o IBAMA funciona hoje é porque o seu funcionário veste a camisa, tira dinheiro do próprio bolso para poder estar desenvolvendo a sua atividade, cumprindo a missão institucional do nosso órgão. Tem um dado aqui, só para os Senhores terem a idéia, esses dados é só buscar dentro do IBAMA, dentro da área de orçamento que os Senhores vão ver. O IBAMA tem compromissos de restos a pagar de treze milhões hoje. Ele tem uma dívida com empresa, já em 2007, de trinta e três milhões. Já em 2007. Ele tem um déficit orçamentário, só para a manutenção, de sessenta e sete milhões. O orçamento de custeio, só para custeio do IBAMA, está em noventa e cinco milhões, quando para funcionar razoavelmente precisaria de cento e sessenta e um milhões. Então, como se diz, ele é muito difícil ouvir dizer que o órgão está tendo incremento de recursos quando na realidade o que ocorre, o que está ocorrendo dentro da nossa instituição, não é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Passando a palavra agora para a Ministra Marina Silva para responder as indagações.

SRA. MINISTRA MARINA SILVA: Bem, primeiro, no meu entendimento, tudo que está se fazendo agora foi pensado e muito bem pensado. Eu queria fazer um pequeno parêntese, porque as pessoas dizem: "bem, mas a Medida Provisória não foi discutida, não se teve uma assembléia para se tomar uma decisão se criava ou não o Instituto Chico Mendes". Eu vou aqui dizer para os Senhores, rapidamente Senador, porque eu considero que o secretário Capobianco já respondeu, eu concordo com as respostas que ele deu, eu fiz, e espero poder achar agora aqui, eu estou com os meus papéis, um levantamento da quantidade de ex-Presidentes do IBAMA que nós tivemos. A média, não sei se o Carlos está com uma das folhas, a média de Presidente do IBAMA se somar todos, com exceção do Eduardo Martins, que ficou três anos, e do Presidente Marco Barros, que ficou quatro anos, é de treze meses. Treze meses. É só para se ter a idéia da dificuldade que se tem, historicamente, desde a criação do IBAMA, com a gestão do IBAMA. Mas a Instituição IBAMA, em si, não tem culpa desse problema.

A dificuldade, ela reside no fato de que nós temos um corpo muito grande, que consome mais de 70% do orçamento do Ministério do Meio-Ambiente e que o nosso Presidente apresentou aí os problemas em relação a suprimentos de recursos, e nós estamos dizendo aqui que em benefício da gestão nós precisamos dar foco ao IBAMA nas suas atribuições precípuas de fiscalização, de licenciamento e autorização, e ao Chico Mendes no que concerne à criação e implementação das unidades de conservação. Ora, foi alegado aqui que isso gera mais burocracia. Eu não sei se os Senhores lembram, mas na Câmara dos Deputados, inicialmente o argumento apresentado era de que a Medida teria sido feita para facilitar, para flexibilizar, para atender pressões do PAC. Como esse discurso talvez não tenha tido resistência da parte daqueles que muitas vezes têm uma visão de que os empreendimentos se sobrepõem à necessidade da viabilidade ambiental, então se fez uma mudança no discurso e aí se criou toda uma genealogia dizendo que com o Chico Mendes iria dificultar sobremaneira. Ora, se ouve-se a FUNAI, se se ouve os Estados, se se ouve, enfim, uma série de outros órgãos, qual é o problema de um órgão que faz parte do mesmo Ministério, do mesmo sistema, em ser ouvido?

Tem mais ainda. Tem um problema que o Professor Paulo colocou muito bem. Nós saímos de uma Secretaria Nacional para o IBAMA, depois é que se criou o Ministério do Meio-Ambiente, e na verdade essa equação nunca ficou bem resolvida. Por quê? Quem é o responsável pela formulação da política? É o Ministério. Quem é o responsável pela gestão dos seus órgãos vinculados? É o Ministério. Mas há o entendimento de que as instituições vinculadas devem ter total autonomia. Eu não concordo com isso. Em benefício da gestão pública, a total autonomia deve ser em relação à isenção para os processos, e quanto a isso ninguém aqui pode dizer, porque se existe alguém que tem defendido ardorosamente os processos institucionais do IBAMA é o Ministério do Meio-Ambiente, a Ministra, o Secretário Executivo e os Secretários. Na maior parte dos casos sequer vocês vão ver as pessoas, os funcionários do IBAMA defendendo seus próprios processos. Quem faz isso é o Ministério. Toda essa polêmica que nós tivemos que enfrentar agora do Complexo do Madeira para que se fizesse um processo com isenção, quando o IBAMA é acusado de ser moroso, de estar atrapalhando, hoje eu vi um argumento no jornal muito interessante, dizendo: "agora o IBAMA não teve mais desculpas". Ora, os argumentos técnicos que nós levantamos em relação a peixes, em relação a sedimentos, em relação a mercúrio, eram desculpas. Os argumentos dos outros não, esses são argumentos técnicos. Não existe alguém que possa ter sido mais criticada do que eu na defesa de um processo isento. Agora uma coisa é certa: nós temos que buscar a eficiência da gestão.

Existe uma frase que diz: "até quando serei mudado até que mude". Existem muitos que gostariam de mudar o IBAMA para que ele flexibilizasse, para que ele facilitasse, para que ele não se pautasse pelos processos legais. Eu não advogo essa tese, até porque eu sei que essa tese não está aqui dentro dessa Casa, mas lá na sociedade nós vamos encontrar alguns que assim defendem. Eu fico muito feliz de ver que nós temos nessa Casa Senadores preocupados de que o IBAMA cumpra com a sua função institucional, que é de fazer a fiscalização, de fazer o licenciamento, de fazer aquilo que está consignado como sua missão. Agora nós precisamos ter claro que para cuidar de setenta milhões de hectares, é o tamanho do Estado de Minas Gerias. Quem é que daria o Estado de Minas Gerias, que tem um Governador, eu não sei quantas Secretarias, não sei quantas estruturas, para ser cuidado por apenas uma diretoria? Gente, o que se está fazendo é em benefício da gestão pública, e quando eu falo, eu falo olhando para os meus colegas, inclusive os jovens servidores que estão aqui à frente. Eu visitei muitas universidades em que os reitores diziam: "Ministra, quando é que vocês vão fazer com que aquelas pessoas que nós estamos formando nos cursos dentro da universidade, voltado para o setor ambiental, de fato sejam acolhidos?"

Nós fizemos concurso para dois mil novos servidores. Nós estamos criando uma autarquia em que já estamos discutindo com o Ministério do Planejamento nova estrutura para ampliar para além dos dois mil e mais trezentos que chamamos agora. O orçamento. O orçamento do IBAMA, ele foi o que foi até agora. A partir do ano que vem, da mesma forma que a Agência Nacional de Águas tem um orçamento para ela, e os Senhores vão aprovar, vocês vão aprovar o orçamento do Chico Mendes. É claro que não tinha como botar, a priori, um orçamento para o Chico Mendes que ainda iria ser criado um dia. Vocês sabem que legalmente isso não é possível, mas os recursos que já estavam destacados para as unidades de conservação, para as atribuições dessa área, estarão colocados para essa área. Os servidores. Continuarão os analistas ambientais. Quem vai cuidar dessa gestão serão aqueles que já estavam cuidado antes, acrescidos daqueles que com a graças a Deus e muito trabalho haveremos de conseguir novos concursos para fortalecer cada vez mais. De sorte, Senador, que essa palavra, esse dito que vai ficar tudo para as ONGs, olha, sinceramente, eu não consigo nem dialogar com isso, porque eu conheço um pouco esse discurso e a genealogia desse discurso. Sabe por que? Porque se fosse para deixar para terceiros não se criava uma nova autarquia, não se teria feito novo concurso, não se estaria fortalecendo os servidores para que eles tenham condições de trabalho. O que nós estamos fazendo é o que eu disse: separando o joio do trigo, isso com certeza. No seu Estado, por exemplo: no seu Estado tem um grave problema ambiental e V. Exª sabe disso. Aliás, na Amazônia toda, mas no caso do Estado de Rondônia nós temos um grave problema ambiental.

Todas as operações da Polícia Federal, sem exceção, acaba tendo um rebatimento em Rondônia, e se não fosse a parceria do IBAMA com a Polícia Federal, os quinhentos e dezesseis que nós colocamos na cadeia por crimes ambientais, não teria acontecido, porque muitas vezes o nosso pessoal vai fiscalizar e é sitiado, não pode nem sair de dentro do hotel. Fica lá porque vai um monte de gente, um dia desses eles foram fazer uma operação no Estado do Mato Grosso e ficaram sitiados porque lacraram as serrarias ilegais. É isso que o meu povo, usando aqui a linguagem do Rosetto, às vezes tem que passar. É por esses que nós trabalhamos, mas isso não significa que tenhamos que fazer como avestruz não. Existe uma eficiência a ser perseguida, ela está sendo perseguida, existe uma resposta que precisa ser dada. Por exemplo: em 2003, quando nós assumimos, tinha quarenta e cinco hidrelétricas judicializadas.

Hoje, em 2007, só temos uma judicializada. Sabe por quê? Porque esses números que o Senador Sibá colocou aqui foi fruto de um entendimento do Governo de que deveria fortalecer o setor ambiental, de que deveria criar uma nova diretoria de licenciamento na parte de qualidade ambiental, de que se deveria criar três coordenadorias, uma para a parte de transporte, a outra para a hidroeletricidade e uma outra que cuida de petróleo e de gás. Nós saímos de apenas sete servidores do quadro do licenciamento, em 2002, para 90% do efetivo do quadro quando anteriormente só se tinha 10% efetivo do quadro. Isso tudo é fruto de um trabalho que quer fortalecer a gestão ambiental, e eu tenho dito para a minha equipe e para aqueles que entendem essa agenda: para mim não tem sentido passar oito anos dentro do Governo Federal e sair do Governo Federal com a mesma estrutura criada há vinte anos atrás pelo Presidente José Sarney, que corajosamente a criou, sem dar mais uma parcela no sentido de fortalecer a gestão ambiental desse País. Vocês conseguem imaginar o que seria a gestão de recursos hídricos se continuássemos no mesmo diapasão? Conseguem imaginar o que seria o fomento à pesca no mesmo diapasão? Conseguem imaginar qual a dificuldade que nós enfrentamos *[soa a campainha]* em relação à questão da gestão de florestas públicas? Nós estamos aumentando a capacidade de resposta do Estado brasileiro. Agora os senhores que

já foram Governadores, os senhores que são gestores, sabem que existe uma decisão do gestor que precisa ser tomada e que muitas vezes não é entendida, ela é criticada, mas a gente tem que assumir aquilo que deve ser. A pior coisa é o conformismo que muitas vezes nos abate, e na política, muitas vezes, a tendência é ficar do lado do discurso mais fácil. Não é todos que fazem isso. Eu, graças a Deus, nunca fui por esse caminho.

Eu estou olhando aqui para o Sibá e o Geraldo Mesquita. Eu fiquei quatro anos sem poder andar na metade do meu Estado porque eu não concordava com a feitura de uma estrada sem estudo de impacto ambiental e isso me custou muito caro. Eu não vou fazer o discurso mais fácil porque eu sei que o necessário para o País é que se tenha essa autarquia para fazer os estudos, para implementar e viabilizar as unidades de conservação. E se eu quisesse fazer isso que está sendo dito, e eu nem vou aqui ... porque eu sei que na política às vezes tem alguns que dizem algumas coisas, que depois talvez nem seja bem isso, mas essa história de fazer o jogo das ONGs, para que as ONGs assumam as unidades de conservação, isso é completamente incoerente com aquilo que está sendo feito na prática. Nós estamos fortalecendo a gestão pública para que ela seja cuidada por servidores públicos, na contramão de uma história que vinha terceirizado e sucateando o setor público. É só verificar o que está acontecendo.

O Presidente Lula decidiu que ia fazer mais concurso, decidiu que ia melhorar salário, decidiu que ia criar o Instituto, que ia criar o Serviço Florestal, tudo isso com servidores públicos, para que a gestão seja pública, mas seja eficiente, porque eu sou funcionária pública também, eu sou Professora secundária, e sei que a coisa que mais dói é ver servidor público sendo tratado da forma inadequada como muitas vezes é. Por isso que nunca me permiti dar aula de segunda ou de terceira categoria. Sempre procurei ser uma boa Professora de segundo grau para que a gestão pública fosse honrada. E quando ia fazer greve, eu me lembro que quando o Governador Jorge Viana ganhou a eleição para Prefeito, a maior parte dos servidores, dos Professores, meus colegas, ficavam nas escolas do centro, uma delas era o SERB, lá do centro da cidade, e teve a decisão do Governador, que era Prefeito, de que se iria distribuir todo mundo também para a periferia. Eu me lembro de que numa assembléia, eu era Deputada na época, muitos dos meus colegas sindicalistas, Vereadores, Deputados, foram lá para dentro defender que continuasse todo mundo nas escolas do centro até que se tivesse condições de transporte, de estrada, de tudo que era ótimo para poder ir para as escolas da periferia.

Eu sozinha fui para dentro da assembléia defender que se deveria ir para a periferia. Sabe por que? Porque nós fomos concursados, eu já dava aula na periferia, lá no Iracema Gomes Pereira e lá no aeroporto velho, e, escolas da periferia eu dava aula, porque nós fomos concursados para dar aula naquelas escolas e não nas escolas do centro, de sorte que fazer coisas *[soa a campainha]* que muitas vezes parece impopular, lá na frente a gente vai verificar quão é o acerto, e essa Casa, graças a Deus, aprovou a LAP(F), aprovou a Lei de Gestão de Florestas Públicas, aprovou uma lei que ficou catorze anos tramitando no Congresso, que foi a Lei da Mata Atlântica. Se é para o Instituto Chico Mendes tramitar igual idade, eu sei que essa Casa hoje, com essa legislatura, jamais permitiria uma coisa dessas, mas eu tenho absoluta certeza que os Senhores poderão criticar a forma, porém haverão de convir que o mérito é muito bom, é em benefício dos servidores, é em benefício da gestão pública, e se existe algo que vale a pena ficar esse tempo todo, muitas vezes como brinquei um dia desses, com a faca no pescoço, com tantas críticas, é para o fortalecimento do setor ambiental, porque eu vou passar, o Capobianco vai passar, o Bazileu vai passar, mas eles vão ficar e eu quero que eles fiquem com a gestão ambiental fortalecida, eficiente e com capacidade de respostas. É por isso que trabalhamos por concurso público e para ter a estrutura necessária para implementar a legislação ambiental brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. Paulo Nogueira. Algo a --

SR. PAULO NOGUEIRA: Não, eu estou de acordo com o que foi dito aqui, eu não tenho nada a acrescentar, apenas dizer que sempre a gente deve fazer o que melhor pode ser feito em benefício principalmente das gerações futuras, sem prejudicar as gerações atuais, como é da definição da idéia do desenvolvimento sustentável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. Capobianco pede a palavra para complementar algumas explicações referentes às perguntas do Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Pela ordem, Sr. Presidente, eu gostaria também de ouvir depois o Presidente Jonas porque ele só respondeu ao Senador Garibaldi.

SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Eu também, eu começaria respondendo ao Senhor, Senador Expedito, eu já na resposta ao Senador Garibaldi já afirmei e reafirmo, reafirmo que não há fechamento de nenhum escritório. Haverá sim fechamento de escri-

tórios em todo o País, haverá fechamento, mas repito que a prioridade do Ministério do Meio-Ambiente é de garantir ... não apenas garantir, mas de incrementar e aprimorar os escritórios nas regiões onde permanecem atribuições federais, seja por definição legal, por exemplo regiões portuárias, regiões de limite, de divisa, etc., mas também naqueles Estados onde há requisição dos Governos Estaduais. O IBAMA hoje tem assinado com vários Estados acordos de cooperação no sentido de manter atividades e colaborar nas atividades em vários Estados, no caso da Amazônia nós temos vários nesse sentido. Com relação a recursos da compensação ambiental. Bom, eu fico muito feliz e vou trabalhar arduamente enquanto tiver a responsabilidade de colaborar com isso no Governo Federal, para que os recursos da compensação cheguem a dez bilhões.

Eu, da minha parte, vou trabalhar muito para isso. É um número bastante otimista, não é, mesmo porque tem que ver o prazo que isso vai ocorrer, mas o fato que eu gostaria de destacar para o Sr. Senador é que se há alguma dúvida do ponto de vista do Senado brasileiro a respeito da gestão desses recursos ou da participação das ONGs, na realidade esse assunto deve ser tratado de forma integral, porque essa modificação na legislação não altera em nada a lei em vigor, ou seja, se em tese o Presidente do Instituto Chico Mendes vai ter dez bilhões nas mãos para celebrar convênios, acordos e tal, isso é feito pelo IBAMA hoje. A lei não mudou em nada, não houve modificação na lei. Então a diferença é que teria em vez de um outro Presidente. Então se o Senhor entende que há na lei alguma brecha para que um Presidente de plantão, seja do IBAMA ou do eventual Chico Mendes, caso os Senhores concordem, de assinar com quem quiser, sem nenhum controle público, nós temos que corrigir a lei original, que é a lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação aprovado pelo Congresso Nacional. Foi lei, não foi Medida Provisória.

Então a que a Ministra já disse, eu queria repetir, não houve alteração, não houve alteração no processo na lei ambiental, em nenhum sentido. O que houve foi um ajuste na criação de um novo instituto e ajustando competências. Portanto, não mexe na lei, não aumenta, não torna mais fácil ou mais difícil convênios, não flexibiliza ou desflexibiliza relações com ONG e etc. Agora por outro lado, o que o Governo fez nos últimos quatro anos para tratar desse assunto? O Governo Federal, o Ministério do Meio-Ambiente, o IBAMA, não foram atrás de acordos com ONGs para resolver a questão da compensação, ao contrário, foram fazer um acordo histórico, que hoje é analisado por vários País do mundo, de um convênio com um banco público, a Caixa Econômica Federal. Por esse acordo com a Caixa Econômica Federal a Petrobrás deve depositar nos próximos meses um valor que pode chegar a quatrocentos milhões de reais de compensação, na Caixa Econômica Federal. Esses recursos que estarão na Caixa Econômica Federal serão geridos sobre a orientação do IBAMA ou, se os Senhores aprovarem, do Instituto Chico Mendes, que orientará a destinação do recurso diretamente para as unidades de conservação, sem transferência dos recursos para nenhuma organização pública ou privada. Então será feita por meio de contratação, por pregão eletrônicos, por licitação pública nos moldes que a Caixa Econômica Federal, que é uma organização financeira acima de qualquer suspeita, irá operar. Portanto, eu não vejo nenhuma possibilidade de que nós tenhamos uma brecha para que algum Presidente de plantão possa fazer o mau uso desses recursos. Se essa brecha existir, nós temos que corrigir independente da criação ou não do Instituto Chico Mendes.

Finalmente, com relação aos planos de manejo, há de fato uma carência monumental em relação aos planos de manejo. O plano de manejo é um elemento central da gestão da unidade de conservação. Na realidade você não pode gerir adequadamente uma unidade de conservação sem que você tenha o plano de manejo, e a realidade é que lamentavelmente pouquíssimas unidades têm o seu plano de manejo aprovado e sendo implementado. O objetivo da criação do Instituto Chico Mendes é justamente responder a isso, é dar maior capacidade da gestão pública para elaborar os planos de manejo, que são planos de operação da unidade de conservação, aprovados pelo poder público. Portanto, eu não vejo nenhuma possibilidade, nenhuma brecha na participação de Organizações Não Governamentais nesse processo, porque na realidade se não há plano de manejo, você nem tem como operacionalizar ações das unidades de conservação. O objetivo do Instituto é de ter bons planos de manejo no menor prazo possível e garantir a boa gestão dentro dos princípios da moralidade, da impessoalidade e da ética que norteiam o serviço público.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Concedo a palavra ao Sr. Jonas. Eu só solicitaria aos participantes que procuraram ser mais sucintos, mais objetivos, nos já vamos para catorze horas e trinta minutos e ainda temos aqui vários Srs. Senadores inscritos.

SR. JONAS CORRÊA MORAES: Bom, eu gostaria, já pedi licença ao Senador Quintanilha, porque têm duas questões aqui que foram colocadas pelo Senador Expedito, que nós gostaríamos que dois técnicos respondessem para enriquecer o debate. Um é

a questão de licenciamento, e sobre a questão dos dez milhões de repasse, que o Rodrigo vai responder, mas é muito importante que nós possamos ouvir um técnico de unidade de conservação sobre o plano de manejo, que é o Francisco Levino, que ele está aqui dentro, já está se --

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Daqui a pouco, se nós formos abrindo para a participação de terceiros, nós vamos ampliar e não terminaríamos nunca esse debate. Então vamos --

SR. JONAS CORRÊA MORAES: Eu só queria ponderar que essa questão da unidade de conservação, seria muito interessante aos Senadores ouvirem um técnico da área de unidade de conservação que trabalhou nas pontas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Rodrigo é um deles?

SR. JONAS CORRÊA MORAES: Não, o Rodrigo não, é o Levino, que está presente aqui, está aqui disposto a poder dar esse depoimento aos Senhores Senadores, eu acho que vai enriquecer o debate.

SRA. MINISTRA MARINA SILVA: Só uma questão de ordem, porque eu acho, Sr. Senador, que talvez fosse interessante então o Dr. Bazileu Margarido, que está aqui, do IBAMA, também poder falar após sobre licenciamento para que se possa ter um certo equilíbrio.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, me permita, eu acho que eu, por exemplo, gostaria de ouvir uma palavra do Sr. Bazileu, eu acho justo então que possa haver a consideração para que mais um representante --

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. Levino, por favor, Francisco Levino, por gentileza, eu só pediria que fosse o mais sucinto possível. Pode falar sentado, fica mais cômodo para o senhor.

SR. FRANCISCO LEVINO: Eu queria, em primeiro lugar, pedir desculpa pela audácia, mas corrigir a Sra. Ministra em três pontos que ela colocou. Primeiro que ela falou que toda a gestão de unidade de conservação estava a cargo de uma diretoria. Isso não é verdade. Hoje, com o Instituto Chico Mendes, ficarão a cargo de duas diretorias, uma de proteção integral e outra de uso sustentável, e no IBAMA a gente tem três diretorias que cuidam de unidade de conservação: Diretoria de Ecossistemas, Diretoria de Desenvolvimento Sócio Ambiental, que cuida das reservas extrativistas, e a Diretoria de Florestas. Com relação aos concursos, eu sou analista ambiental, ingresso por concurso público, e assisti a posse do Lula já no IBAMA. Então esses concursos foram autorizados no Governo anterior e o primeiro concurso foi realizado no Governo anterior, que somam aproximadamente mil oitocentos e vinte vagas, depois mais trezentas, enfim, mas vai por aí, não chegam a duas mil vagas, e muito desses servidores já saíram do IBAMA por condições de trabalho deficitárias. Muitos estão na Polícia Federal, em outros órgãos concorrentes. E com relação ao aumento, eu que também estou desde 2002, eu não tive um centavo de aumento. Eu tive uma gratificação de 36% a partir de 2004, fruto de três greves dos servidores por acordos acordados e não cumpridos. Com relação à unidade de conservação, eu queria parabenizar o discurso do Sr. Capobianco, que hoje está afiadíssimo, e apenas que se o discurso fosse condizente com o que vai acontecer na prática, nem eu, nem os dois mil --

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu pediria a V. Sa. que restringisse a fazer as afirmações sobre --

SR. FRANCISCO LEVINO: Unidade de conservação, Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sem envolver as pessoas.

SR. FRANCISCO LEVINO: Perfeito. *[soa a campainha]* Apenas dizer que os se recursos tivessem sido revertidos nos argumentos práticos, nem eu, nem os cerca de mil e oitocentos especialistas que participaram do Quinto Congresso Brasileiro de Unidade de Conservação em Foz do Iguaçu, talvez o pessoal do Ministério não saiba, porque não apareceram por lá, nós não teríamos aprovado uma emoção de repúdio à Medida Provisória. Mil e oitocentos especialistas entre técnicos de universidades, pesquisadores, chefes e representantes de Organizações Não Governamentais aprovaram uma moção de repúdio à Medida Provisória 366. Portanto, se o discurso de valoração de unidade de conservação fosse condizente com a prática, isso não aconteceria. O que vai acontecer na prática, é que hoje --

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para concluir, por favor.

SR. FRANCISCO LEVINO: Hoje nós temos em torno de mil e quinhentos servidores lotados em unidade de conservação ou em função delas em diretorias afins, mil e quinhentos e algumas coisas. Esses servidores se baseiam, a gestão dessas unidades de conservação, notadamente as novas unidades de conservação, notadamente na Amazônia, trabalham hoje, uma vez que essa unidade não tem nenhum servidor lotado nelas, em parceria com as unidades descentralizadas do IBAMA, escritórios regionais, gerências executivas e até a Terra do Meio é um caso muito específico e bom de ilustrar. Eu sou coordenador do plano de manejo ou era, eu não sei o que vai acontecer comigo daqui

para frente, do plano de manejo do mosaico que da Terra do Meio, Estação Ecológica da Terra do Meio e Parque Nacional da Serra do Pardo. Nós trabalhamos com todos os servidores da gerência executiva de Altamira, não temos nenhum servidor lotado, a unidade foi criada em 2005, não temos nenhum servidor lotado lá. O plano de manejo, que a gente vinha tentando fazer em parceria com as unidades descentralizadas do IBAMA, vem enfrentando uma série de pressões por parte da WWF, mesmo assim a gente está conseguindo conduzir o processo. Por quê? Porque hoje nós temos pessoal capacitado para --

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para concluir, Sr. Levino, por favor.

SR. FRANCISCO LEVINO: Eu estou tentando. Então é isso, hoje as unidades de conservação têm mil e quinhentos servidores. Precisaria no mínimo de seis mil. Essa parceria unidade de conservação e órgãos descentralizados fica absolutamente restringida se a Medida Provisória passar. E o que acontece? O Estado fica fragilizado e fica, obviamente, refém de parcerias, seja com ONG, seja com Prefeituras, seja o que for, mas fica refém de parceria porque a gente quebra essa possibilidade de uma ação mais integrada entre as forças de fiscalização, entre a força de proteção e a gestão de unidade de conservação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado pela contribuição de V. Sa. Dr. Bazileu, quer se manifestar a respeito.

SRA. MINISTRA MARINA SILVA: Ele vai se manifestar falando de licenciamento, o Bazileu vai falar de licenciamento, ele que pediu.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. Rodrigo primeiro, tem V. Sa. a palavra.

SR. RODRIGO KOBLITZ: Bom, conforme a explanação inicial, a gente tem tido um aumento das licenças emitidas pela ADILIC(F), que em 2003 era cento e quarenta e cinco, e hoje, em 2006, foram duzentos e setenta e oito licenças. Isso é fruto daquele trabalho integralizado entre as diretorias do IBAMA que permitiu que tivéssemos protocolos específicos para fazer o nosso serviço com maior agilidade. De fato, como nós falamos anteriormente, esse protocolo só foi possível com essas diretorias unidas. Nós, compreendendo o processo de licenciamento, de modo algum, depois de uma Medida Provisória como essa, que divide as instituições, falaríamos que isso vai agilizar o licenciamento ambiental, pelo contrário, a gente soube dessa informação da Medida Provisória com a manchete do Estado de São Paulo, que era: "Lula divide o IBAMA, com aval da Ministra, para agilizar as obras do PAC". Então quem falou de agilização de licenciamento de processo ambiental, como facilitador de processo de licenciamento ambiental, foram os jornais, foi o que foi ventilado inicialmente. Não foi de modo algum os servidores.

Nós, quando fizemos a primeira intervenção técnica sobre o assunto, a gente descobriu que burocratiza, como nós apresentamos um quadro na Câmara dos Deputados, estamos falando aqui também. Da pergunta em relação à disponibilidade de recursos, para nós ela é muito simples, quer dizer, se você tem pouco dinheiro, você precisa juntar algumas coisas, por exemplo: a secretária precisa ser a mesma de mais pessoas, com isso você consegue economizar a área meio. Eu não sei como que mais uma instituição vai diminuir os gastos com área meio, porque você vai precisar de mais escritórios, mais secretárias, mais carros, mais questões que são em função de área meio e não em função da área fim do IBAMA. Então nesse sentido a gente não consegue pensar que com esses poucos recursos que nós temos, o que fazemos é isso, a gente pega o carro de um escritório regional, pega a gasolina da superintendência, um funcionário da unidade de conservação e vai fazer a fiscalização. Se nós não pudermos juntar essas peças, porque vamos estar em entidades diferentes, em instituições diferentes, necessariamente a gente vai ter que gastar mais dinheiro para cada uma delas realizar seus objetivos. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado. Nós vamos passar a um novo bloco de Senadores inscritos. Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Primeiro, Presidente, eu entendi que também --

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Dr. Bazileu falará em seguida.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu queria em primeiro lugar deixar aqui, porque eu acho que as falas e a documentação que nós recebemos aqui nos coloca alguns questionamentos necessários a serem feitos para que nós possamos ter a clareza na hora da votação da matéria, mas chama muito a atenção os números, porque eles são muito contundentes. Em termos de unidades de conservação, é o dobro. Quando foi criado tinha cento e trinta e oito e hoje nós estamos com duzentos e oitenta e oito unidades de conservação, portanto, é praticamente o dobro em termos de instância de atuação para conservar. Agora a área a ser conservada, preservada, não dobrou, ela quase quintuplicou, de quinze milhões de hectares para setenta milhões de hectares.

Portanto, nós tivemos o dobro de unidades, mais quase cinco vezes mais área para cuidar. E até o próprio, digamos assim, eu sou uma pessoa que já tive a oportunidade inclusive de levar o assunto para o Plenário do Senado por conta de uma situação muito peculiar lá em Santa Catarina, que a gente vivenciou lá a questão do apagão, Florianópolis foi uma cidade que ficou três dias sem energia, porque a nossa energia chega por um cabo que está na ponte e tivemos lá um acidente, ficamos três dias sem energia e quase ficamos sem a ponte por causa da combustão, a temperatura elevada quase comprometeu a estrutura da ponte, e nós estamos aguardando o licenciamento da nova linha de transmissão, que não é nenhuma usina do Rio Madeira, não chega a duzentos quilômetros de linha de transmissão, mas nós já estamos aguardando há alguns anos.

Então eu já tive a oportunidade de ir para a tribuna, de questionar, de exigir, porque todos nós queremos que seja feito, obviamente com todo o rigor, com toda a atenção que as licenças ... mas elas precisam andar. Então essa questão da eficiência, apesar de nós termos tido também uma melhora de dobro também, de quando esta atual gestão iniciou com cento e trinta licenças ambientais por ano e agora nós já dobramos também, já estamos aí chegando perto das duzentos e cinqüenta licenças ambientais ao ano, mas há uma necessidade de aprimorar a eficiência e de nós termos... eu não tenho nenhuma dívida. Eu quando fui à tribuna cobrar e dizer assim: olha, é claro que precisa fazer com todo o rigor, mas se não fizer... se fizer errado tem prejuízo, tem problemas, agora o não fazer também traz prejuízos e problemas, não é, no sentido da energia que está sendo gerada, do abastecimento e de tudo que os licenciamentos ... então nós precisamos ter assim clareza. O que é que nós precisamos votar aqui com clareza? Esta separação enfraquece ou não enfraquece? Se enfraquece, porque eu escuto os servidores falando: "vai enfraquecer, vai enfraquecer". Eu quero ter clareza de onde, como e porque enfraquece. Eu não consigo, eu consigo muitas vezes assim, olha: se dá a palavra, se escuta, aí vem um discurso que não exemplifica, não concretiza como que isto vai efetivamente enfraquecer o processo de licenciamento, de fiscalização e de conservação. A outra questão é da centralização. Diz que vai centralizar o poder. Eu não consigo entender como que centraliza poder quando você está distribuindo tarefas, inclusive distribuindo as tarefas para que cada uma das estruturas tenha foco. Não fique se contradizendo, se confrontando ou se enfrentando nos encaminhamentos. Então eu quero dizer assim --

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): V. Exª me concede um aparte?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Já vou, Senador Valdir Raupp. Então é o seguinte: eu escuto daí os técnicos falando: "ah, como está, está ruim, como está, está ruim". Então como está, está ruim, e nós vamos deixar como está? Eu tenho a clareza e a convicção de que se não está, e eu tenho a convicção de que não está ainda o adequado, então nada melhor do que a gente buscar aperfeiçoar, e eu quero aperfeiçoar para que a gente possa fortalecer a fiscalização, fortalecer a conservação e fortalecer a questão do licenciamento. Então eu acho que nós precisamos sair daqui com isto esclarecido, porque uma coisa que começa a me incomodar é esta história de que assim: vai ter prejuízo para servidor, funcional ou financeiro? Alguém vai perder salário? Estão dizendo lá atrás que vai.

Então eu quero que me diga que vai, aonde que vai. Vai ter salário que vai ser reduzido, vai ter cargo que vai ser ... não vai ter prejuízo? Mas o que é que está pegando mesmo? É o poder, é quem é que vai ter poder? Porque me pareceu algo interessante aqui, historicamente, de que o IBAMA foi criado antes do Ministério do Meio-Ambiente. Tem disputa de poder? É isto que está em jogo, por trás de toda está *[soa a campainha]* situação? Então eu queria assim, eu quero que a gente tenha clareza que se explique de uma vez por todas, mas assim não com discurso, com fatos, com dados, com números. Vai enfraquecer aonde? Vai centralizar aonde? Porque se não eu sou, eu quero dizer assim, uma pessoa que vai votar pela descentralização, pela criação de mais estrutura para dar conta de fazer melhor o serviço. Agora por último, Senador Valdir Raupp, eu não sei se eu vou poder ainda lhe dar o aparte, mas eu queria fazer aqui duas observações como sindicalista, como sindicalista, que fui Presidente do Sindicato dos Professores no meu Estado durante quase oito anos. Têm coisas que a gente tem que ter sensibilidade para fazer ou não, em qualquer movimento reivindicatório que legítimo, que tem todo o direito de fazer e eu fiz muitos, muitos, muitos. Quando é do Meio-Ambiente ainda se espera mais sensibilidade, porque as pessoas que cuidam do Meio-Ambiente, elas precisam estar com a sensibilidade mesmo à flor da pele porque às vezes tem coisas que você nem percebe que vai ter problema. O problema lá dos peixes, dos bagres, as pessoas normais que não têm às vezes o conhecimento, não se... isso não é problema, e quem está cuidando do meio-ambiente precisa ter sensibilidade para todo e qualquer tipo de problema, e eu queria dizer o seguinte, eu estou falando aqui como cidadã brasileira. Eu considero, cidadã

brasileira e sindicalista, que foi absolutamente indevido e até eu diria afrontoso à auto-estima do povo brasileiro que estava comemorando o fato do Cristo Redentor ter sido escolhido... Por quê?

A manifestação de vocês só demonstra uma falta de sensibilidade, porque é um símbolo para nós, é um símbolo de auto-estima da população brasileira, de ter... várias outras não entraram, e o Brasil estava ... eu me considerei feliz, como eu acho que todos os brasileiros se sentiram feliz. Então utilizam um momento que nós estávamos comemorando a auto-estima de estarmos, entende, com um destaque, eu acho que nós poderíamos ter usado outras possibilidades de apresentar a posição, e ainda por falta de sensibilidade eu não sei como é que os outros Senadores receberam. Eu recebi aqui um folheto muito importante, eu acho que com as reivindicações, estão aqui, está aqui toda a documentação que eu com muito carinho quero estar atenta na hora de fazer a minha ... o meu convencimento, agora eu quero que me esclareçam com que finalidade este documento veio acrescentado de uma bala, de uma bala, e eu quero dizer que esta bala tem um nome, está aqui, que eu não quero nem reportar qual é o nome, porque este nome que está aqui na bala tem um significado chulo, afrontoso, e tem um outro significado, em alguns Estados, que não é afrontoso. Em outros Estados o significado é diamante pequeno, usado em instrumentos de cortar vidro. Eu não sei se é este o significado, o nome da bala, porque o outro, eu como mulher quero me dizer que eu me senti afrontada.

Então eu quero saber assim, sabe, o movimento sindical tem que ter sensibilidade. Vocês querem o nosso apoio, a nossa sensibilidade para o que vocês estão trazendo? Então nos *[soa a campainha]* nos tratem respeitosamente também, como eu acho que tinham que ter tratado respeitosamente o povo brasileiro, que é sensível à questão do meio-ambiente, que sabe e reconhece o trabalho importantíssimo que os nossos funcionários do IBAMA atuam, reconhecem e aplaudem, mas eu acho que o povo brasileiro também não ficou feliz com aquela faixa no dia que nós estávamos comemorando, entende, o Cristo Redentor ter sido incluído entre uma das sete maravilhas do mundo. Vocês me desculpem se eu não sou... se nesse momento eu estou falando algo que possa desagradar, mas eu acho que desagradou ao Brasil e eu quero aqui ter a liberdade de poder expressar um sentimento muito forte que eu tive e que muitas pessoas tiveram a oportunidade de expressar, inclusive a própria Igreja, a Igreja do Rio de Janeiro também teve uma manifestação muito contundente, até porque, além de ser um símbolo do povo brasileiro, da nossa ... esta coisa forte que nós temos de orgulho do nosso País e tal, mas ainda por cima era um símbolo religioso. Então era isso, Sr. Presidente, me desculpe de eu ter passado um pouquinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu só comentaria com os ilustres membros da Associação dos Servidores do IBAMA que de forma democrática participam deste debate, que se preservasse, se mantivesse da forma respeitosa e ordeira como até agora o fizeram, evitassem as manifestações e deixassem as manifestações para os seus representantes que estão aqui entre os palestrantes e debatedores. Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Geraldo Mesquita, e em seguida à Senadora Fátima Cleide. Apelaria aos ilustres Senadores, apesar de serem já... estão fazendo a sua intervenção já com o avançado da hora, procurarem objetivar as intervenções para que nós pudéssemos concluir a reunião.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Perfeitamente, Presidente Leomar Quintanilha. Eu queria cumprimentar a mesa na pessoa da querida amiga e Senadora Marina Silva, por quem eu tenho muito respeito. Ministra, eu tenho participado, aqui na Casa, sempre que possível, e sempre que convidado, de debates em torno dessa questão surgida com a adoção da Medida Provisória 366 por uma razão muito simples: eu busco me abastecer de informações, inclusive técnicas, que eu não disponho por não ser da área, ao lado de ... de uma posição prévia, Ministra, digamos assim, acerca desse imbróglio. Eu vejo toda uma categoria de servidores incomodada e perplexa em relação a uma questão. Eu coloco ao lado disso a forma como uma decisão governamental foi instituída e adotada por uma Medida Provisória, aquele instrumento que a gente tanto se bate aqui no Congresso Nacional, para que tenha uma incidência cada vez melhor nessa Casa e no Congresso Nacional, e, portanto, veja, Ministra: o clima aqui, V. Exª é testemunha inclusive, o clima aqui é de dúvida, de apreensão e de uma certa até perplexidade, o que reforça ainda mais o meu argumento e eu vim hoje disposto aqui a solicitar a V. Exª *[soa a campainha]* com muito respeito que fosse examinada a possibilidade de que essa matéria tramite no Congresso Nacional na forma de Projeto de Lei para que a gente tenha mais tempo, para que a gente possa elucidar, esclarecer tantas dúvidas surgidas aqui, algumas até ... as perguntas feitas pelo Senador Expedito, assim como eu não duvido, quando alguém senta comigo para conversar sobre questão ambiental e gestão ambiental e de forma às vezes até maliciosa introduz críticas adjetivadas a V. Exª, eu corto o debate porque eu não admito que alguém duvide da

sua responsabilidade, da sua boa-fé na condução da gestão ambiental nesse País.

Então da mesma forma eu atribuo ao desconhecimento por falta de debate, não é, as dúvidas suscitadas exatamente por falta do debate, s questões colocadas pelo Senador Expedito, a tempo respondidas pelo Dr. Paulo Capobianco. Agora, Ministra, a Senhora é testemunha de que eu combati aqui com legalidade contra a aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, combati com legalidade, apesar de ter sofrido críticas até desleais e injustas nessa Casa, mas combati com legalidade porque eu o meu convencimento me levava àquela postura. Eu lembro que durante a tramitação daquela matéria aqui, Ministra, transitou nessa Casa, na forma de argumento revestido de compromisso inclusive, firmado com a presença de V. Exª, duas questões que eu reputo fundamentais e que eu considero que foram fundamentais inclusive para a aprovação daquela matéria aqui no Senado Federal. Uma delas foi o compromisso de se introduzir uma emenda que submetia ao Senado Federal a aprovação de concessões acima de um determinado número de milhar ou de hectare de terra.

O outro argumento que tramitou nessa Casa revestido, repito, de compromisso por parte do Governo Federal, foi o de que a dúvida era, Ministra, o que se vislumbrava com a execução da Lei de Gestão de Florestas Públicas, levou muitos parlamentares dessa Casa a suscitar dúvidas acerca da capacidade do principal órgão fiscalizador e de acompanhamento da gestão ambiental nesse País, que é o IBAMA, a ponto de surgir um argumento também revestido de compromisso de que o Governo Federal iria tomar medidas concretas no sentido de reforçar o IBAMA para que essa dúvida fosse espancada e para que a gestão de florestas públicas nesse País fosse bem fiscalizada e bem acompanhada pelo instituto.

Eu lembro isso, Ministra, porque tanto a emenda que submetia ao Congresso Nacional e foi alvo de compromisso nessa Casa, firmado, tanto aquela emenda, tanto o teor daquela emenda foi vetado pelo Governo Federal, pelo Presidente da República, quando da sanção da lei, como eu vejo, em princípio, Ministra, eu vejo ... eu vejo que o reforço da instituição, o caminho escolhido pelo Governo Federal, pelo Ministério que V. Exª tão bem dirige, não sinaliza para o reforço do organismo conforme compromisso naquela ocasião assumido. Por essa razão, Ministra, veja: V. Exª citou a pouco, na sua fala, o SERB, e eu lembro, em 1986, eu e V. Exª éramos candidatos a Deputado Federal no nosso Estado e participamos, a convite do Centro Acadêmico lá no SERB, de um debate *[soa a campainha]* --

SRA. MINISTRA MARINA SILVA: Eu sem nenhuma chance de ganhar, diga-se de passagem.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nem eu fui eleito, nem V. Exª também, mas é bom se que se registre que a votação de V. Exª foi absolutamente expressiva, mas faltou, como se diz, coeficiente eleitoral, mas não é isso que importa. O que importa, Ministra, é que nós participamos naquela ocasião de um debate no SERB. O que estava em questão era o pacote econômico adotado então no Governo Sarney, e eu lembro, Ministra, que eu, candidato pelo PMDB, ali timidamente tecendo consideraçoes acerca do pacote, das suas conseqüências, e V. Exª, ao tomar a palavra, desculpe a expressão, eu digo isso com absoluta simpatia, mas V. Exª me desancou, eu não sei se V. Exª se lembra, e a história depois comprovou que V. Exª estava com a razão. O desastre parcial daquele projeto econômico fez com que a partir de então eu decidisse que esse negócio de pacote, nem se falar. A forma como foi instituído, a forma como foi conduzido. Eu trago essa questão à baila, Ministra, para reforçar a tese, o pedido, o apelo que eu lhe faço nesse momento. A questão de se tratar ... o Dr. Paulo falou que nós estamos tratando de setenta Líbanos. Eu acho essa questão muito mais importante do que a eleição de um Presidente da República no nosso País. Então ela tem que ser alvo, Ministra, de um debate maior.

Eu acho que o Governo Federal tem todo o direito, não é, de instituir seja lá o que ele entender que seja necessário instituir, mas eu acho que pela grandeza do assunto, pela dimensão do assunto, o Dr. Paulo disse setenta Líbanos envolvidos numa questão como essa. Eu creio que nós deveríamos ter maior prudência, é um princípio que V. Exª sempre adotada, o princípio da prudência, maior prudência, maior debate, aqui as dúvidas, e a perplexidade de colegas nosso é a prova disso, não é? V. Exª, como sempre ensinado a todos nós, eu lembro que uma das expressões que V. Exª acunhou há muito tempo e que a gente procura se nortear por ela, é a de que é necessário atuar sob a força do argumento e não sob o argumento da força.

Essa é uma expressão que V. Exª acunhou e que eu procuro, na pedida do possível, na minha vida *[soa a campainha],* observar com muita atenção. Eu acho, Ministra, que o Dr. Capobianco, por exemplo, ele falou que a unidade, a unicidade da política de gestão ambiental tem que ser do Ministério do Meio-Ambiente. Eu concordo em gênero, número e grau, Dr. Capobianco, assim como a política de segurança pública, no âmbito Federal, tem que ser centrada, unificada no Ministério da Justiça. Eu comparo o IBAMA, pela sua relevância, à Polícia Federal, por exemplo. Eu assisti na segunda-feira retrasada a colação de grau de uma turma de

mais de setecentos formandos da Polícia Federal que concluiu ali o curso de formação, e o que eu ouvi do Ministro da Justiça, Dr. Paulo Lacerda, foi que quando eles falam do reforço da instituição, foi exatamente abrir novos concursos, aumentar o orçamento da instituição, reforçar, portanto, a instituição nesse sentido --

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para concluir, Senador.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Para concluir, e não desmembrá-lo, e não desmembrá-lo, ao contrário do que nós estamos aqui propondo, sem quebra da... do princípio que V. Exª introduziu e que eu concordo. Veja, Ministra, essa questão, esse caminho escolhido é um caminho que deixa, eu diria, até seqüelas, deixa até seqüelas. Olha, eu estou aqui e com todo o respeito eu digo isso, com todo o respeito eu digo isso, eu estou aqui na presença do Dr. Bazileu.

A Medida Provisória, Ministra, no seu rastro, no seu rastro surgiram atos administrativos que eu confesso a V. Exª que eu não via desde o tempo da ditadura inclusive, uma portaria do Presidente Substituto do Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente, e praticamente, Ministra, e aqui nós temos que ser muitos claros, praticamente ameaçando os servidores que estão em estágio probatório pela sua atuação e participação na greve dos servidores. Eu coloco essa questão aqui lastimando que um fato desse tenha... olha, dizer que é inconstitucional é o mínimo que nós podemos dizer de um ato desse. Ele é impróprio, é inadequado, não se compadece com o espírito do Governo do Presidente Lula, não é, mas eu creio que ele... ele vicejou, encontrou espaço exatamente no rastro de um ato do Governo Federal instituindo uma Medida Provisória para tratar de um assunto, que eu repito, envolve a criação, envolve coisas do tipo setenta Líbanos no nosso País. Então, Ministra, eu estou aqui querendo lhe fazer esse apelo público, que a gente possa rever essa questão no âmbito do Senado Federal sem delongas, Ministra, eu não estou aqui pregando que se passe dez anos para se discutir uma questão dessa, mas sem delongas, que esse assunto seja convertido num Projeto de Lei para que nós possamos elucidar completamente todas as dúvidas que possamos ter com relação à Medida que V. Exª orientou e inspirou no âmbito do Governo Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado Senador Geraldo Mesquita. Com a palavra a Senador Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, eu quero cumprimentar a Ministra Marina Silva, cumprimentar os representantes dos servidores do IBAMA aqui presentes, cumprimentar a todos os servidores aqui presentes também, e dizer, Ministra, que acho que já foi ... deve ter sido, eu não estava aqui quando o Senador Expedito falou, mas eu acho que ele também já deve ter saldado V. Exª, o IBAMA e os servidores do IBAMA, pela demorada, mas feliz, conclusão do processo de licença prévia das hidrelétricas do Madeira. Eu faço isso em nome da sociedade rondoniense que neste momento está de fato se sentindo aliviada em função do que esse projeto representa e da expectativa que se tem em torno dele para o desenvolvimento do Estado. Então eu trago aqui o meu abraço solidário e dizer, digo com muita fé, que sempre confiei no trabalho e na responsabilidade social de V. Exª. De certa forma apanhamos juntas no Estado por conta dessa visão de que as coisas têm que acontecer de qualquer jeito, a qualquer custo, e como V. Exª falou antes da sua história, nós temos uma história muito parecida, eu sou ambientalista antes de ser sindicalista, mas sou sindicalista e ambientalista, e quero dizer que é com muita tristeza que eu percebo nesse momento esse conflito, porque como ambientalista eu sempre torci muito para a existência de uma instituição que cuidasse das unidades de conservação, e sempre defendi o IBAMA e sempre defendi os funcionários do IBAMA no meu Estado, que por qualquer coisa, sabe, são responsabilizados como se fossem irresponsáveis, e eu sempre estive do lado, como estou agora, porém devi dizer que estou convicta de que este é o melhor caminho para a gestão pública.

Eu espero que daqui a alguns anos pode ser que a gente venha a ter uma outra visão, que eu tenha que dizer: "olha, meus companheiros e minhas companheiros, vocês estavam corretos", mas uma visão de quem está de fora, administrando junto toda essa problemática da questão ambiental, eu digo a vocês que me sinto aliviada com essa proposta. Eu não sei se talvez o melhor caminho seria um Projeto de Lei, mas em função desse processo demorado e de toda essa situação, eu acredito que não seria diferente. Eu acho que estar discutindo aqui hoje é muito importante, então também a gente tem que considerar que está havendo um processo de discussão como houve na Câmara, independente de ser Projeto de Lei ou Medida Provisória está havendo a discussão. Então assim eu queria dizer desse meu desconforto neste momento, porque sou solidária aos funcionários do IBAMA de antes, não de agora desse processo, nós estamos em posição diferentes, e acho interessante porque ele está colocando em posição diferentes pessoas que antes atacam o IBAMA, atacam os funcionários do IBAMA e que hoje estão juntos, então eu acho até saudável isso. Mas como o nosso tempo é curto eu gostaria de ter do Ministério, de saber do Ministério, com relação à

questão do plano de carreira. Essa é uma dúvida que eu tenho ainda. Vai ser o mesmo? Como que é essa questão do plano de carreira para os funcionários do IBAMA e para os funcionários do Instituto Chico Mendes? Há uma correspondência na questão do plano de carreira? E como vai ser feita a formação, como será feita a formação dos grupos de trabalho para fins de fiscalização. Essa é uma dúvida que eu gostaria de esclarecer. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigada Senadora Fátima Cleide. Senador Suplicy, queremos ouvir a contribuição de V. Exª, o último orador inscrito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, prezada Ministra Marina Silva, Senadora e nossa colega. V. Exª sabe do respeito e amizade que temos tido ao longo desses anos e eu quero aqui reafirmar o quanto que acredito no propósito mais sincero de V. Exª para levar adiante a missão do Ministério do Meio-Ambiente. Sr. João Paulo Capobianco, Sr. Paulo Nogueira Neto, Sr. Jonas Corrêa Moraes, Sr. Rodrigo Koblitz e caro Bazileu Margarido Alves, que quando foi para a chefia de gabinete da Ministra Marina, ela teve a gentileza até de me perguntar se eu teria alguma objeção, eu falei: olha, o Bazileu que por tanto tempo havia comigo colaborado, estando com a Ministra Marina Silva, será como se estivesse trabalhando comigo, e eu quero reafirmar isto hoje.

Dado o adiantar da hora eu procurarei ser objetivo com respeito a algumas questões. O artigo 12 do PLC 19/2007 diz que o IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade podem contratar pessoal por tempo determinado não superior a cento e oitenta dias, seja para prevenir, controlar e combater incêndios florestais, para preservar áreas prioritárias para a conservação de ambientes ameaçada por fontes imprevistas, para o controle e combate de fontes poluidoras e imprevistos que possam afetar a vida humana e também a qualidade do ar, da água, da flora e da fauna. Como há esse artigo sobre os dois Institutos, IBAMA e Chico Mendes, quais desses três objetivos constituem os do IBAMA e os do Chico Mendes? Aqui eles estão se superpondo e por que razão, como distinguir com clareza se há? E ainda a questão relativa ao cento e oitenta dias que nos faz lembrar às vezes os contratados, por exemplo, para cortar cana por cento e oitenta dias e depois voltam aos seus lugares. Será que não haveria uma forma adequada, até porque pessoas que combatem, por exemplo, incêndio, tem uma certa... um preparo, uma técnica para isso, como os Bombeiros e assim por diante, mas será que convém se tornarem trabalhadores temporários e assim por diante, isto que foi pensado? Segundo: dentre as decisões de licenciamento mencionadas pelo Sr. João Paulo Capobianco, está *[soa a campainha]* está a questão da transposição do Rio São Francisco. Neste caso, entretanto, a posição da Ministra Marina Silva, publicamente divulgado, foi crítica, foi uma recomendação... bom, eu queria justamente pedir à Ministra Marina Silva, se ela pode nos esclarecer exatamente a sua posição, e dentro da posição do Governo, como é que aconteceu, porque isso poderá ser bastante esclarecedora para nós Senadores.

Durante esse período de gestão do Ministério do Meio-Ambiente, qual tem sido o valor efetivo de repasse às ONGs do orçamento do Ministério nesse últimos anos? Se puder ser feita uma comparação com aquilo que aconteceu, digamos, no período... no quadriênio anterior, de 1999 até 2002 e de 2003 para o presente, agradeceria, porque como houve uma preocupação muito grande, inclusive do ASIBAMA, dos servidores e isto foi nos colocado, e eu quero aqui recordar, nós recebemos aqui, feito pelo... organizado pelo servidores do ASIBAMA, manifestação de uma pessoa, e eu sei do respeito que a Ministra Marina Silva tem por ele, é também meu amigo, o Professor Aziz Nacib Ab'Saber, que menciona na sua manifestação a audiência que teve, inclusive por minha iniciativa quando estive no gabinete de V. Exª e tratamos deste assunto, e uma das preocupações que ele coloca, de como é que poderia esta Medida ter um efeito de eventualmente permitir que interesses privados, de grupos ligados a um setor do ambientalismo nacional e internacional venha a se sobrepor aos interesses do povo, então eu acredito, e como chegou ao meu conhecimento quais são as transferências de recursos para Organizações Não Governamentais e que tiveram uma evolução importante para o conhecimento e transparência, eu pediria a gentileza de nos transmitir esta informação com precisão, que o Ministério tem. Eu acho que isso é importante para o esclarecimento dos servidores. Eu fui um dos Senadores que fui procurado insistentemente pelos servidores e muitos me colocaram essa questão, mas, afinal, haverá uma transferência dos recursos públicos do Ministério do Meio-Ambiente para as ONGs, as OSCIPS e tudo? Então se pudermos ter uma informação objetiva de como isto evoluiu digamos nos últimos oito ou nove anos, eu acho que isto é importante para nós. Uma observação mais de bom humor aqui para o Sr. Capobianco, que o senhor mencionou a uma certa altura que se ficar noite sem dormir, que o Senhor gostaria que a pessoa responsável pelo controle das unidades de conservação ficassem noites sem dormir, mas se ficar noites sem dormir, como é que ele vai trabalhar bem de manhã? Porque eu, para estar bem

hoje na audiência, eu procurei descansar. Eu estava exausto ontem à noite, eu descansei e felizmente eu estou me sentindo bem para poder ouvi-los. Então é só uma observação aqui à forma como foi exposto. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço a contribuição, Senador Suplicy, e nós passaremos a ordenar aqui as respostas. Podemos começar com o Capobianco? Então nós começaríamos pelo Sr. Jonas e eu já solicitaria aos debatedores que ao concluir as respostas às perguntas formuladas já utilizassem o seu tempo para as considerações finais para nós concluirmos essa Audiência Pública. Tem V. Sa. a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, Sr. Presidente, que eu acrescento aqui ao Sr. Jonas, porque como no documento das ASIBAMA está escrito que haverá a paralisação e o abano de centenas de projetos em execução, se pode citar algum desses para que então depois possamos ter a resposta da Ministra e dos responsáveis pelo IBAMA e do Meio-Ambiente. Obrigado.

SR. JONAS CORRÊA MORAES: Bom, eu vou começar. Quando a Ministra Marina disse que nós mudamos o discurso, na verdade quando nós falamos que essa Medida Provisória viria para dar celeridade à questão de licenciamento, nós tiramos isso dos jornais numa entrevista que foi dada pela própria Ministra no lançamento do anúncio desse pacote na Agência Nacional de Águas. Eu não estou dizendo que a Senhora falou, eu estou dizendo que nós tiramos dos jornais. Então por isso que nós começamos a supor que poderia ser isso, tanto é que eu disse que nós tiramos dos jornais, não fomos nós que... Bom, respondendo ao Senador Sibá, o Levino já respondeu sobre a questão do aumento de salário e sobre a questão dos concursos. Eu queria dizer aqui, quando ele fala da ADISAN, realmente foram criadas duas novas diretorias no IBAMA no ano passado e esse ano houve um encontro de todos os servidores da ADISAN onde se gastou mais de um milhão de reais para trazer todo o pessoal dessa diretoria, da diretoria sócio ambiental, e um mês depois simplesmente isso acabou, não existe mais diretoria, foi criado o Chico Mendes, então a gente não sabe... as discussões que foram processadas nesse encontro, que foi realizado aqui em Pirinópolis, a gente não sabe o que aconteceu com isso, porque o que foi discutido lá não vale mais. Com relação ao corporativismo, Senador, eu queria dizer para o Senhor que nós desde o dia 14 de maio em greve, estamos a cinqüenta dias em greve, nós tivemos os nossos salários cortados, recebemos os nossos salários desse mês cortados e decidimos manter a paralisação. Os servidores do IBAMA, eles não estão em greve por estar buscando cargos, nós não temos nenhuma pauta salarial, a nossa pauta é única, é em defesa do meio-ambiente.

Aquelas pessoas que buscam cargos já correram, só acenaram com o cargo e já correram, já ocuparam seus cargos lá dentro do Chico Mendes, dentro do próprio IBAMA. Nós não. Quando o senhor diz de corporativo, nós entendemos assim que há corporativo do bem, é aquele corporativismo aonde os servidores vem em defesa não do IBAMA, do IBAMA, no nosso entendimento nós estamos em defesa da Nação mesmo, porque somos nós que vamos executar tudo isso que está dentro dessa Medida Provisória e nós estamos vendo que isso vai gerar um caos. E é a nossa obrigação, enquanto servidor público, estar aqui colocando para os Senhores isso, colocando para a sociedade, é a opinião de quem vai executar. Não é a opinião de quem elaborou, é a opinião de quem vai executar. E nós estamos vendo isso, são técnicos, soa pessoas que trabalham com isso. Então o que nós queremos dizer é isso, que o corporativismo às vezes ele é do bem, ele é do bem, e eu acho que no nosso caso isso está bem claro, até pelas atitudes que nós temos tomado com relação ao movimento. Com relação à Senadora Ideli, que ela fala ... Senadora, o nosso problema sempre foi de gestão. A questão de ter setenta milhões, cento e quarenta milhões de hectares, não é o problema. Pode ser visto. Agora desde que o IBAMA tenha um orçamento compatível e tenha pessoas para poder trabalhar nisso. Não é criando o Chico Mendes que vai se resolver esse problema. É isso que os técnicos da área de unidade de conservação estão dizendo. As pessoas que trabalham na área de unidade de conservação, o Levino já colocou isso aqui, teve um Congresso Nacional de unidades de conservação realizada lá em Foz do Iguaçu onde os duzentos chefes --

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O que você está me dizendo é o seguinte: que o problema é recursos para dar conta, então tanto faz eu ficar em um ou em dois. Então o problema nosso não é separar, é conseguir recurso, então eu acho que aí nós podemos ter viabilidade de trabalhar aqui para ter mais recursos para a questão ambiental. Agora você mesmo está dizendo que o problema não é separar. Então eu não sei porque vocês estão, entende, parados a tanto tempo, fazendo tanta questão de não separar, porque você mesmo terminou de dizer agora que o problema não é separar. É mais recurso, é mais dinheiro, é mais condições de trabalho, seja em uma ou seja em duas, tanto faz.

SR. JONAS CORRÊA MORAES: Olha, o que nós colocamos anteriormente aqui é dizer que separando

a gente vai inviabilizar a gestão, foi isso que nós dissemos, e também dizendo que se manter o IBAMA e dotar ele de orçamento e de pessoal o órgão vai conseguir dar conta de cumprir a sua missão institucional. Quando a senhora fala sobre a questão da bala, que é um desrespeito, não é essa a intenção dos servidores de forma nenhuma. E, com relação ao Cristo Redentor, nós sempre dissemos que... é uma brincadeira que se faz dentro do próprio instituto, de que Deus é brasileiro e foi o primeiro ambientalista, porque foi o primeiro a defender a vida, e nós fomos buscar Nele que ilumine a cabeça, tantos dos gestores e dos Srs. Senadores, para que a gente possa iniciar um processo de discussão sobre essa questão da reestruturação da gestão ambiental. Foi isso que a gente foi buscar quando nós fizemos aquela manifestação no Cristo Redentor. Respondendo à Senadora Fátima, ela falou uma coisa aqui que puxou muito aqui comigo, que é o seguinte, ela disse: "olha, lá na frente a gente pode de repente ver que isso não era o –

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): [pronunciamento fora do microfone]

SR. JONAS CORRÊA MORAES: Isso, e nós também, só que nós estamos tratando de meio-ambiente e se a coisa der errado não tem volta. Então por isso que a gente quer debater, por isso que a gente quer discutir. E não é por meio de uma Medida Provisória que a gente está discutindo isso, porque a Medida Provisória já está aí. Então o que nós queríamos? Que se encaminhasse, se transformasse isso dentro de um Projeto de Lei e que se iniciasse um processo de discussão, porque como eu disse antes, questão ambiental não tem volta. Se se descobrir lá na frente que isso não foi uma... que isso não foi uma boa ... um bom encaminhamento, a coisa não tem volta.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Só para deixar bem claro, que eu estou convicta de que é o caminho correto.

SR. JONAS CORRÊA MORAES: Tá, mas como a senhora falou dessa forma, eu tinha que falar. Com relação ao Senador Suplicy, nós vamos estar passando para o Senhor, o pessoal, os colegas que estão aí, se puderem passar ao Senador quais são os projetos que com a criação do Chico Mendes, com a divisão do IBAMA já ficam prejudicados, a gente vai estar passando para o Senhor ainda nessa audiência.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Poderia dizer, porque diz centenas de projetos, se pudesse citar um, dois ou três assim, os mais importantes.

SR. JONAS CORRÊA MORAES: É o que eu estou pedindo para o pessoal, o Rodrigo vai passar aqui os nomes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Para que possa ser objeto de resposta agora mesmo.

SR. JONAS CORRÊA MORAES: OK. Então o Rodrigo vai passar o nome desses projetos que ficam inviabilizados. Seria isso. Como já pediram para fazer as considerações finais, a gente mais uma vez queria agradecer aqui a oportunidade da gente poder estar debatendo com os Senhores e realmente pedir uma reflexão não só dos Senhores, mas também da Ministra sobre essa questão. Não é possível que seis mil e quatrocentos servidores estejam totalmente errados, gente. É isso que a gente quer colocar. São seis mil e quatrocentos pessoas que trabalham, que executam essa política, que estão dizendo que está errado. Então eu acho que isso merece uma reflexão e é isso que a gente pede aos Senhores.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Jefferson Peres, tem V. Exª a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Eu só pude chegar agora, infelizmente, por força de outros compromissos, sei que já está no final, mas eu poderia dirigir uma indagação ao Jonas?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Fique a vontade, Senador, a participação de V. Exª é importante no debate.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Pois não, eu vou ser muito breve. Eu costumo ser muito objetivo, eu gosto de objetividade nas discussões. Eu estou vendo aqui no elenco das razões que os servidores do IBAMA, que merecem todo o respeito, fazem, colocam contra a criação do Instituto Chico Mendes, vejo um aqui que me deixou espantado pela falta completa de objetividade, me desculpe. Ampliação das coisas para a Internacionalização da Amazônia. O que é que é isso? Em primeiro lugar eu acho essa ameaça de Internacionalização da Amazônia factóide. Eu sou de lá, desde criancinha e até hoje não vejo risco nenhum. Mas vamos admitir, *ad argumentandum*, que existe esse perigo. Eu gostaria que o Senhor me explicasse, objetivamente, por que a divisão do IBAMA aumenta o risco dessa suposta internacionalização. Eu estou perplexo, eu não entendi nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Dr. Rodrigo Koblitz vai responder ao Senador.

SR. RODRIGO KOBLITZ: Sr. Senador, boa tarde.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Boa tarde.

SR. RODRIGO KOBLITZ: O que ocorre é o seguinte: atualmente existe uma discussão entre quem faz o plano de manejo. O plano de manejo é o estudo que se faz daquele pedaço de território. Então quem faz esse instituto do plano de manejo, quem faz o diagnóstico do plano de manejo é quem vai conhecer as informações que lá estão: mineiros, solo, biodiversidade, flora, etc. e tal. Existem embates hoje quando você tem ONGs, que estão fazendo esse plano de manejo, e o IBAMA com esses novos servidores que entraram desde 2002, que têm entrado em choques com essas ONGs Internacionais que estão fazendo os planos de manejo. Parque Nacional de Juruena. Os funcionários do IBAMA estão começando a lotar lá e a WWF tem um plano de manejo pronto, estabelecido e faz questão de impor aquele plano de manejo que ela está querendo impor ali. Então há uma queda de braço entre o Estado brasileiro, representado pelos funcionários do IBAMA, e organizações estrangeiras que têm, a princípio, foram nossas parceiras em vários momentos na conversação da biodiversidade, na conservação do meio-ambiente, mas pensando de uma forma estratégica em termos de Nação brasileira, a gente não sabe até que ponto vai essa parceria aí com essas Organizações Não Internacionais. Então o nosso receio sim é em termos de perder a gestão, de perder a capacidade de fazer, de entender, de conhecer e de fazer a gestão no nosso território.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. RODRIGO KOBLITZ: Porque nós temos mais gente para cuidar de um mesmo lugar. Então, por exemplo, quando a gente fala de Estação Ecológica --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só um instantinho. Aqui nós estamos falando de Estado brasileiro. Se é a Polícia Militar, a Federal, se é a Civil, se é o IBAMA, se é o Instituto Chico Mendes, não me interessa o órgão público que vai fazer, ele tem obrigação de fazer a fiscalização. O que V. Sa. está falando aqui é uma aberração, me desculpe. Qualquer órgão que for para lá com a missão de fiscalizar e mandar a WWF ir embora, vai ter que fazê-lo. Não tem que ser obrigatoriamente V. Sa. ou o IBAMA. Me desculpe, mas isso simplesmente não é explicação.

SR. RODRIGO KOBLITZ: Então o que acontece é o seguinte: Estação Ecológica Terra do Meio. Não tem um funcionário do IBAMA que esteja nessa unidade de conservação. No momento em que você faz a divisão do IBAMA e cria o Instituto Chico Mendes, automaticamente não tem um funcionário do Instituto Chico Mendes que vai tomar conta da unidade de conservação Estação Ecológica Terra do Meio. Então, prosseguindo, se nós temos a Estação Ecológica Terra do Meio, que é enorme, sem nenhum funcionário no Instituto Chico Mendes, hoje quem faz a gestão da Estação Ecológica Terra do Meio é o escritório regional junto com a superintendência, junto com funcionários de outras unidades de conservação. Então é dessa forma que o IBAMA atua. Se existe carência de pessoal numa unidade de conservação, nós juntamos todos aqueles funcionários que estão em escritórios regionais ao lado e nas superintendências, junta todo mundo e consegue fazer de algum modo, mal ou bem, mais mal, é óbvio, porque você não faz gestão de unidade de conservação sem funcionário, então nós fazemos mais mal, mas tentamos fazer a gestão da unidade de conservação.

Quando a gente fala de soberania nacional, é no sentido de que nós vamos ter menos funcionários para olhar isso, e aí nós temos alguns exemplos digamos assim que são... que nós temos usado para poder explicitar isso. Eu acredito que uma outra instituição possa exemplificar direito como funciona isso. Nós temos a FUNAI que é uma instituição, uma das antigas do Brasil, eu não conheço os dados, mas é uma instituição bem antiga, e que tem um problema de pessoal e hoje ela passa exatamente pelo problema que o Instituto Chico Mendes vai passar futuramente, que é de você ter... como você tem pouco pessoal de Estado dentro da instituição, quem toma muita conta da FUNAI e dos assuntos são ONGs, é organizado vários processos. Então, por exemplo, no Parque Nacional do Pico da Neblina, existe, foi proposto e implementado a Terra Indígena Balaio, que ela está sob a maior reserva de nióbio do planeta, e está aqui no Brasil, e em cima dela está uma terra indígena. Quem gerencia, quem organiza essa terra indígena são ONGs, não é a FUNAI, porque a FUNAI perdeu essa capacidade de Estado brasileiro por falta de funcionário, porque ela é depredada já há muito tempo, da mesma forma que o IBAMA vai ser, ela perdeu essa capacidade de ter contato, de fazer a gestão direta. Então quem faz isso, nesse caso específico, são ONGs. Esse é o nosso receio.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Por favor. Como disse o **SENADOR SIBÁ MACHADO**, o que impede que outro órgão seja aparelhado, equipado para fazer essa fiscalização? Por que é que tem que ser necessariamente o IBAMA *[soa a campainha]*. Isso que eu não entendo. O Estado brasileiro vai se ausentar dessa reserva?

SR. RODRIGO KOBLITZ: No caso, por exemplo, da Estação Ecológica de Terra do Meio, sim.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Qualquer uma?

SR. RODRIGO KOBLITZ: Sim, porque se você tem poucos funcionários e com esses poucos funcio-

nários existe uma dificuldade tremenda de você fazer a gestão e você tem esse embate entre funcionários do Estado brasileiro, funcionários públicos, e Organizações Não Governamentais, por exemplo, que fazem o plano de manejo ou que querem fazer, no momento que você diminui os números desses funcionários públicos, que é o caso da criação do Chico Mendes, você vai ter uma maior abertura para que essas ONGs tenham penetração.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Então vamos procurar aprofundar um pouco mais a discussão, me permita.

SR. RODRIGO KOBLITZ: Por favor.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): O senhor falou na reserva de nióbio, seja do que for, qualquer entidade nacional e estrangeira que queira explorar esse minério, tem que pedir alvará de pesquisa, depois do alvará de pesquisa decreto de lavra, tudo rigorosamente fiscalizado pelo Departamento de Produção Mineral. Ele tem que instalar um gigantesco complexo de exploração. É impossível uma exploração mineral clandestina. Eu não vejo risco nenhum de que isso –

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A Amazônia inteira hoje tem garimpo clandestino por falta de condições *[soa a campainha]* do órgão ambiental em fiscalizar isso.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Quem é esse cidadão, eu não sei quem é.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sou servidor do IBAMA.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mas V. Sa. não tem a palavra. Está com a palavra aqui o Senador Jefferson, por favor, está com a palavra o Senador Jefferson Peres. Por gentileza, V. Sa. não pode se manifestar. Está com a palavra, está assegurada a palavra ao Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): O senhor obedeça as regras da Comissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu estou dando uma informação a mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Por gentileza, Sr. Levino, por gentileza Sr. Levino.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vamos ver se o Senador Jefferson Peres --

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Discutir nesses termos emocionais, sem educação, não há preparo para uma discussão civilizada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V. Exª concluiu, Senador Jefferson Peres?

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Ele que estava falando, eu é que pedi um aparte.

SR. RODRIGO KOBLITZ: Qualquer atividade que há necessidade de ser feita dentro da unidade de conservação, você precisa da anuência dessa unidade de conservação. Por exemplo, nesse caso específico que a gente falou agora, da terra Indígena do Balaio, sobre essa reserva, o exército tem tentado construir estrada, tem tentado passar por dentro dessa unidade de conservação e tem tido dificuldades em relação a fazer essa estrada e poder passar por ela. Então a nossa preocupação, Sr. Senador, é no sentido de que quando o empreendimento brasileiro ou a produção da indústria brasileira precisar de anuências dessas unidades de conservação, por exemplo, para poder fazer as suas obras, as suas explorações, vai ter que discutir com organismos internacionais. Então, por exemplo: se hoje, cria-se o Chico Mendes, você vai ter uma instituição fraca, porque vai levar uma parte dos funcionários do IBAMA sem ter aquele apoio dos escritórios regionais dando suporte, superintendências dando suporte, então cria-se uma instituição fraca, com um orçamento grande, que é oriundo da compensação ambiental, e que vai ter que fazer necessariamente esses contratos, esses convênios com as ONGs para fazer a gestão do território. Então nesse sentido, quando a gente tiver que fazer, por exemplo, a duplicação de uma BR e essa unidade de conservação for gerenciada por uma OSCIP em termos de parceria e tiver uma forte influência da ONG Internacional nela, nós vamos ter que pedir anuência para aquela unidade de conservação.

Então nós vamos estar perdendo o nosso direito de gerir o nosso território, porque a gente vai ter que ficar convencendo agora uma Organização Não Governamental, às vezes de âmbito internacional, para que dê anuências, para que concorde com aquele empreendimento. E se ela não concordar com aquele empreendimento ou se a OSCIPS que fizer a gestão compartilhada daquela unidade de conservação não concordar com esse empreendimento e ela assinar isso, nós vamos ter que a partir para uma discussão judicial sobre isso. Eu não acho que a gente vá, por exemplo, perder de qualquer maneira essa gestão de uma vez por todas. Eu só acho que a gente vai se colocar amarras em relação ao que nós podemos fazer dentro do nosso território. É nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para concluir, Dr. Rodrigo.

SR. RODRIGO KOBLITZ: Eu já concluí.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Jefferson Peres, V. Exª deseja --

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Eu não sei se alguém da Ministra quer se manifestar sobre isso, porque eu pensei em ouvir aqui argumentos a respeito dos efeitos negativos do ponto de vista administrativo da divisão do órgão, mas levantar suspeitas contra perigos da soberania nacional, desculpe, mas não é convincente não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Jefferson Peres, o Doutor Capobianco, antes das suas considerações finais, falará sobre o tema. Com a palavra o Senhor Capobianco.

SR. RODRIGO KOBLITZ: Senhor Presidente, é porque eu apenas me reportei... é porque eu apenas respondi à pergunta do Senador Jefferson Peres, eu não fiz a explanação das outras perguntas da Senadora Ideli Salvatti, por exemplo, sobre burocracia e licenciamento. Eu não sei quanto vai ser esse espaço, eu apenas respondi a uma pergunta específica que o senhor senador Jefferson Peres colocou, mas a gente tinha considerações a fazer principalmente sobre a questão da burocracia no licenciamento ambiental.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dois minutos para V. Sa. falar a respeito. A Senadora Ideli nem mais está aí. Desculpe, a Senadora Ideli está ali atrás.

SR. RODRIGO KOBLITZ: O que ocorre é o seguinte: muito ... licenciamento ambiental, porque é que vai burocratizar. Para uma licença prévia ter valor, ter peso, ela precisa estar com todo o arranjo legal e todo o arranjo técnico suficiente, porque se não ela é barrada, ela é barrada na Justiça Comum. A gente tem vários exemplos disso. A própria licença prévia da transposição do São Francisco não importou se o IBAMA deu essa licença há dois anos atrás. Ela passou um ano e meio parada na justiça por problemas de judicializações. Quais são os passos que nós damos hoje no licenciamento para ter uma licencia ambiental realmente forte? A gente cumpre a legislação que é muito extensa, e cumpre com os planos e programas do Governo Federal que são muitos bem e estão hoje dentro do IBAMA a maioria deles. Então quando o agente vai dar licença ambiental, o que nós fazemos *[soa a campainha]* é colocar para o empreendedor a seguinte situação: o senhor tem que cumprir essas exigências legais para que o seu empreendimento seja viabilizado. É nesse sentido que nós fazemos. Só que as exigências ambientais são muitas. Então quanto mais próximo nós estivermos para abarcar toda essa legislação ambiental, quanto mais o IBAMA estiver junto da fauna, junto da flora, junto de unidades de conservação para abarcar todos esses detalhes técnicos e esses detalhes legais, nós vamos estar construindo uma licença ambiental forte, nós vamos estar construindo uma licença que não vai ter a capacidade de ser judicializada na justiça. E por que é que vai enfraquecer?

Então, uma vez que nós vamos ter parte da diretoria da fauna que nos ajudou a fazer um plano, um protocolo de exploração em relação à mineração em FLONA, junto com a parte da floresta, por exemplo, uma vez que essas diretorias vão ficar separadas, as informações e as discussões entre esses setores vão ficar necessariamente dificultadas, e nós tentamos mostrar isso considerando a relação do IBAMA junto a outras instituições, que hoje vai deixar de ser uma coisa interna da instituição e passar a ser uma coisa entre instituições. Nós demos vários exemplos aqui com relação à ANA, por exemplo, Agência Nacional de Águas, que é uma outra instituição, mas também dentro do Ministério do Meio-Ambiente, e que nós temos uma enorme dificuldade de contato. Por quê? Por causa da demanda que existe, que é muito grande. Então eu peço desculpas aos Senhores, mas eu vou só repetir o exemplo: a ANA tem O PUR, o Plano de Uso do Reservatório, o IBAMA tem o PACUER(F), o Plano de Uso em Torno do Reservatório. São planos que devem andar juntos, mas não andam porque o IBAMA e a ANA não sentam juntos em função da demanda. E principalmente, Sr. Senador Suplicy, é em função do licenciamento ambiental que nós vamos ter a queda dos nossos programas que estamos fazendo. Por exemplo: esse manejo de fauna em florestas nacionais com atividades de mineração, foi basicamente --

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para concluir, Sr. Koblitz.

SR. RODRIGO KOBLITZ: Foi basicamente concebido com três diretorias juntas. A partir daqui nós temos os seguintes trabalhos: nós temos um protocolo a ser feito para gasoduto, um protocolo a ser feito para unidade de conservação, nós temos o plano de trabalho de Sobradinho que está a nosso cargo falar exatamente como deve ser feito aquilo ali, nós temos também a educação ambiental realizado, em perguntas lugares do País, e esses programas, esse protocolos, eles vão acabar, porque cada diretoria vai para outra instituição e cada um vai ter as suas prioridades. Esse da educação ambiental, ele é muito emblemático. A Petrobrás, na Bacia de Campos, tem quarenta e quatro projetos de perfuração ou de produção. Cada projeto desse tem um projetinho de educação ambiental, o

que dava um rolo enorme tanto para o IBAMA quanto para a própria empresa. O que foi feito nesse sentido? A diretoria do IBAMA, de licenciamento ambiental, junto com a coordenação de educação ambiental, que foi embora, que acabou, conseguiu montar um projeto unificado para os quarenta programas. Então você conseguir criar a gestão da educação ambiental vinda da Petrobrás para a Bacia de Campos, só foi possível porque a gente tinha a educação ambiental dentro do IBAMA e com um foco, com um objetivo institucional próximo do licenciamento ambiental --

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para concluir, Sr. Koblitz.

SR. RODRIGO KOBLITZ: Concluindo, uma vez que esses focos mudam, que essas instituições vão tomar focos diferentes, nós definitivamente, a exemplo da prática, porque nós não estamos falando do mundo maravilhoso, nós estamos falando da prática do nosso dia-a-dia, a partir disso, tendo instituições com objetivos diferentes, com formas diferentes, nós não vamos focar, a princípio, porque pode ser que da mesma forma que a gente faça bons acordos, bons convênios com a FUNAI, com a ANA, pode ser que nós façamos bons convênios com Chico Mendes, mas a prática de hoje demonstra que a gente não está conseguindo fazer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Sr. Koblitz.

SR. RODRIGO KOBLITZ: OK, Sr. Senador, eu vou terminar, é só por um questão que nós queríamos muito ter a oportunidade de explicar, que na última vez que nós respondemos foi meio confuso, eu não sabia se estava perto de responder ou não, nós queríamos muito explicar essa questão da compensação ambiental, de onde vem o dinheiro e como vai ser usado por ONG também. Eu não sei em que espaço isso pode acontecer, mas eu acho que isso é um ponto nevrálgico da nossa discussão aqui. Então eu queria falar a origem dos dez bilhões de reais, eu não sei se eu posso fazer isso agora, se eu faço depois. Se o Senhor me der mais um minuto e meio eu posso fazer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Koblitz, eu já elasteci em três minutos o seu tempo para responder ali ao ... um minuto.

SR. RODRIGO KOBLITZ: Um minuto, um minuto está bom demais. Lei SNUC 9.985/2000 estabelece, no seu artigo 36, que nós precisamos pegar um dinheiro que é 0,5% do custo total de qualquer empreendimento que seja feito no Brasil e precise de arrima, parte desse dinheiro vai para a compensação ambiental, para ser usada em unidade de conservação. Eu já vi muitos valores, mas o último valor, e na média que eu escutei, é que hoje tem de caixa mais ou menos setecentos milhões de reais em função de compensação ambiental. Se não me engano eu acho que o Secretário Executivo vai poder dar essa informação com mais exatidão, mas eu acho que o Programa ARPA, que é o maior programa de conservação do Brasil, ele possui quatrocentos milhões para dez anos. Se não me engano os dados são esses. Então nós temos um valor bem alto de dinheiro a ser usado para unidade de conservação. Essa que é para a gente realmente, a inversão da história, quer dizer, porque antigamente o IBAMA cuidava da unidade de conservação. Agora, já que tem esse dinheiro e nós vamos começar a usar esse dinheiro, nós vamos tirar do IBAMA, vamos criar o Instituto Chico Mendes, totalmente desaparelhado em termos de pessoal, para poder fazer contrato com essas ONGs, de todas as formas possíveis, para poder gerenciar as unidades de conservação utilizando esse dinheiro. Por que dez bilhões? Essa regulamentação ainda não foi feita, mas o menor valor é 0,5%. O maior valor, em discussões com o Ministério do Meio-Ambiente, poderia chegar a 5%, etc. e tal. O que a gente ouviu falar é de que o teto da compensação ambiental vai fechar em 2%.

O PAC, são quinhentos e quarenta bilhões de reais a serem investidos em termos de obra, e ele representa, dentro do IBAMA, em torno de 1/5 ou menos de projetos que nós analisamos, 1/5 ou menos de projetos que nós analisamos. Então por que é que nós alcançamos o valor de dez bilhões de reais? Porque é 10% dos quinhentos bilhões de reais do PAC, sendo que existe um valor maior, em relação a isso, que é o valor das obras que nós fazemos, o licenciamento hoje, e que não são PAC, são outras obras. Então daí esse enorme volume de dinheiro e que a gente acredita, é muito triste falar isso, mas a gente, infelizmente, a gente acredita realmente que esse dinheiro vai sair do Estado brasileiro e passar a ser gerido por Organização Não Governamental. Essa é a conclusão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Koblitz, V. Sa. já esgotou o minuto do tempo que eu lhe dei o minuto e meio que V. Sa. pediu.

SR. RODRIGO KOBLITZ: Obrigado, desculpe qualquer coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Dr. João Paulo Capobianco.

SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Tem uma seqüência de perguntas, desculpa se por acaso eu me esquecer, me olvidar de alguma delas, mas eu estou aqui à disposição para esclarecimento. Com relação ao posicionamento da Senadora Ideli, que iniciou essa Sessão, essa parte da reunião, eu queria dizer o se-

guinte: a pergunta da Senadora é bastante direta. É se a Medida adotada enfraquece ou fortalece o Sistema Federal do Meio-Ambiente? Bom, de imediato eu digo que fortalece porque de imediato o Governo, ao editar a Medida Provisória, criou cargos comissionados, são quatro cargos comissionados e cento e cinqüenta e três funções gratificadas para funcionários de carreira. E aí eu gostaria de destacar um ponto que diz respeito ao posicionamento a respeito da internacionalização da Amazônia. De fato o Ministério do Meio-Ambiente não vê ... considera isso um fantasma, que sempre é levantado nos debates públicos, mas o que o Ministério do Meio-Ambiente entende é que a falta de presença do poder público nas áreas de responsabilidade da União é que é um grande problema.

Ora, veja bem: nós temos mais de cem unidades de conservação que não têm nenhum responsável. Não é que nós não temos funcionários. Nós não temos se sequer responsável instituído publicamente para isso, quer dizer, o Presidente da Pública, ao editar a Medida Provisória, ele determinou, determinou que todas as unidades de conservação, inclusive a Terra do Meio, todas sem exceção, tenham responsável. Por isso definiu cento e cinqüenta e três funções gratificadas que serão usadas para os funcionários de carreira do Instituto Chico Mendes que assumirão a responsabilidade de coordenação das ações do Governo Federal em todas as unidades, somadas aquelas unidades hoje que já possuem chefe. O que se pretende fazer é muito simples. Na realidade é, por exemplo, reorganizar a situação funcional. Nós temos um parque nacional muito próximo de nós que tem mais de sessenta funcionários, e temos a Terra do Meio, bem dita aqui, uma área remota, onde há ameaças, sem nenhum funcionário. Então o que se pretende fazer é, através dessa Medida, Srs. Senadores, reorganizar a distribuição dos funcionários, adequar isso, evidentemente respeitando, respeitando todas as questões que dizem respeito aos direitos dos funcionários, porque, já respondendo à Senadora Fátima Cleide, a carreira é a mesma, exatamente a mesma carreira, os benefícios são os mesmos, não há nenhuma diferenciação, ao contrário, o que se obteve, o que se buscou foi justamente garantir que as conquistas do IBAMA acumuladas possam ser transferidas para o Instituto. A Medida Provisória traz exaustivamente todo o detalhadamente de como essas funções gratificadas, como esses ganhos todos são transferidos também para o Instituto Chico Mendes a fim de preservar a carreira do analista também no Instituto Chico Mendes. Portanto, a Medida, Senadora Ideli, já traz um aumento da capacidade em si. Agora, evidentemente, que ela não resolve o problema. Como foi bem dito aqui pela ASIBAMA, e a ASIBAMA está correta, o problema nas unidades de conservação é um problema atual, ele não é um problema que será criado com o novo instituto. Na realidade o que nós estamos fazendo, criando o novo instituto, é criando as condições para resolver esse problema, seja através do que já foi criado na Medida Provisória, seja através de concurso público que serão realizados no sentido de garantir, para cada unidade de conservação do Brasil, as condições mínimas de gestão. Além disso já existe inclusive o protocolo de cooperação entre o Instituto Chico Mendes e o IBAMA que garante a continuidade das atividades integradas entre IBAMA e Chico Mendes, e aí, Senadora Fátima Cleide, já respondendo à sua pergunta, os grupos de trabalho vão continuar, estão continuando, não haverá nenhuma solução de continuidade.

Os escritórios regionais, as bases cooperativas do IBAMA manterão o apoio às unidades de conservação e a expectativa que a gente possa, com o incremento da capacidade da presença do Estado, com uma melhor capacitação, que a gente possa gradativamente ir dotando as duas instituições de quadro suficientes para darem conta das suas atividades. Senador Geraldo Mesquita, não apenas os dois mil e quinhentos hectares. O Senado brasileiro receberá, no próximo semestre, o Plano Anual de Outorga. Caberá ao Congresso Nacional analisar o Plano Anual de Outorga, aprovar ou não, a lei manteve. Portanto, o Senado poderá aprovar ou não o Plano Anual de Outorga, poderá discutir esse tópico especificamente, está garantida na lei a participação do Senado Federal na avaliação do Plano Anual, que é uma obrigação legal, portanto está absolutamente garantido na lei. Com relação ao Senador Suplicy, ao artigo 12. Senador, o que ocorre aqui é que esse artigo 12 trata especificamente das emergências ambientais, ou seja, são aqueles acontecimentos que não são os acontecimentos permanentes e corriqueiros. É diferente como o Senhor comparou com o plantio de cana, que todo ano aquela empresa ou aquela destilaria é obrigada a contratar, é diferente. Esse aqui trata-se de casos onde você tem num ano um acidente, por exemplo, com vazamento de um material poluente. Você tem que ter a possibilidade de rapidamente arregimentar um contingente de pessoas que apóiem as equipes permanentes da instituição pública para resolver aquele problema, e que ao ser solucionado você perde a justificativa para manter.

Então essa Medida, que foi estendida também ao Instituto Chico Mendes, ela existia para o IBAMA e ela passa a ser estendida para o Instituto Chico Mendes, é que para que o Instituto este dispositivo será utilizado no caso de agressão às unidades de conservação, seja por desmatamento, queimada, na verdade, seja por

acidentes com produtos perigosos que possam afetar a proteção daqueles atributos naturais da unidade de conservação. Portanto, na realidade, nós entendemos que essa Medida deve ser mantida sim, ou seja, são cargos temporários específicos, para enfrentar, ajudar as equipes permanentes, a enfrentar casos de emergências ambientais que surgem de forma variada e em condições não previsíveis. Os cento e oitenta dias é o prazo considerado máximo para que não crie vínculo empregatício, para que não gere danos depois ao serviço público. Com relação ao Rio São Francisco, a Ministra vai abordar, mas eu queria tratar aqui, Sr. Senador, da sua argüição a respeito dos repasses para as ONGs. Quer dizer, há um fantasma sondando permanentemente a todos de que esta Medida é para finalmente concluir um projeto do Ministério do Meio-Ambiente de transferir para as ONGs dinheiro e as atribuições.

Pois bem. A título de informação, em base em números e não em discursos, nós temos aqui os dados das transferências voluntárias para Organizações Não Governamentais verificadas a partir de 1999 até 2005. Nós tivemos, em 1999, uma transferência para as ONGs de vinte milhões quatrocentos e cinqüenta e um mil reais. No ano de 2000 esse valor aumentou para trinta e sete milhões setecentos e setenta e oito mil reais. Em 2001 esse valor atingiu a cifra de sessenta e nove milhões trezentos e noventa e três mil reais do orçamento do Ministério para as ONGs. Em 2002, ainda no Governo anterior, o valor foi de trinta e um milhões e onze mil reais. No primeiro ano da atual gestão, 2003, o valor reduziu de trinta e um milhões para dezesseis milhões novecentos e catorze. No ano subseqüente, 2004, reduziu para quinze milhões duzentos e sessenta e sete *[soa a campainha]*. E finalmente em 2005, para onze milhões e trinta nove. Do ponto de vista de participação na execução orçamentária nós tivemos um pico de participação de 7,3% em 2001, e hoje, em 2005, foi de 0,96%. Portanto, não há nenhum elemento, nenhuma justificativa, nenhum dado concreto que aponte para o interesse de transferência de responsabilidade de recurso de gestão para Organizações Não Governamentais. Finalmente, Sr. Senador Jefferson Peres, ainda em relação àquilo que o Senhor colocou, nós entendemos --

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- Sr. Capobianco, se me permite, se por ventura houver a estimativa mesmo que por alto de 2006 e 2007, até porque houve a aprovação então da questão relativa ao serviço florestal, se houve alguma modificação de tendência, eu agradeço se puder informar, mas as informações são muito relevantes que o Senhor acaba de prestar.

SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Está certo. Nós estamos solicitando ali ao Carlos Vicente que acione já a nossa Secretaria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO: Muito bem. Com relação, caro Senador Jefferson Peres, de fato o esforço que nós estamos fazendo com esta Medida é de garantir a presença física do poder público nas unidades de conservação. O esforço realizado nos últimos dois anos, a partir da instituição do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, implicou no maior esforço recente do Governo Federal de recuperar áreas públicas federais que vinham sendo transferidas de forma fraudulenta para o setor privado. Não há a menor possibilidade de que se haja uma transferência para OSCIPS ou Organizações Não Governamentais. O que a lei prevê, e não é esta lei, eu queria encerrar insistindo nesse tema, Srs. Senadores: esta Medida Provisória não altera a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Quem prevê a possibilidade de co-gestão, ou seja, de parceria de Organizações Não Governamentais, é a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Através dessa Medida Provisória não foi feita nenhuma ação no sentido de facilitar, dificultar, modificar essa possibilidade. Se há um entendimento, por parte do Congresso brasileiro, de que a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, que tramitou por quase dez anos nessa Casa e foi aprovado nessa Casa, se há o entendimento de que aquela lei representa um risco, mesmo que depois de implementada a lei não tenha ocorrido nenhum problema, mas se há o entendimento, quem tem que ser revista é a lei e não esta Medida, porque esta Medida não altera, ao contrário, esta Medida tem o objetivo claro de reforçar a capacidade do Poder Público, do Poder Executivo, através de funcionários concursados, de operar com maior responsabilidade e maior permanência a proteção, conservação e uso sustentável das unidades de conservação brasileiras. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado ao Dr. João Paulo Capobianco. Passamos a palavra ao Dr. Paulo Nogueira Neto para as suas considerações finais.

SR. PAULO NOGUEIRA NETO: Bom, eu acho que foi muito bom dialogar, trocar idéias, e nós precisamos olhar para o futuro com confiança, que eu acho que aos poucos e cada vez mais a gente vai agindo na área ambiental com mais rigor, com maior acerto. Eu acho que é um erro achar que no futuro vão acontecer uma porção de coisas erradas e que as coisas erradas que acontecem no momento é porque faltou o dinheiro,

porque faltou isso, faltou aquilo. Não. Vamos olhar para o futuro com otimismo, não é, e fazer um apelo para que todos possam unir esforços para tornar esse futuro mais seguro e melhor, e nesse sentido eu acho que é o grande passo vai ser, aliás, já foi, e dependendo da aprovação do Congresso, final do Congresso, na criação do Instituto Chico Mendes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Senador Suplicy encarece aqui que ainda gostaria de ouvir a respeito de projetos que estariam ameaçados de abandono. Ele gostaria de ouvir o Dr. Bazileu a respeito. Dr. Bazileu, se pudesse ser breve nessas colocações, projetos que estariam ameaçados de abandono.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Citados pelo Rodrigo Koblitz.

SR. BAZILEU ALVES MARGARIDO NETO: Existem inúmeros trabalhos realizados atualmente pelo Ministério do Meio-Ambiente, realizado pelo IBAMA, realizado pela ANA e que vem sendo realizado pelo Serviço Florestal Brasileiro. Tem uma característica importante, foram citados alguns em que a diretoria de licenciamento do IBAMA participa, e aproveitando também para fazer um comentário com relação à questão final da dificuldade de acesso à diretoria de licenciamento a outras instituições, e caso permanecesse, fosse aprovada a criação do Instituto Chico Mendes, essa dificuldade também se reproduziria com relação ao Instituto Chico Mendes, é interessante notar o que foi colocado com relação à relação do IBAMA com a ANA, quer dizer, essa relação, a ANA tendo sido criada em 2001, é uma relação que já perdura há seis anos, e pelas próprias palavras aqui do Sr. Rodrigo, existem ainda desacertos de comunicação e de relação. É exatamente por essa razão que a reforma proposta aqui, através dessa Medida Provisória, na verdade não se restringe ao que está na Medida Provisória. Ela é acompanhada, e foi acompanhada desde o início, da publicação do decreto que também reestrutura o Ministério do Meio-Ambiente, e nessa reestruturação do Ministério do Meio-Ambiente foi criada uma diretoria específica para licenciamento e avaliação ambiental estratégica no Ministério do Meio-Ambiente, exatamente pela razão que o Sr. Rodrigo colocou aqui.

A diretoria do licenciamento, ela convive com um dia-a-dia muito pesado, um dia-a-dia de licenciamentos, foi citado aqui um número muito grande de projetos em que os técnicos ficam debruçados e procurando chegar a um resultado, e tem dificuldade em manter a relação com outros órgãos públicos do Governo Federal que se manifestam no âmbito do licenciamento e que tem relação e que podem contribuir. Exatamente por isso é que foi criado no âmbito do Ministério do Meio-Ambiente para que o Ministério do Meio-Ambiente, saindo daquele dia-a-dia dos processos de licenciamento, possa organizar o sistema de licenciamento e não só o federal, inclusive coordenar o sistema de licenciamento estadual e municipal, estabelecendo procedimentos, estabelecendo normas, estabelecendo esses regime de cooperação. Então é algo mais amplo do que simplesmente *[soa a campainha]* estar na Medida Provisória, e, portanto, trabalhos que vem sendo executados heroicamente hoje, eventualmente, pela equipe de licenciamento e que precisa dividir isso com o dia-a-dia do processo de licenciamento, que são sempre processos conflituosos, poderão ter, no Ministério do Meio-Ambiente, na diretoria de licenciamento, avaliação ambiental estratégica, um órgão de coordenação envolvendo IBAMA, envolvendo o Instituto Chico Mendes, envolvendo ANA, envolvendo os órgãos, inclusive órgãos federais que não estão vinculados ao Ministério do Meio-Ambiente. Então eu acho que obviamente que quando se sai de uma situação para algo que não está pronto, existe uma insegurança, existe uma insegurança enfim de que esses processos podem ser perdidos, mas eu queria chamar a atenção que trata-se de uma reforma mais ampla que criou os instrumentos de coordenação necessário para que o sistema permaneça funcionando de forma coordenada no âmbito do Governo Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu agradeço a manifestação de V. Sa. e concedo a palavra à ilustre Ministra Marina Silva para as suas considerações finais.

SRA. MINISTRA MARINA SILVA: Bem, estamos no final. Algumas questões já foram respondidas, não vou repetir, vou me ater aqui das perguntas do meu conterrâneo, o Senador Geraldo Mesquita, a que ele fez em relação ao reforço da fiscalização. Não tenha dúvida de que foi reforçado. Recentemente o Presidente Lula convocou mais trezentos e cinqüenta novos analistas ambientais de um concurso em que ainda poderíamos convocar, além dos dois mil servidores que foram injetados no sistema nesses últimos cinco anos. E quando eu falo da gestão pública, eu não tenho uma visão, porque quem fez a convocação na verdade foi a atual gestão do primeiro concurso que eu acho que entrou de oitocentos a seiscentos servidores no concurso anterior feito pelo meu colega.

Depois o Presidente Lula, e a posse foi inclusive nós que demos, foi feito novo concurso sob essa gestão, de sorte que o desmentido que foi feito, eu vou relevar em função do calor do debate, porque no meu entendimento a gestão pública é um processo, não é de quem está de plantão, correto? E graças a Deus uma das medidas que eu tomei foi de considerar todas as

ações positivas encontradas dos gestores passados e dar continuidade a essas ações exatamente para que pudessem ter continuidade, e ao mesmo tempo criar o nosso Delta Mais e tentar resolver os problemas encontrados que ainda não tinham sido solucionados, até porque os ex-ministros são meus parceiros. Vou dizer em que foi reforçada a fiscalização.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ministra?

SRA. MINISTRA MARINA SILVA: Sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É que V. Exª falou no meu nome e falou em desmentido.

SRA. MINISTRA MARINA SILVA: Não, não foi você, foi um dos colegas de trabalho do Sistema Ministério de Meio-Ambiente, não foi você. Eu gostaria só de dizer que de fato foi feito um reforço, um reforço não apenas do ponto de vista de pessoal, mas também conceitual. Nós apostamos num sistema de fiscalização a partir de inteligência, hoje nós trabalhamos com as vinte e sete delegacias especializadas da Polícia Federal e foi graças a esse esforço que conseguimos apreender cerca de novecentos mil metros cúbicos de madeira, foi graças a esse esforço que desconstituímos mais de mil e seiscentos empresas criminosas, foi graças a esse esforço que conseguimos inibir sessenta e três mil propriedades griladas, de sorte que, ao contrário do que foi feito, de que as terras públicas podem ir para a mão de estranhos, nós estamos fazendo essa recuperação e o Ministério e o IBAMA tem uma importante colaboração, mas, mais do que isso, nós criamos o Sistema DETEX, que é o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real para orientar a fiscalização. No caso da Amazônia nós criamos um programa nacional de combate a desmatamento com recursos próprios, carimbados para essa ação, o que fez com que se diminuísse o desmatamento em 51%. Então de fato nós estamos fazendo esse reforço da fiscalização.

O serviço, o DETER(F), que é o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real. Para o Serviço Florestal Brasileiro estamos criando o DETEX, que também vai fazer o monitoramento por satélite em tempo real da exploração florestal, que é uma inovação tecnológica, de sorte que o que estamos buscando é a eficiência da gestão. Agora tem uma coisa, Senador, já respondendo aqui ao Senador Suplicy, que é o seguinte: em relação ao processo do São Francisco, não é que eu fui contra a decisão política de fazer o projeto de integração, até porque o tempo todo que eu coloquei para o Presidente da República é de que eu não queria entrar no debate de oportunidade e conveniência, porque sendo o IBAMA o órgão responsável pelo licenciamento ambiental, se nós entrássemos no debate de oportunidade e conveniência, se era essa a melhor solução ou não, poderia parecer que não estávamos fazendo o licenciamento com isenção, e tivemos um processo que fizemos com autonomia, ainda que depois o Ministério Público, enfim, entrou na justiça, mas nós ganhamos a decisão judicial. Por quê? Porque o projeto foi reposicionado. Era para se tirar cento quarenta e seis metros cúbicos de água por segundo. Nós modificamos, com a ajuda da Agência Nacional de Águas, trabalhando junto com o IBAMA, para vinte e seis metros cúbicos por segundo. O projeto ia ser feito sem um programa de revitalização. Foi feito e está sendo implementada a revitalização. O projeto anterior estava sendo feito sem a desapropriação ao longo do canal. Foi feita a desapropriação ao longo do canal.

O projeto anterior estava sendo feito sem o plano da bacia do São Francisco. Foi feito o plano da bacia do São Francisco. O projeto anterior estava sendo feito sem ainda o empoderamento do comitê da bacia. Foi feito o empoderamento do comitê da bacia. Foram realizadas Audiências Públicas. O IBAMA fez tudo que precisava fazer com isenção, e naquela época, a exemplo do que aconteceu com Madeira, havia uma forte crítica, uma forte pressão e o tempo todo nós dizíamos: eu dizia: se a licença for dada, tem que ter integridade, como eu sou uma mulher de fé diante de Deus e dos homens, e a licencia foi dada e nós ganhamos na justiça, de sorte que a minha posição foi de fazer um processo de licenciamento que atestasse a viabilidade ambiental com isenção, não me ative aos aspectos de oportunidade e conveniência. Em relação, agora, ao caso de Angra III, aí foi diferente, porque o meu Ministério, que eu faço a gestão, foi instado a dar a sua opinião sobre os aspectos de oportunidade e conveniência dentro do Conselho de Política Energética, e nesse caso então manifestei uma posição política do Ministério de que somos contrários em relação a aspectos técnicos e ambientais. Todavia, o IBAMA irá fazer o licenciamento com igual isenção, colocando todos os problemas dessa equação que não são de pequena monta, inclusive na realidade da produção de energia nuclear, mas esse é outro debate. Então só esclarecendo essa questão. Uma outra coisa ainda. Eu não sou daqueles que acredita nas catástrofes. Quando nós chegamos, que 90% do setor de licenciamento do IBAMA eram contratos temporários, e só 7% eram efetivo do quadro, com quarenta e cinco hidrelétricas judicializadas, se fosse para apostar no caos era só desistir. Mas nós acreditamos que era possível resolver. Trabalhamos pela realização de mais concursos. Trabalhamos para que tivéssemos uma nova diretoria. Trabalhamos para que criasse nova coordenadoria. Trabalhamos para que se mudasse, invertesse a situação. 90% temporário, 7% efetivos. Nós agora temos, não

é, os 90% efetivos e uma quantidade muito pequena de 10% que são temporários, porque são pessoas altamente especializadas, que nós não temos como mantê-las dentro do sistema, até porque na realidade do serviço público você tem um limnologista, você tem alguém que lida com sedimentos, e é impossível você manter essa pessoa como um funcionário.

Então são contratados temporariamente para resolver determinadas equações. E saímos de uma realidade de cento e quarenta e cinco licenças por ano, com quarenta e cinco judicializadas, para chegarmos em 2006 com duzentas e setenta e duas licenças dadas com apenas uma judicializada. Parece que caiu do céu, que um dia os servidores se reuniram e dissessem: "vamos melhorar a gestão". É claro que tem o empenho dos servidores também, mas teve muito quebrar aqui de pestanas junto com o Ministério do Planejamento buscando a solução para melhorar a qualidade da gestão, e a decisão pessoal do Presidente Lula, que quando o IBAMA fez uma greve em relação à questão salarial, porque o plano de carreira do IBAMA não havia sido acolhido, o próprio Presidente Lula decidiu que iria resolver o problema em relação ao IBAMA porque entendia que estava sendo feita uma injustiça, e quando eu vejo muitas vezes as pessoas olvidarem esses processos cumulativos, é como se desconstituíssem a própria luta sindical, e eu sei que é graças a dois esforços: primeiro, o compromisso dos próprios servidores com a melhoria da carreira e do salário, e se há um gestor que tem trabalhado para viabilizar aquilo que é justo e correto em benefício dos servidores, o Jonas com certeza, talvez não aqui, mas em reunião que temos tido, eles mesmos reconhecessem que a gente, nos últimos quatro anos, tem feito um esforço muito grande para atender a essas demandas. Uma outra coisa que eu gostaria aqui de referir. É claro que a gente está no calor do debate, mas eu, sinceramente, eu jamais lançaria mão de qualquer argumento para justificar a minha crença. Eu não sou do tipo que acha que os fins justificam os meios. Eu acho que os meios têm que estar aliados com os fins, porque dizer que o Instituto Chico Mendes vai fazer com que se internacionalize a Amazônia, vai passar o dinheiro da compensação para as ONGs, vai fazer todas essas coisas, é a gente desassociar o processo do resultado, porque isso não é verdade. Eu acho que o Senador Jefferson Peres pegou muito bem. É claro que os senhores aqui vão firmar a sua própria opinião, é claro que os senhores sabem que a gestão pública precisa ser aperfeiçoada e é claro que nós compreendemos que pode haver dificuldade momentânea dos servidores de compreenderem determinadas mudanças.

O Senador Geraldo Mesquita disse que eu falo de conseguir as coisas através da autoridade do argumento e não do argumento da autoridade. É pela autoridade do argumento que continuamos aqui, com certeza, até o argumento para que o instrumento seja uma Medida Provisória, porque diferentemente do pacote econômico em que todo mundo concorda que pode ter um pacote econômico, se estiver em risco a questão econômica, porque não dá para esperar, discutir, debater, se não dólar cai, sobe, desce, eu não sei, mas as pessoas às vezes não acham que a questão ambiental também requer medidas às vezes urgentes e emergenciais. Nós estamos vivendo uma emergência ambiental. Será possível que alguém defende, advogue que se fique setenta anos para poder resolver regularização fundiária do primeiro parque criado no Brasil? Será possível que alguém advogue um modelo que faz com que às vezes os próprios servidores sejam cobrados de coisas que eles não podem ser cobrados? O que nós estamos fazendo é buscando a gestão da eficiência para a gestão pública, fazer com que se tenha uma autarquia. Veja bem, hoje nós temos um único jurídico no IBAMA. Entra na fila do jurídico do IBAMA os problemas de fiscalização, os problemas de licenciamento, os problemas de regularização fundiária, só para citar alguns. Com o Chico Mendes nós teremos dois setores jurídicos que estarão se manifestando, cada um em relação às suas competências.

Estamos fazendo um termo de cooperação para que as duas instituições possam se encontrar no trabalho conjunto integrado, mas com foco, foco no licenciamento, foco na fiscalização, foco na autorização, foco na criação, nos estudos de unidade de conservação e foco na implementação. Vocês podem ter certeza que da mesma forma que fomos capazes de criar a Agência Nacional de Águas com um importante serviço que está prestando, um importante serviço que presta o Jardim Botânico, um importante que já está prestando o Serviço Florestal Brasileiro, o Instituto Chico Mendes para cuidar das unidades de conservação. De sorte que eu só tenho a agradecer e, sinceramente, vou aqui pedir a ajuda de todos os partidos. O Serviço Florestal foi criado com a ajuda de todos os partidos. A MP que estabelece a limitação administrativa provisória, importantíssima para a criação de unidades de conservação, foi aprovada com a ajuda de todos os partidos, e tenho certeza que o Chico Mendes será aprovado com a ajuda de todos os partidos, porque não é para o Governo que está de plantão e nem a Ministra que está de plantão, é para o Estado brasileiro, é para o bem inclusive do próprio servidor público que terá mais uma autarquia pública para fazer a gestão pública das unidades de conservação. Então é esse o apelo que faço. Vocês me conhecem aqui dentro desta Casa e

eu jamais proporia qualquer coisa que significasse subtrair as competências, subtrair a capacidade da gestão ambiental brasileira, porque nós vamos atravessar esse século discutindo o meio-ambiente, desenvolvimento, queiramos ou não, e nós temos que estar capacitados para isso, senão nós vamos ver acontecer com algumas instituições públicas o que já aconteceu com outras, como foi o caso da SUDAN, uma instituição importante para o desenvolvimento da Amazônia, foi sendo cada vez mais secundada pela incapacidade de resposta.

O IBAMA é altamente respeitado pelo trabalho que já fez e será pelo trabalho que fará, e o Instituto Chico Mendes que está começando agora, com o debate, com a ajuda dos Senhores, com certeza daqui há vinte anos, quando eu já tiver os meus setenta anos, não é, estarei talvez como o Professor Paulo Nogueira Neto, se quiserem criar uma outra instituição em benefício da gestão ambiental do País eu vou vir aqui para, como ele, dizer que naquela época éramos apenas cinco servidores numa salinha, numa cadeira. Que bom que hoje nós já temos ampliado cada vez mais. Imagino se o Professor tivesse advogado a continuidade da mesma instituição que ele começou. Nós temos que ter visão de processo e quero agradecer ao meu amigo Senador Quintanilha, a todos vocês, Geraldinho, Jefferson Peres, Sibá Machado, Ideli, Senador Suplicy, todos que passaram por essa Comissão, e pedir que nos ajudem. E é claro que eu tenho uma palavra de respeito, de gratidão pelos servidores, estou inteiramente aberta ao diálogo, e se há alguma coisa que eu possa fazer durante esse tempo em que Deus permitir que eu fique no Ministério, é fortalecer a gestão pública do setor ambiental em benefício da causa, porque para mim isso é o que é mais importante. Muito obrigada a todos os Senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu quero agradecer a ilustre Ministra do Meio-Ambiente, Senadora Marina Silva, pela deferência em acolher o convite que esta Comissão formulou que ela debatesse de forma democrática e aberta, e a sua disposição de ficar por mais de quatro horas discutindo tema tão momentoso como instigante, relacionado ao meio-ambiente, e sobretudo da criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Eu queria agradecer ao ilustre Secretário Executivo do Ministério do Meio-Ambiente, Dr. João Paulo Capobianco, ao ilustre Professor Nogueira Neto, do Conselho Nacional do Meio-Ambiente, ao ilustre Sr. Jonas Corrêa Moraes, Presidente Nacional da Associação dos Servidores do IBAMA, ao Dr. Rodrigo Koblitz, da Associação dos Servidores do IBAMA, agradecer aos Srs. Senadores que contribuíram com esse debate, agradecer a presença respeitosa, com uma manifestação firme, mas respeitosa, dos servidores do IBAMA, que através dos seus representantes contribuíram para a discussão de um tema tão importante que levará à formação de juízo dos Srs. Senadores na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 19/2007, proveniente da Medida Provisória 366/2007. Agradecendo a presença de todos, está encerrada a Sessão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, Sr. Presidente, eu queria dizer uma palavra ao Presidente Jonas Corrêa Moraes e aos servidores do IBAMA que aqui se encontram e que se empenharam tanto na causa --.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pois não, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- Na causa em que acreditam e inclusive fizeram manifestações. Eu até quero dizer que eu tenho a convicção de que a Senadora Marina Silva, diante do ato tão pouco usual que os servidores do IBAMA fizeram ali no Corcovado, causou assim uma preocupação à Senadora Ideli, mas felizmente foi uma manifestação cívica, não violenta, pacífica, criativa, e que chamou a atenção, mas eu queria lhe dizer, prezado Jonas e a todos que estão aqui conversando conosco nos últimos dias, quisera eu estar trabalhando num Ministério que tivesse como Ministra uma pessoa da qualidade, do respeito, da forma como tem agido ao longo da sua vida como a Ministra Marina Silva. É só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com essa última manifestação do Senador Eduardo Suplicy, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 16h23.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 20ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DO DIA 07 DE AGOSTO DE 2007 ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e trinta e um minutos do dia sete de agosto de dois mil e sete, na Sala nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores

RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, CÍCERO LUCENA, MARCONI PERILLO, EXPEDITO JÚNIOR, GARIBALDI ALVES, CÉSAR BOGES e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submetendo à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº , DE 2007-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal e do art. 90, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) destinada a apurar denúncia de irregularidades nos Projetos PNUD BRA-01/03 e BRA-01/031, conforme documentação em anexo". **Autoria:** Senador **HERÁCLITO FORTES. Resultado: Adiado. Item 02) AVISO Nº 11, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha, em CD, os Relatórios de Fiscalização em que estão contidos os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas Unidades da Federação sorteadas na 5ª Etapa de Sorteios de Unidades da Federação do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos". **Autoria:** MINISTÉRIO DE ESTADO DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA. **Relator "ad hoc": SENADOR SIBÁ MACHADO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 03) AVISO Nº 08, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2006". **Autoria:** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relator "ad hoc":** Senador **GARIBALDI ALVES. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 04) AVISO Nº 05, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 297 de 2007 - TCU (Plenário), bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, para consolidar as atividades de Acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional TC 004.375/2005-7". **Autoria:** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relator "ad hoc":** Senador **GARIBALDI ALVES. Parecer:** Pelo arquivamento da matéria. **Resultado: Aprovado. Item 05) OFÍCIO "S" Nº 08, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal o Relatório Anual sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável". **Autoria:** MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Relator:** Senador **RENATO CASAGRANDE. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências". **Autoria:** Senador **INÁCIO ARRUDA. Relator: SENADOR MARCONI PERILLO. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma das Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2005 – TERMINATIVO,** que "altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista". **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES. Relator:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma da Emenda nº 2 que apresenta. **Resultado: Adiado. OBS.:** Este projeto foi relatado pelo Senador **NEZINHO ALENCAR**, sendo aprovado com a Emenda nº 1-CMA que suprime os artigos 2º, 3º e 4º citados na ementa. Assim, há necessidade de alterar a ementa para adequar o projeto. **EXTRA-PAUTA**, é deliberado o **REQUERIMENTO Nº 30, DE 2007-CMA,** que "requer a participação desta Comissão na realização de Seminário Internacional acerca das mudanças climáticas ocorridas nos últimos anos que colocam em risco qualquer espécie de vida na terra, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão Mista Especial de mudanças climáticas no Brasil e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputadas a ser realizada no segundo semestre de 2007". **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Resultado: Aprovado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO** e **GARIBALDI ALVES.** A Presidência dá conhecimento aos membros da Comissão que recebeu, do Tribunal de Contas da União, os avisos de números 830, 946, 962, 1.044 e 1.067. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e um minuto, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

Notas taquigráficas da reunião realizada em 07/08/2007

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental

declaro aberta a 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor Fiscalização e Controle da 1ª Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item 01 da pauta é requerimento de autoria do Senador Heráclito Fortes, deixaremos para apreciar na próxima reunião com a presença do autor do Requerimento.

Passamos ao Item 2. Aviso nº. 11/207, encaminha em CD os relatórios de fiscalização em que estão contidos os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União das unidades da federação sorteadas na quinta etapa do sorteio de unidade de federação do programa de fiscalização a partir dos sorteios públicos. É de autoria do Ministério de Estado do Controle da Transparência, tem como Relator o Senador Gilvam Borges. Eu solicitaria ao Senador Sibá para funcionar como Relator ad hoc nessa matéria. Tem V.Exª, aceitando, a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o aviso de nº. 11/2007 do Ministério de Estado do Controle da Transparência que encaminha os relatórios de fiscalização com resultados das ações da Controladoria-Geral da União nas unidades de federação sorteada na quinta etapa de sorteio de unidade da federação do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos do Relator Senador Gilvam Borges. Direto à análise, Sr. Presidente.

Análise dos resultados das ações da CGU demonstra haver características que são comuns a várias ações que irregularidades são identificadas. Destacamos as seguintes que surgirem em mais de uma oportunidade. Um: Descentralização de execução a entidades que não dispõem de condições para consecução do objeto ou atribuições estatutárias para executá-lo. Dois: Plano de trabalho confusos ou pouco detalhados, objetos imprecisos e projetos básicos ausentes incompletos ou com informações insuficientes. Três: Inconsistências na apreciação e avaliação técnica e jurídica dos planos de trabalho e termo de convênio. Quatro: Inexistência da avaliação efetiva da necessidade e viabilidade de execução e de análise detalhada do custo dos projetos propostos. Quinto: Aprovação de convênio na ausência e pareceres ou a revelia de pareceres contrários. Seis: Inexecução ou execução parcial de objetos pactuados nos instrumentos de repasse dos recursos. Todas as mazelas identificadas são contrárias ao interesse público, mas sem dúvida as cinco primeiras são as mais preocupantes. É o próprio órgão ou entidade responsável pela destinação de recursos quem as pratica. O descuido começa no principal responsável por zelar pelo gasto, a começar pela correta e efetiva análise de viabilidades e pela busca por definições claras de objeto, plano de ampliação e projetos básicos, o repassador dos recursos.

Bem feitas essas delimitações, firma-se marcos fiscalizatórios claros que facilitam sobremaneira a ação fiscalizatória. Quanto menos precisa é a definição desses elementos, mais difícil é caracterizar os desvios de conduta. A maioria dos vícios encontrados encontra perfeita simetria nos achados da CPMI das ambulâncias, também conhecida como CPMI dos sanguessugas.

Diante de tal fato considero desnecessária a propositura de novas medidas nesse momento. Aduzo que se implementem as recomendações trazidas nos relatórios daquela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o Brasil agradeceria.

Do voto. À luz do exposto, concluo pelo reconhecimento do assunto por essa Comissão e pelo arquivamento do aviso de nº. 11/2007, da Controladoria-Geral da União, bem como dos documentos que o acompanha. Este é o Relatório do Senador Gilvam Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Sibá. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o Relatório permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Exª a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu sou Relator do Item 05, gostaria de fazer o pedido, se os Srs. Senadores concordarem, de inversão de pauta para que eu pudesse já fazer o relato dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão a proposta apresentada pelo Senador Renato Casagrande, de inversão de pauta. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 05. Ofício "S" nº. 08/2007 encaminha ao Senado Federal o Relatório anual sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. É de autoria do Ministério do Meio Ambiente, e tem como Relator o eminente Senador Renato Casagrande. Tem V.Exª a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. E é um Relatório, o Item

nº. 05, é Ofício nº. 08/2007 ao Senado Federal que estabelece, que apresenta um Relatório anual sobre gestão de florestas públicas para uso sustentável. Nós fizemos uma Audiência Pública sobre esse tema aqui na Comissão e ao Ministério por lei tem que encaminhar ao Senado este Relatório. Além de recebermos o Relatório, nós tivemos uma Audiência Pública.

Então, Sr. Presidente, o Relatório refere-se ao primeiro ano da vigência da lei. Abrange, portanto, o período de março de 2006 a março de 2007 em relatos esforços empreendidos no sentido de estabelecer um arcabouço jurídico infralegal capaz de possibilitar a profissionalização do sistema, e dar início à implementação dos instrumentos previstos para adequada gestão das florestas públicas. Para consecução do primeiro objetivo estabelecer no arcabouço jurídico infralegal capaz de possibilitar a operacionalização do sistema, foram editados cinco atos normativos. O Decreto nº. 6063 de 20 de maio de 2007 que regulamenta a Lei 11.284/2006 dedicando-se a disciplinar o cadastro nacional de florestas públicas. Da destinação de florestas públicas, comunidades locais, o Plano Nacional de Outorgas de florestas, o licenciamento ambiental dos lotes ou unidades de manejo, a licitação das concessões, o contrato de concessão florestal federal e o monitoramento das auditorias das florestas públicas federais. Resolução do CONAMA 378, Resolução do CONAMA 379, em [ininteligível] do Ministério do Meio Ambiente nº. 02/2006, [ininteligível] Ministério do Meio Ambiente 2007.

A transição para o modelo preconizado na Lei 11.284/2006 poderá ser implementada segundo três instrumentos previstos na própria lei e regulamentados pelas normas citadas. O outro ponto que mereceu atenção da SFB neste primeiro ano de vigência, a lei foi à concessão não onerosa de florestas públicas para o uso comunitário. Ou seja, alocação de porções de floresta para uso sustentável de comunidades locais. Além disso, foram desenvolvidas atividades destinadas a regulamentar a Comissão de gestão de florestas públicas e a estabelecer bases para elaboração do primeiro plano, que é o PAOF e acompanhar as iniciativas estaduais no Pará, Acre, Amazonas e Pará na gestão de florestas públicas.

O documento relata, faz um detalhamento de todas as atividades desenvolvidas nesse ano, da implementação do sistema, e da atuação do órgão, do que tem sido avaliado como concessão de floresta pública, quais são as áreas, e por fim, Sr. Presidente, o Relatório destaca as atividades previstas para o segundo ano de vigência da Lei 11.284/20006.

Primeiro, entrada em operação no Cadastro Nacional de Floresta Pública, edição de primeiro plano até 31 de julho de 2007 realização da primeira licitação do contrato de concessão florestal, lançamento do Portal Nacional de Gestão Florestal e do sistema de detecção da Exploração Florestal, foi realizado uma Audiência Pública, como eu já disse, sobre ela que como o Sr. Tarso Azevedo, Diretor-Geral da Secretaria.

Ante o exposto e com base... Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro. Ante o exposto e com base no art. 9.011 entre 2A2, 133 III do Regimento Interno do Senado Federal, pelo reconhecimento do Ofício nº. 08/2007 pela remessa do processado ao arquivo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o Relatório apresentado. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Temos notícia que o Senador João Ribeiro, está a caminho dessa Comissão. Enquanto S.Exª não se encontra, sugiro a alteração da pauta novamente, submeto à apreciação da Casa a alteração na pauta para apreciação do Item 04 da Comissão. Srs. Senadores que aprovam a alteração permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 4. Aviso nº. 05 encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão nº. 297/2007 do TCU, bem como do Relatório e voto que o fundamentaram para consolidar as atividades e acompanhamento do projeto de integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Eu encareceria ao eminente Senador Garibaldi que funcionasse como Relator ad hoc. É o aviso de autoria do Tribunal de Contas da União. Tem V.Exª a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, Sr. Presidente Leomar Quintanilha, o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Senado Federal o aviso nº. 222 CSTCU de 7 de março de 2007, a qual anexou cópia da decisão do Plenário representada pelo acórdão nº 297/2007 - TCU (Plenário), bem como do respectivos relatórios e voto que a fundamentaram. O documento do TCU registrado no Senado Federal como aviso nº. 05/2007 foi enviado à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em segundo autuação ao Ministério do Meio Ambiente. Em cópia anexados ao processado do aviso nº. 41/2005, a matéria também foi emitida à Comissão Mista de planos orçamentários de orçamentos públicos e fiscalização.

Sr. Presidente, eu quero destacar nesse Relatório, nesse aviso, que desde o início do acompanhamento do projeto pelo TCU em função de alguns questionamentos judiciais, as obras referentes à transposição

propriamente dita foram retardadas, a exceção de trechos de rodovia de acesso executadas pelo Exército. Contudo, o despacho singular do Ministro Sepúlveda Pertence do Supremo Tribunal Federal considerou que as liminares proferidas pela justiça estadual em diversas unidades da federação foram emitidas por juízo incompetente. As liminares então foram dessa forma indeferidas. O projeto obteve a licença prévia junto ao IBAMA, a licença de instalações é válida por quatro anos a contar da data de sua assinatura, convalidada condicionantes que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos. Ao todo o empreendedor terá que cumprir 51 condicionantes ao longo da obra desse trecho. As principais condicionantes estão relacionadas com a contratação da mão-de-obra local, comunidades indígenas, reassentamento de populações e comunidades quilombolas.

Em síntese, os Ministros do TCU, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, determinaram o acompanhamento da implementação do acórdão concernente ao aviso em análise tão logo fosse expedida a licença de instalação do referido projeto de integração do Rio São Francisco, bem como que o Ministério da Integração informasse àquele Tribunal a obtenção do documento com vistas ao cumprimento da medida alvitrada.

Sr. Presidente, em face da importância dessa obra, para o nordeste setentrional para as populações dos Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Ceará e em parte de Pernambuco, nós queremos dizer que esse acompanhamento por parte do Tribunal nos tranqüiliza com relação à execução desse projeto. É um empreendimento, como eu já disse, de infra-estrutura hídrica, de inserção regional que atingirá os territórios desses Estados. O projeto é constituído por estação de captação e bombeamento de água, canais revestidos de concreto armado em leito natural. Aquedutos, túneis e reservatórios intermediários.

Então, Sr. Presidente, em face do exposto, concluímos pelo arquivamento do aviso nº. 005/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o Relatório apresentado. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Exª a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, enquanto o Senador João Ribeiro chega, nós conversamos da vez passada que eu compareci, à última reunião que eu compareci na Comissão, nós tratamos sobre a possibilidade de estar em três lugares com representante dessa Comissão para visitar in loco e poder, digamos assim, ter uma visão mais clara do andamento de três preocupações. Uma delas a reserva extrativistas no litoral da Bahia, a segunda uma reserva senão me falha a memória biológica no Estado do Piauí, da Serra Vermelha, e a situação do Rio Madeira quanto à construção das hidrelétricas de Santo Antônio de Girau.

Bom, sobre o Rio Madeira lá no Estado de Rondônia, acredito que já é dispensável uma visita lá, tendo em vista que o IBAMA concedeu a licença prévia, e isto autoriza aos interessados, o Poder Público e iniciativa privada, a poder fazer todo o processo licitatório e apresentar os projetos e assim por diante.

Então, acredito que esta fase já não carece mais dessa visita, a não ser que seja agora com outro objetivo, com outra visão, mas não aquele mais da mediação da licença. Nesse caso da Bahia, acho que a própria Casa Civil já está emitindo um parecer nos próximos momentos e que eu recomendo a V.Exª que a gente aguarde então o parecer da Casa Civil sobre o andamento desta reserva porque se o próprio Governo fechar uma posição sumária de que vai fazer e tendo um ponto de vista contrário de várias pessoas que já se pronunciaram na pessoa do **SENADOR CÉSAR BORGES**, nós aguardaríamos entao para poder fazer esta visita. Agora, quanto a da Serra Vermelha, a preocupação que eu tenho, o IBAMA avança muito na idéia da reserva, mas há uma denúncia muito forte do desmatamento acelerado para a produção de carvão vegetal. E aí quanto a isso eu pediria a V.Exª que nós pensássemos ainda no mês de agosto a possibilidade de visitar lá e conversar porque tivemos uma denúncia feita pela Rede Globo, parece que no Fantástico, mostrando lá a beleza daquela área, e a importância daquele bioma brasileiro ser preservado, porém o desmatamento colocando em risco o sucesso daquele trabalho que está sendo feito pelo IBAMA.

Então eu pediria que a gente pudesse dar uma atenção especial a isso. E ficou ainda, Sr. Presidente, de a gente analisar juntamente com aquela Comissão, a Subcomissão dos Biocombustíveis, um trabalho que teve sobre... Nós estamos conversando lá sobre os problemas que o setor sucroalcooleiro vai enfrentar, principalmente na produção do etanol, e nós já conversamos sobre essa questão trabalhista, já conversamos sobre a situação de uma espécie de zoneamento que o Brasil precisa ter para evitar que a cana-de-açúcar vá substituir violentamente outras culturas até desabastecendo a mesa brasileira de alguns produtos importantes para a segurança alimentar, e tratarmos agora, gostaríamos de tratar um pouco sobre os impactos ambientais. Digo

isso a V.Exª porque usinas tradicionais que já usam a questão do corte manual, e que a mecanização viria a gerar desemprego, então foi um debate muito rico. E eu acho que esta Comissão deveria tratar neste ambiente do... Nessa questão dos cuidados ambientais pelo menos para as novas usinas. Porque uma nova usinas ainda não está vivendo o problema do trabalho temporário. Então, se a gente vai utilizar este artifício, nós corremos o risco de ter...

Bom, tudo bem. Tem a geração de emprego, embora que temporária, esse é um ganho, mas por outro lado nós temos o uso do fogo para poder fazer o corte, nós vamos encontrar algumas anomalias nessas relações que acho que estas 150 promessas de novas usinas poderiam não mais utilizar deste artifício. Poderiam já partir para um trabalho mecanizado. Essa é uma preocupação que nós já estamos trabalhando uma única usina que nós estamos reativando no Estado do Acre e acho que seria uma dinâmica a ser trabalhada com todas as demais, das novas, porque as antigas é uma coisa mais complicada para trabalhar.

E eu queria recomendar a V.Exª que nós pudéssemos debruçar sobre este assunto no ambiente desta Comissão para que os empresários da área e trabalhadores, ambientalistas, a gente pudesse avaliar significativo isso.

E por último, Sr. Presidente, eu visitei Angra dos Reis. E convidei várias pessoas para estar lá comigo, alunos, professores, Parlamentares da Câmara, e este é um debate que por mais que ele é preocupante do ponto de vista do lixo atômico, não é fácil, é uma complicação, isso ficou cada vez mais claro, mas a aula que nós tivemos sobre a matriz de energia, o crescimento do País num número que todos nós gostaríamos de ter, na faixa de 5%, então a necessidade de um volume novo de energia, dificuldade dos aspectos climáticos para a matriz da hidráulica. E outras matrizes que nós temos no Brasil, este debate eu queria solicitar a V.Exª que a gente pudesse fazer aqui ainda não no ponto de vista estritamente econômico, mas que a gente pudesse avaliar. Convidar aqui os diretores da eletro... Nuclebrás. Da Nuclebrás para que a gente pudesse tratar desse assunto com a previsão que nós temos hoje para o mundo e até mesmo para o Brasil, dado que o Presidente Lula deu um sinal de que teríamos pelo menos mais duas novas usinas nucleares no Brasil, a Angra 3 e uma no nordeste, e nós poderíamos então trabalhar sobre este assunto aqui para que esta Comissão pudesse dar a sua contribuição a este debate, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Exª tem razão e eu imagino que seria interessante nós realizarmos a Audiência Pública no âmbito desta Comissão trazendo autoridades e "experts" no assunto de energia nuclear para trazer melhores informações para que nós pudéssemos aqui formar juízo sobre essa matriz energética. V.Exª poderia tomar iniciativa de apresentar requerimento para realização da Audiência Pública.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pode. Não tem problema. V.Exª, a respeito das três visitas elencadas pede o sobrestamento de duas e tem uma terceira, a terceira seria no Estado do Piauí. Nós poderíamos designar, constituir uma Comissão de dois Senadores, se V.Exª concordar, já poderia ser um nome e nós vamos identificar outro Senador que gostaria de participar. Não sei se o Senador Garibaldi gostaria de participar dessa visita. Se gostar nós poderíamos já constituir essa Comissão de dois Senadores. Senador Sibá e Senador Garibaldi Alves para fazer essa visita ao Piauí.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu não posso dar uma resposta agora. Eu vou conversar com o Senador Sibá e veremos essa possibilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito bem. Diante da eventual impossibilidade de V.Exª, vamos aguardar resposta e nós indicaremos outro nome.

Sobre a Mesa um Requerimento de nossa autoria a respeito da realização por parte da Comissão Mista especial de mudanças climáticas no Brasil e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Elas estão realizando um seminário de caráter internacional sobre mudanças climáticas ocorridas nos últimos anos que colocam em risco qualquer espécie de vida na terra. Então a proposta nossa é que a nossa Comissão participe conjuntamente dessas duas Comissões da Câmara na realização desse seminário. É o Requerimento que eu apresento.

Em discussão o Requerimento. Srs. Senadores que... Encerrada a discussão. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

Vamos passar o... Já que o Senador João Ribeiro ainda não chegou, vamos passar ao Item 3 que é o aviso nº. 8, que encaminha ao Senado Federal o Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União referentes ao exercício de 2006. Eu solicitaria ao Senador Garibaldi Alves Filho que funcionasse como Senador ad hoc desse... Dessa matéria. Item 3.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srªs. e Srs. Senadores, trata-se do aviso nº. 08/2007, nº. 419

GP do TCU, Tribunal de Contas da União, na origem, pelo qual a presidência daquele Tribunal encaminha ao Senado Federal Relatório das atividades daquele órgão fiscalizador referente ao exercício de 2006.

Com a remessa do aviso ora em exame, o Tribunal de Contas da União cumpre disposição contida no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, segundo a qual o Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional trimestral e anualmente relatório de suas atividades.

Srs. Senadores, o Tribunal de Contas da União exerce relevante papel no exercício do controle externo. Como órgão responsável por prestar auxílio ao seu titular, ao Congresso Nacional. O texto constitucional e a lei atribuíram à corte de contas um rol extenso de competências das quais se destacam emissão de pareceres prévios sobre as contas anuais prestadas pelo Presidente da República, e outras atribuições.

Sr. Presidente, ao final desse Relatório detalhado do Tribunal de Contas sobre as suas atividades, eu diria no voto que, em face a tudo que foi demonstrado, cabe a esta Comissão tomar conhecimento das importantes informações contidas no Relatório. E, como não há outras providências a tomar, deliberar pelo encaminhamento da matéria, ao arquivo, com a devida comunicação à Mesa, nos termos no art. 143 do Regimento Interno. É o meu voto, Sr. Presidente. Aliás, como Relator ad hoc.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o Relatório. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Os demais itens da pauta de hoje são itens terminativos e exigem quórum qualificado. Ficarão para a próxima reunião.

Esta Presidência dá conhecimento aos senhores membros sobre os seguintes avisos recebidos do Tribunal de Contas da União. Aviso 830 referente à acompanhamento da sétima rodada de licitações sobre a outorga de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural. Aviso 946 referente à representação interposta pela Deputada Federal Marinha Raupp contra a inclusão da linha de transmissão de 230 quilowatts entre os Municípios de Jauru, Mato Grosso, e Samuel, em Rondônia. Aviso nº. 962. Relatório sobre as contas do Governo da República referente ao exercício de 2006. Aviso 1.044, referente ao relatório de auditoria nas obras de ampliação, recuperação e reforma da infra-estrutura do porto de Itaqui no Maranhão. Aviso 1.067 referente ao acompanhamento da segunda etapa do programa de concessão de rodovias federais incluídos no Programa Nacional de Desestatização, PND por meio do Decreto 244/1997. Tais avisos encontram-se na Secretaria da Comissão a disposição dos Srs. Senadores.

Não havendo mais nada a tratar, agradecendo a participação dos Senadores, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h01.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 21ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, DO DIA 14 DE AGOSTO DE 2007 ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinqüenta e sete minutos do dia catorze de agosto de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, GERALDO MESQUITA, ADELMIR SANTANA, CÉSAR BOGES** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submetendo à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº , DE 2007-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal e do art. 90, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) destinada a apurar denúncia de irregularidades nos Projetos PNUD BRA-01/03 e BRA-01/031, conforme documentação em anexo". **Autoria:** Senador **HERÁCLITO FORTES. Resultado: Adiado. Item 02) AVISO Nº 12, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha, em CD, os Relatórios de Fiscalização em que estão contidos os resultados das ações levadas a efeito pela Contro-

ladoria-Geral da União nas Unidades da Federação sorteadas na 22ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos". **Autoria:** MINISTÉRIO DE ESTADO DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, enviando-se o CD à Biblioteca do Senado Federal, para compor seu acervo e tornar disponíveis as informações aos pesquisadores e ao público em geral. **Resultado: Adiado. Item 03) OFÍCIO "S" Nº 06, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao ano de 2006". **Autoria:** BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. **Relatora:** Senadora **FÁTIMA CLEIDE. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Adiado. Item 04) REQUERIMENTO Nº , DE 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer ao Ministro da Fazenda, através do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), relatório detalhado sobre o histórico de inadimplência e sobre a concentração do crédito, por município, por agência e por perfil de mutuário, em cada linha de crédito que utiliza ou utilizou recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) a partir do ano 2000". **Autoria:** Senadora **FÁTIMA CLEIDE. Resultado: Adiado. Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências". **Autoria:** Senador **INÁCIO ARRUDA. Relator: SENADOR MARCONI PERILLO. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma das emendas de redação nºs 1 e 2 que apresenta. **Resultado: Adiado.** Após, inicia-se a apreciação das matérias incluídas **EXTRA-PAUTA. Item 01) REQUERIMENTO Nº 31, DE 2007-CMA,** que "requer nos termos do inciso II do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública perante esta Douta Comissão a fim de examinar a oferta pública feita pela Petrobrás para a compra da empresa Suzano Petroquímica, além dos efeitos do negócio para a economia brasileira, com a participação dos seguintes convidados: Ministro das Minas e Energia – MME; representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás e representante da Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM". **Autoria: SENADOR CÉSAR BORGES. Resultado: Aprovado. Item 02) REQUERIMENTO Nº 32, DE 2007-CMA,** que "requer nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública perante esta Comissão para discutir a viabilidade econômica e ambiental do uso de energia nuclear no Brasil, com a participação dos seguintes convidados: Ministro Nelson Hubner – Ministério das Minas e Energia; Ministra Marina Silva – Ministério do Meio Ambiente; Dr. Odair Dias Gonçalves – Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Ministério de Ciência e Tecnologia) e Marcel Bursztyn – Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB". **Autoria: SENADOR SIBÁ MACHADO. Resultado: Aprovado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO, CÉSAR BORGES, MARCONI PERILLO, GERALDO MESQUITA** e **INÁCIO ARRUDA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

Notas taquigráficas da reunião realizada em 14/08/2007

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da ata da sessão anterior permaneçam como se encontram. Aprovada. O nosso item 1 tem como autoria o Senador Heráclito Fortes. Nós vamos retirar de pauta tendo em vista que o Senador Heráclito está viajando e solicitou que gostaria de estar presente na Sessão que fosse apreciado o projeto.

Passaremos então ao item 2. Aviso nº 12 de 2007 encaminha em CD os relatórios de fiscalização em que estão contidos os resultados das ações levadas a efeitos pela Controladoria Geral de União nas unidades da federação sorteada na 22ª etapa do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos. Esse relatório é de autoria do Ministério do Estado do Controle e da Transparência e tem como relator o Senador Flexa Ribeiro que acabo de ser informado que está a caminho desta comissão.

Então nos passaríamos a apreciar o item 3. A secretaria me informa que a Senadora Fátima Cleide solicitou a retirada de pauta dos itens 3 e 4 que são de sua autoria. O item 5 é terminativo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, se V. Exª. me permite eu leria o relatório e o voto e depois na próxima sessão, caso tenhamos quorum faríamos a deliberação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeitamente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, me permita pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): **SENADOR SIBÁ MACHADO**, tem V. Exª. a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Primeiro sobre a matéria que sugeriu o **SENADOR MARCONI PERILLO**, eu fui informado pelo **SENADOR INÁCIO ARRUDA** que é autor da matéria que gostaria de conversar com o **SENADOR MARCONI PERILLO** antes da apreciação, e se não fosse possível eu pediria vista do projeto.

Como ele não pode ser votado hoje, eu perguntaria se não era o caso de fazer essa conversa entre o Senador Arruda e o Senador Marconi?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): De acordo. Estarei à disposição.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Então fica também retirado de pauta o item 5.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): **SENADOR CÉSAR BORGES**, tem V. Exª. a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA): Sr. Presidente, uma vez que os itens que estão na pauta normal do dia de hoje estão a aguardo de relator ou estão com a deliberação suspensa por falta de quorum, aquele terminativo. Eu queria colocar para apreciação desta comissão e que tivesse o acatamento de V. Exª. um requerimento que eu estou fazendo nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal para realização de uma audiência pública, afim de examinar a oferta pública feita pela Petrobrás para compra da empresa Suzano Petroquímica, além, dos efeitos do negócio para a economia brasileira e que teria participação dos seguintes convidados: O Ministro de Estado de Minas e Energia, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o CADE, o Presidente da Petróleo Brasileiro S.A, Petrobras e o representante da Associação Brasileira da Indústria Química, ABIQUIM.

Eu justifico, Sr. Presidente, que essa questão está em pauta no Congresso Nacional porque toda imprensa nacional noticiou a aquisição por valores elevados da Suzano Petroquímica pelo Petrobras e isso nos traz inquietação, uma vez que estamos identificando um processo de reestatização do setor petroquímico voltando a um passado onde o setor privado é relegado a um segundo plano mostrando uma vontade de estatização com Petrobras e dominar cadeias produtivas onde ela possa ser produtora da matéria-prima, ela será cliente da matéria-prima e será concorrente de outros que já são no mercado. Essa é uma questão que suscitou, inclusive, para que o partido democrata através de nota propusesse até uma CPI para este caso, não sei se seria apropriado uma CPI, no entanto, foi uma nota lavrada pela Comissão Executiva Nacional Democratas onde coloca toda essas questões que eu fiz referência nesse momento.

E a Petrobrás, inclusive, a partir dessa reação da imprensa, da mídia, da opinião pública e Congresso Nacional já, inclusive, adiantou que ela vai convocar a UNIPAR que é uma das parceiras na Petroquímica do Rio de Janeiro, rio Polímeros, UNIPAR, Petrobras e o Grupo Suzano, que a Petrobras adquiriu o Grupo Suzano para ter o controle. Pagou um preço muito mais elevado, presume-se que pelo preço de oportunidade. E agora chama a UNIPAR para que a UNIPAR seja a controladora. Já foi emitida a nota de divulgação Petrobrás dizendo: a UNIPAR será acionista controladora da... O que ele chama que será nova empresa que é a Companhia Petroquímica do Sudeste detendo a maioria de seu capital votante. Quer dizer, uma operação realmente, extremamente esquisita que precisa de explicação e a esse congresso.

O Tribunal de Contas da União através do Ministro Augusto Nardes já também está acompanhando essa questão. A Câmara dos Deputados já tem, se não me engano, três requerimentos tramitando e que já foram aprovados para ouvir as autoridades com relação a essa aquisição que preocupa. Eu, particularmente, tenho uma preocupação muito grande com relação ao pólo petroquímico que existe no Estado da Bahia, que ele será prejudicado nessa transação, porque o que se está fazendo é, de certa forma, um sucateamento do pólo petroquímico da Bahia e os novos investimentos estão se concentrando no Sudeste do país, isso é muito prejudicial para a região Nordeste e, em especial, para a Bahia. Então, por tudo isso é que eu faço esse requerimento para que esses assuntos possam ser debatidos abertamente aqui que é comissão específica para defesa do consumidor e de fiscalização e controle.

Então, eu gostaria de ter a compreensão de V. Exª., dos pares desta Comissão para aprovarmos este requerimento extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): **SENADOR CÉSAR BORGES**, V. Exª. apresenta um requerimento extrapauta. A mesa vai submeter à aprovação na inclusão do requerimento

na pauta da hoje e, em seguida, discutiremos a aprovação do requerimento.

Srs. Senadores que aprovam a inclusão do requerimento apresentado pelo eminente **SENADOR CÉSAR BORGES** na pauta do dia permaneçam como estão. Aprovado. Em discussão o requerimento.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Exª. a palavra. **SENADOR SIBÁ MACHADO**.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu não conheço bem da matéria, mas o pouco que tenho lido pela imprensa escrita tem dois princípios básicos na preocupação do **SENADOR CÉSAR BORGES** que me chama a atenção. Primeiro evitar a concentração de qualquer tipo de investimento, o país não pode mais viver com isso. Também concordo de que o modelo de Getúlio Vargas até o início da década de 90 nós tivemos todos os investimentos no parque industrial brasileiro pensando aí, no máximo, a triangulação Minas/Rio/São Paulo e o país não pode mais viver com esse tipo de realidade. O que interiorizou na economia brasileira foi o agronegócio e veja o resultado e impacto que isso tem gerado. Muitas cidades brasileiras têm tido um outro nível de desenvolvimento local e geração de novas oportunidades a partir desses investimentos. Então se isso é bom para um setor da economia, deve ser bom para todos.

Eu acho que este é o primeiro princípio da nossa concordância. E a outra é o problema de monopólio. É preciso tomar cuidado com o monopólio no Brasil. Eu acho que o CADE está aí para dar uma resposta sobre isso, mas esse é um ambiente também que eu acho que seria muito importante a gente tratar do assunto. Portanto, eu quero, mais uma vez, dizer que sendo ainda, digamos assim, uma pessoa com pouquíssima experiência nesse assunto, mas eu gostaria demais de poder participar de um debate dessa natureza. Portanto, eu acho que é muito boa a idéia da audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V. Exª. concorda com a sugestão da realização da audiência pública? Continua em discussão.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Peço a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): **SENADOR MARCONI PERILLO**, tem V. Exª. a palavra.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, em rápidas palavras desejo apenas congratular-me com o **SENADOR CÉSAR BORGES**, parabenizá-lo pela iniciativa. Este é um assunto que nos preocupa muito, aliás, muitas das transações e dos negócios da Petrobras suscitam hoje preocupação aqui no Senado e este assunto, em particular, certamente precisa ser debatido nesta Comissão de Fiscalização. Desta forma manifesto aqui o meu irrestrito apoio ao requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Continua em discussão. Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O requerimento do **SENADOR CÉSAR BORGES** sinaliza para o fato de que isso deveria ser rotina, inclusive. Em caso da dúvida como acometeu ao Senador e a tantos nesta Casa que se façam audiências públicas, que se realizem audiências públicas para que as explicações sejam oferecidas e decisões sejam tomadas. Isso devia ser rotina, não deve causar espécie a ninguém. Portanto, eu já antecipo até o meu voto pela aprovação do requerimento aqui Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir. Está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Senador Sibá, V. Exª. tem um requerimento a apresentar? Por gentileza.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, na reunião passada eu apresentei a preocupação sobre a matriz energética do Brasil e eu tenho visitado o máximo possível todas elas. Estive agora há pouco tempo visitando a Usina Nuclear ANGRA a e Angra 2 e as futuras instalações de Angra 3. Então, no que diz respeito ao item energia nuclear houve muitas explicações entre aquilo que é bom e aquilo que é negativo para este ramo de produção de energia. E acho que neste momento esta Comissão deveria ouvir pessoas como o Ministro Nelson Rubens Hubner Ministro da Minas e Energia, a Ministra Marina Silva do Meio Ambiente, o Dr. Odair Dias Gonçalves que é Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear do Ministério de Ciência e Tecnologia e o Dr. Marcel Bursztyn que é do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

Então, numa audiência como essa eu acho importante também nós nivelarmos as nossas preocupações porque eu tenho já um certo convencimento, Sr. Presidente, que nenhuma das matrizes é suficiente para sobrepor à outra. Imaginemos o Brasil crescendo nos números que todos nós desejamos. O caso da Argentina nos deixou super preocupados que foi um investimento de curto prazo e rapidamente já faltou energia para mover o país. Então, nós temos que tomar

alguns cuidados aqui no Brasil. Porém, o que fazer dos problemas que surgem por cada tipo de matriz? E foi feita até uma comparação interessante. Ele mostrando assim de um alto o tamanho da área ocupada por duas usinas e pela terceira, pelas três usinas nucleares, o tamanho da área ocupada e o tamanho de uma hidrelétrica do porte daquela de Tucuruí lá no rio Tocantins que passa também no estado de V. Exª.

Então a área de inundação, as florestas que foram inundadas, terras agricultáveis inundadas, famílias que foram deslocadas, geração de metano a partir do apodrecimento dessa madeira toda, vida útil da usina, benefício social gerado ali no entorno e assim por diante, quando você faz essa comparação com a situação nuclear. E aí eles mostram o que fazer do lixo atômico.

Então, nós temos aí dois grandes gargalos para ser trabalhado entre a questão da energia hidráulica e da energia nuclear. Portanto, hoje me sinto uma pessoa bastante motivada por esta matéria e queria submeter este requerimento à apreciação desta Comissão, que nós pudéssemos trabalhar sob o viés também ambiental o que significa a ampliação ou não do setor de energia nuclear no nosso país. E aí, Sr. Presidente, é por isso que submeto este requerimento à apreciação de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A mesa entende muito oportuna a propositura de V. Exª. em razão, inclusive, da multiplicidade de matrizes energéticas que o país dispõe e a sua crescente demanda. É importante que haja um conhecimento não só por parte da Comissão, mas por parte da população brasileira que possa participar desse debate para saber as vantagens e as desvantagens que cada matriz possa oferecer à população. Portanto, nós vamos, como se trata de um requerimento extrapauta, nós estamos submeter à inclusão à aprovação desta Comissão. Srs. Senadores que aprovam a inclusão do requerimento extrapauta do **SENADOR SIBÁ MACHADO**, permaneçam como estão. Aprovado. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado o requerimento de audiência pública apresentado pelo **SENADOR SIBÁ MACHADO**.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente, eu quero sugerir à Comissão de Meio Ambiente que ela apresente um requerimento ao plenário do Senado Federal para que o Senado possa se fazer presente na Convenção das Partes das Nações Unidas sobre a questão da desertificação que ocorrerá em Madrid na Espanha. Nós já tivemos oportunidade de ter essa Conferência das Partes se realizando no Brasil, na cidade de Recife, na cidade de Bom(F) em Montevidéu e ela se reunirá agora na cidade de Madrid na Espanha. E seria muito oportuno que o Senado estivesse presente. Durante a Conferência, são dez dias de Conferência, dois dias são dedicados ao encontro de parlamentares do mundo inteiro que discutem essa matéria de grande significado do ponto de vista ambiental.

Eu faço essa sugestão de que a Comissão apresente um requerimento, para que não seja um requerimento de um Senador, mas sim, um requerimento da Comissão de Meio Ambiente porque essa matéria é uma matéria absolutamente vinculada a nossa discussão, ao nosso debate aqui na Comissão de Meio Ambiente. Essa sugestão que eu faço a V. Exª. eu acho que é muito importante para o Brasil. O Brasil é signatário dessa Convenção e poderá sair desta Conferência tendo o principal dirigente da Conferência sendo um brasileiro. Nós apresentamos o nome do professor Antonio Rocha Magalhães que está sendo discutido por todos os países e poderá ser indicado o principal dirigente dessa Convenção Internacional que seria muito importante para o Brasil ter uma liderança brasileira dirigindo uma importante instituição das Nações Unidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós entendemos muito oportuna a propositura de V. Exª., vamos adotar essa providência e apresentar em plenário o requerimento. Espero que V. Exª. possa ser signatário também, apresentar em plenário o requerimento para que o Senado se faça representar. E quem sabe não seria oportuno nós convidarmos também o professor que V. Exª. sugere para vir em audiência pública colocar esta Comissão, os meus membros a par de tema tão importante como essa questão relacionada com a desertificação. Eu acho que o Brasil tem no concerto internacional, uma importância muito grande e tem tradição na preservação de suas florestas primárias e há um enfoque equivocado de se imaginar que o Brasil devasta todas as suas florestas, mas não tem nenhum país que tenha a preservação que nós temos de 64% da nossa reserva primária, da nossa floresta primária preservada. Então essa questão da desertificação que nós experimentamos também em determinado trecho do nosso território, talvez fosse importante que esse professor sugerido por V. Exª. pudesse em audiência pública melhorar aqui os conhecimentos que os membros desta

Comissão tem a respeito do assunto. Se V. Exª. quiser apresentar o requerimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Eu entendo a fala de V. Exª. já como um convite para que ele possa comparecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeitamente. Eu só gostaria que V. Exª. apresentasse o requerimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Irei formular para formalizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não havendo mais nada a tratar. Agradecendo a participação dos eminentes Srs. Senadores, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h15.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS.

Às quatorze horas e cinqüenta e um minutos do dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e sete, na sala nº 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador CÍCERO LUCENA, reúne-se a Subcomissão Temporária para a discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com a presença da Senhora Senadora SERYS SLHESSARENKO e do Senhor Senador INÁCIO ARRUDA. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submetendo à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, em atendimento ao Requerimento nº 01/2007-CMAGRS, de autoria do Senador CÍCERO LUCENA e do Requerimento nº 02/2007-CMAGRS, de autoria dos Senadores CÍCERO LUCENA e AUGUSTO BOTELHO, "com a finalidade de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados 'lixões' e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotados pelos entes públicos e privados". Comparecem os seguintes convidados: JOSÉ DANTAS DE LIMA, Coordenador Nacional do Comitê de Resíduos Sólidos da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABE e DIÓGENES DEL BEL, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos - ABETRE. Realizada a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador INÁCIO ARRUDA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Cícero Lucena,** Presidente.

Notas taquigráficas da reunião realizada em 27.06.2007

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Havendo número regimental declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária para Discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que... Não é o caso.

Convido para darmos início à Audiência Pública no âmbito dessa Subcomissão, convidamos o Sr. José Dantas de Lima, Coordenador Nacional do Comitê de Resíduos Sólidos, bem como o Sr. Diógenes Del Bel, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos Sólidos, ABETRE. Quero registrar também que o outro convidado era o Dr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, mas ontem na reunião da Comissão dos Municípios da CAE o mesmo se justificou por conta de uma viagem internacional, mas se colocando à disposição para uma outra audiência.

Registro que essa Sessão está sendo gravada pela TV Senado e oportunamente será veiculada conforme a programação da TV Senado.

Então para darmos início ao trabalho, convidamos o Sr. Diógenes Del Bel, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos para fazer sua explanação. E agradecendo desde já a presença dos senhores.

SR. DIÓGENES DEL BEL: Obrigado, Senador. Agradeço aí o honroso convite a ABETRE para par-

ticipar dessa Audiência Pública e felicito aí pela iniciativa.

Eu pediria para colocar em tela inteira para apresentação. Para ficar melhor para...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Inicialmente estamos dando o prazo de 15 minutos, se necessário for prorrogaremos esse tempo.

SR. DIÓGENES DEL BEL: Bem, inicialmente só... Pode avançar para o próximo slide. ABETRE é uma entidade de classe, uma associação das empresas que são especializadas em serviços de tratamento de resíduo. Serviço de aterro, de resíduos, de co-processamento, incineração e outros serviços ambientais com foco especialmente em resíduos industriais. Ela foi fundada em 97, é uma Associação Nacional. Ela hoje reúne 31 unidades operacionais, essas que estão aí são aterros, co-processamentos, 6 incineradores, processa cerca de 3.8 milhões de toneladas por ano, atualmente é um pouquinho mais, e representa hoje 75% do mercado de tratamento de resíduos industriais aquilo que é atendido por empresas especializadas.

Eu vou apresentar para vocês a nossa visão sobre os aspectos relacionados às políticas públicas mais focadas em resíduos industriais, mas abrindo um pouco a visão para todo o problema de resíduos. E eu estou deixando a disposição de quem quiser ou pedindo ou através da secretaria da Comissão, tem um apêndice também com dados sobre os setores de tratamento, com estatísticas, sobre tipos de tratamento, volumes e processados que está a disposição de vocês para quem quiser consultar.

Esse trabalho nosso é baseado num estudo que nós contratamos essa consultoria internacional, PRICE WATERHOUSE que ela fez um estudo com várias das principais partes interessadas e é um estudo totalmente independente, mas feito sob nossa contratação que procurou identificar na legislação, e nas expectativas, nas constatações tanto da indústria, como Governo, órgãos ambientais, setor financeiro os problemas, empecilhos, a melhoria da qualidade ambiental em resíduos sólidos e identificar mecanismos que pudesse potencializar as ações visando a solução do problema.

Bom, eu vou fazer um breve *case* aqui inicial que eu costumo contar essa historinha. Há muito tempo, nós especialistas do setor entendemos que a solução do resíduo sólido não é problema que passa necessariamente por tecnologia, recursos financeiros e recursos humanos. Quer dizer, o País tem tecnologia suficiente, tem recursos humanos capacitados, e recursos financeiros é sempre possível equacionar a iniciativa privada está disposta a investir. E o exemplo que eu costumo dar é esse da estação espacial internacional. Que periodicamente quem acompanha pelos jornais a cada quatro meses, cinco meses, eles desacoplam um módulo com os resíduos gerados na estação e jogam isso para aonde? No meio do oceano. Isso é despachado e sai na mídia internacional como um feito tecnológico. A capacidade deles de jogarem isso, se dissipar no ar e só uma pequena parcela caí no oceano. E entende-se que isso não tem nenhum risco. Mas a questão que a gente avalia é que não é esse o problema. Que jogar papel no chão também não causa nenhum risco ecológico ali naquele momento, alguém vai recolher, mas o fato é o seguinte, quer dizer, uma empresa, uma organização que tem todo o recurso financeiro e tem as melhores cabeças, tem toda a tecnologia, acha que pode jogar os seus resíduos no oceano. Para isso não tem problema. Mas eles não jogam isso na Europa. Jogam naturalmente longe, no Oceano Pacífico. Isso hoje já é um caso internacional de demanda, uma daquelas regiões daqueles países da antiga União Soviética, ali também a Rússia lançava resíduos no continente e hoje há uma reclamação internacional querendo que se remova aquilo, que se remova as contaminações que foram geradas por isso. E isso por uma instituição que tem todo o recurso, capacitação e tecnologia. Então é uma questão muito mais de conduta e de valores. Então esse tem que ser o foco que a gente tem que visar, ficou muito evidente nesse estudo da PRICE que a gente tem que procurar com a legislação conseguir viabilizar as condutas mais adequadas e coibir as inadequadas.

Então, o grande problema é que às vezes o ambiente institucional e cultural de um determinado País ou de uma determinada região acaba permitindo que se conviva com grande problema.

Então, qual é a questão? É uma questão de valores. Quer dizer, aquilo que as empresas ou as instituições consideram adequados e importante atender e a reação dos seus pares, tanto das comunidades e das empresas que são seus parceiros de negócio, e a questão da legislação que ela pode ter algumas brechas, pode ser às vezes conflitante que leva a viabilizar uma situação dessa natureza, onde se tem o objetivo muito declarado claramente de preservação ambiental, mas na prática isso acaba não acontecendo. Isso vale tanto para o setor público como para o setor privado.

No Brasil nós temos essa situação hoje, embora se aponte toda a necessidade ambiental cerca de 70% dos Municípios ainda não dispõe seus resíduos de modo adequado. Então isso tudo mostra essa necessidade. Nós temos em termos de uma política nacional de resíduos sólidos que dê diretrizes adequadas para isso, e que concilie os interesses, tanto do

setor público, privado e sociedade civil, consiga fazer isso, mas não adianta só a gente ficar iludido achar que fazendo uma lei automaticamente no dia seguinte isso vai ser cumprido. O importante é a gente desenvolver, além de uma legislação inteligente, adequada e eficaz, uma série de outros mecanismos que pode levar à potencialização do cumprimento da legislação. Dá para explicar um pouquinho isso... Sem tomar, por exemplo, a questão do Protocolo de Kyoto e os mecanismos de desenvolvimento limpo. Ninguém hoje no Brasil é obrigado por lei a fazer isso, mas se criou um interesse econômico na venda de créditos de carbono que movimentou uma série de soluções ambientais, movimentou melhoria de qualidade sem exatamente uma obrigação legal. Ela foi criada no cenário internacional e teve esse desdobramento aqui. E um outro caso em paralelo, quer dizer, quando se criou o Código Brasileiro de Trânsito, em 98, aquilo teve um efeito de mudar condutas, mudar a forma como os motoristas se comportavam, mas depois isso foi sendo arrefecido, foi se enfraquecendo e hoje nós estamos numa situação um pouco pior do que foi no começo da legislação. Então o ponto de partida desse estudo da PRICE, foi essa visão nossa de que o problema não estava simplesmente em tecnologia, recursos humanos ou recursos financeiros para se investir em soluções, mas alinhar esses interesses. Então, classificamente na teoria da administração, quer dizer, se fala de problemas de gestão envolve atividades, o sistema de responsabilidades um sistema de informações. E esse foi basicamente o foco do trabalho da PRICE, que acho que no Brasil nós temos fracassado porque a nossa legislação não alcança esses três níveis. Nós temos a nossa legislação define bem atividades, mas em geral na forma de procedimentos, não vai além disso, responsabilidades e autoridades têm algumas mais precisas, outras não, tem uma série de pontos que não está clara quem é o responsável, quem tem a prerrogativa de legislar sobre certos temas, isso ainda está sendo definido, alguns casos de conflito, mas é relativamente equacionado. E em sistemas de informações que nós vamos falar isso mais adiante praticamente não existe nada no Brasil em formações para gestão ambiental na área de resíduos, para gestão pública.

Então isso foi estudado pela PRICE por duas formas, com... Aliás, eles trabalharam isso em três dimensões. A parte operacional e comercial, quer dizer, como é que isso funciona no mercado, qual é a infra-estrutura existente, como é que o setor, a indústria é atendida, como os Municípios são atendidos, como é que se desenvolve a questão comercial, a parte regulatória em todos os níveis e a parte de gestão e governança que é como isso é encarado e como isso faz parte da gestão pública e privada. Eles fizeram entrevista em todos os setores do Brasil e também referências internacionais. Eu vou desenvolver um pouquinho isso aqui. Nós chegamos em algumas... Isso fundamentou em propostas que a ABETRE faz que algumas delas são essas cinco que estão aí. Depois eu entro em algumas delas na medida que tenhamos tempo. Isso aqui é uma figura, um quadro de referencia para se entender como que cada segmento, cada setor do setor produtivo gera resíduos e para onde isso vai. Então é para entender, ficar claro que uma parte dos resíduos dos setores primários, agricultura, pecuária a parte de mineração, pesca, tipicamente eles têm destinação interna dos seus resíduos. Isso não é um mercado. Quer dizer, cada unidade dessa trata seus resíduos in loco. Uma mineração não manda seus resíduos para fora, isso é tratado na própria mina. A indústria de transformação, indústria típica, algumas delas têm destinação interna, tipicamente as fundições têm seus próprios aterros de areia, e algumas outras indústrias de menor porte, de médio e grande porte usam serviços terceirizados que são as empresa de tratamento, no caso aqui as representadas pela ABETRE. O setor de comércio e serviços, quando vai chegando para serviços menores prevalece mais a destinação através dos sistemas públicos. A coleta e limpeza pública e vão para aterros Municipais. Então isso é importante a gente ter em mente como quadro de referência. Não estão todos os fluxos, mas dá para ter uma idéia do que é isso. E o que a gente considera que são, em termos de políticas públicas para resíduos industriais as questões chave que nós temos que pensar nelas ao desenvolver políticas públicas. De modo geral pode ser estendidas para resíduos sólidos em geral. A primeira é a seguinte, qual é o balanço de massa de resíduos industriais nacionais no Brasil? Ninguém sabe exatamente quanto que é gerado, quanto que é estocado, fica nos próprios geradores, em que condições esses resíduos estão armazenados, quanto é tratado de modo ambiente e adequado e quanto não recebe tratamento e acaba virando passivo ambiental que a gente sequer tem idéia de quanto seja no Brasil. Nós falamos de redução e reuso, reciclagem, mas a gente sabe, temos estatísticas, sabemos quanto que aumentou, se esses números evoluíram ou não. Nós temos uma falta muito grande de dados. Novamente falando de falta de informações. Outra pergunta é se os padrões de qualidade ambiental que são estabelecidos em leis e regulamentes se estão sendo atendidos. Eles estão sendo medidos, são medidos por instituições confiáveis. As mediações são tecnicamente confiáveis. Quer dizer, nós sabemos todo o sistema ambiental no Brasil ele é baseado em análise por laboratórios e só recen-

temente, até onde eu sei, só São Paulo e Minas Gerais criaram obrigatoriedade de nos processos geridos pelo Estado que são baseados em laudos analíticos eles serem feitos por laboratórios com acreditação por norma internacional. Isso só vai entrar em vigor em São Paulo acho que em 2008, em Minas acho que neste ano. Nós temos um sistema baseado em análise, mas que as análises às vezes não são confiáveis. Não tem nem uma norma com acreditação. E isso está em desenvolvimento ainda tardiamente no Brasil.

Passivos ambientais. Eles estão crescendo ou decrescendo no Brasil? Qual é a nossa situação? Nós não temos essa informação. As metas de qualidade ambiental são adequadas? Os instrumentos de políticas públicas estão sendo eficazes, estão produzindo resultado? Quando a gente pensa nessas perguntas dá para ver se a gente não tem resposta para as três primeiras nem adianta fazer as duas últimas.

Então, alguns aspectos que nós entendemos que são essenciais no trato de políticas públicas são esses cinco que estão aí. Eu vou passar logo para eles. Fica aí como resumo. Aliás, eu depois eu tenho isso... Algumas cópias impressas para quem quiser.

Primeiro, é importante entender que são contextos muito distintos na questão de destinação de resíduos. Uma é o que se dá com resíduos do setor público que são gerados na limpeza pública, saneamento e obras e resíduos do setor produtivo que basicamente o setor privado, indústria, comércio e serviços. E dentre esses nós temos uma separação de logística muito diferente entre os setores primário onde prevalece a disposição no local, conforme aquele quadro que eu mostrei, e os setores secundário e terciário que é indústria, comércio e serviço onde se prevalece o tratamento e a disposição externa. Isso é muito importante nele essa diferença. As principais diferenças entre eles estão aqui. Uma que a segunda linha aqui no caso do setor público resíduo municipal é obrigação do Poder Público Municipal e no resíduo industrial obrigação do gerador. As formas de contratação são diferentes, no caso de resíduos industriais os investimentos são 100% privados, do outro lado são públicos. E naquelas duas últimas linhas, a gente vê um ponto interessante. Chamo atenção para vocês. No caso dos resíduos do setor público, o padrão de qualidade é individualizado. Ou seja, cada Município está adotando o seu padrão. Alguns adotam o lixão, outros não adotam nada, outros adotam aterros sanitários como engenharia bem adequada. E no caso do setor produtivo, o padrão de qualidade é geral. Quem atende o mercado tem que procurar atender pelo melhor padrão. Nem todos são o melhor nível. E o único ponto em comum é que o risco ambiental é sempre público. O risco ambiental não é do gerador. Quem corre o risco ambiental é a sociedade, somos nós todos. Isso vale tanto para o resíduo industrial como para o municipal. Isso quer dizer o seguinte, que cada um desses contextos a gente precisa ter estratégias e políticas diferentes para atender isso. Não dá para resolver o problema do setor público com a estratégia do setor privado, como se fosse um gerador industrial e vice-versa.

Então o outro ponto que eu gostaria de chamar atenção é a questão da qualidade em serviço e tratamento de resíduos. Tem um ponto importante. Como eu falei que o risco ambiental é da sociedade, o risco é de todos nós, é importante ver isso. O contratante do serviço não é o seu usuário. Explicando. O gerador é responsável pelos resíduos, ele contrata um serviço de tratamento e destinação, só que no fundo não é ele o usuário. O usuário é a sociedade. Então, ele fica senhor dessa situação. E a qualidade desse serviço ela não é controlada por quem especificou. Quem especifica é o Poder Público. São os órgãos ambientais, CONAMA, órgãos municipais que definem padrões de qualidade ambiental e padrões de proteção. Mas na prática quem controla é o gerador, é a indústria que contrata o prestador de serviço que ela quiser, ao custo que ela achar interessante, e isso não tem efeito nenhum sobre ela. Quer dizer, ela pode contratar um serviço que não oferece proteção adequada porque quem corre o risco é a sociedade. Esse é um ponto importante para se entender em termos de políticas públicas. Isso não dá para atacar assim de modo empírico, de modo sem ter muita visão. Por quê? A qualidade dos serviços de tratamento e de resíduos ela não afeta a qualidade do produto. Quer dizer, se uma indústria tratar melhor ou pior os seus resíduos isso de modo geral não afeta a qualidade do automóvel que ela produz, do plástico que ela produz. Só afeta a sociedade. Nem sempre a maior qualidade no serviço de tratamento interessa ao gerador. Isso pode custar mais caro. Nem sempre o prestador que tem melhor qualidade ele é o mais competitivo do setor de tratamento de resíduos. Por quê? Se uma empresa que recebe resíduos de uma indústria, ela vai lá, recebe, faz uma análise, caracteriza aquele resíduo e fala: "Olha, esse seu resíduo tem uma periculosidade tal que requer um tratamento X que vai custar mais tanto". Às vezes o gerador vai falar, mas isso não me interessa. Prefiro mandar para uma alternativa que é mais... e o cara recebe de qualquer jeito e fala: Aquele lá me sai mais barato, ele não é tão técnico, mas pra mim é mais interessante. E isso, as regras de hoje de mercado e de legislação não coíbem isso. Esse comportamento ficar a critério do gerador de resíduos. Isso é um ponto assim... espero que... Se alguém tiver que entender alguma coisa

sobre esse resíduos é prestar atenção nesse ponto. E essa qualidade envolve interesses públicos. Meio ambiente e saúde pública. O ponto que a gente precisa ter como atenção e políticas públicas é que essa situação ela necessita de uma maior participação do Poder Público na gestão desse padrão de qualidade dos serviços que são oferecidos ao mercado. Como? Regulando padrões e procedimentos que é o que já se faz, estabelecido em legislação, mas também participando de uma avaliação das empresas prestadoras de serviço. Isso nada é feito. Aprovar e credenciar empresas qualificadas. Uma parte disso é feita no licenciamento. Mas o licenciamento é uma etapa inicial. Depois ao longo da vida e da operação empresa prestadora de serviço de tratamento de resíduos, isso fica, não é acompanhado no dia-a-dia. Ela teria que restringir a atuação das empresas qualificadas com rotulações, interdições, quer dizer, trabalhando em cima disso, e outro, voltando a questão de informações, monitorar o fluxo de resíduos. Saber quanto é gerado numa indústria, se está sendo tratado e para onde está indo isso. E nós não temos um monitoramento desse fluxo no Brasil. E o problema é compatibilizar as competências federal, estadual e Municipais.

E o que a gente costuma dizer, vou tentar acelerar um pouquinho. As empresas podem ter três tipos de conduta. A empresa negligente, a empresa cautelosa que procura não descumprir formalmente a lei, mas ela só cria uma fachada, e as empresas responsáveis que procuram atender todas as boas práticas, a legislação, tem conduta mais proativa. E a questão... Qual é o problema da nossa legislação como tem sido até hoje? No momento ela é genérica, linear, focada em padrões e procedimentos, tudo isso que estou falando vale tanto para a área trabalhista, para a área tributária. E o que acontece? Quando a legislação tenta ser mais restritiva, tenta apertar, na realidade o que acontece? Ela não tem efeito sobre a empresa negligente, que é a empresa que está lá na informalidade, no limiar da criminalidade, ela não incentiva as cautelosas a evoluir e ela onera a que já está cumprindo os bons padrões e as boas práticas. O que acaba fazendo? Ela cria um viés competitivo ao contrário. Ela beneficia as outras, os concorrentes que estão no lado ali da informalidade. Então isso que é muito importante, ficou muito evidente no trabalho nesse estudo da PRICE que a gente tem que desenvolver algumas alternativas na legislação ou em mecanismos paralelos para fomentar as boas práticas e estimular a conformidade e a transparência.

Então alguns pontos que a gente destaca, quer dizer, não onerar e não tributar a conformidade, quer dizer, nós entendemos que estabelecer taxas sobre geração de resíduo, custos para autorizações, aumentar, onerar mais isso, é prejudicial. A semana retrasada eu vi um representante da GTZ apresentando as experiências da Alemanha nesse e foi interessante ouvir dele, porque quando nós mesmos falamos parece que estamos citando em causa própria. Falou que num determinado momento da experiência alemã eles aumentaram a taxação sobre resíduos, sobre geração de lixo, e o fruto foi que o já nós conhecíamos. Começou a aparecer resíduos nos bosques, nas estradas, chegou a um ponto que ficou exagerado o custo e o pessoal partiu para dano ambiental. Isso é muito importante ter em mente. Então premiar a conformidade que beneficia tudo isso, esses instrumentos de incentivo. E outra coisa, aperfeiçoar sistemas de gestão pública, principalmente na questão de informações. E outro, desenvolver mecanismo de participação e cooperação com outras partes interessadas na questão da redução de riscos. Há uma série de setores na sociedade que tem interesse nisso e essas forças podem ser agregadas no sentido de cobrar maior qualidade ambiental, maior conformidade nas cadeias produtivas. São as seguradoras, o mercado financeiro, o próprio mercado imobiliário hoje nós fazemos operação começam a olhar a questão de contaminação de solo e água subterrânea nos seus negócios, na tomada de empréstimos. A questão de terrenos e propriedades dadas em garantia que às vezes podem ter ou não uma contaminação que derruba o valor dessa operação. Então tudo isso pode ser trabalhado para potencializar as políticas públicas.

Eu vou falar... Essas propostas eu vou falar principalmente do sistema declaratório. Próximo slide. Qual é o objetivo disso que tem sido chamado como sistema declaratório? Isso foi primeiramente apresentado pelo ICTR, que é Instituto de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento Sustentável que é o instituto que reúne as universidades paulistas, eles desenvolveram essa proposta que visa ter uma declaração obrigatória sobre geração, estocagem e transporte e destinação de resíduos industriais. Para a gente ter um paralelo, seria como não ter isso, que é o que nós temos hoje, seria como se a Receita Federal tentasse fiscalizar o Imposto de Renda sem ter a declaração de Imposto de Renda. Ou seja, chegando em algum local, verificando, fiscalizando cidadão por cidadão, operação por operação. É inviável. Essa é a situação hoje da nossa fiscalização ambiental na área de resíduos. Ela só tem como instrumento o flagrante. É chegar e ver uma destinação inadequada, uma estocagem inadequada é o único meio. Então esse instrumento que seria sistema de informações, permitiria, daria base de informações para planejamento, permitiria ter rastrea-

bilidade dos resíduos, saber quem foi responsável por cada etapa da destinação e permitiria cruzar informações entre origem e destino. Saber se a empresa que diz que manda o resíduo para tal lugar se aquele tal lugar recebeu efetivamente, deu tratamento adequado. Isso seria fundamental.

Algumas iniciativas que já têm no Brasil nessa linha, que é o Cadastro Técnico Federal do IBAMA, ele está em operação, funciona, mas ele ainda não cruza essas informações ainda. Ele ficou mais famoso pela criação da taxa de controle e fiscalização. Os inventários do CONAMA, aliás, isso aqui cabe uma observação. Nós, a ABETRE em 2002, 2003, contratou a Fundação Getúlio Vargas para tentar fazer uma modelagem de quanto era gerado de resíduos industriais no Brasil. Depois de seis meses a conclusão deles foi que em função da defasagem de dados e critérios diferentes de cada um dos Estados, com as informações disponíveis, não dava para fazer um modelo. E a conclusão deles foi o seguinte, não dá para fechar esse trabalho, o máximo que dá é chutar e nós como pelo nosso nome nós não damos chute, nós fazemos trabalhos técnicos. E não dá para ter uma metodologia técnica para isso. E eles apresentaram um panorama sobre o sistema de informação e foi justamente quando tinha acabado de sair a Resolução CONAMA. Pegaram o começo dessa resolução. E montaram um panorama dizendo que do jeito que os Estados estava tentando fazer isso, cada um do seu jeito, cada um tentando cumprir a resolução CONAMA com um critério diferente, isso nunca ia ser fechado. Não daria para consolidar as informações nacionais. E basicamente a situação que tem hoje. Quer dizer, esse trabalho nós levamos em 2003 divulgamos isso em alguns seminários, nós levamos pessoalmente o Ministério do Meio Ambiente e hoje a explicação que a gente ouve por não termos o inventário nacional é aquela que eles apontaram em 2003. Pernambuco tem um sistema dessa natureza e São Paulo também já criou isso na lei, mas ainda está para regulamentar e implantar. Mas na realidade o que a gente precisa é ter um Sistema Único para não gastar, para as empresas não despenderem custos com os demais.

E o outro ponto, acho que como o último que eu vou abordar aqui, é a importância de sistema de certificação de conformidade. Isso é uma tendência mundial em várias áreas, ter organismos certificadores de conformidade de produtos e de serviços, e que nós entendemos que isso seria muito útil. Hoje apenas uma parte das empresas geradoras de resíduos têm um efetivo controle, são preocupados com a conformidade e destinação. Tem um trabalho recente uma editora lançou anuário sobre gestão ambiental nas indústrias, das empresas que responderam eles abordaram as mil maiores e melhores empresas 470 responderam. Então dessas 470 das maiores e melhores empresa do Brasil de todos os segmentos só 70% delas se preocupa com a conformidade na cadeia de destinação de seus resíduos. Tanto de resíduos industriais como de efluentes industriais. As outras 30% dessas que são as melhores e maiores contratam e não acompanham o que acontece depois. Então isso coloca... é uma situação de maior risco, quer dizer, elas podem estar contratando serviços que não sendo realizados a contento. [soa a campainha] Isso ficou muito evidente no trabalho da PRICE como interesse da indústria se pudesse desenvolver sistemas de certificação isso pouparia custos com auditoria e fiscalização das próprias empresas. E a grande vantagem é que isso pode ser feito sem custo para o Poder Público. Esse custo hoje já é um custo da iniciativa privada. O Governo, o Poder Público não paga certificação 14 mil para nenhuma empresa. Ele não tem custo com isso. Só bastaria que o Poder Público estimulasse e apoiasse esse assunto. Então esse desenvolvimento seria interessante.

Então, isso pode ser desenvolvido para vários serviços ambientais e com grandes vantagens, potencializa a fiscalização e a qualidade ambiental. Eu acho que em função do tempo, que as outras estão no material que estou deixando com vocês, pode passar para uma próxima. Aí já está entrando em áreas contaminadas... Avançando, por favor. Temos outros itens que foram levantados nesse trabalho, mas só para concluir.

Hoje no Brasil o trabalho que nós fizemos existem 112 unidades privadas de tratamento de resíduo. Essa indústria foi formada sem nenhuma política de incentivo. Isso foi puramente ação da iniciativa privada. Hoje no Estado de São Paulo a CETESB faz um inventário anual de resíduos domiciliares e fazendo um panorama do que era em 97 para 2006. Em 97 havia apenas dois aterros privados. Hoje há 19. Eles partiram de uma situação de atender, dois municípios recebeu 800 toneladas por dia para hoje receber cerca de... Atendem 89 Municípios e recebem oito milhões e 500 mil toneladas por dia. O que é cerca de 30% do resíduo do Estado. E são 89 Municípios atendidos. Quer dizer, isso significa que são 89 lixões que existiam que foram desativados com os serviços da iniciativa privada. Então é esse papel que nós entendemos aqui que é importante que a iniciativa privada pode ser vista com um parceiro importante para o Poder Público. Na seqüência tem os dados que eu falei fica a disposição para todos vocês. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Agradeço ao Sr. Diógenes pela sua expla-

nação e passo em seguida então a palavra ao Dr. José Dantas, Coordenador Nacional do Comitê de Resíduo Sólido, com quem não posso deixar de registrar tive o prazer de trabalharmos juntos na solução do problema do Lixão do Roger na cidade de João Pessoa. Com a palavra o Sr. Dantas.

SR. JOSÉ DANTAS DE LIMA: Boa tarde a todos e a todas. Inicialmente eu gostaria de agradecer o convite feito à ABES, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental através de seu Comitê Nacional de Resíduos Sólidos, agradecer o convite da Comissão de Meio Ambiente e Gerenciamento de Resíduos Sólidos através de seu Presidente, o Senador Cícero Lucena, e falar um pouco da ABES. A ABES, como eu falei, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, atua no setor há mais de 40 anos, e atualmente tem cerca de mais de 10 mil sócios que contribuem de alguma forma para as soluções do saneamento no País. Preparei a nossa apresentação aqui em quatro módulos. O primeiro módulo é uma introdução, uma introdução mais reflexiva, onde ela apresenta como foco a geração de resíduos e uma contextualização sobre os principais problemas relacionados a esses resíduos, um segundo módulo uma apresentação sobre a questão do panorama da destinação final dos resíduos atualmente, dos resíduos sólidos urbanos, não industriais, industriais foi o foco do Dr. Diógenes deu. O terceiro módulo em cima do que foi solicitado aqui, relatar sobre os problemas ambientais sociais, e aí eu incluí também os econômicos, que são importantes. E por fim o quarto módulo das propostas relativas a cada um desses temas. Então sintetizando nós colocamos como título a análise sócio-ambiental dos lixões, problemas e propostas para esses assuntos. Então gostaria de iniciar com reflexão. Não basta saber, é preferível saber e aplicar. Não é bastante querer, é preciso saber querer. É um pensador alemão. Eu gostaria de iniciar nossa palestra com essa reflexão.

A geração de resíduos, independente de onde ela ocorra, se no Rio de Janeiro, se em Dubai, Paris, São Paulo, ela traz vários problemas, motivos por quais nós estamos aqui discutindo isso.

Os principais problemas com relação a essa geração de resíduos. Primeiro, os resíduos gerados eles são em grandes diversidades. Você numa cidade, seja pequena ou grande você tem uma grande diversidade de resíduos que precisam evidentemente de soluções adequadas para resolver essa questão. Essa geração de resíduos devido ao aumento populacional, crescimento populacional cada vez mais traz problemas pontuais para se resolver. O consumo exagerado, a não consciência do cidadão de consumir aquilo que não deve traz um dos graves problemas hoje no setor. E temos como um segundo problema, como apontou o Dr. Diógenes, a ausência de tecnologias no nosso País. Nós temos tecnologias por Países aí afora diferentes. De diversas tecnologias, diferentes modos de se resolver. Mas no nosso País a gente infelizmente a gente ainda usa uso de baixas tecnologias. Então essa grande diversidade de resíduos aliada ao uso de tecnologias baixas no nosso País é um dos problemas que nós apontamos como fundamentais. Como resolver essa questão? Não há como resolver a questão dos resíduos sólidos que não seja através da busca de uma gestão integrada desses resíduos e do seu gerenciamento integral. O que é que essa gestão integrada deve fazer? Deve-se conhecer todos esses resíduos, aquela diversidade de resíduos, os problemas que eles causam e integrar essas soluções desde o consumo que é o que nós não fazemos, nós devemos conhecer, incentivar as pessoas a não consumir, porque esse consumo excessivo gera tudo isso. Então integrar desde a solução do consumo até a sua destinação final adequada. Para se buscar essa gestão integral, para isso acontecer é preciso que se cuide. Alguns elementos já foram colocados, mas acho que vale a pena nós falarmos um pouco disso. É preciso que se tenha... é preciso cuidar do meio ambiente para se conseguir essa gestão integral, é preciso que se tenha legislação adequada e no País nós temos algumas legislações muito boas, mas precisamos de outras. É preciso que se tenham tecnologias adequadas simples ou mais sofisticadas, é preciso que se tenha políticas sociais para o setor, é preciso que se tenha incentivos fiscais, que esses incentivos fiscais gerem negócios, que esses negócios gerem tributações para os Municípios, para os Estados e para o próprio Governo Federal, e é preciso também se ter investimentos. E que tudo isso aí seja feito para o homem, pelo homem e para o homem. Não adianta se fazer leis pelos homens que não sejam aplicadas aos homens. Então é preciso que a gente tenha uma grande mudança de atitudes para consolidar todo esse processo.

Com relação aos instrumentos legais, é preciso que a gente possa articular as políticas públicas estaduais e municipais, é preciso que a gente tenha esses instrumentos legais que hoje no País nós temos através da resoluções CONAMA, é preciso que a gente tenha normas técnicas que para o setor de resíduos sólidos nós temos as normas da ABNT que estão algumas de importâncias e relevâncias sendo revistas e é preciso que a sociedade também participe como um todo desse processo através desses elementos que aí estão citados.

Bom, vamos para um panorama da destinação final dos resíduos no Brasil. Isso é um modo bem rápido, mas eu acho que é importante contextualizar isso. Um dado oficial que nós temos no Governo Federal é o último censo que foi feito pelo IBGE em 2000, ficou claro ali, não ficou muito... Mas dá para lembrar. Nós temos aqui um quadro nas cinco regiões do Brasil e também no Brasil que nos apontam as situações sanitárias, que é essa primeira coluna, e destinação não sanitária. O que seria essa destinação não sanitária? São aquelas colocadas em lixões, em aterros controlados que na verdade são lixões, eles são controlados de alguma forma, eu posso apenas colocar uma cerca em volta do lixão e estar controlando a entrada de gente e animais talvez, mas os impactos ambientais eu não controlo de nenhuma forma. Mas para nós, para ABES e para o comitê aterros controlados e lixões são a mesma coisa. E também lixões e alagados ele se enquadraria nessa destinação final não sanitária. Sintetizando isso, por esse levantamento, esse censo do IBGE, nós temos no Brasil uma situação sanitária de cerca de 63% mais ou menos de lixões no Brasil, e 36% de aterros sanitários. Convém relatar de alguma forma bem sintetizada esse dado que foi encontrado como aterros sanitários. A realidade do Brasil, quem trabalha no setor e quem conhece um pouco, isso é irreal, mas é um dado oficial apresentado pelo Governo. Porque a forma como foi feita essa busca de informações no Município não foi bem articulada.

Então, é número oficial, mas no máximo hoje nós temos oito a 10% de aterros no Brasil sendo muito otimistas. O restante são lixões dentro dessa linha. E nessa situação a gente tem, isso dados do Brasil, nós temos as regiões mais deficientes nesse caso que são as regiões norte e nordeste. A gente não está conseguindo ver bem, mas a situação do nordeste e norte é bem pior do que essa. E aí é preciso se trabalhar realmente sobre isso. Aqui tem um quadro que explica melhor. Vocês vão perceber melhor. A situação do Brasil 63 pelo IBGE, 36 de aterros que bate com a do nordeste, mas tem também alguns outros estudos que foram feitos, por exemplo, estudo do IBAM em 2002 aponta um número menor de 59 e tem um estudo da ABRELPE também de 2002 que aponta para a aproximadamente 70% dos lixões. Então são dados diferentes só para contextualizar isso.

Aqui a gente mostra um pouco esse quadro relacionando o PIB, o Produto Interno Bruto, qual a relação que tem o Produto Interno Bruto com resíduos sólidos gerados no Município. E por esse quadro também foi feito por regiões do Brasil em cima do Censo do IBGE a gente vê que tem, o Produto Interno Bruto tem uma relação intrínseca com a geração de resíduos. Podem observar que nas regiões, a região norte e na região centro-oeste lá o PIB ele está subindo [soa a campainha] de acordo com a geração de resíduos.

Os principais problemas decorrentes dos lixões são os problemas ambientais, sociais e aí eu incluí também os econômicos. Os problemas referentes à parte ambiental nós temos a poluição do ar, através de espalhamento de materiais, de particulados, a liberação de gases e odores provocados pela decomposição dos resíduos lá nos lixões, desprendimento de fogo e fumaça que normalmente são provocados pelos catadores, ou de forma espontânea pelo gás, e esse fato é agravado exatamente por essa queima que se dá de forma constante nos lixões onde os catadores para retirar algum material a mais eles fazem essa queima provocando todo esse dano ambiental.

A poluição das águas pela geração do chorume, que é gerado pela decomposição bioquímica da matéria orgânica e termina ou escorrendo superficialmente sobre essa massa de lixo, dos lixões, ou escorrendo, percolando ou infiltrando provocando danos ambientais e também dos líquidos percolados que são aqueles líquidos que são acrescidos ao chorume através das chuvas que caem desses lixões. Também provocam de igual forma impactos ambientais.

Os problemas de poluição de solo, a infiltração desses líquidos percolados, de certa forma nós já falamos, a degradação superficial desse solo onde o lixão está instalado e trás também impactos negativos à fauna e à flora desses ecossistemas locais do entorno dessas áreas. Os problemas sociais. Esse é um grande problema. Nos lixões nós temos populações de catadores em quase que 100% lixões do Brasil nós temos catadores instalados dentro dos lixões, morando e residindo dentro dos lixões e temos também uma parte no entorno dos lixões referente aos sucateiros que sobrevivem daquela atividade. Então é preciso também se trabalhar e é um ponto tão importante em se definir um projeto de recuperação de um lixão de uma área degradada por resíduos sólidos se ter um trabalho amplo de ressocialização desses catadores. E os problemas econômicos são aqueles advindos da instalação daquele empreendimento naquela área que terminam causando depreciação do terreno das áreas vizinhas, quer dizer, traz problemas econômicos também enormes.

Então todos esses problemas quando a gente não cuida, o planeta isso está um pouco exagerado, mas se a gente não cuidar o planeta vai de alguma forma ficar ameaçado no futuro próximo.

Problemas como o lixo nos corpos de água, isso é muito comum a gente ver. Problema como o lixo lançado nos mares, resíduos de serviço de saúde sendo

depositados em lixões, resíduos hospitalares também em áreas alagadas em mangue, são fotos de nossa realidade brasileira, uma área dessa foi descoberto numa capital nossa resíduos hospitalares em grande quantidade, resíduos industriais despejados em vias públicas, grande quantidade de PET, descartáveis e isso às vezes provoca problemas de inundações, desolações, prejuízo e desolação para as pessoas que em conseqüência daquilo terminam tendo problemas sérios, e problemas de pobreza com relação aos catadores que nós temos aí. Um último levantamento que nós temos cerca de 500 mil catadores no Brasil. É um número muito grande. Eu creio que tem muito mais. Se nós incluirmos catadores de rua nós temos muito mais que isso.

Os problemas relativos à questão de saúde, eu vou pular um pouco isso. Relacionados à saúde dos lixões. Ser um pouco rápido, mas não tão rápido. Nós temos problemas que atingem diretamente o homem através de poluição das águas, do solo, nós já vimos lá... pode passar. E temos também problemas que indiretamente atingem o homem através de insetos como a mosca, mosquito, barata, que causa problema de saúde pública ao cidadão. A mosca, por exemplo, a mosca por dia ela pode chegar a voar 10 quilômetros. Então muito provavelmente a gente já foi contaminado, onde a gente mora por algum vetor que ela trouxe de algum lixão e a gente terminou degustando isso de alguma forma. A dengue é um problema grande. Os lixões são focos disso porque nós temos lá vários elementos que são criadores desses mosquitos. Temos problemas causados pelos ratos que também causam grandes problemas à saúde. E também os suínos que é muito comum, bovinos e aves. Principalmente as aves aonde a gente tem os urubus que alguns lixões do Brasil já provocaram sérios acidentes nas aeronaves.

Um ponto que eu coloquei como importante, é o desperdício de dinheiro público relacionado a resíduos sólido no Brasil. Nos últimos anos se for fazer um levantamento isso tem ocorrido com certa freqüência. Aqui mesmo onde nós estamos, um programa bem anterior aqui, uns 10, 8 anos passados, foram investidos muitos recursos aqui no Estado de Goiás, foram implantados alguns aterros sanitários, se não me engano 30 ou 20 aterros sanitários e poucos anos depois essa coisa virou lixão e a coisa está dessa forma. Então esse problema é um problema sério que eu acho que é um ponto crucial para se tentar resolver essas coisas. E quais são as coisas que podem... Que causam isso? A inexistência de um órgão estruturado para a prestação de serviços, de resíduos sólidos nos Municípios. Quase sempre os órgãos que prestam serviços de limpeza urbana não estão preparados financeiramente, e aí o Dr. Diógenes falou também, não estão capacidades para gerir isso. É diferente da indústria. Que a indústria tem todos esses elementos. O serviço público não. Não tem capacitação para fazer. Falta de recursos, falta de gestão, quer dizer, uma série de problemas que podem e que se não for corrigidos nós vamos continuar, Senador, efetivamente jogando dinheiro no lixo. E é isso que a gente busca mudar e estamos aqui para propor algumas coisas nesse sentido. E acho por demais importante essa audiência no sentido da gente procurar resolver ou minimizar, resolver não vai ser tão fácil, mas minimizar essas coisas que acontecem no nosso País.

Como resolver isso então? Através de políticas, nós precisamos no setor de resíduos sólidos de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos que é o marco legal para que todas as outras políticas estaduais, políticas municipais que já existem sejam embasadas nessa política nacional, na verdade a gente está andando na frente, nós temos alguns Estados que tem políticas estaduais, mas não temos a nacional. Esse é um ponto e um foco fundamental. É que o Senado de alguma forma se empenhe na aprovação, na discussão da Política Nacional de Resíduos Sólidos que deverá estar sendo encaminhada, ou final deste mês ou início do próximo mês para debate. Eu acho importante e gostaria de pedir todo o empenho do Senado nesse sentido. Quem está encaminhando é o ex-Deputado Luciano Zica, que é o Secretário de Recursos Hídricos e Gestão Urbana do Ministério do Meio Ambiente, onde a Política Nacional está atrelada a ele. Então é preciso que se tenha projetos adequados, que esses projetos tenham metodologias, concepções, e principalmente tenham metodologias simplificada. Não adianta nada a gente estar trazendo tecnologias avançadas para Municípios que não têm capacitação financeira, técnica, e uma série de coisas. Então tem que ter soluções realmente bem específicas. Operação com qualidade desses equipamentos e tem que ter monitoramento e controle do que é feito.

Eu gostaria de avançar um pouco. Eu me deter mais, pelo tempo, mais nas propostas. Acho que vocês não vão perder muito... Aqui são as metodologias dos lixões. Como fazer recuperação de uma área degradada. Dá uma paradinha rapidinho nessa. Então para se fazer a recuperação ambiental de um lixão geralmente tecnicamente se trabalha com quatro fases. A primeira fase é uma fase de avaliação das condições ambientais, ou seja, é uma investigação onde é feito um diagnóstico naquela... Uma fotografia daquele lixão avaliando todos esses aspectos que a gente olhou. Aspectos ambientais, sociais, econômicos, então faz-se esse diagnóstico e a partir dessa fase um entra-se na

fase dois que é definição do projeto de recuperação ambiental onde as fases operacionais vão ser definidas. Extração do chorume, coleta do gás, queima, quer dizer, toda a parte técnica é definida aí. E uma parte tão importante como eu falei para vocês é o projeto social, a fase social onde deve ser definido a inclusão social e econômica. A gente fala muito de inclusão social. Mas os catadores precisam de inclusões também econômicas. E a gente tem algumas experiências que nós vamos mostrar. E por fim, uma fase depois que tudo isso é feito implantado, operado e fazer um monitoramento desses elementos ambientais e um controle do que foi monitorado.

Alguns lixões podem ser feitos estudos de recuperação energética onde você pode aproveitar o biogás, transformar o metano e aproveitar essa energia. Isso pode gerar incentivos econômicos e é uma receita complementar para a gestão do município e financeira, de importância fundamental que no Governo Federal a gente tem alguns programas, mas essa coisa ainda não andou muito. Precisa andar mais através do mecanismo de desenvolvimento limpo. Então tem que se andar pouco mais. [soa a campainha]

Então é preciso que a gente tenha o quê? Atitudes, como eu falei, e o que fazer? Vamos falar um pouco das propostas. Quais são as propostas relativas a esses temas? Essas propostas a gente separou, como foi pedido na nossa convocação em três níveis. Aliás, em dois níveis: No nível público, que aí eu separei em nível federal, estadual e municipal, e no nível privado para as empresas privadas. Então com relação ao nível federal, conhecendo essa situação dos resíduos no Brasil, e também essa desagregação que existe entre os Ministérios que atuam nesse setor a gente propôs aqui algumas coisas. Por exemplo, criação de um comitê interministerial pelo Senado Federal visando a integração dessas ações. Esse comitê, Senador Cícero Lucena, a primeira proposta que nós fizemos aqui é a criação de um comitê interministerial pelo Senado Federal visando a integração das ações dos Ministérios. Existe hoje no Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente, um comitê criado informalmente. E as coisas no Brasil elas precisam ser realmente criadas de forma legal. Então acho importante essa primeira proposição; Realizar um inventário nacional de áreas degradadas para disposição de resíduos sólidos para os lixões, através dos órgãos ambientais, através das universidades que prestam serviço ao Governo Federal, através de instituto de pesquisa. Ou seja, é gerenciar isso de forma adequada e econômica para o Gcver no Federal de forma que nós possamos ter esse inventário nacional de áreas degradadas, de lixões. E por que ter isso? Se eu não posso aplicar nenhuma solução a uma cidade, a um Estado ou a um País se não eu conheço o que eu tenho. Então eu tenho que ter realmente, conhecer quantos lixões nós temos para resolver isso. Evidentemente que esse é um dos pontos de um inventário nacional de resíduos sólidos que é mais importante do que isso. Então a aprovação da Política Nacional de resíduos sólidos, já comentei, é fundamental o apoio do Senado nesse sentido, um plano de ação governamental para a recuperação dessas áreas, depois se ter esse diagnóstico lá no inventário nacional, elaborasse esse plano de açao governamental para esses lixões, para essas áreas. Através de um plano que eu chamei PLANAGRES, Plano Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos. No setor de saneamento alguns de vocês já ouviram falar pelo menos do antigo PLANASA, que era um Plano Nacional de Saneamento que foi criado. Então além de nós termos uma Política Nacional de Resíduos Sólidos definida, a gente precisa também de ter esse Plano Nacional que vai nortear todas as ações do Governo no País no sentido de oferecer proposta para cada região no País. Então é importante esse Plano Nacional.

Criar um Fundo Nacional para setor de resíduos sólidos, isso é um importante fomento que pode ser criado de que forma? Na Europa como o senhor é conhecedor, Senador, existe um fundo de coesão, na Áustria existe um fundo também, e alguns Países e continentes existem fundos de coesões no sentido de apoiar algum setor. Então esse confundo de coesão é uma proposta que seria o quê? Aliás, o fundo de coesão europeu. Esse fundo que poderia ser criado aqui no Brasil advindo de multas ambientais que as multas ambientais realmente fossem cobradas, não só aplicadas, mas fossem cobradas, e os valores, a importância financeira desses fundos dessas multas iriam para esse fundo nacional de resíduos e dentro daquele plano nacional de resíduos iriam ser aplicadas em regiões que o Governo Federal priorizasse em função da necessidade. Então as propostas que a gente fez foi de forma a amarrar os problemas numa seqüência lógica. Então acho que isso é muito importante que sejam criados.

Criar um fundo setorial para o setor de saneamento. Esse fundo setorial é mais no sentido de apoiar os pesquisadores das universidades no sentido de desenvolver pesquisas no setor de saneamento que hoje é muito pequeno. Hoje o setor de saneamento a única linha de pesquisa que nós temos no Governo Federal é através do PROSAB, e pasmem os senhores, o PROSAB pertence à FINEP. Hoje para o PROSAB não parar, esse ano, ele pegou recursos emprestados da CT-HIDRO que é uma outra coisa que não tem nada a ver. Então para se ter essas ações o Governo Federal

tem que investir em pesquisas. Não tem como nós no Brasil, descobrindo as tecnologias adequadas para esses problemas se não tivermos pesquisas adequadas nas universidades. Um plano de ação conjunta de Estados, incentivos a projetos e experiências pilotos que usem tecnologia simplificadas e que possam servir de espelho para os outros Municípios. Então ter incentivos é realmente os Municípios que tenham esses projetos, a inserção econômica dos catadores de materiais reciclados social e econômica. Estabelecer prioridades por regiões, quer dizer, dentro desse Plano Nacional de Resíduos estabelecer as prioridades, a região mais carente, norte, nordeste, normalmente região sul, sudeste e centro-oeste está mais avançado, em todos os sentidos por ter mais recursos uma série de fatores, mas isso não quer dizer que eles não precisam disso. Precisam. Integração dessas instituições governamentais, ou seja, os Ministérios, o Ministério Público precisa falar a mesma linguagem. Que a gente costuma ver no Brasil é mesmo tendo-se leis, legislações, às vezes um fala de uma forma e outro fala de outra. Então é preciso ter essa linguagem única no sentido de todos falarem a mesma linguagem e resolver os problemas com direcionamento comum. Processos de licenciamento simplificados é preciso que se tenha. Esse outro ponto é muito importante, a cobrança de serviços de forma constitucional, o Diógenes falou aí, mas o nosso setor, Diógenes, o setor de resíduos sólidos a realidade que nós temos é muito diferente. Cerca, acho que 2 ou 3% dos Municípios do Brasil cobram de forma constitucional a maioria cobram a prestação do serviço de limpeza urbana dentro do IPTU, um nomezinho que tem lá embaixo, TSU, TLP que é um percentual do IPTU e que por ser dois impostos com a mesma base de cálculo se torne constitucional.

Então essa é a realidade do Brasil. E se é assim, precisa algo ser feito no sentido de que a gente possa dar uma sustentabilidade pelo menos econômica a esses Municípios para gerir todo esse sistema. Então isso é de fundamental importância.

Um outro ponto que eu coloquei, está muito ruim de ler, mas vou pegar aqui o auxílio da minha vista aqui. Criar um cadastro que eu chamei CCOF, um cadastro de obras e projetos, isso é muito importante, criar um cadastro de obras e projetos com parâmetros que impeçam a liberação de recursos financeiros a projetos devidamente reconhecidos pelos ministérios e que foram desmobilizados. E é isso uma realidade que a gente costuma ver no Brasil. Projetos bem sucedidos são implantados, são aplicados, recursos financeiros do Governo Federal, dos Municípios, dos Estados, e aí na mudança de gestão, por algum motivo esse projeto todo é desmobilizado, às vezes até por motivos que não adianta nós falarmos aqui, mas essa coisa é preciso que se tenha um cadastro nacional dessas obras e que quando esse Município vier buscar recursos em Brasília, vai lá, identifica isso e dá uma brecada. Não adianta a gente continuar jogando dinheiro sem ter o controle.

Então criar programas especiais para pesquisadores desenvolver pesquisa dentro das empresas. Isso é muito importante, Dr. Diógenes. Nós no Brasil não temos essa prática de botar pesquisadores dentro das empresas para estudar problemas como análise do ciclo de vida dos produtos, avaliação do ciclo de vida, estudar a questão da logística, reversas que indiretamente vão trazer problemas para os lixões, porque os produtos são fabricados sem essa análise e vão contaminar o meio ambiente trazendo custos adicionais ao sistema como um todo nacional.

Então é preciso além de tudo isso despertar na sociedade ações coletivas e ter atitudes governamentais. E é preciso que o Senador Cícero Lucena esteja presente a esse assunto que são assuntos de interesse e eu sei que existem Senadores aqui na Casa que vão estar juntos e vão ajudar o setor a resolver esses problemas.

Uma outra proposta a nível municipal é preciso que se tenha políticas públicas municipais. Alguns Estados já têm essas políticas públicas municipais, são 14 ou 15. Mas nós não temos a Política Nacional. Por isso a necessidade de ter ela. Política de incentivos fiscais, é preciso que os Estados definam políticas de incentivos fiscais para empresa e para a sociedade. Isso aí já está no nível municipal, né? Faltou o estadual. A elaboração de plano e gerenciamento. Essa política de incentivos fiscais através de ICMS sócio-ecológicos ou outros que já existem em alguns Estados no Brasil que ajudam de certa forma a consolidar a gestão de Municípios que priorizem a questão de resíduos sólidos de forma adequada.

O uso, é importante que nas políticas estaduais o uso da gestão associada de serviços públicos, através dos consórcios públicos, essa é uma ferramenta fundamental no sentido de se conseguir isso. É importante que os órgãos ambientais controlem esses empreendimentos novos que vão ser feitos através de índices de controle de qualidade desses empreendimentos. Porque senão o Governo investe dinheiro nesses equipamentos, os órgãos ambientais liberam as licenças em funcionamento desses empreendimentos e quando não existe uma contrapartida para saber se aquele equipamento está sendo feito de acordo com a licença, termina acontecendo aterros virando lixões e aí o dinheiro indo para o lixo. É preciso um

ponto importante. A fiscalização pós-implantação. No Brasil nós não temos essa prática, esse hábito. Mas é importante. Se fizéssemos uma pesquisa no setor de resíduos sólidos, cerca de 90% dos equipamentos implantados de resíduos sólidos foram desmobilizadas nos dois primeiros anos. Exatamente por essa ausência não só essa, mas por outros fatores também, mas por essa ausência de fiscalização de pós-implantação. Quer dizer, é preciso se articular o Governo Federal, Estados e Municípios através dos órgãos ambientais ou outros órgãos que sejam possíveis no sentido de se fazer essa fiscalização pós-implantação que é comum. Nos Estados Unidos para ter idéia, Senador, os projetos são fiscalizados cinco anos depois. Então os órgãos ambientais aí mandam relatórios anuais e semestrais dependendo do empreendimento, para o Governo ter conhecimento dessas coisas. Então é preciso somente articular essas ações de forma que ela trabalhe realmente com aquela proposta de gestão integral. E a níveis Municipais, eu já terminei falando aí é políticas públicas Municipais, políticas de incentivos fiscais para empresas e para sociedade, elaboração dos planos de gerenciamento que sejam consolidados de acordo com os planos municipais de saneamento pela lei de saneamento que estão sendo feitas, e a proposta para o setor privado é preciso que se tenha políticas de incentivos fiscais, programas especiais de apoio a pesquisadores nessas empresas, isso é importante, e a gente não costuma ter no Brasil, mas é importante que se tenha, e a questão da responsabilização de embalagens que é um assunto polêmico. Mas é preciso que se tenha também. Eu não sei se ainda tenho tempo, eu acho que uso aqueles três minutos, dá tempo.

Mostrar para os senhores e para as senhoras alguns estudos de caso. Por exemplo, aqui nós temos Olinda. Olinda na década de 80 tinha um lixão dessa forma, ele foi feito um processo de recuperação ambiental, e nesse caso lá em Olinda algumas ações foram implementadas como, por exemplo, a geometrização das células, a coleta de chorume, coleta do gás, tratamento desse efluente, a questão dos catadores existentes no lixão de Aguazinha foi feito também de forma adequada e hoje nós temos em Olinda um lixão famoso, na década de 80 foi despertado inclusive na mídia, não sei se vocês lembram que saiu no Jornal Nacional onde uma criança estava comendo um seio humano. Na verdade quem conhece um pouco de saneamento não existe muito disso. Porque o seio com duas horas ele não tem mais. Então foi feito um sensacionalismo naquela época e que por fim trouxe benefício para resolver essas questões.

Mais cenários bem rápidos. Aqui nós temos um Lixão Vertedere(F) que é um lixão em La Coruña na Espanha esse lixão em 93 estava nessas condições, e para verem que não é só no Brasil que nós temos essas situações. O lixão da Marambaia em Nova Iguaçu em 98 a situação era essa, degradação ambiental e total. O lixão de Jardim Gramacho no Rio de Janeiro, 96 e 98 a situação era essa, o Lixão do Roger lá em João Pessoa em 96 a situação era essa, também em 2001, em 98 vejam aí esse lixão do Roger ele é ao lado de um mangue, onde toda essa vegetação do entorno estava sendo queimada através da ação do chorume que escorria por aí. Crianças e famílias morando lá dentro do Lixão do Roger. E como é que foi feito a transformação desses processos aí? Em La Coruña, em 98 foi feito um processo de transformação do lixão de La Coruña e recuperação ambiental e ficou nessas condições. Hoje esse lixão é um ponto de visita, é um ponto turístico da cidade. Mas, no entanto, a diferença nossa para eles é dinheiro. E foi investido cerca de dez bilhões de euros para se deixar nessa situação. Então lá é muito fácil até em função do fundo de coesão aquele fundo que eu falei para vocês investir oito bilhões de euros nessa obra. Então se muda a paisagem de um lixão para um ambiente hoje que é um cartão postal da cidade. O lixão da Marambaia como vocês viram anteriormente está dessa forma, hoje, recuperado em 2001. O lixão de Jardim Gramacho no Rio de Janeiro a recuperação hoje está nessa forma, o lixão do Roger através das ações que foram implementadas ações operacionais [soa a campainha] e ações sociais ficou dessa forma. Onde as células foram recuperadas, o chorume foi recuperado e tratado, os gases foram coletados e tratados, foram feitos uma urbanização, as células de lixo todas revegetadas com a conformação... Um amplo programa de inserção social de catadores. Na época nós tínhamos cerca de 500 catadores morando dentro do lixão e foi feito esse processo de inserção dos catadores através de duas unidades de reciclagem. Uma essa dentro do Lixão do Roger e outra no aterro sanitário, porque foi fechado o Roger e foi criado uma solução adequada que foi um aterro metropolitano e aí os catadores foram inseridos também na coleta seletiva das ruas do bairro através de metodologia simples. Essas metodologias que o Brasil precisa. Não adianta importar coisas caras que não funcionam. Então um carrinho simples, os catadores fazem coleta nas casas, eles funcionavam lá como agentes ambientais, não só coletava resíduos, mas dava informações à sociedade com o tema. E esse lixão que era um dos lixões histórico no nordeste nessa época tinha 40 anos, pôde novamente sonhar através de ações administrativas onde se tinha antes

áreas degradadas você podia ver na foto anterior lá crianças que estavam empinando pipas, quer dizer, sonhando junto com essa pipa mudando essa realidade desgastante que tinha nessa área.

Área recuperada uma parte. E é preciso que a gente tenha também aquela questão das atitudes e aí vou deixar uma proposta para o Senado, uma proposta em cima do tema. É preciso que nessas atitudes a gente gere, às vezes a gente gere essas coisas por consciência ou por necessidade. Essa foto que vocês estão vendo é uma foto na África onde uma pessoa pegou duas PET e fez uma sandália. Ele está fazendo reciclagem de forma por necessidade. Mas quando a gente tem conhecimento e quer fazer, a gente pode fazer isso. E uma proposta que eu deixo aqui hoje, uma proposta que eu deixo para o Senado, Senador Cícero Lucena, é que a gente nessa área o Senado, por exemplo, existe programas de coleta seletivas implantadas aqui no Senado já ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Algumas áreas.

SR. JOSÉ DANTAS DE LIMA: Algumas áreas. Então implantar esses programas mediante Decretos que são feitos, e que o Senado, alguns Senadores que são... O Senador ali eu sei que é ligado ao tema, Inácio Arruda, passem a utilizar, dar exemplos, papéis reciclados nos seus gabinetes, passar a fazer realmente atitudes no sentido de melhorar essas coisas. Não adianta muito a gente estar falando e não estar praticando. Esse é um dos grandes problemas da vida nossa como ser humano.

Então é preciso responsabilização cidadã para que a gente consiga um mundo melhor, um mundo sustentável de forma que a gente possa gerar o meio ambiente de forma melhor, ou seja, passar o nosso planeta que a gente vive para gerações futuras pelo menos em situações iguais a que a gente recebeu.

Então é preciso que a gente realmente tenha essas atitudes de forma constante na nossa mente. E assim como uma mensagem final, geralmente o problema em nossas vidas não é o não saber fazer algo, não é a gente fazer algo, é sim o não fazer. A gente ter atitudes, sabe que tem que fazer, mas não fazer. Então eu queria deixar essa mensagem que a gente possa realmente fazer e esse Senado, essa Casa, os Senadores aqui presentes, os demais, são importantes no sentido de estabelecer parâmetros e metas para ajudar esse problema que é um problema sério, não só no Brasil, mas no mundo inteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado ao Dr. Dantas. Eu renovo dizer que o conheço porque ele foi um dos coordenadores, senão o coordenador principal da solução do Lixão do Roger na cidade de João Pessoa e conseqüentemente com a sua experiência já editou dois ou três livros. Três livros. Está fornecendo inclusive à biblioteca do Senado para que possa nos ajudar com sua experiência.

Como hoje nós estamos coincidindo o nosso horário da Sessão com a da Sessão Ordinária do Plenário, obviamente que os Senadores não puderam estar todos aqui presentes como nós assim gostaríamos, mas registro a presença também do Senador Inácio Arruda, que como bem disse o Dr. Dantas é alguém a exemplo dos outros, compromissado com essa causa tão importante.

Eu fico feliz porque todos os dois expositores colocaram a disposição de trazer não só o diagnóstico, mas principalmente trazer proposta numa área que cabe ao Senado que é a questão legislativa. De legislar e fazer leis que possam ser efetivamente adotada e implementada principalmente pelo Poder Público, que tem uma parcela muito importante nesse assunto que são os nossos Municípios em particular por conta de ser o responsável pela coleta e pelo destino final dos resíduos sólidos, domiciliares obviamente que os industriais como aqui foi dito também pelo Dr. Diógenes, há uma fórmula que hoje está sendo adotada, Senador Inácio Arruda, que ele representa as empresas que operam os lixões, os aterros sanitários onde ele fez uma comparação muito importante, que quem gera normalmente é a indústria, contrata terceiros para cuidar do resíduo sólido e quem não fiscaliza, que é exatamente a sociedade que deveria fiscalizar e nesse intervalo pode ocorrer problemas de qualidade desse gerenciamento, às vezes se busca até um preço mais barato deixando de lado, vamos dizer assim, o cumprimento da legislação e os dois foram comuns na questão de dizer que nós precisamos ter não só um diagnóstico para o País, que essa é a intenção dessa Comissão de provocar esse diagnóstico, obviamente que nós não teremos condições aqui de fazer, mas de provocar isso e de preferência que seja feito pelo Governo Federal, para depois estabelecermos então parâmetros e soluções para o tamanho do problema que for devidamente diagnosticado.

Encontramos aqui também a sugestão de fundos que sejam realimentados pelas, vamos dizer assim, multas aplicadas por infringimento à legislação e esses recursos sejam gerenciados com o mesmo objetivo que é o objetivo ambiental.

A questão social que foi colocada aqui com muita propriedade, já que hoje nós devemos ter sobre a opinião dada pelo Dr. Dantas cerca de apenas 8 a 10% dos Municípios brasileiros operam com aterro sanitário. O restante são lixões. Quer dizer, isso dá uma demonstração clara de que o Senado está no caminho

certo de estabelecer uma política através da legislação, mas também se preocupar com mecanismo de fiscalização com planejamento, com Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e que isso seja estendido aos Estados, respeitando a independência dos entes federativos, mas que eles sejam parceiros do Governo Federal, os Governos dos Estados e os Municípios na busca da solução desse problema. E sem dúvida nenhuma também mecanismo de financiamento, principalmente para os pequenos Municípios. Porque hoje basicamente e desses aterros 8 a 10% hoje funciona, na sua grande maioria são aterros privados. Que é fruto de iniciativa privada onde as Prefeituras pagam pelo depósito, pela tonelada depositada diariamente para ser operado no aterro sanitário.

Eu acho que aqui também foi muito importante a colocação de nós ampliarmos os recursos para pesquisa e tecnologia no sentido de que esse seja um instrumento fundamental para nós termos as melhores soluções e as soluções adequadas às nossas realidades e conseqüentemente dê a sua parcela que nós consideramos muito importante a questão da tecnologia já que hoje basicamente nós trabalhamos apenas em aterro sanitário quando a gente já tem conhecimento no mundo afora de outras tecnologias que são adotadas, obviamente que tem custo, mas que esse custo pode muito bem ser absolvido. Eu mesmo tive a oportunidade de visitar nos Estados Unidos mais de uma geradora de energia queimando lixo. Hoje se fala em problemas de geração de energia no País, já está se admitindo até a questão da energia nuclear, mas temos uma alternativa de geração de energia com os lixos que aí obviamente vai depender do volume do lixo gerado, não pode colocar em toda a cidade, mas isso tem que fazer parte do debate também como um dos instrumentos que reduz em muito o resíduo sólido quando ele é incinerado para gerar energia.

Então são esses itens que nós consideramos muito importantes, passarei a palavra ao **SENADOR INÁCIO ARRUDA** e em seguida retomarei para que nós possamos encerrar a Sessão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Cícero Lucena, primeiro cumprimentar V.Exª pela condução dos trabalhos dessa nossa Subcomissão.

Segundo, tem um livro do Érico Veríssimo muito famoso. "Olhai os lírios do campo". E nós podemos associar porque a maioria das alternativas no tratamento de resíduos sólidos atendem as megalópoles e municípios que normalmente estão em regiões metropolitanas, a grandes aglomerados urbanos associados. Nós teríamos que trabalhar muito na alternativa. Acho que os nossos expositores estão preparados para tratar desse assunto. Hoje nós temos a figura do consórcio. Claro que às vezes você faz um consórcio de cinco, seis, oito até dez Municípios. Mas as distâncias são razoáveis. Então você tem um custo operacional também grande para populações pequenas e muito pobres no interior do Brasil. Especialmente regiões como nordeste e norte e algumas regiões do centro oeste que deveriam se compensadas. Eu vi a idéia do fundo. Digamos que possamos ter fundo para João Pessoa, para Fortaleza, para Recife. Mas são fundos em cidades que tem potencial muito grande de bancar essa coleta e o tratamento dos seus resíduos sólidos. E os Estados ou uma organização que envolvesse o Estado ou o Ministério em parceria, também precisa criar um mecanismo para poder bancar essa manutenção de equipamentos em Municípios com populações pequenas e com renda muito baixa no interior do nordeste brasileiro. Porque eu falei de olhai os lírios do campo para que a gente possa olhar o lixo do campo. Porque esse está sem condições ainda adequadas. As Prefeituras ainda são muito pobres, muito... Com pouco profissionalismo no seu gerenciamento. Então você não tem um corpo técnico profissional capaz de atender a essa necessidade que tem que ser resolvida hoje. Quer dizer, essa situação de La Coruña, João Pessoa, Recife, Fortaleza, que colocaram seus lixões no leito praticamente dos mananciais hídricos, essa realidade é a realidade das pequenas cidades e médias cidades do interior do nordeste brasileiro.

Eu cito um caso objetivo, do nosso Estado, do Ceará, que pode estar associado com a Paraíba e mesmo Pernambuco e Rio Grande do Norte. Nós reivindicamos e lutamos por mais de 150 anos para fazer a interligação da bacia do São Francisco com o nordeste setentrional. Finalmente, começamos essa obra. E digamos que daqui a dois anos essa obra esteja concluída, digamos assim, fornecendo um pouquinho mais de água para as bacias de rios e regiões importantes de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte. O que é que ocorre? É que a margem desses mananciais, no caso do Ceará, que a água vai entrar pelo Cariri, depois no Rio Salgado, toda a bacia do Rio Salgado, nós podemos dizer mesmo a cidade de Juazeiro que tem um pouquinho mais de tratamento de resíduos sólidos, mas todas as outras cidades praticamente não tratam os seus resíduos sólidos. Nem tratam do lixo e nem tratam dos esgotos. E esses esgotos são jogados praticamente "in natura" no leito dos rios, contaminando toda a água que é recebida no período de chuvas e digamos que a partir de agora toda a água vai ser recebida do São Francisco. Nós já estávamos naquela expectativa. Se tratarmos os resíduos sólidos, se tratarmos bem os esgotos, o lixo, a água vai melhorar o nosso... O PH nosso vai ficar

melhor, digamos assim, desse líquido precioso para todos nós. Se não fizermos isso, não teremos sucesso em melhorar a qualidade da água na nossa região com a vinda do Rio São Francisco. A mesma coisa ocorre com o Rio Jaguaribe. Desde o Açude Orós até a foz do rio, as cidades principais, cidades médias, as cidades grandes como Iguatu, Icó, essas cidades todas precisam ter uma rede de tratamento de esgoto e um grande programa de tratamento dos seus resíduos sólidos com aterros bem preparados, adequados.

Agora tudo isso vai ensejar que a gente crie um mecanismo. Eu acho que nós já temos uma boa legislação ambiental e legislação que pode até entrar na questão da regulamentação desse setor. Na área de tecnologia também nós avançamos muito. Nós temos tecnologia hoje podemos avançar mais ainda para a geração de energia, etc, mas nós temos tecnologia para resolver essas situações. Hoje com tranqüilidade. Pode observar todos esses casos inclusive tem soluções diferentes. E nós fomos resolvendo. Quer dizer, o agente ambiental que é o carroceiro que passa hoje fazendo a coleta de lixo, ele vai começar a orientar o pessoal e evidentemente ele tem que ir tratando logo de se reciclar também para conseguir um outro tipo de ocupação porque a medida que ele orienta a população ele perde aquele lugar de trabalho felizmente. Porque esse é um tipo de trabalho ainda muito degradante na sociedade humana. Não só no Brasil, isso é na África, na Ásia, na Europa, na América do Norte, Estados Unidos Canadá você encontra gente fazendo esse tipo de coleta de lixo no meio da rua. Então eu acho que tem tecnologia, sim, para nós resolvermos. Nós estamos naquele ambiente de necessitar, de um aprimoramento na regulamentação dos consórcios e da ação dos Municípios, e da decisão política, de Governo, de País, Estados e Municípios colocar essa questão como uma questão central.

Acho que nós podemos aprimorar esses mecanismos a partir do exame que está sendo feito aqui na nossa Subcomissão, quer dizer, a nossa contribuição de Senadores da República, no aperfeiçoamento da legislação e também nas idéias que são proferidas aqui pelos técnicos, pelos pesquisadores, pelos intelectuais que pensam essas questões e pelo povo simples que está lá catando lixo e que tem solução. Ele tem opinião pra dar. Ele não chegou na universidade, mas a vida ali na coleta do lixo diário puxando a carroça lhe mostra o caminho para resolver aquele problema. E essa opinião pode ser trazida aqui para discutirmos conosco. E sugiro então que nas próximas rodadas V.Exª também traga para cá os carroceiros. Para que dêem sua opinião a respeito de como é a vida e que soluções eles podem apresentar para a questão do tratamento de lixo no nosso País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu que agradeço, **SENADOR INÁCIO ARRUDA** pela sua participação e sua lucidez e conhecimento de um assunto tão importante. E dizer que o senhor tocou nos pontos que aqui foram tratados de uma forma muito especial. O Dr. Dantas disse, por exemplo, que nós temos mais de 500 mil catadores de lixo. No Brasil. Mais de 500 mil. A população maior do que muitas cidades e às vezes até Países.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Para citar uma cidade que foi objeto de análise, maior do que a cidade de Olinda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Exatamente. E também acho que é importante um papel da nossa Comissão e puxar esse assunto, é no sentido da questão do compromisso. Do envolvimento.

Eu já contei uma história, eu não sei se V.Exª já ouviu de que 1989 eu estive na Suíça com um amigo meu que estava fumando e terminou o cigarro da carteira e ele jogou a caixa no chão. Obviamente que eu estou traduzindo o suíço então pegou a carteira e disse, "cavalheiro, o senhor deixou cair a caixa". Ele disse, "não, eu quero mais". Aí ele disse: "Nós também não queremos". E como aqui o Dr. Diógenes no início da sua exposição colocou com muita propriedade que às vezes não é só falta de dinheiro, não é falta de tecnologia. É também de compromisso em fazer. Ele citou a experiência da estação espacial internacional que solta uma nave, cerca de uma tonelada a cada quatro meses no oceano. Falta tecnologia a eles para tratar isso? Falta dinheiro para cuidar disso? Não. Falta envolvimento. Compromisso.

Então, quer dizer, isso é algo que a gente tem que provocar na sociedade brasileira essa discussão. Por isso é que nós iniciamos essas nossas Audiências Públicas com esse objetivo. Trazendo os técnicos não só do setor privado, trazendo técnico da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, no caso o Dr. Dantas, vai vir também o Presidente da Confederação dos Prefeitos, para dar a visão do Município, do problema, da necessidade de financiamento, das multas que hoje estão sendo aplicadas em municípios porque o município não tem capacidade técnica nem financeira de resolver o problema, daí a gente ter essa preocupação de fazer a legislação, de chegar junto aos municípios, provocando o Governo Federal, estimulando os governos dos Estados, para que os próprios municípios tomarem consciência de fazer os consórcios que é um passo importante para que a gente busque a solução desse problema.

Então eu passo a palavra para encerramento renovando o agradecimento pela presença dos senhores, bem como a necessidade de que informar que todo esse material das exposições e dessas audiências estão disponíveis no site do Senado, WWW.SENADO.GOV.BR, na página da Comissão do Meio Ambiente. Então todos esses assuntos, bem como a parte de gravação também, das audiências nós estaremos disponibilizando para que não só aqueles que participam dessa audiência possam dar a sua contribuição, como também todo aquele cidadão brasileiro ou entidade nacional ou mesmo local que queira dar sua contribuição o faça. E quero dizer que já está no planejamento o convite das cooperativas de catadores de lixo, exatamente vivendo essa experiência, como das empresas que hoje estão se preocupando, por exemplo, com a logística reversa, que é um item que vamos discutir, a questão de design das embalagens dos produtos com a consciência ecológica, não adianta ter uma bela embalagem contaminando o meio ambiente. Então tudo isso vai ser pauta da nossa Comissão.

Com a palavra, então, o Dr. Dantas para o encerramento.

SR. JOSÉ DANTAS DE LIMA: Bom, gostaríamos de agradecer nossa presença e para ser breve nos colocar à disposição do Senado no que for preciso para que a gente possa contribuir de alguma forma. Eu sou um lixeiro apaixonado. O Dr. Cícero me conhece muitos anos. E o que eu puder contribuir contém comigo, com a ABES para que a gente possa juntos tentar a busca de soluções adequadas para esse País.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado. Com a palavra o Dr. Diógenes.

SR. DIÓGENES DEL BEL: Bom, só para encerrar acho que as palavras do Senador Cícero Lucena quando falou que um ponto importante é o comprometimento, é o compromisso de todos os envolvidos com a solução do problema, com a qualidade ambiental, acho que é o que sintetiza toda a questão. E eu encerro agradecendo o convite e a oportunidade, felicitando pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado. Não tendo nada mais a discutir, declaro encerrada a presente Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 16h22.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS.

Às quatorze horas e cinqüenta e sete minutos do dia quinze de agosto do ano de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador CÍCERO LUCENA, reúne-se a Subcomissão Temporária para a discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com a presença dos Senhores Senadores SERYS SLHESSARENKO, WELLINGTON SALGADO, INÁCIO ARRUDA e FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Presente, também, o Senhor Senador LEOMAR QUINTANILHA, não pertencente à Subcomissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submetendo à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, em atendimento ao Requerimento nº 01/2007-CMAGRS, de autoria do Senador CÍCERO LUCENA, "com a finalidade de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados 'lixões' e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotados pelos entes públicos e privados". Comparecem os seguintes convidados: RODRIGO DIAS, Técnico de Assuntos Ambientais da Confederação Nacional de Municípios - CNM; ANDRÉ TEIXEIRA DE VILHENA, Diretor Executivo do Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE e MÁRCIA ABADIA MARTINS, Presidente da Cooperativa Granja Julieta. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador FLEXA RIBEIRO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Cícero Lucena,** Presidente.

Notas taquigráficas da reunião realizada em 15.08.2007

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Havendo número regimental declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária para discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiveram de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se a uma Audiência Pública no âmbito dessa Subcomissão para que nós possamos discutir os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados lixões e apresentar propostas para a solução desses problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotados pelos entes públicos e privados com os seguintes convidados: Sr. Rodrigo Dias, técnico de assuntos ambientais da Confederação Nacional dos Municípios; Dr. André Teixeira de Vilhena, Diretor Executivo do Compromisso Empresarial pela Reciclagem, CEMPRE, e Srª. Márcia Abadia Martins, Presidente da Cooperativa Granja Julieta.

Passo a palavra inicialmente ao Sr. Rodrigo Dias representando a Confederação Nacional os Municípios, com o tempo de 15 minutos para sua explanação, podendo ser prorrogado, se assim for necessário.

SR. RODRIGO DIAS: Senador Cícero Lucena, em seu nome eu quero cumprimentar a também Senadora Serys Slhessarenko e, em nome de V. Exªs., cumprimentar a todos os participantes desta Audiência Pública.

É uma satisfação para a Confederação Nacional dos Municípios estar aqui, ser parceira da Comissão que busca soluções para essa questão do lixo, tão importantes no dia-a-dia das nossas cidades.

Eu trago em nome do Presidente da Confederação, Presidente Paulo Ziulkoski o cumprimento e a saudação municipalista ao senhor, a Senadora Serys Slhessarenko e a todos os participantes. Dizer que a CNM hoje é uma entidade que representa os 5562 Municípios Brasileiros, aqui em Brasília, trazendo os pleitos desses municípios, junto ao Congresso, junto ao Poder Executivo da União e faz esse trabalho com uma sede aqui em Brasília. Desses 5562 municípios, perto de treze mil são filiados da Confederação e pagam mensalmente uma contribuição para ter além da representação política, algo mais, que são as ações voltadas ao fortalecimento da gestão local, nas mais variadas áreas, entre elas, a ambiental.

No início deste ano, por determinação do Presidente Paulo Ziulkoski foi criada uma área técnica dentro da entidade para auxiliar os municípios na área ambiental, primeiro para chegar ao diagnóstico da situação, foi feito um levantamento com os nossos Prefeitos, na última marcha Brasil, qual era a grande dificuldade ambiental no dia-a-dia das prefeituras e também ouvimos as comunidades sobre esse assunto e chegou à conclusão de que um dos graves problemas da área ambiental, hoje, nas nossas cidades, é a falta de continuidade das ações administrativas na área ambiental, por vez, eu tenho um gestor público que é mais sensível às causas ambientais, desenvolve uma série de projetos durante a sua gestão, mas o que sucede não acredita nisso, tem uma outra postura e, enfim, por vezes, param ações ambientais tais naquela cidade naquele ente local.

A CNM preocupada com esse falta de continuidade criou um programa de gestão ambiental municipal, voltado justamente a garantir a continuidade dessas ações administrativas e como fazer isso? Através da institucionalização da questão ambiental no Município, ajudando o Município a desenvolver um sistema Municipal de Meio Ambiente, que esse é uma carência das nossas cidades, por vezes, as cidades tem Conselho Municipal, mas ele não é ativo, não trabalha, algumas tem Fundo, mas esse Fundo não se presta às suas finalidades, não tem uma Secretaria constituída ou um órgão administrativo para tratar das questões ambientais.

A CNM criou esse programa de gestão voltada a institucionalizar a questão ambiental do Município, a partir da capacitação dos agentes públicos, auxiliando eles a criar um sistema Municipal, aonde tenha um Conselho Municipal de Meio Ambiente atuante, um Fundo Municipal pronto para receber recurso, para desenvolver projetos, uma legislação própria que trate da questão do licenciamento ambiental de impacto local, por exemplo, que é uma necessidade das prefeituras assumirem no nosso País, isso porque, tem competência para fazer o licenciamento das atividades de impacto local, a CNM criou este programa com esse intuito e começamos a desenvolver, esse ano, essas ações para as mãos dos Municípios. Evidentemente que, acreditamos que, com essa estrutura administrativa, que garante a continuidade das ações, fica muito mais simples desenvolver projetos, garantir a continuidade do projeto, inclusive, projetos que envolvam a questão do lixo, do gerenciamento de resíduos sólidos. Por isso, que a nossa primeira preocupação foi, como eu comentava, constituir esse sistema Municipal e, a partir disso, fazer um diagnóstico dos problemas, ou-

tros problemas envolvendo a questão ambiental. Um deles, sem dúvida, é o lixo.

Por isso, que a CNM constituiu uma área técnica que está fazendo um levantamento sobre as dificuldades dos Prefeitos, os anseios das comunidades locais, a respeito da questão lixo.

A gente sabe que, hoje, isso tem uma dimensão social, ambiental, econômica, é um problema que envolve multidisciplinar, que envolve uma abordagem multidisciplinar, a CNM se preocupou em fazer um diagnóstico e chegar, a partir disso, a uma proposta para apresentar à Comissão e quer ser parceira da Comissão para desenvolver ações nesse sentido, nesse programa central do lixo.

Um assunto que o Senador Cícero, quando foi Prefeito de João Pessoa desenvolveu muito bem lá ações na área de Educação Ambiental, nos mostrava um material aqui, agora a pouco, uma das grandes preocupações também da CNM é a questão da Educação Ambiental, que está também dentro do nosso programa de gestão.

Senador eu trago a palavra do Presidente Paulo, colocando a CNM, hoje, com a sua representação, seu peso político, a sua atuação técnica, totalmente a disposição do Senado e dessa Comissão, para desenvolver ações nesse sentido.

As propostas mais concretas que são os objetivos da reunião, apresentar parâmetros, metodologias, obrigações, isso nós estamos desenvolvendo lá com a área técnica, como eu disse, pesquisando isso para chegar a uma proposta que atenda aos anseios da nossa comunidade e dos Prefeitos. E vamos, assim que tivermos isso concluído, acredito que num prazo bastante curto, que já vem sendo desenvolvido esse trabalho lá dentro, poder trazer aqui à Comissão os resultados desse trabalho.

Outra coisa que eu trago como preocupação dos gestores municipais, conversávamos antes também sobre esse assunto, é muitas vezes, um pensamento que se tem macro de que legislar sobre determinado assunto vai ser a melhor solução para resolver os problemas, nós temos nessa questão de resíduo e mais mesmo na questão ambiental, uma abundância da legislação já, nós precisamos partir para um trabalho mais ativo da fiscalização, então, das entidades para saber se elas estão atuando ou não no cumprimento dessa Legislação que já existe e menos na produção de normas, porque isso na área ambiental há em abundância no País e a questão do lixo, como é uma questão que trata, tem muito aspecto local, mesma peculiaridade local, sem dúvida uma preocupação da CNM, da Confederação, que representa os municípios é que uma legislação de política nacional, que pode fazer uma política nacional, mas que tenha o cuidado de não entrar no detalhamento das questões locais, porque nós estaríamos dentro de uma situação de invasão da esfera de competência municipal autônoma, para deliberar sobre os assuntos de interesse local, que é a questão da coleta seletiva de resíduo do lixo.

Uma preocupação que a gente tem, como entidade também, é de garantir que essa esfera de competência do ente seja preservada e que a legislação de política nacional se preocupe em estabelecer diretrizes gerais, mas que não entre em grande particulares porque isso vai tornar essa própria norma ineficaz no futuro por conta das inconstitucionalidades, enfim, que ela possa ter. Essa é uma preocupação que gente tem e gostaria de acompanhar de perto e estamos à disposição da Comissão para isso.

E outra questão também, Senador, é o fato de que as prefeituras hoje, o Município e a Prefeitura, o Prefeito é a face de poder mais próxima do cidadão, o Prefeito quando vai ao supermercado, quando vai a banco, o cidadão o pega pelo braço e diz: "Prefeito eu estou com um problema na minha rua; Eu estou com um problema na iluminação pública em frente a minha casa". Ele é a face do poder mais próxima do cidadão e recebe ali os anseios do cidadão em todas as áreas, algumas coisas que são de sua competência, outras não.

O Prefeito recebe reclamação sobre segurança pública todo dia e, nem por isso, tem competência para atuar mais definitivamente na questão da segurança. Uma preocupação da CNM é justamente, cada vez mais existe uma delegação de competência, enfim, uma passando atribuições ao Município e não ter recursos correspondentes para que o gestor lá da ponta, possa tocar essas atividades, muitas vezes, nós temos uma abundância de legislação passando atribuição aos municípios, mas e os recursos para fazer isso?

Essa é grande luta do Presidente Paulo que a gente pense na República, essa República Federativa que tem esses entes autônomos e que eles formem a República, ou seja, a União, os Estados membros e o Município, possam atuar num regime de necessária colaboração, mas nunca de sobreposição, ou o pensamento de que o gestor local é irresponsável, o gestor local é ineficiente. Nós temos 5.563 gestores locais, vamos ter problemas evidentemente, mas tenho certeza que esse gestor que está na ponta do sistema, que encontra o cidadão no dia-a-dia, tem muito mais condições de responder aos anseios do cidadão, mas precisa de estrutura para fazer isso, precisa de recurso, às vezes, falta também ao gestor local à informação, a capacitação e uma Instituição como a CNM se propõe a suprir isso também. Lutar, evidentemente,

pelas prerrogativas do Município, por assegurar sua competência, mas levando informação para que ele atue cada vez mais e melhor com eficiência na gestão. Essa é a palavra que eu trago do Presidente Paulo e dizer que estamos desenvolvendo um trabalho para chegar a uma proposta mais concreta de parâmetros e metodologias para essa questão do lixo, dizer que Confederação está à disposição da Comissão para todo o trabalho na questão ambiental, que é de total interesse da Confederação estar disposta a auxiliar os trabalhos da Comissão, Senador. Seria essa a minha intervenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado ao Dr. Rodrigo Dias, representante da CNM e, dando continuidade, passamos a palavra ao Sr. André Teixeira de Vilhena, representando a CEMPRE, que é o grupo Executivo Empresarial de Reciclagem.

SR. ANDRÉ TEIXEIRA DE VILHENA: Excelentíssimo Senador Cícero Lucena, Presidente da Subcomissão temporária sob o gerenciamento de Resíduo Sólido, Senadora Serys Slhessarenko, em nome do CEMPRE nós agradecemos o convite para participar dessa Audiência Pública aqui no Senado. Nós vamos falar hoje um pouquinho do cenário brasileiro da coleta seletiva de reciclagem e, também, o que as empresas, através do CEMPRE, tem feito para colaborar com essa questão da reciclagem, especialmente no âmbito do pós-consumo, o resíduo sólido urbano. O CEMPRE é uma associação sem fins lucrativos e, hoje, as empresas que mantém o CEMPRE, juntas, elas têm o faturamento em torno de cem bilhões de reais por ano.

Os primeiros *slides* falam sobre o que é o CEMPRE é uma associação privada, sem fins lucrativos, foi fundada em 1912, esse ano estamos completando 15 anos de atividades no País voltado para pesquisa e difusão de informações com relação à questão da coleta seletiva e da reciclagem especialmente. O CEMPRE tem trabalho também focado na questão de fechamento dos lixões, substituição por aterros sanitários. Podemos passar.

A missão do CEMPRE é a promoção do gerenciamento integrada do lixo sólido Municipal, a coleta atendendo a 100% da população, a coleta seletiva, a reciclagem e a disposição final adequada. A promoção da reciclagem pós-consumo e a difusão da Educação Ambiental com foco nos três "R": Reduzir, reutilizar e reciclar. As empresas que se reuniram e montaram o CEMPRE elas são empresas que têm uma visão próativa com relação ao que acontece no pós-consumo, além de cumprirem com a legislação pertinente, elas tem uma preocupação de fazer algo mais, e esse algo mais, é ajudar o País a desenvolver o setor de reciclagem.

Essas são as empresas que mantêm o CEMPRE, tem também nesse folder, que está sendo distribuído. Nós temos empresas dos mais diversos setores, setor de bebidas, alimentos, cosméticos, papel e celulose, embalagens, o setor de varejo e isso confere, enriquece muito o trabalho da instituição, em função desse caráter que nós temos, entre aspas, de ecumenicidade, são vários os segmentos trabalhando conjuntamente.

Nós vamos falar um pouquinho sobre como está a coleta seletiva no Brasil. Nos últimos dez anos, nós avançamos bastantes e vocês vão ver que hoje o Brasil é, inclusive, uma referência para países em desenvolvimento, na reciclagem de vários materiais. Nós temos hoje coleta seletiva no Brasil acontecendo no plano porta a porta, que é a Prefeitura, que passa coletando e separando basicamente secos e úmidos, quem mora em Curitiba, em Porto Alegre e, agora aqui Brasília está voltando, está familiarizado com esse sistema. Nós temos também as coletas voluntárias, locais onde as pessoas levam voluntariamente o material seco, plástico, papel, vidro, metal e, depois, ele é encaminhado para centros de triagens.

Nós temos o trabalho do catador autônomo e o cooperativado e, depois, mais para frente nós vamos falar um pouco mais sobre a importância das cooperativas e já adiantamos que, hoje, o Brasil tem elevados índices de reciclagem para vários materiais, graças ao trabalho que é feito pelos catadores e depois a Márcia vai poder dar um testemunho mais específico. Temos a coleta feita por sucateiros e é muito comum, principalmente nos grandes centros, e alguns outros projetos que, por exemplo, no âmbito empresarial.

Podemos passar. Aqui a gente tem, por exemplo, a coleta porto a porta, que é um modelo que deu certo no Brasil, normalmente conduzido pela Prefeitura, sozinha ou em parceria com cooperativas de catadores, por exemplo, Londrina, no Paraná, tem um sistema interessante de parceria com cooperativas de catadores, que em determinadas regiões da cidade ela mesma faz a coleta, porta a porta, com caminhões cedidos ou pela Prefeitura ou pela iniciativa privada. Está o exemplo clássico no Brasil de coleta de secos, porta a porta.

Aqui temos um exemplo de sistema de coletas voluntárias, do lado esquerdo, exemplo de sistemas municipais, algumas prefeituras como é a caso de Niterói, já introduziram esse sistema, parece muito com aquele sistema *drive thru* de cadeias de lanchonetes, as pessoas no caminho para o trabalho, para o lazer, elas param nesses pontos de entrega voluntária e colocam o material reciclável a disposição depois para

a coleta, incluindo os resíduos chamados perigosos que nós temos no âmbito urbano, como por exemplo, lâmpada fluorescente, baterias.

Ali nós temos, à direita, um exemplo de uma rede de varejo que também faz um programa abrangente de coleta voluntária. As pessoas quando vão fazer as compras, elas levam o material reciclável, esse material depois é encaminhado para cooperativa de catadores. Como nós falamos, o catador hoje, ele é a figura protagonista desse avanço da coleta coletiva e de reciclagem no Brasil e, aqui, nós podemos ver alguns exemplos de cooperativas, nós podemos notar que é um trabalho mão-de-obra intensiva, gera grande quantidade de postos de trabalho e o coração para o funcionamento em escala econômica dessas cooperativas é a prensa hidráulica. Alguns números sobre os catadores.

Hoje, segundo a Cáritas, a Pastoral de Rua e o Movimento Nacional dos Catadores existem cerca de 800 mil catadores nas ruas, trabalhando e, infelizmente, nas cooperativas ainda são entre 20 e 25 mil, que é um número pequeno ainda. Na cooperativa, o catador tem melhores condições de trabalho e, inclusive, melhor oportunidade de renda também, em muitos casos, mas infelizmente, a maioria ainda trabalha de forma autônoma.

Nós temos no CEMPRE mais de 500 cooperativas ou associações de catadores cadastrados, portanto, é um segmento já consolidado e importante no País. Aqui, uma relação de investimentos por parte do poder Municipal, em relação a postos de trabalhos gerados, no caso das cooperativas, a gente vê uma relação bastante favorável de dois mil e 500 reais investidos para cada posto de trabalho gerado, para uma renda média de um salário-mínimo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e nas regiões Sudeste e Sul uma média de um ponto cinco salário-mínimo, ganha o catador.

Alguns casos comuns, eu não sei no caso da Cooperativa da Márcia, ela pode falar depois, mas há casos de catadores que ganham mil e quinhentos, dois mil e quinhentos, até três mil reais por mês, trabalhando na coleta seletiva, mas não é regra geral, a média está em um salário-mínimo e um salário-mínimo e meio.

Aqui entra uma boa parte dos trabalhos do CEMPRE, das empresas que mantêm o CEMPRE, empresas que têm uma visão pró-ativa com relação à questão da reciclagem e que entendem que tem a sua responsabilidade pós-consumo, com o que acontece ponto para fora do muro das empresas, e o modelo que nós elegemos no Brasil para trabalhar é o modelo, que chamado, conhecido mundialmente como *triple bottom line,* é o tripé da sustentabilidade econômico ambiental e social.

No caso brasileiro, o componente social é muito forte, por exemplo, se comparamos com um País como a Alemanha, a questão social aqui ela tem um componente mais importante do que em um País como a Alemanha, o trabalho, boa parte do nosso trabalho é focada no apoio ao desenvolvimento dessas cooperativas é na melhoria do ponto de vista de capacitação, de gestão e de aparelhamento. Hoje nós já temos, felizmente, também fontes de financiamento e crédito para essa cooperativa com razoável aporte.

Quer dizer razoável não, aporte muito bom, exemplo a linha do BNDES que foi criada e algumas cooperativas já estão sendo, inclusive, gerenciadas com esse recurso é um recurso a fundo perdido que veio a partir de um Decreto Presidencial do ano passado.

Existem outras fontes também como Banco do Brasil, tanto a fundo perdido, quanto de outras formas. A gente trabalha a questão da capacitação das cooperativas e como eu falei o aparelhamento, as cooperativas precisam da prensa, precisam da balança, precisam dos EPIs para trabalhar com segurança, proteção e também evitar a questão do trabalho infantil e essas distorções que possam acontecer. É muito importante dar condições para que a cooperativa seja auto-sustentável e trabalhe em condições técnicas ideais.

Alguns exemplos das atividades que nós desenvolvemos aqui fazem parte do projeto do CEMPRE, de apoio a cooperativas na parte da capacitação. Nós damos palestras, fazemos visita, levamos umas cooperativas para conhecer uma outra, que é um caso de sucesso, promovemos a interatividade entre essas pessoas e, com isso, o modelo vai sendo sedimentando, vai se fortalecendo em todo o País.

Aqui, exemplo de visita técnica que fazemos com as cooperativas, os catadores, para conhecer, por exemplo, as indústrias de reciclagens. Muitos não conhecem, nunca tiveram acesso à indústria recicladora e quando passam a ter o contato, tem oportunidade, inclusive, de melhorar a questão da venda do material reciclável, auferindo uma receita maior, uma condição melhor de negócios.

Outro aspecto do nosso trabalho de apoio a essas cooperativas está relacionada à adoção de máquinas e equipamentos que possa alavancar o trabalho dessas cooperativas e, também, material de campanha. Nós já fizemos campanha na televisão, temos um *portfólio* de materiais que são utilizados para a conscientização das comunidades, nesse trabalho, formiguinha, porta a porta, que as cooperativas fazem que é muito importante.

E muito importante é o reconhecimento do trabalho dos catadores, freqüentemente nós promovemos um concurso para conhecer as melhores experiências

em todo o País de cooperativismo e, cada ano, cada edição do prêmio que passa, a gente recebe mais e mais projetos e é muito importante ter conhecimento desses avanços, desses projetos, para que outras instituições possam também apoiar essas iniciativas. Ali em cima, nós temos exemplo de uma cooperativa de Nova Olinda, no Ceará, que a partir do prêmio CEMPRE, ela teve portas abertas para outros apoios, hoje, eles recebem apoio até da Embaixada da Dinamarca, se não me falha a memória, ou da Noruega, alguma coisa assim.

A gente faz esse trabalho também de divulgação desse trabalho, fazendo com que esse importante trabalho das cooperativas tenha maior visibilidade no cenário nacional. Aqui mais alguns exemplos de ações pró-ativas, empresas que mantêm o CEMPRE, aqui é a rede de varejo, nós temos hoje trabalhos muito bem feitos por algumas cadeias de varejos, como Pão de Açúcar, o *Wal Mart*, o Carrefour, fazendo com que haja essa ponte, esse *link* entre o consumidor e, lá na ponta, a Cooperativa de catadores, aumentando a quantidade de matéria-prima que chega para eles.

Outro trabalho que o CEMPRE faz é o acompanhamento da evolução no plano Municipal, nós temos disponível, inclusive, no nosso *site* a relação das prefeituras que nós apuramos que tem programas de coleta seletiva em nível nacional, a gente vê que o universo ainda é pequeno se considerarmos as 5560 cidades que temos no País, mas é bom lembrar que nos Municípios acima de trinta mil habitantes, esse percentual é bem maior.

Nós temos com mais de trinta mil habitantes, nós temos menos de 900 Municípios, me corrija se eu estiver errado, colega do Conselho, a gente sabe que para viabilizar a cooperativa através da coleta coletiva, os trinta mil habitantes é o nosso *break [ininteligível]* e não significa que os Municípios menores não possam fazer, mas o ideal é que faça de forma consorciada, tanto para o aterro sanitário, quanto para a coleta seletiva, porque aí se tem volume e com volume a escala tem uma melhor condição de negócios do setor de comércio de reciclagem.

A estrutura do segmento de recicláveis está assim, nós temos o trabalho como eu falei do catador autônomo, das cooperativas, temos o pequeno, o médio e o grande sucateiro, e que muitos casos é considerado prejudicial por alguns e por outros nem tanto, mas a gente sabe que algumas partes do País não dão para prescindir do trabalho dos sucateiros, porque não haveria condições das cooperativas no local vender diretamente [soa a campainha] para as indústrias.

E na ponta nós temos a indústria de reciclagem, algumas cooperativas já conseguem vender direto para o reciclador alguns matérias, mas em geral ele tem que vender para o sucateiro que fará a venda para a indústria de reciclagem. Com esses esforços o Brasil atingiu índices elevados de reciclagem para vários materiais, é bom lembrar que o Brasil não tem incineração com fração de energia, portanto, não tem a reciclagem chamada energética, nós só podemos comparar com países que tenha apenas as reciclagens mecânicas, que é a transformação da sucata de papel, esse papel reciclado desse informativo.

Basicamente para todos os materiais secos encontrados no ambiente urbano nós temos índices altos de reciclagem, menos para a matéria orgânica, infelizmente, o Brasil tem índices baixíssimos de compostagem, que é basicamente a principal oportunidade de recuperação da matéria orgânica, infelizmente, as nossas usinas de compostagem elas acabaram na sua maioria sendo sucateadas ao longo do tempo.

Eletroeletrônicos, nós temos no Brasil também um avanço nessa questão, algumas empresas estão promovendo a chamada logística reversa entre elas, e tem também alguns casos de empresas sendo instaladas e especializadas na reciclagem desses materiais, lá no CEMPRE nós dispomos do cadastro dessas empresas, tem empresas recicladoras de lâmpadas fluorescentes, de computadores, de eletrodomésticos, este é um segmento que tende a crescer no Brasil e também, felizmente, nós temos visto investimentos pesados em *design for environmental*, o designer para melhorar o desempenho ambiental de um produto, que pode ser um televisor, uma impressora, a indústria nacional está fortemente engajada na questão da redução na fonte.

Não dá para entrar em muitos detalhes por conta do tempo, mas a gente gostaria de mostrar alguns números para dúvidas do avanço da reciclagem. Em 2005 o Brasil reciclou, cerca de 11% do lixo urbano, parece pouco, mas se nós considerarmos apenas a fração de secos está em 18%, por que vai para onze? Porque a matéria orgânica que é menos reaproveitada ela é a que tem mais peso no lixo urbano brasileiro.

O Brasil segue a característica de muitos países em desenvolvimento onde a maior parte do lixo urbano é matéria orgânica cerca de 55%, isso é característica de países em desenvolvimento. Nós atingimos em 2005, 5 milhões e 800 mil toneladas de material reciclado, com isso, em relação à base de 140 mil toneladas/dia gerada deram esse número de 11%, muitas pessoas não sabem como a gente consegue esse número, dada a informalidade da cadeia, mas nós conseguimos na ponta onde há formalização da etapa final da reciclagem do alumínio, do papelão, do plástico, naquele

momento nós temos uma precisão maior dos volumes que são efetivamente recuperados.

Agora temos um desconhecimento do que acontece em nível de importação e exportação. Nós fizemos inclusive uma observação recentemente no Comitê Interministerial dos Catadores sobre a necessidade de saber, por exemplo, quanto é exportado de *pet* hoje no Brasil.

Nós soubemos na China, que a China importa do Brasil cerca de 15 mil toneladas/ano de pet após consumo, mas esse dado não existe aqui no Brasil pelo menos não que nós tenhamos tido acesso, e essa é uma informação relevante porque significa que boa parte do material que esta sendo coletado não necessariamente está sendo reciclado aqui no Brasil, mas efetivamente está sendo coletado.

Como eu falei, o Brasil hoje é considerada uma referência para países em desenvolvimento e para alguns tipos de materiais o Brasil tem índice de reciclagem, inclusive, ou mais altos ou equiparados, vamos aos exemplos, latas de alumínio, o plástico *pet,* o Brasil é um dos países que mais recicla hoje, embalagem longa vida, nós só perdemos para a Alemanha e outros países da Europa que me falhou o nome. No caso do papelão o Brasil também é um dos Países que mais recicla no mundo e graças, como eu falei, ao trabalho com os catadores.

Nós temos um trabalho constante de monitoramento do segmento, tem disponível no *site* da CEMPRE cadastro que nós procuramos manter atualizado de empresa de reciclagem, de comércio de sucata, os sucateiros e também cooperativas de catadores, o objetivo desse banco de dados do CEMPRE é facilitar negócios entre esses agentes e tornar a sistema auto-sustentável, porque nós sabemos que no Brasil, felizmente, a reciclagem ela caminha em base de mercado e isso dá sustentabilidade ao modelo, nós não temos no Brasil um modelo subsidiado como acontece em alguns países da Europa, por exemplo, quando você tem subsídio você sabe, fica flutuando ao saber da mudança, da dimensão desse subsídio, felizmente no Brasil nós temos e isso chama muita a atenção no plano internacional, um sistema baseado em regras de mercado.

Podemos passar. Aqui só alguns dados que ilustram o que está acontecendo na calçada, vamos dizer assim, esse dado é um dado oficial da Prefeitura de São Paulo, mostra o impacto da coleta seletivo no que é coletada pela companhia de limpeza pública, essa é a coleta regular do lixo, reparem que de 2001 para 2004 houve uma redução de cerca de 25% do lixo coletado pela prefeitura em função do quê? Em função de desbaste que é feito na fonte, na calçada, na coleta seletiva pelo catador, pelo programa de coleta seletiva. Esse é um dado real, uma estatística real. Aqui outro exemplo da cidade de Santos, também um dado oficial da Prefeitura que mostra como vem caindo a quantidade de lixo coletado e, portanto, que vai para o aterro.

Podemos passar. Com isso o Brasil tem se tornado, como eu falei, uma referência para outros países em desenvolvimento que tem as mesmas dificuldades que nós temos. Quais dificuldades são essas? Desigualdades sociais, a necessidade de combater a pobreza, a miséria e gerar renda, gerar trabalho, o modelo brasileiro hoje, como eu falei, reconhecido internacionalmente como um modelo *triple bottom line*, que tem as bases econômicas, ambientais e sociais e nós estamos trabalhando três metas do milênio, com isso, a redução da pobreza, à proteção do meio ambiente e o desenvolvimento através do trabalho, da cooperação local.

Isto tem feito com que vários países venham conhecer as experiências brasileiras, aqui temos alguns exemplos de delegações asiáticas nós nos últimos dois anos tivemos a formação de outras entidades como o CEMPRE, em países como a China, a Tailândia, a Rússia, agora a Índia, países que estão vendo no modelo brasileiro uma oportunidade de combater a miséria, a pobreza, em seus domínios. Nós temos os BRICs, hoje, são países que têm os mesmos problemas, todos eles, inclusive, a questão da desigualdade social, a necessidade urgente de gerar postos de trabalho, às vezes, a gente ouve comentários do tipo: "Ah! Mas a reciclagem no Brasil é sucesso graças à miséria urbana", mas se existe a miséria urbana, nós temos que fazer algumas coisas para combatê-la, para melhorar esse cenário, e a coleta seletiva apareceu com essa oportunidade.

Existem muitos catadores hoje no Egito, na Turquia, na Índia, na Rússia, que tem trabalhado de forma desorganizada, através da organização eles acreditam que podem seguir o exemplo brasileiro e promover um *up grade* social considerável.

Com isso nós formamos no final da década de 90 uma rede latino-americana de entidades empresariais que estão trabalhando a questão do pós-consumo, da gestão compartilhada do pós-consumo com o foco social, o *triple bottom line* e nós temos uma rede hoje na americana latina consolidada, como eu falei, mais recentemente em países da Ásia, Rússia, agora Índia, Egito e, com isso, nós estamos tendo a oportunidade da ter um modelo, uma expansão do modelo em nível, não só regional, mas da Americana Latina, mas ema nível global.

Em outubro nós vamos ter, vocês já estão convidado, de 24 a 26 de outubro, o 1º Encontro Mundial dessas entidades em São Paulo, quando nós teremos oportunidades de formalizar esse novo *network* e trocar experiência sobre realidades locais, seguindo os preceitos da ONU, soluções locais com impacto global.

Sobre a questão da política nacional de resíduos, a gente tem acompanhado, eu diria, que pelo menos nos últimos dez anos, o trâmite da política nacional na Câmara, foi um projeto que começou, inclusive, aqui no Senado, com serviço de saúde, e o que nós vemos é que faz falta o modelo, o marco regulatório para a política de resíduo no Brasil, porque muitas empresas têm insegurança em trabalhar, por exemplo, no apoio às cooperativas de catadores porque isso não está definido no marco regulatório claramente. Felizmente, no caso da política de saneamento, já houve uma sinalização, o CEMPRE congrega 23 empresas, nós temos muito mais empresas no País que poderiam está engajadas em projetos relacionados ao pós-consumo também.

O marco regulatório, nós vemos como muito importante, inclusive, para trazer esse universo de empresas também para trabalhar juntamente com as que já esta fazendo, para que aumente o impacto do apoio setor empresarial com essa questão do pós-consumo.

Aqui nós elencamos quatro tópicos que nós achamos que são importantes para a política nacional de resíduos. A questão de ser uma política enxuta, com diretrizes gerais e, evitando, o detalhamento exagerado. A gestão compartilhada entre o Poder Público, o setor governamental e a sociedade, o restante da sociedade.

Importantíssima a inclusão dos catadores, nós não acreditamos que no Brasil venha a funcionar o modelo que hoje funciona, por exemplo, na Finlândia ou na Dinamarca, a gente costuma ver muitas pessoas que viajam e vão para esses Países e que fazem uma analogia com esse processo como seria no Brasil. Nós temos uma realidade diferente de um País como a Dinamarca, como a Alemanha e, por isso, temos investido muito nesse componente social e estamos atingindo índices elevados de reciclagem por um caminho um pouco diferente, mas não menos eficiente.

É muito importante também à questão dos incentivos econômicos, é preciso desonerar de uma vez por todas a cadeia do comércio de recicláveis e de reciclagem ainda incide IPI exagerado em alguns produtos reciclados, existe o problema do ICMS também que precisaria ser equacionado no comércio de materiais reciclados, enfim, essa política poderia também, certamente, traria um ordenamento melhor para essa questão tributária que hoje, de uma certa forma, inibe um pouco a atividade de reciclagem no Brasil. Caminhando para o final, esses são alguns dos grandes desafios que nós temos trabalhado no ano de 2007.

Enquanto CEMPRE, as questões da regularização, da profissionalização da cooperativa de catadores, existem muitas Cooperativas que trabalham na informalidade, nós temos a preocupação de mudar essa realidade para uma Cooperativa, por exemplo, fazer um contrato de fornecimento com uma grande empresa recicladora, ela precisa estar legalizada, esse é um desafio grande que nós temos pela frente, a questão tributária, fiscal, entre outros.

Estamos vendo com expectativa a questão da aplicação dos recursos do PAC, esperamos que impacte no segmento de resíduos sólidos, também a questão da capacitação das prefeituras, nós temos um trabalho de sensibilização e de apoio técnico para as Prefeituras que querem a implantação da coleta seletiva, mas não sabem como começar tem dificuldades, a questão do aterro sanitário o CEMPRE não desenvolve o projeto, mas nós temos toda a informação, base para a Prefeitura sair, aquela que ainda não saiu da estaca zero, poder sair da estaca zero.

Muito importante também o combate do trabalho infantil das Cooperativas, muitas vezes, a gente vê um problema que a Márcia pode falar melhor, que, às vezes, as mães que trabalham na Cooperativa não tem com quem deixar a criança, falta um apoio do poder local, com creche, alguma coisa nesse sentido para poder fazer com que a criança não esteja ali envolvida com a atividade da coleta e reciclagem. Isso é um dado importante.

E, finalmente, a questão da definição do marco regulatório para que a questão do resíduo, nós temos um projeto que foi aprovado o ano passado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, existe uma proposta do Governo Federal também de fazer o envio de um Projeto de Lei. Enfim, seria interessante nós fazermos um apelo para que se possa encontrar um caminho para, definitivamente, equacionar essa questão do marco regulatório e a gente poder encerrar o ano de 2007 com uma política de resíduos sólidos no Brasil.

Portanto, a nossa visão para o futuro do País nesse segmento é a gestão compartilhada, nós acreditamos que a melhoria continuada vem a partir do envolvimento do setor empresarial, do setor governamental e, principalmente, a colaboração do cidadão. Claro que vamos cair sempre na questão da educação, sem uma Educação boa, um nível de educação bom na população, é difícil trabalhar sensibilização, a conscientização, mas nós não precisamos chegar num

patamar ideal de educação para trabalhar a conscientização, mas nós estamos procurando fazer a nossa parte enquanto setores empresariais, de trabalhar nessa questão da conscientização, da sensibilização da população.

Todas esses informações estão disponíveis no nosso *site*. A apresentação fica aqui a disposição do Senado e nós estamos à disposição dos senhores ou através do *site* ou por telefone, enfim, o CEMPRE tem um *call center* em São Paulo que está preparado para responder quase todas as perguntas relacionadas ao universo do segmento de resíduos sólidos, que nós não tivermos imediatamente informações, a gente se compromete a encaminhar para os senhores no menor espaço de tempo possível.

Mais uma vez agradeço ao Senador Cícero Lucena pelo convite, para nós é sempre uma satisfação vir aqui ao Senado Federal, a Câmara dos Deputados e dar a nossa colaboração nesse assunto que já nos apaixona há 15 anos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado Dr. André Teixeira. A metodologia dos nossos trabalhos nós vamos dar continuidade à explanação e, depois, abriremos a fase de debates. Eu passo a palavra a Srª. Márcia Abadia Martins que é Presidente da Cooperativa da Granja Julieta.

SRA. MÁRCIA ABADIA MARTINS: Boa tarde. Eu queria agradecer a oportunidade da estar no Senado, porque nós que ficamos lá dentro das Cooperativas ou viramos catadores, porque ninguém nasce catador, vira por acaso, eu virei pela exclusão do mercado de trabalho, quando chega no Senado e tem o prazer de levar para os companheiros que: "Começamos aqui, separando sacos de material e chegamos ao Senado". Porque ninguém acredita que isso é possível, do lixo chegar para nós que ficamos lá do outro lado no luxo, para nós isso aqui é um luxo, e eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui e dar o meu depoimento enquanto catadora.

Constituímos uma cooperativa de material reciclável conveniada com o Poder Público, Prefeitura de São Paulo, é muito difícil, eu vejo assim, no filme do André todo o momento fala em capacitação, é difícil você educar pessoa para esse mundo de empreendedor, porque ninguém foi educado para isso, não fomos educados para tratar com o lixo. Em São Paulo acontece muito às pessoas dizerem assim: "O lixo é nosso". E no decorrer desses quatro anos que eu estou lá, eu aprendi que realmente o lixo é de todo mundo, nós só queremos enquanto catador é o material reciclável, porque é disso que nós tiramos a nossa sobrevivência. O André deu também exemplo no filme de rateios, o quanto um catador pode tirar organizado ou não em cooperativas, ele, no mínimo, é 450 reais, mas ele chega a 1200, 1800, os que estão fora tirando 600, 700 reais é porque ele não quer se adequar à hora, à regra do jogo da cooperativa, mas está perto de se adequar porque tem construído, contribuído com muitas coisas que a gente vê na prática e na política. Para que isso aconteça de fato o trabalho reconhecendo esses catadores.

As pessoas sempre falam assim: "Márcia você bate muito, fica forçando muito catador", porque como eu já disse, eu não nasci eu virei e eu vivencio isso, a maioria de nós quando um carroceiro está buscando material numa carroça, se ele passar 10h da noite, a gente tranca a porta achando que é ladrão e não é, às vezes, ele tem pontos de coleta a ser feito só aquele horário.

É uma classe que tem se esforçado para crescer e para mostrar, que a gente quer mostrar, que a gente só quer trabalhar e que foi o que nos restou também, limpar a cidade não porque queremos continuar somente nesse patamar de catador, temos catadores também que já está indo para a faculdade, começaram na capacitação e hoje estão entrando no Serviço Social, vai fazer Administração, Gestão Ambiental, porque é possível da catação se melhorar a condição de vida de cada um e não só do catador, que está ali incluso na cooperativa, porque se você não cuidar dentro da casa dele ou onde ele mora, muitos são moradores de rua com dois, três meses ele já consegue sair da rua passar para o albergue, alugar, ter uma moradia, mas também resgatar a família, às vezes, têm aguns que já não sabem nem mais onde a família mora, a gente consegue trazer, trabalha com os filhos desses catadores, um pouco direta e indiretamente, senão eles querem, por eles, estariam mesmo dentro da cooperativa.

Mas a gente defende, pelo menos no bairro que eu estou, que se tenha creche e é uma briga porque estamos falando de Educação, é briga difícil porque eles falam que não tem, a demanda é muito grande e eu falo: "O cooperado vem para dentro da cooperativa e perde o filho para a droga?" Porque a mãe alega, dentro dessas cooperativas, a maioria são mulheres: "Se eu deixar aqui filho em casa eu perco ele para o traficante". Então, às vezes, você tem que adequar ou diminuir também a quantidade de horas para se trabalhar para a mãe ter tempo de ver o filho, porque senão realmente ela. Isso quando a gente também não consegue termos esses meninos que já estão de liberdade assistida ou por roubo ou uso de droga, a gente tenta mudar eles dentro da cooperativa e, inclusive, trabalhar que ele já errou lá fora, lá dentro da cooperativa é o único lugar que ele só tem o direito a acertar, a gente vê a mudança dessas pessoas, eu

mesmo também era uma pessoa assim, o André me conhece a mais ou menos um ano, eu era mais rebelde, hoje eu vejo como é bom trabalhar, como é bom trabalhar com a reciclagem de material reciclável, você consegue mudar primeiro o seu coração, porque você começa a amar todo mundo, não tem aquele pior e nem o melhor, todo somos iguais e começa a trabalhar vendo a transformação que a gente consegue fazer no material, que a gente transforma no coração, sem contar também que a gente quer, aliás, eu vou contar até uma historinha aqui.

A semana retrasada eu fui num hospital, o médico me expulsou, eu estava com o uniforme da cooperativa, ele falou assim: "Você não pode ficar aqui, saía daqui que eu sou um médico". Eu falei: "Engraçado o senhor salva a vida, eu salvo o meio ambiente", ele tentou me trazer de volta para conversar, mas não foi mais possível e as pessoas precisavam, tem muito preconceito com o catador, precisávamos há quatro anos atrás do reconhecimento do Poder Público.

Hoje já se consegue isso, só que não tem um Conselho Gestor do qual os catadores possam participar e estar sinalizando qual seria a melhorar maneira, porque os governos vão mudando e nós continuamos lá, infelizmente, é isso que dificulta. Mas, a gente vai crescendo, tentando ensinar os que chegam na mudança de Governo, para poder manter porque são milhares de famílias, o André tem também ali, mais ou menos, a última vez que nós apuramos lá em São Paulo, que ele viaja mais, ele tem mais conhecimento de mais cooperativas é uma categoria com trinta mil pessoas envolvidas, se a gente multiplicar por três que automaticamente o filho ou algum parente está envolvido chegamos a 90 mil pessoas que temos conhecimento.

E só vou parar o meu relato, porque o André falou tudo ali no filme.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu lhe agradeço o seu depoimento e, com certeza, falo não só em meu nome, mas em nome do Senado, se você se sente alegre, orgulhosa, de estar aqui, com certeza o Senado é que se sente orgulho de estar tendo essa oportunidade de ouvir sua experiência de vida e esse trabalho que, queira Deus, possa ser multiplicado e cada vez mais sendo respeitado o direito do trabalhador e, principalmente, o direito do cidadão.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para suas considerações, registrando a alegria de passar, a contar, com a sua presença nessa Comissão de resíduos sólidos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Cícero Lucena, senhores convidados, dona Márcia Martins, Dr. André Vilhena, Dr. Rodrigo Dias. Primeiro eu quero registrar que a alegria é nossa de poder, a partir de hoje, participar desta importante Subcomissão. Primeiro pela determinação de V. Exª. Senador Cícero Lucena, V. Exª. que já deu, emprestou seus conhecimentos, sua competência como Prefeito, como Governador, e teve essa experiência principalmente na Prefeitura, de ter que enfrentar esse complexo problema que é da solução, do que fazer, com os resíduos sólidos, isso é um problema que, lamentavelmente, a sociedade só acordou para ele, como sempre acontece, quando ele já tinha uma importância negativa na vida da população, que levava a riscos de saúde de grande importância.

Para mim é uma alegria poder contribuir com o trabalho que V. Exª. desenvolve tão bem na Subcomissão de resíduos sólidos, como em toda as outras Comissões que V. Exª. participa. Eu não assisti às palestras do Dr. André e da dona Márcia, o Rodrigues eu não assisti, estava num compromisso fora do Senado, na CNI, mas não poderia deixar de vir até aqui. Pelo que eu pude entender eu gostaria primeiro de parabenizar.

Eu acho que ao se levar esse ensinamento, vamos dizer, essa mudança de comportamento para a sociedade, nós estamos, além de minorar a questão dos riscos da população pelo mal cuidado com os resíduos sólidos, nós estamos diminuindo os gastos públicos, ou seja, estamos economizando recursos que são de toda a sociedade.

Isso foi uma demonstração de um dos quadros que eu pude ver da redução de toneladas recolhidas pelo Poder Público em face de reciclagem. E a reciclagem, é a forma correta de você tirar daquilo que seria desperdiçado ter o uso econômico para sustento de grande pai da família, a Dra. Márcia falou no número de 90 mil associados em São Paulo da cooperativa, como existem essas cooperativas em quase todos os Estados brasileiros, são centenas de milhares de pessoas e correspondendo cada uma, uma família, então nós temos um número bastante expressivo de brasileiros que sobrevivem de forma digna do trabalho em função do resíduo sólido.

Esse é um assunto que hoje é matéria mundial dessa preocupação. Não só nessa parte inicial de fazer a coleta seletiva de tal forma que você possa dar à parte desse material que seria dispensado, dar uma função econômica como é feito pelos catadores, o papelão, os vidros, as latas, eu acho que ontem saiu uma reportagem da Globo mostrando o número de latas de alumínio, algo fantástico, já que o Brasil é o campeão, me parece, de nível mundial da reciclagem de lata de alumínio para a reutilização, o que antigamente era

um problema para a meio ambiente, se torna um fato de agregar valor econômico.

Mas aquele resto que não tem essa possibilidade de reciclagem, ele pode ainda assim, ter utilização econômica, ou pela produção de gás, para a geração de energia, ou pela produção de adubo, para fertilizante, quer dizer, o lixo deixou de ser lixo. Ele tem que ser visto como um produto que deva ser tratado economicamente e em função disso deixar de ser uma questão de poluição ambiental, para se tornar uma questão de melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Eu quero parabenizar os expositores. A dona Márcia, a senhora não tem porquê se sentir lisonjeada por estar aqui, eu acho que nós temos que agradecer a sua presença porque V. Sª. nos traz um exemplo de vida no seu relato, quer dizer, da forma como V. Sª. e os seus companheiros da cooperativa olham a vida, de outra forma, poderia muito bem a senhora estar sendo atendida pela Bolsa-Família e aceitar a forma de indigência permanente, mas, com dignidade vai buscar o trabalho, vai buscar o meio de subsistência, vai buscar condições de ter uma receita, que como à senhora disse, no mínimo, de 450 reais, mas podendo chegar a 700, até 1200 dependendo da disposição que é exatamente isso que deva ser incentivado na pessoa humana.

Nós não podemos nivelar as pessoas tornando-as todas miseráveis ou incompetentes, eu acho que Deus deu livre arbítrio para que as pessoas pudessem definir a qualidade da vida e o tipo de vida que cada quer ter e sempre tendo a possibilidade, pela sua generosidade, de fazer as correções necessárias ao longo do caminho. V.Sª. disse que pessoas que antes tinham desvio de conduta sejam por qualquer tipo de delito, ou uso de entorpecente, que hoje estão na catação, com uma vida sadia, correta e sustentando a sua família.

Esse é um exemplo que eu acho que Senador Cícero Lucena, nós aqui do Senado é que temos que agradecer, da gente poder ter esse relato transmitido pela TV Senado para todo o Brasil, essa reunião não está sendo transmitida ao vivo em função da sessão em Plenário, mas ela em seguida passará na grade da TV Senado e será assistida por brasileiros de todas as regiões e de todos os Estados e vão ver naquilo que foi dito aqui, que esse exemplo tende e tem que germinar. Ou seja, aqueles municípios, e aí nós temos a participação da Confederação Nacional dos Municípios que o nosso nobre Senador Cícero Lucena, tão bem preside a Comissão de Assuntos Municipais na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, e é no Município que o resíduo sólido fica, não é nem no Estado, e nem na União, é lá no Município que é o problema, realmente esse é um exemplo que a Confederação Nacional do Município tem uma importância no sentido de levar a todos os municípios a possibilidade de transformar um problema em solução.

Dando inclusive como fonte de renda para a própria Prefeitura, de forma auto-sustentável, que não cubra os custos da coleta, mas pelo menos ele diminui muito aquele gasto, que não é pequeno, não é pequeno, que as prefeituras têm da necessidade de fazer a limpeza permanente da cidade.

Eu perguntaria ao Dr. André o compromisso empresarial para reciclagem é uma ONG, ele funciona como ONG, e quais são as fontes de receitas para que V. Sª. possa desenvolver o trabalho no sentido de poder levar esses exemplos e essas sugestões a nível nacional, e até a nível internacional, a dona Márcia, doutora no futuro, a senhora disse que já existem colegas seus que já estão na universidade, eu espero que também chegue lá, mas eu lhe perguntaria essa catação ela é feita antes da coleta da Prefeitura, ou seja, essa cooperativa funciona nas ruas antes que haja a coleta por parte da Prefeitura e se há também um tratamento de reciclagem no local onde é despejado primeiramente o resíduo sólido, se nesse local haveria uma segunda catação no sentido daquilo que não foi recolhido inicialmente, ainda nos pontos de coleta, possa ser feito na centralização da coleta também essa uma segunda reciclagem de material que porventura possa ter sobrado.

E ao Dr. Rodrigues de que forma a Confederação Nacional dos Municípios vai poder disseminar essa prática, salutar junto aos mais de 5500, aos mais não, junto aos 5.562 Municípios, por enquanto. É o que eu tinha a dizer Presidente Senador Cícero Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado Senador Faisã Ribeiro. Em uma demonstração clara que o senhor chegando nessa Comissão irá abrir abrilhantar o nosso trabalho com sua inteligência, a sua experiência, e sua vontade de servir não só ao Pará, mas ao Brasil como um todo. Para nós é motivo de alegria, a demonstração do seu conhecimento e esse seu desejo de fazer.

Eu farei algumas colocações para que vocês possam responder em bloco. Eu gostaria de iniciar conversando um pouco com a Srª. Márcia Martins, dizer Márcia, que eu tive uma experiência como Prefeito, bastante rica nessa área, rica porque em João Pessoa tinha um lixão com mais de 50 anos, que moravam mais de 180 famílias, dentro do lixão do Roger e que tinha cerca de 360, 400 catadores porque aí se incluíam as crianças que lá moravam, se é que pode dizer que moravam, sobreviviam de forma desumana. E nós tivemos praticamente alguns passos que eu acho que foi uma experiência bastante exitosa e como existem

várias outras no Brasil, mas eu posso lhe assegurar que o primeiro trabalho nosso foi à construção de uma creche para que a gente evitasse das crianças continuar morando no lixão do Roger.

Depois nós construímos os apartamentos, porque foi uma etapa um pouco mais difícil para retirar as famílias de dentro do lixão, embora no local conseguimos ter uma solução próxima. Construímos escolas, demos bolsa-escola para as crianças, para evitar delas retornarem à catação. E partimos para um processo que consideramos muito importantes, e tendo muito a ver com a experiência vivida pela senhora, primeiro nós procuramos elevar a auto-estima e o reconhecimento do valor do trabalhador, que antes nós chamávamos de catador e passamos a chamá-los de agentes ambientais.

A primeira etapa nossa foi à alfabetização e, depois, em parceria com universidade, com o SEBRAE, nós fizemos cursos de relações humanas, de higiene pessoal, de higiene no local de trabalho, noção de trânsito para aqueles que saem puxando os carrinhos de porta a porta, uma série de outros cursos que foram ministrados para essa cooperativa chamada Astra Mari, onde nós tínhamos, mista essa cooperativa, porque tinha os postos de alguns bairros que fazia essa coleta, bem como na unidade do novo aterro sanitário que nós colocamos, nós colocamos também uma unidade de reciclagem, antes do lixo ir para o aterro, ele passava pelas esteiras, que você conhece bem, para fazer a separação dos materiais reciclados, obviamente com os trabalhadores, com a preocupação de equipamentos de proteção individual, com todo esse processo que foi colocado.

E na Região Nordeste, e o André colocou isso, nós passamos um ano e aí precisa ter uma decisão política, como o Rodrigo disse aqui que nós aproximamos mais de um ano garantindo salário-mínimo para esses trabalhadores. Por quê? Porque a sociedade, a cidade de João Pessoa, não tinha ainda consciência de fazer a coleta seletiva. Que é um dos pontos fundamentais para que se tenha volume e, ao se ter volume, ter a renda suficiente para a associação.

O Dr. André colocou, mostrando de uma forma clara, o declínio do resíduo final que estão indo para os aterros sanitários, mesmo com o crescimento da população em função do volume que está sendo tirado. Nós fizemos tentativas de parceria com supermercados, para que os supermercados ao fornecer as sacolas plásticas, fornecessem em cores diferentes, num processo educativo para que você na sua casa, separasse o material por sacola e isso facilitando ao agente ambiental quando de porta a porta passassem, já tinha o material mais ou menos limpo, e esse avanço foi muito importante, eu vejo que há uma multiplicação, não apenas por exemplo de João Pessoa, mas porque nós também aprimoramos outros exemplos que existiram no País, e eu acho que é fundamental esse trabalho com essa preocupação, há valorização do trabalhador.

Eu pergunto à senhora, dentro dessa política de reconhecimento, de valorização, não só na experiência da senhora vivida exitosa, mas o que é que pode se adotar como legislação ou como prática algo mais para melhorar as condições dos agentes ambientais, ex-catadores de lixo. Essa é uma pergunta que eu faria à senhora.

O Dr. André Teixeira da CEMPRE, eu quero dizer, que eu fico muito feliz com esse compromisso da empresa com a preocupação ambiental, até porque nós identificamos que a solução desse problema, ele tem que ter a participação do cidadão, da iniciativa privada e do Poder Público, sem dúvida nenhuma, até porque um dos pontos mais importantes dessa base de sustentação é a consciência do cidadão em relação à questão ambiental e como proceder na preocupação do lixo, do resíduo final.

Essa associação, eu quero até registrar aos Senadores que em outubro, ele disse de uma forma bastante rápida, vai ter um Congresso Internacional de Empresas que há exemplo das que compõem a CEMPRE no mundo todo, para discutir essa questão e que toda a Comissão foi convidada a participar desse encontro, que se eu não me engano é de 24 a 26 de outubro em São Paulo, que sem dúvida nenhuma, venha a enriquecer o nosso conhecimento com os debates e as proposições que lá serão oferecidas.

Eu pergunto ao Dr. André, no sentido de que política tributária que o senhor considera importante para ser incentivada essa questão da reciclagem? Até porque todos nós temos a consciência que é muito forte há necessidade para garantir a sustentabilidade do fator econômico.

Se você fizer uma leitura rápida, Senador Wellington Salgado que nós honra também com a sua presença, você vai ver que o Brasil atingiu 96,4% de reciclagem de latas em função, basicamente, não dá consciência, mas da questão econômica, porque facilitou o posto de empregos, a geração de renda para os catadores, quer sejam eles organizados em cooperativas ou mesmo autônomos, na maioria das nossas cidades. Então, sem dúvida, a sustentabilidade econômica é importante, mas ela não será suficiente como o senhor também fez referência, se nós não tivermos a questão educacional.

Quando na minha experiência em João Pessoa, além de ter tratado os agentes ambientais da forma

que eu já relatei nós tivemos uma preocupação educacional muito forte, nós implantamos o processo de coleta reciclada em todas as escolas do Município, incentivamos no Estado, fizemos visita no lixão do Roger, nas escolas particulares também, além das públicas, no novo aterro sanitário, que estava sendo construído e instalado, nós fizemos concursos de redação sobre a coleta de lixo, sobre o problema do lixo da nossa cidade. Esse concurso tinha a participação da escola pública Municipal, estadual e particular e o ganhador desse concurso de redação foi um ex-catador do lixão do Roger, uma criança com 15 anos de idade, que já tinha deixado de ser catador, que já tinha a sua bolsa-escola, era aluno da rede Municipal, ele contando a sua história, como ele vivia no lixão do Roger, foi quem ganhou o concurso de redação.

E nós adotamos na rede Municipal um trabalho que tinha sido desenvolvido por duas professoras universitárias da nossa cidade que era Tânia Andrade e Valdite Jerônimo onde criou uma cartilha do meio ambiente, onde não só tratava desse assunto com muita, vamos dizer assim, propriedade, questão do resíduo sólido, do meio ambiente como um todo, facilita a assimilação porque existe até um processo de atividade, de jogos para que as crianças facilitem o aprendizado, com metodologia bastante simples, para que elas se conscientizem cada vez mais de como fazer a reciclagem, da importância do meio ambiente, com jogos, com brincadeiras e isso foi muito importante, até porque Senador Flexa Ribeiro, essa cartilha na sua contracapa, ela chama a atenção para um pequeno detalhe que poucos percebem que é uma realidade. Ela diz alguns materiais e o seu tempo de degradação.

Por exemplo, o chiclete - cinco anos; o cigarro - de um a dois anos; o metal - mais de cem anos; o *nylon* - mais de 30 anos; o vidro - tempo indeterminado; o pano - de seis meses a um ano; plástico - mais de cem anos; pneu - tempo indeterminado; papel - de três a vários anos; a madeira - treze anos.

E conclui, com um senhor de cabelos brancos, que diz o seguinte: "Parece assustador, não é? Mas vamos lembrar disso na hora de produzirmos e descartarmos o nosso lixo, pense nisso". Eu acho que essa questão educacional ao lado da movimentação empresarial, da consciência do Poder Público, é que vai nos ajudar com um suporte legislativo com as verificações que precisam ser feitas de tributárias, bem como de subsídios que possam ser adotados, legislação que possam ser cumpridas verdadeiramente na realidade do Brasil, não apenas importada, mas adequada à nossa realidade é que nós vamos dar o avanço nesse sentido.

Eu perguntei ao Dr. André quanto à questão, que ações tributárias precisam ser adotados, no marco regulatório que propostas essas empresas têm, como elas vêem a questão da logística reversa responsabilizando cada vez mais a quem produz, e nos colocando a disposição também e pedindo para que ele informe o site da CEMPRE, para que todas aquelas pessoas, não só empresas, não só pesquisadores, prefeitos, possam ter acesso às informações que vocês disponibilizam para projetos outros que possam ser adotados ou providenciados.

E por fim ao Dr. Rodrigo, dizendo, e lhe perguntando primeiro, qual é o maior problema das prefeituras em relação aos resíduos sólidos. Se ele pode nos informar, embora ele disse que essa Comissão Técnica foi implantada há pouco tempo e que estarão concluindo esse trabalho e apresentando para o nosso conhecimento.

Até porque Dr. Rodrigues, em um dos nossos debates, não necessariamente nessa Comissão, mas se falava do PAC e do recurso que estava disponível para o saneamento básico. E eu perguntei ao representante, ao Ministro, que volume de recursos estava disponibilizado para resíduos sólidos, ele disse que não havia limite, o que faltava era demanda.

O senhor falou aqui de alguns problemas da Prefeitura, que eu conheço, de dificuldades de financiamento, de recurso, mas ele de uma forma clara, disse que a demanda é tão pouca que o Ministério não se preocupou em estabelecer um limite para que atendesse as prefeituras e, sem dúvida nenhuma, será fundamental que a Confederação Nacional dos Municípios se qualifique de forma tal, para dar o suporte, não só de captação de recurso, mas também operacional aproveitando as experiências exitosas para que elas possam multiplicar, até porque, o papel dessa Comissão é de ouvir, como nós estamos fazendo de debater esse assunto, propor legislação, mas também temos o interesse de proporcionar o debate e a discussão sobre o assunto em todos os níveis, quer seja Federal, Estadual e Municipal. Pela ordem. Muito obrigado. Pela ordem eu passo a palavra ao Sr. Rodrigo Dias.

SR. RODRIGO DIAS: Senador Flexa Ribeiro, agradeço muito a perguntada de V. Exª., a confederação, nesse ano de 2007, gostaria de falar também presente o Senador Wellington Salgado, a Confederação Nacional dos Municípios que representa os 5.562 Municípios Brasileiros, faz representação política deles aqui em Brasília, mas também tem para cerca de três mil filiadores que são contribuintes da entidade ações técnicas de capacitação do gestor, e na área ambiental, este ano foi criado um programa de gestão ambiental, que justamente procura auxiliar o Município na institucionalização da questão ambiental em nível local, que isso é um grave problema das Prefeituras, na fala da

Márcia a gente recolhe a informação da dificuldade que tem os catadores quando existe alternância de poder, alternância de governos em nível local, porque muitas vezes o agente político é sensível a causa ambiental, tem isso no seu plano de Governo, desenvolve ações, mas aquele o que sucede não tem essa mesma compreensão do tema.

Falta essa institucionalidade da questão ambiental em nível local e a CNM para fortalecer a gestão, buscou criar um programa de gestão ambiental que está focado em quê? Em permitir que os Municípios criem um sistema municipal de meio ambiente e esse sistema está estruturado nos seguintes pilares: ter um Conselho Municipal de Meio Ambiente, atuante efetivamente com participação popular, que cobre do Poder Público ação na área ambiental; ter uma legislação própria em nível local, que disponha sobre a questão, por exemplo, de licenciamento de impacto ambiental, que é um assunto importantíssimo; ter o Fundo Municipal de Meio Ambiente para receber recurso de projetos, pode buscar recurso através de projeto e destinar a esse Fundo, enfim, criar a institucionalidade, não basta ter Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão dentro da Administração é preciso um pouco mais do que isso e é isso que a CNM propõe a disponibilizar aos cerca de três mil Municípios contribuintes que são filiados a Confederação, esse programa nacional para que possa institucionalizar a nível local, a continuidade das ações administrativas.

A Márcia falava dessa dificuldade e vem ao encontro do que eu disse na minha intervenção inicial, que é um grave problema, aproveito para responder a pergunta do Senador Cícero Lucena, que um dos graves problemas da Prefeitura, por exemplo, é a falta de condição técnica, de preparos técnicos, claros, há problemas de recursos, mas há também de capacitação. Por isso, a preocupação da CNM em levar informação, em capacitar os técnicos para que não aconteçam essas dificuldades em nível local.

Levar a informação, garantir a continuidade das ações administrativas, independentemente da posição política do gestor que venha a assumir, garantir que uma ação desenvolvida no Governo anterior tenha a sua continuidade, esses são pontos centrais com que nós nos preocupamos, quando foi criados o programa de gestão, e os principais problemas, claro, existe um *déficit* de recurso, a gente sabe que essa área demanda tecnológicas que, às vezes, não é barata e o nível municipal.

Eu comentava Senador Flexa Ribeiro que o Poder Público Municipal é aquele que é mais próximo do cidadão. O Prefeito quando atravessa a rua, saí da Prefeitura para ir a um mercado, enfim, quando vai à sua casa para ir ao mercado, para ir ao banco, o cidadão pega ele pelo braço chama e diz, Prefeito e o buraco na frente da minha casa, enfim, é o poder mais próximo do cidadão é aquele que acolhe a demanda continua do cidadão.

Ele tem que estar preparado, muito bem preparado com informações, com capacitação, para enfrentar essas demandas no dia-a-dia, que eles extrapolam a questão ambiental vão para todas as outras áreas, mas eu acho que a grande missão, além da representação política, lutar pela autonomia dos Municípios, enfim, garantir suas esferas de competência que a Constituição de 88 deu ao Município, reconhecendo ele como ente autônomo, é uma outra missão da entidade justamente levar informação, capacitar os gestores é isso que o programa de gestão ambiental se propõe, a levar essa informação e, também, respondendo a pergunta do Senador Cícero Lucena é suprir um dos graves problemas que é a falta de preparo, de condição técnica dos servidores públicos municipais. A CNM se propõe justamente a suprir essa dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado Dr. Rodrigo, com a palavra o Sr. André Teixeira.

SR. ANDRÉ TEIXEIRA DE VILHENA: Obrigado Senador. Respondendo a primeira pergunta do Senador Flexa Ribeiro, a manutenção do CEMPRE é feita pela empresas privadas que fundaram e fazem parte dos quadros de associadas que eu mostrei no início da apresentação. A lista delas tem também nesse folder institucional que nós distribuímos, esse folder verde.

Com relação à pergunta do Senador Cícero Lucena, primeiro sobre a questão tributária, existem algumas alternativas interessantes para serem trabalhadas como, por exemplo, no âmbito federal a questão do IPI para produtos reciclados. Ter uma proporcionalidade de redução desse IPI, conforme o aumento do teor de matéria-prima reciclada, naquele produto. Existem, inclusive, proposições que versam sobre a questão do imposto de renda, no Plenário da Câmara dos Deputados, foram pensados, perdão na Comissão Especial, foi pensado um projeto especificamente sobre esse assunto, o projeto da política nacional de resíduo, a redução do imposto de renda das empresas produtoras de materiais recicláveis a partir de uma proporcionalidade com relação ao teor também de conteúdo de material reciclável.

No âmbito Estadual, e a gente sabe que é uma questão a ser equacionado no CONFAZ, seria uma uniformização do ICMS, a redução do máximo possível dessa alíquota de ICMS para a comercialização dos materiais recicláveis incluídos no comércio de sucata. Nós temos alguns Estados da Federação com isen-

ção ou redução de ICMS, mas muitos outros que não têm. Há confusão na questão do crédito/débito. Este é um cenário que está muito confuso do ponto de vista tributário, então são sugestões no âmbito do IPI, no âmbito do imposto de renda e, também, se possível, influenciar na questão estadual do ICMS e aí é uma decisão do CONFAZ.

Sobre a questão da logística reversa, como eu falei, nós não representamos todo o setor empresarial do Brasil, mas as empresas que estão no CEMPRE elas entendem que tem uma responsabilidade sobre o que acontece para fora do muro das empresas, portanto, o que acontece no pós-consumo, elas estão atentas a isso, agora o que nós temos procurado trabalhar é valorizando esse componente social, quer dizer, o Brasil tem tido sucesso nesse modelo que emprega, que gera rendas, falando especificamente das cooperativas de catadores.

Nós temos canalizado esse exercício das empresas para esse apoio as cooperativas, ao invés de estabelecer sistema que, às vezes, são bons para outros países como o Japão, mas que aqui no Brasil geraria um impacto social muito negativo. Se a gente tivesse uma logística no Brasil que excluísse o trabalho que a Márcia faz, por exemplo, na cooperativa, a gente deixaria de ter uma logística reversa para ter uma logística perversa, não é verdade, a gente tem procurado valorizar muito esse componente social no apoio, mas, de novo, essas são empresas que tem procurado trabalhar nessa direção, nós não podemos falar em nome do todo o setor empresarial brasileiro. Por fim, o endereço do CEMPRE, o site do CEMPRE é WWW.CEMPRE.ORG.BR e o telefone nosso para atendimento é o (011) 3889.7806.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sobre a questão tributária eu pretendi fazer um projeto, apresentar um projeto, exatamente com relação à isenção do IPI para os produtos industrializados com material reciclável. Eu consultei a Assessoria Legislativa do Senado para que pudesse fazer a montagem do projeto e na reunião que tivemos, a dificuldade maior que me foi passada, e eu gostaria de saber se o Dr. André teria alguma sugestão para fazer, é como fiscalizar aqueles produtos feitos com material reciclado, ou seja, se a indústria não poderia dizer que o material era reciclado e agregar ou fazer parte reciclada, parte material primário ainda, de que forma poderia ter essa fiscalização e a segurança de que o Governo estaria realmente incentivando a industrialização com produto reciclável e não abrindo uma possibilidade de você usar o benefício para trabalhar com material não reciclável?

SR. ANDRÉ TEIXEIRA DE VILHENA: Perfeito. Esse é um desafio, como em diversas áreas que nós temos a questão da fiscalização teria que ser encontrado no âmbito do Governo, qual seria o órgão que poderia e que teria capacidade de fazer essa fiscalização em termos quantitativos e em termos qualitativos, provavelmente algum órgão ambiental teria que estar envolvido no âmbito, talvez, do Ministério do Meio Ambiente, e temos que pensar e ver as atribuições, inclusive, constitucionais de cada um, mas eu acredito que algum órgão da área de Meio Ambiente, pela questão da qualitativa, da avaliação qualitativa, deveria de alguma forma estar envolvido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O senhor reconhece o problema levantado pela Consultoria, de que há dificuldade de você definir, na industrialização, qual o produto feito com uso de material reciclado ou não.

SR. ANDRÉ TEIXEIRA DE VILHENA: Sim, há essa dificuldade. Hoje o que nós orientamos as empresas que estão entrando nesse ramo são elas seguirem as normas internacionais preconizadas pela ISO – *International Standardization Organization* essas normas têm um guia do que deve ser feito para considerar que aquele produto é efetivamente reciclado, têm os percentuais, os critérios e, até na declaração, e buscar certificação em órgão competente como, por exemplo, IPT, CETEA, o Instituto de Tecnologia de Alimento, que sejam capazes de atestar que aquele produto, efetivamente, ele tem aquele componente reciclado, que é feito na declaração, mas reconhecemos que essa é uma dificuldade e teremos que encontrar que organismo poderia em parceria com a área ambiental fazer essa fiscalização efetiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para o senhor ter uma idéia, para V. Exª. ter uma idéia Senador Flexa Ribeiro nós exportamos, se eu não me engano, nós exportamos para a China quanto?

SR. ANDRÉ TEIXEIRA DE VILHENA: Segundo informações que obtivemos na China 15 mil toneladas de *pet* após consumo/ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Podendo ser, com certeza, usando novos produtos aqui no Brasil. Com palavra a Srª. Márcia Martins.

SRA. MÁRCIA ABADIA MARTINS: Inclusive Senador, nós enquanto cooperativa no Município de São Paulo tivemos contato com esse pessoal da China e vendemos direto. Só não sabemos como foi feito o processo para eles levarem, mas eles retiraram, in-

flacionaram o mercado lá e deu uma graninha a mais, foi maravilhoso, saudade dos chineses.

Eu vou responder a pergunta do Senador Flexa Ribeiro, ou eu aguardo e respondo a do senhor?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Fique à vontade.

SRA. MÁRCIA ABADIA MARTINS: O senhor perguntou o que poderia ser feito para melhorar? Na catação, na cooperativa e também corrigindo e descorrigindo, em São Paulo a gente já acostumou bater no peito e dizer que é catador, não queremos ser agente ambiental é que a gente acostumou mesmo, mesmo porque também tem até um CDO - Código Brasileiro de Ocupações, 5192 está lá "catador", o agente ambiental ninguém reconhece, fala no Poder Público, não existe, eles simplesmente, às vezes, ignoram a nossa categoria, mas eu acredito que com Lei, decreto, fortalecendo essas cooperativas, o catador, o agente ambiental autônomo, porque tem como ele provar, eu estive em Minas, quando eu cheguei na ASMARE, que é uma grande cooperativa que tem em Belo Horizonte, quando eu cheguei, eles falaram assim: "Quem é que garante que você é ou está catadora". Eu falei: "O calo na minha mão". Eu fui reconhecida.

Tem que ter algum mecanismo para que essas pessoas possam se manifestar ou mostrar o trabalho que eles estão fazendo, inclusive, eu conversei com um senhor, que está ali na fileira de detrás, o Walfrido, uma rápida conversa, a gente acredita na cadeia produtiva, hoje a gente só pode pegar da calçada, da rua, das praças, nos grandes geradores acreditamos também que podemos industrializar.

Claro com todo o cuidado e está muito perto da nossa categoria fazer isso, por quê? Porque algumas lideranças dentro das cooperativas não agüentam mais aquele processo, coleta, trio, prensa e vende para a indústria. Podemos também industrializar, temos como modelo à madeira plástica, só não sabemos, ainda, como vamos fazer para pegar de volta, que é o que acontece com a indústria, mas é possível se fazer sim. Decretado, Lei, fortalecendo essa categoria, reconhecendo mesmo o trabalho, porque quatro anos atrás quando eu entrei para se coletar em determinada área à gente tinha que sair correndo. Hoje, não, já somos assim, o pessoal cumprimenta, agradece pelo trabalho que está fazendo e não marginalizar.

Infelizmente a categoria ainda é marginalizada por conta de alguns que, ele não tem culpa, ainda não conseguiu resgatar toda a auto-estima, mas ele já está no caminho próximo. Mesmo porque quando a gente faz um trabalho dentro da cooperativa, falta o serviço social, falta à creche, a gente teve que adequar um espaço na cooperativa para ficar cuidando das crianças, fizemos sala mova, também porque até no dia-a-dia as pessoas falavam: "Há senhor, eu já estou com cooperados de 18 a 75 anos. A de 75 anos não vai se aposentar, mas ela fala: eu vou me aposentar dentro da cooperativa, porque eu nunca trabalhei, passei a vida inteira reprimida. Eu falo, o fato da senhora não ter aprendido, era para ter ido para a escola quando era nova, não impede a senhora de crescer agora".

Tivemos sala mova, alfabetização para adultos e alguns já estão indo procurar escola normal e, mesmo porque, é tudo seis meses, nove meses e, quando termina, se encarregamos de estar ali, contribuindo e fazendo como proposta de subir um e ficar o outro, vamos todos juntos.

E também acreditamos que somos todos sócios e se não exercer mesmo o cooperativismo no dia-a-dia, ele é muito difícil de fazer, a Lei do cooperativismo precisava ser revista, ela está ultrapassada para a realidade do dia de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Você permite-me Márcia, vocês tem algum apoio da Associação Brasileira de Cooperativas e da Organização Brasileira de Cooperativas.

SRA. MÁRCIA ABADIA MARTINS: Em São Paulo é difícil entrar nessa questão, porque quem é uma cooperativa conveniada, a Granja Julieta, é uma cooperativa conveniada com a Prefeitura e a Secretaria que cuida. Eles determinam que se, como o senhor perguntou mesmo? Que se filiem ao OCESP?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Isso.

SRA. MÁRCIA ABADIA MARTINS: Só que nós, na diversidade de cooperativas cada uma acredita que tem o direito de ir e vir e posso me filiar a outras. Nós mesmos somos filiados a UNISOL que são 90 cooperativas e cada um vai, mas é muito difícil quando tem o poder, a Prefeitura só deveria ceder o maquinário, o espaço e os caminhões, e sumir da nossa vida porque eles têm o poder de, às vezes, agravar onde eles poderiam ser os facilitadores eles complicam.

E como o André fez um comentário ainda há pouco para mim: "A burocracia Márcia, não pode vencer o trabalho". E eu acho que é assim, interessante ele falar isso porque de tempos em tempos vivemos uma briga eterna com Poder Público local, que não entende o que está acontecendo, como diz muito bem o Rodrigo, que deveria ter uma capacitação técnica para esses técnicos da Prefeitura, porque eles chegam falando: "Eu sou técnico, você é catador". Inclusive eu que sou mais ousada, fiz um carimbo também de técnico e bato lá e falo: "Eu também sou técnica". Eles passaram meio que a respeitar quando eu falo, porque eu falei: "Como se eu estou te ensinando como vai ser

feito tudo. Você fala que é técnico e eu a catadora". Eu me orgulho de ser, mas eles impõem como se fosse um cargo menos e um maior.

Eu falei: "Eu acredito nos técnicos que vão para dentro da cooperativa". Como exemplo, o projeto CEMPRE, que passa o dia com a gente, se dispõem até ir para a esteira, para a mesa de triagem, vê o dia-a-dia porque só assim eu vou demonstrar que eu estou em algum momento igualitária com os outros.

Fica difícil pegar, receber essas Ongs porque algumas chegam determinando como vai ser e não precisamos, nós já estamos triando, coletando, não estamos beneficiando, mas vamos beneficiar.

Eu vou responder a pergunta do Senador Flexa Ribeiro, onde é feita e como é feita a coleta. Em São Paulo, por exemplo, são 14 cooperativas em duas concessionárias, ECOURBS E LOGA, que detém determinadas regiões em nível de Município. Então, recebemos o caminhão compactador, que foi feito uma pré-educação ambiental que poderia ter sido investido mais na propaganda de Educação Ambiental e temos também o quê? A coleta do caminhão porta a porta que nós mesmos vamos de porta em porta conscientizamos o morador ou o comércio para doarem o material e fazemos também prestação de conta para ele ver que não é só o simples fato de fazer a catação, é de mostrar para ele que com a doação dele quanto que se agrega de valor, como que o cooperado melhora, nós provamos por A mais B quanto que chega, quanto que isso faz de melhor na vida do catador.

E tem esses caminhões, essas duas concessionárias que distribui esse material. O bom mesmo é quando não se tem muito desses caminhões e, sim, o porta a porta que a dona de casa só entrega para a gente. O catador avulso ele, às vezes, ele peca porque ele pega só o filé, seria o papelão, a latinha, a pet, o PAD, mas na realidade todo o material tem um valor é que ele não está informado pelo simples fato dele estar fora da cooperativa que são 31 qualificações.

E todos a gente consegue repassar para a indústria. E agregando valor, ele não tem essa informação, ele está vinculado com o quê? Com os ferros- velhos, que no final do dia paga a ele com valor, eu diria, quatro vezes menor e ele está vinculado, às vezes, por conta ou da bebida ou da droga. É isso que está mantendo ele ali, embora no bairro da região que eu estou, a Subprefeitura fez um trabalho com os universitários, foram para as ruas, fizemos um levantamento de quantos são esses catadores, tem a apreensão da carroça, a carroça é pintada, organizada, e devolvida para ele, o tempo que está passando por esse processo de reforma ele fica interagindo dentro da cooperativa e fecharam também os ferros-velhos ao entorno.

Tem sempre algum ainda que pula daqui e nasce ali, mas ele vê a diferença dentro da cooperativa. Se em um mês ele tinha um ganho de R$ 600 reais vendendo sozinho no carrinho, dentro da cooperativa ele consegue R$ 1.200 reais só que ele só traz o que, normalmente, filé, porque ele tem os pontos de coleta fidelizado, ele só vai buscar o papelão e o bom da cooperativa é que você qualifica todos os materiais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas dona Márcia, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Essa coleta feita pela cooperativa de porta em porta com os carros é pela companhia que faz também a coleta de lixo ou é a própria cooperativa que faz essa coleta, vamos dizer, com o resíduo selecionado?

SRA. MÁRCIA ABADIA MARTINS: Na realidade é a concessionária e a cooperativa, só que houve um acordo, onde o caminhão que para nós lá é compactador, aqui eu não sei como que chama, onde ele passa, ele coleta no compactador e ele faz um mapeamento, eu coleto aonde ele não passa, respeitando o que se faz coleta, para que também, se não onde, se nós dois coletarmos onde um e o outro coleta, vai ficar muito feio enquanto mostrar os caminhões do Poder Público dois na mesma rua ou num atendimento ou no outro e, mesmo porque, o caminhão coleta na parte da noite e, durante o dia, ele leva e descarrega dentro da cooperativa conveniada com a Prefeitura. Apesar de que tem mês que some muito material e tem mês que some também, mas ele tem que destinar esse material para uma cooperativa. A coleta é feita pela cooperativa, escolhemos um determinado setor e vamos conscientizar as pessoas e temos também a concessionária que coleta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu quero agradecer aos palestrantes e dizer que para nós foi muito importante esse esclarecimento e mais do que esclarecimento é a história de vida principalmente pela Srª. Márcia, bem como pelo André, com a missão que o Dr. Rodrigo, no sentido de que possa fazer propostas para o ente mais responsável, a nível público, no caso o Município, com esse problema que é tão sério.

Eu gostaria de apresentar aos Srs. Senadores, que tem a ver com essa questão de resíduo sólido, a questão do resíduo sólido pneu.

Há uma grande discussão, inclusive, na Comissão de Meio Ambiente, em todos os níveis da questão, da reutilização das carcaças dos pneus e nós vamos propor uma Audiência Pública, nessa Comissão, para que esse assunto seja debatido, fruto de uma provo-

cação, no bom sentido, que nós recebemos da Associação Brasileira de Indústria de Pneus remoldados que me convida, como Presidente e os demais Senadores membros dessa Comissão, para que possam visitar unidades da produção de pneus remoldados e, conseqüentemente, conhecer esse trabalho que eles vêm executando no Brasil.

Eu proponho aqui, aos Srs. Senadores, o debate da possibilidade da visita a esse essa unidade com o Senador que desejar comparecer, obviamente, uma nova data a ser fixada. Em discussão. Aprovada.

Estaremos marcando essa agenda para, em seguida, discutirmos esse tema específico da questão dos pneus remoldados.

A todos meu muito obrigado e que Deus nos proteja. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 16h39.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E UM DE AGOSTO DE 2007, APÓS A REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

Às treze horas do dia vinte e um de agosto de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandro Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **CICERO LUCENA**, reúne-se a Subcomissão Temporária para a discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com a presença dos Senhores Senadores **JOÃO RIBEIRO, CÉSAR BORGES, GARIBALDI ALVES** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submetendo à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se a deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº 4, DE 2007-CMAGRS**, que "requer nos termos regimentais, a realização de audiência pública da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, em data a ser oportunamente definida, para que sejam ouvidas as pessoas abaixo relacionadas, Secretários de Estados das diversas Regiões do País, para que possam relatar as experiências, programas e iniciativas desenvolvidas em seus respectivos Estados no que se refere ao Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Convidados: Dr. ARISTIDES MONTEIRO, Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Governo do Estado de Pernambuco; Dr. CARLOS OTAVIANO BRENNER DE MORAIS, Secretário de Meio Ambiente do Governo do Rio Grande do Sul; Dr. CASSIO TANIGUCHI, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal e Dr. FRANCISCO GRAZIANO NETO, Secretário de Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo". **Autoria:** Senador **CÍCERO LUCENA. Resultado:** Aprovado com os seguintes adendos: do Senador **FLEXA RIBEIRO** convidando o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Pará e do Senador **GARIBALDI ALVES** para que a reunião seja conjunta com a Subcomissão dos Marcos Regulatórios, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. **Item 02) REQUERIMENTO Nº 05, DE 2007–CMAGRS, que requer** "a participação da Subcomissão de Resíduos Sólidos, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle na realização do 24º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, no EXPOMINAS, em Belo Horizonte-MG, que irá ocorrer no dia 04 de setembro do corrente, sob o tema 'Saneamento Ambiental: Compromisso ou Discurso?', onde serão enfocados aspectos técnicos, institucionais, políticos e comerciais e os seus reflexos sociais e se darão em forma de conferências, painéis, mesas-redondas, palestras e sessões técnicas, relativos ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, recursos hídricos, meio ambiente, organização e gestão empresarial, drenagem urbana, saúde pública e controle de vetores, recursos humanos, legislação e outros temas pertinentes". **Autoria:** Senador **CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO** e **GARIBALDI ALVES**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Cícero Lucena,** Presidente.

Notas taquigráficas da reunião realizada em 21.08.2007

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião da Subcomissão Temporária para discussão sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com dispensa da leitura da Ata, da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Está nessa Comissão o Requerimento de Audiência Pública que requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública da Subcomissão Temporária Sobre Gerenciamento de Resíduo Sólido em data a ser oportunamente definida, para que seja ouvida as pessoas abaixo relacionadas. Secretários de estados e diversas regiões do país, para que possam relatar as experiências, programas, iniciativas desenvolvidas em seus respectivos estados no que se refere ao gerenciamento de resíduos sólidos.

A proposta seria do Dr. Aristides Monteiro, Secretário de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Governo do Estado de Pernambuco; Dr. Carlos Otávio Brener de Moraes(F), Secretário de Meio Ambiente do Governo do Rio Grande do Sul;, Dr. Cássio Taniguchi, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal e Dr. Francisco Graziano Neto, Secretário do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo. Em discussão, Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu estou de acordo, eu acho que é importante a Audiência Pública que está sendo proposta nesse Requerimento, eu gostaria só de aditar que nós tivéssemos o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Pará, para que nós pudéssemos também ter um representante da região amazônica no contexto das informações que serão aqui transmitidas aos membros dessa Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Por demais feliz a sua proposta, em discussão a proposta também do Senador Flexa Ribeiro, do aditamento do Secretário do Meio Ambiente do Pará. Não tendo mais o que discutir, em votação... Pois não, Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente, houve um equivoco meu, porque ainda está em discussão o Requerimento, e eu quero falar, pela ordem, mas depois da votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então em votação. Aprovado. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, existe uma Subcomissão, é a Comissão dos Marcos Regulatórios, e essa Comissão é presidida pelo Senador Delcidio Amaral, essa Comissão estará realizando segunda-feira uma Audiência Pública sobre os resíduos sólidos, sobre todos esses problemas advindos da melhor administração da coleta do lixo. Eu creio, eu gostaria de fazer uma sugestão, se V.Exª me permite, de que V.Exª entrasse em entendimento com o Senador Delcidio Amaral para ver a possibilidade de haver uma Audiência Pública conjunta, adiantando a V.Exª. que algumas autoridades, inclusive, já confirmara a presença. Eu não tenho a pauta aqui, por isso não posso adiantar quais são essas autoridades, mas se V.Exª. quiser, poderá entrar em entendimento, já que o Presidente é o Senador Delcidio, para que isso possa ser realizado de maneira conjunta, de forma conjunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Agradeço ao Senador Garibaldi Alves, e coloco em discussão. Acho que o aditamento para que nós possamos fazer conjunta é muito oportuno. Até porque na última audiência que nós tivemos, pública, sobre esse assunto, foi colocada de uma forma muito clara a necessidade de termos um marco regulatório desse problema, que em todo país. Então agradeço mais essa contribuição que o nobre Senador sempre faz a essa casa, em particular a essa Comissão, para que a gente possa fazer essa audiência conjunta, muito obrigado.

Está em pauta também o Requerimento da Subcomissão de Resíduos Sólidos. Eu requeiro ao participante da Subcomissão de Resíduo Sólidos, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, na realização do 24º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, no EXPOMINAS em Belo Horizonte, que ira ocorrer no dia 4 de setembro do corrente, sobre o tema: "Saneamento ambiental, compromisso ou discurso", onde serão enfocados aspectos técnicos, institucionais, políticos e comerciais, e os seus reflexos sociais e se darão em forma de conferências, painéis, mesas redondas, palestras e sessões técnicas relativo ao abastecimento d'água, o esgotamento sanitário, os resíduos sólidos, os recursos hídricos, o meio ambiente, a organização e gestão empresarial, drenagem urbana, saúde pública e controle de vetores, recursos humanos e legislação entre outros pertinentes.

Então é por demais oportuno, aquele Senador que puder participar desse Congresso, eu quero informar que essa Comissão estará representada na pessoa do seu Presidente, tenho a honra de fazer parte dos debates que fui convidado anteriormente, mas esten-

do, então, a todos os demais Senadores que queiram participar desse Congresso no 24º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, em Minas Gerais, de 4 a 6 de setembro do corrente ano.

Em discussão o Requerimento para aqueles que queiram participar. Não tendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Nada mais a discutir, agradeço a presença dos demais Senadores, está encerrada a presente reunião, muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h05.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO, EM 27 DE AGOSTO, DE 2007, ÀS 17:00 HORAS.

Às dezessete horas e cinqüenta e seis minutos do dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e sete, na sala número 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **DELCÍDIO AMARAL**, reúnem-se, em conjunto, a Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos e a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, com a presença dos Senhores Senadores **GARIBALDI ALVES FILHO,** membro da CMAGRS e da CAERMR, e **VALTER PEREIRA,** membro da CAERMR. Deixam de comparecer os demais Senadores membros das Subcomissões. A Presidência registra a presença da Sra. Maria de Fátima Ribeiro Có, Diretora-Geral do Serviço de Limpeza Urbana do Governo do Distrito Federal. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** a fim de debater a questão dos "Marcos Regulatórios", com enfoque na área de Meio Ambiente e Resíduos Sólidos, em atendimento à deliberação das Subcomissões. A Audiência Pública é realizada com a presença do Dr. SABETAI CALDERONI, Diretor-Presidente do Instituto Brasil Ambiente; do Sr. ANDRÉ VILHENA, Diretor-Executivo do Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE e do Sr. SEVERINO LIMA JÚNIOR, representante da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. A Presidência convida, ainda, o Sr. ALBERTO BIANCHINI, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE, para fazer parte da mesa. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **GARIBALDI ALVES FILHO**, **VALTER PEREIRA** e **DELCÍDIO AMARAL**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Delcídio Amaral,** Presidente Eventual da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Notas taquigráficas da reunião realizada em 27.08.2007

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 13ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios e 7ª Reunião da Subcomissão Temporária de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em conjunto em 27 de agosto de 2007 às 17h, na sala de reuniões nº. 19, Ala Alexandre Costa.

Eu gostaria só de registrar que essa Subcomissão ela está analisando os marcos regulatórios de todos os setores de infra-estrutura do Brasil. Nós já fizemos várias reuniões abordando desde energia, petróleo, gás, biocombustível, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento, e a agenda de hoje é sobre resíduos sólidos.

Eu queria também registrar que nós, conforme proposta, conforme Requerimento do Senador Garibaldi Alves, essa seria uma Sessão Conjunta com a Subcomissão Temporária de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Mas infelizmente o Presidente dessa Subcomissão, o Senador Cícero Lucena ele teve que permanecer em João Pessoa. Por isso ele não vai poder estar presente. Mas nós mesmo assim vamos... ele já nos avisou e vamos procurar fazer um trabalho muito... Um trabalho alinhado com tudo aquilo que essa Subcomissão Temporária de Gerenciamento de Resíduos Sólidos tem efetivamente executado.

Eu gostaria também, até para deixar muito claro para as pessoas que nos acompanham, e eu volto a insistir nisso porque é importante destacar essa especificidade dessa Subcomissão, essa Subcomissão é uma Subcomissão ligada à Comissão de Assuntos Econômicos. Há uma Resolução da Mesa Diretora do Senado dizendo que as Subcomissões só poderão funcionar as segundas e sextas-feiras. Sexta-feira aqui no Senado é praticamente impossível fazer com que uma Subcomissão funcione. Então nós separamos todas as segundas-feiras às 17h. E evidentemente é uma Subcomissão pequena. Ela tem sete Senadores e ela se realiza às segundas-feiras. O que não é fácil também porque alguns Senadores ou vêm para Brasília na terça-feira pela manhã ou então chegam em Brasília na segunda-feira à noite. Então evidentemente que nós temos naturalmente dificuldades para alcançar para que todos os Senadores estejam presentes. Como as Sessões deliberativas nós já fizemos e com a presença de todos os Senadores que pertencem a essa Subcomissão, as Audiências Públicas não necessariamente precisam contar com todos os Senadores. Evidentemente que com a presença dos demais Senadores os debates se ampliam ainda mais até porque as perguntas não vão estar ligadas único e exclusivamente ao Relator Senador Garibaldi Alves, e nem ao Presidente, mas também aos demais Senadores. Então isso tem que ficar muito claro porque as pessoas às vezes quando olham sem saber como é que essa Subcomissão foi criada, qual é o objetivo e as dificuldades naturais de se fazer um debate numa segunda-feira à tarde, e uma dificuldade que não é só do Senado, é da Câmara também, isso não quer dizer que os trabalhos não estejam avançando e não tenham sustentabilidade suficiente. Quer dizer, não tenham a profundidade que esses temas exigem. Nós estamos... Nós já convocamos e trouxemos aqui técnicos de vários setores, não é uma Subcomissão para se fazer discurso político. Aqui não vai haver debate político, comparação com o Governo atual, com o Governo anterior. Não é esse o objeto. Por isso que às vezes ela não tem aquela emoção que talvez uma Comissão Permanente do Senado teria. É porque nós estamos fazendo uma abordagem técnica, uma abordagem totalmente despida de qualquer discurso político. Tanto é que os Senadores que fazem parte dessa Comissão são pessoas que não vêm aqui para fazer debate do Governo anterior com o Governo atual, Governo atual com Governo anteriores. Nada. Vem aqui para aprofundar matérias que são importantes, de tal maneira eliminar as incertezas jurídicas e facilitar principalmente os investimentos. Não só privados, mas também investimentos estatais. Se não há um arcabouço jurídico competente e compatível, nem as estatais investem, porque muitas delas têm capital externo, tem investidores que vão cobrar as decisões de suas respectivas diretorias em função de algum fracasso que venha a acontecer em áreas de infra-estrutura.

Então eu fiz esse preâmbulo só para registrar isso, e para adiantar para opinião pública e para as pessoas que estão nos acompanhando que nós já estamos com oito relatórios parciais prontos. E tenho absoluta certeza que esses relatórios parciais vão ser relatórios amplamente discutidos e eu não tenho dúvida nenhuma sobre o aspecto de marcos regulatórios serão um divisor de águas no Senado Federal com relação a essa área de infra-estrutura. Boa parte dos Senadores que fazem parte dessa Comissão são voltados para a infra-estrutura, já ocuparam funções executivas importantes, e, portanto, eu não tenho dúvida nenhuma que junto com a experiência desses Senadores e com a Assessoria, a consultoria do Senado Federal e também nesse trabalho que está sendo feito conjuntamente com as principais lideranças de cada setor, eu não tenho nenhuma dúvida que esse trabalho será um trabalho exemplar. Quem quiser apostar contra que aguarde porque daqui a dois meses nós vamos apresentar o Relatório. E eu já estou acostumado a enfrentar essas coisas quando muita gente aposta contra, vide a CPI dos CORREIOS que o STF julga agora e deve concluir o seu veredicto até amanhã. O nosso desafio é efetivamente prestar um grande serviço ao Brasil. Prestar um grande serviço ao futuro do País que merece atenção mais do que nunca redobrada de todos nós Parlamentares.

Eu queria só antes de iniciarmos os nossos trabalhos propor a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. Como é uma Audiência Pública não precisa do quorum deliberativo, então não havendo nenhuma... se os Senadores aqui presentes concordam eu considero as Atas aqui apresentadas, aprovadas. Quero registrar que a Audiência Pública da próxima semana, no dia 3/9 às 17h ela tratará de Parcerias Público-Privadas com a presença do doutor, nós estamos convidando, Dr. Luiz Antônio Ataíde, Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. A Exmª Srª. Elizabeth Sequim(F), Secretária Adjunta da Secretaria de Estado e Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, o Dr. Francisco Anuatti Neto, da FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas que é especialista em regulação de setores de infra-estrutura, e o Dr. Luiz Awazu Pereira da Silva, Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Isso vai acontecer na próxima segunda-feira num debate sobre Parcerias Público-

Privadas. E eu agora quero registrar que essa Audiência Pública ela vai debater, como eu disse no início, a questão dos marcos regulatórios com enfoque na área de meio ambiente e resíduos sólidos, em atendimento à deliberação das Subcomissões. Tanto essa Subcomissão, como também a Subcomissão Temporária de Gerenciamento de Resíduos Sólidos comandada pelo Senador Cícero Lucena, da Paraíba.

Eu gostaria de chamar aqui os convidados, queria convidar o Dr. Sabetai Calderoni, Diretor Presidente do Instituto Brasil Ambiente, gostaria de convidar o Sr. André Vilhena, Diretor Executivo do Compromisso Empresarial para Reciclagem, CEMPRE, o Sr. Severino Lima Júnior, representando a Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, MNCR. Agora já estão se identificando aqui o Senador Garibaldi com o nosso querido Severino, porque são lá de Natal, lá do nosso querido Estado, glorioso Estado do Rio Grande do Norte. E ao mesmo tempo também estamos contando com a presença do Dr. Alberto Bianchini, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Nós não havíamos, foi um equívoco da nossa Assessoria, equívoco esse corrigido para que V.Sª participe também desse debate em função até da associação que V.Sª representa com competência e mais do que nunca com espírito público. Eu só estou, só corrigir aqui, nós não temos oito relatórios, nós já temos dez relatórios prontos em cima das Audiências Públicas que nós realizamos nessa Subcomissão. Então eu vou propor para que cada um fale na ordem de chamada, na ordem que nós convidamos cada um a fazer parte aqui da Mesa Diretora, e eu daria em princípio 10 minutos para cada expositor. É suficiente ou vocês acham que é melhor 20 minutos? Então, nós daremos 20 minutos. Agora, quando faltar um minuto, toca uma campainha. Vocês não assustem. Porque aí falta um minuto para conclusão e depois aí nós faríamos os debates. As perguntas são de amplo espectro. Quer dizer, quem tiver interesse de responder, pode responder e eu chamo na seqüência também e aí nós faríamos a conclusão dos trabalhos, o resumo de tudo. Então eu vou passar a palavra 20 minutos para o Dr. Calderoni, Diretor Presidente do Instituto Brasil Ambiente.

SR. SABETAI CALDERONI: Boa tarde a todos e a todas presentes. Primeiro lugar meu agradecimento ao Senador Delcídio Amaral pelo convite que me formulou com o qual muito me distinguiu estar presente aqui. Meus cumprimentos ao Senador Garibaldi Alves Filho, aos demais companheiros, André, Severino, Dr. Alberto Bianchini. Escolhi dois temas centralmente para focalizar a respeito do marco regulatório relativo à gestão de resíduos sólidos. Na verdade, são dois ângulos. Um de natureza nacional e o outro ângulo focalizando questões de âmbito municipal. Vou passar brevemente as transparências no período de debates e depois me disponho a detalhá-los um pouco mais.

A questão, a problemática dos resíduos sólidos ela pode ser enfeixada em questões ligadas aos resíduos domiciliares, ao entulho, resíduos industriais, podas de árvores, resíduos de serviços de saúde. Muito ao contrário do que a maior parte das pessoas supõem, os resíduos da construção civil acabam por representar uma percentagem muito mais alta do que o resíduo domiciliar, aqui em Brasília isso é muito mais acentuado ainda do que em âmbito nacional. E a poda de árvores também acaba sendo algo muito importante.

Então, nós temos que focalizar no marco regulatório também igualmente com grande importância essas questões. Resíduos domiciliares o que a gente nota a disposição inadequada em aterros e lixões. Ainda infelizmente no Brasil temos muitos lixões, ainda uma parte da coleta não é feita. O que mais nos choca e espanta e o que mais temos a lamentar é o pouco, escasso aproveitamento econômico dos resíduos sólidos. Haveria condições no Brasil de conseguirmos mais de dez milhões de dólares por ano todos os anos se nós o fizéssemos. Nós não estamos fazendo e estamos perdendo muito. Altos custos de coleta e disposição para os Municípios. Podemos ter ganho econômico e evitar isso tudo. Na questão do entulho, 60% do total gerado é despejado ilegalmente em terrenos baldios. O que predomina é a clandestinidade na disposição final. Aqui uma razão muito clara. Cabe não às Prefeituras, mas sim cabe ao particular, ao gerador fazer face com as despesas de disposição final. E infelizmente na calada da noite esses resíduos desaparecem e reaparecem depois em áreas públicas e às vezes submergem no leito dos rios e dos córregos. Essa necessidade tem que ser enfrentada. Temos algumas propostas nesse sentido. Insuficiência temos [ininteligível] também, muito pouco aproveitamento econômico de entulho, altos custos de coleta também e disposição para Municípios, embora a responsabilidade seja do gerador, mas o Município tem que enfrentar essa despesa.

Também clandestinidade na disposição final de resíduos industriais. Somente 22% do total geral é tratado. Muito pouco aproveitamento econômico, o mesmo quadro semelhante aos dos resíduos de construção civil acontece. O serviço de saúde também. Temos muitos casos de disposição inadequada, ausência de aproveitamento econômico. Esse é apenas um panorama rápido, coleta inadequada de podas de árvores também não se aproveita economicamente. Temos condições de fazer isso.

Agora a questão diretamente falando do marco regulatório atual. Pergunta-se: é necessário tendo em vista que nós temos aqui o marco regulatório atual já com a Constituição Federal, com o Sistema de Política Nacional de Meio Ambiente, com a Lei de Crimes Ambientais, centenas de resoluções do Conselho Nacional de Meio ambiente, legislações estaduais, legislação municipal, lei das parcerias público-privadas e também tramitando há quinze anos nós temos uma Política Nacional de resíduos sólidos. Diante de tudo isso, seria necessário fazer ainda alguma proposta? O que é que caberia fazer? Precisamos de mais alguma coisa? E eu procuro responder essa pergunta da seguinte forma. Algum tempo atrás tivemos a proposta de uma lei de responsabilidade fiscal no Brasil. E essa lei também quando quiseram propô-la, foi questionada, "mas já temos tanta legislação em matéria fiscal no Brasil e [ininteligível]", mas ela foi muito feliz essa lei. Ela dizia simplesmente duas frases. Não se pode gastar mais do que se arrecada. Nós temos que empenhar antes de gastar, e nós temos, não podemos gastar mais que 50% com funcionalismo. Então duas normas muito simples de aplicação muito fácil fizeram uma revolução nesse País. E nossa idéia foi pinçar nesse enorme emaranhado legal, nesse marco regulatório tão amplo que nós temos e mesmo aquilo que já existe de proposto na própria política de resíduos, alguma coisa muito simples, muito rápida, muito breve que pudesse também quem sabe fazer uma revolução como a Lei de Responsabilidade Fiscal fez. A idéia é da Lei de Responsabilidade Ambiental.

No marco regulatório atual e por isso é necessário fazer existir essa Lei de Responsabilidade Ambiental, informação e planejamento são inviáveis, há uma ausência de uniformidade normativa, ausência de planejamento integrado, inespecificidade de parâmetros. Essa falta de clareza, de parâmetros específicos dificulta a aferição da adequação das ações. Prejuízo concorrencial aos cumpridores. Quem cumprir a lei às vezes toma prejuízo. Toma custos a mais. Localização industrial induzida por déficits normativos. Ou seja, nos Estados em que a legislação ambiental é mais frouxa, existe atividade de procedimento de resíduos que às vezes triunfam sobre aquelas que existem em Estados que tem uma legislação mais rigorosa. Então uma guerra normativa na área ambiental que nós vivemos. E só o Congresso que pode legislar para resolver esse problema. Complexidade em procedimentos burocráticos por incongruências administrativa entre normas. Enfim, essa é a proposta que nós temos, a nossa proposta se encaminha para a solução dessas deficiências.

A idéia é uma Lei de Responsabilidade Ambiental com simplicidade na aplicação, verificabilidade da atuação das empresas do Governo na área ambiental, transparência e informações para o planejamento com resultados e instrumentos. A idéia básica é a da declaração anual de responsabilidade ambiental. É como uma declaração do Imposto de Renda. Todos os anos as indústrias, os hospitais, os seus portadores de resíduos, as empresas de tratamento e disposição final de resíduos. Os grandes geradores, como supermercados, centrais de abastecimento teriam que fazer uma declaração anual, uma autodeclaração. Não haveria ninguém que, como no Imposto de Renda movesse a mão de ninguém. É uma autodeclaração obrigatória, mas anual.

Primeiro a declaração dos geradores. Apenas com cinco breves itens. Como indústrias e hospitais, por exemplo. Quais são os tipos de resíduos e as quantidades que eu gerei? Qual é a relação, item 02, produto resíduo para qual estou licenciado? Todo mundo que está numa indústria teve que fazer o licenciamento. É só copiar da licença ambiental qual a relação produto resíduo. Para cada mil toneladas que eu produzo eu posso fazer vinte toneladas de enxofre? Qual o meu resíduo? É uma relação que está no licenciamento. Terceiro. Qual o total de produtos constantes nas notas fiscais emitidas ao longo do ano? Ou seja, é só copiar das notas fiscais que a empresa emitiu. Notem que só nos itens 2 e 3 pela primeira vez na história nós estaríamos permitindo um cruzamento absolutamente inédito de dados fazendários com dados de licenciamento ambiental. Ele está copiando dados. Mas está permitindo essa aferição. Depois, dados licenças os transportadores e destinos finais. Ao indicar isso nós já temos mais um elemento colocado para aferição. E qual a tecnologia empregada no processamento? Com cinco itens apenas, de uma declaração anual, nós temos condições de conseguir um grande avanço.

Vamos prosseguir um pouquinho. A declaração dos transportadores de resíduos. Também é simples. Quais foram os tipos de resíduos transportados, as quantidades, de quem que ele recebeu? Qual a origem? Qual a empresa geradora daquele resíduo transportado? Nesse momento já podemos fazer um cruzamento com a declaração nº. 01 daquele gerador que disse quanto ele gerou. Porque se ele gerou alguém transportou. Empresas processadoras dos destinos finais. Para onde ele levou esse resíduo? Qual o número da licença ambiental para transportar? São quatro itens apenas para os transportadores de resíduos.

Depois nós temos mais uma declaração especificamente para os responsáveis pelo processamento dos resíduos. Esse processamento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. SABETAI CALDERONI: Travou? Ôpa, vamos falar um pouquinho *ad libitum.* Fica ruim não ter escrito, mas... Eu tenho outro pendrive, se precisar... Podemos retomar?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu vou até em função do que nós perdemos, quando houve a paralisação, faltavam 11 minutos. Então eu vou começar dos 11.

SR. SABETAI CALDERONI: Ok? Declaração das empresas de tratamento e disposição de resíduos. Simplesmente dizer quais os tipos de resíduos e quantidades, o número da licença para o processamento, qual a empresa geradora de origem, os dados do transportador e a tecnologia empregada no processamento. Aqui nós fechamos um circuito. Nós envolvemos as empresas que tratam os resíduos, as que geram os resíduos e as que transportam. Deve haver uma compatibilidade disso.

Então, são simples declarações. Se alguém mentir, se alguma empresa fizer isso, vai acabar criando um passivo ambiental e vai ter uma dificuldade depois de fazer o re-licenciamento do seu empreendimento e numa [ininteligível], numa venda, numa empresa, até numa operação regular numa exportação vai ter dificuldades.

Entulho, resíduos domiciliares e provenientes de poda de árvores. Controle realizado nas três esferas da federação. Os Municípios informam os respectivos Estados às quantidades também, espécie, número de domicílios atendido, enfim, aqueles dados fundamentais. Não há necessidade de a gente se alongar nisso. É análogo. Os Estados. Interessante essa responsabilidade dos Estados. Eles repassarão à União os dados compilados referentes aos Municípios. O mapeamento de áreas contaminadas e providências adotadas para a gestão dessas áreas. Deixa eu esclarecer isso bem. Hoje, por exemplo, em São Paulo a CETESB, que é o órgão ambiental nosso lá, ela tem uma lista de áreas contaminadas. No ano que vem, ela vai ter que nos dizer o que ela fez uma por uma, em prol dessas áreas. Se ela promoveu a bioremediação, se ela responsabilizou alguém, se ela não responsabilizou, se ela descobriu novas áreas contaminadas, aonde que elas estão localizadas, quem contaminou. Tem que ser dito o que andou em relação a isso. Isso é uma responsabilidade dos próprios órgãos ambientais. E vamos publicar os dados globais relativos aos Municípios do Estado prestando uma orientação individualizada de planejamento. Ou seja, aqueles dados que eu falei nas declarações anuais de responsabilidade ambiental vão constituir um inventário estadual, para saber todos os resíduos no nível estadual onde é que eles estão, quais são, e quem os gerou. Essa agregação faz com que a gente possa ter planejamento ambiental e uma coisa muito importante também que é novos negócios. Porque tudo aquilo que é resíduo acaba sendo matéria-prima para alguém. E sabendo qual a quantidade gerada e aonde se localiza, é possível planejar também o aproveitamento daquilo que a gente erroneamente chamaria de resíduo, mas que no fundo é matéria-prima. Receberão também em nível da União todas as declarações dos Estados. Então nós vamos ter um inventário nacional de resíduos a partir dessas declarações. Que serão muito confiáveis porque as empresas correm riscos se não fizerem uma declaração verdadeira.

Então aí também a mesma coisa acaba com... Os custos de fiscalização diminuem, desaparecem em grande parte. É muito bom quando não é necessário fiscalizar. Também diminui a fiscalização tributária, e isso pode induzir padrões de consumo ecologicamente mais conscientes. Vamos avante. Algumas políticas e ações complementares, responsabilidade pós-consumo do gerador de resíduos segundo a quantidade gerada. Deixa eu esclarecer um pouco essa questão. Fala-se muito em responsabilidade pós-consumo. Mas muitas das leis que são feitas não atrelam, não amarram essa responsabilidade à quantidade que foi gerada. Se ele gerou cem pneus, ele tem obrigação de reciclar 20. Em alguns casos, é só... Em alguns casos a reciclagem é feita apenas segundo aquilo que chega ao comércio. Mas é importante que se recicle, segundo a quantidade efetivamente gerada. Isso pode ser uma norma do Estado, pode ser norma municipal e federal. Estabelecimento de piso para a compra de materiais recicláveis pelos sucateiros. Muitas vezes o que a gente observa é a presença a prática do oligopsônio. Poucas empresas compradoras de resíduos estabelecem que o preço da latinha é X. Mas se formos comparar com a bolsa de metais de Londres, vamos ver que aquele preço podia ser muito maior.

Então, pode-se estabelecer um percentual da cotação internacional média de dois meses atrás para remuneração dos catadores e sucateiros. Pode ter um piso. Então, com isso nós teremos uma condição de menor exploração. Porque é uma mão-de-obra que acaba sendo super explorada, sem garantias trabalhistas, previdenciárias, e aí nós temos inclusive um aumento na quantidade obtida de materiais. Criação de fundos para a cobertura de dispêndios com catástrofes ambientais por parte quem contribuir aqueles que são os geradores dos resíduos perigosos. Política de compras e contratação de serviço pelo poder público, por exemplo, o Senado poderia dizer nós aqui só vamos usar pelo menos 10% de papel reciclado. É uma norma muito curta de uma linha só que tem um imenso impacto sobre a geração de mercado de

produtos recicláveis. É muito simples. Uma moratória seletiva para quem tiver com áreas contaminadas e fizer a alto denúncia também é uma coisa interessante. Preço piso para compra de material de recicláveis pelas indústrias, falamos já um pouco disso, já esclarecemos isso, vamos passar um pouco adiante. Fundo para cobertura e dispenso com catação e metais, está falado. Esses exemplos já foram dados... Pode passar um pouco adiante. Isso tudo pode se aplicar, *mutatis mudandis*, para efluentes líquidos emissões atmosféricas, isso são referências de resíduos. A conseqüência da adoção dessa Lei de Responsabilidade Ambiental seria mais planejamento e informação, mais justiça e equilíbrio, especificidade, ou seja, clareza também na aplicação da norma, integração, autogestão, simplicidade de exploração, transparência e indução de condutas por políticas públicas. Agora no âmbito municipal vamos passar bastante rapidamente. O que se propõe é a implantação de centrais de reciclagem integral de resíduos. Programas de coleta seletiva, estações de triagem, de tratamento de resíduos orgânicos, unidade de reciclagens de resíduos da construção civil, beneficiamento de materiais, não é necessário só prensar e entregar, podemos beneficiar esses materiais também. Processamento de podas, e tratamento desses rejeitos. Vamos ver algumas dessas tecnologias. Aqui temos a idéia de menores custos para o munícipe e para Prefeituras. Estação de triagem, todo mundo conhece, 400 Municípios no Brasil já fazem isso, perfeito. Aqui 200 postos de trabalho. Estou pegando como modelo Municípios de 200 mil habitantes. 200 postos de trabalho ganhando 600 reais cada um. Aqui os preços. A partição, 30% do lixo pode ser reciclado, a fração seca. Tem essa partição. Os preços que estão colocados lá. A menina vai conferir para nós se o preço certo do CEMPRE. Fizemos as contas, quanto que isso poderia dar. Um total de seis milhões de reais é o total que poderia ser arrecadado, apenas pelos recicláveis do Município de 200 mil habitantes. Separação de plásticos com maior precisão. Podemos chegar a 99,5% de precisão na separação de plásticos. Isso equivale a praticamente revirginar a matéria-prima. Fazendo petróleo, praticamente. 99% é quase petróleo de novo. A separação mais precisa permite vender o plástico por um preço duas ou três vezes maior. Às vezes até sete vezes maior. Olha uma máquina que faz separação mais precisa por cor e por tipo de plástico. Também mais um pouquinho. Compostagem. Aqui nós temos possibilidade com alguns montinhos só aproveitamento como fertilizante, como adubo. Tiramos 50% disso que é água, estamos gastando muito dinheiro para inteirar(F) água, que vai virar putrefeita e contaminar os postos, os córregos e rios. Podemos fazer a compostagem com grande proveito.

Aqui uma receita anual de um milhão e quatrocentos mil aproximadamente num Município de 200 mil habitantes. Etanol celulósico. Aqui uma coisa que ainda não estamos praticando. É perfeitamente possível fazer uma coisa muito bonita que é encher o tanque do nosso carro com o lixo da nossa cozinha. A gente pode começar a pensar nisso. Podemos pensar em aproveitar os resíduos. Não aquela via do etanol que consome o milho, por exemplo. Mas sim aproveitar do milho a palha, aproveitar o sabugo e o cabelinho. Não precisa deixar nada. Fazer o etanol celulósico. Podemos aproveitar o lixo orgânico domiciliar para etanol. Aproveitar resíduos industriais, como, por exemplo, da indústria de papel e celulose, indústria de alimentos. Eu vi, por exemplo, etanol celulósico, sendo feito por uma maquininha de sobra de queijos. As estações de tratamento de esgoto, as estações de tratamento de água, o lodo do nosso esgoto cotidiano vai virar etanol. A agricultura vai se beneficiar muito disso. A pecuária a partir dos dejetos suínos, dos dejetos bovinos e principalmente de aves vai permitir com que a cada tonelada de lixo seco geremos 300 litros de etanol. Essas são algumas possibilidades que estão colocadas. Créditos de carbono, o Brasil em algum momento foi líder mundial, temos aí os coeficientes técnicos para isso, 1200 reais a cada cem toneladas de material orgânico de crédito de carbono. E aí... Eu sou mais rápido do que a máquina. E agora vem o marco regulatório para que essas tecnologias possam ser aplicadas, se não tiver marco regulatório isso fica só uma boa idéia. Eu vou falar um pouquinho *ad libitum* também, que é a idéia da Parceria Público-Privada aplicável especificamente a resíduos sólidos. Na hora em que a gente fala dessas tecnologias todas, mostra isso tudo, algumas pessoas podem dizer: Mas que romantismo é esse? É um show de romantismo. Será que isso é uma coisa tão bonita? Mas é factível ou é mais um sonho? [soa a campainha]

Então, para mostrar que talvez não fosse necessariamente um sonho, é possível, a partir da Parceria Público-Privada nós desenvolvermos essa idéia da central de reciclagem integral sem que o Município ou o Governo faça os investimentos. Trazendo a iniciativa privada para fazer isso para correr os riscos tecnológicos, para correr os riscos econômicos, para correr os riscos administrativos, fiscais e trabalhistas envolvidos, e para fazer com que se torne realidade a implantação dessas centrais de reciclagem que existem abundantemente na Europa, nos Estados Unidos, Japão, muitos países, e um pouquinho no Brasil nós

temos. Mas de uma forma ainda muito parcial, muito restrita, muito incipiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Como todos estão com...

SR. SABETAI CALDERONI: Então fazer um fechamento só.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Então Dr. Calderoni, como nós estamos ainda com problema no sistema, nós faríamos o fechamento já com o material que foi distribuído a todos os convidados.

SR. SABETAI CALDERONI: Eu posso olhar as páginas finais?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Ok. Está à disposição. Não chegou material?

SR. SABETAI CALDERONI: Não chegou ali?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Então nós vamos distribuir também. Nós estamos tirando cópia. Nós vamos distribuir a vocês. Então com a palavra o Dr. Calderoni.

SR. SABETAI CALDERONI: Perfeito.

Bem, dois minutinhos nós resolvemos. Existe também a possibilidade de usar a tecnologia central de gaseificação, aquele lixo muito sujo que tem poder calorífico, pode fazer um pouco de energia elétrica também, não há necessidade de ter o destino de um aterro sanitário. Claro que sempre vai sobrar alguma coisa para aterro. Não existe jeito, ainda não descobrimos uma forma de aterro zero. Isso não chegamos ainda. Mas vamos diminuir bastante conseguindo fazer com que o valor econômico presente nesses materiais venha à tona.

Processamento de podas de árvores da mesma forma. Podemos fazer os briquetes e podemos usar o gaseificador para se aproveitar uma coisa que se perde sempre. Os engenheiros vão me entender mais facilmente, que é energia térmica. Dificilmente se consegue aproveitar energia térmica. Mas a poda de árvore ela vem com 70% de umidade. E se a gente reduzir para 12% e depois prensar, nós temos um substituto maravilhoso, não para fazer churrascos apenas e para lareira, como também para a indústria têxtil, para indústria cerâmica que aproveita isso muito bem. Paga-se hoje 340 reais por tonelada. Não precisa ferver água. É energia pura. Já foi reduzido com a energia térmica do gaseificador a água que estava presente lá, a umidade. Então temos esse processamento todo. Mas a idéia central é chegar... Eu estava listando as receitas, elas vão chegar a alguma coisa como... Não estou aqui com a transparência que não se abriu no total, mas ela chega a aproximadamente 15 milhões. Está aqui. 15 milhões de reais para um Município de 200 mil habitantes. Que na verdade estava gastando oito milhões para enterrar o lixo. É como diz: Está aqui o ouro, você quer? Vale 15 milhões esse ouro que você tem. Não, não, eu prefiro enterrar. Eu gasto 8 milhões para enterrar, mas eu faço questão de enterrar. Esses oito milhões não vamos gastar e ainda vamos fazer os 15 milhões virem à tona. Estamos com uma economia de 23 milhões que é uma coisa que uma PPP, uma Parceria Público-Privada se deliciaria em aproveitar. Aí nós temos grandes... Infelizmente não temos a transparência para mostrar, mas são vantagens para o empresário, tem uma lista de vantagens para os empresários, uma lista de vantagens para o Governo, e com isso nós chegamos a uma situação de muito maior justiça com o equilíbrio melhor das finanças municipais a Municípios de 200 habitantes que tem sua capacidade de investimento inteiramente esgotada somente com o item lixo. Ou às vezes 80%, 70%. "O que o senhor fez no seu mandato, Sr. Prefeito?" "Eu apenas cuidei de limpeza urbana". Às vezes não sobra mais. Então nós resolveríamos um problema muito grande na área das finanças municipais, estaríamos atuando também em prol da geração de empregos, da saúde pública e da sustentabilidade ambiental. Muito obrigado pela atenção de vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Calderoni, Diretor Presidente do Instituto Brasil Ambiente. Quero pedir desculpas porque nós tivemos problema no sistema do Senado, mas de qualquer maneira nós vamos, estamos já distribuindo as cópia da apresentação de V.Sª completa, completa, competente e destacando mais do que nunca o que é que pode ser feito com resíduos sólidos, principalmente em prol dos Municípios e gerando riqueza. Acho que esse é um... Talvez é o recado principal que foi dado e mais do que nunca, focando o meio ambiente que é o maior desafio nosso.

Eu quero passar a palavra para o Sr. André Vilhena, Diretor Executivo do Compromisso Empresarial para a Reciclagem, CEMPRE. Com a palavra o Dr. André Vilhena, 20 minutos.

SR. ANDRÉ VILHENA: Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, Sr. Senador Garibaldi Alves, muito obrigado pelo convite mais uma vez para estar aqui no Senado participando de uma importante Audiência Pública sobre o tema resíduos sólidos. Nós vamos falar um pouco sobre as atividades do CEMPRE. O CEMPRE representa hoje um PIB de cerca de 50 bilhões de dólares, cerca de cem bilhões de reais por ano no setor empresarial. Então nós vamos falar pouquinho como o setor empresarial tem colaborado para o desenvolvimento da coleta seletiva e da reciclagem no Brasil. Para quem não conhece o CEMPRE é uma associação

sem fins lucrativos, fundada e mantida por empresa do setor privado, esse ano estamos completando 15 anos de atividade no Brasil em prol do gerenciamento de resíduos sólidos, especialmente resíduos sólidos urbanos. A missão do CEMPRE é promover o gerenciamento integrado do lixo sólido municipal. O CEMPRE não faz coleta e reciclagem. Nós trabalhamos com pesquisa e difusão de informações sobre este tema, de modo a colaborar como formador de opinião, como tomadores de decisão ligados a esse segmento. A promoção da reciclagem pós-consumo e a difusão da educação ambiental com base nos três Rs que foram concebidos na Rio 92 e fazem parte da agenda 21. Redução, Reutilização e Reciclagem.

Eu falei da representatividade do setor empresarial através do CEMPRE, aqui está a lista das empresas que hoje compõe a entidade. Nós temos empresas dos mais diversos setores envolvidas com este tema e o que motiva essas empresas a trabalhar essa questão do resíduo pós-consumo há 15 anos é a sua proatividade. São empresas que não só cumprem o que preconiza a legislação do setor, mas estão preocupadas proativamente em fazer mais do que isso, em ter uma interatividade maior com diversos setores da sociedade trabalhando para que a gestão do resíduo no pós-consumo avance no Brasil.

Bom, a coleta seletiva hoje no Brasil ela acontece das formas que estão listadas aí, nossas temos a coleta porta a porta, a tradicional, divisão secos e úmidos, em muitas Prefeituras isso já ocorre, temos a coleta seletiva voluntária, aquela onde a população voluntariamente leva o material reciclável para posteriormente ser coletado, temos a atividade dos catadores autônomos ou em cooperativas, certamente o Severino vai entrar mais detalhes sobre a questão das cooperativas, mas hoje o Brasil tem altos índices de reciclagem graças ao trabalho dos catadores. Louva-se o trabalho que é feito por eles. E também atividades desenvolvidas por sucateiros, que são empresas do ramo de comércio de sucata. Então aí exemplos da coleta seletiva porta a porta, no plano municipal, o modelo brasileiro que tem inspirado, inclusive, outros País é a divisão de secos e úmidos, em determinado dia da semana passa-se coletando o que é chamado material seco gerado nos domicílios nos estabelecimentos comerciais, plástico, vidro, metal, papel. E em outros dias da semana são coletados os demais resíduos.

A entrega voluntária, aqui temos o exemplos de uma Prefeitura que tem os PEVs, Ponto de Entrega Voluntária, em Minas Gerais o pessoal reconhece por LEVs, Locais de Entrega Voluntária. São locais onde a população leva espontaneamente os materiais recicláveis que depois são encaminhados para ou usinas de triagem ou cooperativas de catadores. Muitas Prefeituras hoje inclusive aceitam já os resíduos tecnológicos ou os resíduos perigosos. Ali é um sisteminha do tipo DRIVE-THRU de cadeias de lanchonetes. A pessoa passa no caminho do trabalho, do lazer e deixa o material reciclável. No canto direito nós temos um exemplo pró-ativo de entrega voluntária hoje do setor de varejo. As grandes redes de varejo comprometidas com a questão sócio-ambiental elas têm investido também no estabelecimento de pontos de entrega voluntária. Depois o material é encaminhado também para as cooperativas de catadores. Mas a base da coleta seletiva do Brasil está no catador e a forma de melhorar as condições do catador é através das cooperativas de catadores. Nós entendemos que o catador não deve trabalhar a vida toda naquela condição, muitas vezes é um trabalho penoso de tração humana, enfim, nós acreditamos na melhoria contínua desse trabalho e o primeiro passo é a formação da cooperativa quando se pode sair do processo de tração humana, por exemplo, para uma coleta mais automatizada e com isso mais eficiente também. Então ali nós estamos vendo um equipamento que é a base da formação da cooperativa que é a prensa hidráulica. Agora, não dá para conceber hoje uma política de resíduos no Brasil sem contemplar a colaboração a participação das cooperativas de catadores. Depois nós vamos ver mais adiante. Hoje nós temos 800 mil catadores no Brasil cerca de... e em cooperativas já são cerca de 20 mil catadores. O Severino deve falar depois, só ligado ao movimento de catadores são mais de dez mil. Então como eu falei alguns dados relacionados à importância dos catadores, a questão do número, hoje no CEMPRE nós temos cadastradas já mais de 500 cooperativos de catadores. Existem exemplos hoje de coleta seletiva no nível municipal de muito sucesso onde se estabelece a parceria com a cooperativa, o exemplo de Diadema em São Paulo, de Londrina no Paraná... A questão do investimento o Severino vai falar, não quero entrar na apresentação dele, versus posto de trabalho gerado. Hoje a renda média do catador na região sudeste e sul, está em torno de um salário mínimo e meio, e na região norte e nordeste e centro-oeste, um salário mínimo por mês. Mas há casos de catadores que nós temos registros de ganharem em torno de 1.500 até mais reais por mês. No caso de São Paulo nós temos algumas cooperativas que nós apoiamos que tem catadores que tiram até 1.800 reais por mês. Que é um valor bastante considerável para a realidade brasileira. Mas, as cooperativas precisam de apoios. Estamos vindo de uma reunião no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social hoje onde estava se tratando das necessidades que as cooperativas têm para melhorarem a sua pro-

dutividade, melhorar a questão da segurança do trabalho. E aqui nós elencamos alguns desses pontos que nós acreditamos que a política pública deve abordar. A questão do resgate social do catador, a questão da infra-estrutura para ele trabalhar, que vai desde a área do galpão, passando pelos equipamentos, até a questão da capacitação, hoje sabemos que existe algumas linhas de financiamento como por exemplo o BNDES, linhas importantes de financiamento que muitas vezes não podem ser aplicadas porque falta projeto. E falta projeto porque falta capacitação. Então nós também através do CEMPRE procuramos atuar nessas frentes colaborando proativamente com o desenvolvimento da coleta seletiva no Brasil com a base social.

Então aqui alguns dos projetos que o CEMPRE apóia. Nós temos, por exemplo, dentro da questão da capacitação nós promovemos encontros entre as cooperativas de catadores para que haja uma espécie de *benchmarking* entre elas, aonde se troca experiência e isso é muito importante na auto-estima, elevação da auto-estima dos catadores e também na melhoria gerencial. Aqui um outro exemplo que nós fazemos, nós levamos também as cooperativas para o contato direto com a indústria de reciclagem para ver como é que através da melhoria do trabalho, da cooperativa elas podem agregar valor e com isso poder, por exemplo, atingir diretamente a venda para a indústria de reciclagem quando nós sabemos que isso se reverte em benefício da própria cooperativa, aumentando a receita que é gerada pela cooperativa. Nós doamos máquinas, equipamentos, os equipamentos de proteção individual que são muito importantes, materiais de campanha, enfim, tudo que possa de alguma forma ajudar a alavancar o trabalho das cooperativas. Uma questão muito importante é o reconhecimento. Nós promovemos campanhas e concursos para identificar as melhores práticas relacionadas ao cooperativismo e podemos assegurar que hoje existem cooperativas que realmente impressionam pela capacidade que têm de imobilização das pessoas e também capacidade gerencial. Aqui nós estamos vendo alguns representantes dessas cooperativas que foram pessoas que muitas vezes saíram de uma condição de mendicância, muitas vezes, estavam à margem da sociedade e através desse trabalho tiveram primeiro e mais importante o seu resgate social. Acredito que o Severino vai abordar isso também na apresentação dele.

Aqui temos algum exemplos, falei das cadeias de varejo, hoje as principais redes de varejo do Brasil, como WAL-MART, o CARREFOUR, o PÃO DE AÇÚCAR, promovem projetos de inclusão social através da entrega voluntária de materiais recicláveis. Esse é um projeto que hoje serve inclusive de exemplo para outros países em desenvolvimento, que vou falar um pouquinho mais na frente. Mas nós temos muito que avançar. Num plano municipal. Aqui nós temos o número de Municípios que nós identificamos com projeto de coleta seletiva no Brasil. Nós fazemos esse acompanhamento permanente junto aos Municípios, e nós sabemos que ainda o número de Prefeituras envolvidas com a coleta seletiva é pequeno perto do universo total de Municípios e precisa melhorar. E aqui uma sugestão do ponto de vista do marco regulatório. É a questão do consórcio. Para municípios de pequeno porte com menos de 30 mil habitantes é importante que seja trabalhada essa questão de forma consorciada. Pela questão do volume de escala de material processado. Aqui está a estrutura do mercado hoje materiais recicláveis e é importante mencionar que é preciso criar na política nacional de resíduos sólidos, condições para que o segmento se formalize. Nós temos hoje infelizmente ainda muita informalidade nessa cadeia até chegar na indústria de reciclagem. Então esse aspecto a questão tributária, fiscal, é muito importante. Mas, nós temos avançado em muitas frentes na reciclagem de vários materiais. Aqui nós temos exemplo dos plásticos, o Brasil hoje é um País entre os países em desenvolvimento um dos mais recicla plástico no mundo. Nós não temos a incineração de plástico, mas apenas a reciclagem mecânica, e em termos de reciclagem mecânica nós temos índices altos. A reciclagem de PET avançou muito no Brasil. Hoje o PET deixou de ser um problema ambiental, apesar de que nós temos uma preocupação com relação a introdução do PET no setor de cerveja. Porque o volume mais do que dobraria e aí possivelmente nós teríamos um impacto ambiental indesejável no momento. Precisamos avançar mais na reciclagem de PET para poder absorver o que viria no caso da indústria cervejeira. Mas lata de alumínio, embalagem longa vida, o Brasil hoje é um dos países que mais recicla embalagens longa vida também no mundo. É exemplo. A tecnologia de plasma que foi desenvolvida aqui no País e parceria da universidade com o setor empresarial. O papelão, papel vidro, lata de aço, mas infelizmente o que é menos recuperado no Brasil hoje infelizmente é a matéria orgânica. Nós temos pouquíssima compostagem hoje no Brasil.

Estamos começando a ver também uma movimentação no setor de eletro-eletrônicos. Algumas cooperativas estão entrando também nesse ramo e algumas empresas se formando no Brasil já trabalhando a questão do desmonte dos produtos eletroeletrônicos. Nós sabemos que no Brasil é diferente de Japão, Estados Unidos e outros países onde o tempo de vida útil desses produtos é menor. No Brasil é um pouco maior,

mas já começa a aparecer em quantidade significativa no resíduo sólido urbano.

Bom, esse é um acompanhamento que nós fazemos da reciclagem no Brasil. Nós contabilizamos o que entra na indústria formal de reciclagem no final da cadeia, jogamos em cima da geração de lixo urbano e aí chegamos a esses números. 11% de reciclagem mais compostagem no Brasil, mais a fração seco, reparem que no último dado que nós temos, estatístico 2005 já se reciclava 18% da fração seca do lixo urbano. Plástico, papel, metal, vidro, etc. Isso coloca o Brasil numa boa posição de destaque em relação a países em desenvolvimento. Mas ainda temos, é claro, um caminho a avançar e com certeza a definição do marco da política de resíduos ajudaria muito nesse aspecto.

Só para registrar que nós temos um banco de dados no Brasil com quem é quem no segmento, onde está o sucateiro, onde está a indústria de reciclagem, onde está a cooperativa isso é importante para fomentar negócio. Vejam só aqui um dado importante. Oficial da lipup(F), a queda na coleta regular de lixo de 25% do ano de 2001 para 2004. Isso é devido ao trabalho que está sendo feito de despache na fonte, na calçada. É a influência do catador, é a influência do sucateiro que retirou 25% do que ia para o aterro sanitário a partir desses esforços que estão sendo feitos.

Aqui mais um dado oficial a Prefeitura de Santos que também mostra o declínio da coleta de lixo, portanto o que vai para o aterro sanitário em função do trabalho dos catadores. Temos outros dados como esses, não dá tempo de mostrar todas as Prefeituras aqui das quais nós recolhemos essas informações. Nós temos mais essas informações disponíveis no nosso site, inclusive. Pois bem, esse modelo brasileiro que incorpora o catador, a cooperativa, ele tem um foco uma base social muito forte. E é isso que nós gostaríamos de ver incluído na futura política nacional de resíduos. Esse componente social. O Brasil, nós entendemos que nós não devemos simplesmente copiar o que funciona muito bem no País como Alemanha, como Finlândia. Temos que aproveitar o que nós temos de bom e o que nós temos de bom aqui são as cooperativas de catadores trabalhando e gerando postos da trabalho e renda importante para uma parte da população que estava excluída da sociedade. Então hoje o modelo brasileiro de coleta seletiva com inclusão social ele atende o tripé da sustentabilidade preconizado pela ONU. O *triple bottom line*, o que significa trabalhar a questão econômica da reciclagem, a ambiental, mas também a social. Tem os três vértices preconizados na ONU. E atuando em três das metas do milênio. Três das oito metas do milênio. A redução da pobreza, a proteção ambiental e a questão do trabalho para o desenvolvimento. E com isso nós temos servido de exemplo para o mundo em desenvolvimento que tem o mesmo problema que nós temos. Exemplo, os Brick(F). Nós temos recebido delegações da Ásia, China, Rússia, Índia, outros países como Egito, África do Sul, Tailândia. Países que têm problema de distribuição de renda, de desigualdade social. Têm que gerar renda, gerar emprego para a população carente e viram que o Brasil descobriu uma dessas alternativas através da coleta seletiva. Então nós recebemos freqüentemente delegações de vários países que vêm conhecer esse modelo brasileiro que gera emprego e renda em grande quantidade. Vejam que nós formamos a partir dessa experiência brasileira uma rede latino-americana de entidades empresariais como CEMPRE que apóiam o mesmo modelo e com o tripé da sustentabilidade em outros países da América Latina, mais recentemente países da Ásia, da África, e com isso nós estamos aumentando engajamento do setor empresarial na questão do pós-consumo através do apoio às cooperativas e é esse viés social da coleta seletiva. Vejam aí que nós estamos formando uma aliança global.

Bom, com relação à questão do marco regulatório, essa é uma mensagem que nós gostaríamos de deixar é que todo esse trabalho que tem sido feito ele precisa ter uma clara definição do ponto de vista regulatório para que possa trazer mais investimentos no setor empresarial, mais empresas que possam investir nesse modelo a partir do momento que se tem a segurança do ponto de vista da definição na lei. E é importante que a política nacional de resíduos ela tenha, que ela respeite as peculiaridades que nós temos regionais no País. Então são diretrizes gerais, a questão da gestão compartilhada e integrada dos resíduos, é importantíssima a questão da inclusão dos catadores para que eles possam mais uma vez através da cooperativa possam evoluir, não ficar na condição de indigência, e a questão do incentivos econômicos e também eliminar a questão do desincentivo econômico. Para os senhores terem uma idéia, na última MP do Bem, houve um impacto no segmento de reciclagem para alguns setores na questão do PIS e do COFINS de até 9% a mais. Essa oneração na cadeia ela acaba refletindo lá na ponta que é a própria cooperativa de catadores. Toda a cadeia acaba sofrendo com isso. Então seria interessante e muito importante que algumas distorções fossem eliminadas desse processo da cadeia de reciclagem também.

Bom, os principais desafios que nós termos enfrentado [soa a campainha] em 2007, a questão da regularização e profissões das cooperativas, a introdução do tema resíduos no PAC do Saneamento, a capacitação técnica das Prefeituras, o combate ao trabalho infantil,

não se pode conviver mais com o trabalho infantil na coleta seletiva, e finalmente a questão da definição do marco regulatório. Os senhores sabem que nós temos hoje aí uma política de resíduos pronta para votação no Plenário da Câmara dos Deputados, uma política que veio do Senado, e seria interessante ver de que forma esse processo poderia ser acelerado de maneira que fossem feitas as Emendas que faltam lá no Plenário da Câmara depois fizesse para o Senado o arremate final e a definição seria muito importante para o País. Sr. Presidente, foram 15 anos depois que o Senado mandou esse Projeto de Lei ele ficou parado 15 anos lá na Câmara dos Deputados.

Então, o Brasil precisa dessa política por tudo que está sendo dito aqui hoje. E nós temos uma oportunidade aí, Oxalá as energias fluam para que as coisas sejam aprovadas nesse ano de 2007 pelo menos lá na Câmara e possam vir para o Senado para encerrar o trâmite.

Todas essas informações estão disponíveis no nosso site e também para quem tiver dúvida e quiser contactar o CEMPRE via telefone nós ficamos à disposição da Comissão do Senado Federal para mais informações sobre esse tema e mais uma vez agradecemos o convite e a oportunidade de vir aqui falar sobre esse tema que já nos apaixona há 15 anos, afinal de contas só lembrando CEMPRE, tem 15 anos aí de atividade nesse segmento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. André Vilhena, Diretor Executivo do Compromisso Empresarial para Reciclagem, CEMPRE. Eu queria só registrar também a presença aqui da Drª. Fátima Có, Diretora de Limpeza Urbana do GDF. Uma honra muito grande recebê-la aqui no Senado Federal. Não posso deixar também aqui de fazer uma propaganda que eu recebi do Dr. Calderoni o livro: Os bilhões perdidos no lixo, que já está na sua quarta edição. E é uma leitura imperdível, principalmente para um País que procura dar um tratamento diferenciado para o seu lixo. Que acima de tudo isso representa civilização, cidadania. Quero também registrar aqui que recebi do Dr. André Vilhena um informativo sobre o CEMPRE, o compromisso empresarial para a reciclagem, e também recebi do Dr. Alberto Bianchini: Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, válido aqui para 2006. Não poderia deixar de registrar isso aqui também. E passar a palavra para o nosso caro Sr. Severino Lima Júnior, representando a Comissão Nacional no Movimento Nacional dos catadores Materiais Recicláveis, MNCR.

SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR: Obrigado, Senador, no qual agradeço de antemão a convocação e o convite feito ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Quero externar também a minha alegria de estar na Mesa com o ilustre Senador Garibaldi Alves Filho, gostaria de não deixar de passar em branco uma história de que alguns muitos anos atrás quando o Senador era Prefeito da cidade de Natal eu na minha pré-adolescência e infância catava lixo no lixão de Natal e acredito que foi... Acredito não, tenho certeza que foi a partir daí que iniciou-se esse trabalho. Porque o antigo Prefeito, hoje Senador foi ele quem construiu a usina de reciclagem que hoje beneficia 154 catadores, no qual está passando por uma reforma, e acredito eu que vai ser um *case* de sucesso muito grande no nordeste do Brasil. Por interdito do Senador eu parabenizo os demais representantes da Mesa e os demais convidados.

Eu vou me ater, Senador, o senhor falou de que essa Subcomissão ela não é política. Mas, quem me dera como movimento social não pudesse resgatar as vitórias e conquistas políticas de que o movimento social e urbano articulado por catadores, pessoas que se encontram marginalizadas em grotões desse Brasil afora em cidades que pouco sabem que existe catador aqui nessa ilustres Casa, convidados por ilustres e nobres pessoas que nos convidam para discutir em Sessão social ou políticas públicas um assunto que eu acho de extrema importância que é marco regulatório. Eu responderia ao Prof. Calderoni porque mais um marco, porque mais um documento. Porque um marco regulatório. A política como si só a gente não teve a oportunidade de participar como um todo de sua criação. A Lei de Saneamento Ambiental a gente conseguiu ainda pôr um pouco da nossa essência como catador no finalzinho dela quando ela estava saindo do forno. E eu acredito e vim com essa responsabilidade perante o Movimento Nacional de colocar a mão na massa, de fato, essa massa que é o marco regulatório. Que vai regular a lei, essa Lei de Saneamento Ambiental e acredito que será uma das portas que está se abrindo para que o movimento possa participar de outros encontros como esse que define marcos regulatórios. As ações de movimento nacional de catadores de material reciclável ela prevém desde do ano 2000. Eu falo, eu apresento primeiro como membro do movimento nacional de catadores um pouco do nosso organograma. A gente tem as pessoas me perguntaram, Severino, você é o Presidente do Movimento Nacional? Não, somos um colegiado. Nós devemos razões as nossas bases. Eu estou aqui em Brasília, mas eu sei do que se passa lá em Natal, Rio Grande do Norte, onde estão lá os catadores que de uma forma ou de outra essa discussão que vai ser feita aqui vai respaldar um pouco mais o trabalho que é desenvolvido lá e como eu existem outros catadores

no Brasil. Somos representantes da Comissão Nacional onde se tem um por Estado e existe uma equipe de articulação que vem até o Governo Federal apresentar propostas coerentes de inserção em políticas públicas e cobramos e também participamos da construção de como adquirir esses investimentos para fortalecimento das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis em todo o Brasil. Pôxa! Que tristeza. A foto, a cor do... A cor do... O fundo preto. Bom, eu vou lendo aqui no meu painel.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR: Bom, vocês acompanham. Eu vou sem delongas. Bom, como eu vinha falando, Senador, a questão política, essa foto ela retrata justamente a alegria de catadores de várias partes do Brasil de ser recebido pela representação maior politicamente do nosso País que é o Presidente da República. Não personificado como a pessoa do Presidente Lula, mas como o chefe maior em que recebeu em São Paulo e recebe todos os dias 23 de dezembro os catadores de material reciclável para uma missa solene onde se comemora o Natal disso dos catadores da população de rua. E não deixaria passar em branco essa foto que marca justamente esse ato histórico que é a conquista, a gente não veio nesse primeiro momento na Casa do Presidente da República, ele que foi à nossa casa.

Bom, conquistas importantes. A composição da Comissão Nacional em 2001, a partir do primeiro Congresso Nacional realizado nessa cidade, o reconhecimento da ocupação catador de material reciclável conferida pela CBO, Classificação Brasileira de Ocupações, a instituição do Dia Nacional de Mobilização, nós não consideramos que é o dia do catador, e sim um dia de luta, um dia onde em todas as capitais, em todas as cidades do Brasil a gente se faz valer do trabalho do catador que é com ações direta, quer seja com ações de coleta seletiva. Em Natal a gente costuma fazer uma verdadeira campanha de coleta nas praias de Natal para poder valorizar os nossos visitantes que não deixam de vir e que geram seus resíduos, é normal todo cidadão gera resíduo e a gente aproveita para fazer a propaganda do trabalho do catador e da importância dele para o meio ambiente e a sociedade. O Decreto Federal de 11 de setembro de 2003 que cria um comitê interministerial de inclusão social de catadores, comitê o qual André Vilhena viemos agora há pouco de uma reunião que trata de investimentos na ordem de hoje aproximadamente 30, 40 milhões de reais aí até o final do ano. Que eu vou falar um palco mais a frente. O encontro da Comissão, como eu não deixei de falar, no dia 23 de dezembro que comemora o Natal com **O SR. PRESIDENTE** da República. Conquistas importantes. Realização dos primeiros e segundos encontros de latinos americanos e o primeiro encontro de lideranças em Brasília, com mais de 1.200 delegados formados em todo o Brasil. Esse encontro que aconteceu aqui no mês de março do ano passado. Um convênio com o MDS da ordem, que não está aí o valor, mas da ordem de um milhão e duzentos mil reais para articulação e formação de lideranças no Movimento Nacional de Catadores. Quando eu digo formação de lideranças, é tirar os catadores do pragmatismo de estar dentro de um lixão nas ruas achando que não existe uma categoria de luta, que não existe alguém que luta por seus direitos, trazer eles para dentro desse bojo de discussão de tentar inserir tudo isso numa política pública voltada para o segmento de catadores. O estudo do valor de um posto de trabalho no segmento e apresentação desse estudo com o Presidente após encontro de 1.300 lideranças em Brasília. Esse estudo vou passar um pouco, à frente e vou falar dele. Mobilização e participação na elaboração de propostas para a política pública nacional, estadual e municipal, hoje todas as lideranças do movimento, quer ela nível estadual, quer ela a nível municipal tentam ou fazem quando conseguem Audiências Públicas nas câmaras municipais nas Assembléias Legislativas para discutir alguma política que incida na inserção e na valorização do trabalho dos catadores. Um lançamento do edital BNDES com linha de crédito para cooperativas de catadores em todo o Brasil. É importante dizer que esse edital foi fruto de um trabalho árduo do movimento nacional, imagina o BNDES investir em algum segmento social como o Movimento Nacional de Catadores. Também tem dados aqui na frente. Conquistas importantes. Criação do selo amigo do catador, foi entregue ao Presidente por ter nos recebido, por ter nos visitado, nós o consideramos como amigo do catador. E tem esse selo em várias capitais do Brasil. A Lei 11.440 do saneamento ambiental em seu artigo que dispensa o processo de licitação, contratação e destituição de catadores para prestação de serviço de coleta seletiva. Isso aí foi um marco enorme. A primeira... Companheira aqui é das primeiras pessoas que eu recebi, que me acolheu aqui na... Ali dos gabinetes da Câmara. Então tinha vindo muito a Brasília, Senador, mas pouco ia visitar os nossos companheiros Deputados Federais lá do Estado. Porque a minha vinda a Brasília sempre para o coletivo nacional. Eu sempre pleiteie os trabalhos a nível de Nação. Eu esqueço um pouco a ofegante vontade de chegar aqui e visitar os correligionários do Estado.

O Decreto Federal de 5.940/2006 que institui a implantação da coleta seletiva solidária dos órgãos federais e sua destinação a instituições de catadores. Isso são documentos atuais que queira Deus que eles participem desse... Dessa instituição do marco regulatório que fortaleça esses instrumentos, que são dois instrumentos assim, que o Movimento Nacional dos Catadores tem como conquistas tão importantes que são instrumentos que podem hoje desencadear um processo de articulação, de organização, de investimento no segmento, de fazer com que a matemática do Prof. Calderoni realmente de fato seja levada em consideração nas municipalidades, que é quem gera os resíduos sólidos do Brasil. E eu passo à próxima lâmina. Os passos seguintes do movimento nacional.

Nessa Audiência Pública com o Presidente da República nós garantimos que para criação de 39 mil postos de trabalho do segmento de catadores em todo o Brasil seria necessário investimentos da ordem de 167 milhões a 170 milhões de reais. E ele se comprometeu e comprometeu o Ministro, então o Ministro Marinho, Ministro do Trabalho, para que fizesse valer esse pleito do movimento nacional. E esses passos são passos importantes, garantir com que as esferas, os Ministérios cumpram aquilo que foi deliberado em audiência com o Presidente da República. E não é fácil. Eu confesso a vocês que não é fácil garantir as promessas que a própria burocracia ela dificulta muito o trabalho de ascendência de trabalhos como esse, trabalho social dos catadores. A garantir a renovação de um convênio que vai ser editado agora no domingo que esse convênio agora entre o MDS e a UNESCO, quer dizer, tomou uma envergadura de tamanho qual a UNESCO hoje vai participar desse convênio do qual os resultados do primeiro convênio vou apresentar nas laminas a seguir. Mobilização e participação no terceiro encontro latino-americano caribenho de catadores encontro mundial a se realizar durante o mês de março de 2008 na Colômbia. Isso é um preâmbulo de todas as conquistas e todos os passos que o movimento nacional de catadores ainda tem por diante. Do edital do BNDES, os principais resultados que foram nos apresentado hoje na Comissão no Comitê Interministerial foi a apresentação de 127 projetos escritos, 67 legíveis, 44 entregaram toda a documentação, 29 foram aprovados, imaginem aprovar do BNDES 29 projetos e 14 serão contratados em setembro. Os recursos são da ordem de 19 milhões de reais. As principais dificuldades que eu trago para apresentar a vocês que foi nos trazido do BNDES são: a licença ambiental, parceria estratégica para essas cooperativas de catadores e associações, regularizações de imóveis, nós temos uma dificuldade muito grande, aqui mesmo no DF a gente compartilha com a dificuldade que os companheiros tem aqui em adquirir lotes para construção de seus galpões, a gente se embate aqui com a seguinte situação, a fundação Banco do Brasil, a FUNASA tem recurso para investir em construção de imóveis ou melhoramento de imóveis, mas infelizmente não se tem lotes para poder construir esses galpões. Por isso que a maioria fica aí largada no cerrado, sendo perseguida pela política pública local. Problemas cadastrais e exigências legais e porte cooperativas. Essas últimas aqui eu até considero não tão grandes, porque imagine que na primeira reunião com o BNDES imagine que as dificuldades eram muito maiores e a gente conseguiu convencer a Assessoria jurídica do BNDES que essa linha de crédito é uma linha de crédito para um segmento que há mais de 50 anos sobrevivia à margem da sociedade. E apenas com o advento do mecanismo de desenvolvimento limpo, com crédito de carbono, com a responsabilidade pós-consumo, com todo esses temas que são discutidos hoje no âmbito de resíduos sólidos em matérias locais e municipais, estaduais e a nível nacional, é que veio desencadear esse processo de articulação do movimento nacional de catadores para que se garantisse o direito ao trabalho. O crédito de carbono ele é muito importante, mas a gente a quatro, cinco anos atrás via Prefeitos e gestores públicos que se perguntava se tinha catadores em seus lixões e eles diziam que não. E hoje a gente conseguiu preconizar de que pra cada crédito de carbono adquirido em um lixão um catador deve ser recolocado no mercado formal ou que a Prefeitura adote o sistema de coleta seletiva e destine esse sistema de coleta à gestão dos catadores. Particularmente na cidade onde eu venho existe o sistema de coleta seletiva onde as associações de catadores fazem o programa de coleta seletiva e são apoiadas pela Prefeitura Municipal.

Principais resultados do projeto do MDS. Aqui foram metas que foram atingidas e superadas. Previsto capacitação de 700 lideranças. Nós capacitamos 1.350 e trouxemos lideranças todas para Brasília para esse ato de entrega do resultado do projeto ao Presidente da República. Realização de 14 congressos estaduais. Fizemos 16 congressos estaduais realizados com o alcance de 18 Estados brasileiros. Imagina a dificuldade nossa de articular um segmento tão pequenininho em termos econômicos de estrutura. Não em termos econômicos do que ele representa. Mas em termos econômicos de articulação trazer catadores do norte do Brasil, da Amazônia, de Manaus para um encontro aqui em Brasília. A dificuldade foi muito grande, mas a gente venceu.

Prevista a produção de kits didáticos para a capacitação dos catadores porque não adianta nada trazer

uma massa de pessoas que estavam excluídas em suas cidades para um evento ontem nós vamos fazer uma caminhada se essas pessoas não tiveram o mínimo de consciência política do que se está se pleiteando. Nós não pleiteamos invasões de lixões, invasões de prédios públicos. Apenas nós gostaríamos de garantir o direito ao acesso ao trabalho. Se nos lixões é inadmissível o trabalho de catadores, como o próprio movimento concorda que lixão não é lugar de ninguém viver, nem muito menos de trabalhar, que se dê condições adequadas para que os catadores saiam dos lixões. Articulação de 26 centros de referência regionais de catadores. Nós abrimos 32 centros onde em rede por intermédio de informática nós conseguimos aí articular as informações do movimento e do que a gente está discutindo aqui em Brasília nesses 32 centros. A nossa ferramenta mais importante, a pesquisa sobre custos de geração de posto de trabalho. A pesquisa resultou numa demanda nacional para gerar 35 mil postos de trabalho e beneficiar 175 mil catadores.

A análise do custo de geração do posto de trabalho. O objetivo é analisar o custo de geração do posto de trabalho na economia urbana, Senadores, e construir parâmetros técnicos para a orientação de políticas públicas de inclusão social e econômica desse segmento. A gente não tinha o parâmetro de vim pedir nada em Brasília. Só vim pedir para poder catar. A gente queria catar. Eu queria catar, somente. E a gente descobriu que a gente precisava de dados, de números, de informações técnicas para apresentar ao Presidente da República e aos Ministérios de que realmente validasse aqueles pleitos que os catadores estavam fazendo. Esse estudo foi realizado pela universidade da Bahia, foi realizado pelos técnicos da universidade da Bahia, foi apresentado no salão solene ao Presidente e mais cinco Ministros e ele prevê que a situação dos catadores ela vai desde a... A situação 1 como se encontra a cooperativa a qual eu represento em Natal, onde tem galpão e prensas de equipamentos e até situação de degradação humana no caso o que a gente mais vê que é o caso de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro.

Os resultados obtidos da atribuição espacial desse cadastro é esse que está no painel de vocês e o resultado obtido sobre o custo da implantação é que a situação 1, que é uma situação mais organizacional para gerar esse posto de trabalho seria algo em torno de 3094 reais para a geração de um posto da trabalho. A lâmina de que deveria constar aqui e não está, infelizmente, é uma lâmina de que a gente tirou, fizemos a verificação de outros postos de trabalho, e na indústria química um posto de trabalho desse chega a 400 a 300, 400 mil reais. Então a gente validou esse estudo justamente dizendo que não se precisa gastar muito porque a maior parte nós já fazemos que é o nosso trabalho.

Resultados obtidos também é um gráfico, seria legal de ver ali mas não está. E aí algumas fotos dos companheiros catadores aqui em Brasília na marcha nacional de lideranças. A audiência com o Presidente onde ele delibera de que o Ministro Marinho articule esses recursos junto aos outros Ministérios que compõem o Comitê Interministerial. [soa a campainha] Participaram os Ministros Dulce, Marinho, Patrus Ananias, Márcio Fortes, Marcio Thomaz Bastos, que nós tínhamos alguns problemas da ordem de direitos humanos, e inclusive demandou uma solicitação junto ao Secretário Vanucci, que nos recebeu graciosamente e nós estamos apresentando um projeto para poder acolher os casos de perseguição dos catadores por Prefeituras ou por atravessadores em todo o Brasil.

Bom, essa é a cadeia produtiva de hoje. Hoje atualmente em várias capitais do Brasil e principalmente nas cidades mais longe das capitais, o catador vende para um atravessador, que vende para um segundo atravessador que vende para o terceiro atravessador para poder chegar na indústria. Imagine que nesses três atravessadores aí uma garrafa, um aquilo de PET que custa hoje na indústria, a gente pode vender hoje a 92 centavos como a Bahia PET em Salvador compra, a gente está vendendo por 23, 25 centavos lá em Manaus. Isso é o absurdo que tem aí. E é o mesmo material. A única diferença é a prensagem do material. Quanto que o atravessador não está lucrando com esse mercado injusto que é o mercado dos atravessadores.

A cadeia produtiva que queremos. Nós queremos não eliminar todos os atravessadores, mas realmente os atravessadores que exploram o catador. A gente tem situações de trabalho semi-escravo, de catadores que trabalham nos grandes centros urbanos como Rio, São Paulo, de catadores que trabalham, Senador, pelo fato de que o atravessador ele cede uma carrocinha para ele catar o material reciclável. O que ele faz com que o catador compre sua venda e ele fica obrigado a pagar essa dívida que nunca se acaba. E em casos piores, os catadores que são alcoólatras que dependem da bebida e que ficam à mercê desses atravessadores, dando pinga para que eles possam trabalhar durante à noite coletando o material e possa pagar a pinga que esses atravessadores entregam. A gente enumera campos de intervenções para que essa cadeia que nós queremos ela seja realmente conquistadas. Seria parcerias com ONGs, igrejas e fóruns [ininteligível] de cidadanias, que são fóruns que foram criados em 2001 com a campanha "Criança no lixo nunca mais", que foi também um estopim de onde desencadeou todo esse processo. Eu

confesso a vocês que através da campanha "Criança no lixo nunca mais" eu fui totalmente retirado do lixão de Natal e fui imbuído, o melhor "câncer" que aconteceu na minha vida que é participar dessa luta das conquistas do movimento nacional que é o "câncer" que minha família me cobra muito, eu viajo muito, eu não fico parado e eu penso 24 horas no dia de como montar estratégias para poder estar participando de eventos como esse, ou de congressos que o CEMPRE faz, ou que a... Porque eu acho que o Movimento Nacional de Catadores, a figura do catador ela tem que estar onde se fala de resíduos sólidos, onde se fala de lei de saneamento, onde fala de destinação adequada de resíduos os catadores têm que estar lá.

A organização dos catadores como um todo é interventora. Parceria com as indústrias, existem parcerias com a Suzano, e com outras indústrias no sudeste do Brasil. E fortalecimento das cooperativas. Hoje nós temos um *case* de sucesso que é a ASMARE em Belo Horizonte, que tem agora a CATAUNIDOS, que é um boom de oito cooperativas que faz a reciclagem do plástico. Hoje a gente já domina uma fatia pequena da industrialização da reciclagem que é a reciclagem do plástico. E como não era de ser, todo bom trabalho ele aufere frutos e também mais trabalho. O Movimento Nacional de Catadores do Brasil foi interagir com os movimentos de catadores em toda a América Latina. Existe uma instituição por nome de Fundação Avina, é uma instituição que ela participa ativamente de apoio a algumas lideranças do Movimento Nacional de Catadores, é uma instituição fundada por um cara que queria ver o mundo melhor, que se chama Stephen Shibiraine(F), que eu não sei se é esse mesmo o nome, a pronúncia, mas é um cara que pegou as empresas e fez com que elas auferissem lucro para resolver o problema da humanidade. E ele resolve da seguinte maneira. Ele encontra pessoas, lideranças que têm potencial e investe nessas pessoas fazendo com que elas possam rodar o mundo, o Brasil, e daí que saiu toda essa articulação do movimento até se chegar na América Latina. Nós já tivemos dois encontros latino-americanos no Brasil, estamos encaminhando para o terceiro, onde hoje o Brasil é referência para Argentina, Peru, Colômbia, pela atenção que o Governo Federal e os entes federais, Câmara e Senado dá aos catadores e instâncias como assembléias é Câmara de Vereadores, e nós somos muito bem citados nesses outros países pelo trabalho que é realizado aqui no Brasil. Hoje nós apresentamos a rede latino-americana, que irá ter um encontro latino americano na Colômbia, no mês de março, onde nós vamos estar levando aqui do Brasil 20 vagas para 20 delegados para sair daqui para Colômbia para representar o Brasil. E aí tem algumas fotos que aí era para constar no arquivo mesmo situação de catadores em outras partes do mundo. A primeira foi no México, aí é no Canadá, aí são os catadores de alumínio de Gâmbia, nós temos catadores do Egito, Camboja, Manila, nas Filipinas, tem um programa em Manila que recolhe dos rios de Manila. Isso é muito interessante, porque a gente já está discutindo com o pessoal da Amazônia, ali da região dos rios da Amazônia. A Manila e Filipinas que não deixa de ser diferente, os barqueiros que catam material reciclável em Manila. Região de água. Indonésia, Índia, que a maioria são mulheres. E tem um problema muito grande na Índia e no Egito de caixas. O ano passado teve o Festival Lixo e Cidadania o qual eu convido vocês que vai se realizar agora em setembro, será em Belo Horizonte, um catador não pôde entrar dentro de do avião da Itália por conta do problema de caixas. Pessoas disseram que não iriam no avião se aquele catador embarcasse e o catador não embarcou e ele não veio para o encontro, para esse encontro o ano passado que foi convidado. Nós convocamos as autoridades internacionais, os movimentos de direitos humanos internacionais, fizemos com que mandassem e-mails para a Itália, ela fez uma retratação pública e doou duas passagens aéreas para qualquer lugar do Brasil para esse catador que pode ser que ele venha ainda para o Brasil para esse encontro agora em setembro.

China... Esse é um livro que eu também deixei para poder, caso interessasse aos senhores é uma publicação de um companheiro que está hoje articulando para a América Latina. Nós temos a graça de ter dois consultores muito importantes. Um se chama Bernardo Touro, que é um escritor latino-americano excepcional, e o Martin Medina que é um escritório do México que é o cara que está acompanhando as nossas articulações na América Latina. Esse livro está em inglês. Ainda não foi traduzido. E essa é nossa salinha em São Paulo, Movimento Nacional de Catadores, nós nos reunimos assim, em círculo, discutimos as dificuldades. Hoje estamos agora discutindo não só dificuldades, mas estamos discutindo as conquistas, como é que vamos fazer com que essas conquistas realmente elas de fato mudem o papel, a situação, o caráter, e a vida desses catadores que trabalham nas ruas e nos lixões do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, meu caro Severino Lima Júnior pela exposição, pela sinceridade, pela objetividade. Quero até registrar que o Relator aqui, o Senador Garibaldi destacou o Severino, homem nascido lá no Rio Grande do Norte e que fez referências muito positivas à gestão de V.Exª quando Prefeito de Natal. Mostrando que V.Exª já se preocupava há muito tempo

com essa questão de coleta de lixo, que é um grande desafio para o Brasil.

E eu quero passar agora para o último orador, o Dr. Alberto Bianchini, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, ABRELPE.

SR. ALBERTO BIANCHINI: Antes de mais nada agradecer aos Senadores Delcídio Amaral pela nossa participação, e ao Senador Garibaldi, evidentemente, pela nossa participação neste encontro que se realiza agora. A ABRELPE é uma entidade, a primeira do Brasil a se integrar no processo de resíduos sólidos. Ela tem exatamente 30 anos, fundada na cidade de Lages, em Santa Catarina, para que pudesse estudar já a partir daquele momento a problemática dos resíduos sólidos. Onde não havia nenhum tipo de preocupação absolutamente com nada, absolutamente nada. Vejam os casos que se pronunciam como caso de SHELL, em Paulínia, o problema da [ininteligível] em Santos, etc, e por aí afora. É uma entidade que imediatamente tentou e conseguiu se ligar a ISLA que é uma entidade internacional que congrega 72 países discutindo a problemática de resíduos sólidos no mundo inteiro e quando fala em resíduos sólidos estou falando tudo. Industrial, atômico, resíduo de saúde, orgânico, inorgânico, por aí afora. Todos eles. Essa entidade é uma entidade que congrega 72 países discutindo todos os problemas e esse ano passa a ser o órgão que estará dando apoio à ONU sobre o problema de resíduos sólidos no mundo.

Ocorre que na realidade vocês podem perceber claramente e com muita facilidade que o problema de resíduos sólidos é um negócio complicadíssimo. Mas será que ele é realmente complicadíssimo como nós estamos complicando? Nós estamos criando monstros, estamos criando coisas que na realidade o primeiro mundo não mostra. Pelo menos a ISA mostra claramente e peremptoriamente todos os anos que os problemas têm soluções muito mais fáceis que essas que nós estamos buscando. São soluções complicadíssimas. Será que está certo isso? Eu inclusive tive a oportunidade de dizer ao Severino, em primeiro lugar, se ele acha que está tudo errado? Principalmente porque não admito sob nenhum aspecto que eles trabalhem da forma como trabalhem. Antes de mais nada, e antes de tudo, seria absolutamente necessário que se desse aos catadores, e eu não gosto desse nome, eu gosto de cidadãos, que eles tivessem exatamente todas as possibilidades que todo mundo tem. Salário digno, Fundo de Garantia, férias, trabalhar em condições salubres, porque nós temos uma comunidade, nós temos uma comunidade de catadores ou de cidadãos pra mim que daqui a 30 e poucos anos, 40 anos estarão se aposentando e criando um novo problema previdenciário, por quê? Por causa do problema de insalubridade que vai fatalmente acontecer no futuro.

De maneira que minha gente, eu acho que as coisas não são difíceis como elas se propugnam no Brasil inteiro. E nós temos a ABRELPE participado de Natal, de Belém, de Bahia, de todos os lugares tentando mostrar que as coisas... Agora pouco em vitória. Tentando mostrar que as coisas são pouco mais fáceis do que aquilo que a gente prognostica, como vem sendo prognosticado a todo tempo. E por quê? Porque existe uma coisa simples de ser resolvida, que eu vou deixar como sugestão para o marco regulatório. Uma coisa que se chama auto-responsabilidade. E o problema da auto-responsabilidade elimina tudo isso. Proporcionando dentro da auto-responsabilidade os mesmos empregos, só que em condições decentes, em condições salubres, em condições dignas que as pessoas e os cidadãos devem ter. De maneira que essa é a minha mensagem porque antes de tudo eu queria até dizer ao Calderon que eu tenho... O Carlos Silva vai fazer uma palestra com vocês sobre a gestão de resíduos sólidos no Brasil dando uma visão geral do que acontece, inclusive respondendo algumas coisas que você Calderoni solicita na sua palestra. Porque nós tivemos, ABRELPE, a preocupação durante todo esse tempo e estamos continuando a fazer isso sempre através do panorama de resíduos sólidos que eu deixei aqui com o Senador Garibaldi e com o Delcídio Amaral, mostrando o que estamos fazendo em matéria de pesquisa. De maneira que eu gostaria que o Carlinhos fizesse uma exposição do problema do resíduos sólidos no Brasil dando uma visão geral de como a coisa está sendo colocada. Muito obrigado a todos vocês.

SR. CARLOS SILVA: Boa noite a todos. Srs. Senadores, senhores da Mesa, senhoras e senhores da platéia. Com grande prazer que então representando a ABRELPE eu venho trazer alguns dados e algumas informações que nós compilamos na ABRELPE acerca da gestão de resíduos sólidos no Brasil dando-lhes uma visão geral por acreditar que um setor só pode ser regulado a partir do momento em que se tem conhecimento do âmbito, da amplitude, dos dados e dos componentes desse setor. Porque nós entendemos que uma regulação sim é extremamente necessária, totalmente louvável a iniciativa desta Subcomissão, tratar de marcos regulatórios para os setores de infra-estrutura. É muito importante e é motivo de grande satisfação vermos que os resíduos sólidos foram incluídos nesta temática de marco regulatório como um dos segmentos de infra-estrutura do Brasil, e então por isso nós gostaríamos de apresentar alguns dados, algumas informações para podermos chegar a algu-

mas conclusões e deixarmos algumas, como nós entendemos na ABRELPE, algumas demandas para os poderes públicos que aí poderiam ser incluídas nessa questão dos marcos regulatórios.

O primeiro dado que nós entendemos básico que se tem que saber é quanto se gera de resíduos no Brasil por dia. Dados de 2005 nos levam a uma totalidade de 164 mil 774 toneladas de resíduos sólidos urbanos coletados por dia. Sendo que no Brasil em 2005 nós tínhamos um índice de coleta de 95%. O que nos leva à afirmação de que 5% do lixo gerado no Brasil sequer tem coleta. Se nós temos esse índice de 95% na coleta das 164 mil toneladas é na disposição final que nós encontramos o principal problema. Em que 65 mil toneladas apenas tem disposição adequada e 96 mil 302 toneladas não têm disposição adequada no Brasil. Sendo dispostas a céu aberto, nos rios, nos córregos, nos mangues, e este nós entendemos que é o principal problema a ser enfrentado por qualquer marco regulatório que venha a ser editado para disciplinar a questão dos resíduos sólidos.

Para agravar um pouco este problema, mas, também servindo como um alento por outro lado, nós temos que nos últimos dez anos não foram utilizados recursos públicos para implantação de aterros sanitários em larga escala. Sendo que duas importantes iniciativas, Salvador na Bahia e Nova Iguaçu no Rio de Janeiro foram implantadas através de concessão a iniciativa privada. Nesse período, entretanto, por isso que eu digo como alento, 18 aterros privados foram construídos, dos quais 15 estão na região sudeste, 2 no sul e 1 no nordeste, recebendo juntos um total de 23 mil 140 toneladas/dia. O que nos levam a percentagem de que 14% da disposição final no Brasil já é feita por meio de aterros privados. Isso mostra que a iniciativa privada não está parada. Está sensível ao problema e está tomando suas precauções. Porque também conta com a questão dos créditos de carbono propiciados pelo Protocolo de Kyoto.

Com relação à coleta seletiva, aí nós vemos também uma situação um pouco preocupante porque apenas 451 Municípios, ou seja, só 8% dos Municípios brasileiros têm algum programa de coleta seletiva formalmente implantado. Os demais sequer têm iniciativas formais contando sim com o trabalho extremamente louvável dos catadores.

Aí para dar um parâmetro de como está a participação da iniciativa privada nesses serviços, nos serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos, 66,5% dos serviços é feito por empresas privadas e 33,5 pela administração pública. Nessa participação privada nós temos 70% dos contratos firmados com base na Lei de Licitações, 8.666 são contratos de terceirização, e praticamente 30% já são contratos de concessão com prazo médio de 20 anos que trazem uma solução ampla e total e adequada para essa questão dos, gestão de resíduos sólidos urbanos.

Com relação aos aspectos financeiros, é um outro ponto que merece muita atenção em que uma pesquisa do IBGE aponta razão e revela porque a gestão pública dos resíduos sólidos urbanos está sendo realizada de forma apenas satisfatória. 80% dos municípios brasileiros aplica menos de 5% dos seus orçamentos na gestão de resíduos sólidos urbanos. É um percentual muito pequeno que não permite que se traga aprimoramentos, que não permite que se traga gestão adequada, e novas tecnologias. E desses Municípios brasileiros apenas 46% cobram por uns serviços. Aqui abrindo um parêntese, nós defendemos que por se tratar de um serviço público, como qualquer outro serviço, como água, como esgoto, como energia elétrica, como telecomunicações, o serviço de gestão de resíduos sólidos urbanos, de serviço de limpeza urbana tem que ser remunerados, tem que ser calcados, tem que ter sua sustentabilidade econômica num instrumento de cobrança. Seja uma taxa, seja através do IPTU, seja através de um veículo próprio, mas tem que ter algum tipo de cobrança.

Então, aí esse quadro como eu acabei de dizer, 4.338 municípios brasileiros aplicam menos de 5% dos seus orçamentos na gestão de resíduos. Outros dados setoriais para ter uma idéia, o setor gera em empregos diretos, 440 mil postos, tem 9.600 caminhões compactadores, o lucro anual de 2,5 bilhões de dólares, um recolhimento anual de contribuições sociais e trabalhistas de 750 milhões de dólares, um recolhimento anual de tributos federais de 200 milhões de dólares, investimentos anuais em frota de 150 milhões e despesa anual com a manutenção de 250 milhões de dólares.

Com relação aos resíduos de serviço de saúde é um ponto que merece um destaque, que no Brasil são gerados mil toneladas, praticamente um pouco mais de mil toneladas/dia de resíduos de serviço de saúde e apenas 292 toneladas são tratadas. De forma que a maior parcela de resíduos patogênicos infectantes com vírus, bactérias e outros organismos capazes de disseminar doenças e epidemias são dispostos inadequadamente em lixões, e aí tendo contato com os catadores, em aterros sanitários que não são apropriados para recebê-los ou diretamente sobre o solo em rios, mas aí com esse potencial de infectante que esses resíduos têm.

A reciclagem eu vou passar porque já foi amplamente dita pelo André com dados do CEMPRE. Então, em observações finais e conclusões, nós po-

demos chegar à conclusão de que o Brasil ainda está construindo um cenário apropriado para políticas públicas, há espaço para novos marcos regulatórios, desde 2005 a Lei das PPPs trouxe possibilidades e condições bastante interessantes para o incremento de investimentos privados por meio de concessões e serviços, e na mesma época a lei dos consórcios públicos possibilitou a implementação de soluções com a necessária economia e ganho de escala. Porém, o Brasil ainda sofre com a falta de uma política nacional de resíduos.

Alguns Estados já têm as suas próprias políticas, porém elas terão que ser adaptadas à lei nacional quando esta for editada, fora da esfera legislativa como eu já disse os mecanismos de desenvolvimento limpo criados pelo Protocolo de Kyoto poderão significar com as receitas provenientes da comercialização dos créditos de carbono uma interessante fonte de recursos adicionais a colaborar com a redução de custos de destinação final dos resíduos urbanos. A destinação final aí voltando àquele ponto é o principal problema e deve ser universalizada de maneira completa e ambientalmente correta. As soluções de longo prazo devem ser implementadas com a necessária sustentabilidade econômica e ambiental. Nós não podemos mais ficar pendentes de soluções provisórias, de soluções tampões, que vem dar um fôlego para uma determinada situação e depois não se sustentam com o passar dos anos.

Para as atividades de reciclagem a predominância de ações conduzidas por cadeia informais prejudicam o desenvolvimento dos índices por total falta de gestão do processo, nesse ponto o Severino já explicou muito bem a questão dos intermediários que oprimem e que lucram em cima da cadeia dos catadores e em cima disso é urgente que políticas públicas instituam programas formais de coleta seletiva e reciclagem nos municípios com o custeio através da adoção dos princípios do poluidor pagador e da auto responsabilidade. Princípios que já estão em voga há muito tempo em todos os demais locais do mundo, que ainda não chegaram no Brasil, mas na América Latina mesmo já tem a sua aplicação, já tem a sua efetividade, e tem que ser objeto de implementação através do marco regulatório.

No campo dos resíduos do serviço de saúde, legislações similares às disposições da política estadual de resíduos sólidos de São Paulo devem ser promulgadas em outros Estados, para disciplinar o tratamento efetivo desses resíduos. Só para vocês saberem a política estadual de resíduos sólidos de São Paulo tem um item que proíbe a disposição de resíduos de serviço de saúde sem o seu prévio tratamento que neutralize as suas características de periculosidade e infectividade e é necessário então em cima disso tudo que o processo seja coordenado pela administração pública que será responsável pelo planejamento, diretrizes, regramento e fiscalização. Aí muito apropriadamente através de agências reguladoras, claro, agências reguladoras com total eficiência, com total conhecimento técnico, com total imparcialidade, diferentemente um pouco do que vem sendo proposto aí em que há projetos de lei que trazem agências reguladoras dando privilégios a empresas estaduais a executarem os serviços como preferência, agências reguladoras que misturam os setores não garantindo o conhecimento técnico e o aperfeiçoamento dessas agências, então agências reguladoras que misturam saneamento e energia e telecomunicações, isso é uma coisa que nós vemos com grande ressalvas que as agências têm que ser específicas para os setores que elas pretendem regular e em cima disso feitas essas considerações nós vemos algumas demandas que precisam então ser enfrentadas no marco regulatório. Nós necessitamos de diretrizes nacionais, uma Política Nacional de Resíduos, nós precisamos de legislação tributária especifica para o setor, estímulo à gestão sustentável integrada de resíduos sólidos, desenvolvimento de pesquisas, novos processos, tecnologias e produtos, centralização e disseminação de informações em âmbito federal. Precisamos que seja assegurada a implementação da responsabilidade do produtor juntamente com os setores produtivos, a disponibilização de fundos, recursos financeiros e suporte técnico pelo Governo Federal para autoridades regionais e locais, e inclusão de temas de meio ambiente específicos de resíduos sólidos na educação primária, secundária e terciária.

Já com relação... no âmbito estadual precisamos de diretrizes regionais, legislação tributária regional, precisamos da implementação de planos e programas regionais em consonância com a política nacional, implementação de campanhas de educação e prevenção efetivas e de longo prazo. E por fim, no âmbito municipal, é necessário a implementação de programas [soa a campainha] formais, unidades e plantas para a adequada gestão de resíduos. Coordenação da execução das atividades tem que ser feita no âmbito municipal, é aí que se dá a geração de resíduos, é aí que se dá o foco da onde sai todo o esse problema. É necessário o estabelecimento de programas de educação ambiental continuada com ênfase na reciclagem e a implementação de instrumentos de custeio dos serviços como garantia da sua sustentabilidade econômica. Manutenção e incrementos. Essa mensagem que nós gostaríamos de deixar. Estão aí a disposição os nossos contatos e no site da ABRELPE é possível

acessar o panorama dos resíduos sólidos no Brasil, essa obra que nós publicamos com dados do setor gerais, informação tratada e compilada desde 2003. Muito obrigado a todos, novamente agradeço a oportunidade dada pelo Senador Delcídio Amaral e pelo Senador Garibaldi Alves. Uma boa noite.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Dr. Carlos Silva. Quero aproveitar também cumprimentar o Dr. Alberto Bianchini, o Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, ABRELPE. Quero registrar aqui também a presença do nosso caro Senador Valter Pereira, Senado da República pelo meu Estado, Mato Grosso do Sul, e que honra o nosso Estado com a sua presença aqui e pelo seu trabalho e pela sua história. Quero cumprimentar também o Dr. Jacó Jochelovit(F) que acompanha o Dr. Calderoni aqui presente também.

E eu quero passar agora a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves, e depois passarei a palavra ao ilustre Senador Valter Pereira, para depois... eu chamo cada um dos convidados para que cada um responda aquilo que entenda como pertinente em função da exposição que foi apresentada. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu quero cumprimentar toda a Mesa à frente de V.Exª e dizer que não vou mais nominar aqui os nossos convidados porque eles já foram bastante citados por V.Exª. Eu quero apenas cumprimentar o meu conterrâneo, Severino, que inclusive fez um registro que me deixou muito feliz, mas eu quero dizer a ele que a despeito das nossas divergências com relação ao BNDES e amanhã vai estar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos o Presidente do BNDES. O atual Presidente, Dr. Luciano Coutinho. E eu quero dizer que eu fui muito estimulado como Prefeito em 1986 pelo BNDES para fazer essa experiência de uma usina de reciclagem de lixo em Natal. Naquele tempo não havia nem o que nós temos hoje. E o Poder Público estava absolutamente despreparado para lidar com as usinas de reciclagem de lixo e houve dificuldades, Severino sabe disso, mas a experiência valeu a pena e o testemunho dele me deixou assim gratificadíssimo. Eu quero agradecer a você, Severino, eu não esperava nunca, eu não esperava nunca por isso. Eu quero dizer que Severino Lima Júnior é um daqueles Santos de casa que também fazem milagres. No caso ele é de Natal, da minha terra. Como quero cumprimentar todos os expositores, mas hoje eu já faço parte aqui dessa ala dos mais maduros, então eu hoje vou ficar ao lado dos mais jovens. Não que eu queira deixar de lado a experiência, mas eu quero cumprimentar também o Carlos Silva, que nos apontou aqui soluções muito objetivas como também fizeram o Dr. Sabetai Calderoni, o Dr. André Vilhena e agora o Dr. Alberto Bianchini. Mas você me desculpe o tratamento, o senhor, eu pensei que era até mais novo. Mas já me disseram a sua idade, você tem 32 anos. Mas, eu também...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dente de leite. Então concordo com o Senador Valter Pereira. Eu quero apenas, eu vou ser rápido porque afinal de contas nós estamos aqui numa hora bem avançada. Eu não sei se alguém está pensando em pegar avião a essa altura. Se tiver, eu lamento. Eu queria fazer perguntas bem rápidas. A conclusão que eu chego é que também nessa matéria, meu caro Presidente, Senador Delcídio Amaral, nós estamos vendo que a iniciativa privada ela está dando passos mais largos do que o setor público. Mas não é apenas nessa área, não. Em outras áreas nós também constatamos isso. E não apenas no aspecto econômico, mas, sobretudo, no aspecto social. Eu diria que amadureceu no meio do nosso empresariado uma consciência social que sinceramente às vezes me impressiona mesmo. E chega até a me emocionar. Porque eu também como todo jovem eu também já preguei muito com relação aos abusos do capital privado. Mas isso quando eu era muito mais novo do que sou hoje. Não é que eu seja velho. Mas, então eu quero dizer, fazer uma pergunta aqui ao nosso primeiro expositor, que se ouve tão bem, claro, o Dr. Calderoni. Ele propôs também uma legislação. Mas eu pude observar que não há, se eu estiver errado me corrija, não há punição. E eu, nesse aspecto se não houver a questão da punibilidade, não é assim Dr. Valter, sanção, porque ele que é o nosso jurista aqui, o nosso Senador Valter Pereira. Se não existir isso, se existir me perdoe, mas eu ao longo da sua exposição e lendo ali, eu não notei que isso pudesse... Se pudesse registrar isso aqui. E eu queria lhe perguntar também se os pontos apontados pelos dois últimos expositores, o Dr. Bianchini e o Dr. Carlos Silva, se eles coincidem muito, se há uma convergência, me parece que há, mas eu queria... Já que eu sou o Relator, até quando o Presidente quiser, eu queria ver se coincidiam esses pontos com relação às duas propostas. Porque eu não quero realmente fazer muitas perguntas, eu queria perguntar ao Dr. André que é da CEMPRE. Eu queria perguntar ao Dr. André, desculpe, André, eu não sou muito organizado, não. Em matéria de Relatoria, eu não sou muito organizado. Mas eu vou ver se eu acho aqui nessa pequena montanha de papéis... Está aqui. Eu queria fazer uma pergunta a V.Sª.

Essa CEMPRE é uma associação sem fins lucrativos criada e mantida por empresa do setor privado desde 92. E a lista das empresas que V.Sª trouxe, mostra que as empresas são grandes empresas que pretendem também oferecer soluções para o problema, e aí há uma visão também da CEMPRE. Eu queria perguntar porque foram tantas propostas. Hoje nós tivemos uma fertilidade impressionante de propostas. Ninguém se lamentou, ninguém se culpou, ninguém se arrependeu de nada aqui. E as propostas surgiram.

Então, diante de tantos dados eu queria perguntar se há também da parte de V.Sª esse consenso com relação às propostas apresentadas. Que no caso V.Sª, me corrija se eu estiver errado, mas no seu caso os dados são realmente impressionantes também, sobre o atraso que o país ainda se defronta com ele, mas há também propostas e eu queria perguntar o que é que significa valorização dos modelos baseados em experiências regionais com sustentabilidade técnica econômica e social. No caso eu queria lhe perguntar se essas experiências já existem. E onde elas existem e como é que V.Sª poderia apontá-las.

E no caso de Severino, eu queria que Severino fosse aqui não, claro, não o algoz, que ele não tem cara de algoz, mas que ele fosse o crítico, aquele homem que de repente veio de baixo, como ele veio, lutando como eu sei, porque o lixão de Natal não era diferente de nenhum outro lixão. Pode realmente encarar o lixão de Natal como aquele lixão terrível que nós conhecemos, e Severino, que está voltado hoje para uma visão mais nacional, por isso que eu peço a ele que ofereça esse depoimento. Dentro desse modelo que foi formulado aqui, você... Quais são as sugestões dos catadores, quais são os receios que os catadores têm ainda a despeito dessas conquistas? Tanto com relação ao setor público como com relação ao setor privado. Mesmo com esses avanços todos que são impressionantes, eu diria que o modelo dessa Associação dos Catadores deve ser seguido por todos. Porque veja bem, não se revelou aí com relação aos catadores, não se revelou uma pena. Quer dizer, ninguém recebeu os catadores, muito menos o Presidente da República com pena dos catadores. Não foi isso, não. Foi porque os catadores se organizaram, lutaram, se mobilizaram e conquistaram o seu lugar. Eu agora pergunto a você: Não pode haver retrocesso nisso tudo. Então vocês têm que continuar lutando e nada melhor que uma Mesa dessa você dizer qual é realmente o espaço dentro desse novo modelo que foi proposto aqui, ora por um, ora por outro, e até mesmo por você, o lugar que vocês pretendem ocupar. E Presidente, V.Exª não marcou o tempo não, né? O meu tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): V.Exª tem todo o tempo do mundo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ave Maria. [risos] Olha, não faça uma provocação dessa a Mão Santa, não.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Eu passo a palavra agora ao Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero cumprimentar V.Exª. V.Exª está fazendo um trabalho nesta Subcomissão que no início não se divisava, não conseguiu, não era possível vislumbrar. V.Exª não está deixando um segmento sequer que diz respeito à infra-estrutura sem examinar. Confesso que não imaginava que V.Exª ia chegar nos catadores de lixo. E chegou. E aqui hoje eu vi uma lição que sinceramente me impressiona profundamente. E antes de avaliar eu gostaria de fazer uma pergunta ao Severino. Severino, que formação você tem?

SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR: [pronunciamento fora do microfone] Concluir o segundo grau na Fundação Bradesco, escola de Natal, e por conta do trabalho que eu desenvolvo em Natal eu ganhei uma bolsa na UNP para fazer administração no qual só pude fazer um ano por conta do problema das viagens e articular o Movimento Nacional. Mas me considero uma etapa da minha vida que não foi concluída a parte educacional. Mas eu também complemento a minha resposta ao senhor de que na época que eu estudei na Fundação Bradesco eu tinha muita vergonha de ser catador. Mas essa vergonha foi transformada em honra que a coisa que meu pai me ensinou que a coisa mais importante é honra, dignidade e fazer o bem sem ver a quem. Acho que é isso que importa pra mim hoje.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pois bem. Nós estamos diante de um autodidata. Teve uma formação básica, e seguramente está virando doutor na área em que se dedicou e que se engajou. Efetivamente eu fiquei impressionado com o seu desembaraço. Desembaraço que é de fazer inveja a muitos Parlamentares que tem pelo Brasil afora. Mas hoje nós estamos aqui numa Sessão de gente que tem responsabilidade com a questão ambiental. Cada um aqui na sua atuação, um na atuação mais profissional, mais empresarial, outro na atividade mais social e mais amador, mas todos aqui estamos engajados com a questão da limpeza. Da limpeza do planeta. E essa questão da poluição ela não é uma questão restrita ao nosso planeta. Hoje é uma questão interplanetária. Pouco dias atrás foi noticiado que um artefato de várias toneladas foi despejado no espaço sideral causando

risco a todos aqueles que navegam nessa faixa toda e o lixo que existe no espaço sideral é hoje uma ameaça aos que moram, aos que habitam o planeta. Quer dizer, nós estamos diante da ameaça do lixo terrestre e diante da ameaça do lixo sideral. Mas vamos nos limitar ao lixo da terra que é onde você navegou com bastante maestria.

Você comentou sobre a ação do atravessador. Que certamente é para todos os catadores que não se organizaram, que não têm cooperativa, uma ameaça que traz realmente muito prejuízo, deixa de dar a liberdade que vocês têm, confisca a pouca renda que a atividade pode propiciar. Então eu gostaria de fazer já uma pergunta. Sobre a cooperativa. Como é que está o desenvolvimento do cooperativismo nesse segmento que você certamente tem atuado com bastante maestria? Há um bom desenvolvimento? Está ainda embrionário? Falta apoio do Poder Público? Como é que está essa questão do cooperativismo? Que eu acho que a grande alternativa que tem que buscar os catadores é exatamente a organização, a organização em entidade de classe e, sobretudo, na organização cooperada a fim de que recursos sejam viabilizados para que os problemas que vocês enfrentam certamente possam ser melhor administrados.

A outra questão que eu indago é a seguinte. Vocês têm avaliação mais aprofundada das seqüelas que podem advir com esses lixões na saúde de cada um? Qual a expectativa de vida de um catador hoje se isso já foi mensurado. Outra coisa que... Aí já não é para o Severino, mas para os demais expositores, que eu gostaria de ponderar o seguinte. As Prefeituras municipais, especialmente dos pequenos Municípios todas têm problemas com os lixões. E o mais grave é que o Ministério Público tem acossado os Prefeitos duramente. Por onde a gente anda os Prefeitos reclamam das dificuldades que o Ministério Público tem imposto a cada um dos administradores, sem levar em conta a falta de recursos com que essas municipalidades enfrentam o problema. Cobram o lixão, aliás, cobram a compostagem, cobram o tratamento dos lixões, mas, na verdade, não leva em conta as dificuldades que têm os Municípios com as suas receitas, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com todo o artesanal jurídico que dificulta hoje a ação do Prefeito e que os torna policiados dia e noite fiscalizados em todas as pequenas despesas que fazem e muito mais nessas despesas de grande monta que é o caso da administração dos lixões.

Então, como é que os senhores que têm prestado um relevante serviço em suas instituições têm lidado nessa relação com os Prefeitos municipais? Que nível de informação que tem encontrado nessas Prefeituras? Quais as dificuldades que têm mais preocupado a área privada, onde é que a área privada tem encontrado meios para socorrer os Prefeitos municipais, já que se mistura aí um pouco do social com um pouco do empresarial, essa atividade é uma atividade efetivamente que consegue misturar esses dois aspectos. E o que é que tem que ser feito no sentido de humanizar o trabalho? Eu vejo, por exemplo, o trabalho aqui também mais uma vez para o Severino. Eu vejo o seguinte, o trabalho dos catadores de lixo tem sido assim um trabalho muito desumano porque a gente vê é que mesmo nas carroças que são utilizadas para o transporte dos lixos, são carroças muito pesadas, muito antiquadas, utilizando materiais que efetivamente tornam, exigem-se muita força física, às vezes sacrifício até dos próprios animais que puxam esses veículos a tração animal.

Então, o que é que pode ser feito para humanizar esse trabalho? Se é preciso desenvolver mais materiais, outros tipos de materiais, se os materiais disponíveis que tem maior leveza não têm sido colocado à disposição desse que foi que... Dos catadores que são, que se valeram dessas carroças pesadas. Então essas informações que eu gostaria que você prestasse. As pergunta estão abertos para todos então V.Exª, Presidente, coordene para que sejam respondidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Valter Pereira. E eu gostaria só de... algumas perguntas já foram aqui respondidas que nós tínhamos preparado, principalmente com relação aos princípios da Agenda 21, que é o principal documento produzido pela Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento que foi a nossa famosa Rio 92, especialmente com relação à responsabilidade pós-consumo do produtor, acho que isso aqui ficou muito claro. Então eu vou evitar de perguntar. Eu queria fazer um pergunta ao nosso Severino se a atividade das cooperativas de catadores ela está mais vinculada à coleta seletiva domiciliar ou a triagem do material reciclável nas usinas de lixo.

E queria também perguntar a todos, foi dito pelo Secretário Luciano Zica, Secretário em Recursos Hídricos e do Ministério do Meio Ambiente, que no início de junho desse ano, que o Governo enviaria ao Congresso Nacional ainda em 2007, Projeto de Lei disciplinando a gestão dos resíduos sólidos. Eu gostaria de saber de V.Exª se alguém conhece esse projeto ou se alguém foi chamado para discutir esse projeto com o Governo Federal. E ao mesmo tempo quero fazer mais uma pergunta sobre esse projeto que está na Câmara dos Deputados. Qual é a visão de todos vocês do setor se esse projeto atende ou não a aquilo que os senhores

com muita competência aqui apontaram. Se essa proposta é satisfatória.

A outra coisa é com relação à Lei 11.445 editada em 5 de janeiro de 2007. A minha pergunta é a seguinte, como ela apresenta as diretrizes para o saneamento básico, ela compreende, entre outros serviços, limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos. E aí eu faço a seguinte pergunta, esse marco legal ele atende efetivamente à implantação do sistema de tratamento e destino final ambientalmente correto dos resíduos sólidos urbanos? Qual é a leitura que os senhores têm a respeito dessa lei de saneamento que foi aprovada agora recentemente, vis-à-vis com todo esse enfoque e esse tratamento que tem que ser dado ao lixo. Ou aos resíduos sólidos. É muito ligado na regulação mesmo. Ou seja, nós temos um projeto que o Governo vai enviar anunciado pelo Secretário Luciano Zica. Perguntando, se o setor foi consultado ou discutiu esse projeto. Outro é esse o projeto que está na Câmara e o terceiro se o saneamento é adequado ou não principalmente para manejo de resíduos sólidos.

E eu queria também mais duas perguntas muito rápidas, os principais obstáculos para o crescimento do setor de reciclagem no Brasil. E por último, os instrumentos econômicos e fiscais desejáveis para uma efetiva política nacional de gerenciamento dos resíduos sólidos. Então eu queria fazer essas perguntas rápidas, quer dizer, fiz essas perguntas rapidamente, gostaria de passar a palavra na ordem em que cada expositor se apresentou, e nós daríamos até para disciplinar um pouco, nós daríamos cinco minutos para cada expositor. Então eu passo a palavra--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente, só pela ordem aqui. Esse projeto que está na Câmara é do Governo?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Não. É um projeto que está... Saiu do Senado, foi para a Câmara dos Deputados e hiberna há quase 15 anos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Foi votado na Comissão e depois parou.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Uma Comissão especial, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Ele já foi já discutido e aprovado aqui no Senado. Então nós estamos diante de três questões, Senador Garibaldi. Uma, é o projeto da Câmara que já saiu do Senado. A outra é o projeto que o Governo vai apresentar. E o terceiro é o enquadramento do manejo de resíduos sólidos com a lei do saneamento recentemente aprovada. Então essa que são as questões. Então eu passo a palavra agora para o Dr. Calderoni, Diretor Presidente do Instituto Brasil Ambiente, cinco minutos.

SR. SABETAI CALDERONI: Muito obrigado. Primeiramente vou tentar responder as duas indagações do nobre Senador Garibaldi Alves. A primeira indagação dizia respeito à questão da punição. Ele perguntava se havia punição na proposta que nós apresentamos. E eu acho que é muito pertinente, gostaria de cumprimentá-lo pela indagação porque essa é uma Casa de Leis, estamos na Câmara alta, e exatamente a coatividade faz parte da essência da norma jurídica. Não havendo uma punição pode eventualmente ficar como um mero convite à ação, uma norma quase que de cortesia. Daí é importante isso. A proposta que nós apresentamos de uma Lei de Responsabilidade Ambiental carrega pesadamente na punição, porque ela passa a exigir responsabilidade ambiental onde não havia do modo tão cabal, de modo tão claro. Passa a exigir declarações minuciosas anuais, por parte de todos aqueles que são envolvidos no sistema de gerenciamento de resíduos e passa a exigir, passa a permitir que um simples programa de computador possa avaliar se existe através do cruzamento das informações de geradores, transportadores e processadores de resíduos uma coerência entre as informações que todos prestaram. De forma que imediatamente viria à tona qualquer desconformidade em relação a verdade. Punições seriam várias. Para quem mentisse a punição seria imensa porque não poderia nem conseguir o re-licenciamento da sua atividade. A solução de continuidade sem o fechamento de toda a sua atividade. Sem o resultado. Então a punição é das mais fortes e o sistema de verificação do mais simples sem fiscalização muito econômico por um simples programa.

Com relação a sua segunda pergunta, Senador Garibaldi Alves, o senhor pergunta sobre a convergência entre as várias propostas que foram aqui apresentadas. Eu vejo aqui em grande medida muita convergência. Eu vejo que o trabalho desenvolvido pela Associação de Limpeza Pública é extremamente convergente com a minha proposta de reciclagem do lixo. Porque se não houver coleta fica mais difícil reciclar. E também a destinação final é importante ter algum aterro sempre que alguma coisa sobra. Por mais que se queira reciclar não se consegue ainda chegar aos 100%. É muito convergente com o trabalho que a CEMPRE faz sem dúvida nenhuma, trabalho de levantamento de informações, de pesquisas que é feito e também de articulação. Isso tudo é sempre muito convergente e, sobretudo, convergente com o trabalho que o Severino faz e apresenta temos muito orgulho em dizer, a

nossa proposta foi de estabelecimento daquilo que é o calcanhar de Aquiles da relação com a sociedade do catador. Que é o preço. Uma palavrinha muito curta, mas a palavra preço. Nós propusemos um preço piso, com base, por exemplo, nós vamos ver a bolsa de metais de Londres quanto é que está avaliada alumínio, e vamos ver quanto é que o sucateiro tem que receber como uma percentagem do que está lá. Digamos, tem que pagar, estabelecer uma norma 60% para o sucateiro e para o catador. Então amarrar isso, garantir uma tabuletinha na porta de todos os sucateiros que eles chamam de atravessadores às vezes com muita razão, vamos amarrar uma tabuletinha, indicando aquilo, está em jornal, quanto é que tem que ser pago. Vai estar na internet. Vai ser normativo aquele preço que o catador vai receber. Porque ele não tem garantias trabalhistas, não tem garantias previdenciárias. Está super explorado, então ele teria através de uma simples medida nós propusemos também um acesso à solução do que é mais importante que é a remuneração. [soa a campainha] Um minuto. Faltou a enorme resposta da sua pergunta. Tranqüilamente.

Bom, a questão do... É muita coisa aqui junto... Das políticas que o senhor pergunta eu fui convidado, por exemplo, a participar da... Do que o Dr. Luciano Zica ou por alguém nesses quinze anos. Eu estive duas vezes na Câmara dos Deputados fazendo palestras e fazendo algumas propostas. Realmente algumas foram acolhidas em parte, por exemplo, essa proposta que eu fui de lei de responsabilidade ambiental, foi parcialmente acolhida, algumas outras, desse preço piso, não foram sequer consideradas, que é essencial para a vida do catador, eu acho que isso deveria ser contemplado agora, parcialmente. Se me pergunta o nobre Senador Valter Pereira, pergunta sobre e também juntando um pouco com as suas perguntas nobre Senador Delcídio Amaral, com relação ao marco regulatório atual o que poderia a gente poderia achar que precisava ser modificado, que está faltando e também com relação ao que se pode fazer com os pequenos Municípios, eu diria o seguinte. Começando com os pequenos Municípios, pela ordem, em primeiro lugar uma sugestão muito tranqüila e muito simples para o pequeno Município é da compostagem do lixo. A fração orgânica do lixo domiciliar representa 60%. Se os pequenos Municípios praticarem um pouco de compostagem, metade disso é água. 20% vamos ter mais ou menos de gás carbônico. Nós vamos ter condições de aproveitamento disso como adubo. O pequeno Município mais ou menos por definição, ele é um Município dotado de um interlã(F) de agrícola. Ele tem um interlã(F), ele tem aonde aproveitar esse fertilizante. E resolver 60% da questão. Os 30% é a fração seca. Papel, plástico, vidro, lata de alumínio, lata de aço. Isso poderia ser separado automaticamente e essa separação, digamos como são Municípios pequenos poderiam ter um grande caminhão coletando consorciadamente depois de um certo tempo, quando se acumulasse esse material levando para o centro mais próximo a gente precisaria ver então a questão da logística relativa a isso, o consorciozinho sempre ajudaria nesse caso. Municípios maiores evidentemente podem implantar centrais de reciclagem integral de resíduos através do mecanismo da Parceria Público-Privada evitando os investimentos as Prefeituras e livrando as Prefeituras também dos riscos econômicos, dos riscos trabalhistas, dos riscos fiscais, dos riscos tecnológicos e dos riscos de descontinuidade administrativa, sobretudo.

Nobre Senador Delcídio Amaral. O senhor pergunta sobre... A sua pergunta é imensa. Vou tentar pegar alguns aspectos. [risos] O que eu senti falta na legislação foi realmente uma ênfase às Parcerias Público-Privadas. Eu acho que é muito falha as propostas todas que nós temos, seja a lei de saneamento básico, seja a política de resíduos que está em exame há 15 anos parada. Eu vejo aí uma deficiência enorme, uma falta de regulação, uma falta de sensibilidade com a questão essencial. Tirar o encargo do bolso do Município, viabilizar empregos, melhorar a saúde pública, gerar oportunidades para os catadores através de uma parceria com o setor privado é algo que mereceria uma atenção especial e é totalmente lacunoso nesse ponto na legislação que o senhor mencionou. E outra coisa que está faltando muito, licitação de centrais... Os processos de licitação a gente vê todos os dias de aterro sanitários, são licitações que contemplam o pagamento de um preço por tonelada. Digamos, 50 reais por tonelada. 15 reais por tonelada. 30 reais por tonelada. É assim que são feitas as licitações para aterros sanitários.

Eu pergunto: Por que então não poderíamos fazer na mesma licitação, criar uma obrigatoriedade através de uma norma de que na licitação também houvesse a possibilidade de alguém oferecer o mesmo, um destino também para o lixo, mas recebendo a mesma quantia, os mesmos 30 reais, os mesmos 50 reais por tonelada, mas em vez de dar o destino de enterrar aquele material precioso que equivocadamente chamamos de lixo, porque não dar esses mesmos 30 reais ou 50 reais para viabilizar uma central de reciclagem? Ao licitarmos um aterro, devíamos ao mesmo tempo estar licitando também uma central de reciclagem. Com o mesmo valor. Viabilizaríamos alguma coisa que atenderia ao interesse da sociedade, ao interesse da saúde pública e estaríamos mantendo também o aterro, uma porcentagem. Mas menor porque estaríamos também

dando o mesmo valor, o mesmo tratamento econômico para viabilizar aquilo que muitas vezes não é viável sem esse aporte. Muita gente pensa: "Ah, então implanta uma central de reciclagem e ganhar dinheiro com ele". Não. Precisa um pouquinho daquilo que é dado para o aterro. Se o aterro está ganhando 50, vamos dizer que 45 talvez fosse bom para dar uma central de reciclagem viabilizar isso. É necessário alavancar essa iniciativa. Eu acho que isso ainda é um ponto extremamente falho na legislação proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Dr. Calderoni, Diretor Presidente do Instituto Brasil Ambiente. E eu quero passar agora a palavra ao Dr. André Vilhena, Diretor Executivo do Compromisso Empresarial de Reciclagem, CEMPRE. Cinco minutos.

SR. ANDRÉ VILHENA: Bom, a primeira pergunta do Senador Garibaldi sobre a questão da valorização dos modelos baseados em experiências regionais com sustentabilidade técnica e econômica e social. Na verdade é que a política ela respeite peculiaridades de regiões do País, muitas vezes de cidades, por exemplo, algumas cidades elas têm um número maior de catadores. Então neste caso a gente entende que a política deveria incluir essas cooperativas, mas da mesma forma contemplar o serviço de empresas que prestam serviços de empresa pública. Em outras cidades que eventualmente não têm catadores, algumas cidades isso corre, então o serviço é feito exclusivamente no sistema porta a porta, por caminhões, enfim, pelas empresas de coleta. Mas seria importante estar atento a isso, o fato da existência dos catadores em algumas regiões e muitas regiões e muitas cidades, e essa sustentabilidade técnica econômica e social então seria no caso do social contemplar este aspecto. Quer dizer, não gerar impacto social na região na medida em que saia uma política, por exemplo, que exclua o catador do processo. Agora, em outras cidades não. Se não houver a presença do catador, que se encontre outras alternativas para seguir o caminho da coleta seletiva e da reciclagem.

Com relação à pergunta do Senador Delcídio sobre o Projeto de Lei encaminhado pelo Secretário Luciano Zica, nós estivemos com o Secretário, ele nos falou *en passant* sobre o texto, mas não tivemos acesso ao conteúdo do texto porque o Secretário comentou que ele antes de divulgar ele iria apresentar ao Presidente Lula. Essa semana agora. Então assim que tenhamos acesso ao projeto do Secretário Zica poderemos avaliar se ele converge ou não com o projeto que foi aprovado na Câmara dos Deputados. Como foi colocado é um projeto que levou 15 anos, saiu do Senado, passou 15 anos lá na... Na verdade eram cento e poucos Projetos de Lei, foi criada uma Comissão Especial que compilou todos esses projetos e converteu no projeto que foi originado pelo PL 203 aqui do Senado de 1991.

Então, foi amplamente debatido por diversos setores, foram várias Audiências Públicas e a nossa expectativa é de que alguma divergência que ainda houvesse, um ou outro artigo que pudesse ser digerida nas Emendas que pudesse vir no Plenário. Depois o Plenário da Câmara e depois dado o arremate final aqui no Senado. Não sei se estou cometendo algum equívoco do ponto de vista de trâmite legislativo, mas a nossa expectativa é que o projeto pudesse ser aprovado ainda esse ano de 2007 lá na Câmara, feitas as últimas Emendas que por ventura ainda tivessem que ser feitas. Mas realmente o projeto foi amplamente divulgado. Oxalá possa a proposta do Secretário Zica convergir com a maior parte do texto que está lá na Câmara dos Deputados. Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Dr. André Vilhena. Passo a palavra ao Dr. Severino Lima Júnior, representante da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já virou doutor.

SR. SEVERINO LIMA JÚNIOR: [risos] Vamos por partes. Bom, primeiro respondendo ao nobre Senador conterrâneo. A gente vê com ressalva, com um pouco de ressalva os modelos que eles vêem, porque uma fórmula mágica que se resolve tudo rapidamente principalmente na parte de legislação. Existe uma discussão muito grande [soa a campainha] Já? Ganhei dois minutos do André. [risos]

Bom, existe uma discussão muito grande do pacto federativo, se o Governo Federal pode criar uma lei obrigando a municipalidade a executar a lei, se quem gere o serviço de limpeza pública são os Municípios, a gente discute no âmbito nacional se quem manda no lixo é o prefeito ou é o catador que tá pegando na rua, ou se é a empresa terceirizada. Quer dizer, há um bojo discussão aí que é muito grande. E eu vejo com ressalva esses modelos que vêm para resolver o problema com rapidez ou que se considera que o problema não é tão grande assim. Não é tão grande no âmbito da prestação de serviço, do recolhimento do lixo. Mas quando você vai fazer a pergunta de quem é o resíduo. A partir do momento que o resíduo está dentro da minha casa, é meu, quando coloco na calçada é da Prefeitura, em algumas partes do Brasil o catador é preso porque está mexendo na sacola de lixo que está lá na lixeira do morador. No sul do Brasil a gente

já enfrentou algumas ações de cavalo correndo atrás de catador na cidade.

Eu aposto muito numa visão brasileira, numa visão de discussão de como está acontecendo hoje na participação dos entes, quer seja do gerador, quer seja do consumidor em alguma instância, quer seja das empresas que recolhem, quer seja dos beneficiários finais como os catadores, as indústrias que vão fazer a reciclagem. Eu acredito muito no processo de discussão. O Senador Delcídio falou do projeto, aqui no foi nem mencionado um anteprojeto de Lei que foi criado pelo Ministério do Meio Ambiente que tem 51 artigos no qual fui convidado dois anos atrás a participar de uma audiência do CONAMA. Existe também esse outro Anteprojeto de Lei que está lá no Ministério do Meio Ambiente em que a gente até que participou nesse outro projeto que tramita aqui na Câmara eu participei de uma Audiência Pública, fiquei um pouco estarrefato(F) que eu posso assim dizer, que colocaram a discussão do pneu dentro do processo e o processo era deste tamanhinho e ficou deste tamanhão. E parece que pela última informação que eu tenho é que retiraram essa discussão do pneu e dentro do processo e a gente é da seguinte idéia, a lei ela sendo clara pré-estabelecendo os marcos, pré-estabelecendo as diretrizes de quem é quem dentro da cadeia, de quem tem direito de fazer a coleta, de como essa coleta deve ser feita, o movimento está para apoiar o projeto, a lei que vier. Eu vou colocar aqui duas experiências. Uma de um País próximo ao nosso, vizinho, a Colômbia. A Colômbia dez anos atrás os catadores criaram uma cooperativa que eles estavam muito mais avançado em organização do que a gente, criou uma cooperativa para participar de um processo licitatório na cidade de Bogotá para fazer a prestação de serviço de limpeza. E o Governo não permitiu que eles participassem porque eles não tinham como comprovar capital. E eles encontraram uma Emenda na Constituição e lutaram durante três, quatro cinco anos aí e conseguiram que o Juiz Federal determinasse de que a obrigatoriedade da contratação do serviço seria dos catadores porque a Constituição prevê de que o Governo tem que criar, gerar emprego para esses catadores. E hoje é destinado um percentual de 3 a 5% para que essa Associação Nacional faça a coleta dos resíduos. Foi a partir daí que iniciou todo esse trâmite do Movimento Nacional de criar e participar dessas leis.

Quer dizer, a lei, a lei de saneamento, respondendo a pergunta do Senador Delcídio, tudo que vem no bojo, na essência coloca a participação desse segmento ora excluso de todo esse processo de discussão da política nacional, que atenda e que apóie como a gente busca o apoio de um lado e a lei nos permite o trabalho do outro [soa a campainha] pra gente é sempre bem-vinda. Agora, lógico, qualquer lei que seja imposta hoje, quer seja a lei de saneamento ambiental, a lei de resíduos sólidos, ela com o passar do tempo ela vai ter que ser aprimorada, porque alguém ou algum ente que vai se sentir ofendido ou prejudicado, e principalmente se ele sentiu prejudicado economicamente. Porque imagine a solução dos pequenos Municípios. Hoje o BNDES não pode oferecer, destinar recursos para uma Prefeitura para comprar caminhão, equipamento, construção de galpão ou alguma coisa desse tipo. Os catadores conseguem, as cooperativas organizadas podem sim e o edital do BNDES vai abrir agora novamente até novembro e vai abrir para projetos dessa ordem.

Então, quer dizer, por que não aproveitar um marco que está aí a Política Nacional de Saneamento Ambiental onde tem o artigo que prevê a contratação dessas cooperativas e por que não aproveitar o incentivo que o Governo Federal está se dando para essas instituições. O que se precisa hoje a nível nacional, a nossa maior deficiência, é a capacitação que é o que a gente busca. A gente vai sim, vai se topar com o COOPERGATOS, normalmente, a CPI das ONGs está aí para provar de que tem ONG que trabalha séria. Mas tem ONG que não trabalha séria. Normal. Mas o que a gente tem que se preparar é para dar resposta na hora que vierem esses entes que estão querendo tirar proveito dessas brechas da lei ou desses projetos, a gente estar bem preparado para no momento certo colocar... Bota um obstáculo. É assim que a gente trabalha. É assim que a gente constrói política pública. Pelo menos a nível de apoio do segmento do Movimento Nacional de Catadores.

Eu considero, respondendo ao Senador, a questão de cooperativismo é o seguinte. O Movimento Nacional em sua maior quantidade são associações. Daí a dificuldade de apresentar projeto para o BNDES. Por quê? Por conta da carga tributária em cima das cooperativas e por conta da exigência das Ocernes(F) da vida de que a gente tem que estar, tem que contratar o serviço de... O curso, tem que estar pagando mensalmente para cooperativa, e outras coisas que se a gente for fazer por si só, as Ocernes(F) elas podem não aceitar e a gente vai ficar subordinado a uma estrutura. Eu discuti há pouco tempo em Natal, a associação de catadores em Natal ela foi fundada em 1999 justamente querendo quebrar esse paradigma. A então Prefeita de Natal que então apoiava a retirada dos catadores do lixão, a gente foi orientado pelo Juiz da Vara da Infância a fundar uma cooperativa e eu fui na Ocerne(F) do meu Estado em 99 e me exigiram que eu fosse pedir à Prefeitura 1.500 reais para fazer um

curso de capacitação para fundar a cooperativa. Eu fiquei estarrecido. Eu não tinha tanto conhecimento. Eu não falava bem, não tinha a dialética como se tem hoje e talvez não tenha dado a resposta certa àquele cidadão. E o que aconteceu que a gente foi associação durante nove anos. A gente fundou cooperativa em dezembro do ano passado por uma conjuntura do novo Código Civil que prevê que associações não podem auferir lucro e distribuir entre seus entes, entre seus associados. Simplesmente por isso. E nós fundamos a cooperativa. Mas é o melhor modelo? A gente está em discussão. Nós temos a OSCIP e quiçá pode aparecer outro modelo que realmente beneficia essas classes menos favorecidas para que elas possam de igual para igual disputar o mercado. Porque a gente vai criar uma disputa de mercado. Se a lei permitir que o CEMPRE crie um mecanismo de que os geradores como a Coca-Cola e outros geradores de resíduo, que geram resíduo é quem gera produto. Ela tenha responsabilidade de fazer a coleta dela com mecanismo de quantificação, de monitoramento. Se ele não acreditar que as cooperativas possam fazer isso, eles vão ter que contratar empresas especializadas para fazer isso. Aí vai criar mais uma disputa interna dos materiais recicláveis que até então iam para o lixão, ficava nas ruas e que nós catadores aproveitávamos. Essa oportunidade para auferir o pão nosso de cada dia. A grande disputa nesse tudo é criar marcos que ela prevê a posição de cada uma no momento atual. Imagine que há 15 anos atrás no início dessa lei tem resíduos que hoje estão sendo colocados que não se discutia. No caso o pneu.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, nosso caro Severino Lima Júnior, pela objetividade, pela disciplina. E eu quero passar agora a palavra ao Dr. Alberto Bianchini, representando aqui a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Cinco minutos.

SR. ALBERTO BIANCHINI: Eu vou tentar em menos de 30 ou 40 segundos deixar a minha posição, a posição da minha associação, porque tem um assunto de grande interesse que é o que o Delcídio colocou agora há pouco com relação ao 11.445 onde a ABRALPE tem tido uma participação muito grande e questionando o problema o tempo todo. E o Carlos vai falar sobre isso porque ele está bem a par do problema porque ele é o questionador de todos os problemas com relação a 11.445. De maneira que eu só vou dar um pequeno detalhe, eventualmente respondendo ao Senador Valter. O seguinte. Vou dar um dado absolutamente curioso do qual nenhum de vocês tem a menor idéia do que seja. Eu perguntaria a todos vocês se sabem quanto custa per capita em São Paulo a coleta de lixo e destino final. Por mês. Ninguém sabe? Evidentemente que qualquer que fosse o número vocês não iriam acertar. Custa três reais per capita, três reais per capita em São Paulo a coleta de lixo e destino final do trabalho praticado na cidade de São Paulo. Quanto custa a luz? Quanto custa o gás? Quanto custa o esgoto ou quanto custa o telefone? Alguém? Então, é absolutamente impraticável e a partir daí, Senador Valter, e o Carlos colocou um problema em que há uma necessidade premente, urgente de que os nossos cinco mil e tantos Municípios pratiquem isso através de uma taxa de tarifa, ou seja lá como for, através de IPTU, para que a coisa possa ser consignada e feita, porque do contrário é impraticável. Nós temos inclusive casos terríveis porque não só isso que acontece. É o fato dos Prefeitos deixarem de nos pagar também. Nós ficamos três, quatro cinco meses às vezes sem receber porque não tem dinheiro. E não tem dinheiro, por quê? Porque não tem dinheiro. Porque ele não tem um tipo de arrecadação em que possa fazer com que esse serviço seja praticado com decência e com as técnicas que a gente sabe quais são sem nenhum problema. As técnicas de operação, de realização, nós sabemos perfeitamente como tem que ser feitas. Só não são feitas porque não há dinheiro para pagar. Esse é o único problema.

Eu não vou me estender mais dentro desse assunto porque eu acho que o mais importante é com relação à 11.445, Carlinhos, que eu queria que você colocasse o nosso posicionamento inclusive no primeiro momento da lei do saneamento quando aconteceu aquela possibilidade de todas as Prefeituras não terem ou terem que parar imediatamente o seu trabalho.

SR. CARLOS SILVA: Só para continuar, complementar a resposta do Dr. Alberto Bianchini, respondendo as questões do nobre Senador Delcídio Amaral, o projeto que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional de Política Nacional de Resíduos Sólidos que foi mencionado pelo Secretário Luciano Zica, nós, da mesma forma que o CEMPRE, também não tivemos conhecimento do texto. Tivemos algumas noções através de seminários ou congressos em que representantes da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente fizeram apresentação de algumas linhas gerais do projeto, mas os seus termos não temos conhecimento. O projeto que está na Câmara aprovado pela Comissão especial oriundo do PL 203 que saiu do Senado e pronto para ser votado em Plenário depois de 15 anos de tramitação, nós tivemos também participação bastante intensiva e vemos que alguns interesses que vieram obstaculizar a votação e aprovação deste projeto que só relembrando chegou praticamente ao mesmo es-

tágio, só não foi aprovado na Comissão, à época em que o Relator na Comissão Especial era o Deputado Emerson Kapaz, que também várias discussões foram travadas, um projeto um texto de substitutivo foi apresentado à época do Deputado Emerson Kapaz não foi aprovado na Comissão. Agora foi aprovado na Comissão e está pronto para ser votado em Plenário então após isso retornar ao Senado, mas por algum motivo não foi encaminhado.

E com relação à Política Nacional de Saneamento a Lei 11.445 de janeiro que incluiu os resíduos sólidos no bojo do saneamento básico, nós vemos como muito positiva a integração das áreas do saneamento. Porém, vemos com algumas preocupações a lei que condiciona a validade dos contratos de serviços de saneamento ao preenchimento de alguns requisitos. Dentre eles a existência de um plano de saneamento básico, a existência de normas de regulação, a existência de uma entidade de regulação e o porquê dessa nossa preocupação? Como a lei está em vigor desde 22 de fevereiro de 2007 e nós temos conhecimento que a grandessíssima maioria, senão todos os municípios brasileiros não contemplam esses requisitos, não tem um plano de saneamento porque até então não era exigido um plano de saneamento, não tem agência reguladora porque até então não era exigida uma agência reguladora, e a vista dessa disposição legal da Lei 11.445 esses contratos que têm por objeto a prestação de serviços de saneamento não são válidos perante a lei. E isso poderia ensejar uma enxurrada de processos na justiça questionando a validade desses contratos porque não estão válidos perante a lei de saneamento. E isso nos causa preocupação porque como eu apresentei num dos nossos slides 66,5% dos serviços de coleta de resíduos no Brasil são feitos através de contratos com empresas privadas. Se amanhã esses contratos são declarados inválidos, nós não teremos serviços de coleta de resíduos. E aí nós ficamos, como se diz coloquialmente, num beco sem saída porque é um serviço essencial que não pode ser suspenso. Porém o contrato não é válido porque a lei assim o determina.

Então isso nós estamos participando junto ao Ministério das Cidades da elaboração de um Decreto de regulamentação a essa lei que esperamos saia com a maior brevidade possível para que este ponto nevrálgico seja solucionado. E uma outra questão que causa preocupação na lei de saneamento é da preferência que é dada à companhias estaduais de saneamento para prestarem os serviços também de resíduos sólidos. Nós vemos isso com grande preocupação porque essas companhias estaduais estão sim avançando nesse setor e absorvendo, retirando e acabando com os empregos, com as empresas e com os serviços e empregos das empresas privadas de limpeza urbana, com as empresas municipais de saneamento e com a própria questão dos trabalhos feitos pelas cooperativas de catadores porque eles absorvem a cadeia completa. Então é um outro ponto que nós vemos com alguma ressalva que esperamos que na Política Nacional de Resíduos venha ser de alguma forma dirimida essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Dr. Carlos. Eu quero perguntar aqui à Mesa se alguém pretende fazer mais... Quer fazer mais algum comentário.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Gostaria de fazer um comentário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Severino novamente. O Severino vai... Severino, você falou que a carga tributária que dificulta significativamente a formação das cooperativas, e a captação de recursos que poderia por sua vez modernizar o sistema de coleta com a aquisição de veículos mais leves, mais eficientes para humanizar esse serviço. E me chega até as mãos aqui uma literatura de um triciclo agrícola a diesel que seria um veículo interessante para fazer esse tipo de coleta. Certamente os representantes das empresas estão aqui esperando que faça o comercial delas. Mas não vou fazer o comercial da empresa, só falar sobre o veículo. Mas de qualquer forma, o que eu gostaria de sugerir é que fizesse uma planilha do que existe hoje de óbices tributários, naquilo que pode onerar e do que vocês imaginariam que fosse o ideal para que uma cooperativa pudesse ser a mais universal possível e mandasse para a Comissão. Talvez no Relatório pudesse até ser útil para aproveitar essa crítica que você fez que eu acho que é muito pertinente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Walter. E eu passo a palavra à nossa diretora do GDF, Fátima.

SRA. FÁTIMA CÓ: Boa noite. Eu sou Fátima Có, estou como Diretora Geral do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, e eu também queria aproveitar realmente essa oportunidade já que estamos na Comissão de Econômicos, é porque eu acho que a lei, tudo que tem hoje, o CONAMA, tudo que está regendo sobre a questão do resíduo sólidos ele é muito na base da obrigação, da punidade, e acho que a gente está precisando realmente de incentivos fiscais que não recaia aí a questão dos impostos como se fosse uma matéria-prima. Acho que isso é que a gente tem que buscar. Por exemplo, essa questão aí do triciclo nós estamos aplicando aqui a nível de DF, nós não somos da empresa, até a gente esconde essa marquinha quando apresentamos na televisão, na mídia,

porque vamos dizer, isso tem um custo de 18 mil, se fosse no mercado comum, se houvesse um incentivo para os catadores, para as cooperativas, isso cairia bastante. Como tem para os taxistas, como tem para os deficientes físicos. E está tendo uma aceitação muito grande. Por exemplo, nós estamos conversando com a CENTCOOP, que é a central das 15 cooperativas que nós temos aqui no Distrito Federal, e eles já têm uma verba da fundação do Banco do Brasil para comprar dois caminhões e eles estão optando para fazer a substituição das carroças a nível de DF que a gente tem a proibição de circular aqui no Plano Piloto de trocar isso por 12 triciclos.

Então eu acho que é isso, aquela coisa de estar dentro dos nossos planos, trazer um pólo de reciclagem para o Distrito Federal, porque a gente aqui não tem indústria e a indústria, eu acho que esse tipo de empreendimentos que viriam para esse pólo de reciclagem ajudaria, são empreendimentos que a gente tem que até facilitar o licenciamento disso que hoje é um entrave, nós estamos com um entrave imenso de conseguir o licenciamento do nosso centro de triagem. Então esses tipos de incentivos é que acho que tem que acontecer. Essas coisas assim, quer dizer, hoje a nossa reciclagem, todos nossos produtos, que é pouco, a gente não consegue reciclar nem 5% está tudo indo para Goiás. E quando paga, paga imposto como se fosse... A gente não quer. Vieram a mim falar: Fátima, facilita e vê se consegue para ver se não paga tanto imposto. Eu falei: Não, eu não vou partir por aí porque eu quero que não saia daqui do Distrito Federal. E para isso a gente tem que incentivar. Porque eu acho que é por aí, essa demanda, que a gente vai, viu Severino, facilitar a questão, eliminar o atravessador, o intermediário, quando a gente conseguir que... por que é que eles estão, na maioria dos catadores hoje estão da mão do intermediários? Porque não tem transporte para levar, para entregar aonde. Então começar uma demanda, um mercado, exigir que o lixo em vez de ser descartado seja procurado, se a gente colocar um grande pólo de reciclagem, é nossos planos estar colocando junto do nosso novo aterro sanitário, eu acho que o lixo em vez de ser descartado, rejeitado, sei lá como essa sensação ainda que muito acontece, e ele passa a ser procurado, aí sim nós vamos estar realmente fechando o ciclo da coisa.

Aqui no Distrito Federal nós temos uma situação atípica, como foi colocado pelo Prof. Sabetai, que a gente tem 50 mil toneladas/mês de lixo domiciliar, para 150 mil toneladas/mês de lixo de entulho da construção civil. Isso por quê? A cidade nova, que a única indústria que nós temos é realmente da construção civil, é o que movimenta aqui. Então prioridade 00 que nós estamos atacando: É trazer Parcerias Público-Privadas para que haja usinas de reciclagem da construção civil de modo que a construção civil a gente sabe desde a hora que ela limpa o terreno ela já está criando impacto no meio ambiente. Nada mais correto do que reintroduzir todo esse material, todo esse entulho que sobra da obra para o ciclo produtivo da construção civil. Ele vai retornar, nós vamos deixar de usar cascalho, nós temos duas empresas a nível de Governo que é NOVACAP e DR(F) que hoje é quem faz todas as vias do Distrito Federal, nós estamos criando legislação que permita, que obrigue, aí nesse caso a gente vai até obrigar, e incentivar também que as empresas que utilizarem esse material reciclado eles terão um desconto ou até um custo mais barato. Mesmo que a gente cubra início esse custo. Então acho que a gente tem que pensar. Eu fico preocupada, Senador, de estar uma lei hibernada como de 15 anos e vem ainda dizer coisas a se fazer de coisas que já estão acontecendo. Então vamos ter o cuidado de avançar para não esperar mais 15 anos para estar aí. Acho que hoje a responsabilidade nossa a nível de Governo, a nível de cidadão, é reciclar. Limpar é uma obrigação. Isso é obrigação. Então nós temos que ver duas coisas a ser atacada em todos esses marcos regulatórios. É a questão de realmente haver uma educação para quem gera, tem uma linha aqui. Aqui tem que focar os geradores, e aqui, digamos, os operadores. Então, não pode mais enterrar lixo. Isso é fora de moda. Então acho que tem que estar muito focado nisso e eu só queria estar externando essa minha opinião em função disso. Que não se esqueça, que fortaleçam a questão da reciclagem. Severino, notícia boa, nós estamos seguindo caminho de Diadema, vamos estar fechando a nossa coleta seletiva, já tiramos, era terceirizado, aproveitamos que o contrato venceu e estamos fazendo a nossa terceirização já a parte enquanto moldamos o nosso modelo com as cooperativas de catadores que a gente já conta aqui no Distrito Federal com 15 cooperativas organizadas. Ainda não estão funcionando, digamos, como cooperativas, porque essa é uma dificuldade que a gente tem. Estão organizados, mas ainda têm o espírito ainda muito individual, tem aquela complicação: esse resíduo é meu, essa cata é minha, então isso que a gente está também fomentando mais esse espírito de cooperativismo. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Drª. Fátima Có. Se ninguém mais tem nenhum comentário, que são 21h04 minutos. Quero agradecer a todos os expositores, quero dizer que semana que vem temos aqui uma agenda sobre Parcerias Público-Privadas e quero agradecer mais uma vez a atenção de todos, muito obrigado e uma boa noite.

Sessão encerrada às 21h05.

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	**GESTÃO – 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX–61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF
CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900

EDIÇÃO DE HOJE: 886 PÁGINAS

(OS: 14906 / 2007)